Diário Oficial

Estado de São Paulo

João Doria - Governador

Poder
Executivo
seção I

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Palácio dos Bandeirantes • Av. Morumbi 4.500 • Morumbi • São Paulo • CEP 05650-000 • Tel. 2193-8000

Volume 131 • Número 15 • São Paulo, sábado, 23 de janeiro de 2021

www.imprensaoficial.com.br

Decretos

DECRETO Nº 65.487, DE 22 DE JANEIRO DE 2021

Institui, no âmbito do Plano São Paulo, disciplina excepcional para as áreas e datas que especifica, altera o Anexo II do Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020, e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a recomendação do Centro de Contingência do Coronavírus da Secretaria da Saúde (Anexo I);

Considerando a necessidade constante de conter a disseminação da COVID-19 e garantir o adequado funcionamento dos serviços de saúde,

Decreta:

Artigo 1º - Para o fim de restrição de serviços e atividades em decorrência da medida de quarentena, no âmbito do Plano São Paulo, instituído pelo Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020, fica o território do Estado de São Paulo, em sua íntegra, classificado, excepcionalmente, na fase vermelha, nas seguintes datas:

I - 30 e 31 de janeiro de 2021;

II - 6 e 7 de fevereiro de 2021.

Parágrafo único - Fica vedada, até o dia 8 de fevereiro de 2021, a classificação de qualquer área do território do Estado na fase amarela ou verde.

Artigo 2º - O Anexo II a que se refere o artigo 5º do Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020, com a redação dada pelo Anexo II do Decreto nº 65.460, de 8 de janeiro de 2021, fica substituído pelo Anexo II que integra este decreto.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de janeiro de 2021

JOÃO DORIA

Rodrigo Garcia
Secretário de Governo

Gustavo Diniz Junqueira
Secretário de Agricultura e Abastecimento

Bruno Rocha Nagli
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Sergio Henrique Sá Leitão Filho
Secretário da Cultura e Economia Criativa

Rossieli Soares da Silva
Secretário da Educação

Henrique de Campos Meirelles
Secretário da Fazenda e Planejamento

Flavio Augusto Ayres Amary
Secretário da Habitação

João Octaviano Machado Neto
Secretário de Logística e Transportes

Fernando José da Costa
Secretário da Justiça e Cidadania

Marcos Rodrigues Penido
Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente

Celia Kochen Parnes
Secretária de Desenvolvimento Social

Marco Antonio Scarasati Vinholi
Secretário de Desenvolvimento Regional

Jeancarlo Gorinchteyn
Secretário da Saúde

João Camilo Pires de Campos
Secretário da Segurança Pública

Nivaldo Cesar Restivo
Secretário da Administração Penitenciária

Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga
Secretário dos Transportes Metropolitanos

Aildo Rodrigues Ferreira
Secretário de Esportes

Vinicius Rene Lummertz Silva
Secretário de Turismo

Celia Camargo Leão Edelmuth
Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Julio Serson
Secretário de Relações Internacionais

Mauro Ricardo Machado Costa
Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão

Antonio Carlos Rizeque Malufe
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Publicado na Secretaria de Governo, aos 22 de janeiro de 2021.

ANEXO I

a que se refere o

Decreto nº 65.487, de 22 de janeiro de 2021

Nota Técnica do Centro de Contingência do Coronavírus

Com fundamento no artigo 6º do Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020, este Centro de Contingência vem apresentar as recomendações que seguem.

O monitoramento da evolução da pandemia registra, em todo o país, elevação dos números de casos, internações e óbitos, notadamente nas duas últimas semanas.

Atento a isso, com a finalidade de assegurar a manutenção da capacidade de resposta do sistema de saúde e conter a disseminação da doença, este Centro propõe, de maneira preventiva, nova revisão do Anexo II do Decreto nº 64.994, de 28 de maio 2020, nos termos seguintes.

Atualização dos indicadores do critério "Capacidade do Sistema de Saúde": Recomenda-se a revisão do indicador taxa de ocupação de leitos UTI-Covid em relação às fases 1 (vermelha) e 2 (laranja), de forma que a área seja classificada na fase 1 quando essa taxa for superior a 75% (em vez dos 80% atuais), e, na fase 2, se a taxa de ocupação de leitos UTI-Covid estiver entre 70% a 75% (em vez dos 70% a 80% atuais). Destaca-se que, a depender da evolução da pandemia, este indicador poderá ser alterado a qualquer momento.

Atualização dos graus de restrição de atividades não essenciais em períodos e áreas específicos:

Ademais, considerando os indicadores de movimentação social nos períodos de 25 a 27 de dezembro de 2020 e 1º a 3 de janeiro de 2021, nos termos do Decreto nº 65.415, de 23 de dezembro de 2020, sugere-se que sejam reproduzidas aquelas medidas restritivas, excepcionalmente, em todo o Estado, nos dias 30 e 31 de janeiro, 6 e 7 de fevereiro. Para tanto, este Centro recomenda que o atendimento presencial ao público se limite às atividades consideradas essenciais nessas datas, de modo a observar o mesmo grau de restrição aplicável à fase 1 – vermelha.

Faz-se necessário, ainda, recomendar que, independentemente dos indicadores, nenhuma área do Estado seja classificada nas Fases 3 ou 4 (amarela e verde, respectivamente) enquanto não se verificar alguma estabilidade nos indicadores da pandemia, o que se estima que possa ocorrer após o dia 8 de fevereiro. Ademais, dada a homogeneidade da evolução da pandemia no território estadual, recomenda-se que eventuais áreas do Plano São Paulo cujos indicadores permitam classificação na Fase 3 (amarela) sejam, por cautela, classificadas na Fase 2 (laranja).

Salienta-se, por fim, a necessidade de toda a população paulista e dos Municípios do Estado observarem a disciplina do Plano São Paulo, além dos protocolos sanitários em vigor, de modo a não prejudicar a efetividade das medidas de enfrentamento à pandemia adotada até agora.

São Paulo, 22 de janeiro de 2021.

Dr. Paulo Menezes
Coordenador do Centro de Contingência

ANEXO II

a que se refere o artigo 2º

Decreto nº 65.487, de 22 de janeiro de 2021

Classificação de Áreas e Indicadores

Critério	Indicador	Peso	Fase 1 Alerta máximo	Fase 2 Controle	Fase 3 Flexibilização	Fase 4 Abertura parcial		
Capacidade do Sistema de Saúde	Taxa de ocupação de leitos UTI COVID (%)	**4**	**Acima de 75%**	**Entre 70% e 75%**	**-**	**Abaixo de 70%**	Margem de 2,5 p.p.	Áreas devem passar 28 dias consecutivos na fase 3 (amarela) antes de evoluírem para a fase 4 (verde)
	Leitos UTI COVID / 100k habitantes	**1**	**Abaixo de 3,0**	**Entre 3,0 e 5,0**	**-**	**Acima de 5,0**		
Evolução da epidemia	Novos casos / 100 mil hab. nos últimos 14 dias	**1**	**-**	**Acima de 360**	**Entre 180 e 360**	**Abaixo de 180**	Margem de 10%	
	Novas internações / 100 mil hab. nos últimos 14 dias	**3**	**-**	**Acima de 60**	**Entre 30 e 60**	**Abaixo de 30**		
	Novos óbitos / 100 mil hab. nos últimos 14 dias	**1**	**-**	**Acima de 8**	**Entre 3 e 8**	**Abaixo de 3**		

Sumário

Esta edição, de 344 páginas, contém os atos normativos e de interesse geral.

DECRETOS **1**
DECRETO Nº 65.487, DE 22 DE JANEIRO DE 2021 1
DECRETO Nº 65.488, DE 22 DE JANEIRO DE 2021 3
DECRETO Nº 65.489, DE 22 DE JANEIRO DE 2021 11
ATOS DO GOVERNADOR **11**
DESPACHOS DO GOVERNADOR 11
GOVERNO **11**
GABINETE DO SECRETÁRIO 11
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO 11
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO 12
CASA MILITAR 13
PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO **13**
SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO 13
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL 14
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA 14
DESENVOLVIMENTO REGIONAL **14**
GABINETE DO SECRETÁRIO 14
JUSTIÇA E CIDADANIA **15**
GABINETE DO SECRETÁRIO 15
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR 15
FUNDAÇÃO INST. DE TERRAS DO ESTADO DE S.PAULO JOSÉ GOMES DA SILVA 15
FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE 16
DESENVOLVIMENTO SOCIAL **17**
COORDENADORIA DE AÇÃO SOCIAL 17
SEGURANÇA PÚBLICA **17**
GABINETE DO SECRETÁRIO 17
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA 18
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO 18
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO 19
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA **23**
GABINETE DO SECRETÁRIO 23
COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA 23
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO 23
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL 24
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO 25
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO 25
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO 26
FUNDAÇÃO PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL 27
FAZENDA E PLANEJAMENTO **27**
COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA 27
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO 32
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO **32**
AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS 32
COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA 32
EDUCAÇÃO **32**
GABINETE DO SECRETÁRIO 32
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO 32
COORDENADORIA DE INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA, EVIDÊNCIA E MATRÍCULA 32
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES 32
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO 33
DIRETORIAS DE ENSINO 33
SAÚDE **38**
GABINETE DO SECRETÁRIO 38
COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS 40
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO 40
COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS 40
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE 41
COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE 42
COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 42
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE ENDEMIAS 43
FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR CHOPIN TAVARES DE LIMA 43
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP 43
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA USP 43
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU 43
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA 44
LOGÍSTICA E TRANSPORTES **44**
GABINETE DO SECRETÁRIO 44
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM 44
CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA **44**
CONS. DEFESA DO PATRIM. HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO 44
UNIDADE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO 45
UNIDADE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO 45
FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA 45
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO **45**
GABINETE DA SECRETÁRIA 45
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL 45
COORDENADORIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 45
CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA 45
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO 49
HABITAÇÃO **49**
GABINETE DO SECRETÁRIO 49
AGÊNCIA PAULISTA DE HABITAÇÃO SOCIAL 49
INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE **49**
GABINETE DO SECRETÁRIO 49
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA 49
FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLÓGICO DE SÃO PAULO 51
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO 51
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO **51**
GABINETE DO PROCURADOR GERAL 51
PROCURADORIA FISCAL 51
PROCURADORIA JUDICIAL 51
PROCURADORIA DO ESTADO DE SÃO PAULO EM BRASÍLIA 51
TRANSPORTES METROPOLITANOS **51**
GABINETE DO SECRETÁRIO 51
TURISMO **51**
GABINETE DO SECRETÁRIO 51
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO **52**
REITORIA 52
UNIDADES UNIVERSITÁRIAS 52
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS **52**
REITORIA 52
UNIDADES UNIVERSITÁRIAS 52
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA **52**
UNIDADES UNIVERSITÁRIAS 52
FUNDAÇÃO EDITORA UNESP 53
MINISTÉRIO PÚBLICO **53**
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA 53
CONSELHO SUPERIOR 61
DIRETORIA GERAL 74
CENTRO DE RECURSOS HUMANOS 74
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO **74**
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO 74
TERCEIRA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO 75
CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO 75
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO 75
NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DA DIVERSIDADE E DA IGUALDADE RACIAL 76
EDITAIS **76**
GOVERNO 76
PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO 84
JUSTIÇA E CIDADANIA 84
SEGURANÇA PÚBLICA 86
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA 88
FAZENDA E PLANEJAMENTO 89
EDUCAÇÃO 89
SAÚDE 100
LOGÍSTICA E TRANSPORTES 100
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 100
INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE 101
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO 101
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO 104
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA 106
NEGÓCIOS PÚBLICOS **108**
PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO 108
DESENVOLVIMENTO REGIONAL 110
JUSTIÇA E CIDADANIA 110
SEGURANÇA PÚBLICA 110
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA 115
FAZENDA E PLANEJAMENTO 123
EDUCAÇÃO 123
SAÚDE 124
LOGÍSTICA E TRANSPORTES 133
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 134
INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE 134
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO 135
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO 135
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS 136
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA 137
CONCURSOS **138**
SEGURANÇA PÚBLICA 138
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 143
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO 321
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS 321
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA 321
BEC - BOLSA ELETRÔNICA DE COMPRAS **324**
SECRETARIA DE GOVERNO 324
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO 324
DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS **325**

Secretarias

Casa Civil
Secretário-Chefe da Casa Civil: Gilberto Kassab
Av. Morumbi 4.500 Morumbi
CEP 05650-905 t 2193-8000

Governo
Secretário: Rodrigo Garcia
Av. Morumbi, 4.500 Morumbi
CEP 05650-905 t 2193-8000

Projetos, Orçamento e Gestão
Secretário: Mauro Ricardo Machado Costa
Av. Morumbi, 4.500 Morumbi
CEP 05650-905 t 2193-8933

Desenvolvimento Regional
Secretário: Marco Antonio Scarasati Vinholi
Av. Rangel Pestana, 300 3º andar Centro
CEP 01017-911 t 3204-4500

Infraestrutura e Meio Ambiente
Secretário: Marcos Rodrigues Penido
Av. Prof. Frederico Hermann Jr. 345 Alto de Pinheiros
CEP 05459-010 t 3133-3000

Justiça e Cidadania
Secretário: Fernando José da Costa
Pátio do Colégio 148 Centro
CEP 01016-040 t 3291-2603

Desenvolvimento Social
Secretária: Celia Kochen Parnes
Rua Boa Vista, nº 170 Edifício Cidade I Centro
CEP 01014-00 t 2763-8000

Segurança Pública
Secretário: João Camilo Pires de Campos
Rua Líbero Badaró 39 Centro
CEP 01009-000 t 3291-6500

Administração Penitenciária
Secretário: Nivaldo Cesar Restivo
Av. General Ataliba Leonel 656 Santana
CEP 02088-900 t 2223-4700

Fazenda e Planejamento
Secretário: Henrique de Campos Meirelles
Av. Rangel Pestana 300 Centro
CEP 01091-900 t 3243-3400

Agricultura e Abastecimento
Secretário: Gustavo Diniz Junqueira
Praça Ramos de Azevedo 254 Centro
CEP 01037-912 t 5067-0000

Direitos da Pessoa com Deficiência
Secretária: Celia Camargo Leão Edelmuth
Av. Auro Soares de Moura Andrade 564
CEP 01156-001 t 5212-3700

Educação
Secretário: Rossieli Soares da Silva
Praça da República 53 Centro
CEP 01045-903 t 3218-2000

Saúde
Secretário: Jeancarlo Gorinchteyn
Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar 188 Cerqueira César
CEP 05403-000 t 3066-8000

Logística e Transportes
Secretário: João Octaviano Machado Neto
Rua Iaiá 126 Itaim-Bibi
CEP 04542-906 t 3702-8000

Cultura e Economia Criativa
Secretário: Sergio Henrique Sá Leitão Filho
Rua Mauá 51 Luz
CEP 01028-900 t 3339-8000

Desenvolvimento Econômico
Secretária: Patrícia Ellen da Silva
Av. Escola Politécnica, 82 Jaguaré
CEP 05350-000 t 3718-6500

Esportes
Secretário: Aildo Rodrigues Ferreira
Praça Antonio Prado 9 Centro
CEP 01010-010 t 3107-4098

Habitação
Secretário: Flavio Augusto Ayres Amary
Rua Boa Vista 170, 16º Bloco 2 Ed. Cidade I
CEP 01014-930 t 3638-5100

Procuradoria Geral do Estado
Procuradora-Geral do Estado: Maria Lia Pinto Porto Corona
Rua Pamplona 227 Bela Vista
CEP 01405-902 t 3372-6401 / 6402 / 6404

Transportes Metropolitanos
Secretário: Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga
Rua Boa Vista 175 Bloco B Edifício Cidade II Centro
CEP 01014-001 t 3291-7800

Turismo
Secretário: Vinicius Rene Lummertz Silva
Praça Ramos de Azevedo 254 5º Andar Centro
CEP 01037-912 t 3204-2855

Universidade de São Paulo
Reitor: Vahan Agopyan
Rua da Reitoria 374 Cidade Universitária
CEP 05508-220 t 3091-4244

Universidade Estadual de Campinas
Reitor: Marcelo Knobel
Cidade Universitária Campinas
CEP 13083-970 t (19) 3521-2121

Universidade Estadual Paulista
Reitor: Sandro Roberto Valentini
Rua Quirino de Andrade 215 Centro
CEP 01049-010 t 5627-0233

Ministério Público
Procurador-Geral de Justiça: Mario Luiz Sarrubbo
Rua Riachuelo 115 Centro
CEP 01007-904 t 3119-9000

Defensoria Pública do Estado
Defensor Público-Geral do Estado: Florisvaldo Antonio Fiorentino Júnior
Rua Boa Vista 200 Centro
CEP 01014-001 t 3106-1889

Relações Internacionais
Secretário: Julio Serson

Comunicação
Secretário: Cleber de Oliveira Mata

Casa Militar e Defesa Civil
Secretário: Walter Nyakas Junior

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretor-Presidente Carlos André de Maria de Arruda
Diretor Vice-Presidente Jorge Águedo de Jesus Peres de Oliveira Filho
Diretora Administrativa e Financeira Izabel Camargo Lopes Monteiro
Diretora Industrial Izabel Camargo Lopes Monteiro (respondendo cumulativamente)
Diretor de Gestão de Negócios Carlos André de Maria de Arruda (respondendo cumulativamente)
Jornalista Responsável Antonio Euclides Teixeira (MTb 8186)
redacao@imprensaoficial.com.br

Diário Oficial Estado de São Paulo
PODER EXECUTIVO SEÇÃO I

Matriz
Imprensa Oficial do Estado S.A. - Imesp
CNPJ 48.066.047/0001-84
I.E. 109.675.410.118
Sede e administração
Rua da Mooca 1921 São Paulo SP
CEP 03103-902
t 11 2799.9800
www.imprensaoficial.com.br
SAC 0800 01234 01

Filial
• **Capital**
XV de Novembro t 11 3105.6781 / 11 3101.6473
Rua XV de Novembro 318 Centro
São Paulo SP CEP 01013-000

Forma de cálculo

Para calcular a fase de risco de cada área, utilizam-se dois critérios: capacidade de resposta do sistema de saúde e evolução da COVID-19

1 - Capacidade de Resposta do Sistema de Saúde

O critério "Capacidade de Resposta do Sistema de Saúde" é composto pelos seguintes indicadores:

1.a) Taxa de ocupação de leitos hospitalares destinados ao tratamento intensivo de pacientes com COVID-19 (O): quociente da divisão entre o número de pacientes suspeitos ou confirmados com COVID-19 internados em UTI e o número de leitos hospitalares destinados ao tratamento intensivo de pacientes com COVID-19

☐ Se o resultado for maior ou igual a 75%, O = 1

☐ Se o resultado for menor que 75% e maior ou igual a 70%, O = 2

☐ Se o resultado for menor que 70%, O = 4

1.b) Quantidade de leitos hospitalares destinados ao tratamento intensivo de pacientes com COVID-19, por 100 mil habitantes (L)

☐ Se a quantidade for menor ou igual a 3, L = 1

☐ Se a quantidade for maior que 3 e menor ou igual a 5, L = 2

☐ Se a quantidade for maior que 5, L = 4

Fontes: Central de Regulação de Ofertas e Serviços de Saúde - CROSS (Lei nº 16.287, de 18 de julho de 2016), Censo COVID19 do Estado (Resolução SS nº 53, de 13 de abril de 2020), SIMI (Decreto nº 64.963, de 5 de maio de 2020), IBGE e Fundação Seade.

2 - Evolução da COVID-19

2.a) Incidência de casos nos últimos 14 dias por 100 mil habitantes(Nc): soma de novos casos nos últimos 14 dias dividida pela população da área, multiplicado o resultado por 100 mil

☐ Se o resultado for maior ou igual a 360, Nc = 2

☐ Se o resultado for menor que 360 e maior ou igual a 180, Nc = 3

☐ Se o resultado for menor que 180, Nc = 4

2.b) Incidência de Internações nos últimos 14 dias por 100 mil habitantes(Ni): soma de novas internações nos últimos 14 dias dividida pela população da área, multiplicado o resultado por 100 mil

☐ Se o resultado for maior ou igual 60, Ni = 2

☐ Se o resultado for menor que 60 e maior ou igual a 30, Ni = 3

☐ Se o resultado for menor que 30, Ni = 4

2.c) Incidência de óbitos nos últimos 14 dias por 100 mil habitantes (No): soma de novos óbitos nos últimos 14 dias dividida pela população da área, multiplicado o resultado por 100 mil

☐ Se o resultado for maior ou igual 8, Ni = 2

☐ Se o resultado for menor que 8 e maior ou igual a 3, Ni = 3

☐ Se o resultado for menor que 3, Ni = 4

Fontes: Central de Regulação de Ofertas e Serviços de Saúde - CROSS (Lei nº 16.287, de 18 de julho de 2016), Censo COVID19 do Estado (Resolução SS nº 53, de 13 de abril de 2020), SIMI (Decreto nº 64.963, de 5 de maio de 2020), Boletim Epidemiológico do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE), IBGE, sistemas GAL-DATASUS, SIVEP-Gripe, notifica.saude.gov.br e Fundação Seade.

Fórmulas de cálculo:

Para cada um dos indicadores acima descritos, é atribuído um peso, conforme seu impacto no respectivo critério, de forma que os critérios são calculados pela média ponderada dos indicadores, observadas as fórmulas abaixo:

(1) Capacidade do Sistema de Saúde = (O*4 + L*1)/(4 + 1)

(2) Evolução da COVID-19 = (Nc*1 + Ni*3 + No*1)/(1 + 3 + 1)

A classificação final da área corresponderá à menor nota atribuída a um dos critérios (1) Capacidade do Sistema de Saúde ou (2) Evolução da COVID-19, arredondada para baixo até o número inteiro mais próximo

Jean Gorinchteyn

Secretaria de Saúde

DECRETO Nº 65.488, DE 22 DE JANEIRO DE 2021

Estabelece normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2021, e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os ordenamentos estabelecidos na Constituição do Estado; as disposições da legislação orçamentária e financeira vigentes; as normas gerais de Direito Financeiro contidas na Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; as normas de finanças públicas fixadas na Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei n° 17.286, de 20 de agosto de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021, e na Lei nº 17.309, de 29 de dezembro de 2020, que orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2021;

Considerando os efeitos da Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, que estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas;

Considerando o imperativo legal de assegurar na execução orçamentária o princípio do equilíbrio entre despesas e receitas, estabelecido pela Lei nº 17.309 de 29 de dezembro de 2020, com a adoção de procedimentos que ajustem a realização do gasto ao comportamento efetivo da arrecadação, a fim de resguardar a estabilidade financeira do Tesouro do Estado;

Considerando o firme propósito de cumprir as metas fiscais estabelecidas para o exercício e, ao mesmo tempo, dar efetividade à realização do programa de Governo e eficiência ao uso dos recursos, e que para tanto, faz-se necessário adotar critérios seletivos na realização das despesas públicas,

Decreta:

Artigo 1º - O processo de execução do Orçamento do Estado de São Paulo, aprovado pela Lei nº 17.309, de 29 de dezembro de 2020, observará as normas deste decreto e será obrigatoriamente realizado, em tempo real, no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/SP com o registro de todos os atos relativos à movimentação orçamentária, financeira, patrimonial e contábil.

Artigo 2º - As normas estabelecidas neste decreto aplicam-se aos órgãos da Administração Direta, às Autarquias, às Fundações, aos Fundos Especiais, aos Fundos Especiais de Despesa, aos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento e às Sociedades de Economia Mista, classificadas como dependentes de acordo com o conceito estabelecido pelo inciso III do artigo 2º da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e, no que couber, às demais sociedades em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único - A Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM manterá, em sistemas próprios, os registros dos demonstrativos contábeis, atuariais, financeiros e de benefícios para cumprir disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, que institui o regime de previdência complementar no Estado de São Paulo, ficando dispensada de atender ao "caput" deste artigo.

CAPÍTULO I

Do Processo de Execução

Seção I

Disposições Preliminares

Artigo 3º - A gestão dos recursos orçamentários e financeiros far-se-á através das seguintes unidades:

I - Unidade Gestora Orçamentária - UGO, unidade gerenciadora e controladora das dotações de cada Unidade Orçamentária, que centraliza todas as operações de natureza orçamentária, dentre as quais, a distribuição de recursos às Unidades Gestoras Executoras e aos Fundos Especiais, Fundos Especiais de Despesa e Fundos Especiais de Financiamento e Investimento;

II - Unidade Gestora Financeira - UGF, unidade responsável pela gestão e controle dos recursos financeiros, que centraliza as operações e transações bancárias;

III - Unidade Gestora Executora - UGE, unidade administrativa codificada no SIAFEM/SP, integrante da estrutura dos órgãos da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações e das Sociedades de Economia Mista classificadas como dependentes, incumbida da execução orçamentária e financeira da despesa.

§ 1º - Toda Unidade de Despesa constitui uma Unidade Gestora Executora.

§ 2º - Nas Autarquias, Fundações e Sociedades de Economia Mista, classificadas como dependentes, a gestão orçamentária e financeira será única, abrangendo as atribuições da Unidade Gestora Financeira e da Unidade Gestora Orçamentária, podendo ser desdobrada em Unidades Gestoras Executoras, com as atribuições definidas no inciso III deste artigo, visando à descentralização e à racionalização na aplicação dos recursos orçamentários.

§ 3º - Para efeito de operacionalização no SIAFEM/SP, os Fundos Especiais, os Fundos Especiais de Despesa e os Fundos Especiais de Financiamento e Investimento, são, concomitantemente, Unidades Gestoras Financeiras e Unidades Gestoras Executoras.

Artigo 4º - Os recursos orçamentários destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde previstos na lei orçamentária anual e alocados na unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FUNDES, da Secretaria da Saúde, na forma autorizada pela lei de diretrizes orçamentárias, serão executados:

I - pelas unidades orçamentárias da Administração Direta da Secretaria da Saúde, conforme programação detalhada em anexo específico da lei orçamentária anual, cabendo à unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde, na qualidade de unidade orçamentária gestora, providenciar as transferências das correspondentes dotações, obedecida a distribuição por fonte e grupo de despesa;

II - pelas unidades orçamentárias da Administração Direta e Indireta, não vinculadas institucionalmente à Secretaria da Saúde e que realizem ações de saúde, cabendo à unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde providenciar as transferências das correspondentes dotações por meio da modalidade de aplicação intraorçamentária, obedecida a distribuição por fonte e grupo de despesa.

Seção II

Da Discriminação Detalhada da Receita

Artigo 5º - A discriminação da receita é a constante na Lei nº 17.309, de 29 de dezembro de 2020, e ajustada pelo Decreto nº 65.438, de 30 de dezembro de 2020, e seu detalhamento será editado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Seção III

Da Distribuição das Dotações Orçamentárias

Artigo 6º - A distribuição das dotações orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.309, de 29 de dezembro de 2020, e ajustadas pelo Decreto nº 65.438, de 30 de dezembro de 2020, será automaticamente disponibilizada no SIAFEM/SP, observado o seguinte detalhamento:

I - classificação institucional por Órgão e Unidade Orçamentária;

II - classificação funcional por função e subfunção;

III- estrutura programática, composta por programa, atividade e projeto;

IV - classificação da despesa por natureza até o nível de elemento; e

V - fonte de recursos.

Artigo 7º - As Unidades Gestoras Orçamentárias procederão à distribuição da dotação orçamentária para as respectivas Unidades Gestoras Executoras mediante Nota de Crédito.

Seção IV

Da Programação Orçamentária da Despesa do Estado

Artigo 8º - A Programação Orçamentária da Despesa do Estado é apresentada no Anexo deste decreto e reflete as dotações estabelecidas no orçamento aprovado pela Lei nº 17.309, de 29 de dezembro de 2020, ajustadas pelo Decreto nº 65.438, de 30 de dezembro de 2020, distribuídas em quotas, sendo uma contingenciada e as demais, mensais, correspondendo aos limites orçamentários, compatibilizados com as projeções das disponibilidades para o exercício.

§ 1º - A distribuição das dotações orçamentárias, por quotas, constantes do Anexo deste decreto, será automaticamente disponibilizada no SIAFEM/SP com o seguinte detalhamento:

1. classificação institucional por Unidade Orçamentária;

2. classificação da despesa por natureza até o nível de grupo;

3. fonte de recursos.

§ 2º - A distribuição das quotas mensais das Unidades Gestoras Orçamentárias para as Unidades Gestoras Executoras será realizada mediante Nota de Lançamento.

Artigo 9º - Os recursos próprios de Autarquias, Fundações e Sociedades de Economia Mista, classificadas como dependentes, os recursos vinculados e as dotações disponíveis às Universidades Estaduais e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, deverão obedecer à distribuição de 1/12 (um doze avos) em cada quota mensal.

Artigo 10 - O limite de empenhamento mensal dos recursos próprios e vinculados, fixado na Programação Orçamentária da Despesa do Estado, poderá ser automaticamente ampliado mediante antecipação de quotas vincendas, limitadas ao valor do excesso de arrecadação verificado mensalmente e ao total orçado para o exercício.

Seção V

Das Informações para Acompanhamento e Monitoramento

Artigo 11 - O acompanhamento dos produtos e ações aprovados na Lei Orçamentária de 2021, e modificações posteriores, bem como o registro dos resultados dos respectivos programas, serão efetuados no Sistema de Monitoramento do PPA - SimPPA.

Parágrafo único - Os gestores setoriais se obrigam a prestar informações quanto aos resultados de seus programas e a manter devidamente atualizado o sistema referido no "caput" deste artigo, requisito obrigatório para solicitação de alterações orçamentárias.

Artigo 12 - As Sociedades de Economia Mista, classificadas como dependentes e as demais sociedades em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, deverão fornecer mensalmente à Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão, as informações relativas à execução financeira, utilizando-se do Sistema Orçamentário das Empresas - SOE e do Sistema de Informações das Entidades Descentralizadas - SIEDESC, condição obrigatória para solicitação de alterações orçamentárias.

Seção VI

Das Alterações Orçamentárias

Artigo 13 - As solicitações de alteração orçamentária e de alteração das quotas deverão ser formalizadas mediante a utilização do Sistema de Alteração Orçamentária - SAO, observadas as normas estabelecidas pelas Secretarias de Projetos, Orçamento e Gestão, da Fazenda e Planejamento e de Governo.

Artigo 14 - As solicitações de crédito suplementar, nos termos do artigo 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, serão admitidas apenas se delas constar:

I - confirmação do excesso de arrecadação de recursos vinculados, operações de crédito e receitas próprias, ou constatada a existência de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior;

II - confirmação, em manifestação conclusiva do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas, da insuficiência de recursos orçamentários após o uso de recursos próprios e a utilização dos mecanismos de alteração na distribuição de recursos internos, antecipação de quotas e de liberação da dotação contingenciada;

III - justificativa fundamentada da necessidade de crédito e da existência de recursos para compensação e, no caso da anulação de dotações orçamentárias, justificativa do órgão ou entidade para o cancelamento, acompanhada de demonstrativo da variação nas metas previstas nos projetos e atividades, objetos de alteração;

IV - estimativa dos impactos futuros nos programas e ações da unidade, decorrentes da realização da despesa para a qual é solicitado o crédito;

V - memória de cálculo da projeção da receita de recursos diretamente arrecadados ou vinculados.

§ 1º - Para apuração do excesso de arrecadação ou do superávit financeiro de que trata o inciso I deste artigo deverá ser utilizado o Sistema Integrado de Receita - SIR disponibilizado no sítio www.fazenda.sp.gov.br.

§ 2º - Não será concedido crédito por excesso de arrecadação para as entidades que tiverem pendências de recolhimento de superávit determinado pela Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020.

§ 3º - Os recursos oferecidos para cobertura de alterações orçamentárias deverão estar obrigatoriamente disponíveis na Unidade Gestora Orçamentária antes do encaminhamento do pedido através do Sistema de Alteração Orçamentária - SAO e não poderão ser objeto de execução e de outras alterações orçamentárias durante a tramitação das alterações anteriores, sob pena de anulação da primeira.

§ 4º - O não cumprimento dos procedimentos dispostos neste artigo implicará na paralisação da análise do crédito ou, se for o caso, na devolução da solicitação ao órgão ou entidade de origem.

Artigo 15 - Os pedidos de créditos adicionais serão dirigidos à Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão e estão condicionados aos resultados da arrecadação e da execução da despesa.

§ 1º - Para fins de cobertura dos créditos adicionais deverão ser indicados recursos, preferencialmente, na seguinte hierarquia:

I - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados por lei;

II - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, com exceção dos listados no artigo 20 deste decreto.

III - outros recursos nos termos dos incisos II e IV do artigo 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º - Até o final do segundo quadrimestre serão acolhidos apenas os pedidos de créditos suplementares da fonte Tesouro do Estado com oferecimento de recursos decorrentes de anulação de dotações orçamentárias.

§ 3º - Em caráter excepcional serão admitidos pedidos de crédito, previstos no parágrafo anterior, para atendimento de despesas com pessoal e reflexos, sentenças judiciárias e serviço da dívida, podendo as Secretarias de Projetos, Orçamento e Gestão, da Fazenda e Planejamento e de Governo ressalvar sua aplicação em outros casos mediante justificativa fundamentada do Órgão.

Artigo 16 - As dotações orçamentárias e a relação de recursos decorrentes de emendas parlamentares individuais, constantes dos Anexos II e III da Lei Orçamentária de 2021 - Lei nº 17.309 de 29 de dezembro de 2020, a que se refere os §§ 6º ao 10 do artigo 175 da Constituição do Estado de São Paulo, acrescidos pela Emenda Constitucional nº 45, de 18 de dezembro de 2017, que tornam obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica, não poderão ser alteradas ou oferecidas para remanejamento de qualquer espécie durante o exercício de 2021, exceto nos casos previstos no artigo 28 na Lei n°17.286, de 20 de agosto de 2020 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021.

§ 1º - À Secretaria ou órgão responsável pela implementação da emenda parlamentar caberá a verificação da respectiva viabilidade técnica, o pagamento dos valores decorrentes da execução do Programa de Trabalho e respectiva prestação de contas

§ 2º - Não caracterizam impedimentos de ordem técnica:

1. alegação de falta de liberação ou disponibilidade orçamentária ou financeira;

2. manifestação de órgão do Poder Executivo referente à conveniência do objeto da emenda;

3. óbice que possa ser sanado mediante procedimentos ou providências de responsabilidade exclusiva do órgão de execução;

4. alegação de inadequação do valor da programação, quando o montante for suficiente para alcançar o objeto pretendido ou adquirir pelo menos uma unidade completa.

§ 3º - No caso de impedimento de ordem técnica que inviabilize o empenho, a liquidação ou o pagamento da despesa, serão adotadas as seguintes medidas:

1. até 1º de março de 2021, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do motivo do impedimento;

2. até 10 de abril de 2021, o Poder Executivo fará o remanejamento da programação, nos termos previstos na lei orçamentária anual.

§ 4º - As programações decorrentes de emenda que permanecerem com impedimento técnico após 30 de outubro de 2021 poderão ser remanejadas de acordo com autorização constante da Lei Orçamentária de 2021.

§ 5º - Caso o recurso correspondente à emenda parlamentar esteja alocado em Órgão ou Secretaria que não tenha competência para implementá-la, ou em grupo de despesa que impossibilite sua utilização, cientificado o parlamentar, poderá ser remanejado o valor individual para o Órgão e o respectivo Programa de Trabalho com atribuição para a execução da iniciativa.

Artigo 17 - Portaria Conjunta das Secretarias de Projetos, Orçamento e Gestão, da Fazenda e Planejamento e de Governo irá especificar as despesas com restrições de remanejamento e a forma de monitoramento e controle.

Artigo 18 - As solicitações de créditos especiais destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, nos termos do artigo 43, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, serão admitidas apenas se delas constar os pareceres dos órgãos técnicos e da Consultoria Jurídica das Secretarias de origem, manifestação conclusiva do Titular da Pasta e Exposição de Motivos, em conformidade com o disposto no Decreto n° 51.704, de 26 de março de 2007.

Artigo 19 - As empresas não dependentes ficam obrigadas a submeter à Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão qualquer alteração do orçamento de investimento aprovado na Lei nº 17.309, de 29 de dezembro de 2020

Parágrafo único -As solicitações de alteração orçamentária do orçamento de investimento das empresas mencionadas no "caput" deverão ser formalizadas mediante a utilização do Sistema de Alteração Orçamentária - SAO, observadas as normas estabelecidas pelas Secretarias de Projetos, Orçamento e Gestão, da Fazenda e Planejamento e de Governo.

Seção VII

Do Superávit Financeiro

Artigo 20 - Os recursos do superávit financeiro de que tratam os artigos 14, 15 e 17 da Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, deverão ser depositados na Conta Única do Tesouro Estadual - subconta da São Paulo Previdência - SPPREV.

§ 1º - O disposto no "caput" não se aplica ao montante das receitas vinculadas cuja destinação legal esteja prevista na Constituição Federal, Constituição Estadual ou legislação federal.

§ 2º - O disposto no "caput" não se aplica ao montante das receitas dos fundos de investimento vinculadas a programas de subsídios ou com objetivo de prover recursos para riscos de crédito nos termos do Decreto nº 62.310, de 16 de dezembro de 2016.

§ 3º - A transferência dos recursos prevista no "caput" deverá ser realizada em até 10 (dez) dias após a publicação do Balanço Geral do Estado.

§ 4º - A critério dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, a transferência prevista no "caput" poderá ser substituída pela compensação do superávit financeiro com duodécimos.

Artigo 21 - Os recursos do superávit de 2019, que não forem transferidos financeiramente, por indisponibilidade de caixa, e que estão registrados em conta contábil específica vinculada à São Paulo Previdência - SPPREV deverão ser obrigatoriamente recolhidos durante o exercício de 2021.

Seção VIII

Das Disposições Gerais

Artigo 22 - Os valores equivalentes às contribuições previdenciárias não repassados pelos órgãos e entidades estaduais à São Paulo Previdência - SPPREV e à Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo -SP-PREVCOM serão deduzidos, pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, das liberações financeiras do Tesouro do Estado, consoante previsto no artigo 18 da Lei n° 17.286, de 20 de agosto de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021.

Artigo 23 - Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado devem, obrigatoriamente, consultar previamente o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN ESTADUAL quando da celebração de quaisquer ajustes (acordos, contratos, convênios etc.), concessão de auxílios, incentivos, pagamentos ou repasses financeiros, nos termos do artigo 6º da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 53.455, de 19 de setembro de 2008.

Parágrafo único - Os contratos, convênios, acordos, ou quaisquer outros ajustes deverão conter cláusula específica condicionando os pagamentos ou a liberação de recursos à inexistência de registros em nome dos respectivos beneficiários junto ao CADIN ESTADUAL.

Artigo 24 - Antes da celebração ou assinatura de convênios ou quaisquer outros tipos de avenças com entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, as Unidades Gestoras, de que trata o artigo 3º deste decreto, deverão obrigatoriamente cumprir, no âmbito de suas atribuições, o disposto no Decreto nº 57.501, de 8 de novembro de 2011, regulamentado pela Resolução CC-6 , de 14 de janeiro de 2013.

Artigo 25 - Em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 21 da Lei n° 17.286, de 20 de agosto de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2021, os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que, na fase de elaboração da Proposta Orçamentária de 2021, apropriaram parcela de dotações de investimentos na categoria "a definir" deverão, por ocasião do empenhamento, seguir os procedimentos estabelecidos pela Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão.

Artigo 26 - Os recursos financeiros transferidos pelo Tesouro do Estado, a título de dotação para constituição ou aumento de capital deverão obrigatoriamente ser executados no SIAFEM/SP, ficando vedada a transferência desses recursos à conta movimento da entidade não dependente.

Artigo 27 - A liberação da dotação contingenciada será gradativa, levando em conta o Programa de Metas, o estágio do projeto, seu impacto socioeconômico e a disponibilidade financeira do Estado.

CAPÍTULO II

Das Atribuições e Competências

Artigo 28 - Para cumprimento do disposto neste decreto ficam estabelecidas as seguintes atribuições:

I - à Secretaria da Fazenda e Planejamento:

a) detalhar a receita e aprovar sua alteração, de acordo com o parágrafo único, do artigo 3º da Lei nº 17.309 de 29 de dezembro de 2020;

b) manifestar-se quanto aos efeitos de ordem financeira decorrentes da concessão de créditos adicionais;

c) manifestar-se quanto ao provável excesso de arrecadação de recursos, bem como sobre o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior;

d) normatizar sobre receitas e procedimentos orçamentários, contábeis e financeiros no SIAFEM/SP;

e) fixar diretrizes para o processamento de pagamento da despesa de pessoal dos órgãos do Poder Executivo da Administração Direta do Estado;

II- à Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão:

a) normatizar sobre procedimentos de execução e acompanhamento orçamentário da despesa de programas, atividades e projetos;

b) decidir sobre os pedidos de reprogramação entre elementos;

c) manifestar-se quanto ao mérito dos pedidos de créditos adicionais, quanto aos efeitos de ordem orçamentária;

III - à Secretaria de Governo:

a) manifestar-se quanto à compatibilidade dos pedidos de créditos adicionais com as diretrizes governamentais;

IV - às Secretarias de Projetos, Orçamento e Gestão, e da Fazenda e Planejamento:

a) decidir, em conjunto sobre os pedidos de antecipação de quotas;

V - às Secretarias de Projetos, Orçamento e Gestão, e de Governo:

a) submeter, à aprovação do Governador, a instituição ou supressão de unidades orçamentárias e unidades de despesa;

VI - às Secretarias de Projetos, Orçamento e Gestão; da Fazenda e Planejamento e de Governo:

a) propor ao Governador os pedidos de abertura de créditos adicionais;

b) decidir, em conjunto sobre a liberação da dotação contingenciada, assim como sobre casos especiais.

Artigo 29 - Os Secretários de Estado e os ordenadores de despesa são responsáveis pela observância do cumprimento das disposições legais aplicáveis à matéria de que trata este decreto, especialmente da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e Lei n° 17.286, de 20 de agosto de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021.

CAPÍTULO III

Das Disposições Finais

Artigo 30 - Em decorrência do disposto neste decreto, fica vedada aos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado, a realização de despesa ou a assunção de compromissos que não estejam compatíveis com os limites disponíveis e os cronogramas estabelecidos, conforme estabelece o inciso II do "caput" do artigo 176 da Constituição do Estado.

Artigo 31 - Os Secretários de Estado, os titulares de órgãos do Governo do Estado, os dirigentes de órgãos setoriais dos sistemas estaduais de orçamento e de administração financeira e os ordenadores de despesas são responsáveis, no que lhes couber, pelo cumprimento do disposto neste decreto.

Artigo 32 - O Departamento de Controle e Avaliação da Secretaria da Fazenda e Planejamento, por intermédio dos seus Centros de Controle e Avaliação e Centros Regionais de Controle e Avaliação, aos quais se vinculam as Unidades Gestoras Executoras, adotará providências com vistas ao cumprimento das disposições deste decreto.

Artigo 33 - Para efeito de assegurar o cumprimento dos artigos 35 e 171 da Constituição do Estado, o disposto neste decreto aplica-se, no que couber, aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública do Estado e ao Tribunal de Contas do Estado.

Artigo 34 - Com vistas ao cumprimento das metas fiscais e no intuito de assegurar a adequação da execução orçamentária e financeira às disponibilidades de caixa do Tesouro Estadual, as Secretarias da Fazenda e Planejamento e de Projetos, Orçamento e Gestão revisarão quadrimestralmente a programação orçamentária e financeira e editarão normas específicas sobre a sua execução no exercício, devendo ainda adotar as providências necessárias ao cumprimento do disposto neste decreto, bem como na Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 35 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2021.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de janeiro de 2021

JOÃO DORIA

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Gustavo Diniz Junqueira

Secretário de Agricultura e Abastecimento

Bruno Rocha Nagli

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Sergio Henrique Sá Leitão Filho

Secretário da Cultura e Economia Criativa

Rossieli Soares da Silva

Secretário da Educação

Henrique de Campos Meirelles

Secretário da Fazenda e Planejamento

Flavio Augusto Ayres Amary

Secretário da Habitação

João Octaviano Machado Neto

Secretário de Logística e Transportes

Fernando José da Costa

Secretário da Justiça e Cidadania

Marcos Rodrigues Penido

Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente

Celia Kochen Parnes

Secretária de Desenvolvimento Social

Marco Antonio Scarasati Vinholi

Secretário de Desenvolvimento Regional

Jeancarlo Gorinchteyn

Secretário da Saúde

João Camilo Pires de Campos

Secretário da Segurança Pública

Nivaldo Cesar Restivo

Secretário da Administração Penitenciária

Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga

Secretário dos Transportes Metropolitanos

Aildo Rodrigues Ferreira

Secretário de Esportes

Vinicius Rene Lummertz Silva

Secretário de Turismo

Celia Camargo Leão Edelmuth

Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Julio Serson

Secretário de Relações Internacionais

Mauro Ricardo Machado Costa

Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Publicado na Secretaria de Governo, aos 22 de janeiro de 2021.

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021 Pág.: 1

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
01000-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		**105.948.710** **105.948.710**	**105.948.710** **105.948.710**	**105.948.710** **105.948.710**	**105.948.710** **105.948.710**	**105.948.710** **105.948.710**	**105.948.710** **106.457.913**	**0** **1.271.893.723**
	1	105.768.655 105.768.655	105.768.655 105.768.655	105.768.655 105.768.655	105.768.655 105.768.655	105.768.655 105.768.655	105.768.655 106.276.982	0 1.269.732.187
	3	180.055 180.055	180.055 180.055	180.055 180.055	180.055 180.055	180.055 180.055	180.055 180.931	0 2.161.536
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		85.633.627 85.633.627	85.633.627 85.633.627	85.633.627 85.633.627	85.633.627 85.633.627	85.633.627 85.633.627	85.633.627 86.044.904	0 1.028.014.801
	1	85.633.627 85.633.627	85.633.627 85.633.627	85.633.627 85.633.627	85.633.627 85.633.627	85.633.627 85.633.627	85.633.627 86.044.904	0 1.028.014.801
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.315.083 20.315.083	20.315.083 20.315.083	20.315.083 20.315.083	20.315.083 20.315.083	20.315.083 20.315.083	20.315.083 20.412.999	0 243.878.912
	1	20.135.028 20.135.028	20.135.028 20.135.028	20.135.028 20.135.028	20.135.028 20.135.028	20.135.028 20.135.028	20.135.028 20.232.078	0 241.717.386
	3	180.055 180.055	180.055 180.055	180.055 180.055	180.055 180.055	180.055 180.055	180.055 180.921	0 2.161.526
4 - INVESTIMENTOS		0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
	3	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
02000-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO		**85.843.750** **85.843.750**	**85.843.750** **85.843.750**	**85.843.750** **85.843.750**	**85.843.750** **85.843.750**	**85.843.750** **85.843.750**	**85.843.750** **86.256.311**	**0** **1.030.537.561**
	1	85.372.073 85.372.073	85.372.073 85.372.073	85.372.073 85.372.073	85.372.073 85.372.073	85.372.073 85.372.073	85.372.073 85.782.328	0 1.024.875.131
	3	471.677 471.677	471.677 471.677	471.677 471.677	471.677 471.677	471.677 471.677	471.677 473.983	0 5.662.430
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		77.771.234 77.771.234	77.771.234 77.771.234	77.771.234 77.771.234	77.771.234 77.771.234	77.771.234 77.771.234	77.771.234 78.144.765	0 933.628.339
	1	77.771.234 77.771.234	77.771.234 77.771.234	77.771.234 77.771.234	77.771.234 77.771.234	77.771.234 77.771.234	77.771.234 78.144.765	0 933.628.339
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		7.799.752 7.799.752	7.799.752 7.799.752	7.799.752 7.799.752	7.799.752 7.799.752	7.799.752 7.799.752	7.799.752 7.837.454	0 93.634.726
	1	7.600.839 7.600.839	7.600.839 7.600.839	7.600.839 7.600.839	7.600.839 7.600.839	7.600.839 7.600.839	7.600.839 7.637.563	0 91.246.792
	3	198.913 198.913	198.913 198.913	198.913 198.913	198.913 198.913	198.913 198.913	198.913 199.891	0 2.387.934

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021 Pág.: 2

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
4 - INVESTIMENTOS		272.764 272.764	272.764 272.764	272.764 272.764	272.764 272.764	272.764 272.764	272.764 274.080	0 3.274.484
	3	272.764 272.764	272.764 272.764	272.764 272.764	272.764 272.764	272.764 272.764	272.764 274.080	0 3.274.484
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 12	0 12
	3	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 12	0 12
03000-TRIBUNAL DE JUSTIÇA		**1.026.493.230** **1.026.493.230**	**1.026.493.230** **1.026.493.230**	**1.026.493.230** **1.026.493.230**	**1.026.493.230** **1.026.493.230**	**1.026.493.230** **1.026.493.230**	**1.026.493.230** **1.031.423.258**	**0** **12.322.848.788**
	1	790.412.620 790.412.620	790.412.620 790.412.620	790.412.620 790.412.620	790.412.620 790.412.620	790.412.620 790.412.620	790.412.620 794.208.391	0 9.488.747.211
	2	115.270.218 115.270.218	115.270.218 115.270.218	115.270.218 115.270.218	115.270.218 115.270.218	115.270.218 115.270.218	115.270.218 115.823.903	0 1.383.796.301
	3	120.810.386 120.810.386	120.810.386 120.810.386	120.810.386 120.810.386	120.810.386 120.810.386	120.810.386 120.810.386	120.810.386 121.390.950	0 1.450.305.196
	5	6 6	6 6	6 6	6 6	6 6	6 14	0 80
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		836.751.736 836.751.736	836.751.736 836.751.736	836.751.736 836.751.736	836.751.736 836.751.736	836.751.736 836.751.736	836.751.736 840.769.912	0 10.045.039.008
	1	769.214.554 769.214.554	769.214.554 769.214.554	769.214.554 769.214.554	769.214.554 769.214.554	769.214.554 769.214.554	769.214.554 772.908.369	0 9.234.268.463
	2	32.761.887 32.761.887	32.761.887 32.761.887	32.761.887 32.761.887	32.761.887 32.761.887	32.761.887 32.761.887	32.761.887 32.919.243	0 393.300.000
	3	34.775.295 34.775.295	34.775.295 34.775.295	34.775.295 34.775.295	34.775.295 34.775.295	34.775.295 34.775.295	34.775.295 34.942.300	0 417.470.545
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		187.188.919 187.188.919	187.188.919 187.188.919	187.188.919 187.188.919	187.188.919 187.188.919	187.188.919 187.188.919	187.188.919 188.088.481	0 2.247.166.590
	1	21.198.066 21.198.066	21.198.066 21.198.066	21.198.066 21.198.066	21.198.066 21.198.066	21.198.066 21.198.066	21.198.066 21.300.022	0 254.478.748
	2	82.508.331 82.508.331	82.508.331 82.508.331	82.508.331 82.508.331	82.508.331 82.508.331	82.508.331 82.508.331	82.508.331 82.904.660	0 990.496.301
	3	83.482.519 83.482.519	83.482.519 83.482.519	83.482.519 83.482.519	83.482.519 83.482.519	83.482.519 83.482.519	83.482.519 83.883.792	0 1.002.191.501
	5	3 3	3 3	3 3	3 3	3 3	3 7	0 40

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021 Pág.: 3

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
4 - INVESTIMENTOS		2.552.575 2.552.575	2.552.575 2.552.575	2.552.575 2.552.575	2.552.575 2.552.575	2.552.575 2.552.575	2.552.575 2.564.855	0 30.643.180
	3	2.552.572 2.552.572	2.552.572 2.552.572	2.552.572 2.552.572	2.552.572 2.552.572	2.552.572 2.552.572	2.552.572 2.564.848	0 30.643.140
	5	3 3	3 3	3 3	3 3	3 3	3 7	0 40
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
	3	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
06000-TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR		**6.093.812** **6.093.812**	**6.093.812** **6.093.812**	**6.093.812** **6.093.812**	**6.093.812** **6.093.812**	**6.093.812** **6.093.812**	**6.093.812** **6.123.429**	**0** **73.155.361**
	1	6.049.697 6.049.697	6.049.697 6.049.697	6.049.697 6.049.697	6.049.697 6.049.697	6.049.697 6.049.697	6.049.697 6.079.084	0 72.625.751
	3	44.115 44.115	44.115 44.115	44.115 44.115	44.115 44.115	44.115 44.115	44.115 44.345	0 529.610
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		5.513.840 5.513.840	5.513.840 5.513.840	5.513.840 5.513.840	5.513.840 5.513.840	5.513.840 5.513.840	5.513.840 5.540.373	0 66.192.613
	1	5.513.840 5.513.840	5.513.840 5.513.840	5.513.840 5.513.840	5.513.840 5.513.840	5.513.840 5.513.840	5.513.840 5.540.373	0 66.192.613
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		550.184 550.184	550.184 550.184	550.184 550.184	550.184 550.184	550.184 550.184	550.184 553.114	0 6.605.138
	1	535.857 535.857	535.857 535.857	535.857 535.857	535.857 535.857	535.857 535.857	535.857 538.711	0 6.433.138
	3	14.327 14.327	14.327 14.327	14.327 14.327	14.327 14.327	14.327 14.327	14.327 14.403	0 172.000
4 - INVESTIMENTOS		29.788 29.788	29.788 29.788	29.788 29.788	29.788 29.788	29.788 29.788	29.788 29.932	0 357.600
	3	29.788 29.788	29.788 29.788	29.788 29.788	29.788 29.788	29.788 29.788	29.788 29.932	0 357.600
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
	3	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
08000-SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		**2.809.324.113** **2.809.324.113**	**2.809.324.113** **2.809.324.113**	**2.809.324.113** **2.809.324.113**	**2.809.324.113** **2.809.324.113**	**2.809.324.113** **2.809.324.113**	**2.809.324.113** **3.574.227.225**	**148.400.000** **34.625.192.468**

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021 Pág.: 4

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	1	2.586.418.124 2.586.418.124	2.586.418.124 2.586.418.124	2.586.418.124 2.586.418.124	2.586.418.124 2.586.418.124	2.586.418.124 2.586.418.124	2.586.418.124 3.350.250.295	148.400.000 31.949.249.659
	3	4.858.312 4.858.312	4.858.312 4.858.312	4.858.312 4.858.312	4.858.312 4.858.312	4.858.312 4.858.312	4.858.312 4.881.894	0 58.323.326
	5	218.047.677 218.047.677	218.047.677 218.047.677	218.047.677 218.047.677	218.047.677 218.047.677	218.047.677 218.047.677	218.047.677 219.094.996	0 2.617.619.443
	7	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 40	0 40
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.630.785.317 1.630.785.317	1.630.785.317 1.630.785.317	1.630.785.317 1.630.785.317	1.630.785.317 1.630.785.317	1.630.785.317 1.630.785.317	1.630.785.317 2.390.021.535	0 20.328.660.022
	1	1.630.785.317 1.630.785.317	1.630.785.317 1.630.785.317	1.630.785.317 1.630.785.317	1.630.785.317 1.630.785.317	1.630.785.317 1.630.785.317	1.630.785.317 2.390.021.535	0 20.328.660.022
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.127.445.556 1.127.445.556	1.127.445.556 1.127.445.556	1.127.445.556 1.127.445.556	1.127.445.556 1.127.445.556	1.127.445.556 1.127.445.556	1.127.445.556 1.132.860.296	50.500.000 13.585.261.412
	1	909.263.018 909.263.018	909.263.018 909.263.018	909.263.018 909.263.018	909.263.018 909.263.018	909.263.018 909.263.018	909.263.018 913.629.649	50.500.000 10.966.022.847
	3	4.786.887 4.786.887	4.786.887 4.786.887	4.786.887 4.786.887	4.786.887 4.786.887	4.786.887 4.786.887	4.786.887 4.810.057	0 57.465.814
	5	213.395.651 213.395.651	213.395.651 213.395.651	213.395.651 213.395.651	213.395.651 213.395.651	213.395.651 213.395.651	213.395.651 214.420.580	0 2.561.772.741
	7	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
4 - INVESTIMENTOS		51.093.240 51.093.240	51.093.240 51.093.240	51.093.240 51.093.240	51.093.240 51.093.240	51.093.240 51.093.240	51.093.240 51.345.394	97.900.000 711.271.034
	1	46.369.789 46.369.789	46.369.789 46.369.789	46.369.789 46.369.789	46.369.789 46.369.789	46.369.789 46.369.789	46.369.789 46.599.111	97.900.000 654.566.790
	3	71.425 71.425	71.425 71.425	71.425 71.425	71.425 71.425	71.425 71.425	71.425 71.837	0 857.512
	5	4.652.026 4.652.026	4.652.026 4.652.026	4.652.026 4.652.026	4.652.026 4.652.026	4.652.026 4.652.026	4.652.026 4.674.416	0 55.846.702
	7	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 30	0 30
08046-FUNDAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-FDE		**39.613.081** **39.613.081**	**39.613.081** **39.613.081**	**39.613.081** **39.613.081**	**39.613.081** **39.613.081**	**39.613.081** **39.613.081**	**39.613.081** **41.964.393**	**0** **477.708.284**
	1	8.443.590 8.443.590	8.443.590 8.443.590	8.443.590 8.443.590	8.443.590 8.443.590	8.443.590 8.443.590	8.443.590 10.645.107	0 103.524.597

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021 Pág.: 5

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	4	174.675 174.675	174.675 174.675	174.675 174.675	174.675 174.675	174.675 174.675	174.675 175.547	0 2.096.972
	5	2 2	2 2	2 2	2 2	2 2	2 18	0 40
	81	458.150 458.150	458.150 458.150	458.150 458.150	458.150 458.150	458.150 458.150	458.150 460.360	0 5.500.010
	83	550.349 550.349	550.349 550.349	550.349 550.349	550.349 550.349	550.349 550.349	550.349 553.023	0 6.606.862
	85	29.986.315 29.986.315	29.986.315 29.986.315	29.986.315 29.986.315	29.986.315 29.986.315	29.986.315 29.986.315	29.986.315 30.130.338	0 359.979.803
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		4.504.944 4.504.944	4.504.944 4.504.944	4.504.944 4.504.944	4.504.944 4.504.944	4.504.944 4.504.944	4.504.944 6.687.190	0 56.241.574
	1	4.504.944 4.504.944	4.504.944 4.504.944	4.504.944 4.504.944	4.504.944 4.504.944	4.504.944 4.504.944	4.504.944 6.687.190	0 56.241.574
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		30.911.729 30.911.729	30.911.729 30.911.729	30.911.729 30.911.729	30.911.729 30.911.729	30.911.729 30.911.729	30.911.729 31.060.579	0 371.089.598
	1	3.938.646 3.938.646	3.938.646 3.938.646	3.938.646 3.938.646	3.938.646 3.938.646	3.938.646 3.938.646	3.938.646 3.957.917	0 47.283.023
	4	174.671 174.671	174.671 174.671	174.671 174.671	174.671 174.671	174.671 174.671	174.671 175.541	0 2.096.922
	81	458.150 458.150	458.150 458.150	458.150 458.150	458.150 458.150	458.150 458.150	458.150 460.350	0 5.500.000
	83	478.987 478.987	478.987 478.987	478.987 478.987	478.987 478.987	478.987 478.987	478.987 481.293	0 5.750.150
	85	25.861.275 25.861.275	25.861.275 25.861.275	25.861.275 25.861.275	25.861.275 25.861.275	25.861.275 25.861.275	25.861.275 25.985.478	0 310.459.503
4 - INVESTIMENTOS		4.196.408 4.196.408	4.196.408 4.196.408	4.196.408 4.196.408	4.196.408 4.196.408	4.196.408 4.196.408	4.196.408 4.216.624	0 50.377.112
	4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 6	0 50
	5	2 2	2 2	2 2	2 2	2 2	2 18	0 40
	81	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
	83	71.362 71.362	71.362 71.362	71.362 71.362	71.362 71.362	71.362 71.362	71.362 71.730	0 856.712

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021 Pág.: 6

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	85	4.125.040 4.125.040	4.125.040 4.125.040	4.125.040 4.125.040	4.125.040 4.125.040	4.125.040 4.125.040	4.125.040 4.144.860	0 49.520.300
09000-SECRETARIA DA SAÚDE		**1.653.600.295** **1.653.600.295**	**1.653.600.295** **1.653.600.295**	**1.653.600.295** **1.653.600.295**	**1.653.600.295** **1.653.600.295**	**1.653.600.295** **1.653.600.295**	**1.653.600.295** **1.836.249.363**	**281.027.558** **20.306.880.166**
	1	1.246.489.653 1.246.489.653	1.246.489.653 1.246.489.653	1.246.489.653 1.246.489.653	1.246.489.653 1.246.489.653	1.246.489.653 1.246.489.653	1.246.489.653 1.427.182.936	281.027.558 15.419.596.677
	2	1.475.973 1.475.973	1.475.973 1.475.973	1.475.973 1.475.973	1.475.973 1.475.973	1.475.973 1.475.973	1.475.973 1.483.065	0 17.718.768
	3	294.726 294.726	294.726 294.726	294.726 294.726	294.726 294.726	294.726 294.726	294.726 296.339	0 3.538.325
	5	391.833.156 391.833.156	391.833.156 391.833.156	391.833.156 391.833.156	391.833.156 391.833.156	391.833.156 391.833.156	391.833.156 393.715.354	0 4.703.880.070
	7	13.506.787 13.506.787	13.506.787 13.506.787	13.506.787 13.506.787	13.506.787 13.506.787	13.506.787 13.506.787	13.506.787 13.571.669	0 162.146.326
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		425.490.987 425.490.987	425.490.987 425.490.987	425.490.987 425.490.987	425.490.987 425.490.987	425.490.987 425.490.987	425.490.987 602.027.820	0 5.282.428.677
	1	363.863.987 363.863.987	363.863.987 363.863.987	363.863.987 363.863.987	363.863.987 363.863.987	363.863.987 363.863.987	363.863.987 540.104.785	0 4.542.608.642
	5	61.627.000 61.627.000	61.627.000 61.627.000	61.627.000 61.627.000	61.627.000 61.627.000	61.627.000 61.627.000	61.627.000 61.923.035	0 739.820.035
2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		6.229.945 6.229.945	6.229.945 6.229.945	6.229.945 6.229.945	6.229.945 6.229.945	6.229.945 6.229.945	6.229.945 6.259.879	0 74.789.274
	1	6.229.945 6.229.945	6.229.945 6.229.945	6.229.945 6.229.945	6.229.945 6.229.945	6.229.945 6.229.945	6.229.945 6.259.879	0 74.789.274
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.142.822.545 1.142.822.545	1.142.822.545 1.142.822.545	1.142.822.545 1.142.822.545	1.142.822.545 1.142.822.545	1.142.822.545 1.142.822.545	1.142

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 8

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	1	76.636 76.636	76.636 76.636	76.636 76.636	76.636 76.636	76.636 76.636	76.636 77.004	0 920.000
	4	166.014 166.014	166.014 166.014	166.014 166.014	166.014 166.014	166.014 166.014	166.014 166.821	0 1.992.975
	5	1.371.173 1.371.173	1.371.173 1.371.173	1.371.173 1.371.173	1.371.173 1.371.173	1.371.173 1.371.173	1.371.173 1.377.779	0 16.460.682
09046-FUNDAÇÃO ONCOCENTRO DE SÃO PAULO		**761.887** **761.887**	**761.887** **761.887**	**761.887** **761.887**	**761.887** **761.887**	**761.887** **761.887**	**761.887** **964.466**	**0** **9.345.223**
	1	432.357 432.357	432.357 432.357	432.357 432.357	432.357 432.357	432.357 432.357	432.357 632.952	0 5.388.879
	4	5 5	5 5	5 5	5 5	5 5	5 15	0 70
	5	329.525 329.525	329.525 329.525	329.525 329.525	329.525 329.525	329.525 329.525	329.525 331.499	0 3.956.274
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		586.628 586.628	586.628 586.628	586.628 586.628	586.628 586.628	586.628 586.628	586.628 787.958	0 7.240.866
	1	413.846 413.846	413.846 413.846	413.846 413.846	413.846 413.846	413.846 413.846	413.846 614.339	0 5.166.645
	5	172.782 172.782	172.782 172.782	172.782 172.782	172.782 172.782	172.782 172.782	172.782 173.619	0 2.074.221
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		173.260 173.260	173.260 173.260	173.260 173.260	173.260 173.260	173.260 173.260	173.260 174.497	0 2.080.357
	1	18.511 18.511	18.511 18.511	18.511 18.511	18.511 18.511	18.511 18.511	18.511 18.613	0 222.234
	4	5 5	5 5	5 5	5 5	5 5	5 15	0 70
	5	154.744 154.744	154.744 154.744	154.744 154.744	154.744 154.744	154.744 154.744	154.744 155.869	0 1.858.053
4 - INVESTIMENTOS		1.999 1.999	1.999 1.999	1.999 1.999	1.999 1.999	1.999 1.999	1.999 2.011	0 24.000
	5	1.999 1.999	1.999 1.999	1.999 1.999	1.999 1.999	1.999 1.999	1.999 2.011	0 24.000
09047-FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE S.PAULO		**6.545.987** **6.545.987**	**6.545.987** **6.545.987**	**6.545.987** **6.545.987**	**6.545.987** **6.545.987**	**6.545.987** **6.545.987**	**6.545.987** **8.171.372**	**0** **80.177.229**
	1	3.718.031 3.718.031	3.718.031 3.718.031	3.718.031 3.718.031	3.718.031 3.718.031	3.718.031 3.718.031	3.718.031 5.329.433	0 46.227.774

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 9

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	4	225.016 225.016	225.016 225.016	225.016 225.016	225.016 225.016	225.016 225.016	225.016 226.184	0 2.701.360
	5	2.602.940 2.602.940	2.602.940 2.602.940	2.602.940 2.602.940	2.602.940 2.602.940	2.602.940 2.602.940	2.602.940 2.615.755	0 31.248.095
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.322.526 3.322.526	3.322.526 3.322.526	3.322.526 3.322.526	3.322.526 3.322.526	3.322.526 3.322.526	3.322.526 4.931.988	0 41.479.774
	1	3.322.526 3.322.526	3.322.526 3.322.526	3.322.526 3.322.526	3.322.526 3.322.526	3.322.526 3.322.526	3.322.526 4.931.988	0 41.479.774
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.191.222 3.191.222	3.191.222 3.191.222	3.191.222 3.191.222	3.191.222 3.191.222	3.191.222 3.191.222	3.191.222 3.206.973	0 38.310.415
	1	395.505 395.505	395.505 395.505	395.505 395.505	395.505 395.505	395.505 395.505	395.505 397.445	0 4.748.000
	4	225.016 225.016	225.016 225.016	225.016 225.016	225.016 225.016	225.016 225.016	225.016 226.184	0 2.701.360
	5	2.570.701 2.570.701	2.570.701 2.570.701	2.570.701 2.570.701	2.570.701 2.570.701	2.570.701 2.570.701	2.570.701 2.583.344	0 30.861.055
4 - INVESTIMENTOS		32.239 32.239	32.239 32.239	32.239 32.239	32.239 32.239	32.239 32.239	32.239 32.411	0 387.040
	5	32.239 32.239	32.239 32.239	32.239 32.239	32.239 32.239	32.239 32.239	32.239 32.411	0 387.040
09055-SUPERINT. DE CONTROLE DE ENDEMIAS - SUCEN		**6.992.939** **6.992.939**	**6.992.939** **6.992.939**	**6.992.939** **6.992.939**	**6.992.939** **6.992.939**	**6.992.939** **6.992.939**	**6.992.939** **9.660.411**	**0** **86.582.740**
	1	6.476.140 6.476.140	6.476.140 6.476.140	6.476.140 6.476.140	6.476.140 6.476.140	6.476.140 6.476.140	6.476.140 9.140.970	0 80.378.510
	4	4.018 4.018	4.018 4.018	4.018 4.018	4.018 4.018	4.018 4.018	4.018 4.120	0 48.318
	5	512.781 512.781	512.781 512.781	512.781 512.781	512.781 512.781	512.781 512.781	512.781 515.321	0 6.155.912
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		5.915.128 5.915.128	5.915.128 5.915.128	5.915.128 5.915.128	5.915.128 5.915.128	5.915.128 5.915.128	5.915.128 8.576.972	0 73.643.380
	1	5.490.819 5.490.819	5.490.819 5.490.819	5.490.819 5.490.819	5.490.819 5.490.819	5.490.819 5.490.819	5.490.819 8.150.594	0 68.549.603
	5	424.309 424.309	424.309 424.309	424.309 424.309	424.309 424.309	424.309 424.309	424.309 426.378	0 5.093.777
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.073.230 1.073.230	1.073.230 1.073.230	1.073.230 1.073.230	1.073.230 1.073.230	1.073.230 1.073.230	1.073.230 1.078.820	0 12.884.350

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 10

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	1	985.321 985.321	985.321 985.321	985.321 985.321	985.321 985.321	985.321 985.321	985.321 990.376	0 11.828.907
	4	4.018 4.018	4.018 4.018	4.018 4.018	4.018 4.018	4.018 4.018	4.018 4.120	0 48.318
	5	83.891 83.891	83.891 83.891	83.891 83.891	83.891 83.891	83.891 83.891	83.891 84.324	0 1.007.125
4 - INVESTIMENTOS		4.581 4.581	4.581 4.581	4.581 4.581	4.581 4.581	4.581 4.581	4.581 4.619	0 55.010
	5	4.581 4.581	4.581 4.581	4.581 4.581	4.581 4.581	4.581 4.581	4.581 4.619	0 55.010
09056-HOSP.CLÍNICAS FAC.MEDICINA RIB. PRETO-USP		**44.930.027** **44.930.027**	**44.930.027** **44.930.027**	**44.930.027** **44.930.027**	**44.930.027** **44.930.027**	**44.930.027** **44.930.027**	**44.930.027** **55.681.627**	**5.000.000** **554.911.924**
	1	37.014.312 37.014.312	37.014.312 37.014.312	37.014.312 37.014.312	37.014.312 37.014.312	37.014.312 37.014.312	37.014.312 47.727.857	5.000.000 459.885.289
	4	16.337 16.337	16.337 16.337	16.337 16.337	16.337 16.337	16.337 16.337	16.337 16.434	0 196.141
	5	7.899.378 7.899.378	7.899.378 7.899.378	7.899.378 7.899.378	7.899.378 7.899.378	7.899.378 7.899.378	7.899.378 7.937.336	0 94.830.494
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		29.755.624 29.755.624	29.755.624 29.755.624	29.755.624 29.755.624	29.755.624 29.755.624	29.755.624 29.755.624	29.755.624 40.427.938	0 367.739.802
	1	21.954.744 21.954.744	21.954.744 21.954.744	21.954.744 21.954.744	21.954.744 21.954.744	21.954.744 21.954.744	21.954.744 32.589.583	0 274.091.767
	5	7.800.880 7.800.880	7.800.880 7.800.880	7.800.880 7.800.880	7.800.880 7.800.880	7.800.880 7.800.880	7.800.880 7.838.355	0 93.648.035
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		14.258.604 14.258.604	14.258.604 14.258.604	14.258.604 14.258.604	14.258.604 14.258.604	14.258.604 14.258.604	14.258.604 14.327.478	0 171.172.122
	1	14.143.769 14.143.769	14.143.769 14.143.769	14.143.769 14.143.769	14.143.769 14.143.769	14.143.769 14.143.769	14.143.769 14.212.063	0 169.793.522
	4	16.337 16.337	16.337 16.337	16.337 16.337	16.337 16.337	16.337 16.337	16.337 16.434	0 196.141
	5	98.498 98.498	98.498 98.498	98.498 98.498	98.498 98.498	98.498 98.498	98.498 98.981	0 1.182.459
4 - INVESTIMENTOS		915.799 915.799	915.799 915.799	915.799 915.799	915.799 915.799	915.799 915.799	915.799 926.211	5.000.000 16.000.000
	1	915.799 915.799	915.799 915.799	915.799 915.799	915.799 915.799	915.799 915.799	915.799 926.211	5.000.000 16.000.000

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 11

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
09057-HOSP.DAS CLÍNICAS FAC. DE MEDICINA DA USP		**160.234.248** **160.234.248**	**160.234.248** **160.234.248**	**160.234.248** **160.234.248**	**160.234.248** **160.234.248**	**160.234.248** **160.234.248**	**160.234.248** **185.041.622**	**30.500.000** **1.978.118.350**
	1	146.406.177 146.406.177	146.406.177 146.406.177	146.406.177 146.406.177	146.406.177 146.406.177	146.406.177 146.406.177	146.406.177 171.147.113	30.500.000 1.812.115.060
	4	46.240 46.240	46.240 46.240	46.240 46.240	46.240 46.240	46.240 46.240	46.240 46.480	0 555.120
	5	13.781.831 13.781.831	13.781.831 13.781.831	13.781.831 13.781.831	13.781.831 13.781.831	13.781.831 13.781.831	13.781.831 13.848.029	0 165.448.170
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		63.896.024 63.896.024	63.896.024 63.896.024	63.896.024 63.896.024	63.896.024 63.896.024	63.896.024 63.896.024	63.896.024 88.237.377	0 791.093.641
	1	50.114.288 50.114.288	50.114.288 50.114.288	50.114.288 50.114.288	50.114.288 50.114.288	50.114.288 50.114.288	50.114.288 74.389.451	0 625.646.619
	5	13.781.736 13.781.736	13.781.736 13.781.736	13.781.736 13.781.736	13.781.736 13.781.736	13.781.736 13.781.736	13.781.736 13.847.926	0 165.447.022
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		94.880.724 94.880.724	94.880.724 94.880.724	94.880.724 94.880.724	94.880.724 94.880.724	94.880.724 94.880.724	94.880.724 95.336.745	28.000.000 1.167.024.709
	1	94.834.389 94.834.389	94.834.389 94.834.389	94.834.389 94.834.389	94.834.389 94.834.389	94.834.389 94.834.389	94.834.389 95.290.162	28.000.000 1.166.468.441
	4	46.240 46.240	46.240 46.240	46.240 46.240	46.240 46.240	46.240 46.240	46.240 46.480	0 555.120
	5	95 95	95 95	95 95	95 95	95 95	95 103	0 1.148
4 - INVESTIMENTOS		1.457.500 1.457.500	1.457.500 1.457.500	1.457.500 1.457.500	1.457.500 1.457.500	1.457.500 1.457.500	1.457.500 1.467.500	2.500.000 20.000.000
	1	1.457.500 1.457.500	1.457.500 1.457.500	1.457.500 1.457.500	1.457.500 1.457.500	1.457.500 1.457.500	1.457.500 1.467.500	2.500.000 20.000.000
09059-HOSP.CLÍNICAS FAC.MEDICINA BOTUCATU-HCFMB		**23.337.234** **23.337.234**	**23.337.234** **23.337.234**	**23.337.234** **23.337.234**	**23.337.234** **23.337.234**	**23.337.234** **23.337.234**	**23.337.234** **28.586.213**	**1.000.012** **286.295.799**
	1	21.742.521 21.742.521	21.742.521 21.742.521	21.742.521 21.742.521	21.742.521 21.742.521	21.742.521 21.742.521	21.742.521 26.983.748	1.000.012 267.151.491
	4	38.237 38.237	38.237 38.237	38.237 38.237	38.237 38.237	38.237 38.237	38.237 38.463	0 459.070
	5	1.556.476 1.556.476	1.556.476 1.556.476	1.556.476 1.556.476	1.556.476 1.556.476	1.556.476 1.556.476	1.556.476 1.564.002	0 18.685.238
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		12.263.943 12.263.943	12.263.943 12.263.943	12.263.943 12.263.943	12.263.943 12.263.943	12.263.943 12.263.943	12.263.943 17.458.174	0 152.361.547

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 12

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	1	10.707.467 10.707.467	10.707.467 10.707.467	10.707.467 10.707.467	10.707.467 10.707.467	10.707.467 10.707.467	10.707.467 15.894.172	0 133.676.309
	5	1.556.476 1.556.476	1.556.476 1.556.476	1.556.476 1.556.476	1.556.476 1.556.476	1.556.476 1.556.476	1.556.476 1.564.002	0 18.685.238
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		10.656.891 10.656.891	10.656.891 10.656.891	10.656.891 10.656.891	10.656.891 10.656.891	10.656.891 10.656.891	10.656.891 10.708.424	0 127.934.225
	1	10.618.654 10.618.654	10.618.654 10.618.654	10.618.654 10.618.654	10.618.654 10.618.654	10.618.654 10.618.654	10.618.654 10.669.961	0 127.475.155
	4	38.237 38.237	38.237 38.237	38.237 38.237	38.237 38.237	38.237 38.237	38.237 38.463	0 459.070
4 - INVESTIMENTOS		416.400 416.400	416.400 416.400	416.400 416.400	416.400 416.400	416.400 416.400	416.400 419.615	1.000.012 6.000.027
	1	416.400 416.400	416.400 416.400	416.400 416.400	416.400 416.400	416.400 416.400	416.400 419.615	1.000.012 6.000.027
09060-HOSP.CLÍNICAS MEDICINA MARÍLIA - HCFAMEMA		**3.807.830** **3.807.830**	**3.807.830** **3.807.830**	**3.807.830** **3.807.830**	**3.807.830** **3.807.830**	**3.807.830** **3.807.830**	**3.807.830** **4.068.115**	**5.024.348** **50.978.593**
	1	3.528.707 3.528.707	3.528.707 3.528.707	3.528.707 3.528.707	3.528.707 3.528.707	3.528.707 3.528.707	3.528.707 3.787.618	5.024.348 47.627.743
	4	64 64	64 64	64 64	64 64	64 64	64 76	0 780
	5	279.059 279.059	279.059 279.059	279.059 279.059	279.059 279.059	279.059 279.059	279.059 280.421	0 3.350.070
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		770.347 770.347	770.347 770.347	770.347 770.347	770.347 770.347	770.347 770.347	770.347 1.009.722	0 9.483.539
	1	491.288 491.288	491.288 491.288	491.288 491.288	491.288 491.288	491.288 491.288	491.288 729.301	0 6.133.469
	5	279.059 279.059	279.059 279.059	279.059 279.059	279.059 279.059	279.059 279.059	279.059 280.421	0 3.350.070
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.619.458 2.619.458	2.619.458 2.619.458	2.619.458 2.619.458	2.619.458 2.619.458	2.619.458 2.619.458	2.619.458 2.632.320	0 31.446.358
	1	2.619.394 2.619.394	2.619.394 2.619.394	2.619.394 2.619.394	2.619.394 2.619.394	2.619.394 2.619.394	2.619.394 2.632.244	0 31.445.578
	4	64 64	64 64	64 64	64 64	64 64	64 76	0 780
4 - INVESTIMENTOS		418.025 418.025	418.025 418.025	418.025 418.025	418.025 418.025	418.025 418.025	418.025 426.073	5.024.348 10.048.696

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 13

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	1	418.025 418.025	418.025 418.025	418.025 418.025	418.025 418.025	418.025 418.025	418.025 426.073	5.024.348 10.048.696
10000-SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		**33.213.686** **33.213.686**	**33.213.686** **33.213.686**	**33.213.686** **33.213.686**	**33.213.686** **33.213.686**	**33.213.686** **33.213.686**	**33.213.686** **37.353.689**	**51.509.580** **494.213.815**
	1	33.169.951 33.169.951	33.169.951 33.169.951	33.169.951 33.169.951	33.169.951 33.169.951	33.169.951 33.169.951	33.169.951 37.309.678	51.509.570 453.688.709
	2	37.729 37.729	37.729 37.729	37.729 37.729	37.729 37.729	37.729 37.729	37.729 37.916	0 452.935
	3	1 1	1 1	1 1	1 1	1 1	1 10	0 21
	5	6.004 6.004	6.004 6.004	6.004 6.004	6.004 6.004	6.004 6.004	6.004 6.056	0 72.100
	6	1 1	1 1	1 1	1 1	1 1	1 19	10 40
	7	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		9.242.941 9.242.941	9.242.941 9.242.941	9.242.941 9.242.941	9.242.941 9.242.941	9.242.941 9.242.941	9.242.941 13.245.947	0 114.918.298
	1	9.205.213 9.205.213	9.205.213 9.205.213	9.205.213 9.205.213	9.205.213 9.205.213	9.205.213 9.205.213	9.205.213 13.208.034	0 114.465.377
	2	37.728 37.728	37.728 37.728	37.728 37.728	37.728 37.728	37.728 37.728	37.728 37.913	0 452.921
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		23.579.733 23.579.733	23.579.733 23.579.733	23.579.733 23.579.733	23.579.733 23.579.733	23.579.733 23.579.733	23.579.733 23.714.814	51.509.560 334.601.437
	1	23.576.728 23.576.728	23.576.728 23.576.728	23.576.728 23.576.728	23.576.728 23.576.728	23.576.728 23.576.728	23.576.728 23.711.754	51.509.560 334.565.322
	2	1 1	1 1	1 1	1 1	1 1	1 3	0 14
	3	1 1	1 1	1 1	1 1	1 1	1 10	0 21
	5	3.002 3.002	3.002 3.002	3.002 3.002	3.002 3.002	3.002 3.002	3.002 3.028	0 36.050
	6	1 1	1 1	1 1	1 1	1 1	1 9	0 20
	7	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 14

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
4 - INVESTIMENTOS		391.012 391.012	391.012 391.012	391.012 391.012	391.012 391.012	391.012 391.012	391.012 392.918	10 4.694.060
	1	388.010 388.010	388.010 388.010	388.010 388.010	388.010 388.010	388.010 388.010	388.010 389.885	5 4.658.000
	5	3.002 3.002	3.002 3.002	3.002 3.002	3.002 3.002	3.002 3.002	3.002 3.028	0 36.050
	6	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 5	5 10
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	10 20
	1	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 5	5 10
	6	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 5	5 10
10046-FUND. UNIVERSIDADE VIRTUAL ESTADO SP-UNIVESP		**7.415.776** **7.415.776**	**7.415.776** **7.415.776**	**7.415.776** **7.415.776**	**7.415.776** **7.415.776**	**7.415.776** **7.415.776**	**7.415.776** **7.451.803**	**0** **89.026.339**
	1	6.978.411 6.978.411	6.978.411 6.978.411	6.978.411 6.978.411	6.978.411 6.978.411	6.978.411 6.978.411	6.978.411 7.012.302	0 83.774.823
	4	437.365 437.365	437.365 437.365	437.365 437.365	437.365 437.365	437.365 437.365	437.365 439.501	0 5.250.516
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.446.780 1.446.780	1.446.780 1.446.780	1.446.780 1.446.780	1.446.780 1.446.780	1.446.780 1.446.780	1.446.780 1.453.789	0 17.368.389
	1	1.446.780 1.446.780	1.446.780 1.446.780	1.446.780 1.446.780	1.446.780 1.446.780	1.446.780 1.446.780	1.446.780 1.453.789	0 17.368.389
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.968.996 5.968.996	5.968.996 5.968.996	5.968.996 5.968.996	5.968.996 5.968.996	5.968.996 5.968.996	5.968.996 5.998.004	0 71.656.960
	1	5.531.631 5.531.631	5.531.631 5.531.631	5.531.631 5.531.631	5.531.631 5.531.631	5.531.631 5.531.631	5.531.631 5.558.503	0 66.406.444
	4	437.365 437.365	437.365 437.365	437.365 437.365	437.365 437.365	437.365 437.365	437.365 439.501	0 5.250.516
4 - INVESTIMENTOS		0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
	1	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
10047-FUNDAÇÃO AMPARO PESQUISA ESTADO SP-FAPESP		**134.223.382** **134.223.382**	**134.223.382** **134.223.382**	**134.223.382** **134.223.382**	**134.223.382** **134.223.382**	**134.223.382** **134.223.382**	**134.223.382** **134.869.160**	**0** **1.611.326.362**

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 15

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	1	124.668.142 124.668.142	124.668.142 124.668.142	124.668.142 124.668.142	124.668.142 124.668.142	124.668.142 124.668.142	124.668.142 125.267.594	0 1.496.617.156
	4	8.778.402 8.778.402	8.778.402 8.778.402	8.778.402 8.778.402	8.778.402 8.778.402	8.778.402 8.778.402	8.778.402 8.820.986	0 105.383.408
	5	776.838 776.838	776.838 776.838	776.838 776.838	776.838 776.838	776.838 776.838	776.838 780.580	0 9.325.798
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		6.022.387 6.022.387	6.022.387 6.022.387	6.022.387 6.022.387	6.022.387 6.022.387	6.022.387 6.022.387	6.022.387 6.051.486	0 72.297.743
	4	6.022.387 6.022.387	6.022.387 6.022.387	6.022.387 6.022.387	6.022.387 6.022.387	6.022.387 6.022.387	6.022.387 6.051.486	0 72.297.743
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		104.564.648 104.564.648	104.564.648 104.564.648	104.564.648 104.564.648	104.564.648 104.564.648	104.564.648 104.564.648	104.564.648 105.067.775	0 1.255.278.903
	1	101.036.459 101.036.459	101.036.459 101.036.459	101.036.459 101.036.459	101.036.459 101.036.459	101.036.459 101.036.459	101.036.459 101.522.411	0 1.212.923.460
	4	2.751.351 2.751.351	2.751.351 2.751.351	2.751.351 2.751.351	2.751.351 2.751.351	2.751.351 2.751.351	2.751.351 2.764.794	0 33.029.655
	5	776.838 776.838	776.

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 18

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	81	1.249.500 1.249.500	1.249.500 1.249.500	1.249.500 1.249.500	1.249.500 1.249.500	1.249.500 1.249.500	1.249.500 1.255.500	0 15.000.000
10061-UNIV.EST. JÚLIO DE MESQUITA FILHO - UNESP		**251.316.752 251.316.752**	**251.316.752 251.316.752**	**251.316.752 251.316.752**	**251.316.752 251.316.752**	**251.316.752 251.316.752**	**251.316.752 328.385.907**	**0 3.092.870.179**
	1	221.988.947 221.988.947	221.988.947 221.988.947	221.988.947 221.988.947	221.988.947 221.988.947	221.988.947 221.988.947	221.988.947 298.917.026	0 2.740.795.443
	4	27.999.785 27.999.785	27.999.785 27.999.785	27.999.785 27.999.785	27.999.785 27.999.785	27.999.785 27.999.785	27.999.785 28.134.393	0 336.132.028
	5	1.328.020 1.328.020	1.328.020 1.328.020	1.328.020 1.328.020	1.328.020 1.328.020	1.328.020 1.328.020	1.328.020 1.334.488	0 15.942.708
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		160.845.316 160.845.316	160.845.316 160.845.316	160.845.316 160.845.316	160.845.316 160.845.316	160.845.316 160.845.316	160.845.316 237.479.579	0 2.006.778.055
	1	158.179.716 158.179.716	158.179.716 158.179.716	158.179.716 158.179.716	158.179.716 158.179.716	158.179.716 158.179.716	158.179.716 234.801.179	0 1.974.778.055
	4	2.665.600 2.665.600	2.665.600 2.665.600	2.665.600 2.665.600	2.665.600 2.665.600	2.665.600 2.665.600	2.665.600 2.678.400	0 32.000.000
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		89.789.682 89.789.682	89.789.682 89.789.682	89.789.682 89.789.682	89.789.682 89.789.682	89.789.682 89.789.682	89.789.682 90.221.253	0 1.077.907.755
	1	63.127.477 63.127.477	63.127.477 63.127.477	63.127.477 63.127.477	63.127.477 63.127.477	63.127.477 63.127.477	63.127.477 63.430.812	0 757.833.059
	4	25.334.185 25.334.185	25.334.185 25.334.185	25.334.185 25.334.185	25.334.185 25.334.185	25.334.185 25.334.185	25.334.185 25.455.973	0 304.132.008
	5	1.328.020 1.328.020	1.328.020 1.328.020	1.328.020 1.328.020	1.328.020 1.328.020	1.328.020 1.328.020	1.328.020 1.334.468	0 15.942.688
4 - INVESTIMENTOS		681.754 681.754	681.754 681.754	681.754 681.754	681.754 681.754	681.754 681.754	681.754 685.075	0 8.184.369
	1	681.754 681.754	681.754 681.754	681.754 681.754	681.754 681.754	681.754 681.754	681.754 685.035	0 8.184.329
	4	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 20	0 20
	5	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 20	0 20
10063-CENTRO EDUCAÇÃO TECNOL.PAULA SOUZA- CEETEPS		**197.473.530 197.473.530**	**197.473.530 197.473.530**	**197.473.530 197.473.530**	**197.473.530 197.473.530**	**197.473.530 197.473.530**	**197.473.530 272.130.588**	**28.368.652 2.472.708.070**
	1	192.862.229 192.862.229	192.862.229 192.862.229	192.862.229 192.862.229	192.862.229 192.862.229	192.862.229 192.862.229	192.862.229 267.497.069	28.368.652 2.417.350.240

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 19

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	4	3.726.350 3.726.350	3.726.350 3.726.350	3.726.350 3.726.350	3.726.350 3.726.350	3.726.350 3.726.350	3.726.350 3.744.306	0 44.734.156
	5	884.951 884.951	884.951 884.951	884.951 884.951	884.951 884.951	884.951 884.951	884.951 889.213	0 10.623.674
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		165.146.340 165.146.340	165.146.340 165.146.340	165.146.340 165.146.340	165.146.340 165.146.340	165.146.340 165.146.340	165.146.340 239.627.808	0 2.056.237.548
	1	164.313.340 164.313.340	164.313.340 164.313.340	164.313.340 164.313.340	164.313.340 164.313.340	164.313.340 164.313.340	164.313.340 238.790.808	0 2.046.237.548
	4	374.850 374.850	374.850 374.850	374.850 374.850	374.850 374.850	374.850 374.850	374.850 376.650	0 4.500.000
	5	458.150 458.150	458.150 458.150	458.150 458.150	458.150 458.150	458.150 458.150	458.150 460.350	0 5.500.000
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		30.965.323 30.965.323	30.965.323 30.965.323	30.965.323 30.965.323	30.965.323 30.965.323	30.965.323 30.965.323	30.965.323 31.114.637	12.000.000 383.733.190
	1	27.187.022 27.187.022	27.187.022 27.187.022	27.187.022 27.187.022	27.187.022 27.187.022	27.187.022 27.187.022	27.187.022 27.318.138	12.000.000 338.375.380
	4	3.351.500 3.351.500	3.351.500 3.351.500	3.351.500 3.351.500	3.351.500 3.351.500	3.351.500 3.351.500	3.351.500 3.367.646	0 40.234.146
	5	426.801 426.801	426.801 426.801	426.801 426.801	426.801 426.801	426.801 426.801	426.801 428.853	0 5.123.664
4 - INVESTIMENTOS		1.361.867 1.361.867	1.361.867 1.361.867	1.361.867 1.361.867	1.361.867 1.361.867	1.361.867 1.361.867	1.361.867 1.388.143	16.368.652 32.737.332
	1	1.361.867 1.361.867	1.361.867 1.361.867	1.361.867 1.361.867	1.361.867 1.361.867	1.361.867 1.361.867	1.361.867 1.388.123	16.368.652 32.737.312
	4	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
	5	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
10065-FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA-FAMEMA		**4.732.944 4.732.944**	**4.732.944 4.732.944**	**4.732.944 4.732.944**	**4.732.944 4.732.944**	**4.732.944 4.732.944**	**4.732.944 6.665.864**	**305.000 59.033.248**
	1	4.506.130 4.506.130	4.506.130 4.506.130	4.506.130 4.506.130	4.506.130 4.506.130	4.506.130 4.506.130	4.506.130 6.437.880	305.000 56.310.310
	4	226.557 226.557	226.557 226.557	226.557 226.557	226.557 226.557	226.557 226.557	226.557 227.719	0 2.719.846
	5	257 257	257 257	257 257	257 257	257 257	257 265	0 3.092

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 20

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.981.032 3.981.032	3.981.032 3.981.032	3.981.032 3.981.032	3.981.032 3.981.032	3.981.032 3.981.032	3.981.032 5.909.480	0 49.700.832
	1	3.981.032 3.981.032	3.981.032 3.981.032	3.981.032 3.981.032	3.981.032 3.981.032	3.981.032 3.981.032	3.981.032 5.909.480	0 49.700.832
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		691.918 691.918	691.918 691.918	691.918 691.918	691.918 691.918	691.918 691.918	691.918 695.695	0 8.306.793
	1	499.722 499.722	499.722 499.722	499.722 499.722	499.722 499.722	499.722 499.722	499.722 502.536	0 5.999.478
	4	191.939 191.939	191.939 191.939	191.939 191.939	191.939 191.939	191.939 191.939	191.939 192.894	0 2.304.223
	5	257 257	257 257	257 257	257 257	257 257	257 265	0 3.092
4 - INVESTIMENTOS		59.994 59.994	59.994 59.994	59.994 59.994	59.994 59.994	59.994 59.994	59.994 60.689	305.000 1.025.623
	1	25.376 25.376	25.376 25.376	25.376 25.376	25.376 25.376	25.376 25.376	25.376 25.864	305.000 610.000
	4	34.618 34.618	34.618 34.618	34.618 34.618	34.618 34.618	34.618 34.618	34.618 34.825	0 415.623
10066-FAC.DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO		**6.988.773 6.988.773**	**6.988.773 6.988.773**	**6.988.773 6.988.773**	**6.988.773 6.988.773**	**6.988.773 6.988.773**	**6.988.773 10.044.694**	**10 86.921.207**
	1	4.856.445 4.856.445	4.856.445 4.856.445	4.856.445 4.856.445	4.856.445 4.856.445	4.856.445 4.856.445	4.856.445 7.013.381	5 60.434.281
	4	134.321 134.321	134.321 134.321	134.321 134.321	134.321 134.321	134.321 134.321	134.321 135.035	0 1.612.566
	5	556 556	556 556	556 556	556 556	556 556	556 588	0 6.704
	81	1.997.451 1.997.451	1.997.451 1.997.451	1.997.451 1.997.451	1.997.451 1.997.451	1.997.451 1.997.451	1.997.451 2.895.690	5 24.867.656
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		6.300.047 6.300.047	6.300.047 6.300.047	6.300.047 6.300.047	6.300.047 6.300.047	6.300.047 6.300.047	6.300.047 9.351.838	0 78.652.355
	1	4.447.605 4.447.605	4.447.605 4.447.605	4.447.605 4.447.605	4.447.605 4.447.605	4.447.605 4.447.605	4.447.605 6.602.036	0 55.525.691
	81	1.852.442 1.852.442	1.852.442 1.852.442	1.852.442 1.852.442	1.852.442 1.852.442	1.852.442 1.852.442	1.852.442 2.749.802	0 23.126.664
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		688.726 688.726	688.726 688.726	688.726 688.726	688.726 688.726	688.726 688.726	688.726 692.846	0 8.268.832

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 21

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	1	408.840 408.840	408.840 408.840	408.840 408.840	408.840 408.840	408.840 408.840	408.840 411.340	0 4.908.580
	4	134.321 134.321	134.321 134.321	134.321 134.321	134.321 134.321	134.321 134.321	134.321 135.035	0 1.612.566
	5	556 556	556 556	556 556	556 556	556 556	556 588	0 6.704
	81	145.009 145.009	145.009 145.009	145.009 145.009	145.009 145.009	145.009 145.009	145.009 145.883	0 1.740.982
4 - INVESTIMENTOS		0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	10 20
	1	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 5	5 10
	81	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 5	5 10
10067-JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SP - JUCESP		**6.301.096 6.301.096**	**6.301.096 6.301.096**	**6.301.096 6.301.096**	**6.301.096 6.301.096**	**6.301.096 6.301.096**	**6.301.096 6.331.615**	**0 75.643.671**
	2	6.301.092 6.301.092	6.301.092 6.301.092	6.301.092 6.301.092	6.301.092 6.301.092	6.301.092 6.301.092	6.301.092 6.331.610	0 75.643.622
	4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 5	0 49
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.299.114 1.299.114	1.299.114 1.299.114	1.299.114 1.299.114	1.299.114 1.299.114	1.299.114 1.299.114	1.299.114 1.305.403	0 15.595.657
	2	1.299.114 1.299.114	1.299.114 1.299.114	1.299.114 1.299.114	1.299.114 1.299.114	1.299.114 1.299.114	1.299.114 1.305.403	0 15.595.657
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.001.982 5.001.982	5.001.982 5.001.982	5.001.982 5.001.982	5.001.982 5.001.982	5.001.982 5.001.982	5.001.982 5.026.202	0 60.048.004
	2	5.001.978 5.001.978	5.001.978 5.001.978	5.001.978 5.001.978	5.001.978 5.001.978	5.001.978 5.001.978	5.001.978 5.026.197	0 60.047.955
	4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 5	0 49
4 - INVESTIMENTOS		0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
	2	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
10091-INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - IPT		**15.059.831 15.059.831**	**15.059.831 15.059.831**	**15.059.831 15.059.831**	**15.059.831 15.059.831**	**15.059.831 15.059.831**	**15.059.831 18.568.302**	**506.479 184.732.922**

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 22

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	1	7.955.782 7.955.782	7.955.782 7.955.782	7.955.782 7.955.782	7.955.782 7.955.782	7.955.782 7.955.782	7.955.782 11.429.591	506.474 99.449.667
	4	6.864.234 6.864.234	6.864.234 6.864.234	6.864.234 6.864.234	6.864.234 6.864.234	6.864.234 6.864.234	6.864.234 6.897.697	0 82.404.271
	5	239.815 239.815	239.815 239.815	239.815 239.815	239.815 239.815	239.815 239.815	239.815 240.989	0 2.878.954
	81	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 5	5 10
	83	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 20	0 20
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		8.309.586 8.309.586	8.309.586 8.309.586	8.309.586 8.309.586	8.309.586 8.309.586	8.309.586 8.309.586	8.309.586 11.780.825	0 103.186.271
	1	7.154.539 7.154.539	7.154.539 7.154.539	7.154.539 7.154.539	7.154.539 7.154.539	7.154.539 7.154.539	7.154.539 10.620.199	0 89.320.128
	4	1.155.047 1.155.047	1.155.047 1.155.047	1.155.047 1.155.047	1.155.047 1.155.047	1.155.047 1.155.047	1.155.047 1.160.626	0 13.866.143
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		6.622.704 6.622.704	6.622.704 6.622.704	6.622.704 6.622.704	6.622.704 6.622.704	6.622.704 6.622.704	6.622.704 6.659.277	506.474 80.015.495
	1	801.243 801.243	801.243 801.243	801.243 801.243	801.243 801.243	801.243 801.243	801.243 809.392	506.474 10.129.539
	4	5.581.646 5.581.646	5.581.646 5.581.646	5.581.646 5.581.646	5.581.646 5.581.646	5.581.646 5.581.646	5.581.646 5.608.896	0 67.007.002
	5	239.815 239.815	239.815 239.815	239.815 239.815	239.815 239.815	239.815 239.815	239.815 240.979	0 2.878.944
	83	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
4 - INVESTIMENTOS		127.541 127.541	127.541 127.541	127.541 127.541	127.541 127.541	127.541 127.541	127.541 128.200	5 1.531.156
	4	127.541 127.541	127.541 127.541	127.541 127.541	127.541 127.541	127.541 127.541	127.541 128.175	0 1.531.126
	5	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
	81	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 5	5 10
	83	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 23

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
12000-SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA		**52.069.805 52.069.805**	**52.069.805 52.069.805**	**52.069.805 52.069.805**	**52.069.805 52.069.805**	**52.069.805 52.069.805**	**52.069.805 53.194.565**	**6.843.874 632.806.294**
	1	51.625.352 51.625.352	51.625.352 51.625.352	51.625.352 51.625.352	51.625.352 51.625.352	51.625.352 51.625.352	51.625.352 52.747.931	6.843.874 627.470.677
	2	3.307 3.307	3.307 3.307	3.307 3.307	3.307 3.307	3.307 3.307	3.307 3.334	0 39.711
	3	427.986 427.986	427.986 427.986	427.986 427.986	427.986 427.986	427.986 427.986	427.986 430.064	0 5.137.910
	5	13.160 13.160	13.160 13.160	13.160 13.160	13.160 13.160	13.160 13.160	13.160 13.236	0 157.996
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.975.150 1.975.150	1.975.150 1.975.150	1.975.150 1.975.150	1.975.150 1.975.150	1.975.150 1.975.150	1.975.150 2.850.382	0 24.577.032
	1	1.975.150 1.975.150	1.975.150 1.975.150	1.975.150 1.975.150	1.975.150 1.975.150	1.975.150 1.975.150	1.975.150 2.850.382	0 24.577.032
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		43.715.452 43.715.452	43.715.452 43.715.452	43.715.452 43.715.452	43.715.452 43.715.452	43.715.452 43.715.452	43.715.452 43.931.716	695.651 525.497.339
	1	43.270.999 43.270.999	43.270.999 43.270.999	43.270.999 43.270.999	43.270.999 43.270.999	43.270.999 43.270.999	43.270.999 43.485.082	695.651 520.161.722
	2	3.307 3.307	3.307 3.307	3.307 3.307	3.307 3.307	3.307 3.307	3.307 3.334	0 39.711
	3	427.986 427.986	427.986 427.986	427.986 427.986	427.986 427.986	427.986 427.986	427.986 430.064	0 5.137.910
	5	13.160 13.160	13.160 13.160	13.160 13.160	13.160 13.160	13.160 13.160	13.160 13.236	0 157.996
4 - INVESTIMENTOS		6.379.203 6.379.203	6.379.203 6.379.203	6.379.203 6.379.203	6.379.203 6.379.203	6.379.203 6.379.203	6.379.203 6.412.467	6.148.223 82.731.923
	1	6.379.203 6.379.203	6.379.203 6.379.203	6.379.203 6.379.203	6.379.203 6.379.203	6.379.203 6.379.203	6.379.203 6.412.467	6.148.223 82.731.923
12045-FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA-RÁDIO E TV EDUCATIVAS		**13.106.510 13.106.510**	**13.106.510 13.106.510**	**13.106.510 13.106.510**	**13.106.510 13.106.510**	**13.106.510 13.106.510**	**13.106.510 16.447.313**	**1.245.569 161.864.492**
	1	8.782.468 8.782.468	8.782.468 8.782.468	8.782.468 8.782.468	8.782.468 8.782.468	8.782.468 8.782.468	8.782.468 12.102.158	1.245.569 109.954.875
	4	4.324.042 4.324.042	4.324.042 4.324.042	4.324.042 4.324.042	4.324.042 4.324.042	4.324.042 4.324.042	4.324.042 4.345.155	0 51.909.617
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		6.811.979 6.811.979	6.811.979 6.811.979	6.811.979 6.811.979	6.811.979 6.811.979	6.811.979 6.811.979	6.811.979 10.111.722	0 85.043.491

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 24

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	1	6.811.979 6.811.979	6.811.979 6.811.979	6.811.979 6.811.979	6.811.979 6.811.979	6.811.979 6.811.979	6.811.979 10.111.722	0 85.043.491
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		6.127.931 6.127.931	6.127.931 6.127.931	6.127.931 6.127.931	6.127.931 6.127.931	6.127.931 6.127.931	6.127.931 6.168.191	1.245.569 74.821.001
	1	1.970.489 1.970.489	1.970.489 1.970.489	1.970.489 1.970.489	1.970.489 1.970.489	1.970.489 1.970.489	1.970.489 1.990.436	1.245.569 24.911.384
	4	4.157.442 4.157.442	4.157.442 4.157.442	4.157.442 4.157.442	4.157.442 4.157.442	4.157.442 4.157.442	4.157.442 4.177.755	0 49.909.617
4 - INVESTIMENTOS		166.600 166.600	166.600 166.600	166.600 166.600	166.600 166.600	166.600 166.600	166.600 167.400	0 2.000.000
	4	166.600 166.600	166.600 166.600	166.600 166.600	166.600 166.600	166.600 166.600	166.600 167.400	0 2.000.000
12046-FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA		**1.235.743 1.235.743**	**1.235.743 1.235.743**	**1.235.743 1.235.743**	**1.235.743 1.235.743**	**1.235.743 1.235.743**	**1.235.743 1.529.395**	**311.606 15.434.174**
	1	1.086.596 1.086.596	1.086.596 1.086.596	1.086.596 1.086.596	1.086.596 1.086.596	1.086.596 1.086.596	1.086.596 1.379.484	311.606 13.643.646
	4	149.147 149.147	149.147 149.147	149.147 149.147	149.147 149.147	149.147 149.147	149.147 149.911	0 1.790.528
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		593.663 593.663	593.663 593.663	593.663 593.663	593.663 593.663	593.663 593.663	593.663 881.296	0 7.411.589
	1	593.663 593.663	593.663 593.663	593.663 593.663	593.663 593.663	593.663 593.663	593.663 881.296	0 7.411.589
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		642.080 642.080	642.080 642.080	642.080 642.080	642.080 642.080	642.080 642.080	642.080 648.094	311.601 8.022.575
	1	492.933 492.933	492.933 492.933	492.933 492.933	492.933 492.933	492.933 492.933	492.933 498.183	311.601 6.232.047
	4	149.147 149.147	149.147 149.147	149.147 149.147	149.147 149.147	149.147 149.147	149.147 149.911	0 1.790.528
4 - INVESTIMENTOS		0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 5	5 10
	1	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 5	5 10
13000-SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO		**60.017.710 60.017.710**	**60.017.710 60.017.710**	**60.017.710 60.017.710**	**60.017.710 60.017.710**	**60.017.710 60.017.710**	**60.017.710 70.573.768**	**4.017.929 734.786.507**
	1	51.676.672 51.676.672	51.676.672 51.676.672	51.676.672 51.676.672	51.676.672 51.676.672	51.676.672 51.676.672	51.676.672 62.191.610	4.017.924 634.652.926

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 25

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	2	3.705.518 3.705.518	3.705.518 3.705.518	3.705.518 3.705.518	3.705.518 3.705.518	3.705.518 3.705.518	3.705.518 3.723.330	0 44.484.028
	3	4.578.522 4.578.522	4.578.522 4.578.522	4.578.522 4.578.522	4.578.522 4.578.522	4.578.522 4.578.522	4.578.522 4.601.441	0 54.965.183
	5	19 19	19 19	19 19	19 19	19 19	19 111	0 320
	6	2 2	2 2	2 2	2 2	2 2	2 13	5 40
	83	56.977 56.977	56.977 56.977	56.977 56.977	56.977 56.977	56.977 56.977	56.977 57.263	0 684.010
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		44.047.978 44.047.978	44.047.978 44.047.978	44.047.978 44.047.978	44.047.978 44.047.978	44.047.978 44.047.978	44.047.978 54.524.721	0 539.052.479
	1	44.047.978 44.047.978	44.047.978 44.047.978	44.047.978 44.047.978	44.047.978 44.047.978	44.047.978 44.047.978	44.047.978 54.524.721	0 539.052.479
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		10.402.552 10.402.552	10.402.552 10.402.552	10.402.552 10.402.552	10.402.552 10.402.552	10.402.552 10.402.552	10.402.552 10.454.931	17.924 124.900.927
	1	5.845.936 5.845.936	5.845.936 5.845.936	5.845.936 5.845.936	5.845.936 5.845.936	5.845.936 5.845.936	5.845.936 5.875.499	17.924 70.198.719
	2	16.115 16.115	16.115 16.115	16.115 16.115

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 28

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	1	97.109.068 97.109.068	97.109.068 97.109.068	97.109.068 97.109.068	97.109.068 97.109.068	97.109.068 97.109.068	97.109.068 97.575.600	1.017.110.479 2.182.885.827
	2	50.813 50.813	50.813 50.813	50.813 50.813	50.813 50.813	50.813 50.813	50.813 51.057	0 610.000
	4	991.912 991.912	991.912 991.912	991.912 991.912	991.912 991.912	991.912 991.912	991.912 996.683	0 11.907.715
	5	251 251	251 251	251 251	251 251	251 251	251 257	0 3.018
	7	83.986.942 83.986.942	83.986.942 83.986.942	83.986.942 83.986.942	83.986.942 83.986.942	83.986.942 83.986.942	83.986.942 84.390.330	0 1.008.246.692
16056-DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO-DAESP		**5.156.550** **5.156.550**	**5.156.550** **5.156.550**	**5.156.550** **5.156.550**	**5.156.550** **5.156.550**	**5.156.550** **5.156.550**	**5.156.550** **5.874.873**	**1.226.056** **63.822.979**
	1	2.622.020 2.622.020	2.622.020 2.622.020	2.622.020 2.622.020	2.622.020 2.622.020	2.622.020 2.622.020	2.622.020 3.327.773	1.226.056 33.396.049
	2	26.591 26.591	26.591 26.591	26.591 26.591	26.591 26.591	26.591 26.591	26.591 26.720	0 319.221
	4	2.507.935 2.507.935	2.507.935 2.507.935	2.507.935 2.507.935	2.507.935 2.507.935	2.507.935 2.507.935	2.507.935 2.520.374	0 30.107.659
	5	4 4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 6	0 50
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.447.718 1.447.718	1.447.718 1.447.718	1.447.718 1.447.718	1.447.718 1.447.718	1.447.718 1.447.718	1.447.718 2.141.089	0 18.065.987
	1	1.431.058 1.431.058	1.431.058 1.431.058	1.431.058 1.431.058	1.431.058 1.431.058	1.431.058 1.431.058	1.431.058 2.124.339	0 17.865.977
	4	16.660 16.660	16.660 16.660	16.660 16.660	16.660 16.660	16.660 16.660	16.660 16.750	0 200.010
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.667.228 3.667.228	3.667.228 3.667.228	3.667.228 3.667.228	3.667.228 3.667.228	3.667.228 3.667.228	3.667.228 3.691.378	726.056 44.756.942
	1	1.149.362 1.149.362	1.149.362 1.149.362	1.149.362 1.149.362	1.149.362 1.149.362	1.149.362 1.149.362	1.149.362 1.161.034	726.056 14.530.072
	2	26.591 26.591	26.591 26.591	26.591 26.591	26.591 26.591	26.591 26.591	26.591 26.720	0 319.221
	4	2.491.275 2.491.275	2.491.275 2.491.275	2.491.275 2.491.275	2.491.275 2.491.275	2.491.275 2.491.275	2.491.275 2.503.624	0 29.907.649
4 - INVESTIMENTOS		41.604 41.604	41.604 41.604	41.604 41.604	41.604 41.604	41.604 41.604	41.604 42.406	500.000 1.000.050

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 29

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	1	41.600 41.600	41.600 41.600	41.600 41.600	41.600 41.600	41.600 41.600	41.600 42.400	500.000 1.000.000
	5	4 4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 6	0 50
16091-DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A. - DERSA		**13.339.939** **13.339.939**	**13.339.939** **13.339.939**	**13.339.939** **13.339.939**	**13.339.939** **13.339.939**	**13.339.939** **13.339.939**	**13.339.939** **18.395.027**	**1.875.000** **167.009.356**
	1	13.339.939 13.339.939	13.339.939 13.339.939	13.339.939 13.339.939	13.339.939 13.339.939	13.339.939 13.339.939	13.339.939 18.394.987	1.875.000 167.009.316
	4	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 40	0 40
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		10.373.693 10.373.693	10.373.693 10.373.693	10.373.693 10.373.693	10.373.693 10.373.693	10.373.693 10.373.693	10.373.693 15.398.693	0 129.509.316
	1	10.373.693 10.373.693	10.373.693 10.373.693	10.373.693 10.373.693	10.373.693 10.373.693	10.373.693 10.373.693	10.373.693 15.398.693	0 129.509.316
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.966.246 2.966.246	2.966.246 2.966.246	2.966.246 2.966.246	2.966.246 2.966.246	2.966.246 2.966.246	2.966.246 2.996.314	1.875.000 37.500.020
	1	2.966.246 2.966.246	2.966.246 2.966.246	2.966.246 2.966.246	2.966.246 2.966.246	2.966.246 2.966.246	2.966.246 2.996.294	1.875.000 37.500.000
	4	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 20	0 20
4 - INVESTIMENTOS		0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 20	0 20
	4	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 20	0 20
16093-COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO		**2.920.644** **2.920.644**	**2.920.644** **2.920.644**	**2.920.644** **2.920.644**	**2.920.644** **2.920.644**	**2.920.644** **2.920.644**	**2.920.644** **3.251.447**	**94.981** **35.473.512**
	1	808.518 808.518	808.518 808.518	808.518 808.518	808.518 808.518	808.518 808.518	808.518 1.128.946	94.976 10.117.620
	4	2.112.126 2.112.126	2.112.126 2.112.126	2.112.126 2.112.126	2.112.126 2.112.126	2.112.126 2.112.126	2.112.126 2.122.496	0 25.355.882
	81	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 5	5 10
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.168.279 1.168.279	1.168.279 1.168.279	1.168.279 1.168.279	1.168.279 1.168.279	1.168.279 1.168.279	1.168.279 1.489.638	0 14.340.707
	1	658.266 658.266	658.266 658.266	658.266 658.266	658.266 658.266	658.266 658.266	658.266 977.174	0 8.218.100

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 30

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	4	510.013 510.013	510.013 510.013	510.013 510.013	510.013 510.013	510.013 510.013	510.013 512.464	0 6.122.607
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.752.365 1.752.365	1.752.365 1.752.365	1.752.365 1.752.365	1.752.365 1.752.365	1.752.365 1.752.365	1.752.365 1.761.804	94.976 21.132.795
	1	150.252 150.252	150.252 150.252	150.252 150.252	150.252 150.252	150.252 150.252	150.252 151.772	94.976 1.899.520
	4	1.602.113 1.602.113	1.602.113 1.602.113	1.602.113 1.602.113	1.602.113 1.602.113	1.602.113 1.602.113	1.602.113 1.610.032	0 19.233.275
4 - INVESTIMENTOS		0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 5	5 10
	81	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 5	5 10
17000-SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA		**13.634.819** **13.634.819**	**13.634.819** **13.634.819**	**13.634.819** **13.634.819**	**13.634.819** **13.634.819**	**13.634.819** **13.634.819**	**13.634.819** **16.465.630**	**7.182.368** **173.631.007**
	1	8.235.510 8.235.510	8.235.510 8.235.510	8.235.510 8.235.510	8.235.510 8.235.510	8.235.510 8.235.510	8.235.510 11.040.233	7.182.353 108.813.196
	2	845 845	845 845	845 845	845 845	845 845	845 861	0 10.156
	3	4.266.707 4.266.707	4.266.707 4.266.707	4.266.707 4.266.707	4.266.707 4.266.707	4.266.707 4.266.707	4.266.707 4.287.298	0 51.221.075
	5	1.049.592 1.049.592	1.049.592 1.049.592	1.049.592 1.049.592	1.049.592 1.049.592	1.049.592 1.049.592	1.049.592 1.054.658	0 12.600.170
	6	1 1	1 1	1 1	1 1	1 1	1 14	15 40
	83	82.164 82.164	82.164 82.164	82.164 82.164	82.164 82.164	82.164 82.164	82.164 82.566	0 986.370
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		5.733.323 5.733.323	5.733.323 5.733.323	5.733.323 5.733.323	5.733.323 5.733.323	5.733.323 5.733.323	5.733.323 8.510.218	0 71.576.771
	1	5.732.479 5.732.479	5.732.479 5.732.479	5.732.479 5.732.479	5.732.479 5.732.479	5.732.479 5.732.479	5.732.479 8.509.360	0 71.566.629
	2	844 844	844 844	844 844	844 844	844 844	844 858	0 10.142
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		7.431.585 7.431.585	7.431.585 7.431.585	7.431.585 7.431.585	7.431.585 7.431.585	7.431.585 7.431.585	7.431.585 7.476.450	1.534.395 90.758.280
	1	2.033.121 2.033.121	2.033.121 2.033.121	2.033.121 2.033.121	2.033.121 2.033.121	2.033.121 2.033.121	2.033.121 2.051.915	1.534.395 25.950.641

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 31

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	2	1 1	1 1	1 1	1 1	1 1	1 3	0 14
	3	4.266.707 4.266.707	4.266.707 4.266.707	4.266.707 4.266.707	4.266.707 4.266.707	4.266.707 4.266.707	4.266.707 4.287.298	0 51.221.075
	5	1.049.592 1.049.592	1.049.592 1.049.592	1.049.592 1.049.592	1.049.592 1.049.592	1.049.592 1.049.592	1.049.592 1.054.658	0 12.600.170
	6	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
	83	82.164 82.164	82.164 82.164	82.164 82.164	82.164 82.164	82.164 82.164	82.164 82.566	0 986.370
4 - INVESTIMENTOS		469.911 469.911	469.911 469.911	469.911 469.911	469.911 469.911	469.911 469.911	469.911 478.962	5.647.973 11.295.956
	1	469.910 469.910	469.910 469.910	469.910 469.910	469.910 469.910	469.910 469.910	469.910 478.958	5.647.958 11.295.926
	6	1 1	1 1	1 1	1 1	1 1	1 4	15 30
17046-FUND.DE PROTEÇÃO DEFESA DO CONSUMIDOR-PROCON		**10.005.464** **10.005.464**	**10.005.464** **10.005.464**	**10.005.464** **10.005.464**	**10.005.464** **10.005.464**	**10.005.464** **10.005.464**	**10.005.464** **10.054.541**	**0** **120.114.645**
	2	6.553.269 6.553.269	6.553.269 6.553.269	6.553.269 6.553.269	6.553.269 6.553.269	6.553.269 6.553.269	6.553.269 6.585.444	0 78.671.403
	4	3.452.191 3.452.191	3.452.191 3.452.191	3.452.191 3.452.191	3.452.191 3.452.191	3.452.191 3.452.191	3.452.191 3.469.091	0 41.443.192
	5	4 4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 6	0 50
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		4.854.312 4.854.312	4.854.312 4.854.312	4.854.312 4.854.312	4.854.312 4.854.312	4.854.312 4.854.312	4.854.312 4.878.205	0 58.275.637
	2	3.164.145 3.164.145	3.164.145 3.164.145	3.164.145 3.164.145	3.164.145 3.164.145	3.164.145 3.164.145	3.164.145 3.179.651	0 37.985.246
	4	1.690.167 1.690.167	1.690.167 1.690.167	1.690.167 1.690.167	1.690.167 1.690.167	1.690.167 1.690.167	1.690.167 1.698.554	0 20.290.391
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.138.650 5.138.650	5.138.650 5.138.650	5.138.650 5.138.650	5.138.650 5.138.650	5.138.650 5.138.650	5.138.650 5.163.758	0 61.688.908
	2	3.389.116 3.389.116	3.389.116 3.389.116	3.389.116 3.389.116	3.389.116 3.389.116	3.389.116 3.389.116	3.389.116 3.405.781	0 40.686.057
	4	1.749.530 1.749.530	1.749.530 1.749.530	1.749.530 1.749.530	1.749.530 1.749.530	1.749.530 1.749.530	1.749.530 1.757.971	0 21.002.801

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 32

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	5	4 4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 6	0 50
4 - INVESTIMENTOS		12.498 12.498	12.498 12.498	12.498 12.498	12.498 12.498	12.498 12.498	12.498 12.572	0 150.050
	2	4 4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 6	0 50
	4	12.494 12.494	12.494 12.494	12.494 12.494	12.494 12.494	12.494 12.494	12.494 12.566	0 150.000
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		4 4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 6	0 50
	2	4 4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 6	0 50
17047-FUND. INSTITUTO DE TERRAS JOSÉ G.SILVA- ITESP		**5.149.299** **5.149.299**	**5.149.299** **5.149.299**	**5.149.299** **5.149.299**	**5.149.299** **5.149.299**	**5.149.299** **5.149.299**	**5.149.299** **7.016.684**	**2.260.312** **65.919.285**
	1	5.030.667 5.030.667	5.030.667 5.030.667	5.030.667 5.030.667	5.030.667 5.030.667	5.030.667 5.030.667	5.030.667 6.897.442	2.260.312 64.495.091
	4	110.624 110.624	110.624 110.624	110.624 110.624	110.624 110.624	110.624 110.624	110.624 111.180	0 1.328.044
	5	8.008 8.008	8.008 8.008	8.008 8.008	8.008 8.008	8.008 8.008	8.008 8.052	0 96.140
	83	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.827.844 3.827.844	3.827.844 3.827.844	3.827.844 3.827.844	3.827.844 3.827.844	3.827.844 3.827.844	3.827.844 5.682.068	0 47.788.352
	1	3.827.844 3.827.844	3.827.844 3.827.844	3.827.844 3.827.844	3.827.844 3.827.844	3.827.844 3.827.844	3.827.844 5.682.068	0 47.788.352
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.321.455 1.321.455	1.321.455 1.321.455	1.321.455 1.321.455	1.321.455 1.321.455	1.321.455 1.321.455	1.321.455 1.334.616	2.260.312 18.130.933
	1	1.202.823 1.202.823	1.202.823 1.202.823	1.202.823 1.202.823	1.202.823 1.202.823	1.202.823 1.202.823	1.202.823 1.215.374	2.260.312 16.706.739
	4	110.624 110.624	110.624 110.624	110.624 110.624	110.624 110.624	110.624 110.624	110.624 111.180	0 1.328.044
	5	8.008 8.008	8.008 8.008	8.008 8.008	8.008 8.008	8.008 8.008	8.008 8.052	0 96.140
	83	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 33

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
17048-FUND.AT.SOCIOEDUC.ADOLESCENTE-FUNDAÇÃO CASA		**120.653.397** **120.653.397**	**120.653.397** **120.653.397**	**120.653.397** **120.653.397**	**120.653.397** **120.653.397**	**120.653.397** **120.653.397**	**120.653.397** **158.721.657**	**20.442.756** **1.506.351.780**
	1	102.099.141 102.099.141	102.099.141 102.099.141	102.099.141 102.099.141	102.099.141 102.099.141	102.099.141 102.099.141	102.099.141 134.308.655	20.442.756 1.277.841.962
	4	4.402.387 4.402.387	4.402.387 4.402.387	4.402.387 4.402.387	4.402.387 4.402.387	4.402.387 4.402.387	4.402.387 4.423.568	0 52.849.825
	5	125 125	125 125	125 125	125 125	125 125	125 127	0 1.502
	81	14.151.744 14.151.744	14.151.744 14.151.744	14.151.744 14.151.744	14.151.744 14.151.744	14.151.744 14.151.744	14.151.744 19.989.307	0 175.658.491
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		77.807.151 77.807.151	77.807.151 77.807.151	77.807.151 77.807.151	77.807.151 77.807.151	77.807.151 77.807.151	77.807.151 115.496.819	0 971.375.480
	1	65.777.302 65.777.302	65.777.302 65.777.302	65.777.302 65.777.302	65.777.302 65.777.302	65.777.302 65.777.302	65.777.302 97.639.686	0 821.190.008
	81	12.029.849 12.029.849	12.029.849 12.029.849	12.029.849 12.029.849	12.029.849 12.029.849	12.029.849 12.029.849	12.029.849 17.857.133	0 150.185.472
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		42.846.246 42.846.246	42.846.246 42.846.246	42.846.246 42.846.246	42.846.246 42.846.246	42.846.246 42.846.246	42.846.246 43.224.833	20.442.751 534.976.290
	1	36.321.839 36.321.839	36.321.839 36.321.839	36.321.839 36.321.839	36.321.839 36.321.839	36.321.839 36.321.839	36.321.839 36.668.964	20.442.751 456.651.944
	4	4.402.387 4.402.387	4.402.387 4.402.387	4.402.387 4.402.387	4.402.387 4.402.387	4.402.387 4.402.387	4.402.387 4.423.568	0 52.849.825
	5	125 125	125 125	125 125	125 125	125 125	125 127	0 1.502
	81	2.121.895 2.121.895	2.121.895 2.121.895	2.121.895 2.121.895	2.121.895 2.121.895	2.121.895 2.121.895	2.121.895 2.132.174	0 25.473.019
4 - INVESTIMENTOS		0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 5	5 10
	1	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 5	5 10
17055-INST.MEDICINA SOCIAL E DE CRIMINOLOGIA-IMESC		**2.092.533** **2.092.533**	**2.092.533** **2.092.533**	**2.092.533** **2.092.533**	**2.092.533** **2.092.533**	**2.092.533** **2.092.533**	**2.092.533** **2.455.364**	**527.363** **26.000.590**
	1	1.561.091 1.561.091	1.561.091 1.561.091	1.561.091 1.561.091	1.561.091 1.561.091	1.561.091 1.561.091	1.561.091 1.921.254	527.363 19.620.618
	4	531.442 531.442	531.442 531.442	531.442 531.442	531.442 531.442	531.442 531.442	531.442 534.110	0 6.379.972

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 34

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		796.436 796.436	796.436 796.436	796.436 796.436	796.436 796.436	796.436 796.436	796.436 1.148.312	0 9.909.108
	1	725.562 725.562	725.562 725.562	725.562 725.562	725.562 725.562	725.562 725.562	725.562 1.077.088	0 9.058.270
	4	70.874 70.874	70.874 70.874	70.874 70.874	70.874 70.874	70.874 70.874	70.874 71.224	0 850.838
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.296.097 1.296.097	1.296.097 1.296.097	1.296.097 1.296.097	1.296.097 1.296.097	1.296.097 1.296.097	1.296.097 1.307.052	527.363 16.091.482
	1	835.529 835.529	835.529 835.529	835.529 835.529	835.529 835.529	835.529 835.529	835.529 844.166	527.363 10.562.348
	4	460.568 460.568	460.568 460.568	460.568 460.568	460.568 460.568	460.568 460.568	460.568 462.886	0 5.529.134
17056-INSTITUTO PESOS E MEDIDAS EST.SP- IPEM/SP		**7.385.534** **7.385.534**	**7.385.534** **7.385.534**	**7.385.534** **7.385.534**	**7.385.534** **7.385.534**	**7.385.534** **7.385.534**	**7.385.534** **7.421.459**	**0** **88.662.333**
	1	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
	2	3.250 3.250	3.250 3.250	3.250 3.250	3.250 3.250	3.250 3.250	3.250 3.278	0 39.028
	4	96.409 96.409	96.409 96.409	96.409 96.409	96.409 96.409	96.409 96.409	96.409 96.922	0 1.157.421
	5	7.285.875 7.285.875	7.285.875 7.285.875	7.285.875 7.285.875	7.285.875 7.285.875	7.285.875 7.285.875	7.285.875 7.321.249	0 87.465.874
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.721.563 2.721.563	2.721.563 2.721.563	2.721.563 2.721.563	2.721.563 2.721.563	2.721.563 2.721.563	2.721.563 2.734.699	0 32.671.892
	1	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
	5	2.721.563 2.721.563	2.721.563 2.721.563	2.721.563 2.721.563	2.721.563 2.721.563	2.721.563 2.721.563	2.721.563 2.734.689	0 32.671.882
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.658.231 4.658.231	4.658.231 4.658.231	4.658.231 4.658.231	4.658.231 4.658.231	4.658.231 4.658.231	4.658.231 4.680.983	0 55.921.524
	2	3.250 3.250	3.250 3.250	3.250 3.250	3.250 3.250	3.250 3.250	3.250 3.278	0 39.028
	4	94.850 94.850	94.850 94.850	94.850 94.850	94.850 94.850	94.850 94.850	94.850 95.354	0 1.138.704
	5	4.560.131 4.560.131	4.560.131 4.560.131	4.560.131 4.560.131	4.560.131 4.560.131	4.560.131 4.560.131	4.560.131 4.582.351	0 54.743.792

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 35

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
4 - INVESTIMENTOS		5.740 5.740	5.740 5.740	5.740 5.740	5.740 5.740	5.740 5.740	5.740 5.777	0 68.917
	4	1.559 1.559	1.559 1.559	1.559 1.559	1.559 1.559	1.559 1.559	1.559 1.568	0 18.717
	5	4.181 4.181	4.181 4.181	4.181 4.181	4.181 4.181	4.181 4.181	4.181 4.209	0 50.200
18000-SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA		**1.685.597.171** **1.685.597.171**	**1.685.597.171** **1.685.597.171**	**1.685.597.171** **1.685.597.171**	**1.685.597.171** **1.685.597.171**	**1.685.597.171** **1.685.597.171**	**1.685.597.171** **2.397.724.096**	**120.855.630** **21.060.148.607**
	1	1.660.276.600 1.660.276.600	1.660.276.600 1.660.276.600	1.660.276.600 1.660.276.600	1.660.276.600 1.660.276.600	1.660.276.600 1.660.276.600	1.660.276.600 2.372.280.988	120.855.630 20.756.179.218
	2	12.043.944 12.043.944	12.043.944 12.043.944	12.043.944 12.043.944	12.043.944 12.043.944	12.043.944 12.043.944	12.043.944 12.102.258	0 144.585.642
	3	8.843.195 8.843.195	8.843.195 8.843.195	8.843.195 8.843.195	8.843.195 8.843.195	8.843.195 8.843.195	8.843.195 8.885.914	0 106.161.059
	5	1.625.303 1.625.303	1.625.303 1.625.303	1.625.303 1.625.303	1.625.303 1.625.303	1.625.303 1.625.303	1.625.303 1.633.307	0 19.511.640
	83	283.731 283.731	283.731 283.731	283.731 283.731	283.731 283.731	283.731 283.731	283.731 285.102	0 3.406.143
	84	2.524.398 2.524.398	2.524.398 2.524

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021 Pág.: 38

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	6	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 12	8 20
	7	4.233.488 4.233.488	4.233.488 4.233.488	4.233.488 4.233.488	4.233.488 4.233.488	4.233.488 4.233.488	4.233.488 4.253.884	0 50.822.252
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 32	28 60
	1	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 20	20 40
	6	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 12	8 20
21000-ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO		**6.760.725.078** **6.760.725.078**	**6.760.725.078** **6.760.725.078**	**6.760.725.078** **6.760.725.078**	**6.760.725.078** **6.760.725.078**	**6.760.725.078** **6.760.725.078**	**6.760.725.078** **6.839.966.905**	**837.756.123** **82.045.698.886**
	1	2.517.722.705 2.517.722.705	2.517.722.705 2.517.722.705	2.517.722.705 2.517.722.705	2.517.722.705 2.517.722.705	2.517.722.705 2.517.722.705	2.517.722.705 2.535.173.672	837.756.123 31.067.879.550
	2	4.137.221.195 4.137.221.195	4.137.221.195 4.137.221.195	4.137.221.195 4.137.221.195	4.137.221.195 4.137.221.195	4.137.221.195 4.137.221.195	4.137.221.195 4.157.087.867	0 49.666.521.012
	5	2.875.183 2.875.183	2.875.183 2.875.183	2.875.183 2.875.183	2.875.183 2.875.183	2.875.183 2.875.183	2.875.183 2.889.000	0 34.516.013
	6	87.264.078 87.264.078	87.264.078 87.264.078	87.264.078 87.264.078	87.264.078 87.264.078	87.264.078 87.264.078	87.264.078 129.099.312	0 1.089.004.170
	81	15.641.917 15.641.917	15.641.917 15.641.917	15.641.917 15.641.917	15.641.917 15.641.917	15.641.917 15.641.917	15.641.917 15.717.054	0 187.778.141
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		280.921.801 280.921.801	280.921.801 280.921.801	280.921.801 280.921.801	280.921.801 280.921.801	280.921.801 280.921.801	280.921.801 329.048.001	837.756.123 4.256.943.935
	1	192.509.159 192.509.159	192.509.159 192.509.159	192.509.159 192.509.159	192.509.159 192.509.159	192.509.159 192.509.159	192.509.159 198.794.576	837.756.123 3.154.151.448
	2	2.055.704 2.055.704	2.055.704 2.055.704	2.055.704 2.055.704	2.055.704 2.055.704	2.055.704 2.055.704	2.055.704 2.065.616	0 24.678.360
	6	86.356.938 86.356.938	86.356.938 86.356.938	86.356.938 86.356.938	86.356.938 86.356.938	86.356.938 86.356.938	86.356.938 128.187.809	0 1.078.114.127
2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		1.119.349.399 1.119.349.399	1.119.349.399 1.119.349.399	1.119.349.399 1.119.349.399	1.119.349.399 1.119.349.399	1.119.349.399 1.119.349.399	1.119.349.399 1.124.724.475	0 13.437.567.864
	1	1.113.119.454 1.113.119.454	1.113.119.454 1.113.119.454	1.113.119.454 1.113.119.454	1.113.119.454 1.113.119.454	1.113.119.454 1.113.119.454	1.113.119.454 1.118.464.596	0 13.362.778.590
	81	6.229.945 6.229.945	6.229.945 6.229.945	6.229.945 6.229.945	6.229.945 6.229.945	6.229.945 6.229.945	6.229.945 6.259.879	0 74.789.274

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021 Pág.: 39

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.459.582.176 4.459.582.176	4.459.582.176 4.459.582.176	4.459.582.176 4.459.582.176	4.459.582.176 4.459.582.176	4.459.582.176 4.459.582.176	4.459.582.176 4.480.996.799	0 53.536.400.735
	1	320.634.362 320.634.362	320.634.362 320.634.362	320.634.362 320.634.362	320.634.362 320.634.362	320.634.362 320.634.362	320.634.362 322.174.045	0 3.849.152.027
	2	4.135.165.491 4.135.165.491	4.135.165.491 4.135.165.491	4.135.165.491 4.135.165.491	4.135.165.491 4.135.165.491	4.135.165.491 4.135.165.491	4.135.165.491 4.155.022.251	0 49.641.842.652
	5	2.875.183 2.875.183	2.875.183 2.875.183	2.875.183 2.875.183	2.875.183 2.875.183	2.875.183 2.875.183	2.875.183 2.889.000	0 34.516.013
	6	907.140 907.140	907.140 907.140	907.140 907.140	907.140 907.140	907.140 907.140	907.140 911.503	0 10.890.043
4 - INVESTIMENTOS		61.666.990 61.666.990	61.666.990 61.666.990	61.666.990 61.666.990	61.666.990 61.666.990	61.666.990 61.666.990	61.666.990 61.963.110	0 740.300.000
	1	61.666.990 61.666.990	61.666.990 61.666.990	61.666.990 61.666.990	61.666.990 61.666.990	61.666.990 61.666.990	61.666.990 61.963.110	0 740.300.000
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		839.204.712 839.204.712	839.204.712 839.204.712	839.204.712 839.204.712	839.204.712 839.204.712	839.204.712 839.204.712	839.204.712 843.234.520	0 10.074.486.352
	1	829.792.740 829.792.740	829.792.740 829.792.740	829.792.740 829.792.740	829.792.740 829.792.740	829.792.740 829.792.740	829.792.740 833.777.345	0 9.961.497.485
	81	9.411.972 9.411.972	9.411.972 9.411.972	9.411.972 9.411.972	9.411.972 9.411.972	9.411.972 9.411.972	9.411.972 9.457.175	0 112.988.867
25000-SECRETARIA DA HABITAÇÃO		**55.180.152** **55.180.152**	**55.180.152** **55.180.152**	**55.180.152** **55.180.152**	**55.180.152** **55.180.152**	**55.180.152** **55.180.152**	**55.180.152** **55.975.149**	**310.033.930** **972.990.751**
	1	53.980.835 53.980.835	53.980.835 53.980.835	53.980.835 53.980.835	53.980.835 53.980.835	53.980.835 53.980.835	53.980.835 54.770.031	310.033.915 958.593.131
	2	3.637 3.637	3.637 3.637	3.637 3.637	3.637 3.637	3.637 3.637	3.637 3.657	0 43.664
	5	1.195.676 1.195.676	1.195.676 1.195.676	1.195.676 1.195.676	1.195.676 1.195.676	1.195.676 1.195.676	1.195.676 1.201.420	0 14.353.856
	6	4 4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 31	15 90
	7	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.013.561 1.013.561	1.013.561 1.013.561	1.013.561 1.013.561	1.013.561 1.013.561	1.013.561 1.013.561	1.013.561 1.502.880	0 12.652.051
	1	1.009.924 1.009.924	1.009.924 1.009.924	1.009.924 1.009.924	1.009.924 1.009.924	1.009.924 1.009.924	1.009.924 1.499.223	0 12.608.387

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021 Pág.: 40

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	2	3.637 3.637	3.637 3.637	3.637 3.637	3.637 3.637	3.637 3.637	3.637 3.657	0 43.664
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		16.755.329 16.755.329	16.755.329 16.755.329	16.755.329 16.755.329	16.755.329 16.755.329	16.755.329 16.755.329	16.755.329 16.861.766	10.063.530 211.233.915
	1	16.755.325 16.755.325	16.755.325 16.755.325	16.755.325 16.755.325	16.755.325 16.755.325	16.755.325 16.755.325	16.755.325 16.861.750	10.063.530 211.233.855
	6	4 4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 16	0 60
4 - INVESTIMENTOS		36.994.762 36.994.762	36.994.762 36.994.762	36.994.762 36.994.762	36.994.762 36.994.762	36.994.762 36.994.762	36.994.762 37.191.998	46.282.395 490.416.775
	1	35.799.086 35.799.086	35.799.086 35.799.086	35.799.086 35.799.086	35.799.086 35.799.086	35.799.086 35.799.086	35.799.086 35.990.558	46.282.385 476.062.889
	5	1.195.676 1.195.676	1.195.676 1.195.676	1.195.676 1.195.676	1.195.676 1.195.676	1.195.676 1.195.676	1.195.676 1.201.420	0 14.353.856
	6	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	10 20
	7	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		416.500 416.500	416.500 416.500	416.500 416.500	416.500 416.500	416.500 416.500	416.500 418.505	253.688.005 258.688.010
	1	416.500 416.500	416.500 416.500	416.500 416.500	416.500 416.500	416.500 416.500	416.500 418.500	253.688.000 258.688.000
	6	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 5	5 10
26000-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE		**61.579.705** **61.579.705**	**61.579.705** **61.579.705**	**61.579.705** **61.579.705**	**61.579.705** **61.579.705**	**61.579.705** **61.579.705**	**61.579.705** **75.141.102**	**14.255.976** **766.773.833**
	1	35.953.400 35.953.400	35.953.400 35.953.400	35.953.400 35.953.400	35.953.400 35.953.400	35.953.400 35.953.400	35.953.400 49.390.666	4.881.290 449.759.356
	2	17.011.304 17.011.304	17.011.304 17.011.304	17.011.304 17.011.304	17.011.304 17.011.304	17.011.304 17.011.304	17.011.304 17.093.354	0 204.217.698
	3	6.818.392 6.818.392	6.818.392 6.818.392	6.818.392 6.818.392	6.818.392 6.818.392	6.818.392 6.818.392	6.818.392 6.851.701	0 81.854.013
	5	639.697 639.697	639.697 639.697	639.697 639.697	639.697 639.697	639.697 639.697	639.697 642.771	0 7.679.438
	6	4 4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 61	15 120

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021 Pág.: 41

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	7	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 20	9.374.671 9.374.691
	84	1.156.908 1.156.908	1.156.908 1.156.908	1.156.908 1.156.908	1.156.908 1.156.908	1.156.908 1.156.908	1.156.908 1.162.529	0 13.888.517
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		27.768.277 27.768.277	27.768.277 27.768.277	27.768.277 27.768.277	27.768.277 27.768.277	27.768.277 27.768.277	27.768.277 41.131.924	0 346.582.971
	1	27.585.847 27.585.847	27.585.847 27.585.847	27.585.847 27.585.847	27.585.847 27.585.847	27.585.847 27.585.847	27.585.847 40.948.601	0 344.392.918
	2	182.430 182.430	182.430 182.430	182.430 182.430	182.430 182.430	182.430 182.430	182.430 183.323	0 2.190.053
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		15.886.852 15.886.852	15.886.852 15.886.852	15.886.852 15.886.852	15.886.852 15.886.852	15.886.852 15.886.852	15.886.852 15.996.963	3.771.910 194.524.245
	1	7.303.954 7.303.954	7.303.954 7.303.954	7.303.954 7.303.954	7.303.954 7.303.954	7.303.954 7.303.954	7.303.954 7.371.984	3.771.910 91.487.388
	2	678.388 678.388	678.388 678.388	678.388 678.388	678.388 678.388	678.388 678.388	678.388 681.862	0 8.144.130
	3	6.620.982 6.620.982	6.620.982 6.620.982	6.620.982 6.620.982	6.620.982 6.620.982	6.620.982 6.620.982	6.620.982 6.653.308	0 79.484.110
	5	126.616 126.616	126.616 126.616	126.616 126.616	126.616 126.616	126.616 126.616	126.616 127.224	0 1.520.000
	6	4 4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 46	0 90
	7	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
	84	1.156.908 1.156.908	1.156.908 1.156.908	1.156.908 1.156.908	1.156.908 1.156.908	1.156.908 1.156.908	1.156.908 1.162.529	0 13.888.517
4 - INVESTIMENTOS		17.924.574 17.924.574	17.924.574 17.924.574	17.924.574 17.924.574	17.924.574 17.924.574	17.924.574 17.924.574	17.924.574 18.012.192	10.484.051 225.666.557
	1	1.063.599 1.063.599	1.063.599 1.063.599	1.063.599 1.063.599	1.063.599 1.063.599	1.063.599 1.063.599	1.063.599 1.070.066	1.109.365 13.879.020
	2	16.150.486 16.150.486	16.150.486 16.150.486	16.150.486 16.150.486	16.150.486 16.150.486	16.150.486 16.150.486	16.150.486 16.228.169	0 193.883.515
	3	197.408 197.408	197.408 197.408	197.408 197.408	197.408 197.408	197.408 197.408	197.408 198.385	0 2.369.873
	5	513.081 513.081	513.081 513.081	513.081 513.081	513.081 513.081	513.081 513.081	513.081 515.547	0 6.159.438

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021 Pág.: 42

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	6	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 15	15 30
	7	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	9.374.671 9.374.681
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		2 2	2 2	2 2	2 2	2 2	2 23	15 60
	1	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 15	15 30
	3	2 2	2 2	2 2	2 2	2 2	2 8	0 30
26045-FUND. P/ CONSERVAÇÃO E PRODUÇÃO FLORESTAL		**8.395.339** **8.395.339**	**8.395.339** **8.395.339**	**8.395.339** **8.395.339**	**8.395.339** **8.395.339**	**8.395.339** **8.395.339**	**8.395.339** **9.870.220**	**714.770** **102.933.719**
	1	4.107.666 4.107.666	4.107.666 4.107.666	4.107.666 4.107.666	4.107.666 4.107.666	4.107.666 4.107.666	4.107.666 5.561.426	714.770 51.460.522
	4	2.584.659 2.584.659	2.584.659 2.584.659	2.584.659 2.584.659	2.584.659 2.584.659	2.584.659 2.584.659	2.584.659 2.597.570	0 31.028.819
	7	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 15	0 15
	83	1.703.014 1.703.014	1.703.014 1.703.014	1.703.014 1.703.014	1.703.014 1.703.014	1.703.014 1.703.014	1.703.014 1.711.209	0 20.444.363
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.976.890 2.976.890	2.976.890 2.976.890	2.976.890 2.976.890	2.976.890 2.976.890	2.976.890 2.976.890	2.976.890 4.419.030	0 37.164.820
	1	2.976.890 2.976.890	2.976.890 2.976.890	2.976.890 2.976.890	2.976.890 2.976.890	2.976.890 2.976.890	2.976.890 4.419.030	0 37.164.820
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.198.966 5.198.966	5.198.966 5.198.966	5.198.966 5.198.966	5.198.966 5.198.966	5.198.966 5.198.966	5.198.966 5.230.625	714.770 63.134.021
	1	1.130.776 1.130.776	1.130.776 1.130.776	1.130.776 1.130.776	1.130.776 1.130.776	1.130.776 1.130.776	1.130.776 1.142.396	714.770 14.295.702
	4	2.545.925 2.545.925	2.545.925 2.545.925	2.545.925 2.545.925	2.545.925 2.545.925	2.545.925 2.545.925	2.545.925 2.558.644	0 30.563.819
	83	1.522.265 1.522.265	1.522.265 1.522.265	1.522.265 1.522.265	1.522.265 1.522.265	1.522.265 1.522.265	1.522.265 1.529.585	0 18.274.500
4 - INVESTIMENTOS		219.481 219.481	219.481 219.481	219.481 219.481	219.481 219.481	219.481 219.481	219.481 220.557	0 2.634.848
	4	38.734 38.734	38.734 38.734	38.734 38.734	38.734 38.734	38.734 38.734	38.734 38.926	0 465.000

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021 Pág.: 43

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	7	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 15	0 15
	83	180.747 180.747	180.747 180.747	180.747 180.747	180.747 180.747	180.747 180.747	180.747 181.616	0 2.169.833
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		2 2	2 2	2 2	2 2	2 2	2 8	0 30
	83	2 2	2 2	2 2	2 2	2 2	2 8	0 30
26046-FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLÓGICO DE SÃO PAULO		**3.066.749** **3.066.749**	**3.066.749** **3.066.749**	**3.066.749** **3.066.749**	**3.066.749** **3.066.749**	**3.066.749** **3.066.749**	**3.066.749** **3.282.577**	**324.667** **37.341.483**
	1	889.056 889.056	889.056 889.056	889.056 889.056	889.056 889.056	889.056 889.056	889.056 1.093.958	324.667 11.198.241
	4	2.177.693 2.177.693	2.177.693 2.177.693	2.177.693 2.177.693	2.177.693 2.177.693	2.177.693 2.177.693	2.177.693 2.188.619	0 26.143.242
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.162.597 1.162.597	1.162.597 1.162.597	1.162.597 1.162.597	1.162.597 1.162.597	1.162.597 1.162.597	1.162.597 1.366.308	0 14.154.875
	1	412.903 412.903	412.903 412.903	412.903 412.903	412.903 412.903	412.903 412.903	412.903 612.941	0 5.154.874
	4	749.694 749.694	749.694 749.694	749.694 749.694	749.694 749.694	749.694 749.694	749.694 753.367	0 9.000.001
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.902.072 1.902.072	1.902.072 1.902.072	1.902.072 1.902.072	1.902.072 1.902.072	1.902.072 1.902.072	1.902.072 1.914.139	299.667 23.136.598
	1	474.073 474.073	474.073 474.073	474.073 474.073	474.073 474.073	474.073 474.073	474.073 478.897	299.667 5.993.367
	4	1.427.999 1.427.999	1.427.999 1.427.999	1.427.999 1.427.999	1.427.999 1.427.999	1.427.999 1.427.999	1.427.999 1.435.242	0 17.143.231
4 - INVESTIMENTOS		2.080 2.080	2.080 2.080	2.080 2.080	2.080 2.080	2.080 2.080	2.080 2.130	25.000 50.010
	1	2.080 2.080	2.080 2.080	2.080 2.080	2.080 2.080	2.080 2.080	2.080 2.120	25.000 50.000
	4	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
26050-DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA-DAEE		**79.241.650** **79.241.650**	**79.241.650** **79.241.650**	**79.241.650** **79.241.650**	**79.241.650** **79.241.650**	**79.241.650** **79.241.650**	**79.241.650** **89.092.977**	**142.402.123** **1.103.153.250**
	1	36.267.116 36.267.116	36.267.116 36.267.116	36.267.116 36.267.116	36.267.116 36.267.116	36.267.116 36.267.116	36.267.116 45.911.869	17.031.123 461.881.268

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021 Pág.: 44

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	2	23.462 23.462	23.462 23.462	23.462 23.462	23.462 23.462	23.462 23.462	23.462 23.586	0 281.668
	4	2.752.534 2.752.534	2.752.534 2.752.534	2.752.534 2.752.534	2.752.534 2.752.534	2.752.534 2.752.534	2.752.534 2.765.903	0 33.043.777
	5	4 4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 6	0 50
	7	40.198.534 40.198.534	40.198.534 40.198.534	40.198.534 40.198.534	40.198.534 40.198.534	40.198.534 40.198.534	40.198.534 40.391.613	125.371.000 607.946.487
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		19.602.140 19.602.140	19.602.140 19.602.140	19.602.140 19.602.140	19.602.140 19.602.140	19.602.140 19.602.140	19.602.140 29.097.405	0 244.720.945
	1	19.602.140 19.602.140	19.602.140 19.602.140	19.602.140 19.602.140	19.602.140 19.602.140	19.602.140 19.602.140	19.602.140 29.097.405	0 244.720.945
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.622.948 20.622.948	20.622.948 20.622.948	20.622.948 20.622.948	20.622.948 20.622.948	20.622.948 20.622.948	20.622.948 20.785.019	7.443.332 255.080.779
	1	11.780.930 11.780.930	11.780.930 11.780.930	11.780.930 11.780.930	11.780.930 11.780.930	11.780.930 11.780.930	11.780.930 11.900.440	7.443.332 148.934.002
	2	23.462 23.462	23.462 23.462	23.462 23.462	23.462 23.462	23.462 23.462	23.462 23.586	0 281.668
	4	1.154.540 1.154.540	1.154.540 1.154.540	1.154.540 1.154.540	1.154.540 1.154.540	1.154.540 1.154.540	1.154.540 1.160.169	0 13.860.109
	7	7.664.016 7.664.016	7.664.016 7.664.016	7.664.016 7.664.016	7.664.016 7.664.016	7.664.016 7.664.016	7.664.016 7.700.824	0 92.005.000
4 - INVESTIMENTOS		39.016.562 39.016.562	39.016.562 39.016.562	39.016.562 39.016.562	39.016.562 39.016.562	39.016.562 39.016.562	39.016.562 39.210.553	134.958.781 603.351.516
	1	4.884.046 4.884.046	4.884.046 4.884.046	4.884.046 4.884.046	4.884.046 4.884.046	4.884.046 4.884.046	4.884.046 4.914.024	9.587.781 68.226.311
	4	1.597.994 1.597.994	1.597.994 1.597.994	1.597.994 1.597.994	1.597.994 1.597.994	1.597.994 1.597.994	1.597.994 1.605.734	0 19.183.668
	5	4 4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 6	0 50
	7	32.534.518 32.534.518	32.534.518 32.534.518	32.534.518 32.534.518	32.534.518 32.534.518	32.534.518 32.534.518	32.534.518 32.690.789	125.371.000 515.941.487
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	10 10
	1	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	10 10

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021 Pág.: 45

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
26097-CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO		**40.841.688** **40.841.688**	**40.841.688** **40.841.688**	**40.841.688** **40.841.688**	**40.841.688** **40.841.688**	**40.841.688** **40.841.688**	**40.841.688** **43.710.586**	**213.294** **493.182.448**
	1	15.655.307 15.655.307	15.655.307 15.655.307	15.655.307 15.655.307	15.655.307 15.655.307	15.655.307 15.655.307	15.655.307 18.399.726	213.289 190.821.392
	2	2.265.344 2.265.344	2.265.344 2.265.344	2.265.344 2.265.344	2.265.344 2.265.344	2.265.344 2.265.344	2.265.344 2.276.554	0 27.195.338
	4	21.572.364 21.572.364	21.572.364 21.572.364	21.572.364 21.572.364	21.572.364 21.572.364	21.572.364 21.572.364	21.572.364 21.679.090	0 258.975.094
	5	4 4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 16	0 60
	7	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 10	0 10
	81	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 5	5 10
	83	1.348.669 1.348.669	1.348.669 1.348.669	1.348.669 1.348.669	1.348.669 1.348.669	1.348.669 1.348.669	1.348.669

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 48

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	1	5.325.602 5.325.602	5.325.602 5.325.602	5.325.602 5.325.602	5.325.602 5.325.602	5.325.602 5.325.602	5.325.602 5.664.508	0 64.246.130
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.803.887 2.803.887	2.803.887 2.803.887	2.803.887 2.803.887	2.803.887 2.803.887	2.803.887 2.803.887	2.803.887 2.825.671	931.253 34.599.681
	1	2.803.881 2.803.881	2.803.881 2.803.881	2.803.881 2.803.881	2.803.881 2.803.881	2.803.881 2.803.881	2.803.881 2.825.647	931.253 34.599.591
	5	2 2	2 2	2 2	2 2	2 2	2 8	0 30
	6	4 4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 16	0 60
4 - INVESTIMENTOS		29.215.304 29.215.304	29.215.304 29.215.304	29.215.304 29.215.304	29.215.304 29.215.304	29.215.304 29.215.304	29.215.304 29.584.048	190.258.542 541.210.934
	1	29.215.304 29.215.304	29.215.304 29.215.304	29.215.304 29.215.304	29.215.304 29.215.304	29.215.304 29.215.304	29.215.304 29.584.042	190.258.538 541.210.924
	6	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 6	4 10
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 6	4 10
	6	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 6	4 10
29059-AGÊNCIA METROPOLITANA BAIXADA SANTISTA - AGEM		**332.407** **332.407**	**332.407** **332.407**	**332.407** **332.407**	**332.407** **332.407**	**332.407** **332.407**	**332.407** **382.023**	**36.942** **4.075.442**
	1	157.481 157.481	157.481 157.481	157.481 157.481	157.481 157.481	157.481 157.481	157.481 206.144	36.942 1.975.377
	4	174.926 174.926	174.926 174.926	174.926 174.926	174.926 174.926	174.926 174.926	174.926 175.859	0 2.100.045
	5	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 20	0 20
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		99.042 99.042	99.042 99.042	99.042 99.042	99.042 99.042	99.042 99.042	99.042 147.057	0 1.236.519
	1	99.042 99.042	99.042 99.042	99.042 99.042	99.042 99.042	99.042 99.042	99.042 147.057	0 1.236.519
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		223.220 223.220	223.220 223.220	223.220 223.220	223.220 223.220	223.220 223.220	223.220 224.741	36.942 2.717.103
	1	58.439 58.439	58.439 58.439	58.439 58.439	58.439 58.439	58.439 58.439	58.439 59.087	36.942 738.858

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 49

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	4	164.781 164.781	164.781 164.781	164.781 164.781	164.781 164.781	164.781 164.781	164.781 165.654	0 1.978.245
4 - INVESTIMENTOS		10.145 10.145	10.145 10.145	10.145 10.145	10.145 10.145	10.145 10.145	10.145 10.225	0 121.820
	4	10.145 10.145	10.145 10.145	10.145 10.145	10.145 10.145	10.145 10.145	10.145 10.205	0 121.800
	5	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 20	0 20
29060-AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS- AGEMCAMP		**154.987** **154.987**	**154.987** **154.987**	**154.987** **154.987**	**154.987** **154.987**	**154.987** **154.987**	**154.987** **204.010**	**34.102** **1.942.969**
	1	134.162 134.162	134.162 134.162	134.162 134.162	134.162 134.162	134.162 134.162	134.162 183.000	34.098 1.692.880
	4	20.823 20.823	20.823 20.823	20.823 20.823	20.823 20.823	20.823 20.823	20.823 20.996	0 250.049
	6	2 2	2 2	2 2	2 2	2 2	2 14	4 40
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		99.751 99.751	99.751 99.751	99.751 99.751	99.751 99.751	99.751 99.751	99.751 148.095	0 1.245.356
	1	99.751 99.751	99.751 99.751	99.751 99.751	99.751 99.751	99.751 99.751	99.751 148.095	0 1.245.356
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		53.444 53.444	53.444 53.444	53.444 53.444	53.444 53.444	53.444 53.444	53.444 54.084	21.061 663.029
	1	33.327 33.327	33.327 33.327	33.327 33.327	33.327 33.327	33.327 33.327	33.327 33.792	21.061 421.450
	4	20.115 20.115	20.115 20.115	20.115 20.115	20.115 20.115	20.115 20.115	20.115 20.284	0 241.549
	6	2 2	2 2	2 2	2 2	2 2	2 8	0 30
4 - INVESTIMENTOS		1.792 1.792	1.792 1.792	1.792 1.792	1.792 1.792	1.792 1.792	1.792 1.828	13.039 34.579
	1	1.084 1.084	1.084 1.084	1.084 1.084	1.084 1.084	1.084 1.084	1.084 1.113	13.037 26.074
	4	708 708	708 708	708 708	708 708	708 708	708 712	0 8.500
	6	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 3	2 5

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 50

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 3	2 5
	6	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 3	2 5
29061-AG.METR.VALE DO PARAIBA E LIT.NORTE-AGEMVALE		**153.220** **153.220**	**153.220** **153.220**	**153.220** **153.220**	**153.220** **153.220**	**153.220** **153.220**	**153.220** **220.170**	**38.324** **1.943.914**
	1	153.215 153.215	153.215 153.215	153.215 153.215	153.215 153.215	153.215 153.215	153.215 220.147	38.320 1.943.832
	4	3 3	3 3	3 3	3 3	3 3	3 9	0 42
	6	2 2	2 2	2 2	2 2	2 2	2 14	4 40
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		137.539 137.539	137.539 137.539	137.539 137.539	137.539 137.539	137.539 137.539	137.539 204.191	0 1.717.120
	1	137.539 137.539	137.539 137.539	137.539 137.539	137.539 137.539	137.539 137.539	137.539 204.191	0 1.717.120
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		13.185 13.185	13.185 13.185	13.185 13.185	13.185 13.185	13.185 13.185	13.185 13.429	8.320 166.784
	1	13.180 13.180	13.180 13.180	13.180 13.180	13.180 13.180	13.180 13.180	13.180 13.412	8.320 166.712
	4	3 3	3 3	3 3	3 3	3 3	3 9	0 42
	6	2 2	2 2	2 2	2 2	2 2	2 8	0 30
4 - INVESTIMENTOS		2.496 2.496	2.496 2.496	2.496 2.496	2.496 2.496	2.496 2.496	2.496 2.547	30.002 60.005
	1	2.496 2.496	2.496 2.496	2.496 2.496	2.496 2.496	2.496 2.496	2.496 2.544	30.000 60.000
	6	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 3	2 5
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 3	2 5
	6	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 3	2 5
29062-AGÊNCIA METROPOLITANA SOROCABA-AGEMSOROCABA		**140.979** **140.979**	**140.979** **140.979**	**140.979** **140.979**	**140.979** **140.979**	**140.979** **140.979**	**140.979** **207.778**	**3.439** **1.761.986**

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 51

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	1	140.974 140.974	140.974 140.974	140.974 140.974	140.974 140.974	140.974 140.974	140.974 207.755	3.435 1.761.904
	4	3 3	3 3	3 3	3 3	3 3	3 9	0 42
	6	2 2	2 2	2 2	2 2	2 2	2 14	4 40
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		137.539 137.539	137.539 137.539	137.539 137.539	137.539 137.539	137.539 137.539	137.539 204.191	0 1.717.120
	1	137.539 137.539	137.539 137.539	137.539 137.539	137.539 137.539	137.539 137.539	137.539 204.191	0 1.717.120
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.330 3.330	3.330 3.330	3.330 3.330	3.330 3.330	3.330 3.330	3.330 3.455	2.099 42.184
	1	3.325 3.325	3.325 3.325	3.325 3.325	3.325 3.325	3.325 3.325	3.325 3.438	2.099 42.112
	4	3 3	3 3	3 3	3 3	3 3	3 9	0 42
	6	2 2	2 2	2 2	2 2	2 2	2 8	0 30
4 - INVESTIMENTOS		110 110	110 110	110 110	110 110	110 110	110 129	1.338 2.677
	1	110 110	110 110	110 110	110 110	110 110	110 126	1.336 2.672
	6	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 3	2 5
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 3	2 5
	6	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 3	2 5
35000-SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		**69.235.131** **69.235.131**	**69.235.131** **69.235.131**	**69.235.131** **69.235.131**	**69.235.131** **69.235.131**	**69.235.131** **69.235.131**	**69.235.131** **83.162.689**	**69.956.024** **914.705.154**
	1	60.525.529 60.525.529	60.525.529 60.525.529	60.525.529 60.525.529	60.525.529 60.525.529	60.525.529 60.525.529	60.525.529 74.411.092	69.956.024 810.147.935
	3	6.471.343 6.471.343	6.471.343 6.471.343	6.471.343 6.471.343	6.471.343 6.471.343	6.471.343 6.471.343	6.471.343 6.502.482	0 77.687.255
	5	77.717 77.717	77.717 77.717	77.717 77.717	77.717 77.717	77.717 77.717	77.717 78.189	0 933.076

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 52

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	81	2.160.542 2.160.542	2.160.542 2.160.542	2.160.542 2.160.542	2.160.542 2.160.542	2.160.542 2.160.542	2.160.542 2.170.926	0 25.936.888
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.956.777 3.956.777	3.956.777 3.956.777	3.956.777 3.956.777	3.956.777 3.956.777	3.956.777 3.956.777	3.956.777 5.873.608	0 49.398.155
	1	3.956.777 3.956.777	3.956.777 3.956.777	3.956.777 3.956.777	3.956.777 3.956.777	3.956.777 3.956.777	3.956.777 5.873.608	0 49.398.155
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		61.471.842 61.471.842	61.471.842 61.471.842	61.471.842 61.471.842	61.471.842 61.471.842	61.471.842 61.471.842	61.471.842 73.461.809	63.955.979 813.608.050
	1	53.109.882 53.109.882	53.109.882 53.109.882	53.109.882 53.109.882	53.109.882 53.109.882	53.109.882 53.109.882	53.109.882 65.059.539	63.955.979 713.224.220
	3	6.123.701 6.123.701	6.123.701 6.123.701	6.123.701 6.123.701	6.123.701 6.123.701	6.123.701 6.123.701	6.123.701 6.153.155	0 73.513.866
	5	77.717 77.717	77.717 77.717	77.717 77.717	77.717 77.717	77.717 77.717	77.717 78.189	0 933.076
	81	2.160.542 2.160.542	2.160.542 2.160.542	2.160.542 2.160.542	2.160.542 2.160.542	2.160.542 2.160.542	2.160.542 2.170.926	0 25.936.888
4 - INVESTIMENTOS		3.806.512 3.806.512	3.806.512 3.806.512	3.806.512 3.806.512	3.806.512 3.806.512	3.806.512 3.806.512	3.806.512 3.827.272	6.000.045 51.698.949
	1	3.458.870 3.458.870	3.458.870 3.458.870	3.458.870 3.458.870	3.458.870 3.458.870	3.458.870 3.458.870	3.458.870 3.477.945	6.000.045 47.525.560
	3	347.642 347.642	347.642 347.642	347.642 347.642	347.642 347.642	347.642 347.642	347.642 349.327	0 4.173.389
37000-SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS		**227.114.509** **227.114.509**	**227.114.509** **227.114.509**	**227.114.509** **227.114.509**	**227.114.509** **227.114.509**	**227.114.509** **227.114.509**	**227.114.509** **235.969.323**	**1.745.460.023** **4.479.688.945**
	1	118.125.700 118.125.700	118.125.700 118.125.700	118.125.700 118.125.700	118.125.700 118.125.700	118.125.700 118.125.700	118.125.700 126.456.946	1.423.976.966 2.849.816.612
	2	217.528 217.528	217.528 217.528	217.528 217.528	217.528 217.528	217.528 217.528	217.528 218.612	0 2.611.420
	3	345.310 345.310	345.310 345.310	345.310 345.310	345.310 345.310	345.310 345.310	345.310 347.082	0 4.145.492
	5	4 4	4 4	4 4	4 4	4 4	4 26	0 70
	7	108.425.967 108.425.967	108.425.967 108.425.967	108.425.967 108.425.967	108.425.967 108.425.967	108.425.967 108.425.967	108.425.967 108.946.657	321.483.057 1.623.115.351
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.140.894 2.140.894	2.140.894 2.140.894	2.140.894 2.140.894	2.140.894 2.140.894	2.140.894 2.140.894	2.140.894 3.120.328	0 26.670.162

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 53

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	1	2.020.320 2.020.320	2.020.320 2.020.320	2.020.320 2.020.320	2.020.320 2.020.320	2.020.320 2.020.320	2.020.320 2.999.133	0 25.222.653
	2	19.852 19.852	19.852 19.852	19.852 19.852	19.852 19.852	19.852 19.852	19.852 19.959	0 238.331
	3	100.722 100.722	100.722 100.722	100.722 100.722	100.722 100.722	100.722 100.722	100.722 101.236	0 1.209.178
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		70.319.844 70.319.844	70.319.844 70.319.844	70.319.844 70.319.844	70.319.844 70.319.844	70.319.844 70.319.844	70.319.844 77.281.928	72.387.586 923.187.798
	1	69.968.761 69.968.761	69.968.761 69.968.761	69.968.761 69.968.761	69.968.761 69.968.761	69.968.761 69.968.761	69.968.761 76.929.058	72.387.586 918.973.015
	2	197.676 197.676	197.676 197.676	197.676 197.676	197.676 197.676	197.676 197.676	197.676 198.653	0 2.373.089
	3	153.407 153.407	153.407 153.407	153.407 153.407	153.407 153.407	153.407 153.407	153.407 154.217	0 1.841.694
4 - INVESTIMENTOS		14.462.495 14.462.495	14.462.495 14.462.495	14.462.495 14.462.495	14.462.495 14.462.495	14.462.495 14.462.495	14.462.495 14.536.282	3.567.832 177.191.559
	1	14.371.313 14.371.313	14.371.313 14.371.313	14.371.313 14.371.313	14.371.313 14.371.313	14.371.313 14.371.313	14.371.313 14.444.644	3.567.832 176.096.919
	3	91.181 91.181	91.181 91.181	91.181 91.181	91.181 91.181	91.181 91.181	91.181 91.629	0 1.094.620
	5	1 1	1 1	1 1	1 1	1 1	1 9	0 20
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		140.191.276 140.191.276	140.191.276 140.191.276	140.191.276 140.191.276	140.191.276 140.191.276	140.191.276 140.191.276	140.191.276 141.030.785	1.669.504.605 3.352.639.426
	1	31.765.306 31.765.306	31.765.306 31.765.306	31.765.306 31.765.306	31.765.306 31.765.306	31.765.306 31.765.306	31.765.306 32.084.111	1.348.021.548 1.729.524.025
	5	3 3	3 3	3 3	3 3	3 3	3 17	0 50
	7	108.425.967 108.425.967	108.425.967 108.425.967	108.425.967 108.425.967	108.425.967 108.425.967	108.425.967 108.425.967	108.425.967 108.946.657	321.483.057 1.623.115.351
37092-CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM		**265.149.653** **265.149.653**	**265.149.653** **265.149.653**	**265.149.653** **265.149.653**	**265.149.653** **265.149.653**	**265.149.653** **265.149.653**	**265.149.653** **277.100.704**	**161.716.999** **3.355.463.886**
	1	46.873.919 46.873.919	46.873.919 46.873.919	46.873.919 46.873.919	46.873.919 46.873.919	46.873.919 46.873.919	46.873.919 51.174.317	23.289.997 590.077.423
	4	163.750.900 163.750.900	163.750.900 163.750.900	163.750.900 163.750.900	163.750.900 163.750.900	163.750.900 163.750.900	163.750.900 164.537.594	0 1.965.797.494

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 54

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	81	45.184.616 45.184.616	45.184.616 45.184.616	45.184.616 45.184.616	45.184.616 45.184.616	45.184.616 45.184.616	45.184.616 52.003.679	138.427.002 687.461.457
	85	3 3	3 3	3 3	3 3	3 3	3 17	0 50
	87	9.340.215 9.340.215	9.340.215 9.340.215	9.340.215 9.340.215	9.340.215 9.340.215	9.340.215 9.340.215	9.340.215 9.385.097	0 112.127.462
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		73.283.730 73.283.730	73.283.730 73.283.730	73.283.730 73.283.730	73.283.730 73.283.730	73.283.730 73.283.730	73.283.730 83.951.035	0 890.072.065
	1	8.089.168 8.089.168	8.089.168 8.089.168	8.089.168 8.089.168	8.089.168 8.089.168	8.089.168 8.089.168	8.089.168 12.007.556	0 100.988.404
	4	51.775.252 51.775.252	51.775.252 51.775.252	51.775.252 51.775.252	51.775.252 51.775.252	51.775.252 51.775.252	51.775.252 52.023.911	0 621.551.683
	81	13.419.310 13.419.310	13.419.310 13.419.310	13.419.310 13.419.310	13.419.310 13.419.310	13.419.310 13.419.310	13.419.310 19.919.568	0 167.531.978
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		148.820.426 148.820.426	148.820.426 148.820.426	148.820.426 148.820.426	148.820.426 148.820.426	148.820.426 148.820.426	148.820.426 149.731.147	23.289.997 1.810.045.830
	1	36.844.778 36.844.778	36.844.778 36.844.778	36.844.778 36.844.778	36.844.778 36.844.778	36.844.778 36.844.778	36.844.778 37.217.464	23.289.997 465.800.019
	4	111.975.648 111.975.648	111.975.648 111.975.648	111.975.648 111.975.648	111.975.648 111.975.648	111.975.648 111.975.648	111.975.648 112.513.683	0 1.344.245.811
4 - INVESTIMENTOS		43.045.497 43.045.497	43.045.497 43.045.497	43.045.497 43.045.497	43.045.497 43.045.497	43.045.497 43.045.497	43.045.497 43.418.522	138.427.002 655.345.991
	1	1.939.973 1.939.973	1.939.973 1.939.973	1.939.973 1.939.973	1.939.973 1.939.973	1.939.973 1.939.973	1.939.973 1.949.297	0 23.289.000
	81	31.765.306 31.765.306	31.765.306 31.765.306	31.765.306 31.765.306	31.765.306 31.765.306	31.765.306 31.765.306	31.765.306 32.084.111	138.427.002 519.929.479
	85	3 3	3 3	3 3	3 3	3 3	3 17	0 50
	87	9.340.215 9.340.215	9.340.215 9.340.215	9.340.215 9.340.215	9.340.215 9.340.215	9.340.215 9.340.215	9.340.215 9.385.097	0 112.127.462
38000-SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA		**352.681.419** **352.681.419**	**352.681.419** **352.681.419**	**352.681.419** **352.681.419**	**352.681.419** **352.681.419**	**352.681.419** **352.681.419**	**352.681.419** **470.503.315**	**25.761.180** **4.375.760.104**
	1	336.148.028 336.148.028	336.148.028 336.148.028	336.148.028 336.148.028	336.148.028 336.148.028	336.148.028 336.148.028	336.148.028 447.458.681	25.761.180 4.170.848.169
	3	749.898 749.898	749.898 749.898	749.898 749.898	749.898 749.898	749.898 749.898	749.898 753.780	0 9.002.658

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 55

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	5	173.587 173.587	173.587 173.587	173.587 173.587	173.587 173.587	173.587 173.587	173.587 174.537	0 2.083.994
	81	15.609.906 15.609.906	15.609.906 15.609.906	15.609.906 15.609.906	15.609.906 15.609.906	15.609.906 15.609.906	15.609.906 22.116.317	0 193.825.283
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		241.888.166 241.888.166	241.888.166 241.888.166	241.888.166 241.888.166	241.888.166 241.888.166	241.888.166 241.888.166	241.888.166 359.058.399	0 3.019.828.225
	1	228.480.578 228.480.578	228.480.578 228.480.578	228.480.578 228.480.578	228.480.578 228.480.578	228.480.578 228.480.578	228.480.578 339.155.924	0 2.852.442.282
	81	13.407.588 13.407.588	13.407.588 13.407.588	13.407.588 13.407.588	13.407.588 13.407.588	13.407.588 13.407.588	13.407.588 19.902.475	0 167.385.943
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		107.599.552 107.599.552	107.599.552 107.599.552	107.599.552 107.599.552	107.599.552 107.599.552	107.599.552 107.599.552	107.599.552 108.221.534	11.869.559 1.303.686.165
	1	104.597.356 104.597.356	104.597.356 104.597.356	104.597.356 104.597.356	104.597.356 104.597.356	104.597.356 104.597.356	104.597.356 105.203.582	11.869.559 1.267.644.057
	3	749.898 749.898	749.898 749.898	749.898 749.898	749.898 749.898	749.898 749.898	749.898 753.780	0 9.002.658
	5	49.980 49.980	49.980 49.980	49.980 49.980	49.980 49.980	49.980 49.980	49.980 50.330	0 600.110
	81	2.202.318 2.202.318	2.202.318 2.202.318	2.202.318 2.202.318	2.202.318 2.202.318	2.202.318 2.202.318	2.202.318 2.213.842	0 26.439.340
4 - INVESTIMENTOS		3.193.701 3.193.701	3.193.701 3.193.701	3.193.701 3.193.701	3.193.701 3.193.701	3.193.701 3.193.701	3.193.701 3.223.382	13.891.621 52.245.714
	1	3.070.094 3.070.094	3.070.094 3.070.094	3.070.094 3.070.094	3.070.094 3.070.094	3.070.094 3.070.094	3.070.094 3.099.175	13.891.621 50.761.830
	5	123.607 123.607	123.607 123.607	123.607 123.607	123.607 123.607	123.607 123.607	123.607 124.207	0 1.483.884
38045-FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP		**5.683.567** **5.683.567**	**5.683.567** **5.683.567**	**5.683.567** **5.683.567**	**5.683.567** **5.683.567**	**5.683.567** **5.683.567**	**5.683.567** **5.999.345**	**178.277** **68.696.859**
	1	2.

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 58

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
42000-DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO		**70.691.525**	**70.691.525**	**70.691.525**	**70.691.525**	**70.691.525**	**70.691.525**	**0**
		70.691.525	**70.691.525**	**70.691.525**	**70.691.525**	**70.691.525**	**71.031.632**	**848.638.407**
	1	12.522.414	12.522.414	12.522.414	12.522.414	12.522.414	12.522.414	0
		12.522.414	12.522.414	12.522.414	12.522.414	12.522.414	12.582.617	150.329.171
	2	57.734.389	57.734.389	57.734.389	57.734.389	57.734.389	57.734.389	0
		57.734.389	57.734.389	57.734.389	57.734.389	57.734.389	58.012.064	693.090.343
	3	434.722	434.722	434.722	434.722	434.722	434.722	0
		434.722	434.722	434.722	434.722	434.722	436.941	5.218.883
	83	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	10	10
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		36.020.069	36.020.069	36.020.069	36.020.069	36.020.069	36.020.069	0
		36.020.069	36.020.069	36.020.069	36.020.069	36.020.069	36.193.128	432.413.887
	1	12.411.861	12.411.861	12.411.861	12.411.861	12.411.861	12.411.861	0
		12.411.861	12.411.861	12.411.861	12.411.861	12.411.861	12.471.531	149.002.002
	2	23.608.208	23.608.208	23.608.208	23.608.208	23.608.208	23.608.208	0
		23.608.208	23.608.208	23.608.208	23.608.208	23.608.208	23.721.597	283.411.885
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		34.527.354	34.527.354	34.527.354	34.527.354	34.527.354	34.527.354	0
		34.527.354	34.527.354	34.527.354	34.527.354	34.527.354	34.693.688	414.494.582
	1	110.553	110.553	110.553	110.553	110.553	110.553	0
		110.553	110.553	110.553	110.553	110.553	111.086	1.327.169
	2	33.984.994	33.984.994	33.984.994	33.984.994	33.984.994	33.984.994	0
		33.984.994	33.984.994	33.984.994	33.984.994	33.984.994	34.148.586	407.983.520
	3	431.807	431.807	431.807	431.807	431.807	431.807	0
		431.807	431.807	431.807	431.807	431.807	434.006	5.183.883
	83	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	10	10
4 - INVESTIMENTOS		144.102	144.102	144.102	144.102	144.102	144.102	0
		144.102	144.102	144.102	144.102	144.102	144.816	1.729.938
	2	141.187	141.187	141.187	141.187	141.187	141.187	0
		141.187	141.187	141.187	141.187	141.187	141.881	1.694.938
	3	2.915	2.915	2.915	2.915	2.915	2.915	0
		2.915	2.915	2.915	2.915	2.915	2.935	35.000
47000-SEC. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA		**3.269.607**	**3.269.607**	**3.269.607**	**3.269.607**	**3.269.607**	**3.269.607**	**3.870.867**
		3.269.607	**3.269.607**	**3.269.607**	**3.269.607**	**3.269.607**	**3.475.401**	**43.311.945**
	1	3.269.597	3.269.597	3.269.597	3.269.597	3.269.597	3.269.597	3.870.867
		3.269.597	3.269.597	3.269.597	3.269.597	3.269.597	3.475.379	43.311.813

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 59

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	2	3	3	3	3	3	3	0
		3	3	3	3	3	9	42
	5	7	7	7	7	7	7	0
		7	7	7	7	7	13	90
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		360.798	360.798	360.798	360.798	360.798	360.798	0
		360.798	360.798	360.798	360.798	360.798	535.602	4.504.380
	1	360.798	360.798	360.798	360.798	360.798	360.798	0
		360.798	360.798	360.798	360.798	360.798	535.602	4.504.380
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.665.918	2.665.918	2.665.918	2.665.918	2.665.918	2.665.918	1.682.483
		2.665.918	2.665.918	2.665.918	2.665.918	2.665.918	2.693.094	33.700.675
	1	2.665.918	2.665.918	2.665.918	2.665.918	2.665.918	2.665.918	1.682.483
		2.665.918	2.665.918	2.665.918	2.665.918	2.665.918	2.693.094	33.700.675
4 - INVESTIMENTOS		242.891	242.891	242.891	242.891	242.891	242.891	2.188.384
		242.891	242.891	242.891	242.891	242.891	246.705	5.106.890
	1	242.881	242.881	242.881	242.881	242.881	242.881	2.188.384
		242.881	242.881	242.881	242.881	242.881	246.683	5.106.758
	2	3	3	3	3	3	3	0
		3	3	3	3	3	9	42
	5	7	7	7	7	7	7	0
		7	7	7	7	7	13	90
50000-SECRETARIA DE TURISMO		**24.848.023**	**24.848.023**	**24.848.023**	**24.848.023**	**24.848.023**	**24.848.023**	**284.073.425**
		24.848.023	**24.848.023**	**24.848.023**	**24.848.023**	**24.848.023**	**25.497.135**	**582.898.813**
	1	24.801.038	24.801.038	24.801.038	24.801.038	24.801.038	24.801.038	284.073.425
		24.801.038	24.801.038	24.801.038	24.801.038	24.801.038	25.449.872	582.334.715
	3	44.986	44.986	44.986	44.986	44.986	44.986	0
		44.986	44.986	44.986	44.986	44.986	45.224	540.070
	5	1.999	1.999	1.999	1.999	1.999	1.999	0
		1.999	1.999	1.999	1.999	1.999	2.029	24.018
	7	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	10	10
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		576.345	576.345	576.345	576.345	576.345	576.345	0
		576.345	576.345	576.345	576.345	576.345	794.130	7.133.925
	1	576.345	576.345	576.345	576.345	576.345	576.345	0
		576.345	576.345	576.345	576.345	576.345	794.130	7.133.925
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.222.069	3.222.069	3.222.069	3.222.069	3.222.069	3.222.069	31.297.560
		3.222.069	3.222.069	3.222.069	3.222.069	3.222.069	3.248.825	69.989.144

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 60

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	1	3.177.083	3.177.083	3.177.083	3.177.083	3.177.083	3.177.083	31.297.560
		3.177.083	3.177.083	3.177.083	3.177.083	3.177.083	3.203.596	69.449.069
	3	44.986	44.986	44.986	44.986	44.986	44.986	0
		44.986	44.986	44.986	44.986	44.986	45.214	540.060
	5	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	10	10
	7	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	5	5
4 - INVESTIMENTOS		21.049.609	21.049.609	21.049.609	21.049.609	21.049.609	21.049.609	252.775.865
		21.049.609	21.049.609	21.049.609	21.049.609	21.049.609	21.454.180	505.775.744
	1	21.047.610	21.047.610	21.047.610	21.047.610	21.047.610	21.047.610	252.775.865
		21.047.610	21.047.610	21.047.610	21.047.610	21.047.610	21.452.146	505.751.721
	3	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	10	10
	5	1.999	1.999	1.999	1.999	1.999	1.999	0
		1.999	1.999	1.999	1.999	1.999	2.019	24.008
	7	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	5	5
51000-SECRETARIA DE GOVERNO		**84.383.882**	**84.383.882**	**84.383.882**	**84.383.882**	**84.383.882**	**84.383.882**	**41.442.081**
		84.383.882	**84.383.882**	**84.383.882**	**84.383.882**	**84.383.882**	**90.966.864**	**1.060.631.647**
	1	82.403.757	82.403.757	82.403.757	82.403.757	82.403.757	82.403.757	41.442.081
		82.403.757	82.403.757	82.403.757	82.403.757	82.403.757	88.976.851	1.036.860.259
	2	63.610	63.610	63.610	63.610	63.610	63.610	0
		63.610	63.610	63.610	63.610	63.610	63.963	763.673
	3	1.916.515	1.916.515	1.916.515	1.916.515	1.916.515	1.916.515	0
		1.916.515	1.916.515	1.916.515	1.916.515	1.916.515	1.926.030	23.007.695
	5	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	20	20
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		12.695.319	12.695.319	12.695.319	12.695.319	12.695.319	12.695.319	0
		12.695.319	12.695.319	12.695.319	12.695.319	12.695.319	18.819.528	158.468.037
	1	12.641.855	12.641.855	12.641.855	12.641.855	12.641.855	12.641.855	0
		12.641.855	12.641.855	12.641.855	12.641.855	12.641.855	18.765.789	157.826.194
	2	53.464	53.464	53.464	53.464	53.464	53.464	0
		53.464	53.464	53.464	53.464	53.464	53.739	641.843
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		66.409.982	66.409.982	66.409.982	66.409.982	66.409.982	66.409.982	12.978.962
		66.409.982	66.409.982	66.409.982	66.409.982	66.409.982	66.839.200	810.327.964

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 61

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	1	64.826.666	64.826.666	64.826.666	64.826.666	64.826.666	64.826.666	12.978.962
		64.826.666	64.826.666	64.826.666	64.826.666	64.826.666	65.247.941	791.320.229
	2	1	1	1	1	1	1	0
		1	1	1	1	1	19	30
	3	1.583.315	1.583.315	1.583.315	1.583.315	1.583.315	1.583.315	0
		1.583.315	1.583.315	1.583.315	1.583.315	1.583.315	1.591.230	19.007.695
	5	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	10	10
4 - INVESTIMENTOS		5.278.581	5.278.581	5.278.581	5.278.581	5.278.581	5.278.581	28.463.109
		5.278.581	5.278.581	5.278.581	5.278.581	5.278.581	5.308.126	91.835.626
	1	4.935.236	4.935.236	4.935.236	4.935.236	4.935.236	4.935.236	28.463.109
		4.935.236	4.935.236	4.935.236	4.935.236	4.935.236	4.963.111	87.713.816
	2	10.145	10.145	10.145	10.145	10.145	10.145	0
		10.145	10.145	10.145	10.145	10.145	10.205	121.800
	3	333.200	333.200	333.200	333.200	333.200	333.200	0
		333.200	333.200	333.200	333.200	333.200	334.800	4.000.000
	5	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	10	10
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		0	0	0	0	0	0	10
		0	0	0	0	0	10	20
	1	0	0	0	0	0	0	10
		0	0	0	0	0	10	20
51045-FUNDAÇÃO SIST.ESTADUAL ANÁLISE DADOS-SEADE		**4.088.164**	**4.088.164**	**4.088.164**	**4.088.164**	**4.088.164**	**4.088.164**	**312.905**
		4.088.164	**4.088.164**	**4.088.164**	**4.088.164**	**4.088.164**	**5.453.862**	**50.736.571**
	1	3.295.320	3.295.320	3.295.320	3.295.320	3.295.320	3.295.320	312.905
		3.295.320	3.295.320	3.295.320	3.295.320	3.295.320	4.656.825	41.218.250
	4	792.844	792.844	792.844	792.844	792.844	792.844	0
		792.844	792.844	792.844	792.844	792.844	797.037	9.518.321
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.800.305	2.800.305	2.800.305	2.800.305	2.800.305	2.800.305	0
		2.800.305	2.800.305	2.800.305	2.800.305	2.800.305	4.156.794	34.960.149
	1	2.800.305	2.800.305	2.800.305	2.800.305	2.800.305	2.800.305	0
		2.800.305	2.800.305	2.800.305	2.800.305	2.800.305	4.156.794	34.960.149
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.274.473	1.274.473	1.274.473	1.274.473	1.274.473	1.274.473	312.905
		1.274.473	1.274.473	1.274.473	1.274.473	1.274.473	1.283.607	15.615.715
	1	495.015	495.015	495.015	495.015	495.015	495.015	312.905
		495.015	495.015	495.015	495.015	495.015	500.031	6.258.101

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 62

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	4	779.458	779.458	779.458	779.458	779.458	779.458	0
		779.458	779.458	779.458	779.458	779.458	783.576	9.357.614
4 - INVESTIMENTOS		13.386	13.386	13.386	13.386	13.386	13.386	0
		13.386	13.386	13.386	13.386	13.386	13.461	160.707
	4	13.386	13.386	13.386	13.386	13.386	13.386	0
		13.386	13.386	13.386	13.386	13.386	13.461	160.707
51055-AGÊNCIA REG.SERV.DELEGADOS TRANSPORTES-ARTESP		**13.279.932**	**13.279.932**	**13.279.932**	**13.279.932**	**13.279.932**	**13.279.932**	**0**
		13.279.932	**13.279.932**	**13.279.932**	**13.279.932**	**13.279.932**	**13.344.077**	**159.423.329**
	4	13.276.933	13.276.933	13.276.933	13.276.933	13.276.933	13.276.933	0
		13.276.933	13.276.933	13.276.933	13.276.933	13.276.933	13.341.056	159.387.319
	5	2.999	2.999	2.999	2.999	2.999	2.999	0
		2.999	2.999	2.999	2.999	2.999	3.021	36.010
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.701.852	3.701.852	3.701.852	3.701.852	3.701.852	3.701.852	0
		3.701.852	3.701.852	3.701.852	3.701.852	3.701.852	3.719.680	44.440.052
	4	3.701.852	3.701.852	3.701.852	3.701.852	3.701.852	3.701.852	0
		3.701.852	3.701.852	3.701.852	3.701.852	3.701.852	3.719.680	44.440.052
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		9.578.080	9.578.080	9.578.080	9.578.080	9.578.080	9.578.080	0
		9.578.080	9.578.080	9.578.080	9.578.080	9.578.080	9.624.387	114.983.267
	4	9.575.081	9.575.081	9.575.081	9.575.081	9.575.081	9.575.081	0
		9.575.081	9.575.081	9.575.081	9.575.081	9.575.081	9.621.366	114.947.257
	5	2.999	2.999	2.999	2.999	2.999	2.999	0
		2.999	2.999	2.999	2.999	2.999	3.021	36.010
4 - INVESTIMENTOS		0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	10	10
	4	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	10	10
51056-AGÊNCIA REG.SANEAMENTO E ENERGIA DE SP-ARSESP		**10.354.816**	**10.354.816**	**10.354.816**	**10.354.816**	**10.354.816**	**10.354.816**	**0**
		10.354.816	**10.354.816**	**10.354.816**	**10.354.816**	**10.354.816**	**10.404.936**	**124.307.912**
	4	9.336.232	9.336.232	9.336.232	9.336.232	9.336.232	9.336.232	0
		9.336.232	9.336.232	9.336.232	9.336.232	9.336.232	9.381.350	112.079.902
	5	1.018.584	1.018.584	1.018.584	1.018.584	1.018.584	1.018.584	0
		1.018.584	1.018.584	1.018.584	1.018.584	1.018.584	1.023.586	12.228.010
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.047.986	3.047.986	3.047.986	3.047.986	3.047.986	3.047.986	0
		3.047.986	3.047.986	3.047.986	3.047.986	3.047.986	3.062.713	36.590.559
	4	2.512.845	2.512.845	2.512.845	2.512.845	2.512.845	2.512.845	0
		2.512.845	2.512.845	2.512.845	2.512.845	2.512.845	2.524.956	30.166.251

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 63

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	5	535.141	535.141	535.141	535.141	535.141	535.141	0
		535.141	535.141	535.141	535.141	535.141	537.757	6.424.308
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		7.010.482	7.010.482	7.010.482	7.010.482	7.010.482	7.010.482	0
		7.010.482	7.010.482	7.010.482	7.010.482	7.010.482	7.044.451	84.159.753
	4	6.527.039	6.527.039	6.527.039	6.527.039	6.527.039	6.527.039	0
		6.527.039	6.527.039	6.527.039	6.527.039	6.527.039	6.558.622	78.356.051
	5	483.443	483.443	483.443	483.443	483.443	483.443	0
		483.443	483.443	483.443	483.443	483.443	485.829	5.803.702
4 - INVESTIMENTOS		296.348	296.348	296.348	296.348	296.348	296.348	0
		296.348	296.348	296.348	296.348	296.348	297.772	3.557.600
	4	296.348	296.348	296.348	296.348	296.348	296.348	0
		296.348	296.348	296.348	296.348	296.348	297.772	3.557.600
51057-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN-SP		**46.277.304**	**46.277.304**	**46.277.304**	**46.277.304**	**46.277.304**	**46.277.304**	**412.744.659**
		46.277.304	**46.277.304**	**46.277.304**	**46.277.304**	**46.277.304**	**46.499.781**	**960.294.784**
	1	935.217	935.217	935.217	935.217	935.217	935.217	412.744.659
		935.217	935.217	935.217	935.217	935.217	939.727	423.971.773
	2	19.549.473	19.549.473	19.549.473	19.549.473	19.549.473	19.549.473	0
		19.549.473	19.549.473	19.549.473	19.549.473	19.549.473	19.643.411	234.687.614
	4	25.792.614	25.792.614	25.792.614	25.792.614	25.792.614	25.792.614	0
		25.792.614	25.792.614	25.792.614	25.792.614	25.792.614	25.916.643	309.635.397
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		928.384	928.384	928.384	928.384	928.384	928.384	149.127.523
		928.384	928.384	928.384	928.384	928.384	932.846	160.272.593
	1	928.384	928.384	928.384	928.384	928.384	928.384	149.127.523
		928.384	928.384	928.384	928.384	928.384	932.846	160.272.593
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		42.331.578	42.331.578	42.331.578	42.331.578	42.331.578	42.331.578	263.617.136
		42.331.578	42.331.578	42.331.578	42.331.578	42.331.578	42.535.081	771.799.575
	1	6.833	6.833	6.833	6.833	6.833	6.833	263.617.136
		6.833	6.833	6.833	6.833	6.833	6.881	263.699.180
	2	17.055.587	17.055.587	17.055.587	17.055.587	17.055.587	17.055.587	0
		17.055.587	17.055.587	17.055.587	17.055.587	17.055.587	17.137.541	204.748.998
	4	25.269.158	25.269.158	25.269.158	25.269.158	25.269.158	25.269.158	0
		25.269.158	25.269.158	25.269.158	25.269.158	25.269.158	25.390.659	303.351.397
4 - INVESTIMENTOS		3.017.342	3.017.342	3.017.342	3.017.342	3.017.342	3.017.342	0
		3.017.342	3.017.342	3.017.342	3.017.342	3.017.342	3.031.854	36.222.616
	2	2.493.886	2.493.886	2.493.886	2.493.886	2.493.886	2.493.886	0
		2.493.886	2.493.886	2.493.886	2.493.886	2.493.886	2.505.870	29.938.616

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 64

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	4	523.456	523.456	523.456	523.456	523.456	523.456	0
		523.456	523.456	523.456	523.456	523.456	525.984	6.284.000
52000-SECRETARIA ESP. DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS		**197.401**	**197.401**	**197.401**	**197.401**	**197.401**	**197.401**	**0**
		197.401	**197.401**	**197.401**	**197.401**	**197.401**	**198.483**	**2.369.894**
	1	197.401	197.401	197.401	197.401	197.401	197.401	0
		197.401	197.401	197.401	197.401	197.401	198.483	2.369.894
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	10	10
	1	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	10	10
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		197.401	197.401	197.401	197.401	197.401	197.401	0
		197.401	197.401	197.401	197.401	197.401	198.463	2.369.874
	1	197.401	197.401	197.401	197.401	197.401	197.401	0
		197.401	197.401	197.401	197.401	197.401	198.463	2.369.874
4 - INVESTIMENTOS		0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	10	10
	1	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	10	10
53000-SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO		**40.451.765**	**40.451.765**	**40.451.765**	**40.451.765**	**40.451.765**	**40.451.765**	**8.917.288**
		40.451.765	**40.451.765**	**40.451.765**	**40.451.765**	**40.451.765**	**44.896.809**	**498.783.512**
	1	40.309.226	40.309.226	40.309.226	40.309.226	40.309.226	40.309.226	8.917.288
		40.309.226	40.309.226	40.309.226	40.309.226	40.309.226	44.753.521	497.072.295
	3	40.176	40.176	40.176	40.176	40.176	40.176	0
		40.176	40.176	40.176	40.176	40.176	40.423	482.359
	5	102.363	102.363	102.363	102.363	102.363	102.363	0
		102.363	102.363	102.363	102.363	102.363	102.865	1.228.858
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		8.704.043	8.704.043	8.704.043	8.704.043	8.704.043	8.704.043	0
		8.704.043	8.704.043	8.704.043	8.704.043	8.704.043	12.920.689	108.665.162
	1	8.704.043	8.704.043	8.704.043	8.704.043	8.704.043	8.704.043	0
		8.704.043	8.704.043	8.704.043	8.704.043	8.704.043	12.920.689	108.665.162
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		31.330.293	31.330.293	31.330.293	31.330.293	31.330.293	31.330.293	8.917.238
		31.330.293	31.330.293	31.330.293	31.330.293	31.330.293	31.556.606	385.107.067
	1	31.294.807	31.294.807	31.294.807	31.294.807	31.294.807	31.294.807	8.917.238
		31.294.807	31.294.807	31.294.807	31.294.807	31.294.807	31.520.908	384.681.023
	3	35.486	35.486	35.486	35.486	35.486	35.486	0
		35.486	35.486	35.486	35.486	35.486	35.693	426.039

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 65

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	Dotação Contingenciada TOTAL
	5	0	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	5	5
4 - INVESTIMENTOS		417.428	417.428	417.428	417.428	417.428	417.428	30
		417.428	417.428	417.428	417.428	417.428	419.505	5.011.243
	1	310.375	310.375	310.375	310.375	310.375	310.375	30
		310.375	310.375	310.375	310.375	310.375	311.915	3.726.070
	3	4.690	4.690	4.690	4.690	4.690	4.690	0
		4.690	4.690	4.690	4.690	4.690	4.730	56.320
	5	102.363	102.363	102.363	102.363	102.363	102.363	0
		102.363	102.363	102.363	102.363	102.363	102.860	1.228.853
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS		1	1	1	1	1	1	20
		1	1	1	1	1	9	40
	1	1	1	1	1	1	1	20
		1	1	1	1	1	9	40
**53

ANEXO - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO 2021

Pág.: 68

VALORES EM R$ 1,00

ÓRGÃO / UO E GRUPO DE DESPESA	Fonte	QUOTAS						Dotação Contingenciada TOTAL
		Janeiro Julho	Fevereiro Agosto	Março Setembro	Abril Outubro	Maio Novembro	Junho Dezembro	
	83	4.024.904 4.024.904	4.024.904 4.024.904	4.024.904 4.024.904	4.024.904 4.024.904	4.024.904 4.024.904	4.024.904 4.044.408	0 48.318.352
	84	3.810.751 3.810.751	3.810.751 3.810.751	3.810.751 3.810.751	3.810.751 3.810.751	3.810.751 3.810.751	3.810.751 3.829.124	0 45.747.385
	85	30.614.491 30.614.491	30.614.491 30.614.491	30.614.491 30.614.491	30.614.491 30.614.491	30.614.491 30.614.491	30.614.491 30.761.546	0 367.520.947
	87	9.340.215 9.340.215	9.340.215 9.340.215	9.340.215 9.340.215	9.340.215 9.340.215	9.340.215 9.340.215	9.340.215 9.385.097	0 112.127.462

OBS: Inclui valores referentes a transferência intragovernamental.

FONTES (F)

1-RECURSOS TESOURO DO ESTADO
2-RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS
3-RECURSOS VINCULADOS-FUNDO ESPECIAL DE DESPESA
4-RECURSOS PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
5-RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS
6-OUTRAS FONTES DE RECURSOS - DREM
7-RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS
8-Saldo - RTE
81-INTRAORÇAMENTÁRIA - TESOURO
82-INTRAORÇAMENTÁRIA - VINCULADOS ESTADUAIS
83-INTRAORÇAMENTÁRIA - FUNDO ESPECIAL DE DESPESA
84-INTRAORÇAMENTÁRIA - PRÓPRIOS
85-INTRAORÇAMENTÁRIA - VINCULADOS FEDERAIS
86-INTRAORÇAMENTÁRIA - DREM
87-INTRAORÇAMENTÁRIA - OPERAÇÕES DE CRÉDITO
91-CONDICIONADOS PARTE DO ESTADO
92-CONDICIONADOS PARTE DOS MUNICÍPIOS

DECRETO Nº 65.489, DE 22 DE JANEIRO DE 2021

Declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão ou desapropriação pela Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, o imóvel que especifica, localizado no Bairro Consolação, no Município e Comarca de São Paulo, e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos do disposto nos artigos 2º, 6º e 40 do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pelas Leis federais nº 2.786, de 21 de maio de 1956, nº 6.306, de 15 de dezembro de 1975, nº 6.602, de 7 de dezembro de 1978, nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999, e nº 11.977, de 7 de julho de 2009,

Decreta:

Artigo 1º - Fica declarado de utilidade pública, para fins de instituição de servidão ou desapropriação pela Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, por via amigável ou judicial, o imóvel localizado no Bairro Consolação, no Município e Comarca de São Paulo, necessário à implantação de acesso entre a Rua Bela Cintra e a Estação Paulista da Linha 4 - Amarela, dentro do perímetro assim descrito: Perímetro 1-2-3-4-5-6-7-8-1, bloco 4030A, com linha 1 - 2 (3,23m) no alinhamento par da Rua Bela Cintra; linha 2 - 3 (8,39m), linha 3 - 4 (0,88m), linha 4 - 5 (39,78m), linha 5 - 6 (0,93m) e linha 6 - 7 (6,49m) todas confrontando com o remanescente do imóvel nº 1.032 da Rua Bela Cintra; linha 7 - 8 (4,79m) confrontando com os fundos da Estação Paulista da Linha 4 - Amarela e linha 8 - 1 (54,86m) confrontando com o imóvel nº 986 da Rua Bela Cintra, perfazendo uma área de 168,37m².

Artigo 2º - O imóvel referido no artigo anterior tem as medidas, limites e confrontações lançados na planta DE-4.08.02.00/1E1-001-Rev 0, que, em conjunto com as avaliações relativas aos terrenos e benfeitorias e demais elementos, constituem, na Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, o processo identificado pelo nº DE-MSP4-01/2019.

Artigo 3º - Ficam excluídos da presente declaração de utilidade pública os imóveis de propriedade de pessoas jurídicas de direito público eventualmente situados dentro do perímetro descrito no artigo 1º deste decreto.

Artigo 4º - Fica a Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de instituição de servidão ou desapropriação, para os fins do disposto no artigo 15 do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e alterações posteriores.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução do presente decreto correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.

Artigo 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de janeiro de 2021

JOÃO DORIA

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Publicado na Secretaria de Governo, aos 22 de janeiro de 2021.

Atos do Governador

DESPACHOS DO GOVERNADOR

DESPACHO DO GOVERNADOR, DE 22-1-2021

No processo SEGOV-PRC-2020-03711 com aps. SEDUC-EXP-2020-355628, Sobre alienação onerosa: "Diante dos elementos de instrução dos autos, e com fundamento no inc. I do art. 11 da Lei 16.338-2016, aprovo a alienação onerosa, pelo valor apurado em laudo de avaliação, do imóvel objeto da matrícula 14.226 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Lucélia, cadastrado no SGI sob o nº 45821, obedecidas as disposições legais que regem a matéria, em especial os arts. 17, 22, 24 e 25 da LF 8.666-93, e alterações posteriores, bem assim as deliberações do Conselho do Patrimônio Imobiliário e demais formalidades regulamentares pertinentes à espécie."

Governo

GABINETE DO SECRETÁRIO

Extrato de Termo de Retificação e Ratificação do Termo de Doação – 294-2020, Processo SG-PRC-2020-02333, publicado no D.O. de 13-8-2020 - Poder Executivo - Seção I, pág. 3:

Onde se lê:

Takeda Distribuidora Ltda., CNPJ 11.635.171/0001-03, com sede na Avenida Portugal, 1.100, Rua 5, Módulo 08, Bairro Itaqui, CEP 06.696-060, Município de Itapevi/SP. Representantes legais: Igor Viana Gomes da Silva, CPF 286.306.418-51 e RG 28.634.799-4 e Rafael Fortes, CPF 326.282.278-78 e RG sob nº 28.680.116-4 - Doação de 5.563 itens relativos a sabonete líquido, termômetro digital, desinfetante, limpador multiuso e saco para lixo infectante - Valor Total - R$ 145.667,48

Leia-se:

Takeda Distribuidora Ltda., CNPJ 11.635.171/0006-18, com sede na Avenida das Nações Unidas, 14.401, Torre Jequitiba, andares 10,11 e 12, Bairro Vila Gertrudes, CEP 04794-000, Município de São Paulo/SP. Representantes legais: Igor Viana Gomes da Silva, CPF 286.306.418-51 e RG 28.634.799-4 e Priscila Santos Damiani, CPF 279.588.138-13 e RG 22.621.540-4 - Doação de 564 caixas contendo galões de sabonete líquido, 7 pacotes contendo peças de termômetro digital, 1.439 caixas contendo galões de desinfetante, 8 caixas contendo frascos de limpador multiuso e higienizador de ambientes e 181 pacotes de saco para lixo para descarte - Valor Total- R$ 81.338,79 - Assinatura – 21-12-2020

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO DIRETOR

Deliberações de 21-1-2021

Processo Artesp 10.696/2011

(Protocolo Artesp 174.674/11)

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo Artesp 010.696/2011 (Protocolo 174.674/11), o Conselho Diretor da Artesp, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, Delibera nos seguintes termos:

a) Conhece o recurso interposto pela Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – Viaoeste S/A, em conformidade com a Lei Estadual 10.177/98, contra a decisão do Diretor de Investimentos, identificada como DI DIN 0327/19, que indeferiu a defesa prévia e as alegações finais relativas à notificação NOT DIN 0002/11;

b) No mérito, nega-lhe provimento, mantendo a decisão administrativa condenatória proferida pelo Diretor de Investimentos.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Investimentos, Assuntos Institucionais e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações: cópia da NOT DIN 0002/11 (fl. 03); FD DIN 4962/11 (fl. 04); FD DIN 00078/15 (fl. 06); FD DIN 21566/15 (fl. 61); FD DIN 54735/17 (fl. 62); FD DIN 55194/17 (fl. 63); FD DAI 15654/17 (fls. 64/66); FD DAI 15740/17 (fl. 67); FD DAI 18163/17 (fl. 73); FD DAI 18247/17 (fl. 74); FD DIN 63857/17 (fl. 76); FD DIN 42719/18 (fls. 77/78); FD DIN 43681/18 (fl. 79); FD DAI 21871/19 (fl. 86); FD DAI 22407/19 (fl. 86); DI DIN 0327/19 (fls. 87/88); FD DIN 74476/19 (fl. 89); FD DIN 75996/19 (fl. 90); FD DIN 87563/19 (fl. 116); FD DIN 93448/19 (fl. 123); FD DAI 32006/19 (fl. 124); FD DAI 32438/19 (fl. 125); FD DIN 03402/20 (fl. 136); FD DAI 04896/20 (fl. 137); FD DAI 05129/20 (fl. 138); FD DAI 06371/20 (fl. 145); FD DIN 25884/20 (fl. 146); FD DIN 26757/20 (fls. 147/148); Parecer CJ/Artesp 246/2017 (fls. 69/71); Parecer CJ/Artesp 297/2019 (fls. 81/84); Parecer Referencial CJ/Artesp 11/2018 (fls. 139/142); cópia da Cota CJ/Artesp 812/2019 (fl. 143); Cota CJ/Artesp 54/2020 (fl. 144), uma vez que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do aludido parecer jurídico referencial.

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da Artesp.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

Processo Artesp 015.041/2013.

(Protocolo Artesp 232.963/13).

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo Artesp 015.041/2013 (Protocolo 232.963/13), o Conselho Diretor da Artesp, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, Delibera nos seguintes termos:

a) Conhece o recurso interposto pela Concessionária Rodovias do Tietê S.A, em conformidade com a Lei Estadual 10.177/98, contra a decisão do Diretor de Investimentos, identificada como DI DIN 0184/18, que indeferiu prévia e as alegações finais relativas à NOT DIN 0102/13;

b) No mérito, nega-lhe provimento, mantendo a decisão administrativa condenatória proferida pelo Diretor de Investimentos.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Investimentos, Assuntos Institucionais e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações NOT DIN 0102/13 (fl. 03); FD DIN 15157/13 (fl. 86); FD DIN 40387/13 (fl. 87); FD DIN 43195/13 (fl. 88); INT DIN0012/14 (fl. 89); E-mail DIN s/n (fl. 177); FD DIN 4588/14 (fl. 193); FD DIN 24337/14 (fl. 194); FD DIN 24820/14 (fl. 195); FD DAI 6023/14 (fls. 196/198); FD DAI 6190/14 (fl. 199); FD DIN 26613/15 (fl. 210); DI DIN 0184/18 (fls. 211/214); FD DIN 57508/18 (fl. 215); FD DIN 58714/18 (fl. 216); E-mail DIN s/n (fl. 242); FD DIN 66302/18 (fl. 244); FD DAI 06203/19 (fl. 245 e verso); FD DAI 06472/19 (fl. 245 v); FD DAI 14640/20 (fl. 249); FD DAI 16457/20 (fl. 249); FD DIN 62517/20 (fls. 255/256); Parecer CJ/Artesp 927/2015 (fls. 201/208); Parecer CJ/Artesp 480/2019 (fls. 247/248 e verso).

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da Artesp.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

Processo Artesp 014.440/2013.

(Protocolo Artesp 223.303/13).

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo Artesp 014.440/2013 (Protocolo 223.303/13), o Conselho Diretor da Artesp, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, Delibera nos seguintes termos:

a) Conhece o recurso interposto pela Concessionária Rodovias do Tietê S.A, em conformidade com a Lei Estadual 10.177/98, contra a decisão do Diretor de Investimentos, identificada como DI DIN 00664/19, que indeferiu prévia e as alegações finais relativas à NOT DIN 00297/12;

b) No Mérito, Nega-Lhe Provimento, mantendo a decisão administrativa condenatória proferida pelo Diretor de Investimentos.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Investimentos, Assuntos Institucionais e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações NOT DIN 0297/12 (fls. 03/04); FD DIN 11224/13 (fls. 59/60); INT DIN 0114/13 (fl. 62); FD DIN 36715/13 (fl. 109); FD DIN 37302/13 (fl. 110); FD DAI 3264/14 (fls. 111/115); FD DAI 3428/14 (fl. 116); FD DIN 22375/14 (fl. 129); FD DIN 24058/14 (fl. 137); DI DIN 0069/14 (fls. 138/140); FD DIN 51854/14 (fl. 141); FD DIN 52830/14 (fl. 146); FD DAI 15360/17 (fls. 177/179); FD DAI 15664/17 (fl. 180); FD DAI 57410/17 (fl. 182); FD DAI 17481/17 (fl. 194); FD DAI 17654/17 (fl. 195); RETIRRATI DI DIN 0664/19 (fl. 200v); FD DIN 110045/19 (fl. 201); FD DIN 00140/20 (fl. 202); FD DIN 00140/20 (fl. 202); FD DIN 15884/20 (fl. 245); FD DAI 07924/20 (fls. 246/249); FD DAI 09819/20 (fl. 264); FD DAI 10396/20 (fl. 264); FD DAI 11973/20 (fl. 270); FD DAI 11973/20 (fl. 264v); FD DIN 62438/20 (fls. 271/272); Declaração (fl. 273); Parecer CJ/Artesp 389/2014 (fls. 118/128); Parecer CJ/Artesp 208/2017 (fls. 184/192); Parecer CJ/Artesp 410/2020 (fls. 250/254); cópia do Parecer Referencial CJ/Artesp 10/2018 (fl. 255/262); cópia da Cota CJ/Artesp 811/2019 (fl. 263).

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da Artesp.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

Processo Artesp 014.662/2013.

(Protocolo Artesp 225.667/13).

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo Artesp 014.622/2013 (Protocolo 225.667/13), o Conselho Diretor da Artesp, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, Delibera nos seguintes termos:

a) Conhece o recurso interposto pela Concessionária Auto Raposo Tavares S/A – CART, em conformidade com a Lei Estadual 10.177/98, contra a decisão do Diretor de Investimentos, identificada como DI DIN 0056/19, que indeferiu a defesa prévia e as alegações finais relativas à notificação NOT DIN 0020/13;

b) No mérito, nega-lhe provimento, mantendo a decisão administrativa condenatória proferida pelo Diretor de Investimentos.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Investimentos, Assuntos Institucionais e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações NOT DIN 0020/13 (fl. 03); FD DIN 4914/13 (fl. 17); FD DIN 48362/18 (fls. 21/22); INT DIN 1131/18 (fl. 23); FD DIN 54106/18 (fl. 42); FD DIN 54161/18 (fl. 43); FD DIN 54167/18 (fl. 44); FD DAI 50555/18 (fls. 45/46 e verso); FD DAI 50673/18 (fl. 47); FD DIN 01703/19 (fl. 58); FD DAI 04390/19 (fl. 59); FD DAI 04744/19 (fl. 59); FD DIN 17011/19 (fl. 61); DI DIN 0056/19 (fls. 62/63 e verso); FD DIN 19946/19 (fl. 64); FD DIN 20488/19 (fl. 65); FD DIN 30565/19 (fl. 92); FD DAI 29618/19 (fl. 93 e verso); FD DAI 30924/19 (fl. 93v); FD DIN 00387/20 (fl. 112); FD DAI 10277/20 (fls. 113/114); FD DAI 10704/20 (fl. 114); FD DIN 31472/20 (fl. 120); FD DIN 61713/20 (fls. 121/122); Cota CJ/Artesp 223/2019 (fl. 49); cópia do Parecer Referencial CJ/Artesp 2/2019 (fls. 50/57 e verso); cópia do Parecer Referencial CJ/Artesp 11/2018 (fls. 115/118); cópia da Cota CJ/Artesp 812/2019 (fl. 119), uma vez que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do aludido parecer jurídico referencial. Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da Artesp.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

Processo Artesp 014.629/2013.

(Protocolo Artesp 225.660/13).

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo Artesp 014.629/2013 (Protocolo 225.660/13), o Conselho Diretor da Artesp, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, Delibera nos seguintes termos:

a) Conhece o recurso interposto pela Concessionária Auto Raposo Tavares S/A. – CART, em conformidade com a Lei Estadual 10.177/98, contra a decisão do Diretor de Investimentos, identificada como DI DIN 0054/19, que indeferiu a defesa prévia e as alegações finais relativas à notificação NOT DIN 0013/13;

b) No mérito, nega-lhe provimento, mantendo a decisão administrativa condenatória proferida pelo Diretor de Investimentos.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Investimentos, Assuntos Institucionais e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações NOT DIN 0013/13 (fl. 03); FD DIN 11414/13 (fl. 21); FD DIN 48377/18 (fls. 25/26); INT DIN 1130/18 (fl. 27); FD DIN 54111/18 (fl. 46); FD DIN 54164/18 (fl. 47); FD DIN 54170/18 (fl. 48); FD DAI 50110/18 (fls. 49/50 e verso); FD DAI 50414/18 (fl. 51); FD DAI 04386/19 (fl. 63); FD DIN 15815/19 (fl. 64); FD DIN 17009/19 (fl. 65); DI DIN 0054/19 (fls. 66/67 e verso); FD DIN 19944/19 (fl. 68); FD DIN 20480/19 (fl. 69); FD DIN 26018/19 (fl. 74); FD DIN 31861/19 (fl. 98); FD DAI 29619/19 (fl. 99 e verso); FD DAI 30921/19 (fl. 99v); FD DIN 00383/20 (fl. 118); FD DAI 10278/20 (fls. 119/120); FD DAI 10710/20 (fl. 120); FD DIN 31471/20 (fl. 126); FD DIN 61712/20 (fls. 127/128); Cota CJ/Artesp 225/2019 (fl. 53); cópia do Parecer Referencial CJ/Artesp 2/2019 (fls. 54/61 e verso); cópia do Parecer Referencial CJ/Artesp 11/2018 (fls. 121/124); cópia da Cota CJ/Artesp 812/2019 (fl. 125), uma vez que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do aludido parecer jurídico referencial.

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da Artesp.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

Processo Artesp 016.979/2014

(Protocolo Artesp 267.665/14)

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo Artesp 016.979/2014 (Protocolo 267.665/14), o Conselho Diretor da Artesp, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, Delibera nos seguintes termos:

a) Conhece o recurso interposto pela Concessionária Auto Raposo Tavares S/A - CART, em conformidade com a Lei Estadual 10.177/98, contra a decisão do Diretor de Investimentos, identificada como DI DIN 0117/19, que indeferiu a defesa prévia e as alegações finais relativas à notificação NOT DIN 0229/14;

b) No mérito, nega-lhe provimento, mantendo a decisão administrativa condenatória proferida pelo Diretor de Investimentos.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Investimentos, Assuntos Institucionais, e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações: NOT DIN 0229/14 (fl. 03); FD DIN 26743/14 (fl. 48); FD DIN 40349/16 (fls. 50/51); FD DIN 58010/17 (fl. 119); FD DIN 68909/17 (fl. 120); FD DIN 79295/17 (fl. 123); FD DIN 32438/18 (fls. 127/128); FD DIN 33936/18 (fl. 129); FD DAI 38473/18 (fls. 130/134); FD DAI 38652/18 (fl. 135); FD DAI 02514/19 (fl. 147); FD DAI 02695/19 (fl. 147); FD DIN 11721/19 (fl. 149); FD DIN 18987/19 (fl. 150); FD DIN 20347/19 (fl. 151); DI DIN 0117/19 (fls. 152/154); FD DIN 30133/19 (fl. 155); FD DIN 34694/19 (fl. 156); FD DIN 47189/19 (fl. 187); FD DAI 13885/19 (fls. 188/189 e verso); FD DAI 15585/19 (fl. 189); FD DIN 60475/19 (fl. 191); CT DIN 0364/19 (fl. 192); FD DIN 71489/19 (fl. 254); FD DAI 10193/20 (fl. 255); FD DAI 10288/20 (fl. 255v); FD DAI 14097/20 (fl. 260); FD DAI 15899/20 (fl. 260); FD DIN 61550/20 (fls. 261/262); Cota CJ/Artesp 89/2019 (fl. 137); cópia do Parecer Referencial CJ/Artesp 02/2019 (fls. 138/145); Parecer CJ/Artesp 531/2020 (fls. 256/259), uma vez que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do aludido parecer jurídico.

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da Artesp.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

Processo Artesp 016.974/2014

(Protocolo Artesp 267.670/14)

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo Artesp 016.974/2014 (Protocolo 267.670/14), o Conselho Diretor da Artesp, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, Delibera nos seguintes termos:

a) Conhece o recurso interposto pela Concessionária Auto Raposo Tavares S/A - CART, em conformidade com a Lei Estadual 10.177/98, contra a decisão do Diretor de Investimentos, identificada como DI DIN 0057/19, que indeferiu a defesa prévia e as alegações finais relativas à notificação NOT DIN 0234/14;

b) No mérito, nega-lhe provimento, mantendo a decisão administrativa condenatória proferida pelo Diretor de Investimentos.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Investimentos, Assuntos Institucionais, e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações: NOT DIN 0234/14 (fl. 03); FD DIN 26747/14 (fl. 48); FD DIN 40338/16 (fls. 55/56); FD DIN 58013/17 (fl. 124); FD DIN 68915/17 (fl. 125); FD DIN 79286/17 (fl. 128); FD DIN 23250/18 (fls. 133/134); FD DAI 42309/18 (fl. 136/140); FD DAI 04429/19 (fl. 152); FD DIN 16945/19 (fl. 154); FD DIN 17590/19 (fl. 155); DI DIN 0057/19 (fls. 156/158); FD DIN 19947/19 (fl. 159); FD DIN 20487/19 (fl. 160); FD DIN 30436/19 (fl. 190); FD DAI 29617/19 (fl. 191); FD DAI 30923/19 (fl. 191); FD DIN 00805/20 (fl. 213); FD DAI 16092/20 (fls. 214/215); FD DAI 17510/20 (fl. 215); FD DIN 44183/20 (fl. 221); FD DIN 61708/20 (fls. 222/223); Cota CJ/Artesp 155/2019 (fl. 142); cópia do Parecer Referencial CJ/Artesp 02/2019 (fls. 143/150); cópia do Parecer Referencial CJ/Artesp 11/2018 (fls. 216/219); cópia da Cota CJ/Artesp 812/2019 (fl. 220), uma vez que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do aludido parecer jurídico referencial.

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da Artesp.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

Processo Artesp 016.718/2014

(Protocolo Artesp 263.178/14)

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo Artesp 016.718/2014 (Protocolo 263.178/14), o Conselho Diretor da Artesp, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, Delibera nos seguintes termos:

a) Conhece o recurso interposto pela Viarondon Concessionária de Rodovia S/A, em conformidade com a Lei Estadual 10.177/98, contra a decisão do Diretor de Investimentos, identificada como DI DIN 0138/19, que indeferiu a defesa prévia e as alegações finais relativas à notificação NOT DIN 0091/14;

b) No mérito, nega-lhe provimento, mantendo a decisão administrativa condenatória proferida pelo Diretor de Investimentos.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Investimentos, Assuntos Institucionais e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações: NOT DIN 0091/14 (fl. 03); FD DIN51178/14 (fl. 42); FD DIN 23750/18 (fls. 43/44); FD DIN 30533/18 (fl. 56); FD DIN 43584/18 (fl. 57); FD DIN 44984/18 (fl. 58); FD DIN 46488/18 (fls. 59/60); FD DIN 46998/18 (fl. 61); FD DAI42504/18 (fls. 62/66); FD DAI 42728/18 (fl. 66); FD DAI 03417/19 (fl. 78); FD DAI 03814/19 (fl. 78); FD DIN 16338/19 (fl. 80); FD DIN 18385/19 (fl. 81); DI DIN 0138/19 (fls. 82/84); FD DIN 31520/19 (fl. 85); FD DIN 35283/19 (fl. 86); FD DIN 45648/19 (fl. 115); FD DAI 13018/19 (fl. 116); FD DAI 13570/19 (fl. 116); FD DIN 49760/19 (fl. 118); cópia CT DIN 0087/19 (fls. 120/121); FD DIN 09327/20 (fl. 122); FD DIN 09616/20 (fl. 123); FD DAI 09597/20 (fls. 129/130); FD DAI 09906/20 (fl. 130); FD DIN 31489/20 (fl. 131); FD DIN 61937/20 (fls. 132/133); Cota CJ Artesp 262/2019 (fl. 68); cópia do Parecer Referencial CJ/Artesp 2/2019 (fls. 69/76); cópia do Parecer Referencial CJ/Artesp 11/2018 (fls. 124/127); cópia da Cota CJ/Artesp 812/2019 (fl. 128), uma vez que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do aludido parecer jurídico referencial.

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da Artesp.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

Processo Artesp 017.208/2014

(Protocolo Artesp 271.060/14)

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo Artesp 017.208/2014 (Protocolo 271.060/14), o Conselho Diretor da Artesp, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, Delibera nos seguintes termos:

a) Conhece o recurso interposto pela Viarondon Concessionária de Rodovia S/A, em conformidade com a Lei Estadual 10.177/98, contra a decisão do Diretor de Investimentos, identificada como DI DIN 0321/19, que indeferiu a defesa prévia e as alegações finais relativas à notificação NOT DIN 0324/14;

b) No mérito, nega-lhe provimento, mantendo a decisão administrativa condenatória proferida pelo Diretor de Investimentos.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Investimentos, Assuntos Institucionais e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações: NOT DIN 0324/14 (fl. 03); FD DIN 51166/14 (fl. 41); FD DIN 23728/18 (fls. 42/43); FD DIN 30569/18 (fl. 54); FD DIN 43371/18 (fl. 55); FD DIN 43846/18 (fl. 56); FD DAI 07635/19 (fls. 57/59); FD DAI 08051/19 (fl. 59); FD DIN 31445/19 (fl. 69); FD DIN 63449/19 (fl. 70); DI DIN 0321/19 (fls. 71/72); FD DIN 74256/19 (fl. 73); FD DIN 75977/19 (fl. 74); FD DIN 84185/19 (fl. 99); FD DAI 16782/20 (fl. 100); FD DAI 17198/20 (fl. 100); FD DAI 19489/20 (fl. 102); FD DAI 19668/20 (fl. 102); FD DIN 62463/20 (fls. 103/104); cópia do Parecer Referencial CJ/Artesp 2/2019 (fls. 60/67); Cota CJ/Artesp 131/2020 (fl. 101), uma vez que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do aludido parecer jurídico referencial.

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da Artesp.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

Processo Artesp 016.985/2014

(Protocolo Artesp 267.657/14)

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo Artesp 016.985/2014 (Protocolo 267.657/14), o Conselho Diretor da Artesp, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, Delibera nos seguintes termos:

a) Conhece o recurso interposto pela Viarondon Concessionária de Rodovia S/A, em conformidade com a Lei Estadual 10.177/98, contra a decisão do Diretor de Investimentos, identificada como DI DIN 0203/18, que indeferiu a defesa prévia e as alegações finais relativas à notificação NOT DIN 0218/14;

b) No mérito, nega-lhe provimento, mantendo a decisão administrativa condenatória proferida pelo Diretor de Investimentos.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Investimentos, Assuntos Institucionais, Controle Econômico e Financeiro e DD Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações: NOT DIN 0218/18 (fl. 03); FD DIN 16716/14 (fl. 62); FD DIN 08436/15 (fls. 131/132); FD DIN 34424/15 (fl. 196); FD DIN 36362/15 (fl. 197); FD DIN 37571/15 (fl. 198); FD DAI 59439/15 (fls. 199/204); FD DAI 00033/16 (fl. 205); FD DAI 00414/16 (fl. 213); FD DAI 00501/16 (fl. 214); cópia DI DIN 0203/18 (fls. 222/225); FD DIN 61608/18 (fl. 226); FD DIN 62666/18 (fl. 227); FD DIN 70846/18 (fl. 233); FD DIN 97196/18 (fl. 252); cópia CT DCE 0392/2018 (fl. 253); FD DCE 23877/18 (fl. 254); FD DCE 23906/18 (fl. 254); FD DAI 53165/18 (fls. 272/273); FD DAI 53320/18 (fl. 273); cópia CT DCE 0392/18 (fl. 274); FD DCE 25767/18 (fl. 275); FD DIN 113668/18 (fl. 277); FD DAI 09715/20 (fl. 282); FD DAI 09894/20 (fl. 282); FD DIN 61897/20 (fls. 283/284); Parecer Referencial CJ/Artesp 21/2016 (fls. 207/211); cópia do Parecer Referencial CJ/Artesp 5/2018 (fls. 259/267); cópia do Parecer Referencial CJ/Artesp 11/2018 (fls. 268/271); Parecer CJ/Artesp 782/2019 (fls. 279/281), uma vez que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do aludido parecer jurídico referencial.

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da Artesp.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

Processo Artesp 036.512/2019

(Protocolo Artesp 453.888/19)

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo Artesp 036.512/2019 (Protocolo 453.888/19), o Conselho Diretor da Artesp, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, Delibera nos seguintes termos:

Encaminha ao Secretário de Governo, minuta de Decreto de Declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A - CART, a área necessária às obras de implantação do Posto Geral de Fiscalização (PGF 4), no KM 276+400m – Pista Leste da Rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó, SP-255, situada no Município de Paulistânia e Comarca de Agudos, com área total de 5.558,28m² (cinco mil, quinhentos e cinquenta e oito metros quadrados e vinte e oito decímetros quadrados);

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Investimentos, Assuntos Institucionais e DD. Consultoria Jurídica, resultantes nas manifestações FD DIN 61733/19 (fl. 66); FD DIN 64786/19 (fl. 67); E-mail DIN s/n (fls. 68/69); FD DIN 58747/20 (fl. 73); FD DIN 58946/20 (fl. 76); E-mail DAI s/n (fl. 77); E-mail DAI s/n (fl. 85); FD DAI 24976 (fl. 104); FD DAI 25265/20 (fl. 104); FD DIN 114802/20 (fl. 105); FD DIN 00246/21 (fls. 106/107); Pronunciamento Técnico Institucional: 0053/20 (fls. 102/103); cópia do Parecer Referencial CJ/Artesp 125/2018 (fls. 95/100); cópia da Cota CJ/Artesp 25/2020 (fl. 101).

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da Artesp.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

Artesp-PRC- 2020/01091

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo Artesp-PRC-2020/01091, o Conselho Diretor da Artesp, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, Delibera nos seguintes termos:

Conhece o Relatório Técnico RT.DOP.0004/21;

Aprova a publicação da Portaria Artesp 03, de 21-01-2021, apresentada à fl. 34, que prorroga pelo prazo de 45 dias da vigência do grupo de trabalho nos termos do Art.4º da Portaria Artesp 86, de 26-11-2020, designado para empreender estudos técnicos preliminares para construção de alças de acesso entre os km 92 e 95 da Rodovia dos Bandeirantes.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos da Diretoria de Investimentos, resultantes nas manifestações Relatório Técnico RT 0004/21 (fls. 30/31); Artesp--DES-2021/00642-A (fls. 32/33).

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da Artesp

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

Processo Artesp 024.964/2017.

(Protocolo Artesp 367.835/17).

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo Artesp 024.964/2017 (Protocolo 367.835/17), o Conselho Diretor da Artesp, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, Delibera nos seguintes termos:

Não Autoriza o pedido de reclassificação tarifária referente ao segundo degrau tarifário da Praça de Pedágio de Paraibuna;

Não Autoriza o pedido de reclassificação tarifária referente ao terceiro degrau tarifário da Praça de Pedágio de Paraibuna.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos das Diretorias de Controle Econômico e Financeiro, Investimentos, Assuntos Institucionais e DD Consultoria Jurídica resultantes nas manifestações CI DCE 0077/19 (fl. 159); FD DCE 02020/19 (fl. 165); FD DCE 02163/19 (fl. 165 v); FD DIN 12568/19 (fl. 167); FD DIN 12969/19 (fl. 168); FD DIN 14825 (fl. 169); FD DIN 14896/19 (fl. 173); FD DIN 15476/19 (fl. 174); FD DAI 06282/19 (fls. 175/176 e verso); FD DAI 06457/19 (fl. 176v); FD DAI 09463/19 (fl. 188); FD DAI 09855/19 (fls. 188); FD DIN 41476/19 (fl. 191); FD DIN 41569/19 (fl. 192); FD DIN 13823/19 (fl. 193); FD DAI 13982/19 (fl. 193v); FD DCE 20371/19 (fls. 194/195); FD DCE 30681/19 (fl. 195v); FD DIN 74201/19 (fl. 214/215); CM.DGR.0101/19 (fl. 216); FD DAI 31885/19 (fl. 218); FD DAI 31885/19 (fl. 218); FD DAI 32413/19 (fl. 218); FD DAI 04245/20 (fl. 222 e verso); FD DAI 04271/20 (fl. 222 v); FD DIN 15602/20 (fl. 223); FD DIN 17304/20 (fl. 226); FD DIN 20214/20 (fl. 232); FD DIN 21529/20 (fl. 233); FD DIN 22651/20 (fl. 234); FD DIN s/n (fl. 234v); FD DCE 05654/20 (fls. 235/236 e verso); FD DCE s/n (fls. 236v); FD DAI 07371/20 (fl. 237); FD DAI 07646/20 (fl. 237v); FD DAI 10198/20 (fl. 245); FD DAI 10285/20 (fl. 245v); cópia da FD DAI 18076/17 (fl. 253v); cópia da FD DAI 18245/17 (fl. 254); cópia da FD DCE 09280/17 (fl. 254v); cópia da 745ª RD – 29-06-2017 (fls. 258v/259); cópia da FD DCE 11314/17(fl. 262v); cópia da FD DAI 25395/17 (fl. 264); cópia da FD DAI 25407/17 (fl. 264v); cópia da FD DAI 30070/18 (fl. 269); cópia da FD DAI 30233/18 (fl. 269v); cópia da FD DCE 16326/18 (fl. 270); cópia da 787ª RD – 20-04-2018 (fls. 270/271 e verso); FD DCE 08211/20 (fls. 274/275); FD DCE 08265/20 (fl. 275v); FD DIN 38153/20 (fl. 277); FD DIN 41587/20 (fl. 279) FD DIN 41688/20 (fl. 280); FD DCE 10333/20 (fl. 288); FD DCE 10340/20 (fl. 288v); FD DCE 13733/20 (fl. 303 e verso); FD DCE 13799/20 (fl. 303v); FD DAI 00125/21 (fl. 304 e verso); FD DAI 00379/21(fl. 304 v); cópia do Parecer CJ/Artesp 497/2017 (fls. 177/179 e verso); Cota CJ/Artesp 403/2019 (fls. 181/182); Parecer CJ/Artesp 403/2019 (fls. 183/186); Parecer CJ/Artesp 382/2020 (fls. 238/244); cópia do Parecer CJ/Artesp 240/2017 (fls. 250/252 e verso); cópia do Parecer CJ/Artesp 80/2015 (fls. 265v/268).

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da Artesp.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

Processo Artesp 019.909/2015.

(Protocolo Artesp 306.389/15).

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo Artesp 019.909/2015 (Protocolo 306.389/15), o Conselho Diretor da Artesp, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, Delibera nos seguintes termos:

Ratifica o ato do Diretor Geral, que acolheu na integra as justificativas apresentadas, nos termos dos artigos 57º, § 1º, III, e 79, § 5º da Lei federal 8.666/1993, bem como, Autorizou a celebração do 6º Termo Aditivo e Modificativo ao Contrato 0308/Artesp/2016 firmado com a empresa Jotabê Serviços Técnicos Especializados Ltda, que tem por objeto a prestação de serviços de copa, com fornecimento de insumos e operação, por meio de postos de serviços, para atendimento na sede da Artesp, com a finalidade de:

i) Prorrogar o prazo do cronograma de execução por mais 66 dias, de 26-01-2021 a 31-03-2021.

ii) A prorrogação do cronograma de execução, decorrente da suspensão do contrato, perfaz o total de R$ 65.421,69 para o exercício de 2021, onerando o orçamento em sua classificação orçamentária 26122511360920000.

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos da Unidade de Gestão Administrativa e DD Consultoria Jurídica resultantes nas manifestações e - mail UGA/Serviços s/n (fl. 1663); Relatório UGA/Serviços s/n (fl. 1676 e verso); FD UGA 00052/21 (fl. 1679); FD UGA 00086/21(fl. 1711 e verso); FD UGA 00092/21(fl. 1712); E - mail UGA/Licitações s/n (fls. 1731/1732 e verso); Declaração UGA/ Serviços s/n (fl. 1734); FD UGA 00238/21(fl. 1735 e verso); RA UGA 0001/21 (fls. 1736/1737); FD UGA 00244/21 (fls. 1738/139), Parecer CJ/Artesp 25/2021 (fls. 1714/1719); FD UGA 00235/21 (fl. 1721); cópia da Resolução PGE-23, de 12-11-2015 (fls. 1726/1727); cópia da Portaria SUBG-CONS 02, de 21-09-2016 (fl. 1728).

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da Artesp.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

Processo Artesp 019.727/2015.

(Protocolo Artesp 302.982/15).

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do Processo Artesp 019.727/2015 (Protocolo 302.982/15), o Conselho Diretor da Artesp, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, Delibera nos seguintes termos:

RATIFICA o ato do Diretor Geral que acolheu na íntegra as justificativas apresentadas, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, bem como Autorizou a celebração dos Termos de Aditamento aos Contratos relacionados abaixo, que tem por objeto a contratação de serviços técnicos especializados de apoio ao acompanhamento do cumprimento das obrigações de conservação de rotina nos Lotes de Concessão 01, 03, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 pelas respectivas Concessionárias, com vistas à aferição da execução adequada do serviço, nos termos do art. 31 da Lei Federal 8.987, de 13-02-1995, e, especificamente, do cumprimento dos encargos contidos nas cláusulas dos Contratos de Concessão de Exploração dos Sistemas Rodoviários, bem como dos regulamentos e normas editadas pela Artesp, integrantes dos Grupos 01, 02, 03, 04, 05 e 06, com as seguintes finalidades:

Contrato 0345/Artesp/2017, firmado com o Consórcio VD, formado pelas empresas Systra Engenharia e Consultoria Ltda, e Ductor Implantação de Projetos Ltda, Integrante do Grupo 01.

i) Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 15 meses, de 01-03-2021 a 31-05-2022.

ii) O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R$ 2.911.001,77 para o período de 15 meses, sendo o valor de R$ 1.940.667,85 para o presente exercício, o valor de R$ 970.333,92 para o exercício de 2022, onerando o orçamento em sua classificação orçamentária 26130511349130000.

Contrato 0346/Artesp/2017, firmado com a empresa Engefoto Engenharia e Aerolevantamentos S.A, integrante do Grupo 02.

i) Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 15 meses, de 27-01-2021 a 26-04-2022.

ii) O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R$ 2.892.483,72 para o período de 15 meses, sendo o valor de R$ 2.121.154,73 para o presente exercício, o valor de R$ 771.328,99 para o exercício de 2022, onerando o orçamento em sua classificação orçamentária 26130511349130000.

Contrato 0347/Artesp/2017, firmado com o Consórcio Conserva SEJCC, formado pelas empresas SGS Enger Engenharia Ltda, JHE Consultores Associados Ltda. E Consenge Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda, integrante do Grupo 03.

i) Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 15 meses, de 27-01-2021 a 26-04-2022.

ii) O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R$ 1.639.082,06 para o período de 15 meses, sendo o valor de R$ 1.201.993,51 para o presente exercício, o valor de R$ 437.088,55 para o exercício de 2022, onerando o orçamento em sua classificação orçamentária 26130511349130000.

Contrato 0348/Artesp/2017, firmado com a empresa EPT – Engenharia e Pesquisas

Tecnológicas S.A, integrante do Grupo 04.

i) Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 15 meses, de 27-01-2021 a 26-04-2022.

ii) O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R$ 2.295.364,48 para o período de 15 meses, sendo o valor de R$ 1.683.267,29 para o presente exercício, o valor de R$ 612.097,19 para o exercício de 2022, onerando o orçamento em sua classificação orçamentária 26130511349130000.

Contrato 0349/Artesp/2017, firmado com o Consórcio SP-G5, formado pelas empresas Sondotécnica Engenharia de Solos S.A. E Planservi Engenharia Ltda, integrante do Grupo 05.

i) Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 15 meses, de 27-01-2021 a 26-04-2022.

ii) O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R$ 1.877.806,01 para o período de 15 meses, sendo o valor de R$ 1.377.057,74 para o presente exercício, o valor de R$ 500.748,27 para o exercício de 2022, onerando o orçamento em sua classificação orçamentária 26130511349130000.

Contrato 0350/Artesp/2017, firmado com o Consórcio LBR--ATP, formado pelas empresas LBR Engenharia e Consultoria Ltda. E Future Atp Serviços de Engenharia Consultiva Ltda, integrante do Grupo 06.

i) Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 15 meses, de 27-01-2021 a 26-04-2022.

ii) O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R$ 2.561.950,69 para o período de 15 meses, sendo o valor de R$ 1.869.370,02 para o presente exercício, o valor de R$ 692.580,67 para o exercício de 2022, onerando o orçamento em sua classificação orçamentária 26130511349130000; e

Tudo conforme a instrução dos autos, especialmente os pronunciamentos da Diretoria de Investimentos, Unidade de Gestão Administrativa e DD Consultoria Jurídica resultantes nas manifestações E-mail DIN s/n (fl. 20751); Justificativa DIN s/n (fls. 20752/20753); E - mail DIN s/n (fl. 20756); CT DIN 0135/20 (fl. 20763); CI DIN 0967/20 (fls. 20772/20773 e verso); CT DIN 0136/20 (fl. 20774); CI DIN 0968/20 (fls. 20783/20785); CT DIN 0137/2020 (fl. 20790); CI DIN 0969/20 (fls. 20797/20798); CT DIN 0138/20 (fl. 20799); CI DIN 0970/20 (fls. 20807/20808 e verso); CT DIN 0139/20 (fl. 20809); CI DIN 0971/20 (fls. 20816/2020817 e verso); CT DIN 0140/20 (fl. 20818); CI DIN 0972/20 (fls. 20827/20828); CI DIN 0978/20 (fls. 20829 e verso); CI DIN 1005/20 (fl. 20853); E-mail UGA/Licitações s/n (fl. 20858 e verso); E-mail UGA/Licitações s/n (fl. 20960 e verso); E-mail UGA/Licitações s/n (fls. 20976/2097 e verso); E-mail UGA/Licitações s/n (fl. 21015 e verso); E-mail UGA/Licitações s/n (fls. 21269/21270); E-mail UGA/Licitações s/n (fl. 21277); E-mail UGA/Licitações s/n (fls. 21345/21346); E-mail UGA/Licitações 93948 (fl. 21347 e verso); E-mail UGA/Licitações 93949 (fl. 21348 e verso); E-mail UGA/Licitações 93950 (fl. 21349 e verso); E-mail UGA/Licitações (fl. 21350); E-mail UGA/Licitações 93952 (fl. 21351 e verso); E-mail UGA/Licitações 93953 (fl. 21352 e verso); Declaração s/n (21555); Declaração s/n (21556); Declaração s/n (21557); Declaração s/n (21558); Declaração s/n (21559); Declaração s/n (21560); FD UGA 00258/2021 (fl. 21561/21566); RA UGA 0002/21(fl. 21.567/21573 e verso); FD UGA 00279/2021 (fl. 21574/21576 e verso); cópia da Resolução PGE-23, de 12-11-2015 (fls. 20854/20855); cópia da Portaria SUBG-CONS 02, de 21-09-2016 (fl. 20856 e verso).

Fica ratificada toda a instrução processual e determinada a adoção das medidas pertinentes pelas áreas técnicas da Artesp.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

DIRETORIA GERAL

Portaria Artesp - 3, de 21-1-2021

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Artesp 86/2020

O Diretor Geral da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – Artesp, conforme artigo 10 da Lei Complementar 914, de 14-01-2002, com fundamento nos arts. 4º, VIII e IX, e 19, XV, do Regimento Interno;

Considerando o artigo 4º da Portaria Artesp 86, de 26-11-2020;

Considerando o Relatório Técnico RT.DOP.0004/21 (fls. 30/31), no qual solicita a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos; Resolve:

Artigo 1º - Prorrogar, pelo prazo de 45 dias da vigência do grupo de trabalho nos termos do Art. 4º da Portaria Artesp 86, de 26-11-2020, designado para empreender estudos técnicos preliminares para construção de alças de acesso entre os km 92 e 95 da Rodovia dos Bandeirantes.

Artigo 2º - Ficam convalidados todos os atos já praticados até a edição desta Portaria.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Artesp-PRC- 2020/01091- Portaria Artesp 03/21- Artesp--POR-2021/00003)

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

Despachos do Diretor, de 22-1-2021

Concedendo:

a Autorização a título precário à Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau, para ocupação da faixa de domínio, nos trechos sob responsabilidade da Concessionária Auto Raposo Tavares S/A - Cart, conforme especificado abaixo e após a assinatura do contrato entre as partes.

Rodovia SP-270: ocupação do km 618,50000 ao km 618,50000, subterrânea, direção transversal, para instalação com extensão de 50,00 m, tendo como objeto implantação de rede de esgoto ancorada à passagem existente.

Consoante com as condições constantes do termo. (Processo Artesp-PRC-2020/00546 - Protocolo 530.000/20).

a Autorização a título precário à Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau, para ocupação da faixa de domínio, nos trechos sob responsabilidade da Concessionária Auto Raposo Tavares S/A - Cart, conforme especificado abaixo e após a assinatura do contrato entre as partes.

Rodovia SP-270: ocupação do km 619,10100 ao km 619,10100, subterrânea, direção transversal, em método não destrutivo (MND), para instalação com extensão de 72,50 m, tendo como objeto implantação de rede de esgoto.

Consoante com as condições constantes do termo. (Processo Artesp-PRC-2020/00544 - Protocolo 530.001/20.

a Autorização a título precário à Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau, para ocupação da faixa de domínio, nos trechos sob responsabilidade da Concessionária Auto Raposo Tavares S/A - Cart, conforme especificado abaixo e após a assinatura do contrato entre as partes.

Rodovia SP-270: ocupação do km 619,70715 ao km 619,70715, subterrânea, direção transversal, em método não destrutivo (MND), para instalação com extensão de 56,27 m, tendo como objeto implantação de rede de esgoto.

Consoante com as condições constantes do termo. (Processo Artesp-PRC-2020/00548 - Protocolo 530.002/20).

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

DIRETORIA DE VEÍCULOS

Portaria SV-56, de 22-1-2021

O Diretor Setorial de Veículos do Detran-SP resolve:

Artigo 1º - Credenciar a pessoa jurídica Placas Automotivas Emplakar Eireli, CNPJ 37.658.844/0001-34, estabelecida à Rua José Nobre, 2 - Vila Maria Alta - São Paulo - SP - 02.122-100, como Estampador de Placa de Identificação Veicular, nos termos da Resolução Contran-780/2019.

Artigo 2º - O presente credenciamento terá validade de 5 anos, podendo ser cassado a qualquer tempo, se não mantidos, no todo ou em parte, os requisitos exigidos para o credenciamento.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria SV-57, de 22-1-2021

O Diretor Setorial de Veículos do Detran-SP resolve:

Artigo 1º - Credenciar a pessoa jurídica Schneider Placas Ltda., CNPJ 39.298.604/0001-00, estabelecida na Avenida Humberto Martgnoni, 643 - Vila Cantizani - Piraju - SP - 18.803-150, como Estampador de Placa de Identificação Veicular, nos termos da Resolução Contran-780/2019.

Artigo 2º - O presente credenciamento terá validade de 5 anos, podendo ser cassado a qualquer tempo, se não mantidos, no todo ou em parte, os requisitos exigidos para o credenciamento.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria SV-58, de 22-1-2021

O Diretor Setorial de Veículos do Detran-SP resolve:

Artigo 1º - Credenciar a pessoa jurídica Simone De Souza Costa Pinto, CNPJ 37.747.178/0001-00, estabelecida à Avenida José Martins Lisboa, 210 - Vila Maria - São Paulo - SP - 08.081-010, como Estampador de Placa de Identificação Veicular, nos termos da Resolução Contran-780/2019.

Artigo 2º - O presente credenciamento terá validade de 5 anos, podendo ser cassado a qualquer tempo, se não mantidos, no todo ou em parte, os requisitos exigidos para o credenciamento.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria SV-59, de 22-1-2021

O Diretor Setorial de Veículos do Detran-SP resolve:

Artigo 1º - Credenciar a pessoa jurídica WG Placas Automotivas Ltda., CNPJ 29.237.672/0001-05, estabelecida à Estrada do Imperadorm, 3627, Limoeiro - São Paulo - SP - 08.051-000, como Estampador de Placa de Identificação Veicular, nos termos da Resolução Contran-780/2019.

Artigo 2º - O presente credenciamento terá validade de 5 anos, podendo ser cassado a qualquer tempo, se não mantidos, no todo ou em parte, os requisitos exigidos para o credenciamento.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E FISCALIZAÇÃO

Portaria DETF-17, de 22-1-2021

Credencia leiloeiros oficiais para a realização dos leilões dos veículos removidos ou recolhidos a qualquer título, em função de penalidade aplicada ou medida administrativa por infração à Lei 9.503, de 23-9-1997

O Diretor Setorial de Educação para o Trânsito e Fiscalização, conforme o inciso VIII, do artigo 56 do Decreto Estadual 59.055, de 9-4-2013, visando normalizar os procedimentos de remoção, o depósito, a guarda e o leilão de veículos removidos ou apreendidos em face da competência deste Departamento Estadual de Trânsito - Detran-SP;

Considerando que os leiloeiros relacionados no Anexo I desta portaria apresentaram seus requerimentos devidamente instruídos e de forma plenamente satisfatória em atendimento às exigências do Chamamento Público 01/2019 - DETF referente ao Credenciamento de Leiloeiros Oficiais pelo Detran-SP, e o disposto na Portaria Detran-938, de 24-5-2006, com alterações dadas pela Portaria Detran-SP-275, de 15-10-2019;

Considerando os documentos juntados ao Protocolo SPDoc-1790637/2019;

Considerando que a Diretoria de Educação para o Trânsito e Fiscalização procedeu à análise de todos os requerimentos de credenciamento apresentados pelos leiloeiros oficiais até a presente data;

Resolve:

Artigo 1° - Credenciar, por 36 meses, o leiloeiro elencado no Anexo I desta portaria, considerados aptos e habilitados pelo Departamento Estadual de Trânsito - Detran-SP para realização de leilão de veículos removidos por infração de trânsito em todo o território do Estado de São Paulo.

Parágrafo Único - O credenciamento poderá ser renovado por períodos iguais e sucessivos, mediante o cumprimento dos requisitos dispostos no Chamamento Público 01/2019 - DETF ou em normas que o alterarem.

Artigo 2° - Os leiloeiros oficiais que protocolizaram requerimento de credenciamento e não integraram a relação do Anexo I, serão notificados por meio eletrônico, com o fim de complementar a instrução de seus pedidos autuados.

Artigo 3° - A Diretoria de Educação para o Trânsito e Fiscalização torna pública também que não há prazo determinado para requerimento de credenciamento de leiloeiros oficiais. O credenciamento se mantém permanentemente aberto, até resolução contrária.

Artigo 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Detran-SP

Anexo I de que trata a Portaria DETF-17, de 22-1-2021.

Leiloeiro credenciado por meio desta Portaria:

- Hugo Leonardo Alvarenga Cunha - RG 33.230.048-1.

Portaria da Diretoria, de 22-1-2021

A Diretoria de Educação para o Trânsito e Fiscalização, por meio da Gerência de Pátios e Leilões, informa que, a partir desta publicação, nomeia como Perito Avaliadora de Veículos Automotores: Márcia Aparecida da Silva, RG 22.109.911.6 e CPF 175.455.068-12, a qual está autorizada a executar as funções inerentes a tais atividades para o Detran-SP. (DETF-018 de 22-1-2021)

Comunicado DETF 2, de 22-1-2021

O Diretor Setorial da Diretoria de Educação para o Trânsito e Fiscalização do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, conforme o Decreto 59.055, de 09-04-2013, e considerando o contido no expediente Detran-Exp-2021/07605 comunica que fica revogado o Comunicado 1, de 21-01-2021, da Diretoria de Educação para o Trânsito e Fiscalização, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Caderno Executivo 1, página 03.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE SUPRIMENTOS

Núcleo de Gestão de Contratos

Primeiro Termo de Aditamento de Convênio

Objeto: Primeiro Termo de Aditamento ao Convênio Detran--SP-79/2018.

Processo: Detran-SP-165847/2018.

Parecer: CJ-Detran-532/2020.

Partícipes: Departamento Estadual de Trânsito - Detran-SP e o Município de Ibitinga - SP.

Cláusula Primeira - Fica prorrogado por mais 12 meses o prazo de vigência do Convênio indicado no Preâmbulo, passando o prazo de execução de 29-6-2020 para 28-6-2021.

Parágrafo Único - Deverá ser observado o novo cronograma físico-financeiro que constitui anexo deste termo de aditamento.

Cláusula Segunda - Ficam Ratificadas as demais cláusulas e condições do convênio não alteradas pelo presente instrumento.

Data da Assinatura: 19-1-2021.

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE TRÂNSITO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE TRÂNSITO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

283ª Ciretran - Cajamar

Portarias do Diretor Técnico I, de 22-1-2021

Autorizando:

a renovação do Centro de Formação de Condutores ''A'' de Jordanesia S/S Ltda, classificado como categoria A, registrado no CNPJ sob o 04.831.800/0001-05, situado na R Rua Julio Galeotti, 133, Jordanésia, na cidade de Cajamar. Prazo de funcionamento: Esta autorização tem validade até 31-03-2022. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 1/2021).

a renovação do Centro de Formação de Condutores Polcar S/S Ltda, classificado como categoria A, registrado no CNPJ sob o 03.576.885/0001-60, situado na R Flademir Roberto Lopes, 64, Polvilho, na cidade de Cajamar. Prazo de funcionamento: Esta autorização tem validade até 31-03-2022. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 2/2021).

a renovação do Centro de Formação de Condutores Casa Grande Ltda., classificado como categoria B, registrado no CNPJ sob o 54.690.219/0001-99, situado na AV Tenente Marques, 1817, Polvilho, na cidade de Cajamar. Prazo de funcionamento: Esta autorização tem validade até 31-03-2022. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 3/2021).

a renovação do Centro de Formação de Condutores Quatro Rodas Super Ltda, classificado como categoria B, registrado no CNPJ sob o 05.617.036/0001-32, situado na Av Tenente Marques, 259, Polvilho, na cidade de Cajamar. Prazo de funcionamento: Esta autorização tem validade até 31-03-2022. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 4/2021).

a renovação do Centro de Formação de Condutores B De Jordanesia S S Ltda, classificado como categoria B, registrado no CNPJ sob o 05.617.036/0001-32, situado na R Oswaldo de Lourenzi, 92, Jordanesia, na cidade de Cajamar. Prazo de funcionamento: Esta autorização tem validade até 31-03-2022. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 5/2021).

a renovação do Centro de Formação de Condutores Santa Rita de Cassia de Cajamar Ltda, classificado como categoria AB, registrado no CNPJ sob o 05.617.036/0001-32, situado na R Avelino Toledo de Lima, 268, Distr de Jordanesia, na cidade de Cajamar. Prazo de funcionamento: Esta autorização tem validade até 31-03-2022. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 6/2021).

a renovação do Centro de Formação de Condutores B Marcius Ltda, classificado como categoria B, registrado no CNPJ sob o 05.776.389/0001-85, situado na R Antonio Carlos Paiva Camelo, 07, Polvilho, na cidade de Cajamar. Prazo de funcionamento: Esta autorização tem validade até 31-03-2022. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 7/2021).

252ª Ciretran - Jandira

Portarias do Diretor Técnico I, de 21-1-2021

Autorizando:

a renovação do credenciamento do CFC "AutoEscola Speedd Ltda. ME", classificado na Categoria "A/B", situado na Rua Maria José, 117, Jd Europa – Jandira/SP, CNPJ 25.118.355/0001-00, renovando o credenciamento junto a esta Unidade do Detran/SP, para o biênio 2020/2021, estando esta autorização vinculada a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 01/2021).

a renovação do credenciamento do CFC "Centro de Formação de Condutores Stylo Eireli ME", classificado na Categoria "B", situado na Rua Francisca Maria Bueno, 125, Jd Gabriela– Jandira/SP, CNPJ 21.960.032/0001-09, renovando o credenciamento junto a esta Unidade do Detran/SP, para o biênio 2020/2021, estando esta autorização vinculada a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 02/2021).

a renovação do credenciamento do CFC "Auto Moto Escola Escola Duarte Ltda. ME", classificado na Categoria "B", situado na Rua Fernando Pessoa, 866, Bairro Vila Mercedes – Jandira/SP, CNPJ 29.574.583/0001-46, renovando o credenciamento junto a esta Unidade do Detran/SP, para o biênio 2020/2021, estando esta autorização vinculada a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 03/2021).

a renovação do credenciamento do CFC "Centro de Formação de Condutores "A" Tempra ME", classificado na Categoria "A", situado na Rua Henrique Sammartino, 146, Vila Anita Costa – Jandira/SP, CNPJ 01.670.517/0001-50, renovando o credenciamento junto a esta Unidade do Detran/SP, para o biênio 2020/2021, estando esta autorização vinculada a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 04/2021).

a renovação do credenciamento do CFC "GT Centro de Formação de Condutores Ltda. ME", classificado na Categoria "B", situado na Av. Conceição Sammartino, 306, Centro – Jandira/SP, CNPJ 10.971.156/0001/73, renovando o credenciamento junto a esta Unidade do Detran/SP, para o biênio 2020/2021, estando esta autorização vinculada a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 05/2021).

a renovação do credenciamento do CFC "Auto Moto Escola Capricho Ltda.", classificado na Categoria "B", situado na Av. Nicolau Mayevisky, 648, Jd. Velho Sanazar – Jandira/SP, CNPJ 30.815.523/0001-57, renovando o credenciamento junto a esta Unidade do Detran/SP, para o biênio 2020/2021, estando esta autorização vinculada a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 06/2021).

Autorizando a renovação do credenciamento do CFC "Centro de Formação de Condutores Eireli", classificado na Categoria "B", situado na Rua Fernando Pessoa, 152, Vila Santo Antonio – Jandira/SP, CNPJ 10.887.439/0001-31, renovando o credenciamento junto a esta Unidade do Detran/SP, para o biênio 2020/2021, estando esta autorização vinculada a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 07/2021).

a renovação do credenciamento do CFC "Centro de Formação de Condutores "B" Nova Mercosul Eirelli - ME", classificado na Categoria "B", situado na Av. Conceição Sammartino, 208, Centro – Jandira/SP, CNPJ 27.005.678/0001-13, renovando o credenciamento junto a esta Unidade do Detran/SP, para o biênio 2020/2021, estando esta autorização vinculada a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 08/2021).

a renovação do credenciamento do CFC "Centro de Formação de Condutores "B" Dannju Ltda.", classificado na Categoria "B", situado na Rua Rita do Nascimento Duca, 120, Jardim Belmont – Jandira/SP, CNPJ 09.351.688/0001-29, renovando o credenciamento junto a esta Unidade do Detran/SP, para o biênio 2020/2021, estando esta autorização vinculada a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 09/2021).

a renovação do credenciamento do CFC "CFC B Charme ao Volante Eirelli", classificado na Categoria "B", situado na Av. Alberto Ruffolo, 336, Vl. Anita Costa – Jandira/SP, CNPJ 11.302.724/0001-06, renovando o credenciamento junto a esta Unidade do Detran/SP, para o biênio 2020/2021, estando esta autorização vinculada a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 10/2021).

a renovação do credenciamento do CFC "Auto Escola Direção Ltda.", classificado na Categoria "B", situado na Rua Fernando Pessoa 45, Jd. Sorocabano – Jandira/SP, CNPJ 05.427.834/0001-00, renovando o credenciamento junto a esta Unidade do Detran/SP, para o biênio 2020/2021, estando esta autorização vinculada a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 11/2021).

a renovação do credenciamento do CFC "Centro de Formação de Condutores CFC A Los Primos Eirelli", classificado na Categoria "A", situado na Rua Fernando Pessoa 228, Jd. Santo Antônio– Jandira/SP, CNPJ 11.470.195/0001-50, renovando o credenciamento junto a esta Unidade do Detran/SP, para o biênio 2020/2021, estando esta autorização vinculada a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 12/2021).

a renovação do credenciamento do CFC "CFC B Estrela de Jandira Ltda.", classificado na Categoria "B", situado na Av. Conceição Sammartino, 645, Centro – Jandira/SP, CNPJ 08.804.868/0001-56, renovando o credenciamento junto a esta Unidade do Detran/SP, para o biênio 2020/2021, estando esta autorização vinculada a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 13/2021).

a renovação do credenciamento do CFC "CFC Praça 8", classificado na Categoria "A", situado na Rua Presidente Castelo Branco 115, Jd. Sorocabano– Jandira/SP, CNPJ 34.198.344/0001-79, renovando o credenciamento junto a esta Unidade do Detran/SP, para o biênio 2020/2021, estando esta autorização vinculada a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 14/2021).

30ª Ciretran - Mogi das Cruzes

Portarias do Diretor Técnico III, de 8-1-2021

Renovando:

o credenciamento de Cardoso & Cardoso Formação de Condutores Ltda, Nome Fantasia "Nossa Auto Escola", classificado como classe "B", registrado no CNPJ sob o 012.807.317/0001-13, situada na Rua Jose Bonifacio, 94, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 1/2021).

o credenciamento de Centro de Formação de Condutores Unidas Mcruzes Ltda. - ME, Nome Fantasia "CFC-A Unidas", classificado como classe "A/B", registrado no CNPJ sob o 27.939.381/0001-25, situada na Rua Francisco Franco, 201, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 2/2021).

o credenciamento de Centro de Formação de Condutores B Mogi Ltda, Nome Fantasia "Auto Escola Mogi", classificado como classe "B", registrado no CNPJ sob o 012.462.709/0001-98, situada na Rua Francisco Franco, 118, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 3/2021).

o credenciamento de Auto Escola Salesopolis Ltda. ME, Nome Fantasia "Auto Escola SÃO JOSE", classificado como classe "AB", registrado no CNPJ sob o 020.460.683/0001-77, situada na Rua Prefeito a Camargo Pinto, 469, Bairro Jardim Nidia, Salesopolis. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 4/2021).

o credenciamento de Centro de Formação de Condutores Monagatti e Araujo Ltda, Nome Fantasia "Auto Escola Sao Joao", classificado como classe "B", registrado no CNPJ sob o 011.312.875/0001-45, situada na Av Ricieri Marcatto, 683, Bairro Vila Suissa, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 5/2021).

o credenciamento de Centro de Formação de Condutores Araujo & Monagatti Ltda. ME, Nome Fantasia "Auto Escola SÃO JOÃO", classificado como classe "B", registrado no CNPJ sob o 009.517.803/0001-92, situada na Rua Olegario Paiva, 711, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 6/2021).

o credenciamento de Auto Moto Escola de Marco Ltda. ME, Nome Fantasia "Auto Escola DE MARCO", classificado como classe "B", registrado no CNPJ sob o 003.899.620/0001-00, situada na Rua Thuller, 364, Bairro Jd Universo, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 7/2021).

o credenciamento de Centro de Formação de Condutores SUPREMO Ltda. ME, Nome Fantasia "Autoescola de Marco", classificado como classe "A/B", registrado no CNPJ sob o 010.541.454/0001-23, situada na Rua Professor Flaviano de Melo, 223, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 8/2021).

o credenciamento de Soncin & Ywata Formação de Condutores Ltda. ME, Nome Fantasia "CFC BRAZ CUBAS", classificado como classe "B", registrado no CNPJ sob o 007.361.426/0001-10, situada na AV Francisco Ferreira Lopes, 2442, Bairro BRAS CUBAS, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 9/2021).

o credenciamento de Alison Cobianchi Auto Escola ME, Nome Fantasia "Auto Escola NOBRE", classificado como classe "B", registrado no CNPJ sob o 011.262.452/0001-68, situada na Rua Senador Dantas, 393, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 10/2021).

o credenciamento de Ellen Priscila Araujo da Conceição ME, Nome Fantasia "CFC B Santana I", classificado como classe "B", registrado no CNPJ sob o 008.627.493/0001-04, situada na Rua Santana, 226, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 11/2021).

o credenciamento de Ellen Priscila Araujo da Conceição ME, Nome Fantasia "CFC B SANTANA II", classificado como classe "B", registrado no CNPJ sob o 008.627.493/0002-87, situada na Rua Barão de Jaceguai, 746, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 12/2021).

o credenciamento de Centro de Formação de Condutores UNIAO Ltda. ME, Nome Fantasia "CFC B UNIAO", classificado como classe "B", registrado no CNPJ sob o 003.977.768/0001-08, situada na Rua PRINCESA ISABEL DE BRAGANCA, 58, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 13/2021).

o credenciamento de Centro de Formação de Condutores SANTANA Ltda. ME, Nome Fantasia "CFC A C C SANTANA", classificado como classe "A", registrado no CNPJ sob o 003.254.032/0001-01, situada na Rua IPIRANGA, 456, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 14/2021).

o credenciamento de Centro de Formação de Condutores UNIÃO Ltda. ME, Nome Fantasia "CFC B SANTANA III", classificado como classe "B", registrado no CNPJ sob o 003.977.768/0003-70, situada na Rua IPIRANGA, 450, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 15/2021).

o credenciamento de Centro de Formação de Condutores UNIAO Ltda. ME, Nome Fantasia "CFC B SANTANA IV", classificado como classe "B", registrado no CNPJ sob o 003.977.768/0002-99, situada na Rua SÃO JOAO, 457, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 16/2021).

o Credenciamento de Centro de Formação de Condutores Auto Moto Escola FORMULA 1 JUNDIAPEBA Ltda, Nome Fantasia "Auto Escola FORMULA 1", classificado como classe "AB", registrado no CNPJ sob o 02.199.425/0001-05, situada na AV PRESIDENTE ALTINO ARANTES, 217, Bairro JUNDIAPEBA, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 17/2021).

o Credenciamento de Centro de Formação de Condutores B LUS Ltda. ME, Nome Fantasia "Auto Escola JAVAROTTI", classificado como classe "B", registrado no CNPJ sob o 13.092.961/0001-15, situada na Rua DOUTOR DEODATO WERTHEIMER, 832, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 18/2021).

o Credenciamento de Centro de Formação de Condutores Auto Escola S/S Ltda.-ME, Nome Fantasia "CFC "B" TIETE", classificado como classe "B", registrado no CNPJ sob o 03.045.474/0001-48, situada na Rua XV DE NOVEMBRO, 1012, Bairro Centro, na cidade de SALESOPOLIS. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 19/2021).

o Credenciamento de Centro de Formação de Condutores S/S Ltda.-ME, Nome Fantasia "CFC "A" TIETE", classificado como classe "A", registrado no CNPJ sob o 07.671.300/0001-41, situada na Rua XV DE NOVEMBRO, 1006, Bairro Centro, na cidade de SALESOPOLIS. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 20/2021).

o credenciamento de MELO E LESSA Auto Escola Ltda. ME, Nome Fantasia "Auto Escola MONACO", classificado como classe "B", registrado no CNPJ sob o 026.114.505/0001-70, situada na AV JAPAO, 1993, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 21/2021).

o credenciamento de Centro de Formação de Condutores MODELO EM MOGI DAS CRUZES Ltda, Nome Fantasia "CFC A MODELO", classificado como classe "A", registrado no CNPJ sob o 30.434.671/0001-21, situada na Rua ENGENHEIRO GUALBERTO, 700, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 22/2021).

o credenciamento de Centro de Formação de Condutores CFC SÃO BENEDITO II EIRELI, Nome Fantasia "CFC SÃO BENEDITO", classificado como classe "B", registrado no CNPJ sob o 20.346.963/0001-59, situada na Rua THULLER, 601, Bairro JARDIM UNIVERSO, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 23/2021).

o credenciamento de Centro de Formação de Condutores FELIPE RIOS CABRAL ME, Nome Fantasia "CFC SAO BENEDITO", classificado como classe "B", registrado no CNPJ sob o 018.740.877/0001-84, situada na Rua DR RICARDO VILELA, 7211, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 24/2021).

o credenciamento de Centro de Formação de Condutores A/B AUTOESCOLA SÃO JUDAS TADEU Ltda. ME, Nome Fantasia "CFC SÃO JUDAS TADEU", classificado como classe "A/B", registrado no CNPJ sob o 50.687.979/0001-96, situada na Rua DR RICARDO VILELA, 21, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 25/2021).

o credenciamento de Centro de Formação de Condutores "B" GOMES & SILVA Ltda. ME Nome Fantasia "AUTOESCOLA SÃO JUDAS TADEU", classificado como classe "B", registrado no CNPJ sob o 07.088.708/0001-51, situada na Rua OLEGARIO PAIVA, 631, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 26/2021).

o credenciamento do CFC Auto Moto Escola MIRANDA EIRELI ME, Nome Fantasia "Auto Escola SHANGAI", classificado como classe "B", registrado no CNPJ sob o 011.899.628/0001-97, situada na Rua IPIRANGA, 300, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 27/2021).

o credenciamento de Centro de Formação de Condutores TRANSITO SEGURO S/S Ltda, Nome Fantasia "TRANSITO SEGURO", classificado como classe "A/B", registrado no CNPJ sob o 011.739.390/0001-32, situada na Rua NAVAJAS, 707, Bairro Centro, nesta cidade. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2022, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos dos artigos 33,34,35 e 36 da Portaria Detran 101/2016. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 28/2021).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE TRÂNSITO DE CAMPINAS I

7ª Ciretran - Campinas

Portaria da Diretora Técnica II, de 22-1-2021

Autorizando a renovação de credenciamento do CFC São Jorge Centro de Formação de Condutores Eireli, Nome Fantasia: CFC Brasil, SAE 101, classificado como categoria A, registrado no CNPJ sob o 007.541.851/0001-90, situado na Av. João Jorge, 180 – VL. Industrial, CEP 13035-680, na cidade de Campinas/SP, relativo ao exercício de 2020. Prazo de funcionamento: Esta autorização tem validade até 31-03-2022. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016, e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 17/2021).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE TRÂNSITO DE SOROCABA III

72ª Ciretran - Capão Bonito

Portarias do Diretor Interino, de 22-1-2021

Autorizando:

a renovação do Centro de Formação de Condutores Auto Agil Ltda., classificado como categoria B, registrado no CNPJ sob o 011.198.149/0001-43, situado na rua Campos Salles, 1000, Bairro São Judas Tadeu, na cidade de Capão Bonito. Prazo de funcionamento: Esta autorização tem validade até 31-03-2022. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 1/2021).

a renovação do Centro FOR. De Condutores Costa & Alexandre Ltda., classificado como categoria AB, registrado no CNPJ sob o 019.475.569/0001-31, situado na rua Rio Grande do Sul, 580, Bairro Bela Vista, na cidade de Capão Bonito. Prazo de funcionamento: Esta autorização tem validade até 31-03-2022. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 2/2021).

a renovação do Centro de Formação de Condutores Faia e Faia Ltda., classificado como categoria B, registrado no CNPJ sob o 019.593.810/0001-27, situado na rua Coronel Frederico Martins, 120, Bairro Centro, na cidade de Capão Bonito. Prazo de funcionamento: Esta autorização tem validade até 31-03-2022. Precariedade: O prazo acima está vinculado às vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogada em caso de não atendimento à Portaria Detran 101/2016 e demais legislações em vigor sobre a matéria. (Port. 3/2021).

CASA MILITAR

COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Despacho do Coordenador, de 22-1-2021

Alterando o contido nos Termos de Convênio abaixo, passando a vigorar com a seguinte redação:

MUNICÍPIO DE MARÍLIA - Processo CMIL 763.782-2019 – CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO DO PEIXE, MAR-314

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Décima Primeira do Convênio CMil-7-630-19, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Da Vigência

O presente convênio vigorará de 19-1-2021 até 19-4-2021, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada e lavratura de termo aditivo."

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

MUNICÍPIO DE BADY BASSITT - Processo CMIL 1733563-2019 – CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O CÓRREGO JACUTINGA, NA ESTRADA MUNICIPAL BBS-182.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Terceira do Convênio CMil-16-630-19, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA

Do Valor e dos Recursos

O valor do presente convênio é de R$ 427.923,71, cabendo à Coordenadoria o repasse da quantia de R$ 406.527,52, que onerará o elemento econômico 444051 do orçamento da Casa Militar sendo R$ 21.396,19, de responsabilidade do Município."

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

Projetos, Orçamento e Gestão

SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO

Portaria GB-1, de 22-1-2021

Altera a Portaria CO-9, de 14-12-2018, que consolida a classificação da despesa orçamentária por natureza

O Chefe de Gabinete, considerando a necessidade de atualizar a Classificação da Despesa Orçamentária quanto à natureza, expede a seguinte Portaria:

Artigo 1° - Excluir da Portaria CO-9, de 14-12-2018, o Elemento de Despesa 05 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar e seus detalhamentos dos Anexos I - Códigos/Especificações, II - Códigos/Especificações - Conceitos e III - Natureza da Despesa por Item (Subelemento), a seguir especificados:

Do Anexo I - Códigos/Especificações, excluir:

D - Elemento de Despesa

Cód. - Especificação

05 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar

Do Anexo II - Conceitos, excluir:

D - Elemento de Despesa

05 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar (excluir)

Despesas orçamentárias com benefícios previdenciários do servidor ou do militar, exclusive aposentadorias, reformas e pensões.

Do Anexo III - Natureza da Despesa por Item (Subelemento), excluir:

CAT	GR	MOD	ELEM	ITEM	ESPECIFICAÇÃO
3					Despesas Correntes
	1				Pessoal e Encargos Sociais
		90			Aplicações Diretas
			05		Outros Benefícios Previdenciários do Servidor Ou do Militar (excluir)
3	1	90	05	10	Benefícios da Previdência Social
3	1	90	05	11	Benefícios da Previdência Social - 13º Salário

Artigo 2º - Fixar a combinação do Elemento 08 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar e seus subelementos com o Grupo de Despesa 3 - Outras Despesas Correntes, excluindo a existente com Pessoal e Encargos, conforme segue:

Incluir no Anexo III - Natureza da Despesa por Item (Subelemento):

CAT	GR	MOD	ELEM	ITEM	ESPECIFICAÇÃO
3					Despesas Correntes
	3				Outras Despesas Correntes
		90			Aplicações Diretas
			08		Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar
3	3	90	08	01	Salário - Família - Civil
3	3	90	08	02	Salário - Família - Militar
3	3	90	08	03	Salário - Família - Inativos do Executivo
3	3	90	08	04	Salário - Família - Inativos Outros Poderes
3	3	90	08	43	Auxílio-reclusão (Lei Complementar 1.012/07)
3	3	90	08	99	Outros Salário - Família
		91			Aplicação direta decorrente de operação dentre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social
3	3	91	08	06	Salário-família
3	3	91	08	43	Auxílio-reclusão (LC 1.012/07)

Excluir do Anexo III - Natureza da Despesa por Item (Subelemento):

CAT	GR	MOD	ELEM	ITEM	ESPECIFICAÇÃO
3					Despesas Correntes
	1				Pessoal e Encargos Sociais
		90			Aplicações Diretas
			08		Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar
3	1	90	08	01	Salário - Família - Civil
3	1	90	08	02	Salário - Família - Militar
3	1	90	08	03	Salário - Família - Inativos do Executivo
3	1	90	08	04	Salário - Família - Inativos Outros Poderes
3	1	90	08	43	Auxílio-reclusão (Lei Complementar 1.012/07)
3	1	90	08	99	Outros Salário - Família
		91			Aplicação direta decorrente de operação dentre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social
3	1	91	08	06	Salário-família
3	1	91	08	43	Auxílio-reclusão (LC 1.012/07)

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º-1-2021.

Portaria GB-2, de 22-1-2021

Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão nos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado

O Chefe de Gabinete, à vista do disposto no Decreto 65.474, de 15-1-2021, expede a seguinte Portaria:

Artigo 1º - A classificação institucional da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão passa a vigorar com a seguinte codificação:

ÓRGÃO	U.O.	U.G.O.	U.D.(UGE)	DENOMINAÇÃO
53000				Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão
	53001	530010		Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão
			530101	Gabinete do Secretário-GS
	53045	531101		Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM
			531101	Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM
	53055	532101		Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - Iamspe
			532101	Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - Iamspe
	53057	532301		São Paulo Previdência - SPPREV
			532301	São Paulo Previdência - SPPREV
	53090	533101		Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S.A.
			533101	Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S.A.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria CG-3, de 22-1-2021

Altera a classificação institucional da Secretaria da Administração Penitenciária nos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado

O Chefe de Gabinete, à vista do disposto no Decreto 65.344, de 9-12-2020, expede a seguinte Portaria:

Artigo 1º - Fica incluída no artigo 1º da Instrução DPDO-5, de 20-1-2012, que dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Administração Penitenciária, a Unidade de Despesa vinculada à Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região do Vale do Paraíba e Litoral, na seguinte conformidade:

ÓRGÃO	U.O.	(U.G.O.)	U.D.(UGE)	DENOMINAÇÃO
38000				Secretaria da Administração Penitenciária
	38004	380013		Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região do Vale do Paraíba e Litoral
			380280	Penitenciária de Registro

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria CG-4, de 22-1-2021

Altera a classificação institucional da Secretaria da Segurança Pública nos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado

O Chefe de Gabinete, à vista do disposto no Decreto 65.345, de 9-12-2020, expede a seguinte Portaria:

Artigo 1º - Ficam alteradas no artigo 1º da Instrução DPDO-14, de 5-4-2012, as denominações das Unidades de Despesa, a seguir especificadas:

De:

ORG.	U.O.	(U.G.O.)	U.D.(UGE)	DENOMINAÇÃO
18000				Secretaria da Segurança Pública
	18004	180013		Polícia Militar do Estado de São Paulo
			180153	Diretoria de Ensino e Cultura (DEC)
			180251	27º Batalhão de Polícia Militar do Interior (27º BPM/I)
	18005	180014		Corpo de Bombeiros
			180205	6º Grupamento de Bombeiros (6º GB)

Para:

ORG.	U.O.	(U.G.O.)	U.D.(UGE)	DENOMINAÇÃO
18000				Secretaria da Segurança Pública
	18004	180013		Polícia Militar do Estado de São Paulo
			180153	Diretoria de Educação e Cultura (DEC)
			180251	27º Batalhão de Polícia Militar do Interior "Tenente PM Ruytemberg Rocha" (27º BPM/I - Ten PM Ruytemberg Rocha)
	18005	180014		Corpo de Bombeiros
			180205	6º Grupamento de Bombeiros "Coronel PM Luiz Sebastião Malvasio" (6º GB - Cel PM Luiz)

Artigo 2º - Ficam incluídas na Instrução DPDO-14, de 5-4-2012, que dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Segurança Pública, as seguintes Unidades de Despesa vinculadas às respectivas Unidades Orçamentárias:

ORG.	U.O.	(U.G.O.)	U.D.(UGE)	DENOMINAÇÃO
18000				Secretaria da Segurança Pública
	18004	180013		Polícia Militar do Estado de São Paulo
			180241	3º Batalhão de Polícia Militar do Interior "Coronel PM Carlos José Chiaramonte Spanó" (3º BPM/I-Cel PM Spanó);
			180389	6º Batalhão de Polícia Rodoviária (6º BPRv)
	18005	180014		Corpo de Bombeiros
			180390	Comando de Bombeiros do Interior - 1 (CBI-1)
			180391	Comando de Bombeiros do Interior- 2 (CBI-2)
			180392	Comando de Bombeiros do Interior - 3 (CBI-3)

Artigo 3º - Ficam excluídas da Instrução DPDO-14, de 5-4-2012, que dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Segurança Pública, as seguintes Unidades de Despesa, vinculadas à Unidade Orçamentária Corpo de Bombeiros:

18000				Secretaria da Segurança Pública
	18005	180014		Corpo de Bombeiros
			180206	7º Grupamento de Bombeiros (7º GB)
			180215	12º Grupamento de Bombeiros (12º GB)
			180366	Comando de Bombeiros do Interior (CBI)

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Portaria CG-5, de 22-1-2021

Altera a classificação institucional da Secretaria de Desenvolvimento Econômico nos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado

O Chefe de Gabinete, à vista do disposto na Lei 17.308, de 22-12-2020, expede a seguinte Portaria:

Artigo 1º - Fica incluído na Instrução DCN-24, de 26-4-2019, que dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o artigo 3º A, conforme especificado:

"Artigo 3º A - O Fundo Especial da Secretaria de Desenvolvimento Econômico obedece a seguinte codificação:"

ÓRGÃO	U.O.	(U.G.O.)	U.D.	U.G.E.(FUNDO)	DENOMINAÇÃO
10000	10001	100010	100101	100050	Fundo do Trabalho do Estado de São Paulo - Funtesp

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria CG-6, de 22-1-2021

Altera a classificação institucional da Secretaria de Desenvolvimento Regional nos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado

O Chefe de Gabinete, à vista do disposto no Decreto 65.343, de 9-12-2020, expede a seguinte Portaria:

Artigo 1º - Fica alterada no artigo 1º da Instrução GTCN-10, de 24-1-2019, incluída pela Instrução DCN-3, de 19-3-2020, a seguinte Unidade de Despesa vinculada à Unidade Orçamentária da Secretaria de Desenvolvimento Regional, com a seguinte redação:

ÓRGÃO	UO	UGO	UD (UGE)	DENOMINAÇÃO
29000				Secretaria de Desenvolvimento Regional
	29001	290010		Secretaria de Desenvolvimento Regional
			290121	Subsecretaria da Juventude

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E ASSISTÊNCIA MÉDICO AMBULATORIAL

GERÊNCIA DE REDE

GERÊNCIA DE CREDENCIAMENTOS

Primeiro Termo de Aditamento de Credenciamento

Credenciamento: 60/2017.

Processo: Iamspe-4898/2017.

Parecer CJ/Iamspe, dispensado nos termos da Resolução PGE-23, de 12-11-2015.

Credenciante: Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - Iamspe.

Credenciado: Clínica Neurológica JN Ltda. - ME, CNPJ/CPF 12.819.647/0001-29.

Objeto deste Termo: Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 30 meses, com início em 30-9-2019 e término em 31-3-2022.

Objeto Contratado: Prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento em consultórios ou em clínicas em regime ambulatorial na especialidade de Neurologia.

Município: Ribeirão Preto.

Valor Total: Variável, em conformidade com a demanda dos atendimentos prestados.

Disposições Finais: Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.

Data de assinatura: 30-9-2019.

Justificativa de publicação extemporânea:

Justificamos a presente publicação somente nesta oportunidade, pois ao manusear os autos do processo foi observado que não havia sido efetuada a referida publicação à época da assinatura do contrato por um lapso, tendo em vista as diversas outras providências que precisaram ser adotadas, razão pela qual publicamos nesta data, para dar a eficácia ao mesmo.

GERÊNCIA DE CREDENCIAMENTOS

Termo de Credenciamento

Termo de Credenciamento Decam-1/2021.

Processo: Iamspe-9804/2020.

Parecer: CJ/Iamspe-479, de 12-9-2008.

Credenciante: Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - Iamspe.

Credenciado: CIOF - Centro Integrado de Otorrinolaringologia Ltda., CNPJ/CPF 11.763.565/0001-47.

Objeto: Prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento em consultórios ou em clínicas em regime ambulatorial na especialidade de Otorrinolaringologia.

Município: Marília.

Valor Total: Variável, em conformidade com a demanda dos atendimentos prestados.

A despesa com a execução do presente Credenciamento onerará os recursos consignados na Atividade 10.302.5121.6.239.0000, UG 512901, Fonte de Recursos 001.001.001 e Elemento 33.90.39.46.

Vigência: O prazo de vigência do termo é de 30 meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses.

Data de assinatura: 11-1-2021.

Termo de Credenciamento

Termo de Credenciamento Decam-158/2020.

Processo: Iamspe-9819/2020.

Parecer: CJ/Iamspe-479, de 12-9-2008.

Credenciante: Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - Iamspe.

Credenciado: Ortoclimed Serviços Médicos SS Ltda., CNPJ/CPF 01.074.100/0001-25.

Objeto: Prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento em consultórios ou em clínicas em regime ambulatorial na especialidade de Ortopedia, Urologia.

Município: Taboão da Serra.

Valor Total: Variável, em conformidade com a demanda dos atendimentos prestados.

A despesa com a execução do presente Credenciamento onerará os recursos consignados na Atividade 10.302.5121.6.239.0000, UG 512901, Fonte de Recursos 001.001.001 e Elemento 33.90.39.46.

Vigência: O prazo de vigência do termo é de 30 meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses.

Data de assinatura: 13-1-2021.

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Extrato de Contrato

Contratante: São Paulo Previdência - SPPREV.

Contratada: SNS Segurança Eireli - EPP.

Sem Papel SPREV-PRC-2020/00272.

Objeto: Processo de apuração para aplicação de sanções administrativas à empresa SNS Segurança Eireli - EPP. Processo base 268369/2017.

Diante do exposto no parecer conclusivo em que:

1 - empresa recorrente não apresentou defesa;

2 - descumprir inúmeras obrigações contratuais e trabalhistas.

Sou a favor da sanção restritiva de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 5 anos com fundamento legal artigo 7º da Lei 10.520/02.

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS MILITARES

GERÊNCIA DE PENSÕES MILITARES

Despachos do Diretor, de 22-1-2021

Supervisão de concessão e pagamento de pensão por morte militar.

Decisões de indeferimento por falta de amparo legal às habilitações à pensão por morte:

Referência - Janeiro - 2021

Indefiro a habilitação à pensão previdenciária requerida por Doraci Cinto Torina, em razão da morte do militar 2º Ten PM RE: 62405-5 Carlos Renato Jesus, falecido em 25-10-2020, na qualidade de companheira do militar, por não encontrar amparo no inciso I do art. 8º da Lei 452/74, com redação alterada pela Lei Complementar 1.013/07, uma vez que apresentou apenas dois instrumentos probantes daqueles referidos no art. 14 do Decreto 52.860/08, procuração e registro em associação de classe em que a companheira consta como beneficiária, não comprovando a união estável com o militar na data do óbito. Os demais documentos não constam do rol do mencionado artigo 14 e ou não estão atualizados à época do óbito do militar.

Indefiro a reinclusão na pensão previdenciária requerida por Carolina Siquelli Cavalcanti, em razão da morte do militar SD PM RE 980.178 Elton Siquelli Cavalcanti, falecido em 11-08-2002, na qualidade de filha universitária, uma vez que foi emancipada em 07-10-2015, tendo ocorrido a cessação da incapacidade, o que é causa de extinção do benefício, nos termos do art. 19, III, da Lei 452/74, SEM as alterações da Lei Complementar 1.013/07, bem como com fundamento no art. 5º da Lei Federal 9717/98 c/c com art. 16, I, da Lei 8213/91, com as alterações da Lei 9032/95.

Indefiro o pedido de reinclusãp na pensão previdenciária a Matheus Luiz Andrade Santos, na qualidade de filho universitário do militar SD PM RE 961575 Rodney Aparecido Santos, falecido em 25-08-2000, por falta de amparo legal, uma vez que, conforme legislação vigente à época do óbito, tal condição de beneficiário era vedada pelo artigo 5º da Lei Federal 9.717/98, o qual amparado pelo artigo 24, §4º, da Constituição Federal proibia a concessão de benefício previdenciário no Regime Próprio de Previdência Social distinto dos estipulados para o Regime Geral de Previdência Social e, por conseguinte, suspendia a eficácia do inciso II do artigo 8º da Lei 452/74, que previa a possibilidade de inclusão de beneficiário na qualidade de filho universitário.

Despachos do Diretor de Benefícios - Militares, de 22-1-2021

Análise de recurso administrativo.

O recurso administrativo apresentado por Celina Aparecida de Souza, na qualidade de companheira do militar 3º SGT PM RE 881.155-5 Amauri Borges dos Santos, falecido em 24-10-2019, foi conhecido, mas no mérito não foi provido, sendo mantida a decisão anterior por seus próprios fundamentos.

O recurso administrativo apresentado por Dalva Sena Petroni, devidamente representada por sua advogada Dra. Ana Paula Freire Sena Divino - OAB/SP 424.123, na qualidade de cônjuge do militar 1º SGT PM RE 30.168-0 Renaldo Petroni, falecido em 22-08-2020, foi conhecido, mas no mérito não foi provido, sendo mantida a decisão anterior por seus próprios fundamentos.

O recurso administrativo apresentado por Cristina dos Santos Correa Paula, devidamente representada por seu advogado Dr. Vinicius Bazarini Filho - OAB/SP 395.192, na qualidade de cônjuge do militar SUBTEN PM RE 870.496-1 Marcelo Correa Paula, falecido em 2-5-2020, foi conhecido, mas no mérito não foi provido, sendo mantida a decisão anterior por seus próprios fundamentos.

O recurso administrativo apresentado por Regina Maria Pacheco, devidamente representada por sua advogada Dra. Maria Adriana Brasileiro Rodrigues Rocha - OAB/SP 324.772, na qualidade de companheira do militar 1º SGT PM RE 3.379-A Nicomedes de Oliveira Santos, falecido em 1º-6-2020, foi conhecido, mas no mérito não foi provido, sendo mantida a decisão anterior por seus próprios fundamentos.

O recurso administrativo apresentado por Viviane Edileuza Sabaterra de Oliveira, na qualidade de companheira do militar 2º TEN PM RE 888.193-6 Reginaldo Carvalho Ribeiro, falecido em 22-9-2020, foi conhecido, mas no mérito não foi provido, sendo mantida a decisão anterior por seus próprios fundamentos.

Desenvolvimento Regional

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SDR-1, de 21-1-2021

Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual da Juventude – CEJ

O Secretário Estadual de Desenvolvimento Regional, conforme Decreto 65.134, de 13-08-2020, que regulamenta a Lei 16.778, de 22-06-2018, que dispõe sobre a composição do Conselho Estadual da Juventude, resolve:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Estadual da Juventude, na forma do Anexo a esta Resolução.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições que lhe forem contrárias.

ANEXO RESOLUÇÃO SDR 001/2021

REGIMENTO INTERNO DO CEJ/SP

Regula o funcionamento do Conselho Estadual da Juventude do Estado de São Paulo – CEJ/SP, e dá outras providências correlatas.

CAPÍTULO I

Das Disposições Iniciais

Artigo 1º. O Conselho Estadual da Juventude, criado pelo Decreto 25.588, de 28-07-1986, alterado pelo Decreto 42.487, de 10-11-1997, disciplinado pelo Decreto 65.134, de 13-08-2020, nos termo da Lei 16.778, de 22-06-2018, é órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e à Subsecretaria da Juventude, responsável pela política estadual de juventude, com sede na Capital do Estado e abrangência em todo território estadual.

PARÁGRAFO ÚNICO. São equivalentes, para fins deste Regimento Interno, as expressões Conselho Estadual da Juventude, CEJ/SP e Conselho.

CAPÍTULO II

Das Atribuições

Artigo 2º. Compete ao CEJ/SP:

I – formular e propor diretrizes para ações governamentais voltadas à promoção das políticas públicas de juventude, nos termos dos Decretos 25.588, de 22-07-1986, e 42.487, de 10-11-1997;

II – despertar a consciência de todos os setores da comunidade para a realidade da juventude, suas necessidades e potencialidades;

III – promover campanhas de conscientização e programas educativos, particularmente junto a instituições de ensino e pesquisa, empresas, veículos de comunicação e outras entidades, sobre as potencialidades, necessidades, direitos e deveres dos jovens;

IV – apoiar realizações desenvolvidas por órgãos governamentais ou não, relativas ao jovem, e promover parcerias com organizações e instituições afins, de caráter nacional ou internacional;

V – oferecer subsídios para uma política de promoção e desenvolvimento do jovem, fortalecendo os ideais de respeito mútuo e de solidariedade;

VI – indicar as medidas necessárias para assegurar a efetividade das políticas públicas da juventude;

VII – propugnar pela defesa da juventude e de seus direitos, com absoluta prioridade ao direito à vida, saúde, educação, alimentação, esporte e lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária, colocando-a a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, marginalização, violência, crueldade e opressão;

VIII – fomentar o intercâmbio entre organizações juvenis nacionais e internacionais;

IX – promover e incentivar a realização de estudos, seminários, debates e pesquisas sobre a realidade juvenil, com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas pública;

X – Articular com os conselhos municipais e o conselho nacional da juventude e outros conselhos setoriais, para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de políticas públicas de juventude;

XI – Cooperar com a Administração Pública Estadual, na elaboração, planejamento e execução de políticas inerentes à juventude;

XII – Elaborar, modificar e revisar seu Regimento Interno, bem como resolver casos omissos a ele relacionados.

Artigo 3º. São atribuições dos Conselheiros:

I - participar do Plenário, dos Grupos de Trabalho e Comissões para os quais forem designados;

II - propor a criação de grupos de trabalho;

III - exercer outras atividades que lhes sejam atribuídas pelo Plenário ou diretamente pelo Primeiro Secretário Executivo, por delegação do Presidente.

PARÁGRAFO ÚNICO. A ausência às sessões plenárias deve ser justificada em comunicação por escrito à Presidência com antecedência de, no mínimo, três dias, ou nos três dias posteriores à sessão, por falta imprevisível.

Artigo 4º. Os conselheiros do CEJ/SP somente perderão o mandato, antes do prazo de dois anos, por renúncia, nos termos do artigo 2º da Lei 16.778/2018. São considerados atos de renúncia:

I – dispensa a pedido;

II - ausência imotivada em três reuniões ordinárias consecutivas ou cinco alternadas;

III – prática de ato incompatível com a sua função;

IV – exercer mandato eletivo nos poderes executivo ou legislativo, excetuada a participação em outro órgão colegiado criado pela legislação municipal, estadual ou federal;

V – ocupar cargo em comissão no poder público municipal, estadual ou federal, com exceção dos conselheiros representantes do Governo do Estado de São Paulo.

Artigo 5º. Os conselheiros do CEJ/SP, representantes do Governo do Estado de São Paulo, poderão ser substituídos, antes do prazo de dois anos, por requerimento da entidade governamental representadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Cada entidade governamental deve respeitar o limite de, no máximo, duas substituições por mandato.

Artigo 6º. São atribuições dos Suplentes:

I – substituir os conselheiros titulares nas reuniões plenárias em caso de ausência deles, tendo o mesmo direito a voto no exercício da titularidade;

II – ser designado para grupos de trabalho e comissões;

III – acompanhar as discussões, pautas, atividades e ações do CEJ/SP.

CAPÍTULO III

Da Mesa Diretora

Artigo 7º. A mesa diretora, com atribuição de condução dos trabalhos do Conselho, será composta por sua Presidência, Vice-Presidência, Secretaria Geral e Secretaria Executiva.

SEÇÃO I DO CAPÍTULO III

Da Presidência e Vice-Presidência

Artigo 8º. A Presidência do CEJ/SP será ocupada pelo representante da Subsecretaria da Juventude, por mandato de 2 anos, conforme disposto no Decreto 65.134, de 13-08-2020.

Artigo 9º. A Vice-Presidência será ocupada por Conselheiros titulares do CEJ/SP, eleitos pelo plenário do conselho, por meio de voto aberto, para mandato de um 1 ano.

§ 1º O Vice-Presidente, Conselheiro do CEJ/SP, será eleito por maioria simples, por seus pares, em reunião plenária extraordinária, realizada três meses antes do término da atual gestão.

§ 2º Em caso de substituição do conselheiro titular, durante o exercício do mandato de Vice-Presidente, caberá ao Plenário do Conselho realizar uma nova eleição para o cargo em questão. Este novo mandato obedecerá ao período necessário para completar um ano, a contar da posse do seu antecessor.

Artigo 10. São atribuições da Presidência:

I - representar o CEJ/SP;

II - convocar, presidir e coordenar as reuniões plenárias, ordinárias e extraordinárias do CEJ/SP;

III - preparar em conjunto com a Vice-Presidência, Secretaria Geral e Secretaria Executiva a pauta das reuniões;

IV - decidir em primeira instância sobre as questões de ordem ad-referendum do plenário;

V - delegar competências à Secretaria Geral e à Secretaria Executiva quando necessário;

VI – aplicar e fazer cumprir este Regimento Interno;

VII – decidir em primeira instância as questões de ordem;

VIII – apresentar anualmente o relatório das atividades do CEJ/SP;

IX – expedir, após aprovação por maioria absoluta dos membros do Conselho, normas complementares ao funcionamento do Conselho, não conflituantes com este Regimento Interno;

X – encaminhar às Prefeituras, Secretarias, Assembleia Legislativa e/ou Órgãos responsáveis pela Juventude os pedidos de informações julgadas pertinentes formulados pelos Conselheiros;

XI – compor a mesa diretora do CEJ/SP.

Artigo 11. São atribuições da Vice-Presidência:

I – substituir o Presidente nos seus impedimentos;

II – representar o CEJ/SP;

III – comparecer às reuniões plenárias, ordinárias e extraordinárias do CEJ/SP assessorando o Presidente em todos os seus atos;

IV - compor a mesa diretora do CEJ/SP.

SEÇÃO II DO CAPÍTULO III

Da Secretaria Geral

Artigo 12. A Secretaria Geral será composta por membros do CEJ/SP, representantes do Poder Público e/ou da sociedade civil, eleitos pelo próprio Conselho, por meio de voto aberto, para mandato de um ano.

Artigo 13. Os membros da Secretaria Geral serão distribuídos nas funções de:

I – Primeiro Secretário Geral;

II – Segundo Secretário Geral.

Artigo 14. Compete ao Primeiro Secretário-Geral:

I – redigir todas as atas das reuniões do CEJ/SP;

a) redigir toda correspondência do CEJ/SP, encaminhando-as em conjunto com o Presidente;

b) manter sob sua responsabilidade o arquivo de correspondências recebidas, bem como outros documentos do Conselho;

II – manter o controle das ausências e presenças dos membros titulares do Conselho, aplicando-lhes as penalidades previstas, caso necessário;

III – assinar em conjunto com o Presidente todas as resoluções do Conselho, encaminhando-as a quem de direito;

IV – executar outras competências que lhe sejam atribuídas pelo Presidente;

V – compor a mesa diretora do CEJ/SP.

Artigo 15. Compete ao Segundo Secretário Geral:

I – substituir o Primeiro Secretário Geral em todas as ausências e impedimentos temporários;

a) auxiliar o Primeiro Secretário Geral em suas funções, zelando para que a Secretaria Geral possa contar com dados estatísticos que favoreçam as ações do CEJ/SP.

II – compor a mesa diretora do CEJ/SP.

SEÇÃO III DO CAPÍTULO III

Da Secretaria Executiva

Artigo 16. A Secretaria Executiva será ocupada por servidores nomeados pelo órgão gestor de juventude do Governo do Estado sem direito a votar e serem votados nos espaços de deliberação do CEJ/SP.

Artigo 17. Os membros da Secretaria Executiva serão distribuídos nas funções de:

I – Primeiro Secretário Executivo;

II – Segundo Secretário Executivo;

III – Terceiro Secretário Executivo.

Artigo 18. Compete ao Primeiro Secretario Executivo:

I – convocar, por solicitação da Presidência, as reuniões do Plenário do Conselho, dos Grupos de Trabalho e Comissões;

II – preparar em conjunto com a Presidência, Vice-Presidência e Secretaria Geral a pauta das reuniões;

III – executar outras competências que lhe sejam atribuídas pela Presidência;

IV – dar ampla publicidade a todos os atos deliberados do CEJ/SP;

V – adotar ou propor medidas que objetivem o aperfeiçoamento dos serviços afetos ao Conselho;

VI – opinar sobre assuntos de sua competência;

VII – constituir Comissão Eleitoral para organizar os trabalhos de eleição da Vice-Presidência e da Secretaria Geral do Conselho;

VIII – compor a mesa diretora do CEJ/SP.

Artigo 19. Compete ao Segundo Secretário Executivo:

I – substituir o Primeiro Secretário Executivo em todas as suas ausências e impedimentos;

II – opinar sobre assuntos de sua competência;

III – executar outras competências que lhe sejam atribuídas pela Presidência;

IV – compor a mesa diretora do CEJ/SP.

Artigo 20. Compete ao Terceiro Secretário Executivo:

I – substituir o Segundo Secretário Executivo em todas as suas ausências e impedimentos;

II – opinar sobre assuntos de sua competência;

III – executar outras competências que lhe sejam atribuídas pela Presidência;

IV – compor a mesa diretora do CEJ/SP.

SEÇÃO IV DO CAPÍTULO III

Da Eleição da Vice-Presidência e Secretaria Geral

Artigo 21. O Vice-Presidente, o Primeiro Secretário Geral e o Segundo Secretário Geral serão eleitos, anualmente, pelo plenário do CEJ/SP, dentre os membros do Colegiado que se candidatarem para essas funções, nos termos do artigo 22 deste Regimento.

Artigo 22. Os membros do Conselho que tiverem interesse em concorrer à Vice-Presidência ou à Secretaria Geral, deverão manifestar a intenção por meio de formulário, a ser disponibilizado pela Comissão Eleitoral, no prazo de até 10 dias corridos, a contar da data da disponibilização do formulário.

PARÁGRAFO ÚNICO. Na primeira Eleição da Vice-Presidência e Secretaria Geral, o prazo para manifestação de intenção por meio de formulário é de até 7 dias corridos, a contar da data da disponibilização do formulário.

Artigo 23. As eleições da Vice-Presidência e Secretaria Geral do CEJ/SP ocorrerão em sessão Plenária Extraordinária, com pauta especifica para este fim.

PARÁGRAFO ÚNICO. Na primeira Eleição da Vice-Presidência e Secretaria Geral, a votação ocorrerá em sessão Plenária Ordinária.

CAPÍTULO IV

Do Plenário

Artigo 24. São atribuições do Plenário:

I – aprovar a pauta das reuniões;

II – analisar e aprovar as matérias em pauta;

III – eleger a Vice-Presidência e Secretaria Geral;

IV – constituir Grupos de Trabalho e indicar os respectivos integrantes;

V – aprovar relatório anual de atividades;

VI – propor e analisar o Regimento Interno do Conselho e sugerir modificações;

VII – deliberar e editar acordos, recomendações e resoluções relativas ao exercício das atribuições;

VIII – deliberar sobre a realização de audiências públicas e consultas diretas à população jovem;

IX – decidir sobre os casos omissos neste regimento.

§ 1º Os conselheiros presentes nas sessões plenárias poderão votar de forma aberta ou se absterem das votações.

CAPÍTULO V

Das Reuniões

Artigo 25. O Conselho Estadual da Juventude do Estado de São Paulo – CEJ/SP se reunirá ordinariamente uma vez por mês ou sempre que necessário por convocação extraordinária.

§ 1º As reuniões do CEJ/SP, com pauta previamente comunicada aos seus integrantes serão convocadas por seu Presidente ou, por delegação deste, ao Primeiro Secretário Executivo ou Primeiro Secretário Geral.

§ 2º As convocações para as reuniões ordinárias do Conselho serão feitas com, no mínimo, sete dias corridos de antecedência, devendo o titular confirmar a participação em até 72 horas corridas após a invitação.

§ 3º O conselheiro titular que, por declaração de indisponibilidade ou não confirmação em até 72 horas corridas após a invitação, não puder participar da reunião, será substituído por seu respectivo suplente, que terá o mesmo prazo de 72 horas para confirmar sua participação;

§ 4º O quórum para instalação da reunião é de 12 conselheiros titulares ou suplentes, conquanto que o titular da pasta não esteja presente.

Artigo 26. O Plenário do Conselho ou o Presidente em acordo com o Vice-Presidente poderão convocar reuniões extraordinárias com o prazo de três dias de antecedência, com o quórum necessário.

Artigo 27. Participarão com direito a voz e voto das reuniões plenárias os conselheiros titulares e suplentes representando seus titulares, e somente com direito a voz os membros da Secretaria Executiva.

Artigo 28. As reuniões ordinárias e extraordinárias ocorrerão prioritariamente em São Paulo/SP, podendo ser realizadas em outras localidades ou de forma remota, via videoconferência, por deliberação da Mesa Diretora.

Artigo 29. As reuniões do CEJ/SP serão dirigidas pelo Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário Geral e Primeiro Secretário Executivo.

Artigo 30. Na ausência do Presidente, as reuniões do Conselho serão presididas pelo Vice-Presidente.

PARÁGRAFO ÚNICO. Na ausência do Vice-Presidente as reuniões serão dirigidas pelo Primeiro Secretário Geral e Primeiro Secretário Executivo em conjunto com um conselheiro da sociedade civil ad-referendum do plenário.

Artigo 31. Os trabalhos das sessões plenárias terão a seguinte sequência:

I – verificação da presença e da existência de quórum para instalação do colegiado;

II – leitura e aprovação da ata da sessão anterior;

III – leitura e aprovação da pauta;

IV – apresentação, discussão e deliberação das matérias agendadas;

V – encerramento.

PARÁGRAFO ÚNICO. Após o Conselho aprovar a ata da sessão anterior, a mesma terá publicidade no Diário Oficial do Estado e no endereço eletrônico da Secretaria de Desenvolvimento Regional.

Artigo 32. Os temas para inclusão na pauta deverão ser encaminhados pelos conselheiros, inclusive os de interesse de qualquer cidadão ou segmento, no prazo de três dias anteriores à reunião.

CAPÍTULO VI

Das Comissões Permanentes, Provisórias e Grupos de Trabalho

Artigo 33. As Comissões Permanentes serão compostas por até 08 conselheiros, e serão competentes por fiscalizar, monitorar, estudar e elaborar questões e propostas relacionadas à sua nomenclatura.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os Grupos de Trabalho e Comissões poderão promover seminários ou encontros regionais sobre temas constitutivos de sua agenda, com a colaboração da Subsecretaria da Juventude.

Artigo 34. As Comissões permanentes são constituídas pelas seguintes temáticas:

I – Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização: Construir estratégias políticas de mobilização social, visando à articulação das instâncias de juventude e demais órgãos e instituições de defesa dos direitos, do regime democrático e das políticas públicas, publicizando informações, encaminhamentos e ações políticas relativas à juventude;

II – Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais: Monitorar, acompanhar e oferecer subsídio ao colegiado para regular o funcionamento e atuação dos Conselhos Municipais da Juventude, na perspectiva da política pública de juventude, tendo em vista o fortalecimento da cidadania;

III – Comissão de Acompanhamento e Fiscalização: Acompanhar, e verificar projetos e campanhas de promoção dos direitos da juventude junto ao Governo do Estado e Assembleia Legislativa de São Paulo.

Artigo 35. As Comissões Provisórias serão constituídas temporariamente para discussão de temas que necessitam de maior aprofundamento, ou para organização de eventos.

§ 1º As Comissões Provisórias, compostos por até 06 conselheiros, são destinadas também ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos que serão submetidas ao plenário.

§ 2º As Comissões Provisórias não ultrapassarão o número de 06 conselheiros em sua composição, salvo excepcionalidades deliberadas pelo plenário.

§ 3º Será definido no ato da criação da Comissão Provisória, seus objetivos específicos, sua composição e prazo para conclusão do trabalho em função da complexidade dos temas a ela cometidos.

§ 4º Cada Comissão Provisória terá um coordenador e um relator que serão sempre escolhidos entre os integrantes do poder público e da sociedade civil.

§ 5º É facultada às Comissões a criação de Grupos de Trabalho como forma de facilitar o seu funcionamento.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais e Transitórias

Artigo 36. O presente Regimento Interno poderá ser alterado no todo, ou em parte, mediante debate e elaboração de proposta de alteração, para aprovação do Secretário de Desenvolvimento Regional.

PARÁGRAFO ÚNICO. Quando a alteração for parcial, a matéria poderá ser debatida em reunião plenária ordinária, desde que conste previamente o tema na pauta de discussão; quando a alteração for total, deverá ser convocada reunião extraordinária para este fim.

Artigo 37. Todos os órgãos e entidades inscritos no CEJ/SP têm livre acesso a toda documentação do Conselho, bem como, as resoluções, os atos de sua instituição e outros documentos existentes.

Artigo 38. Fica expressamente proibida a manifestação político-partidária nas atividades do Conselho.

Artigo 39. Nenhum membro poderá agir em nome do Conselho sem prévia delegação.

Artigo 40. As dúvidas e os casos omissos neste regimento serão resolvidos pelo Plenário do CEJ/SP, pela mesa diretora ou pelo Presidente, ad referendum do Plenário.

Artigo 41. Esse regimento entra em vigor nessa data revogando todas as disposições contrárias.

São Paulo, 21-01-2021

Justiça e Cidadania

GABINETE DO SECRETÁRIO

Portaria do Secretário, de 21-1-2021

Instauração de Processo Administrativo Punitivo

SJC-PRC-2021/00076 - Apuração de Denúncia da Lei 10.948/01

Considerando que chegou ao conhecimento desta Secretaria da Justiça e Cidadania, por meio de denúncia anônima endereçada à Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo - CPDS, devidamente registrada no Sistema de Ouvidorias da Pasta, que Edgar Oliveira Ramos e Carlos Alberto Moysés teriam praticado atos vexatórios, atentatórios e discriminatórios em razão de orientação sexual, de modo a ensejar a aplicação da Lei Estadual 10.948/2001. Instaure-se processo administrativo em face de Edgar Oliveira Ramos e Carlos Alberto Moysés, como incursos no artigo 2º, inciso I, da Lei Estadual 10.948/2001, para a devida apuração dos supostos atos atentatórios e discriminatórios e eventual aplicação das penalidades previstas em seu artigo 6º, nos termos do procedimento contido nos artigos 62 a 64, da Lei Estadual 10.177, de 30-12-1998.

CHEFIA DE GABINETE

Despachos da Chefe de Gabinete, de 20-1-2021

SJC-PRC-202100062 - Interessado: Secretaria da Justiça e Cidadania - Assunto: Processo Administrativo Disciplinar - Número de referência: SJDC/28401/2010

Ante a determinação contida no Processo físico SJDC/28401/2010, bem como os demais elementos constantes nos autos, determino a instauração de Apuração Preliminar, nos termos dos artigos 264 e 265, da Lei Estadual 10.261/68, com a redação dada pela Lei Complementar 942, de 6 de junho de 2003, a fim de apurar eventual responsabilidade pela ocorrência da decadência, que ocasionou a impossibilidade de invalidar o ato que concedeu de maneira equivocada homologação para o estipêndio à irmã da ex-presa política. Para tanto, designo como Comissão de Apuração Preliminar instituída pela Resolução SJC 68/2020.

SJC-PRC-2021/00065 - Interessado: Secretaria da Justiça e Cidadania - Assunto: Apuração Preliminar - Número de referência: SJDC/31462/2009

Ante a determinação contida no Processo físico SJDC/31462/2009, bem como os demais elementos constantes nos autos, determino a instauração de Apuração Preliminar, nos termos dos artigos 264 e 265, da Lei Estadual 10.261/68, com a redação dada pela Lei Complementar 942, de 6 de junho de 2003, a fim de apurar eventual responsabilidade pela ocorrência da decadência, que ocasionou a impossibilidade de invalidar o ato que concedeu de maneira equivocada homologação para o estipêndio à irmã do ex-preso político. Para tanto, designo como Comissão de Apuração Preliminar instituída pela Resolução SJC 68/2020.

SJC-PRC-2021/00066 - Interessado: Secretaria da Justiça e Cidadania - Assunto: Apuração Preliminar - Número de referência: SJDC/31457/2009

Ante a determinação contida no Processo físico SJDC/31457/2009, bem como os demais elementos constantes nos autos, determino a instauração de Apuração Preliminar, nos termos dos artigos 264 e 265, da Lei Estadual 10.261/68, com a redação dada pela Lei Complementar 942, de 6 de junho de 2003, a fim de apurar eventual responsabilidade pela ocorrência da decadência, que ocasionou a impossibilidade de invalidar o ato que concedeu de maneira equivocada homologação para o estipêndio à irmã do ex-preso político. Para tanto, designo como Comissão de Apuração Preliminar instituída pela Resolução SJC 68/2020.

SJC-PRC-2021/00067 - Interessado: Secretaria da Justiça e Cidadania - Assunto: Apuração Preliminar - Número de referência: SJDC/38612/2011

Ante a determinação contida no Processo físico SJDC/38612/2011, bem como os demais elementos constantes nos autos, determino a instauração de Apuração Preliminar, nos termos dos artigos 264 e 265, da Lei Estadual 10.261/68, com a redação dada pela Lei Complementar 942, de 6 de junho de 2003, a fim de apurar eventual responsabilidade pela ocorrência da decadência, que ocasionou a impossibilidade de invalidar o ato que concedeu de maneira equivocada homologação para o estipêndio à irmã do ex-preso político. Para tanto, designo como Comissão de Apuração Preliminar instituída pela Resolução SJC 68/2020.

FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Despachos do Assessor Executivo, de 15-12-2020

Tendo em vista que o recurso de fls. 45/55 veio desacompanhado dos Atos Constitutivos da empresa peticionária, intime-se o Autuado para que, no prazo de 07 dias, apresente cópia de seu Contrato Social a fim de comprovar que a petição foi apresentada por quem detém poderes para tal. Na ausência de regularização, o recurso não será conhecido.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 6007/19-AI - 02296 F2 - Kil Hwa Lee 02281662845 - 26.091.443/0001-29 - Sem Advogado.

Considerando que com o recurso de fls. 22/31 não foram apresentados os Atos Constitutivos da empresa, intime-se o Autuado para que, no prazo de 07 dias, apresente cópia do Contrato Social ou Requerimento de Empresário, bem como documento de identidade, uma vez que se trata de empresário individual. Na ausência de regularização, o recurso não será conhecido.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 1229/20-AI - 48320 D8 - Luiz Felipe Batista Sales - 24.397.888/0001-06 - Sem Advogado.

Tendo em vista a certidão de fl. 25, a qual atesta que o(s) documento(s) apresentado(s) para fins de impugnação ao valor da receita mensal média estimada não atende(m) ao disposto no artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19, intime-se o autuado para que, no prazo de 07 dias, regularize a documentação para fins de recálculo da multa aplicada, devendo apresentar a comprovação de envio da ECF – Escrituração Contábil Fiscal à Receita Federal (recibo), conforme determina o inciso II do artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19. Na ausência de manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 2850/20-AI - 51033 D8 - Auto Posto Cipo Ltda - 44.280.683/0001-53 - Sem Advogado.

Tendo em vista a certidão de fl. 92, intime-se o autuado para que, no prazo de 07 dias, comprove não ter obrigação legal de apresentar os documentos elencados nos incisos I a III do artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19. Na impossibilidade de comprovação, poderá apresentar, no mesmo prazo de 07 dias, Declaração do Imposto de Renda/2019, acompanhada de comprovação de envio à Receita Federal (recibo), conforme determina o inciso II do artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19, bem como os Atos Constitutivos da empresa. Na ausência manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 3016/20-AI - 51110 D8 - Auto Posto Canarinho Ltda. - 60.922.176/0001-22 - Sem Advogado.

Tendo em vista a certidão de fl. 36 e considerando que o Autuado não comprovou a inexistência de obrigação legal para apresentar documentos referidos no artigo 33, "caput", incisos I a III, da Portaria Normativa Procon 57/19, intime-se o autuado para que, no prazo de 07 dias, regularize a documentação para fins de recálculo da multa aplicada, devendo apresentar Declaração do Imposto de Renda/2019 (declaração completa) com certificação de envio à Receita Federal (recibo de entrega), nos termos do inciso II do artigo 33, Portaria Normativa Procon 57/19. Na ausência manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 3081/20-AI - 48441 D8 - Center Car Auto Posto Ltda. - 61.797.338/0001-00 - Sem Advogado.

Tendo em vista a certidão de fl. 22, intime-se o autuado para que, no prazo de 07 dias, comprove não ter obrigação legal de apresentar os documentos elencados nos incisos I a III do artigo 33 da Portaria Normativa Procon 57/19. Na impossibilidade de comprovação, poderá apresentar, no mesmo prazo de 07 dias, Declaração do Imposto de Renda/2019, acompanhada de comprovação de envio à Receita Federal (recibo), conforme determina o inciso II do artigo 33, Portaria Normativa Procon 57/19. Na ausência manifestação, o processo seguirá seu regular trâmite.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 3291/20-AI - 51051 D8 - Dar a Serviços Automotivos Ltda - 06.230.211/0001-05 - Sem Advogado.

Decisões do Assessor Executivo, de 30-11-2020

Nego provimento ao recurso, mantendo a decisão de primeira instância, com multa fixada no valor abaixo, devendo o autuado comparecer para a retirada de apreensões, no prazo de 15 dias, sob pena de descarte, no caso de existência de auto de apreensão. Para pagamento da multa acesse a página da internet https://www.procon.sp.gov.br/autoinfracao.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ - Multa em Reais – Advogado – OAB

Proc. 0292/20-AI- AI 48850 D8 - Lojas Riachuelo SA - 33.200.056/0146-03 - R$ 75.324,52 - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues - 128.341/SP;

Proc. 0445/20-AI- AI 47464 D8 - Lojas Renner S/A - 92.754.738/0312-03 - R$ 71.792,60 - Thiago Mahfuz Vezzi - 228.213/SP;

Proc. 0775/20-AI- AI 48303 D8 - Magazine Luiza S/A - 47.960.950/0035-70 - R$ 16.401,42 - Jacques Antunes Soares - 75.751/RS - Michel Zavagna Gralha - 55.377/RS;

Proc. 0907/20-AI- AI 47290 D8 - Kabum Comercio Eletronico S.A. - 05.570.714/0001-59 - R$ 1.459.121,66 - Fabio Izique Chebabi - 184.668/SP;

Proc. 1032/20-AI- AI 48166 D8 - Lojas Renner S.A. - 92.754.738/0057-17 - R$ 9.376,53 - Thiago Mahfuz Vezzi - 228.213/SP;

Proc. 1082/20-AI- AI 48190 D8 - Lojas Riachuelo S.A. - 33.200.056/0131-27 - R$ 13.082,97 - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues - 128.341/SP;

Proc. 1108/20-AI- AI 43845 D8 - Giga BR Distribuidor e Atacadista Ltda - 10.194.833/0008-60 - R$ 96.166,66 - Rafael Bicca Machado - 354.406-A/SP - Paula A. Abi-Chahine Yunes Perim - 273.374/SP;

Proc. 1143/20-AI- AI 46301 D8 - Copa America 2019 Comite Organizador Brasileiro Eireli - 29.960.066/0001-05 - R$ 581.921,73 - Alvaro Amaral de França Couto Palma de Jorge - 91.324/RJ.

FUNDAÇÃO INST. DE TERRAS DO ESTADO DE S.PAULO JOSÉ GOMES DA SILVA

Comunicado

Ata da Reunião da Comissão de Seleção de Caiuá Realizada em 28-12-2020

Aos vinte e oito dias (28) dias do mês de Dezembro do ano de Dois Mil e Vinte (2.020), às quinze horas (15h), por meio de videochamada, reuniram-se os integrantes da Comissão de Seleção deste município, Luiz Roberto de Paula, presidente; Magni Nelson de Oliveira Pato Junior, Representante da Câmara Municipal; Magni Nelson de Oliveira Pato, representante da Prefeitura Municipal; Marcio Adriano do Nascimento, Representante do Cedaf; Lino de Macedo, representante da Sociedade Civil e Giancarlo Savian, Representante da C.D.R.S.; assessorados por Lincoln Rogério de Albuquerque, Analista de Desenvolvimento Agrário da Fundação Itesp. O Presidente da comissão deu início à reunião agradecendo a presença dos membros e informou a pauta: 1º) Análise da documentação e da entrevista dos candidatos inscritos no Edital 01/2020 LVV, visando a elaboração da lista e classificação de candidatos para obtenção de lotes vagos ou que vierem a vagar; 2º) Análise da documentação e da entrevista dos candidatos inscritos no Edital 02/2020 LBD, visando a elaboração da lista e classificação de candidatos para obtenção de lotes por meio da indenização das benfeitorias, em atendimento ao disposto na Lei 4.957/85, alterada pela Lei 16.115/17, regulamentada pelo Decreto 62.738/17 e Portaria Itesp 17/2018. Iniciando os trabalhos, os membros da comissão de seleção passaram à análise e deliberação acerca das entrevistas técnicas e dos documentos apresentados pelos candidatos inscritos no processo seletivo para a obtenção de lotes vagos ou

que vierem a vagar, nos termos do Edital 01/2020 LVV, publicado no Diário oficial do Estado de São Paulo, edição de 03-12-2020. Foram habilitados os cadastros dos seguintes candidatos: 1 - Ademilson de Moraes Gonçalves e Naiza Ferreira de Lima, Cadastro: 27448; 2 - Anabel Alves de Jesus Silva e Marcos Roberto de Jesus Silva, Cadastro: 24949; 3 - André Luiz Zago de Freitas e Karoline Fernanda da Silva, Cadastro: 24949; 4 - Cauê Felipe de Souza, Cadastro: 27072; 5 -Claudemi Correa de Lira e Vera Lucia Barbosa Salgado de Lira, Cadastro: 27370; 6 - Claudinei dos Santos Ferreira e Nayara Gonçalves dos Santos, Cadastro: 24949; 7 - Corina Pereira Batista e Laércio Geraldo da Silva, Cadastro: 24946; 8 - Dalva de Santana Siqueira e Renato Nunes Siqueira, Cadastro: 3199; 9 - Denise Ramalho e Antonio Marcos de Souza, cadastro: 13492, com a ressalva pela exclusão, no cadastro, do tempo de experiência rural referente ao período de 8/2018 a 11/2020, em razão do período declarado no cadastro não corresponder a trabalho rural, conforme consta na CTPS; da exclusão, no cadastro, dos filhos Mariana Neves de Souza e Mayara Neves de Souza, por não apresentarem documentos; e, por fim, a inclusão no cadastro, do período referente a experiência rural de Antonio Marcos de Souza, correspondente a 38 meses, conforme documentos juntados na entrevista técnica; 10 - Emanuela Rodrigues Carvalho, Cadastro: 26368; 11 - Edilson Gomes de Santana e Lucimara Costa da Silva, cadastro: 22799; 12 - Edvaldo dos Santos, cadastro: 24249; 13 - Irene Aparecida Hernandez Bonfim e José Mauro Bonfim, cadastro: 23379, com a ressalva quanto a exclusão do filho Frederico Hernandez Bonfim do cadastro, devido a ausência de documentos; 14 - Jair Pereira de Macena e Bruna Lima Peixoto Soares, cadastro: 26241, com a ressalva quanto a inclusão da filha Lorena Peixoto de Macena no cadastro, conforme documentos apresentados na entrevista técnica; a correção do tempo de experiência rural de Bruna Lima Peixoto Soares, referente ao período de 01/2009 a 12/2012, devendo ser atribuída a Jair Pereira de Macena, conforme documentos apresentados; e, a exclusão no cadastro do tempo de acampado por falta de documentos comprobatórios; 15 - José Nilton Lima Dias e Maria Zilma Nunes Dias, cadastro: 27442; 16 - José Batista da Costa e Maria Rita Vitória, cadastro: 25044; 17 - João José Dos Santos, cadastro: 772; 18 - Luiz Carlos da Silva e Maria Augusta da Silva, cadastro: 27456, com a ressalva no sentido de incluir o tempo de acampamento no cadastro, conforme declaração apresentada na entrevista técnica; 19 - Maria Jaqueline dos Santos Ribeiro e Vanderson Cestari da Silva, cadastro: 5178; 20 - Rodrigo Leite da Silva Paulo, Cadastro: 21409; 21 - Rogério Navarro Sanches, cadastro: 27049, com a ressalva referente a inclusão no cadastro, dos filhos Gabriel Alves Sanches e Larissa Aparecida Cordeiro Sanches, conforme documentos apresentados na entrevista técnica; 22 - Rosangela Lopes Gomes e Ilton Cesar Gomes, cadastro: 1032; 23 - Silvio Siqueira dos Santos e Juscilei Ledesma da Silva, cadastro: 1215; 24 - Simone Aparecida dos Santos e Flavio Geraldo Teixeira de Sousa, cadastro: 24750, com a ressalva de que o candidato Flávio Geraldo Teixeira de Sousa exerce as atribuições de vereador no município de Caiuá, portanto, considerado como servidor público, porém, com base no Parecer ACJ 201/2019, da Assessoria e Consultoria Jurídica da Fundação Itesp, o cadastro dos candidatos foi habilitado; e, quanto a alteração do tempo de moradia no cadastro, onde deverá ser excluído o período de moradia em assentamento, que coincide com o tempo de moradia em acampamento, incluído como período de moradia no acampamento, conforme declaração de acampado apresentada na entrevista técnica; 25 - Suzerley Tonon Ferreira e Edson Ferreira de Souza, cadastro: 26037; 26 - Vanesa dos Santos Ramos da Silva, cadastro: 27604; 27 - Vania Lins de Souza e Ramiro Teixeira, cadastro: 26152; 28 - Vanilde Soares Pulieze e Gilmar Alex Pulieze, cadastro: 16651, com a ressalva quanto a inclusão do período de experiência rural no cadastro de Gilmar Alex Pulieze, de 9/2019 a 6/2020 e 7/2020 a 11/2020, conforme documentos apresentados na entrevista técnica; 29 - Juliana Batista Leite e Ricardo Francisco Borges, cadastro: 1261; 30 - Cosme José Dos Santos, cadastro: 62; e, 31 - Ailton Santana de Oliveira e Marisa Carvalho de Oliveira, cadastro: 1032. Na sequência foram inabilitados os cadastros dos seguintes candidatos: 1 - Bruno Nogueira Brito, cadastro 25664, em razão da não apresentação do CNIS e da página da CTPS Digital, que informa acerca de contratos de trabalho, permitindo a aferição dos vínculos empregatícios dentre outras informações, a alteração do tempo de experiência rural no cadastro, conforme declaração apresentada pelo candidato na entrevista técnica; a inclusão do tempo de experiência rural até 04 de 2020; e, a inclusão de dois (2) filhos no cadastro, conforme certidões de nascimento apresentadas; 2 - Carlos Alberto Pereira de Carvalho e Josiane Souza de Carvalho, cadastro: 27573, por não comparecerem a entrevista e entrega de documentos; 3 - Deise Lucid Fernandes de Almeida Ponciano, cadastro: 27646, por não comprovar o critério obrigatório de experiência rural de 3 anos; 4 - Edilaine Rodrigues Cruz e Mauricio Antonio Cruz, cadastro: 11679, por não comparecerem a entrevista e entrega de documentos; 5 - Geraldo Ferreira de Brito e Aparecida Lorenceti Brito, cadastro: 26834, por não comparecerem a entrevista e entrega de documentos; 6- José Lira Paz e Maria José Rodrigues, cadastro: 22944, por não comprovarem experiência na atividade rural na entrevista; 7 - José Verinaldo dos Santos e Regina Alves dos Reis, cadastro 772, em razão da não apresentação do CNIS e da CTPS de Regina Alves dos Reis; 8 - Irene Ferreira de Andrade e Elenaldo Alves dos Santos, cadastro: 14425, por não comparecerem a entrevista e entrega de documentos. Na sequência, de acordo com o segundo item da pauta, os membros da comissão de seleção passaram à análise e deliberação acerca das entrevistas técnicas e dos documentos apresentados pelos candidatos inscritos no processo seletivo para a obtenção de lotes através de Indenização de Benfeitorias, nos termos do Edital 02/2020 LBD, publicado no Diário oficial do Estado de São Paulo, edição de 03-12-2020. Foram habilitados os cadastros dos seguintes candidatos: 1 - Ademilson de Moraes Gonçalves e Naiza Ferreira de Lima, cadastro: 27448; 2 - Anabel Alves de Jesus Silva e Marcos Roberto de Jesus Silva, cadastro: 24949; 3 - André Luiz Zago de Freitas e Karoline Fernanda da Silva, cadastro: 24949; 4- Cauê Felipe de Souza, cadastro: 27072; 5 -Claudemi Correa de Lira e Vera Lucia Barbosa Salgado de Lira, cadastro:27370; 6 - Cristiane Alves de Souza, cadastro: 25668; 7 - Corina Pereira Batista e Laércio Geraldo da Silva, cadastro 24946; 8 - Dalva de Santana Siqueira e Renato Nunes Siqueira, cadastro: 3199; 9 - Denise Ramalho e Antonio Marcos de Souza, cadastro: 13492, com a ressalva pela exclusão, no cadastro, do tempo de experiência rural referente ao período de 8/2018 a 11/2020, em razão do período declarado no cadastro não corresponder a trabalho rural, conforme consta na CTPS, da exclusão, no cadastro; dos filhos Mariana Neves de Souza e Mayara Neves de Souza, por não apresentarem documentos; e, a inclusão no cadastro, do período referente a experiência rural de Antonio Marcos de Souza, correspondente a 38 meses, conforme documentos juntados na entrevista técnica; 10- Eva Faria da Silva e José Jeronimo Silva, cadastro: 236; 11 - Edvaldo dos Santos, cadastro: 24249; 12 - Irene Aparecida Hernandez Bonfim e José Mauro Bonfim, cadastro: 23379, com a ressalva quanto a exclusão do filho Frederico Hernandez Bonfim do cadastro, devido a não apresentação de documentos; 13 - José Nilton Lima Dias e Maria Zilma Nunes Dias, cadastro: 27442; 14 - José Batista da Costa e Maria Rita Vitória, cadastro: 25044; 15 - Luiz Eduardo de Oliveira Calixta e Marina Martins de Oliveira Calixta, cadastro: 24192; 16 - Maria Jaqueline dos Santos Ribeiro e Vanderson Cestari da Silva, cadastro: 5178; 17 - Rogério Navarro Sanches, cadastro: 27049, com a ressalva quanto a inclusão no cadastro dos filhos Gabriel Alves Sanches e Larissa Aparecida Cordeiro Sanches, conforme documentos apresentados na entrevista técnica; 18 - Rosangela Lopes Gomes e Ilton Cesar Gomes, cadastro: 1032; 19 - Simone Aparecida dos Santos e Flavio Geraldo Teixeira de Sousa, cadastro: 24750, com a ressalva de que o candidato Flávio Geraldo Teixeira de Sousa exerce as atribuições de vereador no município de Caiuá, portanto, considerado como servidor público, porém, com base no Parecer ACJ 201/2019, da Assessoria e Consultoria Jurídica da Fundação Itesp, o cadastro dos candidatos foi habilitado e, ainda, quanto a alteração do tempo de moradia no cadastro, onde deverá ser excluído o período de moradia no assentamento que coincide com o tempo de acampamento e incluído como período de moradia no acampamento, conforme declaração de acampado apresentada na entrevista técnica; 20 - Suzerley Tonon Ferreira e Edson Ferreira de Souza, cadastro: 26037; 21 - Vanesa dos Santos Ramos da Silva, cadastro: 27604; 22 - Vania Lins de Souza e Ramiro Teixeira, cadastro: 26152; 23 - Vanilde Soares Pulieze e Gilmar Alex Pulieze, cadastro: 16651, com a ressalva quanto a inclusão do período de experiência rural no cadastro de Gilmar Alex Pulieze, de 9/2019 a 6/2020 e 7/2020 a 11/2020, conforme documentos apresentados na entrevista técnica; 24 - Cosme José Dos Santos, cadastro: 62; e, 25 - Ailton Santana de Oliveira e Marisa Carvalho de Oliveira, cadastro: 3928. Foram inabilitados os cadastros dos seguintes candidatos: 1 - Bruno Nogueira Brito, cadastro 25664, em razão da não apresentação do CNIS e da página da CTPS Digital, que informa acerca de contratos de trabalho, permitindo a aferição dos vínculos empregatícios dentre outras informações, a alteração do tempo de experiência rural no cadastro, conforme declaração apresentada pelo candidato na entrevista técnica, ou seja, a inclusão ampliando o tempo de experiência rural até 04 de 2020; e a inclusão de dois (2) filhos no cadastro, conforme certidões de nascimento apresentadas; 2 - Deise Lucid Fernandes de Almeida Ponciano, cadastro: 27646, por não comprovar o critério obrigatório de experiência rural de 3 anos; 3 - Edilaine Rodrigues Cruz e Mauricio Antonio Cruz, cadastro: 11679, por não comparecerem a entrevista e entrega de documentos; 4 - Geraldo Ferreira de Brito e Aparecida Lorenceti Brito, cadastro: 26834, por não comparecerem a entrevista e entrega de documentos; 5 - José Verinaldo dos Santos e Regina Alves dos Reis, cadastro 772, candidatos inabilitado em razão da não apresentação dos documentos CNIS e CTPS de Regina Alves dos Reis; 6 - Irene Ferreira de Andrade e Elenaldo Alves dos Santos, cadastro: 14425, por não comparecerem a entrevista e entrega de documentos. Na sequência, os membros da Comissão de Seleção deliberaram pela inabilitação dos cadastros dos demais cadastrados no sistema de cadastro do Itesp, por não terem comparecido, nos períodos estabelecidos para a inscrição, o agendamento, a realização da entrevista técnica e a comprovação das informações contidas no cadastro, por meio da apresentação de documentos, conforme preconizado nos Editais 01/2020 e 02/2020, publicados no Diário oficial do Estado de São Paulo, em 03-12-2020. Ao final, os membros da comissão de seleção delegaram à Fundação Itesp: a realização da atualização dos cadastros dos candidatos inscritos no processo seletivo relativo aos Editais 01/2020 LVV e 02/2020 LBD, junto ao sistema de cadastro, de acordo com as decisões tomadas na reunião; a elaboração da Lista Provisória dos Candidatos Pontuados e Inabilitados; a notificação dos candidatos inabilitados, mediante comunicado a ser publicado na imprensa oficial, consignando o prazo de 15 dias para a interposição de recursos; a publicação comunicado contendo a Lista Provisória dos Candidatos Pontuados e Inabilitados na imprensa oficial do Estado, além das demais providências cabíveis, com a finalidade de atender ao disposto no art. 23 do Decreto 62.738/2017. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os membros presentes.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE

Portaria Administrativa – 114, de 22-1-2021

O Presidente da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA-SP determina:

Artigo 1º - Suprimir o Parágrafo Único do artigo 15 da Portaria Normativa 339/2020, publicada aos 21-08-2020, que estabelece normas regulamentares a serem adotadas no regime jurídico das licitações e contratos administrativos para aquisição de bens e prestação de serviços, celebrados pela Fundação CASA, relativamente à submissão do Estudo Técnico Preliminar.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria Administrativa 1544/2020.

Portaria Administrativa – 115, de 22-1-2021

O Secretário da Justiça e Cidadania, respondendo pelo Expediente da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA-SP, "ad referendum" do Conselho Estadual de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, e

Considerando o pedido formulado pela Diretoria de Gestão e Articulação Regional, mediante Correio Eletrônico datado de 21-01-2021, determina:

Artigo 1º - Ficam aprovadas a alterações da caracterização e área de abrangência do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente Tapajós – Casa Tapajós, em operação desde 10-04-2000.

Artigo 2º - O Casa Tapajós possui a seguinte caracterização:

I–Localização:

Estrada do Governo, s/nº – Pouso Alegre, Franco da Rocha/SP, CEP 07859-340.

II–Atividade Econômica:

a) Principal Atividade: Administração Pública em Geral;

b) Código CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas: 84.11-6/00.

III–Caracterização do atendimento:

a) Capacidade para atender 88 adolescentes no programas de internação, art. 122, da Lei 8.069/90, sendo 44 vagas no módulo a e 44 vagas no módulo B;

b) Faixa etária de 12 a 21 anos incompletos;

c) Gênero: masculino.

III.1 – MÓDULO A:

a) Adolescente que já tenha cumprido internação provisória;

b) Adolescente que já cumpriu programa de semiliberdade;

c) Adolescente que já cumpriu programa de liberdade assistida;

d) Adolescente que já cumpriu programa de internação sanção.

III.2 – MÓDULO B:

a) Adolescente que já tenha cumprido internação provisória;

b) Adolescente que já cumpriu programa de semiliberdade.

c) Adolescente que já cumpriu programa de liberdade assistida;

d) Adolescente que já cumpriu programa de internação sanção;

e) Adolescente que já tenha cumprido um programa de internação.

IV-Área de abrangência do atendimento:

Municípios pertencentes às circunscrições judiciárias de Osasco (4ª), Jundiaí (5ª), Mogi Mirim (7ª), Campinas (8ª), Rio Claro (9ª), Limeira (10ª), Pirassununga (11ª), Piracicaba (34ª), Casa Branca (43ª), município de Mairiporã, pertencente à circunscrição judiciária de Guarulhos (44ª), São João da Boa Vista (50ª), Itapecerica da Serra (52ª), Americana (53ª), Amparo (54ª), município de Indaiatuba, pertencente à circunscrição judiciária de Itu (20ª), e Zonas Norte, Grande Norte, Oeste e Grande Oeste do município de São Paulo.

Artigo 3º - O referido Centro de Atendimento permanece subordinado hierarquicamente à Divisão Regional Metropolitana Campinas – DRMC.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria Administrativa 1107/2020.

Despachos do Corregedor Geral da Fundação CASA, de 22-1-2021

Processo Administrativo Disciplinar n. 1568/20

Interessado: Ercílio Genivaldo da Silva RE – RE 442793

Advogados: Mateus Wender Gonçalves – OAB/SP n. 358.656 e Gabriela Varoni Moscão – OAB/SP n. 355.711

Deliberação

Recebo a defesa prévia do processado acostada às fls. 52/58.

De acordo com o Art. 24, §2º da Portaria Normativa n. 253/2013 fica dispensada audiência de instrução, haja vista a prova ser exclusivamente documental e já suficiente para instrução do presente feito. Sendo assim, encerro a instrução e intimo o processado para no prazo de 07 dias apresentar suas alegações finais.

Processo Administrativo Disciplinar n. 0432/20

Interessado: Mauro Vinicius Silva RE – RE 424511

Deliberação

O processado Mauro Vinicius Silva foi notificado para apresentar Defesa Prévia. Porém, permaneceu inerte, permitindo transcorrer "in albis" o prazo para a apresentação de defesa e rol de testemunhas. Ocorrendo assim a sua preclusão. Conforme se infere na certidão de fls. 39.

De acordo com o Art. 24, §2º da Portaria Normativa n. 253/2013 fica dispensada audiência de instrução, haja vista a prova ser exclusivamente documental e já suficiente para instrução do presente feito. Sendo assim, encerro a instrução e intimo o processado para no prazo de 07 dias apresentar suas alegações finais.

Ciência ao processado.

Despachos do Corregedor Geral da Fundação CASA, de 22-1-2021

Processo Administrativo Disciplinar n. 0433/20

Processados (as): Reginaldo da Sila Souza – RE. 33395-5

Advogado: Otavio Orsi Tuena – OAB/SP n. 342.339 e Igor Canazzaro Amêndola – OAB/SP n. 251.296

Deliberação

Recebo a Defesa Prévia (fls. 66).

Em preliminar, alega o Defensor que a Portaria de instauração não é satisfatória quanto a descrição fática, que teria sido apresentada de forma genérica e imprecisa, o que não proporcionaria ao ora processado o conhecimento pleno das acusações, impossibilitando-o de promover a sua ampla defesa.

Não conheço da preliminar trazida pela Defesa, uma vez que a Portaria de Instauração 199/2020 (fls. 03/05), descreve pormenorizadamente a conduta faltosa que teria sido praticada pelo processado, bem como, menciona que o relatório conclusivo (fls. 49/56), compõe a referida Portaria.

Ademais, não apenas o relatório conclusivo, mas, todo o teor da Apuração Preliminar 418/2019, foi disponibilizado à Defesa, não violando, portanto, o seu direito de ampla defesa. Destarte, sem efeito a preliminar suscitada.

Quanto ao mérito, será discutido em momento oportuno.

Defiro as testemunhas da Defesa (fls. 66v).

O Secretariado desta Corregedoria deverá agendar audiência de instrução para oitiva do processado e das testemunhas arroladas, na modalidade "Vídeo conferência", por meio da ferramenta "Microsoft Teams", para o dia, 12-02-2021, nos horários a seguir:

10h – Reginaldo da Silva Souza – RE 33.395-5;

10h30 – Roberci Fernandes Franco – RE 24.723-6;

11h – Vilma Moreira de Oliveira – RE 27.491-4;

11h30 – Thais Cristina Pereira Silva – RG 41.682.210-1.

Ao Secretariado para as demais providências.

Processo Administrativo Disciplinar n. 4690/19

Processados (as): Agostinho Guimarães Silva – RE. 45492-8

Advogado: Eder de Oliveira – OAB/SP n. 362.126

Deliberação

Recebo a Defesa Prévia (fls. 84/89).

Em preliminar, alega o Defensor, afronta grave ao ordenamento jurídico pátrio e possível crime de falsificação de documento público.

Alega ainda, nulidade por excesso de prazo.

Não conheço das preliminares trazidas pela Defesa, uma vez que a servidora Josefa Elionete Leite de Medeiros, Chefe de Seção do Expediente desta Corregedoria Geral, é a funcionária responsável pela autuação dos processos em trâmite neste setor, dessa forma, não há que se falar em falsificação ou afronta grave, uma vez que consta a assinatura sobre o nome da responsável pelo ato.

No tocante a excesso de prazo, também não há que se falar em nulidade, uma vez que o presente PAD está em regular trâmite nesta Corregedoria Geral, na forma da Portaria Normativa 253/2013.

Portanto, sem efeito as preliminares suscitadas pela Defesa.

Quanto ao mérito, será discutido em momento oportuno.

Intimo como testemunhas da Administração, os servidores:

Jonas Della Torre – RE 43.052-3;

Rafael Donizetti da Silva – RE 43.042-0;

Joel Barbosa Sobrinho – RE 33.781-0.

O Secretariado desta Corregedoria deverá agendar audiência de instrução para oitiva do processado e das testemunhas, no dia 12-02-2021, na modalidade "Vídeo conferência", por meio da ferramenta "Microsoft Teams", nos horários a seguir:

15h – Agostinho Guimarães Rosa – RE 45.492-8;

15h30 – Jonas Della Torre – RE 43.052-3 (CASA Mogi Mirim);

16h – Rafael Donizetti da Silva – RE 43.042-0 (CASA Limeira);

16h30 – Joel Barbosa Sobrinho – RE 33.781-0 (CASA Limeira).

Reaberto prazo para que a Defesa apresentasse rol de testemunha, deixou transcorrer in albis o prazo ofertado (fls. 100/102).

Processados e testemunhas prestarão depoimento do Centro de lotação, os quais receberão convite para ingressarem em audiência que será realizada no formato Teleaudiência.

Ao Secretariado para as demais providências.

Processo Administrativo Disciplinar n. 0215/20

Processados (as): Paulo Ricardo Amaral De Azevedo – RE. 40251-5

Advogado: David de Camargo Júnior – OAB/SP n. 394.461

Deliberação

Recebo a Defesa Prévia apresentada (fls. 54/56).

Defiro as testemunhas arroladas:

Antônio Mendes da Silva Júnior – RE 32.518-1;

Fernando Henrique dos Santos – RE 44.124-7.

Intimo como testemunha da Administração, o servidor:

Evandro Lauro de Oliveira – RE 33.795-0.

A matéria de mérito será apreciada em momento oportuno.

O Secretariado desta Corregedoria deverá agendar audiência de instrução para oitiva do processado e das testemunhas, no dia 19-02-2021, na modalidade "Vídeo conferência", por meio da ferramenta "Microsoft Teams", nos horários a seguir:

10h – Paulo Ricardo Amaral de Azevedo – RE 40.251-5 (CASA Três Rios);

10h30 – Evandro Lauro de Oliveira – RE 33.795-0 (CASA Rio Novo);

11h – Antônio Mendes da Silva Júnior – RE 32.518-1 (CASA Botucatu);

11h30 – Fernando Henrique dos Santos – RE 44.124-7 (CASA Três Rios).

Processados e testemunhas prestarão depoimento do Centro de lotação, os quais receberão convite para ingressarem na audiência, a ser realizada no formato Teleaudiência.

Ao Secretariado para as demais providências.

Processo Administrativo Disciplinar n. 4709/19

Processados (as): Douglas Da Silva Pierre – RE. 36293-1, Marcio Junqueira Da Conceição – RE. 39894-9, William Rodrigo Camargo – RE. 45517-9, Daniel Silva Santos – OAB/SP N. 43420-6, Adriano Daniel Pereira – RE. 34279-8, Benedito Dos Santos – RE. 35751-0, Delano Correa Martins – RE. 27132-9, Silvio De Souza Junior – RE. 43415-2 e Elisangela Martins Dos Santos – RE. 18805-0

Advogado: Otavio Orsi Tuena – OAB/SP n. 342.339 e Igor Canazzaro Amêndola – OAB/SP n. 251.296

Deliberação

Notificados para apresentarem Defesa Prévia, houve manifestação tempestiva dos ora processados, Douglas da Silva Pierre, em autodefesa, Marcio Junqueira da Conceição, Daniel Silva Santos, Adriano Daniel Pereira, Benedito dos Santos, Delano Correa Martins, Silvio de Souza Junior e Elisangela Martins dos Santos, por meio de seus Causídicos.

Já o processado Wiliam Rodrigo Camargo não atendeu notificação pessoal e tampouco por telegrama e edital, deixando transcorrer in albis o prazo para apresentação de Defesa Prévia.

Quanto ao mérito da demanda, será discutido em momento oportuno.

Defiro as testemunhas arroladas pelos processados, a saber:

Agnes Roberta de Toledo Cabral Ribeiro – Agente Educacional OSC;

Laura Cristina do Carmo Serone – RE 18.963-7;

Sandra Regina dos Anjos – RE 27.449-5;

Ilson José da Silva Godoy – RE 27.604-2;

Carlos Alberto Araújo dos Santos – RE 22.291-4;

Paulo Sergio Menosi – RE 43.411-5;

Gilson Miliozi – RE 27.612-1.

Indefiro a testemunha Douglas da Silva Pierre (fl. 297), por se tratar de servidor que figura no polo passivo do presente processo administrativo.

Indefiro também a testemunha Daniel Douglas (fl. 297), por não constar exata qualificação.

O Secretariado desta Corregedoria deverá agendar audiência de instrução para oitiva dos processados, para o dia 23-02-2021 e das testemunhas para o dia 24-02-2021, na modalidade "Vídeo conferência", por meio da ferramenta "Microsoft Teams", nos horários a seguir:

23/02/2021:

09h – Douglas da Silva Pierre – RE 36.293-1 (CAI Gaivota);

09h30 – Márcio Junqueira da Conceição – RE 39.894-9 (CAI Gaivota);

10h – Daniel Silva Santos – RE 43.420-6 (CASA Rio Tâmisa);

10h30 – Adriano Daniel Pereira – RE 34.279-8 (CASA Rio Tâmisa);

11h – Benedito dos Santos – RE 35.751-0 (CASA Santo André I);

11h30 – Delano Correa Martins – RE 27.132-9 (CASA Atibaia);

12H – Silvio de Souza Júnior – RE 43.415-2 (CASA Rio Piracicaba);

12h30 – Elisangela Martins dos Santos – RE 18.805-0 (CASA Novo Tempo);

13h – Wiliam Rodrigo Camargo – RE 45.517-9 (CASA Madre Teresa de Calcutá II).

24/02/2021:

09h – Agnes Roberta de Toledo Cabral Ribeiro – Agente Educacional OSC;

09h30. – Laura Cristina do Carmo Serone – RE 18.963-7 (CASA Atibaia);

10h – Sandra Regina dos Anjos – RE 27.449-5 (CASA Atibaia);

10h30 – Ilson José da Silva Godoy – RE 27.604-2 (CASA Atibaia);

11h – Carlos Alberto Araújo dos Santos – RE 22.291-4 (CASA Atibaia);

11h30 – Paulo Sergio Menosi – RE 43.411-5 (CASA Manacá da Serra);

12h – Gilson Miliozi – RE 27.612-1 (CASA Novo Tempo). Processados e testemunhas prestarão depoimento do Centro de lotação, no formato Teleaudiência, os quais receberão convite eletrônico para participação.

A condução das testemunhas ficará sob responsabilidade da Defesa.

Ao Secretariado para as demais providências.

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

· livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual

· Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Desenvolvimento Social

COORDENADORIA DE AÇÃO SOCIAL

DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Termo de Encerramento de Convênio

Processo: SEADS/2131/2012.

Órgão Público Concessor: Secretaria de Desenvolvimento Social, CNPJ/MF 69.122.893/0001-44.

OSC: Associação Renascer do Município de São José do Rio Preto, CNPJ 71.744.007/0001-66.

Objeto: Transferência de recursos financeiros - obra.

Termo de Encerramento: As partes concedem mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste convênio devido ao cumprimento do objeto conveniado, atestado através do Parecer/GSES/CVO/234/2019, inserto à fl. 390.

Data da assinatura: 30-12-2020.

Termo de Prorrogação de Ofício

Processo: 2039235/2019.

Órgão Público Concessor: Secretaria de Desenvolvimento Social, CNPJ/MF 69.122.893/0001-44.

OSC: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae do Município de Novo Horizonte, CNPJ 51.347.516/0001-48.

Objeto: Transferência de recursos financeiros destinados à aquisição de bens e material de natureza permanente.

Prorrogação de ofício por 211 dias, de 19-12-2020 a 17-7-2021, nos termos da Cláusula Nona, § 2º.

Data da assinatura: 13-1-2021.

DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE FERNANDÓPOLIS

Termo de Encerramento de Convênio

Processo: SEDS-795/2012.

Convenente: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social.

Conveniada: Prefeitura Municipal de Pontalinda.

Objeto: Recursos financeiros para aquisição.

Assunto: Termo de Encerramento.

As partes concedem mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste convênio, devido ao cumprimento do objeto conveniado, atestado pelo Órgão Competente.

Data de Assinatura: 18-1-2021.

Termo de Fomento

Processo: SDS-PRC-2020/00679.

Decreto 62.639, de 22-6-2017.

Convenente: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social.

Conveniado: Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Fernandópolis - Apadaf - Município de Fernandópolis.

Objeto: Transferência de recursos financeiros destinados à aquisição de equipamentos.

Valor Total: R$ 50.000,00, de responsabilidade do Estado.

Programa de Trabalho: 08.244.3520.1825.0000 - Onerando a UO. 35001 - UGO. 350010 - UGE 350101 - Natureza de Despesa: 44.50.42-01 - Auxílios para Despesas de Capital com Organização Social.

Vigência: 12 meses contados da data de sua assinatura.

Data da assinatura: 19-1-2021.

DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE AVARÉ

Termo de Aditamento de Convênio

Sobre emendas parlamentares individuais consolidadas na Lei 16.646, de 11-1-2018:

À vista da orientação contida no Decreto 63.883, de 4-12-2018, que dispõe sobre a celebração de convênios que decorrem de emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária na forma do artigo 175, parágrafos 6º ao 10 da Constituição do Estado de São Paulo, previstas na Lei 16.646, de 11-1-2018, que estão sob a responsabilidade da dotação orçamentária específica consignada na Secretaria de Planejamento e Gestão, publicamos abaixo o seguinte Termo de Aditamento ao Convênio:

Processo: SEDS-2020/00086 - (SEDS/CAS).

Partícipes: Secretaria de Desenvolvimento Social e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Taquarituba.

Processo: 2020/00086.

Autorização Governamental: Decreto 62.639, de 22-6-2017 alterado pelo Decreto 63.883, de 4-12-2018.

Convenente: Secretaria de Desenvolvimento Social.

Conveniada: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Município: Taquarituba.

Objeto: Transferência de recursos financeiros para aquisição de veículo de pequeno porte, de acordo com plano de trabalho.

Valor: R$ 48.870,60, de responsabilidade do Estado.

Os recursos de responsabilidade do Estado a serem transferidos ao Município são originários da Fonte 001 - Tesouro do Estado e onerando o Programa de Trabalho 04.127.2990.2272.0000 - Ações decorrentes de Emendas - UO 35001 - Administração Superior da Secretaria e da Sede - U.G.O. 350010 - U.G.E. 350101 - PTRES 350128 - Natureza de Despesa - ND 44.50.42.01 - Auxílios para Despesas de Capital - Equipamentos e Material Permanente.

Vigência: 12 meses, a partir da data da assinatura do Convênio.

Data da assinatura: 19-1-2021.

Segurança Pública

GABINETE DO SECRETÁRIO

Portaria Conseg - 1, de 22-01-2021

Define as Normas e Procedimentos que regerão o calendário e o processo eleitoral dos Conselhos Comunitários de Segurança

O Coordenador Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança – Consegs,

Considerando os termos da Lei Complementar 974/2005, que define como prerrogativa da Coordenadoria Estadual dos Consegs, o assessoramento ao Secretário da Segurança Pública nas matérias relativas aos Consegs.

Considerando a Resolução SSP 013/2018, que instituiu o Regulamento dos Consegs, subsidiariamente, trouxe consigo a anotação expressa do texto legal prevista no parágrafo anterior, consignando, além dessa premissa, outras atribuições não menos importantes, como a de promover a supervisão do processo eleitoral, conforme disposto no artigo 25, inciso IV da normativa.

Considerando que o Regulamento dos Consegs, na Subseção VI –Das Eleições, disciplina as regras que norteiam os trâmites eleitorais, com procedimentos bem definidos, estabelecendo bases sólidas para conduzir a um mandato legítimo, por meio de um processo eleitoral cunhado na lisura e na imprescindível e inafastável legalidade.

Considerando que incumbe à Coordenadoria a obrigação de elaborar e publicar as instruções, modelos de formulários, orientações gerais, a fim de assegurar a transparência e o controle dos procedimentos eleitorais, conforme o contido no artigo 74, parágrafo único do Regulamento dos Consegs.

Considerando, por fim, a recente publicação da Resolução SSP 088/2020, editada em caráter emergencial, que se fundamenta em razão da crise sanitária do SARS-COV2 COVID 19, e que prevê em sua essência, novos requisitos a quem, porventura, deseja se tornar um integrante do corpo voluntário de Membro Efetivos do Conseg, garantindo assim o direito de votar e candidatar em uma eleição, e que desta implica na alteração de formulários padrão.

Resolve:

Artigo 1º - O processo eleitoral dos Conselhos Comunitários de Segurança proceder-se-á perante as regras da Resolução SSP 013, de 28-02-2018, sob a presidência e responsabilidade conjunta dos Membros Natos.

Artigo 2º - Os procedimentos eleitorais deverão se suceder, sob a estrita observância dos protocolos sanitários proferidos pelas autoridades de saúde, respeitando-se as orientações técnicas dos Membros Natos, que discricionariamente atuarão sob os preceitos disciplinados no Regulamento dos Consegs, com a finalidade de obter a melhor execução dos atos que envolvem o processo eleitoral.

Artigo 3º - Com o intuito de preservar a vida, evitar a exposição e a disseminação do coronavírus, a duração das reuniões ordinárias poderá ser estendida de acordo com a análise de conveniência e oportunidade dos Membros Natos, a fim de reduzir risco de aglomerações, destinando-se, ainda, para melhor adequação, reserva especial do tempo de votação aos idosos e aos portadores de comorbidades.

Artigo 4º - Poderão votar e ser votados no pleito eleitoral, os Membros Efetivos que preencherem os requisitos estabelecidos pela Resolução SSP 088/2020.

Artigo 5º - Havendo a suspensão de reuniões ordinárias no decurso do calendário eleitoral, deverão os Membros Natos adotar providências no sentido de dar pleno conhecimento acerca das regras e dos procedimentos do certame, utilizando, preferencialmente, os meios eletrônicos disponíveis para garantia da escorreita execução das etapas do pleito eleitoral e ciência de todos os interessados.

§ 1º - Neste caso específico, poderão ser postergados, até o último dia útil do mês a que se faz referência à etapa do calendário eleitoral, os atos previstos para se sucederem de forma presencial, assim como os prazos decorrentes, desde que efetivados em uma das unidades policiais.

§ 2º - Havendo a inscrição válida de 02 ou mais chapas, a reunião ordinária do mês de abril deverá ocorrer, obrigatoriamente, no formato presencial, a fim de garantir, ao Membro Efetivo regularmente cadastrado, o direito ao exercício de voto na eleição, ressalvando-se que, Consegs que tenham apenas 01 chapa inscrita, ficam dispensados dessa formalidade.

Artigo 6º - Em observância ao Regulamento, os atos do procedimento eleitoral, devem ser registrados nos formulários definidos como modelo pela Coordenadoria, no que couber a cada caso concreto, na seguinte ordem e conformidade:

a) Capa contendo logo, nomenclatura do município e denominação correspondente ao Conseg, indicação das unidades policiais e Registro de Identificação do Conseg-RIC (assentamento alfanumérico fornecido pela Coordenadoria Estadual dos Consegs);

b) Nota oficial do Termo de Abertura referente ao mês de Fevereiro;

c) Edital de Abertura e Convocação às Eleições;

d) Nota do procedimento eleitoral do mês de Março, que assinala o encerramento do prazo de inscrições das chapas e entrega de documentos;

e) Ficha(s) de requerimento para inscrição(ões) de chapa(s) concorrente(s) à diretoria;

f) Auto de recebimento dos livros e documentos do Conseg pelos Membros Natos;

g) Lista contendo os nomes dos membros efetivos aptos a votar e serem votados;

h) Pedido de impugnação à candidatura de membro efetivo ou da chapa, se houver;

i) Decisão fundamentada dos Membros Natos sobre eventual pedido de impugnação;

j) Pedido de substituição de candidato impugnado, em caso de deferimento do pedido de impugnação;

k) Nota da reunião ordinária do mês de abril, voltada às orientações dos procedimentos de votação e atos subsequentes;

l) Relatório da eleição e resultado da votação;

m) Interposição de recursos:

n) Decisão fundamentada dos Membros Natos sobre os recursos interpostos;

o) Proclamação do resultado final das eleições;

p) Termo de posse;

q) Juntada de Fichas Cadastrais dos integrantes da diretoria.

Parágrafo único. Documentos referentes às eleições não constantes na relação dos itens anteriores podem ser anexados, desde que respeitada a ordem cronológica dos procedimentos eleitorais.

Artigo 7º Aplica-se ao NAL, no que couber, o procedimento eleitoral dos Consegs.

Evaldo Roberto Coratto

Coordenador Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA

(Municipalidade/Denominação)

Área correspondente ao (__º Pel da __ª Cia do __º BPM/__) e (__º Distrito Policial/DPM)

TERMO DE ABERTURA OFICIAL DO PROCESSO ELEITORAL– Nota da Reunião Ordinária do Mês de Fevereiro –

Os Membros Natos, buscando ofertar igualdade de condições, transparência, moralidade e eficiência nas eleições do corrente ano, sob as normas que regem o Regulamento dos Consegs e a Resolução SSP 088/2020, declaram aberto o processo eleitoral que tem por finalidade escolher a próxima diretoria deste Conseg.

Nessa vertente, esclarecem ao cidadão que deseja participar da eleição do Conselho Comunitário de Segurança, da necessidade de se inscrever como Membro Efetivo do Conseg para que seja garantido o direito de se candidatar e votar na presente eleição.

O interessado em ingressar como Membro Efetivo deverá observar os pré-requisitos disciplinados pela Resolução SSP 088/2020, que altera o Regulamento dos Consegs, ao instituir, em razão da crise sanitária do SARS-COV2 Covid 19, as seguintes condicionantes: ter conhecimento da voluntariedade; ser brasileiro ou, se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE); residir, estudar ou trabalhar na área de atuação do Conseg; não registrar antecedentes criminais; ser maior de 18 anos ou, se menor, possuir título de eleitor; e não ser cadastrado como Membro Efetivo em outro Conseg e, neste pleito, de forma excepcional, requisitar a sua inscrição, independentemente do número de participação em reuniões ordinárias do Conseg, haja vista a impossibilidade de comparecimento nas reuniões ordinárias, ou mesmo de aferição dessa assiduidade, outrora suspensas preventiva e temporariamente em cumprimento ao decreto governamental.

Observadas essas condicionantes do ordenamento jurídico, o interessado poderá preencher Ficha Cadastral que será submetida à apreciação dos Membros Natos, e em não havendo óbice algum, após a devida subscrição, imediatamente, será considerado um Membro Efetivo, o que lhe garantirá de pronto o direito de voto e candidatura.

Importante ressaltar que a candidatura se destina a eleger chapa completa, ou seja, deve ser composta por Presidente, Vice-Presidente, 01º Secretário, 02º Secretário e Diretor Social e de Assuntos Comunitários, nos termos do artigo 07º do Regulamento, para que assim possa efetivar o direito de concorrer às eleições.

Interessados poderão inscrever chapas completas desde o momento da abertura do processo eleitoral, que ora se inicia, até o término da reunião ordinária do mês de Março, ou persistindo o impedimento de realização, mediante protocolo de contra recibo junto a administração policial, até o último dia do mês de Março. Na reunião ordinária de Abril teremos a votação ou aclamação e no mês de Maio serão empossados os membros da diretoria durante a reunião ordinária.

O Edital de convocação às eleições será afixado em local público e de fácil acesso para amplo conhecimento de eventuais interessados. Os Membros Natos encontram-se à disposição para eventuais esclarecimentos de dúvidas quanto às normas das eleições e esclarecem que a não observância destas normas pode suscitar o indeferimento das candidaturas ou anulação do pleito.

Esta nota, assinada pelos Membros Natos, será juntada aos autos do procedimento eleitoral.

Cidade, ____ de Fevereiro de 2021.

Ass:

(NOME COMPLETO)

Comandante do ___° Pel da ___ª Cia do ___° BPM/___

Membro Nato da Polícia Militar

(NOME COMPLETO)

Delegado de Polícia Titular _____

Membro Nato da Polícia Civil

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA

(Municipalidade/Denominação)

Área correspondente ao (__º Pel da __ª Cia do __º BPM/__) e (__º Distrito Policial/DPM)

Edital de Abertura e Convocação Às Eleições

Conseg-(MUNICÍPIO/DENOMINAÇÃO)– BIÊNIO 2021/2023 –

Em atenção aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, às normas contidas no Regulamento dos Consegs e na Resolução SSP/SP 088/2020, bem como às orientações emanadas pela Coordenadoria Estadual dos Consegs, convidamos os Membros Efetivos do Conseg-(MUNICÍPIO/DENOMINAÇÃO) que estejam em situação regular ante ao respectivo Conselho e à Coordenadoria, a efetuar sua inscrição de candidatura por meio de chapa, enviando sua composição aos Membros Natos até o encerramento da reunião ordinária do mês de Março/2021, oportunidade que se dará em (INSERIR O DIA) de Março de 2021, ou no impedimento de realização de reunião presencial, então ocasionada pela pandemia do SARS-COV 2 Covid 19, até o último dia do mês de Março.

A chapa deverá conter composição mínima necessária de 01 Presidente, 01 Vice-Presidente, 01 Primeiro Secretário, 01 Segundo Secretário e 01 Diretor Social e de Assuntos Comunitários, a fim atender a previsão normativa do artigo 7º do Regulamento, sendo vedada a criação de suplentes e funções similares às já anotadas, em conformidade com a redação do parágrafo 2° deste mesmo artigo.

A eleição do Conseg-MUNICÍPIO/DENOMINAÇÃO será realizada na (NOME DO LOCAL), situado no (ENDEREÇO), n° (NÚMERO), (BAIRRO), (MUNICÍPIO/SP), às (HORÁRIO) horas, do dia (DIA) de Abril de 2021, com fulcro nas normas contidas na Seção VII, Subseção VI do Regulamento dos Consegs.

Por derradeiro, vale consignar que as regras que norteiam o processo eleitoral dos Consegs e as peças instrutórias que subsidiam o certame, Regulamento dos Consegs, Resolução SSP 088/2020 e a Portaria Conseg 001/2021, estão disponíveis no endereço eletrônico (URL downloads Conseg).

Cidade, ____ de Fevereiro de 2021.

Ass:

(NOME COMPLETO)

Comandante do ___° Pel da ___ª Cia do ___° BPM/___

Membro Nato da Polícia Militar (NOME COMPLETO)

Delegado de Polícia Titular _____

Membro Nato da Polícia Civil

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA

(Municipalidade/Denominação)

Área correspondente ao (__º Pel da __ª Cia do __º BPM/__) e (__º Distrito Policial/DPM)

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE CHAPA – Até o Término da Reunião Ordinária do Mês de Março –

Nos termos do artigo 77, § 1º, do Regulamento dos Consegs a chapa composta pelos membros efetivos abaixo qualificados, requer a sua inscrição no pleito eleitoral do Conseg, para gestão do próximo biênio.

Presidente:

e-mail: telefone:

Vice-Presidente:

e-mail: telefone:

1º Secretário:

e-mail: telefone:

2º Secretário:

e-mail: telefone:

Diretor Social e de Assuntos Comunitários:

e-mail: telefone:

Nos casos de deferimento de impugnação, sucedida por erros ausência ou adulteração de dados sobre a pessoa do candidato deverão ser regularizados na pessoa do responsável pela chapa:

Responsável pela Chapa:

e-mail: telefone:

Os candidatos declaram ter plena ciência das normas que regem o processo eleitoral dos Consegs, e em cumprimento ao artigo 80 do Regulamento dos Consegs, indicamos para fiscal o membro efetivo:

Fiscal:

e-mail: telefone:

Data:

Ass:

Data:

Ass:

(NOME COMPLETO)

Comandante do ___° Pel da ___ª Cia do ___° BPM/___

Membro Nato da Polícia Militar (NOME COMPLETO)

Delegado de Polícia Titular _____

Membro Nato da Polícia Civil

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA

(Municipalidade/Denominação)

Área correspondente ao (__º Pel da __ª Cia do __º BPM/__) e (__º Distrito Policial/DPM)

ENCERRAMENTO DO PRAZO DE INSCRIÇÕES DAS CHAPAS E ENTREGA DE DOCUMENTOS– Nota do Mês de Março –

Os Membros Natos comunicam que, na presente data, encerra-se o prazo para inscrição de chapas, data limite considerada derradeira às pretensões de quem deseja concorrer no pleito eleitoral em curso, que findará por eleger a nova diretoria do Conseg para o próximo biênio, em conformidade com o que preconiza o artigo 76, inciso II do Regulamento dos Consegs.

Em sendo assim, informam que as inscrições de chapas devem ser preenchidas em formulário padrão e ser protocoladas mediante contra recibo dos Membros Natos, para que, oportunamente, sejam submetidas à análise técnica dos Membros Natos, visando saneamento e/ou homologação, ou ainda, na constatação de vício insanável, promover o indeferimento fundamentado. Os interessados serão cientificados na forma regimental pelos e-mails indicados no requerimento de inscrição de chapa.

Cientificados da decisão, qualquer Membro Efetivo poderá requerer aos Membros Natos a impugnação de candidato(s), em até 02 dias úteis conforme artigo 77, § 4º do Regulamento dos Consegs.

A decisão fundamentada dos Membros Natos deve ocorrer em até 05 dias úteis, quando então o responsável pela chapa, candidato a presidente ou vice-presidente, terá até 02 dias úteis, se for o caso, para promover a substituição do impugnado, sob risco de cancelamento da inscrição da chapa.

No intuito de preservar a lisura, transparência e imparcialidade do procedimento eleitoral, havendo chapas concorrentes, todos os livros e documentos do Conseg devem ser entregues aos Membros Natos e permanecer sob esta guarda até a reunião de posse da diretoria eleita, conforme disciplina os artigos 86 e 89 do Regulamento dos Consegs.

Os Membros Natos esclarecem que a não observância destas normas pode suscitar o indeferimento das candidaturas ou anulação do pleito.

Esta nota, assinada pelos Membros Natos será juntada aos autos do procedimento eleitoral.

Cidade, ____ de Março de 2021.

Ass:

(NOME COMPLETO)

Comandante do ___° Pel da ___ª Cia do ___° BPM/___

Membro Nato da Polícia Militar (NOME COMPLETO)

Delegado de Polícia Titular _____

Membro Nato da Polícia Civil

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA

(Municipalidade/Denominação)

Área correspondente ao (___º Pel da ___ª Cia do ___º BPM/___) e (__º Distrito Policial / DPM)

MODELO DE CÉDULA ELEITORAL

PARTE EXTERNA

(NOME COMPLETO) Delegado Titular de Polícia DO XXº DP Membro Nato PC **(NOME COMPLETO)** Cmt do __º Pel da __ª Cia do __º BPM/__ Membro Nato PM	**ELEIÇÕES BIÊNIO 2021/2023** **CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA** **CONSEG-Municipalidade/Denominação** Área do __º DP e do º Pel da __ª Cia do __º BPM/_

PARTE INTERNA

( ) CHAPA 01	**( ) CHAPA 02**
PRESIDENTE: _____ VICE PRESIDENTE: _____ 1º SECRETÁRIO:_____ 2º SECRETÁRIO: _____ DIRETOR SOCIAL: _____	PRESIDENTE: _____ VICE PRESIDENTE: _____ 1º SECRETÁRIO:_____ 2º SECRETÁRIO: _____ DIRETOR SOCIAL: _____

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA

(Municipalidade/Denominação)

Área correspondente ao (__º Pel da __ª Cia do __º BPM/__) e (__º Distrito Policial/DPM)

REUNIÃO DE ELEIÇÃO – Nota da Reunião Ordinária do Mês Abril –

Os Membros Natos declaram aberta a reunião que tem por fim eleger a diretoria do Conseg para o próximo biênio. Os responsáveis pelas chapas concorrentes terão direito ao mesmo período de tempo para apresentação de seus membros e propostas. O Regulamento prevê a votação em escrutínio secreto, quando houver mais de 01 chapa inscrita para a disputa, ou aclamação, no caso de haver chapa única.

Após a divulgação do resultado, abre-se o prazo de 02 dias para interposição de recursos, devendo os Membros Natos proferir decisão fundamentada em até 05 dias, conforme artigo 88 e parágrafos do Regulamento dos Consegs.

O resultado final do processo eleitoral terá ampla divulgação por todos os meios disponíveis e a posse formal da diretoria ocorrerá na reunião do mês de Maio.

Esta nota, assinada pelos Membros Natos será juntada aos autos do procedimento eleitoral.

Cidade, ____ de Abril de 2021.

Ass:

(NOME COMPLETO)

Comandante do ___° Pel da ___ª Cia do ___° BPM/___

Membro Nato da Polícia Militar (NOME COMPLETO)

Delegado de Polícia Titular _____

Membro Nato da Polícia Civil

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA

(Municipalidade/Denominação)

Área correspondente ao (__º Pel da __ª Cia do __º BPM/__) e (__º Distrito Policial/DPM)

TERMO DE POSSE–Nota da Reunião Ordinária do Mês de Maio –

Nesta data, cumprindo os requisitos regulamentares e finalizado o procedimento eleitoral, os Membros Natos publicamente declaram empossados os membros da diretoria eleita e restituem oficialmente os livros e documentos que porventura se encontravam sob a sua guarda.

Este termo segue assinado pelos Membros Natos e pelos membros integrantes da diretoria eleita, será arquivado para registro, controle e consulta.

Cidade, ____ de Maio de 2021.

Assinatura:

(NOME COMPLETO)

Presidente

Assinatura:

(NOME COMPLETO)

Vice Presidente

Assinatura:

(NOME COMPLETO)

1° Secretário

Assinatura:

(NOME COMPLETO)

2° Secretário

Assinatura:

(NOME COMPLETO)

Diretor Social e de Assuntos Comunitários

Ass:

(NOME COMPLETO)

Comandante do ___° Pel da ___ª Cia do ___° BPM/___

Membro Nato da Polícia Militar (NOME COMPLETO)

Delegado de Polícia Titular _____

Membro Nato da Polícia Civil

FICHA CADASTRAL

Nome do CONSEG	DP /DPM	BTL/CIA/PEL/GP PM	RIC
( ) Membro Efetivo ( ) Presidente ( ) Vice-Presidente ( ) 1º Secretário ( ) 2º Secretário ( ) Diretor Social e de Assuntos Comunitários ( ) Membro Institucional Público ( ) Membro Representativo			
DADOS PESSOAIS			
FOTO **Formato 3X4 cm**	Nome: Nome do Pai: Nome da Mãe:		
RG	CPF	Título de Eleitor (Se menor)	Data de Nascimento
Sexo ( ) Masc ( ) Fem	Telefone Res. ( )	Celular ( )	e-mail
Endereço Residencial			Complemento
Bairro	Município		CEP
Autorizo a publicação da minha imagem no Portal CONSEG ( ) Sim ( ) Não Rubrica _____			
DADOS PROFISSIONAIS			
Profissão	Empresa		
Endereço Comercial			Bairro
Município		Telefone Comercial ( )	CEP
Havendo necessidade de divulgação e contatos, favor indicar suas preferências ( ) Endereço e Telefone Comercial ( ) Endereço e Telefone Residencial ( ) E-mail e Celular			
O declarante preenche os requisitos dispostos no artigo 2º e incisos da Resolução SSP-088, de 23/11/2020. *Artigo 17 – Poderão participar do pleito eleitoral para escolha da diretoria dos CONSEGs, biênio 2021-2023, excepcionalmente, voluntários da comunidade da circunscrição do CONSEG local que, de forma análoga ao processo de reativação dos CONSEGs, independente da quantidade de reuniões que tenham participado, cumprirem os seguintes requisitos:* *I - ser voluntário para proceder ou renovar cadastro de Membro Efetivo do CONSEG local;* *II - possuir idade mínima de 18 anos ou, se menor, possuir Título Eleitoral;* *III - residir, estudar ou trabalhar na área do CONSEG, ou em área vizinha, desde que nesta ainda não haja um CONSEG organizado;* *IV - ser brasileiro ou, se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE);;* *V - não registrar antecedentes criminais.*			
Declarante Data____/____/____ **Ass:** **Nome:**		**Declarante** Data____/____/____ **Ass:** **Nome:**	
Membro Nato PM Data____/____/____ **Ass:** **Nome:**		**Membro Nato PC** Data____/____/____ **Ass:** **Nome:**	
Declaro, sob as penas da lei, que as informações constantes neste formulário são fidedignas e representam a mais pura expressão da verdade, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para promover minha inclusão como membro efetivo do CONSEG.			

Portaria CG - 2, de 22-01-2021

Autorização para Conduzir Veículo Oficial

Artigo 1º - Fica Nilce Silva de Andrade, RG 29191867, CPF 213.158.498-95, Assessor de Ouvidoria I, em exercício na Ouvidoria da Polícia, Carteira Nacional de Habilitação 134256960, Registro 04034578832, Categoria " B ", com validade até 12-11-2021, autorizado a conduzir a viatura da marca Jeep, modelo Renegade, cor Branca, Placa RED6G13, chassi 98861118XLK319624, Renavam1227586040 e Patrimônio G.S nº PI-427, e na indisponibilidade do citado veículo, poderá dirigir, qualquer viatura da frota da Secretaria da Segurança Pública – Gabinete do Secretário e Assessorias, disponibilizado pelo setor de Transporte desta Pasta, observando as disposições do Decreto 9.543 / 77, artigos 11, 65, 66, 67, 73, 85, 86 e inciso l do artigo 92, no que se refere a incumbências e responsabilidades decorrentes da condução de veículo oficial.

Artigo 2º - A presente autorização tem validade até 31-12-2021, a contar da data da assinatura.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

INSTITUTO MÉDICO LEGAL

Portaria IML – 2, de 21-01-2021

Dispõe sobre procedimentos a serem adotados durante o período de custódia de cadáveres no setor do necrotério.

O Diretor Técnico de Departamento;

Considerando que TODOS os servidores que prestam serviço no setor do necrotério são responsáveis pela custódia dos cadáveres desde que os mesmos aportam nos Núcleos e Equipes de Perícias Médico Legais até sua liberação aos familiares ou representantes legais;

Considerando a Portaria SPTC-94, de 26-06-2015 que estabelece a utilização da Ficha de Custódia para os cadáveres necropsiados;

Considerando o Despacho da Comissão Cientifica - IML 039/13, que sugere um Protocolo de Fotografias;

Considerando a Ordem de Serviço DTD-IML 19/2014, que determina que todos os cadáveres que derem entrada nas Equipes de Perícias Médico Legais, mesmo aqueles já qualificados pela Autoridade Policial, devem ter obrigatoriamente recolhidas suas planilhas dactiloscópicas decadactilares, as quais deverão ser devidamente arquivadas após consulta ao IIRGD;

Considerando a Portaria SPTC-67, de 13-05-2015 que dispõe sobre a coleta de planilha dactiloscópica de vítimas fatais encaminhadas às unidades do Instituto Médico Legal;

Considerando a Portaria SPTC 100, de 20-05-2016, que estabelece procedimentos para utilização de Cartão FTA, no âmbito do Instituto Médico Legal, para Coleta e Amostras Biológicas;

Considerando a Ordem de Serviço DTD-IML 002/2016, que considerada, entre outras, que a Perícia Necroscópica deve ser iniciada pela identificação do cadáver;

Considerando a Portaria DGP-10, de 04-05-1993, que regulamenta a liberação de corpos necropsiados pelo Instituto Médico Legal;

Considerando a necessidade da preservação da cadeia de custódia do corpo submetido a exame necroscópico.

A Diretoria Técnica de Divisão do Centro de Perícias do Instituto Médico Legal determina a todos os Núcleos de Perícias Médico Legais subordinados:

Artigo 1º - No momento em que o cadáver aportar nas dependências dos Núcleos e/ou Equipes de Perícias Médico Legais, um dos funcionários que prestam serviço no setor do necrotério deverá acompanhar o descarregamento do mesmo e certificar-se que ele se encontra com a identificação utilizada no transporte. Caso a identificação esteja ausente, incorreta ou duvidosa, os responsáveis pelo transporte deverão ser imediatamente inquiridos e o impasse resolvido.

Artigo 2º - Verificada a identificação do cadáver recebido (nome e procedência), o mesmo pode então dar entrada, oficialmente, nos Núcleos e/ou Equipes de Perícias Médico Legais. Nesta ocasião, colocar o lacre com numeração do Núcleo e/ou Equipe de Perícias Médico Legais (ICD) – na falta deste, usar etiqueta numerada - deverá ser preenchido, nesse momento, o campo "Entrada e Numeração do Cadáver" da Ficha de Custódia de Cadáver.

Artigo 3º - Com o cadáver numerado, verificar o seu nome e conferir se há concordância com a mensagem de requisição de exame necroscópico. Havendo conformidade nos dados, colocar a pulseira com nome do cadáver escrito à caneta permanente.

Artigo 4º - Coletar as impressões digitais do cadáver e enviá-las ao Instituto de Identificação "Ricardo Gumbleton Daunt" via sistema LEAD - este procedimento é obrigatório tanto para cadáveres desconhecidos como qualificados.

Artigo 5º - Caso as condições do cadáver não permitam a coleta das impressões digitas pelas técnicas habituais (carbonizados, putrefeitos, saponificados, macerados, liquefeitos, formolizados, mumificados e parcialmente esqueletizados), deve-se avaliar a possibilidade de coleta de luva cadavérica ou falanges/quirodáctilos.

Artigo 6º - A coleta de luva cadavérica é indicada para identificação de cadáveres putrefeitos; após coleta, colocar cada "luva" em um recipiente individualizado e identificado com álcool 70%.

Artigo 7º - A coleta de falanges/quirodáctilos é indicada para identificação de cadáveres carbonizados, ressecados, em processo de esqueletização ou quando a pele dos quirodáctilos do cadáver estiver muito fragmentada, enrugada ou ausente; acondicionar cada quirodáctilo/falange em um recipiente individualizado e identificado - cadáveres carbonizados e mumificados: enviar as falanges/ quirodáctilos a seco - outros casos: enviar as falanges/quirodáctilos com álcool 70%; NUNCA acondicionar em água, que acelera a putrefação, ou em formol, que enrijece e torna o tecido quebradiço.

Artigo 8º - Quando houver coleta de luva cadavérica ou falanges/quirodáctilos, a Diretoria e/ou Chefia de Núcleo e/ou Equipe de Perícias Médico Legais providenciará, com a máxima brevidade, o envio do material ao Instituto de Identificação "Ricardo Gumbleton Daunt" através de ofício, acompanhado de cópia do Boletim de Ocorrência ou da mensagem solicitando necropsia e fornecendo o máximo de dados disponíveis para auxiliar na identificação.

Artigo 9º - Após coletar impressões digitais ou luva cadavérica ou falanges/quirodáctilos, deverá ser preenchido o campo "Identificação e Qualificação do Cadáver" da Ficha de Custódia de Cadáver.

Artigo 10º - O Registro fotográfico deverá ser realizado em todos os cadáveres, assim que adentrarem aos Núcleos e/ou Equipes de Perícias Médico Legais, independente de lotação de Fotógrafo Técnico-Pericial; todas as fotografias do cadáver deverão conter impresso de identificação, com fonte e tamanho dimensionados para adequada visualização, contendo logotipo da Instituição, identificação do Núcleo e/ou Equipe de Perícias Médico Legais, número GDL, data da realização do exame necroscópico e a identificação da vítima.

Artigo 11º - Caso haja impossibilidade de identificação do cadáver por suas impressões digitais (técnica habitual ou necropapiloscopia), deverá o Médico Legista colher material para exame de DNA Forense; porém, antes de iniciar os procedimentos para envio de material para confronto genético objetivando detectar vínculo genético, o Núcleo e/ou Equipe de Perícias Médico Legais procederá à verificação, junto a eventuais reclamantes, da existência de registro odontológico prévio do suposto cadáver para exame Odonto-Legal, a ser realizado pelos Peritos Criminais do Núcleo de Odontologia Legal; SEMPRE deve ser tentada a identificação Odonto-Legal em cadáveres que não tiveram possibilidade de identificação por impressões digitais antes do processo de identificação por DNA Forense.

Artigo 12º - O confronto de DNA será realizado para cadáveres que não puderem ser identificados por impressões digitais, reconhecidos de forma oficial pela Autoridade requisitante do exame necroscópico ou por Odontologia Legal; ou seja, é o método utilizado quando Todos os outros métodos de identificação falharem ou não puderem ser empregados; deverá ser coletado material biológico do maior número possível de familiares em primeiro grau, preferencialmente, e encaminhados, todos no mesmo expediente, ao Núcleo de Biologia e Bioquímica com Solicitação de Relatório de Análise e histórico do caso e do possível vínculo genético.

Aetigo 13º - A Autoridade solicitante poderá, firmado seu convencimento acerca da identidade da vítima, mesmo quando o LEAD e/ou outros métodos de identificação resultarem negativos, emitir Auto de Reconhecimento; este Auto de Reconhecimento deverá ser prontamente atendido e o cadáver liberado ao familiar ou representante legal que estará incumbido da liberação ou pessoa autorizada pela Autoridade Policial nos termos do Art. 3º da Portaria DGP 10 de 04-05-1993; uma cópia do Auto de Reconhecimento deverá ser arquivada no prontuário do cadáver.

Artigo 14º - Após o processo inicial de entrada, registro e identificação, o exame necroscópico deverá prontamente ser iniciado.

Artigo 15º - Assim que o exame necroscópico for realizado, são obrigatórios ao Médico Legista responsável pegar o laudo para si e inserir as fotografias de identificação no Sistema GDL.

Artigo 16º - Quando a Declaração de Óbito for disponibilizada pelo médico legista, após realização do exame necroscópico, para a liberação do corpo, um dos servidores que prestam serviço no setor do necrotério deverá conferir todos os documentos do cadáver e de quem irá liberá-lo e, havendo conformidade nessa conferência, deverá apresentar o corpo ao familiar ou representante legal que estará incumbido da liberação ou pessoa autorizada pela Autoridade Policial nos termos do Art. 3º da Portaria DGP 10 de 04-05-1993, para que proceda ao reconhecimento facial do cadáver, ler em voz alta o nome que está escrito na pulseira e solicitar que o reclamante confirme ou não o nome do cadáver reclamado; sendo confirmado o nome do cadáver, deverá:

16 A: * ser preenchido, nesse momento, o campo "1ª Verificação para Liberação do Cadáver" da Ficha de Custódia de Cadáver, pelo funcionário que acompanhou a verificação.

16 B: * ser preenchido, nesse momento, o campo "Reconhecimento do Cadáver pelo Reclamante" da Ficha de Custódia de Cadáver, pelo familiar em primeiro grau ou representante legal ou pessoa autorizada pela Autoridade Policial nos termos do Art. 3º da Portaria DGP 10 de 04-05-1993 que tenha procedido ao reconhecimento facial e confirmação do nome do cadáver.

Artigo 17º - O próximo procedimento caberá a outro funcionário que presta serviço no setor do necrotério, e consiste na repetição da conferência dos documentos e da leitura do nome constante na pulseira do cadáver; havendo nova confirmação de dados, deverá ser preenchido, nesse momento, o campo "2ª Verificação - Para Liberação do Cadáver" da Ficha de Custódia de Cadáver.

Artigo 18º - Em se tratando de cadáveres qualificados que tiverem pessoas habilitadas para sua liberação, mas que, pelos motivos que sejam, os mesmos não desejarem proceder à inumação do cadáver, esta poderá ser procedida pelo Instituto Médico Legal, não havendo necessidade de se aguardar completar as 72 horas de permanência nas dependências dos Núcleos e/ou Equipes de Perícias Médico Legais; porém há a necessidade de formalização da recusa dos reclamantes em proceder à inumação do cadáver em declaração de próprio punho, assinada e acompanhada de cópia do documento de identificação do reclamante, a serem arquivados no prontuário do cadáver.

Artigo 19º - Em se tratando de cadáveres qualificados que não tiverem pessoas habilitadas para sua liberação, os mesmos somente poderão ser inumados após 72 horas de permanência nas dependências dos Núcleos e/ou Equipes de Perícias Médico Legais e com autorização expressa do Diretor e/ou Chefe de Núcleo e/ou Equipe, após cumprimento integral dos termos da Ordem de Serviço SPTC 6/2016.

Artigo 20º - Em se tratando de cadáveres não qualificados, estes somente poderão ser inumados após 72 horas de permanência nas dependências dos Núcleos e/ou Equipes de Perícias Médico Legais e com autorização expressa do Diretor e/ou Chefe de Núcleo e/ou Equipe, após cumprimento integral dos termos da Ordem de Serviço DTD-IML 006/2017.

Artigo 21º - Em todas as inumações procedidas pelo Instituto Médico Legal, no ato da liberação do cadáver para o Serviço Funerário, o servidor que presta serviço no setor do necrotério que estiver procedendo à liberação deverá acompanhar a saída do corpo e preencher, nesse momento, o campo "Cadáver não Reclamado" da Ficha de Custódia de Cadáver.

Informações Importantes:

A - Todos os Campos da Ficha de Custódia do Cadáver Devem Ser Integralmente Preenchidos, Conforme as Determinações da Portaria Sptc-94, de 26-6-2015; O Preenchimento Deve Ser com Letra Legível e Identificação Clara do Funcionário Que o Procedeu.

B - Todas as Planilhas de Impressões Digitais Deverão, Após Envio e Resposta do Sistema Lead, Ser Arquivadas no Prontuário do Cadáver.

C - Desde a Entrada Até A Saída para a Destinação Definida pelo Reclamante Ou Inumação pelo Instituto Médico Legal, o Cadáver é de Responsabilidade de Todos os Funcionários Que Prestam Serviço no Setor do Necrotério; Jamais Um Cadáver Custodiado Pelos Núcleos e/ou Equipes de Perícias Médico Legais Poderá Ser Manipulado Ou Ficar a Cargo de Funcionários de Funerárias Ou Reclamantes, sem a Presença Física Constante de Um Funcionário Que Presta Serviço no Setor do Necrotério.

D - O Descumprimento Destas Determinações Será Passível das Sanções Cabíveis.

Artigo 22º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Para ciência, ampla divulgação e cumprimento.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO

DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA DR. MAURÍCIO HENRIQUE GUIMARÃES PEREIRA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DA POLÍCIA CIVIL

Comunicado

Em cumprimento aos Autos da Apelação Cível 1064581-18.2018.8.26.0053, da Comarca de São Paulo - 5ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, Evandro José Guimarães – RG. 21.459.457, Investigador de Polícia de 2ª Classe, faz jus a recontagem de tempo de serviço para todos os fins funcionais, de modo a contabilizar em seu prontuário, na 3ª classe, todo o período que permaneceu na carreira de Investigador de Polícia nas extintas 5ª e 4ª classes.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE HOMICÍDIOS E DE PROTEÇÃO À PESSOA

Despacho do Delegado de Polícia Diretor, de 22-01-2021

Processo Sancionatório DHPP 074/2020 – Protocolo 180128.2020.04338.SADM.

Interessado Loja Decarpetes Ltda – CNPJ 37.862.400/0001-16.

Apuração de descumprimento contratual, nos autos do Procedimento Licitatório DHPP 023/202, Oferta de Compra 180128000012020OC00144.

Consoante parecer precedente, a Contratada, regularmente notificada, apresentou defesa prévia, todavia, os argumentos trazidos não afastam a responsabilidade objetiva da empresa de cumprir o avençado. As hipóteses de admissão de prorrogação são, única e exclusivamente, aquelas previstas no art. 57 da LLC.

Nesses termos, não havendo justificativa amparada pela legislação vigente para afastar a incidência da penalidade, a não entrega do objeto configura descumprimento do contrato, portanto, tornando inescusável a aplicação de sanção administrativa, no caso, da multa prevista no art. 87 da Lei federal 8.666/93 e no art. 81 da Lei estadual 6.544/89, que se afigura, compatível, razoável e proporcional à conduta, rescisão unilateral do ajuste com fundamento no inciso I do artigo 78, da Lei federal 8.666/93 e impedimento para contratar com a Administração pelo período de 6 meses.

Com a competência delegada pelo art. 1º da Resolução SSP-124/2014, no estrito cumprimento de dever legal, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, aplico à Loja Decarpetes Ltda – CNPJ 37.862.400/0001-16, multa, no valor de R$54,00, calculado de acordo com a Resolução SSP -333, de 9 de setembro de 2005, e suas alterações posteriores, conforme demonstrativo já juntado aos autos.

Restitua-se, em trâmite direto, ao Servidor Responsável, com vistas à expedição, registro e publicação do termo respectivo, consignando a faculdade da apenada de recorrer da presente decisão, no prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data do aviso de recebimento, devendo os autos permaneceram com vistas franqueadas.

Despacho do Delegado de Polícia Diretor, de 22-01-2021

Processo Sancionatório DHPP 078/2020 – Protocolo 180128.2020.04596.SADM.

Interessado Kairos Brasil Com. De Prod. Alimentícios e Higiene Ltda – CNPJ 29.840.439/0001-04.

Apuração de descumprimento contratual, nos autos do Procedimento Licitatório DHPP 049/202, Oferta de Compra 180128000012020OC00175.

Consoante parecer precedente, a Contratada, regularmente notificada, apresentou defesa prévia, todavia, os argumentos trazidos não afastam a responsabilidade objetiva da empresa de cumprir o avençado. As hipóteses de admissão de prorrogação são, única e exclusivamente, aquelas previstas no art. 57 da LLC.

Nesses termos, não havendo justificativa amparada pela legislação vigente para afastar a incidência da penalidade, a não entrega do objeto configura descumprimento do contrato, portanto, tornando inescusável a aplicação de sanção administrativa, no caso, da multa prevista no art. 86 da Lei federal 8.666/93 e no art. 80 da Lei estadual 6.544/89, que se afigura, compatível, razoável e proporcional à conduta.

Com a competência delegada pelo art. 1º da Resolução SSP-124/2014, no estrito cumprimento de dever legal, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, aplico à Kairos Brasil Com. De Prod. Alimentícios e Higiene Ltda – CNPJ 29.840.439/0001-04, multa, no valor de R$45,36, calculado de acordo com a Resolução SSP -333, de 9 de setembro de 2005, e suas alterações posteriores, conforme demonstrativo já juntado aos autos.

Restitua-se, em trâmite direto, ao Servidor Responsável, com vistas à expedição, registro e publicação do termo respectivo, consignando a faculdade da apenada de recorrer da presente decisão, no prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data do aviso de recebimento, devendo os autos permaneceram com vistas franqueadas.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE S P INTERIOR 5 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO "DR. NEMR JORGE"

Despachos do Delegado de Polícia Diretor, de 22-01-2021

Ratificando, com base no artigo 26, "caput", da Lei Federal 8666/93 e suas alterações, para que surta os efeitos legais, com fundamento no artigo 25, "caput", da Lei Federal mencionada anteriormente, o ato que reconheceu a inexigibilidade de licitação:

no Processo DSP-C 9/2021, emanado do Delegado Seccional de Polícia de Catanduva, dirigente da UGE 180310, para pagamento de serviços de utilidade pública/água e esgoto pelas Unidades Policiais dos Municípios de Catiguá e Palmares Paulista, subordinadas àquela UGE, no valor anual estimado em R$ 10.800,00, a se realizarem no exercício de 2021, junto a empresa Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP;

no Processo DSP-C 10/2021, emanado do Delegado Seccional de Polícia de Catanduva, dirigente da UGE 180310, para pagamento de serviços de utilidade pública/energia elétrica pelas Unidades Policiais dos Municípios de Ariranha, Palmares Paulista, Paraíso, Pindorama e Santa Adélia, subordinadas àquela UGE, no valor anual estimado em R$ 30.750,00, a se realizarem no exercício de 2021, junto a empresa Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL;

no Processo DSP-C 11/2021, emanado do Delegado Seccional de Polícia de Catanduva, dirigente da UGE 180310, para pagamento de serviços de utilidade pública/energia elétrica pelas Unidades Policiais dos Municípios de Catanduva, Catiguá, Elisiário, Novais e Tabapuã, subordinadas àquela UGE, no valor anual estimado em R$ 110.000,00, a se realizarem no exercício de 2021, junto a empresa Companhia Nacional de Energia Elétrica – CNEE;

no Processo DSP-C 12/2021, emanado do Delegado Seccional de Polícia de Catanduva, dirigente da UGE 180310, para pagamento de serviços de utilidade pública/água e esgoto pela Unidade Policial de Pindorama, subordinada àquela UGE, no valor anual estimado em R$ 480,00, a se realizarem no exercício de 2021, junto à Prefeitura do Município de Pindorama.

no Processo DSP-C 13/2021, emanado do Delegado Seccional de Polícia de Catanduva, dirigente da UGE 180310, para pagamento de serviços de utilidade pública/água e esgoto pelas Unidades Policiais do Município de Catanduva, subordinadas àquela UGE, no valor anual estimado em R$ 105.000,00, a se realizarem no exercício de 2021, junto a empresa Superintendência de Água e Esgoto de Catanduva – SAEC;

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO INTERIOR 6 - SANTOS

Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga

Portaria do Delegado Seccional de Polícia, de 19-01-2021

Fixando os locais abaixo enumerados para a realização de comícios públicos a céu aberto, no Município de Jacupiranga, no ano de 2021:

01 - Praça Gaspar Paulo Mayer;

02 - Praça Antônio Gonçalves Saracura;

03 - Recinto da Exposição Agropecuária de Jacupiranga - Expojac, situado na Rua Cel. Antônio Avelino da Cunha;

04 - Cruzamento das Ruas Embuzeiro e Pinhão, Bairro Flor da Vila;

05 - Quadra Poliesportiva, situada na Alameda Japuí, Jardim Botujuru;

06 - Praça Onofre Pinto, situada defronte ao terminal rodoviário, Vila Elias;

07 - Campo Municipal de Futebol, situado no Bairro Canha;

08 - Terreno situado próximo à Escola Estadual do Bairro Barro Branco;

09 - Terreno situado próximo à Escola Estadual do Bairro do Lençol;

10 - Campo Municipal de Futebol, situado no Bairro Pindaúba;

11 - Terreno próximo à Escola Estadual do Bairro Ribeirão do Salto;

12 - Terreno defronte à Escola da Fazenda do "Chico Pernambuco", no Bairro Guaraú;

13 - Terreno próximo à Igreja Batista do Bairro Guaraú de Cima;

14 - Terreno próximo à Igreja Batista do Bairro Guaraú de Baixo.

O promotor do evento deverá fazer a devida comunicação a esta Delegacia Seccional de Polícia, pelo menos 24 horas antes de sua realização, para garantir o direito contra qualquer outro que no mesmo dia, hora e local, pretenda realizar outro comício. A comunicação referida neste artigo deve fazer menção ao número do local, conforme relação do artigo 1.º, bem como ao dia e hora do ato. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. (1/01)

Portaria do Delegado de Polícia do Município de Barra do Turvo, de 14-01-2021

Fixando os locais abaixo discriminados para realização de comícios e reuniões políticas, na Zona Urbana e Rural deste Município.

I – Na Zona Urbana.

A-Praça da Bíblia – centro.

B-Recinto do Rodeio Municipal no final da Rua Francisco de Oliveira Filho fundo do Campo de Futebol Municipal José Saturnino dos Santos – Centro.

C-Praça localizada em frente à Escola Maria Izabel da Motta Ferreira na Rua Gonçalo Bueno da Cruz e Rua Custodio Pereira Dantas – no Bairro Boa Esperança.

II – Na Zona Rural

A-Bairro Barreiros – Praça da Igreja Católica.

B-Bairro Indaiatuba – Praça do Centro Comunitário.

C-Bairro Bela Vista – Praça da Igreja Católica

D-Bairro Reginaldo – Praça da Igreja Católica

E-Bairro Rio Pardinho – Próximo do Armazém do Sr. Antonio de Paula Souza.

F-Bairro Rio Vermelho

G-Bairro Taquarão

H-Bairro Manecão

I-Bairro Conhas

J-Bairro Cedro

K-Bairro Ribeirão Grande

L-Bairro Terra Seca

M-Bairro Ribeirão Bonito

N-Bairro Primeiro Ribeirão

O-Bairro Córrego da Onça

P-Bairro Areia Branca.

Q-Bairro Serra Pelada – Postinho de Saúde.

Nos termos do Par. 2º do Art. 3º da Lei 1207/65, e no Par. I do Art 245, da Lei 4737/65, o promotor do comício deverá fazer a devida comunicação à Delegacia de Polícia município, com pelo menos 24 horas de antecedência de sua realização para garantir segundo prioridade de aviso, o direito contra um que, no mesmo dia, hora e local, pretender realizar outra reunião. A comunicação de que trata este artigo, deve fazer menção ao local, dia e hora que se pretende realizar o ato. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. (001/2021)

Portaria do Delegado de Polícia do Município de Cajati, de 12-01-2021

Fixando, nos termos do artigo 5º, inciso XVI, da vigente Constituição Federal e artigo 2245, da Lei 4737 de 15-01-1965, os locais abaixo relacionados para realização de reuniões neste município, durante o ano de 2021.

a) Bairro Parafuso: Rua Cristalino Batista esquina com a Rua Leopoldo Rodrigiues;

b) Centro- Rua Bico do Pato-Vila Adriana: Rua Bico do Pato-Centro de Eventos Bico do Pato

c) Jardim Cardoso de Freitas: Rua Chile esquina com Rua Peru;

d) Jardim Santa Rita e Jardim Maria Vicente: Rua Ayrton Senna da Silva;

e) Vila Vitória: Rua Miracatu esquina com Rua Iguape;

f) Vila Muniz: Rua Aguapei entre as Ruas Brasil e Durvalino Lino Muniz;

g) Jardim São José: Rua São José esquina com Rua Porto Rico;

h) Bairro Inhunguvira: Av João Felizardo- Campo do a reião;

i) Vila Antunes: Rua Aroeira- local das futuras instalações do Terminal rodoviário;

j) Jardim Ana Maria: Rua Igaratá esquina com Rua Irecê;

k) Bairro Manoel Gomes: próximo a Igreja Católica/Paulinho Noboe;

l) Bairro Capitão Brás: Proximo ao antigo Bar da Sueli;

m) Bairro Vila Andréia: Próximo aa casa do Sr. Eurico;

n) Bairro Abóbora: Próximo a casa do Sr. Minguito;

o) Bairro Barra do Azeite: Próximo ao campo de futebol;

p) Bairro Jacupiranguinha: Próximo a Igreja Batista;

q) Bairro Vila Tatu: Próximo a Escola estadual:

r) Bairro Capelinha: no Campo de Futebol;

s) Braço Feio: Ao lado da Escola

As reuniões realizadas nos locais mencionados deverão ser pacíficas, sem armas, não dependendo de autorização da autoridade, desde que não frustrem outras, anteriormente, marcada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à Autoridade competente. Ficam revogadas as disposições em contrário. (1/2021)

Portaria do Delegado de Polícia do Município de Cananéia, de 15-01-2021

Fixando, os locais abaixo para a realização de comícios neste Município no ano em curso:

1. Praça Júlio Mesquita Filho (Bairro do Rocio);
2. Praça Capitão João Clímaco Guimarães (Bairro do Carijo);
3. Rua João de Oliveira Rosa Júnior c/ Rua Bráulio Barreto (Bairro Acarau);
4. Defronte o Estádio Municipal (Bairro do Acarau);
5. Cruzamento da Rua Bandeirantes com a Rua João de Souza (Centro);
6. Praça Municipal – "Issac Savóia "(Bairro Porto Cubatão);
7. Praça Coronel Pedro Arbues (Bairro do Itapitangui);
8. Largo da Igreja de São Luiz Gonzaga (Bairro do Ariri);
9. Praça da Rotatória (Bairro Rotatória);
10. Praça Bairro Morro São João;
11. Praça Bairro São Paulo Bagre;
12. Bairro Taquari;
13. Bairro Agrossolar;
14. Alameda do Descobrimento;
15. Bairro Mandira;
16. Av. Luiz Rangel c/ Rua José Bernardes (Bairro Carijó);
17. Rua Marcelino de Oliveira Rosa c/ Prof. Francisco Chagas (Próximo a Escola Dinorah- Bairro Acarau);
18. Defronte ao Centro de Convivência do idoso (Vila Cabana). (1/2021)

Portaria do Delegado de Polícia do Município de Eldorado, de 13-01-2021

Fixando os locais abaixo enumerados para a realização de reuniões no município de Eldorado:

1 - Distrito Sede:

1.1 - Praça Nossa Senhora da Guia

1.2 - Praça Pedro de Toledo

2 - Distrito de Itapeuna:

2.1 - Praça Coronel Mariano

3 - Distrito de Braço:

3.1 - Praça Santa Rita de Cássia

Nos termos do parágrafo 2.º, do Artigo 3.º da Lei 1.207/50, e do parágrafo l.º, do Artigo 245 da Lei 4.737/65, o promotor do comício deverá fazer a devida comunicação a esta Delegacia de Polícia, sito à Rua Capitão Gregório de Freitas, 138, pelo menos 24 horas antes da realização do comício, para garantir, no dia, hora e lugar, segundo a prioridade de aviso, o direito contra qualquer que pretender realizar reunião. A comunicação referida neste artigo deverá ser entregue e protocolada no Cartório Central desta Unidade Policial, durante o horário de expediente. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. (1/2021)

Portaria do Delegado de Polícia do Município de Iporanga, de 14-01-2021

Designando no Município de Iporanga, para o corrente ano, os seguintes locais para a realização de comícios políticos a céu aberto:

a) No perímetro urbano: Praça da Vila São José – Vila São João; Pátio da Igreja São Benedito – Rua Cel. Neves, Praça Luiz Nestlehner e Rua Floriano Peixoto, ambas no centro.

b) Na zona rural: as sedes de Patrimônios públicos e pátio das capelas e escolas.

Artigo 2.º: Os promotores de Comícios Políticos deverão fazer a devida comunicação à Autoridade Policial com pelo menos vinte e quatro horas de antecedência de sua realização, a fim de que seja garantido, segundo prioridade de aviso, o direito contra qualquer que, no mesmo dia e hora e local pretenda realizar outro comício. (1/2021)

Portaria do Delegado de Polícia do Município de Pariquera-Açu, de 10-01-2021

Fixando os locais abaixo enumerados, destinados para a realização de reunião e comícios neste Município de Pariquera-Açu, durante o corrente exercício, conforme segue:

1.) Centro - Praça Padre Vitoriano Badia, na confluência com a Avenida Dr. Carlos Botelho com a Rua Romeu Monti;

2.) Centro – Terminal Rodoviário, em frente ao ponto de Táxi da Rua XV de Novembro;

3.) Vila Maria – Esquina da Rua São Paulo com a Rua Izírio Soares;

4.) Vila Clementina – Confluência da Rua Viriato Leão de Moura com a Avenida Cílio Zanella;

5.) Vila Clementina – Ao lado da Quadra Coberta Municipal;

6.) Vila Rosely – Confluência da Rua Alexandre Rangel com a Avenida Tenente João Euzébio Rodrigues;

7.) Vila Peri-Peri – Confluência da Rua Imigrantes Poloneses com a Avenida Dr. Gustavo Paulo Schultz;

8.) Vila Palmira – Confluência da Rua João Floria com a Rua Augusto Gauglitz;

9.) Vila São João – Confluência da Rua Bernardino de Ramos com a Rua do Balão;

10.) Vila Boa Vista – Atrás da EE "Manoel Camillo Junior";

11.) Jardim das Acácias – Confluência da Rua Antonio Campostrini com a Rua Padre Francisco Schulter;

12.) Jardim São Carlos – Confluência da Avenida Ivo Zanella com a Rua Raul Benedito Pacheco Fernandes;

13.) Fazenda Ouro Verde – No núcleo da fábrica;

14.) Bairro Boa Vista – Próximo à Escola;

15.) Bairro Senador Dantas – No campo de futebol, ao lado da escola;

16.) Bairro Pariquera-Mirim – Pátio defronte ao bar do "gordo";

17.) Bairro Braço Preto – No campo de futebol;

18.) Bairro Alto – Ao lado da Igreja Católica;

19.) Bairro Conchal – Ao lado do bar do "Kinkas";

20.) Bairro Angatuba – Próximo ao pátio da escola.

21.) Jardim Alvorada - Rua José Padovan Neto com Rua Prof. José Vicente Bertoli.

Nos termos do Parágrafo 2º, do Artigo 3º, da Lei 1207/90 e do Parágrafo 1º, do Artigo 245, da Lei 4737/65, o promotor do comício deverá fazer a devida comunicação a esta Delegacia de Polícia, sita à Avenida Dr. Carlos Botelho, 997 – centro, pelo menos 24 horas antes de sua realização, para garantir, segundo a prioridade do aviso, o direito contra qualquer que, no mesmo dia, hora e local, pretenda realizar outra reunião. A comunicação referente neste artigo, deve fazer menção ao número do local, conforme relação acima, bem como o dia e hora que se pretende realizar o ato. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e prevalece sobre a anterior. (1/2021)

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

COMANDO GERAL

DIRETORIA DE LOGÍSTICA

Despacho do Diretor, de 22-01-2021

1. Considerando:

1.1. o encerramento do contrato (Contrato CSMM-Subs-001/2017) de prestação de serviços de fornecimento de refeições preparadas com a empresa Aurea Alimentação e Serviços, inscrita no CNPJ 02.526.623/0001-28, o qual esteve vigente até 16Jan21;

1.2. que modalidades de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, a exemplo do caso sob lentes, poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses, conforme preconiza o inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93;

1.3. que no processo de renovação do contrato, nos termos da sobredita Lei Federal de Licitações e Contratos, emergiram restrições de regularidade fiscal não sanadas, as quais foram transmitidas formalmente ao representante da empresa José Carlos Dobrochinski, em reunião realizada em 16Jan21, conforme registro em Ata de Reunião encartada às fls. 2.310/2.311, ultimando, por consequência, o aludido ajuste;

1.4. que a empresa, ciente da impossibilidade de renovação contratual, ingressou em 18Jan21 com pedido de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de refeições preparadas até o dia 29Jan21, para que, segundo a pleiteante, haja tempo hábil para o fechamento de suas atividades laborais no local de prestação do serviço.

2. Disto posto, autorizo a permanência da empresa conforme solicitado, salientando que o pagamento das despesas decorrentes nesse período sem cobertura contratual serão devidamente apuradas por meio de sindicância regular (Portaria DL-001/15/21), em conformidade com o que preconiza o Decreto Estadual 40.177, de 07Jul95, complementado pelo Decreto Estadual 53.334/08, de 19Ago08, e Portaria DFP-002/10/13, de 30ABR13.

3. Por oportuno insta consignar que não há nenhuma pendência de renovação em âmbito administrativo como citado pela peticionária em seu pedido, vez que conforme Ata de Reunião de 16Jan21, já mencionado acima, o representante da empresa foi cientificado quanto à ineficácia de prorrogação contratual por motivos de querelas não solucionadas até a referida data.

4. Publique-se e cumpra-se. (DL-024/11/21)

DIRETORIA DE PESSOAL

Portaria da Diretora de Pessoal, de 22-01-2021

Empossando os candidatos abaixo relacionados no cargo de Soldado PM de 2ª Classe em 12-1-21, com Início de Exercício na mesma data, os quais foram aprovados no concurso público regido pelo Edital DP-2/321/19, nomeados por meio da publicação no D.O. 257, de 30-12-20:

Nº	Class	Nome	RG
1	1388	Abda Lucas Herrera	488107465-0
2	1887	Abner Natan Ferreira	45718351-2
3	1412	Abner Samuel Quintino Melo da Silva	45244033-6
4	1449	Abraao Otavio Sturaro Martinez	49549512-7
5	1787	Aclito do Nascimento Guimaraes Bastos	50078636-7
6	1094	Ademir Barbosa Santarem	46286103-X
7	1570	Adilson Rodrigo dos Santos	44385159-1
8	1973	Adilson Wagner Martinez Junior	44771758-3
9	491	Adnilson Alexandre Silva Salles	537850922-0
10	787	Adonel Jesus Oliveira	47171197-4
11	1496	Adrian Sousa Leite	53564757-8
12	180	Adriana Gaioli	46146139-0
13	547	Adriana Martins Leite	34885737-8
14	1541	Adriano Goncalves Nascimento	15863994-0
15	1687	Adriano Mello da Silva	49674440-9
16	334	Adriel Nunes de Souza Morais	65249938-7
17	1079	Ainoa Rodrigues Suarez Benedito	54398907-0
18	729	Airton Rocha Braconaro	50667203-7
19	940	Alan Andre Nobre de Lira	002511759-0
20	773	Alan Barros Teixeira	47248742-5
21	936	Alan Cesar Cavarsan	46136565-0
22	1766	Alan Cesar Piassa	48044179-0
23	307	Alan de Oliveira Patricio	49474326-8
24	827	Alan dos Santos Bispo	49937034-0
25	1645	Alan Rodrigo de Andrade Alves	46800599-7
26	467	Alberto de Jesus Araujo	1616935553-0
27	1200	Alberto de Souza	47357535-8
28	929	Alberto Frois Alves	17706451-0
29	567	Alberto Suruagy Lins Bastos	548918880-0
30	255	Aldrik Roger Thiele da Silva	458766677-0
31	1939	Alef Nata Araujo Silva	46752474-9
32	273	Alef Tavares da Silva	47071107-3
33	494	Alessandra de Araujo Rodrigues	21775204-7
34	1503	Alex da Silva Ferreira	47502039-X
35	594	Alex de Oliveira Santos	448443211-0
36	272	Alex Gomes de Moura	46449889-2
37	1774	Alex Martins Ledo	19501069-0
38	1935	Alex Sandro Rosa de Lara Oliveira	44488906-1
39	1920	Alex Silva	38728841-7
40	662	Alexander Ramos Alves da Silva	48587991-8
41	791	Alexandra Fortunato	48250311-7
42	1339	Alexandre Adriano da Costa	41895817-8
43	1431	Alexandre Amadei Bertochi	487613442-0
44	400	Alexandre Carloto	42457426-3
45	647	Alexandre Mariano da Silva	40155363-2
46	1489	Alexandre Miguel de Campos	537009401-0
47	1780	Alexandre Miranda Neres	3123179-0
48	487	Alexandre Valerio Silva Junior	47369149-8
49	1078	Alexsander Alves da Silva	37998413-1
50	1295	Alexsandro Guimaraes Nunes Junior	24145194-7
51	475	Alexssander dos Santos Moreira	29914455-0
52	370	Aline Batista da Silva	493940959-0
53	753	Aline Caroline Vaz Rodrigues de Queiroz	498330072-0
54	1439	Aline Cristina do Nascimento	36112110-6
55	181	Aline da Cruz	34497925-8
56	1330	Aline de Cerqueira Figueiredo Olm	49587247-7
57	544	Aline Marina Bianchine	34874054-2
58	1145	Aline Ricardo Correia	46343363-4
59	1581	Alison da Silva Lima	49096523-4
60	209	Alison do Carmo	472628112-0
61	553	Alisson Almeida de Carvalho	41692757-9
62	92	Alisson Aquino Martins	38708495-2
63	8	Alisson Bruno Chaves Chagas	1127958716-0
64	328	Alisson Fernando de Almeida Junior	38038658-6
65	1199	Alisson Leonardo da Siva	49495668-9
66	974	Allan Clayton Ribeiro Lima	49003797-5
67	1969	Allan Jones Ferreira Lopes	26713743-8
68	575	Allan Nunes de Almeida	35507960-4
69	1701	Allanis de Lima Pinto	52770334-5
70	214	Allison de Campos Ferreira	14221649-3
71	990	Alvaro Arantes Prates da Silva	39812531-4
72	705	Alvaro Ribeiro de Souza	24159683-2
73	1610	Alvaro Talles Rodrigues Pandochi	55231222-8
74	1865	Amanda Carolina Espanguer Alves	50171186-7
75	1851	Amanda Caroline Estevan	41616206-0
76	750	Amanda Carvalho de Almeida	42614803-4
77	376	Amanda Cerqueira dos Santos Soares	48921397-2
78	23	Amanda Feitosa da Silva	62707014-0
79	1376	Amanda Florenzano Penha	40865776-5
80	103	Amanda Lopes Francisco	55450659-2
81	1560	Amanda Oliveira Lima Chaves	48772256-5
82	1394	Amanda Pinto Loiola	24412221-4
83	856	Amauri Leonardo Dutra	488603833-3
84	265	Amer Ibrahim Wehbe	546501527-0
85	1829	Ana Carolina Campanholi Godoi	48175788-0
86	1907	Ana Carolina Faria de Souza	20403358-3
87	384	Ana Carolina Ferraz Pereira	17007337-0
88	635	Ana Carolina Hermogenes Domingos	14531335-0
89	983	Ana Caroline Berthe Souza Silva	29128137-6
90	599	Ana Flavia Garcia do Nascimento	47938106-9
91	809	Ana Grasieli Salva Puga Ferreira	354144297-0
92	1247	Ana Julia Felisberto Santana Andrade	39655604-08
93	1315	Ana Julia Santos Costa	63808981-5
94	1320	Ana Luiza Bezerra Paziani	34935513-7
95	964	Ana Paula Alves Nunes	27040-57
96	1916	Ana Paula de Melo Rosa	45323404-5
97	1720	Ana Paula Martins de Souza	47953385-4
98	1491	Ana Paula Taveira Miguel	37250534-0
99	282	Ana Pereira de Souza	46216834-7
100	397	Ananda Bueno Traesel	36317137-X
101	130	Ananda de Jesus Santos	14277394-80
102	595	Ananda dos Santos Mendonca	10731580-2
103	288	Anderson Barbosa de Oliveira	26525856-6
104	1522	Anderson Dias Barbosa	28790944-4
105	1209	Anderson Domingues Sales	49288561-8
106	869	Anderson dos Santos Lemes	43464692-1
107	218	Anderson Felipe Assumpcao	62800769-3
108	319	Anderson Rafael Alves de Souza	9769774-0
109	1077	Andre da Silva Barbosa	235208337-7
110	1717	Andre de Almeida Silva	47182135-4
111	300	Andre Felipe Cardoso	33812148-1
112	1089	Andre Lucas de Andrade	45611497-X
113	1364	Andre Luiz de Andrade Costa	28901390-6
114	285	Andre Moliterno	36416610-1
115	1047	Andre Ricardo Laurentino Barbosa	47860420-8
116	1514	Andre Silvestre da Silva	49002914-0
117	608	Andre Vitorio	53396221-3
118	477	Andressa Akemi Sato	13476831-2
119	377	Andressa Dunder Barbosa	41601442-2
120	380	Andressa Palmyro de Souza	49714401-3
121	167	Andrew Augusto de Oliveira	32333222-5
122	293	Andrew Henrique Regatieri Souza	509805929-0
123	295	Andrey Barizao	54105082-5
124	727	Andrey dos Santos	37956462-2
125	1896	Andriele Mariana Ribeiro Hanshkov	44472307-9
126	731	Anelise Tesch Lobo	53997048-7
127	994	Angelo Antonio de Lima dos Santos	11118650-2
128	202	Angelo Augusto Roque Vieira	48917648-3
129	264	Angelo Gusttavo Lopes Jesus da Rosa	26485759-0
130	1093	Anizio Alves dos Santos Neto	46800014-8
131	163	Anna Beatriz Passos Siqueira	28342708-6
132	1951	Antonia da Silva	1493815229-29
133	174	Antonio Augusto Albuquerque Garcia	38391768-2
134	1764	Antonio Carlos Araujo Junior	47442544-7
135	768	Antonio Carlos Rodrigues de Menezes	39446713-9
136	1543	Antonio Ciarlariello Junior	45399881-1
137	297	Antonio Daniel Vitor da Silva Lopes	003472128-0
138	457	Antonio de Martim Grilo	53654098-6
139	1296	Antonio Felix Barbosa Neto	36850646-0
140	1087	Antonio Fernando de Campos	47507960-7
141	1162	Antonio Gabriel Izac	12709206-00
142	441	Antonio Geraldo Zampier Bonin	15547719-0
143	1298	Antonio Jailson Feitosa do Nascimento	56560908-7
144	1215	Antonio Jose Pereira de Souza	28975784-1
145	1642	Antonio Lucio dos Santos Neto	46958386-1
146	1521	Antonio Marcos Aguiar	40971192-5
147	1479	Antonio Roberto Ricci Junior	461971446-6
148	4	Arian Raimundo Pradela	50004844-7
149	49	Ariel de Paiva Lima	18146056-0
150	1452	Armando Sequine Neto	45672577-5
151	697	Arnnaldo Antunnes Gentil Maia	745-090
152	260	Arthur Silva Ravagnani	551256771-1
153	75	Athanael Peixoto dos Anjos	291195402-0
154	893	Augusto Alves da Silva	20994923-9
155	880	Augusto Guimaraes Rizzo	59274766-9
156	1566	Aylton Aurelio Kruk	10983686-9
157	1230	Ayrton Michael da Silva Pereira	56570287-7
158	883	Beatriz Alves Lyra	56990450-X
159	199	Beatriz Araujo Lima	024138272003-0
160	1668	Beatriz Batista Aloia	52097104-8
161	723	Beatriz Helena Rodrigues da Silva	454926790-0
162	183	Beatriz Machado Caberlin	56829834-2
163	292	Bernardo Cancella de Lima Dias	23086999-2
164	1151	Bianca Aparecida Genari	48376314-7
165	388	Bianca Cerqueira Leite Santos	39072582-1
166	1699	Bianca da Hora Gabriel	56663200-7
167	1635	Brena Menicatto	401078073-0
168	126	Brenda Credendio de Oliveira Silva	35725374-7
169	1861	Brenda Meni Lopes	41245926-7
170	1835	Brendo Lamartine de Melo Braz	16237354-0
171	1750	Brenno Lugiannatiello Gallerani	52173100-8
172	803	Breno Augusto Bueno Militao	52535844-4
173	932	Breno da Silva Oliveira	38806304-4
174	155	Breno Lima do Nascimento	53795321-8
175	1312	Breno Souza da Silva Ferreira	29892003-4
176	573	Brian Ramiro Barreto Soares	729973-0
177	203	Brian Yure Dias Borges	19145723-0
178	108	Bruce Lincon Junio dos Santos	16253585-0
179	516	Brucy Dalmo Silva Dantas	15794259-0
180	111	Bruna Alves Adamis	52186878-6
181	1561	Bruna Arruda Leao	10779482-4
182	1323	Bruna de Cassia Souza Santos	46138365-2
183	557	Bruna de Vasconcelos Biazon Sanches	40199223-8
184	1280	Bruna Fernanda Silva dos Reis	42122610-9
185	1649	Bruna Lorraine Pereira Alves	37684393-7
186	514	Bruna Moreira Brunes de Souza	49827172-9
187	1838	Bruna Oliveira da Silva	48866210-2
188	870	Bruna Steffany Alves Silva	278872908-0
189	375	Bruna Thais de Souza Gomes	48540073-X
190	146	Brunea Andreza Furtado Reis	17985259-0
191	682	Bruno Andrade Silva Almeida	38109630-0
192	1186	Bruno Antonio Soares Melo Santos	15854707-0
193	1133	Bruno Augusto Alves	076644-21
194	1846	Bruno Barbosa Balena	42018645-1
195	312	Bruno Bispo dos Santos	41076244-1
196	32	Bruno Bispo Pavao	49177626-3
197	35	Bruno Blanco Abrucezzi	48485107-X
198	1742	Bruno Candido Matias	42917753-7
199	1857	Bruno Caon	37250104-7
200	246	Bruno da Conceicao Faria	267319218-8
201	626	Bruno de Souza Silva	3027479-0
202	1552	Bruno Emerson Ramos da Silva	47282823-0
203	368	Bruno Favero	46718421-5
204	871	Bruno Felipe de Brito Manhole	46604490-2
205	1672	Bruno Felipe Martins Pereira Sampaio	285266862-001
206	1358	Bruno Franco Santos	55231296-4
207	1550	Bruno Gomes Iwassa	47121001-8
208	1141	Bruno Henrique Costa Muniz	46338447-7
209	790	Bruno Henrique da Silva Pugliesi	48197961-X
210	806	Bruno Henrique dos Santos Caroba	45891858-1
211	1799	Bruno Henrique Matielo	552016755-0
212	501	Bruno Hiroshi Takeuchi	39321813-2
213	1769	Bruno Iesbik Malheiro	48218922-8
214	499	Bruno Jose Araujo Lobato	214149304-0
215	527	Bruno Lucena Salviano	44817350-5
216	394	Bruno Macedo de Oliveira	45401682-7
217	846	Bruno Magro Martins	47009354-7
218	1898	Bruno Maia da Silva Rodrigues	45536203-8
219	986	Bruno Marques Mendes de Oliveira	55342034-3
220	1377	Bruno Matias da Silva	2615196-0
221	1005	Bruno Moraes Scarelli	46286525-3
222	85	Bruno Oliveira	50283909-0
223	142	Bruno Pereira da Silva	48901350-8
224	362	Bruno Pouessilys Sodre Antunes	45786710-3
225	2002	Bruno Rivaldo da Silva	54259676-3
226	1304	Bruno Rodrigues Favaro	498038750-0
227	580	Bruno Rodrigues Holanda dos Santos	45650654-8
228	718	Bruno Salu da Silva Grecco	36168675-4
229	1213	Bruno Santos Costa	40333548-6
230	1888	Bruno Silva Santos Fraga	52380132-4
231	899	Bruno Sousa dos Santos	44728459-9
232	200	Bruno Toledo Vieira da Silva	36101908-7
233	988	Bruno Zenelati Roberto Oliveira	38935121-0
234	1482	Caio Brotto Paschoarielo Sant Anna	49122084-4
235	591	Caio Cesar Barbosa de Alcantara	7267627-0
236	1804	Caio de Andrade Pinheiro Saraiva	50382602-9
237	1135	Caio de Carvalho Goncalves	21570258-0
238	40	Caio dos Santos Camargo	53956158-7
239	1396	Caio Fabio de Almeida e Souza	28819746-0
240	455	Caio Felipe Santos Goncales Silva	18562533-0
241	251	Caio Guilherme Tavares Almeida	55179265-6
242	1291	Caio Henrique de Almeida Rocco	48863671-1
243	13	Caio Henrique Oliveira Pereira	26368784-0
244	872	Caio Henrique Santos Anile	43657073-7
245	537	Caio Julius Freire Ribeiro	15111099-0
246	1071	Caio Oliveira Marques de Jesus	50039278-X
247	1164	Caio Vinicius Vieira Cabral	43627904-6
248	415	Caio Willian Rodrigues Amalheiro	29893431-6
249	1345	Caique Ferreira Nasario	13340358-0
250	445	Caique Moreira Silveira Lourenco	12035032-70
251	1173	Caique Pereira de Carvalho	52622988-3
252	1338	Caique Rodrigues Patriota	49828011-1
253	1639	Caique Vinicius Sentoma	43704567-5
254	274	Calebe Filipe Santos	12379016-0
255	373	Camila Elaine dos Santos	48009057-9
256	1329	Camila Maia Souto	47485830-3
257	1012	Camila Oliveira Albuquerque	48681205-4
258	158	Camila Santos Barbosa	21501955-50
259	509	Camila Stefany Pires Alemao	37287291-8
260	576	Camilla Paschoalini dos Santos	43342282-8
261	1722	Carla Yngrid Rodrigues Carneiro	50755330-5
262	1426	Carlos Alexandre dos Santos Matias	553671406-6
263	93	Carlos Alexandre Silveira	49548510-X
264	1783	Carlos Augusto Silva dos Santos	583275023-3
265	1349	Carlos Cesar Dourado Santana	39094331-9
266	38	Carlos Eduardo Goes	55682170-1
267	1240	Carlos Eduardo Minin Aguiar	49911425-5
268	120	Carlos Eduardo Vernizzi Silva	507761224-0
269	1875	Carlos Fernando de Azevedo Amadei Simoes	55866409-X
270	1609	Carlos Gamarra Rodrigues Lopes	38211905-8
271	502	Carlos Henrique de Sousa Lopes	37194165-9
272	774	Carlos Henrique Fernandes Gimenes	29871400-0
273	1987	Carlos Henrique Onorio Paulino	49714436-0
274	1963	Carlos Junio Duarte Pereira	36768343-X
275	1953	Carlos Nobre da Silva Filho	489526639-0
276	1568	Carlos Tailan Bispo Santos	365854888-0
277	1713	Carlos Vinicius de Oliveira Pina	56250061-3
278	535	Carlos Vinicius Florencio de Almeida Sarabia	11066003-0
279	1510	Carlos Vinicius Rodrigues Rocha	48113814-6
280	1118	Carlos Wesley Santos Souza	23489141-4
281	1221	Carolina Emily Paes de Almeida	55504153-0
282	470	Carolina Maciel Garcia Reis	17514056-0
283	231	Caroline Brambilla	4105044855-0
284	1882	Caroline Nunes de Oliveira Vieira	56077228-2
285	1847	Caroline Olimpio Matos	44133008-3
286	1453	Cassiel Cardoso da Conceicao	41106505-1
287	1076	Cassio Batista Pinto Junior	27788119-9
288	1265	Cassio Miranda Matos dos Santos	47978121-7
289	442	Cassio Murilo Silva Santos	473796405-0
290	657	Cassio Vitor Passarini	46764735-5

291	1658	Cecieli Balarin de Oliveira	57148819-5
292	710	Celio Andre Costa Magno	1837987-7
293	242	Celso Felipe Bueno	48526417-1
294	1656	Cesar Barros Dantas de Oliveira	38467755-1
295	958	Charles Luiz Valentim Venancio	47449115-8
296	683	Charles Pedraca de Oliveira	2391164-6
297	1791	Charles Renan Grosso	39833858-9
298	687	Charllys Junior Klepscke Oliveira	52688179-3
299	223	Christine Lourena Vieira	536093532-0
300	1022	Chrystian Lucas Gil	49776593-7
301	1902	Cinthia Furquim Maraccini Scandola	35825274-X
302	17	Cintia Santos Lourenco	42685850-5
303	1705	Claudio Henrique de Azevedo	15522755-0
304	2001	Claudio Jose Renato Junior	50502100-6
305	3	Claudio Junio Correia Quinze Dias	25145102-7
306	855	Claudio Marcio dos Santos Prevost	24665900-7
307	176	Claudio Moises Barboza Araujo	32218526-9
308	1495	Clayton Fernandes Junior	39692386-0
309	1757	Cleber Bessa de Sales	46529007-3
310	1391	Cleison Vinicius Oliveira Fernandes Assis	1421758385-0
311	335	Cleiton Henrique Marcolino	44800657-1
312	1721	Cleiton Mendes da Rocha	36759022-0
313	1565	Cleiton Ricardo Saraiva Amaral	48829705-9
314	513	Cleiton Sanches Santos	14681772-90
315	1917	Cleytman Luiz Bressoline Rocha	29868100-8
316	1692	Cleyton Luccas	390384379-0
317	323	Cristian de Araujo Melo	21795247-2
318	1796	Cristian Silva Machado	52133334-9
319	1623	Cristina Nubia Felipe	46927136-X
320	833	Cyhrann Matheus Alvim Granadeiro	52861356-X
321	1627	Daiane Nunes dos Santos	48067075-4
322	462	Daiany Passarini Zuim	44767804-8
323	418	Daiany Stefany Aparecida de Almeida Pereira	47978280-5
324	651	Dalton Emilio Goncalves	18573121-0
325	208	Daniel Alan Ferreira Robles	44585074-7
326	18	Daniel Antunes Ferreira	40161332-X
327	1165	Daniel Borges Pens	2114168368-0
328	991	Daniel Clementino dos Santos	54585561-5
329	1929	Daniel Cruz Ferrari	556663159-9
330	1090	Daniel Ferreira da Silva	38145423-X
331	1299	Daniel Ferreira Souto	6845160-0
332	928	Daniel Gomes de Almeida	15115125-X
333	410	Daniel Gomes de Andrade Figueiredo	23282958-0
334	602	Daniel Kerestesi Freire	001831780-0
335	473	Daniel Lima da Silva	47629481-2
336	533	Daniel Nunes Ribeiro	48954550-6
337	1010	Daniela Avelar Porto Andrade	1278924000-0
338	1464	Daniela Teixeira Rocha	49723635-7
339	14	Daniela Vigato Pierre	52561291-9
340	889	Danielle Cristina Gomes da Silva	19896633-0
341	1136	Danielle Lourenco da Costa	49809764-X
342	808	Danielly Gomes dos Santos	46639414-7
343	1015	Daniely Cristiane de Oliveira	489408904-0
344	279	Danillo Augusto Lima Fernandes	64757463-9
345	1195	Danilo de Andrade Lisboa	34988514-X
346	1007	Danilo Graciano	44627023-4
347	812	Danilo Leandro da Silva Freitas	15271811-0
348	711	Danilo Machado de Freitas	37426885-X
349	1615	Danilo Petinice Nicotari	50479650-1
350	1393	Danilo Silva Costa	429144295-0
351	623	Danyelli Cristina Buzzo	48249826-2
352	169	Dara Yumi Oi	39132288-6
353	160	Darren Nogueira Bernardes	56887811-5
354	930	Davi Amancio dos Santos	14660894-15
355	173	Davi Gomes dos Santos	50385792-0
356	1767	Davi Moreira Marques	21585364-9
357	911	David Assis Valentim Silva	35324597-0
358	1116	Davidson Alves Soares Barbosa	42074236-0
359	538	Dayane Franco Mattos	49842574-5
360	132	Dayanne Dias da Silva Jube Rezende	460876-7
361	1461	Debora Gabriela Rodrigues	55923592-6
362	66	Debora Pereira Veloso Galdino Leite	494985823-0
363	1082	Debora Reis de Oliveira	16237901-0
364	941	Deivid Junio do Carmo Ribeiro	50114860-7
365	558	Deiviti de Oliveira Frutuoso	12477824-7
366	1782	Denilson Volfi Fidelis	502282824-0
367	52	Denis Araujo Silva	53477973-6
368	844	Denis de Araujo Costa	34947605-6
369	157	Denis dos Santos Silva	1701700-0
370	284	Denis Oliveira de Carvalho	47499716-9
371	1531	Denis Washington Ferreira da Silva	34447602-3
372	1055	Denise dos Santos Ramos	447182687-7
373	1001	Derick Pelizzari	60651764-9
374	248	Derliane Aparecida Vieira Braga	64858672-8
375	1974	Deyse Cristina Miranda Palomares Fazzani	46195627-5
376	1941	Dhiego Alves Barbosa	3516587-0
377	101	Dhiego Henrique Quatrini Salomao	48016056-9
378	1557	Diego Alexandre Fontes	48114539-4
379	706	Diego Augusto de Souza Capucci	47771578-3
380	1104	Diego de Menezes Benedicto	24911431-5
381	1877	Diego Dias de Oliveira	50561643-9
382	1892	Diego Fernandes Pereira	21655941-9
383	942	Diego Galdino Giomo	47149348-X
384	937	Diego Martins de Sousa	39842038-5
385	283	Diego Martins Oliveira dos Santos	46258695-9
386	1547	Diego Moraes Machado	22264883-4
387	559	Diego Ornelas de Oliveira	459085232-0
388	1241	Diego Porfirio da Silva	9940418-3
389	1592	Diego Rodrigues dos Santos	42176639-6
390	624	Dilea Santos Lourenco	44105101-7
391	631	Dimas Augusto dos Santos Rovani	468180722-0
392	204	Diogenes dos Santos Silva	50862365-0
393	655	Diogo Gomes Salgado	24897039-4
394	333	Diogo Nunes Soares	4002406-0
395	1262	Diogo Oliveira Sabino de Lima	329941112-0
396	1184	Diogo Vargas	55417064-4
397	301	Dion Gomes de Moraes	47003567-5
398	64	Dione de Almeida Veiga	5645541-0
399	482	Donizeti Ap Carvalho Jr	52507700-5
400	341	Douglas Bezerra Cruz	49524183-0
401	1765	Douglas da Silva Ferreira	47804786-1
402	572	Douglas de Almeida Ferrari	490554751-1
403	1983	Douglas de Paula Martins	28275956-2
404	1809	Douglas Diego dos Santos Pinto	20640436-0
405	159	Douglas Dionizio da Silva	224339853-0
406	1114	Douglas do Amaral Neves	42702448-1
407	1964	Douglas do Nascimento Araujo Silva	3519927-0
408	1914	Douglas dos Santos Moraes	41853636-3
409	89	Douglas Felipe Moura Oliveira	46797981-9
410	1	Douglas Franca de Souza	451061482-0
411	1476	Douglas Garrido Grillo da Silva Rosa	26891986-7
412	1058	Douglas Luiz Regis de Oliveira	26570390-0
413	1406	Douglas Mateus de Souza	52951628-7
414	1546	Douglas Nunes da Silva	60052992-7
415	1375	Douglas Resende Braz	21626042-2
416	585	Douglas Vagner Custodio Pinheiro Junior	49852235-0
417	1516	Duan Cleber Cordeiro de Oliveira	109063762-0
418	1451	Dyoni Marques de Lima	1929227-5
419	1261	Ederson Goncalves Dias Lima	44617558-4
420	1962	Edgar Nascimento de Santana	41550127-1
421	1383	Edgard Celso da Silva Chagas	256565870-0
422	799	Edgard da Silva Ignacio	36345292-8
423	1904	Edilma Aparecida da Silva	944977-0
424	634	Edione Leite de Moura	2536915-0
425	658	Edivaldo Bernardo da Silva Oliveira	59918323-8
426	1759	Edivam Aparecido da Luz	60435762-X
427	100	Edjunio Domingos de Queiroz	2880638-0
428	1533	Edlane Souza de Barros	240576538-0
429	1286	Edmarques Yuri Ferreira Marques	13332602-02
430	1993	Ednaldo de Sousa Silva	45606303-1
431	243	Ednilson Silva Rodrigues	49443426-0
432	1059	Edpo Monteiro Santos	57831163-0
433	402	Edson Alberto Bruno da Silva	39854887-0
434	962	Edson da Silva Leite	1646947-0
435	1290	Edson Luiz Assuncao Junior	484620496-0
436	1110	Edson Oliveira Santos da Silva	12077377-55
437	1305	Eduarda Nochi Cacheffo	52521982-1
438	1063	Eduardo Alan Marcondes dos Santos	49416245-4
439	924	Eduardo Aparecido de Azevedo	19439273-0
440	1948	Eduardo Aparecido de Paula Junior	44672902-4
441	966	Eduardo Augusto Zanateli	47332006-X
442	1324	Eduardo Cardoso Silvestre	13648437-0
443	678	Eduardo do Carmo Marchini	36712851-2
444	1633	Eduardo Donizete de Oliveira	487791010-0
445	186	Eduardo Felipe Andrade Chaves	6215154-0
446	649	Eduardo Henrique Alves Firmino	49777232-2
447	1183	Eduardo Jose de Andrade	57024860-7
448	1086	Eduardo Junio Guerra Vitorino	44618712-4
449	1098	Eduardo Marques de Oliveira Maia	18860589-0
450	771	Eduardo Marques Rodrigues	53086308-0
451	1805	Eduardo Simionato	42360468-5
452	660	Eduardo Tozin Carvalho	41894399-0
453	1725	Efrain Rocha de Souza	46166070-2
454	841	Eliabe Alves de Carvalho	3552052-0
455	1808	Eliabe Jesus dos Santos	1398048704-0
456	935	Elias Ferreira Maciel Junior	1902024-4
457	852	Elias Martins Nogueira	17116933-0
458	1776	Elidiany Teixeira Viana	19177564-0
459	1702	Eliel Pimenta da Silva	5992747-599
460	562	Eliel Xavier de Souza Silva	10601266-0
461	26	Eliezer de Arruda Pancher	451017742-2
462	1054	Eliezer Ribeiro Rodrigues	44797591-2
463	315	Eliezer Rodrigues	54645764-2
464	519	Elinara Magnago	2313499-0
465	972	Elis Cristina Bassalobre	49516123-8
466	1357	Eliseu Soares Junior	54255847-6
467	892	Elivane da Cruz Pinheiro	35885429-5
468	984	Elizabeth de Pauli Costa	50840319-4
469	1637	Ellen Cristina da Silva Menezes	41820423-8
470	1454	Ellen dos Reis Bento	40033616-9
471	704	Elton Simeoni Soares	47610475-0
472	1466	Elton Vitor Teles Lopes	1532315139-0
473	1894	Eluani Valeria Martins	44560837-7
474	1411	Emanuel Almeida Ribeiro	64258929-X
475	325	Emanuel Martins Araujo	40801901-3
476	1488	Emanuel Messias Alves de Paiva	3704249-0
477	1996	Emanuelle Ventura Carvalho	49971451-9
478	1770	Emerson Godinho dos Santos	49373680-3
479	1500	Emerson Pedro Freire	44604037-X
480	1640	Emerson Xavier da Silva	40473407-8
481	783	Emily Brenneisen Roquini	47886967-8
482	291	Emily da Silva Tavares	38825246-7
483	350	Eric Giovane Francelino	48966154-3
484	194	Eric Sales Jardim	52599092-6
485	1754	Erica Elisa Rodrigues	44604119-1
486	797	Erick Antonio Rodrigues Rufim	50480508-3
487	82	Erick de Oliveira Bancillon	283755601-0
488	270	Erick Wesley Schmidt	47661594-X
489	592	Ericks Barbosa de Souza	42097855-0
490	792	Ericsson Daniel Guidolin	48777027-4
491	290	Erielson Feitosa Silva	8840731-0
492	1014	Erik Fellipe Carretero	49520910-7
493	1968	Erik Kenji Kamada	1956274-0
494	381	Erivaldo Rodrigues de Sousa	41658036-1
495	1272	Eros Froede Giacomelli	20641559-0
496	1033	Esdras Silva de Oliveira	20804715-89
497	99	Estevam Pellegrino Mendez Gomes	48660608-9
498	1520	Euller Daniel Silva Pizzi	40627250-5
499	1841	Everton de Souza Calabis	27299003-7
500	978	Everton Leandro Goncalves Pace	40395068-5
501	1109	Ewerton da Silva Souza	8490598-0
502	1177	Ewerton da Silva Souza	38653524-3
503	1842	Ewerton Raposo Ferreira	49051423-6
504	1957	Exsania Maria Goncalves	18574981-00
505	1657	Ezequias Valerio de Souza Moraes	56906080-1
506	1529	Fabiana da Silva Arruda	39027266-8
507	1833	Fabiana dos Santos Taconi Aquino	48853509-8
508	1950	Fabiano Cristovao Oliveira	15827689-0
509	1153	Fabiano Lopes do Nascimento	18422182-0
510	232	Fabio Eliel Ferreira	44760320-6
511	395	Fabio Henrique Santos Negreiros	5454058-0
512	1789	Fabio Silva de Lima	49911008-0
513	1385	Fabiola Aparecida Gomes	47943456-6
514	1604	Fabricio Alexsandro Souza Oliveira	53058101-2
515	1011	Fabricio Alves Costa	12810836-2
516	524	Fabricio da Cruz Marques	38182693-4
517	1588	Fabricio Goncalves da Silva Chagas	45434501-X
518	656	Fabricio Otaviano Pereira	22504991-5
519	1085	Fabricio Pacheco Adamecz Annino	526223236-0
520	1117	Fagson Junior dos Santos Silva	16899291-0
521	639	Farlei Philipe do Souto Sales	14937929-0
522	1755	Farley de Jesus Borges	15385946-0
523	1297	Fausto Henrique Aragao Moura	406627757-0
524	1638	Felipe Alencar Souza	36687867-0
525	1919	Felipe Almeida da Palma	38962057-9
526	1020	Felipe Almeida Saraiva	58871193-7
527	1327	Felipe Alves de Almeida Morais	3221821-4
528	1868	Felipe Baya Amaral Santos	53956293-2
529	1598	Felipe da Silva Mozoli	49983120-2
530	1490	Felipe Ferreira Domingues	55157003-9
531	1824	Felipe Goulart Silva	48105910-6
532	46	Felipe Henrique Campiteli	43757520-2
533	7	Felipe Macena Custodio	36928407-0
534	1217	Felipe Matheus Crubellatti Rodrigues	44851901-X
535	1526	Felipe Moreno da Silva	54492843-0
536	1069	Felipe Pedro de Oliveira Silva	16653838-0
537	1608	Felipe Prado Tavares	50423066-9
538	1157	Felipe Ribeiro do Nascimento	49034217-6
539	1984	Felipe Ricardo de Oliveira Moraes	403014232-2
540	348	Felipe Rodrigues	48680356-9
541	76	Felipe Rodrigues Barbisan	448527819-0
542	813	Felipe Tarcilio Ramos	479322806-0
543	1478	Felipe Valle Teixeira	21883264-0
544	1331	Felipi Ferreira Cirqueira	48553692-4
545	767	Felix Aparecido Lopes	20134356-0
546	129	Felype Francisco de Souza Silva	3147816-0
547	814	Fernanda Aparecida da Silva Marques	48362847-5
548	1446	Fernanda Aparecida Rodrigues de Carvalho	41611174-9
549	125	Fernanda Candida Borges	6150325-0
550	151	Fernanda Cunha	40083343-8
551	1399	Fernanda Mendes Martins	42672552-9
552	609	Fernanda Poleone da Silva	38269704-2
553	503	Fernanda Rodrigues da Silva	470047951-1
554	1654	Fernanda Thais Quintiliano	53088902-X
555	1176	Fernando Antonio Almeida Juliano Filho	54541541-X
556	1800	Fernando Aparecido Sardin Bianchi	53881614-4
557	305	Fernando Augusto Goncalves de Lima	48255190-2
558	317	Fernando Baptista Milano Rafael de Souza	50526155-8
559	1685	Fernando Ferreira da Silva	34015265-5
560	1730	Fernando Henrique Nogueira	12599641-8
561	233	Fernando Henrique Vieira Dantas	47039988-0
562	755	Fernando Luiz da Silva Junior	29131158-7
563	1057	Fernando Machado	36936794-7
564	178	Fernando Nunes da Silva	57273581-9
565	1350	Filipe Campoi Sales	538259139-0
566	971	Filipe da Silva Santos	48037331-0
567	95	Filipe Ferreira Soares Quinelato	47498967-7
568	15	Filipe Mita	14840137-0
569	1147	Filipe Soares Prestes	47403984-5
570	1860	Filippe Rivieri	47879943-3
571	1632	Flavia Fernanda da Silva	355046088-8
572	1023	Flavia Oliveira Pereira	36598482-6
573	448	Flavio Cunha de Souza	223912197-0
574	1270	Flavio Fernando Colognese	48868392-0
575	1714	Flavio Gabriel da Silva Amancio	32150806-1
576	1726	Flavio Pereira de Oliveira Sobrinho	13535213-46
577	1161	Francieli Cristina da Silva	422241842-0
578	71	Francine da Silva Santos	47181607-3
579	1749	Francisco Gabriel Alves de Souza	39513392-0
580	881	Francisco Jarderson da Silva Mariano	58109430-X
581	1525	Frank Bruno Xavier Dias	54594494-6
582	1965	Franklim Jhoni da Silva	10181851-9
583	1542	Frederico Ferreira Silva Braz	17308297-0
584	1185	Frederico Jose Cardoso Duarte	46279530-5
585	1407	Gabriel Afonso Pontes	50323253-1
586	215	Gabriel Aguilhar Antonio	56608038-2
587	1048	Gabriel Alberico Oliveira	64908845-1
588	950	Gabriel Antonio de Oliveira Bastos	49534210-5
589	1458	Gabriel Augusto Flausino da Silva	20960390-0
590	1922	Gabriel Augusto Romero de Carvalho	53501673-6
591	1447	Gabriel Barbosa Batista	47042178-2
592	318	Gabriel Bragante Goncalves	50423576-X
593	206	Gabriel Brito da Silva	50254142-8
594	222	Gabriel Bueno Coutinho	38772699-8
595	693	Gabriel Caleb de Morais Sousa	37302119-7
596	1569	Gabriel Campos de Sousa	49651480-5
597	1536	Gabriel Claudino Silva	537697809-0
598	336	Gabriel Conrado Fernandes Lopes	53262429-4
599	769	Gabriel Cordeschi Quirino	50221865-4
600	612	Gabriel da Siva	53420885-X
601	1499	Gabriel de Campos Minami	531058475-5
602	675	Gabriel de Faria Pereira	41297505-1
603	170	Gabriel Delmarchi	52340009-3
604	486	Gabriel Diniz Capp	53343362-9
605	688	Gabriel dos Santos Diogenes	2007076160-9
606	110	Gabriel Fabricio Rosa	44435715-4
607	1362	Gabriel Fernandes	55202761-3
608	1998	Gabriel Filomeno Delphine	52832118-3
609	1773	Gabriel Garcia Vergara	6101843446-0
610	1747	Gabriel Goncalves Faria	527524797-0
611	1243	Gabriel Henrique de Oliveira	55833804-5
612	1066	Gabriel Henrique Galdino Muniz	45230638-3
613	1700	Gabriel Henrique Lopes Marques	38157023-X
614	50	Gabriel Henrique Maia de Souza	56141262-5
615	1473	Gabriel Lima	36938073-3
616	51	Gabriel Lima Brandao Gaia	38905535-9
617	728	Gabriel Lopes Melo	55199671-7
618	464	Gabriel Lucas Albano	47594140-8
619	259	Gabriel Luis Trama	37152918-9
620	1889	Gabriel Marques Jesus dos Santos	37685321-9
621	360	Gabriel Neves Grassi	42893980-6
622	1354	Gabriel Nogueira Gonzalez	39124204-0
623	858	Gabriel Nogueira Santos	053600744-6
624	69	Gabriel Nunes Jorge	3732915-0
625	1285	Gabriel Oliveira Costa	47354022-8
626	122	Gabriel Oliveira da Silva	56858564-1
627	1709	Gabriel Oliveira da Silva Cordeiro	500431723-3
628	1053	Gabriel Oliveira Tiba da Silva	54429161-X
629	1959	Gabriel Padom das Dores Lopes	3128581-0
630	1250	Gabriel Paiva Barbosa	5473159-0
631	1707	Gabriel Paiva da Silva	10112870-9
632	515	Gabriel Ribeiro Gomes	39726672-8
633	837	Gabriel Rodrigues Ismerim	39180874-6
634	926	Gabriel Ryan Madela de Oliveira	317342-3
635	1301	Gabriel Silva Bastos	44757144-8
636	1432	Gabriel Silva Toubes	18327352-0
637	184	Gabriel Souza Colombo	356089289-0
638	91	Gabriel Suedik	38752844-1
639	398	Gabriel Taccolini Papp	34110950-2
640	137	Gabriel Thiago Machado Neves	425705080-0
641	680	Gabriel Victor de Campos	44735479-6
642	2004	Gabriel Xavier Ferreira	39874181-5
643	1648	Gabriel Zuddio Weitzel	38560743-X
644	256	Gabriela Basilio dos Anjos	38110471-0
645	684	Gabriela Cristina dos Santos	45443985-4
646	674	Gabriela Fulanete Silva	40409328-0
647	1802	Gabriela Oliveira de Souza	54112646-5
648	1690	Gabriela Teodorak de Sousa	528637393-0
649	1430	Gabriele dos Santos Roberto	47123090-X
650	1960	Gabriele Ribeiro da Silva	52649873-0
651	115	Gabrielle Gonzalez Siqueira	49533608-7
652	1111	Geisa Roberta Bonan	48815752-3
653	1293	Genesio de Souza Neto	18785563-0
654	61	Genisson Oliveira Lima	2360008-0
655	1559	Geoge Silva dos Santos	55343725-2
656	321	Geovana Alves Gama	39186745-3
657	828	Geovane Santos Oliveira	15303036-48
658	695	Geovani Xavier de Lima	49956115-6
659	1016	Gerson Araujo da Silva	05678486958-0
660	1955	Gerson Luis dos Santos	49178142-8
661	598	Gessica Sebastiana Alvim Silva	16028841-0
662	1424	Ghiedree Fernanda Ramos Pinto	46234081-8
663	1030	Gian Carlos Almeida de Carvalho	21431674-7
664	759	Gian Carlos Goncalves	55243500-4
665	1679	Gilmar Firmes da Cruz Junior	4088815-0
666	1775	Gilmar Justino Felipe	409719055-0
667	1075	Gilmar Santana dos Santos	46542692-0
668	1341	Gilson Crespo da Silva Filho	22543092-5
669	659	Gilson Prado	474328405-0
670	1785	Giovana Simao Guazzi	44703947-7
671	1038	Giovanna Barbosa Andrade	39262980-X
672	1881	Giovanna Lucas Assis	59302042-X
673	998	Giovanni Correia Toledo	55773409-5
674	1880	Giovanni Felipe Salles	54819374-5
675	992	Giovanni Luydi Porto Rocha	14923202-0
676	823	Giovanni Matheus Fidelis Leite	41753806-6
677	1694	Giovanni Siqueira Gabia	36245834-0
678	948	Giulia Nunes	38392675-0
679	294	Glauber Felipe de Almeida Silva	54900852-4
680	1379	Glauber Luiz Guimaraes da Silva	22250962-2
681	1236	Glauber Palermo Bezerra	47665649-7
682	166	Glayson Silva da Costa	19544607-0
683	1634	Gleidson Oliveira dos Santos	49329633-5
684	1310	Gleison Santos Camaru	37669674-6
685	411	Gleisson Fragozo da Costa	20829119-8
686	845	Grasielle Farias Rocha	2235439-5
687	1932	Graziele Santos Duque Rosa	38208104-3
688	128	Guilherme Almeida Fonseca	13993784-65
689	192	Guilherme Andre de Souza	48611859-9
690	735	Guilherme Augusto Barroso Monteiro	56677664-9
691	303	Guilherme Augusto Borges	35431587-0
692	969	Guilherme Augusto Farias da Silva	48526964-8
693	1712	Guilherme Augusto Macedo	50503577-7
694	424	Guilherme Augusto Rodrigues de Souza	38985583-2
695	140	Guilherme Augusto Silveira	59410484-1
696	918	Guilherme Birbeire Reis Vitor	52873360-6
697	904	Guilherme Bontempo de Valois Correia	294818133-0
698	269	Guilherme Camargo Rodrigues	48920800-9
699	1433	Guilherme Cardoso Pontes	58603186-8
700	1218	Guilherme Cesar Ferreira Lima	45861915-2
701	938	Guilherme Chaves Nunes	43430459-1
702	1024	Guilherme da Silva Ribeiro	40933939-8
703	549	Guilherme da Silva Santos	49212882-0
704	1768	Guilherme da Silva Santos	5289352-0
705	980	Guilherme Davi Santos Correia	42857427-0
706	611	Guilherme de Lima Pinto	53891756-8
707	387	Guilherme de Oliveira Alves	40453338-3
708	1181	Guilherme de Oliveira Tomaz Ribeiro	57840067-4
709	1369	Guilherme de Sousa Grossi	54307315-4
710	393	Guilherme Denuncio	505825570-0
711	1883	Guilherme Dias Torres	54264953-6
712	672	Guilherme Fazion Jacques	12909344-7
713	98	Guilherme Fernando Montedioca Muniz	38594575-9
714	733	Guilherme Ferreira dos Santos	14124281-4
715	1890	Guilherme Gasparotto Teixeira	38454301-7
716	24	Guilherme Gibin	50579901-7
717	1448	Guilherme Giliote Cardoso Lins	404357404-0
718	1651	Guilherme Henrique de Barros	50413426-7
719	1316	Guilherme Henrique Martins	57039379-6
720	1591	Guilherme Henrique Milani	49906038-6
721	1849	Guilherme Henrique Oliveira Marins	3202074-0
722	1198	Guilherme Henrique Silva	47102343-7
723	1283	Guilherme Henrique Ventavoli	46433790-2
724	1428	Guilherme Jose Miguel	429937660-0
725	1673	Guilherme Lucas Leao	50689155-0
726	588	Guilherme Medeiros de Almeida	55745348-3
727	987	Guilherme Moreira Ferro	597605-4
728	276	Guilherme Nogueira Vaz	52269797-5
729	760	Guilherme Nunes de Araujo	53245311-6
730	654	Guilherme Oliveira Getsch	52135055-4
731	1002	Guilherme Paes Vieira	56626406-7
732	643	Guilherme Paschoalini Lagoa	47416301-5
733	802	Guilherme Pires de Milani	50085956-5
734	1264	Guilherme Ribeiro Pascoalini	47138256-5
735	389	Guilherme Rocha Trindade	53480505-X
736	976	Guilherme Rosa Rangel	48847654-9
737	1400	Guilherme Salvi Orneles	439240049-9
738	1416	Guilherme Silva dos Santos	50443524-3
739	536	Guilherme Souza da Costa	42930901-6
740	906	Guilherme Vargas Rocha	45759088-9
741	1275	Guilherme Vaz da Silva	45028725-7
742	997	Guilherme Viniicius Araujo de Almeida	57673957-1
743	863	Guilherme Vitor Porcatti de Lima	402229666-0
744	1556	Gustavo Alves Pavan	36147522-6
745	1017	Gustavo Antonio de Souza	48808249-3
746	1492	Gustavo Antunes de Oliveira Ramos	52240488-1
747	901	Gustavo Aquino Kerlin	43235906-0
748	1602	Gustavo Barbosa dos Santos	45991728-6
749	887	Gustavo Carvalho da Silva	50485926-2
750	989	Gustavo Costa	6006031-0
751	564	Gustavo Costa Goncalves	38239805-1
752	1035	Gustavo da Silva Martins	23698577-6
753	11	Gustavo de Lion Botero Couto Lopes	41950526-0
754	857	Gustavo de Oliveira Silva	16804438-0
755	148	Gustavo de Souza Franca	381798938-8
756	498	Gustavo de Souza Genovez	47110537-5
757	741	Gustavo de Souza Longarini Crivelaro	49393802-3
758	196	Gustavo Ewerton Apolinario Silva	3483425-7
759	1777	Gustavo Felipe Silva Nascimento	49791089-5
760	587	Gustavo Fernandez	56339744-5
761	1544	Gustavo Filipe da Silva	12703460-0
762	1886	Gustavo Fortunato Lopes	49155018-2
763	331	Gustavo Goncalves Leao	527917588-0
764	879	Gustavo Henrique Mariano dos Santos	50394068-9
765	1169	Gustavo Henrique Pereira de Oliveira	55852108-3
766	332	Gustavo Higor Vieira Barbosa	53384382-0
767	1065	Gustavo Jose Ribeiro	40852044-9
768	135	Gust

847	345	Isabela dos Santos Fernandes	28785648-8
848	1667	Isabele Carmem de Jesus Arruda	55644439-5
849	1095	Isabella Costa Monteiro	19587528-0
850	1921	Isabella Lopes Ferreira	49177899-5
851	216	Isabella Pereira de Souza	56184120-2
852	1418	Isabella Pontes Portela	57384606-6
853	1255	Isaque Candido dos Santos Silva	55274516-9
854	1425	Isaque Gonzaga Teles	26578699-6
855	1212	Isla da Silva Barbosa	24725229-9
856	1049	Ismara Rizia dos Santos Araujo	144620995-4
857	354	Israel Lucas Monteiro Silva	17126073-0
858	702	Israel Ribeiro da Veiga	46709510-3
859	1080	Israel Sousa Nunes	48614461-6
860	1564	Italo Alves Carvalho Farias	2889881-0
861	1706	Italo Caique Ramos do Nascimento	43703814-2
862	119	Italo Feitoza Hattori	501409713-0
863	249	Italo Gabriel Fernandes Santos	14760654-0
864	1306	Italo Pereira da Silva	52218659-2
865	1202	Iury David Calzavara	48568599-1
866	1046	Ivan de Sousa Oliveira	322682-4
867	1989	Ivan Vieira da Silva	50747695-5
868	296	Ivander Silva de Oliveira	27600735-8
869	968	Ivanildo Henrique Sabino	48062244-9
870	1034	Izaak Jose Couto	18123605-0
871	339	Izadora Santile de Souza	57250160-2
872	1070	Jackson de Oliveira dos Santos	23577845-3
873	263	Jacqueline Aparecida dos Santos	17794153-0
874	1193	Jacqueline Bianca de Souza	449079545-5
875	1420	Jacqueline Tomaz Leles	20164574-0
876	1380	Jaderson Fernandes Ribeiro	15554906-0
877	886	Jadson dos Santos Pontes	48211563-4
878	1944	Jaime Neo da Silva	2574996-1
879	739	Jaine Alana Nogueira dos Santos	50030569-9
880	177	Jairo Martins Santos	20451751-0
881	133	James Goncalves Maximino	47576464-X
882	1636	Jamile Graziele Teixeira Goncalves	40072083-8
883	1409	Jamilly Rosario Oliveira	55785756-9
884	1967	Janaina Alves Barbosa	46942187-3
885	740	Janio Macedo de Azevedo	7847099-0
886	915	Jaobson de Oliveira Chaves	12486742-8
887	1966	Jean Carlos Dias Santana	41233689-3
888	1739	Jean Carlos Rodrigues Camargo	40257037-6
889	1143	Jean Cicero dos Santos	471805300-0
890	554	Jean Felipe Pereira de Oliveira	21037697-6
891	449	Jean Flavio Honda da Silva	49726046-3
892	977	Jean Lucas Bueno	40033047-7
893	1624	Jean Patrick Galeano Veiga	46328518-9
894	1670	Jeane Dixon Arcanjo da Cruz	16903540-0
895	1322	Jeferson Batista de Andrade	23235762-4
896	1822	Jeferson Eleuterio de Brito Braz	10626214-4
897	1738	Jeferson Silva Golfete	1827688-0
898	1266	Jeferson Silva Peres	48689869-6
899	1909	Jeferson Soares de Lima	35845875-0
900	1277	Jefferson Batista dos Santos	2113305-0
901	1481	Jefferson da Silva Oliveira	7570270-0
902	1593	Jefferson de Moura	20080157640
903	1970	Jefferson Victor de Oliveira Costa	7108302-0
904	916	Jeremias de Oliveira Santos	49509831-0
905	523	Jesse Lima da Silva	43952864-1
906	1204	Jesse Vieira	5535602-0
907	1471	Jessica Aparecida Alves	48209655-X
908	1719	Jessica Daiany Alves Pereira Neves	48111776-3
909	917	Jessica de Andrade Teixeira Furlan	35444035-4
910	922	Jessica de Melo Ferreira Santos	47393360-3
911	1006	Jessica de Oliveira Santos	538774654-0
912	1626	Jessica Fernanda Amorim de Freitas	476714576-6
913	596	Jessica Galvao Ferreira	001650428-0
914	309	Jessica Lorraine Ribeiro Andrade	49642515-8
915	546	Jessica Maiara dos Santos Oliveira	31583-0
916	1237	Jessica Marques Tobias de Almeida	31077926-9
917	719	Jessica Maryana dos Santos Vidal	56164770-7
918	1160	Jessica Miguel Medeiros	17270321-0
919	1196	Jessica Pacheco Alves	45780837-8
920	993	Jessica Rodrigues dos Santos	50944551-2
921	432	Jessica Silva Perandrea	47383781-X
922	1497	Jessyka Fernandes Martins	37596088-0
923	212	Jheisy Benites Pavao	001860059-0
924	528	Jheniffer Rosa de Oliveira	53423539-6
925	512	Jhonata Jose Souza Machado	555520729-9
926	1000	Jhonata Pereira de Assis	39535419-5
927	1646	Jhonatan Cardoso Goncalves	39792908-0
928	951	Jhonatan da Silva Fernandes de Sousa	4279272-0
929	1971	Jhonatan Dias Bispo Paulo	50569954-0
930	925	Jhonatan Sousa de Oliveira	37788743-2
931	1156	Jhonnes Hipolito	49522757-2
932	709	Jhonny Cleber de Almeida	48253811-9
933	351	Jhonny Moretti Jorge	48801918-7
934	1524	Jhonny Santos da Cruz	43519702-2
935	1423	Jhony Maikon Camargo Gomes	494303955-5
936	1444	Joao Adad Pereira Junior	23142467-2
937	311	Joao Evangelista Soares Teixeira	44491940-5
938	630	Joao Fernando Arruda Motta Alves	493704498-0
939	778	Joao Gabriel Schwarz	58077543-4
940	1498	Joao Gustavo Carvalho da Silva	53981478-7
941	715	Joao Henrique do Carmo Souza Ramos	42529003-7
942	1225	Joao Henrique Furlanetto Monteiro	60109449-9
943	1321	Joao Jonathas Santos	52942320-0
944	1563	Joao Lucas Garcia Pereira	489622185-0
945	862	Joao Luiz Rodrigues Junior	400255601-0
946	1112	Joao Marcos Correa	40131417-0
947	1279	Joao Marcos Vieira	49471117-6
948	1029	Joao Paulo Amaro da Silva	40936864-7
949	453	Joao Paulo Correia de Alencar	5982090-0
950	343	Joao Paulo da Silva	40937396-5
951	201	Joao Paulo Moura	495774790-0
952	1681	Joao Paulo Rafael Sebastiao	14194319-0
953	80	Joao Paulo Soares Silva e Lima	15622643-0
954	43	Joao Pedro Aguiar	451762642-0
955	1494	Joao Pedro Alvares Leal	56245409-3
956	41	Joao Pedro Coelho Alexandre	49958227-5
957	1744	Joao Pedro dos Santos Goncalves	462876895-0
958	1223	Joao Pedro Fortunato Foiadelli	39332701-2
959	1798	Joao Pedro Irys Luar da Costa Campos	58144798-0
960	832	Joao Pedro Lima Melo Capitulino	506476649-9
961	1594	Joao Pedro Lisboa Nunes	45892207-9
962	1613	Joao Pedro Villar Martinez Muniz	50587958-X
963	1004	Joao Roberto Barbosa Chaves	28467187-2
964	322	Joao Sergio Pardinho Galdeano	44920529-0
965	520	Joao Thadeu Torezani Junior	3528042-0
966	1803	Joao Victor Alves Santana	21274102-0
967	1167	Joao Victor Castro Silva	21269831-0
968	1538	Joao Victor Correia dos Santos	53894659-3
969	732	Joao Victor de Pinho Gasparoto	57066429-9
970	1056	Joao Victor de Souza Machado	24898392-6
971	1129	Joao Victor dos Santos Jesus	564174269-0
972	540	Joao Victor Moreira	56823218-5
973	1413	Joao Victor Muller Brandao	37193286-5
974	1309	Joao Victor Vieira da Rocha	52145856-0
975	435	Joao Vitor Bueno Fragoso	49850402-5
976	849	Joao Vitor da Conceicao Mendes	47434955-X
977	801	Joao Vitor de Oliveira	56850174-3
978	406	Joao Vitor Donizetti Santana	559760589-9
979	386	Joao Vitor Ferreira	35827500-3
980	851	Joao Vitor Juliani Massei	48942780-7
981	1661	Joao Vitor Pelinson Barbieri	38789328-3
982	1260	Joao Wagner Esteves Sendim	21714427-8
983	1905	Joaquim Mendes Pereira Filho	47760624-6
984	1505	Joelma Monteiro Silva do Couto	24290123-9
985	1459	Johanns Ruan Damasceno da Fonseca	525601053-0
986	1845	John Maycon Biraia	40196157-6
987	1578	John Pablo da Silva Gueiros	9528207-0
988	188	Johnatan William de Lima dos Santos	001873864-0
989	668	Johnny Pereira Zuque dos Reis	493171071-0
990	369	Joice Kelly Soares Monteiro	21129782-5
991	1534	Joice Ramos da Silva	44232432-7
992	947	Jonas Batista de Souza	47737226-0
993	1548	Jonatas Cerqueira Cesar Pagano da Cruz	477974946-0
994	1530	Jonatas Ferraz Penna	45201353-7
995	1628	Jonatas Miranda Rosa Cunha	48502087-7
996	613	Jonatas Pereira Emidio	29567697-7
997	1282	Jonatas Santos Rabelo	46316965-7
998	1771	Jonathan Castro da Silva	15430207-0
999	83	Jonathan Cristian Tagle Rocha	49967092-9
1000	1120	Jonathan da Silva Oliveira	378416157-0
1001	371	Jonathan Eloy Barbosa	2005009189361-0
1002	641	Jonathan Gomes da Silva	24155883-2
1003	568	Jonathan Goncalves Gomes	5140491-0
1004	1037	Jonathan Muniz Nascimento	39711922-7
1005	622	Jonathas dos Santos Macedo	14284887-58
1006	652	Jonathas Henrique Vidal da Silva	39603643-0
1007	786	Jonathas Valentim Goncalves Coelho	5183257-0
1008	1901	Jones Araujo Paschoal	46158185-1
1009	816	Joneson Cordeiro Nascimento	48500677-7
1010	1856	Jorel Corban e Silva Souza	15133180-0
1011	746	Jorge Israel de Freitas Junior	49190229-3
1012	1437	Jorge Luiz Santanielo	44129767-5
1013	644	Jose Alexandre Manarelli Filho	47910509-0
1014	721	Jose Antonio da Silva	52305125-6
1015	5	Jose Antonio Mantovan Saes	53811796-5
1016	1463	Jose Aparecido Ferreira da Costa	46752874-3
1017	444	Jose Augusto de Araujo Neto	4184392-0
1018	1745	Jose Augusto Sgarbi Xavier	37247410-X
1019	72	Jose Carlos Ordeno da Silva Junior	33571530-6
1020	1245	Jose Carlos Pereira da Silva	57811852-X
1021	478	Jose Carlos Tomaz Rodrigues	49385514-2
1022	1028	Jose Cassio dos Santos Xavier	892790-1
1023	1878	Jose Celso Marcelino Junior	55124413-6
1024	548	Jose de Souza Neto	3416616-0
1025	1166	Jose Estevao de Sousa Neto	45275535-9
1026	1040	Jose Gabriel Reis Sousa	57352348-4
1027	895	Jose Gomes Soares Junior	49129816-X
1028	1360	Jose Keryson da Silva Moreira	200609810966 9-0
1029	1622	Jose Leandro Felix do Bomfim	34108041-1
1030	1353	Jose Mario Dentello Azzi	48573403-5
1031	667	Jose Pedro Uchoa da Silva	2003098060886-0
1032	1091	Jose Renato de Souza	55048310-0
1033	219	Jose Rodrigues Savio Macedo	29592492-5
1034	414	Jose Victor do Nascimento Costa	305530453-0
1035	1462	Jose Wilson Soares da Silva	36208818-4
1036	1013	Jose Wyler Mendes dos Santos	2595097-5
1037	280	Joselaine Costa Lima Amorim	57796577-3
1038	2005	Josenildo Miguel dos Santos Junior	4112229-0
1039	1284	Josiane Luzia dos Santos	48557530-9
1040	1599	Josias Petenuco da Silva	37632745-5
1041	421	Josiel Santos de Carvalho	41309391-8
1042	1146	Josiele Fernanda de Brito	124361427-0
1043	1105	Josivan da Cruz Ferreira	33005502007-5
1044	736	Joslaine Silva Barbosa	45040811-5
1045	810	Josuel Everton Caetano	462099271-0
1046	439	Joyce Machado Rosa	44752929-8
1047	1934	Jozemar da Silva Marcelino	41833376-2
1048	1171	Juan Almeida Terres	3121136241-0
1049	637	Juan Patrick de Souza Freitas	54601557-8
1050	1703	Juan Pimentel de Araujo	47479067-8
1051	1332	Jucara dos Santos Marques da Silva	47834761-3
1052	97	Julia Arruda	37938975-7
1053	722	Julia Corocher	50928046-8
1054	1695	Julia Duarte Marques	39280158-9
1055	607	Julia Gabriela Pires de Faria	42988179-4
1056	619	Julia Ortis	57417757-7
1057	1429	Julia Vitoria dos Santos Silva	37590648-4
1058	1042	Juliana Avelino Silva	52774655-1
1059	698	Juliana Cristina Batista	44645370-5
1060	825	Juliana de Fatima Soares Esquetine	41171259-7
1061	1346	Juliane Gabriele Martins Pina	45781626-0
1062	1144	Juliane Maria Santiago Mendes	46731967-4
1063	1115	Juliano Aparecido de Oliveira Casanova	44682114-7
1064	632	Juliano Cesar da Silva Claro de Jesus	49931217-X
1065	1806	Juliano Correa de Lima	1091872745-0
1066	1142	Juliano Henrique Favaretto	46760163-X
1067	1302	Julio Augusto Batista	16871095-0
1068	763	Julio Cesar da Silva Paixao	257267211-257
1069	1997	Julio Cesar da Silva Pedrosa	892532-1
1070	1381	Julio Cesar Misael	398237992-0
1071	1233	Julio Rodrigo Douglas de Oliveira	46251022-0
1072	1113	Julliano James Albino	32814003-X
1073	287	Junio de Vuono	47851304-5
1074	359	Junio Elias Barboza	486827343-0
1075	1268	Junior Alves Rocha	54987684-4
1076	1545	Junior Cesar Rodrigues Colombo	001791332-0
1077	1045	Junior dos Santos Rosolem	55419912-9
1078	1303	Kaio Cesar Costa Sento Se	56892499-X
1079	900	Kaio Henrique Lima Magiore	420273177-7
1080	897	Kaio Oracio de Oliveira	49294333-3
1081	78	Kaio Sergio Cunha de Lima	47742637-2
1082	1352	Kaique Araujo	38562895-X
1083	633	Kaique Barros de Lima	50621679-2
1084	1923	Kaique Fernando Calado Silva	608289796-6
1085	1772	Kaique Marques Nunes	48946197-9
1086	452	Kaique Silva Sguotti de Souza	3864308-2
1087	694	Kairo Goncalves Rezende	55654702-0
1088	1486	Kaoan Tobias Alixon	41152916-X
1089	1402	Karoline Rodrigues de Amorim	18277446-0
1090	73	Kassia de Jesus Ferreira	47383195-8
1091	745	Kassio Lopes Moura	20303046-03
1092	465	Katia Silveira Bonfim	47925777-2
1093	1122	Katlin Carla Domingues de Souza	43691259-4
1094	1246	Kaue Roberti Nunes	38638767-9
1095	1848	Kaue Rostauskas	42799540-1
1096	794	Kayo de Moraes Silva	34470160-8
1097	818	Kayo Eduardo Goncalves de Melo	42263366-5
1098	436	Kayque dos Santos Freire	37528463-1
1099	1837	Kayron Parreira dos Santos	2470266-8
1100	1821	Keicel Soares da Costa	16763835-0
1101	383	Keith Magna Serafim da Silva Miranda	42388282-0
1102	1911	Kellen Leme Carvalho	49003265-5
1103	1126	Kellvyn dos Santos Oliveira	47917903-7
1104	1736	Kelvin Camilo da Silva	33718563-3
1105	1092	Kelvin Goldeberg de Almeida Taveira	373112-4
1106	1617	Kelvin Vinicius Silva dos Santos	39651642-7
1107	586	Kevin Contine Siqueira	37875373-3
1108	648	Kevin Pinto	40233376-7
1109	413	Kevin Silva Moreira dos Anjos	44323958-7
1110	391	Kevini Wolff Costa	1733375-9
1111	1337	Kiane Dias Delgado	48920853-8
1112	419	Lais Caroline Rocha Salvi	48383058-6
1113	1815	Lais Cristina Alves Goncalves	47128171-2
1114	1862	Lais Fonseca de Sousa	35863354-0
1115	105	Lais Graziella Ramos Assis	48465282-5
1116	1274	Laner Silva Mendonca	1872912-5
1117	1601	Lannon de Oliveira Vasconcelos	358136-0
1118	220	Lariane Inacio da Silva	66297655-1
1119	891	Larissa Beatriz da Silva	1652971-8
1120	1043	Larissa da Silva Amaral	57656711-5
1121	541	Larissa dos Reis Silva	52005213-4
1122	1150	Larissa Fernanda Siqueto	48608848-0
1123	821	Larissa Fernandes da Silva	45871626-1
1124	1227	Larissa Maria Darin Romano	56754851-X
1125	1060	Larissa Narriman Martins Prado	49671350-4
1126	676	Larissa Nascimento Marsiglia	48611092-8
1127	205	Larissa Reis da Silva Oliveira	46092262-2
1128	1081	Laura Alves Borges de Jesus	48117560-X
1129	1895	Laura Aparecida Vieira de Barros	44565690-6
1130	113	Laura Ferraz	53053573-7
1131	1931	Laura Garcia	52791014-4
1132	404	Lauren Caroline Pereira de Campos	49503680-8
1133	756	Lavinia de Sousa Nascimento Garrido	28619742-1
1134	1484	Layla dos Anjos Barreto	23821975-2
1135	982	Layna Dias de Carvalho Gomes	313871-7
1136	743	Lays Carvalho Barbosa	48740526-2
1137	1551	Leandro Aparecido de Campos	47308573-2
1138	1844	Leandro Cavalcante	40142127-2
1139	960	Leandro Cesar da Silva	14588272-0
1140	1168	Leandro Correa de Oliveira	3712289-0
1141	349	Leandro Cotta de Oliveira Barbosa	49296144-X
1142	1384	Leandro de Albuquerque Silva	3223567-4
1143	1414	Leandro de Oliveira Silva	389182862-0
1144	353	Leandro dos Santos	59472528-8
1145	912	Leandro dos Santos Domingues	97633819-0
1146	500	Leandro dos Santos Fernandes	48880184-9
1147	1762	Leandro Finotti	47238108-8
1148	909	Leandro Lemos de Abreu	26866552-8
1149	1873	Leandro Matheus Caetano Ribeiro	37169254-4
1150	712	Leandro Matheus de Lima Antunes	48913891-3
1151	590	Leandro Nascimento Reis	49228817-3
1152	271	Leandro Oliveira Silva	44641398-7
1153	1666	Leandro Peratelli Freire	57145020-9
1154	1606	Leandro Pereira da Silva	3373446-0
1155	277	Leilane Santos Fujissaki	46758387-0
1156	566	Leo Felipe Aquino da Silva	26878159-8
1157	1121	Leonan Almeida Andrade	19891770-0
1158	466	Leonardo Aparecido Alves	17104598-0
1159	327	Leonardo de Lima Gomes	25776440-7
1160	600	Leonardo de Paula Souza	24376901-5
1161	454	Leonardo Dias dos Anjos	386562155-5
1162	1580	Leonardo do Aguiar Pessoa	56785435-8
1163	29	Leonardo dos Santos Marciano	3659775-0
1164	1519	Leonardo Fortunato	418492591-0
1165	959	Leonardo Gomes dos Santos e Santos	14407773-65
1166	1359	Leonardo Guerra	394206186-6
1167	1991	Leonardo Guilherme Santin	38581252-8
1168	1664	Leonardo Henrique Aprili dos Anjos	52806614-6
1169	1450	Leonardo Henrique Barbato	42843065-0
1170	154	Leonardo Henrique Vieira Correa	56013375-3
1171	1937	Leonardo Ilario Brito Silva	48167466-4
1172	1506	Leonardo Jiacomini Carvalho	47920783-5
1173	481	Leonardo Madson Oliveira da Cunha	37222435-0
1174	213	Leonardo Ormundes do Nascimento	53169430-6
1175	1172	Leonardo Rodrigues Ferreira de Souza	53511657-3
1176	669	Leonardo Santana da Silva	2018333-1
1177	581	Leonardo Santos dos Anjos	48708227-8
1178	175	Leonardo Santos Franco	2788520-0
1179	867	Leonardo Saraiva de Castro	42713432-8
1180	1711	Leonardo Souza Figueiredo	15515740-04
1181	1523	Leonardo Vicente da Silva	42983300-3
1182	650	Leonardo Vieira Lira	3263649-0
1183	579	Leonardo Viveiros	41918366-8
1184	483	Leslie Naiara Evangelista	55706286-X
1185	707	Leticia Aparecida Rosa	48342074-8
1186	606	Leticia Braga Brito	47048246-1
1187	252	Leticia Bruno Assuncao	95250874-0
1188	627	Leticia Falco Rampazzo	384870739-9
1189	430	Leticia Ferreira de Almeida	37627311-2
1190	1585	Leticia Gomes Alves Dubovisky	47906022-8
1191	234	Leticia Lima dos Santos Motta	23619714-1
1192	1946	Leticia Vicki	49600446-3
1193	742	Lilian Malvao Santos	47956405-X
1194	1910	Lilian Rayanne Martins Ferreira	1123714-0
1195	1456	Lincow Duarte Tavares Peternussi	46971980-1
1196	949	Lindberg Souza Silva	38660924-X
1197	31	Lineker de Oliveira Damasceno	27967076-4
1198	1061	Lizandra Bezerra Galdino	49139741-0
1199	820	Luan Candido da Silva	45485398-1
1200	670	Luan de Sousa Silva	43957322-1
1201	807	Luan Felipe Zanqueta Costa	45191479-0
1202	551	Luan Ilves de Oliveira	27160981-0
1203	1735	Luan Mateus do Carmo Santos	48781391-1
1204	1405	Luan Vinicius Soares	24149405-3
1205	894	Luana de Fatima Ferreira	48050852-5
1206	1555	Luana Dias da Costa	47741614-7
1207	1235	Luana dos Santos Barbosa e Silva	48063019-7
1208	1242	Luana Ketley Pereira da Silva	54597495-1
1209	506	Luana Ribeiro Dias	38710883-X
1210	597	Luany Carolina Martins Machado	47370893-0
1211	191	Lucas Akio Saito	41324180-4
1212	505	Lucas Alencar Pereira	50287860-5
1213	1737	Lucas Alexandre Silva Alencar	403743576-6
1214	1994	Lucas Alves Bernardes	46965965-8
1215	87	Lucas Alves Fonseca	32058195-2
1216	1696	Lucas Alves Ribeiro	53773999-3
1217	952	Lucas Andrey de Melo Torresani	54620522-7
1218	124	Lucas Barbosa de Melo	27427874-6
1219	1343	Lucas Barros Bissi	40256280-X
1220	1267	Lucas Bastos Coldibeli	14775845-0
1221	2000	Lucas Buaretto Tercariol	535397379-0
1222	1507	Lucas da Silva Cavalcanti	56437444-1
1223	1864	Lucas da Silva Ramires	2187786-0
1224	492	Lucas Daniel Rodrigues Zani	569858756-0
1225	1786	Lucas de Araujo Pereira	55173259-3
1226	582	Lucas de Barcelos Nunes	13194987-0
1227	618	Lucas de Britto Cerqueira	52866524-8
1228	788	Lucas de Jesus Marques	14952700-41
1229	34	Lucas de Moraes Bertate	50479679-3
1230	484	Lucas de Negreiros Dourado	385308577-0
1231	979	Lucas de Oliveira Guimaraes	43750401-3
1232	1276	Lucas Dede dos Reis	39116627-X
1233	1831	Lucas Dias de Souza	48577574-8
1234	1281	Lucas Dias Terrabuio	12908165-0
1235	1138	Lucas dos Santos Silva Moreira	41947293-9
1236	258	Lucas Eduardo Rodrigues Cosme Compans	3746670-0
1237	1175	Lucas Ely Soares Martins	39123259-9
1238	795	Lucas Emanuel Miranda	5596470-0
1239	329	Lucas Emanuel Sampaio Pereira	19676160-0
1240	1131	Lucas Fabiano Bretherick de Faria	54736748-X
1241	1958	Lucas Felipe Constantino Rezende	50460536-7
1242	539	Lucas Felipe dos Santos Brasil	49972587-6
1243	843	Lucas Felix da Silva	23699196-4
1244	116	Lucas Fernandes da Silva	48283249-6
1245	621	Lucas Ferreira Costa	41406004-0
1246	1980	Lucas Franklin da Silva	479306497-0
1247	1318	Lucas Gabriel da Silva Guede	539974468-8
1248	56	Lucas Gomes Teodoro	14493062-0
1249	1571	Lucas Hengel Entringer Soares	12688709-0
1250	617	Lucas Henrique de Carvalho	56912829-8
1251	1572	Lucas Henrique Mimo Nunes	42079285-5
1252	463	Lucas Luz Gonzaga Manhaes	659557-0
1253	497	Lucas Maranhao Di Rossi	4938941-0
1254	96	Lucas Masson de Oliveira	47361074-7
1255	717	Lucas Matheus Correa	41946824-9
1256	1600	Lucas Matheus de Oliveira	39704459-8
1257	677	Lucas Mello Ribeiro	4078399013-0
1258	995	Lucas Moises Santos da Silva	52527857-6
1259	20	Lucas Monteiro dos Santos	48799495-4
1260	1027	Lucas Nomura de Assis Cavalcanti	43553406-3
1261	117	Lucas Nunes de Andrade Rosa	23614016-6
1262	1123	Lucas Oliveira da Silva	036969252009-3
1263	1188	Lucas Pelegrin de Oliveira Silva	43865901-6
1264	834	Lucas Quirino Saraiva	528771310-0
1265	1943	Lucas Rafael Clementino de Souza	43497945-4
1266	145	Lucas Renan Galante Marsola	40078405-1
1267	139	Lucas Resende Fernandes	13161185-0
1268	933	Lucas Ribas Tavares Nunes	26675331-8
1269	247	Lucas Rodrigues Pereira	40735364-1
1270	1924	Lucas Salvino Scala	36925545-8
1271	161	Lucas Savio de Faria Goncalves	2900463-0
1272	1170	Lucas Shelton de Barros Neto	375303972-0
1273	1397	Lucas Shimokawa Silva	47605378-X
1274	480	Lucas Silva Mendes	65746646-3
1275	230	Lucas Souza Monteiro	53175820-5
1276	1344	Lucas Tadeu de Oliveira Silva	41238678-1
1277	364	Lucas Teles Silva Santos	365009143-0
1278	1586	Lucas Vinicius Barbosa de Oliveira	28229580-7
1279	22	Lucas Vinicius Leite Garcia Pulita	55717104-0
1280	1102	Lucas Welliton Ramos dos Santos	46275862-X
1281	1436	Luccas Gabriel de Oliveira Pedroso	45967510-2
1282	1820	Luciano dos Santos Junior	3255910-0
1283	1743	Luciano Lopes Franca	45388825-2
1284	382	Luciano Miralha Junior	415241972-2
1285	890	Luciano Oliveira dos Santos	24659496-4
1286	401	Luciano Simonetti	13427485-9
1287	939	Luis Felipe Santos da Silva	45015788-X
1288	1915	Luis Fernando Carneiro da Silva	28627334-7
1289	1228	Luis Fernando Loureiro de Sousa Mello	40304097-8
1290	919	Luis Henrique Cardoso	30223324-6
1291	923	Luis Henrique Mendes Veiga	35040716-2
1292	615	Luis Henrique Soares Silva	31276111-2
1293	1072	Luis Humberto de Castilho Gennari	57486623-1
1294	1756	Luis Lula Pinheiro de Sousa	263851-4
1295	1727	Luis Norberto Sanches	8594620-0
1296	358	Luis Ricardo Goncalves Costa	46299719-4
1297	1982	Luis Rogerio Ribeiro	040283422010-0
1298	777	Luis Rubens Barbosa Meira	50864241-3
1299	963	Luis Wesley Honorio	10285181-1
1300	1036	Luiz Claudio Albizatti	45572855-0
1301	236	Luiz Eduardo Veloso Maruzi	38699129-7
1302	427	Luiz Felipe Aquino de Souza	26529550-1
1303	456	Luiz Felippe de Lima Caba	50324491-0
1304	577	Luiz Fernando Ferreira Ribeiro	416314703-0
1305	781	Luiz Fernando Santos Araujo	7447570-0
1306	1440	Luiz Filipe da Silva	47096593-9
1307	1367	Luiz Guilherme Altheman Marchiori	56535528-4
1308	1828	Luiz Gustavo Alves Barbosa	16785965-0
1309	838	Luiz Gustavo de Oliva Limeira	37583020-0
1310	1366	Luiz Henrique Campos de Souza	58265685-0
1311	1647	Luiz Henrique Cunha da Silva	36985306-4
1312	1940	Luiz Henrique de

1403	55	Matheus Clemente da Costa Furquim	41791174-9
1404	1855	Matheus de Almeida	48680610-8
1405	868	Matheus de Menezes Aguiar	52326383-1
1406	227	Matheus Diniz Ferreira Lemes	45687299-1
1407	571	Matheus dos Santos Melo	3535-086
1408	1928	Matheus Elias Ribeiro Pinheiro	56789083-1
1409	153	Matheus Felipe Oliveira Santos	48851927-5
1410	1535	Matheus Fernando dos Santos	54630553-2
1411	121	Matheus Gasperini Mello	564203701-0
1412	469	Matheus Geraldo Moreno	419286093-0
1413	1363	Matheus Gorgati Policeno	45641344-3
1414	789	Matheus Guasti Gudelis	47935461-3
1415	1051	Matheus Gustavo de Souza Teixeira	43524207-6
1416	561	Matheus Henrique Lopes	44345705-0
1417	390	Matheus Henrique Medeiros de Luca	365967865-0
1418	531	Matheus Lemos Goncalves Ferreira	34641899-9
1419	560	Matheus Martinelo Barbado	52694121-2
1420	1273	Matheus Martins Raimundo	41221692-9
1421	1595	Matheus Matos Herculano	37689212-2
1422	510	Matheus Nascimento Pereira	37464178-0
1423	471	Matheus Santos de Souza	42249568-2
1424	262	Matheus Silva	375830157-0
1425	996	Matheus Silva Superbi	37088157-6
1426	1871	Matheus Silva Valente	39597139-1
1427	954	Matheus Soares Santos	37627011-1
1428	36	Matheus Vinicius de Paula Rabelo	13263032-0
1429	1216	Mattheus Vinicius Marques de Lima	407628939-9
1430	102	Mauricio Daniel Vieira de Oliveira	580423487-0
1431	1502	Mauricio Farley Ferreira Batista	47003102-5
1432	1826	Mauricio Oliveira de Paula Rosa	26975484-2
1433	1577	Max Goldwasser Alexander	50270491-3
1434	1347	Max Miller Lourenco de Oliveira	55028413-8
1435	12	Maxwel Kirchmaier	16502836-0
1436	737	Mayara Campos da Silva	49424884-1
1437	1154	Maycon Alex Rodrigues Cardoso Caetano	49072567-3
1438	1587	Maycon Cavaeiro de Arruda	45397950-6
1439	314	Melissa Rosa Silvino Cibien	22542591-7
1440	1044	Michael Kobayashi Moraes	48677204-4
1441	556	Michael Silva Pereira	27795706-4
1442	1210	Michael Wanick Pinheiro Sodre	26879086-2
1443	1625	Michel Felipe Leite de Moura	47808177-7
1444	931	Michel Rodrigo Nunes Godoi	54255444-6
1445	1220	Michell Alves Medeiros	30360945-7
1446	275	Michelli Aparecida Malaquias Bastos	46073716-8
1447	1148	Miguel Anastacio Santos Munhoz	44172793-1
1448	543	Miguel Borba Neto	41381161-X
1449	407	Mikael Henrique Venancio Novais	53388139-0
1450	1733	Milene Garcia Lima	48444613-7
1451	873	Milton Matheus Errerias Gabriel	53416394-4
1452	1475	Mirela Damasio Santos	48534295-9
1453	853	Mireya Monari Ohto	48433108-5
1454	1257	Mizael de Lima Costa	57745844-9
1455	1370	Moises de Jesus Silva Duraes	26879121-7
1456	1132	Moises Jose Santana do Nascimento	42455764-2
1457	946	Moises Pereira dos Santos	24668938-4
1458	1158	Monica Jessica de Queiroz dos Santos	49701994-2
1459	1470	Monique Alves Ferreira	47946177-6
1460	1691	Monique Giuli Nunes de Araujo Santos	495345040-0
1461	182	Muller Rodrigo Marcatti	479316995-0
1462	70	Murillo Henrique Borges de Oliveira	5721776-0
1463	1179	Murillo Santos Lima	37999268-1
1464	902	Murilo Brunetto Freitas	44397469-X
1465	1517	Murilo Cesar Lopes Silva Colombo	41528406-5
1466	363	Murilo Formigari Barbosa	41635218-2
1467	1843	Murilo Jose da Silva	489886929-0
1468	342	Murilo Santos Reis	395972668
1469	1650	Murilo Vieira Brambilla	1975519-0
1470	805	Mychel Donizete Ribeiro Barbosa	48254686-4
1471	1708	Naara Inglyds Santos	3318538-0
1472	861	Naiara de Faria Benedito	41470454-X
1473	1509	Najla Cadonhoto	34549769-7
1474	826	Nata do Amaral	53605766-7
1475	1573	Natalia da Conceicao Biazi	44274056-6
1476	1823	Natalia da Conceicao Verissimo Pinheiro	26860982-3
1477	1287	Natalia Mercedes Martins Fonseca da Rocha	474169030
1478	1201	Natalia Monique Alves Rodrigues Vasconcelos Braga	47424959-1
1479	1419	Natalia Morais da Silva	50530350-4
1480	1816	Natalie Caroline da Costa Mendes	25624901-2
1481	63	Natan Cristian Machado Ribeiro	22305848-8
1482	905	Natan Vieira Santos	505446200-0
1483	1913	Natanael Carlos Marques dos Santos	44340641-8
1484	1879	Nathalia Ortiz Pompeu	2169752-52
1485	565	Nathalia Varoto Ramos	53204747-3
1486	685	Nathan Maciel Dantas	28891816-2
1487	1988	Nathanael Henrique Cardoso Bispo dos Santos	430368343
1488	302	Nelly Cecilia Paiva Avertano Rocha Hodge Calfat	37650488-2
1489	229	Nicholas Giancola Aquino Dias	52683237-X
1490	1513	Nick Andrew Amorim dos Santos	35793574-3
1491	330	Nickolas Fernandes dos Santos Oliveira	236334215-0
1492	1119	Nicolas Alexandre de Camargo Silva	436104738-0
1493	1961	Nicolas Soares Coroa Pereira	53074024-2
1494	123	Nicoly Goncalves dos Santos	536429662-2
1495	563	Nilson de Almeida Freitas Lyra	38125706-X
1496	955	Northon Paim Constancio	18134955-0
1497	508	Norton Roberto Ferraz Junior	522466084-0
1498	1214	Octavio Arruda Campos da Silva	38854000-0
1499	1869	Octavio Simoes Lopes	36564335-0
1500	1655	Odair Alexandre Lopes Gomes	26946395-6
1501	532	Odeni Moreira da Silva	48171725-0
1502	877	Olayr Elton Gaioto Ferreira	579078310-0
1503	451	Oliver Franca de Jesus	409383351-0
1504	800	Osvaldo Braga da Silva	27591858-9
1505	1018	Osvaldo Victor Jesus da Silva	23817541-8
1506	1258	Oziel de Matos Lima	54775587-9
1507	1252	Pablo Alexander Valverde Martins Ferreira	6178266-0
1508	1365	Pablo Suzarte de Almeida Cezar	54766570-2
1509	1567	Pablo Torres	43915461-3
1510	779	Pablo Trovao Nascimento	55755350-7
1511	9	Paloma Nicknig de Souza	23532970-3
1512	749	Paola Nascimento Dutra Garcia	1104144661-0
1513	1249	Patricia Alexandria Damasceno	483613757-0
1514	934	Patricia Ferreira de Souza	45768359-4
1515	1427	Patrick Humberto da Silva Val	27298371-9
1516	171	Patrick Raphael de Jesus Pires	57837776-7
1517	645	Patrik Henrique Donizeti Pereira	49681352-3
1518	653	Patryck Kennyd Pires	53395710-2
1519	1830	Paulo Allan Rodrigues Viana	359596022-0
1520	326	Paulo Aparecido Passos Junior	40035617-X
1521	1885	Paulo de Mello Neto	54765874-6
1522	1933	Paulo Eduardo da Rocha Santana	40263658-2
1523	1205	Paulo Giovane da Silva	17389291-0
1524	1325	Paulo Henrique Cardoso Rodrigues	16685809-0
1525	766	Paulo Henrique de Araujo	40307403-4
1526	1515	Paulo Henrique de Souza Xavier	4893006620
1527	1088	Paulo Henrique Furlani da Silva	295806436
1528	1052	Paulo Henrique Gomes da Silva	37424284-7
1529	681	Paulo Henrique Prado de Jesus	41110282-5
1530	88	Paulo Igor Archilha de Souza	39215747-0
1531	1614	Paulo Jose Barreto Oliveira	55883774-8
1532	1906	Paulo Junior Barbosa da Costa	49683759-0
1533	428	Paulo Marcio da Silva Cantuaria	16272014-0
1534	885	Paulo Ricardo Moura de Souza	24833989-7
1535	1618	Paulo Roberto da Silva Junior	45586311-8
1536	150	Paulo Salvador Majone Filho	41270105-4
1537	347	Paulo Sergio da Silva Tedesco	34346295-3
1538	1704	Paulo Vitor da Silva	47157985-3
1539	267	Paulo Yudi Lopes Saito	54540345-5
1540	1671	Pedro Adriano Tomaz	168235710
1541	663	Pedro Andretto Filho	47927391-1
1542	1155	Pedro Augusto de Almeida Balabem	10823407-5
1543	1263	Pedro Augusto Pereira	47102279-2
1544	474	Pedro Augusto Raimundo Araujo	483712644-4
1545	1801	Pedro de Andrade Pinheiro Saraiva	503826030-0
1546	1408	Pedro Felipe Nascimento	53269865-4
1547	86	Pedro Francisco Anibal Batista Placido e Silva	37940437-0
1548	1178	Pedro Gustavo Dias Maciel	507305115
1549	1790	Pedro Henrique Appezzato Lima	5076631230
1550	257	Pedro Henrique Batista Munhoz Assis	501948247
1551	1663	Pedro Henrique Bueno de Sa	387933396
1552	569	Pedro Henrique Coelho Martins	304615766
1553	691	Pedro Henrique da Silva Oliveira	544977397
1554	162	Pedro Henrique de Carvalho Galvao Nogueira	523689329
1555	629	Pedro Henrique de Sa Barbosa	391818247
1556	796	Pedro Henrique Fonseca Nascimento	363710164
1557	1616	Pedro Henrique Furquim de Souza	548875315
1558	957	Pedro Henrique Gomes Alves	3807898266
1559	692	Pedro Henrique Ribeiro Garbelotti	548200750
1560	1976	Pedro Henrique Samuel da Silva Ferreira	355785614
1561	1351	Pedro Henrique Siqueira Rodrigues	178788820
1562	1232	Pedro Kovalevski Toledo	558638697
1563	689	Pedro Laurindo Bonalda Silva	378354255
1564	847	Pedro Miguel Rolim Nogueira	466853750
1565	84	Pedro Paulo Antero Barros Barbosa	60698860
1566	1659	Pedro Paulo Cavalcante Silva	382196156
1567	888	Pedro Victor Marola de Santana	459213143
1568	438	Petterson Luiz Ramon Huvar Rocha Goncalves	448956792
1569	1182	Plinio Julio de Souza	502424230
1570	286	Priscila Canuto	485623675
1571	1952	Priscila Semenssato	476441742
1572	143	Priscilla Avila Caria	160083830
1573	67	Queren Correia de Carvalho Gavassi	483231745
1574	1487	Rafael Albuquerque Benevides	1158662998
1575	1140	Rafael Alves Machado de Lima	447444943
1576	555	Rafael Antonio Pires de Oliveira	102781708
1577	720	Rafael Barbosa da Silva	427599635
1578	1307	Rafael Bonito Mello	5330206210
1579	1812	Rafael Bruno Marques Gomes	176344760
1580	726	Rafael Carvalho Altilles	382065013
1581	782	Rafael Cavalcante Dias	478523002
1582	764	Rafael Correa dos Santos	12395060
1583	945	Rafael da Costa Garcia dos Reis	490166118
1584	1026	Rafael da Cunha Silva	27045020
1585	785	Rafael da Silva Batista	4624275960
1586	666	Rafael de Castro Severino	488938181
1587	1106	Rafael de Sousa Ferreira Lemes	2227783346
1588	1863	Rafael Faustino Guimaraes de Lira	478811652
1589	1781	Rafael Felipe dos Santos Alves	15079051
1590	661	Rafael Fernando Lima	4795142760
1591	614	Rafael Freitas da Silva	399102607
1592	1899	Rafael Junior Maciel Souza	10911407880
1593	1698	Rafael Luis Fernandes	551263507
1594	1103	Rafael Luz Ramalho	2920794611
1595	1605	Rafael Manoel Sampaio Moura	560404359
1596	495	Rafael Marcelino Correa Stefani	445022176
1597	81	Rafael Migliari de Lima	288496127
1598	1975	Rafael Pereira Junior	164585980
1599	798	Rafael Resende	193024970
1600	33	Rafael Ribeiro Silva	487202132
1601	1441	Rafael Silva Bernardo	482236103
1602	352	Rafael Silva de Oliveira	414756575
1603	1641	Rafael Vieira Machado	405754504
1604	1620	Rafaela de Lima Barbosa	387662844
1605	1731	Rafaela de Oliveira	477649178
1606	714	Rafaela Pradella Kodama	371576088
1607	842	Rafaela Silva de Almeida	266606318
1608	496	Rafaella Oliveira Brito	582490650
1609	361	Rai Gabriel Euclides da Silva	497260529
1610	830	Raiane Santos Silva	532465489
1611	1336	Ramon da Silva Crespo	489373173
1612	37	Ramon Prestes Novaes Costa	434954275
1613	131	Ranieri Damasio Farias Oliveira	276247517
1614	1474	Raphael Almeida Souza	224035782
1615	1981	Raphael Gonzali Blasques	489041656
1616	1684	Raphael Lopes Sant Anna	214851941
1617	550	Rariane Caroline da Silva Generoso	488972061
1618	1368	Rarun Negri Baptista	563722034
1619	1219	Rauane Adrielli Alves Sotero	5663784860
1620	198	Raul Lopes de Oliveira	2545548
1621	1990	Raul Renan Pinto	496406528
1622	1251	Ray de Castro Alves	155725730
1623	583	Rayane Maria da Costa	61402500
1624	423	Rebeka Fialho Costa Dias	4428058220
1625	1288	Regiane Felix da Silva	485535129
1626	1986	Reginaldo Ribeiro Pereira Junior	367632007
1627	1621	Rejane Galhardo Dias	444723134
1628	1839	Renan Augusto de Oliveira	488569618
1629	1527	Renan Bello dos Santos	391659704
1630	1949	Renan Bezerra Herminio	447770494
1631	39	Renan Casado Carrillo	496330809
1632	751	Renan Lacerda Zanotto dos Santos	106815364
1633	1758	Renan Marques do Amaral	324781441
1634	114	Renan Mendonca Oliveira	355553880
1635	156	Renan Morais de Sousa	42403766X
1636	1127	Renan Peixoto de Oliveira	3971409030
1637	1835	Renan Pereira de Souza	347993473
1638	1653	Renan Siqueira de Barros	376550028
1639	460	Renan Vellini Ribeiro de Souza	96949367
1640	60	Renata Foltran Silva	424838825
1641	107	Renata Rocha dos Passos	487586281
1642	1442	Renato Silva dos Prazeres	267315349
1643	476	Rennan Padilha	419203485
1644	278	Rhayane Luara Gomes Fernandes	5958318
1645	1003	Rhomulo de Avila da Silva	2142073340
1646	1269	Ricardo Bento Leite	18504600
1647	47	Ricardo Cleto Magaldi Alves	549092997
1648	1194	Ricardo Fernandes Junior	525440768
1649	1779	Ricardo Gomes Santana	576575021
1650	708	Ricardo Henrique Albino Vergilio	482131159
1651	253	Ricardo Honorio Matias da Silva Junior	76529360
1652	217	Ricardo Salles Gasparini Patini	52118468X
1653	1356	Ricardo Sversute Rodrigues	5033740390
1654	1819	Richard Villegas Nascimento	493602367
1655	1207	Rita Aparecida de Souza Costa	489006577
1656	1784	Robert Brito de Souza	584768801
1657	241	Roberta Pereira	471787929
1658	1574	Robson Pinheiro Macedo	445516653
1659	1512	Robson Pinto de Franca	481757788
1660	975	Rodolfo Henrique Belia da Silva	190105720
1661	642	Rodolfo Vinicius Moreno do Carmo	477565426
1662	517	Rodrigo Bispo Rumao	25415890
1663	1761	Rodrigo Cassiano de Oliveira	155031000
1664	593	Rodrigo de Matos Rocha Trindade	398971870
1665	1483	Rodrigo dos Santos Goncalez	419269599
1666	485	Rodrigo Guimaraes Cavalaria	3759555500
1667	748	Rodrigo Miranda	542276318
1668	824	Rodrigo Oliveira Perez	383083047
1669	754	Rodrigo Pereira Melo	331113852
1670	679	Rodrigo Vallentino de Souza	398589938
1671	1417	Roger Gomes Teles	19414280
1672	921	Rogerio da Cruz Prates	477443278
1673	1724	Rogerio Goncalves Momesso	105903820
1674	1335	Rogerio Vital dos Santos	29463530
1675	144	Romario Alysson Silva Furtado	20074862736
1676	1467	Romario Machado Ferreira	20180226
1677	1062	Romes Araujo Leandro	52809110
1678	193	Romulo de Sa Benetti	591040815
1679	943	Ronald Neves Mendonca	257856047
1680	1319	Ruan Afonso Fagundes	384198557
1681	1748	Ruan Pablo Rodrigues	374123949
1682	138	Rubens Basse da Silva	379882176
1683	1518	Rubens Cesar Marques de Aquino	438330857
1684	1999	Rubens de Souza Silva	507452513
1685	1954	Rubens Valdo Pereira dos Santos Junior	486842320
1686	472	Rubens Vinicius da Mata	384445822
1687	864	Ruber Rodrigues de Oliveira	455470546
1688	1108	Rudson Huerta Bandeira	481087606
1689	507	Rudy Nelson Eduardo Mendes Pereira	5459831490
1690	1084	Sabrina Valentim da Silva	182968260
1691	914	Samanta Maria Silva Santos	195866120
1692	1472	Samuel Coelho Ferreira	293944013
1693	1317	Samuel de Oliveira Almeida	500452313
1694	700	Samuel Fernandes Fidelis	6050316
1695	529	Samuel Lemos Saraiva	176847170
1696	570	Samuel Monteiro da Silva	3097365850
1697	835	Samuel Nascimento Rocha	460539759
1698	1852	Samuel Quintana de Paula	410733155
1699	1386	Sandiel dos Santos Albuquerque	31623476
1700	604	Sandy Esmero da Silva Junior	1342021711
1701	1972	Sara Beatriz Ferreira	529829710
1702	27	Savio Donizeth de Oliveira Melo	187259380
1703	1398	Scarlet Araujo de Oliveira	183871850
1704	1752	Semyo Nogueira Felix de Lima	552864651
1705	1926	Sergio Candalo Duraes	536664079
1706	1508	Sergio Paulo Perez Vernillo Lopes	480380326
1707	1582	Sergio Pereira do Couto Junior	9086684
1708	1289	Sidney Ferreira Batista	482587416
1709	1074	Sidney Patrick Carvalho Cipriano	307625722
1710	1528	Silas Rafael Araujo Santana Soares	389238764
1711	461	Silvester Lamour dos Santos	93462890
1712	1009	Simone Raquel Ribeiro Dias	448728011
1713	313	Sindy Barros Campos de Oliveira	42971920
1714	578	Stevan Daniel Approbato Pessini	499800540
1715	44	Sthefanie Calyuli Santos da Silva	312771538
1716	1501	Sueila Vanzeli Santos	468204544
1717	910	Suellen Aparecida Ricardo Ferreira	3579529600
1718	408	Tainara Ruis Matos	536990372
1719	189	Tamires Gomes da Silva	493028341
1720	1891	Tamiris Leopoldo	405995507
1721	2	Thaina Caroline Ribeiro Antunes	505802430
1722	1867	Thaina dos Santos Souza	524574388
1723	207	Thais Caroline Pereira Felisberto	450205976
1724	187	Thais Mara Goncalves	484186371
1725	1644	Thais Monise Ribeiro	404070474
1726	1576	Thais Quintino de Morais de Sousa	410069772
1727	1238	Thais Thomaz Kiss	486869416
1728	281	Thais Yuri Kinjo	415961312
1729	1793	Thales Nalbert Silva Alves	21426790-0
1730	1300	Thalita Barbosa Nunes	5414447
1731	1203	Thamara Souza Vieira	179590340
1732	399	Thamiris Afonso de Santanna	217256007
1733	104	Thiago Antunes Barbosa	270794827-7
1734	1716	Thiago Castilho da Silva Paes	46199740X
1735	1326	Thiago Costa Souza Santos	473474256
1736	425	Thiago da Silva Santos	15771707-0
1737	552	Thiago de Mello Camargo de Souza Vale	422820726
1738	1938	Thiago dos Santos	4382887740
1739	1124	Thiago Fernandes Pereira	277111919
1740	1978	Thiago Guilherme Reyes de Oliveira	33186096X
1741	1180	Thiago Guimaraes Rego	522787150
1742	434	Thiago Henrique Silva de Oliveira	554801917
1743	1795	Thiago Kenity Aoki dos Santos	504615841
1744	1278	Thiago Loflego da Silva	448128494
1745	239	Thiago Noronha Escudero	463423707
1746	920	Thiago Prado Mendes	466717878
1747	1723	Thiago Reis da Silva	452335735
1748	884	Thiago Santos Reis Arndt	585512346
1749	1032	Thierry Araujo da Cruz	533437787
1750	1192	Tiago da Silva Reis	245940895
1751	1540	Tiago Lemes	47572892
1752	443	Tiago Lopes Rodrigues	16246210-0
1753	79	Tiago William da Silva Martins Rodrigues	472867702
1754	1382	Tobias Galvao	264927211
1755	1810	Tomazia Patricia Rios Santos	564534754
1756	1683	Tulio Cesar Mazzeto de Oliveira	54228930
1757	1689	Uelinton Melo de Lima	449511674
1758	1936	Uilian Costa Oliveira	462299661
1759	784	Ullysses Rander de Oliveira Pereira	389810861
1760	589	Ulysses Moraes Sani	127891605
1761	1064	Usley da Silva Cherpinski	126490666
1762	545	Vagner Antonio de Lima	465327977
1763	1387	Vagner Megda Vedovatto	4824363599
1764	1710	Valbert Luiz Antonio da Silva Ferreira	5003684788
1765	1897	Valeria Francisca de Jesus	445573648
1766	625	Valter Feitor Junior	457126449
1767	1854	Vanderson de Barros Conceicao	441971763
1768	1900	Vanessa Rossi Oldigueri Lino	356051328
1769	1872	Vanessa Soriano Duarte Iamonico	524051756
1770	254	Vanubia Souza da Rocha	341033546
1771	817	Veridiana dos Santos Bocardi	488825477
1772	738	Vicente Peixoto Ferraz	200972958
1773	1455	Victor Alexandre Ferreira e Silva	499542873
1774	1254	Victor Augusto dos Santos	175840820
1775	865	Victor Bretone Motta	363003447
1776	1740	Victor Caratanasov de Sousa	4257819990
1777	840	Victor Cega de Moraes	582658032
1778	1693	Victor Corradini	5292285060
1779	875	Victor Fernandes Ribeiro	230775462
1780	1607	Victor Fernando Oliveira Luna	392966475
1781	1097	Victor Fumagalli Nery	3843108X
1782	1778	Victor Henrique de Jesus	423540920
1783	1355	Victor Henrique Pedroso	567458799
1784	1039	Victor Henrique Pedroso dos Santos	39802117X
1785	1373	Victor Hugo Ferreira Lima	543159255
1786	1825	Victor Hugo Freitas Rocha	4795308900
1787	1328	Victor Hugo Goncalves Cardoso	493044255
1788	106	Victor Hugo Silva Bertuci	488475223
1789	1652	Victor Hugo Silveira Lopes	531452761
1790	1224	Victor Miguel Rocha Marques	605534172
1791	1334	Victor Siqueira de Menezes Santos	481504539
1792	761	Victoria Lorrana Silva de Oliveira Barboza	5639127X
1793	1019	Victoria Menezes Iembo	385513914
1794	195	Vinicius Alves Lopes da Silva	481247129
1795	172	Vinicius Arraias Barboza	501992509
1796	1746	Vinicius Dayan Fonseca da Silva	5835710370
1797	1415	Vinicius Gavioli de Oliveira	558917793
1798	1715	Vinicius Goncalves Gomes Ferraz	379373087
1799	829	Vinicius Loiola da Silva	507170660
1800	367	Vinicius Machado da Silva Benites	287380430
1801	1226	Vinicius Maximiano Rodrigues	168331260
1802	136	Vinicius Mendonca de Marins	270154651
1803	1068	Vinicius Mendonca do Nascimento	381337170
1804	866	Vinicius Oliani	400158929
1805	1554	Vinicius Patrocinio da Silva	474787746
1806	65	Vinicius Petucco Pimentel	441966329
1807	876	Vinicius Polli Fernandes Neves	371624368
1808	1797	Vinicius Prado Faria	542114689
1809	1985	Vinicius Salomao Cavalcante Pereira	406704752
1810	603	Vinicius Sanches Pinto	243992724
1811	1401	Vinicius Teodorak Sousa	528637319
1812	815	Vinicius Tornici de Carvalho	482493811
1813	1794	Vinicius Victor Silva	52185409X
1814	1853	Vitalicio Valmir dos Santos	88564800
1815	306	Vitor Cinquetti Rendelli	4816744570
1816	1611	Vitor Hugo Antonio dos Santos	505606252
1817	1760	Vitor Hugo Umbelino	4717405480
1818	999	Vitor Marques Magalhaes	3201261888
1819	772	Vitor Ribeiro da Silva	47251815X
1820	1630	Vitor Rodrigo de Carvalho Moises	48444572-8
1821	1660	Vitoria Gomes Batista	52924844X
1822	860	Walife Ferreira dos Santos	649770912
1823	450	Wallace Brizola Verdadeiro de Castro	428677897
1824	534	Walter Fonseca	48984312-8
1825	776	Wanderley Campos Pereira Junior	25868004
1826	118	Washington Max Garcia	190356430
1827	1378	Wavila Assis Sousa	134160690
1828	525	Webster Magalhaes Motta	25937450
1829	699	Wellington Cantoni de Souza	478374380
1830	973	Wellington Cursino Cornelio	487156237
1831	1682	Wellington Galvao	458711329
1832	1947	Wendel da Silva Ribeiro	2346255720
1833	1945	Wendel Romao de Almeida Sousa	50089470
1834	459	Wesley Alexandre Alves Kotsifas	85410440
1835	896	Wesley da Silva Lima	364508048
1836	610	Wesley da Silva Santos	50002477-7
1837	1870	Wesley de Carvalho Bonifacio	497782273
1838	379	Wesley Diego Pereira	170872400
1839	1814	Wesley Euripedes Pereira	16198719
1840	1680	Wesley Ignacio Chaves	448715193
1841	752	Wesley Jefferson Momesso	401013753
1842	1333	Wesley Junio Santos Montanari	48166015X
1843	1643	Wesley Leonan Venteu de Oliveira	4679794922
1844	447	Wesley Vitorino Rocha	494100059
1845	1389	Weslley dos Santos Leite	216996330
1846	1511	Weverson Divino Neves Ferreira	170535570
1847	1596	Weverton dos Santos da Costa	296953219
1848	1718	Weysser Fabricio Felis da Silva	5699092600
1849	1445	William Caldeira Rodrigues e Silva	929217350
1850	1395	William Carlos Fragoso	497140937
1851	1107	William dos Santos Alexandre	494584312
1852	479	William Henrique Ramos	499880602
1853	298	William Lopes Aguiar	506901981
1854	878	William Mateus Revelli	535794101
1855	1619	William Oliveira Chagas	476593116
1856	1579	William Oliveira Viana	4182907022
1857	45	William Silveira Alves	459230141
1858	109	Willian de Andrade Claudio	2644721760
1859	605	Willian Giroto de Lima	486945467
1860	1096	Willian Guilherme Guerrian	415804620
1861	437	Willian Humberto de Carvalho Prado	545192158
1862	1392	Willian Pereira Marinho	363838800
1863	299	Willian Roberto Pascoa	445783059
1864	504	Willyam Cassiano Barrinha	4557544210
1865	1125	Wisley Hudson Periotto da Silva	435407855
1866	1404	Wisller Gabriel de Oliveira	60550820
1867	1292	Yago Cardoso de Souza	33557500
1868	54	Yasmin Ranzetti	485992139
1869	859	Yuri da Silva Ferreira	4955014020
1870	1222	Yuri Gomes Rodrigues Bueno	536185682
1871	164	Yuri Pimentel Oliveira Faria	168294490
1872	422	Yuri Rodrigues da Rocha Machado	2566175310
1873	744	Zamys Soares Leite Barbosa	481626256

(Port. DP-1/311/21)

Portaria da Diretora de Pessoal, de 22-01-2021

Empossando, em 18-1-21, com base nas decisões judiciais constantes nos respectivos processos, as candidatas abaixo relacionadas, inscritas no concurso público destinado ao cargo de Oficial Administrativo Padrão "1-A", regido pelo Edital nº DP-2/321/14, nomeadas por meio das publicações no D.O. 238, de 1-12-20, conforme segue:

| NOME | RG | PROCESSO | JUIZO |

2.1. Publicar esta decisão em Diário Oficial;

2.2. Intimar a empresa sobre as sanções aplicadas e recolhimento ao Tesouro do Estado à multa aplicada, nos termos do art. 9°, da Resolução SSP-333/05;

2.3. Após a publicação, findada o prazo recursal, inserir a penalidade aplicada no sítio www.sancoes.sp.gov.br. (CPAM11–245/14/20)

Despacho do Dirigente, de 20-01-2021

Diante do cumprimento dos princípios que regem os atos administrativos, e alinhado ao Parecer Referencial CJ/PM 1/2017, elaborado pela Consultoria Jurídica da Polícia Militar nos termos da Resolução PGE 29, de 23Dez15, alterado parcialmente pelo Parecer CJ/PM 40/2018 e prorrogado por meio da Cota CJ/PM 31/2018, 62/2019 e 21/2020, acostado às fls. 141 até 154 do feito, e Despacho DF-425/10/20 do Dirigente da UO, estando os autos do Processo Sancionatório CPAM11-026/14/20 formalmente em ordem, foi decidido pelo Dirigente da U.O. Polícia Militar, aplicar à empresa Gênova Comércio e Serviços Ltda - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 27.162.531/0001-37, a(s) penalidade(s) que se seguem, em face do descumprimento do contrato, ao atrasar em 09 dias, a entrega do serviço, alusivo ao Empenho 2020NE00827, Processo 2020353084, Contrato CPAM11- 011/14/20, sobre instalação e montagem de identificação visual, e pintura da fachada da Sede da 2ªCia do 8ºBPM/M.

1.1. Multa contratual no valor de R$ 412,20, nos termos do 7º, da Lei Federal 10.520, c.c. o artigo 5º, inciso I, da Resolução SSP 333/05;

1.2. Impedimento de Contratar com a Administração pelo prazo por 30 dias, nos termos do 7º, da Lei Federal 10.520;

2. O Chefe da Seção de Finanças deverá:

2.1. Publicar esta decisão em Diário Oficial;

2.2. Intimar a empresa sobre as sanções administrativas aplicadas, nos termos do artigo 9º, § 1º, do anexo, do Decreto 61.751/15;

2.3. Após a intimação da empresa e, findado o prazo recursal, inserir a penalidade aplicada no sítio www.sancoes.sp.gov.br, e também no sítio do Tribunal de Contas -"Apenados"; (CPAM11–255/14/20)

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 3 - RIBEIRÃO PRETO

Comunicado

Alteração do Dirigente - em 01-01-2021 assumiu como Dirigente da UGE 180158 – CPI-3 o Cel PM Carlos Alberto Machado, CPF 071.675.698-60, RG 17.201.078 em substituição Ten Cel PM Wagner Aparecido Baratto, CPF 071.388.428-21, RG 16.236.334.

Despacho do Dirigente, de 22-1-2021

Designando, em conformidade com o art. 67 da Lei Federal 8.666, de 21Jun93 e Decreto Estadual 63.722, de 21Set18, os policiais militares abaixo como Fiscais para acompanhar e fiscalizar a aquisição dos materiais e equipamentos, conforme Ata de Registro de Preços DL-001/11/21 e Ata de Registro de Preços 180183000012020OC00139.arp00001:

2. Fiscais:

2.1. 1º Ten PM Adriel Nunes da Silva, titular;

2.2. 2º Sgt PM Luciano Miranda Silva, substituto.

3. Encaminhar cópia da Ata de Registro aos policiais acima elencados.

(CPI3-012/41/21)

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 8 - PRESIDENTE PRUDENTE

25º Batalhão de Polícia Militar do Interior - Dracena

Despacho do Presidente do Conselho de Disciplina, de 22-01-2021

Referência: CD 25º BPMI-4/12/20.

1. Defesa Preliminar datada de 14DEZ20, sob o protocolo Sispec 13562002, de 15Dez20, subscrita pela Dra. Renata Cardoso Camacho Dias, advogada inscrita na OAB/SP sob o n. 198.846, Defensora constituída do acusado Cb PM 106048-1 Rodrigo Batista Lopes, do 25º BPM/I.

2. Considerando que o Provimento 058/16, do TJM/SP em seu artigo 2º estabeleceu que no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro de cada ano, ficarão suspensos os prazos processuais e a publicação de acórdãos, sentenças e decisões, bem como intimação de partes e advogados e a realização de audiências e sessões, na Primeira e Segunda Instâncias, salvo quanto a medidas consideradas urgentes.

3. Considerando a publicação inserta no D.O. 231, de 13Dez17, com republicação no Bol G PM 233, de 14Dez17 (Portaria CORREGPM-1/346/17, de 11Dez17 – em apenso), que versam sobre a suspensão de instrução dos processos e procedimentos administrativos-disciplinares e processos administrativos exoneratórios, em que exista a participação de advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como defensor constituído, com reiteração das normas supracitadas, através do Ofício CAJ-1766/400/19, de 17Dez19.

4. Nesta oportunidade, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 135, das I-16-PM (Instrução do Processo Administrativo da Polícia Militar), o Presidente do Conselho de Disciplina de Portaria 25º BPMI-4/12/20, após análise da defesa preliminar delibera:

4.1. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina em questão, a cópia do livro de entrada e saída de munição química da 2ª Cia PM, do 25º BPM/I;

4.2. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a cópia do livro de entrada e saída de armas da 2ª Cia PM, do 25º BPM/I;

4.3. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a cópia do livro de entrada e saída de munição química de todas as Cias, pertencentes ao 25º BPM/I;

4.4. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, o plano de contingência e a nota de instrução do pelotão de choque do 25º BPM/I;

4.5. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, as ocorrências que envolveram armas de fogo e munições químicas, realizadas na área abrangidas pela 2ª Cia PM, do 25º BPM/I, nos últimos 02 (dois) anos;

4.6. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, mediante Ofício solicitado ao GATE (Grupo de Ações Táticas Especiais), através do 4º Batalhão de Choque, os Laudo Pericial das munições químicas apreendidas;

4.7. defiro a juntada aos autos os Cursos e Estágios realizados pelo Cb PM 106048-1 Rodrigo Batista Lopes;

4.8. defiro a intimação e inquirição das testemunhas de defesa arroladas, no momento apropriado.

4.9. defiro a juntada dos expedientes apensados à Defesa Preliminar, entregues no momento da protocolização, conforme termo de juntada confeccionado.

(Adv. Dra. Renata Cardoso Camacho Dias - OAB/SP 198.846)

Despacho do Presidente do Conselho de Disciplina, de 22-01-2021

Referência: CD 25º BPMI-3/12/20.

1. Defesa Preliminar datada de 14Dez20, sob o protocolo Sispec 13561992, de 15Dez20, subscrita pela Dra. Renata Cardoso Camacho Dias, advogada inscrita na OAB/SP sob o n. 198.846, Defensora constituída do acusado Cb PM 100435-2 Rodrigo de La Viuda de Andrade, do 25º BPM/I.

2. Considerando que o Provimento 058/16, do TJM/SP em seu artigo 2º estabeleceu que no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro de cada ano, ficarão suspensos os prazos processuais e a publicação de acórdãos, sentenças e decisões, bem como intimação de partes e advogados e a realização de audiências e sessões, na Primeira e Segunda Instâncias, salvo quanto a medidas consideradas urgentes.

3. Considerando a publicação inserta no D.O. 231, de 13Dez17, com republicação no Bol G PM 233, de 14Dez17 (Portaria CORREGPM-1/346/17, de 11Dez17 – em apenso), que versam sobre a suspensão de instrução dos processos e procedimentos administrativos-disciplinares e processos administrativos exoneratórios, em que exista a participação de advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como defensor constituído, com reiteração das normas supracitadas, através do Ofício CAJ-1766/400/19, de 17Dez19.

4. Nesta oportunidade, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 135, das I-16-PM (Instrução do Processo Administrativo da Polícia Militar), o Presidente do Conselho de Disciplina de Portaria 25º BPMI-4/12/20, após análise da defesa preliminar delibera:

4.1. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina em questão, a cópia do livro de entrada e saída de munição química da 2ª Cia PM, do 25º BPM/I;

4.2. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a cópia do livro de entrada e saída de armas da 2ª Cia PM, do 25º BPM/I;

4.3. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a cópia do livro de entrada e saída de munição química de todas as Cias, pertencentes ao 25º BPM/I;

4.4. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, o plano de contingência e a nota de instrução do pelotão de choque do 25º BPM/I;

4.5. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, as ocorrências que envolveram armas de fogo e munições químicas, realizadas na área abrangidas pela 2ª Cia PM, do 25º BPM/I, nos últimos 02 (dois) anos;

4.6. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, mediante Ofício solicitado ao GATE (Grupo de Ações Táticas Especiais), através do 4º Batalhão de Choque, os Laudo Pericial das munições químicas apreendidas;

4.7. defiro a juntada aos autos os Cursos e Estágios realizados pelo Cb PM 992155-9 Luciano Rodrigo Ramazzotti;

4.8. defiro a intimação e inquirição das testemunhas de defesa arroladas, no momento apropriado.

4.9. defiro a juntada dos expedientes apensados à Defesa Preliminar, entregues no momento da protocolização, conforme termo de juntada confeccionado.

(Adv. Dra. Renata Cardoso Camacho Dias - OAB/SP 198.846)

Despacho do Presidente do Conselho de Disciplina, de 22-01-2021

Referência: CD 25º BPMI-5/12/20.

1. Defesa Preliminar datada de 14Dez20, sob o protocolo Sispec 13562008, de 15Dez20, subscrita pela Dra. Renata Cardoso Camacho Dias, advogada inscrita na OAB/SP sob o n. 198.846, Defensora constituída do acusado Cb PM 135978-9 Marcos Vinícius Lins da Silva, do 25º BPM/I.

2. Considerando que o Provimento 058/16, do TJM/SP em seu artigo 2º estabeleceu que no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro de cada ano, ficarão suspensos os prazos processuais e a publicação de acórdãos, sentenças e decisões, bem como intimação de partes e advogados e a realização de audiências e sessões, na Primeira e Segunda Instâncias, salvo quanto a medidas consideradas urgentes.

3. Considerando a publicação inserta no D.O. 231, de 13Dez17, com republicação no Bol G PM 233, de 14Dez17 (Portaria CORREGPM-1/346/17, de 11DEZ17 – em apenso), que versam sobre a suspensão de instrução dos processos e procedimentos administrativos-disciplinares e processos administrativos exoneratórios, em que exista a participação de advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como defensor constituído, com reiteração das normas supracitadas, através do Ofício CAJ-1766/400/19, de 17Dez19.

4. Nesta oportunidade, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 135, das I-16-PM (Instrução do Processo Administrativo da Polícia Militar), o Presidente do Conselho de Disciplina de Portaria 25º BPMI-5/12/20, após análise da defesa preliminar delibera:

4.1. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina em questão, a cópia do livro de entrada e saída de munição química da 2ª Cia PM, do 25º BPM/I;

4.2. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a cópia do livro de entrada e saída de armas da 2ª Cia PM, do 25º BPM/I;

4.3. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a cópia do livro de entrada e saída de munição química de todas as Cias, pertencentes ao 25º BPM/I;

4.4. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, o plano de contingência e a nota de instrução do pelotão de choque do 25º BPM/I;

4.5. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, as ocorrências que envolveram munições químicas, realizadas nas cidades de Adamantina e Flórida Paulista/SP, área abrangida pela 2ª Cia PM, do 25º BPM/I, nos últimos 02 anos;

4.6. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, mediante Ofício solicitado ao Gate (Grupo de Ações Táticas Especiais), através do 4º Batalhão de Choque, os Laudo Pericial das munições químicas apreendidas;

4.7. defiro a juntada aos autos os Cursos e Estágios realizados pelo Cb PM 135978-9 Marcos Vinícius Lins da Silva;

4.8. defiro a intimação e inquirição das testemunhas de defesa arroladas, no momento apropriado.

4.9. defiro a juntada dos expedientes apensados à Defesa Preliminar, entregues no momento da protocolização, conforme termo de juntada confeccionado.

(Adv. Dra. Renata Cardoso Camacho Dias - OAB/SP 198.846)

Despacho do Presidente do Conselho de Disciplina, de 22-01-2021

Referência: CD 25º BPMI-001/12/20.

1. Defesa Preliminar datada de 14DEZ20, sob o protocolo Sispec 13561974, de 15Dez20, subscrita pela Senhora Doutora Renata Cardoso Camacho Dias, advogada inscrita na OAB/SP sob o n. 198.846, Defensora constituída do acusado Subten PM 931893-3 José Ricardo Figueiredo dos Santos Carnelóz, do 25º BPM/I.

2. Considerando que o Provimento 058/16, do TJM/SP em seu artigo 2º estabeleceu que no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro de cada ano, ficarão suspensos os prazos processuais e a publicação de acórdãos, sentenças e decisões, bem como intimação de partes e advogados e a realização de audiências e sessões, na Primeira e Segunda Instâncias, salvo quanto a medidas consideradas urgentes.

3. Considerando a publicação inserta no D.O. 231, de 13Dez17, com republicação no Bol G PM 233, de 14Dez17 (Portaria CORREGPM-1/346/17, de 11Dez17 – em apenso), que versam sobre a suspensão de instrução dos processos e procedimentos administrativos-disciplinares e processos administrativos exoneratórios, em que exista a participação de advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como defensor constituído, com reiteração das normas supracitadas, através do Ofício CAJ-1766/400/19, de 17Dez19.

4. Nesta oportunidade, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 135, das I-16-PM (Instrução do Processo Administrativo da Polícia Militar), o Presidente do Conselho de Disciplina de Portaria 25º BPMI-001/12/20, após análise da defesa preliminar delibera:

4.1. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina em questão, mediante Ofício endereçado ao Instituto de Criminalística de São Paulo dos Laudos Periciais das munições apreendidas, com indicação dos lotes das respectivas munições;

4.2. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, da cópia dos recebidos e relação de munições de calibre .40, com indicação dos respectivos lotes, entregues pela seção de materiais (P/4) do Btl, Força Tática e 2ª Cia PM do 25º BPM/I, como carga pessoal do acusado, Subten PM 931893-3 José Ricardo Figueiredo dos Santos Carnelóz;

4.3. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, da cópia do Plano Didático de Matérias (Metodologia de Ensino de tiro Defensivo da Preservação da Vida – Método Giraldi) e o Currículo do Curso Superior de Técnico de Policia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública de 14Dez18;

4.4. defiro a juntada aos autos os Cursos e Estágios realizados pelo Subten PM 931893-3 José Ricardo Figueiredo dos Santos Carnelóz;

4.5. defiro a intimação e inquirição das testemunhas de defesa arroladas, no momento apropriado.

4.6. defiro a juntada dos expedientes apensados à Defesa Preliminar, entregues no momento da protocolização, conforme termo de juntada confeccionado.

(Adv. Dra. Renata Cardoso Camacho Dias - OAB/SP 198.846)

Despacho do Presidente do Conselho de Disciplina, de 22-01-2021,

Referência: CD 25º BPMI-002/12/20.

1. Defesa Preliminar datada de 14Dez20, sob o protocolo Sispec 13561984, de 15Dez20, subscrita pela Dra. Renata Cardoso Camacho Dias, advogada inscrita na OAB/SP sob o n. 198.846, Defensora constituída do acusado Cb PM 992155-9 Luciano Rodrigo Ramazotti, do 25º BPM/I.

2. Considerando que o Provimento 058/16, do TJM/SP em seu artigo 2º estabeleceu que no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro de cada ano, ficarão suspensos os prazos processuais e a publicação de acórdãos, sentenças e decisões, bem como intimação de partes e advogados e a realização de audiências e sessões, na Primeira e Segunda Instâncias, salvo quanto a medidas consideradas urgentes.

3. Considerando a publicação inserta no D.O. 231, de 13Dez17, com republicação no Bol G PM 233, de 14Dez17 (Portaria CORREGPM-1/346/17, de 11Dez17 – em apenso), que versam sobre a suspensão de instrução dos processos e procedimentos administrativos-disciplinares e processos administrativos exoneratórios, em que exista a participação de advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como defensor constituído, com reiteração das normas supracitadas, através do Ofício CAJ-1766/400/19, de 17Dez19.

4. Nesta oportunidade, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 135, das I-16-PM (Instrução do Processo Administrativo da Polícia Militar), o Presidente do Conselho de Disciplina de Portaria 25º BPMI-002/12/20, após análise da defesa preliminar delibera:

4.1. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina em questão, a cópia do livro de entrada e saída de munição química da 2ª Cia PM, do 25º BPM/I;

4.2. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a cópia do livro de entrada e saída de armas da 2ª Cia PM, do 25º BPM/I;

4.3. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, a cópia do livro de entrada e saída de munição química de todas as Cias, pertencentes ao 25º BPM/I;

4.4. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, o plano de contingência e a nota de instrução do pelotão de choque do 25º BPM/I;

4.5. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, as ocorrências que envolveram armas de fogo e munições químicas, realizadas na área abrangidas pela 2ª Cia PM, do 25º BPM/I, nos últimos 02 anos;

4.6. defiro a juntada aos autos do Conselho de Disciplina, mediante Ofício solicitado ao Gate (Grupo de Ações Táticas Especiais), através do 4º Batalhão de Choque, os Laudo Pericial das munições químicas apreendidas;

4.7. defiro a juntada aos autos os Cursos e Estágios realizados pelo Cb PM 992155-9 Luciano Rodrigo Ramazzotti;

4.8. defiro a intimação e inquirição das testemunhas de defesa arroladas, no momento apropriado.

4.9. defiro a juntada dos expedientes apensados à Defesa Preliminar, entregues no momento da protocolização, conforme termo de juntada confeccionado.

(Adv. Dra. Renata Cardoso Camacho Dias - OAB/SP 198.846)

COMANDO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL

2º BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL - BIRIGUI

Comunicado

Cmt CPAmb- Direito de Petição Deferimento: ao Cb PM 102963-1 André Luis de Castilho, do 2º BPAmb, à vista da petição protocolizada em 11-11-2021, foi recebida como direito de petição, nos termos da alínea a, inciso XXXIV, artigo 5º da Constituição Federal, e conhecida com o fito de realizar o desarquivamento da Sindicância 2BPAMB-016/26/18. (Adv. Dr. Jefferson de Almeida OAB/SP 343.770, Rafael Barbeiro Scudeller de Almeida).

Administração Penitenciária

GABINETE DO SECRETÁRIO

Despachos do Secretário, de 22-1-2021

Correio Eletrônico, de 21-1-2021 - Autorizando em caráter excepcional, nos termos dos §§ 2º e 3º do artigo 8º do Dec. 48.292/03, o servidor Evandro Bonadio, RG. 20.063.334-X, Oficial Operacional, lotado na Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado, em Pirajuí, a perceber a título de diárias, quantia superior a 50% de sua retribuição mensal, respeitado o limite correspondente a 1 vez sua retribuição mensal, em razão de outras diárias já recebidas, nos dias 26 a 27-01-2021, com objetivo de conduzir veículo oficial, para efetuar o transporte de servidores da referida Coordenadoria, para participar de reuniões junto à Sede da Secretaria da Administração Penitenciária, em São Paulo.

Correio Eletrônico, de 21-1-2021 - Autorizando em caráter excepcional, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 8º do Dec.48.292/03, o servidor João Messias Rodrigues, RG. 17.157.679, Oficial Operacional, em exercício no Núcleo de Transporte, Manutenção, Segurança e Conservação na Sede desta Secretária, em São Paulo, a perceber a título de diárias, nos dias 26 a 29-01-2021, quantia superior a 50% de sua retribuição mensal, respeitado o limite correspondente a 1 vez sua retribuição mensal, em razão de outras diárias já recebidas, para conduzir veículo oficial, com destino as cidades de Riversul, Santa Cruz da Conceição e Aguaí.

Of. SAP-OFI/2021-04777A. - Autorizando em caráter excepcional, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 8º do Dec. 48.292/03, o servidor Rodrigo Bordinassi Gallego, RG. 33.273.006-2, Diretor Técnico III - Substituto, lotado na Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado, em Presidente Venceslau, a perceber a título de diárias, quantia superior a 50% de sua retribuição mensal, respeitado o limite correspondente a 1 vez sua retribuição mensal, em razão de outras diárias já recebidas, nos dias 26 a 28-01-2021, para participar de reunião do Grupo de Trabalho, na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária, em São Paulo.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DR. LUIZ CAMARGO WOLFMANN

Comunicado

A Diretora da Escola de Administração Penitenciária "Dr. Luiz Camargo Wolfmann", por intermédio do Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, através do Núcleo de Coordenação de São Paulo e da Grande São Paulo, comunica a realização da Reunião Pedagógica para atualização do conteúdo da disciplina Procedimento Disciplinar Funcional e elaboração de material para gravação de videoaulas, do Curso de Capacitação na Área de Segurança e Disciplina - EaD.

1) Objetivo: Atualizar conteúdo e elaborar material e roteiro para gravação da videoaula da disciplina Procedimento Disciplinar Funcional.

2) Local: virtual pelo google meet.

3) Data e horário: Dia 26-01-2021 – das 09h às 12h atualização do conteúdo, das 13h às 16h elaboração de material e roteiro de gravação de videoaula.

4) Docentes convidados: Alan Henrique dos Santos Guanais e Edson dos Santos Escolar.

5) As atividades de elaboração e execução de programas de formação e Aperfeiçoamento, desenvolvimento e capacitação de recursos humanos, serão retribuídos nos termos do artigo 2º do Decreto 40.540, de 13/12/95, alterado pelo Decreto 53.878/08, obedecendo o limite estabelecido no referido decreto.

(EAP 018/2021)

Comunicado

A Diretora da Escola de Administração Penitenciária "Dr. Luiz Camargo Wolfmann", por intermédio do Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, através do Núcleo de Coordenação de São Paulo e da Grande São Paulo, comunica a realização da Reunião Pedagógica para atualização do conteúdo da disciplina Atuação Operacional e elaboração de material para gravação de videoaulas, do Curso de Capacitação na Área de Segurança Externa - EaD.

1) Objetivo: Atualizar conteúdo e elaborar material e roteiro para gravação da videoaula da disciplina Atuação Operacional.

2) Local: virtual pelo google meet.

3) Data e horário: Dia 27-01-2021 – das 09h às 12h: atualização do conteúdo, das 13h às 16h: elaboração de material e roteiro de gravação de videoaulas.

4) Docentes convidados: Allison Ikehara e José Roberto Rodrigues.

5) As atividades de elaboração e execução de programas de formação e Aperfeiçoamento, desenvolvimento e capacitação de recursos humanos, serão retribuídos nos termos do artigo 2º do Decreto 40.540, de 13/12/95, alterado pelo Decreto 53.878/08, obedecendo o limite estabelecido no referido decreto.

(EAP 019/2021)

Comunicado

A Diretora da Escola de Administração Penitenciária "Dr. Luiz Camargo Wolfmann", por intermédio do Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, através do Núcleo de Coordenação de São Paulo e da Grande São Paulo, comunica a realização da Reunião Pedagógica para atualização do conteúdo da disciplina Gestão de Pessoas e elaboração de material e roteiro de gravação de videoaulas, do Curso de Capacitação na Área de Segurança e Disciplina e Segurança Externa - EaD.

1) Objetivo: Atualizar conteúdo e elaborar material e roteiro para gravação de videoaulas da disciplina Gestão de Pessoas.

2) Local: virtual pelo google meet.

3) Data e horário: Dia 29-01-2021 – das 09h às 12h: atualização do conteúdo, das 13h às 16h: elaboração de material e roteiro de gravação de videoaulas.

4) Docentes convidados: Jucelia Gonçalves da Silva e Mônica Duvale.

5) As atividades de elaboração e execução de programas de formação e Aperfeiçoamento, desenvolvimento e capacitação de recursos humanos, serão retribuídos nos termos do artigo 2º do Decreto 40.540, de 13/12/95, alterado pelo Decreto 53.878/08, obedecendo o limite estabelecido no referido decreto.

(EAP 020/2021)

Comunicado

A Diretora da Escola de Administração Penitenciária "Dr. Luiz Camargo Wolfmann" - EAP, por meio do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Agentes de Segurança Penitenciária, torna pública a reunião pedagógica para apresentação do Programa Movimenta SAP - Guia orientador para o TAF, aos docentes da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado que será realizada no dia 26-01-2021, das 10h às 12h, pela plataforma Google Meet.

Docentes Convidados:

01. Aislan Giovani de Souza - Rg. 36.782.684-7- CDP de Campinas;

02. Alexandre da Silva Pereira- Rg. 27.328.392-3 - CDP de Hortolândia;

03. Lairton França - Rg. 16.798.877-3 - CPP de Campinas;

04. Rogério de Jesus da Rocha Leite - Rg. 43.225.086-4 - PI de Guareí;

05. Marcos César Dias de Souza- Rg. 24.531.663-2 Penitenciária de Mogi Guaçu;

06. Anselmo Leite de Camargo- Rg. 23.837.357-5 - Penitenciária de Iperó;

07. Helio de Lima Rodrigues Junior- Rg. 28.267.851-7- CDP de Capela do Alto;

08. Valdemir Roberto Viola- Rg. 22.507.515-5- Penitenciária de Piracicaba;

09. Crisler de Oliveira Borges- Rg. 29.032.152-9- Penitenciária Feminina de Campinas;

10. Marco Antonio Carvalho- Rg. 11.490.483-2 - Penitenciária II Itapetininga

Eixo: II - Desenvolvimento Humano/Qualidade de Vida

(EAP-021/2021)

COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Terceiro Termo de Aditamento

Contrato CRSC 006/2017

Processo SAP 3150454/2019 (CRSC 064/2017)

Contratante: Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania

Contratada: Importinvest Importação e Comércio Ltda

CNPJ/MF: 74.537.747/0001-10

Objeto: Prestação de Serviços de Impressão e Reprografia Corporativa

Valor estimado: R$ 31.096,36

Data Assinatura: 12-01-2021

Vigência: 17-01-2021 a 16-04-2022 (15 meses)

Parecer Jurídico: Resolução PGE-23/2015

Terceiro Termo de Aditamento

Contrato CRSC 007/2017

Processo SAP 3150454/2019 (CRSC 064/2017)

Contratante: Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania

Contratada: Marcello Henrique Bezerra – ME

CNPJ/MF: 16.897.295/0001-80

Objeto: Prestação de Serviços de Impressão e Reprografia Corporativa

Valor estimado: R$ 30.148,80

Data Assinatura: 15-01-2021

Vigência: 18-01-2021 a 17-04-2022 (15 meses)

Parecer Jurídico: Resolução PGE-23/2015

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Despachos do Coordenador, de 22-1-2021

Tendo em vista denúncia ofertada via e-mail pela Douta CASP, na data de 19-01-2021, e conforme Decreto 57.688/2011, Determino, nos termos do artigo 264 da Lei Estadual 10.261,

de 28-10-1968, alterado pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, a realização de Apuração Preliminar para averiguar eventuais irregularidades funcionais que estariam ocorrendo na Unidade Prisional pertencente à esta Coordenadoria Regional (SPdoc 73789/2021).

Em face ao pronunciamento da Assessoria Técnica, exarado por meio da Informação ATCP 129/2021, a qual ratifico e conforme artigo 272, c/c o artigo 260, inciso IV, da Lei 10.261/68, alterada pela Lei Complementar 942/2003, Determino a instauração de Sindicância em desfavor dos servidores: C.B.D.M, RG 24.XXX.XXX-X, e S.A.C.C.D.S, RG 9.XXX.XXX-X, Agentes de Segurança Penitenciária, por infringirem, em tese, ao disposto no artigo 241, incisos II, III, XII e XIII da Lei Estadual 10.261/68.

Despacho do Coordenador, de 22-1-2021

Processo SPDoc 2901599/2019 (GDoc 001/2019)

Visto e analisado todo teor dos autos do processo, verificou-se o cumprimento dos princípios que regem os atos administrativos e face os elementos que o instrui, tendo em vista o pronunciamento exarado por meio do Relatório Conclusivo (fls. 634/646), assim como, da D. Consultoria Jurídica através dos Pareceres CJ/SAP 898/2019 (fls. 450/461) e Cota CJ/SAP 052/2020, Cópia Nota Técnica 001/2020 (fls. 583/590) e Parecer CJ/SAP 28/2021 (fls. 649/656), os quais acolho integralmente, tomando-os como motivação para decidir, conforme Decreto 57.688/11 e em cumprimento ao que determina a Resolução SAP 181/2004.

Resolvo:

I – Conheço a defesa prévia de fls. 614/633 apresentada pela empresa Nutrifast Alimentação Ltda, inscrita no CNPJ 11.091.855/0001-91, em resposta a intimação de fls. 606, com acesso no site www.esancoes.sp.gov.br, eis que tempestiva, não tendo à empresa apresentado nenhum fato suficiente para ilidir a natureza das penalidades cabíveis, decido não acolher os pedidos e assim aplicar:

a) sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 09 meses, referente ao descumprimento parcial ao avençado no Contrato 001/2015, através do Edital de Pregão Eletrônico 001/2015, partes integrantes do Processo nº Processo 132/2015 do Centro de Progressão Penitenciária de Franco da Rocha, com fundamento na Cláusula Décima Segunda do contrato supra, no art. 7º, da Lei Federal 10.520/2002 c/c o art. 1º, item 3, subitem 3.2, alínea "f", da Resolução CC-52/2005, art. 15, alínea "f", parágrafo único, da Resolução CGEP-10/2002 e artigo 14, do Decreto 49.722, no que tange a execução dos serviços em desconformidade com o avençado, assegurando assim o princípio da igualdade entre os licitantes e o da vinculação do instrumento convocatório;

b) indico que a Unidade de origem, realize pesquisa de preços, de valores da época, do que foi contratado e de tudo que foi entregue para se chegar no valor a ser ressarcido ao erário, onde deverá ser devidamente corrigido até a data do efetivo pagamento, assim, não se exime a Unidade Prisional de perseguir e despender seus esforços para apurar os valores dos danos causados aos cofres públicos;

Em respeito aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, fica franqueada vista dos autos, para que, se lhe aprouver, apresente recurso administrativo no prazo de 05 dias úteis a contar do recebimento desta.

Despacho do Coordenador, de 22-1-2021

Processo SPdoc 3280821/2019 (antigo Gdoc 1731/2018)

Visto e analisado todo teor dos autos do processo, verificou-se o cumprimento dos princípios que regem os atos administrativos e face os elementos que o instrui, tendo em vista o pronunciamento exarado por meio do Relatório Conclusivo (fls. 1161/1177), assim como, da D. Consultoria Jurídica através dos Pareceres CJ/SAP 486/2019 (fls. 756/763), Parecer CJ/SAP 028/2020 (fls. 1056/1067), Parecer CJ/SAP 397/2020 (fls. 1110/1114), Nota Técnica (fls. 1115/1121) e Parecer CJ/SAP 026/2021 (fls. 1180/1188), os quais acolho integralmente, tomando-os como motivação para decidir, conforme Decreto 57.688/11 e em cumprimento ao que determina a Resolução SAP 181/2004.

Resolvo:

I – Conheço a defesa prévia de fls. 1131/1160 apresentada pela empresa Health Nutrição e Serviços Ltda, inscrita no CNPJ 07.361.085/0001-82, em resposta a intimação de fls. 1125, com acesso no site www.esancoes.sp.gov.br, eis que tempestiva, não tendo à empresa apresentado nenhum fato suficiente para ilidir a natureza das penalidades cabíveis, decido não acolher os pedidos e assim aplicar:

a) sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 12 meses, referente ao descumprimento parcial ao avençado nos Contratos 014/2008 e 002/2014, onde o primeiro deles é originário do Pregão Presencial 11/2008, Processo 134/2013 e o segundo do Pregão Eletrônico 003/2013, Processo 1896/2013 da Penitenciária Feminina Sant'Ana, com fundamento na Cláusula Décima Segunda de ambos contratos supra, no art. 7º, da Lei Federal 10.520/2002 c/c o art. 1º, item 3, subitem 3.2, alínea "f", da Resolução CC-52/2005, art. 15, alínea "f", parágrafo único, da Resolução CGEP-10/2002 e artigo 14, do Decreto 49.722, no que tange a execução dos serviços em desconformidade com o avençado, assegurando assim o princípio da igualdade entre os licitantes e o da vinculação do instrumento convocatório;

b) indico que a Unidade de origem, realize pesquisa de preços, de valores da época, do que foi contratado e de tudo que foi entregue para se chegar no valor a ser ressarcido ao erário, onde deverá ser devidamente corrigido até a data do efetivo pagamento, assim, não se exime a Unidade Prisional de perseguir e despender seus esforços para apurar os valores dos danos causados aos cofres públicos;

Em respeito aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, fica franqueada vista dos autos, para que, se lhe aprouver, apresente recurso administrativo no prazo de 05 dias úteis a contar do recebimento desta.

Despacho do Coordenador, de 22-1-2021

Processo SAP-PRC-2021/01440 – Centro de Detenção Provisória de Diadema - Ratifico em atendimento ao disposto no Artigo 26 da Lei Federal 8.666, de 21-06-1993, atualizada pelas Leis 8.883, de 08-06-1994 e 9.648, de 27-05-1998, e tendo em vista a edição da Lei Complementar 897, de 09-05-2001, publicada no Diário Oficial do Estado, de 10-05-2001, bem como do Decreto 57.688, de 27-12-2011, publicado no Diário Oficial do Estado, de 28-12-2011 e Resolução SAP 108, de 20-09-1993, a Inexigibilidade de Licitação declarada pelo Diretor Técnico III do Centro de Detenção Provisória de Diadema, com fulcro no Artigo 25, do já citado diploma legal, para atender despesas com contas de água e esgoto referente aos meses de janeiro a dezembro do exercício de 2021, em favor da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp.

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA ASP GIOVANI MARTINS RODRIGUES - GUARULHOS I

Despacho do Diretor, de 22-1-2021

Determinando, tendo em vista os termos da representação contida no Comunicado de Evento 2/2021, subscrito pelo servidor P. R. C. P, R.G. 55.XXX.XXX, conforme artigo 18, inciso I do Decreto 45.872 de 25-06-2001, nos termos do artigo 264 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, a realização de Apuração Preliminar para apurar os fatos ocorridos no dia 07-01-2021, quando por volta das 09h55m, indivíduos arremessaram dois pacotes, com objeto ilícito em fireção ao Raio VI, sendo necessário efetuar disparos, para a contenção dos mesmos. Fica designada a servidora Marly Galhardo Ferreira, R.G. 13.667.346, Agente de Segurança Penitenciária Classe VI, como Autoridade Apuradora, e Wanderley Rosa da Silva, R.G. 26.804.878-2, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV, que irá secretariar os trabalhos. Os servidores ora designados atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o § 1º do artigo 265, respeitando a ressalva do § 2º do mesmo artigo, todos das Leis supra, citadas. Conclusos à Autoridade Apuradora. (1/2021)

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA ASP VANDA RITA BRITO DO REGO DE OSASCO

CENTRO ADMINISTRATIVO

Comunicado

Relação de pagamentos efetuados em outubro 2020, em cumprimento ao art. 2º da Lei Estadual 7.857/92:

DATA DE PAGAMENTO	ORDEM DE BANCÁRIA	CREDOR	PD	VALOR
01/10/2020	E4951	Link Card Administradora de Beneficios Ei	2020Pd00246	R$ 69,56
01/10/2020	E4952	Real Food Alimentacao Ltda	2020Pd00250	R$ 563.708,43
01/10/2020	E4953	Importinvest Importacao e Comercio Ltda	2020Pd00283	R$ 1.749,49
01/10/2020	E4954	Link Card Administradora de Beneficios Ei	2020Pd00286	R$ 98,82
01/10/2020	E4955	Link Card Administradora de Beneficios Ei	2020Pd00287	R$ 2.153,39
05/10/2020	E6465	L R Dias Transportes e Comércio - Me	2020Pd00249	R$ 2.079,00
06/10/2020	E7124	Adelino Gonçalves Ferreira Alves	2020Pd00300	R$ 69,57
06/10/2020	E7125	Adelino Gonçalves Ferreira Alves	2020Pd00301	R$ 69,57
06/10/2020	E7126	Silvanio Marques	2020Pd00302	R$ 69,57
06/10/2020	E7127	Silvanio Marques	2020Pd00303	R$ 69,57
06/10/2020	E7128	Silvanio Marques	2020Pd00304	R$ 69,57
06/10/2020	E7129	Evandro Ambrosio da Silva	2020Pd00305	R$ 69,57
06/10/2020	E7130	Evandro Ambrosio da Silva	2020Pd00306	R$ 69,57
06/10/2020	E7131	Claudio Donizete Covilo	2020Pd00307	R$ 69,57
06/10/2020	E7132	Claudio Donizete Covilo	2020Pd00308	R$ 139,15
06/10/2020	E7133	Claudio Donizete Covilo	2020Pd00309	R$ 69,57
06/10/2020	E7134	Adelino Gonçalves Ferreira Alves	2020Pd00310	R$ 69,57
06/10/2020	E7135	Adelino Gonçalves Ferreira Alves	2020Pd00311	R$ 69,57
06/10/2020	E7136	Ricardo Machado de Carvalho	2020Pd00312	R$ 69,57
06/10/2020	E7156	Ricardo Machado de Carvalho	2020Pd00313	R$ 69,57
06/10/2020	E7157	Ricardo Machado de Carvalho	2020Pd00314	R$ 69,57
06/10/2020	E7158	Claudio Donizete Covilo	2020Pd00315	R$ 57,98
06/10/2020	E7159	Claudio Donizete Covilo	2020Pd00316	R$ 69,57
06/10/2020	E7160	Claudio Donizete Covilo	2020Pd00317	R$ 347,88
06/10/2020	E7161	Claudio Donizete Covilo	2020Pd00318	R$ 69,57
06/10/2020	E7162	Claudio Donizete Covilo	2020Pd00319	R$ 69,57
06/10/2020	E7163	Bruno Dupski	2020Pd00320	R$ 69,57
06/10/2020	E7164	Evandro Ambrosio da Silva	2020Pd00321	R$ 69,57
06/10/2020	E7165	Evandro Ambrosio da Silva	2020Pd00322	R$ 69,57
06/10/2020	E7166	Maicon Ceneri da Silva	2020Pd00323	R$ 69,57
06/10/2020	E7167	Maicon Ceneri da Silva	2020Pd00324	R$ 69,57
06/10/2020	E7168	Maicon Ceneri da Silva	2020Pd00325	R$ 69,57
06/10/2020	E7169	Joao Carlos Correia	2020Pd00326	R$ 69,57
06/10/2020	E7170	Silvanio Marques	2020Pd00327	R$ 69,57
06/10/2020	E7171	Silvanio Marques	2020Pd00328	R$ 69,57
06/10/2020	E7172	Silvanio Marques	2020Pd00329	R$ 69,57
06/10/2020	E7173	Silvanio Marques	2020Pd00330	R$ 69,57
06/10/2020	E7174	Evandro Ambrosio da Silva	2020Pd00331	R$ 69,57
06/10/2020	E7175	Ricardo Machado de Carvalho	2020Pd00332	R$ 69,57
06/10/2020	E7176	Gilmar Pires de Camargo	2020Pd00333	R$ 69,57
08/10/2020	E8042	Adriano Gines Nunes	2020Pd00339	R$ 69,57
09/10/2020	E9228	Flash Comercio Produtos de Higiene Eireli	2020Pd00282	R$ 1.531,53
15/10/2020	F1702	Telefonica Brasil S A	2020Pd00299	R$ 772,23
16/10/2020	F2536	Link Card Administradora de Beneficios Ei	2020Pd00335	R$ 330,50
16/10/2020	F2537	Link Card Administradora de Beneficios Ei	2020Pd00336	R$ 2.035,62
16/10/2020	F2976	Anvax Company Higiene e Perfumaria Ltda	2020Pd00285	R$ 459,80
19/10/2020	F3463	Comercial Debéche Textil Eireli-Me	2020Pd00288	R$ 2.454,00
21/10/2020	F4752	Rc2 Pneus Centro Automotivo Ltda	2020Pd00291	R$ 1.029,00
22/10/2020	F5391	Cia. Saneamento Bas. Do Est. Sao Paulo Sa	2020Pd00347	R$ 127.969,35
22/10/2020	F5477	A2g Comercial Ltda - Epp	2020Pd00294	R$ 400,00
22/10/2020	F5478	A2g Comercial Ltda - Epp	2020Pd00295	R$ 600,00
23/10/2020	F6400	Systemac Prest Serv Equip Eletr Ltda	2020Pd00292	R$ 2.850,00
26/10/2020	F6998	Eletropaulo Metr.eletricidade.sp.s.a	2020Pd00348	R$ 21.615,09
26/10/2020	F7523	Ind. Dist. Prod. Limpeza D. Prado Eirelli	2020Pd00293	R$ 504,90
28/10/2020	F8328	Biomixx Dist. De Produtos Descartaveis Lt	2020Pd0029	R$ 5.814,00
28/10/2020	F8329	Confeccoes Gigantex Ltda	2020Pd00297	R$ 11.760,00

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DR. CALIXTO ANTONIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Despacho do Diretor Técnico III, de 17-12-2020

Determinando, tendo em vista os termos constantes do Comunicado de Evento 221/2020 de 15-12-2020, subscrito por D. T. F. N. e conforme artigo 20, inciso III do Decreto 49.865/05, nos termos do artigo 264 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, a realização de Apuração Preliminar para apurar os fatos irregulares, ocorridos no dia 15-12-2020, no Jumbo, no que consiste, em averiguar se houve participação de servidores desta Unidade Prisional, na tentativa de entrada dos materiais ilícitos, apreendidos em meio aos itens de alimentação e higiene pessoal, encaminhados via Sedex, pela visitante A.C.A.L, ao detento Nicolas Daniel Lorena Lopes, matrícula 1.190.207. Ficam designados os servidores Mauricio Affonso Caetano, R.G. 47.101.809-0, Agente de Segurança Penitenciária, Classe III, como Autoridade Apuradora, e Eduardo Bazzo, R.G. 28.241.074-0, Agente de Segurança Penitenciária, Classe III, que irá secretariar os trabalhos. Os servidores ora designados atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o § 1° do artigo 265, respeitando a ressalva do § 2° do mesmo artigo, todas das leis supracitadas. Conclusos à Autoridade Apuradora. (282/2020)

Despacho do Diretor Técnico III, de 17-12-2020

Determinando, tendo em vista os termos constantes do Comunicado de Evento 223/2020 de 16-12-2020, subscrito por A. R. F. e conforme artigo 20, inciso III do Decreto 49.865/05, nos termos do artigo 264 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, a realização de Apuração Preliminar para apurar os fatos irregulares, ocorridos no dia 16-12-2020, no Jumbo, no que consiste, em averiguar se houve participação de servidores desta Unidade Prisional, na tentativa de entrada dos materiais ilícitos, apreendidos em meio aos medicamentos, encaminhados via Sedex, pelo visitante D.L.G, ao detento Marcio Lopes Godoi, matricula 1.024.189. Ficam designados os servidores Mauricio Affonso Caetano, R.G. 47.101.809-0, Agente de Segurança Penitenciária, Classe III, como Autoridade Apuradora, e Eduardo Bazzo, R.G. 28.241.074-0, Agente de Segurança Penitenciária, Classe III, que irá secretariar os trabalhos. Os servidores ora designados atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o § 1° do artigo 265, respeitando a ressalva do § 2° do mesmo artigo, todas das leis supracitadas. Conclusos à Autoridade Apuradora. (283/2020)

Despacho do Diretor Técnico III, de 29-12-2020

Determinando, tendo em vista os termos constantes do Comunicado de Evento 245/2020 de 29-12-2020, subscrito por J. D. S. e conforme artigo 20, inciso III do Decreto 49.865/05, nos termos do artigo 264 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, a realização de Apuração Preliminar para apurar os fatos irregulares, ocorridos no dia 29-12-2020, no Setores Administrativos, no que consiste, em averiguar se houve irregularidade administrativa. Ficam designados os servidores Eduardo Bazzo, R.G. 28.241.074-0, Agente de Segurança Penitenciária, Classe III, como Autoridade Apuradora, e Ailton Batista Lino, R.G. 18.857.831-6, Agente de Segurança Penitenciária, Classe VI, que irá secretariar os trabalhos. Os servidores ora designados atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o § 1° do artigo 265, respeitando a ressalva do § 2° do mesmo artigo, todas das leis supracitadas. Conclusos à Autoridade Apuradora. (292/2020)

Despacho do Diretor Técnico III, de 7-1-2021

Determinando, tendo em vista os termos constantes do Comunicado de Evento 002/2021 de 04-01-2021, subscrito por D. T. F. N. e conforme artigo 20, inciso III do Decreto 49.865/05, nos termos do artigo 264 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, a realização de Apuração Preliminar para apurar os fatos irregulares, ocorrido no dia 04-01-2021, no Jumbo, no que consiste, em averiguar se houve participação de servidores desta Unidade Prisional, na tentativa de entrada do material ilícito, apreendido em meio ao medicamento, encaminhado via SEDEX, pela visitante M. F. R, ao detento Celio Ferreira Ramos, matricula 525.304. Ficam designados os servidores Eduardo Bazzo, R.G. 28.241.074-0, Agente de Segurança Penitenciária, Classe III, como Autoridade Apuradora, e Mauricio Affonso Caetano, R.G. 47.101.809-0, Agente de Segurança Penitenciária, Classe III, que irá secretariar os trabalhos. Os servidores ora designados atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o § 1° do artigo 265, respeitando a ressalva do § 2° do mesmo artigo, todas das leis supracitadas. Conclusos à Autoridade Apuradora. (2/2021)

Despacho do Diretor Técnico III, de 13-1-2021

Determinando, tendo em vista os termos constantes do Comunicado de Evento 004 e 005/2021 de 09-01-2021, subscrito por M.F.P.M.J. e R.C.V. e conforme artigo 20, inciso III do Decreto 49.865/05, nos termos do artigo 264 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, a realização de Apuração Preliminar para apurar os fatos irregulares, ocorrido no dia 09-01-2021, no Setor de Revista e MPSP, no que consiste, em averiguar se houve participação de servidores desta Unidade Prisional, na tentativa de entrada do material ilícito, apreendido em posse da visitante P.A.D, e na entrada dos materiais ilícitos apreendidos em posse do detento Iranildo Andrade Dias, matrícula 409.069. Ficam designados os servidores Eduardo Bazzo, R.G. 28.241.074-0, Agente de Segurança Penitenciária, Classe III, como Autoridade Apuradora, e Juliano Kang, R.G. 21.358.057-3, Agente de Segurança Penitenciária, Classe III, que irá secretariar os trabalhos. Os servidores ora designados atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o § 1° do artigo 265, respeitando a ressalva do § 2° do mesmo artigo, todas das leis supracitadas. Conclusos à Autoridade Apuradora. (5/2021)

Despacho do Diretor Técnico III, de 15-1-2021

Determinando, tendo em vista os termos constantes do Comunicado de Evento 007/2021 de 14-01-2021, subscrito por D.A.S. e conforme artigo 20, inciso III do Decreto 49.865/05, nos termos do artigo 264 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, a realização de Apuração Preliminar para apurar os fatos irregulares, ocorrido no dia 14-01-2021, no Jumbo, no que consiste, em averiguar se houve participação de servidores desta Unidade Prisional, na tentativa de entrada do material ilícito, apreendido em meio aos medicamentos, encaminhados via SEDEX, pela visitante J.R.C, ao detento Rodrigo Ramos de Campos, matrícula 553.657. Ficam designados os servidores Eduardo Bazzo, R.G. 28.241.074-0, Agente de Segurança Penitenciária, Classe III, como Autoridade Apuradora, e Juliano Kang, R.G. 21.358.057-3, Agente de Segurança Penitenciária, Classe III, que irá secretariar os trabalhos. Os servidores ora designados atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o § 1° do artigo 265, respeitando a ressalva do § 2° do mesmo artigo, todas das leis supracitadas. Conclusos à Autoridade Apuradora. (7/2021)

PENITENCIÁRIA MÁRIO DE MOURA E ALBUQUERQUE - FRANCO DA ROCHA I

Despacho do Diretor Técnico III, de 19-1-2020

Determinando, tendo em vista os termos da representação contida na Comunicação de Evento 010/21, datada de 19-01-2021, subscrita pelo servidor DGA, RG 42.XXX.XXX-X, e conforme Dec 42.371, de 21-10-1997, nos termos do art 264, da L 10.261 de 28-10-1968, alterada pela LC 942, de 6-6-2003, a realização de Apuração Preliminar, para verificar as possíveis responsabilidades funcionais relacionadas aos fatos ocorridos na data mencionada, quando informa o comunicante a apreensão de 01 aparelho de telefonia celular da marca Samsung com bateria e sem chip, encontrado durante procedimento de ronda na Ala de Progressão Penitenciária, sem autoria conhecida. Para tanto, ficam designados os servidores DGO RG 29.XXX.XXX-X SSP/SP, Agente de Segurança Penitenciária, como Autoridade Apuradora, e o servidor MMAR RG 27.XXX.XXX-X SSP/SP, Agente de Segurança Penitenciária, para secretariar os trabalhos. Os servidores ora designados atuarão sem prejuízos das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar de imediato o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o § 1º, do art 265, respeitando-se a ressalva do § 2º do mesmo art, ambos da L supramencionada.(Despacho 004/21 - AP 65945/2021).

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL

Despacho do Coordenador Regional, de 22-1-2021

Ratificando, em cumprimento ao que determina o artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, a situação de inexigibilidade de licitação reconhecida pelo Diretor Técnico III do Centro de Detenção Provisória "Dr. José Eduardo Mariz de Oliveira" de Caraguatatuba, com fundamento no artigo 25, "caput", da referida lei, em favor da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, visando ao pagamento de despesas serviços de utilidade pública – fornecimento de água e saneamento básico para a unidade prisional interessada, durante o exercício de 2021, no valor de R$ 5.300.000,00, ficando condicionada ao repasse de recursos orçamentários respectivos.

Despacho do Coordenador Regional, de 22-1-2021

Ratificando, em cumprimento ao que determina o artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, a situação de inexigibilidade de licitação reconhecida pelo Diretor Geral em exercício da Penitenciária Feminina II De Tremembé, com fundamento no artigo 25, "caput", da referida lei, em favor da Companhia Ambiental de Saneamento Básico - Sabesp, visando ao pagamento de despesas serviços de utilidade pública – fornecimento de água e saneamento básico para a unidade prisional interessada, durante o exercício de 2021, no valor de R$ 1.980.000,00, ficando condicionada ao repasse de recursos orçamentários respectivos.

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA LUIS CESAR LACERDA - SÃO VICENTE

Portaria CDPSV-41, de 22-1-2021

O Diretor Técnico III do Centro de Detenção Provisória "Luis Cesar Lacerda" de São Vicente, com fundamento no Decreto 49.577 de 04-05-2005, resolve:

Artigo 1º – Designar Alfonso Blanco Nieves, RG 17.954.070, Agente de Segurança Penitenciária, Ana Lucia da Conceição Sergio Lotito, RG 16.714.525-3, Agente de Segurança Penitenciária, Ana Amélia Arruda Gonçalves, RG 29.579.388-0, Oficial Administrativo, Anderson Kirk Santos Barreto, RG 22.775.694-0, Agente de Segurança Penitenciária, Alexandre Rodrigues Neves, RG 30.976.194-3, Agente de Segurança Penitenciária, Alexandre Schimidt Malheiros de Freitas, RG 20.059.684, Agente de Segurança Penitenciária, Catia Regina Coelho, RG 27.930.082, Oficial Administrativo, Cristiano Pereira Barros, RG 23.031.251-2, Oficial Administrativo, Darcio Paulo Miranda Santos RG 28.993.377-8, Agente de Segurança Penitenciária, Daniel Canuto, RG 26.137.943-4, Agente de Segurança Penitenciária, Delson Rodrigues Santos Filho, RG 28.232.729-0, Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, Didmo Rodrigues, RG. 20.057.822-4, Agente de Segurança Penitenciária, Djaic Robson Ribeiro Domingues, RG. 32.806.395-2, Agente de Segurança Penitenciária, Elizabeth de Oliveira de Matos, RG 44.508.001-2, Oficial Administrativo, Elaine Cristina da Silva Marcelino, RG 35.208.305-0, Assistente Social, Eneias Barreto Muniz, RG 27.991.961, Agente de Escolta e Vigilância Penitenciário, Euclides Assis da Silva, RG 17.602.033-0, Agente de Segurança Penitenciária, Fabricio Galindo Correa, RG 28.039.471-8, Oficial Administrativo, Felipe Alves dos Santos, RG 49.663.351, Agente de Segurança Penitenciária, Gilson dos Santos Soares, RG 22.919.237-3, Agente de Segurança Penitenciária, Jair Lazaro Branco, RG 22.838.015-7, Agente de Segurança Penitenciária, José Roberto Borges Neves, RG 26.469.217-2, Agente de Segurança Penitenciária, Klebber Massuia Orrego, RG. 27.292.539-1, Agente de Segurança Penitenciária, Marcio Barbosa dos Santos, RG 27.523.814, Agente de Segurança Penitenciária, Michel Cavalheiro Nascimento, RG 32.766.760-6, Agente de Segurança Penitenciária, Rogerio Vassão dos Santos, RG 27.561.090, Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, Rogerio Oliveira Alves, RG 28.208.950-0, Saulo Nonato Alcântara Costa, RG 19.761.999-X, Agente de Segurança Penitenciária, Sergio Luiz Siqueira Araújo, RG 30.289.824-4, Agente de Segurança Penitenciária, Silmara Marinho Espindola, RG 44.140.613-0, Oficial Administrativa, Wanessa Aparecida Alves Pereira, RG. 30.141.670-9 Auxiliar de Serviço Gerais, Wagner de Freitas Pinto, RG 16.698.300, Cirurgião Dentista, para sem prejuízo de suas atividades, cargos ou funções, compor a Comissão de Recepção de Materiais e Serviços, deste Centro de Detenção Provisória, de conformidade com o Artigo 70 da Lei Estadual 6.544/89, c.c. o Artigo 73, inicio II, da Lei Federal 8.883/94 e suas alterações.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria anterior 197/20CDPSV.

Portaria CDPSV-42, de 22-1-2021

O Diretor Técnico III do Centro de Detenção Provisória "Luis Cesar Lacerda" de São Vicente, com fundamento no Decreto 49.577 de 04-05-2005, e considerando o que determina o Parágrafo 4º, do Artigo 4º, da Resolução SAP – 244, de 15-09-2008, resolve:

Artigo 1º - Designar José Roberto Borges Neves - RG 26.469.217-2 Diretor do Centro de Segurança e Disciplina; Ana Amélia Arruda Gonçalves, RG 29.579.388-0 Diretora do Centro Administrativo; Gilson dos Santos Soares, RG 22.919.237-3, Agente de Segurança Penitenciária; Rogerio Vassão dos Santos, RG 27.561.090 Diretor do Centro de Escolta e Vigilância Penitenciária, para constituírem a Comissão Examinadora de Cães, do canil deste Centro de Detenção Provisória "Luis Cesar Lacerda" de São Vicente, para fins de aquisição, doação e transferência em conformidade com o artigo 3º da referida Resolução.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria 093/20CDPSV.

Portaria CDPSV-43, de 22-1-2021

O Diretor Técnico III do Centro de Detenção Provisória "Luis Cesar Lacerda" de São Vicente, com fundamento no Decreto 49.577 de 04-05-2005, resolve:

Artigo 1º - Designar 1.º Cátia Regina Coelho, RG 27.930.082-7, Supervisor de Equipe Técnica, 2.º José Roberto Borges Neves - RG 26.469.217-2, Diretor do Centro de Segurança e Disciplina e 3.º Ana Amélia Arruda Gonçalves RG 29.579.388-0 - Diretora do Centro Administrativo, para comporem a Comissão de Controle Interno desta Unidade Prisional a partir da publicação.

Considerando, o que determina a Constituição Federal em seu artigo 37, bem como a Constituição Estadual em seu artigo 35 c/c parágrafo único do artigo 14 e artigo 26 da Lei Complementar

709/93 e ainda onde couber as Instruções Consolidadas do Tribunal de Contas do Estado TC 01/2008, a presente Comissão deverá fiscalizar e informar através de relatórios e pareceres matérias que envolvam aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, visando promover a transparência dos trabalhos, celeridades e economicidade, acompanhando os procedimentos e prazos previstos. Fica também determinado, que os responsáveis pelo Controle Interno, terão durante o trabalho de fiscalização a completa colaboração dos setores, bem como disponibilização de processos de licitações, contas bancárias, estoques, etc. promovendo a fiscalização sem prejuízo de suas atribuições normais.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria anterior SAP--POR-2020/00127.

Portaria CDPSV-44, de 22-1-2021

O Diretor Técnico III do Centro de Detenção Provisória "Luis Cesar Lacerda" de São Vicente, com fundamento no Decreto 49.577 de 04-05-2005, visando dar cumprimento as determinações explicitas na Resolução SAP – 98 de 04-05-2010 no que concerne a destruição resolve:

Artigo 1º – Instituir comissão responsável por viabilizar a baixa dos equipamentos conforme acima mencionados de acordo com diploma legal em pauta. Assim sendo, ficam doravante designado; como presidente o Cátia Regina Coelho Santos, RG 27.930.082-7, Supervisor de Equipe Técnica, demais membros da comissão: Ana Amélia Arruda Gonçalves, RG 29.579.388-0 – Diretora do Centro Administrativo; José Roberto Borges Neves - RG 26.469.217-2, Diretor do Centro de Segurança e Disciplina, Rogerio Vassão dos Santos, RG 27.561.090 – Diretor do Núcleo de Escolta e Vigilância Penitenciária;

Artigo 2º – Os coletes balísticos que estiverem enquadrados no art. 1º - incisos I ao IV da Resolução em epigrafe deverão ser recolhidos e destruidos por picotamento; incontinente deverá ser lavrada ata em 03 vias, e os residuos do evento deverão ser encaminhados ao Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado – FUSSESP, conforme Decreto 27.041 de 29-05-1987, alterado pelo Decreto 27.163 de 10 julho de 1987;

Artigo 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria anterior 02/2019CDPSV.

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA ASP NAYAN XAVIER RIBEIRO DE RIBEIRÃO PRETO

Portaria CDPRP-18, de 22-1-2021

O Diretor Técnico III do Centro de Detenção Provisória ASP Nayan Xavier Ribeiro de Ribeirão Preto, considerando o Artigo 3º da Resolução SAP - 98 de 04-05-2010, com alteração do artigo 2º, feito pela Resolução SAP – 130 de 16-06-2010 e alteração pela Resolução SAP – 29 de 13-03-2013, que dispõe sobre a destruição de coletes balísticos pertencentes a órgãos que integram a Secretaria da Administração Penitenciária quando na condição de inservíveis; resolve:

Artigo 1º - Designar para, sem prejuízo de suas atribuições e atividades legais, compor a Comissão de Responsaveis para a Destruição de Coletes Balisticos Considerados Inservíveis, os servidores: Douglas Mauro Inforzato, RG 9.393.972-3, Diretor Técnico III, Jean César Rodrigues de Lima, RG 27.990.542-7, Agente de Segurança Penitenciária e Geraldo Guimarães Bocayuva Jr, RG 30.067.431-4, Diretor do Centro de Escolta e Vigilância Penitenciária.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01-01-2021.

Portaria CDPRP-19, de 22-1-2021

O Diretor Técnico III do Centro de Detenção Provisória ASP Nayan Xavier Ribeiro de Ribeirão Preto, considerando o artigo 70 da Lei Estadual 6.544/89, c.c, o artigo 73, Inciso II alíneas "a" e "b" da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações; resolve:

Artigo 1º - Designar para, sem prejuízo de suas atribuições e atividades legais, no período de 01-01-2020 a 31-12-2020 para compor a Comissão de Recepção de Materiais e Serviços desta Unidade, sob a presidência do primeiro, os servidores: Luiz Henrique Peres. RG: 9.090.904-5, Oficial Administrativo, Jose Marcos Prado Luque, RG 10.597.369, Agente de Segurança Penitenciária, Mariane Farias Barbosa Marcelino, RG 45.431.646-X, Supervisor Técnico, Wekton de Oliveira Ribeiro, RG 30.749.595-4, Agente de Segurança Penitenciária e como suplentes Gilmar Falqueiro, RG 8.610.199-SSP-SP, Agente de Segurança Penitenciária, Jean César Rodrigues de Lima, RG 27.990.542-7, Agente de Segurança Penitenciária e Ricardo Gil Domingues Camolez, RG 35.300.350-5, Agente de Segurança Penitenciária.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01-01-2021.

Portaria CDPRP-20, de 22-1-2021

O Diretor Técnico III do Centro de Detenção Provisória ASP Nayan Xavier Ribeiro de Ribeirão Preto, considerando o artigo 70 da Lei Estadual 6.544/89, c.c, o artigo 73, Inciso II alíneas "a" e "b" da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações; resolve:

Artigo 1º - Designar para, sem prejuízo de suas atribuições e atividades legais, no período de 01-01-2020 a 31-12-2020 para compor a Comissão de Recepção de Medicamentos e Materiais de Uso Medico-Odontologico desta Unidade, sob a presidência do primeiro, os servidores: Maria Cleudeni Soares de Lacerda, RG 35.430.046-5 – Diretora Núcleo de Atendimento à Saúde, Helton Fagner Dias, RG 44.562.872-8, Agente de Segurança Penitenciária e como suplente: Marco Almir Fioravante, RG. 25.230.696-X, Enfermeiro.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01-01-2021.

Portaria CDPRP-21, de 22-1-2021

O Diretor Técnico III do Centro de Detenção Provisória ASP Nayan Xavier Ribeiro de Ribeirão Preto, considerando o artigo 51 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações; resolve:

Artigo 1º - Designar para, sem prejuízo de suas atribuições e atividades legais, no período de 01-01-2020 a 31-12-2020 para compor a Comissão Julgadora Permanente de Licitações desta Unidade, sob a presidência do primeiro, os servidores: Jean César Rodrigues de Lima, RG 27.990.542-7, Agente de Segurança Penitenciária, Gilmar Falqueiro, RG 8.610.199-SSP-SP, Agente de Segurança Penitenciária, Ricardo Gil Domingues Camolez, RG 35.300.350-5, Agente de Segurança Penitenciária, Wekton de Oliveira Ribeiro, RG 30.749.595-4, Agente de Segurança Penitenciária, Luiz Henrique Peres. RG: 9.090.904-5, Oficial Administrativo e Mariane Farias Barbosa Marcelino, RG 45.431.646-X, Supervisor Técnico II.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01-01-2021.

Portaria CDPRP-22, de 22-1-2021

O Diretor Técnico III do Centro de Detenção Provisória ASP Nayan Xavier Ribeiro de Ribeirão Preto, considerando as disposições do art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações; resolve:

Artigo 1º - Designar, sem prejuízo de suas atividades, cargos/ funções, para representar a Administração, na Gestão de Contratos desta Unidade, para o exercício de 2020, os seguintes funcionários: Gestores: Jean César Rodrigues de Lima, RG 27.990.542-7, Agente de Segurança Penitenciária, Gilmar Falqueiro, RG 8.610.199-SSP-SP, Agente de Segurança Penitenciária, Wekton de Oliveira Ribeiro, RG 30.749.595-4, Agente de Segurança Penitenciária, Luiz Henrique Peres. RG: 9.090.904-5, Oficial Administrativo e como suplentes: Mariane Farias Barbosa Marcelino, RG 45.431.646-X, Supervisor Técnico II e Ricardo Gil Domingues Camolez, RG 35.300.350-5, Agente de Segurança Penitenciária.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01-01-2021.

Portaria CDPRP-23, de 22-1-2021

O Diretor Técnico III do Centro de Detenção Provisória ASP Nayan Xavier Ribeiro de Ribeirão Preto, considerando as propostas apresentadas pela Comissão Interna de Redução e Racionalização do Uso de Energia Elétrica, da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, de adotar as medidas necessárias para a aplicação de normas vigentes; resolve:

Artigo 1º - Designar, sem prejuízo de suas atividades, cargos/ funções, para constituir a Equipe de Racionalização do Uso de Energia Elétrica desta Unidade para o exercício de 2020, os seguintes funcionários: Genivaldo dos Santos, RG 28.229.129-5, Diretor de Núcleo de Portaria, Gilmar Pereira, RG 28.540.656-5, Diretor do Centro de Segurança e Disciplina, Valdeir Machado dos Santos, RG 30.974.864-1, Diretor de Núcleo de Portaria, Geraldo Guimarães Bocayuva Junior, RG 30.067.431-4, Diretor do Centro de Escolta e Vigilância Penitenciária e Ricardo Gil Domingues Camolez, RG 35.300.350-5, Agente de Segurança Penitenciária.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01-01-2021.

Portaria CDPRP-24, de 22-1-2021

O Diretor Técnico III do Centro de Detenção Provisória ASP Nayan Xavier Ribeiro de Ribeirão Preto, considerando a necessidade de adotar as medidas necessárias para a aplicação de normas do Decreto 45.805, de 15 de Maio de 2.001, que instituiu o Programa Estadual de Uso Racional de Água Potável, bem como, o Decreto 48.138, de 07 de Outubro de 2.003, que instituiu medidas de redução de consumo e racionalização do uso da água; resolve:

Artigo 1º - Designar, sem prejuízo de suas atividades, cargos/ funções, para atuar como Controladores do Uso Racional de Água desta Unidade, para o exercício de 2020, os seguintes funcionários: Genivaldo dos Santos, RG 28.229.129-5, Diretor de Núcleo de Portaria, Valdeir Machado dos Santos, RG 30.974.864-1, Diretor de Núcleo de Portaria, Gilmar Pereira, RG 28.540.656-5, Diretor do Centro de Segurança e Disciplina, e Geraldo Guimarães Bocayuva Junior, RG 30.067.431-4, Diretor do Centro de Escolta e Vigilância Penitenciária e Ricardo Gil Domingues Camolez, RG 35.300.350-5, Agente de Segurança Penitenciária.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01-01-2021.

Portaria CDPRP-25, de 22-1-2021

O Diretor Técnico III do Centro de Detenção Provisória ASP Nayan Xavier Ribeiro de Ribeirão Preto, considerando: - Os alertas das autoridades sanitárias sobre a incidência de casos de doenças transmissíveis pelo mosquito "aedes aegypti", como Dengue, Chikungunya e Zika; - Que tais doenças são altamente letais e podem ser evitadas, se observados os cuidados necessários no combate a sua proliferação, com a eliminação de criadouros; - O grande contingente de servidores, autoridades e visitantes que circulam diariamente nesta Unidade Prisional e - – A probabilidade de um grande volume de chuvas para este exercício, o qual pode colaborar para o surgimento de criadouros do mosquito "aedes aegypti; resolve:

Artigo 1º - Designar o servidor Luiz Henrique Peres. RG: 9.090.904-5, Oficial Administrativo, para sem prejuízo de suas atribuições, atuar como Guardião no Combate ao Mosquito Aedes Aegypti e os servidores Gilmar Pereira, RG 28.540.656-5, Diretor do Centro de Segurança e Disciplina, Genivaldo dos Santos, RG 28.229.129-5, Diretor de Núcleo de Portaria, Geraldo Guimarães Bocayuva Junior, RG 30.067.431-4, Diretor do Centro de Escolta e Vigilância Penitenciária, e Valdeir Machado dos Santos, RG 30.974.864-1, Diretor de Núcleo de Portaria, para atuarem na Vigilância e Controle de Aedes Aegypti nas dependências do Centro de Detenção Provisória de Ribeirão Preto;

Artigo 2º - Os servidores indicados terão acesso a todas as instalações deste Centro de Detenção Provisória, atuando de forma a detectar locais que possam servir de criadouro, bem como adotar as providências necessárias para eliminar quaisquer riscos de surgimento de focos.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01-01-2021.

Portaria CDPRP-26, de 22-1-2021

O Diretor Técnico III do Centro de Detenção Provisória ASP Nayan Xavier Ribeiro de Ribeirão Preto, considerando a Resolução SAP- 76, DE 23-06-2017, publicada no D.O. de 24-06-2017, a qual estabelece a obrigatoriedade de leitura constante no consumo de água no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária; resolve:

Artigo1º- Ficam os Diretores e Substitutos dos Núcleos de Portaria responsáveis pelo Controle de Leitura do Hidrômetro (relógio medidor de consumo de água) diariamente, inclusive finais de semana, feriados e dias santos, no período compreendido entre as 17 e 18 horas.

Artigo 2º- Ficam os Diretores e Substitutos dos Núcleos de Portaria responsáveis pelo preenchimento do Anexo I (planilha diária):

Artigo 3º - Até o primeiro dia útil de cada mês as planilhas devem ser entregues ao Guardião da Economia ou Supervisor Técnico II, para prosseguimento do Controle Mensal Anexo II (planilha mensal).

Artigo 4º - Dê–se ciência aos interessados, inclusive da Resolução.

Artigo 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01-01-2021.

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA "DR. ALBERTO BROCCHIERI" DE BAURU

CENTRO ADMINISTRATIVO

Despacho do Diretor Técnico III, de 22-1-2021

Determinando, tendo em vista os termos constantes da Comunicação de Evento 13/2021, de 19-01-2021, subscrita por L.B.F, Agente de Segurança Penitenciária e conforme Decreto 57.391, de 30-09-2011, nos termos do artigo 264 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, a realização de Apuração Preliminar, para apurar os fatos irregulares que consistem na Apreensão De Miniaparelho De Telefonia Celular. Ficam designados os servidores Silvana Aparecida Velozo Lorenzato, RG 16.652.713-0, Supervisora Técnica III Substituta, como Autoridade Apuradora e Fábio Henrique Ferreira Soares, RG 19.621.886-X, Agente de Segurança Penitenciária, para secretariar os trabalhos. Os servidores ora designados atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o § 1º do artigo 265, respeitando a ressalva do § 2º do mesmo artigo, todos das leis supracitadas. (AP 03/2021).

PENITENCIÁRIA DR. PAULO LUCIANO DE CAMPOS - AVARÉ I

Extrato de Contrato

Contrato 2020CT00135

Processo: SAP-PRC-2020/14494

Modalidade de licitação: Convite Eletrônico BEC nº 380112000012020OC00100

Nota de Empenho: 2020NE0959

Fundamento legal: art. 22, inciso III e § 3º, da Lei Federal 8.666, de 21-06-1993 e art. 22, inciso III, da Lei Estadual 6.544, de 22-11-1989. e Decretos Estaduais 45.085/2000, 45.695/2001 e 61.363/2015. Parecer Jurídico: Edital padrão pré aprovado pela PGE.

Dotação Orçamentária: Unidade Gestora: 380112, Elemento de Despesa: 33903080

PTRES: 380613

Funcional Programática: 14122381361460000

Suporte Administrativo em Apoio Cust.reinteg.

Classificação dos Recursos: 001001001 – Tesouro do Estado.

Contratante: Penitenciária "Dr. Paulo Luciano de Campos" de Avaré

CNPJ: 96.291.141/0013-13

Contratada: Constantino Pneus Eireli

CNPJ: 35.793.795/0001-17

Objeto: Aquisição de Pneu Agricola.

Valor do Contrato: R$ 2.500,00

Data da Assinatura: 17-06-2020

Vigência: 17-06-2020 a 17-07-2020

Extratos de Contratos

Contrato 2020CT00282

Processo: SAP-PRC-2020/28895

Modalidade de licitação: Convite Eletrônico BEC 380112000012020OC00252

Nota de Empenho: 2020NE01492

Fundamento legal: art. 22, inciso III e § 3º, da Lei Federal 8.666, de 21-06-1993 e art. 22, inciso III, da Lei Estadual 6.544, de 22-11-1989. e Decretos Estaduais 45.085/2000, 45.695/2001 e 61.363/2015. Parecer Jurídico: Edital padrão pré aprovado pela PGE.

Dotação Orçamentária: Unidade Gestora: 380112, Elemento de Despesa: 33903080

PTRES: 380613

Funcional Programática: 14122381361460000

Suporte Administrativo em Apoio Cust.reinteg.

Classificação dos Recursos: 001001001 – Tesouro do Estado.

Contratante: Penitenciária "Dr. Paulo Luciano de Campos" de Avaré

CNPJ: 96.291.141/0013-13

Contratada: Pejota Pet Sa de Animal Ltda-ME

CNPJ: 19.933.130/0001-05

Objeto: Aquisição de Alimento para Animais.

Valor do Contrato: R$ 2.460,00

Data da Assinatura: 01-10-2020

Vigência: 01-10-2020 a 30-10-2020

Contrato 2020CT00295

Processo: SAP-PRC-2020/28895

Modalidade de licitação: Convite Eletrônico BEC 380112000012020OC00252

Nota de Empenho: 2020NE01616

Fundamento legal: art. 22, inciso III e § 3º, da Lei Federal 8.666, de 21-06-1993 e art. 22, inciso III, da Lei Estadual 6.544, de 22-11-1989. e Decretos Estaduais 45.085/2000, 45.695/2001 e 61.363/2015. Parecer Jurídico: Edital padrão pré aprovado pela PGE.

Dotação Orçamentária: Unidade Gestora: 380112, Elemento de Despesa: 33903080

PTRES: 380613

Funcional Programática: 14122381361460000

Suporte Administrativo em Apoio Cust.reinteg.

Classificação dos Recursos: 001001001 – Tesouro do Estado.

Contratante: Penitenciária "Dr. Paulo Luciano de Campos" de Avaré

CNPJ: 96.291.141/0013-13

Contratada: Regional Agropecuaria e Business Ltda

CNPJ: 34.251.376/0001-90

Objeto: Aquisição de Alimento para Animais.

Valor do Contrato: R$ 570,00

Data da Assinatura: 16-10-2020

Vigência: 16-10-2020 a 15-11-2020

PENITENCIÁRIA LUIZ GONZAGA VIEIRA - PIRAJUÍ II

Despachos do Diretor Técnico III, de 22-1-2021

Determinando:

tendo em vista os termos constantes do Comunicado(s) de Evento(s) 006/2021, de 21-01-2021, elaborado com base no R.D.O. 20/2021, de 19-01-2021, lavrado pela Autoridade Policial do Município de Pirajuí, relacionado a fato ocorrido no dia 16-01-2021, tendo como vítima de lesão corporal o servidor C.M.L.C.R.J, Oficial Operacional – Motorista, do SQC-III-QSAP, portador do RG nº X6.XX6.X6X-X, classificado e em exercício nesta Penitenciária "Luiz Gonzaga Vieira" de Pirajuí, e conforme Decreto 49.642, de 02-06-2005, nos termos do artigo 264 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, a realização da Apuração Preliminar 002/2021, para averiguação de eventual conduta inadequada praticada na vida privada. Ficam designados os servidores Tiago Sales Puzipe, RG 28.988.122-5, Diretor Técnico II, do Centro de Trabalho e Educação, como Autoridade Apuradora e Leandro Carvalho Silva, RG 32.389.058-1, Agente de Segurança Penitenciária, classe III, para secretariar os trabalhos. Os servidores ora designados atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o §1º do artigo 265, respeitando a ressalva do §2º do mesmo artigo, todos da lei supracitada;

tendo em vista os termos constantes do(s) Comunicado(s) de Evento(s) 007/2021 de 21-01-2021, e conforme Decreto 49.642, de 02-06-2005, nos termos do artigo 264 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, a realização da Apuração Preliminar 003/2021, visando o devido esclarecimento das circunstâncias a autolesão apresentada pelo sentenciado J.R.S, matricula nº XX3.XX0-X, habitante da cela 3.02, do Pavilhão Habitacional 03, no dia 20-01-2021, por volta das 23h55. Ficam designados os servidores Tiago Sales Puzipe, RG 28.988.122-5, Diretor do Centro de Trabalho e Educação, como Autoridade Apuradora, e Leandro Carvalho Silva, RG 32.389.058-1, Agente de Segurança Penitenciária, classe III, para secretariar os trabalhos. Os servidores ora designados atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o §1º do artigo 265, respeitando a ressalva do §2º do mesmo artigo, todos da lei supracitada.

PENITENCIÁRIA RODRIGO DOS SANTOS FREITAS - BALBINOS I

CENTRO ADMINISTRATIVO

Núcleo de Finanças e Suprimentos

Extrato de Contrato

Processo: 2020/05781

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis.

Contrato: 39/2020

Pregão Eletrônico: 006/2020PIBA

Contratante: Penitenciária "Rodrigo dos Santos Freitas" de Balbinos

Contratada: Belaris Alimentos Ltda

CNPJ: 17.088.309/0001-88

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico

Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000

Natureza de Despesa: 33.90.30.10

Data da Assinatura do Contrato: 26-05-2020

Vigência: De 01-07-2020 A 31-08-2020.

Valor: R$ 81.822,50

Parecer Referencial: Parecer CJ/SAP: 001/2020 de 20-03-2020

Extrato de Contrato

Processo: 2020/05781

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis.

Contrato: 41/2020

Pregão Eletrônico: 006/2020PIBA

Contratante: Penitenciária "Rodrigo dos Santos Freitas" de Balbinos

Contratada: Claudenice de Oliveira Ramires

CNPJ: 05.362.269/0001-31

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico

Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000

Natureza de Despesa: 33.90.30.10

Data da Assinatura do Contrato: 26-05-2020

Vigência: De 01-07-2020 A 31-08-2020.

Valor: R$ 65.790,00

Parecer Referencial: Parecer CJ/SAP: 001/2020 de 20-03-2020

Extrato de Contrato

Processo: 2020/05781

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis.

Contrato: 42/2020

Pregão Eletrônico: 006/2020PIBA

Contratante: Penitenciária "Rodrigo dos Santos Freitas" de Balbinos

Contratada: Fabrica de Embutidos de Carnes Fino Sabor Ltda

CNPJ: 24.341.770/0001-66

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico

Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000

Natureza de Despesa: 33.90.30.10

Data da Assinatura do Contrato: 26-05-2020

Vigência: De 01-07-2020 A 31-08-2020.

Valor: R$ 19.305,00

Parecer Referencial: Parecer CJ/SAP: 001/2020 de 20-03-2020

Extrato de Contrato

Processo: 2020/05781

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis.

Contrato: 40/2020

Pregão Eletrônico: 006/2020PIBA

Contratante: Penitenciária "Rodrigo dos Santos Freitas" de Balbinos

Contratada: Rei da Almondega Industria e Comercio de Produtos

CNPJ: 29.711.783/0001-01

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico

Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000

Natureza de Despesa: 33.90.30.10

Data da Assinatura do Contrato: 26-05-2020

Vigência: De 01-07-2020 A 31-08-2020.

Valor: R$ 18.000,00

Parecer Referencial: Parecer CJ/SAP: 001/2020 de 20-03-2020

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO

Despacho do Coordenador, de 22-1-2021

Ratificando, em atendimento ao disposto ao artigo 26 da Lei Federal 8.666, de 21-06-1993 e suas alterações, tendo em vista a edição da Lei Complementar 897 de 09-05-2001, bem como do Decreto 57.688, de 27-12-2011, o reconhecimento de inexigibilidade de licitação exarada pelo Diretor Técnico III - Substituto da Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu, com fulcro no "caput" do artigo 25 do já citado diploma legal, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios hortifrutigranjeiros (abobrinha brasileira, banana nanica, couve e repolho verde), destinados ao consumo pelos custodiados e funcionários da Unidade Prisional supracitada e do Centro de Ressocialização "Prefeito João Misságlia" de Mogi Mirim, por meio do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), no período de 23-01-2021 a 31-03-2021, em favor de 02 agricultores familiares individuais. (SAP-PRC-2020/38352 - PFMOGIGUAÇU)

Despacho do Coordenador, de 22-1-2021

Ratificando, em atendimento ao disposto ao artigo 26 da Lei Federal 8.666, de 21-06-1993 e suas alterações, tendo em vista a edição da Lei Complementar 897 de 09-05-2001, bem como do Decreto 57.688, de 27-12-2011, o reconhecimento de inexigibilidade de licitação exarada pelo Diretor Técnico III da Penitenciária II de Guareí, com fulcro no "caput" do artigo 25 do já citado diploma legal, objetivando a aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros (banana nanica e mandioca), por meio do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), para consumo dos sentenciados da Unidade Prisional supracitada, no período de 23-01-2021 a 31-03-2021, em favor de 04 agricultores familiares individuais, além da Cooperativa de Produtores Agrícolas e Artesanato da Fazenda Ipanema - Cooprafi com 06 agricultores cooperados, e da Cooperativa Mista dos Bananicultores do Vale do Ribeira - Coopervale com 06 agricultores cooperados. (SAP-PRC-2020/38019 - PIIGUAREÍ).

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CAMPINAS

Retificação do D.O. de 22-1-2021

No Despacho do D. T. 01/2021 de 21/01/2021, com base no dispositivo do inciso I, do artigo 11 da Resolução SAP nº 139/2017, datado de 27/10/17, e conforme Artigo 20 do Decreto nº 49.380/05, Determino, nos termos do artigo 264 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, alterada pela Lei Complementar nº 942, de 06 de junho de 2003, a realização de Apuração Preliminar, para apurar possível irregularidade funcional, quanto ao falecimento do detento E.S.S., matrícula nº 1.233.xxx-x, junto ao Setor Disciplinar da Unidade, ocorrido em 19/01/2021, conforme Comunicação de Evento nº 06/2021 (PAP 01/2021). Onde se lê: 19/01/2021, Leia-se: 21/01/2021.

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA PROF. ATALIBA NOGUEIRA - CAMPINAS

Despacho do Diretor Técnico III, de 22-1-2021

Determinando, tendo em vista os termos constantes nos Comunicados de Eventos no 0040/2021, datado de 21-01-2021, e conforme artigo 1º, inciso III, do Decreto 52.376/2007, nos termos do artigo 264 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, a realização de Apuração Preliminar visando apurar suposta irregularidade funcional. Fica designado o servidor Nivaldo Caetano Ribeiro, Agente de Segurança Penitenciária, RG. 20.445.875-4, como Autoridade Apuradora. O servidor ora designado atuará sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o § 2º do mesmo artigo, todos das leis supracitadas. Conclusos à Autoridade Apuradora. (6/2021)

Despacho do Diretor Técnico III, de 22-1-2021

Determinando, tendo em vista os termos constantes nos Comunicados de Eventos no 0041/2021, datado de 21-01-2021, e conforme artigo 1º, inciso III, do Decreto 52.376/2007, nos termos do artigo 264 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, a realização de Apuração Preliminar visando apurar suposta irregularidade funcional. Fica designado o servidor Nivaldo Caetano Ribeiro, Agente de Segurança Penitenciária, RG. 20.445.875-4, como Autoridade Apuradora. O servidor ora designado atuará sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o § 2º do mesmo artigo, todos das leis supracitadas. Conclusos à Autoridade Apuradora. (7/2021)

Despacho do Diretor Técnico III, de 22-1-2021

Tendo em vista os termos constantes nos Comunicados de Eventos nos 0038 e 0039/2021, datado de 19-01-2021, e conforme artigo 1º, inciso III, do Decreto 52.376/2007, Determino, nos termos do artigo 264 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003, a realização de Apuração Preliminar visando apurar suposta irregularidade funcional. Fica designado o servidor Nivaldo Caetano Ribeiro, Agente de Segurança Penitenciária, RG. 20.445.875-4, como Autoridade Apuradora. O servidor ora designado atuará sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme preceitua o § 2º do mesmo artigo, todos das leis supracitadas. Conclusos à Autoridade Apuradora. (5/2021)

PENITENCIÁRIA ODETE LEITE DE CAMPOS CRITTER - HORTOLÂNDIA II

Portaria PHII-1, de 4-1-2021

Dispõe sobre a designação dos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos de Gêneros Alimentícios firmados por esta Unidade Prisional, provenientes de licitação para o exercício de 2021

O Diretor Técnico III, da Penitenciária "Odete Leite de Campos Critter" de Hortolândia, resolve:

Artigo 1º - Designar como titular a servidora Damaris Cristina Nascimento Souza, RG. 48.191.398-1, Diretora II do Centro Administrativo e como suplentes a servidora Enara Lucia Ferreira, RG. 25.470.921-7, Diretora I do Núcleo de Infraestrutura e Conservação e José Agnaldo Luiz Gonçalves RG. 5.145.503 MG, Agente de Segurança Penitenciária Classe VII, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos de Gêneros Alimentícios firmados por esta Unidade Prisional, durante o exercício de 2021, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único - Na ausência dos servidores designados, a responsabilidade pela continuidade dos trabalhos será dos respectivos substitutos legais.

Artigo 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04-01-2021.

Portaria PHII-2, de 4-1-2021

Dispõe sobre a designação dos responsáveis pelo Controle Interno desta Unidade Prisional

O Diretor Técnico III, da Penitenciária "Odete Leite de Campos Critter" de Hortolândia, considerando, o que dispõe os artigos 48 e 49 da Resolução 09/98, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, resolve:

Artigo 1º - Designar para, sem prejuízo de suas atribuições e atividades legais, para o exercício de 2021, atuar na função de responsável pelo Controle Interno desta Unidade, os servidores: Damaris Cristina Nascimento Souza, RG. 48.191.398-1, Diretora II do Centro Administrativo, titular; Enara Lucia Ferreira, RG. 25.470.921-7, Diretora I do Núcleo de Infraestrutura e Conservação, suplente.

Parágrafo Único - Na ausência dos servidores designados, a responsabilidade pela continuidade dos trabalhos será dos respectivos substitutos legais.

Artigo 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04-01-2021.

Portaria PHII-3, de 4-1-2021

Dispõe sobre a constituição da Comissão Especial de Recebimento de Medicamentos, Insumos Farmacêuticos, Material Médico-Odontológico e Laboratorial

O Diretor Técnico III, da Penitenciária "Odete Leite de Campos Critter" de Hortolândia, resolve:

Artigo 1º - Designar para, sem prejuízo de suas atribuições e atividades legais, constituir a Comissão Especial de Recebimento de Medicamentos, Insumos Farmacêuticos, Material Médico-Odontológico e Laboratorial, os servidores: José Aparecido Maurício Cavalcante, RG 24.459.743-1, Diretor Técnico de Saúde II do Centro de Reintegração e Atendimento à Saúde; Marcel Augusto de Carvalho, RG. 26.525.360-3, Diretor Técnico de Saúde I do Núcleo de Atendimento à Saúde; Eduardo José Milanezi Valdrighi, RG. 32.053.135-1, Agente de Segurança Penitenciária de Classe IV, e Anderson Luís Costa Aguiar, RG 33.990.626-1, Agente de Segurança Penitenciária, Classe IV, sob a presidência do primeiro, consequentemente os demais como membros que, automaticamente integrarão a Comissão, obedecida a ordem de designação na ausência e afastamento do presidente.

Artigo 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04-01-2021.

Portaria PHII-4, de 4-1-2021

Dispõe sobre a designação dos servidores responsáveis pelo setor de Almoxarifado

O Diretor Técnico III, da Penitenciária "Odete Leite de Campos Critter" de Hortolândia, resolve:

Artigo 1º - Designar para o exercício de 2021, sem prejuízo de suas atividades cargos ou funções, para serem os responsáveis pelo Setor de Almoxarifado, os servidores: Sinvaldo Maurício Bergamini, RG. 19.945.139-4, Agente de Segurança Penitenciária Classe VII; Ivanil dos Santos Silva Loba, RG. 14.723.575, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV; e como suplentes, a Damaris Cristina Nascimento Souza, RG. 48.191.398-1, Diretora II do Centro Administrativo, Enara Lucia Ferreira, RG. 25.470.921-7, Diretora I do Núcleo de Infraestrutura e Conservação e Antônio Esteves Fazio – RG. 19.815.592, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV, conforme preceitua o artigo 73, inciso II, alínea "a" e "b", da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Artigo 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04-01-2021.

Portaria PHII-5, de 4-1-2021

Dispõe sobre a criação da Comissão de Recepção de Materiais e Serviços

O Diretor Técnico III, da Penitenciária "Odete Leite de Campos Critter" de Hortolândia, com fundamento no artigo 75, Inciso V, do Decreto 43.277/98 e em conformidade com a Lei Federal n/ 8.666/93, no seu artigo 73, Incisos I e II, alíneas "a" e "b" onde determina a criação de uma Comissão de Recepção de Materiais e Serviços, resolve:

Artigo 1º - Designar para, sem prejuízo de suas atribuições e atividades legais, comporem a Comissão de Recepção de Gêneros Alimentícios, Materiais de Limpeza e Consumo, para o exercício de 2021, os servidores: Damaris Cristina Nascimento Souza, RG. 48.191.398-1, Diretora II do Centro Administrativo; Enara Lucia Ferreira, RG. 25.470.921-7, Diretora I do Núcleo de Infraestrutura e Conservação; José Agnaldo Luiz Gonçalves RG. 5.145.503 MG, Agente de Segurança Penitenciária Classe VII; Gilberto Aparecido Ceccarelli Junior RG. 25.151.708-1, Agente de Segurança Penitenciária Classe V; Antônio Esteves Fazio - RG. 19.815.592, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV; Sinvaldo Mauricio Bergamini, RG. 19.945.139-4, Agente de Segurança Penitenciária Classe VII; Ivanil dos Santos Silva Loba, RG. 14.723.575, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV; Alessandra Mamede, RG. 22.943.261-X, Diretora I do Núcleo de Trabalho; Júlio César de Sá Andreatta, RG. 41.265.353-9, Diretor Técnico II do Centro de Trabalho e Educação; Nilton Miguel de Araújo, RG. 20.345.366-9, Diretor do Núcleo de Portaria Turno I; Rubens de Souza Chaves, RG. 18.946.534-7, Diretor do Núcleo de Portaria Turno II; Luciano Martins Vilarin, RG. 42.144.485-X, Diretor do Núcleo de Portaria Turno III e Lindomar Castilho, RG. 24.943.708-9, Diretor do Núcleo de Portaria Turno IV sob a presidência do primeiro, consequentemente os demais como membros que, automaticamente integrarão a Comissão, obedecida a ordem de designação na ausência e no afastamento do presidente.

I - Para comporem a Comissão de Recepção de Materiais de Escritório, para o exercício de 2021, os servidores: Damaris Cristina Nascimento Souza, RG. 48.191.398-1, Diretora II do Centro Administrativo; Enara Lucia Ferreira, RG. 25.470.921-7, Diretor I do Núcleo de Infraestrutura e Conservação; José Agnaldo Luiz Gonçalves RG. 5.145.503 MG, Agente de Segurança Penitenciária Classe VII; Gilberto Aparecido Ceccarelli Junior RG. 25.151.708-1, Agente de Segurança Penitenciária Classe V; Antônio Esteves Fazio - RG. 19.815.592, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV; Sinvaldo Mauricio Bergamini, RG. 19.945.139-4, Agente de Segurança Penitenciária Classe VII; Ivanil dos Santos Silva Loba, RG. 14.723.575, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV, Suzana Gomes de Andrade, RG. 29.200.115-0, Diretora I do Núcleo de Pessoal; sob a presidência do primeiro, consequentemente os demais como membros que, automaticamente integrarão a Comissão, obedecida a ordem de designação na ausência e no afastamento do presidente.

II - Para comporem a Comissão de Recepção de Gás GLP, Combustíveis, Óleos Lubrificantes e Serviços de Manutenção em Veículos Oficiais, para o exercício de 2021, os servidores: Enara Lucia Ferreira, RG. 25.470.921-7, Diretora I do Núcleo de Infraestrutura e Conservação; Damaris Cristina Nascimento Souza, RG. 48.191.398-1, Diretora II do Centro Administrativo, Crisler de Oliveira Borges, RG 29.032.152-9, Diretor do Centro de Escolta e Vigilância Penitenciária; Américo Alexandre Tartarini, RG. 25.356.204-1, Diretor do Núcleo de Escolta e Vigilância do Turno III; Marcio José Rodrigues - RG: 30.209.888-4– Diretor do Núcleo de Escolta e Vigilância do Turno I; Alessandra Mamede, RG. 22.943.261-X, Diretora I do Núcleo de Trabalho; Júlio César de Sá Andreatta, RG. 41.265.353-9, Diretor Técnico II do Centro de Trabalho e Educação; Wilson da Silva Rodrigues, RG. 24.195.139-2, Agente de Segurança Penitenciária Classe VI; Sebastião Firmino da Rocha, RG. 36.373.661-X, Agente de Segurança Penitenciária Classe VII e Marcio de Paula Gabriel, RG: 17.942.830-5 Agente de Segurança Penitenciária Classe IV sob a presidência do primeiro, consequentemente os demais como membros que, automaticamente integrarão a Comissão, obedecida a ordem de designação na ausência e no afastamento do presidente.

III - Para comporem a Comissão de Recepção de Materiais de Manutenção e Conservação do Prédio e de Serviços de Manutenção do Prédio em Geral, para o exercício de 2021, os servidores: Damaris Cristina Nascimento Souza, RG. 48.191.398-1, Diretora II do Centro Administrativo; Enara Lucia Ferreira, RG. 25.470.921-7, Diretora I do Núcleo de Infraestrutura e Conservação; José Agnaldo Luiz Gonçalves RG. 5.145.503 MG, Agente de Segurança Penitenciária Classe VII; Gilberto Aparecido Ceccarelli Junior RG. 25.151.708-1, Agente de Segurança Penitenciária Classe V; Antônio Esteves Fazio - RG. 19.815.592, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV; Sinvaldo Mauricio Bergamini, RG. 19.945.139-4, Agente de Segurança Penitenciária Classe VII; Ivanil dos Santos Silva Loba, RG. 14.723.575, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV; Alessandra Mamede, RG. 22.943.261-X, Diretora I do Núcleo de Trabalho; Júlio César de Sá Andreatta, RG. 41.265.353-9, Diretor Técnico II do Centro de Trabalho e Educação; Crisler de Oliveira Borges, RG 29.032.152-9, Diretor do Centro de Escolta e Vigilância Penitenciária sob a presidência do primeiro, consequentemente os demais como membros que, automaticamente integrarão a Comissão, obedecida a ordem de designação na ausência e no afastamento do presidente.

IV - Para comporem a Comissão de Recepção de Materiais e Serviços de Informática, para o exercício de 2021, os servidores: Damaris Cristina Nascimento Souza, RG. 48.191.398-1, Diretora II do Centro Administrativo; Enara Lucia Ferreira, RG. 25.470.921-7, Diretora I do Núcleo de Infraestrutura e Conservação; José Agnaldo Luiz Gonçalves RG. 5.145.503 MG, Agente de Segurança Penitenciária Classe VII; Antônio Esteves Fazio - RG. 19.815.592, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV; Gilberto Aparecido Ceccarelli Junior RG. 25.151.708-1, Agente de Segurança Penitenciária Classe V; Sinvaldo Mauricio Bergamini, RG. 19.945.139-4, Agente de Segurança Penitenciária Classe VII; Ivanil dos Santos Silva Loba, RG. 14.723.575, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV, sob a presidência do primeiro, consequentemente os demais como membros que, automaticamente integrarão a Comissão, obedecida a ordem de designação na ausência e no afastamento do presidente.

V - Para comporem a Comissão de Recepção de Materiais Permanentes em Geral, para o exercício de 2021, os servidores: Damaris Cristina Nascimento Souza, RG. 48.191.398-1, Diretora II do Centro Administrativo; Enara Lucia Ferreira, RG. 25.470.921-7, Diretora I do Núcleo de Infraestrutura e Conservação; Suzana Gomes de Andrade, RG. 29.200.115-0, Diretora I do Núcleo de Pessoal; José Agnaldo Luiz Gonçalves RG. 5.145.503 MG, Agente de Segurança Penitenciária Classe VII; Gilberto Aparecido Ceccarelli Junior RG. 25.151.708-1, Agente de Segurança Penitenciária Classe V; Antônio Esteves Fazio - RG. 19.815.592, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV; Sinvaldo Mauricio Bergamini, RG. 19.945.139-4, Agente de Segurança Penitenciária Classe VII; Ivanil dos Santos Silva Loba, RG. 14.723.575, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV; Alessandra Mamede, RG. 22.943.261-X, Diretora I do Núcleo de Trabalho; Júlio César de Sá Andreatta, RG. 41.265.353-9, Diretor Técnico II do Centro de Trabalho e Educação; Crisler de Oliveira Borges, RG 29.032.152-9, Diretor do Centro de Escolta e Vigilância Penitenciária; Nilton Cesar do Nascimento, RG. 24.264.486-7, Diretor do Centro de Segurança e Disciplina; Luis Carlos Pin, RG. 22.604.841-X, Diretor do Centro Integrado de Movimentações e Informações Carcerárias; José Aparecido Maurício Cavalcante, RG 24.459.743-1, Diretor Técnico de Saúde II do Centro de Reintegração e Atendimento à Saúde; Marcel Augusto de Carvalho, RG. 26.525.360-3, Diretor Técnico de Saúde I do Núcleo de Atendimento à Saúde; Eduardo José Milanezi Valdrighi, RG. 32.053.135-1, Agente de Segurança Penitenciária de Classe IV; e Júlio Cesar de Freitas, RG. 18.169.548-0, Diretor do Núcleo de Inclusão, sob a presidência do primeiro, consequentemente os demais como membros que, automaticamente integrarão a Comissão, obedecida a ordem de designação na ausência e no afastamento do presidente.

VI - Para comporem a Comissão de Recepção de Materiais de Segurança e Materiais destinados aos Sentenciados, para o exercício de 2021, os servidores: Damaris Cristina Nascimento Souza, RG. 48.191.398-1, Diretora II do Centro Administrativo; Enara Lucia Ferreira, RG. 25.470.921-7, Diretor I do Núcleo de Infraestrutura e Conservação; José Agnaldo Luiz Gonçalves RG. 5.145.503 MG, Agente de Segurança Penitenciária Classe VII; Gilberto Aparecido Ceccarelli Junior RG. 25.151.708-1, Agente de Segurança Penitenciária Classe V; Antônio Esteves Fazio - RG. 19.815.592, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV; Sinvaldo Mauricio Bergamini, RG. 19.945.139-4, Agente de Segurança Penitenciária Classe VII; Ivanil dos Santos Silva Loba, RG. 14.723.575, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV; Alessandra Mamede, RG. 22.943.261-X, Diretora I do Núcleo de Trabalho; Júlio César de Sá Andreatta, RG. 41.265.353-9, Diretor Técnico II do Centro de Trabalho e Educação; Crisler de Oliveira Borges, RG 29.032.152-9, Diretor do Centro de Escolta e Vigilância Penitenciária; Nilton Cesar do Nascimento, RG. 24.264.486-7, Diretor do Centro de Segurança e Disciplina e Júlio Cesar de Freitas, RG. 18.169.548-0, Diretor do Núcleo de Inclusão, sob a presidência do primeiro, consequentemente os demais como membros que, automaticamente integrarão a Comissão, obedecida a ordem de designação na ausência e no afastamento do presidente.

Artigo 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04-01-2021.

Portaria PHII-6, de 4-1-2021

Dispõe sobre a designação da Comissão Julgadora Permanente de Licitação

O Diretor Técnico III, da Penitenciária "Odete Leite de Campos Critter" de Hortolândia, com fundamento no Decreto 13.412 de 13/03/79, Artigo 228 inciso II, considerando a necessidade de designar servidores para integrar a Comissão Julgadora Permanente de Licitação, resolve:

Artigo 1º - Designar para o exercício 2021, sem prejuízo de suas atividades, cargos ou funções, constituírem a Comissão Julgadora Permanente de Licitação da Penitenciária "Odete Leite de Campos Critter" de Hortolândia, em conformidade com o artigo 51 da Lei Federal 8.666/93, atualizadas pelas Leis 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, os servidores: Damaris Cristina Nascimento Souza, RG. 48.191.398-1, Diretora II do Centro Administrativo; Enara Lucia Ferreira, RG. 25.470.921-7, Diretora I do Núcleo de Infraestrutura e Conservação; José Agnaldo Luiz Gonçalves RG. 5.145.503 MG, Agente de Segurança Penitenciária Classe VII; Gilberto Aparecido Ceccarelli Junior RG. 25.151.708-1, Agente de Segurança Penitenciária Classe V; Antônio Esteves Fazio - RG. 19.815.592, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV; Sinvaldo Mauricio Bergamini, RG. 19.945.139-4, Agente de Segurança Penitenciária Classe VII; Ivanil dos Santos Silva Loba, RG. 14.723.575, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV; Enara Lucia Ferreira, RG. 25.470.921-7, Diretora I do Núcleo de Infraestrutura e Conservação; José Agnaldo Luiz Gonçalves RG. 5.145.503 MG, Agente de Segurança Penitenciária Classe VII; Gilberto Aparecido Ceccarelli Junior RG. 25.151.708-1, Agente de Segurança Penitenciária Classe V; Antônio Esteves Fazio - RG. 19.815.592, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV; Sinvaldo Mauricio Bergamini, RG. 19.945.139-4, Agente de Segurança Penitenciária Classe VII; Ivanil dos Santos Silva Loba, RG. 14.723.575, Agente de Segurança Penitenciária Classe IV; Alessandra Mamede, RG. 22.943.261-X, Diretora I do Núcleo de Trabalho; Júlio César de Sá Andreatta, RG. 41.265.353-9, Diretor Técnico II do Centro de Trabalho e Educação; Crisler de Oliveira Borges, RG 29.032.152-9, Diretor do Centro de Escolta e Vigilância Penitenciária; Nilton Cesar do Nascimento, RG. 24.264.486-7, Diretor do Centro de Segurança e Disciplina e Júlio Cesar de Freitas, RG. 18.169.548-0, Diretor do Núcleo de Inclusão, sob a presidência do primeiro, consequentemente os demais como membros que, automaticamente integrarão a Comissão, obedecida a ordem de designação na ausência e no afastamento do presidente.

Artigo 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04-01-2021.

Portaria PHII-7, de 4-1-2021

Dispõe sobre a designação da Comissão de Avaliação Patrimonial

O Diretor Técnico III, da Penitenciária "Odete Leite de Campos Critter" de Hortolândia, com fulcro no que dispõe o Decreto de 23-07-1971 c/c 32 parágrafo único; art. 33 parágrafo V e art. 35 parágrafo II, todos da Constituição do Estado de São Paulo, resolve:

Artigo 1º - Designar para, sem prejuízo de suas atribuições e atividades legais, no exercício de 2021, para compor a Comissão de Avaliação Patrimonial para promover a avaliação e arrolamento dos bens de natureza permanente, considerados excedentes e inservíveis, existentes sob a responsabilidade desta Diretoria, sob a presidência do primeiro, os servidores: Enara Lucia Ferreira, RG. 25.470.921-7, Diretora I do Núcleo de Infraestrutura e Conservação; Damaris Cristina Nascimento Souza, RG. 48.191.398-1, Diretora II do Centro Administrativo e como suplentes: Nilton Cesar do Nascimento, RG. 24.264.486-7, Diretor do Centro de Segurança e Disciplina; Alessandra Mamede, RG. 22.943.261-X, Diretora I do Núcleo de Trabalho; Júlio César de Sá Andreatta, RG. 41.265.353-9, Diretor Técnico II do Centro de Trabalho e Educação.

Artigo 2º - A avaliação e arrolamento deverão ser realizados obedecendo aos critérios estabelecimentos no artigo 5°, do Decreto 50.179/68, de 07-08-1968.

Artigo 3° - Efetuada a avaliação física, será enviado relatório ao Controle de Patrimônio desta Unidade, para que seja estabelecido confronto com as anotações constantes dos registros patrimoniais ou outros documentos que espelhem o que foi neles escriturado, objetivando obter-se a real baixa patrimonial.

Artigo 4° - A Comissão de Avaliação Patrimonial também terá a incumbência de acompanhar a inutilização de materiais classificados como excedentes e inservíveis desta Unidade, observadas as disposições do art. 23 e parágrafo único do Decreto 50.179/68, de 07-08-1968 e art. 2°, § 1°, 2° e 3° da Portaria CAM-G/06, de 02-06-1977.

Artigo 5° - Todos os documentos gerados nesse item deverão instruir, sob pena de responsabilidade, os processos respectivos.

Artigo 6° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04-01-2021.

Portaria PHII-8, de 4-1-2021

Dispõe sobre designação de Servidor para exercer a função de "Guardião da Economia" no âmbito desta Penitenciária "Odete Leite de Campos Critter" de Hortolândia

O Diretor Técnico III da Penitenciária "Odete Leite de Campos Critter" de Hortolândia,

Considerando, determinação governamental, no sentido de que as Secretarias de Estado, por meio de seus gestores, devem buscar a economia nas despesas de custeio, adotando medidas para evitar desperdícios e gastos excessivos, principalmente no que diz respeito ao consumo de água, energia elétrica, telefonia (fixa e celular), combustíveis, pagamentos de diárias, etc.;

Considerando, determinação do Secretário da Pasta, que as referidas despesas deverão ser revistas, visando a redução de formas de combate ao desperdício, sem, contudo, descuidar da qualidade do serviço público a ser prestado, em estrita observância ao princípio da eficiência esculpido no art.37, "caput", da Constituição Federal de 1988;

Considerando, que a atividade de fiscalização do cumprimento de metas para alcance dos objetivos pretendidos, deve ser exercida por Servidor que atua no âmbito desta Penitenciária, resolve:

Artigo 1º - Designar para exercer a função de "Gestor de Economia" neste Estabelecimento Penal, a Damaris Cristina Nascimento Souza, RG. 48.191.398-1, Diretora II do Centro Administrativo, tendo como Suplente o Servidor Júlio César de Sá Andreatta, RG. 41.265.353-9, Diretor Técnico II do Centro de Trabalho e Educação; os quais terão as seguintes incumbências:

I – receber as informações das áreas envolvidas, proceder a análise dos dados oferecidos, elaborando um relatório mensal, inclusive com propostas, se for o caso, de ajustes daqueles ainda em descompasso com a finalidade do programa, para posterior remessa à Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado;

II – desenvolver ações em parceria com os demais Servidores desta Unidade, visando a redução dos gastos;

III – reportar-se diretamente a este Diretor Técnico III.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04-01-2021.

Portaria PHII-9, de 4-1-2021

O Diretor Técnico III, da Penitenciária "Odete Leite de Campos Critter" de Hortolândia, em atendimento ao disposto no decreto 62.130 de 29-07-2016, Determina:

Artigo 1° – Fica criada a equipe de trabalho denominada "Brigada contra o Aedes Aegypti".

Parágrafo Primeiro – A referida equipe será composta por 04 membros e terá como finalidade:

I – vistoriar periodicamente, em caráter permanente, o imóvel onde se localiza o órgão público, de forma a eliminar criadouros do mosquito Aedes aegypti;

II – identificar áreas que requerem um cuidado constante por meio de um mapa de risco da edificação como um todo;

III – atuar de forma preventiva, indicando as providências que devem ser adotadas pelo órgão público para eliminar possíveis focos de proliferação do mosquito Aedes aegypti;

IV – divulgar para o público interno informações educativas sobre medidas para manter o ambiente livre de focos de mosquito;

V – divulgar para o público externo informações educativas sobre cuidados com o ambiente doméstico para prevenção das Arboviroses;

VI – adotar as medidas indicadas no Anexo I do Decreto Estadual 62.130/2016;

VII – elaborar relatório mensal, contendo o registro fotográfico das ações realizadas pela equipe, devendo ser encaminhada a Diretoria Técnica III deste Estabelecimento Penal, até o 5º dia útil do corrente exercício.

Parágrafo Segundo – Os membros da referida equipe de trabalho serão: Marcel Augusto de Carvalho, RG. 26.525.360-3, Diretor Técnico de Saúde I do Núcleo de Atendimento à Saúde; Eduardo José Milanezi Valdrighi, RG. 32.053.135-1, Agente de Segurança Penitenciária de Classe IV, Américo Alexandre Tartarini, RG. 25.356.204-1, Diretor do Núcleo de Escolta e Vigilância do Turno III e Alex Fabiano da Silva - RG: 30.354.743-1 – Diretor do Núcleo de Escolta e Vigilância do Turno I.

Artigo 2° – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04-01-2021.

Portaria PHII-10, de 4-1-2021

Dispõe sobre a designação de servidores para compor a Comissão Subsetorial de Inventário de Bens Móveis e de Estoques, da Penitenciária "Odete Leite de Campos Critter" de Hortolândia

O Diretor Técnico III, considerando as disposições contidas no Decreto 63.616, de 31-07-2018, que instituiu o "Sistema de Gestão do Patrimônio e de Estoques do Estado, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional", resolve:

Artigo 1º - Designar para, sem prejuízo de suas atividades, cargos ou funções, para compor a Comissão Subsetorial de Inventário de Bens Móveis e de Estoques, nos termos do artigo 7º, do Decreto 63.616, de 31-07-208, desta Penitenciária "Odete Leite de Campos Critter" de Hortolândia – UGE 380140, os seguintes servidores: Enara Lucia Ferreira, RG. 25.470.921-7, Diretora I do Núcleo de Infraestrutura e Conservação; Damaris Cristina Nascimento Souza, RG. 48.191.398-1, Diretora II do Centro Administrativo.

Parágrafo Único - Na ausência dos servidores designados, a responsabilidade pela continuidade dos trabalhos será dos respectivos substitutos legais.

Artigo 2º - Os servidores designados nesta Portaria exercerão as atividades previstas nos artigos 8º, 9º e 10, do Decreto 63.616, de 31-07-2018, em observância as demais normas aplicáveis à espécie, em especial, cumulando as competências contidas nos artigos 12º e 13º do mesmo diploma legal, caso não seja constituído Grupo de Trabalho nesta unidade administrativa.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04-01-2021.

Portaria PHII-11, de 4-1-2021

Dispõe sobre a designação de servidores para compor a Comissão de Vistorias dos Imóveis Residenciais pertencentes a este Estabelecimento Penal

O Diretor Técnico III, da Penitenciária "Odete Leite de Campos Critter" de Hortolândia, considerando, o que dispõe o artigo 5º da Resolução 57/93, relativo à utilização de próprios do Estado por Diretores das Unidades Penitenciárias, resolve:

Artigo 1º - Designar para, sem prejuízo de suas atribuições e atividades legais, constituir a Equipe de Vistorias dos imóveis Residenciais desta Unidade, no exercício de 2021, os servidores: Enara Lucia Ferreira, RG. 25.470.921-7, Diretora I do Núcleo de Infraestrutura e Conservação; Damaris Cristina Nascimento Souza, RG. 48.191.398-1, Diretora II do Centro Administrativo, para proceder vistorias semestralmente e sempre por ocasião do recebimento e entrega pelos usuários, nos imóveis residenciais da Penitenciária, lavrando-se termo a respeito em livro próprio e dando conhecimento das condições gerais dos imóveis a esta Diretoria Geral.

Parágrafo Único - Na ausência dos servidores designados, a responsabilidade pela continuidade dos trabalhos será dos respectivos substitutos legais.

Artigo 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04-01-2021.

Portaria PHII-23, de 14-1-2021

Constitui a Subcomissões de Avaliação de Documentos e Acesso da Penitenciária Odete Leite Campos Critter de Hortolândia, nos termos que dispõe o Artigo 1º da Resolução SAP-167 de 06-10-2020

O Diretor Técnico III da Penitenciária Odete Leite Campos Critter II de Hortolândia, conforme o Decreto 45.798/01, o Decreto 49.577/ e, no uso de sua competência, e considerando o que dispõe no Decreto 29.838, de 18-04-1989, na Resolução SAP-167, que "institui a criação de Subcomissões de Avaliação de Documentos e Acesso nas Unidades Prisionais da Pasta" resolve:

Artigo 1º - Designar para, sem prejuízos de seus cargos e funções, os servidores a seguir relacionados, como integrantes da Subcomissão de Avaliação de Documentos e Acesso – "Subcada", desta Penitenciária Odete Leite Campos Critter II de Hortolândia: Damaris Cristina Nascimento Souza, RG. 48.191.398-1, Diretora II do Centro Administrativo; Enara Lúcia Ferreira; RG: 25.470.921-7, Diretora I do Núcleo de Infraestrutura e Conservação e Wendel Lemos de Morais; RG: 24.523.769-0, Agente de Segurança Penitenciária.

Parágrafo Único - Na ausência dos servidores designados, a responsabilidade pela continuidade dos trabalhos será dos respectivos substitutos legais.

Artigo 2º - A "Subcada" a que se refere o Artigo 1º, deverá atuar de forma a garantir a gestão eficaz de toda a massa documental produzida e acumulada na Penitenciária Odete Leite Campos Critter II de Hortolândia, assegurando para que sejam devidamente observados e cumpridos os prazos para a guarda e eliminação de documentos, observada a legislação aplicável.

Artigo 3º - A "Subcada" poderá, caso necessário, solicitar auxílio da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, da Sede da Secretaria da Administração Penitenciária, da Coordenadoria da Região Central do Estado, de outros servidores desta Unidade Prisional, com conhecimento e experiência relacionados a gestão de documentos, visando atendimento das demandas relacionadas.

Artigo 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04-01-2021.

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO

Despacho do Coordenador, de 21-1-2021

Determinando a instauração de Sindicância em face de A. C. S. e J. C. B. S, por infração ao artigo 241, incisos XIII e XIV, da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003 (AP nº SAP- 31644/2021) (Despacho 178/2021-GC).

Despacho do Coordenador, de 22-1-2021

Ratificando, em atendimento ao disposto no artigo 26 da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações, a situação de inexigibilidade de licitação reconhecida pelo Diretor Técnico III do Centro de Detenção Provisória "ASP Valdecir Fabiano" de Riolândia, com fulcro no "caput", do artigo 25 da supracitada Lei Federal, em favor dos agricultores familiares credenciados através da Ata de Julgamento da Chamada Pública 003/20-CDPRL, fls. 343/346, nos termos do artigo 4º da Lei Estadual 14.591, de 14-10-2011, Decreto 57.755, de 24-01-2012 e Decreto 60.055, de 14-01-2014, bem como o Decreto 62.282/16 com acréscimo de dispositivo pelo Decreto 62.739, de 31-07-2017 e reajuste dos tetos específicos através do Decreto 63.278, de 19-03-2018, referentes a criação e regulamentação do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS e subprograma PPAIS--LEITE, para aquisição de gêneros alimentícios hortifrutigranjeiros, destinados ao preparo de refeições aos reeducandos e funcionários da Unidade em epígrafe, para o período de janeiro a abril de 2021.(SAP-PRC-2020/37998)

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

CENTRO DE FINANÇAS E SUPRIMENTOS

Despacho do Diretor Técnico II Substituto, de 22-1-2021

Processo: SAP-PRC-2020/24761

Protocolo: 380185.2020.03154.SADM

Respeitados, in totum, os princípios da legalidade, do contraditório e da ampla defesa, por atraso na execução das notas de empenhos 2019NE00932, 2019NE00934, 2019NE00936, 2019NE00937, 2019NE00938, 2019NE00939, 2019NE00942,

2019NE00944, 2019NE00947, 2019NE00948 e 2019NE00949, provenientes do Pregão Eletrônico 009/19-CRO, Processo 188/18-CRO com a Administração, praticado pela empresa Eletridal Comércio de Materiais e Equipamentos e Serviços Eireli, CNPJ 14.770.109/0001-12, sendo a empresa devidamente notificada, tomado ciência em 11-01-2021, da publicação do D.O. no dia 06-01-2021, sobre aplicação da sanção, e por não interpor recurso no prazo de 05 dias úteis, fica mantida a aplicação da sanção de multa, conforme segue:

- Multa no valor de R$ 103,38, em decorrência de 26 dias de atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho 2019NE00932, no valor de R$ 1.590,48, calculada conforme o inciso II do artigo 5º da Resolução SAP-6, de 10-01-2007;

- Multa no valor de R$ 1,99, em decorrência de 26 dias de atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho 2019NE00934, no valor de R$ 30,58, calculada conforme o inciso II do artigo 5º da Resolução SAP-6, de 10-01-2007;

- Multa no valor de R$ 354,03, em decorrência de 35 dias de atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho 2019NE00936, no valor de R$ 3.540,30, calculada conforme o inciso II do artigo 5º da Resolução SAP-6, de 10-01-2007;

- Multa no valor de R$ 250,50, em decorrência de 21 dias de atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho 2019NE00937, no valor de R$ 4.771,44, calculada conforme o inciso II do artigo 5º da Resolução SAP-6, de 10-01-2007;

- Multa no valor de R$ 1,38, em decorrência de 21 dias de atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho 2019NE00938, no valor de R$ 26,37, calculada conforme o inciso II do artigo 5º da Resolução SAP-6, de 10-01-2007;

- Multa no valor de R$ 4,82, em decorrência de 21 dias de atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho 2019NE00939, no valor de R$ 91,74, calculada conforme o inciso II do artigo 5º da Resolução SAP-6, de 10-01-2007;

- Multa no valor de R$ 250,50, em decorrência de 21 dias de atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho 2019NE00942, no valor de R$ 4.771,44, calculada conforme o inciso II do artigo 5º da Resolução SAP-6, de 10-01-2007;

- Multa no valor de R$ 4,82, em decorrência de 21 dias de atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho 2019NE00944, no valor de R$ 91,74, calculada conforme o inciso II do artigo 5º da Resolução SAP-6, de 10-01-2007;

- Multa no valor de R$ 668,00, em decorrência de 28 dias de atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho 2019NE00947, no valor de R$ 9.542,88, calculada conforme o inciso II do artigo 5º da Resolução SAP-6, de 10-01-2007;

- Multa no valor de R$ 6,59, em decorrência de 40 dias de atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho 2019NE00948, no valor de R$ 52,74, calculada conforme o inciso II do artigo 5º da Resolução SAP-6, de 10-01-2007;

- Multa no valor de R$ 12,84, em decorrência de 28 dias de atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho 2019NE00949, no valor de R$ 183,48, calculada conforme o inciso II do artigo 5º da Resolução SAP-6, de 10-01-2007;

Sendo desta forma, a somatória dos valores da Multa corresponde ao montante de R$ 1.658,85, calculada conforme o inciso II do artigo 5º da Resolução SAP-6, de 10-01-2007 c.c. o artigo 86 da Lei Federal 8.666/93.

PENITENCIÁRIA DE ASSIS

CENTRO ADMINISTRATIVO

Núcleo de Finanças e Suprimentos

Portaria PA-14, de 22-1-2021

O Diretor Técnico de Departamento III- Substituto desta Penitenciária de Assis + Anexo de Detenção Provisória, resolve:

Considerando o estabelecido no Relatório de Visita Técnica 261/2019-CRCA X, realizado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, através do Departamento de Controle e Avaliação - DCA, Centro Regional de Controle e Avaliação X nas UGEs: 380131 - Penitenciária de Assis, 380203 - Penitenciária de Paraguaçu Paulista e 380268 - Penitenciária de Florínea, a respeito do fornecimento de alimentação para funcionários e albergados, onde foram geradas recomendações referente ao controle físico e sistêmico junto ao setor de almoxarifado;

Considerando que a Resolução Conjunta SAP/SF/SGP-01, de 22-03-2013 determinou o Sistema de Administração de Materiais (SAM) é a única forma oficial de controle de bens de materiais de estoque na Secretaria da Administração Penitenciária;

Considerando a Portaria SAP-POR-2020-438, publicado no Diário Oficial de Estado em 27-03-2020 que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização dos procedimentos de controle de estoque e determina que o(s) servidor(es) responsável(eis) pela administração financeira e compras seja(m) distinto(s) daquele(s) designado(s) como responsável(eis) pelo almoxarifado; resolve:

Artigo 1º - Designar para, sem prejuízo de suas atribuições e atividades legais, atuarem como Responsáveis pelo Almoxarifado, os servidores: Luis Antonio Silveira Franco, RG 15.972.760-1, Agente de Segurança Penitenciária e Marli Rodrigues da Silva Santana, RG 24.508.982-2, Diretora I do Núcleo de Finanças e Suprimentos.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e tem efeito retroativo a 01-01-2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

FUNDAÇÃO PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL

Portaria Funap-11, de 18-1-2021

Designação dos servidores advogados que prestam assistência jurídica suplementar, vinculados ao "Corpo de Advogados - Assistência Jurídica Suplementar" da Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" (Funap) e dá outras providências

1. Considerando:

1.1. Os termos do convênio firmado entre a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (Defensoria) e a Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" (Funap) para a realização de atividades de assistência jurídica suplementar às pessoas privadas de liberdade custodiadas nos estabelecimentos penais paulistas, no âmbito do Programa de Assistência Jurídica Suplementar "JUS" (Projus).

1.2. A possibilidade de organizar de acordo com a conveniência e oportunidade as designações dos servidores advogados desta Fundação nas Unidades Prisionais que estão sem atendimento.

O Diretor Executivo da Funap resolve:

Artigo 1º - Designar a servidora advogada Luciana Biembengut Moretti Santos, matrícula 1002203, inscrita na OAB/SP 135.045, para além da designação atual na Penitenciária de Lucélia, para também prestar assistência jurídica suplementar às pessoas privadas de liberdade recolhidas no Centro de Progressão Penitenciária "Doutor Javert de Andrade" de São José do Rio Preto e no Centro de Ressocialização Feminino de São José do Rio Preto.

Parágrafo único - Os trabalhos da servidora advogada na Penitenciária de Lucélia serão realizados na forma remota (teletrabalho), podendo ser realizados excepcionalmente presencialmente, em caso de extrema necessidade.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 26-01-2021, ficando revogadas as disposições em contrário, cabendo à Superintendência do Programa Jus, ao Núcleo de Informática e à Gerência de Recursos Humanos as devidas providências.

Parágrafo único - A Gerência de Recursos Humanos deverá aditar o contrato de trabalho da servidora advogada mencionada nesta portaria.

Portaria do Diretor Executivo, de 21-1-2021

Cessando, com base na alínea "c", do inciso III do artigo 22 dos Estatutos da Funap, a designação de Marli Terezinha Gomes, RG. 16.461.172-1, como Gerente Comercial, (CI-029/2018) cargo em comissão, a partir de 22-01-2021, por motivo de demissão. (CI – Funap/Direx 010/00/2021)

Portaria do Diretor Executivo, de 21-1-2021

Designando, com base na alínea "c", do inciso III do artigo 22 dos Estatutos da Funap, Adriana da Cunha Felso, RG. 21.563.118-3, como Gerente Comercial, cargo em comissão, lotado nesta sede na Dicom, partir de 26-01-2021, na vaga de Marli Terezinha Gomes, por motivo de demissão. (CI – Funap/Direx 011/00/2021)

Quarto Termo de Aditamento

Finalidade: Prorrogação

Termo de Contrato 01.0017/20P0534/20

Processo Funap 534/20 / Processo eletrônico: Funap--PRC-2020/00059

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços profissionais de supervisão e curso profissionalizante de costura, ministrado à população carcerária da Penitenciária Masculina I De São Vicente.

Dispositivo Legal: Inciso IV do Art. 24 da Lei Federal 8.666/93

Contratante: UG: 381101 - Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel – Funap (CNPJ 49.325.434/0001-50)

Contratada: Arlene Cristina Souza Bispo 11819417840, CNPJ 37.109.635/0001-31;

Data da Assinatura: 15-12-2020

Prazo de vigência do Aditamento: 03 meses, de 05-01-2021 a 04-04-2021, totalizando 10 meses e 23 dias de vigência contratual.

Valor total do Aditamento: R$ 9.000,00

Parecer Jurídico: nº AJ/FUNAP/088/2020.JDS de 15-12-2020

Fonte: 004001001

Natureza de Despesa: 33903962

PT: 14421381461440000

Fazenda e Planejamento

COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

SUBCOORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO, COBRANÇA, ARRECADAÇÃO, INTELIGÊNCIA DE DADOS E ATENDIMENTO

DELEGACIAS REGIONAIS TRIBUTÁRIAS

Delegacia Regional Tributária da Capital II

DRTC-II - São Paulo - NF-5

Comunicado

Notificação – AIIM ITCMD

Assunto: Nos termos do "caput" do artigo 100 do Decreto 54.486/2009, fica o autuado notificado da lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM por infração à legislação tributária do ITCMD (RITCMD – Decreto 46.655/2002, de 1º/04/2002) devendo recolher o débito fiscal exigido no AIIM ou apresentar defesa, por escrito, no prazo de 30 dias.

Nos termos do § 4º do artigo 99 do Decreto 54.486/2009, durante o prazo para interposição da Defesa, uma via do AIIM e dos demonstrativos e documentos que o instruem ficarão à disposição do interessado, responsável solidário ou de pessoa legalmente habilitada, na repartição fiscal de vinculação do contribuinte, podendo ser retirados nos dias úteis durante os horários de expediente.

A Defesa deverá ser dirigida ao Julgador Tributário e enquanto o notificado e seu representante habilitado não se credenciarem no ePAT - Processo Administrativo Tributário Eletrônico da Secretaria da Fazenda, a prática de atos processuais deverá ser efetuada mediante protocolo dos originais das peças processuais, provas e documentos em papel, juntamente com cópia de cada um deles, na unidade de atendimento ao público externo competente da Secretaria da Fazenda, a fim de serem digitalizados e inseridos no ePAT, devendo obedecer às prescrições do artigo 21 da Portaria CAT 198/2010.

No caso de liquidação do débito, a multa poderá ser paga com desconto de 50% dentro do prazo de 30 dias contados da notificação da lavratura do Auto de Infração, nos termos e condições do artigo 24, inciso I, da Lei 10.705/2000, de 28-12-2000, condicionado ao pagamento integral do débito, implicando em renúncia à defesa ou reclamação.

Decorrido o prazo de 30 dias da data em que se considerar esta notificação realizada sem que haja o recolhimento do débito fiscal exigido no AIIM ou acordo de parcelamento do débito fiscal ou a apresentação de defesa, o AIIM será encaminhado ao Delegado Regional Tributário para ratificação e o débito fiscal poderá ser inscrito na Dívida Ativa do Estado. As infrações nele contidas, por caracterizar, em tese, crime contra ordem tributária, serão comunicadas ao Ministério Público, nos termos da legislação vigente, por meio de Representação Fiscal de Crime Contra Ordem Tributária.

Conforme o § 4º do artigo 27 da Portaria CAT 198/2010, a notificação por meio eletrônico prevalecerá sobre quaisquer outras acaso realizadas.

DO CREDENCIAMENTO NO ePAT E DA APRESENTAÇÃO DA DEFESA POR MEIO DO ePAT

O notificado poderá se credenciar no ePAT, nos termos da Portaria CAT 198/2010, para ter acesso à integra do auto de infração e ao processo eletrônico a qualquer tempo, logo depois que tiver concluído o seu credenciamento.

O credenciamento no ePAT poderá ser efetuado por via remota, utilizando-se a rede mundial de computadores, ou mediante comparecimento do interessado na unidade competente da Secretaria da Fazenda, em ambos os casos desde que possua assinatura eletrônica. Se o notificado já possuir assinatura eletrônica poderá se credenciar no ePAT no endereço eletrônico do Portal do ePAT – Módulo do Contribuinte: https://www.fazenda.sp.gov.br/ePAT/portal/

Após ter-se credenciado no ePAT, o notificado poderá outorgar procuração eletrônica vinculando representantes legais ao AIIM, por meio do Portal acima referenciado, os quais se credenciados no ePAT também terão acesso a íntegra do processo eletrônico e deverão enviar a defesa, recurso, petição e praticar todos os atos processuais por meio do ePAT.

A Defesa deverá ser dirigida ao Julgador Tributário e será enviada por meio eletrônico por meio do Portal do ePAT supra referenciado, nos termos dos artigos 13, 14 e 15 da Portaria CAT 198/2010, com documentos e peças em formato pdf (portable document format), devendo ser assinada eletronicamente com a utilização do aplicativo gerenciador de upload disponibilizado pela Secretaria da Fazenda nesse mesmo Portal.

Ressalte-se que a apresentação de defesa acarretará o início do processo administrativo tributário nos termos do artigo 33 da Lei 13.457/2009, sujeitando o contribuinte às regras processuais desta Lei, especialmente quanto à Comunicação Eletrônica dos Atos Processuais (artigo 77 e seguintes da Lei 13.457/2009), com a respectiva publicação dos atos administrativos por meio de Diário Eletrônico próprio da Secretaria da Fazenda, conforme artigo 29 da Portaria CAT 198/2010 e artigo 1º da Resolução SF-20/2011.

Caso o ePAT torne-se indisponível por motivos técnicos, impossibilitando ao usuário credenciado o acesso e envio de documentos por meio do Portal do ePAT na Internet, a defesa poderá ser protocolada em papel, em uma das repartições fiscais da Secretaria da Fazenda, obedecendo-se às prescrições do artigo 21 da Portaria CAT 198/2010.

Contribuinte: Marcelo Oliva Martins

IE: N.A. / CNPJ/CPF: 280.131.868-06

Endereço:

AIIM - ITCMD 4.140.753-2, de 20-01-2021

Data de Notificação: Considerar-se-á realizada esta notificação no quinto dia útil posterior ao da data desta publicação no Diário Oficial do Estado. (item 1 do §4º do artigo 9º da Lei 13.457/2009)

Posto Fiscal de Vinculação (local para apresentação de defesa): PFC-Lapa/Santana, Rua Nossa Senhora da Lapa, 370 - Lapa - São Paulo - SP, horário 9h às 16h30.

Unidade de Julgamento: DTJ-1 - Delegacia Tributária de Julgamento de São Paulo.

Conforme o § 4º do artigo 27 da Portaria CAT 198/2010, a notificação por meio eletrônico prevalecerá sobre quaisquer outras acaso realizadas.

Delegacia Regional Tributária da Capital III

Retificação do D.O. de 20-01-2021

No comunicado da DRTC-III, leia-se:

Nulidade de Inscrição Estadual

O Delegado Regional Tributário da Capital - DRTC-III, tendo em vista a constatação da ocorrência da hipótese prevista no inciso I do artigo 30 do RICMS/00 (aprovado pelo Decreto Paulista 45.490/00) devidamente apurada mediante regular Procedimento Administrativo, nos termos do artigo 18 da Portaria CAT-95/2006 comunica o enquadramento, na situação de Nula, com efeitos a partir de 29-10-2019, da Inscrição Estadual do contribuinte: Sucesso Realização Mercantil Comercial de Alimentos Ltda., Inscrição Estadual 110.755.050.118, CNPJ 55.784.813/0001-01, com endereço declarado ao Fisco como sendo à R. Henrique Reichmann, 307, Jardim Capão Redondo, São Paulo, SP, CEP 05.883-080.

São considerados Inidôneos todos os documentos fiscais de emissão atribuída ao estabelecimento, com efeitos a partir de 29-10-2019.

Nos termos dos artigos 535 e 536 do RICMS/00 c/c artigo 19 da Portaria CAT-95/2006, o processo SFP-PRC-2020/16129 aguardará prazo de 30 (trinta) dias, contados da data desta publicação, para eventual apresentação, junto ao PFC-Butantã - com agendamento a ser efetuado por meio do endereço eletrônico http://senhafacil.com.br/agendamento - de recurso ao Subcoordenador de Fiscalização-SUBFIS.

Comunicado

Contribuinte: Hitech Comércio de Eletrônicos Eireli

Inscrição Estadual: 129.994.120.112

CNPJ: 39.617.570/0001-60

Alteração da situação cadastral

Foi constatado em diligência que não se encontra em atividade no local declarado ao fisco, e em acordo com o previsto no art. 3º, § 1º da Portaria CAT 95/06, a situação cadastral deve passar à condição de Suspenso. Diligência de constatação realizada em 22-01-2021.

Delegacia Regional Tributária de Taubaté - DRT-3

NSE II - São Jose dos Campos

Comunicado

Fica(m) o(s) interessado(s) abaixo notificado(s) de que foi Indeferido seu pedido de concessão de dispensa do pagamento de IPVA.

NOME	PLACA	PROCESSO
Fábio José Gonçalves França	HCM6109	12541-224393/2019

Desta decisão caberá recurso por escrito, uma única vez, ao Delegado Regional Tributário da DRT-3/Taubaté, no prazo de 30 dias contados a partir do quinto dia útil posterior ao desta publicação, nos termos do artigo 15, § 4°, da Portaria CAT-27/2015.

NSE-II - São Jose dos Campos

Comunicado

Fica(m) o(s) interessado(s) abaixo notificado(s) de que foi Indeferido o pedido de concessão de isenção e reconhecimento de imunidade do IPVA.

NOME	PLACA	PROCESSO/SIVEI
Cristian Bena	OZW4A44	030032-20201015-094342681-31
Karina Sato Leite	FXI7495	030032-20201013-135249591-68
Nilson Alexandre da Silva	LTX4G93	030032-20201005-161337171-12

Desta decisão caberá recurso por escrito, uma única vez, ao Delegado Regional Tributário da DRT-3/Taubaté, no prazo de 30 dias contados a partir do quinto dia útil posterior ao desta publicação, nos termos do artigo 9°, § 5°, § 6° e § 7°, da Portaria CAT-27/2015.

Delegacia Regional Tributária de Sorocaba - DRT-4

Núcleo de Serviços Especializados - I - ICMS/IPVA

Despachos do Chefe, de 22-01-2021

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe do Núcleo de Serviços Especializados de Sorocaba que deu provimento ao pedido de reconhecimento de imunidade e concessão de isenção ou dispensa de pagamento do IPVA, com base na Lei 13.296 de 23-12-2008, no Decreto 59.953 de 13-12-2013 e na Portaria CAT 27 de 26-02-2015.

Os autos serão encaminhados ao arquivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

NOME	CPF/CNPJ	SIVEI/SIGAGDOC	PLACA(S)
Luan Pingoud	431.197.068-41	040032-20201223-122019239-16	CVN7G34
Cleonice Aparecida Pires Sgarbe	213.367.898-08	040032-20201218-114813854-89	DIP8I82
Roselena Oliveira Souza	026.842.128-56	040032-20201228-085007016-41	BVH1A15
Paula Andrea Hannickel de Oliveira	122.845.778-65	040032-20201228-120131324-17	FUZ3J28
Luiz Marcelo Bruno Fernandes	027.069.018-29	040032-20201228-195315986-74	DOC4F79
Bruna Carvalho Oliveira	047.534.509-61	040032-20201228-164405855-12	FPG1H28
Selma Larcher Batista	027.165.258-62	040032-20201222-153343809-29	ESN1G69
Rafael Benedito Totta da Silva	231.734.728-61	040032-20201228-172950919-91	FJQ3C49
Evelin Holzmann de Almeida Miche	020.126.279-78	040032-20201228-111351654-67	EEH3B32
Gilce Elaine Antunes de Souza	305.276.398-93	040032-20201228-100052553-52	BZG5G20
Alessandra Schulz Stofer	247.976.158-42	040032-20201228-120429852-11	CCU8A68
José de Campos Lima	297.981.838-00	040032-20201228-140331995-62	DMS7C24
Oneide Maria Franco de Oliveira	749.222.468-00	040032-20201228-142909764-76	EBY6B49
Kleber Goes dos Santos	288.200.488-50	040032-20201228-161452359-52	FZT0B16
Gerson Antonio Pedro	141.322.818-68	040032-20201228-105142257-58	GGT4H45
Maria Antonia Alves Casagrande	086.089.108-96	040032-20201228-084719904-26	FDP7I53
Erica Alamino	203.387.278-50	040032-20201228-103903883-14	FOD2E49
Roque Brito dos Santos	255.385.945-72	040032-20201228-111424313-22	CDR4H29
Carlos Alberto Alves	287.845.109-00	040032-20201228-132752689-91	DES4B21
Gildo Aparecido de Oliveira	062.070.568-09	040032-20201228-100800322-61	GKE8B36
Ari Pinheiro	382.878.977-34	040032-20201228-112952949-91	EQR6G82
Marcilio de Campos Neto	160.016.378-57	040032-20201228-091442667-14	GHY4A64
Rosana Vieira Franco Maymoni	072.826.708-03	040032-20201228-112051783-74	CRM2I25
Ramon de Araújo Ferreira	316.861.978-70	040032-20201228-120050067-15	FCT2I36
Renata Priscila de Almeida Cação	312.024.858-47	040032-20201228-103416054-12	FDK8C13
Gislene Michele Pedroso Quintili	222.258.948-76	040032-20201228-194448594-78	FTU6H47
Tarcisio Batista Rodrigues	890.831.308-78	040032-20201228-165706380-31	FPH4G94
Master Bus Transportes e Turismo	04.564.221/0001-43	040032-20201228-204226624-68	AQO7J24
Rematur Transportes Fretamento Turismo Eireli	31.917.536/0001-08	040032-20201228-143217647-68	DTA0930
Itú Transportes e Turismo Ltda.	02.549.843/0001-77	040032-20201228-134417150-12	EOF6843
Itú Transportes e Turismo Ltda.	02.549.843/0001-77	040032-20201228-134020456-32	EOF6842
T J Turismo Ibiúna Eireli ME	22.261.547/0001-83	040032-20201228-111519508-83	FXA7948, GGB9G05
L D C Transporte de PassageiroS	05.391.790/0001-05	040032-20201228-112644137-39	FOH1C79
Jânio Groth Fusquine	087.424.798-51	040032-20201229-191944544-43	OKO0I24
Antonio Carlos da Silva	795.934.968-15	040032-20201229-161159576-31	EGN9A09
Carla Janaina de Oliveira Costa	197.268.858-84	040032-20201229-113314359-21	CUB8B09
Bianca Linares Santana	432.468.678-52	040032-20201229-233213944-61	AYY0J86
Leila Regina Oliveira Chinelatto	126.675.308-70	040032-20201228-143156161-61	EHH2D92
Matheus Ribas Moreira	519.029.128-61	040032-20201228-095719046-13	DSV9J68
Livia Simões Pelegrini FelicianO	489.336.468-50	040032-20201229-124301547-67	FOV9E78
Vivian Aguiar Barros Uehara	315.755.258-95	040032-20201229-124301547-67	GGA4F54
Lourdes Vieira de Souza	750.504.048-00	040032-20201229-091232166-16	GIJ4J83
Magda Luzia Pasquinelli de Lima	149.777.678-37	040032-20201229-091308397-65	GBP4C15
Joice Gefuni	329.730.978-43	040032-20210119-094906444-77	FXO8F04
Leontina de Farias Vitorasso	157.479.898-71	040032-20201219-154902176-95	GCQ4B67
Josias Salles	127.683.568-08	040032-20201210-180721490-65	DIS6C48
Aline Aparecida Carvalho de Paula	043.026.049-05	040032-20201116-165150669-11	FFM3E93
Marcelo Loebmann	638.513.348-68	040032-20201125-203649911-99	DEI8G86
Valéria Aparecida da Silva Dadal	052.431.768-26	040032-20201207-114725018-72	FXI1D69
Luísa Dias Schiavi	256.395.898-92	040032-20201209-090635773-76	DES7D75
Edna Maria de Oliveira Muniz	033.007.548-95	040032-20201229-101559320-37	GEX5F39
Airton Tijon Brabo	749.087.828-49	040032-20201229-104005637-31	FWG9B74
Matheus Bonafé De Oliveira	485.260.858-08	040032-20201229-104402433-83	FCM6C01
Mirian Martins Flores Neri	057.994.898-61	040032-20201229-104745563-93	GAW0J15
Tânia Mara Ribeiro	232.455.798-37	040032-20201229-112431040-49	FLA6D97
Carlos Alberto Fratoni	995.431.418-00	040032-20201229-112735985-54	EXT7G36
Daniele Christiane Matos Oliveira	144.913.508-09	040032-20201229-114749678-53	GDM7D85
Aparecida Cleusa Oliveira	043.444.588-69	040032-20201229-125413967-52	FYC5D76
Luiz de João	942.020.288-72	040032-20201229-130114767-76	FVY2F39
Frances Alberto da Rocha	071.985.488-14	040032-20201229-144009360-88	DYK4E36
Adma Aparecida Ferreira da Luz M.	026.855.688-16	040032-20201229-144945631-19	GGU7J64
Nair Espontão Martineli	747.654.509-53	040032-20201229-155423669-86	DEU4F44
Emerson Aparecido Tonzar de Lima	299.135.288-44	040032-20201229-161257671-13	FWL9H66
Josefa Edna Oliveira Finatto	845.432.728-20	040032-20201229-163959853-11	FYM3F59
Paulo Cesar Garcia	183.983.538-99	040032-20201229-164417468-36	FYU4F19
Elisabete de Fátima Segamarchi	889.922.338-68	040032-20201229-171417195-65	FPS3J25
Bruna Camilo de Oliveira	283.076.698-98	040032-20201229-175126711-19	GGV4A34
Gabriela Bragheroli de Almeida	523.041.518-50	040032-20201229-181050227-14	FZH0C16
Sônia Mitie Siomi Eihara	038.154.028-67	040032-20201229-182804948-22	CKU6D08
Donizete de Souza	276.105.708-26	040032-20201229-184619257-22	GID8G51
Maria das Dores Ginez de Almeida	021.243.408-08	040032-20201229-233445126-39	DEI8I89
Cristiano Bonifácio de Almeida	271.662.638-30	040032-20201225-232325654-72	EJV4898
Elisabete Josefik dos Santos Almeida	291.918.438-55	040032-20201226-001839659-17	EGJ9155
Thiago Tezoto Costa	412.223.958-35	040032-20201218-181617612-64	EOA1H79
Daiane Gonçalves de Lima Eireli	12.100.775/0001-18	040032-20201226-112425600-14	ECS0I18
Maria Lúcia Gass Aoki	416.996.290-72	040032-20201223-184041895-36	BSZ3I19
Sindicato dos Trab. Inds. Metal. ME	48.988.398/0001-42	040032-20201224-105311793-11	PZR4G08
José Eduardo Gil	027.097.558-66	040032-20201229-111645258-54	EVR5146
S F Correia Locadora Ltda. ME	20.523.693/0001-04	040032-20201229-102744729-15	EJY9D90, EJY9125
Auto Ônibus São João Ltda.	71.445.555/0001-95	040032-20201229-144337981-37	DBL0702
Danillo Nunes	324.774.048-14	040032-20201230-202230820-39	CHV0089
Sandro Aparecido Damico	069.076.418-95	040032-20201230-164421261-35	FOD8D69
Carlos Alberto Soares	006.159.718-06	040032-20201230-133248642-63	DIO4A29
Omar Rodrigues	007.045.008-09	040032-20201230-165949474-75	DVC9C54
Ronaldo Brisoti	058.019.608-99	040032-20201230-101645217-97	FMY7G48
Marilene Marques	183.978.928-00	040032-20201230-170244893-23	FHE8C03
Marli Fornazier dos Santos	213.260.908-01	040032-20201230-103345971-87	CUM7C04

Despachos do Chefe, de 22-01-2021

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe do Núcleo de Serviços Especializados de Sorocaba que negou provimento ao pedido de reconhecimento de imunidade e concessão de isenção ou dispensa de pagamento do IPVA, com base na Lei 13.296 de 23-12-2008, no Decreto 59.953 de 13-12-2013 e na Portaria CAT 27 de 26-02-2015.

O requerente deverá efetuar o pagamento do débito com os acréscimos legais ou, dentro do prazo de 30 dias, contados da data da notificação, apresentar recurso, uma única vez, à Sra. Delegada Regional Tributária da Delegacia Regional Tributária de Sorocaba, nos termos do Art. 9º, parágrafos 6º e 7º da Portaria CAT 27, de 26-02-2015.

Os autos aguardarão o decurso do prazo no Núcleo de Serviços Especializados da Delegacia Regional Tributária de Sorocaba.

NOME	CPF/CNPJ	SIVEI/SIGADOC	PLACA(S)
Sandra Maria Clarck Barros	112.333.528-14	040032-20201228-153313395-11	FOI5J74
Virginia Maria Vieira da Costa	10.593.444/0001-31	040032-20201228-125251679-32	AKJ3635
Waldinei Baptista	088.173.978-22	040032-20201229-220556518-78	GGL3A66
Sandro Otávio Cândido	160.096.128-29	040032-20201229-191435101-61	EVI5356
Valdemir Cristiano Guetto	150.510.638-96	040032-20201229-144922079-11	HCL8B69
Edison Domingues Paiva	020.944.148-84	040032-20201229-204910044-85	GKA5979
Décio Campanha	275.790.188-53	040032-20201229-131138834-81	FCE1E32
Tania Vieira Lopes	751.190.218-91	040032-20201229-224124047-76	FCK5447
Camila de Souza Araújo Vieira	389.072.298-99	040032-20201229-205011630-23	EBD5491
Fátima Aparecida de Oliveira	111.171.168-24	040032-20201229-131907308-94	FAO1D29
Eliel Meira Moreira	123.028.988-77	040032-20201229-130649053-61	FJN3577
Michel Henrique Guimarães Hernan	355.302.218-31	040032-20201229-110122637-81	GIA6G39
Marcia Aparecida da Silva Perett	144.773.818-75	040032-20201229-200851704-94	GEV1E67
Márcia Castanho Holtz	317.702.028-03	040032-20201229-090158137-47	FUM4F21
Carlos Ribeiro dos Santos	024.850.602-15	040032-20201229-002507654-76	FHB6550
Elisabete Bertanha Messias	246.982.138-00	040032-20201229-210708334-55	GCC5A09
Ana Laura Mercadante dos Santos	050.166.378-90	040032-20201229-000754998-71	FVS5B62
Tânia Aparecida Cartaxo Peschke	076.991.168-44	040032-20201229-154116966-19	FDX3E05
Alexandre Ribeiro da Silva	125.861.288-77	040032-20201229-201139654-88	ETH5203
Amarildo Amaral Camargo	036.959.988-81	040032-20201229-234609767-18	DSI3857
Izaura Silva	248.666.108-59	040032-20201229-180546862-24	DZU2F69
Rodrigo Leandro Pires de Abreu	275.428.398-61	040032-20201229-122440487-37	FWB0839
Mariusa Senno	066.677.508-73	040032-20201229-225253238-18	GDP0D58
Zilda Soares de Almeida	295.982.678-73	040032-20201229-155011672-67	DQY1A56
Elisabete Souza Laureano	056.854.288-63	040032-20201229-205412115-77	EAR5078
José da Rocha Pereira	984.597.408-20	040032-20201229-220643799-37	GJZ2668
Adriana de Barros Pimentel	058.014.328-76	040032-20201130-174735621-51	FXU6F86
Giovan dos Santos	213.311.668-02	040032-20201229-124244659-39	GFJ5G58
Reinaldo de Barros	072.838.278-46	040032-20201229-231235348-94	BYW6710
Livia Pereira Sousa	521.332.898-95	040032-20201230-112904663-51	EYL1666
Maria Izabel de Oliveira	084.559.858-95	040032-20201230-005544777-51	DMS8E69
Antonio Vieira da Silva	134.831.938-04	040032-20201230-084832467-33	FVV7B18
Jorge Jubilato	258.557.298-69	040032-20201230-090136324-75	FLI5455
Luiz Arnaldo Bernabe	984.642.648-87	040032-20201230-121255383-19	GFG5E28
Neuza Aparecida Ribeiro	930.936.088-72	040032-20201230-091542273-39	BKU5G39
Carolina Fusco de Setti	300.739.318-37	040032-20201230-094808001-11	FYZ6798
Cristiano Bertanha	163.188.258-94	040032-20201230-094458940-31	FNW0594
Israel Alves	913.071.719-15	040032-20201230-095711055-48	EMA9232
Vinicius Sampaio	343.871.748-46	040032-20201230-103518529-79	EUU2509
Alan Fernandes	370.670.398-00	040032-20201230-143327462-11	FGM1F12
Wagner Fontoura Noginski	260.506.038-12	040032-20201230-153101866-64	GIR9H61

Delegacia Regional Tributária de Campinas - DRT-5

Comunicado

Nos termos do artigo 10, parágrafo 2º, item 2, da Lei Complementar Estadual 939, de 3 de abril de 2003, abaixo transcrito, fica o contribuinte abaixo identificado notificado a respeito do início dos trabalhos fiscais realizados sob a Ordem de Serviço Fiscal OSF 05.0.17510/20-5, com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias, nos termos da legislação vigente.

Felipe de Faria Quatrochi Eireli

CNPJ: 27.865.660/0001-91 - IE: 535.652.852.111

Base Legal:

Lei Complementar Estadual 939/2003:

Artigo 10 - A notificação do início de trabalhos de fiscalização será feita mediante a entrega de uma das vias da ordem de fiscalização ou do ato administrativo referido no artigo anterior ao contribuinte, seu representante legal ou preposto com poderes de gestão.

§ 1º - A recusa em assinar comprovante do recebimento da notificação ou a ausência, no estabelecimento de contribuinte, de pessoa com poderes para fazê-lo será certificada pela autoridade fiscal e não obstará o início dos procedimentos de fiscalização.

§ 2º - Na hipótese de recusa ou de ausência do contribuinte, de seu representante legal ou de preposto com poderes de gestão, a notificação será:

1. Lavrada em livro de escrituração contábil ou fiscal ou em impresso de documento fiscal do contribuinte;

2. Na impossibilidade de aplicação do disposto no item anterior, encaminhada posteriormente sob registro postal com aviso de recebimento ou veiculada em edital publicado no Diário Oficial do Estado.

§ 3º - Presume-se entregue a notificação remetida para o endereço indicado pelo contribuinte.

RICMS/2000

Artigo 494 - Não podem embaraçar a ação fiscalizadora e, mediante notificação escrita, são obrigados a exibir impressos, documentos, livros, programas e arquivos magnéticos relacionados com o imposto e a prestar informações solicitadas pelo fisco (Lei 6.374/89, art. 75):

I - a pessoa inscrita ou obrigada à inscrição no cadastro de contribuintes e a que tomar parte em operação ou prestação sujeita ao imposto.

DRT-05 - Campinas - NF 2

Comunicado

Notificação – AIIM-SN ICMS

Assunto: Nos termos do "caput" do artigo 100 e da parte final do § 3º do artigo 99, ambos do Decreto 54.486/2009, fica o contribuinte abaixo identificado notificado da lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM-SN por infração à legislação tributária do Simples Nacional (Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores) devendo recolher o débito fiscal exigido no AIIM-SN ou apresentar defesa, por escrito, no prazo de 30 dias.

Nos termos do § 4º do artigo 99 do Decreto 54.486/2009, durante o prazo para interposição da Defesa, uma via do AIIM-SN e dos demonstrativos e documentos que o instruem ficarão à disposição do interessado, responsável solidário ou de pessoa legalmente habilitada, na repartição fiscal de vinculação do contribuinte, podendo ser retirados nos dias úteis durante os horários de expediente.

A Defesa deverá ser dirigida ao Julgador Tributário e enquanto o notificado e seu representante habilitado não se credenciarem no ePAT - Processo Administrativo Tributário Eletrônico da Secretaria da Fazenda, a prática de atos processuais deverá ser efetuada mediante protocolo dos originais das peças processuais, provas e documentos em papel, juntamente com cópia de cada um deles, na unidade de atendimento ao público externo competente da Secretaria da Fazenda, a fim de serem digitalizados e inseridos no ePAT, devendo obedecer às prescrições do artigo 21 da Portaria CAT 198/2010.

No caso de liquidação do débito, a multa poderá ser paga com desconto de 50% dentro do prazo de 30 dias contados da notificação da lavratura do Auto de Infração e Notificação Fiscal, nos termos do artigo 87, parágrafo único, inciso I, da Resolução 94 do CGSN de 29-11-2011 (Lei Complementar 123, de 2006, art. 35) ou 30%, na hipótese de o contribuinte efetuar o pagamento do débito no prazo de 30 dias contados da data em que tiver sido notificado da decisão administrativa de primeira instância à impugnação tempestiva, nos termos do artigo 87, parágrafo único, inciso II, alínea a) da Resolução 94 do CGSN de 29-11-2011 (Lei 9.430, de 1996, art. 44, § 3º; Lei 8.218, de 1991, art. 6º, inciso III) ou da decisão do recurso de ofício interposto por autoridade julgadora de primeira instância, nos termos do artigo 87, parágrafo único, inciso II, alínea b) da Resolução 94 do CGSN de 29-11-2011, (art. 44, § 3º, da Lei 9.430, de 1996, art. 44, § 3º; Lei 8.218, de 1991, art. 6º, § 1º).

Decorrido o prazo de 30 dias da data em que se considerar esta notificação realizada sem que haja o recolhimento do débito fiscal exigido no AIIM ou acordo de parcelamento do débito fiscal ou a apresentação de defesa, o AIIM será encaminhado ao Delegado Regional Tributário para ratificação e o débito fiscal poderá ser inscrito na Dívida Ativa pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ou, no caso de haver convênio, pela Procuradoria Geral do Estado. As infrações nele contidas, por caracterizarem, em tese, crime contra ordem tributária, serão comunicadas ao Ministério Público, nos termos da legislação vigente, por meio de Representação Fiscal de Crime Contra Ordem Tributária.

Conforme o § 4º do artigo 27 da Portaria CAT 198/2010, a notificação por meio eletrônico prevalecerá sobre quaisquer outras acaso realizadas.

DO CREDENCIAMENTO NO ePAT E DA APRESENTAÇÃO DA DEFESA POR MEIO DO ePAT

O notificado poderá se credenciar no ePAT, nos termos da Portaria CAT 198/2010, para ter acesso à integra do auto de infração e ao processo eletrônico a qualquer tempo, logo depois que tiver concluído o seu credenciamento.

O credenciamento no ePAT poderá ser efetuado por via remota, utilizando-se a rede mundial de computadores, ou mediante comparecimento do interessado na unidade competente da Secretaria da Fazenda, em ambos os casos desde que possua assinatura eletrônica. Se o notificado já possuir assinatura eletrônica poderá se credenciar no ePAT no endereço eletrônico do Portal do ePAT – Módulo do Contribuinte: https://www.fazenda.sp.gov.br/ePAT/portal/

Após ter-se credenciado no ePAT, o notificado poderá outorgar procuração eletrônica vinculando representantes legais ao AIIM, por meio do Portal acima referenciado, os quais se credenciados no ePAT também terão acesso a íntegra do processo eletrônico e deverão enviar a defesa, recurso, petição e praticar todos os atos processuais por meio do ePAT.

A Defesa deverá ser dirigida ao Julgador Tributário e será enviada por meio eletrônico por meio do Portal do ePAT supra referenciado, nos termos dos artigos 13, 14 e 15 da Portaria CAT 198/2010, com documentos e peças em formato pdf (portable document format), devendo ser assinada eletronicamente com a utilização do aplicativo gerenciador de uploaddisponibilizado pela Secretaria da Fazenda nesse mesmo Portal.

Ressalte-se que a apresentação de defesa acarretará o início do processo administrativo tributário nos termos do artigo 33 da Lei 13.457/2009, sujeitando o contribuinte às regras processuais desta Lei, especialmente quanto à Comunicação Eletrônica dos Atos Processuais (artigo 77 e seguintes da Lei 13.457/2009), com a respectiva publicação dos atos administrativos por meio de Diário Eletrônico próprio da Secretaria da Fazenda, conforme artigo 29 da Portaria CAT 198/2010 e artigo 1º da Resolução SF-20/2011.

Caso o ePATtorne-se indisponível por motivos técnicos, impossibilitando ao usuário credenciado o acesso e envio de documentos por meio do Portal do ePAT na Internet, a defesa poderá ser protocolada em papel, em uma das repartições fiscais da Secretaria da Fazenda, obedecendo-se às prescrições do artigo 21 da Portaria CAT 198/2010.

Contribuinte: Nenza de Souza Ribeiro

IE: N.A./ CNPJ/CPF: 225.751.078-06

Endereço:

AIIM - ICMS do Simples Nacional 4.140.612-6, de 21-01-2021

Data de Notificação: Considerar-se-á realizada esta notificação no quinto dia útil posterior ao da data desta publicação no Diário Oficial do Estado.(item 1do § 4º do artigo 9º da Lei 13.457/2009)

Posto Fiscal de Vinculação (local para apresentação de defesa): PF-Campinas, AV.Dr. Alberto Sarmento, 4 - Bonfim - Campinas - SP, horário 9h às 16h30.

Unidade de Julgamento: DTJ-2 - Delegacia Tributária de Julgamento de Campinas.

Conforme o § 4º do artigo 27 da Portaria CAT 198/2010, a notificação por meio eletrônico prevalecerá sobre quaisquer outras acaso realizadas.

DRT-05 - Campinas - NF 2

Comunicado

Notificação – AIIM-SN ICMS

Assunto: Nos termos do "caput" do artigo 100 e da parte final do § 3º do artigo 99, ambos do Decreto 54.486/2009, fica o contribuinte abaixo identificado notificado da lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM-SN por infração à legislação tributária do Simples Nacional (Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores) devendo recolher o débito fiscal exigido no AIIM-SN ou apresentar defesa, por escrito, no prazo de 30 dias.

Nos termos do § 4º do artigo 99 do Decreto 54.486/2009, durante o prazo para interposição da Defesa, uma via do AIIM-SN e dos demonstrativos e documentos que o instruem ficarão à disposição do interessado, responsável solidário ou de pessoa legalmente habilitada, na repartição fiscal de vinculação do contribuinte, podendo ser retirados nos dias úteis durante os horários de expediente.

A Defesa deverá ser dirigida ao Julgador Tributário e enquanto o notificado e seu representante habilitado não se credenciarem no ePAT - Processo Administrativo Tributário Eletrônico da Secretaria da Fazenda, a prática de atos processuais deverá ser efetuada mediante protocolo dos originais das peças processuais, provas e documentos em papel, juntamente com cópia de cada um deles, na unidade de atendimento ao público externo competente da Secretaria da Fazenda, a fim de serem digitalizados e inseridos no ePAT, devendo obedecer às prescrições do artigo 21 da Portaria CAT 198/2010.

No caso de liquidação do débito, a multa poderá ser paga com desconto de 50% dentro do prazo de 30 dias contados da notificação da lavratura do Auto de Infração e Notificação Fiscal, nos termos do artigo 87, parágrafo único, inciso I, da Resolução 94 do CGSN de 29-11-2011 (Lei Complementar 123, de 2006, art. 35) ou 30%, na hipótese de o contribuinte efetuar o pagamento do débito no prazo de 30 dias contados da data em que tiver sido notificado da decisão administrativa de primeira instância à impugnação tempestiva, nos termos do artigo 87, parágrafo único, inciso II, alínea a) da Resolução 94 do CGSN de 29-11-2011 (Lei 9.430, de 1996, art. 44, § 3º; Lei 8.218, de 1991, art. 6º, inciso III) ou da decisão do recurso de ofício interposto por autoridade julgadora de primeira instância, nos termos do artigo 87, parágrafo único, inciso II, alínea b) da Resolução 94 do CGSN de 29-11-2011, (art. 44, § 3º, da Lei 9.430, de 1996, art. 44, § 3º; Lei 8.218, de 1991, art. 6º, § 1º).

Decorrido o prazo de 30 dias da data em que se considerar esta notificação realizada sem que haja o recolhimento do débito fiscal exigido no AIIM ou acordo de parcelamento do débito fiscal ou a apresentação de defesa, o AIIM será encaminhado ao Delegado Regional Tributário para ratificação e o débito fiscal poderá ser inscrito na Dívida Ativa pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ou, no caso de haver convênio, pela Procuradoria Geral do Estado. As infrações nele contidas, por caracterizarem, em tese, crime contra ordem tributária, serão comunicadas ao Ministério Público, nos termos da legislação vigente, por meio de Representação Fiscal de Crime Contra Ordem Tributária.

Conforme o § 4º do artigo 27 da Portaria CAT 198/2010, a notificação por meio eletrônico prevalecerá sobre quaisquer outras acaso realizadas.

DO CREDENCIAMENTO NO ePAT E DA APRESENTAÇÃO DA DEFESA POR MEIO DO ePAT

O notificado poderá se credenciar no ePAT, nos termos da Portaria CAT 198/2010, para ter acesso à integra do auto de infração e ao processo eletrônico a qualquer tempo, logo depois que tiver concluído o seu credenciamento.

O credenciamento no ePAT poderá ser efetuado por via remota, utilizando-se a rede mundial de computadores, ou mediante comparecimento do interessado na unidade competente da Secretaria da Fazenda, em ambos os casos desde que possua assinatura eletrônica. Se o notificado já possuir assinatura eletrônica poderá se credenciar no ePATno endereço eletrônico do Portal do ePAT – Módulo do Contribuinte: https://www.fazenda.sp.gov.br/ePAT/portal/

Após ter-se credenciado no ePAT, o notificado poderá outorgar procuração eletrônica vinculando representantes legais ao AIIM, por meio do Portal acima referenciado, os quais se credenciados no ePAT também terão acesso a íntegra do processo eletrônico e deverão enviar a defesa, recurso, petição e praticar todos os atos processuais por meio do ePAT.

A Defesa deverá ser dirigida ao Julgador Tributário e será enviada por meio eletrônico por meio do Portal do ePAT supra referenciado, nos termos dos artigos 13, 14 e 15 da Portaria CAT 198/2010, com documentos e peças em formato pdf (portable document format), devendo ser assinada eletronicamente com a utilização do aplicativo gerenciador de uploaddisponibilizado pela Secretaria da Fazenda nesse mesmo Portal.

Ressalte-se que a apresentação de defesa acarretará o início do processo administrativo tributário nos termos do artigo 33 da Lei 13.457/2009, sujeitando o contribuinte às regras processuais desta Lei, especialmente quanto à Comunicação Eletrônica dos Atos Processuais (artigo 77 e seguintes da Lei 13.457/2009), com a respectiva publicação dos atos administrativos por meio de Diário Eletrônico próprio da Secretaria da Fazenda, conforme artigo 29 da Portaria CAT 198/2010 e artigo 1º da Resolução SF-20/2011.

Caso o ePATtorne-se indisponível por motivos técnicos, impossibilitando ao usuário credenciado o acesso e envio de documentos por meio do Portal do ePAT na Internet, a defesa poderá ser protocolada em papel, em uma das repartições fiscais da Secretaria da Fazenda, obedecendo-se às prescrições do artigo 21 da Portaria CAT 198/2010.

Contribuinte: Nenza de Souza Ribeiro

IE: 535.507.899.112/ CNPJ/CPF: 19.075.463/0001-40

Endereço:

AIIM - ICMS do Simples Nacional 4.140.612-6, de 21-01-2021

Data de Notificação: Considerar-se-á realizada esta notificação no quinto dia útil posterior ao da data desta publicação no Diário Oficial do Estado.(item 1do §4º do artigo 9º da Lei 13.457/2009)

Posto Fiscal de Vinculação (local para apresentação de defesa): PF-Campinas, AV.Dr. Alberto Sarmento, 4 - Bonfim - Campinas - SP, horário 9h às 16h30.

Unidade de Julgamento: DTJ-2 - Delegacia Tributária de Julgamento de Campinas.

Conforme o § 4º do artigo 27 da Portaria CAT 198/2010, a notificação por meio eletrônico prevalecerá sobre quaisquer outras acaso realizadas.

Comunicado

Notificação – AIIM ICMS

Contribuinte: Nenza de Souza Ribeiro

IE: N.A.

CNPJ/CPF: 225.751.078-06

Endereço:

Unidade de Julgamento: DTJ-2 - Delegacia Tributária de Julgamento de Campinas.

Posto Fiscal de Vinculação: PF-Campinas, Av. Dr. Alberto Sarmento, 4 - Bonfim - Campinas - SP.

AIIM - ICMS 4.140.613-8, de 21-01-2021

Nos termos do "caput" do artigo 100 e do § 3º do artigo 99, ambos do Decreto 54.486/2009, fica o autuado notificado da lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM por infração à legislação tributária devendo recolher o débito fiscal exigido no AIIM ou apresentar defesa, por escrito, no prazo de 30 dias.

Nos termos do § 4º do artigo 99 do Decreto 54.486/2009, durante o prazo para interposição da Defesa, uma via do AIIM e dos demonstrativos e documentos que o instruem ficarão à disposição do interessado, responsável solidário ou de pessoa legalmente habilitada, na repartição fiscal de vinculação do contribuinte, podendo ser retirados nos dias úteis durante os horários de expediente.

Considerar-se-á realizada esta notificação no quinto dia útil posterior ao da data desta publicação no Diário Oficial do Estado. (item 1 do § 4º do artigo 9º da Lei 13.457/2009).

Conforme o artigo 27, § 4º da Portaria CAT 198/2010, a notificação por meio eletrônico prevalecerá sobre quaisquer outras acaso realizadas.

Nos termos do artigo 85-B da Lei 6.374/89, caso haja expressa confissão irretratável do débito fiscal e renúncia ao contencioso administrativo tributário, e se atendidas as demais condições previstas no § 1º, em havendo exigência de imposto, as infrações ficarão sujeitas a multa de 35% equivalente ao valor do imposto ou, nos demais casos, redução de 50% sobre os valores previstos na legislação vigente.

Para mais dúvidas sobre a confissão irretratável redução da multa ou sobre os procedimentos para confessar, acesse o link: https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/cfaiim/Paginas/Como-Confessar.aspx

Além disso, de acordo com o artigo 95, incisos I e II e § 8º, da Lei 6.374/89, a multa poderá ser paga com desconto de 70% dentro do prazo de 15 dias ou de 60% dentro do prazo de 30 dias, contados da data em que se considerar esta notificação realizada, condicionando-se este benefício ao pagamento integral do débito e implicando em renúncia à defesa e aos recursos previstos na legislação. Os valores líquidos para pagamento encontram-se no Demonstrativo do Débito Fiscal - Quadro 2.

Para simular ou para gerar a DARE de pagamento acesse o sistema da Conta Fiscal do AIIM: https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/cfaiim/Paginas/Sobre.aspx

Para informações sobre Parcelamentos e sobre documentos necessários acesse o link: https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/parcelamento-icms/Paginas/D%C3%A9bitos-que-podem-serparcelados.aspx

Nos termos do artigo 100, § § 1º e 2º do Decreto 54.486/2009, decorrido o prazo de 30 dias da data em que se considerar realizada esta notificação sem que haja o recolhimento ou acordo de parcelamento do débito fiscal exigido no AIIM ou, ainda, a apresentação de defesa, o AIIM será encaminhado ao Delegado Regional Tributário para ratificação e implicará na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado.

As infrações podem caracterizar crime contra ordem tributária, casos em que poderão ser comunicadas ao Ministério Público por meio de Representação Fiscal de Crime Contra Ordem Tributária, nos termos da legislação vigente.

DO CREDENCIAMENTO NO ePAT E DA APRESENTAÇÃO DA DEFESA POR MEIO DO ePAT

O notificado poderá se credenciar no ePAT, nos termos da Portaria CAT 198/2010, para ter acesso à integra do auto de infração e ao processo eletrônico a qualquer tempo, logo depois que tiver concluído o seu credenciamento.

O credenciamento poderá ser efetuado, desde que o notificado possua assinatura digital, através do Portal do ePAT – Módulo do Contribuinte: https://www.fazenda.sp.gov.br/ePAT/portal/

A defesa deverá ser enviada através do Portal do ePAT nos termos dos artigos 13, 14 e 15 da Portaria CAT 198/2010, munida de documentos e peças em formato pdf, e dirigida ao Julgador Tributário.

O autuado poderá vincular representantes legais ao AIIM, outorgando procuração eletrônica no Portal do ePAT, os quais terão acesso à íntegra do processo eletrônico e poderão enviar a defesa, recurso, petição e praticar todos os atos processuais.

Nos casos em que os representantes do autuado não estiverem credenciados no ePAT, os atos do processo eletrônico poderão ser praticados no Posto Fiscal de Vinculação, atendendo ao disposto no artigo 21 da Portaria CAT 198/2010.

Ressalte-se que a apresentação de defesa acarreta no início do processo administrativo tributário nos termos do artigo 33 da Lei 13.457/2009, sujeitando o contribuinte às regras processuais, especialmente quanto à Comunicação Eletrônica dos Atos Processuais através da publicação no Diário Eletrônico da Secretaria da Fazenda, conforme artigo 29 da Portaria CAT 198/2010 e artigo 1º da Resolução SF 20/2011.

Comunicado

Notificação – AIIM - ICMS

Contribuinte: Nenza de Souza Ribeiro

IE: 535.507.899.112

CNPJ/CPF: 19.075.463/0001-40

Endereço:

Unidade de Julgamento: DTJ-2 - Delegacia Tributária de Julgamento de Campinas.

Posto Fiscal de Vinculação: PF-Campinas, Av. Dr. Alberto Sarmento, 4 - Bonfim - Campinas - SP

AIIM - ICMS 4.140.613-8, de 21-01-2021

Nos termos do "caput" do artigo 100 e do § 3º do artigo 99, ambos do Decreto 54.486/2009, fica o autuado notificado da lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM por infração à legislação tributária devendo recolher o débito fiscal exigido no AIIM ou apresentar defesa, por escrito, no prazo de 30 dias.

Nos termos do § 4º do artigo 99 do Decreto 54.486/2009, durante o prazo para interposição da Defesa, uma via do AIIM e dos demonstrativos e documentos que o instruem ficarão à disposição do interessado, responsável solidário ou de pessoa legalmente habilitada, na repartição fiscal de vinculação do contribuinte, podendo ser retirados nos dias úteis durante os horários de expediente.

Considerar-se-á realizada esta notificação no quinto dia útil posterior ao da data desta publicação no Diário Oficial do Estado. (item 1 do § 4º do artigo 9º da Lei 13.457/2009).

Conforme o artigo 27, § 4º da Portaria CAT 198/2010, a notificação por meio eletrônico prevalecerá sobre quaisquer outras acaso realizadas.

Nos termos do artigo 85-B da Lei 6.374/89, caso haja expressa confissão irretratável do débito fiscal e renúncia ao contencioso administrativo tributário, e se atendidas as demais condições previstas no § 1º, em havendo exigência de imposto, as infrações ficarão sujeitas a multa de 35% equivalente ao valor do imposto ou, nos demais casos, redução de 50% sobre os valores previstos na legislação vigente.

Para mais dúvidas sobre a confissão irretratável redução da multa ou sobre os procedimentos para confessar, acesse o link: https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/cfaiim/Paginas/Como-Confessar.aspx

Além disso, de acordo com o artigo 95, incisos I e II e § 8º, da Lei 6.374/89, a multa poderá ser paga com desconto de 70% dentro do prazo de 15 dias ou de 60% dentro do prazo de 30 dias, contados da data em que se considerar esta notificação realizada, condicionando-se este benefício ao pagamento integral do débito e implicando em renúncia à defesa e aos recursos previstos na legislação. Os valores líquidos para pagamento encontram-se no Demonstrativo do Débito Fiscal - Quadro 2.

Para simular ou para gerar a DARE de pagamento acesse o sistema da Conta Fiscal do AIIM: https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/cfaiim/Paginas/Sobre.aspx

Para informações sobre Parcelamentos e sobre documentos necessários acesse o link: https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/parcelamento-icms/Paginas/D%C3%A9bitos-que-podem-serparcelados.aspx

Nos termos do artigo 100, § § 1º e 2º do Decreto 54.486/2009, decorrido o prazo de 30 dias da data em que se considerar realizada esta notificação sem que haja o recolhimento ou acordo de parcelamento do débito fiscal exigido no AIIM ou, ainda, a apresentação de defesa, o AIIM será encaminhado ao Delegado Regional Tributário para ratificação e implicará na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado.

As infrações podem caracterizar crime contra ordem tributária, casos em que poderão ser comunicadas ao Ministério Público por meio de Representação Fiscal de Crime Contra Ordem Tributária, nos termos da legislação vigente.

DO CREDENCIAMENTO NO ePAT E DA APRESENTAÇÃO DA DEFESA POR MEIO DO ePAT

O notificado poderá se credenciar no ePAT, nos termos da Portaria CAT 198/2010, para ter acesso à integra do auto de infração e ao processo eletrônico a qualquer tempo, logo depois que tiver concluído o seu credenciamento.

O credenciamento poderá ser efetuado, desde que o notificado possua assinatura digital, através do Portal do ePAT – Módulo do Contribuinte: https://www.fazenda.sp.gov.br/ePAT/portal/

A defesa deverá ser enviada através do Portal do ePAT nos termos dos artigos 13, 14 e 15 da Portaria CAT 198/2010, munida de documentos e peças em formato pdf, e dirigida ao Julgador Tributário.

O autuado poderá vincular representantes legais ao AIIM, outorgando procuração eletrônica no Portal do ePAT, os quais terão acesso à íntegra do processo eletrônico e poderão enviar a defesa, recurso, petição e praticar todos os atos processuais.

Nos casos em que os representantes do autuado não estiverem credenciados no ePAT, os atos do processo eletrônico poderão ser praticados no Posto Fiscal de Vinculação, atendendo ao disposto no artigo 21 da Portaria CAT 198/2010.

Ressalte-se que a apresentação de defesa acarreta no início do processo administrativo tributário nos termos do artigo 33 da Lei 13.457/2009, sujeitando o contribuinte às regras processuais, especialmente quanto à Comunicação Eletrônica dos Atos Processuais através da publicação no Diário Eletrônico da Secretaria da Fazenda, conforme artigo 29 da Portaria CAT 198/2010 e artigo 1º da Resolução SF 20/2011.

Posto Fiscal de Campinas

PF-Campinas

Comunicado

O(s) contribuinte(s) a seguir identificado(s) fica(m) notificado(s) do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

No prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, o(s) contribuinte(s) ou responsável(is), sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa, deverá(ão) recolher o débito fiscal integralmente ou apresentar contestação, por escrito, ao Chefe da Unidade de Julgamento, que deve ser protocolizada no PF-Campinas sito à Avenida Dr. Alberto Sarmento, 4 - Bonfim, CEP 13070-901 - Campinas - SP, conforme disposto no artigo 5º do Decreto 54.714/09, nos dias úteis e no horário das 09h às 16h30.

São responsáveis, solidariamente, pelo pagamento do imposto as pessoas indicadas no § 2º do artigo 6º da Lei 13.296/08.

Os dados foram obtidos nos sistemas de informação da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e/ou em documentos colhidos pela fiscalização.

Base de cálculo e alíquota nos termos dos artigos 7º, 8º e 9º e 1º das Disposições Transitórias da Lei 13.296/08.

As tabelas de valor venal para os veículos usados foram publicadas no Diário Oficial do Estado - D.O., conforme:

Resolução SF - 81, de 26-11-2015, D.O. 28-11-2015, exercício 2016

Resolução SF - 90, de 24-11-2016, D.O. 30-11-2016, exercício 2017

Resolução SF - 106, de 29-11-2017, D.O. 30-11-2017, exercício 2018

Resolução SF - 123, de 27-11-2018, D.O. 30-11-2018, exercício 2019

Resolução SFP - 106, DE 16-12-2019, D.O. 17-12-2019, exercício 2020

Resolução SFP - 93, DE 16-12-2020, D.O. 17-12-2020, exercício 2021

Os Juros de Mora são calculados na forma da Lei 10.175/98 e aplicados conforme a Lei 13.296/08.

Acréscimos moratórios calculados nos termos do artigo 27 da Lei 13.296/08.

Nos casos em que houve pagamento parcial, após o prazo legal, o valor do imposto devido foi imputado, conforme § 1º do artigo 18 da Lei 13.296/08.

O valor do débito fiscal, a seguir discriminado, é valido para pagamento até o último dia útil do mês da data desta publicação. Após essa data, o valor será atualizado nos termos da legislação vigente à época da ocorrência do fato gerador.

A não quitação dos débitos relacionados implicará a inscrição do nome do contribuinte ou responsável no CADIN Estadual, nos termos da Lei 12.799/2008.

Nome CPF/CNPJ RENAVAM Placa do Veículo Nº Controle Exercício IPVA Multa Juros

Banco Pan 59.285.411/0001-13 00553774867 FKF5367 310056548 2020 872,52 174,50 125,64

Banco Pan 59.285.411/0001-13 00553774867 FKF5367 310056548 2019 910,48 182,09 262,22

Banco Pan 59.285.411/0001-13 00553774867 FKF5367 310056548 2018 923,04 184,60 398,76

Allegro Veículos Ltda. 00.913.956/0006-99 00588193739 FMP4282 310056550 2020 1501,24 300,24 216,18

Aymoré Crédito, Financiamento e Investim. 07.707.650/0001-10 00588193739 FMP4282 310056550 2020 1501,24 300,24 216,18

Allegro Veículos Ltda. 00.913.956/0006-99 00588193739 FMP4282 310056550 2019 1587,52 317,50 457,20

Aymoré Crédito, Financiamento e Investim. 07.707.650/0001-10 00588193739 FMP4282 310056550 2019 1587,52 317,50 457,20

Delegacia Regional Tributária de Ribeirão Preto - DRT-6

NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO - IF-1

Comunicado

Ordem de Serviço Fiscal 06.0.04132/20-2 de 07-07-2020

Dulce Maria Vilela do Nascimento, CPF 865.062.698-04 - Rio de Janeiro-RJ. O Inspetor Fiscal da DRT/6-IF-01-Ribeirão Preto comunica ao contribuinte acima identificado a emissão da Ordem de Serviço Fiscal-OSF que determina o início dos trabalhos fiscais com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias nos termos da legislação vigente.

Ordem de Serviço Fiscal 06.0.04141/20-3 de 07-07-2020

Dulce Maria Vilela do Nascimento, CPF 865.062.698-04 - Rio de Janeiro-RJ. O Inspetor Fiscal da DRT/6-IF-01-Ribeirão Preto comunica ao contribuinte acima identificado a emissão da Ordem de Serviço Fiscal-OSF que determina o início dos trabalhos fiscais com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias nos termos da legislação vigente.

Ordem de Serviço Fiscal 06.0.04134/20-7 de 07-07-2020

Eliana Maria Vilela, CPF 744.441.908-68 - Ribeirão Preto-SP. O Inspetor Fiscal da DRT/6-IF-01-Ribeirão Preto comunica ao contribuinte acima identificado a emissão da Ordem de Serviço Fiscal-OSF que determina o início dos trabalhos fiscais com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias nos termos da legislação vigente.

Ordem de Serviço Fiscal 06.0.04143/20-0 de 07-07-2020

Eliana Maria Vilela, CPF 744.441.908-68 - Ribeirão Preto-SP. O Inspetor Fiscal da DRT/6-IF-01-Ribeirão Preto comunica ao contribuinte acima identificado a emissão da Ordem de Serviço Fiscal-OSF que determina o início dos trabalhos fiscais com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias nos termos da legislação vigente.

Ordem de Serviço Fiscal 06.0.04135/20-3 de 07-07-2020

José Luiz Vilela, CPF 082.848.398-14 - Ribeirão Preto-SP. O Inspetor Fiscal da DRT/6-IF-01-Ribeirão Preto comunica ao contribuinte acima identificado a emissão da Ordem de Serviço Fiscal-OSF que determina o início dos trabalhos fiscais com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias nos termos da legislação vigente.

Ordem de Serviço Fiscal 06.0.04144/20-4 de 07-07-2020

José Luiz Vilela, CPF 082.848.398-14 - Ribeirão Preto-SP. O Inspetor Fiscal da DRT/6-IF-01-Ribeirão Preto comunica ao contribuinte acima identificado a emissão da Ordem de Serviço Fiscal-OSF que determina o início dos trabalhos fiscais com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias nos termos da legislação vigente.

Ordem de Serviço Fiscal 06.0.04136/20-7 de 07-07-2020

Luiz Alfredo Vilela, CPF 002.811.648-86 - Ribeirão Preto-SP. O Inspetor Fiscal da DRT/6-IF-01-Ribeirão Preto comunica ao contribuinte acima identificado a emissão da Ordem de Serviço Fiscal-OSF que determina o início dos trabalhos fiscais com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias nos termos da legislação vigente.

Ordem de Serviço Fiscal 06.0.04145/20-8 de 07-07-2020

Luiz Alfredo Vilela, CPF 002.811.648-86 - Ribeirão Preto-SP. O Inspetor Fiscal da DRT/6-IF-01-Ribeirão Preto comunica ao contribuinte acima identificado a emissão da Ordem de Serviço Fiscal-OSF que determina o início dos trabalhos fiscais com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias nos termos da legislação vigente.

Ordem de Serviço Fiscal 06.0.04137/20-0 de 07-07-2020

Regina Helena Vilela, CPF 552.134.808-53 - Ribeirão Preto-SP. O Inspetor Fiscal da DRT/6-IF-01-Ribeirão Preto comunica ao contribuinte acima identificado a emissão da Ordem de Serviço Fiscal-OSF que determina o início dos trabalhos fiscais com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias nos termos da legislação vigente.

Ordem de Serviço Fiscal 06.0.04146/20-1 de 07-07-2020

Regina Helena Vilela, CPF 552.134.808-53 - Ribeirão Preto-SP. O Inspetor Fiscal da DRT/6-IF-01-Ribeirão Preto comunica ao contribuinte acima identificado a emissão da Ordem de Serviço Fiscal-OSF que determina o início dos trabalhos fiscais com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias nos termos da legislação vigente.

Ordem de Serviço Fiscal 06.0.04138/20-4 de 07-07-2020

Sandra Maria Vilela, CPF 621.296.608-78 - Ribeirão Preto-SP. O Inspetor Fiscal da DRT/6-IF-01-Ribeirão Preto comunica ao contribuinte acima identificado a emissão da Ordem de Serviço Fiscal-OSF que determina o início dos trabalhos fiscais com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias nos termos da legislação vigente.

Ordem de Serviço Fiscal 06.0.04147/20-5 de 07-07-2020

Sandra Maria Vilela, CPF 621.296.608-78 - Ribeirão Preto-SP. O Inspetor Fiscal da DRT/6-IF-01-Ribeirão Preto comunica ao contribuinte acima identificado a emissão da Ordem de Serviço Fiscal-OSF que determina o início dos trabalhos fiscais com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias nos termos da legislação vigente.

Ordem de Serviço Fiscal 06.0.04139/20-8 de 07-07-2020

Luiz Evandro França de Andrade Villela, CPF 026.353.328-00 - Ribeirão Preto-SP. O Inspetor Fiscal da DRT/6-IF-01-Ribeirão Preto comunica ao contribuinte acima identificado a emissão da Ordem de Serviço Fiscal-OSF que determina o início dos trabalhos fiscais com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias nos termos da legislação vigente.

Ordem de Serviço Fiscal 06.0.04148/20-9 de 07-07-2020

Luiz Evandro França de Andrade Villela, CPF 026.353.328-00 - Ribeirão Preto-SP. O Inspetor Fiscal da DRT/6-IF-01-Ribeirão Preto comunica ao contribuinte acima identificado a emissão da Ordem de Serviço Fiscal-OSF que determina o início dos trabalhos fiscais com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias nos termos da legislação vigente.

Ordem de Serviço Fiscal 06.0.04140/20-7 de 07-07-2020

Suzana Vilela Rodrigues, CPF 019.938.968-30 - Ribeirão Preto-SP. O Inspetor Fiscal da DRT/6-IF-01-Ribeirão Preto comunica ao contribuinte acima identificado a emissão da Ordem de Serviço Fiscal-OSF que determina o início dos trabalhos fiscais com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias nos termos da legislação vigente.

Ordem de Serviço Fiscal 06.0.04149/20-2 de 07-07-2020

Maurício Poggi Villela, CPF 064.599.118-00 - Ribeirão Preto-SP. O Inspetor Fiscal da DRT/6-IF-01-Ribeirão Preto comunica ao contribuinte acima identificado a emissão da Ordem de Serviço Fiscal-OSF que determina o início dos trabalhos fiscais com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias nos termos da legislação vigente.

Ordem de Serviço Fiscal 06.0.04150/20-4 de 07-07-2020

Andrea Villela Mega, CPF 159.794.678-82 - Ribeirão Preto-SP. O Inspetor Fiscal da DRT/6-IF-01-Ribeirão Preto comunica ao contribuinte acima identificado a emissão da Ordem de Serviço Fiscal-OSF que determina o início dos trabalhos fiscais com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias nos termos da legislação vigente.

Ordem de Serviço Fiscal 06.0.00572/21-9 de 21-01-2021

Ana Amélia Vilela, CPF 020.512.718-52 - Ribeirão Preto-SP. O Inspetor Fiscal da DRT/6-IF-01-Ribeirão Preto comunica ao contribuinte acima identificado a emissão da Ordem de Serviço Fiscal-OSF que determina o início dos trabalhos fiscais com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias nos termos da legislação vigente.

Ordem de Serviço Fiscal 06.0.00573/21-2 de 21-01-2021

Ana Amélia Vilela, CPF 020.512.718-52 - Ribeirão Preto-SP. O Inspetor Fiscal da DRT/6-IF-01-Ribeirão Preto comunica ao contribuinte acima identificado a emissão da Ordem de Serviço Fiscal-OSF que determina o início dos trabalhos fiscais com o objetivo de examinar a regularidade do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias nos termos da legislação vigente.

Núcleo de Serviços Especializados - I

NSE - I

Comunicado

Suspensão da Eficácia de Inscrição Estadual

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados - I, de acordo com o artigo 12 da Portaria CAT 95/2006, com as modificações do Decreto 60.812/2014, e nos termos da Portaria CAT 95/2016, artigo 3º, § 1º, item 3, determina a Suspensão Preventiva atribuída ao(s) estabelecimento(s) abaixo relacionado(s), a partir da data indicada.

Desse ato caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Regional Tributário de Ribeirão Preto, no prazo de 30 dias contados dessa publicação, conforme artigo 13 da referida Portaria.

Contribuinte: AC1 Comércio de Bebidas e Conexos Ltda.

Inscrição Estadual: 210.094.427.110

CNPJ: 07.235.156/0003-62

Endereço: Alameda Florcena Amorim Rimoli, 44 - Jardim Menino Deus II, 14.708-115, Bebedouros/SP

Data de Inatividade: 08-01-2021

GDOC/SIGADOC (expediente): SFP-EXP-2021/04830

NSE - I

Comunicado

Suspensão da Eficácia de Inscrição Estadual

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados - I, de acordo com o artigo 12 da Portaria CAT 95/2006, com as modificações do Decreto 60.812/2014, e nos termos da Portaria CAT 95/2016, artigo 3º, § 1º, item 3, determina a Suspensão Preventiva atribuída ao(s) estabelecimento(s) abaixo relacionado(s), a partir da data indicada.

Desse ato caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Regional Tributário de Ribeirão Preto, no prazo de 30 dias contados dessa publicação, conforme artigo 13 da referida Portaria.

Contribuinte: Município de Bebedouro

Inscrição Estadual: 210.144.744.116

CNPJ: 45.709.920/0002-00

Endereço: Praça Abílio Manoel, 124 - Centro, 14.700-349, Bebedouros/SP

Data de Inatividade: 08-01-2021

GDOC/SIGADOC (expediente): SFP-EXP-2021/05170

NSE - I

Comunicado

Suspensão da Eficácia de Inscrição Estadual

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados - I, de acordo com o artigo 12 da Portaria CAT 95/2006, com as modificações do Decreto 60.812/2014, e nos termos da Portaria CAT 95/2016, artigo 3º, § 1º, item 3, determina a Suspensão Preventiva atribuída ao(s) estabelecimento(s) abaixo relacionado(s), a partir da data indicada.

Desse ato caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Regional Tributário de Ribeirão Preto, no prazo de 30 dias contados dessa publicação, conforme artigo 13 da referida Portaria.

Contribuinte: Gráfica Beri Ltda.

Inscrição Estadual: 210.144.530.116

CNPJ: 09.407.112/0001-36

Endereço: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 178 - Centro, 14.700-435, Bebedouros/SP

Data de Inatividade: 08-01-2021

GDOC/SIGADOC (expediente): SFP-EXP-2021/05135

NSE - I

Comunicado

Suspensão da Eficácia de Inscrição Estadual

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados - I, de acordo com o artigo 12 da Portaria CAT 95/2006, com as modificações do Decreto 60.812/2014, e nos termos da Portaria CAT 95/2016, artigo 3º, § 1º, item 3, determina a Suspensão Preventiva atribuída ao(s) estabelecimento(s) abaixo relacionado(s), a partir da data indicada.

Desse ato caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Regional Tributário de Ribeirão Preto, no prazo de 30 dias contados dessa publicação, conforme artigo 13 da referida Portaria.

Contribuinte: C J Hortifruti Ltda.

Inscrição Estadual: 210.019.620.119

CNPJ: 52.709.680/0001-10

Endereço: Rua Dr. Brandão Veras, 1705 - Centro, 14.700-335, BEBEDOUROS/SP

Data de Inatividade: 08-01-2021

GDOC/SIGADOC (expediente): SFP-EXP-2021/04966

NSE - I

Comunicado

Suspensão da Eficácia de Inscrição Estadual

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados - I, de acordo com o artigo 12 da Portaria CAT 95/2006, com as modificações do Decreto 60.812/2014, e nos termos da Portaria CAT 95/2016, artigo 3º, § 1º, item 3, determina a Suspensão Preventiva atribuída ao(s) estabelecimento(s) abaixo relacionado(s), a partir da data indicada.

Desse ato caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Regional Tributário de Ribeirão Preto, no prazo de 30 dias contados dessa publicação, conforme artigo 13 da referida Portaria.

Contribuinte: Martin e Moraes Livraria e Papelaria Ltda.

Inscrição Estadual: 582.681.980.110

CNPJ: 07.057.993/0002-68

Endereço: Avenida Carlos Consoni, 10, Ribeirão Preto

Data de Inatividade: 19-01-2021

Protocolo Sigadoc: SFP-EXP-2021/13285

Contribuinte: Carter Comércio de Bijuterias Ltda.

Inscrição Estadual: 797.105.582.115

CNPJ: 16.099.230/0002-70

Endereço: Avenida Presidente Vargas, 1617, Ribeirão Preto

Data de Inatividade: 19-01-2021

Protocolo Sigadoc: SFP-EXP-2021/13284

Contribuinte: Ribeca Comercial Ltda.

Inscrição Estadual: 582.811.953.113

CNPJ: 10.854.782/0001-80

Endereço: Rua Clemente Ferreira, 835, Ribeirão Preto

Data de Inatividade: 19-01-2021

Protocolo Sigadoc: SFP-EXP-2021/13282

NSE - I

Comunicado

Suspensão da Eficácia de Inscrição Estadual

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados - I, de acordo com o artigo 12 da Portaria CAT 95/2006, com as modificações do Decreto 60.812/2014, e nos termos da Portaria CAT 95/2016, artigo 3º, § 1º, item 3, determina a Suspensão Preventiva atribuída ao(s) estabelecimento(s) abaixo relacionado(s), a partir da data indicada.

Desse ato caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Regional Tributário de Ribeirão Preto, no prazo de 30 dias contados dessa publicação, conforme artigo 13 da referida Portaria.

Contribuinte/Razão Social: Flávio Ricardo Ribeiro da Costa

Inscrição Estadual: 797.336.422.117

CNPJ: 29.180.143/0001-04

Endereço: Rua Alfredo Benzoni, 31, Iguatemi, Ribeirão Preto, SP

Data de Inatividade: 19-01-2021 (2.05P)

Expediente: SFP-EXP-2021/12624

NSE - I

Comunicado

Suspensão da Eficácia de Inscrição Estadual

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados - I, de acordo com o artigo 12 da Portaria CAT 95/2006, com as modificações do Decreto 60.812/2014, e nos termos da Portaria CAT 95/2016, artigo 3º, § 1º, item 3, determina a Suspensão Preventiva atribuída ao(s) estabelecimento(s) abaixo relacionado(s), a partir da data indicada.

Desse ato caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Regional Tributário de Ribeirão Preto, no prazo de 30 dias contados dessa publicação, conforme artigo 13 da referida Portaria.

Contribuinte/Razão Social: C.C.S. dos Reis - Manutenções

Inscrição Estadual: 797.255.343.114

CNPJ: 26.770.670/0001-80

Endereço: Rua Eduardo Leite, 791, Campos Elíseos, Ribeirão Preto, SP

Data de Inatividade: 19-01-2021 (2.05P)

Expediente: SFP-EXP-2021/12689

NSE - I

Comunicado

Suspensão da Eficácia de Inscrição Estadual

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados - I, de acordo com o artigo 12 da Portaria CAT 95/2006, com as modificações do Decreto 60.812/2014, e nos termos da Portaria CAT 95/2016, artigo 3º, § 1º, item 3, determina a Suspensão Preventiva atribuída ao(s) estabelecimento(s) abaixo relacionado(s), a partir da data indicada.

Desse ato caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Regional Tributário de Ribeirão Preto, no prazo de 30 dias contados dessa publicação, conforme artigo 13 da referida Portaria.

Contribuinte/Razão Social: Keniak Comércio de Calçados Ltda.

Inscrição Estadual: 797.395.925.112

CNPJ: 64.905.847/0004-40

Endereço: Rua General Osório, 424, e 432 sala 01 - Centro, Ribeirão Preto, SP

Data de Inatividade: 19-01-2021 (2.05P)

Expediente: SFP-EXP-2021/12732

NSE - I

Comunicado

Suspensão da Eficácia de Inscrição Estadual

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados - I, de acordo com o artigo 12 da Portaria CAT 95/2006, com as modificações do Decreto 60.812/2014, e nos termos da Portaria CAT 95/2016, artigo 3º, § 1º, item 3, determina a Suspensão Preventiva atribuída ao(s) estabelecimento(s) abaixo relacionado(s), a partir da data indicada.

Desse ato caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Regional Tributário de Ribeirão Preto, no prazo de 30 dias contados dessa publicação, conforme artigo 13 da referida Portaria.

Contribuinte/Razão Social: Strong Bully Pet Shop Eireli

Inscrição Estadual: 797.378.046.110

CNPJ: 27.723.710/0003-68

Endereço: Av. Cel. Fernando Ferreira Leite, 1540, Pavmto. 19 - Jardim Califórnia, Ribeirão Preto, SP

Data de Inatividade: 19-01-2021 (2.05P)

Expediente: SFP-EXP-2021/12776

NSE - I

Comunicado

Suspensão da Eficácia de Inscrição Estadual

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados - I, de acordo com o artigo 12 da Portaria CAT 95/2006, com as modificações do Decreto 60.812/2014, e nos termos da Portaria CAT 95/2016, artigo 3º, § 1º, item 3, determina a Suspensão Preventiva atribuída ao(s) estabelecimento(s) abaixo relacionado(s), a partir da data indicada.

Desse ato caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Regional Tributário de Ribeirão Preto, no prazo de 30 dias contados dessa publicação, conforme artigo 13 da referida Portaria.

Contribuinte/Razão Social: Jato Líder Serviços Ltda.

Inscrição Estadual: 334.020.460.119

CNPJ:15.098.104/0001-58

Endereço: Rua Jaboticabal, 340 - Cohab 1 - Guariba - SP

Data da Inatividade: 21-01-2021

Expediente/Documento: SFP-EXP- 2021/12980

NSE - I

Comunicado

Suspensão da Eficácia de Inscrição Estadual

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados - I, de acordo com o artigo 12 da Portaria CAT 95/2006, com as modificações do Decreto 60.812/2014, e nos termos da Portaria CAT 95/2016, artigo 3º, § 1º, item 3, determina a Suspensão Preventiva atribuída ao(s) estabelecimento(s) abaixo relacionado(s), a partir da data indicada.

Desse ato caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Regional Tributário de Ribeirão Preto, no prazo de 30 dias contados dessa publicação, conforme artigo 13 da referida Portaria.

Contribuinte: Sérgio Aparecido Roque

Inscrição Estadual: 664.081.600.116

CNPJ: 15.111.810/0001-92

Endereço: Avenida José Ferreira Fontes, 348 - Sertãozinho/SP

Data de Inatividade: 20-01-2021

SP Sem Papel (expediente): SFP-EXP-2021/13063

NSE - I

Comunicado

Suspensão da Eficácia de Inscrição Estadual

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados - I, de acordo com o artigo 12 da Portaria CAT 95/2006, com as modificações do Decreto 60.812/2014, e nos termos da Portaria CAT 95/2016, artigo 3º, § 1º, item 3, determina a Suspensão Preventiva atribuída ao(s) estabelecimento(s) abaixo relacionado(s), a partir da data indicada.

Desse ato caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Regional Tributário de Ribeirão Preto, no prazo de 30 dias contados dessa publicação, conforme artigo 13 da referida Portaria.

Contribuinte: Restaurante Quatro Amigos Ltda.

Inscrição Estadual: 664.098.911.112

CNPJ: 18.475.804/0001-02

Endereço: Rua Coronel Francisco Schmidt, 1036 - Sertãozinho/SP

Data de Inatividade: 20-01-2021

SP Sem Papel (expediente): SFP-EXP-2021/13157

NSE - I

Comunicado

Suspensão da Eficácia de Inscrição Estadual

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados - I, de acordo com o artigo 12 da Portaria CAT 95/2006, com as modificações do Decreto 60.812/2014, e nos termos da Portaria CAT 95/2006, artigo 3º, inciso I, determina a Suspensão Preventiva atribuída ao(s) estabelecimento(s) abaixo relacionado(s), a partir da data indicada.

Desse ato caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Regional Tributário de Ribeirão Preto, no prazo de 30 dias contados dessa publicação, conforme artigo 13 da referida Portaria.

Contribuinte: Gráfica Beri Ltda.

Inscrição Estadual: 210.144.530.116

CNPJ: 09.407.112/0001-36

Endereço: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 178 - Centro, 14.700-435, Bebedouros/SP

Data de Inatividade: 08-01-2021

GDOC/SIGADOC (expediente): SFP-EXP-2021/05135

Nota: Torna sem efeito publicação de 13-01-2021, página 69, em virtude de erro na data de inatividade.

Contribuinte: C J Hortifruti Ltda.

Inscrição Estadual: 210.019.620.119

CNPJ: 52.709.680/0001-10

Endereço: Rua Dr. Brandão Veras, 1705 - Centro, 14.700-335, Bebedouros/SP

Data de Inatividade: 08-01-2021

GDOC/SIGADOC (expediente): SFP-EXP-2021/04966

Nota: Torna sem efeito publicação de 13-01-2021, página 69, em virtude de erro na data de inatividade.

Contribuinte: Município de Bebedouro

Inscrição Estadual: 210.144.744.116

CNPJ: 45.709.920/0002-00

Endereço: Praça Abilio Manoel, 124 - Centro, 14.700-349, Bebedouros/SP

Data de Inatividade: 08-01-2021

GDOC/SIGADOC (expediente): SFP-EXP-2021/05170

Nota: Torna sem efeito publicação de 13-01-2021, página 69, em virtude de erro na data de inatividade.

Contribuinte: AC1 Comércio de Bebidas e Conexos Ltda.

Inscrição Estadual: 210.094.427.110

CNPJ: 07.235.156/0003-62

Endereço: Alameda Florcena Amorim Rimoli, 44 - Jardim Menino Deus II, 14.708-115, Bebedouros/SP

Data de Inatividade: 08-01-2021

GDOC/SIGADOC (expediente): SFP-EXP-2021/04830

Nota: Torna sem efeito publicação de 13-01-2021, página 69, em virtude de erro na data de inatividade.

NSE - I

Comunicado

Suspensão da Eficácia de Inscrição Estadual

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados - I, de acordo com o artigo 12 da Portaria CAT 95/2006, com as modificações do Decreto 60.812/2014, e nos termos da Portaria CAT 95/2006, artigo 3º, § 1º, item 1, torna público que, à vista da constatação de inatividade, formalizada por meio do "Declaração de Não Localização de Estabelecimento", exarado no expediente a seguir elencado, determinou a Suspensão da Eficácia da Inscri-

ção Estadual atribuída ao estabelecimento abaixo relacionado, a partir da data indicada.

Contribuinte: Ferticlean Transporte e Comércio de Produtos Químicos Eireli

Inscrição Estadual: 279.060.920.117

CNPJ: 40.119.071/0001-22

Endereço: 2A Rua Santo Pierini, 800

Município: Cravinhos

Data da Diligência: 19-01-2021

Expediente: SFP-EXP-2021/13398

Dentro do prazo de 30 dias contados desta publicação poderá ser apresentada defesa, sem efeito suspensivo, aos Postos Fiscais da Delegacia Regional Tributária de Ribeirão Preto - DRT.

Delegacia Regional Tributária de São José do Rio Preto - DRT-8

Posto Fiscal de Jales

Comunicado

Ato de Cassação da Eficácia de Inscrição Estadual

Ficam os contribuintes adiante arrolados, todos vinculados a esta unidade fiscal, notificados de que as suas inscrições no Cadastro Sefaz foram declaradas Inaptas pelo fisco, pelo fato de que foi constatada a inatividade dos respectivos estabelecimentos nos endereços indicados no Cadesp, nos termos do artigo 31, inciso I do RICMS/2000 (aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000), cc artigo 12 da Portaria CAT 95, de 24-11-2006.

Nome: Iraci Lopes Comércio de Frutas

Endereço: Rua Hum, 135

Bairro/CEP: Cohab Luciana/ 15.745-000

Cidade: Paranapuã

IE: 508.008.938.114

CNPJ: 22.122.300/0001-86

Data da Inatividade: 10-02-2016

Expediente SIGADOC nº: SFP-EXP-2020/228089

Observação - Sobre os atos de cassação ora publicados, o contribuinte/interessado poderá interpor recurso escrito dirigido ao Delegado Regional Tributário da DRT-8/São José do Rio Preto, nos termos do artigo 13 da Portaria CAT 95/2006.

Posto Fiscal de Votuporanga

Comunicado

Ato de Cassação da Eficácia de Inscrição Estadual

Ficam os contribuintes adiante arrolados, todos vinculados a esta unidade fiscal, notificados de que as suas inscrições no Cadastro Sefaz foram declaradas Inaptas pelo fisco, pelo fato de que foi constatada a inatividade dos respectivos estabelecimentos nos endereços indicados no Cadesp, nos termos do artigo 31, inciso I do RICMS/2000 (aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000), cc artigo 12 da Portaria CAT 95, de 24-11-2006.

Nome: Shopping das Bebidas Eirelli

Endereço: Av. João Biroli, 588

Bairro/CEP: Bela Vista/15.600-000

Cidade: Fernandópolis

IE: 304.061.169.115

CNPJ: 15.019.479/0001-85

Data da Inatividade: 25-04-2019

Expediente SIGADOC nº: SFP-EXP-2020/203683

Nome: Leandro Scandelae da Silva

Endereço: Rua Theotonio Vilela, 399

Bairro/CEP: Brasilândia/15.600-000

Cidade: Fernandópolis

IE: 304.074.846.110

CNPJ: 16.506.557/0001-39

Data da Inatividade: 08-02-2019

Expediente SIGADOC nº: SFP-EXP-2020/206176

Observação - Sobre os atos de cassação ora publicados, o contribuinte/interessado poderá interpor recurso escrito dirigido ao Delegado Regional Tributário da DRT-8/São José do Rio Preto, nos termos do artigo 13 da Portaria CAT 95/2006.

Posto Fiscal de São José do Rio Preto

Comunicado

CONTRIBUINTE	-	CPF/CNPJ	AIIM
1 - Beatriz Baumgart Tadini	Principal	245.743.018-64	4.140.514-6
2 - Cristina Baumgart	Principal	252.736.578-73	4.140.516-0
3 - Karin Baumgart Srougi	Principal	268.680.178-63	4.140.517-1
4 - Otto Baumgart	Principal	269.526.138-11	4.140.518-3
5 - Artur Felipe Soares de Almeida	Principal	263.700.378-26	4.140.511-0
6 - Cesar Augusto Soares de Almeida	Principal	254.294.218-80	4.140.515-8
7 - Rachel Peres do Nascimento	Principal	377.343.068-02	4.140.520-1
8 - Renato Peres do Nascimento	Principal	326.600.898-76	4.140.513-4
9 - Ricardo Peres do Nascimento	Principal	377.343.078-76	4.140.521-3
10 - Enrico Rivera Pariz	Principal	451.176.808-04	4.140.565-1

Nos termos do "caput" do artigo 100 do Decreto 54.486/2009, fica o autuado notificado da lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM por infração à legislação tributária do ITCMD (RITCMD-Decreto 46.655/2002, de 1º/04/2002) devendo recolher o débito fiscal exigido no AIIM ou apresentar defesa, por escrito, no prazo de 30 dias.

Nos termos do § 4º do artigo 99 do Decreto 54.486/2009, durante o prazo para interposição da Defesa, uma via do AIIM e dos demonstrativos e documentos que o instruem ficarão à disposição do interessado, responsável solidário ou de pessoa legalmente habilitada, na repartição fiscal de vinculação do contribuinte, podendo ser retirados nos dias úteis durante os horários de expediente.

A Defesa deverá ser dirigida ao Julgador Tributário e enquanto o notificado e seu representante habilitado não se credenciarem no ePAT - Processo Administrativo Tributário Eletrônico da Secretaria da Fazenda, a prática de atos processuais deverá ser efetuada mediante protocolo dos originais das peças processuais, provas e documentos em papel, juntamente com cópia de cada um deles, na unidade de atendimento ao público externo competente da Secretaria da Fazenda, a fim de serem digitalizados e inseridos no ePAT, devendo obedecer às prescrições do artigo 21 da Portaria CAT 198/2010.

No caso de liquidação do débito, a multa poderá ser paga com desconto de 50% dentro do prazo de 30 dias contados da notificação da lavratura do Auto de Infração, nos termos e condições do artigo 24, inciso I, da Lei 10.705/2000, de 28-12-2000, condicionado ao pagamento integral do débito, implicando em renúncia à defesa ou reclamação.

Decorrido o prazo de 30 dias da data em que se considerar esta notificação realizada sem que haja o recolhimento do débito fiscal exigido no AIIM ou acordo de parcelamento do débito fiscal ou a apresentação de defesa, o AIIM será encaminhado ao Delegado Regional Tributário para ratificação e o débito fiscal poderá ser inscrito na Dívida Ativa do Estado. As infrações nele contidas, por caracterizar, em tese, crime contra ordem tributária, serão comunicadas ao Ministério Público, nos termos da legislação vigente, por meio de Representação Fiscal de Crime Contra Ordem Tributária.

Conforme o § 4º do artigo 27 da Portaria CAT 198/2010, a notificação por meio eletrônico prevalecerá sobre quaisquer outras acaso realizadas.

DO CREDENCIAMENTO NO ePAT E DA APRESENTAÇÃO DA DEFESA POR MEIO DO ePAT

O notificado poderá se credenciar no ePAT, nos termos da Portaria CAT 198/2010, para ter acesso à integra do auto de infração e ao processo eletrônico a qualquer tempo, logo depois que tiver concluído o seu credenciamento.

O credenciamento no ePAT poderá ser efetuado por via remota, utilizando-se a rede mundial de computadores, ou mediante comparecimento do interessado na unidade competente da Secretaria da Fazenda, em ambos os casos desde que possua assinatura eletrônica. Se o notificado já possuir assinatura eletrônica poderá se credenciar no ePAT no endereço eletrônico do Portal do Epat-Módulo do Contribuinte: https: // www.fazenda.sp.gov.br/ePAT/portal/

Após ter-se credenciado no ePAT, o notificado poderá outorgar procuração eletrônica vinculando representantes legais ao AIIM, por meio do Portal acima referenciado, os quais se credenciados no ePAT também terão acesso a íntegra do processo eletrônico e deverão enviar a defesa, recurso, petição e praticar todos os atos processuais por meio do ePAT.

A Defesa deverá ser dirigida ao Julgador Tributário e será enviada por meio eletrônico por meio do Portal do ePAT supra referenciado, nos termos dos artigos 13, 14 e 15 da Portaria CAT 198/2010, com documentos e peças em formato pdf (portable document format), devendo ser assinada eletronicamente com a utilização do aplicativo gerenciador de upload disponibilizado pela Secretaria da Fazenda nesse mesmo Portal.

Ressalte-se que a apresentação de defesa acarretará o início do processo administrativo tributário nos termos do artigo 33 da Lei 13.457/2009, sujeitando o contribuinte às regras processuais desta Lei, especialmente quanto à Comunicação Eletrônica dos Atos Processuais (artigo 77 e seguintes da Lei 13.457/2009), com a respectiva publicação dos atos administrativos por meio de Diário Eletrônico próprio da Secretaria da Fazenda, conforme artigo 29 da Portaria CAT 198/2010 e artigo 1º da Resolução SF-20/2011.

Caso o ePAT torne-se indisponível por motivos técnicos, impossibilitando ao usuário credenciado o acesso e envio de documentos por meio do Portal do ePAT na Internet, a defesa poderá ser protocolada em papel, em uma das repartições fiscais da Secretaria da Fazenda, obedecendo-se às prescrições do artigo 21 da Portaria CAT 198/2010.

Data de Notificação: Considerar-se-á realizada esta notificação no quinto dia útil posterior ao da data desta publicação no Diário Oficial do Estado. (item 1 do § 4º do artigo 9º da Lei 13.457/2009)

Conforme o § 4º do artigo 27 da Portaria CAT 198/2010, a notificação por meio eletrônico prevalecerá sobre quaisquer outras acaso realizadas.

Comunicado

Ato de Suspensão da Eficácia de Inscrição Estadual

Ficam os contribuintes adiante arrolados, vinculados a esta unidade fiscal, notificados de que as suas inscrições no Cadastro Sefaz foram declaradas Suspensas pelo fisco, preventivamente por não localização do respectivo estabelecimento no endereço indicado no Cadesp, nos termos do artigo 31, inciso I do RICMS/2000 (aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000), cc artigo 3º, § 1º, inciso I da Portaria CAT 95, de 24-11-2006.

Nome: Sandra Vitória de Jesus Alves 57216535820

Endereço: Rua Yole Spaolonzi Ismael, 300

Bairro/CEP: Jardim Maria Lúcia / 15.047-099

Cidade: São José do Rio Preto

IE: 124.030.912.110

CNPJ: 33.758.662/0001-84

Data da Suspensão: 09-12-2020

Expediente SF nº: SFP-EXP-2021/11412

Observação - Sobre os atos de suspensão ora publicados, os contribuintes/interessados poderão interpor reclamação junto ao Posto Fiscal de Jurisdição.

Comunicado

Ato de Cassação da Eficácia de Inscrição Estadual

Ficam os contribuintes adiante arrolados, todos vinculados a esta unidade fiscal, notificados de que as suas inscrições no Cadastro Sefaz foram declaradas Inaptas pelo fisco, pelo fato de que foi constatada a inatividade dos respectivos estabelecimentos nos endereços indicados no Cadesp, nos termos do artigo 31, inciso I do RICMS/2000 (aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000), cc artigo 12 da Portaria CAT 95, de 24-11-2006.

Nome: Fenzo Transportes e Logística Ltda.

Endereço: Rodovia José Aguiar, s/nº, Sala 02

Bairro/CEP: Zona Rural / 15.105-000

Cidade: Potirendaba

IE: 556.033.450.118

CNPJ: 34.846.346/0001-27

Data da Inatividade: 30-11-2019

Expediente SIGADOC nº: SFP-EXP-2021/03581

Observação - Sobre os atos de cassação ora publicados, o contribuinte/interessado poderá interpor recurso escrito dirigido ao Delegado Regional Tributário da DRT-8/São José do Rio Preto, nos termos do artigo 13 da Portaria CAT 95/2006.

Comunicado

Ato de Cassação da Eficácia de Inscrição Estadual

Ficam os contribuintes adiante arrolados, todos vinculados a esta unidade fiscal, notificados de que as suas inscrições no Cadastro Sefaz foram declaradas Inaptas pelo fisco, pelo fato de que foi constatada a inatividade dos respectivos estabelecimentos nos endereços indicados no Cadesp, nos termos do artigo 31, inciso I do RICMS/2000 (aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000), cc artigo 12 da Portaria CAT 95, de 24-11-2006.

Nome: Rode Rio Preto Motos Limitada

Endereço: Avenida Bady Bassitt, 5050

Bairro/CEP: Jardim Alto Rio Preto / 15.025-000

Cidade: São José do Rio Preto

IE: 647.395.034.112

CNPJ: 04.650.038/0001-60

Data da Inatividade: 30-09-2017

Expediente SIGADOC nº: SFP-2020/206178

Nome: Marcia Rocha Duque Ferreira

Endereço: Rua Ignez Gomes Cocenzo, 231

Bairro/CEP: Conjunto Habitacional São Deoc. / 15.057-330

Cidade: São José do Rio Preto

IE: 647.811.720.119

CNPJ: 24.515.691/0001-24

Data da Inatividade: 30-09-2017

Expediente SIGADOC nº: SFP-2020/222418

Nome: Claudinei de Paula Ribeiro

Endereço: Rua Virgilio Dias de Castro, 500

Bairro/CEP: Conjunto Habitacional São Deoc. / 15.057-030

Cidade: São José do Rio Preto

IE: 647.741.475.117

CNPJ: 21.570.923/0001-59

Data da Inatividade: 16-12-2014

Expediente SIGADOC nº: SFP-2020/222480

Nome: Erick Fabricio dos Santos - Informática

Endereço: Rua Vírgilio Dias de Castro, 220

Bairro/CEP: Conjunto Habitacional São Deoc. / 15.057-030

Cidade: São José do Rio Preto

IE: 647.535.040.115

CNPJ: 09.943.279/0001-11

Data da Inatividade: 27-07-2018

Expediente SIGADOC nº: SFP-2020/222532

Nome: Céu Azul Alimentos Ltda.

Endereço: Estrada Benedito Sufredini, 835

Bairro/CEP: Conjunto Habitacional São Deoc. /15.057-000

Cidade: São José do Rio Preto

IE: 647.705.619.111

CNPJ: 58.852.518/0021-87

Data da Inatividade: 30-11-2015

Expediente SIGADOC nº: SFP-2020/222579

Nome: AD Ativos Incorporação Ltda.

Endereço: Rua Antonio de Godoy, 4050

Bairro/CEP: Vila Redentora / 15.015-100

Cidade: São José do Rio Preto

IE: 647.628.891.115

CNPJ: 12.824.277/0001-18

Data da Inatividade: 11-02-2019

Expediente SIGADOC nº: SFP-2020/223891

Nome: Ernesto Lodi Domingues

Endereço: Rua Coronel Spinola de Castro, 3049

Bairro/CEP: Centro / 15.015-500

Cidade: São José do Rio Preto

IE: 647.554.150.113

CNPJ: 09.646.401/0001-98

Data da Inatividade: 21-10-2020

Expediente SIGADOC nº: SFP-2020/223911

Observação - Sobre os atos de cassação ora publicados, o contribuinte/interessado poderá interpor recurso escrito dirigido ao Delegado Regional Tributário da DRT-8/São José do Rio Preto, nos termos do artigo 13 da Portaria CAT 95/2006.

Delegacia Regional Tributária de Presidente Prudente - DRT-10

Núcleo de Serviços Especializados - DRT-10

Comunicado

Ato de Cassação de Eficácia de Inscrição

O(s) Contribuinte(s) abaixo relacionado(s) fica(m) notificado(s) de que teve(tiveram) cassada a eficácia de sua(s) inscrição(ões) estadual(ais), nos termos da Portaria CAT 95/2006, a partir da(s) data(s) indicada(s) pela não localização do estabelecimento, com base legal no art. 20, inciso I da Lei 6.374/89 e art. 31, inciso I do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/2000.

RAZÃO SOCIAL	IE	CNPJ	INATIVIDADE
Alan Junior da Silva Alves Fonseca 42476036803	162.022.816.114	23.031.194/0001-98	10-08-2015
Eder da Silva Alves Fonseca 33410918825	162.022.950.116	23.140.285/0001-61	25-08-2015
Agro BGM Ferramentas Ltda.	562.473.421.115	34.398.031/0001-64	10-02-2020
Stockshop Comércio Eletrônico Eireli	562.380.283.119	24.328.787/0001-83	29-11-2019
Carolina Amanda da Silva Soares 46217280833	562.507.637.115	37.764.287/0001-36	25-07-2020
Rafael Marques de Sá Gomes da Silva 38938737837	162.022.286.113	22.556.064/0001-06	31-10-2020
Gabriel Marques de Sá Gomes da Silva 36425924810	162.022.277.112	22.555.911/0001-18	29-05-2015

Desta decisão caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, perante a Delegada Regional Tributária da DRT-10, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação.

Posto Fiscal de Presidente Prudente

PF-10 - Presidente Prudente

Comunicado

Assunto: Notificação ITCMD

Protocolo SFP-EXP-2020/155061

Interessado: Ecobeef - Administração e Participação Ltda.

CNPJ 08.148.094/0001-52

Despacho

Assunto: Decisão

Trata-se de impugnação à notificação fiscal referente a não concordância do Fisco em relação a valores considerados pelo contribuinte em operações de doações de quotas de capital social.

Após os AFRs terem notificado os interessados a retificarem a declaração de ITCMD, foi apresentada impugnação nos termos do art. 11 da Portaria CAT 15/2003.

Seção I - Da Transmissão "Causa Mortis" ou Doação realizadas no Âmbito Judicial

Art. 11 - na hipótese de o Fisco não concordar com os valores declarados nos documentos referidos no § 1º do artigo 8º, bem como nos casos de reconhecimento parcial ou não reconhecimento da isenção prevista no artigo 7º, o Agente Fiscal de Rendas incumbido de analisar o processo notificará o contribuinte dessa decisão, concedendo-lhe o prazo de 30 dias para (Decreto 46.655/02, art. 23):

I - na hipótese de arrolamento ou doação, efetuar o recolhimento da diferença entre o valor do imposto recolhido e o valor do imposto calculado pelo Fisco ou apresentar impugnação;

Verificando as operações, constata-se que ocorreram fora do âmbito judicial sendo operações de doação pura e simples de quotas sociais da sociedade empresária, nos termos do artigo 538 do Código Civil.

Ainda poderia ser aventada que a Impugnação pudesse ser adequada à utilização da Seção II da Portaria CAT 15/2003: Da Transmissão "Causa Mortis" ou Doação realizadas no Âmbito Administrativo, em especial, o artigo 12-C que dispõe:

Artigo 12-C - Nas hipóteses de transmissão realizada no âmbito administrativo, nos termos dos artigos 610 e 733 da Lei Federal 13.105, de 16-03-2015 - Código de Processo Civil, perante tabelião localizado em outro Estado ou no Distrito Federal, antes da lavratura da escritura pública, o contribuinte deverá apresentar, em qualquer das unidades de atendimento ao público da Secretaria da Fazenda e Planejamento, a Declaração do ITCMD instruída com os seguintes documentos: (Redação dada ao "caput" do artigo, mantidos os seus incisos, pela Portaria CAT-32/20, de 20-03-2020, D.O. 21-03-2020)

[...]

§ 3º - O Fisco, na hipótese de:

[...]

2 - não concordar com os valores recolhidos, notificará o contribuinte para, no prazo de 30 dias, efetuar o recolhimento da diferença entre o valor do imposto recolhido e o valor do imposto calculado pelo Fisco ou apresentar impugnação, sendo facultado ao contribuinte juntar laudo técnico, incumbindo-lhe, neste caso, o pagamento das despesas. (Redação dada ao item pela Portaria CAT-32/20, de 20-03-2020, D.O. 21-03-2020)

§ 4º - Indeferida a impugnação, o contribuinte será notificado da decisão para, no prazo de 30 dias:

1 - recolher a diferença entre o valor do imposto recolhido e o valor do imposto calculado pelo Fisco; ou

2 - apresentar recurso ao Delegado Regional Tributário.

O caput do art. 12-C não prevê sua aplicação para caso de doação pura e simples, por outro lado aplica-se nas hipóteses de transmissão realizada no âmbito extrajudicial (perante Tabelião), nos termos dos artigos 610 (inventário extrajudicial) e 733 (divórcio e separação consensuais perante escritura pública) da Lei Federal 13.105, de 16-03-2015 - Código de Processo Civil.

Eventual impugnação administrativa dar-se-á mediante o regular Processo Administrativo Tributário regulado pela Lei Estadual 13.457, de 18-03-2009.

Portanto, recebo a impugnação e não a conheço, abstendo-se de seu exame em sua substância, em razão de falta de previsão.

Delegacia Regional Tributária de Marília - DRT-11

Comunicado

Descredenciamento - Portaria CAT 70, de 15-06-2011

Com fundamento no inciso II do artigo 6º da Portaria CAT 70/2011, o Delegado Regional Tributário de Marília promoveu o Descredenciamento do contribuinte abaixo identificado para fins de aplicação do diferimento na proporção de 40% previsto no artigo 351-A do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000:

Cerealsafra Cerealista Ltda.

IE: 340.007.728.111

CNPJ: 03.585.008/0001-55

Núcleo de Serviços Especializados - I

NSE - I

Comunicado

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados I comunica o contribuinte abaixo identificado de que a eficácia de sua Inscrição Estadual foi Suspensa, preventivamente, em decorrência de diligência fiscal e com base no § 1º do Artigo 3º da Portaria CAT 95/2006:

Contribuinte: J. C. Placidino - Serviços e Manutenção

Inscrição Estadual: 731.020.357.118

CNPJ: 27.056.838/0001-53

Endereço: Rua Mogno, 435, Tarumã/SP

Data de Início da Suspensão: 20-01-2021

Posto Fiscal de Vinculação: PF de Marília, Av. Sampaio Vidal, 844, Marília, SP

Expediente: SIGADOC: SFP-EXP-2021/13694

NSE - I

Comunicado

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados I comunica o contribuinte abaixo identificado de que a eficácia de sua Inscrição Estadual foi Suspensa, preventivamente, em decorrência de diligência fiscal e com base no § 1º do Artigo 3º da Portaria CAT 95/2006:

Contribuinte: Elis Regina Guimarães 37302805890

Inscrição Estadual: 731.025.001.119

CNPJ: 31.959.429/0001-34

Endereço: Rua Mogno, 435, Tarumã/SP

Data de Início da Suspensão: 20-01-2021

Posto Fiscal de Vinculação: PF de Marília, Av. Sampaio Vidal, 844, Marília, SP

Expediente: SIGADOC: SFP-EXP-2021/13711

NSE - I

Comunicado

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados I comunica o contribuinte abaixo identificado de que a eficácia da sua Inscrição Estadual foi Suspensa, preventivamente, a partir de 20-01-2021, em decorrência de diligência fiscal e de acordo com o previsto no art. 3º, § 1º, inciso I, da Portaria CAT 95/06.

Contribuinte: Samuel da Silva Mira Tobias 36759905830

Inscrição Estadual: 438.325.285.110

CNPJ: 20.874.056/0001-82

Endereço: R. Maria de Lourdes Galvão Cunha, 62, Conjunto Residencial Alcir Ranieri, CEP: 17.512-888, Marília-SP.

Posto Fiscal de Vinculação: PF de Marília, Rua Sampaio Vidal, 844, Marília-SP

Expediente SIGADOC: SFP-EXP-2021/13340

NSE - I

Comunicado

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados I comunica o contribuinte abaixo identificado de que a eficácia de sua Inscrição Estadual foi Suspensa, preventivamente, em decorrência de diligência fiscal e com base no § 1º do Artigo 3º da Portaria CAT 95/2006:

Contribuinte: João Batista de Lima Fernandes

Inscrição Estadual: 436.013.922.118

CNPJ: 18.105.476/0001-52

Endereço: Rua Alameda dos Jasmins, 91, Maracaí/SP

Data de Início da Suspensão: 20-01-2021

Posto Fiscal de Vinculação: PF de Marília, Av. Sampaio Vidal, 844, Marília, SP

Expediente: SIGADOC: SFP-EXP-2021/13740

NSE - I

Comunicado

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados I comunica o contribuinte abaixo identificado de que a eficácia de sua Inscrição Estadual foi Suspensa, preventivamente, em decorrência de diligência fiscal e com base no § 1º do Artigo 3º da Portaria CAT 95/2006:

Contribuinte: Irmãos Ludwig Armazenagem de Mercadorias Ltda.

Inscrição Estadual: 436.019.460.110

CNPJ: 23.199.325/0001-40

Endereço: Rua Um, 100, Distrito Industrial, Maracaí/SP

Data de Início da Suspensão: 20-01-2021

Posto Fiscal de Vinculação: PF de Marília, Av. Sampaio Vidal, 844, Marília, SP

Expediente: SIGADOC: SFP-EXP-2021/13762

NSE - I

Comunicado

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados I comunica o contribuinte abaixo identificado de que a eficácia de sua Inscrição Estadual foi Suspensa, preventivamente, em decorrência de diligência fiscal e com base no § 1º do Artigo 3º da Portaria CAT 95/2006:

Contribuinte: Irmãos Sampar e Cia. Ltda.

Inscrição Estadual: 436.061.494.113

CNPJ: 52.817.277/0005-39

Endereço: Avenida José Bonifácio, 905, Maracaí/SP

Data de Início da Suspensão: 20-01-2021

Posto Fiscal de Vinculação: PF de Marília, Av. Sampaio Vidal, 844, Marília, SP

Expediente: SIGADOC: SFP-EXP-2021/13781

NSE - I

Comunicado

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados I comunica o contribuinte abaixo identificado de que a eficácia de sua Inscrição Estadual foi Suspensa, preventivamente, em decorrência de diligência fiscal e com base no § 1º do Artigo 3º da Portaria CAT 95/2006:

Contribuinte: João Benedito Flausino Maracaí

Inscrição Estadual: 436.017.894.117

CNPJ: 00.628.272/0001-30

Endereço: Rua Padre Carlos, 112, Vila Santa Terezinha, Maracaí/SP

Data de Início da Suspensão: 20-01-2021

Posto Fiscal de Vinculação: PF de Marília, Av. Sampaio Vidal, 844, Marília, SP

Expediente: SIGADOC: SFP-EXP-2021/13823

NSE - I

Comunicado

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados I comunica o contribuinte abaixo identificado do ato de Cassação da eficácia da sua Inscrição Estadual, por não localização do estabelecimento, nos termos do Art. 11 da Portaria CAT 95/2006, do inciso I, do Art. 31, do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/2000 e do inciso I, do Art. 20, da Lei 6.374/1989.

O contribuinte poderá apresentar recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, perante o Delegado Regional Tributário no prazo de 30 dias contados da data desta publicação, nos termos do Art. 13 da Portaria CAT 95/2006.

Contribuinte: Joseane Aparecida da Costa Siqueira

Inscrição Estadual: 495.108.624.113

CNPJ: 18.564.558/0001-65

Endereço: R. Carolina Evangelista Dalaqua, 106, C. R. P. Ed. Murante, CEP: 19.905-225, Ourinhos-SP

Cassada a partir de: 09-12-2020

Posto Fiscal de vinculação: PF de Ourinhos, Av. Antonio de Almeida Leite, 1117, Ourinhos-SP

Expediente GDOC: SFP-EXP-2020/244707

Delegacia Regional Tributária de São Bernardo do Campo - DRT-12

Núcleo de Serviços Especializados - II - ITCMD/IPVA

NSE II - São Bernardo

Comunicado

Fica o interessado notificado da decisão de Indeferimento referente ao Pedido do IPVA Objeto do Processo abaixo referenciado:

SIVEI - NOME - CNPJ/CPF

120032-20201109-140713967-22 Bernardo Bierma Guimarães Souza 570.496.678-03

120032-20201118-185657211-78 Erimar José Ferreira 254.186.878-24

120032-20201119-183303727-16 Teresinha Barboza 144.202.601-49

120032-20201119-192111184-83 Vera Lúcia Malta dos Santos 136.138.318-64

120032-20201120-094410796-91 Anamaria Flora 052.501.968-53

120032-20201120-152055439-16 Camila Maira da Silva Menezes Gomes 309.112.868-70

120032-20201124-112639008-49 Francisco Silveira Pereira 050.699.138-59

120032-20201124-150511319-45 Fábio Martins Zanelli 180.252.798-20

120032-20201201-103249217-72 Ieda Chaves de Araujo Pereira 058.632.538-78

120032-20201201-100044855-67 Nelson José da Silva 845.165.348-00

Da decisão de indeferimento cabe recurso, um única vez, dirigido ao Delegado Regional Tributário da DRT-12, no prazo de 30 dias.

Delegacia Regional Tributária de Araraquara - DRT-15

Núcleo de Serviços Especializados - II

Comunicado

O(s) contribuinte(s) a seguir identificado(s) fica(m) cientificado(s) sobre a Suspensão da eficácia da Inscrição Estadual no Cadastro de Contribuintes do ICMS/SP, da(s) seguinte(s) empresa(s), com base no Artigo 3º da Portaria CAT 95/2006:

PROTOCOLADO	RAZÃO SOCIAL	IE	CNPJ	ENDEREÇO	SUSPENSO DESDE
SFP-EXP-2021/11434	Rakov & Cia. Ltda.	637.378.164.114	24.326.103/0001-04	Rua Miguel Petroni, 1260, São Carlos - CEP 13.561-002	19-01-2021
SFP-EXP-2021/11416	Diego Zanderin Sabadini 31330164822	637.186.637.117	15.809.457/0001-19	Avenida Sallum, 1587, São Carlos - CEP 13.574-040	19-01-2021
SFP-EXP-2021/11413	Kellyn Cristine Barbano	637.212.052.117	13.273.398/0002-62	Avenida Sallum, 1587, São Carlos - CEP 13.574-040	19-01-2021
SFP-EXP-2021/11410	O Gengibreh Lanchonete e Restaurante Ltda.	637.213.670.118	18.596.814/0001-04	Avenida Sallum, 1587, São Carlos - CEP 13.574-040	19-01-2021
SFP-EXP-2021/11406	Aloisio Andrade Alves	637.204.788.116	07.973.237/0001-06	Avenida Sallum, 1587, São Carlos - CEP 13.574-040	19-01-2021
SFP-EXP-2021/11260	Edson Luiz de Lima Rotisserie	587.155.887.119	06.696.308/0001-08	Avenida 29, 612, Rio Claro - CEP 13.501-104	19-01-2021
SFP-EXP-2021/12295	Tiago Donizeti Bayardo & Cia. Ltda.	611.074.186.112	05.425.472/0001-00	Avenida Constantino Stocco, 140, Santa Cruz das Palmeiras - CEP 13.650-000	20-01-2021
SFP-EXP-2021/12239	José Gastão Visentainer Ltda.	611.072.341.114	04.359.914/0001-02	Rua Dr. Mello, 583, Santa Cruz das Palmeiras - CEP 13.650-000	20-01-2021
SFP-EXP-2021/12206	ESAM Empreendimentos Imobiliários Ltda.	611.034.894.119	15.205.558/0001-80	Rua José Piccolo, 223, Santa Cruz das Palmeiras - CEP 13.650-000	20-01-2021
SFP-EXP-2021/12162	Erica Fernanda Marucci	611.034.538.110	36.609.406/0001-13	Rua Doutor Alcebiades, 812, Santa Cruz das Palmeiras - CEP 13.650-000	20-01-2021
SFP-EXP-2021/12072	De Maman & Dickel Ltda.	611.034.148.112	03.882.523/0001-05	Rodovia SP 215, s/nº, Santa Cruz das Palmeiras - CEP 13.650-000	20-01-2021
SFP-EXP-2021/12055	Santana & Vizzoto Comércio e Prestação de Serviços Ltda.	680.093.195.115	10.479.899/0001-20	Avenida José Gatto, 964, Tambaú - CEP 13.710-000	20-01-2021
SFP-EXP-2021/11890	Ferbo Comércio de Ferramentas Ltda.	587.071.220.114	57.106.668/0001-35	Rua 25, 1451, Rio Claro - CEP 13.503-120	20-01-2021

Comunicado

O(s) contribuinte(s) a seguir identificado(s) fica(m) cientificado(s) sobre a Cassação da eficácia da Inscrição Estadual no Cadastro de Contribuintes do ICMS/SP, da(s) seguinte(s) empresa(s), com base no § 4º do Artigo 11 da Portaria CAT 95/2006:

PROTOCOLADO	RAZÃO SOCIAL	IE	CNPJ	ENDEREÇO	INAPTO DESDE
SFP-EXP-2020/196989	Janilson José Bonini	536.002.114.116	12.254.384/0001-58	Avenida Newton Prado, 2709, Pirassununga - CEP 13.631-045	20-07-2010
SFP-EXP-2020/197013	Mundo dos Bebês Acessórios e Roupas Ltda.	536.044.740.110	12.443.567/0001-11	Avenida Newton Prado, 3381, Pirassununga - CEP 13.631-045	26-08-2010
SFP-EXP-2020/197071	Santos & Silva Mundo Fashion Infantil Ltda.	536.060.684.116	18.747.836/0001-10	Avenida Newton Prado, 3381, Pirassununga - CEP 13.631-045	26-08-2013

Delegacia Regional Tributária de Jundiaí - DRT-16

Despacho do Delegado Regional Tributário, de 22-01-2021

O contribuinte, abaixo identificado, fica notificado da decisão do Delegado Regional Tributário de Jundiaí, que indeferiu o pedido de Recurso contra decisão que indeferiu o pedido de isenção de IPVA formulado sob o Protocolo SIVEI 160032-20200131-150939889-74.

Desta decisão não cabe recurso.

O processo segue arquivado no expediente SIGADOC SFP--EXP-2020/159034.

Nome	CNPJ/CPF	Nº do Processo
Vabene Transtur Ltda.	04.114.101/0001-44	SFP-EXP-2020/159034

Núcleo de Serviços Especializados - I - IPVA

Despacho do Chefe, de 22-01-2021

O(s) contribuinte(s), abaixo identificado(s), fica(m) notificado(s) da decisão do Chefe do Núcleo de Serviços Especializados da Delegacia Regional Tributária de Jundiaí, que indeferiu o pedido de isenção de IPVA formulado com base no artigo 13, da Lei 13.296/08 e artigo 5º da Portaria CAT 27/2015.

Dentro do prazo de 30 dias, contados a partir do quinto dia útil posterior ao desta publicação, o(s) requerente(s) poderá(ão) recolher o imposto devido atualizado monetariamente se for o caso, e acrescido de juros, multas e demais acréscimos legais, quando couber ou apresentar recurso, com efeito suspensivo, dirigido ao Delegado Regional Tributário de Jundiaí, conforme artigo 9º, § 6º da Portaria CAT 27/15.

Nome	CNPJ/CPF	Nº do Processo
Fernanda Damasco Pineda	337.483.158-30	SFP-EXP-2020/254754

Despachos do Chefe, de 22-01-2021

O contribuinte, abaixo identificado, fica notificado da decisão do Chefe do Núcleo de Serviços Especializados I - IPVA da Delegacia Regional Tributária de Jundiaí, que indeferiu o pedido de isenção de IPVA formulado com base no artigo 13, da Lei 13.296/08 e artigo 5º da Portaria CAT 27/2015.

Dentro do prazo de 30 dias, contados a partir do quinto dia útil posterior ao desta publicação, o requerente poderá apresentar recurso, com efeito suspensivo, dirigido ao Delegado Regional Tributário de Jundiaí, conforme artigo 9º, § 6º da Portaria CAT 27/15.

O interessado poderá consultar o teor do despacho de indeferimento através do sistema SIVEI.

Nome	CNPJ/CPF	Nº do Processo SIVEI	Placa
Marcela de Oliveira Peixoto	432.535.448-42	160032-20201228-110716707-38	GGM5J48
Margarethe de Fátima Toricelli	849.151.888-68	160032-20201218-155105016-33	CQU5A56

SUBCOORDENADORIA DE CONSULTORIA TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS

Delegacia Tributária de Julgamento 3 - Bauru

UNIDADE DE JULGAMENTO DE SJRP

Despachos do Chefe, de 22-01-2021

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de SJRP que deu provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08. Em razão disso, extingue-se o crédito tributário conforme disposto no artigo 156, inciso IX do Código Tributário Nacional - CTN.

Os autos serão encaminhados ao arquivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Nome CPF/CNPJ Nº Controle Placa

Adriano de Oliveira 29982860895 71.576.189-4 HIP-5609

Anderson Gustavo Marciano 35649191808 71.430.540-6 EOK-6848

Arthur Marcal de Oliveira 35251776829 72.534.925-6 EQG-9605

Daniela Bellini Bonjovani 16504012806 73.025.727-7 MIZ-5024

Gislaine Thais Campos 40633863840 71.932.511-0 DFH-7436

Henrique Enoque da Silva 31446799840 72.219.084-0 DUD-3882

Josué Casimiro de Oliveira 60112794491 73.018.009-8 LUX-2301

Leonidio Aparecido Rodrigues da Silveira 11813964840 72.919.230-1 HFU-7025

Marcos Antonio de Souza 28359280819 72.003.848-0 DIJ-2091

Marcos Rogério Zaniboni 22247064809 73.599.465-1 FZG-8558

Michel Romanovas 25146646830 71.809.611-3 DAE-6546

Município de Andirá 76235761000194 71.219.249-9 DDQ-3049

Neusa Aparecida Martinho 97984485887 71.593.397-8 JLC-6252

Paulo Cesar Caobianco Lodi 10936953829 71.959.756-0 DGF-9988

Seiji Kuroda 10923688846 71.190.997-0 DCB-9718

Via Marconi Veiculos Ltda. 512663000608 71.501.704-4 FJR-3950

Viação Mana Transportes Eireli 25041040000102 72.810.190-7 FQU-2H32

Viação Mana Transportes Eireli 25041040000102 73.161.161-5 DAO-6C88

UNIDADE DE JULGAMENTO DE SJRP

Despachos do Chefe, de 22-01-2021

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de SJRP que negou provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Da decisão cabe recurso ao Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru, uma única vez, dentro do prazo de 30 dias contados da publicação desta notificação, conforme disposto no artigo 8º do Decreto 54.714/09.

Os autos aguardarão o decurso do prazo no Posto Fiscal identificado na Comunicação de Lançamento.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa

Anizio Delarco Junior 5501807882 72.706.756-4 FEO-0084

Atlas Bebedouro Veículos e Peças Ltda. 691190000211 72.330.742-8 EBD-3816

Bauru Tenis Clube 45008695000196 71.902.560-6 DDZ-6894

Cinthya Maria Souza Lipai 31468646818 72.752.956-0 FJE-6731

Daniela de Souza Mancini 39037555837 72.053.448-3 DKW-7904

Edesio da Silva 21459286855 71.583.507-5 HSX-4051

Elizabete Dias da Silva de Souza 10545737869 72.760.318-8 FKB-5I73

Elvio de Paula Furtile 30793353840 72.580.001-0 ETQ-6275

Fabio Custódio Marinho Colossal 28611694864 71.570.381-0 HAG-1783

Felipe de Oliveira Bezerra 22977530800 73.091.536-0 QMX-5544

Fernando Henrique Ribeiro 5934856375 73.082.551-6 PXG-1702

Gabriela Martins Cos 2ta7116855866 72.877.689-3 GFV-3005

Gislaine Thais Campos 40633863840 71.243.243-7 DFH-7436

Helton Rogério Pini 14596966893 71.394.829-2 EFL-4711

Hilário Juliano Ruiz de Oliveira 8584910875 72.320.075-0 EAQ-9006

Jorge Luís Correa Mota 31805274805 72.522.722-9 EPO-3725

José Antonio Teixeira Sampaio Aizique 27098363863 71.398.784-4 EGJ-2010

Karine Maria Ramos Cardoso 12946830802 72.590.560-8 EUG-8663

Luciana Silveira Di Fiore 13643105894 72.692.167-1 FCY-7663

Marcelo Baltazar Padilha 30242313825 71.639.428-5 NCE-0030

Marco Antonio Canapi 7101971873 72.798.871-2 FOR--6H64

Marco Antonio Cardoso Pederneiras ME 67259846000111 71.541.307-7 GCT-0500

Marcos Rogério Demétrio 15924430871 72.243.445-5 DVN-2002

Maria Apparecida Papa Cagnon 3286193887 31.003.450-4 FJQ-9665

Marisa Alves de Oliveira 13095593848 71.622.226-7 LNF-2659

Paulo Borba VaccarO 1317666860 72.864.650-0 GBN-4B12

Rogério Aparecido Leite 14134440831 71.992.400-5 DHZ-4396

Rozana Ribeiro Rocha 84510609949 72.829.368-7 FTN-8643

Rozana Ribeiro Rocha 84510609949 72.773.384-9 FLM-1201

Simone Perpétua Leopoldino 19571128830 73.131.917-5 CSU-0818

Thiago Pelozo Mendes 32654974880 73.525.081-9 FEL-3417

Vitor Construções Ltda. 9576925000150 72.313.379-7 EAI-7001

Advogados

Jordão Poloni Filho OAB/SP 24.488

Daniela Cristina da Silva Souza OAB/SP 219.316

UNIDADE DE JULGAMENTO DE SJRP

Despachos do Chefe, de 22-01-2021

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de SJRP que não conheceu o pedido formulado através da contestação.

Os autos aguardarão o decurso do prazo no Posto Fiscal identificado na Comunicação de Lançamento.

Nome CPF/CNPJ Nº Controle Placa

Matheus Reches Pereira de Souza 32411064896 71.032.275-6 CQX-2132

Maria Lilliam de Sá Martins Pavanelli 43498656830 72.777.260-0 FLW-9663

Oiveres Pereti Junior 7388618805 73.014.149-4 LQU-0004

Advogado

Telma Rocha Novais OAB/SP 230.031

Unidade de Julgamento de Bauru

Despachos do Chefe, de 22-01-2021

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de Bauru que negou provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Da decisão cabe recurso ao Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru, uma única vez, dentro do prazo de 30 dias contados da publicação desta notificação, conforme disposto no artigo 8º do Decreto 54.714/09.

Os autos aguardarão o decurso do prazo nesta Unidade de Julgamento.

Nome CPF/CNPJ Nº Controle Placa

Carlos Roberto Calixto 82504547820 72.687.348-2 FBZ--6B63

Comercial Multishop Cars de Veículos Ltda. 3008816000150 72.842.547-6 FVZ-3655

Comercial Multishop Cars de Veículos Ltda. 3008816000150 72.563.395-5 ESA-2833

Domingos Ferreira da Silva 22003274804 71.890.080-7 DDP-7863

Josemeire Diniz Lemos 51238071104 72.517.782-2 EPH-7052

Marka Veículos Ltda. 53165106000101 72.892.747-0 GSH-9644

Della Coletta Bioenergia S.A. 44691236000197 72.230.326-9 DUQ-0926

Marcos Soares de Amarante 19086258808 72.458.131-5 EKT-8706

Paulo Enrique Facchetti de Castro e Suza 29667140857 72.357.970-2 EDH-4322

Ildo Barbosa dos Santos 9619498801 73.041.387-1 NFB-4771

Advogado:

Antonio Cesar Capelozza Boaventura - OAB/SP - 158.693

Despachos do Chefe, de 22-01-2021

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de Bauru que interrompeu o contencioso administrativo, em virtude de pagamento integral identificado relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

De acordo com artigo 156, inciso I do Código Tributário Nacional, o pagamento integral é causa de extinção do crédito tributário.

Os autos serão encaminhados ao arquivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Nome CPF/CNPJ Nº Controle Placa

Carlos Galhardo Flores 2686895802 72.457.909-6 EKT-6253

Hulderbrando Henrique Zaparoli 11054334803 71.372.092-0 DZY-1748

Ricardo Cantatore 46914246874 72.957.253-5 ISX-1234

Emerson Bernardino Gonçalves 25699877860 72.262.951-5 DWS-0376

Francisco Elilson Oliveira Evangelista 14714470817 72.367.721-9 EDV-7001

Karina de Almeida Batistuci 25722604844 72.772.951-2 FLL-1I63

Marka Veículos Ltda. 53165106000101 72.452.714-0 EKM-4134

Vera Lúcia Saes do Lago 33491770858 73.662.636-0 KXM-2188

Advogado:

Antonio Cesar Capelozza BoaventurA - OAB/SP - 158.693

Despachos do Chefe, de 22-01-2021

O contribuinte, abaixo identificado, fica notificado da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de Bauru que não conheceu o pedido formulado através da contestação, por ser intempestivo, nos termos do artigo 4, do Decreto 54.714/2009, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Da decisão cabe recurso ao Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru, uma única vez, dentro do prazo de 30 dias contados da publicação desta notificação, conforme disposto no artigo 8º do Decreto 54.714/09.

Os autos aguardarão o decurso do prazo nesta Unidade de Julgamento.

Nome CPF/CNPJ Nº Controle Placa

Adriana de Carvalho Vieira 11161409858 72.888.730-7 GJM-9806

Antonio Carlos Hernandes Sandrin 3033557864 70.970.597-9 BXO-1030

Eco Consultora Ambiental e Com. Ltda. 3714974000125 71.306.264-2 DMN-7210

Elaine Cristina de Souza 18095426857 72.410.001-5 EGP-9401

Isabella Veronese de Oliveira 22483635830 72.887.862-8 GJE-9515

Ivam Borsatto Rosa 29665003879 72.458.284-8 EKV-1A55

José Carlos Aparecido Vieira 11065351895 71.170.125-8 DAW-3294

Maruen Mehana 64660168204 72.600.226-4 EUW-3373

Ricardo Aparecido Sonsino 14835870883 71.511.896-1 FOL-4629

Roberto Abrão Raduan 28602218834 72.664.227-7 FAA-5063

Sheila Paula Otero da Silva Rodrigues Teixeira 30294966862 72.777.755-5 FLY-1283

Victoria Ventura Desenvolvimento Ltda. 22055391000184 71.721.012-1 CAI-0801

Ouro Verde Locação e Serviço S.A. 75609123000123 70.960.155-4 AYM-0433

Ouro Verde Locação e Serviço S.A. 75609123000123 70.960.182-7 AYM-0680

Ouro Verde Locação e Serviço S.A. 75609123000123 70.960.254-6 AYM-2293

Pro Oncologia Quimioterápicas Ltda. ME 3707667000117 71.417.072-0 EKW-1459

Pro Oncologia Quimioterápicas Ltda. ME 3707667000117 69.012.310-3 EKW-1459

Rede Primavera Comércio de Produtos Farm. 14136641000182 72.820.832-5 FSH-2573

Advogados:

Sandro Dantas Chiaradia Jacob - OAB/SP - 236.205

Arnaldo Conceição Junior - OAB/PR - 15.471

Juliana Koque de Muzio Conte - OAB/PR - 45.065

Luana Von Steinkirck de Oliveira - OAB/PR 31.091

Roberta Del Valle Borin - OAB/PR 56.253

José Roberto Curtolo Barbeiro - OAB/SP 204.309

Despachos do Chefe, de 22-01-2021

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de Bauru que deu provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08. Em razão disso, extingue-se o crédito tributário conforme disposto no artigo 156, inciso IX do Código Tributário Nacional - CTN.

Nome CPF/CNPJ Nº Controle Placa

José Luciano Goes Cavalcante 16204640801 71.724.317-5 CKB-0782

Danilo Montagnani PereirA 39503371805 72.661.996-6 EZT-5352

Everson Lucas Costa Gonçalves 42716785899 72.438.642-7 EJD-4085

Felipe Azenha Lamonica 35153183807 72.833.147-0 FUD-6397

Gustavo Biazotto 31684131863 71.862.689-8 DCP-3030

Katiana Moreno Palharin 29258097823 72.618.668-5 EWD-5282

Marisa Bento de Oliveira 3705332830 71.768.559-7 CWC-3500

Sérgio Paulo Carobeno 79906893834 71.770.421-0 CWN-7893

Galli e Galli Locação de Guindaste Ltda. 22440565000122 71.786.062-0 CYN-4024

Milton de Souza Silveira 83523480868 73.608.055-7 GCX-0928

Orlando Sagioro Filho 49114804000100 72.727.073-4 FGK-4816

Advogados:

Natália Oliva - OAB/SP - 253.401

Debora Nunes Alves Belei - OAB/SP - 299.274

Paulo Sérgio Francisco Tabanez - OAB/SP - 379.581

Unidade de Julgamento de Araçatuba

Despachos do Chefe, de 22-01-2021

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de Araçatuba que negou provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Da decisão cabe recurso ao Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru, uma única vez, dentro do prazo de 30 dias contados da publicação desta notificação, conforme disposto no artigo 8º do Decreto 54.714/09.

Os autos aguardarão o decurso do prazo na Unidade de Julgamento de Araçatuba.

Nome CPF/CNPJ Nº Controle Placa

Jorge Luís Reis de Moraes Campos 8546927898 72.591.223-6 EUH-8764

Rogério Salzedas 14027625854 71.873.853-6 DDC-9624

Rogério Salzedas 14027625854 71.860.327-8 DCM-1906

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de Araçatuba que deu provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08. Em razão disso, extingue-se o crédito tributário conforme disposto no artigo 156, inciso IX do Código Tributário Nacional - CTN.

Os autos serão encaminhados ao arquivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Nome CPF/CNPJ Nº Controle Placa

Liberty Seguros S.A. 61550141000172 72.907.407-9 HAV-8061

Marcelo Garcia Lopes Pagliuso 4570639801 72.071.596-9 DMC-5506

Maria Eliana Faustino Ferreira 46831320449 71.722.987-7 CET-7446

Notificação a Procuradores

Michelle Toshiko Terada OAB/SP 190.473

Michelle de Barros Luna OAB/SP 235.626

Unidade de Julgamento de Marília

Despachos da Chefe, de 22-01-2021

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão da Chefe da Unidade de Julgamento de Marília que negou provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Da decisão cabe recurso ao Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru, uma única vez, dentro do prazo de 30 dias contados da publicação desta notificação, conforme disposto no artigo 8º do Decreto 54.714/09.

Os autos aguardarão o decurso do prazo na Unidade de Julgamento de Marília.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa Advogado/OAB

Denis Padilha 12437141820 73.056.524-5 ODZ-4F43

Iracema Kohatsu de Carvalho 4511211809 70.953.031-6 AMY-6619

Jirou Kaneko EPP 16849145000100 72.491.246-0 EMW-3364 Fabio M. S. A. Almas/204.290

Jonatas Toledo da Silva 35083657864 73.001.119-7 KZF-4106

Despachos da Chefe, de 22-01-2021

O interessado, abaixo identificado, fica notificado da decisão da Chefe da Unidade de Julgamento de Marília que deu provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08. Em razão disso, extingue-se o crédito tributário conforme disposto no artigo 156, inciso IX do Código Tributário Nacional - CTN.

Os autos serão encaminhados para arquivamento na Delegacia Regional Tributária de origem.

Interessado Sujeito Passivo CPF/CNPJ Nº de Controle Placa

André Luiz Pereira Moraes Roberto Pereira Moraes 23670061800 72.561.615-5 ERX-6134

Despachos da Chefe, de 22-01-2021

O contribuinte, abaixo identificado, fica notificado da decisão da Chefe da Unidade de Julgamento de Marília que deu provimento parcial ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Para o(s) exercício(s) a que foi dado provimento, extingue-se o crédito tributário nos termos do art. 156, inciso IX do Código Tributário Nacional - CTN.

Para o(s) exercício(s) a que foi negado provimento, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08, ou apresentar recurso, uma única vez, ao Delegado Tributário de Julgamento, da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru, conforme disposto no artigo 8º do Decreto 54.714/09.

Os autos aguardarão o decurso do prazo na Unidade de Julgamento de Marília.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa Exercícios Deferidos Advogado/OAB

Marcos Airton Meorado Rames 36546754843 71.186.192-4 DBX-1200 2019 Danilo Silani Lopes/283.722

Despacho da Chefe, de 22-01-2021

O contribuinte, abaixo identificado, fica notificado da decisão da Chefe da Unidade de Julgamento de Marília que deu provimento parcial ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Para o(s) período(s) a que foi dado provimento, extingue-se o crédito tributário nos termos do art. 156, inciso IX do Código Tributário Nacional - CTN.

Para o(s) período(s) a que foi negado provimento, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08, ou apresentar recurso, uma única vez, ao Delegado Tributário de Julgamento, da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru, conforme disposto no artigo 8º do Decreto 54.714/09.

Os autos aguardarão o decurso do prazo na Unidade de Julgamento de Marília.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa Exercício Período deferido Período indeferido

Paulo Cesar Cardoso de Moura 19147057858 71.020.461-9 CPN-4801 2019 2/12 10/12

Despacho da Chefe, de 22-01-2021

O contribuinte, abaixo identificado, fica notificado da decisão da Chefe da Unidade de Julgamento de Marília que não apreciou o pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08, por

ter ocorrido o exaurimento do contencioso administrativo em consequência do deferimento de isenção com data retroativa.

Os autos retornarão à Delegacia Regional Tributária de origem.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa

Brunilde Wilsing Baldow 37416960800 72.196.343-2 DSU-0052

Despacho da Chefe, de 22-01-2021

O contribuinte abaixo identificado fica notificado da decisão da Chefe da Unidade de Julgamento de Marília que não conheceu da contestação apresentada relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08, em virtude de não terem sido atendidos os requisitos previstos no artigo 5º, inciso II, do Decreto 54.714/2009, relativamente à tempestividade.

Dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Da decisão cabe recurso ao Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru, uma única vez, dentro do prazo de 30 dias contados da publicação desta notificação, conforme disposto no artigo 8º do Decreto 54.714/09.

Os autos aguardarão o decurso do prazo na Unidade de Julgamento de Marília.

Nome CPF/CNPJ Nº de Controle Placa

Veronica Josefa Viexinski 80144659115 71.500.067-6 FIY-4487

Unidade de Julgamento - Araraquara

Despachos do Chefe, de 22-01-2021

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de Araraquara que negou provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Da decisão cabe recurso ao Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru, uma única vez, dentro do prazo de 30 dias contados da publicação desta notificação, conforme disposto no artigo 8º do Decreto 54.714/09.

Os autos aguardarão o decurso do prazo na UJ ARARAQUARA.

NOME	CPF/CNPJ	Nº CONTROLE	PLACA	ADV/OAB
Cláudio Luiz Narciso Lourenço	004.449.428-90	714069310	EIL-4070	-
Heitor Siqueira Sayeg	327.717.896-04	727294039	FGP-9433	-
Ouro Verde Locação e Serviço Ltda.	75.609.123/0001-23	709601232	AYM-0292	Arnaldo Conceição Junior - OAB/PR 15.471
Ouro Verde Locação e Serviço Ltda.	75.609.123/0001-23	709602200	AYM-2082	Arnaldo Conceição Junior - OAB/PR 15.471
Ouro Verde Locação e Serviço Ltda.	75.609.123/0001-23	709602911	AYM-2436	Arnaldo Conceição Junior - OAB/PR 15.471
Ouro Verde Locação e Serviço Ltda.	75.609.123/0001-23	709603289	AYM-3647	Arnaldo Conceição Júnior - OAB/PR 15.471
Ouro Verde Locação e Serviço Ltda.	75.609.123/0001-23	709603502	AYM-3688	Arnaldo Conceição Junior - OAB/PR 15.471
Ouro Verde Locação e Serviço Ltda.	75.609.123/0001-23	709600963	AYL-9240	Arnaldo Conceição Junior - OAB/PR 15.471

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de Araraquara que não conheceu a contestação apresentada, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08, tendo em vista que a exclusão do débito fiscal reclamado pelo pagamento.

NOME	CPF/CNPJ	Nº CONTROLE	PLACA	ADV/OAB
Ricardo Albano Hidebrand	328.960.858-15	713165406	DOM-0980	-

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de Araraquara que deu provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Da decisão não cabe Recurso de Ofício ao Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru, nos termos do artigo 9º do Decreto 54.714 de 27-08-2009, tendo em vista que o montante do débito fiscal é inferior a 100 UFESPs por exercício.

NOME	CPF/CNPJ	Nº CONTROLE	PLACA	ADV/OAB
Gedeon Pelicer de Faria	005.770.678-69	714153023	EKJ-8277	-
Valdecir Monteiro de Souza	224.193.918-88	729964619	KVI-2094	-
Apia Comércio de Veículos Ltda.	56.369.549/0003-74	717693508	CWF-3519	André Luís Cione Reali - OAB/SP 174.737
Roberto Donizete da Silva Junior	453.659.338-18	730639265	OPT-1942	-

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de Araraquara que não conheceu a contestação apresentada, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08, tendo em vista a interposição de demanda judicial na qual se discute o mérito do lançamento.

NOME	CPF/CNPJ	Nº CONTROLE	PLACA	ADV/OAB
Hernani José de Lima	067.315.818-79	717834608	CYI-9786	-

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de Araraquara que não conheceu a contestação apresentada, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08, tendo em vista a intempestividade da contestação apresentada.

NOME	CPF/CNPJ	Nº CONTROLE	PLACA	ADV/OAB
Claudio Luiz Narciso Lourenço	004.449.428-90	670587059	EIL-4070	-
Claudio Luiz Narciso Lourenço	004.449.428-90	690062898	EIL-4070	-

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

CENTROS REGIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO

CENTRO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CAMPINAS

Portaria do Diretor, de 20-01-2021

Avocando, as atribuições e competências previstas no Decreto 64.152/2019:

Ao Núcleo de Suprimentos e Infraestrutura-NSI-Campinas – U.A. 23704, no período de 16-12-2020 a 30-12-2020. (CRA 001/2021-NRH-Campinas).

Agricultura e Abastecimento

AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS

Despachos do Coordenador, de 21-01-2021

Ratificando:

Nos termos do disposto no artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pelas leis 8.883/94 e 9.648/98, combinada com o artigo 26 da Lei Estadual 6.544/89, a inexigibilidade de licitação, reconhecida pelo Senhor Diretor Técnico de Departamento, do Instituto de Pesca, com fundamento no artigo 25, "caput", do citado Estatuto Federal Licitatório, para atender as despesas com fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, empresa Cia de Saneamento Básico de São Paulo - Sabesp, observado todos os aspectos jurídicos e administrativos pertinentes. (PSAA 2021/00632);

Nos termos do disposto no artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pelas leis 8.883/94 e 9.648/98, combinada com o artigo 26 da Lei Estadual 6.544/89, a inexigibilidade de licitação, reconhecida pelo Senhor Diretor Técnico de Departamento, do Instituto de Pesca, com fundamento no artigo 25, "caput", do citado Estatuto Federal Licitatório, para atender as despesas com fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, empresa Serviço de Água e Esgoto de Pirassununga - SAEP, observado todos os aspectos jurídicos e administrativos pertinentes. (PSAA 2021/00630);

Nos termos do disposto no artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pelas leis 8.883/94 e 9.648/98, combinada com o artigo 26 da Lei Estadual 6.544/89, a inexigibilidade de licitação, reconhecida pelo Senhor Diretor Técnico de Departamento, do Instituto de Pesca, com fundamento no artigo 25, "caput", do citado Estatuto Federal Licitatório, para atender as despesas com fornecimento de energia elétrica, empresa Enel - Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A, observado todos os aspectos jurídicos e administrativos pertinentes. (PSAA 2021/00628);

Nos termos do disposto no artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pelas leis 8.883/94 e 9.648/98, combinada com o artigo 26 da Lei Estadual 6.544/89, a inexigibilidade de licitação, reconhecida pelo Senhor Diretor Técnico de Departamento, do Instituto de Pesca, com fundamento no artigo 25, "caput", do citado Estatuto Federal Licitatório, para atender as despesas com fornecimento de energia elétrica, empresa Elektro Redes S/A, observado todos os aspectos jurídicos e administrativos pertinentes.(PSAA 2021/00626);

Nos termos do disposto no artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pelas leis 8.883/94 e 9.648/98, combinada com o artigo 26 da Lei Estadual 6.544/89, a inexigibilidade de licitação, reconhecida pelo Senhor Diretor Técnico de Departamento, do Instituto de Pesca, com fundamento no artigo 25, "caput", do citado Estatuto Federal Licitatório, para atender as despesas com fornecimento de energia elétrica, empresa CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz, observado todos os aspectos jurídicos e administrativos pertinentes. (PSAA 2021/00625);

Nos termos do disposto no artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pelas leis 8.883/94 e 9.648/98, combinada com o artigo 26 da Lei Estadual 6.544/89, a inexigibilidade de licitação, reconhecida pelo Senhor Diretor Técnico de Departamento, do Instituto de Pesca, com fundamento no artigo 25, "caput", do citado Estatuto Federal Licitatório, para atender as despesas com fornecimento de energia elétrica, empresa Companhia Piratininga de Força e Luz, observado todos os aspectos jurídicos e administrativos pertinentes. (PSAA 2021/00624).

COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

NÚCLEO DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

Extrato do Contrato

SAA-PRC-2020/08295

Contrato Correios 9912515525

Licitação: Inexigibilidade

Objeto do Contrato: Correspondência

Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CNPJ: 34.028.316/0031-29

Vigência: 12 Meses de 24-12-2020 a 21-12-2021

Assinado Em: 21-12-2020

Valor Total R$ 120.000,00

Programa de Trabalho 20.122.1317.6216.0000

Nota de Empenho: 2020Ne00571 - Ptres 130157

Natureza de Despesa 33903925

Extrato de Empenho

Processo SAA-PRC-2020/12617

Interessado: Núcleo de Infraestrutura/CDA

Objeto: Serviço de Manutenção de Rede Hidraulica do Prédio do EDA e EDR De Campinas

Fundamento Legal: Dispensa de Licitação – Art. 24, I, da Lei Federal 8.666/93

Contratada: I A Bueno Instalações & Manutenções ME

CNPJ 26.725.578/0001-07

Nota de Empenho 2020Ne00569

UGE: 130033

PT. 20122131762160000

Fonte: 003001045

Valor Total: R$ 12.950,00

Ptres 130157 - Natureza de Despesa: 33903979

Retificação do D.O. de 22-1-2021

No Extrato de Empenho de Processo SAA-PRC-2020/09164, onde se lê: Fundamento Legal: Dispensa de Licitação – Art. 24, I, leia-se: Fundamento Legal: Dispensa de Licitação – Art. 24, II.

Retificação do D.O. de 22-1-2021

No Extrato de Empenho de Processo SAA-PRC-2020/11310, onde se lê: Fundamento Legal: Dispensa de Licitação – Art. 24, I, leia-se: Fundamento Legal: Dispensa de Licitação – Art. 24, II.

Retificação do D.O. de 22-1-2021

No Extrato de Empenho de Processo SAA-PRC-2020/12251, onde se lê: Fundamento Legal: Dispensa de Licitação – Art. 24, I, leia-se: Fundamento Legal: Dispensa de Licitação – Art. 24, II.

Retificação do D.O. de 22-1-2021

No Extrato de Empenho de Processo SAA-PRC-2020/12520, onde se lê: Fundamento Legal: Dispensa de Licitação – Art. 24, I, leia-se: Fundamento Legal: Dispensa de Licitação – Art. 24, II.

Retificação do D.O. de 22-1-2021

No Extrato de Empenho de Processo SAA-PRC-2020/12617, onde se lê: Fundamento Legal: Dispensa de Licitação – Art. 24, I, leia-se: Fundamento Legal: Dispensa de Licitação – Art. 24, II.

Retificação do D.O. de 22-1-2021

No Extrato de Empenho de Processo SAA-PRC-2020/11819, onde se lê: Fundamento Legal: Dispensa de Licitação – Art. 24, I, leia-se: Fundamento Legal: Dispensa de Licitação – Art. 24, II.

Educação

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução, de 22-1-2021

Homologando, com fundamento no artigo 9º da Lei 10.403, de 6-7-1971, a Deliberação CEE 196/2021, que "Altera e acrescenta dispositivos à Deliberação CEE 195/2021".

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

DELIBERAÇÃO CEE 196/2021

Altera e acrescenta dispositivos à Deliberação CEE195/2021

O Conselho Estadual de Educação, com fundamento no art. 242 da Constituição do Estado de São Paulo, nos artigos 10, I; 23, § 2º; 24, I e 25 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/1996), no Decreto 9.057/2017, no artigo 2º da Lei Estadual 10.403/1971 e no Decreto 65.384/2020, e considerando a necessidade de critérios para a retomada das aulas.

DELIBERA

Art. 1º. Altera-se o caput do Artigo 7º da Del. CEE 195/2021, acrescentando-se o § 1º e renumerando o parágrafo único para § 2º, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º - Observados os protocolos sanitários e as orientações das autoridades, a distribuição mensal da carga horária mínima anual obrigatória referida no caput do Art. 5º deverá assegurar, pelo menos, 1/3 de atividades presenciais, na escola, facultada a sua oferta em diferentes dias ao longo do mês, em período diário inferior ao previsto regularmente ou em turno diverso do que estiverem matriculados os alunos.

§ 1º. A presença dos alunos nas atividades escolares não será obrigatória nas fases vermelha e laranja do plano São Paulo.

§ 2º. Alunos incluídos em grupos de risco poderão, mediante atestado médico, realizar seu processo de ensino/aprendizagem exclusivamente por meios remotos.

Art. 2º. Acrescenta-se o Artigo 26-A à Del. CEE 195/2021, com a seguinte redação:

Art. 26-A. Novas orientações poderão ser expedidas por este Colegiado, dependendo da evolução da situação atual, bem como de outras medidas que venham a ser adotadas pelas autoridades da Saúde ou governamentais do Estado de São Paulo.

Art. 3º. Esta Deliberação entra em vigor na data da publicação de sua homologação.

São Paulo 22-01-2021.

a) Consª Ghisleine Trigo Silveira

a) Cons Hubert Alquéres

a) Consª Katia Cristina Stocco Smole

a) Consª Ana Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti

a) Consª Nina Beatriz Stocco Ranieri

Despacho do Secretário, de 22-1-2021

Interessado: Diretoria de Ensino de São Carlos

Assunto: Contratação de Empresa para serviços de Limpeza em ambiente escolar

Número de referência: SEDUC-PRC-2020/45383

À vista dos elementos que instruem o processo, em especial a manifestação da Diretoria de Ensino Região de São Carlos, fls. 2435/2444 e fls. 2469/2472, do Departamento de Controle de Contratos e Convênios, da Coordenadoria de Orçamentos e Finanças, encartada às fls. 2473/2475, bem como o Parecer Referencial CJ/SE 02/2021, da d. Consultoria Jurídica da Pasta, juntado às fls. 2452/2465, Autorizo, nos termos no artigo 57, § 4º, da Lei Federal 8666/93 e alterações, a prorrogação do Contrato 001/2016 por 06 meses, firmado entre a Diretoria de Ensino Região de São Carlos e a empresa FKS Limpeza e Conservação Ltda, CNPJ 17.886.568/0001-54, mediante cláusula resolutiva, no valor estimado de R$ 1.416.764,64 diante da impossibilidade de descontinuidade de prestação de serviços contínuos de limpeza em ambiente escolar das unidades escolares circunscritas à essa Diretoria de Ensino, devendo ser obedecidas as demais formalidades legais.

CHEFIA DE GABINETE

Despacho da Chefe de Gabinete, de 22-1-2021

Interessado: Diretoria de Ensino Região de Guarulhos Norte

Assunto: Prestação de serviços de apoio aos alunos com deficiência, que apresentem limitações motoras e outras que acarretem dificuldades de caráter permanente ou temporário no autocuidado

Número de referência: SEDUC-PRC-13694/2019

À vista da instrução processual, em especial a Ata do Pregão Eletrônico de fls. n.º 3.358/3.369; o parecer do Pregoeiro às fls. 3.458/3.459, e o parecer do Departamento de Suprimentos e Licitações (DESUP), por intermédio do Despacho CPLIC 20/2021 (fls. 3.528/3.534), que adoto como razão de decidir, Homologo o procedimento licitatório com adjudicação do objeto em favor da empresa Associação Educacional da Juventude - Assej, pelo valor total de R$ 913.664,00, lote único, pelo período inicial de 12 meses, relativamente à Oferta de Compra 080278000012020OC00034.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Portaria da Diretora, de 22-1-2021

Designando o(s) servidor (es) abaixo elencado (s), para sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens de seus encargos, exercer(em) a função de Gestor (es) e Fiscal (is) do Contrato 10/2020, Processo SEDUC-2019/03283, celebrado entre esta Pasta e a empresa Global Service Serviços Terceirizados Eireli ME, inscrita no CNPJ 15.182.986-0001-35, objetivando a Prestação de Serviços Contínuos de Manobristas para a Sede da SEDUC. Revoga-se disposições anteriores.

Gestor(es): Claudio Bertani R.G. 24.643.018-7 Cargo: Assessor II

Fiscal(is): Unidade Sede- João Batista Lollo R.G. 32.517.685-1 Cargo: Assessor II

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Despacho da Presidente, de 22-1-2021

Proc. 740998/2019 - Conselho Estadual de Educação

Deliberação CEE 196/2021, que Altera e acrescenta dispositivos à Deliberação CEE 195/2021

Relatada pelos Conselheiros Ghisleine Trigo Silveira, Hubert Alquéres, Katia Cristina Stocco Smole, Nina Beatriz Stocco Ranieri e Ana Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti

Por motivo de urgência, aprovo "ad referendum" do Conselho Pleno, a Deliberação CEE 196/2021, que "Altera e acrescenta dispositivos à Deliberação CEE 195/2021".

COORDENADORIA DE INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA, EVIDÊNCIA E MATRÍCULA

Extrato de Contrato

Objeto: registro de preços para aquisição de televisores 43" - TV-09

Contratada: Microsens S.A. – CNPJ 78.126.950/0015-50

Contratante: Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula - CNPJ 46.384.111/0175-49

Modalidade: Pregão - OF Seduc-PRC-2020/59483

Valor: R$ 90.794.130,00

Data de assinatura do Contrato: 31-12-2020 - ARP 36/01205/20/05

Funcional Programática: 12.368.0815.6174

Elemento da Despesa: 4.4.90.52.34

Prazo: 180 dias

COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA

CENTRO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

Comunicado

Ata de Registro de Preços: 36/00802/20/05

Processo: SEDUC-PRC-2020/59388

Objeto: Aquisição de 30.000 Cadeira Fixa - CD-03

UGE: 080358

Programa de Trabalho: 12368081561740000

Fonte: 005003002

Natureza de Despesa: 4.4.90.52.32

Nº Empenho: 2020NE32336 e 2020NE32337

Contratada: Maqmoveis Industria e Comercio de Moveis Ltda

CNPJ: 54826367/0004-30

Valor Total: R$ 5.655.000,00

Data do Empenho: 01-12-2020

Assinatura: 08-01-2021

Prazo da Vigência: 08-01-2022

Ata de Registro de Preços: 36/00615/20/05

Processo: SEDUC-PRC-2020/58964

Objeto: Aquisição de 3000 Gv-02 - Gaveteiro

UGE: 080358

Programa de Trabalho: 12368081561740000

Fonte: 005003002

Natureza de Despesa: 4.4.90.52.32

Nº Empenho: 2020NE35530

Contratada: Bellinea Industria e Comercio de Moveis Ltda

CNPJ: 02624659/0001-44

Valor Total: R$ 1.149.990,00

Data do Empenho: 30-12-2020

Assinatura: 08-01-2021

Prazo da Vigência: 08-05-2021

Ata de Registro de Preços: 36/00619/20/05

Processo: SEDUC-PRC-2020/59440

Objeto: Aquisição de 3.000 Estante Baixa - ES-06

UGE: 080358

Programa de Trabalho: 12368081561740000

Fonte: 005003002

Natureza de Despesa: 4.4.90.52.32

Nº Empenho: 2020NE35405 e 2020NE35406

Contratada: E. Tripode Comercio de Moveis

CNPJ: 22228425000195

Valor Total: R$ 540.000,00

Data do Empenho: 01-12-2020

Assinatura: 14-01-2021

Prazo da Vigência: 09-01-2022

Ata de Registro de Preços: 36/00135/19/05-001

Processo: SEDUC-PRC-2020/55211

Objeto: Aquisição de 200 M4b-04 - Conjunto de Uso Múltiplo Tamanho 04

UGE: 080358

Programa de Trabalho: 12368081561740000

Fonte: 001002007

Natureza de Despesa: 4.4.90.52.32

Nº Empenho: - 2020NE27189

Contratada: Maqmoveis Industria e Comercio de Moveis Ltda

CNPJ: 54826367/0004-30

Valor Total: R$ 130.600,00

Data do Empenho: 01-12-2020

Assinatura: 30-12-2020

Prazo da Vigência: 19-04-2021

Ata de Registro de Preços: 36/00135/19/05-002

Processo: SEDUC-PRC-2020/55215

Objeto: Aquisição de 28 M4b-04 - Conjunto de Uso Múltiplo Tamanho 04

UGE: 080358

Programa de Trabalho: 12368081561740000

Fonte: 001002007

Natureza de Despesa: 4.4.90.52.32

Nº Empenho: - 2020NE27190

Contratada: Maqmoveis Industria e Comercio de Moveis Ltda

CNPJ: 54826367/0004-30

Valor Total: R$ 18.284,00

Data do Empenho: 01-12-2020

Assinatura: 30-12-2020

Prazo da Vigência: 19-04-2021

Ata de Registro de Preços: 36/00135/19/05-004

Processo: SEDUC-PRC-2020/55216

Objeto: Aquisição de 200 M4b-06 - Conjunto de Uso Múltiplo Tamanho 06

UGE: 080358

Programa de Trabalho: 12368081561740000

Fonte: 001002007

Natureza de Despesa: 4.4.90.52.32

Nº Empenho: - 2020NE27190

Contratada: Maqmoveis Industria e Comercio de Moveis Ltda

CNPJ: 54826367/0004-30

Valor Total: R$ 118.000,00

Data do Empenho: 01-12-2020

Assinatura: 30-12-2020

Prazo da Vigência: 19-04-2021

Ata de Registro de Preços: 36/00616/20/05

Processo: SEDUC-PRC-2020/58235

Objeto: Aquisição de 250.000 Conjuntos para Alunos - CJA-05

UGE: 080358

Programa de Trabalho: 12368081561740000

Fonte: 001002007

Natureza de Despesa: 4.4.90.52.32

Nº Empenho: - 2020NE27218

Contratada: Jdavoglio Comercial Ltda

CNPJ: 02419903000137

Valor Total: R$ 58.450.000,00

Data do Empenho: 01-12-2020

Assinatura: 13-01-2021

Prazo da Vigência: 08-01-2022

Ata de Registro de Preços: 36/00614/20/05-001

Processo: SEDUC-PRC-2020/58800

Objeto: Aquisição de 1000 CD-08 - Cadeira de Uso Multiplo

UGE: 080358

Programa de Trabalho: 12368081561740000

Fonte: 001002007

Natureza de Despesa: 4.4.90.52.32

Nº Empenho: - 2020NE27219

Contratada: Maqmoveis Industria e Comercio de Moveis Ltda

CNPJ: 54826367/0004-30

Valor Total: R$ 198.500,00

Data do Empenho: 01-12-2020

Assinatura: 30-12-2020

Prazo da Vigência: 29-04-2021

Ata de Registro de Preços: 36/01092/20/05

Processo: SEDUC-PRC-2020/59446

Objeto: Aquisição de 1.992 Quadros Brancos - QB-02

UGE: 080358

Programa de Trabalho: 12368081561740000

Fonte: 005003457

Natureza de Despesa: 44905233

Nº Empenho: - 2020NE31364

Contratada: Maqmoveis Industria e Comercio de Moveis Ltda
CNPJ: 54826367/0004-30
Valor Total: R$ 3.431.718,00
Data do Empenho: 01-12-2020
Assinatura: 13-01-2021
Prazo da Vigência: 12-02-2021
Ata de Registro de Preços: 36/01092/20/05
Processo: SEDUC-PRC-2020/59539
Objeto: Aquisição de 5.200 Quadros Brancos - QB-02
UGE: 080358
Programa de Trabalho: 12368081561740000
Fonte: 001001001
Natureza de Despesa: 44905233
Nº Empenho: - 2020NE35529
Contratada: Maqmoveis Industria e Comercio de Moveis Ltda
CNPJ: 54826367/0004-30
Valor Total: R$ 8.958.300,00
Data do Empenho: 01-12-2020
Assinatura: 13-01-2021
Prazo da Vigência: 13-04-2021
Ata de Registro de Preços: 36/00129/19/05-005
Processo: SEDUC-PRC-2020/59546
Objeto: Aquisição de 90 Unidades de KG-01 (FO-04) - Kit para Rede GLP
UGE: 080358
Programa de Trabalho: 12368081561720000
Fonte: 005003457
Natureza de Despesa: 33903050
Nº Empenho: - 2020NE35528
Contratada: Cantares Magazine - Eireli
CNPJ: 07831740/0001-19
Valor Total: R$ 100.620,00
Data do Empenho: 30-12-2020
Assinatura: 12-01-2021
Prazo da Vigência: 13-03-2021
Ata de Registro de Preços: 36/00618/20/05
Processo: SEDUC-PRC-2020/58237
Objeto: Aquisição de 139.385 Conjuntos para Alunos - CJA-06
UGE: 080358
Programa de Trabalho: 12368081561740000
Fonte: 005003457
Natureza de Despesa: 44905232
Nº Empenho: - 2020NE32100, 2020NE32410 e 2020NE32450
Contratada: Jdavoglio Comercial Ltda
CNPJ: 02419903-0001/37
Valor Total: R$ 33.431.492,25
Data do Empenho: 01-12-2020
Assinatura: 13-01-2021
Prazo da Vigência: 09-12-2021

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Comunicado

Em atendimento ao § 6º do art. 39 da Constituição Federal, a FDE publica seus cargos e salários vigentes em 31-12-2020.

CARGOS	SALÁRIO MÍNIMO	MÁXIMO
Assessor da Diretoria Administrativa e Financeira	17.360,22	17.360,22
Assessor da Diretoria de Obras e Serviços	17.360,22	17.360,22
Assessor da Diretoria de Projetos Especiais	17.360,22	17.360,22
Assessor da Diretoria de Tecnologia da Informação	17.360,22	17.360,22
Assessor da Presidência	17.360,22	17.360,22
Assessor Técnico Especial	11.888,39	11.888,39
Assistente I	2.130,73	3.299,17
Assistente II	3.555,35	3.977,30
Assistente III	4.449,40	6.229,11
Auxiliar I	1.449,43	1.747,33
Auxiliar II	1.813,91	2.106,56
Auxiliar III	2.270,05	2.949,19
Diretor Administrativo e Financeiro	22.612,03	22.612,03
Diretor de Obras e Serviços	22.612,03	22.612,03
Diretor de Projetos Especiais	22.612,03	22.612,03
Diretor de Tecnologia da Informação	22.612,03	22.612,03
Presidente	23.048,59	23.048,59
Técnico I	4.335,27	7.495,19
Técnico II	7.495,19	9.351,22
Técnico III	9.447,55	10.555,29
Técnico IV	9.885,66	16.466,82

DIRETORIAS DE ENSINO

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO CENTRO

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

O Dirigente Regional de Ensino, conforme o Decreto 64.187/2019, com fundamento na Deliberação CEE 10/1997 e Deliberação CEE 138/2016, à vista do Protocolado Seduc--PRC-2021/01900, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento Escolar do Estabelecimento de Ensino Colégio Talmud Torá Hamaor (CIE 472517), situado à Rua ames Holland 112, Barra Funda, CEP 01138-000-São Paulo/SP, mantido por Instituto Educacional, Beneficente, Israelita - Brasileiro, Religioso - Ortodoxo Beit Yakov, CNPJ 14.755.550/0001-25, que prevalecerá sobre o anteriormente aprovado por Portaria do Dirigente Regional de Ensino - Região Centro de 07-07-2017, publicada em D.O. de 08-07-2017 Página 19.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino da Região Centro, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Designando, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016 e à vista do Processo Seduc-PRC-2021/02185, os Supervisores de Ensino:

- Maria Lídia Simões Dias de Carvalho, RG.16.747.837-0;
- Maristela Miranda de Lima, RG.19.344.080-5;
- Sidemar Antônio Perini, RG. 14.023.290-4.

Para, sob a presidência do primeiro, comporem comissão que procederá a análise da documentação, vistoria dos equipamentos e instalações físicas, emitindo parecer conclusivo sobre o pedido de Autorização e Funcionamento de estabelecimento de ensino, a saber, Academia de Música da Osesp, situado na Praça Júlio Prestes 16, 1º Andar, Campos Elíseos, CEP 01218-020, São Paulo/SP, com os Cursos de Habilitação Profissional de Técnico em Canto e Técnico em Instrumento Musical, do Eixo Tecnológico de Produção Cultural e Design, mantido por Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo – Fundação Osesp, CNPJ 07.495.643/0001-00.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO CENTRO-OESTE

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Dispõe sobre alteração regimental

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Centro-Oeste, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2016 e demais normas vigentes, à vista do Processo Seduc-PRC-2020/50440 de 03-11-2020, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Ficam aprovadas as alterações regimentais introduzida no Regimento Escolar do Estabelecimento de Ensino Colégio Vértice – Unidade I (Código CIE 137406), sito na Rua Princesa Isabel 1036, Brooklin Paulista, CEP 04601-002, São Paulo, Estado de São Paulo; Colégio Vértice – Unidade II (Código CIE 141240), sito na Rua Vieira de Morais, 172, Campo Belo, CEP 04617-000, São Paulo, Estado de São Paulo e Curumim Escola de Educação Infantil (Código CIE 105685), sita na Rua Princesa Isabel 1021, Brooklin Paulista, CEP 04601-002, São Paulo, Estado de São Paulo, mantidos por Colégio Curumim S/S Ltda, CNPJ 48.117.766/0001-87 (como entidade mantenedora do Colégio Vértice – Unidade II e Curumim Escola de Educação Infantil) e Vértice – Núcleo de Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda, CNPJ 08.462.881/0001-74 (como entidade mantenedora do Colégio Vértice – Unidade I e Curumim Escola de Educação Infantil).

Artigo 2º - As alterações de que trata esta Portaria referem--se ao ítem I do Artigo 16; ítem IV do Artigo 19; ítem I alínea "a" do Artigo 36, § único do Artigo 48; inclusão § Artigo 48; § do Artigo 63 do Regimento Escolar aprovado por Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 18-11-2019, publicada D.O. de 19-11-2019 e última alteração regimental por Portaria Dirigente Regional de Ensino, de 19-03-2020, publicado D.O. de 20-03-2020.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino Região Centro-Oeste, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Dispõe sobre aprovação de novo Regimento Escolar

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Centro-Oeste, com fundamento na Deliberação CEE 10/97, Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2016, Deliberação CEE 155/2017 e demais normas vigentes, e à vista do Processo Seduc-PRC-2020/49978 de 29-10-2020, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o novo Regimento Escolar do Estabelecimento de Ensino Colégio Vila Mariana – Ensino de PG (Cód. CIE 141860), situado a Rua Luís Góes 2211, Mirandópolis, CEP 04043-400, São Paulo, SP, mantida por Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Supero, CNPJ 43.144.880/0001-82; que prevalecerá sobre o anteriormente aprovado por Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 19-12-2019, publicado no D.O. de 20-12-2019.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino Região Centro-Oeste, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Dispõe sobre aprovação de novo Regimento Escolar

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Centro-Oeste, com fundamento na Deliberação CEE 10/97, Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2016, Deliberação CEE 155/2017 e demais normas vigentes, e à vista do Processo Seduc-PRC-2020/49969 DE 29-10-2020, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o novo Regimento Escolar do Estabelecimento de Ensino Colégio Objetivo – Unid. Luís Góes (Cód. CIE 130254), situado a Rua Luís Góes 2221, Mirandópolis, CEP 04043-400, São Paulo, SP, mantida por Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - SUPERO, CNPJ 43.144.880/0001-82; que prevalecerá sobre o anteriormente aprovado por Portaria Dirigente Regional de Ensino, de 19-12-2019, publicado no D.O. de 20-12-2019.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino Região Centro-Oeste, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Dispõe sobre aprovação de novo Regimento Escolar

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Centro-Oeste, com fundamento na Deliberação CEE 10/97, Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2016, Deliberação CEE 155/2017 e demais normas vigentes, e à vista do Processo Seduc-PRC-2020/49670 de 28-10-2020, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o novo Regimento Escolar do Estabelecimento de Ensino Colégio Octagon (Cód. CIE 198959), situado a Av. dos Eucaliptos 793, Indianópolis, CEP 04517-050, São Paulo, SP e extensão Alameda dos Arapanés, 1.487, Moema, CEP 04524-002, São Paulo, SP mantidas pelo Instituto Educacional Octagon SS Ltda, CNPJ 06.814.250/0001-41; que prevalecerá sobre o anteriormente aprovado por Portaria Dirigente Regional de Ensino, de 15-07-2015, publicado no D.O. de 16-07-2015.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino Região Centro-Oeste, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-01-2021

Declarando, nos termos da Deliberação CEE 21/01 e Indicação 15/01; da Lei Federal 9394/96, especialmente no § 1º do Artigo 23 e alíneas b e c do Inciso II, do Artigo 24; nos termos do Inciso XXIII do Artigo 2º da Lei Estadual 10.403, de 06-07-1971, e à vista da documentação apresentada, que os estudos realizados por Luana Seligra de Moraes Fiorenza, RG 59.569.735-5/SSP-SP, nascida aos 08-06-2002, em São Paulo, Estado de São Paulo, mediante estudos realizados em Carbonia, Itália, no período de 2019 a 2020, são equivalentes aos cumpridos no sistema brasileiro de ensino, para a conclusão do Ensino Médio (Seduc-PRC-2021/02055).

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Declarando, nos termos da Deliberação CEE 21/01 e Indicação 15/01; da Lei Federal 9394/96, especialmente no § 1º do Artigo 23 e alíneas b e c do Inciso II, do Artigo 24; nos termos do Inciso XXIII do Artigo 2º da Lei Estadual 10.403, de 06-07-1971, e à vista da documentação apresentada, que os estudos realizados por Tamara Bokan Jens, RNE V364997-5, nascida aos 29-09-1973, em Hameln, Alemanha, mediante estudos realizados em Verden, Alemanha, no período de 1991 a 1993, são equivalentes aos cumpridos no sistema brasileiro de ensino, para a conclusão do Ensino Médio (Seduc-PRC-2021/02009).

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO CENTRO-SUL

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região Centro Sul, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2018 e demais normas vigentes, à vista do Processo 51188/2020, de 05-11-2020, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizada a instalação e funcionamento do prédio localizado na Rua Teodoro de Beaurepaire 69, Ipiranga, CEP 04279-030, São Paulo – SP, do Colégio Peter Pan – Unidade Democrático, Código CIE 5711, com o Curso de Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) mantido pelo Colégio Peter Pan Sociedade Empresária Ltda. - ME, CNPJ 07.995.660/000, autorizado a funcionar pela Portaria da Diretoria de Ensino da Região Centro Sul publicada no D.O. de 09-06-2018

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino da Região Centro Sul, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas decorrência desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região Centro Sul, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2018 e demais normas vigentes, à vista do Processo 51188/2021 de 05-11-2020, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizado o funcionamento do Curso de Ensino Fundamental (anos finais - 6º ao 9º ano) junto ao Colégio Peter Pan (Unidade Democrático), Código CIE 5711, no prédio localizado na Rua Teodoro de Beaurepaire 69, Ipiranga, CEP 04279-030, São Paulo – SP, mantido pelo Colégio Peter Pan Sociedade Empresária Ltda. - ME, CNPJ 07.995.660/000, autorizado a funcionar pela Portaria da Diretoria de Ensino da Região Centro Sul publicada no D.O. de 09-06-2018.

Artigo 2º - Os responsáveis pelo Estabelecimento de Ensino ficam obrigados a manter adequados às normas que forem baixadas pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da Lei 9394/1996, os seguintes documentos: Regimento Escolar, Plano de Curso e Plano Escolar.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino da Região Centro Sul, responsável pela supervisão do Estabelecimento de Ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 4º- Esta Portaria entra em vigor na da data de sua publicação

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

O Dirigente Regional de Ensino, conforme o Decreto 64.187/2019 e Resolução SE 51/2017, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2018, Deliberação CEE 10/97, Indicação CEE 9/97e Deliberação CEE 144/2016 e demais normas vigentes, à vista do Processo 51188/2021 de 05-11-2020, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o Novo Regimento Escolar do Colégio Peter Pan, situado à Rua Cipriano Barata 2269 e 2271, Ipíranga, São Paulo - SP, CEP 04205-002 e Colégio Peter Pan - Unidade Democrático situado na Rua Teodoro de Beaurepaire 69, Ipiranga, CEP 04279-030, São Paulo – SP, CIE 5711, mantidos pelo Colégio Peter Pan Sociedade Empresária Ltda. - ME, CNPJ 07.995.660/0001-07, autorizado a funcionar pela Portaria da Diretoria de Ensino da Região Centro Sul publicada no D.O. de 09-06-2018, que prevalecerá sobre o anteriormente aprovado pela Portaria da Diretoria de Ensino da Região Centro Sul, publicada no D.O. de 09-06-2018 e entrará em vigor no presente ano letivo.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino da Região Centro Sul, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento

Escolar, objeto desta Portaria

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região Centro Sul, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2018 e demais normas vigentes, à vista do Processo 57247/2020 de 11-12-2020, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizado a instalação e funcionamento do Curso de Ensino Fundamental (anos finais – 6ª ao 9º ano) e ampliação de prédio do Colégio Alumie - Unidade II, CIE 449581, localizado na Rua Conde Prates 46/52, Mooca, CEP 03122-000, São Paulo - SP, mantida pela Escola de Educação Infantil Alumie Ltda. – ME, CNPJ 12.951.429/0002-24, autorizado a funcionar pela Portaria da Diretoria de Ensino da Região Centro Sul publicada no D.O. de 14-04-2017.

Artigo 2º - Os responsáveis pelo Estabelecimento de Ensino ficam obrigados a manter adequados às normas que forem baixadas pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da Lei 9394/1996, os seguintes documentos: Regimento Escolar, Plano de Curso e Plano Escolar.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino da Região Centro Sul, responsável pela supervisão do Estabelecimento de Ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 4º- Esta Portaria entra em vigor na da data de sua publicação

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

O Dirigente Regional de Ensino, conforme o Decreto 64.187/2019 e Resolução SE 51/2017, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2018, Deliberação CEE 10/97, Indicação CEE 9/97e Deliberação CEE 144/2016 e demais normas vigentes, à vista do Processo 57247/2020 de 11-12-2020, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o Novo Regimento Escolar do Colégio Alumie, CIE 449581, situado na Rua Conde Prates 78, Mooca, CEP 03122-000, São Paulo - SP (Unidade I), mantida pela Escola de Educação Infantil Alumie Ltda. – ME, CNPJ 12.951.429/0001- 43, com o curso de Educação Infantil (de 0 aos 3 anos) e Rua Conde Prates 46/52, Mooca, CEP 03122-000, São Paulo - SP (Unidade II), mantida pela Escola de Educação Infantil Alumie Ltda. – ME, CNPJ 12.951.429/0002-24, com os Cursos de Educação Infantil (de 4 aos 5 anos) e Ensino fundamental (1º ao 9º ano), autorizado a funcionar pela Portaria da Diretoria de Ensino da Região Centro Sul publicada no D.O. de 14-04-2017, que prevalecerá sobre o anteriormente aprovado pela Portaria da Diretoria de Ensino da Região Centro Sul, publicada no D.O. de 14-04-2017 e entrará em vigor no presente ano letivo.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino da Região Centro Sul, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento

Escolar, objeto desta Portaria

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Homologando, nos termos do Decreto 64.187/2019 e Resolução SE 51/2017, e à vista do parecer conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pela análise extemporânea, objetivando validar os atos praticados com base no Plano escolar:

Plano Escolar de 2020: Escola de Ciências de Saúde Santa Joana.

Despacho do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Indeferindo, nos termos da Deliberação CEE 138/2016 alterada pela Deliberação CEE 148/2018, o pedido de autorização de instalação e funcionamento dos cursos de Berçário e Creche e aprovação Regimento Escolar do Externato Jardim da Glória mantido por Priscila Lemos Vargas – ME, CNPJ 07.845.723/0001-30 localizado na Rua Augusto de Toledo 83, Cambuci, São Paulo-SP, CEP 01415-020, Processo 49546/2020.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO LESTE 1

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Designando, à vista do parágrafo único do artigo 8º da Resolução SE 75 de 30-12-2014, com fundamento no artigo 5º da LC. 836 de 30-12-1997, para integrar o Núcleo Pedagógico e exercer junto às unidades escolares jurisdicionadas, as funções correspondentes ao Posto de Trabalho de Professor Coordenador Conviva, o docente abaixo identificado:

Magali da Silva Francisco, RG 17.985.184, Professor Educação Básica II, Titular de Cargo, classificada na EE Profª Maria Augusta Corrêa D.E.R. Leste 1, fazendo jus à carga horária de 40 horas semanais;

Designando, à vista do parágrafo único do artigo 8º da Resolução SE 75 de 30-12-2014, com fundamento no artigo 5º da LC. 836 de 30-12-1997, para integrar o Núcleo Pedagógico e exercer junto às unidades escolares jurisdicionadas, as funções correspondentes ao Posto de Trabalho de Professor Coordenador, o docente abaixo identificado:

Tarsila Gonçalves de Figueiredo Oliveira, RG 35.888.626, Professor Educação Básica I, Titular de Cargo, classificada na EE Prof. Máximo de Moura Santos D.E.R. Leste 1, fazendo jus à carga horária de 40 horas semanais.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO LESTE 5

Portarias do Dirigente Regional de Ensino, de 20-1-2021

Autorizando:

nos termos do Decreto 47.685, de 28-02-2003. Obedecendo as condições previstas na Resolução SE de 23 de 18-04-2013, retificada em 20-04-2013.

A Ocupação pelos servidores indicados, das dependências das Zeladorias das Unidades Escolares abaixo. Esta Autorização terá validade por 02 anos, a partir da publicação.

EE Prof. Paulo Novaes de Carvalho, fica autorizado Waldir Mosso, RG 15.440.710-0, cargo/função Agente de Organização Escolar, Processo SEDUC-PRC-2021/01570;

EE Domingo Faustino Sarmiento, fica autorizado Ivan Ferreira Silva Vieira, RG 50.223.106-3, cargo/função Professor Educação Básica I, Processo SEDUC-PRC-2021/01572.

nos termos do Decreto 47.685, de 28-02-2003. Obedecendo às condições previstas na Resolução SE 23 de 18-04-2013, retificada em 20-04-2013.

A ocupação do servidor indicado, das dependências da Zeladoria da Unidade Escolar abaixo. Esta Autorização terá validade por 02 anos, a partir da publicação.

EE Guerino Raso, fica autorizado, Emerson Deienno, RG 22.963.623-8, Gerente de Organização Escolar, Processo SEDUC--PRC-2021/02558.

Cessando a partir de 24-01-2021 a publicação em D.O. de 09-10-2019 - Seção I - Página 22, onde autorizou-se nos termos do Decreto 47.685, de 28-02-2003, obedecendo às condições previstas na Resolução SE 23 de 18-04-2013, retificada em 20-04-2013, a ocupação das dependências da zeladoria da Unidade Escolar descrita abaixo, pelo servidor indicado:

EE Dr. Joy Arruda – Sra Gleice Kelly Ferreira de Lima, RG 25.483.353-6, Agente de Saúde Nível I - Processo SEDUC--PRC-2019/08888

Declarando, nos termos da Deliberação CEE 21/01 e Indicação nº CEE 15/2001, da Lei Federal 9.394/1996, especialmente no § 1º do Artigo 23 e alíneas "b" e "c" do Inciso II do Artigo 24 e nos termos do inciso XXIII do Artigo 2º da Lei Estadual 10.403 de 6.7.1971 e à vista da documentação apresentada, que os estudos realizados por Fabio Akira Kinoshita, RG 50.219.702-X/SP, nascido em 16-07-2002, em São Paulo - SP, mediante estudos realizados em North Vancouver - Canadá, concluídos em 2019, são equivalentes aos do Sistema Brasileiro de Ensino, em nível de conclusão do Ensino Médio. (14/2021)

Declarando regularizada, conforme Decreto 64.187/2019, Resolução SE 51/2017, com fundamento na Resolução SE 24/2015 e demais normas vigentes; e à vista do Parecer da Comissão de Verificação de Vida Escolar, com fundamento no item 6.1.2; 3.1.1 e 3.1.3 da indicação CEE 08/86, nos termos da Deliberação CEE 18/86 e Res. SE 307/86, a vida escolar da aluna abaixo relacionada referente aos estudos realizados no Colégio Cristão USA, no curso de Educação de Jovens e Adultos com Atendimento Individualizado e Presença Flexível em nível de Ensino Médio:

- Ana Paula Rossi - RG: 29.080.766-9/SP (15/2021)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO NORTE 1

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Validando, as horas realizadas de estágio digital supervisionado, ação amparada pelo Decreto do Governo de Estado (64.879, de 20-3-2020), que instituiu medidas de combate à disseminação da Covid-19, de: Tatiane Nunes Vieira, 100 horas na EE Walfredo Arantes Caldas.

Retificação do D.O. de 22-1-2021

Na Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 21-01-2021, publicada no D.O, Seção I, pág. 28, referente à declaração de equivalência de estudos de Mercedes Ricardo Martines. Onde se lê: Mercedes Ricardo Martines, leia-se: Mercedes Ricardo Martinez.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO SUL 3

Apostila do Diretor II, de 22-1-2021

Declarando Vago, nos termos do artigo 59, inciso V da LC. 180/78, a partir da data adiante mencionada, o cargo/função, em nome de Marlene Rainha de Moraes RG. 10.175.526-0 – PEB II SQC II QM, da EE Maestro Heitor Villa-Lobos, a partir de 12-12-2020, por motivo de falecimento.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CAIEIRAS

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Designando, para constituírem nos termos da Resolução SE 17, de 10-04-2017 e Resolução 66, de 09-11-2015, os servidores abaixo relacionados para comporem sem prejuízo das atividades inerentes a seus cargos, vencimentos e vantagens das funções que exercerem, a Equipe de Apoio de Material Excedente – EAMEX – da Diretoria de Ensino Região Caieiras.

Adriano Tedeschi - 19.240.105-1
Catia Izabel Pellizari Espinosa - 22.630.958-7
Rebeca Nascimento Santos Santana de liveira - 30.746.808-2
Maria Ângela Pigato Moura - 11.215.251-X
Agnaldo Cesar Menuchi - 13.446.009-1
Josiane Lourenço da Silva Paulo - 30.746.800-8
Renata Aparecida Jorge - 30.747.735-6
Rosana Aparecida Arnoni - 9.424.792-4
Giselle Cristina dos Santos Gama - 28.149.103-3
Debora Almeida Santos - 44.295.896-1
Edna da Silva Mandri - 10.439.049-9
Micheli Cristina de Moraes - 33.378.265-3
Judith Maria dos Santos - 42.535.346-1
Daniela Carvalho - 33.997.556-8
Rosineide Mariano Morales - 23.236.303-2
Marcilene da Fonseca Caetano - 55.990.166
Débora Barbosa Marques - 30.698.900-1
Márcia Marques Oliveira - 22.435.033-X
Nilselio Amaral Cambuim - 22.754.337
Ernestina Ribeiro Carpanelli - 15.617.274
Rafaela Rampazo Souza Piona - 46.717.257-2
Kathleen Cristina Aires de Jesus - 41.782.419-1
Edna Marcia Raimunda de Jesus - 27.211.916-7

Mara Rosana Cristiano - 23.722.531-1
Murillo Mandelli dos Santos - 44.814.722-1
Sandra Denise Mathias Brabo - 20.465.616
Patrícia Nani Benevides - 33.632.632-4
Renato da Silva Bebiano - 41.472.162-7
Aline do Lago Manente - 41.936.484.-5
Eliana Ramos da Silva - 25.619.980
Lígia Fernandes Nascimento - 20.006.491
Vera Lucia Arantes Mourão - 12.157.081-2
Ercilia Leme - 13.458.755-8
Dalete Teixeira Lima Santana - 21.900.266-6
Luciana Barbosa - 22.800.741
Lilian Rosa Rosa Parus Corrales - 21.750.652
Cristiane Siqueira da Silva - 34.345.298-4
Willian dos Santos Gomes - 47.707.766-3
Keli Cristina da Silva Torres - 32.632.950-X
Tamires Cristina da Silva - 47.237.334-1
Marilza Aparecida Quirino dos Santos - 21.154.362
Cicero Mauricio da Silva - 27.500.748-0
Ricardo Monteiro Adão - 24.932.091
Claudiomar dos Santos Rodrigues - 29.390.967
Edilaine Garibaldi - 29.465.156
Jader Graton - 47.289.771-8
Flavia Vaz de Oliveira Silva - 28.054.908-8
Sheila Gonçalves Assunção - 28.200.436
Jose Teixeira dos Santos - 19.825.661
Germilia Maria de Oliveira Brito - 27.937.374-0
Ana Gabriela Antonioli - 42.169.629-1
Filomena Balenti Pelegrino - 13.375.943-X
Silvia Regina Rodrigues - 23.467.024-1
Camila Nascimento - 47.279.151-5
Ismar Pusti de Azevedo - 41.965.604-2
Eliane Costa - 27.254.303-2
Ademir Pereira Osório - 25.288.045
Dalila dos Santos Gomes Oliveira - 23.552.702-6
Ricardo Israel - 19.646.154
Célio Roberto Barreiro - 29.704.176-9
Edinaldo Antônio Milan - 28.033.784-X
Edilaine da Silva M. Oliveira - 23.722.967.5
Cilene Maria de Oliveira Costa - 27.047.697
Margareth Curti Sanches - 11.384.322
Elaine Jocelma da Silva - 22.780.864
Andreia Ferreira de Lima - 26.689.663-7
Fernando José de Grande Campos - 26.405.406
Adriana Castro Costa - 19.305.242-8
Ângela Rodrigues Sousa - 26.655.044-7
Jaci Perpetua dos Santos - 20.467.230
Daniela Cândida Antunes - 29.015.145-4
Viviane Dias Souza - 40.787.431-8
Fátima Alves da Silva - 38.024.523-1
Lucileide Barros de Jesus Diniz - 28.312.282-1
Ana Carla Moreira Ferreira - 23.006.695-1
Lucas Lucato Nuncio - 47.189.250
Rita de Cassia Briganti da Silva - 15.678.958-9
Elizabete de Oliveira - 30.717.390-2
Jane de Sena Soares de Magalhães - 30.546.152-7
Ana Paula A. Pariz Gomes - 20.164.329-7
Jean Pierre Toledo - 46754314-8
Ana Cristina de Oliveira - 19.115.682-6
Mirela de Oliveira Cestari - 30.523.485-7
Nilza Bertholo Monteoliva dos Santos - 27.937.508-6
Patrícia Rorato de Lacerda Prado Chiaradia - 23.467.507-X
Rosana Ribeiro Feliciano do Nascimento - 28.030.328-2
Irene Soares da Silva - 23.467.343
Edna Marcia Venâncio - 18.876.112
Marlene Marques de Carvalho Silva - 32.952.457
Fabiana F Lima Correia - 27.391.020
Marcos Tadeu de Oliveira - 19.886.912
Thais de Matos Dalbello - 40.798.396
Adriana Maria Palheari - 19.115.596-2
Renata de Fátima Silva Santos Lira - 40.631.437-8
Alex Sandro Aguiar de Sousa - 32.247.369-1
Katia Regina Lupianhes - 25.345.938-2
Ana Maria Vieira Martins - 26.867.720
Luiz Gustavo Galrão Camargo - 24.794.271
Telma Menegate de C. Piccioli - 18.450.715-7
Reinaldo Alberto Tezzei Leite - 46.754.756-7
James Ernesto Mazzanti - 25.823.032-0
Sandra Regina Cubas dos Santos - 19.851.558-3
Eva Ap.Beraldo Atademos - 11.379.553-1
Simone Regina Luz Cavalheri - 23.006.128-X
Guiomar Nunes de Paula - 25.479.837-8
Jeane Rosa de Jesus - 49.012.922-5
Adriana Domingues dos Santos Gonzales - 26.898.619-8
Andrea Faustino de Queiroz - 23.871.949-2
Vera Lúcia de Brito - 16.784.033
Leila Patricia Taverna - 25.741.582
Maria Viviane Silva Pereira - 35.215.490-1
Saulo da Silva Oliveira - 41.139.421-6
Simone de Almeida Miranda - 23.604.047-9
Deise Ferreira Barboza Scarparo - 29.595.060-2
Juliana de Lima Lapera Batista - 28.739.869-9
Elenir Joana Aparecida da Silva - 36.042.808-3
Andréa da Silva Gomes - 23.229.908-0
Michelle Carvalho Beraldo - 30.615.121-2
Magnólia Maria Leonardo - 30.989.916-3
Diego de Melo Bassi - 49.300.235
Marci Regina Rosa Bueno - 22.722.524-7
Victor Campos da Paixão - 25.874.252.5
Izabel Cristina Delsoto Pavanelli - 4.989.992-/PR
Donizete de Almeida Bueno - 40.810.695
Vagner de Souza Coelho - 21155703-1
Shirly Marcondes - 28.202.293-4
Renato Caetano de Araújo - 40.485.474
Solange Felix do Prado - 21.704.253-3
Airton Moreira - 6.407.751
Rosana Graciliano dos S. Ribeiro - 20.482.160
André Cristian Soares - 28.587.847-2
Lucélia Ap. L. Almeida - 21. 488.502
Selma Alencar Costa - 13.597.492
Antônio Carlos Viseli - 21.176.979

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CARAPICUÍBA

Portaria DRE-21, de 22-1-2021

Dispõe sobre encerramento de Extensão de Escola

O Dirigente Regional de Ensino, da Diretoria de Ensino - Região de Carapicuíba, conforme o Decreto 64.187/2019, com fundamento na Deliberação CEE-138/2016 e demais normas vigentes, à vista do Processo Seduc-Prc-2021/02701, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Ficam encerradas as atividades da extensão do Colégio Monte Sinai, em Cotia, situado à Rua Ivo Mario Isaac Pires 440, Bairro Rio das Pedras, CEP 06720-480, município de Cotia.

Artigo 2º - Caberá ao Mantenedor zelar pelo acervo da extensão do Estabelecimento de Ensino sob sua responsabilidade.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino - Região de Carapicuíba, responsável pela supervisão do Estabelecimento de Ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Homologando, com fundamento na lei Federal 9.394/96, na Deliberação CEE 10/97, Indicação CEE 13/97, Parecer CEE 67/98 e demais normas vigentes, à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, o Plano Escolar 2020, constante no protocolo Seduc-PRC-2021/02734, da Escola abaixo mencionada:

- Colégio Monte Sinai, Código CIE 304748, situado na Estrada Nossa Senhora de Fátima 394, Chácara Nossa Senhora de Fátima, CEP 06720-600, no município de Cotia, Estado de São Paulo.

(Portaria 22)

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Homologando, com fundamento na lei Federal 9.394/96, na Deliberação CEE 10/97, Indicação CEE 13/97, Parecer CEE 67/98 e demais normas vigentes, à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, o Plano Escolar 2020, constante no protocolo Seduc-PRC-2021/02742, da Escola abaixo mencionada:

- Centro Educacional MAC - CEMACC, Código CIE 5024 situado na Rua Mesopotamia 109, Jardim Passagarda I, CEP 06712-100, no município de Cotia, Estado de São Paulo.

(Portaria 23)

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Homologando, com fundamento na lei Federal 9.394/96, na Deliberação CEE 10/97, Indicação CEE 13/97, Parecer CEE 67/98 e demais normas vigentes, à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, o Plano Escolar 2021, constante no protocolo Seduc-PRC-2021/02747, da Escola abaixo mencionada:

- Escola Granja Viana, Código CIE 109289, situado na Rua José Felix de Oliveira 1271, Vila Santo Antonio, CEP 06708-415, no município de Cotia, Estado de São Paulo.

(Portaria 24)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE GUARULHOS NORTE

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Autorizando:

nos termos do Parecer CEE 109/2020, e pelo que constou no processo ora juntado, a realização do estágio supervisionado da estudante: Camile Maria Pereira Rossetto RG.39.694.271-4, devidamente matriculado no curso de Artes Visuais para cumprimento de 47 horas, no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, junto ao componente curricular/classe Artes, no período entre: 11-11-2020 e 11-12-2020 na e E Vereador Elisio de Oliveira Neves, à vista do acolhimento do Diretor de Escola desta unidade;

nos termos do Parecer CEE 109/2020, e pelo que constou no processo ora juntado, a realização do estágio supervisionado da estudante: Camile Maria Pereira Rossetto RG.39.694.271-4, devidamente matriculado no curso de Artes Visuais para cumprimento de 43 horas, no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, junto ao componente curricular/classe ARTES, no período entre: 13-11-2020 e 03-12-2020 na e E Francisco Antunes Filho, à vista do acolhimento do Diretor de Escola desta unidade;

nos termos do Parecer CEE 109/2020, e pelo que constou no processo ora juntado, a realização do estágio supervisionado da estudante: Verônica de Luca Telles - RG. 55.138.091-3, devidamente matriculado no curso de Letras -Inglês (Licenciatura) para cumprimento de 06 horas, no Ensino Fundamental II, junto ao componente curricular/classe Lingua Inglesa (Inglês), no período entre: 23-11-2020 e 16-12-2020 na EE Prof. João Luiz de Godoy Moreira, à vista do acolhimento do Diretor de Escola desta unidade;

nos termos do Parecer CEE 109/2020, e pelo que constou no processo ora juntado, a realização do estágio supervisionado da estudante: Gabriele Tavares de Lima - RG. 50.197.336-9, devidamente matriculado no curso de Curso de Letras - Inglês (Licenciatura) para cumprimento de 06 horas, no Ensino Fundamental II, junto ao componente curricular/classe Lingua Inglesa (Inglês), no período entre: 23-11-2020 e 19-12-2020 na e E Prof. João Luiz de Godoy Moreira, à vista do acolhimento do Diretor de Escola desta unidade;

nos termos do Parecer CEE 109/2020, e pelo que constou no processo ora juntado, a realização do estágio supervisionado da estudante: Andressa Berigo - RG. 47.196.621-6, devidamente matriculado no curso de Letras - Inglês (Licenciatura) para cumprimento de 06 horas, no Ensino Fundamental II, junto ao componente curricular/classe Lingua Inglesa (Inglês), no período entre: 23-11-2020 e 01-12-2020 na e E Prof. João Luiz de Godoy Moreira, à vista do acolhimento do Diretor de Escola desta unidade;

nos termos do Parecer CEE 109/2020, e pelo que constou no processo ora juntado, a realização do estágio supervisionado da estudante: Lara Maria Scognamillo Pandeló - RG. 46.798.402-5, devidamente matriculado no curso de Letras - Inglês (Licenciatura) para cumprimento de 06 horas, no Ensino Fundamental II, junto ao componente curricular/classe Lingua Inglesa (Inglês), no período entre: 23-11-2020 e 05-12-2020, na e E Prof. João Luiz de Godoy Moreira, à vista do acolhimento do Diretor de Escola desta unidade;

nos termos do Parecer CEE 109/2020, e pelo que constou no processo ora juntado, a realização do estágio supervisionado da estudante: Ana Caroline da Silva Santos - RG. 43.564.387-3, devidamente matriculado no curso de Letras - Inglês (Licenciatura) para cumprimento de 06 horas, no Ensino Fundamental II, junto ao componente curricular/classe Lingua Inglesa (Inglês), no período entre: 08-12-2020 e 08-12-2020, na e E Prof. João Luiz de Godoy Moreira, à vista do acolhimento do Diretor de Escola desta unidade.

Portaria de Dirigente Regional de Ensino, de 22-01-2021

Declarando vago, de acordo com o Decreto 38.902/95, combinado com a Res. SE 76/95, artigo 2º, inciso V, o cargo de Renan Fernandes da Silva, RG 33.267.347, AOE, SQC-III-QAE, da EE Glauber Rocha, a partir de 15-01-2021, data de seu falecimento.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE GUARULHOS SUL

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Designando, conforme Decreto 64.187, de 17-04-2019 e considerando o disposto no inciso III do artigo 74 do Decreto 64.187, de 17-04-2019 e as disposições dos artigos 264 e 265 da Lei 10.261/68, alterados pela Lei Complementar 942/2003:

- a servidora Maria Rosimar Ortolani, RG 13.750.874, Supervisora de Ensino, para proceder a apuração dos fatos encartados no processo Seduc-PRC-2021/01181;

- o servidor Silvio Cesar Dias Silva, RG 19.851.205-3, Supervisor de Ensino, para proceder a apuração dos fatos encartados nos processos Seduc-PRC-2021/02289 e Seduc-PRC-2021/02293.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ITAQUAQUECETUBA

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Altera a composição dos membros da Comissão de Atribuição de Suporte Pedagógico

A Dirigente Regional de Ensino, resolve:

Art. 1º – Fica alterada a comissão de Atribuição de Suporte Pedagógico com os seguintes membros:

- Juarez Bernardino de Oliveira, RG 28.439.208-X, em substituição à Marcos Pedro Rezende, RG 24.939.899-0;

- Gustavo Nunes Schwarzwalder, RG 32.753.602-0, em substituição à Núbia Ferreira de Melo, RG 25.819.747-X;

- Simone da Silva Bispo, RG 24.112.363, em substituição à Gislene Arminda de Almeida Paiva, RG 18.349.528.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Declarando regularizada:

a vida escolar de Natália Franchini da Silva Maia, RG 53.173.136-4/SP, ex. aluna da EE Eugênio Victorio Deliberato, no município de Itaquaquecetuba - SP, com fundamento nos seguintes subitens: 3.1.1 (recuperação implícita), 4.1 (falha administrativa) e 4.3 (tempo decorrido), da Deliberação CEE 18/86, Indicação CEE 8/86 e Resolução SE 307/86, referente à irregularidade ocorrida no ano letivo de 2019, quando a ex aluna deixou de cursar a disciplina de Educação Física, quando cursou a 3ª Série do Ensino Médio. Proc. Seduc-PRC-2021/01101;

a vida escolar de Gustavo Jesus do Nascimento, RG: 57.058.446-2/SP, ex. aluno da EE Eugênio Victorio Deliberato, no município de Itaquaquecetuba - SP, com fundamento nos seguintes subitens: 3.1.1 (recuperação implícita), 4.1 (falha administrativa) e 4.3 (tempo decorrido), da Deliberação CEE 18/86, Indicação CEE 8/86 e Resolução SE 307/86, referente à irregularidade ocorrida no ano letivo de 2019, quando o ex aluno deixou de cursar a disciplina de Educação Física, quando cursou a 3ª Série do Ensino Médio. Proc. Seduc-PRC-2021/02284.

Termos de Rescisão Amigável

Processo nº SEE/1986878/2018
Processo 04677/2020
Contrato 001/2020
Referente à ata de registro de preços 004/DAAA/2019
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico
Contratante: Diretoria de Ensino – Região de Itaquaquaecetuba
Contratado: Fruticultura Consul Comercio de Hortifruti Ltda
C N.P.J.: 03.563.945/0001-00
Objeto: Aquisição de frutas, legumes, verduras e folhosos para enriquecimento da merenda escolar.

Processo Nº SEE/1924978/2019
Processo 04679/2020
Contrato 003/2020
Referente à ata de registro de preços 089/DAESC/2019
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico
Contratante: Diretoria de Ensino – Região de Itaquaquecetuba
Contratado: Agro Comercial Porto Ltda
C N.P.J.: 10.558.126/0001-30
Objeto: Aquisição de temperos in natura para enriquecimento da merenda escolar

Processo nº SEE/1986990/2018
Processo 04673/2020
Contrato 002/2020
Referente à ata de registro de preços 031/DAAA/2019
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico
Contratante: Diretoria de Ensino – Região de Itaquaquecetuba
Contratado: Agro Comercial Porto Ltda
C N.P.J.: 10.558.126/0001-30
Objeto: Aquisição de ovos de galinha para enriquecimento da merenda escolar.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE OSASCO

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Suspensão Temporária de Curso

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região Osasco, conforme Decreto 64.187/2019, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação 148/2016 e demais normas vigentes, à vista do EXP-2021/17492, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica suspenso temporariamente, a partir de 14-01-2021, o curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Médio, autorizado pela Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 10-03-1998, publicada no D.O. de 20-03-1998, no Colégio Papa Mike - Unidade I (CIE 256869), situado na Rua Minas Bogazian, 350, Osasco/SP, mantido pela Colégio Papa Mike LTDA, CNPJ 01.628.183/0001-57.

Artigo 2º - A suspensão temporária não poderá exceder o prazo de 2 anos.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino da Região Osasco, responsável pela supervisão do Estabelecimento de Ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Alteração Regimental

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino - Região Osasco, conforme Decreto 64.187/2019, com fundamento na LDBN 9394/96 e Deliberação CEE 10/97, Deliberação CEE 138/2016, Deliberação CEE 177/2020. e demais normas vigentes e à vista do Parecer Final da Comissão de Supervisores de Ensino - Processo SEDUC-PRC-2021/02774, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado a alteração do Regimento Escolar da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Embaixador Assis Chateaubriand (109423), situada na Praça Pedro Salgado, snº, Vila Campesina, Osasco - SP, mantida pela Fundação Bradesco, que prevalecerá sobre o anteriormente aprovado por Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 19-12-2017, publicada no D.O. de 21-12-2017.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino - Região Osasco, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30-12-2020.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Alteração do Regimento Escolar

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino - Região Osasco, conforme Decreto 64.187/2019, com fundamento na LDBN 9394/96 e Deliberação CEE 10/97, Deliberação CEE 138/2016, Deliberação CEE 177/2020 e demais normas vigentes e à vista do Parecer Final da Comissão de Supervisores de Ensino - Processo SEDUC-PRC-2021/2780, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento Escolar do Alteração do Regimento Escolar da EEFMEPJA Embaixador Assis Chateaubriand (CIE 109460), situada na Rua Dr. Mário Milani, snº, Vila Yara, Osasco - SP, mantido pel Fundação Bradesco, que prevalecerá sobre o anteriormente aprovado por Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 07-12-2017, publicada no D.O. de 09-12-2017.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino - Região Osasco, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Retificação do D.O. de 16-1-2021

Na Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 15-1-2021, D.O. 16-1-2021, Seção I, Pág. 47, que tornou pública a realização de Apuração Preliminar, exclua-se: Profª. Ligia Maria Garcia Sousa, RG. 17.019.585-5, inclua-se: Profª. Elizabete Aparecida de Andrade, RG. 20.172.614-2.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Dispõe sobre alteração regimental

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino - Região Osasco, com fundamento na Deliberação CEE 10/97, Parecer CEE 67/98, Deliberação CEE 144/2016, Deliberação CEE 156/2017, Deliberação CEE 155/2017, Deliberação CEE 161/2018, Parecer CEE 67/98, Del. CEE 177/2020 e e demais normas vigentes e à vista do Parecer Final da Comissão de Supervisores de Ensino - Processo Seduc-PRC-2021/02812, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovada a alteração regimental introduzida no Regimento Escolar da EE Antonio de Almeida Junior (CIE 38702), situada na Rua Cesar Ladeira s/n, Jardim Veloso, Osasco/SP.

Artigo 2º - A alteração de que se trata essa Portaria refere-se ao Regimento Escolar aprovado por Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 13-12-2017, publicada no D.O. de 14-12-2017.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino - Região Osasco, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Dispõe sobre suspensão temporária de curso

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região Osasco, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação 148/2016 e demais normas vigentes, à vista do Seduc- PRC-2021/02818, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica suspenso temporariamente, a partir de 14-01-2021, o curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Médio, autorizado pela Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 10-03-1998, publicada no D.O. de 20-03-1998, no Colégio Papa Mike - Unidade I (CIE 256869), situado na Rua Minas Bogazian 350, Osasco/SP, mantido pela Colégio Papa Mike Ltda, CNPJ 01.628.183/0001-57.

Artigo 2º - A suspensão temporária não poderá exceder o prazo de 2 anos.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino da Região Osasco, responsável pela supervisão do Estabelecimento de Ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SANTO ANDRÉ

Portarias do Dirigente Regional de Ensino, de 21-1-2021

Declarando vago, cargo de Agente de Organização Escolar, SQC-III-QAE, da EE Dr. Carlos de Campos, exercido por Celia Aparecida Zafalon Fiorilli, RG 11.014.897, em virtude de seu falecimento ocorrido em 6-5-2020.

Alterando, com fundamento no inciso I do art. 3° da Res. SE 66, de 2-9-2008, publicada no D.O. de 3-9-2008, a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho das Unidades Escolares, abaixo relacionadas, jurisdicionada à Diretoria de Ensino - Região de Santo André:

EE Prof. Gabriel Oscar de Azevedo Antunes, a partir de 19-11-2020:

- Simone Vilela Garcia Battaggia- RG 19.882.071-9 - PEB II des. Diretor de Escola;

- Vanessa Cristina Amoris Domingues - RG 41.996.938-X - PEB I;

- Cristina Inês Henrique Rocha - RG 27.746.215-0 - PEB I.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino-Região São Bernardo do Campo, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/16 e pela Resolução SE 51/2017 e demais normas vigentes à vista do Processo Seduc-PRC-2020/54336, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizado o funcionamento do Curso do Ensino Médio, junto ao Colégio Imaculado Coração de Maria, CIE 6286, situado na Av. Dr. Augusto de Toledo 809, Bairro Santa Paula, em São Caetano do Sul, SP, mantido pela Associação Imaculado Coração de Maria, CNPJ 31.096.102/0001-86, autorizado por Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 21-01-2019, publicada no D.O. de 22-01-2019.

Artigo 2º - O estabelecimento manterá em sua ampliação os Cursos do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, já existentes e autorizados.

Artigo 3º - Os responsáveis pelo estabelecimento de ensino ficam obrigados a manter adequados seu Regimento Escolar, Proposta Pedagógica e Plano Escolar às instruções relativas ao cumprimento da Lei Federal 9.394/96 e às normas dos Conselhos Nacional e estadual de Educação.

Artigo 4º - A Diretoria de Ensino – Região São Bernardo do Campo, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região de São Bernardo do Campo, com fundamento na Deliberação CEE 144/2016, Deliberação CEE 155/2017, Deliberação CEE 10/97, Indicação CEE 09/97 e demais normas vigentes, à vista do Processo Seduc-PRC-2020/54336, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o novo Regimento do Colégio Imaculado Coração de Maria, CIE 6286, situado na Rua Dr. Augusto de Toledo 809, Bairro Santa Paula, em São Caetano do Sul, SP, mantido pela Associação Imaculado Coração de Maria, CNPJ 31.096.102/0001-86, que prevalecerá sobre o anteriormente aprovado por Portaria do DRESBC de 21/01, publicado no D.O. de 22-01-2019.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino – Região de São Bernardo do Campo, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SUZANO

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Autorizando, a extração de cópias reprográficas conforme requerido pelo interessado, desde que obedecida às cautelas de praxe e mediante o recolhimento da taxa de serviços diversos de acordo com o Comunicado CAT-26, de 22-12-2017 e a Resolução SF 24 de 26-03-2014, junto à Diretoria de Ensino Região de Suzano:

- Jose Gilson dos Santos, RG 15.270.069-9, DI 1, PEB II, SQF-I-QM, inativo, da EE Prof. Jose Benedito Leite Bartholomei, município de Suzano e Diretoria de Ensino Região de Suzano, dos seguintes documentos:

- Cópia de Certidão de licença-prêmio a partir do ano 2000.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE TABOÃO DA SERRA

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Tornando sem efeito, a Portaria do Dirigente Regional de Ensino, do dia 21-01-2021, publicada em 22-01-2021, referente à assinatura de contrato do processo 450/0029/2016 com a empresa PRM Serviços e Mão de Obra Especializada - Eireli.

Despachos do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Processo: Seduc-PRC-2020/48508

Interessada: EE Parque Jane II

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Mais Educação 2019.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/52064

Interessada: EE Dona Maria Nélida Sampaio de Mello

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/52104

Interessada: EE Reverendo Almir Pereira Bahia

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Qualidade 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/56470

Interessada: EE Francisco D'amico

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/57363

Interessada: EE Dona Maria Nélida Sampaio de Mello

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Básico 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/57379

Interessada: EE João Luiz de Oliveira

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Educação Básica 2016.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/57839

Interessada: EE Professor Francisco Vicente Lopes Gonçalves

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/57872

Interessada: EE Professor Francisco Vicente Lopes Gonçalves

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/57956

Interessada: EE Doutor Eduardo Vaz

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/57962

Interessada: EE Professor Francisco Vicente Lopes Gonçalves

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2019.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/57976

Interessada: EE Professor Francisco Vicente Lopes Gonçalves

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2019.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/58072

Interessada: EE Rodolfo José Da Costa e Silva

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2019.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/58134

Interessada: EE Professora Silvia Aparecida dos Santos

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/58371

Interessada: EE Gilberto Freyre

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Proemi2019.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/58378

Interessada: EE Gilberto Freyre

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE 2019.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/58398

Interessada: EE Professora Rosana Sueli Funari

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/58478

Interessada: EE Professora Mirna Elisa Bonazzi

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Educação Básica 2019.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/58640

Interessada: EE Maria Catharina Comino

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE 2019.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/58677

Interessada: EE Madre Odette de Souza Carvalho

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/58701

Interessada: EE Professora Maria Cristina Montora Simões

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/00346

Interessada: EE Irmã Iria Kunz

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Qualidade 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/00354

Interessada: EE Elizete de Oliveira Bertini

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/00360

Interessada: EE Reverendo Almir Pereira Bahia

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/2021

Interessada: EE Hugo Carotini

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2020/00404

Interessada: EE Hugo Carotini

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/00417

Interessada: EE Irmã Iria Kunz

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Qualidade 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/00446

Interessada: EE Doutora Iracema Bello Oricchio

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/00458

Interessada: EE Doutora Iracema Bello Oricchio

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Básico 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/00466

Interessada: EE Professora Maria Apparecida Nigro Gava

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/00538

Interessada: EE Gilberto Freyre

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Educação Básica 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/00615

Interessada: EE Gilberto Freyre

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/00626

Interessada: EE Irmã Iria Kunz

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Educação Básica 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/00649

Interessada: EE Irmã Iria Kunz

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/00816

Interessada: EE Professor Eli Urias Muzel

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/00829

Interessada: EE Professor Eli Urias Muzel

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/00892

Interessada: EE Professor Eli Urias Muzel

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Educação Básica 2017.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/00947

Interessada: EE Professor Eli Urias Muzel

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Educação Básica 2017.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/00958

Interessada: EE Professor Eli Urias Muzel

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Educação Básica 2016.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/00963

Interessada: EE Professor Eli Urias Muzel

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Educação Básica 2016.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01141

Interessada: EE Professor Eli Urias Muzel

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Educação Básica 2016.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01221

Interessada: EE Professor Eli Urias Muzel

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01233

Interessada: EE Professor Eli Urias Muzel

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01248

Interessada: EE Professor Eli Urias Muzel

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Educação Básica 2016.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01252

Interessada: EE Professor Eli Urias Muzel

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Educação Básica 2016.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01252

Interessada: EE Professor Eli Urias Muzel

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Educação Básica 2016.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01291

Interessada: EE Maria Auxiliadora

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01306

Interessada: EE Maria Auxiliadora

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01315

Interessada: EE Maria Auxiliadora

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01321

Interessada: EE Maria Auxiliadora

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01324

Interessada: EE Maria Auxiliadora

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01326

Interessada: EE Maria Auxiliadora

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01328

Interessada: EE Maria Auxiliadora

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01453

Interessada: EE Reverendo Almir Pereira Bahia

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Educação Básica 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01594

Interessada: EE Engenheiro Paulo Chagas Nogueira

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Qualidade 2018.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01599

Interessada: EE Engenheiro Paulo Chagas Nogueira

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01605

Interessada: EE Doutor Carlos Koch

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE ESTRUTURA ACESSÍVEL 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01614

Interessada: EE Doutor Carlos Koch

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01626

Interessada: EE Carlos Koch

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Educação Básica 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01665

Interessada: EE Jardim Magali

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Educação Básica 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/01677

Interessada: EE Jardim Magali

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/02636

Interessada: EE Professor Francisco Vicente Lopes Gonçalves

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2019.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/02642

Interessada: EE Professor Francisco Vicente Lopes Gonçalves

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2019.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/02646

Interessada: EE Parque Jane II

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Educação Básica 2020

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/02649

Interessada: EE Reverendo Denoel Nicodemos Eller

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

Processo: Seduc-PRC-2021/02654

Interessada: EE Deputado Heitor Cavalcanti Alencar Furtado

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE Paulista 2020.

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada no D.O de 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da unidade escolar indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencente à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ARAÇATUBA

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino - Região de Araçatuba, com fundamento no Decreto 47.685, de 28-02-2003 e Resolução SE 23 de 20.4.2013, resolve:

Artigo 1º - Fica cessada a partir de 19-01-2021, a autorização de ocupação das dependências da zeladoria da EE José Cândido, município de Araçatuba por Creusa Helena Silva de Campos Rodrigues - RG. 17.428.928-5-SSP/SP, Agente de Organização Escolar da EE Manoel Bento da Cruz em Araçatuba, de acordo com o inciso I do artigo 11 da citada resolução, em virtude de a mesma não ter mais interesse na ocupação.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19-01-2021. (Proc. Seduc-PRC-2020/40535)

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Designando, com fundamento no Decreto 61.928/2016, Resolução SE 63/2016 e da Portaria CISE 1/2016, os servidores abaixo relacionados como responsáveis pelo acompanhamento ao Convênio de Alimentação Escolar 2020, conforme segue:

Titular:

Aline Agatha de Sousa Trindade, RG 43.653.644-4, CPF 350.558.238-79, Agente Técnico de Assistência à Saúde;

Suplente:

Priscila Pedroso Santana Ruz, RG 40.713.986-2, CPF 326.222.008-62, Diretor I;

Diretor do CAF:

Márcia Campanha dos Santos Garcia, RG 14.154.572-0, CPF 049.652.098-93, Diretor Técnico II.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE BAURU

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Declarando vago, com fundamento no inciso VI do art. 58 da LC 180/78, função-atividade de Auxiliar de Serviços Gerais, SQF-II-QSE, Faixa 1, Nível III, EVCAE/I, da Diretoria de Ensino – Região de Bauru, em Bauru, em virtude do falecimento de Nely Angelica Cano, RG 18.682.32, ocorrido em 14-1-2021.

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Designando, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, e à vista do Processo 0872/1801/1996 legado para SPDOC 3321659 e protocolo 01/2021, os Supervisores de Ensino:

- Jose Ângelo Thimoteo da Silva, 13.342.980;
- Érica Cristina de Bessa Nakano, RG 23.720.977;
- Vera Helena Geraige Zatiti, RG 13.241.566.

Para, comporem comissão que procederá a análise da documentação, vistoria dos equipamentos e instalações físicas, emitindo parecer conclusivo sobre o pedido de autorização para uso das ampliações do prédio onde está instalado o Colégio Alfa Sciens, CIE 153485, localizado na Rua Olmes Berriel, Quadra 03, 26, Vila Pacífico, no município de Bauru –SP, mantido por Escola de Educação Infantil, Fundamental e Médio Alfa Sciens Ltda, CNPJ 51.511.525/0001-22, com sede à Rua Olmes Berriel, Quadra 03, 26, Vila Pacífico, no município de Bauru –SP.

(Portaria 3)

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Autorizando, nos termos do Decreto 47.685, de 28-02-2003, obedecidas às condições previstas na Resolução SE 23, de 18-04-2013, a ocupação pelo servidor indicado, das dependências da zeladoria da Unidade Escolar abaixo indicada.

Essa autorização terá validade por 2 anos a partir da publicação.

- EE Pref. Edison Bastos Gasparini, por Karina Brandão Araujo, RG 47.640.033-8, Servidor Público Municipal – Seduc/2143555/2019.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE BOTUCATU

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Dispõe sobre autorização, instalação e funcionamento das atividades de AEE – Atendimento Educacional Especializado

O Dirigente Regional de Ensino, da Diretoria de Ensino – Região de Botucatu, conforme o Decreto 57.141/2011, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2016 e demais normas vigentes, e à vista do Ofício 055/2019 de 01-04-2019 encaminhado pela Diretoria Municipal de Educação do município de Itatinga, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Ficam autorizados a instalação e o funcionamento da Modalidade de AEE – Atendimento Educacional Especializado do Ensino Fundamental para atendimento nos estabelecimentos de ensino: Emef Prefeito Aristeu Pedroso de Almeida, CIE 278701 e Emef Profª. Maria de Lourdes Esteves Bronzatto, CIE 217414.

Artigo 2º - Os responsáveis pelos Estabelecimentos de Ensino ficam obrigados a manter adequados às normas que forem baixadas pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da Lei 9.394/1996 os seguintes documentos: Regimento Escolar, Plano de Curso e Plano Escolar.

Art. 3º- A Diretoria de Ensino – Região de Botucatu, responsável pela Supervisão dos Estabelecimentos de Ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CAMPINAS - LESTE

Portaria DRE-3, de 22-1-2021

Dispõe sobre adequação de Plano de Curso

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região de Campinas Leste, conforme o Decreto 57.141/2011, Decreto 64.187/2019, Resolução SE 51/2017, com fundamento na Deliberação CEE 162/2018, Resolução CNE/CEB 06/2012 e demais normas vigentes, à vista do Processo 1067/0042/2002, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica adequado o Plano de Curso do Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho, Eixo Tecnológico Segurança, com 1.200 horas teórico-práticas, no Trianon Instituto Educacional, situado na Rua Sales de Oliveira 354, Vila Industrial, Campinas-SP, mantida por Trianon Instituto Educacional Ltda, CNPJ 05.158.507/0001-91.

Artigo 2º - Os responsáveis pelo Estabelecimento de Ensino ficam obrigados a manter o Plano de Curso adequado às normas que forem baixadas pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da Lei 9394/1996.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino - Região de Campinas Leste, responsável pela supervisão do Estabelecimento de Ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE FRANCA

Despachos da Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Processo Seduc-PRC-2021/01971.

Interessado: EE Prof. Luiz Páride Sinelli.

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE/2019 – Educação Básica

Processo Seduc-PRC-2021/01974.

Interessado: EE Prof. Luiz Páride Sinelli.

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE/2018 – Qualidade (verba reprogramada para 2019).

Processo Seduc-PRC-2021/02237.

Interessado: EE David Carneiro Ewbank

Assunto: Doação de Material Permanente/Convênio FNDE/MEC/PDDE/2019 – Educação Básica

Em face dos processos em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-4-2012, retificada no D.O. de 24-4-2012.

Autorizo, para uso exclusivo das unidades escolares indicadas, e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencentes às Associações de Pais e Mestres - APM, cuja Atas de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ITAPEVA

Quinto Termo de Aditamento - Colaboração

Processo 00654/0051/2016, SPdoc 769511/2018.

Parecer Referencial CJ 34/2020.

Fundamento Legal: Lei Federal 13.019/2014, de 31-07-2014, alterada pela Lei Federal 13.204/2015, de 14-12-2015, bem como pelos Decretos 61.981/2016, 62.294/2016 e 63.934/2018.

Convenentes: Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, e a Apae de Buri.

Signatário da OSC: Cleide Maria Rielo - RG: 9.058.798.

Gestor da parceria, nomeado pela Diretoria de Ensino: Aparecida de Fátima Domingues Oliveira Almeida – RG: 9.052.963-7

Objeto – 5º Aditamento ao Termo de Colaboração celebrado em 21-12-2020, objetivando o atendimento de educandos com graves deficiências que não puderam ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular.

Valor: R$ 153.150,00.

Data da assinatura: 21-12-2020.

Quinto Termo de Aditamento - Colaboração

Processo 00655/0051/2016, SPdoc 741274/2018.

Parecer Referencial CJ 34/2020.

Fundamento Legal: Lei Federal 13.019/2014, de 31-07-2014, alterada pela Lei Federal 13.204/2015, de 14-12-2015, bem como pelos Decretos 61.981/2016, 62.294/2016 e 63.934/2018.

Convenentes: Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, e a Apae de Capão Bonito.

Signatário da OSC: Aldo Hilarino da Silva - RG: 29.410.770-8.

Gestor da parceria, nomeado pela Diretoria de Ensino: Neli Cordeiro de Miranda Ferreira - RG: 3.570.636.

Objeto – 5º Aditamento ao Termo de Colaboração celebrado em 30-12-2020, objetivando o atendimento de educandos com graves deficiências que não puderam ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular.

Valor: R$ 343.245,00.

Data da assinatura: 30-12-2020.

Quinto Termo de Aditamento - Colaboração

Processo 00656/0051/2016, SPdoc 769659/2018.

Parecer Referencial CJ 34/2020.

Fundamento Legal: Lei Federal 13.019/2014, de 31-07-2014, alterada pela Lei Federal 13.204/2015, de 14-12-2015, bem como pelos Decretos 61.981/2016, 62.294/2016 e 63.934/2018.

Convenentes: Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, e a Apae de Itapeva.

Signatário da OSC: Fernando Antonio Moutinho dos Reis - RG: W 525.845.P.

Gestor da parceria, nomeado pela Diretoria de Ensino: Denise Aparecida Ribas Faria Oliveira - RG: 18.109.859-3.

Objeto – 5º Aditamento ao Termo de Colaboração celebrado em 21-12-2020, objetivando o atendimento de educandos com graves deficiências que não puderam ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular.

Valor: R$ 625.850,00.

Data da assinatura: 21-12-2020.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JAÚ

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

A Dirigente Regional de Ensino designa, nos termos da Portaria CISE 01/2016, Decreto 61.928/2016 e Resolução SE 63/2016, Convênio Alimentação Escolar 2021, as servidoras abaixo relacionadas, da Diretoria de Ensino - Região de Jaú, conforme segue:

Artigo 1º - Identificação dos Responsáveis pela Alimentação Escolar:

Titular:

Rafaela Muzardo, RG 48.310.326-3, CPF 406.563.418-07, Agente Técnico de Assistência à Saúde;

Suplente:

Alessandra Cristiane Camargo, RG 40.557.955-X, CPF 363.322.188-22, Analista Administrativo;

Identificação do Diretor do CAF:

Regina do Carmo Massoni Fraga, RG 16.158.928-5, CPF 126.651.058-37, Diretor Técnico II.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JOSÉ BONIFÁCIO

Despacho do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Processo Seduc-PRC-2021/02584

Interessado: Diretoria de Ensino / EE Professora Desolina Betti Gregorin e Outra Unidade Escolar

Assunto: Doação de Material Permanente – Doação de Terceiros / Pessoa Física

Em face do que consta dos autos, autorizo com fundamento no item 2 da alínea "b " do Inciso VI do Artigo 80 do Decreto 57141/2011 e Resolução SE 45/12, sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento de 2 Ventiladores de Teto, Modelo com 3 Pás, Marca: Delta, por doação de Ricardo Cassiano dos Santos, CPF: 289.274.478-40; 2 Ventiladores de Teto, Modelo com 3 Pás, Marca: Delta, por doação de Dalete Quézia Zanelato, CPF: 345.784.728-25; 1 Microondas, Marca: Eletrolux, por doação de Lúcia Alves de Carvalho, CPF: 264.816.458-83, ficando igualmente autorizado Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino Região de José Bonifácio a firmar os termos de doações e adotar as providências necessárias à incorporação contábil dos bens móveis ao patrimônio estadual.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE LINS

Despacho do Dirigente Regional de Ensino, de 21-1-2021

Processo Seduc-Prc-2020/58316

Interessada: EE Comunidade Nossa Senhora Aparecida

Assunto: Doação de Material Permanente/ Convênio FDE/APM Orçamento Participativo Escola/2018

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do Artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada em 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da Unidade Escolar indicada, e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencentes à Associação de Pais e Mestres – APM, cuja Ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao patrimônio estadual.

Despacho do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Processo: Seduc-PRC-2020/58390

Interessado: EE Prof. Wolney Radighieri

Assunto: Doação de Material Permanente /Convênio FNDE/MEC/PDDE/Educação Básica - 2019

Seduc-PRC- 2020/58324

Interessado: EE Dona Genoveva Junqueira

Assunto: Doação de Material Permanente /Convênio FNDE/MEC/PDDE/Educação Básica - 2019;

Seduc-PRC- 2020/58350

Interessado: EE Profª Rosa Salles Leite Penteado

Assunto: Doação de Material Permanente /Convênio /MEC/PDDE/Educação Básica - 2019

Seduc-PRC- 2020/58337

Interessado: EE José Pimenta de Pádua

Assunto: Doação de Material Permanente /Convênio FNDE/MEC/PDDE/Educação Básica - 2019

Seduc-PRC- 2020/58345

Interessado: EE Fernando Costa

Assunto: Doação de Material Permanente /Convênio FNDE/MEC/PDDE/Educação Básica - 2018

Em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do Artigo 80 do Decreto 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18-04-2012, retificada em 24-04-2012.

Autorizo, para uso exclusivo da Unidade Escolar indicada, e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencentes à Associação de Pais e Mestres – APM, cuja Ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao patrimônio estadual.

Termos de Aditamentos - Colaboração

Processo 0820/0061/2016 - Seduc/870437/2018

Parecer Referencial CJ 34/2020

Fundamento Legal: Lei Federal 13.019/2014, de 31-07-2014, alterada pela Lei Federal 13.204/2015, de 14-12-2015, bem como pelos Decretos 61.981/2016, 62.294/2016 e 63.934/2018.

Convenentes: Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lins - Apae de Lins

Signatário da OSC: Hélio Patrício Ruiz

Gestor da parceria, nomeado pela Diretoria de Ensino: Ana Olímpia Junqueira Silva de Andrade

Objeto – 5º Aditamento ao Termo de Colaboração celebrado em 30-12-2016, objetivando o atendimento de educandos com graves deficiências que não puderam ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular.

Valor do repasse: R$ 377.770,00.

Data da assinatura: 23-12-2020.

Processo 0821/0061/206 – Seduc/87619/2018

Parecer Referencial CJ 34/2020

Fundamento Legal: Lei Federal 13.019/2014, de 31-07-2014, alterada pela Lei Federal 13.204/2015, de 14-12-2015, bem como pelos Decretos 61.981/2016, 62.294/2016 e 63.934/2018.

Convenentes: Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sabino - Apae de Sabino

Signatário da OSC: Pe. Eder Zechi Dias

Gestor da parceria, nomeado pela Diretoria de Ensino: Ana Olímpia Junqueira Silva de Andrade

Objeto – 5º Aditamento ao Termo de Colaboração celebrado em 30-12-2016, objetivando o atendimento de educandos com graves deficiências que não puderam ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular.

Valor do repasse: R$ 25.525,00.

Data da assinatura: 23-12-2020.

Processo 0822/0061/2020 – Seduc/870218/2018

Parecer Referencial CJ 34/2020

Fundamento Legal: Lei Federal 13.019/2014, de 31-07-2014, alterada pela Lei Federal 13.204/2015, de 14-12-2015, bem como pelos Decretos 61.981/2016, 62.294/2016 e 63.934/2018.

Convenentes: Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Promissão - Apae de Promissão

Signatário da OSC: Neuza Martins Gomes

Gestor da parceria, nomeado pela Diretoria de Ensino: Ana Olímpia Junqueira Silva de Andrade

Objeto – 5º Aditamento ao Termo de Colaboração celebrado em 30-12-2016, objetivando o atendimento de educandos com graves deficiências que não puderam ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular.

Valor do repasse: R$ 188.885,00.

Data da assinatura: 23-12-2020.

Publicado novamente em razão de incorreções.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE MARÍLIA

Retificação do D.O. de 16-2-1982

Regularização de Vida Escolar - A Dirigente Regional de Ensino da Região de Marília vem por meio deste Retificar o D.O, Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 107(187), terça – feira, 30-09-1997- Suplemento – 517, referente a EE Profª Dirce Bulluzzo de Campos em Vera Cruz/SP, Curso de 2º Grau autorizado a funcionar pela Resolução SE 45, de 15-02, publicada no D.O. de 16-02-1982, Concluintes da Habilitação Profissional Plena de Contabilidade, tendo em vista divergência na digitação do nº do RG da concluinte Luciana Valquiria Piedade. SEDUC-EXP-2021/20825. Onde se lê: 17 – Luciana Valquiria Piedade, RG: 35.366.004-8, leia–se: 17 – Luciana Valquiria Piedade, RG: 40.753.792-2.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE MIRACATU

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Homologando, em caráter extemporâneo, de acordo com o Decreto 64.187/2019, com fundamento na Lei Federal Lei 9.394/96, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, Delib. CEE 148/2016, e Resolução SE 51/17, à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo Estabelecimento, o Plano Escolar/2020, da seguinte escola particular: ESA - Instituto Educacional, situado na Rua Professor Bento Pereira 70, Bairro Guaricana, CEP 11.920-000, Iguape/SP.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PENÁPOLIS

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Designando, com fundamento na Resolução SE 63, de 16-12-2016, e Instrução Conjunta Cise-Cofi, de 21-12-2016, os funcionários abaixo relacionados para comporem a Equipe Responsável pelo Convênio de Alimentação Escolar na Diretoria de Ensino – Região de Penápolis para acompanhar e fiscalizar a execução do Termo de Colaboração celebrado entre o Estado de São Paulo e os municípios jurisdicionados à esta Diretoria de Ensino.

Titular:

Maria Helena Hajjar Marques, RG 13.027.545-1, Diretor Técnico II – Centro de Administração, Finanças e Infraestrutura;

Suplente:

Jéssica Fabiano Gil, RG 46.870.839-X, Agente Técnico de Assistência à Saúde – Núcleo de Compras e Serviços.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PINDAMONHANGABA

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

O Dirigente Regional de Ensino, com fundamento no Decreto 47.685, de 28-02-2003 e Resolução SE 23 de 20-04-2013, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizada Juliana Candido Ament, RG 40.276.998-3, Agente de Organização Escolar, na EE Comendador Teixeira Pombo, em Tremembé, a ocupar as dependências da zeladoria da EE Comendador Teixeira Pombo, em Tremembé, conforme Termo de Autorização de Uso que integra o Processo 2021/02696, e observadas as disposições da Resolução SE 23 de 20-04-2013.

Artigo 2º - As responsabilidades do ocupante da zeladoria estão estabelecidas em Termo de Compromisso devidamente assinado pelo Compromitente, pelo Diretor da Escola e pelo Dirigente Regional de Ensino.

Artigo 3º - A presente autorização conta com validade por 2 anos.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Despacho do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Autorizando, extração de cópias reprográficas conforme requerido por João Carlos da Silva Maia, RG 29.509.721-8, desde que obedecidas as cautelas de praxe e mediante o comprovante de recolhimento da taxa, apresentado no CRH da Diretoria de Ensino Região Pindamonhangaba, de acordo com o Comunicado CAT 23, de 18-12-2014, publicado no D.O. de 19-12-2014.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PIRACICABA

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Cessando, com fundamento no artigo 4º, inciso II, da Resolução SE 8 de 23/01/03, D.O. de 19-03-2020, a indicação para ser o Administrador Local de Módulo de Segurança do Sistema Gestão Dinâmica de Administração Escolar - GDAE, desta Diretoria de Ensino, a partir de 26-01-2021, o servidor: Ana Lucia Broggio Elias, RG 19.924.488-1.

Designando, com fundamento no artigo 4º, incisos I, II e III, da Resolução SE 8 de 23/01/03, a partir de 26-01-2021, para ser o Administrador Local de Módulo de Segurança do Sistema Gestão Dinâmica de Administração Escolar - GDAE, desta Diretoria de Ensino, o servidor: Vinícius Andrade Finotti, RG 34.505.350.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PIRASSUNUNGA

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 21-1-2021

Homologando, conforme o Decreto 57.141/11, com fundamento na Lei Federal 9.394/96, na Deliberação CEE 10/97, Indicação CEE 13/97, Parecer CEE 67/98, e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, o Plano Gestão para o quadriênio de 2019 a 2022, em caráter extemporâneo, da Escola Estadual Francisco Graziano, município de Araras-SP.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE REGISTRO

Comunicado

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região de Registro Convoca os inscritos nos termos da Res. Seduc 5, de 7-1-2020, alterada pela Res. Seduc 18, de 31-1-2020, para Sessão de Atribuição de uma vaga para a função de Diretor de Escola – Cargo Vago, na seguinte conformidade:

EE Professor Ruy Prado de Mendonça Filho – Registro

Data: 27-01-2021 (quarta-feira)

Horário: 8h

Local: Diretoria de Ensino – Região de Registro – Rua Vitória, 465, Jardim América, Registro/SP

O interessado deverá apresentar:

Termo de anuência atualizado.

No caso de acúmulo, trazer declaração de horário.

Não haverá atribuição por procuração.

Não poderá participar da atribuição o candidato que se encontrar afastado a qualquer título.

Declaração de parentesco (nos termos da Súmula Vinculante 13).

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Indicando, com base no Decreto 61.928/2016, Resolução SE 63/2016 e Portaria CISE 1/2016, os servidores abaixo relacionados, como responsáveis pelo Convênio de Alimentação Escolar/2021:

Convênio Alimentação Escolar 2021

Ref: Decreto 61.928/2016, Resolução SE 63/2016 e Portaria CISE 1/2016

Diretoria de Ensino - Região de Ribeirão Preto

Telefone institucional: (16) 3519-3910

E-mail institucional: derpt@educacao.sp.gov.br

Identificação dos responsáveis pela Alimentação Escolar na Diretoria de Ensino:

Titular: Cássia Maria Martins de Souza Leite Garcia

RG 5.672.667-3, CPF 834.037.608/04

Cargo: Diretor I - NFI RPT

Telefone institucional: (16) 3519-3943

E-mail institucional: derptnfi@educacao.sp.gov.br

Suplente: Larissa Guimarães Carrocine Constantino

RG 30.121.154-1, CPF 333.422.988-20

Cargo: Analista Administrativo - NFI RPT

Telefone institucional: (16) 3604-2385

E-mail institucional: derptnfi@educacao.sp.gov.br

Identificação do Diretor do CAF: Renato Donato Hagy

RG 25.669.711-5, CPF 314.300.638/23

Telefone institucional: (16) 3519-3912

E-mail institucional: derptcaf@educacao.sp.gov.br

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 04-01-2021

Cessando, com fundamento no Decreto 47.685, de 28-02-2003 e Resolução SE. 23 de 20-04-2013, a ocupação pelo servidor indicado, das dependências da zeladoria da unidade escolar abaixo relacionada:

A partir de 28-12-2020, a pedido, Sra. Dolores de Jesus Moreno, RG 19.499.720-0, Oficial Administrativo, com cargo efetivo na Penitenciária II de Serra Azul, em Serra Azul/SP, desocupando a EE Francisco Ferreira de Freitas, em Serra Azul/SP.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Processo SPDOC 1483142/2018)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO CARLOS

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-01-2021

Indicando, nos termos do Decreto 61.928/2016, da Resolução SE 63/2016 e da Portaria Cise-1/2016, os servidores abaixo relacionados como responsáveis pelo Convênio de Alimentação Escolar 2020.

Ficha Informativa da Diretoria de Ensino - 2020

Convênio Alimentação Escolar 2020, Ref.: Decreto 61.928/2016 - Resolução SE 63/2016 - Portaria Cise 1/2016

Diretoria de Ensino Diretoria Regional de Ensino de São Carlos

Telefone Institucional: (16)3362-4310,

E-mail Institucional: descl@educacao.sp.gov.br

Identificação dos responsáveis pela alimentação escolar na Diretoria de Ensino:

- Titular:

Rita de Cassia Peres Appolinario Oliveira - RG 18.366.792 - CPF 125.703.048-59

Cargo: Diretor de Escola

Telefone Institucional: (16) 3362-4355

E-mail: desclnrm@educacao.sp.gov.br

- Suplente:

Jessica Aparecida Vitorino, RG 45.833.222-7- CPF 383.620.948.93

Cargo: Oficial Administrativo

Telefone Institucional: (69) 3362-4327

E-mail: desclncs@ educacao.sp.gov.br

- Identificação do Diretor do CAF:

Vania Ferreira dos Santos Gava - RG 16.835.522 - CPF 081.515.188-80,

Telefone Institucional: (16) 3362-4317

E-mail: desclcaf@educacao.sp.gov.br

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Portaria da Dirigente Regional de Ensino, de 21-1-2021

Homologando, com fundamento na Lei Federal 9.394/96, na Indicação CEE 09/97, Indicação CEE 13/97, e à vista do parecer conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo Estabelecimento, o Plano Escolar 2020 do CEPHAS - Centro de Educação Profissional Hélio Augusto de Souza, referente aos Cursos Técnicos e de Especialização.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO ROQUE

Portaria DRE-9, de 22-1-2021

Dispõe sobre a ocupação da zeladoria da EE Honorina Rios de Carvalho Mello

A Dirigente Regional de Ensino, com fundamento no Decreto 47.685, de 28-02-2003 e Resolução 23, de 18-04-2013, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizado Carlos Henrique da Silva, RG 21.192.967, Ajudante de Obras na Prefeitura Municipal de Alumínio, a ocupar as dependências da zeladoria da EE Honorina Rios de Carvalho Mello, conforme termo de autorização de uso que integra o Processo Seduc-PRC-2019/02308 e observadas às disposições da Resolução SE 23, de 18-04-2013.

Artigo 2º - As responsabilidades do ocupante da zeladoria estão estabelecidas em termos de compromisso devidamente assinado pelo compromitente, pelo Diretor da Escola e pela Dirigente Regional de Ensino.

Artigo 3º - O Diretor da EE Honorina Rios de Carvalho Mello zelará pelo cumprimento das obrigações do ocupante da zeladoria, adotando as medidas necessárias no caso de encaminhamento para ocupação.

Artigo 4º - A presente autorização tem validade por 2 anos a contar de 28-08-2019.

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SOROCABA

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 22-1-2021

Designando, conforme o Decreto 64.187/2019 e Resolução SE 51/2017, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2016 e demais normas vigentes, à vista do que consta no Processo Seduc-PRC-2021/02688, as Supervisoras de Ensino:

- Elaine Cristina da Silva, RG 27096606-7;
- Queila Medeiros Veiga Dal Pian, RG 18.446.244;
- Mara Regina Borges Ferro, RG 16.380.955 - 0.

Para, sem prejuízo das funções que exercem e sob a presidência da primeira, comporem a Comissão que procederá a análise da documentação, vistoria dos equipamentos, instalações físicas e demais documentos, emitindo parecer conclusivo sobre o pedido de autorização de funcionamento em mais de um endereço do "Colégio Ser Regional", com os cursos de Educação Infantil e Ensino Fundamental (1 ° ao 9° ano), mantido por Sistema Educacional Regional Ltda, CNPJ 28772287/0002-97, endereço a ser autorizado: Rua Dr. José Aleixo Irmão 301, Bairro Alto da Boa Vista, Sorocaba-SP, CEP 18087-571.

(Portaria 7)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE TUPÃ

Portaria DRE-2, de 22-1-2021

A Dirigente Regional de Ensino, com fundamento no Decreto 47.685, de 28-02-2003, obedecendo às condições previstas na Resolução SE 23, de 18-04-2013, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica cessada, a partir de 07-12-2020, a autorização de ocupação das dependências da zeladoria da EE Prof. Francisco Balduíno de Souza, Município de Quatá, por Juliana Rodrigues de Oliveira, RG 34.300.048-9, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Prefeitura Municipal de Quatá, nos termos do artigo 11, inciso 1º da Resolução SE 23 de 18-04-2013.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria publicada no D.O. de 09-04-2019.

Saúde

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SS - 10, de 22-01-2021

Altera o Anexo I da Resolução SS-73, de 31-05-2020, que dispõe sobre a "classificação das áreas de abrangência dos Departamentos Regionais de Saúde do Estado e respectivas fases", frente à pandemia Covid 19 e dá providências correlatas

O Secretário de Estado da Saúde, considerando o disposto no artigo 5º, § 3º, do Decreto 64.994, de 28-05-2020, que dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Decreto 64.881, de 22-03-2020, e institui o Plano São Paulo; considerando o Decreto 65.487, de 22-01-2021, resolve:

Artigo 1º - O Anexo I a que se refere o artigo 1º da Resolução SS-73, de 31-05-2020, fica substituído pelo Anexo que integra esta Resolução.

Parágrafo único – Nas datas de 30 e 31-01-2021 e 6 e 7 de fevereiro de 2021, o território do Estado de São Paulo, em sua íntegra, estará classificado na fase vermelha, em conformidade com o disposto no Decreto 65.487/2021.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 25-01-2021.

Anexo I

(a que se refere a Resolução SS- 10, de 22-01-2021)

DRS	REGIAO	MUNICIPIO	FASE
DRS I - Grande São Paulo	Alto do Tietê	Arujá	2
DRS I - Grande São Paulo	Alto do Tietê	Biritiba-Mirim	2
DRS I - Grande São Paulo	Alto do Tietê	Ferraz de Vasconcelos	2
DRS I - Grande São Paulo	Alto do Tietê	Guararema	2
DRS I - Grande São Paulo	Alto do Tietê	Guarulhos	2
DRS I - Grande São Paulo	Alto do Tietê	Itaquaquecetuba	2
DRS I - Grande São Paulo	Alto do Tietê	Mogi das Cruzes	2
DRS I - Grande São Paulo	Alto do Tietê	Poá	2
DRS I - Grande São Paulo	Alto do Tietê	Salesópolis	2
DRS I - Grande São Paulo	Alto do Tietê	Santa Isabel	2
DRS I - Grande São Paulo	Alto do Tietê	Suzano	2
DRS I - Grande São Paulo	Franco da Rocha	Caieiras	2
DRS I - Grande São Paulo	Franco da Rocha	Cajamar	2
DRS I - Grande São Paulo	Franco da Rocha	Francisco Morato	2
DRS I - Grande São Paulo	Franco da Rocha	Franco da Rocha	2
DRS I - Grande São Paulo	Franco da Rocha	Mairiporã	2
DRS I - Grande São Paulo	Grande ABC	Diadema	2
DRS I - Grande São Paulo	Grande ABC	Mauá	2
DRS I - Grande São Paulo	Grande ABC	Ribeirão Pires	2
DRS I - Grande São Paulo	Grande ABC	Rio Grande da Serra	2
DRS I - Grande São Paulo	Grande ABC	Santo André	2
DRS I - Grande São Paulo	Grande ABC	São Bernardo do Campo	2
DRS I - Grande São Paulo	Grande ABC	São Caetano do Sul	2
DRS I - Grande São Paulo	Mananciais	Cotia	2
DRS I - Grande São Paulo	Mananciais	Embu das Artes	2
DRS I - Grande São Paulo	Mananciais	Embu-Guaçu	2
DRS I - Grande São Paulo	Mananciais	Itapecerica da Serra	2
DRS I - Grande São Paulo	Mananciais	Juquitiba	2
DRS I - Grande São Paulo	Mananciais	São Lourenço da Serra	2
DRS I - Grande São Paulo	Mananciais	Taboão da Serra	2
DRS I - Grande São Paulo	Mananciais	Vargem Grande Paulista	2
DRS I - Grande São Paulo	Rota dos Bandeirantes	Barueri	2
DRS I - Grande São Paulo	Rota dos Bandeirantes	Carapicuíba	2
DRS I - Grande São Paulo	Rota dos Bandeirantes	Itapevi	2
DRS I - Grande São Paulo	Rota dos Bandeirantes	Jandira	2
DRS I - Grande São Paulo	Rota dos Bandeirantes	Osasco	2
DRS I - Grande São Paulo	Rota dos Bandeirantes	Pirapora do Bom Jesus	2
DRS I - Grande São Paulo	Rota dos Bandeirantes	Santana de Parnaíba	2
DRS I - Grande São Paulo	São Paulo	São Paulo	2
DRS II - Araçatuba	Central do DRS II	Araçatuba	2
DRS II - Araçatuba	Central do DRS II	Auriflama	2
DRS II - Araçatuba	Central do DRS II	Bento de Abreu	2
DRS II - Araçatuba	Central do DRS II	Bilac	2
DRS II - Araçatuba	Central do DRS II	Guararapes	2
DRS II - Araçatuba	Central do DRS II	Guzolândia	2
DRS II - Araçatuba	Central do DRS II	Nova Castilho	2
DRS II - Araçatuba	Central do DRS II	Nova Luzitânia	2
DRS II - Araçatuba	Central do DRS II	Rubiácea	2
DRS II - Araçatuba	Central do DRS II	Santo Antônio do Aracanguá	2
DRS II - Araçatuba	Central do DRS II	Valparaíso	2
DRS II - Araçatuba	Consórcios do DRS II	Alto Alegre	2
DRS II - Araçatuba	Consórcios do DRS II	Avanhandava	2
DRS II - Araçatuba	Consórcios do DRS II	Barbosa	2
DRS II - Araçatuba	Consórcios do DRS II	Birigui	2
DRS II - Araçatuba	Consórcios do DRS II	Braúna	2
DRS II - Araçatuba	Consórcios do DRS II	Brejo Alegre	2
DRS II - Araçatuba	Consórcios do DRS II	Buritama	2
DRS II - Araçatuba	Consórcios do DRS II	Clementina	2
DRS II - Araçatuba	Consórcios do DRS II	Coroados	2
DRS II - Araçatuba	Consórcios do DRS II	Gabriel Monteiro	2
DRS II - Araçatuba	Consórcios do DRS II	Glicério	2
DRS II - Araçatuba	Consórcios do DRS II	Lourdes	2
DRS II - Araçatuba	Consórcios do DRS II	Luiziânia	2
DRS II - Araçatuba	Consórcios do DRS II	Penápolis	2
DRS II - Araçatuba	Consórcios do DRS II	Piacatu	2
DRS II - Araçatuba	Consórcios do DRS II	Santópolis do Aguapeí	2
DRS II - Araçatuba	Consórcios do DRS II	Turiúba	2
DRS II - Araçatuba	Lagos do DRS II	Andradina	2
DRS II - Araçatuba	Lagos do DRS II	Castilho	2
DRS II - Araçatuba	Lagos do DRS II	Guaraçaí	2
DRS II - Araçatuba	Lagos do DRS II	Ilha Solteira	2
DRS II - Araçatuba	Lagos do DRS II	Itapura	2
DRS II - Araçatuba	Lagos do DRS II	Lavínia	2
DRS II - Araçatuba	Lagos do DRS II	Mirandópolis	2
DRS II - Araçatuba	Lagos do DRS II	Murutinga do Sul	2
DRS II - Araçatuba	Lagos do DRS II	Nova Independência	2
DRS II - Araçatuba	Lagos do DRS II	Pereira Barreto	2
DRS II - Araçatuba	Lagos do DRS II	Sud Mennucci	2
DRS II - Araçatuba	Lagos do DRS II	Suzanápolis	2
DRS III - Araraquara	Central do DRS III	Américo Brasiliense	2
DRS III - Araraquara	Central do DRS III	Araraquara	2
DRS III - Araraquara	Central do DRS III	Boa Esperança do Sul	2
DRS III - Araraquara	Central do DRS III	Gavião Peixoto	2
DRS III - Araraquara	Central do DRS III	Motuca	2
DRS III - Araraquara	Central do DRS III	Rincão	2
DRS III - Araraquara	Central do DRS III	Santa Lúcia	2
DRS III - Araraquara	Central do DRS III	Trabiju	2
DRS III - Araraquara	Centro Oeste do DRS III	Borborema	2
DRS III - Araraquara	Centro Oeste do DRS III	Ibitinga	2
DRS III - Araraquara	Centro Oeste do DRS III	Itápolis	2
DRS III - Araraquara	Centro Oeste do DRS III	Nova Europa	2
DRS III - Araraquara	Centro Oeste do DRS III	Tabatinga	2
DRS III - Araraquara	Coração do DRS III	Descalvado	2
DRS III - Araraquara	Coração do DRS III	Dourado	2
DRS III - Araraquara	Coração do DRS III	Ibaté	2
DRS III - Araraquara	Coração do DRS III	Porto Ferreira	2
DRS III - Araraquara	Coração do DRS III	Ribeirão Bonito	2
DRS III - Araraquara	Coração do DRS III	São Carlos	2
DRS III - Araraquara	Norte do DRS III	Cândido Rodrigues	2
DRS III - Araraquara	Norte do DRS III	Dobrada	2
DRS III - Araraquara	Norte do DRS III	Matão	2
DRS III - Araraquara	Norte do DRS III	Santa Ernestina	2
DRS III - Araraquara	Norte do DRS III	Taquaritinga	2
DRS IV - Baixada Santista	Baixada Santista	Bertioga	2
DRS IV - Baixada Santista	Baixada Santista	Cubatão	2
DRS IV - Baixada Santista	Baixada Santista	Guarujá	2
DRS IV - Baixada Santista	Baixada Santista	Itanhaém	2
DRS IV - Baixada Santista	Baixada Santista	Mongaguá	2
DRS IV - Baixada Santista	Baixada Santista	Peruíbe	2
DRS IV - Baixada Santista	Baixada Santista	Praia Grande	2
DRS IV - Baixada Santista	Baixada Santista	Santos	2
DRS IV - Baixada Santista	Baixada Santista	São Vicente	2
DRS IX - Marília	Adamantina	Adamantina	1
DRS IX - Marília	Adamantina	Flórida Paulista	1
DRS IX - Marília	Adamantina	Inúbia Paulista	1
DRS IX - Marília	Adamantina	Lucélia	1
DRS IX - Marília	Adamantina	Mariápolis	1
DRS IX - Marília	Adamantina	Osvaldo Cruz	1
DRS IX - Marília	Adamantina	Pacaembu	1
DRS IX - Marília	Adamantina	Pracinha	1
DRS IX - Marília	Adamantina	Sagres	1
DRS IX - Marília	Adamantina	Salmourão	1
DRS IX - Marília	Assis	Assis	1
DRS IX - Marília	Assis	Borá	1
DRS IX - Marília	Assis	Cândido Mota	1
DRS IX - Marília	Assis	Cruzália	1
DRS IX - Marília	Assis	Florínia	1
DRS IX - Marília	Assis	Ibirarema	1
DRS IX - Marília	Assis	Lutécia	1
DRS IX - Marília	Assis	Maracaí	1
DRS IX - Marília	Assis	Palmital	1
DRS IX - Marília	Assis	Paraguaçu Paulista	1
DRS IX - Marília	Assis	Pedrinhas Paulista	1
DRS IX - Marília	Assis	Platina	1
DRS IX - Marília	Assis	Tarumã	1
DRS IX - Marília	Marília	Álvaro de Carvalho	1
DRS IX - Marília	Marília	Alvinlândia	1
DRS IX - Marília	Marília	Campos Novos Paulista	1
DRS IX - Marília	Marília	Echaporã	1
DRS IX - Marília	Marília	Fernão	1
DRS IX - Marília	Marília	Gália	1
DRS IX - Marília	Marília	Garça	1
DRS IX - Marília	Marília	Guaimbê	1
DRS IX - Marília	Marília	Guarantã	1
DRS IX - Marília	Marília	Júlio Mesquita	1
DRS IX - Marília	Marília	Lupércio	1
DRS IX - Marília	Marília	Marília	1
DRS IX - Marília	Marília	Ocauçu	1
DRS IX - Marília	Marília	Oriente	1
DRS IX - Marília	Marília	Oscar Bressane	1
DRS IX - Marília	Marília	Pompéia	1
DRS IX - Marília	Marília	Quintana	1
DRS IX - Marília	Marília	Ubirajara	1
DRS IX - Marília	Marília	Vera Cruz	1
DRS IX - Marília	Ourinhos	Bernardino de Campos	1
DRS IX - Marília	Ourinhos	Canitar	1
DRS IX - Marília	Ourinhos	Chavantes	1
DRS IX - Marília	Ourinhos	Espírito Santo do Turvo	1
DRS IX - Marília	Ourinhos	Ipaussu	1
DRS IX - Marília	Ourinhos	Óleo	1
DRS IX - Marília	Ourinhos	Ourinhos	1
DRS IX - Marília	Ourinhos	Ribeirão do Sul	1
DRS IX - Marília	Ourinhos	Salto Grande	1
DRS IX - Marília	Ourinhos	Santa Cruz do Rio Pardo	1
DRS IX - Marília	Ourinhos	São Pedro do Turvo	1
DRS IX - Marília	Ourinhos	Timburi	1
DRS IX - Marília	Tupã	Arco-Íris	1
DRS IX - Marília	Tupã	Bastos	1
DRS IX - Marília	Tupã	Herculândia	1
DRS IX - Marília	Tupã	Iacri	1
DRS IX - Marília	Tupã	Parapuã	1
DRS IX - Marília	Tupã	Queiroz	1
DRS IX - Marília	Tupã	Rinópolis	1
DRS IX - Marília	Tupã	Tupã	1
DRS V - Barretos	Norte - Barretos	Altair	1
DRS V - Barretos	Norte - Barretos	Barretos	1
DRS V - Barretos	Norte - Barretos	Cajobi	1
DRS V - Barretos	Norte - Barretos	Colina	1
DRS V - Barretos	Norte - Barretos	Colômbia	1
DRS V - Barretos	Norte - Barretos	Guaíra	1
DRS V - Barretos	Norte - Barretos	Guaraci	1
DRS V - Barretos	Norte - Barretos	Jaborandi	1
DRS V - Barretos	Norte - Barretos	Olímpia	1
DRS V - Barretos	Norte - Barretos	Severínia	1
DRS V - Barretos	Sul - Barretos	Bebedouro	1
DRS V - Barretos	Sul - Barretos	Monte Azul Paulista	1
DRS V - Barretos	Sul - Barretos	Taiaçu	1
DRS V - Barretos	Sul - Barretos	Taiúva	1
DRS V - Barretos	Sul - Barretos	Taquaral	1
DRS V - Barretos	Sul - Barretos	Terra Roxa	1
DRS V - Barretos	Sul - Barretos	Viradouro	1
DRS V - Barretos	Sul - Barretos	Vista Alegre do Alto	1
DRS VI - Bauru	Bauru	Agudos	1
DRS VI - Bauru	Bauru	Arealva	1
DRS VI - Bauru	Bauru	Avaí	1
DRS VI - Bauru	Bauru	Balbinos	1
DRS VI - Bauru	Bauru	Bauru	1
DRS VI - Bauru	Bauru	Borebi	1
DRS VI - Bauru	Bauru	Cabrália Paulista	1
DRS VI - Bauru	Bauru	Duartina	1
DRS VI - Bauru	Bauru	Iacanga	1
DRS VI - Bauru	Bauru	Lençóis Paulista	1
DRS VI - Bauru	Bauru	Lucianópolis	1
DRS VI - Bauru	Bauru	Macatuba	1
DRS VI - Bauru	Bauru	Paulistânia	1
DRS VI - Bauru	Bauru	Pederneiras	1
DRS VI - Bauru	Bauru	Pirajuí	1
DRS VI - Bauru	Bauru	Piratininga	1
DRS VI - Bauru	Bauru	Presidente Alves	1
DRS VI - Bauru	Bauru	Reginópolis	1
DRS VI - Bauru	Jaú	Bariri	1
DRS VI - Bauru	Jaú	Barra Bonita	1
DRS VI - Bauru	Jaú	Bocaina	1
DRS VI - Bauru	Jaú	Boracéia	1
DRS VI - Bauru	Jaú	Brotas	1
DRS VI - Bauru	Jaú	Dois Córregos	1
DRS VI - Bauru	Jaú	Igaraçu do Tietê	1
DRS VI - Bauru	Jaú	Itaju	1
DRS VI - Bauru	Jaú	Itapuí	1
DRS VI - Bauru	Jaú	Jaú	1
DRS VI - Bauru	Jaú	Mineiros do Tietê	1
DRS VI - Bauru	Jaú	Torrinha	1
DRS VI - Bauru	Lins	Cafelândia	1
DRS VI - Bauru	Lins	Getulina	1
DRS VI - Bauru	Lins	Guaiçara	1
DRS VI - Bauru	Lins	Lins	1
DRS VI - Bauru	Lins	Pongaí	1
DRS VI - Bauru	Lins	Promissão	1
DRS VI - Bauru	Lins	Sabino	1
DRS VI - Bauru	Lins	Uru	1
DRS VI - Bauru	Polo Cuesta	Anhembi	1
DRS VI - Bauru	Polo Cuesta	Areiópolis	1
DRS VI - Bauru	Polo Cuesta	Bofete	1
DRS VI - Bauru	Polo Cuesta	Botucatu	1
DRS VI - Bauru	Polo Cuesta	Conchas	1

DRS VI - Bauru	Polo Cuesta	Itatinga	1
DRS VI - Bauru	Polo Cuesta	Laranjal Paulista	1
DRS VI - Bauru	Polo Cuesta	Pardinho	1
DRS VI - Bauru	Polo Cuesta	Pereiras	1
DRS VI - Bauru	Polo Cuesta	Porangaba	1
DRS VI - Bauru	Polo Cuesta	Pratânia	1
DRS VI - Bauru	Polo Cuesta	São Manuel	1
DRS VI - Bauru	Polo Cuesta	Torre de Pedra	1
DRS VI - Bauru	Vale do Jurumirim	Águas de Santa Bárbara	1
DRS VI - Bauru	Vale do Jurumirim	Arandu	1
DRS VI - Bauru	Vale do Jurumirim	Avaré	1
DRS VI - Bauru	Vale do Jurumirim	Barão de Antonina	1
DRS VI - Bauru	Vale do Jurumirim	Cerqueira César	1
DRS VI - Bauru	Vale do Jurumirim	Coronel Macedo	1
DRS VI - Bauru	Vale do Jurumirim	Fartura	1
DRS VI - Bauru	Vale do Jurumirim	Iaras	1
DRS VI - Bauru	Vale do Jurumirim	Itaí	1
DRS VI - Bauru	Vale do Jurumirim	Itaporanga	1
DRS VI - Bauru	Vale do Jurumirim	Manduri	1
DRS VI - Bauru	Vale do Jurumirim	Paranapanema	1
DRS VI - Bauru	Vale do Jurumirim	Piraju	1
DRS VI - Bauru	Vale do Jurumirim	Sarutaiá	1
DRS VI - Bauru	Vale do Jurumirim	Taguaí	1
DRS VI - Bauru	Vale do Jurumirim	Taquarituba	1
DRS VI - Bauru	Vale do Jurumirim	Tejupá	1
DRS VII - Campinas	Bragança	Atibaia	2
DRS VII - Campinas	Bragança	Bom Jesus dos Perdões	2
DRS VII - Campinas	Bragança	Bragança Paulista	2
DRS VII - Campinas	Bragança	Joanópolis	2
DRS VII - Campinas	Bragança	Morungaba	2
DRS VII - Campinas	Bragança	Nazaré Paulista	2
DRS VII - Campinas	Bragança	Pedra Bela	2
DRS VII - Campinas	Bragança	Pinhalzinho	2
DRS VII - Campinas	Bragança	Piracaia	2
DRS VII - Campinas	Bragança	Socorro	2
DRS VII - Campinas	Bragança	Tuiuti	2
DRS VII - Campinas	Bragança	Vargem	2
DRS VII - Campinas	Circuito das Águas	Águas de Lindóia	2
DRS VII - Campinas	Circuito das Águas	Amparo	2
DRS VII - Campinas	Circuito das Águas	Lindóia	2
DRS VII - Campinas	Circuito das Águas	Monte Alegre do Sul	2
DRS VII - Campinas	Circuito das Águas	Serra Negra	2
DRS VII - Campinas	Jundiaí	Cabreúva	2
DRS VII - Campinas	Jundiaí	Campo Limpo Paulista	2
DRS VII - Campinas	Jundiaí	Itupeva	2
DRS VII - Campinas	Jundiaí	Jarinu	2
DRS VII - Campinas	Jundiaí	Jundiaí	2
DRS VII - Campinas	Jundiaí	Louveira	2
DRS VII - Campinas	Jundiaí	Várzea Paulista	2
DRS VII - Campinas	Metropolitana de Campinas	Americana	2
DRS VII - Campinas	Metropolitana de Campinas	Artur Nogueira	2
DRS VII - Campinas	Metropolitana de Campinas	Campinas	2
DRS VII - Campinas	Metropolitana de Campinas	Cosmópolis	2
DRS VII - Campinas	Metropolitana de Campinas	Holambra	2
DRS VII - Campinas	Metropolitana de Campinas	Hortolândia	2
DRS VII - Campinas	Metropolitana de Campinas	Indaiatuba	2
DRS VII - Campinas	Metropolitana de Campinas	Itatiba	2
DRS VII - Campinas	Metropolitana de Campinas	Jaguariúna	2
DRS VII - Campinas	Metropolitana de Campinas	Monte Mor	2
DRS VII - Campinas	Metropolitana de Campinas	Nova Odessa	2
DRS VII - Campinas	Metropolitana de Campinas	Paulínia	2
DRS VII - Campinas	Metropolitana de Campinas	Pedreira	2
DRS VII - Campinas	Metropolitana de Campinas	Santa Bárbara d`Oeste	2
DRS VII - Campinas	Metropolitana de Campinas	Santo Antônio de Posse	2
DRS VII - Campinas	Metropolitana de Campinas	Sumaré	2
DRS VII - Campinas	Metropolitana de Campinas	Valinhos	2
DRS VII - Campinas	Metropolitana de Campinas	Vinhedo	2
DRS VIII - Franca	Alta Anhanguera	Ipuã	1
DRS VIII - Franca	Alta Anhanguera	Morro Agudo	1
DRS VIII - Franca	Alta Anhanguera	Nuporanga	1
DRS VIII - Franca	Alta Anhanguera	Orlândia	1
DRS VIII - Franca	Alta Anhanguera	Sales Oliveira	1
DRS VIII - Franca	Alta Anhanguera	São Joaquim da Barra	1
DRS VIII - Franca	Alta Mogiana	Aramina	1
DRS VIII - Franca	Alta Mogiana	Buritizal	1
DRS VIII - Franca	Alta Mogiana	Guará	1
DRS VIII - Franca	Alta Mogiana	Igarapava	1
DRS VIII - Franca	Alta Mogiana	Ituverava	1
DRS VIII - Franca	Alta Mogiana	Miguelópolis	1
DRS VIII - Franca	Três Colinas	Cristais Paulista	1
DRS VIII - Franca	Três Colinas	Franca	1
DRS VIII - Franca	Três Colinas	Itirapuã	1
DRS VIII - Franca	Três Colinas	Jeriquara	1
DRS VIII - Franca	Três Colinas	Patrocínio Paulista	1
DRS VIII - Franca	Três Colinas	Pedregulho	1
DRS VIII - Franca	Três Colinas	Restinga	1
DRS VIII - Franca	Três Colinas	Ribeirão Corrente	1
DRS VIII - Franca	Três Colinas	Rifaina	1
DRS VIII - Franca	Três Colinas	São José da Bela Vista	1
DRS X - Piracicaba	Araras	Araras	2
DRS X - Piracicaba	Araras	Conchal	2
DRS X - Piracicaba	Araras	Leme	2
DRS X - Piracicaba	Araras	Pirassununga	2
DRS X - Piracicaba	Araras	Santa Cruz da Conceição	2
DRS X - Piracicaba	Limeira	Cordeirópolis	2
DRS X - Piracicaba	Limeira	Engenheiro Coelho	2
DRS X - Piracicaba	Limeira	Iracemápolis	2
DRS X - Piracicaba	Limeira	Limeira	2
DRS X - Piracicaba	Piracicaba	Águas de São Pedro	2
DRS X - Piracicaba	Piracicaba	Capivari	2
DRS X - Piracicaba	Piracicaba	Charqueada	2
DRS X - Piracicaba	Piracicaba	Elias Fausto	2
DRS X - Piracicaba	Piracicaba	Mombuca	2
DRS X - Piracicaba	Piracicaba	Piracicaba	2
DRS X - Piracicaba	Piracicaba	Rafard	2
DRS X - Piracicaba	Piracicaba	Rio das Pedras	2
DRS X - Piracicaba	Piracicaba	Saltinho	2
DRS X - Piracicaba	Piracicaba	Santa Maria da Serra	2
DRS X - Piracicaba	Piracicaba	São Pedro	2
DRS X - Piracicaba	Rio Claro	Analândia	2
DRS X - Piracicaba	Rio Claro	Corumbataí	2
DRS X - Piracicaba	Rio Claro	Ipeúna	2
DRS X - Piracicaba	Rio Claro	Itirapina	2
DRS X - Piracicaba	Rio Claro	Rio Claro	2
DRS X - Piracicaba	Rio Claro	Santa Gertrudes	2
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Paulista	Dracena	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Paulista	Flora Rica	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Paulista	Irapuru	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Paulista	Junqueirópolis	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Paulista	Monte Castelo	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Paulista	Nova Guataporanga	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Paulista	Ouro Verde	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Paulista	Panorama	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Paulista	Paulicéia	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Paulista	Santa Mercedes	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Paulista	São João do Pau d`Alho	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Paulista	Tupi Paulista	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Sorocabana	Alfredo Marcondes	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Sorocabana	Álvares Machado	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Sorocabana	Anhumas	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Sorocabana	Caiabu	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Sorocabana	Emilianópolis	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Sorocabana	Estrela do Norte	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Sorocabana	Indiana	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Sorocabana	Martinópolis	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Sorocabana	Narandiba	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Sorocabana	Pirapozinho	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Sorocabana	Presidente Bernardes	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Sorocabana	Presidente Prudente	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Sorocabana	Regente Feijó	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Sorocabana	Ribeirão dos Índios	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Sorocabana	Sandovalina	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Sorocabana	Santo Anastácio	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Sorocabana	Santo Expedito	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Sorocabana	Taciba	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alta Sorocabana	Tarabai	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alto Capivari	Iepê	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alto Capivari	João Ramalho	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alto Capivari	Nantes	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alto Capivari	Quatá	1
DRS XI - Presidente Prudente	Alto Capivari	Rancharia	1
DRS XI - Presidente Prudente	Extremo Oeste Paulista	Caiuá	1
DRS XI - Presidente Prudente	Extremo Oeste Paulista	Marabá Paulista	1
DRS XI - Presidente Prudente	Extremo Oeste Paulista	Piquerobi	1
DRS XI - Presidente Prudente	Extremo Oeste Paulista	Presidente Epitácio	1
DRS XI - Presidente Prudente	Extremo Oeste Paulista	Presidente Venceslau	1
DRS XI - Presidente Prudente	Pontal do Paranapanema	Euclides da Cunha Paulista	1
DRS XI - Presidente Prudente	Pontal do Paranapanema	Mirante do Paranapanema	1
DRS XI - Presidente Prudente	Pontal do Paranapanema	Rosana	1
DRS XI - Presidente Prudente	Pontal do Paranapanema	Teodoro Sampaio	1
DRS XII - Registro	Vale do Ribeira	Barra do Turvo	2
DRS XII - Registro	Vale do Ribeira	Cajati	2
DRS XII - Registro	Vale do Ribeira	Cananéia	2
DRS XII - Registro	Vale do Ribeira	Eldorado	2
DRS XII - Registro	Vale do Ribeira	Iguape	2
DRS XII - Registro	Vale do Ribeira	Ilha Comprida	2
DRS XII - Registro	Vale do Ribeira	Iporanga	2
DRS XII - Registro	Vale do Ribeira	Itariri	2
DRS XII - Registro	Vale do Ribeira	Jacupiranga	2
DRS XII - Registro	Vale do Ribeira	Juquiá	2
DRS XII - Registro	Vale do Ribeira	Miracatu	2
DRS XII - Registro	Vale do Ribeira	Pariquera-Açu	2
DRS XII - Registro	Vale do Ribeira	Pedro de Toledo	2
DRS XII - Registro	Vale do Ribeira	Registro	2
DRS XII - Registro	Vale do Ribeira	Sete Barras	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Aquífero Guarani	Cravinhos	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Aquífero Guarani	Guatapará	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Aquífero Guarani	Jardinópolis	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Aquífero Guarani	Luís Antônio	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Aquífero Guarani	Ribeirão Preto	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Aquífero Guarani	Santa Rita do Passa Quatro	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Aquífero Guarani	Santa Rosa de Viterbo	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Aquífero Guarani	São Simão	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Aquífero Guarani	Serra Azul	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Aquífero Guarani	Serrana	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Horizonte Verde	Barrinha	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Horizonte Verde	Dumont	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Horizonte Verde	Guariba	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Horizonte Verde	Jaboticabal	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Horizonte Verde	Monte Alto	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Horizonte Verde	Pitangueiras	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Horizonte Verde	Pontal	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Horizonte Verde	Pradópolis	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Horizonte Verde	Sertãozinho	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Vale das Cachoeiras	Altinópolis	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Vale das Cachoeiras	Batatais	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Vale das Cachoeiras	Brodowski	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Vale das Cachoeiras	Cajuru	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Vale das Cachoeiras	Cássia dos Coqueiros	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Vale das Cachoeiras	Santa Cruz da Esperança	2
DRS XIII - Ribeirão Preto	Vale das Cachoeiras	Santo Antônio da Alegria	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Baixa Mogiana	Estiva Gerbi	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Baixa Mogiana	Itapira	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Baixa Mogiana	Mogi Guaçu	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Baixa Mogiana	Moji Mirim	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Mantiqueira	Aguaí	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Mantiqueira	Águas da Prata	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Mantiqueira	Espírito Santo do Pinhal	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Mantiqueira	Santa Cruz das Palmeiras	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Mantiqueira	Santo Antônio do Jardim	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Mantiqueira	São João da Boa Vista	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Mantiqueira	Tambaú	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Mantiqueira	Vargem Grande do Sul	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Rio Pardo	Caconde	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Rio Pardo	Casa Branca	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Rio Pardo	Divinolândia	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Rio Pardo	Itobi	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Rio Pardo	Mococa	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Rio Pardo	São José do Rio Pardo	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Rio Pardo	São Sebastião da Grama	2
DRS XIV - São João da Boa Vista	Rio Pardo	Tapiratiba	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Catanduva	Ariranha	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Catanduva	Catanduva	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Catanduva	Catiguá	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Catanduva	Elisiário	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Catanduva	Embaúba	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Catanduva	Fernando Prestes	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Catanduva	Irapuã	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Catanduva	Itajobi	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Catanduva	Marapoama	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Catanduva	Novais	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Catanduva	Novo Horizonte	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Catanduva	Palmares Paulista	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Catanduva	Paraíso	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Catanduva	Pindorama	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Catanduva	Pirangi	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Catanduva	Sales	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Catanduva	Santa Adélia	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Catanduva	Tabapuã	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Catanduva	Urupês	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Fernandópolis	Estrela d`Oeste	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Fernandópolis	Fernandópolis	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Fernandópolis	Guarani d`Oeste	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Fernandópolis	Indiaporã	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Fernandópolis	Macedônia	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Fernandópolis	Meridiano	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Fernandópolis	Mira Estrela	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Fernandópolis	Ouroeste	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Fernandópolis	Pedranópolis	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Fernandópolis	Populina	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Fernandópolis	São João das Duas Pontes	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Fernandópolis	São João de Iracema	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Fernandópolis	Turmalina	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Jales	Aparecida d`Oeste	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Jales	Aspásia	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Jales	Dirce Reis	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Jales	Dolcinópolis	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Jales	Jales	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Jales	Marinópolis	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Jales	Mesópolis	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Jales	Palmeira d`Oeste	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Jales	Paranapuã	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Jales	Pontalinda	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Jales	Santa Albertina	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Jales	Santa Salete	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Jales	Santana da Ponte Pensa	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Jales	São Francisco	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Jales	Urânia	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Jales	Vitória Brasil	2
DRS XV - São José do Rio Preto	José Bonifácio	Adolfo	2
DRS XV - São José do Rio Preto	José Bonifácio	Jaci	2
DRS XV - São José do Rio Preto	José Bonifácio	José Bonifácio	2
DRS XV - São José do Rio Preto	José Bonifácio	Mendonça	2
DRS XV - São José do Rio Preto	José Bonifácio	Monte Aprazível	2

DRS XV - São José do Rio Preto	José Bonifácio	Nipoã	2
DRS XV - São José do Rio Preto	José Bonifácio	Planalto	2
DRS XV - São José do Rio Preto	José Bonifácio	Poloni	2
DRS XV - São José do Rio Preto	José Bonifácio	Ubarana	2
DRS XV - São José do Rio Preto	José Bonifácio	União Paulista	2
DRS XV - São José do Rio Preto	José Bonifácio	Zacarias	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Santa Fé do Sul	Nova Canaã Paulista	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Santa Fé do Sul	Rubinéia	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Santa Fé do Sul	Santa Clara d`Oeste	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Santa Fé do Sul	Santa Fé do Sul	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Santa Fé do Sul	Santa Rita d`Oeste	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Santa Fé do Sul	Três Fronteiras	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Bady Bassitt	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Bálsamo	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Cedral	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Guapiaçu	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Ibirá	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Icém	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Ipiguá	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Mirassol	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Mirassolândia	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Neves Paulista	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Nova Aliança	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Nova Granada	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Onda Verde	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Orindiúva	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Palestina	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Paulo de Faria	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Potirendaba	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Tanabi	2
DRS XV - São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Uchoa	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Votuporanga	Álvares Florence	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Votuporanga	Américo de Campos	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Votuporanga	Cardoso	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Votuporanga	Cosmorama	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Votuporanga	Floreal	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Votuporanga	Gastão Vidigal	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Votuporanga	General Salgado	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Votuporanga	Macaubal	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Votuporanga	Magda	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Votuporanga	Monções	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Votuporanga	Nhandeara	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Votuporanga	Parisi	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Votuporanga	Pontes Gestal	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Votuporanga	Riolândia	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Votuporanga	Sebastianópolis do Sul	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Votuporanga	Valentim Gentil	2
DRS XV - São José do Rio Preto	Votuporanga	Votuporanga	2
DRS XVI - Sorocaba	Itapetininga	Alambari	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapetininga	Angatuba	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapetininga	Campina do Monte Alegre	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapetininga	Cerquilho	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapetininga	Cesário Lange	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapetininga	Guareí	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapetininga	Itapetininga	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapetininga	Quadra	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapetininga	São Miguel Arcanjo	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapetininga	Sarapuí	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapetininga	Tatuí	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapeva	Apiaí	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapeva	Barra do Chapéu	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapeva	Bom Sucesso de Itararé	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapeva	Buri	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapeva	Capão Bonito	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapeva	Guapiara	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapeva	Itaberá	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapeva	Itaóca	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapeva	Itapeva	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapeva	Itapirapuã Paulista	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapeva	Itararé	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapeva	Nova Campina	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapeva	Ribeira	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapeva	Ribeirão Branco	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapeva	Ribeirão Grande	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapeva	Riversul	1
DRS XVI - Sorocaba	Itapeva	Taquarivaí	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	Alumínio	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	Araçariguama	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	Araçoiaba da Serra	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	Boituva	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	Capela do Alto	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	Ibiúna	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	Iperó	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	Itu	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	Jumirim	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	Mairinque	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	Piedade	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	Pilar do Sul	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	Porto Feliz	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	Salto	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	Salto de Pirapora	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	São Roque	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	Sorocaba	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	Tapiraí	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	Tietê	1
DRS XVI - Sorocaba	Sorocaba	Votorantim	1
DRS XVII - Taubaté	Alto Vale do Paraíba	Caçapava	1
DRS XVII - Taubaté	Alto Vale do Paraíba	Igaratá	1
DRS XVII - Taubaté	Alto Vale do Paraíba	Jacareí	1
DRS XVII - Taubaté	Alto Vale do Paraíba	Jambeiro	1
DRS XVII - Taubaté	Alto Vale do Paraíba	Monteiro Lobato	1
DRS XVII - Taubaté	Alto Vale do Paraíba	Paraibuna	1
DRS XVII - Taubaté	Alto Vale do Paraíba	Santa Branca	1
DRS XVII - Taubaté	Alto Vale do Paraíba	São José dos Campos	1
DRS XVII - Taubaté	Circ.Fé Vale/Histórico	Aparecida	1
DRS XVII - Taubaté	Circ.Fé Vale/Histórico	Arapeí	1
DRS XVII - Taubaté	Circ.Fé Vale/Histórico	Areias	1
DRS XVII - Taubaté	Circ.Fé Vale/Histórico	Bananal	1
DRS XVII - Taubaté	Circ.Fé Vale/Histórico	Cachoeira Paulista	1
DRS XVII - Taubaté	Circ.Fé Vale/Histórico	Canas	1
DRS XVII - Taubaté	Circ.Fé Vale/Histórico	Cruzeiro	1
DRS XVII - Taubaté	Circ.Fé Vale/Histórico	Cunha	1
DRS XVII - Taubaté	Circ.Fé Vale/Histórico	Guaratinguetá	1
DRS XVII - Taubaté	Circ.Fé Vale/Histórico	Lavrinhas	1
DRS XVII - Taubaté	Circ.Fé Vale/Histórico	Lorena	1
DRS XVII - Taubaté	Circ.Fé Vale/Histórico	Piquete	1
DRS XVII - Taubaté	Circ.Fé Vale/Histórico	Potim	1
DRS XVII - Taubaté	Circ.Fé Vale/Histórico	Queluz	1
DRS XVII - Taubaté	Circ.Fé Vale/Histórico	Roseira	1
DRS XVII - Taubaté	Circ.Fé Vale/Histórico	São José do Barreiro	1
DRS XVII - Taubaté	Circ.Fé Vale/Histórico	Silveiras	1
DRS XVII - Taubaté	Litoral Norte	Caraguatatuba	1
DRS XVII - Taubaté	Litoral Norte	Ilhabela	1
DRS XVII - Taubaté	Litoral Norte	São Sebastião	1
DRS XVII - Taubaté	Litoral Norte	Ubatuba	1
DRS XVII - Taubaté	Vale Paraíba/Reg.Serrana	Campos do Jordão	1
DRS XVII - Taubaté	Vale Paraíba/Reg.Serrana	Lagoinha	1
DRS XVII - Taubaté	Vale Paraíba/Reg.Serrana	Natividade da Serra	1
DRS XVII - Taubaté	Vale Paraíba/Reg.Serrana	Pindamonhangaba	1
DRS XVII - Taubaté	Vale Paraíba/Reg.Serrana	Redenção da Serra	1
DRS XVII - Taubaté	Vale Paraíba/Reg.Serrana	Santo Antônio do Pinhal	1
DRS XVII - Taubaté	Vale Paraíba/Reg.Serrana	São Bento do Sapucaí	1
DRS XVII - Taubaté	Vale Paraíba/Reg.Serrana	São Luís do Paraitinga	1
DRS XVII - Taubaté	Vale Paraíba/Reg.Serrana	Taubaté	1
DRS XVII - Taubaté	Vale Paraíba/Reg.Serrana	Tremembé	1

Resolução SS – 11, de 22-1-2021

Dispõe sobre a Criação de Grupo de Trabalho para levantamento e revisão nos processos de aquisição e dá providências correlatas

O Secretário da Saúde, considerando a necessidade de controle, identificação e sistematização em processos, em relação aos atos formais de recebimento e efetiva contabilização, junto aos sistemas utilizados pelo Governo do Estado de São Paulo, resolve:

Artigo 1º - Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de proceder ao levantamento dos processos de aquisição realizados no âmbito de Coordenadorias da Pasta, a fim de identificar eventuais pendências passíveis de regularização, adotando as medidas pertinentes.

Artigo 2º - O Grupo de Trabalho a que se reporta o caput do Artigo 1º será composto por representantes indicados pelas Coordenadorias abaixo elencadas, sob a coordenação da representação do Gabinete do Secretário:

I – Gabinete do Secretário e Assessorias - GS;

II – Coordenadoria de Assistência Farmacêutica – CAF;

III – Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos de Saúde – CCTIES;

IV - Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF;

V - Coordenadoria de Serviços de Saúde – CSS;

Parágrafo Único – O Grupo de Trabalho ora instituído poderá convidar outros profissionais, que por seus conhecimentos e experiências, possam vir a colaborar com o desempenho das atividades a serem desenvolvidas.

Artigo 3º- O Grupo de Trabalho ora instituído terá como atribuições:

I -Efetuar levantamento de todos os processos de aquisições efetuadas, identificando possíveis inconsistências relacionadas ao recebimento e contabilização;

II – Elaborar relatórios e auxiliar na eliminação da(s) pendência(s) apontada(s) durante a análise do(s) processo(s).

Artigo 4º - Os representantes a serem indicados desenvolverão suas atividades exclusivamente na atuação relacionada ao Grupo de Trabalho, ficando consignado o prazo de 90 dias para finalização dos trabalhos.

Artigo 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

Portaria do Coordenador, de 22-1-2021

Classificando, nos termos dos artigos 54 e 55, da Lei Complementar 180/78, o(s) Cargo(s) Vago(s) do SQC-I, a partir de 03-11-2020 na seguinte conformidade.

Classe Ex-Ocupante Motivo Vacância

Sub-Quadro R G Dg D O E Proc./Ofício nº

DA (o): Banco de Cargos Vagos

DA UA: Coordenadoria de Recursos Humanos - Banco de Cargos Vagos

UD: Coordenadoria de Recursos Humanos

UO: Administração Superior da Secretaria e da Sede

Para a (o): Núcleo de Serviço Social, da Gerência de Apoio Diagnóstico e Terapêutico

Para a UA: Hospital Regional de Assis

UD: Hospital Regional de Assis

UO: Coordenadoria de Serviços de Saúde

1 Diretor Técnico de Saúde I Nadia Abdala da Silva Oliveira Exoneração

SQC – I 3491570 – SP 09-11-1993 1698143/18

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Termo Aditivo

Processo: 001.0001.000.969/2018

Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria Geral de Administração

Contratada: CIA de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

Objeto: Prorrogação de vigência do contrato por 15 meses, a partir de 27-01-2021 com término em 26-04-2022, referente à prestação de serviços de informática.

Valor total do contrato: R$ 12.699.474,60, sendo R$ 9.425.832,32 para o presente exercício e R$ 3.723.642,28 para o exercício de 2022.

As despesas correrão por conta da classificação orçamentária 10.302.0930.4850.0000

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original celebrado em 27-07-2018.

Data da Assinatura: 18-01-2021

COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS

Despacho do Coordenador, de 22-1-2021

SES-PRC- 2021/02857.

Interessado: AGENOR GARCIA.

Assunto: Autorização para recebimento de diárias acima de 50%.

A vista da justificativa apresentada e com fundamento no Decreto 48.292/2003 e Resolução SS-78, de 18-07-2012, Autorizo em caráter excepcional; a concessão de diárias em quantia superior a 50% e até 01 (uma) vez a retribuição mensal, acrescida quando for o caso, dos percentuais estabelecidos de acordo com o deslocamento ocorrido ao servidor abaixo qualificado, do Núcleo de Apoio às Operações Regionais de São José do Rio Preto, para o exercício de 2021, de acordo com a solicitação da autoridade competente.

1. AGENOR GARCIA - RG: 9.085.746-X - Oficial Operacional – LEI 500/74, do Naor de SJRP.

2. Localidade de provável deslocamento: Adolfo, Álvares Florence, Américo de Campos, Ariranha, Bady Bassitt, Bálsamo, Cardoso, Catanduva, Catiguá, Cedral, Cosmorama, Embaúba, Elisiário, Fernando Prestes, Floreal, Gastão Vidigal, General Salgado, Guapiaçú, Ibirá, Icem, Ipiguá, Irapuã, Itajobi, Jaci, José Bonifácio, Macaubal, Magda, Marapoama, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia, Monções, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nhandeara, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Novais, Novo Horizonte, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Palmares Paulista, Paraiso, Parisi, Paulo de Faria, Pindorama, Pirangi, Planalto, Poloni, Pontes Gestal, Potirendaba, Riolândia, Sales, Santa Adélia, Sebastinópolis do Sul, Tabapuã, Tanabi, Ubarana, Uchoa, União Paulista, Urupês, Valentin Gentil, Votuporanga, Zacarias e São Paulo, além de outras localidades quando necessário.

3. Motivo do deslocamento: Conduzir técnicos dos Grupos de Vigilância Epidemiológica e Sanitária XXIX, para realizar visitas técnicas, participação de reuniões, treinamentos, e outras ações pertinentes ao cargo e/ou exigências de acordo com a demanda; Apoio no transporte de amostras de Covid; transporte e retirada de materiais diversos (imunobiológicos, insumos, suprimentos de almoxarifado); nas demandas do Naor de SJRP e auxília nas demandas do Sub Grupo de Votuporanga. (Despacho 159/2021 – GC/CCD)

Despacho do Coordenador, de 22-1-2021

SES-PRC- 2021/02864.

Interessado: MARCELO DE OLIVEIRA.

Assunto: Autorização para recebimento de diárias acima de 50%.

A vista da justificativa apresentada e com fundamento no Decreto 48.292/2003 e Resolução SS-78, de 18-07-2012, Autorizo em caráter excepcional; a concessão de diárias em quantia superior a 50% e até 01 (uma) vez a retribuição mensal, acrescida quando for o caso, dos percentuais estabelecidos de acordo com o deslocamento ocorrido ao servidor abaixo qualificado, do Núcleo de Apoio às Operações Regionais de São José do Rio Preto, para o exercício de 2021, de acordo com a solicitação da autoridade competente.

1. MARCELO DE OLIVEIRA - RG: 29.245.383-8 - Oficial Operacional – Efetivo, do Naor de SJRP.

2. Localidade de provável deslocamento: Adolfo, Álvares Florence, Américo de Campos, Ariranha, Bady Bassitt, Bálsamo, Cardoso, Catanduva, Catiguá, Cedral, Cosmorama, Embaúba, Elisiário, Fernando Prestes, Floreal, Gastão Vidigal, General Salgado, Guapiaçú, Ibirá, Icem, Ipiguá, Irapuã, Itajobi, Jaci, José Bonifácio, Macaubal, Magda, Marapoama, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia, Monções, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nhandeara, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Novais, Novo Horizonte, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Palmares Paulista, Paraiso, Parisi, Paulo de Faria, Pindorama, Pirangi, Planalto, Poloni, Pontes Gestal, Potirendaba, Riolândia, Sales, Santa Adélia, Sebastinópolis do Sul, Tabapuã, Tanabi, Ubarana, Uchoa, União Paulista, Urupês, Valentin Gentil, Votuporanga, Zacarias e São Paulo, além de outras localidades quando necessário.

3. Motivo do deslocamento: Conduzir técnicos dos Grupos de Vigilância Epidemiológica e Sanitária XXIX, para realizar visitas técnicas, participação de reuniões, treinamentos, e outras ações pertinentes ao cargo e/ou exigências de acordo com a demanda; Apoio no transporte de amostras de Covid; transporte e retirada de materiais diversos (imunobiológicos, insumos, suprimentos de almoxarifado); nas demandas do Naor de SJRP e auxília nas demandas do Sub Grupo de Votuporanga. (Despacho 160/2021 – GC/CCD)

Despacho do Coordenador, de 22-1-2021

SES-PRC- 2021/02869.

Interessado: FELÍCIO OLIVALDE DE CARVALHO.

Assunto: Autorização para recebimento de diárias acima de 50%.

A vista da justificativa apresentada e com fundamento no Decreto 48.292/2003 e Resolução SS-78, de 18-07-2012, Autorizo em caráter excepcional; a concessão de diárias em quantia superior a 50% e até 01 (uma) vez a retribuição mensal, acrescida quando for o caso, dos percentuais estabelecidos de acordo com o deslocamento ocorrido ao servidor abaixo qualificado, do Núcleo de Apoio às Operações Regionais de São José do Rio Preto, para o exercício de 2021, de acordo com a solicitação da autoridade competente.

1. FELÍCIO OLIVALDE DE CARVALHO - RG: 9.210.680-8 - Oficial Operacional – Lei 500/74, do Naor de SJRP.

2. Localidade de provável deslocamento: Adolfo, Álvares Florence, Américo de Campos, Ariranha, Bady Bassitt, Bálsamo, Cardoso, Catanduva, Catiguá, Cedral, Cosmorama, Embaúba, Elisiário, Fernando Prestes, Floreal, Gastão Vidigal, General Salgado, Guapiaçú, Ibirá, Icem, Ipiguá, Irapuã, Itajobi, Jaci, José Bonifácio, Macaubal, Magda, Marapoama, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia, Monções, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nhandeara, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Novais, Novo Horizonte, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Palmares Paulista, Paraiso, Parisi, Paulo de Faria, Pindorama, Pirangi, Planalto, Poloni, Pontes Gestal, Potirendaba, Riolândia, Sales, Santa Adélia, Sebastinópolis do Sul, Tabapuã, Tanabi, Ubarana, Uchoa, União Paulista, Urupês, Valentin Gentil, Votuporanga, Zacarias e São Paulo, além de outras localidades quando necessário.

3. Motivo do deslocamento: Conduzir técnicos dos Grupos de Vigilância Epidemiológica e Sanitária XXIX, para realizar visitas técnicas, participação de reuniões, treinamentos, e outras ações pertinentes ao cargo e/ou exigências de acordo com a demanda; Apoio no transporte de amostras de Covid; transporte e retirada de materiais diversos (imunobiológicos, insumos, suprimentos de almoxarifado); nas demandas do Naor de SJRP e auxília nas demandas do Sub Grupo de Votuporanga. (Despacho 161/2021 – GC/CCD)

Despacho do Coordenador, de 22-1-2021

SES-PRC- 2021/02871.

Interessado: Dalmir Fornio.

Assunto: Autorização para recebimento de diárias acima de 50%.

A vista da justificativa apresentada e com fundamento no Decreto 48.292/2003 e Resolução SS-78, de 18-07-2012, Autorizo em caráter excepcional; a concessão de diárias em quantia superior a 50% e até 01 (uma) vez a retribuição mensal, acrescida quando for o caso, dos percentuais estabelecidos de acordo com o deslocamento ocorrido ao servidor abaixo qualificado, do Núcleo de Apoio às Operações Regionais de São José do Rio Preto, para o exercício de 2021, de acordo com a solicitação da autoridade competente.

1. Dalmir Forni - RG: 10.302.489-X - Oficial Operacional – Efetivo, do Naor de SJRP.

2. Localidade de provável deslocamento: Adolfo, Álvares Florence, Américo de Campos, Ariranha, Bady Bassitt, Bálsamo, Cardoso, Catanduva, Catiguá, Cedral, Cosmorama, Embaúba, Elisiário, Fernando Prestes, Floreal, Gastão Vidigal, General Salgado, Guapiaçú, Ibirá, Icem, Ipiguá, Irapuã, Itajobi, Jaci, José Bonifácio, Macaubal, Magda, Marapoama, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia, Monções, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nhandeara, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Novais, Novo Horizonte, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Palmares Paulista, Paraiso, Parisi, Paulo de Faria, Pindorama, Pirangi, Planalto, Poloni, Pontes Gestal, Potirendaba, Riolândia, Sales, Santa Adélia, Sebastinópolis do Sul, Tabapuã, Tanabi, Ubarana, Uchoa, União Paulista, Urupês, Valentin Gentil, Votuporanga, Zacarias e São Paulo, além de outras localidades quando necessário.

3. Motivo do deslocamento: Conduzir técnicos dos Grupos de Vigilância Epidemiológica e Sanitária XXIX, para realizar visitas técnicas, participação de reuniões, treinamentos, e outras ações pertinentes ao cargo e/ou exigências de acordo com a demanda; Apoio no transporte de amostras de Covid; transporte e retirada de materiais diversos (imunobiológicos, insumos, suprimentos de almoxarifado); nas demandas do Naor de SJRP e auxília nas demandas do Sub Grupo de Votuporanga. (Despacho 162/2021 – GC/CCD)

INSTITUTO ADOLFO LUTZ

Extrato de Contrato

Processo SES-PRC-2020/34106

Contrato 077/2020

Modalidade: Pregão Eletrônico 085/2020

Contratante: Coordenadoria de Controle de Doenças através do Instituto Adolfo Lutz

Contratada: RODRIGUES CRUZ TELECOMUNICAÇÃO & ELETRICIDADE EIRELI EPP

CNPJ da Contratada: 61.836.565/0001-06

Objeto: Prestação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva de uma central telefônica PABX NEAX 2400 IMS-SP e da Rede de Telefonia Interna

Valor Total do Contrato: R$ 23.219,85

Valor Mensal do Contrato: R$ 1.547,99

Elemento da Despesa: 33903980

Nota de Empenho: 2020NE00880

Fonte de Recursos: 001001141

Programa de Trabalho: 10303093241380000.

Data da Assinatura: 30-12-2020

Data da Vigência: 15 meses, após a assinatura do Termo de Inicio de Execução de Serviços

Período: 04-01-2021 a 03-04-2022

Gestor do Contrato: Debora Constantino Costa, RG 33.639.153-5, CPF 224.291.278-06, Diretor I, do Núcleo de Atividades Complementares, no Centro de Infraestrutura, do Instituto Adolfo Lutz

CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Comunicado

Assunto: Atualização das diretrizes para notificação de suspeitas de eventos adversos a medicamentos no Estado de São Paulo e orientações quanto à notificação de suspeita de reação adversa a medicamento (RAM) e outros eventos adversos associados à vacina Coronavac.

A Diretora Técnica do Centro de Vigilância Sanitária da Coordenadoria de Controle de Doenças, da Secretaria de Estado da Saúde (CVS/SES-SP), face à necessidade de prestar orientações sobre as ações de farmacovigilância no Estado de São Paulo, considerando que:

A publicação da RDC 406/2020 e da Instrução Normativa 63/2020, de 22-07-2020, vigentes desde 29-10-2020, trouxe divergências regulatórias para as ações de farmacovigilância pelos detentores de registro de medicamentos de uso humano distribuídos ou comercializados no Brasil, em relação ao determinado pela Portaria CVS 5/2010;

A Portaria CVS 5, de 05-02-2010, segue vigente e determina os procedimentos de farmacovigilância no Estado de São Paulo, aplicáveis aos profissionais de saúde de nível superior de hospitais, clínicas, farmácias ou outras unidades de saúde, profissionais de saúde autônomos, bem como profissionais de saúde de empresas detentoras de registro de medicamento;

Vem determinar o que segue:

1. Dos prazos para a notificação de suspeitas de eventos adversos (EA) pelos detentores de registro de medicamentos (DRM) do Estado de São Paulo

Os prazos contidos na Portaria CVS 5/2010 serão alinhados ao proposto na RDC 406/2020, o que significa dizer:

Até 15 dias corridos para a notificação de EA graves (esperados e inesperados) ao CVS/SES-SP, a partir da data de recebimento da informação do EA.

Até 15 dias corridos para a notificação de dados complementares referente à evolução de caso previamente notificado, a contar da data de seu conhecimento, ou quando solicitado pelo CVS/SES-SP.

Até 72 horas para notificar o CVS/SES-SP sobre situações de urgência que afetem a segurança do paciente e envolvam seus produtos, informando as ações adotadas pela própria empresa.

Os eventos adversos não graves podem ser notificados a qualquer tempo.

2. Da transmissão das notificações

As notificações de EA graves relacionados a medicamentos de DRM localizados no Estado de São Paulo devem continuar sendo realizadas por meio do sistema eletrônico de notificação do CVS/SES-SP, Periweb, cujo acesso se dá por meio da página eletrônica www.cvs.saude.sp.gov.br .

Até o momento, não está prevista uma solução tecnológica que integre os sistemas Vigimed e Periweb, sendo necessário, portanto, que ambos os sistemas sejam alimentados com as notificações de eventos adversos e desvios de qualidade relacionados a medicamentos.

A notificação encaminhada via Periweb deverá conter, minimamente, as seguintes informações: identificação do notificador, dados do medicamento suspeito, identificação do paciente (nome ou iniciais, idade ou data de nascimento, sexo) e o relato da clínico do caso contendo a descrição da reação adversa a medicamento (ou de outro evento adverso de acordo com o §2º do artigo 2º da Portaria CVS 5/2010) com dados laboratoriais relevantes. No relato do caso, também deverá ser informado o número da notificação correspondente no Vigimed, em fase de implantação no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

3. Da notificação pelo Instituto Butantan de RAM e demais eventos adversos associados à vacina Coronavac

As suspeitas de eventos adversos associadas à vacina Coronavac identificadas pelo Instituto Butantan deverão ser reportadas ao CVS-SP por meio do sistema Periweb, e ao SNVS por meio do sistema Vigimed, obedecendo aos prazos apontados na RDC 406/2020, os quais serão adotados pelo CVS-SP a partir da publicação deste Comunicado.

4. Da análise da notificação pela autoridade sanitária

O CVS/SES-SP dará continuidade aos procedimentos de farmacovigilância, desde a recepção das notificações de eventos adversos a medicamentos até análise quanto à causalidade, mantendo o compromisso com a confidencialidade e guiando-se por métodos científicos.

O disposto neste Comunicado entra em vigor na data de sua publicação.

(Comunicado CVS 3/2021- GT Farmacovigilância/DITEP)

GRUPO DE VIGILÂNCIA I A VI - CAPITAL

Despachos da Diretora Técnica, de 22-1-2021

A Diretora Técnica do Grupo de Vigilância Sanitária I da Capital comunica as empresas abaixo que os protocolos referentes a Laudo Técnico de Avaliação – LTA encontram-se disponíveis para retirada:

Protocolo: SES-PRC-2020/52050 – (007301/2020) - Processo: 001/0711/001119/2020 – Razão Social: Britanic Systems Controle de Pragas Urbanas Ltda – CNPJ: 04.364.054/0001-97-End.: Av. Washington Luiz, 4338 – Sto Amaro – SP – CEP: 04626-000– LTA 7990/2021.

Protocolo: SES-PRC-2021/00218 – (000061/2021) - Processo: 001/0711/000012/2021 – Razão Social: Rb Randy Baldoresca Controle de Pragas Urbanas Ltda – CNPJ: 37.526.363/0001-75-End.: Rua Grauça, 73 – Vila Sonia– SP – Cep: 05626-020 – Lta 7987/2021.

Protocolo: SES-PRC -2020/50884 – (007068/2020) - Processo: 001/0711/001072/2020 – Razão Social: Csb Confecções e Comércio de Produtos Ortopédicos Radiológicos e Hospitalares Ltda - Me -CNPJ: 67.691.725/0001-44 – End.: Rua Nelio Batista Guimaraes, 314 – Pq Boturussu – SP – Cep: 03802-005- Lta 7991/2021.

Protocolo: 2066453/2019 – (004988/2019) - Processo: 001/0711/000639/2019 – Razão Social: Associação Congregação de Santa Catarina - Hospital Santa Catarina - CNPJ: 60.922.168/0007-71 – End.: Av. Paulista, 200 -Bela Vista –SP -Cep: 01310-000 - Lta 7986/2021.

Defere a Solicitação de Autorização para Informatização de Livros para Registros de Medicamentos Controlados pela Portaria Ms 344/98.

Protocolo: Ses-Exp-2020/38330 - (004095/2020) - Processo: 001/0711/000533/2020 – Razão Social: Prevent Senior Operadora de Saude Ltda - Hospital Sancta Maggiore – Liberdade – CNPJ: 00.461.479/0013-05 – End.: Rua Mituto Mizumoto, 596 - Liberdade – SP –Cep: 01513-040 – Resp. Tec.: Ricardo Barros Villas Boas – Crf.: 77366.

GRUPO DE VIGILÂNCIA VIII - MOGI DAS CRUZES

Despacho do Diretor Técnico de Saúde II, de 22-1-2021

Comunicado de LTA Deferimento, referente a: Protocolo: 2020/07870

Atividade Econômica do Estabelecimento: Atividade Médica Ambulatorial com Recursos para Realização de Exames Complementares

Razão Social: Health Care Pro Saúde Eireli.

Município: Mogi das Cruzes/SP.

GRUPO DE VIGILÂNCIA IX - FRANCO DA ROCHA

Despacho do Diretor Técnico, de 22-1-2021

Interessado: Hospital de Campanha Covid-19 De Caieiras

Assunto: A.I.F 032048 de 03-12-2020

Número de referência: GVS IX - 063/2021

Documento: SES-PRC-2020/49861

Considerando a consulta no site http://censocovid19.saude.sp.gov.br realizada no dia 22-01-2021, onde se verificou que o estabelecimento tem realizado notificação diária no sistema censo covid 19, corrigindo a não conformidade que motivou a instauração do Auto de infração 032048 de 03-12-2020;

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.083/98,

A Diretoria Técnica GVS IX/CVS/CCD/SES-SP torna publico o arquivamento do presente processo. (Despacho 063/2021)

Despacho do Diretor Técnico, de 22-1-2021

Interessado: Victor Leon Virgilio Conveniências Me

Assunto: Auto de Infração 032060

Número de referência: GVS IX - 065/2021

Documento: SES-PRC-2021/01158

Considerando a ampla divulgação em todos os meios de comunicação sobre o Plano São Paulo, tanto nas medidas preventivas como quais atividades econômicas são permitidas.

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.177/98 e Lei Estadual 10.083/98;

A Diretoria técnica do GVS IX /CVS/CCD/SES-SP torna público o indeferimento do recurso de defesa impetrado ao Auto de Infração 032060. (Despacho 065/2021).

Despacho do Diretor Técnico, de 22-1-2021

Interessado: Hospital Previna - CNPJ 03.033.866/0005-10

Assunto: Auto de Infração 024618 De 04-01-2021

Número de referência: GVS IX - 066/2021

Documento: SES-PRC-2021/00982

Considerando que os representantes do estabelecimento possuem diferentes canais de comunicação para justificar problemas de acesso ao sistema, que não foram exercidos antes da instauração do procedimento administrativo.

Considerando que a ausência de informação no sistema de censo covid tem impacto decisivos nas decisões sobre as medidas de controle para prevenção da doença Covid 19 na região.

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.177/98 e Lei Estadual 10.083/98;

A Diretoria técnica do GVS IX//CVS/CCD/SES-SP torna público o indeferimento do recurso de defesa impetrado ao Auto de Infração 024618 de 04-01-2021. (Despacho 066/2021)

Despacho do Diretor Técnico, de 22-1-2021

Interessado: Hizara Teppan Steak Sushi Restaurante Ltda - CNPJ 37.307.877/0001-30

Assunto: Auto de Infração 032061 De 02-01-2021

Número de referência: GVS IX - 064/2021

Documento: SES-PRC-2021/01337

Considerando que o interessado não apresentou documento comprobatório que imputa responsabilidade para a Autoridade municipal local sobre o descumprimento do que está determinado no Plano São Paulo para a atividade econômica descrita no auto de Infração 032061 de 02-01-2021 .

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.177/98 e Lei Estadual 10.083/98;

A Diretoria técnica do GVS IX//CVS/CCD/SES-SP torna público o indeferimento do recurso de defesa impetrado. (Despacho 064/2021)

Despacho do Diretor Técnico, de 22-1-2021

Interessado: Restaurante e Mercadinho Rancho do Ricardinho Ltda Me - CNPJ 08.918.739/0001-99

Assunto: Auto de Infração 032034 De 16-01-2021

Número de Referência: GVS IX - 071/2021

Documento: SES-PRC -2021/02817

Considerando o Disposto na Lei Estadual 10.177/98 E Lei Estadual 10.083/98;

A Diretoria Técnica DO GVS IX/CVS/CCD/SES-SP Torna Público a Lavratura do Auto de Infração 032034 De 16-01-2021 Por não Respeitar o Distanciamento Entre Mesas com Numero Superior a 6 De Cadeiras e não Oferecer Álcool Gel Nas Diferentes Partes do Estabelecimento Oferecendo Risco À Saúde Quanto a Transmissão da Doença Covid 19. (Despacho 071/2021)

GRUPO DE VIGILÂNCIA XI - ARAÇATUBA

Subgrupo de Vigilância Sanitária - Andradina

Despacho da Diretora, de 28-12-2020

01. Comunicado de Lavratura da Notificação para Recolhimento de Multa.

Razão Social: AGUINALDO MOTTA - CPF- 176.832.218-05 - (Transeunte) - Endereço:- Rua Amim Baracat, 690 -Município:- Murutinga do Sul - SP

A Diretora do Subgrupo de Vigilância Sanitária, Comunica a lavratura da Notificação para Recolhimento de Multa NRM 011654, emitido em 09-12-2020, tendo em vista que transcorreu o prazo legal e não houve a apresentação do comprovante de recolhimento do valor da multa de 19 Ufesps, imposta mediante Auto de Imposição de Penalidade de Multa/AIP 012529, lavrado em 21-09-2020, por incorrer em infração sanitária considerada de risco à saúde, considerando o disposto nos artigos:- 92,93,94,110,111 e 123 da Lei Estadual 10.083/98; art 1º inciso 1º do Decreto 64.959 de 08-05-2020, conforme consta do processo iniciado pelo Auto de Infração/AIF 025836, lavrado em 09-09-2020. O interessado foi notificado em 09-12-2020 que lhe foi concedido um prazo de 30 dias dias à partir da data do recebimento deste termo, para recolher ao órgão arrecadador competente, a importância da penalidade de multa imposta, e que de acordo com a legislação vigente, a multa não recolhida dentro do prazo, a mesma será lançada na Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado (PGR).-

Despacho da Diretora, de 21-1-2021

01. Comunicado de Lavratura da Notificação para Recolhimento de Multa.

Razão Social: César Augusto Aparecido Pedroso - CPF- 365.485.118-59 - (Transeunte) - Endereço:- Av. Vicinal Carlos alegre Ferreira-Sítio CVE- S/N Bairro Cateto - Município:- Sud Menucci - SP

A Diretora do Subgrupo de Vigilância Sanitária, Comunica a lavratura da Notificação para Recolhimento de Multa NRM 011653, emitido em 01-12-2020, tendo em vista que transcorreu o prazo legal e não houve a apresentação do comprovante de recolhimento do valor da multa de 19 UFESPs, imposta mediante Auto de Imposição de Penalidade de Multa/AIP 012492, lavrado em 08-09-2020, por incorrer em infração sanitária considerada de risco à saúde, considerando o disposto nos artigos:- 92,93,94,110,111 e 123 da Lei Estadual 10.083/98; art. 1º inciso 1º do Decreto 64.959 de 08-05-2020, conforme consta do processo iniciado pelo Auto de Infração/AIF 013970, lavrado em 21-07-2020. O interessado foi notificado em 08-09-2020 que lhe foi concedido um prazo de 30 dias à partir da data do recebimento deste termo, para recolher ao órgão arrecadador competente, a importância da penalidade de multa imposta, e que de acordo com a legislação vigente, a multa não recolhida dentro do prazo, será lançada na Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado (PGR).-

GRUPO DE VIGILÂNCIA XII - ARARAQUARA

Despacho do Diretor, de 21-1-2021

Indeferimento de Defesa

Processo nº: SES-PRC-2021/00103 - V 01, Razão Social: Panificadora Bortolozzo, CNPJ: 19.459.368/0001-40, Endereço: Nove de Julho, 1996, Centro, Araraquara/SP, Atividade: Padaria, AIF 001635.

GRUPO DE VIGILÂNCIA XXVI - SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Despachos do Diretor Técnico

De 27-11-2020

- Lavratura do Auto de Infração AIF 035553 Razão Social: Prefeitura Municipal de Aguaí CNPJ: 46.425.229/0001-79 Endereço: Rua Alexandrino de Alencar, 127 Município: Aguaí – SP Documento SES-PRC-2021/48766.

De 04-1-2021

Comunicando

- Indeferimento da defesa apresentada ao Auto de Infração AIF 035552 Razão Social: Bioclínica Serviços de Hemoterapia Ltda. CNPJ: 08.899.529/0001-09 Endereço: Rua Carolina Malheiros, 92 Município: São João da Boa Vista – SP Documento SES-PRC-2020/48668.

De 5-1-2021

Comunicando

- Lavratura do Auto de Infração AIF 035576 Razão Social: CEMEDI – Centro Médico de Diagnóstico por Imagem Eireli CNPJ: 51.892.396/0014-84 Endereço: Rua Monteiro de Barros, 179 Município: Santa Cruz das Palmeiras – SP Documento SES-PRC-2021/00244.

- Lavratura do Auto de Infração AIF 035577 Razão Social: CEMEDI – Centro Médico de Diagnóstico por Imagem Eireli CNPJ: 51.892.396/0014-84 Endereço: Rua Monteiro de Barros, 179 Município: Santa Cruz das Palmeiras – SP Documento SES-PRC-2021/00253.

- Lavratura do Auto de Infração AIF 035579 Razão Social: CEMEDI – Centro Médico de Diagnóstico por Imagem Eireli CNPJ: 51.892.396/0014-84 Endereço: Rua Monteiro de Barros, 179 Município: Santa Cruz das Palmeiras – SP Documento SES-PRC-2021/00255.

De 6-1-2020

Comunicando

- Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Advertência AIP 026545 referente ao Auto de Infração AIF 035550 Razão Social: Hospital de Caridade de Vargem Grande do Sul CNPJ: 72.863.665/0001-30 Endereço: Praça Nossa Senhora Aparecida, 61 Município: Vargem Grande do Sul – SP Documento SES-PRC-2020/47002.

- Deferimento e Arquivamento da solicitação de Laudo Técnico de Avaliação protocolizada como SES-EXP-2020/57972 – Projeto de reforma do Laboratório de Microbiologia Razão Social: Myralis Indústria Farmacêutica Ltda. CNPJ: 17.440.261/0001-25 Endereço: Rua Rogélia Gallardo Alonso, 650 Distrito Industrial Juliano Sereni Município: Aguaí – SP Documento: SES-PRC-2020/50082.

De 7-1-2020

Comunicando

- Lavratura do Auto de Infração AIF 035581 Razão Social: Kenia Parreira Barbaglia Fonseca Magazine Ltda. CNPJ: 02.087.323/0013-23 Endereço: Praça Bernardino de Campos, 45 Município: Itapira – SP Documento SES-PRC-2021/00691.

- Deferimento da solicitação de renovação de Licença Sanitária protocolizada como SES-EXP-2020/47664 – Hospital Geral, nº CEVS: 355080390-861-000001-1-6 Razão Social: Santa Casa de Misericórdia de Grama CNPJ: 71.051.536/0001-84 Endereço: Av. Nove de Julho, 286 Centro Município: São Sebastião da Grama - SP Documento SES-PRC-2020/43612.

De 12-1-2021

Comunicando

- Deferimento da defesa apresentada ao Auto de Infração AIF 035562 Razão Social: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim CNPJ: 52.775.392/0001-64 Endereço: Rua Maestro de Azevedo, 124 Município: Mogi Mirim – SP Documento SES-PRC-2020/50229.

- Arquivamento do processo referente ao Auto de Infração AIF 035562 Razão Social: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim CNPJ: 52.775.392/0001-64 Endereço: Rua Maestro de Azevedo, 124 Município: Mogi Mirim – SP Documento SES-PRC-2020/50229.

De 14-1-2021

Comunicando

- Indeferimento da defesa apresentada ao Auto de Infração AIF 035561 Razão Social: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Tambaú CNPJ: 72.052.350/0001-02 Endereço: Rua Coronel Manoel de Souza Meirelles, 40 Município: Tambaú – SP Documento SES-PRC-2020/50217.

De 18-1-2021

Comunicando

- Lavratura do Auto de Infração AIF 035583 Razão Social: Waldir Aparecido Augusto Pizzaria CNPJ: 24.341.933/0001-00 Endereço: Av. Brasil, 4965 Município: Mogi Guaçu – SP Documento SES-PRC-2021/02203.

De 19-1-2021

Comunicando

- Indeferimento da defesa apresentada ao Auto de Infração AIF 035553 Razão Social: Prefeitura Municipal de Aguaí CNPJ: 46.425.229/0001-79 Endereço: Rua Alexandrino de Alencar, 127 Município: Aguaí – SP Documento SES-PRC-2020/48766.

- Lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Multa AIP 026550 referente ao Auto de Infração AIF 035561 Razão Social: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Tambaú CNPJ: 72.052.350/0001-02 Endereço: Rua Coronel Manoel de Souza Meirelles, 40 Município: Tambaú – SP Documento SES-PRC-2020/50217.

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

HOSPITAL ESTADUAL DOUTOR ODILO ANTUNES DE SIQUEIRA - PRESIDENTE PRUDENTE

Retificação do D.O. de 16-1-2021

Na publicação da Portaria do Diretor, de 14-1-2021

Onde se lê:

Criando a Comissão de Apuração Preliminar referente Portaria de 14-01-2020, composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

I – Rubens Evandro de Godoy Peretti, RG. 43.401 .502-7, Oficial de Saúde,

Fernanda Urtado Pimenta, RG 26.881 .694-3 – Chefe II

II – Os Membros da Comissão atuarão sem prejuízo das suas atribuições normais de seus cargos, os trabalhos de apuração junto à depoente terão início em 19-01-2021.

Leia-se:

Criando a Comissão de Apuração Preliminar referente Portaria de 14-01-2021, composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

I – Rubens Evandro de Godoy Peretti, RG. 43.401 .502-7, Oficial de Saúde,

Fernanda Urtado Pimenta, RG 26.881 .694-3 – Chefe II

II – Os Membros da Comissão atuarão sem prejuízo das suas atribuições normais de seus cargos, os trabalhos de apuração junto à depoente terão início em 19-01-2021.

Retificação do D.O. de 16-1-2021

Na publicação da Portaria do Diretor, de 15-1-2021

Onde se lê:

Criando a Comissão de Apuração Preliminar referente Portaria de 15-01-2020, composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

I – Rubens Evandro de Godoy Peretti, RG. 43.401 .502-7, Oficial de Saúde,

Fernanda Urtado Pimenta, RG 26.881 .694-3 – Chefe II

II – Os Membros da Comissão atuarão sem prejuízo das suas atribuições normais de seus cargos, os trabalhos de apuração junto à depoente terá início em 19/01 /2021.

Leia-se:

Criando a Comissão de Apuração Preliminar referente Portaria de 15-01-2021, composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

I – Rubens Evandro de Godoy Peretti, RG. 43.401 .502-7, Oficial de Saúde,

Fernanda Urtado Pimenta, RG 26.881 .694-3 – Chefe II

II – Os Membros da Comissão atuarão sem prejuízo das suas atribuições normais de seus cargos, os trabalhos de apuração junto à depoente terá início em 19/01 /2021.

HOSPITAL GERAL JESUS TEIXEIRA DA COSTA - GUAIANAZES

Comunicado

A partir desta data, acham-se à disposição dos fornecedores na Seção de Compras do Hospital Geral Jesus Teixeira da Costa - Guaianases sito à Av. Miguel Achiole 135, Guaianases, São Paulo, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, as Notas de Empenho que deverão ser retiradas no prazo de 5 dias, sob pena de se sujeitarem às sanções previstas nos casos de descumprimento às obrigações de acordo com a Lei Federal – 8.666/93, atualizada pela Lei Federal – 8.883/94.

Processo: SES-PRC-2020/48505 - 090158000020200C00616

Modalidade: Convite 117/2020 - Aquisição de Material de Consumo (Avental Descartável)

Empenho	Empresa
2020NE01485	Fox Ind. Com. Materiais Médicos e Hospitalares Eireli - CNPJ 28.791.011/0001-56

Observação:

Nota 01- As Notas de Empenho dos Convites Eletrônicos deverão ser retiradas através do Sistema Eletrônico.

Nota 02- As Notas de Empenho serão enviadas por e-mail (digitalizada), caso haja necessidade da via original deverá solicitar com antecedência de 48 horas através de telefone ou e-mail para a Seção de Compras.

Retificação do D.O. de 22-1-2021

Referente ao Comunicado dos fornecedores para retirada das Notas de Empenho.

Onde se lê:

Processo: SES-PRC-2020/09521 - 090158000012020OC00576

Modalidade: Convite 0105/2020 - Aquisição de Material de Consumo/Cateter PICC

Empenho Empresa 2020Ne01404 Expand Medico Ltda - CNPJ 00.844.672/0001-83.

Leia-se:

Processo: SES-PRC-2020/46411 - 090158000012020OC00576

Modalidade: Convite 0105/2020 - Aquisição de Material de Consumo/Cateter PICC

Empenho Empresa 2020Ne01404 Expand Medico Ltda - CNPJ 00.844.672/0001-83.

HOSPITAL REGIONAL SUL

Portaria HRS-1, de 22-1-2021

O Diretor Técnico de Saúde III, do Hospital Regional Sul resolve:

Artigo 1º- Designar a composição da SAE Comissão da Sistematização da Assistência de Enfermagem, conforme integrantes abaixo:

Presidente

Valdemar Vieira da Silva Filho, Enfermeiro, RG 33.984.666/5

Membros Efetivos

Adriana Vanzini, Enfermeira, RG 24.479.155/7

Cacilda Geraldo dos Santos Oliveira, Enfermeira, RG 20.713.805/9

Raquel Curcio, Enfermeira, RG 40.987.083/3

Vilma Belarmino L Bandeira, Enfermeira, RG 26.611.872/0

Membros Suplentes

Elaine Cristina Pires Ribeiro, Enfermeira, RG 29.759.364/8

Vinicius Alencar Fatel, Enfermeiro, RG 36.636.935/1

Rosana Pinheiro Bastos, Enfermeira, RG 52.928.970/2

Liane Schmidt, Enfermeira, RG 11.918.475/8

Ila das Dores B dos Santos, Enfermeira, RG 25.621.886/9

Artigo 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

UNIDADE DE GESTÃO ASSISTENCIAL IV - HOSPITAL E MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS

Extrato de Empenhos

Processo: 202050603

Objeto: Aquisição de Luva P/ Procedimento

Modalidade: Cv 119/20

Oferta de Compra 2020Oc00462

Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros

Contratada: Global Logistics Import &Amp; Export Eireli Me

CNPJ: 09.153.922/0001-03

Natureza de Despesa: 33903031

Nota de Empenho: 2020Ne01178

Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos

Data de Emissão: 30-12-2020

Valor: R$ 49.631,40

Programa de Trabalho: 10302093048500000

Fonte de Recurso: 001001141

Processo: 202041759

Objeto: Aquisição de Kit P/ Acesso Venoso Central

Modalidade: Pe 156/20

Oferta de Compra 2020Oc00453

Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros

Contratada: Ciscre Import. E Distrib. Prod. Medicos. Ltda

CNPJ: 07014318/0001-70

Natureza de Despesa: 33903031

Nota de Empenho: 2020Ne01177

Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos,

Data de Emissão: 30-12-2020

Valor: R$ 18.960,00

Programa de Trabalho: 10302093048500000

Fonte de Recurso: 001001141

Processo: 202051196

Objeto: Aquisição de Seringa Descartavel em Plastico 60Ml

Modalidade: Ata C069/20

Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros

Contratada: Eleva. Med Comércio Distribuição, Importação e Exportação

De Produtos Médicos, Hospitalares e Odontológico Eireli

CNPJ: 34.546.247/0001-20

Natureza de Despesa: 33903031

Nota de Empenho: 2020Ne01176

Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos

Data de Emissão: 29-12-2020

Valor: R$ 13.629,60

Programa de Trabalho: 10302093048500000

Fonte de Recurso: 001001141

Processo: 202009060

Objeto: Aquisição de Caneta Porta Eletrodo.

Modalidade: C.v Bec: 117/2020

Oferta de Compra 2020Oc00441

Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros

Contratada: Similar & Compativel Industria de Equipamentos Medicos

Odontologicos Ltda

CNPJ: 08.877.271/0001-31

Natureza de Despesa: 33903050

Nota de Empenho: 2020Ne01148

Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos

Data de Emissão: 23-12-2020

Valor: R$ 6.300,00

Programa de Trabalho: 10302093048500000

Fonte de Recurso: 041016006

Processo: 2020/51328

Objeto: Aquisição de Agulha para Anestesia Raquidiana Descartavel G27

Modalidade: Ata C089/19

Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas Ltda
CNPJ: 21.551.379/0008-74
Natureza de Despesa: 33903031
Nota de Empenho: 2020Ne01166
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos
Data de Emissão: 29-12-2020
Valor: R$ 16.500,00
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 001001141
Processo: 2020/51328
Objeto: Aquisição de Ataduras de Crepe em Tecido 100% Algodão 6Cm e 15Cm X 1,80Mt
Modalidade: Ata C112/19
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Polar Fix Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
CNPJ: 02881877000164
Natureza de Despesa: 33903031
Nota de Empenho: 2020Ne01167
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos
Data de Emissão: 29-12-2020
Valor: R$ 97,44
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 001001141
Processo: 202051328
Objeto: Aquisição de Bisturi Descartavel Esteril 22
Modalidade: Ata C070/20
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Cremer S/A
CNPJ: 82641325/0018-66
Natureza de Despesa: 33903031
Nota de Empenho: 2020Ne01168
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos
Data de Emissão: 29-12-2020
Valor: R$ 5.805,00
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 001001141
Processo: 202051481
Objeto: Aquisição de Frasco para Dieta em Plastico Apirogenico
Modalidade: Ata C112/19
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Cremer S/A
CNPJ: 82.641.325.0018-66
Natureza de Despesa: 33903031
Nota de Empenho: 2020Ne01165
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos
Data de Emissão: 29-12-2020
Valor: R$ 2.124,00
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 001001141
Processo: 202038171
Objeto: Aquisição de Lâmpada Tubular e Lâmpada de Led
Modalidade: C.v Bec: 100/2020
Oferta de Compra 2020Oc00440
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Gidal Engenharia Servicos e Distribuicao Eirel
CNPJ: 00.952.708/0001-42
Natureza de Despesa: 33903090
Nota de Empenho: 2020Ne01149
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos
Data de Emissão: 23-12-2020
Valor: R$ 1.708,32
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 041016006
Processo: 202038171
Objeto: Aquisição de Lâmpada Led Dicroica
Modalidade: Aquisição de Lâmpada de Led Dicroica
Oferta de Compra 2020Oc00440
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Deletro Distribuidora Ltda - Me
CNPJ: 11.291.610/0001-08
Natureza de Despesa: 33903090
Nota de Empenho: 2020Ne01150
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos
Data de Emissão: 23-12-2020
Valor: R$ 375,00
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 041016006
Extrato de Empenhos
Processo: 202051328
Objeto: Aquisição de Agulha para Anestesia Raquidiana Descartavel G27
Modalidade: ATA C089/19
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas Ltda
CNPJ: 21.551.379/0008-74
Natureza de Despesa: 33903031
Nota de Empenho: 2020NE01166
Prazo de Entrega: 15 dias corridos
Data de emissão: 29-12-2020
Valor: R$ 16.500,00
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 001001141
Processo: 202051328
Objeto: Aquisição de Ataduras de Crepe em Tecido 100% Algodão 6Cm e 15Cm X 1,80Mt
Modalidade: ATA C112/19
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Polar Fix Ind e Com.prod.hospitalares Ltda
CNPJ: 02881877/0001-64
Natureza de Despesa: 33903031
Nota de Empenho: 2020NE01167
Prazo de Entrega: 15 dias corridos
Data de emissão: 29-12-2020
Valor: R$ 97,44
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 001001141
Processo: 202051328
Objeto: Aquisição de Bisturi Descartavel Esteril 22
Modalidade: ATA C070/20
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Cremer S/A
CNPJ: 82641325/0018-66
Natureza de Despesa: 33903031
Nota de Empenho: 2020NE01168
Prazo de Entrega: 15 dias corridos
Data de emissão: 29-12-2020
Valor: R$ 5.805,00
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 001001141
Processo: 202051196
Objeto: Aquisição de Seringa Descartavel em Plastico 60Ml
Modalidade: ATA C069/20
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Eleva. Med Comércio Distribuição, Importação e Exportação
De Produtos Médicos, Hospitalares e Odontológico Eireli
CNPJ: 34.546.247/0001-20
Natureza de Despesa: 33903031
Nota de Empenho: 2020NE01176
Prazo de Entrega: 15 dias corridos,
Data de emissão: 29-12-2020
Valor: R$ 13.629,60
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 001001141
Processo: 202041759
Objeto: Aquisição de Kit para Acesso Venoso Central.
Modalidade: PE 156/20
Oferta de Compra 2020Oc00453
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Ciscre Importação e Distribuição de Produtos Médicos Ltda
CNPJ: 07.014.318/0001-70
Natureza de Despesa: 33903031
Nota de Empenho: 2020NE01177
Prazo de Entrega: 15 dias corridos,
Data de emissão: 30-12-2020
Valor: R$ 18.960,00
Programa de Trabalho:10302093048500000
Fonte de Recurso: 001001141
Processo: 202031443
Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Confecção de Capas de Prontuários
Modalidade: Pe 154/20
Oferta de Compra 2020Oc00450 -
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Jocean Ind. Grafica Ltda - Me
CNPJ: 46565602/0001-97
Natureza de Despesa: 33903983
Nota de Empenho: 2020NE01144
Prazo de Entrega: 30 dias corridos
Data de emissão: 23-12-2020
Valor: R$ 5.790,00
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 001001141
Extrato de Empenhos
Processo: 202051483
Objeto: Aquisição de Formula Infantil de Partida C/ Ferro
Modalidade: Ata C114/19
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Nutriport Comercial Ltda
CNPJ: 03.612.312/0001-44
Natureza de Despesa: 33903010
Nota de Empenho: 2020Ne01164
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos
Data de Emissão: 29-12-2020
Valor: R$ 1.784,16
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 001001141
Processo: 202051867
Objeto: Aquisição de Fralda Desc Infantil Tam Pp
Modalidade: Ata C024/20
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Medi House Ind.e Com.de Prod.cir.e Hosp.ltda
CNPJ: 48939276/0001-66
Natureza de Despesa: 33903015
Nota de Empenho: 2020Ne01159
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos
Data de Emissão: 29-12-2020
Valor: R$ 3.931,20
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 001001141
Processo: 202051864
Objeto: Aquisição de Luva Cirurgica Tam 6 (Padrão Internacional)
Modalidade: Ata C080/20
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Fabrica de Artefatos Latex Sao Roque S/A
CNPJ: 70939574/0001-05
Natureza de Despesa: 33903031
Nota de Empenho: 2020Ne01160
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos
Data de Emissão: 29-12-2020
Valor: R$ 5.580,00
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 001001141
Processo: 202051504
Objeto: Aquisição de Cefazolina Sodica 1 G
Modalidade: Ata M012/20
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Blau Farmaceutica S.a.
CNPJ: 58.430.828/0001-60
Natureza de Despesa: 33903030
Nota de Empenho: 2020Ne01161
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos
Data de Emissão: 29-12-2020
Valor: R$ 13.685,00
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 001001141
Processo: 202051504
Objeto: Aquisição de Enoxaparina 40Mg
Modalidade: Ata M191/19
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Sanofi Medley Farmaceutica Ltda
CNPJ: 10588595/0010-92
Natureza de Despesa: 33903030
Nota de Empenho: 2020Ne01162
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos
Data de Emissão: 29-12-2020
Valor: R$ 2.861,60
Programa de Trabalho:10302093048500000
Fonte de Recurso: 001001141
Processo: 202051504
Objeto: Aquisição de Neomicina, Sulfato 5 Mg/G, Bacitracina, Zincica 250 Ui/G
Modalidade: Ata M031/20
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Prati, Donaduzzi &Amp; Cia. Ltda
CNPJ: 73.856.593/0011-38
Natureza de Despesa: 33903030
Nota de Empenho: 2020Ne01163
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos
Data de Emissão: 29-12-2020
Valor: R$ 299,50
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 001001141
Processo: 202038171
Objeto: Aquisição de Lâmpada Tubular e Lâmpada de Led
Modalidade: Cv 100/2020
Oferta de Compra 2020Oc00440
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Gidal Engenharia Servicos e Distribuicao Eirel
CNPJ: 00.952.708/0001-42
Natureza de Despesa: 33903090
Nota de Empenho: 2020Ne01149
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos,
Data de Emissão: 23-12-2020
Valor: R$ 1.708,32
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 041016006
Processo: 202038171
Objeto: Aquisição de Lâmpada de Led Dicroica
Modalidade: Cv 100/20
Oferta de Compra 2020Oc00440
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Deletro Distribuidora Ltda - Me
CNPJ: 11.291.610/0001-08
Natureza de Despesa: 33903090
Nota de Empenho: 2020Ne01150
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos
Data de Emissão: 23-12-2020
Valor: R$ 375,00 Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 041016006
Processo: 202051481
Objeto: Aquisição de Frasco para Dieta em Plastico Apirogenico
Modalidade: Ata C112/19
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Cremer S/A
CNPJ: 82.641.325.0018-66
Natureza de Despesa: 33903031
Nota de Empenho: 2020Ne01165
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos
Data de Emissão: 29-12-2020
Valor: R$ 2.124,00
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 001001141
Processo: 202009060
Objeto: Aquisição de Caneta Porta Eletrodo.
Modalidade: Cv 117/20
Oferta de Compra 2020Oc00441
Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros
Contratada: Similar & Compativel Ind Equip Medico Odontol
CNPJ: 08877271/0001-31
Natureza de Despesa: 33903050
Nota de Empenho: 2020Ne01148
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos
Data de Emissão: 23-12-2020
Valor: R$ 6.300,00
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Fonte de Recurso: 041016006

COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE BARRETOS

Extrato de Contrato
Processo 5668/2019
Contrato 34/2019
Contratante: Coordenadoria de Regiões de Saúde-Departamento Regional de Saúde de Barretos.
Contratada: Superarmed Equipamentos Médicos e Hospitlares Ltda-Me
Objeto: Prestação Serviço de Terapia Respiratória Domiciliar, Mediante Locação e Instalação de Concentrador de Oxigênio, Backup e Acessórios e Realização de Manutenção Preventiva e Corretiva, em Atendimento as Determinações Judiciais.
Redução: de 175,00
Valor da base mensal: passará de R$ 1.225,00 para o valor R$ 1.050,00
Subelemento econômico: Natureza de despesa 33903967, PTRES 090207, Programa de trabalho 10302093048500000
Data Assinatura: 11-01-2021.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE MARÍLIA

Extrato de Termo Aditivo
Processo 001/0209/000.396/2016
Contrato 004/2017 - DRS-IX-Marília
Contratante: Departamento Regional de Saúde de Marilia--DRS-IX
Contratada: Claro S/A
Assunto: Prorrogação de Contrato
Vigência: 02-02-2020 a 01-05-2022.
Data da Assinatura: 02-12-2020

COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Comunicado
Nos termos do artigo 5º da Lei Federal 8.666/1993 e instrução 02/95 Item II e aditamento 01/97 do Tribunal de Contas do Estado, vem justificar a necessidade de alteração da Ordem Cronológica de Pagamentos por tratar-se de despesas imprescindíveis que podem acarretar prejuízos a continuidade dos atendimentos prestados na Área de Saúde Pública, tal quebra de Ordem Cronológica se justifica, pois os materiais e serviços envolvidos nas despesas abaixo discriminadas são fundamentais para as unidades de saúde desta Secretaria:
PDS a serem pagas
090097
Data: 11-01-2021

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090109	2021PD00001	2,54
TOTAL		2,54

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090113	2021PD00019	2.701,65
090113	2021PD00020	6.404,70
TOTAL		9.106,35

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090115	2021PD00040	6.872,80
TOTAL		6.872,80

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090116	2021PD00035	8.726,19
TOTAL		8.726,19

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090118	2021PD00087	131,22
090118	2021PD00089	1.373,41
090118	2021PD00126	1.160,63
TOTAL		2.665,26

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090124	2020PD01509	222,26
TOTAL		222,26

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090138	2021PD00012	1.019,00
090138	2021PD00016	57,08
090138	2021PD00017	12.249,00
TOTAL		13.325,08

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090139	2020PD01990	2.066,36
090139	2021PD00001	2.938,78
TOTAL		5.005,14

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090155	2020PD01987	20,76
TOTAL		20,76

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090158	2020PD02123	1.851,96
TOTAL		1.851,96

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090166	2021PD00036	621,88
TOTAL		621,88

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090170	2021PD00019	200,72
TOTAL		200,72

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090172	2020PD03521	114,98
TOTAL		114,98

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090175	2020PD01882	19.380,00
TOTAL		19.380,00

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090177	2020PD03059	25.988,41
TOTAL		25.988,41

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090178	2021PD00006	19.890,50
090178	2021PD00007	30,37
TOTAL		19.920,87

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090181	2021PD00071	38,65
TOTAL		38,65

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090191	2021PD00001	1.045,00
090191	2021PD00002	1.045,00
090191	2021PD00003	1.045,00
090191	2021PD00004	1.045,00
090191	2021PD00005	1.045,00
090191	2021PD00006	1.045,00
090191	2021PD00007	1.045,00
090191	2021PD00008	1.045,00
090191	2021PD00009	1.045,00
090191	2021PD00010	1.045,00
090191	2021PD00011	1.045,00
090191	2021PD00012	1.045,00
090191	2021PD00013	1.045,00
090191	2021PD00014	1.045,00
090191	2021PD00015	1.045,00
090191	2021PD00016	1.045,00
TOTAL		16.720,00

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090193	2021PD00051	5.201,51
TOTAL		5.201,51

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090203	2021PD00039	871,94
090203	2021PD00052	5.293,30
TOTAL		6.165,24
TOTAL GERAL		142.150,60

Comunicado
Nos termos do artigo 5º da Lei Federal 8.666/1993 e instrução 02/95 Item II e aditamento 01/97 do Tribunal de Contas do Estado, vem justificar a necessidade de alteração da Ordem Cronológica de Pagamentos por tratar-se de despesas imprescindíveis que podem acarretar prejuízos a continuidade dos atendimentos prestados na Área de Saúde Pública, tal quebra de Ordem Cronológica se justifica, pois os materiais e serviços envolvidos nas despesas abaixo discriminadas são fundamentais para as unidades de saúde desta Secretaria:
PDS a serem pagas
090097
Data: 15-01-2021

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090196	2021PD00174	2.885.412,89
TOTAL		2.885.412,89
TOTAL GERAL		2.885.412,89

Comunicado
Nos termos do artigo 5º da Lei Federal 8.666/1993 e instrução 02/95 Item II e aditamento 01/97 do Tribunal de Contas do Estado, vem justificar a necessidade de alteração da Ordem Cronológica de Pagamentos por tratar-se de despesas imprescindíveis que podem acarretar prejuízos a continuidade dos atendimentos prestados na Área de Saúde Pública, tal quebra de Ordem Cronológica se justifica, pois os materiais e serviços envolvidos nas despesas abaixo discriminadas são fundamentais para as unidades de saúde desta Secretaria:
PDS a serem pagas
090097
Data: 13-01-2021

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090196	2021PD00183	16.531,77
TOTAL		16.531,77
TOTAL GERAL		16.531,77

Comunicado
Nos termos do artigo 5º da Lei Federal 8.666/1993 e instrução 02/95 Item II e aditamento 01/97 do Tribunal de Contas do Estado, vem justificar a necessidade de alteração da Ordem Cronológica de Pagamentos por tratar-se de despesas imprescindíveis que podem acarretar prejuízos a continuidade dos atendimentos prestados na Área de Saúde Pública, tal quebra de Ordem Cronológica se justifica, pois os materiais e serviços envolvidos nas despesas abaixo discriminadas são fundamentais para as unidades de saúde desta Secretaria:
PDS a serem pagas
090097
Data: 14-01-2021

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090172	2021PD00100	1.985,30
TOTAL		1.985,30
TOTAL GERAL		1.985,30

Comunicado
Nos termos do artigo 5º da Lei Federal 8.666/1993 e instrução 02/95 Item II e aditamento 01/97 do Tribunal de Contas do Estado, vem justificar a necessidade de alteração da Ordem Cronológica de Pagamentos por tratar-se de despesas imprescindíveis que podem acarretar prejuízos a continuidade dos atendimentos prestados na Área de Saúde Pública, tal quebra de Ordem Cronológica se justifica, pois os materiais e serviços envolvidos nas despesas abaixo discriminadas são fundamentais para as unidades de saúde desta Secretaria:
PDS a serem pagas
090097
Data: 15-01-2021

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090109	2020PD02203	336,29
TOTAL		336,29

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090120	2021PD00051	516,55
TOTAL		516,55

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090126	2020PD02228	1.918,69
090126	2020PD02229	1.737,69
090126	2020PD02230	820,06
TOTAL		4.476,44

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090127	2021PD00031	870,00
TOTAL		870,00

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090191	2020PD02010	44,13
TOTAL		44,13
TOTAL GERAL		6.243,41

Comunicado

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal 8.666/1993 e instrução 02/95 Item II e aditamento 01/97 do Tribunal de Contas do Estado, vem justificar a necessidade de alteração da Ordem Cronológica de Pagamentos por tratar-se de despesas imprescindíveis que podem acarretar prejuízos a continuidade dos atendimentos prestados na Área de Saúde Pública, tal quebra de Ordem Cronológica se justifica, pois os materiais e serviços envolvidos nas despesas abaixo discriminadas são fundamentais para as unidades de saúde desta Secretaria:

PDS a serem pagas
090097
Data: 18-01-2021

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090196	2021PD00196	57,98
TOTAL		57,98
TOTAL GERAL		57,98

Comunicado

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal 8.666/1993 e instrução 02/95 Item II e aditamento 01/97 do Tribunal de Contas do Estado, vem justificar a necessidade de alteração da Ordem Cronológica de Pagamentos por tratar-se de despesas imprescindíveis que podem acarretar prejuízos a continuidade dos atendimentos prestados na Área de Saúde Pública, tal quebra de Ordem Cronológica se justifica, pois os materiais e serviços envolvidos nas despesas abaixo discriminadas são fundamentais para as unidades de saúde desta Secretaria:

PDS a serem pagas
090097
Data: 20-01-2021

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090115	2021PD00049	3.260,93
090115	2021PD00055	50,10
TOTAL		3.311,03

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090116	2021PD00037	129,40
TOTAL		129,40

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090126	2021PD00048	4.703,35
TOTAL		4.703,35

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090132	2020PD01964	178,02
TOTAL		178,02

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090141	2021PD00177	44,25
TOTAL		44,25

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090145	2021PD00011	30,07
TOTAL		30,07

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090175	2021PD00060	533,05
TOTAL		533,05
TOTAL GERAL		8.929,17

Comunicado

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal 8.666/1993 e instrução 02/95 Item II e aditamento 01/97 do Tribunal de Contas do Estado, vem justificar a necessidade de alteração da Ordem Cronológica de Pagamentos por tratar-se de despesas imprescindíveis que podem acarretar prejuízos a continuidade dos atendimentos prestados na Área de Saúde Pública, tal quebra de Ordem Cronológica se justifica, pois os materiais e serviços envolvidos nas despesas abaixo discriminadas são fundamentais para as unidades de saúde desta Secretaria:

PDS a serem pagas
090097
Data: 13-01-2021

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
090196	2021PD00175	17.602,37
TOTAL		17.602,37
TOTAL GERAL		17.602,37

Extrato de Convenios

"Em Cumprimento do Decreto 58.052, de 16-05-2012"
Processo Nº: SES-PRC -2020-000533
Convênio 000005/2021
Interessado: Fundação Doutor Amaral Carvalho
CNPJ: 50.753.755/0001-35
Programa: Emenda Loa
Objeto: Custeio - Prestação de Serviços
Valor Total: R$ 150.000,00
Uge: 090196
Registro Atual: Demanda 002587
Programa de Trabalho:10.302.0930.6273.0000
Natureza da Despesa:335043
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer Referencial CJ/SS 47/2020 E Parecer Cj 701/2020
Data da Assinatura: 21-01-2021
Vigência: 31-12-2021
Processo Nº: SES-PRC -2020-000077
Convênio 000420/2020
Interessado: fundação Dr. Amaral Carvalho - CNPJ:50.753.755/0001-35
Programa: Emendas Loa
Objeto: custeio - Prestação de Serviços de Terceiros – Limpeza Hospitalar
Valor Total: R$ 100.000,00
Uge: 090196
Registro Atual: Demanda 2719
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6273.0000
Natureza da Despesa:335043
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer da Consultoria Jurídica Ses:16/20 E Parecer CJ/SS 701/20
Data da Assinatura: 21-01-2021
Vigência: 31-03-2021
Processo Nº: SES-PRC -2020-000437
Convênio 000378/2020
Interessado: Irmandade da Santa Casa do Municipio de Mococa - CNPJ:52.505.153/0001-94
Programa: Emendas Loa
Objeto:: Custeio - Material de Consumo - Aquisição de Medicamentos
Valor Total: R$ 150.000,00
Uge: 090196
Registro Atual: Demanda 2721
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6273.0000
Natureza da Despesa:335043
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer da Consultoria Jurídica Ses:16/20 E Parecer CJ/SS 701/20
Data da Assinatura: 21-01-2021
Vigência: 31-12-2021
Processo Nº: SES-PRC -2020-000430
Convênio 000369/2020
Interessado: Associacao Hospitalar Santa Casa de Lins
CNPJ: 51.660.082/0001-31
Programa: Emenda Loa
Objeto: Custeio - Prestação de Serviços por Terceiros
Valor Total: R$ 150.000,00
Uge: 090196
Registro Atual: Demanda 002824
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6273.0000
Natureza da Despesa: 335043
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer Referencial CJ/SS 16/2020 E Parecer Cj 701/2020
Data da Assinatura: 21-01-2021
Vigência: 31-03-2021
Processo Nº: Ses-Prc-2020-000530
Convênio 000012/2021
Interessado: instituto Jundiaiense Luiz Braille
CNPJ: 50.958.859/0001-86
Programa: demanda Parlamentar
Objeto:: Investimento - Compra de Equipamento
Valor Total: R$ 150.000,00
Uge: 090196
Registro Atual: Demanda 003302
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6213.0000
Natureza da Despesa: 445042
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer Referencial CJ/SS 45/2020 E Parecer Cj 701/2020
Data da Assinatura: 21-01-2021
Vigência: 31-12-2021
Processo Nº: SES-PRC -2020-000399
Convênio 000417/2020
Interessado: irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da Santa Casa de Misericórdia de Bragança Paulista
CNPJ: 45.615.309/0001-24
Programa: Emenda Loa
Objeto: Investimento - Aquisição de 01 Lavadora Extratora com Barreira Sanitária
Valor Total: R$ 100.000,00
Uge: 090196
Registro Atual: Demanda 003303
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6273.0000
Natureza da Despesa:445042
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer Referencial CJ/SS 16/2020 E Parecer Cj 701/2020
Data da Assinatura: 19-01-2021
Vigência: 30-06-2021
Processo Nº: SES-PRC -2020-000513
Convênio 000014/2021
Interessado: associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus - Hospital Universitário São Francisco de Assis
CNPJ:53.221.255/0051-00
Programa: Emendas Loa
Objeto: investimento - Prestação de Serviços Porempreitada Global
Valor Total: R$ 680.000,00
Uge: 090196
Registro Atual: Demanda 3966
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6273.0000
Natureza da Despesa:445042
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer da Consultoria Jurídica Ses:47/2020 E Parecer CJ/SS 701/2020
Data da Assinatura: 21-01-2021
Vigência: 31-12-2021
Processo Nº: Ses-Prc-2021-000011
Convênio 000017/2021
Interessado: Associação da Santa Casa de Misericórdia de Ourinhos -
CNPJ: 53.412.144/0001-11
Programa: Demanda Parlamentar
Objeto: Custeio - Aquisição de Material de Consumo - Medicamentos
Valor Total: R$270.000,00
Uge: 090196
Registro Atual: Demandas 5335
Programa de Trabalho: 10.302.0930.6213.0000
Natureza da Despesa:335043
Fonte de Financiamento: Fundo Estadual de Saúde
Parecer da Consultoria Jurídica Ses: 45/2020 E CJ/SS 701/2020
Data da Assinatura: 21-01-2021
Vigência: 31-12-2021

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE ENDEMIAS

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

2º Termo de Aditamento e Reti-Ratificação

Processo Sucen 38/2018
Contrato 001/2021

2º Termo de aditamento e reti-ratificação ao contrato de prestação de serviços celebrado entre a Superintendência de Controle de Endemias-Sucen e Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli-EPP, tendo por objeto a prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e outros produtos em veículos oficiais prestados por postos credenciados, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integralizado com utilização de cartão magnético ou micro processado e disponibilizado de rede credenciada de postos de combustíveis. Termo de Contrato 0038/2018, celebrado em 15-08-2018.

Cláusula Primeira – Da Retificação: Fica alterado o nome do gestor do contrato de Gustavo Varandas Zanetti para Alyson Ferreira.

Cláusula Segunda – Da Prorrogação: Fica o contrato originário prorrogado por mais 15 meses, a partir de 02-01-2021 até 01-04-2022.

Cláusula Terceira – Dos Recursos Financeiros: A despesa decorrente deste instrumento importa em R$ 2.116.792,80, sendo que a importância de R$ 1.693.434,24, para o exercício de 2021, deverá correr a conta do Programa de Trabalho: 10.305.0932.4839.0000 – Controle de Doenças Transmitidas por Vetores, Elemento de Despesa: 33.90.39.27 – Gerenciamento e Abastecimento de Combustível, na Fonte: 001.001.141 – Tesouro Fundes. O saldo e as despesas de majorações previstas neste instrumento correrão por conta de recursos orçamentários dos exercícios subsequentes.

Cláusula Quarta – Do Acordo: 1 - A Contratada concorda em reduzir a Taxa de Administração "T" (%) de – (menos) 1,50% para – (menos) 1,75%, a partir de 02-01-2021.

2 – A cláusula terceira, parágrafo primeiro, item III.1 do contrato originário passa a ter a seguinte redação: " a Contratada obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato, pela Taxa de Administração "T" (%) – (menos) 1,75% na qual deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza".

Cláusula Quinta – Da Ratificação: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato originário não alteradas pelo presente termo aditivo.

Data da Assinatura: 20-01-2021.

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR CHOPIN TAVARES DE LIMA

Despacho do Superintendente, de 22-01-2021

Ratificando o ato de inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 26, caput, da Lei Federal 8.666/93, para a contratação de empresa para a prestação de serviço de visita técnica para o equipamento Analisador de Carbono Orgânico Total – TOC da marca Shimadzu. Em cumprimento ao artigo 26 da referida Lei. Processo Furp 88.558.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP

Despacho do Superintendente, de 22-1-2021

Processo HCFMUSP: 5521/2016
SPdoc 661527/2018
Contrato de Gestão: 01/2017

O Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – HCFMUSP, com a Concordância e Reconhecimento dos Representantes Legais da Fundação Faculdade de Medicina – FFM – Organização Social de Saúde – OSS, Resolve, com fundamento no artigo 8º da Lei 10.177, de 30-12-1998, Declarar Nulo o 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 01/2017.

Assinatura:20/01/2021
(republicado por ter saído com incorreção)

Comunicado

Encontram-se à disposição dos fornecedores abaixo relacionados as seguintes Notas de Empenho, emitidas pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo no período compreendido pelo presente comunicado, encaminhadas eletronicamente aos endereços cadastrados no HCFMUSP. Em caso de dúvida, entrar em contato com o guichê de atendimento aos fornecedores do Núcleo de Infraestrutura e Logística - Nilo, telefone 2661-8169.

Modalidade	Processo	Número da Ne	Data Emissão	Fornecedor
Pregão Aquisição	916749/19	2020Ne14899	13-01-2021	Ldm Equipamentos Ltda
Pregão Aquisição	04148/2016	2020Ne14902	13-01-2021	Renck do Brasil Serviços Médicos Ltda
Inexigível	01259/2017	2020Ne14898	13-01-2021	Elevadores Atlas Schindler S/A
Inexigível	01259/2017	2020Ne14898	13-01-2021	Elevadores Atlas Schindler S/A
Inexigível	01259/2017	2020Ne14898	13-01-2021	Elevadores Atlas Schindler S/A
Inexigível	01259/2017	2020Ne14898	13-01-2021	Elevadores Atlas Schindler S/A
Inexigível	03539/2015	2020Ne14903	13-01-2021	Intermed Equipamento Médico Hospitalar Ltda.
Inexigível	03539/2015	2020Ne14903	13-01-2021	Intermed Equipamento Médico Hospitalar Ltda.
Pregão Aquisição	355584/19	2020Ne14900	13-01-2021	Samuel Padovam Me
Pregão Aquisição	355584/19	2020Ne14900	13-01-2021	Samuel Padovam Me
Pregão Aquisição	355584/19	2020Ne14900	13-01-2021	Samuel Padovam Me
Inexigível	3307098/19	2020Ne14901	13-01-2021	Getinge do Brasil Equipamentos Médicos Ltda
Inexigível	3307098/19	2020Ne14901	13-01-2021	Getinge do Brasil Equipamentos Médicos Ltda
Inexigível	3307098/19	2020Ne14901	13-01-2021	Getinge do Brasil Equipamentos Médicos Ltda
Inexigível	3307098/19	2020Ne14901	13-01-2021	Getinge do Brasil Equipamentos Médicos Ltda
Inexigível	3307098/19	2020Ne14901	13-01-2021	Getinge do Brasil Equipamentos Médicos Ltda
Inexigível	3307098/19	2020Ne14901	13-01-2021	Getinge do Brasil Equipamentos Médicos Ltda
Inexigível	3307098/19	2020Ne14901	13-01-2021	Getinge do Brasil Equipamentos Médicos Ltda

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

Portaria HCRP-9, de 19-1-2021

O Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, resolve:

Artigo 1º- Retificar o Artigo 1º da Portaria HCRP 4/2021, que trata da designação dos profissionais, abaixo relacionados de acordo com o Regimento Interno, para comporem o Núcleo de Segurança do Paciente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Onde se lê: "Dr. JOSÉ PAULO PINTYÁ, Diretor de Trauma e representante da Coordenadoria da Unidade de Emergência do HCFMRP-USP";

Leia-se: "Dr. JOSÉ PAULO PINTYÁ, Diretor de Atenção à Saúde da Unidade de Emergência do HCFMRP-USP";

Artigo 2º- A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando às disposições em contrário.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU

Comunicado

O Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – SP – CNPJ: 12.474.705/0001-20, nos termos do artigo 5º "caput" da Lei Federal 8.666/93, que dispõe que os pagamentos de suas obrigações devem obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades e, considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes motivos relevantes de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, vem informar que houve quebra na ordem cronológica de pagamento das Pds

PDS a serem pagas
092597
Data: 22-01-2021

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
092501	2021PD00712	115,68
092501	2021PD00713	128,62
092501	2021PD00715	93,23
092501	2021PD00716	140,30
092501	2021PD00717	201,55
092501	2021PD00718	59,76
092501	2021PD00719	310,15
092501	2021PD00720	80,21
092501	2021PD00721	176,81
092501	2021PD00722	109,28
092501	2021PD00723	169,44

SUPERINTENDÊNCIA

Portaria SHCFMB-5, de 18-1-2021

Dispõe sobre regulamentação do Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão em áreas não credenciadas pela FMB junto ao CNRM/MEC

O Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - HCFMB, considerando a necessidade de regulamentar o Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão neste Hospital em áreas não credenciadas pela FMB junto à CNRM/MEC, expede a presente Portaria:

Art. 1º – O Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão é uma atividade médica não remunerada que visa aprofundar ou complementar uma determinada especialidade médica, dotando-a de competência ou domínio.

Parágrafo único – A competência ou domínio compreende a capacitação da esfera cognitiva e da habilitação nos atos médicos incluídos no segmento considerado do seu corpo de doutrina.

Art. 2° – O Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão será oferecido pelos serviços médicos do HCFMB para médicos, que possuam inscrição no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, de acordo com os pré-requisitos estabelecidos pelos respectivos serviços médicos do HCFMB, nas áreas não consideradas de atuação em medicina, segundo a Resolução CFM 2.221/2018 ou que não estejam credenciadas como Programas de Residência Médica da FMB, junto ao CNRM.

§ 1º - O Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão somente poderá ser realizado por médicos que comprovem os pré-requisitos necessários para formação nas respectivas especialidades médicas, com certificado de conclusão de programa de residência médica credenciado pela CNRM/MEC ou título de especialista reconhecido pela Associação Médica Brasileira (AMB).

§ 2º - Os médicos brasileiros formados no exterior, bem como, os médicos estrangeiros poderão se inscrever, desde que comprovem a realização dos respectivos do pré-requisitos e obedeçam as normas regulamentares vigentes do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Resoluções CFM 1.831, de 24-01-2008 e 1.832, de 25-02-2008).

Art. 3º – A duração do Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão será estabelecida pelas chefias de serviços médicos, e corresponderá a um número mínimo de 300 horas e máximo de 1.920 horas por ano de atividade, podendo ser realizado em um ou dois anos.

Art. 4º - As atividades do Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão não serão, em circunstância alguma, idênticas ou consideradas substitutas de um Programa de Residência Médica.

§ 1º - As atividades do Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão não terão valor legal para solicitação de Título de Especialista junto ao HCFMB.

§ 2º - As atividades do Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão não poderão interferir de forma competitiva com os cursos de Graduação, Pós-Graduação ou Residência Médica da FMB, tanto nos aspectos teóricos quanto práticos.

Art. 5º – Durante as atividades do Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão, será condição "sine qua non" a orientação e a supervisão das atividades por médicos indicados pelo respectivo serviço.

Art. 6º – Cabe aos Serviços Médicos do HCFMB interessados encaminhar, anualmente, as propostas de atividades do Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão ao Departamento de Gestão de Atividades Acadêmicas (DDGA) do HCFMB, impreterivelmente até o dia 31 de março de cada ano, para ciência e aprovação.

Art. 7º – Será de competência dos Serviços Médicos do HCFMB a determinação e divulgação do número de vagas, a realização do processo seletivo, a matrícula, o acompanhamento das atividades e a avaliação e aprovação dos respectivos participantes.

Parágrafo único - Os Serviços Médicos do HCFMB deverão encaminhar ao DGAA, com antecedência mínima de 15 dias antes do início do Programa sob supervisão a relação de médicos em Treinamento.

Art. 8º - Após a realização da matrícula, os participantes do Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão deverão recolher, por boleto bancário ou por outro meio definido, em parcelas mensais até o 7o dia útil, ou em parcela única, definida como anuidade, até o 7º dia útil do mês seguinte ao início das atividades do ano vigente, o valor para custeio, definido com base na carga horária semanal, da seguinte forma:

(A) Carga Horária de 20 a 40 horas semanais: valor mensal de 0,1 do salário mínimo estadual.

(B) Carga Horária de até 20 horas semanais: valor mensal de 0,05 do salário mínimo estadual.

Art. 9º - As despesas de manutenção do participante no Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão correrão por sua própria conta.

Art. 10º - A participação no Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, devendo o participante assinar o termo de anuência.

Art. 11º – Os participantes do Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão deverão apresentar Apólice de Seguro de Acidentes Pessoais, durante o prazo de permanência na Instituição.

Art. 12º – Os participantes do Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão deverão cumprir o presente Regulamento, os Regulamentos dos Serviços Médicos e do HCFMB, bem como o Código de Ética Médica.

Art. 13º - Aos Serviços Médicos do HCFMB compete:

I - Responsabilizar-se pela divulgação das vagas e seleção dos candidatos;

II - Aprovar e supervisionar a execução do Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão e designar um orientador da atividade a ser desenvolvida;

III - Encaminhar anualmente, até 30 de junho, para ciência do DGAA, a relação dos médicos participantes das atividades do Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento das atividades propostas e avaliação do participante;

V - Confirmar a apresentação, pelos candidatos, da documentação exigida neste Regulamento;

VI - Comunicar ao DGAA, eventuais cancelamentos de participantes.

Art. 14º – Ao médico em treinamento compete:

I - Respeitar o que estabelece o presente Regulamento assim como as demais normas da Instituição;

II - Aceitar e desenvolver a programação do Treinamento Médico Voluntário proposto;

III - Zelar pelos materiais e instalações utilizados no desenvolvimento de suas atividades.

Art. 15º – Ao supervisor/orientador compete:

I - Supervisionar, orientar e avaliar a execução do Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão;

II - Comunicar ao Serviço, eventuais cancelamentos ou alterações no programa de atividades proposto;

III - Supervisionar a utilização dos bens materiais da Instituição pelo médico;

IV - Assinar certificação comprobatória aos médicos concluintes do Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão elaborada pelo DGAA.

Art. 16º - Deverá constar na certificação comprobatória, além de dados pessoais do médico, a natureza do Programa de Treinamento Médico Especializado sob supervisão realizado, duração/carga horária e nome do orientador/supervisor.

Parágrafo único - Em hipótese alguma poderá ser certificada pelo Serviço Médico a equivalência de Residência Médica ou Título de Especialista.

Art. 17º - O Serviço Médico, ouvido o supervisor/orientador responsável, poderá reprovar o médico, caso verifique não existirem condições que justifiquem o seu aproveitamento ou julgue de qualquer forma conveniente o seu desligamento.

Art. 18º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

ÓRGÃOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

Decisões da Autoridade Competente, de 22-1-2021
Parecer Defesa Prévia
Empresa: Baxter Hospitalar Ltda.
Apenso I – Processo 01931/2019 – Protocolo 00001
Na Defesa Prévia apresentada, tempestivamente, a Contratada Baxter Hospitalar Ltda alega que "ocorreu um erro operacional no faturamento do item" ocasionando assim o atraso no cumprimento da obrigação.
Não há como se afastar da conclusão de que houve atraso na obrigação pactuada. A Contratada foi vencedora na licitação, e não foi capaz de adimplir com sua obrigação no prazo contratual pré-estabelecido entre as partes. Houve descumprimento parcial, pois, a Contratada entregou o produto com atraso e com isso, causou prejuízos ao Contratante.
A propósito, tem-se como sabido que o edital é a lei interna da licitação, na qual se encontram vinculados os licitantes e a Administração Pública, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no artigo 3º da Lei 8.666/1993.
Por isso, cabe à empresa licitante, ao ingressar na disputa, se assegurar de que tem condições para atender à demanda estimada, no prazo acordado. Ao optar por participar do certame, assume todos os ônus daí decorrentes, inclusive no que se refere à possibilidade de ser apenada em virtude de eventual descumprimento de obrigação.
Caracterizado o inadimplemento da obrigação assumida pela Contratada, bem como a existência de previsão legal editalícia de sanções, compete, finalmente, a aplicação da norma penalizadora.
Nesse sentido, expõe o Edital Convocatório quanto à aplicação de sanções para o caso de inadimplemento, que o Contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas na contratação.
A retenção "Provisória" esta em conformidade com o Parecer da Procuradoria Geral do Estado, Procuradoria Administrativa PA 8/2019, que dispõe "compreende que o valor da multa moratória, a qual se destina à pré liquidação de danos e, nos termos do art. 86 § 3º da Lei de Licitações, pode ser deduzida dos pagamentos feitos a contratada".
Logo, permanece a Contratada multada pelos dias de atraso devidamente comprovados, pois, atrasou na entrega do material, e com isso, infringiu os dispositivos do artigo 7º da Lei 10.520 de 17-07-2002 e do artigo 87, II, da Lei 8.666/93, além das demais cominações legais.
Diante disso, opina-se, respeitosamente, pela aplicação da penalidade de multa de acordo com a Intimação enviada e recebida via Correios através de A.R.
Decisão da Autoridade Competente
Empresa: CM Hospitalar S/A
Apenso I - Processo 02094/2019 - Protocolo 4635
Conforme previsto na SHCFMB 085, de 23-07-2019. Não há como afastar da conclusão de que houve atraso da obrigação pactuada, na medida em que embora a empresa seja vencedora da licitação, não foi capaz de adimplir com sua obrigação no prazo contratual, que foi pré-estabelecido entre as partes; causando assim prejuízos e transtornos à Administração Pública.
Houve descumprimento parcial, a empresa entregou o produto em atraso. Considerando o inadimplemento das obrigações assumidas pela empresa, bem como a existência de previsão legal editalícia das sanções.
Como é sabido o edital é a lei interna, na qual se encontram vinculados os licitantes e a Administração Pública, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no artigo 3º da Lei 8.666/1993. Por isso, cabe à empresa licitante, ao ingressar na disputa, se assegurar de que tem condições para atender à demanda estimada, no prazo acordado. Ao optar por participar, assume todos os ônus daí decorrentes, inclusive no que se refere à possibilidade de ser apenada em virtude de eventual descumprimento de obrigação.
Nesse sentido, expõe o Edital Convocatório na aplicação de sanções para o caso de inadimplemento, o contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas.
Fica multada pelos dias de atraso devidamente comprovado, pois empresa atrasou a entrega do material, infringiu os dispositivos do artigo 7º da Lei 10.520 de 17-07-2002 e do artigo 87, II, da Lei 8.666/93, além das demais cominações legais. De acordo com a Intimação enviada via Correios através de A.R.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA

Comunicado
A Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília - HCFAMEMA, nos termos do Inciso I do artigo 5º do Decreto 47.945/03, convida os Órgãos Públicos e Entidades interessados em participar na condição de Órgão Participante, do Registro de Preços, Objetivando a Aquisição de Protese Valvular em Sistema de Consignação e Comodato de Instrumentais, Protese Arterial Inorganica Valvada com Sistema de Consignação. O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA receberá a documentação e a intenção de participar do presente Registro de Preços até às 17h do dia 27-01-2021. As dúvidas poderão ser esclarecidas através do e-mail compras@hc.famema.br ou pelo telefone (14) 3434-2501.

Logística e Transportes

GABINETE DO SECRETÁRIO

Despacho do Secretário, de 20-1-2021
Trata-se no presente feito de aprovação do Plano de Outorga para o Lote Litoral Paulista, nos termos do artigo 1º, § 3º, c/c artigo 4º, incisos III e IV, da Lei Complementar 914/2002, e,
Considerando os estudos apresentados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp ao Conselho Diretor do Programa de Desestatização - CDPED, conforme se verifica às fls. 231/244 e 279/284, com aprovação publicada no D.O. de 29-12-2020 (fls. 285);
Considerando os Pareceres apresentados pelas Consultorias Jurídicas da Artesp e desta Secretaria de Logística e Transportes, respectivamente, CJ-Artesp-43/2020, fls. 200/201, e Cotas CJ-SLT-07/2020, fls. 197 e 37/2020, fls. 223/224, bem como pronunciamento do Conselho Consultivo da Agência e demais áreas técnicas, os quais acolho e tomo como razão de decidir, Aprovo o Plano de Outorga do Lote de Rodovias do Litoral Paulista, apresentado às fls. 286/295 do Processo Artesp-036137/2019.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Comunicado
Protocolo DER/3182876/2019 – P.E.0045/2019/SQA/DA
Contrato 20.334-8 – 2º TAM 007
Contratante: DER
Contratada: Reazo Construções Ltda
Objeto: Prestação de serviços de manutenção e melhorias no sistema de iluminação pública da SP-270 – Rodovia Raposo Tavares e Sp-098 – Rodovia Dom Paulo Rolim Loureiro
Da Prorrogação: O prazo de vigência do contrato fica prorrogado por mais 12 meses, de 27-02-2021 a 26-02-2022, perfazendo o total de 36 meses.
Do Valor do TAM: R$ 2.051.272,66
Do Valor do Contrato: R$ 5.920.972,67
Data da Assinatura: 18-01-2021

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

DIVISÃO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Despacho do Diretor, de 17-12-2020
Protocolo: DER/2021647/2020 - Interessado: Marcio Cardoso Pereira, com base no item 2.3 da Seção 3.09 - Atividades Gerais - Autorizações e Concessões do Manual de Normas do DER, autorizo, a título precário, a instalação de uma barraca para venda de produtos hortifrutigranjeiros, na altura do km 129+840m, Lado: Esquerdo, da Rodovia Elyeser Montenegro Magalhães SP-463, trecho: Pontalinda/Jales, pelo período de 2 anos a contar da elaboração do Termo.

DIVISÃO REGIONAL DE SÃO PAULO

Despacho do Diretor Regional, de 22-01-2021
Inexigivel de Licitação - 0001/2021-IN-DR.10 – Protocolo DER 16357/2021
Ratificando a fls.04 do ato da Diretora da SA.10, que autorizou a contratação direta com a empresa Sabesp –Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, para fornecimento de água e serviços de esgoto para a Divisão Regional da Grande São Paulo- DR.10, no valor estimado de R$ 13.000,00 – exercício de 2021.
Inexigível de Licitação - 0002/2021-IN-DR.10 – Protocolo DER 16420/2021
Ratificando a fls.04 do ato da Diretora da SA.10, que autorizou a contratação direta com a empresa Sabesp –Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, para fornecimento de água e serviços de esgoto para a Residência de Conservação de S. Bernardo do Campo - RC.10-1, no valor estimado de R$ 13.500,00 – exercício de 2021.
Inexigível de Licitação - 0003/2021-IN-DR.10 – Protocolo DER 16441/2021
Ratificando a fls.04 do ato da Diretora da SA.10, que autorizou a contratação direta com a empresa Sabesp –Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, para fornecimento de água e serviços de esgoto para a Residência de Conservação de Cotia - RC.10-2, no valor estimado de R$ 13.500,00 – exercício de 2021.
Inexigível de Licitação - 0004/2021-IN-DR.10 – Protocolo DER 16454/2021
Ratificando a fls.04 do ato da Diretora da SA.10, que autorizou a contratação direta com a empresa Sabesp –Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, para fornecimento de água e serviços de esgoto para a Residência de Conservação de Cajamar - RC.10-3, no valor estimado de R$ 6.000,00 – exercício de 2021.
Inexigível de Licitação - 0005/2021-IN-DR.10 – Protocolo DER 16479/2021
Ratificando a fls.04 do ato da Diretora da SA.10, que autorizou a contratação direta com a empresa SEMAE– Serviço Municipal de Água e Esgoto, para fornecimento de água e serviços de esgoto para a Residência de Conservação de M. das Cruzes - RC.10-4, no valor estimado de R$ 12.200,00 – exercício de 2021.
Inexigível de Licitação - 0006/2020-IN-DR.10 – Protocolo DER 16510/2021
Ratificando a fls.04 do ato da Diretora da SA.10, que autorizou a contratação direta com a empresa Semasa– Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André, para fornecimento de água e serviços de esgoto para a Polícia Rod. de S. Bernardo do Campo, no valor estimado de R$ 5.000,00 – exercício de 2021.
Dispensa de Licitação - 0007/2020-IN-DR.10 – Protocolo DER 16560/2021
Ratificando a fls.04 do ato da Diretora da SA.10, que autorizou a contratação direta com a empresa Sabesp –Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, para fornecimento de água e serviços de esgoto para a Polícia Rod. de São Bernardo do Campo e Cotia, no valor estimado de R$ 20.500,00 – exercício de 2021.
Dispensa de Licitação - 0008/2021-DL-DR10 – Protocolo DER 15886/2021
Ratificando a fls.04 do ato da Diretora da SA.10, que autorizou a contratação direta com a empresa Enel– Distribuição São Paulo, para atender as Despesas como serviços de Energia Elétrica da Divisão Regional da Grande São Paulo - DR.10, no valor estimado de R$ 12.000,00 – exercício de 2021.
Dispensa de Licitação - 0009/2021-DL-DR.10 – Protocolo DER 15945/2021
Ratificando a fls.04 do ato da Diretora da SA.10, que autorizou a contratação direta com a empresa Enel– Distribuição São Paulo, para atender as Despesas como serviços de Energia Elétrica da Residência de Conservação de São Bernardo do Campo - RC.10-1, no valor estimado de R$ 6.000,00 – exercício de 2021.
Dispensa de Licitação - 0010/2021-DL-DR.10 – Protocolo DER 15999/2021
Ratificando a fls.04 do ato da Diretora da SA.10, que autorizou a contratação direta com a empresa Enel– Distribuição São Paulo, para atender as Despesas como serviços de Energia Elétrica da Residência de Conservação de Cotia- RC.10-2, no valor estimado de R$ 14.400,00 – exercício de 2021.
Dispensa de Licitação - 0011/2021-DL-DR.10 – Protocolo DER 16031/2021
Ratificando a fls.04 do ato da Diretora da SA.10, que autorizou a contratação direta com a empresa Enel– Distribuição São Paulo, para atender as Despesas como serviços de Energia Elétrica da Residência de Conservação de Cajamar - RC.10-3, no valor estimado de R$ 10.400,00 – exercício de 2021.
Dispensa de Licitação - 0012/2021-DL-DR.10 – Protocolo DER 16076/2021
Ratificando a fls.04 do ato da Diretora da SA.10, que autorizou a contratação direta com a empresa Elektro– Eletricidade e Serviços S.A, para atender as Despesas como serviços de Energia Elétrica da Residência de Mogi das Cruzes- RC10.4, no valor estimado de R$ 168.000,00 – exercício de 2021.
Dispensa de Licitação - 0013/2021-DL-DR.10 – Protocolo DER 16095/2021
Ratificando a fls.04 do ato da Diretora da SA.10, que autorizou a contratação direta com a empresa EDP– São Paulo Distribuição de Energia S.A, para atender as Despesas como serviços de Energia Elétrica da Residência de Mogi das Cruzes-RC10.4, no valor estimado de R$ 60.000,00 – exercício de 2021.
Dispensa de Licitação - 0014/2021-DL-DR.10 – Protocolo DER 16111/2021
Ratificando a fls.04 do ato da Diretora da SA.10, que autorizou a contratação direta com a empresa Enel– Distribuição São Paulo, para atender as Despesas como serviços de Energia Elétrica da Policia Rod. De São Bernardo do Campo e Cotia, no valor estimado de R$ 70.000,00 – exercício de 2021.
Dispensa de Licitação - 0015/2021-DL-DR.10– Protocolo DER 16140/2021
Ratificando a fls.04 do ato da Diretora da SA.10, que autorizou a contratação direta com a empresa Enel– Distribuição São Paulo, para atender as Despesas como serviços de Energia Elétrica da iluminação Pública da Rodovia Raposo Tavares-Cotia, no valor estimado de R$ 1.440.000,00 – exercício de 2021.

Cultura e Economia Criativa

CONS. DEFESA DO PATRIM. HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO

Comunicado
Ata 2006 de 30-11-2020
Aos trinta dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte, com início às nove horas e quarenta minutos, por teleconferência, sob a Presidência do Profº Carlos Augusto Mattei Faggin e com a presença dos seguintes Conselheiros: Valéria Rossi Domingos, Maithe Rocha da Costa Monteiro, Marcelo Manhães de Almeida, Heloisa Maria de Salles Penteado Proença, Jorge Aires Kanno, Gláucio Attore Penna, Wagner Hanashiro, Matilde da Costa, Luiz Eduardo de Oliveira Camargo, André Luiz dos Santos Nakamura, Antonio Luiz Lima de Queiroz, Victor Hugo Mori, Astolfo Gomes de Mello Araujo, Tomás Antonio Moreira, Maria Encarnação Beltrão Sposito, Marcos Tognon, Manoela Rossinetti Rufinoni, Renato Luiz Sobral Anelli, Fernando Bertoldi Correa, Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Neto, Paulo Vicelli, Pedro Taddei Neto e Lilian Vogel, além da presença da arquiteta Erika Hembik Borges Fioretti, Diretora do Grupo de Conservação e Restauração de Bens Tombados, e da historiadora Elisabete Mitiko Watanabe, Diretora do Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural realizou-se reunião do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT. A reunião foi secretariada por Valéria Gonzaga Magalhães, com a assessoria de Solange Ruiz Herczfeld. O Presidente abriu a sessão, saudando os Conselheiros. 1. Expediente – 1a) Comunicação e Justificativas de ausências de Conselheiros–Não houve justificativas de ausência. 1b) Votos e Moções - não houve manifestação. 1c) Leitura abreviada de papéis para a ciência do Conselho e ulteriores providencias - não houve manifestação.1d) Comunicações da Presidência – O Presidente iniciou comunicando o falecimento do arquiteto Julio Abe no dia 21p.p. e que a ex-Conselheira Ana Luiza Martins encaminhou voto de pesar para leitura na presente sessão. Em seguida passou a palavra à Conselheira Valéria Rossi Domingos, que aproveitou a oportunidade para recordar que o arquiteto foi agraciado com a medalha dos museus em 2019, pelo Governo do Estado de São Paulo, em reconhecimento pelo seu trabalho. Procedeu na sequência a leitura da carta. Após leitura, o Conselheiro Victor Hugo Mori também registrou depoimento sobre Júlio Abe, destacando os trabalhos realizados em conjunto, sua dimensão humana e o grande legado deixado por ele na preservação do patrimônio cultural. Em seguida, propôs a inclusão também do voto de pesar, redigido pelo Arq. Hugo Segawa, o que foi acatado. Registre-se que os documentos serão anexados a presente ata. Após as considerações, o Presidente deu posse à Conselheira Maithe Rocha da Costa Monteiro, como representante da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, em substituição ao Conselheiro Antonio Thomaz Lessa Garcia Júnior, lembrando que o registro constara da ata e, assim que possível, se faz necessária a assinatura no livro de posse, que deverá ser agendada com a secretaria do Conselho. Por fim informou das oitivas que serão realizadas nesta sessão, sobre os Processos: 78920/17 e 01238/17. Comentou ainda do recebimento de carta em nome de Rafael Carneiro Bastos de Carvalho, Diretor da Concessionária Allegra Pacaembu SPE S/A, na qual solicitou além de oitiva para a presente reunião, a retirada dos autos da pauta. Esclareceu que a oitiva será realizada nesta sessão e que o pedido de retirada fica acolhido e o Processo será pautado em uma das próximas reuniões agendadas deste ano (07 ou 14-12-2020). 1e) Comunicações da Vice Presidência – não houve manifestação. 1f) Comunicação dos Conselheiros – A Conselheira Valéria Rossi Domingos solicitou a inclusão do Processo 86291/2020 ao bloco do item 3.2.5 áreas envoltórias, o que foi acolhido pelo Senhor Presidente. 1g) Comunicação do Grupo Técnico – Não houve manifestação. 1h) Aprovação das Atas –Com relação as atas, o Presidente informou que, tão logo as mesmas estejam finalizadas, serão encaminhadas para apreciação e aprovação. Esclareceu que o atraso se deu em função da publicação da Resolução SC-35, de 9-11-2020, no Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O, em 10/11/20, indicando servidores da Pasta que atuam em funções administrativas da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico – UPPH para integrarem o Grupo de Trabalho para atuarem em força-tarefa na análise de documentação referente a Lei Aldir Blanc.1i) Oitivas - Processo 78920/2017 que trata do pedido de reconsideração de decisão do projeto para o Complexo Pacaembu - Estádio Paulo Machado de Carvalho (Estádio do Pacaembu) e Conjunto Poliesportivo, nesta Capital. A arquiteta Sol Camacho cumprimentou os presentes. Destacou que a apresentação se refere as questões relacionadas às ressalvas da deliberação anterior. São elas: i) o destaque em relação a arquibancada e, ii) nova proposta de partido estrutural para o edifício. Iniciou os esclarecimentos em relação à segunda ressalva, apresentando aos Conselheiros, justificativas e detalhamentos para a proposta ora em análise, considerando a ressalva apresentada pelo Conselheiro. Em relação a arquibancada, apresentou informações, sobre os estudos e propostas que melhor se adaptam ao estádio. Em seguida, o Conselheiro Marcelo Manhães questionou se já houve deliberação do Conpresp sobre o projeto, no que foi esclarecido pela arquiteta de que já houve análise técnica favorável, e que se encontra em fase de encaminhamento ao Conpresp para deliberação. O Conselheiro solicitou que o material apresentado fosse disponibilizado, já que pode auxiliar no entendimento do projeto e embasar a deliberação. O Presidente solicitou à assessoria que envie o material, oportunamente.Não havendo mais questionamentos, o Presidente encerrou a oitiva. Lembrou ainda, que para o caso do Conjunto Esportivo Constâncio Vaz Guimarães serão realizadas três oitivas. Dossiê 01238/2017 que trata do pedido de pedido de tombamento do Conjunto Esportivo Constâncio Vaz Guimarães, nesta Capital. O Senhor Presidente passou a palavra à Maria Julia Herklotz, arquiteta e atleta. Iniciou cumprimentando os presentes e agradeceu a oportunidade de explanação. Informou sobre sua historia como esportista e suasrealizações e oportunidades que obteve. Acrescentou sobre outros atletas (dentro de várias modalidades) que foram formados dentro do Ginásio do Ibirapuera, ressaltando a importância do espaço para o desenvolvimento de novos atletas e a necessidade de maior apoio para a área dos profissionais, com a realização de políticas publicas para o local. Opinou que o tombamento seria mais do que preservar o valor cultural, mas também garantir a prática esportiva e o surgimento de novos atletas, fazendo a ponte entre o passado e o futuro. O Conselheiro Astolfo Gomes de Mello Araujoindagou sobre os motivos que levam à compreensão de que a concessão impediria o uso do local para práticas esportivas, no que foi esclarecido pela arquiteta que a principal motivação seriam os custos do local, pois há indicação de que o valor de manutenção é muito maior do que o arrecadado com o seu uso. O Presidente chamou atenção sobre a Lei 17.099, de 17-06-2019 que estabelece as diretrizes e obrigações sobre a concessão do Ginásio do Ibirapuera, destacando que o tema não é objeto de discussão. Em seguida passou a palavra para Aildo Rodrigues Ferreira, Secretário de Esportes do Estado de São Paulo. O Secretário cumprimentou os presentes. Iniciou sua fala destacando que tratam de discussões relativas ao interesse cultural e histórico e que estão misturando as questões relacionadas à preservação do patrimônio e à concessão objetivada pelo Governo, sendo necessários esclarecimentos. Acrescentou que não se trata da implantação de shopping, mas sim de obras de adequação e melhorias do espaço, pensando também na questão orçamentária, ressaltando que o equipamento se encontra subutilizado e que a sua manutenção tem o custo de R$ 15 milhões. Trata de atualização para o espaço visando um melhor aproveitamento. Prestou ainda, informações sobre a Lei citada pelo Senhor Presidente e sobre os regramentos para a realização da concessão, informando sobre as possibilidades de implantação para o local. Comentou sobre as dificuldades de manutenção do local e das tratativas anteriores para revitalização do mesmo. Informou ainda, sobre as tratativas com município próximo à Capital para realocação dos atletas para um grande pólo esportivo, que conta com pistas, piscinas e demais equipamentos, para continuidade do treinamento. Acrescentou ainda, comentários sobre as demais ações que serão realizadas, reiterando as diretrizes da concessão e das obrigações dos responsáveis pela concessão. Por fim agradeceu a participação. Considerando que não houveram indagações, o Senhor Presidente passou a palavra para o Senhor Luiz Fernando Balliero, Presidente da Federação Paulista de Tênis. O Presidente agradeceu a oportunidade e cumprimentou os presentes. Em seguida procedeu a leitura de carta assinada por diversas federações esportivas, onde destacam que o Complexo do Ginásio do Ibirapuera não se encontra adequado para práticas esportivas, como também impedem a utilização do espaço para eventos. 3. Ordem do Dia – 3.1 - Processos para Deliberação com Parecer de Conselheiro Relator – Dossiê Preliminar 01238/2017 – Referente ao pedido de pedido de tombamento do Conjunto Esportivo Constâncio Vaz Guimarães, nesta Capital. O Conselheiro Renato Luiz Sobral Anelli procedeu à leitura de seu parecer de vistas. A Conselheira Heloisa Proença opinou que o instrumento do tombamento não pode ser utilizado como forma errônea ou com outros fins a fim de evitar a concessão pretendida pelo Governo do Estado. Explanou que por anos não foi solicitada a preservação do local, tampouco reconhecido seu valor, enfatizando ainda das diversas intervenções, sendo que muitas delas não contaram com a anuência do Arq. Ícaro de Castro Mello. Ressaltou sobre o instituto do tombamento e seus valores, recordando que a preservação recai ainda sobre a edificação, destacando que o tombamento não garantiria o uso do local para práticas esportivas, opinando que a preservação da memória da história do esportes não se perderá com o não tombamento do Ginásio, havendo outros bens que podem servir de suporte para esta memória. Concluiu, opinando pelo arquivamento. A Conselheira Valéria Rossi Domingos destacou a complexidade das decisões pelo tombamento, tanto que requer de 2/3 dos Conselheiros pela aprovação, destacando os estudos realizados, a manifestação da área técnica favorável, do parecer do Conselheiro Pedro Taddei Neto pela não abertura e o parecer do Conselheiro Renato Luiz Sobral Anelli, favorável a proposta, realizando um comparativo das atuações de cada representação. Opinou que a abertura do processo de tombamento deveria prescindir de um plano de gestão do bem, que no caso do Complexo do Ginásio do Ibirapuera, parece ser uma questão importante, já que o local vem sendo considerado obsoleto para práticas esportivas, não se adequando às normais atuais de determinados esportes, assim como observado na oitiva realizada hoje. Ressaltou que a construção de novos equipamentos pressupõe recursos públicos que o Estado não dispõe. Comentou sobre as questões relacionadas a estrutura do local, que foi realizado para uma atividade que hoje já não comporta mais. Além disso, opinou que sobre a questão de valor afetivo aplicado e que é preciso outras formas de entendimento de bens, dando como exemplo a preservação conseguida nos demais estados e das seleções por eles realizadas. Por fim manifestou seu posicionamento contrario a abertura. A Conselheira Manoela Rufinoni corroborou com o parecer do Conselheiro Relator Renato Anneli, ressaltando que, neste momento, a deliberação é sobre a abertura do processo de estudo de tombamento e que a abertura permitirá discussões mais aprofundadas, sobre novos usos, readequação, modernização, tudo relacionado a questão do patrimônio cultural. Não abrir o processo seria impedir discussões e debates sobre as diversas possibilidades de preservação deste importante bem. Em sua opinião, os pontos apresentados no estudo técnico da UPPH e no parecer substitutivo justificam sim a preservação do bem. Apresentou as seguintes questões a serem consideradas na decisão a ser tomada: i) A necessidade de considerar os valores dados pelos atores que fizeram uso do local, destacando que a definição de valores é uma construção social, que precisa ser ampla suficiente para abarcar os diversos grupos da sociedade, destacando que as manifestações públicas sobre a preservação deste bem são indicativos sobre a importância do local; ii) O reconhecimento dos valores não significa seu congelamento e a impossibilidade de modernização a novos usos e atualização, pois uma boa gestão e administração, seja gestão pública ou privada, atuando de forma inteligente e responsável, incorporaria esses valores culturais e afetivos de modo a potencializar o processo de modernização do espaço, respeitando as diretrizes futuras a serem definidas com relação à proteção das unidades construídas. Neste sentido, a abertura do processo permitirá discussões sobre estes novos projetos; iii) Destacou as competências do Condephaat na preservação do patrimônio cultural paulista e que não lhe cabe decidir pautando-se em questões sobre administração e finanças públicas. O Conselheiro André Luiz dos Santos Nakamura forneceu esclarecimentos sobre alguns pontos do parecer substitutivo, destacando que o Decreto 13.291 de 1943, não se encontra mais em vigor, tendo sido revogado pela Lei 12.392 de 2006, ficando prejudicada a afirmação contida no parecer do Conselheiro Renato Anneli de que o uso da área deveria ser exclusivamente para finalidades esportivas. Destacou que o tombamento não é um ato vinculado, mas sim um ato discricionário, caso não exista total certeza acerca do valor histórico do bem. A decisão do tombamento deve ser tomada baseada na certeza do valor histórico do bem, o parece questionável, considerando as opiniões divergentes do voto do Conselheiro Pedro Tadei e do voto do Conselheiro Renato Anelli, além do fato que até o momento nenhum órgão de preservação reconheceu o seu valor. Comentou sobre a inadequação para sua finalidade esportiva, considerando as manifestações apresentadas nesta sessão. Considera que há indícios de desvio de finalidade no tombamento que estaria sendo utilizado como instrumento para impedir a concessão do bem já aprovada em lei. Recordando que, a referida lei de concessão está aprovada na Assembleia Legislativa, sendo oferecidana ocasião das discussões, a possibilidade de manifestações de interessados. Após discussões, entendeu-se pela necessidade de concessão do bem. Em seguida apresentou pontos sobre a lei de concessão da área do Ginásio, que estabelece diversas obrigações para garantir e incentivar a prática esportiva, além de resolver questões financeiras graves para sua manutenção. Após considerações gerais em relação ao estado e uso da edificação, manifesta seu voto contrario a abertura do estudo. O Conselheiro Marcos Tognon, corroborando com a Conselheira Manoela Rufinoni, ressaltou que a abertura do processo permitirá discussões sobre a preservação ou não do Ginásio, sendo um fator importante que pode contribuir no desenvolvimento de um projeto que garanta a preservação do bem e adequação para novos usos, se configurando como uma experiência piloto de preservação e modernização, sendo esta uma grande oportunidade. Além disso, destacou que o fato do Ginásio não ter sido reconhecido não quer dizer que não possa, já que a lista de novos tombamentos não está congelado, sendo como atividade do Conselho pensar em novas formas de preservação. O Conselheiro Thomaz Antonio Moreira destacou o recebimento de 2 cartas manifestando seu apoio pela abertura de estudo de tombamento, assinado por diversas entidades de preservação e também por ex-presidentes do Condephaat. Salientou que se um bem não foi tombado, não significa que ele não tenha valor e não significa que não possa ser reconhecido. O Conselheiro Pedro Taddei Neto comunicou que tem acompanhado as atuais discussões sobre a preservação do Ginásio e tinha conhecimento do concurso realizado pelo IAB em 2003. Ressaltou a riqueza da discussão do Conselho, respeitando as várias opiniões sobre o caso. Considera que os novos projetos pretendidos para a área do Ginásio serão importantes para incentivar e garantir as práticas esportivas em São Paulo. O Conselheiro Marcelo Manhães de Almeida reiterando a fala dos colegas de que o tombamento não garante uso e que não deve ser utilizado para este fim. Esclareceu, quando de sua participação como Conselheiro no Conpresp, no que se refere aos estudos de áreas envoltórias do Município, na ocasião o Conselho analisou o caso e não considerou a preservação do bem. Só a abertura do processo de tombamento já implicaria em obrigações sobre o bem. A Conselheira Maria Encarnação Beltrão Sposito apoiou às falas pela abertura do processo de estudo de tombamento. Considera que as várias opiniões trazem informações novas sobre o caso e que a decisão não será consenso. A decisão

não pode só considerar a questão da impossibilidade de uso da área, isso não seria justificativa. A concessão ainda está em fase de estudo, a abertura do processo seria uma cautela que permitiria a discussão da preservação ou não deste bem de forma mais responsável. Trata-se, como colocado pelo Conselheiro Marcos Tognon, uma oportunidade. O Conselheiro Victor Hugo Mori observou que um estudo de tombamento poderia correr em paralelo ao processo de concessão, mas um edital teria que incluir a proteção e isso poderia vir a mudar a dinâmica de interessados, interferindo diretamente no processo. Em seguida, teceu comentários sobre o concurso do IAB e sobre a história da construção do Ginásio dentro da trajetória da arquitetura moderna em São Paulo. Considera que o contexto de análise deste tombamento, dentro do processo de concessão, é uma grande perda. O Conselheiro Renato Luiz Sobral Anelli destacou que não há motivação política para o tombamento do bem, já que o que pedido chegou muito antes e que o Conselho tem a competência legal de se posicionar quando há riscos para o bem. Diante das manifestações, compreende que a manifestação do Conselho deve ser analisada sem intermédio político, as discussões são de ordem cultural. Há muitas outras questões a serem consideradas, e a política não deveria ser a mais importante, e justamente por isso não incluiu quaisquer questões sobre o assunto. Destacou que o pedido foi protocolado em 2017. Ressaltou ainda que a concessão ainda será objeto de muitas discussões e a abertura seria um fator importante, que poderia auxiliar na construção de uma proposta mais adequada. A diretora Elisabete Mitiko Watanabe informou que o início da instrução começou em fevereiro de 2019, momento em que não havia qualquer intenção relativa à candidatura do técnico responsável pelo parecer. O Presidente colocou em votação o parecer substitutivo do Conselheiro Relator, destacando a necessidade de 2/3 de votos favoráveis, para abertura do processo. O parecer recebeu 8 votos a favor, não alcançando, assim, o número de votos necessários para aprovação. Assim, o Presidente solicitou ao conselheiro Pedro Taddei a leitura do seu parecer. Após a leitura, seguiu-se discussão sobre a pertinência da votação deste parecer, considerando o resultado da votação anterior, que já não havia alcançado o numero necessários de votos. Em seguida, após leitura o parecer recebeu 16 votos favoráveis e 08 votos contrários, que propõe o arquivamento do pedido, restando, portanto, arquivado o pedido.3.2.1-Bens Tombados ou em Estudo de Tombamento – O Colegiado deliberou aprovar, por unanimidade, os seguintes processos, referentes a solicitações de intervenções em bens tombados ou em estudo de tombamento, ressalvando que esta autorização não isenta o interessado de obter aprovação de seu projeto nos demais órgãos competentes: 85691/202-Gabinete de Leitura Ruy Barbosa; 68915/2013-Masp - Museu de Arte de Sãopaulo; 86211/2020-Prefeitura Municipal de Santo André. 3.2.2-Bairros e Áreas Tombados ou em Estudo de Tombamento – O Colegiado deliberou aprovar, por unanimidade, os seguintes processos, referentes a solicitações de intervenções em Bairros e Áreas Tombadas ou em Estudo de Tombamento, ressalvando que esta autorização não isenta o interessado de obter aprovação de seu projeto nos demais Órgãos competentes:85060/2019-Wolf Vel Kos Trambuch; 76797/2016-Daniel Freire Soares; 85062/2019-Wolf Vel Kos Trambuch; 85223/2020-Alan Goldlust; 85401/2020-João Carlos Tost Gomes; 85296/2020-Wolf Berger; 85773/2020-Kirt Paricipações; 85790/2020-Silvia de Lara Campos Ramenzoni; 85061/2019-Wolf Vel Kos Trambuch; 86233/2020-Prefeitura Regional Sé; 86228/2020-Prefeitura Regional Sé; 85925/2020-Marcos Oliveira de Carvalho; 86000/2020-Marcio Lucas Gimenez Mazza; 86225/2020-José Roberto Chimenti Auriemo; 84839/2019-Ericson Crivelli; 85722/2020-Olímpio Matarazzo Neto. 3.2.3-Áreas Naturais Tombadas ou em estudo de Tombamento - O Colegiado deliberou aprovar, por unanimidade, os seguintes processos, referentes a solicitações de intervenções em Áreas Naturais Tombadas ou em estudo de Tombamento, ressalvando que esta autorização não isenta o interessado de obter aprovação de seu projeto nos demais Órgãos competentes:86214/2020-Elizeu Pereira Gomes; 86219/2020-Elza Silva de Jesus Coneição; 85382/2020-Polana Empreendimentos Ltda. 3.2.4-Núcleos Urbanos Tombados ou em estudo de Tombamento - O Colegiado deliberou aprovar, por unanimidade, os seguintes processos, referentes a solicitações de intervenções em Núcleos Urbanos Tombados ou em estudo de Tombamento, ressalvando que esta autorização não isenta o interessado de obter aprovação de seu projeto nos demais Órgãos competentes:85678/2020-Claudio Lemos de Oliveira.3.2.5-Áreas Envoltórias - O Colegiado deliberou aprovar, por unanimidade, os seguintes processos, referentes a solicitações de intervenções em Áreas Envoltórias, ressalvando que esta autorização não isenta o interessado de obter aprovação de seu projeto nos demais Órgãos competentes:86184/2020-Namour Incorporação e Construção Ltda; 85964/2020-Jung e Sant'ana Comércio e Adm de Bens Próprios Ltda; 85106/2019-Marta de Lourdes Curi Gutierrez Villas Bôas; 86189/2020-Gb Publicidade Propaganda e Marketing Ltda; 85829/2020-Edison da Silva; 86115/2020-Bk Brasil Operação Asses. Restaurantes S/A; 86122/2020-Carlos Alberto Duarte Moreira; 86120/2020-Luiz Vagno Borges de Jesus; 86145/2020-Prefeitura de Santos; 86096/2020-Dalu Empreendimentos e Participações Ltda; 86197/2020-Itaú Unibanco S.a.; 86121/2020-Carlos Alberto Duarte Moreira; 85873/2020-Sérgio Schils; 86081/2020-Maria de Lourdes Domingos; 86027/2020-Norma de Carlos Passos; 86119/2020-Meta Medicina Esportiva Ltda Epp; 86154/2020-Coordenação das Subprefeituras Sé; 86157/2020-Coordenação das Subprefeituras Sé; 86229/2020-Prefeitura Regional Sé; 86234/2020-Prefeitura Regional Sé; 86123/2020-Ulysses Fagundes Neto; 83602/2020-Ts1 Hipica Desenv. Imob. Ltda; Scec-Prc-2020/00906-Mário Marcos Antonialli; 85778/2020-Phoenix Tower Participações S.A.Processo 86291/2020 – Referente a aprovação do projeto para a instalação de arte digital em painel de LED na fachada da agência central do Banco Santander, localizado na Rua Boa Vista, 227 e 263, esquina com Rua João Brícola, 32, nesta Capital. A Conselheira Valéria Rossi Domingos prestou esclarecimentos sobre o pedido, passando em seguida a palavra à diretora Sonia Manski que procedeu à leitura do parecer técnico, bem como a apresentação de imagens do painel. Após explanação, o pedido foi aprovado, por unanimidade. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerrou a sessão. A Ata foi elaborada por mim, Valéria Gonzaga Magalhães, a qual submetida à apreciação do Colegiado, foi aprovada.

UNIDADE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO

Comunicado

A Secretaria de Cultura e Economia Criativa por Meio da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico, torna público a Rescisão Contratual Amigável do Contrato SCEC 18/2020, assinado em 04-12-2020, que trata da prestação de serviços de upgrade para software de gestão de acervos – in.patrimonium.net, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência e da proposta da contratada. Data da Assinatura: 22-01-2021

UNIDADE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Comunicado

Os processos avaliados pelo Setor Técnico da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico, que para continuarem o prosseguimento da instrução necessitam de documentação complementar, conforme orientação constante em cada item.

Processo 86418

Interessado: Luis Eduardo Rodrigues Fronterotta Ltda

Referente ao imóvel localizado na:

Avenida Lineu de Paula Machado, 775

Cidade Jardim

São Paulo - SP

Comunique-se – Para prosseguimento da instrução deverá ser apresentado:

a) Apresentar a anuência do(s) Titular(es) pelo Jockey Clube de São Paulo para propositura do projeto.

Nota: Peças gráficas e memoriais deverão ser firmados pelo(s) titular(es);

b) Apresentar ART/RRT do autor do projeto/responsável técnico;

c) Formalizar termo, indicando o período de construção e utilização do espaço, no qual assume o compromisso de, decorrido o prazo estabelecido, restituir o sítio utilizado à suas condições originais.

Nota:

A excepcionalidade da implantação de edificação de uso temporário superior a 6 meses deverá ser detalhadamente justificada.

São premissas de intervenções que visam a inserção de um corpo alheio a um conjunto tombado a reversibilidade e a distinguibilidade.

d) Apresentar a localização, em escala e corretamente orientada, da intervenção em relação ao conjunto tombado;

e) Apresentar o projeto para intervenção em nível de ante-projeto, com indicação de todas as cotas externas, cotas de nível, tipo de cobertura, indicação de pontos de interligação aos serviços públicos, pré-dimensionamento de equipamentos (climatização entre outros), etc.

f) Apresentar as 4 elevações e Cortes indicando perfil do terreno onde conste a cota de implantação do edifício, considerada a fundação definida, acessos, cobertura, etc.;

g) Indicação do tratamento paisagístico a ser utilizado na paisagem de entorno imediato;

h) Dada a escala do edifício, será necessário apresentar perspectivas (necessárias à compreensão da intervenção em relação ao conjunto tombado)

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA

Primeiro Termo de Aditamento - Autorização de Uso

Nº 038/2020, para os Fins de Alteração dos Prazos e dos Pagamentos.

Processo 160/2020

TAU 038/2020

Outorgante: Fundação Memorial da América Latina.

Outorgada: Dmrkaram Arquitetura Ltda.

Objeto: Cessão onerosa para realização do evento: "Arte & Gastronomia", na Praça Cívica e Centro Receptivo.

Período: 06-11-2020 a 10-12-2020

Período-evento: de 12-11-2020 a 03-12-2020

Valor: R$ 20.000,00

Data da Assinatura: 14-12-2020

Segundo Termo de Aditamento - Autorização de Uso

Nº 036/2020, para os Fins de Alteração dos Prazos, dos Pagamentos e da Caução.

Processo 098/2020

TAU 036/2020

Outorgante: Fundação Memorial da América Latina.

Outorgada: Hype Produções Culturais Ltda.

Objeto: Realização do evento: "Nomade Festival 2021", na Praça Cívica e Centro Receptivo. - Altera: os subitens "3.1", do item "3" – Dos Prazos; "4.1" do item "4" – Dos Pagamentos e "5.1", do item "5" – Da Caução.

Período: de 22 a 28-09-2021

Valor: R$ 40.000,00

Data da Assinatura: 18-01-2021

Desenvolvimento Econômico

GABINETE DA SECRETÁRIA

GRUPO SETORIAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

Comunicado

Considerando;

As disposições do artigo 5º e do inciso III, do artigo 29 da Lei Federal 8.666/1993;

Os termos do artigo 6º da Lei Estadual 12.799/2008;

A necessidade de justificar as alterações ocorridas na ordem cronológica dos pagamentos, conforme inciso II, do artigo 61 da Instrução 01/2008 - Área Estadual, do Tribunal de Contas do Estado e, de modo a preservar a integridade da Ordem Cronológica a ser observada pela Unidade Gestora, relaciona-se a seguir as Pd´s impedidas de pagamentos devido os credores estarem registrados no Cadin Estadual.

100001

Data: 11-01-2021

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
100120	2020PD00709	5.200,00
TOTAL		5.200,00
TOTAL GERAL		5.200,00

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL

Extrato do Termo de Fomento

1/2021

Processo: 2020/00137

Cláusula Primeira - Do objeto

O presente Termo de Fomento tem por objeto a transferência de recursos financeiros do Estado, decorrentes de emenda parlamentar 2020.91.17626, dirigida para a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Estado de São Paulo – Unisol SP, para a elaboração de estudos do do projeto "Fortalecimento da Economia Solidária no município de São Bernardo do Campo, por meio de ações de formação que qualifiquem a gestão, a produção e o processo de comercialização de produtos dos empreendimentos solidários".

Cláusula sexta - Dos recursos financeiros

O valor total da presente parceria é de R$400.000,00, de responsabilidade do Estado com recursos provenientes da emenda parlamentar 2020.91.17626.

Cláusula Quinta - Da vigência

O prazo de vigência desta parceria é de 12 meses, a partir da data de sua assinatura.

Data de assinatura: 22-01-2021

Extrato do Termo de Fomento

2/2021

Processo: 2020/00127

Cláusula Primeira - Do objeto

O presente Termo de Fomento tem por objeto a transferência de recursos financeiros do Estado, decorrentes de emenda parlamentar 2020.73.17618, dirigida para o Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Estatísticas - Dieese, para a elaboração de estudos do mercado de trabalho no Estado de São Paulo.

Cláusula sexta - Dos recursos financeiros

O valor total da presente parceria é de R$100.000,00, de responsabilidade do Estado com recursos provenientes da emenda parlamentar 2020.73.17618.

Cláusula Quinta - Da vigência

O prazo de vigência desta parceria é de 06 meses, a partir da data de sua assinatura.

Data de assinatura: 22-01-2021

COORDENADORIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Extrato de Convênio

Processo SDE 2020/00173

Convênio 05/2020

Contratante: Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Contratada: Prfefeitura Municipal de Marília.

Objeto: Prestação de Serviços de Recepção.

Cláusula Primeira

O prazo de vigência do convênio fica prorrogado por mais 2 meses, de 29-07-2020 a 29-01-2021.

Cláusula Segunda

O cronograma físico-financeiro do convênio CCTI/SDE 05/2020, fica alterado de acordo com o Anexo Único do presente Termo de Aditamento.

Ficam expressamente ratificadas as demais disposições do convênio em referência, cujo teor não tenhasido alterado por este Termo de Aditamento

Data de Assinatura: 22-01-2021

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

Primeiro Termo de Aditamento

Processo: 1738242/2020 – Parecer Referencial CJ/Ceeteps 1/2021– Modalidade: Pregão – Contrato: 072/2020 – C.E.E.T. "Paula Souza" – Contratada: R.W.M. Castro Comercio de Pisos e Tapetes ME – Objeto do Contrato: Aquisição de Tapete Sanitizante para as Unidades do Ceeteps. Aditamento: Prorrogando o prazo de vigência da entrega do objeto até 29-01-2021. Assinado em 19-01-2021.

GABINETE DO DIRETOR-SUPERINTENDENTE

Portaria da Diretora Superintendente, de 23-11-2020

Estabelece as normas operacionais do Processo Seletivo-Vestibulinho, do 1º Semestre de 2021, para ingresso na 1ª série do Ensino Médio, em todos os seus formatos, no 1º módulo dos Cursos do Ensino Técnico (presencial, semipresencial e on-line) e para os Cursos de Especialização técnica de nível médio das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza-Ceeteps

A Diretora Superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza em função da decretação de quarentena e a suspensão das aulas presenciais pelo Governo do Estado de São Paulo através dos Decretos 64.881/2020 e 64.862/2020 e o reconhecimento do estado de calamidade pública conforme Decreto 64.879/2020, expede excepcionalmente a presente Portaria:

DO INGRESSO

Artigo 1º - O ingresso no Ensino Médio, em seus diversos formatos, nos Cursos do Ensino Técnico e nos Cursos de Especialização Técnica de nível médio das Escolas Técnicas Estaduais - Etecs – do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza-Ceeteps, será realizado mediante processo classificatório, com o aproveitamento dos candidatos até o limite das vagas fixadas para os diversos cursos.

§ 1º - O processo classificatório será realizado mediante análise de rendimento escolar. Excepcionalmente não será aplicada prova presencial para o presente Processo Seletivo-Vestibulinho.

§ 2º - Todos os cursos terão o início das aulas de forma remota (on-line), até que as regras do isolamento social sejam flexibilizadas a ponto de tornar possível a continuidade das aulas de forma presencial na Etec/Extensão de Etec (classe descentralizada).

§ 3º - Das vagas oferecidas pelas Escolas Técnicas Estaduais serão subtraídas as destinadas aos alunos retidos e aos que trancaram matrículas na 1ª série do Ensino Médio, em seus diversos formatos, no 1º módulo dos Cursos do Ensino Técnico (presencial, semipresencial e on-line) e nos Cursos de Especialização Técnica de nível médio.

§ 4º - O candidato deve observar que as vagas de Ensino Médio, em todos os seus formatos, do Ensino Técnico (presencial, semipresencial e on-line) e da Especialização Técnica de nível médio não serão, em hipótese alguma, destinadas aos processos de transferência, reclassificação ou aproveitamento de estudos.

Artigo 2º - As vagas que serão disponibilizadas nas Escolas Técnicas Estaduais do Centro Paula Souza, para o Processo Seletivo-Vestibulinho, do 1º Semestre de 2021, constarão do Manual do Candidato, disponibilizado no site www.vestibulinhoetec.com.br, distribuídas por cursos e períodos.

Artigo 3º - Serão oferecidas vagas que se destinam aos candidatos que ingressarão:

§ 1º - No Ensino Médio em seus formatos a seguir:

I - na 1ª série do Ensino Médio com ênfase em Linguagens, Ciências Humanas e Sociais; Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde; e, Ciências Exatas e Engenharias;

II - na 1ª série do Ensino Médio com Qualificação Profissional do Programa Novotec integrado;

III - na 1ª série do Ensino Médio com Habilitação Técnica Profissional do Programa Novotec integrado;

IV - na 1ª série do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio;

V - na 1ª série do Ensino Médio com Habilitação Técnica Profissional do projeto de Articulação da Formação Profissional Média e Superior – AMS do Programa Novotec integrado;

VI - no 1º termo do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos);

§ 2º - No Ensino Técnico no 1º módulo dos Cursos do Ensino Técnico (presencial, semipresencial e on-line).

§ 3º - Nos Cursos de Especialização Técnica de Nível médio (presencial e on-line).

DOS PRÉ-REQUISITOS

Artigo 4º - Para o ingresso no Ensino Médio, em seus diversos formatos, o candidato deverá possuir o certificado de conclusão do Ensino Fundamental ou a Declaração de Concluciência são, assinada por agente escolar da escola de origem, com data de entrega do histórico escolar com Certificado de Conclusão, ou o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA.

Parágrafo único - Para os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio na modalidade EJA, o candidato deverá ter idade mínima de 18 anos, a completar até 31-01-2021.

Artigo 5º - Para o ingresso no Ensino Técnico no 1º módulo - Cursos do Ensino Técnico (presencial, semipresencial e on-line) o candidato deverá possuir:

§ 1º - Para candidato que concluiu ou está cursando o Ensino Médio: possuir Certificado de Conclusão do Ensino Médio ou declaração que está matriculado na 2ª ou 3ª série do Ensino Médio.

§ 2º - Para candidato que concluiu ou está cursando a Educação de Jovens e Adultos - EJA ou o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA: possuir Certificado de Conclusão do Ensino Médio ou declaração que está matriculado, a partir do 2º semestre da EJA ou 2 certificados de aprovação em áreas de estudos da EJA, ou Boletim de aprovação do ENCCEJA enviado pelo MEC, ou Certificado de aprovação do ENCCEJA em 2 áreas de estudos avaliadas.

§ 3º - Para candidato que realizou o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM até a edição de 2016: possuir Certificado ou Declaração de Conclusão do Ensino Médio, expedido por órgão competente.

§ 4º - Para o Curso de Técnico em Enfermagem o candidato deverá ter idade mínima de 18 anos, a completar até o dia 31-01-2021.

§ 5º - Para o Curso de Técnico em Cuidados de Idosos, o candidato deverá ter idade mínima de 18 anos, a completar até o dia 31-01-2021 e possuir certificado de Auxiliar de Enfermagem ou 2 módulos do Curso de Técnico em Enfermagem.

§ 6º - Caso seja ofertado o Curso de Técnico em Restaurante e Bar, o candidato deverá ter idade mínima de 18 anos, a completar até o dia 31-01-2021.

Artigo 6º - Para o ingresso nos Cursos de Especialização Técnica de nível médio (presencial e on-line) o candidato deverá ter concluído o Ensino Médio e também:

§ 1º - Ter cursado integralmente e concluído, até 31-12-2020, o Ensino Técnico associado ao Curso de Especialização pretendido conforme relação disponível no site www.vestibulinhoetec.com.br para os cursos de Especialização presenciais;

§ 2º – Qualquer curso Técnico ou Superior, até 31-12-2020 para o Curso de Especialização em Gestão de Projetos (EaD –On-line).

DO FUNCIONAMENTO DAS MODALIDADES

Artigo 7º - No Ensino Médio, em todos os seus formatos, o funcionamento das aulas se dará da seguinte forma:

§ 1º - O Ensino Médio com ênfase em Linguagens, Ciências Humanas e Sociais; Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde; Ciências Exatas e Engenharias funcionará em ½ período (manhã ou tarde) com os componentes da base nacional comum com ênfase em Projetos Interdisciplinares da Parte Diversificada, relacionados à pesquisa, ao planejamento e solução de problemas, com foco nas áreas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde; Ciências Exatas e Engenharias;

§ 2º - O Ensino Médio com Qualificação Profissional do Programa Novotec integrado funcionará em ½ período (manhã ou tarde) mesclando componentes da base nacional comum e alguns componentes profissionalizantes;

§ 3º - O Ensino Médio com Habilitação Técnica Profissional do Programa Novotec integrado funcionará em ½ período (manhã ou tarde) mesclando componentes da base nacional comum e componentes técnico profissionalizantes;

§ 4º - O Ensino Médio com Habilitação Profissional Técnica do Programa de Articulação da Formação Profissional Média e Superior – AMS do Programa Novotec integrado funcionará em ½ período (manhã ou tarde), mesclando componentes da base nacional comum curricular e componentes técnicos profissionalizantes, com possibilidade de prosseguimento de estudos em nível superior tecnológico, em curso correlato na Fatec, por mais dois anos. Além disso, as turmas terão 200 horas de atividades de contextualização profissional junto a empresas parceiras.

Para ingresso posterior na Fatec, serão consideradas, como critérios para o aluno desse Programa, a aprovação nos três anos do curso e a realização das atividades de contextualização profissional junto a empresas parceiras. As informações a respeito das Etecs em parceria com as Fatecs que ofertarão o Programa MAS serão disponibilizadas no Portal do Candidato.

§ 5º - O Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio funcionará em período integral (manhã e tarde) com componentes da base nacional comum integrada à formação profissional de técnico;

§ 6º - O Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) funcionará em ½ período com componentes da base nacional comum integrada com a formação profissional de técnico;

Artigo 8º - No 1º módulo dos Cursos do Ensino Técnico (presencial, semipresencial e on-line), o funcionamento das aulas se dará da seguinte forma:

§ 1º - Na modalidade presencial, a carga horária será desenvolvida em ambientes da unidade escolar, compreendendo salas de aula, laboratórios e oficinas, além da possibilidade, para o desenvolvimento da carga horária prática, de visitas técnicas a empresas, instituições, e outros locais do universo profissional.

I - O Curso de Técnico em Enfermagem, quando oferecido no período noturno, contará com aulas práticas obrigatórias aos sábados, quando as aulas voltarem na forma presencial. Nos 2º e 4º módulos do referido Curso Técnico, o estágio curricular supervisionado será no período diurno, em instituições de saúde públicas e/ou privadas fora da Etec/Extensão de Etec (Classe Descentralizada).

II - Os Cursos de Técnico em Agrimensura, Agroecologia, Agronegócio, Agropecuária, Cafeicultura, Florestas, Hidrologia, Meio Ambiente e de Zootecnia, quando oferecidos no período noturno, terão aulas práticas obrigatórias aos sábados quando as aulas voltarem na forma presencial.

III - Para o Curso de Técnico em Contabilidade a certificação, desde 02-06-2015, não prevê a obtenção de registro de Conselho da categoria da classe, conforme o disposto na Lei 12.249/10, que alterou o Decreto-Lei 9295, de 27-05-1946, artigo 12, parágrafo segundo.

IV - Para os cursos que possuem 20% da grade horária em EaD, serão ministrados nos termos do Art. 26, parágrafo único, da Resolução CNE/CEB 6, de 20-9-2012, sendo que até 20% da carga horária total do curso será ministrada através de atividades não presenciais, com a utilização de recurso educacional digital e o restante da carga horária será desenvolvida conforme a modalidade presencial: em ambientes da unidade escolar, compreendendo salas de aula, laboratórios e oficinas, além da possibilidade, para o desenvolvimento da carga horária prática, de visitas técnicas a empresas/instituições.

§ 2º - Na modalidade semipresencial, os alunos são organizados em turmas vinculadas às Etecs ofertantes do curso e apoiados, permanentemente, por professores mediadores de aprendizagem nas atividades presenciais e a distância. As atividades presenciais possuem duração de 5 horas semanais e acontecem nas Etecs. As atividades a distância ocorrem através de um Ambiente Virtual de Aprendizagem. Para o desenvolvimento destas atividades o aluno deverá estar conectado à internet. O acolhimento inicial e os exames finais de terminalidade de módulo/curso são presenciais. Por questões técnicas e/ou operacionais o Centro Paula Souza poderá, no decorrer do desenvolvimento do curso da modalidade semipresencial, remanejar os alunos para a modalidade on-line.

§ 3º - Na modalidade on-line os alunos são organizados em turmas virtuais e desenvolvem atividades a distância por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem. Para o desenvolvimento destas atividades o aluno deverá estar conectado à internet. O acolhimento inicial e os exames finais de terminalidade de módulo/curso são presenciais e acontecem na Etec polo, de apoio presencial, indicada pelo aluno.

Artigo 9º - Nos Cursos de Especialização Técnica de nível Médio, o funcionamento das aulas se dará da seguinte forma:

§ 1º - Na modalidade presencial, a carga horária será desenvolvida em ambientes da unidade escolar, compreendendo salas de aula, laboratórios e oficinas, além da possibilidade, para o desenvolvimento da carga horária prática, de visitas técnicas a empresas/instituições.

§ 2º - Na modalidade on-line os alunos são organizados em turmas virtuais e desenvolvem atividades a distância por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem. Para o desenvolvimento destas atividades o aluno deverá estar conectado à internet. O acolhimento inicial e os exames finais de terminalidade do curso são presenciais e acontecem na Etec polo, de apoio presencial, indicada pelo aluno.

DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO VESTIBULINHO

Artigo 10 – O Processo Seletivo vestibulinho do 1º semestre de 2021 seguirá o seguinte cronograma:

I - De 24-11 até às 15 horas do dia 14-12-2020 – Inscrições para o Processo Seletivo Vestibulinho no site www.vestibulinhoetec.com.br

II - De 15-12 até 30-12-2020 – Período para análise das notas lançadas e dos documentos de comprovação

III - Dia 31-12-2020 – Lista preliminar de inscrições deferidas e indeferidas

IV - De 04-01 até 05-01-2021 – Período para recurso contra a lista preliminar de inscrições (online) com a possibilidade de retificação de notas ou reenvio de documentos comprobatórios dos candidatos que tiveram a inscrição indeferida por informar erroneamente ou inserir a documentação ilegível, incompleta ou diversa do que deveria anexar.

V - Dia 13-01-2021 – Divulgação da Lista de inscrições deferidas após análise dos recursos

VI - Dia 19-01-2021 - Divulgação da Lista de classificação geral no site www.vestibulinhoetec.com.br e da 1ª Lista de convocação dos candidatos.

VII - De 20-01, 21-01 e 22-01-2021 - Matrícula da 1ª Lista de Convocação dos candidatos com envio da documentação dos candidatos classificados no site www.vestibulinhoetec.com.br.

VIII - Dia 29-01-2021 – Divulgação da 2ª Lista de convocação dos candidatos no site www.vestibulinhoetec.com.br.

IX - Dias 01-02 e 02-02-2021 – Matrícula da 2ª Lista de convocação dos candidatos.

Parágrafo Único - É de inteira responsabilidade do candidato a verificação da lista preliminar de inscrições deferidas e indeferidas, do período para recurso, da lista de classificação e da convocação para matrícula, de acordo com cronograma estabelecido neste artigo.

DA INSCRIÇÃO

Artigo 11 - Caberá à Unidade do Ensino Médio e Técnico - UEMT, do Centro Paula Souza, estabelecer orientações quanto às diretrizes e normas a serem seguidas na execução do processo de inscrições e classificação.

§ 1º - À UEMT caberá divulgar, por meio do Manual do Candidato e pelo site www.vestibulinhoetec.com.br, com a necessária antecedência, todas as informações e procedimentos referentes ao Processo Seletivo-Vestibulinho, do 1º semestre de 2021.

§ 2º - Caso o candidato não tenha acesso ao sistema de inscrição remota no formato online, no período de inscrição, este poderá comparecer à Etec para utilização de um terminal de computador com acesso à internet para realização da inscrição em data e horário a ser divulgado pela Unidade.

§ 3º - Somente será admitido na Unidade de Ensino o candidato que estiver portando máscaras de proteção facial com cobertura de nariz e boca, respeitando as demais medidas de proteção do Protocolo Sanitário Institucional do Centro Paula Souza.

Artigo 12 - As inscrições no Processo Seletivo-Vestibulinho, do 1º Semestre de 2021, serão efetuadas somente por meio eletrônico, no site www.vestibulinhoetec.com.br.

Artigo 13 - Para se inscrever no Processo Seletivo-Vestibulinho, do 1º Semestre de 2021, o candidato deverá observar os seguintes períodos e procedimentos:

§ 1º - As inscrições eletrônicas deverão ser efetuadas no período de 24-11-2020 até as 15h do dia 14-12-2020, no site www.vestibulinhoetec.com.br, através da área do candidato, que será acessada somente pelo CPF (Cadastro de Pessoa Física) do candidato e de senha de segurança, cadastrada pelo candidato, no início da inscrição.

§ 2º - O preenchimento da Ficha de Inscrição eletrônica é de responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu representante legal (pai, mãe, curador ou tutor), quando menor de 16 anos. Desta forma, para realizar a inscrição o candidato deverá cumprir todas as etapas da ficha eletrônica, conforme procedimentos a seguir:

I - Ler atentamente as instruções constantes do Manual do Candidato, disponibilizado no site www.vestibulinhoetec.com.br;

II - Fornecer os seus dados pessoais, o nome completo da mãe e preencher o questionário socioeconômico;

III - Indicar o seu próprio número de CPF. O candidato que ainda não possui CPF deverá consultar o site www.receita.fazenda.gov.br, onde constam informações de como obtê-lo, para poder realizar a sua inscrição;

IV - Indicar a Etec/Extensão de Etec (Classe Descentralizada), o curso e o período em que pretende estudar;

V - Apenas o candidato da 1ª série do Ensino Médio em todos os seus formatos e do 1º módulo dos Cursos do Ensino Técnico (presencial e semipresencial) poderá indicar, se desejar, quando disponível, como 2ª opção, outro curso ou período, somente na Etec e/ou Extensão de Etec (Classe Descentralizada) para o qual se inscreveu em 1ª opção;

VI - Fazer o upload legível do Documento de Identificação (RG ou RNE). Considera-se, para upload no sistema, documento que comprova o número do RG:

a) Documento de identidade expedido pela Secretaria de Segurança Pública (RG), pelas Forças Armadas ou pela Polícia Militar;

b) Cédula de Identidade de Estrangeiro (RNE), dentro da validade.

c) Carteira Nacional de Habilitação expedida nos termos da Lei Federal 9.503/97.

d) Não serão aceitos documentos expedidos por Ordem ou Conselho Profissional (exemplo: OAB, Crea, Coren, CRC e outros).

e) Em caso de perda, roubo ou extravio de "documento de identidade", o candidato deverá realizar upload dos seguintes documentos:

1. Boletim de Ocorrência Policial ou Declaração/Certidão de Extravio de Documento, datado de no máximo 6 meses antes do último dia de inscrições, justificando o fato ocorrido.

2. Certidão/registro de nascimento para o candidato portador do protocolo do documento de identidade (RG) expedido pela Secretaria de Segurança Pública ou de protocolo de RNE expedido pelo Departamento de Polícia Federal competente. A certidão de casamento substitui a certidão/registro de nascimento.

f. Caso o candidato, possua protocolo de retirada de RG ou ainda não tenha conseguido agendamento para a retirada do RG, este deverá realizar upload dos seguintes documentos:

1. Uma foto recente de rosto do candidato tamanho 3x4 com fundo neutro.

2. Certidão/registro de nascimento.

VII - Inserir no sistema de inscrição as notas de Língua Portuguesa (ou Português) e Matemática e fazer o upload legível dos documentos para comprovação das notas inseridas, conforme especificado no Artigo 19;

VIII - Em hipótese alguma será aceita documentação encaminhada por via postal, fax, correio eletrônico ou meio diferente do definido neste edital;

IX - Responder ao item referente ao Sistema de Pontuação Acrescida ("afrodescendência" e "escolaridade pública"). Apenas as respostas dos candidatos inscritos para o Ensino Médio em todos os seus formatos e os Cursos do Ensino Técnico (presencial, semipresencial e on-line) serão consideradas para fins de pontuação acrescida. As respostas dos candidatos inscritos para os Cursos de Especialização serão utilizadas pelo Centro Paula Souza somente a título de pesquisa;

X - Indicar, obrigatoriamente, no caso de candidato menor de 16 anos, no momento do preenchimento da Ficha de Inscrição eletrônica, o nome e número do CPF de seu representante legal (pai, mãe, curador ou tutor);

XI - Conferir todos os dados fornecidos na Ficha de Inscrição eletrônica, ler atentamente o "requerimento de inscrição" e confirmar as informações;

XII - Efetivar o pagamento da taxa de inscrição;

XIII - Imprimir e guardar uma cópia dos documentos gerados no momento da inscrição, bem como do boleto e do comprovante de pagamento da taxa de inscrição, para apresentação, quando solicitado, para fins de comprovação;

XIV - É obrigatório o candidato ou seu representante legal, tomar conhecimento de todas as normas e procedimentos indicados no Manual do Candidato, o qual estará disponibilizado no site www.vestibulinhoetec.com.br.

XV - Não serão permitidas, em hipótese alguma, alterações ou inclusões na Ficha de Inscrição eletrônica, principalmente nos campos "Etec/Extensão de Etec (Classe Descentralizada)", "curso e período" e Sistema de Pontuação Acrescida ("afrodescendência" e "escolaridade pública"), após o encerramento do período de inscrições e/ou pagamento da taxa de inscrição do Processo Seletivo-Vestibulinho.

XVI - Em caso de dúvidas, o candidato poderá acessar o "Fale Conosco" do site www.vestibulinhoetec.com.br e encaminhar sua mensagem ou, ainda, entrar em contato com a Central de Informações ao Candidato pelos telefones: Capital e Grande São Paulo (11) 3471-4071 e demais localidades: 0800 772 2829.

§ 3º - O candidato beneficiado com a redução da taxa deverá realizar sua inscrição no Processo Seletivo Vestibulinho, do 1º Semestre de 2021, para a Etec escolhida, somente no site www.vestibulinhoetec.com.br, no período de 01-12 até as 15h do dia 14-12-2020. Em caso de dúvidas, o candidato deverá entrar em contato com a Central de Informações ou enviar um e-mail pelo "Fale Conosco" do site www.vestibulinhoetec.com.br.

§ 4º - O candidato que desejar, poderá efetuar mais de uma inscrição para concorrer a uma vaga em outro curso na mesma Etec/Classe descentralizada ou em outra Etec/Classe descentralizada mediante realização de nova inscrição e pagamento de nova taxa para cada inscrição que pretenda realizar. Para cada inscrição realizada o candidato poderá indicar um curso em 1ª e 2ª opção (se disponível).

DA INDICAÇÃO DAS NOTAS

Artigo 14 – O candidato deverá inserir as notas obtidas em Língua Portuguesa (ou Português) e Matemática considerando a seguir:

§ 1º - Para candidatos ao Ensino Médio em todos os seus formatos, inserir a nota final da disciplina de Língua Portuguesa (ou Português) e de Matemática, obtida no 8º ano do Ensino Fundamental de 9 anos ou da 7ª série do Ensino Fundamental de 8 anos concluído até 31-12-2019. Em caso de reclassificação, ou seja, não cursou o 8ª ano/7ª série do Ensino Fundamental, tendo realizado avaliação de competências e foi matriculado em série mais avançada, inserir a nota de Língua Portuguesa (ou Português) e de Matemática da última série completamente cursada do Ensino Fundamental.

§ 2º - Para candidatos ao Ensino Técnico – 1º Módulo (presencial, semipresencial e on-line), inserir a nota final da disciplina de Língua Portuguesa (ou Português) e de Matemática, obtida no 9º ano do Ensino Fundamental de 9 anos ou da 8ª série do Ensino Fundamental de 8 anos concluída até 31-12-2019.

§ 3º - Para candidatos aos Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio (presencial e on-line), inserir a nota final da disciplina de Língua Portuguesa (ou Português) e de Matemática, obtida na 2ª série do Ensino Médio concluída até 31-12-2019.

I - Em caso de reclassificação, ou seja, não cursou a 2ª série do Ensino Médio, tendo realizado avaliação de competências e foi matriculado em série mais avançada, inserir a nota de Língua Portuguesa (ou Português) e de Matemática da última série completamente cursada do Ensino Médio até 31-12-2019.

II - Em caso de ter concluído o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – até o exame de 2016, ou equivalentes, inserir a nota de Língua Portuguesa (ou Português) e de Matemática com a nota obtida na certificação.

DAS INFORMAÇÕES SOBRE A INDICAÇÃO DAS NOTAS LANÇADAS

Artigo 15 – Caso a disciplina Língua Portuguesa (Português) tenha sido cursada acompanhada de outras (por exemplo: Língua Portuguesa, Literatura e Gramática), o candidato deverá inserir apenas as notas da disciplina de Língua Portuguesa.

Parágrafo Único - Caso a disciplina Língua Portuguesa (Português) não tenha sido cursada, inserir a média simples das disciplinas equivalentes constantes no Anexo III.

Artigo 16 – Caso a disciplina Matemática tenha sido cursada acompanhada de outras (por exemplo: Matemática, Geometria e Álgebra), o candidato deverá inserir apenas as notas da disciplina de Matemática.

Parágrafo Único - Caso a disciplina de Matemática não tenha sido cursada, inserir a média simples das disciplinas equivalentes constantes no Anexo III;

Artigo 17 – Os candidatos que cursaram o Ensino Fundamental e/ou Médio no exterior deverão incluir as notas de Matemática e da Língua Oficial escolar, Histórico Escolar (frente e verso) contendo as notas finais de Matemática e da Língua Oficial escolar, além do Parecer de Equivalência de Estudos e declaração do respectivo Consulado atestando a autenticidade do Histórico Escolar apresentado. O documento comprobatório de equivalência de estudos anexado deverá ser apresentado por meio de atestado emitido por órgão competente, como a Secretaria de Estado da Educação.

Artigo 18 – No sistema de inscrição está previsto para indicação do candidato uma série de notas, entre conceitos alfabéticos e numéricos.

§ 1º - Caso a instituição de ensino do candidato utilize conceitos alfabéticos e numéricos não previstos nesta Portaria (Anexo III), o candidato deverá solicitar na instituição de origem o preenchimento da declaração constante no Anexo I (Opção 1, 2 ou 3 – conforme a situação), convertendo em ambos os casos para nota numérica (0,00 a 10,00) o conceito do candidato.

§ 2º - O conceito utilizado para classificação do candidato será o numérico, com dois dígitos após a vírgula (0,00 a 10,00).

§ 3º - Se o Histórico Escolar ou Declaração equivalente apresentar conceitos que não sejam numéricos, notas diferentes da classificação de 0,00 a 10,00 ou uma única média global do estudante, o candidato deverá solicitar na instituição de origem o preenchimento da declaração constante no Anexo I (Opção 1, 2 ou 3 – conforme a situação), convertendo em todos os casos para nota numérica (0,00 a 10,00) o conceito obtido.

§ 4º - Não será necessária a Declaração de Conversão de Notas para os candidatos portadores de Histórico Escolar na escala de 0 a 100, para candidatos que tenham obtido o Certificado do Ensino Médio por meio do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – (ENCCEJA) e para os que tenham obtido a Certificação do Ensino Médio por meio do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM até a edição de 2016.

a) Os candidatos relacionados neste inciso deverão, no momento da indicação das notas, selecionar a escala correspondente ao seu documento:

1. Histórico Escolar: escala de 0 a 100

2. ENCEEJA: escala de 0 a 180

3. ENEM: escala de 0 a 1000

b) O sistema fará automaticamente a conversão das notas numéricas para uma escala de 0 a 10.

c) A comprovação das notas indicadas será efetuada conforme o disposto no Artigo 19.

DOS DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO DAS NOTAS INDICADAS

Artigo 19 – O candidato deverá inserir, na ficha de inscrição eletrônica no campo específico para tal, os documentos que comprovem as notas lançadas/indicadas por este.

§ 1º - Para os candidatos ao Ensino Médio em todos os seus formatos:

I - Histórico Escolar contendo as notas de Português e Matemática do 8º ano do Ensino Fundamental de 9 anos ou da 7ª série do Ensino Fundamental de 8 anos, concluída até 31-12-2019; ou

II - Declaração Escolar contendo as notas obtidas de Português e Matemática do 8º ano do Ensino Fundamental de 9 anos ou da 7ª série do Ensino Fundamental de 8 anos, concluída até 31-12-2019, assinada por agente escolar da escola de origem. Anexo I – Opção 1; ou

III - Apenas para quem é ou foi aluno da rede municipal da Cidade de São Paulo, Boletim Escolar Digital contendo as notas de Português e Matemática do 8º ano do Ensino Fundamental de 9 anos ou da 7ª série do Ensino Fundamental de 8 anos, concluída até 31-12-2019. O boletim poderá ser obtido através do site: http://boletimonline.sme.prefeitura.sp.gov.br/ e deverá constar todas as informações do candidato (nome, série, conceitos finais e resultado final).

IV - Apenas para quem é ou foi aluno da rede de escolas estaduais de São Paulo, do 8º ano do Ensino Fundamental de 9 anos ou da 7ª série do Ensino Fundamental de 8 anos, concluída até 31-12-2019. O boletim poderá ser obtido através do site: https://sed.educacao.sp.gov.br/boletim/boletimescolar e deverá constar todas as informações do candidato (nome, série, conceitos finais e resultado final).

V - Apenas para quem é ou foi aluno da rede particular de ensino, do 8º ano do Ensino Fundamental de 9 anos ou da 7ª série do Ensino Fundamental de 8 anos, concluída até 31-12-2019, será aceito o boletim/ficha individual do aluno, devendo conter todas as informações do candidato (nome, série, conceitos finais e resultado final).

§ 2º - Para os candidatos aos Cursos do Ensino Técnico – 1º Módulo (presencial, semipresencial e on-line):

I - Histórico Escolar contendo as notas de Português e Matemática do 9º ano do Ensino Fundamental de 9 anos ou da 8ª série do Ensino Fundamental de 8 anos, concluída até 31-12-2019; ou

II - Declaração Escolar contendo as notas obtidas de Português e Matemática do 9º ano do Ensino Fundamental de 9 anos ou da 8ª série do Ensino Fundamental de 8 anos, concluída até 31-12-2019, assinada por agente escolar da escola de origem. Anexo I – Opção 2; ou

III - Apenas para quem é ou foi aluno da rede municipal da Cidade de São Paulo, Boletim Escolar Digital contendo as notas de Português e Matemática do 9º ano do Ensino Fundamental de 9 anos ou da 8ª série do Ensino Fundamental de 8 anos, concluída até 31-12-2019. O boletim poderá ser obtido através do site: http://boletimonline.sme.prefeitura.sp.gov.br/ e deverá constar todas as informações do candidato (nome, série, conceitos finais e resultado final).

IV - Apenas para quem é ou foi aluno da rede de escolas estaduais de São Paulo, do 9º ano do Ensino Fundamental de 9 anos ou da 8ª série do Ensino Fundamental de 8 anos, concluída até 31-12-2019. O boletim poderá ser obtido através do site: https://sed.educacao.sp.gov.br/boletim/boletimescolar e deverá constar todas as informações do candidato (nome, série, conceitos finais e resultado final).

V - Apenas para quem é ou foi aluno da rede particular de ensino, do 9º ano do Ensino Fundamental de 9 anos ou da 8ª série do Ensino Fundamental de 8 anos, concluída até 31-12-2019, será aceito o boletim/ficha individual do aluno, devendo conter todas as informações do candidato (nome, série, conceitos finais e resultado final).

§ 3º - Para os candidatos aos Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio (presencial e on-line) deverão apresentar:

I - Histórico Escolar contendo as notas de Português e Matemática da 2ª série do Ensino Médio, concluída até 31-12-2019; ou

II - Declaração Escolar contendo as notas obtidas de Português e Matemática da 2ª série do Ensino Médio, concluída até 31-12-2019 assinada por agente escolar da escola de origem. Anexo I – Opção 3; ou

III - Apenas para quem é ou foi aluno da rede de escolas estaduais de São Paulo, Boletim Escolar Digital contendo as notas de Português e Matemática da 2ª série do Ensino Médio, concluída até 31-12-2019. O boletim poderá ser obtido através do site: https://sed.educacao.sp.gov.br/boletim/boletimescolar e deverá constar todas as informações do candidato (nome, série, conceitos finais e resultado final); ou

IV - Para quem já é aluno das Etecs do Centro Paula Souza, Declaração Escolar contendo as notas obtidas de Língua Portuguesa (Português) e Matemática da 2ª série do Ensino Médio, ou o Boletim do Sistema Acadêmico "NSA" ou "SIGA" contendo as notas de Português e Matemática da 2ª série do Ensino Médio, concluída até 31-12-2019.

V - Para candidatos que concluíram o Ensino Médio por meio do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – (ENCCEJA), Certificado de Conclusão do Ensino Médio (frente e verso), expedido por órgão competente, contendo as notas finais de Português e Matemática ou equivalentes do Ensino Médio.

VI - Para os candidatos que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM até a edição de 2016 – Certificado ou Declaração de Conclusão do Ensino Médio, expedido pelos Institutos Federais ou pela Secretaria da Educação do Estado correspondente.

Artigo 20 - Os candidatos que realizaram estudos em outro país, deverão apresentar, ainda, no ato da inscrição, Histórico Escolar (frente e verso) contendo as notas finais de Matemática e da Língua Oficial escolar, o parecer de equivalência de estudos realizados no Exterior, emitido pela Secretaria da Educação ou Conselho Estadual de Educação e declaração do respectivo Consulado atestando a autenticidade do Histórico Escolar apresentado.

Artigo 21 – Os candidatos deverão observar os seguintes itens ao inserir a documentação no sistema de inscrição:

§ 1º - A documentação inserida deverá permitir a verificação de todas as informações constantes no documento (nome completo, série, notas/conceitos, disciplinas, assinaturas etc.);

§ 2º - Os documentos inseridos no sistema de inscrição deverão conter nome, carimbo e assinatura de responsável da instituição, assim como dados de contato;

§ 3º - Não serão aceitas Declarações que alterem conceitos, já previstos nesta Portaria, para notas numéricas, divergentes do estabelecido no Anexo III.

§ 4º - Em hipótese alguma será aceita documentação encaminhada por via postal, correio eletrônico ou meio diferente do definido nesta Portaria;

Artigo 22 – As notas e documentos inseridos no sistema de inscrição pelos candidatos serão conferidas pela instituição responsável pela realização do Processo Seletivo Vestibulinho com base na documentação apresentada pelo candidato, caso haja divergência nas informações, serão consideradas as notas constantes nos documentos.

DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Artigo 23 - A taxa de inscrição no valor de R$ 19,00 deverá ser paga no período de 24-11 até o dia 14-12-2020, em dinheiro, na agência bancária de sua preferência, no horário de expediente, mediante a apresentação do boleto impresso no momento da inscrição eletrônica ou ainda, via internet, através do banco do candidato ou ainda através da ferramenta getnet (pagamento com cartão de crédito) disponível no site www.vestibulinhoetec.com.br.

§ 1º - A inscrição somente será efetivada após o pagamento dentro do prazo estabelecido para a inscrição e posterior confirmação da quitação pela rede bancária.

§ 2º - O candidato receberá a confirmação da efetivação de sua inscrição no presente Processo Seletivo-Vestibulinho, até 10 dias após o pagamento da taxa de inscrição. Esta confirmação será enviada ao e-mail informado na Ficha de Inscrição eletrônica, desde que esteja correto e disponível para o recebimento de mensagens.

§ 3º - A taxa de inscrição terá validade para o presente Processo Seletivo-Vestibulinho e, uma vez paga, não será devolvida, ainda que efetuada a mais ou em duplicidade, exceto no caso de não haver implantação do curso por falta de demanda, tendo assim o candidato direito ao ressarcimento do valor da taxa de inscrição.

a) Caso a inscrição seja indeferida o valor da taxa de inscrição não será, em hipótese alguma, devolvido.

§ 4º - Não serão aceitos, em hipótese alguma, como comprovantes de pagamento da taxa de inscrição:

I - Demonstrativo de agendamento de pagamento de título de cobrança;

II - Comprovante de pagamento de conta por envelope;

III - Transferência eletrônica;

IV - DOC e DOC eletrônico;

V - TED;

VI - Ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente;

VII - Cartão de Crédito fora da ferramenta getnet disponibilizada no site www.vestibulinhoetec.com.br.

§ 5º - Para obtenção de 2ª via do boleto bancário, o candidato deverá acessar o site www.vestibulinhoetec.com.br, na seção "Área do Candidato", no link "2ª via do boleto bancário" e imprimir o referido boleto, o qual estará disponível somente até as 20h da data-limite do encerramento das inscrições, ou seja, até as 20h do dia 14-12-2020.

§ 6º - Não poderá participar do Processo Seletivo Vestibulinho, do 1º Semestre de 2021, o candidato que não completar sua inscrição até às 15h de 14-12-2020 e não pagar a taxa de inscrição até o fim do expediente bancário de 14-12-2020, e não tiver como comprovar que o pagamento foi efetivado e compensado até o dia 14-12-2020.

§ 7º - A confirmação de inscrição no Processo Seletivo Vestibulinho pelo pagamento da taxa de inscrição e upload dos documentos não garantem a vaga no curso e Etec escolhidos. Haverá uma etapa de análise e classificação dos candidatos após conferência da documentação e das notas das disciplinas de Português e Matemática inseridas no sistema de inscrição.

§ 8º - Para o candidato que se inscrever no presente Processo Seletivo-Vestibulinho, caso deseje verificar o status (situação) de sua inscrição e/ou imprimir a sua Ficha de Inscrição, deverá acessar o site www.vestibulinhoetec.com.br, na seção "Área do Candidato".

DA DEMANDA

Artigo 24 - Quando a inscrição no Ensino Médio em todos os seus formatos e ou no Ensino Técnico (presencial e semipresencial) não atingir a demanda 1,5 candidato/vaga, o curso será objeto de estudo pela UEMT para sua implantação.

§ 1º - Caso a implantação do curso seja indeferida, o candidato terá sua inscrição automaticamente remanejada para a 2ª opção indicada, quando o mesmo indicar a 2ª opção.

§ 2º - Caso a 2ª opção indicada pelo candidato não atinja a demanda 1,5 candidato/vaga, o curso será objeto de novo estudo pela UEMT para sua implantação.

§ 3 – Quando a inscrição no Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio na Modalidade EJA, não atingir a demanda 1,5 candidato/vaga, o curso será objeto de estudo pela UEMT para sua implantação, não havendo ao candidato a escolha de 2ª opção.

Artigo 25 - Os candidatos inscritos nos cursos do 1º módulo do Ensino Técnico (on-line) e Especialização Técnica de Nível Médio (on-line) concorrerão à seguinte oferta de vagas:

I - 600 vagas para o Curso de Técnico em Administração;

II - 300 vagas para o Curso de Técnico em Comércio;

III - 400 vagas para o Curso de Técnico em Desenvolvimento de Sistemas;

IV - 400 vagas para o Curso de Técnico em Guia de Turismo;

V - 300 vagas para o Curso de Técnico em Secretariado;

VI - 400 vagas para o Curso de Técnico em Transações Imobiliárias;

VII - 300 vagas para o curso de Especialização Técnica em Gestão de Projetos.

Parágrafo Único - não caberá ao candidato inscrito na modalidade on-line a possibilidade de escolha de 2ª opção.

Artigo 26 - A chamada de candidatos em 2ª opção só ocorrerá após terem sido chamados todos os candidatos aptos em 1ª opção.

Parágrafo Único - A lista de candidatos aptos na 2ª opção será formada pelos candidatos que não foram classificados dentro do limite de vagas fixados para o curso escolhido em 1ª opção.

DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

Artigo 27 – O candidato que possui deficiência poderá fazer sua indicação durante o preenchimento do questionário socioeconômico para, em eventual matrícula, a Etec/Classe Descentralizada providenciar ambiente adequado de aprendizagem, tais como acessibilidade física e/ou acesso às tecnologias adaptativas para acompanhamento das aulas.

Parágrafo único - Os candidatos que se declararem com deficiência no questionário socioeconômico concorrem em igualdade de condições com os demais candidatos no tocante a pontuação, classificação geral e convocação para a matrícula. Não há cotas exclusivas de ingresso.

DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO ACRESCIDA

Artigo 28 - O Sistema de Pontuação Acrescida, instituído pelo Decreto Estadual 49.602, de 13-05-2005, e nos termos da Deliberação Ceeteps 08, de 02-08-2007, implica no acréscimo de pontos à nota final obtida em processo seletivo, ao candidato que declare ser afrodescendente e/ou demonstre ter cursado integralmente da 5ª a 8ª série ou do 6º ao 9º ano do ensino fundamental em instituições públicas.

§ 1º - A nota final para os Cursos de Especialização não prevê pontuação acrescida. As respostas dos candidatos inscritos, relativas ao Sistema de Pontuação Acrescida, serão utilizadas pelo Centro Paula Souza somente a título de pesquisa.

§ 2º - Poderão ser acrescidos os seguintes percentuais à nota final do candidato do Processo Seletivo-Vestibulinho inscrito para o Ensino Médio em todos os seus formatos e para o 1º módulo dos Cursos do Ensino Técnico (presencial, semipresencial e on-line):

I - 3% para o candidato que se declarar afrodescendente;

II - 10% para o candidato que declarar ter cursado integralmente da 5ª a 8ª série ou do 6º ao 9º ano do ensino fundamental em instituições públicas, devendo, no ato da inscrição, apresentar o(s) documento(s) comprobatório(s) demonstrando esta escolaridade;

III - 13% para o candidato que atender cumulativamente os itens 1 e 2 - "afrodescendência" e "escolaridade pública".

§ 3º - Conforme Artigo 5º do Decreto Estadual 49.602/05, "Compreendem-se como afrodescendentes os pretos e os pardos, assim definidos, quando necessário, por autodeclaração".

§ 4º - Todo candidato que utilizar o Sistema de Pontuação Acrescida, pelo item "escolaridade pública", deverá obrigatoriamente ter cursado integralmente a 5ª, a 6ª, a 7ª e a 8ª série ou o 6º, o 7º, o 8º e o 9º ano do ensino fundamental, em instituições públicas e, quando da convocação para a matrícula, apresentar o(s) documento(s) comprobatório(s) demonstrando esta escolaridade.

§ 5º - Todo candidato que utilizar o Sistema de Pontuação Acrescida, pelo item "escolaridade pública", deverá observar o seguinte:

I - A declaração escolar, quando da matrícula, deverá ser apresentada conforme o modelo disponibilizado no Anexo II desta portaria.

II - Caso o candidato faça uso desse benefício e não comprove, quando da matrícula, ter cursado integralmente da 5ª a 8ª

série ou do 6º ao 9º ano do ensino fundamental em instituições públicas, este será desclassificado e perderá o direito à vaga.

§ 6º - Instituições públicas são as criadas e mantidas pelo poder público federal, estadual, municipal ou pelo Distrito Federal. A gratuidade do ensino não indica, necessariamente, que a escola seja pública. Escolas vinculadas a fundações, cooperativas, Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senac) etc, embora gratuitas, são consideradas particulares em função de sua dependência administrativa junto ao setor privado.

DA DIVULGAÇÃO DA LISTA PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS

Artigo 29 – No dia 31-12-2020 será divulgada, no site www.vestibulinhoetec.com.br, após conferência da documentação e das notas das disciplinas de Português e Matemática inseridas no sistema de inscrição, a Lista Preliminar de Inscrições Deferidas e Indeferidas.

§ 1º - Poderá ser interposto recurso nos dias 04 e 05-01-2021 por parte do candidato que tiver sua inscrição indeferida ou deferida em desacordo com os documentos apresentados, garantido o direito de ampla defesa conforme cronograma do Processo Seletivo Vestibulinho, no site www.vestibulinhoetec.com.br, em link específico para tal.

§ 2º - Nos dias 04-01 e 05-01-2021 o candidato poderá retificar as notas inseridas ou reenviar os documentos comprobatórios por informar erroneamente ou inserir a documentação ilegível, incompleta ou diversa do que deveria anexar.

§ 3º - O resultado do recurso será divulgado na data estabelecida no cronograma do Processo Seletivo Vestibulinho.

§ 4º - Não serão aceitos recursos interpostos fora do prazo e da forma estabelecidos nesta Portaria e do Manual do Candidato.

DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

Artigo 30 - A seleção será realizada por meio da análise do rendimento escolar apresentado pelas notas informadas pelo candidato no site, conjuntamente com a conferência do Histórico Escolar/Boletim Escolar ou Declaração da Escola, de acordo com a modalidade do curso realizado e/ou notas obtidas durante a escolarização correspondente.

Artigo 31 - A nota final de classificação do Vestibulinho para Ensino Médio em todos os seus formatos, para o 1º módulo dos Cursos do Ensino Técnico (presencial, semipresencial e on-line) e para os Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio, será obtida pela média da nota final de Português e Matemática.

§ 1º - Estabelece-se a seguir o processo de classificação dos candidatos que será por rendimento escolar:

Somatória dos pontos obtidos em Português e Matemática, sendo P, o total de pontos, multiplicando pelo fator único de 2,5.

Neste caso a fórmula seria:

P = 2,5.(Total de Pontos em Português + Total de Pontos em Matemática).

Para o candidato que utilizar o Sistema de Pontuação Acrescida, sua nota final será obtida pela seguinte fórmula:

PF = P.(1 + A + E), em que:

PF = pontuação final;

P = total de pontos obtidos pela fórmula de soma dos pontos de Português e Matemática;

A (valor 3% = 0,03) = para o interessado que se declarar afrodescendente;

E (valor 10% = 0,10) = para o interessado que declarar ter cursado integralmente da 5ª a 8ª série ou do 6º ao 9º ano do ensino fundamental em instituições públicas.

§ 2º - Ocorrendo empate, terá preferência o candidato que atender às condições abaixo relacionadas, que se constituem nos critérios adotados para desempate:

I - Maior nota em Português;

II - Maior nota em Matemática;

III - Tiver maior idade, de acordo com a data de nascimento;

IV - Por sorteio.

§ 3º - A classificação será divulgada, por unidade, curso e turno, com nome e número de inscrição, informações sobre escolaridade pública, autodeclaração de afrodescendência e notas, no site www.vestibulinhoetec.com.br.

DOS CURSOS COM PROVA ON-LINE DE APTIDÃO

Artigo 32 - Os candidatos inscritos para os Cursos de Técnico em Canto, Dança, Regência e Teatro serão avaliados por análise de rendimento escolar, conforme o descrito anteriormente, e também por prova de aptidão.

§ 1º - A prova de aptidão on-line será aplicada após a divulgação da lista de convocação da habilitação.

§ 2º - A prova de aptidão on-line será realizada somente pelos até 90 primeiros classificados na avaliação de rendimento escolar, dos Cursos de Técnico em Canto, Dança, Regência e Teatro, sendo desconsiderada a pontuação da primeira fase.

§ 3º - As provas de aptidão serão realizadas conforme especificado a seguir:

I - Para o Curso de Técnico em Canto:

a) A prova de aptidão constará de parte escrita e prática que abordarão:

1. a Percepção Auditiva – acuidade auditiva elementar a respeito de parâmetros sonoros e musicais;

2. a Acuidade Vocal – capacidade de afinação e de precisão rítmica, bem como de memória musical;

3. a Acuidade da Linguagem – capacidade de pensar palavras e de usar a linguagem oral para expressar significados complexos.

b) A parte escrita será constituída de 3 questões dissertativas a serem definidas pela Etec selecionadora, sendo cada questão respondida em até 400 caracteres.

c) A parte prática constará de envio de um vídeo pelo candidato, cantando obrigatoriamente com playback, uma das canções que serão determinadas pela Etec selecionadora. Para isso, será necessário a utilização de aplicativo de sobreposição de vídeo. Sugere-se usar o "Coro Virtual" que é gratuito.

d) Como suporte, serão disponibilizados pela Etec selecionadora, em formato mp3 / PDF os playbacks (em tonalidades que atendam às diferentes tessituras vocais) e partituras, para referência do candidato.

e) O vídeo deverá ser gravado em formato paisagem (celular deitado), enquadrado ao menos da cintura para cima, exibindo o rosto do candidato, e enviado no formato mp4 ou MOV, com resolução sugerida de 720p.

II - Para o Curso de Técnico em Dança:

a) A prova de aptidão abordará:

1. a Percepção do corpo - Organização da estrutura do movimento corporal, uso das articulações, alinhamento corporal e domínio do peso;

2. a Percepção do espaço – Utilização do espaço cênico, direções espaciais, níveis e deslocamentos;

3. a Percepção do tempo - Organização do movimento em relação ao tempo: pulsação, ritmo e frase musical; e a

4. Criatividade - Compreensão, organização e criatividade para a realização de um trabalho de criação coreográfica.

b) Para execução da prova de aptidão, o candidato fará uma prova escrita que será constituída de até 6 questões dissertativas a serem definidas pela Etec selecionadora, sendo cada questão respondida em até 400 caracteres.

c) Terá também uma prova prática que será constituída por uma aula guiada por voz (podendo conter imagens, vídeos ou somente som a ser disponibilizado pela Etec selecionadora) a fim de preparar o corpo e percorrer questões sobre os fatores de movimentos e temas ligados à Dança.

d) O candidato deverá criar um vídeo, com duração exata de um minuto (não podendo ter mais ou menos) Contendo as orientações informadas através da aula guiada. O vídeo deverá ser enviado no formato mp4 ou MOV, com resolução de até 720p.

III - Para o Curso de Técnico em Regência:

a) A prova de aptidão constará de parte escrita e prática, que abordarão:

1. a Percepção Auditiva - acuidade auditiva elementar a respeito de parâmetros sonoros e musicais;

2. a Acuidade Vocal - capacidade de afinação e de precisão rítmica, bem como de memória musical;

3. Prontidão – capacidade de disponibilidade corporal ou capacidade de responder a estímulos em um fraseado musical.

b) A parte escrita será constituída de 3 questões dissertativas a serem definidas pela Etec selecionadora, sendo cada questão respondida em até 400 caracteres.

c) A parte prática constará do envio de dois vídeos a saber:

1. No vídeo 1, o candidato ouvirá um excerto musical a duas vozes a ser disponibilizado pela Etec selecionadora, em formato mp3, e deverá escolher uma delas, memorizá-la e, em seguida, enviar um vídeo cantando a melodia escolhida, com letra disponibilizada. O vídeo deverá ser gravado em formato paisagem (celular deitado), enquadrando ao menos da cintura para cima, exibindo o rosto do candidato e enviado no formato mp4 ou MOV, com resolução sugerida de 720p.

2. No vídeo 2, o candidato assistirá a um vídeo de um exercício musical/corporal a der disponibilizado pela Etec selecionadora, e gravar um vídeo de corpo inteiro reproduzindo a atividade. O vídeo deverá ser gravado em formato paisagem (celular deitado), enquadrando o corpo inteiro, exibindo o rosto do candidato e enviado no formato mp4 ou MOV, com resolução sugerida de 720p.

IV - Para o Curso de Técnico em Teatro:

a) A prova de aptidão constará de parte escrita e prática, que abordarão:

1. a acuidade da Linguagem Oral – capacidade de usar a linguagem oral para expressar significados complexos;

2. a acuidade da linguagem Escrita – capacidade de análise e uso de vocabulário diversificado e artístico da linguagem de forma sensível à diversidade de sentidos inerentes à linguagem;

3. a Percepção do corpo – Organização básica do movimento corporal, alinhamento corporal e domínio do peso;

4. a Percepção do espaço – Utilização do espaço cênico, direções espaciais, níveis e deslocamentos.

b) A prova escrita será constituída de 2 questões dissertativas a serem definidas pela Etec selecionadora, sendo cada questão respondida em até 600 caracteres.

c) A prova prática constará do envio de um vídeo de uma cena teatral, de livre criação e autoria, desenvolvida a partir do tema a ser determinado pela Etec selecionadora. O candidato deverá exercitar sua criatividade para explorar ações, gestos e modos distintos de falar, além de explorar sua percepção em ser a principal imagem que deve aparecer no vídeo, utilizando de sua expressividade vocal e corporal de maneira criativa.

Artigo 33 - As listas de convocação para a prova de aptidão on-line para ingresso no 1º módulo para os Cursos de Técnico em Dança, de Técnico em Regência, de Técnico em Canto e de Técnico em Teatro serão divulgados, no dia 14-01-2021 na Etec/Extensão de Etec (Classe Descentralizada) em que o candidato pretende estudar e no site www.vestibulinhoetec.com.br, sendo composta por todos os candidatos inscritos na Etec/Extensão de Etec (Classe Descentralizada), para o mesmo curso e período, em ordem decrescente de notas finais.

§ 1º - Não serão fornecidas informações a respeito da lista de convocação por telefone, carta ou e-mail.

§ 2º - A realização das provas on-line de aptidão dos Cursos de Canto, Dança, Regência e Teatro, acontecerão no dia 15-01-2021, diretamente no Portal do Candidato, no site www.vestibulinhoetec.com.br.

§ 3º - Na classificação final para os Cursos de Técnico em Dança, de Técnico em Regência, de Técnico em Canto e de Técnico em Teatro, que será divulgada em 22-01-2021, será considerada apenas a nota obtida na prova de aptidão.

§ 4º - Ocorrendo empate na nota da prova de aptidão a preferência será dada para o candidato com melhor classificação na análise de rendimento escolar.

DA DESCLASSIFICAÇÃO

Artigo 34 - Será desclassificado do Processo Seletivo--Vestibulinho, do 1º Semestre de 2021, o candidato que:

I - Utilizar ou tentar utilizar meio fraudulento em benefício próprio ou de terceiros, em qualquer etapa do processo;

II - Não enviar a documentação que comprove o rendimento escolar de Português e Matemática solicitada no ato da inscrição;

III - Enviar documentação divergente, arquivo corrompido ou ilegível;

IV - Fizer a inserção de documentos (upload no sistema) divergentes dos exigidos, ilegíveis ou incompletos, de forma que não seja possível verificar todas as informações constantes no documento (nome completo, série, notas/conceitos, disciplinas, assinaturas etc.);

V - Zerar na nota média das disciplinas de Português e Matemática;

VI - Não participar de todas as etapas da prova de aptidão;

VII - Zerar na prova de aptidão.

Parágrafo Único - Não serão divulgadas, em hipótese alguma, as notas dos candidatos desclassificados.

DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO GERAL

Artigo 35 - No dia 19-01-2021 será divulgada a lista de classificação geral para os candidatos inscritos nos cursos do Ensino Médio em todos dos seus formatos, no Ensino Técnico (presencial, semipresencial e on-line), e para os cursos de Especialização Técnica de Nível Médio, no site www.vestibulinhoetec.com.br, sendo composta por todos os candidatos inscritos na Etec/Extensão de Etec (Classe Descentralizada), para o mesmo curso e período, em ordem decrescente de notas finais.

§ 1º - É de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal, a verificação da lista.

§ 2º - Não serão fornecidas informações a respeito da lista por telefone, carta ou e-mail.

DA CONVOCAÇÃO PARA A MATRÍCULA

Artigo 36 - As listas de convocação para a matrícula seguirão o critério de classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas finais, até o preenchimento de todas as vagas disponíveis, para cada curso e período oferecido na Etec/Extensão de Etec (Classe Descentralizada) em que o candidato pretende estudar.

§ 1º - As listas de convocação da 1ª e 2ª chamada somente serão divulgadas eletronicamente no site www.vestibulinhoetec.com.br.

§ 2º - O candidato convocado receberá um e-mail para confirmação de sua matrícula, sendo de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal a verificação deste.

§ 3º - Não serão fornecidas informações a respeito das listas de convocação por telefone ou carta.

§ 4º - A divulgação das listas de convocação, bem como a matrícula dos candidatos classificados no Processo Seletivo--Vestibulinho, do 1º Semestre de 2021 serão realizadas nas seguintes datas, independente se haverá ou não feriado municipal na cidade onde a Etec/Classe Descentralizada está sediada:

I - Divulgação da lista de convocação da 1ª chamada: 19-01-2021

II – Matrículas da 1ª chamada: 20-01, 21-01 e 22-01-2021;

III - Aviso de deferimento e indeferimento das matrículas da 1ª chamada: 27-01-2021

IV - Divulgação da lista de convocação da 2ª chamada: 29-01-2021;

V - Matrículas da 2ª chamada: 01-02 e 02-02-2021;

VI - Aviso de deferimento e indeferimento das matrículas da 2ª chamada: 04-02-2021

VII - As matrículas deverão ser realizadas nas datas informadas, independente se haverá ou não feriado no município da cidade onde a Etec/Classe Descentralizada está inserida.

§ 5º - A divulgação das listas de convocação, bem como a matrícula dos candidatos classificados no Processo Seletivo--Vestibulinho, do 1º Semestre de 2021, para os cursos de Canto, Dança, Regência e Teatro, serão realizadas nas seguintes datas, desde que não seja feriado municipal na cidade onde a Etec está sediada:

I - Divulgação da lista de convocação da 1ª chamada: 22-01-2021

II – Matrículas da 1ª chamada: 26-01 e 27-01-2021;

III - Aviso de deferimento e indeferimento das matrículas da 1ª chamada: 29-01-2021

IV - Divulgação da lista de convocação da 2ª chamada: 02-02-2021;

V - Matrículas da 2ª chamada: 03-02 e 04-02-2021;

VI - Aviso de deferimento e indeferimento das matrículas da 2ª chamada: 05-02-2021

VII - Ocorrendo, nas datas, feriado municipal, a continuidade das matrículas se dará no próximo dia útil após o feriado.

§ 5º - Posteriormente, havendo vagas remanescentes, poderão ser divulgadas eletronicamente outras listas pelo site da Etec/Extensão de Etec (Classe Descentralizada), além das previstas no parágrafo anterior deste Artigo. O candidato deverá acompanhar em sua caixa de e-mail, o recebimento de possível convocação para matrícula dentro do prazo de 30 dias a partir do início das aulas.

I - Conforme § 3º, artigo 54, do Regimento Comum das Escolas Técnicas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, após 5 dias úteis, a contar do início das aulas, a Etec/Extensão de Etec (Classe Descentralizada) deverá realizar uma nova chamada para matrícula, a fim de preencher as vagas das matrículas canceladas de alunos que não compareceram às aulas, sem justificativa, obedecendo-se a ordem de classificação dos candidatos.

II - Após 30 dias do início das aulas, não haverá mais matrícula inicial, conforme § 4º, do artigo 54, do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

§ 6º - O candidato convocado em qualquer uma das listas que não efetuar sua matrícula eletrônica na data marcada perderá o direito à vaga e seu nome não constará de quaisquer outras listas que porventura sejam divulgadas.

DA MATRÍCULA

Artigo 37 - A matrícula dos candidatos convocados no Processo Seletivo-Vestibulinho, do 1º Semestre de 2021 para o Ensino Médio em todos dos seus formatos, o 1º módulo dos Cursos do Ensino Técnico (presencial, semipresencial e on-line) e para os Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio, será on-line.

§ 1º - O candidato classificado dentro dos limites das vagas existentes receberá e-mail para confirmação da sua matrícula. A não confirmação de interesse dentro do período previsto, disponibilizará a vaga para o próximo candidato da lista.

§ 2º - Somente as vagas para o Ensino Médio em todos os seus formatos e para o 1º módulo dos Cursos do Ensino Técnico (presencial, semipresencial e on-line), quando não preenchidas em uma determinada turma por desistência de matrícula, respeitada a chamada de todos os candidatos inscritos, por período, serão ocupados pelos próximos candidatos conforme os critérios indicados:

I - Pelos candidatos que escolheram este curso em 2ª opção conforme classificação publicada;

II - Pelos candidatos de maior nota no mesmo curso e período da mesma unidade;

III - Pelos candidatos de maior nota no mesmo curso de período diverso da mesma unidade;

IV - Pelos candidatos de maior nota do mesmo Eixo e do mesmo período da mesma unidade;

V - Pelos candidatos com maior nota de outro Eixo e período diverso da mesma unidade;

VI - Candidatos de outras Etecs/Extensão de Etec (Classe Descentralizada), respeitando a classificação, com prioridade aos ingressantes na unidade escolar mais próxima, no mesmo curso e período.

Artigo 38 - O Diretor da Escola Técnica Estadual é o responsável pelas matrículas.

DOS DOCUMENTOS DE MATRÍCULA

Artigo 39 – O candidato convocado para a matrícula deverá fazer upload, no site www.vestibulinhoetec.com.br, entre os dias 20-01, 21-01 e 22-01-2021, de forma legível dos seguintes documentos (obrigatoriamente nos formatos PDF, JPEG ou PNG).

§ 1º - Para o Ensino Médio em todos os seus formatos a matrícula dependerá do upload dos seguintes documentos:

I - Documento de identidade, expedido pela Secretaria de Segurança Pública (RG), pelas Forças Armadas ou pela Polícia Militar ou Cédula de Identidade de Estrangeiro (RNE), dentro da validade.

a) não serão aceitos em substituição ao RG/RNE: Carteira Nacional de Habilitação ou documentos expedidos por Ordem ou Conselho Profissional (exemplo: OAB, Crea, Coren, CRC e outros).

b) Em caso de perda, roubo ou extravio de "documento de identidade", o candidato deverá realizar upload dos seguintes documentos:

1.Boletim de Ocorrência Policial ou Declaração/Certidão de Extravio de Documento, datado de no máximo 6 meses antes do último dia de inscrições, justificando o fato ocorrido.

2. Certidão/registro de nascimento para o candidato portador do protocolo do documento de identidade (RG) expedido pela Secretaria de Segurança Pública ou de protocolo de RNE expedido pelo Departamento de Polícia Federal competente. A certidão de casamento substitui a certidão/registro de nascimento.

c) Caso o candidato não possua o RG / Protocolo de emissão de RG no momento da matrícula, excepcionalmente, deverá realizar upload do RG da mãe.

II - CPF. Considera-se, para upload no sistema, documento que comprova o número do CPF:

a) CPF como documento exclusivo;

b) RG, desde que contenha o número do CPF.

c) Carteira Nacional de Habilitação expedida nos termos da Lei Federal 9.503/97.

III – Foto 3x4 recente, com fundo neutro;

IV - Histórico Escolar com certificado de conclusão do Ensino Fundamental OU Declaração de Conclusão do Ensino Fundamental, assinada por agente escolar da escola de origem, com data de entrega do histórico escolar com Certificado de Conclusão.

V - O candidato que utilizar o Sistema de Pontuação Acrescida, pelo item "escolaridade pública", deverá enviar por upload a Declaração Escolar (ver modelo de Declaração Escolar no Anexo II desta portaria) ou Histórico Escolar contendo o detalhamento das séries cursadas e o(s) nome(s) da(s) escola(s), comprovando, assim, ter cursado integralmente da 5ª a 8ª série ou do 6º ao 9º ano do ensino fundamental em instituições públicas;

§ 2º - Para o 1º módulo - para os Cursos do Ensino Técnico (presencial, semipresencial e on-line), a matrícula dependerá do upload dos seguintes documentos:

I - Documento de identidade, expedido pela Secretaria de Segurança Pública (RG), pelas Forças Armadas ou pela Polícia Militar ou Cédula de Identidade de Estrangeiro (RNE), dentro da validade.

a) não serão aceitos em substituição ao RG/RNE: Carteira Nacional de Habilitação ou documentos expedidos por Ordem ou Conselho Profissional (exemplo: OAB, Crea, Coren, CRC e outros).

b) Em caso de perda, roubo ou extravio de "documento de identidade", o candidato deverá realizar upload dos seguintes documentos:

1.Boletim de Ocorrência Policial ou Declaração/Certidão de Extravio de Documento, datado de no máximo 6 meses antes do último dia de inscrições, justificando o fato ocorrido.

2. Certidão/registro de nascimento para o candidato portador do protocolo do documento de identidade (RG) expedido pela Secretaria de Segurança Pública ou de protocolo de RNE expedido pelo Departamento de Polícia Federal competente. A certidão de casamento substitui a certidão/registro de nascimento.

c) Caso o candidato não possua o RG / Protocolo de emissão de RG no momento da matrícula, excepcionalmente, deverá realizar upload do RG da mãe.

II - CPF. Considera-se, para upload no sistema, documento que comprova o número do CPF:

a) CPF como documento exclusivo;

b) RG, desde que contenha o número do CPF.

c) Carteira Nacional de Habilitação expedida nos termos da Lei Federal 9.503/97.

III – Foto 3x4 recente, com fundo neutro;

IV - Histórico Escolar com Certificado de Conclusão do Ensino Médio OU Declaração de Conclusão do Ensino Médio, assinada por agente escolar da escola de origem OU Declaração que está matriculado a partir da 2ª série do Ensino Médio.

V - Para os candidatos que concluíram ou estão cursando o Ensino de Educação de Jovens e Adultos - EJA ou o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA:

a) Histórico Escolar, com Certificado de Conclusão do Ensino Médio OU Declaração de Conclusão do Ensino Médio, firmada pela Direção da Escola de origem, contendo a data em que o certificado e histórico serão emitidos OU Declaração que está matriculado, a partir do 2º semestre/termo da EJA OU 2 Certificados de Aprovação em áreas de estudos da EJA OU

b) Boletim de aprovação do ENCCEJA emitido e enviado pelo MEC OU Certificado de Aprovação do ENCCEJA em 2 áreas de estudos avaliadas, emitido e enviado pelo MEC, OU Documento(s) que comprove(m) a eliminação de no mínimo 4 disciplinas.

c) Para os candidatos que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM até a edição de 2016 – Certificado ou Declaração de Conclusão do Ensino Médio, expedido pelos Institutos Federais ou pela Secretaria da Educação do Estado correspondente.

d) Somente para os candidatos do Curso de Técnico em Enfermagem - Histórico Escolar com Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental e Declaração de matrícula na 2ª série do Ensino Médio ou Histórico Escolar com Certificado de Conclusão do Ensino Médio OU Declaração de Conclusão do Ensino Médio, assinada por agente escolar da escola de origem.

VI - O candidato que utilizar o Sistema de Pontuação Acrescida, pelo item "escolaridade pública", deverá enviar por upload a Declaração Escolar (ver modelo de Declaração Escolar no Anexo II desta portaria) ou Histórico Escolar contendo o detalhamento das séries cursadas e o(s) nome(s) da(s) escola(s), comprovando, assim, ter cursado integralmente da 5ª a 8ª série ou do 6º ao 9º ano do ensino fundamental em instituições públicas;

§ 3º - Para os Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio a matrícula dependerá do upload dos seguintes documentos:

I - Documento de identidade, expedido pela Secretaria de Segurança Pública (RG), pelas Forças Armadas ou pela Polícia Militar ou Cédula de Identidade de Estrangeiro (RNE), dentro da validade.

a) não serão aceitos em substituição ao RG/RNE: Carteira Nacional de Habilitação ou documentos expedidos por Ordem ou Conselho Profissional (exemplo: OAB, Crea, Coren, CRC e outros).

b) Em caso de perda, roubo ou extravio de "documento de identidade", o candidato deverá realizar upload dos seguintes documentos:

1.Boletim de Ocorrência Policial ou Declaração/Certidão de Extravio de Documento, datado de no máximo 6 meses antes do último dia de inscrições, justificando o fato ocorrido.

2. Certidão/registro de nascimento para o candidato portador do protocolo do documento de identidade (RG) expedido pela Secretaria de Segurança Pública ou de protocolo de RNE expedido pelo Departamento de Polícia Federal competente. A certidão de casamento substitui a certidão/registro de nascimento.

c) Caso o candidato não possua o RG / Protocolo de emissão de RG no momento da matrícula, excepcionalmente, deverá realizar upload do RG da mãe.

II - CPF. Considera-se, para upload no sistema, documento que comprova o número do CPF:

a) CPF como documento exclusivo;

b) RG, desde que contenha o número do CPF.

c) Carteira Nacional de Habilitação expedida nos termos da Lei Federal 9.503/97.

III – Foto 3x4 recente, com fundo neutro;

IV - Histórico Escolar com Certificado de Conclusão de Curso Técnico equivalente conforme lista disponível no site www.vestibulinhoetec.com.br ou Declaração de Conclusão do Curso Técnico equivalente, documento original, assinada por agente escolar da escola de origem e, para o curso de Especialização em Gestão de Projetos – EaD - Online, o candidato poderá, se for o caso, fazer upload do certificado de conclusão de um curso do Ensino Superior;

§ 4º - Não serão aceitos históricos e/ou certificados de nível superior, tampouco carteiras de órgãos de registro de categoria (Coren, Crea etc.) para comprovação da conclusão do ensino médio.

§ 5º - Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, documentos por via postal, e-mail, e/ou fora do prazo.

§ 6º - O candidato que tenha realizado estudos equivalentes ao ensino fundamental e/ou médio, no todo ou em parte, no exterior, deverá apresentar Histórico Escolar (frente e verso) contendo as notas finais de Matemática e da Língua Oficial escolar, parecer de equivalência de estudos emitido pela Secretaria Estadual da Educação.

§ 7º - Os documentos em língua estrangeira deverão estar visados pela autoridade consular brasileira no país de origem e acompanhados da respectiva tradução oficial.

Artigo 40 - Se o candidato, dentro do prazo destinado à matrícula, não fizer upload das fotos e dos documentos citados nesta Portaria, a Secretaria da Etec/Extensão de Etec (Classe Descentralizada) não efetuará, em hipótese alguma, a sua matrícula, bem como a nota final e a classificação que lhe foram atribuídas no Processo Seletivo-Vestibulinho, do 1º Semestre de 2021, não terão qualquer valor, colocando a respectiva vaga à disposição dos próximos classificados.

§ 1º - O candidato deverá providenciar com antecedência, toda a documentação necessária para a efetivação de sua matrícula, evitando-se, assim, possíveis transtornos.

§ 2º - Se impossibilitado de realizar a matrícula eletrônica, o candidato poderá solicitar a um representante, disponibilizando para este o login e senha necessários. Nesse caso, a Etec/Extensão de Etec (Classe Descentralizada) não se responsabilizará, todavia, por eventuais erros cometidos no preenchimento do requerimento de matrícula.

§ 3º - Não haverá, em hipótese alguma, matrícula condicional, conforme o Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais.

Artigo 41 - Caso o candidato classificado não tenha acesso ao sistema de matrícula remota no formato online, no período de matrícula, este poderá comparecer à Etec para utilização de um terminal de computador com acesso à internet para

efetivação da matrícula em data e horário a ser divulgado pela Unidade.

Parágrafo único - Somente será admitido na Unidade de Ensino o candidato que estiver portando máscaras de proteção facial com cobertura de nariz e boca, respeitando as demais medidas de proteção do Protocolo Sanitário Institucional do Centro Paula Souza.

Artigo 42 - Após o término do período da pandemia e retorno às aulas presenciais, o candidato deverá apresentar na Secretaria Acadêmica os documentos exigidos para a matrícula, que deverão estar legíveis e acompanhados dos respectivos originais, para conferência e validação. Havendo divergência de informações a matrícula poderá ser cancelada.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 43 - A UEMT do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e a Instituição responsável pela operacionalização do Processo Seletivo, não se responsabilizam pelo não preenchimento da Ficha de Inscrição e da geração do boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição por motivo de ordem técnica referente aos computadores, falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados, uploads de documentos, geração ou a impressão dos documentos.

Artigo 44 - Os alunos matriculados no Ensino Médio das Etecs/Extensão de Etec (Classe Descentralizada) do Centro Paula Souza não terão vagas garantidas para o Ensino Técnico.

Artigo 45 – O candidato que foi convocado para mais de uma turma de Ensino Médio em seus diversos formatos, deverá se matricular em apenas uma turma, desconsiderando sua convocação automaticamente nas outras turmas, mesmo que seja em períodos diferentes, assim que a matrícula for efetuada.

Artigo 46 – O candidato que foi convocado para mais de uma turma de Ensino Técnico ou Especialização Técnica, poderá se matricular em mais de uma turma, desde que os turnos de oferecimento dos Cursos para o quais foi convocado não coincidam.

Parágrafo único: Caso o candidato seja convocado para ocupar mais de uma vaga na Etec no mesmo turno, deverá optar por uma das matrículas.

Artigo 47 – O candidato que tenha sido convocado para matrícula, decorrente de classificação simultânea, nos Processos Seletivos Vestibulinho das Etecs para os cursos Técnicos (presenciais, semipresenciais e on-line) e Vestibular das Fatecs, (para os cursos presenciais e à distância), somente poderá efetuar a matrícula simultaneamente, na Etec e Fatec, desde que os turnos de oferecimento dos Cursos para o quais foi convocado não coincidam.

Parágrafo único - Caso o candidato seja convocado para ocupar uma vaga na Etec e uma vaga na Fatec no mesmo turno, deverá optar por uma das matrículas.

Artigo 48 - É expressamente vedada a permuta de vagas entre candidatos classificados no presente Processo Seletivo--Vestibulinho.

Artigo 49 - O resultado do Processo Seletivo-Vestibulinho para ingresso no Ensino Médio em todos os seus formatos, no 1º módulo dos Cursos do Ensino Técnico (presencial, semipresencial e on-line) e nos Cursos de Especialização Técnica de nível médio será válido apenas para o semestre/ano letivo a que se refere, sendo necessária a guarda dos documentos dos candidatos pelo prazo de 120 dias, a contar da divulgação dos resultados finais.

Artigo 50 – Em virtude do distanciamento social provocado pela pandemia da Covid-19, em que os cursos do Ensino Médio em todos os seus formatos, Ensino Técnico e de Especialização presenciais terão o início das aulas de forma remota (on-line), o atendimento acadêmico aos novos alunos também será feito remotamente pela unidade de ensino. Neste caso reforçamos a importância de fornecer corretamente os dados solicitados para contato no ato da inscrição.

Artigo 51 - Os casos omissos serão decididos pela UEMT ou pelos órgãos do Ceeteps, consideradas as respectivas competências.

Artigo 52 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23-11-2020.

(Portaria CEETEPS-GDS 2918/2020) Republicada por ter saído com incorreções.

ANEXO I

Opção 1

Candidatos ao Ensino Médio em todos os seus formatos Carimbo da Escola

DECLARAÇÃO

Eu,_____, cargo _____, da Escola _____, Localizada na Rua/ Avenida _____, no_____, bairro_____, cidade_____, estado _____, declaro para os devidos fins que o(a) aluno(a) __, CPF _____, obteve notas conforme quadro abaixo:

Disciplinas Média final do 8º ano do Ensino Fundamental de 9 anos ou

Média final da 7ª série do Ensino Fundamental de 8 anos

Língua Portuguesa (Português)

Matemática

_____, _____ de _____de _____.

_____

Nome, assinatura e carimbo

Dados para contato:

ANEXO I

Opção 2

Candidatos aos Cursos do Ensino Técnico – 1º Módulo (presencial, semipresencial e on-line)

Carimbo da Escola

DECLARAÇÃO

Eu,_____ cargo _____, da Escola _____, Localizada na Rua/Avenida _____, no_____, bairro_____, cidade_____, estado _____, declaro para os devidos fins que o(a) aluno(a) _____ CPF _____, obteve notas conforme quadro abaixo:

Disciplinas Média final do 9º ano do Ensino Fundamental de 9 anos ou

Média final da 8ª série do Ensino Fundamental de 8 anos

Língua Portuguesa (Português)

Matemática

_____, _____ de de _____.

_____

Nome, assinatura e carimbo

Dados para contato:

ANEXO I

Opção 3

Candidatos aos Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio (presencial e on-line)

Carimbo da Escola

DECLARAÇÃO

Eu,___, cargo _____, da Escola _, Localizada na Rua/Avenida __, no__, bairro_, cidade_ estado _ declaro para os devidos fins que o(a) aluno(a)_____, CPF _____, obteve notas conforme quadro abaixo:

Disciplinas Média final da 2ª série do Ensino Médio

Língua Portuguesa (Português)

Matemática

_____, _____ de de _____.

_____

Nome, assinatura e carimbo

Dados para contato:

Anexo II

DECLARAÇÃO ESCOLAR

(Papel Timbrado da Escola)

Declaramos, para os devidos fins, que (nome do aluno), portador (a) do RG nº _____, cursou o ensino fundamental em instituição pública, respectivamente, a(s) seguinte(s) série(s):

*5ª série/6º ano – (nome da escola) – (município) – (estado)

*6ª série/7º ano – (nome da escola) – (município) – (estado)

*7ª série/8º ano – (nome da escola) – (município) – (estado)

*8ª série/9º ano – (nome da escola) – (município) – (estado)

_____, _____ de _____de _____.

Local e data

_____

Assinatura e carimbo do responsável na escola

ANEXO III – TABELA DE EQUIVALÊNCIA ENTRE CONCEITOS E NOTAS NUMÉRICAS

Conceito	Nota Numérica
A	10,00
Excelente	
Plenamente satisfatório (PS)	
P	
Satisfatório pleno	
Aprovado superior	
Satisfatório com aprofundamento	
Satisfatório avançado	
Atingiu todos os objetivos (F5)	
Resultado bom (RB)	
Muito bom	
Desenvolvimento progressivo real (DPR)	
MB	
Desenvolvido (D)	

Conceito	Nota Numérica
Aprovado médio superior	9,00
Conceito	**Nota Numérica**
A- / B+	8,75
Ótimo	
Aprovado médio	
Conceito	**Nota Numérica**
Aprovado médio inferior	8,00
Conceito	**Nota Numérica**
B	7,50
Bom	
Significativo	
Aprovado	
Habilitado	
Promovido	
Concluído	
Proficiente	
Apto	
Satisfatório médio	
Atingiu os objetivos	
Atingiu a maioria dos objetivos (F4)	
Conceito	**Nota Numérica**
C+ / B-	6,25
Regular para bom	

Conceito	Nota Numérica
C	5,00
Satisfatório (S)	
Regular	
Suficiente	
Progressão essencial	
Progressão simples	
Aprendizagem satisfatória (AS)	
Progressão satisfatória	
Atingiu os objetivos essenciais (F3)	
Resultado satisfatório (RS)	

Zona de desenvolvimento proximal (ZDP)	
Aprovado pelo conselho	
R	
Conceito	**Nota Numérica**
C- / D+	3,75
Promovido parcialmente	
Aprovado com dependência	
Aprendizagem não satisfatória	
Razoavelmente satisfatório	

Conceito	Nota Numérica
Não Desenvolvido (ND)	3,00
Conceito	**Nota Numérica**
D	2,50
Sofrível	
Necessita de intervenção	
Atingiu parte dos objetivos essenciais (F2)	
Fora da Zona de Desenvolvimento Proximal (FZDP)	
Conceito	**Nota Numérica**
D- / E+	1,25
Conceito	**Nota Numérica**
E	0,00
Não satisfatório	
Insatisfatório	
Insuficiente	
Reprovado	
Retido	
Não promovido	
Progressão não avaliada	
Não atingiu os objetivos essenciais (F1)	
Resultado insatisfatório (RI)	

DISCIPLINAS E ÁREAS EQUIVALENTES

Língua Portuguesa (Português): Literatura, Gramática, Produção de texto, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias Matemática: Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística, Matemática Financeira, Matemática e suas Tecnologias

UNIDADE DO ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO

Instrução Cesu-2, de 20-1-2021

Dispõe sobre Diretrizes Acadêmico Pedagógicas, organização dos calendários escolares para a retomada das aulas e atividades presenciais, inclusive de forma remota, para o primeiro semestre letivo de 2021 nas Faculdades de Tecnologia - Fatecs, do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, em razão da pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19), em atendimento à Deliberação CEE 195/2021, de 13-01-2021

A Unidade do Ensino Superior de Graduação - Cesu, à vista do disposto na Deliberação CEE 195/2021, de 13-01-2021, bem como em consonância com as diretrizes do Plano São Paulo, instituído pelo Decreto Estadual 64.994, de 28-05-2020, com suas atualizações, expede a seguinte Instrução:

Artigo 1º - Ficam estabelecidas as diretrizes acadêmico pedagógicas para o retorno das aulas e demais atividades presenciais do primeiro semestre letivo de 2021, nas Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

§ 1º - O retorno às atividades presenciais nas Unidades deverá acontecer de acordo com os seguintes fundamentos:

I. Atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos Cursos Superiores de Tecnologia, definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

II. Observação da Missão, Visão, Valores, Objetivos e Diretrizes do Centro Paula Souza que sejam associadas ao padrão de qualidade previsto no inciso VII, artigo 206 da Constituição Federal e no inciso IX, artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN);

III. Atendimento ao "Plano São Paulo" de retomada consciente do Governo do Estado de São Paulo;

IV. Observância de decretos, leis e demais peculiaridades locais que possam influenciar no processo de retorno das atividades presenciais nas unidades de ensino;

V. Cumprimento dos objetivos educacionais de ensino e aprendizagem e da carga horária mínima semestral das disciplinas dos Cursos de Graduação das Fatecs em acordo com a legislação vigente;

VI. Garantia da formação profissional dos tecnólogos em consonância com a qualidade de ensino preconizada pelo Centro Paula Souza, destacando-se:

a. A utilização de todos os recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação disponíveis;

b. A oferta de atividades de reforço e recuperação da aprendizagem aos estudantes que delas necessitem;

c. A adoção de procedimentos de revisão do planejamento escolar inicialmente proposto pelas disciplinas, orientando o trabalho docente e a aprendizagem dos estudantes;

d. O monitoramento da frequência escolar, intercedendo a favor dos alunos com maior dificuldade de aprendizagem e risco de abandono, evitando a evasão;

e. O atendimento às necessidades das pessoas com deficiência, favorecendo sua plena adaptação aos protocolos e procedimentos adotados.

VII. Estabelecimento de um plano de formação continuada, para o apoio e acompanhamento dos docentes, subsidiando a adequação das atividades de planejamento, aplicação de aulas e demais atividades didático-pedagógicas inclusive as atividades de avaliação do processo ensino-aprendizagem.

§ 2º - A formação continuada do docente deve acontecer, contemplando:

I. Os pontos essenciais nos processos de ensino-aprendizagem no ensino superior tecnológico, principalmente direcionados às metodologias ativas em consonância com o mundo do trabalho;

II. O uso de tecnologias de informação e comunicação digitais aplicadas às necessidades dos conteúdos a serem ministrados e das competências a serem desenvolvidas;

III. Metodologias para o preparo de materiais didáticos que atendam aos objetivos educacionais das disciplinas e que despertem o interesse e atenção dos estudantes;

Artigo 2º - No retorno das atividades presenciais as unidades de ensino deverão destinar períodos do calendário escolar para realizar:

I. Semana de Planejamento e Aperfeiçoamento Pedagógico (SPAP), para organizar as atividades pedagógicas e os conteúdos programáticos dos planos de ensino que será desenvolvido durante o semestre letivo;

II. A recepção e acolhimento de discentes e docentes;

III. Capacitações e momentos de orientações aos docentes e discentes sobre as medidas de biossegurança, de acordo com o disposto pelas autoridades sanitárias, bem como dos Protocolos Institucionais adotados pelo Centro Paula Souza;

Parágrafo Único - O acompanhamento das questões socio emocionais da comunidade acadêmica deve ocorrer ao longo de todo o semestre letivo, de forma conjunta com GDS, para promover as ações necessárias visando minimizar as questões inerentes ao longo período de isolamento social;

Artigo 3º - O retorno das atividades presenciais nas Fatecs deve atender à Deliberação CEE 195 de 18-01-2021, que dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais e remotas:

§ 1º - Compete a cada unidade de ensino a elaboração do Plano de Retorno Presencial (PRP) e o cumprimento do Roteiro de Atividades para Retorno às Aulas Presenciais;

I. Legislação restritiva ao retorno;

II. Respeito aos protocolos sanitários específicos para o setor da educação, e em especial, ao Protocolo Sanitário Institucional do CPS;

III. Identificação de professores e funcionários pertencentes ao grupo de risco, sendo que docentes pertencentes ao grupo de risco deverão ministrar aulas remotas.

IV. Avaliação da infraestrutura e recursos humanos disponíveis na unidade para o retorno das atividades presenciais;

§ 2º - Poderá haver readequações nos limites de presença de discentes;

§ 3º - Em caso de redução do limite máximo de alunos, caberá à unidade revisar o Plano de Retorno Presencial, comunicando a Cesu por meio do endereço eletrônico cesu.prg@cps.sp.gov.br;

Artigo 4º - os pressupostos das diretrizes pedagógicas a serem seguidas são:

§ 1º - A determinação das disciplinas dos cursos da unidade, distribuídas por turno e semestre letivo, que apresentam condições para o retorno presencial no presente semestre letivo, respeitando o limite máximo de estudantes na unidade, por dia da semana e por turno de funcionamento da Fatec;

§ 2º - A possibilidade de divisão de turma ou de adoção de metodologias e dinâmicas alternativas para aulas presenciais, que possam atender aos objetivos educacionais da disciplina, ao mesmo tempo em que estão de acordo com os protocolos sanitários em vigor;

§ 3º - A disponibilidade de Recursos Digitais e Tecnologias da Informação e Comunicação;

§4º - Atividades síncronas e assíncronas de recuperação de aprendizagem e reforço escolar, com flexibilidade para atender às diferenças individuais, podendo ser presenciais ou por meio remoto;

§ 5º - Avaliação diagnóstica que contemple as especificidades de cada componente curricular, para identificar os conteúdos programáticos e competências efetivamente consolidadas;

Artigo 5º - É vedada às unidades a realização de atividades extracurriculares presenciais que possam gerar aglomeração, que reúnam estudantes de várias turmas ou número de estudantes que possam ocupar espaços sem que sejam observados os protocolos sanitários.

§ 1º - Dentre as atividades extracurriculares destacam-se os Workshops, Simpósios e outros tipos de Eventos Tecnológico-Científicos, Atividades Artístico-Culturais, Hackathons, Campeonatos Esportivos, dentre outras;

§ 2º - As atividades extracurriculares descritas no parágrafo anterior poderão acontecer remotamente.

Artigo 6º - Os casos omissos serão analisados e instruídos pela Unidade do Ensino Superior de Graduação - Cesu.

Artigo 7º - Esta instrução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Portaria Univesp – PR - 4, de 21-1-2021

Aprova o calendário acadêmico dos cursos de graduação para o ano de 2021

O Presidente da Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo – Univesp, decide, ad referendum do Conselho Técnico Administrativo, e conforme atribuições estatutárias:

Artigo 1º - Aprovar o Calendário Acadêmico completo para os cursos de graduação para o ano de 2021 constante no Anexo I desta portaria.

Artigo 2º - Determinar o início e término de cada semestre letivo de 2021, como segue:

1º Semestre

Início das atividades letivas	22-02-2021
Fim das atividades letivas	25-06-2021

2º Semestre

Início das atividades letivas	2 de agosto de 2021
Fim das atividades letivas	3 de dezembro de 2021

Artigo 3º - O calendário resumido constante no Anexo I integrará o Manual do Aluno disponível no sítio da Univesp.

Artigo 4º - Na ocorrência de feriado municipal durante o período de realização de provas, as mesmas serão reagendadas pela Univesp.

Artigo 5º - Em virtude da pandemia Covid-19, delega-se à Diretoria Acadêmica a prerrogativa de alterar este calendário sempre que necessário em decorrência da saúde pública.

Artigo 6º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21-1-2021, revogadas as disposições em contrário.

Anexo I - Calendário Acadêmico de 2021 Para Manual do Aluno está disponível no link: https://apps.univesp.br/manual-do-aluno/calendario-academico/

Habitação

GABINETE DO SECRETÁRIO

Retificação do D.O. de 15-1-2021

No Despacho do Secretário, referente ao Convênio SH-296/05/2014, SPdoc-182551/2018, leia-se como segue:

Processo: SH-296/05/2014 - Vl. I ao III

SPdoc: SH-182551/2018

Interessado: Prefeitura Municipal de Birigui

Assunto: Convênio. Programa Especial de Melhorias - PEM. Termo de Encerramento Bilateral do Convênio por Inexecução do Objeto.

CNPJ: 46.151.718/0001-80

Objeto: Transferência de recursos destinados à execução de obras Equipamento Social (reforma da Praça Hessen Halabi Nakad) Conjunto Habitacional Maria Gava Stabile - Birigui B

Assinatura Do Convênio: 24-03-2014

Recurso:

Valor total do convênio: R$ 153.797,52

Valor de responsabilidade do Estado: R$ 100.000,00

Valor de responsabilidade do Município: R$ 53.797,52

Despacho de Autorização: GSE 0053/2020:

Resumo - À vista dos elementos constantes do presente, em especial do Parecer Conclusivo 0100/2020 (fls. 698 e 699), a Nota Técnica CJ/SH 1/2020, emitida em 16-07-2020 e divulgada no âmbito da Administração, as manifestações da Coordenadoria de Planejamento Habitacional (fls. 704 frente e verso) e da Chefia de Gabinete (fl. 704 verso), Autorizo, de acordo com a Resolução SH-026/2019 e com fundamento no Decreto 54.199, de 02-04-2009, o encerramento do Convênio celebrado com o Município de Birigui, de acordo com os elementos em epígrafe.

Data da assinatura: 30-12-2020.

No Despacho do Secretário, referente ao Convênio SPdoc-187469/2018, leia-se como segue:

SPdoc: SH-187469/2018 - Vls. I e II

Interessado: Prefeitura Municipal de Ariranha

Assunto: Convênio. Fundo Estadual da Habitação - FEH. Termo de Encerramento Bilateral após Execução Integral e Regular do Objeto do Convênio. Alteração do prazo de vigência, de valor, do plano de trabalho e do cronograma físico-financeiro.

CNPJ: 45.117.116/0001-43

Objeto: Transferência de recursos destinados à execução de obras Infraestrutura (recapeamento asfáltico) nos Conjuntos Habitacionais João Lázaro Colombo e Irineu Villa

Assinatura Do Convênio: 06-04-2018

Recurso:

Valor total do convênio: R$ 271.265,01

Valor de responsabilidade do Estado: R$ 271.265,01

Valor de responsabilidade do Município: Não há contrapartida

Prazo De Vigência: De 06-04-2018 até 05-01-2021

Despacho de Autorização GSE 0001/2021:

Resumo - À vista dos elementos constantes do presente, em especial o Parecer Conclusivo CPH 0013/2019 (fls. 333 a 336), a Nota Técnica CJ/SH 1/2020, emitida em 16-07-2020 e divulgada no âmbito da Administração, as manifestações da Coordenadoria de Planejamento Habitacional (fl. 371 frente e verso) e da Chefia de Gabinete (fl. 371 verso), Autorizo, com base na Resolução SH-26/2019 e com fundamento no Decreto 46.657, de 01-04-2002, o encerramento do Convênio celebrado com o Município de Ariranha, de acordo com os elementos em epígrafe.

Data da assinatura: 05-01-2021.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Convênio

Apostilamento.

Processo: SH-PRC-2020/00016.

Interessada: Secretaria da Habitação - Programa Estadual de Regularização Fundiária Cidade Legal.

Assunto: Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria da Habitação, e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, tendo por objetivo a transferência de recursos financeiros destinados à implementação do Programa Estadual de Regularizaçao Fundiária de Núcleos Habitacionais - Cidade Legal.

Nos Termos do § 8°, do artigo 65, da Lei Federal 8.666/93, em vista do disposto no plano de trabalho e cláusula V do Termo de Convênio celebrado entre a Secretaria da Habitação e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, fica registrada e convalidada como parte integrante do termo original a rubrica orçamentária Programa de Trabalho: 04.127.2990.2272 - Ações Decorrentes de Emendas, Exceto Saúde, Natureza da Despesa: 339039.99 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Termo Aditivo de Contrato

Processo: SH-PRC-2020/00016.

Interessada: Secretaria da Habitação - Programa Estadual de Regularização Fundiária Cidade Legal.

Assunto: Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria da Habitação, e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, tendo por objetivo a transferência de recursos financeiros destinados à implementação do Programa Estadual de Regularização Fundiária de Núcleos Habitacionais - Cidade Legal.

Contratante: Secretaria da Habitação.

Contratada: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU.

Objeto: Cláusula Primeira - Do Objeto. O presente termo aditivo tem por objeto promover a alteração do cronograma de desembolso constante no plano de trabalho (anexo I).

Data da assinatura do aditamento: 30-12-2020.

Classificação dos Recursos: Natureza de Despesa: 33903999.

UGE 250101.

AGÊNCIA PAULISTA DE HABITAÇÃO SOCIAL

Despacho do Secretário, de 22-01-2021

Despacho GS 23/2020 de 08-12-2020

Processo: SPDOC 608107/2018 (SH 585/05/2012 – Vols. I a VI).

Interessado: Secretaria da Habitação - Agência Paulista de Habitação Social - Casa Paulista e Município de Pereira Barreto.

Assunto: Convênio. Programa Casa Paulista – PDU – Parcerias com Municípios. 4ª Termo de Aditamento.

Convenente: Município de Pereira Barreto.

CNPJ: 44.446.904/0001-10.

Objeto: Execução de obras visandoa construção de 96 unidade habitacionais, no âmbito do Programa Casa Paulista - Desenvolvimento Urbano.

Recursos: Readequação.

Valor Total do Convênio – R$ 6.246.433,13.

Responsabilidade do Estado: R$ 4.341.937,68.

Contrapartida do Município: R$ 1.904.495,45.

Assinatura: 08-12-2020.

Vigência: 06-07-2012 a 06-01-2023.

Minuta do 4ª Termo Aditivo: fls. 2.460.

Despacho GS 23/2020:

I - À vista dos elementos constantes do presente autorizo, com fundamento no artigo I º do Decreto 58.183, de 29-06-2012, decido:

1. Autorizar o aditamento do Convênio celebrado com o Município de Iperó, de acordo com os elementos em epigrafe.

Termo Aditivo de Convênio Oneroso

Processo: SPDOC-608107/2017 (SH-585/05/2013- Vols. I a VII).

Programa: Casa Paulista - Desenvolvimento Urbano.

Convênio: 585/05/2013.

Convenente: Secretaria da Habitação - Agência Paulista de Habitação Social - Casa Paulista.

Convenente: Prefeitura Municipal de Pereira Barreto.

Objeto: Execução de obras visandoa construção de 96 unidade habitacionais, no âmbito do Programa Casa Paulista - Desenvolvimento Urbano.

Recursos: Adequação.

Valor Total do Convênio - R$ 6.246.433,13.

Responsabilidade do Estado: R$ 4.341.937,68.

Contrapartida do Município: R$ 1.904.495,45.

Data da assinatura do 4º Termo de Aditamento: 8-12-2020.

Vigência: 6-7-2012 a 6-1-2023.

Classificação dos Recursos: Natureza de Despesa: 44405101.

Programa de Trabalho: 25020000 UGE 250104.

Nota de Empenho: 2019NE00063.

Data da emissão da NE: 1º-11-2019.

Parecer Jurídico: CJ-SH-29, de 30-9-2020.

Infraestrutura e Meio Ambiente

GABINETE DO SECRETÁRIO

Portaria do Chefe de Gabinete, de 18-1-2020

Substitui os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato 2019/11/00125.9 (Processo DAEE-3135356/2019), firmado em 12-12-2019 com a empresa Construdaher Construções e Serviços Ltda.

O Chefe de Gabinete, de acordo com o inciso III, do artigo 90, combinado com o Decreto 64.132, de 11-3-2019, e com fulcro nos artigos 67 e 73 da Lei Federal 8.666/93 e artigo 10 do Decreto 42.857, de 11-2-1998, resolve:

Artigo 1° - Designar o funcionário Aury Pereira da Silva, RG 34.117.759-3 e CPF 311.918.038-64, em substituição a Henrique Cesar Caviquione, RG 35.120.317-5 e CPF 334.603.628-63, na qualidade de Fiscal, e manter Alexssandro Correia dos Santos, RG 29.327.472-1 e CPF 261.119.828-42, na qualidade de Suplente, para acompanhamento e fiscalização à execução do Contrato 2019/11/00125.9, firmado em 12-12-2019 com a empresa Construdaher Construções e Serviços Ltda., visando à prestação de serviços de engenharia para manutenção das instalações elétricas, civis e áreas verdes do Parque Antonio Arnaldo Queiros e Silva no Município de São Paulo.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5-1-2021.

(PDAEE-3135356/2019).

Comunicado

Em obediência ao artigo 5º da Lei Federal 8.666/1993 e Instrução 02/95, item II, e Aditamento 01/97 do Tribunal de Contas do Estado, justificamos e indicamos, a seguir, os pagamentos que devem ser providenciados de imediato para o bom andamento desta pasta, cujo não cumprimento implicará prejuízos à ordem interna. Tais pagamentos estão sendo efetuados, excluindo-se da ordem cronológica da inscrição no Siafem.

PDS a serem pagas

260001

Data: 22-1-2021

UG LIQUIDANTE	Nº DA PD	VALOR R$
260101	2021PD00037	20.328,00
260101	2021PD00068	3.111,00
TOTAL		23.439,00
TOTAL GERAL		23.439,00

Comunicado

Considerando;

As disposições do artigo 5º e do inciso III,do artigo 29 da Lei Federal 8.666/1993;

Os termos do artigo 6º da Lei Estadual 12.799/2008;

A necessidade de justificar as alterações ocorridas na ordem cronológica dos pagamentos, conforme inciso II, do artigo 61 da Instrução 01/2008 - Área Estadual, do Tribunal de Contas do Estado e, de modo a preservar a integridade da Ordem Cronológica a ser observada pela Unidade Gestora, relaciona-se, a seguir, as Pd´s impedidas de pagamentos devido os credores estarem registrados no Cadin Estadual.

260001

Data: 22-1-2021

UG LIQUIDANTE	Nº DA PD	VALOR R$
260106	2021PD00035	360,81
TOTAL		360,81
TOTAL GERAL		360,81

Comunicado

Comunicamos que fica sem efeito o Extrato do Despacho do Secretário, de 21-1-2021, publicado do D.O. de 22-1-2021, Seção I, página 35, onde se lê: 5 de janeiro até 31-3-2021. (Processo Digital SIMA.19030/2021-57).

Extrato de Nota de Empenho

Modalidade: Dispensa BEC.

Processo: SIMA.042869/2020-91.

Notas de Empenhos: 2020NE00608, 2020NE00609

Data do Empenho: 23-10-2020

Contratante: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - Gabinete do Secretário.

Contratado: Sistécnica Informática e Serviços Eireli, CNPJ 53.249.470/0001-50.

Objeto: Aquisição de pilhas alcalinas (AA).

Prazo de entrega: 15 dias.

Valor: R$ 79,00

Classificação dos recursos: Natureza de Despesa: 33903036, UGE 260101, Programa de Trabalho: 18122010042760000.

Extrato de Nota de Empenho

Modalidade: Dispensa BEC.

Processo: SIMA.042869/2020-91.

Nota de Empenho: 2020NE00609.

Data do Empenho: 23-10-2020.

Contratante: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - Gabinete do Secretário.

Contratado: Sistécnica Informática e Serviços Eireli, CNPJ 53.249.470/0001-50.

Objeto: Aquisição de pilhas alcalinas (AAA).

Prazo de entrega: 15 dias.

Valor: R$ 194,04

Classificação dos recursos: Natureza de Despesa: 33903036, UGE 260101, Programa de Trabalho: 18122010042760000.

Extrato de Nota de Empenho

Modalidade: Dispensa BEC.

Processo: SIMA.042932/2020-57.

Nota de Empenho: 2020NE00607.

Data do Empenho: 23-10-2020.

Contratante: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - Gabinete do Secretário.

Contratado: MR de Lacerda Distribuidora, CNPJ 29.833.579/0001-55.

Objeto: Aquisição de material de limpeza.

Prazo de entrega: 15 dias.

Valor: R$ 342,00

Classificação dos recursos: Natureza de Despesa: 33903014, UGE 260101, Programa de Trabalho: 18122010042760000.

Extrato de Nota de Empenho

Decreto 61.476/2015.

Modalidade: Dispensa de licitação, inciso II, art. 24.

Processo: SIMA.044103/2020-46.

Nota de Empenho: 2020NE00605.

Data do Empenho: 23-10-2020.

Contratante: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - Gabinete do Secretário.

Contratado: Luz Publicidade SP Sul Ltda., CNPJ 50.750.298/0001-25.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de publicação de aviso de licitação do Edital de Concorrência Internacional 2/2020, em Jornal de Grande Circulação Internacional.

Prazo de execução: 1 dia.

Valor: R$ 9.612,06

Classificação dos recursos: Natureza de Despesa: 33903926, UGE 260101, Programa de Trabalho: 18122261942760000.

SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO E BIODIVERSIDADE

Departamento de Gestão Regional

Centro Técnico Regional III - Santos

Comunicado

O Responsável pelo Centro Técnico Regional III - Santos, da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade - CFB, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, torna público a relação de Autos de Infração Ambiental intimando o autuado abaixo consignado a comparecer à Sede do Centro Técnico Regional III - Santos, localizada à Av. Bartolomeu de Gusmão, 192, Ponta da Praia, Santos, SP, conforme data agendada para o Atendimento Ambiental.

Em função da pandemia do Covid-19 e do Decreto Estadual 64.881 de 22-3-2020, que estabeleceu a quarentena em todo o Estado de São Paulo, bem como da necessidade de ainda ser mantido o distanciamento social, o atendimento ambiental dos Autos de Infração Ambiental relacionados ocorrerá, na forma semi-presencial, na data e horário abaixo indicados:

O Autuado deverá comparecer portando os documentos necessários para a realização da reunião (CPF, RG ou CNH, Comprovante de Residência, Procuração, caso necessário, e demais documentos que quiser apresentar relacionados ao caso).

Ressalta-se que é obrigatório o uso de máscara e para a realização do atendimento ambiental será disponibilizada ao Autuado uma estação de trabalho específica para esta finalidade, contendo computador e demais equipamentos necessários para a vídeo conferência, e seguindo os critérios sanitários e de distanciamento recomendados pelo Governo do Estado de São Paulo, tendo em vista a pandemia do Covid-19.

Nº do Auto de Infração: 20201031007960-1.

Nome do Infrator: Claudiner Marques Junior, CPF 054.626.268-60.

Município do local de infração: Bertioga - SP.

Penalidade aplicada: Advertência.

Data Agendada para Atendimento Ambiental: 27-1-2021, às 11 horas.

Nº do Auto de Infração: 20201031011847-1.

Nome do Infrator: Gutemberg Cordeiro, CPF 042.341.665-02.

Município do local de infração: Bertioga - SP.

Penalidade aplicada: Advertência.

Data Agendada para Atendimento Ambiental: 27-1-2021, às 10 horas.

Centro Técnico Regional XIV - Registro

Comunicado

O Centro Técnico Regional XIV - Registro, da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade - CFB, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, torna público a relação de Autos de Infração Ambiental, cujos autuados não foram localizados pelos Correios, conforme preconiza o artigo 6°, inciso III, do Decreto Estadual 60.342/2014, sendo cientificados pela presente publicação.

Diante do exposto, fica o autuado abaixo consignado intimado a comparecer à Sede do 3º Pelotão da 2ª Companhia da Polícia Militar Ambiental, localizada à Rua Saldanha Marinho, 240, Canto do Morro, Iguape - SP, tel (13) 3848-9130, conforme data agendada para o Atendimento Ambiental.

Em função da pandemia do Covid-19 e do Decreto Estadual 64.881, de 22-03-2020, que estabeleceu a quarentena em todo o Estado de São Paulo, bem como da necessidade de ainda ser mantido o distanciamento social, o atendimento ambiental dos Autos de Infração Ambiental relacionados ocorrerá, na forma semi-presencial, na data e horário abaixo indicados:

O Autuado deverá comparecer portando os documentos necessários para a realização da reunião (CPF, RG ou CNH, Comprovante de Residência, Procuração, caso necessário, e demais documentos que quiser apresentar relacionados ao caso).

Ressalta-se que é obrigatório o uso de máscara e para a realização do atendimento ambiental será disponibilizada ao Autuado uma estação de trabalho específica para esta finalidade, contendo computador e demais equipamentos necessários para a vídeo conferência, e seguindo os critérios sanitários e de distanciamento recomendados pelo Governo do Estado de São Paulo, tendo em vista a pandemia do Covid-19.

Nº do Auto de Infração: 20201228004178-1

Nome do Infrator: Gabriel da Silva ME

CNPJ: 31.231.266/0001-79

Município do local de infração: Pariquera-Açu - SP

Penalidade aplicada: Multa

Data Agendada para Atendimento Ambiental: 27-1-2021, às 9 horas

COORDENADORIA DE PARQUES E PARCERIAS

Comunicado

Procedimento de Manifestação de Interesse da Coordenadoria de Parques e Parcerias 01/2020 - Manifestação de Interesse para realização de Doação.

Manifestante: Era Técnica Engenharia Construções e Serviços Ltda., CNPJ 65.035.222/0001-95.

Objeto: Doação de serviço de conservação e manutenção de áreas verdes nas dependências do Parque Manoel Pitta - Belém. Os serviços incluem conservação de áreas ajardinadas (Capinação, Rastelo e Recolhimento) na quantidade de 9.000 m², no valor unitário de R$ 0,26, perfazendo o total de R$ 2.340,00 na quantidade máxima de 20 horas.

Abre-se o prazo de 8 dias úteis para que outros interessados apresentem documentos de inscrição e propostas de doação iguais ou equivalentes. (Processo SIMA.038398/2020-68).

Terceiro Termo Aditivo de Contrato

Contrato: 2019/11/00071.1 - Subsecretaria do Meio Ambiente - Coordenadoria de Parques e Parcerias.

Pregão Eletrônico: 001/DAEE/2019/DLC.

Processo: DAEE/1098468/2019.

Contrato: 2019/11/00071.1.

Parecer Jurídico: 459/2020.

Data: 19-11-2020.

Contratante: Subsecretaria do Meio Ambiente - Coordenadoria de Parques e Parcerias.

Contratado: Construdaher Construções e Serviços Ltda., CNPJ 03.802.330/0001-99.

Objeto: Prestação de serviços de conservação e manutenção das instalações elétricas, hidráulicas, civis e áreas verdes no Núcleo Itaim Biacica, no Município de São Paulo - SP.

Objeto do Termo: O cronograma físico-financeiro de fls. 617/618 fica substituído pelo documento encartado às fls. 704/705.

Vigência: A partir de 13-8-2020.

Valor: R$ 2.563.403,86.

Classificação dos Recursos: Natureza de Despesa: 33903979, UGE 260131, Programa de Trabalho: 18541261740290000.

Data da Assinatura: 11-1-2021.

Segundo Termo Aditivo de Contrato

Contrato de Permissão de Uso 2019/11/00012.7 - Subsecretaria do Meio Ambiente - Coordenadoria de Parques e Parcerias.

Pregão Presencial: 005/DAEE/2018/DLC.

Processo: DAEE/1365890/2018.

Contrato: 2019/11/00012.7.

Parecer Jurídico: 1/2021.

Data: 4-1-2021.

Contratante: Subsecretaria do Meio Ambiente - Coordenadoria de Parques e Parcerias.

Contratado: Socorro Olivina da Silva - ME, CNPJ 11.551.080/0001-90.

Objeto: Permissão de Uso, a título precário e oneroso, de áreas localizadas no interior do Parque Ecológico do Tietê, destinadas à exploração comercial de produtos para diversão e lazer (trenzinhos, bicicletas/triciclos e pedalinhos).

Vigência: 31-1-2021 a 30-4-2022.

Valor mensal: R$ 19.328,80.

Data da Assinatura: 14-1-2021.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Portaria DAEE-337, de 21-1-2021

O Superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI, do Regulamento aprovado pelo Decreto 52.636, de 3-2-1971, com fulcro no artigo 67 da Lei Federal 8.666/93, combinado com o artigo 64 da Lei Estadual 6.544/89, ambas com alterações posteriores em seus dispositivos e em cumprimento à Portaria DAEE-97, de 17-1-2013, complementada pela Portaria DAEE-6530, de 25-11-2019, Determina:

Artigo 1º - Ficam designados os servidores, Ademir Barbosa Brito, Pront. 10424, como Gestor; Marcos Daniel Renó de Faria, Pront. 9860, e Ezequiel Ruiz Pulcinelli, Pront. 9692, para comporem a Equipe Técnica de Acompanhamento e Fiscalização do Termo de Contrato 2020/31/00088.7, de 29-12-2020, celebrado entre o DAEE e a empresa Diego Rodolfo dos Santos - ME, referente à elaboração de Relatório Ambiental Preliminar - RAP para Licenciamento Ambiental das Obras de Drenagem Continuada do Rio Tietê - Lote 3, trecho compreendido entre a Barragem da Penha até o Córrego Três Pontes, totalizando 18,85 km.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Portaria do Superintendente, de 22-1-2021

O Superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica, com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI, do Decreto 52.636, de 3-2-1971, e à vista do Código de Águas, da Lei 6.134, de 2-6-1988, do Decreto 32.955, de 7-2-1991, da Lei 7.663, de 30-12-1991, do Decreto 63.262, de 9-3-1918 e da Portaria DAEE-1630, de 30-5-2017, reti-ratificada em 24-6-2020, expede a seguinte Portaria:

Artigo 1º - Ficam outorgadas as autorizações em nome dos seguintes interessados:

2E AMBIENTAL COMÉRCIO DE METAIS LTDA., CPF/CNPJ 23.680.383/0003-53, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e declarada a correspondente dispensa de outorga para o(s) uso(s) de recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-sanitário, no município de Itaquaquecetuba, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°27'33.920") - Longitude o (46°21'23.840") - Volume Diário: 4,00 m³; Solicitado pelo Requerimento 20200019623-8U1. Processo DAEE-9913177 - Extrato de Portaria 293/21;

RIO SAPUCAÍ MIRIM ENERGIA LTDA. - MATRIZ, CPF/CNPJ 06.308.734/0001-19, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-sanitário, no município de São Joaquim da Barra, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Serra Geral - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°33'2.912") - Longitude o (47°48'43.715") - Volume Diário: 200,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200009577-1ZY. Processo DAEE-9307294 - Extrato de Portaria 305/21;

RIO SAPUCAÍ MIRIM LTDA. - PALMEIRAS, CPF/CNPJ 06.308.734/0003-80, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-sanitário, no município de São Joaquim da Barra, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Serra Geral - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°32'58.700") - Longitude o (47°48'31.910") - Volume Diário: 200,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20180005388-VZ1. Processo DAEE-9307294 - Extrato de Portaria 307/21;

GIGA BR DISTRIBUIDOR E ATACADISTA LTDA., CPF/CNPJ 10.194.833/0008-60, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-sanitário, no município de São Paulo, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°31'0.900") - Longitude o (46°40'12.900") - Volume Diário: 32,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200028899-DPR. Processo DAEE-9912727 - Extrato de Portaria 273/21;

ANA CAROLINA DINIZ LUI, CPF/CNPJ 189.310.018-94, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e declarada a correspondente dispensa de outorga para o(s) uso(s) de recursos hídricos subterrâneos, para fins doméstico, no município de Campos do Jordão, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°44'46.972") - Longitude o (45°38'46.327") - Volume Diário: 14,00 m³; Solicitado pelo Requerimento 20210001180-MJ5. Processo DAEE-9609269 - Extrato de Portaria 306/21;

EDIFÍCIO BACCARELLI'S HOUSE, CPF/CNPJ 57.276.792/0001-49, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de São Paulo, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°31'55.987") - Longitude o (46°42'9.729") - Volume Diário: 31,95 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200007058-MWL. Processo DAEE-9902901 - Extrato de Portaria 294/21;

RECANTO DA CRUZ GRANDE, CPF/CNPJ 56.973.522/0001-24, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-sanitário, no município de Itapevi, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino-fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°32'52.000") - Longitude o (47°0'0.000") - Volume Diário: 25,41 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200027215-DVP. Processo DAEE-9907455 - Extrato de Portaria 308/21;

EDUARDO KALIL JORGE - ME, CPF/CNPJ 08.040.704/0001-08, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-solução alternativa coletiva II, no município de Taboão da Serra, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°37'4.600") - Longitude o (46°47'27.650") - Volume Diário: 200,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20190025146-A71;

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°37'4.030") - Longitude o (46°47'26.300") - Volume Diário: 900,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200018957-NJY;

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°37'5.260") - Longitude o (46°47'26.530") - Volume Diário: 480,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200019766-TON;

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Cárstico - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°37'5.350") - Longitude o (46°47'27.450") - Volume Diário: 200,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200019769-0T2. Processo DAEE-9904935 - Extrato de Portaria 274/21;

ELISABETE SILVA CESAR, CPF/CNPJ 213.897.378-61, a autorização administrativa para a(s) interferência(s) em recursos hídricos superficiais, para fins rodoviário, no município de São José dos Campos, conforme abaixo identificado:

- Travessia - Córrego do Machado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°56'51.415") - Longitude o (45°59'9.838") - Prazo 360 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200028163-HBS. Processo DAEE-9609220 - Extrato de Portaria 287/21;

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, CPF/CNPJ 43.776.517/0182-08, a concessão administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de Guararema, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°21'15.422") - Longitude o (46°9'14.093") - Volume Diário: 400,00 m³ - Prazo 120 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200024302-XWO. Processo DAEE-9609250 - Extrato de Portaria 288/21;

REDE D'OR SÃO LUIZ S/A, CPF/CNPJ 06.047.087/0097-80, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-sanitário, no município de Ribeirão Pires, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°42'49.330") - Longitude o (46°25'11.060") - Volume Diário: 25,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20190016429-VBK;

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°42'49.430") - Longitude o (46°25'11.230") - Volume Diário: 25,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20190016432-NBP. Processo DAEE-9913236 - Extrato de Portaria 295/21;

NATÁLIA DIAS MONTEIRO, CPF/CNPJ 338.087.948-79, a autorização administrativa para a(s) interferência(s) em recursos hídricos superficiais, para fins outros, no município de São Luíz do Paraitinga, conforme abaixo identificado:

- Travessia Aérea - Tipo de estrutura: Bueiro circular de concreto Diâmetro 0,80 m - Ribeirão do Pinga - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°13'27.480") - Longitude o (45°8'58.220") - Prazo 360 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200022288-SD2. Processo DAEE-9609087 - Extrato de Portaria 292/21;

JORGE MASSAO GUNJI, CPF/CNPJ 055.692.558-00, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Biritiba-Mirim, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Afluente Rio Tiête - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°34'28.820") - Longitude o (46°1'16.060") - Volume Diário: 180,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200024913-PEY. Processo DAEE-9906951 - Extrato de Portaria 296/21;

ROBERTO YOSHIHARU FUKUGAUTI E OUTROS, CPF/CNPJ 08.660.542/0002-83, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Tambaú, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Rio Tambau - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°41'29.131") - Longitude o (47°13'55.706") - Volume Diário: 2.240,00 m³ - Prazo 36 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200025161-AJI. Processo DAEE-9314410 - Extrato de Portaria 297/21;

GILBERTO PEREIRA LEMES JUNIOR, CPF/CNPJ 052.446.748-03, a autorização administrativa para a(s) interferência(s) em recursos hídricos superficiais, para fins rodoviário, no município de São Bento do Sapucaí, conforme abaixo identificado:

- Travessia Aérea - Córrego do Monjolinho - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°42'18.973") - Longitude o (45°42'43.613") - Prazo 360 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200016089-GZL. Processo DAEE-9609037 - Extrato de Portaria 298/21;

ICEMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA., CPF/CNPJ 46.712.238/0001-40, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins industrial, no município de São Carlos, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Serra Geral - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°58'37.900") - Longitude o (47°55'30.700") - Volume Diário: 8,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200027024-2PQ. Processo DAEE-9702321 - Extrato de Portaria 316/21;

JAGUARI COMERCIAL E AGRÍCOLA LTDA., CPF/CNPJ 61.082.335/0001-90, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins urbano, no município de Itupeva, conforme abaixo identificado:

- Lançamento Superficial - Afluente do Córrego Bom Fim - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°3'31.500") - Longitude o (47°4'55.450") - Volume Diário: 252,96 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200013132-0C0. Processo DAEE-9827890 - Extrato de Portaria 299/21;

JAGUARI COMERCIAL E AGRÍCOLA LTDA., CPF/CNPJ 61.082.335/0001-90, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins urbano, no município de Itupeva, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Afluente do Córrego Bom Fim - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°3'33.810") - Longitude o (47°4'55.350") - Volume Diário: 268,08 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200025622-RNA. Processo DAEE-9827890 - Extrato de Portaria 300/21;

AUTOKIT COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE BORRACHA EIRELLI, CPF/CNPJ 29.148.456/0001-85, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e a correspondente autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins industrial, no município de Araçariguama, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°25'9.640") - Longitude o (47°6'20.530") - Volume Diário: 30,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200025414-1GO. Processo DAEE-9831476 - Extrato de Portaria 302/21;

SÃO PAULO SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, CPF/CNPJ 96.291.141/0118-90, a concessão administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de Itapecerica da Serra, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°43'12.655") - Longitude o (46°53'16.053") - Volume Diário: 150,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200023934-448;

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°43'12.552") - Longitude o (46°53'16.440") - Volume Diário: 150,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200023934-ANX. Processo DAEE-9913274 - Extrato de Portaria 303/21;

FRANCISCO MILHOSSI NETO, CPF/CNPJ 476.307.108-44, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins de irrigação, no município de Marapoama, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Serra Geral - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°17'27.419") - Longitude o (49°11'39.405") - Volume Diário: 540,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210000763-XNG. Processo DAEE-9712449 - Extrato de Portaria 304/21;

MARCIA NAZARÉ DE LÁZARI ARAÚJO, CPF/CNPJ 069.844.678-02, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e declarada a correspondente dispensa de outorga para o(s) uso(s) de recursos hídricos subterrâneos, para fins de paisagismo, no município de São José do Rio Preto, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Bauru - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°51'22.780") - Longitude o (49°24'37.350") - Volume Diário: 5,00 m³; Solicitado pelo Requerimento 20210000394-R20. Processo DAEE-9209304 - Extrato de Portaria 317/21;

FARMACAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CPF/CNPJ 59.910.554/0001-79, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins industrial, no município de Itapecerica da Serra, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°43'14.677") - Longitude o (46°53'1.095") - Volume Diário: 30,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200028261-I9Q. Processo DAEE-9905145 - Extrato de Portaria 310/21;

PINGO DE CRISTAL DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA., CPF/CNPJ 66.941.675/0001-43, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-solução alternativa coletiva II, no município de Diadema, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°42'36.920") - Longitude o (46°35'54.940") - Volume Diário: 712,80 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200008029-8RJ;

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°42'36.620") - Longitude o (46°35'53.800") - Volume Diário: 1.620,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200008029-TTM. Processo DAEE-9904860 - Extrato de Portaria 272/21;

AGRICULTURA PECUÁRIA E COMÉRCIO PALMARES LTDA., CPF/CNPJ 01.536.675/0005-46, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Riolândia, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Rio Turvo - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°6'41.734") - Longitude o (49°44'25.399") - Volume Diário 3.800,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210000831-EID. Processo DAEE-9209091 - Extrato de Portaria 286/21;

SANDALO & VERBI LTDA. ME, CPF/CNPJ 18.272.248/0001-77, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-solução alternativa coletiva II, no município de Mogi Mirim, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Tubarão - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°26'5.726") - Longitude o (46°58'40.031") - Volume Diário: 20,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200018839-LJ5. Processo DAEE-9307639 - Extrato de Portaria 313/21;

NATALINO BLASCHI, CPF/CNPJ 719.699.428-00, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de São José do Rio Pardo, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Afluente do Córrego Santo Antônio - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°35'5.562") - Longitude o (46°55'29.510") - Volume Diário 105,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200027931-TZ6. Processo DAEE-9314402 - Extrato de Portaria 314/21;

ADVANCE - INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA., CPF/CNPJ 49.311.558/0001-87, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins industrial, no município de Várzea Paulista, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°12'27.930") - Longitude o (46°50'25.820") - Volume Diário: 192,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20190012010-AQS;

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°12'29.750") - Longitude o (46°50'28.620") - Volume Diário: 193,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20190012010-F3L;

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°12'29.210") - Longitude o (46°50'28.890") - Volume Diário: 152,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20190012010-YY6. Processo DAEE-9810211 - Extrato de Portaria 315/21;

ROBERTO FERNANDO ENGBRUCH, CPF/CNPJ 001.770.978-41, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins rural, no município de Mogi das Cruzes, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°36'49.700") - Longitude o (46°8'6.740") - Volume Diário: 20,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200018111-571. Processo DAEE-9906341 - Extrato de Portaria 324/21;

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, CPF/CNPJ 49.065.238/0001-94, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de paisagismo, no município de São José do Rio Preto, conforme abaixo identificado:

- Lançamento Superficial - Córrego da Mistura - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°47'22.456") - Longitude o (49°18'49.794") - Volume Diário 672,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210000943-1XS;

- Captação Superficial - Córrego da Mistura - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°47'13.750") - Longitude o (49°18'44.081") - Volume Diário 672,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210000943-2XD;

- Captação Superficial - Córrego da Mistura - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°47'23.451") - Longitude o (49°18'48.399") - Volume Diário 56,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210000943-4Y1. Processo DAEE-9209316 - Extrato de Portaria 320/21;

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SÃO FRANCISCO, CPF/CNPJ 05.928.449/0001-38, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de Osasco, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°33'21.320") - Longitude o (46°45'43.190") - Volume Diário: 24,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200019405-KBF. Processo DAEE-9907732 - Extrato de Portaria 309/21;

ASSOCIAÇÃO JOÃO MEINBERG DE ENSINO DE SÃO PAULO, CPF/CNPJ 00.821.834/0004-00, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-sanitario, no município de São Paulo, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°31'53.606") - Longitude o (46°36'12.541") - Volume Diário: 21,60 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200020841-G4J. Processo DAEE-9907505 - Extrato de Portaria 311/21;

RICARDO LUIZ SAMPAIO JUNIOR, CPF/CNPJ 27.920.794/0001-68, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins de irrigação, no município de Ibitinga, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Serra Geral - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°46'6.000") - Longitude o (48°45'28.000") - Volume Diário: 270,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210000078-NZ1. Processo DAEE-9712510 - Extrato de Portaria 312/21;

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ, CPF/CNPJ 46.694.139/0001-83, a autorização administrativa para a(s) interferência(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de suporte para dutos, no município de Jacareí, conforme abaixo identificado:

- Travessia - Afluente do Rio Paraíba do Sul - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°16'8.599") - Longitude o (45°57'7.105") - Prazo 360 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200019827-AUJ. Processo DAEE-9600603 - Extrato de Portaria 255/21;

VINÍCIUS CRISTIAN MADUREIRA, CPF/CNPJ 220.734.448-73, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e declarada a correspondente dispensa de outorga para o(s) uso(s) de recursos hídricos subterrâneos, para fins doméstico, no município de Campinas, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Tubarão - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°53'42.720") - Longitude o (47°5'27.220") - Volume Diário: 4,00 m³; Solicitado pelo Requerimento 20200024165-O6X. Processo DAEE-9831407 - Extrato de Portaria 321/21;

JOÃO FRANCISCO RIBEIRO DE SOUSA, CPF/CNPJ 287.336.303-72, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e declarada a correspondente dispensa de outorga para o(s) uso(s) de recursos hídricos subterrâneos, para fins doméstico, no município de Pinhalzinho, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°47'53.600") - Longitude o (46°33'0.900") - Volume Diário: 5,00 m³; Solicitado pelo Requerimento 20200024083-1G8. Processo DAEE-9831409 - Extrato de Portaria 322/21;

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MATÃO, CPF/CNPJ 57.712.275/0001-75, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-sanitário, no município de Matão, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Serra Geral - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°38'11.530") - Longitude o (48°21'39.670") - Volume Diário: 20,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200027811-1GF. Processo DAEE-9704518 - Extrato de Portaria 323/21;

NILTON DEL TEDESCO FREITAS, CPF/CNPJ 284.807.658-52, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e a correspondente autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins doméstico, no município de Jardinópolis, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Guarani - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°3'28.624") - Longitude o (47°49'52.112") - Volume Diário: 2,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200029130-BET. Processo DAEE-9313912 - Extrato de Portaria 325/21;

LEDA MARIA DA SILVA BARONI, CPF/CNPJ 28.136.183/0002-77, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins de irrigação, no município de Itajobi, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Bauru - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°17'51.470") - Longitude o (49°4'3.340") - Volume Diário: 119,97 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210000768-I5B. Processo DAEE-9712450 - Extrato de Portaria 336/21;

SAAEB - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BEBEDOURO, CPF/CNPJ 44.405.967/0001-29, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e a correspondente concessão administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de Bebedouro, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Guarani - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°54'54.400") - Longitude o (48°29'0.800") - Volume Diário: 6.000,00 m³ - Prazo 120 meses; Solicitado pelo Requerimento 20210000644-LV3. Processo DAEE-9303675 - Extrato de Portaria 334/21;

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, CPF/CNPJ 43.776.517/0286-02, a concessão administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de Novo Horizonte, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Guarani - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°27'53.995") - Longitude o (49°13'39.330") - Volume Diário: 4.080,00 m³ - Prazo 57 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200024137-6GY. Processo DAEE-9700628 - Extrato de Portaria 280/21;

UBIRAJARA GOMES DE BRITO, CPF/CNPJ 534.551.188-87, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins de irrigação, no município de Santa Fé do Sul, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Bauru - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°13'1.078") - Longitude o (50°54'9.688") - Volume Diário: 160,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200029276-L24. Processo DAEE-9209293 - Extrato de Portaria 275/21;

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS FORNAZIERO LTDA., CPF/CNPJ 62.423.439/0001-84, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins industrial, no município de Rafard, conforme abaixo identificado:

- Lançamento Superficial - Córrego Monte Alto - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°2'46.851") - Longitude o (47°35'42.611") - Volume Diário 32,55 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200018706-FTR. Processo DAEE-9801408 - Extrato de Portaria 279/21;

NOVA MIX INDUSTRIAL E COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA., CPF/CNPJ 08.142.803/0011-64, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins industrial, no município de Bom Jesus dos Perdões, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°8'42.335") - Longitude o (46°27'33.441") - Volume Diário: 60,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200022169-F5R. Processo DAEE-9808876 - Extrato de Portaria 281/21;

NOVA MIX INDUSTRIAL E COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA., CPF/CNPJ 08.142.803/0011-64, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneo, para fins industrial, no município de Bom Jesus dos Perdões, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°8'43.996") - Longitude o (46°27'29.592") - Volume Diário: 300,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200022169-PQQ. Processo DAEE-9808876 - Extrato de Portaria 282/21;

ASSOCIAÇÃO JOÃO MEINBERG DE ENSINO DE SÃO PAULO, CPF/CNPJ 00.821.834/0005-91, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-sanitário, no município de São Paulo, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°27'44.118") - Longitude o (46°36'57.445") - Volume Diário: 30,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200020836-IFU. Processo DAEE-9907457 - Extrato de Portaria 283/21;

VASITEX VASILHAMES LTDA., CPF/CNPJ 65.629.040/0001-42, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins industrial, no município de Guarulhos, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°24'27.560") - Longitude o (46°22'52.440") - Volume Diário: 36,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200017346-OUZ. Processo DAEE-9902648 - Extrato de Portaria 284/21;

LOTEAMENTO JARDIM DOS IPÊS - GUARAÇAI SPE LTDA., CPF/CNPJ 21.408.887/0001-21, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e a correspondente autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de Guaraçaí, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Bauru - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°2'20.080") - Longitude o (51°12'30.990") - Volume Diário: 308,40 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200024737-VO5. Processo DAEE-9712294 - Extrato de Portaria 289/21;

EDIS POLATO FORTES, CPF/CNPJ 147.834.398-26, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Casa Branca, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Rio Verdinho - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°46'46.020") - Longitude o (46°59'11.510") - Volume Diário 572,00 m³ - Prazo 36 meses; Solicitado pelo Requerimento 20180008224-301;

- Captação Superficial - Rio Verdinho - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°47'51.190") - Longitude o (46°59'47.400") - Volume Diário 572,00 m³ - Prazo 36 meses; Solicitado pelo Requerimento 20180008224-BRH;

- Captação Superficial - Rio Verdinho - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°47'2.700") - Longitude o (46°59'25.110") - Volume Diário 572,00 m³ - Prazo 36 meses; Solicitado pelo Requerimento 20180008224-SUK. Processo DAEE-9305697 - Extrato de Portaria 290/21;

GOODMAN GUARULHOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A, CPF/CNPJ 32.770.479/0001-31, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e a correspondente autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano, no município de Guarulhos, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero São Paulo - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°22'34.060") - Longitude o (46°25'25.810") - Volume Diário: 300,00 m³ - Prazo 30 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200026538-J6H. Processo DAEE-9913321 - Extrato de Portaria 276/21;

GOODMAN GUARULHOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A, CPF/CNPJ 32.770.479/0001-31, a autorização administrativa para a(s) interferência(s) em recursos hídricos superficiais, para fins rodoviária, no município de Guarulhos, conforme abaixo identificado:

- Travessia Aérea - Afluente Ribeirão Socovão - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°22'19.341") - Longitude o (46°25'30.203") - Prazo 30 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200027043-RMA. Processo DAEE-9913321 - Extrato de Portaria 277/21;

IMERYS FUSED MINERALS SALTO LTDA., CPF/CNPJ 03.625.966/0001-02, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins industrial, no município de Salto, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Rio Jundiaí - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°12'26.238") - Longitude o (47°17'15.704") - Volume Diário 309,60 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20190015856-BKU. Processo DAEE-9806258 - Extrato de Portaria 278/21;

INOVAT INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA., CPF/CNPJ 27.864.378/0001-90, a autorização administrativa para o(s) uso(s)em recursos hídricos subterrâneos, para fins industrial, no município de Guarulhos, conforme abaixo identificado:

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°27'52.770") - Longitude o (46°30'22.230") - Volume Diário: 288,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20190025611-5G0;

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°28'0.790") - Longitude o (46°30'22.640") - Volume Diário: 120,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200024460-05R;

- Captação Subterrânea - Aquífero Cristalino Fraturado - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°27'56.740") - Longitude o (46°30'12.310") - Volume Diário: 400,00 m³ - Prazo 60 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200024505-EDA. Processo DAEE-9909804 - Extrato de Portaria 285/21.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Portaria do Superintendente, de 22-1-2021

Excluindo, com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI, do Decreto 52.636, de 3-2-1971, e à vista do Código de Águas, da Lei 6.134, de 2-6-1988, do Decreto 32.955, de 7-2-1991, da Lei 7.663, de 30-12-1991, do Decreto 63.262, de 9-3-1918, e da Portaria DAEE-1630, de 30-5-2017, reti-ratificada em 24-6-2020, a captação superficial 02 e o lançamento superficial 01, constantes no artigo 1º da Portaria DAEE-291, de 28-1-2016, publicados no D.O. de 29-1-2016, conforme abaixo relacionados:

- Captação Superficial 02 - Afluente do Rio Capivari - Coord. UTM (Km) - N 7.454,75 - E 248,65 - MC 45 - Prazo 05 anos - Vazão 2,39 m3/h - Período 24 h/d - (todos) d/m.

- Lançamento Superficial 01 - Rio Capivari - Coord. UTM (Km) - N 7.453,68 - E 250,82 - MC 45 - Prazo 05 anos - Vazão 28,00 m3/h - período 24 h/d - (todos) d/m.

A Portaria DAEE-291, de 28-01-2016, publicada no D.O. de 29-01-2016, continua em vigor em todos os seus termos, exceto no que foi retificado na presente Portaria. Processo DAEE-9807821 - Extrato de Portaria 348/21.

O "§ 1º - O usuário deverá apresentar relatório fotográfico comprovando a instalação de medidor de vazão (hidrômetro), no prazo de 01 (um) mês, após a publicação desta". Constante no artigo 1º da Portaria DAEE-218, de 15-01-2021, publicada no D.O. de 21-01-2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - O usuário deverá apresentar relatório fotográfico comprovando a instalação de medidor de volume (hidrômetro) e iniciar as declarações no SiDeCC, conforme a Portaria DAEE-5579/2018, no prazo de 1 (um) mês, após a publicação desta".

A Portaria DAEE-218, de 15-01-2021, publicada no D.O. de 21-01-2021, continua em vigor em todos os seus termos, exceto no que foi retificado na presente Portaria. Processo DAEE-9821008 - Extrato de Portaria 363/21.

O caput do artigo 1º da Portaria DAEE-6655, de 25-11-2020, publicada no D.O. de 27-11-2020, passa a vigorar com a seguinte redação: "Fica outorgada, em nome de Nazca Cosméticos Indústria e Comércio Ltda., CPF/CNPJ 56.851.355/0001-49, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins industrial-sanitário, no município de São Bernardo do Campo, conforme abaixo identificado:"

A Portaria DAEE-6655, de 25-11-2020, publicada no D.O. de 27-11-2020, continua em vigor em todos os seus termos, exceto no que foi retificado na presente Portaria. Processo DAEE-9904617 - Extrato de Portaria 364/21.

Despacho do Superintendente, de 22-1-2021

Processo SPDOC-659328/2018.

Interessado: PVT.

Assunto: De acordo com a Inf. Técnica GEN 144/2020, fls. 1345/1348, Ofício Sehab às fls. 1366/1366-verso e o Parecer CJ/DAEE-15/2020, fls. 1351/1357, Autorizo a lavratura do 6º Termo Aditivo ao Termo de Convênio Dersa-203/2015, celebrado entre o DAEE e Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S.A, e a Sehab - Secretaria Municipal de Habitação, a Siurb - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras e a SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, objetivando a elaboração de projetos e execução das obras e serviços para a construção do "Polder" Itaim, no Município de São Paulo, incluindo Desapropriações, Remoções e Reassentamentos da População Atingida, consubstanciado no acréscimo contratual de R$ 1.297.772,00, perfazendo o valor total de R$ 138.133.737,33, e na prorrogação do prazo contratual até 27-01-2022, bem como autorizamos a realização da correspondente despesa, observadas as normas legais.

DIRETORIA DA BACIA DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

Despacho do Diretor, de 21-1-2021

Interessada: Indústria e Comércio de Plásticos Ibira Ltda., CPF/CNPJ 61.478.467/0001-36.

Município: Itaquaquecetuba.

Processo: DAEE-9609237.

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE-1630/2017 e suas Portarias e Instruções Técnicas DPO complementares e no parecer técnico contido no referido Processo DAEE, fica(m) indeferido(s) o(s) seguinte(s) requerimento(s):

- Captação Superficial - Aquífero Paraíba do Sul - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°21'55.560") - Longitude o (46°19'31.530") - Vazão Máxima Instantânea 4,86 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 90,00 m³ - Período 18h30/dia - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20200003003-5QE.

DIRETORIA DA BACIA DO RIBEIRA E LITORAL SUL

Despacho do Diretor, de 22-1-2021

Declaração de Dispensa de Outorga

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE-1.630, de 30-5-2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado pela Prefeitura Municipal de Barra do Turvo, CNPJ 46.634.317/0001-80, e do parecer técnico contido no Processo DAEE-9502367, Declaro dispensado de outorga o uso e a interferência, localizada no município de Barra do Turvo, conforme abaixo:

- Obra ou Serviço de Proteção de Margem ou Leito - Ribeirão do Fria - Coord. Geográfica(s) Latitude S (24°44'9.842") - Longitude o (48°29'57.475") - Prazo indeterminado; solicitado pelo Requerimento 20210001423-6OY. Extrato DDO Diretoria de Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul 3/2021.

DIRETORIA DE BACIA DO TURVO GRANDE

Despacho do Diretor, de 21-1-2021

Declaração de Dispensa de Outorga

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE-1.630 e 1.631, de 30-5-2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por Luiz Antonio Varollo, CPF/CNPJ 050.434.538-93, e do parecer técnico contido no Processo DAEE-9209221, Declaro dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de Tabapuã, conforme abaixo:

- Captação Subterrânea - Aquífero Bauru - Coord. Geográfica(s) Latitude S (20°58'26.090") - Longitude o (49°0'17.210") - Volume Diário: 14,00 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20200024928-KHT. Extrato DDO Diretoria de Bacia do Turvo Grande 028/2021.

Despacho do Diretor, de 22-1-2021

Declaração sobre Viabilidade de Implantação de Empreendimento

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE-1.630, de 30-5-2017, as declarações e as informações, apresentadas por Monte Alto Urbanizadora SPE Ltda., CPF/CNPJ 18.731.082/0001-00, na Diretoria de Bacia do Turvo Grande, Declaro viável a concepção da interferência em recurso hídrico do empreendimento que a demanda, com a finalidade de saneamento (esgoto), na Rua Agostinho Picoli, 1 - CEP: 15.910-000, localizada no município de Monte Alto, conforme abaixo:

- Travessia Subterrânea - Córrego do Barreiro - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°15'12.000") - Longitude o (48°31'1.380") - Vazão Máxima Instantânea 0,00 m³/h - Uso Diário Máximo: Volume 0,00 m³ - Período 0h/dia - Prazo 24 meses; Solicitado pelo Requerimento 20200022583-6FY. Processo DAEE-9209140 - Extrato DVI 006/2021.

FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLÓGICO DE SÃO PAULO

Portaria FPZSP-1, de 20-1-2021

O Diretor Presidente da Fundação Parque Zoológico de São Paulo, de acordo com o artigo 32, inciso I, do Estatuto aprovado pelo Decreto 59.416, de 9-8-2013, Determina:

Artigo 1º - Ficam designados para compor a Comissão Permanente de Licitação para a modalidade Convite, os empregados abaixo:

Membros Titulares:

1 - Rosa Maria Lemes - Chefe da Divisão de Materiais e Serviços;

2 - Andresa Felipe - Chefe do Setor de Compras;

3 - Fabio Franklin Araujo Cunha - Comprador;

4 - José Ricardo Di Filippo - Comprador;

5 - Marcel Brandão Rodrigues Aguilar - Comprador;

6 - Responsável pela Divisão de Contabilidade e Custos;

7 - Responsável pela Unidade Requisitante.

Artigo 2º - A Comissão se reunirá com, no mínimo, três membros, para a abertura, julgamento e classificação de propostas na modalidade Convite, na forma presencial ou em ambiente eletrônico através da BEC - Bolsa Eletrônica de Compras.

§ Único - Para Presidência dos trabalhos será feito rodízio entre os membros designados no artigo 1º, itens 1 a 5.

Artigo 3º - O mandato dos membros da Comissão Permanente de Licitação para a modalidade Convite é de 1 ano, de 1º-1-2021 a 31-12-2021.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 1º-1-2021.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Comunicado

Suspensão 1/2021.

A Cetesb - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo torna público que a Autorização de Supressão 64.893/2020, do processo, abaixo relacionado, foi suspensa considerando o Oficio 243/20/I.

Processo: 274/2020 (76902/2020-06)

Interessada: Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô.

Empreendimento: Prolongamento da Linha 2 (Verde) - Trecho Vila Prudente/Paulo Freire (Complexo Rapadura).

Município: São Paulo.

Comunicado

A Cetesb para dar cumprimento a Lei Federal 10.650, de 16-04-2003, faz publicar as decisões dos pedidos de supressão de vegetação natural do Estado de São Paulo, posição 22-01-2021 no Âmbito do Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos – IE.

SIGLA	ANO PROC	Nº PROC	INTERESSADO	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO	ANO DOC	Nº DOC	DATA EMISSÃO
Cetesb	2020	274	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ	RUA ANGOERA, S/N JARDIM TEXTIL PRAÇA MAURO BROCO		SÃO PAULO	Autorização	2020	64893	18/12/2020
eambiente	2020	76902								
Cetesb	2020	151	CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO III LTDA	RODOVIA SP-563 ZONA RURAL		PEREIRA BARRETO	Autorização	2020	65541	23/12/2020
eambiente	2020	37928								
Cetesb	2018	294	CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A	RODOVIA JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA (SP-083) DO KM 18+320 AO 26+900		CAMPINAS	Autorização	2020	65617	23/12/2020
eambiente	2018	34049								
Cetesb	2020	119	CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S/A	RODOVIA RAPOSO TAVARES (SP-270) ENTRE O KM 86+900 AO KM 89+700 - D		SOROCABA	Autorização	2021	2612	08/01/2021
eambiente	2020	33987								

Comunicados

A Cetesb para dar cumprimento à Resolução Conama-6, de 24-1-1986, e Resolução SMA-9, de 3-2-2017, torna público os pedidos de licenças solicitadas, posição 21-1-2021, no Âmbito da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental.

Processo 1874/2008 (076341/2020-47)

A Cetesb, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, torna público que recebeu o pedido de Renovação da Licença Ambiental de Operação 80647, de 22-10-2009, do Agro Industrial Vista Alegre Ltda., para Linha de Transmissão (LT) de Energia Elétrica de 138 kv da UTE Vista Alegre, no município de Itapetininga - SP, com validade de 10 (anos).

Processo 026/2021 (004001/2021-64).

A Cetesb, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, torna público que recebeu o pedido da Regularização de Licença Ambiental de Operação, da E4U Participações Ltda., para Central Geradora Hidroelétrica Reynaldo Gonçalves, nos municípios de Itápolis e Borborema - SP.

Procuradoria Geral do Estado

GABINETE DO PROCURADOR GERAL

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

DIVISÃO DE FINANÇAS

Comunicado

Conforme orientação da Secretaria da Fazenda, publicamos a PD impedida de pagamento, aguardando a regularização do fornecedor junto ao Cadin Estadual.

Procuradoria Geral do Estado

UGE	EMPRESA	PD	CNPJ OU CPF	VALOR R$
400105	Claro S/A	2020PD00367	40.432.544/0001-47	328,53

(9-1-2020)

PROCURADORIA FISCAL

Comunicado

A Procuradora do Estado Chefe da Procuradoria Fiscal, com observação da Deliberação CPGE 67/2005 e CGPGE – 1 de 2016, comunica aos Procuradores do Estado, independentemente da área ou unidade de classificação, a abertura de inscrições para preenchimento de 08 vagas para integrar a Comissão do Concurso para seleção de Estagiários de Direito.

O pedido de inscrição para integrar a Comissão do Concurso de Estagiários de Direito da Procuradoria Fiscal deverá ser formulado pelo Procurador do Estado interessado, no período de 26/01 a 01-02-2021, mediante preenchimento de requerimento (modelo contido no Anexo I) a ser enviado no seguinte endereço eletrônico: mkawasaki@sp.gov.br em nome de Mari Miashiro Kawasaki. Do pedido deverá constar a qualificação completa, RG e CPF/MF, endereço, telefone comercial, telefone celular, e-mail e Unidade onde o Procurador do Estado encontra-se classificado e em efetivo exercício. Não serão considerados os pedidos de inscrição intempestivos após o dia 01/02/21, bem como aqueles apresentados em forma diversa do elencado ou com dados faltantes / incompletos.

Havendo mais inscrições do que vagas, será realizado sorteio público no Gabinete do Procurador do Estado da Procuradoria Fiscal - GPF, no dia 03-02-2021, às 14h30, para escolha dos membros da Comissão, ficando os remanescentes na ordem de sorteio, como suplentes. Os Procuradores inscritos poderão acompanhar o sorteio. Caso as inscrições não sejam suficientes, serão designados Procuradores da Procuradoria Fiscal para exercerem tais funções.

Constituída a Comissão de Concurso, a Procuradora do Estado Chefe da Procuradoria Fiscal designará o seu Presidente, que coordenará os trabalhos e decidirá as questões sobre as quais não tenha havido consenso entre os integrantes da Comissão.

O certame será realizado na data a ser fixada pela Comissão de Concurso, devendo ser finalizada em período não superior a 60 dias.

Os membros da Comissão desenvolverão as seguintes atividades:

a) reunião para organização dos trabalhos;

b) divulgação do concurso;

c)elaboração das questões da prova, com respectivo gabarito/respostas;

d) aplicação da prova e correção da prova;

e) elaboração da lista de classificação dos candidatos aprovados;

f) elaboração do relatório final do concurso;

g) participação em todas as reuniões necessárias ao planejamento.

Serão elaboradas atas de todas as reuniões, indicando-se a presença ou ausência dos membros.

ANEXO I

MODELO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

ILMA. SRA. PROCURADORA DO ESTADO CHEFE DA PROCURADORIA FISCAL

_____, Procurador (a) do Estado, classificado (a) na _____, em exercício na _____, RG_____ e CPF/MF _____, domiciliado em_____, na Rua/Av._____, Estado de São Paulo, tel._____, tel. celular _____, e-mail _____, vem, requerer sua inscrição para integrar a Comissão do Concurso de Estagiários da Procuradoria Fiscal.

Termos em que,

pede deferimento.

(Cidade), _____ data.

_____

assinatura do(a) interessado(a)

PROCURADORIA JUDICIAL

Comunicado

A Comissão de Avaliação para Credenciamento de Profissionais para a Elaboração e Conferência de Cálculos em Ações de Interesse da Procuradoria Judicial, da Procuradoria Geral do Estado, faz saber que após abertura do certame foram realizadas 183 inscrições, bem como em 20-01-2021 foram realizadas entrevistas online pessoais, com 64 dos 65 novos candidatos convocados, cujas inscrições atenderam a todos os requisitos do edital de convocação 01/2021.

Dos 64 candidatos entrevistados, 54 demonstraram aptidão para prestarem serviços de elaboração e conferência de cálculos desta Unidade.

Desse modo, e considerando a experiência comprovada dos demais inscritos atualmente credenciados nesta Procuradoria Judicial, a Comissão decide Credenciar os profissionais abaixo para o próximo biênio 2021-2023:

Item	Nome
1	Acácio Grangeiro da Silva
2	Adilson Ricci
3	Adriano Estevam Rosa
4	Alexsandro Savio de Oliveira
5	Andréa Gislaine Gouvêa
6	Antônio Tadeu Mariano
7	Aparecida Fatima Meloni
8	Aparecida Massako Funagoshi Bovi
9	Arthur Moretão
10	Ben Hur Marques Rachid
11	Bernadete de Almeida Mariano
12	Bruno Novaes dos Santos
13	Carla Ruiz Pinto Gonzaga da Silva
14	Carmen Carolina Pereira Silva
15	Cátia Roberta Piveta Destri
16	Claudemir Pedro da Silva
17	Claudio Sousa Menezes
18	Dalva Divino Lopes
19	Diego de França Ferreira
20	Diego Leite Santana
21	Dilton Alves dos Santos
22	Ede Carlos Emiliano dos Santos
23	Eder Batistão
24	Edson Luiz Negrão Junior
25	Elias Gonçalves Junior
26	Elisandra Alves dos Santos
27	Elisangela Aparecida Silva Dias
28	Eliseu Vieira Bêdo dos Santos
29	Elso Siqueira Ezidio Barboza
30	Endrigo Gabriel Pereira Di Loreto
31	Eni Saturnina Ferreira
32	Fabiana Cristina Marinho Turra
33	Fabio Fonseca Vaz
34	Fernando Eduardo Almeida Monteiro
35	Flávia Moreira Soares dos Santos
36	Flávio Magalhães da Silva
37	Francisco Longhini Junior
38	Francisco Paulo Silva
39	Ginaldo Moura Marques Santos
40	Gisele Rodrigues Melace Araujo
41	Gislaine Cristina Florencio
42	Guilherme Henrique Ferraz Campos
43	Helder do Monte Braga
44	Heloise Vieira
45	Jeane Séfora de Sales
46	João de Deus Leite
47	José Alberto Freitas de Jesus
48	José Alexandre de Oliveira Von Bloedau
49	José de Arimateia Ferreira Barroso
50	Josenilda dos Santos Ferreira
51	Julieta Alcântara Barreto
52	Keile Cristiane Crema
53	Laís Novaes dos Santos
54	Larici Fabiana de Sá
55	Leandro Barbosa da Silva
56	Lie Tsuji
57	Lionete Aparecida Prates
58	Lorice Jabali Agustini
59	Luciana Losso Fassina
60	Luís Maurício Martins Borges
61	Luiz Fernando da Costa Colaço
62	Magali de Souza Andrade
63	Marcelo de Almeida Melo
64	Márcia Cristina Furlan Santos
65	Marcio Cocchieri Botelho
66	Marcos Henriques Secolo
67	Marcos Rogério Martins
68	Marcos Vinicius Murari Augusto
69	Marilza Lucimar Venarusso Boltnn
70	Maximino Barcelos Ribeiro
71	Melissa Borges Onha
72	Mirella Barletta Coutinho Mendes
73	Naiara Cristina Perna
74	Nilson Luiz Salva
75	Nilson Osmani de Oliveira Junior
76	Osvaldo dos Santos
77	Patrícia Roberta Graton
78	Paulo César Bocalon
79	Paulo José Dias
80	Rafael Machado Tavares
81	Rafael Oliveira Poi
82	Raimundo Dias Pereira
83	Ranulfo Teixeira Junior
84	Regina Célia Reis de Oliveira
85	Ricardo Nunes de Oliveira
86	Ricardo Pereira Thomaz
87	Roberto de Carvalho Rodrigues Junior
88	Roberval Zopolato Mendes
89	Rosangela Leila de Souza
90	Rosangela Paulina de Magalhães Alves
91	Samira Munetika da Silva
92	Samuel Banlian
93	Sandra Regina Alves Claudio
94	Sérgio Di Sevo
95	Sérgio Teiji Kato
96	Silvia Helena de Souza Silva
97	Sueli Aparecida Batistão
98	Terezinha Balestrin Cestare
99	Ulisses José de Moraes Ramos
100	Vagner Luís Caputo
101	Vagner Rosario de Souza
102	Valdecir Gomes de Magalhães
103	Victor Kobayashi
104	Wellington Serrano Lacerda
105	Werbert Carlos Santos
106	Zorobabel Araújo de Souza

Durante a entrevista os candidatos abaixo listados demonstraram falta de experiência técnica em laudos judiciais, não atendendo à Cláusula I – Do Objeto (credenciamento de profissionais legalmente habilitados e tecnicamente experientes para a elaboração e conferência de cálculos em, ou para ações, judiciais de interesse da Fazenda do Estado de São Paulo), combinada com a Cláusula IV – Da Prestação dos Serviços, em especial aos itens 4.1.1. a 4.1.3. do Edital de credenciamento 01/2021, a saber: elaboração e atualização de cálculos judiciais; conferência de cálculos decorrentes de condenação judicial, que envolvam matemática financeira e outras especificações técnicas, devendo ser indicados eventuais erros ou incorreções, e apresentando-se os cálculos corretos; elaboração de cálculos preparatórios de ações judiciais.

Com fundamento nos critérios editalícios acima citados, a Comissão decide por Não Credenciar os profissionais a seguir, por falta de experiência técnica para a elaboração e conferência de cálculos judiciais de interesse da Fazenda do Estado de São Paulo:

Item	Nome
1	Anderaus de Oliveira Negrão Neto
2	Antonio Maria Ghidetti
3	Gustavo Santiago Golla
4	Josiane da Silva Rosa
5	Márcia Aparecida de Araújo
6	Marly da Soledade dos Santos
7	Rosana Calvo Sala
8	Samuel Fernando Muller
9	Solange de Fátima Silva

A candidata Aline Fernanda Bezerra não compareceu à entrevista presencial. O candidato Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior não apresentou a efetivação de inscrição no ISS, em substituição ao protocolo enviado anteriormente, descumprindo o prazo concedido até a data da entrevista. Sendo assim, com fundamento no estabelecido no subitem 3.1, do item III e no subitem 2.1.1, alínea "e" do edital de credenciamento 01/2021, a Comissão decide por Não Credenciar, respectivamente:

Item	Nome
1	Aline Fernanda Bezerra
2	Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior

Fica aberto o prazo para recursos de 2 dias úteis, contados a partir da data de publicação da conclusão desta Comissão. Os recursos deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão de Avaliação e enviados para o e-mail credenciamentopj@sp.gov.br.

Em prosseguimento, o Procurador do Estado Chefe da Procuradoria Judicial proferiu a seguinte manifestação:

Acolho a conclusão da Comissão de Avaliação e Homologo o procedimento de credenciamento de profissionais para a Elaboração e Conferência de Cálculos em Ações de Interesse da Procuradoria Judicial, nos termos da Resolução PGE 17, de 31-05-2012, pelo prazo de 24 meses, contados a partir de 25-01-2019.

Determino a publicação resumida da conclusão da Comissão de Avaliação e desta manifestação.

A indicação dos Credenciados será feita obedecida a ordem alfabética.

PROCURADORIA DO ESTADO DE SÃO PAULO EM BRASÍLIA

Portaria GPESPB-3, de 15-6-2020

Designa Procurador do Estado monitor, para os fins previstos na Resolução PGE-COR-1, de 24-5-2019

O Procurador do Estado Chefe da Procuradoria do Estado de São Paulo em Brasília, considerando a necessidade de atendimento da Resolução PGE-COR-1, de 24-5-2019, que estabelece o procedimento para acompanhamento do estágio probatório, Resolve:

Artigo 1º - Designar Procurador do Estado, Dr. Pedro Luiz Tiziotti, RG 2.461.252, para monitorar os trabalhos, no período de estágio probatório, do Procurador do Estado, Dr. Leonardo Cocchieri Leite Chaves, RG 2.413.584, classificado e em exercício nesta Procuradoria do Estado de São Paulo em Brasília, desde 9-3-2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 9-3-2020.

Transportes Metropolitanos

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução STM-3, de 22-1-2021

Altera o § 1º, do artigo 20, da Resolução STM-95, de 31-10-2011

O Secretário dos Transportes Metropolitanos, com fundamento no Decreto 49.752, de 4-7-2005, inciso III, alínea "a", 3 do artigo 38;

Considerando o disposto no § 1º, do artigo 20, da Resolução STM-95, de 31-10-2011, alterado pelo artigo 2º, da Resolução STM-63, de 30-10-2014, da Resolução STM-24, de 2-2-2017, e pela Resolução STM-83, de 10-10-2018;

Considerando a IT-GRS/DIS-100/2019, o Parecer GAJ-081/2019, anexos ao Ofício DP-395/2019 e as Its GRS/DIS-045/20 e GRS/DIS-003/21, encaminhados pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A - EMTU/SP e a Informação Técnica CTC-6/2021 elaborada pela Coordenadoria de Transportes Coletivo - CTC,

Resolve:

Artigo 1º - Alterar o § 1º, do artigo 20, da Resolução STM-95, de 31-10-2011, que passa a ter a seguinte redação:

"§ 1º - os veículos cadastrados para operações de serviços regulares deverão ter a idade máxima de uso de 8 anos, enquanto os que estiverem alocados no Serviço Especial Conveniado - SEC, deverão ter idade máxima de 10 anos, considerando-se para aferição de sua idade, o ano de fabricação do chassi do veículo".

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Turismo

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução ST - 2, de 21-01-2021

Institui no âmbito da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, Comissão de Avaliação de Manifestação de Interesse – Doação de bens, direitos ou serviços, sem encargos

O Secretário de Turismo do Estado de São Paulo, à vista do disposto no artigo 18, inciso VI, 2, do Decreto 56.638/2011, resolve:

Artigo 1° - Instituir a Comissão de Avaliação para a Manifestação de Interesse – Doação de bens, direitos e serviços, sem encargos.

§1° - A competência da Comissão de Avaliação, a que se refere o caput, deste artigo, está disciplinada no Edital de Manifestação de Interesse ST 01/2021;

§2º - Ficam designados, sem prejuízos de seus cargos e funções, para compor a Comissão de Avaliação, a que se refere o caput deste artigo, os seguintes servidores:

I – Bruna Andreolli Tezinho, RG 43.994.740-6;

II – Elaine Cristina Servo de Oliveira, RG 13.490.488-6;

III – Vanilson Fickert Graciose, RG 19.774.866-1;

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução ST - 01, de 21-01-2021

Altera a composição da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - Cada da Secretaria de Estado de Turismo, e dá outras providências

O Secretário de Turismo, considerando a importância de se implementar a política de gestão documental e acesso à informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, visando à elaboração e à aplicação de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos, em conformidade com as disposições da Constituição Federal art. 216, §2°, dos Decretos n. 22.789, de 19-10-1984, 29.838, de 18-04-1989, 48.897, de 27-08-2004;

Resolve:

Artigo 1° Reestruturar a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - Cada, instituída pela Resolução ST 04, de 25-08-2020, publicada no D.O. em 27-08-2020, Executivo I, pág. 40, diretamente vinculada ao Gabinete do Secretário, designando os seguintes funcionários, sob coordenação do primeiro nomeado:

1. Diretor Administrativo, que será substituído, em seu impedimento, pelo atual Chefe de Gabinete da Secretaria de Turismo;

2. Aline de Assis Bernardo - RG 47.247.910-6 - Assessor Técnico V - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento de Estâncias – Dadetur;

3. Ana Cristina Fernandes Clemente - RG 46.382.594-9 - Assessor Técnico V – Coordenadoria de Turismo;

4. Elza Carvalho Ribeiro - RG 19.335.244-8 - Assessor I – Núcleo de Protocolo;

5. Nathalia Di Sevo Neves – RG 43.508.944-4 – Diretor Técnico I – Centro Administrativo;

6. Katheleen Regina da Silva Dardis de Camargo - RG 34.052.959-3 - Diretor Técnico II - Gabinete;

7. Layla Araujo da Silva - RG 38.555.274-9 - Assessor Técnico III – Núcleo de Finanças;

8. Regina Fernandes de Araújo - RG 27.039.841-7 - Assessor Técnico II – Núcleo de Recursos Humanos;

9. Vanessa Miwa Fugimoto - RG 49.967.548-4 - Diretor Técnico I – Centro Administrativo;

Artigo 2° A Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - Cada tem as seguintes atribuições:

I - Quanto à política de gestão documental:

a) Atuar como interlocutora da Unidade de Arquivo Público do Estado, da Casa Civil, por meio de seu Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - Saesp, de modo a disseminar as normas e procedimentos técnicos em seu âmbito de atuação, solicitando orientação sempre que necessário;

b) Elaborar proposta de Plano de Classificação e de Tabela de Temporalidade de Documentos relativos às atividades-fim da Secretaria, em conformidade com as orientações do Departamento de Gestão do Saesp, caso o órgão ainda não tenha oficializado seus instrumentos de gestão documental;

c) Orientar a implementação da política de gestão documental e efetiva aplicação de Planos de Classificação e de Tabelas de Temporalidade de Documentos, inclusive em relação aos documentos digitais;

d) Consultar, em caso de dúvida, a Procuradoria Geral do Estado acerca das ações judiciais encerradas ou em curso nas quais a Fazenda Estadual figure como autora ou ré, para que se possa dar cumprimento aos prazos prescricionais e precaucionais de guarda previstos nas Tabelas de Temporalidade de Documentos;

e) Comunicar ao Arquivo Público do Estado a existência de outros documentos de arquivo não indicados no "Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio" para sua inclusão, bem como a necessidade de elaboração de normas e procedimentos que se fizerem necessários para o aperfeiçoamento da gestão documental no órgão;

f) Planejar a revisão periódica do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim;

g) Coordenar a eliminação de documentos em conformidade com as determinações do Decreto 48.897/2004 e da Instrução Normativa APE/Saesp 02, de 02-12-2010, fazendo publicar no Diário Oficial os devidos Editais de Ciência de Eliminação de Documentos;

h) Propor critérios para orientar a seleção de amostragens dos documentos destinados à

eliminação, nos termos da legislação vigente;

II - Quanto à política de acesso:

a) Orientar a gestão transparente dos documentos, dados e informações do órgão, visando assegurar o amplo acesso e divulgação;

b) Propor ao Secretário da Pasta a renovação, alteração de prazos, reclassificação ou desclassificação de documentos, dados e informações sigilosas;

c) Manifestar-se sobre os prazos mínimos de restrição de acesso aos documentos, dados ou informações pessoais;

d) Atuar como instância consultiva do Secretário da Pasta, sempre que provocada, sobre os recursos interpostos relativos às solicitações de acesso a documentos, dados e informações não atendidas ou indeferidas;

III - Informar ao Secretário da Pasta a previsão de necessidades orçamentárias, bem como encaminhar relatórios periódicos sobre o andamento dos trabalhos;

IV - Manter registros de seus trabalhos e, quando for o caso, das subcomissões no Processo relativo aos Trabalhos da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso, contemplado na Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Meio, oficializada pelo Decreto 48.898/2004, sob o código de classificação 06.01.06.01.

Parágrafo 1° - Para o perfeito cumprimento de suas atribuições, a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - Cada deverá se reunir periodicamente e poderá convocar servidores que possam contribuir com seus conhecimentos e experiências, bem como constituir subcomissões e grupos de trabalho.

Parágrafo 2° - Havendo subcomissões, a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - Cada deverá propor a sua reestruturação sempre que necessário, bem como prestar orientação técnica, analisar e aprovar a Relação de Eliminação de Documentos, publicar o Edital de Ciência de Eliminação de Documentos e designar um membro da subcomissão para acompanhar a fragmentação e lavrar o Termo de Eliminação de Documentos.

Artigo 3° - A Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - Cada deverá consultar a

Consultoria Jurídica quanto à definição de prazos de guarda e destinação de documentos das

atividades-fim, para sua posterior aprovação pela Unidade do Arquivo Público do Estado.

Artigo 4° - Toda e qualquer eliminação de documentos públicos que não constem da Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Meio ou das Tabelas de Temporalidade de

Documentos das Atividades-Fim dos órgãos da Administração Pública Estadual será realizada mediante autorização da Unidade do Arquivo Público do Estado.

Artigo 5° - O trabalho da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - Cada não implicará o recebimento de qualquer remuneração adicional e será prestado sem prejuízo das atribuições próprias dos cargos e funções de seus integrantes e será considerado como de serviço público relevante.

Artigo 6° - Sempre que houver alteração na composição da Cada, deverá ser providenciada sua reestruturação.

Artigo 7° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga Resolução ST 04, de 25-08-2020, publicada no D.O. em 27-08-2020, Executivo I, pág. 40, que alterou a composição da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - Cada desta Secretaria de Turismo.

Universidade de São Paulo

REITORIA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO AMBIENTAL

Comunicado

Justificativa

Em atenção ao parágrafo 1º do artigo 5º da Portaria GR 4.710/2010, justificamos que o pagamento à empresa abaixo, não foi efetuado na data devida por problemas administrativos que impossibilitaram a tramitação normal do processo:

Empresa: Editora EME Ltda. EPP;

Proc. USP 20.1.4704.1.2;

Empenho: 03725375/2020

Valor: R$ 13.980,00.

EDITORA DA USP

Despacho do Diretor-Presidente, de 20-1-2021

Ratificando o Ato Declaratório de Inexigibilidade de Licitação, de acordo com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, ressaltando que a responsabilidade pela justificativa técnica é do emitente.

Unidade interessada: Editora da Universidade de São Paulo.

Processo	Contratado
2020.1.271.91.0	J.G. Cotta'sche Buchhandlung Nachfolger GmbH

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE DE RIBEIRÃO PRETO

Comunicado

Processo: 2017.1.00125.90.1.

Prestação de Serviço - Pregão - Art. 1º - Lei 10.520/2002.

Interessado: Link Card Administradora de Benefícios Eireli, CNPJ 12.039.966/0001-11.

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-E 513419, de 4-1-2021.

Valor: R$ 90,11

Ref: Pagamento

Em atenção ao artigo 5º, parágrafo 1º, da Portaria GR-4.710/2010, a liquidação de despesa para o pagamento acima mencionado, referente à Nota de Empenho 69647, de 14-1-2020, não houve tempo hábil para o pagamento em seu vencimento, justificamos que houve atraso em sua tramitação, não obedecendo à ordem cronológica por problemas administrativos.

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Primeiro Termo Aditivo - Acréscimo e Primeiro Termo Aditivo - Prorrogação

Processo 19.1.786.12.8 e volumes.

Objeto: Para Adequação Corretiva das Tubulações Hidráulicas de Água Gelada do Chiller do Sistema de Climatização da Biblioteca da Feausp, com fornecimento de mão de obra e peças.

Contratante: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da USP.

Contratada: Zonato & Ferreira Engenharia Ltda., CNPJ 07.719.996/00001-39.

Ficam acrescidos ao objeto contratual os serviços relacionados na proposta técnica e comercial PRO ADT 048/2019 REV 01 da Contratada, no valor de R$ 13.420,69.

Ficam suprimidos do objeto contratual o valor de R$ 13.420,69, referente ao fornecimento de uma bomba de água gelada, item 1.2.1. do cronograma físico financeiro - medição 02, anexado ao presente processo.

O acréscimo constante da Cláusula Primeira atende ao disposto no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/1993 e não acarretará alteração do preço contratual.

Para a execução dos serviços ora autorizados, fica prorrogado o prazo contratual por mais 20 dias contados a partir de 19-1-2020, deslocando para 7-2-2020 a data do término do contrato.

Ficam mantidas as demais cláusulas do Contrato 11/2019 que ora se adita.

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Portaria FFLCH-1, de 22-1-2021

Dispõe sobre a eleição dos representantes dos servidores técnicos e administrativos junto ao Conselho Técnico Administrativo (CTA) desta Faculdade

O Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, observando a legislação em vigor, baixa a seguinte Portaria:

1 - Das Disposições Gerais

Artigo 1º - A escolha dos representantes dos servidores técnicos e administrativos junto ao CTA, processar-se-á, em uma única etapa, no dia 24-2-2021, das 9 às 17 horas, por meio de sistema eletrônico de votação e totalização de votos de todos os servidores técnicos e administrativos da Faculdade.

Parágrafo Único - Nas eleições realizadas eletronicamente durante o período excepcional de prevenção de contágio pela Covid-19 (Novo Coronavírus) fica dispensada a exigência de disponibilização de votação convencional, nos termos da Resolução USP-7.945/2020.

Artigo 2º - A Assistência Técnica Acadêmica encaminhará aos eleitores, no dia 24-2-2021 em seu e-mail principal cadastrado nos Sistemas USP, o endereço eletrônico do sistema de votação e a senha de acesso com a qual o eleitor poderá exercer seu voto.

§ 1º - O sistema de votação contabilizará cada voto, assegurando-lhe sigilo e inviolabilidade.

Artigo 3º - Os servidores técnicos e administrativos, nos termos da legislação vigente, têm direito a 1 posto no CTA. O mandato será de 2 anos a contar da data da 1ª reunião do Conselho Técnico-Administrativo após a eleição (artigo 40, § 1º, do Regimento Geral da USP).

Artigo 4º - Será considerado eleito o servidor mais votado, figurando como suplente o que lhe suceder em número de votos.

Parágrafo Único - Em caso de empate, serão adotados como critérios de desempate, sucessivamente:

I - o maior tempo de serviço na USP;

II - o maior tempo de serviço na respectiva categoria;

III - o servidor mais idoso.

2 - Da Inscrição

Artigo 5º - As inscrições serão feitas, exclusivamente, no sítio eletrônico da FFLCH/USP (http://academica.fflch.usp.br/eleicoes-1) por meio de requerimento eletrônico, a partir da data de divulgação desta Portaria, até o dia 15-2-2021.

§ 1º - Caberá ao Diretor, com base na legislação vigente, analisar e deferir as candidaturas que se apresentarem.

§ 2º - São elegíveis para a representação dos servidores não docentes, todos os servidores em efetivo exercício.

§ 3º - O servidor que for docente ou aluno da USP não será elegível para a representação dos servidores técnicos e administrativos, garantido o direito de voto.

3 - Da Votação

Artigo 6º - A eleição será realizada eletronicamente, conforme descrito no artigo 2º.

Artigo 7º - A eleição será realizada pelo voto direto e secreto, em uma só etapa, sem exigência de quorum.

§ 1º - Cada eleitor poderá votar em apenas 1 nome para representação junto ao CTA.

§ 2º - Não poderá votar e ser votado o servidor que se encontrar afastado de suas funções para prestar serviços a órgão externo à Universidade de São Paulo ou que estiver suspenso em razão de infração disciplinar.

4 - Da Apuração e da Proclamação dos Resultados

Artigo 8º - A Diretoria indicará a mesa receptora e apuradora de votos, formada por tantos membros quantos forem necessários, escolhidos entre os servidores, docentes e alunos.

5 - Das Disposições Finais

Artigo 9º - Recursos poderão ser interpostos no prazo de 3 dias úteis, após a proclamação dos resultados, sendo decididos pela Direção.

Artigo 10 - Os casos omissos nesta Portaria serão resolvidos pela Direção com base na legislação em vigor.

Artigo 11 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INSTITUTO DE QUÍMICA

SERVIÇO DE MATERIAIS

Comunicado

Atraso de pagamento

O Instituto de Química da Universidade de São Paulo, em atendimento ao artigo 5º, parágrafo 1º, da Portaria GR.4.710/2010, justifica o atraso ocorrido no pagamento para a empresa: L F Ribeiro Extintores - Processo 20.1.00568.46.7, NFSE 638, por problemas operacionais e administrativos.

SERVIÇO DE MATERIAIS

Comunicado

Atraso de pagamento

O Instituto de Química da Universidade de São Paulo, em atendimento ao art. 5º, parágrafo 1º da Portaria GR 4710/2010, justifica o atraso ocorrido no pagamento da NFS.638E, para a empresa LF Ribeiro Extintores, ref. ao processo USP/IQ 20.1.568.46.7, tendo em vista problemas operacionais e administrativos.

PREFEITURA DO CAMPUS USP DE RIBEIRÃO PRETO

Portaria GP-1, de 5-1-2021

Dispõe sobre a designação da Comissão de Abertura, Encerramento e Julgamento de Licitações permanente para o Exercício de 2021 nas diversas modalidades, para a Prefeitura do Campus USP de Ribeirão Preto

O Prefeito de Campus USP Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, de acordo com o disposto no artigo 38, inciso III, da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, resolve:

Artigo 1º - Designar, sob a Presidência do primeiro, para comporem a Comissão de Abertura, Encerramento e Julgamento de Licitações permanente para o Exercício de 2021 nas diversas modalidades, para a Prefeitura do Campus USP de Ribeirão Preto:

Efetivos: Milton Toniello Novaes Coelho, Marcos Gomes da Silva, Margherite Aparecida Pinto Tamanaka, Rodrigo Brunelli Pirani e Daniel Judice Maran.

Suplentes: Aline Gardim Trivelato Felicio, Fernando Pereira da Silva, Helenita Maria Nepomuceno e Eder Robero Zuchi.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, inclusive a Portaria GP-1/2020.

Universidade Estadual de Campinas

REITORIA

Portaria GR-007, de 22-01-2021

Inclui membro no Grupo de Trabalho designado pela Portaria GR 006/2021, de 21-01-2021

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas baixa a seguinte Portaria:

Artigo 1º- Inclui o Prof. Dr. Sérgio Roberto de Lucca (FCM) no GT que visa definir critérios e procedimentos para o processo de vacinação na Universidade Estadual de Campinas.

Artigo 2º- Esta Portaria GR entrará em vigor na data de sua publicação.

Despachos da Diretora Executiva de Administração, de 21-01-2021

Ratificando:

Com fundamento no artigo 24, inciso XXII, da Lei Federal 8.666/93, o ato de declaração de dispensa de licitação do Diretor da Faculdade de Odontologia de Piracicaba – FOP/Unicamp, visando ao pagamento das despesas com o fornecimento de energia elétrica junto à CPFL para o prédio central da Faculdade de Odontologia de Piracicaba cursos profissionalizantes no período de janeiro/2021 a dezembro/2025. Processo 06-P-179/2020.

Com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal 8666/93, o ato de declaração de inexigibilidade de licitação do Coordenador de Administração do Hospital de Clínicas - HC/Unicamp, objetivando a aquisição de filtro Virosafe para aspirador de fumaça cirúrgico, da marca Buffalo Filter, modelo Plumesafe Turbo, junto a empresa Bioargo Comercial Ltda. Processo 15-P-1539/2020

DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Contratos

Termo de Reajuste de Contrato

Contrato 172/2019 - Processo 01-P-15184/2019

Contratante: Universidade Estadual de Campinas

Contratada: Starbel Transportes e Turismo Ltda. - EPP

Com fundamento no art. 65, da Lei Federal 8.666/93, os valores unitários ficam reajustados em -6,06% a partir de 01-05-2020, conforme varia o do IPC-FIPE, de acordo com o Decreto Estadual 48.326/2003, no período de 05/2019 a 05/2020. Com este reajuste o novo valor mensal estimado do contrato de R$ 13.049,96

Termo de Reajuste de Contrato

Contrato 163/2019 - Processo 01-P-18152/2019

Contratante: Universidade Estadual de Campinas

Contratada: Deivisontur Transportes e Turismo Ltda. - EPP

Com fundamento no art. 65, da Lei Federal 8.666/93, os valores unitários ficam reajustados em -3,79%, para linha 83A, -5,42%, para linha 83B e -4,19%, para linha 83D, a partir de 01-05-2020, conforme varia o do IPC-FIPE, de acordo com o Decreto Estadual 48.326/2003, no período de 05/2019 a 05/2020. Com este reajuste o novo valor mensal estimado do contrato de R$ 56.884,10.

Termo de Reajuste de Contrato

Contrato 156/2019 - Processo 01-P-19847/2019

Contratante: Universidade Estadual de Campinas

Contratada: Deivisontur Transportes e Turismo Ltda. - EPP

Com fundamento no art. 65, da Lei Federal 8.666/93, os valores unitários ficam reajustados em -5,42% a partir de 01-05-2020, conforme varia o do IPC-FIPE, de acordo com o Decreto Estadual 48.326/2003, no período de 05/2019 a 05/2020. Com este reajuste o novo valor mensal estimado do contrato de R$ 24.873,20

Resumo de Termo Aditivo

Termo Aditivo 01 à Carta Contrato 04/2020 - 20-P-00347/2020 – Contratante: Universidade Estadual de Campinas – Contratado: Geoambiente Sensoriamento Remoto Ltda. O presente tem por objeto: Prorrogar a vigência contratual para o período de 01-02-2021 a 31-01-2022, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8666/93. O valor total para atender a presente prorrogação é de R$ 8.348,64, sendo R$ 7.652,92 para o exercício 2021 e R$ 695,72 para o exercício 2022, na base mensal de 695,72. Assinatura: 20-01-2021.

Resumo de Termo Aditivo

Termo Aditivo 02 à Carta Contrato 15/2019 - 09-P-21406/2018 – Contratante: Universidade Estadual de Campinas – Contratado: ADV Manutenção e Modernização em Elevadores Ltda. - ME. O presente termo tem por objeto prorrogar a vigência do contrato para o período de 08-02-2021 a 07-02-2022, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93. O valor total para atender a presente prorrogação é de R$ 3.600,00, sendo R$ 3.216,82 para o exercício 2021 e R$ 383,18 para o exercício 2022, na base mensal de R$ 300,00. Assinatura: 20-01-2021.

Resumo de Termo Aditivo

Termo Aditivo 01 à Carta Contrato 07/2020- 05-P-23141/2019 – Contratante: Universidade Estadual de Campinas – Contratado: Elevadores Castelo Ltda. O presente termo tem por objeto prorrogar a vigência do contrato para o período de 10-02-2021 a 09-02-2022, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93. O valor total para atender a presente prorrogação é de R$ 1.920,00, sendo R$ 1.705,12 para o exercício 2021 e R$ 214,88 para o exercício 2022, na base mensal de R$ 160,00. Assinatura: 20-01-2021.

Extrato de Contrato

Carta-Contrato 1/2021 – Processo: 01 P 15511/2018 – Contratante: Universidade Estadual de Campinas – Contratada: Essencis Soluções Ambientais S.A. – Objeto: contratação de empresa especializada para recebimento e disposição final de resíduo sólido, contendo amianto, em aterro classe I – Valor do ContratO: R$ 41.199,60 – Modalidade: Edital Pregão Eletrônico DGA 789/2020 – Funcional Programática: 12.122.1043.6351 – Elemento Econômico: 3339-99 – Vigência: 12 meses a partir da data de sua assinatura. – Assinatura: 22-01-2021.

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DA UNICAMP - HEMOCENTRO

Resumo do Termo Aditivo

Termo Aditivo 002 ao Contrato HEMO-29/2020

Processo: 32-P-04078/2019

Contratada: Pollo Engenharia e Construções Ltda.

CNPJ: 66.088.105/0001-52

Objeto: Retificar o Termo Aditivo 001: onde se lê: Acrescer ao Contrato as quantidades referenciadas na Planilha Orçamentária do Anexo I, correspondente a 18,51% do valor contratado, leia-se: Acrescer ao Contrato as quantidades referenciadas na Planilha Orçamentária do Anexo I, correspondente a 19% do valor total contratado.

Prorrogar o prazo de execução do contrato para o período de 13-01-2021 a 12-05-2021, nos termos do inciso I do parágrafo 1º do artigo 57 da lei Federal 8.666/93.

Data de Assinatura: 15-01-2021

HOSPITAL DAS CLÍNICAS

Extrato de Contrato

Resumo de Carta-Contrato 101/2020, Aquisição - entrega parcelada, Processo 15P-6356/2020, Contratante: Universidade Estadual de Campinas, Contratada: MJM Produtos Farmacêuticos e de Radioproteção Ltda. Objeto: 1.1. A presente Carta-Contrato tem por objeto o Fornecimento dos Radiofármacos Trodat-1 e HYNIC-TOC (Óctreo) para o Serviço de Medicina Nuclear do Hospital de Clínicas, nas condições estabelecidas no Anexo I. 1.2. As quantidades das parcelas do objeto indicadas no Anexo I poderão ser alteradas em função de variações no seu consumo. 1.3. A proposta da Contratada, bem como o Anexo I integram a presente, como se parte dela fossem. Valor total da contratação: R$ 114.000,00. Data da assinatura: 21-01-2021.

Extrato de Contrato

Resumo de Contrato de Aquisição - Entrega Parcelada - Contrato 04/2021, Processo 15P-9358/2020, Contratante: Universidade Estadual de Campinas, Contratada: Roche Diagnóstica Brasil Ltda. Objeto: 1.1 O objeto do presente é a aquisição de reagentes para a Divisão de Patologia Clínica do Hospital de Clínicas, conforme especificações contidas no Anexo I. 1.2. A entrega dos reagentes será feita de forma parcelada, sendo que as quantidades das parcelas do objeto serão indicadas na Autorização de Fornecimento - AF. 1.3. O edital e a proposta da Contratada, independentemente de transcrição, integram o presente instrumento como se partes dele fossem. Valor Total do Contrato: R$ 356.292,00. Data da assinatura: 22-01-2021.

HOSPITAL DA MULHER PROF. DR. JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI - CTO. DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER

Termo de Rescisão Unilateral

Processo 27P-5934/2020 - A Universidade Estadual de Campinas, neste ato legal e estaturiamente representada, com base no art. 77 e art. 78, inciso I da Lei Federal 8.666/93, decide rescindir os instrumentos contratuais - Autorização de Fornecimento 5828/2020, 7918/2020 e 10447/2020 celebrados com a empresa Soma/SP Produtos Hospitalares Ltda., inscrita no CNPJ 05.847.630/0001-10. Fica garantido o direito de recurso no prazo de 5 dias úteis, contados da data de publicação deste ato, com vistas franqueadas aos autos do processo para fins de direito.

Universidade Estadual Paulista

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

CAMPUS DE BOTUCATU

INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS

Divisão Técnica Administrativa

Resumo de Alteração Contratual

9º Termo aditivo

Processo: 1057/2015-IBB

Ata Registro de Preços: 03/2015-Runesp

Contrato: 13/2015-IBB

Contratante: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP - Campus de Botucatu, Instituto de Biociências.

Contratada: MR Computer Informática Ltda. CNPJ: 00.495.124/0001-95

Objeto: Prestação de Serviços de Impressão e Reprografia Corporativa, por meio de disponibilidade de equipamentos multifuncionais e/ou impressoras, com instalação de software de gerenciamento, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças e componentes, bem como o devido fornecimento de suprimentos e insumos originais, (excetuando-se o papel).

Fonte de Recursos: Tesouro do Estado

Aditamento: Prorrogação contratual excepcional.

Classif. Da Despesa: 3.3.90.39.15

Data da Assinatura: 16-10-2020.

Partes que assinaram o contrato: César Martins (Contratante) e Mauri Abud Wohnrath (Contratada).

(Não publicado em momento oportuno).

Resumo de Alteração Contratual

Processo 1293/2016-IBB

Pregão Eletrônico 4/2016-Runesp

Ata de Registro de Preços 01/2016-Runesp

Termo de Contrato 18/2016-IBB

Alteração: 4º Termo de Aditamento

Parecer Jurídico: 28/2020 - AJ

Fonte de Recursos: Tesouro

Contratante: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp, Campus de Botucatu – Instituto de Biociências

Contratada: Ticket Soluções HDFGT S/A

Objeto: Constitui o objeto do presente Instrumento, estabelecer a prorrogação do prazo de vigência do supracitado Contrato, que trata da prestação de serviços de gestão sustentável de abastecimento e manutenção preventiva e corretiva de veículos, com implantação de sistema informatizado e integrado e tecnologia de cartão eletrônico, para aquisição de combustíveis, manutenção preventiva e corretiva e outros, por meio de rede credenciada, para atender as necessidades da frota de veículos do Instituto de Biociências e Ratificar demais Cláusulas e Condições do Contrato.

Cláusulas Retificadas: Cláusula Quarta: Fica prorrogado o prazo de vigência do mencionado Contrato pelo período de 15 meses, sendo de 02-09-2020 a 01-12-2021; Cláusula Quinta:1. O valor total estimado para execução dos serviços é de R$ 52.500,00; Cláusula Sexta: 1. As despesas decorrentes oneram as dotações atribuídas aos subelementos a seguir indicados, para o(s) correspondente(s) exercício(s): Despesas de manutenção - 3.3.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros.

Data da Assinatura: 28-08-2020. (Não publicado em momento oportuno)

CAMPUS DE RIO CLARO

INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS

Despacho do Diretor, de 22-1-2021

Considerando o apurado pela Comissão de Sindicância, consubstanciado no Relatório do Processo n. 548/2020/IGCE RC, decido:

Aplique-se a discente Amanda Vaes Strazer, matrícula 201161281, RG. 48.694.829-8 e CPF 414.138.518-27, do Curso de Graduação em Ecologia, do Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, a penalidade disciplinar de 15 dias de suspensão, a contar de 25-01-2021, nos termos do caput e inciso II do Artigo 163, do Regimento Geral da Unesp.

Processo 548/2020-IGCE/Unesp/Câmpus de Rio Claro.

Despacho do Diretor, de 22-01-2021

Considerando o apurado pela Comissão de Sindicância, consubstanciado no Relatório do Processo 548/2020/IGCE RC decido:

Aplique-se ao discente Lucas Guedes Cardoso, matrícula 201161885, RG 35.831.831-2 e CPF 464.588.028-46, do Curso de Graduação em Pedagogia, do Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, a penalidade disciplinar de 15 dias de suspensão, a contar de 25-01-2021, nos termos do caput e inciso II do Artigo 163, do Regimento Geral da Unesp.

Processo 548/2020-IGCE/Unesp/Câmpus de Rio Claro.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

Despacho do Diretor, de 22-01-2021

Considerando o apurado pela Comissão de Sindicância, consubstanciado no Relatório do Processo 548/2020/IGCE RC decido:

Aplique-se ao discente José Henrique Santos da Silva, matrícula 191150037, RG 42.336.105-3-SSP/SP, CPF/MF 389.838.588-42, do Curso de Graduação em Física, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, a penalidade disciplinar de 15 dias de suspensão, a contar de 25-01-2021, nos termos do caput e inciso II do Artigo 163, do Regimento Geral da Unesp.

Processo 548/2020-IGCE/Unesp/Câmpus de Rio Claro.

FUNDAÇÃO EDITORA UNESP

Extratos de Contratos

Contrato: 003/21

Proc.: 002/2021

Contratante: Fundação Editora da Unesp

Contratado: Mundial

Objeto: Edição impressa da publicação bilíngue chinês/português – Revista Instituto Confúcio - Volumes 42, 43, 44, 45, 46 e 47

Valor: R$ 71.850,00

Vigência: 12 meses

Data de assinatura: 22/01/21.

Contrato: 004/21

Proc.: 004/2021

Contratante: Fundação Editora da Unesp. Contratado: Pluto Books Ltd (Pluto Press)

Objeto: Aquisição de direitos autorais do livro "Citizenship And Social Class", de autoria de T. H. Marshall e Tom Bottomore.

Valor: 8% da venda até 2.000 exemplares, 10% sobre todos os exemplares vendidos posteriormente, com adiantamento de 800.

Vigência: 7 anos

Data de assinatura: 22/01/21.

Contrato: 005/21

Proc.: 005/2021

Contratante: Fundação Editora da Unesp

Contratado: Taylor & Francis Group

Objeto: Aquisição de direitos autorais do livro "Economic Philoshopy – 1St Edition", escrito e editado por Joan Robinson

Valor: 8% da venda até 2.000 exemplares, 10% sobre todos os exemplares vendidos posteriormente, com adiantamento de 800

Vigência: 7 anos

Data de assinatura: 22/01/21

Contrato: 006/21

Proc.: 006/2021

Contratante: Fundação Editora da Unesp

Contratado: Daniel Lago Monteiro

Objeto: Aquisição de direitos autorais da tradução dos textos anexos de autoria de William Hazlitt, que constituirão a obra "Ensaios de Hazlitt (título provisório)", do original em inglês, por Daniel Lago Monteiro. Valor: R$ 6.900,00

Vigência: Art. 41 da Lei 9610/98

Data de assinatura: 22/01/21.

Contrato: 007/21. Proc.: 007/2021

Contratante: Fundação Editora da Unesp. Contratado: Nícia Adan Bonatti.

Objeto: Aquisição de direitos autorais da tradução do livro "Les Origines Du Mal – Une Histoire Du Peché Originel", de autoria de George Minois, do original em francês, por Nícia Adan Bonatti

Valor: R$ 16.800,00

Vigência: Art. 41 da Lei 9610/98

Data de assinatura: 22/01/21.

Contrato: 008/21

Proc.: 008/2021

Contratante: Fundação Editora da Unesp

Contratado: Mariana Echalar (Textual – Digitação, Revisão, Elaboração e Adaptação de Textos Ltda-ME)

Objeto: Aquisição de direitos autorais da tradução do livro "La Mort Dans Lex Yeux – Figure de L´Autre En Grèce Ancienne (Artemis, Gorgô)", de autoria de Paul Vernant, do original em francês, por Mariana Echalar.

Valor: R$ 4.050,00

Vigência: Art. 41 da Lei 9610/98

Data de assinatura: 22/01/21.

Contrato: 009/21

Proc.: 009/2021

Contratante: Fundação Editora da Unesp. Contratado: Eduardo Socha.

Objeto: Aquisição de direitos autorais da tradução do livro "Ästhetische Theorie (Teoria Estética)", de autoria de Theodor W. Adorno, integrante da Coleção Adorno, do original em alemão, por Eduardo Socha. Valor: R$ 12.000,00

Vigência: Art. 41 da Lei 9610/98

Data de assinatura: 22/01/21.

Contrato: 010/21

Proc.: 010/2021

Contratante: Fundação Editora da Unesp

Contratado: Eduardo Socha, Jorge Mattos Brito de Almeida, Ricardo José Corrêa Barbosa, Rodrigo Antônio de Paiva Duarte e Vladimir Pinheiro Safatle

Objeto: Contratação dos serviços de coordenação para publicação do livro "Ästhetische Theorie (Teoria Estética)", de autoria de Theodor W. Adorno, integrante da Coleção Adorno, por Eduardo Socha, Jorge Mattos Brito de Almeida, Ricardo José Corrêa Barbosa, Rodrigo Antônio de Paiva Duarte e Vladimir Pinheiro Safatle.

Valor: R$ 6.000,00

Vigência: Art. 41 da Lei 9610/98

Data de assinatura: 22/01/21.

Contrato: 011/21

Proc.: 011/2021

Contratante: Fundação Editora da Unesp

Contratado: Carlos Orsi Marinho

Objeto: Aquisição de direitos autorais do livro "O Livro dos Milagres: A Ciência por Trás das Curas pela Fé, das Relíquias Sagradas e dos Exorcismos", de autoria de Carlos Orsi Marinho

Valor: 10% do preço de venda, e 5% em vendas especiais

Vigência: Art. 41 da Lei 9610/98

Data de assinatura: 22/01/21.

Contrato: 012/21. Proc.: 012/2021

Contratante: Fundação Editora da Unesp. Contratado: Fábio Yasoshima.

Objeto: Aquisição de direitos autorais da tradução (com notas e introdução) do livro "Dictionnaire de Musique", de autoria de Jean-Jacques Rousseau, do original em francês, por Fábio Yasoshima

Valor: R$ 4.050,00

Vigência: Art. 41 da Lei 9610/98

Data de assinatura: 22/01/21.

Contrato: 013/021

Proc.: 013/2021

Contratante: Fundação Editora da Unesp

Contratado: Priscila Santos da Costa

Objeto: Aquisição de direitos autorais da tradução do livro "Natural Symbols: Explorations In Cosmology – 3Rd Edition", de autoria de Mary Douglas, do original em inglês, por Priscila Santos da Costa

Valor: R$ 7.500,00

Vigência: Art. 41 da Lei 9610/98

Data de assinatura: 22/01/21.

Contrato: 014/21

Proc.: 014/2021

Contratante: Fundação Editora da Unesp

Contratado: Felipe César Shimabukuro

Objeto: Aquisição de direitos autorais da tradução do livro "Metaphysik. Begriff Und Probleme", de autoria de Theodor W. Adorno, integrante da Coleção Adorno, do original em alemão, por Felipe César Shimabukuro.

Valor: R$ 10.240,00

Vigência: Art. 41 da Lei 9610/98

Data de assinatura: 22/01/21.

Contrato: 015/21

Proc.: 015/2021

Contratante: Fundação Editora da Unesp

Contratado: Eduardo Socha, Jorge Mattos Brito de Almeida, Ricardo José Corrêa Barbosa, Rodrigo Antônio de Paiva Duarte e Vladimir Pinheiro Safatle

Objeto: Contratação dos serviços de coordenação para publicação do livro "Metaphysik. Begriff Und Probleme", de autoria de Theodor W. Adorno, integrante da Coleção Adorno, por Eduardo Socha, Jorge Mattos Brito de Almeida, Ricardo José Corrêa Barbosa, Rodrigo Antônio de Paiva Duarte e Vladimir Pinheiro Safatle

Valor: R$ 6.000,00

Vigência: Art. 41 da Lei 9610/98

Data de assinatura: 22/01/21.

Ministério Público

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS

I - Portarias de 22-1-2021

A - Subprocuradorias

Designando:

Republicada:

nº 128/2021 – a partir de 20-01-2021, os Membros a seguir relacionados, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e anteriores designações e sem ônus para o Ministério Público, compor o Grupo de Trabalho criado pelo Ato 1/2019-PGJ-CGMP, de 15-01-2019, com o objetivo de realizar estudos e oferecer propostas para revisão e atualização do Manual de Atuação Funcional dos Promotores de Justiça do Estado de São Paulo, aprovado pelo Ato Normativo 675/2010-PGJ-CGMP, de 28-12-2010.

Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior - 50º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais - Subprocurador-Geral de Justiça de Relações Institucionais

Liliana Mercadante Mortari - 37º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais – Vice-Corregedora-Geral do Ministério Público

Aline Jurca Zavaglia Vicente Alves - 88º Promotor de Justiça Criminal – Assessora do PGJ

Arthur Pinto de Lemos Junior – 1º Promotor de Justiça Criminal de Pinheiros – Secretário Especial de Políticas Criminais

Beatriz Lopes de Oliveira – 6º Promotor de Justiça Criminal – Assessora do PGJ

Fausto Junqueira de Paula - 15º Promotor de Justiça de São José dos Campos - Assessor da Corregedoria-Geral do Ministério Público

Fernanda Narezi Pimentel Rosa – 52º Promotor de Justiça da Capital - Assessora do CAO Criminal

Fernando Pereira Vianna Neto - 3º Promotor de Justiça de Campinas - Assessor da Corregedoria-Geral do Ministério Público

Jose Roberto Fumach Junior, 7º Promotor de Justiça de São Caetano do Sul - Assessor do CEAF/ESMP

Karina Bagnatori – 119º Promotor de Justiça Criminal - Assessora do PGJ

Marcelo Duarte Daneluzzi - 29º Promotor de Justiça da Capital - Assessor da Corregedoria-Geral do Ministério Público

Ricardo Jose Gasques de Almeida Silvares – 2º Promotor de Justiça do V Tribunal do Júri – Assessor do CAO Criminal

Rogerio Sanches Cunha – 17º Promotor de Justiça de Campinas - Assessor do CAO Criminal

(Pt. 2.439/2019)

(Republicada por necessidade de retificação D.O. de 19-01-2021)

C – Assessoria

Designando:

nº 177/2021 - Adonai Gabriel, 1º Promotor de Justiça de Bragança Paulista, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar no exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de Piracaia (ESAJ), no dia 26-01-2021.

nº 178/2021 - Igor Volpato Bedone, Promotor de Justiça de São Miguel Arcanjo, para acumular o exercício das funções do Promotor de Justiça de Pilar do Sul, de 21 a 31-01-2021.

nº 179/2021 - Maria Aparecida Rodrigues Mendes Castanho, 14º Promotor de Justiça de Sorocaba, para acumular o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Piedade, de 25 a 29-01-2021.

Republicadas:

nº 13058/2020 - Marcelo Antonio Francischette da Costa, 1º Promotor de Justiça de Fernandópolis, para acumular o exercício das funções do Promotor de Justiça de Estrela D'Oeste, **de 1 a 25 e 27 a 31-01-2021.**

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. 12-12-2020)

nº 13250/2020 - Felipe Bragantini de Lima, 5º Promotor de Justiça Substituto da 5ª Circunscrição Judiciária (Jundiaí), para acumular o exercício das funções do 3º Promotor de Justiça do V Tribunal do Júri, de 1 a 20 e 22 de janeiro, assumir o exercício das funções do 70º Promotor de Justiça Criminal, de 1 a 31 de janeiro, acumular o exercício das funções do 2º Promotor de Justiça do V Tribunal do Júri, no dia 21 de janeiro, **e auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça de Estrela D´Oeste, no dia 26-01-2021.**

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 21-01-2021)

nº 13258/2020 - Gustavo Simioni Bernardo, 4º Promotor de Justiça Substituto da 8ª Circunscrição Judiciária (Campinas), para assumir o exercício das funções do 3º Promotor de Justiça de Campinas, de 1 a 31 de janeiro, e acumular o exercício das funções do 17º Promotor de Justiça de Campinas, de **1 a 25**-01-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 09-01-2021)

nº 13271/2020 - Luis Felipe Delamain Buratto, 3º Promotor de Justiça Substituto da 8ª Circunscrição Judiciária (Campinas), para assumir o exercício das funções do 3º Promotor de Justiça de Limeira, de 1 a 13 de janeiro, acumular o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Americana, de 7 a 13 de janeiro, assumir o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Americana, de **14 a 19** de janeiro, e assumir o exercício das funções do 17º Promotor de Justiça de Campinas, de **26 a 31**-01-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 09-01-2021)

nº 13278/2020 - Paula Alessandra de Oliveira Jodas, 1º Promotor de Justiça Substituto da 10ª Circunscrição Judiciária (Limeira), para assumir o exercício das funções do 9º Promotor de Justiça de Limeira, de 1 a 31 de janeiro, acumular no exercício das funções do 10º Promotor de Justiça de Limeira, de 7 a 10 de janeiro, **e acumular o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Americana, de 20 a 21-01-2021**.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 08-01-2021)

nº 13381/2020 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, 30 dias de férias, referentes ao período de 2 A 31-01-2021, aos Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados:

Incluam-se:

Alexandre de Oliveira Daruge

Daniel Ardevino Fonseca do Nascimento

Lana Drapier Albuquerque Zaidowicz

Patricia de Carvalho Leitao

Valter Luciano Leles Junior

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 17-12-2020)

nº 20/2021 - Fabio Gunço Kacuta, 4º Promotor de Justiça Substituto da 22ª Circunscrição Judiciária (Itapetininga), para auxiliar no exercício das funções do 20º Promotor de Justiça de Enfrentamento À Violência Doméstica (teletrabalho), de **1 a 17 e 22 a 31** de janeiro, assumir o exercício das funções do 5º Promotor de Justiça das Execuções Criminais (ESAJ), de 18 a 20 de janeiro, e auxiliar no exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de São Pedro (teletrabalho), dia 21 de janeiro, **auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça de Iguape (ESAJ), no dia 26 de janeiro, auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça de Conchal (ESAJ), no dia 29-01-2021, auxiliar no exercício das funções do 18º Promotor de Justiça de Enfrentamento À Violência Doméstica (teletrabalho), no período de 22 a 31 de janeiro, auxiliar no exercício das funções do 19º Promotor de Justiça de Enfrentamento À Violência Doméstica (teletrabalho), no período de 22 a 31-01-2021.**

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 20-01-2021)

nº 53/2021 - Cristiano de Barros Santos, 1º Promotor de Justiça Substituto da 32ª Circunscrição Judiciária (Bauru), para assumir o exercício das funções do 10º Promotor de Justiça Civel de Santo Amaro (teletrabalho), de 5 a 24-01-2021.

(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 21-01-2021)

Plantão da Infância e da Juventude da Capital

Designando:

nº 1/2021 – Infância e Juventude – Infratores

Os Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas atribuições normais e anteriores designações, oficiarem nos termos do Ato 033/91, junto à Promotoria de Justiça da Infância e Juventude – Área de Adolescentes Infratores, à Rua Piratininga, 105, das 9 às 13 horas.

09/01/21 – Sábado

Jose Basso Junior

Luciana de Paula Leite Rocha Del Campo

10/01/21 – Domingo

Luciana de Paula Leite Rocha Del Campo

Oswaldo Monteiro da Silva Neto

16/01/21 - Sábado

Maria Leticia Rocha Ferreira de Mendonça do Amaral Souza

Raquel Maria Leone de Almeida Cesar Barbosa

17/01/21 – Domingo

Maria Leticia Rocha Ferreira de Mendonça do Amaral Souza

Oswaldo Monteiro da Silva Neto

23/01/21 - Sábado

Oswaldo Monteiro da Silva Neto

Tiago de Toledo Rodrigues

24/01/21 – Domingo

Luciana de Paula Leite Rocha Del Campo

Oswaldo Monteiro da Silva Neto

25/01/21 – Segunda

Luciana de Paula Leite Rocha Del Campo

Tiago de Toledo Rodrigues

30/01/21 – Sábado

Ana Paula de Souza

Raquel Maria Leone de Almeida Cesar Barbosa

31/01/21 – Domingo

Oswaldo Monteiro da Silva Neto

Tiago de Toledo Rodrigues

(Republicado por necessidade de retificação – D.O. de 12-12-2020)

nº 002/2021 – Infância e Juventude – Infratores

Os Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas atribuições normais e anteriores designações, oficiarem nos termos do Ato 033/91, junto à Promotoria de Justiça da Infância e Juventude - Área de Adolescentes Infratores, das 9 às 13 horas.

06/02/21 – Sábado

Jairo Edward de Luca

Marcos de Matos

07/02/21 – Domingo

Carolina Rodriguez de Mendoza Lotfi

Jose Basso Junior

13/02/21 – Sábado

Marcos de Matos

Priscila Maiello Ribeiro Prado Mileo Theodoro

14/02/21 - Domingo

Carolina Rodriguez de Mendoza Lotfi

Priscila Maiello Ribeiro Prado Mileo Theodoro

15/02/21 – Segunda-feira

Priscila Maiello Ribeiro Prado Mileo Theodoro

Santiago Miguel Nakano Perez

16/02/21 – Terça-feira

Priscila Maiello Ribeiro Prado Mileo Theodoro

Santiago Miguel Nakano Perez

20/02/21 – Sábado

Marcos de Matos

Valeria Palermo Capez

21/02/21 – Domingo

Carolina Rodriguez de Mendoza Lotfi

Tiago de Toledo Rodrigues

27/02/21 – Sábado

Jairo Edward de Luca

Marcos de Matos

28/02/21 – Domingo

Carolina Rodriguez de Mendoza Lotfi

Santiago Miguel Nakano Perez

AVISOS

Aviso 461/2020 – PGJ-AD, de 22-10-2020

O **Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo,** no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a edição do 765/2013-PGJ, de 20-03-2013, bem como do Provimento 2005/2012 e do Provimento CSM 2005/2012, publicados no Diário Eletrônico da Justiça de 02-10-2012; AVISA aos **Promotores de Justiça da Capital que as escalas de plantão do período de 19-12-2020 a 6 de janeiro de 2021** foram elaboradas conforme as manifestações de interesse em resposta ao Aviso 360/2020 – PGJ-AD, publicado no D.O. de 12-09-2020.

AVISA, ainda, que o **Plantão Judiciário ocorrerá de forma remota e eventuais alterações deverão ser comunicadas à Assessoria de Designações, através de e-mail (designa@mpsp.mp.br).**

PLANTÃO CRIMINAL

DEZEMBRO 2020

DIA 19:

BRUNO SERVELLO RIBEIRO

CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR

CLAUDIO HENRIQUE BASTOS GIANNINI

DENILSON DE SOUZA FREITAS

JULIANO CARVALHO ATOJI

MARCELO BATLOUNI MENDRONI

OLAVO EVANGELISTA PEZZOTTI

RAFAELA TROMBINI

SILVIA CHAKIAN DE TOLEDO SANTOS

WILMAR PINTO CORREIA

DIA 20

ANA LUISA DE OLIVEIRA NAZAR DE ARRUDA

BRUNO SERVELLO RIBEIRO

CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR

DENILSON DE SOUZA FREITAS

JULIANO CARVALHO ATOJI

KARINA KEIKO KAMEI

LORENA GENTIL CIAMPONE

MARCELO BATLOUNI MENDRONI

PATRICIA SALLES SEGURO

PEDRO ANDRE PICADO ALONSO

DIA 21

ALESSANDRA ANDREZ CABRERA JOAO BOROWSKI

CINTIA MARANGONI

CLAUDIO HENRIQUE BASTOS GIANNINI

FREDERICO VIEIRA SILVERIO DA SILVA

JULIANO CARVALHO ATOJI

LORENA GENTIL CIAMPONE

MARIA FERNANDA PAPA MITRINI

PAULO HENRIQUE CASTEX

PATRICIA SALLES SEGURO

PEDRO ANDRE PICADO ALONSO

DIA 22

BRUNA RIBEIRO DOURADO VAREJAO

BRUNO SERVELLO RIBEIRO

CINTIA MARANGONI

CLAUDIO HENRIQUE BASTOS GIANNINI

JULIANO CARVALHO ATOJI

LORENA GENTIL CIAMPONE

OLAVO EVANGELISTA PEZZOTTI

PAULO HENRIQUE CASTEX

RAQUEL TIEMI HASHIMOTO

ROMEU GALIANO ZANELLI JUNIOR

DIA 23

BRUNA RIBEIRO DOURADO VAREJAO

BRUNO SERVELLO RIBEIRO

CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR

CLAUDIO HENRIQUE BASTOS GIANNINI

DANIELA MOYSES DA SILVEIRA FAVARO

JULIANO CARVALHO ATOJI

LORENA GENTIL CIAMPONE

OLAVO EVANGELISTA PEZZOTTI

RAQUEL TIEMI HASHIMOTO

ROMEU GALIANO ZANELLI JUNIOR

DIA 24

BRUNA RIBEIRO DOURADO VAREJAO

BRUNO SERVELLO RIBEIRO

CAIO AUGUSTO DE CASTRO GONÇALVES

DANIELE MACIEL DA SILVA

EDUARDO LOPES BARBOSA DE SOUZA

EVELYN MOURA VIRGINIO MARTINS

JOEL CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA

JULIANO CARVALHO ATOJI

LEONARDO ALBRECHT NETO

LUIZ FERNANDO BUGIGA REBELLATO

DIA 25

BRUNA RIBEIRO DOURADO VAREJAO

BRUNO SERVELLO RIBEIRO

CAIO AUGUSTO DE CASTRO GONÇALVES
CRISTIANO DE BARROS SANTOS
ESTEFANIA FERRAZZINI PAULIN
JULIANO CARVALHO ATOJI
MARCELO FRATANGELO GHILARDI
MARINA FRANÇA FARIA PESTANA
MONIZE FLAVIA POMPEO
RAFAELA TROMBINI
DIA 26
ANA LUISA DE OLIVEIRA NAZAR DE ARRUDA
CAIO AUGUSTO DE CASTRO GONÇALVES
CRISTINA HODAS
EDUARDO AUGUSTO VELLOSO ROOS NETO
LUIZ FERNANDO BUGIGA REBELLATO
MONIZE FLAVIA POMPEO
PAULO D'AMICO JUNIOR
RAFAELA TROMBINI
RAQUEL TIEMI HASHIMOTO
ROMEU GALIANO ZANELLI JUNIOR
DIA 27
ALESSANDRA ANDREZ CABRERA JOAO BOROWSKI
ANA LUISA DE OLIVEIRA NAZAR DE ARRUDA
JOANA FRANKLIN DE ARAUJO
JULIANO CARVALHO ATOJI
LARISSA MOTTA NUNES LIGER
MARCELO BATLOUNI MENDRONI
PAULO D'AMICO JUNIOR
RAQUEL TIEMI HASHIMOTO
ROMEU GALIANO ZANELLI JUNIOR
TACIANA TREVISOLI PANAGIO GIL
DIA 28
ALESSANDRA ANDREZ CABRERA JOAO BOROWSKI
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR
EDUARDO AUGUSTO VELLOSO ROOS NETO
JOEL CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA
LARISSA MOTTA NUNES LIGER
LUIS FELIPE DELAMAIN BURATTO
MONIZE FLAVIA POMPEO
RAQUEL TIEMI HASHIMOTO
SIMONE DE DIVITIIS PEREZ
THAIS DE ALMEIDA SMANIO
DIA 29
DANIELE VOLPATO SORDI DE CARVALHO CAMPOS
EDUARDO LOPES BARBOSA DE SOUZA
GABRIELA FREIRE VITA
IGOR KOZLOWSKI
JOANA FRANKLIN DE ARAUJO
JULIANO CARVALHO ATOJI
LARISSA MOTTA NUNES LIGER
RAFAELA TROMBINI
RAQUEL TIEMI HASHIMOTO
SIMONE DE DIVITIIS PEREZ
DIA 30
CRISTINA HODAS
DANIELE VOLPATO SORDI DE CARVALHO CAMPOS
FELIPE BRAGANTINI DE LIMA
IGOR KOZLOWSKI
JOANA FRANKLIN DE ARAUJO
JULIANO CARVALHO ATOJI
LARISSA MOTTA NUNES LIGER
MONIZE FLAVIA POMPEO
PAULO D'AMICO JUNIOR
SIMONE DE DIVITIIS PEREZ
DIA 31
CRISTINA HODAS
DANILO KEITI GOTO
EDUARDO AUGUSTO VELLOSO ROOS NETO
GUSTAVO TRINCADO
IGOR KOZLOWSKI
JOEL CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA
MATEUS VICTOR RIBEIRO DE CASTILHO
OLAVO EVANGELISTA PEZZOTTI
RAFAEL TSUGUIO BERNHARDT HAYASHI
SIMONE DE DIVITIIS PEREZ
JANEIRO 2021
DIA 1
CRISTINA HODAS
DANILO KEITI GOTO
EDUARDO AUGUSTO VELLOSO ROOS NETO
FELIPE BRAGANTINI DE LIMA
GUSTAVO TRINCADO
IGOR KOZLOWSKI
MATEUS VICTOR RIBEIRO DE CASTILHO
RAFAEL TSUGUIO BERNHARDT HAYASHI
RAFAELA TROMBINI
RENATA ROJO RODRIGUES
DIA 2
ANA LUISA DE OLIVEIRA NAZAR DE ARRUDA
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR
CRISTINA HODAS
DANIELE VOLPATO SORDI DE CARVALHO CAMPOS
IGOR KOZLOWSKI
JOEL CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA
LARISSA MOTTA NUNES LIGER
OLAVO EVANGELISTA PEZZOTTI
SIMONE DE DIVITIIS PEREZ
VANESSA THEREZINHA SOUSA DE ALMEIDA
DIA 3
ANA LUISA DE OLIVEIRA NAZAR DE ARRUDA
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR
DANIEL LEME DE ARRUDA
DANIELE VOLPATO SORDI DE CARVALHO CAMPOS
IGOR KOZLOWSKI
JULIANO CARVALHO ATOJI
JOEL CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA
LARISSA MOTTA NUNES LIGER
TACIANA TREVISOLI PANAGIO GIL
VANESSA THEREZINHA SOUSA DE ALMEIDA
DIA 4
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR
DENILSON DE SOUZA FREITAS
EDUARDO LOPES BARBOSA DE SOUZA
JULIANO CARVALHO ATOJI
JOEL CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA
LARISSA MOTTA NUNES LIGER
MARCELO BATLOUNI MENDRONI
ROMEU GALIANO ZANELLI JUNIOR
SIMONE DE DIVITIIS PEREZ
VANESSA THEREZINHA SOUSA DE ALMEIDA
DIA 5
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR
CLAUDIO HENRIQUE BASTOS GIANNINI
DENILSON DE SOUZA FREITAS
JULIANO CARVALHO ATOJI
LARISSA MOTTA NUNES LIGER
LUIS FELIPE TEGON CERQUEIRA LEITE
MARCELO BATLOUNI MENDRONI
ROMEU GALIANO ZANELLI JUNIOR
SIMONE DE DIVITIIS PEREZ
VANESSA THEREZINHA SOUSA DE ALMEIDA
DIA 6
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR
CLAUDIO HENRIQUE BASTOS GIANNINI
JULIANO CARVALHO ATOJI
LARISSA MOTTA NUNES LIGER
LUIS FELIPE TEGON CERQUEIRA LEITE
MARCELO BATLOUNI MENDRONI
OLAVO EVANGELISTA PEZZOTTI
ROMEU GALIANO ZANELLI JUNIOR
SIMONE DE DIVITIIS PEREZ
VANESSA THEREZINHA SOUSA DE ALMEIDA
PLANTÃO CÍVEL
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
DENNY ANGELO DA SILVA DE CAROLI
RENATO ARRUDA SANTOS NETO
DIAS 20 E 21:
DENISE ELIZABETH HERRERA
MARILU DE FATIMA SCARATI DE CASTRO ABREU
DIA 22:
BEATRIZ HELENA BUDIN FONSECA
RICHARD GANTUS ENCINAS
DIA 23:
BEATRIZ HELENA BUDIN FONSECA
FILLIPE DEMETRIO LOPES
DIAS 24 E 25:
CINTIA MICHIKO BERGAMO
MARIA CECILIA ALFIERI NACLE
DIA 26:
CINTIA MICHIKO BERGAMO
JULIANO CARVALHO ATOJI
DIA 27:
DANIELE VOLPATO SORDI DE CARVALHO CAMPOS
TATIANA BIACHI TRIVINO
DIA 28:
BEATRIZ HELENA BUDIN FONSECA
DANIELE VOLPATO SORDI DE CARVALHO CAMPOS
DIA 29:
ALINE MORAES
BEATRIZ HELENA BUDIN FONSECA
DIA 30:
BEATRIZ HELENA BUDIN FONSECA
TATIANA BIACHI TRIVINO
DIA 31:
FELIPE BRAGANTINI DE LIMA
RAFAELA TROMBINI
JANEIRO 2021
DIA 1:
HALINE BARRETO AFONSO
LAIS BAZANELLI MARQUES DOS SANTOS
DIA 2:
CINTIA MICHIKO BERGAMO
MARIA CECILIA ALFIERI NACLE
DIAS 3, 4, 5 E 6:
DENISE ELIZABETH HERRERA
FILLIPE DEMETRIO LOPES

(Republicado por necessidade de retificação – D.O. de 23-10-2020)

Aviso 464/2020 – PGJ-AD, de 22-10-2020

O **Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo,** no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a edição do Ato 765/2013-PGJ, de 20-03-2013, bem como do Provimento 2005/2012 e do Provimento CSM 2005/2012, publicados no Diário Eletrônico da Justiça de 02-10-2012; AVISA aos **Promotores de Justiça do Interior que as escalas de plantão do período de 19-12-2020 a 6 de janeiro de 2021** foram elaboradas conforme as manifestações de interesse em resposta ao Aviso 361/2020 - PGJ, de 12-09-2020.

AVISA, ainda, que o **Plantão Judiciário ocorrerá de forma remota e eventuais alterações deverão ser comunicadas à Assessoria de Designações, através de e-mail (designa@mpsp.mp.br).**

1ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SANTOS
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
EUVER ROLIM
HELIO JUNQUEIRA DE CARVALHO NETO
MARCELO SANCHEZ LORENZO
DIA 20:
CAROLINA CAPOCHIM DA ROZ
MARCELO SANCHEZ LORENZO
THAISA DURANTE UNGER MONTEIRO
DIA 21:
ANDRE LUIZ DOS SANTOS
MARCELO SANCHEZ LORENZO
ROGERIO PEREIRA DA LUZ FERREIRA
DIA 22:
ANDRE LUIZ DOS SANTOS
MARCELO SANCHEZ LORENZO
VANESSA BORTOLOMASI
DIA 23:
ANDRE LUIZ DOS SANTOS
ROBERTA BENA PEREZ FERNANDEZ
VANESSA BORTOLOMASI
DIA 24:
GUSTAVO ROBERTO COSTA
MARLON MACHADO DA SILVA FERNANDES
RENATO DOS SANTOS GAMA
DIA 25:
GUSTAVO ROBERTO COSTA
MARLON MACHADO DA SILVA FERNANDES
RAFAEL DE PAULA ALBINO VEIGA
DIA 26:
HELIO JUNQUEIRA DE CARVALHO NETO
JULIANA BESCHORNER COELHO
MARLON MACHADO DA SILVA FERNANDES
DIA 27:
HELIO JUNQUEIRA DE CARVALHO NETO
RAFAEL DE PAULA ALBINO VEIGA
ROBERTA BENA PEREZ FERNANDEZ
DIA 28:
BRUNO DE MOURA CAMPOS
MATHEUS FELIPE BASSAN DE MEDEIROS
ROBERTA BENA PEREZ FERNANDEZ
DIA 29:
ALMACHIA ZWARG ACERBI
BRUNO DE MOURA CAMPOS
FABIO PEREZ FERNANDEZ
DIA 30:
ALMACHIA ZWARG ACERBI
FABIO PEREZ FERNANDEZ
MARCOS NERI DE ALMEIDA
DIA 31:
HELIO JUNQUEIRA DE CARVALHO NETO
MARLON MACHADO DA SILVA FERNANDES
RENATO DOS SANTOS GAMA
JANEIRO 2021
DIA 1:
CARLOS EDUARDO DEVOS DE MELO
JULIANA MONTEZUMA LACERDA
RAFAEL DE PAULA ALBINO VEIGA
DIA 2:
MARCOS NERI DE ALMEIDA
MARLON MACHADO DA SILVA FERNANDES
VICTOR RIBEIRO TRAVAIN
DIA 3:
ANDRE LUIZ DOS SANTOS
HELIO JUNQUEIRA DE CARVALHO NETO
MARCELO SANCHEZ LORENZO
DIA 4:
FABIO PEREZ FERNANDEZ
NELISA OLIVETTI DE FRANÇA NERI DE ALMEIDA
SILVIO DE CILLO LEITE LOUBEH
DIA 5:
MARLON MACHADO DA SILVA FERNANDES
NELISA OLIVETTI DE FRANÇA NERI DE ALMEIDA
SILVIO DE CILLO LEITE LOUBEH
DIA 6:
MARCOS NERI DE ALMEIDA
MARLON MACHADO DA SILVA FERNANDES
SILVIO DE CILLO LEITE LOUBEH

2ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SÃO BERNARDO DO CAMPO
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
LUIS GUSTAVO CASTOLDI
MARCELO VIEIRA DE MELLO
DIAS 20 E 21:
LUCIANA VIEIRA DALLAQUA VINCI
MARCELO VIEIRA DE MELLO
DIA 22:
LUCIANA VIEIRA DALLAQUA VINCI
NATHAN GLINA
DIA 23:
EDIVON TEIXEIRA JUNIOR
NATHAN GLINA
DIA 24:
EDUARDO SOARES AMARAL
NATHAN GLINA
DIA 25:
ADOLFO CESAR DE CASTRO E ASSIS
EDUARDO SOARES AMARAL
DIA 26:
JULIANA CARLA MACIEL RAMOS
ULISSES CARDOSO DE OLIVEIRA SANTOS
DIA 27:
EDIVON TEIXEIRA JUNIOR
JULIANA CARLA MACIEL RAMOS
DIAS 28 E 29:
EDIVON TEIXEIRA JUNIOR
ROSELI NALDI SOUZA
DIA 30:
ANA PAULA MAZZA
JULIANA CARLA MACIEL RAMOS
DIA 31:
ADOLFO CESAR DE CASTRO E ASSIS
THALITA MARQUES DO NASCIMENTO
JANEIRO 2021
DIA 1:
GIULIANA BATISTA PAVANELLO DA FONSECA
THALITA MARQUES DO NASCIMENTO
DIA 2:
ADOLFO CESAR DE CASTRO E ASSIS
ANA PAULA MAZZA
DIAS 3 E 4:
JULIANA CARLA MACIEL RAMOS
ROGERIO AUGUSTO DE ALMEIDA LEITE
DIA 5:
MARCELO VIEIRA DE MELLO
NATHAN GLINA
DIA 6:
GIULIANA BATISTA PAVANELLO DA FONSECA
MARCELO VIEIRA DE MELLO

3ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SANTO ANDRÉ
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
FABIO HENRIQUE FRANCHI
JOAO HENRIQUE FERREIRA POZZER
DIA 20:
DANIELA REIS PASTORELLO MATOS DA SILVA
LARISSA MOTTA NUNES LIGER
DIA 21:
ANDRE AGUIAR DE CARVALHO
FABIO HENRIQUE FRANCHI
DIA 22:
ANDRE AGUIAR DE CARVALHO
MAYRA MATHILDE AMAD FUMAGALLI NIETON
DIAS 23 E 24:
ANDRE AGUIAR DE CARVALHO
LEANDRO HENRIQUE FERREIRA LEME
DIA 25:
ANDRE AGUIAR DE CARVALHO
FABIOLA CASTILHO SOFFNER
DIA 26:
ANDRE AGUIAR DE CARVALHO
JOAO HENRIQUE FERREIRA POZZER
DIA 27:
ANDRE AGUIAR DE CARVALHO
JOAO HENRIQUE FERREIRA POZZER
DIA 28:
IUSSARA BRANDAO DE ALMEIDA
JULIANO AUGUSTO DESSIMONI VICENTE
DIA 29:
IUSSARA BRANDAO DE ALMEIDA
JOAO HENRIQUE FERREIRA POZZER
DIA 30:
IUSSARA BRANDAO DE ALMEIDA
JULIANO AUGUSTO DESSIMONI VICENTE
DIA 31:
ANDRE AGUIAR DE CARVALHO
JOSE ROBERTO FUMACH JUNIOR
JANEIRO 2021
DIA 1:
ANDRE AGUIAR DE CARVALHO
MARIA CECILIA ALFIERI NACLE
DIA 2:
ANDRE AGUIAR DE CARVALHO
ERICA JULIANA PHILIPI
DIA 3:
IUSSARA BRANDAO DE ALMEIDA
JOAO HENRIQUE FERREIRA POZZER
DIA 4:
ANDRE AGUIAR DE CARVALHO
IUSSARA BRANDAO DE ALMEIDA
DIA 5:
IUSSARA BRANDAO DE ALMEIDA
JOAO HENRIQUE FERREIRA POZZER
DIA 6:
DENISE CECILIA PAVAN BUORO
PAULA DE FIGUEIREDO SILVA

4ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – OSASCO
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
CELISA AGATA LOPES MOTA
MARCELO SILVA CASSOLA
MARCO ANTONIO DE SOUZA
DIA 20:
DANIELA DOMINGUES HRISTOV
FILIPE DE MELO EUZEBIO
SILVIO FERNANDO DE BRITO
DIA 21:
CELISA AGATA LOPES MOTA
DANIELE MACIEL DA SILVA
MARCO ANTONIO DE SOUZA
DIA 22:
DANIELA DOMINGUES HRISTOV
DEBORA DE CAMARGO ALY
SORANDY AYRES SANTOS
DIA 23:
CELISA AGATA LOPES MOTA
FILIPE DE MELO EUZEBIO
HELENA BONILHA DE TOLEDO LEITE
DIA 24:
FILIPE DE MELO EUZEBIO
MARCO ANTONIO DE SOUZA
RENATA CAETANO PEREIRA DA SILVA FUGA
DIA 25:
HELENA BONILHA DE TOLEDO LEITE
MARCO ANTONIO DE SOUZA
RENATA CAETANO PEREIRA DA SILVA FUGA
DIA 26:
DANIELE MACIEL DA SILVA
RENATA CAETANO PEREIRA DA SILVA FUGA
SANDRA REIMBERG
DIA 27:
MARCO ANTONIO DE SOUZA
SANDRA REIMBERG
SULTANE RUBEZ JEHA
DIAS 28, 29 E 30:
CELISA AGATA LOPES MOTA
RENATA DA CAMARA ALVES PINTO
SULTANE RUBEZ JEHA
DIA 31:
CELISA AGATA LOPES MOTA
JULIANA DE FREITAS LEVY MANFRIN
NATHAN GLINA
JANEIRO 2021
DIA 1:
ISMAEL DE OLIVEIRA MOTA
JULIANA DE FREITAS LEVY MANFRIN
MARCO ANTONIO DE SOUZA
DIA 2:
ISMAEL DE OLIVEIRA MOTA
RENATA DA CAMARA ALVES PINTO
SULTANE RUBEZ JEHA
DIA 3:
ISMAEL DE OLIVEIRA MOTA
MARIA EUGÊNIA VIEIRA DE MORAIS
SULTANE RUBEZ JEHA
DIA 4:
ISMAEL DE OLIVEIRA MOTA
SANDRA REIMBERG
SULTANE RUBEZ JEHA
DIA 5:
DIEGO DUTRA GOULART
ISMAEL DE OLIVEIRA MOTA
SULTANE RUBEZ JEHA
DIA 6:
ANDRE DE ALMEIDA PANZERI
ISMAEL DE OLIVEIRA MOTA
SULTANE RUBEZ JEHA

5ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – JUNDIAÍ
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
ANA BEATRIZ SAMPAIO SILVA VIEIRA
FELIPE BRAGANTINI DE LIMA
DIA 20:
ANA BEATRIZ SAMPAIO SILVA VIEIRA
JOAO PAULO ROBORTELLA
DIA 21:
ANA BEATRIZ SAMPAIO SILVA VIEIRA
MARCELO FRATANGELO GHILARDI
DIA 22:
ANA PAULA NIDALCHICHI RIBEIRO
JANDIR MOURA TORRES NETO
DIA 23:
LUCAS FREHSE RIBAS
MARCELO FRATANGELO GHILARDI
DIA 24:
JOAO PAULO ROBORTELLA
MARCELO FRATANGELO GHILARDI
DIA 25:
FELIPE DUARTE PAES BERTOLLI
DIA 26:
JANDIR MOURA TORRES NETO
JOAO PAULO ROBORTELLA
DIA 27:
FLAVIA MENDES PEREIRA RIVELLI CAÇADOR
JOAO PAULO ROBORTELLA
DIAS 28 E 29:
DANIELA ITO ECHEVERRIA
FLAVIA MENDES PEREIRA RIVELLI CAÇADOR
DIA 30:
BIANCA REIS D`AVILA LUCHESI FARIAS
DANIELA ITO ECHEVERRIA
DIA 31:
BIANCA REIS D`AVILA LUCHESI FARIAS
JORDANA CALIXTO PORTO
JANEIRO 2021
DIA 1:
ALINE MORAES
LUCIANE RODRIGUES ANTUNES
DIA 2:
BIANCA REIS D`AVILA LUCHESI FARIAS
JORDANA CALIXTO PORTO
DIA 3:
BIANCA REIS D'AVILA LUCHESI FARIAS
JORDANA CALIXTO PORTO
DIA 4:
BIANCA REIS D`AVILA LUCHESI FARIAS
JORDANA CALIXTO PORTO
DIA 5:
JANDIR MOURA TORRES NETO
JORDANA CALIXTO PORTO
DIA 6:
JANDIR MOURA TORRES NETO
JOAO PAULO ROBORTELLA

6ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – BRAGANÇA PAULISTA
DEZEMBRO 2020
DIAS 19 E 20:
BRUNO MARCIO DE AZEVEDO
CRISTIANO PEREIRA MORAES GARCIA
DIA 21:
BRUNO MARCIO DE AZEVEDO
RICARDO BRAINER ZAMPIERI
DIA 22:
RICARDO BRAINER ZAMPIERI
WANDERSON MARCIO RIBEIRO
DIA 23:
ANA MARIA BUOSO
DIB JORGE NETO
DIA 24:
DIB JORGE NETO
ROGERIO JOSE FILOCOMO JUNIOR
DIAS 25, 26 E 27:
ADONAI GABRIEL
ROGERIO JOSE FILOCOMO JUNIOR
DIA 28:
ANA MARIA BUOSO
JORGE BRAGA COSTINHAS JUNIOR
DIA 29:
ANA MARIA BUOSO
CARMEN NATALIA ALVES TANIKAWA
DIA 30:
ADONAI GABRIEL
ANA MARIA BUOSO
DIA 31:
ADONAI GABRIEL
LORRANA LARISSA COQUEIRO
JANEIRO 2021
DIA 1:
ADONAI GABRIEL
LORRANA LARISSA COQUEIRO
DIAS 2 E 3:
ADONAI GABRIEL

ANA MARIA BUOSO
DIAS 4, 5 E 6:
ALINE MORGADO DA ROCHA
ANA MARIA BUOSO
7ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – MOGI MIRIM
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
ANDREA MARIA BASTOS JUNQUEIRA BARREIRA
DIAS 20 E 21:
RODRIGO CAMBIAGHI LOURENÇO
DIAS 22 E 23:
ALEXANDRE DE PALMA NETO
DIAS 24 E 25:
GASPAR PEREIRA DA SILVA JUNIOR
DIAS 26 E 27:
MARIA PAULA MACHADO DE CAMPOS
DIAS 28, 29 E 30:
GABRIEL GUERREIRO
DIA 31:
RODRIGO CAMBIAGHI LOURENÇO
JANEIRO 2021
DIA 1:
REBECA BARBOSA LEITE DA FREIRIA ESTEVAO
DIA 2:
PATRICIA TALIATELLI BARSOTTINI
DIAS 3 E 4:
ANDRE LUIZ BRANDAO
DIAS 5 E 6:
ROBERTO LINO JUNIOR
8ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – CAMPINAS
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
ANDRE PERCHE LUCKE
ALINE MORAES
DIA 20:
ANDRE PERCHE LUCKE
EVELYN MOURA VIRGINIO MARTINS
DIAS 21 E 22:
ANGELO SANTOS DE CARVALHAES
PAULO CESAR MARTINEZ DE CASTRO
DIA 23:
ANDRE PERCHE LUCKE
VERONICA SILVA DE OLIVEIRA
DIA 24:
PAULO CESAR MARTINEZ DE CASTRO
VERONICA SILVA DE OLIVEIRA
DIA 25:
LEONARDO LIBERATTI
NATHAN GLINA
DIA 26:
ANDRE PERCHE LUCKE
VERONICA SILVA DE OLIVEIRA
DIA 27:
ALINE MORAES
ANDRE PERCHE LUCKE
DIA 28:
PAULO CESAR MARTINEZ DE CASTRO
VERONICA SILVA DE OLIVEIRA
DIAS 29 E 30:
ANDRE PERCHE LUCKE
VERONICA SILVA DE OLIVEIRA
DIA 31:
ADRIANA VACARE TEZINE
ANDRE PERCHE LUCKE
JANEIRO 2021
DIA 1:
ALEXANDRE MONTGOMERY WILD
CYNTHIA BRUETTO RODRIGUES DE MORAES
DIAS 2, 3 E 4:
ADRIANA VACARE TEZINE
ANDRE PERCHE LUCKE
DIAS 5 E 6:
ANDRE PERCHE LUCKE
ANGELO SANTOS DE CARVALHAES
9ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – RIO CLARO
DEZEMBRO 2020
DIAS 19, 20 E 21:
GUSTAVO ANDREATO
DIAS 22 E 23:
MARIA CLAUDIA CRUZ DE OLIVEIRA
DIA 24:
CASSIO SERRA SARTORI
DIA 25:
MATHEUS FELIPE BASSAN DE MEDEIROS
DIA 26:
GUSTAVO ANDREATO
DIA 27:
GLAUCO SOUZA AZEVEDO
DIAS 28 E 29:
TIAGO CINTRA ESSADO
DIAS 30 E 31:
CASSIO SERRA SARTORI
JANEIRO 2021
DIA 1:
FLAVIO JOSE DA COSTA
DIA 2:
FABIA CAROLINE DO NASCIMENTO
DIAS 3, 4, 5 E 6:
GEORGIA CARLA CHINALIA OBEID
10ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – LIMEIRA
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
LIGIANE RODRIGUES BUENO
RENATO FANIN
DIAS 20 E 21:
MARCO ANTONIO GESUALDI XAVIER DE FREITAS
RENATO FANIN
DIAS 22 E 23:
CARLOS PAULO TRAVAIN FILHO
RODRIGO ALVES DE ARAUJO FIUSA
DIA 24:
DEBORA BERTOLINI FERREIRA SIMONETTI
LIGIANE RODRIGUES BUENO
DIA 25:
LIGIANE RODRIGUES BUENO
DIAS 26 E 27:
HELIO DIMAS DE ALMEIDA JUNIOR
RAFAEL AUGUSTO PRESSUTO
DIAS 28 E 29:
LUCIANA ROSS GOBBI BENETI
RODRIGO ALVES DE ARAUJO FIUSA
DIA 30:
LUCIANA ROSS GOBBI BENETI
RENATO FANIN
DIA 31:
LUCIANA ROSS GOBBI BENETI
RODRIGO ALVES DE ARAUJO FIUSA
JANEIRO 2021
DIA 1:
PAULA ALESSANDRA DE OLIVEIRA JODAS
DIA 2:
LUCIANA ROSS GOBBI BENETI
RODRIGO ALVES DE ARAUJO FIUSA
DIAS 3 E 4:
ANDRE CAMILO CASTRO JARDIM
HELIO DIMAS DE ALMEIDA JUNIOR
DIAS 5 E 6:
HELIO DIMAS DE ALMEIDA JUNIOR
RENATO FANIN
11ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – PIRASSUNUNGA
DEZEMBRO 2020
DIAS 19, 20 E 21:
GABRIEL RIGODI VIDAL
DIA 22:
ELIO DALDEGAN JUNIOR
DIAS 23, 24 E 25:
LEANDRO VIOLA
DIAS 26, 27 E 28:
DANIEL COTTONI
DIAS 29, 30 E 31:
JOSE CARLOS GALLUCCI THOME
JANEIRO 2021
DIAS 1, 2 E 3:
TELMA REGINA FERNANDES REGO PAGOTO
DIAS 4, 5 E 6:
GUSTAVO LUIS DE OLIVEIRA ZAMPRONHO
12ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SÃO CARLOS
DEZEMBRO 2020
DIAS 19 E 20:
FLAVIO JOSE DA COSTA
DIA 21:
MARCELO BUFFULIN MIZUNO
DIA 22:
FLAVIO OKAMOTO
DIA 23:
MARIO JOSE CORREA DE PAULA
DIA 24:
OSVALDO BIANCHINI VERONEZ FILHO
DIA 25:
FLAVIO OKAMOTO
DIA 26:
MARCO AURELIO BERNARDE DE ALMEIDA
DIAS 27 E 28:
LUCAS CORRADINI DA SILVA
DIAS 29, 30 E 31:
LILIAN FRUET
JANEIRO 2021
DIA 1:
LUCIANO GARCIA RIBEIRO
DIA 2:
SERGIO DOMINGOS DE OLIVEIRA
DIAS 3 E 4:
LUCIANO GARCIA RIBEIRO
DIA 5:
SERGIO DOMINGOS DE OLIVEIRA
DIA 6:
SERGIO MARTIN PIOVESAN DE OLIVEIRA
13ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ARARAQUARA
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
HERIVELTO DE ALMEIDA
PATRICIA SGUERRA VITA E CASTRO
DIA 20:
CARLOS EDUARDO IMAIZUMI
PATRICIA SGUERRA VITA E CASTRO
DIA 21:
CARLOS EDUARDO IMAIZUMI
JOSE CARLOS MONTEIRO
DIAS 22 E 23:
CARLOS EDUARDO IMAIZUMI
JOSE CARLOS MONTEIRO
DIA 24:
CLEBER PEREIRA DEFINA
EDUARDO AUGUSTO VELLOSO ROOS NETO
DIA 25:
CARLOS ALBERTO MELLUSO JUNIOR
EDUARDO AUGUSTO VELLOSO ROOS NETO
DIAS 26 E 27:
CLEBER PEREIRA DEFINA
JOSE FRANCISCO FERRARI JUNIOR
DIA 28:
CLEBER PEREIRA DEFINA
HERIVELTO DE ALMEIDA
DIAS 29 E 30:
HERIVELTO DE ALMEIDA
SILVIO BRANDINI BARBAGALO
DIA 31:
CLEBER PEREIRA DEFINA
JULIANO CARVALHO ATOJI
JANEIRO 2021
DIA 1:
JULIANO CARVALHO ATOJI
DIAS 2 E 3:
CLEBER PEREIRA DEFINA
EDUARDO AUGUSTO VELLOSO ROOS NETO
DIAS 4, 5 E 6:
CLEBER PEREIRA DEFINA
HERIVELTO DE ALMEIDA
14ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – BARRETOS
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
JOAO PAULO GABRIEL DE SOUZA
MATHEUS BOTELHO FAIM
DIA 20:
ADRIANA NOGUEIRA FRANCO
HERBERT WYLLIAM VITOR DE SOUZA OLIVEIRA
DIA 21:
ADRIANA NOGUEIRA FRANCO
ANA CAROLINA KAMADA SCHWENDLER
DIA 22:
ANA CAROLINA KAMADA SCHWENDLER
PAULO CESAR NEUBER DELIGI
DIA 23:
FLAVIO JOSE DA COSTA
PAULO CESAR NEUBER DELIGI
DIAS 24 E 25:
FLAVIO JOSE DA COSTA
VINICIUS HENRIQUES DE RESENDE
DIA 26:
FLAVIO JOSE DA COSTA
JOAO PAULO GABRIEL DE SOUZA
DIAS 27 E 28:
FLAVIO JOSE DA COSTA
JOAO PAULO GABRIEL DE SOUZA
DIAS 29 E 30:
WALTER DE SOUZA VICENTINI VILELA
WILSON ROGERIO DE SOUZA
DIA 31:
ANA CAROLINA KAMADA SCHWENDLER
FLAVIO JOSE DA COSTA
JANEIRO 2021
DIA 1:
ANA CAROLINA KAMADA SCHWENDLER
DIA 2:
ANA CAROLINA KAMADA SCHWENDLER
DIEGO ANTONIO BISCO LELIS
DIAS 3 E 4:
MATHEUS BOTELHO FAIM
TIAGO DUTRA FONSECA
DIAS 5 E 6:
ANDRE LUIS DE SOUZA
VINICIUS HENRIQUES DE RESENDE
15ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – CATANDUVA
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
YVES ATAHUALPA PINTO
DIAS 20, 21 E 22:
BRUNA MARIA BUCK MUNIZ
DIAS 23, 24, 25 E 26:
JOSE GUILHERME SILVA AUGUSTO
DIA 27:
ANDRE LUIZ NOGUEIRA DA CUNHA
DIAS 28, 29 E 30:
CYNTHIA CASSEB NASCIMBEN GALLI
DIA 31:
ANTONIO BANDEIRA NETO
JANEIRO 2021
DIAS 1, 2 E 3:
ANTONIO BANDEIRA NETO
DIAS 4, 5 E 6:
YVES ATAHUALPA PINTO
16ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
DEZEMBRO 2020
DIAS 19 E 20:
JOSE SILVIO CODOGNO
TASSO DENIS CAMPANHA CURY
DIAS 21, 22 E 23:
JOSE HEITOR DOS SANTOS
TASSO DENIS CAMPANHA CURY
DIAS 24 E 25:
JOSE SILVIO CODOGNO
VANESSA IBARRECHE SANTA TERRA
DIAS 26 E 27:
ANDRE LUIS DE SOUZA
JOSE SILVIO CODOGNO
DIAS 28, 29 E 30:
JOSE HEITOR DOS SANTOS
JOSE SILVIO CODOGNO
DIA 31:
ANDRE LUIS DE SOUZA
JOSE SILVIO CODOGNO
JANEIRO 2021
DIA 1:
ANDRE LUIS DE SOUZA
JOSE SILVIO CODOGNO
DIAS 2 E 3:
JOSE SILVIO CODOGNO
TASSO DENIS CAMPANHA CURY
DIAS 4, 5 E 6:
JOSE HEITOR DOS SANTOS
TASSO DENIS CAMPANHA CURY
17ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – VOTUPORANGA
DEZEMBRO 2020
DIAS 19, 20, 21 E 22:
JOSE VIEIRA DA COSTA NETO
DIAS 23, 24 E 25:
TANIA MARA TORTOLA
DIAS 26, 27 E 28:
EDUARDO MARTINS BOIATI
DIAS 29, 30 E 31:
MARCUS VINICIUS SEABRA
JANEIRO 2021
DIAS 1, 2 E 3:
TANIA MARA TORTOLA
DIAS 4, 5 E 6:
EDUARDO MARTINS BOIATI
18ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – FERNANDÓPOLIS
DEZEMBRO 2020
DIAS 19, 20, 21 E 22:
JOAO SANTA TERRA JUNIOR
DIAS 23 E 24:
MARCELO ANTONIO FRANCISCHETTE DA COSTA
DIA 25:
DANIEL AZADINHO PALMEZAN CALDERARO
DIA 26:
MARCELO ANTONIO FRANCISCHETTE DA COSTA
DIAS 27 E 28:
EDUARDO WANSSA DE CARVALHO
DIAS 29, 30 E 31:
JOAO SANTA TERRA JUNIOR
JANEIRO 2021
DIAS 1 E 2:
FERNANDO CESAR DE PAULA
DIAS 3 E 4:
RENATO GONÇALVES AZEVEDO
DIAS 5 E 6:
JOSE RAFAEL GUARACHO SALMEN HUSSAIN
19ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SOROCABA
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
EDUARDO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR
WILSON VELASCO JUNIOR
DIAS 20, 21 E 22:
EDUARDO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR
LUCIANA ANDRADE MAIA
DIA 23:
MARCELO BIAZZIM
PAULA QUAGGIO
DIA 24:
RENATA PIRES SMITH DA SILVA
RODRIGO BELLINE LOPES
DIA 25:
ANA ALICE MASCARENHAS MARQUES
RENATA PIRES SMITH DA SILVA
DIA 26:
IGOR VOLPATO BEDONE
RENATO AUGUSTO VALADAO
DIA 27:
PAULA QUAGGIO
RENATO AUGUSTO VALADAO
DIA 28:
MARCELO BIAZZIM
RENATO AUGUSTO VALADAO
DIA 29:
PATRICIA MANZELLA TRITA
RENATO AUGUSTO VALADAO
DIA 30:
MARCELO BIAZZIM
PATRICIA MANZELLA TRITA
DIA 31:
ANA ALICE MASCARENHAS MARQUES
FABRICIO PEREIRA DE OLIVEIRA
JANEIRO 2021
DIA 1:
FABRICIO PEREIRA DE OLIVEIRA
LUCIANA AMORIM DE CAMARGO
DIAS 2 E 3:
RODRIGO BELLINE LOPES
THIAGO HENRIQUES BERNINI RAMOS
DIAS 4 E 5:
PATRICIA MANZELLA TRITA
WILSON VELASCO JUNIOR
DIA 6:
MARCELO BIAZZIM
WILSON VELASCO JUNIOR
20ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ITU
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
ALEXANDRE AUGUSTO RICCI DE SOUZA
MARCELO DI GIACOMO ARAUJO
DIA 20:
ALEXANDRE AUGUSTO RICCI DE SOUZA
MARCELO DI GIACOMO ARAUJO
DIA 21:
ALEXANDRE AUGUSTO RICCI DE SOUZA
LUCIANA DE FATIMA CARBONE RODRIGUES ABRAMOVITCH
DIAS 22 E 23:
ADRIANA FRANULOVIC CEBRIAN ARAUJO REIS
ALEXANDRE CEBRIAN ARAUJO REIS
DIA 24:
ALINE MORAES
AMAURI CHAVES ARFELLI
DIA 25:
JULISA HELENA DO NASCIMENTO
DIA 26:
CARLOS EDUARDO AYRES DE FARIAS
MARCELO DI GIACOMO ARAUJO
DIA 27:
JOSMAR TASSIGNON JUNIOR
RICARDO BELUCI
DIAS 28, 29 E 30:
AMAURI CHAVES ARFELLI
LUIZ CARLOS ORMELEZE
DIA 31:
AMAURI CHAVES ARFELLI
EVELYN MOURA VIRGINIO MARTINS
JANEIRO 2021
DIA 1:
AMAURI CHAVES ARFELL
FLAVIA FLORES RIGOLO
DIA 2:
JOSMAR TASSIGNON JUNIOR
MARCELO DI GIACOMO ARAUJO
DIAS 3 E 4:
AMAURI CHAVES ARFELLI
LUIZ CARLOS ORMELEZE
DIAS 5 E 6:
AMAURI CHAVES ARFELLI
MARCELO DI GIACOMO ARAUJO
21ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – REGISTRO
DEZEMBRO 2020
DIAS 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 E 30:
DANIEL PORTO GODINHO DA SILVA
DIA 31:
BELISA BARBOSA MORALES
JANEIRO 2021
DIAS 1 E 2:
BELISA BARBOSA MORALES
DIA 3:
NATALIA ROSALEM CARDOSO
DIAS 4, 5 E 6:
MURILO ARRIGETO PEREZ
22ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ITAPETININGA
DEZEMBRO 2020
DIAS 19, 20 E 21:
FABIANA MARIA NOVAES CANATELLI RODRIGUES
RODRIGO NERY
DIA 22:
ANA CLAUDIA DUTRA CRISTOFANI
CELIO SILVA CASTRO SOBRINHO
DIA 23:
CELIO SILVA CASTRO SOBRINHO
RODRIGO NERY
DIA 24:
BRUNO PAIVA TILELLI DE ALMEIDA
RODRIGO NERY
DIA 25:
CARLOS RENATO FERREIRA ZANINI
RODRIGO NERY
DIAS 26, 27 E 28:
CARLOS EDUARDO POZZI
CARLOS RENATO FERREIRA ZANINI
DIA 29:
CARLOS EDUARDO POZZI
IGOR VOLPATO BEDONE
DIA 30:
PEDRO RAFAEL NOGUEIRA GUIMARAES
RODRIGO NERY
DIA 31:
PEDRO RAFAEL NOGUEIRA GUIMARAES
RENATO DE JESUS MARÇAL
JANEIRO 2021
DIA 1:
CARLOS RENATO FERREIRA ZANINI
PEDRO RAFAEL NOGUEIRA GUIMARAES
DIA 2:
CARLOS RENATO FERREIRA ZANINI
IGOR VOLPATO BEDONE
DIA 3:
CARLOS RENATO FERREIRA ZANINI
RENATO DE JESUS MARÇAL
DIA 4:
LEANDRO CONTE DE BENEDICTO
PAULA AUGUSTA MARIANO MARQUES
DIAS 5 E 6:
ANA CANDIDA SILVEIRA BARBOSA
PAULA AUGUSTA MARIANO MARQUES
23ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – BOTUCATU
DEZEMBRO 2020
DIAS 19, 20 E 21:
EDUARDO JOSE DAHER ZACHARIAS
DIAS 22 E 23:
CLAUDIA RODRIGUES CALDAS LOURENÇAO
DIAS 24 E 25:
CARLOS EDUARDO TARGINO DA SILVA
DIAS 26 E 27:
THIAGO TAVARES SIMONI AILY
DIAS 28, 29 E 30:
RODRIGO JIMENEZ GOMES
DIA 31:
CARLOS EDUARDO TARGINO DA SILVA
JANEIRO 2021
DIA 1:
CARLOS EDUARDO TARGINO DA SILVA
DIAS 2 E 3:
LAURO HENRIQUE MENDES PEREIRA
DIA 4:
RODRIGO JIMENEZ GOMES
DIAS 5 E 6:
ANA CAROLINA KAMADA SCHWENDLER
24ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – AVARÉ
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
GIOVANA MARINATO GODOY
DIA 20:
GABRIELA FREIRE VITA
DIA 21:
CAROLINA AUGUSTO JULIOTTI
DIAS 22 E 23:
MARCOS VIEIRA GODOY
DIA 24:
GABRIELA FREIRE VITA
DIA 25:
ANA LAURA RIBEIRO TEIXEIRA MARTINS
DIA 26:
RUBENS MARTINS DA SILVA
DIAS 27 E 28:
JULIA FERNANDES CALDAS
DIAS 29 E 30:
GIOVANA MARINATO GODOY
DIA 31:
MATHEUS FELIPE BASSAN DE MEDEIROS
JANEIRO 2021
DIA 1:
MATHEUS FELIPE BASSAN DE MEDEIROS
DIA 2:

CEZAR RODRIGUES MARQUES
DIAS 3 E 4:
ANA LAURA RIBEIRO TEIXEIRA MARTINS
DIA 5:
GABRIELA FREIRE VITA
DIA 6:
GILMARA CRISTINA BRAZ DE CASTRO
25ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – OURINHOS
DEZEMBRO 2020
DIAS 19, 20 E 21:
MARCOS DA SILVA BRANDINI
DIAS 22 E 23:
MARCELO GONÇALVES SALIBA
DIA 24:
MARIANA UESHIBA DA CRUZ GOUVEIA
DIA 25:
FILIPE VIANA DE SANTA ROSA
DIAS 26, 27, 28 E 29:
SILVIO DA SILVA BRANDINI
DIAS 30 E 31:
MARCELO GONÇALVES SALIBA
JANEIRO 2021
DIA 1:
THAIS DE ALMEIDA SMANIO
DIAS 2 E 3:
MARCOS DA SILVA BRANDINI
DIAS 4, 5 E 6:
VLADIMIR BREGA FILHO
26ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ASSIS
DEZEMBRO 2020
DIAS 19 E 20:
MARCELO OTAVIO CAMARGO RAMOS
DIAS 21, 22 E 23:
LUIS FERNANDO ROCHA
DIAS 24, 25, 26 E 27:
WESLEI GUSTAVO SOUZA CICILIATO
DIAS 28, 29 E 30:
EZEQUIEL VIEIRA DA SILVA
DIA 31:
BRUNO RODRIGUEZ CALDAS
JANEIRO 2021
DIA 1:
BRUNO RODRIGUEZ CALDAS
DIAS 2, 3 E 4:
SERGIO CAMPANHARO
DIAS 5 E 6:
FERNANDO FERNANDES FRAGA
27ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – PRESIDENTE PRUDENTE
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
GUSTAVO SILVA TAMAOKI
DIA 20:
DANIEL TADEU DOS SANTOS MANO
DIA 21:
LETICIA NANNI RODRIGUEZ SAKAUE
DIAS 22, 23 E 24:
GUSTAVO SILVA TAMAOKI
DIAS 25 E 26:
RUAN MANCONI MILANI
DIA 27:
GUSTAVO SILVA TAMAOKI
DIAS 28, 29, 30 E 31:
PEDRO ROMAO NETO
JANEIRO 2021
DIAS 1, 2 E 3:
GUSTAVO SILVA TAMAOKI
DIAS 4 E 5:
JOAO AUGUSTO DE SANCTIS GARCIA
DIA 6:
MARCELO DA SILVA MARTINS PINTO GONÇALVES
28ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – PRESIDENTE VENCESLAU
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
RODRIGO MELGAREJO
DIAS 20 E 21:
RICARDO RODRIGUES SALVATO
DIAS 22 E 23:
RODRIGO MELGAREJO
DIAS 24 E 25:
FILIPE TEIXEIRA ANTUNES
DIAS 26, 27 E 28:
CLAUDIO DE MELLO FERREIRA
DIAS 29 E 30:
WASHINGTON GONÇALVES VILELA JUNIOR
DIA 31:
VICTOR RIBEIRO TRAVAIN
JANEIRO 2021
DIA 1:
VICTOR RIBEIRO TRAVAIN
DIA 2:
BRUNO RODRIGUEZ CALDAS
DIAS 3 E 4:
THAIS DE FREITAS CAVALARI
DIAS 5 E 6:
DANIEL HENRIQUE SILVA MIRANDA
29ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – DRACENA
DEZEMBRO 2020
DIAS 19, 20, 21, 22, 23, 24 E 25:
CLAUDIO SANTOS MACHADO
DIAS 26, 27, 28, 29 E 30:
YURI FISBERG DIA 31:
JAMILE TAVARES
JANEIRO 2021
DIAS 1, 2, 3, 4, 5 E 6:
JAMILE TAVARES
30ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – TUPÃ
DEZEMBRO 2020
DIAS 19, 20 E 21:
RODRIGO DE ANDRADE FIGARO CALDEIRA
DIAS 22, 23 E 24:
JESS PAUL TAVES PIRES
DIA 25:
FABIO GUNÇO KACUTA
DIAS 26 E 27:
MARCELO BRANDAO FONTANA
DIAS 28 E 29:
SAMUEL CAMACHO CASTANHEIRA
DIA 30:
MARCELO BRANDAO FONTANA
DIA 31:
RODRIGO LUCIO DOS SANTOS BORGES
JANEIRO 2021
DIA 1:
RODRIGO LUCIO DOS SANTOS BORGES
DIAS 2 E 3:
MARLON ROBERTH DE SALES
DIA 4:
OWEM MIUKI FUJIKI
DIAS 5 E 6:
RONAN PEDRO AMORIM
31ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – MARÍLIA
DEZEMBRO 2020
DIAS 19 E 20:
REGINALDO CESAR FAQUIM
DIA 21:
EZEQUIEL VIEIRA DA SILVA
DIAS 22 E 23:
REGINALDO CESAR FAQUIM
DIAS 24 E 25:
RAFAEL ABUJAMRA
DIAS 26 E 27:
ISAURO PIGOZZI FILHO
DIAS 28, 29 E 30:
GILSON CESAR AUGUSTO DA SILVA
DIA 31:
GUSTAVO HENRIQUE DE ANDRADE CORDEIRO
JANEIRO 2021
DIA 1:
GILSON CESAR AUGUSTO DA SILVA
DIAS 2 E 3:
ORIEL DA ROCHA QUEIROZ
DIA 4:
GUSTAVO HENRIQUE DE ANDRADE CORDEIRO
DIAS 5 E 6:
LYSANEAS SANTOS MACIEL
32ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – BAURU
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
JERONYMO CREPALDI JUNIOR
PAULA GARMES REGINATO COUBE
DIAS 20 E 21:
ALOISIO GARMES JUNIOR
JERONYMO CREPALDI JUNIOR
DIA 22:
JERONYMO CREPALDI JUNIOR
JOAO HENRIQUE FERREIRA
DIAS 23 E 24:
JERONYMO CREPALDI JUNIOR
LUIS CLAUDIO DAVANSSO
DIAS 25, 26 E 27:
ANDRE GANDARA ORLANDO
LUIS CLAUDIO DAVANSSO
DIAS 28 E 29:
JOAO HENRIQUE FERREIRA
LUIS CLAUDIO DAVANSSO
DIAS 30 E 31:
ANDRE GANDARA ORLANDO
LUIS CLAUDIO DAVANSSO
JANEIRO 2021
DIA 1:
ANDRE GANDARA ORLANDO
LUIS CLAUDIO DAVANSSO
DIA 2:
ANDRE GANDARA ORLANDO
HERCULES SORMANI NETO
DIA 3:
ANDRE GANDARA ORLANDO
DANIEL PASSANEZI PEGORARO
DIA 4:
JOAO HENRIQUE FERREIRA
HENRIQUE RIBEIRO VARONEZ
DIAS 5 E 6:
HENRIQUE RIBEIRO VARONEZ
DANIEL PASSANEZI PEGORARO
33ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – JAÚ
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
MARY ANN GOMES NARDO
DIAS 20, 21, 22 E 23:
ROSENY ZANETTA BARBOSA
DIAS 24, 25 E 26:
ROGERIO ROCCO MAGALHAES
DIAS 27, 28, 29, 30 E 31:
NELISE LAGUSTERA DEMARQUI
JANEIRO 2021
DIAS 1, 2 E 3:
NELISE LAGUSTERA DEMARQUI
DIAS 4 E 5:
ALEXANDRE DE CAMPOS BOVOLIN
DIA 6:
NELISE LAGUSTERA DEMARQUI
34ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – PIRACICABA
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
PAULO KISHI
RICARDO BELUCI
DIA 20:
ALINE MORAES
PAULO KISHI
DIAS 21 E 22:
ENRICO PAISANO
PAULO KISHI
DIA 23:
ENRICO PAISANO
PAULO KISHI
DIAS 24, 25 E 26:
EDUARDO HENRIQUE BALBINO PASQUA
RICARDO BELUCI
DIA 27:
ANTONIO CARLOS PEREZ ANTUNES DA SILVA
BRUNO RODRIGUEZ CALDAS
DIA 28:
ANTONIO CARLOS PEREZ ANTUNES DA SILVA
RICARDO BELUCI
DIAS 29 E 30:
ANDRE CAMILO CASTRO JARDIM
ANTONIO CARLOS PEREZ ANTUNES DA SILVA
DIA 31:
ANTONIO CARLOS PEREZ ANTUNES DA SILVA
GLAUCO SOUZA AZEVEDO
JANEIRO 2021
DIA 1:
GLAUCO SOUZA AZEVEDO
DIA 2:
ANTONIO CARLOS PEREZ ANTUNES DA SILVA
PAULO KISHI
DIAS 3 E 4:
ANTONIO CARLOS PEREZ ANTUNES DA SILVA
PAULO KISHI
DIA 5:
ANDRE CAMILO CASTRO JARDIM
ENRICO PAISANO
DIA 6:
ALINE MORAES
ANDRE CAMILO CASTRO JARDIM
35ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – LINS
DEZEMBRO 2020
DIAS 19, 20 E 21:
BRUNO MORAIS FERREIRA
DIAS 22 E 23:
RODRIGO NUNES LAUREANO
DIAS 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 E 31:
ELIANA KOMESU LIMA
JANEIRO 2021
DIAS 1, 2 E 3:
BRUNO MORAIS FERREIRA
DIAS 4, 5 E 6:
SHIZUO ANTONIO CATELAN YANO
36ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ARAÇATUBA
DEZEMBRO 2020
DIAS 19 E 20:
FLAVIA DE LIMA E MARQUES
JOAO PAULO SERRA DANTAS
DIA 21:
CLAUDIA MARIA BUSSOLIN CURTOLO
JOAO PAULO SERRA DANTAS
DIAS 22 E 23:
CLAUDIA MARIA BUSSOLIN CURTOLO
JOSE FERNANDO DA CUNHA PINHEIRO
DIA 24:
NELSON APARECIDO FEBRAIO JUNIOR
PAULO CAMPOS DOS SANTOS
DIA 25:
NELSON APARECIDO FEBRAIO JUNIOR
DIA 26:
CLAUDIA MARIA BUSSOLIN CURTOLO
PAULO CAMPOS DOS SANTOS
DIA 27:
ADELMO PINHO
CLAUDIA MARIA BUSSOLIN CURTOLO
DIAS 28, 29 E 30:
ADELMO PINHO
PAULO CAMPOS DOS SANTOS
DIA 31:
CRISTIANO DE BARROS SANTOS
PAULO CAMPOS DOS SANTOS
JANEIRO 2021
DIA 1:
BRUNA DA COSTA NAVA ZAMBON
CRISTIANO DE BARROS SANTOS
DIAS 2 E 3:
ADELMO PINHO
BRUNA DA COSTA NAVA ZAMBON
DIAS 4 E 5:
ADELMO PINHO
MATHEUS FELIPE BASSAN DE MEDEIROS
DIA 6:
ADELMO PINHO
BRUNA DA COSTA NAVA ZAMBON
37ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ANDRADINA
DEZEMBRO 2020
DIAS 19, 20, 21, 22 E 23:
REGISLAINE TOPASSI
DIAS 24, 25, 26 E 27:
ROBSON ALVES RIBEIRO
DIAS 28, 29 E 30:
RUBIA PRADO MOTIZUKI
DIA 31:
VINICIUS BARBOSA SCOLANZI
JANEIRO 2021
DIA 1:
VINICIUS BARBOSA SCOLANZI
DIA 2:
MARILIA GONÇALVES GOMES CANGANI
DIA 3:
VINICIUS BARBOSA SCOLANZI
DIAS 4, 5 E 6:
RUBIA PRADO MOTIZUKI
38ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – FRANCA
DEZEMBRO 2020
DIAS 19 E 20:
PAULO CESAR CORREA BORGES
DIAS 21, 22 E 23:
JOAQUIM RODRIGUES DE REZENDE NETO
DIAS 24, 25, 26, 27, 28, 29 E 30:
MURILO CESAR LEMOS JORGE
DIA 31:
ALLYSON FERNANDO VENEGA CORADINI
JANEIRO 2021
DIA 1:
ALLYSON FERNANDO VENEGA CORADINI
DIAS 2 E 3:
YURI BORGES DE MENDONÇA
DIAS 4, 5 E 6:
CARLOS HENRIQUE GASPAROTO
39ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – BATATAIS
DEZEMBRO 2020
DIAS 19 E 20:
HILTON MAURICIO DE ARAUJO FILHO
DIAS 21 E 22:
IVAN CINTA BORGES
DIAS 23 E 24:
PAULO AUGUSTO RADUNZ JUNIO
DIA 25:
DANIEL ARDEVINO FONSECA DO NASCIMENTO
DIAS 26 E 27:
GUSTAVO FERRONATO
DIAS 28 E 29:
ALEXANDRE PADILHA
DIA 30:
DANIEL ARDEVINO FONSECA DO NASCIMENTO
DIA 31:
EDUARDO PEREIRA DE SOUZA GOMES
JANEIRO 2021
DIA 1:
EDUARDO PEREIRA DE SOUZA GOMES
DIAS 2, 3, 4, 5 E 6:
LEONARDO BELLINI DE CASTRO
40ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ITUVERAVA
DEZEMBRO 2020
DIAS 19 E 20:
DEBORA ANDERSON
DIAS 21 E 22:
ANDRE DONIZETI ZANUTIM
DIAS 23 E 24:
DEBORA ANDERSON
DIAS 25 E 26:
NATHALIA MONTEIRO CIPOLLA PIOLA
DIAS 27, 28, 29 E 30:
ILO WILSON MARINHO GONÇALVES JUNIOR
DIA 31:
FERNANDO PINHO CHIOZZOTTO
JANEIRO 2021
DIA 1:
FERNANDO PINHO CHIOZZOTTO
DIAS 2, 3 E 4:
ADRIANO VANDERLEI MELLEGA
DIAS 5 E 6:
ILO WILSON MARINHO GONÇALVES JUNIOR
41ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – RIBEIRÃO PRETO
DEZEMBRO 2020
DIAS 19 E 20:
JULIANA AMELIA GASPARETTO DE TOLEDO SILVA DONATO
WANDERLEY BAPTISTA DA TRINDADE JUNIOR
WILLIAM DANIEL INACIO
DIA 21:
DANIEL TOSTA DE FREITAS
MARIA JULIA CAMARA FACCHIN GALATI
WANDERLEY BAPTISTA DA TRINDADE JUNIOR
DIA 22:
ANA CARLA FROES RIBEIRO TOSTA
MARIA JULIA CAMARA FACCHIN GALATI
RAQUEL ELI STEIN MATHEUS
DIA 23:
CLAUDIA MARIA LICO HABIB TOFANO
DANIEL TOSTA DE FREITAS
WILLIAM DANIEL INACIO
DIA 24:
CLAUDIA MARIA LICO HABIB TOFANO
GIULLIO CHIEREGATTI SARAIVA
WILLIAM DANIEL INACIO
DIA 25:
GIULLIO CHIEREGATTI SARAIVA
WILLIAM DANIEL INACIO
DIAS 26 E 27:
CLAUDIA MARIA LICO HABIB TOFANO
TANIA DE ANDRADE
WILLIAM DANIEL INACIO
DIA 28:
WILLIAM DANIEL INACIO
MARIA JULIA CAMARA FACCHIN GALATI
TANIA DE ANDRADE
DIA 29:
ANA CARLA FROES RIBEIRO TOSTA
MARIA JULIA CAMARA FACCHIN GALATI
RAQUEL ELI STEIN MATHEUS
DIAS 30 E 31:
FERNANDA GOMEZ DAMICO
JULIANA AMELIA GASPARETTO DE TOLEDO SILVA DONATO
WILLIAM DANIEL INACIO
JANEIRO 2021
DIA 1:
JULIANA AMELIA GASPARETTO DE TOLEDO SILVA DONATO
WILLIAM DANIEL INACIO
DIA 2:
CLAUDIA MARIA LICO HABIB TOFANO
JULIANA AMELIA GASPARETTO DE TOLEDO SILVA DONATO
WILLIAM DANIEL INACIO
DIAS 3, 4, 5 E 6:
TANIA DE ANDRADE
WANDERLEY BAPTISTA DA TRINDADE JUNIOR
WILLIAM DANIEL INACIO
42ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – JABOTICABAL
DEZEMBRO 2020
DIAS 19 E 20:
CARLOS MACAYOCHI DE OLIVEIRA OTUSKI
DIAS 21 E 22:
KARINA BESCHIZZA CIONE
DIAS 23, 24 E 25:
FLAVIO LEAO DE CARVALHO
DIA 26:
MILENA APARECIDA CARLI
DIAS 27, 28 E 29:
MARIANA PIERAGNOLI VIANA
DIAS 30 E 31:
BRUNO PAIVA TILELLI DE ALMEIDA
JANEIRO 2021
DIAS 1, 2 E 3:
CELSO ARMANDO BARONI RIBEIRO RODRIGUES
DIAS 4, 5 E 6:
FREDERICO FRANCIS MELLONE DE CAMARGO
43ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – CASA BRANCA
DEZEMBRO 2020
DIAS 19 E 20:
YARA JEROZOLIMSKI
DIAS 21 E 22:
JULIA ALVES CAMARGO BUTZER
DIAS 23 E 24:
MARCOS TADEU RIOLI
DIA 25:
DANIELA MICHELE SANTOS NEVES
DIAS 26 E 27:
DENISE CRISTINA DA SILVA
DIAS 28 E 29:
PATRICIA LACERDA PAVANI COUVRE
DIAS 30 E 31:
YARA JEROZOLIMSKI
JANEIRO 2021
DIAS 1 E 2:
MARCELO SPERANDIO FELIPE
DIA 3:
JOSE CLAUDIO ZAN
DIAS 4 E 5:
SERGIO HENRIQUE MARINO
DIA 6:
GABRIEL MARSON JUNQUEIRA
44ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – GUARULHOS
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
GUILHERME CASTANHO AUGUSTO
MARCELA FIGUEIREDO BECHARA FERRO
DIAS 20, 21 E 22:
NATALIE RISKALLA ANCHITE
RODOLPHO TAKESHI ARAKAKI
DIA 23:
GUILHERME CASTANHO AUGUSTO
RENATA DA CAMARA ALVES PINTO
DIAS 24, 25, 26 E 27:
MICHELLE BREGNOLI DE SALVO
RENATA DA CAMARA ALVES PINTO
DIAS 28 E 29:
MICHELLE BREGNOLI DE SALVO
ROBERTA TONINI QUARESMA
DIA 30:
GUILHERME CASTANHO AUGUSTO
MICHELLE BREGNOLI DE SALVO
DIA 31:
MICHELLE BREGNOLI DE SALVO
RENATA DA CAMARA ALVES PINTO
JANEIRO 2021
DIA 1:
MICHELLE BREGNOLI DE SALVO
RENATA DA CAMARA ALVES PINTO
DIA 2:
GUILHERME CASTANHO AUGUSTO
MICHELLE BREGNOLI DE SALVO
DIA 3:
GUILHERME CASTANHO AUGUSTO
RENATA DA CAMARA ALVES PINTO
DIA 4:
NATALIE RISKALLA ANCHITE
PRISCILA GOMES BARCELLOS BORGES
DIA 5:
NATALIE RISKALLA ANCHITE
TATIANA DE FREITAS ROCHA
DIA 6:
NADIM MAZLOUM
TATIANA DE FREITAS ROCHA
45ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – MOGI DAS CRUZES
DEZEMBRO 2020
DIA 19:
FERNANDO PASCOAL LUPO
JOAQUIM PORTELA DIAS DO NASCIMENTO NETO
DIA 20:
JOAQUIM PORTELA DIAS DO NASCIMENTO NETO
LEANDRO BAKOWSKI
DIA 21:
FERNANDO PASCOAL LUPO
JOSE FLORIANO DE ALCKMIN LISBOA FILHO
DIA 22:
GUSTAVO DOS SANTOS MONTANINO
ROBERTA MARIA DE BARROS FERNANDES
DIA 23:
JOAQUIM PORTELA DIAS DO NASCIMENTO NETO
ROBERTA MARIA DE BARROS FERNANDES
DIAS 24 E 25:
JOAQUIM PORTELA DIAS DO NASCIMENTO NETO
LUIS GUSTAVO CASTOLDI
DIA 26:
FABIANA LIMA VIDAL RIO
ROBERTA MARIA DE BARROS FERNANDES
DIA 27:
DANIEL GRUENWALD LEPINE
FABIANA LIMA VIDAL RIO

DIA 28:
DANIEL GRUENWALD LEPINE
CLOVIS DE CASTRO HUMES
DIA 29 E 30:
BRUNO CAMARGO FERREIRA
CLOVIS DE CASTRO HUMES
DIA 31:
FERNANDO PASCOAL LUPO
LEANDRO LIPPI GUIMARAES
JANEIRO 2021
DIA 1:
LEANDRO LIPPI GUIMARAES
FERNANDO PASCOAL LUPO
DIA 2:
BRUNO CAMARGO FERREIRA
FERNANDO PASCOAL LUPO
DIA 3:
CLOVIS DE CASTRO HUMES
MARCIO ROGERIO FRACASSI
DIA 4:
MARCIO ROGERIO FRACASSI
ROBERTA MARIA DE BARROS FERNANDES
DIA 5:
JOSE FLORIANO DE ALCKMIN LISBOA FILHO
LEANDRO BAKOWSKI
DIA 6:
MARCIO ROGERIO FRACASSI
ROBERTA MARIA DE BARROS FERNANDES

46ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

DEZEMBRO 2020
DIA 19:
GUSTAVO MEDICI
VANESSA YOKO HATAMOTO MEDICI
DIA 20:
CELESTIANY VILLAR DA SILVA
THAISA SETO VASCONCELOS E SOUZA
DIA 21:
SIDNEY ALVES DE MATTOS
VIRGINIA SILVEIRA MARTINS NEVES ROMA
DIA 22:
LARISSA BUENTES FRAZAO
VIRGINIA SILVEIRA MARTINS NEVES ROMA
DIA 23:
DANIEL GRUENWALD LEPINE
JOAO CARLOS DE CAMARGO MAIA
DIAS 24 E 25:
LUCAS MOSTARO DE OLIVEIRA
LUIZ FERNANDO GUEDES AMBROGI
DIA 26:
FABIO RODRIGUES LIMA
NATALIE RISKALLA ANCHITE
DIA 27:
CARLOS HENRIQUE FONTANELLI PEREIRA
NATALIE RISKALLA ANCHITE
DIA 28:
LUIZ FERNANDO GUEDES AMBROGI
RICARDO FRAMIL
DIA 29:
LUIZ FERNANDO GUEDES AMBROGI
VIRGINIA SILVEIRA MARTINS NEVES ROMA
DIA 30:
LUIZ FERNANDO GUEDES AMBROGI
NATALIE RISKALLA ANCHITE
DIA 31:
DANIEL GRUENWALD LEPINE
LUIZ FERNANDO GUEDES AMBROGI
JANEIRO 2021
DIA 1:
DANIEL GRUENWALD LEPINE
JOSE FRANCLIN ANDRADE DE SOUZA
DIA 2:
DANIEL GRUENWALD LEPINE
VIRGINIA SILVEIRA MARTINS NEVES ROMA
DIA 3:
NATALIE RISKALLA ANCHITE
LUIZ CLAUDIO FLORENZANO VIDAL GONÇALVES
DIA 4:
FERNANDO CEZAR BOURGOGNE DE ALMEIDA
MARCOS ANTONIO LIBRELON
DIAS 5 E 6:
FABIO ANTONIO XAVIER DE MORAES
FERNANDO CEZAR BOURGOGNE DE ALMEIDA

47ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – TAUBATÉ

DEZEMBRO 2020
DIA 19:
CATIA APARECIDA DE SOUSA MODOLO
LEONARDO REZEK PEREIRA
DIA 20:
HENRIQUE LUCAS DE MIRANDA
LEONARDO REZEK PEREIRA
DIAS 21 E 22:
CELESTIANY VILLAR DA SILVA
GIANFRANCO SILVA CARUSO
DIA 23:
ALEXANDRE AFFONSO CASTILHO
VIRGINIA SILVEIRA MARTINS NEVES ROMA
DIA 24:
FELIPE WERMELINGER CAETANO
GIANFRANCO SILVA CARUSO
DIA 25:
FELIPE WERMELINGER CAETANO
LEONARDO REZEK PEREIRA
DIA 26:
DANIELA RANGEL CUNHA AMADEI
OSVALDO DE OLIVEIRA COELHO
DIAS 27, 28 E 29:
FELIPE WERMELINGER CAETANO
OSVALDO DE OLIVEIRA COELHO
DIA 30:
CELESTIANY VILLAR DA SILVA
OSVALDO DE OLIVEIRA COELHO
DIA 31:
CATIA APARECIDA DE SOUSA MODOLO
FELIPE WERMELINGER CAETANO
JANEIRO 2021
DIA 1:
CATIA APARECIDA DE SOUSA MODOLO
FELIPE WERMELINGER CAETANO
DIAS 2 E 3:
CATIA APARECIDA DE SOUSA MODOLO
OSVALDO DE OLIVEIRA COELHO
DIA 4:
CATIA APARECIDA DE SOUSA MODOLO
DARLAN DALTON MARQUES
DIAS 5 E 6:
ALEXANDRE AFFONSO CASTILHO
DARLAN DALTON MARQUES

48ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – GUARATINGUETÁ

DEZEMBRO 2020
DIAS 19, 20 E 21:
LARISSA BUENTES FRAZAO
DIAS 22 E 23:
HENRIQUE LUCAS DE MIRANDA
DIAS 24 E 25:
DIEGO RAFAEL DO AMARAL MONTANHEIRO
DIAS 26, 27, 28, 29 E 30:
MARCELA AGOSTINHO GOMES DE OLIVEIRA
DIA 31:
HENRIQUE LUCAS DE MIRANDA
JANEIRO 2021
DIAS 1 E 2:
MARCELA AGOSTINHO GOMES DE OLIVEIRA
DIAS 3, 4 E 5:
VIRGINIA SILVEIRA MARTINS NEVES ROMA
DIA 6:
HENRIQUE LUCAS DE MIRANDA

49ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ITAPEVA

DEZEMBRO 2020
DIAS 19, 20 E 21:
RICARDO MAURICIO MARTINHAGO
DIAS 22 E 23:
BRUNO GONDIM RODRIGUES
DIAS 24, 25, 26 E 27:
LUCIO CAMARGO DE RAMOS JUNIOR
DIAS 28, 29, 30 E 31:
HAMILTON ANTONIO GIANFRATTI JUNIOR
JANEIRO 2021
DIAS 1, 2, 3, 4, 5 E 6:
HAMILTON ANTONIO GIANFRATTI JUNIOR

50ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SÃO JOÃO DA BOA VISTA

DEZEMBRO 2020
DIAS 19 E 20:
RAUL RIBEIRO SORA
DIAS 21 E 22:
DONISETE TAVARES MORAES OLIVEIRA
DIAS 23, 24 E 25:
LEONARDO MEIZIKAS
DIAS 26 E 27:
ERNANI DE MENEZES VILHENA JUNIOR
DIAS 28, 29 E 30:
GREGORIO EDOARDO RAPHAEL SELINGARDI GUARDIA
DIA 31:
LETICIA MACEDO MEDEIROS BELTRAME
JANEIRO 2021
DIA 1:
LETICIA MACEDO MEDEIROS BELTRAME
DIA 2:
PAULA ALESSANDRA DE OLIVEIRA JODAS
DIAS 3 E 4:
NELSON DE BARROS O'REILLY FILHO
DIA 5:
FAUSTO LUCIANO PANICACCI
DIA 6:
FAUSTO ERNANI GONÇALVES JARDIM

51ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – CARAGUATATUBA

DEZEMBRO 2020
DIA 19:
FERNANDO FIETZ BRITO
LEANDRO ROCHA PEREIRA
DIA 20:
CAROLINA LIMA ANSON
FERNANDO FIETZ BRITO
DIA 21:
CAROLINA LIMA ANSON
VALTER LUCIANO LELES JUNIOR
DIAS 22 E 23:
FERNANDO FIETZ BRITO
VALTER LUCIANO LELES JUNIOR
DIAS 24 E 25:
LEANDRO ROCHA PEREIRA
VALTER LUCIANO LELES JUNIOR
DIA 26:
LEANDRO ROCHA PEREIRA
VALTER LUCIANO LELES JUNIOR
DIA 27:
HELOISE MAIA DA COSTA
LEANDRO ROCHA PEREIRA
DIAS 28, 29, 30 E 31:
LEANDRO ROCHA PEREIRA
VALTER LUCIANO LELES JUNIOR
JANEIRO 2021
DIA 1:
LEANDRO ROCHA PEREIRA
REGIANE MARIA HEIL
DIA 2:
LEANDRO ROCHA PEREIRA
REGIANE MARIA HEIL
DIA 3:
LEANDRO ROCHA PEREIRA
REGIANE MARIA HEIL
DIAS 4, 5 E 6:
LEANDRO ROCHA PEREIRA
VALTER LUCIANO LELES JUNIOR

52ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ITAPECERICA DA SERRA

DEZEMBRO 2020
DIA 19:
DANIELA DERMENDJIAN DUPRAT AVELLAR
RICARDO NAVARRO SOARES CABRAL
DIA 20:
GUILHERME SCHLITTLER OLIVEIRA
RICARDO NAVARRO SOARES CABRAL
DIAS 21 E 22:
MARILIA MOLINA SCHLITTLER
RICARDO NAVARRO SOARES CABRAL
DIA 23:
MARCELO SILVA CASSOLA
MARINA DE AZEVEDO BRITO LIPPI PEDERSOLLI
DIA 24:
ALEXANDRE NUNES DE VINCENTI
RODRIGO OTAVIO FRANK DE ARAUJO
DIA 25:
ALINE MORAES
RODRIGO OTAVIO FRANK DE ARAUJO
DIA 26:
JULIANA LOURENÇO BALERONI MAGALHAES
MARIA BEATRIZ GOI PORTO ALVES
DIA 27:
MARIA BEATRIZ GOI PORTO ALVES
RICARDO NAVARRO SOARES CABRAL
DIA 28:
MARIA BEATRIZ GOI PORTO ALVES
RICARDO NAVARRO SOARES CABRAL
DIA 29:
MARCELO SILVA CASSOLA
MARIA CAROLINA DA ROCHA MEDRADO
DIA 30:
MARIA CAROLINA DA ROCHA MEDRADO
RODRIGO OTAVIO FRANK DE ARAUJO
DIA 31:
ALINE MORAES
RODRIGO OTAVIO FRANK DE ARAUJO
JANEIRO 2021
DIA 1:
ANGELICA RAMOS DE FRIAS SIGOLLO
FLAVIA LIAS SGOBI
DIA 2:
ALEXANDRE ACERBI
RICARDO NAVARRO SOARES CABRAL
DIA 3:
ALEXANDRE ACERBI
MARCELO SILVA CASSOLA
DIA 4:
ALEXANDRE ACERBI
GUILHERME SCHLITTLER OLIVEIRA
DIA 5:
JULIA DAZZI PIOL
PATRICIA TIEMI MOMMA DE SOUZA
DIA 6:
LETICIA ROSA RAVACCI
PATRICIA TIEMI MOMMA DE SOUZA

53ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – AMERICANA

DEZEMBRO 2020
DIA 19:
RAFAEL BERTUCCI LOPES
RENATA BRANDAO LAZZARINI
DIA 20:
BEATRIZ BINELLO VALERIO
MARCELO DE MENDONÇA NEVES
DIA 21:
PERSIO RICARDO PERRELLA SCARABEL
RAFAEL BERTUCCI LOPES
DIA 22:
AMELIO PASINI JUNIOR
CARLOS ALBERTO RUIZ NARDY
DIA 23:
BEATRIZ BINELLO VALERIO
IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO
DIA 24:
ANDRE LUIZ DEZOTTI
ENZO DE ALMEIDA CARRARA BONCOMPAGNI
DIA 25:
LUIZ FERNANDO GARCIA
RENATA CALAZANS NASRAUI
DIAS 26 E 27:
PEDRO DOS REIS CAMPOS
PERSIO RICARDO PERRELLA SCARABEL
DIA 28:
LUCIANA BELO STELUTI
PERSIO RICARDO PERRELLA SCARABEL
DIA 29:
ENZO DE ALMEIDA CARRARA BONCOMPAGNI
LUCIANA BELO STELUTI
DIA 30:
ENZO DE ALMEIDA CARRARA BONCOMPAGNI
JORGE UMBERTO APRILE LEME
DIA 31:
ANDRE LUIZ DEZOTTI
CARLOS ALBERTO RUIZ NARDY
JANEIRO 2021
DIA 1:
DENIS HENRIQUE SILVA
RENATA BRANDAO LAZZARINI
DIA 2:
CARLOS ALBERTO RUIZ NARDY
VANDERLEI CESAR HONORATO
DIA 3:
SERGIO CLARO BUONAMICI
VANDERLEI CESAR HONORATO
DIAS 4, 5 E 6:
AMELIO PASINI JUNIOR
ENZO DE ALMEIDA CARRARA BONCOMPAGNI

54ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – AMPARO

DEZEMBRO 2020
DIA 19:
GILSON RICARDO MAGALHAES
DIAS 20 E 21:
SERGIO LUIS CALDAS SPINA
DIAS 22 E 23:
RAFAEL BELUCI
DIAS 24, 25, 26 E 27:
RAFAEL AMANCIO BRIOZO
DIAS 28, 29 E 30:
GILSON RICARDO MAGALHAES
DIA 31:
RAFAEL BELUCI
JANEIRO 2021
DIAS 1, 2 E 3:
RAFAEL BELUCI
DIAS 4, 5 E 6:
RAFAEL AMANCIO BRIOZO

55ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – JALES

DEZEMBRO 2020
DIAS 19 E 20:
CLEITON LUIS DA SILVA
DIA 21:
HORIVAL MARQUES DE FREITAS JUNIOR
DIAS 22 E 23:
THIAGO BATISTA ARIZA
DIAS 24 E 25:
GUSTAVO JOSE PEDROZA SILVA
DIA 26:
HORIVAL MARQUES DE FREITAS JUNIOR
DIAS 27, 28 E 29:
RENATA FRANÇA CEVIDANES
DIAS 30 E 31:
BRUNA DA COSTA NAVA ZAMBOM
JANEIRO 2021
DIAS 1 E 2:
EDUARDO WANSSA DE CARVALHO
DIA 3:
EDUARDO HIROSHI SHINTANI
DIA 4:
GUSTAVO JOSE PEDROZA SILVA
DIAS 5 E 6:
JOAO PAULO GABRIEL DE SOUZA

56ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ITANHAÉM

DEZEMBRO 2020
DIAS 19, 20 E 21:
GUILHERME SILVEIRA DE PORTELLA FERNANDES
DIAS 22 E 23:
LUCIANA MARQUES FIGUEIRA PORTELLA
DIA 24:
JULIANA VELASQUE PELLACANI FIGUEIREDO
DIAS 25 E 26:
ORLANDO BRUNETTI BARCHINI E SANTOS
DIAS 27 E 28:
DANIEL GUSTAVO COSTA MARTORI
DIAS 29 E 30:
VANESSA BORTOLOMASI
DIA 31:
EDSON TONINI OLIVEIRA
JANEIRO 2021
DIA 1:
EDSON TONINI OLIVEIRA
DIA 2:
DIOGO PACINI DE MEDEIROS E ALBUQUERQUE
DIAS 3 E 4:
RAFAEL MAGALHAES ABRANTES PINHEIRO
DIAS 5 E 6:
ROMILDO DA ROCHA SOUSA

(Republicado por necessidade de retificação – D.O. de 23-10-2020)

Aviso 547/2020 – PGJ-Secretaria Eleitoral, de 23-11-2020

O **Procurador-Geral de Justiça,** no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Ato Normativo 559/2008 – PGJ, de 26-11-2008, que dispõe sobre o sistema de indicações de Promotores de Justiça Estaduais para o exercício das funções eleitorais junto às Zonas Eleitorais que abrangem os territórios das Comarcas do Interior do Estado de São Paulo;

Considerando que os Promotores de Justiça com atribuições eleitorais para o biênio 2021/2022 irão assumir as funções em 04-03-2021;

Considerando que, o período de 20-12-2020 a 20-01-2021 é dedicado a férias dos membros do Ministério Público e o expediente acontece em sistema de plantões, dificultando as reuniões para efeito de confecção da Ata de indicação nas respectivas comarcas e deixando exíguo o prazo para remessa das referidas Atas;

Considerando que, o ano de 2020 foi atípico, diante dos problemas trazidos pela pandemia;

Considerando que, conforme o Aviso 523/2020 – PGJ-Secretaria Eleitoral, de 16-11-2020 não poderão habilitar-se ao exercício das funções eleitorais os Promotores de Justiça que estejam afastados do exercício das funções regulares do cargo do qual são titulares, a partir da data da inscrição, salvo as hipóteses de férias, licença-prêmio, licença-gestante, licença-saúde, gala, nojo ou dias compensados;

AVISA aos Senhores Promotores de Justiça da Comarca do Interior que, a partir de 01-12-2020 estará aberto o período de indicações para aqueles que pretendem exercer a função de Promotor de Justiça eleitoral no biênio 2021/2022, conforme o Edital que segue em anexo. AVISA, ainda que a Ata da Reunião com indicação dos Promotores de Justiça que exercerão as funções eleitorais no respectivo biênio, deverá ser encaminhada exclusivamente por e-mail (incricoeseleitoral@mpsp.mp.br), impreterivelmente até o quinto dia útil do mês de fevereiro de 2021, observando-se os critérios do Ato Normativo 559/2008 – PGJ e o edital a seguir.

Edital de 01º/12/2020

A partir de 01-12-2020 está aberto o período de indicação para os Promotores de Justiça das comarcas do interior que pretendam exercer as funções eleitorais no biênio 2021/2022, iniciando-se o período dos trabalhos em 04-03-2021. As Promotorias de Justiça deverão realizar reunião, confeccionando Ata com a indicação dos inscritos e a qual zona eleitoral local estará vinculado. As Atas, devidamente assinadas por todos os presentes à reunião, deverão ser encaminhadas à Secretaria Especial de Assuntos Eleitorais exclusivamente por e-mail (incricoeseleitoral@mpsp.mp.br), impreterivelmente até o quinto dia útil do mês de fevereiro de 2021. A não remessa da Ata resultará em indicação da Procuradoria-Geral de Justiça dos Promotores de Justiça que irão exercer as funções nas respectivas comarcas, bem como as zonas eleitorais correspondentes, respeitados os critérios do Ato Normativo 559/2008 de 26-11-2008.

As indicações deverão ocorrer em sistema de rodízio, possibilitando a todos os interessados o exercício das funções eleitorais, ressalvada a antiguidade na respectiva Zona Eleitoral, e obedecerão a seguinte ordem de preferência, recaindo sobre o Promotor de Justiça da Comarca ou Foro Distrital: (i) que integre a Zona Eleitoral e ainda não tenha exercido as funções eleitorais na carreira; (ii) que integre a Zona Eleitoral e tenha exercido as funções eleitorais há mais tempo na carreira a partir da edição do Ato Normativo 559/2008 (26-11-2008). Havendo empate, prevalecerá a antiguidade na Zona Eleitoral e subsidiariamente na carreira, sendo que a designação será feita pelo período ininterrupto de 2 (dois) anos, nele incluídos os períodos de férias, licenças e afastamentos, com início no dia 04 de março do ano ímpar correspondente ao biênio.

O Promotor de Justiça indicado, obrigatoriamente declarará a viabilidade de locomoção à sede do cartório da Zona Eleitoral pretendida, a ciência da vedação a qualquer título, do afastamento voluntário, incluindo férias, licença e dias de compensação, no período de 90 (noventa) dias que antecedam o pleito até 15 (quinze) dias após a diplomação dos eleitos, bem como não ser filiado a partidos políticos e nem ter obtido o cancelamento da filiação partidária, em período inferior a 2 (dois) anos. Declarará, outrossim, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso III da Resolução n. 30/08 do Conselho Nacional do Ministério Público, não ter sido punido em decorrência de processo administrativo ou judicial e em caso de ter sido punido, que a aplicação da punição não tenha se dado nos três anos anteriores à data da inscrição, ou ainda não estar respondendo, na data da inscrição, a processo administrativo ou judicial, em razão da prática de ilícito que atente contra: a) a celeridade da atuação ministerial; b) a isenção das intervenções no processo eleitoral; c) a dignidade da função e a probidade administrativa.

Outrossim, deverão declarar que estão cientes das disposições da Portaria 01/2019 - PGR/PGE - Procuradoria-Geral Eleitoral de 09-09-2019 e da Resolução 1.225/2020-PGJ, de 3 de setembro de 2020.

Não serão considerados os dias trabalhados no pleito para fins de compensação e percepção de gratificação.

Não poderão habilitar-se ao exercício das funções eleitorais os Promotores de Justiça que (i) sejam filiados a partidos políticos; (ii) tenham obtido o cancelamento da filiação partidária em período inferior a 2 (dois) anos; (iii) estejam afastados do exercício das funções regulares do cargo do qual são titulares, salvo as hipóteses de férias, licença-prêmio, licença-gestante, licença-saúde, gala, nojo ou dias compensados; (iv) tenham sido punidos ou que respondam a processo judicial, e no caso de terem sido punidos que essa punição tenha ocorrido nos três anos que antecedem a inscrição, em razão da prática de ilícito que atente contra: a) a celeridade da atuação ministerial; b) a isenção das intervenções no processo eleitoral; c) a dignidade função e a probidade administrativa; (v) residam fora do território da Comarca que compõe a Zona Eleitoral, salvo situações excepcionais, assim reconhecidas pela Procuradoria Geral de Justiça e pela Corregedoria do Ministério Público Estadual, através de procedimento próprio (nos termos do artigo 6º do Ato Normativo 559/2008-PGJ).

Não será permitida, em qualquer hipótese, a percepção cumulativa de gratificação eleitoral, bem como o seu recebimento por quem não houver sido regularmente indicado e designado para o exercício das funções eleitorais.

Os Promotores Eleitorais deverão comparecer à sede do cartório da respectiva zona eleitoral com periodicidade mínima semanal, para os despachos e outras diligências necessárias nos processos e expedientes, bem como para eventual atendimento dos eleitores locais, dando publicidade às datas de comparecimento ao cartório eleitoral, conforme Diretriz Conjunta de Atuação PRE-SP/CGMP-SP 03/2016.

Tratando-se de ano eleitoral, em especial ano de eleições municipais, além das demais, o Promotor de Justiça Eleitoral, sem prejuízo de oficiar em sua Zona Eleitoral, poderá ser indicado para auxiliar os demais Promotores de Justiça Eleitorais em suas respectivas zonas, de acordo com a necessidade do serviço. A divisão dos serviços poderá ser feita por acordo entre os integrantes da Promotoria ou por decisão da Procuradoria-Geral de Justiça, se não houver acordo.

Os casos omissos serão solucionados pelo Procurador-Geral de Justiça, mediante provocação fundamentada.

Aviso 590/2020 – PGJ-AD, de 11-12-2020

O **Procurador-Geral de Justiça,** no uso de suas atribuições normais, PUBLICA, nos termos do artigo **5º, § 2º** do Ato Normativo 605/2009-PGJ, a **Escala do Plantão Judiciário da Capital**, referente ao mês de **JANEIRO** de 2021.

Avisa, outrossim, que os Promotores de Justiça designados para atuar no plantão judiciário da Capital devem observar o artigo 5º, § 7º do Ato Normativo 605/2009: "Caberá ao Promotor de Justiça que pretenda gozar férias, licença-prêmio ou compensação no período em que foi designado para o plantão judiciário indicar previamente seu substituto, nos termos do § 6º deste artigo."

Avisa, também, que em vista do início das atividades do plantão por meio digital os Promotores de Justiça deverão se atentar para estarem de posse do token e do notebook funcional.

PLANTÃO JUDICIÁRIO CRIMINAL – 2021

JANEIRO
DIA 9:
BRUNO SERVELLO RIBEIRO
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR
CLAUDIO HENRIQUE BASTOS GIANNINI
CONSTANCE CAROLINE ALBERTINA ALVES TOSELLI
LUIZ FERNANDO BUGIGA REBELLATTO
NILZA PINHEIRO CHAIM
ROBERTO BARBOSA ALVES

RODRIGO DE ANDRADE FIGARO CALDEIRA
VINICIUS HENRIQUES DE RESENDE
DIA 10:
BRUNO SERVELLO RIBEIRO
CAMILA BONAFINI PEREIRA
CLAUDIO HENRIQUE BASTOS GIANNINI
CONSTANCE CAROLINE ALBERTINA ALVES TOSELLI
LUIZ FERNANDO BUGIGA REBELLATTO
NILZA PINHEIRO CHAIM
ROBERTO BARBOSA ALVES
RODRIGO DE ANDRADE FIGARO CALDEIRA
VINICIUS HENRIQUES DE RESENDE
DIA 16:
ALEXANDRE ACERBI
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR
DANIEL MAGALHAES ALBUQUERQUE SILVA
DENISE ELIZABETH HERRERA
KARINA KEIKO KAMEI
KATIA PEIXOTO VILLANI PINHEIRO RODRIGUES
PAULO D´AMICO JUNIOR
RAFAEL TSUGUIO BENHARDT HAYASHI
RAFAELA TROMBINI
DIA 17:
ALEXANDRE ACERBI
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR
DENISE ELIZABETH HERRERA
ESTEFANIA FERRAZZINI PAULIN
KARINA KEIKO KAMEI
KATIA PEIXOTO VILLANI PINHEIRO RODRIGUES
PAULO D´AMICO JUNIOR
RAFAEL TSUGUIO BENHARDT HAYASHI
RAFAELA TROMBINI
DIA 23:
BRUNA RIBEIRO DOURADO VAREJAO
DENILSON DE SOUZA FREITAS
GIULIANA BATISTA PAVANELLO DA FONSECA
KARINA KEIKO KAMEI
KATIA PEIXOTO VILLANI PINHEIRO RODRIGUES
MONIZE FLAVIA POMPEO
PAULO D´AMICO JUNIOR
ROBERTO BACAL
SERGIO DE ASSIS
DIA 24:
BRUNA RIBEIRO DOURADO VAREJAO
DENILSON DE SOUZA FREITAS
GIULIANA BATISTA PAVANELLO DA FONSECA
KARINA KEIKO KAMEI
KATIA PEIXOTO VILLANI PINHEIRO RODRIGUES
LUIZ FERNANDO BUGIGA REBELLATO
MONIZE FLAVIA POMPEO
ROBERTO BACAL
SERGIO DE ASSIS
DIA 25:
ALESSANDRA ANDREZ CABRERA JOAO BOROWSKI
ANA LUISA DE OLIVEIRA NAZAR DE ARRUDA
DENILSON DE SOUZA FREITAS
LARISSA MOTTA NUNES LIGER
LUIZ FERNANDO BUGIGA REBELLATO
MONIZE FLAVIA POMPEO
ROBERTO BACAL
SERGIO DE ASSIS
VANESSA THEREZINHA SOUSA DE ALMEIDA
DIAS 30 E 31:
ANNUNZIATA ALVES IULIANELLO
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR
CECILIA FREITAS RIBEIRO
DENISE ELIZABETH HERRERA
EDUARDO AUGUSTO VELLOSO ROOS NETO
ESTEFANIA FERRAZZINI PAULIN
LUIZ FERNANDO BUGIGA REBELLATO
MARIANA DE MELO SARAIVA MARANGONI
PAULO D´AMICO JUNIOR

PLANTÃO JUDICIÁRIO CÍVEL – 2021

De acordo com o Comunicado Conjunto 2340/2016 do Tribunal de Justiça de São Paulo, os plantões cíveis na Capital, serão realizados no Palácio da Justiça, Praça da Sé, s/nº, 6º andar, sala 619.

JANEIRO

DIAS 9 E 10: DANIELA PRIANTE BELLINI
DIAS 16 E 17: SERGIO RICARDO GOMES DE MOURA
DIAS 23, 24 E 25: GRAZIELA BORZANI
DIAS 30 E 31: FILLIPE DEMETRIO LOPES

(Republicado por necessidade de retificação – D.O. de 12-12-2020)

Aviso 607/2020 – PGJ-AD, de 18-12-2020

O **Procurador-Geral de Justiça,** no uso de suas atribuições normais, **PUBLICA,** nos termos do artigo 10º, da Resolução 1.223/2020-PGJ, a Escala Anual de Participação nas **Audiências de Custódia da Capital**, referente aos meses de **JANEIRO de 2021.**

AVISA, ainda, que as eventuais substituições e cessões das datas que constam da escala devem ocorrer em favor de Promotores de Justiça **Titulares**; na hipótese de substituição ou cessão para Promotores de Justiça **Substitutos**, deve ser observado se o membro indicado está designado para atuação na Comarca da Capital **na data ou período da substituição na escala**.

JANEIRO

DIA 7 - quinta-feira
MATEUS VICTOR RIBEIRO DE CASTILHO
SILVIA VIEIRA MARQUES
51º PJ CRIMINAL
70º PJ CRIMINAL
RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA MAYER
ANA LAURA RIBEIRO TEIXEIRA MARTINS
JULIANO CARVALHO ATOJI
DIA 8 - sexta-feira
9º PJ CRIMINAL
VANESSA THEREZINHA SOUSA DE ALMEIDA
50º PJ CRIMINAL
68º PJ CRIMINAL
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR
JULIANO CARVALHO ATOJI
1º PJ II TRIBUNAL DO JÚRI
DIA 11 - segunda-feira
SIMONE DE DIVITIIS PEREZ
33º PJ CRIMINAL
52º PJ CRIMINAL
SILVIA CHAKIAN DE TOLEDO SANTOS
91º PJ CRIMINAL
RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA MAYER
RAFAEL TSUGUIO BERNHARDT HAYASHI
DIA 12 - terça-feira
PEDRO ANDRE PICADO ALONSO
DANIELA MOYSES DA SILVEIRA FAVARO
FERNANDO HENRIQUE DE MORAES ARAUJO
72º PJ CRIMINAL
94º PJ CRIMINAL
ADRIANA RIBEIRO SOARES DE MORAIS
3º PJ II TRIBUNAL DO JÚRI
DIA 13 - quarta-feira
14º PJ CRIMINAL
CRISTIANE MELILO DILASCIO MOHMARI DOS SANTOS
FERNANDO HENRIQUE DE MORAES ARAUJO
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR
92º PJ CRIMINAL
RAFAEL TSUGUIO BERNHARDT HAYASHI
MATEUS VICTOR RIBEIRO DE CASTILHO
DIA 14 - quinta-feira
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR
KARINA KEIKO KAMEI
ADRIANA RIBEIRO SOARES DE MORAIS
RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA MAYER
SILVIA CHAKIAN DE TOLEDO SANTOS
117º PJ CRIMINAL
RAFAEL TSUGUIO BERNHARDT HAYASHI
DIA 15 - sexta-feira
15º PJ CRIMINAL
36º PJ CRIMINAL
56º PJ CRIMINAL
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR
RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA MAYER
JULIANO CARVALHO ATOJI
RAFAEL TSUGUIO BERNHARDT HAYASHI
DIA 18 - segunda-feira
16º PJ CRIMINAL
RAFAELA TROMBINI
ESTEFANIA FERRAZZINI PAULIN
78º PJ CRIMINAL
SILVIA CHAKIAN DE TOLEDO SANTOS
113º PJ CRIMINAL
RAFAEL TSUGUIO BERNHARDT HAYASHI
DIA 19 - terça-feira
RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA MAYER
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR
RODRIGO DE ANDRADE FIGARO CALDEIRA
77º PJ CRIMINAL
CRISTIANE MELILO DILASCIO MOHMARI DOS SANTOS
118º PJ CRIMINAL
RAFAEL TSUGUIO BERNHARDT HAYASHI
DIA 20 - quarta-feira
DAIANA DEGASPERI COTE GIL
38º PJ CRIMINAL
DANIELA MOYSES DA SILVEIRA FAVARO
SILVIA CHAKIAN DE TOLEDO SANTOS
GABRIELA FREIRE VITA
114º PJ CRIMINAL
RAFAEL TSUGUIO BERNHARDT HAYASHI
DIA 21 - quinta-feira
VINIICIUS BONESSO GUILLEN
2º PJ CRIMINAL DE SANTO AMARO
GABRIELA FREIRE VITA
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR
RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA MAYER
PAULO D`AMICO JUNIOR
RAFAEL TSUGUIO BERNHARDT HAYASHI
DIA 22 - sexta-feira
RAFAEL TSUGUIO BERNHARDT HAYASHI
39º PJ CRIMINAL
CLAUDIA PORRO
PAULO D`AMICO JUNIOR
100º PJ CRIMINAL
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR FELIPE BRAGANTINI DE LIMA
DIA 26 - terça-feira
1º PJ CRIMINAL DE SANTANA
JULIANO CARVALHO ATOJI
RAFAELA TROMBINI
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR
ESTEFANIA FERRAZZINI PAULIN
PAULO D'AMICO JUNIOR
RAFAEL TSUGUIO BERNHARDT HAYASHI
DIA 27 - quarta-feira
JULIANO CARVALHO ATOJI
40º PJ CRIMINAL
124º PJ CRIMINAL
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR
128º PJ CRIMINAL
119º PJ CRIMINAL
7º PJ III TRIBUNAL DO JÚRI
DIA 28 - quinta-feira
3º PJ CRIMINAL DE SANTANA
SILVIA CHAKIAN DE TOLEDO SANTOS
122º PJ CRIMINAL
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITAO JUNIOR
127º PJ CRIMINAL
16º PJ ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
1º PJ IV TRIBUNAL DO JÚRI
DIA 29 - sexta-feira
4º PJ CRIMINAL DE SANTANA
RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA MAYER
SILVIA CHAKIAN DE TOLEDO SANTOS
CARLOS ALBERTO PEREIRA LEITÃO JUNIOR
ESTEFANIA FERRAZZINI PAULIN
120º PJ CRIMINAL
ANTONIO NOBRE FOLGADO

(Republicado por necessidade de retificação - D.O. de 19-12-2020)

Aviso 614/2020 – PGJ-AD, de 18-12-2020

O **Procurador-Geral de Justiça,** no uso de suas atribuições normais, **Publica,** nos termos do artigo 4º, § 1º, do Ato Normativo 965/2016-PGJ, a Escala de Participação nas Audiências de Custódia do Interior, referente ao mês de **JANEIRO** de 2021.

1ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA - SANTOS
Dia 7: Marcos Neri de Almeida
Dia 8: Matheus Felipe Bassan de Medeiros
Dias 11, 12, 13, 14, 15 E 18: Marcelo Sanchez Lorenzo
Dia 12: Marcelo Sanchez Lorenzo
Dias 19, 20 E 21: Fabio Perez Fernandez
Dia 22: Diogo Pacini de Medeiros e Albuquerque
Dia 25: Roberta Bena Perez Fernandez
Dia 27: Daniel Santerini Caiado
Dia 28: Marcelo Sanchez Lorenzo
Dia 29: Renato dos Santos Gama

2ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA - SÃO BERNARDO DO CAMPO
Dia 7: Ulisses Cardoso de Oliveira Santos
Dia 8: Joaquim Portela Dias do Nascimento Neto
Dia 11: Erika Pucci da Costa
Dia 12: Glauco Souza Azevedo
Dia 13: Daniele Maciel da Silva
Dias 14 E 15: Adolfo Cesar de Castro e Assis
Dia 18: Eduardo Soares Amaral
Dia 19: Andrea Maria Coelho Berti Rollo
Dia 20: Daniele Maciel da Silva
Dia 21: Ulisses Cardoso de Oliveira Santos
Dias 22 E 25: Marcelo Vieira de Mello
Dia 26: Juliana Carla Maciel Ramos
Dia 27: Marco Antonio de Souza
Dia 28: Roseli Naldi Souza
Dia 29: Daniele Maciel da Silva

3ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SANTO ANDRÉ
Dias 11, 13, 20, 25 E 27: Rosinei Horstmann Saikali
Dias 7 E 21: Alexandre Cid de Andrade
Dias 15, 22 E 29: Larissa Motta Nunes Liger
Dias 12, 18, 19 E 26: Alexander Martins Matias
Dias 8, 14 E 28: Joao Henrique Ferreira Pozzer

4ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – OSASCO
Dias 7, 8, 11, 12 E 13: Marco Antonio de Souza
Dias 14 E 15: Daniel Magalhaes Albuquerque Silva
Dias 18, 19 E 22: Marco Antonio de Souza
Dias 20, 21, 23, 26, 27, e 28: Daniel Magalhaes Albuquerque Silva
Dia 29: Marco Antonio de Souza

5ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – JUNDIAÍ
Dia 7: Daniel Augusto Cavalaro
Dia 8: Ana Paula Nidalchichi Ribeiro
Dia 11: Fernanda Klinguelfus Lorena de Mello
Dia 12: Adriana Regina de Santana Ludke
Dia 13: Aline Moraes
Dia 14: Felipe Bragantini de Lima
Dia 15: Larissa Negri Costa Beserra
Dia 18: Jandir Moura Torres Neto
Dias 19 E 20: Fabio Jose Moreira dos Santos
Dia 21: Daniela Ito Echeverria
Dia 22: Larissa Negri Costa Beserra
Dia 25: Felipe Bragantini de Lima
Dia 26: Claudia Eda Bussem
Dia 27: Joao Alfredo Ribeiro Gomes de Deus
Dia 28: Flavia Mendes Pereira Riveli Caçador
Dia 29: Kelli Giovanna Altieri Arantes

6ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – BRAGANÇA PAULISTA
Dia 7: Fernando Cruz Fochesato
Dia 8: Fabio Vital de Avila
Dia 11: Gustavo Macri Moraes
Dia 12: Wanderson Marcio Ribeiro
Dia 13: Fabiana Kondic Alves de Lima Gomes
Dia 14: Aline Morgado da Rocha
Dia 15: Fabiana Kondic Alves de Lima Gomes
Dia 18: Aline Morgado da Rocha
Dia 19: Beatriz Granzo Siqueira Pereira
Dias 20 E 21: Jorge Braga Costinhas Junior
Dia 22: Adonai Gabriel
Dia 25: Cristiano Pereira Moraes Garcia
Dia 26: Rogerio Jose Filocomo Junior
Dia 27: Dib Jorge Neto
Dia 28: Carmen Natalia Alves Tanikawa
Dia 29: Dib Jorge Neto

16ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Dia 7: Jose Heitor dos Santos
Dia 8: Marcos Antonio Lelis Moreira
Dia 11: Gustavo Yamaguchi Miyazaki
Dia 12: Valmor de Mattos Junior
Dia 13: Daniele Ramia Negrao Dias Brandao
Dia 14: Herico William Alves Destefani
Dia 15: Marcos Antonio Lelis Moreira
Dia 18: Sergio Clementino
Dia 19: Andrey Ribeiro Nasser
Dia 20: Aline Kleer da Silva Martins Fernandes
Dia 21: Vanessa Ibarreche Santa Terra
Dia 22: Carlos Bruno Gaya da Costa
Dia 25: Patricia Dosualdo Pelozo
Dia 26: Rodrigo Vendramini
Dia 27: Patricia Dosualdo Pelozo
Dia 28: Gustavo Yamaguchi Miyazaki
Dia 29: Odival Cicote

19ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SOROCABA
Dia 7: Alessandra Aparecida Gomes Koga
Dias 8 E 11: Wilson Velasco Junior
Dias 12 E 13: Ricardo Hildebrand Garcia
Dia 14: Patricia Manzella Trita
Dia 15: Maria Paula Pereira da Rocha
Dia 18: Gustavo dos Reis Gazzola
Dia 19: Rita de Cassia Moraes Scaranci Fernandes
Dia 20: Luciana Amorim de Camargo
Dia 21: Ricardo Hildebrand Garcia
Dia 22: Antonio Domingues Farto Neto
Dia 25: Ricardo Hildebrand Garcia
Dia 26: Carlos Alberto Scaranci Fernandes
Dia 27: Ricardo Hildebrand Garcia
Dia 28: Jose Julio Lozano Junior
Dia 29: Helena Cecilia Diniz Teixeira Calado Tonelli

22ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ITAPETININGA
Dia 7: Celio Silva Castro Sobrinho
Dia 8: Carlos Eduardo Pozzi
Dia 11: Carlos Eduardo Pozzi
Dia 12: Carlos Renato Ferreira Zanini
Dias 13 E 14: Paula Augusta Mariano Marques
Dia 15: Carlos Renato Ferreira Zanini
Dia 18: Joao Jose Rodrigues Neto
Dia 19: Augusto Sergio Costa Vianna
Dia 20: Leandro Conte de Benedicto
Dia 21: Celio Silva Castro Sobrinho
Dia 22: Carlos Eduardo Pozzi
Dia 25: Fabiana Maria Novaes Canatelli Rodrigues
Dia 26: Carlos Renato Ferreira Zanini
Dias 27 E 28: Igor Volpato Bedoni
Dia 29: Carlos Renato Ferreira Zanini

27ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – PRESIDENTE PRUDENTE
Dia 7: Claudinei de Melo Alves Junior
Dia 8: Marcelo da Silva Martins Pinto Gonçalves
Dia 11: Claudinei de Melo Alves Junior
Dias 12 E 13: Marcio Kuhne Prado Junior
Dia 14: Daniel Tadeu dos Santos Mano
Dias 15 E 18: Marcelo Otavio Camargo Ramos
Dia 19: Mario Yamamura
Dia 21: Daniel Tadeu dos Santos Mano
Dia 22: Vanessa Zorzan
Dia 25: Joao Augusto de Sanctis Garcia
Dia 26: Gilson Sidney Amancio de Souza
Dias 27 E 28: Gustavo Silva Tamaoki
Dia 29: Marcelo da Silva Martins Pinto Gonçalves

32ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – BAURU
Dia 7: Andre Gandara Orlando
Dia 8: Luis Claudio Davansso
Dia 11: Joao Henrique Ferreira
Dia 12: Andre Gandara Orlando
Dia 13: Thiago Alves de Oliveira
Dia 14: Luis Claudio Davansso
Dia 15: Debora Orsi Dutra
Dia 18: Luis Claudio Davansso
Dia 19: Andre Gandara Orlando
Dia 20: Joao Henrique Ferreira
Daniel Passanezi Pegoraro
Dia 22: Andre Gandara Orlando
Dia 25: Joao Henrique Ferreira
Dia 26: Hercules Sormani Neto
Dia 27: Lucas Pimentel de Oliveira
Dia 28: Julio Cesar Rocha Palhares
Dia 29: Ricardo Takashima Kakuta

34ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – PIRACICABA
Dias 7 e 8: Paulo Kishi
Dia 8: Jose Eduardo de Souza Pimentel
Dia 11: Luiz Sergio Hulle Catani
Dia 12: Joao Francisco de Sampaio Moreira
Dia 13: Luiz Sergio Hulle Catani
Dia 14: Fernanda Guimaraes Rolim Berreta
Dia 15: Claudio Jose Baptista Morelli
Dia 18: Tiago do Amaral Barboza
Dia 19: Michelle Chuffi Vallim
Dia 20: Jose Joel Domingos
Dia 21: Gustavo dos Reis Gazzola
Dia 22: Amelio Pasini Junior
Dia 25: Paulo Kishi
Dia 26: Karina Yukime Ichikawa Vicenzotto
Dia 27: Aluisio Antonio Maciel Neto
Dia 28: Paulo Kishi
Dia 29: Aluisio Antonio Maciel Neto

36ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ARAÇATUBA
Dia 7: Claudia Maria Bussolin Curtolo
Dia 8: Bruna Costa Nava Zambon
Dia 11: Paulo Sergio Ribeiro da Silva
Dia 12: Adelmo Pinho
Dia 13: Bruno Orsini Simonetti
Dia 14: Rodrigo Mazzilli Marcondes
Dia 15: Flavio Hernandez Jose
Dia 18: Flavio Hernandez Jose
Dia 19: Rodrigo Mazzilli Marcondes
Dia 20: Flavio Hernandez Jose
Dia 21: Paulo Campos dos Santos
Dia 22: Paulo Domingues Junior
Dia 25: Pierre Pena Rocha
Dia 26: Dorio Sampaio Dias
Dia 27: Maria Cristina Lenotti Neira
Dia 28: Dorio Sampaio Dias
Dia 29: Alvaro Roberto Ruas Teixeira

41ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – RIBEIRÃO PRETO
Dia 7: Flavio Leao de Carvalho
Dia 8: Eduardo Luiz Michelan Campana
Dia 11: Hamilton Fernado Lisi
Dia 12: Tania Regina Golmia Camilles
Dia 13: Wanderley Baptista da Trindade Junior
Dia 14: Tania de Andrade
Dia 15: Sebastiao Donizete Lopes dos Santos
Dia 18: Juliana Amelia Gasparetto de Toledo Silva Donato
Dia 19: Aroldo Costa Filho
Dia 21: Jose Ademir Campos Borges
Dia 22: Luiz Henrique Pacini Costa
Dia 25: Jose Vicente Pinto Ferreira
Dia 26: Hamilton Fernado Lisi
Dia 27: Naul Luiz Felca
Dia 28: Manoel Jose Berça
Dia 29: Ethel Cipele

44ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – GUARULHOS
Dia 7: Ana Brasil Rocha Pena
Dia 8: Vinicius Henriques de Resende
Dia 11: Ana Brasil Rocha Pena
Dia 12: Guilherme Silva de Deus
Dia 13: Helio Junqueira de Carvalho Neto
Dias 14 E 15: Ana Brasil Rocha Pena
Dias 18 E 19: Fernando Vernice dos Santos
Dias 20 E 21: Helio Junqueira de Carvalho Neto
Dias 22 E 25: Vinicius Henriques de Resende
Dia 26: Gabriella Lanza Passos
Dia 27: Michelle Bregnoli de Salvo
Dias 28 E 29: Marcela Figueiredo Bechara Ferro

45ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – MOGI DAS CRUZES
Dia 7: Thiago Alcocer Marin
Dia 8: Gustavo dos Santos Montanino
Dia 11: Clovis de Castro Humes
Dia 12: Fernando Pascoal Lupo
Dia 13: Roberta Maria de Barros Fernandes
Dias 14 E 15: Marcio Rogerio Fracassi
Dia 18: Jose Floriano de Alckmin Lisboa Filho
Dia 19: Joaquim Portela Dias do Nascimento Neto
Dia 20: Deborah Cristina Benetti
Dia 21: Leandro Bakowski
Dia 22: Jose Floriano de Alckmin Lisboa Filho
Dia 25: Luiz Henrique Brandao Ferreira
Dia 26: Marcio Rogerio Fracassi
Dia 27: Joaquim Portela Dias do Nascimento Neto
Dia 28: Fernanda Ratcov Borges
Dia 29: Leticia Lourenço Pavani

46ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Dia 7: Sidney Alves de Mattos
Dia 8: Fabio Rodrigues Lima
Dia 11: Thaisa Seto Vasconcelos e Souza
Dia 12: Luiz Fernando Guedes Ambrogi
Dia 13: Fernando Cezar Bourgogne de Almeida
Dia 14: Vanessa Yoko Hatamoto Medici
Dia 15: Carlos Henrique Fontanelli Pereira
Dia 18: Debora Bezerra de Menezes
Dia 19: Renata Bertoni Vita
Dia 20: Luiz Claudio Florenzano Vidal Gonçalves
Dia 21: Marco Antonio Rocha Cavalcante
Dia 22: Natalie Riskalla Anchite
Dia 25: Flavio Boechat Albernaz
Dia 26: Fabio Antonio Xavier de Moraes
Dia 27: Fabio Rodrigues Lima
Dia 28: Joao Carlos de Camargo Maia
Dia 29: Ricardo Framil

47ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – TAUBATÉ
Dia 7: Tiago Oliveira Prates da Fonseca
Dia 8: Marcela Agostinho Gomes de Oliveira
Dia 11: Felipe Wermelinger Caetano
Dia 12: Camila Bonafini Pereira
Dia 13: Marcela Agostinho Gomes de Oliveira
Dia 14: Natalia Danelli Rodrigues
Dias 15 E 18: Celestiany Villar da Silva
Dia 19: Alexandre Affonso Castilho
Dia 20: Luis Fernando Scavone de Macedo
Dia 21: Catia Aparecida de Sousa Modolo
Dia 22: Salomao Sussumu Tanaka dos Santos
Dia 25: Leonardo Rezek Pereira
Dia 26: Alexandre Mourao Mafetano
Dia 27: Mauricio Bressane de Paula Barbosa
Dia 28: Fernando de Almeida Pedroso
Dia 29: Alexandre Mourão Mafetano

48ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – GUARATINGUETÁ
Dia 7: Gabriel Tadeu Kfouri Neto
Dia 8: Ricardo Reis Simili
Dia 11: Rui Antunes Horta
Dia 12: Ricardo Reis Simili
Dia 13: Rui Antunes Horta
Dia 14: Gilberto Cabett Junior
Dia 15: Gianfranco Silva Caruso
Dia 18: Cassiano Antonio de Oliveira
Dia 19: Larissa Buentes Frazao
Dia 20: Gianfranco Silva Caruso
Dia 21: Henrique Lucas de Miranda
Dia 22: Carlos Schelini Cesar
Dia 25: Paloma Sanguine Guimaraes
Dia 26: Rui Antunes Horta
Dias 27 E 28: Raphael Barbosa Braga
Dia 29: Henrique Lucas de Miranda

52ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICÁRIA – ITAPECERICA DA SERRA
Dia 7: Ricardo Navarro Soares Cabral
Dia 8: Adriana de Cassia Delbue Silva
Dia 11: Ricardo Navarro Soares Cabral
Dia 12: Rodrigo Otavio Frank de Araujo
Dia 13: Maria Beatriz Goi Porto Alves
Dia 14: Daniele Volpato Sordi de Carvalho Campos
Dia 15: Luiz Fernando Bugiga Rebellato
Dia 18: Juliana Peres Almenara
Dia 19: Luiz Fernando Bugiga Rebellato
Dia 20: Ricardo Navarro Soares Cabral
Dia 21: Guilherme Schittler Oliveira
Dia 22: Maria Carolina da Rocha Medrado
Dia 25: Marilia Molina Schittler
Dia 26: Alexandre Acerbi
Dia 27: Maria Beatriz Goi Porto Alves
Dia 28: Guilherme Silva de Deus
Dia 29: Daniela Dermenjdian Duprat Avellar

(Republicado por necessidade de retificação - D.O. de 19-12-2020)

Aviso 615/2020 – PGJ-AD, de 21-12-2020

O **Procurador-Geral de Justiça,** no uso de suas atribuições normais, PUBLICA, a **Escala do Plantão Judiciário das Circunscrições Judiciárias,** abaixo relacionadas, referente ao mês de **JANEIRO** de 2021, tendo em vista a complementação de Promotores de Justiça em razão do início da realização das audiências de custódia.

1ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SANTOS
DIA 9:
MARCELO SANCHEZ LORENZO
MARLON MACHADO DA SILVA FERNANDES
DIA 10:
CARLOS EDUARDO PEREZ FERNANDEZ
DIOGO PACINI DE MEDEIROS E ALBUQUERQUE
DIA 16:
DANIEL SANTERINI CAIADO
ROBERTA BENA PEREZ FERNANDEZ
DIA 17:
DIOGO PACINI DE MEDEIROS E ALBUQUERQUE
MARCELO SANCHEZ LORENZO
DIA 23:
EUVER ROLIM
MARLON MACHADO DA SILVA FERNANDES
DIA 24:
ELOY OJEA GOMES
RENATO DOS SANTOS GAMA
DIA 26:
GERALDO MARCIO GONÇALVES MENDES
NELISA OLIVETTI DE FRANÇA NERI DE ALMEIDA
DIA 30:
MARCELO SANCHEZ LORENZO
ROBERTA BENA PEREZ FERNANDEZ
DIA 31:
MARLON MACHADO DA SILVA FERNANDES
ROBERTA BENA PEREZ FERNANDEZ
2ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA - SÃO BERNARDO DO CAMPO
DIAS 9 E 10:
RODRIGO SIMON MACHADO
DIAS 16 E 17:
LUCIANA VIEIRA DALLAQUA VINCI
DIAS 23 E 24:
ROSELI NALDI SOUZA
DIAS 30 E 31:
ROSELI NALDI SOUZA
3ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA - SANTO ANDRÉ
DIAS 9 E 10:
ROSINEI HORSTMANN SAIKALI
DIAS 16 E 17:
BRUNO SERVELLO RIBEIRO
DIAS 23 E 24:
PAULA DE FIGUEIREDO SILVA
DIAS 30 E 31:
LUCAS MOTARO DE OLIVEIRA
4ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – OSASCO
DIA 9:
ISMAEL DE OLIVEIRA MOTA
MARCO ANTONIO DE SOUZA
DIA 10:
CELISA AGATA LOPES
MARCO ANTONIO DE SOUZA
DIAS 16 E 17:
MARCO ANTONIO DE SOUZA
SANDRA REIMBERG
DIAS 23 E 24:
DANIEL MAGALHÃES ALBUQUERQUE SILVA
DANIEL MACIEL DA SILVA
DIAS 30 E 31:
DANIEL MAGALHÃES ALBUQUERQUE SILVA
MARIA EUGENIA VIEIRA DE MORAIS
5ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – JUNDIAÍ
DIA 9:
FELIPE BRAGANTINI DE LIMA
LARISSA NEGRI COSTA BESERRA
DIA 10:
CLAUDIA EDA BUSSEM
FELIPE BRAGANTINI DE LIMA
DIA 16:
JANDIR MOURA TORRES NETO
JOAO PAULO ROBORTELLA
DIA 17:
FELIPE BRAGANTINI DE LIMA
JANDIR MOURA TORRES NETO
DIAS 23 E 24:
ALEXANDRE ACERBI
ALBERTO CERQUEIRA FREITAS FILHO
DIA 30:
ALEXANDRA MILARE TOLEDO SANTOS
FLAVIA MENDES PEREIRA RIVELLI CAÇADOR
DIA 31:
FLAVIA MENDES PEREIRA RIVELLI CAÇADOR
JOAO PAULO ROBORTELLA
6ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – BRAGANÇA PAULISTA
DIAS 9 E 10:
FERNANDO CRUZ FOCHESATO
DIAS 16 E 17:
FABIO VITAL DE AVILA
DIAS 23 E 24:
HENRIQUE SIMON VARGAS PROITE
DIAS 30 E 31
BRUNO MARCIO DE AZEVEDO
7ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – mogi mirim
DIAS 9 E 10:
PAULA MAGALHAES DA SILVA RENNO
DIAS 16 E 17:
GASPAR PEREIRA DA SILVA JUNIOR
DIAS 23 E 24:
GABRIEL GUERREIRO
DIAS 30 E 31
MARIA PAULA MACHADO DE CAMPOS
8° CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – CAMPINAS
DIA 9:
ALINE MORAES
PAULO CESAR MARTINEZ DE CASTRO
DIA 10:
ALINE MORAES
PAULO CESAR MARTINEZ DE CASTRO
DIAS 16 E 17:
ALINE MORAES
ANGELO DOS SANTOS DE CARVALHAES
DIAS 23 E 24:
ALINE MORAES
PAULO CESAR MARTINEZ DE CASTRO
DIAS 30 E 31:
ALINE MORAES
VERONICA SILVA DE OLIVEIRA
9° CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – RIO CLARO
DIAS 9 E 10:
FABIA CAROLINE DO NASCIMENTO
DIAS 16 E 17:
GUSTAVO ANDREATO
DIAS 23 E 24:
BRUNO ORSATTI LANDI
DIAS 30 E 31:
LUIZ GONZAGA BOVO
10° CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – LIMEIRA
DIAS 9 E 10:
ANDREA DE CICCO
DIAS 16 E 17:
MARCO ANTONIO GESUALDI XAVIER DE FREITAS
DIAS 23 E 24:
CASSIANO GIL ZANCOLLI
DIAS 30 E 31:
LUCIANA ROSS GOBBI BENETTI
16ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
DIAS 9 E 10:
VANESSA IBARRECHE SANTA TERRA
DIAS 16 E 17:
HERICO WILLIAN ALVES DESTEFANI
DIAS 23 E 24:
VALMOR DE MATTOS JUNIOR
DIAS 30 E 31:
DANIELE RAMIA NEGRAO DIAS BRANDAO
19ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SOROCABA
DIAS 9 E 10:
WILSON VELASCO JUNIOR
DIAS 16 E 17:
ALESSANDRA APARECIDA GOMES KOGA
DIAS 23 E 24:
RICARDO HILDEBRAND GARCIA
DIAS 30 E 31:
ALESSANDRA APARECIDA GOMES KOGA
22ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ITAPETININGA
DIAS 9 E 10:
CARLOS RENATO FERREIRA ZANINI
DIAS 16 E 17:
JOAO JOSE RODRIGUES NETO
DIAS 23 E 24:
DALMIR RADICCHI
DIAS 30 E 31:
CELIO SILVA CASTRO SOBRINHO
32ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – BAURU
DIA 9:
ANDRE GANDARA ORLANDO
DIA 10:
JOAO HENRIQUE FERREIRA
DIA 16:
LUIZ CARLOS GONÇALVES FILHO
DIA 17:
HERCULES SORMANI NETO
DIA 23:
LUCAS PIMENTEL DE OLIVEIRA
DIA 24:
RICARDO TAKASHIMA KAKUTA
DIA 30:
JOSE CARLOS CARNEIRO DE OLIVEIRA
DIA 31:
JULIO CESAR ROCHA PALHARES
34ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – PIRACICABA
DIAS 9 E 10:
ENRICO PAISANI
DIAS 16 E 17:
PAULO KISHI
DIAS 23 E 24:
ALEXANDRE DE OLIVEIRA DARUGE
DIAS 30 E 31:
AMELIO PASINI JUNIOR
36ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ARAÇATUBA
DIAS 9 E 10:
PAULO CAMPOS DOS SANTOS
DIAS 16 E 17:
FLAVIO HERNANDEZ JOSE
DIAS 23 E 24:
FLAVIO HERNANDEZ JOSE
DIAS 30 E 31:
MAURICIO CARLOS FAGNANI ZUANAZE
41ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – RIBEIRÃO PRETO
DIAS 9 E 10:
AROLDO COSTA FILHO
JOSE ADEMIR CAMPOS BORGES
DIAS 16 E 17:
JOSE VICENTE PINTO FERREIRA
ROBERTO ABDUL NOUR
DIA 20:
HAMILTON FERNANDO LISI
SEBASTIAO SERGIO DA SILVEIRA
DIAS 23 E 24:
RAMON LOPES NETO
SEBASTIAO DONIZETE LOPES DOS SANTOS
DIAS 30 E 31:
MANOEL JOSE BERÇA
NAUL LUIZ FELCA
44ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – GUARULHOS
DIA 9:
GUILHERME CASTANHO AUGUSTO
HELIO JUNQUEIRA DE CARVALHO NETO
DIA 10:
HELIO JUNQUEIRA DE CARVALHO NETO
PRISCILA GOMES BARCELLOS BORGES
DIAS 16 E 17:
OMAR MAZLOUM
PRISCILA GOMES BARCELLOS BORGES
DIA 23:
FILLIPE DEMETRIO LOPES
GUILHERME SILVA DE DEUS
DIA 24:
RODOLPHO TAKESHI ARAKAKI
GUILHERME SILVA DE DEUS
DIAS 30 E 31:
FERNANDO VERNICE DOS ANJOS
GUILHERME CASTANHO AUGUSTO
45ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – MOGI DAS CRUZES
DIAS 9 E 10:
GUSTAVO JOSE PEDROZA SILVA
JULISA HELENA DO NASCIMENTO
DIAS 16 E 17:
LUCAS DAMASCENO DE LIMA
LUIS GUSTAVO CASTOLDI
DIAS 23 E 24:
DANIELA VIDAL MILIONI GONÇALVES
MARCIA OTSUKA MORISHITA
DIAS 30 E 31:
ANDRE LUIS SIMOES
JOAQUIM PORTELA DIAS DO NASCIMENTO NETO
46ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
DIAS 9 E 10:
JOSE LUIZ BEDNARSKI
DIAS 16 E 17:
VANESSA YOKO HATAMOTO MEDICI
DIAS 23 E 24:
FELIPE WERMELINGER CAETANO
DIAS 30 E 31:
FELIPE WERMELINGER CAETANO
47ª CRICUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – TAUBATÉ
DIAS 9 E 10:
LEONARDO REZEK PEREIRA
DIAS 16 E 17:
ALEXANDRE MOURAO MAFETANO
DIAS 23 E 24:
CATIA APARECIDA DE SOUSA MODOLO
DIAS 30 E 31:
OSVALDO DE OLIVEIRA COELHO
51ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – CARAGUATATUBA
DIAS 9 E 10:
ALEXANDRE PETRY HELENA
DIAS 16 E 17:
RENATO QUEIROZ DE LIMA
DIAS 23 E 24:
VALTER LUCIANO LELES JUNIOR
DIAS 30 E 31:
HELOISE MAIA DA COSTA
52ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICÁRIA - ITAPECERICA DA SERRA
DIA 9:
MARILIA MOLINA SCHLITTLER
DIA 10:
GUILHERME SILVA DE DEUS
DIA 16:
RICARDO NAVARRO SOARES CABRAL
DIA 17:
MARCELO SILVA CASSOLA
DIA 23:
RICARDO NAVARRO SOARES CABRAL
DIA 24:
MARCELO SILVA CASSOLA
DIA 30:
RODRIGO OTAVIO FRANK DE ARAUJO
DIA 31:
MARIA BEATRIZ GOI PORTO ALVES
53ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – AMERICANA
DIAS 9 E 10:
RAFAEL BERTUCCI LOPES
DIAS 16 E 17:
RENATA CALAZANS NASRAUI
DIAS 23 E 24:
JORGE UMBERTO APRILE LEME
DIAS 30 E 31:
ENZO DE ALMEIDA CARRAR BONCOMPAGNI
(Republicada por necessidade de retificação - D.O. de 22-12-2020)

Aviso 19/2021 – PGJ-2ª Instância, de 19-1-2021

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições, convida os integrantes da Procuradoria de Justiça Cível para reunião mensal **por meio de teleconferência, no dia 28-01-2021, às 14h**, com a seguinte pauta:

1) Leitura e apreciação da ata da reunião anterior;

2) Comunicações do Secretário Executivo;

3) Comunicações dos Procuradores de Justiça que integram Órgãos da Administração Superior do Ministério Público;

4) Outras matérias de interesse da Procuradoria de Justiça Cível.

Aviso 22/2021 - PGJ-Secretaria Eleitoral, de 19-1-2021

O **Procurador-Geral de Justiça,** no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** a Resolução 557/2008 – PGJ, de 17-11-2008, que dispõe sobre o sistema de indicações de Promotores de Justiça Estaduais para o exercício das funções eleitorais junto às Zonas Eleitorais do Município de São Paulo, **AVISA** aos Senhores Promotores de Justiça da Comarca da Capital interessados no exercício das funções eleitorais, durante o biênio de 2021/2022 que, **no período de 01 a 05-02-2021,** deverão preencher o formulário de inscrição no Portal da Comunicação, Atendimento ao Integrante, Procuradoria-Geral, Eleitoral, observando os critérios da Resolução 557/2008 – PGJ e o edital a seguir.

Edital de 19-01-2021

No período de 01 a 05-02-2021, estará disponível, no Portal da Comunicação, Atendimento ao Integrante, Procuradoria--Geral, Eleitoral, até as 19h do dia 05 de fevereiro, campo para inscrição eleitoral destinado aos interessados em exercer as funções eleitorais, durante o biênio de 2021/2022.

As inscrições deverão ser efetivadas somente por via eletrônica, devendo os interessados indicar, em ordem decrescente de seu interesse, as Zonas Eleitorais da Comarca da Capital que pretendem oficiar.

A indicação dos Promotores Eleitorais ocorrerá em sistema de rodízio, obedecendo ao critério de antiguidade na Comarca da Capital, independente do lugar em que o interessado exerça as funções relativas ao seu cargo, desde que no Município de São Paulo, pelo período ininterrupto de 2 (dois) anos, nele incluídos os períodos de férias, licenças e afastamentos, sem direito a recondução, com início no dia 04 de março do ano ímpar correspondente ao biênio.

No ato da inscrição o Promotor de Justiça declarará a viabilidade de locomoção à sede dos cartórios das Zonas Eleitorais pretendidas, a ciência da vedação a qualquer título, do afastamento voluntário, incluindo férias, licença e dias de compensação, no período de 90 (noventa) dias que antecedam o pleito até 15 (quinze) dias após a diplomação dos eleitos, bem como não ser filiado a partidos políticos e nem ter obtido o cancelamento da filiação partidária, em período inferior a 2 (dois) anos. Declarará, outrossim, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso III da Resolução n. 30/08 do Conselho Nacional do Ministério Público, não ter sido punido em decorrência de processo administrativo ou judicial e em caso de ter sido punido, que a aplicação da punição não tenha se dado nos três anos anteriores à data da inscrição, ou ainda não estar respondendo, na data da inscrição, a processo administrativo ou judicial, em razão da prática de ilícito que atente contra: a) a celeridade da atuação ministerial; b) a isenção das intervenções no processo eleitoral; c) a dignidade da função e a probidade administrativa.

Não serão considerados os dias trabalhados no pleito para fins de compensação e percepção de gratificação.

Não poderão habilitar-se ao exercício das funções eleitorais os Promotores de Justiça que (i) sejam filiados a partidos políticos; (ii) tenham obtido o cancelamento da filiação partidária em período inferior a 2 (dois) anos; (iii) estejam afastados do exercício das funções regulares do cargo do qual são titulares, salvo as hipóteses de férias, licença-prêmio, licença-gestante, licença-saúde, gala, nojo ou dias compensados; (iv) tenham sido punidos ou que respondam a processo judicial, e no caso de terem sido punidos que essa punição tenha ocorrido nos três anos que antecedem a inscrição, em razão da prática de ilícito que atente contra: a) a celeridade da atuação ministerial; b) a isenção das intervenções no processo eleitoral; c) a dignidade função e a probidade administrativa; (v) residam fora do território da Comarca que compõe a Zona Eleitoral, salvo situações excepcionais, assim reconhecidas pela Procuradoria Geral de Justiça e pela Corregedoria do Ministério Público Estadual, através de procedimento próprio (nos termos do artigo 6º da Resolução n. 557/2008-PGJ).

Não será permitida, em qualquer hipótese, a percepção cumulativa de gratificação eleitoral, bem como o seu recebimento por quem não houver sido regularmente indicado e designado para o exercício das funções eleitorais.

No caso de promoção, remoção para comarca diversa ou afastamento do cargo, salvo nas hipóteses de férias, licença-prêmio, licença-gestante, licença-saúde, gala, nojo ou compensação, que importe na vacância da função eleitoral, será publicado edital dirigido aos interessados em completar o respectivo biênio, sendo considerado o biênio ininterrupto.

Os Promotores Eleitorais deverão comparecer à sede do cartório da respectiva zona eleitoral com periodicidade mínima semanal, para os despachos e outras diligências necessárias nos processos e expedientes, bem como para eventual atendimento dos eleitores locais, dando publicidade às datas de comparecimento ao cartório eleitoral, conforme Diretriz Conjunta de Atuação PRE-SP/CGMP-SP 03/2016.

Em ano eleitoral o Promotor Eleitoral, sem prejuízo de oficiar em sua Zona Eleitoral, poderá ser indicado para auxiliar em outra Zona Eleitoral no mesmo município (art. 42, da Resolução n. 1225/20 - PGJ).

Os casos omissos serão solucionados pelo Procurador-Geral de Justiça, mediante provocação fundamentada.

Aviso 31/2021 – PGJ–AD, de 21-01-2021

O **Procurador-Geral de Justiça,** no uso de suas atribuições legais, **AVISA** aos Promotores de Justiça da Capital – **Cargos Numerados** - interessados em assumir as funções abaixo relacionada, que deverão se manifestar até o **dia 25-01-2021, às 17h**, via e-mail (designa@mpsp.mp.br), endereçados à Procuradoria-Geral de Justiça - Assessoria de Designações:

- Vara do Crime Organizado

Aviso 032/2021 – PGJ-AD, de 22-01-2021

O **Procurador-Geral de Justiça,** no uso de suas atribuições normais, PUBLICA, nos termos do artigo **5º, § 2º** do Ato Normativo 605/2009-PGJ, a **Escala do Plantão Judiciário da Capital**, referente ao mês de **FEVEREIRO** de 2021.

Avisa, outrossim, que os Promotores de Justiça designados para atuar no plantão judiciário da Capital devem observar o artigo 5º, § 7º do Ato Normativo 605/2009: "Caberá ao Promotor de Justiça que pretenda gozar férias, licença-prêmio ou compensação no período em que foi designado para o plantão judiciário indicar previamente seu substituto, nos termos do § 6º deste artigo."

Avisa, também, que em vista das atividades do plantão por meio digital os Promotores de Justiça deverão se atentar para estarem de posse do token e do notebook funcional.

PLANTÃO JUDICIÁRIO CRIMINAL – 2021
FEVEREIRO
DIAS 6 E 7:
Alessandra Andrez Cabrera Joao Borowski
Aline Jurca Zavaglia Vicente Alves
Carlos Alberto Pereira Leitao Junior
Celso Elio Vannuzini
Estefania Ferrazzini Paulin
Jose Reinaldo Guimaraes Carneiro
Karina Keiko Kamei
Katia Peixoto Villani Pinheiro Rodrigues
Monize Flavia Pompeo
DIAS 13 E 14:
Ana Luisa de Oliveira Nazar de Arruda
Carlos Alberto Pereira Leitao Junior
Denise Elizabeth Herrera
Juliano Carvalho Atoji
Monize Flavia Pompeo
Paula de Camargo Ferraz Fischer
Paulo D`Amico Junior
Ricardo Jose Gasques de Almeida Silvares
Roberto Bacal
DIA 15:
Carlos Alberto Pereira Leitao Junior
Claudia Porro
Daniel Magalhaes Albuquerque Silva
Fernando Albuquerque Soares de Souza
Joao Carlos Calsavara
Juliano Carvalho Atoji
Karina Keiko Kamei
Lais Bazanelli Marques dos Santos
Renata Cristina de Oliveira Mayer
DIA 16:
Carlos Alberto Pereira Leitao Junior
Claudia Porro
Claudio Henrique Bastos Giannini
Daniel Magalhaes Albuquerque Silva
Fernando Albuquerque Soares de Souza
Joao Carlos Calsavara
Karina Keiko Kamei
Lais Bazanelli Marques dos Santos
Renata Cristina de Oliveira Mayer
DIAS 20 E 21:
Alessandra Andrez Cabrera Joao Borowski
Alexandre Demetrius Pereira
Carlos Alberto Pereira Leitao Junior
Denilson de Souza Freitas
Denise Elizabeth Herrera
Joel Carlos Moreira da Silveira
Marcia Lourenço Monassi
Paula Quaggio
Thomas Mohyico Yabiku
DIAS 27 E 28:
Alessandra Andrez Cabrera Joao Borowski
Claudia Aparecida Jeck Garcia Nunes de Souza
Estefania Ferrazzini Paulin
Ieda Casseb Casagrande Bignardi
Luiz Arthur Iughetti Capuzzo
Marcelo Batlouni Mendroni
Paulo D`Amico Junior
Romeu Galiano Zanelli Junior
Soraia Bicudo Simoes

PLANTÃO JUDICIÁRIO CÍVEL – 2021

De acordo com o Comunicado Conjunto 2340/2016 do Tribunal de Justiça de São Paulo, os plantões cíveis na Capital, quando presencial, serão realizados no Palácio da Justiça, Praça da Sé, s/nº, 6º andar, sala 619.

FEVEREIRO
DIAS 6 E 7: Isabel Dorsa Gerner Maggion
DIAS 13 E 14: Vanessa Therezinha Sousa de Almeida
DIAS 15 E 16: Werner Dias Magalhaes
DIAS 20, 21, 27 E 28: Isabel Dorsa Gerner Maggion

Aviso 33/2021 – PGJ-AD, de 22-1-2021

O **Procurador-Geral de Justiça,** no uso de suas atribuições normais, **PUBLICA,** nos termos do artigo 4º, § 1º, do Ato Normativo 965/2016-PGJ, a Escala de Participação nas Audiências de Custódia do Interior, referente ao mês de **FEVEREIRO** de 2021.

1ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA - SANTOS
Dia 1: 6º PJ GUARUJÁ
Dia 2: Marcelo Sanchez Lorenzo
Dia 3: Carlos Eduardo Perez Fernandez
Dias 4 E 5: Rafael de Paula Albino Veiga
Dias 8, 9 E 10: Matheus Felipe Bassan de Medeiros
Dia 11: 1º PJ BERTIOGA
Dia 12: 2º PJ BERTIOGA
Dia 17: Rogerio Pereira da Luz Ferreira
Dias 18 E 19: Geraldo Marcio Gonçalves Mendes
Dia 22: Silvio de Cillo Leite Loubeh
Dia 23: Rogerio Pereira da Luz Ferreira
Dia 24: 6º PJ SANTOS
Dia 25: Carlos Eduardo Perez Fernandez
Dia 26: Euver Rolim

2ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA - SÃO BERNARDO DO CAMPO
Dia 1: Adolfo Cesar de Castro e Assis
Dia 2: Ana Paula Mazza
Dia 3: 15º PJ SBC
Dia 4: 16º PJ SBC
Dia 5: 17º PJ SBC
Dia 8: 18º PJ SBC
Dia 9: Edivon Teixiera Junior
Dia 10: Rogerio Augusto de Almeida Leite
Dia 11: 23º PJ SBC
Dia 12: Andrea Maria Coelho Berti Rollo
Dia 17: 6º PJ DIADEMA
Dia 18: Eduardo Soares Amaral
Dia 19: Patricia Linn Bianchi
Dia 22: Marcelo Vieira de Mello
Dia 23: Juliana Carla Maciel Ramos
Dia 24: 5º PJ SBC
Dia 25: Roseli Naldi Souza
Dia 26: 7º PJ SBC

3ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA - SANTO ANDRÉ
Dias 01, 02, 09, 22 E 23: Alexander Martins Matias
Dias 03, 08, 10, 17 E 24: Rosinei Horstmann Saikali
Dias 04 E 18: Alexandre Cid de Andrade
Dias 05, 12 E 26: Larissa Motta Nunes Liger
Dias 11, 19 E 25: Joao Henrique Ferreira Pozzer

4ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – OSASCO
Dias 1, 2, 4, 5, 12, 17, 25 E 26: Daniel Magalhaes Albuquerque Silva
Dias 3 E 10: Sorandy Ayres Santos
Dia 8, 9, 11, 18, 22, 23 E 24: Marco Antonio de Souza

5ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – JUNDIAÍ
Dia 1: 11º PJ JUNDIAÍ
Dia 2: Fabiano Pavan Severiano
Dias 3 E 4: Marcelo Fratangelo Ghilardi
Dia 5: Fabiola Aparecida Cezarini
Dia 8: Lucas Frehse Ribas
Dia 9: Jordana Calixto Porto
Dia 10: Flavia Mendes Pereira Rivelli Caçador
Dia 11: Paulo Roberto Ferreira Fortes
Dia 12: 2º PJ FRANCISCO MORATO
Dia 17: Flavia Mendes Pereira Rivelli Caçador
Dia 18: Joao Paulo Robortella
Dia 19: Fabio Aparecido Gasque
Dia 22: Alberto Cerqueira Freitas Filho
Dia 23: Nina Ribeiro de Aquino Beggs
Dia 24: Daniel Augusto Cavalaro
Dia 25: Ana Paula Nidalchichi Ribeiro
Dia 26: Fernanda Klinguelfus Lorena de Mello

6ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – BRAGANÇA PAULISTA
Dia 1: Ricardo Brainer Zampieri
Dia 2: Fernando Cruz Fochesato
Dia 3: Henrique Simon Vargas Proite
Dia 4: Bruno Marcio de Azevedo
Dia 5: Wanderson Marcio Ribeiro
Dia 8: Fabiana Kondic Alves de Lima Gomes
Dia 9: Gustavo Macri Morais
Dia 10: Regina Barbara Murad Louzada
Dia 11: PJ JARINU
Dia 12: PJ NAZARÉ PAULISTA
Dia 17: Jorge Braga Costinhas Junior
Dia 18: 2º PJ PIRACAIA
Dia 19: Adonai Gabriel
Dia 22: Cristiano Pereira Moraes Garcia
Dia 23: Rogerio Jose Filocomo Junior
Dia 24: Ana Maria Buoso
Dia 25: Carmen Natalia Alves Tanikawa
Dia 26: Dib Jorge Neto

16ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Dia 1: Sergio Clementino
Dia 2: Sergio Acayaba de Toledo
Dia 3: Rodolfo Strazzi Arcangelo Pereira
Dia 4: Ana Beatriz Pranuvi Costa Silveira
Dia 5: Dosmar Sandro Valeri
Dia 8: 10º PJ SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Dia 9: Fabio Jose Mattoso Miskulin
Dia 10: Evandro Ornelas Leal
Dia 11: Andre Luis de Souza
Dia 12: Ary Cezar Hernandez
Dia 17: Fernando Cesar de Paula
Dia 18: Valeria Andrea Ferreira de Lima
Dia 19: Jose Heitor dos Santos
Dia 22: Renata Sanches Fernandes Guerzoni
Dia 23: Jose Marcio Rosetto Leite
Dia 24: Evandro Ornelas Leal
Dia 25: Jose Silvio Codogno
Dia 26: Valmor de Mattos Junior

19ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SOROCABA
Dia 1: Marcos Fabio de Campos Pinheiro
Dia 2: Marcelo Sigari Moriscot
Dia 3: José Augusto de Barros Faro
Dia 4: Eduardo Francisco dos Santos Junior
Dia 5: Ana Alice Mascarenhas Marques
Dia 8: Suzana Peyrer Laino Ficker
Dia 9: Wilson Velasco Junior
Dia 10: Washington Luiz Rodrigues Alves
Dia 11: 1º PJ VOTORANTIM
Dia 12: Alessandra Aparecida Gomes Koga
Dias 17 E 18: Wilson Velasco Junior
Dia 19: Paula Quaggio
Dia 22: Renato Augusto Valadão
Dia 23: Patricia Manzella Trita
Dia 24: Maria Paula Pereira da Rocha
Dia 25: Gustavo dos Reis Gazzola
Dia 26: Rita de Cassia Moraes Scaranci Fernandes

22ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ITAPETININGA
Dia 1: Joao Jose Rodrigues Neto
Dia 2: Augusto Sergio Costa Vianna
Dia 3: Leandro Conte de Benedicto
Dia 4: Celio Silva Castro Sobrinho
Dia 5: Carlos Eduardo Pozzi
Dia 8: Fabiana Maria Novaes Canatelli Rodrigues
Dia 9: Jacques Marcel Abramovitch
Dia 10: Igor Volpato Bedone
Dia 11: Paula Augusta Mariano Marques
Dia 12: Carlos Renato Ferreira Zanini
Dia 17: Joao Jose Rodrigues Neto
Dia 18: Augusto Sergio Costa Vianna
Dia 19: Leandro Conte de Benedicto
Dia 22: Celio Silva Castro Sobrinho
Dia 23: Carlos Eduardo Pozzi
Dia 24: Fabiana Maria Novaes Canatelli Rodrigues
Dia 25: Jacques Marcel Abramovitch
Dia 26: Igor Volpato Bedone

27ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – PRESIDENTE PRUDENTE
Dia 1: 9º PJ PRESIDENTE PRUDENTE
Dia 2: Marcio Kuhne Prado Junior
Dia 3: 5º PJ PRESIDENTE PRUDENTE
Dia 4: Pedro Romao Neto
Dia 5: 11º PJ PRESIDENTE PRUDENTE
Dia 8: Vanessa Zorzan
Dia 9: Leticia Nanni Rodriguez Sakaue
Dia 10: Daniel Tadeu dos Santos Mano
Dia 11: Helio Perdomo Junior
Dia 12: Joao Augusto de Sanctis Garcia
Dia 17: Gilson Sidney Amancio de Souza
Dia 18: 6º PJ PRESIDENTE PRUDENTE
Dia 19: Gustavo Silva Tamaoki
Dia 22: Marcelo da Silva Martins Pinto Gonçalves
Dia 23: 9º PJ PRESIDENTE PRUDENTE
Dia 24: Marcio Kuhne Prado Junior
Dia 25: 5º PJ PRESIDENTE PRUDENTE
Dia 26: Pedro Romao Neto

32ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA –
Dia 1: Luis Claudio Davansso
Dia 2: Andre Gandara Orlando
Dia 3: Daniel Passanezi Pegoraro
Dia 4: Guilherme Sampaio Sevilha Martins
Dia 5: 1º PJ AGUDOS
Dia 8: 2º PJ AGUDOS
Dia 9: Thiago Alves de Oliveira
Dia 10: Aloisio Garmes Junior
Dia 11: Debora Orsi Dutra
Dia 12: Neander Antonio Sanches
Dia 17: Flavia Maria Jose Bovolin
Dia 18: Joao Henrique Ferreira
Dia 19: Alex Ravanini Gomes
Dia 22: Djalma Marinho Cunha Filho
Dia 23: Paulo Sergio Foganholi
Dia 24: Hercules Sormani Neto
Dia 25: Lucas Pimentel de Oliveira
Dia 26: Julio Cesar Rocha Palhares

34ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – PIRACICABA
Dia 1: Milene Telezzi Habice
Dia 2: 5º PJ PIRACICABA
Dia 3: Antonio Carlos Perez Antunes da Silva
Dia 4: 7º PJ PIRACICABA
Dia 5: Luciano Gomes de Queiroz Coutinho
Dias 8, 9 E 10: Paulo Kishi
Dia 11: Joao Carlos de Azevedo Camargo
Dia 12: Joao Francisco de Sampaio Moreira
Dia 17: Luiz Sergio Hulle Catani
Dia 18: Fernanda Guimaraes Rolim Berreta
Dia 19: Claudio Jose Baptista Morelli
Dia 22: Tiago de Amaral Barboza
Dia 23: Michelle Chuffi Vallim
Dia 24: Jose Joel Domingos
Dia 25: 2º PJ CAPIVARI
Dia 26: Karina Yukime Ichikawa Vicenzotto

36ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ARAÇATUBA
Dia 1: Adelmo Pinho
Dia 2: 2º PJ BURITAMA
Dia 3: Claudia Maria Bussolin Curtolo
Dia 4: Bruna da Costa Nava Zanbom
Dia 5: Sergio Ricardo Martos Evangelista
Dia 8: Adelmo Pinho
Dia 9: Bruno Orsini Simonetti
Dia 10: Rodrigo Mazzilli Marcondes
Dia 11: Flavio Hernandez Jose
Dia 12: Alvaro Roberto Ruas Teixeira
Dia 17: Mauricio Carlos Fagnani Zuanaze
Dia 18: Bruna da Costa Nava Zambon
Dia 19: Paulo Campos dos Santos
Dia 22: Paulo Domingues Junior
Dia 23: Pierre Pena Rocha
Dia 24: 4º PJ BIRIGUI
Dia 25: Maria Cristiane Lenotti Neira
Dia 26: Dorio Sampaio Dias

41ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – RIBEIRÃO PRETO
Dia 1: 16º PJ RIBEIRÃO PRETO
Dia 2: Reinaldo Lucas de Melo
Dia 3: Paulo Jose Freire Teotonio
Dia 4: Marcus Tulio Alves Nicolino
Dia 5: Paulo Cesar Souza Assef
Dia 8: Ramon Lopes Neto
Dia 9: 1º PJ CRAVINHOS
Dia 10: Raquel Eli Stein Matheus
Dia 11: Ana Carla Froes Ribeiro Tosta
Dia 12: Maria Julia Camara Facchin Galati
Dia 17: Fernanda Gomez D´Amico
Dia 18: Bruno Carlo Bertini Feria
Dia 19: Claudia Maria Lico Habib Tofano
Dia 22: Fernando Antonio Abujamra
Dia 23: Jose Gaspar Figueiredo Menna Barreto
Dia 24: 4º PJ SERTÃOZINHO
Dia 25: Eduardo Luiz Michelan Campana
Dia 26: Hamilton Fernado Lisi

44ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – GUARULHOS
Dia 1: Tassia Ismenia da Rocha Silva
Dia 2: Gabriella Lanza Passos
Dia 3: 3º PJ ARUJÁ
Dia 4: 2º PJ MAIRIPORÃ
Dia 5: Michelle Bregnoli de Salvo
Dia 8: Marcela Figueiredo Bechara Ferro
Dia 9: Omar Mazloum
Dias 10 E 11: Helio Junqueira de Carvalho Neto
Dia 12: 16º PJ GUARULHOS
Dia 17: Omar Mazloum
Dia 18: 11º PJ GUARULHOS
Dia 19: 12º PJ GUARULHOS
Dia 22: Tassia Ismenia da Rocha Silva
Dia 23: Helio Junqueira de Carvalho Neto
Dia 24: 8º PJ GUARULHOS
Dia 25: Fernando Vernice dos Anjos
Dia 26: 21º PJ GUARULHOS

45ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA - MOGI DAS CRUZES
Dia 1: 1º PJ SUZANO
Dia 2: Flavio Jose Zamponi Santiago
Dia 3: Fernanda Aliperti Coelho Prado Neubern
Dia 4: 4º PJ SUZANO
Dia 5: 5º PJ SUZANO
Dia 8: Felipe Jose Zamponi Santiago
Dia 9: Rafael Ribeiro do Val
Dia 10: 1º PJ FERRAZ DE VASCONCELOS
Dia 11: Carla Borges Honorio
Dia 12: 3º PJ FERRAZ DE VASCONCELOS
Dia 17: 4º PJ FERRAZ DE VASCONCELOS
Dia 18: 5º PJ FERRAZ DE VASCONCELOS
Dia 19: Luis Gustavo Castoldi
Dia 22: Andre Luis Simoes
Dia 23: 6º PJ ITAQUAQUECETUBA
Dia 24: Thiago Alcocer Marin
Dia 25: Gustavo dos Santos Montanino
Dia 26: Kleber Henrique Basso

46ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Dia 1: Ricardo Framil
Dia 2: Fabio Rodrigues Lima
Dia 3: Thaisa Seto Vasconcelos e Souza
Dia 4: Luiz Fernando Guedes Ambrogi
Dia 5: Fernando Cezar Bourgogne de Almeida
Dia 8: Vanessa Yoko Hatamoto Medici
Dia 9: Carlos Henrique Fontanelli Pereira
Dia 10: Debora Bezerra de Menezes
Dia 11: Renata Bertoni Vita
Dia 12: Luiz Claudio Florenzano Vidal Gonçalves
Dia 17: Marco Antonio Rocha Cavalcante
Dia 18: 4º PJ SJC
Dia 19: Flavio Boechat Albernaz
Dia 22: Fabio Antonio Xavier de Moraes
Dia 23: 9º PJ SJC
Dia 24: Joao Carlos de Camargo Maia
Dia 25: Sidney Alves de Mattos
Dia 26: Ricardo Framil

47ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – TAUBATÉ
Dia 1: Osvaldo de Oliveira Coelho
Dia 2: Paulo Jose de Palma
Dia 3: Alexandre Mourao Mafetano
Dia 4: Eduardo Dias Brandao
Dia 5: Paula Gizzi de Almeida Pedroso Guirado
Dia 8: Carlos Eduardo de Castro Paciello
Dia 9: Jaime Meira do Nascimento Junior
Dia 10: Tiago Oliveira Prates da Fonseca
Dia 11: 2º PJ CAÇAPAVA
Dia 12: Felipe Wermemlinger Caetano
Dia 17: Camila Bonafini Pereira
Dia 18: Jamil Luiz Simon
Dia 19: Natalia Danelli Rodrigues
Dia 22: Celestiany Villar da Silva
Dia 23: Daniela Rangel Cunha Amadei
Dia 24: Alexandre Affonso Castilho
Dia 25: Luis Fernando Scavone de Macedo
Dia 26: Catia Aparecida de Sousa Modolo

48ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – GUARATINGUETÁ
Dia 1: Gianfranco Silva Caruso
Dia 2: Celso Augusto Werneck de Rezende
Dia 3: Diego Rafael do Amaral Montanheiro
Dia 4: Gabriel Tadeu Kfouri Neto
Dia 5: Ricardo Reis Simili
Dia 8: 2º PJ GUARATINGUETÁ
Dia 9: Anna Claudia Campos da Costa Galvao
Dia 10: Rui Antunes Horta
Dia 11: Gilberto Cabett Junior
Dia 12: Virginia Silveira Martins Neves Roma
Dia 17: Cassiano Antonio de Oliveira
Dia 18: 3º PJ LORENA
Dia 19: Renata Galhardo Cheuen Zaros
Dia 22: Fernanda Tinoco Ramos
Dia 23: Carlos Schelini Cesar
Dia 24: Paloma Sanguine Guimaraes
Dia 25: Luis Dias Fernandes
Dia 26: Raphael Barbosa Braga

52ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICÁRIA - ITAPECERICA DA SERRA
Dia 1: Marina de Azevedo Brito Lippi Pedersolli
Dia 2: Camila Teixeira Pinho
Dia 3: Luiz Fernando Bugiga Rebelatto
Dia 4: Alice Monteiro Melo Sampaio Camargo
Dia 5: Maria Julia Kaial Cury
Dia 8: Leticia Rosa Ravacci
Dia 9: Marianna Moura Gonçalves
Dia 10: Julia Dazzi Piol
Dia 11: Lister Caldas Braga Filho
Dia 12: Alexandre Nunes de Vincenti
Dia 17: Adriana de Cassia Delbue Silva
Dia 18: Ricardo Navarro Soares Cabral
Dia 19: Rodrigo Otavio Frank de Araujo
Dia 22: Juliana Lourenço Baleroni Magalhaes
Dia 23: Guilherme Onofri Azevedo Figueiredo
Dia 24: Daniele Volpato Sordi de Carvalho Campos
Dia 25: Juliana Peres Almenara
Dia 26: Marcelo Silva Cassola

Aviso 034/2021 – PGJ-AD, de 22-01-2021

O **Procurador-Geral de Justiça,** no uso de suas atribuições normais, PUBLICA, a **Escala do Plantão Judiciário das Circunscrições Judiciárias,** abaixo relacionadas, referente ao mês de **FEVEREIRO** de 2021, tendo em vista a complementação de Promotores de Justiça em razão do início da realização das audiências de custódia.

1ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SANTOS
DIA 6:
CAROLINA CAPOCHIM DA ROZ
MATHEUS FELIPE BASSAN DE MEDEIROS
DIA 7:
1º PJ BERTIOGA
CAROLINA CAPOCHIM DA ROZ
DIA 13:
1º PJ SANTOS
JULIANA MONTEZUMA LACERDA
DIA 14:
GERALDO MARCIO GONÇALVES MENDES
MARLON MACHADO DA SILVA FERNANDES
DIA 15:
6º PJ SANTOS
ROGERIO PEREIRA DA LUZ FERREIRA
DIA 16:
MARCELO SANCHEZ LORENZO
MARLON MACHADO DA SILVA FERNANDES
DIA 20:
9º PJ SANTOS
EUVER ROLIM
DIA 21:
EUVER ROLIM
MARLON MACHADO DA SILVA FERNANDES
DIA 27:
ADRIANO ANDRADE DE SOUZA
LANDOLFO ANDRADE DE SOUZA
DIA 28:
DANIEL ISAAC FRIEDMANN
FERNANDO REVERENDO VIDAL AKAOUI

2ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SÃO BERNARDO DO CAMPO
DIAS 6 E 7:
EDUARDO SOARES AMARAL
DIAS 13 E 14:
MARCELO SCIORILLI
DIAS 15 E 16:
MARCELO VIEIRA DE MELLO
DIAS 20 E 21:
VERA LUCIA ACAYABA DE TOLEDO
DIAS 27 E 28:
15º PJ SBC

3ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SANTO ANDRÉ
DIAS 6 E 7:
MARIA CECILIA ALFIERI NACLE
DIAS 13 E 14:
MARINA FRANÇA FARIA PESTANA
DIAS 15 E 16:
KARLA REGIS GALVAO DE OLIVEIRA BUGARIB
DIAS 20 E 21:
ROBERTO WILDER FILHO
DIAS 27 E 28:
2º PJ SANTO ANDRÉ

4ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA - OSASCO
DIAS 6 E 7:
ANDRE DE ALMEIDA PANZERI
DIEGO DUTRA GOULART
DIAS 13 E 14:
DANIEL MAGALHAES ALBUQUERQUE SILVA
SULTANE RUBEZ JEHA
DIAS 15 E 16:
DANIELA DOMINGUES HRISTOV
RODRIGO CESAR COCCARO
DIA 19:
MARCO ANTONIO DE SOUZA
SORANDY AYRES SANTOS
DIAS 20 E 21:
CELISA AGATA LOPES MOTA
MARCO ANTONIO DE SOUZA
DIAS 27 E 28:
DANIEL MAGALHAES ALBUQUERQUE SILVA
MARCO ANTONIO DE SOUZA

5ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – JUNDIAÍ
DIAS 6 E 7:
FABIO JOSE MOREIRA DOS SANTOS
JANDIR MOURA TORRES NETO
DIAS 13, 14, 15 E 16:
ANA PAULA NILDACHICHI RIBEIRO
DANIEL ITO ECHEVERRIA
DIAS 20 E 21:
PJ CORDEIRÓPOLIS
FERNANDA KLINGUELFUS LORENA DE MELLO
DIAS 27 E 28:
FLAVIA MENDES PEREIRA RIVELLI CAÇADOR
JORDANA CALIXTO PORTO

6ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – BRAGANÇA PAULISTA
DIAS 6 E 7:
WANDERSON MARCIO RIBEIRO
DIAS 13, 14, 15 E 16:
FABIANA KONDIC ALVES LIMA GOMES
DIAS 20 E 21:
GUSTAVO MACRI MORAIS
DIAS 27 E 28:
REGINA BARBARA MURAD LOUZADA

7ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – MOGI MIRIM
DIAS 6 E 7:
MARCIO CLOVIS BOSIO GUIMARAES
DIAS 13 E 14:
RODRIGO LOPES
DIAS 15 E 16:
PATRICIA TALIATELLI BARSOTTINI
DIAS 20 E 21:
RODRIGO CAMBIAGHI LOURENÇO
DIAS 27 E 28:
ANDREA MARIA BASTOS JUNQUEIRA BARREIRA

8ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – CAMPINAS
DIAS 6 E 7:
PAULO CESAR MARTINEZ DE CASTRO
VERONICA MORAIS RAMOS KOBORI
DIAS 13 E 14:
GABRIELA GNATOS JOAO LIMA
RODRIGO AUGUSTO DE OLIVEIRA
DIAS 15 E 16:
PAULO CESAR MARTINEZ DE CASTRO
VERONICA SILVA DE OLIVEIRA
DIAS 20 E 21:
ANGELO SANTOS DE CARVALHAES
VERONICA SILVA DE OLIVEIRA
DIAS 27 E 28:
DANIEL ZULIAN
FERNANDA ELIAS DE CARVALHO

9ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – RIO CLARO
DIAS 6 E 7:
MARIA CLAUDIA CRUZ DE OLIVEIRA
DIAS 13 E 14:
RENATA MARIA CRUZ DESTRO
DIAS 15 E 16:
GILBERTO PORTO CAMARGO
DIAS 20 E 21:
6º PJ RIO CLARO
DIAS 27 E 28:
GEORGIA CARLA CHINALIA OBEID

10ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – LIMEIRA
DIAS 6 E 7:
PJ CORDEIRÓPOLIS
DIAS 13 E 14:
DANIEL FONTANA
DIAS 15 E 16:
CARLOS PAULO TRAVAIN FILHO
DIAS 20 E 21:
3º PJ LIMEIRA
DIAS 27 E 28:
LUIZ ALBERTO SEGALLA BEVILACQUA

16ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
DIAS 6 E 7:
ALINE KLEER DA SILVA MARTINS FERNANDES
DIAS 13 E 14:
ANDREY RIBEIRO NASSER
DIA 15:
FABIO JOSE MATTOSO MISKULIN
DIA 16:
10º PJ SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
DIAS 20 E 21:
VANESSA IBARRECHE SANTA TERRA
DIAS 27 E 28:
CARLOS BRUNO GAYA DA COSTA

19ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SOROCABA
DIAS 6 E 7:
THIAGO HENRIQUES BERNINI RAMOS
DIAS 13, 14, 15 E 16:
RENATA PIRES SMITH DA SILVA
DIAS 20, 21, 27 E 28:
WILSON VELASCO JUNIOR

22ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ITAPETININGA
DIAS 6 E 7:
AUGUSTO SERGIO COSTA VIANNA
DIAS 13, 14, 15 E 16:
LEANDRO CONTE DE BENEDICTO
DIAS 20 E 21:
CELIO SILVA CASTRO SOBRINHO
DIAS 27 E 28:
CARLOS EDUARDO POZZI

32ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – BAURU
DIA 6:
ENILSON DAVID KOMONO
DIA 7:
1º PJ AGUDOS
DIA 13:
2º PJ AGUDOS
DIA 14:
THIAGO ALVES DE OLIVEIRA
DIA 15:
ALOISIO GARMES JUNIOR
DIA 16:
DEBORA ORSI DUTRA
DIA 20:
NEANDER ANTONIO SANCHES
DIA 21:
PAULA GARMES REGINATO COUBE
DIA 27:
2º PJ PIRAJUí
DIA 28:
FLAVIA MARIA JOSE BOVOLIN

34ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – PIRACICABA
DIAS 6 E 7:
2º PJ CAPIVARI
DIAS 13 E 14:
PAULO KISHI
DIAS 15 E 16:
ENRICO PAISANO
DIAS 20 E 21:
KARINA YUKIME ICHIKAWA VICENZOTTO
DIAS 27 E 28:
ANTONIO CARLOS PEREZ ANTUNES DA SILVA

36ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ARAÇATUBA
DIAS 6 E 7:
ALVARO ROBERTO RUAS TEIXEIRA
DIAS 13, 14 E 15:
ADELMO PINHO
DIA 16:
PAULO CAMPO DOS SANTOS
DIAS 20 E 21:
FERNANDO CESAR BURGHETTI
DIAS 27 E 28:
PAULO DOMINGUES JUNIOR

41ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – RIBEIRÃO PRETO
DIAS 6 E 7:
ALEXANDRE MARCOS PEREIRA
ETHEL CIPELE
DIAS 13 E 14:
16º PJ RIBEIRÃO PRETO
REINALDO LUCAS DE MELO
DIAS 15 E 16:
CARLOS ALBERTO GOULART FERREIRA
HAMILTON FERNANDO LISI
DIAS 20 E 21:
CLAUDIA MARIA LICO HABIB TOFANO
PAULO JOSE FREIRE TEOTONIO
DIAS 27 E 28:
MARCUS TULIO ALVES NICOLINO
PAULO CESAR SOUZA ASSEF

44ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – GUARULHOS
DIAS 6 E 7:
MARCELA FIGUEIREDO BECHARA FERRO
PRISCILA GOMES BARCELLOS BORGES
DIAS 13 E 14:
21º PJ GUARULHOS
NATALIE RISKALLA ANCHITE
DIAS 15 E 16:
24º PJ GUARULHOS
HELIO JUNQUEIRA DE CARVALHO NETO
DIAS 20 E 21:
HELIO JUNQUEIRA DE CARVALHO NETO
MARCELA FIGUEIREDO BECHARA FERRO
DIAS 27 E 28:
BRUNO CESAR CRUZ DE ASSIS
PRISCILA GOMES BARCELLOS BORGES

45ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – MOGI DAS CRUZES
DIAS 6 E 7:
6º PJ ITAQUAQUECETUBA
THIAGO ALCOCER MARIN
DIAS 13 E 14:
GUSTAVO DOS SANTOS MONTANINO
KLEBER HENRIQUE BASSO
DIAS 15 E 16:
FERNANDO PASCOAL LUPO
RENATO MOREIRA GUEDES
DIAS 20 E 21:
LEANDRO LIPPI GUIMARAES
MARCIO ROGERIO FRACASSI
DIAS 27 E 28:
6º PJ MOGI DAS CRUZES
JOSE FLORIANO DE ALCKMIN LISBOA FILHO
46ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
DIAS 6 E 7:
CARLOS HENRIQUE FONTANELLI PEREIRA
DIAS 13 E 14:
7º PJ JACAREÍ
DIAS 15 E 16:
JOAO CARLOS DE CAMARGO MAIA
DIAS 20 E 21:
DEBORA BEZERRA DE MENEZES
DIAS 27 E 28:
FABIO ANTONIO XAVIER DE MORAES
47ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – TAUBATÉ
DIAS 6 E 7:
JOSE CARLOS DE OLIVEIRA SAMPAIO
DIAS 13 E 14:
JOAO MARCOS CERVANTES
DIAS 15 E 16:
PAULO JOSE DE PALMA
DIAS 20 E 21:
ALEXANDRE MOURAO MAFETANO
DIAS 27 E 28:
LUIS FERNANDO SCAVONE DE MACEDO
51ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – CARAGUATATUBA
DIAS 6 E 7:
CAROLINA LIMA ANSON
DIAS 13 E 14:
FERNANDO FIETZ BRITO
DIAS 15 E 16:
FERNANDO FIETZ BRITO
DIAS 20 E 21:
ALFREDO LUIS PORTES NETO
DIAS 27 E 28:
JANINE RODRIGUES DE SOUSA BALDOMERO
52ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – ITAPECERICA DA SERRA
DIAS 6 E 7:
ALEXANDRE ACERBI
DIA 13:
ALEXANDRE NUNES DE VINCENTI
DIA 14:
LISTER CALDAS BRAGA FILHO
DIA 15:
1º PJ EMBU DAS ARTES
DIA 16:
JULIANA LOURENÇO BALERONI MAGALHAES
DIA 20:
CARLA MURCIA SANTOS
DIA 21:
ADRIANA DE CASSIA DELBUE SILVA
DIA 27:
ALICE MONTEIRO MELO SAMPAIO CAMARGO
DIA 28:
DANIELA DERMENDJIAN DUPRAT AVELLAR
53ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA – AMERICANA
DIAS 6 E 7:
ANDRE LUIZ DEZOTTI
DIAS 13 E 14:
LUCIANE CRISTINA NOGUEIRA LUCAS LO RE
DIAS 15 E 16:
RICARDO GERHARDINGER SCHADE
DIAS 20 E 21:
DENIS HENRIQUE SILVA
DIAS 27 E 28:
PERSIO RICARDO PERRELLA SCARABEL

Aviso 35/2021 - PGJ, de 22-1-2021

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os Membros do Ministério Público abaixo relacionados, para participarem do regime de plantão, no dia 25-01-2021 (feriado municipal de São Paulo), nos termos do Aviso 030/2021 - PGJ, de 21-01-2021, no horário especificado:

Subprocuradoria-Geral de Justiça de Relações Institucionais:

Presencial – 9h às 17h

Marcelo Alexandre de Oliveira, 6º Promotor de Justiça do III Tribunal do Júri – Assessor do PGJ

Assessoria de Designações:

Presencial – 9h às 17h

Daniela Priante Bellini, 44º Promotor de Justiça da Capital – Assessora do PGJ

CONSELHO SUPERIOR

Aviso 002/2021 – CSMP, de 22-01-2021

O Secretário do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Doutor José Carlos Cosenzo, COMUNICA aos interessados que a ordem do dia da reunião ordinária virtual a se realizar no dia 26-01-2021, é a seguinte:

I. LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ORDEM DO DIA

SESSÃO ADMINISTRATIVA:

1. Pt. 555/21 – Quadro Geral de Antiguidade dos Membros, Ano Base 2020.

2. Indicação de representante do Conselho Superior para integrar o Comitê de Apoio à Governança de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (Resolução 1.299/2021-PGJ).

3. Pt. 86.470/18 – Apresentação do relatório final e de exemplares da dissertação de mestrado intitulada "Uma análise das medidas cautelares pessoais diversas da prisão sob a ótica das restrições a Direitos Fundamentais", em razão da autorização de afastamento concedida pelo Conselho Superior – Interessado: Doutor Rodrigo Coury Souza Meirelles, 3º Promotor de Justiça de Paraguaçu Paulista (Relator Conselheiro Vidal).

4. Pedidos de autorização para residir fora da Comarca. 4.1. Pt. 108.713/20 – Interessado: Doutor Marcos Mendes Lyra, 5º Promotor de Justiça de Barueri (Relator Conselheiro Antônio Nery). 4.2. Pt. 123.937/20 – Interessado: Doutor Fauzi Hassan Choukr, 8º Promotor de Justiça das Execuções Criminais da Capital (Relatora Conselheira Mônica).

5. Pt. 27.568/19 – Prorrogação de afastamento cautelar de membro – Sigiloso (Relator Conselheiro Demercian).

6. Pt. 68.676/19 – Prorrogação de afastamento cautelar de membro – Sigiloso (Relator Conselheiro Tiago).

SESSÃO PLENÁRIA E DE TURMAS:

7. Julgamento dos protocolados publicados nos AVISOS respectivos da Secretaria Executiva do Conselho Superior.

II. COMUNICAÇÕES SOBRE MOVIMENTO DA SECRETARIA

AVISO ARTIGO 228-RI:

930 protocolados publicados em 18-01-2021.

DISTRIBUIÇÕES:

813 protocolados distribuídos até 22-01-2021.

III. ENCERRAMENTO

ANEXO:

1. (09/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo 38.0725.0000217/2011-1, com cópia da Promoção de Arquivamento.

2. (09/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo 36.0725.0000449/2015-0, com cópia da Promoção de Arquivamento.

3. (09/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo 36.0725.0000107/2017-8, com cópia da Promoção de Arquivamento.

4. (09/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo 36.0725.0000471/2016-2, com cópia da Promoção de Arquivamento.

5. (09/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo 36.0725.0000993/2011-9, com cópia da Promoção de Arquivamento.

6. (09/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Nathan Glina, Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, acerca do arquivamento da Notícia de Fato 38.0167.0004318/2020, com cópia da decisão.

7. (09/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Nathan Glina, Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, acerca do arquivamento da Notícia de Fato 38.0167.0004319/2020, com cópia da decisão.

8. (09/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Nathan Glina, Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, acerca do arquivamento da Notícia de Fato 38.0167.0004320/2020, com cópia da decisão.

9. (09/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Nathan Glina, Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, acerca do arquivamento da Notícia de Fato 38.0167.0004321/2020, com cópia da decisão.

10. (09/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo 36.0725.0001446/2013-7, com cópia da Promoção de Arquivamento.

11. (09/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Eduardo Hiroshi Shintani, Promotor de Justiça de Jales, comunicando o arquivamento do Procedimento Administrativo de Acompanhamento 62.0311.0000939/2019-0, com cópia da decisão.

12. (09/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Gilson Ricardo Magalhães, Promotor de Justiça de Amparo, comunicando o arquivamento do Procedimento Administrativo de Acompanhamento 62.0189.0000750/2020-5, com cópia da decisão.

13. (09/12/2020) Comunicando enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Campinas, acerca do arquivamento do PANI 36.0713.0005959/2016-3, com cópia da Promoção de Arquivamento.

14. (09/12/2020) Comunicando enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Campinas, acerca do arquivamento da NF 38.0713.0007153/2019-1, com cópia da Promoção de Arquivamento.

15. (09/12/2020) Comunicando enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Campinas, acerca do arquivamento da NF 38.0713.0004700/2020-0, com cópia da Promoção de Arquivamento.

16. (09/12/2020) Comunicando enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Campinas, acerca do arquivamento da NF 38.0713.0000748/2020-1, com cópia da Promoção de Arquivamento.

17. (09/12/2020) Ofício encaminhado pela Doutora Marisol Lopes Mouta Cabral Garcia, Promotora de Justiça de Santos, comunicando o arquivamento do PANI 36.0426.0005567/2020-1.

18. (09/12/2020) Ofício encaminhado pela Doutora Marisol Lopes Mouta Cabral Garcia, Promotora de Justiça de Santos, comunicando o arquivamento do PANI 36.0426.0005607/2020-7.

19. (09/12/2020) Ofício encaminhado pela Doutora Marisol Lopes Mouta Cabral Garcia, Promotora de Justiça de Santos, comunicando o arquivamento do PANI 36.0426.0005617/2020-1.

20. (09/12/2020) Pt. 32.222/20 – Ofícioencaminhado pelo Doutor Roberto Luis de Oliveira Pimentel, Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo, Secretário Executivo da Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da Capital, contendo cópia da ata de Reunião de Promotoria realizada no mês de novembro de 2020.

21. (10/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Guilherme Chaves Nascimento, Promotor de Justiça de Ribeirão Preto, comunicando o arquivamento do Procedimento Administrativo de Acompanhamento 62.0702.0000013/2020, com cópia da decisão.

22. (10/12/2020) Ofício encaminhado pela Doutora Daniela Vidal Milioni Gonçalves, Promotora de Justiça de Itaquaquecetuba, comunicando o cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta 14.0300.0000069/2010, com cópia da decisão de arquivamento do feito.

23. (10/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Renato Eugênio de Freitas Peres, 131º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, Secretário Executivo da Procuradoria de Justiça Criminal, contendo a Ata da reunião ordinária mensal virtual e o Relatório da Distribuição das Atividades, referente ao mês de novembro de 2020.

24. (10/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Lucas Corradini da Silva, 2º Promotor de Justiça de Descalvado, comunicando que foi cumprido integralmente o Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo compromissário no Inquérito Civil 18/07.

25. (11/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Gustavo Roberto Costa, 3º Promotor de Justiça de Guarujá, acerca do arquivamento do procedimento PANI 1197/2020-1 – IJ, nos termos da Resolução 174/2017 do CNMP.

26. (11/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Rodrigo Augusto de Oliveira, 33º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, acerca do arquivamento do PANI 36.0713.0006561/2017-3, com cópia da decisão.

27. (11/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Rodrigo Augusto de Oliveira, 33º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, acerca do arquivamento do PANI 38.0713.0003934/2020-8, com cópia da decisão.

28. (11/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Rodrigo Augusto de Oliveira, 33º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, acerca do arquivamento do PANI 38.0713.0000470/2020-1, com cópia da decisão.

29. (11/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Rodrigo Augusto de Oliveira, 33º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, acerca do arquivamento do PANI 38.0713.0001871/2020-6, com cópia da decisão.

30. (11/12/2020) Pt. 32.534/20 – Ofício encaminhado pelo Doutor Rafael Amâncio Briozo, Promotor de Justiça de Socorro, contendo cópia da Promoção de Arquivamento do PAA 62.0448.0000497/2020 / SEI 39.0001.0032895.2020-66.

31. (11/12/2020) Pt. 32.556/20 – Ofício encaminhado pela Doutora Valéria Maiolini, 1ª Promotora de Justiça do Consumidor, comunicando que o Inquérito Civil 14.161.0000892/2019 foi remetido ao arquivo, visto que o Termo de Ajustamento de Conduta nele firmado, homologado pelo Conselho Superior em 10-12-2019, foi devidamente cumprido.

32. (11/12/2020) Pt. 32.557/20 – Ofício encaminhado pela Doutora Valéria Maiolini, 1ª Promotora de Justiça do Consumidor, comunicando que o Inquérito Civil 14.161.0000789/2019 foi remetido ao arquivo, visto que o Termo de Ajustamento de Conduta nele firmado, homologado pelo Conselho Superior em 22-12-2019, foi devidamente cumprido.

33. (11/12/2020) Pt. 32.558/20 – Ofício encaminhado pela Doutora Valéria Maiolini, 1ª Promotora de Justiça do Consumidor, comunicando que o Inquérito Civil 14.161.0000942/2019 foi remetido ao arquivo, visto que o Termo de Ajustamento de Conduta nele firmado, homologado pelo Conselho Superior em 04-02-2020, foi devidamente cumprido.

34. (11/12/2020) Pt. 32.559/20 – Ofício encaminhado pela Doutora Valéria Maiolini, 1ª Promotora de Justiça do Consumidor, comunicando que o Inquérito Civil 14.161.0000839/2019 foi remetido ao arquivo, visto que o Termo de Ajustamento de Conduta nele firmado, homologado pelo Conselho Superior em 04-02-2020, foi devidamente cumprido.

35. (11/12/2020) Pt. 32.560/20 – Ofício encaminhado pela Doutora Valéria Maiolini, 1ª Promotora de Justiça do Consumidor, comunicando que o Inquérito Civil 14.161.0000894/2019 foi remetido ao arquivo, visto que o Termo de Ajustamento de Conduta nele firmado, homologado pelo Conselho Superior em 10-12-2019, foi devidamente cumprido.

36. (11/12/2020) Pt. 32.562/20 – Ofício encaminhado pela Doutora Valéria Maiolini, 1ª Promotora de Justiça do Consumidor, comunicando que o Inquérito Civil 14.161.0000843/2019 foi remetido ao arquivo, visto que o Termo de Ajustamento de Conduta nele firmado, homologado pelo Conselho Superior em 29-10-2019, foi devidamente cumprido.

37. (11/12/2020) Pt. 32.563/20 – Ofício encaminhado pela Doutora Ana Beatriz Pereira de Souza Frontini, 28ª Promotora de Justiça da Capital designada para o cargo do 4º PJ do Consumidor, comunicando que o Inquérito Civil 14.161.0000753/2019 foi remetido ao arquivo, visto que o Termo de Ajustamento de Conduta nele firmado, homologado pelo Conselho Superior em 10-12-2019, foi devidamente cumprido.

38. (11/12/2020) Pt. 32.564/20 – Ofício encaminhado pela Doutora Ana Beatriz Pereira de Souza Frontini, 28ª Promotora de Justiça da Capital designada para o cargo do 4º PJ do Consumidor, comunicando que o Inquérito Civil 14.161.0000898/2019 foi remetido ao arquivo, visto que o Termo de Ajustamento de Conduta nele firmado, homologado pelo Conselho Superior em 10-12-2019, foi devidamente cumprido.

39. (14/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Thiago Tavares Simoni Aily, Promotor de Justiça de Botucatu, comunicando que houve o arquivamento do PANI 36.0214.0002800/2020-0 / SEI 29.0001.0105154.2020-34, com cópia da Promoção de Arquivamento.

40. (14/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo 36.0725.0000165/2017-1, com cópia da Promoção de Arquivamento.

41. (14/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo 36.0725.0000155/2017-7, com cópia da Promoção de Arquivamento.

42. (14/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo 36.0725.0000121/2017-8, com cópia da Promoção de Arquivamento.

43. (14/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo 36.0725.0000007/2017-0, com cópia da Promoção de Arquivamento.

44. (14/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo 36.0725.0000031/2017-3, com cópia da Promoção de Arquivamento.

45. (14/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do PANI 36.0725.0000452/2015, PANI 36.0725.0000418/2015, PANI 36.0725.0000422/2015, PANI 36.0725.0000420/2015, PANI 36.0725.0000460/2015 e PANI 36.0725.0000470/2015, com cópias das respectivas promoções de arquivamento.

46. (14/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Marcelo Gonçalves Saliba, Promotor de Justiça de Santa Cruz do Rio Pardo, comunicando que o TCRA realizado no Inquérito Civil 14.0420.0000229/2011-3 foi considerado cumprido e será remetido ao arquivo.

47. (14/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Vladimir Brega Filho, Promotor de Justiça de Santa Cruz do Rio Pardo, comunicando que o termo de compromisso de recuperação ambiental realizado no IC 14.0420.0000807/2015-9 foi considerado cumprido e os autos serão remetidos ao arquivo.

48. (14/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, acerca do arquivamento da NF 38.0713.0009290/2019-4, com cópia da decisão.

49. (14/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Osmair Chamma Junior acerca do arquivamento dos Autos de Acompanhamento do Inquérito Civil 720/17 – MA, pelo cumprimento do TAC pelo compromissário, nos termos da Súmula 79 do CNMP.

50. (14/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, acerca do arquivamento da NF 38.0713.0001005/2020-3, com cópia da decisão.

51. (14/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, acerca do arquivamento da NF 38.0713.0005108/2019-1, com cópia da decisão.

52. (14/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, acerca do arquivamento da NF 38.0713.0005591/2019-4, com cópia da decisão.

53. (14/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, acerca do arquivamento da NF 38.0713.0008325/2019-2, com cópia da decisão.

54. (14/12/2020) Pt. 32.571/20 – Ofício encaminhado pelo Doutor Filipe Teixeira Antunes, Promotor de Justiça de Igarapava, comunicando que o Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Inquérito Civil nº MP 14.0283.0000858/2015-7 foi devidamente cumprido e os autos arquivados na Promotoria de Justiça.

55. (14/12/2020) Pt. 32.616/20 – Ofício encaminhado pelo Doutor Túlio Vinícius Rosa, Promotor de Justiça de Guará, comunicando que os autos do PANI 36.0273.0000628/2019-4 foram arquivados, não havendo mais justificativa para a manutenção do procedimento, posto que superada a situação de risco que justificou a instauração.

56. (14/12/2020) Pt. 32.632/20 – Ofício encaminhado pelo Doutor Túlio Vinícius Rosa, Promotor de Justiça de Guará, comunicando que os autos do PANI 36.0273.0000409/2020-9 foram arquivados, não havendo mais justificativa para a manutenção do procedimento, posto que superada a situação de risco que justificou a instauração.

57. (15/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Guilherme Chaves Nascimento, Promotor de Justiça do Meio Ambiente do GAEMA – Núcleo Pardo, comunicando o arquivamento do Procedimento Administrativo de Acompanhamento – PAA 62.0702.0000020/2020-0, com cópia da decisão.

58. (15/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Jorge Alberto de Oliveira Marum, Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo de Sorocaba, contendo cópia da Portaria dos autos do Inquérito Civil nº MP 14.0712.0000643/2020-6.

59. (15/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Rodrigo Augusto de Oliveira, 33º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, acerca do arquivamento da NF 38.0713.0000715/2020-7, com cópia da decisão.

60. (15/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do PANI 36.0725.0000302/2013-9, com cópia da Promoção de Arquivamento.

61. (15/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Rodrigo Augusto de Oliveira, 33º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, acerca do arquivamento do PANI 36.0713.0001842/2018-7, com cópia da decisão.

62. (15/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Donisete Tavares Moraes Oliveira, 2º Promotor de Justiça de São João da Boa Vista, comunicando o integral cumprimento do TAC firmado nos autos do Inquérito Civil 14.0430.0001078/2014-1, com cópia da deliberação ministerial.

63. (15/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Gilberto Cabett, 5º Promotor de Justiça de Guaratinguetá, contendo cópia da petição inicial da ACP 1004277-66.2020.8.26.0220, protocolizada e distribuída à 1ª Vara da Comarca de Guaratinguetá.

64. (15/12/2020) Ofício encaminhado pela Doutora Cláudia Maria Lico Habib Tofano, Promotora de Justiça do GAEMA (Núcleo Pardo), comunicando o arquivamento do Inquérito Civil 14.0702.0000125/2012-8, com cópia da decisão.

65. (16/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, comunicando o arquivamento da NF 38.0713.0008169/2019-9, com cópia da decisão.

66. (16/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, comunicando o arquivamento da NF 38.0713.0000480/2020-5, com cópia da decisão.

67. (16/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, comunicando o arquivamento da NF 38.0713.0002966/2019-7, com cópia da decisão.

68. (16/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, comunicando o arquivamento da NF 38.0713.0000204-2020-8, com cópia da decisão.

69. (16/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, comunicando o arquivamento da NF 38.0713.0007680/2019-8, com cópia da decisão.

70. (16/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Marisol Lopes Mouta Cabral Garcia, 18ª Promotora de Justiça de Santos, acerca do arquivamento do PANI 36.0426.0005572/2020-1.

71. (16/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, comunicando o arquivamento do PANI 36.0713.0008643/2017-8, com cópia da decisão.

72. (16/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Luis Fernando Rocha, Promotor de Justiça do GAEMA – Núcleo Médio Paranapanema, comunicando o arquivamento do Procedimento Administrativo de Acompanhamento 62.0732.0000039/2020-9, com cópia da decisão.

73. (16/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Cleiton Luís da Silva, 5º Promotor de Justiça de Jales, comunicando o cumprimento do TAC firmado nos autos do IC 14.0311.0001620/2018-8 / Processo SEI 29.0001.0088056.2020-57 por parte do município de Santa Albertina, bem como o arquivamento do respectivo apenso; comunica, ainda, que se aguarda a vinda de informações sobre o cumprimento do TAC por parte do município de Jales para o arquivamento do Inquérito Civil, com posterior comunicação ao Conselho Superior.

74. (16/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, comunicando o arquivamento do PANI 36.0713.0007832/2017-9, com cópia da decisão.

75. (16/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, comunicando o arquivamento do PANI 36.0713.0002266/2019-9, com cópia da decisão.

76. (16/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, comunicando o arquivamento do PANI 36.0713.0001506/2018-6, com cópia da decisão.

77. (16/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, comunicando o arquivamento do PANI 36.0713.0004844/2018-8, com cópia da decisão.

78. (17/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0000344/2015-8, com cópia da Promoção de Arquivamento.

79. (17/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0000466/2015-3, com cópia da Promoção de Arquivamento.

80. (17/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0000378/2015-8, com cópia da Promoção de Arquivamento.

81. (17/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0001148/2013-1, com cópia da Promoção de Arquivamento.

82. (17/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0000206/2017-1, com cópia da Promoção de Arquivamento.

83. (17/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0000126/2017-1, com cópia da Promoção de Arquivamento.

84. (17/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0000336/2015-4, com cópia da Promoção de Arquivamento.

85. (17/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0001088/2012-0, com cópia da Promoção de Arquivamento.

86. (17/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Thiago Tavares Simoni Aily, Promotor de Justiça de Botucatu, comunicando o arquivamento do PANI 36.214.2776/2020-4 / SEI 29.0001.0043823.2020-84, com cópia da Promoção de Arquivamento.

87. (17/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Thiago Tavares Simoni Aily, Promotor de Justiça de Botucatu, comunicando o arquivamento da Notícia de Fato 38.214.30255/2020-7 / SEI 29.0001.0152391.2020-88, com cópia da Promoção de Arquivamento.

88. (17/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Thiago Tavares Simoni Aily, Promotor de Justiça de Botucatu, comunicando o arquivamento do PANI 36.214.30114/2020-9 / SEI 29.0001.0142770.2020-89, com cópia da Promoção de Arquivamento.

89. (17/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Neander Antônio Sanches, 3º Promotor de Justiça de Lençóis Paulista, comunicando o cumprimento do TAC firmado no PPIC 14.0321.0000217/2017-6, com cópias de partes dos autos.

90. (17/12/2020) Processo SEI 29.0001.0152755.2020-57 – Ofício encaminhado pelo Doutor Washington Gonçalves Vilela Junior, 2º Promotor de Justiça de Presidente Venceslau, comunicando que o termo de ajustamento de conduta firmado nos autos do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil 42.0399.0001300/2019-1 foi integralmente cumprido, razão pela qual os autos serão arquivados.

91. (17/12/2020) Processo SEI 29.0001.0151293.2020-52 – Ofício encaminhado pelo Doutor Roberto Luis de Oliveira Pimentel, Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo e Secretário Executivo da Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da Capital, contendo cópia da ata de Reunião de Promotoria realizada no mês de dezembro de 2020.

92. (17/12/2020) Processo SEI 29.0001.0150770.2020-11 – Ofício encaminhado pelo Doutor Lucas Mostaro de Oliveira, Promotor de Justiça Substituto de Queluz, comunicando o arquivamento em definitivo do Inquérito Civil 14.0402.0000030/2019-6 em razão do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Município.

93. (17/12/2020) Processo SEI 29.0001.0151498/2020-46 – Ofício encaminhado pela Doutora Izabela Angélica Queiroz Fonseca, 3º Promotora de Justiça de Tatuí, ao Doutor Rafael Correa de Moraes Aguiar, Promotor de Justiça Secretário da Promotoria de Justiça de Tatuí, para o envio de cópia da Representação 43.0457.0000091/2021 às Promotorias de Justiça de atribuição criminal, tendo em vista que os fatos narrados podem configurar crime contra a economia popular.

94. (17/12/2020) Processo SEI 29.001.0154067.2020-38 – Ofício encaminhado pelo Doutor César Ricardo Martins, 6º Promotor de Justiça do Consumidor, comunicando o arquivamento do procedimento nº MP 14.0161.0000403/2018 em razão do cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta.

95. (17/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0000122/2016-4, com cópia da Promoção de Arquivamento.

96. (18/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Rodrigo Augusto de Oliveira, 33º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, acerca do arquivamento da NF 38.0713.0009431/2019, com cópia da decisão.

97. (18/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Rodrigo Augusto de Oliveira, 33º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, acerca do arquivamento da NF 38.0713.0003728/2020-6, com cópia da decisão.

98. (18/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Túlio Vinícius Rosa, Promotor de Justiça de Guará, comunicando que os autos do PANI 36.0273.0000700/2019-8 foram arquivados, não havendo mais justificativa para a manutenção do procedimento.

99. (18/12/2020) Ofício encaminhado pela Doutora Tereza Cristina Maldonado Katurchi Exner, Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo, contendo o relatório das atividades realizadas pela Corregedoria-Geral no mês de novembro de 2020.

100. (18/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Marcelo Sciorilli, 20º Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo de Acompanhamento – PAA 66.0167.0003766/2019-1, com cópia da Promoção de Arquivamento.

101. (18/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 62.0725.0000918/2020-3, com cópia da Promoção de Arquivamento.

102. (18/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Nathan Glina, 2º Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, acerca do arquivamento do PANI 36.0306.0000217/2020-8, com cópia da Promoção de Arquivamento.

103. (18/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Nathan Glina, 2º Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, acerca do arquivamento da NF 38.0167.0003860/2020-4, com cópia da Promoção de Arquivamento.

104. (18/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0000752/2014-8, com cópia da Promoção de Arquivamento.

105. (18/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Nathan Glina, 2º Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, acerca do arquivamento da NF 38.0167.0003493/2020-6, com cópia da Promoção de Arquivamento.

106. (18/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Estêvão Luis Lemos Jorge, Promotor de Justiça de Barueri, comunicando o arquivamento do Procedimento Administrativo de Acompanhamento 62.0206.0000068/2020, com cópia da promoção de arquivamento.

107. (18/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Nathan Glina, 2º Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, acerca do arquivamento da NF 38.0739.0012113/2020-8, com cópia da Promoção de Arquivamento.

108. (18/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Nathan Glina, 2º Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, acerca do arquivamento da NF 38.0739.0013703/2020-1, com cópia da Promoção de Arquivamento.

109. (18/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Nathan Glina, 2º Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, acerca do arquivamento da NF 38.0167.0004409/2020-8, com cópia da Promoção de Arquivamento.

110. (18/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Nathan Glina, 2º Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, acerca do arquivamento da NF 38.0739.0032425/2020-8, com cópia da Promoção de Arquivamento.

111. (18/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0001352/2014-2, com cópia da Promoção de Arquivamento.

112. (18/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do PANI 36.0725.00001248/2015, com cópia da Promoção de Arquivamento.

113. (18/12/2020) Ofício encaminhado pelo Doutor Eduardo Hiroshi Shintani, Promotor de Justiça de Jales, comunicando que o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil 14.0311.0001492/2017-8, cuja promoção de arquivamento com compromisso foi homologada pelo Conselho Superior, foi devidamente cumprido e os autos físicos serão regularizados e encaminhados ao arquivo definitivo da Promotoria de Justiça; o ofício é instruído com cópia do Arquivamento por Encerramento Definitivo PJJALES (1737460)

114. (18/12/2020) Comunicado enviado pelo Doutor Nathan Glina, 2º Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, acerca do arquivamento da NF 38.0167.0002359/2020-3, com cópia da Promoção de Arquivamento.

115. (18/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0000312/2015-9, com cópia da Promoção de Arquivamento.

116. (18/12/2020) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.00001604/2013-0, com cópia da Promoção de Arquivamento.

117. (07/01/2021) Ofício encaminhado pela Doutora Beatriz Granzo Siqueira Pereira, Promotora de Justiça Substituta de Nazaré Paulista, noticiando o cumprimento do TAC firmado no PPIC 43/07, com cópia da decisão.

118. (07/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo de Fiscalização 36.0725.0000911/2011, com cópia da Promoção de Arquivamento.

119. (07/01/2021) Ofício encaminhado pela Doutora Adriana Borghi Fernandes Monteiro, 1ª Promotora de Justiça Cível do Ipiranga, Secretária Executiva, contendo a escala de retomada do trabalho presencial da Promotoria de Justiça em referência, na forma da Resolução 1.214/2020-PGJ, prorrogada e alterada pela Resolução 1.233/2020-PGJ.

120. (07/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo de Fiscalização 36.0725.0001437/2013, com cópia da Promoção de Arquivamento.

121. (07/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo de Fiscalização 36.0725.0000751/2014, com cópia da Promoção de Arquivamento.

122. Comunicado enviado pelo Doutor Rodrigo Augusto de Oliveira, 33º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude de Campinas, acerca do arquivamento do PANI 36.0713.0000880/2017-7, com cópia da decisão.

123. (07/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo de Fiscalização 36.0725.0000731/2013, com cópia da Promoção de Arquivamento.

124. (07/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo de Fiscalização 36.0725.0000759/2014, com cópia da Promoção de Arquivamento.

125. (07/01/2021) Comunicado enviado pelo Doutor Nathan Glina, 2º Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, acerca do arquivamento da NF 38.0167.0000004/2021-1, com cópia da Promoção de Arquivamento.

126. (07/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do PANI 36.0725.0000341/2015, com cópia da Promoção de Arquivamento.

127. (07/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do PANI 36.0725.0001183/2012, com cópia da Promoção de Arquivamento.

128. (07/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do PANI 36.0725.0000361/2015, com cópia da Promoção de Arquivamento.

129. (08/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do PANI 36.0725.0000365/2015, com cópia da Promoção de Arquivamento.

130. (08/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do PANI 36.0725.0001165/2014, com cópia da Promoção de Arquivamento.

131. (08/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do PANI 36.0725.0000371/2015, com cópia da Promoção de Arquivamento.

132. (08/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do PANI 36.0725.0000377/2015, com cópia da Promoção de Arquivamento.

133. (08/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do PANI 36.0725.0000379/2015, com cópia da Promoção de Arquivamento.

134. (08/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do PANI 36.0725.0000431/2015, com cópia da Promoção de Arquivamento.

135. (08/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento dos procedimentos a seguir, com cópias das respectivaspromoções de arquivamento: PANI 36.0725.0000810/2015, PANI 36.0725.00001172/2015, PANI 36.0725.0000146/2016 e PANI 36.0725.0000744/2015.

136. (11/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Marisol Lopes Mouta Cabral Garcia, Promotora de Justiça de Santos, acerca do arquivamento do PANI 36.0426.00005578/2020, com cópia da decisão.

137. (11/01/2021) Ofício encaminhado pelo Doutor Gilberto Nonaka, Promotor de Justiça Ouvidor, contendo os relatórios do quarto trimestre, do segundo semestre e anual de 2020, referentes às atividades da Ouvidor.

138. (11/01/2021) Ofício encaminhado pelo Doutor José Eduardo Ismael Lutti, Vice-Secretário Executivo da Procuradoria de Justiça Cível, contendo o relatório do mês de dezembro de 2020.

139. (11/01/2021) Ofício encaminhado pelo Doutor Marlon Roberth de Sales, Promotor de Justiça de Adamantina, comunicando que o Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil 14.0182.0000138/2018-6 foi integralmente cumprido pela compromissária.

140. (11/01/2021) Comunicado enviado pelo Doutor Nathan Glina, Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, acerca do arquivamento da Notícia de Fato 38.0167.0000014/2021, com cópia da decisão.

141. (11/01/2021) Ofício encaminhado pela Doutora Karina Yukime Ichikawa Vicenzotto, Promotora de Justiça de São Pedro, comunicando o arquivamento do Procedimento Administrativo de Fiscalização 63.0438.0000103/2019-1, com cópia da Promoção de Arquivamento.

142. (11/01/2021) Ofício encaminhado pela Doutora Karina Yukime Ichikawa Vicenzotto, Promotora de Justiça de São Pedro, comunicando o arquivamento do Procedimento Administrativo de Fiscalização 63.0438.0000101/2019-1, com cópia da decisão.

143. (12/01/2021) Ofício encaminhado pelo Doutor Renato Eugênio de Freitas Peres, 131º Procurador de Justiça Secretário Executivo da Procuradoria de Justiça Criminal, contendo cópia da Ata de reunião ordinária mensal virtual e do Relatório da Distribuição das Atividades referente ao mês de dezembro de 2020.

144. (12/01/2021) Ofício encaminhado pelo Doutor Antônio Calil Filho, Secretário Executivo da Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais, contendo a Ata da Reunião Ordinária realizada em novembro de 2020.

145. (12/01/2021) Ofício encaminhado pelo Doutor Antônio Calil Filho, Secretário Executivo da Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais, contendo os Relatórios Diário e Mensal da distribuição de processos da Procuradoria durante o mês de dezembro de 2020.

146. (12/01/2021) Ofício encaminhado pela Doutora Tatiana Barreto Serra, Promotora de Justiça Coordenadora do CAO – Meio Ambiente do CAO Cível e de Tutela Coletiva, contendo o 1º Relatório da Comissão Temática de acompanhamento da implementação do Código Florestal no Estado de São Paulo, instituído no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo pela Portaria 12.554/2020-PGJ de 10-12-2020, para integral ciência do conteúdo do relatório e eventuais providências cabíveis no âmbito das atribuições do Conselho Superior.

147. (13/02/2021) Comunicado enviado pela Doutora Marisol Lopes Mouta Cabral Garcia, Promotora de Justiça de Santos, acerca do arquivamento do PANI 36.0426.00006473/2018, com cópia da decisão.

148. (13/01/2021) Comunicando enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Campinas, acerca do arquivamento da Notícia de Fato SIS MP 38.0713.0003792/2020-4 (SEI 29.0001.0144315.2020-84), com cópia da decisão.

149. (13/01/2021) Comunicando enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Campinas, acerca do arquivamento da Notícia de Fato SIS MP 38.0739.0014983/2020-3 (SEI 29.0001.0144332.2020-13), com cópia da decisão.

150. (13/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo 38.0725.0000339/2016-6, com cópia da Promoção de Arquivamento.

151. (13/01/2021) Comunicando enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Campinas, acerca do arquivamento da Notícia de Fato SIS MP 38.0636.0001937/2020-7 (SEI 29.0001.0144298/2020-58), com cópia da decisão.

152. (13/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo 38.0725.0001117/2015-2, com cópia da Promoção de Arquivamento.

153. (13/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo 38.0725.0000973/2016-2, com cópia da Promoção de Arquivamento.

154. (13/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo 38.0725.0000533/2015-7, com cópia da Promoção de Arquivamento.

155. (13/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo 593/03, com cópia da Promoção de Arquivamento.

156. (13/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo 38.0725.0000297/2016-1, com cópia da Promoção de Arquivamento.

157. (13/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Carolina Augusto Juliotti, Promotora de Justiça de Cerqueira César, acerca do arquivamento do PAA 62.0238.0000146/2020-2 (SEI 29.0001.0052680.2020-50, com cópias da portaria e do despacho de arquivamento.

158. (13/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo 36.0725.0001210/2011-6, com cópia da Promoção de Arquivamento.

159. (13/01/2021) Ofício encaminhado pela Doutora Fábia Carolina Nascimento, Promotora de Justiça de Itirapina, comunicando o arquivamento do Procedimento Administrativo de Fiscalização 63.0305.0000131/2018-1, com cópia da Promoção de Arquivamento.

160. (14/01/2021) Comunicado enviado pelo Doutor Nathan Glina, Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo Individual 36.0167.0003630/2015-0, com cópia da Promoção de Arquivamento.

161. (14/01/2021) Ofício encaminhado pelo Doutor Lúcio Camargo de Ramos Junior, Promotor de Justiça de Itapeva, comunicando o arquivamento do TAC/IC 02/1999, com cópia da decisão.

162. (14/01/2021) Ofício encaminhado pelo Doutor Antônio Calil Filho, Secretário Executivo da Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais, comunicando sua eleição ao cargo de Secretário Executivo da Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais em reunião realizada em 09-12-2020, para o mandato de 01 (um) ano, com início em 1º de janeiro e término em 31-12-2021, bem como a eleição do Excelentíssimo Doutor Arthur Medeiros Neto para Vice-Secretário Executivo.

163. (14/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do PAF 63.0725.0001179/2020, com cópia da Promoção de Arquivamento.

164. (14/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Carolina Augusto Juliotti, Promotora de Justiça de Cerqueira César, acerca do arquivamento do PAA 62.0238.0000211/2020-7 (SEI 29.0001.00354.2020-31), com cópias da portaria, recomendação e promoção de arquivamento.

165. (15/01/2021) Ofício encaminhado pelo Doutor Sérgio Martin Piovesan de Oliveira, 8º Promotor de Justiça de São Carlos, comunicando o integral cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta em relação ao inquérito civil 14.0714.0003535/2017.

166. (15/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0000046/2017-0, com cópia da Promoção de Arquivamento.

167. (15/01/2021) Ofício encaminhado pelo Doutor Rodrigo Jimenez Gomes, Promotor de Justiça de Botucatu, comunicando o arquivamento da Notícia de Fato 38.214.0002/2021-8, com cópia da decisão.

168. (15/01/2021) Ofício encaminhado pelo Doutor Daniel Tadeu dos Santos Mano, 2º Promotor de Justiça de Martinópolis, comunicando o arquivamento do PAA Nº MP 62.0332.0000343/2020-1, com cópia da manifestação contendo as razões do encerramento.

169. (15/01/2021) Ofício encaminhado pelo Doutor Daniel Tadeu dos Santos Mano, 2º Promotor de Justiça de Martinópolis, comunicando o arquivamento do PAA Nº MP 62.0332.0000344/2020-5, com cópia da manifestação contendo as razões do encerramento.

170. (15/01/2021) Ofício encaminhado pela Doutora Thais de Freitas Cavalari, Promotora de Justiça de Mirante do Paranapanema, comunicando o arquivamento do Procedimento Administrativo de Acompanhamento 62.0338.0000193/2020.

171. (15/01/2021) Ofício encaminhado pelo Doutor Daniel Leme de Arruda, 1º Promotor de Justiça Criminal do Tatuapé, comunicando, conforme constou da Ata de Reunião da referida Promotoria realizada no mês de dezembro de 2020, que assumiu as funções de Secretário Executivo da Promotoria de Justiça Criminal do Tatuapé a partir de 01-01-2021.

172. (15/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0000100/2014-1, com cópia da Promoção de Arquivamento.

173. (15/01/2021) Comunicado enviado pelo Doutor Adriano Vanderlei Mellega, Promotor de Justiça de Igarapava, comunicando o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do IC MP 14.0283.0000523/2016-7, e o arquivamento do inquérito civil arquivado na Promotoria de Justiça.

174. (15/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0000446/2016-4, com cópia da Promoção de Arquivamento.

175. (15/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0001438/2013-2, com cópia da Promoção de Arquivamento.

176. (18/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0000241/2014-9, com cópia da Promoção de Arquivamento.

177. (18/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0000485/2013-0, com cópia da Promoção de Arquivamento.

178. (18/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do PANI 36.0725.0000224/2016, com cópia da Promoção de Arquivamento.

179. (18/01/2021) Comunicando enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Campinas, acerca do arquivamento da Notícia de Fato 38.0713.00004703/2019-0, com cópia da decisão.

180. (18/01/2021) Comunicando enviado pela Doutora Andréa Santos Souza, 19ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Campinas, acerca do arquivamento da Notícia de Fato 38.0713.00008958/2019-6, com cópia da Promoção de Arquivamento.

181. (18/01/2021) Ofício encaminhado pelo Doutor Eduardo Hiroshi Shintani, Promotor de Justiça de Jales, comunicando que o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil 14.0311.0000155/2013-2, cuja promoção de arquivamento com compromisso foi homologada pelo Conselho Superior, foi devidamente cumprido e os autos físicos serão regularizados e encaminhados ao arquivo da Promotoria de Justiça; instrui o ofício cópia do Despacho PJJALES (1819721).

182. (18/01/2021) Ofício encaminhado pela Doutora Roseny Zanetta Barbosa, 1ª Promotora de Justiça de Pederneiras, comunicando que o Procedimento Administrativo de Acompanhamento – PAA 62.0370.0000358/2020-2 foi arquivado, com cópia da Promoção de Arquivamento.

183. (18/01/2021) SEI 29.0001.0008721.2021-48 – Ofício encaminhado pelo Doutor Túlio Vinícius Rosa, Promotor de Justiça de Guará, comunicando que os autos do Procedimento Administrativo Individual – PANI 36.0273.0000085/2019-3, não havendo mais justificativa para a manutenção do procedimento em trâmite, foram arquivados.

184. (19/01/2021) SEI 29.0001.0008884.2021-12 – Ofício encaminhado pelo Doutor Túlio Vinícius Rosa, Promotor de Justiça de Guará, comunicando que os autos do Procedimento Administrativo de Natureza Individual – PANI 36.0273.0000465/2018-1foram arquivados.

185. (19/01/2021) Ofício encaminhado pela Doutora Juliana Peres Almenara, 2º Promotora de Justiça de Itapevi, comunicando o arquivamento do Procedimento Administrativo de Acompanhamento – PAA 62.0296.0000360/2020-1 (SEI 29.0001.0043863.2020-71, com cópia da decisão.

186. (20/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0000445/2015-1, com cópia da Promoção de Arquivamento.

187. (20/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0001215/2013-5, com cópia da Promoção de Arquivamento.

188. (20/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0000103/2014-5, com cópia da Promoção de Arquivamento.

189. (20/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira, 8ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento 36.0725.0001565/2013-8, com cópia da Promoção de Arquivamento.

190. (20/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do PANI 36.0725.0000437/2015, com cópia da Promoção de Arquivamento.

191. (21/01/2021) Ofício encaminhado pelo Doutor César Ricardo Martins, 6º Promotor de Justiça do Consumidor, comunicando o arquivamento do Procedimento nº MP 14.0161.2140/2011 em razão do cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta.

192. (21/01/2021) Ofício encaminhado pelo Doutor César Ricardo Martins, 6º Promotor de Justiça do Consumidor, comunicando o arquivamento do Procedimento nº MP 14.0161.1483/2014 em razão do cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta.

193. (21/01/2021) Comunicado enviado pela Doutora Cláudia Maria Beré, 7ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos – Idoso, acerca do arquivamento do Procedimento Administrativo 63.0725.0000874/2018, com cópia da Promoção de Arquivamento.

Aviso 3/2021 - CSMP, de 23-1-2021

O Secretário do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Dr. José Carlos Cosenzo, nos termos do artigo 231 de seu Regimento Interno, AVISA aos interessados que a ordem do dia da sessão pública plenária ordinária virtual para julgamento de inquéritos civis e/ou peças de informação a se realizar no dia 26-01-2021, é a seguinte:

PLENO

Relatores:

ANTONIO CARLOS FERNANDES NERY

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 43.0156.0004338/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIBEIRÃO PRETO

Interessados: ROBERTO FERREIRA CARDOSO

Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)

Assunto:

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 43.0167.0003543/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Interessados: CARLOS ALEXANDRE KLOMFAHS e GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE SBC

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto:

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 14.0194.0000098/2020-7 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAÇATUBA

Interessados: FLÁVIA CRISTINA CANHA ANTUNES

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA)

Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES

PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0213.0000101/2020-9 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BORBOREMA
Interessados: RAPHAEL ROSSAFA LOPES, C. R. ANALISES CLINICAS S/S LTDA, MARISELDA APARECIDA MAGRI VERGACAS - ME, EDSON LUIS RAMOS VERGAÇAS, MOACIR DONISETE BERTOLO, MARISELDA APARECIDA MAGRI VERGAÇAS, HELOÍSA MAGRI VERGAÇAS DEGAN e EMERSON DEGAN
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0239.0000391/2014-1 - 4 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CERQUILHO
Interessados: VICTOR DAROS FALCÃO, PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO, CÂMARA MUNICIPAL DE CERQUILHO e ANDERSON APARECIDO RODRIGUES
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 14.0242.0000271/2020-3 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONCHAS
Interessados: RODRIGO TREVIZAN FESTA e BELLPAR REFRESCOS LTDA
Tema: COMÉRCIO EM GERAL
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0248.0000612/2019-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CUBATÃO
Interessados: NILDETE NUNES DE MENEZES MARRA e ANÔNIMO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA)
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0248.0000810/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CUBATÃO
Interessados: AGENOR ANTONIO DE CAMARGO
Tema: CIRCULAÇÃO
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0248.0000835/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CUBATÃO
Interessados: MRS LOGISTICA
Tema: FLORA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0265.0000767/2018-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FERRAZ DE VASCONCELOS
Interessados: MARCOS LIMA FARIA, ROQUE JOZUEL SILVA MERGULHÃO, PREFEITURA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS e MARCIO DE OLIVEIRA JUNIOR
Tema: SANEAMENTO - RESÍDUOS
Assunto: DEPÓSITO CLANDESTINO DE RESÍDUOS
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0279.0000095/2016-2 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HABITAÇÃO E URBANISMO
Interessados: JOSÉ MARCOLINO DOS SANTOS e PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Tema: ÁREA PÚBLICA
Assunto: ABANDONO / FALTA DE MANUTENÇÃO
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0279.0000491/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HABITAÇÃO E URBANISMO
Interessados: SOCIEDADE MORADORES DO BUTANTÃ-CIDADE UNIVERSITÁRIA, SOCIEDADE DOS MORADORES DO BUTANTÃ CITY e CTLU - CÂMARA TÉCNICA DE LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA
Tema: ZONEAMENTO
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0283.0000692/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IGARAPAVA
Interessados: CELIO BORDON
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: RESPONSABILIDADE FISCAL
CONSUMIDOR
Nº MP: 14.0341.0002686/2019-7 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MOGI DAS CRUZES
Interessados: FORNO DE MINAS ALIMENTOS S/A e BRASIL BREAD INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI
Tema: ALIMENTO (S)
Assunto: DEFEITO DO PRODUTO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0363.0000183/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PANORAMA
Interessados: ADEVILSON DE SÃO JOSÉ e PAULO DA SILVA MACIEL
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA), IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
CÍVEL
Nº MP: 38.0368.0000155/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULÍNIA
Interessados: RUBENS DE JESUS FERREIRA DE SOUZA
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0395.0000380/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRAIA GRANDE
Interessados: IARA LUCINDA e MARCELA APARECIDA DA SILVA RANGEL
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0410.0000027/2020-7 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO DAS PEDRAS
Interessados: LUCIANA GROTTA PECCININE, MUNICIPIO DE RIO DAS PEDRAS e DELEGACIA DE POLICIA DE RIO DAS PEDRAS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / SERVIÇOS PÚBLICOS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0417.0000726/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
Interessados: ANDERSON PEREIRA SANTOS e CELSO BRUNO TORMENA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0422.0000476/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA ISABEL
Interessados: CARINA MORAES DE OLIVEIRA, NOELY DE SOUZA COSTA, FÁBIA DA SILVA PORTO ROSSETTI, MARIA ANGELA SANCHES, ESTELA BARBOSA SANTANA DA SILVA e MARCELO PEREIRA ARENA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0466.0000351/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VALINHOS
Interessados: LOJAS AMERICANAS
Tema: VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0471.0001402/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VINHEDO
Interessados: ARNALDO BONIFÁCIO JÚNIOR e Prefeitura de Vinhedo
Tema: PARCELAMENTO DO SOLO
Assunto: LOTEAMENTO FECHADO / CONDOMÍNIOS (LEI 4.591/64)
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0605.0000142/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FLÓRIDA PAULISTA
Interessados: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SAO PAULO e MAXSICLEY GRISON
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0610.0000113/2019-6 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IBATÉ
Interessados: EMANUEL DANIELI DA SILVA, LEONOR MARIA PEDRO DOS SANTOS, FLAVIA FERNANDA DOS SANTOS e AGENTES PÚBLICOS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO A SEREM IDENTIFICADOS
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - DESVIO DE BENS E VALORES (LEI 7347/1985 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA)
Assunto: LICITAÇÃO / IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0615.0000080/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MACAUBAL
Interessados: JUÍZO DA COMARCA DE MACAUBAL, PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIANÓPOLIS DO SUL e DIAS & FRANCISCO SOCIEDADE DE ADVOGADOS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: LICITAÇÃO / IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0695.0000565/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: ENEIDA DE ALMEIDA, MARIANNA BOGHOSIAN AL ASSAL e CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
CONSUMIDOR
Nº MP: 14.0713.0009254/2019-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPINAS
Interessados: ALEX CHAVES DE SOUZA e GUA.CO RESTAURANTES LTDA.
Tema: COMÉRCIO EM GERAL
Assunto: PUBLICIDADE ABUSIVA E / OU ENGANOSA
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0716.0004236/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARÍLIA
Interessados: TESSA ELIZABETH CARVALHO e PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0717.0005767/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Interessados: CARLOS EDUARDO COCHI
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA)
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 38.0719.0000432/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Interessados: ADRIANO MONTEIRO DE ALMEIDA e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Tema: TRATAMENTO E TRANSPORTE PARA TRATAMENTO
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0720.0004158/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE PRUDENTE
Interessados: MARIA BEZERRA DOS SANTOS e MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE
Tema: FLORA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0739.0012686/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: CÍCERO MANOEL DA SILVA, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO e CARLOS WEIS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
OSCAR MELLIM FILHO
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0161.0001525/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: VAGNER ISIDORO VERGANI, EBANX e WISH
Tema: BANCOS E FINANCEIRAS
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0184.0030005/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ÁGUAS DE LINDÓIA
Interessados: CAROLINA KOEHLER DOS SANTOS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0245.0001378/2017-1 - 4 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COTIA
Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, SERGIO HENRIQUE CLEMENTINO FOLHA, ROGÉRIO CARDOSO FRANCO, JOSÉ MARCOS DA SILVA e PAULO BENEDITO VIEIRA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CARGO COMISSIONADO
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0395.0001463/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRAIA GRANDE
Interessados: SILVIO SILVA
Tema: SANEAMENTO - RESÍDUOS
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0725.0001227/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS
Interessados: RENATA REIMBERG CALEGARI e GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema: DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS TERAPÊUTICOS E APARELHOS, FARMÁCIAS, DROGARIAS, REPRESENTANTE / DISTRIBUIDOR E EMPRESA FABRICANTE DE PRODUTOS e HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE
Assunto:
ARUAL MARTINS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0392.0000565/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO FELIZ
Interessados: MARCELO SPIZZICA e SAULO HENRIQUE CÂNDIDO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
VIDAL SERRANO NUNES JUNIOR
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0482.0000314/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE
Interessados: ENEIDA DE ALMEIDA e MARIANNA BOGHOSIAN AL ASSAL
Tema: CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE e PATRIMÔNIO HISTÓRICO / CULTURAL (BEM TOMBADO OU NÃO)
Assunto:

DO.online acesso gratuito

As publicações dos atos oficiais desde 1891

- Pesquise gratuitamente no **portal da IMESP**
- Baixe o app **do|sp** para tablets e smartphones

Prêmio MARIO COVAS

Prêmio Mario Covas 2008
DO.online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão.

www.imprensaoficial.com.br
Google Play https://goo.gl/zaFqGs
App Store (Apple) https://goo.gl/iCPWvR

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Aviso 4/2021 - CSMP, de 23-1-2021

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do artigo 231 de seu Regimento Interno, AVISA aos interessados que a ordem do dia da sessão pública para julgamento de inquéritos civis e/ou peças de informação a se realizar no dia 26-01-2021, é a seguinte:

1ª Turma

MONICA DE BARROS MARCONDES DESINANO

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 14.0004.0010836/2019-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL

Interessados: ROGERIO PEZATO, SOLICITADO SIGILO e CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE SÃO PAULO - CDT

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 14.0155.0000057/2018-7 - 5 Volume(s) - 1 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARULHOS

Interessados: CLÓVIS BEZNOS ADVOGADOS ASSOCIADOS, SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO, FRANCISCO JOSE CARONE GARCIA, SANDRA DA CRUZ CHEBATT, ALVARO MANOEL ARQUES JUNIOR, UMBERTO SQUILLACI JUNIOR, OUFIDES ANSELMO DA SILVA e ROBERTO MIRANDA SQUILLACI

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 14.0156.0002081/2019-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIBEIRÃO PRETO

Interessados: EMPRESA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE RIBEIRÃO PRETO - TRANSERP

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto:

CONSUMIDOR

Nº MP: 14.0156.0003914/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIBEIRÃO PRETO

Interessados: VINÍCIUS RAFAEL FERNANDES e CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE RIBEIRÃO PRETO

Tema: EDUCAÇÃO

Assunto: PRÁTICA COMERCIAL ABUSIVA EM GERAL

CONSUMIDOR

Nº MP: 14.0161.0000550/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR

Interessados: GAECO - SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES e NAVITTA COMÉRCIO DE COSMÉTICOS E PRODUTOS NATURAIS LTDA

Tema: COMÉRCIO EM GERAL e SERVIÇOS DE SAÚDE

Assunto:

CONSUMIDOR

Nº MP: 43.0161.0000613/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR

Interessados: RÚBIA MARIA ORTIZ SOUZA MORAES, SOMPO SEGURO SAÚDE e HOSPITAL 9 DE JULHO S/A

Tema: SERVIÇOS DE SAÚDE

Assunto:

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 14.0161.0000776/2018-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR

Interessados: FULGENCIO RAMOS AZEVEDO (ENCAMINHADO PELO PJ DO CONSUMIDOR), LÚCIO DEODATO MACHADO DE ALMEIDA (ENCAMINHADO PELA PJ DO CONSUMIDOR) e SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIO DPVAT

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES

CONSUMIDOR

Nº MP: 43.0161.0000790/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR

Interessados: ANDRESSA DA SILVA CAMPOS e DECOLAR.COM

Tema: COMÉRCIO ELETRÔNICO

Assunto:

CONSUMIDOR

Nº MP: 43.0161.0001029/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR

Interessados: DIRETORIA IDENTFIX e EMPRESA LLCLAS

Tema: TELEFONIA

Assunto:

CONSUMIDOR

Nº MP: 43.0161.0001239/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR

Interessados: FABIO SOUZA e a APURAR - BANCOS - PROGRAMA PRONAMPE

Tema: BANCOS E FINANCEIRAS

Assunto:

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 66.0192.0000693/2019-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE APARECIDA

Interessados: ANTONIO MARCIO DE SIQUEIRA

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA

Assunto: CONTRATAÇÃO / DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 42.0192.0000776/2019-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE APARECIDA

Interessados: DINA MARIA PEREIRA DE MORAES MOREIRA - PREFEITA EM EXERCÍCIO DE APARECIDA

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto: LICITAÇÃO / IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 66.0194.0001315/2020-0 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAÇATUBA

Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO e MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ARACANJGUÁ

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 14.0196.0001808/2018-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARARAS

Interessados: ANTONIO CARLOS ROCHA, PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS e RUBENS FRANCO JUNIOR

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA e IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)

Assunto:

DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA

Nº MP: 43.0196.0001852/2019-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARARAS

Interessados: JACKSON DE JESUS e PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS

Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Assunto:

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 14.0196.0001853/2018-8 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARARAS

Interessados: MARILDA GENTILE FACHINI, MARCELO COELHO FACHINI, RUBENS FRANCO JUNIOR, PEDRO ELISEU FILHO, RADIO FRATERNIDADE LTDA, RADIO CIDADE DAS ARVORES e RAFAEL FERNANDO ALVARES

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES

HABITAÇÃO E URBANISMO

Nº MP: 14.0198.0000179/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ASSIS

Interessados: CLUBE RECREATIVO DE ASSIS e CORPO DE BOMBEIROS DE ASSIS

Tema: SEGURANÇA

Assunto: EM EDIFICAÇÕES

DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA

Nº MP: 14.0199.0001134/2013-8 - 5 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ATIBAIA

Interessados: OSWALDO DE SÁ JÚNIOR e PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE e POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Assunto: FALTA DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 14.0201.0001730/2017-6 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AVARÉ

Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE AVARÉ e JOSELYR BENEDITO COSTA SILVESTRE

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto: AGENTE PÚBLICO / CARGO COMISSIONADO

DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA

Nº MP: 66.0205.0001590/2019-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRETOS

Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRETOS

Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE e VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA

Assunto: IRREGULARIDADES NAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Nº MP: 14.0206.0001372/2017-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARUERI

Interessados: SECRETARIA DA SAÚDE DE BARUERI, SECRETARIA DE SEGURANÇA DE BARUERI, 20º BATALHAO DA PM DE BARUERI, SECRETARIA DA PROMOÇÃO SOCIAL DE BARUERI e DELEGACIA DE POLICIA DE BARUERI

Tema: INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS DO ECA e SAÚDE

Assunto:

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 43.0214.0002065/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOTUCATU

Interessados: LINK CARD ADMISTRADORA DE BENEFÍCIOS e PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto: LICITAÇÃO / IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO

HABITAÇÃO E URBANISMO

Nº MP: 43.0214.0002357/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOTUCATU

Interessados: ECOVITA INCORPORADORA e ROSE IELO

Tema: ÁREA PÚBLICA e CIRCULAÇÃO

Assunto:

MEIO AMBIENTE

Nº MP: 14.0215.0000912/2018-8 - 2 Volume(s) - 1 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BRAGANÇA PAULISTA

Interessados: VALDEMIR BRAZ ALVES TEIXEIRA e ADRIANO APARECIDO ALVES DE OLIVEIRA

Tema: FLORA

Assunto:

HABITAÇÃO E URBANISMO

Nº MP: 14.0215.0003726/2012-6 - 5 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BRAGANÇA PAULISTA

Interessados: Z & K EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Tema: PARCELAMENTO DO SOLO

Assunto: LOTEAMENTO FECHADO / CONDOMÍNIOS (LEI 4.591/64)

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Nº MP: 14.0215.0005252/2016-5 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BRAGANÇA PAULISTA

Interessados: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA

Tema: DROGADIÇÃO

Assunto:

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 14.0227.0000105/2012-9 - 12 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO LIMPO PAULISTA

Interessados: ASSOCIAÇÃO SOCIAL HUMANITAS e PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985) e PATRIMÔNIO SOCIAL

Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / SERVIÇOS PÚBLICOS

CONSUMIDOR

Nº MP: 43.0227.0000276/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO LIMPO PAULISTA

Interessados: VIVIANE ALBINO PEREIRA DO NASCIMENTO.

Tema: EDUCAÇÃO

Assunto:

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 14.0229.0000113/2014-7 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CANANÉIA

Interessados: ADRIANO CESAR DIAS e PREFEITURA MUNICIPAL DE CANANEIA

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA), IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA e IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)

Assunto:

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Nº MP: 14.0233.0000105/2019-0 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARAGUATATUBA

Interessados: JAMESON DUARTE e CONSELHO TUTELAR

Tema: CONSELHO TUTELAR

Assunto:

HABITAÇÃO E URBANISMO

Nº MP: 43.0233.0000114/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARAGUATATUBA

Interessados: MARCOS RIBEIRO SOARES

Tema: ZONEAMENTO

Assunto:

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 43.0233.0000148/2019-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARAGUATATUBA

Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto: CONTRATAÇÃO / DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 14.0235.0000037/2019-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARDOSO

Interessados: IONICE APARECIDA ROMUALDO DA SILVA e ESMERALDO CRISTIANO CAROLINO

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA

Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 14.0235.0000113/2017-5 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARDOSO

Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARDOSO e ANONIMO

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA e PATRIMÔNIO SOCIAL

Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 43.0235.0000480/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARDOSO

Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARDOSO

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 66.0236.0000558/2019-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASA BRANCA

Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO e MUNICÍPIO DE CASA BRANCA

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES

MEIO AMBIENTE

Nº MP: 14.0238.0000047/2018-5 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CERQUEIRA CÉSAR

Interessados: JOSÉ EDUARDO CASTANHEIRA, PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR e NOVA ERA CERQUEIRA CESAR

Tema: LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Assunto: AUSÊNCIA OU IRREGULARIDADE DE LICENCIAMENTO

DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA

Nº MP: 43.0245.0001803/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COTIA

Interessados: FERNANDO ANTONIO RAMOS GONÇALVES e

Tema: CONTROLE SOCIAL E CONSELHOS DE SAÚDE, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE e VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA

Assunto: DOENÇAS EM GERAL

DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA

Nº MP: 42.0247.0000177/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRUZEIRO

Interessados: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SAO PAULO

Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE

Assunto:

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 43.0248.0000741/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CUBATÃO

Interessados: ANONIMO e PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES

MEIO AMBIENTE

Nº MP: 14.0253.0000716/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DRACENA

Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE DRACENA

Tema: FLORA

Assunto: SUPRESSÃO OU DANOS À VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA URBANA (INCLUI PARCELAMENTO DO SOLO E APP URBANOS)

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 43.0254.0000027/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DUARTINA

Interessados: MARCELO DOS SANTOS, SERGIO CABRERA VILAS BOAS e MARCOS ROGERIO SILVINO BRIQUEZI

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto:

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 43.0258.0000371/2020-0 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

Interessados: ELISABETH FONTANELLA, PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL e CASTRO PONTES SERVIÇOS OPERACIONAIS LTDA

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto:

MEIO AMBIENTE

Nº MP: 14.0258.0000415/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL e EDMUNDO VALERIO MATO GROSSO BORGES

Tema: PATRIMÔNIO HISTÓRICO / CULTURAL (BEM TOMBADO OU NÃO)

Assunto:

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 66.0264.0000699/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FERNANDÓPOLIS

Interessados: MARCOS ADRIANO DA SILVA

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto: RESPONSABILIDADE FISCAL

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 14.0269.0000599/2018-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GARÇA

Interessados: MUNICÍPIO DE GARÇA, ROZELY GABANA PADILHA SILVA, FRANCISCO PADILHA, MAURO DA COSTA VAL, VÂNIA CRISTINA PINHEIRO, F. PADILHA & CIA. LTDA. ME, PAULA MIRALHA GUIMARÃES DE LIMA, SUSY MEY APARECIDA TRUZZI, JOSÉ LUIZ FERNANDES TECH, CÁSSIO LUIZ ZANCOPÉ, PAULO ANTENOR LIMA GIACOIA, REGINALDO MORETI, NATALLI GAIATO CRUZ e ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA MARRA

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA), IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto:

HABITAÇÃO E URBANISMO

Nº MP: 43.0278.0000952/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARUJÁ

Interessados: CELIA SOARES LOPES e PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

Tema: INFRAESTRUTURA URBANA, PODER PÚBLICO E OBRAS / SERVIÇOS IRREGULARES e TRANSPORTE

Assunto: BURACO EM VIA PÚBLICA

HABITAÇÃO E URBANISMO

Nº MP: 66.0279.0000035/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HABITAÇÃO E URBANISMO

Interessados: A AVERIGUAR

Tema: CIRCULAÇÃO

Assunto: FECHAMENTO DE RUA

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 43.0282.0000178/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IEPÊ

Interessados: ROGERIO ANTONIO BONATO e Prefeitura Municipal de Iepê

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto:

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 42.0296.0000338/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAPEVI

Interessados: IGOR SOARES EBERT

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto:

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 66.0296.0002001/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAPEVI

Interessados: ROMEU CASADEI e PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)

Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / BENS PÚBLICOS

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 66.0297.0000823/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAPIRA

Interessados: CRISTIANO FLORENCE e Prefeitura Municipal de Itapira

Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - DESVIO DE BENS E VALORES (LEI 7347/1985 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA)

Assunto: DESVIO DE RECURSOS

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 14.0300.0001699/2018-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAQUAQUECETUBA

Interessados: DANIELA SANTOS GUIMARÃES

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA) e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA

Assunto: DESVIO DE RECURSOS

DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA

Nº MP: 14.0306.0000226/2017-7 - 5 Volume(s) - 1 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITU

Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e CENTRO TERAPÊUTICO CORINTIOS LTDA - ME

Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE

Assunto: IRREGULARIDADES NAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Nº MP: 14.0306.0001956/2017-2 - 5 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITU

Interessados: Secretaria de Estado da Educação - SP, ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ANTHENOR FRUET, LAURENE OLIVEIRA CAMARGO COCCHIA e ANA MARIA DE MORAES CARGNELUTTI

Tema: EDUCAÇÃO

Assunto: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

DIREITOS HUMANOS/INCLUSÃO SOCIAL

Nº MP: 43.0309.0001561/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ

Interessados: MARIO GOMES DA SILVA e PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

Tema: SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA PÚBLICA

Assunto:

DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA

Nº MP: 43.0312.0000949/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JANDIRA

Interessados: EGBERTO LEINHARDT MONTARROYOS JUNIOR e Prefeitura do Município de Jandira

Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE e POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Assunto: IRREGULARIDADES NAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Nº MP: 43.0319.0000019/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LARANJAL PAULISTA

Interessados: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA e ALCIDES DE MOURA CAMPOS JUNIOR

Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA

Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES

PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0321.0000005/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LENÇÓIS PAULISTA
Interessados: NARDELI DA SILVA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0322.0000164/2019-2 - 5 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LIMEIRA
Interessados: RUBENS CARMO BUENO, MUNICÍPIO DE LIMEIRA, VAGNER DE SOUZA RODRIGUES COSTA e MULTIWAY COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / EXECUÇÃO CONTRATUAL / INADIMPLEMENTO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0322.0000385/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LIMEIRA
Interessados: MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS e SILVIA HELENA PIRES
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0322.0003663/2019-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LIMEIRA
Interessados: CLUBE RECREATIVO E CULTURAL DE IRACEMPOLIS e ANÔNIMO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0322.0004986/2015-1 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LIMEIRA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA e ELIANA SILVA SANTOS E OUTROS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0323.0000497/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LINS
Interessados: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SAO PAULO e ÉDER RUIZ MAGALHÃES DE ANDRADE
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0325.0000104/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LUCÉLIA
Interessados: PEDRO VINICIUS MENEGUETTI MARTINS e CARLOS ANANIAS CAMPOS DE SOUZA JÚNIOR
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA) e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0325.0000123/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LUCÉLIA
Interessados: BIANCA PORTUGA e Prefeitura Municipal de Lucélia
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA) e IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0333.0000511/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MATÃO
Interessados: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ENCAMINHADO PELA PJ DE MATÃO e SERVIDORES PÚBLICOS DA PGE/SP E DA FAZENDA PÚBLICA DE SP
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0341.0000951/2017-7 - 6 Volume(s) - 14 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MOGI DAS CRUZES
Interessados: SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DE MOGI DAS CRUZES E REGIÃO, ADILSON DE LIMA FRANCO, ALEXANDRE ODASHIMA, CAIO CESAR EWERT DE CAMPOS, ANDRÉ ALVES DE SOUZA, ANTONIO ANGELO MOTA SARDINHA, DEODATO RODRIGUES LEITE, CESAR DONIZETI BENEDICTO, ARMANDO BERNARDINO NETO, FÁBIO AUGUSTO CLEMENTE, FABIO LUIZ RIBEIRO DE LIMA, KLEBER PINHEIRO MESSIAS, MARCOS BATALHA, MARCELO ROBERTO ALVES DE MELLO, FERNANDO JOSE ARIZA, EDUARDO PERETTI GUIMARÃES, FABRICIO INTELIZANO, MARCO ANTONIO ALVES DE MELLO, MARCO AURELIO DO NASCIMENTO, MARCIO CURSINO DOS SANTOS, FRANCISCO ASSIS VELOSO JUNIOR, VAMBERTO JOSE RODRIGUES, ROMUALDO FERRARI, PAULO FERRARI JUNIOR, WAGNER NASCIMENTO DOS SANTOS, EDSON GIANUZZI, MARCOS REBERT DOS SANTOS, ROGERIO DE SOUZA, ANDRE LUIZ UEHARA, PAULO HENRIQUE SINATURA, WALTER GONÇALVES JARDIM e WELBER APARECIDO DO NASCIMENTO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0341.0005534/2019-3 - 5 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MOGI DAS CRUZES
Interessados: ARLINDO AUGUSTO CLETO NETO e MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: LICITAÇÃO / IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0342.0001911/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MOGI GUAÇU
Interessados: LUCAS DE SOUZA BARBOSA
Tema: SANEAMENTO - EFLUENTES
Assunto: TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO E ASPECTOS CORRELATOS
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0344.0000056/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONGAGUÁ
Interessados: JOÃO VITOR NANNI PADILHA
Tema: VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA
Assunto: DOENÇAS EM GERAL
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 14.0345.0000061/2018-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONTE ALTO
Interessados: MUNICÍPIO DE MONTE ALTO e ORIVALDO TENÓRIO DE VASCONCELOS
Tema: ACESSIBILIDADE
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0350.0000198/2017-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NHANDEARA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA, CÂMARA MUNICIPAL DE MAGDA e INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MAGDA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CARGO COMISSIONADO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0358.0000242/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OURINHOS
Interessados: IGUAÇUMEC ELETROMECÂNICA LTDA e SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE OURINHOS – SAE
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: LICITAÇÃO / IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 38.0359.0000020/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PACAEMBU
Interessados: HEITOR NELSON FERREIRA e MUNICÍPIO DE IRAPURU - SP.
Tema: ÁREAS CONTAMINADAS
Assunto: ATIVIDADE INDUSTRIAL
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0364.0000420/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAGUAÇU PAULISTA
Interessados: JOSE RAFAEL GOMES MONTEIRO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0368.0000062/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULÍNIA
Interessados: RONALDO SANTOS DE SOUZA e EDNILSON CAZELLATO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0372.0000036/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDREIRA
Interessados: CARLOS EDUARDO RODRIGUES, ENIO FERNANDES SANTOS, MARIA CELESTE DE MORAES, TALITA ALINE CAMILOTTI, MARIA QUITÉRIA MAURÍCIO DE LIMA, MARIA RENATA DE MORAES DANTAS, REGINA DA SILVA, ARIANA CRISTINA VICENTINI MAIORINO, BRUNO HENRIQUE DE ALMEIDA, CARLOS HENRIQUE ARAÚJO, GRAZIELA DE MOURA KOBAYSHI TADEI, MARIA HELENA ROSSI BUENO, MARIANA GALLI POLIZEL, PATRÍCIA ALETHÉIA TREVIZAN PEDROSO, ROSÂNGELA FÁTIMA DE LIMA, ADRIANA DE FÁTIMA TOLEDO SGARIONI, ANA PAULA GRAZIA MORONI, MARIA GRACINDA SILVEIRA LIMA, PAULO SÉRGIO VENTURIN, ADRIANO APARECIDO SOARES, CARLA CRISTINA GIROLA DINATO, PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA, LUCIANO APARECIDO SOARES, CLÁUDIA HELENA DA SILVA, MATEUS DAVID DE MOURA GODOY, LUCIANA DA SILVA, ELIZABETH DA SILVA, MARLENE ROMAN, LUCIANA APARECIDA MORO, ANDRESA BUENO MENDONÇA MACHADO e CELSO MARTINS FELIX
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA e PATRIMÔNIO SOCIAL
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CARGO COMISSIONADO
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0378.0001191/2018-1 - 15 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PINDAMONHANGABA
Interessados: LÍDIA REGIANI PIRES e SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PINDAMONHANGABA
Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE
Assunto: IRREGULARIDADES NAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 66.0384.0030003/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRAPOZINHO
Interessados: POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL e CLAUDIO DONADÃO
Tema: FAUNA
Assunto: APREENSÃO, CAÇA, COMÉRCIO IRREGULAR E / OU TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0386.0000091/2019-5 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRATININGA
Interessados: ADEMILDES LOURENÇO DOS SANTOS SILVINO, ESDRAS ALVES COSTA e PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATININGA
Tema: PARCELAMENTO DO SOLO
Assunto: LOTEAMENTO IRREGULAR
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0392.0000170/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO FELIZ
Interessados: ARIANE RODRIGUES (TITULAR DO E-MAIL ARIANERODRIGUES@GMAIL.COM) E OUTROS e CONSTRUTORA VINOCUR
Tema: IMÓVEL (EIS) e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL
Assunto: DEFEITO DO SERVIÇO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0395.0000212/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRAIA GRANDE
Interessados: DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL e FUNDAÇÃO ABC
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0396.0000075/2018-6 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE BERNARDES
Interessados: LUCCAS INAGUE RODRIGUES
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA) e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0396.0000220/2017-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE BERNARDES
Interessados:
Tema: ABRIGO / ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 42.0399.0000957/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE VENCESLAU
Interessados: POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL
Tema: CANA DE AÇUCAR
Assunto: QUEIMADA E/ OU FETIIRRIGAÇÃO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0400.0000483/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROMISSÃO
Interessados: HAMILTON LUÍS FOZ e TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SAO PAULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 66.0401.0000068/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE QUATÁ
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ
Tema: PROCESSOS INDUSTRIAIS (EMISSÕES, EFLUENTES, DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS, ETC)
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0402.0000547/2018-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE QUELUZ
Interessados: COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DE SÃO PAULO SABESP
Tema: SANEAMENTO - EFLUENTES
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 66.0411.0000116/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ROSANA
Interessados: ADRIEL BORGES SIMONI, RR PADRÃO IMÓVEIS E EMPREENDIMENTOS LTDA e RENATO ROCHA
Tema: PARCELAMENTO DO SOLO e ZONEAMENTO
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0444.0000124/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO VICENTE
Interessados: PESSOA A APURAR e ELVIS ROCHA
Tema: FAUNA
Assunto: MAUS TRATOS A ANIMAIS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0444.0000235/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO VICENTE
Interessados: ALEXANDRE RODRIGUES DOS SANTOS e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0444.0000398/2017-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO VICENTE
Interessados: ANTONIO FERNANDES GONÇALVES e EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS
Tema: ÁREA PÚBLICA
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 14.0444.0000505/2018-1 - 4 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO VICENTE
Interessados: DE OFÍCIO, ITARARÉ EMPREENDIMENTOS LTDA e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE
Tema: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL
Assunto: DEFEITO DO SERVIÇO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0447.0000412/2019-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SERTÃOZINHO
Interessados: MITUO TAKAHASI e SIDNEI DOS SANTOS
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - DESVIO DE BENS E VALORES (LEI 7347/1985 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA)
Assunto: DESVIO DE RECURSOS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0447.0001257/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SERTÃOZINHO
Interessados: Prefeitura Municipal de Sertãozinho e CARLOS EDUARDO DA SILVA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CARGO COMISSIONADO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0447.0001449/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SERTÃOZINHO
Interessados: AGNALDO BONFIM DE SOUZA, CLEUSA APARECIDA TEIXEIRA DE MORAIS, ALESSANDRO JOSE DE SOUZA, FABIO HENRIQUE DOS SANTOS e HEVELIN SOUZA MENDES GARREFA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CARGO COMISSIONADO
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0450.0000341/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SUMARÉ
Interessados: PAULO IBRAIM e HOTELZINHO INFANTIL JARDIM DA ALEGRIA
Tema: CONSELHO TUTELAR e EDUCAÇÃO
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0454.0000657/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TANABI
Interessados: FABRÍCIO DONIZETI GERALDO e PREFEITURA MUNICIPAL DE TANABI
Tema: INFRAESTRUTURA URBANA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0454.0000964/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TANABI
Interessados: JOAO PEDRO LIMA DE PAULA, CLEBER JOSE MORETO, HENRIQUE FERRACENE DIAS e LUIS CARLOS FORMAGE
Tema: PATRIMÔNIO SOCIAL
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0456.0001427/2019-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAQUARITINGA
Interessados: JOSE ANTONIO TEIXEIRA DOS SANTOS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA), IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0468.0000039/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VARGEM GRANDE DO SUL
Interessados: VIVIANI APARECIDA RIGAMONTI, ÂNGELA CLÁUDIA SARAGON, RAFAEL DE CARVALHO, MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL, MARIANA NOGUES DA COSTA CARVALHO, RICARDO DE ARAÚJO, RENAN SANTOS, VITÓRIO DONIZETE THOMAZ e RAQUEL BAPTISTON BELTRAMI
Tema: INFRAESTRUTURA URBANA
Assunto: ÁGUA
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0474.0002706/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VOTUPORANGA
Interessados: CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA, JOSUE CARVALHO SANTOS e FERNANDO CESAR LOPES
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA e IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto: LICITAÇÃO / IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0474.0002734/2019-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VOTUPORANGA
Interessados: KLEBER SANTINI e PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA
Tema: TRATAMENTO E TRANSPORTE PARA TRATAMENTO
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 66.0482.0000530/2018-8 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE
Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO PAULO
Tema: PATRIMÔNIO HISTÓRICO / CULTURAL (BEM TOMBADO OU NÃO)
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0482.0000537/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE
Interessados: SANDRO RODRIGO BARRAL
Tema: FLORA
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 66.0482.0000612/2019-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE
Interessados: PRIMEIRO PELOTÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL e a AVERIGUAR
Tema: ÁREA PÚBLICA e PARCELAMENTO DO SOLO
Assunto: OCUPAÇÃO
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0482.0000676/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE
Interessados: MARIA DE FÁTIMA SIQUEIRA DE MADUREIRA MARQUES
Tema: POLUIÇÃO SONORA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0521.0000097/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JAGUARIÚNA
Interessados: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: RESPONSABILIDADE FISCAL
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0522.0000086/2019-5 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Interessados: SAS SANTANA, CONSELHO TUTELAR DE SANTANA e LUIZ GONZAGA, CONHECIDO COMO "GUARDA LUIZINHO", MEMBRO DO CT SANTANA E TUCURUVI
Tema: CONSELHO TUTELAR
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0522.0000136/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Interessados: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (ABADS)
Tema: MEDIDAS DE PROTEÇÃO
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0630.0000014/2019-9 - 3 Volume(s) - 1 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TABAPUÃ
Interessados: LINCOLN JOSE FRANCO, GILMAR JOSÉ DE CARVALHO e CÃMARA MUNICIPAL DE TABAPUÃ
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0630.0000138/2019-2 - 1 Volume(s) - 1 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TABAPUÃ
Interessados: LINCOLN JOSE FRANCO e KARINA PERES DE ALMEIDA FRANCO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0670.0000894/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JUNDIAÍ
Interessados: ROBERT WILLIAM DUMALAKAS e a APURAR - MORADOR DA RUA DE SERVIDÃO, NA AV. ATÍLIO GOBBO, PRÓXIMO AO NÚMERO 2
Tema: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (LEI 9985/2000)
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0674.0000306/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO CAETANO DO SUL
Interessados: FUNDAÇÃO DAS ARTES DE SÃO CAETANO DO SUL
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / ORDEM TRIBUTÁRIA
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0678.0000010/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAUBATÉ
Interessados: SINDICATO DOS TAXISTAS AUTÔNOMOS DE TAUBATÉ e PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ
Tema: TRANSPORTE
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0678.0001387/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAUBATÉ
Interessados: RÉGIS PEREIRA GOFFI, RICARDO EVANGELISTA LOBATO, JUCIMAR FERREIRA DA SILVA, NELSON NOGUEIRA DE CARVALHO e CARLOS ALBERTO FERREIRA DA SILVA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0678.0001559/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAUBATÉ
Interessados: JOSE SALES, ANDREIA APARECIDA MANTOVANI DE OLIVEIRA, SANDRA REGINA MANTOVANI OLIVEIRA, BRUNO RAFAEL ALBISSU, ANA LUCIA MANTOVANI, NATALIA M C ALBISSU, GUSTAVO YOSHIO NISHIJIMA, MARINA VIANNA CONSORTE, LUARTA VIANNA CONSORTE, CIBELE TEIXEIRA SALES e PETÃO FUNILARIA E PINTURA
Tema: POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA e POLUIÇÃO SONORA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 38.0688.0000022/2018-6 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARTUR NOGUEIRA
Interessados: ADRIANA DANIELA FORTE e PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0695.0000119/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: CONJUNTO DESPORTIVO CONSTÂNCIO VAZ GUIMARÃES - GINÁSIO DO IBIRAPUERA, EMPRESA FEG CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES METÁLICAS LTDA, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO PAULO e ANÔNIMO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0695.0000131/2020-1 - 9 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: ANÔNIMO, AGNALDO TIMÓTEO - VEREADOR, ALEXANDRE OLIVEIRA, MARIA APARECIDA AMÉRICA, ANDERSON OLIVEIRA e MARILENE CRISTINA CORRÊA DA SILVA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA), IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0695.0000255/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: CLAUDINEI PEREIRA DE MENEZES PEREIRA e DIRETORES DA PENITENCIÁRIA ADRIANO MARREY (A APURAR)
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0695.0000373/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE, CDHU - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO e WENDLIZ BERNARDO ME (ATUAL WBS ENERGIA EIRELI EPP)
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0695.0000469/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: AT& SANTOS CONSULTORIA E SERVIÇOS EIRELI e DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0695.0000545/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: ANATAGILDO JÚNIOR DE MAGALHÃES FREIRE - ENCAMINHADO PELA CORREGEDORIA REGIONAL D e SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO - COORDENADORIA DE CONTROLE DE SAÚDE
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0695.0000724/2019-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO- ALESP, SABESP- COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DE SÃO PAULO e EMPRESA DATAMÉTRICA CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0695.0000822/2019-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: REDE TIETÊ NEWS e VEREADOR ATÍLIO FRANCISCO - 14° GABINETE
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0695.0001097/2017-0 - 12 Volume(s) - 4 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: MARCELO SARNELLI LEMOS, SECRETARIA ESTADUAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO DE SÃO PAULO, PAULO ROBERTO ANTUNES e MONICA APARECIDA FUNARI ANTUNES
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: DESVIO DE RECURSOS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0712.0004153/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SOROCABA
Interessados: FRANCISCO FRANÇA DA SILVA e JOSÉ ANTÔNIO CALDINI CRESPO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0712.0008814/2013-1 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SOROCABA
Interessados: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA- SAAE e PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA
Tema: ÁREA PÚBLICA
Assunto: OCUPAÇÃO
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 14.0713.0006894/2014-8 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPINAS
Interessados: EVANDRO MALECKA MONTERO, IBAM-INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Tema: IGUALDADE: DISCRIMINAÇÃO
Assunto: IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0713.0008061/2019-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPINAS
Interessados: DE OFÍCIO e UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 14.0713.0011669/2012-7 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPINAS
Interessados: EDSON GALDINO, DEVANIR DE LIMA, RICARDO GOMES CARDOSO, PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS e CETRO CONCURSOS PÚBLICOS, CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO
Tema: IGUALDADE: DISCRIMINAÇÃO
Assunto: IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
DIREITOS HUMANOS/PROTEÇÃO AO IDOSO
Nº MP: 43.0715.0002613/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BAURU
Interessados: ALBERTO SOARES RIBEIRO
Tema: POLÍTICA DE ATENDIMENTO
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0715.0003920/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BAURU
Interessados: MATIAS GERALDO MUNIZ e CLODOALDO ARMANDO GAZZETTA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / SERVIÇOS PÚBLICOS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0715.0004455/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BAURU
Interessados: ANDRÉ LUIS DA SILVEIRA ANTONIO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0717.0000811/2018-9 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Interessados: MARCELO C CARVALHO e MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE
Assunto: EM EDIFICAÇÕES
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0717.0001196/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Interessados: DOUGLAS ROCHA, SULATO E FERREIRA COMERCIAL LTDA ME e ALLIANZE COMÉRCIO DE METAIS EIRELI
Tema: COMÉRCIO EM GERAL
Assunto: PUBLICIDADE ABUSIVA E / OU ENGANOSA
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0717.0008878/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Interessados: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SAO PAULO e MUNICÍPIO DE IPIGUÁ
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/INCLUSÃO SOCIAL
Nº MP: 66.0719.0000007/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Interessados: ANDRÉ LUIZ DINIZ DA SILVA, AMÉLIA NAOMI OMURA, CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Tema: SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA PÚBLICA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0719.0004161/2018-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Interessados: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SAO PAULO e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0720.0000189/2010-1 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE PRUDENTE
Interessados: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PRESIDENTE PRUDENTE
Tema: FLORA
Assunto: INTERVENÇÕES EM ÁREA RURAL COM OU SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 66.0720.0004611/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE PRUDENTE
Interessados: POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL e ATILA JORGE DO CARMO
Tema: FLORA
Assunto: SUPRESSÃO OU DANOS À VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA URBANA (INCLUI PARCELAMENTO DO SOLO E APP URBANOS)
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0722.0001857/2019-6 - 1 Volume(s) - 2 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FRANCA
Interessados: HERNANI NAVARRETE GOMES, MARIA ISABEL LUQUETTI e MUNICÍPIO DE CRISTAIS PAULISTA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 14.0725.0001021/2018-5 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS
Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e SERASA S.A.
Tema: ACESSIBILIDADE
Assunto: PRÉDIOS PRIVADOS DESTINADOS AO USO COLETIVO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0739.0000227/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: MÉRCIO TADEU DE MENEZES, MERCIO TADEU DE MENEZES, FUNDAÇÃO VUNESP e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0739.0000776/2019-7 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: ANÔNIMO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 14.0739.0002274/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: MARCELO DE OLIVEIRA SOUZA CALVOSO e SECRETARIA ESTADUAL DE TRANSPORTES
Tema: IGUALDADE: DISCRIMINAÇÃO e MOBILIDADE PESSOAL
Assunto: IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
CONSUMIDOR
Nº MP: 14.0739.0006721/2017-3 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: WLADALUCIA R M CAMPOS e TRIÂNGULO DO SOL - AUTO ESTRADA S/A
Tema: SERVIÇOS PÚBLICOS EM GERAL e VÍCIOS DE QUALIDADE E / OU QUANTIDADE DE PRODUTOS E /OU SERVIÇOS
Assunto: PRÁTICA COMERCIAL ABUSIVA EM GERAL
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0739.0008774/2019-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: MARIO CARVALHO
Tema: POLUIÇÃO SONORA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0739.0011908/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: FERNANDO CUNHA DA SILVA e PREFEITURA REGIONAL DE ITAQUERA (SUBPREFEITURA DE ITAQUERA)
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0739.0014480/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: BUSER
Tema: TRANSPORTE
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 38.1143.0000027/2019-6 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITUPEVA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPEVA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONCURSO
PEDRO HENRIQUE DEMERCIAN
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0155.0001146/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARULHOS
Interessados: MORADORES DO JARDIM ADRIANA e MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Tema: INFRAESTRUTURA URBANA e SEGURANÇA
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 42.0155.0002757/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARULHOS
Interessados: SERVIÇO SOCIAL BATUIRA e FAT BEAR PRODUÇÕES
Tema: INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS DO ECA
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0161.0000805/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: FERNANDO DIAS e FACULDADE ANHEMBI MORUMBI (GRUPO LAUREATE)
Tema: EDUCAÇÃO
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0161.0001750/2019-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: COMERCIO DIGITAL BF LTDA
Tema: COMÉRCIO ELETRÔNICO
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0189.0000594/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AMPARO
Interessados: GILBERTO MOREIRA PIASSA FILHO e LUIZ OSCAR VITALE JACOB
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 66.0193.0000180/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE APIAÍ
Interessados: VALÉRIA APARECIDA DE PAULA MOTA e RÁPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
Tema: TRANSPORTE
Assunto: ÔNIBUS
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0195.0001392/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARARAQUARA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
Tema: FLORA
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0195.0001411/2018-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARARAQUARA
Interessados: POUSADA DAS GARÇAS e JOSUE JOSE DE LIMA
Tema: PARCELAMENTO DO SOLO
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 66.0201.0000169/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AVARÉ
Interessados: RODRIGO PANEBIANCHI ANTONANGELO
Tema: ÁREA PÚBLICA
Assunto: ABANDONO / FALTA DE MANUTENÇÃO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0201.0001133/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AVARÉ
Interessados: SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE POLÍTICAS CRIMINAIS E INSTITUCIONAIS e PREFEITURA MUNICIPAL DE AVARÉ
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0215.0000287/2020-4 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BRAGANÇA PAULISTA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / SERVIÇOS PÚBLICOS
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0218.0000070/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BROTAS
Interessados: MARCELO RODRIGUES AYRES e PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS
Tema: PROCESSOS INDUSTRIAIS (EMISSÕES, EFLUENTES, DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS, ETC)
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 43.0218.0000249/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BROTAS
Interessados: CONSELHO TUTELAR DE BROTAS e PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS
Tema: SAÚDE
Assunto: CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO EM UNIDADE DE SAÚDE / CLÍNICAS / HOSPITAIS
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0222.0000097/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CACONDE
Interessados: FABIANA BERTOLLINI e SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACONDE
Tema: VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0227.0000236/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO LIMPO PAULISTA
Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 42.0228.0000003/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPOS DO JORDÃO
Interessados: THAIS PARANHOS MARIZ DE OLIVEIRA, MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO e ENGENHEIRO EMILIO ANTÔNIO FARAH
Tema: FLORA e LICENCIAMENTO AMBIENTAL
Assunto: AUSÊNCIA OU IRREGULARIDADE DE LICENCIAMENTO
CONSUMIDOR
Nº MP: 38.0245.0001801/2020-6 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COTIA
Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS e CAO CÍVEL - CONSUMIDOR
Tema: SERVIÇOS DE SAÚDE
Assunto: PRÁTICA COMERCIAL ABUSIVA EM GERAL
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 38.0248.0000027/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CUBATÃO
Interessados: PEDRO GABRIEL VILELA RIBEIRO, PEROLA MELISSA VILELA ANDRADE, RAQUEL VILELA FREITAS GORGONIO e VITORIA CRISTINA VILELA ANDRADE
Tema: MEDIDAS DE PROTEÇÃO
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/PROTEÇÃO AO IDOSO
Nº MP: 66.0248.0000744/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CUBATÃO
Interessados: EDERALDO SANTIAGO DA CONCEIÇÃO
Tema: LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE e VIDA E SAÚDE
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0255.0000193/2018-9 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ELDORADO
Interessados: NAIENE DE OLIVEIRA MONTEIRO, VALMIR DA SILVA, MUNICÍPIO DE IPORANGA e Secretaria de Estado da Educação - SP
Tema: EDUCAÇÃO
Assunto: DESCUMPRIMENTO DE OFERTA
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0256.0000025/2010-2 - 4 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EMBU DAS ARTES
Interessados: SOCIEDADE AMIGOS VALE DO SOL
Tema: RECURSOS HÍDRICOS
Assunto: ATERRAMENTO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 42.0257.0000024/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EMBU-GUAÇU
Interessados: MICHEL LOURENÇO DA SILVA e PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU GUAÇU
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0267.0000900/2016-7 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FRANCISCO MORATO
Interessados: DEBORA SOARES LOPES, ALBERTO DE FREITAS, GILCINÉIA GONÇALVES DOS SANTOS e PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO
Tema: PODER PÚBLICO E OBRAS / SERVIÇOS IRREGULARES
Assunto: LIMPEZA PÚBLICA / DRENAGEM
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0275.0000015/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARAREMA
Interessados: CLÁUDIO JOSÉ SILVA CABRAL
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0277.0000189/2019-4 - 5 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARIBA
Interessados: JOAQUIM PAULO LIMA SILVA e SILVIO MARTINS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0283.0000619/2017-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IGARAPAVA
Interessados: JOSÉ EURÍPEDES DE SOUZA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0284.0000042/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IGUAPE
Interessados: JOSE ROBERTO VENANCIO DE SOUZA e PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0292.0000552/2015-0 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITANHAÉM
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAÉM e
Tema: POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA e POLUIÇÃO SONORA
Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / PODER DE POLÍCIA
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0295.0000288/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAPEVA
Interessados: CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARIVAÍ e PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARIVAÍ
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0295.0000289/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAPEVA
Interessados: PREFEITURA DE NOVA CAMPINA
Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 42.0296.0000045/2020-2 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAPEVI
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0304.0000227/2018-2 - 3 Volume(s) - 10 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITATIBA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA, SECRETÁRIO DE SAÚDE DE ITATIBA, CCZE - CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES E ENDEMIAS DE ITATIBA e ROSELVIRA PASSINI E OUTRAS
Tema: FAUNA
Assunto: MAUS TRATOS A ANIMAIS
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0306.0000035/2018-8 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITU
Interessados: OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS, CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU e BEMBRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA
Tema: PARCELAMENTO DO SOLO
Assunto: LOTEAMENTO IRREGULAR
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 66.0315.0000313/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JAÚ
Interessados: VERA LUCIA TOLEDO PEDROSO e PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE JAÚ
Tema: FLORA
Assunto: SUPRESSÃO OU DANOS À VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA URBANA (INCLUI PARCELAMENTO DO SOLO E APP URBANOS)
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0316.0000398/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOSÉ BONIFÁCIO
Interessados: HERMINIO REALINO DEVETACH e CELSO OLIMAR CALGARO
Tema: PATRIMÔNIO SOCIAL
Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / BENS PÚBLICOS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0318.0000215/2016-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JUQUIÁ
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUIÁ, DISVEP DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS E PEÇAS REGISTRO LTDA, NUÑO VEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS, MOHSEN HOJEIJE, HELDER LOPES NUNO, ILSON NUNO, KELLY CRISTINA LOPES NUÑO e ELZA LOPES NUNO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / EXECUÇÃO CONTRATUAL / SUPERFATURAMENTO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0319.0000001/2019-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LARANJAL PAULISTA
Interessados: Câmara Municipal de Laranjal Paulista e ALCIDES DE MOURA CAMPOS JUNIOR
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0322.0002201/2019-0 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LIMEIRA
Interessados: HAMILTON PIRES PEREIRA e Prefeitura Municipal de Limeira
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA), IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0324.0000224/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LORENA
Interessados: FABIO MARCONDES, MAURO GONÇALVES FRADIQUE DE OLIVEIRA, ÉLCIO VIEIRA JÚNIOR, ADEVALDIR RAMOS, PEDRO NOGUEIRA BARBOSA FILHO, WALDEMILSON DA SILVA, ANDERSON APARECIDO PINTO e FABIO LONGUINHO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0325.0000126/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LUCÉLIA
Interessados: JOSE AMANCIO DA SILVA e Prefeitura Municipal de Lucélia
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0326.0000041/2019-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MACATUBA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACATUBA e SISAM - SISTEMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE MACATUBA
Tema: RECURSOS HÍDRICOS
Assunto: ÁGUAS SUPERFICIAIS OU SUBTERRÂNEAS
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 38.0333.0000469/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MATÃO
Interessados: ANA MARIA FREIRE DA SILVA MONDINI e RUMO MALHA PAULISTA S/A
Tema: POLUIÇÃO SONORA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 38.0333.0000515/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MATÃO
Interessados: SERGIO LUIZ LUCATELLI
Tema: POLUIÇÃO SONORA
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0334.0000996/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MAUÁ
Interessados: PAULO HENRIQUE LIMA DE MORAIS
Tema: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL
Assunto: DEFEITO DO SERVIÇO
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0341.0003457/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MOGI DAS CRUZES
Interessados: HOSPITAL ARNALDO PEZZUTI CAVALCANTI
Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE
Assunto: IRREGULARIDADES NAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0352.0000027/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA ODESSA
Interessados: VAGNER BARILON e BENJAMIM BILL VIEIRA DE SOUZA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / SERVIÇOS PÚBLICOS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0355.0000650/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OLÍMPIA
Interessados: FERNANDO ROBERTO DA SILVA, FLAVIO AUGUSTO OLMOS, HÉLIO LISSE JUNIOR, SELIM JAMIL MURAD, JOSE ELIAS MORAIS, LUIZ ANTONIO MOREIRA SALATA, LUIZ GUSTAVO PIMENTA e LUIZ ANTONIO RIBEIRO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0358.0001379/2018-1 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OURINHOS
Interessados: LUCAS POCAY ALVES DA SILVA e ESCOLA DE FUTEBOL CLASSE R
Tema: PATRIMÔNIO SOCIAL
Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / BENS PÚBLICOS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0361.0000192/2019-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PALMEIRA D'OESTE
Interessados: ALEX BEGIGO e CLAYTON HENRIQUE COSTA MARIM
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA), IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0362.0000007/2020-1 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PALMITAL
Interessados: ANDRÉ ZIRONDI VILAS BOAS e FÁBIO LUIZ MACIEL PEREIRA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0371.0000324/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDREGULHO
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREGULHO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 38.0371.0000465/2019-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDREGULHO
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA, JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS, EDMAR ELIAS e MARCIO SILVA ELIAS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA), IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA e IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - DESVIO DE BENS E VALORES (LEI 7347/1985 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA)
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0395.0001237/2019-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRAIA GRANDE
Interessados: JULIANA ALMEIDA, MARCELO ROBERTO DA SILVA ANDRADE, TATIANA TOSCHI MENDES e PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0397.0001710/2012-1 - 11 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE EPITÁCIO
Interessados: ADENILDO TAVARES PINHEIRO e CÍCERO PAULINO SOBRINHO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA e IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - DESVIO DE BENS E VALORES (LEI 7347/1985 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA)
Assunto: DESVIO DE RECURSOS
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 66.0402.0000056/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE QUELUZ
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAS
Tema: ÁREA PÚBLICA e SEGURANÇA
Assunto: AUTORIZAÇÃO / PERMISSÃO / CONCESSÃO DE USO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0402.0000744/2019-9 - 1 Volume(s) - 2 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE QUELUZ
Interessados: VILLAR GUIMARÃES COMÉRCIO DE PNEUS LTDA EPP
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 66.0411.0000152/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ROSANA
Interessados: TERCEIRO PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL e ANTONIO DAMIÃO BONISSI
Tema: FLORA
Assunto: INTERVENÇÕES EM ÁREA RURAL COM OU SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0426.0002252/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTOS
Interessados: JULIANA NERY DE TAL e KOPENHAGEN CHOCOLATES
Tema: ALIMENTO (S)
Assunto: VÍCIO DE QUALIDADE DO PRODUTO
CONSUMIDOR
Nº MP: 42.0426.0002876/2018-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTOS
Interessados: ACADEMIA BLUEFIT
Tema: COMÉRCIO EM GERAL
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 38.0432.0000567/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Interessados: LUIS HENRIQUE ARTIOLI TOBIAS e JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA CELENTANO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0448.0000048/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SOCORRO
Interessados: NEWMA APARECIDA BRITO e ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS ANIMAIS DE SOCORRO
Tema: FAUNA
Assunto: MAUS TRATOS A ANIMAIS
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0454.0000894/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TANABI
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE TANABI
Tema: SERVIÇOS DE ÁGUA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0456.0001407/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAQUARITINGA
Interessados: SAAET - SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE TAQUARITINGA, PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA e SERGIO SCHLOBACH SALVAGNI
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA) e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / SERVIÇOS PÚBLICOS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0463.0000029/2011-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUPI PAULISTA
Interessados: DER-Departamento Estadual de Estradas e Rodagem
Tema: PATRIMÔNIO SOCIAL
Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / SERVIÇOS PÚBLICOS
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0464.0000009/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE UBATUBA
Interessados: GERALDO CESAR NOVAES MIRANDA e BEE A BAR
Tema: POLUIÇÃO SONORA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0473.0000108/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VOTORANTIM
Interessados: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HORTOLÂNDIA, PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM e CARLOS EDUARDO PROENÇA DOS SANTOS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA e IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto: ABUSO DE PERSONALIDADE JURÍDICA/DESVIO DE FINALIDADE
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0474.0002453/2019-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VOTUPORANGA
Interessados: JOHN ROBSON FERREIRA DIOGO e MUNICÍPIO DE VALENTIM GENTIL
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA) e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONCURSO
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0482.0000012/2019-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE
Interessados: ROBERTA BERTONI MIRORANCI
Tema: PATRIMÔNIO HISTÓRICO / CULTURAL (BEM TOMBADO OU NÃO)
Assunto: DEMOLIÇÃO OU REFORMA IRREGULAR
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 66.0522.0000104/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Interessados:
Tema: MEDIDAS DE PROTEÇÃO
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 66.0522.0000135/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Interessados: VIJ DE PINHEIROS e MEMBROS DO CT DE CAMPO LIMPO, ESPECIALMENTE LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
Tema: CONSELHO TUTELAR
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 66.0522.0000484/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Interessados: LAISSA MAIARA FELIX e CONSELHO TUTELAR DE CIDADE TIRADENTES I
Tema: CONSELHO TUTELAR
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 14.0555.0000387/2017-3 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OSASCO
Interessados: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OSASCO e PREFEITURA DE OSASCO
Tema: IGUALDADE: DISCRIMINAÇÃO
Assunto: IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0610.0000106/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IBATÉ
Interessados: DANILO AMARAL, CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e ANDREA FALVO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0630.0000254/2016-5 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TABAPUÃ
Interessados: JOAQUIM FRANCISCO JORGE, MUNICÍPIO DE NOVAIS, BENEDITO CLEMENTE e CLEMIDES BLASQUES CLEMENTE
Tema: PARCELAMENTO DO SOLO
Assunto: LOTEAMENTO CLANDESTINO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0636.0001236/2015-8 - 5 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HORTOLÂNDIA
Interessados: AUSTRIUN COMÉRCIO DE ESPUMA LTDA. - ME
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0678.0001581/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAUBATÉ
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ e CRISTIANE FERREIRA PASSOS IASTÓRIA
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0695.0000406/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (ABRAJI) e SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CENTRAL DE A
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0695.0000427/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA e FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0695.0000715/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FDE e MULTIPLA ENGENHARIA LTDA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0698.0000228/2017-9 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRANGI
Interessados: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE PIRANGI
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0704.0000060/2016-1 - 4 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
GAEMA - NÚCLEO VALE DO RIBEIRA
Interessados: JORGE KAMEIAMA
Tema: FLORA
Assunto: INTERVENÇÕES EM ÁREA RURAL COM OU SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

CONSUMIDOR
Nº MP: 14.0711.0001683/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTO ANDRÉ
Interessados: SOCIEDADE BRASILEIRA DE DERMATOLOGIA e KATIA CILENE DE SOUZA LINO CAMARGO ME
Tema: SERVIÇOS DE SAÚDE
Assunto: PRÁTICA COMERCIAL ABUSIVA EM GERAL
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0713.0003916/2017-9 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPINAS
Interessados: ROSEMARY APARECIDA GOMES CUNHA DAVOLIO e CONJUNTO AMBIANCE RESIDENCE I
Tema: RECURSOS HÍDRICOS
Assunto: ÁGUAS SUPERFICIAIS OU SUBTERRÂNEAS
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0713.0007573/2016-5 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPINAS
Interessados: STAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. e MUNICÍPIO DE CAMPINAS
Tema: PARCELAMENTO DO SOLO e ZONEAMENTO
Assunto: DESMEMBRAMENTO
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0719.0000366/2015-1 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Interessados: MECÂNICA MARTINEZ e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Tema: ÁREA PÚBLICA
Assunto: OCUPAÇÃO
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 38.0719.0000644/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Interessados: GUILHERME HORAK e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Tema: DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS TERAPÊUTICOS E APARELHOS
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0720.0005751/2012-5 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE PRUDENTE
Interessados: COSAN COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA. e MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema: ÁREAS CONTAMINADAS
Assunto: POSTOS DE GASOLINA
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0720.0006301/2019-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE PRUDENTE
Interessados: CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE, Fazenda Pública do Município de Presidente Prudente e PUDENCO CIA PRUDENTINA DE DESENVOLVIMENTO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: ABUSO DE PERSONALIDADE JURÍDICA/DESVIO DE FINALIDADE
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0722.0002498/2019-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FRANCA
Interessados: CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DE FRANCA, FUNDAÇÃO ESPÍRITA JUDAS ISCARIOTES, INSTITUIÇÃO ESPÍRITA NOSSO LAR, ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS E FRANCA, PASTORAL DO MENOR E FAMÍLIA DA DIOCESE DE FRANCA, LIGA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR, LAR DE IDOSOS EURÍPEDES BARSANULFO, DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO VICENTINA, INSTITUTO JOSÉ EDISON DE PAULA MARQUES, CASA SÃO CAMILO DE LILLIS, ESCOLA DE APRENDIZAGEM E CIDADANIA DE FRANCA, ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE FRANCA, ASSOCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS, PESSOAS E PORTADORES DE PARALISIA CEREBRAL - CAMINHAR, SOCIEDADE FRANCANA DE INSTRUÇÃO E TRABALHO PARA CEGOS, SOCIEDADE ESPÍRITA LEGIONÁRIOS DO BEM, TEMPLO ESPÍRITA VICENTE DE PAULO, VOLUNTÁRIAS SOCIAIS DE FRANCA, FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE SÃO PAULO, CENTRO ESPÍRITA SEBASTIANA FERREIRA BARBOSA, INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRAGLIA, CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FRANCA, ASSOCIAÇÃO PRÓ-REAVI e GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0722.0005658/2015-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FRANCA
Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE e TRATAMENTO E TRANSPORTE PARA TRATAMENTO
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 14.0723.0002245/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRACICABA
Interessados: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR DE PIRACICABA
Tema: COMÉRCIO EM GERAL
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 66.0725.0000442/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS
Interessados: ROMULO OLIVEIRA ALVES e HOSPITAL A C CAMARGO
Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 14.0739.0001026/2019-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: GENIVAL JOSE DE SOUZA e COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Tema: ACESSIBILIDADE
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 14.0739.0008630/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: LUCIANE FROIS MENDES PERWIRA, RÁPIDO LUXO CAMPINAS LTDA. e EMTU - EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A.
Tema: TRANSPORTE
Assunto: DEFEITO DO SERVIÇO
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0739.0009229/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: LEONARDO LUIZ GOLINELLI
Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0739.0010153/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: PAULO CESAR GONÇALVES, Prefeitura Municipal de Corumbataí e RAPIDO SUMARE LTDA
Tema: CONTRATAÇÃO DE OBRAS, SERVIÇOS, COMPRAS E ALIENAÇÕES
Assunto: LICITAÇÃO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0739.0011295/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: ANONIMA e SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO - HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.1144.0000108/2018-6 - 2 Volume(s) - 1 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTANA DE PARNAÍBA
Interessados: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA, IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - DESVIO DE BENS E VALORES (LEI 7347/1985 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA) e IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto: ABUSO DE PERSONALIDADE JURÍDICA/DESVIO DE FINALIDADE
ARUAL MARTINS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0155.0006253/2019-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARULHOS
Interessados: ANÔNIMO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS, ROSANA LUZIA DA SILVA e FERNANDA FACCHINI RATEIRO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0161.0001813/2019-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: ANGELO ZAMPAR e PFL EVENTOS S.A.
Tema: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0167.0001898/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Interessados: COLÔNIA DE PESCADORES Z-17 ORLANDO FELICIANO
Tema: FAUNA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0167.0002792/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Interessados: EDCARLOS SILVA NASCIMENTO e GUIMA CONSECO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: LICITAÇÃO / IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0167.0003110/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Interessados: JOSÉ LUIS GONÇALVES
Tema: FLORA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0190.0000510/2018-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ANDRADINA
Interessados: Município de Nova Independência, VALDEMIR JOANINI, GERALDO JUNITI OGURI, DENISE COIMBRA DOS SANTOS SILVA e OSVALDO ALVES DE OLIVEIRA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/PROTEÇÃO AO IDOSO
Nº MP: 14.0198.0000173/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ASSIS
Interessados: NELSON CILO, EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A e GUERINO SEISCENTO TRANSPORTES LTDA
Tema: TRANSPORTE
Assunto: GRATUIDADE
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 66.0200.0000213/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AURIFLAMA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE AURIFLAMA e PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA
Tema: SANEAMENTO - RESÍDUOS
Assunto: VAZADOURO OU LIXÃO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0209.0000138/2019-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BERTIOGA
Interessados: SILVIO JOSÉ MAGALHÃES, PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA e LIGA BERTIOGUENSE DE FUTEBOL AMADOR
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0212.0000673/2018-9 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOITUVA
Interessados: ADRIANO ANTUNES, MIRIAN FERNANDES RIBEIRO ANTUNES e PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ
Tema: PARCELAMENTO DO SOLO
Assunto: LOTEAMENTO IRREGULAR
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0214.0002242/2018-2 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOTUCATU
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARDINHO e LUIZ FERNANDO MUTOLESE AREIAS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0215.0000527/2019-0 - 7 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BRAGANÇA PAULISTA
Interessados: GISELE MARIA DOS SANTOS MIRANDA PEREIRA, GISELE MARIA DOS SANTOS MIRANDA PEREIRA, FABIO ALCIDES SANTOS PEREIRA, ANDREIA SOUZA CRUZ e FLAVIA SOUSA LUNARDI
Tema: DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS TERAPÊUTICOS E APARELHOS, HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE, SAÚDE MENTAL e TRATAMENTO E TRANSPORTE PARA TRATAMENTO
Assunto: INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS VOLUNTÁRIA
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0222.0000026/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CACONDE
Interessados: LAÍS MARIA MARCILI CHAGAS e Prefeitura Municipal de Caconde
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / EXECUÇÃO CONTRATUAL / INADIMPLEMENTO
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 66.0231.0000010/2019-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAPÃO BONITO
Interessados: RENATA RODOLFO
Tema: SEGURANÇA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0233.0000065/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARAGUATATUBA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA, SOLOVIA ENGENHARIA E CONTRUÇÕES LTDA e CELSO PEREIRA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0234.0002764/2019-4 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARAPICUÍBA
Interessados: MARCELO JOSE DO PRADO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA)
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 43.0238.0000377/2019-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CERQUEIRA CÉSAR
Interessados: LEONARDO BATISTA ZALOTI
Tema: CONSELHO TUTELAR
Assunto:
FUNDAÇÃO
Nº MP: 66.0241.0000098/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINA
Interessados: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO e FUNDAÇÃO EDUCACIONAL AROEIRA DE JABORANDI
Tema: PRESTAÇÃO DE CONTAS
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0242.0000516/2019-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONCHAS
Interessados: MUNICIPIO DE ANHEMBI
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - DESVIO DE BENS E VALORES (LEI 7347/1985 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA)
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0255.0000394/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ELDORADO
Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO e MUNICÍPIO DE ELDORADO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONCURSO
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0267.0000253/2018-8 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FRANCISCO MORATO
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO e MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema: ÁREA DE RISCO, INFRAESTRUTURA URBANA e PODER PÚBLICO E OBRAS / SERVIÇOS IRREGULARES
Assunto: PAVIMENTAÇÃO
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0275.0000128/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARAREMA
Interessados: CLÍNICA TERAPUTICA GUARAREMA e ROBSON MARCOS BALTAZAR
Tema: SAÚDE MENTAL
Assunto: INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS INVOLUNTÁRIA
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0277.0030001/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARIBA
Interessados: ALINE NICÁCIO - ME e FLEX - COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: LICITAÇÃO / IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0282.0000089/2016-1 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IEPÊ
Interessados: CÂMARA MUNICIPAL DE IEPÊ e MUNICÍPIO DE IEPÊ
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0287.0001811/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE INDAIATUBA
Interessados: COMUNIDADE TERAPÊUTICA CASA ROSADA
Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE
Assunto: IRREGULARIDADES NAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0296.0000022/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAPEVI
Interessados: EDUARDO DOMINGUES
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA)
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0298.0000239/2019-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITÁPOLIS
Interessados: RICARDO ORDINE GENTIL NEGRÃO e EDMIR ANTONIO GONÇALVES
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0306.0000005/2010-1 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITU
Interessados: GEOVA RUFINO FRANCO
Tema: FLORA
Assunto: SUPRESSÃO OU DANOS À VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA URBANA (INCLUI PARCELAMENTO DO SOLO E APP URBANOS)
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0306.0000689/2014-1 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITU
Interessados: OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ITU e MANACÁS DE ITU EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Tema: PODER PÚBLICO E OBRAS / SERVIÇOS IRREGULARES
Assunto: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO / LICENCIAMENTO
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0309.0000006/2014-0 - 4 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ
Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO e DESUR DESENVOLVIMENTO URBANO LTDA
Tema: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (LEI 9985/2000)
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0321.0000068/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LENÇÓIS PAULISTA
Interessados:
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 14.0322.0003386/2019-7 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LIMEIRA
Interessados: 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LIMEIRA, COOPERATIVA HABITACIONAL BOA ESPERANCA e GILSON RIBEIRO JUNIOR
Tema: IMÓVEL (EIS)
Assunto: CLÁUSULA CONTRATUAL ABUSIVA
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 38.0333.0000163/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MATÃO
Interessados: CITROSUCO S/A AGROINDÚSTRIA
Tema: PROCESSOS INDUSTRIAIS (EMISSÕES, EFLUENTES, DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS, ETC)
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0334.0000993/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MAUÁ
Interessados: INCORPORADORA JONINHO
Tema: LICENCIAMENTO AMBIENTAL
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0338.0000045/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIRANTE DO PARANAPANEMA
Interessados: DANILO DIEGO ALVES DA SILVA, VINICIUS ALERRANDRO DA SILVA SANTANA, ATILA RAMIRO MENEZES DOURADO e Vinicius da Fonseca Pinheiro
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0349.0000111/2019-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MORRO AGUDO
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO e G8 ARMARINHOS LTDA EPP
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA e IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0397.0001039/2015-6 - 4 Volume(s) - 10 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE EPITÁCIO
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIUA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA e IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - DESVIO DE BENS E VALORES (LEI 7347/1985 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA)
Assunto: DESVIO DE RECURSOS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0404.0000344/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE REGENTE FEIJÓ
Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO e MUNICÍPIO DE REGENTE FEIJÓ
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - DESVIO DE BENS E VALORES (LEI 7347/1985 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA)
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 42.0409.0001306/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO CLARO
Interessados: SUSTENTARE SANEAMENTO S/A, PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO e URBANLIX - SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA)
Assunto: CONTRATAÇÃO / DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
CONSUMIDOR
Nº MP: 14.0426.0002084/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTOS
Interessados: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO CARLOS e DUPATRI HOSPITALAR COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
Tema: COMÉRCIO EM GERAL
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/PROTEÇÃO AO IDOSO
Nº MP: 14.0436.0000746/2019-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO MANUEL
Interessados: JORGINA GOMES PEREIRA DA SILVA
Tema: ENTIDADE DE ATENDIMENTO AO IDOSO
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0444.0000778/2018-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO VICENTE
Interessados: ARINEA DE BRITO GALDINO e 2º DISTRITO POLICIAL DE SÃO VICENTE

Tema: ZONEAMENTO
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0448.0001056/2012-5 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SOCORRO
Interessados: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SOCORRO, PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE SOCORRO/SP, ANTONIA MULATO GUINATO, GILBERTO GUINATO e MARIA JOSÉ DA SILVA GUINATO
Tema: PARCELAMENTO DO SOLO
Assunto: LOTEAMENTO IRREGULAR
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0456.0001501/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAQUARITINGA
Interessados: ALEXANDRE EDUARDO SILVA e JOSE ROBERTO GIROTTO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA) e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0457.0000018/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TATUÍ
Interessados: 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TATUÍ, LINK CARD ADMISTRADORA DE BENEFÍCIOS e PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUÍ
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / EXECUÇÃO CONTRATUAL / INADIMPLEMENTO
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0457.0000130/2019-3 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TATUÍ
Interessados: DENISE ARLETE DE MORAES, CLEUZA PIRES DE OLIVEIRA, MARIA IZABEL LEME DE MIRANDA, RENAN MIRANDA VIEIRA DE CAMARGO, JOSE MARIA LEME DE MIRANDA, MARGARIDA MARIA LEME DE MIRANDA CORREA e LIZIANI MIRANDA VIEIRA DE CAMARGO LAUREANO DOMINGUES
Tema: PARCELAMENTO DO SOLO
Assunto: LOTEAMENTO CLANDESTINO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0464.0001639/2013-1 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE UBATUBA
Interessados: DONIZETE JOÃO DE OLIVEIRA e PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e PATRIMÔNIO SOCIAL
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CARGO COMISSIONADO
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0474.0000104/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VOTUPORANGA
Interessados: APARECIDO SILVA, SERGIO SILVA e CLINICA QUEBRANDO CORRENTES
Tema: SAÚDE MENTAL
Assunto: SERVIÇOS EXTRA-HOSPITALARES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0695.0000393/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: CORREGEDORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL, ROGÉRIO CALIXTO CIARAMICOLI, RICARDO ROCHA DE ARAÚJO, BRUNO DUARTE RONCATI e VIRGILIO FERREIRA LIMA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0695.0000875/2019-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: REDE TIETÊ NEWS e PAULO BATISTA DOS REIS - VEREADOR
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0711.0004289/2019-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTO ANDRÉ
Interessados:
Tema: PODER PÚBLICO E OBRAS / SERVIÇOS IRREGULARES
Assunto: CONSTRUÇÃO IRREGULAR
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0712.0001273/2019-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SOROCABA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0712.0001573/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SOROCABA
Interessados: CARLOS ANDRADE e CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 42.0712.0001834/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SOROCABA
Interessados: ANÔNIMO
Tema: POLUIÇÃO SONORA
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 66.0712.0005634/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SOROCABA
Interessados:
Tema: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0713.0010169/2017-0 - 2 Volume(s) - 1 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPINAS
Interessados: WILLIAM ANTONIO REGIANI, MUNICÍPIO DE CAMPINAS e ALDAIR
Tema: TRATAMENTO E TRANSPORTE PARA TRATAMENTO
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0715.0000332/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BAURU
Interessados: CASA DO SALGADO e ANTONIO FERNANDES
Tema: POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA e POLUIÇÃO SONORA
Assunto: INDUSTRIAL / COMERCIAL / VEICULAR
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0716.0002210/2019-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARÍLIA
Interessados: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema: PODER PÚBLICO E OBRAS / SERVIÇOS IRREGULARES
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0720.0003770/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE PRUDENTE
Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO e MUNICÍPIO DE SANTO EXPEDITO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONCURSO
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0725.0000530/2015-3 - 5 Volume(s) - 4 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS
Interessados: DE OFÍCIO e CENTRO DE ESTUDOS DA GINECOLOGIA - ADMINISTRADORES DA SANTA CASA
Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0732.0000032/2015-9 - 4 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
GAEMA - NÚCLEO MÉDIO PARANAPANEMA
Interessados: JORGE APARECIDO QUIESSI, JOSENI DAS GRAÇAS PADRE e DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - DER
Tema: RECURSOS HÍDRICOS
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0739.0001289/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: PATRICIA JESUS
Tema: EDUCAÇÃO
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0739.0001388/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: MARGARIDA SILVA e Prefeitura do Município de Jandira
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0739.0012715/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados:
Tema: VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0739.0012993/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados:
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 43.0739.0013791/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: MMFDH
Tema: EDUCAÇÃO
Assunto:
LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA NUSDEO
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0161.0001823/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: VANDERLEI ALVES DA SILVA e IAMSPE
Tema: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 66.0201.0000286/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AVARÉ
Interessados: 1º CIA DO 53º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO INTERIOR DE SÃO PAULO e BEER POINT SIDO LTDA.
Tema: POLUIÇÃO SONORA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0203.0000398/2019-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARIRI
Interessados: SONIA CRISTINA GARUTTI DE OLIVEIRA, BRUNO SANTOS VILELA DA SILVA, MARCOS ANTONIO BERTONHA e HELITON CRISTIANO ALBRANTI
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA)
Assunto: ABUSO DE PERSONALIDADE JURÍDICA/DESVIO DE FINALIDADE
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0215.0002203/2016-0 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BRAGANÇA PAULISTA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA e VALDO RODRIGUES
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / BENS PÚBLICOS
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 42.0221.0000665/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CACHOEIRA PAULISTA
Interessados: VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE CACHOEIRA PAULISTA e NEUSA APARECIDA DE OLIVEIRA BORÁ
Tema: CONSELHO TUTELAR
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0236.0000507/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASA BRANCA
Interessados: Prefeitura Municipal de Casa Branca e MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema: VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA
Assunto: CONTROLE DE ZOONOSES
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0250.0000128/2017-0 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DESCALVADO
Interessados: LAR EDUCACIONAL DE DESCALVADO e Prefeitura Municipal de Descalvado
Tema: ABRIGO / ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 66.0269.0001167/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GARÇA
Interessados: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA
Tema: SAÚDE MENTAL
Assunto: HOSPITAIS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0277.0000413/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARIBA
Interessados: BRUNO HENRIQUE MACHADO e Município de Guariba-SP
Tema: PATRIMÔNIO SOCIAL
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONCURSO
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0279.0000089/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HABITAÇÃO E URBANISMO
Interessados: MM ESTACIONAMENTOS LTDA
Tema: PODER PÚBLICO E OBRAS / SERVIÇOS IRREGULARES
Assunto: LICENCIAMENTO DE EDIFICAÇÃO / IRREGULARIDADES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0279.0000478/2014-7 - 2 Volume(s) - 1 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HABITAÇÃO E URBANISMO
Interessados: CONSELHO GESTOR DO PROJETO SAPÉ, SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, CONSÓRCIO ENGELUX/GALVÃO e CONSÓRCIO ETEMP/CROMA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0287.0000631/2017-2 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE INDAIATUBA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA, PARAISO DO SOL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e ROED EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Tema: PLANO DIRETOR e ZONEAMENTO
Assunto: OUTRAS IRREGULARIDADES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0309.0001471/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ
Interessados: EDUARDA SILVA e SAAE DE JACAREÍ
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA)
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0310.0000735/2019-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACUPIRANGA
Interessados: JOSEANE MACIEL DE SOUZA
Tema: IMÓVEL (EIS) e SERVIÇOS DE ÁGUA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 38.0333.0000265/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MATÃO
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOBRADA
Tema: SANEAMENTO - RESÍDUOS
Assunto: ATERRO SANITÁRIO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0334.0001952/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MAUÁ
Interessados: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO e PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / ORDEM TRIBUTÁRIA
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0349.0000034/2019-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MORRO AGUDO
Interessados: CONSELHO TUTELAR DE MORRO AGUDO e PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO
Tema: EDUCAÇÃO
Assunto: EDUCAÇÃO INFANTIL
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0355.0001308/2018-0 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OLÍMPIA
Interessados: BIANCA NOELI DA SILVA, THIAGO DOS SANTOS DE MIRANDA AZEVEDO e CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAIR
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONCURSO
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0358.0000916/2019-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OURINHOS
Interessados: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURINHOS e SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE
Tema: SAÚDE
Assunto: MEDICAMENTO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0368.0000617/2018-5 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULÍNIA
Interessados: WILSON FERREIRA MACHADO, MUNICÍPIO DE PAULÍNIA, DIXON RONAN CARVALHO e UNIVERSIDADE BRASIL
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 38.0378.0000743/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PINDAMONHANGABA
Interessados: MARCELO E RENATA
Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0378.0000825/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PINDAMONHANGABA
Interessados: VIVA TRANSPORTE COLETIVO LTDA
Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0395.0000565/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRAIA GRANDE
Interessados: SIGILOSO
Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
Assunto: PROTEÇÃO DA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0397.0000217/2017-5 - 6 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE EPITÁCIO
Interessados: JOSE ANTONIO FURLAN e MARCOS JUNDI OTA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0419.0000011/2020-1 - 6 Volume(s) - 2 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS
Interessados: OAB e PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS
Tema: SANEAMENTO - ÁGUA
Assunto: QUALIDADE DE ÁGUA ABASTECIMENTO
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 14.0426.0002156/2018-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTOS
Interessados: PAULO VIEIRA e MUSEU DO MAR
Tema: ACESSIBILIDADE
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0426.0005680/2018-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTOS
Interessados: JOSÉ BONIFÁCIO SANTOS, MUNICÍPIO DE SANTOS e CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS - CMAS
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0447.0000987/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SERTÃOZINHO
Interessados: Prefeitura Municipal de Sertãozinho e LEONARDO CÉSAR VANHÕES GUTIERREZ
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONCURSO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0457.0003821/2014-2 - 4 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TATUÍ
Interessados: JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DE TATUÍ, CAMARA MUNICIPAL DE TATUÍ e PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUÍ
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - DESVIO DE BENS E VALORES (LEI 7347/1985 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA)
Assunto: CONTRATAÇÃO / DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0472.0000309/2018-0 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VIRADOURO
Interessados: ANTONIO ALEXANDRE MIGLIORANÇA E OUTROS
Tema: CANA DE AÇUCAR
Assunto: QUEIMADA E/ OU FETIIRRIGAÇÃO
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0482.0000201/2012-4 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE
Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO e RMCA - INCORPORAÇÃO E PLANEJAMENTO LTDA.
Tema: FAUNA e FLORA
Assunto: SUPRESSÃO OU DANOS À VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA URBANA (INCLUI PARCELAMENTO DO SOLO E APP URBANOS)
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0711.0001628/2017-9 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTO ANDRÉ
Interessados: MICHEL LOPES BARBOSA, VEREADOR TONINHO DE JESUS, PAULO HENRIQUE PINTO SERRA e LUIZ CARLOS PINHEIRO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CARGO COMISSIONADO
DIREITOS HUMANOS/PROTEÇÃO AO IDOSO
Nº MP: 14.0711.0004062/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTO ANDRÉ
Interessados: ASSOCIAÇÃO RECANTO DA ESPERANÇA DOM DÉCIO PEREIRA e OAB SANTO ANDRÉ
Tema: ENTIDADE DE ATENDIMENTO AO IDOSO
Assunto: APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0712.0001302/2018-8 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SOROCABA
Interessados: COMISSÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL DA OAB/SP, ROGÉRIO DA CRUZ DE ALMEIDA e SONIA FOGAÇA DE ALMEIDA DA CRUZ
Tema: FAUNA
Assunto: MAUS TRATOS A ANIMAIS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0712.0002191/2018-7 - 4 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SOROCABA
Interessados: FERNANDA SCHILIC GARCIA, JOSE ANTONIO CALDINI CRESPO e CIES GLOBAL SOROCABA - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EBENEZER
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / EXECUÇÃO CONTRATUAL / SUPERFATURAMENTO
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0713.0002832/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPINAS
Interessados: NELSON HOSSRI e GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0713.0006999/2013-1 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPINAS
Interessados: AMAJE - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE JOAQUIM EGÍDIO, MUNICÍPIO DE CAMPINAS, BAR MARIA BONITA, BOTECO DO ANDRÉ e BAR DO MARCELINO
Tema: ZONEAMENTO
Assunto: BARES - CASAS NOTURNAS
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0716.0001110/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARÍLIA
Interessados: RUBENS VALDEIR FLORES NONATO e EMDURB - EMPRESA MUNICIPAL D EMOBILIDADE URBANA
Tema: CIRCULAÇÃO
Assunto: LOMBADAS
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0719.0000896/2019-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Interessados: FOCCOSP, CENTRO DE APOIO CRIMINAL MP SP e INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS -

Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 66.0720.0000027/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE PRUDENTE
Interessados: POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL e ANDRÉ BISPO
Tema: FAUNA
Assunto: APREENSÃO, CAÇA, COMÉRCIO IRREGULAR E / OU TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0739.0003252/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: FABIO DE PAULA PIRES
Tema: INFRAESTRUTURA URBANA
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0739.0009957/2019-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: FERNANDA MAYARA ROSA BARBOSA e município de nova campina
Tema: INFRAESTRUTURA URBANA
Assunto: ÁGUA
2ª Turma
OSCAR MELLIM FILHO
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0155.0001130/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARULHOS
Interessados: EX OFFICIO e SILEVEIRA E TESTA CHOPERIA, RESTAURANTE E DANCETERIA LTDA.
Tema: POLUIÇÃO SONORA
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 14.0155.0006877/2018-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARULHOS
Interessados: DENILSON BEZERRA e NAVILLE BRASIL
Tema: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL
Assunto: VÍCIO DE QUALIDADE DO SERVIÇO
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0156.0002699/2019-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIBEIRÃO PRETO
Interessados: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIBEIRÃO PRETO
Tema: EDUCAÇÃO
Assunto: DEFEITO DO SERVIÇO
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0156.0005477/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIBEIRÃO PRETO
Interessados: INSTITUTO ACOLHER ASSISTÊNCIA SOCIAL
Tema: INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS DO ECA
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0161.0001076/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: NANCI APARECIDA MARQUE e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E OUTROS BANCOS
Tema: BANCOS E FINANCEIRAS
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 14.0161.0001240/2019-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR e SAN THOMAS COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS EIRELLI, CNPJ-06335243/0001-67
Tema: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 66.0161.0001447/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: IPEM - OFÍCIO 340/2020 - PROCESSO 2443/2019 e RENATO JERONIMO DE OLIVEIRA FILHO
Tema: COMBUSTÍVEL (EIS)
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0167.0003176/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Interessados: ALEX SOARES DA SILVA
Tema: SANEAMENTO - RESÍDUOS
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0167.0003472/2019-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Interessados: JOAQUIM DOMINGOS CALABAR e INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - SBCPREV
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CARGO COMISSIONADO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0184.0000019/2019-1 - 4 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ÁGUAS DE LINDÓIA
Interessados: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SAO PAULO, ANTONIO NOGUEIRA, CASSIO FERNANDO GONÇALVES, ESTÉFANO & QUINTANILHA CONSTRUTORA LTDA e KELSON DA CUNHA ESTÉFANO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0201.0000620/2018-5 - 6 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AVARÉ
Interessados: LEONARDO DO ESPÍRITO SANTO, MAGNO GREGUER e ROSLINDO WILSON MACHADO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 66.0201.0001152/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AVARÉ
Interessados: CÂMARA DE VEREADORES DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ
Tema: SANEAMENTO - EFLUENTES
Assunto: TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO E ASPECTOS CORRELATOS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0206.0000960/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARUERI
Interessados: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BARUERI e VANDERLEY NERIS SANTIAGO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0210.0000184/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BILAC
Interessados: VLAMIR CLEBER CARRILHO REBELATO, VANDERLEI ANTONINHO MENDONÇA e AUTO POSTO DONATO FILHAS LTDA.
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0214.0002172/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOTUCATU
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU e SILVIA CUSTÓDIO DA SILVA
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONCURSO
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0214.0002494/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOTUCATU
Interessados:
Tema: ÁREA PÚBLICA, CIRCULAÇÃO e INFRAESTRUTURA URBANA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0230.0000056/2019-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CÂNDIDO MOTA
Interessados: ROMILDO PIRES, LUIZ CARLOS ZANCHETTA e ODAIR DALLA POLA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
DIREITOS HUMANOS/PROTEÇÃO AO IDOSO
Nº MP: 14.0231.0000059/2019-1 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAPÃO BONITO
Interessados: ASSOCIAÇÃO DE JESUS PARA AMPARO DA PESSOA IDOSA
Tema: ENTIDADE DE ATENDIMENTO AO IDOSO
Assunto: APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0232.0000205/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAPIVARI
Interessados: MINERMIX MINERAÇÃO LTDA. e DIRETORIA DE CONTROLE E LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA CETESB.
Tema: LICENCIAMENTO AMBIENTAL
Assunto: AUSÊNCIA OU IRREGULARIDADE DE LICENCIAMENTO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0233.0000953/2018-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARAGUATATUBA
Interessados: MANOEL DA SILVA e PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0245.0000750/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COTIA
Interessados: BRUNA PRÉVIDE STÉFANO GOMES e PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIA
Tema: CIRCULAÇÃO
Assunto: TRÂNSITO / PASSEATAS
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0245.0001646/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COTIA
Interessados: ROSIMARA DA SILVA E SOUZA
Tema: TRATAMENTO E TRANSPORTE PARA TRATAMENTO
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0248.0000018/2020-9 - 16 Volume(s) - 22 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CUBATÃO
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO e TERRACOM CONSTRUÇÕES LTDA.
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0253.0000701/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DRACENA
Interessados: ANÔNIMO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0253.0000917/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DRACENA
Interessados: MUNICÍPIO DE OURO VERDE e BANCO CENTRAL DO BRASIL
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0259.0000194/2017-0 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ESTRELA D'OESTE
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOLCINOPOLIS, ONIVALDO BATISTA, MAXXI MED . MAT. E EQUIP.HOSP. E ODONT. LTDA, OLIVEIRA & SILVA DIST. MEDICAMENTOS e CAMILA APARECIDA MINARI - ME
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / EXECUÇÃO CONTRATUAL / SUPERFATURAMENTO
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0268.0000079/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FRANCO DA ROCHA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCO DA ROCHA e COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
Tema: RECURSOS HÍDRICOS e SANEAMENTO - ÁGUA
Assunto: ÁGUAS SUPERFICIAIS OU SUBTERRÂNEAS
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 42.0273.0000076/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARÁ
Interessados: DANUSA BARBOSA DINIZ
Tema: SAÚDE
Assunto: INTERNAÇÃO
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0278.0002085/2015-3 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARUJÁ
Interessados: Prefeitura Municipal de Guarujá
Tema: ÁREA DE RISCO e SEGURANÇA
Assunto: DESLIZAMENTO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0297.0000297/2018-5 - 2 Volume(s) - 5 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAPIRA
Interessados: ANGA ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA e FLAVIA ROSSI
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: LICITAÇÃO / IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0298.0000249/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITÁPOLIS
Interessados: EDMIR ANTONIO GONÇALVES, ADROALDO CURIONI e GUILHERME BONIFÁCIO HERNANDES
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0299.0000232/2018-8 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAPORANGA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA, VILSON APARECIDO RODRIGUES, JOSIVAM PEREIRA DIAS e TRAJANO DE OLIVEIRA FILHO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / EXECUÇÃO CONTRATUAL / SUPERFATURAMENTO
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0306.0000157/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITU
Interessados: CAIO MAGALHÃES TEODÓSIO SILVA e JOÃO AGRIPINO DA COSTA DÓRIA JUNIOR
Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0309.0001266/2013-7 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ
Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO e PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ
Tema: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (LEI 9985/2000)
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0309.0001923/2018-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ
Interessados: MARIA CECÍLIA DE ALMEIDA SILVA e ETEC DE JACAREÍ
Tema: FAUNA
Assunto: MAUS TRATOS A ANIMAIS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0321.0000067/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LENÇÓIS PAULISTA
Interessados: JOELMA DE ANDRADE TAIOQUE e ANDRÉ SASSO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0322.0001582/2015-8 - 19 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LIMEIRA
Interessados: JOSÉ CARLOS DE CAMARGO e EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DE LIMEIRA S/A
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: LICITAÇÃO / IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0333.0000359/2018-1 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MATÃO
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO, INSTITUTO DE GESTÃO DE PROJETOS DA NOROESTE PAULISTA, ADAUTO APARECIDO SCARDOELLI, OLAVO SILVA DE FREITAS, MARIA ALICE GARCIA CAPPARELLI, JOSE FRANCISCO DUMONT, ALMIR ROGÉRIO CANOSSA e EDSON LUIS GASPAR NUNES
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0339.0000796/2015-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIRASSOL
Interessados: DEMOP PARTICIPAÇÕES LTDA e SCAMVIAS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: LICITAÇÃO / IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0341.0002482/2016-8 - 5 Volume(s) - 8 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MOGI DAS CRUZES
Interessados: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES - IPREM
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CARGO COMISSIONADO
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0354.0000098/2015-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NUPORANGA
Interessados: FAZENDA ÁGUA LIMPA, JOSÉ ROBERTO PERICIM, USINA ALTA MOGIANA e USINA BAZAN S/A
Tema: CANA DE AÇUCAR e UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (LEI 9985/2000)
Assunto: QUEIMADA E/ OU FETIIRRIGAÇÃO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0361.0000133/2019-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PALMEIRA D'OESTE
Interessados: LEONORA GALTER PENARIOL
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA), IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0361.0000179/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PALMEIRA D'OESTE
Interessados: MARILDA MURZANI TEIXEIRA SANTIAGO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA), IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0362.0000023/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PALMITAL
Interessados: PEDRO MANOEL CORREA e THIAGO ANTÔNIO BRIGANÓ
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / SERVIÇOS PÚBLICOS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0370.0000846/2016-1 - 7 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDERNEIRAS
Interessados: CÂMARA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: RESPONSABILIDADE FISCAL
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0373.0001253/2013-5 - 7 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PENÁPOLIS
Interessados: MARIO DE SOUZA LIMA, VIDA SÃOJOSE DO RIO PRETO - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE e MUNICÍPIO DE BARBOSA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0384.0000133/2018-5 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRAPOZINHO
Interessados: WILSON CONSULIN e PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPOZINHO
Tema: INFRAESTRUTURA URBANA e PODER PÚBLICO E OBRAS / SERVIÇOS IRREGULARES
Assunto: CONSTRUÇÃO IRREGULAR
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0395.0000557/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRAIA GRANDE
Interessados: CINTHIA MARIA PASSOS SANTOS GRANDIM, ANDRESSA LANZA e PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE
Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 42.0399.0000956/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE VENCESLAU
Interessados: MAURICIO AMANCIO RAMOS e POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL
Tema: FLORA
Assunto: INTERVENÇÕES EM ÁREA RURAL COM OU SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 42.0400.0000844/2019-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROMISSÃO
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE PROMISSAO e MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0426.0006925/2016-9 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTOS
Interessados: POSTO JABUCA LTDA e PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SP
Tema: ÁREAS CONTAMINADAS
Assunto: POSTOS DE GASOLINA
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0444.0000412/2019-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO VICENTE
Interessados: KARLA MARQUES
Tema: POLUIÇÃO SONORA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0456.0000910/2019-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAQUARITINGA
Interessados: JOSE RODRIGO DE PIETRO, PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA, VANDERLEI JOSÉ MARSICO, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE TAQUARITINGA e ARISTEU DE CAMPOS SILVA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0482.0000061/2019-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE
Interessados: ASSOCIAÇÃO ACLIMAÇÃO e PREFEITURA DE SÃO PAULO
Tema: FLORA e PATRIMÔNIO HISTÓRICO / CULTURAL (BEM TOMBADO OU NÃO)
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0482.0000136/2018-9 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE
Interessados: CARAGUATATUBA SA ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES e a AVERIGUAR
Tema: ÁREA PÚBLICA, PODER PÚBLICO E OBRAS / SERVIÇOS IRREGULARES e SEGURANÇA
Assunto: CONSTRUÇÃO IRREGULAR
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0482.0000325/2019-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE
Interessados: MARCIA FERNANDES
Tema: LICENCIAMENTO AMBIENTAL
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0522.0000151/2012-2 - 9 Volume(s) - 2 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Interessados: PROGRAMA "FAMÍLIA ACOLHEDORA" e SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CIDADE DE SÃO PAULO
Tema: ABRIGO / ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL e COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA

Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0636.0000364/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HORTOLÂNDIA
Interessados: THIAGO MASCARENHAS DA SILVA, SIMONE LOPES BETINI, APARECIDO ANTONIO MEIRA e FRANKSMAR MESSIAS BARBOZA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0670.0002493/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JUNDIAÍ
Interessados: HENRIQUE ERNESTO TUTILO e ASSOCIAÇÃO AMIGOS PORTAL DA COLINA
Tema: FLORA
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 14.0677.0000105/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO SEBASTIÃO
Interessados: FACULDADE SÃO SEBASTIÃO-CRUZEIRO DO SUL. e PROCON SÃO SEBASTIÃO
Tema: EDUCAÇÃO
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0678.0001620/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAUBATÉ
Interessados: MARCIA SILVA e PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO DA SERRA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0695.0000079/2020-4 - 4 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DA CAPITAL e SUBPREFEITURA DA MOOCA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0695.0000080/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL/SP, FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0695.0000699/2019-7 - 1 Volume(s) - 1 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: RAFAELLA CORREA, CORONEL PAULO, CAP. PM FABIO AIELLO, CAP. PM WAGNER MARINHO RODRIGUES, CAP. PM WAGNER MARINHO RODRIGUES LEMOS e POLICIAIS MILITARES A APURAR
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0695.0000846/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE EDUCAÇÃO - GEDUC, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS DE SÃO PAULO - SIURB e CDM CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA.
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0695.0000869/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, LITORAL TERRA & MAR EIRELI ME e CENTRO DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DO MATERIAL OPERACIONAL DO CORPO DE BOMBEIROS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0695.0000880/2019-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: SOLCIITADO SIGILO, PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - SUBPREFEITURA DE PINHEIROS e AGENCIA INHAUS
Tema: ÁREA PÚBLICA
Assunto: AUTORIZAÇÃO / PERMISSÃO / CONCESSÃO DE USO
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0705.0000074/2016-7 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
GAEMA - NÚCLEO PONTAL DO PARANAPANEMA
Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CÍVEL
Tema: FLORA e POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA
Assunto: INTERVENÇÕES EM ÁREA RURAL COM OU SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0711.0002009/2019-5 - 4 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTO ANDRÉ
Interessados: SEMASA - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ e EGREGIO JUUÍZO DA FAZENDA PÚBLICA DE SANTO ANDRÉ
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA e IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0711.0002432/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTO ANDRÉ
Interessados: RODRIGO FLAIANO e a APURAR
Tema: FLORA
Assunto: SUPRESSÃO OU DANOS À VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA URBANA (INCLUI PARCELAMENTO DO SOLO E APP URBANOS)
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0711.0002817/2018-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTO ANDRÉ
Interessados: MATEUS FRANCISCO PRADO e INSTITUTO EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE
Tema: PODER PÚBLICO E OBRAS / SERVIÇOS IRREGULARES
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0711.0004232/2019-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTO ANDRÉ
Interessados: A APURAR
Tema: ÁREA PÚBLICA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0713.0001733/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPINAS
Interessados: PEDRO TOURINHO DE SIQUEIRA, GUSTAVO LEMOS PETTA, CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA, CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS e MARIANA CONTI TAKAHASHI
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0713.0003935/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPINAS
Interessados: ANÔNIMO e UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 43.0713.0004866/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPINAS
Interessados: ELAINE APARECIDA FERRARI SPOTTI LOPES e ASSOCIAÇÃO DE EQUOTERAPIA DE CAMPINAS
Tema: EDUCAÇÃO e SAÚDE
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0713.0008746/2013-7 - 6 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPINAS
Interessados: ESCOLAS PARTICULARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CAMPINAS
Tema: PREVENÇÃO ESPECIAL
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0715.0003583/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BAURU
Interessados: CAMARA MUNICIPAL DE AVAI e ANDRÉ LUIS DA SILVEIRA ANTONIO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / SERVIÇOS PÚBLICOS
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0716.0004345/2017-4 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARÍLIA
Interessados: SIND.AGENTES COMBATE ENDEMIAS E AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE e PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA
Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
Assunto: PROTEÇÃO DA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0716.0004446/2016-9 - 8 Volume(s) - 3 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARÍLIA
Interessados: ONG MATRA - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL MARÍLIA TRANSPARENTE e PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: LICITAÇÃO / IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO
DIREITOS HUMANOS/PROTEÇÃO AO IDOSO
Nº MP: 14.0717.0006440/2019-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Interessados: LAR SÃO VICENTE DE PAULO
Tema: ENTIDADE DE ATENDIMENTO AO IDOSO
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0718.0001111/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CATANDUVA
Interessados: BENEDITO ALEXANDRE PEREIRA, AFONSO MACCHIONE NETO, MUNICIPIO DE CATANDUVA e CONSÓRCIO COPLAN-TECLA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0720.0000636/2020-7 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE PRUDENTE
Interessados: DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE
Tema: TRATAMENTO E TRANSPORTE PARA TRATAMENTO
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0720.0007437/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE PRUDENTE
Interessados: JOSÉ FÁBIO SOUSA NOUGUEIRA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0722.0002732/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FRANCA
Interessados: CAIO DE OLIVEIRA AFONSO, MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CORRENTE e ANTÔNIO MIGUEL SERAFIM
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 42.0722.0002820/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FRANCA
Interessados: BIANCA MEDINA BONOTI SOARES e FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FRANCA
Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE e POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
Assunto: IRREGULARIDADES NAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 42.0722.0002969/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FRANCA
Interessados: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BELA VISTA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0722.0007639/2017-9 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FRANCA
Interessados: MUNICÍPIO DE FRANCA, CLAUDIA POUBEL e LUIZA POUBEL
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0723.0002493/2018-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRACICABA
Interessados: JACIR VINICIUS MENDES BITENCORT, TMP MÁQUINAS E SISTEMAS LTDA. e PAULO ROBERTO ZINSLY DE MATTOS
Tema: POLUIÇÃO SONORA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0739.0000071/2019-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: SUZANE GONÇALVES e Município de Guaratinguetá - Prefeitura Municipal
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA e SERVIDOR PÚBLICO E AGENTE POLÍTICO
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0739.0000324/2019-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE PAULISTA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0739.0000514/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: SAMIRA ZANOLLA ZEITUM
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - DESVIO DE BENS E VALORES (LEI 7347/1985 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA)
Assunto: DESVIO DE RECURSOS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0739.0000752/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: PRISCILA ARECO MOURA DA SILVA, JEREMIAS ARIEL MENGHI DOS SANTOS e EMMANUEL MARIANO HENRIQUE DOS SANTOS
Tema: SERVIDOR PÚBLICO E AGENTE POLÍTICO
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0739.0000756/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: ROGERIO AMIR RIZZO JR
Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0739.0003990/2019-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: ISABEL CRISTINA CORRALES DOS SANTOS e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE
Tema: SANEAMENTO - RESÍDUOS
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 42.0739.0008019/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: PROTOCOLO 205204
Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0739.0008331/2019-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: METRÔ - COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO
Tema: TRANSPORTE
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 43.0739.0008471/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: CARLOS RENATO TAVARES DA SILVA, POLICIA RODOVIARIA ESTADUAL e DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
Tema: ACESSIBILIDADE e MOBILIDADE PESSOAL
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0739.0010897/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: VANESSA BRITO DE CARVALHO APOLONIO e DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A .
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0739.0012691/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados:
Tema: DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS TERAPÊUTICOS E APARELHOS e VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 43.1143.0000065/2019-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITUPEVA
Interessados: PRISCILA GABRIEL FERREIRA, ANA PAULA MARCIANO e JOSE CIRINEU FILHO
Tema: CONSELHO TUTELAR
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 43.1153.0000034/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE EDUCAÇÃO - GEDUC - NÚCLEO PRESIDENTE PRUDENTE
Interessados: JULIANA SOARES DE CARVALHO e Prefeitura Municipal de Presidente Prudente
Tema: EDUCAÇÃO
Assunto: EDUCAÇÃO INFANTIL
VIDAL SERRANO NUNES JUNIOR
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0155.0006789/2019-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARULHOS
Interessados: ALEXSANDER MELO BUENO e UPA MARIA DIRCE
Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0161.0000681/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: EDUARDO DOS SANTOS TENÓRIO e AERO-MEXICO
Tema: COMÉRCIO EM GERAL
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0161.0000820/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: MPF - NF 1.34.001.004581/2020-67 - WESLEY PAIVA DE SANTANA e POSITIVO
Tema: COMÉRCIO ELETRÔNICO
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0161.0001417/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: JOÃO BATISTA CRUZUE e SABESP
Tema: SERVIÇOS DE ÁGUA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 38.0182.0000781/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ADAMANTINA
Interessados: CLÍNICA DE REPOUSO NOSSO LAR DE ADAMANTINA
Tema: SAÚDE MENTAL
Assunto: INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS COMPULSÓRIAS
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 14.0187.0000679/2018-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AMERICANA
Interessados: NATALIE ALVES SOBRAL
Tema: ACESSIBILIDADE
Assunto: PRÉDIOS PÚBLICOS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0190.0000071/2018-1 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ANDRADINA
Interessados: DORIVALDO DE OLIVEIRA BERNARDO, CAMARA MUNICIPAL DE MURUTINGA DO SUL e APARECIDO B. DOS SANTOS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0190.0000250/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ANDRADINA
Interessados: MUNICIPIO DE MURUTINGA DO SUL e SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MURUTINGA DO SUL
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0194.0000260/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAÇATUBA
Interessados: NEIDE MAXIMIANO DE ALMEIDA e VALDEMIR RODRIGUES FERREIRA PRETO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0195.0000739/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARARAQUARA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
Tema: EDUCAÇÃO, MEDIDAS DE PROTEÇÃO, PREVENÇÃO ESPECIAL e SAÚDE
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0209.0000003/2019-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BERTIOGA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA
Tema: TRABALHO INFANTIL
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0221.0000401/2015-8 - 2 Volume(s) - 9 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CACHOEIRA PAULISTA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONCURSO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0224.0000316/2015-7 - 2 Volume(s) - 6 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAJAMAR
Interessados: JOAO DA SILVEIRA, PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR, AGUINALDO APARECIDO CAMONGE FERREIRA e FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES SOCIAIS E COMUNITARIAS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA) e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: LICITAÇÃO / IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0234.0000743/2015-5 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARAPICUÍBA
Interessados: PAULO ROBERTO SOUZA DA HORA e ASSOCIAÇÃO CHACARA DAS PAINEIRAS
Tema: CIRCULAÇÃO
Assunto: BOLSÃO RESIDENCIAL
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0234.0002902/2018-1 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARAPICUÍBA
Interessados: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CRUZADA BANDEIRANTE SAO CAMILO e MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0249.0000526/2019-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CUNHA
Interessados: GEORGE GLYCERIO e PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA
Tema: ÁREA DE RISCO
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0276.0001144/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARATINGUETÁ
Interessados: Prefeitura Municipal de Guaratinguetá e ROBERTA VERIDIANA DE CASTRO BERNARDO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0279.0000055/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HABITAÇÃO E URBANISMO
Interessados: A AVERIGUAR
Tema: PODER PÚBLICO E OBRAS / SERVIÇOS IRREGULARES
Assunto: CONSTRUÇÃO IRREGULAR
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0279.0000180/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HABITAÇÃO E URBANISMO
Interessados: JAMES EMANOEL CANDIO e SP TRANS
Tema: TRANSPORTE
Assunto: ÔNIBUS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0304.0000434/2015-4 - 13 Volume(s) - 5 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITATIBA
Interessados: ARIOVALDO HAUCK DA SILVA, JOAO GUALBERTO FATTORI e LUIS GONÇALVES SIMÕES
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0314.0000043/2015-9 - 3 Volume(s) - 4 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JARINU
Interessados: JAIR FURTADO FILHO, PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU e INSTITUTO SEMEAR
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - DESVIO DE BENS E VALORES (LEI 7347/1985 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA) e REPASSES PÚBLICOS AO TERCEIRO SETOR
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0319.0000122/2013-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LARANJAL PAULISTA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA e MÁRCIO JOSÉ GARPELLI
Tema: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (LEI 9985/2000)
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0322.0000250/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LIMEIRA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL IRACEMAPOLIS, WANER LABORATORIO (CITOLAB) e CISMETRO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: ABUSO DE PERSONALIDADE JURÍDICA/DESVIO DE FINALIDADE
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0326.0000042/2018-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MACATUBA
Interessados: RICARDO GENOVEZ e FLÁVIO ALBERTO ROCHA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA e IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - DESVIO DE BENS E VALORES (LEI 7347/1985 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA)
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0332.0000518/2020-5 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARTINÓPOLIS
Interessados: ANDERSON CARDOSO DE ANDRADE e ALZAIR DA SILVA LOPES
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 38.0334.0002031/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MAUÁ
Interessados: ATILA CESAR MONTEIRO JACOMUSSI e ANDRE SILVA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0335.0000024/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIGUELÓPOLIS
Interessados: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO FERREIRA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0339.0000822/2019-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIRASSOL
Interessados: KELEN FERNANDA MASCHIO DUARTE, CARLOS EDUARDO CARMONA LOURENÇO e AILTON JOSÉ BERETA
Tema: PARCELAMENTO DO SOLO
Assunto: DESMEMBRAMENTO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0347.0000019/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONTE AZUL PAULISTA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0355.0001211/2018-3 - 5 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OLÍMPIA
Interessados: ASSOCIAÇÃO AMIGOS DOS ANIMAIS -, ADRIANO COSELLI, Município de Olímpia e DEPARTAMENTO ÁGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE OLÍMPIA
Tema: FAUNA
Assunto: MAUS TRATOS A ANIMAIS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0361.0000153/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PALMEIRA D'OESTE
Interessados: ANTONIO M. S. e REINALDO SAVAZI
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA), IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0363.0000521/2019-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PANORAMA
Interessados: NÚCLEO DE ASSESSORIA TÉCNICA PSICOSSOCIAL e PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULICÉIA
Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE e SAÚDE MENTAL
Assunto: SERVIÇOS EXTRA-HOSPITALARES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0389.0000410/2020-9 - 5 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE POMPÉIA
Interessados: CÁSSIA REIS, CRECHE MUNICIPAL DE ORIENTE e PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIENTE
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - DESVIO DE BENS E VALORES (LEI 7347/1985 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA)
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0390.0000396/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTAL
Interessados: Prefeitura Municipal de Pontal
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0395.0000556/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRAIA GRANDE
Interessados: MARCO ANTONIO DA SILVA, PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE e BOCA NO TROMBONE
Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0395.0002715/2018-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRAIA GRANDE
Interessados: JÉSSICA DO NASCIMENTO e CONDOMÍNIO JOÃO CARDOSO
Tema: SEGURANÇA
Assunto: EM EDIFICAÇÕES
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0405.0000261/2018-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE REGISTRO
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO
Tema: MEDIDAS DE PROTEÇÃO
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 66.0410.0000176/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO DAS PEDRAS
Interessados: 2ª PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR DE RIO DAS PEDRAS
Tema: SEGURANÇA
Assunto: EM LOCAIS DE REUNIÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 42.0411.0000080/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ROSANA
Interessados: EDUARDO GONÇALVES BARBOSA CARVALHO e SILVIO GABRIEL
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0426.0001396/2017-1 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTOS
Interessados: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SANTOS, PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO GUARUJÁ, CAO CÍVEL - DIREITOS HUMANOS e ADRIANE BORGES
Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE
Assunto: IRREGULARIDADES NAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE
CONSUMIDOR
Nº MP: 14.0426.0007236/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTOS
Interessados: VIVIANE SANTOS DE CARVALHO e MORARI E FERREIRA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA (FARMA BICHOS)
Tema: SERVIÇOS DE SAÚDE
Assunto: VÍCIO DE QUALIDADE DO SERVIÇO
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0427.0000138/2015-2 - 5 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO BENTO DO SAPUCAÍ
Interessados: MVS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e WAGNER GIRON DE LA TORRE
Tema: LICENCIAMENTO AMBIENTAL
Assunto: AUSÊNCIA OU IRREGULARIDADE DE LICENCIAMENTO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0437.0000089/2019-8 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO MIGUEL ARCANJO
Interessados: JOÃO CARLOS DE ARAÚJO, DANIELA FERNANDA PIEDADE TERRA QUEIROZ, PAMELA ALVES SHIWA e VALDIRENE APARECIDA MACHADO
Tema: PATRIMÔNIO SOCIAL
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0447.0000732/2019-1 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SERTÃOZINHO
Interessados: MAGDA KROLL BONINI, FATIMA REGINA SANCHES e Prefeitura Municipal de Sertãozinho
Tema: FAUNA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 38.0447.0000954/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SERTÃOZINHO
Interessados: RAFAEL DE AVILA PEREIRA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 66.0447.0001209/2018-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SERTÃOZINHO
Interessados:
Tema: FLORA
Assunto: SUPRESSÃO OU DANOS À VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA URBANA (INCLUI PARCELAMENTO DO SOLO E APP URBANOS)
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0450.0000650/2019-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SUMARÉ
Interessados: WILLIAN SOUZA e BRK AMBIENTAL S/A
Tema: INFRAESTRUTURA URBANA
Assunto: ÁGUA
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0468.0000331/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VARGEM GRANDE DO SUL
Interessados: MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL e KEILA MARIA SILVA E SOUZA CROCHI
Tema: DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS TERAPÊUTICOS E APARELHOS
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 66.0473.0000133/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VOTORANTIM
Interessados: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, CLÍNICA RECANTO RENASCER e PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL
Tema: ABRIGO / ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, MEDIDAS DE PROTEÇÃO, SAÚDE e VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0522.0000069/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Interessados: CONSELHO TUTELAR DE CIDADE TIRADENTES I
Tema: CONSELHO TUTELAR
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0610.0000131/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IBATÉ
Interessados: CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO e PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATE
Tema: SANEAMENTO - RESÍDUOS
Assunto: DEPÓSITO CLANDESTINO DE RESÍDUOS
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 38.0613.0000011/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITATINGA
Interessados: VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ITATINGA e EMPRESA DE ÔNIBUS RÁPIDO CAMPINAS
Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0664.0000117/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
GAECO- NÚCLEO FRANCA
Interessados:
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0678.0001618/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAUBATÉ
Interessados: DÉBORA FUMICO DOS SANTOS MUTA e PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONCURSO
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0678.0001858/2019-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAUBATÉ
Interessados: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAUBATÉ e ANA PAULA CARNEIRO POMPÍLIO DE MOURA
Tema: SAÚDE MENTAL e VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA
Assunto: INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS VOLUNTÁRIA
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0695.0000329/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: CORREGEDORIA DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO e RITA DE CASSIA FONSECA - AGENTE FISCAL DE RENDAS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0695.0000353/2019-1 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DA CAPITAL, PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EMPRESA SÃO DANIEL - ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E AGROPECUÁRIA S/A,, DANIEL ABIB MALDAUN e PAULO MALDAUN
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0695.0000512/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: EDUCAFRO - EDUCAÇÃO E CIDADANIA DE AFRODESCENDENTERS E CARENTES e FERNANDO HOLIDAY - VEREADOR DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0695.0000732/2016-7 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: ´WELLINGTON ARAÚJO, ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA JÚNIOR, SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA e ESCOLA MUNICIPAL DE INICIAÇÃO ARTÍSTICA - EMIA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0695.0000795/2019-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: RUBENS RODRIGUES DE LIMA - ENC. PELA PJ DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS DO ESTADO DE SÃO PAULO e EMTU - EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0695.0000808/2019-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: SOLICITADO SIGILO e UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0698.0000218/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRANGI
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA ALEGRE DO ALTO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: ABUSO DE PERSONALIDADE JURÍDICA/DESVIO DE FINALIDADE
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0711.0005734/2017-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTO ANDRÉ
Interessados: UNIÃO ANDREENSE PROTETORA DOS ANIMAIS
Tema: FAUNA
Assunto: MAUS TRATOS A ANIMAIS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0712.0004037/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SOROCABA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA e ANTONIO MARCOS CHIAVELLI
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0712.0004778/2019-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SOROCABA
Interessados: 14º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE SOROCABA e PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA
Tema: AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO E EM UNIDADES DE PRISÃO
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0713.0001584/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPINAS
Interessados: JOSÉ EURÍPEDES DE FREITAS e Companhia de Habitação Popular de Campinas - COHAB
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0713.0008403/2019-3 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPINAS
Interessados: ANÔNIMO e CAMPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: LICITAÇÃO / IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO
CONSUMIDOR
Nº MP: 14.0714.0000953/2019-8 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO CARLOS
Interessados: COGEB SUPERMERCADOS LTDA. e VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE SÃO CARLOS
Tema: ALIMENTO (S)
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0714.0001539/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO CARLOS
Interessados: PETRÔNIA RODRIGUES
Tema: FLORA
Assunto: INTERVENÇÕES EM ÁREA RURAL COM OU SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0715.0004494/2020-2 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BAURU
Interessados: DANILO RODRIGUES DE CAMARGO e PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
Tema: FLORA e RECURSOS HÍDRICOS
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0718.0002150/2019-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CATANDUVA
Interessados: MUNICIPIO DE CATANDUVA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0718.0002476/2019-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CATANDUVA
Interessados: Município de Ibirá e MARCIO LUIZ PERPÉTUO BRAZ
Tema: PODER PÚBLICO E OBRAS / SERVIÇOS IRREGULARES
Assunto: FISCALIZAÇÃO
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0720.0006531/2015-3 - 4 Volume(s) - 3 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE PRUDENTE
Interessados: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente e MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema: PREVENÇÃO ESPECIAL
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0722.0007576/2014-7 - 4 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FRANCA
Interessados: DÉBORA SILVA DE FARIA
Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 14.0725.0000416/2018-0 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS
Interessados: CELIO DA CONCEIÇÃO SANTANA e UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ- UNIRADIAL
Tema: ACESSIBILIDADE e IGUALDADE: DISCRIMINAÇÃO

Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0739.0011894/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: ONOFRE SANTOS NETO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0739.0012880/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: Wilson de mello jr, RONALDO BIANCHI, NAOMY SCHÖLLING e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0739.0013856/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: SOLICITADO SIGILO e DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
ANTONIO CARLOS FERNANDES NERY
CONSUMIDOR
Nº MP: 42.0161.0000488/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: CIPP - CÓPIA DE INQUÉRITO POLICIAL e TRADIÇÃO ORGANIZAÇÃO E COBRANÇA
Tema: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0161.0001140/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: MARCO MELLO e BANCO PANAMERICANO
Tema: BANCOS E FINANCEIRAS
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 14.0161.0001663/2019-1 - 4 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: PT 0083338 19 CARLOS COTTA RODRIGUES e VERIN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCENDIOS LTDA EPP
Tema: DEFEITO DO PRODUTO OU DE SERVIÇO e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0167.0003526/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Interessados: SBC VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S/A, LARA - CENTRAL DE TRAT. DE RESIDUOS LT, PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO e MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PTM DE SBC
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0192.0000492/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE APARECIDA
Interessados: ALOISIO LOURENÇO ALMEIDA e PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA
Tema: OPERAÇÃO URBANA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0201.0001194/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AVARÉ
Interessados: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BAURU e PREFEITURA MUNICIPAL DE AVARÉ
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0214.0002173/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOTUCATU
Interessados: FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR - FAMESP
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0221.0000664/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CACHOEIRA PAULISTA
Interessados: ILWANDERSON OLIVEIRA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA)
Assunto: DESVIO DE RECURSOS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0235.0000026/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARDOSO
Interessados: ANÔNIMO e MARCIO HAMILTON CASTREQUINI BORGES E OUTRO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0250.0000131/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DESCALVADO
Interessados: VAGNER BASTO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0255.0000391/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ELDORADO
Interessados: Câmara Municipal da Estância Turística de Eldorado e MUNICÍPIO DE ELDORADO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - DESVIO DE BENS E VALORES (LEI 7347/1985 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA)
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0258.0000439/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL
Interessados: MEIRE LIGIA DE FREIRAS LOSQUE e JOSÉ GILBERTO VIOLA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0267.0000591/2018-8 - 2 Volume(s) - 1 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FRANCISCO MORATO
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO, DAVID JOSE DOS SANTOS, MARCEL FELIPE DE OLIVEIRA LIMA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO e
Tema: ÁREA PÚBLICA e PARCELAMENTO DO SOLO
Assunto: OCUPAÇÃO
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0278.0000326/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARUJÁ
Interessados: MIGUEL ANGEL DUTRA LACROIX e MUNICÍPIO DE GUARUJÁ
Tema: CIRCULAÇÃO
Assunto: TRÁFEGO DE CAMINHÕES
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 66.0279.0000427/2019-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HABITAÇÃO E URBANISMO
Interessados: EDINALVA SILVA FRANCO E OUTROS
Tema: PODER PÚBLICO E OBRAS / SERVIÇOS IRREGULARES
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0296.0001749/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAPEVI
Interessados: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 66.0297.0000827/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAPIRA
Interessados: CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO e FAZENDAS INTEGRADO LTDA
Tema: FLORA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0300.0000055/2010-8 - 18 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAQUAQUECETUBA
Interessados: MÁRIO LUIZ MORENO, MWE - PAVIMENTAÇÃO E CONTRUÇÃO LTDA, ARMANDO TAVARES FILHO e TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / EXECUÇÃO CONTRATUAL / SUPERFATURAMENTO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0307.0000366/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITUVERAVA
Interessados: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONCURSO
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0312.0000852/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JANDIRA
Interessados: REGINALDO CAMILO DOS SANTOS e Prefeitura do Município de Jandira
Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE
Assunto: FALTA DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0319.0000012/2019-4 - 1 Volume(s) - 2 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LARANJAL PAULISTA
Interessados: ACEL - ASSOCIAÇÃO CRIANÇA ESPERANÇA LARANJALENSE e MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - P.J. DE LARANJAL PAULISTA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / BENS PÚBLICOS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 42.0321.0000086/2019-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LENÇÓIS PAULISTA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA e RICARDO CONTI BARBEIRO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0323.0001224/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LINS
Interessados: LUCAS CRISTIAN FERNANDES e a APURAR
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0343.0001076/2018-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MOJI MIRIM
Interessados: MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM e TRÊS AUGUSTOS ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.
Tema: PARCELAMENTO DO SOLO
Assunto: LOTEAMENTO IRREGULAR
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0347.0000022/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONTE AZUL PAULISTA
Interessados: LUIS AUGUSTO JUVENAZZO e CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0347.0000074/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONTE AZUL PAULISTA
Interessados:
Tema: SANEAMENTO - RESÍDUOS
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 38.0378.0000763/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PINDAMONHANGABA
Interessados: RODRIGO
Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 66.0384.0030004/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRAPOZINHO
Interessados: POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL e JOSE RENATO DE SOUZA
Tema: FAUNA
Assunto: CAÇA
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0395.0000193/2017-1 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRAIA GRANDE
Interessados: DIRLEY LOPES JUNIOR, PREFEITURA DE PRAIA GRANDE e SABESP
Tema: INFRAESTRUTURA URBANA
Assunto: SANEAMENTO BÁSICO
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 66.0404.0000640/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE REGENTE FEIJÓ
Interessados: PREFEITURA DE TACIBA
Tema: FLORA
Assunto: INTERVENÇÕES EM ÁREA RURAL COM OU SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0426.0004454/2016-0 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTOS
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS
Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE
Assunto: IRREGULARIDADES NAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0432.0001302/2017-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Interessados: RAFAEL CASTRO KOCIAN e PREFEITURA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Tema: PATRIMÔNIO SOCIAL
Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / BENS PÚBLICOS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0446.0000312/2016-5 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SERRANA
Interessados: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, NELSON CAVALHEIRO GARAVAZZO e VALNEI APARECIDO DOS SANTOS-ME
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / EXECUÇÃO CONTRATUAL / INADIMPLEMENTO
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0447.0001243/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SERTÃOZINHO
Interessados: MARCELO ARANTES DE OLIVEIRA e METALURGICA ATILA
Tema: PROCESSOS INDUSTRIAIS (EMISSÕES, EFLUENTES, DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS, ETC)
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0472.0000300/2018-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VIRADOURO
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRADOURO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0482.0000231/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE
Interessados: ANÔNIMA e LOGA - LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO
Tema: SANEAMENTO - RESÍDUOS
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0521.0000100/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JAGUARIÚNA
Interessados: BANCO CENTRAL DO BRASIL
Tema: BANCOS E FINANCEIRAS
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 14.0555.0005293/2018-5 - 3 Volume(s) - 3 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OSASCO
Interessados: DOUGLAS SP, PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO, CONSÓRCIO ANHANGUERA, EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS e VIAÇÃO OSASCO
Tema: TRANSPORTE Assunto: VÍCIO DE QUALIDADE DO SERVIÇO
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0678.0001445/2019-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAUBATÉ
Interessados: SABRINA SANTOS, SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE TAUBATÉ
Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE
Assunto: IRREGULARIDADES NAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0688.0000056/2018-2 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARTUR NOGUEIRA
Interessados: APAREC IDO LOPES DA SILVA LIMA, EDUARDO DA SILVA, MAURO SÉRGIO DE OLIVEIRA e PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0695.0000400/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ENCAMINHADO PELA PGJ e ÓRGÃOS DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0695.0000590/2020-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: ANONIMA, PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBAN, VITOR ALY - SECRETÁRIO, COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB, ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS - SECRETÁRIO, ALEXANDRE MODONEZ - SECRETÁRIO DAS SUBPREFEITURAS DE SÃO PAULO e SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO PAULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0695.0000819/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: REDE TIETÊ NEWS, VEREADOR ALFREDINHO - 2° GABINETE e ROGÉRIO CRUZ DO CARMO - ASSESSOR PARLAMENTAR
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0713.0003158/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPINAS
Interessados: DE OFÍCIO e MUNICÍPIO DE CAMPINAS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0714.0001670/2015-1 - 2 Volume(s) - 1 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO CARLOS
Interessados: MARTINHO ALEXANDRE ANTONIO ARRUDA BOTELHO DO PINHAL, JUNIA MARINI ARRUDA BOTELHO DO PUNHAL, ROBERTO ANTONIO CARLOS DE ARRUDA BOTELHO DO PINHAL, CELIDA MALAQUINI DE ARRUDA BOTELHO DO PINHAL, ALEXANDRE CARLOS DE ARRUDA BOTELHO, LAURA MARIESTER DE ARRUDA BOTELHO, DANIEL CARLOS DE ARRUDA BOTELHO, ROBERTO BRIAN ARRUDA BOTELHO DO AMARAL e MARTINHO CARLOS DE ARRUDA BOTELHO
Tema: FLORA
Assunto: INTERVENÇÕES EM ÁREA RURAL COM OU SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0714.0002434/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO CARLOS
Interessados: SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos e DANIEL DE SOUSA LIMA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0715.0002977/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BAURU
Interessados: LAS DEGAS COMÉRCIO DE BEBIDAS E LANCHONETE LTDA
Tema: MEDIDAS DE PROTEÇÃO
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0715.0003240/2017-2 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BAURU
Interessados: FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR - FAMESP, SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE e MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2ª PROCURADORIA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / SERVIÇOS PÚBLICOS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0715.0004176/2016-1 - 10 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BAURU
Interessados: CELSO ROBERTO DE FAVERI, EMPRESA VALDEIR AUGUSTO PEÇAS - ME e CAMARA MUNICIPAL DE AVAI
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA)
Assunto: CONTRATAÇÃO / DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0723.0005263/2019-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRACICABA
Interessados: MILTON PEREIRA DE SOUZA, DBTIME EIRELI ME, AJ SYSTEM CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA e UNIDBA INFORMÁTICA LTDA ME
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0739.0013078/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: ANÔNIMO e EMPRESA MIRA TRANSPORTES
Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0739.0013216/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE ENSINO
Tema: VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA
Assunto: DOENÇAS EM GERAL
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0739.0013958/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: BRUNA HELENA GOMES RIGUEIRAL MONTEIRO e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - SÃO PAULO TURISMO - SPTURIS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
TIAGO CINTRA ZARIF
CONSUMIDOR
Nº MP: 66.0161.0001634/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR E SERVIÇOS SOCIAIS - APVS e PROCON
Tema: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0161.0001749/2019-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: NS2.COM INTERNET S.A
Tema: COMÉRCIO ELETRÔNICO
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0161.0001946/2019-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Interessados: JINYI XIN EIRELI - WWW.JWSLANTERNAS.COM.BR
Tema: COMÉRCIO EM GERAL

Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0167.0006931/2017-7 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Interessados: INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO FUNCIONALISMO DE SBC - IMASF, CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO e TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SAO PAULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA), IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 14.0183.0000747/2016-1 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AGUAÍ
Interessados: MARIA ROSA MARCONDES REIS NASCIMENTO, JOSIELE APARECIDA VALENTE OLIVEIRA PIRES e Município de Aguaí
Tema: ACESSIBILIDADE
Assunto: PRÉDIOS PÚBLICOS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0184.0000013/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ÁGUAS DE LINDÓIA
Interessados: ALINE NICÁCIO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0190.0000612/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ANDRADINA
Interessados: MUNICÍPIO DE CASTILHO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 42.0194.0001125/2020-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAÇATUBA
Interessados: CLAYTON CESAR PONCE, RUBENS GIL JÚNIOR, ARIOVALDO DE OLIVEIRA e ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL AORA DA REGIÃO DE ARAÇATUBA
Tema: PATRIMÔNIO SOCIAL
Assunto: ABUSO DE PERSONALIDADE JURÍDICA/DESVIO DE FINALIDADE
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0195.0000072/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARARAQUARA
Interessados: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S/A
Tema: POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA e PROCESSOS INDUSTRIAIS (EMISSÕES, EFLUENTES, DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS, ETC)
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 38.0206.0000481/2019-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARUERI
Interessados: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BARUERI
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: LICITAÇÃO / IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 38.0215.0000042/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BRAGANÇA PAULISTA
Interessados: LATICÍNIOS CAXAMBU
Tema: ÁREA PÚBLICA e CIRCULAÇÃO
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 38.0227.0000237/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO LIMPO PAULISTA
Interessados: BRUNO ALVES GALVÃO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0235.0000091/2019-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARDOSO
Interessados: JAIR CESAR NATTES e FABIANA DUARTE GUTIERREZ
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONCURSO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0235.0000102/2019-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARDOSO
Interessados: MARCIO HAMILTON CASTREQUINI BORGES E OUTRO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0248.0000516/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CUBATÃO
Interessados: ANONIMO, CAMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO e CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CUBATÃO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0248.0001368/2016-1 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CUBATÃO
Interessados: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, COMPANHIA CUBATENSE DE URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO - CURSAN, ALBERTO SILVA JUNIOR e EDITH PEREIRA DOS SANTOS
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: LICITAÇÃO / IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0292.0000350/2019-7 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITANHAÉM
Interessados: MARILDA CARDOSO FREITAS MATVEEW
Tema: CONSELHO TUTELAR
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0292.0001374/2018-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITANHAÉM
Interessados: DE OFÍCIO
Tema: POLUIÇÃO SONORA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0307.0000154/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITUVERAVA
Interessados: EDMILSON MENDES DA SILVA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ART. 9 DA LEI 8429/1992 (LIA), IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CARGO COMISSIONADO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0321.0000058/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LENÇÓIS PAULISTA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0321.0000677/2015-4 - 4 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LENÇÓIS PAULISTA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA e IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto: ATIVIDADE ADMINISTRATIVA / BENS PÚBLICOS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0324.0000462/2019-5 - 3 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LORENA
Interessados: PREFEITO MUNICIPAL DE LORENA
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CARGO COMISSIONADO
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 14.0334.0000487/2018-5 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MAUÁ
Interessados: CENTRO MÉDICO VITAL
Tema: ACESSIBILIDADE
Assunto: PRÉDIOS PRIVADOS DESTINADOS AO USO COLETIVO
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0334.0000523/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MAUÁ
Interessados: DOUGLAS MOURA DA SILVA, PATRICIA VASCONCELOS ELIAS MENDES, ANDREIA DE SOUZA TEIXEIRA, PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ, SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS E CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ e INSTITUTO ABARÉ
Tema: PARCELAMENTO DO SOLO
Assunto: CONJUNTOS HABITACIONAIS
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0337.0001431/2018-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIRANDÓPOLIS
Interessados: GILBERTO DIA RICCI, PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS e SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRANDÓPOLIS (SAAEM)
Tema: INFRAESTRUTURA URBANA
Assunto: SANEAMENTO BÁSICO
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0353.0000473/2018-6 - 3 Volume(s) - 1 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVO HORIZONTE
Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, AMA - ASSOCIAÇÃO DE MORADIA DOS AMIGOS DE NOVO HORIZONTE e MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
Tema: PARCELAMENTO DO SOLO
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0372.0000052/2020-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDREIRA
Interessados:
Tema: FLORA
Assunto: SUPRESSÃO OU DANOS À VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA URBANA (INCLUI PARCELAMENTO DO SOLO E APP URBANOS)
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0411.0000149/2020-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ROSANA
Interessados: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE PRIMAVERA E ROSANA, TELEFONICA BRASIL S.A e TIM
Tema: TELEFONIA
Assunto: DEFEITO DO SERVIÇO
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0426.0003325/2016-8 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTOS
Interessados: AUTO POSTO RIMAFER LTDA e CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema: ÁREAS CONTAMINADAS
Assunto: POSTOS DE GASOLINA
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 14.0426.0004085/2017-1 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTOS
Interessados: MARIA LETÍCIA, OUVIDORIA DO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO e MC DONALD'S
Tema: ACESSIBILIDADE
Assunto: PRÉDIOS PRIVADOS DESTINADOS AO USO COLETIVO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0448.0001035/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SOCORRO
Interessados: EX OFFICIO e PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE SOCORRO/SP.
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONCURSO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0456.0001499/2019-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAQUARITINGA
Interessados: ALEXANDRE EDUARDO SILVA e CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0469.0001281/2019-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VÁRZEA PAULISTA
Interessados: MINDINHOVARZEA@GMAIL.COM, PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA e COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
Tema: INFRAESTRUTURA URBANA
Assunto: BURACO EM VIA PÚBLICA
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0605.0000444/2013-7 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FLÓRIDA PAULISTA
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA PAULISTA
Tema: PARCELAMENTO DO SOLO
Assunto: LOTEAMENTO IRREGULAR
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0609.0000240/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IACANGA
Interessados: DORIVAL LUPIANO DE ASSIS e PREFEITURA MUNICIPAL DE IACANGA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/INCLUSÃO SOCIAL
Nº MP: 43.0630.0000156/2020-2 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TABAPUÃ
Interessados: ANA BEATRIZ FERREIRA, LAIS CRISTINA MENDONÇA, NAYARA APARECIDA PEREIRA DA SILVA e FUNDO SOCIAL - FRENTE DE TRABALHO
Tema: SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA PÚBLICA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0695.0000001/2011-3 - 4 Volume(s) - 8 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: Instaurado de ofício e CESP - COMPANHIA ENERGETICA DE SÃO PAULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0695.0000457/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: IVAN TAVARES RIBEIRO - ENCAMINHADO PELA PJ HABITAÇÃO E URBANISMO DA CAPITAL e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBAN
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0695.0000519/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL – GECEP, KLEBER PERULO ALVES – INVESTIGADOR DE POLÍCIA e DÉBORA CAVALCANTE PERULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0695.0000540/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Interessados: MARIA ROSA DE SOUZA ALBUQUERQUE (ENCAMINHADO PELO MPF/SP) e TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0717.0003298/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Interessados: MUNICÍPIO DE IPIGUÁ
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA e IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - DESVIO DE BENS E VALORES (LEI 7347/1985 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA)
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0717.0005519/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Interessados: ELAINE FRANCISCA GROTTO SAMPAIO SILVA, TALITA MAIANA FERRO SANCHES e MUNICÍPIO DE UCHOA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONCURSO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0717.0006237/2020-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Interessados: 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO e DAVI ROSSETTI
Tema: PATRIMÔNIO SOCIAL
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 42.0719.0000744/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Interessados: JOSÉ MORAES BARBOSA, WILSON CABRAL DE SOUZA JUNIOR, DIVA VILAS BOAS PIMENTAL, ANGELA APARECIDA DA SILVA, ANDREA LUSWARGHI DE SOUZA, PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, DANIELA DO AMARAL MORETTI, LUCAS LACAZ RUIZ e TÂNIA MARIA DE MATTOS BEZERRA
Tema: LICENCIAMENTO AMBIENTAL
Assunto: FALTA DE INFORMAÇÕES
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 42.0719.0000782/2020-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Interessados: LEANDRO MASSANARE e PESSOA A APURAR
Tema: ÁREA DE RISCO
Assunto: DESLIZAMENTO
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0720.0003458/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE PRUDENTE
Interessados: CARIZA RODRIGUES e BAR DO GERÃO
Tema: POLUIÇÃO SONORA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 66.0720.0005614/2020-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE PRUDENTE
Interessados: POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL e LEONARDO RODRIGUES ZAMORA
Tema: FAUNA
Assunto: APREENSÃO, CAÇA, COMÉRCIO IRREGULAR E / OU TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0720.0005909/2016-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE PRUDENTE
Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO e FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE
Tema: MEDIDAS DE PROTEÇÃO e PROTEÇÃO E GARANTIA À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 14.0722.0001180/2019-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FRANCA
Interessados: DIEGO AZIZ MIGUEL, CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e ISO CONSTRUÇÕES E ENCORPORAÇÕES S/A
Tema: IMÓVEL (EIS) e SERVIÇOS DE ÁGUA
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0739.0002445/2018-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: CARLOS COSTA NERY
Tema: ÁREA PÚBLICA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0739.0004692/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: ETIMAR DE MOURA CRESCENCIO
Tema: CONTRATAÇÃO DE OBRAS, SERVIÇOS, COMPRAS E ALIENAÇÕES
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0739.0004931/2020-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Interessados: CLODOALDO TEODORO RODRIGUES e MUNICÍPIO DE PEDREIRA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONCURSO

DIRETORIA GERAL

Despacho do Diretor-Geral, de 22-1-2021

Primeiro Termo de Aditamento ao Acordo de Cooperalçao Técnica 015/19 MPSP

Partícipes: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO E INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTOS DE TÍTULOS DO BRASIL – SEÇÃO SÃO PAULO

Ampliação do objeto: O presente Termo Aditivo tem por objetivo estabelecer a cooperação entre os partícipes visando a remessa eletrônica a protesto de CERTIDÕES DE SENTENÇA DE MULTA APLICADA EM CONDENAÇÃO CRIMINAL COM TRÂNSITO EM JULGADO (artigo 515, inciso VI do Código de Processo Civil), doravante denominadas CERTIDÕES DE MULTA PENAL (CMP), expedidas nos termos do artigo 479-B das Normas e Serviço da Corregedoria-Geral de Justiça, por meio do sistema denominado RESGATE DE VALORES. As partes ratificam na íntegra as demais cláusulas do Acordo de Cooperação Técnica 015/19 assinado em 21-05-2019.

Data da Assinatura: 18-01-2021.

CENTRO DE RECURSOS HUMANOS

Diretoria Geral

Apostila do Diretor-Geral de 21-1-2021

Lavrada no ato de concessão de Gratificação de Qualificação em nome de André Luiz Martins Modé, RG. 33.406.306-1 SSP/SP, Analista Jurídico do Ministério Público, datado de 2/1/2019, em virtude de decisão judicial transitada em julgado. Declarando que, em virtude do teor de decisão proferida em 9/3/2020 pelo Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública do Foro da Comarca de Araraquara – Processo Digital 1014852-37.2019.8.26.0037, o interessado faz jus, no período de 11/8/2017 a 31-12-2018, ao pagamento dos valores mensais, a título de Gratificação de Qualificação - GQ, prevista no art. 23-A da L.C. 1.118/2010, correspondentes ao percentual de 7,5%, relativo à formação acadêmica em Nível de Especialização, calculados sobre o valor integral da base mensal de sua contribuição previdenciária oficial, excluídas as vantagens de ordem pessoal não incorporadas.

Centro de Recursos Humanos

Despachos da Diretora, de 20-1-2021

Concedendo, nos termos do art. 198, II, da Lei 10.261/68, com a redação alterada pelo art. 1º da L.C. 1054/2008, 180 dias de licença-gestante, conforme fizeram prova as Certidões de Nascimento, a partir de:

28/12/2020, Ana Paula de Souza Pereira; 26-12-2020, Tassia Beatriz Tavares da Silva;

Concedendo, nos termos do art. 198, I, da Lei 10261/68, com redação alterada pelas L.C.s 1054/2008 e 1196/2013, a Renata Navarro Pereira, 180 dias de licença-gestante, a partir de 7/1/2021.

Área Regional de Bauru

Despachos da Diretora, de 11-1-2021

Concedendo, a Rodrigo Aurélio Gonçalves Ferreira, nos termos do inciso XVI, do art. 78, da Lei 10261/68, com redação alterada pelo art. 1º, II, da L.C. 1054/2008, nos termos do Despacho PGJ, com efeito normativo publicado no D.O. de 15/7/2016, 20 dias de licença-paternidade, a partir de 4/1/2021, conforme fez prova a Certidão de Nascimento;

de 13-1-2021

Concedendo, nos termos do art. 198, II, da Lei 10261/68, com redação alterada pelo art. 1º da L.C. 1054/2008, a Marília Gentile Francischetti Cosin, 180 dias de licença-gestante, a partir de 26-12-2020, à vista da Certidão de Nascimento.

Área Regional de Presidente Prudente

Despacho do Diretor, de 11-1-2021

Concedendo, a Carlos Eduardo Franceschini de Moraes, nos termos do inciso XVI, do art. 78, da Lei 10261/68, com redação alterada pelo art. 1º, II, da L.C. 1054/2008, nos termos do Despacho PGJ, com efeito normativo publicado no D.O. de 15/7/2016, 20 dias de licença-paternidade, a partir de 2/1/2021, conforme fez prova a Certidão de Nascimento.

Defensoria Pública do Estado

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Ato do Defensor Público-Geral, de 22-1-2021

Exonerando, a partir de 18-01-2021, a servidora Helena Harue Koyama, RG 10.115.703-4, do cargo de Assistente Técnica de Defensoria Pública I, da EV-C do SQCA-I, Lei Complementar 1161, de 26-12-2011, e Cessa a Gratificação a título de Representação, de que trata o artigo 135, inciso III da Lei No. 10.261/68, combinado com a Deliberação CSDP no. 123, de 13-04-2009, 4,72 sobre a Unidade Básica de Valor.

Ato do Defensor Público-Geral, de 22-1-2021

Nomeando, com fundamento no inciso IX do artigo 19, da Lei Complementar 988 de 09-01-2006, Adriano Alves

dos Reis Santos, RG 30.899.222-2, para ocupar em Jornada Integral, o cargo de Assistente Técnico de Defensoria Pública I, em vaga decorrente da exoneração de Helena Harue Koyama, RG 10.115.703-4, e Concede a gratificação mensal a título de Representação, de que trata o artigo 135, inciso III da Lei No. 10261/68 combinado com a Deliberação No. 123, de 13-04-2009, no coeficiente 4,72 sobre a Unidade Básica de Valor- UVB de que trata o artigo 33 da Lei Complementar 1080/2008, salientando que não haverá impacto orçamentário, nos termos do art. 8º, IV, da Lei Complementar 173/2020.

Ato do Defensor Público-Geral do Estado, de 22-1-2021

Designando, com fundamento no art. 19, inc. I e II, da LC 988/06, os/as Defensores/as Públicos/as abaixo relacionados/as, para participarem da atividade de inspeção, realizada no Centro de Detenção Provisória de Bauru, no dia 20/1/2021, das 10h às 14h.

Thais Guerra Leandro - com prejuízo das atribuições;

Eduardo Ciaccia Rodrigues Caldas - sem prejuízo das atribuições;

Camila Gervasoni Pellin - sem prejuízo das atribuições.

Ato do Defensor Público-Geral do Estado, de 22-1-2021

Cessando a designação da Defensora Pública Mariana de Souza Lima Lauand para exercer a função de Coordenadora Auxiliar da DPE - Polo de Atendimento Especializado Central Família, Regional Central da Capital, e fazendo cessar a gratificação de função, equivalente a 8% dos vencimentos de Defensor Público nível I, nos termos do artigo 19, inciso II, das Disposições Transitórias da LC 988/06, a partir de 01-02-2021.

Designando, com fundamento no art. 19, XXII c.c. artigo 89, IX e §2º da LC 988/06, a Defensora Pública Elisa Maria Rudge Ramos para, sem prejuízo de suas atribuições ordinárias, exercer a função de Coordenadora Auxiliar da DPE - Polo de Atendimento Especializado Central Família, Regional Central da Capital, e atribuindo a gratificação de função, equivalente a 8% dos vencimentos de Defensor Público nível I, nos termos do artigo 19, inciso II, das Disposições Transitórias da LC 988/06, a partir de 01-02-2021.

Ato do Defensor Público-Geral do Estado, de 22-1-2021

Designando, com fundamento no disposto do artigo 19, I e II, da LC 988/06, as servidoras, abaixo indicadas, para exercerem suas atribuições ordinárias, no plantão da Central Remota, fazendo jus à compensação, à razão de 01 dia não útil trabalhado por 01 dia de compensação, conforme disposto na Deliberação CSDP 334, de 06-01-2017, nas seguintes datas:

23/01/2021 – LIDIANE DA FONSECA LUIZ

24/01/2021 – LIDIANE DA FONSECA LUIZ

25/01/2021 – JORGINA MACIEL DA SILVA

Ato do Defensor Público-Geral do Estado, de 22-1-2021

Designando, com fundamento no disposto do artigo 19, I e II, da LC 988/06, os Defensores Públicos, abaixo indicados, para atuarem junto à Central de Atendimento Remoto, nas seguintes datas:

23/01/2021 – GUSTAVO RODRIGUES MINATEL

24/01/2021 – PAULO EDUARDO PEREIRA RODRIGUES

25/01/2021 – PAULO EDUARDO PEREIRA RODRIGUES

TERCEIRA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Ato do Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado, de 22-01-2021

Designando, nos termos do artigo 1º, II, "e", do Ato do Defensor Público-Geral do Estado, de 17-11-2017, publicado no DO de 18-11-2017, o Defensor Público Daniel Palotti Secco para oficiar no processo 1500124-84.2021.8.26.0320, em trâmite perante a 3ª Vara criminal do Foro de Limeira.

Ato do Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado, de 22-01-2021

Considerando o Ato do Terceiro Subdefensor Público-Geral, de 07-01-2021, publicado no D.O. de 08-01-2021, que abriu inscrições para atuação de Defensoras e Defensores Públicos/as, classificados/as na Unidade de Bauru, no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop.

O Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado, com fundamento no artigo 1º, II, "a" do Ato do Defensor Público-Geral, de 17-11-2017, publicado no D.O. de 18-11-2017, resolve:

Artigo 1º. Designar o Defensor Público Fernando Pinheiro Gamito para, sem prejuízo de suas atribuições ordinárias, atuar no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop, na cidade de Bauru/SP, com atuação quinzenal, às quintas-feiras, no período compreendido entre 01-02-2021 e 31-07-2021.

Artigo 2º. Integrará a escala de suplentes, conforme dispõe o artigo 7º, §5º, do referido Ato, a Defensora e o Defensor Pública/o Priscila Domiciano da Silva e Mario Augusto Carvalho de Figueiredo.

Artigo 3º. A atuação da Defensora Pública designada deverá observar a regulamentação definida no Ato 17, do Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado, de 16-01-2019, publicado no D.O. de 18-01-2019, e no Ato do Terceiro Subdefensor Público--Geral, de 07-01-2021, publicado no D.O. de 08-01-2021.

Artigo 4º. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Ato do Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado, de 11-01-2021

Abre inscrições para atuação de Defensoras e Defensores Públicos, classificados na Unidade de Araçatuba, no Centro de Referência da Mulher - CRM, na cidade de Araçatuba

Considerando o Ato do Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado 14, publicado no D.O. de 27-02-2018.

Considerando a proximidade de término da vigência das designações para exercício da atividade no Centro de Referência da Mulher - CRM, na cidade de Araçatuba e a necessidade de continuidade dos serviços prestados;

O Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado, com fundamento no artigo 1º, II, "a", do Ato do Defensor Público-Geral, de 17-11-2017, publicado no D.O. de 18-11-2017, resolve:

Artigo 1º. Ficam abertas as inscrições para atuação de Defensoras e Defensores Públicos, classificados na Unidade de Araçatuba, no Centro de Referência da Mulher Josymary Aparecida Carranza (CRM) de Araçatuba, situado na Rua Professora Chiquita Fernandes, 615, Vila Bandeirantes, sendo disponibilizadas 2 vagas para atuação quinzenal, às segundas--feiras, das 8h às 11h.

Artigo 2º. Durante o período de restrições sanitárias derivadas da pandemia do COVID-19, a atividade será desempenhada, prioritariamente, de maneira remota, devendo a escala ser organizada pelo Coordenador Administrativo do Centro.

Parágrafo único. Havendo necessidade de agendamento para atendimento de forma presencial, deverão ser respeitadas as orientações do Ato Normativo DPG 180/2020 e o Manual de Segurança Sanitária da Instituição.

Artigo 3º. Superadas as limitações referidas no artigo 2º, a atuação ocorrerá presencialmente no local mencionado no artigo 1º.

Artigo 4º. O atendimento, quando remoto, será realizado via videoconferência pela plataforma Microsoft Teams.

§ 1º - No dia do atendimento, o membro responsável pelo plantão irá enviar um link de reunião ao equipamento, e-mail crm@aracatuba.sp.gov.br para realização de videoconferência.

§ 2º - Haverá um responsável no equipamento que auxiliará com acesso ao e-mail, que permanecerá disponível ao longo da atividade.

§ 3º - Havendo necessidade de envio de documentos, o membro plantonista orientará a/o usuária/o que envie os documentos para o doc.equipamentos@defensoria.sp.def.br.

Artigo 5º. Na hipótese do art. 3º, realizarão a atividade na forma exclusivamente remota os/as integrantes do grupo de risco previsto no art. 12 do Ato DPG 180/20, competindo àquele/a que se enquadrar no inciso III do dispositivo em questão formular as comunicações competentes ao membro organizador da atividade, nos termos do §2º da norma, e informar à Terceira Subdefensoria Pública-Geral.

Artigo 6º. Ressalvado o quanto acima disposto, a atuação no referido Centro observará o Ato 14 do Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado, publicado no D.O. de 27-02-2018.

Artigo 7º. A atividade será gratificada nos termos do artigo 7º, "a", da Deliberação CSDP 340/2017.

Parágrafo único. A participação na atividade não ensejará, sob qualquer hipótese, o pagamento de diárias.

Artigo 8º. As inscrições deverão ser realizadas mediante preenchimento de formulário cujo link segue abaixo, até às 20 horas, do dia 18-01-2021.

https://forms.office.com/Pages/ResponsePage.aspx?id=Wp7Pxq7WcU-lDcMPv9mAfTU9dXVNEDFFggrV6k0RtZhUMTA2MUtYQjlCWkFWUVpUTkcxN0dURDZaSy4u

§ 1º. Na inscrição, deverá ser indicada a Unidade de atuação e o número do telefone celular.

§2º. O Defensor Público ou Defensora Pública que integrar um dos grupos dos artigos 12 a 14 do Ato DPG 180/20 deverá indicar tal condição expressamente no ato de inscrição.

§3º. Para recebimento do comprovante de inscrição, com as informações preenchidas, o/a interessado/a deverá selecionar a opção "Enviar-me um e-mail de confirmação de minhas respostas" ao final do formulário, o qual servirá de comprovante de inscrição.

§4º. Considerando a necessidade de conciliar o atendimento remoto com o presencial, ficam reservadas 01 vaga para Defensores e Defensoras Públicas que não se enquadrem em um dos artigos art. 12 a 14 do Ato DPG 180/20.

Art. 9º Havendo um número maior de inscritos/as do que o de vagas disponibilizadas, serão designados/as preferencialmente os/as membros/as que tiverem menor número de atividades de especial dificuldade previstas no artigo 3º, incisos I a V, da Deliberação CSDP 340, observado o disposto no art. 8º, § 4º, deste ato.

§1º. Caso o critério de preferência do parágrafo anterior seja insuficiente, proceder-se-á à escolha daquele/a que realizará a atividade mediante sorteio, que será realizado no dia 21-01-2021, às 11h30, assegurando-se o rodízio entre os/as inscritos/as e aqueles/as que já exercerem a atividade.

§2º. Por rodízio será entendido que aqueles/as que hoje não estão designados terão preferência sobre os atualmente designados/as.

§3º. O sorteio referido no §1º será exibido em vídeo, ao vivo, na área de acesso restrito do sítio eletrônico da Defensoria Pública, conforme previsto pela Deliberação CSDP 283/13.

§4º. Quaisquer ocorrências relacionadas aos atos de sorteio podem ser encaminhadas ao e-mail Secretaria2e3Subs@defensoria.sp.def.br, hipótese em que serão encaminhadas à Terceira Subdefensoria Pública-Geral para avaliação.

§5º. Aqueles/as que não forem sorteados/as para o exercício da atividade integrarão automaticamente a escala de suplentes, cuja ordem será determinada também por sorteio, nos termos da Deliberação CSDP 283, de 13-09-2013, a ser realizado no mesmo dia do sorteio previsto no §1º, deste artigo.

Artigo 10º. A Coordenação Regional de Araçatuba efetuará o controle administrativo dos trabalhos.

Artigo 11º. A designação para a atividade abrangerá o período de 22-02-2021 a 20-08-2021.

Artigo 12º. Os designados não poderão requerer sua exclusão até o término do período previsto para duração da designação, salvo se previamente autorizado pela Terceiro Subdefensor Pública-Geral do Estado de São Paulo.

Artigo 13. Os designados deverão informar seu período de férias, licenças e ou afastamentos, com antecedência de 40 dias, a quem organiza administrativamente os trabalhos no Centro.

Artigo 14º. O Terceiro Subdefensor Público-Geral poderá, a qualquer momento, reabrir as inscrições, por decisão fundamentada, redimensionar o número de vagas e os dias de atendimento abrangidos por este Ato, inclusive cessando-o se o caso.

Artigo 15. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

(Republicado por haver incorreções)

Ato do Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado, de 22-01-2021

Considerando o Ato do Terceiro Subdefensor Público-Geral, de 11-01-2021, publicado no D.O. de 12-01-2021, que abriu inscrições para atuação de Defensoras e Defensores Públicos no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) de São José do Rio Preto.

O Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado, com fundamento no artigo 1º, II, "a", do Ato do Defensor Público-Geral, de 17-11-2017, publicado no D.O. de 18-11-2017, resolve:

Artigo 1º. Designar as Defensoras e os Defensores Públicos abaixo indicados para, sem prejuízo de suas atribuições ordinárias, atuarem no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) de São José do Rio Preto, no período compreendido entre 25-01-20201 a 23-07-2021, mediante a realização de plantões quinzenais, na forma abaixo apontada:

Bruna Molina Hernandes da Costa terças-feiras

Viviane Modesto Gramulha terças-feiras

José Henrique Jacob Golin Matos quintas-feiras

Lia Ruiz Lourenço quintas-feiras

Artigo 2º. Designo, nos termos do artigo 10º, do Ato de Inscrição, o Defensor Público José Henrique Jacob Golin Matos para organizar administrativamente os trabalhos no Centro de Referência acima referido.

Artigo 3º. A atuação de Defensoras e Defensores Públicos designadas/os deverá observar a regulamentação definida no Ato 9 do Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado, de 23-11-2017, publicado em 24-11-2017 e do Ato do Terceiro Subdefensor Público-Geral, de 11-01-2021, publicado no D.O. de 12-01-2021.

Artigo 4º. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Comunicado

Extrato da 148ª Sessão Virtual do Conselho Superior da Defensoria Pública

Data da realização: 19/01//2021

Local: via e-mail institucional (conselho@defensoria.sp.def.br)

Ordem dos trabalhos:

I. Terça-feira: Envio de pauta prévia aos/as Conselheiros/as (§1º do artigo 18-A);

II. Sexta-feira: Publicação da pauta virtual (§3º do artigo 18-A);

III. Terça-feira: Envio do extrato prévio aos/as Conselheiros/as (artigo 18-B);

IV. Sexta -feira: Publicação do extrato virtual (§2º do artigo 18-B);

Ordem do Dia

CGDP CAEP 014/18

Interessado/a: Bruno Zogaibe Batistela

Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório

Relator/a: Conselheiro/a Gustavo Rodrigues Minatel

O Conselho Superior Deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 3º relatório e a continuidade do estágio probatório.

CGDP CAEP 002/20

Interessado/a: Andreia Rezende Tinano

Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório

Relator/a: Conselheiro/a Gustavo Rodrigues Minatel

O Conselho Superior Deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 1º relatório e a continuidade do estágio probatório.

CGDP CAEP 020/20

Interessado/a: Rafael Zambon de Moraes

Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório

Relator/a: Conselheiro/a Juliano Bassetto Ribeiro

O Conselho Superior Deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 1º relatório e a continuidade do estágio probatório.

CGDP CAEP 037/18

Interessado/a: Danilo Vicente de Araujo Silva

Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório

Relator/a: Conselheiro/a Rodrigo Gruppi Carlos da Costa

O Conselho Superior Deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 3º relatório e a continuidade do estágio probatório.

Extrato da 678ª Sessão Ordinária

Data da realização: 22-01-2021 às 09h30

Local: Videoconferência, com divulgação em canal próprio.

Hora do Expediente:

I. Leitura e aprovação de ata da sessão anterior

II. Comunicações da Presidência

III. Comunicações da Secretaria

IV. Momento aberto por vídeo

V. Manifestações dos/as Conselheiros/as sobre assuntos diversos

Ordem do Dia

CSDP 003/21

Interessado/a: Thiago Rogerio Silva Soares

Assunto: Pedido de afastamento para exercer o cargo de Chefe de Divisão da Secretaria de Assuntos Juridicos da Prefeitura do Municipio de Mogi das Cruzes

Relator/a: Conselheiro/a Gustavo Rodrigues Minatel

Retirado de pauta.

CSDP 004/21 (Excetuado a pauta)

Interessado/a: Paulo Sergio Guardia Filho e Luana Trino de Medeiros

Assunto: Remoção por permuta (10ª DP da Unidade Itaquera e 16ª DP da Unidade Infância e Juventude)

Relator/a: Conselheiro/a Juliano Bassetto Ribeiro

O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, abrir prazo para manifestação, nos termos do comunicado, a seguir publicado.

COMUNICADO

Nos termos da Deliberação CSDP 189, de 20-08-2010, nos autos do Processo CSDP 004/21, e consoante dispõe o artigo 123, parágrafo único da Lei 80/94, torno público o pedido de permuta formulado pelos/as Defensores/as Públicos/as: Paulo Sergio Guardia Filho, classificado na 10ª DP da Unidade Itaquera e Luana Trino de Medeiros, classificada na 16ª DP da Unidade Infância e Juventude, visando possibilitar que outros/as Defensores/as classificados/as nas mesmas Unidades manifestem eventual interesse na permuta.

Os/as interessados/as deverão apresentar requerimento dirigido ao Conselho Superior da Defensoria Pública até às 17h do dia 01-02-2021, através do endereço conselho@defensoria.sp.def.br.

A inscrição somente será considerada válida a partir da confirmação do recebimento da mensagem eletrônica pela Secretaria do Conselho Superior.

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Portaria do Coordenador Geral de Administração, de 22-1-2021

Credenciando, com fundamento no artigo 72 da Lei Complementar 988 de 09-01-2006 combinado com o artigo 3º da Deliberação CSDP 26, de 21-12-2006, com redação conferida pela Deliberação CSDP 354, de 16-07-2018, para exercer a função de estagiário/a de direito, na Defensoria Pública do Estado, o/a(s) estudante(s):

UNIDADE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Emily Caroline Rodrigues Freitas, RG. 540721141, a partir de 25-01-2021

UNIDADE OSASCO

Jusciana Borges dos Santos Moura, RG. 605324475, a partir de 26-01-2021

UNIDADE SANTO AMARO

Caroline Santos Nascimeto, RG. 438937120, a partir de 27-01-2021

Fernanda Gonzaga da Cruz, RG. 505127350, a partir de 27-01-2021

UNIDADE LAPA

Sandra da Silva Araujo, RG. 296128363, a partir de 26-01-2021

Marcia de Jesus Lara, RG. 302218178, a partir de 26-01-2021

UNIDADE CÍVEL

Adeline de Mira Fernandes, RG. 352396039, a partir de 27-01-2021

Nathalia Silva Santos, RG. 372287992, a partir de 26-01-2021

UNIDADE MOGI DAS CRUZES

Vivian Orsomazzo, RG. 472008328, a partir de 25-01-2021

UNIDADE JAÚ

Naray Maele de Mello, RG. 535542872, a partir de 26-01-2021

UNIDADE CARAPICUIBA

Gislaine Borges dos Santos Dias, RG. 600101757, a partir de 25-01-2021

UNIDADE FRANCA

Thayna de Figueiredo Pereira, RG. 560514724, a partir de 25-01-2021

UNIDADE GUARUJÁ

Rafaela Aquino Vitoriano, RG. 536470352, a partir de 21-01-2021

UNIDADE JACAREI

Ana Paula Ferreira Pontes, RG. 398786872, a partir de 25-01-2021

UNIDADE RIO CLARO

Maria Heloisa dos Santos Oliveira Mariano, RG. 362261118, a partir de 22-01-2021

CASA DA MULHER BRASILEIRA

Camilla Ellen Santos de Almeida, RG. 533650367, a partir de 26-01-2021

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Ato do Diretor Técnico, de 22-1-2021

Lista de Antiguidade definitiva com os/as servidores/as aptos/as à progressão anual da carreira de Oficiais/las de Defensoria, do padrão 2A para 2B, após julgamento das impugnações, nos termos do art. 38, §3º, do Ato Normativo DPG nº 167/2019:

ANTIG	NOME	RG	CARGO_ATUAL	INICIO_CARREIRA	INICIO_NIVEL	NIVEL	GRAU	CLASSE	CLASSE_EXTENSO	CARREIRA	CARREIRA_EXTENSO	ESTADO	ESTADO_EXTENSO	GERAL	GERAL_EXTENSO	IDADE	DT_NASCIMENTO	CONCURSO
1	Quelita Isaias De Oliveira	183024321	Oficial/a de Defensoria Pública	20/01/2014	16/11/2017	2	A	1149	3 anos, 1 mês e 24 dias	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	52	28/02/1968	113
2	Graziela De Sousa	300768084	Oficial/a de Defensoria Pública	18/04/2012	21/11/2017	2	A	1144	3 anos, 1 mês e 19 dias	3187	8 anos, 8 meses e 27 dias	3187	8 anos, 8 meses e 27 dias	3187	8 anos, 8 meses e 27 dias	40	17/01/1981	306
3	Karina Goncalves De Almeida Sekine	440699885	Oficial/a de Defensoria Pública	22/04/2014	21/11/2017	2	A	1144	3 anos, 1 mês e 19 dias	2453	6 anos, 8 meses e 23 dias	2453	6 anos, 8 meses e 23 dias	2453	6 anos, 8 meses e 23 dias	32	05/03/1988	173
4	Juliano Mitio Takimoto	325497096	Oficial/a de Defensoria Pública	15/05/2014	21/11/2017	2	A	1144	3 anos, 1 mês e 19 dias	2430	6 anos e 8 meses	2430	6 anos e 8 meses	2430	6 anos e 8 meses	39	02/02/1981	208
5	Leticia Raimundo Ferreira Orioli	10831273	Oficial/a de Defensoria Pública	26/05/2014	21/11/2017	2	A	1144	3 anos, 1 mês e 19 dias	2419	6 anos, 7 meses e 19 dias	2419	6 anos, 7 meses e 19 dias	2419	6 anos, 7 meses e 19 dias	35	15/01/1986	2
6	Lais Matias Dos Santos	497363288	Oficial/a de Defensoria Pública	11/06/2014	21/11/2017	2	A	1144	3 anos, 1 mês e 19 dias	2403	6 anos, 7 meses e 3 dias	2403	6 anos, 7 meses e 3 dias	2403	6 anos, 7 meses e 3 dias	27	19/10/1993	237
7	Gilze Ribeiro Moreno	264284458	Oficial/a de Defensoria Pública	01/07/2014	21/11/2017	2	A	1144	3 anos, 1 mês e 19 dias	2383	6 anos, 6 meses e 13 dias	2383	6 anos, 6 meses e 13 dias	2383	6 anos, 6 meses e 13 dias	39	01/01/1982	6
8	Aline Cristina Serrano	347139279	Oficial/a de Defensoria Pública	01/07/2014	21/11/2017	2	A	1144	3 anos, 1 mês e 19 dias	2383	6 anos, 6 meses e 13 dias	2383	6 anos, 6 meses e 13 dias	2383	6 anos, 6 meses e 13 dias	36	29/04/1984	4
9	Roberto Genesio Ribeiro	49365290	Oficial/a de Defensoria Pública	01/07/2014	21/11/2017	2	A	1144	3 anos, 1 mês e 19 dias	2363	6 anos, 5 meses e 23 dias	2363	6 anos, 5 meses e 23 dias	2363	6 anos, 5 meses e 23 dias	69	01/04/1951	269
10	Davi De Andrade Alves	285741731	Oficial/a de Defensoria Pública	18/08/2014	21/11/2017	2	A	1144	3 anos, 1 mês e 19 dias	2335	6 anos, 4 meses e 25 dias	2335	6 anos, 4 meses e 25 dias	2335	6 anos, 4 meses e 25 dias	43	03/01/1978	11
11	Eliane Miqueloto Alvares De Arruda	230952732	Oficial/a de Defensoria Pública	01/09/2014	21/11/2017	2	A	1144	3 anos, 1 mês e 19 dias	2321	6 anos, 4 meses e 11 dias	2321	6 anos, 4 meses e 11 dias	2321	6 anos, 4 meses e 11 dias	44	03/03/1976	9
12	Angelica Sarkissian Fernandes Lara	463653385	Oficial/a de Defensoria Pública	06/10/2014	21/11/2017	2	A	1144	3 anos, 1 mês e 19 dias	2286	6 anos, 3 meses e 6 dias	2286	6 anos, 3 meses e 6 dias	2286	6 anos, 3 meses e 6 dias	30	28/02/1990	17
13	Livia Carla Do Couto	422234473	Oficial/a de Defensoria Pública	22/10/2014	21/11/2017	2	A	1144	3 anos, 1 mês e 19 dias	2270	6 anos, 2 meses e 20 dias	3636	9 anos, 11 meses e 21 dias	3638	9 anos, 11 meses e 23 dias	34	02/05/1986	310
14	Jose Antonio Ferreira	328587461	Oficial/a de Defensoria Pública	27/10/2014	21/11/2017	2	A	1144	3 anos, 1 mês e 19 dias	2265	6 anos, 2 meses e 15 dias	2265	6 anos, 2 meses e 15 dias	3538	9 anos, 8 meses e 13 dias	39	27/03/1981	2
15	Marcia Faccioli Gabriel	92825321	Oficial/a de Defensoria Pública	27/10/2014	21/11/2017	2	A	1144	3 anos, 1 mês e 19 dias	2265	6 anos, 2 meses e 15 dias	2265	6 anos, 2 meses e 15 dias	2265	6 anos, 2 meses e 15 dias	59	04/06/1961	7
16	Joao Vitor Vitorelli Santiago Viana	303697416	Oficial/a de Defensoria Pública	20/01/2014	22/11/2017	2	A	1143	3 anos, 1 mês e 18 dias	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	3263	8 anos, 11 meses e 13 dias	3263	8 anos, 11 meses e 13 dias	36	25/09/1984	98
17	Lais Sampaio Cesar	350968718	Oficial/a de Defensoria Pública	28/07/2014	22/11/2017	2	A	1143	3 anos, 1 mês e 18 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	2356	6 anos, 5 meses e 16 dias	29	06/08/1991	9
18	Aline Renata Limongi	412067742	Oficial/a de Defensoria Pública	18/08/2014	22/11/2017	2	A	1143	3 anos, 1 mês e 18 dias	2335	6 anos, 4 meses e 25 dias	2335	6 anos, 4 meses e 25 dias	2335	6 anos, 4 meses e 25 dias	38	20/02/1982	4
19	Saul Lazaro Goncalves Silva	585396668	Oficial/a de Defensoria Pública	15/09/2014	22/11/2017	2	A	1143	3 anos, 1 mês e 18 dias	2307	6 anos, 3 meses e 27 dias	2307	6 anos, 3 meses e 27 dias	2978	8 anos, 1 mês e 28 dias	36	11/02/1984	14
20	Maria Aparecida Goncalves	68243212	Oficial/a de Defensoria Pública	20/01/2014	23/11/2017	2	A	1142	3 anos, 1 mês e 17 dias	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	65	23/10/1955	129
21	Diego Lopes Cristino	435360498	Oficial/a de Defensoria Pública	20/01/2014	23/11/2017	2	A	1142	3 anos, 1 mês e 17 dias	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	35	06/04/1985	132
22	Meiji Yoshinaga	37587079	Oficial/a de Defensoria Pública	23/01/2014	23/11/2017	2	A	1142	3 anos, 1 mês e 17 dias	2542	6 anos, 11 meses e 22 dias	2542	6 anos, 11 meses e 22 dias	2542	6 anos, 11 meses e 22 dias	73	03/11/1947	143
23	Fernando Hideo Tiba	236849219	Oficial/a de Defensoria Pública	17/03/2014	23/11/2017	2	A	1142	3 anos, 1 mês e 17 dias	2489	6 anos, 9 meses e 29 dias	2489	6 anos, 9 meses e 29 dias	2489	6 anos, 9 meses e 29 dias	43	06/12/1977	151
24	Silvia Tioko Uemura	114884596	Oficial/a de Defensoria Pública	07/04/2014	23/11/2017	2	A	1142	3 anos, 1 mês e 17 dias	2468	6 anos, 9 meses e 8 dias	2468	6 anos, 9 meses e 8 dias	2468	6 anos, 9 meses e 8 dias	54	11/01/1967	164
25	Marcia Soriano Silva	337251988	Oficial/a de Defensoria Pública	22/04/2014	23/11/2017	2	A	1142	3 anos, 1 mês e 17 dias	2453	6 anos, 8 meses e 23 dias	3590	9 anos, 10 meses e 5 dias	3592	9 anos, 10 meses e 7 dias	36	05/02/1984	193
26	Larissa Gomes Gualberto	36293227X	Oficial/a de Defensoria Pública	22/04/2014	23/11/2017	2	A	1142	3 anos, 1 mês e 17 dias	2453	6 anos, 8 meses e 23 dias	2453	6 anos, 8 meses e 23 dias	2453	6 anos, 8 meses e 23 dias	29	09/11/1991	202
27	Mariana May Batista	407544343	Oficial/a de Defensoria Pública	07/05/2014	23/11/2017	2	A	1142	3 anos, 1 mês e 17 dias	2438	6 anos, 8 meses e 8 dias	4089	11 anos, 2 meses e 14 dias	4090	11 anos, 2 meses e 15 dias	32	19/07/1988	5
28	Jonathan Su Lam	466637019	Oficial/a de Defensoria Pública	01/07/2014	23/11/2017	2	A	1142	3 anos, 1 mês e 17 dias	2383	6 anos, 6 meses e 13 dias	2383	6 anos, 6 meses e 13 dias	2383	6 anos, 6 meses e 13 dias	30	26/01/1990	261
29	Marcio Rafael Goncalves Nepomuceno	368849314	Oficial/a de Defensoria Pública	18/08/2014	23/11/2017	2	A	1142	3 anos, 1 mês e 17 dias	2334	6 anos, 4 meses e 24 dias	2334	6 anos, 4 meses e 24 dias	2334	6 anos, 4 meses e 24 dias	37	23/04/1983	290
30	Jaiane White Medeiros De Sousa	277398010	Oficial/a de Defensoria Pública	22/04/2014	24/11/2017	2	A	1141	3 anos, 1 mês e 16 dias	2453	6 anos, 8 meses e 23 dias	2453	6 anos, 8 meses e 23 dias	2453	6 anos, 8 meses e 23 dias	38	10/09/1982	195
31	Adriano Alves De Figueiredo	18987241X	Oficial/a de Defensoria Pública	20/01/2014	27/11/2017	2	A	1138	3 anos, 1 mês e 13 dias	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	47	15/04/1973	21
32	Aparicio Alves De Franca Neto	434524578	Oficial/a de Defensoria Pública	25/04/2014	27/11/2017	2	A	1138	3 anos, 1 mês e 13 dias	2450	6 anos, 8 meses e 20 dias	2450	6 anos, 8 meses e 20 dias	2450	6 anos, 8 meses e 20 dias	34	02/12/1986	40

33	Marcos Felipe Rochel	264487503	Oficial/a de Defensoria Pública	01/07/2014	27/11/2017	2	A	1138	3 anos, 1 mês e 13 dias	2383	6 anos, 6 meses e 13 dias	5360	14 anos, 8 meses e 10 dias	5369	14 anos, 8 meses e 19 dias	41	14/05/1979	14
34	Jessica Pinheiro De Jesus	475031544	Oficial/a de Defensoria Pública	01/07/2014	27/11/2017	2	A	1138	3 anos, 1 mês e 13 dias	2383	6 anos, 6 meses e 13 dias	2383	6 anos, 6 meses e 13 dias	2383	6 anos, 6 meses e 13 dias	30	21/02/1990	5
35	Eliana Nieves	201141565	Oficial/a de Defensoria Pública	18/08/2014	27/11/2017	2	A	1138	3 anos, 1 mês e 13 dias	2335	6 anos, 4 meses e 25 dias	3238	8 anos, 10 meses e 18 dias	3261	8 anos, 11 meses e 11 dias	59	05/12/1961	297
36	Tatiane Alves Da Silva	331544143	Oficial/a de Defensoria Pública	01/09/2014	27/11/2017	2	A	1138	3 anos, 1 mês e 13 dias	2321	6 anos, 4 meses e 11 dias	2321	6 anos, 4 meses e 11 dias	3778	10 anos, 4 meses e 8 dias	40	23/04/1980	17
37	Debora Simone Lins Dornellas	223915798	Oficial/a de Defensoria Pública	01/09/2014	27/11/2017	2	A	1138	3 anos, 1 mês e 13 dias	2321	6 anos, 4 meses e 11 dias	2321	6 anos, 4 meses e 11 dias	2321	6 anos, 4 meses e 11 dias	49	07/08/1971	7
38	Cleide De Souza Lima	443323872	Oficial/a de Defensoria Pública	01/09/2014	27/11/2017	2	A	1138	3 anos, 1 mês e 13 dias	2321	6 anos, 4 meses e 11 dias	2321	6 anos, 4 meses e 11 dias	2321	6 anos, 4 meses e 11 dias	34	16/01/1987	9
39	Fernando Espinha	422663992	Oficial/a de Defensoria Pública	20/01/2014	28/11/2017	2	A	1137	3 anos, 1 mês e 12 dias	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	4582	12 anos, 6 meses e 22 dias	4591	12 anos, 7 meses e 1 dia	33	16/02/1987	94
40	Flavia Machion Leon	443793438	Oficial/a de Defensoria Pública	20/01/2014	28/11/2017	2	A	1137	3 anos, 1 mês e 12 dias	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	2545	6 anos, 11 meses e 25 dias	33	11/06/1987	110
41	Talita Marques Aimola	422022913	Oficial/a de Defensoria Pública	17/02/2014	28/11/2017	2	A	1137	3 anos, 1 mês e 12 dias	2517	6 anos, 10 meses e 27 dias	2517	6 anos, 10 meses e 27 dias	2517	6 anos, 10 meses e 27 dias	36	11/12/1984	141
42	Carla Cristina Orosa Moreschi	52200278X	Oficial/a de Defensoria Pública	01/07/2014	28/11/2017	2	A	1137	3 anos, 1 mês e 12 dias	2383	6 anos, 6 meses e 13 dias	2383	6 anos, 6 meses e 13 dias	2383	6 anos, 6 meses e 13 dias	27	27/08/1993	3
43	Raquel Vieira Simiao	338027385	Oficial/a de Defensoria Pública	01/09/2014	28/11/2017	2	A	1137	3 anos, 1 mês e 12 dias	2321	6 anos, 4 meses e 11 dias	2321	6 anos, 4 meses e 11 dias	2321	6 anos, 4 meses e 11 dias	35	10/03/1985	6
44	Patricia Da Costa Rodrigues	436024238	Oficial/a de Defensoria Pública	15/09/2014	28/11/2017	2	A	1137	3 anos, 1 mês e 12 dias	2307	6 anos, 3 meses e 27 dias	2307	6 anos, 3 meses e 27 dias	2307	6 anos, 3 meses e 27 dias	34	22/05/1986	8
45	Carlos Pedro Amorim Cordula	1619748X	Oficial/a de Defensoria Pública	03/11/2014	28/11/2017	2	A	1137	3 anos, 1 mês e 12 dias	2258	6 anos, 2 meses e 8 dias	2258	6 anos, 2 meses e 8 dias	2258	6 anos, 2 meses e 8 dias	47	27/06/1973	14
46	Kennedy Keidi Oki Watari	474533475	Oficial/a de Defensoria Pública	24/11/2014	28/11/2017	2	A	1137	3 anos, 1 mês e 12 dias	2237	6 anos, 1 mês e 17 dias	2237	6 anos, 1 mês e 17 dias	2237	6 anos, 1 mês e 17 dias	31	24/03/1989	20
47	Denis Seppi Macedo	449071133	Oficial/a de Defensoria Pública	02/06/2014	01/12/2017	2	A	1134	3 anos, 1 mês e 9 dias	2412	6 anos, 7 meses e 12 dias	2412	6 anos, 7 meses e 12 dias	4066	11 anos, 1 mês e 21 dias	31	03/04/1989	253
48	Loreine Roberta Muniz Martins	467207446	Oficial/a de Defensoria Pública	15/09/2014	04/12/2017	2	A	1131	3 anos, 1 mês e 6 dias	2304	6 anos, 3 meses e 24 dias	3969	10 anos, 10 meses e 19 dias	4191	11 anos, 5 meses e 26 dias	30	12/10/1990	7
49	Thiago Rogerio Silva Soares	342639614	Oficial/a de Defensoria Pública	26/02/2014	05/12/2017	2	A	1130	3 anos, 1 mês e 5 dias	2508	6 anos, 10 meses e 18 dias	2508	6 anos, 10 meses e 18 dias	2508	6 anos, 10 meses e 18 dias	37	26/09/1983	4
50	Marcia Silvestre Da Silva	24477674X	Oficial/a de Defensoria Pública	12/04/2010	07/12/2017	2	A	1128	3 anos, 1 mês e 3 dias	3924	10 anos, 9 meses e 4 dias	3924	10 anos, 9 meses e 4 dias	3924	10 anos, 9 meses e 4 dias	47	21/04/1973	7

Ato do Diretor Técnico, de 22-1-2021

Convocando a candidata aprovada em Concurso de Estagiários/as de Direito da Defensoria Pública abaixo relacionada, para até o dia 27-01-2021, encaminhar à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Unidade Campinas, através do endereço eletrônico mdemonte@defensoria.sp.def.br, em arquivo digital único no formato PDF, os seguintes documentos:

- Declaração de matricula atualizada fornecida pela Instituição de Ensino, constando o vinculo, semestre em curso e horário de aula
- Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);
- Atestado de antecedentes criminais, do/s Estado/s onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal das Seções Judiciárias onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);
- Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;
- Cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;
- Certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;
- Certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;
- CPF;
- 1 foto 3x4.

NOME	DOCUMENTO
Ana Paula Camargo Tristão	CPF: 414.036.858-60.

Ato do Diretor Técnico, de 22-1-2021

Convocando a candidata aprovada em Concurso de Estagiários/as de Direito da Defensoria Pública abaixo relacionada, para no dia 28-01-2021, encaminhar à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Unidade Carapicuiba através do endereço eletrônico rgsilva@defensoria.sp.def.br, em arquivo digital único no formato PDF, os seguintes documentos:

- Declaração de matricula atualizada fornecida pela Instituição de Ensino, constando o vinculo, semestre em curso e horário de aula;
- Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);
- Atestado de antecedentes criminais, do/s Estado/s onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal das Seções Judiciárias onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);
- Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;
- Cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;
- Certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;
- Certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;
- CPF;
- 1 foto 3x4.

NOME	DOCUMENTO
Julia Tavares de Souza	CPF: 400.842.208-05.

Ato do Diretor Técnico, de 22-1-2021

Convocando as candidatas aprovadas em Concurso de Estagiários/as de Direito da Defensoria Pública abaixo relacionadas, para no dia 01-02-2020, encaminharem à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Unidade Diadema, através do endereço eletrônico lcesar@defensoria.sp.def.br, em arquivo digital único no formato PDF, os seguintes documentos:

- Declaração de matricula atualizada fornecida pela Instituição de Ensino, constando o vinculo, semestre em curso e horário de aula;
- Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);
- Atestado de antecedentes criminais, do/s Estado/s onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal das Seções Judiciárias onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);
- Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;
- Cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;
- Certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;
- Certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;
- CPF;
- 1 foto 3x4.

NOME	DOCUMENTO
Ana Julieta Rodrigues Guimaraes Nunes Araújo	CPF: 970.708.234-87;
Glaucya Moreira Teixeira	CPF: 404.758.728-19.

Ato do Diretor Técnico, de 22-1-2021

Convocando os/as candidatos/as aprovados/as em Concurso de Estagiários/as de Direito da Defensoria Pública abaixo relacionados/as, para no dia 28-01-2021, encaminharem à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Unidade Franca, através do endereço eletrônico rmaciel@defensoria.sp.def.br, em arquivo digital único no formato PDF, os seguintes documentos:-

- Declaração de matricula atualizada fornecida pela Instituição de Ensino, constando o vinculo, semestre em curso e horário de aula;
- Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);
- Atestado de antecedentes criminais, do/s Estado/s onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal das Seções Judiciárias onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);
- Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;
- Cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;
- Certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;
- Certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;
- CPF;
- 1 foto 3x4.

NOME	DOCUMENTO
Leticia Silva Otoni	RG: 55.831.164-7;
Ana Carolina Gracio de Oliveira	CPF: 443.872.558-54;
Thainara Stefany Haeck Righeto	CPF: 462.239.718-85;
Amanda de Barros Pimenta	CPF: 451.078.218-71;
Gustavo Henrique Fernandes	CPF: 430.786.048-96;
Mauricio Vidal Gonzalez Polino	CPF: 457.376.208-67.

Ato do Diretor Técnico, de 22-1-2021

Convocando as candidatas aprovadas em Concurso de Estagiários/as de Direito da Defensoria Pública abaixo relacionadas, para no dia 29-01-2021, encaminharem à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Unidade de Praia Grande, através do endereço eletrônico mcmachado@defensoria.sp.def.br, em arquivo digital único no formato PDF, os seguintes documentos:

- Declaração de matricula atualizada fornecida pela Instituição de Ensino, constando o vinculo, semestre em curso e horário de aula;
- Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);
- Atestado de antecedentes criminais, do/s Estado/s onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal das Seções Judiciárias onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);
- Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;
- Cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;
- Certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;
- Certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;
- CPF;
- 1 foto 3x4.

NOME	DOCUMENTO
Juliana Oliveira Menezes	CPF: 487.303.688-71;
Luana Gajewski de Souza	CPF: 134.660.137-20.

Ato do Diretor Técnico, de 22-1-2021

Convocando os/as candidatos/as aprovados/as em Concurso de Estagiários/as de Direito da Defensoria Pública abaixo relacionados/as, para no dia 29-01-2021, encaminharem à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Unidade Ribeirão Preto através do endereço eletrônico rpontes@defensoria.sp.def.br, em arquivo digital único no formato PDF, os seguintes documentos:

- Declaração de matricula atualizada fornecida pela Instituição de Ensino, constando o vinculo, semestre em curso e horário de aula;
- Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);
- Atestado de antecedentes criminais, do/s Estado/s onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal das Seções Judiciárias onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);
- Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;
- Cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;
- Certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;
- Certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;
- CPF;
- 1 foto 3x4.

NOME	DOCUMENTO
Gabriel Alan Sedassari	RG: 44.784.473-8;
Luísa de Assis Magalhães	CPF: 125.123.506-90;
Lucas Rufino de Almeida	CPF: 401.335.658-90.

Ato do Diretor Técnico, de 22-1-2021

Convocando os/as candidatos/as aprovados/as em Concurso de Estagiários/as de Direito da Defensoria Pública abaixo relacionados/as, para no dia 28-01-2021, encaminharem à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Unidade São Bernardo do Campo, através do endereço eletrônico cptoliveira@defensoria.sp.def.br, em arquivo digital único no formato PDF, os seguintes documentos:

- Declaração de matricula atualizada fornecida pela Instituição de Ensino, constando o vinculo, semestre em curso e horário de aula;
- Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);
- Atestado de antecedentes criminais, do/s Estado/s onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal das Seções Judiciárias onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);
- Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;
- Cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;
- Certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;
- Certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;
- CPF;
- 1 foto 3x4.

NOME	DOCUMENTO
Aline Ferreira Belomi	CPF: 409.188.128-95;
Heloisa Moraes dos Reis	CPF: 463.911.218-18;
Caio da Silva Cortes	CPF: 328.019.898-43.

Ato do Diretor Técnico, de 22-1-2021

Convocando os/as candidatos/as aprovados/as em Concurso de Estagiários/as de Direito da Defensoria Pública abaixo relacionados/as, para nos dias abaixo indicados, encaminharem à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Unidade Tupã através do endereço eletrônico alourenco@defensoria.sp.def.br - unidade.tupa@defensoria.sp.def.br em arquivo digital único no formato PDF, os seguintes documentos:

- Declaração de matricula atualizada fornecida pela Instituição de Ensino, constando o vinculo, semestre em curso e horário de aula;
- Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);
- Atestado de antecedentes criminais, do/s Estado/s onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal das Seções Judiciárias onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas onde o/a candidato/a residiu a partir dos 18 anos de idade;
- Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);
- Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;
- Cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;
- Certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;
- Certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;
- CPF;
- 1 foto 3x4.

NOME	DOCUMENTO	DATA
André Luis Nakada Oliveros	RG: 4.118.709-7;	28-01-2021;
Carolina Ayumi Sato	RG: 57.519.183-1,	29-01-2021
Marcos Aparecido Morgon	RG: 1.767.419-6,	29-01-2021.

NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DA DIVERSIDADE E DA IGUALDADE RACIAL

Comunicado

A Coordenadora do Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial, convoca, nos termos do art. 18, inc. III da Deliberação 38, de 04-05-2007, os/as Defensores/as Públicos/as do Estado, integrantes do Núcleo, abaixo nominados/as, para participarem, sem prejuízo das atribuições, da Reunião Ordinária a ser realizada por videoconferência no dia 29-01-2021, das 9h30 às 12h30: Aline do Couto Celestino; Andrew Toshio Hayama; Camila Galvão Tourinho; Danilo Martins Ortega; Douglas Ribeiro Basilio; Felipe Amorim Principessa; Glauber Callegari; Isadora Brandão Araujo da Silva; Laura Joaquim Taveira; Luiz Otávio Contim Ferratto; Marcelo Bonilha Campos; Mario Thiago Moreira; Paulo Fernando de Andrade Giostri; Rafael de Paula Eduardo Faber; Rodrigo Augusto Tadeu Martins Leal da Silva; Vanessa Alves Vieira; Vinícius Conceição Silva Silva; Yasmin Oliveira Mercadante Pestana.

Expediente:

I – Comunicações da Coordenação

II– Manifestações dos integrantes do Núcleo sobre assuntos diversos;

III– Discussão sobre procedimentos: PA Coletivo NUDDIR 2861/2020 - Medidas protetivas em favor de pessoas LGBTs em situação doméstica e familiar; PA Coletivo NUDDIR 3751/2020 - Denúncia de homofobia contra o pastor C. A. M.; PA Coletivo NUDDIR 2663/2020 - Denuncia de discriminação homofóbica contra a revista Exibir Gospel; PA Coletivo NUDDIR 28/2016 - Discriminação Homofóbica - Igreja testemunho de Jeová; PA Coletivo NUDDIR 2571/2020 - Aplicabilidade de acordos de não persecução em crimes de racismo.

IV - Arquivamentos: PA NUDDIR 94/2014; PA NUDDIR 82/2013; PA NUDDIR 56/2015; PA NUDDIR 5890/2018; PA NUDDIR 85/2014; PA NUDDIR 57/2014; PA NUDDIR 27/2012; e PA NUDDIR 69/2016.

Editais

GOVERNO

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA DE CONTROLE ECONÔMICO E FINANCEIRO

Comunicado

Informamos a Concessionária Rota das Bandeiras que o pedido de dilação de prazo protocolado sob número 537.063/2020 foi atendido. Desta forma, o prazo para manifestação ao expediente 297.094 fica fixado em 10 dias após esta publicação.

DIRETORIA DE PROCEDIMENTOS E LOGÍSTICA

Notificações

Nos termos da Portaria Artesp 7 - 9-6-2015, ficam Notificadas as seguintes empresas a apresentar os veículos descritos abaixo, para auditoria de vistoria:

Transporte Coletivo Célico Eireli: DAO-5409, DAO-5468- Os veículos deverão ser apresentados impreterivelmente no dia 01-02-21, na garagem localizada no endereço: Rua Conselheiro Saraiva, 875 - São José Do Rio Preto – SP.

Expresso Itamarati S/A: EKD-5054, ELU-9272, ELW-3051, EQY-3461, EST-9445, EXS-4061, EYA-8999, FKH-3045, GDS-0904, GDT-3659, GGH-9807, GGU-5281, GGW-7186, GHA-8272, GHC-5790, GHT-5373- Os veículos deverão ser apresentados impreterivelmente nos dias 02-02-21 a 05-02-21, na garagem localizada no endereço: Av. Tarraf, 2710 - São José Do Rio Preto – SP.

Viação Cometa S/A: BIS-2879, BYX-8219, FCD-5068, FCN-6308, FFX-0658, FGI-9068, FND-9488, FOL-5918, FPJ-9858, FQK-4278, FUE-3398, FWQ-8708, GGD-2288, GGD-2290, GGD-2291, GIJ-2257, GIV-4106, BMY8H19, EZS-9599, EZX-5049- Os veículos deverão ser apresentados impreterivelmente nos dias 01-02-21 a 05-02-21, na garagem localizada no endereço: Rua Nilton Coelho de Andrade, 772 - São Paulo – SP.

Empresa de Ônibus Passaro Marron S/A: CUL-8066, DEI-4868, DVT-2613, DVT-2614, DVT-2615, DVT-2652, FYM-5769, GAI-6308, GFV-4968, GFV-7335, GFZ-6567, GGA-2965, GGG-2393, GGH-6822, GGI-7011, GGQ-4715, GGS-9676, GHC-1096, IPC-2924, IPE-5947- Os veículos deverão ser apresentados impreterivelmente nos dias 01-02-21 a 05-02-21, na garagem localizada no endereço: Rod. Fernão Dias, Km 89,7 - Guarulhos – SP.

Viação Piracicabana S/A: FFW-2484, FFW-2485, FFW-2501, FFW-2502, FFW-2503, FGQ-7501, FIO2J91, FJX-3181, FJX-3182, FJX-3183, FJX-3184, FJX-3185, FJX-3186, FJX-3190, FJX-3191, FJX-3193, BMR-8814, BQU-5378, BRQ-8533, BRY-1727- Os veículos deverão ser apresentados impreterivelmente nos dias 01-02-21 a 05-02-21, na garagem localizada no endereço: Estrada Antonio Abdalla, 235 - Piracicaba – SP.

Viação Lira Ltda.: FQF-2759, FQS-5605, FTF-1541 - Os veículos deverão ser apresentados impreterivelmente no dia 01-02-21, na garagem localizada no endereço: Av. Franz Voegeli 720, Sala 28 - Osasco – SP.

Blam Tur Fretamento Transportes e Turismo Eireli EPP: FVQ1E40 - O veículo deverá ser apresentado impreterivelmente no dia 02-02-21, entre as 09h e as 12h, na garagem localizada no endereço: Rua Pedro Voss Filho, 78 - Tatuí – SP.

Manoel Santos Transporte e Turismo Eireli ME: GKG-1285 - O veículo deverá ser apresentado impreterivelmente no dia 02-02-21, entre as 13h e as 16h, na garagem localizada no endereço: Rua Manuel Teixeira Patrício, 343 - Sorocaba – SP.

Rematur Transportes Fretamento Turismo Eireli ME: DTA-0930 - O veículo deverá ser apresentado impreterivelmente no dia 03-02-21, entre as 09h e as 12h, na garagem localizada no endereço: Rua José Ferraz, 133 - Tatuí – SP.

Maiza Aparecida Lopes Lourenco EPP: EJY9D26 - O veículo deverá ser apresentado impreterivelmente no dia 03-02-21, entre as 13h e as 16h, na garagem localizada no endereço: R Duque de Caxias 100 - Tatuí – SP.

Cris Vans Transportes e Turismo Ltda. EPP: BTO-6606 - O veículo deverá ser apresentado impreterivelmente no dia 04-02-21, entre as 13h e as 16h, na garagem localizada no endereço: Avenida 21, 2357 - Rio Claro – SP.

Rapido Luxo Campinas Ltda.: EJY-9178 - O veículo deverá ser apresentado impreterivelmente no dia 04-02-21, entre as 13h e as 16h, na garagem localizada no endereço: Avenida Franz Voegeli, 720 - Osasco – SP.

Soyama Turismo Ltda.: EOE-9696 - O veículo deverá ser apresentado impreterivelmente no dia 05-02-21, entre as 09h e as 12h, na garagem localizada no endereço: Rua Guaranhuns, 31 - Guarulhos – SP.

Rapido Luxo Campinas Ltda.: ETU-1271- O veículo deverá ser apresentado impreterivelmente no dia 04-02-21, entre as 13h e as 16h, na garagem localizada no endereço: Avenida Franz Voegeli, 720 - Osasco – SP.

Dúvidas ou alteração do endereço de inspeção somente via e-mail: inspecaodefrota@artesp.sp.gov.br

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE TRÂNSITO

Superintendência Regional de Trânsito da Região Metropolitana de São Paulo

237ª Ciretran - Cotia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

DETRAN-SP - UNIDADE DE ATENDIMENTO DE COTIA/SP

Notificação

Edital 01/2021

Com fundamento na Resolução Contran 623/2016, Lei 9.503/97 (CTB) em seu artigo 328 e na Portaria 938/06 Detran - São Paulo, Notifica aos proprietários e Financeiras abaixo que tem o prazo de 30 dias, a partir desta publicação, para providenciarem a retirada dos veículos apreendidos ou retidos sob jurisdição desta Unidade, por infração de trânsito, localizada no

Pátio de Cotia – Rodovia Raposo Tavares -27.015 – Lageadinho - Cotia/SP -mediante o pagamento dos débitos existentes (art. 262 e 271 do CTB) sob pena de serem vendidos em Leilão.

0001 PLACA: CSC5C57; ITAPEVI/SP; CHASSI: WVWMA-83BXWE456030; MOTOR: AEB304210; I/VW; PASSAT TURBO; 1998/1999, VANESSA CRISTINA DE ANDRADE RAMOS - EDINALVA FRANCISCO RUFINO; RENAVAM: 00726790559

0003 PLACA: HZG1261; IBIUNA/SP; CHASSI:9BGSC08WSSC640982; MOTOR: B10NZ31059738; GM; CORSA WIND; 1995/1995, ZENAIDE APARECIDA AMADOR FIALHO-VALQUIRIA SOUTO LOPES; RENAVAM: 00630681325

0004 PLACA: BUL1043; ITAPEVI/SP; CHASSI:9BD146000H3192936; MOTOR:146B50113415822; FIAT; UNO CS; 1987/1987, IRAN FREITAS DOS SANTOS; RENAVAM:00403878187

0006 PLACA: DFS7288; COTIA/SP; CHASSI:93YCB0Y054J423901; MOTOR: D7DC760Q011014; RENAULT; CLIO AUT 1.0 H; 2003/2004, THIAGO DOS SANTOS RODRIGUES-ANA PAULA DA SILVA ROSA; RENAVAM: 00805682341

0007 PLACA: EEN3606; COTIA/SP; CHASSI: 9BFZF55A198409603; MOTOR: SM9A98409603; FORD; FIESTA FLEX; 2009/2009, DANILO XAVIER DOS SANTOS; RENAVAM: 00143621963

0008 PLACA: CXM3141; VARGEM GRANDE PAULISTA/SP; CHASSI:9BFZZZGDAWB616926REM; MOTOR: C4BW616926; FORD; KA; 1998/1999, KATIA CIRLENE ALVES MOURA-MARCIA MICHELE FERNANDES; RENAVAM: 00707845548

0009 PLACA: CTJ3590; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BWCA-15X8YP124533; MOTOR: AFR350181; VW; GOL 16V; 2000/2000, ROBSON APARECIDO FONSECA JESIO; RENAVAM: 00738620890

0010 PLACA: DAU0117; CABREUVA/SP; CHASSI: 9BWCA-15X7YP126158; MOTOR: USC030861; VW; GOL 1.0; 2000/2000, CLARICE MOREIRA BASSE; RENAVAM: 00740828720

0012 PLACA: DDQ6004; COTIA/SP; CHASSI:9BD17302414017703; MOTOR:178D80115129532; FIAT; PALIO WEEKEND ELX; 2001/2001, LEIDIANE FERREIRA DE JESUS-JULIO CESAR DE BARROS; RENAVAM: 00760469130

0013 PLACA: OMA1700; BELO HORIZONTE/MG; CHASSI: 9BD195102D0384245; MOTOR: 310A10111059817; FIAT; UNO VIVACE 1.0; 2012/2013, COMPANHIA DE LOCACAO DAS AMERICAS; RENAVAM: 00481814434

0015 PLACA: BUC0086; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9BD14600003069444; MOTOR: 146A50113122506; FIAT; UNO S; 1986/1986, MAURICIO CECCATO NUNES; RENAVAM: 00436209136

0016 PLACA: CGX6775; SAO VICENTE/SP; CHASSI: BJ740984; MOTOR: BJ748271; VW; FUSCA 1300; 1978/1978, ROBERTO PEREIRA DO VALE; RENAVAM: 00424029472

0017 PLACA: CTI6690; CARAPICUIBA/SP; CHASSI:9BFBDZGDAYB695984; MOTOR: C4CY695984; FORD; KA GL IMAGE; 2000/2000, EMERSON CONSTANTINO DE OLIVEIRA--ANDREA DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00733334822

0019 PLACA: DXX6563; COTIA/SP; CHASSI:9BD17106G85151770; MOTOR:178F1011*7947158*; FIAT; PALIO FIRE FLEX; 2007/2008, TIAGO DA SILVA; RENAVAM: 00947418377

0020 PLACA: BRN8021; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BGSE-08XSSC663985; MOTOR: BS0031369; GM; CORSA GL; 1995/1995, RAFAEL DE AZEVEDO; RENAVAM: 00633063584

0021 PLACA: LOH5288; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI: 9BWDC05X63T065717; MOTOR: UDH311177; VW; PARATI 1.8 TOUR; 2002/2003, NIVIA MEDEIROS DE ARRUDA LEITE; RENAVAM: 00791761100

0022 PLACA: OXD8565; MOGI DAS CRUZES/SP; CHASSI:9BWAA45U5FP002529; MOTOR: CPB377474; VW; GOL CITY MB; 2014/2015, THAIS CRISTINA MONTEIRO DE OLIVEIRA ARAUJO SILVA - ANGELA MARIA RODRIGUES EIRELI EPP; RENAVAM: 1002844743

0023 PLACA: EYN5851; COTIA/SP; CHASSI: KMHDC81EB-BU105339; MOTOR: G4GCA968037; I/HYUNDAI; I30 WAGON; 2010/2011, ANA LIA SALGUERO GRAICAR - CRIS TOMASELLI LTDA ME; RENAVAM: 00370984056

0025 PLACA: CIW5152; INDAIATUBA/SP; CHASSI: 9BG5JK11ZFB039964; MOTOR: 18A31055964; GM; MONZA SL/E; 1985/1985, ANA PAULA DE JESUS ANDRE; RENAVAM: 00357527658

0026 PLACA: FNM1948; TABOAO DA SERRA/SP; CHASSI: 9BWZZZ30ZKT064794; MOTOR: UE245634; VW; GOL GTS; 1989/1989, ANTONIO WILSON FERREIRA DOS SANTOS; RENAVAM: 00422752592

0027 PLACA: EVK8239; OSASCO/SP; CHASSI:9BGSU19F0BB260464; MOTOR: NAA105049; CHEVROLET; CLASSIC LS; 2010/2011, DINEZ MARGARIDA DOS SANTOS - SILVIA MARIA ASSUNCAO SOUZA ALVES; RENAVAM: 00280329431

0028 PLACA: FRA1968; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI: WVWCG81H1SW440935; MOTOR: ACC234241; I/VW; GOLF GL; 1995/1995, JESSICA PRINCEZA FERREIRA MARINHO; RENAVAM: 00652854281

0029 PLACA: CBR3289; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BWZZZ231TP037585; MOTOR: UG297317; VW; KOMBI; 1996/1996, FRANCISCA DE JESUS SILVA; RENAVAM: 00660033321

0030 PLACA: CWO0440; TABOAO DA SERRA/SP; CHASSI: 9BGKS08BWWB426280; MOTOR: AA0043254; GM; KADETT GLS; 1998/1998, JOSENITO MACEDO DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00702557358

0031 PLACA: DLL7080; BARUERI/SP; CHASSI:9BWCA05X64P073697; MOTOR: AZN145070; VW; GOL 1.0; 2004/2004, GILBERTO MENDES DOS SANTOS - TATIANA LIMA DE SOUZA; RENAVAM: 00822707420

0036 PLACA: CSF3163; VARGEM GRANDE PAULISTA/SP; CHASSI:9BGTT08C0YB123627; MOTOR: NJ0027522; GM; ASTRA GL; 1999/2000, FE SILVA VEICULOS EIRELI - LUCAS RICHTER COUTINHO; RENAVAM: 00728596563

0037 PLACA: BGQ7034; COTIA/SP; CHASSI: 9BGKT08G-NMC315617; MOTOR: 18NZ31013563; GM; KADETT SL EFI; 1991/1992, RONALDO ARCANJO DOS SANTOS; RENAVAM: 00601950054

0038 PLACA: DWA1331; COTIA/SP; CHASSI:9BWCA41J084008280; MOTOR: BPA210983; VW; GOLF 1.6 SPORTLINE; 2007/2008, DOUGLAS JOSE DA SILVA - AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA; RENAVAM: 00930973640

0039 PLACA: CZF3233; SAO JOSE DOS CAMPOS/SP; CHASSI: WAUZZZ8LZWA139287; MOTOR: AGU052909; I/AUDI; A3 1.8T; 1989/1999, CELSO JUNIO MOURA DE ALMEIDA - FRANCISCO JOSE LUIZ NETO; RENAVAM: 00721039634

0040 PLACA: DDK8070; SÃO PAULO/SP; CHASSI:93UMC48L414001162; MOTOR: AGU151467; AUDI; A3 1.8T; 2000/2001, PAN ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. - ALEXANDRE LEMES DA SILVA; RENAVAM: 00749701200

0042 PLACA: BGA7629; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BWZZZ30ZLP239132; MOTOR: UE850265; VW; PARATI GL 1.8; 1990/1990, PLINIO CERRI; RENAVAM: 00428006183

0044 PLACA: DEN0883; CARAPICUIBA/SP; CHASSI:9BD18221422032763; MOTOR: 182B60000429477; FIAT; BRAVA SX; 2001/2002, LAERTE PIZZOCARO - EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA; RENAVAM: 00765761777

0043 PLACA: DUU0837; IBIUNA/SP; CHASSI: 9BD27833A87079292; MOTOR: 178F3011*8261769*; FIAT; STRADA FIRE CE FLEX; 2008/2008, EDNILSON ALVES DOS SANTOS; RENAVAM: 00971749620

0045 PLACA: CFW8506; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI: JA37PX3BSSPJ01607; MOTOR: 6G72N46673; I/MMC; PAJERO GLX-B; 1995/1995, IRACI PEREIRA GOMES; RENAVAM: 00661072134

0046 PLACA: CAJ7300; COTIA/SP; CHASSI: 9BGSC08WT-TC678865; MOTOR: B10NZ31174359; GM; CORSA WIND; 1996/1996, CARLOS EDUARDO DE SOUSA SANTOS; RENAVAM: 00647182920

0047 PLACA: DSO7797; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BGXL75G06C190736; MOTOR: N20002041; GM; MERIVA JOY; 2006/2006, BANCO ITAU BBA SA - JOSUEL SEVERINO DA SILVA; RENAVAM: 00890415994

0049 PLACA: ERE7267; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BD15802AC6657323; MOTOR:146E10110619418; FIAT; UNO MILLE ECONOMY; 2011/2012, BANCO ITAULEASING S.A.- GTEC SISTEMA DE CONSTRUCAO LT; RENAVAM: 00408459107

0050 PLACA: CRL8356; COTIA/SP; CHASSI:9BWZZZ377XP073413; MOTOR: AFZ472482; VW; GOL SPECIAL; 1999/1999, IVOCLECIO DE SOUZA MARIZ - VERONICA MORAES DE SALES COLACA; RENAVAM: 00720003270

0052 PLACA: BHG6082; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BD146000J3294525; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; FIAT; FIAT ELBA S; 1988/1988, JOSE LUIZ DE SOUZA CABRAL LINDO-TEREZINHA DE JESUS RODRIGUES DA SILVA; RENAVAM: 00398327335

0053 PLACA: DIC3996; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9BD17101322176194; MOTOR: 178D80115421902; FIAT; PALIO EX; 2002/2002, ROBERTO DONATO DIAS DA SILVA; RENAVAM: 00785879412

0054 PLACA: DDM9926; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BGTT08C01B118699; MOTOR: RM0001729; GM; ASTRA GL; 2000/2001, BANCO ITAULEASING S.A. - RAPHAEL HENRIQUE RODRIGUES; RENAVAM: 00745953107

0055 PLACA: LHY0696; BARUERI/SP; CHASSI:9BGKY08GRRC347402; MOTOR: B18LZ31110824; GM; KADETT LITE; 1994/1994, WILLIAN PEREIRA SEABRA - JOSEVAL PINHEIRO DA SILVA; RENAVAM: 00321597818

0057 PLACA: BLG1167; SAO ROQUE/SP; CHASSI: 9BD146000P8301268; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO E PEÇAS; FIAT; FIORINO PICK UP; 1993/1993, UILSON DE LIMA SILVA; RENAVAM: 00609901656

0058 PLACA: KLG5345; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BWCA01J324057733; MOTOR: BAH029877; VW; GOLF; 2002/2002, ALEXANDRE MACHADO RAMIRO; RENAVAM: 00780417330

0062 PLACA: DAX1499; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI: 9BWCA05X11T211813; MOTOR: AFZ649074; VW; GOL 1.0; 2001/2001, JONAS SOUZA LUCAS FILHO; RENAVAM: 00763649376

0064 PLACA: CXZ8136; COTIA/SP; CHASSI:9BWZZZ373YT077884; MOTOR: UNF124716; VW; GOL 1.6; 1999/2000, ELETICIA SANTOS DE OLIVEIRA - ELIANE DE LEMA; RENAVAM: 00729964370

0065 PLACA: JKS7394; CARAPICUIBA/SP; CHASSI:9BWZZZ30ZMT086505; MOTOR: UY1194340; VW; GOL CL; 1991/1991, JOSEFA DA SILVA BARBOSA - EDSONEI SENA DOS SANTOS; RENAVAM: 00278087540

0066 PLACA: AJX5837; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BWCA05X51P092964; MOTOR: AFR456141; VW; GOL 16V PLUS; 2001/2001, ANTONIO JAZAN CARVALHO DE OLIVEIRA - PAULO ROGERIO DE PAULA; RENAVAM: 00759872228

0067 PLACA: DUD8J52; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BD17164G72814365; MOTOR:178F1011*7166404*; FIAT; PALIO FIRE FLEX; 2006/2007, ULISSES DE MORAIS BIANCHI - IRON MOTORS COMERCIO DE VEICULOS EIRELI - BANCO A J RENNER SA; RENAVAM: 00893288837

0068 PLACA: CTZ2564; ITAPEVI/SP; CHASSI:9BWZZZ377WP526240; MOTOR: AFZ273477; VW; GOL MI; 1998/1998, ADRIANA SANTOS RAMOS DA SILVA - JOSE SILVA REIS; RENAVAM: 00697166228

0069 PLACA: COG5316; COTIA/SP; CHASSI: 9BWZZZ377WP509828; MOTOR: AFZ252865; VW; GOL MI; 1998/1998, CARLOS JOSE DA COSTA SILVA; RENAVAM: 00692938656

0070 PLACA: CXN6454; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BG116CWXWC902607; MOTOR:W5M218LA; GM; BLAZER DLX; 1998/1999, SOMPO SEGUROS SA; RENAVAM: 00711620253

0071 PLACA: EJB5603; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BWAB01J694018634; MOTOR: CCR084496; VW; GOLF 1.6 SPORTLINE; 2009/2009, MONICA RODRIGUES VIANA SILVA - BV FINANCEIRA SA CFI; RENAVAM: 00129903353

0072 PLACA: DIR8719; BARUERI/SP; CHASSI:9BFBSZGDA3B822873; MOTOR: C4C3822873; FORD; KA GL; 2003/2003, CARLOS SANTOS DE JESUS - SANTANA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO; RENAVAM: 00802902642

0073 PLACA: CLQ8010; SAO ROMAO/MG; CHASSI: 9BGXF1903C129023; MOTOR: BE0005911; GM; CORSA GLS; 1997/1998, ZAQUEU NERES FERREIRA; RENAVAM: 00683430262

0074 PLACA: DKQ1716; SOROCABA/SP; CHASSI:93UMC28L754002901; MOTOR: AGU165247; AUDI; A3 1.8T; 2004/2005, GLEICE CRISTINA MOREIRA CAMPOS - ROBSON TADAO YASUOKA; RENAVAM: 00842416471

0075 PLACA: CYY6298; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BD178296Y0941536; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; FIAT; PALIO EX; 1999/2000, JULIANA PLACIDO DA SILVA BEZERRA - ROBSON DA SILVA SANTOS; RENAVAM: 00722967489

0076 PLACA: DNA2060; COTIA/SP; CHASSI: 9BFBSZGDA4B511874; MOTOR: C4C4511874; FORD; KA GL; 2004/2004, GEORGETE DOMINGUES; RENAVAM: 00822287528

0077 PLACA: CWX4846; OSASCO/SP; CHASSI:8AWZZZ377WA110426; MOTOR: AFZ286587; I/VW; GOL MI; 1998/1999, RODRIGO HENRIQUE DA ROCHA B DA SILVA - LUCIANA MORAES DA SILVA; RENAVAM: 00708751490

0078 PLACA: CED5449; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BWZZZ377TT034774; MOTOR: 214426; VW; GOL 1000I; 1996/1996, VALTER DE MELO SILVA; RENAVAM: 00649574664

0079 PLACA: BNH5118; ITAPEVI/SP; CHASSI:9BWZZZ30ZPT116554; MOTOR:1542699; VW; GOL 1000; 1993/1993, LEONARDO GABRIEL CARDOSO - REGINALDO FLORES MOLINA; RENAVAM: 00611969424

0081 PLACA: EAS9193; MOGI DAS CRUZES/SP; CHASSI:93HFA66308Z205528; MOTOR: R18A6-8205542; HONDA; CIVIC LXS FLEX; 2008/2008, JORGE GREGORIO SIQUEIRA - MAURA APARECIDA NEVES DE ANDRADE - BV FINANCEIRA SA CFI; RENAVAM: 00950845493

0082 PLACA: DEJ0669; SOROCABA/SP; CHASSI: 9BGRD08Z01G120692; MOTOR: DJ0019390; GM; CELTA; 2000/2001, RENATA PEREIRA RIBEIRO; RENAVAM: 00751863467

0083 PLACA: DLP2245; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BGRD08X03G183714; MOTOR:7N0002346; GM; CELTA 3 PORTAS SUPER; 2003/2003, LUIZ FERNANDO DE ARAUJO SCHMIDT - BANCO GENERAL MOTORS S A; RENAVAM: 00801928834

0084 PLACA: DHX6093; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: D4DA720Q000190; I/RENAULT; KANGOO EXPRL10; 2002/2003, VALMIR BARBOSA CALISTO; RENAVAM: 00801450420

0085 PLACA: DRT8322; GUARULHOS/SP; CHASSI:9BG116HX05C439306; MOTOR:6Y0012198; GM; BLAZER ADVANTAGE; 2005/2005, PAULO EDUARDO DE NOCE - MARCOS BOMFIM BATISTA; RENAVAM: 00864473230

0086 PLACA: BXT2311; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BWZZZ377ST033213; MOTOR: S/Nº BASE ORIG; VW; GOL 1000I; 1995/1995, LUCIANA SILVA CEPELO; RENAVAM: 00632795948

0088 PLACA: FJF4131; SÃO PAULO/SP; CHASSI:98RDB12B0JA004121; MOTOR: SQRE3F10ABHH50203; CHERY; QQ 1.0 ACT; 2017/2018, DANIELA DE OLIVEIRA FELIX - BV FINANCEIRA SA CFI; RENAVAM: 001147609346

0089 PLACA: EQX5968; SÃO PAULO/SP; CHASSI:8AP17202LB2152666; MOTOR:310A1011*9611826*; FIAT; SIENA EL FLEX; 2010/2011, BANCO ITAU BBA SA - ELTON CARMO DA SILVA; RENAVAM: 00258571152

0090 PLACA: FOE8888; SÃO PAULO/SP; CHASSI: WVWCG81HXSW433563; MOTOR: ACC231781; I/VW; GOLF GL; 1995/1995, MARIA CRISTINA CATANO DOS SANTOS-LUCAS FERREIRA DE ALMEIDA; RENAVAM: 00636333221

0091 PLACA: FIP2231; COTIA/SP; CHASSI: 9BWLB05U-4DP199723; MOTOR: CCRB03555; VW; SAVEIRO 1.6 CE; 2013/2013, e S S A EMPRESA DE SANEAMENTO E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA EPP; RENAVAM: 00527472360

0093 PLACA: DRI7785; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 935CHN6A87B513386; MOTOR: 10DBU40000874; CITROEN; PICASSO 16GLXFLX; 2006/2007, ELAINE GODOY ALMEIDA OLIVEIRA; RENAVAM: 00906157889

0094 PLACA: JLM2396; ITAPEVI/SP; CHASSI:9BWZZZ377ST034520; MOTOR: UNC022326; VW; GOL CLI; 1995/1995, JOSE BARBOSA NETO - VIVIANE CRISTINA GODINHO BARRIOS; RENAVAM: 00636006891

0095 PLACA: DBO7466; CARAPICUIBA/SP; CHASSI:9BGRD08Z01G101418; MOTOR: DJ0001224; GM; CELTA; 2000/2001, EDNALDO SOUZA SILVA - ERIKA CAETANO ROCHA DA SILVA; RENAVAM: 00744217660

0096 PLACA: CAX4284; COTIA/SP; CHASSI:9BWZZZ377ST091969; MOTOR: UNC045064; VW; GOL ROLLING STONES; 1995/1995, MARIA APARECIDA GIMENES DE OLIVEIRA - HUGO ALVES DE CAMPOS; RENAVAM: 00637932471

0097 PLACA: CFW0828; COTIA/SP; CHASSI: 9BWZZZ377TP537285; MOTOR: UNC187365; VW; GOL CLI; 1996/1996, MARCOS LUIZ MARTINS BARBOSA; RENAVAM: 00658517279

0099 PLACA: ETF7096; PERUIBE/SP; CHASSI:9BD17106LB5689182; MOTOR:310A10119744825; FIAT; PALIO FIRE ECONOMY; 2010/2011, KEILA REZENDE HURTADO - BANCO PAN S A; RENAVAM: 00262144166

0100 PLACA: CXL9767; OSASCO/SP; CHASSI: 9BWZZZ373WP604369; MOTOR: AFR134374; VW; GOL 16V; 1998/1999, ROGERIO VIEIRA DOS SANTOS; RENAVAM: 00710331070

0101 PLACA: CHX0003; COTIA/SP; CHASSI: ZFA160000P4850973; MOTOR: 160E20118950390; I/FIAT; TIPO 1.6IE; 1993/1994, FRANCISCA VALDENIR D MANGUEIRA E OU CLAUDIOMIRO DE A BARBOSA; RENAVAM: 00616331320

0102 PLACA: DRO7984; COTIA/SP; CHASSI:9BGXL75005C272730; MOTOR:6U0035540; GM; MERIVA JOY; 2005/2005, ALDENISE ANGELA OLIVEIRA GOES - ITAU UNIBANCO S.A.; RENAVAM: 00867173360

0103 PLACA: CII8139; COTIA/SP; CHASSI: 9BD178026V0241498; MOTOR: 178A30114754799; FIAT; PALIO EDX; 1997/1997, FRANCILEIDE DA SILVA ALVES; RENAVAM: 00673740706

0104 PLACA: BOQ9654; COTIA/SP; CHASSI:9BWZZZ30ZPP273621; MOTOR: UE369851; VW; VOYAGE GL 1.8; 1993/1994, MICAELI ADRIANA PEREIRA LUCAS PALOMBO - CARLOS EUGENIO DA SILVA; RENAVAM: 00619405384

0105 PLACA: BME6857; COTIA/SP; CHASSI: 9BWZZZ30ZNP257053; MOTOR: S/Nº BASE ORIG; VW; PARATI CL; 1992/1993, JUNIOR CESAR BUENO; RENAVAM: 00607323825

0106 PLACA: CGC1052; VARGEM GRANDE PAULISTA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; FIAT; PALIO ED; 1996/1996, SIDNEI GOMES ALVES DE FREITAS; RENAVAM: 00659946823

0107 PLACA: DTZ1385; SOROCABA/SP; CHASSI:9BFZF10BX78102730; MOTOR: CAJA78102730; FORD; FIESTA; 2006/2007, FABIANO DE JESUS SANTOS - SICRED AGRO-EMPRESARIAL PR; RENAVAM: 00891044787

0108 PLACA: CLS4910; COTIA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: 146A70115187160; IMP; FIAT UNO MILLE SX; 1997/1998, NALDIR NUNES PEREIRA - RENATA DOS SANTOS ALMEIDA LIMA; RENAVAM: 00691103674

0109 PLACA: KIV6375; COTIA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/REPOSIÇÃO DE PECAS; I/FIAT; UNO MILLE SX; 1997/1998, ANA MARIA BARBOSA SENA DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00696106744

0110 PLACA: BSS6656; COTIA/SP; CHASSI: 9BD146000K3521468; MOTOR: 146A50113039147; FIAT; UNO CS; 1989/1990, KARLYNE ESTER DE BORBA SOUSA; RENAVAM: 00434965430

0111 PLACA: CSS4670; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BWZZZ374YT068464; MOTOR: UQG003020; VW; PARATI 2.0; 1999/2000, BANCO ITAULEASING S.A. - VANDERLEI ANTONIO CORREA; RENAVAM: 00725035811

0112 PLACA: JLM5008; COTIA/SP; CHASSI: 8AWZZZ377TA852616; MOTOR: UND007513; I/VW; GOL CL 1.6 MI; 1996/1997, JURACI DOS SANTOS; RENAVAM: 00669261971

0115 PLACA: BMI4146; COTIA/SP; CHASSI: 9BD146000P5006548; MOTOR: 146A20113711490; FIAT; UNO ELETRONIC; 1993/1993, DEUZA MARIA AGUIAR SANTOS; RENAVAM: 00610089641

0116 PLACA: COY3941; ARACARIGUAMA/SP; CHASSI:9BWJB09N35P021197; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; VW; POLO SEDAN 1.6; 2005/2005, PLASTICOS SEGANTINI LTDA - OLIVIA GISMAR SOUZA DE ANIAS; RENAVAM: 00847706079

0117 PLACA: IAM6215; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI: KMHDC51EBAU197495; MOTOR: G4GC9594631; I/HYUNDAI; I30 2.0; 2009/2010, KLEBER ALVES DA SILVA - KARINA BARBOSA DA SILVA; RENAVAM: 00189509180

0118 PLACA: CON0314; COTIA/SP; CHASSI:9BWZZZ373WT144791; MOTOR: AFR116910; VW; GOL 16V; 1998/1999, DEISE SOARES DA SILVA - ROBERT DE LUCAS DE SOUSA XAVIER; RENAVAM: 00708538762

0119 PLACA: DNI6251; GUARULHOS/SP; CHASSI:9BWCB05X05P037373; MOTOR: BJF057159; VW; GOL 1.6 POWER; 2004/2005, CAIQUE OLIVEIRA DA HORA - ROGERIO SOARES SECKLER MARQUES; RENAVAM: 00842376577

0120 PLACA: DIL3346; PRAIA GRANDE/SP; CHASSI:9BGXF19X03C129023; MOTOR:4D0031798; GM; CORSA SEDAN; 2002/2003, MARIA DA PIEDADE SANTOS COSTA - HEBERT PERUSSI DOS SANTOS; RENAVAM: 00790840219

0121 PLACA: DSK2676; COTIA/SP; CHASSI:93HGD17407Z106284; MOTOR: L13A4-7Z106236; HONDA; FIT LX; 2006/2007, CARLOS HENRIQUE CANUTO DE OLIVEIRA-AYMORE CRED FIN INV SA; RENAVAM: 00882775421

0122 PLACA: CJT7570; COTIA/SP; CHASSI: BA667440; MOTOR: BF882480; VW; BRASILIA; 1978/1979, GENIVAL SILVA DA COSTA - JOSE DONIZETE MARIANO; RENAVAM: 00428889425

0123 PLACA: DUI8519; ITAPEVA/SP; CHASSI: 93HFA15407Z106251; MOTOR: R18A1-7Z106206; HONDA; CIVIC LXS; 2006/2007, JOAO CARLOS MACHADO; RENAVAM: 00886607442

0124 PLACA: LAJ1681; ITAPEVI/SP; CHASSI: KLAJF19W1SB403626; MOTOR: C20LE25129073; I/DAEWOO; ESPERO CD; 1995/1995, JUAREZ VIEIRA PRIMO; RENAVAM: 00659187647

0125 PLACA: FHR6749; COTIA/SP; CHASSI: 9BHBG51CAJP857750; MOTOR: F3LAHU868817; HYUNDAI; HB20 1.0M COMFOR; 2017/2018, ANDERSON SILVA FREITAS; RENAVAM: 001142803233

0126 PLACA: DGG6813; OSASCO/SP; CHASSI: 9BFBGZGDA1B748652; MOTOR: C4C1748652; FORD; KA BLACK; 2001/2001, ERIKA GISELDA SANTOS; RENAVAM: 00775492540

0127 PLACA: DJC4360; COTIA/SP; CHASSI:9BGXH19005C148847; MOTOR: A20006914; GM; CORSA SEDAN MAXX; 2004/2005, CRISTIANO ESPINOSA LOPES - ROGERIO DE ANDRADE VITOR; RENAVAM: 00838445543

0128 PLACA: MCZ2122; ITAJAI/SC; CHASSI: 9BWCA05Y82T125201; MOTOR: AFZ817469; VW; GOL SPECIAL; 2002/2002, THIAGO RODRIGUEZ ROCHA; RENAVAM: 00780369580

0129 PLACA: CRS0506; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BGTB69F0XB333524; MOTOR: DM0000950; GM; ASTRA GLS; 1999/1999, DEMAR CANAZA QUISPE - ITAGUACU MOREIRA DE CASTRO; RENAVAM: 00719189322

0135 PLACA: DDS2833; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BGRD08Z01G155884; MOTOR: DJ0048917; GM; CELTA; 2001/2001, CHRISTIAN OLIVEIRA DOS SANTOS - PAULO RICARDO D ASSUMPCAO; RENAVAM: 00760137617

0136 PLACA: FQP4883; SÃO PAULO/SP; CHASSI:93Y5SRD04GJ257040; MOTOR: D4DJ754Q162982; RENAULT; SANDERO AUTH 10; 2016/2016, LAYSA MACHADO DOS SANTOS - BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA.; RENAVAM: 01079332348

0138 PLACA: CJC8934; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BD146028V5930142; MOTOR: 146A70115104864; FIAT; UNO MILLE SX; 1997/1997, SERGIO FERRAZ GARCIA; RENAVAM: 00678295409

0142 PLACA: CDM6166; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BGJG19HWWB576144; MOTOR: JU0016657; GM; VECTRA GL; 1998/1998, VANDERLEI PEREIRA MARTINS; RENAVAM: 00708652816

0143 PLACA: CNY4496; SAO BERNARDO DO CAMPO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; FIAT; UNO MILLE SX; 1997/1997, MARIA GILDETE RODRIGUES ALMEIDA; RENAVAM: 00675115264

0144 PLACA: DLB5493; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BD19240T33010182; MOTOR:7D0010485; FIAT; STILO; 2003/2003, VALDINEI QUEIROZ DA SILVA - RONALDO FERRAZ DE LACERDA JUNIOR; RENAVAM: 00801701317

0145 PLACA: DAV7854; IBIUNA/SP; CHASSI:9BD17808122321229; MOTOR:178D90115281742; FIAT; PALIO YOUNG; 2001/2002, IZALTINO DE OLIVEIRA - RODRIGO DIAS DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00769148123

0146 PLACA: CZJ1572; SEBASTIANOPOLIS DO SUL/SP; CHASSI:8AP17201416005161; MOTOR:178D80115059657; I/Fiat; SIENA EX; 2000/2001, ILDALINA VIANA CARDOSO SANTOS - BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.; RENAVAM: 00751166537

0148 PLACA: EBT2687; CARAPICUIBA/SP; CHASSI:9BWKA05Z484150622; MOTOR: BNX195147; VW; FOX 1.0; 2008/2008, SILAS NASCIMENTO DOS SANTOS - JOSIAS SANTOS ALVES; RENAVAM: 00957417829

0149 PLACA: ETJ3079; COTIA/SP; CHASSI:9BGRX08F0BG192548; MOTOR: NAB128808; GM; CELTA 2P SPIRIT; 2010/2011, ALZIRA MARIZA BEZERRA; RENAVAM: 00234405384

0150 PLACA: CHW2157; EMBU-GUACU/SP; CHASSI:9BWZZZ377TT071852; MOTOR:246082; VW; GOL 1000I; 1996/1996, VILANILDO DE SOUZA LEITE - BRUNO DA SILVA CHAGAS RUZ; RENAVAM: 00658465791

0151 PLACA: CCA9346; COTIA/SP; CHASSI: 9BWZZZ30ZJT072522; MOTOR: UN048698; VW; GOL GL; 1988/1988, ALCEMAR MARTINS; RENAVAM: 00403631181

0152 PLACA: BGL9904; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9BWZZZ32ZJP233008; MOTOR: UOB011732; VW; SANTANA CL; 1988/1989, LUZIA GONCALVES RIBEIRO; RENAVAM: 00415800374

0153 PLACA: CMB1697; COTIA/SP; CHASSI: 9BFZZZGDAWB574899; MOTOR: C4BW574899; FORD; KA; 1998/1998, NELSON LUIS FENTANES FERREIRA; RENAVAM: 00692990054

0154 PLACA: CJP9383; COTIA/SP; CHASSI: 9BWZZZ377VP593895; MOTOR: UND117850; VW; GOL 1.6 MI; 1997/1998, ALEX VIANA; RENAVAM: 00681945788

0155 PLACA: DKO2934; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; GM; CORSA SEDAN; 2004/2004, ISABEL PEREIRA - BANCO ITAUCARD SA; RENAVAM: 00822752638

0156 PLACA: CIE7128; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BGSE80NTTC793369; MOTOR: B16NE31036615; GM; CORSA GL; 1996/1996, JOSE PONCIANO DA SILVA - TATIANA DE OLIVEIRA SOUZA; RENAVAM: 00659806061

0157 PLACA: BWU5072; CARAPICUIBA/SP; CHASSI:9BD146000N3863740; MOTOR:146B40113541755; FIAT; UNO MILLE; 1992/1992, ELICARLOS CELESTINO DE AMORIM - MARIA VERONICA VIEIRA DOS SANTOS; RENAVAM: 00604019416

0158 PLACA: BQN8737; FERRAZ DE VASCONCELOS/SP; CHASSI:9BWZZZ55ZPB393600; MOTOR: UTB016158; VW; LOGUS CL; 1993/1994, WASHINGTON GOMIDES - ROGERIO LUIZ BASTOS; RENAVAM: 00613798066

0159 PLACA: DQE8620; JUNDIAI/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: K60050927; GM; CELTA 2P LIFE; 2006/2006, WILLIAN ANTONIO DOS SANTOS - ANDERSON PEREIRA DE ALMEIDA; RENAVAM: 00879721219

0160 PLACA: CEJ7367; COTIA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR:146A70114595805; FIAT; UNO MILLE IE; 1996/1996, THAYNE BARBOZA DA CUNHA - JAIR ALVES DE CUNHA; RENAVAM: 00653593015

0161 PLACA: DIR7247; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BD17307834072461; MOTOR: 178D20110584109; FIAT; PALIO WEEKEND STILE; 2002/2003, EDILSON BRUNO DE MEDEIROS-SUL FINANC SA CFI; RENAVAM: 00797260048

0162 PLACA: AHY9134; COTIA/SP; CHASSI:9BD178096W0719655; MOTOR:178A30115545481; FIAT; PALIO EX; 1998/1999, GILSON DONATO STURARI - RONE CLECIO JOSE FERREIRA; RENAVAM: 00702798550

0164 PLACA: CRC6136; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI:9BWZZZ376XP509956; MOTOR: UNF080492; VW; SAVEIRO CL 1.6 MI; 1999/1999, SEBASTIAO BATISTA MINARIO - ALISSON JUNIOR SOUZA CUTRIM; RENAVAM: 00714588237

0165 PLACA: BTU5970; OSASCO/SP; CHASSI:9B

0179 PLACA: BYO9800; COTIA/SP; CHASSI: 9BG116CWVTC911539; MOTOR: W6M277LD; GM; BLAZER DLX; 1996/1997, LUZIA NUNES FERREIRA; RENAVAM: 00663474671

0181 PLACA: ALR5479; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BGRD08X04G183260; MOTOR: 6V0058159; GM; CELTA 3 PORTAS; 2004/2004, RAFAEL CASO DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00825717914

0182 PLACA: JNK0464; OSASCO/SP; CHASSI: 9BD146000M3740743; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; FIAT; UNO MILLE; 1991/1991, ALEXANDRE COSME FREITAS; RENAVAM: 00222735937

0183 PLACA: CGR9472; BARUERI/SP; CHASSI: 9BWZZZ237VP037225; MOTOR: UG358143DA; VW; KOMBI; 1997/1998, JOSE RIBEIRO DANTAS FILHO; RENAVAM: 00686000889

0184 PLACA: BML7809; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BWZZZ26ZPP026233; MOTOR: BASE ORIG S/Nº; VW; KOMBI PICK UP; 1993/1994, RICARDO LUIZ DOS SANTOS - MEIRE APARECIDA XAVIER; RENAVAM: 00614364310

0185 PLACA: EDM4161; COTIA/SP; CHASSI: 9BWAB45Z294046664; MOTOR: CCR028003; VW; FOX 1.6 PLUS; 2008/2009, NATALIA DA SILVA NEVES; RENAVAM: 00977329089

0186 PLACA: COI1874; BARUERI/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: 178A30115028780; FIAT; PALIO ED; 1997/1997, JAIME JOSE MARQUES DA SILVA - ANDERSON FERNANDES PEREIRA; RENAVAM: 00676327826

0187 PLACA: CVT3100; COTIA/SP; CHASSI:9BMMF33E1YA016768; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; M.BENZ; A 160; 2000/2000, QUEREM HAPUQUE ELISAMA CORREIA ANDRADE - ROBSON FERREIRA FLOSI; RENAVAM: 00737324635

0188 PLACA: CRF6493; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI:9BGTT69C0XB325204; MOTOR: NJ0010089; GM; ASTRA GL; 1999/1999, ANTONIO MARTINS DO NASCIMENTO - BANCO CIFRA S.A.; RENAVAM: 00717708144

0189 PLACA: CMG9179; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; FORD; ESCORT L; 1986/1986, CICERO ROGERIO OLIVEIRA DOS SANTOS - REGINALDO SOLANO; RENAVAM: 00378521853

0190 PLACA: HBM3108; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BGRD08X04G132957; MOTOR: 6V0028138; GM; CELTA 3 PORTAS; 2003/2004, MARCO FRANCISCO SOUSA - BANCO BMC S A; RENAVAM: 00816054444

0191 PLACA: DXC6231; CAMPINAS/SP; CHASSI:9BWCA05W37T158662; MOTOR: BNW252931; VW; GOL 1.0; 2007/2007, DANTEC CAMP TELESISTEMAS LTDA EPP - HENRIQUE ANDRADE MARANI; RENAVAM: 00919146848 – JUDICIAL -- LIBERADO

0193 PLACA: MOH2360; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BWZZZ373XT021964; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; VW; GOL 16V; 1998/1999, SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL - JOAO TOMAZ DOS SANTOS; RENAVAM: 00710721978

0194 PLACA: S/ PLACA; COTIA/SP; CHASSI: 9BWZZZ373XT059462; MOTOR: AFZ391295; VW; GOL MI; 1999/1999, EDWARD DE FREITAS; RENAVAM: 00714966088

0195 PLACA: HKO3585; VOTORANTIM/SP; CHASSI: 9BD27803M97147314; MOTOR: 310A2011*8741753*; FIAT; STRADA FIRE FLEX; 2009/2009, OPCAO MIX CONCRETO LTDA EPP; RENAVAM: 00134108680 – JUDICIAL - LIBERADO

0196 PLACA: FGC1807; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BWLB45U8DP120562; MOTOR: CCRP17492; VW; SAVEIRO 1.6 CE CROSS; 2012/2013, ALESSANDRA GOMES FERREIRA - BANCO PAN S A; RENAVAM: 00492947074

0197 PLACA: CBP9544; ITAPEVI/SP; CHASSI:9BGKZ08KSSB429802; MOTOR: B18YZ31088070; GM; KADETT GL; 1995/1995, SUZANA REGINA DI PACE DA SILVA - THIAGO DA SILVA VEIGA; RENAVAM: 00641221622

0198 PLACA: EUL1410; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BFZK53A2BB282819; MOTOR: SMRBB282819; FORD; KA FLEX; 2010/2011, CACILDA BARBOSA DE BRITO - BRAULIO HENRIQUE BARBOSA DE BRITO; RENAVAM: 00282203184

0199 PLACA: AMV5810; GUARULHOS/SP; CHASSI:9BD17103G62593712; MOTOR:178F1011*6373683*; FIAT; PALIO FIRE FLEX; 2005/2006, ADRIANA MERCEDES BICUDO - CARLOS ALBERTO MOREIRA; RENAVAM: 00857572512 – JUDICIAL - LIBERADO

0200 PLACA: DMV2964; SAO CAETANO DO SUL/SP; CHASSI:9BGTT48W05B100617; MOTOR:5F0001148; GM; ASTRA HB 4P ELEGANCE; 2004/2005, CLAUDIO DE OLIVEIRA - BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.; RENAVAM: 00827839243 – JUDICIAL – LIBERADO

0201 PLACA: CPO9372; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: 146A70114901540; I/Fiat; UNO MILLE SX; 1997/1998, JOSE GOMES FILHO - IVANDO NASCIMENTO SANTOS; RENAVAM: 00685447405

0202 PLACA: BYG1434; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI:9BWZZZ327SP047548; MOTOR: UDB046434; VW; SANTANA CL 1800 I; 1995/1996, ALESSANDRO MICHEJEVS; RENAVAM: 00644075546

0203 PLACA: DEE8139; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: 178D90115203162; FIAT; UNO MILLE FIRE; 2001/2002, CLAUDINEI LEONARDO RAMOS; RENAVAM: 00764068431

0204 PLACA: CNT7608; TABOAO DA SERRA/SP; CHASSI: 9BD178858W0713813; MOTOR: 178A80110048255; FIAT; PALIO WEEKEND STILE; 1998/1999, FABIO MANOEL DOS SANTOS; RENAVAM: 00704400464

0205 PLACA: AAW5322; SAO SEBASTIAO/SP; CHASSI:9BWCA05X92T027625; MOTOR: AFZ677767; VW; GOL 1.0; 2001/2002, CAIO GRACO PRATES LEME DE SOUZA - MONICA SILVA DA CRUZ MENESES; RENAVAM: 00767560752

0206 PLACA: CBP1622; SÃO PAULO/SP; CHASSI: W0L000051S2725440; MOTOR: C20NE31209013; I/GM; ASTRA GLS 2.0MFI; 1995/1995, KELLY CORREA NASCIMENTO - JOSE GOMES DE SOUSA; RENAVAM: 00640732542

0207 PLACA: BGS9016; JANDIRA/SP; CHASSI: 9BWZZZ32ZNP004025; MOTOR: UQ072740; VW; SANTANA GLS 2000; 1992/1992, REINALDO SILVA SANTOS – MARTHA BENEDOCCI FREITAS; RENAVAM: 00602476984

0208 PLACA: BKW8314; RANCHARIA/SP; CHASSI: 9BGJG11ZLLB026866; MOTOR: 18YVH31075134; GM; MONZA SL/E 1.8; 1990/1990, VIVIANA KATE DE SOUSA CARREIRA; RENAVAM: 00207519510

0209 PLACA: DRP1437; COTIA/SP; CHASSI: 9BFZF10B568448053; MOTOR: CAJA68448053; FORD; FIESTA; 2006/2006, SANDRO COLOMERA; RENAVAM: 00874905915

0210 PLACA: BIB4948; CARAPICUIBA/SP; CHASSI:9BWZZZ33ZNP007677; MOTOR: UR053770; VW; QUANTUM GL 2000; 1992/1992, ALCINO FERREIRA CRUZ - WOLLACE EVANGELISTA BRAZ; RENAVAM: 00603470114

0211 PLACA: COH8312; COTIA/SP; CHASSI: 9BGSJ35PWVC646336; MOTOR: SP0112269; GM; CORSA GLS WD; 1997/1998, NATHANAEL DO AMPARO; RENAVAM: 00687303559

0212 PLACA: DKN1211; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BGRD48X04G128148; MOTOR: 6V0024379; GM; CELTA 5 PORTAS; 2003/2004, CLAUDIA PIRES DOS SANTOS; RENAVAM: 00815855338

0213 PLACA: ENV4384; OSASCO/SP; CHASSI: 9BFZF55A2A8465599; MOTOR: SM9AA8465599; FORD; FIESTA FLEX; 2009/2010, CARLOS ROBERTO DIAZ; RENAVAM: 00196820677

0214 PLACA: BVM8248; CARAPICUIBA/SP; CHASSI:9BFBXXLBAJBV48936; MOTOR:817901; FORD; ESCORT L; 1988/1989, CLAUDIA REGINA RODRIGUES DA SILVA - RAFAEL FROTA DE AGUIAR; RENAVAM: 00415733944

0215 PLACA: COB7828; OSASCO/SP; CHASSI: BV233442; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; VW; VARIANT; 1975/1976, SIDNEY APARECIDO NICASTRO - GABRIEL DA SILVA BRITO; RENAVAM: 00355165015

0216 PLACA: CFB1790; OSASCO/SP; CHASSI:9BGMK69RTTB020142; MOTOR: B20NZ31154731; GM; MONZA GLS; 1996/1996, LUIZ ANTONIO MARIANO DE ASSUNCAO - ELIZANGELA FRANCO; RENAVAM: 00653935730

0217 PLACA: KQO1946; COTIA/SP; CHASSI:9BD146097T5742340; MOTOR: 146A70114578266; FIAT; UNO MILLE EP; 1996/1996, VANDERLI APARECIDA INACIO - WELLINGTON GONCALVES; RENAVAM: 00651168163

0218 PLACA: BOT0702; COTIA/SP; CHASSI: 9BWZZZ30ZLT100944; MOTOR: UP460308; VW; VOYAGE CL; 1990/1991, MORENITA ALVES DE JESUS; RENAVAM: 00430790058

0219 PLACA: COR1057; COTIA/SP; CHASSI: 9BWZZZ374WT147225; MOTOR: AFR119494; VW; PARATI 16V; 1998/1999, CICERO GAMA BONFIM; RENAVAM: 00707849403

0220 PLACA: HNZ7573; CARAPICUIBA/SP; CHASSI:9BD17106LB5666846; MOTOR:310A1011*9655274*; FIAT; PALIO FIRE ECONOMY; 2010/2011, FELIPE DE JESUS SILVA-VJCAR PARTICIPACOES E NEGOCIOS LTDA; RENAVAM: 00226381480

0221 PLACA: CHU4601; MAUA/SP; CHASSI:9BWZZZ377TT245284; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; VW; GOL PLUS MI; 1996/1997, IRENE DOS SANTOS - JAQUELINE RIBEIRO; RENAVAM: 00669232963

0222 PLACA: CJA1180; JUQUITIBA/SP; CHASSI: 9BGKZ08BVVB433833; MOTOR: AA0003123; GM; KADETT GL; 1997/1997, LUCIANO MARQUES DOS SANTOS; RENAVAM: 00681017082

0223 PLACA: CRV0070; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9U37ELFYWYP004523; MOTOR:10KJZ60006146; I/PEUGEOT; 306 PAS B 18; 1999/2000, PAULO MEDEIROS DOS SANTOS - MARCEL FELIPE STAINLE DE SOUZA; RENAVAM: 00730680673

0224 PLACA: BMS9296; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BWZZZ30ZNT087765; MOTOR: S/Nº BASE ORIGINAL; VW; GOL CL; 1992/1992, FABIO DE PIERI; RENAVAM: 00604594585

0225 PLACA: HTI1595; SÃO PAULO/SP; CHASSI:3CZRE28708G501189; MOTOR: R20A11004688; I/HONDA; CR-V EXL; 2008/2008, EVANDRO FRANCISCO REIS - CLAYTON LUIZ FERREIRA BORGES; RENAVAM: 00979833132

0226 PLACA: CSQ2001; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BWCA05XX1T108003; MOTOR: AFZ581845; VW; GOL 1.0; 2001/2001, ABDIAS SOUZA - ALEXANDRE STABILE DA SILVA -BANCO ITAU-LEASING AS; RENAVAM: 00752707647

0227 PLACA: CQV3386; ITATIBA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: C4BW636452; FORD; FIESTA; 1997/1998, JOAO PAULO ALVES - EMERSON SOARES DOS SANTOS; RENAVAM: 00688084990

0228 PLACA: EBE7854; CARAPICUIBA/SP; CHASSI:9BD17164G85151289; MOTOR:178F1011*7952477*; FIAT; PALIO FIRE FLEX; 2007/2008, MARINALVA COUTINHO SILVA - PAULO NATALINO DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00948249404

0229 PLACA: CBE4585; ITAPEVI/SP; CHASSI: WVWCG81H4SW431095; MOTOR: DANIFICADO; I/VW; GOLF GL; 1995/1995, ALEXANDRE OLIMPIO DOS SANTOS - RAFAEL PEDRO DA SILVA; RENAVAM: 00639308902

0230 PLACA: CEU5028; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BWZZZ377TP512567; MOTOR: UNC093925; VW; GOL I 1.6; 1996/1996, STEFANY DE ANDRADE DA SILVA - ROSANGELA DE JESUS BOMFIM; RENAVAM: 00653712480

0231 PLACA: CRT6064; COTIA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; VW; KOMBI FURGAO; 1987/1987, EDGARD ARAUJO PESSOA - JOSE BERNARDO DE LIMA; RENAVAM: 00370715500

0232 PLACA: CAR7621; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BD146000S5476359; MOTOR: 146C40114276688; FIAT; UNO ELETRONIC; 1995/1995, ANIZIO SILVA NASCIMENTO; RENAVAM: 00636482723

0230 PLACA: CEU5028; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BWZZZ377TP512567; MOTOR: UNC093925; VW; GOL I 1.6; 1996/1996, STEFANY DE ANDRADE DA SILVA - ROSANGELA DE JESUS BOMFIM; RENAVAM: 00653712480

0231 PLACA: CRT6064; COTIA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; VW; KOMBI FURGAO; 1987/1987, EDGARD ARAUJO PESSOA - JOSE BERNARDO DE LIMA; RENAVAM: 00370715500

0233 PLACA: CMG8823; SANTANA DE PARNAIBA/SP; CHASSI:9BFZZZGDAWB587666; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; FORD; KA; 1998/1998, LUIS ANTONIO DA SILVA - OMNI BANCO S.A.; RENAVAM: 00697138879

0234 PLACA: BKT6577; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: C4AV149982; FORD; FIESTA; 1997/1998, ITAU UNIBANCO S.A. - ELI MARTINS COSTA; RENAVAM: 00683072439

0235 PLACA: DIC8190; ITAPEVI/SP; CHASSI:9362A7LZ93W039270; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; PEUGEOT; 206 SELECTION; 2003/2003, GLAUCIA SIMOES DE OLIVEIRA - BANCO ITAUCARD SA; RENAVAM: 00806521503

0236 PLACA: GTI1872; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR:146D10113914320; FIAT; UNO CS IE; 1995/1996, TOMAZ CARLOS OLIVEIRA - SERGIO SILVANO CASSARI JUNIOR; RENAVAM: 00642728780

0237 PLACA: HQN1923; COTIA/SP; CHASSI: 9BWZZZ30ZFP029309; MOTOR: UE213876; VW; VOYAGE S; 1985/1985, ELIFAZ BENTO DOS SANTOS; RENAVAM: 00130963275

0238 PLACA: DMV3925; IBIUNA/SP; CHASSI:9BGSB19X04B208102; MOTOR:9Z0011009; GM; CORSA CLASSIC; 2004/2004, SAMANTHA POPOVITS IBANHES - JOSE CARLOS AVELINO; RENAVAM: 00832794651

0239 PLACA: CIS1245; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9BWZZZ377VT121763; MOTOR: AFZ123927; VW; GOL PLUS MI; 1997/1997, ALEXANDRE ROSA DA SILVA; RENAVAM: 00677728662

0240 PLACA: CRG2383; COTIA/SP; CHASSI: 9BWZZZ373YT035703; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; VW; GOL 16V; 1999/2000, WELLINGTON ANJOS DA SILVA; RENAVAM: 00720983371

0241 PLACA: BFW1261; OSASCO/SP; CHASSI:9BGSC08WSSC660304; MOTOR: B10NZ31075155; GM; CORSA WIND; 1995/1995, MATHEUS PASCHOAL MIATELLI - ROSANGELA EUDOXIA BARBOSA; RENAVAM: 00633696773

0242 PLACA: AFV5152; TABOAO DA SERRA/SP; CHASSI:9BWZZZ377ST222137; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; VW; GOL GLI 1.8; 1995/1996, ZILDES FERREIRA DIAS - ADRIANO FEITOSA LEITE; RENAVAM: 00647607352

0243 PLACA: DGL7996; COTIA/SP; CHASSI:9BGRD08X03G152851; MOTOR: UNC069269; GM; CELTA 3 PORTAS; 2002/2003, PAULO OTAVIO JORGE MILANO - RICARDO ANTONIO EUZEBIO; RENAVAM: 00795977301

0244 PLACA: EEE1917; COTIA/SP; CHASSI: 935FCN6A84A000539; MOTOR: 10DBTAPSA0000981; CITROEN; C3 EXCL 16 16V; 2003/2004, PAULO HENRIQUE PAIVA ROCHA; RENAVAM: 00809206846

0245 PLACA: GAU3343; SANTA CRUZ DO RIO PARDO/SP; CHASSI: 9BFZH55L6J8476973; MOTOR: XNKAJ8476973; FORD; KA SE 1.0 HA B; 2017/2018, MARIA DE FATIMA ROMUALDO; RENAVAM: 001118379770

0246 PLACA: HMI5915; COTIA/SP; CHASSI: 9BD17164LA5564841; MOTOR: 310A1011*9234688*; FIAT; PALIO FIRE ECONOMY; 2009/2010, EDIVALDO PEREIRA DE NOVAIS; RENAVAM: 00178694207

0247 PLACA: DUS9734; TABOAO DA SERRA/SP; CHASSI:9BD15802784988499; MOTOR:146E1011*7613414*; FIAT; UNO MILLE FIRE FLEX; 2007/2008, ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA - MARCIA DE SOUZA SANTOS; RENAVAM: 00928349535

0248 PLACA: BLC6062; ITANHAEM/SP; CHASSI: 9BD15802784988499; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; FIAT; UNO MILLE; 1992/1992, LUCIANA LIMA DA SILVA; RENAVAM: 00603965199

0249 PLACA: CGD1995; COTIA/SP; CHASSI:9BGJK69RSRB009751; MOTOR: B20NZ31102277; GM; MONZA GLS; 1994/1995, RENATO PIRES DE ARRUDA LEITE - GILMAR GONCALVES DO NASCIMENTO; RENAVAM: 00625614208

0251 PLACA: DKC3761; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9362A7LZ94B013237; MOTOR:10TR01Q0077213; PEUGEOT; 206 10 SENSAT; 2004/2004, JOSE MARCIANO EVANGELISTA DOMINGOS - CARLOS EDUARDO LEITE PINTO; RENAVAM: 00823197654

0252 PLACA: DEB1759; COTIA/SP; CHASSI: 9BFBGZGDA1B745318; MOTOR: C4C1745318; FORD; KA BLACK; 2001/2001, EDUARDO DI NIZO; RENAVAM: 00765856620

0253 PLACA: KQX0042; TABOAO DA SERRA/SP; CHASSI: 9BD17203743110963; MOTOR: 178F1011*6041193*; FIAT; SIENA FIRE; 2004/2004, GERSON CARNEIRO DA SILVA; RENAVAM: 00829718460

0254 PLACA: DZA5094; ITAPECERICA DA SERRA/SP; CHASSI:8AWPB05Z28A000354; MOTOR: BPA833821; I/VW; SPACEFOX; 2007/2008, DANIELA SILVA DE JESUS - SANTINA ALEXANDRE DA SILVA; RENAVAM: 00933096097

0256 PLACA: BMJ2712; JANDIRA/SP; CHASSI:9BD146000N3935107; MOTOR: 146B40113629535; FIAT; UNO MILLE ELECTRONI; 1992/1993, MARCIA FERNANDES SILVA - MARIA ALVES DE SOUZA; RENAVAM: 00607384492

0257 PLACA: FOX1400; COTIA/SP; CHASSI: 8A1C53PZZSS002978; MOTOR: 5998539; I/RENAULT; 19 RN; 1995/1995, CICERO FERREIRA DOS SANTOS; RENAVAM: 00638139031

0258 PLACA: DBA5855; CARAPICUIBA/SP; CHASSI:9BWKA05Z264196575; MOTOR: BNX071442; VW; FOX 1.0 PLUS; 2006/2006, VANESSA VIEIRA SOARES DA SILVA - ALEFF DOS SANTOS RODRIGUES; RENAVAM: 00888688822

0259 PLACA: BFL1525; EMBU/SP; CHASSI: 9BD146000M8196359; MOTOR:160A20117502146; FIAT; UNO P UP LX YOUNG; 1991/1991, WILLIANS FERNANDES LOPES; RENAVAM: 00433417994

0260 PLACA: AIF4257; ITAPEVI/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR:146A7011*5650388*; FIAT; UNO MILLE EX; 1998/1999, ROBSON AUGUSTO FERREIRA RODRIGUES - JOSE ROCHA TAVARES; RENAVAM: 00710933690

0261 PLACA: BQB4887; COTIA/SP; CHASSI:9BWZZZ30ZPT098007; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; VW; GOL 1000; 1993/1993, LUAN VALDEVINO CORDEIRO - MONDISA PEREIRA DA SILVA; RENAVAM: 00611490153

0262 PLACA: DSU5879; VOTORANTIM/SP; CHASSI: 9BR53ZEC278651697; MOTOR: 45932691ZZ; TOYOTA; COROLLA SEG18VVT; 2006/2007, HOTMONEY FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTD; RENAVAM: 00897111249

0263 PLACA: CAJ2937; SÃO PAULO/SP; CHASSI: VS6BSXWPFSWK96289; MOTOR: SK96289; I/FORD; FIESTA; 1995/1995, B P DE OLIVEIRA ME; RENAVAM: 00633177920

0265 PLACA: MBB3364; POUSO ALEGRE/MG; CHASSI: 9BD17309814023443; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; FIAT; PALIO WK ADVENTURE; 2001/2001, GILMARA ALMEIDA DA S.VINDILINO; RENAVAM: 00760360570

0266 PLACA: COT7304; OSASCO/SP; CHASSI: 9BGJK11YLLB061449; MOTOR: 20YVH31119440; GM; MONZA SL/E 2.0; 1990/1990, AILTON DE OLIVEIRA PEDROSO; RENAVAM: 00427915171

0267 PLACA: BRJ7726; CARAPICUIBA/SP: CHASSI: 9BD146000R5397517; MOTOR: 146C40114173374; FIAT; UNO ELETRONIC; 1994/1995, BENEDITO REALTINI BRIGIDA; RENAVAM: 00629075000

0268 PLACA: DPX7954; CARAPICUIBA/SP; CHASSI:9BWKA05Z754036898; MOTOR: BJE034991; VW; FOX 1.0; 2004/2005, DIOGO RIBEIRO DOS SANTOS - GIVALDO DA SILVA MACEDO; RENAVAM: 00840103816

0269 PLACA: CGP2916; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9BGJK11ZHHB051733; MOTOR: 18YVH31015819; GM; MONZA SL/E; 1987/1987, JOAO PAULO DANTAS DOS SANTOS; RENAVAM: 00383277922

0270 PLACA: DFC3535; ITAPEVI/SP; CHASSI: VS6BSXWPFSWC63076; MOTOR: SC63076; I/FORD; FIESTA; 1995/1995, VANDERLEIA DA COSTA PROENCA; RENAVAM: 00636662012

0271 PLACA: CWO0453; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BWZZZ377WP554132; MOTOR: AFZ305622; VW; GOL MI; 1998/1999, ROSEMIR ANTONIO DA SILVA; RENAVAM: 00698798945

0273 PLACA: CCC8272; BARUERI/SP; CHASSI: WVWCG81H3SW467845; MOTOR: ACC240640; I/VW; GOLF GL; 1995/1995, ESDRAS DA SILVEIRA LOPES - FILIPY CAIO DOS SANTOS TAIRI; RENAVAM: 00642332916

0274 PLACA: CBH7674; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9BWZZZ377ST058336; MOTOR: 025946; VW; GOL 1000I; 1995/1995, GILSON FERNANDO DE MELO RICARDO; RENAVAM: 00635482053

0275 PLACA: MSM0441; COTIA/SP; CHASSI: 93YBSR0RH9J177921; MOTOR: D4DH760Q042566; RENAULT; SANDERO AUT1016V; 2008/2009, CLAUDIO ROBERTO DAMAS; RENAVAM: 00117273384

0276 PLACA: DEM5470; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: 178D90115272721; FIAT; UNO MILLE FIRE; 2001/2002, PAULO CESAR RUEDO - VIVIANE CONCEICAO DE SOUZA; RENAVAM: 00771292813

0277 PLACA: JNH6224; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BGJG11VMMB010818; MOTOR: E18LVH31059602; GM; MONZA SL; 1991/1991, NILSON SANTOS DA SILVA - JOSE JESUS PINHEIRO; RENAVAM: 00222658401

0278 PLACA: BJG1625; VARGEM GRANDE PAULISTA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: UT030376; FORD; VERONA 1.8 LX; 1992/1992, IVAN FERNANDES DE SOUZA; RENAVAM: 00606006435

0279 PLACA: EBU9537; COTIA/SP; CHASSI:9BWAA05W29P045028; MOTOR: CCP057758; VW; GOL 1.0 GIV; 2008/2009, WILHAM DE SOUZA SANTOS - AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA; RENAVAM: 00972489452

0280 PLACA: BNC6364; COTIA/SP; CHASSI: 9BGTB11UPPC135619; MOTOR: 3JF25MJ04341; GM; CHEVETTE L; 1993/1993, JOCIMAR REIS FIGUEREDO; RENAVAM: 00611132591

0281 PLACA: GSY5797; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: 146A70115435765; FIAT; UNO MILLE EX; 1998/1998, RODRIGO ANICETO BRAGA DIAS - JEFFERSON RODRIGUES DOS SANTOS; RENAVAM: 00696319683

0282 PLACA: AJM4235; JANDIRA/SP; CHASSI:9BWCA05X81T043944; MOTOR: AFR387590; VW; GOL 16V PLUS; 2000/2001, JOSE ANDRADE - THIAGO SILVA OLIVEIRA; RENAVAM: 00744297095

0283 PLACA: CAK0493; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BGKZ35GSSB413720; MOTOR: B18LZ31146423; GM; KADETT IPANEMA GL; 1995/1995, REGIANE MEIRENCE DA SILVA - JOSE APARECIDO DE ARAUJO; RENAVAM: 00634496727

0284 PLACA: CEF0056; COTIA/SP; CHASSI:9BGSC08WSRC619176; MOTOR: B10NZ31041974; GM; CORSA WIND; 1994/1995, ANDERSON DAVID DE OLIVEIRA - PRISCILA TORRES DA SILVA; RENAVAM: 00626852730

0285 PLACA: FBL5243; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BGCA80X0CB279274; MOTOR: CSB014691; CHEVROLET; MONTANA LS; 2012/2012, PRO AUTO VEICULOS E PECAS EIRELI - BRUNO MENDES GOMES DO NASCIMENTO; RENAVAM: 00461582368

0286 PLACA: DOS6357; OSASCO/SP; CHASSI:9BGSB19X04B209638; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; GM; CORSA CLASSIC; 2004/2004, KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO - MARIO D ARC DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00834515059

0287 PLACA: JPC1896; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9BWCB41J3Y4023126; MOTOR: APK005886; VW; GOLF 2.0; 2000/2000, RICARDO DA CRUZ SILVA JUNIOR; RENAVAM: 00733294588

0288 PLACA: BNG1414; ITAQUAQUECETUBA/SP; CHASSI:9BWZZZ32ZNP057358; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; VW; SANTANA CL 1.8; 1992/1993, FLAVIA DANIELA DOS SANTOS CLARO; RENAVAM: 00607729791

0289 PLACA: CXL4831; CARMO DO RIO CLARO/MG; CHASSI: 9BWZZZ377WP594902; MOTOR: AFR495380; VW; GOL SPECIAL; 1998/1999, ANDERSON ANTONIO LEANDRO ME; RENAVAM: 00707833906

0290 PLACA: CGI4028; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BWZZZ377TP561118; MOTOR: ORIG. S/ Nº; VW; GOL I; 1996/1996, TAISE SANTANA SANTOS BERELLI - CARLOS ALEXANDRE DE MORAES FERREIRA; RENAVAM: 00662416694

0291 PLACA: COL1288; OSASCO/SP; CHASSI:9BWZZZ377WP571482; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; VW; GOL SPECIAL; 1998/1999, ANTONIO CLEIDSON DE FRANCA ARAUJO - RAIMUNDA NONATA SANTANA; RENAVAM: 00705144887

0292 PLACA: CAL6156; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BGKW08YKKC301539; MOTOR: 20YVH31092928; GM; KADETT GS; 1989/1989, ADAO GOMES FERREIRA - MARIA LUIZA DA SILVA; RENAVAM: 00422552704

0293 PLACA: BOE8422; BARUERI/SP; CHASSI:9BGKT08KRPC301994; MOTOR: B18YZ31055233; GM; KADETT GL; 1993/1994, JOAO BATISTA DA CRUZ; RENAVAM: 00615477437

0294 PLACA: FRA0055; COTIA/SP; CHASSI: 9BWZZZ331SP042920; MOTOR: UQC056165; VW; QUANTUM GLS 2000I; 1995/1996, ARNALDO ANANIAS DE FREITAS; RENAVAM: 00643786082

0295 PLACA: GHH3336; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BFZZZ338TP021766; MOTOR: UDB066082; FORD; VERSAILLES 1.8 I GL; 1996/1996, SARAH HOSSRI-SODEPA SOC EMP PUBL PART SA; RENAVAM: 00653376391

0296 PLACA: CNZ2235; COTIA/SP; CHASSI:9BWZZZ32ZKP041465; MOTOR: UQ022570; VW; SANTANA GLS EVIDENCE; 1989/1989, EDNA COSTA NOGUEIRA - EDMILSON ARAUJO DE LIMA; RENAVAM: 00424468956

0297 PLACA: DFT8757; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BWCA05X22T147072; MOTOR: AZP074476; VW; GOL 16V POWER; 2002/2002, ROBERTO COIMBRA DE ANDRADE; RENAVAM: 00779690133

0298 PLACA: CPK4768; CARAPICUIBA/SP; CHASSI:93HEJ6640WZ209444; MOTOR: D16Y73796686; HONDA; CIVIC LX; 1998/1998, RENATO PEREIRA DA SILVA - CIFRA S.A. CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO; RENAVAM: 00708586414

0299 PLACA: CQV7455; COTIA/SP; CHASSI:9BWZZZ373WT099362; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; VW; GOL 16V; 1998/1999, JOAO DA CRUZ CASADO; RENAVAM: 00699977207

0300 PLACA: AFC4835; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9BWZZZ377RT025693; MOTOR: 1823145; VW; GOL 1000I; 1994/1995, CARLOS HENRIQUE DE SOUZA; RENAVAM: 00630841110

0301 PLACA: CTU5728; COTIA/SP; CHASSI: 9BGSC68ZXWC634990; MOTOR: BS0163520; GM; CORSA WIND; 1998/1999, EDVALDO NUNES DA SILVA; RENAVAM: 00705047180

0302 PLACA: DEH8198; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BFBSZFHA1B381121; MOTOR: C4E1381121; FORD; FIESTA GL; 2001/2001, GENIVALDO DORIA PALMEIRA; RENAVAM: 00762340665

0303 PLACA: DMB1307; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BFBLZGDA3B836403; MOTOR: C4C3836403; FORD; KA; 2003/2003, JULIANE SILVA SANTOS; RENAVAM: 00811164225

0304 PLACA: CBC3705; COTIA/SP; CHASSI:9BGKS08VLKC303131; MOTOR:18LVH31025326; GM; KADETT SL/E; 1989/1990, ODILON DA CUNHA MENDES-CLEANE MORGADO DA SILVA; RENAVAM: 00424218640

0305 PLACA: CQV5870; COTIA/SP; CHASSI: 9BFGSZPPAVB858372; MOTOR: C4AV169098; FORD; COURIER; 1997/1998, ALLEF DE OLIVEIRA SANTOS; RENAVAM: 00684790874

0306 PLACA: DSL0344; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BGXH68606B204919; MOTOR: H80011870; GM; CORSA HATCH MAXX; 2006/2006, BANCO ITAU BBA SA - SINEZIO ALVES DA SILVA; RENAVAM: 00882510606

0307 PLACA: CZN6667; COTIA/SP; CHASSI:9BFBDZGDAYB663204; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; FORD; KA GL IMAGE; 1999/2000, JERONIMO PEREIRA DA HORA; RENAVAM: 00726831794

0308 PLACA: LCV8562; OSASCO/SP; CHASSI:8AD7CLFYWX5336866; MOTOR: SSALFY10KJZ60002310; I/PEUGEOT; 306 RA H3 18; 1999/1999, DORGIVAL ROGERIO DE MOURA; RENAVAM: 00722434510

0309 PLACA: CAM0519; ARACARIGUAMA/SP; CHASSI: 9BWZZZ377ST061632; MOTOR: UNC032639; VW; GOL CLI; 1995/1995, CASSIO ALEXANDRE DA SILVA; RENAVAM: 00635429497

0310 PLACA: CMO5167; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BGJG19HWWB571392; MOTOR: JU0012047; GM; VECTRA GL; 1998/1998, MYKE DE LIMA MATTOS; RENAVAM: 00700969853

0311 PLACA: BPM5468; COTIA/SP; CHASSI:9BWZZZ32ZJP200421; MOTOR: UE199729; VW; SANTANA G

0321 PLACA: BTD0074; MAIRINQUE/SP; CHASSI: BS175796; MOTOR: BH68134; VW; FUSCA 1500; 1972/1972, EDMUNDO DE SOUZA FIGUEIREDO; RENAVAM: 00428605176

0322 PLACA: CHP1854; TABOAO DA SERRA/SP; CHASSI:9BGSE80NVTC613139; MOTOR: B16NE31049556; GM; CORSA GL; 1996/1997, VALTAIR DOS SANTOS SILVA - LUCIANO CHAVES DE ALMEIDA; RENAVAM: 00664944000

0323 PLACA: DWQ4864; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BWKA05ZX84016147; MOTOR: BNX134727; VW; FOX 1.0; 2007/2008, EDISON DE SOUZA RODRIGUES; RENAVAM: 00932122639

0324 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICDO; MOTOR: S/MOTOR; FIAT; TEMPRA

0325 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: 146D30118214634; FIAT; PREMIO

0326 PLACA: CNU3996; ITANHAEM/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR:806502; FORD; PAMPA L; 1988/1988, TANIA CASSIA PEREIRA DOS SANTOS - JOSE JERGIO SOARES DOS SANTOS; RENAVAM: 00397660642

0327 PLACA: LJC3996; BELO HORIZONTE/MG; CHASSI: 9BD146000P8333318; MOTOR: 146C40114205968; FIAT; FIORINO 1.0; 1993/1994, LEVY CIRINO; RENAVAM: 00321569466

0328 PLACA: DQR7422; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9362EKFW96B029134; MOTOR: KFW10DBS7PSA0003543; PEUGEOT; 206 SW14 PRES FX; 2006/2006, 1002 MULTIMARCAS COMERCIO DE VEICULOS LTDA ME - MARIA APARECIDA PEREIRA MILIETTI; RENAVAM: 00877364788

0330 PLACA: CFS6093; COTIA/SP; CHASSI:9BGKZ08GTTB437270; MOTOR: B18LZ31185314; GM; KADETT GL; 1996/1996, FRANCISCO DAS CHAGAS ROQUE - ANAILZA MACHADO DOS SANTOS; RENAVAM: 00657807419

0331 PLACA: CHO6257; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI: 9BFBXXLBAKBS14106; MOTOR: 1789830; FORD; ESCORT L; 1989/1989, ANGELO APARECIDO PACHECO LIMA; RENAVAM: 00423216392

0332 PLACA: DIP3551; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BWHB09A93P022198; MOTOR: BAH059985; VW; POLO 1.6; 2002/2003, JHONATAN POHLMANN - CARLOS ALBERTO ALVES VIRADI; RENAVAM: 00797396780

0334 PLACA: DAD9514; GUARULHOS/SP; CHASSI:9BGSC08Z01C142081; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; GM; CORSA WIND; 2000/2001, JUVENAL PEREIRA DOS SANTOS - WARLY LUAN DE ASSIS; RENAVAM: 00741997940

0335 PLACA: BQX2574; ITAPECERICA DA SERRA/SP; CHASSI: 9BWZZZ377ST037248; MOTOR: UNC023041; VW; GOL CLI; 1995/1995, RAFAEL JARDIM SAMPAIO; RENAVAM: 00635834170

0336 PLACA: DBZ4811; COTIA/SP; CHASSI: 9BGSD68401C125654; MOTOR: CJ0033137; GM; CORSA SUPER; 2000/2001, REGINALDO BARREIRO; RENAVAM: 00739884492

0337 PLACA: DAS1738; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BGTT08C0YB200751; MOTOR: NJ0056256; GM; ASTRA GL; 2000/2000, CARINA HIKAGE ACHY - FABIO SERGIO MEDEIROS; RENAVAM: 00743613180

0338 PLACA: KDW1101; SÃO PAULO/SP; CHASSI:8AFER13D4YJ124528; MOTOR: A79522138; I/FORD; RANGER XLT 13D; 1999/2000, JOAO PAULO PIRES; BCO REAL AS; RENAVAM: 00729610209

0339 PLACA: DVJ9784; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BGRZ08907G168743; MOTOR: K60082120; GM; CELTA 2P LIFE; 2006/2007, RUY DONATO - BANCO GMAC SA; RENAVAM: 00902031970

0340 PLACA: CSX1218; OSASCO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: C4BW629285; FORD; KA; 1998/1999, KARINA MALTA CAMARGO DA SILVA; RENAVAM: 00708525431

0341 PLACA: CXT3758; COTIA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: C4BW623214; FORD; KA; 1998/1999, ROSEMARY TAMARA SILVA TORRES; RENAVAM: 00715989120

0342 PLACA: DQR6182; ORLANDIA/SP; CHASSI:9BFZF26P368471288; MOTOR: QFJA68471288; FORD; FIESTA SEDAN1.6FLEX; 2006/2006, HELENA DE OLIVEIRA SILVA; RENAVAM: 00880679328

0343 PLACA: DSO8001; COTIA/SP; CHASSI: 9BGRZ08906G193323; MOTOR: K60056743; GM; CELTA 2P LIFE; 2006/2006, EDVALDO FERREIRA DA SILVA; RENAVAM: 00880006285

0345 PLACA: CYJ9599; COTIA/SP; CHASSI: 9BD15802524335978; MOTOR: 178D90115297050; FIAT; UNO MILLE FIRE; 2001/2002, RENATA CRISTINA DA SILVA RAMALHO; RENAVAM: 00771157657

0346 PLACA: CZD8173; COTIA/SP; CHASSI:9BD17146062598734; MOTOR:178F1011*6387357*; FIAT; PALIO FIRE FLEX; 205/206, SERGIO MIGUEL - MARIA LUCIA ALVES DA SILVA - BANCO ITAUCARD SA; RENAVAM: 00856451851

0347 PLACA: DQL8485; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BFZF10B378028759; MOTOR: CAJA78028759; FORD; FIESTA; 2006/2007, DIBENS LEASING SA ARR MERCANTIL - JOSE KAROLHUS DE CASTRO; RENAVAM: 00887788025

0348 PLACA: CJR1717; OSASCO/SP; CHASSI:9BD159000R9069603; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; FIAT; TEMPRA OURO 16V; 1994/1995, VINICIUS NUNES LEAL - ROBSON SANTOS DA SILVA; RENAVAM: 00619861754

0349 PLACA: DAN5016; COTIA/SP; CHASSI:9BWCA05X12P022282; MOTOR: AZP022115; VW; GOL 16V POWER; 2001/2001, ANTONIO PEREIRA DE LIMA - AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA; RENAVAM: 00769055370

0350 PLACA: BWC4940; JANDIRA/SP; CHASSI: 9BWZZZ30ZGT177158; MOTOR: UB550232; VW; GOL LS; 1986/1986, ILDEBRANDO ESPERANCA DO CARMO; RENAVAM: 00363567020

0351 PLACA: CNB3771; ITAPEVI/SP; CHASSI: FINAL HGB018903; MOTOR: 20YVH31007845; GM; MONZA CLASSIC; 1986/1987, MOACIR BARTOLOMEU AGOSTINHO; RENAVAM: 00407509860

0352 PLACA: CJL7985; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BFZZZFDAVB126116; MOTOR: C4AV126116; FORD; FIESTA; 1997/1997, HARLEY DE JESUS ALMEIDA - CIFRA S.A. CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO; RENAVAM: 00678267634

0353 PLACA: FLK5654; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BD27805MD7720388; MOTOR:310A20111675003; FIAT; STRADA WORKING; 2013/2013, KN WAAGEN BALANCAS LTDA EPP; RENAVAM: 00570485916

0354 PLACA: CMW0708; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BG138AC03C402618; MOTOR:40704102022; GM; S10 2.8 D; 2002/2003, FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIA; RENAVAM: 00794247610 – JUDICIAL - LIBERADO

0355 PLACA: DSL9036; COTIA/SP; CHASSI: 9BWCA05W16T094118; MOTOR: BNW039432; VW; GOL 1.0; 2006/2006, VALNEY DE SOUSA FERREIRA; RENAVAM: 00880813318

0356 PLACA: CNG5322; COTIA/SP; CHASSI: 9BFZZZFHAWB202208; MOTOR: C4AW202208; FORD; FIESTA; 1998/1998, CASSIO DE ALMEIDA SILVA – GEROGENES YURI DA SILVA; RENAVAM: 00693044357

0357 PLACA: BQM3168; BOFETE/SP; CHASSI: 9BGKZ08GSSB423898; MOTOR: B18LZ31151517; GM; KADETT GL; 1995/1995, EDMILSON DE SOUZA BARROS; RENAVAM: 00637805747

0358 PLACA: BGS7404; COTIA/SP; CHASSI:9BGJK11RNNB024500; MOTOR:20NZ31014717; GM; MONZA SL/E EFI; 1992/1992, DAVID RESENDE DE OLIVEIRA - ARTUR DE CARVALHO; RENAVAM: 00602383196

0360 PLACA: CVM4186; OSASCO/SP; CHASSI: 9BD178096Y2120939; MOTOR: 178A30115976908; FIAT; PALIO EX; 2000/2000, SARAH GABRIELA DE OLIVEIRA FELIZARDO; RENAVAM: 00739706110

0361 PLACA: CII2172; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 8AWZZZ6K2VA028306; MOTOR: USD702814; I/VW; POLO CLAS. 1.8 MI; 1997/1997, DILENE APARECIDA RAMIREZ DA SILVA; RENAVAM: 00673697452

0362 PLACA: DQY1451; COTIA/SP; CHASSI: 9BWKA05Z66P002368; MOTOR: BNX021666; VW; FOX 1.0; 2005/2006, DIOGO SILVA CELESTINO; RENAVAM: 00865370028

0363 PLACA: CFC3054; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BD255043T8482527; MOTOR: 146B80114599861; FIAT; FIORINO IE; 1996/1996, JOSE RICARDO GOMES DOS SANTOS FERREIRA - LINDOMAR FERREIRA DOS SANTOS; RENAVAM: 00652397379

0364 PLACA: CFB4888; MAIRINQUE/SP; CHASSI:9BFZZZFHATB036826; MOTOR: C4ATE28972; FORD; FIESTA; 1996/1996, MARCEL SILVA CHAVES - LUZINEIDE COELHO DA SILVA E SILVA; RENAVAM: 00658745018

0365 PLACA: HPJ8104; COTIA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: AFR429164; VW; GOL 16V PLUS; 2001/2001, RAFAEL LEITE DA SILVA; RENAVAM: 00754784053 – JUDICIAL - LIBERADO

0366 PLACA: CWK2609; ITAPEVA/SP; CHASSI:9BD255044W8623748; MOTOR: 178A50115110021; FIAT; FIORINO IE; 1998/1999, SINEU GOMES - NAEL ERNESTO DA SILVEIRA; RENAVAM: 00704223716

0367 PLACA: DMQ8447; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI:9BGRY48X05G142831; MOTOR:6V0102099; GM; CELTA 4P SUPER; 2004/2005, DANIELA APARECIDA MARTINS DIAS - ROBSON AMORIM DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00841470049

0368 PLACA: CNN1293; CAJAMAR/SP; CHASSI: 9BGJG19HWWB576319; MOTOR: JU0016596; GM; VECTRA GL; 1998/1998, MOISES APARECIDO DIAS; RENAVAM: 00703009559

0371 PLACA: DQB3670; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR:214426; VW; SAVEIRO 1.6; 2006/2006, VALTER DE MELO SILVA-BANCO DO BRASIL SA; RENAVAM: 00881999784

0373 PLACA: CBM2576; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BWZZZ231SP039944; MOTOR: UG242648; VW; KOMBI; 1995/1996, FRANCISCO PAULO MARIN; RENAVAM: 00642678812

0374 PLACA: DAM1207; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BD18573017041746; MOTOR: 185A70112123468; FIAT; MAREA WEEKEND ELX; 2000/2001, RENATO FERREIRA DE ARAUJO; RENAVAM: 00745040551 – JUDICIAL - LIBERADO

0375 PLACA: FKE8173; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 8A1BB8215EL708527; MOTOR: D4DJ754Q023876; I/RENAULT; CLIOEXP1016VH; 2013/2014; ELENICE MAUTONE; RENAVAM: 565781685

0376 PLACA: CDC9993; SÃO PAULO/SP; CHASSI: KMHVF21NPSU154388; MOTOR: G4EKS352082; I/HYUNDAI; ACCENT LSR; 1995 / 1995; KAZUO FUGIVARA; RENAVAM: 00647516098

0377 PLACA: EKW8687; CERQUILHO/SP; CHASSI: 9BGTD75C0BC140565; MOTOR: V10011108; GM; ZAFIRA EXPRESSION; 2010 / 2011, NEUSA MARIA DUARTE VIGAR, BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.; RENAVAM: 00234761784

0378 PLACA: GSD2444; SÃO PAULO/SP CHASSI: 9BD178016T0099399; MOTOR:178A30115331203; FIAT; PALIO EDX; 1998/1998, MARCELO DOS SANTOS - DIEGO DE JESUS MARIN; RENAVAM: 00695339478

0379 PLACA: DII9006; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 93UMC28L034000663; MOTOR: AGU159749; AUDI; A3 1.8T; 2002/2003, RICARDO DE SOUZA OLIVEIRA ACESSORIOS M; RENAVAM: 786261552 – JUDICIAL - LIEBRADO

0380 PLACA: BLD7277; ARUJA/SP; CHASSI:9BFZZZ54ZRB585658; MOTOR:1762703; FORD; ESCORT 1.0 HOBBY; 1994/1994, MARCIO SILVESTRE DE SANTANA - SHIRLEY DE JESUS; RENAVAM: 00624451798

0381 PLACA: DFG9720; PRAIA GRANDE/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: 178E90116353496; FIAT; PALIO YOUNG; 2001/2002, ALDO BATISTA DOS SANTOS - KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO; RENAVAM: 00772203580 – JUDICIAL - LIBERADO

0382 PLACA: CZZ3240; MOGI DAS CRUZES/SP; CHASSI; DANIFICADO; MOTOR: 178E8011*5750884*; FIAT; FIORINO IE; 2003/2003, PEDRO CALISTO MARTINS; RENAVAM: 00806874619

0385 PLACA: CWJ1612; SAO LOURENCO DA SERRA/SP; CHASSI: 9BWZZZ23ZMP007733; MOTOR: UG190709; VW; KOMBI; 1991/1991, MARIA ALEXANDRE DA GUIA TORRES; RENAVAM: 00432975845

0386 PLACA: S/PLACA; CHASSI:9BWZZZ231TP013998; MOTOR: S/MOTOR; VW; KOMBI

0387 PLACA: CDZ4472; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 8A1T31C1ZVS004413; MOTOR: AA97222; I/CHEVROLET; TRAFIC; 1997/1997, RAIMUNDA CARDOSO SANTANA; RENAVAM: 00696939533

0388 PLACA: EAH6019; ITAPEVI/SP; CHASSI: WF0XXXT8F9TS49482; MOTOR: S/MOTOR; I/FORD; TRANSIT 350L TA; 2008/2009, WILSON ANTONIO DA SILVA; RENAVAM: 00135564247

0389 PLACA: COB6064; OSASCO/SP; CHASSI: 9BGSC08ZXWC649390; MOTOR: BS0173576; GM; CORSA WIND; 1998/1999, LAUDMEILLE PALMEIRA DA SILVA DE SOUSA; RENAVAM: 00707151961

0390 PLACA: BZH7788; COTIA/SP; CHASSI: 9BD159000S9115657; MOTOR: 159B80119110722; FIAT; TEMPRA IE; 1995/1995, MARCIA APARECIDA LOPES FERNANDES; RENAVAM: 00634373404

0391 PLACA: DLG7548; COTIA/SP; CHASSI: 9BFZF10B158382874; MOTOR: CAJA58382874; FORD; FIESTA; 2005/2005, VANDERLEI APARECIDO AREIAS DOS SANTOS; RENAVAM: 00863537480

0393 PLACA: NGS4669; GOIANIA/GO; CHASSI: 9BR72ZEC488704638; MOTOR: 47108371ZZ; TOYOTA; FIELDER SEG18FLEX; 2007/2008, VINICUS ABREU RIBEIRO; RENAVAM: 00944716938

0394 PLACA: BYE1827; JANDIRA/SP; CHASSI: 9BD146000S8424467; MOTOR: 146B80114277408; FIAT; FIORINO IE; 1995/1995, TRANSPORTES SALU EXPRESS LTDA EPP; RENAVAM: 00635259265 – JUDICIAL - LIBERADO

0395 PLACA: BMM7555; BARUERI/SP; CHASSI: 9BGKT08KPPC352653; MOTOR: B18YZ31046219; GM; KADETT SL EFI; 1993/1993, ALLAN DA SILVA DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00610659359

0396 PLACA: EZH7318; OSASCO/SP; CHASSI:9BGRP48F0CG252523; MOTOR: NAB287468; CHEVROLET; CELTA 1.0L LT; 2011/2012, RUBENS FERREIRA DE SOUZA; RENAVAM: 00355839601

0397 PLACA: BPI8931; COTIA/SP; CHASSI: 9BD146000R5315548; MOTOR: 146C40114077962; FIAT; UNO ELETRONIC; 1994/1994, CRISTIANE DA SILVA PEREIRA; RENAVAM: 00624622355

0398 PLACA: BNH7059; COTIA/SP; CHASSI: 9BD159000P9042427; MOTOR: 149B80119150225; FIAT; TEMPRA OURO 16V; 1993/1993, JOAO FERREIRA DOS SANTOS; RENAVAM: 00612041522

0399 PLACA: BJH6762; COTIA/SP; CHASSI: 9BD146000P3999094; MOTOR: 146B90113704651; FIAT; ELBA WEEKEND; 1993/1993, JOSE RODRIGUES PAN; RENAVAM: 00609985787

0400 PLACA: MRZ0713; VARGEM GRANDE PAULISTA/SP; CHASSI:9BGRM69809G101329; MOTOR: M80062780; GM; PRISMA MAXX; 2008/2009, EDPO GONCALVES - ELIAS ALVES DOS SANTOS; RENAVAM: 00959294759

0401 PLACA: S/ PLACA; CHASSI: 9BGRJ6910AG154237; MOTOR: S90079513; GM; PRISMA;

0402 PLACA: CJS5545; COTIA/SP; CHASSI:9U7N2E45VVK000069; MOTOR:10KJF82006314; I/CITROEN; ZX SX 1.8I; 1997/1997, OSMIR JOSE DA SILVA; RENAVAM: 00681955279

0403 PLACA: CAC9938; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9BD146000S8410519; MOTOR: 146B80117438480; FIAT; FIORINO IE; 1995/1995, MARIA CREUZA ALENCAR MALDONADO ME; RENAVAM: 00631489398

0404 PLACA: S/ PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/REPOSIÇÃO DE PEÇAS; GM; IPANEMA

0405 PLACA: AXB1462; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BWAA05U5EP031701; MOTOR: CPB217651; VW; NOVO GOL 1.0 CITY; 2013/2014, NEIDE MARIA COSTA DUTRA; RENAVAM: 00546354106

0406 PLACA: FBP6897; TUPA/SP; CHASSI:9BGRP69X0CG352454; MOTOR: NAC110813; CHEVROLET; PRISMA 1.4L LT; 2012/2012, GRACIELI PIRES E SILVA - BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.; RENAVAM: 00468127216

0407 PLACA: CAR8014; ITAPEVI/SP; CHASSI:9BFZZZ54ZSB728441; MOTOR: 051572; FORD; ESCORT 1.0 HOBBY; 1995/1995, ALESSANDRO DOS SANTOS SILVA - GILDASIO PEREIRA DOS SANTOS; RENAVAM: 00636670589

0408 PLACA: ABK7621; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BD15802524310028; MOTOR: 178D90115242388; FIAT; UNO MILLE FIRE; 2001/2002, REAL SEGUROS SA - SNOOPY COMERCIO DE VEICULOS LTDA; RENAVAM: 00770209076

0410 PLACA: EMH7611; COTIA/SP; CHASSI:9BFZF54P9A8460292; MOTOR: QF9AA8460292; FORD; FIESTA SEDAN1.6FLEX; 2009/2010, PAULO DEDIMO BATISTA DE OLIVEIRA - AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA; RENAVAM: 00178211613 – JUDICIAL - LIBERADO

0411 PLACA: AAQ9596; COTIA/SP; CHASSI:9BWZZZ30ZJT130275; MOTOR: UP463065; VW; GOL CL; 1988/1989, RODRIGO DA SILVA GREGORIO - RENAN ROMES DA SILVA; RENAVAM: 00417856040

0412 PLACA: DDD2454; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9BD19240T43021548; MOTOR: 7Z0042748; FIAT; STILO; 2003/2004, BANCO ITAU BBA SA - JOSEFA XAVIER DE AGUIAR; RENAVAM: 00816386269

0415 PLACA: BNL7344; AVANHANDAVA/SP; CHASSI: BH644062; MOTOR: BH455092; VW; KOMBI; 1980/1980, AILTON ANTONIO ROSA; RENAVAM: 00369453590- JUDICIAL - LIBERADO

0416 PLACA: CRI0507; SÃO PAULO/SP; CHASSI: JF1BF7DL0P0053138; MOTOR: 20B23232BB20; I/SUBARU; LEGACY TW 2.2; 1993/1993, ABDEL SALEM ANTAR; RENAVAM: 00436584573 – JUDICIAL – LIBERADO

0417 PLACA: EJD0177; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BM9790489B666554; MOTOR; 904970U0836588; M. BENZ; 915C; 2009/2009; CONSTRUMET ENGENHARIA E CONSTRUCOES METALICAS LTDA ME; RENAVAM: 00163776741

0418 PLACA: FIH0511; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BM979073GS035308; MOTOR;924990U1164373; M. BENZ; ACCELO 1016; 2015/2016; JF GERENCIAMENTO DE CARREIRA DE ATLETA - BANCO BRADESCO SA; RENAVAM: 001078742313

0419 PLACA: BFK5587; TABOAO DA SERRA/SP; CHASSI: 9BFXXXLM6KDB09004; MOTOR; SUCATA P/ REPOSIÇÃO PEÇAS; FORD; FORD F 14000; 1989/1989; FELIPPE GODINHO DOS SANTOS; RENAVAM: 00423772970

0420 PLACA: LNX4522; CUBATAO/SP; CHASSI: KMJFD27BP1K488641; MOTOR; D4BBY062583; I/HYUNDAI; H100 GL; 2000/2001; OCEANO DE SOUSA MELO - BANCO PAN S A; RENAVAM: 00779243943 – JUDICIAL - LIBERADO

0422 PLACA: BTO5954; TABOAO DA SERRA/SP; CHASSI: V009498REM; MOTOR;2290629571; VW; VW 13.130; 1984/1985; MANOEL MENDES DOS SANTOS; RENAVAM: 00422038180

0424 PLACA: BZU0793; SOROCABA/SP; CHASSI: 9BG443NNKJC001198; MOTOR; LD8750B300780S; GM; CHEVROLET D 40; 1988/1989; SUPERMERCADO GENEZIO DE SOROCABALTDA; RENAVAM: 00417131577- JUDICIAL LIBERADO - 0008900-43.2004.5.15.0016

0425 PLACA: DTD8817; COTIA/SP; CHASSI: 9BWDA52R49R921871; MOTOR;36099559; VW; MASCA GRANMICRO E O; 2008/2009; IVAN APARECIDO DE OLIVEIRA - BANCO PAN S A; RENAVAM: 00158257618 – JUDICIAL - LIBERADO

0426 PLACA: DJB6291; COTIA/SP; CHASSI: 93PB12B3P4C012520; MOTOR;4109863; MARCOPOLO; VOLARE W8 ON; 2004/2004; MARIA APARECIDA DA SILVA-CREDIFIBRA SA CFI; RENAVAM: 00825994489 – JUDICIAL - LIBERADO

0427 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR; 146A70113315718; FIAT; FIORINO

0428 PLACA: CNG3491; SAO BERNARDO DO CAMPO/SP; CHASSI: 9BD146058V5952882; MOTOR: 146A70114540505; FIAT; UNO MILLE SX YOUNG; 1997/1998, EMERSON LUIZ ALVES DA SILVA; RENAVAM: 00684567849

0429 PLACA: BNA7443; COTIA/SP; CHASSI: 9BWZZZ30ZJT085909; MOTOR: US032958; VW; GOL GTS; 1988/1988, MAURO JOSE HENRIQUE DE MATOS - OMNI BANCO SA -BANCO PECUNIA S A; RENAVAM: 00140999760

0430 PLACA: BZI0388; COTIA/SP; CHASSI: 9BGKT08KSRC307452; MOTOR: B18YZ31079730; GM; KADETT GL; 1994/1995, JOSE MARIA FLORENCIO; RENAVAM: 00623971917

0431 PLACA: BJB9897; COTIA/SP; CHASSI: 9BWZZZ30ZRP215718; MOTOR: UD355240; VW; PARATI GL 1.8; 1994/1994, JOAO CARLOS DE SOUZA; RENAVAM: 00618685472

0432 PLACA: HOZ5491; ABREU E LIMA/PE; CHASSI: 9BWZZZ30ZMT001901; MOTOR: S/Nº BASE ORIGINAL; VW; GOL FURGAO; 1991/1991, ELIENAY MIGUEL SILVESTRE; RENAVAM: 00151176698

0433 PLACA: CRJ2120; COTIA/SP; CHASSI: 9BWZZZ30ZMT046274; MOTOR: 1149968; VW; VOYAGE CL; 1991/1991, RODRIGO APARECIDO PINHEIRO GOMES; RENAVAM: 00432856072

0434 PLACA: BNI1584; COTIA/SP; CHASSI: 9BWZZZ32ZMP008204; MOTOR; UR045624; VW; SANTANA GL; 1991/1991; NOELCIO CARDOSO DA SILVA - ANTONIO CARLOS ESMERALDO; RENAVAM: 00189754427

0435 PLACA: MMR4672; OSASCO/SP; CHASSI: 9BWZZZ30ZGT159307; MOTOR; UP361257; VW; VOYAGE LS; 1986/1986; ALUISIO DA SILVA PINHEIRO - PAULO VICTOR BALBINO CAETANO; RENAVAM: 00218157444

0436 PLACA: FAQ5533; SÃO PAULO/SP; CHASSI: SALVA2BG2CH630402; MOTOR;141111130433204PT; I/LR; EVOQUE PURE P5D; 2011/2012; GAC ASSECORIA E CONSULTORIA IMOBILIARIA - DK LINE MOVEIS PLANEJADOS IND E COMERCIO EIRELLI; RENAVAM: 00451564421 – JUDICIAL - LIBERADO

0437 PLACA: BJI3313; COTIA/SP; CHASSI: 9BGKT08KNNC323987; MOTOR; B18NZ31010463; GM; KADETT SL EFI; 1992/1992; DONI DEFENDE AUTOMOVEIS LTDA - JOSE CARLOS VIEIRA CARDOSO; RENAVAM: 00603232973 – JUDICIAL - LIBERADO

0438 PLACA: EYN8678; OSASCO/SP; CHASSI: 9BWAB09NXCP007374; MOTOR; CCR512433; VW; POLO 1.6; 2011/2012; RONALDO JOSE DE LIMA - BANCO ITAUCARD SA; RENAVAM: 00381137520 - JUDICIAL - LIBERADO

0439 PLACA: DED6109; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9BD25504418710652; MOTOR; 178A50115318592; FIAT; FIORINO IE; 2001/2001; EDUARDO AUGUSTO FERREIRA; RENAVAM: 00763239461

0440 PLACA: CQG4886; VOTORANTIM/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR; 178A30116037270; FIAT; PALIO EDX; 1997/1998; ZILDO RODRIGUES DA CRUZ-BV FINANC SA C F I; RENAVAM: 00689676816 – JUDICIAL - LIBERADO

0441 PLACA: CAA8527; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: ZFA160000R5083690; MOTOR: 160E20119272997; I/FIAT; TIPO 1.6IE; 1994/1995, GERALDO MATEUS NETO; RENAVAM: 00630351490 – JUDICIAL LIBERADO - 1000631-43.2014.5.02.0231

0442 PLACA: DIH7843; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 93YLB06154J449170; MOTOR; D4DA700Q064614; RENAULT; CLIO EXP 10 16VS; 2003/2004; ARLIVAN GERALDO MACHADO - AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA; RENAVAM: 00812416465

0444 PLACA: EVC9591; COTIA/SP; CHASSI: 9BWAA05Z0C4009454; MOTOR; CCNA03651; VW; FOX 1.0 GII; 2011/2012; MARIA CLARA APARECIDA ROSA - BANCO VOLKSWAGEN S.A.; RENAVAM: 00333064135 – JUDICIAL - LIBERADO

0446 PLACA: DSS2684; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9BWEB05W66P059685; MOTOR: BJF136880; VW; SAVEIRO 1.6; 2006/2006, ROGERIO STELUTI LEONCINI ME; RENAVAM: 00886408024 – JUDICIAL - LIBERADO

0447 PLACA: CJC5386; OSASCO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: 146A70113608970; FIAT; FIORINO IE; 1997/1997, JOSE FRANCISCO FREIRE; RENAVAM: 00677995229

0448 PLACA: PVJ8657; COTIA/SP; CHASSI: 9BWDB45UXFT082637; MOTOR; CCRC37196; VW; VOYAGE TL MB S; 2014/2015; JOAO MARCELO DE SOUZA - AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA; RENAVAM: 01034568903 -JUDICIAL - LIBERADO

0449 PLACA: FLK0101; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 93XLRH77W4C404600; MOTOR: 4G94QC6288; MMC; PAJERO TR4; 2004/2004, M C FARIAS FITNESS E E EPP; RENAVAM: 00827797974 (JUD)

0450 PLACA: EBI7973; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BD25504988828409; MOTOR: 178E9011*8037717*; FIAT; FIORINO FLEX; 2008/2008, JORGE PEDRO PANSERA; RENAVAM: 00954333195

0451 PLACA: DQO6443; TABOAO DA SERRA/SP; CHASSI: 9362AN6A97B000497; MOTOR; M6A10DBTXPSA0007313; PEUGEOT; 206 16 FELINE FX; 2006/2007; PROTEGERAL METALURGIA E GALVAN - BANCO BRADESCO SA; RENAVAM: 00895888432 -JUDICIAL - LIBERADO

0452 PLACA: DIE0380; VARGEM GRANDE PAULISTA/SP; CHASSI: 9BGSC68Z02B192567; MOTOR: NM0229913; GM; CORSA MILENIUM; 2002/2002, VAREJAO COM DE MARMORES E GRANITOS LTDA EPP; RENAVAM: 00786069457 -JUDICIAL - LIBERADO

0453 PLACA: NWG0564; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 95PJM81BPBB009987; MOTOR; G4GCA845188; HYUNDAI; TUCSON GLB; 2010/2011; DANIEL FILIPINI MICHIELETO - BANCO BRADESCO SA; RENAVAM: 00310956838 -JUDICIAL - LIBERADO

0454 PLACA: NGT3129; GOIANIA/GO; CHASSI: 9BWEB05W68P023790; MOTOR; BWX037904; VW; SAVEIRO 1.6; 2007/2008; JOAQUIM AMANCIO BARBOSA NETO - BANCO VOLKSWAGEN S.A.; RENAVAM: 00929722760 -JUDICIAL - LIBERADO

0455 PLACA: COQ3870; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BFZZZGDAVB528821; MOTOR: C4BV528821; FORD; KA; 1997/1998, ADRIANA APARECIDA DE SALLES; RENAVAM: 00679774874

0456 PLACA: DEA0329; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BD13531682095464; MOTOR; Q80385273FIAT; IDEA ADVENTURE FLEX; 2008/2008; ALESSANDRO DO NASCIMENTO - SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL; RENAVAM: 00967202183

0457 PLACA: FDI2541; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BWAA05W9EP001733; MOTOR; CCP416879; VW; GOL 1.0 GIV; 2013/2014; MARIA LENDALVA DE ARAUJO DE CARVALHO; RENAVAM: 00535840489 -JUDICIAL - LIBERADO

0458 PLACA: DRE4889; COTIA/SP; CHASSI: 9BWHB09N86P023074; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; VW; POLO 1.6; 2006/2006, EVANI APARECIDA PEREIRA DA SILVA; RENAVAM: 00904853810 -JUDICIAL - LIBERADO

0459 PLACA: CFF4552; SÃO PAULO/SP; CHASSI: FB021436; MOTOR: 18YVH31078198; GM; MONZA SL/E; 1985/1985, DINA DA SILVA FERREIRA; RENAVAM: 00380219506

0460 PLACA: HIT9318; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BGRG08F0CG294252; MOTOR: NAB316330; CHEVROLET; CELTA 1.0L LS; 2011/2012; LEILZA DOS SANTOS MOREIRA - BANCO PAN S A; RENAVAM: 00394955684 -JUDICIAL - LIBERADO

0461 PLACA: FOK5380; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BD195102E0558599; MOTOR; SUCATA P/REPOSIÇÃO DE PEÇAS; FIAT; UNO VIVACE 1.0; 2014/2014; GLORIA DE ARAUJO PORTUGAL - AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA; RENAVAM: 00997589647 -JUDICIAL - LIBERADO

0462 PLACA: BYG1325; OSASCO/SP; CHASSI: 9BWZZZ327SP046277; MOTOR: UQC057562; VW; SANTANA GL 2000 I; 1995/1996, MICHEL PASSOS ARNAL; RENAVAM: 00643798927

0463 PLACA: BPJ3944; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI: 9BWZZZ377RT000550REM; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; VW; GOL GLI 1.8; 1994/1995, JOEL TOMAZOLLI; RENAVAM: 00624802612

0464 PLACA: EUY1404; COTIA/SP; CHASSI: KNABK514BBT142645; MOTOR; G4HEA856969; I/KIA; PICANTO EX3 1.0L; 2011/2011; LUCINETE DE OLIVEIRA GUIMARAES QUILES - ANDREIA PIENTA DA COSTA DOS REIS; RENAVAM: 00327395540 – JUDICIAL LIBERADO -0016958-47.2010.8.26.0152

0465 PLACA: CQW4228; DIADEMA/SP; CHASSI: 9BWCG01JXY4040287; MOTOR: AKL430565; VW; GOLF; 2000/2000 - NEUSA PEREIRA; RENAVAM: 00739757105

0466 PLACA: DIU7671; ITATIBA/SP; CHASSI: 9BGTU48W05B130299; MOTOR; 5F0014708; GM; ASTRA HB 4P ELEGANCE; 2004/2005; DILSON DONIZETE CEZARE; RENAVAM: 00836645294 -JUDICIAL - LIBERADO

0467 PLACA: CGV4368; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: FINALHHB032115; MOTOR; E20LVH31034644; GM; MONZA SL/E 2.0; 1987/1987; ROGERIO DE PAIVA; RENAVAM: 00368137724

0468 PLACA: DAU9060; MAIRIPORA/SP; CHASSI: 9BGSC68Z0YC116285; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; GM; CORSA WIND; 1999/2000, OSVALDO FRANCO DE SOUZA; RENAVAM: 00724468773

0479 PLACA: CRQ0733; SAO VICENTE/SP; CHASSI: 9BWZZZ377VP607942; MOTOR: UND133182; VW; GOL CL 1.6 MI; 1997/1998, JULIO MENDES DA SILVA NETO; RENAVAM: 00685444392

0480 PLACA: CES4968; ITAPECERICA DA SERRA/SP; CHASSI: 9BWZZZ30ZEP069082; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃSO DE PEÇAS; VW; VOYAGE; 1984/1984, ADENILSON PEREIRA MARTINS; RENAVAM: 00368681190

0481 PLACA: HIU1686; RIO GRANDE DA SERRA/SP; CHASSI: 8AGSA19908R316694; MOTOR; P65032022; I/GM; CLASSIC LIFE; 2008/2008; ANTONIO DE PADUA LEMOS DE OLIVEIRA - JEFFERSON RICARDO MATIAS; RENAVAM: 00966034457

0482 PLACA: FGI2130; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BFZK53A-3DB453886; MOTOR: SMRBD453886; FORD; KA FLEX; 2012/2013, MARIA DO LIVRAMENTO DOS SANTOS; RENAVAM: 00498989500

0483 PLACA: NGX6420; OSASCO/SP; CHASSI: 9362AKFW97B012445; MOTOR: SUCATA P/REPOSIÇÃO DE PEÇAS; PEUGEOT; 206 14 PRESEN FX; 2006/2007; OTC TRUNCK TRANSPORTES LTDA ME - MARIA ROSARIO R AYMAR; RENAVAM: 00891665781 – JUDICIAL -LIBERADO

0484 PLACA: BLL3025; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9BWZZZ32ZPP001989; MOTOR: UD292786; VW; SANTANA CL 1.8; 1993/1993; ADRIANO PEREIRA ANDRADE; RENAVAM: 00608413100 – JUDICIAL LIBERADO

0485 PLACA: DXG3001; ITAPECERICA DA SERRA/SP; CHASSI: 9BD27803A77003256; MOTOR: 178F3011*7562272*; FIAT; STRADA FIRE FLEX; 2007/2007, LUIZ ANTONIO DE ANDRADE; RENAVAM: 00922389730 – JUDICIAL LIBERADO

0486 PLACA: CFF9648; SANTANA DE PARNAIBA/SP; CHASSI: 9BGKW08YKKC309291; MOTOR; B18NZ31009417; GM; KADETT GS; 1989/1989; MOACIR DE JESUS PEREIRA - CARLOS PEIXOTO LEMOS; RENAVAM: 00423891499

0487 PLACA: CCO3261; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BWZZZ377ST172494; MOTOR: AFZ242110; VW; GOL 1000I; 1995/1996, ANDERSON BERGAMO DA SILVA; RENAVAM: 00644318635

0488 PLACA: DQA5085; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR; C4E5448805; FORD; FIESTA STREET; 2005/2005; MILDER MORAES VEICULOS LTDA - MARTA DA CRUZ DA SILVA; RENAVAM: 00852449038 – JUDICIAL LIBERADO

0489 PLACA: DMU0138; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: 178D90115599836; FIAT; UNO MILLE FIRE; 2004/2004; RAFAEL DO ESPIRITO SANTO - BANCO ITAUCARD SA; RENAVAM: 00828012091

0490 PLACA: DTY4135; OSASCO/SP; CHASSI: 9BD25504978795661; MOTOR;178E9011*7417920*; FIAT; FIORINO FLEX; 2007/2007; JULIO VIEIRA MUNHOZ - BANCO ITAUCARD SA; RENAVAM: 00911929037 – JUDICIAL LIBERADO

0491 PLACA: EVQ8781; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9BGRG48F0CG142825; MOTOR: NBA216494; CHEVROLET; CELTA 1.0; 2012/2011; FRANCISCO DA SILVA ROSA; RENAVAM: 00331479966

0492 PLACA: EAA7258; VARGEM GRANDE PAULISTA/SP; CHASSI: 9BD15802786104942; MOTOR;146E1011*8118523*; FIAT; UNO MILLE FIRE FLEX; 2008/2008; RODNEI FERREIRA KAVATOKO - MAICON DE LIMA CRUZ; RENAVAM: 00961809574

0493 PLACA: EJW3639; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 93ZK35A01A8413940; MOTOR: F1CE0481G*7069546*; IVECO; DAILY35S14 FURGONE; 2009/2010, TRANSPAGNAN TRANSPORTES LTDA - BRADESCO LEASING SA ARREND MERCANTIL; RENAVAM: 00191191825

0495 PLACA: CPP8929; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BD158018W4036677; MOTOR: 146A70115649345; FIAT; UNO MILLE EX; 1998/1999, EDENILSON DE SOUSA FAGUNDES; RENAVAM: 00711992738

0497 PLACA: CGP8780; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BWZZZ377TT212205; MOTOR; UND014058; VW; GOL CL 1.6 MI; 1996/1997; MARCIO ARAUJO DE SOUZA - TATIELE CARVALHO MOREIRA; RENAVAM: 00664432310

0498 PLACA: GXF8200; COTIA/SP; CHASSI: 9BGJK19H0YB161348; MOTOR: JU0082148; GM; VECTRA GLS; 2000/2000, EZEQUIEL LUCIO DA SILVA; RENAVAM: 00734583648

0499 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/REPOSIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOVEL QUEIMADO

0500 PLACA: S/PLACA; TATUI/SP; CHASSI: 9BWZZZ30ZGT077282; MOTOR; UN006411; VW; SAVEIRO S; 1986/1986; LEONARDO LEOPOLDO STRUFALDI JUNIOR; RENAVAM: 00418157316

0503 PLACA: CFK2688; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BGSE80NVVC696820; MOTOR; SUCATA P/REPOSIÇÃO DE PEÇAS; GM; CORSA GL; 1997/1997; UM TOQUE DE VERDE PLANTAS LTDA EPP - BANCO J SAFRA SA; RENAVAM: 00672245566 – JUDICIAL LIBERADO

0504 PLACA: BQA8504; COTIA/SP; CHASSI: 9BG5244P-NEC016073; MOTOR; D8849BR07166A; GM; CHEVROLET D 10; 1984/1984; LUIZ CARLOS BICUDO - EDSON FERNANDO DOS SANTOS; RENAVAM: 00358272084

0505 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; AUTOMOVEL QUEIMADO

0506 PLACA: BGR2358; COTIA/SP; CHASSI: 9BWZZZ54ZMB236140; MOTOR; UT025556; VW; APOLO GL; 1992/1991; AGOSTINHO PADRE GUIMARAES - ADALBERTO LUIZ FRANCISCO; RENAVAM: 00602090970

0507 PLACA: CVV2165; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BWZZZ373YT158259; MOTOR; UG077886; VW; GOL; 2000/2000; EDUARDO ANTONIO DA SILVA - SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL; RENAVAM: 00734605730

0508 PLACA: S/PLACA; CHASSI: QUEIMADO; MOTOR: QUEIMADO; VW; KOMBI

0510 PLACA: DCX8266; COTIA/SP; CHASSI: 8AP17202416026020; MOTOR; 178D80115150722; I; FIAT SIENA ELX; 2001/2001; CLAUBERTH PIRES ALVES; RENAVAM: 00760938725

0512 PLACA: S/PLACA; CHASSI: KC169443; MOTOR; 5J0815A1; GM; CHEVETTE

0513 PLACA: DDX4451; CCARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9BD17808612297150; MOTOR: 178A3016293520; FIAT; PALIO YOUNG; 2001/2001, DEISE CRISTINA DA SILVA SANTOS; RENAVAM: 00761922857

0514 PLACA: BGU1621; FRANCO DA ROCHA/SP; CHASSI: FINAL EB018664; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; GM; MONZA; 1984/1984; JOSE LUIS SILVA BORGES; RENAVAM: 00397213336

0515 PLACA: BIA8678; COTIA/SP; CHASSI: S/IDENTIFICAÇÃO; MOTOR: S/IDENTIFICAÇÃO; GM; CHEVETTE; 1985/1985, ALEXANDRO DIAS PRADO; RENAVAM: 00348586990

0517 PLACA: DOO1288; OSASCO/SP; CHASSI: 9362C7LZ94B028380; MOTOR; 7LZ10TR01Q7081661; PEUGEOT; 206 10 SENSAT; 2004/2004; VIVIANE CARNEIRO PINHEIRO - BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.; RENAVAM: 00835630595 – JUDICIAL LIBERADO – 100107378201350203-81

0518 PLACA: BMP1495; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BWZZZ377TT131647; MOTOR; UNC173337; VW; GOL CLI; 1996/1996; SERAFIM AUGUSTO RIANHO; RENAVAM: 00660711869 – JUDICIAL LIBERADO

0519 PLACA: BRG4684; MOGI DAS CRUZES/SP; CHASSI: 9BD146000S5441231; MOTOR; 146G40113914420; FIAT; UNO ELETRONIC; 1995/1955; EDUARDO ANDRE FERNANDES PEREIRA; RENAVAM: 00632216450 – JUDICIAL LIBERADO

0520 PLACA: CGF1322; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR; USC831615; I; FORD VERONA 1.8I GL; 1996/1996; RIICHIRO OTOSHI; RENAVAM: 00661545873 – JUDICIAL LIBERADO

0521 PLACA: CBG6524; SÃO PAULO/SP; CHASSI: ZFA160000S5130472; MOTOR; 160E20119356482; IMP; FIAT TIPO 1.6IE; 1995/1995; JUCELIA LEITE PEREIRA; RENAVAM: 00639974945 – JUDICIAL LIBERADO

0523 PLACA: CAU9423; COTIA/SP; CHASSI: 9BD146000S8435609; MOTOR; 146A70114841394; FIAT; FIORINO IE; 1995/1995; CAAJARA COM IND IMP EXP REPRES LTDA; RENAVAM: 00637377982 – JUDICIAL LIBERADO

0524 PLACA: GRO8794; OSASCO/SP; CHASSI: 9BWZZZ308TP054143; MOTOR; UNB123550; VW; SAVEIRO CL; 1996/1996; SEBASTIAO CUNHA; RENAVAM: 00660110130 – JUDICIAL LIBERADO

0525 PLACA: CIM6522; COTIA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR;178A30115050844; FIAT; PALIO EDX; 1997/1997; DANIELA APARECIDA DE SOUZA; RENAVAM: 00674421582 – JUDICIAL LIBERADO

0526 PLACA: BUL1649; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BGSC08WSSC720827; MOTOR: B10NZ31120052; GM; CORSA WIND; 1995/1995; ANDRE RAMIRES BRITO - BANCO ITAUCARD SA; RENAVAM: 00639090508 – JUDICIAL LIBERADO

0529 PLACA: CAO6535; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: JDAL501S0S0004012; MOTOR; 4076561; IMP; DAIHATSU CUORE; 1995/1995; WANDERLEI BORETTO - ITAVEMA; RENAVAM: 00635982145 – JUDICIAL LIBERADO

0530 PLACA: MCN3995; OSASCO/SP; CHASSI: 9BD17103752486295; MOTOR; 178F1011*6100621FIAT; PALIO FIRE; 2004/2005; ADILSON GOMES SOARES - AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA; RENAVAM: 00833815601 – JUDICIAL LIBERADO

0531 PLACA: DRL5157; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BD15822764713654; MOTOR;146E1011*6466766; FIAT; UNO MILLE FIRE FLEX; 2005/2006; ELIAS SILVA VIEIRA - BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.; RENAVAM: 00859640558 – JUDICIAL LIBERADO

0532 PLACA: EME4361; FRANCO DA ROCHA/SP; CHASSI: 9BWAA05Z5A4135998; MOTOR; CCN461811; VW; FOX 1.0 GII; 2010/2010; ALEXANDRE BUENO PEDRO - BANCO BRADESCO SA; RENAVAM: 00206547927 – JUDICIAL LIBERADO

0533 PLACA: CEC4277; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9U620CKD2SN403848; MOTOR;10FW2D0344727; IMP; PEUGEOT 205 XSI; 1995/1995; CARLOS AUGUSTO DE DIVITIIS PENTEADO; RENAVAM: 00649175840 – JUDICIAL LIBERADO

0535 PLACA: DHW9766; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9BG138HX060C423166; MOTOR;6Y0018528; GM; S10 ADVANTAGE D; 2006/2006; VALDIR LINO DE OLIVEIRA - ITAU UNIBANCO S.A.; RENAVAM: 00878728708 – JUDICIAL LIBERADO

0537 PLACA: CLA6039; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BFZZZGDAVB551983; MOTOR; C4B551983; FORD; KA; 1997/1998; CLAUDIA ALMEIDA DA SILVA LIVON; RENAVAM: 00685378322 – JUDICIAL LIBERADO

0538 PLACA: FGS1937; SÃO PAULO/SP; CHASSI: WF0NGXGBBSGC61139; MOTOR; 6C61139; IMP; FORD; 1995/1995; FRANCISCO GOMES SILVANO; RENAVAM: 00437192873 – JUDICIAL LIBERADO - 0060000-81.2002.5.02.0044

0539 PLACA: COC7357; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BWZZZ30761141473; MOTOR: UTB010921; VW; PARATI LS; 1986/1986; PAULO STAMATO DE BARROS; RENAVAM: 00355973669 – JUDICIAL LIBERADO

0540 PLACA: CAE8415; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9BWZZZ30ZFT056519; MOTOR; UE046289; VW; GOL GT; 1985/1985; FABRICIO LOPES BRISOLA- MARCUS VINICIUS FERNANDES DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00414444922 – JUDICIAL LIBERADO

0541 PLACA: FSC6024; COTIA/SP; CHASSI: 3VWDJ2162EM014349; MOTOR; CKJ033174; I; VW JETTA 2.0; 2013/2014; TIBANA IMOVEIS LTDA - BANCO BRADESCO SA; RENAVAM: 01011412940 – JUDICIAL LIBERADO

0542 PLACA: DMD7140; FRANCISCO MORATO/SP; CHASSI: 9BFZE10C158690980; MOTOR; CPJA58690980; FORD; ECOSPORT; 2005/2005; ANDERSON DE MOURA-; RENAVAM: 00869433059 – JUDICIAL LIBERADO

0543 PLACA: DMD3495; SÃO PAULO/SP; CHASSI: VF3EBRFN94Z010049; MOTOR; 02006H170011; I; PEUGEOT 807 ST 20A; 2004/2004; ELIANE DE ANGELO-EVELYN PEREIRA DOS SANTOS; RENAVAM: 00837527074 (JUDICIAL – LIBERADO)

0544 PLACA: DII5320; SAO CAETANO DO SUL/SP; CHASSI: 9BD17202423021633; MOTOR;178D80115419951; FIAT; SIENA ELX; 2002/2002; REGINALDO CARNEIRO DA SILVA; RENAVAM: 00788551515 – JUDICIAL LIBERADO

0545 PLACA: CGX2538; COTIA/SP; CHASSI: 9BWZZZ308VP014605; MOTOR; UNE010657; VW; SAVEIRO CLI; 1997/1997; APARECIDA FILOMENA LEMOS; RENAVAM: 00676342078 – JUDICIAL LIBERADO - 1000423-26.2014.5.02.0242

0546 PLACA: CPC4226; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9BD178096X0814779; MOTOR; 178A30116000559; FIAT; PALIO EX; 1999/1999; ALEXANDRE DE JESUS FERNANDES LEITE; RENAVAM: 00713982675 – JUDICIAL LIBERADO – 0298800-05-2005-5-02-004

0548 PLACA: EVS0941; TABOAO DA SERRA/SP; CHASSI: 93ZC35A01C8434010; MOTOR; F10E0487131168; IVECO; DAILY 35S14HDCS; 2011/2012; CAPRI INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA - BANCO BRADESCO SA; RENAVAM: 00454104022 – JUDICIAL LIBERADO

0549 PLACA: CUD1029; CERQUILHO/SP; CHASSI: 93ZC35A01A8415721; MOTOR; F1CE048167075340; IVECO; DAILY35S14 CS; 2010/2010; TRANSPORTADORA CALDEIRA E BOM LTDA EPP - CAIXA ECONOMICA FEDERAL; RENAVAM: 00217879128 – JUDICIAL LIBERADO

0570 PLACA: DWW9506; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC30708R599199; MOTOR: JC30E78599199; HONDA; CG 125 FAN; 2008/2008, GILBERTO DA CRUZ BARROS - MAURICIO BARBOZA RODRIGUES; RENAVAM: 00975010360

0571 PLACA: DTK9869; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C2MC35007R054823; MOTOR: MC35E7054823; HONDA; CBX 250 TWISTER; 2007/2007, LEANDRO CESAR DA SILVA - CRISTIANO PARONI ARANTES; RENAVAM: 923368000

0572 PLACA: DAC1837; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2JD17201R004057; MOTOR: JD17E21004057; HONDA; XLR 125 ES; 2001/2001, IVANILSON CANDIDO DA SILVA; RENAVAM: 00751457167

0573 PLACA: DPV8083; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2JC30706R902911; MOTOR: JC30E76902911; HONDA; CG 125 FAN; 2006/2006, JEAN CARLO DE SILVA - LAE MARQUES RODRIGUES; RENAVAM: 00888821727

0574 PLACA: DCJ0425; OSASCO/SP; CHASSI: 9C2ND07001R012851; MOTOR: ND07E-1012851; HONDA; NX-4 FALCON; 2001/2001, ANTONIA NUBIA RIBEIRO DA SILVA - ADRIANO RIBEIRO DA SILVA; RENAVAM: 00767765508

0575 PLACA: CNF7411; OSASCO/SP; CHASSI: LB5FT125AVF000432; MOTOR; F401-BR12122; I/FOSTI; FT125 A; 1997/1997; WAGNER CHAGAS JUNIOR - CLEITON JOSE DOS SANTOS; RENAVAM: 00437679640

0576 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR; E382E175522; SUZUKI

0577 PLACA: DJV6967; MAIRIPORA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: JC30E14809008; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2003/2004, ELIAS RODRIGUES DA SILVA - FELIPE SANTIAGO DE SOUZA; RENAVAM: 00818023457

0578 PLACA: S/ PLACA: CHASSI: DANIFICADO; MOTOR; SUCATA P/REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA

0579 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: HA07E1245118; HONDA; BIZ

0580 PLACA: BHW8769; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: CG125BR1364183; MOTOR: JC18ERS80567; HONDA; CG 125; 1983/1983; OSVALDO BATISTA DOS SANTOS; RENAVAM: 00395596025

0581 PLACA: BJU7818; ADAMANTINA/SP; CHASSI: 9C2JC2500YR085659; MOTOR: JC25E-Y085659; HONDA; CG 125 TITAN; 1999/2000, ANDERSON RODRIGUES; RENAVAM: 00727175386

0582 PLACA: EXG5212; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2KC1670CR414564; MOTOR: KC16E7C414564; 2011/2012, TANIA GOMES DA SILVA KELLER; RENAVAM: 00387203060

0583 PLACA: DWV6151; PRAIA GRANDE/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: G347E-096594; YAMAHA; FAZER YS250; 2008/2008, JOAQUIM JOSE RIBEIRO SOBRINHO; RENAVAM: 00978006771

0584 PLACA: BJW8810; ITAPOLIS/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; MONARK AVX; 1991/1991; MARIA TERESA ALVES DE SOUZA; RENAVAM: 00405970862

0585 PLACA: DEO3868; RIO CLARO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: HA07E-2033481; HONDA; C100 BIZ; 2002/2002, PAULO ROBERTO DOMENEGHETI - JOSE ADRIANO FRANCHETTO; RENAVAM: 00784324450

0586 PLACA: FIO3357; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC1680FR801799; MOTOR: KC16E8F801799; HONDA; CG150 FAN ESDI; 2015/2015, CHARLES ALCANTARA CONCEICAO; RENAVAM: 001062521967

0587 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA

0588 PLACA: S/PLACA; CHASSI: 9C2KC08108R359291; MOTOR: JC41E1B731113; HONDA

0589 PLACA: ECE4086; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C2ND07008R006348; MOTOR: ND07E-8006348; HONDA; NX-4 FALCON; 2008/2008, CARLOS ALBERTO BALBINO LOPES DA SILVA - THIAGO APRIGIO DOS SANTOS; RENAVAM: 00956663834

0590 PLACA: DNV7395; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2JC30708R116278; MOTOR: JC30E78116278; HONDA; CG 125 FAN; 2007/2008, EDUARDO ALVES DE MACEDO - ELIAS PEREIRA ARRUDA; RENAVAM: 00948639628

0591 PLACA: EQE8671; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2NC4310AR093235; MOTOR: NC43E1A093235; HONDA; CB 300R; 2010/2010, BRUNO MARTINS DA SILVA - JEFFERSON GABRIEL NASCIMENTO VOTONE; RENAVAM: 00228131162

0593 PLACA: BUB0308; SOROCABA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: JC25E-V144941; HONDA; CG 125 TITAN; 1997/1997, ANTONIO MARCOS CHIAVELLI - BRUNA MARCELI AMARAL DE ALMEIDA SILVA – BANCO ITAUCARD S/A; RENAVAM: 00677714831

0594 PLACA: GDN7379; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C2KC2210JR011658; MOTOR: KC22E1J011695; HONDA; CG 160 TITAN; 2017/2018, CLAUDIA ROSANA PLEVKA; RENAVAM: 001134941320

0595 PLACA: S/PLACA; CHASSI: CG125BR1503489; MOTOR: MC35E-3000154; HONDA CG

0597 PLACA: BYK9599; OSASCO/SP; CHASSI: 9C2JC30708R657802; MOTOR: JC30E78657802; HONDA; CG 125 FAN; 2008/2008, ANDERSON CESARIO SILVA - ETEVALDO CARLOS DE JESUS; RENAVAM: 00975442856

0598 PLACA: EHM4238; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC08108R359291; MOTOR: KC08E18359291; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2008/2008, REINALDO ALCANTARA DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00125097506

0599 PLACA: EWV2945; SOROCABA/SP; CHASSI: 9C2KC1650CR551985; MOTOR: KC16E5C551985; HONDA; CG 150 TITAN ESD; 2012/2012, LUCIANA RUIZ ROSA; RENAVAM: 00487539117

0600 PLACA: DGH7831; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI: 9C2MC35003R000154; MOTOR: MC35E3000154; HONDA; CBX 250 TWISTER; 2002/2003, EDSON DE JESUS PRADO - IGOR SOUZA GONCALVES; RENAVAM: 00790352958

0601 PLACA: DPK3337; COTIA/SP; CHASSI: 9C2PC36007R001755; MOTOR: PC25E-7001755; HONDA; CB600F HORNET; 2007/2007, GP SANTOS INTERMEDIACAO E COMERCIO; RENAVAM: 00912562072

0602 PLACA: DTH5423; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC30707R213129; MOTOR: JC30E77213129; HONDA; CG 125 FAN; 2007/2007, ADEMAR ANTONIO BARBOSA; RENAVAM: 00927232960

0603 PLACA: FVL6880; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2KC1680ER031301; MOTOR: KC16E8E031301; HONDA; CG150 FAN ESDI; 2014/2014, ISMAEL FREIRES DA ROCHA - ERONILSON BRUNO SILVA; RENAVAM: 001085029716

0604 PLACA: EHM5963; COTIA/SP; CHASSI: 9C6KE1220A0123237; MOTOR: E3D1E-123248; YAMAHA; FACTOR YBR125 K; 2010/2010, KAIQUE JULIO BARBOSA PEIXOTO - JOAO BARBOSA MARTINS; RENAVAM: 00216547148

0605 PLACA: HFY0997; BETIM/MG; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: E333E-029812; YAMAHA; YBR 125K; 2007/2007, D. S. DE OLIVEIRA FRANCA; RENAVAM: 00924918144

0606 PLACA: DIZ9840; COTIA/SP; CHASSI: 9C6RG3820K0008020; MOTOR: G3F7E-037810; YAMAHA; YS150 FAZER SED; 2018/2019, VERONICA ARAUJO DA SILVA - BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S.A.; RENAVAM: 001191452961

0607 PLACA: EOK4135; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC4110BR809242; MOTOR: JC41E1B809242; HONDA; CG 125 FAN KS; 2011/2011, JONAS LUIS DE FREITAS; RENAVAM: 00360373658

0608 PLACA: EOJ0363; SANTANA DE PARNAIBA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; IROS; ONE 125; 2011/2011; TAIDE JOSE DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00341818461

0609 PLACA: DOI4503; TABOAO DA SERRA/SP; CHASSI: 9C6KE044050116857; MOTOR: E3G7E044048; YAMAHA; YBR 125K; 2005/2005, ENELITA PEREIRA DA SILVA - ADRIANO FRANCO FLUTUOSO; RENAVAM: 00854892109

0610 PLACA: CDP0714; VARGEM GRANDE PAULISTA/SP; CHASSI: LBFPCJXJ081101838; MOTOR: LJ157FMI3A081602801; I/LUOJIA; LJ125-6; 2008/2008, FRANCISCO AUCIONE GARCIA - RAFAEL BARROS GARCIA; RENAVAM: 00180620088

0611 PLACA: DUW1293; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9CDNF41AJ7M030732; MOTOR: F401BR131395; JTA/SUZUKI; INTRUDER 125; 2006/2007, CLAUDIO CESAR PACHECO; RENAVAM: 00904245900

0612 PLACA: DXI3756; ITAPECERICA DA SERRA/SP; CHASSI: 94J2XECJ67M014638; MOTOR: JCJ6033182; SUNDOWN; HUNTER 125 SE; 2006/2007, MARGARIDA DIAS MONTEIRO; RENAVAM: 00916565114

0613 PLACA: CWS3820; SANTA FE DO SUL/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: MC27E-X012524; HONDA; CBX 200 STRADA; 1999/1999, SILVIO CESAR ALVES BOTELHO - JEAN STEFANO TEIXEIRA MARTINS; RENAVAM: 00717953572

0614 PLACA: DYR8898; SAO VICENTE/SP; CHASSI: 9C2KC08207R047040; MOTOR: KC08E27047040; HONDA; CG 150 TITAN ESD; 2007/2007, FREDERICO PEIXOTO ORTEGA PEREIRA DA SILVA; RENAVAM: 00921829027

0615 PLACA: EHM6528; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC15209R107575; MOTOR: KC15E29107575; HONDA; CG 150 TITAN ES; 2009/2009, FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA - RENATO SANTOS DE LIMA; RENAVAM: 00199973733

0616 PLACA: CWW0191; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2MC2700XR019511; MOTOR: MC27E-X019511; HONDA; CBX 200 STRADA; 1999/1999, CLAYTON ITAMAR DA SILVA - PABLO DE ANDRADE SILVA; RENAVAM: 00719319226

0617 PLACA: EFE8722; SAO BERNARDO DO CAMPO/SP; CHASSI: 94J1XPBD88M019657; MOTOR: JBG7068180; SUNDOWN; WEB 100 EVO; 2008/2008, SIMONE MARIA DAS NEVES - ADAGUIMAR DE CASTRO SANTOS; RENAVAM: 00131108883

0618 PLACA: DGF3911; SAO ROQUE/SP; CHASSI: 9C2HA07103R800191; MOTOR: HA07E13800191; HONDA; C100 BIZ ES; 2003/2003, MARLENE DONIZETI TEIXEIRA MARTINES - EUGENIO MARTINS CHAVES NETO; RENAVAM: 00808100530

0619 PLACA: CGT5284; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C2KC1550AR165734; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA; CG 150 FAN ESI; 2010/2010, ANDRE DE JESUS DE SOUZA - DANIEL DE SOUZA VILACA JUNIOR; RENAVAM: 00232643318

0620 PLACA: DOJ1500; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC08106R887466; MOTOR: KC08E16887466; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2006/2006, ANDREIA OLIVEIRA DOS SANTOS - MAGNO TALISMA DE JESUS; RENAVAM: 00878456910

0621 PLACA: EJP4457; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2JF2500AR002889; MOTOR: JF25E-A002889; HONDA; LEAD 110; 2009/2010, EDSON APARECIDO DIAS AUGUSTO - WELINGTON DA SILVA - AYMORE CRED FIN INV SA; RENAVAM: 00195225783

0622 PLACA: CRX2118; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI: 9C2MD2700YR001048; MOTOR: MD27E-Y001048; HONDA; NX200; 1999/2000, HENRIQUE MIRANDA DOURADO FONTES ROSA - MONICA DE SOUZA DUTRA - HOTCAR COMERCIO DE VEICULOS LTDA; RENAVAM: 00728752468

0623 PLACA: ESC5062; ITU/SP; CHASSI: 9C2JF2500BR012002; MOTOR: JF25E-B012002; HONDA; LEAD 110; 2011/2011, MARIA LUCIA SOARES GALANI - FERNANDA DA SILVA GUERREIRO; RENAVAM: 00347006655

0624 PLACA: MDI1411; PLANALTO/PR; CHASSI: 9C2MC35004R010800; MOTOR: MC35E-4010800; HONDA; CBX 250 TWISTER; 2003/2004, LODINEI ANTONIO MACHADO SOARES; RENAVAM: 00819354082

0625 PLACA: DOJ0888; COTIA/SP; CHASSI: 9CDNF41LJ5M012798; MOTOR: F466BR112798; JTA/SUZUKI; EN125 YES; 2005/2005, CARLOS PIMENTEL - BANCO PANAMERICANO SA; RENAVAM: 00862053528

0626 PLACA: NUO7612; ITU/SP; CHASSI: 95VCA2E59AM004423; MOTOR: C5E9004168; DAFRA; SPEED 150; 2009/2010, EUCLIDES GREGORIO - DENIS OLIVEIRA SANTANA - AYMORE CREDITO FIN E INVESTIMENTO S A; RENAVAM: 00202511561

0627 PLACA: ECD2849; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC30708R184676; MOTOR: JC30E78184676; HONDA; CG 125 FAN; 2008/2008, ROBERTO RODRIGUES DA SILVA; RENAVAM: 00969333633

0628 PLACA: FFA6039; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC2210JR062319; MOTOR: KC22E1J062328; HONDA; CG 160 TITAN; 2018/2018, MATHEUS SANTOS DA SILVA .; RENAVAM: 001165603699

0629 PLACA: DLT5289; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC30214R801962; MOTOR: JC30E24801962; HONDA; CG 125 TITAN KSE; 2003/2004, ROGERIO DE SOUZA NAZARIO; RENAVAM: 00830189971

0630 PLACA: EJI5249; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C2KC2220KR001997; MOTOR: KC22E2K002024; HONDA; CG 160 CARGO; 2018/2019, LEANDRO VICENTE VIEIRA DA SILVA - LEANDRO CARLOS VIEIRA DA SILVA.; RENAVAM: 001176954943

0631 PLACA: NVK2512; NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE; CHASSI: 9C2JC4110BR440376; MOTOR: JC41E1B440376; HONDA; CG 125 FAN KS; 2011/2011, GEORGE DE SOUZA SANTOS; RENAVAM: 00307118495

0632 PLACA: DZL8542; SÃO ROQUE/SP; CHASSI: 9C2JC30708R535022; MOTOR: JC30E78535022; HONDA; CG 125 FAN;2008/2008, VERA LUCIA BARBOSA DOS SANTOS - GABRIELA SANTOS DA SILVA; RENAVAM: 00975009990

0633 PLACA: BYK6628; COTIA/SP; CHASSI: 9C2MC35008R067747; MOTOR: MC35E-8067747; HONDA; CBX 250 TWISTER; 2008/2008, ALEX PEREIRA DA SILVA - FLAVIO DA SILVA GONCALVES; RENAVAM: 00968061826

0634 PLACA: S/PLACA; REGISTRO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR; F466BR159661; JTA; SUZUKI EN125 YES; 2007/2007; JOAO PAULO DA SILVA RAMOS; RENAVAM: 00919824102

0635 PLACA: EHM6104; CHASSI: 9C2KC1550AR157257; MOTOR: KC15E5A157257; HONDA; CG 150 FAN ESI; 2010/2010; LEANDRO PIRES DE CAMARGO-FABIO LEONARDO SANTOS FONSECA; RENAVAM: 00227571550

0636 PLACA: DGT1336; COTIA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA; CG 125 CARGO; 2001/2002, FABRICIO ALVES DAS CHAGAS; RENAVAM: 00772411930

0637 PLACA: FOP1351; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC4110FR104738; MOTOR: JC41E1F104738; HONDA; CG 125 FAN KS; 2014/2015, TIAGO SOUZA GOMES; RENAVAM: 001039266220

0638 PLACA: EQR0732;; CHASSI: 9C2KC1670BR306601; MOTOR: KC16E7B306601; HONDA; CG 150 FAN ESI; 2010/2011, VINICIUS HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA; RENAVAM: 00267000383

0639 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; YAMAHA

0640 PLACA: BPS4844; SÃO CAETANO DO SUL/SP; CHASSI: 9CDCF47AJ9M072098; MOTOR: F472-BR172098; JTA/SUZUKI; AN125; 2008/2009, AXEGAROA PUBLICIDADE LTDA; BCO BRADESCO FINANC SA; RENAVAM: 00194204383

0641 PLACA: DVE0809; VARZEA PAULISTA/SP; CHASSI: 9C2KC08508R004917; MOTOR: KC08E58004917; HONDA; CG 150 TITAN ES; 2007/2008, EDSON RIDAO RIBEIRO - ANTONIO CARDOSO DE LIRA; RENAVAM: 00936258020

0642 PLACA: DAF9593; ITAPECERICA DA SERRA/SP; CHASSI: 9C2MD34002R000351; MOTOR: MD34E-2000351; HONDA; XR 250 TORNADO; 2001/2002, EDNEI BATISTA DE SOUZA; RENAVAM: 00764842633

0643 PLACA: DFB1691; EMBU-GUACU/SP; CHASSI:9C6KE044050096148; MOTOR: MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PE

PEÇAS; HONDA; CG 125 FAN; 2008/2008, FERNANDO GONCALVES DA SILVA; RENAVAM: 00123370019

0656 PLACA: DHM9092; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC30103R177582; MOTOR: JC30E13177582; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2003/2003, ANTONIO CARLOS LEITE DA SILVA - DIEGO VELOSO DA SILVA; RENAVAM: 00801739080

0657 PLACA: EOS1397; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2KC1550AR210919; MOTOR: KC15E5A210919; HONDA; CG 150 FAN ESI; 2010/2010, ALEXANDRE TESSARO OLIVEIRA ME - GERALDO NICOLAU DE ANDRADE NETO; RENAVAM: 00254080162

0658 PLACA: FCP4299; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC2200HR049548; MOTOR: KC22E0H049545; HONDA; CG 160 FAN ESDI; 2017/2017, NELSON DOUGLAS ESCOBAR HURTADO BRAGA; RENAVAM: 001123731443

0659 PLACA: CWR4197; ARARAQUARA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: JC30E14066184; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2003/2004, CREUSA DE OLIVEIRA SILVA; RENAVAM: 00817797378

0660 PLACA: EOS2799; COTIA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: JC41E1A636264; HONDA; CG 125 FAN KS; 2010/2010, JUAN DANILO ARAUJO NASCIMENTO; RENAVAM: 00212035606

0661 PLACA: GBX1909; CAMPINAS/SP; CHASSI:96PLECF13GFS00018; MOTOR: ER650AES14800; KAWASAKI; VERSYS ABS; 2015/2016, CARLOS EDUARDO MILLANI; RENAVAM: 01088219907

0662 PLACA: BRW3714; IBIUNA/SP; CHASSI: 9C2JC2501SRSA7292; MOTOR: JC25E-SSA7292; HONDA; CG 125 TITAN; 1995/1995, IRLEI COSTA SANTOS - CRISTIANO APARECIDO DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00669583596

0663 PLACA: DGF0975; COTIA/SP; CHASSI: 9C2MC35002R030621; MOTOR: MC35E-2030621; HONDA; CBX 250 TWISTER; 2002/2002, MARCOS ROBERTO FERREIRA - QUELISSON MARQUES COUTINHO; RENAVAM: 00782115160

0664 PLACA: CZR2473; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2JC30201R028619; MOTOR: JC30E78607711; HONDA; CG 125 TITAN ES; 2001/2001, RAFAEL BARBOSA SOARES - LUCIANA APARECIDA DO NASCIMENTO SILVA; AYMORE CRED FIN INV SA; RENAVAM: 00752817140

0665 PLACA: DHL6521; CAMPINAS/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2002/2003, ELIAS BARBOSA ALMEIDA; RENAVAM: 00792655591

0666 PLACA: DLD4379; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2JC30104R812760; MOTOR: JC30E14812760; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2004/2004, WESLEY IKE DOMICIANO - MARI ANGELA DE MORAES; BANCO ITAUCARD SA; RENAVAM: 00822181010

0667 PLACA: DHJ9329; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2JC30203R121335; MOTOR: JC30E23121335; HONDA; CG 125 TITAN ES; 2003/2003, JOSE FRANCISCO DA SILVA; RENAVAM: 00798522615

0668 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; SUZUKI; YES 125

0669 PLACA: EXE8386; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2NC4310BR027002; MOTOR: NC43E1B027002; HONDA; CB 300R; 2011/2011, ALAN RODRIGUES DOS SANTOS; RENAVAM: 00283167220

0670 PLACA: GIN2089; ITAQUAQUECETUBA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA; CG 160 START; 2016/2016, FRANCISCO MAGALHAES DA SILVA - BANCO PAN S A; RENAVAM: 001099088485

0672 PLACA: OBB8334; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2KC1680DR803418; MOTOR: KC16E8D803418; HONDA; CG 150 FAN ESDI;2012/2013, FRANCISCO TRAMA SOBRINHO; RENAVAM: 00529415020

0673 PLACA: DTJ1253; ITANHAEM/SP; CHASSI: 9C2KC08207R014114; MOTOR: KC08E27014114; HONDA; CG 150 TITAN ESD;2006/2007, ANTONIO LUIZ SANTANA; RENAVAM: 00899115675

0674 PLACA: FEN6546; COTIA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÇÃO DE PEÇAS; HONDA; CB 300R; 2013/2013, HILDA VIEIRA LIMA; RENAVAM: 00589562444

0675 PLACA: DWX6564; VARGEM GRANDE PAULISTA/SP; CHASSI: 9C2KC08208R026534; MOTOR: KC08E28026534; HONDA; CG 150 TITAN ESD; 2007/2008, EDSON BARBOSA DA SILVA; RENAVAM: 00946351082

0676 PLACA: EXH1370; COTIA/SP; CHASSI: 93FCMACGBBM010426; MOTOR: ZS162FMJ-49CAGB010448; KASINSKI; COMET 150 70; 2011/2011, HUMBERTO AUGUSTO MAIA; RENAVAM: 00464979340

0677 PLACA: DKL7992; BEBEDOURO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2003/2004, JUSTO IGNACIO DO NASCIMENTO FILHO - CARLOS ALBERTO DE SOUZA; RENAVAM: 00820555320

0678 PLACA: JXD7769; ITAQUAQUECETUBA/SP; CHASSI: 9C2HA070XWR010147; MOTOR: HA07E-X010147; HONDA; C100 BIZ; 1998/1999, EVERALDO SACRAMENTO DO NASCIMENTO; RENAVAM: 00706020910

0679 PLACA: EOK4167; COTIA/SP; CHASSI: 93FGT250BBM004603; MOTOR: GT250143679; KASINSKI; COMET 250; 2011/2011, JESSE RODRIGUES DE JESUS; RENAVAM: 00372890156

0680 PLACA: BYU9720; TIETE/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: 9CBAA000533; KASINSKI; MIRAGE 150 50; 2010/2010, SILVIO GANDINO MARTINS; RENAVAM: 00200666150

0681 PLACA: EJR2809; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C6KE1200A0057932; MOTOR: E3C8E-057912; YAMAHA; FACTOR YBR125 ED; 2010/2010, WASHINGTON DE SOUZA SANTOS; AYMORE CRED FIN INV SA; RENAVAM: 00204332419

0682 PLACA: BYV9289; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC08108R127348; MOTOR: KC08E18127348; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2008/2008, IAGO MATHEUS DE SOUZA - GERALDO FERREIRA DA SILVA; RENAVAM: 00970911068

0683 PLACA: CQP1282; SÃO PAULO/SP; CHASSI: CG125BR1488886; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA; CG 125; 1986/1986, EDER FERREIRA DA SILVA - ALESSANDRO PAULA GOMES; RENAVAM: 00390924946

0684 PLACA: DHJ8229; DIADEMA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA; CG 125 TITAN ES; 2003/2004, FRANCISCO FERREIRA LIMA; RENAVAM: 00817184686

0685 PLACA: DZN8518; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9CDNF41LJ8M133942; MOTOR: F466BR235099; JTA/SUZUKI; EN125 YES; 2007/2008, FERNANDO DE JESUS ALVIANO JUNIOR - GERSON PEREIRA DOS SANTOS CARMO; RENAVAM: 00953316637

0686 PLACA: DZO0757; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: MC35E-8039750; HONDA; CBX 250 TWISTER; 2008/2008, SILVIO HENRIQUE DA SILVA; RENAVAM: 00953711790

0687 PLACA: EFJ0400; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2KC08308R010224; MOTOR: KC08E38010224; HONDA; CG 150 JOB; 2008/2008, NAETE MARIA DE JESUS - MARIA EDILEUZA DA SILVA; RENAVAM: 00981378900

0688 PLACA: DAC8720; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: KC08E1800101; HONDA; CG 125 TITAN ES; 2001/2001, EDVANDRO SANTA RITA; RENAVAM: 00756637600

0689 PLACA: GYS1426; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: JL1P39FMB11T013148; TRAXX; JL50 Q2; 2011/2011, LAZARO FERNANDO CARVALHO; RENAVAM: 00337118337

0690 PLACA: DRZ1269; VARGEM GRANDE PAULISTA/SP; CHASSI: 9C2KC08306R805277; MOTOR: KC08E36805277; HONDA; CG 150 JOB; 2006/2006, JOSIAS DE OLIVEIRA SANTOS - MARCO ANTONIO SOARES; RENAVAM: 00889975469

0691 PLACA: EOU7505; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC4120BR713111; MOTOR: JC41E2B713111; HONDA; CG 125 FAN ES; 2011/2011, TIAGO PEREIRA DA SILVA; RENAVAM: 00337266816

0692 PLACA: CGT4571; JANDIRA/SP; CHASSI: 9C2KC16209R013485; MOTOR: KC16E29013485; HONDA; CG150 TITAN MIX ES; 2009/2009, WELLYNGTON APARECIDO DO CARMO DA GRACA; RENAVAM: 00154898660

0693 PLACA: DHM9726; SANTANA DE PARNAIBA/SP; CHASSI: 9C2JC30705R021174; MOTOR: JC30E75021174; HONDA; CG 125 FAN; 2005/2005, ADAO ANTONIO DOS SANTOS; RENAVAM: 00853558094

0694 PLACA: FHX2824; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C2JC4110DR740485; MOTOR: JC41E1D740485; HONDA; CG 125 FAN KS; 2013/2013, LUCAS ALMEIDA DOS SANTOS; RENAVAM: 00537916504

0695 PLACA: FAM4169; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC1660FR041712; MOTOR: KC16E6F041712; HONDA; CG 150 TITAN EX; 2015/2015, WILLIAM SANDY ALVES DA SILVA; RENAVAM: 001041135561

0696 PLACA: EIE3533; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9CDCF47AJ9M054702; MOTOR: F472BR154702; JTA/SUZUKI; AN125; 2008/2009, RAFAEL DOS SANTOS DA SILVA - MARCIO JOSE DE JESUS PILAR; RENAVAM: 00141063491

0697 PLACA: EXG5475; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2HB0210ER003512; MOTOR: HB02E1E003512; HONDA; POP100; 2013/2014, FLAVIO PINHEIRO FURTADO; RENAVAM: 00589627813

0698 PLACA: DGR1124; PIEDADE/SP; CHASSI: 9C2JC30103R802791; MOTOR: JC30E13802791; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2003/2003, AMADEU DA SILVA RIBEIRO; RENAVAM: 00804639205

0699 PLACA: CWM5868; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI: 9C2KC0501JR101100; MOTOR: CG125E-1112740; HONDA; CBX 150 AERO; 1988/1988, EDSON ROSA DE ALMEIDA SANTOS; RENAVAM: 00414824016

0700 PLACA: EKB6475; CAMPINAS/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: E3D1E-074105; YAMAHA; FACTOR YBR125 K; 2009/2009, DANIEL BELLO ALVES; RENAVAM: 00168146401

0701 PLACA: DEG0549; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC30212R540503; MOTOR: JC30E22540503; HONDA; CG 125 TITAN KSE; 2002/2002, JOSE EVANGELISTA DA SILVA NETO - GILVANEIDE DOS ANJOS SANTOS; RENAVAM: 00785314890

0703 PLACA: BSL8874; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C2MC270VVR022528; MOTOR: MC27E-V022528; HONDA; CBX 200 STRADA; 1997/1997, SOLANGE APARECIDA SOARES; RENAVAM: 00683307878

0704 PLACA: EHN8122; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC1550AR162209; MOTOR: KC15E5A162209; HONDA; CG 150 FAN ESI; 2010/2010, LUCAS BENATTO DOS ANJOS; RENAVAM: 00228845831

0705 PLACA: DEK8731; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2MC27002R007211; MOTOR: MC27E-2007211; HONDA; CBX 200 STRADA; 2002/2002, EWERTON LUIS JACINTO ALVES - FERNANDO CANDIDO VICTOR; RENAVAM: 00778301109

0706 PLACA: BKY3512; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2KC0501MR212936; MOTOR: KC05E1031653; HONDA; CBX 150 AERO; 1991/1991, CLAUDINEI JOSE DA SILVA; RENAVAM: 00416894550

0707 PLACA: EHM6296; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KD0510AR036025; MOTOR: KD05E1A036025; HONDA; NXR150BROS MIX ESD; 2010/2010, EDILSON DONIZETE ASSALTI; RENAVAM: 00250196255

0708 PLACA: DPU2614; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC08106R921569; MOTOR: KC08E16921569; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2006/2006, MARILUCE DIAS MARCAL; RENAVAM: 00883042304

0709 PLACA: CTV5430; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC1801KR422772; MOTOR: JC18E-2041579; H/HONDA; CG 125 TODAY; 1989/1989, MARCOS DE LACERDA SANTANA - BRUNA DE SOUZA SILVA; RENAVAM: 00424462516

0710 PLACA: DQU4340; ARACARIGUAMA/SP; CHASSI: 9C2JC30708R148630; MOTOR: JC30E78148630; HONDA; CG 125 FAN; 2008/2008, DENIS PIRES DOS SANTOS - UBIRALENE RODRIGUES CAITITE; RENAVAM: 00957185910

0711 PLACA: CJK0889; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2JD0801JR301361; MOTOR: CG125BRE6148864; HONDA; XL 125 DUTY; 1987/1988, CEZAR EDUARDO SARACHINI - VALFRAN DE JESUS ROCHA; RENAVAM: 00421285290

0712 PLACA: GCA4030; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C6KG0650G0038635; MOTOR: G3F7E-002836; YAMAHA; YS150 FAZER SED; 2015/2016, EDINALVA DE LIMA - INGRID LIMA BARRETO; RENAVAM: 001065638580

0713 PLACA: DNP8462; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C2JC30705R059924; MOTOR: JC30E75059924; HONDA; CG 125 FAN; 2005/2005, JOSELIA DE HOLANDA - ANTONIO JOSE ALVES DO NASCIMENTO; RENAVAM: 00862186838

0714 PLACA: ECF1904; SAO ROQUE/SP; CHASSI: 9C6KE1520C0081964; MOTOR: E3G9E-081972; YAMAHA; FACTOR YBR125 K; 2011/2012, SANDRA NADIR RIBEIRO TEIXEIRA - RODRIGO DA SILVA LOPES – BANCO BRADESCO FINANC SA; RENAVAM: 00408709383

0715 PLACA: DPT3192; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9CDNF41LJ7M030485; MOTOR: F466BR131524; JTA/SUZUKI; EN125 YES; 2006/2007, MARIA VERONICA CABRAL GOMES OLHEIRO; RENAVAM: 00884848817

0716 PLACA: BWX8211; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C2JC41109R053309; MOTOR: JC41E19053309; HONDA; CG 125 FAN KS; 2009/2009, THIAGO MOREIRA MARTINS; RENAVAM: 00142826871

0717 PLACA: FMM9729; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2KC1660FR502934; MOTOR: KC16E6F502934; HONDA; CG 150 TITAN EX; 2014/2015, MICHEL JACKSON DE JESUS MARTINS; RENAVAM: 001030828641

0718 PLACA: GHK0325; IBIUNA/SP; CHASSI: 9C6RG3110G0005156; MOTOR: G3G2E-016458; YAMAHA; YBR150 FACTOR E; 2016/2016, JOAO DIAS DE OLIVEIRA - NOELI DE FATIMA JERONIMO; RENAVAM: 001091836997

0719 PLACA: CTG8277; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC2500YR009429; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA; CG 125 TITAN; 1999/2000, ANTONIO MARQUES DA SILVA FILHO; RENAVAM: 00723793280

0720 PLACA: DKJ1169; COTIA/SP; CHASSI: 9C6KE038040016972; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; YAMAHA; XTZ 125K; 2004/2004, ROSENDO MARIO DE SOUZA GOMES; RENAVAM: 00833960822

0721 PLACA: DJX9903; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C6KE044050084167; MOTOR: E338E-082112; YAMAHA; YBR 125K; 2004/2005, EDILTON CAMARGO PLATERO JUNIOR; RENAVAM: 00844380636

0722 PLACA: DYW9308; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9CDNF41LJ8M109937; MOTOR: F466BR211054; JTA/SUZUKI; EN125 YES; 2007/2008, ZENALDO JESUS DOS SANTOS; RENAVAM: 00941215520

0723 PLACA: EHB2620; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2JC42109R011793; MOTOR: JC42E19011793; HONDA; BIZ 125 KS; 2008/2009, PAULO CESAR DA SILVA - CLAUDIA TATIANA CORREIA YAMAME; RENAVAM: 00158214072

0724 PLACA: DXL9922; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2KC16109R004045; MOTOR: KC16E19004045; HONDA; CG150 TITAN MIX KS; 2009/2009, TEREZA COSTA DOS SANTOS – BRADESCO FINANC SA; RENAVAM: 00156271761

0725 PLACA: BKZ6178; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: CG125BR1385703; MOTOR: JC30E11193027; HONDA; CG 125; 1984/1984, JAIRO CARDOSO; RENAVAM: 00402521390

0726 PLACA: EXC1264; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2JC4110BR733800; MOTOR: JC41E1B733800; HONDA; CG 125 FAN KS; 2011/2011, VICTOR PINTO DA SILVA; RENAVAM: 00329128396

0727 PLACA: ECQ7946; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C6KE122090034144; MOTOR: E3D1E-034065; YAMAHA; FACTOR YBR125 K; 2008/2009, TIAGO SANT ANNA NEPOMUCENO - JOAO DE DEUS LIMA JUNIOR; RENAVAM: 00133445976

0728 PLACA: CDT4003; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2MC270WWR018831; MOTOR: MC27E-W018831; HONDA; CBX 200 STRADA; 1998/1998, MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A - JOSE FRANCISCO MATOS; RENAVAM: 00699998280

0729 PLACA: FEN5648; COTIA/SP; CHASSI: 9C6KE1520D0129486; MOTOR: E3G9E-129479; YAMAHA; FACTOR YBR125 K; 2012/2013, RAFAEL LEMES DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00529610973

0730 PLACA: DCS7428; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2JC30102R018468; MOTOR: JC30E12018468; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2001/2002, MARCOS ANTONIO ANTUNES PEREIRA - FERNANDO SOUZA SANTANA; RENAVAM: 00771280904

0731 PLACA: EYY3407; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C2JC4110CR551007; MOTOR: JC41E1C551007; HONDA; CG 125 FAN KS; 2012/2012, ESMERALDO VIEIRA DOS SANTOS - ALDEMIR MARIO DE MENEZES; RENAVAM: 00478024983

0732 PLACA: CFD8205; GUARULHOS/SP; CHASSI: 9C2MC270VTR003814; MOTOR: MC27E-X022984; HONDA; CBX 200 STRADA; 1996/1997, MARCELO GUTIERREZ; RENAVAM: 00665921454

0733 PLACA: BSB6400; FRANCA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA; CG 125 TITAN; 1997/1997, CAMILA VIEIRA CASSANTA; RENAVAM: 00675737869

0734 PLACA: ESE1269; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2JF2500BR019356; MOTOR: JF25E-B019356; HONDA; LEAD 110; 2011/2011, VICTOR OLIVEIRA LIMA - VIVIAN PEREIRA LEITE; RENAVAM: 00399238662

0735 PLACA: DTK2841; OSASCO/SP; CHASSI: 9C2JC30707R017190; MOTOR: JC30E77017190; HONDA; CG 125 FAN; 2006/2007, CICERO SOARES - FRANCIMAR DE JESUS SOUSA; RENAVAM: 00903652145

0736 PLACA: EGZ2139; RIBEIRAO PRETO/SP; CHASSI: 9CDNF41LJ8M147457; MOTOR: F466BR248615; JTA/SUZUKI; EN125 YES; 2008/2008, BANCO FINASA BMC S A - ANDRE LUIZ JACOB FURTADO; RENAVAM: 00116805730

0737 PLACA: FDX9602; COTIA/SP; CHASSI:9C2KC1680DR412514; MOTOR: KC16E8D412514; HONDA; CG150 FAN ESDI; 2013/2013, ERALDO RAIMUNDO BARBOSA; RENAVAM: 00565388134

0738 PLACA: HCD6596; COTIA/SP; CHASSI: 9C2HA07005R011285; MOTOR: HA07E-5011285; HONDA; C100 BIZ; 2004/2005, ANTONIA INES DE SOUSA ARRUDA - DANIEL SOUZA DOS SANTOS; RENAVAM: 00845328573

0739 PLACA: DWZ1214; COTIA/SP; CHASSI: 9C6KE092080164256; MOTOR: E382E-162118; YAMAHA; YBR 125K; 2007/2008, EDNILDA SIQUEIRA KELLER - EXPEDITO MORENO DA SILVA; RENAVAM: 00944028551

0740 PLACA: HAU2209; OSASCO/SP; CHASSI: 9C6KE044030030460; MOTOR: E338E-030248; YAMAHA; YBR 125K; 2003/2003, FRANCISCO HONORIO DA SILVA - RODRIGO HIDALGO PERES; RENAVAM: 00813476860

0741 PLACA: FPE0217; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C2KC2200HR609741; MOTOR: KC22E0H609810; HONDA; CG 160 FAN ESDI; 2017/2017, JOADTON AMPARO DE ASSIS - ANTONIO BEZERRA NUNES; RENAVAM: 001114739763

0742 PLACA: GEM5850; BARUERI/SP; CHASSI: 9CDNF4FDSGM102780; MOTOR: F4E9-BR108669; JTA/SUZUKI; GSR125 S; 2015/2016, WESLEY DE OLIVEIRA AZEVEDO.; RENAVAM: 001083628795

0743 PLACA: FCN0630; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC1680FR580194; MOTOR: KC16E8F580194; HONDA; CG150 FAN ESDI; 2015/2015, BRUNO COSTA PRESTES DOS SANTOS; RENAVAM: 001042483725

0744 PLACA: DHJ3043; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C6KE010020061321; MOTOR: E308E-074034; YAMAHA; YBR 125E; 2002/2002, CRISTIANE PEREIRA DE JESUS - GINALDO JOAQUIM FEITOSA JUNIOR; RENAVAM: 00785817956

0745 PLACA: BSP7946; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC250VVR106155; MOTOR: JC25E-V106155; HONDA; CG 125 TITAN; 1997/1997, ELIANA MARIA DE OLIVEIRA - LINDOMAR ALEXANDRE CANESSO DA SIVA; RENAVAM: 00671734261

0746 PLACA: CDP0693; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC4110AR509170; MOTOR: JC41E1A509170; HONDA; CG 125 FAN KS; 2009/2010, NATALIA SANTOS SILVA; RENAVAM: 00170892620

0747 PLACA: GOQ8885; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC250TTR002183; MOTOR: JC25E-T002183; HONDA; CG 125 TITAN; 1996/1996, LARISSA CHRISTINE DA SILVA; RENAVAM: 00649235355

0748 PLACA: BYT1330; COTIA/SP; CHASSI: 9C6KE092080234348; MOTOR: E382E-233178; YAMAHA; YBR 125K; 2008/2008, WILSON OLIVEIRA DE MORAES; RENAVAM: 00980740517

0749 PLACA: DJK0017; JANDIRA/SP; CHASSI: 9C2JC30203R400518; MOTOR: JC30E23400518; HONDA; CG 125 TITAN ES; 2003/2003, MARCELO CASSIANO DAS NEVES - LUCAS SILVA SOUZA MARIANO; RENAVAM: 00804555400

0750 PLACA: CNF1909; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2MC270XWR007330; MOTOR: MC27E-X007330; HONDA; CBX 200 STRADA; 1998/1999, THIAGO DOS SANTOS GOMES; RENAVAM: 00716734257

0751 PLACA: DVU7493; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: F401BR122778; JTA/SUZUKI; INTRUDER 125; 2006/2007, PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; RENAVAM: 00911231544

0752 PLACA: DTL5525; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2KC08107R172634; MOTOR: KC08E17172634; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2007/2007, ANTONIO CARLOS MATEUS; RENAVAM: 00919050018

0753 PLACA: CGT5592; JANDIRA/SP; CHASSI: 9C2KC1670BR341640; MOTOR: KC16E7B341640; HONDA; CG 150 FAN ESI; 2011/2011, GIVANILDO MARTINS DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00283078308

0754 PLACA: EFF3646; OSASCO/SP; CHASSI:9C2KC16109R017609; MOTOR: KC16E19017609; HONDA; CG150 TITAN MIX KS; 2009/2009, PRISCILA ALVES TOMAZ; RENAVAM: 00163721572

0755 PLACA: BXV8711; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2JC250WWR090363; MOTOR: SUCATA P/REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA; CG 125 TITAN; 1998/1998, IGOR SANTIAGO; RENAVAM: 00694530433

0756 PLACA: EFK5073; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2KC08108R312452; MOTOR: KC08E18312452; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2008/2008, HELIO COELHO - RIVAN GOMES DUARTE; RENAVAM: 00986799688

0757 PLACA: INX7373; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2JC30707R720791; MOTOR: JC30E77720791; HONDA; CG 125 FAN JOB KS; 2007/2007, RONIS CARLOS DA SILVA ME - PAULO SERGIO NOGUEIRA CARVALHO; RENAVAM: 00924427221

0758 PLACA: DOA4096; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2MC35004R042564; MOTOR: MC35E-4042564; HONDA; CBX 250 TWISTER; 2004/2004, DAVID ALVES LOIA - WICTOR HUGO DIAS DE ARAUJO BENEDITO; RENAVAM: 00834746280

0759 PLACA: DXI4704; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI: 9C2KD03208R018020; MOTOR: KD03E28018020; HONDA; NXR150 BROS KS; 2008/2008, FABIO CARDOSO GABRIEL - WELINGTON SILVA PELOSO; RENAVAM: 00961919418

0760 PLACA: EFN0613; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2JC30708R715465; MOTOR: KC16E5C508736; HONDA; CG 125 FAN; 2008/2008, DANIEL DE JESUS ANDRADE; RENAVAM: 00115518576

0761 PLACA: DZT6296; SANTANA DE PARNAIBA/SP; CHASSI: 94J1XPBD88M019343; MOTOR: JBD8090670; SUNDOWN; WEB 100 EVO; 2008/2008, ROGERIO GUIMARAES DA ROCHA FROTA - ISABELA RODRIGUES DO NASCIMENTO; RENAVAM: 00990487733

0762 PLACA: EWF0031; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C2JC4120CR549612; MOTOR: JC41E2C549612; HONDA; CG 125 FAN ES; 2012/2012, MARIA DO SOCORRO DA SILVA - JOSE CARLOS DE OLIVEIRA - BANCO YAMAHA MOTOR BRASIL SA; RENAVAM: 00455854831

0763 PLACA: DRZ3597; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2JC30707R020316; MOTOR: JC30E77020316; HONDA; CG 125 FAN; 2006/2007, EDSON CORREA DA SILVA - SANDRA FERREIRA DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00902114760

0764 PLACA: DKL4450; PERUIBE/SP; CHASSI: 9C2HA07104R801194; MOTOR: HA07E14801194; HONDA; C100 BIZ ES; 2003/2004, FAUSTINO VERDOLIN - BANCO CREDIBEL SA – ALEXANDRE DE ALMEIDA ALVES; RENAVAM: 00821816535

0765 PLACA: EXF3711; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC4110BR741045; MOTOR: JC41E1B741045; HONDA; CG 125 FAN KS; 2011/2011, LECIENE CAMPOS DO NASCIMENTO; RENAVAM: 00331226421

0766 PLACA: ESB5979; DIADEMA/SP; CHASSI: 9C2KC1680BR326541; MOTOR: KC16E8B326541; HONDA; CG150 FAN ESDI; 2011/2011, DENNIS DA SILVA MACHADO - ADM CONS NAC HONDA LTDA; RENAVAM: 00289402697

0767 PLACA: HJH2037; PEDRA DOURADA/MG; CHASSI: 9C6KE122090020801; MOTOR: E3D1E-020814; YAMAHA; FACTOR YBR125 K; 2008/2009, OSSENI DE A. RIBEIRO DE ALMEIDA; RENAVAM: 00991910168

0768 PLACA: ESG7187; COTIA/SP; CHASSI: 9C2ND0910BR005273; MOTOR: ND09E1B005273; HONDA; XRE 300; 2010/2011, DIEGO DANTAS RODRIGUES; RENAVAM: 00271151684

0769 PLACA: DZQ8284; COTIA/SP; CHASSI: 9C6KG017080078172; MOTOR: G347E-082682; YAMAHA; FAZER YS250; 2008/2008, AURO CHAGAS DE CAMARGO JUNIOR - HIAGO FERREIRA SANTOS; RENAVAM: 00961139072

0770 PLACA: FAV1238; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: J2KC014741; DAFRA; ZIG 50; 2012/2013, ANTONIO RAIMUNDO DA SILVA; RENAVAM: 00505658518

0771 PLACA: EFK8291; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: F466BR213136; JTA/SUZUKI; EN125 YES; 2007/2008, DALTON OHARA TAKAKI ME; RENAVAM: 00990830993

0772 PLACA: EQD4342; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2JC4110AR675163; MOTOR: JC41E1A675163; HONDA; CG 125 FAN KS; 2010/2010, ROBERTO BEKER NETO; RENAVAM: 00226331555

0773 PLACA: DVY8153; VARGEM GRANDE PAULISTA/SP; CHASSI: 9C6KE092070072807; MOTOR: E382E072005; YAMAHA; YBR 125K; 2006/2007, VANESSA APARECIDA CORREIA - FERNANDO BENEDITO DOS SANTOS; RENAVAM: 00908812531

0774 PLACA: CZW1241; BROTAS/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: HA07E-Y237199; HONDA; C100 BIZ ES; 2000/2000, CARLOS ALEXANDRE BARBOSA; RENAVAM: 00736709100

0775 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFCADO; MOTOR: DANIFICADO; HONDA

0776 PLACA: CDI3478; OSASCO/SP; CHASSI: 9C2JC30708R613266; MOTOR: JC30E78613266; HONDA; CG 125 FAN; 2008/2008, KLEBER FELIX DE ANDRADE; RENAVAM: 00970884249

0777 PLACA: DRW9692; COTIA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: KC08E16931397; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2006/2006, MARQUEDINEZ DAS GRACAS NUNES - ERANDIO COSTA DA SILVA - AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA; RENAVAM: 00884743241

0779 PLACA: BPS0644; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2MC35008R032940; MOTOR: MC35E-8032940; HONDA; CBX 250 TWISTER; 2007/2008, AQUILES FRANCISCO AMARAL - DAIANE SANTOS ARAUJO FERNANDES; RENAVAM: 00948069422

0780 PLACA: CWM4218; QUELUZ/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: E308E-031025; YAMAHA; YBR 125E; 2001/2001, RENATO GONCALVES; RENAVAM: 00768479622

0781 PLACA: BVD8181; COTIA/SP; CHASSI: 9C2MD270TTR000935; MOTOR: MD27E-T000935; HONDA; NX200; 1996/1996, CLOVIS OLIVEIRA LIMA - HENRIQUE CARLOS DA CRUZ; RENAVAM: 00650384237

0782 PLACA: EFI0499; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC16209R027889; MOTOR: KC16E29027889; HONDA; CG150 TITAN MIX ES; 2009/2009, TATIANE LEITE DE MORAES CARVALHO; RENAVAM: 00171522869

0783 PLACA: GYD5269; VARGEM GRANDE PAULISTA/SP; CHASSI: 9C2JC30103R019218; MOTOR: JC30E13019218; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2002/2003, WASHINGTON HENRIQUE DA SILVA RODRIGUES - CARLOS EDUARDO FELIX DA SILVA; RENAVAM: 00789435977

0784 PLACA: DZQ9127; TABOAO DA SERRA/SP; CHASSI: 9C2JC30708R560949; MOTOR: JC30E78560949; HONDA; CG 125 FAN; 2008/2008, MARCOS ROBERTO DA SILVA - LEANDRO LEITE DA SILVA; RENAVAM: 00962396370

0785 PLACA: EXC0130; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2JC4110BR764224; MOTOR: JC41E1B764224; HONDA; CG 125 FAN KS; 2011/2011, ZENITH PEREIRA NOVAIS; RENAVAM: 00337092532

0786 PLACA: EXE1259; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2JC4130BR100117; MOTOR: JC41E3B100117; HONDA; CG 125 CARGO KS; 2010/2011, KAUE DA SILVA ARAUJO; RENAVAM: 00274256355

0787 PLACA: EOP0861; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI: 9C2JC4110AR687703; MOTOR: JC41E1A687703; HONDA; CG 125 FAN KS; 2010/2010, LUIZ HENRIQUE CORREA BENITE MEDINA; RENAVAM: 00262151049

0788 PLACA: CHK8163; RIO GRANDE DA SERRA/SP; CHASSI: 9C2J

HONDA; CG 125; 1987/1987, IGOR SILVA DE BRITO; RENAVAM: 00520857178

0799 PLACA: FKR4925; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC1680FR590126; MOTOR: KC16E8F590126; HONDA; CG150 FAN ESDI; 2015/2015, RODRIGO CARVALHO DE SOUZA; RENAVAM: 001056364375

0800 PLACA: DXL8599; OSASCO/SP; CHASSI: 93FST12577M001256; MOTOR: 156FMI271014650; KASINSKI; SETA 125; 2007/2007, ROGERIO ESTRELA DA SILVA; RENAVAM: 00934557233

0801 PLACA: S/ PLACA; CHASSI: 95RHPBK988M000209; MOTOR: HB162FMJ80100087; MOTOCICLETA

0802 PLACA: DCN8862; HORTOLANDIA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: E338E-017864; YAMAHA; YBR 125K; 2003/2003, REGINALDO DONIZETTI DE ANDRADE - JOSE ANTONIO DO CARMO; RENAVAM: 00804260877

0803 PLACA: DHE6838; CAMPINAS/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: MC35E-4001297; HONDA; CBX 250 TWISTER; 2003/2004, EDINALDO LEONIDIO DOS SANTOS - JEFFERSON NASCIMENTO SILVA; RENAVAM: 00813852544

0804 PLACA: FGV5345; SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP; CHASSI: 9C2JC4120DR526460; MOTOR: JC41E2D526460; HONDA; CG 125 FAN ES; 2013/2013, WILSON MADIZ SOUZA DOS SANTOS - ROBSON ANTONIO CANDIDO DOS SANTOS; RENAVAM: 00515667552

0805 PLACA: HTH1554; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC41209R028257; MOTOR: JC41E29028257; HONDA; CG 125 FAN ES; 2009/2009, J W SERVICOS DE PORTARIA E LIMPEZA LTDA ME - JAMAEL DE MORAIS ARAUJO; RENAVAM: 00144150727

0806 PLACA: CZW5179; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2MC35003R144281; MOTOR: MC35E-3144281; HONDA; CBX 250 TWISTER; 2003/2003, SERGIO LOPES - JOAO FILIPE P VIEIRA; RENAVAM: 00811630161

0807 PLACA: DLZ9996; COTIA/SP; CHASSI:9C2JC30705R034308; MOTOR: JC30E75034308; HONDA; CG 125 FAN; 2005/2005, BRUNO DA SILVA DANTAS; RENAVAM: 00856807460

0808 PLACA: DZP1045; COTIA/SP; CHASSI: 9C6KE090080024515; MOTOR: E381E-073094; YAMAHA; YBR 125ED; 2007/2008, WALDERLEI MARTINS DE ANDRADE; RENAVAM: 00946554714

0809 PLACA: DFD4117; ITAPETININGA/SP; CHASSI: 9C2JC30213R651575; MOTOR: JC30E23651575; HONDA; CG 125 TITAN KSE; 2003/2003, ADRIANO DA SILVA GONCALVES; RENAVAM: 00807080527

0810 PLACA: EOK2766; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC1670BR318060; MOTOR: KC16E7B318060; HONDA; CG 150 FAN ESI; 2010/2011, ALBERT FERREIRA LEITAO; RENAVAM: 00282662839

0811 PLACA: DOJ0912; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC30705R066800; MOTOR: JC30E75066800; HONDA; CG 125 FAN; 2005/2005, RAFAEL MARQUES DA SILVA – BANCO PANAMERICANO S/A; RENAVAM: 00862506719

0812 PLACA: KCP1045; CRIXAS/GO; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA; CG 125 TITAN; 1995/1996, NARCISO AMARAL ROSA; RENAVAM: 00646090364

0813 PLACA: BFX8273; ARARAQUARA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: KC08E54005137; HONDA; CG 150 TITAN ES; 2004/2004, THIAGO MEIRA DE SOUZA; RENAVAM: 00826041655

0814 PLACA: DZU3890; COTIA/SP; CHASSI: 9C2MC35008R092207; MOTOR: MC35E-8092207; HONDA; CBX 250 TWISTER; 2008/2008, LUIS FERNANDO PINHEIRO LEMOS ME - GABRIEL SANCHES DOS SANTOS; RENAVAM: 00983190437

0815 PLACA: GDZ4719; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2KC2210GR506330; MOTOR: KC22E1G506330; HONDA; CG 160 TITAN EX; 2016/2016, VANUSA NARCIZO DO CARMO - RENAN DE SOUZA PEREIRA; RENAVAM: 01083201260

0816 PLACA: EHM5386; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC1640AR025609; MOTOR: KC16E4A025609; HONDA; CG150 TITAN MIX EX; 2010/2010, LEONARDO TEIXEIRA LOPES; RENAVAM: 00199531315

0817 PLACA: CWA5675; CAMPINAS/SP; CHASSI: 9C2JC30101R183105; MOTOR: JC30E78644846; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2001/2001, ISAIAS RODRIGUES DA SILVA; RENAVAM: 00760779015

0818 PLACA: DLI9595; COTIA/SP; CHASSI: 9C2MC35005R008078; MOTOR: MC35E-5008078; HONDA; CBX 250 TWISTER; 2004/2005, ANTONIO TEIXEIRA LIMA; RENAVAM: 00841980365

0819 PLACA: DLK6595; MAUA/SP; CHASSI: 9C6KE042050035668; MOTOR: E337E-086705; YAMAHA; YBR 125ED; 2005/2005, GLEICY KELLY DE LIMA ROCHA; RENAVAM: 00849026660

0820 PLACA: S/ PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: MC35E6024519; HONDA; TORNADO

0821 PLACA: S/PLACA; DRACENA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: JC30E21045181; HONDA; CG 125 TITAN ES; 2001/2001, MARGARETE CAMPOS GONCALVES - RENAVAM: 00762311479

0822 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: JC25EST16690; HONDA

0823 PLACA: S/ PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: C168003442; DAFRA

0824 PLACA: EWC4497; JUNDIAI/SP; CHASSI: 9C2KC1660DR513584; MOTOR: KC16E6D513584; HONDA; CG 150 TITAN EX; 2012/2013, PAULO ANCHIETA RESTAURANTE EIRELI; RENAVAM: 00505722577

0825 PLACA: DVX2641; ITAPECERICA DA SERRA/SP; CHASSI: 9C2KC08107R097290; MOTOR: KC08E17097290; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2007/2007, JULIANO DAS NEVES SOUZA; RENAVAM: 00908808291

0826 PLACA: DTM3439; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2KC08107R125947; MOTOR: KC08E17125947; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2007/2007, VANDERSON DE ARAUJO RODRIGUES - LEANDRO ALVES MARINELLO; RENAVAM: 00912032898

0827 PLACA: DEG4878; SALTO/SP; CHASSI:9C6KE010020049472; MOTOR: E381E092065; YAMAHA; YBR 125E; 2001/2002, JESSICA RENATA DOS ANJOS - IVANILSON DO PRADO PEIXOTO; RENAVAM: 00773539077

0828 PLACA: EKI1776; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC1610AR013116; MOTOR: KC16E1A013116; HONDA; CG150 TITAN MIX KS; 2009/2010, ANDERSON HUGO RODRIGUES - AYMORE CRED FIN INV SA; RENAVAM: 00183020871

0829 PLACA: DCS1209; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C2JC30102R234270; MOTOR: JC30E12234270; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2002/2002, KATIA OLIVEIRA DE JESUS; RENAVAM: 00784577706

0830 PLACA: BYT7913; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9CDNF41LJ8M110113; MOTOR: F466BR211230; JTA/SUZUKI; EN125 YES; 2007/2008, APARECIDA CONCEICAO SENA - EFIGENIO COSTA DA SILVA - BANCO ITAUCARD SA; RENAVAM: 00941493121

0831 PLACA: GDY8327; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C2KC2500JR002348; MOTOR: KC25E0J002349; HONDA; CG 160 START; 2017/2018, GABRIEL DE SOUZA PEREIRA DE JESUS; RENAVAM: 01132727372

0832 PLACA: AEY9480; OURINHOS/SP; CHASSI: 9C2KC0501JR103890; MOTOR: SUCATA P/REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA; CBX 150 AERO; 1988/1988, VALDECIR APARECIDO; RENAVAM: 0522621902

0833 PLACA: DVH3516; TABOÃO DA SERRA/SP; CHASSI: 9CDCF47AJ7M019378; MOTOR: F472BR119378; JTA/SUZUKI; AN125; 2007/2007, VIVIANE VITORINO DOS SANTOS SCHOENFELDER; RENAVAM: 0922279926

0834 PLACA: DWZ0301; COTIA/SP; CHASSI: 9C6KE092070110328; MOTOR: E382E-108585; YAMAHA; YBR 125K; 2007/2007, LUIZ CARLOS CAMINA LECHI - VILSON DA ROCHA; RENAVAM: 0934777039

0835 PLACA: EQR7278; SAO BERNARDO DO CAMPO/SP; CHASSI: 9C2ND0910BR008536; MOTOR: ND09E1B008536; HONDA; XRE 300; 2011/2011, IVAN DE ASSIS GONCALVES - WELITON SOUSA DE BRITO; RENAVAM: 0280044852

0836 PLACA: DOH3970; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C6KE037050038463; MOTOR: E330E-037974; YAMAHA; XTZ 125E; 2005/2005, MARIO SIQUEIRA; RENAVAM: 00867163879

0837 PLACA: EJN4529; ITAPECERICA DA SERRA/SP; CHASSI: LXYPCKL0X80218602; MOTOR: 162FMJ28B056550; I/SHINERAY; XY 150 5; 2008/2008, ANTONIO CARLOS DE SOUSA LOPES; RENAVAM: 00172378966

0838 PLACA: EGY3593; COTIA/SP; CHASSI: 9C2MC35008R110250; MOTOR: MC35E-8110250; HONDA; CBX 250 TWISTER; 2008/2008, LEANDRO CENCI - RODRIGO FERNANDES MOREIRA; RENAVAM: 00119827298

0839 PLACA: GDO1979; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC2200JR010849; MOTOR: KC22E0J010549; HONDA; CG 160 FAN; 2018/2018, VINICIUS FAUSTINO DE OLIVEIRA; RENAVAM: 01144448198

0840 PLACA: 1º EMPLACAMENTO; CHASSI: 95VAC1F588M008116; MOTOR: A1E8007997; DAFRA; SUPER 100; 2008/2008, BANCO ITAUCARD SA - MAILTON OLIVEIRA LIMA JUNIOR

0841 PLACA: GGB2579; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2JC6900GR201422; MOTOR: JC69E0G201449; HONDA; CG 125I FAN; 2016/2016, DOUGLAS ANTONIO DA SILVA LUNGUINHO; RENAVAM: 01089627537

0842 PLACA: EFN8405; SANTO ANDRE/SP; CHASSI: 93FST15089M001766; MOTOR: 162FMJ81471482; KASINSKI; SETA 150; 2008/2009, JACKSON MOREIRA DA SILVA - WAGNER SANTOS EVANGELISTA; RENAVAM: 00128804750

0843 PLACA: DWW9888; COTIA/SP; CHASSI: 9C2MC35008R103134; MOTOR: MC35E-8103134; HONDA; CBX 250 TWISTER; 2008/2008, WASHINGTON RODRIGUES; RENAVAM: 00989442438

0844 PLACA: DJU0859; COTIA/SP; CHASSI: 9C6KE044030028210; MOTOR: E338E-028293; YAMAHA; YBR 125K; 2003/2003, JOAO MARCOS DOS SANTOS CESARINO - APARECIDO BEZERRA DA SILVA; RENAVAM: 00809603284

0845 PLACA: EHM4903; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC4120AR017598; MOTOR: JC41E2A017598; HONDA; CG 125 FAN ES; 2009/2010, CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00178455130

0846 PLACA: HSQ4778; FRANCISCO MORATO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: JC30E23149408; HONDA; CG 125 TITAN ES; 2003/2003, JOSSIEL DOS SANTOS VIEIRA; RENAVAM: 00807295434

0847 PLACA: DLJ8643; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC08106R925268; MOTOR: KC08E16925268; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2006/2006, NICULAS SIMAO - VINICIUS DANTAS – BANCO PAN S.A; RENAVAM: 00884518990

0848 PLACA: EOW6080; VARGEM GRANDE PAULISTA/SP; CHASSI: 9C2KC1550AR192975; MOTOR: KC15E5A192975; HONDA; CG 150 FAN ESI; 2010/2010, JEFFERSON VENANCIO DAS MERCES - ALLAN VINICIUS RODRIGUES; RENAVAM: 00243338660

0849 PLACA: DJT6822; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC08104R809844; MOTOR: KC08E14809844; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2004/2004, MARIA DALVA DOS SANTOS PRADO; RENAVAM: 00832211575

0850 PLACA: AJF4519; SARANDI/PR; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: JC30E1Y008583; HONDA; CG 125 TITAN KS; 1999/2000, DARIO APARECIDO GELIO; RENAVAM: 00733683339

0851 PLACA: DWW9441; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2KC08108R290071; MOTOR: KC08E18290071; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2008/2008, CGR MATRIX COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA ME - DANIEL JOSE DA SILVA LIMA; RENAVAM: 00983917183

0852 PLACA: EHQ9717; SOROCABA/SP; CHASSI: 9C2JC4110AR509515; MOTOR: JC41E1A509515; HONDA; CG 125 FAN KS; 2009/2010, MIRIAN APARECIDA LOURENCO PAGANI - JOSE PINTO DE OLIVEIRA FILHO; RENAVAM: 00173796435

0853 PLACA: DWZ1557; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC30708R584099; MOTOR: JC30E78584099; HONDA; CG 125 FAN; 2008/2008, JANAINA APARECIDA DAS GRACAS FERREIRA - DAVID CERQUEIRA DA SILVA – BANCO PAN S/A; RENAVAM: 00962564940

0854 PLACA: CRN7500; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC2210KR009582; MOTOR: KC22E1K009590; HONDA; CG 160 TITAN; 2018/2019, RAFAEL LIMA MEIRA; RENAVAM: 01171696776

0855 PLACA: DOW9772; JANDIRA/SP; CHASSI:9C2MC35007R020420; MOTOR: MC35E-7020420; HONDA; CBX 250 TWISTER; 2006/2007, ROSINALDO NOBRE DA SILVA - BRUNO HENRIQUE DO NASCIMENTO HARTKOPF; RENAVAM: 00905427610

0856 PLACA: DCS2155; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C2JC30103R801204; MOTOR: JC30E13801204; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2003/2003, ALCIONE BISPO DOS SANTOS - LAUDELINO FABIANO DE ARAUJO; RENAVAM: 00806101539

0857 PLACA: CDI3501; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2JC30708R638772; MOTOR: JC30E78638772; HONDA; CG 125 FAN; 2008/2008, CHARLES GOMES ALVES - VINICIUS RIBEIRO DE ASSIS FERREIRA – BANCO PAN S/A; RENAVAM: 00971656320

0858 PLACA: DLK6429; IBIUNA/SP; CHASSI: 9C2KC08105R862440; MOTOR: KC08E15862440; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2005/2005, MARLENE MARTINS DE ALMEIDA - RICARDO EUVALDO OLIVEIRA DE MORAES; RENAVAM: 00859259544

0859 PLACA: GJZ3328; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C2KC2200HR510970; MOTOR: KC22E0H510974; HONDA; CG 160 FAN ESDI; 2017/2017, ANDRE ALVES RIGO DA SILVA; RENAVAM: 01117476054

0860 PLACA: BSO2238; PIRAPORA DO BOM JESUS/SP; CHASSI: CG125BR1458926; MOTOR: KC15E19040331; HONDA; CG 125; 1985/1985, JOSE ERIVAN RODRIGUES DOS SANTOS; RENAVAM: 00433601035

0861 PLACA: EII9519; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC16109R019130; MOTOR: KC16E19019130; HONDA; CG150 TITAN MIX KS; 2009/2009, FABIO SPATAFORA DO VALE; RENAVAM: 00169823075

0862 PLACA: BXY2191; SAO ROQUE/SP; CHASSI: 9C2JC1801LR550534; MOTOR: JC18E2097814; HONDA; CG 125; 1990/1990, FRANCISCA VALMIRA DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00411904930

0863 PLACA: DYN8974; SUZANO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA; CBX 250 TWISTER; 2007/2007, DIEGO SALES SOUZA; RENAVAM: 00926048414

0864 PLACA: DTM3519; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2JC30707R090554; MOTOR: JC30E77090554; HONDA; CG 125 FAN; 2007/2007, JUDILENE FELIPE DE SOUZA – BANCO BRADESCO FINANC S/A; RENAVAM: 00910856400

0865 PLACA: DPT9010; OSASCO/SP; CHASSI: 9C2KC08106R884032; MOTOR: KC08E16884032; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2006/2006, MIKAELA DA SILVA MEDEIROS - EDNA DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00878165592

0866 PLACA: BYK5828; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI: 9C2JC4110AR009506; MOTOR: JC41E1A009506; HONDA; CG 125 FAN KS; 2009/2010, ANA MARCIA RIBEIRO DA SILVA; RENAVAM: 00178137219

0867 PLACA: DWV1985; COTIA/SP; CHASSI: 9C6KE092080153769; MOTOR: E382E-152489; YAMAHA; YBR 125K; 2007/2008, SUZANA FRANCA DOS SANTOS - RAFAEL DOS SANTOS TEODORO CALO; RENAVAM: 00939317346

0868 PLACA: EHF8036; BERTIOGA/SP; CHASSI: 9C2KC08108R294916; MOTOR: KC08E18294916; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2008/2008, PAULO HENRIQUE NASCIMENTO CARMO DE SOUZA - ALEXANDRE CAMELO DOS SANTOS; RENAVAM: 00987981382

0869 PLACA: ECP6170; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9CDNF41LJ8M233026; MOTOR: F466BR290272; JTA/SUZUKI; EN125 YES; 2008/2008, SILVIO CEZAR NETO; RENAVAM: 00981924956

0870 PLACA: EWF7357; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC4110CR453273; MOTOR: JC41E1C453273; HONDA; CG 125 FAN KS; 2011/2012, WESLEY ASSIS LIRA - TAMYRES SILVA PEDREIRA; RENAVAM: 00456363106

0871 PLACA: DHI8345; IBIUNA/SP; CHASSI: 9C2JC30103R800725; MOTOR: JC30E13150542; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2003/2003, VALDECI MACIEL CARDOSO; RENAVAM: 00803456816

0872 PLACA: DOI9362; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 94J2XCCH45M000967; MOTOR: 157FMI0430040308; SUNDOWN; MAX 125 SED; 2004/2005, CLAYTON DAVID DA SILVA - AURELINO FOLGACIA SENA; RENAVAM: 00861012330

0873 PLACA: DVE6448; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2JC30707R044508; MOTOR: JC30E77044508; HONDA; CG 125 FAN; 2006/2007, ANAILTON DE ALMEIDA ANDRADE - CLEITON DO NASCIMENTO BUENO DE MELO; RENAVAM: 00904697444

0874 PLACA: S/ PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: S/ IDENTIFICAÇÃO; MOBILETE; CALOI; XR

0875 PLACA: DXM4436; GUARULHOS/SP; CHASSI: 9CDNF41LJ8M094072; MOTOR: F466BR195189; JTA/SUZUKI; EN125 YES; 2007/2008, MARCOS ROMEIRO - RICARDO DA SILVEIRA SIMAO; RENAVAM: 00936597100

0876 PLACA: DJV4593; OSASCO/SP; CHASSI: 9C6KE042030015318; MOTOR: E337E-037051; YAMAHA; YBR 125ED; 2003/2003, DIOGO GOMES DA SILVA - MICHAEL DOUGLAS ALVES DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00815186509

0877 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: S/ IDENTIFICAÇÃO; MOBILETER; CALOI; XR

0878 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: DANIFICADO; HONDA CG

0879 PLACA: DOZ6319; OSASCO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: JC41E39002364; HONDA; CG 125 FAN; 2005/2005, SILVINO GONCALVES NETO - JEAN VITOR PEREIRA SILVA; RENAVAM: 00868381667

0880 PLACA: EXB5817; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C6KE1520B0037585; MOTOR: E333E-026956; YAMAHA; FACTOR YBR125 K; 2011/2011, RILDEVAN PEREIRA LOPES; RENAVAM: 00347900216

0881 PLACA: EPQ0013; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/REPOSICAO DE PECAS; JTA/SUZUKI; AN125; 2007/2008, CAMILA APARECIDA DE SOUZA - KARINE FERREIRA DIAS; RENAVAM: 00950681873

0882 PLACA: DNP7234; JUNDIAI/SP; CHASSI: 9C2JC30705R010641; MOTOR: DANIFICADO; HONDA; CG 125 FAN; 2005/2005, JEFFERSON GOMES DE MEDEIROS - SANDRA BEZERRA DA COSTA; RENAVAM: 00854583432

0883 PLACA: EOK4200; COTIA/SP; CHASSI: 9C6KE1550C0001672; MOTOR: E3F6E-023679; YAMAHA; T115 CRYPTON ED; 2011/2012, FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA - SIMONE MARIA RODRIGUES; RENAVAM: 00366514156

0884 PLACA: GGH2569; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C2KC2500JR017934; MOTOR: KC25E0J017927; HONDA; CG 160 START; 2018/2018, LEONARDO SILVA DO NASCIMENTO; RENAVAM: 01157385637

0885 PLACA: DPD9976; OSASCO/SP; CHASSI: 9C2KC08107R065882; MOTOR: KC08E17065882; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2006/2007, WAGNER VALDEVINO NICOLA; RENAVAM: 0903247240

0886 PLACA: EEI6329; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC2500KR037336; MOTOR: KC25E0K037177; HONDA; CG 160 START; 2019/2019, BIANCA KAROLINE MORAES DA SILVA; RENAVAM: 01192617344

0887 PLACA: EFE3922; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2KC16209R028989; MOTOR: KC16E29028989; HONDA; CG150 TITAN MIX ES; 2009/2009, FRANKLIN MARQUES DOS SANTOS; RENAVAM: 00165746360

0888 PLACA: DOP1668; MAIRIPORA/SP; CHASSI: 9CDNF41LJ7M033506; MOTOR: F466BR134545; JTA/SUZUKI; EN125 YES; 2006/2007, NELSON OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR - MAURICIO CUSTODIO; RENAVAM: 00886222745

0889 PLACA: DEG8305; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC30101R211727; MOTOR: SUCATA P/REPOSIÇÃO DE PECAS; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2001/2001, CAMILA PAULA NUNES DA COSTA; RENAVAM: 00764037684

0890 PLACA: DWZ0717; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC30708R139553; MOTOR: JC30E78139553; HONDA; CG 125 FAN; 2008/2008, GILMAR DE JESUS SANTIAGO - AYMORE CRED FIN INV SA; RENAVAM: 00953749223

0891 PLACA: ECP5845; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2JC30708R585143; MOTOR: JC30E78585143; HONDA; CG 125 FAN; 2008/2008, ADRIANO JOSE DA SILVA; RENAVAM: 00978515765

0892 PLACA: DCI9042; PIRACAIA/SP; CHASSI: 9C2JC30101R108364; MOTOR: JC30E11108364; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2001/2001, PAULO WANDERLEY SOARES - RAPHAEL DE SOUZA SILVA; RENAVAM: 00755664680

0893 PLACA: S/ PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA; TORNADO

0894 PLACA: DVP4026; SAO BERNARDO DO CAMPO/SP; CHASSI: 9C2JC30707R067957; MOTOR: JC30E77067957; HONDA; CG 125 FAN; 2006/2007, JOSENI FERNANDES DE OLIVEIRA LIMA - JOSIVALDO DA SILVA TEIXEIRA; RENAVAM: 00911182314

0895 PLACA: DTF8253; SUZANO/SP; CHASSI: 9C2KC08506R844396; MOTOR: KC08E56844396; HONDA; CG 150 TITAN ES; 2006/2006, EVELLIN APARECIDA PAULINO; RENAVAM: 00883660750

0896 PLACA: DWV3600; JANDIRA/SP; CHASSI: 9C2KC08107R189399; MOTOR: KC08E17189399; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2007/2007, AMILTON DE JESUS SILVA - JEFERSON LUIZ BASTOS; RENAVAM: 00925056740

0897 PLACA: EXA3384; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2JC4110AR058463; MOTOR: JC41E1A058463; HONDA; CG 125 FAN KS; 2010/2010, CINTIA CARAMELO FLORES; RENAVAM: 00313922284

0898 PLACA: DOH3620; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C2KC08106R901612; MOTOR: KC08E16901612; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2006/2006, GISELE THOME COGO - MARIA LUCIA SOUSA LIMA DE JESUS - BANCO BRADESCO FINANC SA; RENAVAM: 00882938789

0899 PLACA: GHO7548; COTIA/SP; CHASSI: 9C2MC4410JR000149; MOTOR: MC44E1J000150; HONDA; CB 250F TWISTER; 2017/2018, MARLON CHAGAS LOPES; RENAVAM: 01136693847

0900 PLACA: EGY4469; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C6KE092080168040; MOTOR: E382E-166354; YAMAHA; YBR 125K; 2007/2008, THIAGO KLLEITON FARIAS DE MELO - CICERO MACIEL DA SILVA; RENAVAM: 00118433024

0901 PLACA: FEN6255; COTIA/SP; CHASSI: 95VC0AH2DEM000461; MOTOR: C1HD003143; DAFRA; RIVA 150 CARGO; 2013/2014, WALLISSON WEENDER DE OLIVEIRA LOPES - TALES ARIEL PEREIRA DE JESUS FOLHA- BANCO YAMAHA MOTOR BRASIL SA; RENAVAM: 00993076513

0902 PLACA: DYV4569; ITAPEVI/SP; CHASSI:9C6KE037040022666; MOTOR: E381E-019501; YAMAHA; XTZ 125E; 2004/2004, PAULO DE ALMEIDA; RENAVAM: 00918698030

0903 PLACA: IOY0765; OSASCO/SP; CHASSI: 9C2JC30708R186095; MOTOR: JC30E78186095; HONDA; CG 125 FAN JOB KS; 2008/2008, REGINALDO SANTOS MACHADO SANTOS; RENAVAM: 00975154400

0904 PLACA: AII2506; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2JC250XWR086797; MOTOR: JC18E4064652; HONDA; CG 125 TITAN; 1998/1999, EDNALDO SOARES DA SILVA - ELIZABETE APARECIDA MARTINS DE JESUS; RENAVAM: 00713535865

0905 PLACA: FYO2629; JANDIRA/SP; CHASSI: 9C2KC2210JR050676; MOTOR: KC22E1J050697; HONDA; CG 160 TITAN; 2018/2018, JOSE EDSON VIEIRA DA SILVA; RENAVAM: 01157016011

0906 PLACA: NYK9950; OSASCO/SP; CHASSI: 9C2KC1640AR070283; MOTOR: KC16E4A070283; HONDA; CG150 TITAN MIX EX; 2010/2010, JOSE APARECIDO ALMEIDA GONCALVES - PETERSON PEREIRA ROSA DA CRUZ; RENAVAM: 00274147998

0907 PLACA: XLD8C64; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA

0908 PLACA: DTH4359; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC08107R062829; MOTOR: KC08E17062829; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2006/2007, NICHOLAS FOLTRAN BRAGA - MONALISA PEREIRA DA SILVA; RENAVAM: 00905816684

0909 PLACA: EXB0970; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C6KE1500C0066993; MOTOR: E3G7E-066902; YAMAHA; FACTOR YBR125 ED; 2012/2012, JOSE RICARDO COLORADO CARDONA; RENAVAM: 00489326374

0910 PLACA: CFY5127; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC2500KR078328; MOTOR: KC25E0K078357; HONDA; CG 160 START; 2019/2019, LUIZ HENRIQUE SOARES BARBOSA; RENAVAM: 01205875414

0911 PLACA: CSG9849; MOGI DAS CRUZES/SP; CHASSI: 9C2HA07001R010529; MOTOR: HA07E-1010529; HONDA; C100 BIZ; 2000/2001, VANILDA CELIA SIQUEIRA REIS - NATANAEL FREIRE DE JESUS; RENAVAM: 00750410574

0913 PLACA: DOW2624; SOROCABA/SP; CHASSI: 9CDNF41LJ5M016174; MOTOR: F466BR120631; JTA/SUZUKI; EN125 YES; 2005/2005, WALQUIRIA FERNANDES FURTADO DE OLIVEIRA - ANGELO FERNANDES FURTADO DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00866110542

0914 PLACA: HHO6629; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI: 94J2XSBF88M013567; MOTOR: JBBF8012604; SUNDOWN; HUNTER 100; 2008/2008, KLEBER OLIVEIRA DE MORAES; RENAVAM: 00989707032

0915 PLACA: FAV1729; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C6KE1560C0018382; MOTOR: E3F9E-038583; YAMAHA; T115 CRYPTON K; 2012/2012, DAIANE RIBEIRO DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00498973107

0916 PLACA: FHV2367; ITAPECERICA DA SERRA/SP; CHASSI:9C2KC1680ER499363; MOTOR: KC16E8E499363; HONDA; CG150 FAN ESDI; 2014/2014, LUIZ CARLOS FLORENTINO LIMA; RENAVAM: 00994728417

0917 PLACA: EQP2511; CARAPICUIBA/SP; CHASSI: 9C2KC1670BR305128; MOTOR: KC16E7B305128; HONDA; CG 150 FAN ESI; 2010/2011, PAULO PEREIRA DA SILVA - AYMORE CRED FIN INV SA; RENAVAM: 00269301062

0918 PLACA: DXL8764; OSASCO/SP; CHASSI: 9C2JC30708R058451; MOTOR: JC30E78058451; HONDA; CG 125 FAN; 2007/2008, DIEGO JESUS DE OLIVEIRA; RENAVAM: 00938891847

0919 PLACA: EKF3644; ITAQUAQUECETUBA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: JF25E-A111556; HONDA; LEAD 110; 2010/2010, SANDRA MARIA DUARTE GONCALVES; RENAVAM: 00258425458

0920 PLACA: CGT0120; COTIA/SP; CHASSI: 9C6KE100080028371; MOTOR: E3A3E-028496; YAMAHA; NEO AT115; 2008/2008, LEANDRO SOARES DE SOUZA; RENAVAM: 00115708456

0922 PLACA: DWW9780; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC30708R700767; MOTOR: JC30E78700767; HONDA; CG 125 FAN; 2008/2008, JANILSON PEREIRA DA SILVA; RENAVAM: 00986439738

0923 PLACA: EHJ9870; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC1550AR031072; MOTOR: KC15E5A031072; HONDA; CG 150 FAN ESI; 2009/2010, LUCAS RESENDE SANTOS MORAES - BANCO PAN S A; RENAVAM: 00184351065

0924 PLACA: LWB2398; FLORIANO/PI; CHASSI: 9C2JC3010YR141301; MOTOR: JC30E1Y141301; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2000/2000, SORILENE DAS CHAGAS SANTOS CONCEICAO; RENAVAM: 00743503970

0925 PLACA: ESJ9283; VARGEM GRANDE PAULISTA/SP; CHASSI: 9C2KC1670CR500019; MOTOR: KC16E7C500019; HONDA; CG 150 FAN ESI; 2012/2012, LUIZ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA - JOSIELLE PARANHOS MARCENA - AYMORE CRED FIN INV SA; RENAVAM: 00456439447

0926 PLACA: FHO2294; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9C2JF2500DR300176; MOTOR: JF25E-D300176; HONDA; LEAD 110; 2012/2013, OSMAR GUEDES DOS SANTOS - JULIANA MARTINS RIO BRANCO; RENAVAM: 00504120603

0927 PLACA: DOH8016; EMBU-GUACU/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: JC30E76804094; HONDA; CG 125 FAN; 2005/2006, JEFFERSON DE LIMA; RENAVAM: 00875334377

0928 PLACA: EOK4142; COTIA/SP; CHASSI: 9C2JC4110BR801821; MOTOR: JC41E1B801821; HONDA; CG 125 FAN KS; 2011/2011, ANDRE PEREIRA DA SILVA - CRISLAINE APARECIDA DE LIMA; RENAVAM: 00365339784

0929 PLACA: S/ PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: MC35E3145770; HONDA; TORNADO

0930 PLACA: EQS6355; GUARULHOS/SP; CHASSI: 93FCMACLABM000288; MOTOR: ZS162FMJ-49CAKA000252; KASINSKI; COMET 150 70; 2010/2011, DIEGO VINICIUS SOARES DE CARVALHO DA ROCHA - PETERSON BARBOSA FERNANDES; RENAVAM: 00271897988

0931 PLACA: CDO6423; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 9CDNF41LJ9M286435; MOTOR: F466BR343681; JTA/SUZUKI; EN125 YES; 2008/2009, PAULO CESAR LIMA - KELVIS AMBROSIO DE OLIVEIRA - BANCO BRADESCO FINANC SA; RENAVAM: 00170426351

0932 PLACA: DOH3265; ITAPEVI/SP; CHASSI: 9C2KC08505R826386; MOTOR: KC08E55826386; HONDA; CG 150 TITAN ES; 2005/2005, ADRIANA CECILIA DO NASCIMENTO TERRA; RENAVAM: 00858126648

0933 PLACA: DWZ1241; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC08108R075440; MOTOR: KC08E18075440; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2007/2008, LEANDRO BORGES DA SILVA - BANCO PAN S A; RENAVAM: 00946577684

0941 PLACA: S/ PLACA CHASSI: NÃO APLICAVÉL; MOTOR: NÃO APLICAVÉL; BICILCETA

0942 PLACA: S/ PLACA CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; SUZUKI; YES

0943 PLACA: S/PLACA; MOTOR: ZS147FWF26302698; CHASSI: BF07438; MOBILIETE

0944 PLACA: S/ PLACA CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: LC152FMIFD097405; MOBILETE

0945 PLACA: S/ PLACA CHASSI: 9GBHCJ49VVM001540; MOTOR: 49J00741; SUNDOWN

0947 PLACA: BSP9640; DIADEMA/SP; CHASSI: CG1252017848; MOTOR: JC25EX020273; HONDA ML 125; 1980/1980, JOAO RODRIGUES CAVALCANTE - GUILHERME THYAGO JERONIMO PINTO; RENAVAM: 00420130586

0948 PLACA: DRZ6002; SÃO PAULO/SP; CHASSI: 94J2XCCD66M009416; MOTOR: JCD6025339; SUNDOWN; MAX 125 SED; 2006/2006, PAULO HENRIQUE DA SILVA; RENAVAM: 00888175086

0950 PLACA: DJU5492; SÃO PAULO/SP; CHASSI:94J2XECM45M003647; MOTOR: JCM4003569; SUNDOWN; HUNTER 125 SE; 2004/2005, SAMIR PRADA FREITAS; RENAVAM: 00847475441

0951 PLACA: S/ PLACA CHASSI: CE11A166993; MOTOR: E111170220; SUZUKI; SCOOTER

0952 PLACA: S/ PLACA CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS/; HONDA; CB 300 R

0953 PLACA: S/ PLACA CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA; BIZ 125

0954 PLACA: HTH6617; CAMPO GRANDE/MS; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: E3C9E-021144; YAMAHA; FACTOR YBR125 E; 2009/2009, VILMA RESENDE - BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.; RENAVAM: 00148415970

0955 PLACA: S/ PLACA CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: E308E074744; YAMAHA; YBR 125

0956 PLACA: S/ PLACA CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: E302E024161; YAMAHA; CRYPTON;

0957 PLACA: EFF7505; ITARIRI/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: JC30E78021284; HONDA; CG 125 FAN; 2007/2008, SUELI BATISTA DA SILVA RENAVAM: 00195516222

0958 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO PEÇAS; HONDA

0959 PLACA: S/ PLACA CHASSI: LXYXCBL02F0372511; MOTOR:1P39FMAFB059670; I; SHINERAY XY 50 Q; 2014/2015

0960 PLACA: S/ PLACA CHASSI: 9CDNF41EJ8M234436; MOTOR: F466BR291702; SUZUKI; YES 125

0961 PLACA: S/ PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: E338E102153; YAMAHA; YBR 125;

0962 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: E339E107794; YAMAHA; YBR 125

963 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: HA07E4029119; HONDA; BIZ

0964 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: HA07EX046446; HONDA; BIZ

0965 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFCADO; MOTOR: JC25EW097056; HONDA

0966 PLACA: BVE5855; CATANDUVA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: E338E102153; HONDA CG 125 TODAY; 1990/1990, MAILTON RODRIGUES - ROSIMEIRE APARECIDA DOLENS; RENAVAM: 00402055756

0967 PLACA: ECR7302; SÃO PAULO/SP; CHASSI:94J2XECA88M027034; MOTOR: JCA8074749; SUNDOWN; HUNTER 125 SE; 2008/2008, ANTONIO EDIO DA SILVA; RENAVAM: 00962640158

0968 PLACA: EFN8408; COTIA/SP; CHASSI:94J1XPBE88M019930; MOTOR: JBD8092003; SUNDOWN; WEB 100 EVO; 2008/2008, RUI RIBEIRO GAMA; RENAVAM: 00129294209

0969 PLACA: DWZ0298; COTIA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: ZS147FMF26A00109; SUNDOWN; HUNTER 90; 2007/2007, JOAO DAS GRACAS TEIXEIRA; RENAVAM: 00934142785

0970 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO, MOTOR: SUCATA P/REPOSIÇÃO DE PEÇAS; SUZUKI

0971 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA

0972 PLACA: S/ PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA

0973 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: E381E033783; YAMANHA; YBR 125

0974 PLACA: DKL7992; BEBEDOURO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: JC30E14079238; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2003/2004, JUSTO IGNACIO DO NASCIMENTO FILHO - CARLOS ALBERTO DE SOUZA; RENAVAM: 00820555320

0975 PLACA: S/ PLACA; SOROCABA/SP; CHASSI: 94J2XDCJ45M001420; MOTOR: JCJ4000726; SUNDOWN; MAX 125 SE; LEIVINA LOPES FERREIRA-FABIO FRANCISCO RODRIGUES SOARESRENAVAM: 00848035461

0976 PLACA: DWW9767; COTIA/SP; CHASSI:9C2JC30708R737503; MOTOR: JC30E78737503; HONDA; CG 125 FAN; 2008/2008, MARCOS ROBERTO RIBEIRO DOS SANTOS; RENAVAM: 00989864456

0977 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA

0978 PLACA: DYW7857; COTIA/SP; CHASSI:9C2KC08507R052241; MOTOR: KC08E57052241; HONDA; CG 150 TITAN ES; 2007/2007, ALEXANDRO DA SILVA OLIVEIRA - CARLOS EDUARDO FERNANDES SEZINA - BANCO PAN S A; RENAVAM: 00934044155

0979 PLACA: ECR7993; COTIA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: F466BR319407; JTA; SUZUKI EN125 YES; 2008/2008, DANIEL LOPES; RENAVAM: 00119009285

0980 PLACA: S/PLACA; CHASSI: CB63415; MOTOR: DANIFICADO; MOBILETE

0981 PLACA: EJP4767; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: A1A9000280; DAFRA; SUPER 100; 2009/2009, RAFAEL GONCALVES DE LOCCO; RENAVAM: 00201269724

0982 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA

0983 PLACA: S/PLACA; IBIUNA/SP; CHASSI: 9C2JC30103R043615; MOTOR: JC30E13043615; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2002/2003, ERNESTINO PIRES PEREIRA; RENAVAM: 00792730453

0984 PLACA: DCR3540; JANDIRA/SP; CHASSI:9C2JC30103R800595; MOTOR: JC30E13800595; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2003/2003, VITOR ALEXANDRE FERRAZ - KEITI LINDESENG FERRACIOLI; RENAVAM: 00801279380

0985 PLACA: BFG8532; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9C2ND07001R012376; MOTOR: ND07E-1012376; HONDA; NX-4 FALCON; 2001/2001, SMA CPRN REPART EST DE PROTECAO DE RECURSOS NATURAIS - EUGENIO LENOTTI FILHO; RENAVAM: 00767755669

0986 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA BROS

0987 PLACA: BWX8012; ITAPEVI/SP; CHASSI:9CDNF41LJ9M286440; MOTOR: F466BR343686; JTA; SUZUKI EN125 YES; 2008/2009, ANA PAULA SOUSA SILVA; RENAVAM: 00144727218

0988 PLACA: EOP6I50; SOROCABA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA; CG 125 FAN KS; 2013/2013, LEVY MORATO PORTILHO; RENAVAM: 00534198716

0989 PLACA: DJV4827; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: JC30E14809226; HONDA; CG 125 TITAN KS; 2003/2004, DIONISIA BALSI LIMA - KAUE ALAN SILVA DO NASCIMENTO; RENAVAM: 00817994840

0990 PLACA: DPK2251; SAO BERNARDO DO CAMPO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: F466BR132357; JTA; SUZUKI EN125 YES; 2006/2007, FRANCISCO ROMULO DAMASCENO CHAVES - MAX HUELTON RAPINI DE SOUSA; RENAVAM: 00883827379

0991 PLACA: BVL8291; COTIA/SP; CHASSI: XL250BR2010064; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA XLX 250 R; 1984/1985, FABIO CESAR FABRIS DA SILVA; RENAVAM: 00357546660

0992 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA

0993 PLACA: AOJ1351; BRAGANCA PAULISTA/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: KC08E17006554; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2006/2007, MARIA DE LOURDES PAULA ALVES - WILSON APARECIDO BRAZ; RENAVAM: 00906123488

0994 PLACA: AVG3329; JUNDIAI/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: C1MB000808; DAFRA; RIVA 150; 2011/2012, VALDEMI SOARES DA SILVA; RENAVAM: 00461202581

0995 PLACA: DHK6194; FRANCA/SP; CHASSI: 9C64AN100T0014204; MOTOR: 4AN014204; VW; GOL 1.0; 2004/2005, GEOVANI VITOR CAMPO MORI; RENAVAM: 00842750061

0996 PLACA: DRV5267; SÃO PAULO/SP; CHASSI:9C2KC08206R803645; MOTOR: KC16E1A038884; HONDA; CG 150 TITAN ESD; 2005/2006, SERGIO ANTONIO DA CONCEICAO - MARINA HOWORATO PAIM; RENAVAM: 00868419605

0997 PLACA: S/PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA

0998 PLACA: LPZ1207; SAO JOSE DOS CAMPOS/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: E337E-094056; YAMAHA; YBR 125E; 2005/2005, FRANCISCO ADALBERTO DA SILVA - RENERO LUZ CARDOSO; RENAVAM: 00856095095

0999 PLACA: EJR1H22; ITAPECERICA DA SERRA/SP; CHASSI:951BXKHE89B000348; MOTOR: JL1P50FMH09T000443; TRAXX; JL110 8; 2008/2009, CARLOS HENRIQUE BARBOSA SILVA - VALDECI PEDRO DA SILVA; RENAVAM: 00192990829

1000 PLACA: HSN1D82; COTIA/SP; CHASSI: 9C2KC08106R007054; MOTOR: KC08E18236680; HONDA; CG 150 TITAN KS; 2005/2006, GABRIEL MICHAEL MORAES MELO - AYMORE CRED FIN INV SA; RENAVAM: 00865428042

1001 PLACA: BFR2768; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; Y; YAMAHA RD 125; 1987/1987, JOAO MARIO DA SILVA; RENAVAM: 00373470150

1002 PLACA: FIV3208; ITAPEVI/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA; CG 125 FAN KS; 2013/2013, DAMIANA SOUZA SILVA - MARIA DE FATIMA ROSENO DA SILVA; RENAVAM: 00569808189

1003 PLACA: EJR0445; GUARULHOS/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: GRD8F00545; GARINNI; GR150 ST; 2009/2009, HEDINALTON MENDES DA SILVA; RENAVAM: 00209221712

1004 PLACA: S/ PLACA; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: SUCATA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS; HONDA

1006 PLACA: S/PLACA; IBIUNA/SP; CHASSI: 9C2KC2500GR007757; MOTOR: KC25E0G007778; HONDA; CG 160 START; 2016/2016, FRANCISCA JULIANA M DA SILVA - BANCO PAN S A; RENAVAM: 01089936912

1007 PLACA: DRY9213; SÃO PAULO/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR:157FMI5K053882; I; MVK MA 125 7; 2005/2006, ANTONIO RODRIGUES - CASSIANO DOS SANTOS; RENAVAM: 00881516708

1008 PLACA: DVX4254; EMBU DAS ARTES/SP; CHASSI: DANIFICADO; MOTOR: ZS147FMF26903582; SUNDOWN; HUNTER 90; 2007/2007, OSVALDO EVANGELISTA DOS REIS JUNIOR; RENAVAM: 00924937300

1009 PLACA: Fel5073; IBIUNA/SP; CHASSI: 9CDNG4AAJDM202676; MOTOR: G424-BR107361; JTA/SUZUKI; GSR150I; 2012/2013, JULIANO MARTINES; RENAVAM: 00500445796. Presidente da Comissão De Leilão

Superintendência Regional de Trânsito de São José do Rio Preto I

49ª Ciretran - José Bonifácio

Notificação

Edital 1/2021

Com fundamento na Resolução Contran-623/2016, Lei 9.503/97 (CTB) em seu artigo 328 e na Portaria 938/06 Detran - São Paulo, Notifica aos proprietários e Financeiras abaixo que tem o prazo de 30 dias, a partir desta publicação, para providenciarem a retirada dos veículos apreendidos ou retidos sob jurisdição desta Unidade, por infração de trânsito, localizada no Pátio de José Bonifácio/SP - End: Avenida José Antônio Pinto, 125, Bairro Vila Saudade - Cep 15200-000, mediante o pagamento dos débitos existentes (art. 262 e 271 do CTB) sob pena de serem vendidos em Leilão.

0003; Placa: Bjx7386; José Bonifacio/SP; Chassi: Danificado; Motor: Sucata Repos Pecas; H; Honda Cg 125; 1986/1986; Luiz Americo Coltri - João Laurindo; Renavam: 00429089600.

0004; Placa: Bsj6667; Monte Aprazivel/SP; Chassi: 9C2jc250vtr013034; Motor: Jc25e-V013034; Honda; Cg 125 Titan; 1996/1997; Evandro Cassio Perini - Paulo Cezar Perini; Renavam: 00663004292.

0012; Placa: Dha4484; Ubarana/SP; Chassi: 9C2ja04106r824627; Motor: Ja04e16824627; Honda; Biz 125 Ks; 2006/2006; Andreia Perpetua da Costa; Renavam: 00883713918.

0021; Sem Placa; Chassi: Sem Identificação; Motor: Sucata Repos Pecas; S/Identificação; S/Identificação.

0022; Sem Placa; Chassi: Danificado; Motor: Danificado; Honda; Ml 125.

0023; Placa: Cws7937; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: Danificado; Motor: Jc30e1y086970; Honda; Cg 125 Titan Ks; 2000/2000; Comercial Santa Tereza São José Do Rio Preto Ltda - Lucineide Roberta de Olivei; Renavam: 00737140623.

0025; Placa: Bjv7488; Potirendaba/SP; Chassi: 9C2jc2501rrs03660; Motor: Jc25ers03660; Honda; Cg 125 Titan; 1994/1995; Wagner Fernando Dezanete; Renavam: 00628896514.

0027; Placa: Ckr7697; Bady Bassitt/SP; Chassi: 9C2jc250wvr025713; Motor: Jc25ew025713; Honda; Cg 125 Titan; 1997/1998; Reinaldo Perpetuo Crepoldi - Bruno Fernando Amaral; Renavam: 00688085032.

0031; Sem Placa; Chassi: Danificado; Motor: Cg125e1092996; Honda; Ml 125.

0032; Placa: Cmi5536; José Bonifacio/SP; Chassi: Cg1251072545; Motor: Sucata Repos Pecas; H; Honda Cg 125; 1980/1980; Elias Nogueira; Renavam: 00378748033.

0034; Placa: Cjg9523; Urupes/SP; Chassi: Danificado; Motor: Jc30e11179013; Honda; Cg 125 Titan Ks; 2001/2001; Cleusa Rosa Maria Secco - Cifra S.a. Credito Financiamento e Investimento; Renavam: 00762060190.

0035; Placa: Cmi5757; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2jc250wwr213468; Motor: Jc25e-W213468; Honda; Cg 125 Titan; 1998/1998; Genilson Faria de Lima; Renavam: 00700577009.

0037; Placa: Dhm5671; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2jc30104r040219; Motor: Jc30e14040219; Honda; Cg 125 Titan Ks; 2003/2004; José Rubens de Estefano; Renavam: 00814503780.

0039; Placa: Cfv4786; Catanduva/SP; Chassi: 9C2jc1801jr137974; Motor: Cg125bre1606677; H; Honda Cg 125; 1988/1988; João Norberto Bardella; Renavam: 00415221854.

0040; Placa: Bvf4734; Birigui/SP; Chassi: Cg125br1302953; Motor: Cg125br1303080; H; Honda Cg 125; 1983/1983; Alex Provazzi; Renavam: 00388834706.

0041; Placa: Djt1710; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2ha07204r800863; Motor: Ha07e24800863; Honda; C100 Biz Mais; 2004/2004; Maria Regina Theodoro Amado; Renavam: 00833580280.

0042; Placa: Bvk3589; Vargem Grande do Sul/SP; Chassi: 9C2jc1911hr105838; Motor: Sucata Repos Pecas; H; Honda Ml 125; 1987/1987; Helio Nogues; Renavam: 00373357770.

0043; Placa: Ecb6044; Pariquera-Acu/SP; Chassi: Danificado; Motor: Kc08e18168840; Honda; Cg 150 Titan Ks; 2008/2008; Marinho de Souza Marinheiro - Darlei de Lima Camargo; Renavam: 00965816176.

0044; Placa: Dvy0508; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2kc08107r100106; Motor: Kc08e17100106; Honda; Cg 150 Titan Ks; 2007/2007; Nivaldo Faria - Alan Carlos Jansen; Renavam: 00910132488.

0045; Placa: Djx4988; Catanduva/SP; Chassi: 9C2jc30706r821691; Motor: Jc30e76821691; Honda; Cg 125 Fan; 2006/2006; Julio Cesar Ferreira; Renavam: 00884187209.

0046; Placa: Ecq1185; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2kc08108r302429; Motor: Kc08e18302429; Honda; Cg 150 Titan Ks; 2008/2008; Igor Camargo da Silva; Renavam: 00985372362.

0047; Placa: Dlq7222; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9C6ke044040065620; Motor: E338e-065637; Yamaha; Ybr 125K; 2004/2004; Wilson José Moda - Roberto Marques de Souza; Renavam: 00834423634.

0048; Placa: Dxj2091; Potirendaba/SP; Chassi: 9C2jc30707r127420; Motor: Jc30e77127420; Honda; Cg 125 Fan; 2007/2007; Jorge Pereira - Nilton Cesar Brito; Renavam: 00913640549.

0049; Placa: Dvw0057; Adolfo/SP; Chassi: 9C2kc08107r083744; Motor: Kc08e17083744; Honda; Cg 150 Titan Ks; 2006/2007; Joel Balduino da Silva - Maria Fatima Perencine Souza; Renavam: 00906220394.

0050; Placa: Cqp0835; Buritama/SP; Chassi: 9C2ha070xwr015143; Motor: Ha07ex015143; Honda; C100 Biz; 1998/1999; Debora Aparecida dos Santos - Renata Cristiana de Oliveira; Renavam: 00709490267.

0051; Placa: Dvx1914; José Bonifacio/SP; Chassi: Danificado; Motor: F466br177711; Jta; Suzuki En125 Yes; 2007/2007; Carlos Aparecido Bezerra Lima; Renavam: 00920914535.

0052; Placa: Frt1220; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2jc4820er020242; Motor: Jc48e2e020242; Honda; Biz 125 Es; 2014/2014; Jair Baioco - Banco Bradesco Financiamentos S.a.; Renavam: 01005270748.

0053; Placa: Cjf3309; Zacarias/SP; Chassi: 9C2jc30101r167879; Motor: Jc30e11167879; Honda; Cg 125 Titan Ks; 2001/2001; Neide Aparecida de Oliveira Melo; Renavam: 00759629315.

0054; Placa: Ecq1186; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2kc08508r113307; Motor: Kc08e58113307; Honda; Cg 150 Titan Es; 2008/2008; Cicero Valter da Silva; Renavam: 00991030176.

0055; Placa: Dym7258; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2kc08107r220174; Motor: Kc08e17220174; Honda; Cg 150 Titan Ks; 2007/2007; Maria Pereira da Silva - Marco Antonio Alves da Costa; Renavam: 00932178766.

0056; Placa: Dgf9743; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9C2ha07003r067791; Motor: Ha07e-3067791; Honda; C100 Biz; 2003/2003; Silviana de Abrantes Naranjo - Ticiane Aparecida Santana; Renavam: 00809436175.

0057; Placa: Njk0353; Potirendaba/SP; Chassi: Danificado; Motor: Kc16e1a026848; Honda; Cg150 Titan Mix Ks; 2010/2010; Daiane dos Santos Neviani - Elias da Silva; Renavam: 00199107076.

0058; Placa: Dct1891; Mirassol/SP; Chassi: 9C2jc30101r183218; Motor: Jc30e11183218; Honda; Cg 125 Titan Ks; 2001/2001; Marcello Fernando Bento - Sebastiao Tullio da Silva; Renavam: 00761273883.

0059; Placa: Djt1501; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2jc30103r268976; Motor: Jc30e13268976; Honda; Cg 125 Titan Ks; 2003/2003; Andresa Valerio - Luan Henrique Pires de Camargo; Renavam: 00809311224.

0060; Placa: Bsw0436; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2jc250vtr050072; Motor: Jc25ev050072; Honda; Cg 125 Titan; 1996/1997; Aurelio Jesus de Oliveira - Gabriel dos Santos Borghi; Renavam: 00669445720.

0061; Placa: Dyn0972; Lourdes/SP; Chassi: 9C2kc08507r082023; Motor: Kc08e57082023; Honda; Cg 150 Titan Es; 2007/2007; Debora Fernandes Ribeiro - José Roberto Joaquim; Renavam: 00924490020.

0062; Placa: Cdo7321; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2kc08108r229219; Motor: Kc08e18229219; Honda; Cg 150 Titan Ks; 2008/2008; Ericson de Jesus Oliveira; Renavam: 00982222688.

0063; Placa: Cdi9323; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 95Vfu1a5aam000227; Motor: F1I9003535; Dafra; Zig; 2010/2010; Elis Regina Ferreira Prates - Carlos Diogo Domingues; Renavam: 00200582488.

0065; Placa: Dhi5047; Planalto/Ba; Chassi: Danificado; Motor: Jc30e13029353; Honda; Cg 125 Titan Ks; 2002/2003; Lazinho SPatini - Vinicius Bispo o Rosario; Renavam: 00788526316.

0066; Placa: Bjx5348; José Bonifacio/SP; Chassi: Cg125br1188481; Motor: Cg125br1140978; H; Honda Cg 125; 1982/1982; Marcos Antonio Soares Rosa - Olavo de Souza Celestino Junior; Renavam: 00367400502.

0067; Placa: Cdi9206; Neves Paulista/SP; Chassi: 9C2jc30708r511705; Motor: Jc30e78511705; Honda; Cg 125 Fan; 2008/2008; Valderesa Viscardi Lobregat; Renavam: 00954238893.

0069; Placa: Dvy0691; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2kc08507r013721; Motor: Kc08e57013721; Honda; Cg 150 Titan Es; 2006/2007; Maria Ines Ribeiro de Souza; Renavam: 00919740634.

0071; Placa: Dgf7713; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9C2jc30103r126279; Motor: Jc30e13126279; Honda; Cg 125 Titan Ks; 2002/2003; Erik Marcel de Sousa Talin; Renavam: 00796702330.

0072; Placa: Eor3833; Lins/SP; Chassi: 9C2kc1640ar045437; Motor: Kc16e4a045437; Honda; Cg150 Titan Mix Ex; 2010/2010; Wilson Dezotti Junior - Antonio Goncalves dos Santos - Omni Sa Credito Financiamento e Investimento; Renavam: 00225068389.

0073; Placa: Cty0663; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2jc30101r130883; Motor: Jc30e11130883; Honda; Cg 125 Titan Ks; 2001/2001; Augusto Gaspar de Souza Filho - Viviane Aparecida Novais; Renavam: 00757190790.

0075; Placa: Djt1955; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C6ke043050056318; Motor: E337e097823; Yamaha; Ybr 125E; 2005/2005; Thalia Tatiana Batista Cotrim; Renavam: 00856949175.

0076; Placa: Cws4865; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9C2jc2500xr197240; Motor: Jc25ex197240; Honda; Cg 125 Titan; 1999/1999; Daniel Fernandes de Lazari - José Alexandro Severino da Silva; Renavam: 00720135427.

0077; Sem Placa; Chassi: Danificado; Motor: Danificado; Honda; Cg 125.

0078; Placa: Bjz1413; Santa Adelia/SP; Chassi: 9C2jc1801jr155654; Motor: Sucata Repos Pecas; H; Honda Cg 125; 1988/1988; José Valdemir dos Santos - Wellington Rafael Del Rio; Renavam: 00398219290.

0079; Placa: Dvy0560; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2kc08107r112991; Motor: Kc08e17112991; Honda; Cg 150 Titan Ks; 2007/2007; Manuel Antunes de Oliveira; Renavam: 00913688312.

0080; Placa: Bvf0297; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2jc1801nr249881; Motor: Sucata Repos Pecas; H; Honda Cg 125 Today; 1992/1992; Luis Andre Zanetti - Hamilton Ruiz Rodrigues; Renavam: 00604852819.

0081; Placa: Dlk8229; Mendonca/SP; Chassi: 9C2kc08104r812216; Motor: Kc08e14812216; Honda; Cg 150 Titan Ks; 2004/2004; Bruno Mesquita Ferreira; Renavam: 00830000763.

0083; Placa: Csh3822; Franca/SP; Chassi: Danificado; Motor: Cg125bre1600555; H; Honda Ml 125; 1984/1984; Clynton Eduardo Barbosa; Renavam: 00391522299.

0084; Placa: Dhn3895; Ribeirao Preto/SP; Chassi: Danificado; Motor: Kc08e28009327; Honda; Cg 125 Titan Kse; 2002/2003; Celia de Souza; Renavam: 00795993161.

0087; Placa: Ecq1221; José Bonifacio/SP; Chassi: Danificado; Motor: Kc08e58116299; Honda; Cg 150 Titan Es; 2008/2008; Jakerson de Paiva; Renavam: 00989480429.

0088; Placa: Djz3242; Piquerobi/SP; Chassi: Danificado; Motor: Kc08e15815467; Honda; Cg 150 Titan Ks; 2004/2005; José Carlos Ferreira - Rodrigo Costa; Renavam: 00841383570.

0089; Placa: Bsm3473; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2jc250vtr028918; Motor: Sucata Repos Pecas; Honda; Cg 125 Titan; 1996/1997; Gilberto Ferreira de Souza - Bruno Eduardo Vilella de Abreu; Renavam: 00663236959.

0090; Placa: Dlq7296; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9C2kc08104r823579; Motor: Kc08e14823579; Honda; Cg 150 Titan Ks; 2004/2004; Elias Pereira de Oliveira - Sebastiao Florencio de Oliveira Filho; Renavam: 00833995090.

0091; Placa: Ekf6858; Jau/SP; Chassi: Danificado; Motor: Nc43e1a053167; Honda; Cb 300R; 2009/2010; Anderson Ricardo Baldi - Bianca Cristina Gomes; Renavam: 00192669907.

0092; Placa: Cws3032; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2ha070xwr023946; Motor: Ha07e-X023946; Honda; C100 Biz; 1998/1999; Gustavo Henrique Volpi Cardoso - Richard de Oliveira Dias; Renavam: 00711359377.

0093; Placa: Cte6191; Cardoso/SP; Chassi: Danificado; Motor: Sucata Repos Pecas; Honda; Cg 125 Titan Es; 2000/2000; Alcenir Aparecido Ramos - Cifra S.a. Credito Financiamento e Investimento; Renavam: 00737744537.

0094; Placa: Doj3091; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2kc08107r139681; Motor: Kc08e17139681; Honda; Cg 150 Titan Ks; 2007/2007; Eraldo Antunes de Oliveira; Renavam: 00923059113.

0095; Placa: Cws8552; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2ha0700yr035588; Motor: Ha07ey035588; Honda; C100 Biz; 2000/2000; Juan Garcia Volpi; Renavam: 00741335239.

0096; Placa: Ecq2485; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2jc4820cr303220; Motor: Jc48e2c303220; Honda; Biz 125 Es; 2012/2012; Gerivaldo Alves dos Santos; Renavam: 00467388946.

0097; Placa: Ckr5462; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: Danificado; Motor: Cg125bre1426475; H; Honda Cg 125; 1988/1988; Fabio de Siqueira Souza; Renavam: 00412243520.

0098; Placa: Bjx1443; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2jc1801rrr16573; Motor: Jc18err16573; H; Honda Cg 125 Today; 1994/1994; Sandra Cristina Alves Rodrigues - Thiago Augusto Bassi; Renavam: 00620211199.

0099; Placa: Hhq0533; Ubatuba/SP; Chassi: Danificado; Motor: E382e-148728; Yamaha; Ybr 125K; 2007/2008; Delmira Garcia de Souza; Renavam: 00959316159.

0100; Placa: Dct3582; Adolfo/SP; Chassi: 9C2mc27002r000555; Motor: Mc27e-2000555; Honda; Cbx 200 Strada; 2001/2002; Adriano Gimenes Vieira; Renavam: 00770453120.

0101; Placa: Dop8874; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2kc08106r815807; Motor: Kc08e16815807; Honda; Cg 150 Titan Ks; 2005/2006; Fabiano Miranda Rodrigueiro; Renavam: 00865970963.

0103; Placa: Cty0706; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2jc30103r036175; Motor: Jc30e1y116494; Honda; Cg 125 Titan Ks; 2002/2003; Anderson Luiz Novato Pereira; Renavam: 00793918545.

0104; Placa: Dbr3637; Irapua/SP; Chassi: 9C2jc30213r501838; Motor: Jc30e23501838; Honda; Cg 125 Titan Kse; 2002/2003; Dovanir Alves dos Reis; Renavam: 00790159961.

0105; Placa: Asz6733; Nova Luzitania/SP; Chassi: 95Vgf-2g2abm002382; Motor: C1g0008764; Dafra; Tvs Apache Rtr 150; 2010/2011; Aparecido Felix da Silva - Valdeli Tamarossi; Renavam: 00233159525.

0106; Placa: Fji1295; Braganca Paulista/SP; Chassi: 9C2kc1680fr214552; Motor: Kc16e8f214552; Honda; Cg150 Fan Esdi; 2015/2015; Sirlene Ferreira dos Santos Lima; Renavam: 01057147726.

0108; Placa: Ecq2043; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2kc1680br500264; Motor: Kc16e8b500264; Honda; Cg150 Fan Esdi; 2011/2011; Cleber Adriano Domingues - Banco Itaucard Sa; Renavam: 00305044311.

0109; Placa: Dlt6634; Marilia/SP; Chassi: 9C2kc08105r824419; Motor: Kc08e15824419; Honda; Cg 150 Titan Ks; 2004/2005; Eder Evangelista da Costa; Renavam: 00843374284.

0111; Placa: Dtg8023; Ibira/SP; Chassi: 9C2jc30705r011659; Motor: Jc30e75011659; Honda; Cg 125 Fan; 2005/2005; Jhonatan Wornem Schwasnnegger Batista Lima - Everton Fernando Teixeira; Renavam: 00883749998.

0112; Placa: Cmi5746; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2jc250wwr188209; Motor: Jc25ew188209; Honda; Cg 125 Titan; 1998/1998; Gabriel Pereira Dias - Leandro Roberto Ruiz; Renavam: 00700997466.

0113; Placa: Dnj0671; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 94J1xfbj55m014731; Motor: Sucata Repos Pecas; Sundown; Web 100; 2005/2005; Fernanda Christina Ferreira; Renavam: 00877818088.

0114; Placa: Dym9473; Presidente Prudente/SP; Chassi: 9C6ke092070137693; Motor: E382e-136487; Yamaha; Ybr 125K; 2007/2007; Fernando Dias Macedo; Renavam: 00931922380.

0115; Placa: Dow6037; Neves Paulista/SP; Chassi: 9Cdnf41aj7m028446; Motor: F401br129109; Jta; Suzuki Intruder 125; 2006/2007; Marcelo Socorro Gomes - Aparecido Trindade Domingues; Renavam: 00901490180.

0117; Placa: Cdo7674; Promissao/SP; Chassi: 94J1xfbh88m077063; Motor: Jbh8101458; Sundown; Web 100; 2008/2008; Antonio Marcos Jaco Sobrinho; Renavam: 00153792647.

0119; Placa: Efh3242; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2kc08108r295066; Motor: Kc08e18295066; Honda; Cg 150 Titan Ks; 2008/2008; Juan Garcia Volpi; Renavam: 00986127230.

0120; Placa: Dop8854; Ubarana/SP; Chassi: 9C2kc08106r806633; Motor: Kc08e16806633; Honda; Cg 150 Titan Ks; 2005/2006; Raimundo Nonato dos Santos - Antonio Luiz Bezerra; Renavam: 00863849350.

0121; Placa: Dlq5984; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2kc08104r806934; Motor: Kc08e14806934; Honda; Cg 150 Titan Ks; 2004/2004; Antonio José Mendes Gomes; Renavam: 00827011440.

0122; Placa: Ecq1672; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2kc1550ar034428; Motor: Kc15e5a034428; Honda; Cg 150 Fan Esi; 2009/2010; Ailton de Oliveira Junior; Renavam: 00183047281.

0123; Sem Placa; Chassi: D01417; Motor: Danificado; Bicicleta; Bicicleta Motorizada.

0125; Sem Placa; Chassi: Danificado; Motor: Cg125br1067507; Honda; Cg.

0127; Placa: Gvy3690; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: Danificado; Motor: Cg125br1022922; H; Honda Cg 125; 1979/1979; Dorivaldo Gomes; Renavam: 00412123240.

0128; Placa: Ecd0245; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: Danificado; Motor: Kc08e18152756; Honda; Cg 150 Titan Ks; 2008/2008; Thiago Rogerio Bazana; Renavam: 00959302875.

0129; Placa: Bhx0874; Potirendaba/SP; Chassi: Cb400br2040891; Motor: Danificado; H; Honda Cb 400; 1982/1982; Antonio Benedito de Moraes; Renavam: 00353388351.

0131; Sem Placa; Chassi: Bg02017; Motor: Sem Identificação; Bicicleta; Bicicleta Motorizada.

0132; Sem Placa; Chassi: Sem Identificação; Motor: Sem Identificação; Bicicleta; Bicicleta Motorizada.

0134; Sem Placa; Chassi: Sem Identificação; Motor: Danificado; Buggi; Baby Buggi.

0135; Sem Placa; Chassi: Danificado; Motor: Nao Aplicavel; Reb; Carretinha.

0136; Placa: Dnu5381; Neves Paulista/SP; Chassi: 9Bwka05z264099635; Motor: Bnx029880; Vw; Fox 1.0; 2005/2006; Ana Gabriela Miguel - Otacilio Altivo; Renavam: 00868819239.

0137; Placa: Bgo7667; Monte Aprazivel/SP; Chassi: 9Bgjl69rnnb035200; Motor: B20nz31018736; Gm; Monza Classic Se Efi; 1992/1992; Mauro Pereira da Silva - Nilton Goncalves de Medeiros; Renavam: 00603493688.

0140; Placa: Civ8614; José Bonifacio/SP; Chassi: Danificado; Motor: 179049; Ford; Ford Pampa Gl; 1984/1985; Claudio Pereira - João Roberto da Silveira; Renavam: 00356228061.

0141; Placa: Bmq3560; José Bonifacio/SP; Chassi: 9Bwzzz377st052154; Motor: Udc015796; Vw; Gol Gli 1.8; 1995/1995; Wellington Luis Martins; Renavam: 00645402982.

0142; Placa: Gxk2069; Frutal/Mg; Chassi: Danificado; Motor: 146A70115578121; Fiat; Uno Mille Ex; 1998/1999; José Henrique Silva; Renavam: 00705714403.

0144; Placa: Kex2970; São Paulo/SP; Chassi: Danificado; Motor: 3J280608; Imp; Ford Escort Gl 16V F; 2002/2003; Santander Leasing S.a. Arrendamento Mercantil - Dirce Pereira Moco; Renavam: 00791693244.

0145; Sem Placa; Chassi: Danificado; Motor: Nao Aplicavel; Reb; Carretinha.

0146; Placa: Cqw8692; Monte Aprazivel/SP; Chassi: 9Bd147a0000779946; Motor: Sucata Repos Pecas; Fiat; Fiat Oggi Cs; 1983/1983; Antonio Ferreira dos Santos; Renavam: 00382567994.

0147; Placa: Lxf6082; José Bonifacio/SP; Chassi: 9Bwzzz30zjt146226; Motor: Un060350; Vw; Gol Cl; 1988/1989; Donizeti José Antunes de Oliveira - Claudio Roberto da Silva Gordilho; Renavam: 00563432896.

0150; Placa: Bkl1048; Mendonca/SP; Chassi: 9Bd146000h3254478; Motor: 2713411; Fiat; Fiat Uno S; 1987/1987; Gerson Lucas; Renavam: 00374811687.

0151; Placa: Dgg3053; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9Bwca05y82t055876; Motor: Afz105729; Vw; Gol SPecial; 2001/2002; Fabiano Guedes da Silva; Renavam: 00772609330.

0152; Placa: Cir5082; São Paulo/SP; Chassi: Danificado; Motor: 178A30115072892; Fiat; Palio Ed; 1997/1997; Geraldo Arcanjo da Silva Filho - Daniel Lelis dos Santos; Renavam: 00676428673.

0153; Placa: Ckv8184; Mirassol/SP; Chassi: 9Bgsd68zwvc643783; Motor: Bs0058538; Gm; Corsa Super; 1997/1998; Marlon Luis da Silva Cardozo - Cifra S.a. Credito Financiamento e Investimento; Renavam: 00685443167.

0155; Placa: Cbw5438; Bebedouro/SP; Chassi: 9Bfzzz54zsb803323; Motor: 169837; Ford; Escort 1.0 Hobby; 1995/1996; Rosemira da Silva Rocha - Danilo Goncalves dos Santos; Renavam: 00647596725.

0156; Placa: Did7086; José Bonifacio/SP; Chassi: 8Afczzffc2j268357; Motor: 2J268357; I; Ford Focus 2.0L Fc; 2002/2002; Marcio Luciano Fontes; Renavam: 00789379686.

0157; Placa: Bsc6152; José Bonifacio/SP; Chassi: 9Bwzzz32zsp024636; Motor: Ur011123; Vw; Santana Cl 1800 I; 1995/1995; Marcio Luciano Fontes - Adriano Mariano de Souza; Renavam: 00637666143.

0159; Placa: Bfb2511; Dirce Reis/SP; Chassi: 9Bgjl69bmmb023230; Motor: 20Le31002341; Gm; Monza Classic Se; 1991/1991; Osvaldo Aparecido Alves - Marina Almeida de Oliveira Silva; Renavam: 00433080191.

0160; Placa: Dug8280; São Paulo/SP; Chassi: 9Bfzf10a578024946; Motor: Smja78024946; Ford; Fiesta Flex; 2006/2007; Rosa Maria Rodrigues da Silva - Katiuce Santana - Banco Bradesco Financiamentos S.a.; Renavam: 00898051649.

0161; Placa: Cbd0631; Promissao/SP; Chassi: 9Bfzzz54zsb711711; Motor: 038815; Ford; Escort 1.0 Hobby; 1995/1995; José Rafael dos Santos - Creuza Santana Pinto; Renavam: 00638715865.

0162; Placa: Bnk4576; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9Bwca05x81p078489; Motor: Afr439957; Vw; Gol Serie Ouro; 2001/2001; Hiuri Roberto Lourencetti - Omni Sa Credito Financiamento e Investimento; Renavam: 00755074556.

0163; Placa: Bnz0826; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9Bgrz08f0bg172557; Motor: Nab113561; Gm; Celta 2P Life; 2010/2011; Centro de Formacao de Condutores Motocar Ltda Me - Banco Bradesco Financiamentos As; Renavam: 00251265048.

0164; Placa: Buu3109; José Bonifacio/SP; Chassi: 9Bwzzz377st177003; Motor: SP0052423; Vw; Gol 1000I; 1995/1996; Antonio Airton Pinto dos Santos; Renavam: 00644877472.

0165; Placa: Jex1787; José Bonifacio/SP; Chassi: 9Bgsc08zvvc771375; Motor: Bs0010118; Gm; Corsa Wind; 1997/1997; José Jorge Nunes - João da Silva Nascimento; Renavam: 00679828168.

0166; Placa: Hjz2446; São Paulo/SP; Chassi: 9Bd17164lc5805349; Motor: 310A10110658836; Fiat; Palio Fire Economy; 2011/2012; Guilherme Pereira de Menezes - Bv Financeira Sa Cfi; Renavam: 00408375175.

0167; Placa: Adn2610; José Bonifacio/SP; Chassi: 9Bwzzz30zkp247819; Motor: SP0052317; Vw; Parati Cl; 1989/1990; Edvaldo da Silva Nogueira - Aline da Cunha Pereira Rodrigues; Renavam: 00523341482.

0173; Placa: Cqn3641; José Bonifacio/SP; Chassi: 9Bwca05y53t048658; Motor: Asf015319; Vw; Gol SPecial; 2002/2003; Tayson Claro da Silva; Renavam: 00789325764.

0174; Placa: Biz0938; Tiete/SP; Chassi: 9Bg5te11ugc164617; Motor: Jh07pa45025; Gm; Chevette Sl; 1986/1986; Tania Margarete de Toledo; Renavam: 00406787980.

0176; Placa: Btj7267; José Bonifacio/SP; Chassi: 9Bd146000s5533522; Motor: 146C40114340163; Fiat; Uno Eletronic; 1995/1996; Maria do Socorro dos Santos; Renavam: 00637838424.

0178; Placa: Blp7018; Americo de Campos/SP; Chassi: 9Bfbxxlbajbs36828; Motor: Base Orig S/Nº; Ford; Escort Gl; 1988/1988; Cleiton Ricardo Botao de Souza - Ilza da Silva Beyes; Renavam: 00412811456.

0182; Placa: Gxc4634; Mendonca/SP; Chassi: Danificado; Motor: C4ey337279; Ford; Fiesta Gl; 2000/2000; Antonio Corral - Rodolfo Carrilho Ferreira; Renavam: 00745779670.

0183; Placa: Cdu8219; José Bonifacio/SP; Chassi: 9Bglk19bttb315197; Motor: C20ne31054586l; Gm; Vectra Gls; 1996/1996; Viviane Aparecida Vismara dos Santos - Patriqui Antonio Mareno; Renavam: 00649672887.

0185; Placa: Bnj0770; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9Bfbxxlbakbl84193; Motor: 887917; Ford; Escort Xr-3; 1989/1989; Sheyla Magnani Lemes da Silva - Vagner de Souza; Renavam: 00421845449.

0189; Placa: Dqx0343; Penapolis/SP; Chassi: 9Bwaa011054038469; Motor: Bah250564; Vw; Golf Generation; 2005/2005; Marcos Katsumi Kubo - Fabio Aparecido Pinheiro; Renavam: 00862317380.

0190; Placa: Ccj1946; Neves Paulista/SP; Chassi: 9Bfzzz54zmb145611; Motor: 1117832; Ford; Verona Lx; 1991/1991; Luiz Carlos Bordinassi - Fabio dos Santos; Renavam: 00396809375.

0193; Placa: Cgz6080; José Bonifacio/SP; Chassi: Danificado; Motor: 178A30114836885; Fiat; Palio Ed; 1996/1997; Edna Picolo Ferrari - Elisangela Stati da Silva; Renavam: 00664358101.

0194; Placa: Brg0533; José Bonifacio/SP; Chassi: 9Bgsc08wssc641714; Motor: B10nz31059311; Gm; Corsa Wind; 1995/1995; Marcia Cristina de Menezes; Renavam: 00630252920.

0195; Placa: Dej3389; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9Bwca05y41t156945; Motor: Afz612170; Vw; Gol SPecial; 2001/2001; Laercio Salvador - Fabiana Santos da Silva; Renavam: 00757652875.

0197; Placa: Dtu9875; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9Bd17106g85067785; Motor: 178F1011*7730411*; Fiat; Palio Fire Flex; 2007/2008; Katia Rosa Machado da Silva - Banco Bradesco Financiamentos S.a.; Renavam: 00932379443.

0198; Placa: Dcw5067; Bady Bassitt/SP; Chassi: 9Bd15828814150229; Motor: 146A70116021930; Fiat; Uno Mille Smart; 2000/2001; Valdemar Aparecido Antonio - Jeronimo Augusto Antonio dos Santos; Renavam: 00736211314.

0199; Placa: Bmr0993; José Bonifacio/SP; Chassi: 9Bwzzz30zht044601; Motor: Up254182; Vw; Voyage Cl; 1987/1987; Sandra Monteiro Cremonin - Francilly Helena Bezerra Candido; Renavam: 00366986449.

0200; Placa: Bqh9178; Valinhos/SP; Chassi: 9Bwzzz30zkt020754; Motor: Un067754; Vw; Gol Cl; 1989/1989; João Carlos Leandro; Renavam: 00420523812.

0202; Placa: Dmv0098; Avare/SP; Chassi: 9Br53zec148515825; Motor: E189503; Toyota; Corolla Xli16vvt; 2004/2004; Valentim Orestes Carvalho - Banco Pan S A; Renavam: 00827134819.

0204; Placa: Bmi6512; José Bonifacio/SP; Chassi: 9Bd146000p5007698; Motor: 146C40113713506; Fiat; Uno Eletronic; 1993/1993; Rodrigo Brandao Martins - José Maximo dos Santos; Renavam: 00610104110.

0205; Placa: Blw2196; Birigui/SP; Chassi: Danificado; Motor: 279893; Ford; Escort Gl; 1985/1986; Thaisa Carla Mesquita Gonsalves; Renavam: 00356722333.

0206; Placa: Bqh2251; Adolfo/SP; Chassi: 9Bgkt08kppc343116; Motor: B18yz31042068; Gm; Kadett Sl Efi; 1993/1993; Leonardo da Silva Costa - Marcos José Da Silva; Renavam: 00609733001.

0207; Placa: Har3516; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 8Ad3cn6a86g009482; Motor: N6a10dbtjpsa0008610; I; Peugeot 307 16 Presenc; 2005/2006; Santina Cristante Lacerda - Edilson Antonio Custodio Santiago - Omni S; Renavam: 00865829632.

0209; Placa: Ceg2238; Promissao/SP; Chassi: 9Bwzzz30zdp012482; Motor: Bw029568; Vw; Voyage; 1982/1983; Neide Maria de Souza Teodoro; Renavam: 00418093202.

0210; Placa: Asc0305; Birigui/SP; Chassi: 9Bwzzz377vt253960; Motor: Sucata Repos Pecas; Vw; Gol 16V; 1997/1998; J C Da Silva Neto Estacionamento Me - Bv Financeira Sa Cfi; Renavam: 00690754957.

0211; Placa: Buq0248; Mirassol/SP; Chassi: 9Bgjk69ykkb077337; Motor: 20Yvh31101650; Gm; Monza Sl; 1989/1989; Osvaldo Alves Ferreira - Marcus de Moraes Romao; Renavam: 00423421034.

0213; Placa: Bth9276; Ubarana/SP; Chassi: Danificado; Motor: Sucata Repos Pecas; Gm; Opala Luxo; 1982/1982; José Bispo da Costa; Renavam: 00360795358.

0214; Placa: Bki4215; Potirendaba/SP; Chassi: 9Bd146000m3714839; Motor: 146B50113349636; Fiat; Fiat Uno S; 1991/1991; Antonio Marcelo Barbosa; Renavam: 00406245851.

0215; Placa: Bnb1683; São Pedro/SP; Chassi: B0228847; Motor: Ug046312; Vw; Fusca 1300; 1981/1981; Suzana Cristina Teixeira - Bruna Franca; Renavam: 00366818520.

0217; Placa: Cxh7540; José Bonifacio/SP; Chassi: 9Bwca05y51t127258; Motor: Asf005134; Vw; Gol SPecial; 2001/2001; Adao Candido de Oliveira; Renavam: 00754338460.

0223; Placa: Cmx3866; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9Bd146000k3421293; Motor: 146A50112897964; Fiat; Fiat Uno S; 1989/1989; Celia Pires; Renavam: 00422403776.

0224; Placa: Bzy2816; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: Zfa160000s2756200; Motor: 160E2011-9357290; Imp; Fiat Tipo 1.6Ie; 1995/1995; Joyce Pereira Pinna - Mauricio Prampelo; Renavam: 00635003686.

0226; Placa: Blp1560; Votuporanga/SP; Chassi: 9Bwzzz54znb284236; Motor: Sucata Repos Pecas; Vw; Apolo Gl; 1992/1992; Antonio Carlos Pereira - Anderson Luis de Oliveira; Renavam: 00607506911.

0228; Placa: Bsm2276; José Bonifacio/SP; Chassi: Vs6bsxwpfrwc51573; Motor: Sc51573; Imp; Ford Fiesta; 1994/1995; José Ferreira de Souza - Adenir Rosa de Souza; Renavam: 00631161767.

0229; Placa: Gtz6189; Adolfo/SP; Chassi: 9Bwzzz377st215088; Motor: Unc106482; Vw; Gol Cli; 1995/1996; José Antonio da Silva - Saulo Rodolfo Lima; Renavam: 00646044982.

0230; Placa: Cxd5940; Campinas/SP; Chassi: Danificado; Motor: 146A70115621469; Fiat; Uno Mille Ex; 1998/1999; José Clovis Lorenzi - Omni Banco S.a.; Renavam: 00709458185.

0231; Sem Placa; Chassi: Danificado; Motor: Nao Aplicavel; Reb; Carretinha.

0232; Sem Placa; Chassi: Danificado; Motor: Nao Aplicavel; Reb; Carretinha.

0233; Placa: Blp7382; Votuporanga/SP; Chassi: Lb4kyg43362; Motor: S097122; Ford; Corcel II L; 1980/1980; Anesio de Paula Greco; Renavam: 00385724144.

0234; Sem Placa; Chassi: Danificado; Motor: Nao Aplicavel; Reb; Carreta.

0235; Sem Placa; Chassi: Danificado; Motor: Nao Aplicavel; Bicicleta; Bicicleta.

0236; Sem Placa; Chassi: Danificado; Motor: Nao Aplicavel; Reb; Carretinha.

0237; Placa: Jyn7434; Ubarana/SP; Chassi: 9Bwzzz30zjp221018; Motor: Ue227532; Vw; Parati Gls; 1988/1989; Maurilio Candido de Oliveira; Renavam: 00125838816.

0238; Placa: Ddd0839; São Carlos/SP; Chassi: 8A1ba0025yl117880; Motor: D008570; I; Renault Megane Rt 1.6; 2000/2000; Vanderlei Machado - Cifra S.a. Credito Financiamento e Investimento; Renavam: 00756704804.

0239; Placa: Cas5068; Nova Alianca/SP; Chassi: 9Bwzzz30zkp201908; Motor: Up490449; Vw; Parati Cl; 1989/1989; Olavo Junior Parra - Vanira Machado Antunes; Renavam: 00411508369.

0240; Placa: Buq4976; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9Bfbxxlbahbs80251; Motor: SP0214247; Ford; Escort Gl; 1987/1988; Joel Martins Pereira - Maria Ines Acacia; Renavam: 00392193442.

0242; Placa: Bfi8096; Mirassol/SP; Chassi: 9Bwzzz33zgp215903; Motor: Ud008050; Vw; Quantum; 1985/1986; Antonio Delfino Rodrigues - Marcello Carneiro Simardi; Renavam: 00221193685.

0247; Placa: Cpk1352; Balsamo/SP; Chassi: Lb4kby08786; Motor: S247576; Ford; Corcel II L; 1983/1983; Miguel Gutierre Balotti; Renavam: 00387515429.

0248; Placa: Bjd5323; Sales/SP; Chassi: 9Bfcxxlb2chc15786; Motor: 629014; Ford; Del Rey L; 1987/1987; Dinelson Donizete da Silva Menezes; Renavam: 00388104589.

0251; Placa: Bmn4270; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: Danificado; Motor: 178A30115243392; Fiat; Palio Ed; 1997/1997; Rosangela Aparecida Monteiro; Renavam: 00695659278.

0252; Placa: Bnl1212; José Bonifacio/SP; Chassi: 9Bd146000p3952733; Motor: 146B40113652086; Fiat; Uno Mille; 1993/1993; José Aparecido dos Santos; Renavam: 00608666335.

0255; Placa: Cwd2370; Guaicara/SP; Chassi: 9Bwzzz30zdp121272; Motor: Bw121241; Vw; Parati S; 1983/1983; Sebastiao Gomes da Silva; Renavam: 00435347900.

0257; Placa: Bki0958; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9Bfcxxlb2cek11384; Motor: 135014Da; Ford; Del Rey; 1984/1984; Vanessa da Costa Afonso - Sandra Gomes Farias Silva; Renavam: 00520988558.

0259; Placa: Bje3358; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9Bwzzz30zdp112388; Motor: Ue381797; Vw; Voyage Ls; 1983/1983; Vanessa Daniely de Abreu - Jeferson Barbosa Vieira; Renavam: 00389285340.

0261; Placa: Ajp1453; José Bonifacio/SP; Chassi: 9Bgsc08z01c186595; Motor: Nm0117551; Gm; Corsa Wind; 2000/2001; José Francisco de Souza Rodrigues; Renavam: 00748135073.

0262; Placa: Esj5806; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9C2kc1670br516694; Motor: Kc16e7b516694; Honda; Cg 150 Fan Esi; 2011/2011; Diego da Silva Nunes - Banco Bradesco Financiamentos S.a.; Renavam: 00308688880.

0263; Placa: Dty3241; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9Bgrz08907g234407; Motor: N50026089; Gm; Celta 2P Life; 2007/2007; Lucas Rodrigues dos Santos 43601253801 - Milene Aparecida Neves; Renavam: 00910371318.

0264; Placa: Guu1143; Palmeiras de Goias/Go; Chassi: Danificado; Motor: C20ne31007891h; Gm; Vectra Gls; 1996/1997; Eudes Alves da Silva; Renavam: 00655491996.

0265; Placa: Cie9815; Bady Bassitt/SP; Chassi: 9Bwzzz327tp043132; Motor: Uqc086661; Vw; Santana 2000 Mi; 1996/1996; Jonathan Adriano Leite - Dirceu de Almeida Goulart Junior; Renavam: 00659966581.

0266; Placa: Cht2194; Adolfo/SP; Chassi: 9Bwzzz30zlt025794; Motor: Ud058321; Vw; Gol Gl; 1990/1990; Daniel de Sousa Oliveira - Fernando de Abreu Neto; Renavam: 00426276680.

0268; Placa: Cdy7443; Buritama/SP; Chassi: 9Bd178837v0405263; Motor: 178A50115218849; Fiat; Palio Weekend; 1997/1997; Paulo Vinicius Teodoro Goncalves - José Carlos Miguel Ferreira; Renavam: 00684259460.

0269; Placa: Dig6j46; Adolfo/SP; Chassi: 9Bd17141332216625; Motor: 178D80115518941; Fiat; Palio Elx; 2002/2003; Gilmar Francisco de Oliveira; Renavam: 00788444891.

0270; Placa: Blj9225; José Bonifacio/SP; Chassi: 9Bwzzz30zrt050159; Motor: 1675574; Vw; Gol 1000; 1994/1994; Adelson dos Santos Viana - Omni Sa Credito Financiamento e Investimento; Renavam: 00624574598.

0271; Placa: Bjj0292; Promissao/SP; Chassi: 9Bgjl69ykjb013524; Motor: 20Yvh31078706; Gm; Monza Classic Se; 1988/1989; Daiana Aparecida Correa da Conceicao - João Pedro Silva Delgado; Renavam: 00418052000.

0272; Placa: Bse0046; Coroados/SP; Chassi: Zfa160000r5075695; Motor: Sucata Repos Pecas; Imp; Fiat Tipo 1.6Ie; 1994/1995; Gabrieli Cintra da Silva - Viviane Morais Santana; Renavam: 00630013390.

0273; Placa: Bkm5505; Taiuva/SP; Chassi: 9Bwzzz30zfp006162; Motor: Sucata Repos Pecas; Vw; Parati Ls; 1984/1985; Realindo Pereda; Renavam: 00352708131.

0274; Placa: Bqj2666; Paulo de Faria/SP; Chassi: 9Bfzzz54zpb325043; Motor: SP0191930; Ford; Escort L; 1993/1993; Roberto Marques da Silva - Marco Aurelio Alves Mesquita; Renavam: 00609362437.

0276; Placa: Dnm6897; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9C2mc35005r035874; Motor: Mc35e-5035874; Honda; Cbx 250 Twister; 2005/2005; Renato Leandro Rodrigues - Lucimara Aparecida Rodrigues; Renavam: 00858030020.

0277; Placa: Fyv5f58; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2kc2210hr033979; Motor: Kc22e1h033987; Honda; Cg 160 Titan Ex; 2017/2017; João Pedro Marinho Ricardo - Omni Sa Credito Financiamento e Investimento; Renavam: 01128053150.

0280; Placa: Dpd6632; Borborema/Pb; Chassi: 9C2jc30706r001816; Motor: Jc30e76001816; Honda; Cg 125 Fan; 2005/2006; Luis Antonio Bernardo; Renavam: 00874567319.

0281; Placa: Dgf9524; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9C2jc30203r164060; Motor: Jc30e23164060; Honda; Cg 125 Titan Es; 2003/2003; Paulo Roberto Baria - Luis Carlos Baria; Renavam: 00808076094.

0282; Placa: Chl0664; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2jc250vvr132862; Motor: Jc41e1b430470; Honda; Cg 125 Titan; 1997/1997; Gabriel Lanca Sanches - Gilberto Ferreira de Souza; Renavam: 00674580257.

0283; Placa: Brz7787; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2kc2500kr021488; Motor: Kc25e0k021509; Honda; Cg 160 Start; 2019/2019; Kaue Filipe Gandini dos Santos; Renavam: 01183789839.

0284; Placa: Ecc1853; Buritama/SP; Chassi: 9C2kc08108r192802; Motor: Kc08e18192802; Honda; Cg 150 Titan Ks; 2008/2008; Alizangela Simone dos Santos - Banco Pan S A; Renavam: 00974835900.

0285; Placa: Dpo3747; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C6ke092060002002; Motor: E382e-001299; Yamaha; Ybr 125K; 2005/2006; Solange Donizeti de Araujo Batista; Renavam: 00872671445.

0286; Placa: Ckr6552; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 9C2jc250vvr208053; Motor: Jc25ev208053; Honda; Cg 125 Titan; 1997/1997; Jonatas Olimpio dos Santos - Leandro Santos Nunes; Renavam: 00682188220.

0287; Placa: Dpy8038; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C2kc08506r848320; Motor: Kc08e56848320; Honda; Cg 150 Titan Es; 2006/2006; Maria Lucia Passerini - Juliano Garcia; Renavam: 00885804147.

0288; Placa: Dyt2098; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: 94J2xdcc77m014798; Motor: Jcc7047536; Sundown; Max 125 Se; 2007/2007; Daniel Naves de Oliveira - Luiz Antonio Theodoro - Luiz Antonio Theodoro; Renavam: 00934791724.

0289; Placa: Cws0957; São José Do Rio Preto/SP; Chassi: Cg125br1496306; Motor: Cg125bre1496497; H; Honda Cg 125; 1986/1986; Juliano Luiz Viana; Renavam: 00412154013.

0290; Placa: Ecq1311; José Bonifacio/SP; Chassi: 9C6ke094080033860; Motor: E386e-035045; Yamaha; Xtz 125K; 2008/2008; Sidnei Donizete Cassiano; Renavam: 00118136810.

PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Convocação

A Diretora da Gerência de Recursos Humanos convoca os servidores abaixo relacionados, por pendência de documentos comprovando o afastamento junto ao INSS, a comparecer ao Núcleo de Frequência e Benefícios, situado na Av. Ibirapuera, 981, Vila Clementino, São Paulo – Prédio da Administração, 4º andar, sob pena de que seja instaurado processo por abandono de emprego, motivando a rescisão por justa causa do contrato de trabalho, conforme dispõe o art. 482, letra "i", da CLT; ou apresentar justificativa as suas faltas ao serviço.

Reg. Iamspe 020396 - Sheyla Cristina Marcilio Martins - Oficial Administrativo

Reg. Iamspe 022527 - Adriana Aparecida Gonçalves Fontes - Auxiliar de Enfermagem

Reg. Iamspe 026467 - Doralice dos Santos de Oliveira - Auxiliar de Saúde

Reg. Iamspe - 026471 - Christiana Eduarda Fonseca Wiegerinck - Agente Técnico de Assistência à Saude

JUSTIÇA E CIDADANIA

FUNDAÇÃO INST. DE TERRAS DO ESTADO DE S.PAULO JOSÉ GOMES DA SILVA

Comunicado

Lista Provisória dos Candidatos Pontuados e Inabilitados – Comissão de Seleção de Trabalhados Rurais do Município de Caiuá - Lotes Disponíveis Mediante Indenização das Benfeitorias – Edital 2/2020

O Presidente da Comissão de Seleção de Caiuá, nos termos da Lei 4.957, de 30-12-1985, alterada pela Lei 16.115, de 14-01-2016, do artigo 23 do Decreto 62.738, de 31-07-2017 e dos itens 134 a 149 da Portaria Itesp 131, de 7 de Novembro de 2018, que aprovou o Manual de Procedimentos dos Assentamentos Estaduais da Fundação Itesp, torna público a Lista Provisória dos Candidatos Pontuados e Inabilitados inscritos no processo seletivo para o acesso aos Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários objetivando a seleção de beneficiários para a exploração dos lotes agrícolas localizados nos assentamentos estaduais instalados neste município, cujos beneficiários titulares, herdeiros necessários ou os membros da composição familiar solicitaram a desistência da exploração do lote, conforme apuração da exatidão das informações cadastrais, análise do perfil dos candidatos e deliberação da comissão de seleção em reunião realizada em 28-12-2020. Os candidatos inabilitados poderão interpor recurso no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste comunicado na imprensa oficial do Estado de São Paulo, endereçados ao presidente da Comissão de Seleção de Caiuá e protocolados no escritório do Grupo Técnico de Campo (Desenvolvimento) da Fundação ITESP de Presidente Venceslau, localizado na Avenida João Pessoa, 750, Bairro: Vila Sumaré, município de Presidente Venceslau-SP.

Lista Classificatória por Candidato a Beneficiário de Assentamentos Estaduais

Seleção de Candidatos Versão 2017.1.0.0 | Data: 11-01-2021

Identificação da Lista1

388.17112020 | 463.01122020 | 1.IB2.08012021 CAIUA

1: Nº e Dt. Com. de Seleção | Nº e Dt Classif. | Nº, Dt Geração Lista e Munic. Sede Com. Seleção.

Candidatos Habilitados pela Comissão de Seleção

Inscrição	Candidato(A) 1 (Cpf)	Candidato(A) 2 (Cpf)	Classif.	Pont.
24750.39	Simone Aparecida dos Santos (366.801.978-99)	Flavio Geraldo Teixeira de Sousa (120.901.088-78)	1	77.000
62.7	Cosme Jose dos Santos (246.314.598-67)	-	2	76.583
1032.6	Rosangela Lopes Gomes (356.295.488-32)	Ilton Cesar Gomes (281.135.668-13)	3	71.666
24949.7	Anabel Alves de Jesus Silva (663.366.351-04)	Marco Roberto de Jesus Silva (336.615.398-92)	4	68.000
25044.21	Jose Batista da Costa (034.149.138-10)	Maria Rita Vitória (489.342.591-71)	5	68.000
3928.7	Marisa Carvalho de Oliveira (280.674.268-48)	Ailton Santana de Oliveira (074.070.998-47)	6	65.000
27442.3	Jose Nilton Lima Dias (069.621.478-48)	Maria Zilma Nunes Dias (340.696.398-61)	7	64.000
26152.35	Vânia Lins de Souza (276.297.948-00)	Ramiro Teixeira Dias (069.611.618-98)	8	63.666
26037.12	Suzerley Tonon Ferreira (097.698.188-28)	Edson Ferreira de Souza (138.146.968-08)	9	62.333
5178.15	Maria Jaqueline Santos Ribeiro (405.792.318-79)	Vanderson Cestari da Silva (404.849.438-47)	10	50.000
24946.24	Corina Pereira Batista (309.332.261-87)	Laercio Geraldo da Silva (097.489.828-74)	11	46.000
25668.8	Cristiane Alves de Souza (451.309.988-71)	-	12	44.666
236.4	Eva Faria Silva (245.459.868-03)	José Jeronimo Silva (444.923.678-53)	13	44.000
3199.23	Dalva de Santana Siqueira (061.697.998-38)	Renato Nunes Siqueira (047.418.688-18)	14	43.000
23379.6	Irene Aparecida Hernandez Bonfim (807.360.928-20)	José Mauro Bonfim (016.666.128-71)	15	42.000
27370.3	Claudemi Correa de Lira (147.081.028-01)	Vera Lucia Barbosa Delgado de Lira (024.832.684-80)	16	41.333
24249.6	Edvaldo dos Santos (427.675.308-20)	-	17	41.000
24192.4	Marina Martins de Oliveira Calixta (110.155.716-89)	Luiz Eduardo de Oliveira Calixta (352.067.108-57)	18	34.415
27049.5	Rogério Navarro Sanches (138.145.288-40)	-	19	33.333
13492.8	Denise Ramalho (301.283.498-24)	Antonio Marcos de Souza (152.733.878-92)	20	24.666
16651.6	Vanilde Soares Pulieze (293.950.588-89)	Gilmar Alex Puliezi (195.743.868-13)	21	23.000
25297.9	André Luiz Zago de Freitas (415.770.258-14)	Karolaine Fernanda da Silva Zago de Freitas (458.904.938-41)	22	22.000
27604.6	Vanessa dos Santos Ramos da Silva (331.391.668-69)	-	23	22.000
27072.6	Cauê Felipe de Souza (412.505.448-74)	-	24	21.333
27448.3	Ademilson de Moares Gonçalves (069.599.758-08)	Naiza Ferreira Lima (069.646.038-67)	25	19.333

Candidatos Inabilitados pela Comissão de Seleção

Inscrição	Candidato(A) 1 (Cpf)	Candidato(A) 2 (Cpf)Motivos*
730.7	Bruno Henrique Gomes de Oliveira (385.177.278-43)	Luciene Vieira de Souza (224.174.288-06)
27646.2	Deise Lucid Fernandes de Almeida Ponciano (096.511.508-90)-	
11679.3	Edilaine Rodrigues Cruz (326.526.028-37)	Mauricio Antonio Cruz (260.338.008-77)
26834.1	Geraldo Ferreira Brito (005.024.288-13)	Aparecida Lorenceti Brito (095.558.408-65)
14425.5	Irene Ferreira de Andrade (923.108.001-63)	Elenaldo Alves dos Santos (078.902.301-68)
772.2	Regina Alves dos Reis (366.893.748-66)	José Verinaldo dos Santos (350.347.948-10)

* Os cadastros dos candidatos acima relacionados foram Inabilitados pela Comissão de Seleção por não atenderem aos critérios obrigatórios mínimos para sua aprovação nos termos do parágrafo 3º, do art. 7º da Lei 4.957, de 30-12-1985, alterada pela Lei 16.115, de 14-01-2016 (1 – ser brasileiro nato ou naturalizado; 2 – ser trabalhador rural e comprovar experiência mínima, nos termos do ítem "3" do parágrafo único do art. 1º desta lei; 3 – comprovar residência permanente, por mais de 2 (dois) anos ininterruptos, na região do Estado onde se localize o assentamento; 4 – não exercer função pública em órgãos da administração direta, autarquias, fundações, ou em órgãos paraestatais civis ou militares, ou estar investido em atribuições parafiscais da administração

federal, estadual ou municipal; 5 – não ser proprietário, cotista, acionista ou sócio no exercício de atividade empresarial; 6 – não ter sido beneficiário de programa de reforma agrária ou de planos públicos de valorização dos recursos fundiários, estadual ou federal, salvo por separação do casal; 7 – não ser réu de sentença condenatória à pena privativa de liberdade transitada em julgado, não prescrita e não cumprida; 8 – não serem ambos os titulares aposentados por invalidez; 9 – não serem ambos os titulares portadores de deficiência física ou mental, cuja incapacidade os impossibilite totalmente para o trabalho agrícola, ressalvados os casos em que laudo médico garanta que a deficiência apresentada não prejudica o exercício da atividade agrícola; 10 – não perceber renda familiar proveniente de atividade que não seja agrícola, superior a 3 (três) salários mínimos mensais; 11 – não possuir propriedade rural que ofereça condições de sobrevivência para os seus familiares; 12 – ser maior de dezoito anos ou emancipado; 13 – não ser ocupante irregular em área de Assentamento Estadual ou Federal.

Cadastros dos Candidatos Inabilitados pela Comissão de Seleção por não Realizarem a Inscrição, não Comparecerem À Entrevista Técnica Ou Entrega de Documentos

52.3 57.3 58.3 115.11 122.4 131.1 132.1 135.7 144.4 191.3 257.3 261.6 263.2 274.8 280.4
344.5 391.5 427.9 448.5 456.3 465.3 479.3 482.3 484.8 490.1 498.3 598.3 612.3 613.3 619.3
643.2 660.4 676.8 683.12 695.3 717.14 732.3 809.4 810.3 868.3 873.3 874.3 876.5 880.6 886.5
908.7 926.3 953.6 958.9 959.5 969.3 1018.3 1035.2 1051.5 1056.3 1063.4 1071.12 1117.3 1133.3 1146.5
1167.4 1173.4 1184.3 1190.3 1193.3 1215.4 1230.3 1255.3 1261.5 1281.4 1296.4 1300.4 1315.9 1319.3 1325.11
1337.1 1340.4 1352.3 1380.7 1390.5 1397.7 1410.4 1412.3 1470.3 1477.11 1484.5 1486.1 1505.5 1517.4 1550.3
1554.7 1563.3 1571.3 1595.7 1598.5 1625.1 1681.3 1740.3 1747.6 1761.3 1766.2 1789.4 1799.5 1833.4 1847.3
1848.3 1866.1 1878.5 1917.4 1923.3 1933.11 1962.12 1984.5 2010.2 2012.7 2014.3 2018.4 2032.3 2038.7 2097.1
2102.3 2106.5 2112.3 2116.4 2124.3 2190.7 2210.1 2226.2 2230.3 2238.3 2249.3 2272.4 2274.4 2286.11 2300.4
2321.4 2334.4 2337.3 2348.3 2350.3 2398.4 2415.9 2416.5 2420.9 2444.5 2449.2 2451.4 2468.11 2481.3 2531.13
2543.7 2564.3 2571.1 2575.5 2623.4 2642.3 2644.3 2659.5 2738.17 2745.9 2761.3 2817.9 2830.3 2838.9 2888.3
2906.3 2930.7 2950.1 2954.3 3004.3 3008.3 3013.22 3041.3 3052.3 3083.7 3092.3 3127.11 3243.3 3246.3 3329.1
3370.3 3398.3 3456.11 3469.1 3504.6 3511.5 3542.1 3548.11 3560.3 3601.8 3606.12 3619.4 3716.6 3720.10 3726.5
3760.14 3794.3 3803.3 3835.6 3844.1 3848.7 3890.3 3911.4 3913.3 3923.4 3933.3 3950.3 3971.1 3984.13 3988.3
3989.4 3998.3 4066.3 4082.10 4086.4 4120.1 4139.3 4148.6 4152.3 4168.10 4173.1 4222.6 4245.4 4268.1 4300.2
4314.3 4316.3 4334.10 4387.3 4691.18 4716.5 4718.3 4879.3 5027.3 5055.4 5100.5 5109.4 5120.3 5169.3 5342.3
5360.3 5389.3 5404.18 5459.3 5472.5 5531.3 5552.3 5560.12 5618.4 5622.9 5626.10 5638.3 5700.3 5758.3 5796.3
5803.4 5810.3 5822.6 10005.3 10018.4 10029.4 10046.6 10175.3 10211.4 10230.1 10313.3 10323.4 10365.8 10371.4 10372.11
10376.6 10386.2 10389.5 10412.3 10445.3 10511.3 10513.3 10528.11 10539.1 10613.10 10645.18 10715.8 10729.1 10789.3 10792.3
10793.4 10795.7 10803.3 10833.3 10869.3 10940.3 10941.3 10988.3 10989.4 10997.3 10999.6 11027.3 11031.3 11033.6 11061.3
11071.1 11076.3 11130.3 11152.3 11168.6 11213.14 11227.3 11231.7 11250.4 11277.4 11360.1 11369.6 11430.5 11443.3 11444.3
11465.5 11484.8 11485.5 11493.4 11502.9 11514.5 11540.3 11595.1 11618.3 11622.10 11623.3 11636.5 11648.3 11666.3 11683.8
11740.3 11750.3 11756.6 11818.5 11825.3 11854.21 11868.8 11876.2 11898.5 11923.10 11944.2 11948.3 11967.3 11986.3 11992.3
11993.3 12016.3 12019.11 12030.3 12058.4 12060.4 12068.4 12122.3 12146.5 12148.4 12152.3 12154.4 12167.3 12170.6 12175.3
12191.3 12216.3 12242.3 12246.3 12274.5 12323.4 12387.10 12438.3 12495.3 12507.6 12508.3 12527.8 12539.4 12541.3 12547.8
12554.3 12563.4 12601.3 12607.1 12609.2 12625.4 12653.3 12659.1 12668.1 12670.4 12689.8 12693.3 12707.8 12734.3 12737.7
12749.3 12764.6 12829.4 12833.3 12867.3 12881.3 12891.7 12897.12 12949.3 12987.3 13004.6 13013.1 13119.3 13145.3 13147.8
13179.3 13201.6 13257.11 13259.3 13276.3 13277.1 13297.4 13317.1 13339.8 13349.5 13353.3 13363.3 13369.3 13383.7 13399.11
13419.2 13453.7 13475.3 13501.3 13512.2 13532.7 13543.4 13585.8 13605.3 13631.6 13725.9 13731.11 13744.3 13765.9 13767.3
13771.4 13799.3 13812.10 13825.6 13826.6 13867.1 13938.6 14021.3 14025.3 14033.3 14044.3 14047.5 14051.3 14053.3 14073.5
14075.3 14089.3 14109.4 14161.2 14165.6 14175.6 14181.8 14209.3 14243.3 14245.3 14264.3 14267.3 14278.6 14279.3 14284.5
14383.3 14402.1 14417.5 14426.3 14439.9 14452.2 14470.3 14483.11 14485.9 14494.3 14497.4 14503.3 14512.3 14514.6 14515.4
14538.1 14553.3 14603.10 14633.6 14692.6 14699.9 14701.4 14702.3 14703.12 14705.4 14716.5 14723.5 14724.3 14752.3 16400.7
16406.3 16430.3 16436.7 16442.4 16472.7 16474.6 16475.5 16488.3 16490.3 16496.6 16498.3 16503.3 16510.3 16520.4 16521.4
16536.8 16543.3 16553.4 16562.5 16592.3 16594.5 16607.14 16652.4 16658.3 21008.10 21027.2 21048.3 21058.5 21059.5 21063.3
21066.5 21078.10 21082.4 21084.7 21085.3 21096.4 21116.5 21122.8 21125.10 21135.3 21136.4 21153.6 21154.5 21164.3 21188.11
21198.4 21202.3 21248.6 21258.3 21261.3 21263.11 21275.3 21286.1 21296.6 21302.10 21309.3 21321.1 21333.3 21361.3 21370.4
21382.11 21391.4 21406.8 21409.3 21411.3 21418.3 22067.4 22084.10 22245.15 22262.5 22264.5 22267.3 22271.3 22275.3 22278.6
22283.5 22292.4 22301.3 22306.13 22337.7 22357.7 22358.15 22365.3 22377.5 22383.8 22385.3 22389.5 22392.3 22395.3 22430.2
22442.3 22467.4 22505.6 22514.3 22515.3 22519.9 22521.10 22522.15 22528.4 22538.7 22545.11 22587.4 22601.6 22634.8 22649.4
22654.3 22655.7 22659.19 22668.3 22669.3 22675.4 22683.7 22686.4 22698.4 22699.3 22714.3 22715.3 22738.6 22741.13 22759.9
22761.1 22763.3 22765.4 22767.3 22770.3 22776.7 22780.6 22794.3 22799.7 22904.7 22944.5 22953.4 22956.4 22962.6 22983.3
22989.3 22992.6 22998.3 23014.3 23043.6 23049.4 23056.3 23063.10 23068.3 23073.3 23078.5 23098.6 23101.7 23102.13 23107.3
23120.6 23121.6 23129.3 23139.2 23146.3 23166.3 23183.6 23195.3 23200.4 23202.3 23205.4 23209.3 23210.4 23213.5 23222.3
23238.3 23243.7 23244.3 23251.3 23265.4 23269.5 23273.4 23279.4 23282.6 23286.3 23292.3 23303.3 23334.1 23345.4 23363.3
23369.20 23375.5 23383.3 23386.10 23402.5 23405.9 23408.3 23414.3 23422.4 23429.2 23434.9 23435.8 23440.1 23441.3 23464.3
23466.1 23471.3 23476.9 23480.3 23487.3 23637.3 23670.3 23692.9 23727.6 23734.3 23775.4 23776.1 23785.1 23786.6 23812.8
23824.13 23838.6 23852.8 23860.1 23864.7 23899.1 23905.3 23911.3 23913.3 23942.3 23943.3 23944.4 23984.4 23985.6 23986.8
23995.3 23998.4 24002.12 24006.12 24015.4 24017.3 24020.1 24022.2 24023.4 24027.10 24036.2 24058.4 24061.8 24092.5 24113.9
24114.13 24121.6 24135.8 24148.12 24158.3 24170.5 24171.4 24181.4 24187.4 24189.5 24194.3 24201.3 24208.10 24227.4 24230.4
24233.8 24236.7 24239.4 24262.4 24267.4 24278.5 24284.3 24287.5 24303.28 24325.4 24336.3 24344.4 24358.9 24375.6 24398.4
24401.4 24413.4 24416.3 24418.4 24421.4 24430.3 24435.6 24456.17 24462.3 24467.10 24470.4 24472.4 24485.5 24497.10 24507.4
24508.3 24518.9 24541.5 24548.3 24551.4 24556.6 24558.4 24560.4 24571.4 24578.3 24580.3 24582.4 24588.4 24608.3 24613.7
24619.7 24629.3 24631.5 24641.5 24644.9 24651.3 24662.4 24695.7 24697.10 24698.11 24710.5 24717.3 24719.4 24723.10 24726.14
24729.3 24732.4 24734.5 24735.4 24756.4 24758.10 24761.11 24762.10 24765.4 24774.4 24776.6 24794.7 24797.24 24806.4 24817.5
24830.7 24831.4 24835.4 24836.3 24846.10 24851.14 24873.3 24920.3 24921.4 24936.7 24953.3 24959.7 24963.3 24964.3 24967.4
24981.11 24995.4 25010.5 25011.3 25013.7 25015.3 25017.3 25020.3 25022.3 25024.3 25031.3 25032.17 25048.3 25060.3 25062.3
25073.16 25077.3 25082.3 25087.4 25094.7 25101.3 25107.3 25114.7 25119.4 25124.6 25131.9 25133.8 25140.7 25154.3 25163.3
25168.8 25170.14 25175.3 25181.4 25184.4 25186.15 25188.3 25196.4 25197.11 25224.5 25228.7 25231.8 25233.8 25238.5 25253.3
25256.3 25259.3 25262.6 25265.3 25270.12 25271.3 25275.5 25276.3 25277.3 25278.4 25281.3 25282.3 25283.3 25284.3 25285.3
25286.3 25287.3 25288.3 25289.3 25290.3 25291.3 25293.3 25294.3 25295.3 25296.3 25298.3 25301.3 25305.3 25306.4 25308.4
25310.3 25311.20 25312.3 25313.3 25314.3 25315.3 25316.3 25317.3 25318.3 25319.3 25320.3 25321.3 25322.10 25324.3 25325.3
25327.3 25328.3 25329.11 25330.3 25331.4 25332.3 25333.3 25334.4 25335.3 25336.3 25337.3 25338.3 25339.3 25340.3 25341.3
25344.3 25345.13 25346.3 25347.3 25348.4 25349.3 25350.3 25355.3 25357.3 25359.3 25360.3 25361.3 25362.3 25363.3 25364.6
25365.3 25366.4 25367.3 25370.9 25373.3 25374.3 25376.3 25378.3 25379.3 25381.14 25382.3 25383.6 25386.3 25387.6 25388.6
25389.3 25390.3 25391.4 25392.3 25393.3 25394.3 25395.3 25396.3 25397.3 25398.3 25399.3 25400.3 25401.3 25402.3 25403.5
25405.10 25406.4 25408.4 25410.3 25412.3 25413.3 25415.3 25416.3 25417.7 25418.3 25419.3 25420.4 25421.3 25423.3 25424.3
25425.3 25426.3 25428.3 25429.6 25431.4 25432.3 25434.3 25438.8 25439.5 25442.3 25444.3 25445.3 25446.10 25447.3 25448.4
25449.3 25451.3 25452.3 25453.3 25454.3 25455.3 25458.3 25460.3 25461.3 25462.11 25463.3 25468.3 25470.6 25473.4 25474.3
25476.11 25477.3 25478.3 25481.3 25482.3 25483.3 25484.3 25485.3 25486.4 25487.3 25488.3 25489.3 25491.3 25492.3 25494.3
25495.3 25496.3 25497.3 25498.3 25503.9 25504.9 25505.3 25510.3 25511.3 25512.3 25513.4 25516.3 25517.4 25518.3 25522.3
25524.3 25526.16 25527.3 25528.3 25529.3 25530.3 25531.3 25532.3 25536.3 25537.3 25539.3 25540.3 25541.3 25542.3 25543.3
25544.3 25546.3 25547.4 25548.3 25549.3 25551.4 25552.9 25553.1 25555.1 25564.3 25574.1 25577.3 25578.8 25581.3 25582.3
25583.3 25584.3 25592.3 25593.3 25594.3 25595.3 25597.3 25598.3 25599.5 25600.3 25601.5 25602.3 25603.3 25604.3 25605.3
25606.3 25607.9 25608.3 25609.3 25610.3 25623.3 25625.3 25626.3 25627.3 25628.9 25630.16 25631.13 25634.3 25635.3 25636.3
25637.3 25639.3 25643.3 25644.4 25645.3 25646.3 25648.3 25649.3 25654.3 25655.3 25656.3 25657.3 25658.3 25659.3 25660.3
25663.4 25664.3 25665.3 25666.3 25667.3 25669.11 25670.4 25672.6 25673.3 25674.8 25677.3 25678.3 25680.3 25681.12 25683.3
25686.3 25689.3 25690.3 25691.3 25692.5 25694.3 25696.3 25698.3 25699.3 25700.3 25702.15 25703.3 25704.4 25705.3 25706.6
25707.3 25708.7 25709.3 25710.3 25712.3 25714.8 25715.3 25717.3 25718.3 25719.3 25720.3 25721.3 25722.4 25723.3 25724.4
25727.3 25728.3 25729.3 25730.3 25731.11 25732.14 25734.14 25735.5 25736.5 25737.4 25738.3 25739.11 25740.3 25741.11 25742.3
26001.6 26002.6 26003.3 26005.18 26009.16 26013.8 26016.4 26020.4 26028.10 26029.7 26031.6 26033.5 26034.9 26036.6 26038.11
26042.5 26043.7 26052.14 26053.6 26056.5 26060.8 26062.6 26063.17 26064.3 26065.4 26067.5 26070.3 26071.5 26072.3 26075.3
26076.4 26077.7 26079.7 26080.3 26082.3 26084.6 26085.10 26087.3 26089.28 26090.3 26091.4 26093.4 26099.6 26101.3 26102.3
26104.3 26107.3 26109.3 26110.3 26111.3 26112.3 26113.3 26114.6 26117.5 26118.4 26122.5 26123.7 26124.4 26125.3 26126.3
26127.4 26128.5 26130.4 26132.6 26133.3 26135.3 26136.16 26137.4 26140.3 26145.3 26147.14 26148.5 26151.3 26153.4 26154.3
26155.3 26156.4 26157.6 26158.9 26159.5 26161.9 26162.4 26165.5 26166.3 26167.12 26168.12 26169.5 26170.5 26171.4 26172.5
26174.6 26175.4 26176.3 26177.4 26178.3 26179.3 26180.3 26181.6 26182.4 26183.4 26184.4 26185.9 26186.4 26187.9 26188.11
26190.6 26191.3 26192.4 26193.6 26194.3 26195.9 26197.5 26198.4 26199.5 26200.6 26201.5 26202.7 26203.3 26204.3 26205.3
26206.3 26207.4 26208.5 26210.4 26211.3 26212.4 26213.3 26214.4 26215.5 26216.3 26217.3 26218.11 26219.3 26220.3 26221.3
26223.3 26224.11 26225.4 26232.3 26233.3 26234.4 26240.3 26241.5 26246.4 26247.5 26248.3 26249.9 26257.13 26266.3 26267.7
26268.11 26271.7 26272.3 26273.5 26279.12 26280.5 26288.4 26295.4 26297.7 26299.4 26300.4 26301.3 26302.3 26303.3 26304.13
26307.6 26308.13 26309.5 26310.3 26311.3 26312.7 26313.3 26315.5 26316.3 26317.5 26318.3 26319.14 26320.4 26321.5 26324.6
26325.3 26329.9 26334.7 26335.3 26336.3 26341.12 26342.4 26343.3 26344.3 26345.4 26346.6 26347.19 26348.4 26349.3 26350.4
26351.3 26352.7 26353.3 26354.3 26355.9 26357.7 26358.3 26359.5 26360.3 26361.10 26362.3 26363.11 26364.7 26365.3 26366.4
26367.4 26368.7 26369.4 26370.3 26374.3 26375.3 26376.3 26379.12 26425.6 26550.4 26551.11 26585.6 26597.6 26617.3 26618.5
26619.8 26620.5 26621.8 26622.8 26624.4 26639.3 26664.4 26665.8 26666.3 26668.3 26734.7 26735.3 26736.3 26739.8 26740.14
26741.8 26742.7 26762.3 26769.3 26770.3 26772.10 26773.14 26775.3 26784.5 26786.13 26789.3 26793.11 26799.3 26801.3 26808.4
26812.9 26814.5 26816.2 26820.16 26821.2 26824.1 26825.2 26827.1 26829.1 26831.1 26836.4 26840.1 26841.8 26845.4 26846.10
26848.4 26849.4 26852.9 26853.12 26854.1 26855.1 26857.2 26861.2 26862.1 26864.4 26866.1 26867.8 26870.4 26874.8 26875.1
26876.5 26878.1 26879.4 26880.1 26881.5 26883.2 26884.5 26885.2 26887.3 26890.1 26891.1 26892.5 26895.4 26896.2 26897.5
26899.2 26904.1 26905.1 26906.3 26908.1 26909.1 26910.2 26911.1 26912.2 26913.4 26915.3 26916.6 26919.1 26921.1 26923.1
26924.6 26927.4 26930.4 26932.4 26933.1 26934.3 26935.1 26936.2 26937.1 26940.2 26944.2 26948.2 26949.4 26951.2 26952.4
26962.6 27025.4 27026.3 27027.2 27033.6 27047.2 27050.7 27051.1 27052.2 27053.5 27057.1 27059.5 27060.1 27064.1 27066.1
27067.5 27068.1 27071.2 27073.1 27074.3 27075.8 27076.2 27080.7 27081.2 27084.3 27085.5 27086.4 27087.2 27088.3 27092.2
27093.2 27094.6 27098.4 27101.1 27102.1 27105.5 27108.1 27110.2 27112.1 27114.4 27115.2 27117.2 27118.2 27120.1 27123.2
27124.1 27126.3 27131.1 27137.2 27139.3 27144.1 27145.1 27148.1 27149.1 27152.2 27153.1 27154.6 27156.5 27160.1 27163.1
27164.1 27166.1 27172.1 27174.3 27175.3 27176.4 27177.5 27178.3 27181.1 27182.1 27185.1 27187.3 27188.2 27189.1 27192.4
27193.4 27194.1 27195.1 27196.2 27198.1 27199.2 27201.2 27202.2 27203.2 27204.2 27205.2 27211.2 27213.1 27216.6 27217.4
27218.2 27222.4 27223.3 27226.1 27227.1 27228.2 27229.2 27232.4 27233.4 27235.1 27236.4 27237.2 27238.4 27241.3 27243.3
27244.1 27246.1 27248.7 27252.6 27254.1 27256.1 27257.1 27258.1 27261.1 27264.5 27265.2 27266.4 27269.2 27270.4 27272.1
27273.1 27274.5 27279.3 27285.1 27286.5 27287.2 27289.1 27298.4 27299.5 27302.4 27304.2 27305.2 27306.2 27311.2 27314.6
27316.3 27317.5 27318.1 27320.1 27326.1 27330.2 27334.1 27335.2 27336.3 27339.4 27342.2 27343.1 27344.1 27352.2 27353.1
27354.5 27355.1 27356.4 27357.3 27358.2 27360.2 27361.2 27362.3 27363.2 27364.1 27365.2 27366.1 27367.2 27368.2 27369.1
27371.1 27374.1 27375.2 27376.5 27377.6 27378.2 27379.1 27380.1 27381.2 27382.1 27383.2 27384.2 27385.4 27386.1 27387.1
27388.4 27390.2 27393.2 27399.4 27401.1 27404.1 27405.2 27408.2 27411.3 27413.1 27414.1 27415.2 27417.2 27418.1 27419.2
27420.2 27423.1 27424.3 27427.1 27428.2 27429.3 27430.1 27434.2 27436.1 27438.2 27439.1 27440.1 27443.2 27444.2 27445.2
27446.1 27447.6 27450.3 27451.1 27452.1 27453.5 27454.4 27455.1 27456.3 27457.2 27458.1 27460.2 27461.2 27462.2 27463.1
27464.1 27465.1 27466.1 27468.1 27470.2 27473.1 27483.1 27485.1 27488.1 27500.2 27502.1 27503.2 27504.1 27505.1 27507.1
27510.1 27511.1 27512.1 27513.2 27515.1 27516.2 27517.2 27519.1 27520.3 27525.1 27526.2 27527.2 27529.1 27532.2 27533.2
27534.1 27535.2 27537.1 27538.2 27539.2 27540.2 27541.1 27542.1 27543.2 27544.2 27546.1 27547.2 27548.2 27549.2 27550.4
27551.1 27552.2 27553.1 27554.1 27555.2 27556.1 27558.2 27562.1 27563.2 27564.1 27566.2 27567.2 27568.1 27569.1 27570.1
27571.1 27573.6 27574.1 27575.1 27576.1 27578.1 27579.3 27580.2 27581.2 27582.2 27584.4 27585.1 27587.1 27589.3 27591.2
27592.3 27593.1 27594.2 27595.1 27596.1 27598.1 27599.2 27600.2 27601.2 27602.2 27603.1 27606.2 27607.1 27608.2 27609.1
27613.1 27614.3 27616.2 27617.1 27619.1 27620.2 27622.2 27623.2 27624.5 27626.3 27627.1 27629.2 27630.1 27631.2 27632.1
27633.2 27634.2 27635.1 27636.1 27638.3 27639.2 27640.1 27642.1 27643.1 27644.1 27645.2 27647.2

Comunicado

Lista Provisória dos Candidatos Pontuados e Inabilitados – Comissão de Seleção de Trabalhados Rurais do Município de Caiuá - Lotes Vagos Ou a Vagarem – Edital 1/2020

O Presidente da Comissão de Seleção de Caiuá, nos termos da Lei 4.957, de 30-12-1985, alterada pela Lei 16.115, de 14-01-2016, do artigo 23 do Decreto 62.738, de 31-07-2017 e Portaria Itesp 131, de 7 de Novembro de 2018, que aprovou o Manual de Procedimentos dos Assentamentos Estaduais da Fundação Itesp, Torna Público a Lista Provisória dos Candidatos Pontuados e Inabilitados Inscritos no Processo Seletivo do Edital 01/2020, para o Acesso Aos Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários, objetivando a seleção de beneficiários para a exploração dos lotes agrícolas vagos ou a vagarem localizados nos assentamentos estaduais instalados neste município, conforme apuração da exatidão das informações cadastrais e análise do perfil dos candidatos em reunião realizada em 28-12-2020. Os candidatos inabilitados poderão interpor recurso no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste comunicado, endereçados ao presidente da Comissão de Seleção de Caiuá e protocolados no escritório do Grupo Técnico de Campo (Desenvolvimento) da Fundação Itesp de Presidente Venceslau, localizado na Avenida João Pessoa, 750, Vila Sumaré, município de Presidente Venceslau-SP.

Lista Classificatória por Candidato a Beneficiário de Assentamentos Estaduais

Seleção de Candidatos Versão 2017.1.0.0 | Data: 11-01-2021

Identificação da Lista1

388.17112020 | 463.01122020 | 2.08012021 Caiua

1: Nº e Dt. Com. de Seleção | Nº e Dt Classif. | Nº, Dt Geração Lista e Munic. Sede Com. Seleção.

Habilitados pela Comissão de Seleção

InscriçãoCandidato(A) 1 (CPF) Candidatos Candidato(A) 2 (Cpf) - Classif. - Pont.

24750.38 - Simone Aparecida dos Santos (366.801.978-99) - Flavio Geraldo Teixeira de Sousa (120.901.088-78) - 1 - 77.000

62.6 - Cosme Jose dos Santos (246.314.598-67) - - - 2 - 76.583

1032.5 - Rosangela Lopes Gomes (356.295.488-32) - Ilton Cesar Gomes (281.135.668-13) - 3 - 71.666

1261.6 - Juliana Batista Leite (294.484.678-77) - Ricardo Francisco Borges (164.608.678-36) - 4 - 70.000

24949.6 - Anabel Alves de Jesus Silva (663.366.351-04) - Marco Roberto de Jesus Silva (336.615.398-92) - 5 - 68.000

25044.20 - Jose Batista da Costa (034.149.138-10) - Maria Rita Vitória (489.342.591-71) - 6 - 68.000

27587.2 - Claudinei dos Santos Ferreira (385.803.798-22) - Nayara Gonçalves dos Santos (462.819.388-60) - 7 - 68.000

3928.6 - Marisa Carvalho de Oliveira (280.674.268-48) - Ailton Santana de Oliveira (074.070.998-47) - 8 - 65.000

27442.2 - Jose Nilton Lima Dias (069.621.478-48) - Maria Zilma Nunes Dias (340.696.398-61) - 9 - 64.000

26152.34 - Vânia Lins de Souza (276.297.948-00) - Ramiro Teixeira Dias (069.611.618-98) - 10 - 63.666

26037.11 - Suzerley Tonon Ferreira (097.698.188-28) - Edson Ferreira de Souza (138.146.968-08) - 11 - 62.333

10715.11 - Joao Jose dos Santos (138.145.398-85) - - - 12 - 60.000

5178.14 - Maria Jaquieline Santos Ribeiro (405.792.318-79) - Vanderson Cestari da Silva (404.849.438-47) - 13 - 50.000

24946.23 - Corina Pereira Batista (309.332.261-87) - Laercio Geraldo da Silva (097.489.828-74) - 14 - 46.000

26241.7 - Jair Pereira de Macena (097.517.358-82) - Bruna Lima Peixoto Soares (474.533.378-10) - 15 - 45.333

3199.22 - Dalva de Santana Siqueira (061.697.998-38) - Renato Nunes Siqueira (047.418.688-18) - 16 - 43.000

23379.5 - Irene Aparecida Hernandez Bonfim (807.360.928-20) - José Mauro Bonfim (016.666.128-71) - 17 - 42.000

27370.2 - Claudemi Correa de Lira (147.081.028-01) - Vera Lucia Barbosa Delgado de Lira (024.832.684-80) - 18 - 41.333

24249.5 - Edvaldo dos Santos (427.675.308-20) - - - 19 - 41.000

22799.12 - Lucimara Costa da Silva (381.958.118-92) - Edilson Gomes de Santana (035.722.548-17) - 20 - 37.166

27456.5 - Luiz Carlos da Silva (970.609.338-91) - Maria Augusta da Silva (069.644.728-27) - 21 - 35.666

27049.4 - Rogério Navarro Sanches (138.145.288-40) - - - 22 - 33.333

26368.8 - Emanuela Rodrigues Carvalho (344.854.138-96) 23 - 33.000

1215.5 - Jusilei Ledesma da Silva (323.804.548-25) - Silvio Siqueira dos Santos (269.959.388-52) - 24 - 30.000

21409.4 - Rodrigo Leite da Silva Paulo (445.654.098-28) - - - 25 - 28.333

13492.7 - Denise Ramalho (301.283.498-24) - Antonio Marcos de Souza (152.733.878-92) - 26 - 24.666

16651.5 - Vanilde Soares Pulieze (293.950.588-89) - Gilmar Alex Puliezi (195.743.868-13) - 27 - 23.000

25297.8 - André Luiz Zago de Freitas (415.770.258-14) - Karolaine Fernanda da Silva Zago de Freitas (458.904.938-41) - 28 - 22.000

27604.5 - Vanessa dos Santos Ramos da Silva (331.391.668-69) - - - 29 - 22.000

27072.5 - Cauê Felipe de Souza (412.505.448-74) - - - 30 - 21.333

27448.2 - Ademilson de Moares Gonçalves (069.599.758-08) - Naiza Ferreira Lima (069.646.038-67) - 31 - 19.333

Candidatos Inabilitados pela Comissão de Seleção

Inscrição - Candidato(A) 1 (Cpf) - Candidato(A) 2 (Cpf) - Motivos*

25664.3 - Bruno Nogueira Brito (451.005.398-36) - -

27573.6 - Carlos Alberto Pereira de Carvalho (070.845.558-11) - Josiane Souza de Carvalho (003.447.851-57)

27646.2 - Deise Lucid Fernandes de Almeida Ponciano (096.511.508-90) - -

11679.3 - Edilaine Rodrigues Cruz (326.526.028-37) - Mauricio Antonio Cruz (260.338.008-77)

26834.1 - Geraldo Ferreira Brito (005.024.288-13) - Aparecida Lorenceti Brito (095.558.408-65)

14425.5 - Irene Ferreira de Andrade (923.108.001-63) - Elenaldo Alves dos Santos (078.902.301-68)

22944.5 - Maria Jose Rodrigues Paz (158.771.078-10) - Jose Lira Paz (002.359.068-83)

772.2 - Regina Alves dos Reis (366.893.748-66) - José Verinaldo dos Santos (350.347.948-10)

* Os cadastros dos candidatos acima relacionados foram Inabilitados pela Comissão de Seleção por não atenderem aos critérios obrigatórios mínimos para sua aprovação nos termos do parágrafo 3º, do art. 7º da Lei 4.957, de 30-12-1985, alterada pela Lei 16.115, de 14-01-2016 (1 – ser brasileiro nato ou naturalizado; 2 – ser trabalhador rural e comprovar experiência mínima, nos termos do ítem "3" do parágrafo único do art. 1º desta lei; 3 – comprovar residência permanente, por mais de 2 (dois) anos ininterruptos, na região do Estado onde se localize o assentamento; 4 – não exercer função pública em órgãos da administração direta, autarquias, fundações, ou em órgãos paraestatais civis ou militares, ou estar investido em atribuições parafiscais da administração federal, estadual ou municipal; 5 – não ser proprietário, cotista, acionista ou sócio no exercício de atividade empresarial; 6 – não ter sido beneficiário de programa de reforma agrária ou de planos públicos de valorização dos recursos fundiários, estadual ou federal, salvo por separação do casal; 7 – não ser réu de sentença condenatória à pena privativa de liberdade transitada em julgado, não prescrita e não cumprida; 8 – não serem ambos os titulares aposentados por invalidez; 9 – não serem ambos os titulares portadores de deficiência física ou mental, cuja incapacidade os impossibilite totalmente para o trabalho agrícola, ressalvados os casos em que laudo médico garanta que a deficiência apresentada não prejudica o exercício da atividade agrícola; 10 – não perceber renda familiar proveniente de atividade que não seja agrícola, superior a 3 (três) salários mínimos mensais; 11 – não possuir propriedade rural que ofereça condições de sobrevivência para os seus familiares; 12 – ser maior de dezoito anos ou emancipado; 13 – não ser ocupante irregular em área de Assentamento Estadual ou Federal.

CADASTROS DOS CANDIDATOS INABILITADOS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO POR NÃO REALIZAREM A INSCRIÇÃO, NÃO COMPARECEREM À ENTREVISTA TÉCNICA OU ENTREGA DE DOCUMENTOS

52357 .35831 151112 2.4 131.1 132.1 135.7 144.4 191.3 236.3 257.3 261.6 263.2 274.8
280.4 344.5 391.5 427.9 448.5 456.3 465.3 479.3 482.3 484.8 490.1 498.3 598.3 612.3 613.3
619.3 643.2 660.4 676.8 683.12 695.3 717.14 730.7 732.3 809.4 810.3 868.3 873.3 874.3 876.5
880.6 886.5 908.7 926.3 953.6 958.9 959.5 969.3 1018.3 1035.2 1051.5 1056.3 1063.4 1071.12 1117.3
1133.3 1146.5 1167.4 1173.4 1184.3 1190.3 1193.3 1230.3 1255.3 1281.4 1296.4 1300.4 1315.9 1319.3 1325.11
1337.1 1340.4 1352.3 1380.7 1390.5 1397.7 1410.4 1412.3 1470.3 1477.11 1484.5 1486.1 1505.5 1517.4 1550.3
1554.7 1563.3 1571.3 1595.7 1598.5 1625.1 1681.3 1740.3 1747.6 1761.3 1766.2 1789.4 1799.5 1833.4 1847.3
1848.3 1866.1 1878.5 1917.4 1923.3 1933.11 1962.12 1984.5 2010.2 2012.7 2014.3 2018.4 2032.3 2038.7 2097.1
2102.3 2106.5 2112.3 2116.4 2124.3 2190.7 2210.1 2226.2 2230.3 2238.3 2249.3 2272.4 2274.4 2286.11 2300.4
2321.4 2334.4 2337.3 2348.3 2350.3 2398.4 2415.9 2416.5 2420.9 2444.5 2449.2 2451.4 2468.11 2481.3 2531.13
2543.7 2564.3 2571.1 2575.5 2623.4 2642.3 2644.3 2659.5 2738.17 2745.9 2761.3 2817.9 2830.3 2838.9 2888.3
2906.3 2930.7 2950.1 2954.3 3004.3 3008.3 3013.22 3041.3 3052.3 3083.7 3092.3 3127.11 3243.3 3246.3 3329.1
3370.3 3398.3 3456.11 3469.1 3504.6 3511.5 3542.1 3548.11 3560.3 3601.8 3606.12 3619.4 3716.6 3720.10 3726.5
3760.14 3794.3 3803.3 3835.6 3844.1 3848.7 3890.3 3911.4 3913.3 3923.4 3933.3 3950.3 3971.1 3984.13 3988.3
3989.4 3998.3 4066.3 4082.10 4086.4 4120.1 4139.3 4148.6 4152.3 4168.10 4173.1 4222.6 4245.4 4268.1 4300.2
4314.3 4316.3 4334.10 4387.3 4691.18 4716.5 4718.3 4879.3 5027.3 5055.4 5100.5 5109.4 5120.3 5169.3 5342.3
5360.3 5389.3 5404.18 5459.3 5472.5 5531.3 5552.3 5560.12 5618.4 5622.9 5626.10 5638.3 5700.3 5758.3 5796.3
5803.4 5810.3 5822.6 10005.3 10018.4 10029.4 10046.6 10175.3 10211.4 10230.1 10313.3 10323.4 10365.8 10371.4 10372.11
10376.6 10386.2 10389.5 10412.3 10445.3 10511.3 10513.3 10528.11 10539.1 10613.10 10645.18 10729.1 10789.3 10792.3 10793.4
10795.7 10803.3 10833.3 10869.3 10940.3 10941.3 10988.3 10989.4 10997.3 10999.6 11027.3 11031.3 11033.6 11061.3 11071.1
11076.3 11130.3 11152.3 11168.6 11213.14 11227.3 11231.7 11250.4 11277.4 11360.1 11369.6 11430.5 11443.3 11444.3 11465.5
11484.8 11485.5 11493.4 11502.9 11514.5 11540.3 11595.1 11618.3 11622.10 11623.3 11636.5 11648.3 11666.3 11683.8 11740.3
11750.3 11756.6 11818.5 11825.3 11854.21 11868.8 11876.2 11898.5 11923.10 11944.2 11948.3 11967.3 11986.3 11992.3 11993.3
12016.3 12019.11 12030.3 12058.4 12060.4 12068.4 12122.3 12146.5 12148.4 12152.3 12154.4 12167.3 12170.6 12175.3 12191.3
12216.3 12242.3 12246.3 12274.5 12323.4 12387.10 12438.3 12495.3 12507.6 12508.3 12527.8 12539.4 12541.3 12547.8 12554.3
12563.4 12601.3 12607.1 12609.2 12625.4 12653.3 12659.1 12668.1 12670.4 12689.8 12693.3 12707.8 12734.3 12737.7 12749.3
12764.6 12829.4 12833.3 12867.3 12881.3 12891.7 12897.12 12949.3 12987.3 13004.6 13013.1 13119.3 13145.3 13147.8 13179.3
13201.6 13257.11 13259.3 13276.3 13277.1 13297.4 13317.1 13339.8 13349.5 13353.3 13363.3 13369.3 13383.7 13399.11 13419.2
13453.7 13475.3 13501.3 13512.2 13532.7 13543.4 13585.8 13605.3 13631.6 13725.9 13731.11 13744.3 13765.9 13767.3 13771.4
13799.3 13812.10 13825.6 13826.6 13867.1 13938.6 14021.3 14025.3 14033.3 14044.3 14047.5 14051.3 14053.3 14073.5 14075.3

24418.4	24421.4	24430.3	24435.6	24456.17	24462.3	24467.10	24470.4	24472.4	24485.5	24497.10	24507.4	24508.3	24518.9	24541.5
24548.3	24551.4	24556.6	24558.4	24560.4	24571.4	24578.3	24580.3	24582.4	24588.4	24608.3	24613.7	24619.7	24629.3	24631.5
24641.5	24644.9	24651.3	24662.4	24695.7	24697.10	24698.11	24710.5	24717.3	24719.4	24723.10	24726.14	24729.3	24732.4	24734.5
24735.4	24756.4	24758.10	24761.11	24762.10	24765.4	24774.4	24776.6	24794.7	24797.24	24806.4	24817.5	24830.7	24831.4	24835.4
24836.3	24846.10	24851.14	24873.3	24920.3	24921.4	24936.7	24953.3	24959.7	24963.3	24964.3	24967.4	24981.11	24995.4	25010.5
25011.3	25013.7	25015.3	25017.3	25020.3	25022.3	25024.3	25031.3	25032.17	25048.3	25060.3	25062.3	25073.16	25077.3	25082.3
25087.4	25094.7	25101.3	25107.3	25114.7	25119.4	25124.6	25131.9	25133.8	25140.7	25154.3	25163.3	25168.8	25170.14	25175.3
25181.4	25184.4	25186.15	25188.3	25196.4	25197.11	25224.5	25228.7	25231.8	25233.8	25238.5	25253.3	25256.3	25259.3	25262.6
25265.3	25270.12	25271.3	25275.5	25276.3	25277.3	25278.4	25281.3	25282.3	25283.3	25284.3	25285.3	25286.3	25287.3	25288.3
25289.3	25290.3	25291.3	25293.3	25294.3	25295.3	25296.3	25298.3	25301.3	25305.3	25306.4	25308.4	25310.3	25311.20	25312.3
25313.3	25314.3	25315.3	25316.3	25317.3	25318.3	25319.3	25320.3	25321.3	25322.10	25324.3	25325.3	25327.3	25328.3	25329.11
25330.3	25331.4	25332.3	25333.3	25334.4	25335.3	25336.3	25337.3	25338.3	25339.3	25340.3	25341.3	25344.3	25345.13	25346.3
25347.3	25348.4	25349.3	25350.3	25355.3	25357.3	25359.3	25360.3	25361.3	25362.3	25363.3	25364.6	25365.3	25366.4	25367.3
25370.9	25373.3	25374.3	25376.3	25378.3	25379.3	25381.14	25382.3	25383.6	25386.3	25387.6	25388.6	25389.3	25390.3	25391.4
25392.3	25393.3	25394.3	25395.3	25396.3	25397.3	25398.3	25399.3	25400.3	25401.3	25402.3	25403.5	25405.10	25406.4	25408.4
25410.3	25412.3	25413.3	25415.3	25416.3	25417.7	25418.3	25419.3	25420.4	25421.3	25423.3	25424.3	25425.3	25426.3	25428.3
25429.6	25431.4	25432.3	25434.3	25438.8	25439.5	25442.3	25444.3	25445.3	25446.10	25447.3	25448.4	25449.3	25451.3	25452.3
25453.3	25454.3	25455.3	25458.3	25460.3	25461.3	25462.11	25463.3	25468.3	25470.6	25473.4	25474.3	25476.11	25477.3	25478.3
25481.3	25482.3	25483.3	25484.3	25485.3	25486.4	25487.3	25488.3	25489.3	25491.3	25492.3	25494.3	25495.3	25496.3	25497.3
25498.3	25503.9	25504.9	25505.3	25510.3	25511.3	25512.3	25513.4	25516.3	25517.4	25518.3	25522.3	25524.3	25526.16	25527.3
25528.3	25529.3	25530.3	25531.3	25532.3	25536.3	25537.3	25539.3	25540.3	25541.3	25542.3	25543.3	25544.3	25546.3	25547.4
25548.3	25549.3	25551.4	25552.9	25553.1	25555.1	25564.3	25574.1	25577.3	25578.8	25581.3	25582.3	25583.3	25584.3	25592.3
25593.3	25594.3	25595.3	25597.3	25598.3	25599.5	25600.3	25601.5	25602.3	25603.3	25604.3	25605.3	25606.3	25607.9	25608.3
25609.3	25610.3	25623.3	25625.3	25626.3	25627.3	25628.9	25630.16	25631.13	25634.3	25635.3	25636.3	25637.3	25639.3	25643.3
25644.4	25645.3	25646.3	25648.3	25649.3	25654.3	25655.3	25656.3	25657.3	25658.3	25659.3	25660.3	25663.4	25665.3	25666.3
25667.3	25668.7	25669.11	25670.4	25672.6	25673.3	25674.8	25677.3	25678.3	25680.3	25681.12	25683.3	25686.3	25689.3	25690.3
25691.3	25692.5	25694.3	25696.3	25698.3	25699.3	25700.3	25702.15	25703.3	25704.4	25705.3	25706.6	25707.3	25708.7	25709.3
25710.3	25712.3	25714.8	25715.3	25717.3	25718.3	25719.3	25720.3	25721.3	25722.4	25723.3	25724.4	25727.3	25728.3	25729.3
25730.3	25731.11	25732.14	25734.14	25735.5	25736.5	25737.4	25738.3	25739.11	25740.3	25741.11	25742.3	26001.6	26002.6	26003.3
26005.18	26009.16	26013.8	26016.4	26020.4	26028.10	26029.7	26031.6	26033.5	26034.9	26036.6	26038.11	26042.5	26043.7	26052.14
26053.6	26056.5	26060.8	26062.6	26063.17	26064.3	26065.4	26067.5	26070.3	26071.5	26072.3	26075.3	26076.4	26077.7	26079.7
26080.3	26082.3	26084.6	26085.10	26087.3	26089.28	26090.3	26091.4	26093.4	26099.6	26101.3	26102.3	26104.3	26107.3	26109.3
26110.3	26111.3	26112.3	26113.3	26114.6	26117.5	26118.4	26122.5	26123.7	26124.4	26125.3	26126.3	26127.4	26128.5	26130.4
26132.6	26133.3	26135.3	26136.16	26137.4	26140.3	26145.3	26147.14	26148.5	26151.3	26153.4	26154.3	26155.3	26156.4	26157.6
26158.9	26159.5	26161.9	26162.4	26165.5	26166.3	26167.12	26168.12	26169.5	26170.5	26171.4	26172.5	26174.6	26175.4	26176.3
26177.4	26178.3	26179.3	26180.3	26181.6	26182.4	26183.4	26184.4	26185.9	26186.4	26187.9	26188.11	26190.6	26191.3	26192.4
26193.6	26194.3	26195.9	26197.5	26198.4	26199.5	26200.6	26201.5	26202.7	26203.3	26204.3	26205.3	26206.3	26207.4	26208.5
26210.4	26211.3	26212.4	26213.3	26214.4	26215.5	26216.3	26217.3	26218.11	26219.3	26220.3	26221.3	26223.3	26224.11	26225.4
26232.3	26233.3	26234.4	26240.3	26246.4	26247.5	26248.3	26249.9	26257.13	26266.3	26267.7	26268.11	26271.7	26272.3	26273.5
26279.12	26280.5	26288.4	26295.4	26297.7	26299.4	26300.4	26301.3	26302.3	26303.3	26304.13	26307.6	26308.13	26309.5	26310.3
26311.3	26312.7	26313.3	26315.5	26316.3	26317.5	26318.3	26319.14	26320.4	26321.5	26324.6	26325.3	26329.9	26334.7	26335.3
26336.3	26341.12	26342.4	26343.3	26344.3	26345.4	26346.6	26347.19	26348.4	26349.3	26350.4	26351.3	26352.7	26353.3	26354.3
26355.9	26357.7	26358.3	26359.5	26360.3	26361.10	26362.3	26363.11	26364.7	26365.3	26366.4	26367.4	26369.4	26370.3	26374.3
26375.3	26376.3	26379.12	26425.6	26550.4	26551.11	26585.6	26597.6	26617.3	26618.5	26619.8	26620.5	26621.8	26622.8	26624.4
26639.3	26664.4	26665.8	26666.3	26668.3	26734.7	26735.3	26736.3	26739.8	26740.14	26741.8	26742.7	26762.3	26769.3	26770.3
26772.10	26773.14	26775.3	26784.5	26786.13	26789.3	26793.11	26799.3	26801.3	26808.4	26812.9	26814.5	26816.2	26820.16	26821.2
26824.1	26825.2	26827.1	26829.1	26831.1	26836.4	26840.1	26841.8	26845.4	26846.10	26848.4	26849.4	26852.9	26853.12	26854.1
26855.1	26857.2	26861.2	26862.1	26864.4	26866.1	26867.8	26870.4	26874.8	26875.1	26876.5	26878.1	26879.4	26880.1	26881.5
26883.2	26884.5	26885.2	26887.3	26890.1	26891.1	26892.5	26895.4	26896.2	26897.5	26899.2	26904.1	26905.1	26906.3	26908.1
26909.1	26910.2	26911.1	26912.2	26913.4	26915.3	26916.6	26919.1	26921.1	26923.1	26924.6	26927.4	26930.4	26932.4	26933.1
26934.3	26935.1	26936.2	26937.1	26940.2	26944.2	26948.2	26949.4	26951.2	26952.4	26962.6	27025.4	27026.3	27027.2	27033.6
27047.2	27050.7	27051.1	27052.2	27053.5	27057.1	27059.5	27060.1	27064.1	27066.1	27067.5	27068.1	27071.2	27073.1	27074.3
27075.8	27076.2	27080.7	27081.2	27084.3	27085.5	27086.4	27087.2	27088.3	27092.2	27093.2	27094.6	27098.4	27101.1	27102.1
27105.5	27108.1	27110.2	27112.1	27114.4	27115.2	27117.2	27118.2	27120.1	27123.2	27124.1	27126.3	27131.1	27137.2	27139.3
27144.1	27145.1	27148.1	27149.1	27152.2	27153.1	27154.6	27156.5	27160.1	27163.1	27164.1	27166.1	27172.1	27174.3	27175.3
27176.4	27177.5	27178.3	27181.1	27182.1	27185.1	27187.3	27188.2	27189.1	27192.4	27193.4	27194.1	27195.1	27196.2	27198.1
27199.2	27201.2	27202.2	27203.2	27204.2	27205.2	27211.2	27213.1	27216.6	27217.4	27218.2	27222.4	27223.3	27226.1	27227.1
27228.2	27229.2	27232.4	27233.4	27235.1	27236.4	27237.2	27238.4	27241.3	27243.3	27244.1	27246.1	27248.7	27252.6	27254.1
27256.1	27257.1	27258.1	27261.1	27264.5	27265.2	27266.4	27269.2	27270.4	27272.1	27273.1	27274.5	27279.3	27285.1	27286.5
27287.2	27289.1	27298.4	27299.5	27302.4	27304.2	27305.2	27306.2	27311.2	27314.6	27316.3	27317.5	27318.1	27320.1	27326.1
27330.2	27334.1	27335.2	27336.3	27339.4	27342.2	27343.1	27344.1	27352.2	27353.1	27354.5	27355.1	27356.4	27357.3	27358.2
27360.2	27361.2	27362.3	27363.2	27364.1	27365.2	27366.1	27367.2	27368.2	27369.1	27371.1	27374.1	27375.2	27376.5	27377.6
27378.2	27379.1	27380.1	27381.2	27382.1	27383.2	27384.2	27385.4	27386.1	27387.1	27388.4	27390.2	27393.2	27399.4	27401.1
27404.1	27405.2	27408.2	27411.3	27413.1	27414.1	27415.2	27417.2	27418.1	27419.2	27420.2	27423.1	27424.3	27427.1	27428.2
27429.3	27430.1	27434.2	27436.1	27438.2	27439.1	27440.1	27443.2	27444.2	27445.2	27446.1	27447.6	27450.3	27451.1	27452.1
27453.5	27454.4	27455.1	27457.2	27458.1	27460.2	27461.2	27462.2	27463.1	27464.1	27465.1	27466.1	27468.1	27470.2	27473.1
27483.1	27485.1	27488.1	27500.2	27502.1	27503.2	27504.1	27505.1	27507.1	27510.1	27511.1	27512.1	27513.2	27515.1	27516.2
27517.2	27519.1	27520.3	27525.1	27526.2	27527.2	27529.1	27532.2	27533.2	27534.1	27535.2	27537.1	27538.2	27539.2	27540.2
27541.1	27542.1	27543.2	27544.2	27546.1	27547.2	27548.2	27549.2	27550.4	27551.1	27552.2	27553.1	27554.1	27555.2	27556.1
27558.2	27562.1	27563.2	27564.1	27566.2	27567.2	27568.1	27569.1	27570.1	27571.1	27574.1	27575.1	27576.1	27578.1	27579.3
27580.2	27581.2	27582.2	27584.4	27585.1	27589.3	27591.2	27592.3	27593.1	27594.2	27595.1	27596.1	27598.1	27599.2	27600.2
27601.2	27602.2	27603.1	27606.2	27607.1	27608.2	27609.1	27613.1	27614.3	27616.2	27617.1	27619.1	27620.2	27622.2	27623.2
27624.5	27626.3	27627.1	27629.2	27630.1	27631.2	27632.1	27633.2	27634.2	27635.1	27636.1	27638.3	27639.2	27640.1	27642.1
27643.1	27644.1	27645.2	27647.2											

SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO

DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA DR. MAURÍCIO HENRIQUE GUIMARÃES PEREIRA

Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa

Comunicado

Termo de imposição de multa

Processo sancionatório: DHPP 68/2020 – Protocolo 180128.2020.04042.SADM.

Processo da contratação: DHPP 030/2020 –180128000012020OC00142.

Contratos: 2020NE00241 e 2020NE00242, de 22-09-2020.

Contratada: Grégio Eletro Eletrônicos Eireli ME, CNPJ 33.071.690/0001-29.

Valor do contrato: R$4.925,00.

Prazo para a entrega: 15 dias

Data da efetivação da entrega: 28-10-2020, conforme termo de recebimento do Núcleo de Suprimentos Patrimônio e Subfrota.

Conduta irregular: atraso de 27 dias na entrega do material.

Devidamente notificada nos autos do processo administrativo respectivo, a Contratada não apresentou defesa prévia, tendo o prazo escoado "in albis".

Ante o exposto, com fundamento no artigo 86, da Lei federal 8.666/93 e no artigo 80 da Lei estadual 6.544/89, com a competência delegada pelo art. 1º da Resolução SSP- 124/2014, Delegado de Polícia Diretor aplicou à Contratada, acima identificada, multa de mora no valor de R$398,93, calculada de acordo com a Resolução SSP-333, de 9 de setembro de 2005, e suas alterações posteriores, conforme demonstrativo já juntado aos autos.

Eventual recurso da presente decisão deve ser apresentado no prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data consignada no aviso de recebimento, período no qual os autos permanecerão com vista franqueada.

O valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado, por meio de guia de recolhimento, no prazo de até 5 dias contados da publicação da multa no Diário Oficial do Estado de São Paulo. O pagamento da multa deverá ser devidamente comprovado perante a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, sendo aplicados juros moratórios de 0,5% ao mês às multas não recolhidas até o vencimento. Se o pagamento da multa imposta ao contratado não for efetuado dentro do prazo de 05 dias contados da data da publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, sua cobrança será feita judicialmente nos termos da legislação em vigor.

Comunicado

Termo de Imposição de Multa

Processo sancionatório: DHPP 074/2020 – Protocolo 180128.2020.04338.SADM.

Processo da contratação: DHPP 023/2020 –180128000012020OC00144.

Contrato: 2020NE002020NE00234, de 10-09-2020.

Contratada: Loja Decarpetes Ltda, CNPJ 37.862.400/0001-16.

Valor do contrato: R$180,00

Prazo para a entrega: 21-09-2020.

Data da efetivação da entrega: não houve entrega.

Conduta irregular: A Contratada não entregou o material negociado, dando azo à rescisão contratual.

Devidamente notificada nos autos do processo administrativo respectivo, a Contratada apresentou defesa prévia, contudo, o argumento apresentado carece de amparo legal, portanto, restando o atraso injustificado nos termos da legislação vigente.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 87, da Lei federal 8.666/93 e no artigo 81 da Lei estadual 6.544/89, com a competência delegada pelo art. 1º da Resolução SSP- 124/2014, o Exmo. Sr. Dr. Delegado de Polícia Diretor aplicou à Contratada, acima identificada, multa de mora no valor de R$54,00, calculada de acordo com a Resolução SSP-333, de 9 de setembro de 2005, e suas alterações posteriores, conforme demonstrativo já juntado aos autos.

Eventual recurso da presente decisão deve ser apresentado no prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data consignada no aviso de recebimento, período no qual os autos permanecerão com vista franqueada.

O valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado, por meio de guia de recolhimento, no prazo de até 5 dias contados da publicação da multa no Diário Oficial do Estado de São Paulo. O pagamento da multa deverá ser devidamente comprovado perante a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, sendo aplicados juros moratórios de 0,5% ao mês às multas não recolhidas até o vencimento. Se o pagamento da multa imposta ao contratado não for efetuado dentro do prazo de 05 dias contados da data da publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, sua cobrança será feita judicialmente nos termos da legislação em vigor.

Comunicado Termo de Imposição de Multa

Processo sancionatório: DHPP 078/2020 – Protocolo 180128.2020.04596.SADM.

Processo da contratação: DHPP 049/2020 –180128000012020OC00175.

Contrato: 2020NE002020NE00291, de 22-10-2020.

Contratada: Kairos Brasil Com. De Prod. Alimentícios e Higiene Ltda, CNPJ 29.840.439/0001-04.

Valor do contrato: R$270,00

Prazo para a entrega: 02-11-2020.

Data da efetivação da entrega: 14-12-2020, conforme termo de recebimento definitivo do Núcleo de Suprimentos, Patrimônio e Subfrota.

Conduta irregular: atraso de 42 dias na entrega da mercadoria.

Devidamente notificada nos autos do processo administrativo respectivo, a Contratada apresentou defesa prévia, contudo, o argumento apresentado carece de amparo legal, portanto, restando o atraso injustificado nos termos da legislação vigente.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 86, da Lei federal 8.666/93 e no artigo 80 da Lei estadual 6.544/89, com a competência delegada pelo art. 1º da Resolução SSP- 124/2014, o Delegado de Polícia Diretor aplicou à Contratada, acima identificada, multa de mora no valor de R$45,36, calculada de acordo com a Resolução SSP-333, de 9 de setembro de 2005, e suas alterações posteriores, conforme demonstrativo já juntado aos autos.

Eventual recurso da presente decisão deve ser apresentado no prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data consignada no aviso de recebimento, período no qual os autos permanecerão com vista franqueada.

O valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado, por meio de guia de recolhimento, no prazo de até 5 dias contados da publicação da multa no Diário Oficial do Estado de São Paulo. O pagamento da multa deverá ser devidamente comprovado perante a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, sendo aplicados juros moratórios de 0,5% ao mês às multas não recolhidas até o vencimento. Se o pagamento da multa imposta ao contratado não for efetuado dentro do prazo de 05 dias contados da data da publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, sua cobrança será feita judicialmente nos termos da legislação em vigor.

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 2 - Campinas

Delegacia Seccional de Polícia de Bragança Paulista

EQUIPE CORREGEDORA DE BRAGANÇA PAULISTA

Notificação

Dando cumprimento à Carta Precatória 016/2020 (nº original 90/2020), expedida nos autos da Sindicância Administrativa 014/2019 em trâmite pela 2ª Corregedoria Auxiliar Campinas, tendo como Sindicada a Delegada de Polícia Liliane Lopes Doretto, com fundamento no artigo 102, § 2º da LC 207/79 alterada pela LC 922/02, notifica o advogado Dr. Carlos Eduardo Ferreira Santos - OAB / SP 279.725, com escritório a Travessa Barão de Iguatemi, 08, 3º andar, Real Parque - São Paulo - SP, a comparecer na Delegacia de Polícia do Município de Atibaia, localizada na Av. Alfredo André, 175, Atibaia, no próximo dia 04-02-2021, às 11h, para acompanhar a oitiva das testemunha arrolada pela Defesa - Leticia Manoel Tessari, e para não alegar ignorância, é expedido o presente edital.

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 9 - Piracicaba

Delegacia Seccional de Polícia de Limeira

Notificação

Em cumprimento à Carta Precatória 68/2020 (nosso 02/21) extraída dos autos da S.A. 9ª C.A. - 023/2020, com trâmite pela 9ª Corregedoria Auxiliar – Piracicaba, notifica os defensores constituídos pelo sindicado Rogério Saracino, sendo o Dr. Flaminio de Campos Barreto Neto, inscrito na OAB/SP sob 294.624, o Dr. Renato Balestrero Barreto, inscrito na OAB/SP sob 66.882, a Dra. Renata de Souza Silva Prada, inscrita na OAB/SP sob 218.139, a Dra. Isabela Magalhães Bernardino, inscrito na OAB/SP sob 372.928, e a Dra. Jaqueline de Oliveria, inscrita na OAB/SP sob 417.117, todos com escritório à Rua Luciano Amoedo, 102 – Vila São Geraldo – Limeira/SP. Fone: (19) 3704-7955, para que, impreterivelmente, compareçam na companhia do Sindicado, se este último assim o desejar, no próximo dia 11-02-2021, às 14h, na Equipe Corregedora de Limeira (situada à Av. Cônego Manoel Alves, 705 - Jardim Morro Azul, Limeira - SP, CEP: 13484-494) onde será inquirida a testemunha arrolada pela administração: o Escrivão de Polícia Sebastião Mario Cambi, garantindo-lhe assim, o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Corregedoria Geral da Polícia Civil

Divisão de Sindicâncias Administrativas

Equipe R

Notificação

S.A. 87/2020 – D.G.P. 1649/2020 – Administração Pública X Victor Thadeu Gomes de Novais (Investigador de Polícia) E Outro. Fica o Defensor Constituído Notificado a Comparecer Perante Esta Equipe "R" da Divisão de Sindicâncias Administrativas, Sito a Rua da Consolação, 2333 – 6º Andar – Cerqueira César – São Paulo – SP, no Próximo Dia 01-02-2021, Às 14:30 Horas, para Participar de Audiência de Instrução, Oportunidade em Que Serão Ouvidas as Testemunhas Arroladas pela Defesa. Dr. Fausto Jeremias Barbalho Neto, OAB/SP 275.463.

Divisão das Corregedorias Auxiliares

6ª Corregedoria Auxiliar - Santos

Notificação

SA 6CA 03/20 – DGP 973/20 - A Delegada de Polícia da 6ª Corregedoria Auxiliar Santos/SP, Notifica o advogado Dr. Elias Antonio Jacob OAB/SP 164.928 a comparecer na Sede da 6ª Corregedoria Auxiliar – Santos, no dia 18-02-2021 as 15h30 para as audiências das testemunhas de defesa, arroladas nos autos onde figura o escrivão de policia Giampiero Marques Morelli como sindicado. E que para que não seja Alegado Desconhecimento, é expedido o presente edital.

Notificação

SA 6CA 13/20 – DGP 1883/20 - A Delegada de Polícia da 6ª Corregedoria Auxiliar Santos/SP, Notifica o advogado Dr. Elias Antonio Jacob OAB/SP 164.928 a comparecer na Sede da 6ª Corregedoria Auxiliar – Santos, no dia 22-02-2021 às 15h30 para as audiências das testemunhas de defesa arroladas nos autos em epígrafe, onde figura o escrivão de polícia Victor Morais Padilha. E que para que não seja Alegado Desconhecimento, é expedido o presente edital.

Notificação

DGP 5793/19- SAD 6CA-09/19 – De ordem do Delegado de Polícia Corregedor Auxiliar da 6ª Corregedoria Auxiliar – Santos, Notifico os advogados Dr. Gilberto Antonio Rodrigues, OAB/SP 96.184 e Dra. Eliane Accioly, OAB/SP 404.393 com escritório na Rua Carvalho de Mendonça, 429/431- Vl. Belmiro, Santos/SP, para comparecer nesta Casa Censora, situada na Rua Ministro Xavier de Toledo, 154 – Bairro Campo Grande- Santos/SP, no próximo dia 28-01-2021 às 15h, a fim de tomar ciência da decisão exarada nos autos do procedimento supra mencionado. E para que não seja alegada ignorância ou desconhecimento, é expedido o presente edital.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

COMANDO GERAL

Diretoria de Educação e Cultura

Escola Superior de Soldados Coronel PM Eduardo Assumpção

Intimação

Na qualidade de Oficial Encarregada do Procedimento Administrativo Exoneratório (PAE), instaurado através da Portaria nº ESSd-001/16/19, em desfavor do Sd PM 2ªCl 171894-A Marcos Vinicius Ferreira Sonego, intimo o Defensor constituído, Dr. Marco Antônio dos Santos, OAB 219.952/SP, a comparecer à sede da 4ª Cia Es da Escola Superior de Soldados " Cel PM Eduardo Assumpção", sito à Avenida Dr. Felipe Pinel, 2859, Pirituba, São Paulo/SP, a contar desta publicação, para fazer vista do referido PAE, bem como ser cientificado do aditamento da exordial e de marcação de nova data para oitiva do estagiário.

Notificação

Notifica-se o advogado Dr. Giuliano Oliveira Mazitelli, OAB 221.639-SP, Defensor da Sd PM 2ª Cl 171357-4 Amanda de Oliveira Leite Soares, para comparecer às 9h do dia 01-02-2021, na sede da 4ª Cia Es da Escola Superior de Soldados "Cel PM Eduardo Assumpção", sito Av. Dr. Felipe Pinel, 2859 - Pirituba - São Paulo SP, para acompanhar oitiva da estagiária, nos termos do art. 15 e seu parágrafo único da Portaria Cmt G DP-1/423/19.

Diretoria de Pessoal

Notificação

Conselho de Justificação GS-1667/2020

Despacho DP-2/421/21

Defensores: Dr. Fabio Tavares Sobreira (OAB/SP 248.731) e Dr. Ronaldo Dias Gonçalves (OAB/SP 348.138).

1. O presidente do Conselho de Justificação GS-1667/2020, nos autos do mencionado processo, Notifica os advogados Dr. Fabio Tavares Sobreira (OAB/SP 248.731) e Dr. Ronaldo Dias Gonçalves (OAB/SP 348.138), defensores constituídos do justificante indicado nos autos do processo mencionado, para comparecerem em 28-01-2021, às 13 horas, no Comando de Polícia Ostensiva Serrano, localizado à Rua Fioravante Zandonadi, 30 - Bairro Marmin - CEP 29375-000, Venda Nova do Imigrante, estado do Espírito Santo, telefone: (27) 3735-8878, oportunidade em que será ouvida a testemunha Karla Fabiana de Almeida, por meio de Carta Precatória nos autos do processo supracitado.

2. O não atendimento, injustificável, acarretará a adoção de medidas para prosseguimento à revelia, conforme §5º, artigo 54, das I-16-PM, salientando que o não comparecimento dos defensores para o ato acima descrito implicará em designação de defensor ad hoc, nos termos das mencionadas instruções.

3. Ao escrivão, oficie-se para a ciência do justificante.

4. Coloquem-se os autos em termos.

5. Cumpra-se.

Presídio da Polícia Militar Romão Gomes

SEÇÃO DE POLICIA JUDICIÁRIA MILITAR E DISCIPLINA

Intimação

Por ter, o interno 296 – Islei Fabiano da Silva, do Regime Prisional Fechado, consoante ao apurado no PDI Nº PMRG-036/04/20, em 02JUN20, por volta das 14h45, durante revista no alojamento 06 do 1º estágio, sido localizado em seus pertences 01 (uma) banana e 01 (uma) maça. Conduta esta tipificada no número 01, § 1º do art. 40 do RIEPPMRG (Resolução 009/2012 – TJM, publicada no DJME de 29AGO12), configurando falta de natureza leve. Ausentes quaisquer das causas de justificação elencadas no art. 49, sem agravantes do art. 50, e com atenuante do inc. II, do art. 51, tudo do RIEPPMRG (Resolução 009/2012 – TJM, publicada no DJME de 29AGO12). Aplico a sanção de Advertência Verbal, nos termos do inciso I, do art. 42 do RIEPPMRG. Prazo para apresentação de recurso de 5 dias à contar desta publicação.

Intimação

O Encarregado do Procedimento Disciplinar de Interno PMRG-080/04/20, em que figura como acusado o interno 073 Eliel Wendel Apolinário Santos, intima neste ato o Dr. Marcelo Jose de Oliveira, OAB/SP 421.019, para que compareça na Avenida Tenente Julio Prado Neves, 451, Jardim Tremembé, São Paulo – Capital, no Setor PJMD do PMRG – CEP: 02370-000 – Tel: 22064480, às 14h no dia 26-01-2021, para oitiva da testemunha.

Intimação

O Encarregado do Procedimento Disciplinar de Interno nº PMRG-164/04/20, em que figura como acusado o interno 02 Jose Francisco Machado, intima neste ato o Dr. Marcelo Jose de Oliveira, OAB/SP 421.019, para que compareça na Avenida Tenente Julio Prado Neves, 451, Jardim Tremembé, São Paulo – Capital, no Setor PJMD do PMRG – CEP: 02370-000 – Tel: 22064480, às 14h30 no dia 26-01-2021, para oitiva da testemunha.

COMANDO DE POLICIAMENTO DA CAPITAL CORONEL PM JOSÉ HERMÍNIO RODRIGUES

Comando de Policiamento de Área Metropolitana 1 - Capital

13º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano

Intimação

Na qualidade de Encarregado do Inquérito Policial Militar 13BPMM-022/06/20 Intimo a comparecer o Dr João Carlos Campanini - OAB/SP 258.168, DD. legalmente constituído como advogado do Sd PM 122433-6 Paulo Rogério da Costa Coutinho, do 09º BPM/M, no dia 28-01-2021, às 10h, nesta Cidade de São Paulo, no Quartel do 13º BPM/M, sito à Avenida Rio Branco, 1289, Campos Elíseos, São Paulo – Capital, na Seção PJMD, para participar das oitivas.

Comando de Policiamento de Área Metropolitana 10 - Capital

22º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano

Notificação

Referência: Procedimento Disciplinar 22BPMM-175/06/20

Interessado: Sd PM 142194-8 Rafael Augusto Ambrozio

O Presidente do Procedimento Disciplinar 22BPMM-175/06/20 Notifica os advogados, Dr. Eliezer Pereira Martins, OAB 168.735/SP, Dr. Weverson Fabrega dos Santos, OAB 234.064/SP, e Dr. Fernando Henrique Ferreira Gomes, OAB 420.564/SP, defensores do militar acusado, Sd PM 142194-8 Rafael Augusto Ambrozio, para Audiência de Instrução e Julgamento, redesignada para o dia 28-01-2021, com início às 15h, a ser realizada na sede do Vigésimo Segundo Batalhão de Polícia Militar Metropolitano, sito à Rua Dr. Paulo Aires Neto 110, Jardim Marajoara, São Paulo/SP, telefone (11) 5521-1300.

Os autos permanecem à disposição para vistas em cartório, nos dias úteis, das 09h às 18h, na SPJMD do 22º BPM/M.

Comando de Policiamento de Área Metropolitana 11 - Capital

Intimação

CPAM11-039/14/20

1. Considerando diligência realizada na Sede da empresa J M Coelho Francato Ltda EPP - CNPJ: 36.154.936/0001-14, situada na Avenida Alcindo Barbosa, 883 -

Imprensa – Mogi Mirim/SP, oportunidade em que constatou-se que a empresa não se situa nesse local.

2. Considerando que o telefone constante do cadastro da Caufesp está inoperante.

3. Considerando que a Intimação foi encaminhada ao e-mail cadastrado na Caufesp em 03-11-2020, às 17h18, porém não houve retorno da empresa.

4. Diante dos fatos acima, cito a empresa supra, na pessoa de Carlos Henrique Francato, portador do CPF 346.036.268-51, representante legal da empresa supramencionada, a fim de se defender em face da instauração do Processo Sancionatório CPAM11-031/14/20, visando apurar a eventual Inexecução Parcial do contrato 2020CT00435 (2020NE00747), para aquisição de 01 forno elétrico doméstico, para o 8ºBPM/M, oportunidade em que não cumpriu a obrigação contratual atinente à entrega, atrasando em 12 dias a entrega, sujeito a Mora Contratual.

3. Vossa Senhoria terá o prazo de 5 dias úteis a contar desta publicação, para apresentar suas alegações de defesa, encaminhando via eletrônica a esta UGE no e-mail: cpam11uge@policiamilitar.sp.gov.br, ou pelo portal: www.esancoes.sp.gov.br, ou entregue os memoriais pessoalmente nesta Unidade no endereço abaixo.

4. A perda do prazo ensejará medidas quanto a cobrança judicial, nos termos da legislação vigente.

5. Destaca-se que está assegurada a vista dos autos do processo no seguinte endereço: Rua Sao Felipe, 381 - Tatuape, Sao Paulo - SP, CEP-03085-010. São Paulo, 20-01-2021.

8º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano

Intimação

O Oficial Encarregado do Inquérito Policial Militar 51BPMM-010/06/20, intima o Dr. Cleiton Leal Guedes, OAB/SP 234.345, defensor constituído do 3º Sgt PM 140756-2 Leandro Denis de Oliveira, RG 45.443.437-6, CPF 316.642.958-10, do 8º BPM/M, a comparecer na Seção de Polícia Judiciária Militar e Disciplina do Oitavo Batalhão de Polícia Militar Metropolitana, sito a Rua Vilela, 307 – Bairro Tatuapé – São Paulo/SP, CEP 03068-000, telefones (11) 2295-6517 e 2941-0371, para acompanhar o interrogatório do referido policial militar, o qual realizar-se-á às 09h do dia 01-02-2021.

Intimação

O Oficial Encarregado do Inquérito Policial Militar 51BPMM-010/06/20, intima o Dr. João Carlos Campanini, OAB/SP 258.168, defensor constituído do Cb PM 122462-0 Renato Augusto Mendes Monteiro, RG 44.190.162-1, CPF 339.380.968-70, do 8º BPM/M, a comparecer na Seção de Polícia Judiciária Militar e Disciplina do Oitavo Batalhão de Polícia Militar Metropolitana, sito a Rua Vilela, 307 – Bairro Tatuapé – São Paulo/SP, CEP 03068-000, telefones (11) 2295-6517 e 2941-0371, para acompanhar o interrogatório do referido policial militar, o qual realizar-se-á às 11h do dia 01-02-2021.

COMANDO DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO

1º Batalhão de Polícia de Trânsito

Comunicado

O Encarregado do Processo Administrativo Exoneratório DP-074/423/20, cientifica o Dr. Paulo Henrique Fidelis Ribeiro, OAB/SP 329.639, defensor constituído pela Sd PM 191759-5 Juliana Zanão dos Santos, da 2ª CiaPTran do 1º BPTran, do inteiro teor do despacho:

1. Considerando as Alegações Iniciais de Defesa encaminhadas em formato eletrônico pelo Dr. Paulo Henrique Fidelis Ribeiro, OAB/SP 329.639, defensor constituído pela Sd PM 191759-5 Juliana Zanão dos Santos, da 2ª CiaPTran do 1º BPTran, estagiária submetida ao Processo Administrativo em trâmite, no qual solicita em síntese: I) que seja esclarecido de maneira direta quais as efetivas razões que balizam o presente processamento, visto que há subjetividade quanto a incidência da instauração, o que dificulta as manifestações defensivas; II) que seja saneada a Portaria, e atribuindo de maneira efetiva sobre qual aspecto a estagiária deve se manifestar, sem desprezar que os itens 3.5 e 3.6 dão conta de mesmo fato, o que s.m.j. merece também reparo; III) que após o refazimento da Portaria, requer que seja devolvido o prazo regulamentar para nova manifestação defensiva, em sede de defesa inicial complementar.

2. Diante o exposto passo a deliberar conforme segue:

2.1. primeiramente quanto indicação direta das efetivas razões que balizam a instauração do presente Processo Administrativo Exoneratório, consta às fls. 04, o Ofício CMed-2658/200/20, de 05-11-2020, o qual notifica de forma clara, que a estagiária foi avaliada pela JS-2 (Junta de Saúde), sendo constatado que a interessada não preenche o requisito de 7 do § 2º, do Artigo 37, do Decreto 54.911, de 14-10-2009, assim vejamos:

Artigo 37 - O estágio probatório, que se estende pelo período de 2 anos de efetivo exercício, terá início com a matrícula no Curso Superior de Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública e se dará na graduação de Soldado PM de 2ª Classe.

§ 1º - Concluído o Curso Superior de Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública com aproveitamento, o Soldado PM de 2ª Classe iniciará o estágio administrativo-operacional, até ser enquadrado como Soldado PM de 1ª Classe.

§ 2º - Durante o curso e o estágio administrativo-operacional será verificado, a qualquer tempo, nos termos da Diretriz Geral de Ensino - DGE, o preenchimento dos seguintes requisitos:

1. aptidão para a graduação inicial de Praça;
2. conduta social, reputação e idoneidade ilibadas;
3. dedicação ao serviço;
4. aproveitamento escolar;
5. perfil psicológico compatível com a função;
6. preparo físico adequado;
7. condições adequadas de saúde física e mental;

...

(grifo nosso)

2.1.1. nesse sentido, indicou o Chefe do Departamento de Perícias Médicas da Polícia Militar do Estado de São Paulo que havia subsídios para instauração do PAE, conforme o Artigo 39, do Decreto 54.911, de 14-10-2009, em desfavor da Sd PM Juliana Zanão dos Santos, sendo acolhido pelo Sr. Comandante do Primeiro Batalhão de Polícia de Trânsito;

2.2. em sede defensiva o patrono baliza que os afastamentos elencados na Portaria, estão indicados de forma genérica, não sendo possível identificar quais ferem as normas aplicadas para a instauração do PAE, e que colocam em evidência a carreira proposta, destaco que no momento da instauração apontou-se que há impedimento para a estagiária prosseguir no estágio probatório, com base nos afastamentos médicos obtidos, conforme consta à fl. 05;

3. No intuito de melhor decidir sobre as requisições da defesa técnica, será Oficiado o Centro Médico, conforme determina o § 2º, do artigo 7º, da Portaria Cmt G DP-1/423/19, de 29-01-2019, a fim de questionar se o estagiário apresenta quadro que, se conhecido quando de sua inscrição no concurso ou de sua posse, impediria a nomeação e posse no cargo público, o que poderá ser acompanhado de laudo se houver pedido expresso do estagiário ou de seu defensor;

3.1. dessa forma, de acordo com os princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, bem como em consonância ao § 3º, do artigo 7º, da Portaria Cmt G DP-1/423/19, de 29-01-2019, deverá o patrono ou a estagiária manifestar-se no prazo de 03 dias, a contar da publicação do inteiro teor desse Despacho, quanto a necessidade de emissão de Laudo expresso, por parte do Centro Médico, sobre o impedimento da estagiária em prosseguir no estágio probatório, bem como apresentar quesitos se assim achar conveniente.

4. "Ex positis", quanto ao requerimento do defensor, acolho em partes, deixando de analisar o mérito, até a resposta do Centro Médico, dessa forma determino:

4.1. oficie-se o Centro Médico da Polícia Militar, quanto ao determinado no § 2º do artigo 7º, da Portaria Cmt G DP-1/423/19, de 29-01-2019.

4.2. publique-se em Diário Oficial do Estado de São Paulo, para ciência do defensor constituído, o qual deverá manifestar-se no prazo de 03, sobre o elencado no subitem 3.1 desse despacho.

5. Junte-se aos autos.

Intimação

O Presidente do Procedimento Administrativo Exoneratório Nº DP-037/423/19, Cientifica o Dr. Paulo Henrique Fidelis Ribeiro, OAB/SP 329.639, defensor constituído pelo estagiário Sd PM 2ª Cl 171502-0 Willian Wilson Simois, pertencente ao efetivo da 2ª Cia do 1º BPTran, interessado no Procedimento Administrativo Exoneratório n° DP-037/423/19, quanto a continuidade das instruções do referido processo.

2. Conforme o item 22.1, do Ofício nº DP-87/423/20 da Diretora de Pessoal, Cientifico o defensor quanto os quesitos apresentados pelo defensor "ad hoc", 1º Sgt PM 932071-1 Edson Ferreira da Silva, para a oitiva da testemunha Sérgio Adriano Machado, RG 48.881.870-9, encaminhados mediante a Carta Precatória 1BPTran-007/06/20 ao 22º BPM/I (fls. 111 e 112 dos autos), conforme consta nos itens da Carta Precatória: item 2.1. conhece o estagiário de onde? Tem algum grau de parentesco? 2.2. foi testemunha ocular da ocorrência policial, de 16OUT19, de natureza estupro? o que visualizou; 2.3. o policial militar estava fardado? 2.4. verificou alguma dificuldade e/ou limitação de mobilidade do policial militar?.

3. Nos termos do art. 55, das I-16-PM, Intimo a comparecer para a sessão de audiência de interrogatório e julgamento do estagiário, em 02-02-2021, terça-feira, às 14h30, na sede do 1ª Cia do 1º BPTran, sito à Rua Azurita, 98, Canindé, São Paulo/SP.

4. Solicito ao defensor que seja encaminhado as cópias originais das petições de 04MAR20, 25SET20, 29OUT20, para fins de substituição das cópias eletrônicas encartadas nos autos.

5. Os autos encontram-se à disposição para vistas na sede da 1ª Cia do 1º BPTran (Rua Azurita, 98, Canindé, São Paulo/SP).

6. Junte-se aos autos.

Intimação

O Oficial Presidente do Conselho de Disciplina 1BPTran-001/06/20, Intima o Dr. Adilson Pinheiro dos Santos, OAB/SP 430.427, defensor constituído do Cb PM 116522-4 Fernando Mota Marques, da 2ª Cia do 1º BPTran, acusado nos autos do Conselho de Disciplina 1BPTran-001/06/20, a comparecer à Sede do Trigésimo Quinto Batalhão de Polícia do Interior, sito à Avenida Washington Luis, 2.300, Jardim Nova Europa, Campinas/SP, em 03-02-2021, às 10h, oportunidade em que serão inquiridas as testemunha da Administração, 2º Sgt PM 107672-8 Getulio Carlos Iamashita, do 35º BPM/I, Fernanda de Cássia Riberti, RG 20.564.551 e Gabriella Saad Riberti Ferreira, RG 53.827.231.

COMANDO DE POLICIAMENTO METROPOLITANO

Intimação

O Presidente do Processo Administrativo Disciplinar nº CPM-002/23/20 Intima a Dr.ª Flávia Artilheiro, OAB/SP 247.025, defensora do Sd PM 143749-6 Bruno de Oliveira Gibertoni, do 6º BPM/M, a tomar conhecimento do cancelamento da audiência do dia 29-01-2021, em razão do falecimento do acusado. (Intimação nº CPM-001/20/21)

Intimação

O Oficial Suplente do 2º Conselho Permanente de Disciplina intima o Dr. Abelardo Júlio da Rocha, OAB/SP 354.340, defensor constituído do Cb PM 109299-5 Fernando Evangelista Cabral, do 44º BPM/M, e o Dr. Ivândaro Alves da Silva, OAB/SP 372.632, defensor constituído do Cb PM 109501-3 André Luiz Gomes da Silva e do Sd PM 149635-2 Plínio Ricardo Souza, ambos do 44º BPM/M, nos autos do Conselho de Disciplina CPM-016/23/20, para tomarem conhecimento do Despacho CPM-002/20/21, conforme segue: 1. Tendo em vista que aportaram neste 2º Conselho Permanente de Disciplina do Comando de Policiamento Metropolitano as cópias das documentações referentes aos relatórios dos Terminais Portáteis de Dados (fl. 297/298) e das viaturas (fl. 299/300), relatórios de serviço do CFP, CGP e dos acusados (fl. 304/311), tudo via e-mail, bem como as mídias do Copom (fl. 313), contendo a comunicação da rede rádio do 44º BPM/MM, e da Correg PM (fl. 315), contendo cópia do Inquérito Administrativo CorregPM-244/122/20, tudo conforme solicitado pelo defensor do Cb PM 109501-3 André Luiz Gomes da Silva e do Sd PM 149635-2 Plínio Ricardo Souza, Dr. Ivândaro Alves da Silva, OAB/SP 372.632, em sede de Defesa Preliminar. 2. É a síntese do necessário, da qual passo a decidir: 2.1. diante do exposto, intimo o Dr. Ivândaro Alves da Silva, OAB/SP 372.632, defensor constituído do Cb PM 109501-3 André Luiz Gomes da Silva e do Sd PM 149635-2 Plínio Ricardo Souza, ambos do 44º BPM/M, e o Dr. Abelardo Júlio da Rocha, OAB/SP 354.340, defensor constituído do Cb PM 109299-5 Fernando Evangelista Cabral, do 44º BPM/M, a fazerem vistas dos autos em cartório, nos termos do artigo 22 das I-16-PM, bem como a comparecerem na sala de audiências do Presídio Militar Romão Gomes, sito na Avenida Tenente Júlio Prado Neves, 451, Vila Albertina – São Paulo/SP, no dia 04-02-2021, às 14h, a fim de participarem da audiência de inquirição das testemunhas da Administração. 3. Ao Escrivão providenciar: 3.1. a publicidade do ato em D.O.; 3.2. o agendamento da sala de audiência junto ao PMRG; 3.3. a intimação dos acusados; 3.4. a intimação de 02 testemunhas da Administração. 4. Cumpra-se.

Comando de Policiamento de Área Metropolitana 6 - Santo André

Notificação

O Encarregado IPM 6BAEP-011/06/20, no qual figura como investigado o Cb PM 139553-0 Leomarcos Silva Ribeiro, notifica o Dr. João Carlos Campanini, OAB/SP 258.168, com escritório profissional situado na Av. Mal. Eurico Gaspar Dutra, 1402, Santana, São Paulo/SP, a comparecer no dia 28 de fevereiro do ano de 2021 às 10h, na Penitenciária de Dracena, localizada Estrada Municipal Engenheiro Byron Azevedo, KM 9 (Vicinal Dracena/Ouro Verde), Distrito Jamaica, Dracena/SP, a fim de participar da oitiva do ofendido.

6º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano Cel. PM Estevam Nikoluk - São Bernardo do Campo

Intimação

O Presidente do Procedimento Disciplinar Intima a Dra. FLÁVIA MAGALHÃES ARTILHEIRO, OAB/SP 247.025, com escritório na Avenida Dom João VI, 225- Sala 07- Canhema-Diadema/SP- CEP 09941-115, telefone (11) 2988-0935, advogada regularmente constituída do1º Sgt PM 126600-4 JONATAS ANDERSON DA CRUZ BORGES, lotado no EM do 6ºBPM/M, o qual figura como acusado nos autos do Procedimento Disciplinar 6BPMM-122/06/20, para Comparecer, no dia 29-01-2021, às 10h, na Seção de Polícia Judiciária Militar e Disciplina do 6º BPM/M, sito à Rua Max Mangels Senior, 392, Bairro Planalto, São Bernardo do Campo/SP, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento do Procedimento em epígrafe. Cientifico ainda que o Procedimento Disciplinar mencionado encontra-se à disposição no Cartório de Polícia Judiciária Militar e Disciplina, na sede do 6º BPM/M, localizado no endereço supracitado. O não comparecimento injustificado ensejará no prosseguimento dos atos ulteriores, conforme expresso no Artigo 5º, § 1º, segunda parte, da Portaria Nº CORREGPM-1/360/13, sendo nomeado Defensor "Ad Hoc" para fazê-lo. Eventuais requerimentos deverão observar o prazo estipulado na mesma Portaria.

24º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano - Diadema

Intimação

Despacho 24BPMM-002/26/21

1. O Presidente do Processo Administrativo Disciplinar de Portaria nº CPAM6-001/13/16, intima o militar do Estado acusado, Sd PM 128445-2 Ricardo dos Santos Moutinho, pertencente ao efetivo do CPA/M-7, e seus defensores legalmente constituídos, Dr. João Carlos Campanini, OAB/SP 258.168 e Dr. Luis Alberto Filardi, OAB/SP 369.611, para que no prazo de 5 dias a contar da data da publicação, apresentem as Alegações Finais de Defesa.

2. Saliento que os autos encontram-se à disposição para vistas ou carga digital em cartório no endereço Rua Barão de Iguape, 64, Vila São José – Diadema/SP.

Notificação

Despacho 24BPMM-001/26/21

1. Tendo em vista que até a presente data a defesa técnica não apresentou as Alegações Finais de Defesa dos militares do Estado acusados no Processo Administrativo Disciplinar de Portaria nº CPAM6-001/13/16, Sd PM 137947-0 Victor Martins de Jesus, Sd PM 149229-2 Jorge Luis da Silva e o ex-Sd PM 149167-9 Marcos Wilson da Costa Francisco, à época efetivo do 24º BPM/M, o Presidente do referido Processo Administrativo, notifica os militares acusados e a defensora legalmente constituída, Drª. Flávia Artilheiro, OAB/SP 247.025, que será nomeado defensor ad hoc para que apresente no prazo de 5 dias as Alegações Finais de Defesa para prosseguimento do feito.

Comando de Policiamento de Área Metropolitana 12 - Mogi das Cruzes

Intimação

CPAM12-001/106/2021

1. Intimo Leandro dos Santos Rosa, CPF 007.224.588-35 e/ou Maykon Jordan Siqueira Campos Rosa, CPF 448.965.828-10, representantes legais da empresa Parilimp Comércio de Produtos de Serviços de Limpeza Eireli, inscrita no CNPJ sob o 28.398.064/0001-01, que conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 19-01-2021, foi aplicada à citada empresa a penalidade administrativa de multa, nos termos do inciso III, do artigo 7º, da Resolução SSP-333/05 e a penalidade de impedimento para contratar com a Administração por 90 dias conforme Despacho CPAM12-156/106/2020 e artigo 7º da Lei Federal 10.520/02, impostos nos autos do Processo Sancionatório CPAM12-003/106/20.

2. Fica aberto o prazo de 05 dias para querendo fazer vistas aos autos e apresentação de recurso administrativo, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento desta intimação. Assim sendo, os autos do processo sancionatório encontram-se franqueados para vistas, nesta Unidade, na Seção de Finanças, sito na Rua Coronel Souza Franco, 1010, Centro, Mogi das Cruzes-SP, fone 11-2500-3916/ 2500-3926.

3. Caso não haja a apresentação de recurso administrativo dentro do prazo legal, ficará Vossa Senhoria intimada a recolher em favor FISP, através de depósito bancário, na conta Agência 1897-X, CC 139.256-5 (FISP) a quantia de R$ 75,40. Após realizar o recolhimento, faz-se necessário encaminhar o comprovante de depósito a esta Unidade, no endereço acima mencionado.

4. Na hipótese de não se verificar o recolhimento da multa contratual ou a não apresentação de recurso administrativo, fica cientificado que serão adotadas as medidas pertinentes à cobrança judicial, nos termos da legislação vigente.

Intimação

CPAM12-002/106/2021

1. Intimo José Luiz Gomes de Morais, CPF 076.318.986-34 e/ou Sr. Ricardo Coelho Amorim de Morais, CPF 102.430.806-54 e/ou Sra. Sara Jane Amorim Gomes, CPF 432.832.766-68, representantes legais da empresa Bangues Comércio e Representações Ltda, inscrita no CNPJ sob o 11.325.676/0001-71, que conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 19-01-2021, foi aplicada à citada empresa a penalidade administrativa de multa, nos termos do inciso II, do artigo 7º, da Resolução SSP-333/05 e a penalidade de impedimento para contratar com a Administração por 2 anos conforme Despacho CPAM12-165/106/2020 e artigo 7º da Lei Federal 10.520/02, impostos nos autos do Processo Sancionatório CPAM12-004/106/20.

2. Fica aberto o prazo de 5 dias para querendo fazer vistas aos autos e apresentação de recurso administrativo, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento desta intimação. Assim sendo, os autos do processo sancionatório encontram-se franqueados para vistas, nesta Unidade, na Seção de Finanças, sito na Rua Coronel Souza Franco, 1010, Centro, Mogi das Cruzes-SP, fone 11-2500-3916/ 2500-3926.

3. Caso não haja a apresentação de recurso administrativo dentro do prazo legal, ficará Vossa Senhoria intimada a recolher em favor FISP, através de depósito bancário, na conta Agência 1897-X, CC 139.256-5 (Fisp) a quantia de R$ 100,08. Após realizar o recolhimento, faz-se necessário encaminhar o comprovante de depósito a esta Unidade, no endereço acima mencionado.

4. Na hipótese de não se verificar o recolhimento da multa contratual ou a não apresentação de recurso administrativo, fica cientificado que serão adotadas as medidas pertinentes à cobrança judicial, nos termos da legislação vigente.

Notificação

Na qualidade de Presidente do Procedimento Disciplinar 32BPMM-029/46/20, instaurado em desfavor do Cb PM 141755-0 Leonildo Lino de Souza notifico o Dr. Renilton de Souza Rodrigues portador da OAB/SP 387.688 e/ou Thiago Bianchi da Rocha portador da OAB/SP 322.059, com sede profissional na Rua Paraná, 133-Centro-Suzano-SP, CEP: 08675-190, Sobre o Cancelamento da Audiência de Instrução e Julgamento do procedimento supracitado, agendada para o dia 25JAN21 às 15h, tendo em vista a necessidade de juntada dos documentos requeridos pela defesa.Esclareço que assim que os documentos aportarem nesta SPJMD à data da AIJ será remarcada.

Notificação

Na qualidade de Presidente do Procedimento Disciplinar 32BPMM-033/46/20, instaurado em desfavor do Cb PM 141755-0 Leonildo Lino de Souza notifico o Dr. Renilton de Souza Rodrigues portador da OAB/SP 387.688 e/ou Thiago Bianchi da Rocha portador da OAB/SP 322.059, com sede profissional na Rua Paraná, 133-Centro-Suzano-SP, CEP: 08675-190, Sobre o Cancelamento da Audiência de Instrução e Julgamento do procedimento supracitado, agendada para o dia 25JAN21 às 16h, tendo em vista a necessidade de juntada dos documentos requeridos pela defesa.Esclareço que assim que os documentos aportarem nesta SPJMD à data da AIJ será remarcada.em Suzano, 22-01-2021.

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR

Comando de Policiamento do Interior 1 - São José dos Campos

5º Batalhão de Polícia Militar do Interior General Júlio Marcondes Salgado - Taubaté

Notificação

O Presidente do Procedimento Disciplinar 5BPMI-010/103/20, notifica a Drª. Flávia Magalhães Artilheiro, inscrita na OAB/SP sob o 247.025, com escritório profissional à Avenida Dom João VI, sala 07, Diadema-SP, nomeada e constituída defensora do Cb PM 971481-2 João Claudinei dos Santos, do 5º BPM/I, que, em atendimento ao solicitado pela Defesa, a Audiência de Instrução e Julgamento anteriormente agendada para o dia 16-12-2020, foi redesignada para o dia 02-02-2021, às 10h, na sede da 5ª Cia PM do 5ºBPM/I "Gen Salgado", situada na Av. Osvaldo Aranha 645, Bairro Bosque da Saúde, Taubaté/SP.

20º Batalhão de Polícia Militar do Interior Cel. PM Edgar Pereira Armond

Intimação

1. Considerando que a tentativa em realizar a oitiva da testemunha de defesa restou infrutífera, conforme exposto no Ofício 0005/2021- CORG/1, oriundo Polícia Militar do Estado da Paraíba, em que foi informado haver inconsistência no endereço de Viviane Alves Machado, RG 3.061.621 e CPF 758.228.573.53.

2. Considerando a previsão do parágrafo único do artigo 136 das I-16-PM, em que é dada à defesa oportunidade em substituir a testemunha não localizada.

3. Na qualidade de Presidente do Conselho de Disciplina 20BPMI-001/103/19, Intimo o Dr. Décio Alexandre da Silva, OAB/SP 385.365, com escritório situado na Rua Damiana da Cunha, 155, sala 131 B, São Paulo/ SP, defensor constituído pelo Cb PM 952699-4 Rogério Ferreira Facó, o qual figura como acusado no referido Conselho, para que substitua a testemunha não encontrada, na mesma data designada para audiência da outra testemunha ou apresente os seus dados para futura intimação, no prazo de 5 dias.

41º Batalhão de Polícia Militar do Interior - Jacareí

Comunicado

O Comandante do 41° BPM/I cientifica o Sd PM 146293-8 Leandro José da Silva, e sua defensora Dra. Flávia Magalhães Artilheiro, advogada inscrita na OAB sob o 247.025, defensora constituída nos autos do Procedimento Disciplinar 46BPMM-047/061/20, sobre audiência de Instrução e Julgamento marcada para o dia 02-02-2021 às 10h30, na seção de PJMD do 46º BPM/M, sito a Rua Arcipreste Andrade, 250, Ipiranga – São Paulo/SP, instaurado em desfavor do policial em epigrafe, onde será ouvida a testemunha referida 3º Sgt PM 104057-0 Antônio Carlos da Silva Lopes, pertencente ao serviço do 46ªBPM/M. Ressalta-se que o feito encontra-se fisicamente na Sede da 1ª Cia PM do 41º BPM/I.

Comando de Policiamento do Interior 2 - Campinas

49º Batalhão de Polícia Militar do Interior - Jundiaí

Notificação

Conselho de Disciplina 49Bpmi-002/06/20

Acusados: Cb Pm 120.312-6 Alex dos Santos Silva e Sd Pm 138.141-5 José Vinicius Peres Maffa, ambos do 49º BPM/I.

Na qualidade de Presidente do Conselho de Disciplina instaurado através da Portaria 49BPMI-002/06/20, venho notificar os Advogados ELISAMA SANTINO GONÇALVES, OAB/SP 446.634 e MAURO RIBAS DA COSTA JUNIOR, OAB/SP 400.995, Defensores constituídos dos Militares do Estado acusados, respectivamente: Cb PM 120.312-6 ALEX DOS SANTOS SILVA e Sd PM 138.141-5 JOSÉ VINICIUS PERES MAFFA, que fica definida a data de 28-01-2021, às 14h30m, para ocorrer à sessão de interrogatório da testemunha constante na Portaria acima mencionada, Gelson Gomes, o qual foi arrolado pela Administração, e ocorrerá na sede da Penitenciária Nestor Canoa, sito à Av. Osvaldo Brandi de Faria, 4450 - Ribeirão Claro, Mirandópolis/SP, telefone (18) 3199-0061.

Comando de Policiamento do Interior 3 - Ribeirão Preto

Notificação

Na qualidade de Comandante do 13° BPM/I, notifico o Cb PM 135080-3 Simon Alex Sander francelino Reis, pertencente ao efetivo da 3ª Cia do 13º BPM/I, bem como sua defensora constituída, Dra. Fernanda Maria Ferreira Farinos, inscrito na OAB/SP sob 399.759, com domicílio na Rua Mauá, 348, Centro, Araraquara/SP, CEP: 14801-190, da decisão de justificar a falta cometida, e que o inteiro teor da decisão do Procedimento Disciplinar n. 13BPMI-045/093/20 encontra na sede da 3ª Companhia do 13° BPM/I, sito, à Avenida Jorge Biller Teixeira, 519, Vila Ferroviária /SP, telefone (16) 3335-7141, para ciência e consulta.

Notificação

Na qualidade de Comandante do 13° BPM/I, notifico o Cb PM 943819-0 Fabiano Valério Alves, pertencente ao efetivo da 3ª Cia do 13º BPM/I, bem como sua defensora constituída, Dra. Letícia Aline Valério Alves, inscrito na OAB/SP sob 408.688, com domicílio na Rua dos Miosótis, 229, Jardim Primavera, Araraquara/SP, CEP: 14802-421, da decisão de justificar a falta cometida, e que o inteiro teor da decisão do Procedimento Disciplinar n. 13BPMI-047/093/20 encontra na sede da 3ª Companhia do 13° BPM/I, sito, à Avenida Jorge Biller Teixeira, 519, Vila Ferroviária / SP, telefone (16) 3335-7141, para ciência e consulta.

Notificação

Na qualidade de Comandante do 13° BPM/I, notifico o Cb PM 117214-0 Lorenzo Farinos Alcover Junior, pertencente ao efetivo da 3ª Cia do 13º BPM/I, bem como sua defensora constituída, Dra. Fernanda Maria Ferreira Farinos, inscrito na OAB/SP sob 399.759, com domicílio na Rua Mauá, 348, Centro, Araraquara/SP, CEP: 14801-190, da decisão de justificar a falta cometida, e que o inteiro teor da decisão do Procedimento Disciplinar n. 13BPMI-046/093/20 encontra na sede da 3ª Companhia do 13° BPM/I, sito, à Avenida Jorge Biller Teixeira, 519, Vila Ferroviária /SP, telefone (16) 3335-7141, para ciência e consulta.

Notificação

Na qualidade de Comandante do 13° BPM/I, notifico o Cb PM 124478-7 Douglas Boleta, pertencente ao efetivo da 3ª Cia do 13º BPM/I, bem como seu defensor constituído, Dr. Fábio Boleta, inscrito na OAB/SP sob 272.650, com domicílio na Avenida Presidante Vargas, 1265, sala 501, Alto do Boa Vista, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14025-700, da decisão de justificar a falta cometida, e que o inteiro teor da decisão do Procedimento Disciplinar n. 13BPMI-048/093/20 encontra na sede da 3ª Companhia do 13° BPM/I, sito, à Avenida Jorge Biller Teixeira, 519, Vila Ferroviária / SP, telefone (16) 3335-7141, para ciência e consulta.

Notificação

O Presidente do Conselho de Disciplina, instaurado sob Portaria de CD N.º CPI3-001/13/20, o qual tem por polo passivo o Cb PM 119847-5 Milton Pedro Baldo da Silva, deste Comando de Policiamento do Interior-3, vem através do presente expediente notificar o Defensor Devidamente constituído aos autos, Dr. João Carlos Campanini, OAB/SP 258.168, estabelecido profissionalmente à Avenida Marechal Eurico Gaspar Dutra, 1402, sala 1101, Santana, São Paulo/SP, bem como, o defensor devidamente designado, Dr. Rodrigo Vaz Del Cid Roxo, OAB/SP 379508, estabelecido profissionalmente à Avenida Marechal Eurico Gaspar Dutra, 1402, Santana, São Paulo/SP, quanto à designação da Audiência de Instrução para à inquirição das seguintes testemunhas da defesa:

- Cb PM 11320-1 Guilherme Manhani Neto (substituta);
- Marcos Vinícius Guimarães (substituta);
- 1.º Sgt PM 110610-4 Luiz Eduardo Alves Nomura (referida);
- Cb PM 104989-5 Adilson Juzo (referida).

Acerca da solicitação da defesa para a inquirição do Cb PM 123292-4 Daniel de Paula Machado, na condição de testemunha referida, indefiro a supracitada solicitação haja vista que o indigitado militar encontra-se em LSV (Licença sem vencimento), ou seja, temporariamente está desvinculado da Instituição, e ainda empreendeu viagem ao Estado de Santa Catarina, conforme fl. 231 do aludido processo.

Destarte, fica a supradita audiência agendada para às 09h, do dia 01-02-2021, a qual será realizada neste cartório, situado na Seção Correcional de Polícia Judiciária Militar e Disciplina do Comando de Policiamento do Interior-Três, localizado na Avenida Cavalheiro Paschoal Innech, 1538, Jd Independência – Ribeirão Preto/SP, estando a defesa devidamente intimada para o aludido ato processual.

O não atendimento injustificado da presente notificação acarretará na adoção de medidas para prosseguimento do processo à revelia com a constituição de defensor Ad hoc

Comando de Policiamento do Interior 4 - Bauru

9º Batalhão de Polícia Militar do Interior - Marília

Intimação

O Presidente do Procedimento Disciplina 4BPMI-010/13/20, intima a Advogada Joice Vanessa dos Santos OAB/SP 338.189, defensora constituída do Sd PM 142822-5 Carlos Eduardo Cândido da Silva, acusado nos autos do PD 9BPMI-010/13/20, para a realização da Audiência de Instrução e Julgamento, designada para 04-02-2020, às 10hs, na sede do 6º Gp PM da 4ª Cia PM do

9º Batalhão de Polícia Militar do Interior, situada a Rua General Osório, s/nº, Centro, Vera Cruz/SP.

Intimação

O Presidente do Procedimento Disciplina 4BPMI-010/13/20, intima a Advogada Joice Vanessa dos Santos OAB/SP 338.189, defensora constituída do Sd PM 142822-5 Carlos Eduardo Cândido da Silva, acusado nos autos do PD 4BPMI-010/13/20, para a realização da Audiência de Instrução e Julgamento, designada para 04-02-2020, às 10hs, na sede do 6º Gp PM da 4ª Cia PM do 9º Batalhão de Polícia Militar do Interior, situada a Rua General Osório, s/nº, Centro, Vera Cruz/SP.

Comando de Policiamento do Interior 5 - São José do Rio Preto

17º Batalhão de Polícia Militar do Interior - São José do Rio Preto

Intimação

O Encarregado do Inquerito Policial Militar n° CPI5-001/12/20, intima o Dr. Augusto Cunha OAB/SP 194.371; o Dr. Augusto Cunha Junior OAB/SP 299.562; Dr. Henrique Tremura Lopes OAB/SP 318.984; Dr. Luiz Perereira Nakahada OAB/SP 398.844; Dr. Fernando Vinicius de Moraes OAB/SP 387.577 e Dr. Sergio de Mello Tavares Ferreira OAB/SP 185.130, nas condições de advogados do Sd PM Wesley Viana dos Santos, com escritório situado na Rua Major Emídio de Castro, 985, Vila São Joaquim, na cidade de São José do Rio Preto-SP, para que compareça, em 28-01-2021, às 09h30 (quinta-feira), na Seção Correicional de Polícia Judiciaria Militar e Disciplina do Comando de Policiamento do Interior 5 – São José do Rio Preto, situada na Avenida dos Estudantes 1980, Bairro Boa Vista, nesta urbe, fone (17) 3231-7771, a fim acompanhar oitiva de testemunhas. Os autos do IPM em questão encontram-se à disposição dos defensores, em dias úteis, das 09h às 18h, na sede da Seção Correicional de Polícia Judiciária Militar e Disciplina do CPI-5, situada no mesmo endereço acima citado, para que, caso haja interesse, possa fazer vistas dos autos.

Intimação

O Encarregado do Inquerito Policial Militar n° CPI5-001/12/20, Intima o Dr. João Carlos Campanini OAB/SP 258.168 sócio administrador da Oliveira Campanini Advogados Associados OAB 10712, na condição de advogado do Sd PM Cleriston Braga dos Santos, com escritório situado na Avenida Marechal Eurico Gaspar Dutra 1402, Santana, São Paulo-SP, para que compareça, em 28-01-2021, às 09h30 (quinta-feira), na Seção Correicional de Polícia Judiciaria Militar e Disciplina do Comando de Policiamento do Interior 5 – São José do Rio Preto, situada na Avenida dos Estudantes 1980, Bairro Boa Vista, nesta urbe, fone (17) 3231-7771, a fim acompanhar oitiva de testemunhas. Os autos do IPM em questão encontram-se à disposição do defensor, em dias úteis, das 09h às 18h, na sede da Seção Correicional de Polícia Judiciária Militar e Disciplina do CPI-5, situada no mesmo endereço acima citado, para que, caso haja interesse, possa fazer vistas dos autos.

Comando de Policiamento do Interior 6 - Santos

45º Batalhão de Polícia Militar do Interior - Praia Grande

Intimação

PD – SubcmtPM-027/362/19

Na qualidade de Presidente do Procedimento Disciplinar SubcmtPM-027/362/19, notifico o Dr. Wilson Fernandinho Oliveira Barbosa OAB/SP 269.453, defensor constituido pelo acusado o 3º Sgt PM 932585-9 João Roberto Fernandes (inativo), que foi agendada a oitiva de Carta Precatória

para o 1º Ten PM 124877-4 Rafael Teodoro Silva Pinto será realizada no dia 28JAN21, às 10h, na sede do 20º BPM/I, sito à Av. Brasil 1001, bairro Sumaré – Caraguatatuba/SP, Telefone para

contato: (12) 3882-5790, Setor de Justiça e Disciplina do 20º BPM/I.

Comando de Policiamento do Interior 7 - Sorocaba

53º Batalhão de Polícia Militar do Interior - Avaré

Intimação

PAD 53BPMI-001/13/18

Na qualidade de Presidente do Processo Administrativo Disciplinar de Portaria 53BPMI-001/13/18, notifico o advogado Dr. João Carlos Campanini OAB/SP 258.168, com escritório a Rua Marechal Eurico Gaspar Dutra, 1402 - Santana - São Paulo/SP - defensor constituído dos acusados Cb PM 137581-4 Robson Cristiano Moreira e Cb PM 142079-8 Matheus Eduardo Francisco da Silva, ambos do 53º BPM/I, do teor do seguinte despacho:

Vistos.

Nos termos do artigo 138 das I-16-PM, designo para a data de 03FEV21 o interrogatório dos acusados, às 11h, na cidade de Avaré-SP, na sede do 1º Cia do 53º BPM/I, localizada na rua Maneco Dionízio 318, Vila Martins.

Intime-se.

Notificação

1. Na qualidade de Presidente do Conselho de Disciplina 12BPMI-002/13/19, no qual a Cb PM 117927-6 Daniele Amorim Panhoça figura na condição de acusada, notifico o Defensor Constituído, Dr. João Carlos Campanini, OAB/SP 258.168, com escritório na Rua Marechal Eurico Gaspar Dutra 1402, Tucuruvi, São Paulo/SP, para que, tome ciência das deliberações sobre os requerimentos em sede de diligencias do artigo 164, das I-16-PM, solicitadas em 07-12-2020, que as requisições foram atendidas, com exceção dos itens abaixo, passando a esclarecer o motivo do indeferimento;

1.1. Referente a solicitação da defesa sobre a juntada de cópia integral do processo criminal correlatado, de 0005561-67.2019.9.26.0030 (controle 90.334/19), o qual tramitou perante a 3ª Auditoria da Justiça Militar do Estado de São Paulo; indefiro, por se tratar de processo criminal o qual tem sigilo, estando disponível somente as partes, conforme Resolução do CNJ 121 de 05/10/10. Em razão do sigilo e diante do presente feito ter cunho administrativo, Vossa Senhoria, como procurador e defensor constituído nos autos correlatados, poderá ter acesso ao processo na condição de advogado, conforme preconiza o Artigo 7º, XIII, da Lei 8.906/94 (Estatuto da OAB) e encarta-los posteriormente nos Memoriais de Defesa, por fim esclareço que ao final do Processo Regular será juntada a Certidão de Objeto e Pé do mencionado processo correlato;

1.2. Referente ao pedido de juntada de eventual Inquérito e/ou processo que apurou a denúncia por "abuso de autoridade" da Ten Cel Kátia Regina Firmino Christofalo em face da acusada, indefiro a juntada em razão de não ter sido mencionado quais processos e/ou inquéritos e não sendo elencados os respectivos números identificadores, salientando que conforme requerido, a existência de processo de Abuso de Autoridade ter como investigado/réu/sindicado pessoa estranha ao presente feito, e aos fatos descritos na Portaria inaugural, tais provas, nada contribuíra ao presente feito. Outrossim, caso Vossa Senhoria queira juntar aos autos tais documentos, poderá adquiri-los pessoalmente na condição de Advogado, conforme preconiza o Artigo 7º, XIII e XIV, da Lei 8.906/94 (Estatuto da OAB), caso existam, consultando diretamente o CPI-7 em Sorocaba, a Corregedoria da Policia Militar ou na Justiça Militar do Estado de São Paulo e encartá-los posteriormente em Memoriais de Defesa.

2. Cabe esclarecer que o conjunto probatório nos autos está sólido e robusto para deliberação do conselho. Desta forma, o Presidente do Conselho de Disciplina 12BPMI-002/13/19 abre o prazo 5 dias, improrrogáveis, a contar da publicação deste ato, nos termos do artigo 165 das I-16-PM, para que nobre defensor, Dr. João Carlos Campanini, OAB 258.168 e a acusada, entreguem os memoriais finais de defesa, protocolando-os junto a Seção de Polícia Judiciaria Militar e Disciplina do 12º Batalhão de Polícia Militar do Interior, localizada na Rua General Júlio Marcondes Salgado, 414, Vila Silvinha, Botucatu/SP. Fica alertada à defesa e a acusada que, caso não apresente tais memoriais no prazo ora estipulado, será nomeado defensor "ad hoc" para fazê-lo. Intime-se.

Comando de Policiamento do Interior 9 - Piracicaba

10º Batalhão de Polícia Militar do Interior - Piracicaba

Notificação

O Presidente do Procedimento Disciplinar, Cap PM 104588-1 Saulo Vieira Runho, Notifica Dra. Joice Vanessa dos Santos, OAB/SP 338189, com escritório na Rua Carlo Del Plete, 8-70 Cidade Bauru/SP, Telefone (14) 3010-6633 advogada regularmente constituída do 1º Sgt PM 990515-4 Marcio Alfredo Vergílio, lotado 5ª Cia, do 10º BPM/I, o qual figura como acusado nos autos do Procedimento Disciplinar 10BPMI-22/60/20, para Audiência de Instrução e Julgamento na data de 10-02-2021, às 10h30, no Setor de Justiça e Disciplina da 5ª Cia do 10º BPM/I, sito à Rua, João Eugênio Piedade, 337– Bairro Santa Terezinaha, Piracicaba/SP.

24º Batalhão de Polícia Militar do Interior - São João da Boa Vista

Intimação

O Presidente do Procedimento Disciplinar, instaurado pelo Termo Acusatório 24BPMI-039/16/20, atendendo a solicitação da defesa, Intima o Dr. Alexandre Costa Freitas Bueno Advogado inscrito na OAB/SP sob 242.934, com escritório profissional situado Avenida General Carneiro, 106, sala 02, Bairro Ponte Preta, Campinas, São Paulo/SP, constituído pelo Militar do Estado acusado, Cb PM 136759-5 Mateus Leandro Prates de Godoy portador do RG 47.117.543-2 SSP/SP, CPF 389.393.818-40, brasileiro, solteiro, filho de Laercio de Godoy e de Neusa Regina Prates, natural de Vargem Grande do Sul/SP, nascido em 17-10-1990, para que tome conhecimento da anulação da AIJ (Audiência de Instrução e Julgamento), realizada em 23-12-2020, por falta de defesa técnica e vícios na elaboração, a qual foi remarcada para o dia 031600FEV21 na sede do 1º Gp PM da 1ª Cia PM, bem como para fazer vistas dos autos do Processo em epígrafe, em cartório, no Quartel da Polícia Militar do Estado de São Paulo, situado na Rua Lourival Medeiros, 602, Centro, Divinolândia/SP, ocasião em que o defensor constituído poderá visualizar os autos do processo e reproduzir cópias, a fim de garantir a ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal, visto que o processo está em andamento. Outrossim, os autos estão à disposição, em dias úteis, das 09h30 às 17h30, na sede do 1º Gp PM da 1ª Cia PM, do 24ºBPM/I, no endereço supracitado, com o endereço de e-mail: 24bpmi1cia1gp@policiamilitar.sp.gov.br, telefone: (19) 3663-1405.

Comando de Policiamento do Interior 10 - Araçatuba

Citação

Na qualidade de Oficial Presidente do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por força da Portaria Nº CPI10-001/12/19, baseado nos ditames da ampla defesa e do contraditório, venho por meio desta Citar a defensora do acusado Sd PM 162250-1 José Marques Madalhano, Doutora Giovanna Giordano Di Burline, OAB/SP 401.643, para que faça vistas dos autos e entregue, caso queira, Memoriais Finais de Defesa Aditivos.

Nos termos do § 4º do art. 54 c.c. com o caput e parágrafo único do art. 133 das I-16-PM, informo que a defesa possui o prazo de 5 dias, a contar do recebimento ou publicação em D.O. desta citação, para apresentar defesa final aditiva, caso queira, uma vez que os documentos exigidos nas diligências complementares já foram anexados aos autos.

2º Batalhão de Polícia Militar do Interior - Araçatuba

Notificação

Conselho de Disciplina 2BPMI-001/12/20; Acusados: Cb PM 124934-7 Rogério Antony Oliveira; Cb PM 143513-2 Flávio Henrique Nascimento da Silva. Defensor: Dr. Marcos André Suzim Prado, OAB 430.608; 1º Ten PM 990672-0 Marcelo Leandro Lazarini Pereira (dativo). 1. O Capitão PM Roberto Beccaria Calestini, presidente do Conselho de Disciplina 2BPMI-001/12/20 comunica aos defensores constituídos, o cancelamento da audiência designada para 28-01-2021, por motivos de saúde pública e da pandemia de Covid -19. 2. Ao Escrivão: 2.1. juntar aos autos; 2.2. publicar no D.O. (Notificação 2BPMI-001/12/21)

CORPO DE BOMBEIROS

Comando do Corpo de Bombeiros

Comando de Bombeiros do Interior

6º Grupamento de Bombeiros - Santos

Notificação

O Comandante do 6º Grupamento de Bombeiros, Autoridade Disciplinar nos termos do art. 31 do RDPM, Notifica o Dr. RUDNEY QUEIROZ DE ALMEIDA, OAB/SP 397.802, defensor constituído do Cb PM 102191-5 ROBERTO BATISTA DE OLIVEIRA nos autos do Procedimento Disciplinar 6GB-008/911/19, para que no prazo máximo de 5 dias após esta publicação, compareça na sede do 6º GB, sito à Avenida Conselheiro Nébias, 184 – Vila Nova, Santos/SP, a fim de tomar ciência da decisão proferida nos autos.

Comunicado

Ao Sd PM 138346-9 Osvaldo de Oliveira Santos Júnior, do 6º GB, à vista do que foi apurado nos autos do PD 39BPMI-070/07/19, arquivo o presente feito pelo reconhecimento da inexistência de transgressão (Adv. Dra. Viviane de Oliveira Voigt – OAB/SP 359.636).

Comunicado

Ao 2º Sgt PM 101390-4 Natanael Soares dos Santos, do 6º GB, à vista do que foi apurado nos autos do PD 6GB-006/911/20, o pedido de reconsideração de ato foi indeferido (Adv. Dr. Marco Antonio Xavier dos Santos Junior – OAB/SP 242.834).

Notificação

O Comandante do 6º Grupamento de Bombeiros, Autoridade Disciplinar nos termos do art. 31 do RDPM, Notifica o Dr. OSWALDO BEZERRA DE SOUZA, OAB/SP 421.476, defensor constituído do Subten PM 934188-9 JOSÉ EDUARDO FERREIRA DE SOUSA nos autos do Procedimento Disciplinar 6GB-010/911/20, para que no prazo máximo de 5 dias após esta publicação, compareça na sede do 6º GB, sito à Avenida Conselheiro Nébias, 184 – Vila Nova, Santos/SP, a fim de tomar ciência da decisão proferida nos autos.

COMANDO DE POLICIAMENTO RODOVIÁRIO

Notificação

O Presidente do Conselho de Disciplina CPRv-001/160/20, nos termos do parágrafo único do art 136 das I-16-PM, notifica a ilustre advogada Drª. Flávia Magalhães Artilheiro OAB/SP 247.025, defensora do acusado 3º Sgt PM 932116-A Cláudio Roberto Alonso Gomes, que, conforme atestado juntado aos autos, não foi localizada a testemunha 3º Sgt PM 881040-A Carlos Roberto de Oliveira Rezador no último endereço constante SIRH (Sistema Integrado de Recursos Humanos) sendo informado que não reside mais no local, dessa forma, por se tratar de policial da reserva, fica a defesa intimada para a apresentação do endereço atual da testemunha ou a indicação de outra testemunha em substituição.

Os autos se encontram à disposição na sede do Gabinete de Treinamento do Policiamento Rodoviário, sito a Avenida Embaixador Macedo Soares, 12889, Vila Ribeiro de Barros, fone (11) 3833-5000, São Paulo/SP, para vistas e cópias.

1º Batalhão da Polícia Rodoviária - São Bernardo do Campo

Intimação

O Encarregado de Instrução do Procedimento Disciplinar Nº SubcmtPM- 004/362/20, Intima o acusado Cb PM 886975-0 Lino Augusto Domingos Costa e seus advogados Dr. Abelardo Julio da Rocha - OAB/SP 354.340 e Dr. Adão de Souza Dias – OAB/SP 401.080, ambos com escritório na rua Dona Antonia de Queiroz, 549, conj. 212, Higienópolis, São Paulo/SP, sobre a nova data da audiência de instrução (AIJ) em 29JAN21, às 10h, na sede do 4º Pelotão da 3ª Cia do 6º BPRv, sito a SP 099 Rodovia dos Tamoios, Km 80,800, bairro Rio do Ouro, município de Caraguatatuba/SP.

Ciente que o não atendimento injustificado do acusado, bem como de seus defensores, fica consignado que será nomeado um defensor "ad hoc", para fins de imediata continuidade dos atos processuais.

Saliento que o processo físico está disponível para vistas em cartório, bem como a cópia digitalizada via e-mail.

Intimação

O Encarregado de Instrução do Procedimento Disciplinar Nº SubcmtPM- 006/362/20, Intima o acusado 3º Sgt PM 904001-3 Andre de Barros Carvalho e seus advogados Dr. Abelardo Julio da Rocha - OAB/SP 354.340 e Dr. Adão de Souza Dias – OAB/SP 401.080, ambos com escritório na rua Dona Antonia de Queiroz, 549, conj. 212, Higienópolis, São Paulo/SP, sobre a nova data da audiência de instrução (AIJ) em 29JAN21, às 13h, na sede do 4º Pelotão da 3ª Cia do 6º BPRv, sito a SP 099 Rodovia dos Tamoios, Km 80,800, bairro Rio do Ouro, município de Caraguatatuba/SP.

Ciente que o não atendimento injustificado do acusado, bem como de seus defensores, fica consignado que será nomeado um defensor "ad hoc", para fins de imediata continuidade dos atos processuais.

Saliento que o processo físico está disponível para vistas em cartório, bem como a cópia digitalizada via e-mail.

4º Batalhão de Polícia Rodoviária - Jundiaí

Notificação

1. Na qualidade de Comandante da 4ª Companhia do 4º Batalhão de Polícia Rodoviária e Oficial Presidente do Procedimento Disciplinar (PD) 4BPRv-138-06-19, instaurado em desfavor do Cb PM 131114-0 Fernando Martins Figueiredo, pertencente ao efetivo administrativo da 4ª Cia do 4º BPRv, cujo Defensor constituído é o Dr. Ronilson Marcio Evaristo, OAB-SP 420.436 e o Dr. Lucimar Cordeiro Rodrigues OAB-SP 295.027, ambos, com escritório na Rua Dr. Costa Aguiar, 98, conj. 58, bairro Centro, município de Campinas, devido a apresentação da cópia de procuração "Ad judicia et extra" datada de 07Ago19 para o PD 4BPRv-138-06-19 (fl. 14), cuida este despacho interlocutório de notificar o defensor acerca da decisão do Subcomandante da Unidade, a realização de saneamento do Procedimento, sua reinicialização, realização de nova citação e prazo para o Defensor interpor requisições ou testemunhas para a consequente nova Audiência de Instrução e Julgamento (AIJ). Assim, decido pelas providências abaixo:

1.1. foram observados vícios de Forma sanáveis no decorrer do Procedimento Disciplinar (PD) em epígrafe, dignos de serem corrigidos para convalidar o presente Ato, portanto, notifico o acusado e seu defensor que foram necessárias a realização de procedimentos saneamento e a reinicialização do PD a partir da fase da construção do Termo Acusatório, agora constante à fl. 260 dos autos;

1.2. com isso, convido o defensor supracitado a conhecer a decisão e saneamento que se encontram encartados nos autos, bem como toda a nova construção realizada, e que estarão à disposição da defesa na Seção de Polícia Judiciária Militar e Disciplina da 4ª Cia do 4º BPRv, sito na Rodovia Anhanguera, Km 151+600 metros, pista sul, município de Limeira-SP, telefone (019) 3443-1967, em horário de expediente administrativo, das 09h às 18h, dias úteis, bem como, será concedida carga dos autos ao acusado no ato da nova citação;

1.3. ante o exposto, após a nova citação, poderá o acusado e seu defensor, independentemente de intimação, trazer à audiência de instrução e julgamento as testemunhas de defesa, até o limite de 3, exceto quando se tratar de agente público, quando será realizada a notificação para sua apresentação pela autoridade policial militar, situação em que deverá o acusado ou seu defensor solicitar essa medida, ao menos 4 dias antes da audiência de instrução e julgamento. Caberá ao acusado ou seu defensor, no mesmo prazo mínimo de 4 dias mencionado a pouco, requerer à administração a intimação de testemunha de defesa, quando não for apresentá-la espontaneamente, bem como requerer a juntada de documento oriundo da Polícia Militar, que o acusado não tenha acesso, para cotejo com as demais provas, na audiência de instrução e julgamento;

1.4. ainda neste prisma, notifico o defensor e intimo o acusado nesta mesma oportunidade a comparecem à AIJ que está prevista para ocorrer em 05-02-2021, às 10h na sede da 4ª Cia do 4º BPRv, sito à Rodovia Anhanguera, Km 151+600 metros, pista sul, município de Limeira-SP.

Comunicado

1. Na qualidade de Oficial Presidente do Processo Administrativo Disciplinar 4BPRv-003-06-19, cuida este despacho de comunicar ao Dr. Ronilson Marcio Evaristo, OAB-SP 420.436, defensor constituído do Cb PM 131114-0 Fernando Martins Figueiredo, bem como ao Dr. Rogerio Augusto Dini Duarte, OAB-SP 261.795, defensor constituído do Sd PM 156034-4 Eduardo Olivar Nascimento, a adoção das seguintes providências:

1.1. ao defensor Dr. Ronilson Marcio Evaristo, OAB-SP 420.436, defensor constituído do Cb PM 131114-0 Fernando Martins Figueiredo:

1.1.1. acuso o recebimento do requerimento elaborado pelo Dr. Ronilson Marcio Evaristo, OAB-SP 420.436 por email, em 22-01-2021 às 12h04;

1.1.2. considerando que, muito embora seja uma ferramenta alusiva ao acusado de outro defensor, não vislumbro contraposições a respeito e defiro em parte o que requereu:

2.) Solicito que seja juntado aos autos o PDM (básico e específico) do curso superior de Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo, bem como o histórico do curso de soldado do acusado Olivar.

1.1.2.1. no entanto, por óbvio, este requerimento independe exclusivamente da competência deste Presidente para aquisição e, desta feita, determino ao escrivão que envie uma Mensagem Eletrônica, sob tutela de urgência, à ESSd (Escola Superior de Soldados), pedindo, na integra o solicitado pelo defensor, cujo resultado será noticiado até o início do interrogatório dos acusados ou serão notificados os defensores outras providências que o caso necessitar.

2. Aproveito a oportunidade para elucidar que ainda permanece inalterada a data do interrogatório dos acusados, prevista para ocorrer em 27-01-2021, às 09h, na sede da 4ª Cia do 4º BPRv, localizada na SP 330 Rodovia Anhanguera, km 151,600, sentido Sul, Limeira-SP.

Comunicado

1. Na qualidade de Oficial Presidente do Processo Administrativo Disciplinar 4BPRv-003-06-19, cuida este despacho de comunicar ao Dr. Ronilson Marcio Evaristo, OAB-SP 420.436, defensor constituído do Cb PM 131114-0 Fernando Martins Figueiredo, bem como ao Dr. Rogerio Augusto Dini Duarte, OAB-SP 261.795, defensor constituído do Sd PM 156034-4 Eduardo Olivar Nascimento, a adoção das seguintes providências:

1.1. ao defensor Dr. Ronilson Marcio Evaristo, OAB-SP 420.436, defensor constituído do Cb PM 131114-0 Fernando Martins Figueiredo:

1.1.1. acuso, também, o recebimento do requerimento elaborado pelo Dr. Ronilson Marcio Evaristo, OAB-SP 420.436 por email, em 22-01-2021 às 13h58;

1.1.2. indefiro o que requer:

2.) Considerando a reclassificação do plano São Paulo, onde a região de Campinas, regrediu para fase laranja;

3.) Requeiro o adiamento do Interrogatório na modalidade presencial, marcado para o próximo dia 27-01-2021

1.1.2.1. por entender que já foram notificados os defensores na publicação do Diário Oficial Poder Executivo - Seção I, 130 (168), pág. 41-42, acerca da publicação do Boletim Geral PM 152, de 18-08-2020 que noticia a vigência da Portaria CORREGPM-6-330-20 que, por sua vez, disciplinou a retomada da instrução dos processos administrativo-disciplinares e sindicâncias no âmbito da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), fundamento para continuidade dos Atos deste Processo, providências que já vem sendo adotadas desde esta notificação.

2. Mais uma vez, reitero e elucido que ainda permanece inalterada a data do interrogatório dos acusados, prevista para ocorrer em 27-01-2021, às 09h, na sede da 4ª Cia do 4º BPRv, localizada na SP 330 Rodovia Anhanguera, km 151,600, sentido Sul, Limeira-SP.

5º Batalhão de Polícia Rodoviária - Sorocaba

Notificação

O Presidente do Conselho de Disciplina 5BPRv-001/06/20 notifica o Dr. Jakson Clayton de Almeida, OAB/SP 199.005, com escritório na Rua Quinze de Novembro, 200, Centro- São Paulo/SP, apresentado como Defensor do Cb PM 105928-9 Luiz Eduardo Ananias de Almeida, a comparecer no dia 04-02-2021, às 10h, na sede do 5º Batalhão de Policiamento Rodoviário, sito, Rua Antonio Aparecido Ferraz, 1455, cidade de Sorocaba/SP, local em que ocorrerá a audiência para as oitivas das testemunhas de acusação que constam na Portaria. Notifico ainda, que diante do seu não comparecimento de forma injustificada, será nomeado Defensor "Ad Hoc", conforme dispõe o § 1º do Artigo 21 das I-16 PM, para prosseguimento do feito.

Os autos se encontram à disposição na sede do 5º Batalhão de Policiamento Rodoviário, sito a Rua Antonio Aparecido Ferraz, 1455, Parque Santa Izabel, fone (15) 3333-3140, Sorocaba/SP, para vistas e cópias.

Notificação

O Presidente do Conselho de Disciplina 5BPRv-001/06/20, notifica o Dr. Ivândaro Alves da Silva, OAB/SP 372.632, com escritório na Rua Damiana da Cunha, 155, Sala 131-B, Santana, São Paulo/SP, apresentado como Defensor constituído do Cb PM 920550-A Ricardo Barbosa dos Santos, a comparecer no dia 04-02-2021, às 10h, na sede do 5º Batalhão de Policiamento Rodoviário, sito, Rua Antonio Aparecido Ferraz, 1455, cidade de Sorocaba/SP, local em que ocorrerá a audiência para as oitivas das testemunhas de acusação que constam na Portaria. Notifico ainda, que diante do seu não comparecimento de forma injustificada, será nomeado Defensor "Ad Hoc", conforme dispõe o § 1º do Artigo 21 das I-16 PM, para prosseguimento do feito.

Os autos se encontram à disposição na sede do 5º Batalhão de Policiamento Rodoviário, sito a Rua Antonio Aparecido Ferraz, 1455, Parque Santa Izabel, fone (15) 3333-3140, Sorocaba/SP, para vistas e cópias.

Notificação

O Presidente do Conselho de Disciplina 5BPRv-001/06/20, notifica o Dr. Ângelo Aparecido Moitinho, OAB/SP 381.895, com escritório na Rua Cesar Rossi Antunes, 47, Bairro Jd. Vale do Sol II, Itapevi/SP, apresentado como Defensor do Cb PM 111151-5 Luiz Gustavo de Oliveira Villela Ribeiro, a comparecer no dia 04-02-2021, às 10h, na sede do 5º Batalhão de Policiamento Rodoviário, sito, Rua Antonio Aparecido Ferraz, 1455, cidade de Sorocaba/SP, local em que ocorrerá a audiência para as oitivas das testemunhas de acusação que constam na Portaria. Notifico ainda, que diante do seu não comparecimento de forma injustificada, será nomeado Defensor "Ad Hoc", conforme dispõe o § 1º do Artigo 21 das I-16 PM, para prosseguimento do feito.

Os autos se encontram à disposição na sede do 5º Batalhão de Policiamento Rodoviário, sito a Rua Antonio Aparecido Ferraz, 1455, Parque Santa Izabel, fone (15) 3333-3140, Sorocaba/SP, para vistas e cópias.

Notificação

O Presidente do Conselho de Disciplina 5BPRv-001/06/20, Cap PM Glauco César Costa de Oliveira, notifica o Dr. Humberto Stanyslaws Cardoso Bianchi, OAB/SP 313.535, com escritório na Rua Floriano Peixoto, 2569, sala 05, Bairro Jd. das Nações, cidade de Salto/SP, apresentado como Defensor do Cb PM 105546-1 Nelson de Paula Júnior, a comparecer no dia 04-02-2021, às 10h, na sede do 5º Batalhão de Policiamento Rodoviário, sito, Rua Antonio Aparecido Ferraz, 1455, cidade de Sorocaba/SP, local em que ocorrerá a audiência para as oitivas das testemunhas de acusação que constam na Portaria. Notifico ainda, que diante do seu não comparecimento de forma injustificada, será nomeado Defensor "Ad Hoc", conforme dispõe o § 1º do Artigo 21 das I-16 PM, para prosseguimento do feito.

Os autos se encontram à disposição na sede do 5º Batalhão de Policiamento Rodoviário, sito a Rua Antonio Aparecido Ferraz, 1455, Parque Santa Izabel, fone (15) 3333-3140, Sorocaba/SP, para vistas e cópias.

Notificação

O Presidente do Conselho de Disciplina 5BPRv-001/06/20 notifica o Dr. Miguel dos Santos Júnior, OAB/SP 313.920, com escritório na Rua Floriano Peixoto, 2569, Sala 05, Jd. das Nações, Salto/SP, apresentado como Defensor do 2º Sgt PM 105254-3 Márcio José de Souza, a comparecer no dia 04-02-2021, às 10h, na sede do 5º Batalhão de Policiamento Rodoviário, sito, Rua Antonio Aparecido Ferraz, 1455, cidade de Sorocaba/SP, local em que ocorrerá a audiência para as oitivas das testemunhas de acusação que constam na Portaria. Notifico ainda, que diante do seu não comparecimento de forma injustificada, será nomeado Defensor "Ad Hoc", conforme dispõe o § 1º do Artigo 21 das I-16 PM, para prosseguimento do feito.

Os autos se encontram à disposição na sede do 5º Batalhão de Policiamento Rodoviário, sito a Rua Antonio Aparecido Ferraz, 1455, Parque Santa Izabel, fone (15) 3333-3140, Sorocaba/SP, para vistas e cópias.

Intimação

O Presidente do Processo Administrativo Disciplinar 5BPRv-002/06/19, 1º Ten PM Rafael de Lara Leite, Intima o defensor do acusado Cb PM 136537-1 Renato Soares Iauch constituído, Dr. Bruno Salla Rodrigues, OAB/SP 274.270, com escritório a Avenida Tucuruvi, 291, bairro Tucuruvi, São Paulo/SP, para que compareça a audiência de Sessão do PAD referenciado que ocorrerá em 29-01-2021 às 10h na sede da 1ª Companhia do 5º Batalhão de Policiamento Rodoviário, situada à Rodovia Raposo Tavares, km 110 pista Leste, município de Sorocaba/SP, ocasião em que será realizado o interrogatório do acusado, onde o não atendimento da presente, acarretará no prosseguimento do feito à revelia, conforme o artigo 54 paragrafo 4º das I-16-PM.

ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Intimação

1. O Governo do Estado de São Paulo, por intermédio do(a) Depto. Adm. Coord. Un. Pris. Reg. V. Paraiba/Litoral, vem comunicar CHG Engenharia e Construcoes Ltda - CNPJ: 08.698.415/0001-92, já qualificada no contrato número 004/2018 e edital Tomada de Preço 001/2018, acerca da apuração dos seguintes fatos:

2. Da Irregularidade Praticada.

A empresa CHG Engenharia e Construções Ltda-EPP contratou a Terraplano Planejamento e Terraplanagem Ltda EPP, subcontratando a execução total dos serviços de adaptação nas instalações hidráulicas para encaminhamento de esgoto da Coordenadoria para rede pública.

Tal conduta irregular da empresa afetou a regularidade dos trabalhos administrativos que dependiam da eficiência da execução do contrato, desta forma após Auditoria de Conformidade e Gestão 152/2019, realizada pelo Centro Regional de Controle e Avaliação 2 da secretaria da Fazenda e Planejamento, em sua recomendação 4 pede para apurar as devidas responsabilidades quanto à subcontratação dos serviços objetos do certame licita-

tório e aplicar as penalidade e sanções à empresa. Abaixo segue transcrição do relatório do CRCA-2:

"Achado 004

Subcontratação Total dos Serviços Objetos da Tomada de Preço 001/2018

Verificou-se que, ao tempo de efetuar o pagamento da 1° medição dos serviços executados pela contratada, a Unidade auditada, ao analisar os documentos exigidos para o correspondente pagamento, constatou que a empresa CHG Engenharia e Construções Ltda contratou a Terraplano Planejamento e Terraplenagem Ltda EPP, subcontratando a execução total dos serviços, conforme página 668, Volume IV, do Processo 160/2017.

Considerando que a Corevali não fez previsão no Edital para a possibilidade de subcontratação dos serviços e o instrumento de contrato em sua cláusula décima sexta, a qual trata da cessão ou transferência dos direitos e obrigações contratuais, discorre sobre o tema: "é defeso à contratada a cessão total ou parcial dos direitos e obrigações contratuais".

3. Assim, fica a empresa intimada para, querendo, apresentar suas alegações de defesa no prazo máximo de 5 dias úteis, a contar do recebimento desta intimação, que deve, preferencialmente, ser feita eletronicamente com acesso ao site www.esancoes.sp.gov.br com inclusão do código de acesso 2021ZSQAV8PIGW, que permitirá selecionar a opção "Fornecedor Ampla Defesa", para incluir a sua manifestação;

4. A perda do prazo de defesa ensejará a aplicação das penalidades legais.

5. Destaca-se que está assegurada, durante o prazo de manifestação, vista dos autos do processo no seguinte endereço: Av. Amador Bueno da Veiga, 450 - Jd. santa clara, taubate - SP, 12062400

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO

PENITENCIÁRIA ORLANDO BRANDO FILINTO - IARAS

Centro Administrativo

Comunicado

Considerando o Parecer CJ/SAP 1090/2005, comunicamos as pessoas abaixo relacionadas que possuem numerários na conta pecúlio desta Penitenciária "Orlando Brando Filinto " de Iaras, que no prazo de 30 dias a contar da publicação deste comunicado, os interessados deverão comparecer nesta Penitenciária, localizada na Rodovia Dr. Jair Gilberto Campanati, Km 04 -Zona Rural – Iaras, estado de São Paulo, munidos de documento de identidade, para demonstrar seu direito e efetuar a retirada do numerário.

Nome/RG/Nome do Pai/ Nome da Mãe/Data Exclusão/ Condição /Valor

Vlander Vollet/32.813.370/Jaime Aparecido Vollet/Maria Mutiko Vollet/13/03/2015/Absolvição Processual/R$ 244,88

Jose Aparecido Luiz/51.556.686/Joao Luiz/Maria Aparecida da Silva Luiz/22/06/2015/Regime Aberto/R$ 47,52

Cesar Vieira de Almeida/61.597.464/Francisco Vieira Sobrinho/Raimunda Pereira de Almeida Vieira/20/07/2015/Abandono/ R$ 782,65

Ademar Benedito de Oliveira Bueno/30.142.978/Valdemar de Oliveira Bueno/Salete Garbim Bueno/24/07/2015/Regime Aberto/R$ 84,00

Renato Guedes Batista/24.910.051/Clemente Jose Batista/ Anita Guedes Batista/24/07/2015/Regime Aberto/R$ 47,83

Anderson Fernando dos Santos/43.736.525/Não Informado/ Jandira Maria dos Santos Ferreira/30/07/2015/Cumprimento de Pena/R$ 60,25

Douglas Batista de Souza/31.811.950/Jose Felizardo de Souza/Vera Lucia Batista/31/07/2015/Cumprimento de Pena/ R$ 25,07

Luiz Antonio Rios Borges/61.570.571/Cecilio da Silva Borges/Loracy Rios Borges/07/08/2015/Absolvição Processual/R$ 44,09

Antonio Neves Dias/31.892.182/Sebastião da Silva Dias/ Jovelina Neves Dias/07/08/2015/Regime Aberto/R$ 136,54

Paulo Donizeti Maciel/24.868.605/Jose Pedro Maciel/Geralda Maria das Dores/07/08/2015/Regime Aberto/R$ 134,30

Jonas Carlos de Souza/34.126.780/Oswaldo Carlos de Souza/Maria de Paula Souza/07/08/2015/Livramento Condicional/R$ 77,86

Wilson Jose da Cruz/20.273.886/Jose da Cruz/Ana Martins da Cruz/17/08/2015/Regime Aberto/R$ 100,06

Antonio Martins Sobrinho/07.508.300/Joao Martins Sobrinho/Selvina Martins da Conceição/17/08/2015/Regime Aberto/ R$ 200,00

Gilson Rodrigues Ferreira/13.532.548/Horacio Jose Ferreira/ Terezinha Rodrigues Ferreira/20/08/2015/Cumprimento de Pena/ R$ 106,72

Evanildo Rodrigues da Silva/71.310.616/Nelson Rodrigues da Silva/Laudelina Marcelina da Silva/09/09/2015/Revogação da Prisão Preventeiva/R$ 10,00

Anderson da Silva Modesto/40.480.258/Luiz Modesto Filho/ Rozangela Maria da Silva/09/09/2015/Alvará De Soltura/R$ 24,64

Luiz Carlos Santos Peixoto/51.569.251/Aurelino Rodrigues Peixoto/Maria Augusta Santos/09/09/2015/Regime Aberto/R$ 56,00

José Dipold/18.503.294/João Dipold/Maria Cinira Gomes Dipold/09/09/2015/Livramento Condicional/R$ 401,70

Genezio da Silva Sampaio/15.099.678/Jacinto Luis Sampaio/ Nair da Silva/06/10/2015/Regime Aberto/R$ 67,80

Luiz de Almeida/02.592.725/Jose de Almeida/Carlota Cupeli de Almeida/06/10/2015/Regime Aberto/R$ 58,90

Adilson Jose da Silva/38.791.900/Gabriel Antonio da Silva/ Ana Maria da Silva/06/10/2015/Regime Aberto/R$ 138,95

Marcio Ricardo dos Santos/30.247.157/Isac dos Santos/ Tereza Aparecida dos Santos/13/10/2015/Regime Aberto/R$ 163,38

Mario de Lima/22.955.230/Braulino de Lima/Ivone Aparecida de Lima/13/10/2015/Regime Aberto/R$ 81,09

Ivo Moreira da Silva/29.465.384/Antonio Moreira da Silva/ Nivalda Teodoro de Oliveira Silva/13/10/2015/Livramento Condicional/R$ 143,64

Abilio da Ressurreição Alves/02.686.726/Nicolau Jose Alves/ Ana do Nascimento Esteves/13/10/2015/Livramento Condicional/R$ 55,46

Carlos Calixto da Silva/22.857.041/Mario da Silva/Diva Calixto/19/10/2015/Regime Aberto/R$ 188,02

Silvio Carlos Palini/20.644.917/Jose Geraldo Palini/Maria Alves da Cruz Palini/26/10/2015/Regime Aberto/R$ 91,44

Francisco Soares da Silva Neto/35.672.118/Sebastião Soares da Silva/Justina Felix da Silva Rocha/30/10/2015/Cumprimento de Pena/R$ 80,00

Claudio Celestino Francisco/13.952.507/Jose Celestino Francisco/Maria da Conceição Francisco/03/11/2015/Regime Aberto/ R$ 126,31

Valmir Jose da Silva/31.700.363/Simpliciano Jose da Silva/ Maria Jose de Oliveira/03/11/2015/Regime Aberto/R$ 62,70

Celso Antonio Freitas/23.534.457/Joao Antonio Freitas/Ana das Dores Ferreira Freitas/09/11/2015/Morte Natural/R$ 123,54

Joao Antonio Ramos/20.907.928/Joao Rafael/Odete Ramos/18/11/2015/Cumprimento de Pena/R$ 83,12

Andre Luiz/28.344.479/Nelson Luiz/Arrenil Aparecida Dourado Luiz/19/11/2015/Regime Aberto/R$ 72,01

Andre Luiz Vieira/33.080.042/Não Informado/Maria Lucia Vieira/20/11/2015/Revogação da Prisão Preventiva/R$ 31,15

Alex Wilian da Silva/26.246.837/Jose Carlos da Silva/Zilda Gomes de Souza Silva/02/12/2015/Liberdade Provisoria/R$ 115,94

Luis Alberto dos Santos/41.883.717/Luiz Antonio Paes dos Santos/Rosa da Conceição Camargo dos Santos/11/12/2015/ Alvará De Soltura/R$ 3,57

Hidewilson Lima da Silva/35.541.333/Jose Nunes da Silva/ Geruza Lima da Silva/16/12/2015/Livramento Condicional/R$ 63,72

Luiz Salomao Guimaraes/51.909.007/Afonso Guimaraes/ Maria de Lourdes Guimaraes/17/12/2015/Regime Aberto/R$ 25,33

Jose Carlos Francisco/24.030.581/Alvino Francisco/Luiza Bento Francisco/21/12/2015/Regime Aberto/R$ 31,29

Francisco Alves/12.229.693/João Alves/Herminia Alves/04/01/2016/Abandono/R$ 108,18

Juliano Pereira Dias/71.452.221/Adilson Antonio Dias/Lucineia Pereira Dias/12/01/2016/Alvará De Soltura/R$ 363,28

Odair Alves/06.281.307/Gilberto Alves/Maria Marques Alves/18/01/2016/Regime Aberto/R$ 90,42

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Centro de Finanças e Suprimentos

Notificação

Depois de ter tomado ciência da publicação ocorrida em 11-10-2019 sobre a aplicação das sanções de advertência e multa, interpondo recurso no prazo de 5 dias úteis, não reconsiderado mediante Despacho do Coordenador 2672/2020-GC, publicado em 15-07-2020 e tendo sido resguardados o contraditório e a ampla defesa, fica notificada a empresa Portal Ltda, CNPJ 05.005.873/0001-00, situada à Rua Domingos Simoes, 22, Vila Suzana, São Paulo/SP, para no prazo de 30 dias, a partir da notificação pessoal, apresentar neste Centro de Finanças e Suprimentos o comprovante original da guia de recolhimento da multa no valor total de R$ 16,88, calculada de acordo com os termos do artigo 5º, inciso II e parágrafo único da Resolução SAP 06/2007, c.c. o artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002 e artigo 87, inciso I da Lei Federal 8.666/93, aplicada em decorrência de atrasos na entrega dos materiais das Notas de Empenho 2017NE01207, 2018NE00147, 2018NE00162 e 2018NE00248.

O valor deverá ser recolhido através de Dare sob código 890-4 – Outras Receitas não Discriminadas - no Banco do Brasil S.A. (agente financeiro do Tesouro do Estado), com o número do Cadastro Nacional da Pessoa jurídica (CNPJ), da empresa notificada, alertando que a Secretaria da Administração Penitenciária não envia guia Dare para o recolhimento.

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE PAULO DE FARIA

Notificação

Fica Notificada a empresa: Campo Fino Industria Comércio Importação e Exportação de Alimentos Ereli, CNPJ: 24.744.074/0001-09 Inscr. Estadual: 68.019.906.110, Rodovia Brigadeiro Faria Lima, KM 404 – Perímetro Urbano – na cidade de Colina/SP, para no prazo de 48 horas, a partir da publicação desta notificação no Diário Oficial do Estado, deverá entregar os itens referente ao folheto descritivo anexo do Edital do Pregão Eletrônico 020/2020-CDPPF Processo 41843/2020, conforme calendário de entrega, o item: Item 02 – 1.100 Pacotes de 5 Kg de Arroz Agulhinha Tipo 1. De acordo com a Comissão de Recebimento de Materiais, o material foi devolvido por não atender as especificações contidas em Edital, e o não atendimento da presente Notificação estará sujeita a referida empresa as penalidades previstas no Artigo 7º da Lei Federal 10.520 de 17-07-2002, c.c. o Artigo 15 da Resolução CEGP-10 de 19-11-2002 e o Artigo 14, do Decreto 49.722 de 24-06-2005, na Resolução SAP 006 de 10-01-2007 e no que couber na Lei Federal 8.666/93 de 21-06-1993 e suas alterações.º 006 de 10-01-2007 e no que couber na Lei Federal 8.666/93 de 21-06-1993 e suas alterações.

FAZENDA E PLANEJAMENTO

COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

SUBCOORDENADORIA DE CONSULTORIA TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Tribunal de Impostos e Taxas

Delegacia Tributária de Julgamento 2 - Campinas

Unidade de Julgamento de Campinas

Notificação

Os contribuintes, abaixo identificados ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de Campinas que decidiu pelo não conhecimento da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Da decisão cabe recurso ao Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Campinas, uma única vez, dentro do prazo de 30 dias contados da publicação desta notificação, conforme disposto no artigo 8º do Decreto 54.714/09.

Os autos aguardarão o decurso do prazo na Unidade de Julgamento de Campinas.

Nome CPF/CNPJ Nº Controle Placa

C P Comércio e Locação de Equipamentos I 8512862000105 71.752.298-2 CUD-3387

Jurandir Joriatti 72525614968 71.778.417-4 CXY-9145

Ricardo Caetano de Assis 6729947802 71.736.208-5 CQM-3790

Notificação

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de Campinas que negou provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Da decisão cabe recurso ao Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Campinas, uma única vez, dentro do prazo de 30 dias contados da publicação desta notificação, conforme disposto no artigo 8º do Decreto 54.714/09.

Os autos aguardarão o decurso do prazo na Unidade de Julgamento de Campinas.

Nome CPF/CNPJ Nº Controle Placa Representante OAB/CPF

Azul Reis Comércio de Veículos Ltda. 10959303000190 72.833.919-5 FUH-2276

Azul Reis Comércio de Veículos Ltda. 10959303000190 72.398.647-2 EFZ-7411

Azul Reis Comércio de Veículos Ltda. 10959303000270 72.806.024-3 FQE-1J33

Azul Reis Comércio de Veículos Ltda. 10959303000190 71.471.517-7 EYI-8379

Cícero Nava 67038565834 71.135.719-5 CYO-5334 Rubens Rodrigues dos Reis / Lucimara Nogueira dos Reis CPF 483.444.431-72 / CPF 567.732.501-53

Edmar Esteves Neto 90071646787 72.503.161-0 ENR-3976

Ednea Roncolatto da Silva Mendes 4415378803 70.945.037-0 AJR-1489

Helena da Costa Paulo 13808706821 72.297.300-7 DZG-5503

José Roberto Mesa 13799383840 72.992.880-9 KOS-9B46 Rubens Rodrigues dos Reis / Lucimara Nogueira dos Reis CPF 483.444.431-72 / CPF 567.732.501-53

Lilian de Mattos Cassini 9695790801 73.071.408-1 OZB-0936 Rubens Rodrigues dos Reis / Lucimara Nogueira dos Reis CPF 483.444.431-72 / CPF 567.732.501-53

Mitsue Fuziy Sato 16800283835 72.854.236-5 FYY-0934

Odirlei de Oliveira Damascena 31796340812 72.597.736-0 EUS-3F13 Rubens Rodrigues dos Reis / Lucimara Nogueira dos Reis CPF 483.444.431-72 / CPF 567.732.501-53

Osvaldo Manoel de Souza 5916508867 71.361.383-0 DXD-0759 Rubens Rodrigues dos Reis / Lucimara Nogueira dos Reis CPF 483.444.431-72 / CPF 567.732.501-53

Solange Regina Venezian 5958523864 72.193.921-1 DSR-3695 Rubens Rodrigues dos Reis / Lucimara Nogueira dos ReIS CPF 483.444.431-72 / CPF 567.732.501-53

Willy Roosevelt do Nascimento 15406477811 73.003.972-9 LLD-5E43

Unidade de Julgamento de Sorocaba

Notificação

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de Sorocaba que negou provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Da decisão cabe recurso ao Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Campinas, uma única vez, dentro do prazo de 30 dias contados da publicação desta notificação, conforme disposto no artigo 8º do Decreto 54.714/09.

Os autos aguardarão o decurso do prazo na Unidade de Julgamento de Sorocaba.

Nome CPF/CNPJ Nº Controle Placa

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 72.314.547-7 EAK-2011 Adv. Adriana Serrani Cavassani - OAB/SP 196.162

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 72.560.180-2 ERV-6411 Adv. Adriana Serrani Cavassani - OAB/SP 196.162

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 72.560.558-3 ERW-1672 Adv. Adriana Serrani Cavassani - OAB/SP 196.162

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 72.585.941-6 ETZ-7803 Adv. Adriana Serrani Cavassani - OAB/SP 196.162

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 72.682.474-4 FBP-5142 Adv. Adriana Serrani Cavassani - OAB/SP 196.162

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 72.862.199-0 GAV-3216 Adv. Adriana Serrani Cavassani - OAB/SP 196.162

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 72.888.171-8 GJH-9072 Adv. Adriana Serrani Cavassani - OAB/SP 196.162

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 73.455.984-7 ERF-2128 Adv. Adriana Serrani Cavassani - OAB/SP 196.162

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 73.484.741-5 EVX-0288 Adv. Adriana Serrani Cavassani - OAB/SP 196.162

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 73.511.969-7 FBE-1258 Adv. Adriana Serrani Cavassani - OAB/SP 196.162

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 73.556.257-0 FLL-9588 Adv. Adriana Serrani Cavassani - OAB/SP 196.162

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 73.562.075-1 FMU-9728 Adv. Adriana Serrani Cavassani - OAB/SP 196.162

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 73.605.668-3 GBW-1358 Adv. Adriana Serrani Cavassani - OAB/SP 196.162

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 73.607.344-9 GCN-9327 Adv. Adriana Serrani Cavassani - OAB/SP 196.162

Banco RCI Brasil S.A. 62307848000115 73.621.523-2 GJS-6898 Adv. Adriana Serrani Cavassani - OAB/SP 196.162

COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

DEPARTAMENTO DE DESPESA DE PESSOAL DO ESTADO - DDPE

Centro Regional de Despesa de Pessoal - CRDPe-Ribeirão Preto

Notificação

Ficam notificados os abaixo discriminados para, no prazo de 15 dias, contatar o CRDPe-5, situada na avenida Presidente Kennedy, 1.550, Bairro Ribeirânia, Ribeirão Preto, telefone (16) 3965-9309, visando à devolução de numerário aos cofres públicos do Estado. Informações adicionais estão resguardadas e disponíveis aos interessados no citado CRDPe-5, assim como fica assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório. A falta de manifestação poderá implicar a inscrição no Cadin Estadual e envio do processo à Área do Contencioso Geral da Procuradoria Geral do Estado para ajuizamento de ação de conhecimento.

Keila Adriane Bonfim da Silva, RG 23.523.427-8

CPF 070.477.638-30, correspondente ao período de 01-01-2020 a 21-10-2020

Elena Fatima de Angelis Braga, RG 14.529.754-8

CPF 159.990.948-01, correspondente ao período de 13-03-2013 a 31-07-2019

EDUCAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

CHEFIA DE GABINETE

Departamento de Administração

Intimação

I - Das Preliminares

De plano, registre que os atos praticados preteritamente pelo Departamento de Administração, os quais são de plena ciência da contratada, foram afastados quando observados seus aspectos jurídicos, considerando que a autoridade administrativa que autorizou a deflagração dos procedimentos sancionatórios pretéritos não estava regularmente imbuída da função pública que lhe conferisse poder para tanto.

Sob tal perspectiva, os atos, ainda que destituídos de eficácia e consequente produção de efeitos jurídicos, quando considerados em seu núcleo central, deverão servir como preparatórios, tendo em conta que representam circunstâncias fáticas que possuem autonomia própria de existência. O entendimento é partilhado pela própria Procuradoria Geral do Estado, instrumentalizado pelo Parecer CJ/SE 822/2020, especialmente no seu item 19, cujo excerto transcrevo abaixo:

"Assim, todos os atos praticados pelo Departamento de Administração - D.A. podem ser considerados como preparatórios da Representação"

Noutro giro, a Chefe de Gabinete, de acordo com a Resolução CC 52, de 19-07-2005, conjuntamente com a Resolução SE 10, de 09-02-2009, bem como pelo Decreto 61.751/2015, designou esta subscritora, nomeadamente: Samantha Stephanie Luz, para processamento deste instrumento sancionatório, em observância ao regime jurídico administrativo.

Tecidas essas importantes considerações preambulares, passaremos a discorrer sobre as irregularidades praticadas pela contratada.

II - Do Relatório

Evidencia-se, pela observância do conjunto probatório inserto nos autos, que a contratada costumeiramente violava cláusulas contratuais, consubstanciando a edição dos Ofícios SEE/CEZEL 016/2019, SEE/CEZEL 018/2019, 064/2019, Ofício s/nº, de 14-11-2019, ainda no exercício de 2019.

Regularmente instada a manifestar-se, à contratada, após ciência dos fatos que lhe eram imputados pela Administração, quedou-se silente quanto à materialidade e responsabilidade de sua conduta, escudando-se através de desconexas divagações.

Simultaneamente, acusamos o recebimento de notificação do Sindicato representativo da respectiva Categoria Profissional - Sindepress, em que denuncia a prática das mesmas violações observadas pela Administração, além de outras de mesma natureza (trabalhistas), sinalizando que a relação contratual estava eivada de patente lividez.

Com efeito, o agente público responsável pela condução operacional do contrato produziu minucioso relatório técnico (Doc. 15), em que demonstra tecnicamente a existência de expressiva divergência entre o valor que era adimplido pela contratada perante seus empregados e aqueles estabelecidos na Convenção Coletiva da Categoria, quando objeto de cotejamento. O montante inadimplido alcança R$ 70.073,99. Registre-se que este importe foi cautelarmente retido pela Administração, cujo sustentáculo jurisprudencial encontra supedâneo no Parecer GPG/CONS 88/2012, Recurso Especial STJ1, Súmula 331 do TST, bem como julgado do Tribunal de Contas materializado no Acórdão 3301/2015.

Importante destacar que os elementos que deram substrato material ao aludido relatório técnico, foram entregues pela própria contratada, por ocasião das medições dos serviços prestados mensalmente, além dos demais documentos necessários para fins de autorização de pagamento, que eram enviados conjuntamente com o documento fiscal correspondente. A Administração apenas compilou-os, identificando a existência das irregularidades apontadas.

Neste passo, a Administração cientificou a contratada das inconsistências descobertas, admoestando-a para que as corrigisse, todavia, insatisfeita com a legitimidade do relatório, ainda que este tenha sido alicerçado em elementos oferecidos por ela, iniciou-se intensa atividade contenciosa, resultando no abandono integral do contrato, especificamente a partir do dia 03-04-2020 (Doc. 04 E 05), circunstância esta atestada pelos fiscais administrativos, causando sensíveis prejuízos ao interesse público, resultando em desorganização, aglomerações e desordem em nossas portarias, cuja reparação do dano coube a própria administração, disponibilizando seus servidores para o desempenho destas atividades, além da ausência de cobertura de mais de 400 horas de almoço de seus empregados, fazendo com que o quadro disponibilizado pela contratada restasse sensivelmente diminuído, sobrecarregando os demais alocados nos postos de trabalho.

Em seguida, a partir da edição dos Decretos Estaduais 64.862/2020, 64864/2020, 64.865/2020, 64.879/2020, 64.880/2020, 64.881/2020, 64.898/2020, 64.918/2020, 64.928/2020, 64.937/2020, o Departamento de Administração expediu o Ofício DA 27/2020, suspendendo a execução contratual, tendo em conta que, apesar do inesperado e inconsequente abandono dos postos pela contratada, o vínculo ainda encontrava-se vigente.

A partir da desaceleração dos casos de Covid-19, há época, e considerando a intensificação da atividade administrativa nos equipamentos públicos da Secretaria da Educação, especialmente o prédio Sede, o Departamento de Administração, buscando resguardar o interesse público e o regular processamento das atividades de apoio administrativo/operacional, expediu Ofício DA 49/2020, requisitando o retorno da execução contratual, cuja ciência da contratada deu-se em 24-09-2020, através de Relação de Remessa 028/2020, conquanto, ainda que regularmente instada ao regresso das atividades, silenciou-se sepucralmente.

III - Da Conclusão

À vista de todo o exposto, considerando a expressa violação do item 4.19 do Projeto Básico integrante do Edital de Contratação, conjuntamente com o descumprimento dos itens I, III, IV, VII, XII, e XXIII, da Cláusula Quarta do Contrato Administrativo 001/2017, somado a inobservância dos preceitos incutidos na Convenção Coletiva da Categoria (Sindepress), evidencia-se que as irregularidades praticadas pela contratada são passíveis de rescisão unilateral do contrato, nos termos do art. 79, I, da Lei Federal 8.666/93, ante o descumprimento dos artigos 66, 77 e 78, inc. I e II, do mesmo diploma legal.

Ato contínuo, a aplicação de sanções administrativas fundamenta-se na Lei Federal 10.520/2002, que regulamenta a modalidade de licitação Pregão e os contratos dele provenientes, conjuntamente com a Resolução CC 52, de 19-07-2005, e Resolução SE-33, de 01-04-2003, que disciplinou o respectivo procedimento.

À vista de todo o exposto, considerando a gravidade dos atos praticados pela contratada, consoante relatado na presente peça, conjuntamente com os anexos que compõem este procedimento (abaixo elencados), sirvo-me do presente instrumento para Intimar a contratada acerca deste processo sancionatório para que, caso queira, apresente Defesa Administrativa, sob pena de sujeitar-se à Rescisão Unilateral do Contrato 001/2017, com consequente aplicação de sanção de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública pelo período de 08 (oito) meses, com fundamento no art. 07 da Lei Federal 10.520, conjuntamente com a aplicação de Multa, no importe de R$ 3.223,72, em conformidade com a alínea "b", art. 04 da Resolução SE 33, de 01-04-2003.

Abaixo o rol de anexos que compõem a presente intimação, servindo-a como fundamentação tanto quanto o substrato incutido neste instrumento, que estão inseridos na plataforma E-Sanções (online) e já são do prévio conhecimento da contratada.

I. Contrato - Fls. 5 A 21;

II. Primeiro e Segundo Termos de Aditamento - Fls. 23 A 28;

III. Ofício Cezel - 16/2019 - Fls. 29 A 30;

IV. Ofício Cezel - 18/2019 - Fls. 31 A 33;

V. Resposta Notificação Kwlima- Ofício 18/2019 - Fls. 43 A 44;

VI. Ofício da - 64/2019 - Fls. 48 A 51;

VII. Resposta Kwlima- Ofício 64/2019 - Fls. 64 A 65;

VIII. Ofício da - 14-11-2019 - Fls. 121 A 124;

IX. Doc. 1 - Relação de Remessa - Data 04-02-2020 - Fls. 130, 133 E 134;

X. Terceiro Aditamento - Fls. 255 A 260;

XI. Quarto Aditamento - Fls. 261 A 265;

XII. Doc. 2 - Consulta Bec-Relator - Fls. 358;

XIII. Doc. 3 - Oficio da - Para Dorigon Advogados - Fls. 363 A 365;

XIV. Doc. 4 - Declaração e E-Mail dos Fiscais Abandono de Postos - Fls. 366 A 370;

Xv. Doc. 5 - Declaração do Fiscal-Victor - Fls. 371 A 372;

XVI. Doc. 6 - Defesa Prévia-Dorigon - Fls. 373 A 383;

XVII. Doc. 7 - Notificação - Dorigon- Fls. 384 A 389;

XVIII. Doc. 8 - Notificação Rescisão do Contrato - Dorigon- Fls. 390 A 396;

XIX. Doc. 9 - Sindepress - Fls. 397 A 402;

XX. Doc. 10 - Conveção Coletiva- Fls. 403 A 404;

XXI. Doc. 11 - Documentos Cardterc - Fls. 405 A 410;

XXII. Doc. 12 - Planilha de Custos-Kwlima - Fls. 411 A 416;

XXIII. Doc. 13 - Reajuste - Fls. 417 A 427;

XXIV. Doc. 14 - E-Mail para Sindepress - Fls. 428 A 430;

XXV. Doc. 15 - Demonstração de Diferenças Pagas-Relatório-Cezel - Fls. 431 A 513;

XXVI. Doc. 16 - Notas Fiscais - Fls. 514 A 517;

XXVII. Doc. 17 - Termos de Recebimento-Jan/Fev/Mar - Fls. 522 A 536;

XXVIII. Doc. 18-E-Mail do Gestor - Posto de Trabalho--Almocista não Compareceu - Fls. 537 A 547;

XXIX. Doc. 19-Despacho de Solicitação de Empenho do Gestor - Fls. 548 A 551;

XXX. Doc. 20-E-Sanções - Fls. 552 A 556;

XXXI. Doc. 21-Cartas Funcionarios - Fls. 557 A 561;

XXXII. Doc. 22-Comprovante de Recebimento - Fls. 562 A 563;

XXXIII. Doc. 23-Minuta de Rescição Unilateral - Fls. 564 A 567;

XXXIV. Doc. 24 E-Mail Dorigon e Comprovante de Recebimento de Processos Digital - Fls. 580 A 583;

XXXV. Doc. 25-E-Mail Dorigon e Comprovante de Recebimento de Processos Digital - Fls. 584 A 585;

XXXVI. Doc. 26- Ar-Comprovantes - Fls. 586 A 589;

XXXVII. Resposta-Defesa Prévia - Fls. 612 A 634;

XXXVIII. Resposta-Recurso Administrativo - Fls. 675 A 687;

XXXIX. Doc. 27- Carta Motoboy - Fls. 706 A 709;

XL. Doc. 28- Ar-Comprovantes - Fls. 710 A 728;

XLI. Doc. 29-Cartas Funcionarios - Fls. 729 A 734;

XLII. Doc. 30-E-Mail-Tribunal de Contas - Fls. 735 A 741;

XLIII. Doc. 31-E-Sanções - Fls. 742 A 746;

XLIV. Intimação - Fls. 747 A 754;

XLV. Publicação D.o.gestor -Fl. 755;

XLVI. Oficio-49-2020-Retomada de Serviços - Fls. 756 A 758;

XLVII. Oficio-da-27-2020-Suspensão Contratual - Fls. 759 A 760;

XLVIII. Solicitação de Vistas-Kwlima -Fl. 761.

À contratada para ciência.

1 (STJ - REsp: 1241862 RS 2011/0052780-0.

Relator: Ministro Mauro Campbell Marques.

Data de Julgamento: 28-06-2011, T2 - Segunda Turma. Data de Publicação: DJE 03-08-2011)

DIRETORIAS DE ENSINO

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO CENTRO

Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio

Comunicado

A Direção da EE Prof. Colombo de Almeida, Diretoria de Ensino Região Centro, situada na Rua Graciano Altieri 114, Casa Verde Alta, São Paulo/SP, torna pública a existência de 2 vagas para Posto de Trabalho de Professor Coordenador de Anos Finais e Ensino Médio, criada pela Resolução Seduc-3 de 11-01-2021.

Entrega da proposta de trabalho: de 26/01/21 a 27/01/21 e entrevista se dará dia 28-01-2021 às 11h.

Comunicado

A Direção da EE Prof. Colombo de Almeida, Diretoria de Ensino Região Centro, situada na Rua Graciano Altieri 114, Casa Verde Alta, São Paulo/SP, torna pública a existência de uma vaga de Vice Diretor de Escola de Anos Finais e Ensino Médio, criada pela Resolução Seduc-3 de 11-01-2021.

Comunicado

A Direção da EE Romão Puiggari, Diretoria de Ensino Região Centro, situada na Rua Graciano Altieri 114, Brás, São Paulo/SP, torna pública a existência de 2 vagas para Posto de Trabalho de Professor Coordenador de Anos Iniciais. Entrega da proposta de trabalho: de 26/01/21, 27/01/21e 28-01-2021, das 8h às 15h e entrevista se dará dia 29-01-2021 às 10h, nesta Unidade Escolar.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO CENTRO-SUL

Comunicado

O Dirigente Regional de Ensino convoca os candidatos inscritos e classificados, nos termos da Resolução SE 05 de 07-01-2020 alterada pela Resolução SE 18/2020, de 31-01-2020, atendendo ao disposto na mesma legislação, para sessão de atribuição para Suporte Pedagógico, conforme especificação:

Diretor de Escola - 01 cargo vago

EE Caetano de Campos

Data: 26-01-2021 (terça-feira).

Horário: 9h

Local: Diretoria de Ensino Região Centro Sul - Rua Dom Antonio Galvão, 95 – Vila Gumercindo – São Paulo.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO LESTE 1

Comunicado

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Leste 1, comunica aos candidatos inscritos e classificados nos termos da Resolução SE-05/2020, alterada pelas Resoluções Seduc 18/2020 e 56/2020, a sessão de escolha a se realizar no dia, local e horários abaixo:

Dia: 26-01-2021

Local: Sede da Diretoria de Ensino Região Leste 1, situada à Rua Caetano de Campos 220 – Tatuapé.

1 cargo vago de Diretor de Escola.

EE Prof. Thereza Dorothea de Arruda Rego

Horário: 10h

3 cargos vagos de Supervisor de Ensino

Horário: 10h30

Efetivo exercício na mesma data da atribuição.

1- O inscrito nos termos desta resolução deverá apresentar, em cada sessão de atribuição da qual participe, termo de anuência expedido pelo superior imediato, com data atualizada, cuja validade abrangerá apenas o período de vigência da designação.

2- Para a atribuição o candidato deverá ter ciência da necessidade de apresentar:

Termo de anuência, do local de exercício, expedido pelo superior imediato e ratificado pelo Dirigente Regional de Ensino, quando for o caso, com data atualizada correspondente ao edital de oferecimento da vaga, cuja validade abrangerá apenas o período de vigência da designação;

Declaração de horário para fins de acumulação, quando for o caso;

Declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13.

3- É expressamente vedada a atribuição de vaga e/ou sua respectiva designação:

a) ao candidato que se encontrar afastado a qualquer título;

b) por procuração de qualquer espécie.

4- 4- O Candidato não poderá, na data da atribuição, encontrar-se em férias, licença-prêmio, licença-saúde, ou qualquer outro afastamento, inclusive designação, que o impeça de entrar em exercício imediato;

A Diretoria Regional de Ensino está desenvolvendo suas atividades, respeitando todos os protocolos de saúde e condições estabelecidas no Plano São Paulo.

Atentar ao cumprimento do Decreto 64.549, de 05-04-2020, que dispõe sobre o uso geral e obrigatório de máscaras de proteção facial no contexto da pandemia da Covid-19.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO LESTE 3

Comunicado

O Dirigente Regional de Ensino convoca todos os candidatos classificados na Diretoria de Ensino Leste 3 que atendam ao contido nos termos da Res. SE 05/2020, alterada pela Res. SE 18/2020, para sessão de atribuição de um cargo vago de Diretor de Escola – Classe Suporte Pedagógico e outras que venham a surgir no período deste edital.

No caso de acumulação, trazer o horário do cargo/função com o qual pretende acumular, para exame da situação. Os candidatos deverão apresentar termo de anuência expedido pelo superior imediato e ratificado pelo Dirigente Regional de Ensino, com data atualizada. Não haverá atribuição por procuração.

Data da Atribuição: 26-01-2021.

Horário: 9h

Local: Sede da Diretoria de Ensino - Leste 3 - Rua Isabel Urbina, 200 - Cohab José Bonifácio - São Paulo - SP

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO LESTE 4

Comunicado

O Dirigente Regional de Ensino – DER Leste 4, torna pública para todos os candidatos inscritos e classificados, nos termos da Resolução SE 5/2020 de 07-01-2020, alterada pela Resolução SE 18/2020 de 31-01-2020, Resolução SEDUC 81 de 09-11-2020 e Portaria CGRH-16 de 09-12-2020, a sessão de atribuição de Suporte Pedagógico – Diretor de Escola – na seguinte conformidade:

- 01 (um) cargo vago de Diretor de Escola, na Unidade Escolar:

- EE Prof. Adelino José da Silva d Azevedo;

Data da Atribuição: 26-01-2021 às 8 horas. A sessão de atribuição será realizada remotamente pela Plataforma Microsoft Teams.

Observações:

1 - O candidato deverá enviar e-mail para o endereço eletrônico: delt4@educacao.sp.gov.br, informando no assunto: "Sessão de Atribuição de Suporte Pedagógico – Diretor de Escola".

2 - O candidato deverá encaminhar os documentos, abaixo relacionados, digitalizados para o endereço: delt4@educacao.sp.gov.br, preferencialmente até o dia 22-01-2021 às 12 horas e, digitar no corpo do e-mail, endereço de e-mail institucional para que receba o convite da reunião remota no dia da atribuição.

2.1 - Termo de anuência, do local de exercício, expedido pelo superior imediato e ratificado pelo Dirigente Regional de Ensino, quando for o caso, com data atualizada correspondente ao edital de oferecimento de vagas, cuja validade abrangerá apenas o período de vigência da designação;

2.2- Declaração de horário, atualizada, assinada pelo superior imediato, caso acumule cargo ou função;

2.3- Declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13;

3 - Fica expressamente vedada a atribuição por procuração de qualquer espécie;

4 - Somente poderão participar da atribuição de vaga os candidatos que, na data da atribuição e sua respectiva designação, se encontrarem em exercício de seu cargo (Artigo 6º, parágrafo único da Resolução 5, de 07-01-2020);

* Cumpre ressaltar que a atribuição, será realizada remotamente, via Microsoft Teams, tendo em vista o contexto da pandemia do Covid-19 e da necessidade de distanciamento social; e, em virtude do Decreto 65.437, de 30-12-2020 que "Estende a quarentena no Estado de SP até o dia 07-02-2021".

Comunicado

A Dirigente Regional de Ensino – DER Leste 4, torna pública para todos os candidatos inscritos e classificados, nos termos da Resolução SE 5/2020 de 07-01-2020, alterada pela Resolução SE 18/2020 de 31-01-2020, Resolução SEDUC 81 de 09-11-2020 e Portaria CGRH-16 de 09-12-2020, a sessão de atribuição de Suporte Pedagógico – Supervisor de Ensino – na seguinte conformidade:

- 03 (três) cargos de Supervisor de Ensino, a saber:

- 1 (um) Cargo vago;

- 2 (dois) Cargos em substituição.

Data da Atribuição: 26-01-2021 às 9h. A sessão de atribuição será realizada remotamente pela Plataforma Microsoft Teams.

Observações:

1 - O candidato deverá enviar e-mail para o endereço eletrônico: delt4@educacao.sp.gov.br, informando no assunto: "Sessão de Atribuição de Suporte Pedagógico – Supervisor de Ensino".

2 - O candidato deverá encaminhar os documentos, abaixo relacionados, digitalizados para o endereço: delt4@educacao.sp.gov.br, preferencialmente até o dia 22-01-2021 às 12 horas e, digitar no corpo do e-mail, endereço de e-mail institucional para que receba o convite da reunião remota no dia da atribuição.

2.1 - Termo de anuência, do local de exercício, expedido pelo superior imediato e ratificado pelo Dirigente Regional de Ensino, quando for o caso, com data atualizada correspondente ao edital de oferecimento de vagas, cuja validade abrangerá apenas o período de vigência da designação;

2.2- Declaração de horário, atualizada, assinada pelo superior imediato, caso acumule cargo ou função;

2.3- Declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13;

3 - Fica expressamente vedada a atribuição por procuração de qualquer espécie;

4 - Somente poderão participar da atribuição de vaga os candidatos que, na data da atribuição e sua respectiva designação, se encontrarem em exercício de seu cargo (Artigo 6º, parágrafo único da Resolução 5, de 07-01-2020);

* Cumpre ressaltar que a atribuição, será realizada remotamente, via Microsoft Teams, tendo em vista o contexto da pandemia do Covid-19 e da necessidade de distanciamento social; e, em virtude do Decreto 65.437, de 30-12-2020 que "Estende a quarentena no Estado de SP até o dia 07-02-2021".

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO NORTE 1

Comunicado

Edital de Atribuição do Suporte Pedagógico - 04/2021

O Dirigente Regional de Ensino convoca os inscritos e classificados nos termos da Resolução SE 5, de 7-1-2020, alterada pelas Resoluções SE 18, de 31-1-2020 e Resolução Seduc-81, de 9-11-2020 para sessão de Atribuição da Classe de Suporte Pedagógico, que será realizada conforme segue:

1-Poderão participar desta atribuição os inscritos e classificados para a função de Diretor de Escola e Supervisor de Ensino que constarem na classificação final publicada no Edital de 28-02-2020, publicada no site da Diretoria de Ensino Norte1.

1.1-O interessado em participar da atribuição deverá apresentar:

- Documentos pessoais;

-Anuência do local de exercício, expedido pelo superior imediato com data atualizada.

-Declaração de horário para fins de acumulação, quando for o caso.

-Declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13 (Parágrafo único, artigo 5º da Res.SE 05/2020).

2- Serão atribuídas as Unidades Escolares (EE Dr. Genésio de Almeida Moura, EE Ítalo Betarello, EE Mathias Ayres, EE República Argentina, EE Thayanne Luzimara Costa Valcacer) e os Setores 03, 09, 13, 14, 17 (Vagos) e 07 (Substituição).

3-Para fins de participação na sessão de atribuição de vaga e sua respectiva designação, o candidato deverá, na data da atribuição, se encontrar em exercício, não podendo, neste momento, estar em qualquer tipo de licença, afastamento ou férias.

4- A atribuição ocorrerá no próximo dia 26-01-2021, às 9h, na Diretoria Regional de Ensino, localizada à Rua: Faustolo, 281 – Água Branca.

Etapa 1: Candidatos inscritos e classificados (Resolução 5/2020 alterada pelas Resoluções 18 e 81/2020).

Etapa 2: Professores respondendo pela Direção sem inscrição (Artigo 2º da Resolução 81/2020).

Etapa 3: atendendo o disposto no artigo 4º da Resolução SE 5, de 7-1-2020 e artigo 2º da Resolução Seduc-81, de 9-11-2020.

6-Os casos omissos neste edital serão decididos pelo Dirigente Regional de Ensino.

Convocação

O Dirigente Regional de Ensino, nos termos do inciso III, do artigo 72 do Decreto 57.141/2011, convoca as Supervisoras de Ensino Luzia Regina Silva de Oliveira-RG: 15.678.030-3, Angelina Azevedo Zapia-RG 22.641.977 e Cecília Sofia Oliveira Franzoni Gabriel-RG 11.967.137-2, para desenvolverem trabalho interno no Gabinete do Dirigente Norte 1, nos dias 27-01-2021 e 28-01-2021.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO NORTE 2

Comunicado

Professor Coordenador de Ensino

O Diretor da EE Professora Elza Saraiva Monteiro comunica a abertura das inscrições ao posto de trabalho na função de Professor Coordenador do Ensino Anos Iniciais.

I – Dos Requisitos de Habilitação para Preenchimento da Função

Os requisitos para exercício da função de PC conforme os termos da Resolução SE 3/2021, artigo 7º:

A – ser docente titular de cargo ou ocupante de função-atividade, podendo se encontrar na condição de adido ou em readaptação, sendo que, no caso de docente readaptado, a designação somente poderá ocorrer após manifestação favorável da Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde da Secretaria de Gestão Pública – CAAS;

B – Contar, no mínimo, com 3 anos de experiência no magistério público estadual;

C – Ser portador de diploma de Licenciatura Plena;

D – O docente contrato nos termos da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009, não poderá ser designado para o exercício das atribuições de Professor Coordenador.

E - O docente, classificado na unidade escolar, terá prioridade na indicação para designação, respectivamente, no posto de trabalho de Professor Coordenador da unidade escolar – PC;

F - Em caso de indicação de docente não classificado na forma estabelecida para as designações, a que se refere o §2º deste artigo, deverá ser exigida a apresentação de anuência expressa do superior imediato do docente na unidade escolar de origem, previamente ao ato de designação.

G - A designação para atuar como Professor Coordenador - PC somente poderá ser concretizada quando houver substituto para assumir as aulas da carga horária do docente a ser designado.

A acumulação remunerada de PC com cargo/função docente segue os termos da Resolução SE 3/2021, artigo 10º:

I -o somatório das cargas horárias dos vínculos não exceda o limite de 65 horas, quando ambos integrarem quadro funcional desta Secretaria de Estado da Educação;

II -haja compatibilidade de horários, consideradas, no cargo/função docente, também as Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo - ATPC, integrantes de sua carga horária.

Parágrafo único - No ato da designação, o Dirigente Regional de Ensino deverá verificar a regularidade da acumulação pretendida e publicar a decisão do caso examinado, sob pena de responsabilidade da autoridade que permitir a acumulação ilícita, aplicando-se-lhe as sanções cabíveis.

II - Para o desempenho da função, o Professor Coordenador anos iniciais deverá apresentar perfil profissional que atenda às seguintes exigências:

Desempenhar as funções abaixo, conforme a Resolução SE 3 de 11-01-2021, no seu Artigo 5º - Constituem-se atribuições do docente designado para o exercício da função gratificada de Professor Coordenador - PC:

I - para acompanhamento de uma única unidade escolar:

a) atuar como gestor pedagógico, com competência para planejar, acompanhar e avaliar os processos de ensinar e aprender, bem como o desempenho de professores e alunos;

b) orientar o trabalho dos docentes, nas reuniões pedagógicas e no horário de trabalho coletivo, de modo a apoiar e subsidiar as atividades em sala de aula, observadas as sequências didáticas de cada ano, curso e ciclo;

c) ter como prioridade o planejamento, a organização e o desenvolvimento de atividades pedagógicas, utilizando os materiais didáticos impressos e os recursos tecnológicos, sobretudo os disponibilizados pela Secretaria da Educação;

d) apoiar a análise de indicadores de desempenho e frequência dos estudantes para a tomada de decisões visando favorecer melhoria da aprendizagem e a continuidade dos estudos.

e) coordenar as atividades necessárias à organização, ao planejamento, ao acompanhamento, à avaliação e à análise dos resultados dos estudos de reforço e de recuperação;

f) decidir, juntamente com a equipe gestora e com os docentes das classes e/ou dos componentes curriculares, a conveniência e oportunidade de se promoverem intervenções imediatas na aprendizagem, a fim de sanar as dificuldades dos alunos, mediante a aplicação de mecanismos de apoio escolar, e a formação de classes de recuperação contínua e/ou intensiva;

g) orientar os professores quanto às concepções que subsidiam práticas de gestão democrática e participativa, bem como as disposições curriculares, pertinentes às áreas do conhecimento e componentes curriculares que compõem o currículo dos diferentes níveis e modalidades de ensino;

h) coordenar a elaboração, o desenvolvimento, o acompanhamento e a avaliação da proposta pedagógica, juntamente com os professores e demais gestores da unidade escolar, em consonância com os princípios de uma gestão democrática participativa e das disposições curriculares, bem como dos objetivos e metas a serem atingidos;

i) tornar as ações de coordenação pedagógica um espaço dialógico e colaborativo de práticas gestoras e docentes, que assegurem:

1- a participação proativa de todos os professores, nas aulas de trabalho pedagógico coletivo, promovendo situações de orientação sobre práticas docentes de acompanhamento e avaliação das propostas de trabalho programadas;

2- a vivência de situações de ensino, de aprendizagem e de avaliação ajustadas aos conteúdos e às necessidades, bem como às práticas metodológicas utilizadas pelos professores;

3 - as abordagens multidisciplinares, por meio de metodologias significativas para os alunos;

4 - a divulgação e o intercâmbio de práticas docentes bem sucedidas, em especial as que façam uso de recursos tecnológicos e pedagógicos disponibilizados na escola;

III– Período de Inscrição

Entrega da proposta de trabalho dias 26-01-2021 a 28-01-2021, das 9h às 16h, na EE Professora Elza Saraiva Monteiro localizada na Avenida Mariana Caligiori Ronchetti 1200, Bairro Jardim Peri, Telefone 2258-4505.

IV – Apresentação da proposta de trabalho, contendo:

A – Plano de Formação Continuada dos Docentes, contemplando ações a serem desenvolvidas, visando o desenvolvimento e aperfeiçoamento do trabalho pedagógico, fundamentado nos princípios que norteiam o Currículo Oficial do Estado de São Paulo. Tais ações deverão ser pautadas na análise dos indicadores de desempenho da escola;

B – Currículo atualizado contendo a participação em cursos de atualização profissional oferecidos pela SEE e/ou Diretoria de Ensino;

C – Experiência profissional na área de Educação.

V – Entrevista e avaliação da proposta de trabalho:

A entrevista, organizada pelo Diretor da Escola, constará da apresentação pelo candidato (a) do seu histórico profissional e da proposta de trabalho para o posto de trabalho objeto de sua inscrição e será realizada no dia 29-01-2021

às 11hs.

Para a designação, o docente deverá apresentar, conforme os termos da Resolução SE 3/2021, artigo 11º:

I - declaração do anexo, a que se refere o artigo 2ºdo Decreto 57.970, de 12-04-2012;

II - declaração de parentesco prevista no Decreto 54.376, de 26-05-2009;

III - declaração de parentesco nos termos do artigo 244 da Lei 10.261, de 28-10-1968.

IV - e outros documentos necessários para a concretização da designação.

VI – Da vaga oferecida

01 vaga para Professor Coordenador do Ensino Anos Iniciais Horário de Trabalho: 2ª a 6ª feira, das 10h às 19h.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO SUL 1

Comunicado

O Dirigente Regional de Ensino Região Sul 1, comunica aos inscritos e classificados nos termos da Resolução SE. 82/2013, que a sessão de Atribuição na classe de Suporte Pedagógico de Diretor de Escola, será realizada conforme segue:

Local: Diretoria de Ensino - Região Sul 1.

Rua Pensilvânia, 115 – Brooklin. 3º Andar

3 cargos vagos:

EE Duglas Teixeira Monteiro.

EE Luis Gonzaga Travassos da Rosa.

EE Francisco Alves Mourão.

Diretoria de Ensino Região Sul 1.

Data: 26-01-2021 (terça -feira)

Horário: 9h.

Os candidatos interessados deverão comparecer munidos com o termo de anuência original e os que acumulam cargo ou função com a declaração de horário atualizado, ambos assinados pelo Superior imediato e ficha modelo/100- 2019 e 2020.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE GUARULHOS SUL

Comunicado

Professor Orientador de Convivência - POC

Credenciamento 2021

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino - Região Guarulhos Sul, em atendimento às disposições da Portaria CGRH 9 de 13/11/20 amparada na Resolução SE 72 de 13/10/20, torna pública a abertura de inscrições para compor o banco de dados com o processo de credenciamento de docentes interessados em atuar em 2021 como Professor Orientador de Convivência - POC, à vista do disposto na Resolução SE 48/19 e Resolução Seduc 92/20, excetuando-se deste credenciamento os participantes do Programa de Ensino Integral – PEI, ao Centro de Estudo de Línguas– CEL e ao Centro Estadual de Educação para Jovens e Adultos – CEEJA.

I- Das Inscrições

Considerando o Decreto Estadual 65.295/2020 que estende a medida de quarentena de que trata o Decreto Estadual 64.881/2020, bem como, as prerrogativas estipuladas para protocolos de segurança no contexto da pandemia da Covid-19, fica estabelecido o que segue:

II -Período de credenciamento:

de 25/01 a 05-02-2021 (até 17h)

Inscrição por meio de preenchimento de dados e apresentação de anexos em documento Google Form (material que estará disponibilizado no site da Diretoria de Ensino Região Guarulhos Sul em https://deguarulhossul.educacao.sp.gov.br, no período reservado para o credenciamento), devendo ser incluido no ficheiro, os documentos comprobatorios e de proposta de trabalho do candidato.

Local: Preencher formulário de inscrição através do link:

https://forms.gle/CKz9edgtnFwMstkS6

Obs.: Docentes que atuaram em 2020 como Professor Mediador Escolar e Comunitário- PMEC, tendo sido reconduzidos em 3-12-2020 por apresentarem avaliação de desempenho favorável, ficam dispensados de proceder a esse credenciamento.

III- Dos Requisitos

Observado o disposto no artigo 2º Da Resolução SE 92/20 – Para implantação da Orientação de Convivência, na composição da Equipe Executora Local, instituída pela resolução SE 48 de 01-10-2019, a escola contará com o Professor Orientador de Convivência – POC, observada a situação funcional de acordo com a Resolução SE 72/20:

I -docente titular de cargo

II -ocupante de função atividade

Artigo 3º – O Professor Orientador de Convivência deverá apresentar as seguintes habilidades:

I – colocar-se no lugar do outro, sabendo ouvir, observar, acolher e respeitar a pluralidade de valores, as perspectivas e as formas de pensar e agir, sem juízo de valor;

II – comunicar-se com objetividade e coerência;

III– atuar de forma proativa e preventiva, promovendo um ambiente com práticas colaborativas e restauratívas de cultura de paz;

IV– relacionar-se positivamente e trabalhar de maneira colaborativa e dialógica;

V– planejar e organizar atividades com eficácia;

VI– tomar decisões de forma autônoma em consonância com os princípios da orientação de convivência.

IV - Da Inscrição e Manifestação de Interesse

1. Para que o candidato a Professor Orientador de Convivência manifeste interesse pela vaga, deverá se inscrever manifestando a escola de interesse que consta neste edital:

a) Ter disponibilidade para jornada de trabalho de 40 horas semanais;

b) Ter disponibilidade para viagens;

c) Não ter sofrido penalidade administrativa nos últimos 3 anos;

d) Ter anuência do Superior Imediato, caso o docente seja de outra Unidade Escolar;

e) Ter disponibilidade imediata para assumir as atividades objeto deste processo seletivo, quando convocado;

f) Apresentar Currículo profissional e acadêmico.

2. O não atendimento a um dos requisitos constantes no item 1 implicará na impossibilidade de participação do docente neste processo seletivo.

3. A inscrição implicará a completa ciência e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas nesta Resolução, sobre as quais o candidato não poderá alegar desconhecimento ou discordância.

V- Das Etapas de Seleção

Somente participarão das etapas os docentes que obtiverem sua inscrição deferida.

1. Primeira Etapa: Análise de Perfil Profissional (Diretoria de Ensino)

Nesta etapa, será analisada a trajetória profissional e acadêmica dos candidatos e seu alinhamento ao programa por meio do currículo, a ser obrigatoriamente apresentado no ato de inscrição.

2. Segunda Etapa: Análise Atitudinal (Diretoria de Ensino)

2.1. O candidato deverá desenvolver uma dissertação justificando o motivo que o fez ter interesse pela vaga e como poderá desenvolver as atividades do Programa.

2.2. Apresentar 2 laudas escritas em Word, seguindo os critérios de formatação:

Margens:

- Superior: 3 cm.

- Inferior: 2 cm.

- Esquerda: 3 cm.

- Direita: 2 cm.

- Entrelinhas: 1,5 cm para o texto.

- Tipo e tamanho de letra: Fonte Arial tamanho 12 para os títulos e parágrafos.

2.3. A dissertação deverá estar de acordo com as normas de escrita na língua portuguesa e observar as habilidades previstas no artigo 3º da Resolução Seduc-92, de 1º-12-2020.

2.4. Para fins de avaliação da dissertação, a equipe gestora deverá observar os itens de 2.1 a 2.3. desta cláusula.

3. Terceira Etapa - Entrevista Final (Escola)

3.1. O candidato será submetido a Entrevista Final com o Diretor e Vice-Diretor da Unidade Escolar com data e horário estipulado pelos gestores.

3.2. A Entrevista tem a finalidade de aprofundar e explorar os conhecimentos, vivências e experiências profissionais do candidato com o intuito de evidenciar as seguintes habilidades previstas no artigo 3º da Resolução Seduc-92, de 1º-12-2020.

3.3. Com vistas neste processo seletivo, caberá à equipe gestora estabelecer as justificativas do candidato indicado à vaga, bem como dar devolutiva aos demais candidatos não selecionados.

IV - Da Documentação:

Todos os documentos comprobatórios deverão ser anexados por meio do link:

https://forms.gle/CKz9edgtnFwMstkS6 em formato PDF.

- RG;

- CPF;

- diploma e respectivo histórico escolar de licenciatura plena;

- Comprovante de inscrição para o processo de atribuição de aulas para 2021;

- Proposta de trabalho elaborado pelo candidato que contemple, no mínimo: dados de identificação, objetivo, experiência com Mediação de Conflitos, Escolar e/ou Comunitário, contemplando ações que possam otimizar o trabalho em prol da melhoria da convivência e do clima escolar em favor da aprendizagem e referências.

VII - Da Carga Horária

Observados o disposto no artigo 2º da Resolução SE 92/20:

§ 2º – Os critérios de definição de quantitativo de servidores para a função de Professor Orientador de Convivência e da respectiva carga horária semanal serão estabelecidos por meio de Portaria da Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos – CGRH.

§ 3º – Compete ao Diretor de Escola assegurar a organização e o cumprimento da carga horária de trabalho do Professor Orientador de Convivência, distribuídas por todos os dias da semana.

§ 4º – O professor Orientador de Convivência deverá destinar parte de sua carga horária semanal de trabalho para reuniões de planejamento, estudos e outras atribuições referentes à sua função, de acordo com as diretrizes expedidas pela CGRH.

VIII - Da Função

Além das previstas na Resolução SE 48, de 01-10-2019, são atribuições do Professor Orientador de Convivência, conforme prevê o artigo 4º da Resolução SE 92/20.

I – participar com a equipe gestora da elaboração de ações no âmbito da escola, do conjunto de ações que atendam às diretrizes da Secretaria de Educação relacionadas à melhoria da convivência e do clima escolar;

II – articular-se com os membros da Comunidade Escolar (gestores, professores, funcionários, estudantes e pais ou responsáveis), Conselho de Escola, Grêmio Estudantil e Associação de Pais e Mestres (APM), na construção de ações e normas de convivência ética, para participar da organização do acolhimento de estudantes;

- promover e estimular as relações entre os membros da comunidade escolar, empregando práticas preventivas, colaborativas e restaurativas para a resolução de conflitos no cotidiano;

- orientar os responsáveis pelos estudantes sobre sua participação no processo

educativo e encaminhamento para atendimento especializado de órgãos da rede protetiva, quando necessário;

- mapear e estabelecer contato e parceria, para ações de prevenção, intervenção e pósvenção, com membros de instituições da Rede de Proteção Social e de Direitos;

-realizar mapeamento e parceria com instituições culturais, sociais, de saúde privadas e educativas com a devida apreciação e validação do Conselho de Escola;

- Participar de reuniões com a Rede Protetiva a fim de estabelecer, conjuntamente, fluxos, entre as instituições, para atendimento e acompanhamento de estudantes em situações vulneráveis.

III – colaborar com o Conselho de Escola, gestores e demais educadores, na elaboração, implementação e avaliação da proposta pedagógica;

IV – coordenar a equipe escolar nas práticas relacionadas à convivência escolar;

V – participar do Conselho de Classe, das reuniões de pais e de professores, informando das ações desenvolvidas pela orientação de convivência;

VI – assessorar e apoiar as equipes escolares e Conselhos Escolares nas decisões quanto a ocorrências no turno;

VII – registrar, na Plataforma Conviva – Placon, as ocorrências, ou ausência delas, observadas em sala de aula e/ou em outros espaços, fazendo os encaminhamentos necessários, observada a legislação vigente e o Regimento da Escola;

VIII – manter diálogo permanente com a equipe escolar, a fim de informá-los das ocorrências mais importantes, propondo soluções;

IX – interagir com os estudantes nos horários de intervalos e acolhê-los nos momentos de entrada e/ou saída, procurando garantir um espaço de respeito, de diálogo e de integração entre os estudantes;

X – intervir e prestar apoio à comunidade escolar em relação a casos de indisciplina, vulnerabilidade, incivilidade, conflitos e questões de saúde, promovendo a reparação e a tomada de consciência dos problemas entre os envolvidos;

XI – observar e intervir em situações de bullying e cyberbullying acionando as formas de na escola para a condução de propostas de prevenção ao problema, de maneira a não colocaros envolvidos em exposição.

XII – participar da elaboração, execução e avaliação do Plano de Gestão, da Autoavaliação Institucional e coordenar o Plano de Melhoria da Convivência Escolar através do MMC (Método de Melhoria da Convivência);

XIII – subsidiar os educadores nas situações de conflito na relação interpessoal no âmbito escolar e, se necessário, encaminhar à direção da unidade escolar;

XIV– manter-se atualizado, em articulação com o professor coordenador, sobre as vulnerabilidades e desafios das turmas e estudantes, visando auxiliá-los em seu protagonismo;

XV– orientar, em conjunto com o professor coordenador, o trabalho dos demais docentes na Aula de Trabalho Pedagógico (ATPC) quando a pauta pertencer ao Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar.

XVI – participar das reuniões de formação propostas pelo Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar nas Diretorias de Ensino e replicar nas unidades escolares.

XVII – implementar e acompanhar, nas escolas, ações referentes ao Plano de Melhoria da Convivência Escolar;

XVIII – atuar em parceria com o professor coordenador pedagógico no planejamento de ações de inclusão dos portadores de necessidades especiais nas ações de convivência;

XIX – manter contatos sistematizados com os discentes, individualmente, ou em grupos, tendo em vista a escuta de eventuais problemas ou sugestões a respeito da rotina escolar relacionada à convivência.

IX -Vagas Existentes para o Exercício de POC

EE Profª Maria Aparecida Félix Porto – 1 vaga (40 horas)

EE Profª Maria Aparecida Rodrigues – 1 vaga (40 horas)

EE Alberto Bacan – 1 vaga (40 horas)

EE Jurema III – 1 vaga (40 horas)

EE Pimentas VII – 1 vaga (40 horas)

EE Profª Zilda Romeiro Pinto Moreira da Silva – 1 vaga (40 horas)

Disposições Finais

O candidato que deixar de comprovar alguma das exigências do presente edital terá sua inscrição indeferida. O ato de Inscrição no Processo de Credenciamento, para formação de cadastro reserva, implica a aceitação, por parte do candidato, de todas as disposições constantes no presente Edital e conhecimento da legislação específica.

O Professor Orientador de Convivência que, no desempenho de suas atribuições, deixar de cumprí-las satisfatoriamente, perderá, a qualquer momento, por decisão fundamentada pelo Diretor da Escola, ouvido o Supervisor de Ensino e a equipe de gestão regional do Programa Conviva SP, ratificada pelo Conselho de Escola, a carga horária relativa à função, assegurados, previamente, a ampla defesa e contraditório e somente poderá ter novamente atribuição como professor Orientador de Convivência, através de aprovação em novo processo seletivo, no ano letivo subsequente ao da cessação.

O Professor Orientador de Convivência não poderá ser substituído e será cessada a função, em qualquer uma das seguintes situações:

I – a seu pedido, mediante solicitação por escrito;

II – a critério da Administração, em decorrência de:

III - não corresponder ou desempenhar a contento as atribuições da função;

IV - entrar em licença, a qualquer título, por período superior a 15 dias consecutivos ou interpolados ao longo do ano letivo;

V a unidade escolar deixar de comportar a função do professor Orientador de Convivência.

VI - O docente, que for selecionado, terá a atribuição para atuar como Professor Orientador de Convivência, com carga horária a ser definida, em Portaria expedida pela CGRH condicionada a existência de substituto para assumir as aulas da carga horária dodocente.

VII -A permanência na função de Professor Orientador de Convivência estará condicionada à avaliação de desempenho positivo, por instrumento próprio estabelecido pela Resolução SE 92/20.

VIII As avaliações de desempenho ocorrerão no final de cada semestre, preferencialmente, nos meses de junho e novembro de cada ano letivo.

IX -O candidato fica ciente da obrigatoriedade de cumprir o compromisso das diferentes ações pedagógicas realizadas, sejam presenciais ou a distância, por meio de trabalho direto ou de possíveis parcerias.

Excepcionalmente, devido a situação de Pandemia, os documentos exigidos neste Edital deverão ser inseridos por meio do link de inscrição:

https://forms.gle/CKz9edgtnFwMstkS6 em formato PDF, legível.

- A atribuição de aulas será realizada conforme cronograma divulgado pela SEE/SP, para o ano letivo de 2021, divulgadas no site da Diretoria de Ensino Região Guarulhos Sul: https://deguarulhossul.educacao.sp.gov.br/

- Os casos omissos ao disposto no presente edital serão analisados pela equipe responsável pelo projeto na Diretoria de Ensino bem como, no que couber, pela equipe gestora da escola assistida pelo respectivo supervisor de ensino.

- Novas orientações publicadas pelos órgãos centrais da Seduc poderão determinar alterações no presente edital.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA

Comunicado

Vaga de Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico (PCNP)

A Dirigente Regional de Ensino, de acordo com a Resolução SE 75, de 30-12-2014, alterada pela Resolução SE 3, de 12-1-2015 e pela Resolução SE 12, de 29-01-2016, Resolução SE 15, de 05-02-2016, SE 65, de 19-12-2016 e SE 6, de 20-01-2017, artigo 73 do Decreto 57.141/2011 e à vista do que lhe apresentou o Diretor do Núcleo Pedagógico Michael dos Santos Pires RG 45.057771-5, torna público a Abertura do período de recebimento de propostas de trabalho e realização de entrevistas para docentes interessados em exercer junto a esta Diretoria de Ensino - Região de Itapecerica da Serra a função gratificada de Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico (PCNP).

I– Vagas e Formação Exigida:

VAGAS	ÁREAS DE CONHECIMENTO	FORMAÇÃO
02 PCNP	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Pedagogia, Matemática ou Letras
02 PCNP	Códigos e Linguagens	Licenciatura Plena em Língua Portuguesa
01 PCNP	Códigos e Linguagens	Licenciatura Plena em Arte
02 PCNP	Ciências Humanas	Licenciatura Plena em Filosofia/ Sociologia Licenciatura Plena em História.
03 PCNP	Ciências da Natureza	Licenciatura Plena em Física Licenciatura Plena em Matemática
01 PCNP	Ciências da Natureza	Licenciatura Plena em Ciências Biológicas

II- Perfil Profissional do Candidato:

Para o desempenho da função do Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico, além das atribuições elencadas nos artigos 5º e 6º da Resolução SE 75 de 30-12-2014, combinadas com o disposto no artigo 73 do Decreto 57.141/2011, Resolução Seduc 3 de 11-01-2021 o candidato deverá:

I) Ser docente titular de cargo ou docente abrangido pelo § 2º do artigo 2º da Lei Complementar 1.010/2007, categoria de admissão "F";

II) Contar, no mínimo, com 3 anos (1.095 dias) de experiência na rede pública de ensino do Estado de São Paulo;

III) Atender o disposto nos artigos 5º e 6º da Resolução SE 75/2014 e Resolução SEDUC 3 de 11-01-2021;

IV) Ter conhecimento do disposto no Decreto 57.141/11, especialmente o artigo 73.

V) Ter conhecimento dos Programas Ler e Escrever e EMAI, no caso dos candidatos a vaga de PCNP dos Anos Iniciais, quando houver.

VI) Ter conhecimento específico sobre o Regulamento dos Jogos Escolares do Estado de São Paulo, no caso de candidatos a vaga de Coordenador dos Jogos.

VII) Ser capaz de desenvolver ações de formação continuada de professores e de acompanhamento do processo pedagógico na escola e na Diretoria de Ensino, em diferentes horários e dias da semana, de acordo com as especificidades do posto de trabalho;

VIII) Possuir e ser capaz de desenvolver, cotidianamente, competência relacional e atuar para a consecução dos princípios da gestão democrática no coletivo formado pelos PCNP;

IX) Possuir habilidade gerencial e técnico-pedagógica e ser capaz de desenvolver ações de fortalecimento do desenvolvimento do Currículo Paulista junto às escolas e aos docentes, especialmente no nível de ensino objeto da inscrição;

X) Demonstrar interesse no desempenho da função;

XI) Organizar e selecionar materiais adequados às diferentes situações de ensino e aprendizagem;

XII) Conhecer os recentes referenciais teóricos relativos aos processos de ensino e aprendizagem, para orientar os professores coordenadores e professores das unidades escolares;

XIII) Compreender os processos administrativos e financeiros como meios para a consecução dos objetivos pedagógicos;

XIV) Possuir habilidades inerentes do bom atendimento ao público, tanto do ponto de vista técnico quanto relacional;

XV) Ter disponibilidade para atender a convocação dos órgãos centrais da Secretaria de Estado da Educação, no município de São Paulo e outros;

XVI) Ter habilidade no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação;

XVII) Acompanhar, monitorar e avaliar individualmente e coletivamente o Plano Anual de Trabalho do Núcleo Pedagógico (NPE).

XVIII) Ter conhecimento do Decreto 57.141/11, que trata da reestruturação da SEE- SP, em especial o disposto no artigo 73.

III. Da Jornada de Trabalho

A carga horária a ser cumprida pelo docente para o exercício da função de Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico será de 40 horas semanais no desenvolvimento de ações em diferentes horários e dias da semana, de acordo com as especificidades dos diversos projetos e/ou áreas de atuação, bem como para ações que exijam deslocamento, viagens e pernoites.

IV. Proposta de Trabalho

No ato da inscrição que ocorrerá através do envio dos documentos solicitados via e-mail, o candidato deverá entregar o seu projeto de trabalho, contendo:

1- Identificação completa do proponente, situação funcional (Titular de Cargo ou Ocupante de Função Atividade); a que Unidade Escolar pertence (unidade de classificação);

2- Breve descrição da trajetória profissional;

3- Justificativa da função pretendida;

4- Resultados esperados no exercício de suas funções de PCNP em sua área de conhecimento.

V- Entrevista

A entrevista será agendada pela Comissão responsável, designada pela Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região de Itapecerica da Serra, com vistas ao aprofundamento e/ou elucidação de aspectos contidos na proposta de trabalho apresentada.

VI - Documentos

Anexo à proposta de trabalho, o (a) interessado (a) deverá enviar cópia simples da documentação abaixo relacionada:

a) RG e CPF

b) CTA - Contagem de Tempo Anual (data base 30-06-2020) - fornecida pela escola SCF- Sede de Controle de Frequência e datado, carimbado e assinado pela autoridade competente.

c) Diploma ou Certificado de Conclusão do curso de licenciatura plena e Histórico Escolar;

d) Currículo Profissional.

VII - Das Inscrições

A proposta de trabalho e os documentos solicitados deverão ser anexados em um único e-mail para: deitsnpe@educacao.sp.gov.br e, a partir da resposta que acusa o recebimento pelo gestor do Núcleo Pedagógico, o (a) candidato (a) estará participando do processo seletivo e receberá o contato para agendamento da entrevista.

Período: de 22-01-2021 a 03-02-2021.

Aos Cuidados do Diretor do Núcleo Pedagógico: Michael Pires.

VIII – Disposições Finais

A) As etapas deste processo de seleção não poderão ser feitas por procuração.

B) O Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico – PCNP cumprirá carga horária de 40 horas semanais, com intervalo de uma hora para almoço.

C) Uma vez entregue sua proposta de trabalho, o candidato estará ciente e de acordo

que, após a realização da entrevista, é de exclusiva decisão da Diretoria de Ensino acatar ou rejeitar qualquer uma das propostas apresentadas;

D) Os casos omissos serão apreciados e analisados pela Comissão responsável da Diretoria de Ensino.

Quaisquer dúvidas e/ou esclarecimentos devem ser enviados no e-mail supracitado ou através do telefone 4668-9632 no horário das 09h – 11h ou das 13h-15h.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE MAUÁ

Comunicado

Programa Ensino Integral

Credenciamento Emergencial - 2021

A Diretoria de Ensino - Região Mauá torna pública a abertura de inscrições e a realização do credenciamento emergencial para atuação em Regime de Dedicação Plena e Integral - RDPI das escolas estaduais do Programa Ensino Integral, conforme previsto no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, cujo objetivo é o preenchimento de vagas existentes após Processo de Credenciamento Anual.

I - Disposições Preliminares

1 - A realização do presente credenciamento de integrantes do Quadro do Magistério para atuar nas unidades escolares do Programa Ensino Integral, durante o ano letivo de 2021 está prevista no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, e ocorrerá no período de 25-01-2021 a 05-02-2021, considerando todas as fases do certame.

2 - As publicações referentes ao presente credenciamento poderão ser acompanhadas por meio do site da Diretoria de Ensino - Região Mauá, no endereço eletrônico onde constará a quantidade de vagas disponíveis e suas respectivas unidades escolares.

3 – Os integrantes do Quadro de Magistério atuarão em Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI, caracterizado pela exigência da prestação de 40 horas semanais de trabalho, em período integral, com carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada, sendo vedado o desempenho de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, durante o horário de trabalho no referido Programa.

4 – A remuneração mensal dos integrantes do Quadro do Magistério, que atuarão no Programa, corresponderá ao salário-base do professor acrescido do valor da Gratificação de Dedicação Plena e Integral - GDPI, que equivale a 75% do valor da faixa e nível da Estrutura da Escala de Vencimentos em que estiver enquadrado o cargo ou a função-atividade do integrante do Quadro do Magistério submetido ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

5 – Os integrantes do Quadro do Magistério ficam impedidos de participar do processo de credenciamento, caso tenham:

a) sofrido penalidade, por qualquer tipo de ilícito, nos últimos 5 anos;

b) desistido de designação anterior, ou tiveram cessada essa designação, por qualquer motivo, exceto pela reassunção do titular substituído, nos últimos 5 anos.

II - Dos Requisitos

1 - Para participar do processo de credenciamento, os docentes titulares de cargo, ocupantes de função-atividade e os contratados nos termos da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009, deverão atender os seguintes requisitos:

a) estar em efetivo exercício de seu cargo, função atividade, contrato ou da designação em que se encontre;

b) escolaridade (habilitação):

b.1) Para atuação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de:

b.1.1) Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.2) Curso Normal Superior, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.3) Licenciatura plena em Pedagogia, obtida mediante curso do Programa Especial de Formação Pedagógica Superior, qualquer que seja a nomenclatura do curso, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.4) Licenciatura plena em componente curricular específico, para atuar como docente especialista.

b.2) Para atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental e nas séries do Ensino Médio, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio;

b.3) Para atuação em Sala/Ambiente de Leitura, o docente (readaptado, titular de cargo na situação de adido e ocupante de função-atividade que se encontre cumprindo horas de permanência) deverá ser portador de portador de diploma de licenciatura plena.

c) possuir experiência mínima:

c.1) de 3 anos de exercício no magistério público estadual, quando docente, ou docente na Sala/Ambiente de Leitura;

d) expressar adesão voluntária ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

2 – O docente readaptado somente poderá atuar na Sala/Ambiente de Leitura, desde que o rol de atividades previstos pelo CAAS seja compatível com as atribuições previstas para a função no Programa Ensino Integral, sendo que o docente nesta condição funcional não poderá atuar em outra função no PEI.

III – Da Inscrição

1 – A inscrição do integrante do Quadro do Magistério implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do credenciamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2 – A Inscrição ocorrerá no período de 25-01-2021 a 28-01-2021, via formulário online disponibilizado no site da Diretoria de Ensino Região Mauá no endereço: https://demaua.educacao.sp.gov.br

3 – O integrante do Quadro do Magistério não será credenciado caso não atenda aos critérios previstos no item 5 das Disposições Preliminares e dos Requisitos para o desempenho da função/cargo, conforme informações contidas no cadastro funcional.

4 - O integrante do Quadro do Magistério deverá autodeclarar que não possui impedimentos para o exercício da função, a ser comprovada no momento da alocação.

5 - O candidato deverá indicar uma das opções abaixo, no momento da inscrição:

5.1. Concluiu o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" (1ª ou 2ª edição) ofertado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação Paulo Renato Costa Souza (Efape);

5.2. Não realizará o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" e responderá ao questionário específico disponibilizado com 10 questões relacionadas ao Programa. Cada questão equivale a 1 ponto, totalizando, no máximo 10 pontos.

6 - O integrante do Quadro do Magistério, de que trata o item 5.1 deverá, obrigatoriamente, ter concluído o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" com aproveitamento "Satisfatório", a fim de que sua inscrição no presente processo de Credenciamento seja validada.

7 - Para o candidato que responder ao questionário, a inscrição somente será validada ao obter pontuação igual, ou superior, a 6.

8 - Na inscrição, todos os candidatos deverão preencher uma atividade para cada função selecionada, que será considerada, exclusivamente, para fins de desempate. Em caso de não preenchimento da referida Atividade o candidato estará automaticamente eliminado.

IV – Do deferimento das inscrições e da classificação

1 - No período de 29-01-2021 a 01-02-2021, a Diretoria de Ensino analisará as informações preenchidas pelos candidatos na etapa de inscrição, para prosseguimento nas demais etapas do processo.

2 - O processo seletivo de credenciamento será classificatório e deverá considerar os integrantes do Quadro do Magistério, por listas e faixas funcionais, em ordem decrescente da pontuação obtida, após aplicação de todos os critérios de desempate.

3 – A classificação dos inscritos se dará na seguinte conformidade:

3.1 - Faixa II corresponde aos inscritos, com cargo/função classificados na "Mesma Diretoria de Ensino";

3.2 - Faixa III corresponde aos inscritos, com cargo/função e classificados em "Outra Diretoria de Ensino".

4 - Para desempate, serão utilizados os seguintes critérios, em ordem de prioridade:

a) maior pontuação obtida na classificação de docentes no processo anual de atribuição de classes e aulas, em nível de Diretoria de Ensino;

b) maior tempo de serviço no Magistério Público Oficial desta Secretaria;

c) maior idade entre os credenciados;

d) maior pontuação obtida na análise da Atividade de Sala de Aula.

5 - A Atividade de Sala de Aula, para docentes serão avaliadas pela Diretoria de Ensino, no período de 29-01-2021 a 01-02-2021, exclusivamente para fins de desempate, na escala de 1 a 3 pontos, sendo que estes pontos não serão acrescidos à pontuação final.

6 – A Diretoria de Ensino – Região Mauá disponibilizará o resultado e Classificação do credenciamento no dia 02-02-2021, no site: https://demaua.educacao.sp.gov.br e no Diário Oficial do Estado de São Paulo

V – Do Recurso

1 - O candidato poderá interpor recurso ao Dirigente Regional de Ensino, a partir da divulgação da Classificação, em 02-02-2021 mediante requerimento a ser encaminhado para o e-mail demaucrh@educacao.sp.gov.br

2 – A Diretoria de Ensino analisará os recursos em 03-02-2021.

3- A Diretoria publicará no site https://demaua.educacao.sp.gov.br, a Classificação Final Pós- Recurso e Diário Oficial do Estado de São Paulo em 04-02-2021 .

VI – Da Alocação

1 - A chamada para alocação será realizada em 05-02-2021 mediante publicação no site da Diretoria de Ensino – Região Mauá, no endereço eletrônico site https://demaua.educacao.sp.gov.br indicando o dia, horário e local da sessão.

VII - Disposições Finais

1 - Caso alguma informação ou dado prestado no processo de credenciamento não seja devidamente comprovado pela Diretoria de Ensino, o integrante do Quadro do Magistério será desclassificado.

2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Ensino – Região Mauá, após consulta à Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos – CGRH, conforme o caso.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE MOGI DAS CRUZES

Convocação

O Dirigente Regional de Ensino, nos termos do artigo 22 da LC 444/1985, Anexo III da LC 836/1997, Resolução SE 18/2020, na conformidade das disposições do Decreto 53.037/2008, e alterações posteriores nos termos do Decreto 59.447/2013, convoca os candidatos inscritos e classificados para Sessão de Atribuição – classe de Suporte Pedagógico (Diretor).

A atribuição realizar-se-á via plataforma Teams, no dia 26-1-2021 às 9h.

O link de acesso à sala será disponibilizado 30 minutos antes do horário de início da atribuição pelo email cadastrado.

Os interessados devem preencher o formulário abaixo para o devido cadastro na sala virtual de atribuição, até as 12h do dia 25-1-2021:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSetJYMcMb0a0o1T4bhNyo2Enoaofd0KUJQxdBJ1SzwshUmjXg/viewform

Cargos Oferecidos:

- 2 cargos vagos de Diretor de Escola por cessação de designação:

a) EE Gabriel Pereira;

b) EE Aprígio de Oliveira.

No ato da atribuição, o candidato deverá apresentar prontamente:

- Documento de identificação com foto;

- Termo de Anuência expedido pelo superior imediato, com data atualizada correspondente ao edital de oferecimento de vagas, cuja validade abrangerá apenas o período de vigência da designação;

- Declaração de Horário para fins de acumulação, quando for o caso;

- Declaração do Grau de Parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13.

Ficam expressamente vedadas a atribuição de vaga e sua respectiva designação, por procuração de qualquer espécie.

Somente poderá participar da atribuição de vaga e sua respectiva designação o candidato que, na data da atribuição, se encontrar em exercício de seu cargo. O candidato não poderá, na data da atribuição, encontrar-se em férias, licença-prêmio, licença-saúde, ou qualquer outro afastamento, inclusive designação, que o impeça de entrar em exercício na mesma data da atribuição.

Comunicado

PEI - Programa Ensino Integral - 2021

Edital de Alocação/Atribuição Online

Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio

A Dirigente Regional de Ensino da Região de Mogi das Cruzes, nos termos das Resoluções SE 10/2020, SEDUC 84/2020, Portaria CGRH-1, de 13-01-2021 e Portaria CGRH-19, de 23-01-2021 convoca todos os candidatos Classificados no Processo de Credenciamento Inicial de 2021 para a alocação/atribuição Online de vagas do Programa Ensino Integral - PEI, conforme as informações abaixo descritas:

1 - Sobre as Escolas e Vagas:

EE Profª "Sylvia Mafra Machado" - Disciplina: Ciências/Matemática - 1 vaga

EE Profº "José Sanches Josende" - Disciplina: Filosofia - 1 vaga

EE Profª "Irene Caporali de Souza" - Disciplina: Matemática/Física - 1 vaga

- Para participar desta atribuição o Candidato deve estar credenciado no Processo de Credenciamento PEI -2021.

- Preencher das 9h às 21h do dia 25-01-2021, o link estará disponível no site da Diretoria de Ensino - Região de Mogi das Cruzes https://demogidascruzes.educacao.sp.gov.br/programa-ensino-integral-pei/

2 - A Alocação/Atribuição:

- Ocorrerá Online, no dia: 26-01-2021, às 9 horas, no Ambiente Virtual Teams, o link será disponibilizado meia hora ante do horário da alocação no site da Diretoria de Ensino Região de Mogi das Cruzes https://demogidascruzes.educacao.sp.gov.br/programa-ensino-integral-pei/.

- O candidato deverá estar conectado para o chamamento via e-mail institucional, apresentar documento com foto.

- O não atendimento ao item anterior caracterizará que o professor optou por declinar da vaga.

- Ficam expressamente vedadas a atribuição de vaga e sua respectiva designação, por procuração de qualquer espécie.

- Somente poderá participar da atribuição de vaga e sua respectiva designação o candidato que, na data da atribuição, se encontrar em exercício de seu cargo. O candidato não poderá, na data da atribuição, encontrar-se em férias, licença-prêmio, licença-saúde, ou qualquer outro afastamento.

3 - Observação:

- Ressaltamos que não houve indeferimento de inscrição, conforme orientado em documentos emanados pela SEDUC, todos os inscritos foram classificados incluindo-se os que não possuem requisitos para a designação, ou que possuem impedimentos. O indeferimento ocorrerá na alocação (26-01-2021), de acordo com o previsto no edital de credenciamento publicado em 09-12-2020.

Após, encerrada a compatibilização do processo, o interessado deverá entrar em contato com a escola de opção para a concretização de sua designação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE OSASCO

Licitação de Cantina Escolar

A Diretoria Executiva da Associação de Pais e Mestres da EE Prof. Benedicto Caldeira, sito a Rua José Salvador Pozzobon 15 Osasco SP, torna público a Abertura de Processo de Licitação para administração dos Serviços da Cantina Escolar da referida escola e comunica aos interessados que as instruções deverão ser retiradas no endereço acima, no período de 27 a 29-01-2021 no horário das 09h às 11h e das 13h às 15h mediante recolhimento em nome da APM no valor de duas Ufesp (R$ 29,09) perfazendo o total de R$ 58,18.

As propostas deverão ser encaminhadas em envelopes separados e lacrados no mesmo local até 12-02-2021 às 11h nas dependências da Escola. A abertura dos envelopes contendo as propostas será realizada em sessão pública, no dia 22-02-2021 às 14h, nas dependências da escola.

A Diretoria Executiva da APM reserva-se o direito de escolher a proposta mais conveniente ou recusar todas as propostas caso não satisfaçam os legítimos interesses da escola. Da Comissão Julgadora não caberá recurso ou devolução de pagamento.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE TABOÃO DA SERRA

Comunicado

Comunicamos que fica retificado, em consonância com o Comunicado Conjunto Subsecretaria/CGRH/CITEM 70 - 2021, a Convocação para a Atribuição de Classes/Aulas 2021, fase Diretoria de Ensino, dos professores Efetivos, Categoria F, Categoria "O" qualificados (Licenciatura Curta, Aluno de Último Ano de Licenciatura Plena, Bacharel/Tecnólogo e Aluno Último Bacharel/Tecnólogo) professores de Educação Especial e Interlocutor (Libras) classificados para o Processo de Atribuição de Classes/Aulas 2021, de acordo com a classificação publicada na Secretaria Escolar Digital (SED), para as seguintes áreas do conhecimento: - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; - Ciências da Natureza e Matemática; - Linguagens e Códigos; - Classe; - Educação Especial; - Libras; - Componentes Inova. A Atribuição de Classes/Aulas 2021, será realizada em uma das dependências da Diretoria de Ensino Regional de Taboão da Serra, cito à Rua João Slaveiro, 65 - Jardim da Glória, Taboão da Serra/SP, 06763-470 através da plataforma Microsoft Teams, conforme Cronograma de Atribuição de Classes/Aulas 2021.

Cronograma de Atribuição Classes/Aulas 2021

DATA	HORÁRIO	BANCA
25/01/2021	09h30	Educação Especial

Link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NTIwMTUxOTQtMDZiMS00ZDcxLTlmYjUtMDY1NjUyZTEyMDZm%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2216b87798-4517-442c-9200-ce1cca93259c%22%2c%22Oid%22%3a%22b177ce49-1611-42ed-a56b-d36aeccf7ae0%22%7d

25/01/2021	11h30	Libras

Link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YzI4NGVkNGYtZGM1Yi00NWE4LTg5NjYtY2Y5Y2ZmNzcxMjA5%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2216b87798-4517-442c-9200-ce1cca93259c%22%2c%22Oid%22%3a%22b177ce49-1611-42ed-a56b-d36aeccf7ae0%22%7d

Atribuição Banca de Aulas

25/01/2021	09h30	Efetivo, Categoria F e Candidato Último Ano Lic. Plena

Link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MzI3NWRhZTItMjczMi00MzU1LWJlODYtNzY2ZWYyMGU2YjUx%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2216b87798-4517-442c-9200-ce1cca93259c%22%2c%22Oid%22%3a%22b177ce49-1611-42ed-a56b-d36aeccf7ae0%22%7d

25/01/2021	11h30	Bacharel / Tecnólogo e Candidato Último Ano Bacharel / Tecnólogo

Link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MzI3NWRhZTItMjczMi00MzU1LWJlODYtNzY2ZWYyMGU2YjUx%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2216b87798-4517-442c-9200-ce1cca93259c%22%2c%22Oid%22%3a%22b177ce49-1611-42ed-a56b-d36aeccf7ae0%22%7d

25/01/2021	14h	INOVA

Link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZmI0NmRlZjUtNzFmZi00NjkzLThiNzMtNzExN2JhOTA3MjVk%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2216b87798-4517-442c-9200-ce1cca93259c%22%2c%22Oid%22%3a%22b177ce49-1611-42ed-a56b-d36aeccf7ae0%22%7d

Comunicado

Programa Ensino Integral

Edital de Credenciamento Emergencial para Atuação em 2021

A Diretoria de Ensino - Região Taboão da Serra torna pública a abertura de inscrições e a realização do credenciamento emergencial para atuação em Regime de Dedicação Plena e Integral - RDPI das escolas estaduais do Programa Ensino Integral, conforme previsto no artigo 2º da Resolução SEDUC 84, de 16-11-2020, cujo objetivo é o preenchimento de vagas existentes após Processo de Credenciamento Anual.

I – Disposições Preliminares

1 - A realização do presente credenciamento de integrantes do Quadro do Magistério para atuar nas unidades escolares do Programa Ensino Integral, durante o ano letivo de 2021 está prevista no artigo 2º da Resolução SEDUC 84, de 16-11-2020, e ocorrerá no período de 25-01-2021 a 05-02-2021, considerando todas as fases do certame.

2 - As publicações referentes ao presente credenciamento poderão ser acompanhadas por meio do site da Diretoria de Ensino – Região Taboão da Serra, no endereço eletrônico https://detaboaodaserra.educacao.sp.gov.br onde constará a quantidade de vagas disponíveis e suas respectivas unidades escolares.

3 - Os integrantes do Quadro de Magistério atuarão em Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI, caracterizado pela exigência da prestação de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em período integral, com carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada, sendo vedado o desempenho de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, durante o horário de trabalho no referido Programa.

4 - A remuneração mensal dos integrantes do Quadro do Magistério, que atuarão no Programa, corresponderá ao salário-base do professor acrescido do valor da Gratificação de Dedicação Plena e Integral - GDPI, que equivale a 75% do valor da faixa e nível da Estrutura da Escala de Vencimentos em que estiver enquadrado o cargo ou a função-atividade do integrante do Quadro do Magistério submetido ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

5 - Os integrantes do Quadro do Magistério ficam impedidos de participar do processo de credenciamento, caso tenham:

a) sofrido penalidade, por qualquer tipo de ilícito, nos últimos 5 (cinco) anos;

b) desistido de designação anterior, ou tiveram cessada essa designação, por qualquer motivo, exceto pela reassunção do titular substituído, nos últimos 5 (cinco) anos.

II – Dos Requisitos

1 - Para participar do processo de credenciamento, os titulares de cargo de Diretor de Escola, os docentes titulares de cargo, ocupantes de função-atividade e os contratados nos termos da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009, deverão atender os seguintes requisitos:

a) estar em efetivo exercício de seu cargo, função atividade, contrato ou da designação em que se encontre;

b) escolaridade (habilitação):

b.1) Para atuação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de:

b.1.1) Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.2) Curso Normal Superior, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.3) Licenciatura plena em Pedagogia, obtida mediante curso do Programa Especial de Formação Pedagógica Superior, qualquer que seja a nomenclatura do curso, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.4) Licenciatura plena em componente curricular específico, para atuar como docente especialista.

b.2) Para atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental e nas séries do Ensino Médio, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio;

b.3) Para atuação como Professor Coordenador Geral - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o docente deverá ser Professor Educação Básica I (titular de cargo ou função-atividade) e portador de uma das seguintes habilitações:

b.3.1) Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.3.2) Curso Normal Superior, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.3.3) Licenciatura plena em Pedagogia, obtida mediante curso do Programa Especial de Formação Pedagógica Superior, qualquer que seja a nomenclatura do curso, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

b.4) Para atuação como Professor Coordenador Geral - Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o docente deve ser portador de diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio.

b.5) Para atuação como Vice-Diretor de Escola, o docente (titular de cargo ou função-atividade) deve ser portador de, pelo menos, um dos títulos abaixo relacionados:

b.5.1) diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em Pedagogia;

b.5.2) diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado ou Doutorado, na área de Educação;

b.6) Para atuação como Diretor de Escola, o titular de cargo docente ou de Diretor de Escola deve ser portador de, pelo menos, um dos títulos abaixo relacionados:

b.6.1) diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em Pedagogia;

b.6.2) diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado ou Doutorado, na área de Educação;

b.7) Para atuação em Sala/Ambiente de Leitura, o docente (readaptado, titular de cargo na situação de adido e ocupante de função-atividade que se encontre cumprindo horas de permanência) deverá ser portador de portador de diploma de licenciatura plena.

c) possuir experiência mínima:

c.1) de 3 (três) anos de exercício no magistério público estadual, quando docente, Professor Coordenador Geral – PCG ou docente na Sala/Ambiente de Leitura;

c.2) de 5 (cinco) anos de experiência no magistério, quando Vice-Diretor de Escola;

c.3) de 8 (oito) anos de experiência no magistério, quando Diretor de Escola;

d) expressar adesão voluntária ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

2 - O docente readaptado somente poderá atuar na Sala/Ambiente de Leitura, desde que o rol de atividades previstos pelo CAAS seja compatível com as atribuições previstas para a função no Programa Ensino Integral, sendo que o docente nesta condição funcional não poderá atuar em outra função no PEI.

III – Da Inscrição

1 - A inscrição do integrante do Quadro do Magistério implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do credenciamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2 - A Inscrição ocorrerá no período de 25-01-2021 a 28-01-2021, via formulário online disponibilizado no link https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScp-fDvBPK-jLp8JCvBKRRR4u-J88oUfBg8lRvSkTHfnsVdSdQ/viewform

3 - O integrante do Quadro do Magistério não será credenciado caso não atenda aos critérios previstos no item 5 das Disposições Preliminares e dos Requisitos para o desempenho da função/cargo, conforme informações contidas no cadastro funcional.

4 - O integrante do Quadro do Magistério deverá autodeclarar que não possui impedimentos para o exercício da função, a ser comprovada no momento da alocação.

5 - O candidato deverá indicar uma das opções abaixo, no momento da inscrição:

5.1. Concluiu o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" (1ª ou 2ª edição) ofertado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação "Paulo Renato Costa Souza" (EFAPE);

5.2. Não realizará o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" e responderá ao questionário específico disponibilizado com 10 (dez) questões relacionadas ao Programa. Cada questão equivale a 1 (um) ponto, totalizando, no máximo 10 (dez) pontos.

6 - O integrante do Quadro do Magistério, de que trata o item 5.1 deverá, obrigatoriamente, ter concluído o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" com aproveitamento "Satisfatório", a fim de que sua inscrição no presente processo de Credenciamento seja validada.

7 - Para o candidato que responder ao questionário, a inscrição somente será validada ao obter pontuação igual, ou superior, a 6,0 (seis).

8 - Na inscrição, todos os candidatos deverão preencher uma Atividade para cada função selecionada, que será considerada, exclusivamente, para fins de desempate. Em caso de não preenchimento da referida Atividade o candidato estará automaticamente eliminado.

IV – Do Deferimento das Inscrições e da Classificação

1 - No período de 29-01-2021 a 01-02-2021, a Diretoria de Ensino analisará as informações preenchidas pelos candidatos na etapa de inscrição, para prosseguimento nas demais etapas do processo.

2 - O processo seletivo de credenciamento será classificatório e deverá considerar os integrantes do Quadro do Magistério, por listas e faixas funcionais, em ordem decrescente da pontuação obtida, após aplicação de todos os critérios de desempate.

3 - A classificação dos inscritos se dará na seguinte conformidade:

3.1 - Faixa II corresponde aos inscritos, com cargo/função classificados na "Mesma Diretoria de Ensino";

3.2 - Faixa III corresponde aos inscritos, com cargo/função e classificados em "Outra Diretoria de Ensino".

4 - Para desempate, serão utilizados os seguintes critérios, em ordem de prioridade:

4.1 - Para Diretor de Escola, Vice-Diretor e Professor Coordenador Geral:

a) maior tempo no magistério público estadual;

b) maior idade entre os credenciados;

c) maior pontuação obtida na análise da Atividade.

4.2 - Para Docentes:

a) maior pontuação obtida na classificação de docentes no processo anual de atribuição de classes e aulas, em nível de Diretoria de Ensino;

b) maior tempo de serviço no Magistério Público Oficial desta Secretaria;

c) maior idade entre os credenciados;

d) maior pontuação obtida na análise da Atividade de Sala de Aula.

5 - A Atividade de Sala de Aula, para docentes e Professor Coordenador Geral, bem como a Atividade, para Diretor de Escola e Vice-Diretor, serão avaliadas pela Diretoria de Ensino, no período de 29-01-2021 a 01-02-2021, exclusivamente para fins de desempate, na escala de 1,0 (um) a 3,0 (três) pontos, sendo que estes pontos não serão acrescidos à pontuação final.

6 - A Diretoria de Ensino – Região Taboão da Serra disponibilizará o resultado e Classificação do credenciamento no dia 02-02-2021, no site https://detaboaodaserra.educacao.sp.gov.br.

V – Do Recurso

1 - O candidato poderá interpor recurso ao Dirigente Regional de Ensino, a partir da divulgação da Classificação, no dia 02-02-2021, mediante requerimento a ser encaminhado para o e-mail: detabcrh@educacao.sp.gov.br

2 - A Diretoria de Ensino analisará os recursos no período de 02-02-2021 a 03-02-2021 e disponibilizará no site https://detaboaodaserra.educacao.sp.gov.br, a Classificação Final Pós-Recurso, em 04-02-2021.

VI – Da Alocação

1 - A chamada para alocação será realizada mediante publicação no site da Diretoria de Ensino – Região Taboão da Serra, no endereço eletrônico https://detaboaodaserra.educacao.sp.gov.br, indicando o dia, horário e local da sessão.

VII – Disposições Finais

1 - Caso alguma informação ou dado prestado no processo de credenciamento não seja devidamente comprovado pela Diretoria de Ensino, o integrante do Quadro do Magistério será desclassificado.

2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Ensino – Região Taboão da Serra, após consulta à Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos – CGRH, conforme o caso.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ANDRADINA

Comunicado

A Dirigente Regional de Ensino, da Diretoria de Ensino-Região de Andradina, comunica aos candidatos inscritos e classificados nesta Diretoria de Ensino, nos termos da Resolução SE 05 de 07-01-2020, alterada pelas Resoluções SE 18/2020 e Seduc 56/2020, combinada com a Resolução Seduc 81/2020, classe de Supervisor de Ensino, que haverá atribuição de 01 vaga, em cargo vago, junto a essa Diretoria de Ensino, conforme segue:

Data: 08-02-2021

Horário: 08h.

Local: Diretoria de Ensino-Região de Andradina, sito à Rua Regente Feijó, 2160 – Vila Mineira – Andradina-SP.

O candidato deverá apresentar a anuência do superior imediato, com data atualizada.

O exercício será imediato, ou em caso de acumulação de cargos, após a publicação do Ato Decisório será vedada a atribuição de vaga por procuração.

(Edital 01/2021)

Comunicado

Atribuição de Vagas para as Unidades Escolares do Programa de Ensino Integral - 2021

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino-Região de Andradina, comunica que ocorrerá Atribuição das Vagas remanescentes do Programa de Ensino Integral para o ano de 2021, no dia 25-01-2021, a partir das 15h30, na plataforma TEAMS. A referida atribuição destina-se aos professores devidamente inscritos para o Processo de Credenciamento do Programa de Ensino Integral - 2021.

Os professores interessados, deverão acessar no dia da atribuição das vagas o link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NzJmZWUwYzUtZDliMC00YzNjLWJhYWUtYmM4OTU5ODJhZDdh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2216b87798-4517-442c-9200-ce1cca93259c%22%2c%22Oid%22%3a%221d7d249d-51eb-452f-aa9a-1d9d94bb5ece%22%7d para participar da atribuição das vagas.

A atribuição se dará seguindo a Classificação final para o Processo de Credenciamento do Programa de Ensino Integral - 2021.

Seguem as vagas a serem atribuídas:

EE Alice Marques da Silva Rocha - Não há vagas

EE Francisco Schmidt-Cel.

02 vagas de Ciências da Natureza e Matemática – 01 Química e 01 Física

EE Lea Silva Moraes

02 vagas de Linguagens – 01 Inglês e 01 Língua Portuguesa

EE Padre Anchieta

01vaga de Ciências da Natureza e Matemática – 01 Matemática

EE de Urubupungá

01vaga de Ciências da Natureza e Matemática - 01 Matemática

01vaga de Ciências Humanas - 01 Filosofia

EE Padre Césare Toppino

01vaga de Linguagens – 01 Língua Portuguesa

03 vagas Ciências da natureza e Matemática – 01 Matemática; 01 Física; 01 Química.

EE Cícero Castilho Cunha

01vaga de Linguagens Códigos e suas Tecnologias - 01 Inglês.

02 vagas Ciências da natureza e Matemática – 01 Química; 01 Biologia.

EE Marilena Santana Correa Fernandes

02 vagas de Linguagens Códigos e suas Tecnologias - 01 Inglês; 01 Arte.

01vaga de Ciências da Natureza e Matemática - 01 Biologia.

EE Dr. Edgar Raimundo da Costa

01vaga de Ciências Humanas - 01 História

(Comunicado 02)

Comunicado

Credenciamento Programa Ensino Integral 2021

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino-Região de Andradina torna pública a classificação final – pós recurso, referente ao Edital de credenciamento para atuação em 2021 no Programa de Ensino Integral.

Classificação Final

Faixa II - Diretor de EscolA

	Nome
1	Cleonice Aparecida Bordim Chini
2	Sandra Valeria Muniz Ganga
3	Elda de Aguiar Gama Mortinho

Faixa II - Vice Diretor de Escola

	Nome
1	Sandra Valeria Muniz Ganga
2	Flavia Cristine Araujo Simoes
3	Cristiane Aparecida Stuqui Monzani
4	Andrea Aparecida Antonio Zaia
5	Paulo Calixto Pedro
6	Elda de Aguiar Gama Mortinho
7	Eunice Ignacio dos Santos Souza
8	Adauto Ferreira Siqueira
9	Dulce Andrade Cerqueira
10	Izabel Cristina Menin Ruiz
11	Susana Renata Martelo Guimaraes
12	Marcia Raquel Obice Buzachero

Faixa II - Professor Coordenador Geral

	Nome
1	Sandra Valeria Muniz Ganga
2	Flavia Cristine Araujo Simoes
3	Cristiane Aparecida Stuqui Monzani
4	Adriana Mayumi Miyaji Vettor
5	Mayara da Silva Reis Zotelli
6	Leandro Otavio da Silva
7	Elda de Aguiar Gama Mortinho
8	Orenci Rodrigues Ferreira
9	Adauto Ferreira Siqueira
10	Susana Renata Martelo Guimaraes

Faixa II - Professor de Educação Básica II – Efetivos e Categoria F

	Nome
1	Jair Batista Moreira
2	Sylvia Yuriko Otsubo
3	Andrea Aparecida Antonio Zaia
4	Romilda Soares de Oliveira Toneti
5	Rodrigo Oliveira Nascimento
6	Fabricio Valentim de Almeida
7	Elaine Cristina Prado da Guarda
8	Jumma Miranda Araujo Chagas
9	Adriana Mayumi Miyaji Vettor
10	Mayara da Silva Reis Zotelli
11	Josiane Aparecida da Rocha Nascimento
12	Giseli Cristina Rodrigues
13	Camila Renata Borges Chora
14	Daniela Ferreira da Silva Valdez
15	Sinesio Candido Fernandes
16	Paulo Calixto Pedro
17	Orenci Rodrigues Ferreira
18	Elda de Aguiar Gama Mortinho
19	Leandro Otavio da Silva
20	Marcia Zambon
21	Flavia Cristine Araujo Simoes
22	Eunice Ignacio dos Santos Souza
23	Cristiane Aparecida Stuqui Monzani
24	Valdeir Zeferino da Silva
25	Maria Aparecida Pereira de Souza
26	Ricardo Antunes de Oliveira de Souza
27	Ana Paula da Silva
28	Adauto Ferreira Siqueira
29	Isabel Cristina Ribeiro Garcia
30	Suelene Oliveira
31	Thais Borges de Castro
32	Luciana Rogiano Machado
33	Alex Borges
34	Dulce Andrade Cerqueira
35	Silvania Queiroz Cavanha
36	Gisele Helena Pinheiro
37	Izabel Cristina Menin Ruiz
38	Rene Batista Dutra Junior
39	Adriano Celis Gomes
40	Maria Angelica Garcia Prates Gonçalves
41	Marcia Raquel Obice Buzachero

Faixa III - Vice Diretor de Escola

1	Tabata Freitas Manzoli
2	Uillian Cesar Damico Brauna

Faixa III - Professor Coordenador Geral

1	Tabata Freitas Manzoli
2	Rosineide Pereira Duarte

Faixa III - Professor de Educação Básica II – Efetivos e Categoria F

1	Eliane da Silva Faccas
2	Maria de Lourdes Cavassana
3	Rosimeire Coelho de Oliveira
4	Fernando Cesar Satin
5	Tabata Freitas Manzoli
6	Uillian Cesar Damico Brauna
7	Flavia Soares Evangelista
8	Flavia Renata Canevassi

Professores Contratados - Categoria O

	Nome
1	Vinício Manoel dos Santos Lima
2	Edson José da Silva
3	Ferminia Ferreira Lima Favreto
4	Ester Gabriela Limeira
5	Silas Baroni Lobo Rodrigues
6	Wesley Junio da Silva Larangeira
7	Jeferson Willian Correia Lima
8	Elaine Aparecida Vieira
9	Laércio Berto
10	Gabriela Chagas Cechini dos Santos
11	Bonfillho Shuji Honma Rodrigues da Silva
12	Arlete Regina dos Santos Souza Leite

13	Lucia Rosa Coqueiro
14	Celia regina chagas
15	Cristiana Borsaki mazaro carvalho
16	Antonio Carlos Barbosa da Silva
17	Maísa dos Santos Sobrinho
18	Claudemberg Michael Lima Costa
19	Luis Ramos
20	Osnir dos santos da silva
21	Zenilda dos Santos da Silva
22	Cristiane da Costa Santos Martins

Indeferidos - CPFs:

CPF33890012809; CPF 51879310163; CPF 32279499894; CPF 09571846899; CPF 30692036806; CPF 06748530830; CPF 08080253846; CPF 07851132827; CPF 13702958800; CPF 30868519880; CPF 39036995191; CPF 31144033870; CPF 22958763897; CPF 04812937876; CPF 06170408855; CPF 06748504830; CPF 09565861806; CPF 11374293806; CPF 13704573833; CPF 27393454882; CPF 32954320826; CPF 36876507823; CPF 80414168887; CPF 35238884842; CPF 38526290800; CPF21449764819; CPF 34454491801; CPF 35300300829; CPF 23013903813; CPF 40502909870; CPF 08519815855; CPF 41927754844; CPF 44876784809; CPF 43428948823; CPF 40741741890; CPF 44089833817; CPF 47607753826; CPF 33433991839; CPF 36848174149; CPF 26454258874; CPF 39051362870; CPF 24575617873

Candidatos Indeferidos na conformidade com o Artigo 8º, da LC 1191 de 28-12-2012, Artigo 3º, do Decreto 59354 de 15-07-2013 e Edital de Credenciamento para atuação no Programa Ensino Integral 2021. CPFs:

CPF 11980383812; CPF34980836860; CPF29886718854; CPF16546781808; CPF11984488813; CPF 27965298864; CPF27053479846; CPF34485476898

(Republicado por conter incorreções).

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE BAURU

Comunicado

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região de Bauru, convoca os candidatos inscritos nos termos da Resolução SE 05/2020, alterada pelas Resoluções SE 18/2020, Seduc 56/2020 e Seduc 81/2020, para sessão de escolha de vaga por videoconferência, para o cargo de Diretor de Escola, conforme abaixo:

Às 9h, do dia 27-01-2021 (quarta-feira), via Aplicativo Microsoft Teams.

1.Do Cargo:

Diretor de Escola

Vagas: 1 (cargo vago)

EE Pref. Edison Bastos Gasparini (Bauru) – Para exercício no dia 27-01-2021;

2. Do envio dos documentos:

Todos os interessados, já classificados previamente, deverão encaminhar os documentos necessários para participação, digitalizados, ao e-mail do Núcleo de Apoio Administrativo do Gabinete do Dirigente, debauna@educacao.sp.gov.br, com cópia para o e-mail do Centro de Recursos Humanos, debaucrh@educacao.sp.gov.br;

O envio dos documentos deverá ser feito, obrigatoriamente, por meio do e-mail institucional da Microsoft Outlook/Seduc do interessado (@educacao.sp.gov.br). Após o recebimento dos documentos, será encaminhado neste mesmo e-mail, o link para a Atribuição por Videoconferência, com o Dirigente Regional de Ensino e a Diretora do Centro de Recursos Humanos.

3. Dos documentos:

O interessado deverá digitalizar, em formato PDF, todos os documentos solicitados no presente Edital e encaminhar até às 13h do dia 26-01-2021 (terça-feira).

Documentos:

3.1 Termo de anuência do Superior Imediato, com data atualizada;

3.1.1. No caso de candidatos de outras Diretorias de Ensino, o Termo deverá ser emitido pelo superior imediato (Diretor de Escola) e ratificado pelo superior mediato (Dirigente Regional de Ensino);

3.2. Na hipótese de acumulação de cargos, deverá haver publicação de novo ato decisório;

3.3. Declaração de horário para fins de acumulação, quando for o caso;

3.4. Declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13;

3.5. Parecer da CAAS no caso de o interessado ser readaptado;

4. Das vedações:

É expressamente vedada a atribuição de vagas e/ou sua respectiva designação:

4.1. Ao candidato que se encontrar afastado a qualquer título (Artigo 6º, § único da Resolução SE 05 de 07-01-2020);

4.2. Por procuração de qualquer espécie;

5. Da Atribuição online:

Os candidatos ficam cientificados que:

5.1. Os recursos tecnológicos para efetuar a Atribuição por Videoconferência serão de responsabilidade exclusiva dos candidatos;

5.2. A Sessão de Atribuição ocorrerá no horário divulgado no presente Edital, observando que qualquer eventual atraso no início da sessão não beneficiará candidato retardatário.

5.3. Eventuais necessidades de apresentação de documentos, poderão ser feitas durante a sessão, por e-mail.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CARAGUATATUBA

Comunicado

O Dirigente Regional de Ensino convoca os credenciados para atuação junto ao Programa Ensino Integral 2021, na Região da Diretoria de Ensino de Caraguatatuba, para participarem do processo de alocação de vaga, conforme disposto na Resolução SE 04 de 03-01-2020, alterada pela Resolução Seduc 84/2020 de 16-11-2020:

Os candidatos poderão, por livre escolha, comparecer a um dos Polos de alocação de acordo com o cronograma abaixo. O comparecimento a um dos Polos não impede o candidato de escolher vaga em quaisquer outra Unidade Escolar PEI da Diretoria de Ensino de Caraguatatuba. A atribuição seguirá a ordem de classificação do credenciamento.

Unidades Escolares Polo de Alocação de Vagas / Municípios:

1 - EE Gabriel Ribeiro dos Santos – Ilhabela

2 - EE Maísa Theodoro da Silva – São Sebastião

3 - EE Capitão Deolindo de Oliveira Santos – Ubatuba 4 - EE Idalina do Amaral Graça – Ubatuba

5 - EE Florentina Martins Sanchez – Ubatuba

6 - EE Dr Eduardo Corrêa da Costa Jr – Caraguatatuba

7 - Diretoria de Ensino de Caraguatatuba – Av. Alagoas, 539 – Indaiá - Caraguatatuba

Data: 25-01-2021 – segunda-feira

Docentes Efetivos e Categoria F – Manhã

Docentes da Área de Linguagens e suas Tecnologias: 9h

EE Capitão Deolindo de Oliveira Santos

01 Inglês (Português)

EE Idalina do Amaral Graça

03 Português

EE Maísa Theodoro da Silva

02 – Sala de Leitura

Docentes da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: 10h

EE Gabriel Ribeiro dos Santos

01 Geografia

01 História

EE Idalina do Amaral Graça

01 Geografia

01 História

Docentes da Área de Matemática / Ciências da Natureza e suas Tecnologias: 11h

EE Idalina do Amaral Graça

03 - Matemática

01 - Ciências

EE Maísa Theodoro da Silva

01 - Química (Matemática, Física e Biologia)

EE Gabriel Ribeiro dos Santos

04 – Matemática (Física e Química)

EE Capitão Deolindo de Oliveira Santos

03 Matemática (Física)

02 Física

01 Química

01 Biologia

Docentes Categoria o – Tarde:

Docentes da Área de Linguagens e suas Tecnologias: 14h

Docentes da Área de Matemática / Ciências da Natureza e suas Tecnologias: 15h Docentes da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: 16h

Observações:

A sessão de atribuição acontecerá via aplicativo Teams na Unidade Escolar Polo de Alocação, considerando os protocolos de higiene e distanciamento social.

Os Docentes Categoria o devem apresentar o comprovante de inscrição 2021 e somente os docentes com no mínimo 1095 dias de exercícios na rede estadual poderão ser alocados.

Comunicado

A Dirigente Regional de Ensino da Região de Caraguatatuba convoca os docentes listados abaixo, inscritos e classificados no Processo de Atribuição de Classes e Aulas 2021, no campo de atuação Educação Especial – DI – Deficiência Intelectual e Transtorno do Espectro Autista - TEA, para a sessão de atribuição de classe em cumprimento de Ação Judicial.

Poderão participar os docentes habilitados/qualificados que tenham Curso de Licenciatura e Pós-Graduação na área da deficiência DI ou TEA, o qual deverá ser comprovado mediante a impressão e apresentação do Comprovante de Inscrição 2021, dos Diplomas (de graduação e pós-graduação) e os respectivos Históricos Escolares, no ato da Atribuição.

Local: Diretoria de Ensino da Região de Caraguatatuba

Endereço: Avenida Alagoas, 539 – Indaiá – Caraguatatuba – SP.

Data: 28-01-2021 (quinta-feira).

Horário: 14h

Vaga: Professor Auxiliar – EE Alcides de Castro Galvão, Caraguatatuba - SP, 1º Ano B do Ensino Médio - Turno da tarde – 32 aulas e 03 ATPC.

Notas:

a) Caso os inscritos no processo de atribuição 2021 não se apresentem, a partir das 14h30, a Diretoria de Ensino da Região de Caraguatatuba reserva-se no direito de atribuir tais aulas a quaisquer profissionais licenciados, em função da garantia dos termos da determinação judicial, desde que estes interessados apresentem as habilitações mínimas necessárias descritas na Resolução SE 68/2017 e Indicação CEE 157/2017, ou minimamente a formação em Pedagogia, de acordo com análise e deferimento da Comissão de Atribuição de Aulas e da Equipe de Educação Especial da DECGT.

b) Docentes com aulas atribuídas em sessões anteriores estão dispensados do atendimento dos termos deste edital.

c) Decisões sobre casos omissos serão tomadas de imediato pelas Equipes de Atribuição de Aulas e Educação Especial, nos termos das legislações vigentes, de modo a garantir o pleno atendimento ao educando em tela.

Atribuição de Classes e Aulas / 2021 - Classificação Geral na Diretoria de Ensino

Categoria - Disciplina Específica - Ed. Especial

Diretoria - Caraguatatuba

Classificação Categoria O

Classif.	Nome	CPF	Disciplinas	Pontuação DE
8	Vera Lucia Alves Lima	109.871.558-65	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Lingua Estrangeira Espanhol, Lingua Portuguesa, Oficinas Curriculares	59,322
9	Rosemeire Alves de Paula	126.671.578-93	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Geografia, Historia, Lingua Brasileira de Sinais, Lingua Portuguesa, Oficinas Curriculares, Oficinas Curriculares - Magisterio de 1 A 4 Series, Sociologia	55,581
13	Licia Andrea Vianna	295.525.078-39	Biologia, Ciencias Fisicas e Biologicas, Educacao Exclusiva Deficiencia Auditiva, Educacao Exclusiva Deficiencia Fisica, Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Educacao Exclusiva Transtornos do Espectro Autist, Fisica, Lingua Brasileira de Sinais, Oficinas Curriculares, Quimica	53,464
26	Edna da Silva Cunha	201.046.318-80	Educacao Exclusiva Deficiencia Auditiva, Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Ensino Fundamental Classe Ciclo I, Historia, Lingua Portuguesa, Oficinas Curriculares, Oficinas Curriculares - Magisterio de 1 A 4 Series	46,041
27	Laurita Ribeiro dos Santos	172.936.338-58	Educacao Exclusiva Deficiencia Auditiva, Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Geografia, Historia, Lingua Brasileira de Sinais	45,757
47	Luciana Miranda	283.931.258-12	Biologia, Ciencias Fisicas e Biologicas, Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Educacao Exclusiva Transtornos do Espectro Autist, Educacao Fisica	37,806
60	Silmara Daniele Mauricio	355.276.378-36	Educacao Exclusiva Deficiencia Auditiva, Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Educacao Exclusiva Deficiencia Visual, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Lingua Brasileira de Sinais, Lingua Portuguesa, Oficinas Curriculares	33,628
67	Lucyellen Camelo de Sousa	338.719.038-76	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Oficinas Curriculares, Oficinas Curriculares - Magisterio de 1 A 4 Series	32,688
71	Angelica Nilceia Sandim da Silva	256.006.328-00	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Educacao Exclusiva Transtornos do Espectro Autist, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Lingua Portuguesa, Oficinas Curriculares	32,284
72	Pedrina de Fatima Martins de Castro	072.456.918-94	Educacao Exclusiva Deficiencia Auditiva, Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Oficinas Curriculares - Magisterio de 1 A 4 Series	32,013
76	Wellington Ibe do Prado	112.152.148-71	Educacao Exclusiva Deficiencia Auditiva, Lingua Estrangeira Ingles, Lingua Portuguesa	31,175
77	Regina Aparecida Bachiao Cunha	087.843.258-28	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Educacao Exclusiva Transtornos do Espectro Autist, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Lingua Estrangeira Ingles, Lingua Portuguesa	31,073
95	Lazaro Antonio Gomes Pitanga	016.188.585-30	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Filosofia, Historia	28,452
113	Lilian Gomes dos Santos Pires	251.149.008-03	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Oficinas Curriculares	26,18
117	Amelia de Fatima Bueno de Lara	018.162.919-43	Educacao Exclusiva Deficiencia Auditiva, Lingua Estrangeira Espanhol, Lingua Portuguesa	25,348
132	Maria Sonia Ramos Pereira	569.441.796-87	Arte, Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Oficinas Curriculares	24,048
159	Camila Priscila de Almeida Bedaque	312.353.838-90	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Educacao Fisica, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Lingua Portuguesa, Oficinas Curriculares	20,004
162	Luciana de Toledo	082.695.758-79	Arte, Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Filosofia, Oficinas Curriculares, Oficinas Curriculares - Magisterio de 1 A 4 Series, Sociologia	19,19
188	Adearly Gomes Barbosa	307.222.108-17	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Educacao Exclusiva Transtornos do Espectro Autist, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Lingua Portuguesa, Oficinas Curriculares, Oficinas Curriculares - Magisterio de 1 A 4 Series	13,996
198	Nathalia Burgemeister	396.379.938-27	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Lingua Estrangeira Ingles, Lingua Portuguesa, Oficinas Curriculares, Oficinas Curriculares - Magisterio de 1 A 4 Series	13,206
233	Silvane da Silva Barbosa	320.733.388-52	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Educacao Exclusiva Transtornos do Espectro Autist, Lingua Brasileira de Sinais, Matematica, Oficinas Curriculares	9,344
245	Denise Aparecida de Castro Ribeiro	480.087.296-00	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Educacao Exclusiva Transtornos do Espectro Autist, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Oficinas Curriculares	8,344
251	Enio Lucena Souza	012.007.906-26	Arte, Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Lingua Portuguesa, Oficinas Curriculares	7,748
255	Renata Aparecida dos Santos	254.850.878-17	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Oficinas Curriculares, Oficinas Curriculares - Magisterio de 1 A 4 Series	7,446
261	Adriana Rodrigues de Macedo	150.284.428-19	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Lingua Estrangeira Ingles, Lingua Portuguesa, Oficinas Curriculares	7,036
269	Renalda de Souza	314.093.198-06	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Educacao Exclusiva Transtornos do Espectro Autist, Lingua Portuguesa, Oficinas Curriculares, Oficinas Curriculares - Magisterio de 1 A 4 Series	6,518
281	Nilza Lucia Moura Braga	048.658.518-28	Educacao Exclusiva Transtornos do Espectro Autist, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Lingua Portuguesa, Oficinas Curriculares	6
291	Janaina Mara Souza Alves	335.373.548-86	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Oficinas Curriculares, Oficinas Curriculares - Magisterio de 1 A 4 Series	5,552
294	Benedito Costa Feijo Junior	155.139.528-23	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Oficinas Curriculares	5,506
318	Elicia Andrade de Almeida	331.918.888-70	Educacao Exclusiva Transtornos do Espectro Autist, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Lingua Portuguesa, Oficinas Curriculares, Oficinas Curriculares - Magisterio de 1 A 4 Series	4,748
346	Daniela Macri	162.983.548-08	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Oficinas Curriculares	3,848
358	Creusa Fernandes de Barros	119.779.288-03	Educacao Exclusiva Deficiencia Auditiva, Lingua Portuguesa	3
386	Joao Victor Normando de Oliveira	476.087.508-55	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Lingua Portuguesa, Oficinas Curriculares	2,154
413	Maria das Gracas de Souza de Oliveira	163.669.688-02	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Lingua Portuguesa, Oficinas Curriculares	1,806
427	Sandra Antonia de Sousa	351.813.788-38	Educacao Exclusiva Deficiencia Auditiva, Educacao Exclusiva Deficiencia Fisica, Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Educacao Exclusiva Transtornos do Espectro Autist, Lingua Portuguesa, Oficinas Curriculares, Oficinas Curriculares - Magisterio de 1 A 4 Series	1,495
429	Maria Valdete Bezerra da Silva	274.369.868-30	Educacao Exclusiva Deficiencia Intelectual, Educacao Exclusiva Transtornos do Espectro Autist, Ensino Fundamental Anos Finais - Magisterio de 1 A 4 Series, Oficinas Curriculares	1,476

(Edital Educação Especial 1)

Comunicado

Continuidade ao Processo de Atribuição de Classes e Aulas – 2021

Atribuição – Professor Interlocutor de Libras

Nos termos do Artigo 5º da Portaria CGRH-09, de 13-11-2020: – A partir de 20-01-2021 dar-se-á início à atribuição de classes e aulas, na plataforma Secretaria Escolar Digital – SED, aos docentes contratados e candidatos à contratação, inscritos e com processo seletivo vigente, bem como aos docentes qualificados e aos Projetos da Pasta, obedecendo ao seguinte cronograma:

I – 28-01-2021 a partir das 15h: Atribuição e associação de classes e aulas na plataforma Secretaria Escolar Digital – SED aos docentes contratados e candidatos à contratação, docentes qualificados [...] obedecendo a ordem de faixas de classificação da Resolução SE 72/2020 e classificação fornecida pelo sistema SED.

Para tanto a atribuição das aulas Remanescentes de Libras, seguirá as orientações abaixo, nas unidades escolares, contando com a presença de Diretores de Escola, Gerentes de Organização Escolar e docentes candidatos:

1) O Diretor de escola, que tenha docentes Categoria o – Professor Interlocutor de Libras, que atuou no ano passado na unidade escolar, deverá convocar os mesmos para comparecer presencialmente na própria Unidade Escolar, no respectivo horário determinado para acompanhamento da Equipe da Educação Especial e da Atribuição de Aulas, para concretização da atribuição na SED, declarando por escrito ao diretor da escola que irão obedecer os protocolos sanitários e de segurança contra o Covid-19.

2) Os docentes que não atuaram no ano de 2020 e não tiveram sede, devem comparecer na Diretoria de Ensino - Avenida Alagoas, 539 – Indaiá – Caraguatatuba – SP.

3) Comunicar aos docentes, que: "É de inteira responsabilidade do candidato quaisquer impedimentos de participação na sessão de atribuição, nos termos da Resolução SE 72/2020, para composição de carga horária";

4) No dia 28-01-2021 a partir das 15h, os docentes deverão acompanhar na escola que atuou em 2020, a reunião pelo link transmitido ao diretor da unidade escolar, ou, no caso de Candidatos à contratação (professores que nunca atuaram em escolas estaduais) estes acompanharão a reunião em ambiente específico na Diretoria de Ensino, impreterivelmente, com 15 minutos de tolerância para início da Atribuição;

5) Será efetuada a chamada mediante lista classificatória, docentes Habilitados nos termos da listagem fornecida pelo sistema SED.

Observações Importantes:

1) É obrigatória a presença do Diretor de Escola e do Gerente de Organização para acompanhar, na unidade escolar, juntamente com os respectivos docentes, a reunião e finalizar a atribuição na SED, nos temos dos dispositivos legais.

2) Ressaltamos que a atribuição de classes/aulas nas unidades escolares e na Diretoria de Ensino respeitará todos os protocolos sanitários e de segurança instituídos pela SEDUC, conforme resolução pertinente.

3) Cada professor deverá comparecer à escola/DE munido de seus diplomas de graduação e pós-graduação, para eventuais conferências que ainda se fizerem necessárias.

4) Cada professor deverá comparecer à escola/DE munido de comprovante de inscrição impresso da SED.

5) Havendo alguma manifestação contrária à listagem de classificação da Diretoria de Ensino, esta deverá ser feita logo no início da sessão de atribuição, para que a Comissão de Atribuição de Aulas e a Equipe de Educação Especial possam verificar ou não a sua pertinência nos termos das normativas estaduais vigentes.

Saldo de Aulas para Atribuição:

São Sebastião

EE Maria P. Frúgolli – 20 aulas – PEI – segundo turno de aulas do período da manhã.

EE Plínio G. O. Santos – 25 aulas – Noturno.

EE Sebastiana C. Bittencourt – 32 aulas – Tarde.

Ubatuba

EE Capitão Deolindo – 20 aulas – PEI – Tarde.

Ilhabela

EE Água Branca/Gonzalez – 32 aulas – Manhã.

(Edital Educação Especial 2)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE FERNANDÓPOLIS

Comunicado

Credenciamento Emergencial 2021

Programa Ensino Integral

O Dirigente Regional de Ensino torna pública a abertura de inscrições e a realização do credenciamento emergencial para atuação em Regime de Dedicação Plena e Integral - RDPI das escolas estaduais do Programa Ensino Integral, conforme previsto no artigo 2º da Resolução Seducnº 84, de 16-11-2020, cujo objetivo é o preenchimento de vagas existentes após Processo de Credenciamento Anual.

I - Disposições Preliminares

1 - A realização do presente credenciamento de integrantes do Quadro do Magistério para atuar nas unidades escolares do Programa Ensino Integral, durante o ano letivo de 2021 está prevista no artigo 2º da Resolução Seducnº 84, de 16-11-2020, e ocorrerá no período de 25-01-2021 a 04-02-2021, considerando todas as fases do certame.

2 - As publicações referentes ao presente credenciamento poderão ser acompanhadas por meio do site da Diretoria de Ensino - Região Fernandópolis, no endereço eletrônico https://defernandopolis.educacao.sp.gov.br, onde constará a quantidade de vagas disponíveis e suas respectivas unidades escolares.

3 – Os integrantes do Quadro de Magistério atuarão em Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI, caracterizado pela exigência da prestação de 40 horas semanais de trabalho, em período integral, com carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada, sendo vedado o desempenho de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, durante o horário de trabalho no referido Programa.

4 – A remuneração mensal dos integrantes do Quadro do Magistério, que atuarão no Programa, corresponderá ao salário-base do professor acrescido do valor da Gratificação de Dedicação Plena e Integral - GDPI, que equivale a 75% do valor da faixa e nível da Estrutura da Escala de Vencimentos em que estiver enquadrado o cargo ou a função-atividade do integrante do Quadro do Magistério submetido ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

5 – Os integrantes do Quadro do Magistério ficam impedidos de participar do processo de credenciamento, caso tenham:

a) sofrido penalidade, por qualquer tipo de ilícito, nos últimos 5 anos;

b) desistido de designação anterior, ou tiveram cessada essa designação, por qualquer motivo, exceto pela reassunção do titular substituído, nos últimos 5 anos.

II - Dos Requisitos

1 - Para participar do processo de credenciamento, os titulares de cargo de Diretor de Escola, os docentes titulares de cargo, ocupantes de função-atividade e os contratados nos termos da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009, deverão atender os seguintes requisitos:

a) estar em efetivo exercício de seu cargo, função atividade, contrato ou da designação em que se encontre;

b) escolaridade (habilitação):

b.1) Para atuação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de:

b.1.1) Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.2) Curso Normal Superior, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.3) Licenciatura plena em Pedagogia, obtida mediante curso do Programa Especial de Formação Pedagógica Superior, qualquer que seja a nomenclatura do curso, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.4) Licenciatura plena em componente curricular específico, para atuar como docente especialista.

b.2) Para atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental e nas séries do Ensino Médio, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio;

b.3) Para atuação em Sala/Ambiente de Leitura, o docente (readaptado, titular de cargo na situação de adido e ocupante de função-atividade que se encontre cumprindo horas de permanência) deverá ser portador de portador de diploma de licenciatura plena.

c) possuir experiência mínima:

c.1) de 3 (três) anos de exercício no magistério público estadual, quando docente, Professor Coordenador Geral – PCG ou docente na Sala/Ambiente de Leitura – data-base 30-06-2020;

d) expressar adesão voluntária ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

2 – O docente readaptado somente poderá atuar na Sala/Ambiente de Leitura, desde que o rol de atividades previstos pelo CAAS seja compatível com as atribuições previstas para a função no Programa Ensino Integral, sendo que o docente nesta condição funcional não poderá atuar em outra função no PEI.

III – Da Inscrição

1 – A inscrição do integrante do Quadro do Magistério implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a

realização do credenciamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2 – A Inscrição ocorrerá no período de 23-01-2021 a 31-01-2021, via formulário online disponibilizado no link:

Professores Anos Iniciais (Arte, E. Física e Inglês):

http://bit.ly/derf-pei-ai-especialistas

Professor Sala de Leitura:

http://bit.ly/derf-pei-sala-leitura

Professores Anos Finais e Ensino Médio:

http://bit.ly/derf-pei-professor

3 – O integrante do Quadro do Magistério não será credenciado caso não atenda aos critérios previstos no item 5 das Disposições Preliminares e dos Requisitos para o desempenho da função/cargo, conforme informações contidas no cadastro funcional.

4 - O integrante do Quadro do Magistério deverá autodeclarar que não possui impedimentos para o exercício da função, a ser comprovada no momento da alocação.

5 - O candidato deverá indicar uma das opções abaixo, no momento da inscrição:

5.1. Concluiu o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" (1ª ou 2ª edição) ofertado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação "Paulo Renato Costa Souza" (Efape);

5.2. Não realizará o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" e responderá ao questionário específico disponibilizado com 10 questões relacionadas ao Programa. Cada questão equivale a 1 ponto, totalizando, no máximo 10 pontos.

6 - O integrante do Quadro do Magistério, de que trata o item 5.1 deverá, obrigatoriamente, ter concluído o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" com aproveitamento "Satisfatório", a fim de que sua inscrição no presente processo de Credenciamento seja validada.

7 - Para o candidato que responder ao questionário, a inscrição somente será validada ao obter pontuação igual, ou superior, a 6.

8 - Na inscrição, todos os candidatos deverão preencher uma Atividade para cada função selecionada, que será considerada, exclusivamente, para fins de desempate. Em caso de não preenchimento da referida Atividade o candidato estará automaticamente eliminado.

IV – Do deferimento das inscrições e da classificação

1 - No dia 01-02-2021, a Diretoria de Ensino analisará as informações preenchidas pelos candidatos na etapa de inscrição, para prosseguimento nas demais etapas do processo.

2 - O processo seletivo de credenciamento será classificatório e deverá considerar os integrantes do Quadro do Magistério, por listas e faixas funcionais, em ordem decrescente da pontuação obtida, após aplicação de todos os critérios de desempate.

3 – A classificação dos inscritos se dará na seguinte conformidade:

3.1 - Faixa II corresponde aos inscritos, com cargo/função classificados na "Mesma Diretoria de Ensino";

3.2 - Faixa III corresponde aos inscritos, com cargo/função e classificados em "Outra Diretoria de Ensino".

4 - Para desempate, serão utilizados os seguintes critérios, em ordem de prioridade:

a) maior pontuação obtida na classificação de docentes no processo anual de atribuição de classes e aulas, em nível de Diretoria de Ensino;

b) maior tempo de serviço no Magistério Público Oficial desta Secretaria;

c) maior idade entre os credenciados;

d) maior pontuação obtida na análise da Atividade de Sala de Aula.

5 - A Atividade de Sala de Aula, para docentes e Professor Coordenador Geral, bem como a Atividade, para Diretor de Escola e Vice-Diretor, serão avaliadas pela Diretoria de Ensino, no dia 01-02-2021, exclusivamente para fins de desempate, na escala de 1 a 3 pontos, sendo que estes pontos não serão acrescidos à pontuação final.

6 – A Diretoria de Ensino – Região Fernandópolis disponibilizará o resultado e Classificação do credenciamento no dia 02-02-2021, no site https://defernandopolis.educacao.sp.gov.br

V – Do Recurso

1 - O candidato poderá interpor recurso ao Dirigente Regional de Ensino, a partir da divulgação da Classificação, no período de 03-02-2021 a 04-02-2021, mediante requerimento a ser encaminhado para o e-mail: defernap@educacao.sp.gov.br

2 – A Diretoria de Ensino analisará os recursos no dia 05-02-2021 e disponibilizará no site https://defernandopolis.educacao.sp.gov.br, a Classificação Final Pós- Recurso, em 06-02-2021.

VI – Da Alocação

1 - A chamada para alocação será realizada mediante publicação no site da Diretoria de Ensino – Região Fernandópolis, no endereço eletrônico https://defernandopolis.educacao.sp.gov.br, indicando o dia, horário e local da sessão.

VII - Disposições Finais

1 - Caso alguma informação ou dado prestado no processo de credenciamento não seja devidamente comprovado pela Diretoria de Ensino, o integrante do Quadro do Magistério será desclassificado.

2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Ensino – Região Fernandópolis, após consulta à Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos – CGRH, conforme o caso.

Comunicado

Processo Seletivo 2021

Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino - Região de Fernandópolis, nos termos do contido no Decreto 64.187, de 17-04-2019 e na Resolução Seducnº 03, de 11-01-2021, alterada pela Resolução Seduc 10, de 18-01-2021, torna público o Edital para o processo seletivo de candidatos ao posto de trabalho de Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico – PCNP, da Diretoria de Ensino:

1. Das vagas oferecidas:

1.1 Uma vaga de PCNP na disciplina de Educação Física;

1.2 Uma vaga de PCNP na disciplina de Matemática;

1.3 Uma vaga de PCNP na disciplina Ciências/Biologia;

1.4 Uma vaga de PCNP na disciplina Língua Portuguesa;

2. Da função de PCNP:

2.1 Regime de trabalho de 40 horas semanais;

2.2 Horário de trabalho basicamente concentrado durante os 5 dias úteis da semana, com atuação esporádica e excepcionalmente no período noturno ou aos sábados, de acordo com a necessidade da administração;

2.3 Atribuições conforme o artigo 75, do Decreto 64.187 e artigo 6º da Resolução Seducnº 03-2021;

2.4 Pagamento da Gratificação de Função, nos termos da Lei Complementar 1.018, de 15-10-2007.

3. Das Inscrições:

3.1 Período: de 23 a 30-01-2021

3.2 Inscrições deverão ser feitas através do link:

http://bit.ly/defer-pcnp-2021

4. Requisitos para o exercício da função (Art. 7º da Res. Seducnº 03-2021):

4.1 Ser docente titular de cargo ou ocupante de função atividade, podendo se encontrar na condição de adido ou em readaptação, sendo que no caso de docente readaptado, a designação somente poderá ocorrer após manifestação favorável da Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão – CAAS;

4.2 Contar, no mínimo, com 3 anos de experiência no magistério público estadual;

4.3 Ser portador de licenciatura plena.

5. Critérios para a Seleção (Inciso I, Art. 8º da Res. Seducnº 03/2021):

5.1 A análise do currículo acadêmico e da experiência profissional do candidato;

5.2 A compatibilização do perfil e da qualificação profissional do candidato com a natureza das atribuições relativas ao posto de trabalho a ser ocupado;

5.3 Habilitação/qualificação específica para atuar na disciplina objeto da inscrição;

5.4 O cumprimento do papel de professor coordenador na perspectiva da educação inclusiva e na construção de um espaço coletivo de discussão da função social da escola;

5.5 A valorização dos certificados de participação em cursos promovidos pela Secretaria da Educação, em especial àqueles que se referem diretamente à área de atuação do professor coordenador;

5.6 Ter concluído com êxito, os cursos básico e de aprofundamento dos componentes que compõe o Inova Educação;

5.7 A disponibilidade de tempo do candidato para cumprir o horário da coordenação e também para investir em sua qualificação profissional e atender as atividades de formação continuada propostas pela Diretoria de Ensino e pelos órgãos centrais da pasta, e que, preferencialmente, não acumule cargo/função pública;

5.8 Entrevistas realizadas pela comissão constituída pelo Dirigente Regional de Ensino, encarregada do presente processo seletivo.

6. Documentos exigidos no ato de inscrição:

6.1 Currículo acadêmico, com cópia do(s) diploma(s) da(s) licenciatura(s) que possui;

6.2 Memorial de experiência profissional relativa à disciplina/atuação objeto de inscrição;

6.3 Certificado(s) de participação em curso(s) promovido(s) pela Secretaria da Educação;

7. Das entrevistas:

7.1 As entrevistas ocorrerão entre os dias 8 e 12-02-2021

7.2 Horário: será divulgado, posteriormente, no site da Diretoria de Ensino:

https://defernandopolis.educacao.sp.gov.br/

7.3 Local: Diretoria de Ensino.

8 – Das Disposições Gerais:

8.1 O processo poderá ser encerrado sem a seleção de nenhum candidato, caso a comissão assim entenda face aos critérios estabelecidos.

8.2 Os casos omissos neste Edital serão dirimidos pela comissão encarregada do presente processo seletivo.

9 – Dos Resultados:

A partir do dia 15-02-2021, o candidato selecionado será contatado pelo Dirigente Regional de Ensino.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE FRANCA

Comunicado

Prorrogando o Credenciamento para Professor Coordenador de Acompanhamento Pedagógico Escolar-PCAE

A Diretoria de Ensino-Região de Franca torna pública a abertura de 05 (cinco) vagas para a função de Professor Coordenador de Acompanhamento Escolar para atuar em um agrupamento de 05(cinco) escolas.

Constituem-se atribuições do Professor Coordenador de Acompanhamento Pedagógico Escolar, o disposto no inciso II, do Artigo 5º, da Resolução SEDUC 3/2021.

Acompanhamento de um agrupamento de unidades escolares:

a) apoiar e fortalecer o papel dos Professores Coordenadores das respectivas unidades escolares quanto à gestão pedagógica, no que tange às rotinas de trabalho semanais de apoio à qualificação do plano de aula do professor, de acompanhamento das aprendizagens dos estudantes e suporte formativo aos professores, visando à melhoria da aprendizagem dos estudantes;

b) implementar as orientações e as pautas de Acompanhamento Pedagógico Formativo nas escolas, propostas pela SEDUC;

c) apoiar e fortalecer os Professores Coordenadores na elaboração e implementação do Plano de Melhoria do Método de Melhoria de Resultados (MMR);

d) participar, semanalmente, de forma presencial ou a distância, de reunião de planejamento, alinhamento e orientação do Acompanhamento Pedagógico com o Supervisor de Ensino que atuar como ponto focal do Acompanhamento Pedagógico Formativo;

e) planejar e apoiar as atividades de gestão pedagógica em conjunto com os Professores Coordenadores e Diretores de Escola, com uma postura formativa, com vistas ao desenvolvimento profissional da equipe gestora;

f) disseminar boas práticas de gestão pedagógica aos Diretores e Professores Coordenadores das escolas que acompanha, incentivando e apoiando a sua implementação de forma adaptada à realidade de cada escola;

g) participar das ações formativas focadas no suporte ao acompanhamento pedagógico realizadas pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EFAPE e Diretoria de Ensino;

h) nas respectivas instâncias regionais:

1 - estabelecer parceria com os Supervisores das unidades escolares que acompanha, alinhando frequentemente os combinados estabelecidos, avanços e pontos de atenção, solicitando sempre que necessário, atuação conjunta para ações pedagógicas.

2 - indicar, ao Supervisor de Ensino que atuar como ponto focal do Acompanhamento Pedagógico Formativo, necessidades de ações formativas dos Professores Coordenadores e Professores com apoio dos PCNP.

Parágrafo único- A rotina de trabalho do PC que acompanha o agrupamento de escolas será de caráter formativo, reflexivo e prático, por meio de atividades estruturadas e formativas com sua equipe no apoio à gestão pedagógica.

Poderão se candidatar os docentes que possuam os requisitos para o exercício da função, contidos nos incisos I e II, do Artigo 7º da Resolução SEDUC 3/2021:

I – ser docente titular de cargo ou ocupante de função- -atividade, podendo se encontrar na condição de adido ou em readaptação, sendo que, no caso de docente readaptado, a designação somente poderá ocorrer após manifestação favorável da Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde da Secretaria de Gestão Pública – CAAS;

II – contar com, no mínimo, 3 anos de experiência no magistério público estadual;

III – ser portador de diploma de licenciatura plena..

Os interessados deverão encaminhar Currículo com identificação completa incluindo descrição sucinta de sua trajetória escolar e de formação, bem como suas experiências profissionais para o email do Gabinete da Dirigente Regional de Ensino: defra@educacao.sp.gov.br até dia 26/01/202, com destaque do telefone celular (whatssap) e email válido para contato.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE GUARATINGUETÁ

Comunicado

Edital - Preenchimento de vaga de Professor Coordenador do Ensino Fundamental e Médio - 2021

A Direção da EE Profª Clotilde Ayello Rocha, com fundamento no que dispõe a Resolução SE 75/2014 e alterações, comunica a abertura das inscrições ao posto de trabalho na função de Professor Coordenador desta Unidade Escolar.

I – Da Vaga Oferecida: 01 vaga para Professor Coordenador do Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio.

II – Dos Requisitos de Habilitação para Preenchimento da Função:

a) Ser titular de cargo ou ocupante de função-atividade, podendo se encontrar na condição de adido ou em readaptação, sendo que, no caso de docente readaptado, a designação somente poderá ocorrer após manifestação favorável da Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde da Secretaria de Gestão Pública - CAAS, nos termos do Artigo 7o da Resolução SE. 75/2014, alterada pela RES. SE12 de 29-01-2016;

b) Contar, no mínimo, com 03 anos de experiência no magistério público estadual;

c) Ser portador de diploma de licenciatura plena.

III – Das Atribuições do Docente para o Exercício da Função Gratificada de Professor Coordenador:

a) atuar como gestor pedagógico, com competência para planejar, acompanhar e avaliar os processos de ensinar e aprender, bem como o desempenho de professores e alunos;

b) orientar o trabalho dos demais docentes, nas reuniões pedagógicas e no horário de trabalho coletivo, de modo a apoiar e subsidiar as atividades em sala de aula, observadas as sequências didáticas de cada ano, curso e ciclo;

c) ter como prioridade o planejamento e a organização dos materiais didáticos, impressos ou em DVDs, e dos recursos tecnológicos, disponibilizados na escola;

d) coordenar as atividades necessárias à organização, ao planejamento, ao acompanhamento, à avaliação e à análise dos resultados dos estudos de reforço e de recuperação;

e) decidir, juntamente com a equipe gestora e com os docentes das classes e/ou das disciplinas, a conveniência e oportunidade de se promoverem intervenções imediatas na aprendizagem, a fim de sanar as dificuldades dos alunos, mediante a aplicação de mecanismos de apoio escolar, como a inserção de professor auxiliar,

em tempo real das respectivas aulas, e a formação de classes de recuperação contínua e/ou intensiva;

f) relacionar-se com os demais profissionais da escola de forma cordial, colaborativa e solícita, apresentando dinamismo e espírito de liderança;

g) trabalhar em equipe como parceiro;

h) orientar os professores quanto às concepções que subsidiam práticas de gestão democrática e participativa, bem como as disposições curriculares, pertinentes às áreas e disciplinas que compõem o currículo dos diferentes níveis e modalidades de ensino; i) coordenar a elaboração, o desenvolvimento, o acompanhamento e a avaliação da proposta pedagógica, juntamente com os professores e demais gestores da unidade escolar, em consonância com os princípios de uma gestão democrática participativa e das disposições curriculares, bem como dos objetivos e metas a serem atingidos;

j) tornar as ações de coordenação pedagógica um espaço dialógico e colaborativo de práticas gestoras e docentes, que assegurem:

1. a participação proativa de todos os professores, nas horas de trabalho pedagógico coletivo, promovendo situações de orientação sobre práticas docentes de acompanhamento e avaliação das propostas de trabalho programadas;

2. a vivência de situações de ensino, de aprendizagem e de avaliação ajustadas aos conteúdos e às necessidades, bem como às práticas metodológicas utilizadas pelos professores;

3. a efetiva utilização de materiais didáticos e de recursos tecnológicos, previamente selecionados e organizados, com plena adequação às diferentes situações de ensino e de aprendizagem dos alunos e a suas necessidades individuais;

4. as abordagens multidisciplinares, por meio de metodologia de projeto e/ou de temáticas transversais significativas para os alunos;

5. a divulgação e o intercâmbio de práticas docentes bem sucedidas, em especial as que façam uso de recursos tecnológicos e pedagógicos disponibilizados na escola;

6. a análise de índices e indicadores externos de avaliação de sistema e desempenho da escola, para tomada de decisões em relação à proposta pedagógica e a projetos desenvolvidos no âmbito escolar;

7. a análise de indicadores internos de frequência e de aprendizagem dos alunos, tanto da avaliação em processo externo, quanto das avaliações realizadas pelos respectivos docentes, de forma a promover ajustes contínuos das ações de apoio necessárias à aprendizagem;

8. a obtenção de bons resultados e o progressivo êxito do processo de ensino e aprendizagem na unidade escolar.

IV – Do Projeto de Trabalho:

O docente candidato ao posto de trabalho de Professor Coordenador, na unidade escolar, deverá apresentar projeto de trabalho, que explicite os referenciais teóricos que fundamentam o exercício da função de Professor Coordenador e contenha:

a) identificação completa do proponente incluindo descrição sucinta de sua trajetória escolar e de formação, bem como suas experiências profissionais;

b) justificativas e resultados esperados, incluindo diagnóstico fundamentado por meio dos resultados do SARESP ou outras avaliações externas;

c) objetivos e descrição sintética das ações que pretende desenvolver;

d) proposta de avaliação e acompanhamento do projeto e as estratégias previstas para garantir o seu monitoramento e execução com eficácia.

V – Do Período de Inscrição:

a) Entrega do Projeto de Trabalho: de 27-01-2021 a 01-02-2021

b) Horário: das 9h às 17h;

c) Local de Entrega: Secretaria da EE Profª Clotilde Ayello Rocha, localizada no Loteamento São Benedito, 5000, bairro do Retiro, Guaratinguetá/SP.

VI – Da Entrevista e Avaliação do Projeto de Trabalho:

O docente candidato ao posto de trabalho de Professor Coordenador, na unidade escolar, deverá passar por entrevista, na qual serão analisados:

a) o projeto apresentado;

b) o perfil profissional do candidato;

c) a capacidade de inovar e promover mudanças, com vistas à otimização dos planos de trabalho no ensino e no processo de aprendizagem.

§1º - A entrevista constará da apresentação pelo candidato do seu histórico profissional e da proposta de trabalho para o posto de trabalho, objeto de sua Inscrição;

§2º - Data, horário e local da Entrevista: 04-02-2021, às 15h, na EE Profª Clotilde Ayello Rocha.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JALES

Comunicado

O Dirigente Regional de Ensino, da Diretoria de Ensino Região de Jales, Comunica aos interessados inscritos e classificados nos termos da Resolução SE 5 de 07-01-2020, alterada pela Resolução SE 18, de 31-01-2020 e Resolução Seduc-81, de 9-11-2020, que ocorrerá uma Sessão de Atribuição que será realizada na sala do Gabinete da Diretoria de Ensino – Região de Jales, sito à Rua Oito, 2315, Centro, em Jales, no dia 26-01-2021, às 8h30, para o cargo conforme segue:

Diretor de Esola:

Cargo vago em virtude de transferência do titular:

- EE Oscar Antonio da Costa – São Francisco/SP.

No ato da atribuição o candidato deverá apresentar:

- Termo de Anuência, com data atualizada.

- Horário de trabalho em caso de acúmulo de cargo.

- Declaração de parentesco (Súmula Vinculante 13, Modelo Anexo).

- Não haverá atribuição por procuração. (Edital 007/2021)

Comunicado

Programa Ensino Integral

Edital de Credenciamento Emergencial para Atuação em 2021

A Diretoria de Ensino - Região de Jales, torna pública a abertura de inscrições e a realização do credenciamento emergencial para atuação em Regime de Dedicação Plena e Integral - RDPI das escolas estaduais do Programa Ensino Integral, conforme previsto no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, cujo objetivo é o preenchimento de vagas existentes após Processo de Credenciamento Anual.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1 - A realização do presente credenciamento de integrantes do Quadro do Magistério para atuar nas unidades escolares do Programa Ensino Integral, durante o ano letivo de 2021 está prevista no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, e ocorrerá no período de 25-01-2021 a 26-01-2021, considerando todas as fases do certame.

2 - As publicações referentes ao presente credenciamento poderão ser acompanhadas por meio do site da Diretoria de Ensino - Região de Jales, no endereço eletrônico https://dejales.educacao.sp.gov.br, onde constará a quantidade de vagas disponíveis e suas respectivas unidades escolares.

3 – Os integrantes do Quadro de Magistério atuarão em Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI, caracterizado pela exigência da prestação de 40 horas semanais de trabalho, em período integral, com carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada, sendo vedado o desempenho de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, durante o horário de trabalho no referido Programa.

4 – A remuneração mensal dos integrantes do Quadro do Magistério, que atuarão no Programa, corresponderá ao salário-base do professor acrescido do valor da Gratificação de Dedicação Plena e Integral - GDPI, que equivale a 75% do valor da faixa e nível da Estrutura da Escala de Vencimentos em que estiver enquadrado o cargo ou a função-atividade do integrante do Quadro do Magistério submetido ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

5 – Os integrantes do Quadro do Magistério ficam impedidos de participar do processo de credenciamento, caso tenham:

a) sofrido penalidade, por qualquer tipo de ilícito, nos últimos 5 anos;

b) desistido de designação anterior, ou tiveram cessada essa designação, por qualquer motivo, exceto pela reassunção do titular substituído, nos últimos 5 anos.

II - DOS REQUISITOS

1 - Para participar do processo de credenciamento, os docentes titulares de cargo, ocupantes de função-atividade e os contratados nos termos da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009, deverão atender os seguintes requisitos:

a) estar em efetivo exercício de seu cargo, função atividade, contrato ou da designação em que se encontre;

b) escolaridade (habilitação):

b.1) Para atuação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de:

b.1.1) Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.2) Curso Normal Superior, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.3) Licenciatura plena em Pedagogia, obtida mediante curso do Programa Especial de Formação Pedagógica Superior, qualquer que seja a nomenclatura do curso, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.2) Para atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental e nas séries do Ensino Médio, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio;

c) possuir experiência mínima:

c.1) de 3 anos no magistério público estadual do Estado de São Paulo;

d) expressar adesão voluntária ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

III – DA INSCRIÇÃO

1 – A inscrição do integrante do Quadro do Magistério implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do credenciamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2 – A Inscrição ocorrerá no período de 25-01-2021 a 26-01-2021, via formulário online disponibilizado no link:

Formulário de Inscrição para a Função "Prof Regente de Classe (EF ANOS INICIAIS)"

https://docs.google.com/forms/d/13wFaG3kxuvQ-r9pcdIYti-vdqa9huDegh6w-2MZvL9qU/edit

Formulário de Inscrição para a Função "Docente - Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio"

https://docs.google.com/forms/d/1TlRKwrfVNZGcyXOo2FdI3BjaqD6Gy9yjRvMp7VPsqdM/edit?usp=forms_home&ths=true

3 – O integrante do Quadro do Magistério não será credenciado caso não atenda aos critérios previstos no item 5 das Disposições Preliminares e dos Requisitos para o desempenho da função/cargo, conforme informações contidas no cadastro funcional.

4 - O integrante do Quadro do Magistério deverá autodeclarar que não possui impedimentos para o exercício da função, a ser comprovada no momento da alocação.

5 - O candidato deverá indicar uma das opções abaixo, no momento da inscrição:

5.1. Concluiu o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" (1ª ou 2ª edição) ofertado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação "Paulo Renato Costa Souza" (Efape);

5.2. Não realizará o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" e responderá ao questionário específico disponibilizado com 10 questões relacionadas ao Programa. Cada questão equivale a 1 ponto, totalizando, no máximo 10 pontos.

6 - O integrante do Quadro do Magistério, de que trata o item 5.1 deverá, obrigatoriamente, ter concluído o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" com aproveitamento "Satisfatório", a fim de que sua inscrição no presente processo de Credenciamento seja validada.

7 - Para o candidato que responder ao questionário, a inscrição somente será validada ao obter pontuação igual, ou superior, a 6 .

8 - Na inscrição, todos os candidatos deverão preencher uma Atividade para a função selecionada, que será considerada, exclusivamente, para fins de desempate. Em caso de não preenchimento da referida Atividade o candidato estará automaticamente eliminado.

IV – DO DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES E DA CLASSIFICAÇÃO

1 - No período de 27-01-2021, a Diretoria de Ensino analisará as informações preenchidas pelos candidatos na etapa de inscrição, para prosseguimento nas demais etapas do processo.

2 - O processo seletivo de credenciamento será classificatório e deverá considerar os integrantes do Quadro do Magistério, por listas e faixas funcionais, em ordem decrescente da pontuação obtida, após aplicação de todos os critérios de desempate.

3 – A classificação dos inscritos se dará na seguinte conformidade:

3.1 - Faixa II corresponde aos inscritos, com cargo/função classificados na "Mesma Diretoria de Ensino";

3.2 - Faixa III corresponde aos inscritos, com cargo/função e classificados em "Outra Diretoria de Ensino".

4 - Para desempate, serão utilizados os seguintes critérios, em ordem de prioridade:

4.1 - Para Docentes:

a) maior pontuação obtida na classificação de docentes no processo anual de atribuição de classes e aulas, em nível de Diretoria de Ensino;

b) maior tempo de serviço no Magistério Público Oficial desta Secretaria;

c) maior idade entre os credenciados;

d) maior pontuação obtida na análise da Atividade de Sala de Aula.

5 - A Atividade de Sala de Aula, para docentes, serão avaliadas pela Diretoria de Ensino, no período de 27-01-2021, exclusivamente para fins de desempate, na escala de 1 a 3 pontos, sendo que estes pontos não serão acrescidos à pontuação final.

6 – A Diretoria de Ensino – Região de Jales, disponibilizará o resultado e Classificação do credenciamento no dia 27-01-2021 a partir das 17h, no site https://dejales.educacao.sp.gov.br

V – DO RECURSO

1 - O candidato poderá interpor recurso ao Dirigente Regional de Ensino, a partir da divulgação da Classificação, no período de 28-01-2021, mediante requerimento a ser encaminhado para o e-mail: dejalcrh@educacao.sp.gov.br

2 – A Diretoria de Ensino analisará os recursos no dia 29-01-2021 até as 12h e disponibilizará no site https://dejales.educacao.sp.gov.br a Classificação Final Pós- Recurso, em 29-01-2021 às 12h.

VI – DA ALOCAÇÃO

1 - A chamada para alocação será realizada mediante publicação no site da Diretoria de Ensino – Região de Jales, no endereço eletrônico: https://dejales.educacao.sp.gov.br. A Atribuição das vagas para alocação será realizada no dia 29-01-2021 às 14h, pelo aplicativo Teams, cujo link será disponibilizado no próprio site.

VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - Caso alguma informação ou dado prestado no processo de credenciamento não seja devidamente comprovado pela Diretoria de Ensino, o integrante do Quadro do Magistério será desclassificado.

2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Ensino – Região de Jales, após consulta à Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos – CGRH, conforme o caso.

Retificação do D.O. de 20-1-2021

No Comunicado, referente a Edital 005/2021, em que torna público processo seletivo e abertura do período de recebimento de propostas de trabalho, e realização de entrevistas para candidatos interessados em exercer junto a esta Diretoria de Ensino – Região de Jales, a função gratificada de Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico (PCNP), conforme segue:

Onde se lê:

-Biologia - 1 vaga

-Educação Física - 1 vaga

-Física - 1 vaga

-Geografia - 1 vaga

-História - 1 vaga

-Língua Portuguesa - 1 vaga

VI. Das inscrições e apresentação dos documentos exigidos no inciso I deste edital Inscrições de 20 e 21-01-2021 - Exclusivamente on-line.

3- Análise das Propostas de trabalho e entrevista dos candidatos:

As Propostas de Trabalho serão analisadas após o encerramento das inscrições, e no dia 22-01-2021 os candidatos serão entrevistados por uma Comissão constituída por Supervisores de Ensino e o Diretor do Núcleo Pedagógico à distância.

VII - Da Divulgação do Resultado e Publicação do Ato de Designação

A Comissão constituída em nível de Diretoria de Ensino apresentará o resultado do processo seletivo a partir do dia 22-01-2021, através de publicação na Diretoria de Ensino.

Leia-se:

-Biologia - 1 vaga

-Educação Física - 1 vaga

-Física - 1 vaga

-Geografia - 1 vaga

-História - 1 vaga

-Língua Portuguesa - 1 vaga

-Língua Estrangeira Moderna - Inglês - 1 vaga

VI. Das inscrições e apresentação dos documentos exigidos no inciso I deste edital Inscrições no período de 20 e 21-01-2021 e de 25 a 29-01-2021 - Exclusivamente on-line.

3- Análise das Propostas de trabalho e entrevista dos candidatos:

As Propostas de Trabalho serão analisadas após o encerramento das inscrições, no período de 01 a 05-02-2021, os candidatos serão entrevistados por uma Comissão constituída por Supervisores de Ensino e o Diretor do Núcleo Pedagógico à distância, em horário agendado.

VII - Da Divulgação do Resultado e Publicação do Ato de Designação

A Comissão constituída em nível de Diretoria de Ensino apresentará o resultado do processo seletivo a partir do dia 08-02-2021, através de publicação no site da Diretoria de Ensino.

Ficam validadas as inscrições recebidas nos dias 20 e 21-01-2021.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JAÚ

Comunicado

A Dirigente Regional da Diretoria de Ensino da Região Jaú convoca Maria Isabel Brandt Pereira, RG 14.667.679, a comparecer na Diretoria de Ensino, localizada na Rua Tenente Lopes 633, Centro, em Jaú, até o dia 02-02-2021, mediante agendamento de dia e horário para atendimento, a fim de evitar aglomeração, para tratar de assunto de seu interesse. O não comparecimento da interessada acarretará na notificação à SPPREV para que tomem providências que entenderem cabíveis.

Comunicado

A Dirigente Regional de Ensino, Região de Jaú, nos termos da Resolução SE 05/20, alterada pela Resolução SE 18/20, comunica aos candidatos inscritos e classificados nesta Diretoria de Ensino da Região de Jaú, que fará realizar sessão pública de atribuição de 01 vaga de Suporte Pedagógico - Diretor de Escola, conforme segue:

Data: 26-01-2021

Local: Diretoria de Ensino - Região de Jaú

Rua Tenente Lopes, 633 - Centro - Jaú

Horário: 8h30

Vaga: EE Profª Maria Luiza Ferreira Zambello

No ato da atribuição, os candidatos deverão apresentar: termo de anuência expedido pelo superior imediato, com data atualizada correspondente ao edital de oferecimento de vagas, cuja validade abrangerá apenas o período de vigência da designação, bem como declaração de horário para fins de acumulação, quando for o caso, e, declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13.

Ficam expressamente vedadas a atribuição de vaga e sua respectiva designação, por procuração de qualquer espécie. Somente poderá participar da atribuição de vaga e sua respectiva designação os candidatos que, na data da atribuição, se encontrarem em exercício de seu cargo.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE LIMEIRA

Convocação

O Dirigente Regional de Ensino convoca os candidatos inscritos nos termos da Res. SE 05/2020, alterada pela Res. SE 18/2020, Res. SE 56/2020 e Res. SE 81/2020, para atribuição que ocorrerá no dia 26-01-2021, pela Plataforma do Microsoft Teams. O convite será enviado aos interessados que tenham preenchido o formulário e anexado a documentação para participar da sessão, através do link https://forms.gle/aYv4oqUWoU7EN-RoR9 até às 16h do dia 25-01-2021

09 h – Atribuição de 2 cargos vagos de Diretor de Escola.

Os candidatos deverão anexar: termo de anuência, do local de exercício, expedido pelo superior imediato e ratificado pelo Dirigente Regional de Ensino, quando for o caso, com data atualizada correspondente ao edital de oferecimento de vagas, cuja validade abrangerá apenas o período de vigência da designação, declaração de horário para fins de acumulação, quando for o caso, e declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13, bem como, declaração que se encontra em exercício na data da atribuição, não se encontrando em qualquer tipo de licença, afastamento ou férias. (Edital 01/2021)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE LINS

Comunicado

Atribuição Suporte Pedagógico – Diretor de Escola

O Dirigente Regional de Ensino da DER – Lins convoca todos os candidatos inscritos e classificados nesta Diretoria, na Classe de Diretor de Escola, nos termos da Resolução SE 05/2020, alterada pela Resolução SE 18/2020 – Disposições Transitórias, para sessão de atribuição de um cargo vago na EE Presidente Afonso Pena – Cafelândia/SP, conforme segue:

Data da Sessão de atribuição: dia 27-01-2021

Horário: 8h30

Local: Sede desta Diretoria de Ensino - Rua Luiz Gama 681, Centro, Lins.

Observações:

- Fica expressamente vedada a atribuição por procuração de qualquer espécie;

- O candidato deverá declarar por escrito, que não se encontra designado para idêntico cargo/função no momento da atribuição e que não solicitou cessação de designação e que não se encontra afastado a qualquer título.

- O candidato deverá apresentar:

1. Termo de Anuência do Superior Imediato;

2. Em caso de acumulação de cargo ou função, deverá apresentar Declaração de Horário de Trabalho atualizada, assinada pelo Superior Imediato;

3. Declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE MARÍLIA

Comunicado

Credenciamento para a atuação no Programa Escola da Família – PEF Ano letivo de 2021

O Dirigente Regional de Ensino – Região de Marília torna público o resultado do processo de credenciamento de docentes interessados em atuar no Programa Escola da Família (PEF), para o ano de 2021, fundamentada na Res. SE 03/2019, na seguinte conformidade:

Classificados no Credenciamento Programa da Escola da Família 2021

Função: Professor Articulador

Nos termos da Resolução SE Resolução SE-03 de 23-01/2019. Artigo 12. (...) estando devidamente inscrito e classificado para o processo anual de atribuição de classes e aulas, observada a seguinte ordem de prioridade:

FAIXA	CLASS	NOME	RG	CAT	PONTUAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO CLASSES/AULAS	ESCOLA DE CLASSIFICAÇÃO SEDE	Nº DE AULAS ATRIBUÍDA
II -Titular de cargo na condição de adido;	-	-	-	-	-	-	-
III – Titular de cargo para atribuição de carga suplementar de trabalho;	1	Frederico Augusto Vieira Ferreira	34.062.801- 7	A	15,575	EE João Walfredo R Padre	20
IV – Titular de cargo readaptado;	-	-	-	-	-	-	-
V – Ocupante de função atividade que - esteja cumprindo horas de permanência;	-	-	-	-	-	-	
VI – Ocupante de função atividade para o aumento de carga horária;		-	-	-	-	-	-
VII – ocupante de função atividade readaptado	-	-	-	-	-	-	-

INDEFERIDOS: não atendem os temos do artigo 12 da Resolução SE-03 de 23-01/2019:

RG 25.349.005 4; 64.448.663-6; 46.164.288 8; 21.168.092 8; 58.967.715 9

Comunicado

Classificação Final Pós Recurso

Classificados no Credenciamento Programa de Ensino Integral 2021, Ensino Fundamental II E Ensino Médio.

Faixa II - Professores com sede de classificação ou sede de controle de frequência na Diretoria de Marília

FUNÇÃO: Professor EF Anos Finais e/ou EM

CLASS.	NOME	CPF	DI	DIRETORIA	CARGO	CATEGORIA	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE CLASSES/AULAS	TEMPO DE MAGISTÉRIO	PONTOS ATIVIDADE SALA DE AULA
1	Rogerio Gomes de Rezende	6178974841	1	Marilia	PEB II	A	10	75,609	11682	0
2	Adriana Valenca	13092079841	1	Marilia	PEB II	A	10	72,066	10053	0
3	Gesiane Ramalho Rosa	24708971818	1	Marilia	PEB II	A	10	66,157	8081	0
4	Cilmara Carreiro Piza	12930088850	1	Marilia	PEB II	A	10	63,021	7953	0
5	Maria de Fatima de Lira Neto	12005361852	1	Marilia	PEB II	A	10	61,348	7684	0
6	Marli Rodrigues de Souza	5673510845	1	Marilia	PEB II	A	10	57,308	8094	0
7	Silvia Valentim Damaceno	25222355837	1	Marilia	PEB II	A	10	57,267	8096	0
8	Rafael Trigo Veiga	15623079830	1	Marilia	PEB II	A	10	54,278	5754	0
9	Paulo de Tarso Amaral Penteado	15814678852	1	Marilia	PEB II	A	10	52,782	6336	0
10	Silvana Fernandes Altero	11085732827	1	Marilia	PEB II	A	10	51,871	7503	0
11	Maristela D Andrea Baveloni Arcuri	27076941856	1	Marilia	PEB II	A	10	51,7	6435	0
12	Paula Maria Avelino Lopes da Silva	14319711890	1	Marilia	PEB II	A	10	49,669	5782	0
13	Maria Luiza Vollet Scalzo Veronez	28618675822	1	Marilia	PEB II	A	10	48,178	5454	0
14	Eliza Mioto Avanzi	21521850801	1	Marilia	PEB II	A	10	45,743	5114	0
15	Marcos Abarca Schelini Carnevalli	29470289889	1	Marilia	PEB II	A	10	40,618	4374	0
16	Marcos Lorite Lopes	3529000833	1	Marilia	PEB II	A	10	40,417	4431	0
17	Elga Danila Pimenta Pedroni	26271670814	1	Marilia	PEB II	A	10	40,387	4341	0
18	Elaine Cristina de Andrade Lopes	17038357867	1	Marilia	PEB II	A	10	39,338	4479	0
19	Rodrigo Biagini Costa	99572478168	1	Marilia	PEB II	A	10	38,106	3413	0
20	Monica Cristina Camargo Neves	6911433827	1	Marilia	PEB II	A	10	37,226	6348	0
21	Anderson Cristiano Rodrigues	29004637850	1	Marilia	PEB II	A	10	36,902	5786	0
22	Alexandre Simao	35247333870	1	Marilia	PEB II	A	10	36,23	2890	0
23	Daniela Rissardi Anselmo Manzon	30017702879	1	Marilia	PEB II	A	10	35,904	5727	0
24	Gisandreia Crislene Gomes Marques	22618344898	1	Marilia	PEB II	A	10	35,511	4643	0
25	Leandro Teixeira Cruz Alves	30615374816	1	Marilia	PEB II	A	10	35,017	3431	0
26	Cleber Barbosa da Silva Clarindo	31993337881	1	Marilia	PEB II	A	10	33,957	2771	0
27	Eliza Giliolli dos Santos	28510991839	1	Marilia	PEB II	A	10	33,874	4732	0
28	Amanda Begosso Prudente	34742430808	2	Marilia	PEB II	A	10	33,628	2719	0
29	David Cristiano de Almeida	21492378810	1	Marilia	PEB II	A	10	32,215	5205	0
30	Luana Mendes Ferreira	31146381808	2	Marilia	PEB II	A	10	31,263	2609	0
31	Nathalia Veronese Martins	34329672847	1	Marilia	PEB II	A	10	30,061	4328	0
32	Rodrigo Marques Wirgues	33951185848	2	Marilia	PEB II	A	10	29,619	4202	0
33	Fabio Goncalves da Silva	25771151807	1	Marilia	PEB II	A	10	28,916	6348	0
34	Cristina Oliveira Pessine	29353373875	1	Marilia	PEB II	A	10	28,219	6962	0
35	Regina Celia Benedetti	11910921866	1	Marilia	PEB II	A	10	27,091	2758	0
36	Erika Duarte Schimith Giaxa	21986093808	1	Marilia	PEB II	A	10	26,747	2966	0
37	Edvandro Menezes Silva	35522297875	2	Marilia	PEB II	A	10	26,339	2777	0
38	Fabio Garcia Ferreira	9280035827	1	Marilia	PEB II	A	10	26,113	2579	0
39	Reinaldo Luiz Mas	32612807861	2	Marilia	PEB II	A	10	25,669	2517	0
40	Simone Aparecida Soares Santos	26549215811	1	Marilia	PEB II	A	10	25,511	2343	0
41	Denyse Augusta Reis	31121185886	1	Marilia	PEB II	A	10	25,507	2486	0
42	Gilberto Moreira Messias	36883054855	2	Marilia	PEB II	A	10	25,034	2277	0
43	Heder Junior dos Santos	36984951801	1	Marilia	PEB II	A	10	24,015	1470	0
44	Eder Renato de Oliveira	31759565806	1	Marilia	PEB II	A	10	23,896	1588	0
45	Renata de Queiroz Fêo	34099807843	1	Marilia	PEB II	A	10	22,361	1623	0
46	Daiana Roberta Munhoz Marcari	34853198806	2	Marilia	PEB II	A	10	22,04	2905	0
47	Mateus Francisco Beraldo	39143567827	1	Marilia	PEB II	A	10	18,533	1219	0
48	Juliana Alves Viana	32641752824	2	Marilia	PEB II	A	10	18,47	2050	0
49	Keith Freitas Pedrolli	17405921825	1	Marilia	PEB II	A	9	39,012	7316	0
50	Celia Lemes Leite Soares Bonfante	3378060808	2	Marilia	PEB II	A	9	26,406	2058	0
51	Marcio Jose Rombi	32006698885	1	Marilia	PEB II	A	6	30,107	4611	0
52	Rafael Martins dos Santos	22857654871	1	Marilia	PEB II	A	6	19,092	2631	0
53	Daniel Alves	52479986934	1	Marilia	PEB II	F	10	73,232	10176	0
54	Solange Fernandes de Rossi	1137737816	1	Marilia	PEB II	F	10	61,268	8324	0
55	Barbara Moraes Andrade Bertoncini	27673494841	1	Marilia	PEB II	F	10	51,508	6644	0
56	Ramiro Vitalino dos Santos	17035584803	1	Marilia	PEB II	F	10	50,482	6926	0
57	Andreza Cristina da Luz Senapeschi	15812798842	1	Marilia	PEB II	F	10	47,253	6179	0
58	Maria Elena da Silva Bastos de Oliveira	13935906838	1	Marilia	PEB II	F	10	46,982	5426	0
59	Aparecida Filomena Perez Mello	62444352904	1	Marilia	PEB II	F	10	44,692	5956	0
60	Patricia Costa Alves Pereira	28660229800	1	Marilia	PEB II	F	10	44,524	5932	0
61	Sonia Maria Nabas dos Santos	20007239858	1	Marilia	PEB II	F	10	43,18	5905	0
62	Clodoaldo Silva da Costa	12024433898	1	Marilia	PEB II	F	10	40,318	5474	0
63	Debora Pontello	19097442800	1	Marilia	PEB II	F	10	35,789	4827	0
64	Izaias Nogueira Rodrigues	28247867877	1	Marilia	PEB II	F	10	34,837	4691	0

65	Milena Galhardo Silva Maximo	31818909871	1	Marilia	PEB II	F	10	34,459	4637	0
66	Juliana Abib	31059969823	1	Marilia	PEB II	F	10	34,256	4608	0
67	Jorgina de Fatima de Oliveira	28485030842	1	Marilia	PEB II	F	10	28,51	3930	0
68	Rosemary Rodrigues de Sousa	13722903890	1	Marilia	PEB II	F	9	38,407	5201	0
69	Patricia Galdino de Oliveira	25325622854	1	Marilia	PEB II	F	9	35,354	4622	0
70	Cicero Rodrigues de Sousa	25619333850	1	Marilia	PEB II	F	8	66,19	9170	0
71	Maria Lucia Pinto Benites Chaves	21457708876	1	Marilia	PEB II	F	8	49,102	8616	0
72	Benilton Garcia de Paula	2537295994	1	Marilia	PEB II	F	8	37,546	5078	0

Faixa II - Professores com sede de classificação ou sede de controle de frequência na Diretoria de Marília
FUNÇÃO: Professor – Sala de Leitura

CLASS	NOME	CPF	DI	DIRETORIA	CARGO	CATEGORIA	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE ATRIBUIÇAO DE CLASSES/AULAS	TEMPO DE MAGISTÉRIO
1	Luciana Seron Costa Guerke	12007180898	1	Marilia	PEB II	A	10	60,273	7374
2	Natalina Ninin de Carvalho Barros	9312465805	1	Marilia	PEB II	F	6	34,713	7444

Faixa II - Professores com sede de classificação ou sede de controle de frequência na Diretoria de Marília
FUNÇÃO: Diretor de Escola

CLASS	NOME	CPF	DI	DIRETORIA	CARGO	CATEGORIA	PONTUAÇÃO	TEMPO DE MAGISTÉRIO	PONTOS ATIVIDADE SALA DE AULA
1	Leandro Ramiro	30691391831	1	Marilia	Diretor de Escola	A	10	5154	0
2	Vanessa Alves do Prado	32876681889	2	Marilia	Diretor de Escola	A	10	4845	0
3	Rosilene Pereira da Silva	25204179860	1	Marilia	Diretor de Escola	A	10	1445	0
4	Gisele Gelmi	29025194869	1	Marilia	Diretor de Escola	A	9	0	0
5	Tereza Cristina Magalhaes de Moraes	26424591877	1	Marilia	Diretor de Escola	A	6	6794	0
6	Cilmara Carreiro Piza	12930088850	1	Marilia	PEB II	A	10	7953	0
7	Marli Rodrigues de Souza	5673510845	1	Marilia	PEB II	A	10	8094	0
8	Maristela D Andrea Baveloni Arcuri	27076941856	1	Marilia	PEB II	A	10	6435	0
9	Fabio Goncalves da Silva	25771151807	1	Marilia	PEB II	A	10	6348	0
10	Paulo de Tarso Amaral Penteado	15814678852	1	Marilia	PEB II	A	10	6336	0
11	Leandro Teixeira Cruz Alves	30615374816	1	Marilia	PEB II	A	10	3431	0
12	Ana Carla de Oliveira Biel	25605955837	1	Marilia	Peb I	A	8	5138	0
13	Marcio Jose Rombi	32006698885	1	Marilia	PEB II	A	7	4611	0

Faixa II - Professores com sede de classificação ou sede de controle de frequência na Diretoria de Marília
FUNÇÃO: Vice-Diretor de Escola

CLASS	NOME	CPF	DI	DIRETORIA	CARGO	CATEGORIA	PONTUAÇÃO	TEMPO DE MAGISTÉRIO	PONTOS ATIVIDADE SALA DE AULA
1	Marli Rodrigues de Souza	5673510845	1	Marilia	PEB II	A	10	8094	0
2	Cilmara Carreiro Piza	12930088850	1	Marilia	PEB II	A	10	7953	0
3	Maristela D Andrea Baveloni Arcuri	27076941856	1	Marilia	PEB II	A	10	6435	0
4	Monica Cristina Camargo Neves	6911433827	1	Marilia	PEB II	A	10	6348	0
5	Fabio Goncalves da Silva	25771151807	1	Marilia	PEB II	A	10	6348	0
6	Paulo de Tarso Amaral Penteado	15814678852	1	Marilia	PEB II	A	10	6336	0
7	Rosangela Aparecida Juliano Fanini	25076446802	1	Marilia	PEB II	A	10	5813	0
8	Eliza Mioto Avanzi	21521850801	1	Marilia	PEB II	A	10	5114	0
9	Rodrigo Marques Wirgues	33951185848	2	Marilia	PEB II	A	10	4202	0
10	Leandro Teixeira Cruz Alves	30615374816	1	Marilia	PEB II	A	10	3431	0
11	Ana Carla de Oliveira Biel	25605955837	1	Marilia	PEB II	A	7	5138	0
12	Marcio Jose Rombi	32006698885	1	Marilia	PEB II	A	7	4611	0
13	Luana Mendes Ferreira	31146381808	2	Marilia	PEB II	A	7	2609	0
14	Barbara Moraes Andrade Bertoncini	27673494841	1	Marilia	PEB II	F	10	6644	0
15	Aparecida Filomena Perez Mello	62444352904	1	Marilia	PEB II	F	10	5956	0
16	Debora Pontello	19097442800	1	Marilia	PEB II	F	10	4827	0
17	Ivone Rosseto Marcon da Costa	10057208867	1	Marilia	PEB II	F	10	4760	0
18	Juliana Abib	31059969823	1	Marilia	PEB II	F	10	4608	0
19	Cicero Rodrigues de Sousa	25619333850	1	Marilia	PEB II	F	9	9170	0
20	Guilherme de Oliveira	27692873895		Em atendimento de tutela de urgência processo 1000361-06.2021.8.26.0344					

Faixa II - Professores com sede de classificação ou sede de controle de frequência na Diretoria de Marília
FUNÇÃO: Professor Coordenador Geral

CLASS	NOME	CPF	DI	DIRETORIA	CARGO	CATEGORIA	PONTUAÇÃO	TEMPO DE MAGISTÉRIO	PONTOS ATIVIDADE SALA DE AULA
1	Rogerio Gomes de Rezende	6178974841	1	Marilia	PEB II	A	10	11682	0
2	Marli Rodrigues de Souza	5673510845	1	Marilia	PEB II	A	10	8094	0
3	Silvana Fernandes Altero	11085732827	1	Marilia	PEB II	A	10	7503	0
4	Maristela D Andrea Baveloni Arcuri	27076941856	1	Marilia	PEB II	A	10	6435	0
5	Paula Maria Avelino Lopes da Silva	14319711890	1	Marilia	PEB II	A	10	5782	0
6	Maria Luiza Vollet Scalzo Veronez	28618675822	1	Marilia	PEB II	A	10	5454	0
7	Ana Carla de Oliveira Biel	25605955837	1	Marilia	Peb I	A	10	5138	0
8	Eliza Mioto Avanzi	21521850801	1	Marilia	PEB II	A	10	5114	0
9	Elga Danila Pimenta Pedroni	26271670814	1	Marilia	PEB II	A	10	4341	0
10	Rodrigo Marques Wirgues	33951185848	2	Marilia	PEB II	A	10	4202	0
11	Leandro Teixeira Cruz Alves	30615374816	1	Marilia	PEB II	A	10	3431	0
12	Erika Duarte Schimith Giaxa	21986093808	1	Marilia	PEB II	A	10	2966	0
13	Alexandre Simao	35247333870	1	Marilia	PEB II	A	10	2890	0
14	Reinaldo Luiz Mas	32612807861	2	Marilia	PEB II	A	10	2517	0
15	Eder Renato de Oliveira	31759565806	1	Marilia	PEB II	A	10	1588	0
16	Mateus Francisco Beraldo	39143567827	1	Marilia	PEB II	A	10	1219	0
17	Marcio Jose Rombi	32006698885	1	Marilia	PEB II	A	7	4611	0
18	Barbara Moraes Andrade Bertoncini	27673494841	1	Marilia	PEB II	F	10	6644	0
19	Eliane de Cassia Piva Hamamoto	14128312886	1	Marilia	PEB II	F	10	6513	0
20	Aparecida Filomena Perez Mello	62444352904	1	Marilia	PEB II	F	10	5956	0
21	Izaias Nogueira Rodrigues	28247867877	1	Marilia	Peb I	F	10	4691	0
22	Juliana Abib	31059969823	1	Marilia	PEB II	F	10	4608	0

Faixa II - Professores com sede de classificação ou sede de controle de frequência na Diretoria de Marília
FUNÇÃO: Prof EF Anos Iniciais (Arte, Ed. Física e Inglês)

CLASS	NOME	CPF	DI	DIRETORIA	CARGO	CATEGORIA	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE ATRIBUIÇAO DE CLASSES/AULAS	TEMPO DE MAGISTÉRIO	PONTOS ATIVIDADE SALA DE AULA
1	Solange Fernandes de Rossi	1137737816	1	Marilia	PEB II	F	10	61,268	8324	0

Faixa III - Professores com sede de classificação ou sede de controle de frequência em outra Diretoria de Ensino
Função: Professor EF Anos Finais e/ou EM

CLASS	NOME	CPF	DI	DIRETORIA	CARGO	CATEGORIA	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE CLASSES/AULAS	TEMPO NO MAGISTÉRIO	PONTOS ATIVIDADE SALA DE AULA
1	Andreia de Fatima Gomes Piemonte	13824537877	1	Assis	PEB II	A	10	47,908	5279	0
2	Idinea Maria Paes	26302124832	1	Ourinhos	PEB II	A	10	34,995	6765	0
3	Evillin Aruane Machado Barros	36859433833	2	Tupa	PEB II	A	10	23,88	2185	0
4	Renata de Queiroz Fêo	34099807843	1	Santos	PEB II	A	10	22,361	1623	0

Faixa III – Servidores e Professores com sede de classificação ou sede de controle de frequência em outra Diretoria de Ensino
Função: Diretor de Escola

CLASS	NOME	CPF	DI	DIRETORIA	CARGO	CATEGORIA	PONTUAÇÃO	TEMPO DE MAGISTÉRIO	PONTOS ATIVIDADE SALA DE AULA
1	Luciana Rodrigues da Silva	15814245824	1	Itapevi	Diretor de Escola	A	10	4498	0
2	Edneia Mendes Martins Rinaldi	9549755886	1	Fernandopolis	PEB II	A	10	6824	0
3	Idinea Maria Paes	26302124832	1	Ourinhos	PEB II	A	10	6765	0

Faixa III – - Professores com sede de classificação ou sede de controle de frequência em outra Diretoria de Ensino
Função: Vice-Diretor de Escola

CLASS	NOME	CPF	DI	DIRETORIA	CARGO	CATEGORIA	PONTUAÇÃO	TEMPO DE MAGISTÉRIO	PONTOS ATIVIDADE SALA DE AULA
1	Edneia Mendes Martins Rinaldi	9549755886	1	Fernandopolis	PEB II	A	10	6824	0
2	Idinea Maria Paes	26302124832	1	Ourinhos	PEB II	A	10	6765	0
3	Edson Rodrigues	24664590865	1	Leste 4	PEB II	A	7	2304	0

Faixa III – função: Professor Coordenador Geral

CLASS	NOME	CPF	DI	DIRETORIA	CARGO	CATEGORIA	PONTUAÇÃO	TEMPO DE MAGISTÉRIO	PONTOS ATIVIDADE SALA DE AULA
1	Fabio Angelo Aguiar	24681035807	2	Bauru	PEB II	A	10	6950	0
2	Idinea Maria Paes	26302124832	1	Ourinhos	PEB II	A	10	6765	0
3	Edson Rodrigues	24664590865	1	Leste 4	PEB II	A	7	2304	0

Candidatos Categoria "O" classificados para a função de PEB II – Credenciamento Programa de Ensino Integral 2021, Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

CLASS	NOME	CPF	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	TEMPO MAGISTÉRIO	DEFERIDO/ INDEFERIDO
1	Sérgio Adriani Mafra	10420323864	10	57,797	5163	Deferido
2	Marcos Flávio Ribeiro Souza	14779545897	10	53,804	4777	Deferido
3	Marcelo Vieira Moço	14558249845	10	52,52	3797	Deferido
4	Guiomar Aparecida dos Santos de Souza	76123162004	10	48,727	3560	Deferido
5	Marley Barbosa da Silva Abreu	4384529848	10	47,467	3798	Deferido
6	Lurdes dos Santos Elias Lima	16774802893	10	47,424	2127	Deferido
7	Heloisa Helena Bettiol Ferraz	30137528825	10	46,905	3839	Deferido
8	Kátia Mirella Amadeu Martinelli	37299311801	10	46,438	3368	Deferido
9	Elândio Robson Ferreira	20073093866	10	44,042	3191	Deferido
10	Yara Suely Piassa	92441440853	10	43,856	1682	Deferido
11	Francieli Nogueira Silva	34998668897	10	42,362	2861	Deferido
12	Cacilda Antonia de Souza	25997287890	10	39,706	2888	Deferido
13	Isabella de Almeida Saraiva Dias	36973135846	10	39,706	2745	Deferido
14	Sandra Gonçalves de Souza	9399660850	10	39,408	2864	Deferido
15	Anderson de Almeida Alves da Silva	34647800822	10	38,05	2768	Deferido
16	Edilene Teixeira de Lemes Neves	25840906867	10	36,727	2868	Deferido
17	Erica Gomes de Sa	22014393893	10	36,46	2654	Deferido
18	Edcarlos dos Santos	34901479873	10	34,91	2213	Deferido
19	Rosânia Alves Cortez Pivato	12959210816	10	34,378	2222	Deferido
20	Maria Aparecida Parra	1581649894	10	34,255	0	Deferido
21	Denise Soares Celestino da Silva	26826995883	10	33,643	2558	Deferido
22	Claudia Santiago Guimarães	29603479861	10	33,578	2502	Deferido
23	Érica Cristina Bueno da Silva Martins	33583464800	10	32,452	1799	Deferido
24	Rodrigo Batista	38982413863	10	31,75	1818	Deferido

25	Sônia Regina Marra Pillon	5849245855	10	31,628	644	Deferido
26	Maria Carolina Leite Fernandes	21522970835	10	30,812	2177	Deferido
27	Ediane Fernandes de Oliveira	11082374873	10	30,117	2486	Deferido
28	Valmir Porfiro	20023564830	10	29,674	2171	Deferido
29	Daiane Katiuscia Dantas Rocha	22456576837	10	29,291	1910	Deferido
30	Luciano de Oliveira	17185915864	10	29,237	1856	Deferido
31	Carlos da Silva Bastos	75439212868	10	28,572	2091	Deferido
32	Renata Furlan Angeli	12005294802	10	27,664	2028	Deferido
33	Vinícius Santos da Cruz	39091276819	10	27,31	2003	Deferido
34	Scarlath Valadares	42599395801	10	25,292	1904	Deferido
35	Fábia Regina Bernardes	28484153800	10	25,016	1839	Deferido
36	Natalye Guimarães Santos	40549241825	10	24,961	1832	Deferido
37	Karla Aparecida Moreira Galinari	31947119893	10	24,533	1713	Deferido
38	Josimeire Lima Lobato Mota	35554418848	10	24,026	1768	Deferido
39	Ana Carolina Fontes Marini Rodrigues	36382848832	10	23,358	1719	Deferido
40	Joana Cristina da Silva	37858975889	10	23,146	1694	Deferido
41	Vania Atência	9753612877	10	22,345	1693	Deferido
42	Vilma Isaga Castro	96124938804	10	21,334	148	Deferido
43	Leticia Roberta de Lima Floriano	29219648806	10	20,57	1513	Deferido
44	Vanderli Batistetti Tazinassi	4499230616	10	19,827	1755	Deferido
45	João Carlos Barbosa	29995419882	10	18,054	1162	Deferido
46	Erika Cristina Pazzini	11057385824	10	18,043	1335	Deferido
47	Fernanda Cristina do Nascimento Cantoara	26858249877	10	13,996	917	Deferido
48	Beatriz Ferreira Cardoso de Mello	41656845890	10	12,658	864	Deferido
49	Alexandre Manoel Gixa	28471595842	10	10,948	834	Deferido
50	Ivi Soares de Oliveira Feres de Castro	22273520867	10	10,812	824	Deferido
51	Mariana Pillon Ribeiro	36356471875	10	9,828	469	Deferido
52	Sérgio Rosa das Chagas	26116735860	10	8,678	667	Deferido
53	Wahuane Maraiva Faria Branco Pereira da Silva	40226570819	10	7,264	564	Deferido
54	Rafael Antônio de Mello Francisco	31468132890	10	5,392	415	Deferido
55	Neusa Caetano da Silva Santos	9990762805	10	4,162	174	Deferido
56	Bruna Aparecida dos Santos S. Ribeiro	8972307955	10	3,64	271	Deferido
57	Viviane Aparecida Miranda Teixeira	22151857832	10	2,616	208	Deferido
58	Adriana dos Santos Rabaldelli	36425084804	10	1,488	112	Deferido
59	Daniela Matsuyama Biazio	26075993851	10	0,67	0	Deferido
60	Márcia Maria Lopes de Oliveira	7309977823	9	67,618	4879	Deferido
61	Cristiane Pires de Souza	24543963865	9	18,508	1322	Deferido
62	Djelma Oliveira dos Santos	27018278848	9	5,179	179	Deferido
63	Otavio Henrique Del Gobo Constantino	31047216884	9	2,508	209	Deferido
64	Regiane Barbosa Reis	21872111858	8	68,038	4730	Deferido
65	Robson Antônio Dal´Evedove	28903198816	8	54,584	4003	Deferido
66	Elizabeti Souza Santos Pereira	20453327800	8	44,288	2887	Deferido
67	Cibele Macario Takahashi	97301744820	8	37,284	3107	Deferido
68	Leonay Helene Farias	33638304833	8	24,228	1709	Deferido
69	Lucas Bem Batista de Oliveira	32367374848	8	19,19	1419	Deferido
70	Jonas Rangel de Almeida	35867071855	8	8	0	Deferido
71	Matheus Simões Masuoka	35935319845	7	43,815	3480	Deferido
72	Ângela Maria da Silva dos Santos	84124393920	7	39,2	3258	Deferido
73	Roger Wudson Bonfim	27586657866	7	38,114	2774	Deferido
74	Sandra Cristina Jacobino	6799893825	7	36,272	2633	Deferido
75	Adriana Cazatti Bretas dos Anjos	10330987879	7	29,22	2139	Deferido
76	Rosângela Maia Camapgnoli	22616142848	7	26,932	1975	Deferido
77	Ana Lucia Martins Souza de Felippo	36354524831	7	26,498	1943	Deferido
78	Osamu Maekawa	9637899880	7	22,792	1341	Deferido
79	Juliana Paula de Proença Machado	33975100826	7	22,364	1649	Deferido
80	Chrystian Allan da Rocha	41207167835	7	21,262	1584	Deferido
81	Agamedes Leite Fonseca	36878736846	7	14,492	516	Deferido
82	Jacqueline Bárbara Bueno	36427401890	7	9,754	716	Deferido
83	Arielle Cristina dos Santos Barbosa	40180741829	7	6,282	482	Deferido
84	Lelly Hiromi Takaoka	29922221861	7	5,83	450	Deferido
85	Natália Rodrigues Quini	33703751843	7	5,728	144	Deferido
86	Márcio Rogério Martins	11631796801	7	2,5	505	Deferido
87	Thiago Gomes Beato	33331661864	7	0	0	Deferido
88	Nathalia Campos de Oliveira	30869429833	6	40,266	2528	Deferido
89	Suzana Carla Viana Januário	41370832826	6	27,37	2007	Deferido
90	Graciela Aluízio Reali	24645686860	6	23,534	1586	Deferido
91	Larissa Maria Silva Tavares	31449785824	6	18,384	1221	Deferido
92	Rodolfo Belloni Zonta	43873921855	6	7,442	584	Deferido
93	Adriana Bianchi	28869023818	6	6,428	494	Deferido
94	Deise de França dos Santos Zeferino	27370147860	6	5,609	364	Deferido
95	Adrieli Patricia Garcia	39994792806	6	4,598	375	Deferido
96	Angélica Mauro	34916620879	6	2,795	0	Deferido
97	Anderson José Reltessinger Pinto	32644705860	10	47,072	2985	Excluido
98	José Augusto Rabelo Beuttenmuller	45495886836	5	17,934	1303	Indeferido
99	Adriana Rodrigues	26440013823	5	11,03	834	Indeferido
100	Natália Cristina Silva do Carmo	44206129835	5	9,602	734	Indeferido
101	Elaine Cristina Eugênio de Souza	33145594885	5	5,212	507	Indeferido
102	Geison Reinar Fogo	21870826876	5	0	0	Indeferido
103	Fernanda Figueiredo Martins	29986130808	4	22,156	1615	Indeferido
104	Cristiane Ramos de Melo	26188373808	0	37,326	2498	Indeferido
105	Eunice Ramos da Silva	27643813876	0	33,712	2357	Indeferido
106	Daniele Araújo Faria dos Santos	30062188844	0	31,038	1839	Indeferido
107	Fátima Santineli Vilar Zimmermann Dias	4531836898	0	28,032	261	Indeferido
108	Rubens Della Corte Ramos	14269087846	0	22,824	1925	Indeferido
109	Roberta Silva de Oliveira	16825946889	0	19,303	1389	Indeferido
110	Rodrigo Pondian Gracioli	39064554838	0	17,216	1282	Indeferido
111	Danilo Ricardo Damaceno	33783517800	0	17,121	1274	Indeferido
112	Ana Paula de Andrade Leite	35446272803	0	14,688	1068	Indeferido
113	Sidnéia Martins Neves	30155523848	0	13,456	870	Indeferido
114	Henrique Eduardo de Andrade Teixeira	39218745808	0	10,654	813	Indeferido
115	Fernando Chrispin de Oliveira	32504529805	0	8,666	669	Indeferido
116	Larissa Cristina Clemente Veiga	40799056880	0	7,928	244	Indeferido

Republicado em atendimento de tutela de urgência processo 1000361-06.2021.8.26.0344

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE OURINHOS

Comunicado

Programa Ensino Integral

Credenciamento 2021

A Dirigente de Ensino da Região de Ourinhos torna pública a abertura de inscrições e a realização do credenciamento para atuação em Regime de Dedicação Plena e Integral - RDPI das escolas estaduais do Programa Ensino Integral, conforme previsto no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, cujo objetivo é o preenchimento de vagas existentes e de composição de cadastro reserva para o ano letivo de 2021.

I - Disposições Preliminares

1 - A realização do presente credenciamento de integrantes do Quadro do Magistério para atuar nas unidades escolares do Programa Ensino Integral, durante o ano letivo de 2021 está prevista no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, e ocorrerá no período de 23-01-2021 a 25-01-2021, considerando todas as fases do certame.

2 - As publicações referentes ao presente credenciamento poderão ser acompanhadas por meio do site da Diretoria de Ensino de Ourinhos, que divulgarão a quantidade de vagas disponíveis e suas respectivas unidades escolares.

3 – Os integrantes do Quadro de Magistério atuarão em Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI, caracterizado pela exigência da prestação de 40 horas semanais de trabalho, em período integral, com carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada, sendo vedado o desempenho de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, durante o horário de trabalho no referido Programa.

4 – A remuneração mensal dos integrantes do Quadro do Magistério, que atuarão no Programa, corresponderá ao salário-base do professor acrescido do valor da Gratificação de Dedicação Plena e Integral - GDPI, que equivale a 75% do valor da faixa e nível da Estrutura da Escala de Vencimentos em que estiver enquadrado o cargo ou a função-atividade do integrante do Quadro do Magistério submetido ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

5 – Os integrantes do Quadro do Magistério ficam impedidos de participar do processo de credenciamento, caso tenham:

a) sofrido penalidade, por qualquer tipo de ilícito, nos últimos 5 anos;

b) desistido de designação anterior, ou tiveram cessada essa designação, por qualquer motivo, exceto pela reassunção do titular substituído, nos últimos 5 anos.

II - Dos Requisitos

1 - Para participar do processo de credenciamento, os docentes titulares de cargo, ocupantes de função-atividade e os contratados nos termos da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009, deverão atender os seguintes requisitos:

a) estar em efetivo exercício de seu cargo, função atividade, contrato ou da designação em que se encontre;

b) escolaridade (habilitação):

b.1) Para atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental e nas séries do Ensino Médio, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio;

b.2) Para atuação como Professor Coordenador Geral - Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o docente deve ser portador de diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio.

b.3) Para atuação como Vice-Diretor de Escola, o docente (titular de cargo ou função-atividade) deve ser portador de, pelo menos, um dos títulos abaixo relacionados:

b.3.1) diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em Pedagogia;

b.3.2) diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado ou Doutorado, na área de Educação;

b.4) Para atuação em Sala/Ambiente de Leitura, o docente (readaptado, titular de cargo na situação de adido e ocupante de função-atividade que se encontre cumprindo horas de permanência) deverá ser portador de portador de diploma de licenciatura plena.

c) possuir experiência mínima:

c.1) de 3 anos de exercício no magistério público estadual, quando docente, Professor Coordenador Geral - PCG ou docente na Sala/Ambiente de Leitura;

c.2) de 5 anos de experiência no magistério, quando Vice-Diretor de Escola;

d) expressar adesão voluntária ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

2 – O docente readaptado somente poderá atuar na Sala/Ambiente de Leitura, desde que o rol de atividades previstos pelo CAAS seja compatível com as atribuições previstas para a função no Programa Ensino Integral, sendo que o docente nesta condição funcional não poderá atuar em outra função no PEI.

III – Da Inscrição

1 – A inscrição do integrante do Quadro do Magistério implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do credenciamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2 – A Inscrição ocorrerá no período de 23 a 25-01-2021, mediante preenchimento de formulário específico, conforme Anexo, a ser disponibilizado no site das Diretorias de Ensino, no mesmo prazo definido no presente Edital.

2.1 – O docente contratado, a que se refere o item 9 deste Capítulo, que não realizou a primeira ou segunda edição do curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral", deverá responder ao questionário específico a ser disponibilizado no link presente no site da Diretoria de Ensino.

3 – O integrante do Quadro do Magistério não será credenciado caso não atenda aos critérios previstos no item 5 das Disposições Preliminares e dos Requisitos para o desempenho da função/cargo, conforme informações contidas no cadastro funcional.

4 - O integrante do Quadro do Magistério deverá autodeclarar que não possui impedimentos para o exercício da função, a ser comprovada no momento da alocação.

5 - O candidato deverá indicar uma das opções abaixo, no momento da inscrição:

5.1. Concluiu o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" (1ª ou 2ª edição) ofertado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação "Paulo Renato Costa Souza" (Efape);

5.2. Não realizará o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" e responderá ao questionário específico disponibilizado com 10 questões relacionadas ao Programa. Cada questão equivale a 1 ponto, totalizando, no máximo 10 pontos.

7 - Para o candidato que responder ao questionário, a inscrição somente será validada ao obter pontuação igual, ou superior, a 6.

8 - Na inscrição, todos os candidatos deverão preencher uma Atividade para cada função selecionada, que será considerada, exclusivamente, para fins de desempate. Em caso de não preenchimento da referida Atividade o candidato estará automaticamente eliminado.

IV – Do deferimento das inscrições e da classificação

1 - A Diretoria de Ensino deverá, no período de 26 a 28-01-2021, validar as informações constantes no sistema de inscrição, para prosseguimento nas demais etapas do processo.

2 - O processo seletivo de credenciamento será classificatório e deverá considerar os integrantes do Quadro do Magistério, por listas e faixas funcionais, em ordem decrescente da pontuação obtida, após aplicação de todos os critérios de desempate.

3 – A classificação dos inscritos se dará na seguinte conformidade:

3.1 - Faixa II corresponde aos inscritos, com cargo/função classificados na "Mesma Diretoria de Ensino";

3.2 - Faixa III corresponde aos inscritos, com cargo/função e classificados em "Outra Diretoria de Ensino".

4 - Para desempate, serão utilizados os seguintes critérios, em ordem de prioridade:

4.1 - Para Vice-Diretor e Professor Coordenador Geral:

a) maior tempo no magistério público estadual;

b) maior idade;

c) maior idade entre os credenciados;

d) maior pontuação obtida na análise da Atividade.

4.2 - Para Docentes:

a) maior pontuação obtida na classificação de docentes no processo anual de atribuição de classes e aulas, em nível de Diretoria de Ensino;

b) maior tempo de serviço no Magistério Público Oficial desta Secretaria;

c) maior idade entre os credenciados;

d) maior pontuação obtida na análise da Atividade de Sala de Aula.

5 - A Atividade de Sala de Aula, para docentes e Professor Coordenador Geral, bem como a Atividade, para Vice-Diretor, serão avaliadas pela Diretoria de Ensino, no período de 26-01-2021 a 28-01-2021, exclusivamente para fins de desempate, na escala de 1 a 3 pontos, sendo que estes pontos não serão acrescidos à pontuação final.

6 – A Diretoria de Ensino deverá disponibilizar o resultado e classificação do credenciamento em seu próprio site e no Diário Oficial do Estado – D.O, no dia 29-01-2021.

V – Do Recurso

1 - O candidato poderá interpor recurso ao Dirigente Regional de Ensino, a partir da divulgação da classificação, no período de 29-01-2021, mediante requerimento a ser encaminhado para o e-mail do Centro de Recursos Humanos da Diretoria de Ensino de Ourinhos.

2 – A Diretoria de Ensino deverá analisar os recursos no período de 01 a 02-01-2021 e disponibilizar, em seu site próprio e no Diário Oficial do Estado – D.O, a Classificação Final Pós Recurso, em 03-02-2021.

VI – Da Alocação

1 - A convocação para alocação será realizada pela Diretoria de Ensino, mediante publicação no site da Diretoria de Ensino.

2 – A sessão de alocação deve ser realizada no dia 04-02-2021.

VII - Disposições Finais

1 - Caso alguma informação ou dado prestado no processo de credenciamento não seja devidamente comprovado pela Diretoria de Ensino da Região de Ourinhos, na etapa de alocação, o integrante do Quadro do Magistério será desclassificado.

2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos – CGRH.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PINDAMONHANGABA

Comunicado

Programa Ensino Integral

Credenciamento Emergencial - 2021

A Diretoria de Ensino – Região de Pindamonhangaba torna pública a abertura de inscrições e a realização do credenciamento emergencial para atuação em Regime de Dedicação Plena e Integral - RDPI das escolas estaduais do Programa Ensino Integral, conforme previsto no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, cujo objetivo é o preenchimento de vagas existentes após Processo de Credenciamento Anual.

I - Disposições Preliminares

1 - A realização do presente credenciamento de integrantes do Quadro do Magistério para atuar nas unidades escolares do Programa Ensino Integral, durante o ano letivo de 2021 está prevista no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, e ocorrerá no período de 25-01-2021 a 29-01-20212021, considerando todas as fases do certame.

2 - As publicações referentes ao presente credenciamento poderão ser acompanhadas por meio do site da Diretoria de Ensino - Região de Pindamonhangaba, no endereço eletrônico https://depindamonhangaba.educacao.sp.gov.br/ onde constará a quantidade de vagas disponíveis e suas respectivas unidades escolares.

3 – Os integrantes do Quadro de Magistério atuarão em Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI, caracterizado pela exigência da prestação de 40 horas semanais de trabalho, em período integral, com carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada, sendo vedado o desempenho de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, durante o horário de trabalho no referido Programa.

4 – A remuneração mensal dos integrantes do Quadro do Magistério, que atuarão no Programa, corresponderá ao salário-base do professor acrescido do valor da Gratificação de Dedicação Plena e Integral - GDPI, que equivale a 75% do valor da faixa e nível da Estrutura da Escala de Vencimentos em que estiver enquadrado o cargo ou a função-atividade do integrante do Quadro do Magistério submetido ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

5 – Os integrantes do Quadro do Magistério ficam impedidos de participar do processo de credenciamento, caso tenham:

a) sofrido penalidade, por qualquer tipo de ilícito, nos últimos 5 anos;

b) desistido de designação anterior, ou tiveram cessada essa designação, por qualquer motivo, exceto pela reassunção do titular substituído, nos últimos 5 anos.

II - Dos Requisitos

1 - Para participar do processo de credenciamento, os titulares de cargo de Diretor de Escola, os docentes titulares de cargo, ocupantes de função-atividade e os contratados nos termos da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009, deverão atender os seguintes requisitos:

a) estar em efetivo exercício de seu cargo, função atividade, contrato ou da designação em que se encontre;

b) escolaridade (habilitação):

b.1) Para atuação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de:

b.1.1) Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.2) Curso Normal Superior, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.3) Licenciatura plena em Pedagogia, obtida mediante curso do Programa Especial de Formação Pedagógica Superior, qualquer que seja a nomenclatura do curso, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.4) Licenciatura plena em componente curricular específico, para atuar como docente especialista.

b.2) Para atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental e nas séries do Ensino Médio, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio;

b.3) Para atuação como Professor Coordenador Geral - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o docente deverá ser Professor Educação Básica I (titular de cargo ou função-atividade) e portador de uma das seguintes habilitações:

b.3.1) Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.3.2) Curso Normal Superior, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.3.3) Licenciatura plena em Pedagogia, obtida mediante curso do Programa Especial de Formação Pedagógica Superior, qualquer que seja a nomenclatura do curso, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

b.4) Para atuação como Professor Coordenador Geral - Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o docente deve ser portador de diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio.

b.5) Para atuação como Vice-Diretor de Escola, o docente (titular de cargo ou função-atividade) deve ser portador de, pelo menos, um dos títulos abaixo relacionados:

b.5.1) diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em Pedagogia;

b.5.2) diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado ou Doutorado, na área de Educação;

b.6) Para atuação como Diretor de Escola, o titular de cargo docente ou de Diretor de Escola deve ser portador de, pelo menos, um dos títulos abaixo relacionados:

b.6.1) diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em Pedagogia;

b.6.2) diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado ou Doutorado, na área de Educação;

b.7) Para atuação em Sala/Ambiente de Leitura, o docente (readaptado, titular de cargo na situação de adido e ocupante de função-atividade que se encontre cumprindo horas de permanência) deverá ser portador de portador de diploma de licenciatura plena.

c) possuir experiência mínima:

c.1) de 3 anos de exercício no magistério público estadual, quando docente, Professor Coordenador Geral – PCG ou docente na Sala/Ambiente de Leitura;

c.2) de 5 anos de experiência no magistério, quando Vice-Diretor de Escola;

c.3) de 8 anos de experiência no magistério, quando Diretor de Escola;

d) expressar adesão voluntária ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

2 – O docente readaptado somente poderá atuar na Sala/Ambiente de Leitura, desde que o rol de atividades previstos pelo CAAS seja compatível com as atribuições previstas para a função no Programa Ensino Integral, sendo que o docente nesta condição funcional não poderá atuar em outra função no PEI.

III – Da Inscrição

1 – A inscrição do integrante do Quadro do Magistério implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do credenciamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2 – A Inscrição ocorrerá no período de 25-01-2021 a 26-01-2021, via formulário online disponibilizado nos links abaixo.

Formulário de Inscrição para a Função "Docente - Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio (Biologia/Química/ Geografia/Física/ Matemática/Ciências):

https://forms.gle/nDVDa5JwPQDM8pKE6

Formulário de Inscrição para a Função Professor Sala de Leitura:

https://forms.gle/f3U4k486hrwcKwkRA

3 – O integrante do Quadro do Magistério não será credenciado caso não atenda aos critérios previstos no item 5 das Disposições Preliminares e dos Requisitos para o desempenho da função/cargo, conforme informações contidas no cadastro funcional.

4 - O integrante do Quadro do Magistério deverá autodeclarar que não possui impedimentos para o exercício da função, a ser comprovada no momento da alocação.

5 - O candidato deverá indicar uma das opções abaixo, no momento da inscrição:

5.1. Concluiu o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" (1ª ou 2ª edição) ofertado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação Paulo Renato Costa Souza (Efape);

5.2. Não realizará o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" e responderá ao questionário específico disponibilizado com 10 questões relacionadas ao Programa. Cada questão equivale a 1 ponto, totalizando, no máximo 10 pontos.

6 - O integrante do Quadro do Magistério, de que trata o item 5.1 deverá, obrigatoriamente, ter concluído o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" com aproveitamento "Satisfatório", a fim de que sua inscrição no presente processo de Credenciamento seja validada.

7 - Para o candidato que responder ao questionário, a inscrição somente será validada ao obter pontuação igual, ou superior, a 6.

8 - Na inscrição, todos os candidatos deverão preencher uma Atividade para cada função selecionada, que será considerada, exclusivamente, para fins de desempate. Em caso de não preenchimento da referida Atividade o candidato estará automaticamente eliminado.

IV – Do deferimento das inscrições e da classificação

1 - No período de 27-01-2021 a 27-01-2021, a Diretoria de Ensino analisará as informações preenchidas pelos candidatos na etapa de inscrição, para prosseguimento nas demais etapas do processo.

2 - O processo seletivo de credenciamento será classificatório e deverá considerar os integrantes do Quadro do Magistério, por listas e faixas funcionais, em ordem decrescente da pontuação obtida, após aplicação de todos os critérios de desempate.

3 – A classificação dos inscritos se dará na seguinte conformidade:

3.1 - Faixa II corresponde aos inscritos, com cargo/função classificados na "Mesma Diretoria de Ensino";

3.2 - Faixa III corresponde aos inscritos, com cargo/função e classificados em "Outra Diretoria de Ensino".

4 - Para desempate, serão utilizados os seguintes critérios, em ordem de prioridade:

4.1 - Para Diretor de Escola, Vice-Diretor e Professor Coordenador Geral:

a) maior tempo no magistério público estadual;

b) maior idade entre os credenciados;

c) maior pontuação obtida na análise da Atividade.

4.2 - Para Docentes:

a) maior pontuação obtida na classificação de docentes no processo anual de atribuição de classes e aulas, em nível de Diretoria de Ensino;

b) maior tempo de serviço no Magistério Público Oficial desta Secretaria;

c) maior idade entre os credenciados;

d) maior pontuação obtida na análise da Atividade de Sala de Aula.

5 - A Atividade de Sala de Aula, para docentes e Professor Coordenador Geral, bem como a Atividade, para Diretor de Escola e Vice-Diretor, serão avaliadas pela Diretoria de Ensino, no período de 27-01-2021 a 27-01-2021, exclusivamente para fins de desempate, na escala de 1 a 3 pontos, sendo que estes pontos não serão acrescidos à pontuação final.

6 – A Diretoria de Ensino – Região de Pindamonhangaba disponibilizará o resultado e Classificação do credenciamento no dia 27-01-2021, a partir das 18h no site:

https://depindamonhangaba.educacao.sp.gov.br/

V – Do Recurso

1 - O candidato poderá interpor recurso ao Dirigente Regional de Ensino, a partir da divulgação da Classificação, no período de 28-01-2021 até às 12h, mediante requerimento a ser encaminhado para o e-mail ese-diretoriadepindamonhangaba@seesp.onmicrosoft.com

2 – A Diretoria de Ensino analisará os recursos no período de 28-01-2021 a partir das 12h e disponibilizará no site https://depindamonhangaba.educacao.sp.gov.br/, a Classificação Final Pós- Recurso, em 28-01-2021 a partir das 18h.

VI – Da Alocação

1 - A chamada para alocação será realizada mediante publicação no site da Diretoria de Ensino – Região de Pindamonhangaba, no endereço eletrônico https://depindamonhangaba.educacao.sp.gov.br/, indicando o dia, horário e local da sessão.

VII - Disposições Finais

1 - Caso alguma informação ou dado prestado no processo de credenciamento não seja devidamente comprovado pela Diretoria de Ensino, o integrante do Quadro do Magistério será desclassificado.

2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Ensino – Região de Pindamonhangaba, após consulta à Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos – CGRH, conforme o caso.

Comunicado

Vaga de Professor Coordenador Pedagógico

EE Profª Escolástica Antunes Salgado

Fundamento legal: Resolução SE 03 de 11-01-2021.

A Direção da EE Professora Escolástica Antunes Salgado, comunica a abertura das inscrições ao posto de trabalho na função de Professor Coordenador do Ensino Fundamental e Médio desta Unidade Escolar.

I - Dos requisitos de habilitação para preenchimento da função:

Artigo 7º da Resolução SE – 75/2014, de 30-12-2014, alterada pela Resolução SE 65/2016 de 19-12-2016 e Resolução SE de 6 20-01-2017.

Constituem-se requisitos para o exercício da função de Professor Coordenador nas unidades escolares:

I - ser docente titular de cargo ou ocupante de função - atividade, podendo se encontrar na condição de adido ou em readaptação, sendo que, no caso de docente readaptado, a designação somente poderá ocorrer após manifestação favorável da Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde da Secretaria de Gestão Pública - CAAS;

II - contar com, no mínimo, 3 anos de experiência no magistério público estadual;

III - ser portador de diploma de licenciatura plena.

§ 1º - O docente, classificado na unidade escolar ou classificado em unidade escolar da circunscrição da Diretoria de Ensino, terá prioridade na indicação para designação, respectivamente, no posto de trabalho de Professor Coordenador da unidade escolar - PC.

§ 2º - Em caso de indicação de docente não classificado na forma estabelecida para as designações, a que se refere o parágrafo 1º deste artigo, deverá ser exigida a apresentação de anuência expressa do superior imediato do docente na unidade escolar de origem, previamente ao ato de designação.

§ 3º - A designação para atuar como Professor Coordenador somente poderá ser concretizada quando houver substituto para assumir as aulas da carga horária do docente a ser designado.

II – Atribuições:

I – para acompanhamento de uma única unidade escolar:

a) atuar como gestor pedagógico, com competência para planejar, acompanhar e avaliar os processos de ensinar e aprender, bem como o desempenho de professores e alunos;

b) orientar o trabalho dos docentes, nas reuniões pedagógicas e no horário de trabalho coletivo, de modo a apoiar e subsidiar as atividades em sala de aula, observadas as sequências didáticas de cada ano, curso e ciclo;

c) ter como prioridade o planejamento, a organização e o desenvolvimento de atividades pedagógicas, utilizando os materiais didáticos impressos e os recursos tecnológicos, sobretudo os disponibilizados pela Secretaria da Educação;

d) apoiar a análise de indicadores de desempenho e frequência dos estudantes para a tomada de decisões visando favorecer melhoria da aprendizagem e a continuidade dos estudos.

e) coordenar as atividades necessárias à organização, ao planejamento, ao acompanhamento, à avaliação e à análise dos resultados dos estudos de reforço e de recuperação;

f) decidir, juntamente com a equipe gestora e com os docentes das classes e/ou dos componentes curriculares, a conveniência e oportunidade de se promoverem intervenções imediatas na aprendizagem, a fim de sanar as dificuldades dos alunos, mediante a aplicação de mecanismos de apoio escolar, e a formação de classes de recuperação contínua e/ou intensiva;

g) orientar os professores quanto às concepções que subsidiam práticas de gestão democrática e participativa, bem como as disposições curriculares, pertinentes às áreas do conhecimento e componentes curriculares que compõem o currículo dos diferentes níveis e modalidades de ensino;

h) coordenar a elaboração, o desenvolvimento, o acompanhamento e a avaliação da proposta pedagógica, juntamente com os professores e demais gestores da unidade escolar, em consonância com os princípios de uma gestão democrática participativa e das disposições curriculares, bem como dos objetivos e metas a serem atingidos;

i) tornar as ações de coordenação pedagógica um espaço dialógico e colaborativo de práticas gestoras e docentes, que assegurem:

1- a participação proativa de todos os professores, nas aulas de trabalho pedagógico coletivo, promovendo situações de orientação sobre práticas docentes de acompanhamento e avaliação das propostas de trabalho programadas;

2- a vivência de situações de ensino, de aprendizagem e de avaliação ajustadas aos conteúdos e às necessidades, bem como às práticas metodológicas utilizadas pelos professores;

3 – as abordagens multidisciplinares, por meio de metodologias significativas para os alunos;

4 – a divulgação e o intercâmbio de práticas docentes bem sucedidas, em especial as que façam uso de recursos tecnológicos e pedagógicos disponibilizados na escola;

II – para acompanhamento de um agrupamento de unidades escolares.

a) apoiar e fortalecer o papel dos Professores Coordenadores das respectivas unidades escolares quanto à gestão pedagógica, no que tange às rotinas de trabalho semanais de apoio à qualificação do plano de aula do professor, de acompanhamento das aprendizagens dos estudantes e suporte formativo aos professores, visando à melhoria da aprendizagem dos estudantes;

b) implementar as orientações e as pautas de Acompanhamento Pedagógico Formativo nas escolas, propostas pela Seduc;

c) apoiar e fortalecer os Professores Coordenadores na elaboração e implementação do Plano de Melhoria do Método de Melhoria de Resultados (MMR);

d) participar, semanalmente, de forma presencial ou a distância, de reunião de planejamento, alinhamento e orientação do Acompanhamento Pedagógico com o Supervisor de Ensino que atuar como ponto focal do Acompanhamento Pedagógico Formativo;

e) planejar e apoiar as atividades de gestão pedagógica em conjunto com os Professores Coordenadores e Diretores de Escola, com uma postura formativa, com vistas ao desenvolvimento profissional da equipe gestora;

f) disseminar boas práticas de gestão pedagógica aos Diretores e Professores Coordenadores das escolas que acompanha, incentivando e apoiando a sua implementação de forma adaptada à realidade de cada escola;

g) participar das ações formativas focadas no suporte ao acompanhamento pedagógico realizadas pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – Efape e Diretoria de Ensino;

h) nas respectivas instâncias regionais:

1 – estabelecer parceria com os Supervisores das unidades escolares que acompanha, alinhando frequentemente os combinados estabelecidos, avanços e pontos de atenção, solicitando sempre que necessário, atuação conjunta para ações pedagógicas.

2- indicar, ao Supervisor de Ensino que atuar como ponto focal do Acompanhamento Pedagógico Formativo, necessidades de ações formativas dos Professores Coordenadores e Professores com apoio dos PCNP.

Parágrafo único- A rotina de trabalho do PC que acompanha o agrupamento de escolas será de caráter formativo, reflexivo e prático, por meio de atividades estruturadas e formativas com sua equipe no apoio à gestão pedagógica.

III - Período de Inscrição:

Entrega da Proposta de Trabalho nos dias 25-01-2021 a 27-01-2021 na EE Professora Escolástica Antunes Salgado, das 9h às 16h, na Rua Luis Gonzaga Ribeiro 251, Telefone (12) 3641-2491 – Bairro: Jardim Regina, Pindamonhangaba-SP.

IV - Apresentação da proposta de trabalho, contendo:

a) Ações a serem desenvolvidas visando o desenvolvimento e aperfeiçoamento do trabalho pedagógico, fundamentado nos princípios que norteiam a Proposta Curricular do Estado de São Paulo e na especificidade do trabalho docente no sistema prisional;

b) Currículo atualizado contendo a participação em cursos de atualização profissional oferecidos pela SEE e/ou Diretoria de Ensino;

c) Experiência profissional na área de Educação.

V - Entrevista e avaliação da proposta de trabalho:

a) A entrevista constará da apresentação pelo candidato (a) do seu histórico profissional e da proposta de trabalho para o posto de trabalho, objeto de sua inscrição, e sobre os conhecimentos indispensáveis ao exercício da função de Professor Coordenador para as classes do Ensino Fundamental e Médio;

b) A entrevista será agendada na Unidade Escolar entre os dias 28 e 29-01-2021.

VI – Da vaga oferecida:

Uma vaga para Professor Coordenador Pedagógico de Ensino Fundamental e Médio Regular.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PIRACICABA

Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio

Retificação do D.O. de 16-1-2021

Na convocação do docente Jose Luis Birollo Wolfshorndl, RG 40.730.248, realizada pela Direção da EE Prof. Francisco Mariano da Costa:

Onde se lê: 21, 22 e 23-01-2021;

Leia-se: 21, 22 e 25-01-2021.

EE "Francisco Mariano da Costa"

A Direção da EE Francisco Mariano da Costa, convoca todos os Professores em Exercício nesta Unidade Escolar, para reunião preparatória do acolhimento a partir do dia 30-01-2019 das 08h às 16h.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE REGISTRO

Comunicado

Programa Ensino Integral

Credenciamento Emergencial - 2021

A Diretoria de Ensino - Região de Registro, torna pública a abertura de inscrições e a realização do credenciamento emergencial para atuação em Regime de Dedicação Plena e Integral - RDPI das escolas estaduais do Programa Ensino Integral, conforme previsto no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, cujo objetivo é o preenchimento de vagas existentes após Processo de Credenciamento Anual.

I - Disposições preliminares

1 - A realização do presente credenciamento de integrantes do Quadro do Magistério para atuar nas unidades escolares do Programa Ensino Integral, durante o ano letivo de 2021 está prevista no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, e ocorrerá no período de 25-01-2021 a 05-02-2021, considerando todas as fases do certame.

2 - As publicações referentes ao presente credenciamento poderão ser acompanhadas por meio do site da Diretoria de Ensino - Região de Registro, no endereço eletrônico deregistro.educacao.sp.gov.br onde constará a quantidade de vagas disponíveis e suas respectivas unidades escolares.

3 – Os integrantes do Quadro de Magistério atuarão em Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI, caracterizado pela exigência da prestação de 40 horas semanais de trabalho, em período integral, com carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada, sendo vedado o desempenho de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, durante o horário de trabalho no referido Programa.

4 – A remuneração mensal dos integrantes do Quadro do Magistério, que atuarão no Programa, corresponderá ao salário-base do professor acrescido do valor da Gratificação de Dedicação Plena e Integral - GDPI, que equivale a 75% do valor da faixa e nível da Estrutura da Escala de Vencimentos em que estiver enquadrado o cargo ou a função-atividade do integrante do Quadro do Magistério submetido ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

5 – Os integrantes do Quadro do Magistério ficam impedidos de participar do processo de credenciamento, caso tenham:

a) sofrido penalidade, por qualquer tipo de ilícito, nos últimos 5 anos;

b) desistido de designação anterior, ou tiveram cessada essa designação, por qualquer motivo, exceto pela reassunção do titular substituído, nos últimos 5 anos.

II - Dos Requisitos

1 - Para participar do processo de credenciamento, os docentes titulares de cargo, ocupantes de função-atividade e os contratados nos termos da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009, deverão atender os seguintes requisitos:

a) estar em efetivo exercício de seu cargo, função atividade, contrato ou da designação em que se encontre;

b) escolaridade (habilitação):

b.1) Para atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental e nas séries do Ensino Médio, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio;

b.2) Para atuação em Sala/Ambiente de Leitura, o docente (readaptado, titular de cargo na situação de adido e ocupante de função-atividade que se encontre cumprindo horas de permanência) deverá ser portador de portador de diploma de licenciatura plena.

c) possuir experiência mínima:

c.1) de 3 anos de exercício no magistério público estadual, quando docente ou docente na Sala Ambiente de Leitura;

d) expressar adesão voluntária ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

2 – O docente readaptado somente poderá atuar na Sala/Ambiente de Leitura, desde que o rol de atividades previstos pelo CAAS seja compatível com as atribuições previstas para a função no Programa Ensino Integral, sendo que o docente nesta condição funcional não poderá atuar em outra função no PEI.

III – Da Inscrição

1 – A inscrição do integrante do Quadro do Magistério implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do credenciamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2 – A Inscrição ocorrerá no período de 25-01-2021 a 27-01-2021, via formulário online disponibilizado nos links:

- Inscrição para função "Docente – anos finais do ensino fundamental e ensino médio":

https://forms.gle/f8WvrUDb8gEsFUiU9

- Inscrição para função "Professor Sala de Leitura":

https://forms.gle/uV3htQuzfr49Eg327

3 – O integrante do Quadro do Magistério não será credenciado caso não atenda aos critérios previstos no item 5 das Disposições Preliminares e dos Requisitos para o desempenho da função/cargo, conforme informações contidas no cadastro funcional.

4 - O integrante do Quadro do Magistério deverá autodeclarar que não possui impedimentos para o exercício da função, a ser comprovada no momento da alocação.

5 - O candidato deverá indicar uma das opções abaixo, no momento da inscrição:

5.1. Concluiu o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" (1ª ou 2ª edição) ofertado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação Paulo Renato Costa Souza (Efape);

5.2. Não realizará o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" e responderá ao questionário específico disponibilizado com 10 questões relacionadas ao Programa. Cada questão equivale a 1 ponto, totalizando, no máximo 10 pontos.

6 - O integrante do Quadro do Magistério, de que trata o item 5.1 deverá, obrigatoriamente, ter concluído o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" com aproveitamento "Satisfatório", a fim de que sua inscrição no presente processo de Credenciamento seja validada.

7 - Para o candidato que responder ao questionário, a inscrição somente será validada ao obter pontuação igual, ou superior, a 6.

8 - Na inscrição, todos os candidatos deverão preencher uma Atividade para cada função selecionada, que será considerada, exclusivamente, para fins de desempate. Em caso de não preenchimento da referida Atividade o candidato estará automaticamente eliminado.

IV – Do Deferimento das Inscrições e da Classificação

1 - No período de 28-01-2021 a 29-01-2021, a Diretoria de Ensino analisará as informações preenchidas pelos candidatos

na etapa de inscrição, para prosseguimento nas demais etapas do processo.

2 - O processo seletivo de credenciamento será classificatório e deverá considerar os integrantes do Quadro do Magistério, por listas e faixas funcionais, em ordem decrescente da pontuação obtida, após aplicação de todos os critérios de desempate.

3 – A classificação dos inscritos se dará na seguinte conformidade:

3.1 - Faixa II corresponde aos inscritos, com cargo/função classificados na "Mesma Diretoria de Ensino";

3.2 - Faixa III corresponde aos inscritos, com cargo/função e classificados em "Outra Diretoria de Ensino".

4 - Para desempate, serão utilizados os seguintes critérios, em ordem de prioridade:

4.1 - Para Docentes:

a) maior pontuação obtida na classificação de docentes no processo anual de atribuição de classes e aulas, em nível de Diretoria de Ensino;

b) maior tempo de serviço no Magistério Público Oficial desta Secretaria;

c) maior idade entre os credenciados;

d) maior pontuação obtida na análise da Atividade de Sala de Aula.

5 - A Atividade de Sala de Aula, para docentes, serão avaliadas pela Diretoria de Ensino, no período de 28-01-2021 a 29-01-2021, exclusivamente para fins de desempate, na escala de 1 a 3 pontos, sendo que estes pontos não serão acrescidos à pontuação final.

6 – A Diretoria de Ensino – Região de Registro disponibilizará o resultado e Classificação do credenciamento no dia 01-02-2021, no site deregistro.educacao.sp.gov.br.

V – Do Recurso

1 - O candidato poderá interpor recurso ao Dirigente Regional de Ensino, a partir da divulgação da Classificação, no período de 01-02-2021 a 02-02-2021, mediante requerimento a ser encaminhado para o e-mail deregese@educacao.sp.gov.br.

2 – A Diretoria de Ensino analisará os recursos no dia 03-02-2021 e disponibilizará no site deregistro.educacao.sp.gov.br, a Classificação Final Pós- Recurso, em 04-02-2021.

VI – Da Alocação

1 - A chamada para alocação será realizada mediante publicação no site da Diretoria de Ensino – Região de Registro, no endereço eletrônico deregistro.educacao.sp.gov.br.

2 – A sessão de alocação está prevista para ser realizada no dia 05-02-2021.

VII - Disposições Finais

1 - Caso alguma informação ou dado prestado no processo de credenciamento não seja devidamente comprovado pela Diretoria de Ensino, o integrante do Quadro do Magistério será desclassificado.

2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Ensino – Região de Registro, após consulta à Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos – CGRH, conforme o caso.

Vagas disponíveis

EE Prefeita Elza Orsini de Carvalho – Registro

1 – Matemática

1 – Sala Ambiente de Leitura

EE Professor Manoel Camillo Júnior – Pariquera-Açu

1 – Química

1 – Física

1 – Geografia

Comunicado

Atribuição de vagas

Professor de Sala de Leitura 2021

A Dirigente Regional de Ensino de Registro, convoca os docentes devidamente credenciados e habilitados para a atribuição online das vagas de Sala Ambiente de Leitura no ano de 2021, a realizar-se no dia 25-01-2021, às 9h, em escolas desta Diretoria contempladas com o Projeto e nos termos das Resoluções SE 76/2017, Resolução SE81/2018 e Portaria CGRH-09, de 13-11-2020.

Observação: A atribuição será somente para os candidatos credenciados.

Vagas disponíveis:

Município	Escola
Cananéia	EE Profª DinoráhSilva dos Santos
Cananéia	EE Profª Yolanda Araújo Silva Paiva
Eldorado	EE Profª Odete Pereira G. Sales
Jacupiranga	EE Cap. BernardoFerreira Machado
Pariquera-Açu	EE Prof. Mílcio Bazoli
Registro	EE Prof. Antônio Fernandes
Registro	EE José Pacheco Lomba
Registro	EE Profª Massako O. Hirabayashi
Registro	EE Prof. Joaquim Goulart
Registro	EE D. Irene Machado de Lima
Registro	CEEJA Ricardo José Poci Mendes
Sete Barras	EE Plácido de Paula e Silva

I – Dos Requisitos

1- Ser portador de diploma de licenciatura plena com vínculo com a Secretaria de Estado da Educação em quaisquer dos campos de atuação, observada, quanto à situação funcional, a seguinte ordem de prioridade:

a. docente readaptado;

b. docente titular de cargo, na situação de adido, cumprindo horas de permanência na composição da jornada de trabalho;

c. docente ocupante de função atividade, que esteja cumprindo horas de permanência correspondente à carga horária mínima de 12 horas semanais.

2- Estar inscrito no Processo anual de atribuição de classes e aulas e nos Projetos da Pasta.

Obs.:

A atribuição do projeto somente poderá ocorrer na comprovada inexistência de classe ou de aulas de sua habilitação/qualificação que lhe possam ser atribuídas, em nível de unidade escolar e de Diretoria de Ensino.

A publicação do presente Edital em D.O, está prevista para o dia 23-01-2021.

Comunicado

Credenciamento para atuar no Ceeja - 2021

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região de Registro torna pública a abertura de inscrições para o processo de credenciamento de novos docentes interessados em atuar no Ceeja – Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos "Ricardo José Poci Mendes", a uma vaga na disciplina de Física, nos termos da Resolução SE 72 de 13-10-2020, Resolução SE 75 de 07-12-2018, Resolução SE 64/16 e Portaria CGRH-09, de 13-11-2020 alterada pela Portaria CGRH-15, de 30-11-2020 e demais legislações vigentes, na seguinte conformidade:

1. Período de Inscrição

a. Período: de 25-01-2021 a 27-01-2021

b. Local: https://deregistro.educacao.sp.gov.br/

2. Público alvo

a. Docentes estáveis, nos termos da Constituição Federal/88;

b. Docentes Ocupantes de Função Atividade abrangidos pela Lei Complementar 1010/2007; OFA, Categoria F;

c. Candidatos contratados e candidatos à contratação;

3. Documentos para inscrição (obrigatório)

a. Cédula de identidade (RG) e CPF .

b. Diploma de Licenciatura Plena e do respectivo Histórico Escolar ou Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena e do respectivo Histórico Escolar.

c. Diploma de Bacharelado e do respectivo Histórico Escolar ou Certificado de Conclusão de bacharelado e do respectivo Histórico Escolar.

d. Comprovante de inscrição no processo de atribuição de aulas para 2021 com inscrição de projeto.

e. Declaração de dias trabalhados referentes ao período de 01-07-2019 a 30-06-2020, fornecida pelo Diretor da Escola sede de controle de frequência cujo Anexo, parte integrante desta Portaria e não apresentar mais de 6 (seis) ausências e/ou afastamentos na apuração da assiduidade, exceto Falta Abonada, no período de 01-07-2019 a 30-06-2020.

f. Certificado de participação em cursos de capacitação oferecidos pela Diretoria de Ensino ou por órgãos centrais da SEE realizados nos anos 2019 e 2020, com duração mínima de 30 horas realizada.

g. Certificado de Pós-Graduação Lato-Sensu com 360 horas na área de habilitação ou na área de Educação.

h. Certificado de Pós- Graduação Stricto Sensu na área de habilitação ou na área de Educação.

i. Declaração que acumula/não acumula cargo/função no serviço público, de próprio punho.

j. Declaração do docente de que não está respondendo a processo administrativo, de próprio punho.

Observação: Não será permitida a inclusão de documentos após a inscrição.

4. Do Processo Seletivo

Os candidatos serão avaliados e classificados considerando a pontuação e análise do perfil apresentado, seguindo a ordem estabelecida no art. 9º da Resolução 72/20, incisos III à VI, sendo este último subdividido em contratados e, após, candidatos à contratação.

5. Da Pontuação

a. Cursos de capacitação promovidos pela Diretoria de Ensino ou pelos órgãos centrais da Secretaria de Estado de Educação do Estado de São Paulo, com duração mínima de 30 horas cada, realizados nos anos de 2019 e 2020: 1 ponto por certificado apresentado, até no máximo de 3 pontos.

b. Certificado de Pós-Graduação Lato-Sensu com 360 horas na área de Educação ou na área de habilitação valendo 1 ponto por certificado, até o máximo de 2 pontos.

c. Certificado de Pós- Graduação Stricto Sensu na área de habilitação ou na área de Educação, valendo 2 pontos por certificado, até o máximo de 4 pontos.

d. Avaliação da assiduidade no período de 01-07-2019 a 30-06-2020, (campo ATS) na seguinte conformidade: para Professores que atuaram pelo menos 146 dias no período considerar:

- 100% de frequência – 5) pontos;
- 1 falta – 4 pontos;
- 2 faltas – 3 pontos;
- 3 faltas – 2 pontos;
- 4 faltas – 1 ponto;
- 5 faltas ou mais – zero ponto;
- Considerando faltas justificadas, faltas injustificadas e faltas médicas, professores que não trabalharam no período ou trabalharam menos que 146 dias – zero ponto;

e. Dias trabalhados junto ao Ceeja Ricardo José Poci Mendes período de 01-07-2019 a 30-06-2020: 0,001 - (um milésimo) por dia trabalhado, informado no Anexo I, integrante desta Portaria.

6. Da Classificação

Os docentes inscritos serão classificados em ordem decrescente de pontos, considerando a somatória da pontuação estabelecida. Em caso de empate de pontuação na classificação, o desempate será efetuado:

a. Pelo tempo de experiência junto ao Ceeja Ricardo José Poci Mendes durante o período de 01-07-2019 a 30-06-2020.

b. Pela maior assiduidade. (Ficha 100)

c. Pelo maior número de pontos nos certificados.

d. Pela maior idade

7. Das Disposições Finais

1- No ato da inscrição o candidato confirma estar ciente no contido na alínea "a" do inciso item 2 do parágrafo 1º do artigo 14 e caput do artigo 15 e seu respectivo parágrafo único: "a) disponibilidade de cumprimento da carga horária total de 40 horas semanais, na conformidade do contido no artigo 15, desta resolução, observado o horário dos turnos de trabalho diário para atendimento dos alunos do Ceeja" e "Artigo 15 - Os docentes titulares de cargo afastados nos termos do inciso III do artigo 64 da Lei Complementar 444/85, bem como os docentes não efetivos, contratados e devidamente credenciados em processo seletivo específico para esse projeto, em exercício no Ceeja, atuarão por 40 horas semanais de trabalho, distribuídas pelos 5 dias úteis da semana, de forma a contemplar, no mínimo, 2 turnos de funcionamento do Ceeja, com observância ao limite máximo de 8 horas diárias.

Parágrafo único: Na carga horária de 40 horas semanais, de que trata o caput deste artigo, encontram-se inseridas 32 aulas, com duração de 50 minutos cada, destinadas ao atendimento de alunos, e, as horas relógio restantes, destinadas às horas de trabalho coletivo, às reuniões pedagógicas, de planejamento e à preparação de atividades e avaliações, que deverão ser cumpridas integralmente no Ceeja".

2 - Os professores serão periodicamente avaliados pela unidade escolar e pela Diretoria de Ensino, podendo ser dispensados a qualquer momento caso não apresentem desempenho satisfatório no exercício de suas funções ou havendo necessidade de redução de classes, a qualquer época do ano, para atendimento da demanda existente ou quando na avaliação final obter nota inferior a 100 pontos durante 2 anos consecutivos.

3- A atribuição das aulas do Ceeja será em conformidade com o cronograma de atribuição de aulas 2021 e seguirá a seguinte ordem:

a. Por recondução, a titulares de cargo, categoria F e Categoria O, avaliados satisfatoriamente;

b. Demais candidatos credenciados neste projeto, mediante saldo remanescente;

4 - O perfil profissional dos docentes deve contemplar atuação profissional que demonstre:

a- Ter comprometimento com a aprendizagem do aluno.

b- Orientar e apoiar os alunos na prática de seus estudos.

c- Apresentar liderança e domínio da sua área de atuação tendo como referência a postura democrática.

d- Propiciar um clima de acolhimento, equidade, confiança, solidariedade e respeito com os alunos, equipe gestora e funcionários.

e- Ter preocupação em avaliar e monitorar o processo de compreensão e apropriação dos conteúdos pelos alunos.

f- Utilizar estratégias diversas para que promovam o desenvolvimento dos alunos.

g- Fazer reflexão sistemática de sua prática docente.

h- Construir relações interpessoais de respeito com equipe gestora, docente e funcionários.

i- Ter disponibilidade e participar de cursos de atualização, capacitação e aperfeiçoamento profissional, socializando e aplicando os novos conhecimentos adquiridos.

j- Atender prontamente as convocações para participar de orientações técnicas.

k- Ter pontualidade, assiduidade, dedicação, envolvimento e participação nas atividades escolares.

l- Ter conhecimento da especificidade do trabalho pedagógico a ser desenvolvido no Ceeja.

m- Ter metodologia integrada com a Proposta Pedagógica da escola e que ofereça momentos de reflexão, solidariedade, troca de experiências e aprendizagem.

n- Conhecer e utilizar o material do Currículo Oficial do Estado de São Paulo e material específico do Ceeja fornecido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

o- Acreditar que todos os alunos são capazes de aprender, sem rótulos ou classificações prévias, condições que permitam aos alunos recuperar a autoestima e readquirir a confiança em sua capacidade de aprender.

p- Ter capacidade de desenvolver trabalho em equipe em consonância com a equipe gestora.

q- Ter capacidade de gerenciar conflitos.

r- Ter discrição ao resolver problemas que envolvam aspectos relacionados à aprendizagem dos alunos e questões profissionais.

s- Participar das reuniões de ATPC buscando sempre construir, emitindo opiniões e sugestões que visem o crescimento e a melhoria do processo didático-pedagógico.

t- Planejar e aplicar as Oficinas com os alunos de acordo com as orientações da Equipe Gestora e CEJA.

u- Cumprir prazos estipulados para entrega de documentos solicitados pela equipe gestora.

- A classificação final será fixada em data a ser divulgada posteriormente.

5- O presente processo seletivo terá validade somente para o ano letivo de 2021.

6- A data da atribuição será divulgada oportunamente.

7- É de inteira responsabilidade do candidato a busca de informações junto ao Ceeja "Ricardo José Poci Mendes", a respeito da data, horário e local da atribuição das aulas referente ao projeto e demais orientações a serem publicadas.

8- A inscrição do candidato implicará na aceitação integral das condições estabelecidas nesta Portaria das quais não poderá alegar desconhecimento.

9- As aulas da disciplina do Ceeja- Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos serão atribuídas na Diretoria de Ensino, a docentes inscritos no processo regular de atribuição de aulas e devidamente credenciados neste projeto.

10- Novas orientações publicadas pelos órgãos centrais da SEE poderão determinar alterações no presente edital.

11- Casos não contidos neste Edital serão resolvidos pela Comissão composta pela Diretora do Ceeja "Ricardo José Poci Mendes" Profª Rosemeire Gonçalves de Oliveira; Prof. Coordenador do Ceeja "Ricardo José Poci Mendes" Prof. André Luiz Ribeiro e do Supervisor de Ensino.

Anexo – I

Declaração de Assiduidade para inscrição no Processo Específico de Credenciamento junto ao Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos "Ricardo José Poci Mendes".

O Diretor de Escola XXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX, no município de XXXXXXXXXXXX, Diretoria de Ensino – Região de Registro, declara para fins de inscrição ao processo específico de credenciamento para atuar junto ao Ceeja Ricardo José Poci Mendes no ano de 2021, que XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, RG: XXXXXXXXXXXXXXXX, Categoria F/ ou Contratados – Cat. XXXXX, da disciplina de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador de licenciatura plena em XXXXXXXXXXXXX apresentou as seguintes ausências e afastamentos no período de 01-07-2019 a 30-06-2020.

Período 01-07-2019 a 30-06-2020 - faltas justificadas - faltas injustificadas - faltas decorrente da L.C. 1041/2008.

Total de ausências/afastamentos: XXXX dias.

Total de dias trabalhados: XXXX dias.

Declaro ainda, que o docente conta com XXXX dias trabalhados em disciplinas da EJA, junto ao referido Ceeja, durante o período de 01-07-2019 a 30-06-2020, descontadas as faltas Abonadas, Justificadas, Injustificadas e decorrentes da L.C. 1041/2008, que multiplicados por 0,001 por dia trabalhado totalizam XXXX pontos.

Comunicado

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região de Registro convoca os inscritos nos termos da RES. SEDUC 5, de 7-1-2020, alterada pela Res. Seduc 18, de 31-1-2020, para Sessão de Atribuição de uma vaga para a função de Diretor de Escola – Cargo Vago, na seguinte conformidade:

EE Professor Ruy Prado de Mendonça Filho – Registro

Data: 27-01-2021 (quarta-feira)

Horário: 8h

Local: Diretoria de Ensino – Região de Registro – Rua Vitória 465, Jardim América, Registro/SP

O interessado deverá apresentar:

Termo de anuência atualizado.

No caso de acúmulo, trazer declaração de horário.

Não haverá atribuição por procuração.

Não poderá participar da atribuição o candidato que se encontrar afastado a qualquer título.

Declaração de parentesco (nos termos da Súmula Vinculante 13).

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO VICENTE

Convocação

Convocação de Professores para atribuição de vagas remanescentes e adesão ao Regime de Dedicação Plena e Integral para o Ano de 2021

O Dirigente Regional de ensino, nos termos da Resolução SE 67, de 16-12-2014 e Resolução SE 4/2020, alterada pela Seduc 84/2020 e de acordo com a Portaria CGRH -1, de 13-01-2021, convoca os professores classificados no processo seletivo para atuação nas escolas participantes do Programa Ensino Integral para sessão de atribuição de vagas remanescentes e adesão ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI como segue.

Data 25-01-2021 - Local: Diretoria de Ensino – Rua João Ramalho, 378 – Centro

A convocação destina-se a candidatos que não tiveram vagas atribuídas no PEI – 2021, cujas habilitações contemplem as vagas abaixo descritas. As vagas oferecidas são as remanescentes e novas decorrentes de designações, ampliação de módulo e transferências entre escolas PEI.

São Vicente

EE Antonio Moreira Coelho – Ensino Fundamental e Médio

Vagas= 01 Português

Vagas= 01 Física

EE Armando Victorio Bei - Ensino Fundamental e Médio

Vagas= 01 Ciências

Vagas= 01 Sociologia/História

Vagas= 01 Geografia

EE Maria Thereza da Cunha Pedroso (Pei de 2 Turnos)

Ensino Fundamental - Manhã

Vagas= 01 Sala de Leitura

Ensino Médio – Tarde/Noite

Vagas= 01 Sala de Leitura

EE Yolanda Conte – Ensino Médio

Vagas= 01 Química

Praia Grande

EE Alfredo Reis Viegas - Ensino Médio

Vagas= 01Matemática/Física

Vagas= 01Química

Vagas= 01 Sociologia

EE Jardim Bopeva – Ensino Médio

Vagas= 01 Matemática

Vagas= 01 Matemática/Física

Peruíbe

EE Luiz Abel (Pei de 2 Turnos)

Ensino Fundamental

Vagas= 02 Matemática

Vagas= 01 Geografia/História

Ensino Médio

Vagas= 04 Matemática

Vagas= 01 Física

EE Padre Vitalino Bernini (Pei de 2 Turnos)

Ensino Médio

01 Filosofia/História/Geografia

Horário:

Tendo em vista as medidas de distanciamento previstas pelo Decreto Estadual 64.862/20, publicado em 14-03-2020, que dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Covid-19, as sessões ocorrerão presencialmente em períodos e grupos conforme descritos abaixo:

Manhã:

Horário-Classificação

9H-Faixa II – Titulares e Faixa III – Titulares e F

10H-Categoria o Docentes Sala de Leitura

Horário-Classificação

11H-Faixa II Faixa III

O candidato deverá comparecer portando:

A) Documento de identificação oficial com foto. (Edital PEI 5/2021)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SERTÃOZINHO

Comunicado

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino - Região de Sertãozinho, convoca os candidatos inscritos nos termos da Resolução SE 5/2020, alterada pela Resolução SE 18/2020, Resolução Seduc 81 de 09-11-2020 e Portaria CGRH-16 de 09-12-2020 para sessão de atribuição para a Classe de Suporte Pedagógico, Diretor de Escola no dia 26-01-2021 às 8h, na sede da Diretoria de Ensino – Região de Sertãozinho, localizada Rua Dr. Pio Dufles, 865 – Jardim Soljumar – CEP 14170-680 – Sertãozinho – SP para um cargo em substituição, de diretor de escola com efetivo exercício em 26-01-2021.

- EE "Prof ª Maria Elyde Mônaco dos Santos" – Terra Roxa/SP

No ato da atribuição o candidato deverá apresentar:

1- Termo de anuência do superior imediato e ratificado pelo Dirigente Regional de Ensino (quando for o caso), com data atualizada (original), correspondente ao presente edital, cuja validade abrangerá apenas o período de vigência da designação;

2- Em caso de acumulação de cargo ou função deverá apresentar declaração de horário de trabalho atualizada, assinada pelo superior imediato;

3- Declaração de parentesco nos termos da Súmula Vinculante 13;

4- Caso seja readaptado, deverá apresentar súmula do CAAS onde conste a autorização para exercer a função pretendida.

5 - Para fins de participação na sessão de atribuição de vaga e sua respectiva designação, o candidato deverá, na data da atribuição, se encontrar em exercício, não podendo, neste momento, se encontrar em qualquer tipo de licença, afastamento ou férias

6- É expressamente vedada a atribuição de vaga e/ou sua respectiva designação ao candidato com impedimentos legais.

7. E vedada à atribuição por Procuração de qualquer espécie.

8. Exercício em 26-01-2021.

Informamos que em decorrência da pandemia Covid -19, solicitamos que os candidatos sigam as normas de segurança e utilizem máscaras na sessão de atribuição de suporte pedagógico.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SOROCABA

Comunicado

Atribuição Suporte Pedagógico

Vice Diretor de Escola - 01 – Não comporta Diretor - 7 Classes

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região Sorocaba, considerando o disposto na Res Seduc 56, de 30-06-2020 que altera a Res. 5, de 07-01-2020, comunica os candidatos inscritos e classificados para Sessão de Atribuição de Cargos Vagos de Diretor de Escola, junto à Diretoria de Ensino Região - Sorocaba.

Relação de Vaga:

- 01 EE Antonia Lucchesi – Vice Diretor - Não Comporta Diretor por ter 07 Classes

Informamos que todos os candidatos interessados, já classificados, deverão encaminhar os documentos, abaixo, digitalizados em formato PDF para o e-mail: desornap@educacao.sp.gov.br até às 16h do dia 26-01-2021

1) Termo de anuência do Superior Imediato, com data atualizada;

2) Em caso de acumulação de cargo ou função, o candidato deverá apresentar Declaração de Horário de Trabalho

atualizada, assinada pelo Superior Imediato;

3) Declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13;

Sessão de Atribuição

Dia: 27-01-2021 (sexta feira)

Horário: 08h

Local: Plataforma Teams

Link:

https://teams.microsoft.com/l/message/19:67e3807f1a8c4165908599ef6082b02a@thread.tacv2/1611345424273?tenantId=16b87798-4517-442c-9200-ce1cca93259c&groupId=ab490742-8118-48a4-bf32-cf7f6c0be35f&parentMessageId=1611345424273&teamName=ATRIBUI%C3%87%C3%830%20DE%20CLASSES%2FAULAS%20-%202021&channelName=Geral&createdTime=1611345424273

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE VOTUPORANGA

Comunicado

Programa Ensino Integral

Credenciamento Emergencial 2021

A Diretoria de Ensino - Região Votuporanga - torna pública a abertura de inscrições e a realização do credenciamento emergencial para atuação em Regime de Dedicação Plena e Integral - RDPI das escolas estaduais do Programa Ensino Integral, conforme previsto no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, cujo objetivo é o preenchimento de vagas existentes após Processo de Credenciamento Anual.

I - Disposições Preliminares

1 - A realização do presente credenciamento de integrantes do Quadro do Magistério para atuar nas unidades escolares do Programa Ensino Integral, durante o ano letivo de 2021 está prevista no artigo 2º da Resolução Seduc 84, de 16-11-2020, e ocorrerá no período de 22/01/21 a 25-01-2021, considerando todas as fases do certame.

2 - As publicações referentes ao presente credenciamento poderão ser acompanhadas por meio do site da Diretoria de Ensino – Região Votuporanga, no endereço eletrônico: devotuporanga.educacao.sp.gov.br, onde constará a quantidade de vagas disponíveis e suas respectivas unidades escolares.

3 – Os integrantes do Quadro de Magistério atuarão em Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI, caracterizado pela exigência da prestação de 40 horas semanais de trabalho, em período integral, com carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada, sendo vedado o desempenho de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, durante o horário de trabalho no referido Programa.

4 – A remuneração mensal dos integrantes do Quadro do Magistério, que atuarão no Programa, corresponderá ao salário-base do professor acrescido do valor da Gratificação de Dedicação Plena e Integral - GDPI, que equivale a 75% do valor da faixa e nível da Estrutura da Escala de Vencimentos em que estiver enquadrado o cargo ou a função-atividade do integrante do Quadro do Magistério submetido ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

5 – Os integrantes do Quadro do Magistério ficam impedidos de participar do processo de credenciamento, caso tenham:

a) sofrido penalidade, por qualquer tipo de ilícito, nos últimos 5 anos;

b) desistido de designação anterior, ou tiveram cessada essa designação, por qualquer motivo, exceto pela reassunção do titular substituído, nos últimos 5 anos.

II - Dos Requisitos

1 - Para participar do processo de credenciamento, os titulares de cargo de Diretor de Escola, os docentes titulares de cargo, ocupantes de função-atividade e os contratados nos termos da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009, deverão atender os seguintes requisitos:

a) estar em efetivo exercício de seu cargo, função atividade, contrato ou da designação em que se encontre;

b) escolaridade (habilitação):

b.1) Para atuação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de:

b.1.1) Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.2) Curso Normal Superior, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.3) Licenciatura plena em Pedagogia, obtida mediante curso do Programa Especial de Formação Pedagógica Superior, qualquer que seja a nomenclatura do curso, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.1.4) Licenciatura plena em componente curricular específico, para atuar como docente especialista.

b.2) Para atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental e nas séries do Ensino Médio, o docente deverá ser portador de diploma devidamente registrado de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio;

b.3) Para atuação como Professor Coordenador Geral - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o docente deverá ser Professor Educação Básica I (titular de cargo ou função-atividade) e portador de uma das seguintes habilitações:

b.3.1) Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.3.2) Curso Normal Superior, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ou

b.3.3) Licenciatura plena em Pedagogia, obtida mediante curso do Programa Especial de Formação Pedagógica Superior, qualquer que seja a nomenclatura do curso, com habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

b.4) Para atuação como Professor Coordenador Geral - Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o docente deve ser portador de diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em disciplina da matriz curricular do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais e Ensino Médio.

b.5) Para atuação como Vice-Diretor de Escola, o docente (titular de cargo ou função-atividade) deve ser portador de, pelo menos, um dos títulos abaixo relacionados:

b.5.1) diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em Pedagogia;

b.5.2) diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado ou Doutorado, na área de Educação;

b.6) Para atuação como Diretor de Escola, o titular de cargo docente ou de Diretor de Escola deve ser portador de, pelo menos, um dos títulos abaixo relacionados:

b.6.1) diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em Pedagogia;

b.6.2) diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado ou Doutorado, na área de Educação;

b.7) Para atuação em Sala/Ambiente de Leitura, o docente (readaptado, titular de cargo na situação de adido e ocupante de função-atividade que se encontre cumprindo horas de permanência) deverá ser portador de portador de diploma de licenciatura plena.

c) possuir experiência mínima:

c.1) de 3 anos de exercício no magistério público estadual, quando docente, Professor Coordenador Geral – PCG ou docente na Sala/Ambiente de Leitura;

c.2) de 5 anos de experiência no magistério, quando Vice-Diretor de Escola;

c.3) de 8 anos de experiência no magistério, quando Diretor de Escola;

d) expressar adesão voluntária ao Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI.

2 – O docente readaptado somente poderá atuar na Sala/Ambiente de Leitura, desde que o rol de atividades previstos pelo CAAS seja compatível com as atribuições previstas para a função no Programa Ensino Integral, sendo que o docente nesta condição funcional não poderá atuar em outra função no PEI.

III – Da Inscrição

1 – A inscrição do integrante do Quadro do Magistério implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do credenciamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2 – A Inscrição ocorrerá no período de, 22/01/21 a 25-01-2021, via formulário online disponibilizado nos links:

Formulário de Inscrição para a Função "Prof Regente de Classe (Ef Anos Iniciais)":

https://forms.gle/RZfdVHDpf6jQFmbY9

Formulário de Inscrição para a Função "Prof Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Disciplinas (Arte, Ed. Física e Ingles)":

https://forms.gle/mZ1WtpsmJuaHb8K68

Formulário de Inscrição para a Função "Docente - Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio":

https://forms.gle/NLH63v2HokZxSC7Y9

Formulário de Inscrição para a Função "Professor Sala de Leitura":

https://forms.gle/qCoXYKKr1VpvRp75A

3 – O integrante do Quadro do Magistério não será credenciado caso não atenda aos critérios previstos no item 5 das Disposições Preliminares e dos Requisitos para o desempenho da função/cargo, conforme informações contidas no cadastro funcional.

4 - O integrante do Quadro do Magistério deverá autodeclarar que não possui impedimentos para o exercício da função, a ser comprovada no momento da alocação.

5 - O candidato deverá indicar uma das opções abaixo, no momento da inscrição:

5.1. Concluiu o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" (1ª ou 2ª edição) ofertado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação "Paulo Renato Costa Souza" (Efape);

5.2. Não realizará o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" e responderá ao questionário específico disponibilizado com 10 questões relacionadas ao Programa. Cada questão equivale a 1 ponto, totalizando, no máximo 10 pontos.

6 - O integrante do Quadro do Magistério, de que trata o item 5.1 deverá, obrigatoriamente, ter concluído o curso "Da Educação Integral ao Ensino Integral" com aproveitamento "Satisfatório", a fim de que sua inscrição no presente processo de Credenciamento seja validada.

7 - Para o candidato que responder ao questionário, a inscrição somente será validada ao obter pontuação igual, ou superior, a 6.

8 - Na inscrição, todos os candidatos deverão preencher uma Atividade para cada função selecionada, que será considerada, exclusivamente, para fins de desempate. Em caso de não preenchimento da referida Atividade o candidato estará automaticamente eliminado.

IV – Do Deferimento das Inscrições e da Classificação

1 - No dia 26-01-2021, a Diretoria de Ensino analisará as informações preenchidas pelos candidatos na etapa de inscrição, para prosseguimento nas demais etapas do processo.

2 - O processo seletivo de credenciamento será classificatório e deverá considerar os integrantes do Quadro do Magistério, por listas e faixas funcionais, em ordem decrescente da pontuação obtida, após aplicação de todos os critérios de desempate.

3 – A classificação dos inscritos se dará na seguinte conformidade:

3.1 - Faixa II corresponde aos inscritos, com cargo/função classificados na "Mesma Diretoria de Ensino";

3.2 - Faixa III corresponde aos inscritos, com cargo/função e classificados em "Outra Diretoria de Ensino".

4 - Para desempate, serão utilizados os seguintes critérios, em ordem de prioridade:

4.1 - Para Diretor de Escola, Vice-Diretor e Professor Coordenador Geral:

a) maior tempo no magistério público estadual;

b) maior idade entre os credenciados;

c) maior pontuação obtida na análise da Atividade.

4.2 - Para Docentes:

a) maior pontuação obtida na classificação de docentes no processo anual de atribuição de classes e aulas, em nível de Diretoria de Ensino;

b) maior tempo de serviço no Magistério Público Oficial desta Secretaria;

c) maior idade entre os credenciados;

d) maior pontuação obtida na análise da Atividade de Sala de Aula.

5 - A Atividade de Sala de Aula, para docentes e docentes para a Sala de Leitura, serão avaliadas pela Diretoria de Ensino, no dia 26-01-2021, exclusivamente para fins de desempate, na escala de 1,0 (um) a 3,0 (três) pontos, sendo que estes pontos não serão acrescidos à pontuação final.

6 – A Diretoria de Ensino – Região de Votuporanga - disponibilizará o resultado e Classificação do credenciamento no dia 27-01-2021, no site devotuporanga.educacao.sp.gov.br e no DO de 28-01-2021.

V – Do Recurso

1 - O candidato poderá interpor recurso ao Dirigente Regional de Ensino, a partir da divulgação da Classificação, no dia 28-01-2021, mediante requerimento a ser encaminhado para o devtpcrh@educacao.sp.gov.br.

2 – A Diretoria de Ensino, analisará os recursos, no dia 28-01-2021, no período da manhã e disponibilizará, no site devotuporanga.educacao.sp.gov.br, a Classificação Final Pós-Recurso, sairá em 28-01-2021 no período da tarde.

VI – Da Alocação

1 - A chamada para alocação será realizada mediante publicação no site da Diretoria de Ensino – Região Votuporanga, no endereço eletrônico devotuporanga.educacao.sp.gov.br:

Dia: 29-01-2021 (terça-feira)

Horário: 9h

Local: Diretoria de Ensino de Votuporanga

Endereço: Rua Brasília, 3430 – Vale do Sol

VII - Disposições Finais

1 - Caso alguma informação ou dado prestado no processo de credenciamento não seja devidamente comprovado pela Diretoria de Ensino, o integrante do Quadro do Magistério será desclassificado.

2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Ensino – Região Votuporanga, após consulta à Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos – CGRH, conforme o caso.

SAÚDE

COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS

INSTITUTO PASTEUR

Comunicado

Resultado da Segunda Fase - Prova Oral e análise de Curriculum vitae (com Entrevista), do Processo Seletivo para preenchimento de vagas para Curso de Especialização na Área da Saúde - 2021 na área de "Vigilância Laboratorial da Raiva" do Instituto Pasteur da Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde.

O Instituto Pasteur, da Coordenadoria de Controle de Doenças, torna público o resultado da prova Oral e análise de Curriculum vitae (com Entrevista) para a seleção de candidatos ao curso de especialização na área de Vigilância Laboratorial da Raiva -2021, como segue:

1.- Resultado da Prova Oral

1.1. Relação dos candidatos habilitados na Segunda Fase (Nota da Prova oral maior ou igual a 35 pontos) e pontuação do currículo valor máximo 30 pontos:

Inscrição	Nome	Documento	Prova oral	Currículo
1	Carolina Alencar de Melo	38975674x	70,00	7,50
2	Stefani Biazoto de Oliveira	361197913	70,00	30,00
3	Flávia Maria Heins Medeiros	505127003	60,00	9,00
4	Guilherme Camargo Alevate	499448753	66,25	15,00
5	Stefani Rodrigues Ferreira dos Santos	386761796	52,50	16,50
6	Camila Modesto dos Santos	443303204	55,00	9,00
8	Vitor Antonio dos Santos	38849086x	53,75	7,50
11	Laryssa Rodrigues dos Santos Freitas	28365983x	47,50	7,50
12	Cíntia Pinto da Silva	483716728	67,50	18,00
13	Gabriel de Carvalho Rodrigues Theodoro	399911066	46,25	10,50
16	Fernanda Cristina de Oliveira	415802003	63,75	12,00
17	Larissa Marino Pergamo	35848196x	70,00	22,50

2. - Recurso

2.1. O prazo para interposição de recurso será de 2 dias úteis, contados da data da divulgação ou do fato que lhe deu origem, devendo para tanto, o candidato deverá preencher o anexo IV;

2.2. Não serão aceitos recursos interpostos entregues fora dos prazos estipulados neste Edital;

2.3. O recurso deverá ser enviado para o e-mail cfordp@pasteur.saude.sp.gov.br no período de 26 a 27-01-2021 das 8h às 18h, devidamente fundamentado e contendo: nome, número do documento de identidade, nome do Curso, endereço completo, nº de telefone(s) e e-mail de contato, questionamento, embasamento, local, data e assinatura conforme o Anexo IV;

2.4. A resposta ao recurso da Segunda Fase será divulgada até 29-01-2021 no site:

http://www.saude.sp.gov.br/instituto-pasteur;

2.5. No caso de provimento do recurso interposto dentro das especificações, esse poderá, eventualmente, alterar a pontuação/classificação inicial obtida pelo candidato para uma pontuação/classificação superior ou inferior ou ainda ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para habilitação, inclusive se não apresentar o Curriculum vitae na entrevista ou mesmo não comparecer a entrevista na data estipulada;

2.6. Em hipótese alguma, será aceito pedido de revisão de recurso, recurso de recurso.

3. Edital - Resultado Final e Convocação para Matrícula

3.1. O candidato deverá a partir de 30-01-2021 consultar o Edital - Resultado Final e Convocação para Matrícula publicado no D.O.-SP, ou acessar o site: www.saude.sp.gov.br/instituto-pasteur/, no qual constará a classificação final dos candidatos e as respectivas datas e local para matrícula. É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

Anexo IV

Processo Seletivo Curso de Especialização na Área da Saúde

Instituto Pasteur - 2021

Modelo de Recurso

Nome completo:

Nº de inscrição:

Número de documento:

Nome do Programa:

Endereço Completo:

Telefone(s):

E-mail:

Questionamento:

Embasamento:

Local e Data:

Assinatura:

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

HOSPITAL GERAL DOUTOR MANOEL BIFULCO - SÃO MATEUS

Intimação

Processo 001.0140.000519/2017 - SES 884902/2019

Modalidade: Pregão Eletrônico 150/2017

Assunto: aquisição de material de enfermagem dos itens 05 e 06 (atadura de Rayon e algodão hidrófilo) - Nota de Empenho 2017NE01250 no valor de R$8.631,00.

Oficio 011/2020

Comunicamos a Empresa: Nacional Comercial Hospitalar Ltda. - CNPJ: 52.202.744/0001-92; que foi instaurado em nossa unidade procedimento administrativo em que poderá ser aplicada a sanção prevista artigo 7º da Lei Federal 10.520/02 c.c. Resolução SS-92 de 10-11-2016 artigo 6º - inciso I, que corresponde a multa por atraso no valor de R$ 270,04. Assim fica a empresa intimada para, querendo apresentar suas alegações em defesa previa no prazo máximo de 10 dias a contar do recebimento da intimação por Aviso de Recebimento objetivando garantir o preconizado no art. 5º, inciso LV da constituição, que deverá, preferencialmente, ser feita eletronicamente com acesso ao site: www.esancoes.sp.gov.br, com a inclusão do código – descrito no ofício supracitado, que permitirá selecionar a opção "Fornecedor Ampla defesa", para incluir a sua manifestação. Destaca-se que esta assegurado durante o prazo de manifestação, vistas aos autos. A prévia defesa deverá ser subscrita por representante legal, mediante comprovação documental de tal condição, se por advogado deverá se fazer acompanhar do competente mandato procuratório com poderes específicos.

UNIDADE DE GESTÃO ASSISTENCIAL IV - HOSPITAL E MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS

Diretoria Técnica de Departamento

Notificação

O Diretor Técnico de Saúde III, do Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros, da Coordenadoria de Serviços de Saúde, notifica Priscila Lima da Silva, RG. 35.228.844-9, Oficial de Saúde, Efetivo, referência 01, Grau B, da EVNI, para comparecer à Diretoria Técnica de Recursos Humanos, sito à Avenida Celso Garcia, 2477 – Belenzinho – São Paulo/SP, para no prazo de 5 dias consecutivos, apresentar justificativa por escrito de Faltas Injustificadas, referente aos exercícios de 2017 a 2020, em virtude do disposto no artigo 256, inciso V, § 1º, da Lei 10.261/68. Por não ter tomado ciência da notificação e não ter apresentado justificativa até a presente data, é citada agora por Edital, conforme prevista em lei, a fim de apresentar a devida defesa. De modo que, para que não alegue ignorância ou desconhecimento, será publicado o presente edital por três dias consecutivos.

LOGÍSTICA E TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

COORDENADORIA DE OPERAÇÕES

Comunicado

Edital de Leilão 214/2020

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, nos termos do inciso I, do artigo 22 e artigo 328 da Lei Federal no 9.503, de 23-09-1997, e suas alterações, com fulcro na Lei Estadual 15.276-2014 e seu Decreto regulamentador e Resolução do Contran 623, de 06-09-2016, faz saber, que realizará no dia 04-02-2021, a partir das 10h, por intermédio da Internet, através do site www.compracertaleiloes.com.br, por meio do Servidor Público Designado, o leilão de aproximadamente 317 lotes entre veículos e motocicletas, destinados a sucata, reciclagem e recuperável c/ direito a documento, que acham-se recolhidos e depositados nos pátios sob jurisdição deste Departamento, e, que foram relacionados no Edital de Notificação 214/2020, publicado no D.O. de 12-11-2020, Caderno I, às fls. 87 a 88. A visitação se dará nos dias 01,02 e 03-02-2021, no horário das 9:00hs as 16h30. Abaixo localização dos pátios e contato para agendamento das visitas:

Pátios	Localizações	Telefones
Franca e Ribeirão Preto	Rodovia Prefeito Fábio Talarico, Km 43, Zona Rural	(16) 98123-2649
Jacareí	Avenida Marginal, 1204. Parque Meia Lua	(12) 3959-1466
Taubaté	Rua João Mariotto, 1. Parque Paduam	(12) 3631-1187, (12) 98123-4777

Demais informações sobre o leilão no site

www.der.sp.gov.br/website/Servicos/leilao.aspx ou fone (11) 3311-1561/1562.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

COORDENADORIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Comunicado

Chamada Pública CCT/SDE 5/2020

Resultado Final: Jornada Digital do Paciente retificado após juízo de retratação (22/01/2020)

A Comissão de Análise, constituída pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e publicizada no Diário Oficial do Estado de São Paulo do dia 5/12/2020, reuniu-se com o objetivo de avaliar as propostas submetidas à Chamada Pública CCTI/SDE 5/2020 "Soluções Tecnológicas Inovadoras para a Jornada Digital do Paciente na Área de Diagnóstico por Imagem do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP)". Após dois recursos terem sido impetrados, a Comissão de Análise deliberou por um juízo de retratação, alterando de 6 (seis) para 8 (oito) o número de propostas aprovadas.

Resultados

A Comissão de Análise decidiu pela aprovação de 8 (oito) propostas, conforme abaixo. Um relatório de avaliação individual foi emitido para cada proposta, fundamentando a decisão sobre aprovação ou reprovação, que poderá ser solicitado por correio eletrônico (editais@ideiagov.sp.gov.br) pelos proponentes.

Desafio 1: Solicitação de exames de imagem baseados em dados

Soluções aprovadas:

ID	NOME DO PROPONENTE	NOME DA PROPOSTA
12127510882	Mindify (Requisito Tecnologia Ltda)	Mindify
12134239846	Camedics Tecnologia Ltda e Vöiston .Inc (Consórcio)	Plataforma Camedics Ia
12174668254	Techtools Ventures Investimentos S.A.	Atende Saúde

Soluções não aprovadas:

ID	NOME DO PROPONENTE	NOME DA PROPOSTA
12131890021	Philo Care (Philo Care Tech do Brasil Ltda)	Cuidador Eletrônico Philó
12121424253	Medvelox Serviços Médicos (Medvelox Tecnologia de Informacao Medica Ltda)	Um Aplicativo de Comunicação de Times Médicos

Desafio 2: Experiência do usuário no atendimento

Soluções aprovadas:

ID	NOME DO PROPONENTE	NOME DA PROPOSTA
12175047908	B3 Health Tech (Projesi Software)	Fast Check-In

Soluções não aprovadas:

ID	NOME DO PROPONENTE	NOME DA PROPOSTA
12174618362	Techtools Ventures Investimentos S.A.	Atende Saúde
12172843073	Netcom Gestão e Informação S.A.	Online Doctor
12163525441	Ptech Medtech Solutions (Palomba Tecnologia da Informação Ltda.)	Icareyou
12136109045	Proradis (Radiocorp Soluções para Saúde S/A)	Proradis - Webcheckin
12135960481	Semantix (Semantix Tecnologia em Sistema de Informacao S.A.)	Semantix Health Interaction
12135487155	Zapt Tech (Zapt Tecnologia de Localização Ltda)	Mapas e Gps Indoor
12135308996	Nick Assistente Virtual de Saude Ltda	Nick Saúde
12134895275	Prisma Consultoria (Prisma Educação Continuada e Aprendzagem Profissional Ltda)	Hc Interactive Lab
12134049759	Idflow (Luis Henrique Reis Teixeira Eireli)	Idflow
12131592124	Healthmap (Healthmap Soluc?O?Es em Tecnologia Ltda.-Me)	Healthmap
12104535302	Webbula – Produtos e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.	Solução de Integração, Segurança e Suporte Clínico para Toda a Cadeia de Atendimento Público/Privado em Saúde

Desafio 3: Agendamento automatizado

Soluções aprovadas:

ID	NOME DO PROPONENTE	NOME DA PROPOSTA
12127268552	Pixeon (Pixeon Medical Systems S.A. Comércio e Desenvolvimento de Software)	Pixeon Lumia

Soluções não aprovadas:

ID	NOME DO PROPONENTE	NOME DA PROPOSTA
12174709106	Cm Tecnologia S/A	Cmo Agendamento On Line
12174545443	Techtools Ventures Investimentos S.A.	Atende Saúde
12172799174	Netcom Gestão e Informação S.A.	Online Doctor
12136161301	Semantix (Semantix Tecnologia em Sistema de Informação S.A.)	Semantix Health Interaction
12167768302	Agendart Tecnologia de Software Ltda	Agendart
12142424447	Qintess Holding e Participacoes Ltda.	Patient Journey
12135832536	Encaixe.me (Encaixe - Sua Agenda All-Line Ltda)	Encaixe.me
12134184740	Datalogix Ltda	Munus
12132684397	Riemann Technologies Software Digital Ltda.	Agenda Inteligente
12128436863	Dr. Tis (Doctor Tis)	Dr. Nuvem

Desafio 4: Operação remota de exames de imagem

Soluções aprovadas:

ID	NOME DO PROPONENTE	NOME DA PROPOSTA
12125577184	Ness Health Tecnologia e Processos Ltda	Ncommand
12135300407	Rmtc Diagnosticos por Imagem Ltda	Command Center Idr
12133715181	Cori – Central de Operações Remotas Inteligentes (Holon Group Participações Sa) E Univen (Consórcio)	Cori – Central de Operações Remotas Inteligentes

Soluções não aprovadas:

ID	NOME DO PROPONENTE	NOME DA PROPOSTA
12130399594	Simex Sistemas de Inspeção Móveis Ltda	Soremi – Sistema de Operação Remota de Equipamentos Médicos de Imagem
12135799798	Zurc Zurc (Zurc & Zurc Data Comercial & Serviços Ltda)	Sistema de Operação Remota para Tomografias e Ressonância Magnéticas

FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA

DIRETORIA DE GRADUAÇÃO

Comunicado

Processo Seletivo

Vaga por Transferência - Curso de Medicina

A Faculdade de Medicina de Marília torna público o edital do processo seletivo para preenchimento de 11 vagas para o ano letivo de 2021 na 5ª série do curso de Medicina por meio de transferência de outras Instituições de Ensino Superior nacionais. O edital completo encontra-se disponível no link:

http://www.famema.br/institucional/secretaria/transferencia.php, no site da Famema - www.famema.br.

(Edital 1)

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Convocação

Edital de Chamamento 002/2019 - Convocação dos Conteudistas Sorteados para Prestação de Serviços no Período Letivo de 2021, Conforme Resultado Publicado no D.O. de 06-10-2020

O Presidente da Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP, no âmbito de suas atribuições estatutárias, estabelecidas pelo Decreto 58.438 de 9 de outubro de 2012, e com base no Edital de Chamamento 002/2019: Credenciamento de Banco de Conteudistas da UNIVESP (D.O. de 14-09-2019) e no Comunicado para Estipulação da Ordem de Convocação dos Conteudistas Credenciados para Prestação de Serviços no Período Letivo de 2021 (D.O. em 03-10-2020), referente ao mesmo edital resolve:

1 - Ficam convocados para contratação os conteudistas listados na Tabela I, credenciados para a prestação de serviços no período letivo de 2021, conforme demandas estabelecidas pela Diretoria Acadêmica e os Resultados do Sorteio de Estipulação da Ordem de Convocação dos Conteudistas Credenciados para Prestação de Serviços no Período Letivo de 2021, publicado no D.O. do dia 06-10-2020.

1.1 - Esta convocação terá validade apenas para a oferta de disciplinas do período letivo de 2021, conforme regras de ordenação de sorteio publicadas no D.O. do dia 03-10-2020 e resultado publicado no D.O. do dia 06-10-2020, não sendo extensível seus efeitos para outros períodos ou disciplinas.

1.2 - Serão consideradas na presente convocação as disciplinas listadas na Tabela I.

1.3 - Para esta convocação foi considerado o item 6.5. do Edital de Chamamento Público 002/2019 de 14-09-2019, o qual estabelece que durante a validade de sua habilitação, o conteudista que já tiver prestado serviços ou sido chamado para tal em uma dada disciplina, poderá ser convocado novamente para esta, desde que esgotadas as opções de credenciados que ainda não tenham tido igual oportunidade de prestar serviços.

2 - O conteudista deverá manifestar formalmente, por escrito, o aceite ou declínio pela prestação de serviços na(s) disciplina(s) em que foi convocado.

2.1 - A formalização deverá ser feita por via digital, pelo endereço eletrônico autores@univesp.br, usando como documento para o aceite o modelo disponível no portal de transparência da UNIVESP no sítio: https://univesp.br/transparencia/credenciamento-de-docentes.

2.1.1 - A Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP não se responsabiliza por formalizações não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

2.2 - Caso o conteudista tenha vínculo trabalhista em regime de exclusividade com Instituição de Ensino, deverá declarar, no momento do aceite, conforme modelo citado no item 2.1, a existência de vínculo desta natureza e a ciência de que sua Instituição de origem poderá ser notificada sobre a presente convocação

2.2.1 - No caso de existência de vínculo e contratação por exclusividade será de responsabilidade do conteudista atender aos regramentos em suas Instituições de Ensino de origem para obtenção de autorização para exercer concomitantemente os serviços contratados pela UNIVESP.

2.2.2 - No caso de existência em nossos registros de manifestação preliminar contrária à emissão da autorização pertinente por parte de sua instituição de origem, ambos, conteudista e instituição de origem, serão oficiados informando sobre este fato.

2.3 - O prazo para a manifestação de aceite será de 02 (dois) dias úteis a partir da data de publicação deste comunicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

2.3.1 - Caso o conteudista chamado não realize a manifestação de aceite no prazo estipulado, será considerado que o candidato declinou da prestação dos serviços nas respectivas disciplinas em que foi convocado.

3 - Conforme previsto no item 6.6 do Edital de Chamamento Público 002/2019, cada conteudista poderá ser contratado para a prestação de serviços em até duas disciplinas por semestre, independente do curso.

3.1 - Caso um conteudista tenha sido habilitado e selecionado para prestação de serviços em duas ou mais disciplinas, o mesmo deverá optar por quais disciplina deseja prestar os serviços, manifestando formalmente o seu aceite com a respectiva preferência, respeitando-se o limite citado no item 3.

3.2 - Excetuam-se à esta regra situações autorizadas pela Diretoria Acadêmica, conforme item 6.6.1 do Edital de Chamamento Público 002/2019 que poderá acatar o acúmulo além do limite estabelecido no item 7 em casos excepcionais.

4 - Será enviada a íntegra deste comunicado de convocação, adicionado do modelo de formulário de aceite e de instruções, no endereço de e-mail pessoal cadastrado durante a fase de credenciamento no formulário de inscrição disponibilizado para tal.

4.1 - É responsabilidade do conteudista verificar o e-mail cadastrado e garantir condições para recebimento do mesmo.

5 - Transcorrido o prazo previsto no item 2.3, no caso de declínio da contratação pelo conteudista convocado neste comunicado, haverá a publicação de um novo comunicado com a convocação do candidato subsequente, selecionado pelo sorteio para a mesma disciplina, e assim sucessivamente.

6 - Os casos não tratados por este comunicado ou pelos documentos correlatos serão decididos oportunamente pela Diretoria Acadêmica da UNIVESP.

7 - Os serviços serão prestados em conformidade com o contrato firmado entre o conteudista e a UNIVESP, de acordo com a minuta estabelecida no Anexo I e disponibilizada no Portal de Transparência e no sítio: https://univesp.br/transparencia/credenciamento-de-docente

8 - O prazo para a assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias a partir da data de disponibilização do mesmo ao conteudista na plataforma de assinatura eletrônica da UNIVESP. Em caso de não assinatura no prazo estipulado será considerado, para todos os efeitos, que houve desistência na prestação dos serviços, independente da apresentação do termo de aceite, previsto no item 2.1.

Tabela I - Lista de conteudistas convocados

Código	Disciplina	Oferta	Nº Habilitação	Nome	Ticket
EES001	Engenharia de Software	2021b1	0819/2020	Lina Maria Garces Rodriguez	261124719
EES301	Interfaces Humano-Computador	2021b2	0412/2020	Cliceres Mack Dal Bianco	385698352

INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Comunicado

Edital de Chamamento da Sociedade Civil 001/2021

Processo FF 419/2018

Chamamento de Entidades da Sociedade Civil para Se Habilitarem no Processo de Renovação do Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental Cabreúva, Cajamar e Jundiaí - Biênio 2021 – 2023.

Considerando a Lei Federal 9.985, de 18-07-2000, que definiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e estabeleceu, entre outras diretrizes, a obrigatoriedade de que cada Unidade de Conservação disponha de seu respectivo Conselho;

Considerando a Resolução SMA 88, de 01-09-2017, que dispõe sobre os procedimentos para a instituição dos Conselhos Consultivos das unidades de conservação administradas pelos órgãos e entidades vinculadas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, bem como acerca da designação de seus membros e dos respectivos representantes titulares e suplentes e dá providências correlatas; e

Considerando a Resolução SMA 163 de 23-11-2018 que institui e designa os membros do Conselho Gestor, e que prevê a renovação do mandato pelo período adicional de 02 (dois) anos;

A Diretoria Executiva da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal Convida as entidades da sociedade civil do Segmento: Organizações não Governamentais Ambientalistas, com atuação comprovada na região das Áreas de Proteção Ambiental Cabreúva, Cajamar e Jundiaí, para efetuar o seu cadastramento para participar do processo de renovação do Conselho Gestor desta unidade de conservação no biênio 2021 – 2023.

1. A distribuição da vaga se dará da seguinte forma:

I. 1 representante de Organizações não Governamentais Ambientalistas.

2. As entidades interessadas em indicar representante para o Conselho deverão efetuar o seu cadastramento no prazo de 30 dias, a partir da data de publicação deste Edital em Diário Oficial do Estado, utilizando o modelo de ficha de cadastro anexada a este edital, e apresentando os seguintes documentos:

I - Comprovação da localização da sede, representação ou atuação na região da Unidade de Conservação;

II - Cópia do estatuto da instituição, devidamente registrado em cartório, anterior à data deste Edital;

III - Cópia da ata de eleição da diretoria atual;

IV - Ficha de cadastro preenchida pelo presidente ou diretor devidamente habilitado (Anexo I);

3. O cadastramento das entidades interessadas em representar a sociedade civil organizada no citado Conselho ocorrerá, em até 30 dias corridos, a partir da data de publicação deste Edital em Diário Oficial do Estado, no seguinte endereço eletrônico:

E-mail: cleide@fflorestal.sp.gov.br

Telefone: (16) 9 8143-8826

A/C: Cleide de Oliveira

4. O cadastro da entidade será protocolado de acordo com a data do envio do e-mail.

5. Eventuais dúvidas quanto ao preenchimento das condições para o cadastramento de entidades serão dirimidas pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo através do e-mail: cleide@fflorestal.sp.gov.br, ou pelo telefone (16) 9 8143-8826.

6. A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo indeferirá o cadastramento de entidade que apresentar documentação incompleta ou desatender os requisitos previstos acima.

7. No caso de haver número maior de entidades da sociedade civil cadastradas neste segmento para compor o Conselho Consultivo, será convocada reunião especialmente com finalidade de eleição das entidades cadastradas, conforme previsto nos §5º, 6º, 7º e 10º do artigo 6º da Resolução SMA 88/2017.

7.1. A reunião de eleição será constituída por representantes legais das entidades cadastradas ou por seus procuradores devidamente habilitados, sendo presidida pelo gestor da Unidade de Conservação.

7.2. Poderão participar da eleição um representante titular e respectivo suplente por Entidade, para uma única vaga, devidamente identificado por meio de manifestação formal delegando representação para os fins do presente Edital, e portando seus documentos de identificação.

7.3. Objetivando total paridade, transparência e equilíbrio entre as diferentes competências e os diferentes interesses legítimos manifestos no colegiado, fica expressamente proibida a inscrição de entidade da sociedade civil organizada em cujo quadro diretivo figure servidor público vinculado a qualquer Órgão Público que integre o Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental Cabreúva, Cajamar e Jundiaí ou instituição que com ele mantenha contrato de prestação de serviços.

7.3.1 No ato do cadastramento o representante de entidade da sociedade civil deverá preencher o Termo de Ciência (Anexo II).

Fundação Florestal, 20-01-2021

Anexo I

Renovação do Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental Cabreúva, Cajamar e Jundiaí Biênio 2021 – 2023.

Ficha de Cadastro de Entidades da Sociedade Civil

(1) Identificação da Instituição

Nome da Instituição/Sigla:

Principais questões de interesse:

Segmento: Organizações não governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da Unidade.

Regiões/Municípios de atuação:

(2) Dados Cadastrais da Instituição

Nome do Responsável pela Instituição:

CNPJ:

Número do registro do Cartório:

Endereço:

Nº:

Complemento:

CEP:

Município:

UF:

E-mail:

(3) Representantes Indicados pela Instituição

Nome do representante Titular: _____

RG:_____

Telefone: () _____

E-mail: _____

Nome do representante Suplente / Substituto: _____

RG:_____

Telefone: ()_____

E-mail: _____

_____

Assinatura do Responsável pela Instituição

Anexo II

Chamamento de Entidades da Sociedade Civil para Se Habilitarem no Processo de Renovação do Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental Cabreúva, Cajamar e Jundiaí – Biênio 2021 – 2023.

Termo de Ciência

Eu_____ _____, RG:_____, representante da entidade _____manifesto ciência ao disposto no item 7.3 do Edital de Chamamento da Sociedade Civil - Chamamento de Entidades da Sociedade Civil para Se Habilitarem no Processo de Renovação do Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental Cabreúva, Cajamar e Jundiaí - Biênio 2021-2023.

Data:__/__/____

_____

Assinatura do Representante

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ÁREA DE CONSULTORIA GERAL

PROCURADORIA DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

Citação

Autos Seduc 10166/2019

O Procurador do Estado Presidente da 5ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, no uso de suas atribuições legais, faz saber a Claudia Azevedo Teixeira, RG. 26.628.093, Professor de Educação Básica, nascido(a) aos 05-07-1963, filho(a) de Fabio Teixeira e Benjamina Xavier de Azevedo Teixeira, que foi instaurado o procedimento disciplinar ora mencionado, e por estarem presentes os requisitos do § 3º do art.278 da Lei Estadual 10.261/68, fica citado, por meio deste Edital, das imputações contidas na portaria inicial a seguir transcrita, bem como para comparecer, acompanhado(a) de seu advogado(a), à audiência de interrogatório. Designo o dia 04-02-2021, às 10h, para realização da audiência de interrogatório da acusada. A audiência será realizada por videoconferência, ficando facultado à acusada a escolha do local onde pretende prestar declarações. Para tanto, deverá informar seu endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone, informando também o endereço eletrônico (e-mail) e telefone de seu advogado, até o dia 28-01-2021, fazendo referência ao processo e dia/horário da audiência. As informações deverão ser enviadas ao e-mail desta 5ª Unidade (pge-ppd-5up@sp.gov.br) e são imprescindíveis para o envio do link de acesso à audiência em questão. Cite-se e intime-se a sindicada. Após, começará a fluir o prazo de três dias para a apresentação de defesa prévia, podendo requerer provas e arrolar testemunhas, esclarecendo-se, ainda, que o acusado será defendido por advogado dativo, caso não constitua advogado próprio. A seguir, passa-se a transcrever na íntegra a Portaria 572/2020: A Procuradora do Estado que esta subscreve, classificada na Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, em cumprimento à determinação da Chefe de Gabinete (fl. 88), no uso de suas atribuições legais e à vista do que foi apurado nos autos do processo Seduc-PRC-2019/10166, baixa a presente Portaria para instaurar Sindicância em face de Cláudia Azevedo Teixeira, R.G. 26.628.093, Professor Educação Básica II, SQC-II-QM, classificada na E.E, "República da Bolívia", da Diretoria de Ensino – Região Centro, pelos motivos a seguir expostos. De acordo com informações constantes dos autos, a sindicada, enquanto Professora de Artes na EE "República da Bolívia", no ano de 2019, teria praticado as seguintes irregularidades administrativas:

1. Dificuldade para ministrar aulas de Artes;

2. Falta de gestão de sala de aula;

3. Dificuldades em manter a disciplina;

4. Falta de didática para desenvolver os conteúdos da disciplina, causando prejuízo pedagógico aos alunos;

5. Desenvolvimento de forma inadequada dos conteúdos curriculares da SEE;

6. Dificuldades no relacionamento interpessoal.

7. Deixa de acatar as orientações emanadas pela Equipe Gestora da Unidade Escolar

Os fatos em questão configuram, em tese, violação ao contido nos incisos II, III, VI e XIII, do artigo 241, da Lei 10.261/68, ficando sujeita à pena de Suspensão, conforme o artigo 251, inciso II, c.c. artigo 254, ambos do referido diploma legal.

Autos Seduc 2868/2016 – GDOC – 1000726-685225/2016

O Procurador do Estado Presidente da 5ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, no uso de suas atribuições legais, faz saber a Cristiane Ferreira Gutierrez, RG. 15.675.702-3, Agente de Organização Escolar, nascido(a) aos 11-02-1966, filho(a) de Jose Luiz Ferreira e Antonia Luterio Ferreira, que foi instaurado o procedimento disciplinar ora mencionado, e por estarem presentes os requisitos do § 3º do art.278 da Lei Estadual 10.261/68, fica citado, por meio deste Edital, das imputações contidas na portaria inicial a seguir transcrita, bem como para comparecer, acompanhado(a) de seu advogado(a), à audiência de interrogatório. Designo o dia 26-02-2021, às 14h, para realização da audiência de interrogatório da acusada. A audiência será realizada por videoconferência, ficando facultado à acusada a escolha do local onde pretende prestar declarações. Para tanto, deverá informar seu endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone, informando também o endereço eletrônico (e-mail) e telefone de seu advogado, fazendo referência ao processo e dia/horário da audiência. As informações deverão ser enviadas ao e-mail desta 5ª Unidade (pge-ppd-5up@sp.gov.br) e são imprescindíveis para o envio do link de acesso à audiência em questão. Cite-se e intime-se a sindicada. Após, começará a fluir o prazo de três dias para a apresentação de defesa prévia, podendo requerer provas e arrolar testemunhas, esclarecendo-se, ainda, que o acusado será defendido por advogado dativo, caso não constitua advogado próprio. A seguir, passa-se a transcrever na íntegra a Portaria 1023/2017: A Procuradora do Estado que esta subscreve, classificada na Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, em cumprimento à determinação do Sr. Chefe de Gabinete/SEE (fls. 156), no uso de suas atribuições legais e a vista do que foi aferido nos autos da Apuração Preliminar de fls. 02/124, do posicionamento da Dirigente Regional de Ensino-Região de Norte 1, de fls. 154/155, baixa a presente Portaria para instaurar Processo Administrativo Disciplinar, em face de Cristiane Ferreira Gutierrez, RG. RG 15.675.702-3, Agente de Organização Escolar (Efetivo), SQC – II – QAE, classificado na EE "Pio XII", Município de São Paulo, Diretoria de Ensino – Região de Norte 1, SP. De acordo com o que foi apurado nos autos, notadamente do r. Relatório da Comissão de Apuração Preliminar, acostado às fls. 121/124 e do posicionamento da Dirigente Regional de Ensino – Região Norte 1, acostado às fls. 154/155, teria a indiciada, nos anos de 2013/2014, enquanto designada na função de Gerente de Organização escolar, da EE "Professor Crispim de Oliveira", Diretoria de Ensino Região Norte 1, praticado, em tese, as seguintes irregularidades: I. a indiciada, enquanto Gerente de Organização Escolar, sabedora da legislação, usufruiu indevidamente 30 dias de licença-prêmio referente a Certidão 148, sendo 15 dias no período de 14-06-2013 a 28-06-2013 e outros 15 dias no período de 06-08-2013 a 19-09-2013, totalizando 30 dias, sendo que referente a Certidão 148, a indiciada já havia usufruído legalmente os 90(noventa) dias da licença-prêmio, a que fazia jus:

- 15 dias no período de 21-10-2008 a 07-11-2008;
- 15 dias no período de 24-11-2008 a 08-12-2008;
- 15 dias no período de 09-12-2008 a 23-12-2008;
- 15 dias no período de 13-02-2012 a 27-02-2012
- 30 dias no período de 27-08-2012 a 25-09-2012.

II. a indiciada teria ainda gozado indevidamente 15 dias de licença-prêmio referente a Certidão 140, no período de 19-05-2014 a 02-06-2014, posto que já havia usufruído legalmente 60(sessenta) dias da licença-prêmio referente a Certidão 140 e 30 dias recebido em pecúnia:

- 30 dias no período de 20-09-2013 a 19-10-2013;
- 30 dias no período de 29-10-2013 a 27/11/13;
- 30 dias recebido em pecúnia, conforme concessão averbada em D.O. de 27-03-2012.

Cabe salientar que com sua inadequada postura, a indiciada causou prejuízo aos cofres públicos, por usufruir de gozo de licença-prêmio a que não fazia jus, deixando a escola com um funcionário a menos em seu quadro do QAE, causando aos demais funcionários da Unidade Escolar em questão, acúmulo de serviço. Ante o apurado, a indiciada infringiu, em tese, os seguintes textos legais: Lei 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo): Artigo 241, incisos XIII e XIV; A conduta da indiciada teria infringido, em tese, o disposto no artigo 241, incisos XIII e XIV, da Lei 10.261/68, configurando-se Procedimento Irregular de Natureza Grave, previsto no artigo 256, inciso II do Estatuto Funcional, sujeita à Pena de DEMISSÃO, de que tratam os artigos 251, incisos IV e V c/c 256, inciso II e 257, inciso VI todos da Lei 10.261/68. Da Prescrição: A expedição da Portaria, que está instaurando o presente Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do artigo 261, § 2º da lei 10.261/68, com a redação dada pela Lei Complementar 942/2003, interrompe o lapso prescricional;

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Intimações

Processo SAP 1604/2017 - GDOC: 1000726-32021/2018

Indiciada: M.M.B.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 116, a saber: Recebo o Laudo de fls. 112/115. Não havendo outras provas a serem produzidas, declaro encerrada a fase instrutória. Intime-se a defesa (Dr. Éverton Ribeiro Silva, OAB/SP 341.477 – procuração de fls. 76) para apresentar as Alegações Finais no prazo legal. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Éverton Ribeiro Silva, OAB/SP 341.477

Processo SAP 313/2019 - GDOC: 1000726-218963/2019

Indiciada: W.S.B.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 59, a saber: A defesa se manifesta insistindo na oitiva da testemunha arrolada. Designo a audiência de instrução para o dia 30-03-2021, às 13h. Fica a defesa ciente de que deverá informar os endereços eletrônicos para o envio do link no prazo de 30 dias. A audiência será realizada por videoconferência, nos termos da OS PPD 09 de 10-06-2020, ficando facultada à testemunha a escolha do local onde pretende prestar o depoimento. A testemunha receberá em seu endereço eletrônico, com antecedência, link com as orientações para participar da videoconferência. Ciência à defesa. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Caroline de Oliveira Rubio – OAB/SP 302.036

Processo SAP 258/2018 - GDOC: 1000726-190793/2018

Indiciada: A.P.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 4ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 87, a saber: No dia 20-01-2021, às 14h30, nesta cidade de São Paulo, na sala de audiências da 4ª Unidade Processante, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista, sob a Presidência da Procuradora do Estado, Dra. Kátia Gomes Sales, foi instalada a audiência por Videoconferência objetivando o interrogatório do acusado. Participaram da audiência o acusado, A. P, que se identificou no início da sua oitiva, e a defensora credenciada ad hoc, Dra. Thaís dos Santos Porto Garcia, OAB/SP 384.529. O acusado foi cientificado do objeto do presente processo, dos direitos e garantias individuais (art. 5º inciso LV da CF), especialmente no tocante ao seu direito constitucional de permanecer em silêncio (art. 5º inciso LXIII da CF) e afirmou que manteve, previamente, entrevista reservada com a defesa técnica, ora nomeada. Encerrado o interrogatório, pela Presidência foi deliberado o seguinte: 1) Para a defesa dos interesses do acusado, nomeio o Dr. Bruno Rodrigues da Costa, OAB/SP 365.695. O nome e número de telefone deste advogado foram transmitidos ao acusado durante a audiência. 2) Intime-se a i. Defesa ora nomeada para apresentação de Defesa Prévia, no prazo legal. 3) A peça poderá ser (a) protocolizada no Cartório desta PPD; (b) enviada pelos Correios, hipótese em que valerá como protocolo a data da postagem ou (c) assinada, digitalizada e encaminhada à 4ª Unidade eletronicamente, para o e-mail pge-ppd-4up@sp.gov.br, desde que, nesse último caso, contenha até 05 folhas com impressão na frente e no verso e sem documentos ou qualquer outro tipo de anexo, servindo a mensagem de encaminhamento como protocolo, tendo em vista as restrições de mobilidade impostas pela quarentena determinada pelo Decreto Estadual 64.881, de 22-03-2020, no contexto da pandemia do Covid-19 (Novo Coronavírus), cuja vigência foi estendida até 07-02-2021, pelo Decreto Estadual 65.437, de 30-12-2020. 4) O acusado fica dispensado do comparecimento aos demais atos processuais. 5) Considerando que a audiência foi realizada por intermédio de recursos audiovisuais, deverá a Assistência providenciar a gravação em DVD e sua juntada aos autos. 6) Encaminhe-se, a pedido do acusado e para o seu e-mail, comprovante de comparecimento a este ato. 7) Publique-se. 8) Cumpra-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Bruno Rodrigues da Costa, OAB/SP 365.695

Processo SAP 1284/2015 - GDOC: 1000726-851808/2015

Indiciada: G.A.G.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 4ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 268, a saber: A audiência designada para o dia 25-03-2020 não será realizada, em virtude das disposições constantes do Ofício Conjunto GPG-COR 01/2020 (item 9, alínea "a") e da Ordem de Serviço PPD 01/2020 (artigo 1º), que suspenderam, pelo período de 30 dias, todas as audiências na Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Comunique-se o acusado acerca do cancelamento, assim como a defesa e as testemunhas intimadas. Outrossim, considerando que a testemunha Luís Carlos do Amaral faleceu (cf. certidão de fls. 159), a Administração o substitui por José Luiz Cerone (fls. 32/33). Quanto às testemunhas não intimadas, isto é, José Donizeti Martins e Cássio Aparecido, constam que elas se mudaram (cf. fls. 162 e 164). Assim sendo, solicite-se à Unidade Prisional seus atuais endereços, se detiverem tais informações. Dê-se ciência à i. Defesa a respeito a documentação acrescida (fls. 166/267), enviada em atenção ao item 4 do despacho de fls. 153/153-verso. Tornem os autos, oportunamente, para a redesignação do ato. Publique-se. Cumpra-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Bruno Rodrigues da Costa, OAB/SP 365.695

Processo SAP 1284/2015 - GDOC: 1000726-851808/2015

Indiciada: G.A.G.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 4ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 112, a saber: Levando em consideração a existência da pandemia do Covid-19 (Coronavírus), designo audiência de instrução por meio de Videoconferência, no Sistema Microsoft Teams, para

o dia 09-02-2021, às 15h, para oitiva das testemunhas da Administração e de Defesa (fls. 85-verso e 96-verso), que deverão ser intimadas por intermédio de seus respectivos superiores hierárquicos, inclusive para que informem o endereço eletrônico onde se possa encaminhar link que permita a participação na audiência, com pelo menos dois dias de antecedência, em local de livre escolha, ou na própria Unidade Prisional. Intimem-se, outrossim, o i. Defensor para que também informe seu endereço eletrônico (e-mail) por mensagem ao e-mail pge-ppd-4up@sp.gov.br, com a mesma antecedência de dois dias, a fim de viabilizar sua participação ao ato ora designado e para recebimento de informações sobre a realização da videoconferência. Publique-se em nome da i. Defesa constituída às fls. 95. Cumpra-se, adotando-se as cautelas e as providências de praxe. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Caroline de Oliveira Rubio – OAB/SP 302.036

Processo SAP 124/2016 - GDOC: 1000726-113060/2016

Indiciada: S.S.D.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 4ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 125, a saber: Levando em consideração a existência da pandemia do Covid-19 (Coronavírus), designo audiência de instrução por meio de Videoconferência, no Sistema Microsoft Teams, para o dia 11-02-2021, às 10h30, para oitiva das testemunhas da Administração (fls.100-verso), que deverão ser intimadas por intermédio de seus respectivos superiores hierárquicos, inclusive para que informem o endereço eletrônico onde se possa encaminhar link que permita a participação na audiência, com pelo menos dois dias de antecedência, em local de livre escolha, ou na própria Unidade Prisional. Intimem-se, outrossim, o i. Defensor para que também informe seu endereço eletrônico (e-mail) por mensagem ao e-mail pge-ppd-4up@sp.gov.br, com a mesma antecedência de dois dias, a fim de viabilizar sua participação ao ato ora designado e para recebimento de informações sobre a realização da videoconferência. Publique-se em nome da i. Defesa constituída às fls. 109. Cumpra-se, adotando-se as cautelas e as providências de praxe. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Caroline de Oliveira Rubio – OAB/SP 302.036

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Intimações

Processo Seduc 4385/2015 - GDOC: 1000726-726416/2015

Indiciada: S.G.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 5ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 80, a saber: Aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, às 11h50, sob a Presidência da Procuradora do Estado Kristina Y. I. Kian Wandalsen, foi instalada a audiência virtual, pelo Microsoft Teams, objetivando a audiência de interrogatório. Presente o acusado S.G, desacompanhado de advogado, tendo-lhe sido nomeada a advogada credenciada Dra. Elaine Aparecida Gregório, OAB/SP 281.058, para acompanhamento do ato, sendo que todos apresentaram seus documentos de identificação. Foi oportunizada ao indiciado a possibilidade de conversar privativamente com a advogada. Devidamente cientificado dos termos da acusação e do direito de permanecer em silêncio, que não será interpretado em seu desfavor, passou o indiciado a ser indagado, respondendo aos questionamentos que lhe foram formulados. Foi deliberado pela Presidência que: 1) Nomeio para a defesa dativa perante a Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, a Dra. Monica Pereira Mattos, OAB/SP 322.000, telefone (11) 94003-0463, e-mail monicamattos@adv.oabsp.org.br, ficando ciente o indiciado que esta advogada patrocinará sua defesa. 2) Deverá a equipe de assistentes gravar em DVD o vídeo da audiência de hoje e juntar aos autos. 3) Abre-se o prazo de 5 dias para oferecimento de defesa prévia, que deverá ser assinada e encaminhada, digitalizada, para o e-mail desta Unidade Processante: pge-ppd-5up@sp.gov.br, caso não ultrapassem dez folhas impressas, incluindo eventuais anexos. Caso contrário, deverá ser protocolada nesta Procuradoria de Procedimentos Disciplinares ou encaminhada pelo Correio. 4) Os autos poderão ser retirados em carga pela defesa, com observância das determinações da Ordem de Serviço PPD 11, veiculada pela Portaria do Procurador Chefe da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, de 29-07-2020, publicada no D.O. de 31-07-2020. 5) Fica designada audiência de instrução, para oitiva das testemunhas arroladas pela Administração, para o dia 16-04-2021, às 11h, devendo a Assistência adotar os procedimentos para que sejam notificadas, constando das notificações solicitação para que informem seus e-mails e telefones a esta Unidade Processante (pge-ppd-5up@sp.gov.br) em até 48 horas antes da data da audiência. 6) Expeça-se ofício ao 1º D.P. de Ribeirão Preto, solicitando-se informações acerca dos desdobramentos do Boletim de Ocorrência 7378/2014 (fls. 06/08). PUBLIQUE-SE. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Monica Pereira Mattos, OAB/SP 322.000

Processo Seduc 904172/2018 - GDOC: 1000726-201846/2018

Indiciada: A.M.D.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 69, a saber: A defesa se manifesta insistindo na oitiva da testemunha arrolada. Designo a audiência de instrução para o dia 23-03-2021, às 13h. Fica a defesa ciente de que deverá informar os endereços eletrônicos para o envio do link no prazo de 30 dias. A audiência será realizada por videoconferência, nos termos da OS PPD 09 de 10-06-2020, ficando facultada à testemunha a escolha do local onde pretende prestar o depoimento. A testemunha receberá em seu endereço eletrônico, com antecedência, link com as orientações para participar da videoconferência. Ciência à defesa. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Andre Pereira dos Santos – OAB/SP 293.352

Processo Seduc 0551/2017 - GDOC: 1000726-122009/2018

Indiciada: A.M.F.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 2ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 189, a saber: Recebo a defesa prévia de fls. 188 em favor da acusada, sem preliminares e com rol de testemunhas comum com o da Administração. Em termos de prosseguimento, fica designada audiência para o dia 18-06-2021, às 13h30, objetivando a oitiva de informantes e testemunhas arroladas pela Administração, sendo que a audiência será realizada por videoconferência, ficando facultada aos informantes e testemunhas a escolha do local onde pretendem prestar o depoimento. Os informantes e testemunhas da Administração deverão ser intimados da audiência e para informar, até o dia 11-06-2021, endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone para contato, por mensagem eletrônica a ser enviada para esta 2ª Unidade (pge-ppd-2up@sp.gov.br). Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Ana Carolina Nogueira de Magalhães - OAB/SP 335.678

Processo Seduc 0024/2018 - GDOC: 1000726-8572/2018

Indiciada: D.F.S.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 2ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 88, a saber: Ciência à defesa dos documentos juntados às fls.83/87. Em termos de prosseguimento, fica designada audiência para o dia 26-05-2021, às 14h30, objetivando a oitiva da testemunha arrolada pela Administração, sendo que a audiência será realizada por videoconferência, ficando facultada à testemunha a escolha do local onde pretende prestar o depoimento. A testemunha deverá ser intimadas da audiência e para informar, até o dia 20-05-2021, endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone para contato, por mensagem eletrônica a ser enviada para esta 2ª Unidade (pge-ppd-2up@sp.gov.br). Publique-se, intimando-se a defesa do presente despacho. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Ricardo Cristiano Massola – OAB/SP 272.743

Processo Seduc 1038686/2018 - GDOC: 1000726-482998/2018

Indiciada: R.M.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 2ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 58, a saber: Em termos de prosseguimento, fica designada audiência para o dia 11-08-2021, às 13h30, objetivando a oitiva de testemunha arrolada pela Administração, sendo que a audiência será realizada por videoconferência, ficando facultada à testemunha a escolha do local onde pretende prestar o depoimento. A testemunha da Administração deverá ser intimada da audiência e para informar, até o dia 05-08-2021, endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone para contato, por mensagem eletrônica a ser enviada para esta 2ª Unidade (pge-ppd-2up@sp.gov.br). Na mesma audiência, caso o acusado participe, poderá ser interrogado, salientando-se que a participação deverá se dar independentemente de intimação, diante da regra contida no art.282, parágrafo primeiro, parte final, da Lei 10.261/68. Publique-se, intimando-se a defesa do presente despacho. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Durval de Oliveira Moura – OAB/SP 48.290

Processo Seduc 1310706/2018 - GDOC: 1000726-585927/2018

Indiciada: M.C.G.B.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 2ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 178, a saber: Ciência à defesa dos documentos de fls.167/177; diante do contido na referida documentação, substituo as testemunhas arroladas na Portaria pelos funcionários Eliana Laura Campos Cossi e Claudius Luiz Capellini. Em termos de prosseguimento, fica designada audiência para o dia 18-08-2021, às 13h30, objetivando a oitiva de testemunhas arroladas pela Administração e defesa, sendo que a audiência será realizada por videoconferência, ficando facultada às testemunhas a escolha do local onde pretendem prestar o depoimento. As testemunhas arroladas pela Administração (Eliana e Claudius) deverão ser intimadas da audiência e para informarem, até o dia 11-08-2021, endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone para contato, por mensagem eletrônica a ser enviada para esta 2ª Unidade (pge-ppd-2up@sp.gov.br). As testemunhas arroladas pela defesa deverão participar da audiência independentemente de intimação (art.287 da Lei 10.261/68); observando-se que os endereços eletrônicos delas já foram informados às fls.163vº. Publique-se, intimando-se a defesa do presente despacho. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Patricia Lafani Vucinic – OAB/SP 196.889

Dra. Leda dos Santos Ramos – OAB/SP 371.207

Processo Seduc 51/2015 - GDOC: 1000726-8979/2015

Indiciada: S.C.F.O.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 90, a saber: Oficie-se à origem solicitando o envio de cópia de atestados médicos, guias e pedidos de licença no período de faltas (2014 a 2016) relativos à acusada, conforme requerido pela defesa. Com o retorno dê-se vista ao defensor bem como para que apresente alegações finais. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Valentim Laguna Del Arco Filho – OAB/SP 175.480

Processo Seduc 1524155/2018 - GDOC: 1000726-77391/2018

Indiciada: V.C.S.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 71, a saber: A audiência de instrução e julgamento fora marcada para 14 de outubro passado, ocasião em que presentes as testemunhas não houve o comparecimento do defensor. Recebo a petição de fls. 70, esclarecendo que esta Unidade, de modo a compor tantas audiências canceladas em razão da pandemia, não pode aguardar por mais de 15 minutos de modo a não comprometer a pauta. Aliado a isto, a assistência acompanha os atos de audiência, e o defensor foi informado quanto ao cancelamento. Entretanto, em razão de não impor prejuízo ao acusado, reconsidero a decisão anterior e redesigno a audiência de instrução para o dia 3 de março de 2021, às 16h. Deverá a assistência encaminhar o link às testemunhas. Intime-se o defensor para o ato devendo o mesmo dar ciência ao acusado. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Luiz Barbosa de Araujo – OAB/SP 179.601

Processo Seduc 2089/2017 - GDOC: 1000726-736106/2017

Indiciada: L.D.M, e outros.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 2ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 482/483, a saber: Petição de fls. 415/419: Recebo a defesa prévia em favor dos coindiciados V.S.C.S, M.A.S. e A.A.S, eis que tempestiva. A peça defensiva possui rol de testemunhas que serão inquiridas oportunamente. A preliminar relativa ao hipotético vício da apuração preliminar não merece vingar. Efetivamente, a apuração preliminar se constitui em procedimento prévio, facultativo, de natureza inquisitorial. Por não ensejar a punição do agente público, mas apenas servir como instrumento de colheita de informações que poderão acarretar a instauração de um processo disciplinar, não se cogita de obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório; neste sentido, não há que se falar em direito à produção de provas durante as investigações preliminares. Pacífico o entendimento jurisprudencial sobre a matéria: "Ementa: Direito Administrativo. Agravo Regimental em Recurso Extraordinário. Servidor Público. Sindicância. Procedimento Que Antecede a Instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Prescindibilidade de Contraditório e Ampla Defesa. Precedentes. Aplicação da Súmula Vinculante 5. O Supremo Tribunal Federal já assentou ser dispensada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa no decorrer da sindicância, procedimento que antecede a instauração do processo administrativo disciplinar. Precedentes. "A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição" (Súmula Vinculante 5). Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 4. Agravo regimental a que se nega provimento." (STF – AgReg.RE 715790/DF, relator o Ministro Roberto Barroso, 1ª Turma, publicado no DJe de 6/8/2015). A título de argumentação, anote-se que todos os acusados neste processo disciplinar prestaram declarações na apuração preliminar, de modo que a Comissão Apuradora teve a cautela de colher a versão que aqueles tinham a apresentar. Os demais argumentos apresentados envolvem apreciação do mérito da causa, o que somente poderá ocorrer após o encerramento da instrução processual, quando da elaboração do relatório final. Petições de fls. 420/430 e 481/481vº: Recebo a defesa prévia em favor da coindiciada L.D.M, eis que tempestiva. A peça defensiva foi aditada às fls.481/481vº para adequação do de testemunhas que serão inquiridas oportunamente. Também foram apresentados os documentos de fls. 431/474. A preliminar de nulidade da apuração preliminar fica afastada pelos mesmos argumentos já expostos neste despacho que ora ficam reiterados; os demais argumentos referem-se ao mérito, de modo que serão objeto de apreciação após finda a instrução processual. Em termo de prosseguimento da instrução processual, fica designada audiência para o dia 17-08-2021, às 13h30 objetivando a oitiva das testemunhas arroladas pela Administração, sendo que a audiência será realizada por videoconferência, sendo que as testemunhas deverão comparecer na Escola Estadual "João Antunes Alexandre" (situada na Rua Avelino Gomes de Almeida, 75, Jardim Canuto, município de Guapiara), local onde prestarão seus depoimentos. Na mesma data e horário será realizado o interrogatório do coindiciado M.A.S, que deverá comparecer à unidade escolar acima mencionada independentemente de intimação. A Assistência deverá providenciar contato com a escola, a fim de solicitar reserva de sala para a realização da audiência ora designada. Intimem-se os defensores mediante publicação no Diário Oficial. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Wellington Rogerio Bandoni Lucas – OAB/SP 188.825

Dr. Jose Matheus Rodolfo de Reitas – OAB/SP 303.350

Processo Seduc 2017/2017 - GDOC: 1000726-347352/2016

Indiciada: L.Z, e outra.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 2ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 556, a saber: Recebo a defesa prévia de fls. 247 em favor das acusadas e que se fez acompanhar dos documentos de fls.248/555. Em termos de prosseguimento, fica designada audiência para o dia 23-06-2021, às 13h30, objetivando a oitiva de testemunhas arroladas pela Administração, sendo que a audiência será realizada por videoconferência, ficando facultada às testemunhas a escolha do local onde pretendem prestar o depoimento. As testemunhas da Administração deverão ser intimadas da audiência e para informar, até o dia 16-06-2021, endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone para contato, por mensagem eletrônica a ser enviada para esta 2ª Unidade (pge-ppd-2up@sp.gov.br). Intime-se a defesa mediante publicação no Diário Oficial. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Paulo Adolpho Vieira Tabachine Ferreira – OAB/SP 160.599

Processo Seduc 2154740/2018 - GDOC: 1000726-525414/2019

Indiciada: C.R.M.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 67, a saber: Recebo a defesa prévia de fls. 63/66, com a indicação de 3 testemunhas. Defiro o requerimento da defesa de envio de ficha funcional e de frequência de 2018 a 2020, oficiando-se à origem. Previamente à análise do pedido da prova oral, esclareça a defesa sua necessidade e pertinência. Em se tratando de testemunhas de antecedentes, as oitivas deverão ser substituídas pela apresentação de declarações, nos termos do artigo 283, § 2º, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. Intime-se a Defesa para se manifestar quanto ao item 2 no prazo de 5 dias. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Nelson Fonseca de Oliveira - OAB/SP 373.073

Processo Seduc 1913464/2018 - GDOC: 1000726-215772/2019

Indiciada: J.R.A.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 70, a saber: Regularmente intimada, a Defesa deixou de apresentar alegações finais. Assim, para que se evite qualquer prejuízo ao indiciado, deverá ser ele cientificado da inércia de seu defensor. Caso não indique outro defensor no prazo de 7 dias, será nomeado advogado dativo para a prática do ato nos termos do artigo 292, parágrafo único da Lei 10.261/1968. Intime-se o indiciado por meio eletrônico. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Flori Cordeiro de Miranda – OAB/SP 61.185

Dr. Yuri Chapoval Cordeiro de Miranda – OAB/SP 289.394

Processo Seduc 754857/2018 - GDOC: 1000726-435150/2018

Indiciada: D.M.R.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da

Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 72, a saber: Regularmente intimada, a Defesa deixou de apresentar alegações finais. Assim, para que se evite qualquer prejuízo ao indiciado, deverá ser ele cientificado da inércia de seu defensor. Caso não indique outro defensor no prazo de 7 dias, será nomeado advogado dativo para a prática do ato nos termos do artigo 292, parágrafo único da Lei 10.261/1968. Intime-se o indiciado por meio eletrônico. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Erick Galvão Figueiredo – OAB/SP 297.168

Processo Seduc 1157/2018 - GDOC: 1000726-342336/2018

Indiciada: D.M.C.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 114, a saber: Regularmente intimada, a Defesa deixou de apresentar alegações finais. Assim, para que se evite qualquer prejuízo ao indiciado, deverá ser ele cientificado da inércia de seu defensor. Caso não indique outro defensor no prazo de 7 dias, será nomeado advogado dativo para a prática do ato nos termos do artigo 292, parágrafo único da Lei 10.261/1968. Intime-se o indiciado por meio eletrônico. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Ricardo Machado Muniz – OAB/SP 351.308

Processo Seduc 1783/2016 - GDOC: 1000726-305891/2016

Indiciada: I.P.S, e outra.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 8ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 122, a saber: Recebo as defesas prévias folhas 120 e 121. Designo o dia 09-02-2021 às 9h30 para audiência de instrução, oitiva das testemunhas das defesas. A audiência será realizada virtualmente, ficando facultado às testemunhas a escolha do local onde pretendem prestar os depoimentos. Para tanto, as testemunhas deverão informar um número de telefone para eventual contato e um endereço eletrônico (e-mail) para recebimento do link e informações referentes a participação na referida audiência. Intimem-se a testemunha da acusada I.P.S, arrolada à folha 121, na pessoa do superior hierárquico. As testemunhas da defesa da acusada N.S.K.S participarão independentes de intimação, artigo 287 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. Notifiquem-se os defensores Dr. Horácio Xavier Franco Filho – OAB/SP 152.559 (Procuração fl. 114) e a Dra. Luciana Rossato Ricci – OAB/SP 243.727 (Procuração folha 92) para a audiência acima, bem como para que encaminhem para o e-mail pge-ppd-8up@sp.gov.br seu endereço eletrônico (e-mail) a fim de viabilizar a participação na audiência ora designada e para o recebimento de informações sobre a realização da videoconferência, bem como encaminhe os endereços eletrônicos das testemunhas arroladas à folha 120 dos autos. Publiquem-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Horácio Xavier Franco Filho – OAB/SP 152.559

Dra. Luciana Rossato Ricci – OAB/SP 243.727

Processo Seduc 2583/2016 - GDOC: 1000726-498551/2016

Indiciada: M.R.G.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 112, a saber: Recebo os documentos encaminhados pela origem e juntados às fls. 100/111. Não havendo outras provas a serem produzidas, declaro encerrada a fase instrutória. Intime-se a D. Defesa para apresentar as Alegações Finais no prazo legal. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Raphael Cichello Pedro – OAB/SP 317.579

Processo Seduc 6479/2013 - GDOC: 1000726-1410600/2013

Indiciada: C.L.A, e outra. Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 6ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 147, a saber: Homologo a desistência da testemunha de Defesa Fabiano, manifestada a fl. 146 pela advogada da indiciada Telma. Aguarde-se a audiência de instrução já designada. Dê-se ciência às ilustres Defesas, mediante publicação em D.O. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Edgar Antonio dos Santos – OAB/SP 45.142

Dra. Liziane Soriano Alves – OAB/SP 248.450

Processo Seduc 69192/2019 - GDOC: 1000726-395739/2019

Indiciada: D.M.G.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 59, a saber: A defesa apresentou declarações de testemunhas às fls. 57/58. Dou por encerrada a instrução. Intime-se a ilustre defensora para que apresente alegações finais no prazo legal. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Marisa Motta Homma – OAB/SP 196.514

Processo Seduc 8056/2019 - GDOC: 1000726-215738/2019

Indiciada: M.A.P.O.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 70, a saber: Recebo a defesa prévia juntada às fls. 57/69, oportunidade em que a defesa requer a expedição de ofícios à origem para envio de cópias de atestados médicos, guias e pedidos de afastamentos por motivos de doença. Também requer expedição de ofício ao DPME para que forneça cópia do prontuário médico do acusado. Defiro. Oficie-se conforme requerido. Intime-se a i. defesa dativa (Dr. Valentim Laguna Del Arco Filho, OAB/SP 175.480 – fls. 51) para ciência. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Valentim Laguna Del Arco Filho, OAB/SP 175.480

Processo Seduc 2002/2017 - GDOC: 1000726-680641/2017

Indiciada: G.R.V.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 97, a saber: Recebo os documentos encaminhados pela origem e juntados às fls. 90/96. Não havendo outras provas a serem produzidas, declaro encerrada a fase instrutória. Intime-se a D. Defesa (procuração – fls. 65) para apresentar as Alegações Finais no prazo legal. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Paulo Cesar Monteiro – OAB/SP 378.516

Dr. Matheus Pacca Alves – OAB/SP 440.150

Processo Seduc 779942/2018 - GDOC: 1000726-692047/2018

Indiciada: C.A.G.B.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 237, a saber: Recebo os documentos encaminhados pela origem e juntados às fls. 234/236. Não havendo mais provas a serem produzidas, declaro encerrada a instrução processual. Intime-se a Defesa para que apresente alegações finais no prazo legal. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Raphael Keiji Yamaguchi Lima – OAB/SP 415.491

Processo Seduc 1154250/2018 - GDOC: 1000726-303176/2018

Indiciada: L.J.B.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 77, a saber: Recebo os documentos encaminhados pela origem e juntados às fls. 71/76. Não havendo outras provas a serem produzidas, declaro encerrada a fase instrutória. Intime-se a D. Defesa (Dr. Marcus Vinicius Thomaz Seixas, OAB/SP 228.902) para apresentar as Alegações Finais no prazo legal. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Marcus Vinicius Thomaz Seixas, OAB/SP 228.902

Processo Seduc 896193/2018 - GDOC: 1000726-192927/2018

Indiciada: J.E.R.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 121, a saber: Recebo os documentos encaminhados pela origem e juntados às fls. 114/120. Não havendo outras provas a serem produzidas, declaro encerrada a fase instrutória. Intime-se a D. Defesa para apresentar as Alegações Finais no prazo legal. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Luiz Barbosa de Araujo – OAB/SP 179.601

Processo Seduc 1530289/2019 - GDOC: 1000726-342286/2018

Indiciada: J.P.S.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 88, a saber: Recebo os documentos encaminhados pela origem e juntados às fls. 82/87. Não havendo outras provas a serem produzidas, declaro encerrada a fase instrutória. Intime-se a D. Defesa para apresentar as Alegações Finais no prazo legal. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Cesar Rodrigues Pimentel – OAB/SP 134.301

Dra. Maria Claudia Canale – OAB/SP 121.188

Dra. Cristiana Marisa Thozzi – OAB/SP 138.189

Dra. Adriana Andrea dos Santos – OAB/SP 154.168

Dra. Maria Cristina Gallo – OAB/SP 131.397

Dra. Fernanda Linge Del Monte – OAB/SP 156.870

Dr. Marcus Vinicius Thomaz Seixas – OAB/SP 228.902

Dr. Francisco Ruiloba – OAB/SP 195.021

Dra. Tatiana Soares de Siqueira – OAB/SP 267.298

Dra. Franssilene dos Santos Santiago – OAB/SP 265.756

Dra. Christiane Torturello – OAB/SP 176.823

Dra. Patricia Lafani Vucinic – OAB/SP 196.889

Dra. Cassia Pereira da Silva – OAB/SP 177.966

Dr. Tales Cunha Carretero – OAB/SP 318.833

Dr. Edmar dos Santos – OAB/SP 234.264

Dr. José Benedito da Silva – OAB/SP 336.296

Dra. Meire Ana de Oliveira - OAB/SP 160.406

Dr. Andre Pereira dos Santos – OAB/SP 293.352

Dra. Leonela Taís da Silva – OAB/SP 393.344

Processo Seduc 0128/2017 - GDOC: 1000726-52361/2017

Indiciada: C.B.L.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 108, a saber: Recebo os documentos encaminhados pela origem e juntados às fls. 98/117. Não havendo outras provas a serem produzidas, declaro encerrada a fase instrutória. Intime-se a D. Defesa para apresentar as Alegações Finais no prazo legal. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Edmeia de Fatima Manzo – OAB/SP 110.190

Processo Seduc 0186/2018 - GDOC: 1000726-85087/2018

Indiciada: J.M.S.A.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 67, a saber: Recebo os documentos encaminhados pela origem e juntados às fls. 63/66. Não havendo outras provas a serem produzidas, declaro encerrada a fase instrutória. Intime-se a D. Defesa Dativa (Dra. Anastacia Eliceia Bento da Silva, OAB/SP 291.946 – fls. 50) para apresentar as Alegações Finais no prazo legal. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Anastacia Eliceia Bento da Silva, OAB/SP 291.946

Processo Seduc 1527372/2018 - GDOC: 1000726-201999/2018

Indiciada: M.R.C.D.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 231, a saber: Recebo a defesa prévia de fls. 59/60 (documentos de fls. 61/230), com a indicação de 3 testemunhas. Previamente à análise do pedido da prova oral, esclareça a defesa sua necessidade e pertinência. Em se tratando de testemunhas de antecedentes, as oitivas deverão ser substituídas pela apresentação de declarações, nos termos do artigo 283, § 2º, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. Intime-se a i. Defesa (Dra. Sueli Sertori Teodoro, OAB/SP 220.776) para se manifestar quanto ao item 2 no prazo de 5 dias. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Sueli Sertori Teodoro, OAB/SP 220.776

Processo Seduc 1349/2017 - GDOC: 1000726-342174/2017

Indiciada: E.H.M.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 80, a saber: Recebo a petição de fls. 79. Tendo em vista o requerimento de oitiva de testemunha, designo audiência de instrução para o dia 18-03-2021, às 14 horas. Deverá o defensor informar, no prazo de 30 dias, o endereço eletrônico da testemunha de modo a ser enviado tutorial e link de acesso, sob pena de preclusão. Recebo os documentos encaminhados pela origem e juntados às fls. 69/78, dando-se ciência à defesa. Quanto à perícia, já restou analisada e considerada preclusa e no que toca ao pedido de ofício ao DPME para vinda de prontuário, cabe a parte, caso queira, providenciar diretamente junto ao órgão. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Aparecido Inacio Ferrari de Medeiros – OAB/SP 97.365

Dr. Moacir Aparecido Matheus Pereira - OAB/SP 116.800

Processo Seduc 1127/2017 - GDOC: 1000726-280501/2017

Indiciada: A.R.F.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 91, a saber: Recebo os documentos encaminhados pela origem e juntados às fls. 86/90. Não havendo outras provas a serem produzidas, declaro encerrada a fase instrutória. Intime-se a D. Defesa para apresentar as Alegações Finais no prazo legal. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Cesar Rodrigues Pimentel – OAB/SP 134.301

Dra. Maria Claudia Canale – OAB/SP 121.188

Dra. Cristiana Marisa Thozzi – OAB/SP 138.189

Dra. Adriana Andrea dos Santos – OAB/SP 154.168

Dra. Maria Cristina Gallo – OAB/SP 131.397

Dra. Fernanda Linge Del Monte – OAB/SP 156.870

Dr. Marcus Vinicius Thomaz Seixas – OAB/SP 228.902

Dr. Francisco Ruiloba – OAB/SP 195.021

Dra. Tatiana Soares de Siqueira – OAB/SP 267.298

Dra. Franssilene dos Santos Santiago – OAB/SP 265.756

Dra. Christiane Torturello – OAB/SP 176.823

Dra. Patricia Lafani Vucinic – OAB/SP 196.889

Dra. Cassia Pereira da Silva – OAB/SP 177.966

Dr. Tales Cunha Carretero – OAB/SP 318.833

Dr. Edmar dos Santos – OAB/SP 234.264

Dr. José Benedito da Silva – OAB/SP 336.296

Dra. Meire Ana de Oliveira - OAB/SP 160.406

Dr. Andre Pereira dos Santos – OAB/SP 293.352

Dra. Leonela Taís da Silva – OAB/SP 393.344

Processo Seduc 837190/2018 - GDOC: 1000726-319292/2019

Indiciada: R.F.S.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 66, a saber: Recebo a defesa prévia de fls. 63/64, com a indicação de 01 (uma) testemunha e o documento de fls. 65. Previamente à análise do pedido da prova oral, esclareça a defesa sua necessidade e pertinência. Em se tratando de testemunhas de antecedentes, as oitivas deverão ser substituídas pela apresentação de declarações, nos termos do artigo 283, § 2º, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. Intime-se a Defesa para se manifestar quanto ao item 2 no prazo de 5 dias. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Tales Cunha Carretero – OAB/SP 318.833

Processo Seduc 1925247/2018 - GDOC: 1000726-150741/2019

Indiciada: J.S.S.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 56, a saber: Recebo a defesa prévia de fls. 54/55, com a indicação de 04 (quatro) testemunhas. Previamente à análise do pedido da prova oral, esclareça a defesa sua necessidade e pertinência. Em se tratando de testemunhas de antecedentes, as oitivas deverão ser substituídas pela apresentação de declarações, nos termos do artigo 283, § 2º, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. Intime-se a Defesa para se manifestar quanto ao item 2 no prazo de 5 dias. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Francisco Ruiloba – OAB/SP 195.021

Processo Seduc 126016/2019 - GDOC: 1000726-638213/2017

Indiciada: R.R.L.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 78, a saber: Recebo os documentos encaminhados pela origem e juntados às fls. 68/77. Não havendo outras provas a serem produzidas, declaro encerrada a fase instrutória. Intime-se a D. Defesa (Dr. Luiz Antonio da Silva Junior, OAB/SP 347.202) para apresentar as Alegações Finais no prazo legal. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Luiz Antonio da Silva Junior, OAB/SP 347.202

Processo Seduc 910/2018 - GDOC: 1000726-235431/2018

Indiciada: J.H.C.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 62, a saber: Recebo os documentos encaminhados pela origem e juntados às fls. 51/61. Não havendo mais provas a serem produzidas, declaro encerrada a instrução processual. Intime-se a Defesa para que apresente alegações finais no prazo legal. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Irene Margarete Correa Soares Pino – OAB/SP 404.971

Processo Seduc 641/2018 - GDOC: 1000726-179538/2018

Indiciada: M.Z.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 185, a saber: Recebo o Laudo de fls. 179/1184. Não havendo outras provas a serem produzidas, declaro encerrada a fase instrutória. Intime-se a defesa (Dra. Cássia Pereira da Silva, OAB/SP 177.966) para apresentar as Alegações Finais no prazo legal. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Cássia Pereira da Silva, OAB/SP 177.966

Processo Seduc 1220/2017 - GDOC: 1000726-276691/2017

Indiciada: R.C.O.S.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 64, a saber: Recebo os documentos encaminhados pela origem e juntados às fls. 55/63. Não havendo outras provas a serem produzidas, declaro encerrada a fase instrutória. Intime-se

a D. Defesa (Dra. Marineide Gonçalves, OAB/SP 336.375 – fls. 43) para apresentar as Alegações Finais no prazo legal. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Marineide Gonçalves, OAB/SP 336.375

Processo Seduc 1268372/2018 - GDOC: 1000726-185622/2018

Indiciada: J.O.C.M.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 113, a saber: Recebo a defesa prévia juntada às fls. 112, sem requerimentos e rol de testemunhas. Não havendo mais provas a serem produzidas, declaro encerrada a instrução. Intime-se a i. defesa dativa (Dra. Margareth Morgado, OAB/SP 141.182 – fls. 105) para que apresente Alegações Finais no prazo legal. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Margareth Morgado, OAB/SP 141.182

Processo Seduc 1034929/2018 - GDOC: 1000726-16416/2019

Indiciada: N.C.B.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 84, a saber: Devidamente intimado o defensor não apresentou manifestação. Não havendo mais provas a serem produzidas, declaro encerrada a instrução. Intime-se a defesa (Dr. Francisco Ruiloba, OAB/SP 195.021) para que apresente alegações finais no prazo legal. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Francisco Ruiloba, OAB/SP 195.021

Processo Seduc 513/2018 - GDOC: 1000726-178152/2018

Indiciada: C.T.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 58, a saber: A defesa se manifesta insistindo na oitiva da testemunha arrolada. Designo a audiência de instrução para o dia 31-03-2021, às 14h. Fica a defesa ciente de que deverá informar os endereços eletrônicos para o envio do link no prazo de 30 dias. A audiência será realizada por videoconferência, nos termos da OS PPD 09 de 10-06-2020, ficando facultada à testemunha a escolha do local onde pretende prestar o depoimento. A testemunha receberá em seu endereço eletrônico, com antecedência, link com as orientações para participar da videoconferência. Ciência à defesa. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Luciane da Silva Bueno -OAB/SP 394.087

Processo Seduc 2041523/2018 - GDOC: 1000726-225498/2019

Indiciada: L.C.G.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 79, a saber: Não houve manifestação da defesa, embora regularmente intimada sobre a utilidade da prova oral. Manifeste-se no derradeiro prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de preclusão. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Tatiane Aparecida de Oliveira Bertola – OAB/SP 398.933

Processo Seduc 4216/2016 - GDOC: 1000726-1179936/2016

Indiciada: W.V.B.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 74, a saber: Recebo os documentos encaminhados pela origem e juntados às fls. 67/73. Não havendo outras provas a serem produzidas, declaro encerrada a fase instrutória. Intime-se a D. Defesa para apresentar as Alegações Finais no prazo legal. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Erica Silva Gazioli – OAB/SP 391.026

Processo Seduc 4168/2016 - GDOC: 1000726-1170785/2016

Indiciada: G.A.S.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 112, a saber: Recebo os documentos enviados pela origem e juntados às fls. 103/111. Não havendo mais provas a serem produzidas, declaro encerrada a instrução. Intime-se a defesa para que apresente alegações finais no prazo legal. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Marcos Vinicius Borges do Rego – OAB/SP 426.393

Processo Seduc 1046573/2018 - GDOC: 1000726-178216/2018

Indiciada: I.S.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 70, a saber: Recebo a defesa prévia e os documentos juntados às fls. 68/69. Quanto ao pedido de prova pericial importa anotar a inexistência de documentos médicos nos autos no período de faltas, que seriam exigíveis para a perícia no IMESC, tampouco houve afastamento no DPME. À vista da manifestação, concedo o prazo de 15 dias para que venham documentos médicos aos autos de modo a ser avaliado o requerimento. Sobre a prova oral esclareça a defesa a necessidade e pertinência da oitiva, posto que em sendo testemunhas de antecedentes deverão ser substituídas por declarações. Intime-se a i. defesa. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Christiane Torturello – OAB/SP 176.823

Processo Seduc 1034799/2019 - GDOC: 1000726-396124/2019

Indiciada: M.C.M.G.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 123, a saber: A defesa se manifesta insistindo na oitiva da testemunha arrolada. Designo a audiência de instrução para o dia 30-03-2021, às 15h30. Fica a defesa ciente de que deverá informar os endereços eletrônicos para o envio do link no prazo de 30 dias. A audiência será realizada por videoconferência, nos termos da OS PPD 09 de 10-06-2020, ficando facultada à testemunha a escolha do local onde pretende prestar o depoimento. A testemunha receberá em seu endereço eletrônico, com antecedência, link com as orientações para participar da videoconferência. Ciência à defesa. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Franssilene dos Santos Santiago – OAB/SP 265.756

Processo Seduc 13840/2019

Indiciada: A.M.M.O.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 2ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 96, a saber: Recebo a defesa prévia de fls.86, sem preliminares e com rol de testemunha. A peça defensiva se fez acompanhar do documento de fls.87/95. Em termos de prosseguimento, fica designada audiência para o dia 12-05-2021, às 15h30, objetivando a oitiva das informantes e testemunhas arroladas pela Administração e defesa (fls.86), sendo que a audiência será realizada por videoconferência, ficando facultada às informantes e testemunhas a escolha do local onde pretendem prestar o depoimento. As informantes e testemunhas arroladas pela Administração e defesa deverão ser intimadas da audiência e para informarem, até o dia 05-05-2021, endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone para contato, por mensagem eletrônica a ser enviada para esta 2ª Unidade (pge-ppd-2up@sp.gov.br). Publique-se, intimando-se a defesa do presente despacho. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Samuel de Oliveira Balles – OAB/SP 190.778

Processo Seduc 762896/2018 - GDOC: 1000726-527762/2018

Indiciada: R.F.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 2ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 82, a saber: Em termos de prosseguimento, fica designada audiência para o dia 29-06-2021, às 13h30, objetivando a oitiva de testemunha arrolada pela Administração, sendo que a audiência será realizada por videoconferência, ficando facultada à testemunha a escolha do local onde pretende prestar o depoimento. A testemunha da Administração deverá ser intimada da audiência e para informar, até o dia 22-06-2021, endereço eletrônico (e-mail) e número de telefone para contato, por mensagem eletrônica a ser enviada para esta 2ª Unidade (pge-ppd-2up@sp.gov.br). Intime-se a defesa mediante publicação no Diário Oficial. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Joao Paulo Guandalini – OAB/SP 355.143

Processo Seduc 1154963/2018 - GDOC: 1000726-347060/2018

Indiciada: A.C.R.M.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 1ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 85, a saber: Não houve manifestação da defesa, embora regularmente intimada sobre a utilidade da prova oral. Manifeste-se no derradeiro prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de preclusão. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dr. Marcio Valerio Junqueira – OAB/SP 297.324

Processo Seduc 12806/2012 - GDOC 1000726-1337870/2012

Indiciado: J.B.S

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 5ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 79, a saber: Aos vinte e dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, às 11h, sob a Presidência da Procuradora do Estado Kristina Y. I. Kian Wandalsen, foi instalada a audiência virtual, pelo Microsoft Teams, objetivando a audiência de interrogatório. Ausente o indiciado, apesar de regularmente citado e intimado (fls. 75/76). Pela Presidência foi decretada a Revelia do indiciado, com fundamento no artigo 280 da Lei 10.261/68, nomeando para sua Defesa Dativa a Dra. Marisa Motta Homma, OAB/SP 196.514. Intime-se a Defensora ora nomeada, pela Imprensa Oficial, para que fique ciente da nomeação, bem como para que apresente defesa prévia em favor do indiciado, no prazo de 5 dias e nos termos do disposto no artigo 283 da Lei 10.261/68, que deverá ser assinada e encaminhada, digitalizada, para o e-mail desta Unidade Processante: pge-ppd-5up@sp.gov.br. Os autos poderão ser retirados em carga pela defesa, com observância das determinações da Ordem de Serviço PPD 11, veiculada pela Portaria do Procurador Chefe da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, de 29-07-2020, publicada no D.O. de 31-07-2020. Sem prejuízo da defesa prévia, fica designado o dia 22-04-2021, às 10h, para realização de audiência objetivando a oitiva das testemunhas arroladas na Portaria, devendo a Assistência adotar os procedimentos para que sejam notificadas, constando das notificações solicitação para que informem seus e-mails e telefones a esta Unidade Processante (pge-ppd-5up@sp.gov.br) em até 48 horas antes da data da audiência. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Marisa Motta Homma, OAB/SP 196.514

Departamento Estadual de Trânsito

Processo Detran 1370146/2017 - GDOC: 1000726-279901/2018

Indiciadas: M.M.S.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 11ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 218, a saber: Autos conclusos a esta Presidência nesta data. Recebo manifestação da Defesa do acusado, às fls.216/217. Determino seja expedido ofício ao Detran/SP, nos termos do requerido pela Defesa, para informe dos dados de aquisição e transferência dos veículos relacionados nessa última manifestação, como pleiteado pela Defesa. Aguarde-se audiência de instrução, consignando que a Defesa ainda não atendeu, no prazo de 10 dias, o item 7 do despacho de fls. 214, publicado em D.O. em 08-12-2020. Concedo novo prazo, derradeiro, de 10 dias, para atendimento. Publique-se. Intime-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Maria Alderite do Nascimento – OAB/SP 183.166

Processo Detran 701531/2018 - GDOC: 1000726-425803/2018

Indiciadas: R.C.S.M.B.

Por ordem do(a) Procurador(a) do Estado Presidente da 9ª Unidade, da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Estado, situada na Rua Maria Paula, 172 – Bela Vista – São Paulo, fica a defesa intimada do despacho de fls. 329 e 331, a saber: Tendo em vista o descredenciamento do Dr. Demétrio Vieira Dantas - OAB/SP 403.669 nomeado as fls. 325 e em razão do credenciamento de Advogados realizado no processo PGE-PRC-2020/01899, substituo a defensora anterior, ficando nomeada para a defesa da servidora indiciada a Dra. Marcia Alves de Brito Moreno OAB/SP 371.380. Intime-se a d. defensora ora nomeada para ciência da nomeação. bem como do referido despacho. Publique-se. Recebo a defesa prévia ofertada tempestivamente (fls. 329). Defiro a produção de prova oral. Nos termos do artigo 283 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, o prazo da defesa prévia destina-se ao requerimento ou produção de provas pela defesa. Assim, a argumentações do ilustre defensor da indiciada serão apreciadas em momento oportuno, após o encerramento da instrução, quando da elaboração do relatório fina Designo para o dia 30-06-2021 às 15h para Audiência de Instrução, por Videoconferência, para oitiva da (S) Testemunha (S) Michaela Rangel de Deus, Aline Fátima dos Santos e Gizoneides Silva dos Santos (Administração). A audiência será realizada por Videoconferência ficando facultada as testemunhas a escolha do local onde pretendem prestar o depoimento. Para tanto, as testemunhas, até o dia 10 de junho deverão informar um endereço eletrônico (e-mail) para o recebimento de convite referente à participação na audiência referida, bem como número de telefone. As testemunhas deverão informar seu endereço eletrônico (e-mail) por mensagem eletrônica para o e-mail: pge-ppd-9up@sp.gov.br as testemunhas da Administração e defesa, servidores públicos estaduais, serão notificadas pessoalmente. Depois de informar seu endereço eletrônico, as testemunhas receberão, no e-mail indicado, um link com orientações para participar da videoconferência. Notifique-se a defensora Dra. Marcia Alves de Brito Moreno – OAB/SP 371.380 (credenciamento, folhas 329) para a audiência acima, bem como para que, até o dia 10-06-2021, informe(m) o seu endereço eletrônico (e-mail) a fim de viabilizar sua participação na audiência ora designada e para o recebimento de informações sobre a realização da videoconferência, através do e-mail: pge-ppd-9up@sp.gov.br, com aviso de recebimento, que servirá como protocolo. Publique-se. A vista e a carga de autos poderão ser agendadas pelo Advogado por telefone, no número (11) 3291-7100, das 09h às 17h, com 24 horas de antecedência. No agendamento o Advogado, após fornecer seus dados profissionais, indicará a Unidade Processante, a Secretaria de Estado ou Autarquia, o número do processo e o dia e hora que comparecerá ao Cartório da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Caso o Advogado não compareça no dia e hora agendados seu atendimento ficará sujeito à espera, de modo que não retarde outros atendimentos agendados.

Dra. Marcia Alves de Brito Moreno OAB/SP 371.380

CENTRO DE ESTUDOS

Comunicado

Resultado da Seleção para Admissão no Curso de Pós-Graduação - Especialização Lato Sensu em Direito do Estado - Turma 2021-2022

O Procurador do Estado Chefe do Centro de Estudos e Diretor da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado - ESPGE, de acordo com o que estabelece o Edital de Abertura do Prazo de Inscrições, item 2.2divulga a lista de aprovados no processo de seleção do curso de Pós-Graduação lato sensu em Direito do Estado - Turma 2021/2022, e informa o prazo e os documentos que deverão ser entregues pelos alunos para realizarem a matrícula:

1. Foram aprovados pela Comissão de Seleção os seguintes candidatos relacionados em ordem alfabética:

Adriana Barone
Bettina Monteiro Buelau Cogo
Bianca Uzuelli Bacellar
Cleber Picirili Filho
Cleonice Do Nascimento Francisco
Diego Daygoro Yotsumoto Hongenecka
Erivelto Clemente
Fabiana Paulovich De Alencar
Felipe Sordi Macedo
Francisco Acioli Garcia
Genilda Santos De Assuncao
Gilmar De Lima Moreira
Gilvania Andrade Cavalcante
Glenderson Blaser Petarli
Isabelle Maria Verza
Juliana De Oliveira Duarte Ferreira
Kelly Lopes Lemes
Laís Rocha Portilho
Leticia Aparecida Pereira Guadany
Lucimara Nunes De Paula Souza
Luisa Nobrega Passos
Marcos Roberto Alves Da Costa
Maria Helena Yamamoto Console
Patricia De Cassia Dos Santos
Paula Regina Roque Da Costa
Pedro De Alcantara Ribeiro Vilanova Junior
Priscila Gomes Del Barco
Rafael Viotti Schlobach
Renata Fidelis Do Carmo De Sant Ana Carvalho
Renata Hauenstein*
Romulo Silva Duarte
Sérgio Hideki Kanomata
Silvana Teles
Thiago Francisco Neves Gobbo
Victor Henrique Grampa
Weid Ricardo Domingos
*Rematrícula.

2. Lista de suplentes, critério classificatório:

37. Thaís Fonseca Borges
38. Thaís Soares Da Silva Lucas
39. Leonardo Vinicius Bonin Cangussu
40. Sumaya Mauricio Kimura
41. Alexandre Guerrero Mendes
42. Augusto Sestini Moreno
43. João Carlos Gomes Da Silva
44. Cristiane Marques Do Nascimento Missiato
45. Daniela Otaviano Alaerse
46. Caio Mimessi Fransani

3. Os candidatos aprovados no período de22/01 a 16-02-2021, deverão realizar sua matrícula através da área restrita do site da ESPGE, menu 'Acompanhamento de Inscrição' (ver anexo I). Para concluir a matrícula é necessário inserir os seguintes documentos:

a) 01 foto 3x4 recente (arquivo formato PNG ou JPG);

b) Cópia simples: RG e CPF ou OAB válida (arquivo formato PDF);

c) Comprovante de endereço com data recente - últimos 03 meses (arquivo formato PDF);

d) Cópia do diploma (arquivo formato PDF);

3.1. Se por algum motivo não for possível concluir a matricula pela área restrita do site da ESPGE, a documentação deve ser enviada para o e-mail espge-secretaria@sp.gov.br, dentro do prazo estipulado.

3.2. Os candidatos aprovados que não realizarem sua matrícula dentro do prazo estipulado poderão perder sua vaga.

4. As aulas começarão no dia 23 de fevereirode 2021, terça-feira, às 8 horas, data em que será divulgada a programação do semestre.

4.1. Os alunos deverão acompanhar semanalmente a programação disponibilizada no mural da Escola e na área restrita do aluno.

4.2. Enquanto persistir a situação de pandemia e quarentena, as aulas serão ministradas virtualmente, via plataforma Microsoft Teams.

4.2.1. As informações para ingresso nas aulas, via plataforma Microsoft Teams, serão encaminhadas oportunamente.

Em caso de dúvida, favor entrar em contato pelo endereço eletrônico espge-secretaria@sp.gov.br ou pelo telefone (11) 3286-7020.

Guia Rápido - Matrícula On-line

Área Restrita ESPGE

Seja bem-vindo ao guia rápido para auxiliar na realização de sua matrícula via área restrita do site da ESPGE!

Ao ingressar na área restrita, no menu ao lado esquerdo, acesse o item "Acompanhamento de Inscrição"

Localize a linha do curso e clique no item "Aprovado - Realizar Matrícula", na coluna "Status Inscrição"

Ao abrir sua ficha de matrícula, verifique se seus dados estão corretos e anexe os seguintes documentos nos campos específicos, clicando no botão "procurar" ao lado de cada um deles:

- Foto, preferencialmente 3x4 (arquivo em formato imagem JPG ou PNG);
- Documento pessoal com foto, contendo o número do RG e CPF (arquivo em PDF);
- Comprovante de endereço com data recente - últimos 3 meses (arquivo em PDF);
- Cópia simples do diploma da graduação de direito (arquivo em PDF);

Se necessário, utilize o campo "Outros" para inserir demais documentos que considerar importante.

Após anexar todos os documentos, clique no botão "Confirmar Matrícula" no final da tela.

Sua matrícula foi realizada com sucesso!!!

Agora no "Status Inscrição" no menu "Acompanhamento de Inscrição" já consta a informação de matriculado.

Utilize, preferencialmente, a matrícula via área restrita da ESPGE. Porém, caso não seja possível envie os documentos para o e-mail espge-secretaria@sp.gov.br.

Fique atento aos prazos! Agradecemos sua participação!

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS

Comunicado

Edital para Processo Seletivo para ingresso no Programa de Pós-graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PPGPROFCIAMB) – Associada Universidade de São Paulo

Nível Mestrado Profissional – Início em 05-04-2021

A Associada USP do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PPG-PROFCIAMB) da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo torna público que estarão abertas no período de 22-01-2021 a 20-02-2021 as inscrições para o processo seletivo para ingresso do PPG-PROFCIAMB (nível de mestrado profissional), com início das aulas previstas para 05-04-2021, de acordo com as especificações deste edital.

Atendendo orientações de Saúde Pública durante pandemia de Covid-19, o Processo Seletivo 2021 para ingresso junto ao PPGPROFCIAMB será realizado excepcionalmente de maneira remota, não presencial.

O Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais - PROFCIAMB foi aprovado no âmbito da CAPES no final de 2015 e integra nove Universidades (UFPR, UEM, USP, UnB, UFPE, UFS, UEFS, UFAM, UFPA). Tem como objetivo geral possibilitar a formação continuada em nível de mestrado profissional de professores da educação básica e também de profissionais que atuem em espaços não formais (museus, jardins botânicos, centros de ciências) e/ou não escolares, e aqueles envolvidos com divulgação e comunicação das ciências. Entre seus objetivos específicos destaca-se contribuir no aprimoramento de práticas pedagógicas utilizando-se do contexto ambiental e realizar pesquisas na área das Ciências Ambientais no espaço da escola de ensino básico, contribuindo para que se fortaleça a produção, difusão e aplicação de conhecimentos didático-metodológicos associados às questões socioambientais da atualidade nos contextos escolares, entre outros. O PROFCIAMB é, assim, uma ponte importante de integração das Universidades com as escolas de educação básica, possibilitando que temas chave de pesquisas na temática das ciências ambientais alcancem as redes municipais, estaduais e mesmo escolas técnicas federais e outros espaços não formais de ensino, e cheguem ao estudante e comunidade.

Área de Concentração:

Ensino das Ciências Ambientais: Envolvendo pesquisas em diferentes procedimentos e metodologias do ensino de ciências ambientais, a área de concentração Ensino de Ciências Ambientais propõe reunir linhas de pesquisa articuladas aos saberes, processos e práticas pedagógicas no ensino médio e fundamental, permeando estudos em diferentes concepções, sejam práticas, sejam teóricas, formais ou não formais. As pesquisas e o ensino no contexto desta proposta versarão sobre aspectos relativos aos sistemas naturais proporcionando conhecimentos acerca de suas dinâmicas, bem como relativos aos impactos das atividades antrópicas no ambiente natural e estratégias de adequação ambiental.

Linhas de atuação:

O Programa de Pós-graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais conta com duas linhas de atuação:

Ambiente e Sociedade: Esta linha de atuação investiga os processos de ensino e aprendizagem em ciências ambientais, relacionando as práticas formativas e suas conexões com a questão do desenvolvimento e seus impactos no ambiente e sociedade, de forma a contribuir na melhor identificação de fatores determinantes da degradação ambiental associada com a perda da qualidade ambiental e de vida. As pesquisas voltadas a esta temática devem estar associadas com a práxis pedagógica, culminando em reflexões e ações sobre a temática, bem como em melhoria e inovação no processo de ensino-aprendizagem. Contempla pesquisas sobre padrões de consumo e produção, e sua influência na qualidade ambiental e nas relações sociais, caracterização de seus impactos, gestão de conflitos socioambientais e participação social, bem como a institucionalização de uma cultura de sustentabilidade. Os projetos inseridos na Linha de Atuação Ambiente e Sociedade irão, de forma geral, investigar como o ensino da gestão dos recursos naturais nos aspectos das políticas ambientais, participação em conselhos de meio ambiente e desenvolvimento, e diversos outros instrumentos e suas interfaces com a questão dos padrões de consumo e de produção da sociedade, analisando de que forma estão sendo inseridos e operacionalizados no ensino básico, sejam em atividades dentro da sala de aula, nos laboratórios ou em atividades de campo. Também irão investigar e desenvolver ferramentas, procedimentos e guias para fomentar e ampliar a inserção do tema desta Linha de Atuação. Os diversos projetos incluem melhorias e inovações em atividades e experiências para uso em sala de aula, bem como aprimoramento e desenvolvimento de atividades de campo que fortaleçam o ensino das ciências ambientais.

Recursos naturais e tecnologia: Esta linha de atuação investiga os processos de ensino e aprendizagem em ciências ambientais, relacionando as práticas formativas e suas conexões com a caracterização e compreensão do meio ambiente e os usos múltiplos dos recursos naturais, voltados à reflexão sobre as relações de apropriação dos bens naturais e as possibilidades de construção de sociedades sustentáveis. As pesquisas relacionadas a esta temática devem ter associação com a práxis pedagógica, culminando em melhoria e inovação no processo de ensino-aprendizagem, levando à reflexão-ação. Contempla pesquisas sobre os sistemas e tecnologias ambientais e os processos associados, abordando temas como água, solo, ar, clima, energia, geobiodiversidade, usos múltiplos de recursos naturais, construções sustentáveis, entre outros. Os projetos inseridos na Linha de Atuação Recursos Naturais e Tecnologia irão, de forma geral, investigar como o ensino sobre os recursos naturais, seus impactos e formas de mitigação estão sendo inseridos e operacionalizados no ensino básico, sejam em atividades dentro da sala de aula, nos laboratórios ou em atividades de campo. Também irão investigar e desenvolver ferramentas, procedimentos e guias para que fomentar e ampliar a inserção do tema desta Linha de Atuação. Assim, os diversos projetos incluem melhorias e inovações em atividades e experiências para ambientes de laboratórios, material para uso em sala de aula, bem como aprimoramento e desenvolvimento de atividades de campo que fortaleçam o ensino das ciências ambientais.

No Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais da Associada USP serão oferecidas 14 vagas no total, sendo: 7 vagas específicas para projetos voltados ao tema do ensino em água e 7 vagas para outros temas da área de Ciências Ambientais e Linhas de atuação do Programa.

*OBS: Destaca-se que as aulas são presenciais, e ocorrem durante a semana (eventualmente sábado), no período diurno, no campus USP de São Carlos. Excepcionalmente, durante a pandemia de COVID-19, as aulas poderão ser oferecidas remotamente / à distância.

Inscrição:

A inscrição para a seleção de mestrado será on-line, entre os dias 22 de janeiro a 20-02-2021. Os documentos deverão ser anexados na inscrição on-line e, a não inclusão de todos os documentos solicitados e/ ou o envio fora do prazo implicará no indeferimento da inscrição. Para realizar a inscrição, acesse o formulário disponível no link: https://forms.gle/SYQduf4uqswKK9kE9

A lista com as inscrições deferidas estará disponível no site www.profciambsaocarlos.eesc.usp.br até o dia 24-02-2021

Documentos necessários:

No momento da inscrição on-line para o processo seletivo o candidato deverá preencher e anexar, via google formulário, os seguintes documentos:

1. Acessar o formulário em: https://forms.gle/SYQduf4uqswKK9kE9

2. Cópia simples do RG e CPF - Para alunos estrangeiros, cópia do passaporte ou RNE (Registro Nacional de Estrangeiro);

3. Cópia do Currículo Lattes (http://lattes.cnpq.br) acompanhado de documentos comprobatórios (inclusive para candidatos estrangeiros);

4. Cópia simples do Diploma de graduação;

5. Cópia simples do Histórico Escolar da Graduação;

6. Comprovante de pagamento da taxa de inscrição no valor de R$ 100,00 a ser depositado no Banco do Brasil, Ag. 3062-7, cc 167375-0.

7. Projeto de pesquisa alinhado à linha de atuação e ao tema de pesquisa selecionado pelo candidato. O projeto deve ter no máximo 5 páginas (Excluindo capa, referencial bibliográfico e anexos. Texto em espaçamento 1,0, fonte Times New Roman tamanho 12, margens de 2 centímetros) e conter: título, introdução e justificativa, síntese da bibliografia fundamental, objetivos, metodologia e cronograma de execução.

8. Carta de motivação

Esclarecemos que a carta de motivação a ser anexada pelo candidato deve destacar os fatores motivadores para o desenvolvimento de seu curso de mestrado junto ao PROFCIAMB. Comentar sobre o conhecimento e habilidades que almeja adquirir ao longo da realização do mestrado. Justificar a escolha do tema e da abordagem de seu projeto de pesquisa. Comentar, se for o caso, as tratativas que realizou junto ao seu espaço de trabalho com relação ao tempo e dedicação que o projeto irá exigir, bem como a aplicação potencial em seu ambiente de trabalho. Se achar necessário, anexar à carta de motivação uma declaração de concordância/apoio da instituição onde irá aplicar seu projeto de pesquisa. Essa carta de motivação tem como objetivo somente ajudar a equipe do processo seletivo do PROFCIAMB a conhecer melhor o candidato, não irá interferir nas notas das provas e nem na avaliação do projeto e formação acadêmica e profissional e produção.

Processo seletivo:

Os procedimentos para acesso e realização das provas online serão divulgados setenta e duas horas (72 h) antes do início da prova via site www.profciambsaocarlos.eesc.usp.br.

O processo seletivo será online e constará de:

1. Prova escrita de inglês (permitido uso de dicionário impresso), a qual será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez), sendo 6,0 (seis) a nota mínima. O uso de dicionário digital poderá ser utilizado para casos justificados como cegueira ou baixa visão, indicados na ficha de inscrição. Candidatos com nota inferior a 6,0 (seis) serão desclassificados do processo seletivo, não sendo, portanto, consideradas as demais fases de avaliação; O exame constará de exercícios de tradução de um texto em inglês para o português com o auxílio de dicionário e questões gramaticais básicas.

2. Prova escrita de conhecimento específico, à qual será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez), de caráter classificatório. Os links para os textos estão disponibilizados no ANEXO II.

3. Avaliação do projeto de pesquisa por docentes/pesquisadores designados pela Comissão responsável pelo processo seletivo 2021 do PPG-PROFCIAMB, que atribuirão notas de 0 (zero) a 10 (dez). Os candidatos cujos projetos receberem nota inferior a 6,0 (seis) serão automaticamente desclassificados. A avaliação do projeto contemplará o referencial teórico e a pertinência e adequação às linhas de atuação do Programa. Além disso, será avaliada a aplicabilidade e contribuição ao contexto de fortalecimento da produção, difusão e aplicação de conhecimentos didático-metodológicos associados às questões socioambientais da atualidade nos contextos escolares. Será observado o nível de engajamento do candidato com o objeto de estudo (locais formais ou não formais de educação) para aplicação da pesquisa, através de manifestação de interesse e compromisso do objeto de estudo na execução do projeto exposto.

4. Avaliação da formação acadêmica e profissional e produção (denominado a seguir como currículo), a qual será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez), conforme pontuação do ANEXO III.

A nota final do candidato será a média entre a nota obtida na prova escrita de conhecimento específico (peso 0,2), a nota obtida na avaliação da formação acadêmica e profissional e produção (0,3) e a nota atribuída ao projeto de pesquisa (peso 0,5).

Os candidatos serão classificados conforme duas listas (uma para o tema "ensino em água" e outra para "temas gerais"), em cada uma serão listados em ordem decrescente da nota final e serão chamados de acordo com a disponibilidade de vagas.

No caso de igualdade entre candidatos no total de pontos, o desempate será feito dando-se preferência sucessivamente:

a) ao candidato que obtiver maior nota atribuída ao projeto, no tema principal de pesquisa selecionado;

b) ao candidato que obtiver maior nota na avaliação do currículo, no tema principal de pesquisa selecionado;

c) ao candidato que obtiver maior nota na prova de conhecimento específico, no tema principal de pesquisa selecionado.

Realização do processo seletivo:

As provas on-line serão realizadas no dia 27-02-2021, através do link disponibilizado previamente. A prova de Conhecimentos Específicos terá início às 10h, com término às 12h e a prova de Inglês terá início às 14h, com término às 16h. Todos os horários referem-se ao horário local de Brasília-DF. O sistema on-line para acessar a prova estará disponível somente neste período. Acessos antes e depois desses horários não serão considerados válidos pelo sistema. O PPG-PROFCIAMB não se responsabiliza por eventuais problemas com computadores, notebooks, tablets ou celulares, quedas de energia e/ou oscilações locais do sinal de internet durante a prova.

Divulgação dos resultados:

Os resultados do processo seletivo serão divulgados a partir do dia 12-03-2021, mediante publicação no D.O. e via internet (endereço eletrônico: http://www.profciambsaocarlos.eesc.usp.br).

* OBS: Caso o aluno não esteja de acordo com o resultado do processo seletivo deverá entrar com o recurso em até 10 dias após a publicação do resultado final.

Disposições gerais:

A matrícula regular no PPG-PROFCIAMB está condicionada à apresentação do certificado de colação de grau do candidato aprovado e selecionado no processo seletivo. Além de assinatura de termo de compromisso em realizar as disciplinas conforme disponibilidade de oferecimento.

De acordo com a circular (Circ.CoPGr/01/2021) da USP, será permitida a admissão dos candidatos que concluíram a graduação mas, que devido ao cenário pandêmico atual, não irão conseguir realizar a colação de grau.

Para estes casos, os seguintes documentos deverão ser apresentados:

1) documento oficial da Instituição informando a data de conclusão do curso.

2) declaração oficial da Instituição notificando a impossibilidade de ocorrer a colação de grau.

O processo seletivo terá validade de 90 dias a contar da data de divulgação dos resultados.

Dúvidas e Informações

Dúvidas e informações poderão ser sanadas pelo e-mail: profciamb@eesc.usp.br

Cronograma

Período de Inscrição - 22/01 a 20-02-2021

Divulgação das inscrições deferidas - 24-02-2021

Divulgação dos procedimentos para acesso e realização das provas online - 24-02-2021

Prova de inglês - 27-02-2021

Prova de conhecimentos específicos - 27-02-2021

Divulgação dos resultados - 12-03-2021

Início das aulas - 5/04/2021

Anexo I

Formulário de Inscrição, Online, via google formulário (https://forms.gle/SYQduf4uqswKK9kE9)

Ficha de Inscrição

Seleção para o Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais

2021

PPG – PROFCIAMB / EESC - USP

Identificação

Nome completo

E-mail

Identidade – RG

Órgão emissor/Data

Passaporte (se estrangeiro)

CPF

Nacionalidade

Sexo

M F

Data de nascimento

Local (Cidade/UF)

Nome da Mãe

Nome do Pai

Endereço (Rua, Av. / nº)

Complemento

Bairro

CEP:

Cidade/UF

País

Números de telefones

Formação Acadêmica

Curso de graduação

Instituição

Início (dd/mm/aaaa)

Término (dd/mm/aaaa)

Curso de especialização

Instituição

Ano de conclusão

Carga horária (h)

Iniciação Científica 1

Tema:

Orientador

Início (dd/mm/aaaa)

Término (dd/mm/aaaa)

Bolsa

CNPq Fapesp Outra (especificar):

Iniciação Científica 2

Tema:

Orientador

Início (dd/mm/aaaa)

Término (dd/mm/aaaa)

Bolsa

CNPq Fapesp Outra (especificar):

Responsabilidade pelas informações prestadas

Local e Data

Assinatura

Anexo II

Textos de Leitura para Prova Escrita de Conhecimento Específico

Capítulo 16: Uma visão atual e futura da interdisciplinaridade em C&T Ambiental do livro: Philippi Jr, A.; Tucci, C. E. M.; Hogan, D. J.; Navegantes, R. Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo: Signus Editora, 2000.

Link: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/us000001.pdf

Capítulo 3.3: Cidades Sustentáveis do livro: Novaes, W. (coord.); Ribas, O.; Novaes, P. C. Agenda 21 Brasileira: bases para discussão. Brasília: MMA/PNUD, 2000. 196 p.

Link: https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/8457/mod_resource/content/1/bases_discussao_agenda21.pdf

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cad. Pesqui.[online]. 2003, n.118, pp.189-205. Link: http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf

Ministério da Educação. Resolução CD/FNDE n o 18, de 21-05-2013. [Manual Escolas Sustentáveis]. Link: http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuais/Manual_Escolas_Sustentaveis_v%2026.06.2013.pdf

Anexo III

Os currículos dos candidatos receberão pontuação conforme descrito a seguir:

1) Formação Acadêmica, nos últimos 5 anos:

1.1) cursos de especialização, devidamente comprovados: 1,5 pontos por curso, saturável em 1,5 pontos;

1.2) cursos de longa duração (mais que 120 horas), devidamente comprovados: 0,5 ponto por curso, saturável em 1 ponto;

1.3) cursos de curta duração (menos que 120 horas), devidamente comprovados: 0,25 pontos por curso, saturável em 1,5 pontos.

2) Experiência Profissional:

2.1) experiência adquirida em atividade de ensino na educação básica formal, ou em espaços não formais (museus, jardins botânicos, centros de ciências), ou não escolares, ou aqueles envolvidos com divulgação e comunicação das ciências, devidamente comprovada: 0,5 ponto por semestre, saturável em 3 pontos;

2.2) experiência profissional não docente no âmbito das Ciências Ambientais, devidamente comprovada: 0,25 pontos por semestre, saturável em 1,5 pontos.

3) Produção:

3.1) autor de materiais didáticos e instrucionais, devidamente comprovados: 0,5 ponto cada, saturável em 1,5 pontos.

MUSEU PAULISTA

Concurso

Concurso de Livre-Docente

A Diretora do Museu Paulista torna público a todos os interessados que, de acordo com o disposto no Estatuto, no Regimento Geral da Universidade de São Paulo, no Regimento do Museu Paulista da USP, art.40, e nos artigos 2º e 3º da Resolução 7955/2020, estarão abertas, com início às 10h do dia 26-01-2021, e término às 23h59m (horário oficial de Brasília) do dia 25-04-2021, as inscrições ao concurso público para obtenção de Título de Livre-Docente junto ao MP para a área de pesquisa: História do Imaginário, Cotidiano e Sociedade e Universo do Trabalho, e o respectivo programa que segue:

1. Imaginário, museus e cultura visual no Brasil
2. Acervos de artes visuais em museus de história
3. Pintura de história e narrativas do passado
4. Acervos escultóricos e narrativas do passado
5. Discursos histórico-visuais em museus e apropriações sociais
6. Retrato pictórico e representação
7. Museus de história e políticas de aquisição no Brasil
8. Museus de história e discursos nacionais
9. Imaginário e jardins no Brasil
10. Representações do passado e patrimonialização no Brasil

1. Os pedidos de inscrição deverão ser feitos, exclusivamente, por meio do link:

https://uspdigital.usp.br/gr/admissao, no período acima indicado, devendo o candidato apresentar requerimento dirigido à Diretora do Museu Paulista da USP, contendo dados pessoais e área de conhecimento (especialidade) do Departamento a que concorre, acompanhado dos seguintes documentos:

I- documentos de identificação (RG e CPF ou passaporte);

II-memorial circunstanciado, em português no qual sejam comprovados os trabalhos publicados, as atividades realizadas pertinentes ao concurso e as demais informações que permitam avaliação de seus méritos, em formato digital;

III- Prova de que é portador do Título de Doutor outorgado pela USP, por ela reconhecido, ou de validade nacional;

IV-tese original ou texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela, conforme previsão expressa do Regimento da Unidade, em formato digital;

V-elementos comprobatórios do memorial referido no inciso II, tais como maquetes, obras de arte ou outros materiais que não puderem ser digitalizados deverão ser apresentados até o último dia útil que antecede o início do concurso;

VI - Prova de quitação com o Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;

VII - Título de Eleitor;

VIII - certidão de quitação eleitoral ou certidão circunstanciada emitidas pela Justiça Eleitoral há menos de 30 dias do início do período de inscrições.

§ 1º - No memorial previsto no inciso II, o candidato deverá salientar o conjunto de suas atividades didáticas e contribuições para o ensino.

§ 2º - Não serão admitidos como comprovação dos itens constantes do memorial links de Dropbox ou Google Drive ou qualquer outro remetendo a página passível de alteração pelo próprio candidato.

§ 3º - Para fins do inciso III, não serão aceitas atas de defesa sem informação sobre homologação quando a concessão do título de Doutor depender dessa providência no âmbito da Instituição de Ensino emissora, ficando o candidato desde já ciente de que neste caso a ausência de comprovação sobre tal homologação implicará o indeferimento de sua inscrição.

§ 4º - Os docentes em exercício na USP serão dispensados das exigências referidas nos incisos VI e VII, desde que as tenham cumprido por ocasião de seu contrato inicial.

§ 5º - Os candidatos estrangeiros serão dispensados das exigências dos incisos VI, VII e VIII, devendo comprovar que se encontram em situação regular no Brasil.

§ 6º - No ato da inscrição, os candidatos portadores de necessidades especiais deverão apresentar solicitação para que se providenciem as condições necessárias para a realização das provas.

§ 7º - Não serão aceitas inscrições pelo correio, e-mail ou fax.

§ 8º - É de integral responsabilidade do candidato a realização do upload de cada um de seus documentos no campo específico indicado pelo sistema constante do link https://uspdigital.usp.br/gr/admissao, ficando o candidato desde já ciente de que a realização de upload de documentos em ordem diversa da ali estabelecida implicará o indeferimento de sua inscrição.

§ 9º - É de integral responsabilidade do candidato a apresentação de seus documentos em sua inteireza (frente e verso) e em arquivo legível, ficando o candidato desde já ciente de que, se não sanar durante o prazo de inscrições eventual irregularidade de upload de documento incompleto ou ilegível, sua inscrição será indeferida.

§ 10 - Não será admitida a apresentação extemporânea de documentos pelo candidato, ainda que em grau de recurso.

2. As inscrições serão julgadas pelo Conselho Deliberativo do Museu Paulista, em seu aspecto formal, publicando-se a decisão em edital.

3. O concurso a que se refere o presente Edital constará das provas que adiante seguem, com os respectivos pesos:

I - prova escrita - peso 3;

II- defesa de tese original ou de texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela - peso 3;

III - prova pública de arguição e julgamento do Memorial - peso 3; e

IV - avaliação didática - peso 1.

§ 1º - A convocação dos inscritos para a realização das provas será publicada no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Os candidatos que se apresentarem depois do horário estabelecido não poderão realizar as provas.

§ 3º - A Comissão Julgadora se reunirá em sessão fechada, mediante utilização de sistema eletrônico seguro adotado pela Universidade, para:

1. a elaboração de listas de pontos e de temas;

2. a deliberação sobre eventual pedido de substituição de pontos ou de temas;

3. a elaboração do relatório final.

4. Todas as provas e etapas em que forem utilizados sistemas de videoconferência e outros meios eletrônicos de participação a distância aplicam-se as seguintes normas:

I - é de integral responsabilidade do candidato a disponibilização de equipamentos e de conexão à internet adequados para sua participação em todas as provas e etapas do concurso;

II- aos examinadores que estejam a distância será permitido avaliar e arguir nas mesmas condições que seriam oferecidas aos examinadores presentes no local do concurso;

III - as provas em que for utilizado sistema de videoconferência ou outros meios eletrônicos serão suspensas, caso verificado problema técnico que impeça a adequada participação de qualquer examinador ou do candidato;

IV – se a conexão não for restabelecida no prazo de 30 minutos, o concurso será suspenso;

V – quando problemas técnicos interromperem qualquer prova, esta deverá ser retomada a partir do estágio em que ocorreu o problema técnico ou, havendo impossibilidade de retomada, deverá ser integralmente refeita;

VI – serão preservadas as provas finalizadas antes da ocorrência de problemas técnicos no sistema de videoconferência ou outro meio eletrônico;

VII – todas as ocorrências deverão ser registradas no relatório final.

5. A prova escrita, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, será realizada de acordo com o disposto no art. 139 e seu parágrafo único do Regimento Geral da USP e do art. 2º da Resolução 7955/2020.

§ 1º - A prova será realizada apenas com a presença do candidato e do Presidente da Comissão Julgadora ou de outro examinador que pertença ao quadro da Unidade/órgão.

§ 2º - A comissão organizará uma lista de 10 pontos, com base no programa do concurso e dela dará conhecimento aos candidatos, 24 horas antes do sorteio do ponto, sendo permitido exigir-se dos candidatos a realização de outras atividades nesse período.

§ 3º - O candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à Comissão Julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação.

§ 4º - Sorteado o ponto, inicia-se o prazo improrrogável de cinco horas de duração da prova.

§ 5º - Durante 60 minutos, após o sorteio, será permitida a consulta a livros, periódicos e outros documentos bibliográficos.

§ 6º - As anotações efetuadas durante o período de consulta poderão ser utilizadas no decorrer da prova, devendo ser feitas em papel rubricado pelo Presidente da Comissão ou examinador interno à Unidade/órgão e anexadas ao texto final.

§ 7º - A prova, que será lida em sessão pública pelo candidato, deverá ser reproduzida em cópias que serão entregues aos membros da Comissão Julgadora ao se abrir a sessão.

§ 8º - Cada prova será avaliada, individualmente, pelos membros da Comissão Julgadora.

§ 9º- - O candidato poderá utilizar microcomputador para a realização da prova escrita, mediante solicitação por escrito à Comissão Julgadora, nos termos da Circ.SG/Co/70, de 5/9/2001, e decisão do Conselho Deliberativo em sessão de 14-12-2020.

6. Na defesa pública de tese ou de texto elaborado os examinadores levarão em conta o valor intrínseco do trabalho, o domínio do assunto abordado, bem como a contribuição original do candidato na área de conhecimento pertinente.

7. Na defesa pública de tese ou de texto serão obedecidas as seguintes normas:

I - a tese ou texto será enviado a cada membro da comissão julgadora, pelo menos 30 dias antes da realização da prova;

II - a duração da arguição não excederá de 30 minutos por examinador, cabendo ao candidato igual prazo para a resposta;

III - havendo concordância entre o examinador e o candidato, poderá ser estabelecido o diálogo entre ambos, observado o prazo global de 60 minutos.

8. O julgamento do memorial com prova pública de arguição será realizado por meio de sistemas de videoconferência e outros meios eletrônicos de participação a distância.

§ 1º O julgamento do memorial e a avaliação da prova pública de arguição serão expressos mediante nota global, atribuída após a arguição de todos os candidatos, devendo refletir o desempenho na arguição, bem como o mérito dos candidatos.

§ 2º O mérito dos candidatos será julgado com base no conjunto de suas atividades, que poderão compreender:

I - produção científica, literária, filosófica ou artística;

II - atividade didática;

III - atividades de formação e orientação de discípulos;

IV - atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade;

V - atividades profissionais, ou outras, quando for o caso;

VI - diplomas e outras dignidades universitárias.

§ 3o. - A comissão julgadora considerará, de preferência, os títulos obtidos, os trabalhos e demais atividades realizadas após a obtenção do grau de doutor.

9. A prova de avaliação didática destina-se a verificar a capacidade de organização, a produção ou o desempenho didático do candidato.

§ 1º- A prova de avaliação didática será realizada por meio de sistemas de videoconferência e outros meios eletrônicos de participação a distância.

§ 2º - A prova de avaliação didática será pública, correspondendo a uma aula no nível de pós-graduação, com a duração mínima de quarenta e máxima de 60 minutos, e versará sobre o programa da área de conhecimento acima mencionada, nos termos do artigo 137 do Regimento Geral da USP e das seguintes normas:

I - a Comissão Julgadora, com base no programa do concurso, organizará uma lista de 10 pontos, da qual os candidatos tomarão conhecimento imediatamente antes do sorteio do ponto;

II – o candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à Comissão Julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação;

III- a realização da prova far-se-á 24 horas após o sorteio do ponto as quais serão de livre disposição do candidato, não se exigindo dele nesse período a realização de outras atividades;

IV – o candidato poderá utilizar o material didático que julgar necessário;

V – Se o número de candidatos o exigir, eles serão divididos em grupos de, no máximo, 3, observada a ordem de inscrição, para fins de sorteio e realização da prova;

VI – quando atingido o 60º minuto de prova, a Comissão Julgadora deverá interromper o candidato;

VII – se a exposição do candidato encerrar-se aquém do 40º minuto de prova, deverão os examinadores conferir nota zero ao candidato na respectiva prova;

VIII – as notas da prova didática serão atribuídas após o término das provas de todos os candidatos.

§ 3º - Cada membro da Comissão Julgadora poderá formular perguntas sobre a aula ministrada, não podendo ultrapassar o prazo de 15 minutos, assegurado ao candidato igual tempo para a resposta.

10. O julgamento do concurso de livre-docência será feito de acordo com as seguintes normas:

I - a nota da prova escrita será atribuída após concluído o exame das provas de todos os candidatos;

II - a nota da prova de avaliação didática será atribuída imediatamente após o término das provas de todos os candidatos;

III - o julgamento do memorial e a avaliação da prova pública de arguição serão expressos mediante nota global nos termos do item 8 deste edital;

IV - concluída a defesa de tese ou de texto, de todos os candidatos, proceder-se-á ao julgamento da prova com atribuição da nota correspondente;

11. As notas variarão de zero a 10, podendo ser aproximadas até a primeira casa decimal.

12. Ao término da apreciação das provas, cada examinador atribuirá, a cada candidato, uma nota final que será a média ponderada das notas parciais por ele conferidas.

13. Findo o julgamento, a Comissão Julgadora elaborará relatório circunstanciado sobre o desempenho dos candidatos, justificando as notas.

§ 1º - O relatório final será assinado pelo Presidente da Comissão Julgadora após expressa concordância de todos os examinadores com os seus termos.

§ 2º- Poderão ser anexados ao relatório da Comissão Julgadora relatórios individuais de seus membros.

§ 3º - O relatório da Comissão Julgadora será apreciado pela Congregação/órgão, para fins de homologação, após exame formal, no prazo máximo de 60 dias.

14. O resultado será proclamado imediatamente pela Comissão Julgadora em sessão pública.

Parágrafo único – Serão considerados habilitados os candidatos que alcançarem, da maioria dos examinadores, nota final mínima 7.

15. Mais Informações, bem como as normas pertinentes ao concurso, encontram-se à disposição dos interessados na Divisão de Apoio à Pesquisa, Ensino, Cultura e Extensão do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, sito à Avenida Nazaré, 268 - Ipiranga - SP, e-mail: acadmp@usp.br.

(Edital Dapece 1) (Proc. USP 2021.1.13.33.4)

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Comunicado

Republicação do Edital 24/2020, com alterações nas datas de término das inscrições, prazo para depósito, entrega da ficha de dados pessoais, término do período de avalização pelo orientador e supervisor, de início e fim do estágio, da entrega do Termo de Compromisso e da entrega do Relatório Final.

A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), torna pública a abertura de inscrições para a seleção de alunos interessados em atuar nas disciplinas de graduação da FEA/SP, por meio do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE), destinado a aprimorar a formação de alunos de pós-graduação a partir do estágio supervisionado de docência, em atividades didáticas de graduação, conforme o disposto nas Diretrizes PAE de 09-12-2010 e na Portaria GR 3588 de 10-05-2005, modificada pelas Portarias GR4601 de 19-11-2009 e GR 4391 de 03-09-2009.

1. As inscrições para o Estágio Supervisionado em Docência estarão abertas no período de 11-12-2020 a 26-01-2021, através do Sistema Janus (http://uspdigital.usp.br/janus) JANUS-PAE-Inscrição –1º semestre de 2021

Não serão aceitas inscrições fora do período mencionado.

Somente poderão realizar a inscrição os alunos que:

a) Concluíram ou estejam cursando a Preparação Pedagógica até o 2º semestre de 2020;

b) Estejam com matrícula regular;

c) Tenham data limite para depósito posterior a 30-07-2021;

d) Alunos com matrícula trancada ou as alunas em licença maternidade poderão realizar a inscrição, porém devem retornar de seu afastamento antes do início do estágio.

- Os alunos do Programa de Pós-Graduação em Economia da FEA/USP deverão obrigatoriamente contatar a Coordenação do Curso para obter orientações antes da efetiva inscrição no Sistema Janus.

2. Além de se inscrever, o(a) interessado(a) deverá enviar para o e-mail posfea@usp.br até o dia 10-02-2021, a ficha de dados pessoais. Caso tenha realizado a Etapa de Preparação Pedagógica em outras Unidades da USP, deve enviar também o respectivo comprovante. Para os alunos que realizaram a Etapa de Preparação Pedagógica na FEA/USP não será necessário encaminhar o comprovante.

Será necessário inserir no Sistema Janus, no momento da inscrição, o Plano de Trabalho, elaborado pelo(a) aluno(a) juntamente com o(a) professor(a) responsável pela disciplina de graduação a ser oferecida no semestre letivo em que o estágio será realizado, com a discriminação das tarefas de responsabilidade do(a) pós-graduando(a). As inscrições deverão ser avalizadas/autorizadas no Sistema Janus, pelo(a) Orientador(a) do(a) aluno(a) e pelo(a) Professor(a) Supervisor(a) da disciplina de Graduação em que o estágio será realizado, no período de 11-12-2020 a 27-01-2021. Se um dos dois professores não se manifestar ou não avalizar a inscrição, esta será automaticamente cancelada pelo Sistema. É necessária a manifestação favorável dos dois professores (orientador(a) e supervisor(a)) para que a inscrição seja efetivada.

3. A integração do(a) aluno(a) no Programa de Aperfeiçoamento de Ensino – PAE se dará em duas Etapas: Preparação Pedagógica e Estágio Supervisionado em Docência, sendo que este terá duração de 5 meses, de 01 de março a 30-07-2021, sendo este período passível de alteração, tendo em vista a definição do início das aulas na Graduação.

4. O Estágio Supervisionado em Docência caracteriza-se por participação em seminários, estudos dirigidos e discussão de tópicos em pequenos grupos, bem como organização e participação em plantões para elucidar dúvidas e aplicação de provas e exercícios. Será desenvolvido exclusivamente em disciplina de graduação durante cinco meses a partir de 01-03-2021 e não poderá exceder 6 horas semanais.

5. O Estágio Supervisionado em Docência do PAE é obrigatório para os alunos bolsistas CAPES de Doutorado.

6. Não poderão receber bolsa auxílio do PAE os alunos que tenham vínculo empregatício com a Universidade de São Paulo ou que excederam o número de participações no Estágio; isto é, que tenham recebido até quatro bolsas, limitando-se a duas bolsas no mestrado.

7. Não serão aceitas as inscrições de candidatos fora do período de 11-12-2020 a 26-01-2021, ou dos que não apresentarem todos os documentos mencionados neste edital.

8. A seleção será feita pela Comissão Coordenadora do PAE de acordo com os critérios a seguir: alunos bolsistas Capes, mérito acadêmico, maior tempo no curso e prioridade das disciplinas em que serão realizados os estágios. Alunos bolsistas Capes - Demanda Social, deverão cumprir as exigências previstas na Portaria Capes 76, de 14-04-2010, publicada no D.O.U em 19-04-2010, pág 31.

9. Alunos aprovados para o Estágio, após a convocação, deverão enviar o Termo de Compromisso, assinado pelo aluno e por duas testemunhas (o campo do "concedente" não deverá ser assinado) que ficará disponível no Janus – PAE – Termo, por e-mail (posfea@usp.br), no máximo até o dia 28-02-2021. O(a) aluno(a) que não enviar o Termo de Compromisso no prazo limite, terá seu estágio cancelado.

10. Os candidatos selecionados pela Comissão Central do PAE, como Bolsistas, serão comunicados por e-mail, no endereço informado na ficha de dados pessoais, e terão cinco dias úteis, a contar do envio deste e-mail, para comunicar à Comissão do PAE/ FEA (via e-mail ou presencial) o número da conta corrente no Banco do Brasil, de sua titularidade, caso não tenha informado anteriormente.

11. O aluno que participar do Estágio Supervisionado em Docência poderá receber um auxílio financeiro mensal desde que não tenha vínculo empregatício com a USP. Em qualquer hipótese, voluntário ou bolsista, essa participação não configura vínculo empregatício com a Universidade de São Paulo.

12. O estagiário bolsista ou voluntário deverá entregar na Secretaria de Pós-Graduação a folha de frequência preenchida e assinada por ele e pelo supervisor até o dia 22 de cada mês.

Os estagiários que não entregarem o controle de frequência no prazo estipulado pela Unidade não receberão o pagamento da bolsa referente ao mês do ocorrido.

13. No caso de interrupção ou desligamento na Etapa do Estágio Supervisionado em Docência, o aluno deverá apresentar junto à Secretaria de Pós-Graduação da FEA, documento informando a solicitação com sua assinatura, do professor Supervisor e de seu orientador. Se houver troca de disciplina ou supervisor em que o estágio está sendo realizado, também será necessário apresentar documento com as informações e assinaturas.

14. A participação no Estágio Supervisionado em Docência, a critério das Comissões Coordenadoras dos Programas de Pós-graduação da FEA, poderá ser computada no total de créditos mínimos exigidos em disciplinas, conforme as normas dos Programas, ao aluno que tenha cumprido todas as exigências do PAE satisfatoriamente.

15. Somente será concedido certificado aos alunos que cumprirem a primeira etapa com aproveitamento e aos alunos que concluírem satisfatoriamente a segunda etapa com pelo menos 80% de frequência, comprovado pela apresentação do relatório final elaborado pelo(a) supervisor(a) e pelo(a) estagiário e entregue até o dia 31-08-2021.

16. Alunos que não entregarem o Relatório e a Ficha de Avaliação ao final do estágio terão o mesmo cancelado, resultando, no caso de bolsista, na devolução do montante recebido.

17. Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Comissão Coordenadora do PAE da FEA.

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Comunicado

Uma vaga para monitor bolsista

Pós-Graduação da FFLCH-USP

Estarão abertas no período de 25-01-2021 a 15-02-2021, no e-mail posfflch@usp.br, as inscrições para preenchimento de uma vaga para a função de monitor bolsista com a finalidade específica de exercer atividades técnicas e didáticas, junto ao Serviço de Pós-Graduação da FFLCH-USP.

Poderão candidatar-se à monitoria os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da USP, que tenham completado, pelo menos, 4 semestres do respectivo curso e metade dos créditos exigidos para a obtenção do diploma e com prática em datilografia e microcomputador, Word for Windows.

O monitor selecionado será remunerado mediante bolsa, cujo valor fixado pelo Conselho Técnico-Administrativo da FFLCH-USP corresponde a R$ 967,94, por 30 horas semanais trabalhadas, sem vínculo empregatício com a Unidade.

A vigência da bolsa será de 6 meses, renováveis, automaticamente, por mais 6 meses, permitindo-se, todavia, que o aluno que já tenha exercido monitoria se candidate a novo processo seletivo.

É vedado o acúmulo de bolsas. Se o aluno já for bolsista de outra modalidade na USP, não será possível atuar e receber pela presente monitoria.

Todo o processo seletivo obedecerá às disposições contidas no Regimento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, artigos 67 a 71.

No ato da inscrição, o candidato deverá entregar cópia dos seguintes documentos: curriculum vitae atualizado, RG, CPF e vínculo acadêmico com a Faculdade. Deverá, também, fornecer endereço, telefone e e-mail para contato.

O processo seletivo consistirá de análise do curriculum vitae e entrevista.

Ao término do período da monitoria, o aluno deverá apresentar ao Serviço de Pós-Graduação, por intermédio do responsável, um relatório das atividades desenvolvidas.

O responsável pela monitoria poderá, a qualquer tempo, solicitar a dispensa do aluno monitor, mediante justificativa que deverá ser apreciada pelo Serviço de Pós-Graduação.

A monitoria também cessará antes do prazo determinado caso o aluno manifeste, por escrito, seu desinteresse.

(Edital Atac-3-SPG)

Comunicado

Uma vaga para monitor bolsista

Curso de Língua Japonesa e Provas de Proficiência em Língua Japonesa

Estarão abertas na Secretaria do Centro de Línguas, na Avenida Professor Lineu Prestes, 159 (Prédio da Casa de Cultura Japonesa), sala 05, Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, no período de 25-01-2021 a 15-02-2021, as inscrições para preenchimento de 1 vaga para a função de monitor bolsista com o objetivo de desenvolverem as seguintes atividades:

- acompanhar o professor na observação das aulas, dar suporte à elaboração do material do Curso Básico, ministrar algumas aulas sob a observação da educadora, elaborar provas, elaborar e aplicar testes de nível e divulgar resultados;

- acompanhar o processo de inscrição dos candidatos para provas de proficiência, checar o pagamento dos boletos antes das provas, enviar e receber e-mails dos candidatos no que concernem aos procedimentos, datas e outras questões referentes às provas. Quanto ao período da execução das provas, os monitores contratados deverão: testar, formatar, imprimir e aplicar as provas e, após a aplicação: divulgar gabarito, resultados, recorreção. Por fim, os monitores deverão arquivar as provas.

Poderão candidatar-se à monitoria os alunos regularmente matriculados no bacharelado do curso de Letras da FFLCH-USP, que tenham concluído o quarto semestre, ou alunos regularmente matriculados na Licenciatura em Línguas Orientais, ou alunos regularmente matriculados nos Programas de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura, com licenciatura em Letras/Japonês da FFLCH-USP. Conhecimento desejável do idioma igual ou acima de N3 do JLPT (Japanese-Language Proficiency Test).

Os monitores selecionados serão remunerados mediante bolsa, por 60 horas mensais, com valores de R$ 840 - alunos dos cursos de Graduação e R$ 1.260 - alunos dos cursos de pós-graduação, sem vínculo empregatício com a Unidade.

É vedado o acúmulo de bolsas. Se o aluno já for bolsista de outra modalidade na USP, não será possível atuar e receber pela presente monitoria.

A vigência da bolsa será de 6 meses, renováveis, automaticamente, por mais 6 meses, permitindo-se, todavia, que o aluno que já tenha exercido monitoria se candidate a novo processo seletivo.

Todo o processo seletivo obedecerá às disposições contidas no Regimento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, artigos 67 a 71.

No ato da inscrição, o candidato deverá enviar para o e-mail (monitoriascl@gmail.com) cópia dos seguintes documentos: Curriculum vitae (contendo experiência profissional e atividades acadêmicas), RG, CPF, Comprovante de vínculo acadêmico com a Universidade de São Paulo (resumo escolar e atestado de matrícula na graduação e licenciatura do sistema júpiter ou na pós-graduação, do sistema Janus). No caso de pós-graduando, certificado de conclusão do curso de licenciatura.

- Certificado de aprovação no exame N3 do JLPT, ou do exame equivalente, emitido entre 2018-2020, se houver, com detalhamento de seu desempenho linguístico.

Os candidatos inscritos receberão por e-mail as orientações sobre os procedimentos para a realização do processo seletivo que em virtude do isolamento da quarentena, excepcionalmente, ocorrerá a distância, por videoconferência e consistirá de 3 fases: Prova escrita, entrevista e análise do currículo.

Observação: Todos os critérios do processo seletivo são eliminatórios e será de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a divulgação de datas e horários relativos às fases da seleção pelo site do Centro de Línguas http://clinguas.fflch.usp.br/.

Ao término do período da monitoria, o aluno deverá apresentar ao Centro de Línguas, por intermédio do professor responsável, um relatório das atividades desenvolvidas.

O professor responsável pela monitoria poderá, a qualquer tempo, solicitar a dispensa do aluno monitor, mediante justificativa.

A monitoria também cessará, antes do prazo determinado, caso o aluno manifeste, por escrito, seu desinteresse.

(Edital Atac-4-CL-Proficiência Japonês)

Comunicado

Duas vagas de monitor bolsista

Estarão abertas na Secretaria do Centro de Línguas, na Avenida Professor Lineu Prestes, 159 (Prédio da Casa de Cultura Japonesa), sala 05, Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, no período de 01-02-2021 a 22-02-2021, as inscrições para preenchimento de 2 vagas para a função de monitor bolsista com o objetivo de desenvolver as seguintes atividades:

- acompanhar o processo de inscrição dos candidatos desde a abertura do edital no site até o arquivamento das provas checar o pagamento dos boletos antes das provas, enviar e receber e-mails das secretarias das unidades no que concernem os procedimentos e datas referentes às provas. Responder e-mails e telefonemas dos alunos sobre informações pertinentes às provas.

Quanto à execução das provas, o monitor deverá: formatar, imprimir, aplicar e corrigir as provas, entre outras atividades e, depois da aplicação: divulgar gabarito, resultados, recorreção. Por fim, o monitor deverá arquivar as provas.

Poderão candidatar-se à monitoria os alunos regularmente matriculados nos Cursos de Letras da FFLCH-USP, que tenham concluído o quarto semestre, ou alunos regularmente matriculados nos Programas de Pós-Graduação em Letras da FFLCH-USP.

Os monitores selecionados serão remunerados mediante bolsa, por 60 horas mensais, com valores de R$ 840 - alunos dos cursos de Graduação e R$ 1.260 - alunos dos cursos de pós-graduação, sem vínculo empregatício com a Unidade.

É vedado o acúmulo de bolsas. Se o aluno já for bolsista de outra modalidade na USP, não será possível atuar e receber pela presente monitoria.

A vigência da bolsa será de 6 meses, renováveis, automaticamente, por mais 6 meses, permitindo-se, todavia, que o aluno que já tenha exercido monitoria se candidate a novo processo seletivo.

Todo o processo seletivo obedecerá às disposições contidas no Regimento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, artigos 67 a 71.

No ato da inscrição, o candidato deverá enviar para o e-mail (monitoriascl@gmail.com) cópia dos seguintes documentos: Curriculum vitae (contendo experiência profissional e atividades acadêmicas), RG, CPF, Comprovante de vínculo acadêmico com a Universidade de São Paulo (resumo escolar e atestado de matrícula com disciplinas do sistema Júpiter ou na pós-graduação, do sistema Janus).

Os candidatos inscritos receberão por e-mail as orientações sobre os procedimentos para a realização do processo seletivo, que consistirá de 2 fases: Prova escrita em Inglês na modalidade remota, pela plataforma moodle e Entrevista, que em virtude do isolamento da quarentena, excepcionalmente, ocorrerá a distância, por videoconferência em horário agendado por e-mail.

Observação: Todos os critérios do processo seletivo são eliminatórios e será de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a divulgação de datas e horários relativos às fases da seleção pelo site do Centro de Línguas http://clinguas.fflch.usp.br/.

Ao término do período da monitoria, o aluno deverá apresentar ao Centro de Línguas, por intermédio do professor responsável, um relatório das atividades desenvolvidas.

O professor responsável pela monitoria poderá, a qualquer tempo, solicitar a dispensa do aluno monitor, mediante justificativa.

A monitoria também cessará, antes do prazo determinado, caso o aluno manifeste, por escrito, seu desinteresse.

(Edital Atac-005-21-CL-Proficiência Inglês)

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

CAMPUS DE BAURU

Faculdade de Engenharia

Citação

Na qualidade de Presidente da Comissão Processante Especial constituída por meio da Portaria do Diretor, de 15-10-2020 (cópia anexa), venho por meio desta Citar Andre Christóvão Pio Martins quanto à instauração do Processo Administrativo Disciplinar em referência, bem como Convoca-Lo para, na condição de indiciado, comparecer à audiência de interrogatório que será realizada no dia 01-02-2021, às 16 horas e 15 minutos, por meio de Videoconferência na plataforma Google Meet, devendo se fazer acompanhar de advogado legalmente constituído.

Fica Intimada a acompanhar, no mesmo dia e por meio da presença de seu advogado, às oitivas de André Luiz Andreoli, as 14h, na qualidade de colaborador administrativo; Mario Eduardo Bordon, as 14h45, na qualidade de testemunha; e Daniel Jugend, as 15h30, na qualidade de testemunha, todas por meio de Videoconferência na plataforma Google Meet.

Informo que poderá arrolar até ou 5 testemunhas, bem como requerer provas, no prazo de 5 dias, a contar da data de seu interrogatório.

(Processo 579/47/01/2020-FE-C/Bauru)

CAMPUS DE JABOTICABAL

Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias

Comunicado

Processo Seletivo para Preenchimento de Vagas do Programa de Aprimoramento Profissional em Medicina Veterinária - 2021

Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Unesp - Câmpus de Jaboticabal

Edital de Abertura de Inscrições - 2020 - 01/2020 – HV

Edital republicado, em virtude da pandemia Covid-19, seguindo as recomendações do Comitê Unesp Covid-19, o Coordenador do Programa de Aprimoramento Profissional em Medicina Veterinária decidiu por realizar modificações no Edital 01/2020 - HV, que incidem sobre prorrogação de prazo de inscrição, aplicação de prova de forma digital e alteração nas datas de realização das provas.

A Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Unesp - Câmpus de Jaboticabal torna público abertura de inscrições, no período de 04-01-2021 a 05-02-2021, do Processo Seletivo para o preenchimento de 06 vagas do Programa de Aprimoramento Profissional em Medicina Veterinária, a serem oferecidas em 2021 para Médicos Veterinários portadores de diploma de graduação obtido no máximo há 03 anos e estudantes que concluirão a graduação até a data do início do Programa, com bolsas de estudos fornecidas por empresas privadas.

I - Das Instruções

1.1. As instruções gerais relativas ao Processo Seletivo para o Programa de Aprimoramento Profissional - 2021 serão divulgadas no site https://www.fcav.unesp.br/#!/ensino/pos-graduacao-new/programas/lato-sensu/ e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (D.O.-SP) - Poder Executivo - Seção I.

1.2. Apresentação sobre o programa oferecido, temário básico e bibliografia, constam no Anexo I.

1.3. Instruções especiais que regem este Processo Seletivo, sobre as quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

II - Das Vagas/Bolsas de Estudo e da Carga Horária

2.1. Serão oferecidas 06 vagas:

01 vaga na área de Anestesiologia de Pequenos e Grandes Animais, com bolsa fornecida pela Empresa Agener União - Saúde Animal;

01 vaga na área de Clínica Cirúrgica de Grandes Animais, com bolsa fornecida pelo Convênio Hospital Veterinário e Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino e Extensão - Funep;

01 vaga na área de Clínica Cirúrgica de Pequenos Animais, com bolsa fornecida pela Empresa Agener União - Saúde Animal;

01 vaga na área de Clínica Médica de Grandes Animais, com bolsa fornecida pelo Convênio Hospital Veterinário e Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino e Extensão - Funep;

01 na área de Clínica Médica de Pequenos Animais, com bolsa fornecida pela Empresa Agener União - Saúde Animal;

01 vaga na área de Nutrição e Nutrição Clínica de Cães e Gatos, com bolsa fornecida pela Empresa Empresa Affinity Pet Care - Campinas - SP.

2.2. O referido programa tem a duração de 2 anos, com carga horária mínima prevista de 3520 horas, correspondendo a 40 horas semanais.

2.3. O valor bruto da bolsa de estudo é de R$1.500,00.

2.4. Durante o curso, o aprimorando não poderá ter outro vínculo empregatício, devendo dedicar-se exclusivamente ao Programa de Aprimoramento Profissional em Medicina Veterinária, durante os 24 meses previstos para o mesmo.

III - Da Inscrição

3.1. A inscrição do candidato implicará em conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

3.1.1. O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o total e o correto preenchimento da ficha de inscrição, disponível no site https://www.fcav.unesp.br/#!/ensino/pos-graduacao-new/programas/lato-sensu/, do correspondente pagamento da taxa de inscrição no valor de R$86,00, por meio de depósito/transferência bancária na Agência do Banco do Brasil - 6514-5 - conta: 5294-9 e envio de documentos, conforme subitem 3.3.3.

3.2. Ao efetivar a inscrição, o candidato, sob as penas da lei, assume:

3.2.1. Ter lido na íntegra e concordado com os termos deste Edital;

3.2.2. Quando do sexo masculino, cumpriu as obrigações com o Serviço Militar;

3.2.3. É brasileiro, nato ou naturalizado, ou goza das prerrogativas previstas no artigo 12 da Constituição Federal e demais disposições de lei;

3.2.4. Votou na última eleição ou justificou nos termos da lei;

3.2.5. Está habilitado para o exercício profissional;

3.2.6. Concluiu o Curso de Medicina Veterinária em Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC no máximo há 3 anos ou o concluirá até a data do início do Programa;

3.2.7. Possuirá o registro no respectivo Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, ou protocolo de inscrição, ou equivalente na data da matrícula.

3.3. As inscrições deverão ser realizadas no período 04-01-2021 a 05-02-2021.

3.3.1. A inscrição deverá ser feita mediante o correto preenchimento da ficha de inscrição disponível no site http://www.fcav.unesp.br - "link" próprio da página do processo seletivo e o pagamento da taxa, no valor de R$86,00, por meio de depósito/transferência bancária na Agência do Banco do Brasil - 6514-5 - conta: 5294-9.

3.3.2. A efetivação da inscrição estará condicionada ao encaminhamento dos documentos, conforme subitem 3.3.3, enviados por e-mail até ás 23h e 59 minutos do dia 05-02-2021, com Assunto (Documentos para a Inscrição no Aprimoramento) para Seção Técnica de Pós-Graduação da FCAV (posgrad.fcav@unesp.br). Enviar preferencialmente todos os documentos anexos em um único arquivo PDF devidamente identificado com nome do Candidato.

3.3.3. Para inscrever-se serão necessários:

3.3.3.1. Fotocópia do diploma ou certificado de conclusão do curso ou atestado que comprove estar cursando o último período letivo de graduação em Medicina Veterinária (devendo concluí-lo até a data do início do Programa), em escola e curso reconhecidos pelo MEC;

3.3.3.2. Ficha de Inscrição impressa e assinada e Formulário Curricular devidamente preenchido (Pontuados), disponível no site https://www.fcav.unesp.br/#!/ensino/pos-graduacao-new/programas/lato-sensu/ - juntamente com os comprovantes na ordem indicada.

3.3.3.3. Histórico escolar do curso de graduação;

3.3.3.4. Fotocópia do documento de identidade: RG e CPF;

3.3.3.5. Prova de quitação com o serviço militar (candidatos do sexo masculino);

3.3.3.6. Comprovante de votação da última eleição ou de justificativa;

3.3.3.7. 01 Foto 3x4 recente;

3.3.3.8. Comprovante original do depósito bancário, no valor de R$86,00. Não haverá em hipótese alguma, devolução da importância paga seja qual for o motivo alegado;

3.4. Serão consideradas as inscrições recebidas por e-mail até 23h e 59 minutos do dia 05-02-2021, conforme subitem 3.3.3. As inscrições cujos documentos forem enviados após essa data estarão automaticamente indeferidas.

3.5. Será dada acessibilidade aos candidatos portadores de deficiência ou com condições especiais, mediante especificação na ficha de inscrição e apresentação do laudo médico comprovando a deficiência.

3.5.1. O candidato que necessitar de prova especial e/ou de condição especial para realizar a prova deverá requerê-la, anexando laudo médico, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência, durante o período de 04-01-2021 a 05-02-2021, para o e-mail: posgrad.fcav@unesp.br em arquivo pdf.

3.5.2. O candidato que não proceder conforme o estabelecido neste subitem, não terá a sua prova especial preparada e/ou as condições especiais providenciadas, seja qual for o motivo alegado.

3.6. Amparado pela Lei Estadual 12.782, de 20-12-2007, o candidato terá direito à redução de 50% do valor do pagamento da taxa de inscrição, desde que Cumulativamente seja estudante regularmente matriculado em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação e receba remuneração mensal inferior a 2 salários mínimos vigentes no Estado de São Paulo ou esteja desempregado.

3.6.1. O candidato que se enquadrar nas condições previstas no subitem anterior poderá solicitar a redução do pagamento da taxa de inscrição, obedecendo aos seguintes procedimentos:

3.6.1.1. Acessar o site https://www.fcav.unesp.br/#!/ensino/pos-graduacao-new/programas/lato-sensu/ para preencher total e corretamente e imprimir o requerimento (Anexo IV) de solicitação de redução de taxa de inscrição com os dados solicitados.

3.6.1.2. Enviar até 27-01-2021 para o e-mail da Seção Técnica de Pós-Graduação da FCAV posgrad.fcav@unesp.br, com o assunto: Documentos para a Solicitação de Redução da Taxa de Inscrição - Aprimoramento, com os seguintes documentos escaneados:

3.6.1.2.1. Requerimento de solicitação de redução de taxa de inscrição (Anexo IV) preenchido com os dados solicitados e assinada;

3.6.1.2.2. Certidão ou declaração expedida por instituição de ensino público ou privada comprovando a sua condição estudantil.

3.6.1.2.3. Comprovante de rendimento especificando perceber remuneração mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos vigentes no Estado de São Paulo, ou declaração, por escrito, da condição de desempregado (Anexo II).

3.6.2. Serão considerados somente os documentos encaminhados conforme estabelecido neste Edital.

3.6.3. O candidato deverá no dia 01-02-2021, acessar o site https://www.fcav.unesp.br/#!/ensino/pos-graduacao-new/programas/lato-sensu/ ou entrar em contato com a Seção Técnica de Pós-graduação pelo telefone (16) 3209-7110, para verificar o resultado da solicitação de redução de taxa de inscrição, não podendo o candidato alegar qualquer espécie de desconhecimento.

3.6.4. O candidato que tiver a solicitação deferida deverá proceder à efetivação da inscrição com o correspondente valor da taxa de inscrição reduzida no valor de R$43,00, por meio de depósito bancário na Agência do Banco do Brasil - 6514-5 - conta: 5294-9, até o dia 05-02-2021.

3.6.5. O candidato que tiver a solicitação indeferida deverá proceder à efetivação da inscrição com o correspondente valor da taxa de inscrição plena.

3.7. A inscrição somente será efetivada quando o pagamento da taxa de inscrição for realizado.

3.8. A Instituição não se responsabiliza, por solicitação de inscrição pela internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3.9. O correspondente pagamento do valor da taxa de inscrição:

3.9.1. Deverá ser por meio de depósito/transferência bancária na Agência do Banco do Brasil - 6514-5 - conta: 5294-9.

3.9.1.1. Não será aceito comprovante de agendamento de pagamento.

3.9.2. Não haverá devolução, da importância paga, mesmo que efetuada a mais ou em duplicidade, nem isenção parcial ou integral de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto ao candidato amparado pela Lei Estadual 12.782, de 20-12-2007.

3.9.3. O candidato deverá no dia 10-02-2021, consultar a Efetivação da Inscrição no site https://www.fcav.unesp.br/#!/pos-graduacao/programas-pg/aprimoramento-profissional-em-medicina-veterinaria/processo-seletivo/.

3.9.4. Em caso de dúvida, o candidato deverá entrar em contato com a Coordenação do Processo Seletivo, no dia 11-02-2021, das 14h30 às 17h, pelo telefone (16) 3209-7110.

3.10. O candidato que não tiver acesso particular à internet poderá utilizar-se de serviços da rede pública do Programa Acessa São Paulo: infocentros disponibilizados em locais públicos para acesso à internet, distribuídos em todas as regiões da cidade de São Paulo e em várias cidades do Estado de São Paulo. Para utilizar os equipamentos, basta fazer um cadastro apresentando RG nos próprios Postos.

3.10.1. A relação completa dos infocentros está disponível no site www.acessasp.sp.gov.br, acessando "Catálogo de Postos".

3.11. As informações prestadas na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, podendo a Coordenação do Programa de Aprimoramento da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Unesp - Câmpus de Jaboticabal, excluir do Processo Seletivo aquele que apresentar dados incorretos ou inverídicos.

3.12. O candidato deverá no dia 12-02-2021, consultar a Relação de Convocados para a Primeira Fase - Prova Escrita, que será publicada no site https://www.fcav.unesp.br/#!/ensino/pos-graduacao-new/programas/lato-sensu/, para constatar eventual irregularidade referente à sua inscrição.

3.12.1. Constatada(s) irregularidade(s), o candidato deverá contatar a Coordenação do Processo Seletivo pelo telefone (16) 3209-7110, no dia 12-02-2021.

3.13. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar e conferir os dados, prazos e datas previstas neste Edital, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

IV - Do Processo Seletivo

4.1. O Processo Seletivo será realizado de forma virtual. A normas estarão publicadas no site https://www.fcav.unesp.br/#!/pos-graduacao/programas-pg/aprimoramento-profissional-em-medicina-veterinaria/processo-seletivo/. Constará de duas fases:

4.1.1. Primeira Fase - Prova Digital

4.1.2. Segunda Fase - Análise e julgamento do Curriculum vitae (devidamente documentado) com Arguição Oral Técnica, por videoconferência.

V - Da Realização das Provas

5.1. Primeira Fase - Prova Digital

5.1.1. Tem data de realização prevista para o dia 18-02-2021, horários e formas de acesso serão divulgados no site https://www.fcav.unesp.br/#!/pos-graduacao/programas-pg/aprimoramento-profissional-em-medicina-veterinaria/processo-seletivo/.

5.1.2. É de caráter eliminatório e classificatório, será composta de questões de múltipla escolha e de questões dissertativas sobre matéria relativa à área de opção do candidato(a), de acordo com o programa e a bibliografia de cada área (Anexo I);

5.1.3. A prova terá duração improrrogável de 3 horas.

5.1.4. É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação no site https://www.fcav.unesp.br/#!/pos-graduacao/programas-pg/aprimoramento-profissional-em-medicina-veterinaria/processo-seletivo/, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

5.1.5. Não será aplicada prova digital em hipótese alguma, em data ou em horário diferente do especificado neste Edital (que devem ser confirmados no edital de convocação).

5.1.6. É de inteira responsabilidade do candidato o acesso ao ambiente digital da prova, bem como a utilização de equipamento e de rede de internet adequadas à sua participação, não cabendo à FCAV Unesp qualquer responsabilidade por eventual dificuldade de conexão ou incompatibilidade, seja por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, seja por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem o acesso ao ambiente da prova.

5.1.7. O candidato poderá realizar a prova digital em desktop ou em notebook, equipados com câmera digital, sendo de sua responsabilidade a avaliação da individualidade de cada equipamento que, eventualmente, poderá prejudicar a realização da prova. Por questões técnicas, não é recomendado o uso de dispositivos móveis do tipo celulares, smartphones, tablets, ou qualquer outro.

5.1.8. O candidato deverá realizar o acesso ao ambiente da prova por meio dos navegadores Google Chrome ou Firefox, preferencialmente, na versão mais atual do software, e acesso à internet com velocidade mínima de 1 (um) Mbps (megabits por segundo).

5.1.9. É de inteira responsabilidade do candidato a escolha do local mais adequado para realização da prova digital, de maneira a ficar isolado (sem contato com outras pessoas) durante toda sua realização.

5.1.10. O candidato deverá estar munido de um dos seguintes documentos originais, com foto e dentro do prazo de validade: Cédula de Identidade, Carteira do Conselho de Classe, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Certificado de Alistamento Militar, Carteira Nacional de Habilitação (na forma da Lei 9.503/97) ou Passaporte.

5.1.10.1. Não será aceita cópia de documentos, ainda que autenticadas. Protocolos, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira de Estudante, Crachá e Identidade Funcional de natureza pública ou privada, não serão aceitos, ainda que sejam originais.

5.1.11. O candidato que, eventualmente, necessitar alterar dados cadastrais, por erro de digitação constante no Edital de Convocação para Primeira Fase - Prova Digital deverá procurar a Coordenação do Programa de Aprimoramento pelo telefone (16)3209-7110 ou por meio do email: posgrad.fcav@unesp.br.

5.1.11.1. O candidato que não solicitar as correções dos dados pessoais, nos termos do subitem anterior deverá arcar, exclusivamente, com as consequências advindas de sua omissão.

5.1.12. O candidato que queira fazer alguma reclamação ou sugestão por escrito, deverá procurar a Coordenação do Programa de Aprimoramento por meio do email: posgrad.fcav@unesp.br.

5.1.13. Não haverá prorrogação do tempo previsto, para a realização da prova, em virtude de saída do candidato da sala de prova, seja qual for o motivo alegado.

5.1.14. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que além das previstas neste Edital:

5.1.14.1. Não acessar o ambiente de prova(s) e/ou não realizar a prova digital seja qual for o motivo alegado;

5.1.14.2. Não apresentar um dos documentos de identificação original, nos termos deste Edital, para a realização da prova;

5.1.14.3. Ausentar-se do local de prova;

5.1.14.4. For surpreendido em comunicação com outras pessoas;

5.1.14.5. Estiver com o telefone celular ligado ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico e de comunicação (tablet, relógio com calculadora, calculadora e outros), livros, notas ou impressos não autorizados e fornecidos;

5.1.14.6. Utilizar outros meios ilícitos para a execução da prova;

7.1.14.7. Estiver fazendo uso de gorro, chapéu ou boné e óculos de sol, exceto se enquadrar no item 3.5;

5.1.14.8. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;

5.1.14.9. Agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da banca encarregada da aplicação da prova.

5.2. Segunda Fase - Análise de Curriculum vitae com arguição oral técnica, por videoconferência.

5.2.1. O candidato deverá no dia 22-02-2021, acessar o site https://www.fcav.unesp.br/#!/pos-graduacao/programas-pg/aprimoramento-profissional-em-medicina-veterinaria/processo-seletivo/, para consultar o Edital de Resultado da Primeira Fase e Convocação para a Segunda Fase - Análise de Curriculum vitae com arguição oral técnica, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

5.2.2. A Análise do Curriculum vitae com arguição oral técnica será realizada por videoconferência, no dia 23-02-2021, sendo que os horários e endereços eletrônicos serão divulgados no Edital de Resultado da Primeira Fase e Convocação para a Segunda Fase, https://www.fcav.unesp.br/#!/pos-graduacao/programas-pg/aprimoramento-profissional-em-medicina-veterinaria/processo-seletivo/, sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação.

5.2.3. Para a realização da segunda fase, os candidatos deverão acessar o link da entrevista remota conforme estabelecido no Edital de Convocação para a Segunda Fase com antecedência mínima de 05 minutos do horário estabelecido para o seu início. Não serão admitidos retardatários sob pretexto algum;

5.2.4. O candidato que não se conectar no horário estabelecido terá nota zero atribuída à Análise de Curriculum vitae.

5.2.5. O candidato deverá estar munido de um dos seguintes documentos originais, com foto e dentro do prazo de validade: Cédula de Identidade, Carteira dos Conselhos de Classe, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Certificado de Alistamento Militar, Carteira Nacional de Habilitação (na forma da Lei 9.503/97) ou Passaporte.

5.2.5.1. Não será aceita cópia de documentos, ainda que autenticadas. Protocolos, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira de Estudante, Crachá e Identidade Funcional de natureza pública ou privada, não serão aceitos, ainda que sejam originais.

5.2.6. A divulgação dos resultados finais do Processo seletivo será no dia 25-02-2021 e a confirmação do Resultado será no dia 26-02-2021, pelo site https://www.fcav.unesp.br/#!/pos-graduacao/programas-pg/aprimoramento-profissional-em-medicina-veterinaria/processo-seletivo/.

5.2.6.1. É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação.

VI - Da Pontuação, dos Critérios de Desempate e da Classificação.

6.1. Primeira Fase - Prova Digital

6.1.1. A Prova Digital será composta de questões de múltipla escolha e de questões dissertativas sobre matéria relativa à área de opção do candidato(a), de acordo com o programa e a bibliografia de cada área (Anexo I) e será atribuída até no máximo 10 pontos;

6.1.2. Serão considerados habilitados para a Segunda fase do Processo, os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 6 pontos na Prova Digital.

6.2. Segunda Fase - Análise de Curriculum vitae com arguição oral técnica, por videoconferência, incluindo prova prática, a depender da banca examinadora.

6.2.1. à Análise de Curriculum vitae com arguição oral técnica será atribuído até no máximo 10 pontos; de acordo com os critérios de pontuação do formulário curricular, disponível no site https://www.fcav.unesp.br/#!/pos-graduacao/programas-pg/aprimoramento-profissional-em-medicina-veterinaria/processo-seletivo/.

6.2.2. A nota final será determinada pela média aritmética simples da nota obtida na primeira fase e da nota obtida na segunda fase.

6.2.3. Os candidatos habilitados serão classificados, dentro da área de especialização, de acordo com o resultado final obtido;

6.3. A não apresentação do Curriculum vitae implicará em não pontuação e na exclusão do candidato do Processo seletivo, independente da pontuação obtida na Prova da 1ª fase.

6.4. Em caso de igualdade na pontuação final, terá preferência para efeito de classificação, sucessivamente, o candidato:

6.4.1. Com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/03, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;

6.4.2. Que obtiver maior pontuação na prova digital;

6.4.3. Que obtiver maior pontuação na segunda fase;

6.4.4. For mais idoso dentre os candidatos com idade inferior a 60 (sessenta) anos.

VII - Dos Recursos

7.1. Da Primeira fase - Prova Digital

7.1.1. O prazo para interposição de recurso será de 1 dia útil, contado da data da divulgação ou do fato que lhe deu origem, devendo, para tanto, o candidato preencher o Anexo III.

7.1.2. Não serão aceitos recursos interpostos entregues fora dos prazos estipulados neste Edital.

7.1.3. O recurso deverá ser entregue na Seção Técnica de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Unesp - Câmpus de Jaboticabal - SP, situada no endereço Via de acesso Prof. Paulo Donato Castellane, s/n - CEP 14884-900, em 2 vias de igual teor (original e cópia), devidamente fundamentado e contendo: nome, nº de inscrição, número do documento de identidade, nome do programa, endereço completo, nº de telefone(s) e e-mail de contato, questionamento, embasamento, local, data e assinatura conforme o Anexo III.

7.1.4. Após análise do recurso, o candidato será notificado por e-mail em relação ao resultado do recurso.

7.1.5. No caso de provimento do recurso interposto dentro das especificações, esse poderá, eventualmente, alterar a nota/classificação inicial obtida pelo candidato para uma pontuação/classificação superior ou inferior ou ainda ocorrer à desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para habilitação.

7.1.6. Se, da avaliação de recurso, resultar em anulação de questão, a pontuação correspondente será creditada a todos os candidatos presentes na prova digital, independentemente de terem recorrido.

7.1.7. Será indeferido o recurso interposto fora da forma e dos prazos estipulados neste Edital.

7.1.8. Em hipótese alguma, será aceito pedido de revisão de recurso, recurso de recurso e/ou de gabarito oficial definitivo e do resultado definitivo da prova digital.

7.1.9. Não haverá, em hipótese alguma, vistas das provas.

7.2. Da Segunda Fase - Análise Curriculum Vitae com Arguição Oral Técnica, por videoconferência.

7.2.1. O prazo para interposição de recurso será de 1 dia útil, contado da data da divulgação ou do fato que lhe deu origem, devendo, para tanto, o candidato deverá preencher o Anexo III.

7.2.2. Não serão aceitos recursos interpostos entregues fora dos prazos estipulados neste Edital;

7.2.3 O recurso deverá ser entregue na Seção Técnica de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Unesp - Câmpus de Jaboticabal - SP, situada no endereço via de acesso Prof. Paulo Donato Castellane, s/n - CEP 14884-900, em 2 vias de igual teor (original e cópia), devidamente fundamentado e contendo: nome, nº de inscrição, número do documento de identidade, nome do programa, endereço completo, n. de telefone(s) e e-mail de contato, questionamento, embasamento, local, data e assinatura conforme o Anexo III.

7.2.4. Após análise do recurso, o candidato será notificado por e-mail em relação ao resultado do recurso.

7.2.5. No caso de provimento do recurso interposto dentro das especificações, esse poderá, eventualmente, alterar a nota/classificação inicial obtida pelo candidato para uma nota/classificação superior ou inferior ou ainda ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para habilitação;

7.2.6. Em hipótese alguma, será aceito pedido de revisão de recurso e recurso de recurso.

VIII - Da Convocação para a Matrícula

8.1. O candidato deverá no dia 26-02-2021, consultar o Edital - Resultado Final e Convocação para Matrícula, publicado no site https://www.fcav.unesp.br/#!/pos-graduacao/programas-pg/aprimoramento-profissional-em-medicina-veterinaria/processo-seletivo/ no qual constará a classificação final dos candidatos. Os candidatos selecionados iniciarão o programa no dia 01-03-2021. É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

8.2. A matrícula está prevista para o dia 01-03-2021, por meio de e-mail. O candidato deverá estar atento quanto à convocação por e-mail para a matrícula; uma vez perdido o prazo/data será excluído tacitamente do Processo Seletivo.

8.3. No ato da matrícula, o candidato aprovado/convocado deverá fazer o envio dos seguintes documentos, por e-mail (posgrad.fcav@unesp.br), preferencialmente em um único arquivo:

8.3.1. Cópia da Carteira do CRMV/SP; caso possuir apenas o protocolo de tramitação do CRMV, o candidato deverá apresentar a cópia do protocolo no ato da matrícula e até a data de 31-05-2021 deverá apresentar a cópia da carteira do CRMV;

8.3.2. Carteira de vacinação atualizada com esquema de vacinação: febre amarela, dupla adulto, hepatite B, tríplice viral, antirrábica, tétano e varicela; Exame de Titulação de Anticorpos contra raiva (caso não tenha títulos suficientes, deverá apresentar comprovante de vacinação no momento da matrícula, e até 01-03-2021 deverá apresentar novo exame de titulação contra raiva);

8.3.3. Diploma ou declaração de conclusão de curso de ensino superior em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação;

8.3.4. Apólice de seguro contra acidentes pessoais com cobertura de despesas médico-hospitalares;

8.3.5. Comprovante de residência atual;

8.4. A não entrega dos documentos, na data fixada, eliminará o candidato do Processo Seletivo, não podendo matricular-se no Programa, ficando anulados todos os atos decorrentes da inscrição.

8.5. Na hipótese de restarem vagas, serão feitas novas convocações para o seu preenchimento, seguindo a classificação dos candidatos.

8.5.1. As convocações em segunda chamada serão feitas, sucessivamente, exclusivamente através de telefone e e-mail.

8.5.2. Os candidatos excedentes, em rigorosa ordem de classificação, poderão ser convocados, para substituir desistentes, até 31-05-2021.

8.5.3. Decorrida essa data, não haverá substituição de candidatos desistentes, ficando automaticamente cessada a validade deste Processo Seletivo.

IX - Das Disposições Gerais

9.1. Haverá exclusão sumária do candidato, quando:

9.1.1. For constatada inexatidão de qualquer informação fornecida pelo candidato durante o Processo Seletivo;

9.1.2. Houver a ausência do candidato em qualquer uma das fases do Processo Seletivo para o Programa de Aprimoramento, qualquer que seja a alegação;

9.1.3. Não enviar toda a documentação requerida nos prazos e condições estipuladas neste Edital;

9.1.4. Não efetuar a Matrícula.

9.2. Não serão fornecidos atestados ou certificados relativos à classificação ou pontuação.

9.3. A validade do Processo Seletivo se esgotará em 31-05-2021.

9.4. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações e/ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será publicada em Edital pelos sites www.fcav.unesp.br e no D.O.-SP, razão pela qual os candidatos deverão acompanhar sistematicamente esses meios de comunicação, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

9.5. A Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Unesp - Câmpus de Jaboticabal - SP se exime das despesas decorrentes de viagens e estadias dos candidatos para comparecimento em quaisquer das fases deste Processo Seletivo.

9.6. A Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Unesp - Câmpus de Jaboticabal - SP não se responsabiliza pela desclassificação do candidato decorrente de:

9.6.1. Perdas de prazo;

9.6.2. Endereço não atualizado, de difícil acesso e/ ou de terceiros;

9.6.3. Correspondência devolvida pela ECT por razões diversas;

9.6.4. Correspondência recebida por terceiros;

9.7. Objetos esquecidos e/ou danificados nos locais das provas.

9.8. Toda menção a horário neste Edital e em outros atos dele decorrentes terá como referência o horário oficial de Brasília.

9.9. Os casos não previstos neste Edital serão julgados pela Coordenação do Processo Seletivo da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Unesp - Câmpus de Jaboticabal - SP.

Anexo I

Processo Seletivo do Programa de Aprimoramento Profissional da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Unesp - Câmpus de Jaboticabal

Programa Oferecido

Programa de Aprimoramento Profissional em Medicina Veterinária

Supervisor Titular – Prof. Dr. Andrigo Barboza de Nardi

Duração do Programa - 2 anos

Conteúdo Programático e Bibliografia para Prova

1. Anestesiologia de Pequenos e Grandes Animais

1.1. Farmacologia dos Anestésicos

1.2. Medicação Pré-anestésica

1.3. Estágios e Planos da Anestesia Clínica nas Espécies Animais

1.4. Técnicas de Administração de Anestésicos Gerais

1.5. Técnicas de Respiração Assistida e Mecânica

1.6. Técnicas de Monitoração do Paciente

1.7. Técnicas de Administração de Anestésicos Locais

1.8. Cuidados e Emergências pré, trans e pós-anestésicas

1.9. Dor e Analgesia

Referências Bibliográficas

AHRENS, F. A. Pharmacology. USA, Williams & Wilkins, 1996. 313p

BOOTH, N.H.; McDONALD, L.E. Farmacologia e terapêutica veterinária. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, l992, 6.ed.

FANTONI, D.; CORTOPASSI, S.R.G. Anestesia em cães e gatos. São Paulo, Roca, 2002, 1a. ed.

GILMAN, A.G.; RALL, R.W.; NIES, A.S.; TAYLOR, P. As bases farmacológicas da terapêutica. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1991, 8.ed.

GUERRERO, P.N.H.; NUNES, N. Monitoramento do índice biespectral em cães. Semina, v.24, p.163-170, 2003.

HALL, L.W.; CLARKE, K.W. Anestesia Veterinária, São Paulo, Editora Manole, 1987.

HELLEBREKERS, L.J. Dor em animais. 1.ed. Barueri: Manole, 2002, 172 p.

LUMB, W.V.; JONES, W.E. Veterinary anesthesia, Philadelphia, Lea & Febiger, 1984, 2. ed.

MASSONE, F. Anestesiologia veterinária. Rio de Janeiro, Guan. Koogan, 1994, 2.ed.

MUIR, W.W.; HUBBELL, J.A.E. Equine anesthesia: Monitoring and emergency therapy. Saint Louis, Mosby, 1992.

MUIR, W.W.; HUBBELL, J.A.E.; SKARDA, R.T.; BERDNARKI, R.M. Handbook of veterinary anesthesia. Saint Louis, Mosby, 1995, 2.ed.

NUNES, N.; LOPES, P.C.F; GERING, A.P. Anestesia no paciente com cancer: in: Oncologia em Cães e Gatos. Rio de Janeiro, Roca, p.159-166, 2016.

PADDLEFORD, R. R. Manual of Small Animal Anesthesia. 2.ed. Philadelphia, Saunders, 1999. 371p

ROGERS, M.C.; THINKER, J.H.; COVINO, B.G.; LONGNECKER, D.E. Principles and practice of anesthesiology. Saint Louis, Mosby, 1993.

SHORT, C.E. Principles and practice of veterinary anesthesia. Baltimore, Williams & Wilkins, 1987.

SPINOSA, H.S.; GÓRNIAK, S.L.; BERNARDI, M.M. Farmacologia Aplicada a Medicina Veterinária. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996. THURMON, J.C.; TRANQUILLI, N.J.; BENSON, G.J. Lumb & Jones veterinary anaesthesia. 3 ed. New York: Lea & Febiger, 1996. p 448-78.

2. Clínica Cirúrgica de Grandes Animais

2.1. Técnicas Cirúrgicas

Unidade I - Conceituação geral, divisão, classificação.

Unidade II - Nomenclatura cirúrgica.

Unidade III - Profilaxia da infecção.

Unidade IV - Pré-, per- e pós-operatório.

Unidade V - Paramentação e instrumentação cirúrgica.

Unidade VI - Tempos fundamentais da cirurgia.

Unidade VII - Técnicas cirúrgicas aplicadas aos diferentes órgãos e sistemas.

2.2. Patologia Cirúrgica Geral

Unidade I - Distrofias cirúrgicas: abscessos, flegmão, empiema, úlceras, gangrena e fistulas.

Unidade II - Ectopias e Paratopias: hérnias, eventração e evisceração.

Unidade III - Infecções cirúrgicas: sepse e choque séptico.

Unidade IV - Traumatismos.

2.3. Clínica Cirúrgica de Grandes Animais

Unidade I - Afecções cirúrgicas da cabeça: narinas, dentes, ossos da face, seios paranasais e bolsas

guturais.

Unidade II - Afecções cirúrgicas da região cervical: faringe, laringe, esôfago e traqueia.

Unidade III - Afecções cirúrgicas do tórax.

Unidade IV - Afecções cirúrgicas do abdômen e órgãos gastrintestinais

Unidade V - Afecções cirúrgicas dos órgãos geniturinários dos machos

Unidade VI - Afecções cirúrgicas do sistema musculoesquelético

Unidade VII - Terapia pós-operatória e intensivista.
Referências Bibliográficas
ADAMS, S. B.; FESSLER, J. F. Atlas of equine surgery. Philadelphia: Saunders, 2000. 428p.
AUER, J. A.; STICK, J. A. Equine Surgery. 4.ed. St. Louis: Elsevier Saunders, 2012. 1536p.
AUER, J. A.; STICK, J. A.; KÜMMERLE, J. M.; PRANGE, T. Equine Surgery. 5.ed. St. Louis: Elsevier Saunders, 2019. 1882p.
BAKER, G.J.; EASLEY, J. Equine dentistry. 2.ed. London: Elsevier Saunders, 2005. 353p.
BAXTER, G.M. Adams & Stashak's Lameness in horses. 6. ed. Ames: Wiley-Blackwell, 2011.1284p.
BLIKSLAGER, A.T.; WHITE N.A.; MOORE, J.N.; MAIR, T.S. The equine acute abdomen. 3.ed. Hoboken: Willey Blackwell, 2017. 730p.
BLOWEY, R.W.; WEAVER, A. D. Color atlas of diseases and disorders of cattle. 3.ed. St. Louis: Mosby Elsevier, 2011. 267p.
EASLEY, J.; DIXON, P.A.; SCHUMACHER, J. Equine dentistry. 3.ed. London: Elsevier Saunders, 2011. 410p.
FUBINI, S. L.; DUCHARME, N. G. Farm animal surgery. 2.ed. St. Louis: Elsevier, 2017. 662p.
GREENOUGH, P. R.; WEAVER, A. D. Lameness in cattle. 3.ed. Philadelphia: Saunders, 1997. 336p.
HENDRICKSON, D. A.; BAIRD, A. N. Turner and McIlwraith's techniques in large animal surgery. 4. ed, Oxford: Wiley Blackwell, 2013.
HINCHCLIFF, K. W.; KANEPS, A. J.; GEOR, R. J. Equine sports medicine and surgery. 2.ed, St. Louis: W B Saunders, 2014. 1299p.
KERSJES, A.W.; NÉMETH, F.; RUTGERS, L.J.E. Atlas de cirurgia dos grandes animais. São Paulo, Manole, 143 p. 1986.
KLUGH, D.O. Principles of equine dentistry. London: Manson Publishing, 2010. 240p.
MAIR, T.; DIVERS, T.; DUCHARME, N. Manual of equine gastroenterology. Edinburgh: WB Saunders, 2002. 540p.
McGORUM, B. C.; DIXON, P. M.; ROBINSON, N. E.; SCHUMACHER, J. Equine Respiratory Medicine and Surgery. Philadelphia: Saunders Elsevier, 2007. 705p.
McILWRAITH, C. W.; NIXON, A. J.; WRIGHT, I. M. Diagnostic and surgical arthroscopy in the horse. 4. ed, Philadelphia: Mosby Elsevier, 2015. 471p.
NIXON, A. J. Equine fracture repair. 2. ed, Hoboken: John Wiley & Sons, Inc, 2020. 906p.
OEHME, F.W. Textbook of large animal surgery. 2. ed. Baltimore, Williams & Wilkins, 714 p. 1988.
PEEK, S.F; DIVERS, T.J. Rebhun's diseases of dairy cattle. 3.ed. St. Louis: Elsevier, 2018, 704p.
ROSS, M.W.; DYSON, S.J. Diagnosis and management of lameness in the horse. 2. ed, St. Louis: W B Saunders, 2011. 1504p.
SCOTT, P.R.; PENNY, C.D.; MACRAE, A.I. Cattle medicine. London: Manson Publishing, 2011, 288p.
SLOVIS, N.M. Atlas of equine endoscopy. St. Louis: Mosbi, 2004. 254p.
SOUTHWOOD, L.L. Practical guide to equine colic. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013. 356p.
SOUTHWOOD, L.L.; WILKINS, P.A. Equine emergency and critical care medicine. Boca Raton: PRP Press, 2015. 880p.
TURNER, A.S.; McILWRAITH, C.W. Técnicas cirúrgicas em animais de grande porte. São Paulo, Roca. 341 p. 1985.
WEAVER, A.D.; ATKINSON, O.; JEAN, G.S.; STEINER, A. Bovine surgery and lameness. 3.ed, Oxford: Blackwell Publishing, 2018. 384p.
WILSON, D. A.; KRAMER, J.; CONSTANTINESCU, G. M.; BRANSON, K. R. Manual of equine field surgery. St. Louis: Saunders Elsevier, 2006.
Periódicos Relevantes:
ACTA VETERINARIA SCANDINAVICA. London: BioMed Central, 1959- . Trimestral. ISSN: 1751-0147.
ARS VETERINÁRIA. Jaboticabal: Universidade Estadual Paulista – Unesp, 1985- . Trimestral. Online ISSN: 2175-0106.
ARQUIVO BRASILEIRO DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA. Belo Horizonte: Escola de Veterinária da UFMG, 1983- . Bimensal. ISSN: 0102-0935.
BRAZILIAN JOURNAL OF VETERINARY RESEARCH AND ANIMAL SCIENCE. USP: Universidade de São Paulo, 1990- . Trimestral. ISSN 1413-9596.
CIÊNCIA RURAL. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1991- . Bimensal. ISSN: 1678-4596.
EQUINE VETRINARY JOURNAL. John Wiley & Sons, Inc, 1968- . Seis edições por ano. Online ISSN: 2042-3306.
EQUINE VETERINARY EDUCATION. John Wiley & Sons, Inc. 1898- . Mensal. Online ISSN: 2042-3292.
JOURNAL OF EQUINE VETERINARY SCIENCE. St Louis: Elsevier, 1981- . Mensal. ISSN: 0737-0806.
JOURNAL OF THE AMERICAN VETERINARY MEDICAL ASSOCIATION. Ithaca: American Veterinary Medical Association, 1915- . Bimensal. ISSN: 0003-1488.
PESQUISA VETERINÁRIA BRASILEIRA – BRAZILIAN JOURNAL OF VETERINARY RESEARCH. Rio de Janeiro: O Colégio, 1981- . Trimestral. ISSN: 0100-736X.
THE CANADIAN VETERINARY JOURNAL. Guelph, Ontario: Canadian Veterinary Medical Association, 1960- . Mensal. ISSN: 0008-5286.
VETERINARY CLINICS OF NORTH AMERICA EQUINE PRACTICE. St Louis: Elsevier, 1995 - .Quadrimestral. ISSN: 0749-0739.
VETERINARY CLINICAS OF NORTH AMERICA FOOD ANIMAL PRACTICE. St Louis: Elsevier, 1995- .Quadrimestral. ISSN: 0749-0720.
VETERINARY RADIOLOGY & ULTRASOUND. Raleigh: American College of Veterinary Radiology, 1992- .Bimensal. ISSN: 1740-8261.
VETERINARY RECORD. BMJ Publishing Group, 1888- . Semanal. Online ISSN: 2042-7670.
VETERINARY SURGERY. Philadelphia: Lippincott, 1978- . Oito edições por ano. ISSN: 1532-950X.
3. Clínica Cirúrgica de Pequenos Animais
3.1. Afecções do Sistema Urinário
3.2. Bases da Técnica Cirúrgica
3.3. Emergências clínico-cirúrgicas de interesse em pequenos animais
3.4. Cirurgias reconstrutivas de pele
3.5. Gastroenterologia
3.6. Hérnias em Geral
3.7. Oftalmologia - Aspectos Clínicos e Cirúrgicos
3.8. Oncologia
3.9. Ortopedia, Traumatologia e Neurocirurgia
3.10. Sistema respiratório
Referências Bibliográficas
BOJRAB, M.J. Técnicas Atuais em Cirurgia de Pequenos Animais, 3. ed. São Paulo: Editora Roca, 2005.
CASTRO, J. L. C.; HUPPES, R. R.; DE NARDI, A. B.; PAZZINI, J. M.. Princípios e Técnicas de Cirurgias Reconstrutivas da Pele de Cães e Gatos. 1. ed. Curitiba - PR: MedVep, 2015. v. 1. 286p .
DALECK, C. R.; DE NARDI, A. B.; RODASKI, S. Oncologia em cães e gatos. São Paulo: Editora Roca, 2009.
DENNY, H.R.; BUTTERWORTH, S.J. Cirurgia Ortopédica em Cães e Gatos, 4. ed. São Paulo: Roca, 2006.
FOSSUM, T.W. Cirurgia de Pequenos Animais, 4. ed. Elsevier, 2014.
PIERMATTEI, D.L. FLO, G.L.; DECAMP, D.C. Ortopedia e Tratamento das Fraturas dos Pequenos Animais, 4ª edição. Manole, 2009.
PIERMATTEI, D.L.; JOHNSON, K. An Atlas of Surgical Approaches to the bones and joints of the dog and cat. Saunders, WB, 2004.
SHARP, N.; WEELER, S. Small Animal Spinal Disorders; diagnosis and surgery, 2. ed. Elsevier Mosby, 2004.
SLATTER, D. Fundamentos de Oftalmologia Veterinária, 3.ed. São Paulo: Roca, 2007.
SLATTER, D. Manual de cirurgia de pequenos animais, 3.ed. São Paulo: Manole Ltda, 2007.
TOBIAS, Karen M, Manual of Small Animal Soft Tissue Surgery, Wiley-Blackwell, 2009, ISBN 813800897
TOBIAS, K.M.; JOHNSTON, S.A. Veterinary Surgery: Small Animall. Elsevier, 2012.
TUDURY, E.A. Tratado de Técnica Cirúrgica Veterinária, 1. ed. São Paulo: Medvet, 2009.
4. Clínica Médica de Grandes Animais (equinos, ruminantes e suínos)
4.1. Etiopatogenia, Sintomatologia, Diagnóstico, Tratamento e Profilaxia das:
4.1.1. Afecções dos Recém-nascidos
4.1.2. Afecções do Sistema Digestório
4.1.3. Afecções do Sistema Respiratório
4.1.4. Afecções do Sistema Urinário
4.1.5. Afecções do Sistema Nervoso
4.1.6. Afecções da Glândula Mamária
4.1.7. Afecções Carenciais e Metabólicas
Referências Bibliográficas
ANDREWS, A. H.; BLOWEY, R.W.; BOYD, H.; EDDY, R.G. Bovine Medicine, 2.ed. Oxford. Blackwell, 2004. 1218p.
HERDT, H.T. Metabolic diseases of ruminant livestock. Vet. Clin. North Am. Philadelphia, v.4, n.2, p. 213-439, 1988.
KOBLOK, C.N.; AMES, T.R.; GEOR, R.J. The horse: diseases and clinical management. W.B. Saunders: Philadelphia, 1995. 2v.
MICHELL, A.R.; BYWATER, R.J.B.; CLARKE, K.W.; HAL, L.W.; WATERMAN, A.E. Veterinary fluid yherapy. Oxford. Black Well, 1990, 263p.
PAYNE, J.M. Enfermidades metabólicas de los animales zootecnicos. Acribia: Zaragoza, 1981. 219p.
RADOSTITS, O.M.; GAY, C.C.; BLOOD, D.C.; HINCHCLIFF, K.W. Veterinary Medicine, 9ed, Saunders, 2000, 1877p.
REBHUN, W.C. Diseases of dairy cattle. Baltimore, Williams & Wilkins, 1995, 530p.
SMITH, B.P. Large animal dermatology, Philadelphia, Saunders, 1988, 487p.
REED, S.M.; BAYLY, W.M. Medicina Interna Equina. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2000. 938p.
SOBESTIANSKY J.; BARCELLOS D. Doenças dos Suínos. 2ª ed. Goiânia: Cânone Editorial, 2012. 959 p.
ZIMMERMAN, J.J.; KARRIKER, L.; RAMIREZ, A.; SCHWARTZ, K.J.; STEVENSON, G.W. Diseases of swine. 10th ed. Ames: Wiley-Blackwell, 2012. 1008 p.
5. Clínica Médica de Pequenos Animais
5.1. Afecções Dermatológicas (parasitárias e de hipersensibilidade)
5.2. Afecções Cardíacas (ICC, endocardiose, cardiomiopatias e congenitas)
5.3. Afecções Respiratórias (pneumonia, edema pulmonar)
5.4. Afecções Urinárias (renais e do trato urinário inferior)
5.5. Afecções Hepáticas (hepatites, cirrose hepática e desvio portossistêmico)
5.6. Afecções Digestivas (gastroenterites)
5.7. Afecções Neurológicas (convulsões e epilepsias)
5.8. Zoonoses de Interesse na área de Clínica Médica de Pequenos Animais (leptospirose, toxoplasmose, erliquiose, babesiose, raiva, leishmaniose)
5.9. Principais intoxicações em pequenos animais.
Referências Bibliográficas
CLÍNICA DE CÃES E GATOS
AUGUST, J.R. Consultations in Feline Internal Medicine. Philadelphia, W.B: Saunders, 1991, 610p.
BICHARD, S.J, SHERDING, R.G. Manual Saunders clínica de pequenos animais. São Paulo, Roca, 1998, 1591p.
DAGNONE, A.S.; TINUCCI-COSTA, M. Doenças Infecciosas na Rotina de Cães e Gatos no Brasil, 1 ª ed. Curitiba: Medvet, 2019.
ETTINGER, S.J, FELDMAN, E.C. Textbook of veterinary internal medicine. 5.ed. Philadelphia, Saunders. v.1 e 2, 2004, 2236 p.
FENNER, W.R. Manual de prática clínica veterinária. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003, 514 p. JERICÓ, M.M.; ANDRADE-NETO, J.P.; KOGICA, M.M. Tratado de medicina interna de cães e gatos. Rio de Janeiro, Roca. V. 1 e 2, 2015, 2394 p.
LORENZ, M.D:, CORNELIUS, L.M. Diagnóstico clínico e tratamento em pequenos animais. Rio de Janeiro: Interlivros. 1989, 430p.
MORGAN, R.V. Handbook of small animal practice. New York: Chuchill Livingstone. 1992, 1511p.
NELSON, R.W, COUTO, C.G. Medicina interna de pequenos animais. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2001, 1084 p.
WILKSON, G.T: Diseases of the cat and their management. 2.ed. Carlton Victoria: Brackwell Scientific, 1984, 590p.
PRATT, R.W. Feline Medicine. California: American Veterinary Publications. 1983, 687p.
DERMATOLOGIA
GRANT, D.I.. Enfermedades de la piel en perros y gatos. 2.ed. Madrid: MacGraw Hill- Interamericana de España. 1994, 203p.
GRANT, D.J. Skin diseases in the dog and cat. Oxford: Blackwell Scientific. 1986, 187p.
GRIFFIN, C.E.; KWOCHKA, K.W.; MACDONALD, J.M. Current veterinary dermatology - the science and art of therapy. .St. Louis: Mosby. 1993, 378 p.
MELMAN, S.A. Skin diseases of dogs and cats. Potomac: Derma Pet, 1994, 264p.
REEDY, L.M, MILLER JR, W.H. Allergic skin diseases of dogs and cats. Philadelphia: Saunders. 1989, 222p.
SCOTT, D.W, MILLER, JR, W.H, GRIFFIN, C.E. Muller & Kirk's Small animal dermatology. 6.ed. Philadelphia, Saunders, 2001, 1528 p.
WILLEMSE, T. Dermatologia Clínica de Cães e Gatos. São Paulo: Manole, 1994. 141 p.
GASTROENTEROLOGIA
TAMS, T.R. Handbook of small animal gastroenterology. Philadelphia: Saunders. 1996, 534p.
CARDIOLOGIA
TILLEY, L.P.; GOODWIN, J. Manual de cardiologia para Cães e Gatos. 3.ed. Roca, 489p, 2002.
BELERENIAN, G.C, MUCHA, C.J, CAMACHO, A.A. Afecciones cardiovasculares em pequeños animales. Buenos Aires, Inter-Médica, 2001, 360p.
SMITH JR, F.W.K, TILLEY, L.P. Interpretacion rapida de los ruidos cardiacos, soplos y arritmias - guia para la auscultación cardiaca en perros y gatos. Buenos Aires: Inter Médica, 1993, 57p.
TILLEY, L.P, SMITH, F.W.K, MILLER, M.S. Cardiology Pocket Reference. 2.ed. Am. An. Hosp. Assoc, 1992, 91p.
TILLEY, L.P, OWENS, J.M. Manual of Small Animal Cardiology. New York, Churchill Livingstone, 1985, 447p.
NEFROLOGIA E UROLOGIA
CARVALHO, M.B. Insuficiência renal aguda. In: JERICÓ, M.M.; ANDRADE-NETO, J.P.; KOGICA, M.M. Tratado de medicina interna de cães e gatos. Rio de Janeiro: Roca. v. 2, 2015, p. 1364-1393.
CARVALHO, M.B. Semiologia do Sistema Urinário. In: FEITOSA, F.L.F. Semiologia veterinária – a arte do diagnóstico. 3.ed. São Paulo: Roca. 2014, p. 351-366.
CARVALHO, M.B. Diuréticos. In: BARROS, C.M.; DI STASI, L.C. Farmacologia veterinária. Barueri: Manole, 2012, p. 240-259.
CARVALHO, M.B.; BRUM, A.M. Neoplasias do sistema urinário. In: DALECK, C.R.; De NARDI, A.B.; RODASKI, S. Oncologia em cães e gatos. São Paulo: Roca. 2009, p. 385-398.
CHEW, D.J.; DiBARTOLA, S.P.; SCHENCK, P.A. Urologia e nefrologia do cão e do gato. 2.ed. (tradução). Rio de Janeiro: Saunders-Ensevier, 2012, 524p.
BARTGES, J.; POLZIN, D.J. Nephrology and urology of small animals. Weast Sussex: Wiley-Blackwell, 2011, 904p.
ELLIOTT, J.; GRAUER, G.F. BSAVA manual of canine and feline nephrology and urology. 2.ed. Gloucestershire: British Small Animal Veterinary Association. 2007, 298p.
BAINBRIDGE, J.; ELLIOTT, J. Manual of canine and feline nephrology and urology. Gloucestershire: British Small Animal Veterinary Association. 1996, 232p.
OSBORNE, C.A, FINCO, D.R. Canine and feline nephrology and urology. Baltimore: Williams & Wilkins, 1995, 960p.
NEUROLOGIA
LORENZ, M.D.; KORNEGAY, J.N. Handbook of veterinary neurology. 4.ed. Philadelphia: Saunders, 2004, 468p.
CHRISMAN, C.L. Neurologia dos pequenos animais. São Paulo, Roca, 1985, 432p.
FARMACOLOGIA E TERAPÊUTICA
BARROS, C.M.; DI STASI, L.C. Farmacologia veterinária. Barueri: Manole, 2012, 580p.
PLUMB, D.C. Plumb's veterinary drug handbook. 5.ed. Ames: Blackwell, 2005, 929p.
BONAGURA, J.D. Kirk's current veterinary therapy XII: small animal practice, Philadelphia: Saunders, 1995, 1520 p.
SEMIOLOGIA
FEITOSA, F.L.F. Semiologia veterinária – a arte do diagnóstico. 3.ed. São Paulo: Roca. 2014, 627 p.
DOENÇAS INFECCIOSAS
GREENE, C.E. Infectious diseases of the dog and cat. 4.ed. Philadelphia: Elsevier Health Sciences. 2013, 1376 p.
SHAW, D.H.; IHLE, S.L. Medicina interna de pequenos animais. Porto Alegre: Artmed. 1999, 696 p.
6. Nutrição e Nutrição Clínica de Cães e Gatos
6.1. Aspectos básicos da nutrição de cães e gatos:
6.1.1. Necessidades nutricionais: aminoácidos, energia, ácidos graxos, minerais e vitaminas
6.1.2. Ingredientes para rações de cães e gatos
6.1.3. Processamento e avaliação de rações: rações secas, semi-úmidas e enlatadas
6.1.4. Alimentos caseiros para cães e gatos: riscos e benefícios
6.1.5. Digestibilidade dos alimentos
6.1.6. Manejo alimentar: crescimento, lactação, manutenção e senilidade
7. Nutrição Clínica
7.1. Doenças do desenvolvimento ósseo: hiperparatireoidismo nutricional secundário, osteopetroses, osteocondroses
7.2. Obesidade: implicações metabólicas, inflamatórias e tratamento
7.3. Doença do trato urinário inferior dos felinos e urolitíase
7.4. Dermatoses nutricionais
7.5. Nutrição do animal hospitalizado: manejo nutricional, suporte enteral e parenteral
7.6. Distúrbios do metabolismo de carboidratos e diabetes melittus.
7.7. Suporte nutricionais para animais cardiopatas, nefropatas, hepatopatas, com alergia alimentares, distúrbios gastro-entéricos, caquéticos, anoréticos e com câncer.
7.8. Lipidose hepática felina
Referências Bibliográficas
BIOURGE, V.; ELLIOT, D.; PIBOT, P. Encyclopedia of feline clinical nutrition. Aniwa SAS, Paris. 2008. 486p.
CASE, L. P.; DARISTOTLE, L.,; HAYEK, M. G.; RAASCH, M. F. Canine and feline nutrition. 3 ed. A resorce for companion animal professionals. St. Louis: Elsevier. 2010. 576p.
FASCETTI, A. J.; DELANEY, S. J. Applied Veterinary Clinical Nutrition. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. ed. 1. P.269-287.
FEDIAF - The European Pet Food Industry Federation. Nutritional guidelines for complete and complementary pet food for cats and dogs. The European Pet Food Industry Federation, Bruxelas, 2018
HAND, M. S.; THATCHER, D. D.; REMILLARD, R. L.; ROUDEBUSH, P.; NOVOTNY, B. J. Small Animal Clinical Nutrition. 4th edition. Marceline: Walsworth. 2010. 1134p
KANEKO, J. J, HARVEY, J. W, BRUSS, M. L. Clinical Biochemistry of domestic animals. 5ed. San Diego: Academic Press, 2009. 932p.
ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO PARA CANDIDATO DESEMPREGADO
D E C L A R A Ç Ã O
Eu, _____, RG nº_____, CPF nº _____, DECLARO, sob pena das sanções cabíveis, para fins de concessão de redução de pagamento do valor da taxa de inscrição prevista na Lei 12.782/07 e no Edital de Abertura de Inscrições, para o preenchimento de vagas do Programa de Aprimoramento Profissional em Medicina Veterinária - 2021 a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Unesp - Câmpus de Jaboticabal que me encontro na condição de desempregado (a) ou recebo () remuneração inferior a 2 (dois) salários mínimos vigente no Estado de São Paulo.
....., ... de ..... de 2021.
_____
Assinatura do candidato
ANEXO III
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE APRIMORAMENTO PROFISSIONAL DA FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E VETERINÁRIAS UNESP - CÂMPUS DE JABOTICABAL - 2021
MODELO DE RECURSO PARA A 1ª E/OU 2ª FASE
Nome completo:
Nº de inscrição:
Número de documento:
Nome do Programa:
Endereço Completo:
Telefone(s):
E-mail:
Questionamento:
Embasamento:
Local e Data:
Assinatura:
ANEXO IV
REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
Eu, _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº _____, CPF _____, venho requerer a redução de pagamento do valor da taxa de inscrição para o Programa de Aprimoramento em Medicina Veterinária do Hospital Veterinário "Governador Laudo Natel" da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Unesp - Câmpus de Jaboticabal, nos termos da Lei 12.782/07, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 21-12-2007 e do Edital de abertura deste Processo Seletivo, anexando a documentação solicitada mencionada no Edital e assumindo, sob as penas da lei, que essa é verdadeira e idônea.
Nestes termos, pede deferimento.
Jaboticabal, ____ de _____ de 2021.
_____
Assinatura do Candidato

Negócios Públicos

PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 218/2020
Pregão RP n.º 355 / 2020
Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, inciso
VIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamos
a compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com os
preços efetivamente praticados conforme informação de fl. 250.
ITEM DESCRITIVO SIAFISICO
PREÇO
REGISTRADO
NO IAMSPE
EM R$
DATA DO
ÍNICIO DA
VIGÊNCIA
DA ATA
DE R.P
1
LEUPRORRELINA,ACETATO 22,5 MG, FORMA FARMACEUTICA PO
LIOFILIZADO, FORMA DE APRESENTACAO SERINGA PREENCHIDA COM
DILUENTE, VIA DE ADMINISTRACAO SUBCUTANEA.
3357210 R$ 880,0000 12.08.2020
GS.01, em 22/01/2021
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 215/2020
Pregão RP n.º 173 / 2020
Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, inciso
VIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamos
a compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com os
preços efetivamente praticados conforme informação de fl. 237.
ITEM DESCRITIVO SIAFISICO
PREÇO
REGISTRADO
NO IAMSPE
EM R$
DATA DO
ÍNICIO
DA
VIGÊNCIA
DA ATA
DE R.P
2
CLORETO DE SÓDIO 9MG/ML (0,9%), FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO
INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO BOLSA OU EQUIVALENTE EM
SISTEMA FECHADO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA
4614704 R$ 1,3400 15.05.2020
3
CLORETO DE SÓDIO 9MG/ML (0,9%), FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO
INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO BOLSA OU EQUIVALENTE EM
SISTEMA FECHADO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA
4614704 R$ 1,6200 15.05.2020
4
CLORETO DE SÓDIO 9MG/ML (0,9%), FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO
INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO BOLSA OU EQUIVALENTE EM
SISTEMA FECHADO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA
4614704 R$ 1,5800 15.05.2020
5 GLICOSE 5% 250ML BOLSA/FRASCO 109363 R$ 1,6200 15.05.2020
GS.02, em 22/01/2021
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 3585/2020
Pregão RP n.º 415 / 2020
Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, inciso
VIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamos
a compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com os
preços efetivamente praticados conforme informação de fl. 186.
ITEM DESCRITIVO SIAFISICO
PREÇO
REGISTRADO
NO IAMSPE
EM R$
DATA DO
ÍNICIO DA
VIGÊNCIA
DA ATA
DE R.P
1
INSULINA HUMANA NPH 100UI/ML, FORMA FARMACEUTICA
SUSPENSAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA
10ML, VIA DE ADMINISTRACAO SUBCUTANEA.
183091 R$ 15,0000 14.08.2020
2 INSULINA HUMANA REGULAR RAPIDA 100 UI / ML, FRASCO-AMPOLA /
AMPOLA 10ML.
2092700 R$ 15,0000 14.08.2020
GS.03, em 22/01/2021
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 3533/2020
Pregão RP n.º 373 / 2020
Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, inciso
VIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamos
a compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com os
preços efetivamente praticados conforme informação de fl. 284.
ITEM DESCRITIVO SIAFISICO
PREÇO
REGISTRADO
NO IAMSPE
EM R$
DATA DO
ÍNICIO
DA
VIGÊNCIA
DA ATA
DE R.P
1
NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 25MG, FORMA FARMACEUTICA
CAPSULA/COMPRIMIDO/COMPRIMIDO REVESTIDO, FORMA DE
APRESENTACAO CAPSULA/COMPRIMIDO/COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA
DE ADMINISTRACAO ORAL
455032 R$ 0,2090 14.08.2020
3
DOXAZOSINA MESILATO 4MG, FORMA FARMACEUTICA

CAPSULA/COMPRIMIDO/COMPRIMIDO R EVESTIDO, FORMA DE
APRESENTACAO CAPSULA/COMPRIMIDO/COMPRIMIDO REVESTIDO, VI A
DE ADMINISTRACAO ORAL
709891 R$ 0,1400 14.08.2020
GS.04, em 22/01/2021
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 3854/2020
Pregão RP n.º 559 / 2020
Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, inciso
VIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamos
a compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com os
preços efetivamente praticados conforme informação de fl. 260.
ITEM DESCRITIVO SIAFISICO
PREÇO
REGISTRADO
NO IAMSPE
EM R$
DATA DO
ÍNICIO
DA
VIGÊNCIA
DA ATA
DE R.P
1.1
Grampeador Cirurgico Linear com grampeador de titano, estéril cortante
de 75/80 mm, recarregavél e com trava de segurança e sutura de 75/80
mmm com linha de corte de 75/73 mm, sutura 75/73 para tecido normais,
de uso único, embalado em material que promova barreira microbiana,
abertura e transferência asseptica, a apresentação do produto deverá
obedecer a legislação atual vigente.
3794938 R$ 421,2500 22.10.2020
1.2
Carga para Grampeador Linear cortante medindo 75 mm a 80 mm em
titanio, 1,5 mm de altura do grampo fechado, uso único uso único estéril,
descartável, para uso em tecido normal e espesso na cor azul , a
apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente
3793206 R$ 86,1000 22.10.2020
GS.05, em 22/01/2021
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 3595/2020
Pregão RP n.º 345 / 2020
Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, incisoVIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamosa compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com ospreços efetivamente praticados conforme informação de fl. 203.
ITEM
DESCRITIVO
SIAFISICO
PREÇOREGISTRADONO IAMSPEEM R$
DATA DOÍNICIODAVIGÊNCIADA ATADE R.P
1
PALIPERIDONA, PALMITATO 100 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICASUSPENSÃO INJETÁVEL DE LIBERAÇÃO PROLONGADA, FORMA DEAPRESENTAÇÃO SERINGA PREENCHIDA 0,75 ML, VIA DEADMINISTRAÇÃO INTRAMUSCULAR
3697673
R$ 1.045,8200
12.08.2020
GS.06, em 22/01/2021
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 2973/2020
Pregão RP n.º 482 / 2020
Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, incisoVIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamosa compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com ospreços efetivamente praticados conforme informação de fl. 303.
ITEM
DESCRITIVO
SIAFISICO
PREÇOREGISTRADONO IAMSPEEM R$
DATA DOÍNICIODAVIGÊNCIADA ATADE R.P
1
Cateter Balão para Angioplastia coronária de troca rápida, em materialbiocompatível, atóxico, apirogênico, semi-complascente, descartável, comperfil de aproximadamente 2F proximal e 2,6F distal, baixo perfil decruzamento (aproximadamente 0,017"), compatível com cateter 5F,pressão nominal de 8 atm, (aproximadamente) medindo 2,5 de diâmetro8 a 12 mm. intervalo. Esterilizado em óxido de etileno ou raios gama. Embalagem individual em papel grau cirúrgico, contendo nº de lote, datade fabricação, marca comercial, procedência, prazo de validade e deesterilização, exigidos pelo Ministério da Saúde. MS: 10413960154
2379945
R$ 170,00
15.10.2020
2
Cateter Balão para Angioplastia coronária de troca rápida, em materialbiocompatível, atóxico, apirogênico, semi-complascente, descartável, comperfil de aproximadamente 2F proximal e 2,6F distal, baixo perfil decruzamento (aproximadamente 0,017"), compatível com cateter 5F,pressão nominal de 8 atm (aproximadamente), medindo 3,0 de diâmetro8 a 12 mm. intervalo. Esterilizado em óxido de etileno ou raios gama.Embalagem individual em papel grau cirúrgico, contendo nº de lote, datade fabricação, marca comercial, procedência, prazo de validade e deesterilização, exigidos pelo Ministério da Saúde.
2379961
R$ 170,00
15.10.2020
3
Cateter Balão para Angioplastia coronária de troca rápida, em materialbiocompatível, atóxico, apirogênico, semi-complascente, descartável, comperfil de aproximadamente 2F proximal e 2,6F distal, baixo perfil decruzamento (aproximadamente 0,017"), compatível com cateter 5F,pressão nominal de 8 atm (aproximadamente), medindo 3,5 de diâmetro20 mm de comprimento. Esterilizado em óxido de etileno ou raios gama. Embalagem individual em papel grau cirúrgico, contendo nº de lote, datade fabricação, marca comercial, procedência, prazo de validade e deesterilização, exigidos pelo Ministério da Saúde.
2379996
R$ 170,00
15.10.2020
4
Conjunto de Cateter confeccionado em material biocompatível comcobertura hirdrofílica, para aspiração de trombos de rápida troca,composto por cateter de extração, 2 seringas, linhas de extensão comtorneira de interrupção e filtro de 74 micras, cateter lumen de extração0,93 mm2, marcador radiopaco na ponta distal, medindo 6 Fr x140 cm,serunga de 30 ml, fio guia de 0.014 x 140 cm, uso descartável ,esterilizado em método eficiente e eficaz, embalado em material quepromova barreira micrboiana e abertura asséptica, a apresentação doproduto deverá obedecer a legisalçao atual vigente.
3150046
R$ 975,00
15.10.2020
5
Fio guia para hemodinâmica dimensões: 0.035 X 180 cm de comprimento,confeccionada em nitinol com revestimento hidrofilico, biocompatível,radiopaco, ponta em formato angulada flexivel aproximadamente 3 cmtipo stiff, Embalado em material que promova barreira microbiana eabertura asseptica, individual, a apresentação do produto deveráobedecer a legislação atual vigente.
4118278
R$ 87,00
15.10.2020
GS.07, em 22/01/2021
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 5773/2020
Pregão RP n.º 426 / 2020
Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, inciso
VIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamos
a compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com os
preços efetivamente praticados conforme informação de fl. 363.
ITEM DESCRITIVO SIAFISICO
PREÇO
REGISTRADO
NO IAMSPE
EM R$
DATA DO
ÍNICIO
DA
VIGÊNCIA
DA ATA
DE R.P
1
Metilprednisolona succinato sodico 125 MG, pó liofilo para solução
injetavel, forma de apresentação frasco-ampola+diluente 2 ml, via de
administração intramuscular/intravenosa
280410 R$ 6,0000 06.11.2020
2
FILGRASTIM 300MCG/0,5ML A 1 ML (30 MU), FORMA FARMACEUTICA
SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA/FRASCO
AMPOLA/SERINGA PREENCHIDA, VIA DE ADMINISTR ACAO INTRAVENOSA/SUBCUTANEA
3720110 R$ 34,2000 06.11.2020
4 Tenoxican 20 mg, forma de apresentação frasco-ampola 161217 R$ 5,8100 06.11.2020
GS.08, em 22/01/2021
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 3564/2020
Pregão RP n.º 365 / 2020
Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, inciso
VIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamos
a compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com os
preços efetivamente praticados conforme informação de fl. 424.
ITEM DESCRITIVO SIAFISICO
PREÇO
REGISTRADO
NO IAMSPE
EM R$
DATA DO
ÍNICIO
DA
VIGÊNCIA
DA ATA
DE R.P
3
ANASTROZOL 1MG, FORMA FARMACEUTICA
CAPSULA/COMPRIMIDO/COMPRIMIDO REVESTIDO, FORMA DE
APRESENTACAO CAPSULA/COMPRIMIDO/COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA
DE ADMIN ISTRACAO ORAL
204390 R$ 0,3000 15.08.2020
4
ANLODIPINO, BESILATO 5MG, FORMA FARMACEUTICA
CAPSULA/COMPRIMIDO/COMPRIMIDO REVESTIDO, FORMA DE
APRESENTACAO CAPSULA/COMPRIMIDO/COMPRIMIDO REVESTIDO,VIA
DE ADMINISTRACAO ORAL
284220 R$ 0,0320 15.08.2020
5
CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG, FORMA FARMACÊUTICA
COMPRIMIDO REVESTIDO, FORMA DE APRESENTAÇÃO COMPRIMIDO
REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL
1402102 R$ 0,5300 15.08.2020
GS.09, em 22/01/2021
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 7258/2020
Pregão RP n.º 608 / 2020
Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, inciso
VIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamos
a compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com os
preços efetivamente praticados conforme informação de fl. 201.
ITEM DESCRITIVO SIAFISICO
PREÇO
REGISTRADO
NO IAMSPE
EM R$
DATA DO
ÍNICIO
DA
VIGÊNCIA
DA ATA
DE R.P
1
GLICOSE 50 MG/ML (5%), FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL,
FORMA DE APRESENTAÇÃO BOLSA OU EQUIVALENTE EM SISTEMA
FECHADO 500 ML, VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA
109150 R$ 2,0500 10.11.2020
2
SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO: CLORETO DE SÓDIO 0,6 G/100 ML,
CLORETO DE POTÁSSIO 0,03 G/100 ML, CLORETO DE CÁLCIO 0,02 G/100
ML, LACTATO DE SÓDIO 0,3 G/100 ML, FORMA FARMACÊUTICA
SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO BOLSA/FRASCO
SISTEMA FECHADO 500 ML , VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA
280461 R$ 2,1000 10.11.2020
GS.10, em 22/01/2021
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 6373/2020
Pregão RP n.º 425 / 2020
Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, inciso
VIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamos
a compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com os
preços efetivamente praticados conforme informação de fl. 190.
ITEM DESCRITIVO SIAFISICO
PREÇO
REGISTRADO NO
IAMSPE EM R$
DATA DO ÍNICIO DA
VIGÊNCIA DA ATA DE
R.P
1 AGUA DESTILADA FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL,
FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA 10ML.
105848 R$ 0,2391 25.08.2020
GS.11, em 22/01/2021
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 799/2020
Pregão RP n.º 356 / 2020
Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, incisoVIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamosa compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com ospreços efetivamente praticados conforme informação de fl. 183.
ITEM
DESCRITIVO
SIAFISICO
PREÇOREGISTRADONO IAMSPEEM R$
DATA DOÍNICIODAVIGÊNCIADA ATADE R.P
1
MYCOBACTERIUM BOVIS 40MG, FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILOPARA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA COM OU SEM DILUENTE, VIA DE ADMINISTRACAOINTRAVESICAL
2570769
R$ 268,5000
14.08.2020
GS.12, em 22/01/2021
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 773/2020
Pregão RP n.º 197 / 2020
Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, inciso
VIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamos
a compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com os
preços efetivamente praticados conforme informação de fl. 296.
ITEM DESCRITIVO SIAFISICO
PREÇO
REGISTRADO
NO IAMSPE
EM R$
DATA DO
ÍNICIO DA
VIGÊNCIA
DA ATA DE
R.P
1
PAROXETINA, CLORIDRATO 20 MG, FORMA FARMACÊUTICA
COMPRIMIDO REVESTIDO, FORMA DE APRESENTAÇÃO COMPRIMIDO
REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL
691496 R$ 0,1800 30.05.2020
GS.13, em 22/01/2021
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 7296/2020
Pregão RP n.º 508 / 2020
Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, incisoVIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamosa compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com ospreços efetivamente praticados conforme informação de fl. 230.
ITEM
DESCRITIVO
SIAFISICO
PREÇOREGISTRADONO IAMSPEEM R$
DATA DOÍNICIODAVIGÊNCIADA ATADE R.P
1
MIDAZOLAM 5MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA/SERINGAPREENCHIDA/AMPOLA 10ML, VIA DE ADMINISTRACAOINTRAMUSCULAR/INTRAVENOSA.
202088
R$ 6,0000
10.11.2020
GS.14, em 21/01/2021
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 7970/2020
Pregão RP n.º 592 / 2020
Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, incisoVIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamosa compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com ospreços efetivamente praticados conforme informação de fl. 247.
ITEM
DESCRITIVO
SIAFISICO
PREÇOREGISTRADO NOIAMSPE EM R$
DATA DO ÍNICIO DAVIGÊNCIA DA ATADE R.P
1
Teicoplanina 400 mg, forma farmaceutica injetavel, formade apresentação em frasco-ampola com ou sem diluente
111325
R$ 36,7900
14.11.2020
2
Acido mucopolissacarideo polissulfurico 5MG/G gelbisnaga de 40 gramas
3091627
R$ 9,6000
14.11.2020
GS.15, em 21/01/2021
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 5484/2020
Pregão RP n.º 541 / 2020
Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, incisoVIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamosa compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com ospreços efetivamente praticados conforme informação de fl. 175.
ITEM
DESCRITIVO
SIAFISICO
PREÇOREGISTRADONO IAMSPEEM R$
DATA DOÍNICIODAVIGÊNCIADA ATADE R.P
1
Kit para monitorização Hemodinâmica invasiva DESCARTÁVEL, compostopor transdutor de pressão,dispositivo de fluxo 3ml/h, equipo macrogotas,tubo PVC de 120 a 150 cm, e 20 a 30 cm, estéril, cabo para conexão dotransdutor ao monitor, suporte, 2 torneiras com 3 vias, conector Luer Lockcom rosca solta na extremidade distal, deverá ser embalado em materialque promova barreira microbiana e abertura asséptica. A apresentação doproduto deverá obedecer à Legislação atual vigente
4310330
R$ 50,0000
30.10.2020
GS.16, em 21/01/2021
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 4399/2020
Pregão RP n.º 385 / 2020
Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, inciso
VIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamos
a compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com os
preços efetivamente praticados conforme informação de fl. 225.
ITEM DESCRITIVO SIAFISICO
PREÇO
REGISTRADO
NO IAMSPE
EM R$
DATA DO
ÍNICIO
DA
VIGÊNCIA
DA ATA
DE R.P
1
ROCURONIO, BROMETO 10MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO
INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA/SERINGA
PREENCHIDA/FRASCO-AMPOLA 5ML, VIA DE ADMINISTRACAO
INTRAVENOSA
626333 R$ 12,0000 27.10.2020
GS.17, em 21/01/2021
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerencia de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 13639 / 2018
Pregão RP n.º 118 / 2020
COMPATIBILIDADE
Em atendimento as disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, inciso VIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamos a compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com os preços efetivamente praticados conforme informação de fl. 322.
ITEM - DESCRITIVO - SIAFISICO - PREÇO REGISTRADO NO IAMSPE EM R$ - DATA DO ÍNICIO DA VIGÊNCIA DA ATA DE R.P
01 - LENTE DE CONTATO RÍGIDA GÁS PERMEÁVEL, TIPO ASFÉRICA, DK APROXIMADO DE 100 (ISO FATT), COM CURVA BASE DE 7,26 A 8,65, DIÂMETRO DE 9,4 A 10,3 MM, COM GRAUS DE -25,0 A + 25,0, EM PASSOS DE 0,50 D PARA CORRIGIR MIOPIA/ASTIGMASTISMO CERATOCONE - 4700732 - R$ 128,00 - 08.04.2020
02 - LENTE ESCLERAL- LENTE DE CONTATO RGP (RÍGIDA GÁS PERMEÁVEL) COM DESENHO ASFÉRICO, PARA ADAPTAÇÃO EM PACIENTES COM CÓRNEAS IRREGULAR COM MIOPIA/HIPERMETROPIA/ASTIGMATISMO CERATOCONE DE INICIAL À AVANÇADO DEGENERAÇÃO MARGINAL PELÚCIDA/PÓS TRAUMA/PÓS TRANSPLANTES DE CÓRNEA, PÓS CIRURGIA DE ANEL- CURVA BASE DE 6,50 A 8,23 GRAUS DE -25,0 A +25,0 EM PASSOS DE 0,25 D DIÂMETRO DE 16,00 A 18,7 MM. - 4740653
- R$ 765,00 - 08.04.2020
GS.18, em 21.01.2021
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
Gerência de Contratações de Materiais e Serviços - IAMSPE
Processo IAMSPE N.º 765/2020
Pregão RP n.º 332 / 2020
Em atendimento às disposições contidas no artigo 15, § 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 5º, incisoVIII do Decreto Estadual n.º 47.945/03 e artigo 5º, inciso XI do Decreto Estadual 63.722/18, atestamosa compatibilidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preços em referência, aferidos com ospreços efetivamente praticados conforme informação de fl. 189.
ITEM
DESCRITIVO
SIAFISICO
PREÇOREGISTRADONO IAMSPEEM R$
DATA DOÍNICIODAVIGÊNCIADA ATADE R.P
1
Pino para equipamento médico, kit de 3 pinos descartáveis para fixaçãocraniana, confeccionado em aço inoxidável + plástico ou silicone médico,embalado conforme legislação vigente, com tamanho adulto, compatívelcom suporte (fixador) craniano do tipo MAYFIELD, MICROMAR OU DORO.
5093457
R$ 2.749,90
31.07.2020
2
Pino para equipamento médico, pino para fixação craniana, tamanhoinfantil, (Kit com 3 unidades), confeccionado em aço inoxidável e siliconeou plástico médico, com o padrão infantil, compatível com suporte(fixador) craniano tipo MAYFIELD, DORO OU MICROMAR.
5093449
R$ 2.749,90
31.07.2020
GS.19, em 21/01/2021
***
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS
RETIFICA-SE a publicação DOE dia 20/01/2021 fls. 69, seção I para ERRATA DE EDITAL .
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2021
PROCESSO IAMSPE Nº 10463/2019
OFERTA DE COMPRA Nº 512901510582021OC000050
DESPACHO DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Onde se lê:
Lote 1 -
Bateria recarregável para no mínimo 3 horas de trabalho ou com possibilidade de extensão da autonomia através de módulos adicionais (internos), sem que haja necessidade de alteração física ou estrutural do equipamento;

Leia-se
Bateria interna recarregável para no mínimo 1 hora de trabalho.
Onde se lê:
Volume corrente de 2 a 2500 ml, ou com faixas de intervalos maiores
Leia-se
Volume corrente de 2 a 2000 ml, ou com faixas de intervalos maiores
Onde se lê:
Faixa de ajuste de sensibilidade por fluxo de 0,2 a 10L/min ou com faixas de intervalo maiores e/ou faixa de ajuste de sensibilidade por pressão de -1 a -20 cmH2O, ou com faixas de intervalo maiores;

Leia-se:
Faixa de ajuste de sensibilidade por fluxo de 0,2 a 9L/min ou com faixas de intervalo maiores e/ou faixa de ajuste de sensibilidade por pressão de -1 a -20 cmH2O, ou com faixas de intervalo maiores.
GMS 22/01/2021 – DSS *******

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GABINETE DO SECRETÁRIO

TERMO DE CONTRATO
PROCESSO SDR n.° 2020/00837.
PREGÃO ELETRÔNICO SDR n.° 11/2020
CONTRATO SDR n.° 002/2021
CONTRATANTE: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CONTRATADA: KALAHARI SEGURANÇA & VIGILANCIA LTDA
CNPJ sob nº 30.352.968/0001-48,
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial, com a efetiva cobertura dos postos designados, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
A execução dos serviços deverá ter início em 5 (cinco) dias úteis a contar da data de expedição de ordem de serviços, nos locais indicados no Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DAS PRORROGAÇÕES
O contrato terá vigência de 15 (quinze) meses, a contar da data estabelecida para início dos serviços.
PARÁGRAFO PRIMEIRO
O prazo de vigência poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, iguais ou inferiores, a critério da CONTRATANTE, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.
CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTE
A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço mensal de R$ 45.332,76 (quarenta e cinco mil, trezentos e trinta e dois reais e setenta e seis centavos), perfazendo o total de 679.991,33 (seiscentos e setenta e nove mil, novecentos e noventa e um reais e trinta e três centavos), mediante os seguintes valores unitários:
Vigilância e Segurança Patrimonial Desarmada
Descrição
Valor posto/dia
Quantidade de postos
Dias trabalhados
Valores
Mensais por posto
Posto 12 Horas Diárias - Diurno - Seg. a Dom.
237,89
3
30,44
7.241,51
Posto 12 Horas Diárias - Noturno - Seg. a Dom.
258,57
3
30,44
7.870,77
Valor mensal
45.332,76
Valor total (15 meses)
679.991,33
Assinatura em: 21/01/2021

JUSTIÇA E CIDADANIA

FUNDAÇÃO INST. DE TERRAS DO ESTADO DE S.PAULO JOSÉ GOMES DA SILVA

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ITESP Nº 45/2020
PROCESSO ITESP Nº 293/2020
PARECER ACJ Nº 322/2020
Contratante: FUNDAÇÃO ITESP
Contratada: CS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA
Objeto: Contratação de serviços de destoca e enleiramento – Assentamento Vergel
Valor total: R$ 299.999,89 (duzentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos)
Vigência: 8 (oito) meses a partir da data estipulada na Ordem de Serviços.
Classificação dos recursos: Fonte: 001001001; Unidade Gestora: 171201; Gestão: 17047; Programa de Trabalho: 21631173149600000; PTRes: 174728; Natureza da Despesa: 339039.
Data de assinatura: 30/12/2020.
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01
Contrato: 033/2016
Processo ITESP nº 017/2016
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ITESP
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO FLORESTAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA – PONTAL FLORA
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogação de prazo para mais 5(cinco) meses, tendo efeito retroativo, com vigência de 5/10/2020 a 05/03/2021
Classificação dos recursos: Fonte de Recursos: 004001001; Unidade Gestora: 171201; Gestão: 17047; Natureza da Despesa: 339039; Programa de Trabalho: 21631173149600000; PTRES: 174728.
Data de assinatura: 22/12/2020
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01
Contrato: 034/2016
Processo ITESP nº 014/2016
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ITESP
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO FLORESTAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA – PONTAL FLORA
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogação de prazo para mais 5(cinco) meses, tendo efeito retroativo, com vigência de 5/10/2020 a 05/03/2021
Classificação dos recursos: Fonte de Recursos: 004001001; Unidade Gestora: 171201; Gestão: 17047; Natureza da Despesa: 339039; Programa de Trabalho: 21631173149600000; PTRES: 174728.
Data de assinatura: 22/12/2020

FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE

EXTRATO DE ADITAMENTO
Processo SDE Nº 3136/17
Parecer GTAJ:155/2020 de 17/12/2020
Espécie: 5º Termo Aditivo ao Contrato 005/18-SCO
Contratante: FUNDAÇÃO CASA - SP
Contratada: 11 A FLACIPEL REMOÇÕES DE LIXO EIRELI - EPP
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência.
Vigência: 12 meses, de 09/03/2021 a 08/03/2022.
Valor Total: R$ 5.185,44
Valor do exercício: R$ 4.254,72
Classificação dos Recursos: 3.3.90.39.99/14.122.1729.5904.0000
Data da Assinatura: 22/01/2021

DIVISÃO REGIONAL LITORAL

Processo RLL nº 0096/2020 - COMUNICAMOS que o recurso interposto pela empresa BOMGOSTO ALIMENTAÇÃO LTDA foi julgado como DEFERIDO. Em consequência, CONVOCAMOS os licitantes para a nova Sessão Pública do Pregão Eletrônico DRL nº 038/2020 – OC nº 171309170482020OC00074, que tem como objeto a prestação de serviços de nutrição e alimentação aos adolescentes sob a tutela do Estado, atendidos pela Fundação CASA, nos Centros de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente CASA de Semiliberdade São Bernardo, CASA São Bernardo I, CASA São Bernardo II, CASA Santo André I e CASA Santo André II, vinculados à Divisão Regional Litoral, a ser realizada no dia 29/01/2021, às 09:00 horas, através do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", para a continuidade do certame.
(Republicado por ter saído com incorreções)

SEGURANÇA PÚBLICA

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 21/01/2021
RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, modificada pela Lei Federal nº 8.884/94, o ato do Chefe de Gabinete que declarou a inexigibilidade de licitação, com vista ao pagamento de contas a TELEFÔNICA BRASIL S.A, referente ao corrente exercício.
Publique-se e, a seguir, encaminhe-se a DAGS, para as providências complementares.
DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 21/01/2021
RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, modificada pela Lei Federal nº 8.884/94, o ato do Chefe de Gabinete que declarou a inexigibilidade de licitação, com vista ao pagamento de contas a COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO – COMGÁS, referente ao corrente exercício.
Publique-se e, a seguir, encaminhe-se a DAGS, para as providências complementares.
DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 21/01/2021
RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, modificada pela Lei Federal nº 8.884/94, o ato do Chefe de Gabinete que declarou a inexigibilidade de licitação, com vista ao pagamento de contas a ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A – ENEL, referente ao corrente exercício.
Publique-se e, a seguir, encaminhe-se a DAGS, para as providências complementares.
DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 21/01/2021
RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, modificada pela Lei Federal nº 8.884/94, o ato do Chefe de Gabinete que declarou a inexigibilidade de licitação, com vista ao pagamento de contas a COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, referente ao corrente exercício.
Publique-se e, a seguir, encaminhe-se a DAGS, para as providências complementares.

SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Comunicado:
Despacho da Diretora da Divisão de Administração da SPTC, de 13-11-2020
PROCESSO SPTC-DA Nº 160/17
CONTRATO Nº 137/17
PREGÃO ELETRÔNICO 130/17
DESPACHO DA N° SPTC-DES-2020/18013
Assunto: Reajuste de Preços 2020 – Prestação Mensal
Objeto: Prestação de Serviço de Manutenção Preventiva Câmaras Mortuárias das Equipes de Perícias Médicos – Legais de São Paulo (Capital).
Contratante: O Estado de São Paulo pela Divisão de Administração da Superintendência da Polícia Técnico-Científica;
Contratada: Guaporé Equipamentos Eireli EPP.
RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO DIA 30/12/2020, EXECUTIVO – CADERNO 1, SEÇÃO NEGÓCIOS PÚBLICOS, PAG.95, TENDO EM VISTA OBSCURIDADE DO TEXTO REPUBLICO NOVAMENTE O REAJUSTE-2020 DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE CÂMARAS MORTUÁRIAS DAS EQUIPES DE EQUIPES DE PERÍCIAS MÉDICOS-LEGAIS DA CAPITAL (SP)
A Diretoria da Divisão de Administração, considerando o disposto no artigo 65, § 8° da Lei 8666/93, tendo em vista a instrução levada a efeito, concede reajuste à empresa Guaporé Equipamentos Eireli EPP – CNPJ N° 03.709.445/0001-33, conforme segue:
O índice de reajuste para Contratos IPC/FIPE, mediante Cláusula Sétima do Contrato N° 137/17, referente ao período outubro/2019 a outubro/2020 corresponde a 5,41%. O valor reajustado corresponde a R$ 10.967,94 (dez mil novecentos e sessenta e sete reais e noventa e quatro centavos), retroativo a outubro de 2020. Classificação orçamentária nº 33903980.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO

DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA DR. MAURÍCIO HENRIQUE GUIMARÃES PEREIRA

Departamento de Polícia Judiciária da Capital

4ª Delegacia Seccional de Polícia - Norte
Extrato de Nota de Empenho
Processo: 36/20
Modalidade Licitatória:Convite Eletrônico
UGE:180357
Data da emissão da Nota de Empenho:04/11/2020
Contratante: 4ª Delegacia Seccional de Polícia
PTRESS: 180211
Natureza de Despesa: 339030
Nota de Empenho 2020NE00204
Contratada: FENIX ENVIDRACAMENTO LTDA
CNPJ da Contratada: 34913862/0001-27
Objeto: PERSIANAS VERTICAIS
Item BEC: 524040-9
Quantidade:10 METROS QUADRADOS
Valor:R$ 850,00
5ª Delegacia Seccional de Polícia - Leste
Anulação de itens - ARP-001/2020
Processo nº 62610/2019
Tendo em vista que, após convocação das demais empresas detentoras da Ata de Registro de Preços 001/2020, não houve manifestação de interesse em fornecer os itens 05, 06, 07, 09, 11 e 12, ANULO os referidos, com fulcro no II, art. 19 e seu parágrafo único, do Decreto Estadual nº 63.722/2018 e conforme Parecer CJ/SSP nº 1270/2020.

Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 9 - Piracicaba

Delegacia Seccional de Polícia de Casa Branca
Delegacia Seccional de Polícia de Casa Branca
Extrato de Aditamento Contratual
Processo 018/2018
Contrato 005/2018
Objeto: Contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças/acessórios e transporte via guincho tipo plataforma, para as viaturas policiais oficiais pertencentes a sub-frota da Delegacia Seccional de Polícia de Casa Branca.
Contratado: Rodrigo Gomes Torres & Cia Ltda - ME
CNPJ: 08.694.392/0001-48
Valor estimativo mensal: R$ 17.201,11
Valor Total Estimado do Contrato: R$ 516.033,45
Prazo: 30 (trinta meses)
Período: 01/03/2021 a 31/08/2023.
Data da Assinatura: 30/12/2020.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

COMANDO GERAL

Diretoria de Logística

Centro de Suprimento e Manutenção de Motomecanização
NOTA PARA DOE Nº CMM–071/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE00927
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA: ORIGINAL COMERCIO DE PEÇAS LTDA -EPP.
CNPJ Nº 07.199.891/0001-04
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$ 12.639,77
DATA DE CELEBRAÇÃO: 07/10/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001001 - TESOURO
PRAZO DE VIGÊNCIA: 02 (dois) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–069/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE00926
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA: CL DE ALMEIDA SJCAMPOS – ME.
CNPJ Nº 05.154.111/0001-76
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$ 1.449,50
DATA DE CELEBRAÇÃO: 06/10/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001001 - TESOURO
PRAZO DE VIGÊNCIA:01 (um) dia útil.
NOTA PARA DOE Nº CMM–072/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE0928
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:JOCASP PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME.
CNPJ Nº00150952/0001-91
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$1.332,30
DATA DE CELEBRAÇÃO: 07/10/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:001001001
PRAZO DE VIGÊNCIA:02 (dois) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–084/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01126
OBJETO: Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA: MARCOS ROSA CAMARGO.
CNPJ Nº17.626.910/0001-87
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$ 2.089,56
DATA DE CELEBRAÇÃO: 16/11/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 002002542 - CONVÊNIO
PRAZO DE VIGÊNCIA: 02 (dois) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–233/40.1/20
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01127
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:MARCOS ROSA CAMARGO
CNPJ Nº17.626.910/0001-87
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$3.911,67
DATA DE CELEBRAÇÃO: 16/11/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:002002542
PRAZO DE VIGÊNCIA:03(três)dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–085/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01128
OBJETO: Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA: MARCOS ROSA CAMARGO.
CNPJ Nº17.626.910/0001-87
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$ 11.544,47
DATA DE CELEBRAÇÃO: 16/11/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 002002542 - CONVÊNIO
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–086/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01129
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:CL DE ALMEIDA SJCAMPOS – ME.
CNPJ Nº 05.154.111/0001-76
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$ 3.122,73
DATA DE CELEBRAÇÃO: 16/11/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 002002542 - CONVÊNIO
PRAZO DE VIGÊNCIA: 03 (três) dia útil.
NOTA PARA DOE Nº CMM–087/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01130
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:JOCASP PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME.
CNPJ Nº00150952/0001-91
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$ 3.301,67
DATA DE CELEBRAÇÃO: 16/11/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 002002542 - Convênio
PRAZO DE VIGÊNCIA: 10 (dez) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–225/40.1/20
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01133
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:JOCASP PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME.
CNPJ Nº00150952/0001-91
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$10.892,30
DATA DE CELEBRAÇÃO:17/11/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:002002542
PRAZO DE VIGÊNCIA:10 (dez) diasúteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–088/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01134
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA: JOCASP PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME.
CNPJ Nº00150952/0001-91
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$ 7.598,42
DATA DE CELEBRAÇÃO: 17/11/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001001 - Tesouro
PRAZO DE VIGÊNCIA: 10 (dez) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–089/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01135
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA: JOCASP PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME.
CNPJ Nº00150952/0001-91
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$ 9.747,78
DATA DE CELEBRAÇÃO: 17/11/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001001 - Tesouro
PRAZO DE VIGÊNCIA: 16 (dezesseis) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–090/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01136
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA: JOCASP PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME.
CNPJ Nº00150952/0001-91
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$ 14.319,13
DATA DE CELEBRAÇÃO: 17/11/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001001 - Tesouro
PRAZO DE VIGÊNCIA: 18 (dezoito) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–091/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01145
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA: JOCASP PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME.
CNPJ Nº00150952/0001-91
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$ 1.560,52
DATA DE CELEBRAÇÃO: 27/11/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001001 - Tesouro
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 (cinco) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–092/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01146
OBJETO: Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA: MARCOS ROSA CAMARGO.
CNPJ Nº17.626.910/0001-87
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$ 709,29
DATA DE CELEBRAÇÃO: 27/11/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001001 - TESOURO
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) dia útil.
NOTA PARA DOE Nº CMM–093/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01147
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA: CL DE ALMEIDA SJCAMPOS
CNPJ Nº 05.154.111/0001-76
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$ 856,44
DATA DE CELEBRAÇÃO:27/11/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:001001001 - TESOURO
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) dia úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–094/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01154
CANCELAMENTO DE NOTA DE EMPENHO: 2020NE01255
OBJETO: Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA: MARCOS ROSA CAMARGO.
CNPJ Nº17.626.910/0001-87
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$ 3.466,07
DATA DE CELEBRAÇÃO: 17/12/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001001 - TESOURO
PRAZO DE VIGÊNCIA: 02 (dois) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–095/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01156
OBJETO: Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA: MARCOS ROSA CAMARGO.
CNPJ Nº17.626.910/0001-87
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$ 4.623,35
DATA DE CELEBRAÇÃO: 01/12/2020

IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001001 - TESOURO
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–096/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01158
OBJETO: Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA: MARCOS ROSA CAMARGO.
CNPJ Nº17.626.910/0001-87
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$ 6.854,12
DATA DE CELEBRAÇÃO: 01/12/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001001 - TESOURO
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 (cinco) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–064/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE00921
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:CL DE ALMEIDA SJCAMPOS – ME.
CNPJ Nº05.154.111/0001-76
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$3.052,82
DATA DE CELEBRAÇÃO:06/10/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:001001001 - TESOURO
PRAZO DE VIGÊNCIA:03(três) dia úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–059/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE00901
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA: ORIGINAL COMERCIO DE PEÇAS LTDA -EPP.
CNPJ Nº07.199.891/0001-04
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$3.344,28
DATA DE CELEBRAÇÃO:25/09/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:001001001 - TESOURO
PRAZO DE VIGÊNCIA:01 (um) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–060/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE00902
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA: ORIGINAL COMERCIO DE PEÇAS LTDA -EPP.
CNPJ Nº07.199.891/0001-04
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$542,38
DATA DE CELEBRAÇÃO:25/09/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:001001001 - TESOURO
PRAZO DE VIGÊNCIA:01 (um) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–061/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE00903
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA: ORIGINAL COMERCIO DE PEÇAS LTDA -EPP.
CNPJ Nº07.199.891/0001-04
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$899,00
DATA DE CELEBRAÇÃO:25/09/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:001001001 - TESOURO
PRAZO DE VIGÊNCIA:01 (um) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–063/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE0920
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:JOCASP PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME.
CNPJ Nº00.150.952/0001-91
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$13.051,24
DATA DE CELEBRAÇÃO:06/10/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:001001001
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (doze) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–062/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE0919
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:JOCASP PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME.
CNPJ Nº00.150.952/0001-91
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$3.349,12
DATA DE CELEBRAÇÃO:06/10/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:001001001
PRAZO DE VIGÊNCIA:04 (quatro) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–226/40.1/20
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE00922
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:CL DE ALMEIDA SJCAMPOS - ME.
CNPJ Nº05154111/0001-76.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$4017,99
DATA DE CELEBRAÇÃO:06/10/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:001001001 - TESOURO
PRAZO DE VIGÊNCIA:07 (sete) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–097/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01123
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA: ORIGINAL COMERCIO DE PEÇAS LTDA -EPP.
CNPJ Nº 07.199.891/0001-04
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$ 2.864,70
DATA DE CELEBRAÇÃO: 11/11/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 001001001 - TESOURO
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 (cinco) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–074/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01117
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:JOCASP PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME.
CNPJ Nº00150952/0001-91
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$7.636,44
DATA DE CELEBRAÇÃO:11/11/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:001001001
PRAZO DE VIGÊNCIA:04 (quatro) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–111/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01267
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:JOCASP PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME.
CNPJ Nº00150952/0001-91
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$ 945,41
DATA DE CELEBRAÇÃO:18/12/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 002002542 – Convênios.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 04 (quatro) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–112/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01268
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:JOCASP PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME.
CNPJ Nº00150952/0001-91
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$ 8.996,42
DATA DE CELEBRAÇÃO:18/12/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 002002542 – Convênios.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 13 (treze) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–113/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01095
CANCELAMENTO DE NE: 2020NE01304
NOVA NOTA DE EMPENHO: 2020NE01304
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:CL DE ALMEIDA
CNPJ Nº05.154.111/0001-76
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$6.105,87
DATA DE CELEBRAÇÃO: 26/10/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:002002542 - CONVÊNIO
PRAZO DE VIGÊNCIA: 08 (oito) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–114/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01264
CANCELAMENTO DA NE: 2020NE01321
NOVA NOTA DE EMPENHO: 2020NE01331
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:JOCASP PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME.
CNPJ Nº00150952/0001-91
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$3.451,45
DATA DE CELEBRAÇÃO:18/12/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:002002542 - Convênio
PRAZO DE VIGÊNCIA: 16 (dezesseis) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–115/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01265
CANCELAMENTO DA NE: 2020NE01316
NOVA NOTA DE EMPENHO: 2020NE01328
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:JOCASP PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME.
CNPJ Nº00150952/0001-91
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$823,51
DATA DE CELEBRAÇÃO:18/12/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 002002542 - Convênio
PRAZO DE VIGÊNCIA: 04 (quatro) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–116/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01266
CANCELAMENTO DA NE: 2020NE01317
NOVA NOTA DE EMPENHO: 2020NE01332
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:JOCASP PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME.
CNPJ Nº00150952/0001-91
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$11.273,91
DATA DE CELEBRAÇÃO:18/12/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 002002542 - Convênio
PRAZO DE VIGÊNCIA: 11 (onze) dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–237/40.1/20
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01094
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:CL DE ALMEIDA SJCAMPOS - ME.
CNPJ Nº05154111/0001-76.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$279,89
DATA DE CELEBRAÇÃO:26/10/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:002002542
PRAZO DE VIGÊNCIA:01 (um) dia útil.
NOTA PARA DOE Nº CMM–118/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01017
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:CL DE ALMEIDA SJCAMPOS – ME.
CNPJ Nº05.154.111/0001-76
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$7.351,37
DATA DE CELEBRAÇÃO:15/10/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:001001001
PRAZO DE VIGÊNCIA:12(doze)dias úteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–119/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01028
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:JOCASP PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME.
CNPJ Nº00150952/0001-91
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$5.496,23
DATA DE CELEBRAÇÃO:15/10/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:001001001
PRAZO DE VIGÊNCIA:11 (onze) diasúteis.
NOTA PARA DOE Nº CMM–120/40.1/21
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01089
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA: ORIGINAL COMERCIO DE PEÇAS LTDA -EPP.
CNPJ Nº07.199.891/0001-04
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$949,14
DATA DE CELEBRAÇÃO:26/10/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:001001001 - TESOURO
PRAZO DE VIGÊNCIA:01 (um) dias útil.
NOTA PARA DOE Nº CMM–237/40.1/20
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01094
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:CL DE ALMEIDA SJCAMPOS - ME.
CNPJ Nº05154111/0001-76.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$279,89
DATA DE CELEBRAÇÃO:26/10/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:002002542
PRAZO DE VIGÊNCIA:01 (um) dia útil.
NOTA PARA DOE Nº CMM–237/40.1/20
COMUNICADO
Publicação de instrumento contratual, em cumprimento ao art. 1º, do Decreto nº 61.476/15:
INSTRUMENTO CONTRATUAL: 2020NE01092
OBJETO:Manutenção de viatura policial por Ata de Registro de Preços.
CONTRATADA:CL DE ALMEIDA SJCAMPOS - ME.
CNPJ Nº05154111/0001-76.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:PREGÃO
VALOR: R$ 934,30
DATA DE CELEBRAÇÃO:26/10/2020
IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:002002542
PRAZO DE VIGÊNCIA:01 (um) dia útil.

Diretoria de Saúde

Centro Médico

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
UGE 180220 - CENTRO MÉDICO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° PR-220/0294/20
PROCESSO 2020220B34
OFERTA DE COMPRA Nº 180220000012021OC00009

Encontra-se aberto no CENTRO MÉDICO, PREGÃO ELETRÔNICO, destinado à CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para futura Aquisição de materiais ortopédicos – QUADRIL II, a serem utilizados no Centro Médico da Polícia Militar do Estado de São Paulo, conforme especificações técnicas contidas no Memorial Descritivo, anexo I do Edital, por um prazo de 12 (doze) meses, do tipo MENOR PREÇO.

Início do recebimento das propostas dar-se-á em 01/02/2021 e a realização da sessão às 09:00 horas do dia 11/02/2021, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br ou www.fazenda.bec.sp.gov.br.

O Edital e seus anexos estarão disponíveis nos seguintes sítios eletrônicos: www.imprensaoficial.com.br (opção "e-negociospublicos"), www.bec.sp.gov.br e www.pregao.sp.gov.br.

COMANDO DE POLICIAMENTO DA CAPITAL CORONEL PM JOSÉ HERMÍNIO RODRIGUES

Comando de Policiamento de Área Metropolitana 10 - Capital

EXTRATO DE CONTRATO

O Dirigente da UGE 180.224, nos termos do artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público o extrato do contrato firmado pela UGE 180.224 – Comando de Policiamento de Área Metropolitana Dez (CPA/M-10) em razão do Processo nº PREGÃO ELETRÔNICO Nº CPAM10-023/14/20:

CONTRATO Nº CPAM10-2020224422;
Empresa Contratada: JEFFERSON COELHO ALVES EPP, CNPJ Nº 14.166.820/0001-62;
Valor Total do contrato: R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais);
Nota de Empenho: 2020NE01727;
Data da assinatura: 28 de setembro de 2020;
Prazo de execução:20 (vinte dias) dias;
Fonte de Recurso: 003001060:
Programa de Trabalho: 06122181949920000;
PTRes: 180402;
CT: 2020CT00833;
Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviços não contínuos de produção e instalação de piso vinilico da sede do 37º BPM/M;(DESPACHO Nº CPAM10-350/14/20).

COMANDO DE POLICIAMENTO METROPOLITANO

Comando de Policiamento de Área Metropolitana 12 - Mogi das Cruzes

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.° PR-363/0001/21
PROCESSO n.° 2021363005
OFERTA DE COMPRA N° 180363000012021OC00001
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 27/01/2021

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: – 08/02/2021 às 09h00min.

CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS GLP PARA AS OPM DO CPA/M-12

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR

Comando de Policiamento do Interior 2 - Campinas

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
UGO 180.04 – POLÍCIA MILITAR
UGE 180157 – COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR-2
ADITAMENTO DO TERMO DE CONTRATO
PROCESSO Nº 2020157364
PREGÃO ELETRÔNICO N.°PR-157/0058/20
CONTRATO N.°CPI2-072/310/20

PRIMEIRO ADITAMENTO AO TERMO DE CONTRATO Nº CPI2-072/310/2020, DE 06/07/2020, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO E A EMPRESA MECÂNICA SCIAMART LTDA - ME, sob nº CNPJ 54.017.108/0001-16, PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL.

Pelo presente Termo de aditamento que entre si celebram de um lado o ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, representado neste ato, pelo Senhor Tenente Coronel PM Fagner Alexandre Pompiani, RG nº 22.550.775-4 e CPF nº 135.500.188-94, Dirigente da UGE 180157 do Comando de Policiamento do Interior - 2, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e, do outro lado a Empresa MECÂNICA SCIAMART LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 54.017.108/0001-16, com sede Rua Luiz Antonio Breda, 362/372, Jd. Nova Suissa, Limeira/SP, a seguir denominada "CONTRATADA", neste ato representada pela Senhora MICHELE SCIARRA, portador do RG nº 33.256.842-8 e CPF nº 214.504.228-88, conforme inciso II do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, têm entre si justo e contratado expressamente o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de vigência do contrato fica prorrogado por mais 28 (vinte e oito) dias, de 13/01/2021 a 22/02/2021. Conforme solicitação de prorrogação de prazo do PROJETO BÁSICO Nº CPI2-086/321/2020, (viatura I-08110), pertencente ao Lote 03.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original.

E, estando assim ajustados, o Estado de São Paulo e a empresa MECÂNICA SCIAMART LTDA - ME, assinam o presente TERMO DE ADITAMENTO em 02 (duas) vias, juntamente com as 02 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Campinas, 14 de janeiro de 2021.
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR – 2
PROCESSO N° 2020157364
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-157/0058/20
EXTRATO DE CONTRATO Nº CPI2-069/310/20

OBJETO: CONTRATAÇAO DE SERVIÇO DE MANUTENÇAO DE VIATURA PARA A AREA DO CPI-2.

CONTRATADO: TRUCK CENTER FERREIRENSE COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME
CNPJ: 09.155.378/0001-39
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico - Lei Federal nº LEI 10.520/02.
VALOR: R$ 44.890,00 (Quarenta e quatro mil oitocentos e noventa reais)
DATA DE CELEBRAÇÃO: 04 de janeiro de 2021
DATA DE INÍCIO: 04 de janeiro de 2021
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO: 2020
PROGRAMA DE TRABALHO – PTRes: 180422 (06181181949930000)
NATUREZA DE DESPESA: 33903985
FONTE DE RECURSO: 001001001 - TESOURO
PARECER REFERENCIAL: CJ/PM Nº 005/2016 DE 29/07/2016, Cota CJ/PM nº 25/2017, de 27/07/2017, Cota CJ/PM nº 49/2018, de 25/07/2018 e Cota CJ/PM nº 71/2019, de 26/07/2019.
PRAZO: 09 (nove) dias úteis
GESTOR DO CONTRATO: 1º Ten PM Carlos Eduardo Gomes Maringolo, do CPI-2.

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR – 2
PROCESSO N° 2020157364
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-157/0058/20
EXTRATO DE CONTRATO Nº CPI2-070/310/20

OBJETO: CONTRATAÇAO DE SERVIÇO DE MANUTENÇAO DE VIATURA PARA A AREA DO CPI-2.

CONTRATADO: CENTRO AUTOMOTIVO JR BOLOGNANI LTDA
CNPJ: 09.480.975/0001-39
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico - Lei Federal nº LEI 10.520/02.
VALOR: R$ 19.400,00 (Dezenove mil e quatrocentos reais)
DATA DE CELEBRAÇÃO: 04 de janeiro de 2021
DATA DE INÍCIO: 04 de janeiro de 2021
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO: 2020
PROGRAMA DE TRABALHO – PTRes: 180422 (06181181949930000)
NATUREZA DE DESPESA: 33903985
FONTE DE RECURSO: 001001001 - TESOURO
PARECER REFERENCIAL: CJ/PM Nº 005/2016 DE 29/07/2016, Cota CJ/PM nº 25/2017, de 27/07/2017, Cota CJ/PM nº 49/2018, de 25/07/2018 e Cota CJ/PM nº 71/2019, de 26/07/2019.
PRAZO: 05 (cinco) dias úteis
GESTOR DO CONTRATO: 1º Ten PM Carlos Eduardo Gomes Maringolo, do CPI-2.

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR – 2
PROCESSO N° 2020157364
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-157/0058/20
EXTRATO DE CONTRATO Nº CPI2-071/310/20

OBJETO: CONTRATAÇAO DE SERVIÇO DE MANUTENÇAO DE VIATURA PARA A AREA DO CPI-2.

CONTRATADO: J.A. SIQUEIRA JUNIOR – OFICINA EIRELI - ME
CNPJ: 04.360.064/0001-54
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico - Lei Federal nº LEI 10.520/02.
VALOR: R$ 12.700,00 (Doze mil e setecentos reais)
DATA DE CELEBRAÇÃO: 04 de janeiro de 2021
DATA DE INÍCIO: 04 de janeiro de 2021
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO: 2020
PROGRAMA DE TRABALHO – PTRes: 180422 (06181181949930000)
NATUREZA DE DESPESA: 33903985
FONTE DE RECURSO: 001001001 - TESOURO
PARECER REFERENCIAL: CJ/PM Nº 005/2016 DE 29/07/2016, Cota CJ/PM nº 25/2017, de 27/07/2017, Cota CJ/PM nº 49/2018, de 25/07/2018 e Cota CJ/PM nº 71/2019, de 26/07/2019.
PRAZO: 11 (onze) dias úteis
GESTOR DO CONTRATO: 1º Ten PM Carlos Eduardo Gomes Maringolo, do CPI-2.

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR – 2
PROCESSO N° 2020157364
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-157/0058/20
EXTRATO DE CONTRATO Nº CPI2-072/310/20

OBJETO: CONTRATAÇAO DE SERVIÇO DE MANUTENÇAO DE VIATURA PARA A AREA DO CPI-2.

CONTRATADO: MECÂNICA SCIAMART LTDA - ME
CNPJ: 54.017.108/0001-16
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico - Lei Federal nº LEI 10.520/02.
VALOR: R$ 13.000,00 (Treze mil reais)
DATA DE CELEBRAÇÃO: 04 de janeiro de 2021
DATA DE INÍCIO: 04 de janeiro de 2021
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO: 2020
PROGRAMA DE TRABALHO – PTRes: 180422 (06181181949930000)
NATUREZA DE DESPESA: 33903985
FONTE DE RECURSO: 001001001 - TESOURO
PARECER REFERENCIAL: CJ/PM Nº 005/2016 DE 29/07/2016, Cota CJ/PM nº 25/2017, de 27/07/2017, Cota CJ/PM nº 49/2018, de 25/07/2018 e Cota CJ/PM nº 71/2019, de 26/07/2019.
PRAZO: 07 (sete) dias úteis
GESTOR DO CONTRATO: 1º Ten PM Carlos Eduardo Gomes Maringolo, do CPI-2.

PROCESSO N° 2020157364
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-157/0058/20
EXTRATO DE CONTRATO Nº CPI2-073/310/20

OBJETO: CONTRATAÇAO DE SERVIÇO DE MANUTENÇAO DE VIATURA PARA A AREA DO CPI-2.

CONTRATADO: W.J.M. AUTO MECÂNICA EIRELI - ME
CNPJ: 26.606.688/0001-41
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico - Lei Federal nº LEI 10.520/02.
VALOR: R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
DATA DE CELEBRAÇÃO: 04 de janeiro de 2021
DATA DE INÍCIO: 04 de janeiro de 2021
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO: 2020
PROGRAMA DE TRABALHO – PTRes: 180422 (06181181949930000)
NATUREZA DE DESPESA: 33903985
FONTE DE RECURSO: 001001001 - TESOURO

PARECER REFERENCIAL: CJ/PM Nº 005/2016 DE 29/07/2016, Cota CJ/PM nº 25/2017, de 27/07/2017, Cota CJ/PM nº 49/2018, de 25/07/2018 e Cota CJ/PM nº 71/2019, de 26/07/2019.

PRAZO: 07 (sete) dias úteis

GESTOR DO CONTRATO: 1º Ten PM Carlos Eduardo Gomes Maringolo, do CPI-2.

Comando de Policiamento do Interior 3 - Ribeirão Preto

DESPACHO Nº CPI3-011/41/2021. 22JAN21

Assunto: Acolhimento de impugnação de Edital.

1. Considerando que a empresa RRX FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº 17.393.640/0001-01, estabelecida a Firmino Alves Negrão, n.º 205 – CEP 18800-000, e escritório Administrativo sediado a Rua Triunfo, 1349 - sala 116, Jd. Botânico Ribeirão Preto/SP, por intermédio de seu representante legal, impugnou o Edital de Pregão Eletrônico Nº PR-158/001/2021, publicado sob a Oferta de Compra Nº 180158000012021OC00002, em suma, sob a alegação de que:

1.1. ao alterar o cardápio básico, inserindo componentes que são de seu interesse, não presentes no modelo padrão, nem no Cadterc 09 e volume específico E. 10, a Administração deveria realizar pesquisa de preços, considerar todas as variáveis correlacionadas, tais como as quantidades pretendidas, prazos e outras especificações;

1.2. indefinição sobre o quantitativo de determinados itens, prejudicando a correto dimensionamento do objeto e elaboração de propostas;

1.3. indefinições sobre os locais de entrega, prejudicando a elaboração de propostas;

1.4. inadequada previsão de rateio de custos de energia elétrica e água;

1.5. caso sejam incluídos itens além dos previstos no CADTERC, a Administração Deve realizar pesquisa de preços de todos os itens, incluindo os itens do CADTERC, pois há um estudo técnico que relaciona todos os itens do cardápio, conjuntamente.

2. Por fim, solicita que a impugnação seja julgada procedente, para restabelecimento da legalidade, para excluir todas as cláusulas abusivas e restritivas, bem como aquelas contraditórias, conforme razões apresentadas.

3. Além da impugnação do Edital através do sistema BEC a empresa impugnou o edital perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sob o Nº TC-000674.989.21-5, obtendo deferimento liminar do pedido.

4. Em análise ao solicitado o subscritor do Edital propôs que a impugnação fosse deferida e que a presente licitação fosse revogada para que o edital seja corrigido, em conformidade com os ditames do CADTERC, uma vez que o estudo e objeto detalhado pelo Caderno Técnico são suficientes para atendimento do interesse público e necessidades da Administração.

5. Portanto, utilizando como razão de decidir os motivos apresentados pela empresa e o arrazoado feito pelo subscritor do Edital no sistema BEC, decido revogar a presente licitação para que seja corrigido o Edital em conformidade com o CADTERC, uma vez que o estudo e objeto detalhado pelo Caderno Técnico são suficientes para atendimento do interesse público e necessidades da Administração.

Comando de Policiamento do Interior 9 - Piracicaba

www.policiamilitar.sp.gov.br - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

UGO 180.04 – POLÍCIA MILITAR

UGE 180362 – CPI-9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO CPI-9 n.° 2020362403

PREGÃO ELETRÔNICO CPI-9 n.° 362/0054/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CPI-9 n.° 004A/420/20.

O Dirigente da UGE 180362, por intermédio do Comando de Policiamento do Interior – 9, doravante designado "ÓRGÃO GERENCIADOR", neste ato representado pelo Senhor Coronel PM Willians de Cerqueira Leite Martins, RG nº 18.898.052 e CPF nº 115.413.948-44, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual nº 233, de 28 de abril de 1970, em face do resultado obtido no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, devidamente homologado pela autoridade competente, resolve celebrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS com fundamento no Decreto Estadual nº 63.722/2018, procedendo ao registro de preço do primeiro colocado e das demais FORNECEDORES que concordaram em fornecer o objeto do certame por igual valor, obedecida a ordem crescente das respectivas propostas, nos seguintes termos.

1. OBJETO E QUANTIDADES ESTIMADAS

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a contratação futura e eventual, pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, de materiais de escritório, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Deverão ser respeitadas todas as especificações técnicas e as demais condições de fornecimento contidas no Termo de Referência que figurou como Anexo I do Edital que precedeu esta Ata e que dela fica fazendo parte integrante.

1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1° do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Figura(m) como ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) da presente Ata de Registro de Preços:

Comando de Policiamento do Interior – 9, localizado na Rua Américo Vespúcio, 438, bairro Algodoal, Piracicaba/SP

3. FORNECEDORES E CADASTRO DE RESERVA

3.1. Figura como primeira classificada e DETENTORA desta Ata de Registro de Preços a empresa MEGAPEL COMERCIAL LTDA - ME, CNPJ 67.440.461/0001-56, estabelecida na Rua Moóca, nº 3960, Alto da Moóca, São Paulo/SP, Telefone (11) 2601-6900 e e-mail megapel@megapel.com.br.

4. PREÇOS

4.1. Os preços unitários que vigorarão nesta Ata de Registro de Preços são os seguintes:

Item - Material - CÓDIGO

BEC - Unidade de Medida

BEC

QTD TOTAL

- VALOR UNITÁRIO

VALOR TOTAL DO ITEM

01 - Fita Adesiva de Papelaria; Crepe; Medindo (25mmx50m); Branca; - 42579 - unidade - 524 - R$ 3,73 - R$ 1.954,52

02 - Fita Adesiva de Papelaria, polipropileno, medindo(50mmx50m), transparente - 201405 - unidade - 824 - R$ 2.68 - R$ 2.208,32

03 - Envelope de papelaria, em papel kraft, pesando 80g/m2, tipo saco, sem impressão RPC do correio, medindo 229x324mm larg x alt, com aba, na cor natural. - 1172123 - emb. 250 unidades - 121 - R$ 47,90 - R$ 5.795,90

09 - Caneta Esferografica; Corpo Em Resina Termoplastica ; Formato do Corpo Sextavado ; Modelo Descartavel ; Corpo Translucido Com Respiro ; Ponta Em Latao ; Com Esfera de Tungstenio ; Espessura de 1,0mm, Media ; Rendimento Minimo de Escrita De: 1700 Metros ; Na Cor Preta ; Com Tampa Protetora Removivel Ventilada Na Cor Da Tinta ; Topeteira (tampa do Topo) fixa ; - 3432173 - cx c/ 50 un - 167 - R$ 21,55 - R$ 3.598,85

4.2. Os preços registrados permanecerão fixos e irreajustáveis.

4.3. O preço registrado abrangerá os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, entre outros), seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4.4. O ÓRGÃO GERENCIADOR realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade do preço registrado. Se o preço registrado se tornar superior aos valores praticados no mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR adotará as seguintes providências:

4.4.1. convocará o FORNECEDOR, obedecida a ordem de classificação no certame, visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;

4.4.2. liberará o FORNECEDOR do compromisso assumido e cancelará o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitadas as contratações já celebradas;

4.4.3. convocará os demais FORNECEDORES, visando igual oportunidade de negociação.

4.5. Não logrando êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR cancelará o item objeto do preço negociado.

5. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O prazo de validade do Sistema de Registro de Preços será de _12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado.

5.2. A prorrogação da validade do Sistema de Registro de Preços será admitida até que se alcance o prazo máximo de 12 (doze) meses, nele incluídas as eventuais prorrogações.

6. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

6.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, sem justificativa aceitável;

6.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

6.1.5. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

6.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razões de interesse público ou a pedido do fornecedor.

7. CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Os fornecedores que assinarem a Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

7.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, ficando-lhe facultada à utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

7.1.2. Quando da necessidade de contratação, o ÓRGÃO PARTICIPANTE, por intermédio do gestor do contrato por ele indicado, consultará o ÓRGÃO GERENCIADOR para obter a indicação do FORNECEDOR, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

7.2. A contratação dos FORNECEDORES pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE será formalizada pela emissão de nota de empenho.

7.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo FORNECEDOR para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, o ÓRGÃO PARTICIPANTE verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.2.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o FORNECEDOR será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 7.2.1, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

7.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da licitante vencedora no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

7.2.4. O "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e o "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis, deverão ser consultados previamente à celebração da contratação, observando-se os itens 2.2.1 e 2.2.2 do Edital.

7.2.5. Constitui também condição para a celebração da contratação, caso se trate de sociedade cooperativa, a indicação de gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante o contratante.

7.3. No prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, o fornecedor deverá comparecer perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico.

7.3.1. O prazo indicado no item 7.3 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

7.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo indicado no item 7.3 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

7.4. Aplicam-se às contratações realizadas com base neste Sistema de Registro de Preços, as disposições estabelecidas no Edital da licitação que o precedeu, relativas aos prazos, às condições de local de entrega do objeto, às condições de recebimento do objeto, à forma de pagamento e às sanções administrativas.

7.5. A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame licitatório, quando admitida, obedecerá aos prazos, limites e demais condições estabelecidas no Edital que regeu o certame licitatório.

E, lida e achada conforme, a presente ata segue assinada pelo representante do ÓRGÃO GERENCIADOR e pelos representantes dos FORNECEDORES com preços registrados nesta Ata, todos abaixo indicados e identificados.

Piracicaba, 21 de dezembro de 2020.

PELO ÓRGÃO GERENCIADOR:

_____

WILLIANS DE CERQUEIRA LEITE MARTINS

Cel PM Dirigente UGE 180362

RG nº 18.898.052

CPF nº 115.413.948-44

PELA DETENTORA:

_____

JORGE MIYASHIRO

Sócio Proprietário

RG 3.763.991

CPF. 054.024.508-97

TESTEMUNHAS:

_____

FELIPE ANTONIO ELIAS

1º Sargento de Policia Militar - _____

ROGÉRIO MODA

1º Tenente de Policia Militar

www.policiamilitar.sp.gov.br - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

UGO 180.04 – POLÍCIA MILITAR

UGE 180362 – CPI-9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO CPI-9 n.° 2020362403

PREGÃO ELETRÔNICO CPI-9 n.° 362/0054/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CPI-9 n.° 004B/420/20.

O Dirigente da UGE 180362, por intermédio do Comando de Policiamento do Interior – 9, doravante designado "ÓRGÃO GERENCIADOR", neste ato representado pelo Senhor Coronel PM Willians de Cerqueira Leite Martins, RG nº 18.898.052 e CPF nº 115.413.948-44, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual nº 233, de 28 de abril de 1970, em face do resultado obtido no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, devidamente homologado pela autoridade competente, resolve celebrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS com fundamento no Decreto Estadual nº 63.722/2018, procedendo ao registro de preço do primeiro colocado e das demais FORNECEDORES que concordaram em fornecer o objeto do certame por igual valor, obedecida a ordem crescente das respectivas propostas, nos seguintes termos.

1. OBJETO E QUANTIDADES ESTIMADAS

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a contratação futura e eventual, pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, de materiais de escritório, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Deverão ser respeitadas todas as especificações técnicas e as demais condições de fornecimento contidas no Termo de Referência que figurou como Anexo I do Edital que precedeu esta Ata e que dela fica fazendo parte integrante.

1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1° do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Figura(m) como ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) da presente Ata de Registro de Preços:

Comando de Policiamento do Interior – 9, localizado na Rua Américo Vespúcio, 438, bairro Algodoal, Piracicaba/SP

3. FORNECEDORES E CADASTRO DE RESERVA

3.1. Figura como primeira classificada e DETENTORA desta Ata de Registro de Preços a empresa AZUOS SUPRIMENTOS EMPRESARIAIS LTDA - ME, CNPJ 15.706.346/0001-87, estabelecida na Rua Santa Edith, nº 292; setor 7 – J.D. Helena - São Paulo/SP, Telefone (11) 2961-1566 e e-mail azuos@azuossuprimentos.com.br.

4. PREÇOS

4.1. Os preços unitários que vigorarão nesta Ata de Registro de Preços são os seguintes:

Item - Material - CÓDIGO

BEC - Unidade de Medida

BEC

QTD TOTAL

- VALOR UNITÁRIO

VALOR TOTAL DO ITEM

04 - Recado Auto Adesivo; Em Papel Off-set, Adesivo Acrilico Removivel e Reposicionavel, Sem Pauta; Medindo (76x102) mm, Em Bloco, Embalado Em Filme de Polipropileno, C/numer. Corrido e Lote,val.24 Meses; Na Cor Amarela, Adesao:poliester 80gf/31,7mm, Dorso 100/gf/2,5mm, Trans. Quantitativa Adesivo 520gf/2419mm2; - 1460978 - bloco 100 fls - 469 - R$ 2,90 - R$ 1.360,10

4.2. Os preços registrados permanecerão fixos e irreajustáveis.

4.3. O preço registrado abrangerá os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, entre outros), seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4.4. O ÓRGÃO GERENCIADOR realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade do preço registrado. Se o preço registrado se tornar superior aos valores praticados no mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR adotará as seguintes providências:

4.4.1. convocará o FORNECEDOR, obedecida a ordem de classificação no certame, visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;

4.4.2. liberará o FORNECEDOR do compromisso assumido e cancelará o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitadas as contratações já celebradas;

4.4.3. convocará os demais FORNECEDORES, visando igual oportunidade de negociação.

4.5. Não logrando êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR cancelará o item objeto do preço negociado.

5. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O prazo de validade do Sistema de Registro de Preços será de _12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado.

5.2. A prorrogação da validade do Sistema de Registro de Preços será admitida até que se alcance o prazo máximo de 12 (doze) meses, nele incluídas as eventuais prorrogações.

6. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

6.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, sem justificativa aceitável;

6.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

6.1.5. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

6.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razões de interesse público ou a pedido do fornecedor.

7. CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Os fornecedores que assinarem a Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

7.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, ficando-lhe facultada à utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

7.1.2. Quando da necessidade de contratação, o ÓRGÃO PARTICIPANTE, por intermédio do gestor do contrato por ele indicado, consultará o ÓRGÃO GERENCIADOR para obter a indicação do FORNECEDOR, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

7.2. A contratação dos FORNECEDORES pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE será formalizada pela emissão de nota de empenho.

7.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo FORNECEDOR para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, o ÓRGÃO PARTICIPANTE verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.2.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o FORNECEDOR será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 7.2.1, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

7.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da licitante vencedora no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

7.2.4. O "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e o "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis, deverão ser consultados previamente à celebração da contratação, observando-se os itens 2.2.1 e 2.2.2 do Edital.

7.2.5. Constitui também condição para a celebração da contratação, caso se trate de sociedade cooperativa, a indicação de gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante o contratante.

7.3. No prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, o fornecedor deverá comparecer perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico.

7.3.1. O prazo indicado no item 7.3 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

7.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo indicado no item 7.3 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

7.4. Aplicam-se às contratações realizadas com base neste Sistema de Registro de Preços, as disposições estabelecidas no Edital da licitação que o precedeu, relativas aos prazos, às condições de local de entrega do objeto, às condições de recebimento do objeto, à forma de pagamento e às sanções administrativas.

7.5. A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame licitatório, quando admitida, obedecerá aos prazos, limites e demais condições estabelecidas no Edital que regeu o certame licitatório.

E, lida e achada conforme, a presente ata segue assinada pelo representante do ÓRGÃO GERENCIADOR e pelos representantes dos FORNECEDORES com preços registrados nesta Ata, todos abaixo indicados e identificados.

Piracicaba, 21 de dezembro de 2020.

PELO ÓRGÃO GERENCIADOR:

_____

WILLIANS DE CERQUEIRA LEITE MARTINS

Cel PM Dirigente UGE 180362

RG nº 18.898.052

CPF nº 115.413.948-44

PELA DETENTORA:

_____

CESAR CABRAL DE SOUZA

Sócio Proprietário

RG 33.375.777-4

CPF. 297.332.188-39

TESTEMUNHAS:

_____

FELIPE ANTONIO ELIAS

1º Sargento de Policia Militar - _____

ROGÉRIO MODA

1º Tenente de Policia Militar

www.policiamilitar.sp.gov.br - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

UGO 180.04 – POLÍCIA MILITAR

UGE 180362 – CPI-9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO CPI-9 n.° 2020362403

PREGÃO ELETRÔNICO CPI-9 n.° 362/0054/20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CPI-9 n.° 004B/420/20.

O Dirigente da UGE 180362, por intermédio do Comando de Policiamento do Interior – 9, doravante designado "ÓRGÃO GERENCIADOR", neste ato representado pelo Senhor Coronel PM Willians de Cerqueira Leite Martins, RG nº 18.898.052 e CPF nº 115.413.948-44, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual nº 233, de 28 de abril de 1970, em face do resultado obtido no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, devidamente homologado pela autoridade competente, resolve celebrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS com fundamento no Decreto Estadual nº 63.722/2018, procedendo ao registro de preço do primeiro colocado e das demais FORNECEDORES que concordaram em fornecer o objeto do certame por igual valor, obedecida a ordem crescente das respectivas propostas, nos seguintes termos.

1. OBJETO E QUANTIDADES ESTIMADAS

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a contratação futura e eventual, pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, de materiais de escritório, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Deverão ser respeitadas todas as especificações técnicas e as demais condições de fornecimento contidas no Termo de Referência que figurou como Anexo I do Edital que precedeu esta Ata e que dela fica fazendo parte integrante.

1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1° do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Figura(m) como ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) da presente Ata de Registro de Preços:

Comando de Policiamento do Interior – 9, localizado na Rua Américo Vespúcio, 438, bairro Algodoal, Piracicaba/SP

3. FORNECEDORES E CADASTRO DE RESERVA

3.1. Figura como primeira classificada e DETENTORA desta Ata de Registro de Preços a empresa AZUOS SUPRIMENTOS EMPRESARIAIS LTDA - ME, CNPJ 15.706.346/0001-87, estabelecida na Rua Santa Edith, nº 292; setor 7 – J.D. Helena - São Paulo/SP, Telefone (11) 2961-1566 e e-mail azuos@azuossuprimentos.com.br.

4. PREÇOS

4.1. Os preços unitários que vigorarão nesta Ata de Registro de Preços são os seguintes:

Item - Material - CÓDIGO

BEC - Unidade de Medida

BEC

QTD TOTAL

- VALOR UNITÁRIO

VALOR TOTAL DO ITEM

04 - Recado Auto Adesivo; Em Papel Off-set, Adesivo Acrilico Removivel e Reposicionavel, Sem Pauta; Medindo (76x102)mm, Em Bloco, Embalado Em Filme de Polipropileno, C/numer. Corrido e Lote,val.24 Meses; Na Cor Amarela, Adesao:poliester 80gf/31,7mm, Dorso 100/gf/2,5mm, Trans. Quantitativa Adesivo 520gf/2419mm2; - 1460978 - bloco 100 fls - 469 - R$ 2,90 - R$ 1.360,10

4.2. Os preços registrados permanecerão fixos e irreajustáveis.

4.3. O preço registrado abrangerá os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo

tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, entre outros), seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4.4. O ÓRGÃO GERENCIADOR realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade do preço registrado. Se o preço registrado se tornar superior aos valores praticados no mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR adotará as seguintes providências:

4.4.1. convocará o FORNECEDOR, obedecida a ordem de classificação no certame, visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;

4.4.2. liberará o FORNECEDOR do compromisso assumido e cancelará o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitadas as contratações já celebradas;

4.4.3. convocará os demais FORNECEDORES, visando igual oportunidade de negociação.

4.5. Não logrando êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR cancelará o item objeto do preço negociado.

5. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O prazo de validade do Sistema de Registro de Preços será de _12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado.

5.2. A prorrogação da validade do Sistema de Registro de Preços será admitida até que se alcance o prazo máximo de 12 (doze) meses, nele incluídas as eventuais prorrogações.

6. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

6.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, sem justificativa aceitável;

6.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

6.1.5. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

6.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razões de interesse público ou a pedido do fornecedor.

7. CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Os fornecedores que assinarem a Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

7.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, ficando-lhe facultada à utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

7.1.2. Quando da necessidade de contratação, o ÓRGÃO PARTICIPANTE, por intermédio do gestor do contrato por ele indicado, consultará o ÓRGÃO GERENCIADOR para obter a indicação do FORNECEDOR, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

7.2. A contratação dos FORNECEDORES pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE será formalizada pela emissão de nota de empenho.

7.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo FORNECEDOR para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, o ÓRGÃO PARTICIPANTE verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.2.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o FORNECEDOR será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 7.2.1, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

7.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da licitante vencedora no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

7.2.4. O "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e o "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis, deverão ser consultados previamente à celebração da contratação, observando-se os itens 2.2.1 e 2.2.2 do Edital.

7.2.5. Constitui também condição para a celebração da contratação, caso se trate de sociedade cooperativa, a indicação de gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante o contratante.

7.3. No prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, o fornecedor deverá comparecer perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico.

7.3.1. O prazo indicado no item 7.3 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

7.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo indicado no item 7.3 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

7.4. Aplicam-se às contratações realizadas com base neste Sistema de Registro de Preços, as disposições estabelecidas no Edital da licitação que o precedeu, relativas aos prazos, às condições de local de entrega do objeto, às condições de recebimento do objeto, à forma de pagamento e às sanções administrativas.

7.5. A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame licitatório, quando admitida, obedecerá aos prazos, limites e demais condições estabelecidas no Edital que regeu o certame licitatório.

E, lida e achada conforme, a presente ata segue assinada pelo representante do ÓRGÃO GERENCIADOR e pelos representantes dos FORNECEDORES com preços registrados nesta Ata, todos abaixo indicados e identificados.

Piracicaba, 21 de dezembro de 2020.

PELO ÓRGÃO GERENCIADOR:

_____

WILLIANS DE CERQUEIRA LEITE MARTINS
Cel PM Dirigente UGE 180362
RG nº 18.898.052
CPF nº 115.413.948-44
PELA DETENTORA:

_____

CESAR CABRAL DE SOUZA
Sócio Proprietário
RG 33.375.777-4
CPF. 297.332.188-39
TESTEMUNHAS:

_____

FELIPE ANTONIO ELIAS
1º Sargento de Policia Militar -

_____

ROGÉRIO MODA
1º Tenente de Policia Militar

www.policiamilitar.sp.gov.br - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
UGO 180.04 – POLÍCIA MILITAR
UGE 180362 – CPI-9
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO CPI-9 n.° 2020362403
PREGÃO ELETRÔNICO CPI-9 n.° 362/0054/20
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CPI-9 n.° 004C/420/20.

O Dirigente da UGE 180362, por intermédio do Comando de Policiamento do Interior – 9, doravante designado "ÓRGÃO GERENCIADOR", neste ato representado pelo Senhor Coronel PM Willians de Cerqueira Leite Martins, RG nº 18.898.052 e CPF nº 115.413.948-44, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual nº 233, de 28 de abril de 1970, em face do resultado obtido no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, devidamente homologado pela autoridade competente, resolve celebrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS com fundamento no Decreto Estadual nº 63.722/2018, procedendo ao registro de preço do primeiro colocado e das demais FORNECEDORES que concordaram em fornecer o objeto do certame por igual valor, obedecida a ordem crescente das respectivas propostas, nos seguintes termos.

1. OBJETO E QUANTIDADES ESTIMADAS

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a contratação futura e eventual, pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, de materiais de escritório, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Deverão ser respeitadas todas as especificações técnicas e as demais condições de fornecimento contidas no Termo de Referência que figurou como Anexo I do Edital que precedeu esta Ata e que dela fica fazendo parte integrante.

1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1° do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Figura(m) como ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) da presente Ata de Registro de Preços:

Comando de Policiamento do Interior – 9, localizado na Rua Américo Vespúcio, 438, bairro Algodoal, Piracicaba/SP

3. FORNECEDORES E CADASTRO DE RESERVA

3.1. Figura como primeira classificada e DETENTORA desta Ata de Registro de Preços a empresa DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ETICA LTDA - ME, CNPJ 04.708.626/0001-08, estabelecida na Rua Fontoura Xavier, nº 586, Vila Carmosina, São Paulo/SP, Telefone (11) 3576-3760 e e-mail licitação.etica@terra.com.br

4. PREÇOS

4.1. Os preços unitários que vigorarão nesta Ata de Registro de Preços são os seguintes:

Item - Material - CÓDIGO
BEC - Unidade de Medida
BEC
QTD TOTAL
- VALOR UNITÁRIO
VALOR TOTAL DO ITEM

05 - Envelope de papelaria, em papel kraft, pesando 80g/m2, tipo saco, sem impressão RPC do correio, medindo 310x410mm larg x alt, na cor natural. - 20333070 - cento - 70 - R$ 23,00 - R$ 1.610,00

06 - Caixa de arquivo morto, pp corrugado, (350x250x130) mm, azul - 2637421 - pct c/ 5 unid - 228 - R$ 18,83 - R$ 4.293,24

08 - Recado auto adesivo, em papel off set com adesivo acrilico reposicionavel Med (38x50) sem pauta validade 24 meses na cor rosa, amarelo, verde , laranja, em blocos individuais apresentados em embalagem única - 3360938 - pct c/4 blocos 50 fls - 469 - R$ 2,02 - R$ 947,38

4.2. Os preços registrados permanecerão fixos e irreajustáveis.

4.3. O preço registrado abrangerá os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, entre outros), seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4.4. O ÓRGÃO GERENCIADOR realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade do preço registrado. Se o preço registrado se tornar superior aos valores praticados no mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR adotará as seguintes providências:

4.4.1. convocará o FORNECEDOR, obedecida a ordem de classificação no certame, visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;

4.4.2. liberará o FORNECEDOR do compromisso assumido e cancelará o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitadas as contratações já celebradas;

4.4.3. convocará os demais FORNECEDORES, visando igual oportunidade de negociação.

4.5. Não logrando êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR cancelará o item objeto do preço negociado.

5. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O prazo de validade do Sistema de Registro de Preços será de _12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado.

5.2. A prorrogação da validade do Sistema de Registro de Preços será admitida até que se alcance o prazo máximo de 12 (doze) meses, nele incluídas as eventuais prorrogações.

6. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

6.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, sem justificativa aceitável;

6.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

6.1.5. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

6.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razões de interesse público ou a pedido do fornecedor.

7. CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Os fornecedores que assinarem a Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

7.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, ficando-lhe facultada à utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

7.1.2. Quando da necessidade de contratação, o ÓRGÃO PARTICIPANTE, por intermédio do gestor do contrato por ele indicado, consultará o ÓRGÃO GERENCIADOR para obter a indicação do FORNECEDOR, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

7.2. A contratação dos FORNECEDORES pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE será formalizada pela emissão de nota de empenho.

7.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo FORNECEDOR para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, o ÓRGÃO PARTICIPANTE verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.2.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o FORNECEDOR será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 7.2.1, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

7.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da licitante vencedora no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

7.2.4. O "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e o "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis, deverão ser consultados previamente à celebração da contratação, observando-se os itens 2.2.1 e 2.2.2 do Edital.

7.2.5. Constitui também condição para a celebração da contratação, caso se trate de sociedade cooperativa, a indicação de gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante o contratante.

7.3. No prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, o fornecedor deverá comparecer perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico.

7.3.1. O prazo indicado no item 7.3 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

7.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo indicado no item 7.3 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

7.4. Aplicam-se às contratações realizadas com base neste Sistema de Registro de Preços, as disposições estabelecidas no Edital da licitação que o precedeu, relativas aos prazos, às condições de local de entrega do objeto, às condições de recebimento do objeto, à forma de pagamento e às sanções administrativas.

7.5. A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame licitatório, quando admitida, obedecerá aos prazos, limites e demais condições estabelecidas no Edital que regeu o certame licitatório.

E, lida e achada conforme, a presente ata segue assinada pelo representante do ÓRGÃO GERENCIADOR e pelos representantes dos FORNECEDORES com preços registrados nesta Ata, todos abaixo indicados e identificados.

Piracicaba, 21 de dezembro de 2020.

PELO ÓRGÃO GERENCIADOR:

_____

WILLIANS DE CERQUEIRA LEITE MARTINS
Cel PM Dirigente UGE 180362
RG nº 18.898.052
CPF nº 115.413.948-44
PELA DETENTORA:

_____

GILBERTO VELICEV
Sócio Proprietário
RG 22.621.894-6
CPF. 136.100.258-16
TESTEMUNHAS:

_____

FELIPE ANTONIO ELIAS
1º Sargento de Policia Militar -

_____

ROGÉRIO MODA
1º Tenente de Policia Militar

www.policiamilitar.sp.gov.br - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
UGO 180.04 – POLÍCIA MILITAR
UGE 180362 – CPI-9
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO CPI-9 n.° 2020362403
PREGÃO ELETRÔNICO CPI-9 n.° 362/0054/20
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CPI-9 n.° 004D/420/20.

O Dirigente da UGE 180362, por intermédio do Comando de Policiamento do Interior – 9, doravante designado "ÓRGÃO GERENCIADOR", neste ato representado pelo Senhor Coronel PM Willians de Cerqueira Leite Martins, RG nº 18.898.052 e CPF nº 115.413.948-44, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual nº 233, de 28 de abril de 1970, em face do resultado obtido no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, devidamente homologado pela autoridade competente, resolve celebrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS com fundamento no Decreto Estadual nº 63.722/2018, procedendo ao registro de preço do primeiro colocado e das demais FORNECEDORES que concordaram em fornecer o objeto do certame por igual valor, obedecida a ordem crescente das respectivas propostas, nos seguintes termos.

1. OBJETO E QUANTIDADES ESTIMADAS

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a contratação futura e eventual, pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, de materiais de escritório, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Deverão ser respeitadas todas as especificações técnicas e as demais condições de fornecimento contidas no Termo de Referência que figurou como Anexo I do Edital que precedeu esta Ata e que dela fica fazendo parte integrante.

1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1° do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Figura(m) como ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) da presente Ata de Registro de Preços:

Comando de Policiamento do Interior – 9, localizado na Rua Américo Vespúcio, 438, bairro Algodoal, Piracicaba/SP

3. FORNECEDORES E CADASTRO DE RESERVA

3.1. Figura como primeira classificada e DETENTORA desta Ata de Registro de Preços a empresa DELTA ELETROMOVEIS EIRELI, CNPJ 32.396.720/0001-04, estabelecida na Rua Flausino Jacinto Campos, nº 21, sala 102, Bairro Niteroi, Atílio Vivacqua/ES, Telefone (32) 9 8832 8944 e e-mail deltavendas02@hotmail.com

4. PREÇOS

4.1. Os preços unitários que vigorarão nesta Ata de Registro de Preços são os seguintes:

Item - Material - CÓDIGO
BEC - Unidade de Medida
BEC
QTD TOTAL
- VALOR UNITÁRIO
VALOR TOTAL DO ITEM

07 - Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 75g/m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Alvura Minima de 90%, Conforme Norma Iso; Opacidade Minima de 87%; Umidade Entre 3,5% (+/-1,0), Conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branco; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificacao Ambiental Fsc Ou Cerflor, Com Selo e Codigo de Licenca Impressos Na Embalagem; - 2903881 - pct c/500fls - 4630 - R$ 12,69 - R$ 58.754,70

4.2. Os preços registrados permanecerão fixos e irreajustáveis.

4.3. O preço registrado abrangerá os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, entre outros), seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4.4. O ÓRGÃO GERENCIADOR realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade do preço registrado. Se o preço registrado se tornar superior aos valores praticados no mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR adotará as seguintes providências:

4.4.1. convocará o FORNECEDOR, obedecida a ordem de classificação no certame, visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;

4.4.2. liberará o FORNECEDOR do compromisso assumido e cancelará o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitadas as contratações já celebradas;

4.4.3. convocará os demais FORNECEDORES, visando igual oportunidade de negociação.

4.5. Não logrando êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR cancelará o item objeto do preço negociado.

5. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O prazo de validade do Sistema de Registro de Preços será de _12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado.

5.2. A prorrogação da validade do Sistema de Registro de Preços será admitida até que se alcance o prazo máximo de 12 (doze) meses, nele incluídas as eventuais prorrogações.

6. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

6.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, sem justificativa aceitável;

6.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

6.1.5. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

6.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razões de interesse público ou a pedido do fornecedor.

7. CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Os fornecedores que assinarem a Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

7.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, ficando-lhe facultada à utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

7.1.2. Quando da necessidade de contratação, o ÓRGÃO PARTICIPANTE, por intermédio do gestor do contrato por ele indicado, consultará o ÓRGÃO GERENCIADOR para obter a indicação do FORNECEDOR, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

7.2. A contratação dos FORNECEDORES pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE será formalizada pela emissão de nota de empenho.

7.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo FORNECEDOR para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, o ÓRGÃO PARTICIPANTE verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.2.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o FORNECEDOR será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 7.2.1, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

7.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da licitante vencedora no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

7.2.4. O "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e o "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis, deverão ser consultados previamente à celebração da contratação, observando-se os itens 2.2.1 e 2.2.2 do Edital.

7.2.5. Constitui também condição para a celebração da contratação, caso se trate de sociedade cooperativa, a indicação de gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante o contratante.

7.3. No prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, o fornecedor deverá comparecer perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico.

7.3.1. O prazo indicado no item 7.3 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

7.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo indicado no item 7.3 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

7.4. Aplicam-se às contratações realizadas com base neste Sistema de Registro de Preços, as disposições estabelecidas no Edital da licitação que o precedeu, relativas aos prazos, às condições de local de entrega do objeto, às condições de recebimento do objeto, à forma de pagamento e às sanções administrativas.

7.5. A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame licitatório, quando admitida, obedecerá aos prazos, limites e demais condições estabelecidas no Edital que regeu o certame licitatório.

E, lida e achada conforme, a presente ata segue assinada pelo representante do ÓRGÃO GERENCIADOR e pelos representantes dos FORNECEDORES com preços registrados nesta Ata, todos abaixo indicados e identificados.

Piracicaba, 21 de dezembro de 2020.

PELO ÓRGÃO GERENCIADOR:

_____

WILLIANS DE CERQUEIRA LEITE MARTINS
Cel PM Dirigente UGE 180362
RG nº 18.898.052
CPF nº 115.413.948-44
PELA DETENTORA:

_____

JOÃO GABRIEL DE MOURA LAGE
Representante Legal
RG. 20.386.409
CPF. 113.072.046-27
TESTEMUNHAS:

_____

FELIPE ANTONIO ELIAS
1º Sargento de Policia Militar -

_____

ROGÉRIO MODA
1º Tenente de Policia Militar

DESPACHO Nº CPI9-006/420/21
PROCESSO Nº CPI9-2020362165
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 362/0020/20
CONTRATO Nº CPI9-019/420/20
REFERÊNCIA: 1) PARTE Nº CPI9-809/420/20;
2) NOTIFICAÇÃO Nº 48BPMI-001/04/20
3) NOTIFICAÇÃO Nº 48BPMI-002/04/20;
4) NOTIFICAÇÃO Nº 48BPMI-003/04/20;
5) NOTIFICAÇÃO Nº 48BPMI-004/04/20;
6) NOTIFICAÇÃO Nº CPI9-007/04/20;
ANEXO: Cópia do Parecer Referencial CJ/PM nº 2/2018.

1. Considerando o documento em referência 1, que versa sobre rescisão do contrato nº CPI9-019/420/20, firmado entre o Comando de Policiamento do Interior Nove e a empresa Hanki Engenharia Ltda, CNPJ 35.273.188/0001-26, em 15MAI20, cujo objeto é a prestação de serviços de reparos, manutenção e conservação predial com fornecimento de materiais para a sede do 48º BPMI, situado na Av Rebouças, 2796, Vila Yolanda Costa e Silva, Sumaré/SP, consoante contrato em questão.

2. Considerando que a contratada iniciou os serviços, porém não deu andamento, tendo inclusive solicitado 03 (três) prorrogações de prazo, em razão das dificuldades de materiais e mão de obra em decorrência da pandemia de COVID-19, contudo, mesmo com as prorrogações de prazo, a empresa não concluiu a avença bem como não, tendo sido notificada por 05 (cinco) vezes, não apresentou alegações de defesa que caracterizasse justa causa, nem retomou a execução do contratado.

3. Em face do exposto, nos termos cláusula décima terceira do contrato em tela, a qual prevê a possibilidade de rescisão, por proposta da autoridade competente. Assim, com fundamento, RESCINDO o contrato em tela.

4. Notifique-se a empresa quanto a presente decisão.

5. Publique-se em DOE (Diário Oficial do Estado).

Piracicaba, 20 de janeiro de 2021.
WILLIANS DE CERQUEIRA LEITE MARTINS
Cel PM Dirigente da UGE 180362

CORPO DE BOMBEIROS

Comando do Corpo de Bombeiros

Administração do Corpo de Bombeiros

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE BOMBEIROS – UGE 180199
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 199/0009/20
PROCESSO Nº. 2020199009
CONTRATO Nº. CCB-054/421/2020
TERMO ADITIVO Nº. CCB-044/421/2020

CONTRATANTE: UGE 180.199 - Administração do Corpo de Bombeiros

CONTRATADA: SB MULTICOM COMERCIO EIRELI- ME
CNPJ: 21.163.633/0001-90

Parecer Jurídico Consultoria Jurídica da Polícia Militar do Estado de São Paulo: CJ/PM n.º 007/2016 (Parecer Referencial), de 10 de agosto de 2016.

OBJETO: aquisição de 300 (trezentas) unidades de mochilas de Primeiros Socorros para Unidade de Resgate, destinadas ao Corpo de Bombeiros.

ENTREGA (TOTAL/PARCELADA): Total
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias.
DATA DO CONTRATO: 14/10/2020

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 85.500,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos reais).

PTRes/PROGRAMA DE TRABALHO: 180.513 – 06.182.1811. 5000 – Salvamento e Resgate.

FONTE DE RECURSO: 005.004.001 – Convênio com Ministério da Saúde.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 05

DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO: 28/12/2020

DATA DE ENTREGA: 08/01/2021

Comando de Bombeiros do Interior

Centro de Suprimento e Manutenção do Material Operacional de Bombeiros - Capital

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE BOMBEIROS
CCB - UO 180.05
CSM/MOpB – UGE 180200
EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO Nº CSM/MOpB-009/113/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-200/0004/20
PROCESSO Nº 2020200013
CONTRATO Nº CSM/MOpB-179/113/2020
NOTA DE EMPENHO 2020NE00627

CONTRATANTE: UGE 180200 – CENTRO DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DO MATERIAL OPERACIONAL DE BOMBEIROS – CSM/MOpB

CONTRATADA: MGB PNEUS IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI

CNPJ: 20.183.508/0001-80

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUMÁTICOS PARA AS VIATURAS DO CORPO DE BOMBEIROS.

PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO: 22 DE JANEIRO de 2021

THIAGO FERNANDES DE LIRA
1º Ten PM Chefe Interino da Seção de Finanças
Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Militar do Estado de São Paulo
Centro de Suprimento e Manutenção do Material Operacional de Bombeiros
CSM/MOpB
Seção de Finanças
PESQUISA DE PREÇO TRIMESTRAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº CSM/MOpB-008/113/2020
PROCESSO Nº 2020200027

Considerando o disposto § 2º, do artigo 15, da Lei nº 8.666/93, e inciso III, VIII do artigo 5º, do Decreto Estadual nº 47.945, de 16 de junho de 2003 e suas alterações, esta Seção de Finanças realizou nova pesquisa de mercado, conforme documentações e quadro comparativo juntados nos respectivos autos, restando, portanto comprovada a vantajosidade de todos os itens da Ata de Registro de Preços nº CSM/MOpB-008/113/2020 , cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS DE FILTROS AUTOMOTIVOS, conforme segue:

Item 1 (LOTE) - VW / Tadashi Comercial e Serviços Eireli - ME
SubItem - QUANT. ESTIMADA - CÓDIGO PEÇA - DESCRIÇÃO - SIAFISICO - MARCA / MODELO - VALOR UNITÁRIO DA ATA - VALOR UNITÁRIO DA PESQUISA DE PREÇO

1 - 15 - 026/115561/3 - Filtro de Oleo Automotivo; Vw/ford; Escort/verona/gol/saveiro/voyage/parati/santana/santana Quantum/versailles/royale; 86/08; 0261155613,peca Fabricante Original; - 838233 - VOX - R$12,00 - R$ 22,33

2 - 15 - 030115561T - Filtro de Oleo Automotivo; Vw; Gol/saveiro/parati/kombi 1.4 Flex; 02/12; 030115561t,peca Fabricante Original; - 2571358 - VOX - R$ 12,00 - R$ 22,33

3 - 10 - 217/129620/1 - Elemento filtrante de ar automotivo; vw; kombi 1.6 efi; 97/10; 2171296201,peca fabricante original - 867373 - VOX - R$21,00 - R$ 29,00

4 - 10 - 217/133607/3 - filtro ar completo vwb kombi - 4400801 - GENUÍNA - R$ 300,00 - R$ 315,00

5 - 30 - 2r0127177c - Elemento do Filtro Decantador Diesel Automotivo; Vw; 19-320 Constellation; 10/11; 2r0127177c,peça Genuina; - 4379071 - TURBO - R$47,00 - R$ 58,33

6 - 20 - 2RD129620a - Elemento Filtrante de Ar Primario Automotivo; Vw; 7-100-110-120/8-120-140-150; 97/03; 2rd129620a,peca Fabricante Original - 1746367 - TURBO - R$ 27,00 - R$ 38,33

7 - 20 - 2s0129620 - Filtro do Ar Comprimido Automotivo; para Veiculos Da Marca Vw; Modelo Caminhao/onibus, 9-150/13-170/190/15-170/190/220/310/18-320/25-370/31-260/310/320/370/40-300; Ano 00/15; Codigo Da Montadora 2s0129620, Peca Fabricante Original; - 4860772 - TURBO - R$ 76,00 - R$ 90,00

8 - 10 - 2tb607439 - Elemento Filtrante de Ar Primario Automotivo; Vw; 19-320 Constellation; 10/11; 2tb607439,peça Genuina; - 4378946 - ORIGINAL - R$ 65,00 - R$ 70,00

9 - 10 - 2VC115561 - Elemento do Filtro de Oleo Lubrificante do Motor; para Veiculos Da Marca Vw; Modelos 5-140 Od/8-120 Od/8-150/9-150/15-190 Eod/11-130/12-140 H/13-150/15-180/18-310 Ot/23-310; Ano 03/15; Codigo Da Montadora 2vc115561, Peca Fabricante Original; - 3147240 - VOX - R$ 21,00 - R$ 30,00

10 - 10 - 2VC129619 - Elemento Filtrante de Ar Primario Automotivo; Vw; 9-150; 06/07,mwm; 2vc129619,peca Fabricante Original; - 3054128 - VOX - R$ 50,00 - R$ 65,00

Item 2 (LOTE) - FORD – Aderbauto Comércio de Peças
SubItem - QUANT. ESTIMADA - CÓDIGO PEÇA - DESCRIÇÃO - SIAFISICO - MARCA / MODELO - VALOR UNITÁRIO DA ATA - VALOR UNITÁRIO DA PESQUISA DE PREÇO

1 - 30 - 2n1u9601bd - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; Ford; Fiesta 1.0/1.6 Hatch/sedan; 06/11; 2n1u9601bd,peca Fabricante Original

3465578 - 2n1u9601bd - R$ 17,66 - R$ 25,00

2 - 10 - 3s65/19n619/ba - Filtro Da Ventilacao Interna Automotivo; Ford; Cargo 1933; 13/14; 3s65/19n619/ba,peca Genuina; - 4312589 - 3s65/19n619/ba - R$ 11,50 - R$ 20,00

3 - 10 - 4c459n074aa - Elemento do Filtro Decantador Diesel Automotivo; Ford; Cargo 815e; 08/11; 4c459n074aa,peca Fabricante Original; - 3795578 - 4c459n074aa - R$ 36,41 - R$ 42,33

4 - 10 - 5l559601aa - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; Ford; Ranger Xl, 2.5l, 2.8l, 3.0l; 05/10; 5l559601aa,peca Fabricante Original

3458890 - 5l559601aa - R$ 37,48 - R$ 47,66

5 - 20 - BF5T/6731/AA - Filtro de Oleo Automotivo; Ford; F-250/f-350/f-1000/f-4000/ranger/cargo 814/815; 93/04; Bf5t6731ba,peca Fabricante Original; - 1114298 - BF5T/6731/AA - R$ 18,58 - R$ 27,66

6 - 20 - Bf6t9601aa - Elemento Filtrante de Ar Secundario Automotivo; Ford; Cargo 814/815,f-12000/f-14000; 92/02; Bf6t9601aa,peca Fabricante Original; - 1511947 - Bf6t9601aa - R$ 53,39 - R$ 65,00

7 - 10 - BF8T/9155/AA - Filtro de Combustivel Diesel Automotivo; para Veiculo Da Marca Ford; Modelo 814/1215e/1217e; Ano 01/06; Codigo Da Montadora Bf8t9155da, Peca Genuina; - 4525280 - BF8T/9155/AA - R$ 12,08 - R$ 25,00

8 - 10 - bfa5 - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; Ford; Courier 1.4; 99/08; bfa5,peca Fabricante Original

3036928 - bfa5 - R$ 7,94 - R$ 17,66

9 - 20 - Bg1x9601ba - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; Ford; Cargo 2422 Motor Cummins Serie C; 05/06; Bg1x9601ba,externo,peca Fabricante Original; - 4208013 - Bg1x9601ba - R$ 72,09 - R$ 84,66

10 - 10 - Bg2x/6731/ca - Elemento do Filtro de Oleo Lubrificante do Motor; Ford; Cargo 1933; 13/14; Bg2x/6731/ca,peca Genuina; - 4312570 - Bg2x/6731/ca - R$ 80,40 - R$ 95,00

11 - 10 - bg2x6731aa - Filtro de Oleo Automotivo; Ford; Cargo 1317/1417/1717/1417/1421/1721/f-12000/f-14000/f-16000; 02/05; Bg2x6731aa,peca Genuina; - 2187205 - bg2x6731aa - R$ 24,69 - R$ 34,00

12 - 20 - Bg2x6731ba - Filtro de Oleo Automotivo; Ford; Cargo 814/815/915; 02/06; Bg2x6731ba,peca Fabricante Original; - 2187280 - Bg2x6731ba - R$ 15,89 - R$ 26,00

13 - 10 - Bg5t9w155aa - Filtro de Combustivel Diesel Automotivo; Ford; Ranger Eletronic 3.0; 98/10; Bg5t9w155aa,peca Faricante Original; - 3473503 - Bg5t9w155aa - R$ 56,34 - R$ 69,33

14 - 10 - Bg5x9155aa - Elemento do Filtro de Combustivel Diesel; Ford; Cargo 815; 05/08; Bg5x9155aa,peca Fabricante Original; - 3217639 - Bg5x9155aa - R$ 28,48 - R$ 39,66

15 - 10 - Bg6x/9155/aa - Elemento do Filtro de Combustivel Diesel; Ford; Cargo 1933; 13/14; Bg6x/9155/aa/,peca Genuina; - 4312562 - Bg6x/9155/aa - R$ 42,80 - R$ 50,66

16 - 70 - bg8t6731aa - Filtro de Oleo Automotivo; Ford; Ranger 3.0 Eletronicodros; 08/11; bg8t6731aa,peca Fabricante Original;

3478475 - bg8t6731aa - R$ 18,61 - R$ 27,66

17 - 10 - Bg9x9601ca - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; Ford; Cargo 814/815; 96/10; Bg9x9601ca,peca Fabricante Original; - 3537641 - Bg9x9601c - R$ 53,38 - R$ 61,00

18 - 10 - Bh1x/9n074/aa - Elemento do Filtro de Combustivel Diesel; Ford Separador de Combustivel; Cargo 1933; 13/14; Bh1x/9n074/aa,peca Genuina; - 4312546 - Bh1x/9n074/aa - R$ 49,64 - R$ 62,33

19 - 50 - mb9a9155aa - Filtro de Combustivel Blindado Automotivo; Ford; Fiesta/escort/courrier l 1.6; 97/10; mb9a9155aa,peca Fabricante Original;

3421287 - mb9a9155aa - R$ 15,30 - R$ 25,66

20 - 50 - WD5T/6731/B - Filtro de Oleo Automotivo; Ford; F-1000/f-4000; 80/96; Wd5t6731b,peca Genuina; - 2186942 - WD5T/6731/B - R$ 17,09 - R$ 30,33

21 - 60 - xs6e6714c1a - Filtro de Oleo Automotivo; Ford; Fiesta 1.0; 99/04; xs6e6714c1a,peca Fabricante Original;

1762664 - xs6e6714c1a - R$ 11,23 - R$ 20,33

22 - 10 - Bf0x9155/aa - Elemento do Filtro Decantador Diesel Automotivo; Ford; 1215/1217; 99/02; Bf0x9155/aa,peca Genuina; - 1724657 - Bf0x9155/aa - R$ 36,41 - R$ 47,66

Item 3 (LOTE) - FIAT / IVECO – Tadashi Comercial e Serviços Eireli - ME
SubItem - QUANT. ESTIMADA - CÓDIGO PEÇA - DESCRIÇÃO - SIAFISICO - MARCA / MODELO - VALOR UNITÁRIO DA ATA - VALOR UNITÁRIO DA PESQUISA DE PREÇO

1 - 10 - 1903629 - Elemento do Filtro de Oleo Lubrificante do Motor; Fiat Iveco; Eurotech 260e42; 00/06; 1903629,peca Fabricante Original; - 2416492 - ORIGINAL - R$ 84,00 - R$ 95,00

2 - 10 - 1907612 - Filtro do Ar Comprimido Automotivo; Fiat/iveco; Tector Eurocargo - 170e24, Attack 170e22, 170e28; 09/14; 1907612,peca Fabricante Original; - 4517296 - TURBO - R$ 67,00 - R$ 80,00

3 - 10 - 1907640 - Filtro de Combustivel Diesel Automotivo; Fiat Iveco; Eurotech 260e42; 00/06; 1907640,peca Fabricante Original; - 2416433 - VOX - R$ 12,00 - R$20,66

4 - 10 - 2992241 - Filtro de Combustivel Primario Automotivo; para Veiculos Da Marca Iveco; Modelo Tactor 170e22; Ano 12/15; Codigo Da Montadora 2992241, Peca Fabricante Original; - 4707869 - TURBO - R$ 25,00 - R$ 36,00

5 - 10 - 7082141 - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; Fiat; Palio/palio Weekend/siena/strada,1.8 Mpi; 03/06; 7082141, peca Fabricante Original;

1695673 - TURBO - R$ 12,00 - R$ 21,00

6 - 10 - 7722936 - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; Fiat; Uno/uno Mille/elba/fiorino/premio; 92/03; 7722936,peca Fabricante Original; - 915688 - VOX - R$ 10,00 - R$ 20,00

7 - 20 - 8094872 - Filtro de Oleo Automotivo; Fiat; Ducato 2.3 Multijet 16v; 10/12; 8094872, peca Genuina

3708462 - VOX - R$ 18,00 - R$ 27,66

8 - 10 - 42561605 - Elemento do Filtro Decantador Diesel Automotivo; Fiat/iveco; 170e28-attack-ecoline; 12/14; 42561605,peca Genuina; - 4511808 - TURBO - R$ 75,00 - R$ 90,00

9 - 60 - 46751179 - Filtro de Oleo Automotivo; para Veiculos Da Marca Fiat ; Modelos, Uno/fiorino/palio/siena/palio Weekend/doblo/grand Siena/mobi/novo Fiorino/strada ; Ano 03/17 ; Codigo Da Montadora 46751179,peca Fabricante Original - 1549774 - VOX - R$ 10,00 - R$ 20,00

10 - 10 - 46761805 - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; Fiat; Doblo; 02/12; 46761805,peca Fabricante Original; - 1762869 - VOX - R$ 29,00 - R$ 37,66

11 - 10 - 46769601 - Filtro de Combustivel Blindado Automotivo; Fiat; Palio Weekend/palio/strada/siena; 00/05; 46769601, peca Fabricante Original;

1752219 - VOX - R$ 9,00 - R$ 17,66

12 - 10 - 51720700 - Filtro de Combustivel Blindado Automotivo; Fiat; Doblo/palio/siena 1.8 Elx; 02/10; 51720700, peca Fabricante Original;

3101223 - VOX - R$ 9,00 - R$ 17,66

13 - 10 - 71739634 - Filtro de Oleo Automotivo; Fiat; Ducato Maxicargo 2.8 Turbo Jtd; 01/06; 71739634, peca fabricante Original - 2427524 - TURBO - R$ 48,00 - R$ 60,00

14 - 20 - 77362340 - Elemento do Filtro de Combustivel Diesel; Fiat; Ducato 2.3/2.8 Ducato Maxicargo Turbo; 98/12; 77362340,peca Fabricante Original; - 2386461 - VOX - R$ 41,00 - R$ 55,00

15 - 10 - 503106176 - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; Iveco; 170e28 Attack; 12/14; 503106176,peca Fabricante Original; - 4471180 - TURBO - R$ 68,00 - R$ 80,00

16 - 10 - 503120785 - Filtro de Oleo Automotivo; Iveco; Vertis 90v18; 13/14; 503120785,peca Genuina; - 4302966 - TURBO - R$ 43,00 - R$ 54,33

17 - 10 - 503120786 - Filtro de Combustivel Diesel Automotivo; para Viculos Da Marca Iveco ; Modelos Caminhao, Euro Cargo Tector/vertis ; Ano 04/12 ; Codigo Da Montadora 503120786, Peca Fabricante Original ; - 4859693 - TURBO - R$ 26,00 - R$ 39,66

18 - 10 - 1337057080 - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; Fiat; Ducato 2.8id Td/ducato Maxicargo Turbo; 98/12; 1337057080,peca Fabricante Original; - 1670735 - MAHLE - R$ 47,00 - R$ 60,00

19 - 10 - 5801403242 - Pre Filtro de Combustivel Automotivo; Fiat/iveco; Attack 170e28 Ecoline; 12/14; 5801403242, Peca Fabricante Original; - 4471210 - TURBO - R$ 49,00 - R$ 60,00

20 - 10 - 5801403243 - Elemento do Filtro de Combustivel Diesel; Iveco; Attack 170e28; 12/14; 5801403243,peca Fabricante Original; - 4470281 - TURBO - R$ 49,00 - R$ 60,00

21 - 10 - 5801640991 - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; Iveco; 170e28; 12/14; 5801640991,peca Fabricante Original; - 4470117 - VOX - R$ 132,00 - R$ 145,00

22 - 10 - 7085110 - Filtro de Oleo Automotivo; Fiat; Palio/siena 1.8; 05/09; 7085110,peca Fabricante Original; - 3036910 - VOX - R$ 8,00 - R$ 20,00

Item (LOTE) 4 - MERCEDES BENS/SCANIA
SubItem - QUANT. ESTIMADA - CÓDIGO PEÇA - DESCRIÇÃO - SIAFISICO - MARCA / MODELO - VALOR UNITÁRIO DA ATA - VALOR UNITÁRIO DA PESQUISA DE PREÇO

1 - 80 - A0000903751 - Elemento Filtrante de Ar Primario Automotivo; para Caminhoes Da Marca Mb; Modelo Sprinter 311; Ano 12/13; Codigo Da Montadora, A0000903751, Peca Fabricanteoriginal - 5121027 - A0000903751 - R$ 33,18 - R$ 41,00

2 - 80 - A9068300218 - Filtro Da Ventilacao Interna Automotivo; Mercedes-benz ; Sprinter Furgão 415 Cdi ; 18/19 ; Codigo A9068300318, Peça Genuina - 5277701 - A9068300218 - R$ 9,42 - R$ 20,00

3 - 80 - A6510902952 - Filtro de Combustivel Diesel Automotivo; para Veiculos Da Marca Mb; Modelo Sprinter 311; Ano 13; Codigo Da Montadora, A6510902952, Peca Fabricante Original; - 5134528 - A6510902952 - R$ 158,77 - R$ 170,00

4 - 80 - A6511800109 - Filtro de Oleo Automotivo; para Veiculos Da Marca Mb ; Modelo Sprinter 415 Cdi 2.2 ; Ano 12/18 ; Codigo Da Montadora, A6511800109, Peca Fabricante genuino - 5281610 - A6511800109 - R$ 20,26 - R$ 30,66

5 - 10 - A0000901151 - Filtro de Combustivel Diesel Automotivo; para Veiculos Da Marca Mb; Modelos Caminhao/onibus, Of-1620/om-366 La/oh-1621 Le/1514/1718; Ano 87/05; Codigo Da Montadora A0000901151, Peca Fabricante Original; - 4833759 - A0000901151 - R$ 9,32 - R$ 20,00

6 - 20 - 173171 - Elemento do Filtro de Oleo Lubrificante do Motor; Scania; P93/t112/r113/f113/k113/t113/l113/r143; 92/99; 173171,peca Fabricante Original; - 1131982 - 173171 - R$ 12,82 - R$ 20,66

7 - 40 - 364624 - Filtro de Combustivel Blindado Automotivo; Scania; T112/p93/f113/k113/t113/r143/l113; 92/99; 364624,peca Fabricante Original; - 2182823 - 364624 - R$ 8,67 - R$ 20,00

8 - 10 - 524761 - Filtro de Agua Automotivo; Scania; T-113; 92/00; 524761,peca Fabricante Original; - 1907930 - 524761 - R$ 43,39 - R$ 60,00

9 - 10 - 524762 - Elemento do Filtro de Combustivel Diesel; Scania; Flt-113; 89/92; 524762,peca Fabricante Original; - 1384724 - 524762 - R$ 10,36 - R$ 25,00

10 - 10 - 1675795 - Elemento do Filtro Decantador Diesel Automotivo; Scania; P-93/fkrt-113; 90/92; 1675795,peca Fabricante Original; - 1583379 - 1675795 - R$ 12,35 - R$ 25,00

11 - 10 - 2022275 - Filtro de Oleo Automotivo; Scania; P320; 10/11; 2022275, Peça Genuina; - 4383664 - 2022275 - R$ 41,22 - R$ 55,00

Item 5 (LOTE) - RENAULT
SubItem - QUANT. ESTIMADA - CÓDIGO PEÇA - DESCRIÇÃO - SIAFISICO - MARCA / MODELO - VALOR UNITÁRIO DA ATA - VALOR UNITÁRIO DA PESQUISA DE PREÇO

1 - 60 - 7700274177 - Filtro de Oleo Automotivo; Renault; Sandero 1.6 8v; 08/09; 7700274177,peca Fabricante Original; - 3160017 - 7700274177 - R$ 10,23 - R$ 20,66

2 - 50 - 8200069212 - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; Renault; Logan Exp.flex 1.6; 04/08; 8200069212,peca Genuina;

3019209 - 8200069212 - R$ 13,32 - R$ 20,66

3 - 50 - 8200386495 - Filtro de Combustivel Blindado Automotivo; Renault; Logan Expression 1.6 8v; 08/08; 8200386495,peca Genuina

3038599 - 8200386495 - R$ 8,16 - R$ 20,00

4 - 30 - 8200431051 - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; Renault; Kangoo 1.6; 08; 8200431051,peca Fabricante Original; - 3027376 - 8200431051 - R$ 14,99 - R$ 25,00

5 - 50 - 8200795348 - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; para Veiculos Da Marca Renault; Master 2.3 Diesel; Ano 13/; Codigo Da Montadora, 8200795348, Peca Fabricante Original; - 5337178 - 8200795348 - R$ 34,38 - R$ 45,00

6 - 50 - 152094543R - Filtro de Oleo Automotivo; para Veiculos Da Marca Renault; Modelo Master Diesel; Ano 14/15; Codigo Da Montadora 152094543r, Peca Fabricante Original; - 4689623 - 152094543R - R$ 26,12 - R$ 40,00

7 - 50 - 164039587R - Elemento do Filtro de Combustivel Diesel; para Veiculos Da Marca Renault; Modelo Master 2.3; Ano 13/; Codigo Da Montadora, 164039587r, Peca Fabricante Original; - 5337194 - 164039587R - R$ 14,75 - R$ 25,00

Item 6 (LOTE) - MITSUBISHI
SubItem - QUANT. ESTIMADA - CÓDIGO PEÇA - DESCRIÇÃO - SIAFISICO - MARCA / MODELO - VALOR UNITÁRIO DA ATA - VALOR UNITÁRIO DA PESQUISA DE PREÇO

1 - 10 - 1500a098 - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; Mitsubshi; Pajero Dakar Automatica; 12/13; 1500a098 Peca Fabricante Original; - 4040791 - 1500a098 - R$ 31,20 - R$ 45,00

2 - 10 - 1770a012 - Filtro de Combustivel Diesel Automotivo; para Veiculos Da Marca Mitsubishi; Modelo L200; Ano 15/16; Codigo Da Montadora 1770a012, Peca Genuina; - 4670701 - 1770a012 - R$ 32,77 - R$ 45,00

3 - 20 - 1770a233 - Filtro de Combustivel Blindado Automotivo; Mitsubishi; Pajero Dakar Automatica; 12/13; 1770a233 Peca Fabricante Original; - 4039319 - 1770a233 - R$ 32,78 - R$ 45,00

4 - 20 - Cd120013 - Filtro de Oleo Automotivo; Mitsubishi; Pajero Dakar Automatica; 12/13; Cd120013 Peca Fabricante Original; - 4051092 - Cd120013 - R$ 46,78 - R$ 60,00

5 - 20 - cd130102 - Filtro de Combustivel Diesel Automotivo; Mitsubshi; Pajero Hd; 10/11; cd130102,peca Genuina; - 4377508 - cd130102 - R$ 53,97 - R$ 65,00

6 - 30 - Cdpa0039 - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; Mitsubishi; Pajero Sport Hd Diesel; 10/11; Cdpa0039,peca Fabricante Original; - 3865550 - Cdpa0039 - R$ 50,99 - R$ 65,00

7 - 20 - Mr227823 - Filtro Da Ventilacao Interna Automotivo; para Veiculos Da Marca Mitsubishi; Modelo L200; Ano 15/16; Codigo Da Montadora Mr227823, Peca Genuina; - 4670604 - Mr227823 - R$ 33,00 - R$ 45,00

Item 7 (LOTE) - GM
SubItem - QUANT. ESTIMADA - CÓDIGO PEÇA - DESCRIÇÃO - SIAFISICO - MARCA / MODELO - VALOR UNITÁRIO DA ATA - VALOR UNITÁRIO DA PESQUISA DE PREÇO

1 - 10 - 25160729 - Filtro de Combustivel Blindado Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelos Corsa/s-10/blazer/vectra/astra; 95/04; 25160729,peca Fabricante Original; - 838144 - 25160729 - R$ 9,21 - R$ 20,00

2 - 20 - 25171377 - Filtro de Oleo Automotivo; Gm; S-10/blazer 4.3; 96/05; 25171377,peca Fabricante Original; - 838268 - 25171377 - R$ 16,93 - R$ 26,00

3 - 10 - 93321112 - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; Gm; S-10/blazer 2.4; 01/05; 93321112,peca Fabricante Original; - 1604376 - 93321112 - R$ 36,34 - R$ 45,00

4 - 50 - 94771044 - Filtro de Combustivel Diesel Automotivo; Gm; S-10/trailblazer; 12/14; 94771044,peca Fabricante Original; - 4208595 - 94771044 - R$ 41,75 - R$ 55,00

5 - 50 - 94771925 - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; Gm; S-10/trailblazer; 12/14; 94771925,peca Fabricante Original; - 4209869 - 94771925 - R$ 28,70 - R$ 40,00

6 - 10 - 93321112 - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; Gm; S-10/blazer 2.4; 01/05; 93321112,peca Fabricante Original;

1604376 - 93321112 - R$ 36,34 - R$ 50,00

Item 8 (LOTE) - TOYOTA – MF VANS
SubItem - QUANT. ESTIMADA - CÓDIGO PEÇA - DESCRIÇÃO - SIAFISICO - MARCA / MODELO - VALOR UNITÁRIO DA ATA - VALOR UNITÁRIO DA PESQUISA DE PREÇO

1 - 40 - 178010l040 - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; para Veiculos Da Marca Toyota ; Modelo Hilux Tdi Turbo Diesel (sw4/cd/sr) - Automatico, Motor 2.8 16v ; Ano 16/18 ; Codigo Da Montadora, 178010l040, Peca Fabricante Genuina ; - 5245605 - TECFIL/
WEGA/
FRAM/
METAL LEVE DIVERSOS - R$ 41,08 - R$ 55,00

2 - 40 - 8713902150 - Filtro Da Ventilacao Interna Automotivo; para Veiculos Da Marca Toyota; Modelos Corolla/hilux; Ano 13/15; Codigo Da Montadora 8713902150, Peca Fabricante Original; - 4697871 - TECFIL/
WEGA/
FRAM/
METAL LEVE DIVERSOS - R$ 10,59 - R$ 21,00

3 - 40 - 233900L070 - Filtro de Oleo Automotivo; para Veiculos Da Marca Toyota ; Modelo Hilux Sw4 ; Ano 16/18 ; Codigo Da Montadora, 233900L070, Peca Fabricante Genuina ; - 5259614 - TECFIL/
WEGA/
FRAM/
METAL LEVE DIVERSOS - R$ 32,14 - R$ 45,00

4 - 40 - 9091520003/ 90915TB001 - Filtro de Oleo Automotivo; para Veiculos Da Marca Toyota ; Modelo Hilux Sw4 ; Ano 16 ; Codigo Da Montadora, 9091520003 Ou 90915tb001, Peca Fabricante Genuina ; - 5257875 - TECFIL/
WEGA/
FRAM/
METAL LEVE DIVERSOS - R$ 12,43 - R$ 25,00

5 - 40 - 17801oy040 - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; para Veiculos Da Marca Toyota ; Modelo Etios 1.5 ; Ano 16/18 ; Codigo Da Montadora, 178010y040, Peca Fabricante Genuina ; - 5248825 - TECFIL/
WEGA/
FRAM/
METAL LEVE DIVERSOS - R$ 15,90 - R$ 25,00

6 - 40 - 871390d080 - Filtro Da Ventilacao Interna Automotivo; para Veiculos Da Marca Toyota ; Modelo Etios ; Ano 13/19 ; Codigo Da Montadora, 871390d080, Peca Genuina ; - 5245389 - TECFIL/
WEGA/
FRAM/
METAL LEVE DIVERSOS - R$ 14,91 - R$ 30,00

7 - 40 - 233000d100 - Filtro de Combustivel Plastico Automotivo; para Veiculos Da Marca Toyota; Modelo Hilux; Ano 07/13; Codigo Da Montadora 233000d100, Peca Fabricante Original; - 4627377 - TECFIL/
WEGA/
FRAM/
METAL LEVE DIVERSOS - R$ 19,05 - R$ 35,00

8 - 40 - 90915ta005 - Filtro de Oleo Automotivo; para Veiculos Da Marca Toyota ; Modelo Etios 1.5 ; Ano 16/18 ; Codigo Da Montadora, 90915ta005, Peca Fabricante Genuina ; - 5249252 - TECFIL/
WEGA/
FRAM/
METAL LEVE DIVERSOS - R$ 10,53 - R$ 20,66

9 - 40 - 1780106010 - Elemento Filtrante de Ar Automotivo; Toyota; Hilux Cd 4x4 Srv Diesel 3.0; 05/08; 1780106010,peca Fabricante Original; - 2916045 - TECFIL/
WEGA/
FRAM/
METAL LEVE DIVERSOS - R$ 10,17 - R$ 20,66

10 - 40 - 9091520003 - Filtro de Oleo Automotivo; Toyota; Hilux Cd 4x4 Srv Diesel 3.0; 05/08; 9091520003,peca Fabricante Original; - 2916037 - TECFIL/
WEGA/
FRAM/
METAL LEVE DIVERSOS - R$ 10,17 - R$ 20,66

11 - 40 - 233900L010 - Elemento do Filtro de Combustivel Diesel; Toyota; Hilux Cd 4x4 Srv Diesel 3.0; 05/08; 233900l010,fabricante Original; - 2916061 - TECFIL/
WEGA/
FRAM/
METAL LEVE DIVERSOS - R$ 20,27 - R$ 30,00

Item 9 (LOTE) - MOTOCICLETAS
SubItem - QUANT. ESTIMADA - CÓDIGO PEÇA - DESCRIÇÃO - SIAFISICO - MARCA / MODELO - VALOR UNITÁRIO DA ATA - VALOR UNITÁRIO DA PESQUISA DE PREÇO

1 - 50 - 16910-KRE-B01 - Filtro de Combustivel para Moto; Filtro Blindado; Honda; Xre 300cc; 10/11; 16910-kre-b01,peca Fabricante Original; - 4659708 - WEGA - R$ 20,00 - R$ 35,00

2 - 30 - 17211-KWT-900 - Elemento do Filtro de Ar para Moto; Honda; Xre; 300; 10/12; 17211-kwt-900,peca Fabriante Original; - 4659694 - VEDAMOTORS - R$ 41,98 - R$ 55,00

3 - 60 - 17211-MCG-000 - Elemento do Filtro de Ar para Moto; para Motos Da Marca Honda ; Modelo Falcon ; 400cc ; Ano 00/14 ; Codigo Da Montadora, 17211-mcg-000, Peca Fabricante Genuina - 5047013 - VALFLEX - R$ 30,00 - R$ 45,00

4 - 120 - 15412-hm5-a10 - Elemento do Filtro de Oleo para Moto; Honda; Modelos Cbx Twister/xr Tornado/nx Falcon/xre; 250cc/300cc/400cc; Ano 99/11; Codigo Da Montadora 15412-hm5-a10,peca Fabricante Original; - 894869 - TMAC - R$ 10,00 - R$ 25,00

5 - 100 - 15010-mce-h51 - Filtro do Reservatorio de Oleo para Moto; Honda; Xl Transalp; 700; 11/14; 15010-mce-h51,peca Genuina; - 4438779 - TECFIL - R$ 18,00 - R$ 31,00

6 - 50 - 17211-gfp-b01 - Elemento do Filtro de Ar para Moto; Honda; Nxr 150 Bros; 150 Cc; 13/14; 17211-gfp-b01,peca Genuina; - 4507118 - VOX - R$ 12,00 - R$ 21,00

7 - 30 - 1S4-E3440-00 - Elemento do Filtro de Oleo para Moto; Yamaha; Xtz Lander; 250cc; 07/08; 1s4-e3440-00,peca Fabricante Original; - 2930641 - TMAC - R$ 11,35 - R$ 22,33

São Paulo, 22 de janeiro de 2021.

THIAGO FERNANDES DE LIRA

1º Ten PM Chefe Interino da Seção de Finanças

Escola Superior de Bombeiros Coronel PM Paulo Marques Pereira

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

ESCOLA SUPERIOR DE BOMBEIROS "CEL PM PAULO MARQUES PEREIRA"

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 180202

EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO Nº ESB-013/118/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CCB - 017/421/20

PROCESSO Nº. 2020202105

CONTRATO N.º ESB – 019/118/2020

NOTA DE EMPENHO – 2020NE00376.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 22.320,00 (vinte e dois mil e trezentos e vinte reais)

DATA DA CELEBRAÇÃO: 28/10/2020

CONTRATANTE: UGE 180.202 - Escola Superior de Bombeiros "Cel PM Paulo Marques Pereira".

CONTRATADA: KIDDE BRASIL LTDA

CNPJ: 66.220.047/0001-79

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 1240 (UM MIL DUZENTOS E QUARENTA) LITROS DE LÍQUIDO GERADOR DE ESPUMA (LGE) CLASSE "B", DESTINADOS A ESCOLA SUPERIOR DE BOMBEIROS.

ENTREGA: Total

PROGRAMA DE TRABALHO: 06.182.1811.4998.0000 – Prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento.

PTRES: 180504

FONTE DE RECURSO: 001001001 – Tesouro

NATUREZA DE DESPESA: 33.90.30.66

PRAZO DE VIGÊNCIA: 13/01/2021

GESTOR DO CONTRATO: Cap PM DANILO AUGUSTO PASSARETI

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 18005

DATA DA ASSINATURA DO TERMO DE PRORROGAÇÃO: 11/01/2021

Publicado em atendimento ao Decreto Estadual 61.476 de 03-09-2015 com redação dada pelo Decreto Estadual 61.897 de 31-03-2016.

MARIA DE FATIMA ROSA FRANCO

Cap PM Chefe da Seção de Finanças

ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

COORDENADORIA DE SAÚDE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

NOTIFICAÇÃO

À

RAL-MAX CONTRUTORA E COMÉRCIO LTDA - ME.

Att. Sr. Adão Gonçalves - Representante Legal

Av. Dr. Arthur Cordeiro, 916 - Bairro: Veleiros.

São Paulo/SP - CEP 04.774-080

Ref.: Processo SAP/CS nº 064/2018, Contrato nº 002/2019 – Execução de obras e serviços de adequação e reforma da Área de Saúde do Centro de Detenção Provisória "Dr. José Eduardo Mariz de Oliveira" de Caraguatatuba (SP), especificamente quanto a REITERAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA DESMOBILIZAÇÃO DO CANTEIRO COM A RETIRADA DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS JÁ LIBERADOS.

Vimos por meio desta RATIFICAR o contido na NOTIFICAÇÃO que foi encaminhada na data de 29 de setembro de 2020 e, assim, em atenção a correspondência eletrônica de 15 de janeiro de 2021, encaminhada com solicitação de autorização para retirada de materiais e ferramentas, vimos NOTIFICAR V. Senhoria a respeito de que seja agendada a retirada de materiais, equipamentos e ferramentas já liberados e que permanecem na unidade prisional, nos termos do documento anteriormente encaminhado. A autorização como já demonstrado, já ocorreu anteriormente e que a empresa não o fez, portanto, abre-se novamente tal oportunidade.

Diante das circunstâncias apresentadas, salientamos o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que sejam tomadas as providências avençadas neste documento.

NOTIFICAÇÃO

À

RAL-MAX CONTRUTORA E COMÉRCIO LTDA - ME.

Att. Sr. Adão Gonçalves - Representante Legal

Av. Dr. Arthur Cordeiro, 916 - Bairro: Veleiros.

São Paulo/SP - CEP 04.774-080

Ref.: Processo SAP/CS nº 373/2017, Contrato nº 005/2018 – Execução de obras e serviços de adequação e reforma da Área de Saúde da Penitenciária Feminina de Sant'Ana, São Paulo (SP)., especificamente quanto a REITERAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA DESMOBILIZAÇÃO DO CANTEIRO COM A RETIRADA DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS JÁ LIBERADOS.

Vimos por meio desta RATIFICAR o contido na NOTIFICAÇÃO por correio eletrônico que foi encaminhada na data de 30 de julho de 2020 e, assim, em atenção a correspondência eletrônica de 15 de janeiro de 2021, encaminhada com solicitação de autorização para retirada de materiais e ferramentas, vimos NOTIFICAR V. Senhoria a respeito de que seja agendada a retirada de materiais, equipamentos e ferramentas já liberados e que permanecem na unidade prisional, nos termos do documento anteriormente encaminhado. A autorização como já demonstrado, já ocorreu anteriormente e que a empresa não o fez, portanto, abre-se novamente tal oportunidade.

Diante das circunstâncias apresentadas, salientamos o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que sejam tomadas as providências avençadas neste documento.

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

À vista dos elementos de instrução dos autos, no uso da competência a mim atribuída pelo Decreto 57.688 de 27/12/2011, DESIGNO a servidora Tamires Osvaldo Ziretta, RG: 50.705.501-9 como GESTORA, a servidora Larissa Eiras de Oliveira Melin, RG: 49.530.801-8 como GESTORA SUPLENTE e o servidor Felipe Bianchi Silva, RG: 44.092.347-5 como FISCAL do Contrato n° 005/2020, pertencente ao Processo n° 25104/2020, com efeitos retroativos a 01/01/2021, que trata da prestação de serviços de agenciamento sistematizado de viagens corporativas, a fim de atender o Grupo Regional de Ações de Escolta e Vigilância Penitenciária nos recambiamentos de presos da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Metropolitana de São Paulo, através da empresa VOETUR PROMOÇÕES E EVENTOS EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 37.994.753/0001-70, no período de 01/01/2021 à 31/12/2021.

As Gestoras e o Fiscal ora designados representarão esta Coordenadoria e terão as suas atribuições previstas no § 1º do Artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE VILA INDEPENDÊNCIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DOS ENVELOPES Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL – DA TOMADA DE PREÇO CDVI Nº 04/2020, PROCESSO CDVI Nº 524/2019 – PROCESSO DESTINADO A EXECUÇÃO DE ESTUDOS DE INVESTIGAÇÃO AMBIENTAL NA ÁREA INTERNA DO CDP VILA INDEPENDENCIA PARA AVALIAÇÃO DE RISCOS À SAÚDE HUMANA, PROVENIENTES DE CONTAMINANTES PRESENTES EM SOLO E ÁGUA SUBTERRANEA E ELABORAÇÃO DE PLANO DE INTERVENÇÃO DE ACORDO COM AS PRECONIZAÇÕES ESTABELECIDAS PELA DECISÃO DE DIRETORIA Nº 038/2017/C, DA COMPANHIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB).

Às 09h00min do dia 21 de janeirode 2021, reuniram-se nas dependências do Centro de Detenção Provisória de Vila Independência, situada a Avenida Doutor Francisco Mesquita, nº 250, Vila Independência, São Paulo/SP, os membros da Comissão Julgadora de Licitações, designado pela Portaria SAP/CG nº 253/2020, Daiane da Silva Gustavo, Paloma Pereira de Lima e Engenheiro Marcel Peixoto Frisene para proceder ao julgamento das Propostas Comerciais da Tomada de Preço nº 004/2020CDVI, que tem por objeto a contratação de empresa para Execução de estudos de investigação na área interna do CDP Vila Independência para a avaliação de riscos, à saúde humana, provenientes de contaminantes presentes em solo e água subterrânea e elaboração de plano de intervenção, de acordo com as preconizações estabelecidas pela Decisão de Diretoria nº 038/2017/C, da Companhia do Estado de São Paulo (CETESB). A Comissão Julgadora de Licitações mediante as Propostas Comerciais apresentadas pelas licitantes, cujos preços, conhecidos e registrados em ata, foram os seguintes:

Nome da Empresa - Valor da Proposta (R$)

TCA SOLUÇÕES E PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA-EPP

CNPJ: 10.245.713/0001-79 - 190.000,00

INSTITUTO NACIONAL DE ANÁLISE E PESQUISA LTDA-EPP

CNPJ: 04.248.764/0001-51 - 143.064,00

AVATZ GEOLOGIA E ENGENHARIA AMBIENTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA.

CNPJ:14.256.315/0001-09 - 144.630,00

D-GEO GEOLOGIA E AMBIENTAL

CNPJ: 13.460.120/0001-13 - 214.595,00

KOPF AMBIENTAL LTDA EPP

CNPJ: 07.265.122/0001-59 - 96.400,00

L3 ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA EPP

CNPJ: 07.265.122/0001-59 - 123.034,61

GEO ANALÍTICA ESTUDOS E GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS LTDA.

CNPJ: 14.768.929/0001-70 - 140.000,00

HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S/A.

CNPJ: 03.279.285/0001-30 - 148.815,75

OXI AMBIENTAL ASSESSORIA E CONSULTORIA S/A.

CNPJ: 13.487.115/0001-20 - 199.000,00

WEBER CONSULTORIA E ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA.

CNPJ: 06.273.115/0001-36 - 157.896,00

SERVIMAR SERVIÇOS TÉCNICOS AMBIENTAIS LTDA.

CNPJ: 55.636.500/0001-06 - 155.713,57

Questionamento 1 – A representante da empresa SERVMAR SERVIÇOS TÉCNICOS AMBIENTAIS LTDA, Paula Cecilia Santos Lima, fez o seguinte questionamento: "... questionou as empresas OXI AMBIENTAL ASSESSORIA E CONSULTORIA S/A. e HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S/A., sobre a falta das rubricas no envelope das propostas nº 01..." – Resposta: Conforme o item 3.1 é explicita a necessidade do ENVELOPE N 01 – PROPOSTA, estar rubricado no fecho para garantir a inviolabilidade da proposta de cada empresa; o envelope da empresa OXI AMBIENTAL ASSESSORIA E CONSULTORIA S/A., não possui visto no fecho do envelope; o envelope da empresaHAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S/A., foi rubricado pela representante no momento de conferencia de todos os participantes.

Questionamento 2 – O representante da empresa GEO ANALÍTICA ESTUDOS E GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS LTDA., Jhonathan Trindade Zerbini, fez o seguinte questionamento: "... a empresa L3 ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA EPP pela ausência da mídia que compõe as planilhas do projeto básico. " – Resposta A empresa L3 ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA EPP em diligência entregou em formato mídia eletrônico (CD/Mídia).

Para efeito do disposto no § 1º, do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, combinado a correção prevista no subitem 7.1 do Edital, os preços ofertados pelas empresas classificadas foram calculados conforme art. 48 §1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% do valor orçados pela administraçãо, ou

Soma das propostas com valores acima de 50% ao valor orçado: - R$ 1.493,714,32

Número de propostas com valores acima de 50% ao valor orçado: - 09

Média Aritmética = (Valor da Soma)/(Número de Empresas) - R$ 165.968,26

Limite de aceitabilidade das propostas (70% da média das empresas) = - R$ 116.177,78

b) valor orçado pela administração.

Valor orçado pela Administração - R$ 286.127,00

Limite de aceitabilidade das propostas (70% valor orçado) - R$ 143.063,50

§ 2º Dos licitantes classificados na forma do parágrafo anterior cujo o valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se refere as alíneas "a" e "b", será exigida, para a assinatura do contrato prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no §1º do art 56.

Limite para exigência da garantia adicional (80% da média das empresas) - R$ 132.774,61

Conforme disposto no subitem 7.2 do EDITAL, a Comissão analisou as propostas comerciais e encontrou erro aritméticos e soma nas propostas e planilhas, conforme a seguir explicitados: as empresas L3 ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA EPP, GEO ANALÍTICA ESTUDOS E GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS LTDA., apresentam erros de arredondamentos e soma que foram corrigidos.

Conforme disposto no subitem 7.4 do EDITAL, a Comissão realizou diligências complementares sobre a composição de preços unitários dos serviços, materiais ou equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessário para as empresas, conforme segue: I -KOPF AMBIENTAL LTDA EPP, considerando que o valor orçado foi classificado como inexequível (Lei 8.666/93, art. 48, § 1º), conforme o subitem 7.3.6 – apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não tenham sua viabilidade demonstrada por meio de documentação que comprove que os custos de insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto, NÃO ATENDEU aos objetivos da diligência, pois a documentação apresentada não demonstrou a composição de serviços e valores de cada item da planilha complementar. II - L3 ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA EPP, em diligência a empresa apresentou a planilha corrigida Demonstrativo de Encargos Sociais e juntou o CD/Mídia conforme item 4.2. afim de agilizar a conferência pela Comissão Julgadora da Licitação dos valores apresentados pelo proponente, resta esclarecer que conforme o art. 3º da Lei 8.666/93, A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração [...] (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010). III - INSTITUTO NACIONAL DE ANÁLISE E PESQUISA LTDA-EPP, em diligência a empresa apresentou a planilha corrigida Demonstrativos de Encargos Sociais.

Nos termos do subitem 7.3 do Edital, foram analisadas todas as declarações solicitadas, as propostas comerciais e todas as planilhas de todas as licitantes e foram encontradas as seguintes irregularidades:

QUADRO DE IRREGULARIDADE

1. – Envelope nº 01 – não rubricado

Item 3.1. O ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA e o ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO deverão ser apresentados separadamente, em 2 (dois) envelopes opacos, fechados e indevassáveis, rubricados no fecho e contendo em sua parte externa a identificação do licitante (razão social e CNPJ)...

HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S/A.

CNPJ: 03.279.285/0001-30

OXI AMBIENTAL ASSESSORIA E CONSULTORIA S/A.

CNPJ: 13.487.115/0001-20

2. – Planilha em desacordo

Item 7.3.1. estiver em desacordo com qualquer das exigências estabelecidas neste Edital;

Item 7.3.2. contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

Item 7.3.3. não apresentar as especificações técnicas previstas no Projeto Básico e demais documentos que integram o Anexo I do Edital; - SERVIMAR SERVIÇOS TÉCNICOS AMBIENTAIS LTDA.

CNPJ: 55.636.500/0001-06

TCA SOLUÇÕES E PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA-EPP

CNPJ: 10.245.713/0001-79

Item: 7.1 – Quantidade diferente da planilha de referência.

3. – Preço inexequível

Item 7.3.6. apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não tenham sua viabilidade demonstrada por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;

Item 7.3.6.1.-Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Unidade Contratante; ou

b) valor orçado pela Unidade Contratante.

KOPF AMBIENTAL LTDA EPP

CNPJ: 07.265.122/0001-59

4 –Não Apresentou planilha complementar

Item 7.3.3. não apresentar as especificações técnicas previstas no Projeto Básico e demais documentos que integram o Anexo I do Edital;

Item 7.3.4.apresentar valor global superior àquele orçado pela Unidade Contratante na planilha orçamentária detalhada, que integra este Edital como Anexo VII;

INSTITUTO NACIONAL DE ANÁLISE E PESQUISA LTDA-EPP

CNPJ: 04.248.764/0001-51

SERVIMAR SERVIÇOS TÉCNICOS AMBIENTAIS LTDA.

CNPJ: 55.636.500/0001-06

OXI AMBIENTAL ASSESSORIA E CONSULTORIA S/A.

CNPJ: 13.487.115/0001-20

5 - Preço unitário superior que a planilha

SÚMULA Nº 259 Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor. Fundamento legal - Lei nº 8.666/1993, art. 40, inciso X.

AVATZ GEOLOGIA E ENGENHARIA AMBIENTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA.

CNPJ:14.256.315/0001-09

Itens: 3.6, 3.8, 4.1, 4.2, 5.6 e 5.7.

GEO ANALÍTICA ESTUDOS E GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS LTDA.

CNPJ: 14.768.929/0001-70

Itens: 1.1, 3.1, 3.5, 3.6, 3.8, 4.1, 4.2, 5.5, 5.6 e 5.7

6 - Preço unitário igual a zero

7.3.5. apresentar preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;

GEO ANALÍTICA ESTUDOS E GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS LTDA.

CNPJ: 14.768.929/0001-70

Itens: 5.1 e 5.2

Posto isso, com base nas disposições do instrumento de EDITAL, a Comissão Julgadora de Licitação decidiu desclassificar as propostas comerciais das licitantes: AVATZ GEOLOGIA E ENGENHARIA AMBIENTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA. (CNPJ:14.256.315/0001-09), GEO ANALÍTICA ESTUDOS E GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS LTDA. (CNPJ: 14.768.929/0001-70), HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S/A. (CNPJ: 03.279.285/0001-30), INSTITUTO NACIONAL DE ANÁLISE E PESQUISA LTDA-EPP (CNPJ: 04.248.764/0001-51), KOPF AMBIENTAL LTDA EPP (CNPJ: 07.265.122/0001-59), OXI AMBIENTAL ASSESSORIA E CONSULTORIA S/A. (CNPJ: 13.487.115/0001-20), SERVIMAR SERVIÇOS TÉCNICOS AMBIENTAIS LTDA. (CNPJ: 55.636.500/0001-06), TCA SOLUÇÕES E PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA-EPP (CNPJ: 10.245.713/0001-79) com fundamentos do item 7do edital.

Dessa forma, considerando o critério de julgamento que é de menor preço, a classificação final do certame em tela, a qual será objeto de publicação é a seguinte:

NOME DA EMPRESA - VALOR DA PROPOSTA

(R$)

1º) L3 ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA EPP - 123.035,37

2º) WEBER CONSULTORIA E ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA. - 157.896,00

3º) D-GEO GEOLOGIA E AMBIENTAL - 214.595,00

Considerando que a empresa L3 ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA EPP é classificada como pequeno porte, não há aplicação do item 7.7 sobre empresas de pequeno porte.

O presidente determinou a publicação desse resultado para dar conhecimento aos interessados e início ao prazo legal de recurso. Nada mais havendo a ser deliberado, o Presidente deu por encerrada a Sessão e feita a presente Ata, que lida e achada conforme, vai ser assinada pelos presentes.

DAIANE DA SILVA GUSTAVO

Presidente

PALOMA PEREIRA DE LIMA

MARCEL PEIXOTO FRISENE

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE FRANCO DA ROCHA

19/11/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico

https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=4b25341d1bc29594ad8c2f1066229f1&OC=4Ijc0zEhMdqbQzunf… 1/5

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DE REALIZAÇÃO DO CONVITE ELETRÔNICO

CTO.DETENCAO PROVISORIA DE FRANCO DA ROCHA

Convite Eletrônico nº 380227000012020OC00153

Ata de Abertura e Divulgação das Propostas apresentadas à Oferta de Compra nº

380227000012020OC00153, com envelope(s) aberto(s) por Aléssia Ferreira Fernandes, no dia

19/11/2020, às 15:42:10.

Licitantes que apresentaram propostas:

CNPJ/CPF Licitante Enq.

08974702000188 COMERCIAL DEBECHE TEXTIL EIRELI - ME ME

10417609000114 Rubens Dantas Neto ME ME

11023191000123 Comercial Ricasa Ltda ME

19820891000150 B.G.F. COMERCIO DE CONFECCOES E CALCADOS LTDA EPP

27250354000140 PEDRO OLAVO FABBRI FAZIO CONFECCAO E COMERCIO - EPP EPP

32816376000165 MHR COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA EPP

61080107000181 LIBERO COMERCIAL EIRELLI EPP

78585262000152 EXCLUMISA INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA Outros

Propostas:

Item: 1 / Código: 2669005 / Classe: 8431

Descrição: CALCA,100% ALGODAO,210G/M2,NR.48,UNISSEX,BEGE,FECHAMENTO VISTA FALSA

Especificação Técnica: CALCA, COMPOSTA DE 100% ALGODAO, TECIDO COM GRAMATURA DE 210G/M2, COM

ARMACAO DO TIPO SARJA 2/1, NO TAMANHO 48, MODELO UNISSEX, 2 BOLSOS, SENDO 2 BOLSOS DIANTEIROS

CHAPADOS, FECHADA ATRAVES DE VISTA FALSA,COM ELASTICO NA CINTURA, SEM PASSADORES DE CINTO,

CALCA NA COR BEGE, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE INDIVIDUALMENTE

Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 250

CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.

10417609000114 Rubens Dantas Neto ME 30,0000 Marca Própria -

Unissex

Produzido no

Brasil ME

78585262000152 EXCLUMISA INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA 49,2000 propria Produzido no

Brasil Outros

Item: 2 / Código: 2669013 / Classe: 8431

Descrição: CALCA,100% ALGODAO,210G/M2,NR.52,UNISSEX,BEGE,FECHAMENTO VISTA FALSA

Especificação Técnica: CALCA, COMPOSTA DE 100% ALGODAO, TECIDO COM GRAMATURA DE 210G/M2, COM

ARMACAO DO TIPO SARJA 2/1, NO TAMANHO 52, MODELO UNISSEX, 2 BOLSOS, SENDO 2 BOLSOS DIANTEIROS

CHAPADOS, FECHADA ATRAVES DE VISTA FALSA,COM ELASTICO NA CINTURA, SEM PASSADORES DE CINTO,

CALCA NA COR BEGE, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE INDIVIDUALMENTE

Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 250

CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.

10417609000114 Rubens Dantas Neto ME 30,0000 Marca Própria -

Unissex

Produzido no

Brasil

ME

19/11/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico

https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=4b25341d1bc29594ad8c2f1066229f1&OC=4Ijc0zEhMdqbQzunf… 2/5

78585262000152 EXCLUMISA INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA 49,2000 propria Produzido no

Brasil Outros

Item: 3 / Código: 2669021 / Classe: 8431

Descrição: CALCA,100% ALGODAO,210G/M2,NR.56,UNISSEX,BEGE,FECHAMENTO VISTA FALSA

Especificação Técnica: CALCA, COMPOSTA DE 100% ALGODAO, TECIDO COM GRAMATURA DE 210G/M2, COM

ARMACAO DO TIPO SARJA 2/1, NO TAMANHO 56, MODELO UNISSEX, 2 BOLSOS, SENDO 2 BOLSOS DIANTEIROS

CHAPADOS, FECHADA ATRAVES DE VISTA FALSA,COM ELASTICO NA CINTURA, SEM PASSADORES DE CINTO,

CALCA NA COR BEGE, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE INDIVIDUALMENTE

Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 250

CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.

10417609000114 Rubens Dantas Neto ME 30,0000 Marca Própria -

Unissex

Produzido no

Brasil ME

78585262000152 EXCLUMISA INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA 49,2000 propria Produzido no

Brasil Outros

Item: 4 / Código: 1663526 / Classe: 8431

Descrição: CAMISETA,100% ALGODAO,160G/M2,GRANDE,MASCULINO,BRANCA

Especificação Técnica: CAMISETA, COMPOSTA DE 100% ALGODAO, GRAMATURA DE 160G/M2, CONSTRUCAO DO

TIPO MALHA CARDADO FIO 30/1, NO TAMANHO GRANDE, MANGA CURTA, GOLA DO TIPO CARECA COM RIBANA,

MODELO MASCULINO, NA COR BRANCA

Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 250

CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.

11023191000123 Comercial Ricasa Ltda 8,2000 UNISS VEST Produzido no

Brasil ME

10417609000114 Rubens Dantas Neto ME 9,5000 Marca Própria -

Masculino

Produzido no

Brasil ME

27250354000140 PEDRO OLAVO FABBRI FAZIO CONFECCAO E

COMERCIO - EPP 12,4500 Lucyffaz conforme

edital

Produzido no

Brasil EPP

78585262000152 EXCLUMISA INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS

LTDA 28,9000 propria Produzido no

Brasil Outros

Item: 5 / Código: 4150171 / Classe: 8431

Descrição: JALECO,100% ALGODÃO,210G/M2,MEDIO,UNISSEX,BEGE

Especificação Técnica: JALECO, COMPOSTA DE 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA DE 210G/M2, COM ARMACAO

DO TIPO SARJA 2/1, NO TAMANHO MÉDIO, TIPO ESPORTE, MODELO UNISSEX, COM MANGA CURTA, COM BOLSO

SUPERIOR LADO ESQUERDO, GOLA COM DECOTE EM "V", JALECO NA COR BEGE

Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 25

CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.

78585262000152 EXCLUMISA INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS

LTDA 52,1000 propria Produzido no

Brasil Outros

Item: 6 / Código: 4150180 / Classe: 8431

Descrição: JALECO,100% ALGODÃO,210G/M2,GRANDE,UNISSEX,BEGE

Especificação Técnica: JALECO, COMPOSTA DE 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA DE 210G/M2, COM ARMACAO

DO TIPO SARJA 2/1, NO TAMANHO GRANDE, TIPO ESPORTE, MODELO UNISSEX, COM MANGA CURTA, COM BOLSO

SUPERIOR LADO ESQUERDO, GOLA COM DECOTE EM "V", JALECO NA COR BEGE

Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 25

CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.

78585262000152 EXCLUMISA INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS

LTDA 52,1000 propria Produzido no

Brasil Outros

Item: 7 / Código: 4150198 / Classe: 8431

Descrição: JALECO,100% ALGODÃO,210G/M2,EXTRA GRANDE,UNISSEX,BEGE

19/11/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico

https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=4b25341d1bc29594ad8c2f1066229f1&OC=4Ijc0zEhMdqbQzunf… 3/5

Especificação Técnica: JALECO, COMPOSTA DE 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA DE 210G/M2, COM ARMACAO

DO TIPO SARJA 2/1, NO TAMANHO EXTRA GRANDE, TIPO ESPORTE, MODELO UNISSEX, COM MANGA CURTA, COM
BOLSO SUPERIOR LADO ESQUERDO, GOLA COM DECOTE EM "V", JALECO NA COR BEGE
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 25
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
78585262000152 EXCLUMISA INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS
LTDA 52,1000 propria Produzido no
Brasil Outros
Item: 8 / Código: 4161742 / Classe: 8431
Descrição: BERMUDA 100% ALGODAO,210G/M2,GRANDE,UNISSEX,BEGE
Especificação Técnica: BERMUDA, CONFECCIONADO EM 100% ALGODAO, COM GRAMATURA DE 210G/M2,
CONSTRUCAO DO TIPO SARJA 2/1, MODELO UNISSEX, NO TAMANHO GRANDE, NA COR BEGE, COS POSTICO, COM
ELASTICO EMBUTIDO EM TODO O CONTORNO DA CINTURA, COM 02 BOLSOS FRONTAIS CHAPADOS, SEM BOLSO
TRASEIRO, SEM FECHAMENTO, COMPRIMENTO NA ALTURA DO JOELHO, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO
TRANSPARENTE
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 50
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
10417609000114 Rubens Dantas Neto ME 24,0000 Marca Própria -
Unissex
Produzido no
Brasil ME
78585262000152 EXCLUMISA INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA 35,4000 propria Produzido no
Brasil Outros
Item: 9 / Código: 4161769 / Classe: 8431
Descrição: BERMUDA 100% ALGODAO,210G/M2,GG,UNISSEX,BEGE
Especificação Técnica: BERMUDA, CONFECCIONADO EM 100% ALGODAO, COM GRAMATURA DE 210G/M2,
CONSTRUCAO DO TIPO SARJA 2/1, MODELO UNISSEX, NO TAMANHO GG, NA COR BEGE, COS POSTICO, COM
ELASTICO EMBUTIDO EM TODO O CONTORNO DA CINTURA, COM 02 BOLSOS FRONTAIS CHAPADOS, SEM BOLSO
TRASEIRO, SEM FECHAMENTO, COMPRIMENTO NA ALTURA DO JOELHO, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO
TRANSPARENTE
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 50
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
10417609000114 Rubens Dantas Neto ME 24,0000 Marca Própria -
Unissex
Produzido no
Brasil ME
78585262000152 EXCLUMISA INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA 35,4000 propria Produzido no
Brasil Outros
Item: 10 / Código: 4166906 / Classe: 8431
Descrição: SUTIA, EM ALGODãO, NO TAMANHO 46, MODELO TAçA INTEIRA, NA COR BEGE, F
Especificação Técnica: SUTIA, EM ALGODãO, NO TAMANHO 46, MODELO TAçA INTEIRA, NA COR BEGE, FORRO EM
ALGODãO, TACA LISA, SEM ARO, FECHAMENTO TRASEIRO, COM CAVA ALTA, COM ALCAS EM ELáSTICO, CóS EM
ELASTICO
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 200
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
61080107000181 LIBERO COMERCIAL EIRELLI 13,0000 F.C. CONFORME
EDITAL.
Produzido no
Brasil EPP
19820891000150 B.G.F. COMERCIO DE CONFECCOES E
CALCADOS LTDA 13,8000 P.S - P.S Produzido no
Brasil EPP
Item: 11 / Código: 4551338 / Classe: 8431
Descrição: SUTIA,90% POLIAMIDA 10% ELASTANO,NR.48,TAçA INTEIRA,BEGE
Especificação Técnica: SUTIA, EM 90% POLIAMIDA 10% ELASTANO, NO TAMANHO 48, MODELO TAçA INTEIRA, NA
COR BEGE, FORRO EM CETINETE LISO, TACA INTEIRA, SEM ARO, FECHAMENTO TRASEIRO, DECOTE COM
ELASTANO TIPO VIEZ, CAVA ALTA, COM ALCAS LARGAS E REFORçADAS, CóS EM ELASTANO, LATERAIS
REFORçADAS, ALçA FIXADA ATRAVEZ DE PASSANTE, TAçA INTEIRA EM CETINETE LISO INTERNO, E DETALHESEM
RENDA NA FRENTE, SUTIA TIPO SUSTENTAçAO
19/11/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico
https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=4b25341d1bc29594ad8c2f1066229f1&OC=4Ijc0zEhMdqbQzunf… 4/5
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 300
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
19820891000150 B.G.F. COMERCIO DE CONFECCOES E
CALCADOS LTDA 13,8000 P.S - P.S Produzido no
Brasil EPP
61080107000181 LIBERO COMERCIAL EIRELLI 14,0000 F.C. CONFORME
EDITAL.
Produzido no
Brasil EPP
Item: 12 / Código: 5449022 / Classe: 8431
Descrição: SUTIA,ALGODãO,NR.52,MODELO TACA INTEIRA,BEGE
Especificação Técnica: SUTIA, EM ALGODãO, NO TAMANHO 52, MODELO TACA INTEIRA, NA COR BEGE, FORRO EM
ALGODãO, TACA LISA, SEM ARO, FECHAMENTO TRASEIRO, COM CAVA ALTA, COM ALCAS EM ELáSTICO, CóS EM
ELASTICO
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 200
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
19820891000150 B.G.F. COMERCIO DE CONFECCOES E
CALCADOS LTDA 13,8000 P.S - P.S Produzido no
Brasil EPP
61080107000181 LIBERO COMERCIAL EIRELLI 14,0000 F.C. CONFORME
EDITAL.
Produzido no
Brasil EPP
Item: 13 / Código: 2901099 / Classe: 8431
Descrição: SANDALIA EM BORRACHA,DE TIRAS,UNISSEX,TAM.35/36,NA COR PRETA
Especificação Técnica: SANDALIA, EM BORRACHA, DO TIPO DE TIRAS DE BORRACHA, MODELO UNISSEX, NA COR
PRETA, TAMANHO 35/36, PALMILHA LISA SEM DESENHO, COM 02 TIRAS, SOLADO COM 15MM DE ESPESSURA
Unidade de Fornecimento: PAR / Quantidade: 150
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
10417609000114 Rubens Dantas Neto ME 4,3000 Marca Própria - Unissex Produzido no Brasil ME
08974702000188 COMERCIAL DEBECHE TEXTIL EIRELI - ME 4,5800 DBC_UNISSEX Produzido no Brasil ME
Item: 14 / Código: 2223716 / Classe: 8431
Descrição: SANDALIA,BORRACHA,DE TIRAS,NR.37/38,UNISSEX,PRETA
Especificação Técnica: SANDALIA, EM BORRACHA, DO TIPO TIRAS DE BORRACHA, MODELO UNISSEX, NA COR
PRETA, TAMANHO 37/38, COM 02 TIRAS, SOLADO INTERICO COM 15MM DE ESPESSURA
Unidade de Fornecimento: PAR / Quantidade: 150
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
10417609000114 Rubens Dantas Neto ME 4,3000 Marca Própria - Unissex Produzido no Brasil ME
08974702000188 COMERCIAL DEBECHE TEXTIL EIRELI - ME 4,5800 DBC_UNISSEX Produzido no Brasil ME
Item: 15 / Código: 3649857 / Classe: 7210
Descrição: COBERTOR,SOLTEIRO,100%POLIESTER,MED(1,50X2,00)M,260G/M2,AZUL INDIGO
Especificação Técnica: COBERTOR, DE SOLTEIRO, 100% POLIESTER, PESANDO NO MINIMO GRAMATURA MINIMA
DE 260 G/M2, UMA FACE, MEDINDO (LXC) (1,50X2,00)M, NA COR AZUL INDIGO, LISO, COSTURA REFORCADA,
RESISTENCIA A LAVAGEM INDUSTRIAL, ETIQUETA DE ACORDO COM A RESOLUCAO DA CONMETRO N. 02 DE
06/05/2008
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 200
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
19820891000150 B.G.F. COMERCIO DE CONFECCOES E
CALCADOS LTDA 14,8000 bgf - bgf Produzido no
Brasil EPP
32816376000165 MHR COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS
LTDA 18,5000 Major/Composição Mista
Cor Cinza
Produzido no
Brasil EPP
19/11/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico
https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=4b25341d1bc29594ad8c2f1066229f1&OC=4Ijc0zEhMdqbQzunf… 5/5
Desistências:
Não houve Desistências para esta OC.
Data:
19/11/2020 15:42:10
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE FRANCO DA ROCHA
DESPACHO DO DIRETOR DE 25/11/2020
Edital CV nº 380227000012020OC00153
Decorrido o prazo recursal, nos termos do Edital Eletrônico e usando da competência a mim atribuída, acolho a decisão da comissão julgadora responsável pelo convite, HOMOLOGO o referido certame conforme elencam -se:
Itens 01; 02; 03; 05; 07; 08; 09; 10; 11; 13 e 14, FRACASSADOS;
Item 15, Empresa B.G.F COMERCIO DE CONFECÇÕES E CALÇADOS LTDA, no valor R$ 2.960,00 (dois mil, novecentos e sessenta reais).
Perfazendo o valor total de R$ 2.960,00 (dois mil, novecentos e sessenta reais).
27/11/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico
https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=ec9d10afbbbcce5e75754098ce7dd6f&OC=VDX%2bgJSt%2bElA… 1/4
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ATA DE REALIZAÇÃO DO CONVITE ELETRÔNICO
CTO.DETENCAO PROVISORIA DE FRANCO DA ROCHA
Convite Eletrônico nº 380227000012020OC00185
Ata de Abertura e Divulgação das Propostas apresentadas à Oferta de Compra nº
380227000012020OC00185, com envelope(s) aberto(s) por JOELMA BATISTA DA SILVA, no dia
26/11/2020, às 14:56:05.
Licitantes que apresentaram propostas:
CNPJ/CPF Licitante Enq.
10417609000114 Rubens Dantas Neto ME ME
11023191000123 Comercial Ricasa Ltda ME
27250354000140 PEDRO OLAVO FABBRI FAZIO CONFECCAO E COMERCIO - EPP EPP
30518804000148 E R MORAES UNIFORMES PROFISSIONAIS ME
57467136000123 JKJ - IND. E COM.DE ARTIGOS TEXTEIS ECONFECçÃO LTDA ME
59247379000181 PERCEPCAO CAMISETAS LTDA ME
61080107000181 LIBERO COMERCIAL EIRELLI EPP
Propostas:
Item: 1 / Código: 2669005 / Classe: 8431
Descrição: CALCA,100% ALGODAO,210G/M2,NR.48,UNISSEX,BEGE,FECHAMENTO VISTA FALSA
Especificação Técnica: CALCA, COMPOSTA DE 100% ALGODAO, TECIDO COM GRAMATURA DE 210G/M2, COM
ARMACAO DO TIPO SARJA 2/1, NO TAMANHO 48, MODELO UNISSEX, 2 BOLSOS, SENDO 2 BOLSOS DIANTEIROS
CHAPADOS, FECHADA ATRAVES DE VISTA FALSA,COM ELASTICO NA CINTURA, SEM PASSADORES DE CINTO,
CALCA NA COR BEGE, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE INDIVIDUALMENTE
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 90
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
57467136000123 JKJ - IND. E COM.DE ARTIGOS TEXTEIS ECONFECçÃO LTDA 18,2000 jkj Produzido no
Brasil ME
10417609000114 Rubens Dantas Neto ME 30,0000 Marca Própria -
Unissex
Produzido no
Brasil ME
Item: 2 / Código: 2669013 / Classe: 8431
Descrição: CALCA,100% ALGODAO,210G/M2,NR.52,UNISSEX,BEGE,FECHAMENTO VISTA FALSA
Especificação Técnica: CALCA, COMPOSTA DE 100% ALGODAO, TECIDO COM GRAMATURA DE 210G/M2, COM
ARMACAO DO TIPO SARJA 2/1, NO TAMANHO 52, MODELO UNISSEX, 2 BOLSOS, SENDO 2 BOLSOS DIANTEIROS
CHAPADOS, FECHADA ATRAVES DE VISTA FALSA,COM ELASTICO NA CINTURA, SEM PASSADORES DE CINTO,
CALCA NA COR BEGE, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE INDIVIDUALMENTE
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 60
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
57467136000123 JKJ - IND. E COM.DE ARTIGOS TEXTEIS ECONFECçÃO LTDA 18,2000 jkj Produzido no
Brasil ME
10417609000114 Rubens Dantas Neto ME 30,0000 Marca Própria - Produzido no ME
27/11/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico
https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=ec9d10afbbbcce5e75754098ce7dd6f&OC=VDX%2bgJSt%2bElA… 2/4
Unissex Brasil
Item: 3 / Código: 1663526 / Classe: 8431
Descrição: CAMISETA,100% ALGODAO,160G/M2,GRANDE,MASCULINO,BRANCA
Especificação Técnica: CAMISETA, COMPOSTA DE 100% ALGODAO, GRAMATURA DE 160G/M2, CONSTRUCAO DO
TIPO MALHA CARDADO FIO 30/1, NO TAMANHO GRANDE, MANGA CURTA, GOLA DO TIPO CARECA COM RIBANA,
MODELO MASCULINO, NA COR BRANCA
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 100
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
11023191000123 Comercial Ricasa Ltda 8,2000 UNISS VEST Produzido no
Brasil ME
10417609000114 Rubens Dantas Neto ME 9,5000 Marca Própria -
Masculino
Produzido no
Brasil ME
59247379000181 PERCEPCAO CAMISETAS LTDA 10,2000 Percepção Produzido no
Brasil ME
27250354000140 PEDRO OLAVO FABBRI FAZIO CONFECCAO E
COMERCIO - EPP 25,0000 Lucyffaz conforme
edital
Produzido no
Brasil EPP
Item: 4 / Código: 1556606 / Classe: 8431
Descrição: CAMISETA,100% ALGODAO,160G/M2,EG,MASCULINO,BRANCA,MANGA CURTA
Especificação Técnica: CAMISETA, COMPOSTA DE 100% ALGODAO, GRAMATURA DE 160G/M2, CONSTRUCAO DO
TIPO MALHA CARDADO FIO 30/1, NO TAMANHO EG, MANGA CURTA, GOLA DO TIPO CARECA COM RIBANA, MODELO
MASCULINO, NA COR BRANCA
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 100
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
11023191000123 Comercial Ricasa Ltda 8,9000 UNISS VEST Produzido no
Brasil ME
59247379000181 PERCEPCAO CAMISETAS LTDA 10,2000 Percepção Produzido no
Brasil ME
10417609000114 Rubens Dantas Neto ME 10,5000 Marca Própria -
Masculino
Produzido no
Brasil ME
27250354000140 PEDRO OLAVO FABBRI FAZIO CONFECCAO E
COMERCIO - EPP 25,0000 Lucyffaz conforme
edital
Produzido no
Brasil EPP
Item: 5 / Código: 3547949 / Classe: 8431
Descrição: CALCINHA,100% ALGODAO,TAM.MEDIO,NA COR CHOCOLATE,TIPO CALCOLA
Especificação Técnica: CALCINHA, CONFECCIONADA EM 100% ALGODAO(MALHA), NO TAMANHO MEDIO, NA COR
CHOCOLATE, MODELO TIPO CALCOLA, COM FORRO EM ALGODAO, COM ACABAMENTO EM OVERLOCK, DETALHES
EM ELASTICOS NAS PERNAS
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 100
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
30518804000148 E R MORAES UNIFORMES
PROFISSIONAIS 4,9000 GOOD LOOK Produzido no
Brasil ME
61080107000181 LIBERO COMERCIAL EIRELLI 4,9900 K.C. CONFORME
EDITAL
Produzido no
Brasil EPP
Item: 6 / Código: 4109490 / Classe: 8431
Descrição: CALCINHA,MALHA 100% ALGODÃO,GRANDE,COR CHOCOLATE,TIPO CALÇOLA
Especificação Técnica: CALCINHA, CONFECCIONADA EM MALHA 100% ALGODãO, NO TAMANHO GRANDE, NA COR
CHOCOLATE, MODELO TIPO CALçOLA, COM FORRO EM ALGODãO, COM ACABAMENTO EM OVERLOCK, DETALHES
EM ELáSTICO NAS PERNAS
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 95
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
27/11/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico
https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=ec9d10afbbbcce5e75754098ce7dd6f&OC=VDX%2bgJSt%2bElA… 3/4
30518804000148 E R MORAES UNIFORMES
PROFISSIONAIS
4,9000 GOOD LOOK Produzido no
Brasil
ME
61080107000181 LIBERO COMERCIAL EIRELLI 4,9900 K.C. CONFORME
EDITAL
Produzido no
Brasil EPP
Item: 7 / Código: 2295580 / Classe: 8431
Descrição: CALCINHA,MALHA 100% ALGODAO,GG,CHOCOLATE
Especificação Técnica: CALCINHA, CONFECCIONADA EM MALHA 100% ALGODAO, NO TAMANHO GG, NA COR
CHOCOLATE, MODELO TIPO CALCOLA, COM FORRO EM ALGODAO, COM ACABAMENTO OVERLOCK, DETALHES EM
ELASTICOS NAS PERNAS
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 70
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
30518804000148 E R MORAES UNIFORMES
PROFISSIONAIS 4,9000 GOOD LOOK Produzido no
Brasil ME
61080107000181 LIBERO COMERCIAL EIRELLI 5,4900 F.C. CONFORME
EDITAL.
Produzido no
Brasil EPP
Item: 8 / Código: 4166906 / Classe: 8431
Descrição: SUTIA, EM ALGODãO, NO TAMANHO 46, MODELO TAçA INTEIRA, NA COR BEGE, F
Especificação Técnica: SUTIA, EM ALGODãO, NO TAMANHO 46, MODELO TAçA INTEIRA, NA COR BEGE, FORRO EM
ALGODãO, TACA LISA, SEM ARO, FECHAMENTO TRASEIRO, COM CAVA ALTA, COM ALCAS EM ELáSTICO, CóS EM
ELASTICO
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 100
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
61080107000181 LIBERO COMERCIAL EIRELLI 13,4900 F.C. CONFORME EDITAL. Produzido no Brasil EPP
Item: 9 / Código: 4551338 / Classe: 8431
Descrição: SUTIA,90% POLIAMIDA 10% ELASTANO,NR.48,TAçA INTEIRA,BEGE
Especificação Técnica: SUTIA, EM 90% POLIAMIDA 10% ELASTANO, NO TAMANHO 48, MODELO TAçA INTEIRA, NA
COR BEGE, FORRO EM CETINETE LISO, TACA INTEIRA, SEM ARO, FECHAMENTO TRASEIRO, DECOTE COM
ELASTANO TIPO VIEZ, CAVA ALTA, COM ALCAS LARGAS E REFORçADAS, CóS EM ELASTANO, LATERAIS
REFORçADAS, ALçA FIXADA ATRAVEZ DE PASSANTE, TAçA INTEIRA EM CETINETE LISO INTERNO, E DETALHESEM
RENDA NA FRENTE, SUTIA TIPO SUSTENTAçAO
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 80
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
61080107000181 LIBERO COMERCIAL EIRELLI 13,4900 F.C. CONFORME EDITAL. Produzido no Brasil EPP
Item: 10 / Código: 5449022 / Classe: 8431
Descrição: SUTIA,ALGODãO,NR.52,MODELO TACA INTEIRA,BEGE
Especificação Técnica: SUTIA, EM ALGODãO, NO TAMANHO 52, MODELO TACA INTEIRA, NA COR BEGE, FORRO EM
ALGODãO, TACA LISA, SEM ARO, FECHAMENTO TRASEIRO, COM CAVA ALTA, COM ALCAS EM ELáSTICO, CóS EM
ELASTICO
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 80
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
61080107000181 LIBERO COMERCIAL EIRELLI 14,4900 F.C. CONFORME EDITAL. Produzido no Brasil EPP
Item: 11 / Código: 2223724 / Classe: 8431
Descrição: SANDALIA,BORRACHA,DE TIRAS, NR.39/40, UNISSEX,PRETA
Especificação Técnica: SANDALIA, EM BORRACHA, DO TIPO TIRAS DE BORRACHA, MODELO UNISSEX, NA COR
PRETA, TAMANHO 39/40, COM 02 TIRAS, SOLADO INTERICO COM 15MM DE ESPESSURA
Unidade de Fornecimento: PAR / Quantidade: 50
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
10417609000114 Rubens Dantas Neto ME 5,3300 Marca Própria - Unissex Produzido no Brasil ME
27/11/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico
https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=ec9d10afbbbcce5e75754098ce7dd6f&OC=VDX%2bgJSt%2bElA… 4/4
Desistências:
Não houve Desistências para esta OC.
Data:
26/11/2020 14:56:05
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE FRANCO DA ROCHA
DESPACHO DO DIRETOR DE 01/12/2020
Edital CV nº 380227000012020OC00185
Decorrido o prazo recursal, nos termos do Edital Eletrônico e usando da competência a mim atribuída, acolho a decisão da comissão julgadora responsável pelo convite, HOMOLOGO o referido certame conforme elencam -se:
Itens 01 e 02, Empresa JKJ IND. E COM. DE ARTIGOS TEXTEIS E CONFECÇÃO LTDA, no valor de R$ 2.730,00 (dois mil, setecentos e trinta reais);
Item 03, Empresa COMERCIAL RICASA LTDA, no valor R$ 820,00 (oitocentos e vinte reais);
Itens 04; 05 e 11, FRACASSADOS;
Itens 06 e 07, Empresa E.R MORAES UNIFORMES PROFISSIONAIS, no valor R$ 808,50 (oitocentos e oito reais e cinquenta centavos);
Itens 08; 09 e 10, Empresa LIBERO COMERCIAL EIRELLI, no valor R$ 3.587,40 (três mil, quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos).
Perfazendo o valor total de R$ 7.945,90 (sete mil, novecentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos).
23/11/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico
https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=574a292940b8cd62071ca93f9792ef&OC=S8FrAA3t9IvxprptJ4M… 1/5
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ATA DE REALIZAÇÃO DO CONVITE ELETRÔNICO
CTO.DETENCAO PROVISORIA DE FRANCO DA ROCHA
Convite Eletrônico nº 380227000012020OC00170
Ata de Abertura e Divulgação das Propostas apresentadas à Oferta de Compra nº
380227000012020OC00170, com envelope(s) aberto(s) por Aléssia Ferreira Fernandes, no dia
23/11/2020, às 10:07:14.
Licitantes que apresentaram propostas:
CNPJ/CPF Licitante Enq.
03788306000142 A2G COMERCIAL LTDA. EPP
04708626000108 DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ETICA LTDA - ME ME
05075962000123 MAXIM QUALITTA COMERCIO LTDA EPP
15706346000187 Azuos Suprimentos empresariais ltda ME
17337794000186 OLIVANTEL SERVICE TELECOM LTDA ME ME
17970151000175 NIKITA SARA LIMA DA SILVA LINO 36366229864 EPP
20985924000100 B.S TECH COMERCIAL EIRELI EPP
22235616000184 APARECIDA CANDIDA DE SOUZA BERRIO ME
22400151000170 ALMIR GUERIERI - ME ME
22415106000199 ANDRE LUIZ KRIECHLE POTIENS - ME ME
24279522000132 DINAMICA ATACADO DE PAPELARIA LTDA - ME ME
33400683000123 LRA COMPUTER INFORMATICA LTDA EPP
34464135000120 MARIA BERNADETE DE CAMPOS 01022343882 ME
43347046000194 REPRESENTAÇÕES MELLAGI EIRELI ME
53249470000150 SISTECNICA INFORMATICA E SERVICOS EIRELI EPP
61836565000106 RODRIGUES CRUZ TELECOMUNICACAO & ELETRICIDADE EIRELI EPP
67440461000156 MEGAPEL COMERCIAL LTDA - ME ME
Propostas:
Item: 1 / Código: 1447947 / Classe: 5801
Descrição: APARELHO TELEFONICO ANALOGICO,COR GRAFITE,PAUSA 250 MS
Especificação Técnica: APARELHO TELEFONICO ANALOGICO, NA COR GRAFITE, FACILIDADES OPERACIONAIS DE
TECLAS MUTE, REDIAL, FLASH, FLASH 250MS, COM DISCAGEM NO MODO MULTIFREQUENCIAL OU DECADICO, E
SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUCAO 242 DE 30/11/2000 DA ANATEL
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 10
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
17337794000186 OLIVANTEL SERVICE TELECOM LTDA ME 41,7400 ELGIN TCF 2000 Produzido no
Brasil ME
53249470000150 SISTECNICA INFORMATICA E SERVICOS EIRELI 42,5000 ELGIN TCF2000 Produzido no EPP
23/11/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico
https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=574a292940b8cd62071ca93f9792ef&OC=S8FrAA3t9IvxprptJ4M… 2/5
PRETO Brasil
22400151000170 ALMIR GUERIERI - ME 42,9500 ELGIN TCF2000 preto Produzido no
Brasil ME
20985924000100 B.S TECH COMERCIAL EIRELI 43,8300 ELGIN TCF2000 Produzido no
Brasil EPP
33400683000123 LRA COMPUTER INFORMATICA LTDA 48,6500 ELGIN TCF 2000 Produzido no
Brasil EPP
03788306000142 A2G COMERCIAL LTDA. 52,0000 ELGIN - TCF 2000 Produzido no
Brasil EPP
61836565000106 RODRIGUES CRUZ TELECOMUNICACAO &
ELETRICIDADE EIRELI 56,9000 Intelbrás - Pleno Produzido no
Brasil EPP
22415106000199 ANDRE LUIZ KRIECHLE POTIENS - ME 60,0000 INTELBRAS PLENO -
4080051 Importado ME
Item: 2 / Código: 4988647 / Classe: 5801
Descrição: TELEFONE SEM FIO DIGITAL PRETO, OPERANDO EM 1,9 GHZ
Especificação Técnica: TELEFONE SEM FIO, COM TECNOLOGIA DIGITAL, OPERANDO NA FREQUENCIA DE 1,9 GHZ,
COM FONTE DE ALIMENTACAO BIVOLT, COM BATERIA DO TIPO RECARREGÁVEL, COM ALACANCE EM AMBIENTE
FECHADO DE 50 M, COM ALCANCE EM AMBIENTE ABERTO DE 100 M, NA POSIÇÃO DE MESA, COM CAPACIDADE
PARA NO MINIMO 10 POSIÇÕES DE MEMÓRIA, COM VIVA VOZ, COM IDENTIFICADOR DE CHAMADA, COM TEMPO DE
FLASH AJUSTÁVEL, COR PRETA, DISCAGEM DO TIPO TOM E PULSO, COM VOLUME DE RECEPÇÃO AJUSTÁVEL,

COM GARANTIA DE NO MINIMO 1 ANO, HOMOLOGADO DE ACORDO COM A RESOLUCAO DA ANATEL Nº 242
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 10
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
17970151000175 NIKITA SARA LIMA DA SILVA LINO
36366229864 114,8000 Vtech VT685 Viva Voz Produzido
no Brasil EPP
20985924000100 B.S TECH COMERCIAL EIRELI 115,6800 ELGIN TSF 8001 Produzido
no Brasil EPP
53249470000150 SISTECNICA INFORMATICA E SERVICOS
EIRELI 119,0000 ELGIN TSF8001 PRETO Produzido
no Brasil EPP
33400683000123 LRA COMPUTER INFORMATICA LTDA 123,8100 INTELBRAS DECT 6.0 TS 2510 Produzido
no Brasil EPP
03788306000142 A2G COMERCIAL LTDA. 125,0000 ELGIN - TSF8001 Produzido
no Brasil EPP
17337794000186 OLIVANTEL SERVICE TELECOM LTDA ME 153,5700 INTELBRAS TS 5120 Produzido
no Brasil ME
22415106000199 ANDRE LUIZ KRIECHLE POTIENS - ME 174,0000 INTELBRAS Ts 5120 Viva Voz E
Ent. P/fone - 4125120
Produzido
no Brasil ME
61836565000106 RODRIGUES CRUZ TELECOMUNICACAO &
ELETRICIDADE EIRELI 193,9000 Intelbrás Ts 5120 Viva Voz Produzido
no Brasil EPP
Item: 3 / Código: 1637541 / Classe: 7505
Descrição: CAIXA P/ ARQUIVO,PAPELAO C/ KRAFT,(360X250X135)MM,PARDA
Especificação Técnica: CAIXA PARA ARQUIVO, EM PAPELAO,REVESTIDO EM KRAFT, (360X250X135)MM, NA COR
PARDA
Unidade de Fornecimento: PACOTE 25,00 UNIDADE / Quantidade: 4
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
15706346000187 Azuos Suprimentos empresariais ltda 37,1900 DEMA Produzido no
Brasil ME
04708626000108 DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ETICA
LTDA - ME 41,0000 santeck Produzido no
Brasil ME
05075962000123 MAXIM QUALITTA COMERCIO LTDA 42,0000 SÃO CARLOS Produzido no
Brasil EPP
23/11/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico
https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=574a292940b8cd62071ca93f9792ef&OC=S8FrAA3t9lvxprptJ4M… 3/5
43347046000194 REPRESENTAÇÕES MELLAGI EIRELI 51,6100 SÃO CARLOS -
350X133X247
Produzido no
Brasil
ME
Item: 4 / Código: 2637464 / Classe: 7505
Descrição: CAIXA P/ ARQUIVO,PP CORRUGADO,(350X245X130)MM,VERDE
Especificação Técnica: CAIXA PARA ARQUIVO, POLIPROPILENO CORRUGADO, (350X245X130)MM, NA COR VERDE
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 50
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
04708626000108 DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ETICA LTDA
- ME 3,5000 alaplast Produzido no
Brasil ME
05075962000123 MAXIM QUALITTA COMERCIO LTDA 3,5400 POLIBRAS Produzido no
Brasil EPP
15706346000187 Azuos Suprimentos empresariais ltda 3,6000 ALAPLAST Produzido no
Brasil ME
43347046000194 REPRESENTAÇÕES MELLAGI EIRELI 102,9500 POLIBRAS
-350X250X130
Produzido no
Brasil ME
Item: 5 / Código: 2775620 / Classe: 7510
Descrição: CAIXA PARA CORRESPONDENCIA,ACR. TRIPLA,(36,9X25,8X3,8)CM,CRISTAL
Especificação Técnica: CAIXA PARA CORRESPONDENCIA, DE ACRILICO, TIPO TRIPLA, MEDINDO
(36,9X25,2X3,8)CM(CXLXE),OFICIO, ARTICULAVEL, COM EMPILHAMENTO VERTICAL, COM ABERTURA FRONTAL, NA
COR CRISTAL
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 5
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
04708626000108 DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ETICA LTDA
- ME 29,0000 waleu Produzido no
Brasil ME
15706346000187 Azuos Suprimentos empresariais ltda 33,8100 NOVACRIL Produzido no
Brasil ME
05075962000123 MAXIM QUALITTA COMERCIO LTDA 37,4400 ACRIMET Produzido no
Brasil EPP
24279522000132 DINAMICA ATACADO DE PAPELARIA LTDA - ME 38,9000 WALEU - TRIPLA
FUMÊ
Produzido no
Brasil ME
Item: 6 / Código: 2334763 / Classe: 7510
Descrição: GRAMPEADOR,MESA,METAL,C/BORRACHA ABS,(16,5X3,5X5,0)CM,26/6,PRATA,20FLS
Especificação Técnica: GRAMPEADOR, DE MESA, ESTRUTURA METALICA, BASE E EMPUNHADURA EM BORRACHA
ABS, MEDINDO (16,5X3,5X5,0)CM(COMPR.X LARG.FRENTE X ALT.FRENTE), NA COR PRATA(ESTRUTURA) E
PRETO(EMPUNHADURA E BASE), GRAMPO 26/6, COM CAPACIDADE MINIMA PARA GRAMPEAR E ALFINETAR 20
FOLHAS (PAPEL 75G/M2)
Unidade de Fornecimento: CAIXA 1,00 UNIDADE / Quantidade: 10
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
22235616000184 APARECIDA CANDIDA DE SOUZA BERRIO 13,5000 stapler Importado ME
15706346000187 Azuos Suprimentos empresariais ltda 13,8900 BRW Produzido no
Brasil ME
04708626000108 DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ETICA LTDA -
ME 14,0000 lyke Importado ME
05075962000123 MAXIM QUALITTA COMERCIO LTDA 27,0900 GATTE 20CM
30FLS Importado EPP
67440461000156 MEGAPEL COMERCIAL LTDA - ME 29,0000 Classe Importado ME
Item: 7 / Código: 2820633 / Classe: 7505
Descrição: REGISTRADOR AZ,PAPELAO,OFICIO,LOMBO ESTREITA,FERRAGEM E ALAVANCA,PRETA
Especificação Técnica: REGISTRADOR AZ, DE PAPELAO REFORCADO, LOMBADA ESTREITA, TAMANHO OFICIO
23/11/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico
https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=574a292940b8cd62071ca93f9792ef&OC=S8FrAA3t9lvxprptJ4M… 4/5
(350X280)MM (AXL) (+-50MM-LOMBO), NA COR PRETA, COM FERRAGEM DE ALAVANCA CROMADA, COM VISOR
PORTA ETIQUETA
Unidade de Fornecimento: PACOTE 4,00 UNIDADE / Quantidade: 5
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
04708626000108 DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ETICA LTDA
- ME 30,0000 dac Produzido no
Brasil ME
24279522000132 DINAMICA ATACADO DE PAPELARIA LTDA - ME 34,8500 FRAMA - LOMBO
LARGO
Produzido no
Brasil ME
05075962000123 MAXIM QUALITTA COMERCIO LTDA 35,8400 DAC Produzido no
Brasil EPP
15706346000187 Azuos Suprimentos empresariais ltda 37,1000 DAC Produzido no
Brasil ME
43347046000194 REPRESENTAÇÕES MELLAGI EIRELI 73,1600 DAC Produzido no
Brasil ME
Item: 8 / Código: 5156246 / Classe: 7505
Descrição: PASTA EM L, PP, ESP. MINIMA 0,15 MICRAS, A4(210X297)MM,CRISTAL
Especificação Técnica: PASTA EM L, DE POLIPROPILENO (PP), COM ESPESSURA MINIMA DE 0,15 MICRAS,
TAMANHO A4 (210 X 297)MM, NA COR CRISTAL
Unidade de Fornecimento: EMBALAGEM 10,00 UNIDADE / Quantidade: 2
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
04708626000108 DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ETICA LTDA -
ME 5,0000 dac Produzido no
Brasil ME
05075962000123 MAXIM QUALITTA COMERCIO LTDA 5,2300 ACP Produzido no
Brasil EPP
15706346000187 Azuos Suprimentos empresariais ltda 5,8800 DAC Produzido no
Brasil ME
43347046000194 REPRESENTAÇÕES MELLAGI EIRELI 8,3800 ACP Produzido no
Brasil ME
34464135000120 MARIA BERNADETE DE CAMPOS 01022343882 24,6000 CHIES Produzido no
Brasil ME
Item: 9 / Código: 5097991 / Classe: 7505
Descrição: PASTA SANFONADA EM PLASTICO,PP,10 A 15 MICRAS, A4,12 DIVISOES,CRISTAL
Especificação Técnica: PASTA SANFONADA EM PLASTICO, DE POLIPROPILENO (PP), MEDINDO NO MINIMO 10 E NO
MAXIMO 15 MICRAS, NO FORMATO A4, COM 12 DIVISOES, NA COR CRISTAL
Unidade de Fornecimento: UNIDADE / Quantidade: 5
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
04708626000108 DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ETICA LTDA -
ME 13,0000 classe Importado ME
05075962000123 MAXIM QUALITTA COMERCIO LTDA 13,8900 POLIBRAS Produzido no
Brasil EPP
15706346000187 Azuos Suprimentos empresariais ltda 14,7400 DAC Produzido no
Brasil ME
43347046000194 REPRESENTAÇÕES MELLAGI EIRELI 21,3900 PLASCONY Produzido no
Brasil ME
34464135000120 MARIA BERNADETE DE CAMPOS 01022343882 33,1000 DAC Produzido no
Brasil ME
Item: 10 / Código: 5267463 / Classe: 7505
Descrição: TINTA PARA CARIMBO AUTOENTITADO COR AZUL BASE DE AGUA
Especificação Técnica: TINTA PARA CARIMBO, NA COR AZUL, A BASE DE AGUA; PARA CARIMBO AUTO
ENTINTADOR; COMGARANTIA MINIMA DE 12 MESES
23/11/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico
https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=574a292940b8cd62071ca93f9792ef&OC=S8FrAA3t9lvxprptJ4M… 5/5
Unidade de Fornecimento: FRASCO 40,00 MILILITRO / Quantidade: 20
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
04708626000108 DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ETICA LTDA -
ME 1,5000 tinkol Produzido no
Brasil ME
22235616000184 APARECIDA CANDIDA DE SOUZA BERRIO 3,5000 tingoi Produzido no
Brasil ME
05075962000123 MAXIM QUALITTA COMERCIO LTDA 3,7200 RADEX Produzido no
Brasil EPP
15706346000187 Azuos Suprimentos empresariais ltda 5,7500 RADEX Produzido no
Brasil ME
34464135000120 MARIA BERNADETE DE CAMPOS 01022343882 15,6000 RADEX Produzido no
Brasil ME
Item: 11 / Código: 2340313 / Classe: 7505
Descrição: TINTA INVISIVEL P/ CARIMBO,FLUORESCENTE,AZUL
Especificação Técnica: TINTA INVISIVEL, PARA CARIMBO, FLUORESCENTE, NA COR AZUL, PARA MARCACAO DE
IDENTIFICACAO, USADA EM LUZ NEGRA
Unidade de Fornecimento: FRASCO 500,00 MILILITRO / Quantidade: 15
CNPJ/CPF Licitante Proposta Marca/Modelo Proc. Enq.
24279522000132 DINAMICA ATACADO DE PAPELARIA LTDA -
ME 18,3000 LASERLED - 500ML -
AZUL
Produzido no
Brasil ME
22400151000170 ALMIR GUERIERI - ME 21,8500 LASERLED (AZUL) Produzido no
Brasil ME
34464135000120 MARIA BERNADETE DE CAMPOS
01022343882 29,9000 VOLT Produzido no
Brasil ME
Desistências:
Não houve Desistências para esta OC.
Data:
23/11/2020 10:07:14
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE FRANCO DA ROCHA
DESPACHO DO DIRETOR DE 27/11/2020
Edital CV nº 380227000012020OC00170
Decorrido o prazo recursal, nos termos do Edital Eletrônico e usando da competência a mim atribuída, acolho a decisão da comissão julgadora responsável pelo convite, HOMOLOGO o referido certame conforme elencam -se:
Item 01, REVOGADO;
Item 02, Empresa NIKITA SARA LIMA DA SILVA LINO, no valor R$ 1.148,00 (hum mil, cento e quarenta e oito reais);
Item 03, Empresa AZUOS SUPRIMENTOS EMPRESARIAIS LTDA, no valor R$ 148,76 (cento e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos);
Itens 04, 05, 06, 07, 09 e 10, FRACASSADOS;
Item 08, Empresa DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ETICA LTDA-ME, no valor R$ 10,00 (dez reais);
Item 11, Empresa DINAMICA ATACADO DE PAPELARIA LTDA-ME, no valor R$ 274,50 (duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos).
Perfazendo o valor total de R$ 1.581,26 (hum mil, quinhentos e oitenta e um reais e vinte e seis centavos).
01/12/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico
https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=733cf2e1c2a7a86f29ebd29f325c12f3&OC=etCaGVxrjELSROmg… 1/4
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ATA DE REALIZAÇÃO DO CONVITE ELETRÔNICO
CTO.DETENCAO PROVISORIA DE FRANCO DA ROCHA
Convite Eletrônico nº
380227000012020OC00204
Ata de Abertura e Divulgação das Propostas apresentadas à Oferta de Compra nº
380227000012020OC00204
, com envelope(s) aberto(s) por
Aléssia Ferreira Fernandes
, no dia
01/12/2020
, às
15:08:10
.
Licitantes que apresentaram propostas:
CNPJ/CPF
Licitante
Enq.
00568528000161
RMR INFORMATICA, COMERCIO LTDA - ME
ME
01115345000153
MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA
Outros
08482425000196
TRAMA2 COMÉRCIO DE INFORMÁTICA EIRELI - EPP
EPP
14878981000189
NPNEWS MATERIAIS ELETRICOS E ELETRONICOS LTDA - ME
Outros
17703478000180
GLOBAL LINKS CONS. EM INFORMÁTICA, TELECOM. E INFRA. DE REDES LTDA.
ME
18516766000199
G PARTNER TECNOLOGIA EIRELI
EPP
20985924000100
B.S TECH COMERCIAL EIRELI
EPP
22415106000199
ANDRE LUIZ KRIECHLE POTIENS - ME
ME
28697784000178
MARIA CONSUELO SOARES DA MATA - ME
ME
29329668000169
KOMETA COMERCIO DE ELETRONICOS RIO PRETO LTDA
EPP
32264983000160
H.E.JUSSANI
ME
35380582000163
ERAGON COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI
ME
53249470000150
SISTECNICA INFORMATICA E SERVICOS EIRELI
EPP
Propostas:
Item:
1 /
Código:
2782057
/
Classe:
8695
Descrição:
LEITOR DE MIDIA DE CARTAO DE MEMORIA EXTERNO USB 2.0 31X1
Especificação Técnica:
LEITOR DE MIDIA DE CARTAO DE MEMORIA, COMPACT FLASH, MICRO DRIVE, SMARTMEDIA, MULTIMEDIA, SECURE DIGITAL, MEMORY STICK/PRO, XD - PICTURE, INTERFACE USB 2.0, EXTERNO,WINDOWS 2000, XP PROFESSIONAL E LINUX, PLUG & PLAY, COM LEDS INDICADORES DE FUNCIONAMENTO,VELOCIDADE LEITURA 4.3MBPS, ESCRITA 1.3MBPS, GARANTIA MINIMA 1 ANO BALCAO, 04 SLOTS PADRAO XD, CF,SD, MS, MANUAL TECNICO, LEITURA DE NO MINIMO 31 TIPOS DE CARTOES DE MEMORIA, COM CABO USB
Unidade de Fornecimento:
UNIDADE /
Quantidade:
5
CNPJ/CPF
Licitante
Proposta
Marca/Modelo
Proc.
Enq.
32264983000160
H.E.JUSSANI
50,0000
MULT LASER - AC076
Importado
ME
53249470000150
SISTECNICA INFORMATICA E SERVICOSEIRELI
60,9900
MULTILASER AC076 LEITOR DECARTÃO
Importado
EPP
Item:
2 /
Código:
4482948
/
Classe:
8690
Descrição:
DISCO RIGIDO PADRAO SATA 6 GB/S; 3.5 POLEGADAS DE 2TB
Especificação Técnica:
DISCO RIGIDO, PADRAO SATA 6 GB/S; 3.5 POLEGADAS, DE 2TB; CACHE DE 128 MB, 7200
01/12/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico
https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=733cf2e1c2a7a86f29ebd29f325c12f3&OC=etCaGVxrjELSROmg… 2/4
RPM; MTBF MINIMO DE 2 MILHOES DE HORAS; 512 BYTES NATIVOS POR SETOR, GARANTIA DE NO MINIMO 12MESES
Unidade de Fornecimento:
UNIDADE /
Quantidade:
5
CNPJ/CPF
Licitante
Proposta
Marca/Modelo
Proc.
Enq.
35380582000163
ERAGON COMÉRCIO E SERVIÇOS DEINFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI
390,0000
SEAGATE SATA II (06 GB/S), 2 TB,3,5", 7.200 RPM
Importado
ME
20985924000100
B.S TECH COMERCIAL EIRELI
414,0000
SEAGATE ST2000DM008
Importado
EPP
53249470000150
SISTECNICA INFORMATICA E SERVICOSEIRELI
459,9999
SEAGATE ST2000DM008 2TB256MB CACHE
Produzidono Brasil
EPP
22415106000199
ANDRE LUIZ KRIECHLE POTIENS - ME
489,0000
SEAGATE ST2000DM008 2TB7200RPM 256MB
Importado
ME
08482425000196
TRAMA2 COMÉRCIO DE INFORMÁTICAEIRELI - EPP
522,0000
SEAGATE ST2000DM008 2TERA7200RPM 256MB CACHE SATA
Importado
EPP
14878981000189
NPNEWS MATERIAIS ELETRICOS EELETRONICOS LTDA - ME
602,0000
sata
Importado
Outros
Item:
3 /
Código:
5046700
/
Classe:
8690
Descrição:
MEMORIA RAM;4GB,DDR3 SDRAM,1600 MHZ(PC3-12800),DRAM, DIMM 240 PINOS
Especificação Técnica:
MEMORIA RAM, DE 4 GB, DDR3 SDRAM, VELOCIDADE DE 1600 MHZ (PC3-12800), DRAM,COM NUMERO DE VIAS DIMM DE 240 PINOS, GARANTIA DE 12 MESES
Unidade de Fornecimento:
UNIDADE /
Quantidade:
5
CNPJ/CPF
Licitante
Proposta
Marca/Modelo
Proc.
Enq.
35380582000163
ERAGON COMÉRCIO E SERVIÇOS DEINFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI
119,0000
KINGSTON 4GB DDR3SDRAM,1600MHZ 240 VIAS
Importado
ME
20985924000100
B.S TECH COMERCIAL EIRELI
122,0000
BEST MEMORY 4GB1600 BT-D3-4G1600V
Importado
EPP
53249470000150
SISTECNICA INFORMATICA E SERVICOSEIRELI
127,8900
BLUECASEBMTL3D16M15VE11/4G
Produzidono Brasil
EPP
22415106000199
ANDRE LUIZ KRIECHLE POTIENS - ME
161,0000
KINGSTON KVR16N11S8/4GBDDR3 1600MHZ
Importado
ME
14878981000189
NPNEWS MATERIAIS ELETRICOS EELETRONICOS LTDA - ME
308,0000
HYPERLINK
Importado
Outros
Item:
4 /
Código:
5540313
/
Classe:
8690
Descrição:
MOUSE OPTICO 3 BOTOES COM SCROLL, 1000 DPI, USB
Especificação Técnica:
MOUSE, CONFECCIONADO EM PLASTICO, OPTICO, COM 3 BOTOES, COM BOTAO DEROLAGEM SCROLL, COMPATIVEL COM WINDOWS 7, 8.1, 10, COM CONECTOR USB, RESOLUCAO DE 1000 DPI, CABODE APROXIMADAMENTE 180 CM, DIMENSOES APROXIMADAS 112,96 X 61,7 X 38,4 MM (AXLXP), GARANTIA DE 12MESES
Unidade de Fornecimento:
UNIDADE /
Quantidade:
30
CNPJ/CPF
Licitante
Proposta
Marca/Modelo
Proc.
Enq.
53249470000150
SISTECNICA INFORMATICA ESERVICOS EIRELI
13,9900
C3TECH MS-26BK 1000 DPI'S COMCABO 2 MTS
Importado

EPP
32264983000160
H.E.JUSSANI
14,5000
WEIBO - blu ray 3botoes cabo 1.7m1000 dpi
Importado
ME
00568528000161
RMR INFORMATICA, COMERCIO LTDA- ME
26,4900
Logitech M90 black 1000dpi cabo1.80m
Importado
ME
22415106000199
ANDRE LUIZ KRIECHLE POTIENS -ME
35,0000
VINIK SILENT 2000DPI USB 1.8MPRETO - SM100
Importado
ME
Item:
5 /
Código:
5235278
/
Classe:
8615
Descrição:
SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000
Especificação Técnica:
SWITCH, REDE LOCAL, TIPO GERENCIAVEL, FONTE DE ALIMENTACAO DE 100 A 240V, COM
01/12/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico
https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=733cf2e1c2a7a86f29ebd29f325c12f3&OC=etCaGVxrjELSROmg… 3/4
24 PORTAS 10/100/1000, PROTOCOLOS IEE802.1X, LEDS DE SINALIZACAO PARA ENERGIA, ATIVIDADE, GARANTIA 12MESES, MANUAL DE INSTALACAO E OPERACAO
Unidade de Fornecimento:
UNIDADE /
Quantidade:
2
CNPJ/CPF
Licitante
Proposta
Marca/Modelo
Proc.
Enq.
53249470000150
SISTECNICA INFORMATICA E SERVICOSEIRELI
597,8900
TP-LINK TL-SG1024D
Produzidono Brasil
EPP
29329668000169
KOMETA COMERCIO DE ELETRONICOS RIOPRETO LTDA
740,0000
SWITCH 24P TP-LINK10/100/1000 TL-SG1024D
Produzidono Brasil
EPP
28697784000178
MARIA CONSUELO SOARES DA MATA - ME
940,0000
Tp-link Tl-sg1024d
Importado
ME
18516766000199
G PARTNER TECNOLOGIA EIRELI
1038,0000
D-Link DGS-1210-28
Produzidono Brasil
EPP
20985924000100
B.S TECH COMERCIAL EIRELI
1166,0000
TP LINK SG2424
Importado
EPP
01115345000153
MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA
1450,0000
INTELBRAS
Produzidono Brasil
Outros
32264983000160
H.E.JUSSANI
1460,0000
TP-Link Smart, 24 Portas -T1600G-28TS
Importado
ME
14878981000189
NPNEWS MATERIAIS ELETRICOS EELETRONICOS LTDA - ME
1708,0000
TP-LINK HUB SWITCH24PT1600G-TL-SG2424PPOE4SFP56G
Importado
Outros
22415106000199
ANDRE LUIZ KRIECHLE POTIENS - ME
1989,0000
TP-LINK TL-SG3424 24P 4SFP -T2600G-28TS
Importado
ME
17703478000180
GLOBAL LINKS CONS. EM INFORMÁTICA,TELECOM. E INFRA. DE REDES LTDA.
2182,0000
Switch TP-Link 24pt T1600G-28TS TL-SG2424
Produzidono Brasil
ME
Item:
6 /
Código:
5179793
/
Classe:
8617
Descrição:
TESTADOR DE CABO DE REDE
Especificação Técnica:
TESTADOR DE CABO DE REDE, PARA VERIFICACAO DA CONFIGURACAO DE CABOS ETESTE DE CABEAMENTO, PORTATIL, PADRAO DOS CABOS UTP/RJ45, COAXIAIS PADRAO BNC, COMPATIVEL COM ASVELOCIDADES 10/100 BASE-T, PADRAO ETHERNET, TESTES EFETUADOS VERIFICA CONFIGURACAO,CONTINUIDADES, CURTOS, INVERSAO DE PARES E CRUZAMENTO, MANUAL TECNICO EM PORTUGUES, GARANTIADE 12 MESES, VERIFICACOES DOS TESTES E INDICACAO DE STATUS DA BATERIA, INTERFACE UTP/RJ45, COM COMUNIDADE REMOTA DE VERIFICACAO DE CABEAMENTO EESTOJO DE PROTECAO
Unidade de Fornecimento:
UNIDADE /
Quantidade:
2
CNPJ/CPF
Licitante
Proposta
Marca/Modelo
Proc.
Enq.
53249470000150
SISTECNICA INFORMATICA E SERVICOSEIRELI
49,9900
APOLO (exbom) 01978
Importado
EPP
Item:
7 /
Código:
4571754
/
Classe:
8690
Descrição:
CAIXA DE SOM PARA COMPUTADOR, 4W RMS ALIMENTAÇÃO USB
Especificação Técnica:
CAIXA DE SOM PARA COMPUTADOR, 4W RMS, POWER E VOLUME, SAIDA LATERAL PARACONEXAO DE FONES DE OUVIDO E LED INDICATIVO, COM MANUAL TECNICO, ALIMENTACAO VIA CABO USB, NACOR PRETA, COMPRIMENTO DO CABO P2: 140 CM (+/- 5%), COMPRIMENTO DO CABO AC: 137 CM (+/-5%),GARANTIA 12 MESES, BALCAO, CONJUNTO COMPOSTO POR 02 CAIXAS DE SOM
Unidade de Fornecimento:
UNIDADE /
Quantidade:
6
CNPJ/CPF
Licitante
Proposta
Marca/Modelo
Proc.
Enq.
35380582000163
ERAGON COMÉRCIO E SERVIÇOS DEINFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI
39,0000
CAIXA DE SOM 4W RMS CS39 EXBOM
Importado
ME
32264983000160
H.E.JUSSANI
40,0000
exbom cs 32
Importado
ME
22415106000199
ANDRE LUIZ KRIECHLE POTIENS - ME
59,0000
VINIk YM-MS008 2.0 EFFECT4W
Importado
ME
53249470000150
SISTECNICA INFORMATICA E SERVICOSEIRELI
78,9900
MULTILASER SP091 - Saidade fone de ouvido
Importado
EPP
01/12/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico
https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=733cf2e1c2a7a86f29ebd29f325c12f3&OC=etCaGVxrjELSROmg… 4/4
Item:
8 /
Código:
4619242
/
Classe:
8690
Descrição:
FONTE DE ALIMENTACAO ATX12V V2.3, 500W REAL, PFC ATIVO, EFICIENCIA 80%
Especificação Técnica:
FONTE DE ALIMENTACAO P/ MICROCOMPUTADOR, ATX12V V2.3, 500W REAL, PFC ATIVO,EFICIENCIA 80%, FAN 120MM, CONECTORES: 1X 20+4 PIN,, 1X 4+4 PIN EPS 12V, 2X PCI-E,5X SATA, 4X MOLEX,PROTECAO: OPP, SCP E UVP, BIVOLT, GARANTIA 12 MESES
Unidade de Fornecimento:
UNIDADE /
Quantidade:
3
CNPJ/CPF
Licitante
Proposta
Marca/Modelo
Proc.
Enq.
35380582000163
ERAGON COMÉRCIO E SERVIÇOS DEINFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI
210,0000
BR ONE 650W BIVOLTAUTOMATICA PFC ATIVO
Importado
ME
29329668000169
KOMETA COMERCIO DE ELETRONICOS RIOPRETO LTDA
252,9500
FONTE 500W REAL TRONOSTRS/500PFCA
Produzidono Brasil
EPP
32264983000160
H.E.JUSSANI
290,0000
Mymax - 80 plus bronze PCFATIVO
Importado
ME
53249470000150
SISTECNICA INFORMATICA E SERVICOSEIRELI
418,9900
COUGAR 31VC050006P01500W 5 SATA AUTOMÁTICA
Produzidono Brasil
EPP
22415106000199
ANDRE LUIZ KRIECHLE POTIENS - ME
555,5000
BRAZILPC 500W BPC/500-80PLUS/B
Importado
ME
Desistências:
Não houve Desistências para esta OC.
Data:
01/12/2020 15:08:10
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE FRANCO DA ROCHA
DESPACHO DO DIRETOR DE 10/12/2020
Edital CV nº 380227000012020OC00204
Decorrido o prazo recursal, nos termos do Edital Eletrônico e usando da competência a mim atribuída, acolho a decisão da comissão julgadora responsável pelo convite, HOMOLOGO o referido certame conforme elencam -se:
Item 01, Empresa H.E JUSSANI, no valor R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ;
Itens 02, 03 e 07 Empresa ERAGON COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI, no valor R$ 2.779,00 (dois mil, setecentos e setenta e nove reais);
Itens 04, 05 e 06, Empresa SISTÉCNICA INFORMÁTICA E SERVIÇOS EIRELI, no valor R$ 1.715,46 (hum mil, setecentos e quinze reais e quarenta e seis centavos);
Item 08, FRACASSADO.
Perfazendo o valor total de R$ 4.744,46 (quatro mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE FRANCO DA ROCHA
DESPACHO DO DIRETOR DE 27/11/2020
Edital CV nº 380227000012020OC00171
Decorrido o prazo recursal, nos termos do Edital Eletrônico e usando da competência a mim atribuída, acolho a decisão da comissão julgadora responsável pelo convite, HOMOLOGO o referido certame conforme elencam -se:
Itens 01, 02 e 05, FRACASSADOS;
Item 03, Empresa PARALIMP COMERCIO DE PRODUOS E SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI, no valor de R$ 1.188,00 (hum mil, cento e oitenta e oito reais);
Item 04, Empresa DALIUMA COMERCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS, no valor R$ 599,67 (quinhentos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos);
Itens 06 e 07, Empresa COMERCIAL SANDALO LTDA, no valor R$ 220,40 (duzentos e vinte reais e quarenta centavos);
Item 08, Empresa DATA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME, no valor de R$ 51,00 (cinquenta e um reais);
Item 09, Empresa JAQUELINE RODRIGUES MEDEIROS, no valor de R$ 440,00 (quatrocentos e quarenta centavos).
Perfazendo o valor total de R$ 2.499,07 (dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e sete centavos).
02/12/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico
https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=3dddfa5f9f1e1d1f1f4f4557619b77&OC=ag%2fxrB57vu64EEMGL… 1/3
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ATA DE REALIZAÇÃO DO CONVITE ELETRÔNICO
CTO.DETENCAO PROVISORIA DE FRANCO DA ROCHA
Convite Eletrônico nº
380227000012020OC00205
Ata de Abertura e Divulgação das Propostas apresentadas à Oferta de Compra nº
380227000012020OC00205
, com envelope(s) aberto(s) por
Aléssia Ferreira Fernandes
, no dia
02/12/2020
, às
15:17:48
.
Licitantes que apresentaram propostas:
CNPJ/CPF
Licitante
Enq.
00777956000102
COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO PASSAGEM FUNDA LTDA ME
ME
01154164000136
toner ribeirão informática e serviços eireli
EPP
05460773000174
MIGUEL DE ANTONI DISTRIBUIDORA
EPP
07434904000174
ROMAPEL PAPELARIA EIRELI
EPP
13014698000146
STILOK COMERCIO E LOCACOES EM GERAL EIRELI - ME
ME
13383196000192
RS MIDIA SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA.
ME
15454277000161
VANNER EQUIPAMENTOS LTDA
EPP
17433372000104
CRZ FERRAMENTAS LTDA
ME
21602765000171
MISSE AGRO FERRAMENTAS LTDA
EPP
21892639000107
Ampla Soluções Tecnológicas e Serviços LTDA
Outros
22082493000199
ALL SUPRIMENTOS EIRELI ME
ME
24568847000135
ATMA MOVEIS EIRELI - ME
ME
26510981000100
PEZANI COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - ME
EPP
26930358000107
FL SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI - ME
ME
28411240000106
PAULA ALMEIDA DA SILVA-EIRELI
ME
29298255000164
JLP CONSTRUTORA E COMÉRCIO LTDA
ME
31586441000140
aragorn suprimentos e manutenção eireli
ME
33316374000170
Delta Comercio de Maquinas, Ferragens e Ferramentas eireli
ME
34633194000184
El Racham Com e Apoio Adm Predial EIrelli me
ME
34814092000165
MERAKI MOVEIS SERVIÇOS E COMERCIO LICITAÇÕES EIREL
ME
35968629000104
RONALDO ELETRO EIRELI
EPP
36374909000157
M Eleuterio Costa
ME
36819972000150
BRUNO EDUARDO M. DE OLIVEIRA
ME
57683542000123
ADEMAR PEDRO DE GODOI - ME
ME
96669676000141
SISTEMA MOVEIS EIRELI EPP
EPP
97221659000100
Eliseu Edison Schneider ME
ME
02/12/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico
https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=3dddfa5f9f1e1d1f1f4f4557619b77&OC=ag%2fxrB57vu64EEMGL… 2/3
Propostas:
Item:
1 /
Código:
4030656
/
Classe:
8695
Descrição:
CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA HP REF. Q7551A SERIE LJ P3005DN, PRETO
Especificação Técnica:
CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA, HP, REFERENCIA Q7551A, SERIE LASERJETP3005DN, PRETO; RENDIMENTO MINIMO DE 6500 PAGINAS, ORIGINAL DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO;COMPONENTES 100% NOVOS, VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA, EMBALAGEMCOM IDENTIFICACAO DO FORNECEDOR
Unidade de Fornecimento:
UNIDADE /
Quantidade:
3
CNPJ/CPF
Licitante
Proposta
Marca/Modelo
Proc.
Enq.
36819972000150
BRUNO EDUARDO M. DEOLIVEIRA
40,0000
IMPRIMIPRO
Produzido noBrasil
ME
97221659000100
Eliseu Edison Schneider ME
179,0000
Marca Premium - Ref Q7551a
Importado
ME
28411240000106
PAULA ALMEIDA DA SILVA-EIRELI
249,3300
CARTUCHO DE TONER HP Q7551A -ORIGINAL
Importado
ME
26930358000107
FL SUPRIMENTOS DEINFORMATICA EIRELI - ME
318,7800
hp q7551a original
Produzido noBrasil
ME
01154164000136
toner ribeirão informática e serviçoseireli
365,0000
HP Q7551A ORIGINAL
Importado
EPP
22082493000199
ALL SUPRIMENTOS EIRELI ME
390,0000
ORIGINAL HP Q7551A
Produzido noBrasil
ME
36374909000157
M Eleuterio Costa
413,0000
HP (Q7551a)
Importado
ME
21892639000107
Ampla Soluções Tecnológicas eServiços LTDA
430,0000
HP Q7551A ORIGINAL DO FABRICANTEDO EQUIPAMENTO
Produzido noBrasil
Outros
07434904000174
ROMAPEL PAPELARIA EIRELI
670,0000
TONER HP ORIGINAL Q7551A
Importado
EPP
13383196000192
RS MIDIA SUPRIMENTOS DEINFORMÁTICA LTDA.
1161,7000
HP ORIGINAL - Q7551A
Produzido noBrasil
ME
Item:
2 /
Código:
5020352
/
Classe:
4610
Descrição:
PURIFICADOR DE AGUA 110V 90W, 2 TORNEIRAS
Especificação Técnica:
EQUIPAMENTO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA AGUA, PURIFICADOR DE AGUA,GABINETE EM PLASTICO ATOXICO, INSTALADO EM PONTO DE CONSUMO, PARA ENTRADA DE AGUA PRE TRATADA,RETENCAO DE PARTICULAS: CLASSE C = 5 A 15 MICRAS, REDUCAO DE CLORO LIVRE, SEM EFICIENCIABACTERIOLOGICA, COM VAZAO MAXIMA DE TRABALHO RECOMENDADA DE 60 L/H AGUA GELADA: FORNECIMENTODE APROX 1.25 L/H, PRESSAO MAXIMA 50 MCA, PRESSAO MINIMA 5 MCA, VOLTAGEM 110 V, POTENCIA 90 W,REFRIGERACAO POR COMPRESSOR, TERMOSTATO REGULAVEL EXTERNO, VIDA UTIL DA UNIDADECONDICIONADORA MINIMA DE 06 MESES OU 3000 L, COM 2 TORNEIRAS, MEDINDO (410X312X357) MM (AXLXF)APROXIMADAMENTE, PESANDO APROX. 11 KG, CONFORME NBR 14908, CERTIFICACAO COMPULSORIA DOINMETRO
Unidade de Fornecimento:
UNIDADE /
Quantidade:
2
CNPJ/CPF
Licitante
Proposta
Marca/Modelo
Proc.
Enq.
13014698000146
STILOK COMERCIO E LOCACOES EM GERALEIRELI - ME
790,0000
Libell acquaflex 110v
Produzido noBrasil
ME
35968629000104
RONALDO ELETRO EIRELI
844,5000
TOP LIFE PURY LIFEBRANCO
Produzido noBrasil
EPP
Item:
3 /
Código:
3902307
/

Classe:
7105
Descrição:
CADEIRA GIRATORIA,CONCHA DUPLA,REV.TECIDO 100%POL.,PRETA,SEM BRACOS
Especificação Técnica:
CADEIRA GIRATORIA, CONCHA DUPLA, COM ENCOSTO E ASSENTO CONFECCIONADOS EMMADEIRA COMPENSADA, REVESTIDOS EM TECIDO 100% POLIESTER, NA COR PRETA, COM ACABAMENTO EMPERFIL DE PVC E CARENAGEM EM POLIPROPILENO RIGIDO, ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA DEPOLIURETANO DE NO MINIMO 50MM DE ESPESSURA, APRESENTANDO DENSIDADE DE 50KG/M3, ESPALDAR MEDIO,COM ENCOSTO MEDINDO NO MINIMO (46 LARG.X 36 ALT.)CM, E ASSENTO MEDINDO NO MINIMO (45 LARG. X 40
02/12/2020 Bolsa Eletronica de Compras - Convite Eletrônico
https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Convite_UI/ui/BEC_CV_Consulta_ATA.aspx?chave=3dddfa5f9f1e1d1f1f4f4557619b77&OC=ag%2fxrB57vu64EEMGL… 3/3
PROF.)CM, SEM BRACOS, SISTEMA DE REGULAGEM MECANICO DE ALTURA E INCLINACAO PARA O ENCOSTO, EREGULAGEM PNEUMATICA (A GAS) DE ALTURA PARA O ASSENTO, TUBO CENTRAL EM ACO, PROTECAO EM CAPATELESCOPICA EM POLIPROPILENO INJETADO, BASE FORMADA POR 05 PATAS E RODIZIOS DUPLOS EM NYLON,BASE EM ACO, ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTATICA EM TINTA EPOXI PO, NA COR PRETA, COM PRAZO DEGARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES, FABRICADA DE ACORDO COM AS AS NORMAS NBR 13962 E NR-17
Unidade de Fornecimento:
UNIDADE /
Quantidade:
10
CNPJ/CPF
Licitante
Proposta
Marca/Modelo
Proc.
Enq.
24568847000135
ATMA MOVEIS EIRELI - ME
276,0000
AM EXECUTIVA BACK
Produzido noBrasil
ME
13014698000146
STILOK COMERCIO E LOCACOES EM GERALEIRELI - ME
298,0000
stilos BS
Produzido noBrasil
ME
96669676000141
SISTEMA MOVEIS EIRELI EPP
322,0000
id eco courro pro 0016-22
Produzido noBrasil
EPP
57683542000123
ADEMAR PEDRO DE GODOI - ME
328,9000
Licital Braga ExecutivaGiratória
Produzido noBrasil
ME
31586441000140
aragorn suprimentos e manutenção eireli
343,0000
vector executiva
Produzido noBrasil
ME
26510981000100
PEZANI COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - ME
380,0000
mogiflex especial
Produzido noBrasil
EPP
34814092000165
MERAKI MOVEIS SERVIÇOS E COMERCIOLICITAÇÕES EIREL
390,0000
Art Tubulares -ART.CDG03
Produzido noBrasil
ME
Item:
4 /
Código:
3957683
/
Classe:
3750
Descrição:
ROCADEIRA MANUAL, 45,7CC, 2,8HP, GASOLINA, 12500 RPM, TIPO LATERAL
Especificação Técnica:
ROCADEIRA MANUAL, COM MOTOR 45,7 CILINDRADAS (MIN) , COM POTENCIA MINIMA DE2,8 HP, A GASOLINA, 12500 RPM (MIN), ROTACAO DA MARCHA LENTA 2700 RPM (MIN), COM TANQUE DECOMBUSTIVEL DE 0,9 LITROS (MIN), TIPO LATERAL, COM ANGULO DE ENGRENAGEM DE DIREÇÃO35 GRAUS,PESANDO APROXIMADAMENTE 8,5 KG, CONJUNTO DE CORTE COMPOSTO DE CABEÇOTE DE FIO DE NYLON,LÂMINA DE 3 PONTAS E SERRA CIRCULAR, GUIDÃO ANGULADO E EMPUNHADURAS ERGONÔMICAS, CINTURÃOERGONÔMICO COM SUPORTE COSTAL E FAIXAS NO OMBRO
Unidade de Fornecimento:
UNIDADE /
Quantidade:
2
CNPJ/CPF
Licitante
Proposta
Marca/Modelo
Proc.
Enq.
00777956000102
COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃOPASSAGEM FUNDA LTDA ME
845,0000
FORTGPRO-FG9120- 3HP-62 CC
Importado
ME
29298255000164
JLP CONSTRUTORA E COMÉRCIO LTDA
898,4400
FORTGPRO - FG9120 62CC -3HP
Importado
ME
15454277000161
VANNER EQUIPAMENTOS LTDA
925,0000
KAWASHIMA KW52-L COMSERRA CIRCULAR
Produzidono Brasil
EPP
17433372000104
CRZ FERRAMENTAS LTDA
1099,0000
TERRA - GR520XP
Produzidono Brasil
ME
05460773000174
MIGUEL DE ANTONI DISTRIBUIDORA
1107,0000
FORTGPRO - FG9120 62CC -3HP
Importado
EPP
21602765000171
MISSE AGRO FERRAMENTAS LTDA
1389,0000
Toyama - TBC63X
Importado
EPP
33316374000170
Delta Comercio de Maquinas, Ferragens eFerramentas eireli
3730,0000
husqvarna - 545fr
Produzidono Brasil
ME
34633194000184
El Racham Com e Apoio Adm Predial Elrelli me
4727,7000
Husqvarna - Roçadeira agasolina 545FR 45,7 cc 2,8
Produzidono Brasil
ME
Desistências:
Não houve Desistências para esta OC.
Data:
02/12/2020 15:17:48
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE FRANCO DA ROCHA
DESPACHO DO DIRETOR DE 07/12/2020
Edital CV nº 380227000012020OC00205
Decorrido o prazo recursal, nos termos do Edital Eletrônico e usando da competência a mim atribuída, acolho a decisão da comissão julgadora responsável pelo convite, HOMOLOGO o referido certame conforme elencam -se:
Item 01, Empresa ELISEU EDISON SCHNEIDER ME, no valor R$ 537,00 (quinhentos e trinta e sete reais);
Itens 02 e 03, FRACASSADOS;
Item 04, Empresa COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO PASSAGEM FUNDA LTDA ME, no valor R$ 1.690,00 (hum mil, seiscentos e noventa reais).
Perfazendo o valor total de R$ 2.227,00 (dois mil, duzentos e vinte e sete reais).

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CERQUEIRA CÉSAR

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO
CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CERQUEIRA CÉSAR
EXTRATO DE ADITAMENTO
1º Termo Aditivo ao Contrato 048/2020
Parecer Jurídico e Sigla: Parecer CJ/SAP 004/2020
Pregão Eletrônico: 016/2020
Processo: SAP-PR-2020/16954
Contratante: Centro de Detenção Provisória de Cerqueira César
Objeto: Aquisição De Gêneros Alimentícios de tipo Estocável
Contratada: CEREALISTA GOES ALIMENTOS EIRELI
CNPJ: 55.694.814/0001-65
Data Assinatura: 21/10/2020
Vigência: 01/09/2020 a 31/12/2020
Valor Inicial do Contrato: R$ 70.840,00
Valor Total do Contrato: R$ 88.550,00
Crédito Orçamentário da Despesa: PTRES 380617

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE TAIÚVA

Extrato do Contrato
Processo nº 107/20TAV
Pregão Eletrônico nº 21/2020
Contrato nº 80/2020
Contratante: Centro de Detenção Provisória de Taiúva
Contratada: COMPANHIA ULTRAGAZ S/A
CNPJ: 61.602.199/0015-18
Objeto: Aquisição de gás liquefeito de petróleo a granel, com entrega parcelada, para consumo do Centro de Detenção Provisória de Taiúva, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.
Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021
Valor total do Contrato: R$ 389.112,00 (trezentos e oitenta e nove mil cento e doze reais).
Data da assinatura: 23/12/2020
2 º Extrato de supressão de Contrato
Pregão Eletrônico nº 14/2019
Processo nº 207/19TAV
Contrato nº 55/2019
Contratante: Centro de Detenção Provisória de Taiúva
Contratada: COMPANHIA ULTRAGAZ S/A
CNPJ: 61.602.199/0015-18
Objeto do contrato: Aquisição de gás liquefeito de petróleo a granel, com entrega parcelada, para consumo do Centro de Detenção Provisória de Taiúva, no período de 01 de janeiro a 31 de Dezembro de 2020.
Valor da supressão: R$ 10.000,00 (dez mil reais)
Valor total do Contrato passa de R$ 316.080,00 (trezentos e dezesseis mil e oitenta reais) para R$ 261.080,00 (duzentos e sessenta e um mil e oitenta reais).
Vigência: 01/01/2020 a 31/12/2020
Data da assinatura: 17/12/2020

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE JARDINÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO Nº 2020/32348CPPJ – CONVITE ELETRONICO: 2020OC00193
CONTRATO Nº 00267
2020NE01792
I – RESUMO DO OBJETO: Despesa Orçamentaria que visa aquisição de materiais de UNIFORMES PARA SAP, TIPO BOTAS em favor da empresa MAC DO BRASIL COMERCIAL EIRELI/ CNPJ: 02.402.380/0001-16
II – Data de Celebração do Termo de Contrato:29/10/2020 - R$ 8.742,00 (OITO MIL SETECENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS);
III – Recurso Orçamentário - Unidade Gestora: 380259 - Elemento Economico: 33903063 - PTRes: 380616 - Categoria Funcional Programatica: 14421381361390000 - exercício 2020;
IV – prazo de vigência: 29/10/2020 - 29/11/2020.
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO Nº 2020/32348CPPJ – CONVITE ELETRONICO: 2020OC00193
CONTRATO Nº 00268
2020NE01793
I – RESUMO DO OBJETO: Despesa Orçamentaria que visa aquisição de materiais de UNIFORMES PARA SAP, TIPO CINTO em favor da empresa W5 UNIFORMES PROFISSIONAIS, CNPJ:17.986.013/0001-84
II – Data de Celebração do Termo de Contrato:29/10/2020 - R$ 2.679,00 (DOIS MIL SEISCENTOS E SETENTA E NOVE REAIS);
III – Recurso Orçamentário - Unidade Gestora: 380259 - Elemento Economico: 33903063 - PTRes: 380616 - Categoria Funcional Programatica: 14421381361390000 - exercício 2020;
IV – prazo de vigência: 29/10/2020 - 29/11/2020.
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO Nº 2020/35709CPPJ – CONVITE ELETRONICO: 2020OC00233
CONTRATO Nº 00306
2020NE01939
I – RESUMO DO OBJETO: Despesa Orçamentaria que visa aquisição de materiais de UNIFORMES PARA SAP, TIPO CAMISA POLO e TIPO CALÇA em favor da empresa ROJEAL INDUSTRIA DE ROUPAS E BONÉS LTDA/ CNPJ: 26.534.493/0001-33
II – Data de Celebração do Termo de Contrato:18/11/2020 - R$ 28.707,60 (VINTE E OITO MIL SETECENTOS E SETE REAIS E SESSENTA CENTAVOS);
III – Recurso Orçamentário - Unidade Gestora: 380259 - Elemento Economico: 33903063 - PTRes: 380616 - Categoria Funcional Programatica: 14421381361390000 - exercício 2020;
IV – prazo de vigência: 18/11/2020 - 18/12/2020.

PENITENCIÁRIA DR. SEBASTIÃO MARTINS SILVEIRA - ARARAQUARA

Termo de Contrato 081/2.020-NFS Contratante: UGE: 380116- Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira", de Araraquara. Contratada: COMERCIAL TAQUARUSSU LTDA-ME, CNPJ: 21.249.311/0001-69, Pregão Eletrônico: 025/2020-NFS. Processo: 2020/37821-NIEC Vigência: de 01/01/2021 a 30/04/2021, Valor: R$ 73.165,70, Data da assinatura: 17/12/2020, Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios hortifrutigranjeiros.
Termo de Contrato 086/2.020-NFS Contratante: UGE: 380116- Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira", de Araraquara. Contratada: FRIGORIFICO REY CHARQUES LTDA, CNPJ: 03.597.643/0001-52, Pregão Eletrônico: 026/2020-NFS. Processo: 2020/37278-NIEC Vigência: de 01/01/2021 a 30/04/2021, Valor: R$ 86.181,00, Data da assinatura: 17/12/2020, Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios carnes e aves processados e semi processados. -
Termo de Contrato 087/2.020-NFS Contratante: UGE: 380116- Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira", de Araraquara. Contratada: FRIGORIFICO REY CHARQUES LTDA, CNPJ: 03.597.643/0001-52, Pregão Eletrônico: 027/2020-NFS. Processo: 2020/37278-NIEC Vigência: de 01/01/2021 a 30/04/2021, Valor: R$ 28.727,00, Data da assinatura: 17/12/2020, Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios carnes e aves processados e semi processados.
Termo de Contrato 090/2.020-NFS Contratante: UGE: 380116- Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira", de Araraquara. Contratada: BELARIS ALIMENTOS LTDA, CNPJ: 17.088.309/0001-88, Pregão Eletrônico: 026/2020-NFS. Processo: 2020/37278-NIEC Vigência: de 01/01/2021 a 30/04/2021, Valor: R$ 65.577,00, Data da assinatura: 18/12/2020, Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios carnes e aves processados e semi processados.
Termo de Contrato 091/2.020-NFS Contratante: UGE: 380116- Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira", de Araraquara. Contratada: ZD ALIMENTOS S.A, CNPJ: 56.073.307/0008-43, Pregão Eletrônico: 027/2020-NFS. Processo: 2020/37279-NIEC Vigência: de 01/01/2021 a 30/04/2021, Valor: R$ 97.872,00, Data da assinatura: 18/12/2020, Objeto: fornecimento de gêneros leite laticínios e seus derivados.
Termo de Contrato 095/2.020-NFS Contratante: UGE: 380116 - Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira", de Araraquara. Contratada: EGG NUTRI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ: 17.308.310/0001-70, Pregão Eletrônico: 028/2020-NFS. Processo 2020/37281-NIEC Vigência: de 01/01/2021 a 30/04/2021, Valor: R$ 14.400,00 Data da assinatura: 21/12/2020, Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios estocáveis. -
Termo de Contrato 090/2.020-NFS Contratante: UGE: 380116- Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira", de Araraquara. Contratada: BELARIS ALIMENTOS LTDA, CNPJ: 17.088.309/0001-88, Pregão Eletrônico: 027/2020-NFS. Processo: 2020/37278-NIEC Vigência: de 01/01/2021 a 30/04/2021, Valor: R$ 65.577,00, Data da assinatura: 18/12/2020, Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios carnes e aves processados e semi processados.
Termo de Contrato 096/2.020-NFS Contratante: UGE: 380116- Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira", de Araraquara. Contratada: GABRIELA P. DOS SANTOS-ME CNPJ: 25.036.571/0001-07, Pregão Eletrônico: 028/2020-NFS. Processo 2020/37281-NIEC Vigência: de 01/01/2021 a 30/04/2021, Valor: R$ 5.978,00, Data da assinatura: 21/12/2020, Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios estocáveis. -
Termo de Contrato 097/2.020-NFS Contratante: UGE: 380116- Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira", de Araraquara. Contratada: PASOLI ALIMENTOS EIRELI EPP, CNPJ: 64.060.734/0001-49, Pregão Eletrônico: 028/2020-NFS. Processo 2020/37281-NIEC Vigência: de 01/01/2021 a 30/04/2021, Valor: R$ 2.640,00, Data da assinatura: 21/12/2020, Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios estocáveis. -
Termo de Contrato 098/2.020-NFS Contratante: UGE: 380116- Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira", de Araraquara. Contratada: COMERCIAL CEREALISTA REI DO PRATO LTDA, CNPJ: 48.637.219/0001-22, Pregão Eletrônico: 028/2020-NFS. Processo: 2020/37281-NIEC Vigência: de 01/01/2021 a 30/04/2021, Valor: R$ 198.450,00, Data da assinatura: 21/12/2020, Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios estocáveis.
Termo de Contrato 099/2.020-NFS Contratante: UGE: 380116- Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira", de Araraquara. Contratada: VALERIA VIDOTO BOGAZ-ME CNPJ: 32.387.462/0001-08, Pregão Eletrônico: 028/2020-NFS. Processo: 2020/37281-NIEC Vigência: de 01/01/2021 a 30/04/2021, Valor: R$ 4.160,00, Data da assinatura: 21/12/2020, Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios estocáveis.
Termo de Contrato 100/2.020-NFS Contratante: UGE: 380116- Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira, de Araraquara. Contratada L. G. P. DE CASTRO - EIRELI, CNPJ: 18.713.218/0001-59, Pregão Eletrônico: 028/2020-NFS. Processo 2020/37281-NIEC Vigência: de 01/01/2021 a 30/04/2021, Valor: R$ 8.750,00, Data da assinatura: 21/12/2020, Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios estocáveis. -
Termo de Contrato 103/2.020-NFS Contratante: UGE: 380116- Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira", de Araraquara. Contratada: THAIS ELIZANDRA GIBERTONI LTDA, CNPJ: 15.721.949/0001-58, Pregão Eletrônico: 031/2020-NFS. Processo: 2020/37278-NIEC Vigência: de 01/01/2021 a 30/04/2021, Valor: R$ 57.620,00, Data da assinatura: 30/12/2020, Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios carnes e aves processados e semi processados.
Termo de Contrato 104/2.020-NFS Contratante: UGE: 380116- Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira", de Araraquara. Contratada: SÃO JOÃO ALIMENTOS LTDA, CNPJ: 56.814.395/0001-10, Pregão Eletrônico: 032/2020-NFS. Processo: 2020/37281-NIEC Vigência: de 01/01/2021 a 30/04/2021, Valor: R$ 20.340,00, Data da assinatura: 30/12/2020, Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios estocáveis. -
Termo de Contrato 107/2.020-NFS Contratante: UGE: 380116- Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira", de Araraquara. Contratada: NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ: 08.528.442/0001-17, Pregão Eletrônico: 032/2020-NFS. Processo: 2020/37281-NIEC Vigência: de 01/01/2021 a 30/04/2021, Valor: R$ 5.984,00, Data da assinatura: 30/12/2020, Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios estocáveis.
Termo de Contrato 107/2.020-NFS Contratante: UGE: 380116- Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira", de Araraquara. Contratada: NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ: 08.528.442/0001-17, Pregão Eletrônico: 032/2020-NFS. Processo: 2020/37281-NIEC Vigência: de 01/01/2021 a 30/04/2021, Valor: R$ 5.984,00, Data da assinatura: 30/12/2020, Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios estocáveis.
Termo de Contrato 108/2.020-NFS Contratante: UGE: 380116- Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira", de Araraquara. Contratada: ALIMENTAR DISTRIBUIDORA DE CARNES E FRIOS EIRELI, CNPJ: 07.612.306/0001-48, Pregão Eletrônico: 032/2020-NFS. Processo: 2020/37281-NIEC Vigência: de 01/01/2021 a 30/04/2021, Valor: R$ 9.240,00, Data da assinatura: 30/12/2020, Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios estocáveis.

PENITENCIÁRIA CABO PM MARCELO PIRES DA SILVA - ITAÍ

EXTRATO DE CONTRATO
Processo: 2020/19308
Pregão Eletrônico nº 042/2020
Contrato: 064/2020
Contratante: PENITENCIÁRIA "CABO PM MARCELO PIRES DA SILVA" DE ITAÍ
Contratado: J & A - COMERCIAL DO BRASIL EIRELI
CNPJ: 35.156.745/0001-29
Objeto: R$ 120.645,00
Vigência: 09/12/2020 A 31/12/2020
Data assinatura: 09/12/2020
Valor: R$ 120.645,00
PTRES: 380617
Funcional Programática: 14421381361410000
Natureza de Despesa: 33.90.30.10
Parecer: CJ/SAP 001/2020, de 20/03/2020
EXTRATO DE CONTRATO
Processo: 2020/19308
Pregão Eletrônico nº 022/2020
Contrato: 037/2020
Contratante: PENITENCIÁRIA "CABO PM MARCELO PIRES DA SILVA" DE ITAÍ
Contratado: DISTR DE CARNES E DERIVADOS SÃO CARLOS EIRELI
CNPJ: 23.082.998/0001-16
Objeto: Gêneros Alimentícios Perecíveis
Vigência: 01/09/2020 A 31/12/2020
Data assinatura: 26/10/2020
Valor: R$ 17.262,00
PTRES: 380617
Funcional Programática: 14421381361410000
Natureza de Despesa: 33.90.30.10
Parecer: CJ/SAP 001/2019, de 20/03/2019

PENITENCIÁRIA LUIZ GONZAGA VIEIRA - PIRAJUÍ II

ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO
Pregão Eletrônico nº : 0162020PLGV
Processo nº : 2020/20883
Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS
Às 09:02:37 horas do dia 14 de Outubro de 2020, reuniram-se o Pregoeiro deste órgão/entidade ROSEMARY DE PINA TARDIN GRANA e respectivo(s) membro(s) da equipe de apoio: Nilza Neri de Souza Silva, Rosimeire Aparecida Julioli Carvalho e VERENE APARECIDA DOS SANTOS GULMINI, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico em epígrafe, relativo à oferta de compra - OC: 380164000012020OC00120. Inicialmente o Pregoeiro abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances.
Resultado da Sessão Pública
Encerrada sem recurso
ITEM 1
Descrição: FARINHA DE TRIGO, FINA,PARA PANIFICACAO, PRE MISTURA PARA PAO FRANCES COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO FORTIFICADA COM FERRO E ACIDO FOLICO, MELHORADOR PARA FARINHA E OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS, DEVENDO SE APRESENTAR LIMPA E SECA, ISENTA DE INSETOS, ODORES OU SABORES ESTRANHOS OU IMPROPRIOS, EMBALAGEM PRIMARIA SACO DE RAFIA, COM VALIDADE MINIMA DE 2 MESES NA DATA DA ENTREGA, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A INSTRUCAO NORMATIVA 08/05 (MAPA), RDC 263/05, RDC 344/02, RDC 14/14 E SUAS ALTERACOES POSTERIORES, PRODUTO SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCED.ADM. DETERMINADOS PELO MAPA E ANVISA
Quantidade / Unidade de Fornecimento: 690 / SACO 25,00 QUILOGRAMA
Menor Valor: 51,9800
CNPJ/CPF - Vencedor: 81442014001562 - MOINHO GLOBO ALIMENTOS S.A
Propostas Entregues: 7
Desistência de Propostas: 0
Propostas Restantes: 7
Propostas Classificadas: 7
Resultado do Item: Adjudicado
Justificativa: ADJUDICO O REFERIDO ITEM
Propostas
Licitante - Ordem - Marca - Valor - Data/Hora - Situação - Justificativa
NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 1 - TIA OFÉLIA MIX - 54,0000 - 07/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
PILAR COMERCIO DE CEREAIS LTDA - ME - 2 - GLOBO - 100,0000 - 08/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 3 - ARGENTINA MIX - 100,0000 - 13/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
MOINHO GLOBO ALIMENTOS S.A - 4 - GLOBO - 100,0000 - 06/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
SAGRADO & VIDOTTO-ARACATUBA LTDA - 5 - Tia Ofelia sperafico - 100,0000 - 13/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
David Guilherme Freitas do Nascimento - 6 - arapongas - 100,0000 - 14/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
JCS ALIMENTOS LTDA - 7 - BOA SAFRA/PACIFICO/GLOBO - 150,0000 - 05/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
Desistência
Não houve desistência.
Lances Ofertados
Licitante - Valor - Data/Hora - Situação
PILAR COMERCIO DE CEREAIS LTDA - ME - 53,9800 - 14/10/2020 09:30:10 - Válido e confirmado
MOINHO GLOBO ALIMENTOS S.A - 53,9800 - 14/10/2020 09:30:18 - Válido e confirmado
NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 52,0000 - 14/10/2020 09:31:52 - Válido e confirmado
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 53,9800 - 14/10/2020 09:31:59 - Válido e confirmado
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 53,0000 - 14/10/2020 09:34:45 - Válido e confirmado
MOINHO GLOBO ALIMENTOS S.A - 51,9800 - 14/10/2020 09:37:06 - Válido e confirmado
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 52,5000 - 14/10/2020 09:44:00 - Válido e confirmado
Preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte
Licitante - Valor - Inicio do Prazo - Fim do Prazo - Data Decisão - Decisão
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 0,0000 - 14/10/2020 09:54:42 - 14/10/2020 09:59:42 - 14/10/2020 09:54:42 - DESISTIU
PILAR COMERCIO DE CEREAIS LTDA - ME - 0,0000 - 14/10/2020 10:11:13 - 14/10/2020 10:16:13 - 14/10/2020 10:11:13 - DESISTIU
Negociação
Não houve negociação.
Análise da Aceitabilidade do Preço
Licitante - Origem - Valor - Data/Hora - Preço - Justificativa
MOINHO GLOBO ALIMENTOS S.A - Lances - 51,9800 - 14/10/2020 13:31 - Aceitável - Considero o preço aceitável mediante consulta do preço referencial
Habilitação
Licitante - Data/Hora - Habilitação - Justificativa
MOINHO GLOBO ALIMENTOS S.A - 14/10/2020 15:09 - Habilitado - Documentação do licitante relativa à habilitação encontra-se de acordo com as exigências contidas no edital.

ITEM 2
Descrição: FEIJAO, CARIOCA, GRUPO 1, CLASSE CORES, TIPO 1, NOVO, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS E SAOS, COM TEOR DE UMIDADE RECOMENDADA DE ATE 14%, ISENTO DE MATERIAS ESTRANHAS, IMPUREZAS, GRAOS MOFADOS, ARDIDOS, GERMINADOS E CARUNCHADOS, EMBALAGEM PRIMARIA SACO PLASTICO ATOXICO HERMETICAMENTE FECHADO, COM VALIDADE MINIMA DE 05 MESES NA DATA DA ENTREGA, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM O DECRETO 6268/07, INSTRUCAO NORMATIVA 12/08, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 07/11 E ALTERACOES POSTERIORES, PRODUTO SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCED. ADM. DETERMINADOS PELO MAPA E ANVISA
Quantidade / Unidade de Fornecimento: 23.000 / QUILOGRAMA
Menor Valor: 4,0000
CNPJ/CPF - Vencedor: 36702392000188 - David Guilherme Freitas do Nascimento
Propostas Entregues: 11
Desistência de Propostas: 0
Propostas Restantes: 11
Propostas Classificadas: 11
Resultado do Item: Adjudicado
Justificativa: ADJUDICO O REFERIDO ITEM
Propostas
Licitante - Ordem - Marca - Valor - Data/Hora - Situação - Justificativa
BIGUÁ ALIMENTOS LTDA - 1 - garfo de prata - 6,0000 - 14/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
David Guilherme Freitas do Nascimento - 2 - Sudoeste - 6,0000 - 14/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
CEREALISTA SAFRASUL LTDA - 3 - Agroverde - 6,6000 - 13/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 4 - GRANOLAR - 6,7500 - 07/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 5 - Fofura / Tia Amélia - 9,9900 - 08/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
PILAR CEREAIS LTDA - 6 - TOP 10 - 10,0000 - 08/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
COMERCIAL OLIVEIRA DE ITAPETININGA EIRELI - 7 - VALE OURO - 12,0000 - 01/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
JCS ALIMENTOS LTDA - 8 - MIGUELITO - 15,0000 - 05/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 9 - DENADAI - 15,0000 - 13/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
COMERCIAL CEREALISTA REI DO PRATO LTDA - 10 - CALDO FORTE - 16,0000 - 06/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
SAGRADO & VIDOTTO-ARACATUBA LTDA - 11 - Araçatuba Facinho Regional Taquari - 100,0000 - 13/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
Desistência
Não houve desistência.
Lances Ofertados
Licitante - Valor - Data/Hora - Situação
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 5,9800 - 14/10/2020 09:30:40 - Válido e confirmado
PILAR CEREAIS LTDA - 5,9600 - 14/10/2020 09:31:50 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 5,9400 - 14/10/2020 09:32:23 - Válido e confirmado
PILAR CEREAIS LTDA - 5,9200 - 14/10/2020 09:34:28 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 5,9000 - 14/10/2020 09:35:12 - Válido e confirmado
PILAR CEREAIS LTDA - 5,8800 - 14/10/2020 09:35:46 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 5,8500 - 14/10/2020 09:38:05 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 5,8000 - 14/10/2020 09:38:16 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 5,7500 - 14/10/2020 09:38:41 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 5,7000 - 14/10/2020 09:39:24 - Válido e confirmado
PILAR CEREAIS LTDA - 5,6800 - 14/10/2020 09:40:09 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 5,6000 - 14/10/2020 09:40:35 - Válido e confirmado
CEREALISTA SAFRASUL LTDA - 5,5000 - 14/10/2020 09:41:08 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 5,5800 - 14/10/2020 09:41:09 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 5,4500 - 14/10/2020 09:41:34 - Válido e confirmado
CEREALISTA SAFRASUL LTDA - 5,3000 - 14/10/2020 09:42:04 - Válido e confirmado
CEREALISTA SAFRASUL LTDA - 5,1000 - 14/10/2020 09:42:23 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 5,2500 - 14/10/2020 09:42:33 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 5,0000 - 14/10/2020 09:42:46 - Válido e confirmado
CEREALISTA SAFRASUL LTDA - 4,9000 - 14/10/2020 09:42:57 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 5,0000 - 14/10/2020 09:43:00 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 4,8500 - 14/10/2020 09:43:14 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 4,9000 - 14/10/2020 09:43:15 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 4,8000 - 14/10/2020 09:43:37 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 4,7500 - 14/10/2020 09:44:06 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 4,7000 - 14/10/2020 09:45:01 - Válido e confirmado
CEREALISTA SAFRASUL LTDA - 44,7000 - 14/10/2020 09:45:02 - Inválido: não atingiu a redução mínima entre lances ou valor superior a outro já registrado
CEREALISTA SAFRASUL LTDA - 4,6500 - 14/10/2020 09:45:28 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 4,5000 - 14/10/2020 09:45:41 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 4,6000 - 14/10/2020 09:45:56 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 4,4000 - 14/10/2020 09:46:13 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 4,3800 - 14/10/2020 09:46:43 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 4,3000 - 14/10/2020 09:47:01 - Válido e confirmado
CEREALISTA SAFRASUL LTDA - 4,2800 - 14/10/2020 09:48:36 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 4,2800 - 14/10/2020 09:49:10 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 4,2000 - 14/10/2020 09:49:28 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 4,1800 - 14/10/2020 09:50:29 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 4,0000 - 14/10/2020 09:50:49 - Válido e confirmado
CEREALISTA SAFRASUL LTDA - 3,9800 - 14/10/2020 09:53:52 - Inválido: fora do prazo
Preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte
Não houve licitante que se encontrasse na condição de empate prevista na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
Negociação
Não houve negociação.
Análise da Aceitabilidade do Preço
Licitante - Origem - Valor - Data/Hora - Preço - Justificativa
David Guilherme Freitas do Nascimento - Lances - 4,0000 - 14/10/2020 13:32 - Aceitável - Considero o preço aceitável mediante consulta do preço referencial
Habilitação
Licitante - Data/Hora - Habilitação - Justificativa
David Guilherme Freitas do Nascimento - 14/10/2020 15:32 - Habilitado - Documentação do licitante relativa à habilitação encontra-se de acordo com as exigências contidas no edital.
ITEM 3
Descrição: FEIJAO, PRETO, GRUPO 1, CLASSE PRETO, TIPO 1, NOVO, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS E SAOS, COM TEOR DE UMIDADE RECOMENDADA DE ATE 14%, ISENTO DE MATERIAS ESTRANHAS, IMPUREZAS, GRAOS MOFADOS, ARDIDOS, GERMINADOS E CARUNCHADOS, EMBALAGEM PRIMARIA SACO PLASTICO ATOXICO, HERMETICAMENTE FECHADO, COM VALIDADE MINIMA DE 04 MESES NA DATA DA ENTREGA, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM O DECRETO 6268/07, INSTRUCAO NORMATIVA 12/08, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 07/11 E ALTERACOES POSTERIORES, PRODUTO SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCED. ADM. DETERMINADOS PELO MAPA E ANVISA
Quantidade / Unidade de Fornecimento: 1.200 / SACO 1,00 QUILOGRAMA
Menor Valor: 4,7500
CNPJ/CPF - Vencedor: 36702392000188 - David Guilherme Freitas do Nascimento
Propostas Entregues: 12
Desistência de Propostas: 0
Propostas Restantes: 12
Propostas Classificadas: 12
Resultado do Item: Adjudicado
Justificativa: ADJUDICO O REFERIDO ITEM
Propostas
Licitante - Ordem - Marca - Valor - Data/Hora - Situação - Justificativa
BIGUÁ ALIMENTOS LTDA - 1 - garfo de prata - 6,5000 - 14/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
CEREALISTA SAFRASUL LTDA - 2 - Ubirama - 6,6000 - 13/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 3 - GRANOLAR - 6,9500 - 07/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
PILAR CEREAIS LTDA - 4 - TOP 10 - 10,0000 - 08/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
David Guilherme Freitas do Nascimento - 5 - Sudoeste - 10,0000 - 14/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
FPS COMERCIO DE ARTIGOS EM GERAL EIRELI - 6 - SIVIEIRO/CASA GRANDE/5 ESTRELAS/COPA - 12,5000 - 08/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 7 - Fofura - 12,9900 - 08/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
COMERCIAL OLIVEIRA DE ITAPETININGA EIRELI - 8 - NOTA 10 - 13,0000 - 01/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
GABRIELA P. DOS SANTOS - ME - 9 - ARAÇATUBA - 14,9500 - 09/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
JCS ALIMENTOS LTDA - 10 - MIGUELITO - 15,0000 - 05/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 11 - DENADAI - 15,0000 - 13/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
SAGRADO & VIDOTTO-ARACATUBA LTDA - 12 - Araçatuba Facinho Regional Taquari - 100,0000 - 13/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
Desistência
Não houve desistência.
Lances Ofertados
Licitante - Valor - Data/Hora - Situação
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 6,4800 - 14/10/2020 09:30:40 - Válido e confirmado
PILAR CEREAIS LTDA - 6,4600 - 14/10/2020 09:31:50 - Válido e confirmado
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 6,4800 - 14/10/2020 09:31:59 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 6,4400 - 14/10/2020 09:32:24 - Válido e confirmado
PILAR CEREAIS LTDA - 6,4200 - 14/10/2020 09:34:28 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 6,4000 - 14/10/2020 09:35:13 - Válido e confirmado
PILAR CEREAIS LTDA - 6,3800 - 14/10/2020 09:35:46 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 6,3500 - 14/10/2020 09:38:05 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 6,3000 - 14/10/2020 09:38:16 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 6,2500 - 14/10/2020 09:38:41 - Válido e confirmado
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 6,3000 - 14/10/2020 09:38:41 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 6,2000 - 14/10/2020 09:39:25 - Válido e confirmado
PILAR CEREAIS LTDA - 6,1800 - 14/10/2020 09:40:09 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 6,0000 - 14/10/2020 09:40:35 - Válido e confirmado
CEREALISTA SAFRASUL LTDA - 6,0000 - 14/10/2020 09:41:08 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 5,9800 - 14/10/2020 09:41:09 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 5,9000 - 14/10/2020 09:41:34 - Válido e confirmado
CEREALISTA SAFRASUL LTDA - 5,6000 - 14/10/2020 09:42:04 - Válido e confirmado
PILAR CEREAIS LTDA - 5,8000 - 14/10/2020 09:42:15 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 5,5500 - 14/10/2020 09:42:33 - Válido e confirmado
CEREALISTA SAFRASUL LTDA - 5,2000 - 14/10/2020 09:42:38 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 5,0000 - 14/10/2020 09:42:58 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 5,1800 - 14/10/2020 09:43:00 - Válido e confirmado
BIGUÁ ALIMENTOS LTDA - 4,9500 - 14/10/2020 09:44:08 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 4,9000 - 14/10/2020 09:44:37 - Válido e confirmado
CEREALISTA SAFRASUL LTDA - 4,8000 - 14/10/2020 09:45:02 - Válido e confirmado
COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI - 4,8000 - 14/10/2020 09:46:43 - Válido e confirmado
David Guilherme Freitas do Nascimento - 4,7500 - 14/10/2020 09:46:47 - Válido e confirmado
CEREALISTA SAFRASUL LTDA - 4,6500 - 14/10/2020 09:53:52 - Inválido: fora do prazo
Preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte
Não houve licitante que se encontrasse na condição de empate prevista na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
Negociação
Não houve negociação.
Análise da Aceitabilidade do Preço
Licitante - Origem - Valor - Data/Hora - Preço - Justificativa
David Guilherme Freitas do Nascimento - Lances - 4,7500 - 14/10/2020 13:32 - Aceitável - Considero o preço aceitável mediante consulta do preço referencial
Habilitação
Licitante - Data/Hora - Habilitação - Justificativa
David Guilherme Freitas do Nascimento - 14/10/2020 15:32 - Habilitado - Documentação do licitante relativa à habilitação encontra-se de acordo com as exigências contidas no edital.
ITEM 4
Descrição: MARGARINA, COM SAL, COM TEOR DE LIPIDIOS ACIMA DE 60%, COMPOSTA DE OLEOS VEGETAIS, AGUA, LEITE, SAL, ESTABILIZANTE, CONSERVADOR, ACIDULANTE, AROMATIZANTE E OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS, TRANSPORTADA E CONSERVADA A UMA TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 16ºC, EMBALAGEM PRIMARIA HERMETICAMENTE FECHADA E ATOXICA, EMBALAGEM SECUNDARIA CAIXA DE PAPELAO REFORCADA, COM VALIDADE MINIMA DE 5 MESES NA DATA DA ENTREGA, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA 372/97(MAPA), RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 14/14 E ALTERACOES POSTERIORES, PRODUTO SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADM. DETER. PELA ANVISA E MAPA
Quantidade / Unidade de Fornecimento: 100 / BALDE 15,00 QUILOGRAMA
Menor Valor: 80,0000
CNPJ/CPF - Vencedor: 08646877000166 - ROBERTO CARLOS GRILLO - ME
Propostas Entregues: 7
Desistência de Propostas: 0
Propostas Restantes: 7
Propostas Classificadas: 7
Resultado do Item: Adjudicado
Justificativa: ADJUDICO O REFERIDO ITEM
Propostas
Licitante - Ordem - Marca - Valor - Data/Hora - Situação - Justificativa
NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 1 - COAMO / SINA CHEF - 115,0000 - 07/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
MUNDO SELETIVO COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - 2 - SINA CHEF - 120,0000 - 12/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
GABRIELA P. DOS SANTOS - ME - 3 - COAMO - 159,0000 - 09/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
FPS COMERCIO DE ARTIGOS EM GERAL EIRELI - 4 - SINA CHEFF/AMELIA/COAMO/SOYA - 159,0000 - 08/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
ROBERTO CARLOS GRILLO - ME - 5 - SINA, COAMO - 180,0000 - 14/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
SAGRADO & VIDOTTO-ARACATUBA LTDA - 6 - Sina Cheff Coamo - 200,0000 - 13/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 7 - SINA - 400,0000 - 13/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
Desistência
Não houve desistência.
Lances Ofertados
Licitante - Valor - Data/Hora - Situação
NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 109,0000 - 14/10/2020 09:31:53 - Válido e confirmado
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 115,0000 - 14/10/2020 09:31:59 - Válido e confirmado
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 109,0000 - 14/10/2020 09:34:45 - Válido e confirmado
NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 103,0000 - 14/10/2020 09:37:21 - Válido e confirmado
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 103,0000 - 14/10/2020 09:38:29 - Válido e confirmado
ROBERTO CARLOS GRILLO - ME - 103,0000 - 14/10/2020 09:38:42 - Válido e confirmado
NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 85,5000 - 14/10/2020 09:44:00 - Válido e confirmado
ROBERTO CARLOS GRILLO - ME - 85,5000 - 14/10/2020 09:45:30 - Válido e confirmado
NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 81,5000 - 14/10/2020 09:48:13 - Válido e confirmado
ROBERTO CARLOS GRILLO - ME - 81,5000 - 14/10/2020 09:50:44 - Válido e confirmado
Preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte
Licitante - Valor - Inicio do Prazo - Fim do Prazo - Data Decisão - Decisão
ROBERTO CARLOS GRILLO - ME - 81,4900 - 14/10/2020 10:00:40 - 14/10/2020 10:05:40 - 14/10/2020 10:01:43 - ACEITO
Negociação
Licitante - Valor - Data/Hora - Situação
ROBERTO CARLOS GRILLO - ME - 81,4000 - 14/10/2020 10:53:09 - Válido e confirmado
ROBERTO CARLOS GRILLO - ME - 81,0000 - 14/10/2020 11:10:16 - Válido e confirmado
ROBERTO CARLOS GRILLO - ME - 80,0000 - 14/10/2020 11:28:36 - Válido e confirmado
Análise da Aceitabilidade do Preço
Licitante - Origem - Valor - Data/Hora - Preço - Justificativa
ROBERTO CARLOS GRILLO - ME - Negociação - 80,0000 - 14/10/2020 13:32 - Aceitável - Considero o preço aceitável mediante consulta do preço referencial
Habilitação
Licitante - Data/Hora - Habilitação - Justificativa
ROBERTO CARLOS GRILLO - ME - 14/10/2020 15:37 - Habilitado - Documentação do licitante relativa à habilitação encontra-se de acordo com as exigências contidas no edital.
ITEM 5
Descrição: MASSA ALIMENTICIA, FORMATO PADRE NOSSO, MASSA SECA, TRANSPORTADA E CONSERVADA A TEMPERATURA AMBIENTE, COMPOSTA DE SEMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM ACIDO FOLICO E FERRO, OVOS E CORANTES, EMBALAGEM PRIMARIA PLASTICA HERMETICAMENTE FECHADA, COM VALIDADE MINIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUCAO RDC 263/05, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 14/14 E ALTERACOES POSTERIORES, PRODUTO SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMIN. DETERMINADOS PELA ANVISA
Quantidade / Unidade de Fornecimento: 3.900 / PACOTE 500,00 GRAMA
Menor Valor: 1,5600
CNPJ/CPF - Vencedor: 08528442000117 - NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Propostas Entregues: 7
Desistência de Propostas: 0
Propostas Restantes: 7
Propostas Classificadas: 7
Resultado do Item: Adjudicado
Justificativa: ADJUDICO O REFERIDO ITEM
Propostas
Licitante - Ordem - Marca - Valor - Data/Hora - Situação - Justificativa
NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 1 - DONA BENTA / PAULISTA AZUL / Q'DELÍCIA - 1,5600 - 07/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
FPS COMERCIO DE ARTIGOS EM GERAL EIRELI - 2 - PAULISTA/Q DELICIA/ FLOR DE LIS - 4,9000 - 08/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
ROBERTO CARLOS GRILLO - ME - 3 - LIANE, Damama , DALLAS,PAULISTA, BORTOLINI - 5,0000 - 13/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
David Guilherme Freitas do Nascimento - 4 - Jóia - 6,0000 - 14/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
GABRIELA P. DOS SANTOS - ME - 5 - MAMA - 12,9500 - 09/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 6 - Q´DELICIA - 15,0000 - 13/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
SAGRADO & VIDOTTO-ARACATUBA LTDA - 7 - Qdelicia Damama Flor de Lis - 100,0000 - 13/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
Desistência
Não houve desistência.
Lances Ofertados
Licitante - Valor - Data/Hora - Situação
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 1,5600 - 14/10/2020 09:31:59 - Válido e confirmado
Preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte
Licitante - Valor - Inicio do Prazo - Fim do Prazo - Data Decisão - Decisão
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 0,0000 - 14/10/2020 10:02:32 - 14/10/2020 10:07:32 - 14/10/2020 10:02:32 - DESISTIU
Negociação
Não houve negociação.
Análise da Aceitabilidade do Preço
Licitante - Origem - Valor - Data/Hora - Preço - Justificativa
NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - Análise de propostas - 1,5600 - 14/10/2020 13:33 - Aceitável - Considero o preço aceitável mediante consulta do preço referencial
Habilitação
Licitante - Data/Hora - Habilitação - Justificativa
NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 14/10/2020 15:52 - Habilitado - Documentação do licitante relativa à habilitação encontra-se de acordo com as exigências contidas no edital.
ITEM 6
Descrição: OLEO COMESTIVEL, SOJA, COMPOSTO DE OLEO DE SOJA REFINADO E ANTIOXIDANTE, ISENTO DE OXIDACAO, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, EMBALADO EM EMBALAGEM PRIMARIA APROPRIADA, HERMETICAMENTE FECHADA E ATOXICA, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUCAO RDC 270/05, RDC 259/02, RDC 360/03 E ALTERACOES POSTERIORES, PRODUTO SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCED. ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA
Quantidade / Unidade de Fornecimento: 9.760 / FRASCO 900,00 MILILITRO
Menor Valor: 7,6900
CNPJ/CPF - Vencedor: 59652487000130 - PILAR COMERCIO DE CEREAIS LTDA - ME
Propostas Entregues: 9
Desistência de Propostas: 1
Propostas Restantes: 8
Propostas Classificadas: 8
Resultado do Item: Adjudicado
Justificativa: ADJUDICO O REFERIDO ITEM
Propostas
Licitante - Ordem - Marca - Valor - Data/Hora - Situação - Justificativa
NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 1 - COAMO/COCAMAR/GRANOL/LEVE/VILA VELHA - 8,1000 - 07/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
FPS COMERCIO DE ARTIGOS EM GERAL EIRELI - 2 - COCAMAR/VILA VELHA/ LEVE/CONCORDIA/SOYA - 9,9600 - 08/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
PILAR COMERCIO DE CEREAIS LTDA - ME - 3 - CONCORDIA - 10,0000 - 08/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
JCS ALIMENTOS LTDA - 4 - COCAMAR / LEVE / CONCORDIA / SOYA - 15,0000 - 05/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 5 - CONCORDIA - 15,0000 - 13/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
GABRIELA P. DOS SANTOS - ME - 6 - VILA VELHA - 19,9500 - 09/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
SAGRADO & VIDOTTO-ARACATUBA LTDA - 7 - Coamo Leve Concordia Cocamar - 100,0000 - 13/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
MUNDO SELETIVO COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - 8 - CONCORDIA - 120,0000 - 12/10/2020 00:00 - Classificada - classifico o item
Desistência
Apelido - CNPJ/CPF - Licitante - Enquadramento
FOR0387 - 36.415.150/0001-03 - ALINE MARIA DA CONCEIÇÃO MILANEZ 37948523898 - Outros
Lances Ofertados
Licitante - Valor - Data/Hora - Situação
PILAR COMERCIO DE CEREAIS LTDA - ME - 8,0800 - 14/10/2020 09:30:10 - Válido e confirmado
NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 7,8500 - 14/10/2020 09:31:53 - Válido e confirmado
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 8,0800 - 14/10/2020 09:31:59 - Válido e confirmado
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 7,8500 - 14/10/2020 09:34:45 - Válido e confirmado
NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 7,7000 - 14/10/2020 09:37:07 - Válido e confirmado
PILAR COMERCIO DE CEREAIS LTDA - ME - 7,8000 - 14/10/2020 09:42:13 - Válido e confirmado
FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME - 7,7500 - 14/10/2020 09:43:54 - Válido e confirmado
PILAR COMERCIO DE CEREAIS LTDA - ME - 7,7000 - 14/10/2020 09:44:48 - Válido e confirmado
Preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte
Licitante - Valor - Inicio do Prazo - Fim do Prazo - Data Decisão - Decisão
PILAR COMERCIO DE CEREAIS LTDA - ME - 7,6900 - 14/10/2020 10:09:30 - 14/10/2020 10:14:30 - 14/10/2020 10:10:06 - ACEITO
Negociação
Não houve negociação.
Análise da Aceitabilidade do Preço
Licitante - Origem - Valor - Data/Hora - Preço - Justificativa
PILAR COMERCIO DE CEREAIS LTDA - ME - Preferência ME-EPP - 7,6900 - 14/10/2020 13:33 - Aceitável - Considero o preço aceitável mediante consulta do preço referencial
Habilitação
Licitante - Data/Hora - Habilitação - Justificativa
PILAR COMERCIO DE CEREAIS LTDA - ME - 14/10/2020 16:04 - Habilitado - Documentação do licitante relativa à habilitação encontra-se de acordo com as exigências contidas no edital.
Manifestação de Intenção de Interposição de Recurso
Decorrido o prazo para manifestação de recurso, não houve interposição de recurso.
Licitantes
Legenda - Enquadramento - CNPJ/CPF - Licitante
FOR0427 - EPP - 00.993.490/0001-74 - COMERCIAL OLIVEIRA DE ITAPETININGA EIRELI
FOR0921 - Outros - 02.183.748/0001-00 - SAGRADO & VIDOTTO-ARACATUBA LTDA
FOR0862 - EPP - 05.098.638/0001-20 - PILAR CEREAIS LTDA
FOR0122 - Outros - 08.528.442/0001-17 - NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
FOR0230 - ME - 08.646.877/0001-66 - ROBERTO CARLOS GRILLO - ME
FOR0789 - EPP - 15.228.214/0001-97 - JCS ALIMENTOS LTDA

FOR0681 - EPP - 17.046.477/0001-00 - MUNDO SELETIVO COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI
FOR0836 - EPP - 24.744.074/0001-09 - COLINA TRANSPORTE E COMERCIO DE CEREAIS EIRELI
FOR0537 - ME - 25.036.571/0001-07 - GABRIELA P. DOS SANTOS - ME
FOR0469 - ME - 27.249.577/0001-98 - FABIANA DA SILVA MARQUESI - ME
FOR0229 - EPP - 28.425.210/0001-40 - FPS COMERCIO DE ARTIGOS EM GERAL EIRELI
FOR0387 - Outros - 36.415.150/0001-03 - ALINE MARIA DA CONCEIÇÃO MILANEZ 37948523898
FOR0531 - ME - 36.702.392/0001-88 - David Guilherme Freitas do Nascimento
FOR0859 - Outros - 48.637.219/0001-22 - COMERCIAL CEREALISTA REI DO PRATO LTDA
FOR0930 - Outros - 55.694.814/0001-65 - BIGUÁ ALIMENTOS LTDA
FOR0572 - ME - 59.652.487/0001-30 - PILAR COMERCIO DE CEREAIS LTDA - ME
FOR0274 - Outros - 64.649.064/0001-09 - CEREALISTA SAFRASUL LTDA
FOR0089 - Outros - 81.442.014/0015-62 - MOINHO GLOBO ALIMENTOS S.A
Sessão Pública Suspensa
Às 11:50:47h do dia 14 de outubro de 2020, foi suspensa a sessão pública, em virtude de HORÁRIO DE ALMOÇO.
Às 13:30:29h do dia 14 de outubro de 2020, reuniram-se o Pregoeiro deste órgão/entidade ROSEMARY DE PINA TARDIN GRANA e respectivos membros da equipe de apoio para dar continuidade aos trabalhos relativos ao pregão nº 380164000012020OC00120.
Encerramento realizado por ROSEMARY DE PINA TARDIN GRANA
Considerações finais - Não havendo mais nada a tratar , declaro esta Sessão encerrada.
Data - 14/10/2020 às 16:21:18
RETROAGINDO AOS SEUS EFEITOS LEGAIS

PENITENCIÁRIA GILMAR MONTEIRO DE SOUZA DE BALBINOS

EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 029/2020-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: MULTIMEAT COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 63.975.155/0001-63
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS PERECÍVEIS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 010/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 001/2020 de 20/03/2020.
Processo: 2020/20323
Prazo de Vigência: - 01/09/2020 A 31/12/2020
Data de Assinatura: 04/08/2020
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 82.474,20
Retroage-se a data os seus efeitos legais.
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 030/2020-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: AE BONFANTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS - EPP
CNPJ: 30.222.391/0001-50
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS PERECÍVEIS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 011/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 001/2020 de 20/03/2020.
Processo: 2020/20323
Prazo de Vigência: - 01/09/2020 A 31/12/2020
Data de Assinatura: 04/08/2020
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 64.800,00
Retroage-se a data os seus efeitos legais.
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 085/2020-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: RODRIGO PAPILE LANEZA - ME
CNPJ: 71.887.491/0001-82
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS PERECÍVEIS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 023/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 001/2020 de 20/03/2020.
Processo: 2020/38369
Prazo de Vigência: - 01/01/2021 A 30/04/2021
Data de Assinatura: 10/12/2020
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 16.782,00
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 001/2021-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: FRIOLI FRIGORÍFICO OLIVEIRA LTDA
CNPJ: 09.174.844/0001-23
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS PERECÍVEIS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 028/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 001/2020 de 20/03/2020.
Processo: 2020/38369
Prazo de Vigência: - 05/01/2021 A 30/04/2021 (116 DIAS)
Data de Assinatura: 05/01/2021
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 188.811,00

EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 002/2021-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: J & A - COMERCIAL DO BRASIL EIRELI
CNPJ: 35.156.745/0001-29
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS PERECÍVEIS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 028/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 001/2020 de 20/03/2020.
Processo: 2020/38369
Prazo de Vigência: - 05/01/2021 A 30/04/2021 (116 DIAS)
Data de Assinatura: 05/01/2021
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 36.414,00
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 005/2021-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: BELARIS ALIMENTOS LTDA – EPP.
CNPJ: 17.088.309/0001-88
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS PERECÍVEIS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 029/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 001/2020 de 20/03/2020.
Processo: 2020/38369
Prazo de Vigência: - 05/01/2021 a 30/04/2021 (116 dias)
Data de Assinatura: 05/01/2021
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 21.105,00
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 007/2021-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: BELARIS ALIMENTOS LTDA – EPP.
CNPJ: 17.088.309/0001-88
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS PERECÍVEIS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 030/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 001/2020 de 20/03/2020.
Processo: 2020/38369
Prazo de Vigência: - 05/01/2021 a 30/04/2021 (116 dias)
Data de Assinatura: 05/01/2021
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 49.896,00
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 039/2020-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: CEREALISTA GOES ALIMENTOS EIRELI-ME
CNPJ: 34.257.836/0001-98
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS ESTOCÁVEIS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 013/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 004/2020 DE 05/06/2020.
Processo: 2020/21101
Prazo de Vigência: - 01/09/2020 A 31/12/2020
Data de Assinatura: 10/08/2020
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 20.022,00
Retroage-se a data os seus efeitos legais.
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 067/2020-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: DAVID GUILHERME FREITAS DO NASCIMENTO - ME
CNPJ: 36.702.392/0001-88
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS ESTOCÁVEIS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 015/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 004/2020 DE 05/06/2020.
Processo: 2020/38378
Prazo de Vigência: - 01/01/2021 a 30/04/2021
Data de Assinatura: 15/12/2020
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 86.010,00
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 068/2020-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: EGG NUTRI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
CNPJ: 17.308.310/0001-70
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS ESTOCÁVEIS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 025/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 004/2020 DE 05/06/2020.
Processo: 2020/38378
Prazo de Vigência: - 01/01/2021 a 30/04/2021
Data de Assinatura: 15/12/2020
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 115.430,00
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 069/2020-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: DRIVEOP I IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA-ME
CNPJ: 28.399.024/0001-84
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS ESTOCÁVEIS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 026/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 004/2020 DE 05/06/2020.
Processo: 2020/38378
Prazo de Vigência: - 01/01/2021 a 30/04/2021
Data de Assinatura: 15/12/2020
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 6.540,00
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 071/2020-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: GABRIELA P. DOS SANTOS - ME
CNPJ: 25.036.571/0001-07
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS ESTOCÁVEIS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 026/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 004/2020 DE 05/06/2020.
Processo: 2020/38378
Prazo de Vigência: - 01/01/2021 a 30/04/2021
Data de Assinatura: 15/12/2020
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 3.907,20
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 073/2020-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: ROBERTO CARLOS GRILLO - ME
CNPJ: 08.646.877/0001-66
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS ESTOCÁVEIS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 026/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 004/2020 DE 05/06/2020.
Processo: 2020/38378
Prazo de Vigência: - 01/01/2021 a 30/04/2021
Data de Assinatura: 15/12/2020
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 3.394,04
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 074/2020-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: HYRÊ COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS EIRELI
CNPJ: 30.170.053/0001-11
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS ESTOCÁVEIS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 026/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 004/2020 DE 05/06/2020.
Processo: 2020/38378
Prazo de Vigência: - 01/01/2021 a 30/04/2021
Data de Assinatura: 15/12/2020
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 2.000,00
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 077/2020-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: PILAR COMÉCIO DE CEREAIS LTDA - ME
CNPJ: 59.652.487/0001-30
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS ESTOCÁVEIS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 026/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 004/2020 DE 05/06/2020.
Processo: 2020/38378
Prazo de Vigência: - 01/01/2021 a 30/04/2021
Data de Assinatura: 15/12/2020
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 28.860,00
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 078/2020-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: VALÉRIA VIDOTO BOGAZ - ME
CNPJ: 32.387.462/0001-08
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS ESTOCÁVEIS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 026/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 004/2020 DE 05/06/2020.
Processo: 2020/38378
Prazo de Vigência: - 01/01/2021 a 30/04/2021
Data de Assinatura: 15/12/2020
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 4.621,50
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 009/2021-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: DRIVEOP I IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA-ME
CNPJ: 28.399.024/0001-84
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS ESTOCÁVEIS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 031/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 004/2020 DE 05/06/2020.
Processo: 2020/38378
Prazo de Vigência: - 05/01/2021 a 30/04/2021 (116 dias)
Data de Assinatura: 05/01/2021
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 11.088,00
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 010/2021-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: VALÉRIA VIDOTO BOGAZ - ME
CNPJ: 32.387.462/0001-08
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS ESTOCÁVEIS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 031/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 004/2020 DE 05/06/2020.
Processo: 2020/38378
Prazo de Vigência: - 05/01/2021 a 30/04/2021 (116 dias)
Data de Assinatura: 05/01/2021
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 4.698,00
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 079/2020-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: ROQUE CUSTÓDIO JUNIOR - ME
CNPJ: 23.014.804/0001-45
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS HORTIFRUTIGRANJEIROS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 002/2020 de 16/04/2020.
Processo: 2020/38372
Prazo de Vigência: - 01/01/2021 a 30/04/2021
Data de Assinatura: 14/12/2020
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 21.501,00
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 080/2020-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: COMÉRCIO DE OVOS JF DE ADAMANTINA LTDA- ME
CNPJ: 15.228.690/0001-08
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS HORTIFRUTIGRANJEIROS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 002/2020 de 16/04/2020.
Processo: 2020/38372
Prazo de Vigência: - 01/01/2021 a 30/04/2021
Data de Assinatura: 14/12/2020
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 18.738,00
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 083/2020-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: COMERCIAL TAQUARUSSU LTDA
CNPJ: 21.249.311/0001-69
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS HORTIFRUTIGRANJEIROS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 024/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 002/2020 de 16/04/2020.
Processo: 2020/38372
Prazo de Vigência: - 01/01/2021 a 30/04/2021
Data de Assinatura: 14/12/2020
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 7.704,00
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 012/2021-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: ROQUE CUSTÓDIO JUNIOR - ME
CNPJ: 23.014.804/0001-45
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS HORTIFRUTIGRANJEIROS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 032/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 002/2020 de 16/04/2020.
Processo: 2020/38372
Prazo de Vigência: - 05/01/2021 a 30/04/2021 (116 dias)
Data de Assinatura: 05/01/2021
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 9.720,00
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 013/2021-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: ZENATTI & ZENATTI MERCEARIA LTDA - ME
CNPJ: 10.746.285/0001-68
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS HORTIFRUTIGRANJEIROS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 032/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 002/2020 de 16/04/2020.
Processo: 2020/38372
Prazo de Vigência: - 05/01/2021 a 30/04/2021 (116 dias)
Data de Assinatura: 05/01/2021
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 11.700,00
EXTRATO DE CONTRATO: -
Termos de Extrato de Contratos
Contrato: 008/2021-PEBII
Contratante: - Penitenciária "Gilmar Monteiro de Souza "de Balbinos
Contratada: SANDRA CRISTINA BERNARDINO GIBERTONI LTDA
CNPJ: 05.336.786/0001-36
Objeto: - GENEROS ALIMENTICIOS PERECÍVEIS
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 030/2020-PEBII
Parecer CJ/SAP: 001/2020 de 20/03/2020.
Processo: 2020/38369
Prazo de Vigência: - 05/01/2021 a 30/04/2021 (116 dias)
Data de Assinatura: 05/01/2021
Fonte Tesouro: 001.001.001
Programa de Trabalho: 14.421.3813.6141.0000
Valor: R$ 57.641,40

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO
Departamento de Administração
NOTIFICAÇÃO
À vista dos elementos de instrução dos autos e de acordo com as informações da Diretoria Técnica II do Centro de Finanças e Suprimentos e do gestor do contrato, a Sra. Joyce Martins da Silva, Diretor Técnico II do Centro de Infraestrutura, fica NOTIFICADA a empresa OSIRIS SERVICOS ADMINISTRATIVOS E TERCEIRIZADOS, CNPJ 32.010.881/0001-18, situada na Av. do Rio Bonito, 1235 Bairro Socorro - São Paulo/SP - CEP: 04.776-001, a apresentar defesa, pelo descumprimento das obrigações contratuais na data de 21/01/2021, conforme disposto no Anexo I Termo de Referência, item 3 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA, Subitem 3.1.5." Disponibilizar o número necessário de empregados para a prestação dos serviços, devidamente registrados em suas carteiras de trabalho.", referente ao processo SAP-PRC-2020/24892, SIAFEM 044/2020-CRC.
Fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da ciência desta notificação, para apresentação de DEFESA PRÉVIA, sob pena de aplicação de multas e sanções administrativas restritivas da liberdade de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração Estadual, previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, artigos 86 e 87 inciso II e suas alterações, Resolução SAP-6, de 10 de Janeiro de 2007 e artigos 80 e 81 inciso II da Lei Estadual nº 6.544/1989.
Ficam os autos com vistas franqueadas aos interessados

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE HORTOLÂNDIA

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE HORTOLÂNDIA.
Extrato de Termo de Contrato: 041/2020
Processo: 157/2020
Resumo do objeto do ajuste: Compra de Gêneros Alimentícios Hortifruti.
Contratado: COMERCIAL TAQUARUSSU LTDA ME
CNPJ: 21.249.311/0001-69
Modalidade/Licitação: Pregão Eletrônico.
2020NE00460
Valor do Contrato R$ 75.258,00
Assinatura: 15-09-2020
Crédito orçamentário - Elemento econômico: 3.3.9.0.30.10; PTRES: 380517;
Categoria funcional programática: 14.421.3813.6141.0000, do exercício de 2020.
Vigência/Contrato: 01-09-2020 a 31-12-2020.
Parecer CJ/SAP: 02/2020.
Data do Parecer: 16/04/2020
CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE HORTOLÂNDIA.
Extrato de Termo de Contrato: 042/2020
Processo: 157/2020
Resumo do objeto do ajuste: Compra de Gêneros Alimentícios Hortifruti.
Contratado: LEONDENIS DE OLIVEIRA ALHOS - ME
CNPJ: 09.158.824/0001-69
Modalidade/Licitação: Pregão Eletrônico.
2020NE00462
Valor do Contrato R$ 9.340,00
Assinatura: 15-09-2020
Crédito orçamentário - Elemento econômico: 3.3.9.0.30.10; PTRES: 380517;
Categoria funcional programática: 14.421.3813.6141.0000, do exercício de 2020.
Vigência/Contrato: 01-09-2020 a 31-12-2020.
Parecer CJ/SAP: 02/2020.
Data do Parecer: 16/04/2020
CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE HORTOLÂNDIA.
Extrato de Termo de Contrato: 043/2020
Processo: 157/2020
Resumo do objeto do ajuste: Compra de Gêneros Alimentícios Hortifruti.
Contratado: GISELE REGINA RODRIGUES KNITTEL - ME
CNPJ: 69.037.240/0001-67
Modalidade/Licitação: Pregão Eletrônico.
2020NE00461
Valor do Contrato R$ 41.826,00
Assinatura: 15-09-2020
Crédito orçamentário - Elemento econômico: 3.3.9.0.30.10; PTRES: 380517;
Categoria funcional programática: 14.421.3813.6141.0000, do exercício de 2020.

Vigência/Contrato: 01-09-2020 a 31-12-2020.
Parecer CJ/SAP: 02/2020.
Data do Parecer: 16/04/2020
CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE HORTOLÂNDIA.
Extrato de Termo de Contrato: 044/2020
Processo: 157/2020
Resumo do objeto do ajuste: Compra de Gêneros Alimentícios Hortifruti.
Contratado: BERNARDES & LOANDA DISTRIBUIDORA DE HORTIFRUTI LTDA
CNPJ: 28.411.782/000170
Modalidade/Licitação: Pregão Eletrônico.
2020NE00463
Valor do Contrato R$ 19.940,00
Assinatura: 15-09-2020
Crédito orçamentário - Elemento econômico: 3.3.9.0.30.10; PTRES: 380517;
Categoria funcional programática: 14.421.3813.6141.0000, do exercício de 2020.
Vigência/Contrato: 01-09-2020 a 31-12-2020.
Parecer CJ/SAP: 02/2020.
Data do Parecer: 16/04/2020

PENITENCIÁRIA FEMININA DE CAMPINAS

ATA DA SESSÃO PÚBLICA
CHAMADA PÚBLICA Nº: 005/2020
Processo: SAP-PRC-2020/44683
Objeto: Credenciamento e cadastramento de Agricultores Familiares para os fins de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para o atendimento ao Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social – PPAIS.

Aos treze dias, do mês de janeiro, do ano de dois mil e vinte e um, às 10:00 horas, reuniram-se na sala da Diretoria Administrativa da Penitenciária Feminina de Campinas, sito a Avenida João Batista Morato do Canto nº 100 – Bairro São Bernardo – município de Campinas/SP, os membros da Comissão de Avaliação e Credenciamento, designados pela Portaria nº 079/2020, de 21/12/2020, composta pela Presidente Zoraia Oliveira Maia, Rg.34.993.745-X e membros Fernanda Aparecida Previato Bazzo, Rg.41.584.838-2, Luciana Cristina Silva Pardini, Rg.25.409.028-X e Luciana Proença de Moraes, Rg.30.463.285-5, para análise dos documentos de habilitação e proposta de venda da Chamada Pública n° 005/2020 designados nos autos do Processo SAP-PRC-2020/44683.

O Encerramento de recebimento de Envelopes de Habilitação para o Credenciamento se encerrou na data de 12/01/2021 às 16h00, dessa forma nenhum envelope foi aceito após data e horário acima mencionado;

A comissão verificou que foram apresentados 01 (um) envelope, contendo os documentos dos agricultores para habilitação e credenciamento ao PPAIS.

Nesta data é aberta a chamada pública nº 005/2020, onde não se dispensou os procedimentos de praxe, sendo eles as consultas para aferir a validade e autenticidade da DCONP – Declaração de Conformidade ao PPAIS e para confirmar a regularidade do participante junto ao sítio das Sanções Administrativas, onde não foram constatadas quaisquer irregularidades. Em seguida, procedeu-se à análise dos documentos de habilitação e a proposta de venda apresentada pelo interessado na seguinte conformidade:

CREDENCIAMENTO PARA HABILITAÇÃO
COOPERATIVA
NOME - CNPJ
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSENTADOS E PEQUENOS AGRICULTORES DE PORTO FELIZ E REGIÃO - COOPAP - 08.809.059/0001-37
AGRICULTORES COOPERADOS - CPF
ALFREDO AGRELA NETO - 105.989.508-00
CÍCERO ROSANGELO DE SOUZA - 155.803.258-43
CLAUDINEI LEMES - 220.045.498-82
JOSÉ BATISTA LEMES - 214.842.369-04
GERMIRO NUNES GOMES - 282.090.959-00
MIGUEL LOPES DE OLIVEIRA - 537.429.319-20

Ato contínuo, o Presidente, após conferência das documentações habilitou os itens desta Chamada Pública aos cooperados vencedores, na seguinte conformidade:

O item 02-acelga não teve proposta, sendo demais itens que obtiveram propostas, considerando o limite máximo de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para o agricultor em conformidade com o § 2°, Artigo 4° da Lei 14.591 de 14 de outubro de 2011, levando em consideração que se trata de aquisição para o exercício de 2021, como segue:

Item 01: ABOBRINHA BRASILEIRA
Credenciado - Quantidade
Kg - Valor Unitário - Valor Total
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSENTADOS E PEQUENOS AGRICULTORES DE PORTO FELIZ E REGIÃO - COOPAP - 850 - R$2,41 - R$2.048,50
ALFREDO AGRELA NETO - 170 - R$2,41 - R$409,70
CLAUDINEI LEMES - 170 - R$2,41 - R$409,70
JOSÉ BATISTA LEMES - 170 - R$2,41 - R$409,70
GERMIRO NUNES GOMES - 170 - R$2,41 - R$409,70
MIGUEL LOPES DE OLIVEIRA - 170 - R$2,41 - R$409,70
TOTAL GERAL DO ITEM - R$2.048,50
Item 02: ACELGA
Credenciado - Quantidade
Kg - Valor Unitário - Valor Total
NÃO HOUVE PROPOSTA
TOTAL GERAL DO ITEM - R$-
Item 03: CENOURA
Credenciado - Quantidade
Kg - Valor Unitário - Valor Total
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSENTADOS E PEQUENOS AGRICULTORES DE PORTO FELIZ E REGIÃO - COOPAP - 500 - R$1,90 - R$950,00
ALFREDO AGRELA NETO - 100 - R$1,90 - R$190,00
CÍCERO ROSANGELO DE SOUZA - 100 - R$1,90 - R$190,00
CLAUDINEI LEMES - 100 - R$1,90 - R$190,00
JOSÉ BATISTA LEMES - 100 - R$1,90 - R$190,00
GERMIRO NUNES GOMES - 100 - R$1,90 - R$190,00
TOTAL GERAL DO ITEM - R$950,00
Item 04: Repolho
Credenciado - Quantidade
Kg - Valor Unitário - Valor Total
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSENTADOS E PEQUENOS AGRICULTORES DE PORTO FELIZ E REGIÃO – COOPAP
850 - R$1,27
R$1.079,50
CÍCERO ROSANGELO DE SOUZA - 170 - R$1,27 - R$215,90
CLAUDINEI LEMES - 170 - R$1,27 - R$215,90
JOSÉ BATISTA LEMES - 170 - R$1,27 - R$215,90
GERMIRO NUNES GOMES - 170 - R$1,27 - R$215,90
MIGUEL LOPES DE OLIVEIRA - 170 - R$1,27 - R$215,90
TOTAL GERAL DO ITEM - R$1.079,50
TOTAL GERAL DO ITEM - R$4.078,00
AGRICULTORES COOPERADOS QUE DESISTIRAM DE PROPOSTAS: NÃO HOUVE

Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, que deverá ser apresentado na forma escrita e encaminhado no prazo mencionado, imediatamente posterior à divulgação dos resultados no Diário Oficial do Estado, recurso este que deverá ser dirigido à Comissão de Avaliação e Credenciamento, protocolado na sede da entidade credenciadora.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a sessão, cuja ata vai assinada pelo Presidente e pelos membros da Comissão de Avaliação e Credenciamento.

OCORRÊNCIAS NA SESSÃO PÚBLICA

Informo que os produtores rurais não compareceram à Sessão desta Chamada Pública, por esse motivo a presente ata não contém suas assinaturas.

Nada a sanar, foi dado sequência aos procedimentos formais da referida Chamada Pública.

Campinas, 13 de janeiro de 2021.
Zoraia Oliveira Maia
Presidente da Comissão de Avaliação e Credenciamento
Membros da Comissão de Avaliação e Credenciamento:
Luciana Cristina Silva Pardini
Fernanda Aparecida Previato Bazzo
Luciana Proença de Moraes, Rg.30.463.285-5
EXTRATO DE CONTRATO
TERMO DE CONTRATO Nº 063/2020
Processo nº 2020/38858
Pregão Eletrônico nº 024/2020
Contratante: Penitenciária Feminina de Campinas
Contratada: ALPICK COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVBIÇOS EIRELI EPP
CNPJ: 35.991.410/0001-26
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis para o consumo de janeiro a março de 2021.
Valor: R$ 903,50 (novecentos e três reais e cinquenta centavos)
Período: 01/01/2021 a 31/03/2021
Data assinatura contrato: 14/12/2020
Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141
Elemento Econômico: 339030-10
Parecer Referencial CJ/SAP nº 001/2020
Unidade Gestora Responsável: 380147
EXTRATO DE CONTRATO
TERMO DE CONTRATO Nº 064/2020
Processo nº 2020/38858
Pregão Eletrônico nº 024/2020
Contratante: Penitenciária Feminina de Campinas
Contratada: COMERCIAL OLIVEIRA DE ITAPETININGA EIRELI
CNPJ: 00.993.490/0001-74
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis para o consumo de janeiro a março de 2021.
Valor: R$ 11.188,80 (onze mil, cento e oitenta e oito reais e oitenta centavos)
Período: 01/01/2021 a 31/03/2021
Data assinatura contrato: 14/12/2020
Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141
Elemento Econômico: 339030-10
Parecer Referencial CJ/SAP nº 001/2020
Unidade Gestora Responsável: 380147
EXTRATO DE CONTRATO
TERMO DE CONTRATO Nº 065/2020
Processo nº 2020/38858
Pregão Eletrônico nº 024/2020
Contratante: Penitenciária Feminina de Campinas
Contratada: COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ALFA OMEGA EIRELI
CNPJ: 01.876.346/0001-10
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis para o consumo de janeiro a março de 2021.
Valor: R$ 7.187,40 (sete mil, cento e oitenta e sete reais e quarenta centavos)
Período: 01/01/2021 a 31/03/2021
Data assinatura contrato: 14/12/2020
Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141
Elemento Econômico: 339030-10
Parecer Referencial CJ/SAP nº 001/2020
Unidade Gestora Responsável: 380147
EXTRATO DE CONTRATO
TERMO DE CONTRATO Nº 066/2020
Processo nº 2020/38858
Pregão Eletrônico nº 024/2020
Contratante: Penitenciária Feminina de Campinas
Contratada: DRIVEOP IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
CNPJ: 28.399.024/0001-84
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis para o consumo de janeiro a março de 2021.
Valor: R$ 1.294,40 (hum mil, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos)
Período: 01/09/2020 a 31/12/2020
Data assinatura contrato: 07/08/2020
Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141
Elemento Econômico: 339030-10
Parecer Referencial CJ/SAP nº 001/2020
Unidade Gestora Responsável: 380147
EXTRATO DE CONTRATO
TERMO DE CONTRATO Nº 067/2020
Processo nº 2020/38858
Pregão Eletrônico nº 024/2020
Contratante: Penitenciária Feminina de Campinas
Contratada: L. G. P. DE CASTRO EIRELI
CNPJ: 18.713.218/0001-59
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis para o consumo de janeiro a março de 2021.
Valor: R$ 900,00 (novecentos reais)
Período: 01/01/2021 a 31/03/2021
Data assinatura contrato: 14/12/2020
Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141
Elemento Econômico: 339030-10
Parecer Referencial CJ/SAP nº 001/2020
Unidade Gestora Responsável: 380147
EXTRATO DE CONTRATO
TERMO DE CONTRATO Nº 068/2020
Processo nº 2020/38858
Pregão Eletrônico nº 024/2020
Contratante: Penitenciária Feminina de Campinas
Contratada: PILAR COMERCIO DE CEREAIS LTDA-ME
CNPJ: 59.652.487/0001-30
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis para o consumo de janeiro a março de 2021.
Valor: R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)
Período: 01/01/2021 a 31/03/2021
Data assinatura contrato: 14/12/2020
Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141
Elemento Econômico: 339030-10
Parecer Referencial CJ/SAP nº 001/2020
Unidade Gestora Responsável: 380147

PENITENCIÁRIA DE HORTOLÂNDIA III

PENITENCIARIA III HORTOLANDIA
RETROATIVA A DATA DE 30/11/2020
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
380242000012020OC00445

De acordo com as competências a mim atribuídas pelo Decreto nº 52.583/2007, artigo 27, inciso VI, alínea b e nos termos do artigo 43 inciso VI da Lei federal nº 8666/93 e suas alterações, HOMOLOGO a oferta de compra nº 380242000012020oc00445 acolhendo a manifestação da comissão julgadora de licitação e por conseqüência ADJUDICO: Os itens 02 e 03 para a firma 24597798000169 - A.ALVES DA SILVA COM DE MAT. DE CONST. EIRELI.

xtrato de Contrato
Convite Eletrônico 380242000012020oc00445
Processo 2020/38575
Objeto: aquisição de material de consumo
Contratante: Penitenciaria III Hortolândia
Contratada: A.ALVES DA SILVA COM DE MAT. DE CONST. EIRELII
CNPJ: 24597798/0001-69
Modalidade: Convite Eletrônico
Nota de Empenho: 866
Valor total: R$ 378,20
Data da celebração: 30/11/2020
Programa de trabalho: 14421381361670000
PTRES: 380518
FONTE: 001001001
Natureza de despesa: 33903063
Prazo de vigência: 30/11/2020 A 09/12/2020
Parecer: s/nº, minuta de edital aprovada pela PGE.
Publicado em atendimento ao Decreto Estadual nº 61.476 de 03/09/2015 com redação dada
pelo Decreto Estadual nº 61.897 de 31/03/2016.

PENITENCIÁRIA JOÃO BATISTA DE ARRUDA SAMPAIO - ITIRAPINA II

EXTRATO DE CONTRATO
Extrato de Contrato nº 103/2020
Processo nº 20/40645
Pregão Eletrônico nº 033/2020
Contratante: Penitenciária João Batista de Arruda Sampaio de Itirapina.
Contratado (a): Piracicaba Carnes Derivados Eireli
CNPJ: 11.229.082/0001-67
Objeto:- Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis
Valor: R$ 7.164,00
Vigência:- janeiro a março de 2021
Data: 28/12/2020
EXTRATO DE CONTRATO
Extrato de Contrato nº 102/2020
Processo nº 20/40645
Pregão Eletrônico nº 033/2020
Contratante: Penitenciária João Batista de Arruda Sampaio de Itirapina.
Contratado (a): Nutricionale Comercio de Alimentos Ltda
CNPJ: 08.528.442/0001-17
Objeto:- Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis
Valor: R$ 18.403,20
Vigência:- janeiro a março de 2021
Data: 28/12/2020

PENITENCIÁRIA "NELSON VIEIRA" - GUAREÍ

DESPACHO DIRETOR TÉCNICO III, DE 22-01-2021
SAP-PRC-2020/44927 – ANULAÇÃO
Assunto: COMPRA DE EQUIPAMENTOS DOMÉSTICOS

DECLARO prejudicada a aquisição/compra do Item 01, referente ao Convite BEC 380239000012020OC00294, que trata de aquisição de COMPRA DE EQUIPAMENTOS DOMÉSTICOS, visto que a empresa VIVA7 COMERCIO DE MAQUINAS E PRODUTOS LTDA não aprensentou de forma válida o documento que certifique a regularidade quanto a Fazenda Nacional (relativos a tributos federais e a dívida ativa da União).

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA TÁCIO APARECIDO SANTANA, DE CAIUÁ

ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO
• - Pregão Eletrônico nº : 031/2020
• - Processo nº : 2020/40267
• - Objeto : Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocável

Às 09:17:56 horas do dia 11 de Janeiro de 2021, reuniram-se o Pregoeiro deste órgão/entidade Dayane Medeiros Vicente e respectivo(s) membro(s) da equipe de apoio: Bianca Albino Garcia, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico em epígrafe, relativo à oferta de compra - OC: 380232000012020OC00289. Inicialmente o Pregoeiro abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances.

Resultado da Sessão Pública
Encerrada sem recurso
ITEM 1
• - Descrição: ACUCAR, REFINADO, OBTIDO A PARTIR DO CALDO DA CANA DE ACUCAR, COM ASPECTO, COR E ODOR CARACTERISTICOS E SABOR DOCE, NAO PODENDO APRESENTAR SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM PRIMARIA PLASTICA ATOXICA DEVIDAMENTE LACRADA, COM VALIDADE MINIMA DE 10 MESES NA DATA DA ENTREGA, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUCAO RDC 271/05, RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03 E ALTERACOES POSTERIORES, PRODUTO SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCED. ADM. DETERMINADOS PELA ANVISA
• - Quantidade / Unidade de Fornecimento: 1.125 / SACO 1,00 QUILOGRAMA
• - Menor Valor: 2,9000
• - CNPJ/CPF - Vencedor: 56047285000170 - MATHEUS SAGRADO BOGAZ - ME
• - Propostas Entregues: 3
• - Desistência de Propostas: 0
• - Propostas Restantes: 3
• - Propostas Classificadas: 3
• - Resultado do Item: Adjudicado
• - Justificativa: ADJUDICO O ITEM AO LICITANTE VENCEDOR
ITEM 2
• - Descrição: MARGARINA, COM SAL, COM TEOR DE LIPIDIOS MINIMO DE 50%, COMPOSTA DE OLEOS VEGETAIS, AGUA, LEITE, SAL, ESTABILIZANTE, CONSERVADOR, ACIDULANTE, AROMATIZANTE E OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS, TRANSPORTADA E CONSERVADA A UMA TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 16ºC, EMBALAGEM PRIMARIA HERMETICAMENTE FECHADA E ATOXICA, COM VALIDADE MINIMA DE 5 MESES NA DATA DA ENTREGA, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA 372/97(MAPA), RDC 12/01, RDC 259/02, RDC 360/03, RDC 14/14 E ALTERACOES POSTERIORES, PRODUTO SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADM. DETER. PELA ANVISA E MAPA
• - Quantidade / Unidade de Fornecimento: 40 / BALDE 15,00 QUILOGRAMA
• - Menor Valor: 86,9800
• - CNPJ/CPF - Vencedor: 08646877000166 - ROBERTO CARLOS GRILLO - ME
• - Propostas Entregues: 3
• - Desistência de Propostas: 0
• - Propostas Restantes: 3
• - Propostas Classificadas: 3
• - Resultado do Item: Adjudicado
• - Justificativa: ADJUDICO O ITEM AO LICITANTE VENCEDOR

Encerramento realizado por Dayane Medeiros Vicente
Considerações finais-NADA MAIS DIGNO DE NOTA DECLARO ENCERADA A PRESENTE SESSÃO
Data-22/01/2021 às 09:49:48

PENITENCIÁRIA "ASP ANÍSIO APARECIDO DE OLIVEIRA" DE ANDRADINA

COMUNICADO
CHAMADA PÚBLICA N°: 003/2020-ANDRA
PROCESSO N°: SAP-PRC-2020/40354

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros e Leite Pasteurizado e seus derivados da Agricultura Familiar para o atendimento ao Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social - PPAIS para atender as necessidades da Unidade Prisional.

ATA DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DE VENDA

Às 09h00mim do dia 22 de janeiro de 2021, nas dependências da Penitenciária "ASP Anísio Aparecido de Oliveira" de Andradina, situada a Rodovia Municipal Salvador Loverdi, S/n° – bairro Pereira Jordão, Andradina – Estado de São Paulo, reuniram-se: ANA PAULA DOS SANTOS, RG 41.991.495-x, como Presidente; SILVIA CRISTINA DE SOUZA SANTOS, RG 22.183.399, como suplente da presidente e FERNANDO ALVES PRATES, RG 43.310.054-0, como Equipe de Apoio; designados na Comissão de Avaliação e Credenciamento, pela Portaria 12/2020ANDRA, de 06 de fevereiro de 2020, a fim de realizar a sessão pública da Chamada Pública n° 003/2020ANDRA, referente à aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros e Leite Pasteurizado e seus derivados da Agricultura Familiar para o atendimento ao Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS – para atender as necessidades desta Unidade Prisional, para efetuar o julgamento do conteúdo dos documentos de habilitação e das propostas de venda. O edital foi disponibilizado aos interessados no dia 07 de janeiro de 2021 no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação e via e-mail para a publicação junto à Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "Jose Gomes da Silva (ITESP) e a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP).

Fica consignada nesta ata a ausência dos agricultores familiares e representantes legais para acompanhamento dos termos deste encerramento e julgamento deste Processo Licitatório.

Na sala do Núcleo de Finanças e Suprimentos os envelopes pertinentes foram recebidos e a Presidente deu início à sessão pública, lendo os dados relativos à Chamada Pública. Os envelopes foram abertos e seu conteúdo analisado constatando as seguintes propostas participantes por item:

PROPOSTA
PROPOSTAS RECEBIDAS
Ordem
Nome
CPF
Representante
Item
1
Jorge Pascoal Sigari
104.147.798-86
-
Abobrinha
2
José Valieri Sobrinho
029.342.498-59
-
Abobrinha

Na análise dos envelopes, não constaram pendências dos agricultores individuais.

Não houve solicitação de desistência da participação do presente credenciamento de nenhuma proposta, através do Termo de desistência (Anexo VII), previsto no edital.

Após a análise, não houve propostas habilitadas para os seguintes itens:

ITENS SEM PROPOSTAS HABILITADAS
ITENS SEM PROPOSTAS HABILITADAS
Item
DESCRIÇÃO DO PRODUTO
02
BANANA
03
BATATA DOCE
04
BETERRABA
05
CEBOLA
06
CENOURA
07
PEPINO
09
REPOLHO
10
LEITE PASTEURIZADO

Houve as seguintes propostas habilitadas para os itens:

PROPOSTAS HABILITADAS
Item
Descrição
Quantidade de propostas
01
ABOBRINHA
02

Ocorrido o fato de mais de um Agricultor Familiar apresentar projeto com o mesmo item, a demanda foi dividida em partes iguais para atendimento equânime dos credenciados, resultando nos dados abaixo:

Ordem - Proponente - CNPJ/CPF - Repres - Item - Quant - Valor Unitário - Valor Total Item - Valor Total Contrato

01 - Jorge Pascoal Sigari - 104.147.798-86 - - - Abobrinha - 2.720 - 1,50 - 4.080,00 - 4.080.00

02 - José Valieri Sobrinho - 029.342.498-59 - - - Abobrinha - 2.720 - 1,50 - 4.080,00 - 4.080,00

Total Geral – R$ 8.160,00 (oito mil, cento e sessenta reais)

Atendendo as exigências do edital a classificação final será comunicada aos proponentes através de publicação no Diário Oficial do Estado, ficando aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, ficando desde já franqueados os autos aos interessados.

Nada mais havendo a relatar, foi lavrada a presente ata na data de 22 de janeiro de 2021, que após lida e considerada conforme, foi assinada pelos presentes.

PENITENCIÁRIA DE JUNQUEIRÓPOLIS

ATA DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DE VENDA
Chamada Pública: 001/21-PJ
Processo: 340/20-PJ
Assunto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA PAULISTA DE AGRICULTURA DE INTERESSE SOCIAL – PPAIS

Às 09h00min do dia 21 de janeiro de 2021, nas dependências da Penitenciária de Junqueirópolis, situada à Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, km 638,2, Bairro Duas Barras, Junqueirópolis/SP, reuniram-se: GRACIELE DAIANE DOS SANTOS, Diretora I do Núcleo de Finanças e Suprimentos, como Presidente; NEIDE OLIVEIRA RIÇALDO BONI, Oficial Administrativo, como suplente; e PEDRO LEONARDO SANTOS CACCIATORE, Agente de Segurança Penitenciário, como membro, todos designados pela Portaria 002/21-PJ, de 05 de janeiro de 2021, à fim de realizar a sessão pública da Chamada Pública nº 001/21-PJ, referente à aquisição de gêneros alimentícios hortifrútis e leite e seus derivados através do Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social – PPAIS, para atender as necessidades do estabelecimento no período de janeiro a abril de 2021 e efetuar o julgamento do conteúdo dos documentos de habilitação e das propostas de venda.

O Aviso de Abertura da referida Chamada Pública foi publicada em Diário Oficial no dia 06 de janeiro de 2021, bem como o edital foi disponibilizado aos interessados no mesmo dia, em jornal de grande circulação e via e-mail para a publicação junto à Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" (ITESP) e a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP).

Fica registrada nesta ata a ausência dos agricultores familiares e representantes legais para acompanhamento dos atos deste julgamento e habilitação.

Na sala do Núcleo de Finanças e Suprimentos os envelopes pertinentes foram recebidos e a Presidente deu início à sessão pública, lendo os dados relativos à Chamada Pública. Os envelopes foram abertos e seu conteúdo analisado constatando as seguintes propostas participantes por item:

PROPOSTAS

ITEM|PROPODUTOR|CPF|REPRESENTANTE

ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|FELISBERTO DELAVALENTINA|465.914.198-53|ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DRACENA

ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|LAURA ANDRADE DELAVALENTINA |480.745.538-92|ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DRACENA

ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|LEANDRO SANDRIM|183.468.768-31|ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DRACENA

ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|LUCIANO VITORELI SANDRIM|183.520.078-82|ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DRACENA

ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|LUIZ FABIANO CURSI|308.413.778-12|ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DRACENA

ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|MÁRCIO DE SOUZA DELAVALENTINA|304.563.628-43|ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DRACENA

ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|RODRIGO VITORELI SANDRIM |284.309.828-92|ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DRACENA

ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|WALDIR SOUZA DELAVALENTINA |164.563.158-32|ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DRACENA

ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|RAUL PEREIRA|969.272.328-34|-

ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|RODRIGO FERNANDO PEREIRA |225.121.898-05|-

BANANA NANICA DE PRIMEIRA, COMP. MAIOR QUE 20CM E DIAM MAIOR QUE 35 MM|ANDRE LUIZ SARTORI|125.099.338-50|-

BANANA NANICA DE PRIMEIRA, COMP. MAIOR QUE 20CM E DIAM MAIOR QUE 35 MM|HENRIQUE DE FREITAS SARTORI|490.564.358-92|-

QUEIJO, TIPO MUSSARELA|DAIARA OLIVEIRA DOS SANTOS GOMES|385.151.708-33|-

Na análise dos envelopes, não constaram as seguintes pendências para as propostas apresentadas.

Não houve solicitação de desistência da participação do presente credenciamento de nenhuma proposta, através do Termo de desistência (Anexo VII), previsto no edital.

Após a análise, não houve propostas habilitadas para os seguintes itens:

ITENS SEM PROPOSTAS HABILITADAS

ITEM|DESC. RESUMIDA|COD. BEC|DESC. UNID. FORN.|QUANT. PEDIDA

2|ALHO, BRANCO, INTEIRO, CLASSE 7, DIÂMETRO BULBO MAIOR QUE 70MM|5063825|QUILOGRAMA|24

4|BATATA COMUM ESCOVADA, COM DIÂMETRO EQUATORIAL ACIMA DE 70MM |3149641|QUILOGRAMA|2295

5|BETERRABA, EXTRA A (COM DIÂMETRO ENTRE 50 E 90MM)|4396715|QUILOGRAMA|1440

6|CEBOLA VERMELHA, GRAÚDA, COM DIÂMETRO EQUATORIAL ENTRE 71 E 90MM|4407130|QUILOGRAMA|2040

7|CENOURA NANTES, EXTRA A (COM COMPRIMENTO ENTRE 160 E 200MM)|4405862|QUILOGRAMA|690

8|LARANJA, PERA, COM DIÂMETRO MAIOR QUE 71MM|4399188|QUILOGRAMA|900

9|LEITE PASTEURIZADO, INTEGRAL|5435293|SACO DE 1 LITRO|15000

11|REPOLHO VERDE LISO, PESO POR UNIDADE 1, 7 A 3, 0KG|4404351|QUILOGRAMA|1440

12|TOMATE SANTA CRUZ (OBLONGO), MADURO, COM DIÂMETRO EQUATORIAL MAIOR QUE 70MM|4406265|QUILOGRAMA|1260

13|TOMATE SANTA CRUZ (OBLONGO), SALADA, 3A DIAM. MAIOR QUE 70MM|4406680|QUILOGRAMA|1440

Houve as seguintes propostas habilitadas para os itens:

QUANTIDADE DE PROPOSTAS HABILITADAS

ITEM|COD. BEC|DESC. UNID. FORN.|QUANTIDADE DE PROPOSTA

ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|4409361|QUILOGRAMA|10

BANANA NANICA DE PRIMEIRA, COMP. MAIOR QUE 20CM E DIAM MAIOR QUE 35 MM|4408381|QUILOGRAMA|2

QUEIJO, TIPO MUSSARELA|1258559|QUILOGRAMA|1

Ocorrido o fato de mais de um Agricultor Familiar apresentar proposta para um mesmo item, a demanda foi dividida em partes iguais para atendimento equânime dos credenciados, resultando nos dados abaixo:

RESULTADO DA DIVISÃO DAS QUANTIDADES POR PROPONENTE

FORNECEDOR|CPF|REPRESENTANTE|ITEM|UNIDADE DE FORNECIMENTO|VALOR UNITÁRIO|QUANTIDADE|TOTAL ITEM|TOTAL CONTRATO

FELISBERTO DELAVALENTINA|465.914.198-53|ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DRACENA|ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|QUILOGRAMA|1,80|66|118,80|118,80

LAURA ANDRADE DELAVALENTINA |480.745.538-92|ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DRACENA|ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|QUILOGRAMA|1,80|66|118,80|118,80

LEANDRO SANDRIM|183.468.768-31|ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DRACENA|ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|QUILOGRAMA|1,80|66|118,80|118,80

LUCIANO VITORELI SANDRIM|183.520.078-82|ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DRACENA|ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|QUILOGRAMA|1,80|66|118,80|118,80

LUIZ FABIANO CURSI|308.413.778-12|ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DRACENA|ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|QUILOGRAMA|1,80|66|118,80|118,80

MÁRCIO DE SOUZA DELAVALENTINA|304.563.628-43|ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DRACENA|ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|QUILOGRAMA|1,80|66|118,80|118,80

RODRIGO VITORELI SANDRIM |284.309.828-92|ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DRACENA|ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|QUILOGRAMA|1,80|66|118,80|118,80

WALDIR SOUZA DELAVALENTINA |164.563.158-32|ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE DRACENA|ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|QUILOGRAMA|1,80|66|118,80|118,80

RAUL PEREIRA|969.272.328-34|-|ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|QUILOGRAMA|1,80|66|118,80|118,80

RODRIGO FERNANDO PEREIRA |225.121.898-05|-|ABOBRINHA ITALIANA (3A)COMP. POR UNIDADE VARIANDO DE 17 A 22CM|QUILOGRAMA|1,80|66|118,80|118,80

ANDRE LUIZ SARTORI|125.099.338-50|-|BANANA NANICA DE PRIMEIRA, COMP. MAIOR QUE 20CM E DIAM MAIOR QUE 35 MM|QUILOGRAMA|2,00|1.530|3.060,00|3.060,00

HENRIQUE DE FREITAS SARTORI|490.564.358-92|-|BANANA NANICA DE PRIMEIRA, COMP. MAIOR QUE 20CM E DIAM MAIOR QUE 35 MM|QUILOGRAMA|2,00|1.530|3.060,00|3.060,00

DAIARA OLIVEIRA DOS SANTOS GOMES|385.151.708-33|-|QUEIJO, TIPO MUSSARELA|QUILOGRAMA|26,80|390|10.452,00|10.452,00

TOTAL GERAL|17.760,00

Atendendo as exigências do edital a classificação final será comunicada aos proponentes através de publicação no Diário Oficial do Estado, ficando aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, ficando desde já franqueados os autos aos interessados.

Nada mais havendo a relatar, foi lavrada a presente ata na data de 21 de janeiro de 2021, que após lida e considerada conforme, foi assinada pelos presentes.

Assinam:

GRACIELE DAIANE DOS SANTOS

Presidente

NEIDE OLIVEIRA RIÇALDO BONI

Suplente

PEDRO LEONARDO SANTOS CACCIATORE

Equipe de apoio

PENITENCIÁRIA ASP LINDOLFO TERÇARIOL FILHO DE MIRANDÓPOLIS

COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO

PENITENCIÁRIA "ASP LINDOLFO TERÇARIOL FILHO"

Despacho do Coordenador de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado de 26.11.2020

Respeitados os Princípios do Contraditório, Ampla Defesa e da Razoabilidade, delibero pela aplicação à Empresa DBLT TRANSPORTES E ATACADO DE CARNES EIRELI, CNPJ Nº 34.465.117/0001-62, a sanção do IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS, pela inexecução total do pactuado, referente a Nota de Empenho 2020NE00173, Contrato nº 019/2020-MIRII, Pregão Eletrônico nº 05/2020-MIRII, Processo SAP-PRC-2020/06590, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, c.c. alínea "f" do subitem 3.2 do item 3 da Resolução CC-52 de 19.07.2005. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso nos termos do artigo 109, inciso I, letra "f", da Lei Federal nº 8.666/93, a contar da intimação pessoal à Empresa. (SAP-PRC-2020/25123 – Protocolo 380138.2020.03188.SADM).

PENITENCIÁRIA SÍLVIO YOSHIHIKO HINOHARA - PRESIDENTE BERNARDES

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00563, Processo nº 2020/29454, Convite Eletrônico nº 029/20-PPB, Contratante: Penitenciária "Sílvio Yoshihiko Hinohara" de Presidente Bernardes, Contratada: DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ETICA LTDA ME, CNPJ: 04.708.626/0001-08; Objeto: AGENDA EXECUTIVA/COMERCIAL Prazo de vigência: 15 dias, Valor de R$ 96,00 Subelemento 33903040, Assinatura em 09/10/2020.

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00564, Processo nº 2020/29454, Convite Eletrônico nº 029/20-PPB, Contratante: Penitenciária "Sílvio Yoshihiko Hinohara" de Presidente Bernardes, Contratada: DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ETICA LTDA ME, CNPJ: 04.708.626/0001-08; Objeto: MATERIAIS DIVERSOS P/ ESCRITÓRIO Prazo de vigência: 15 dias, Valor de R$ 1.364,60 Subelemento 33903041, Assinatura em 09/10/2020.

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00565, Processo nº 2020/29454, Convite Eletrônico nº 029/20-PPB, Contratante: Penitenciária "Sílvio Yoshihiko Hinohara" de Presidente Bernardes, Contratada: DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ETICA LTDA ME, CNPJ: 04.708.626/0001-08; Objeto: MAQUINA DE CALCULAR DE MESA Prazo de vigência: 15 dias, Valor de R$ 177,00 Subelemento 33903090, Assinatura em 09/10/2020.

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00566, Processo nº 2020/29454, Convite Eletrônico nº 029/20-PPB, Contratante: Penitenciária "Sílvio Yoshihiko Hinohara" de Presidente Bernardes, Contratada: MIXPEL DISTRIBUIDORA EIRELI ME, CNPJ: 23.799.954/0001-01; Objeto: MATERIAIS DIVERSOS P/ ESCRITÓRIO Prazo de vigência: 15 dias, Valor de R$ 741,34. Subelemento 33903041, Assinatura em 09/10/2020.

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00567, Processo nº 2020/29454, Convite Eletrônico nº 029/20-PPB, Contratante: Penitenciária "Sílvio Yoshihiko Hinohara" de Presidente Bernardes, Contratada: P Z CASTELLO, CNPJ: 32.563.695/0001-06; Objeto: PILHA TIPO COMUM Prazo de vigência: 15 dias, Valor de R$ 14,50. Subelemento 33903036, Assinatura em 09/10/2020

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00568, Processo nº 2020/29454, Convite Eletrônico nº 029/20-PPB, Contratante: Penitenciária "Sílvio Yoshihiko Hinohara" de Presidente Bernardes, Contratada: MATERIAIS DIVERSOS P/ ESCRITÓRIO, CNPJ: 32.563.695/0001-06; Objeto: MATERIAIS DIVERSOS P/ ESCRITÓRIO Prazo de vigência: 15 dias, Valor de R$ 1.338,90. Subelemento 33903041, Assinatura em 09/10/2020.

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00569, Processo nº 2020/29454, Convite Eletrônico nº 029/20-PPB, Contratante: Penitenciária "Sílvio Yoshihiko Hinohara" de Presidente Bernardes, Contratada: ALFA SUPRIM. ESCOLARES E P/ ESCRIT. LTDA EPP, CNPJ: 23.932.921/0001-98; Objeto: CLIPE DE PAPELARIA DE AÇO Prazo de vigência: 15 dias, Valor de R$ 50.00 Subelemento 33903041, Assinatura em 09/10/2020.

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00570, Processo nº 2020/29454, Convite Eletrônico nº 029/20-PPB, Contratante: Penitenciária "Sílvio Yoshihiko Hinohara" de Presidente Bernardes, Contratada: DINAMICA ATACADO DE PAPELARIA LTDA - ME, CNPJ: 24.279.522/0001-32; Objeto: PILHA TIPO ALCALINA Prazo de vigência: 15 dias, Valor de R$ 27,95. Subelemento 33903036, Assinatura em 09/10/2020.

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00571, Processo nº 2020/29454, Convite Eletrônico nº 029/20-PPB, Contratante: Penitenciária "Sílvio Yoshihiko Hinohara" de Presidente Bernardes, Contratada: LGATECH INFORMÁTICA LTDA ME, CNPJ: 13.519.276/0001-22; Objeto: RELOGIO DE ESCRITÓRIO Prazo de vigência: 15 dias, Valor de R$ 238,20. Subelemento 33903041, Assinatura em 09/10/2020.

PENITENCIÁRIA JOÃO AUGUSTINHO PANUCCI - MARABÁ PAULISTA

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO III, DE 10/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: PENITENCIÁRIA "JOÃO AUGUSTINHO PANUCCI" DE MARABÁ PAULISTA

Contratado: FAST RHINO COMERCIO ELETRONICO LTDA

Objeto do contrato resumido: PECAS E ACESSOR.E COMPONENTES DE INFORMATICA.

Data da Assinatura: 10/12/2020

Prazo de entrega: 08 dias

2020NE00898

Valor do contrato: R$ 728,64 (setecentos e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos).

Funcional programática: 14.421.3813.6146.0000 – SUPORTE ADMINISTRATIVO EM APOIO CUST. REINTEG. Natureza de despesa: 33.90.30.61 – PECAS E ACESSOR.E COMPONENTES DE INFORMATICA.

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO III, DE 10/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: PENITENCIÁRIA "JOÃO AUGUSTINHO PANUCCI" DE MARABÁ PAULISTA

Contratado: B.S TECH COMERCIAL EIRELI

Objeto do contrato resumido: PECAS E ACESSOR.E COMPONENTES DE INFORMATICA.

Data da Assinatura: 10/12/2020

Prazo de entrega: 08 dias

2020NE00899

Valor do contrato: R$ 793,75 (setecentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos)

Funcional programática: 14.421.3813.6146.0000 – SUPORTE ADMINISTRATIVO EM APOIO CUST. REINTEG. Natureza de despesa: 33.90.30.61 – PECAS E ACESSOR.E COMPONENTES DE INFORMATICA.

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO III, DE 10/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: PENITENCIÁRIA "JOÃO AUGUSTINHO PANUCCI" DE MARABÁ PAULISTA

Contratado: H.E. JUSSANI

Objeto do contrato resumido: PECAS E ACESSOR.E COMPONENTES DE INFORMATICA.

Data da Assinatura: 10/12/2020

Prazo de entrega: 08 dias

2020NE00900

Valor do contrato: R$ 510,00 (quinhentos e dez reais)

Funcional programática: 14.421.3813.6146.0000 – SUPORTE ADMINISTRATIVO EM APOIO CUST. REINTEG. Natureza de despesa: 33.90.30.61 – PECAS E ACESSOR.E COMPONENTES DE INFORMATICA.

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO III, DE 10/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: PENITENCIÁRIA "JOÃO AUGUSTINHO PANUCCI" DE MARABÁ PAULISTA

Contratado: SISTECNICA INF. E SERVICOS EIRELI

Objeto do contrato resumido: PECAS E ACESSOR.E COMPONENTES DE INFORMATICA.

Data da Assinatura: 10/12/2020

Prazo de entrega: 08 dias

2020NE00901

Valor do contrato: R$ 1.958,68 (setecentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos)

Funcional programática: 14.421.3813.6146.0000 – SUPORTE ADMINISTRATIVO EM APOIO CUST. REINTEG. Natureza de despesa: 33.90.30.61 – PECAS E ACESSOR.E COMPONENTES DE INFORMATICA.

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO III, DE 10/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: PENITENCIÁRIA "JOÃO AUGUSTINHO PANUCCI" DE MARABÁ PAULISTA

Contratado: RMR INFORMATICA,COMERCIO LTDA

Objeto do contrato resumido: PECAS E ACESSOR.E COMPONENTES DE INFORMATICA.

Data da Assinatura: 10/12/2020

Prazo de entrega: 08 dias

2020NE00902

Valor do contrato: R$ 415,35 (quatrocentos e quinze reais e trinta e cinco centavos)

Funcional programática: 14.421.3813.6146.0000 – SUPORTE ADMINISTRATIVO EM APOIO CUST. REINTEG. Natureza de despesa: 33.90.30.61 – PECAS E ACESSOR.E COMPONENTES DE INFORMATICA.

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO III, DE 10/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: PENITENCIÁRIA "JOÃO AUGUSTINHO PANUCCI" DE MARABÁ PAULISTA

Contratado: SEATTLE TEC COM. PROD. ELETROELET. EIRELI

Objeto do contrato resumido: PECAS E ACESSOR.E COMPONENTES DE INFORMATICA.

Data da Assinatura: 10/12/2020

Prazo de entrega: 08 dias

2020NE00903

Valor do contrato: R$ 1.636,14 (mil seiscentos e trinta e seis reais e quatorze centavos)

Funcional programática: 14.421.3813.6146.0000 – SUPORTE ADMINISTRATIVO EM APOIO CUST. REINTEG. Natureza de despesa: 33.90.30.61 – PECAS E ACESSOR.E COMPONENTES DE INFORMATICA.

PENITENCIÁRIA DE TUPI PAULISTA

Extrato de Contrato nº 144/20-PT

Pregão Eletrônico nº 031/20-PT para Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis, para consumo neste Estabelecimento Penal, durante o período de janeiro a abril de 2021. Contratante: Penitenciária de Tupi Paulista. Contratado (a): BOSCATTI INDUSTRIA E COMERCIODE ALIMENTOS LTDA EPP, CNPJ: 14.144.135/0001-35. Valor: R$171.600,00 - Data: 09/12/2020. Crédito Orçamentário: Elemento Econômico 33903010. PTRES: 380717, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000. Prazo de Vigência: 4 meses. Parecer Jurídico Exarado: Parecer Referencial Consultoria Jurídica – Resolução PGE n 29, 23/12/2015. Parecer: 001/2020 – 20/12/2020 - Publicado em atendimento ao Decreto Estadual nº 61.476 de 03/09/2015 com redação dada pelo Decreto Estadual nº 61.897 de 31/03/2016.

Extrato de Contrato nº 145/20-PT

Pregão Eletrônico nº 032/20-PT- para Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis para consumo neste Estabelecimento Penal, durante o período de janeiro a abril de 2021. Contratante: Penitenciária de Tupi Paulista. Contratado (a): O SARTORI FRIOS - ME CNPJ: 14.600.959/0001-72. Valor: R$ 45.400,00 - Data: 10/12/2020. Crédito Orçamentário: Elemento Econômico 33903010. PTRES: 380717, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000. Prazo de Vigência: 4 meses. Parecer Jurídico Exarado: Parecer Referencial Consultoria Jurídica – Resolução PGE n 29, 23/12/2015. Parecer: 001/2020 – 20/03/2020 - Publicado em atendimento ao Decreto Estadual nº 61.476 de 03/09/2015 com redação dada pelo Decreto Estadual nº 61.897 de 31/03/2016.

Extrato de Contrato nº 146/20-PT

Pregão Eletrônico nº 032/20-PT - para Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis para consumo neste Estabelecimento Penal, durante o período de janeiro a abril de 2021. Contratante: Penitenciária de Tupi Paulista. Contratado (a): MRB ATACADISTA DE CARNES EIRELI CNPJ: 34.783.862/0001-50. Valor: R$ 51.520,00 - Data: 10/12/2020. Crédito Orçamentário: Elemento Econômico 33903010. PTRES: 380717, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000. Prazo de Vigência: 4 meses. Parecer Jurídico Exarado: Parecer Referencial Consultoria Jurídica – Resolução PGE n 29, 23/12/2015. Parecer: 001/2020 – 20/03/2020 - Publicado em atendimento ao Decreto Estadual nº 61.476 de 03/09/2015 com redação dada pelo Decreto Estadual nº 61.897 de 31/03/2016.

Extrato de Contrato nº 147/20-PT

Pregão Eletrônico nº 032/20-PT- para Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis para consumo neste Estabelecimento Penal, durante o período de janeiro a abril de 2021. Contratante: Penitenciária de Tupi Paulista. Contratado (a): ERLI FERREIRA GOES – ME CNPJ: 17.703.758/0001-99. Valor: R$ 19.710,00- Data: 10/12/2020. Crédito Orçamentário: Elemento Econômico 33903010. PTRES: 380717, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000. Prazo de Vigência: 4 meses. Parecer Jurídico Exarado: Parecer Referencial Consultoria Jurídica – Resolução PGE n 29, 23/12/2015. Parecer: 001/2020 – 20/03/2020 - Publicado em atendimento ao Decreto Estadual nº 61.476 de 03/09/2015 com redação dada pelo Decreto Estadual nº 61.897 de 31/03/2016.

Extrato de Contrato nº 148/20-PT

Pregão Eletrônico nº 032/20-PT- para Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis para consumo neste Estabelecimento Penal, durante o período de janeiro a abril de 2021. Contratante: Penitenciária de Tupi Paulista. Contratado (a): OURO VERDE COMERCIO DE CARNES LTDA CNPJ: 32.076.568/0001-82. Valor: R$ 42.520,00 - Data: 10/12/2020. Crédito Orçamentário: Elemento Econômico 33903010. PTRES: 380717, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000. Prazo de Vigência: 4 meses. Parecer Jurídico Exarado: Parecer Referencial Consultoria Jurídica – Resolução PGE n 29, 23/12/2015. Parecer: 001/2020 – 20/03/2020 - Publicado em atendimento ao Decreto Estadual nº 61.476 de 03/09/2015 com redação dada pelo Decreto Estadual nº 61.897 de 31/03/2016

Extrato de Contrato nº 149/20-PT

Pregão Eletrônico nº 032/20-PT- para Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis para consumo neste Estabelecimento Penal, durante o período de janeiro a abril de 2021. Contratante: Penitenciária de Tupi Paulista. Contratado (a): DAIARA OLIVEIRA DOS SANTOS GOMES CNPJ: 30.102.059./0001-51. Valor: R$ 2.728,00- Data: 10/12/2020. Crédito Orçamentário: Elemento Econômico 33903010. PTRES: 380717, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000. Prazo de Vigência: 4 meses. Parecer Jurídico Exarado: Parecer Referencial Consultoria Jurídica – Resolução PGE n 29, 23/12/2015. Parecer: 001/2020 – 20/03/2020 - Publicado em atendimento ao Decreto Estadual nº 61.476 de 03/09/2015 com redação dada pelo Decreto Estadual nº 61.897 de 31/03/2016.

Extrato de Contrato nº 150/20-PT

Pregão Eletrônico nº 032/20-PT- para Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis para consumo neste Estabelecimento Penal, durante o período de janeiro a abril de 2021. Contratante: Penitenciária de Tupi Paulista. Contratado (a): FABRICA DE EMBUTIDOS DE CARNES FINO SABOR LTDA CNPJ: 24.371.770/0001-66. Valor: R$ 14.784,00 - Data: 10/12/2020. Crédito Orçamentário: Elemento Econômico 33903010. PTRES: 380717, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000. Prazo de Vigência: 4 meses. Parecer Jurídico Exarado: Parecer Referencial Consultoria Jurídica – Resolução PGE n 29, 23/12/2015. Parecer: 001/2020 – 20/03/2020 - Publicado em atendimento ao Decreto Estadual nº 61.476 de 03/09/2015 com redação dada pelo Decreto Estadual nº 61.897 de 31/03/2016.

Extrato de Contrato nº 151/20-PT

Pregão Eletrônico nº 032/20-PT- para Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis para consumo neste Estabelecimento Penal, durante o período de janeiro a abril de 2021. Contratante: Penitenciária de Tupi Paulista. Contratado (a): VITANUTRI ALIMENTOS EIRELI EPP CNPJ: 27.777.063/0001-05. Valor: R$ 14.400,00 - Data: 10/12/2020. Crédito Orçamentário: Elemento Econômico 33903010. PTRES: 380717, Categoria Funcional Programática: 14.421.3813.6141.0000. Prazo de Vigência: 4 meses. Parecer Jurídico Exarado: Parecer Referencial Consultoria Jurídica – Resolução PGE n 29, 23/12/2015. Parecer: 001/2020 – 20/03/2020 - Publicado em atendimento ao Decreto Estadual nº 61.476 de 03/09/2015 com redação dada pelo Decreto Estadual nº 61.897 de 31/03/2016. -

FAZENDA E PLANEJAMENTO

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

CENTROS REGIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO

Centro Regional de Administração do ABCD

Extrato do Contrato

Número do Processo: 23732-88593/2020

Número do Contrato: 23732-SAAC-00076-2020

Parecer Jurídico: CJ/SEFAZ Nº 07/2020

Modalidade da licitação: Pregão

Contratante(s): - 200158 - CENTRO REG.ADMINISTRACAO DO ABCD

Contratada: VERTICAL SERVIÇOS PROFISSIONAIS EIRELI

Objeto Resumido do Contrato: - Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial

Vigência: 04/01/2021 à 03/07/2023

Valor Total do Contrato: R$ 576.270,90

Valor do exercício: (2021) : R$ 228.587,46 Exercício: (2022) : - R$ 230.508,36

Demais exercícios: R$ 117.175,08

Classificação dos recursos: 001001001 - Tesouro do Estado

Data Assinatura: 19/11/2020

Nº do Pregão: - 02/2020

(Republicado por inconsistência da publicação deste contrato na Pubnet)

CENTRO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ABCD

Despacho da Diretora Técnica de Divisão da Fazenda Estadual, de 22/01/2021.

Ratificando, nos termos do artigo 26 da Lei estadual nº 6.544/89 combinada com o artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93, alterado pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98, e nos termos da alínea "e" do inciso II do artigo 194 do Decreto nº 64.152/19, o ato de Inexigibilidade de licitação, objeto do processo abaixo relacionado referente a serviços de utilidade pública – fornecimento de água e esgoto - para as unidades da Regional do ABCD no exercício de 2021.

SFP-PRC-2021/01431 – CIA SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP.

EDUCAÇÃO

COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES

REPUBLICADO COM DEVOLUÇÃO DE PRAZO PARA ALTERAÇÕES NO EDITAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – FILÉ DE FRANGO (SASSAMI) CONGELADO – IQF – EM LOTES - PARTICIPAÇÃO AMPLA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 060/DAESC/2020

PROCESSO N.º SEDUC-PRC-2020/22976

OFERTA DE COMPRA N° 080358000012020OC00075

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 26/01/2021

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 05/02/2021– as 10h00min

REPUBLICADO COM DEVOLUÇÃO DE PRAZO PARA RETIFICAÇÃO NO EDITAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – CARNE BOVINA (COXÃO MOLE) EM CUBOS CONGELADA – IQF – EM LOTES - PARTICIPAÇÃO AMPLA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 062/DAESC/2020

PROCESSO N.º SEDUC-PRC-2020/22478

OFERTA DE COMPRA N° 080358000012020OC00076

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 26/01/2021

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 05/02/2021 – as 10h00min

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA; COORDENAÇÃO, COMPATIBILIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DO PROJETO EXECUTIVO DE ELÉTRICA. - Contratado: ATMOS ARQUITETURA LTDA. - CNPJ: 62.452.826/0001-49 - Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO - Contrato: Nº 46/00045/20/04 - Valor: R$ 31.600,00 – (trinta e um mil e seiscentos reais) – Recurso Orçamentário: Convênio 00697/17 – Projeto nº 006/19 - Nota de Reserva: 2020NR01957 - Funcional Programática: 12.368.0815.2494 - Elemento da Despesa: 4.4.90.51.10 e Fonte de Recurso: 085.003.002- Prazo: 120 dias – Vigência: 150 dias – Parecer CJ N.º 221/2020 de 14/12/2020 - Data de Assinatura: 30/12/2020.

DIRETORIAS DE ENSINO

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO SUL 1

29/12/20
Extrato de Homologação e Adjudicação
Objeto: Aquisição de Material Permanente (Equipamentos de Cozinha) para as UEs da Sul 1
Modalidade: Convite
Oferta de Compra: 080271000012020OC00026
Valor Total: R$ 9.660,73
Credito Orçamentário: 005003002
Elemento de Despesa: 449052
Ptres: 080195
Prazo Entrega: 20 dias
Processo: 46977/20
Licitantes Vencedores:
1) SEATTLE TEC COM. PROD. ELETROELET. EIRELI, CNPJ 23.556.435/0001-12 para os itens 1 e 2 no valor de R$ 9.062,73 (nove mil, sessenta e dois reais e setenta e três centavos);
2) VIVA7 COMERCIO DE MAQUINAS E PRODUTOS LTDA, CNPJ 24.296.646/0001-26 para o item 3 no valor de R$ 598,00 (quinhentos e noventa e oito reais).
O Dirigente da Diretoria de Ensino Região Sul 1, HOMOLOGOU os atos praticados na presente licitação e ADJUDICOU os objetos às licitantes vencedoras do certame.
EXTRATO CONVITE BEC nº 080271000012020OC00026 referente à Oferta de Compra nº 080271000012020OC00026
CONTRATANTE: Diretoria de Ensino – Região Sul 1 - CNPJ: 46.384.111/0045-60
CONTRATADA:
1) SEATTLE TEC COM. PROD. ELETROELET. EIRELI, CNPJ 23.556.435/0001-12 para os itens 1 e 2 no valor de R$ 9.062,73 (nove mil, sessenta e dois reais e setenta e três centavos);
NOTA DE EMPENHO: 2020NE00917 de 29/12/2020
NATUREZA DA DESPESA: 44905234
2) VIVA7 COMERCIO DE MAQUINAS E PRODUTOS LTDA, CNPJ 24.296.646/0001-26 para o item 3 no valor de R$ 598,00 (quinhentos e noventa e oito reais).
NOTA DE EMPENHO: 2020NE00918 de 29/12/2020
NATUREZA DA DESPESA: 44905234
PROCESSO: 46977/20
OBJETO: Aquisição de Material Permanente (Equipamentos de Cozinha) para as UEs da Sul 1
Valor Total: R$ 9.660,73 (nove mil, seiscentos e sessenta reais e setenta e três centavos)
PROGRAMA DE TRABALHO: 12368081561720000
FONTE RECURSO: 005003002
PRAZO DE ENTREGA: 20 dias a partir da celebração da contratação
REGIME DE EXECUÇÃO: entrega imediata, em parcela única.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE AMERICANA

À vista da homologação constante do Processo nº 34794/20 destinado à contratação de serviços de Limpeza em Ambiente escolar CONVOCO a empresa: CLARIFTO SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME CNPJ: 14.774.761/0001-05 vencedora do Lote único a comparecer na Diretoria de Ensino de Americana, sito à Rua Duque de Caxias nº 600, Bairro Santa Catarina, Americana, no prazo de 05 (cinco) dias corridos para assinatura do termo de CONTRATO, nos termos do Item 11.2 do edital.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ARARAQUARA

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE ARARAQUARA
Portaria da Dirigente Regional de Ensino 22/01/2021
HOMOLOGO o procedimento licitatório adotado no Pregão Eletrônico nº 005/2020 para fins de Registro de Preços, Processo nº 2020/44919, que trata da Aquisição PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EM AMBIENTE ESCOLAR, destinado a atender as necessidades dos alunos das unidades escolares jurisdicionadas a Diretoria de Ensino. Oferta de Compras nº 080294000012020OC00031, em favor da empresa MR Service Eireli- ME, inscrito no CNPJ sob 22.087.026/0001-51, com o valor total de R$ 165.590,10, lote único, pelo período inicial de 30 meses, obedecidas às formalidades legais.
DESIGNA Gestor, Co-Gestor e Fiscais do Contrato nº 001/2021.
Artigo 1º - Designa, em conformidade com artigo 67 da Lei 8.666 de 21-06-1993, os funcionários a seguir, a fim de, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens do cargo, constituir a função de Gestor, Co- Gestor e Fiscal do Contrato nº 001/2021, integrante do Processo nº 2020/44919, referente à Prestação de Serviços de Limpeza em Ambiente Escolar e a Empresa MR Service Eireli - ME, CNPJ 22.087.026/0001-51
Artigo 2º - Fica designada, como Gestor, Renato Magalhães Lopes da Silva, RG 21.154.252-0, Oficial Administrativo.
Artigo 3º - Fica designado, como Co-gestor, Diego Martins de Paula, RG 42.375.421-X, Analista Administrativo
Artigo 4º - Ficam Designados, como fiscais, nas unidades escolares abaixo especificadas:
EE Adolpho Thomaz de Aquino – Vanessa Isabela Calabrez, RG 42.110.157-X, Vice Diretora.
EE Alfredo Evangelista Nogueira - Helena Aparecida Braga Vazan, RG 5.052.037-4, Vice Diretora.

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Gabinete do Coordenador

COMUNICADO
GABIENTE DO COORDENADOR
PROCESSO: SES-2020-46028
INTERESSADO: Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.
ASSUNTO: CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE MEDICAMENTOS – PERP 158/2020
Considerando informação às fls. retro, AUTORIZO, a REAPRESENTAÇÃO DO EDITAL sob a OC nº 090201000012021OC00002, com reabertura do prazo para às 11:00 horas do dia 05/02/2021 e início de recebimento de propostas dia 26/01/2021, permanecendo inalteradas as demais condições do edital.

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DA SENHORA COORDENADORA DA CGA DE 21/01/2021
Interessado: Coordenadoria de Serviços de Saúde - CSS
Assunto: Registro de Preços de Agulhas para Anestesia e Outros, de Uso Ambulatorial e Hospitalar
Número de referência: SES-PRC-2019/03258
Em observância ao disposto nos termos do item 10 do capítulo XV, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 089/2019, e considerando o resultado da pesquisa encartada ao presente, conformeSES-CAP-2021/42006, SES-CAP-2021/42012, SES-CAP-2021/42015, SES-CAP-2021/42069, e SES-INF-2021/06930, ficam mantidos os preços registrados de Agulhas para Anestesia e Outros, de Uso Ambulatorial e Hospitalar, haja vista estarem compatíveis com os praticados no mercado.
DESPACHO DA SENHORA COORDENADORA DA CGA DE 21/01/2021
Interessado: Coordenadoria de Serviços de Saúde - CSS
Assunto: Registro de Preços de Dietas Diversas, de Uso Ambulatorial e Hospitalar.
Número de referência: SES-PRC-2019/13245
Em observância ao disposto nos termos do item 10 do capítulo XV, do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 163/2019, e considerando o resultado da pesquisa encartada ao presente, conformeSES-CAP-2021/42023, SES-CAP-2021/42034, SES-CAP-2021/42039, e SES-INF-2021/06939, ficam mantidos os preços registrados de Dietas Diversas, de Uso Ambulatorial e Hospitalar, haja vista estarem compatíveis com os praticados no mercado.
Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 292/2020 – OFERTA DE COMPRA 090102000012020OC00393, referente ao processo nº SES-PRC-2020/45027, objetivando a CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS COM DETERMINAÇÃO DE MARCA, PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE AÇÕES JUDICIAIS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, a ser realizado por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o dia 08/02/2021 às 10:00 horas.
Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir do dia 27/01/2021, o site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento se seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site www.e-negociospublicos.com.br

COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS

CENTRO DE REFERÊNCIA E TREINAMENTO - DST/AIDS

COMUNICADO
Despacho do Diretor Técnico, de 29 de dezembro de 2020.
Diante dos elementos de instrução dos autos, "HOMOLOGO" a Adjudicação proferida pelo Pregoeiro, referente ao Pregão Eletrônico nº 195/2020, encartada nos autos PROCESSO CRT-DST/AIDS n° 2020/43253, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (CABOS ELETRICOS), termos do Parágrafo Único, Inciso VII do Artigo 3, do Decreto n° 47.267 de 06/11/2002 e Artigo 6, Inciso VII da Resolução CEGP - 10 de 19/11/2002, pelo critério menor preço, na seguinte conformidade:
O item 01 à empresa JESSICA LEMES BRITO DE ARAUJO – ME
COMUNICADO
Pregão Eletrônico n° 196/2020, PROCESSO CRT-DST/AIDS – SES - PRC n° 2020/43527, objetivando a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA INTERNA DO CENTRO DE REFERÊNCIA E TREINAMENTO DST/AIDS, realizada no dia 22/12/2020 foi concluída com recurso, interposto pela IFX CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias que começará a correr no término do prazo dos recorrentes, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
COMUNICADO
Despacho do Diretor Técnico, de 29 de dezembro de 2020.
Diante dos elementos de instrução dos autos, "HOMOLOGO" a Adjudicação proferida pelo Pregoeiro, referente ao Pregão Eletrônico nº 197/2020, encartada nos autos PROCESSO CRT-DST/AIDS n° 2020/47818, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE NUTRIÇÃO (SUPLEMENTO NUTRICIONAL), termos do Parágrafo Único, Inciso VII do Artigo 3, do Decreto n° 47.267 de 06/11/2002 e Artigo 6, Inciso VII da Resolução CEGP - 10 de 19/11/2002, pelo critério menor preço, na seguinte conformidade:
Foram acrescidos 12% (doze por cento) nos quantitativos.
O item 01 à empresa SIMMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
COMUNICADO
Despacho do Diretor Técnico, de 29 de dezembro de 2020.
Diante dos elementos de instrução dos autos, "HOMOLOGO" a Adjudicação proferida pelo Pregoeiro, referente ao Pregão Eletrônico nº 198/2020, encartada nos autos PROCESSO CRT-DST/AIDS n° 2020/47668, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE NUTRIÇÃO (FORMULAS NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL E OUTRO), termos do Parágrafo Único, Inciso VII do Artigo 3, do Decreto n° 47.267 de 06/11/2002 e Artigo 6, Inciso VII da Resolução CEGP - 10 de 19/11/2002, pelo critério menor preço, na seguinte conformidade:
Foram acrescidos 25% (vinte e cinco por cento) nos quantitativos
Os itens 01 e 02 à empresa FRESENIUS KABI BRASIL LTDA

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE CLEMENTE FERREIRA - LINS

Encontra-se aberto no Cais Clemente Ferreira em Lins, sito a Estrada Lins Guaiçara (Rod. Hermínio Paizan) Km 04 – s/n – Lins, São Paulo, Pregão Eletrônico C-CFL-PE 11/2021. Referente AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS - NÃO ADQUIRIDOS. A realização da sessão será no dia 11/02/2021 as 09:00 hrs. Mais informações no endereço acima, no Núcleo de Finanças e Suprimento através do fone/fax (14) 3533-1606 ou pelo site www.bec.sp.gov.br.

COMPLEXO HOSPITALAR PADRE BENTO - GUARULHOS

QUINTO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 16/2018 CELEBRADO PELA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE – COMPLEXO HOSPITALAR PADRE BENTO DE GUARULHOS E A EMPRESA TOTAL CLEAN HIGIENIZAÇÃO TÊXTIL HOSPITALAR LTDA, QUE TEM POR OBJETO A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LAVANDERIA HOSPITALAR.
CONTRATANTE: Complexo Hospitalar Padre Bento de Guarulhos, inscrito no CNPJ n.º 46.374.500/0128-77, localizado na Av. Dr. Emílio Ribas, 1819 Gopoúva – Guarulhos – SP, CEP 07051-000, representado pelo Diretor Técnico de Saúde III, Dr. Roberto de Almeida Duarte, portador da cédula de identidade n.º 03.816.539-9 e do CPF n.º 711.386.258-8, de acordo com a delegação de competência delegada pelos artigos 3º e 7º, inciso l, do Decreto Estadual 47.297, de 06/11/02, c.c. Artigo 8, do Decreto Estadual n.º 49.722, de 24/06/05, do Governo do Estado de São Paulo.
CONTRATADA: Total Clean Higienização Têxtil Hospitalar Ltda, inscrita no CNPJ n.º 19.495.419/0001-90, localizada na Av. Papa João XXIII, 2763 – Vila Noemia - Mauá – SP, CEP 09370-800, representada por sua sócia a Sr.ª Mônica Cristina da Silva , portador da cédula de identidade n.º 35.883.325-5 e do CPF 313.310.208-75 , de acordo com a representação legal que lhe é outorgada.
As PARTES tem entre si justo e avençado, e celebram o presente termo de aditamento ao contrato n.º 16/2018, sujeitando-se as partes disciplinares da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e as seguintes cláusulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1. - O presente Termo de Aditamento tem como objeto o reajuste de valores unitários, cujo acréscimo se deu na ordem de 5,78% (CINCO INTEIROS E SETENTA E OITO CENTÉSIMOS PERCENTUAIS) aos valores negociados, anteriormente, firmado em 22 de janeiro 2020 Processo: 001.0142.000.057/2016 – Pregão Eletrônico: 113/2016.
CLAÚSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO
1. - O valor mensal do contrato, após o acréscimo, é de R$ 58.123,77 (cinquenta e oito mil cento e vinte e três reais e setenta e sete centavos), sendo que para o exercício de 2020 o valor será de R$ 116.247,54 (cento e dezesseis mil duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos). O valor global para os próximos 12 meses será de R$ 697.485,24 (seiscentos e noventa e sete mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).
1.1 Os efeitos financeiros decorrentes ao acréscimo vigoram a partir de 01 de novembro de 2020.
CLÁSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL
1. O presente termo aditivo decorre do contido na Cláusula Sétima, do contrato acima mencionado, firmado em 16 de outubro de 2018.
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS
1. - Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.
E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo de aditamento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo:

CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI

Em: 22 de janeiro de 2021
DESPACHO nº 090/21
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE SONDA DIVERSAS
PROCESSO: SES-PRC-2020/39514
Trata-se de procedimento licitatório, instaurado para AQUISIÇÃO DE SONDA ESOFAGIANA, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 495/2020.
Vieram os autos a esta Diretoria para conhecimento quanto a impugnação da licitante CRUZEL COMERCIAL distribuidora de produtos HOSPITALARES Eireli.
Os autos também foram submetidos para avaliação técnica, que após cautelosa análise da impugnação, segue o relatório da Equipe de Apoio que detém as melhores condições de análise. Ressalto que as regras do edital de procedimento licitatório devem ser cumpridas em sua integra em conformidade com os preceitos legais que norteiam a matéria.
Transcrevo o relatório da Equipe Técnica:
"Conforme siafisico referente ao material em questão, a sonda esofagiana deverá ser confeccionada em borracha natural OU em material biocompatível, portanto não fere em hipótese alguma o princípio da isonomia na qual baseia-se a lei 8666/93, e ainda promove o desenvolvimento nacional sustentável.
Sendo assim, o proponente poderá ofertar seu produto e caberá à equipe técnica avaliar o mesmo desde que seja o menor preço e portanto a proposta mais vantajosa para a administração."
Essa Administração se pauta nos princípios que norteiam as licitações em especial os Princípios da Legalidade, Eficiência e do Vínculo ao Instrumento Convocatório.
Ante a todo o exposto recebo a impugnação interposta, pela licitante CRUZEL COMERCIAL distribuidora de produtos HOSPITALARES Eireli, para no seu mérito NEGAR-LHE PROVIMENTO.

HOSPITAL ESTADUAL ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO DOUTOR FRANCISCO RIBEIRO ARANTES - ITU

ABERTURA
Encontra-se aberto no HOSPITAL ESTADUAL ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO "DR. FRANCISCO RIBEIRO ARANTES", PREGÃO ELETRÔNICO número HEERFRA-005/2021, destinado a Aquisição de Material Médico, Hospitalar e Odontológico (Abaixador, agulhas, cateter, etc), do tipo MENOR PREÇO. A sessão será realizada no dia 05/02/2021, às 9h00, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo". Oferta de compra N° 090203000012021OC00006 Os interessados a participar do certame deverão acessar a partir de 26/01/2021, o site www.bec.sp.gov.br, mediante obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
As informações estão disponíveis no site: http:/www.e-negociospublicos.com.br.
Outras informações com Núcleo de Higiene Pessoal ou Núcleo de Compras e Suprimentos no tel. (11) 4019-9810 ou pelo e-mail: heerfra-nucleocompras@saude.sp.gov.br.
Atenciosamente,
Diretor Técnico de Saúde III
.
.

HOSPITAL GERAL DOUTOR MANOEL BIFULCO - SÃO MATEUS

A B E R T U R A
Acha-se aberto, no Hospital Geral de São Mateus "Dr. Manoel Bifulco", a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 032/21, referente ao Processo nº SES-PRC-2020/51650, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE DISPOSITIVO MASCULINO, DRENOS E FRASCO DE DRENAGEM. A data da abertura da Oferta de Compra nº 090159000012021OC00012 será no dia 11/02/2021 às 10h00min, através do sistema BEC. O edital na integra está disponível para consulta e no site www.e-negociospublicos.com.br e www.bec.sp.gov.br
ABERTURA
Acha-se aberto no Hospital Geral de São Mateus "Dr. Manoel Bifulco", a licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 031/21, referente ao Processo nº SES/ PROC – 2021/50638 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS (BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% , ESMOLOL E OUTROS) . A data da abertura para a Oferta de Compra OC nº 090159000012021OC00028 será no dia 08/02/2021, a partir das 09h00min, através do sistema BEC. O edital na integra está disponível para consulta e no site www.e-negociospublicos.com.br e www.bec.sp.gov.br.
A B E R T U R A
Acha-se aberto, no Hospital Geral de São Mateus "Dr. Manoel Bifulco", a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 033/21, referente ao Processo nº SES-PRC-2020/49012, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA HEMATOLOGIA COM COMODATO DE EQUIPAMENTO E BACKUP E ENTREGA PARCELADA. A data da abertura da Oferta de Compra nº 090159000012021OC00033 será no dia 10/02/2021 às 09h00min, através do sistema BEC. O edital na integra está disponível para consulta e no site www.e-negociospublicos.com.br e www.bec.sp.gov.br
ABERTURA
Acha-se aberto no Hospital Geral de São Mateus "Dr. Manoel Bifulco", a licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 36/21, referente ao Processo nº SES-PRC-2020/44871, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE FECHADURAS.. A data da abertura para a Oferta de Compra OC nº 090159000012021OC00034 será no dia 05/02/2021, a partir das 09h30min, através do sistema BEC. O edital na integra está disponível para consulta e no site www.e-negociospublicos.com.br e www.bec.sp.gov.br.
ABERTURA
Acha-se aberto no Hospital Geral de São Mateus "Dr. Manoel Bifulco", a licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 005/21, referente ao Processo nº SES PROC – 2020/50642, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS – RESTRITO – COVID-19 (MIDAZOLAM 5 MG/ML/ MORFINA 10 MG/ML.). A data da abertura para a Oferta de Compra nº OC nº 090159000012021OC00017 será no dia 02/02/2021, a partir das 09h00min, através do sistema BEC. O edital na integra está disponível para consulta e no site www.e-negociospublicos.com.br e www.bec.sp.gov.br
ABERTURA
Acha-se aberto no Hospital Geral de São Mateus "Dr. Manoel Bifulco", a licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 034/21, referente ao Processo nº SES/ PROC – 2021/02242 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM (DISPOSITIVO PARA COLETA DE SANGUE 23 G E DISPOSITIVO SCALP 23 G COM DISP. DE SEGUR.). A data da abertura para a Oferta de Compra OC nº 090159000012021OC00035 será no dia 05/02/2021, a partir das 09h00min, através do sistema BEC. O edital na integra está disponível para consulta e no site www.e-negociospublicos.com.br e www.bec.sp.gov.br.

HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO - SANTOS

RESULTADO DE PREGÃO
Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 587/20 – Processo: SES-PRC-2020/50661 – referente a oferta de compra: 090141000012020OC00940 - Objeto: Aquisição de Equipamento de Dosimetria para Controle de Qualidade de Feixe de Radiação, do HOSP. GUILHERME ALVARO, EM SANTOS.
Consideramos DESERTO, conforme ata de realização do pregão eletrônico, todos os preços estavam acima do nosso referencial.
A íntegra da sessão está disponível no www.bec.sp.gov.br .
ABERTURA
Encontra-se aberta no HOSP. GUILHERME ALVARO, EM SANTOS, Pregão Eletrônico nº 009/21, referente ao PROCESSO nº SES-PRC-2020/50197, oferta de compra 090141000012021OC00009, destinada a AQUISIÇÃO DE MASCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL, para a realização a sessão será na data 09/02/2021, e horário 09:00hs, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo".
Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 26/01/2021, o site www.bec.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site www.imprensaoficial.com.br
O Pregão Eletrônico nº 586/20 - Oferta de Compra nº 090141000012020OC00937, referente ao Processo SES-PRC-2020/32267 - Objeto: Aquisição de Aparelho de Espirometria para atendimento do HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO, em SANTOS.
Consideramos DESERTO mediante a ausência de propostas.
DECISÃO REFERENTE À IMPUGNAÇÃO DE EDITAL:
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 004/2021
OFERTA DE COMPRAS 090141000012021OC00012
PROCESSO: SES-PRC-2020/03697
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO, PEGASPARGASE 750 U/ML
Trata-se de Impugnação oferecida pela empresa ELFA MEDICAMENTOS S.A., a qual insurge contra a instauração do procedimento que objetiva a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO, PEGASPARGASE 750 U/ML, no âmbito deste Hospital Guilherme Álvaro, Pregão Eletrônico n° 004/21, Processo SES-PRC-2020/03697.
I – DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO
I.1 - DA EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP NO CERTAME
A ELFA tem interesse na participação do processo administrativo em referência, acontece que após análise do presente edital verificou-se que seu objeto é restrito às ME/EPP.
2.7. Esta licitação é destinada à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no artigo 34 da Lei Federal n° 11.488/2007, na forma dos itens 4.1.4.3 a 4.1.4.5 deste Edital.
No entanto, tal restrição à participação de empresas que não se enquadrem na definição de ME/EPP – microempresa e empresa de pequeno porte e sociedade cooperativos constantes no edital, apesar de amparada pela Lei complementar n.º 123/2006, não deve ser absoluta, principalmente considerando objeto visa o fornecimento do medicamento PEGASPARGASE 750U/ML.
O medicamento em questão é indicado como um componente da terapia antineoplásica combinada de pacientes com leucemia linfoblástica aguda, de fabricação exclusiva da indústria farmacêutica Laboratórios Servier do Brasil Ltda ("SERVIER"), única empresa detentora do registro do medicamento de marca comercial Oncaspar, princípio ativo PEGASPARGASE, conforme consulta extraída do portal da ANVISA , senão vejamos:
É importante destacar ainda que, a ELFA, na qualidade de distribuidora de medicamentos, com mais de uma década de experiência no mercado de saúde no Brasil e parceira dos maiores laboratórios do mundo, atendendo aos mercados públicos e privado, foi escolhida pela referida indústria com uma das distribuidoras exclusivas do medicamento PEGASPARGASE, conforme Carta anexa. A ELFA é o distribuidor cadastrado pela SERVIER para fornecimento do medicamento PEGASPARGASE em todo território nacional, com excesso do Estado de Minas Gerais.
Desta forma, considerando que a licitação é destinada à participação exclusiva de licitantes enquadradas nas condições especificadas no Item 2.7 do Edital (ME/EPP), e tendo o laboratório SERVIER credenciado a ELFA como distribuidor exclusivo do medicamento no Estado de São Paulo, notório que a restrição à participação de empresas que não se enquadrem na definição de ME/EPP trará prejuízos a está Administração, porquanto, a presente licitação restará deserta.
Em que pese o Art. 37 da Lei Complementar 123/2006, impor como obrigação a licitação exclusiva para ME e EPP, há exceções, como no presente caso, inseridas no Art. 49, incisos II e III da mesma lei, que merecem especial destaque e vem amparar a não concessão do disputado benefício.
Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:
II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
Sendo assim, da leitura do inciso II e III, do Art. 49 é possível inferir que a Administração Pública poderá recusar a aplicação do tratamento diferenciado, quando não vislumbra tal equação, de tal modo que se mostre inconveniente e não eficiente ao escopo do processo a que se destina, como neste caso, o tratamento diferenciado não será vantajoso para esta Administração, bem como não haverá o número mínimo de interessados no certame, haja vista a especialidade do material objeto da licitação, e a mora na finalização do processo poderá afetar a saúde da população que necessita no medicamento.
Assim, pugnar pela remoção dos benefícios de exclusividade de ME/EPP para que a ELFA possa participar de certame.
II – DO PEDIDO
Diante do exposto, para garantir o atendimento aos princípios norteadores do processo licitatório, requer seja dado provimento à presente impugnação, para que seja ajustado o Edital do Pregão Eletrônico n.º004/2021, a fim de que seja permitida a ampla participação e concorrência, ou alternativamente, seja incluída previsão de que em não havendo três empresas competitivas o certame será reformado e reaberto para ampla participação com a reabertura do prazo inicialmente previsto, conforme determina o §4º do Art. 21 da Lei n.º 8.666/93.
1.Relatados os fatos, manifestamos:
Conforme equipe técnica, propomos revogação da oferta de compra para revisão do quantitativo.
Diante do exposto, DEFIRO a presente impugnação.
PATRÍCIA NASCIMENTO DE SOUSA
PREGOEIRA
CASSIANO WALDANSKI DOS SANTOS
EQUIPE TÉCNICA

HOSPITAL INFANTIL CÂNDIDO FONTOURA

HOSPITAL INFANTIL CÂNDIDO FONTOURA
COMUNICADO
PREGÃO ELETRÔNICO: 001/2021
PROCESSO:50030/2020
OFERTA DE COMPRA: 090169000012021OC00001
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - KIT REAGENTE HEMOTERAPIA ENTREGA PARCELADA
COMUNICAMOS AOS INTERESSADOS QUE ENCONTRA-SE ABERTO O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021
DO TIPO MENOR PREÇO, CUJA DATA DA SESSÃO PÚBLICA SERÁ DIA 08/02/2021 ÀS 09:00 HS, NO
ENDEREÇO ELETRÔNICO: WWW.BEC.SP.GOV.BR OU WWW.BEC.FAZENDA.SP.GOV.BR
HOSPITAL INFANTIL CÂNDIDO FONTOURA
COMUNICADO
PREGÃO ELETRÔNICO: 002/2021
PROCESSO:49346/2020
OFERTA DE COMPRA: 090169000012021OC00003
OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - LUVAS DE PROCEDIMENTO
COMUNICAMOS AOS INTERESSADOS QUE ENCONTRA-SE ABERTO O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021
DO TIPO MENOR PREÇO, CUJA DATA DA SESSÃO PÚBLICA SERÁ DIA 08/02/2021 ÀS 09:00 HS, NO
ENDEREÇO ELETRÔNICO: WWW.BEC.SP.GOV.BR OU WWW.BEC.FAZENDA.SP.GOV.BR

HOSPITAL REGIONAL DE ASSIS

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO N.° 2020/35063
CONTRATO N.° 51/2020
Contratado: DIAGNÓSTICOS SUL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 12.417.179/0001-66
Objeto: MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR – INSUMOS PARA HEMATOLOGIA, COM ENTREGA PARCELADA.
Parecer Jurídico: CJ/SS nº 06/2020 de 12/03/2020
Nota de Empenho: 2020NE01520
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Classificação Econômica: 33903032.
Vigência: 02 (dois) meses
Valor Total: R$ 24.000,00
Data da Assinatura: 28/10/2020
PORTARIA H.R. A – Nº. 84/2020

O Diretor Técnico de Saúde III do Hospital Regional de Assis no uso de suas atribuições legais conforme Decreto Estadual nº. 53.240 de 17 de julho de 2008, artigo 22 inciso I – institui a presente portaria no sentido de implantar o controle do contrato para AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR – INSUMOS PARA HEMATOLOGIA, através de pregão eletrônico, executado pela empresa DIAGNÓSTICOS SUL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., conforme processo licitatório nº. 2020/35063, contrato nº 51/2020.

Considerando:

a) que a Lei nº. 8666/93 no artigo 67 prevê a designação formal de representante da Administração Pública no acompanhamento e fiscalização da execução do contrato com terceiros;

b) que no sentido de prevenir problemas de ordem legal na execução do contrato;

c) que torne a execução do contrato mais eficiente e eficaz proporcionando melhor qualidade ao serviço ora contratado.

Resolve:

Artigo 1º - Designar a Servidora Sra. Allyana Fernanda de Souza Cavina - RG: 40.571.879-2 e CPF: 310.441.558-76 e seu substituto o Sr. William Benedicto Frazão Dias - RG: 44.767.848-6, CPF: 369.433.848-99, para gerenciar o contrato de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR – INSUMOS PARA HEMATOLOGIA, através de pregão eletrônico, executado pela empresa DIAGNÓSTICOS SUL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Artigo 2º - O servidor ora designado tem as seguintes atribuições:

acompanhar in-loco a execução de todas as ações da empresa conforme consta nas cláusulas do contrato;

providenciar junto a Administração, meios legais para que a empresa possa executar as atividades e tarefas constantes no contrato;

receber do protocolo/almoxarifado as notas fiscais ou faturas da medição das aquisições entregue pela empresa sob a sua responsabilidade de gestão;

encaminhar os documentos (notas fiscais) ao Núcleo de Controle de matérias após o recebimento da nota fiscal devidamente conferida e em perfeitas condições, para a efetivação do pagamento;

buscar junto à empresa, corrigir todas as falhas que por ventura houver ou possa surgir, relatando em seguida à Administração as providências tomadas bem como as necessárias, caso a solução dos mesmos não estejam o seu alcance.

Artigo 3º - O Servidor cujo contrato esteja sob a sua responsabilidade de gestão, responderá ao seu superior imediato pela execução do mesmo e estará sujeito à penalidade prevista em lei pelo não cumprimento do mesmo.

Artigo 4º - Esta portaria entrará em vigor a partir de sua publicação em diário oficial.

Publique-se e cumpra-se.
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO HRA n.° SES 2020/37246
PREGÃO ELETRÔNICO n.° 197/2020
CONTRATO HRA n.° 52/2020
Contratado: LABTECH PRODUTOS PARA LABORATORIOS E HOSPITAIS LTDA EPP
CNPJ: 02.419.460/0001-84
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS LABORATORIAIS - BACTERIOLOGIA.
Parecer Jurídico: CJ/SS nº 06/2020 de 11/03/2020
Nota de Empenho: 2020NE01717
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Classificação Econômica: 33903032
Vigência: 03 (três) meses
Valor Total: R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
Data da Assinatura: 07/12/2020
PORTARIA H.R. A – Nº. 87/2020

O Diretor Técnico de Saúde III do Hospital Regional de Assis no uso de suas atribuições legais conforme Decreto Estadual nº. 53.240 de 17 de julho de 2008, artigo 22 inciso I – institui a presente portaria no sentido de implantar o controle do contrato de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS LABORATORIAIS - BACTERIOLOGIA, através de pregão eletrônico, executado pela empresa LABTECH PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS E HOSPITAIS LTDA EPP, conforme processo licitatório nº. 2020/37246, contrato nº 52/2020.

Considerando:

a) que a Lei nº. 8666/93 no artigo 67 prevê a designação formal de representante da Administração Pública no acompanhamento e fiscalização da execução do contrato com terceiros;

b) que no sentido de prevenir problemas de ordem legal na execução do contrato;

c) que torne a execução do contrato mais eficiente e eficaz proporcionando melhor qualidade ao serviço ora contratado.

Resolve:

Artigo 1º - Designar a Servidora Sra. Allyana Fernanda de Souza Cavina - RG: 40.571.879-2 e CPF: 310.441.558-76 e seu substituto o Sr. William Benedicto Frazão Dias - RG: 44.767.848-6, CPF: 369.433.848-99, para gerenciar o contrato de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS LABORATORIAIS - BACTERIOLOGIA, através de pregão eletrônico, executado pela empresa LABTECH PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS E HOSPITAIS LTDA EPP.

Artigo 2º - O servidor ora designado tem as seguintes atribuições:

acompanhar in-loco a execução de todas as ações da empresa conforme consta nas cláusulas do contrato;

providenciar junto a Administração, meios legais para que a empresa possa executar as atividades e tarefas constantes no contrato;

receber do protocolo/almoxarifado as notas fiscais ou faturas da medição das aquisições entregue pela empresa sob a sua responsabilidade de gestão;

encaminhar os documentos (notas fiscais) ao Núcleo de Controle de matérias após o recebimento da nota fiscal devidamente conferida e em perfeitas condições, para a efetivação do pagamento;

buscar junto à empresa, corrigir todas as falhas que por ventura houver ou possa surgir, relatando em seguida à Administração as providências tomadas bem como as necessárias, caso a solução dos mesmos não estejam o seu alcance.

Artigo 3º - O Servidor cujo contrato esteja sob a sua responsabilidade de gestão, responderá ao seu superior imediato pela execução do mesmo e estará sujeito à penalidade prevista em lei pelo não cumprimento do mesmo.

Artigo 4º - Esta portaria entrará em vigor a partir de sua publicação em diário oficial.

Publique-se e cumpra-se.
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO N.° 2020/37246
PREGÃO ELETRÔNICO N.° 197/2020
CONTRATO N.° 53/2020
Contratado: MASTER DIAGNÓSTICA PRODUTOS LABORATORIAIS E HOSPITALRES LTDA.
CNPJ: 00.647.935/0001-64
Objeto: A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E INSUMOS - BACTERIOLOGIA.
Parecer Jurídico: CJ/SS nº 06/2020 de 11/03/2020
Nota de Empenho: 2020NE1716
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Classificação Econômica: 33903032
Vigência: 02 meses
Valor Total: R$ 450,00 (quatrocentos e cinqüenta reais)
Data da Assinatura: 07/12/2020
PORTARIA H.R. A – Nº. 89/2020

O Diretor Técnico de Saúde III do Hospital Regional de Assis no uso de suas atribuições legais conforme Decreto Estadual nº. 53.240 de 17 de julho de 2008, artigo 22 inciso I – institui a presente portaria no sentido de implantar o controle do contrato de A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E INSUMOS - BACTERIOLOGIA, através de pregão eletrônico, executado pela empresa MASTER DIAGNÓSTICA PRODUTOS LABORATORIAIS E HOSPITALRES LTDA., conforme processo licitatório nº. 2020/37246, contrato nº 53/2020.

Considerando:

a) que a Lei nº. 8666/93 no artigo 67 prevê a designação formal de representante da Administração Pública no acompanhamento e fiscalização da execução do contrato com terceiros;

b) que no sentido de prevenir problemas de ordem legal na execução do contrato;

c) que torne a execução do contrato mais eficiente e eficaz proporcionando melhor qualidade ao serviço ora contratado.

Resolve:

Artigo 1º - Designar a Servidora Sra. Allyana Fernanda de Souza Cavina - RG: 40.571.879-2 e CPF: 310.441.558-76 e seu substituto o Sr. William Benedicto Frazão Dias - RG: 44.767.848-6 - CPF: 369.433.848-99, para gerenciar o contrato de A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E INSUMOS - BACTERIOLOGIA, através de pregão eletrônico, executado pela empresa MASTER DIAGNÓSTICA PRODUTOS LABORATORIAIS E HOSPITALRES LTDA.

Artigo 2º - O servidor ora designado tem as seguintes atribuições:

acompanhar in-loco a execução de todas as ações da empresa conforme consta nas cláusulas do contrato;

providenciar junto a Administração, meios legais para que a empresa possa executar as atividades e tarefas constantes no contrato;

receber do protocolo/almoxarifado as notas fiscais ou faturas da medição das aquisições entregue pela empresa sob a sua responsabilidade de gestão;

encaminhar os documentos (notas fiscais) ao Núcleo de Controle de matérias após o recebimento da nota fiscal devidamente conferida e em perfeitas condições, para a efetivação do pagamento;

buscar junto à empresa, corrigir todas as falhas que por ventura houver ou possa surgir, relatando em seguida à Administração as providências tomadas bem como as necessárias, caso a solução dos mesmos não estejam o seu alcance.

Artigo 3º - O Servidor cujo contrato esteja sob a sua responsabilidade de gestão, responderá ao seu superior imediato pela execução do mesmo e estará sujeito à penalidade prevista em lei pelo não cumprimento do mesmo.

Artigo 4º - Esta portaria entrará em vigor a partir de sua publicação em diário oficial.

Publique-se e cumpra-se.
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO HRA n.° SES 2020/28615
PREGÃO ELETRÔNICO n.° 186/2020
CONTRATO HRA n.° 54/2020
Contratado: VYTTRA DIAGNÓSTICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO SA
CNPJ: 00.904.728/0012-09
Objeto: AQUISIÇÃO DE INSUMOS - BIOQUÍMICA , COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM COMODATO
Parecer Jurídico: CJ/SS nº 06/2020 de 11/03/2020
Nota de Empenho: 2020NE01553
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Classificação Econômica: 33903032
Vigência: 03 MESES
Valor Total: R$ 30.410,00 (trinta mil, quatrocentos e dez reais)
Data da Assinatura: 09/11/2020
PORTARIA H.R. A – Nº. 80/2020

O Diretor Técnico de Saúde III do Hospital Regional de Assis no uso de suas atribuições legais conforme Decreto Estadual nº. 53.240 de 17 de julho de 2008, artigo 22 inciso I – institui a presente portaria no sentido de implantar o controle do contrato de AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE BIOQUÍMICA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM COMODATO, através de pregão eletrônico, executado pela empresa VYTTRA DIAGNÓSTICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO SA, conforme processo licitatório nº. 2020/28615, contrato 54/2020.

Considerando:

a) que a Lei nº. 8666/93 no artigo 67 prevê a designação formal de representante da Administração Pública no acompanhamento e fiscalização da execução do contrato com terceiros;

b) que no sentido de prevenir problemas de ordem legal na execução do contrato;

c) que torne a execução do contrato mais eficiente e eficaz proporcionando melhor qualidade ao serviço ora contratado.

Resolve:

Artigo 1º - Designar o Servidor Artigo 1º - Designar a Servidora Sra. Allyana Fernanda de Souza Cavina - RG: 40.571.879-2 e CPF: 310.441.558-76 e seu substituto o Sr. William Benedicto Frazão Dias - RG: 44.767.848-6, CPF: 369.433.848-99, para gerenciar o contrato de AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE BIOQUÍMICA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM COMODATO, através de pregão eletrônico, executado pela empresa VYTTRA DIAGNÓSTICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO SA.

Artigo 2º - O servidor ora designado tem as seguintes atribuições:

acompanhar in-loco a execução de todas as ações da empresa conforme consta nas cláusulas do contrato;

providenciar junto a Administração, meios legais para que a empresa possa executar as atividades e tarefas constantes no contrato;

receber do protocolo/almoxarifado as notas fiscais ou faturas da medição das aquisições entregue pela empresa sob a sua responsabilidade de gestão;

encaminhar os documentos (notas fiscais) ao Núcleo de Controle de matérias após o recebimento da nota fiscal devidamente conferida e em perfeitas condições, para a efetivação do pagamento;

buscar junto à empresa, corrigir todas as falhas que por ventura houver ou possa surgir, relatando em seguida à Administração as providências tomadas bem como as necessárias, caso a solução dos mesmos não estejam o seu alcance.

Artigo 3º - O Servidor cujo contrato esteja sob a sua responsabilidade de gestão, responderá ao seu superior imediato pela execução do mesmo e estará sujeito à penalidade prevista em lei pelo não cumprimento do mesmo.

Artigo 4º - Esta portaria entrará em vigor a partir de sua publicação em diário oficial.

Publique-se e cumpra-se.
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO HRA n.° SES 2020/37250
PREGÃO ELETRÔNICO n.° 198/2020
CONTRATO HRA n.° 55/2020
Contratado: LABTECH PRODUTOS PARA LABORATORIOS E HOSPITAIS LTDA EPP
CNPJ: 02.419.460/0001-84
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS LABORATORIAIS - BACTERIOLOGIA.
Parecer Jurídico: CJ/SS nº 06/2020 de 11/03/2020
Nota de Empenho: 2020NE01608
Programa de Trabalho: 10302093048500000
Classificação Econômica: 33903032
Vigência: 02 (dois) meses, com início em 12/11/2020 e término em 31/12/2020
Valor Total: R$ 1.280,00 (Um mil,duzentos e oitenta reais)
Data da Assinatura: 12/11/2020
PORTARIA H.R. A – Nº. 83/2020

O Diretor Técnico de Saúde III do Hospital Regional de Assis no uso de suas atribuições legais conforme Decreto Estadual nº. 53.240 de 17 de julho de 2008, artigo 22 inciso I – institui a presente portaria no sentido de implantar o controle do contrato de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS LABORATORIAIS - BACTERIOLOGIA, através de pregão eletrônico, executado pela empresa LABTECH PRODUTOS PARA LABORATORIOS E HOSPITAIS LTDA EPP, conforme processo licitatório nº. 2020/37250, contrato nº 55/2020.

Considerando:

a) que a Lei nº. 8666/93 no artigo 67 prevê a designação formal de representante da Administração Pública no acompanhamento e fiscalização da execução do contrato com terceiros;

b) que no sentido de prevenir problemas de ordem legal na execução do contrato;

c) que torne a execução do contrato mais eficiente e eficaz proporcionando melhor qualidade ao serviço ora contratado.

Resolve:

Artigo 1º - Designar a Servidora Sra. Allyana Fernanda de Souza Cavina - RG: 40.571.879-2 e CPF: 310.441.558-76 e seu substituto o Sr. William Benedicto Frazão Dias - RG: 44.767.848-6, CPF: 369.433.848-99, para gerenciar o contrato de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS LABORATORIAIS - BACTERIOLOGIA, através de pregão eletrônico, executado pela empresa LABTECH PRODUTOS PARA LABORATORIOS E HOSPITAIS LTDA EPP.

Artigo 2º - O servidor ora designado tem as seguintes atribuições:

acompanhar in-loco a execução de todas as ações da empresa conforme consta nas cláusulas do contrato;

providenciar junto a Administração, meios legais para que a empresa possa executar as atividades e tarefas constantes no contrato;

receber do protocolo/almoxarifado as notas fiscais ou faturas da medição das aquisições entregue pela empresa sob a sua responsabilidade de gestão;

encaminhar os documentos (notas fiscais) ao Núcleo de Controle de matérias após o recebimento da nota fiscal devidamente conferida e em perfeitas condições, para a efetivação do pagamento;

buscar junto à empresa, corrigir todas as falhas que por ventura houver ou possa surgir, relatando em seguida à Administração as providências tomadas bem como as necessárias, caso a solução dos mesmos não estejam o seu alcance.

Artigo 3º - O Servidor cujo contrato esteja sob a sua responsabilidade de gestão, responderá ao seu superior imediato pela execução do mesmo e estará sujeito à penalidade prevista em lei pelo não cumprimento do mesmo.

Artigo 4º - Esta portaria entrará em vigor a partir de sua publicação em diário oficial.

Publique-se e cumpra-se.
RETIFICAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 257/2020 – OC00343
Processo nº SES – 2020/46301

Retificamos a publicação do D.O.E. de 22/01/2021, Seção I, página 89, referente ao Pregão supra citado, destinado à AQUISIÇÃO DE ENXOVAL, uma vez que houve necessidade de alteração da data da sessão pública de 03/02/21 para 05/02/21.

Onde se lê:
A B E R T U R A

Encontra-se aberto no Hospital Regional de Assis, Pregão Eletrônico nº 257/2020, referente ao Processo HRA-SES-PRC 2020/46301, oferta de compras 090121000012020OC00343, destinado à AQUISIÇÃO DE ENXOVAL do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 03/02/2021 e o horário às 09h00min, através do site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.e-negociospublicos.com.br.

Leia-se
A B E R T U R A

Encontra-se aberto no Hospital Regional de Assis, Pregão Eletrônico nº 257/2020, referente ao Processo HRA-SES-PRC 2020/46301, oferta de compras 090121000012020OC00343, destinado à AQUISIÇÃO DE ENXOVAL do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 05/02/2021 e o horário às 09h00min, através do site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.e-negociospublicos.com.br.

RETIFICAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 258/2020 – OC00344
Processo nº SES – 2020/46321

Retificamos a publicação do D.O.E. de 22/01/2021, Seção I, página 89, referente ao Pregão supra citado, destinado à AQUISIÇÃO DE ROUPAS PRIVATIVAS, uma vez que houve necessidade de alteração da data da sessão pública de 03/02/21 para 05/02/21.

Onde se lê:
A B E R T U R A

Encontra-se aberto no Hospital Regional de Assis, Pregão Eletrônico nº 258/2020, referente ao Processo HRA-SES-PRC 2020/46321, oferta de compras 090121000012020OC00344, destinado à AQUISIÇÃO DE ROUPAS PRIVATIVAS do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 03/02/2021 e o horário às 09h00min, através do site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.e-negociospublicos.com.br.

Leia-se
A B E R T U R A

Encontra-se aberto no Hospital Regional de Assis, Pregão Eletrônico nº 258/2020, referente ao Processo HRA-SES-PRC 2020/46321, oferta de compras 090121000012020OC00344, destinado à AQUISIÇÃO DE ROUPAS PRIVATIVAS do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 05/02/2021 e o horário às 09h00min, através do site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.e-negociospublicos.com.br.

RETIFICAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 252/2020 – OC00347
Processo nº SES – 2020/46054

Retificamos a publicação do D.O.E. de 22/01/2021, Seção I, página 89, referente ao Pregão supra citado, destinado à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO – BACTERIOLOGIA, uma vez que houve necessidade de alteração da data da sessão pública de 03/02/21 para 05/02/21.

Onde se lê:
A B E R T U R A

Encontra-se aberto no Hospital Regional de Assis, Pregão Eletrônico nº 252/2020, referente ao Processo HRA-SES-PRC 2020/46054, oferta de compras 090121000012020OC00347, destinado à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO – BACTERIOLOGIA do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 03/02/2021 e o horário às 09h00min, através do site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.e-negociospublicos.com.br.

Leia-se
A B E R T U R A

Encontra-se aberto no Hospital Regional de Assis, Pregão Eletrônico nº 252/2020, referente ao Processo HRA-SES-PRC 2020/46054, oferta de compras 090121000012020OC00347, destinado à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO – BACTERIOLOGIA do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 05/02/2021 e o horário às 09h00min, através do site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.e-negociospublicos.com.br.

RETIFICAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 007/2021 – OC00007
Processo nº SES – 2020/46044

Retificamos a publicação do D.O.E. de 22/01/2021, Seção I, página 89, referente ao Pregão supra citado, destinado à AQUISIÇÃO DE TESTES REAGENTES PARA REALIZAÇÃO DE HEMOGRAMAS COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM COMODATO, uma vez que houve necessidade de alteração da data da sessão pública de 03/02/21 para 05/02/2021.

Onde se lê:
A B E R T U R A

Encontra-se aberto no Hospital Regional de Assis, Pregão Eletrônico nº 007/2021, referente ao Processo HRA-SES-PRC 2020/46044, oferta de compras 090121000012021OC00007, destinado à AQUISIÇÃO DE TESTES REAGENTES PARA REALIZAÇÃO DE HEMOGRAMAS COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM COMODATO do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 03/02/2021 e o horário às 09h00min, através do site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.e-negociospublicos.com.br.

Leia-se
A B E R T U R A

Encontra-se aberto no Hospital Regional de Assis, Pregão Eletrônico nº 007/2021, referente ao Processo HRA-SES-PRC 2020/46044, oferta de compras 090121000012021OC00007, destinado à AQUISIÇÃO DE TESTES REAGENTES PARA REALIZAÇÃO DE HEMOGRAMAS COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM COMODATO do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 05/02/2021 e o horário às 09h00min, através do site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.e-negociospublicos.com.br.

RETIFICAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 251/2020 – OC00348
Processo nº SES – 2020/46040

Retificamos a publicação do D.O.E. de 22/01/2021, Seção I, página 89, referente ao Pregão supra citado, destinado à AQUISIÇÃO DE TESTES REAGENTES PARA REALIZAÇÃO DE HEMOGRAMAS COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM COMODATO, uma vez que houve necessidade de alteração na data da sessão pública de 03/02/21 para 05/02/21.

Onde se lê:
A B E R T U R A

Encontra-se aberto no Hospital Regional de Assis, Pregão Eletrônico nº 251/2020, referente ao Processo HRA-SES-PRC 2020/46040, oferta de compras 090121000012020OC00348, destinado à AQUISIÇÃO DE TESTES REAGENTES PARA REALIZAÇÃO DE HEMOGRAMAS COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM COMODATO do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 03/02/2021 e o horário às 09h00min, através do site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.e-negociospublicos.com.br.

Leia-se
A B E R T U R A

Encontra-se aberto no Hospital Regional de Assis, Pregão Eletrônico nº 251/2020, referente ao Processo HRA-SES-PRC 2020/46040, oferta de compras 090121000012020OC00348, destinado à AQUISIÇÃO DE TESTES REAGENTES PARA REALIZAÇÃO DE HEMOGRAMAS COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM COMODATO do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 05/02/2021 e o horário às 09h00min, através do site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.e-negociospublicos.com.br.

HOSPITAL REGIONAL DOUTOR OSIRIS FLORINDO COELHO - FERRAZ DE VASCONCELOS

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS
ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberta no Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 12/2021, referente ao Processo nº SES-PRC-2020/47383 oferta de compra nº 090166000012021OC00012 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE COPO DESCARTÁVEIS.

O início do prazo para Envio da Proposta Eletrônica será dia 26/01/2021 e abertura da Sessão Pública será dia 05/02/2021, às 09H00 horas no sitio www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital na íntegra também estará disponível para consulta e retirada no site www.imprensaoficial.com.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS
ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberta no Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 08/2021, referente ao Processo nº SES-PRC-2020/50344 oferta de compra nº 090166000012021OC00008 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE TIRA REAGENTE.

O início do prazo para Envio da Proposta Eletrônica será dia 26/01/2021 e abertura da Sessão Pública será dia 05/02/2021, às 10H00 horas no sitio www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital na íntegra também estará disponível para consulta e retirada no site www.imprensaoficial.com.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberta no Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 10/2021, referente ao Processo nº SES-PRC-2020/25049 oferta de compra nº 090166000012021OC00010 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE EQUIPE MICROGOTAS.

O início do prazo para Envio da Proposta Eletrônica será dia 26/01/2021 e abertura da Sessão Pública será dia 05/02/2021, às 09H30 horas no sitio www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital na íntegra também estará disponível para consulta e retirada no site www.imprensaoficial.com.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberta no Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 13/2021, referente ao Processo nº SES-PRC-2020/50198 oferta de compra nº 090166000012021OC00013 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

O início do prazo para Envio da Proposta Eletrônica será dia 26/01/2021 e abertura da Sessão Pública será dia 05/02/2021, às 10H00 horas no sitio www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital na íntegra também estará disponível para consulta e retirada no site www.imprensaoficial.com.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberta no Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 15/2021, referente ao Processo nº SES-PRC-2020/51186 oferta de compra nº 090166000012021OC00015 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

O início do prazo para Envio da Proposta Eletrônica será dia 26/01/2021 e abertura da Sessão Pública será dia 01/02/2021, às 09H00 horas no sitio www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital na íntegra também estará disponível para consulta e retirada no site www.imprensaoficial.com.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberta no Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 14/2021, referente ao Processo nº SES-PRC-2020/51306 oferta de compra nº 090166000012021OC00014 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

O início do prazo para Envio da Proposta Eletrônica será dia 26/01/2021 e abertura da Sessão Pública será dia 05/02/2021, às 11H00 horas no sitio www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital na íntegra também estará disponível para consulta e retirada no site www.imprensaoficial.com.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberta no Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 16/2021, referente ao Processo nº SES-PRC-2020/41654 oferta de compra nº 090166000012021OC00016 cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE SOLUCAO LIMPADORA ENZIMÁTICA, COM LAVADORA ULTRASSÔNICA EM COMODATO

O início do prazo para Envio da Proposta Eletrônica será dia 26/01/2021 e abertura da Sessão Pública será dia 05/02/2021, às 09H30 horas no sitio www.bec.fazenda.sp.gov.br.

O edital na íntegra também estará disponível para consulta e retirada no site www.imprensaoficial.com.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

DIRETORIA TÉCNICA

INTERESSADO: - HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

ASSUNTO: - AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO ENZIMÁTICA, COM LAVADORA ULTRASSÔNICA EM COMODATO

PROCESSO: - SES-PRC-2020/41654

Conforme informação da Diretoria de Material e Patrimônio, tendo em vista que o material deverá ser entregue com uma Lavadora Ultrassônica em comodato, não poderá ser divida em Cota de até 25% REVOGO o Pregão nº 09/2021 oferta de compra nº 090166000012021OC00009, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO ENZIMÁTICA, COM LAVADORA ULTRASSÔNICA EM COMODATO.

HOSPITAL REGIONAL DOUTOR VIVALDO MARTINS SIMÕES - OSASCO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO SES-PRC-2021/01017

OFERTA DE COMPRA N° 090167000012021OC00012

Acha-se aberta no Hospital Dr. Vivaldo Martins Simões Osasco, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2021, referente AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO (MIDAZOLAN 10ML) COM ENTREGA IMEDIATA- ENFRENTAMENTO DA COVID-19, a realização do Pregão será no dia 01/02/2021 às 10:30 horas, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br. O edital na integra estará disponível para consulta e retirada na homepage www.e-negociospublicos.com.br

HOSPITAL REGIONAL SUL

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 281/2020

Processo nº 47901/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: MENNO GRAFICA E INFORMATICA LTDA

CNPJ: 47699350000151

Objeto: Aquisição de Material de escritório

Valor Total da Aquisição: R$ 720,00

Nota de Empenho nº 2020NE02018

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10302093048500000

Fonte de Recurso nº: 001001141

Natureza da Despesa: 33903041

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 07/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 14/12/2020

Data da Vigência: 14/12/2020 a 22/12/2020

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 281/2020

Processo nº 47901/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: CRISTIANO FERREIRA DA SILVA

CNPJ: 28770657000157

Objeto: Aquisição de Material de escritório

Valor Total da Aquisição: R$ 35,00

Nota de Empenho nº 2020NE02019

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10302093048500000

Fonte de Recurso nº: 001001141

Natureza da Despesa: 33903041

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 07/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 14/12/2020

Data da Vigência: 14/12/2020 a 22/12/2020

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 281/2020

Processo nº 47901/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ETICA LTDA

CNPJ: 04708626000108

Objeto: Aquisição de Material de escritório

Valor Total da Aquisição: R$ 1.382,34

Nota de Empenho nº 2020NE02020

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10302093048500000

Fonte de Recurso nº: 001001141

Natureza da Despesa: 33903041

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 07/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 14/12/2020

Data da Vigência: 14/12/2020 a 22/12/2020

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 281/2020

Processo nº 47901/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ETICA LTDA

CNPJ: 04708626000108

Objeto: Aquisição de Material de escritório

Valor Total da Aquisição: R$ 2.309,67

Nota de Empenho nº 2020NE02021

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10302093048500000

Fonte de Recurso nº: 001001141

Natureza da Despesa: 33903041

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 07/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 14/12/2020

Data da Vigência: 14/12/2020 a 22/12/2020

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 270/2020

Processo nº 46340/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: PORTO 71 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP

CNPJ: 17035479000102

Objeto: Aquisição de Material de PARA SADT

Valor Total da Aquisição: R$ 1.920,00

Nota de Empenho nº 2020NE02010

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10302093048500000

Fonte de Recurso nº: 001001141

Natureza da Despesa: 33903031

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 07/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 14/12/2020

Data da Vigência: 14/12/2020 a 22/12/2020

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 270/2020

Processo nº 46340/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: E.TAMUSSINO & CIA LTDA

CNPJ: 33100082000286

Objeto: Aquisição de Material de PARA SADT

Valor Total da Aquisição: R$ 2.500,00

Nota de Empenho nº 2020NE02011

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10302093048500000

Fonte de Recurso nº: 001001141

Natureza da Despesa: 33903031

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 07/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 14/12/2020

Data da Vigência: 14/12/2020 a 22/12/2020

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 256/2020

Processo nº 46116/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: BONE SURGICAL EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI

CNPJ: 04408009000197

Objeto: Aquisição de Fio de Kirschinner e Dreno de Sucção

Valor Total da Aquisição: R$ 2.600,00

Nota de Empenho nº 2020NE01918

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10302093048500000

Fonte de Recurso nº: 001001141

Natureza da Despesa: 33903031

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 07/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 03/12/2020

Data da Vigência: 03/12/2020 a 11/12/2020

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 256/2020

Processo nº 46116/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: Cirurgica Fernandes - Comercio de Materiais Cirurgicos e Hospitalares - Sociedade Limitada

CNPJ: 61418042000131

Objeto: Aquisição de Fio de Kirschinner e Dreno de Sucção

Valor Total da Aquisição: R$ 647,20

Nota de Empenho nº 2020NE01919

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10302093048500000

Fonte de Recurso nº: 001001141

Natureza da Despesa: 33903031

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 07/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 03/12/2020

Data da Vigência: 03/12/2020 a 11/12/2020

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 240/2020

Processo nº 44365/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: ALPHARAD MATERIAIS PARA DIAGNOSTICOS LTDA

CNPJ: 05923871000109

Objeto: Aquisição de Agulhas

Valor Total da Aquisição: R$ 760,00

Nota de Empenho nº 2020NE01830

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10302093048500000

Fonte de Recurso nº: 001001141

Natureza da Despesa: 33903031

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 07/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 19/11/2020

Data da Vigência: 19/11/2020 a 27/11/2020

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 240/2020

Processo nº 44365/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: CEI-COM EXP IMP DE MATERIAIS MEDICOS LTDA

CNPJ: 40175705000164

Objeto: Aquisição de Agulhas

Valor Total da Aquisição: R$ 17.550,00

Nota de Empenho nº 2020NE01831

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10302093048500000

Fonte de Recurso nº: 001001141

Natureza da Despesa: 33903031

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 07/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 19/11/2020

Data da Vigência: 19/11/2020 a 27/11/2020

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 238/2020

Processo nº 44778/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: Maringa Hospitalar Distr. de Medicamentos e Correlatos - Eireli

CNPJ: 07396733000136

Objeto: Aquisição de Luva de Procedimento PeG

Valor Total da Aquisição: R$ 47.525,00

Nota de Empenho nº 2020NE01843

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10302093048500000

Fonte de Recurso nº: 001001141

Natureza da Despesa: 33903031

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 07/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 19/11/2020

Data da Vigência: 19/11/2020 a 27/11/2020

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 191/2020

Processo nº 34200/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: LETICIA MIRANDA FERREIRA DA SILVA

CNPJ: 31065198000115

Objeto: Aquisição de Pilhas

Valor Total da Aquisição: R$ 1.211,80

Nota de Empenho nº 2020NE01504

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10302093048500000

Fonte de Recurso nº: 001001141

Natureza da Despesa: 33903050

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 07/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 16/09/2020

Data da Vigência: 16/09/2020 a 24/09/2020

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 180/2020

Processo nº 32846/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: MEDBRANDS COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI

CNPJ: 27256185000156

Objeto:AQUISIÇÃO DE ANTISSEPTICO BUCAL

Valor Total da Aquisição: R$ 1.740,00

Nota de Empenho nº 2020NE01472

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10302093048500000

Fonte de Recurso nº: 001001141

Natureza da Despesa: 33903031

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 07/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 04/09/2020

Data da Vigência: 04/09/2020 a 14/09/2020

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 178/2020

Processo nº 28943/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: RICARDO RUBIO

CNPJ: 00826788000190

Objeto: AQUISIÇÃO DE DIETA ENTERAL

Valor Total da Aquisição: R$ 900,00

Nota de Empenho nº 2020NE01417

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10302093048500000

Fonte de Recurso nº: 001001141

Natureza da Despesa: 33903010

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 07/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 02/09/2020

Data da Vigência: 02/09/2020 a 10/09/2020

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 177/2020

Processo nº 30117/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: SANDPLAST COMERCIO DE PLASTICOS LTDA--EPP

CNPJ: 17586131000103

Objeto: Aquisição de Caixa Plastica de Transporte

Valor Total da Aquisição: R$ 1.944,00

Nota de Empenho nº 2020NE01418

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10122094062150000

Fonte de Recurso nº: 001001141

Natureza da Despesa: 33903016

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 07/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 02/09/2020

Data da Vigência: 02/09/2020 a 10/09/2020

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 174/2020

Processo nº 30033/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: Dejamaro Industria e Comercio de Produtos Medicos-Hospitalares Eireli

CNPJ: - 27608037000153

Objeto: AQUISIÇÃO DE PROPÉ

Valor Total da Aquisição: R$ 5.136,00

Nota de Empenho nº 2020NE01398

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10302093048500000

Fonte de Recurso nº: 001001141

Natureza da Despesa: 339030-31

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 07/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 27/08/2020

Data da Vigência: 27/08/2020 a 04/09/2020

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 159/2020

Processo nº 28926/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: SC COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

CNPJ: 34396122000160

Objeto: Aquisição de Conjunto de Sonda para Gastrostomia

Valor Total da Aquisição: R$ 4.620,00

Nota de Empenho nº 2020NE01352

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10302093048500000

Fonte de Recurso nº: 001001141

Natureza da Despesa: 33903031

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 07/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 13/08/2020

Data da Vigência: 13/08/2020 a 21/08/2020

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 101/2020

Processo nº 19720/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: COMERCIAL DISCON LTDA

CNPJ: 14365828000158

Objeto: Aquisição De Bobina p/ seladora

Valor Total da Aquisição: R$ 3.824,70

Nota de Empenho nº 2020NE01137

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10302093048500000

Fonte de Recurso nº: 001.001.141

Natureza da Despesa: 339030-50

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 07/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 03/07/2020

Data da Vigência: 03/07/2020 a 13/07/2020

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 114/2020

Processo nº 21935/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: De Pauli Comercio Representacao Importacao e Exportacao LTDA

CNPJ: 03951140000133

Objeto: Aquisição De Avental Descartavel

Valor Total da Aquisição: R$ 73.440,00

Nota de Empenho nº 2020NE01229

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10302093048500000

Fonte de Recurso nº: 001.001.141

Natureza da Despesa: 339030-31

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 07/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 16/07/2020

Data da Vigência: 16/07/2020 a 24/07/2020

HOSPITAL REGIONAL SUL

DESPACHO DO DIRETOR TÉCNICO

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 114/2020

Processo nº 21935/2020

Contratante: Coordenadoria de Serviços de Saúde, através do Hospital Regional Sul.

Contratada: Donizetti de Sousa Guerreiro-Descartaveis

CNPJ: 12265505000167

Objeto: Aquisição De Avental Descartavel

Valor Total da Aquisição: R$ 8.056,00

Nota de Empenho nº 2020NE01230

UGE: 090157

PTRES: 090.606

Programa de Trabalho nº: 10302093048500000

Fonte de Recurso nº: 001.001.141

Natureza da Despesa: 339030-31

Parecer Jurídico nº: 02/2019 – 06/03/2019 – CJ/SS

Data da Assinatura: 16/07/2020

Data da Vigência: 16/07/2020 a 24/07/2020

Hospital Regional Sul

Extrato de Contrato

Contrato n.º 007/2018

Processo n.º 001.0137.001.124/2017

4º Termo Aditivo e Reti-ratificação

Contratante: Secretaria de Estado da Saúde – Hospital Regional Sul

Contratada: Lave Bras Gestão de Têxteis S/A – CNPJ: 06.272.575/0028-60

Objeto: Prestação de serviços de lavanderia hospitalar nas dependências da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

O contrato terá sua vigência prorrogada por mais 15 (quinze) meses, contados à partir 01/01/2021 até 31/03/2022. Ficando ratificadas as demais cláusulas do contrato original.

HOSPITAL SANTA TEREZA DE RIBEIRÃO PRETO

ENCONTRA-SE ABERTO NO HOSPITAL SANTA TEREZA DE RIBEIRÃO PRETO PREGÃO ELETRONICO 04/2021 DO TIPO MENOR PREÇO PROCESSO 2538/2021 OC 090129000012021OC00003 QUE TEM COMO OBJETIVO AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS. O REFERIDO PREGÃO SERÁ REALIZADO DIA 04/02/2021 AS 09:00 HORAS ATRAVÉS DO SITE BEC.SP.GOV.BR

ENCONTRA-SE ABERTO NO HOSPITAL SANTA TEREZA DE RIBEIRAO PRETO PREGÃO ELETRONICO DO TIPO MENOR PREÇO PROCESSO 1844/2021 OC-090129000012021OC00004 QUE TEM COMO OBJETIVO A CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS RIBEIRÃO PRETO-SÃO PAULO IDA E VOLTA .O REFERIDO PREGÃO SERÁ REALIZADA DIA 04/02/2021 AS 11:00HRS ATRAVÉS DO SITE BEC.SP.GOV.BR

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA.

C.N.P.J.: 49324221000104.

Assunto: Aquisição de suplemento nutricional, dieta enteral e outros - via Ata de Registro de Preços.

PROCESSO nº SES-PRC- 2020/46818 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01699 – Valor R$ 6.650,00

Data de Emissão: 17NOV2020

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento.

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: ANBIOTON IMPORTADORA LTDA.

C.N.P.J.: 11260846000187.

Assunto: Aquisição de suplemento nutricional, dieta enteral e outros - via Ata de Registro de Preços.

PROCESSO nº SES-PRC- 2020/46818 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01700 – Valor R$ 7.514,20

Data de Emissão: 17NOV2020

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento.

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA.

C.N.P.J.: 01107391000100.

Assunto: Aquisição de suplemento nutricional, dieta enteral e outros - via Ata de Registro de Preços.

PROCESSO nº SES-PRC- 2020/46818 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01701 – Valor R$ 1.562,00

Data de Emissão: 17NOV2020

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento.

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: CIRURGICA SAO JOSE LTDA.

C.N.P.J.: 55309074000104.

Assunto: Aquisição de Bicarbonato de sódio 8,4% - 250ml, carbonato de cálcio 500mg, ciprofloxacino cloridrato 500mg e outros.

PROCESSO nº SES-PRC-202045506 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01702 – Valor R$ 14.893,20

Data de Emissão: 17NOV2020

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento.

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: ATONS DO BRASIL DISTRIB. IMP. E EXP. LTDA.

C.N.P.J.: 09192829000108.

Assunto: Aquisição de Bicarbonato de sódio 8,4% - 250ml, carbonato de cálcio 500mg, ciprofloxacino cloridrato 500mg e outros.

PROCESSO nº SES-PRC-202045506 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01703 – Valor R$ 222,00

Data de Emissão: 17NOV2020

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento.

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: CRISTALIA PRODUTOS QUIM.E FARMACEUTICO LTDA.

C.N.P.J.: 44734671000151.

Assunto: Aquisição de Bicarbonato de sódio 8,4% - 250ml, carbonato de cálcio 500mg, ciprofloxacino cloridrato 500mg e outros.

PROCESSO nº SES-PRC-202045506 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01705 – Valor R$ 6.494,40

Data de Emissão: 17NOV2020

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento.

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.

C.N.P.J.: 67729178000491.

Assunto: Aquisição de Bicarbonato de sódio 8,4% - 250ml, carbonato de cálcio 500mg, ciprofloxacino cloridrato 500mg e outros.

PROCESSO nº SES-PRC-202045506 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01707 – Valor R$ 92.231,13

Data de Emissão: 17NOV2020

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento.

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

C.N.P.J.: 05847630000110.

Assunto: Aquisição de Bicarbonato de sódio 8,4% - 250ml, carbonato de cálcio 500mg, ciprofloxacino cloridrato 500mg e outros.

PROCESSO nº SES-PRC-202045506 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01708 – Valor R$ 1.660,50

Data de Emissão: 17NOV2020

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento.

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA.

C.N.P.J.: 10588595001092.

Assunto: Aquisição de Bicarbonato de sódio 8,4% - 250ml, carbonato de cálcio 500mg, ciprofloxacino cloridrato 500mg e outros.

PROCESSO nº SES-PRC-202045506 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01709 – Valor R$ 250.998,00

Data de Emissão: 17NOV2020

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento.

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: INTERLAB FARMACEUTICA LTDA.

C.N.P.J.: 43295831000140.

Assunto: Aquisição de Bicarbonato de sódio 8,4% - 250ml, carbonato de cálcio 500mg, ciprofloxacino cloridrato 500mg e outros.

PROCESSO nº SES-PRC-202045506 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01706 – Valor R$ 717,00

Data de Emissão: 17NOV2020

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento.

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: DUPATRI HOSPITALAR COM. IMP. EXP. LTDA.

C.N.P.J.: 04027894000750.

Assunto: Aquisição de Bicarbonato de sódio 8,4% - 250ml, carbonato de cálcio 500mg, ciprofloxacino cloridrato 500mg e outros.

PROCESSO nº SES-PRC-202045506 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01710 – Valor R$ 262,44

Data de Emissão: 17NOV2020

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento.

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: PORTAL LTDA.

C.N.P.J.: 05005873000100.

Assunto: Aquisição de Bicarbonato de sódio 8,4% - 250ml, carbonato de cálcio 500mg, ciprofloxacino cloridrato 500mg e outros.

PROCESSO nº SES-PRC-202045506 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01711 – Valor R$ 5.172,50

Data de Emissão: 17NOV2020

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento.

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES--EIRELI

C.N.P. J: 29700587000123

Assunto: AQUISIÇÃO DE FIOS DE SUTURA, CERA PARA OSSO E OUTROS

PROCESSO IDPC nº 2020/40890.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 386/20 – LEI 10.520/02.

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01713 - Valor R$ 18.211,20.

Data de Emissão: 17NOV2020.

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: MICROSUTURE IND. E COM. IMP. EXP. REP. LT

C.N.P. J: 07415772000133

Assunto: AQUISIÇÃO DE FIOS DE SUTURA, CERA PARA OSSO E OUTROS

PROCESSO IDPC nº 2020/40890.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 386/20 – LEI 10.520/02.

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01714 - Valor R$ 12.634,50.

Data de Emissão: 17NOV2020.

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: ALFAPLAST COMERCIO DE PROD.P/LABORATORIOS
C.N.P. J: 04919019000197
Assunto: AQUISIÇÃO DE TUBO CONICO E HASTE
PROCESSO IDPC nº 2020/43367.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 406/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01715 - Valor R$ 1.080,00.
Data de Emissão: 18NOV2020.
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: BIOSIGMA COM}RCIO DE PRODUTOS HOSPITALARE
C.N.P. J: 12051059000198
Assunto: AQUISIÇÃO DE TUBO CONICO E HASTE
PROCESSO IDPC nº 2020/43367.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 406/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01716 - Valor R$ 1.680,00.
Data de Emissão: 18NOV2020.
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: IBG IND BRASILEIRA DE GASES LTDA.
C.N.P.J.: 67423152000178.
Assunto: Fornecimentos Continuado de Gases Medicinais Não Liquefeitos.
PROCESSO nº SES-PRC-202024822 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01717 – Valor R$ 500,00
Data de Emissão: 19NOV2020
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento.
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: REPRESS DISTRIBUIDORA LTDA
C.N.P. J: 03948933000101
Assunto: Aquisição de Levosimendana 2,5mg-5ml
PROCESSO IDPC nº 2020/44228.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 417/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01720 - Valor R$ 22.500,00.
Data de Emissão: 20NOV2020.
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: BIOMEDICAL PROD. CIENT.MED. HOSPITALARES.
C.N.P.J: 19848316000166.
Assunto: AQUISIÇÃO DE CATETER, PULSEIRA COMPRESSORA, FIO GUIA E OUTROS
PROCESSO nº SES-PRC 2020/40703
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 398/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01724 Valor R$ 85.200,00.
Data de Emissão: 20NOV2020.
Prazo de Entrega: entrega parcelada, sendo a primeira entrega no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial e as demais 30 dias consecutivos após a primeira conforme cronograma em Edital.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: M&D COMERCIAL HOSPITALAR LTDA
C.N.P. J: 33315644000128
Assunto: AQUISIÇÃO DE BISACODIL 5MG, CAPTOPRIL 12,5MG, CLINDAMICINA CLORIDRATO 300MG
PROCESSO IDPC nº 2020/42322.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 413/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01721 - Valor R$ 320,00.
Data de Emissão: 20NOV2020.
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: M.D.A.INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI
C.N.P.J: 06029006000178.
Assunto: AQUISIÇÃO DE COMPRESSA CIRÚRGICA
PROCESSO nº SES-PRC202041308
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 409/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2010NE01722 Valor R$ 97.740,00.
Data de Emissão: 20NOV2020.
Prazo de Entrega: entrega parcelada, sendo a primeira entrega no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial e as demais 30 dias consecutivos após a primeira conforme cronograma em Edital.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: TOTAL LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO
C.N.P.J: 21310535000139.
Assunto: AQUISIÇÃO DE CATETER, PULSEIRA COMPRESSORA, FIO GUIA E OUTROS
PROCESSO nº SES-PRC 2020/40703
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 398/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01723 Valor R$ 24.950,00.
Data de Emissão: 20NOV2020.
Prazo de Entrega: entrega parcelada, sendo a primeira entrega no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial e as demais 30 dias consecutivos após a primeira conforme cronograma em Edital.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: MERIT MEDICAL COM DIST IMP EXP PROD HOSP
C.N.P.J: 13200579000188.
Assunto: AQUISIÇÃO DE CATETER, PULSEIRA COMPRESSORA, FIO GUIA E OUTROS
PROCESSO nº SES-PRC 2020/40703
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 398/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01725 Valor R$ 30.400,00.
Data de Emissão: 20NOV2020.
Prazo de Entrega: entrega parcelada, sendo a primeira entrega no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial e as demais 30 dias consecutivos após a primeira conforme cronograma em Edital.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: ZAMMI INSTRUMENTAL LTDA
C.N.P.J: 30450803000109.
Assunto: AQUISIÇÃO DE CATETER, PULSEIRA COMPRESSORA, FIO GUIA E OUTROS
PROCESSO nº SES-PRC 2020/40703
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 398/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01726 Valor R$ 25.800,00.
Data de Emissão: 20NOV2020.
Prazo de Entrega: entrega parcelada, sendo a primeira entrega no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial e as demais 30 dias consecutivos após a primeira conforme cronograma em Edital.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: BIOMEDICAL PROD. CIENT.MED. HOSPITALARES
C.N.P.J: 19848316000166.
Assunto: AQUISIÇÃO DE CATETER, PULSEIRA COMPRESSORA, FIO GUIA E OUTROS
PROCESSO nº SES-PRC 2020/40703
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 398/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01916 Valor R$ 42.600,00.
Data de Emissão: 15DEZ2020.
Prazo de Entrega: entrega parcelada, sendo a primeira entrega no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial e as demais 30 dias consecutivos após a primeira conforme cronograma em Edital.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: MERIT MEDICAL COM DIST IMP EXP PROD HOSP
C.N.P.J: 13200579000188.
Assunto: AQUISIÇÃO DE CATETER, PULSEIRA COMPRESSORA, FIO GUIA E OUTROS
PROCESSO nº SES-PRC 2020/40703
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 398/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01917 Valor R$ 15.200,00.
Data de Emissão: 15DEZ2020.
Prazo de Entrega: entrega parcelada, sendo a primeira entrega no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial e as demais 30 dias consecutivos após a primeira conforme cronograma em Edital.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: ZAMMI INSTRUMENTAL LTDA
C.N.P.J: 30450803000109.
Assunto: AQUISIÇÃO DE CATETER, PULSEIRA COMPRESSORA, FIO GUIA E OUTROS
PROCESSO nº SES-PRC 2020/40703
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 398/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01918 Valor R$ 17.200,00.
Data de Emissão: 15DEZ2020.
Prazo de Entrega: entrega parcelada, sendo a primeira entrega no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial e as demais 30 dias consecutivos após a primeira conforme cronograma em Edital.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: LETICIA MIRANDA FERREIRA DA SILVA 378921
C.N.P. J: 31065198000115
Assunto: AQUISIÇÃO DE EQUIPO MICROGOTAS, INVOLUCRO, FIXADOR E OUTROS
PROCESSO IDPC nº 2020/40358.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 380/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01733 - Valor R$ 715,50.
Data de Emissão: 23NOV2020.
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.
Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:
CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA
CONTRATADA: MDL ARTIGOS HOSP.E LABORATORIAIS LTDA
C.N.P. J: 04383610000172
Assunto: AQUISIÇÃO DE EQUIPO MICROGOTAS, INVOLUCRO, FIXADOR E OUTROS
PROCESSO IDPC nº 2020/40358.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 380/20 – LEI 10.520/02.
NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01734 - Valor R$ 1.650,00.
Data de Emissão: 23NOV2020.
Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.
Do faturamento e pagamento
A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.
E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: PHO-PRODUTOS HOSPITALARES E ODONT LTDA

C.N.P. J: 08211767000171

Assunto: AQUISIÇÃO DE EQUIPO MICROGOTAS, INVOLUCRO, FIXADOR E OUTROS

PROCESSO IDPC nº 2020/40358.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 380/20 – LEI 10.520/02.

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01735 - Valor R$ 12.645,00.

Data de Emissão: 23NOV2020.

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: RHODES DISTRIBUIDORA DE MAT.HOSPITALARES

C.N.P. J: 29196670000107

Assunto: AQUISIÇÃO DE EQUIPO MICROGOTAS, INVOLUCRO, FIXADOR E OUTROS

PROCESSO IDPC nº 2020/40358.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 380/20 – LEI 10.520/02.

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01736 - Valor R$ 27.900,00.

Data de Emissão: 23NOV2020.

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES-EIRELI

C.N.P. J: 29700587000123

Assunto: AQUISIÇÃO DE EQUIPO MICROGOTAS, INVOLUCRO, FIXADOR E OUTROS

PROCESSO IDPC nº 2020/40358.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 380/20 – LEI 10.520/02.

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01737 - Valor R$ 11.550,00.

Data de Emissão: 23NOV2020.

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: DOCTORMED COMERCIAL LTDA

C.N.P. J: 30322475000165

Assunto: AQUISIÇÃO DE EQUIPO MICROGOTAS, INVOLUCRO, FIXADOR E OUTROS

PROCESSO IDPC nº 2020/40358.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 380/20 – LEI 10.520/02.

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01738 - Valor R$ 4.309,00.

Data de Emissão: 23NOV2020.

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: IBASA DO BRASIL IND. E COMERCIO LTDA

C.N.P. J: 73048845000120

Assunto: AQUISIÇÃO DE SABONETE, APARELHO DE BARBEAR E FILTRO DE PARTÍCULAS PARA MÁQUINADE OSMOSE

PROCESSO IDPC nº 2020/42953.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/20 – LEI 10.520/02.

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01739 - Valor R$ 540,00.

Data de Emissão: 23NOV2020.

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA

CONTRATADA: ALL SUPRIMENTOS EIRELI

C.N.P. J: 22082493000199

Assunto: AQUISIÇÃO DE SABONETE, APARELHO DE BARBEAR E FILTRO DE PARTÍCULAS PARA MÁQUINADE OSMOSE

PROCESSO IDPC nº 2020/42953.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/20 – LEI 10.520/02.

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE01740 - Valor R$ 7.000,00.

Data de Emissão: 23NOV2020.

Prazo de Entrega: entrega única no prazo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial.

Do faturamento e pagamento

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA, C.N.P.J.: Nº 46.374.500/0009-41, END. AV. DR. DANTE PAZZANESE, 500, CEP 04012-090 SÃO PAULO-SP.

E PARA QUE OCORRA O PROCESSAMENTO DOS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE É NECESSÁRIO QUE O FORNECEDOR/EMPRESA REALIZE O CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA-SISGFIN, POR INTERMÉDIO DO SITE WWW.SANI.SAUDE.SP.GOV.BR/DEFAULT.ASPX?IDPAGINA=11122 NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO SS-103, DE 22/12/2017.

Os Interessados poderão solicitar junto a Seção de Suprimentos deste instituto cópia da Referida Nota de Empenho caso desejem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA CONTRATADA:

EMPRESA: AEDIFICANTES CONTRUÇÕES LTDA - ME. C.N.P.J.: 28839543000116. Assunto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE COBERTURA DE TOLDO NA CIRCULAÇÃO EXTERNA DOS PRÉDIOS DA BIOLOGIA MOLECULAR E CENTRO DE TREINAMENTO. PROCESSO IDPC nº 2020/34687

DISPENSA DE LICITAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00007 FED - Valor R$ 144.999,84. Data de Emissão: 14DEZ2020.

Prazo de Entrega: entregam única e imediata no prazo máximo de 90 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial. Do faturamento e pagamento

A NOTA FISCAL DEVE CONTER OS SEGUINTES DADOS: RAZÃO SOCIAL: Fundo Especial de Despesa.C.N.P.J.: Nº 13.851.312.0001-50.

ENDEREÇO: AV. DR. DANTE PAZZANESE. Nº 500, CEP: 04012-180.

SÃO PAULO-SP.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA CONTRATADA:

EMPRESA: DEVANTCARE COMERCIAL LTDA EPP. C.N.P.J.: 27401513000160. Assunto: AQUISIÇÃO DE INDICADOR QUÍMICO, FILTRO ISOLADOR DE PRESSÃO, EQUIPO E OUTROS. PROCESSO IDPC nº 2020/49232 DISPENSA DE LICITAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00008 FED - Valor R$ 390,00. Data de Emissão: 28DEZ2020.

Prazo de Entrega: entregam única e imediata no prazo máximo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial. Do faturamento e pagamento.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA CONTRATADA:

EMPRESA: FORTECARE IND STRIA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA. C.N.P.J.: 08474646000112. Assunto: AQUISIÇÃO DE INDICADOR QUÍMICO, FILTRO ISOLADOR DE PRESSÃO, EQUIPO E OUTROS. PROCESSO IDPC nº 2020/49232 DISPENSA DE LICITAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00009 FED - Valor R$ 768,00. Data de Emissão: 28DEZ2020.

Prazo de Entrega: entregam única e imediata no prazo máximo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial. Do faturamento e pagamento.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA CONTRATADA:

EMPRESA: CIRUROMA COMERCIAL LTDA - ME. C.N.P.J.: 05515873000150. Assunto: AQUISIÇÃO DE INDICADOR QUÍMICO, FILTRO ISOLADOR DE PRESSÃO, EQUIPO E OUTROS. PROCESSO IDPC nº 2020/49232 DISPENSA DE LICITAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00010 FED - Valor R$ 980,00. Data de Emissão: 28DEZ2020.

Prazo de Entrega: entregam única e imediata no prazo máximo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial. Do faturamento e pagamento.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA CONTRATADA:

EMPRESA: LIBEMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP. C.N.P.J.: 04514207000135. Assunto: AQUISIÇÃO DE INDICADOR QUÍMICO, FILTRO ISOLADOR DE PRESSÃO, EQUIPO E OUTROS. PROCESSO IDPC nº 2020/49232 DISPENSA DE LICITAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00011 FED - Valor R$ 756,00. Data de Emissão: 28DEZ2020.

Prazo de Entrega: entregam única e imediata no prazo máximo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial. Do faturamento e pagamento.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA CONTRATADA:

EMPRESA: CCP MED DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP. C.N.P.J.: 17700085000113.

Assunto: AQUISIÇÃO DE ÁCIDOS GRAXOS, CURATIVO DE ALGINATO, DRENOS E OUTROS. PROCESSO IDPC nº 2020/49974

DISPENSA DE LICITAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00021 FED - Valor R$ 11.520,00. Data de Emissão: 30DEZ2020.

Prazo de Entrega: entregam única e imediata no prazo máximo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial. Do faturamento e pagamento.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA CONTRATADA:

EMPRESA: CUBOMED COM ATACADISTA DE PRODUTOS PARA S. C.N.P.J.: 32075199000103.

Assunto: AQUISIÇÃO DE ÁCIDOS GRAXOS, CURATIVO DE ALGINATO, DRENOS E OUTROS. PROCESSO IDPC nº 2020/49974

DISPENSA DE LICITAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00022 FED - Valor R$ 8.760,00. Data de Emissão: 30DEZ2020.

Prazo de Entrega: entregam única e imediata no prazo máximo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial. Do faturamento e pagamento.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA CONTRATADA:

EMPRESA: PHO-PRODUTOS HOSPITALARES E ODONT LTDA. C.N.P.J.: 08211767000171.

Assunto: AQUISIÇÃO DE ÁCIDOS GRAXOS, CURATIVO DE ALGINATO, DRENOS E OUTROS. PROCESSO IDPC nº 2020/49974

DISPENSA DE LICITAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00023 FED - Valor R$ 1.700,00. Data de Emissão: 30DEZ2020.

Prazo de Entrega: entregam única e imediata no prazo máximo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial. Do faturamento e pagamento.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA CONTRATADA:

EMPRESA: VENKURI INDUSTRIA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA. C.N.P.J.: 61117263000170.

Assunto: AQUISIÇÃO DE AVENTAL IMPERMEÁVEL. PROCESSO IDPC nº 2020/49822.

DISPENSA DE LICITAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00020 FED - Valor R$ 179.760,00. Data de Emissão: 30DEZ2020.

Prazo de Entrega: entregam única e imediata no prazo máximo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial. Do faturamento e pagamento.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA CONTRATADA:

EMPRESA: VENKURI INDUSTRIA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA. C.N.P.J.: 61117263000170.

Assunto: AQUISIÇÃO DE AVENTAIS E LUVAS VÁRIOS MODELOS. PROCESSO IDPC nº 2020/49643

DISPENSA DE LICITAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00017 FED - Valor R$ 6.720,00. Data de Emissão: 29DEZ2020.

Prazo de Entrega: entregam única e imediata no prazo máximo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial. Do faturamento e pagamento.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA CONTRATADA:

EMPRESA: FOX IND. COM. MAT. MÉD. E HOSPITALARES EI. C.N.P.J.: 28791011000156.

Assunto: AQUISIÇÃO DE AVENTAIS E LUVAS VÁRIOS MODELOS. PROCESSO IDPC nº 2020/49643

DISPENSA DE LICITAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00018 FED - Valor R$ 89.397,00. Data de Emissão: 29DEZ2020.

Prazo de Entrega: entregam única e imediata no prazo máximo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial. Do faturamento e pagamento.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA CONTRATADA:

EMPRESA: CREMER S/A. C.N.P.J.: 82641325001866.

Assunto: AQUISIÇÃO DE AVENTAIS E LUVAS VÁRIOS MODELOS. PROCESSO IDPC nº 2020/49643

DISPENSA DE LICITAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00019 FED - Valor R$ 30.870,00. Data de Emissão: 29DEZ2020.

Prazo de Entrega: entregam única e imediata no prazo máximo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial. Do faturamento e pagamento.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA CONTRATADA:

EMPRESA: HERMECON CONSTRUCOES LTDA EPP. C.N.P.J.: 02818737000141.

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE ADAPTAÇÃO DE ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO. PROCESSO IDPC nº 2020/50448

DISPENSA DE LICITAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00016 FED - Valor R$ 86.000,00. Data de Emissão: 29DEZ2020.

Prazo de Entrega: entregam única e imediata no prazo máximo de 60 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial. Do faturamento e pagamento.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA CONTRATADA:

EMPRESA: DAVOP COMERCIAL EIRELI EPP. C.N.P.J.: 04463413000163.

Assunto: AQUISIÇÃO DE BLOCOS E TUBO DE COBRE 5/8. PROCESSO IDPC nº 2020/48991.

DISPENSA DE LICITAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00015 FED - Valor R$ 5.940,00. Data de Emissão: 28DEZ2020.

Prazo de Entrega: entregam única e imediata no prazo máximo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial. Do faturamento e pagamento.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA CONTRATADA:

EMPRESA: VIVA CARE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. C.N.P.J.: 24562614000125.

Assunto: AQUISIÇÃO DE SONDA, AGULHA, BOLSA, CATETER E OUTROS. PROCESSO IDPC nº 2020/49226

DISPENSA DE LICITAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00013 FED - Valor R$ 234,32. Data de Emissão: 28DEZ2020.

Prazo de Entrega: entregam única e imediata no prazo máximo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial. Do faturamento e pagamento.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Comunicamos para os devidos fins a emissão de Nota e Empenho realizada por este instituto conforme segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA CONTRATADA:

EMPRESA: DUPAC COMERCIAL EIRELI EPP. C.N.P.J.: 12164483000149.

Assunto: AQUISIÇÃO DE SONDA, AGULHA, BOLSA, CATETER E OUTROS. PROCESSO IDPC nº 2020/49226

DISPENSA DE LICITAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00014 FED - Valor R$ 11.480,00. Data de Emissão: 28DEZ2020.

Prazo de Entrega: entregam única e imediata no prazo máximo de 15 dias corridos a contar da Data de Publicação da Nota de Empenho em Diário Oficial. Do faturamento e pagamento.

INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMÍLIO RIBAS

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE ALÇA CALIBRADA E OUTROS

PREGÃO ELETRONICO N.° 752/2020

PROCESSO: SES 2020/ 29020

Trata-se de procedimento licitatório instaurado para AQUISIÇÃO DE ALÇA CALIBRADA E OUTROS, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 752/20.

Vieram os autos a esta Diretoria para conhecimento dos atos que declarou a empresa ALL LAB COMERCIAL LTDA, vencedora dos itens 01 e 02 do referido pregão.

Durante a sessão de pregão eletrônico a licitante CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA - EPP, manifestou a intenção de interpor recurso administrativo contraria a classificação e habilitação da licitante vencedora, alegando, em síntese, que discorda da classificação do produto ofertado para os itens 01 e 02, alegando não atenderem ao edital em relação ao exposto no catálogo técnico apresentado pela empresa ALL LAB COMERCIAL LTDA.

Após cautelosa análise e considerando que houve o parecer da área técnica conforme consta nos autos, que é quem detém condições para uma melhor análise, bem como o relatório do Sr. Pregoeiro, constatando que as exigências contidas em Edital foram apresentadas de acordo com o mesmo onde as quais são acessíveis para todos os Licitantes, e conduzindo o procedimento licitatório com os requisitos básicos necessários para a instauração válida do certame, inclusive no que concerne ao período de divulgação, conforme preceitua o Artigo 21 da lei Federal nº 8666/93, não sendo registrado nenhum questionamento e/ou impugnação às exigências ali contidas, que adoto e ACOLHO em todos os seus termos e fundamentos. Decido NÃO DAR PROVIMENTO ao recurso administrativo apresentado pela licitante CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA - EPP. e por conseguinte, fica mantida a decisão que declarou vencedora do certame a licitante ALL LAB COMERCIAL LTDA.

INSTITUTO PAULISTA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA - JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

INSTITUTO PAULISTA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA - IPGG

"JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES"

COMUNICADO DE 22/01/2021

EXTRATO DE TERMO DE RERRATIFICAÇÃO

Processo: 001.0149.000.195/16

Assunto: Prestação de Serviços de dosimetria individual e externa.

Contrato nº: 012/16

Contratante: Instituto Paulista de Geriatria e Gerontologia – IPGG "José Ermírio de Moraes"

Contratada: SAPRA LANDAUER SERVIÇO DE ASSESSORIA E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA LTDA.

Objeto: Reajuste contratual

Índice de Reajuste: 3,19%
Período do Reajuste: 18/08/2020 à 27/09/2021
Valor Base Mensal: R$ 207,21 (duzentos e sete reais e vinte e um centavos)
Elemento: 33903999
Data da Assinatura: 15/01/2021

UNIDADE DE GESTÃO ASSISTENCIAL III - HOSPITAL INFANTIL DARCY VARGAS

ACHA-SE ABERTO NO HOSPITAL INFANTIL DARCY VARGAS, SITO NA RUA DR. SERÁFICO DE ASSIS CARVALHO Nº 34 – MORUMBI - SÃO PAULO, A LICITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 006/2021 REFERENTE AO SES–PRC–2020/23509
BEC OC Nº 090162000012021OC00001
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE CONJUNTOS PARA U.T.I.
A REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO SERÁ NO
DIA 05 / 02 /2021 A PARTIR DAS 09h00, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.BEC.SP.GOV.BR. O EDITAL NA INTEGRA ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA E RETIRADA NO SITE WWW.BEC.SP.GOV.BR OU.,WWW.E-NEGOCIOSPUBLICOS.COM.BR.
Comunicamos aos fornecedores abaixo relacionados, que se encontram à disposição na Seção de Compras, desta UGA III – Hospital Infantil Darcy Vargas, Sito à Rua Dr. Serafico de Assis Carvalho, 34 – Jardim Leonor – Morumbi – SP , as seguintes Notas de Empenho, que deverão ser retiradas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis das 8h às 16h. A não retirada das mesmas implicará em sanções por descumprimento das obrigações.
PROCESSO 2020/41165
PREGAO 236/2020
SURGICALMEDI
AQUISIÇÃO MATERIAIS DE USO MÉDICO –HOSPITALAR – CATETER DIÁLISE PERITONEAL, CATETER URETRAL E CATETER P/ HEMODIÁLISE
2020NE01385
VALOR R$ 810,00
Comunicamos aos fornecedores abaixo relacionados, que se encontram à disposição na Seção de Compras, desta UGA III – Hospital Infantil Darcy Vargas, Sito à Rua Dr. Serafico de Assis Carvalho, 34 – Jardim Leonor – Morumbi – SP , as seguintes Notas de Empenho, que deverão ser retiradas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis das 8h às 16h. A não retirada das mesmas implicará em sanções por descumprimento das obrigações.
PROCESSO 2020/41165
PREGAO 236/2020
UNIDAS MEDICAL IMPORTAÇÃO E EXP LTDA EPP
AQUISIÇÃO MATERIAIS DE USO MÉDICO –HOSPITALAR – CATETER DIÁLISE PERITONEAL, CATETER URETRAL E CATETER P/ HEMODIÁLISE
2020NE01386
VALOR R$ 2.400,00

UNIDADE DE GESTÃO ASSISTENCIAL IV - HOSPITAL E MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS

ENCONTRA-SE ABERTO NA UNIDADE HOSPITALAR UGA-IV - HOSPITAL MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2021 PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTE PARA BIOQUÍMICA COM EQUIPAMENTO EM COMODATO, QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 05/02/2021 ÀS 14h00min através do sítio eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br COM OFERTA DE COMPRA Nº 090163000012021OC00010.
ENCONTRA-SE ABERTO NA UNIDADE HOSPITALAR UGA-IV - HOSPITAL MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2021 PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTE PARA COAGULAÇÃO COM EQUIPAMENTO EM COMODATO, QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 08/02/2021 ÀS 14h00min através do sítio eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br COM OFERTA DE COMPRA Nº 090163000012021OC00011.

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR CHOPIN TAVARES DE LIMA

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR "CHOPIN TAVARES DE LIMA" – FURP
AVISO DE LICITAÇÃO
Acha-se aberta na Fundação para o Remédio Popular – Furp, a seguinte licitação:
Pregão Eletrônico nº 0131/2020-A – Processo 6874/2020
Oferta de Compra nº 091101090452021OC00007
Pregoeira designada: Cláudia de Almeida Silva
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EMBALAGEM (LAMINADOS)
Realização da Sessão: 05/02/2021 às 09:00 horas
EDITAL / INFORMAÇÕES: Seção de Licitações, Rua Endres, 35 – Itapegica, Guarulhos – SP. Tel. (11) 2423-6226 / 6156, das 10:00 às 12:00 hs. e das 13:00 às 16:00 hs. – E-mail licitacao@furp.sp.gov.br – As licitantes interessadas poderão consultar o resumo do edital nos sites: www.pregao.sp.gov.br e www.furp.sp.gov.br ou adquiri-lo através do site www.imprensaoficial.com.br ou www.bec.sp.gov.br
FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR "CHOPIN TAVARES DE LIMA" – FURP
AVISO DE LICITAÇÃO
Acha-se aberta na Fundação para o Remédio Popular – Furp, a seguinte licitação:
Pregão Eletrônico nº 0137/2020-A – Processo 6880/2020
Oferta de Compra nº 091101090452021OC00008
Pregoeiro designado: André Augusto Furquim
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EMBALAGEM (RÓTULOS AUTOADESIVOS)
Realização da Sessão: 05/02/2021 às 09:00 horas
EDITAL / INFORMAÇÕES: Seção de Licitações, Rua Endres, 35 – Itapegica, Guarulhos – SP. Tel. (11) 2423-6226 / 6156, das 10:00 às 12:00 hs. e das 13:00 às 16:00 hs. – E-mail licitacao@furp.sp.gov.br – As licitantes interessadas poderão consultar o resumo do edital nos sites: www.pregao.sp.gov.br e www.furp.sp.gov.br ou adquiri-lo através do site www.imprensaoficial.com.br ou www.bec.sp.gov.br
FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR – CHOPIN TAVARES DE LIMA FURP
Extrato do Primeiro Termo Aditivo
Contratante: Fundação para o Remédio Popular - Furp
Contratada: Logix Empilhadeiras Ltda-EPP.
Objeto: Prestação de Serviço de Manutenção Corretiva e Preventiva em Empilhadeiras e Transpaleteiras.
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 0173/2019
Processo Furp nº: 87.218
Alteração:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente Termo de aditamento:
A prorrogação do prazo de vigência do contrato administrativo, celebrado entre as partes em 17 de janeiro de 2020 e publicado em 21 de janeiro de 2020, bem como o decorrente acréscimo do valor contratual;
A inserção de Cláusula Resolutiva;
A abdicação do reajuste;
Desconto de 15%.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
O prazo de vigência do presente contrato fica prorrogado por mais 03 (três) meses, a partir de 21 de janeiro de 2021, vencendo-se em 20 de abril de 2021.
O referido contrato poderá se encerrar antes, a critério da Contratante, caso novo procedimento licitatório, destinado à contratação do mesmo objeto, seja concluído com a efetiva implantação dos serviços.
2.3 Na hipótese de extinção do contrato pelo implemento da condição resolutiva a Contratada está ciente de que não terá direito à indenização.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO PRESENTE TERMO
3.1 Em decorrência da prorrogação, fica acrescido o valor estimado de R$ 8.656,74 (oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e setenta e quatro centavos) mensais, já concedido 15 % de desconto.
3.2 O valor total deste aditamento é de R$ 25.970,22 (vinte e cinco mil, novecentos e setenta reais e vinte e dois centavos).
3.3 Em razão do mencionado no item anterior, o valor total estimado do contrato passará de R$ 122.212,80 (cento e vinte e dois mil, duzentos e doze reais e oitenta centavos) para R$ 148.183,02 (cento e quarenta e oito mil, cento e oitenta e três reais e dois centavos).
CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE
O preço unitário contratado, de acordo com o previsto na cláusula oitava do contrato, em razão da abdicação por parte da Contratada, não sofrerá reajuste no período de 21/01/2020 a 20/01/2021.
CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Ratificam-se, em seu inteiro teor, as demais cláusulas e condições do primitivo contrato, bem como dos termos aditivos, não alterados pelo presente.
O presente instrumento de termo aditivo, elaborado em duas vias de igual teor e forma, é subscrito pelas partes e por duas testemunhas.
Data de Assinatura: 20/01/2021
FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR "CHOPIN TAVARES DE LIMA" – FURP
AVISO DE LICITAÇÃO
Acha-se aberta na Fundação para o Remédio Popular – Furp, a seguinte licitação:
Pregão Eletrônico nº 0178/2020 – Processo 88572
Oferta de Compra nº 091101090452020OC00836
Pregoeiro designado: Juliano Reino Gibbini
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA EM AR COMPRIMIDO
Realização da Sessão: 08/02/2021 às 09:00 horas
EDITAL / INFORMAÇÕES: Seção de Licitações, Rua Endres, 35 – Itapegica, Guarulhos – SP. Tel. (11) 2423-6226 / 6156, das 10:00 às 12:00 hs. e das 13:00 às 16:00 hs. – E-mail licitacao@furp.sp.gov.br – As licitantes interessadas poderão consultar o resumo do edital nos sites: www.pregao.sp.gov.br e www.furp.sp.gov.br ou adquiri-lo através do site www.imprensaoficial.com.br ou www.bec.sp.gov.br

FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE - HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 04/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.406/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 170/2020
OBJETO DO CONTRATO: Prestação dos serviços de operacionalização dos equipamentos necessários à realização de testes analíticos, am automação de Banco de Sangue
CONTRATANTE: Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo
CONTRATADA: CID – CENTRAL DE INVESTIGAÇÃO DIAGNÓSTICA S/S LTDA
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR: R$ 1.682.857,68 (um milhão, seiscentos e oitenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e oito centavos)
PARECER JS N. 01/2021 – FPSHSP de 07.01.2021
FUNDAMENTO LEGAL: Leis Federais nºs 10.520/02 e 8666/93 c/c com dispositivos da Lei nº 6.544/89 e Decreto Estadual nº 49.722/05
NATUREZA DE DESPESA: 339039-99
CNPJ: 03281.307/0001-04
DATA DA ASSINATURA: 20/01/2021
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 01/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 392/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 169/2020
OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de 01 (um) equipamento citômetro de fluxo para diagnóstico em imunohematologia. CONTRATANTE: Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo
CONTRATADA: BECKMAN COULTER DO BRASIL COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LABORATÓRIO LTDA.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR: R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)
PARECER JS: 549/2020 - FPSHSP de 22.12.2020
FUNDAMENTO LEGAL: Leis Federais nºs 10.520/02 e 8666/93 c/c com dispositivos da Lei nº 6.544/89 e Decreto Estadual nº 49.722/05
NATUREZA DE DESPESA: 449052-35
CNPJ: 42.160.812/0006-59
DATA DA ASSINATURA: 05/01/2021

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP

E D I T A L
GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
DIVISAO DE MATERIAL – NILO
ERRATA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.1137/2020
PROCESSO N.º 3394859/2019
Onde se lê:
ANEXO I
I.1 TERMO DE REFERÊNCIA
(...)
1. Condições técnicas:
(...)
4. Memorial Descritivo
Especificação técnica do Microscópio Cirúrgico para catarata
(..)
Iluminação:
- Coaxial através de fibra ótica ou LED;
- Controle variável de iluminação;
- Fonte de luz LED de potência mínima de 5W, temperatura de cor de 4.500K;
- Cabo de fibra ótica da fonte para a cabeça do microscópio, se necessário;
- Pedal multifuncional de no mínimo 8 funções;
Leia-se
ANEXO I
I.1 TERMO DE REFERÊNCIA
(...)
1. Condições técnicas:
(...)
4. Memorial Descritivo
Especificação técnica do Microscópio Cirúrgico para catarata
(..)
Iluminação:
- Coaxial através de fibra ótica ou LED;
- Controle variável de iluminação;
- Fonte de luz LED de potência mínima de 5W, temperatura de cor de 3.400 K a 4.500K;
- Cabo de fibra ótica da fonte para a cabeça do microscópio, se necessário;
- Pedal multifuncional de no mínimo 8 funções;
E D I T A L
GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO (HCFMUSP)
DIVISAO DE MATERIAL – NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (NILO)
Encontra-se aberto pelo HCFMUSP, o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0086/2021, Processo Administrativo nº 2074418/2020 Oferta de Compra 092301090572021OC00047 para a constituição de Sistema de Registro de Preços – SRP, tipo menor preço, para aquisição de SOLUÇÃO CARDIOPLEGICA SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 10 ML, cuja sessão será realizada no dia 05/02/2021 às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br. O edital na íntegra estará disponível no(s) endereço(s) eletrônico(s) www.bec.sp.gov.br – opção "edital" e www.imprensoficial.com.br opção "e-negociospublicos" ou, em versão impressa, no Expediente do NILO,2º andar do prédio da Administração, na Rua Dr. Ovídio Pires de Campos, 225, Cerqueira César, São Paulo-SP das 08:00 às 16:00 horas, no valor de R$ 10,00 (dez reais), a partir do dia 26/01/2021. PREGOEIRO DESIGNADO: KIZE DOS SANTOS VOLTAN E SUPLENTES.
E D I T A L
GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO (HCFMUSP)
DIVISAO DE MATERIAL – NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (NILO)
Encontra-se aberto pelo HCFMUSP, o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0085/2021, Processo Administrativo nº 1839841/2020 Oferta de Compra 092301090572021OC00051 para a constituição de Sistema de Registro de Preços – SRP, tipo menor preço, para aquisição de IODO METALOIDE RESSUBLIMADO USP OU FB, CARBONATO DE CALCIO FB OU USP, GLICERINA ANIDRA PURA USP OU FB, VASELINA LIQUIDA, CLORETO DE POTASSIO, cuja sessão será realizada no dia 05/02/2021 às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br. O edital na íntegra estará disponível no(s) endereço(s) eletrônico(s) www.bec.sp.gov.br – opção "edital" e www.imprensoficial.com.br opção "e-negociospublicos" ou, em versão impressa, no Expediente do NILO,2º andar do prédio da Administração, na Rua Dr. Ovídio Pires de Campos, 225, Cerqueira César, São Paulo-SP das 08:00 às 16:00 horas, no valor de R$ 10,00 (dez reais), a partir do dia 26/01/2021. PREGOEIRO DESIGNADO: JULIANE B. DE OLIVEIRA MOURA E SUPLENTES.
E D I T A L
GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO (HCFMUSP)
DIVISAO DE MATERIAL – NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (NILO)
Encontra-se aberto pelo HCFMUSP, o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0088/2021, Processo Administrativo nº 1830508/2020 Oferta de Compra 092301090572021OC00055 para a constituição de Sistema de Registro de Preços – SRP, tipo menor preço, para aquisição de BELIMUMABE 400 MG/ML, BELIMUMABE 120 MG, cuja sessão será realizada no dia 05/02/2021 às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br. O edital na íntegra estará disponível no(s) endereço(s) eletrônico(s) www.bec.sp.gov.br – opção "edital" e www.imprensoficial.com.br opção "e-negociospublicos" ou, em versão impressa, no Expediente do NILO,2º andar do prédio da Administração, na Rua Dr. Ovídio Pires de Campos, 225, Cerqueira César, São Paulo-SP das 08:00 às 16:00 horas, no valor de R$ 10,00 (dez reais), a partir do dia 26/01/2021. PREGOEIRO DESIGNADO: KIZE DOS SANTOS VOLTAN E SUPLENTES.
E D I T A L
GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO (HCFMUSP)
DIVISAO DE MATERIAL – NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (NILO)
Encontra-se aberto pelo HCFMUSP, o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0087/2021, Processo Administrativo nº 2102635/2020 Oferta de Compra 092301090572021OC00099 para a constituição de Sistema de Registro de Preços – SRP, tipo menor preço, para aquisição de INEXEQUIZUMABE 80 MG/ML, cuja sessão será realizada no dia 05/02/2021 às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br. O edital na íntegra estará disponível no(s) endereço(s) eletrônico(s) www.bec.sp.gov.br – opção "edital" e www.imprensoficial.com.br opção "e-negociospublicos" ou, em versão impressa, no Expediente do NILO,2º andar do prédio da Administração, na Rua Dr. Ovídio Pires de Campos, 225, Cerqueira César, São Paulo-SP das 08:00 às 16:00 horas, no valor de R$ 10,00 (dez reais), a partir do dia 26/01/2021. PREGOEIRO DESIGNADO: JULIANE B. DE OLIVEIRA MOURA E SUPLENTES.
E D I T A L
GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
DIVISAO DE MATERIAL - NILO
Acha-se aberto no Hospital das Clínicas da FMUSP o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2021, PROCESSO Nº 1653107/2020, Oferta de Compra 092301090572021OC00003 para constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de para atender mandado judicial, de kit de acessórios para bomba de insulina e conjunto para infusão de insulina, cuja sessão será realizada no dia 08/02/2021, às 09:00 horas. O edital na íntegra estará disponível aos interessados nos sites www.bec.sp.gov.br e www.imesp.com.br a partir de 26/01/2021. PREGOEIRO DESIGNADO: VANDERLI REGINA DE BRITTO MENEZES e suplentes.
,

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

Ata do Registro de Preços nº: 559/2020
Processo HCRP nº: 8861/2020
Tendo a licitação acima sido homologada em 18/01/2021, publicado no D.O. em 22/01/2021 publicamos abaixo o extrato da Ata com os preços das primeiras classificadas.
Item 2
Descrição: TRASTUZUMABE, PO PARA SOLUCAO INJETAVEL, FRASCO-AMPOLA 440 MG, VIA ENDOVENOSA.
Unidade: UN
Empresa Vencedora: ONCO PROD DISTR DE PROD HOSPIT LTDA
Preço unitário: R$ 4.400,0000
Validade 12 meses
DESPACHO DA SENHORA CHEFE DE GABINETE DE 21/01/2021
HOMOLOGANDO
PREGÃO ELETRÔNICO - HCRP HCRP nº: 539/2020
PROCESSO HCRP nº: 5036/2020
OFERTA DE COMPRA: 092201090562020OC00576
OBJETO: Constituição de Sistema de Registro de Preços para Aquisição Futura e Eventual de Material Médico
Item(ns) Deserto(s): 1
Item(ns) vencedores: 2 - VIC PHARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA,
RIBEIRÃO PRETO, 22 DE JANEIRO DE 2021.
Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2021, do tipo menor preço, destinado à aquisição de FENTANILA CITRATO, SOLUÇÃO INJETÁVEL; MANITOL 20%...; NEOMICINA + BACITRACINA.....; AMOXICILINA 1000 MG + CLAVULONATO DE POTÁSSIO 200 MG...; FONDAPARINUX SÓDICO, SOLUÇÃO INJETÁVEL... A realização da Sessão será no dia 05/02/2021, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 26/01/2021. OC Nº: 092201090562021OC00040. O edital na íntegra poderá ser retirado no Setor de Expediente do Departamento de Apoio Administrativo, das 08 às 17 horas ou através do site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152.
Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2021, do tipo menor preço, destinado à aquisição de SOLUÇÃO DE PERFUSÃOP PARA CO0NSERVAÇÃO DE ORGÃOS.. A realização da Sessão será no dia 05/02/2021, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 26/01/2021. OC Nº: 092201090562021OC00041. O edital na íntegra poderá ser retirado no Setor de Expediente do Departamento de Apoio Administrativo, das 08 às 17 horas ou através do site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152.
EXTRATO DE CONTRATO
Processo: HCRP 9272/2020 - Termo PJ-01/21 - Contratante: HCFMRPUSP – Contratada: GE HEALTHCARE DO BRASIL COM. E SERV. PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA – Inexigibilidade de Licitação- Parecer CJ/HCRP Nº 421/20 de 17-12-20– Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, na modalidade "Performance Care", ou seja, com fornecimento de peças e mão de obra, em 10 aparelhos de anestesia modelo Carestation 620, 10 Módulos de Agentes Anestésico e 20 Vaporizadores – Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Valor total estimado: R$ 145.200,000 para o exercício de 2.021- Objeto: 3.390.39-Assinatura: 01/01/21.
Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2021, do tipo menor preço, destinado à aquisição de BLEOMICINA SULFATO e MEGESTROL ACETATO.. A realização da Sessão será no dia 05/02/2021, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 26/01/2021. OC Nº: 092201090562021OC00042. O edital na íntegra poderá ser retirado no Setor de Expediente do Departamento de Apoio Administrativo, das 08 às 17 horas ou através do site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152.
Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2021, do tipo menor preço, destinado à aquisição de ARROZ AGULHINHA.. A realização da Sessão será no dia 05/02/2021, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 26/01/2021. OC Nº: 092201090562021OC00043. O edital na íntegra poderá ser retirado no Setor de Expediente do Departamento de Apoio Administrativo, das 08 às 17 horas ou através do site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152.
Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2021, do tipo menor preço, destinado à aquisição de FIO GUIA PARA HEMODINAMICA. A realização da Sessão será no dia 05/02/2021, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 26/01/2021. OC Nº: 092201090562021OC00044. O edital na íntegra poderá ser retirado no Setor de Expediente do Departamento de Apoio Administrativo, das 08 às 17 horas ou através do site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152.
Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2021, do tipo menor preço, destinado à aquisição de ESPESSANTE E GELIFICANTE.. A realização da Sessão será no dia 05/02/2021, às 14:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 26/01/2021. OC Nº: 092201090562021OC00043. O edital na íntegra poderá ser retirado no Setor de Expediente do Departamento de Apoio Administrativo, das 08 às 17 horas ou através do site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152.
Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2021, do tipo menor preço, destinado à aquisição de CATETER TERMO DILUIÇÃO.. A realização da Sessão será no dia 05/02/2021, às 14:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 26/01/2021. OC Nº: 092201090562021OC00046. O edital na íntegra poderá ser retirado no Setor de Expediente do Departamento de Apoio Administrativo, das 08 às 17 horas ou através do site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152.
Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2021, do tipo menor preço, destinado à aquisição de SACO DE PAPEL.. A realização da Sessão será no dia 05/02/2021, às 14:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 26/01/2021. OC Nº: 092201090562021OC00047. O edital na íntegra poderá ser retirado no Setor de Expediente do Departamento de Apoio Administrativo, das 08 às 17 horas ou através do site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152.
Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2021, do tipo menor preço, destinado à aquisição de LINEZOLIDA SOLUÇÃO.. A realização da Sessão será no dia 08/02/2021, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 27/01/2021. OC Nº: 092201090562021OC00048. O edital na íntegra poderá ser retirado no Setor de Expediente do Departamento de Apoio Administrativo, das 08 às 17 horas ou através do site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152.
Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2021, do tipo menor preço, destinado à aquisição de HIDROXIUREIA CAPSULA.. A realização da Sessão será no dia 08/02/2021, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 27/01/2021. OC Nº: 092201090562021OC00049. O edital na íntegra poderá ser retirado no Setor de Expediente do Departamento de Apoio Administrativo, das 08 às 17 horas ou através do site: www.e-negociospublicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU

HOSPITAL DAS CLÍNICAS
FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 246/2020 - HCFMB
PROCESSO nº 01704/2020 - HCFMB
PREGÃO nº 382/2020 - HCFMB

Com fundamento no Decreto Estadual nº 47.945/2003, tendo por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (ANCORAS METÁLICAS /ENXERTO CIMENTO), procedendo ao registro de preço do primeiro colocado e das demais fornecedores que concordaram em fornecer o objeto do certame por igual valor, obedecida a ordem crescente das respectivas propostas, nos seguintes termos.

1. DO OBJETO E RESPECTIVAS QUANTIDADES ESTIMADAS

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a aquisição futura e eventual, pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (ANCORAS METÁLICAS /ENXERTO CIMENTO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIDADE DE ORTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes do, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Deverão ser respeitadas todas as especificações técnicas e as demais condições de fornecimento contidas no Termo de Referência que figurou como Anexo I do Edital que precedeu esta Ata e que dela fica fazendo parte integrante.

1.3. Deverão ser mantidas durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Figura como ÓRGÃO GERENCIADOR da presente Ata de Registro de Preços o HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU – HCFMB, localizado na Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n° Rubião Junior, Botucatu/SP, CEP: 18.618-687.

3. DOS PREÇOS

3.1. Os preços unitários que vigorarão nesta Ata de Registro de Preços são os seguintes:

Item/ Quantidade Total Estimada/ Unid/ Descrição do Material/ Preço Unitário/ Preço Total/ Classificação/ Empresa/ CNPJ/ Marca/ Procedência/ Embalagem

1/50/UN UNIDADE/ENXERTO OSSEO; EM BIOCERAMICO BIFASICO A BASE DE TRICALCIO FOSFATO EHIDROXIAPATITA,MICROPOROS 1U A 10U E MACRO 50UA400; DO TIPO GRANULADO P/USO CERVICAL, LOMBAR E TORACICO C/GRANULOS DE 3,0MM DE DIAMETRO/R$ 560,00/R$ 28.000,00/Classificação: Única Classificada/Empresa: ORTHOMAXX HOSPITALAR EIRELI/CNPJ: 20.147.395/0001-67/Marca: JHS/Procedência: Nacional/Embalagem: Individual

3.2. Os preços registrados permanecerão fixos e irreajustáveis.

3.3. O preço registrado abrangerá os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, entre outros), seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

3.4. Se o preço registrado se tornar superior aos valores praticados no mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR adotará as seguintes providências:

3.4.1. convocará o FORNECEDOR, obedecida a ordem de classificação no certame, visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;

3.4.2. liberará o FORNECEDOR do compromisso assumido e cancelará o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitadas as contratações já celebradas;

3.4.3. convocará os demais FORNECEDORES, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Não logrando êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR cancelará o item objeto do preço negociado.

4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O prazo de validade do Sistema de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

5.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.1.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

5.1.5. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

6. DAS CONTRATAÇÕES DOS FORNECEDORES PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.1. Os fornecedores que assinarem a Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

6.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, ficando-lhe facultada à utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

6.1.2. Quando da necessidade de contratação, o ÓRGÃO PARTICIPANTE, por intermédio do gestor do contrato por ele indicado, consultará o ÓRGÃO GERENCIADOR para obter a indicação do FORNECEDOR, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

6.2. A contratação dos FORNECEDORES pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE será formalizada pela emissão de nota de empenho.

6.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo FORNECEDOR para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, o ÓRGÃO PARTICIPANTE verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

6.2.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o FORNECEDOR será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 6.2.1, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

6.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

6.2.4. O "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e o "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis, deverão ser consultados previamente à celebração da contratação, observando-se os itens 2.2.1 e 2.2.2 do Edital.

6.2.5. Constitui também condição para a celebração da contratação, caso se trate de sociedade cooperativa, a indicação de gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante o contratante.

6.2.6. Também constitui condição para a celebração da contratação a apresentação dos documentos a que se referem as declarações de que trata o item 4.1.4. e 4.1.5. deste Edital.

6.3. No prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, o fornecedor deverá comparecer perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico.

6.3.1. O prazo indicado no item 6.3 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

6.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo indicado no item 6.3 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

6.4. Aplicam-se às contratações realizadas com base neste Sistema de Registro de Preços, as disposições estabelecidas no Edital da licitação que o precedeu, relativas aos prazos, às condições de local de entrega do objeto, às condições de recebimento do objeto, à forma de pagamento e às sanções para o caso de inadimplemento.

6.5. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da apresentação de cada nota fiscal/fatura no protocolo da unidade promotora da licitação, no endereço indicado no preâmbulo deste edital, à vista do respectivo "Termo de Recebimento Definitivo" ou "Recibo".

6.6. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

6.7. Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada no Banco do Brasil S/A.

6.8. Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pró-rata tempore", em relação ao atraso verificado.

6.9. Os bens deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis e a reposição deverá ser em 72 (setenta e duas) horas, contados da data da retirada da nota de empenho pela contratada.

6.10. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita no(s) locais indicados na Relação de Órgãos Participantes, que constitui Anexo I.2 deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

6.11. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

6.12. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução cuja cópia constitui Anexo IV do Edital, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis.

6.13. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

6.14. O contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no termo de contrato, quando houver.

6.15. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

6.16. Os procedimentos para a imposição de sanções serão conduzidos:

6.16.1. No âmbito do Órgão Participante, para a aplicação das penalidades de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais;

6.16.2. No âmbito do Órgão Gerenciador, para aplicação das demais penalidades não indicadas no 6.16.1;

6.17. As sanções serão aplicadas pela autoridade competente do órgão que conduziu o procedimento, em conformidade com o disposto no item 6.16. Poderão ser motivos de rescisão contratual, com as conseqüências previstas, aqueles elencados nos artigos 75 a 82 da Lei estadual n.º 6.544/89 e artigos 77 a 80, 86 e 88 da Lei federal n.º 8.666/93.

DO SUPERINTENDENTE DO HCFMB
EM 22/01/2021

Nos termos dos artigos 12°, Decreto Estadual n° 47.297, de 06 de novembro de 2002, c.c., Decreto Estadual n° 49.722, de 24 de junho de 2005, Resolução n° CC-27, de 25/05/2006, Homologo o Pregão Eletrônico nº 376/2020 - HCFMB, do tipo MENOR PREÇO – Processo nº 01705/2020 - HCFMB, objetivando a CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (CÂNULAS PARA CIRURGIA EXTRACORPÓREA), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIDADE DE ORTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS, que objetiva o Registro de Preços pelo período de 12 (doze) meses, para suprir as necessidades do Hospital das Clínicas da Faculdade de medicina de Botucatu - HCFMB, conforme a classificação efetuada pelo Pregoeiro e Ata lavrada em Sessão Pública no dia 21/01/2021.

Item/ Empresa/ Classificação/ Valor Unitário

1/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 300,00;

2/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 300,00;

3/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 300,00;

4/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 300,00;

5/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 300,00;

6/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 280,00;

7/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 280,00;

8/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 280,00;

9/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 280,00;

10/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 280,00;

11/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 280,00;

12/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 250,00;

13/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 250,00;

14/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 250,00;

15/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 250,00;

16/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 250,00;

17/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 300,00;

19/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 300,00;

20/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 280,00;

21/ MEDTRONIC COMERCIAL LTDA/ Única Classificada/ R$ 320,00;

22/ M.R. BIOMEDICA RIO PRETO LTDA./ Única Classificada/ R$ 250,00

Itens Fracassados: 18; 23

CONVOCO a(s) empresa(s) classificada(s), para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data desta publicação.

Enf. Karen Aline Batista da Silva
Diretora do Núcleo de Apoio à Superintendência
HCFMB

HOSPITAL DAS CLÍNICAS
FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 246/2020 - HCFMB
PROCESSO nº 01704/2020 - HCFMB
PREGÃO nº 382/2020 - HCFMB

Com fundamento no Decreto Estadual nº 47.945/2003, tendo por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (ANCORAS METÁLICAS /ENXERTO CIMENTO), procedendo ao registro de preço do primeiro colocado e das demais fornecedores que concordaram em fornecer o objeto do certame por igual valor, obedecida a ordem crescente das respectivas propostas, nos seguintes termos.

1. DO OBJETO E RESPECTIVAS QUANTIDADES ESTIMADAS

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a aquisição futura e eventual, pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (ANCORAS METÁLICAS /ENXERTO CIMENTO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIDADE DE ORTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes do, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Deverão ser respeitadas todas as especificações técnicas e as demais condições de fornecimento contidas no Termo de Referência que figurou como Anexo I do Edital que precedeu esta Ata e que dela fica fazendo parte integrante.

1.3. Deverão ser mantidas durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Figura como ÓRGÃO GERENCIADOR da presente Ata de Registro de Preços o HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU – HCFMB, localizado na Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n° Rubião Junior, Botucatu/SP, CEP: 18.618-687.

3. DOS PREÇOS

3.1. Os preços unitários que vigorarão nesta Ata de Registro de Preços são os seguintes:

Item/ Quantidade Total Estimada/ Unid/ Descrição do Material/ Preço Unitário/ Preço Total/ Classificação/ Empresa/ CNPJ/ Marca/ Procedência/ Embalagem

2/250/UN UNIDADE/ANCORA METALICA; EM TITANIO, ROSQUEADA AUTOCORTANTE COM APLICADOR DESCARTAVEL DE 2,7 A 5,0MM PARA CIRURGIA ORTOPEDICA. ; COM FIO ACOPLADO PARA COM FIOS NUMERO 2 DE PESO MOLECULAR ULTRA ELEVADODE POLIETILENO UHMWPE TRANCADO COM POLIESTER./R$ 321,35/R$ 80.337,50/Classificação: Única Classificada/ Empresa: BML HOSPITALAR LTDA/CNPJ: 27.187.758/0001-37/ Marca: VINCULA/Procedência: Nacional/Embalagem: Individual;

4/80/UN UNIDADE/70203008-2 CIMENTO PARA USO ORTOPEDICO; CONJUNTO DE PO E LIQUIDO ; PO EM FRASCO C/ APROXIMADAMENTE PO EM FRASCO COM CERCA DE 40 G ; COMPOSTO BASICAMENTE POR POLIMETIL-METACRILATO, PEROXIDO DE BENZOILO, SULFATO DE BARIO ; COMPOSTO BASICAMENTE DE COM ANTIBIOTICO GENTAMICINA ; EMBALADO INDIVIDUALMENTE INDIVIDUAL , ESTERIL ; CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA, PROCEDENCIA, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE,DE ACORDO COM LEGISLACAO ATUAL VIGENTE ; VALIDADE MINIMA DE VALIDADE MINIMA DE DOIS ANOS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA./R$ 450,00/R$ 36.000,00/ Classificação: Única Classificada/Empresa: BML HOSPITALAR LTDA/CNPJ: 27.187.758/0001-37/Marca: SUBITON/Procedência: Argentina/Embalagem: Individual

3.2. Os preços registrados permanecerão fixos e irreajustáveis.

3.3. O preço registrado abrangerá os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, entre outros), seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

3.4. Se o preço registrado se tornar superior aos valores praticados no mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR adotará as seguintes providências:

3.4.1. convocará o FORNECEDOR, obedecida a ordem de classificação no certame, visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;

3.4.2. liberará o FORNECEDOR do compromisso assumido e cancelará o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitadas as contratações já celebradas;

3.4.3. convocará os demais FORNECEDORES, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Não logrando êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR cancelará o item objeto do preço negociado.

4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O prazo de validade do Sistema de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

5.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.1.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

5.1.5. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

6. DAS CONTRATAÇÕES DOS FORNECEDORES PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.1. Os fornecedores que assinarem a Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

6.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, ficando-lhe facultada à utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

6.1.2. Quando da necessidade de contratação, o ÓRGÃO PARTICIPANTE, por intermédio do gestor do contrato por ele indicado, consultará o ÓRGÃO GERENCIADOR para obter a indicação do FORNECEDOR, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

6.2. A contratação dos FORNECEDORES pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE será formalizada pela emissão de nota de empenho.

6.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo FORNECEDOR para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, o ÓRGÃO PARTICIPANTE verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

6.2.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o FORNECEDOR será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 6.2.1, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

6.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

6.2.4. O "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e o "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis, deverão ser consultados previamente à celebração da contratação, observando-se os itens 2.2.1 e 2.2.2 do Edital.

6.2.5. Constitui também condição para a celebração da contratação, caso se trate de sociedade cooperativa, a indicação de gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante o contratante.

6.2.6. Também constitui condição para a celebração da contratação a apresentação dos documentos a que se referem as declarações de que trata o item 4.1.4. e 4.1.5. deste Edital.

6.3. No prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, o fornecedor deverá comparecer perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico.

6.3.1. O prazo indicado no item 6.3 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

6.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo indicado no item 6.3 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

6.4. Aplicam-se às contratações realizadas com base neste Sistema de Registro de Preços, as disposições estabelecidas no Edital da licitação que o precedeu, relativas aos prazos, às condições de local de entrega do objeto, às condições de recebimento do objeto, à forma de pagamento e às sanções para o caso de inadimplemento.

6.5. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da apresentação de cada nota fiscal/fatura no protocolo da unidade promotora da licitação, no endereço indicado no preâmbulo deste edital, à vista do respectivo "Termo de Recebimento Definitivo" ou "Recibo".

6.6. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

6.7. Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada no Banco do Brasil S/A.

6.8. Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pró-rata tempore", em relação ao atraso verificado.

6.9. Os bens deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis e a reposição deverá ser em 72 (setenta e duas) horas, contados da data da retirada da nota de empenho pela contratada.

6.10. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita no(s) locais indicados na Relação de Órgãos Participantes, que constitui Anexo I.2 deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

6.11. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

6.12. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução cuja cópia constitui Anexo IV do Edital, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis.

6.13. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

6.14. O contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no termo de contrato, quando houver.

6.15. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

6.16. Os procedimentos para a imposição de sanções serão conduzidos:

6.16.1. No âmbito do Órgão Participante, para a aplicação das penalidades de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais;

6.16.2. No âmbito do Órgão Gerenciador, para aplicação das demais penalidades não indicadas no 6.16.1;

6.17. As sanções serão aplicadas pela autoridade competente do órgão que conduziu o procedimento, em conformidade com o disposto no item 6.16. Poderão ser motivos de rescisão contratual, com as conseqüências previstas, aqueles elencados nos artigos 75 a 82 da Lei estadual n.º 6.544/89 e artigos 77 a 80, 86 e 88 da Lei federal n.º 8.666/93.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS
FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 246/2020 - HCFMB
PROCESSO nº 01704/2020 - HCFMB
PREGÃO nº 382/2020 - HCFMB

Com fundamento no Decreto Estadual nº 47.945/2003, tendo por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (ANCORAS METÁLICAS /ENXERTO CIMENTO), procedendo ao registro de preço do primeiro colocado e das demais fornecedores que concordaram em fornecer o objeto do certame por igual valor, obedecida a ordem crescente das respectivas propostas, nos seguintes termos.

1. DO OBJETO E RESPECTIVAS QUANTIDADES ESTIMADAS

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a aquisição futura e eventual, pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (ANCORAS METÁLICAS /ENXERTO CIMENTO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIDADE DE ORTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes do, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Deverão ser respeitadas todas as especificações técnicas e as demais condições de fornecimento contidas no Termo de Referência que figurou como Anexo I do Edital que precedeu esta Ata e que dela fica fazendo parte integrante.

1.3. Deverão ser mantidas durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Figura como ÓRGÃO GERENCIADOR da presente Ata de Registro de Preços o HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU – HCFMB, localizado na Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n° Rubião Junior, Botucatu/SP, CEP: 18.618-687.

3. DOS PREÇOS

3.1. Os preços unitários que vigorarão nesta Ata de Registro de Preços são os seguintes:

Item/ Quantidade Total Estimada/ Unid/ Descrição do Material/ Preço Unitário/ Preço Total/ Classificação/ Empresa/ CNPJ/ Marca/ Procedência/ Embalagem

3/40/UN UNIDADE/ANCORA BIOABSORVIVEL PARA CIRURGIA ORTOPEDICA; EM EM PPLA OU PEEK MONTADA DE 2.3 A 5,5MM APROX COM2FIOS E APLICADOR DESCARTAVEL PARA ARTROSCOPIA ; OS FIOS DEVEM SER NUMERO 2 COM PESO ULTRA ELEVADOEM POLIETILENO UHMWPE TRANCADO COM POLIESTER./R$ 1.275,00/R$ 51.000,00/Classificação: Única Classificada/Empresa: RW MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA/CNPJ: 12.750.437/0001-21/Marca: BIOTECK/Procedência: Nacional/Embalagem: Unidade

3.2. Os preços registrados permanecerão fixos e irreajustáveis.

3.3. O preço registrado abrangerá os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, entre outros), seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

3.4. Se o preço registrado se tornar superior aos valores praticados no mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR adotará as seguintes providências:

3.4.1. convocará o FORNECEDOR, obedecida a ordem de classificação no certame, visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;

3.4.2. liberará o FORNECEDOR do compromisso assumido e cancelará o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitadas as contratações já celebradas;

3.4.3. convocará os demais FORNECEDORES, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Não logrando êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR cancelará o item objeto do preço negociado.

4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O prazo de validade do Sistema de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

5.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.1.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

5.1.5. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

6. DAS CONTRATAÇÕES DOS FORNECEDORES PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.1. Os fornecedores que assinarem a Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

6.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, ficando-lhe facultada à utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

6.1.2. Quando da necessidade de contratação, o ÓRGÃO PARTICIPANTE, por intermédio do gestor do contrato por ele indicado, consultará o ÓRGÃO GERENCIADOR para obter a indicação do FORNECEDOR, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

6.2. A contratação dos FORNECEDORES pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE será formalizada pela emissão de nota de empenho.

6.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo FORNECEDOR para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, o ÓRGÃO PARTICIPANTE verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

6.2.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o FORNECEDOR será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 6.2.1, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

6.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

6.2.4. O "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e o "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis, deverão ser consultados previamente à celebração da contratação, observando-se os itens 2.2.1 e 2.2.2 do Edital.

6.2.5. Constitui também condição para a celebração da contratação, caso se trate de sociedade cooperativa, a indicação de gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante o contratante.

6.2.6. Também constitui condição para a celebração da contratação a apresentação dos documentos a que se referem as declarações de que trata o item 4.1.4. e 4.1.5. deste Edital.

6.3. No prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, o fornecedor deverá comparecer perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico.

6.3.1. O prazo indicado no item 6.3 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

6.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo indicado no item 6.3 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

6.4. Aplicam-se às contratações realizadas com base neste Sistema de Registro de Preços, as disposições estabelecidas no Edital da licitação que o precedeu, relativas aos prazos, às condições de local de entrega do objeto, às condições de recebimento do objeto, à forma de pagamento e às sanções para o caso de inadimplemento.

6.5. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da apresentação de cada nota fiscal/fatura no protocolo da unidade promotora da licitação, no endereço indicado no preâmbulo deste edital, à vista do respectivo "Termo de Recebimento Definitivo" ou "Recibo".

6.6. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

6.7. Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada no Banco do Brasil S/A.

6.8. Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pró-rata tempore", em relação ao atraso verificado.

6.9. Os bens deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis e a reposição deverá ser em 72 (setenta e duas) horas, contados da data da retirada da nota de empenho pela contratada.

6.10. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita no(s) locais indicados na Relação de Órgãos Participantes, que constitui Anexo I.2 deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

6.11. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

6.12. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução cuja cópia constitui Anexo IV do Edital, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis.

6.13. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

6.14. O contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no termo de contrato, quando houver.

6.15. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

6.16. Os procedimentos para a imposição de sanções serão conduzidos:

6.16.1. No âmbito do Órgão Participante, para a aplicação das penalidades de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais;

6.16.2. No âmbito do Órgão Gerenciador, para aplicação das demais penalidades não indicadas no 6.16.1;

6.17. As sanções serão aplicadas pela autoridade competente do órgão que conduziu o procedimento, em conformidade com o disposto no item 6.16. Poderão ser motivos de rescisão contratual, com as conseqüências previstas, aqueles elencados nos artigos 75 a 82 da Lei estadual n.º 6.544/89 e artigos 77 a 80, 86 e 88 da Lei federal n.º 8.666/93.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS
FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 202/2020 - HCFMB
PROCESSO nº 01477/2020 - HCFMB
PREGÃO nº 331/2020 - HCFMB

Com fundamento no Decreto Estadual nº 47.945/2003, tendo por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (CATETER PARA HEMODIALISE, ETC), procedendo ao registro de preço do primeiro colocado e das demais fornecedores que concordaram em fornecer o objeto do certame por igual valor, obedecida a ordem crescente das respectivas propostas, nos seguintes termos.

1. DO OBJETO E RESPECTIVAS QUANTIDADES ESTIMADAS

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a aquisição futura e eventual, pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (CATETER PARA HEMODIALISE, ETC), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEÇÃO DE SUPRIMENTOS, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes do, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Deverão ser respeitadas todas as especificações técnicas e as demais condições de fornecimento contidas no Termo de Referência que figurou como Anexo I do Edital que precedeu esta Ata e que dela fica fazendo parte integrante.

1.3. Deverão ser mantidas durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Figura como ÓRGÃO GERENCIADOR da presente Ata de Registro de Preços o HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU – HCFMB, localizado na Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n° Rubião Junior, Botucatu/SP, CEP: 18.618-687.

3. DOS PREÇOS

3.1. Os preços unitários que vigorarão nesta Ata de Registro de Preços são os seguintes:

Item/ Quantidade Total Estimada/ Unid/ Descrição do Material/ Preço Unitário/ Preço Total/ Classificação/ Empresa/ CNPJ/ Marca/ Procedência/ Embalagem

1/2160/UN UNIDADE/CATETER PARA HEMODIALISE; EM POLIURETANO E EXTENSAO EM SILICONE, DUPLO LUMEM, MEDINDO 12 X 20 CM ; RADIOPACO ; COMPOSTO DE CLAMP CORTA FLUXO, ADAPTADORES LUER LOCK, FIO GUIA, AGULHA INTROD., SERINGA E VASO DILATADOR ; USO UNICO, ESTERIL ; EMBALADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL EM MAT.QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA ; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE, CONTENDO:DATA DE FABRICACAO,PROCEDENCIA,ESTERILIZACAO, VALIDADE,N. LOTE E REG.MS ;/R$ 116,00/R$ 250.560,00/Classificação: Única Classificada/Empresa: MAX MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA./CNPJ: 07.295.038/0001-88/Marca: giant/Procedência: importado/Embalagem: Caixa com 10 unidades

3.2. Os preços registrados permanecerão fixos e irreajustáveis.

3.3. O preço registrado abrangerá os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, entre outros), seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

3.4. Se o preço registrado se tornar superior aos valores praticados no mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR adotará as seguintes providências:

3.4.1. convocará o FORNECEDOR, obedecida a ordem de classificação no certame, visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;

3.4.2. liberará o FORNECEDOR do compromisso assumido e cancelará o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitadas as contratações já celebradas;

3.4.3. convocará os demais FORNECEDORES, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Não logrando êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR cancelará o item objeto do preço negociado.

4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O prazo de validade do Sistema de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

5.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.1.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

5.1.5. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

6. DAS CONTRATAÇÕES DOS FORNECEDORES PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.1. Os fornecedores que assinarem a Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

6.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, ficando-lhe facultada à utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

6.1.2. Quando da necessidade de contratação, o ÓRGÃO PARTICIPANTE, por intermédio do gestor do contrato por ele indicado, consultará o ÓRGÃO GERENCIADOR para obter a indicação do FORNECEDOR, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

6.2. A contratação dos FORNECEDORES pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE será formalizada pela emissão de nota de empenho.

6.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo FORNECEDOR para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, o ÓRGÃO PARTICIPANTE verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

6.2.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o FORNECEDOR será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 6.2.1, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

6.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

6.2.4. O "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e o "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis, deverão ser consultados previamente à celebração da contratação, observando-se os itens 2.2.1 e 2.2.2 do Edital.

6.2.5. Constitui também condição para a celebração da contratação, caso se trate de sociedade cooperativa, a indicação de gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante o contratante.

6.2.6. Também constitui condição para a celebração da contratação a apresentação dos documentos a que se referem as declarações de que trata o item 4.1.4. e 4.1.5. deste Edital.

6.3. No prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, o fornecedor deverá comparecer perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico.

6.3.1. O prazo indicado no item 6.3 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

6.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo indicado no item 6.3 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

6.4. Aplicam-se às contratações realizadas com base neste Sistema de Registro de Preços, as disposições estabelecidas no Edital da licitação que o precedeu, relativas aos prazos, às condições de local de entrega do objeto, às condições de recebimento do objeto, à forma de pagamento e às sanções para o caso de inadimplemento.

6.5. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da apresentação de cada nota fiscal/fatura no protocolo da unidade promotora da licitação, no endereço indicado no preâmbulo deste edital, à vista do respectivo "Termo de Recebimento Definitivo" ou "Recibo".

6.6. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

6.7. Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada no Banco do Brasil S/A.

6.8. Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pró-rata tempore", em relação ao atraso verificado.

6.9. Os bens deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da retirada da nota de empenho pela contratada.

6.10. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita no(s) locais indicados na Relação de Órgãos Participantes, que constitui Anexo I.2 deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

6.11. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

6.12. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução cuja cópia constitui Anexo IV do Edital, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis.

6.13. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

6.14. O contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no termo de contrato, quando houver.

6.15. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

6.16. Os procedimentos para a imposição de sanções serão conduzidos:

6.16.1. No âmbito do Órgão Participante, para a aplicação das penalidades de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais;

6.16.2. No âmbito do Órgão Gerenciador, para aplicação das demais penalidades não indicadas no 6.16.1;

6.17. As sanções serão aplicadas pela autoridade competente do órgão que conduziu o procedimento, em conformidade com o disposto no item 6.16. Poderão ser motivos de rescisão contratual, com as conseqüências previstas, aqueles elencados nos artigos 75 a 82 da Lei estadual n.º 6.544/89 e artigos 77 a 80, 86 e 88 da Lei federal n.º 8.666/93.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS
FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 202/2020 - HCFMB
PROCESSO nº 01477/2020 - HCFMB
PREGÃO nº 331/2020 - HCFMB

Com fundamento no Decreto Estadual nº 47.945/2003, tendo por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (CATETER PARA HEMODIALISE, ETC), procedendo ao registro de preço do primeiro colocado e das demais fornecedores que concordaram em fornecer o objeto do certame por igual valor, obedecida a ordem crescente das respectivas propostas, nos seguintes termos.

1. DO OBJETO E RESPECTIVAS QUANTIDADES ESTIMADAS

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a aquisição futura e eventual, pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (CATETER PARA HEMODIALISE, ETC), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEÇÃO DE SUPRIMENTOS, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes do, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Deverão ser respeitadas todas as especificações técnicas e as demais condições de fornecimento contidas no Termo de Referência que figurou como Anexo I do Edital que precedeu esta Ata e que dela fica fazendo parte integrante.

1.3. Deverão ser mantidas durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Figura como ÓRGÃO GERENCIADOR da presente Ata de Registro de Preços o HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU – HCFMB, localizado na Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n° Rubião Junior, Botucatu/SP, CEP: 18.618-687.

3. DOS PREÇOS

3.1. Os preços unitários que vigorarão nesta Ata de Registro de Preços são os seguintes:

Item/ Quantidade Total Estimada/ Unid/ Descrição do Material/ Preço Unitário/ Preço Total/ Classificação/ Empresa/ CNPJ/ Marca/ Procedência/ Embalagem

2/600/UN UNIDADE/CATETER PARA HEMODIALISE; POLIURETANO, EXTENSAO EM SILICONE, TRIPLO LUMEN, DOIS LUMENS PRINCIPAIS E 01 LUMEN P/ INFUSAO ; RADIOPACO, MEDINDO 12 X 20CM COMPRIMENTO, C/CLAMPCORTA FLUXO E ADAPTADOR LUER LOCK ; COMPOSTO DE AGULHA, INTRODUTOR, FIO GUIA, SERINGA, DILATADOR DE VASO ; USO UNICO, ESTERIL ; EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA ; A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO VIGENTE,C/DATA DE FABRICACAO,DE VALIDADE,DE ESTERILIZACAO,N. LOTE E RG NO MS. ;/R$ 108,00/R$ 64.800,00/Classificação: Única Classificada/Empresa: IMAGEM SISTEMAS MÉDICOS LTDA/CNPJ: 59.269.654/0001-68/Marca: Covidien/Procedência: USA/Embalagem: unitário

3.2. Os preços registrados permanecerão fixos e irreajustáveis.

3.3. O preço registrado abrangerá os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, entre outros), seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

3.4. Se o preço registrado se tornar superior aos valores praticados no mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR adotará as seguintes providências:

3.4.1. convocará o FORNECEDOR, obedecida a ordem de classificação no certame, visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;

3.4.2. liberará o FORNECEDOR do compromisso assumido e cancelará o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitadas as contratações já celebradas;

3.4.3. convocará os demais FORNECEDORES, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Não logrando êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR cancelará o item objeto do preço negociado.

4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O prazo de validade do Sistema de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

5.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.1.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

5.1.5. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

6. DAS CONTRATAÇÕES DOS FORNECEDORES PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.1. Os fornecedores que assinarem a Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela

poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

6.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, ficando-lhe facultada à utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

6.1.2. Quando da necessidade de contratação, o ÓRGÃO PARTICIPANTE, por intermédio do gestor do contrato por ele indicado, consultará o ÓRGÃO GERENCIADOR para obter a indicação do FORNECEDOR, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

6.2. A contratação dos FORNECEDORES pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE será formalizada pela emissão de nota de empenho.

6.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo FORNECEDOR para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, o ÓRGÃO PARTICIPANTE verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

6.2.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o FORNECEDOR será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 6.2.1, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

6.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

6.2.4. O "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e o "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis, deverão ser consultados previamente à celebração da contratação, observando-se os itens 2.2.1 e 2.2.2 do Edital.

6.2.5. Constitui também condição para a celebração da contratação, caso se trate de sociedade cooperativa, a indicação de gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante o contratante.

6.2.6. Também constitui condição para a celebração da contratação a apresentação dos documentos a que se referem as declarações de que trata o item 4.1.4. e 4.1.5. deste Edital.

6.3. No prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, o fornecedor deverá comparecer perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico.

6.3.1. O prazo indicado no item 6.3 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

6.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo indicado no item 6.3 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

6.4. Aplicam-se às contratações realizadas com base neste Sistema de Registro de Preços, as disposições estabelecidas no Edital da licitação que o precedeu, relativas aos prazos, às condições de local de entrega do objeto, às condições de recebimento do objeto, à forma de pagamento e às sanções para o caso de inadimplemento.

6.5. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da apresentação de cada nota fiscal/fatura no protocolo da unidade promotora da licitação, no endereço indicado no preâmbulo deste edital, à vista do respectivo "Termo de Recebimento Definitivo" ou "Recibo".

6.6. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

6.7. Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada no Banco do Brasil S/A.

6.8. Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pró-rata tempore", em relação ao atraso verificado.

6.9. Os bens deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da retirada da nota de empenho pela contratada.

6.10. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita no(s) locais indicados na Relação de Órgãos Participantes, que constitui Anexo I.2 deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

6.11. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

6.12. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução cuja cópia constitui Anexo IV do Edital, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis.

6.13. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

6.14. O contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no termo de contrato, quando houver.

6.15. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

6.16. Os procedimentos para a imposição de sanções serão conduzidos:

6.16.1. No âmbito do Órgão Participante, para a aplicação das penalidades de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais;

6.16.2. No âmbito do Órgão Gerenciador, para aplicação das demais penalidades não indicadas no 6.16.1;

6.17. As sanções serão aplicadas pela autoridade competente do órgão que conduziu o procedimento, em conformidade com o disposto no item 6.16. Poderão ser motivos de rescisão contratual, com as conseqüências previstas, aqueles elencados nos artigos 75 a 82 da Lei estadual n.º 6.544/89 e artigos 77 a 80, 86 e 88 da Lei federal n.º 8.666/93.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS
FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 202/2020 - HCFMB
PROCESSO nº 01477/2020 - HCFMB
PREGÃO nº 331/2020 - HCFMB

Com fundamento no Decreto Estadual nº 47.945/2003, tendo por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (CATETER PARA HEMODIALISE, ETC), procedendo ao registro de preço do primeiro colocado e das demais fornecedores que concordaram em fornecer o objeto do certame por igual valor, obedecida a ordem crescente das respectivas propostas, nos seguintes termos.

1. DO OBJETO E RESPECTIVAS QUANTIDADES ESTIMADAS

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a aquisição futura e eventual, pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (CATETER PARA HEMODIALISE, ETC), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEÇÃO DE SUPRIMENTOS, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes do, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Deverão ser respeitadas todas as especificações técnicas e as demais condições de fornecimento contidas no Termo de Referência que figurou como Anexo I do Edital que precedeu esta Ata e que dela fica fazendo parte integrante.

1.3. Deverão ser mantidas durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Figura como ÓRGÃO GERENCIADOR da presente Ata de Registro de Preços o HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU – HCFMB, localizado na Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n° Rubião Junior, Botucatu/SP, CEP: 18.618-687.

3. DOS PREÇOS

3.1. Os preços unitários que vigorarão nesta Ata de Registro de Preços são os seguintes:

Item/ Quantidade Total Estimada/ Unid/ Descrição do Material/ Preço Unitário/ Preço Total/ Classificação/ Empresa/ CNPJ/ Marca/ Procedência/ Embalagem

3/2400/UN UNIDADE/DIALISADOR COM FILTRO TIPO CAPILAR; CAMARA COM F-100 CAPILAR DE ALTO FLUXO C/ CONEXOES LUER LOCK NO ADAPTADOR DE GARRAS DE HANSEN E NOS CONECTORES LATERAIS; COM MEMBRANA DE FIBRA SINTETICA POLISULFONA, BIO COMPATIVEL, DAS LINHAS DE SANGUE SUPERIORES E INFERIORES; COM ESPESSURA DE CAPILAR DE SUPERFICIE DE ARES DE 2,2M2 E COEFICIENTE DE ULTRAFILTRAÇÃO DE 68ML/H X MMGH; REPROCESSAVEL ESTERILIZADO POR VAPOR INLINE, COM APLICACAO EM TERAPIAS DE HD/HDF/HF, PRIMING DE 116ML; EMBALADO EM ESTERIL EM EMBALAGEM QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA./R$ 53,42/R$ 128.208,00/Classificação: Única Classificada/Empresa: ALLMED PRONEFRO BRASIL LTDA/ CNPJ: 04.980.517/0001-45/Marca: allmed/Procedência: Egito/ Embalagem: caixa 12 unidades

3.2. Os preços registrados permanecerão fixos e irreajustáveis.

3.3. O preço registrado abrangerá os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, entre outros), seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

3.4. Se o preço registrado se tornar superior aos valores praticados no mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR adotará as seguintes providências:

3.4.1. convocará o FORNECEDOR, obedecida a ordem de classificação no certame, visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;

3.4.2. liberará o FORNECEDOR do compromisso assumido e cancelará o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitadas as contratações já celebradas;

3.4.3. convocará os demais FORNECEDORES, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Não logrando êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR cancelará o item objeto do preço negociado.

4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O prazo de validade do Sistema de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

5.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.1.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

5.1.5. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

6. DAS CONTRATAÇÕES DOS FORNECEDORES PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.1. Os fornecedores que assinarem a Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

6.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, ficando-lhe facultada à utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

6.1.2. Quando da necessidade de contratação, o ÓRGÃO PARTICIPANTE, por intermédio do gestor do contrato por ele indicado, consultará o ÓRGÃO GERENCIADOR para obter a indicação do FORNECEDOR, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

6.2. A contratação dos FORNECEDORES pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE será formalizada pela emissão de nota de empenho.

6.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo FORNECEDOR para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, o ÓRGÃO PARTICIPANTE verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

6.2.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o FORNECEDOR será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 6.2.1, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

6.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

6.2.4. O "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e o "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis, deverão ser consultados previamente à celebração da contratação, observando-se os itens 2.2.1 e 2.2.2 do Edital.

6.2.5. Constitui também condição para a celebração da contratação, caso se trate de sociedade cooperativa, a indicação de gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante o contratante.

6.2.6. Também constitui condição para a celebração da contratação a apresentação dos documentos a que se referem as declarações de que trata o item 4.1.4. e 4.1.5. deste Edital.

6.3. No prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, o fornecedor deverá comparecer perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico.

6.3.1. O prazo indicado no item 6.3 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

6.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo indicado no item 6.3 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

6.4. Aplicam-se às contratações realizadas com base neste Sistema de Registro de Preços, as disposições estabelecidas no Edital da licitação que o precedeu, relativas aos prazos, às condições de local de entrega do objeto, às condições de recebimento do objeto, à forma de pagamento e às sanções para o caso de inadimplemento.

6.5. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da apresentação de cada nota fiscal/fatura no protocolo da unidade promotora da licitação, no endereço indicado no preâmbulo deste edital, à vista do respectivo "Termo de Recebimento Definitivo" ou "Recibo".

6.6. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

6.7. Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada no Banco do Brasil S/A.

6.8. Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pró-rata tempore", em relação ao atraso verificado.

6.9. Os bens deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da retirada da nota de empenho pela contratada.

6.10. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita no(s) locais indicados na Relação de Órgãos Participantes, que constitui Anexo I.2 deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

6.11. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

6.12. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução cuja cópia constitui Anexo IV do Edital, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis.

6.13. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

6.14. O contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no termo de contrato, quando houver.

6.15. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

6.16. Os procedimentos para a imposição de sanções serão conduzidos:

6.16.1. No âmbito do Órgão Participante, para a aplicação das penalidades de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais;

6.16.2. No âmbito do Órgão Gerenciador, para aplicação das demais penalidades não indicadas no 6.16.1;

6.17. As sanções serão aplicadas pela autoridade competente do órgão que conduziu o procedimento, em conformidade com o disposto no item 6.16. Poderão ser motivos de rescisão contratual, com as conseqüências previstas, aqueles elencados nos artigos 75 a 82 da Lei estadual n.º 6.544/89 e artigos 77 a 80, 86 e 88 da Lei federal n.º 8.666/93.

DO SUPERINTENDENTE DO HCFMB
EM 22/01/2021

Nos termos dos artigos 12°, Decreto Estadual n° 47.297, de 06 de novembro de 2002, c.c., Decreto Estadual n° 49.722, de 24 de junho de 2005, Resolução n° CC-27, de 25/05/2006, Homologo o Pregão Eletrônico nº 359/2020 - HCFMB, do tipo MENOR PREÇO – Processo nº 01617/2020 - HCFMB, objetivando a CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES (SONDA DE ASPIRAÇÃO OROTRAQUEAL, SISTEMA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, ETC), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEÇÃO DE SUPRIMENTOS, que objetiva o Registro de Preços pelo período de 12 (doze) meses, para suprir as necessidades do Hospital das Clínicas da Faculdade de medicina de Botucatu - HCFMB, conforme a classificação efetuada pelo Pregoeiro e Ata lavrada em Sessão Pública no dia 21/01/2021.

Item/ Empresa/ Classificação/ Valor Unitário

1/ NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR S/A/ Única Classificada/ R$ 0,70;

2/ CIRÚRGICA FERNANDES COM.DE MAT. CIRÚRG.HOSP. SOC. Ltda/ Única Classificada/ R$ 36,00;

3/ CIRÚRGICA FERNANDES COM.DE MAT. CIRÚRG.HOSP. SOC. Ltda/ Única Classificada/ R$ 36,00;

4/ CIRÚRGICA FERNANDES COM.DE MAT. CIRÚRG.HOSP. SOC. Ltda/ Única Classificada/ R$ 36,00;

5/ CIRÚRGICA FERNANDES COM.DE MAT. CIRÚRG.HOSP. SOC. Ltda/ Única Classificada/ R$ 36,00;

6/ NEWCARE COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES LTDA ME/ Única Classificada/ R$ 0,60;

7/ NEWCARE COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES LTDA ME/ Única Classificada/ R$ 0,59;

8/ NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR S/A/ Única Classificada/ R$ 0,68;

9/ NEWCARE COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES LTDA ME/ Única Classificada/ R$ 0,60;

10/ NEWCARE COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES LTDA ME/ Única Classificada/ R$ 0,62;

11/ CINCO CONFIANÇA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA/ Única Classificada/ R$ 37,00;

12/ CINCO CONFIANÇA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA/ Única Classificada/ R$ 37,00;

13/ NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR S/A/ Única Classificada/ R$ 0,60;

14/ NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR S/A/ Única Classificada/ R$ 0,75;

15/ NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR S/A/ Única Classificada/ R$ 0,44;

16/ NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR S/A/ Única Classificada/ R$ 0,38;

17/ NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR S/A/ Única Classificada/ R$ 0,70

CONVOCO a(s) empresa(s) classificada(s), para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data desta publicação.

Enf. Karen Aline Batista da Silva
Diretora do Núcleo de Apoio à Superintendência
HCFMB

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA

Comunicado: Pregão Eletrônico nº 3/2021, Processo nº 2020/00005, OBJETO: INSUMOS LABORATORIAIS - KIT PARA DETECCAO DE FATOR ANTI NUCLEO HEP-2 POR IFI. Informamos que o presente processo ficou fracassado.

Comunicado: Pregão Eletrônico nº 378/2020, Processo nº 2020/00023, OBJETO: LEITE PASTEURIZADO. Informamos que o presente processo ficou fracassado.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: ATA/012/2021-C, referente Processo n° 001.0993.000843/2020, objeto: INSUMOS LABORATORIAIS, Vigência até 24/01/2022, Empresa:BECKMAN COULTER DO BRASIL COMERCIO, IMPORTAÇÃO DE PRODS. DE LABORATORIO LTDA Produto: REAGENTE IMUNOLOGICO ANTI-CD127PE; CÓDIGO SIAFÍSICO:4179293 UNIDADE SIAFISICO:12; VALOR UNITÁRIO R$1.298,4600; QUANTIDADE MÁXIMA ESTIMADA:2,00; Produto: REAGENTE IMUNOLOGICO ANTI-CD66C FITC; CÓDIGO SIAFÍSICO:4964080 UNIDADE SIAFISICO:684; VALOR UNITÁRIO R$15,0000; QUANTIDADE MÁXIMA ESTIMADA:300,00; Produto: REAGENTE IMUNOLÓGICO ANTI-FMC7 FITC; CÓDIGO SIAFÍSICO:4043480 UNIDADE SIAFISICO:684; VALOR UNITÁRIO R$16,0000; QUANTIDADE MÁXIMA ESTIMADA:200,00; Produto: REAGENTE IMUNOLÓGICO ANTI-IGD FITC; CÓDIGO SIAFÍSICO:4043502 UNIDADE SIAFISICO:12; VALOR UNITÁRIO R$1.180,0000; QUANTIDADE MÁXIMA ESTIMADA:2,00; Produto: REAGENTE IMUNOLOGICO ANTI-IGG FITC; CÓDIGO SIAFÍSICO:4043510 UNIDADE SIAFISICO:12; VALOR UNITÁRIO R$980,0000; QUANTIDADE MÁXIMA ESTIMADA:3,00;

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: ATA/015/2021-C, referente Processo n° 001.0993.000843/2020, objeto: INSUMOS LABORATORIAIS, Vigência até 24/01/2022, Empresa:LABTECH PRODUTOS PARA LABORAT. E HOSP. LTDA EPP Produto: HASTE COLETA PLASTICO FRIAVEL 15CM EXT. RAYON COM MEIO DE STUART; CÓDIGO SIAFÍSICO:439924 UNIDADE SIAFISICO:1; VALOR UNITÁRIO R$4,9000; QUANTIDADE MÁXIMA ESTIMADA:4.000,00; Produto: KITS/REAGENTES PARA BIOLOGIA MOLECULAR FORENSE SANGUE OCULTO FEZES; CÓDIGO SIAFÍSICO:4451589 UNIDADE SIAFISICO:415; VALOR UNITÁRIO R$5,8000; QUANTIDADE MÁXIMA ESTIMADA:1.000,00;

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: ATA/016/2021-C, referente Processo n° 001.0993.000843/2020, objeto: INSUMOS LABORATORIAIS, Vigência até 24/01/2022, Empresa:MASTER DIAGNOSTICA PRODUTOS LABORATORIAIS E HOSPITALARES LTDA Produto: KIT PARA IDENTIFICACAO DE ENTEROBACTERIAS COM 3 TUBOS; CÓDIGO SIAFÍSICO:4639871 UNIDADE SIAFISICO:415; VALOR UNITÁRIO R$8,7500; QUANTIDADE MÁXIMA ESTIMADA:1.440,00;

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: ATA/017/2021-C, referente Processo n° 001.0993.000843/2020, objeto: INSUMOS LABORATORIAIS, Vigência até 24/01/2022, Empresa:NOVA ANALISE DIAGNÓTICO EIRELI Produto: KIT PARA DETECCAO DE AC ANTI DNA DETECÇÃO DE ANTICORPO ANTI DNA; CÓDIGO SIAFÍSICO:1969960 UNIDADE SIAFISICO:684; VALOR UNITÁRIO R$9,3300; QUANTIDADE MÁXIMA ESTIMADA:500

Aviso de Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico Nº 22/2021, PROCESSO Nº 2021/00030, para aquisição eventual e futura de MEDICAMENTO - DEXAMETASONA - AQUISIÇÃO DE ITENS PARA ENFRENTAMENTO PANDEMIA COVID-19, com encerramento em 08/02/2021 às 09:00 hs. Mais informações e aquisição do Edital completo, fone/fax (14) 3434-2501 ou nos sites: www.hc.famema.br e www.bec.sp.gov.br.

LOGÍSTICA E TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DIRETORIA DE ENGENHARIA

DIRETORIA DE ENGENHARIA
JULGAMENTO DE LICITAÇÕES
Edital nº LPI 383/2019

A Comissão Julgadora de Licitações – CJL, após exame das propostas dos licitantes, nos termos do Edital em referência, divulga o seguinte resultado:

Propostas apresentadas: LOTE 1

- Consórcio Santos Dumont – R$ 12.692.188,10
- Consórcio Autem-São Paulo – R$ 13.265.874,05
- Pavidez Engenharia Ltda – R$ 13.988.098,59
- Construtora Misorelli Palmieri Ltda – R$ 14.515.324,12 – proposta corrigida – R$ 14.549.426,76
- Consórcio Bandeirantes/Senpar – R$ 14.740.733,26
- S/A Paulista de Construções e Comércio – R$ 15.035.929,80
- Constroeste Construtora e Participações Ltda – R$ 15.652.518,99
- Consórcio Zopone/Estrutural SP-291 SPA 193/253 e SP 197/253 – R$ 16.408.121,57 – proposta corrigida – R$ 16.408.121,26
- Consórcio Duplicação São Paulo SP-291 – R$ 16.981.526,12
- Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda – R$ 17.785.028,59
- A Madeira Indústria e Comércio Ltda – R$ 18.784.742,82
- Heleno & Fonseca Construtécnica S/A – R$ 19.020.072,12 – proposta corrigida – R$ 19.020.071,74
- Consórcio ACA/MJRE – Norte – R$ 22.437.898,77

Propostas rejeitadas: LOTE 1

- Consórcio Autem-São Paulo: Por não atender aos Formulários: ADI-5.9; ADI-5.10; ADI-5.11; EXP-4.1; EXP-4.2(a); EXP-4.2(b); FIN-3.1.
- Pavidez Engenharia Ltda: Por não atender aos Formulários: ADI-5.10; FIN-3.1.
- S/A Paulista de Construções e Comércio: Por não atender aos Formulários: EXP-4.1; ADI-5.10.
- Consórcio Zopone/Estrutural SP-291 SPA 193/253 e SP 197/253: Por não atender aos Formulários: EXP-4.2; ADI-5.6; ADI-5.10; FIN-3.1.
- Consórcio Duplicação São Paulo SP-291: Por não atender aos Formulários: ADI-5.15; CON-2.3; EXP-4.1; EXP-4.2(a); ADI-5.10; FIN-3.1.
- Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda: Por não atender aos Formulários: FIN-3.1.
- A Madeira Indústria e Comércio Ltda: Por não atender aos Formulários: CON-2.1; EXP-4.1; ADI-5.10.
- Consórcio ACA/MJRE – Norte: Por não atender aos Formulários: CON-2.1; EXP-4.1; ADI-5.10; ADI-5.11; FIN-3.1.

Licitante vencedor: LOTE 1

- Consórcio Santos Dumont – R$ 12.692.188,10

Objeto: Contratação de obras de duplicação e recuperação de pista em diversos trechos das rodovias SP-291, SPA 193/253 e SPA 197/253 totalizando 31,68 quilômetros de extensão. Lote 1:

Recuperação da pista da SP-291 – Rodovia Mario Donega, entre o km 0,00 e o km 10,10, trecho Ribeirão Preto - Dumont, com uma extensão de 10,10 quilômetros - Prazo: 18 (dezoito) meses.

Propostas apresentadas: LOTE 2

- Consórcio Santos Dumont – R$ 12.370.057,29

- Consórcio Autem-São Paulo – R$ 12.790.927,23

- Pavidez Engenharia Ltda – R$ 13.560.932,98

- Construtora Misorelli Palmieri Ltda – R$ 14.033.888,40 – proposta corrigida – R$ 14.160.517,97

- S/A Paulista de Construções e Comércio – R$ 14.469.011,35

- Consórcio Bandeirantes/Senpar – R$ 14.572.199,15

- Constroeste Construtora e Participações Ltda – R$ 14.677.859,85

- Consórcio Zopone/Estrutural SP-291 SPA 193/253 e SP 197/253 – R$ 15.786.425,41 – proposta corrigida – R$ 15.786.425,09

- Consórcio Duplicação São Paulo SP-291 – R$ 16.593.747,67

- Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda – R$ 17.189.051,55

- Heleno & Fonseca Construtécnica S/A – R$ 17.740.004,58 – proposta corrigida – R$ 17.740.004,26

- A Madeira Indústria e Comércio Ltda – R$ 17.808.705,81

- Consórcio ACA/MJRE – Norte – R$ 22.371.024,48

Propostas rejeitadas: LOTE 2

- Consórcio Autem-São Paulo: Por não atender aos Formulários: ADI-5.9; ADI-5.10; ADI-5.11; EXP-4.1; EXP-4.2(a); EXP--4.2(b); FIN-3.1.

- Pavidez Engenharia Ltda: Por não atender aos Formulários: ADI-5.10; ADI-5.12; FIN-3.1.

- Construtora Misorelli Palmieri Ltda: Por não atender aos Formulários: EXP-4.2(b).

- S/A Paulista de Construções e Comércio: Por não atender aos Formulários: EXP-4.1.

- Consórcio Zopone/Estrutural SP-291 SPA 193/253 e SP 197/253: Por não atender aos Formulários: EXP-4.2; ADI-5.6; ADI-5.11; ADI-5.10; FIN-3.1.

- Consórcio Duplicação São Paulo SP-291: Por não atender aos Formulários: ADI-5.14; ADI-5.15; CON-2.3; EXP-4.1; EXP--4.2(a); FIN-3.1.

- Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda: Por não atender aos Formulários: FIN-3.1; ADI-5.11; ADI-5.10.

- Heleno & Fonseca Construtécnica S/A: Por não atender aos Formulários: ADI-5.10.

- A Madeira Indústria e Comércio Ltda: Por não atender aos Formulários: CON-2.1; EXP-4.1; ADI-5.10; EXP-4.2(b).

- Consórcio ACA/MJRE – Norte: Por não atender aos Formulários: EXP-4.2(b); ADI-5.12; CON-2.1; EXP-4.1; ADI-5.10; ADI-5.11; FIN-3.1.

Licitante vencedor: LOTE 2

- Consórcio Santos Dumont – R$ 12.370.057,29

Objeto: Contratação de obras de duplicação e recuperação de pista em diversos trechos das rodovias SP-291, SPA 193/253 e SPA 197/253 totalizando 31,68 quilômetros de extensão. Lote 2: Duplicação da pista da SP-291 – Rodovia Mario Donega, entre o km 10,10 e o km 12,32, município de Dumont, com uma extensão de 2,22 quilômetros. - Prazo: 18 (dezoito) meses.

Propostas apresentadas: LOTE 3

- Compec Galasso Engenharia e Construções Ltda – R$ 30.775.269,67

- Consórcio Santos Dumont – R$ 31.610.850,18

- Consórcio Bandeirantes/Senpar – R$ 35.983.674,45

- Pavidez Engenharia Ltda – R$ 36.320.905,04

- S/A Paulista de Construções e Comércio – R$ 37.908.517,93

- Souza Compec Engenharia e Construções Ltda – R$ 39.767.053,06

- Constroeste Construtora e Participações Ltda – R$ 40.511.493,05

- Consórcio Duplicação São Paulo SP-291 – R$ 40.863.726,20

- Heleno & Fonseca Construtécnica S/A – R$ 41.206.049,31 – proposta corrigida – R$ 42.538.596,18

- Ellenco Construções Ltda – R$ 41.869.669,55

- A Madeira Indústria e Comércio Ltda – R$ 42.132.975,34

- Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda – R$ 43.275.069,93

- EMPA S/A Serviços de Engenharia – R$ 49.962.221,92 – proposta corrigida – R$ 49.962.221,55

- Consórcio ACA/MJRE – Norte – R$ 54.075.658,04

Propostas rejeitadas: LOTE 3

- Compec Galasso Engenharia e Construções Ltda: Por não atender aos Formulários: ADI-5.10.

- Consórcio Bandeirantes/Senpar: Por não atender aos Formulários: ADI-5.10.

- Pavidez Engenharia Ltda: Por não atender aos Formulários: ADI-5.10; FIN-3.1.

- S/A Paulista de Construções e Comércio: Por não atender aos Formulários: EXP-4.1.

- Souza Compec Engenharia e Construções Ltda: Por não atender aos Formulários: ADI-5.15; ADI-5.14.

- Consórcio Duplicação São Paulo SP-291: Por não atender aos Formulários: ADI-5.15; CON-2.3; EXP-4.1; EXP-4.2(a); EXP--4.2(b); ADI-5.9; ADI-5.10; FIN-3.1.

- A Madeira Indústria e Comércio Ltda: Por não atender aos Formulários: CON-2.1; EXP-4.1; ADI-5.10; EXP-4.2(b).

- Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda: Por não atender aos Formulários: FIN-3.1; ADI-5.11; ADI-5.10; EXP-4.2(b).

- Consórcio ACA/MJRE – Norte: Por não atender aos Formulários: CON-2.1; EXP-4.1; ADI-5.10; ADI-5.11; FIN-3.1.

Licitante vencedor: LOTE 3

- Consórcio Santos Dumont – R$ 31.610.850,18

Objeto: Contratação de obras de duplicação e recuperação de pista em diversos trechos das rodovias SP-291, SPA 193/253 e SPA 197/253 totalizando 31,68 quilômetros de extensão. Lote 3: Recuperação da pista da SP-291 – Rodovia Mario Donega, entre o km 12,32 e o km 26,34, trecho Dumont - Barrinha – Pradópolis, com uma extensão de 14,02 quilômetros; recuperação da pista da SPA-193/253 entre o km 0,00 e o km 2,42, com uma extensão de 2,42 quilômetros e recuperação da pista da SPA-197/253 entre o km 0,00 e o km 2,92, com uma extensão de 2,92 quilômetros. Prazo: 18 (dezoito) meses.

Conforme relatório autuado no protocolo nº DER/3406969/2019.

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

Divisão Regional de Araraquara

Extrato de TAM

TAM nº 309/2020. Contrato nº 20.325-7. Pregão Eletrônico nº 058/DR.4/2018. Partes - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, Quarta Divisão Regional de Araraquara (DR.4) e Ávila Segurança Patrimonial Eireli - ME. Objeto - Contratação de serviços de vigilância armada para as dependências da sede da Divisão Regional de Araraquara. Valor total acumulado do Contrato - R$ 3.146.257,72. Recursos orçamentários -= 26.122.1605.6.092.0000.3390-37. Prazo prorrogado por mais 12 (doze) meses, à vigorar de 15/12/2020 a 14/12/2021. Este é o 2º (segundo) TAM ao referido Contrato. Data da assinatura: 09/12/2020.

DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Extrato de Contrato

Modalidade: Dispensa

Processo n° 073/2020/ DAESP

Contrato n°028/2020 /DAESP

Contratante: Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo.

Contratada: Betel Serviços Auxiliares de Transportes Aéreos Ltda.

CNPJ n° 04.560.191.0001/05

Objeto: Prestação dos serviços de Operação da Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e Tráfego Aéreo (EPTA), categoria "A", para o aeroporto de Bauru/Arealva – SP.

Valor do Contrato: R$ 97.895,70

Assinatura: 22/12/2020

Prazo: 30 (trinta) dias

Parecer jurídico n°361/2020 - Data Assinatura- 22/12/2020

EXTRATO 21º TERMO ADITIVO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015/DAESP

PROCESSO N°071/2014/DAESP

CONTRATO N°013/2015/ DAESP

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

CONTRATADA: BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA

CNPJ N°: 03.022.122/0001-77

OBJETO: O prazo de vigência do contrato fica prorrogado excepcionalmente até 30/04/2021, a partir de 01/02/2021.

VALOR DO CONTRATO: R$ 2.712.734,14

ASSINATURA: 12/01/2021

PRAZO: 03 (três) meses

PARECER JURÍDICO 008/2021 - DATA ASSINATURA-12/01/2021

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

TERMO DE AVALIAÇÃO DE SERVIÇO

RELATÓRIO DA PROVA DE CONCEITO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 004/2020

PROCESSO SPdoc N.º 2956093/2019

OFERTA DE COMPRA Nº 100101000012020OC00003

OBJETO: Contratação de Prestac?a?o de Servic?os de Cobertura e Produc?a?o de Vi?deo.

LICITANTE AVALIADA: EXPLORATA PRODUTORA LTDA - ME, CNPJ nº 19.206.602/0001-28

1. FINALIDADE

A prova de conceito visa aferir o atendimento aos requisitos de prestação de serviços de Vídeo Cobertura, conforme especificações técnicas e prazos descritos do Termo de Referência – Anexo I.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

- A Prova de Conceito foi realizada pela empresa supra citada, referente aos produtos 2.1. Captação de vídeo – Cobertura antes, durante e depois, 2.2. Transmissão ao vivo - livestream e 2.3. Edição de vídeos de baixa e média complexidade no dia 20 de janeiro de 2021.

- A empresa indicou o profissional Rodolfo Maia para apresentar os requisitos e executar os procedimentos de teste.

- A área técnica responsável analisou o material entregue pela empresa e procedeu a avaliação conforme os requisitos previstos na Prova de Conceito, concluindo o que segue:

Nº - REQUISITOS - ATENDE

S/N - OBSERVAÇÕES

1 - Atendimento aos requisitos de resolução em relação ao material da captação de vídeo e edição - S - A empresa atendeu aos requisitos de resolução em relação à captação de vídeo e edição.

2 - Cumprimento do prazo de entrega da captação de vídeo - N - A empresa não atendeu o prazo de entrega de até 3 (três) horas após a captação do material. A entrega ocorreu no dia 20 de janeiro às 19h44 (prazo máximo era 16h45 do dia 20 de janeiro, pauta terminou às 13h45 do mesmo dia)

3 - Cumprimento do prazo de entrega da edição de baixa complexidade - N - A empresa não atendeu o prazo de entrega de até 3 (três) horas após a captação do material. A entrega ocorreu no dia 20 de janeiro às 19h44 (prazo máximo era 16h45 do dia 20 de janeiro, pauta terminou às 13h45 do mesmo dia)

4 - Cumprimento do prazo de entrega da edição de média complexidade - N - A empresa não atendeu o prazo de entrega de até 2 (duas) horas após a captação do material. A entrega ocorreu no dia 20 de janeiro às 19h44 (prazo máximo era 15h45 do dia 20 de janeiro, pauta terminou às 13h45 do mesmo dia)

5 - Qualidade técnica da transmissão ao vivo - livestream - N - A empresa não atendeu à qualidade técnica da transmissão ao vivo, pois não tinha áudio na transmissão em tempo real pela Internet, simultaneamente em vários canais.

3. CONCLUSÃO

A licitante avaliada NÃO EXECUTOU de forma satisfatória e dentro do prazo estabelecido a demonstração de todos os serviços pertinentes às disposições constantes no Anexo I.

Ante o exposto, a empresa EXPLORATA PRODUTORA LTDA - ME foi considerada REPROVADA na Prova de Conceito por não satisfazer os critérios de avaliação e requisitos técnicos previstos no edital.

GABINETE DA SECRETÁRIA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Centro de Suprimentos e Apoio à Gestão de Contratos, do Departamento de Administração e Finanças da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o Pregão Eletrônico SDE nº 001/2021 - Processo Sem Papel n° 2020/00865, objetivando a CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA O PROGRAMA MEU EMPREGO – TRABALHO EM EQUIPE, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra o Edital como Anexo I. A sessão pública dar-se-á no dia 05/02/2021, às 9h30 horas no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, onde os interessados poderão verificar o Edital na íntegra através da Oferta de Compra nº 100120000012020OC00006, bem como no endereço eletrônico:

www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/ENegocios/BuscaENegocios.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelos telefones: (11) 3718-6521 ou 3718-6697, neste Centro.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Extrato de Termo Aditivo

Processo n.º 17/121-M

Contrato FAPESP n.º 065/2017

Termo de Aditamento FAPESP n.º 005/2021

Descrição: 3º Termo de Aditamento

Assinatura: 22/01/2021

Parecer jurídico n.º 012/2021 de 19/01/2021

Contratante: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP / CNPJ: 43.828.151/0001- 45

Contratada: Sinergia Paulistana Construções e Montagens Ltda - ME / CNPJ: 08.390.028/0001-94

Objeto: Prorrogação por mais 12 (doze) meses do contrato FAPESP n.º 065/2017, cujo objeto é a execução dos serviços técnicos de manutenção e assistência preventiva e corretiva nos aparelhos de ar condicionado tipo SELF, SPLIT e ACJ, instalados no edifício sede da FAPESP.

Valor total: R$ 9.642,89 (nove mil, seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e nove centavos)

Vigência: 01 de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 024/2017

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS a licitação na modalidade Concorrência nº 01/2021, Processo CEETEPS nº 1489575/2019, cujo objeto refere-se à OBRAS DE CONSTRUÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DA FATEC SUZANO, SITUADA NA ESQUINA DA AVENIDA MOGI DAS CRUZES COM A AVENIDA PAULISTA – PQ SUZANO – SUZANO/SP. Os interessados poderão consultar o edital e seus anexos no site do Diário Oficial do Estado de São Paulo, endereço eletrônico: www.imprensaoficial.com.br, no sitio do CEETEPS, endereço eletrônico - www.cps.sp.gov.br – Licitações – Concorrência, onde, inclusive, todos os arquivos da pasta técnica estarão disponíveis para download, ou consultá-lo, mediante agendamento pelo e-mail nc.licita@cps.sp.gov.br, tendo em vista a situação de pandemia, na sede da Administração Central do CEETEPS - 4º Andar, Núcleo de Compras, situada à Rua dos Andradas, nº 140, Santa Ifigênia, São Paulo/SP, pelo período de 26/01/2021, momento em que a pasta técnica será disponibilizada até o dia 02/03/2021, observando-se os prazos dispostos no ato convocatório para pedido de esclarecimento e impugnação ao edital. Os envelopes PROPOSTA e HABILITAÇÃO, assim como as declarações e documentos pertinentes, que deverão vir FORA deles nos termos do item 3 do edital, deverão ser entregues no dia 03/03/2021, em sessão pública conduzida pela Comissão Julgadora de Licitação, das 8h30min às 10h, durante 1h30min, na Portaria da Administração Central do CEETEPS, situada à Rua dos Andradas, nº 140, Santa Ifigênia, São Paulo/SP, sendo que na sequência no Auditório Verde, serão abertos os Envelopes 1 – Propostas, apresentados pelas empresas licitantes. A comissão receberá os documentos, conforme informações indicadas observando rigorosamente as normas e os protocolos de segurança para evitar o contágio da COVID-19.

INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

GABINETE DO SECRETÁRIO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 11/2018/FPBRN – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE – GABINETE DO SECRETÁRIO

Pregão Eletrônico N° 11/2018/FPBRN

Processo: 484/2018

Contrato: 11/2018/FPBRN

Parecer Jurídico: 674/2015

Data: 13/11/2015

Contratante: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – Gabinete do Secretário

Contratado: Helimarte Táxi Aéreo LTDA

CNPJ: 03.330.048/0001-56

Objeto: Prestação de serviços de sobrevoo de helicóptero.

Vigência: 01/01/2021 a 31/03/2022.

Valor: R$ 645.470,40 (seiscentos e quarenta e cinco mil e quatrocentos e setenta reais e quarenta centavos).

Classificação dos recursos: Natureza de Despesa 33903343, UGE 260030, Programa de Trabalho: 18542261862330000.

Data da Assinatura: 23/12/2020.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 01/2020/GS – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE – GABINETE DO SECRETÁRIO

Pregão Eletrônico N° 07/2019/GS

Processo: 3.377/2019

Contrato: 01/2020/GS

Parecer Jurídico: 674/2015

Data: 13/11/2015

Contratante: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – Gabinete do Secretário

Contratado: Fiorilli Software LTDA

CNPJ: 01.704.233/0001-38

Objeto: Prestação de serviços de informática e automação – Sistema de Gestão de Recursos Humanos

Vigência: 10/01/2021 a 09/01/2022.

Valor: R$ 172.183,51 (cento e setenta e dois mil e cento e oitenta e três reais e cinquenta e um centavos).

Classificação dos recursos: Natureza de Despesa: 30904010, UGE 260101, Programa de Trabalho: 18122261942760000

Data da Assinatura: 06/01/2021.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 05/2019/CPP – SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – COORDENADORIA DE PARQUES E PARCERIAS

Pregão Eletrônico N° 02/2019/CPP

Processo: 5.588/2019

Contrato: 05/2019/CPP

Parecer Jurídico: 674/2015

Data: 13/11/2015

Contratante: Subsecretaria do Meio Ambiente – Coordenadoria de Parques e Parcerias.

Contratado: Telefônica Brasil S/A

CNPJ: 02.558.157/0001-62

Objeto: Prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC), nas modalidades local, longa distância nacional (LDN) e longa distância internacional (LDI), nos tipos fixo-fixo e fixo--móvel – Lote 2

Vigência: 01/12/2020 a 28/02/2022

Valor: R$ 5.069,40 (cinco mil e sessenta e nove reais e quarenta centavos).

Classificação dos recursos: Natureza de Despesa: 33905012, UGE 260131, Programa de Trabalho: 18541261756770000

Data da Assinatura: 05/11/2020.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 11/2016/CPU – SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – COORDENADORIA DE PARQUES E PARCERIAS

Pregão Eletrônico N° 01/2016/CPU

Processo: 3.402/2016

Contrato: 11/2016/CPU

Parecer Jurídico: 674/2015

Data: 13/11/2015

Contratante: Subsecretaria do Meio Ambiente – Coordenadoria de Parques e Parcerias

Contratado: HESE Empreendimentos e Gerenciamento LTDA

CNPJ: 10.207.759/0001-01

Objeto: Prestação de serviços de manutenção e conservação de jardins para o Parque Dr. Fernando Costa – Água Branca

Vigência: 01/02/2021 a 30/04/2021.

Valor: R$ 75.956,97 (setenta e cinco mil e novecentos e cinquenta e seis reais e noventa e sete centavos).

Classificação dos recursos: Natureza de Despesa: 33903979 e 33903999 UGE: 260131, Programa de Trabalho: 18541261756770000

Data da Assinatura: 11/01/2021.

COMUNICADO

Concorrência internacional nº 02/2020

Processo: 10.642/2020

Objeto: Concessão de uso de bem público à pessoa jurídica de direito privado que se responsabilizará pelas atividades de realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área da concessão, correspondente à exploração do Zoológico, do Jardim Botânico e da Fazenda, incluindo a elaboração de projetos, a realização das obras e investimentos, a prestação de serviços e a exploração econômica de atividades de ecoturismo e visitação.

Em decorrência da alteração da data para realização da sessão pública, comunicamos que, em relação aos termos de Seguro Garantia e Fiança Bancária, respectivos Modelos B e C do Anexo XXXIV – SP Manual de Procedimentos B3, passam a valer as seguintes datas:

Modelo B:

5. Vigência:

5.1. A Apólice tem vigência de 180 (cento e oitenta) dias.

5.2. Início: às 24h de 22 de fevereiro de 2021

5.3. Término: às 24h de 21 de agosto de 2021

Modelo C:

6. A FIANÇA tem validade de 180 (cento e oitenta) dias como período de vigência, contados da data 23 de fevereiro de 2021 à 21 de agosto de 2021, inclusive ambas ("VIGÊNCIA DA FIANÇA").

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 02/2017/CPU – SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – COORDENADORIA DE PARQUES E PARCERIAS

Pregão Eletrônico N° 05/2016/CPU

Processo: 2.415/2016

Contrato: 02/2017/CPU

Parecer Jurídico: 674/2015

Data: 13/11/2015

Contratante: Subsecretaria do Meio Ambiente – Coordenadoria de Parques e Parcerias

Contratado: HESE Empreendimentos e Gerenciamento LTDA

CNPJ: 10.207.759/0001-01

Objeto: Prestação de serviços de manutenção predial corretiva e preventiva nas instalações hidráulicas, elétricas e civis, inclusive equipamentos, dos parques administrados pela Coordenadoria de Parques e Parcerias.

Vigência: 23/01/2021 a 22/01/2022

Valor: R$ 1.552.537,58 (um milhão e quinhentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e oito centavos).

Classificação dos recursos: Natureza de Despesa 33903979, UGE 260131, Programa de Trabalho: 18541261756770000.

Data da Assinatura: 11/01/2021.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 07/2016/CPU – SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – COORDENADORIA DE PARQUES E PARCERIAS

Pregão Eletrônico N° 01/2016/CPU

Processo: 3.409/2016

Contrato: 07/2016/CPU

Parecer Jurídico: 674/2015

Data: 13/11/2015

Contratante: Subsecretaria do Meio Ambiente – Coordenadoria de Parques e Parcerias

Contratado: HESE Empreendimentos e Gerenciamento LTDA

CNPJ: 10.207.759/0001-01

Objeto: Prestação de serviços de manutenção e conservação de jardins para o Parque Gabriel Chucre – Lagoa de Carapicuíba

Vigência: 01/02/2021 a 30/04/2021

Valor: R$ 88.945,14 (oitenta e oito mil e novecentos e quarenta e cinco reais e quatorze centavos).

Classificação dos recursos: Natureza de Despesa 33903979, UGE 260131, Programa de Trabalho: 18541261756770000.

Data da Assinatura: 11/01/2021.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 12/2016/CPU – SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – COORDENADORIA DE PARQUES E PARCERIAS

Pregão Eletrônico N° 01/2016/CPU

Processo: 3.405/2016

Contrato: 12/2016/CPU

Parecer Jurídico: 674/2015

Data: 13/11/2015

Contratante: Subsecretaria do Meio Ambiente – Coordenadoria de Parques e Parcerias

Contratado: HESE Empreendimentos e Gerenciamento LTDA

CNPJ: 10.207.759/0001-01

Objeto: Prestação de serviços de manutenção e conservação de jardins para o Parque da Juventude

Vigência: 01/02/2021 a 30/04/2021

Valor: R$ 130.389,18 (cento e trinta mil e trezentos e oitenta e nove reais e dezoito centavos).

Classificação dos recursos: Natureza de Despesa: 33903979, UGE 260131, Programa de Trabalho: 18541261756770000

Data da Assinatura: 11/01/2021.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 08/2016/CPU – SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – COORDENADORIA DE PARQUES E PARCERIAS

Pregão Eletrônico N° 01/2016/CPU

Processo: 3.400/2016

Contrato: 08/2016/CPU

Parecer Jurídico: 674/2015

Data: 13/11/2015

Contratante: Subsecretaria de Meio Ambiente– Coordenadoria de Parques e Parcerias

Contratado: HESE Empreendimentos e Gerenciamento LTDA

CNPJ: 10.207.759/0001-01

Objeto: Prestação de serviços de manutenção e conservação de jardins para os parques Candido Portinari e Villa-Lobos.

Vigência: 01/02/2021 a 30/04/2021.

Valor: R$ 287.500,02 (duzentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais e dois centavos).

Classificação dos recursos: Natureza de Despesa: 33903979, UGE 260131, Programa de Trabalho: 18541261756770000

Data da Assinatura: 11/01/2021.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 10/2016/CPU – SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – COORDENADORIA DE PARQUES E PARCERIAS

Pregão Eletrônico N° 01/2016/CPU

Processo: 3.401/2016

Contrato: 10/2016/CPU

Parecer Jurídico: 674/2015

Data: 13/11/2015

Contratante: Subsecretaria do Meio Ambiente – Coordenadoria de Parques e Parcerias

Contratado: HESE Empreendimentos e Gerenciamento LTDA

CNPJ: 10.207.759/0001-01

Objeto: Prestação de serviços de manutenção e conservação de jardins para o Parque Ecológico do Guarapiranga

Vigência: 01/02/2021 a 30/04/2021.

Valor: R$ 87.814,23 (oitenta e sete mil e oitocentos e quatorze reais e vinte e três centavos).

Classificação dos recursos: Natureza de Despesa: 33903979 e 33903999, UGE: 260131, Programa de Trabalho: 18541261740290000.

Data da Assinatura: 11/01/2021.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 11/2020/FPBRN – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE – GABINETE DO SECRETÁRIO

Pregão Eletrônico Nº 06/2020/FPBRN

Processo: 36.473/2020

Contrato: 11/2020/FPBRN

Parecer Jurídico: 1.357/2013

Data: 18/12/2013

Cota: CJ/SMA nº 65/2018

Data: 03/04/2018

Contratante: Secretária de Infraestrutura e Meio Ambiente - - Gabinete do Secretário

Contratado: Edmilton de Souza Teles - ME

CNPJ: 39.019.120/0001-76

Objeto: Aquisição de divisa de ombro, com entrega imediata para a Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo.

Objeto do Termo: Alterar a denominação do contratante, passando a figurar o Estado de São Paulo, pelo Gabinete do Secretário e pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade; Alterar a indicação orçamentária, para constar a assunção pela pelo Gabinete do Secretário e pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, UGE's: 260101, 260030, 260031 e 260130.

Classificação dos recursos: Natureza de despesas: 33903063, UGE: 260130, Programa de trabalho: 18542261862330000, Nota de empenho: 2020NE00326

Vigência: a partir de 18/12/2020.

Data da Assinatura: 29/12/2020.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 11/2020/FPBRN – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE – GABINETE DO SECRETÁRIO

Pregão Eletrônico Nº 06/2020/FPBRN

Processo: 36.473/2020

Contrato: 11/2020/FPBRN

Parecer Jurídico: 1.357/2013
Data: 18/12/2013
Cota: CJ/SMA nº 65/2018
Data: 03/04/2018
Contratante: Secretária de Infraestrutura e Meio Ambiente - - Gabinete do Secretário
Contratado: Edmilton de Souza Teles - ME
CNPJ: 39.019.120/0001-76
Objeto: Aquisição de divisa de ombro, com entrega imediata para a Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo.
Objeto do Termo: Alterar a denominação do contratante, passando a figurar o Estado de São Paulo, pelo Gabinete do Secretário e pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade; Alterar a indicação orçamentária, para constar a assunção pela pelo Gabinete do Secretário e pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, UGE's: 260101, 260030, 260031 e 260130.
Classificação dos recursos: Natureza de despesas: 33903063, UGE: 260130, Programa de trabalho: 18542261862330000, Nota de empenho: 2020NE00326
Vigência: a partir de 18/12/2020.
Data da Assinatura: 29/12/2020.
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 12/2020/FPBRN – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE – GABINETE DO SECRETÁRIO
Pregão Eletrônico Nº 06/2020/FPBRN
Processo: 36.474/2020
Contrato: 12/2020/FPBRN
Parecer Jurídico: 1.357/2013
Data: 18/12/2013
Cota: CJ/SMA nº 65/2018
Data: 03/04/2018
Contratante: Secretária de Infraestrutura e Meio Ambiente - - Gabinete do Secretário
Contratado: Edmilton de Souza Teles - ME
CNPJ: 39.019.120/0001-76
Objeto: Aquisição de brasões de armas, com entrega imediata para a Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo.
Objeto do Termo: Alterar a denominação do contratante, passando a figurar o Estado de São Paulo, pelo Gabinete do Secretário e pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade; Alterar a indicação orçamentária, para constar a assunção pela pelo Gabinete do Secretário e pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, UGE's: 260101, 260030, 260031 e 260130.
Classificação dos recursos: Natureza de despesas: 33903063, UGE: 260130, Programa de trabalho: 18542261862330000, Nota de empenho: 2020NE00319
Vigência: a partir de 18/12/2020.
Data da Assinatura: 29/12/2020.
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 13/2020/FPBRN – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE – GABINETE DO SECRETÁRIO
Pregão Eletrônico Nº 06/2020/FPBRN
Processo: 36.479/2020
Contrato: 13/2020/FPBRN
Parecer Jurídico: 1.357/2013
Data: 18/12/2013
Cota: CJ/SMA nº 65/2018
Data: 03/04/2018
Contratante: Secretária de Infraestrutura e Meio Ambiente - - Gabinete do Secretário
Contratado: Edmilton de Souza Teles - ME
CNPJ: 39.019.120/0001-76
Objeto: Aquisição de bucaneiras, insígnias e divisas, com entrega imediata para a Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo.
Objeto do Termo: Alterar a denominação do contratante, passando a figurar o Estado de São Paulo, pelo Gabinete do Secretário e pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade; Alterar a indicação orçamentária, para constar a assunção pela pelo Gabinete do Secretário e pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, UGE's: 260101, 260030, 260031 e 260130.
Classificação dos recursos: Natureza de despesas: 33903044, UGE: 260130, Programa de trabalho: 18542261862330000, Nota de empenho: 2020NE00318
Vigência: a partir de 18/12/2020.
Data da Assinatura: 29/12/2020.
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 20/2020/FPBRN – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE – GABINETE DO SECRETÁRIO
Pregão Eletrônico Nº 06/2020/FPBRN
Processo: 36.456/2020
Contrato: 20/2020/FPBRN
Parecer Jurídico: 1.357/2013
Data: 18/12/2013
Cota: CJ/SMA nº 65/2018
Data: 03/04/2018
Contratante: Secretária de Infraestrutura e Meio Ambiente - - Gabinete do Secretário
Contratado: Militar Defense Indústria e Comércio de Equipamentos de Segurança EIRELI
CNPJ: 33.916.854/0001-71
Objeto: Aquisição de cinturão, com entrega imediata para a Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo.
Objeto do Termo: Alterar a denominação do contratante, passando a figurar o Estado de São Paulo, pelo Gabinete do Secretário e pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade; Alterar a indicação orçamentária, para constar a assunção pela pelo Gabinete do Secretário e pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, UGE's: 260101, 260030, 260031 e 260130.
Classificação dos recursos: Natureza de despesas: 33903063, UGE: 260130, Programa de trabalho: 18542261862330000, Nota de empenho: 2020NE00320.
Vigência: a partir de 18/12/2020.
Data da Assinatura: 29/12/2020.
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 21/2020/FPBRN – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE – GABINETE DO SECRETÁRIO
Pregão Eletrônico Nº 06/2020/FPBRN
Processo: 42.370/2020
Contrato: 21/2020/FPBRN
Parecer Jurídico: 1.357/2013
Data: 18/12/2013
Cota: CJ/SMA nº 65/2018
Data: 03/04/2018
Contratante: Secretária de Infraestrutura e Meio Ambiente - - Gabinete do Secretário
Contratado: Rasut Confecções LTDA
CNPJ: 59.789.149/0001-44
Objeto: Aquisição de conjunto de calça e gandola, com entrega imediata para a Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo.
Objeto do Termo: Alterar a denominação do contratante, passando a figurar o Estado de São Paulo, pelo Gabinete do Secretário e pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade; Alterar a indicação orçamentária, para constar a assunção pela pelo Gabinete do Secretário e pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, UGE's: 260101, 260030, 260031 e 260130.
Classificação dos recursos: Natureza de despesas: 33903063, UGE: 260130, Programa de trabalho: 18542261862330000, Nota de empenho: 2020NE00312.
Vigência: a partir de 18/12/2020.
Data da Assinatura: 29/12/2020.
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 22/2020/FPBRN – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE – GABINETE DO SECRETÁRIO
Pregão Eletrônico Nº 06/2020/FPBRN
Processo: 42.387/2020
Contrato: 22/2020/FPBRN
Parecer Jurídico: 1.357/2013
Data: 18/12/2013
Cota: CJ/SMA nº 65/2018
Data: 03/04/2018
Contratante: Secretária de Infraestrutura e Meio Ambiente - - Gabinete do Secretário
Contratado: Rasut Confecções LTDA
CNPJ: 59.789.149/0001-44
Objeto: Aquisição de japona, com entrega imediata para a Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo.
Objeto do Termo: Alterar a denominação do contratante, passando a figurar o Estado de São Paulo, pelo Gabinete do Secretário e pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade; Alterar a indicação orçamentária, para constar a assunção pela pelo Gabinete do Secretário e pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, UGE's: 260101, 260030, 260031 e 260130.
Classificação dos recursos: Natureza de despesas: 33903063, UGE: 260130, Programa de trabalho: 18542261862330000, Nota de empenho: 2020NE00325.
Vigência: a partir de 18/12/2020.
Data da Assinatura: 29/12/2020.

FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLÓGICO DE SÃO PAULO

Contrato: AJ-190/2012. Processo: 0635PE1809. Pregão Eletrônico nº 042/2018. Parecer Jurídico: AJ-329/2012. Contratante: Fundação Parque Zoológico de São Paulo. Contratado: JCR Serviços Terceirizados Eireli ME. CNPJ: 21.435.891/0001-89. Objeto: Termo de Prorrogação do contrato de prestação de serviços, nº AJ-189/1812, de 20/12/2018. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Valor: R$ 722.253,50. Item de Despesa 33.90.39.99 PTR'es 264602. Assinatura: 21/12/2020.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

EXTRATO DE CONVÊNIO
PROCESSO: PGE-EXP-2021/00597
CONCEDENTE: Procuradoria Geral do Estado de São Paulo
INSTITUIÇÃO: CPO – Companhia Paulista de Obras
OBJETO: Representação judicial, assessoria jurídica e consultoria jurídica da companhia à Procuradoria Geral do Estado, em cumprimento aos incisos IV e V do caput e ao parágrafo 3º do artigo 8º do Decreto nº 64.418 de 2019.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 21/01/2021
EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo: PGE-PRC-2020/03001
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 13/2020
Ata de Registro de Preços PGE nº 05/2020
Parecer SubG Cons nº 113/2020 de 13/11/2020
Objeto: Constituição de sistema de regisro de preços para contratação de serviços de agenciamento sistematizado de viagens corporativas.
Órgão Gerenciador - Procuradoria Geral do Estado - Departamento de Suprimentos e Atividades Complementares
Empresa Registrada: MC & A TURISMO LTDA-ME
CNPJ nº: 03.715.727/0001-43
Empresas que Aderiram a Ata: SX TECNOLOGIA E SERVIÇOS CORPORATIVOS EIRELI-CNPJ 14.278.276/0001-40/ ECOS TURISMO LTDA-ME - CNPJ 06.157.430/0001-60 e CERRADO VIAGENS EIRELI-EPP -CNPJ 26.722.189/0001-10.
Vigência: 12 (doze) meses a partir da publicação da Ata
Valor Unitário - R$ 0,0001 (um décimo de milésimo de real)
Data da Assinatura: 12/01/2021

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITORIA

VICE-REITORIA

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE MATERIAL
JUSTIFICATIVA
Em atenção ao parágrafo 1º do artigo 5º da Portaria GR Nº 4.710, de 25/02/2010, justificamos que o pagamento à empresa abaixo não foi efetuado na data devida por problemas administrativos que impossibilitaram a tramitação normal do processo:
EMPRESA: CLARKE MODET PROPRIEDADE INTELECTUAL LTDA.
PROCESSO Nº: 2015.1.929.1.4
EMPENHO: 181285/2020

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 020/2020
OBJETO: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
OC: 102128100582020OC00034
PROCESSSO Nº. 2020.1.302.35.1
ITENS 07, 08, 15, 16, 17 e 22 para a empresa NUTRICIONALE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., no valor total de R$ 354.808,00.
ITEM 01 para a empresa DNA COMÉRCIO E RESPRESENTAÇÕES EIRELI, no valor total de R$ 35.000,00.
ITENS 02, 03, 04, 06, 09, 13, 18 e 23 para a empresa LMS COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI, no valor total de R$ 127.210,00.
ITENS 10, 12 e 21 para a empresa FPS COMÉRCIO DE ARTIGOS EM GERAL EIRELI, no valor total de R$ 22.416,10.
ITEM 20 para a empresa DRIVEOP I IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA., no valor total de R$ 6.030,00.
ITENS 05, 11, 14 e 19 foram FRACASSADOS.
DESPACHO DO SUPERINTENDENTE DE 22/01/2021.
Nos termos do Fechamento da Pregoeira homologo o procedimento licitatório referente ao Pregão nº 020/2020 – SAS, e autorizo a despesa.
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 022/2020
OBJETO: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO OU CONSERVAÇÃO DE POÇOS E RESERVATÓRIOS
OC: 102128100582020OC00035
PROCESSSO Nº. 2020.1.315.35.6
ITEM 01 para a empresa WSM CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA - EPP., no valor total de R$ 260.000,00.
DESPACHO DO SUPERINTENDENTE DE 22/01/2021.
Nos termos do Fechamento da Pregoeira homologo o procedimento licitatório referente ao Pregão nº 022/2020 – SAS, e autorizo a despesa.

SUPERINTENDÊNCIA DO ESPAÇO FÍSICO DA USP

Comunicado
De ordem do Sr. Superintendente, relativo a abertura na SUPERINTENDÊNCIA DO ESPAÇO FÍSICO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - SEF, da CONCORRÊNCIA Nº 02/2020-SEF, para a Execução dos serviços de reforma complementar do Edifício de Pesquisa do Departamento de Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, da Faculdade de Medicina da USP.
Tendo em vista que os Envelopes da empresa: COSAMA ENGENHARIA EIRELI, entregues previamente à abertura ocorrida na sessão de 21.01.21, deixou de ser aberto, é ora convocada para a abertura do Envelope nº 01, no dia 27.01.2021, às 10h00.
Em função das medidas temporárias e emergenciais contra o contágio pelo COVID-19, a sessão será realizada também por meio digital pelo link: https://meet.google.com/gsu-aajh-mkr
Caso alguma licitante deseje, mesmo não sendo recomendado, participar presencialmente da sessão, primordial que agendem, com antecedência mínima de 24 horas da data e horário da sessão, através do email coppola@usp.br, limitada a apenas um representante por empresa.

EDITORA DA USP

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Editora da Universidade de São Paulo
Extrato de Contrato
PROCESSO: 20.1.00256.91.0
CONTRATO Nº: 7/2020
CONTRATANTE: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
CONTRATADA: Gráfica Cs Eireli - Epp
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS
MODALIDADE: Pregão - Compras e Serviços
PARECER JURÍDICO:
VALOR DO CONTRATO: R$ 139.752,00
VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência a contar da data de sua assinatura até 17/11/2020.
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.122.1043.6351
CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.83
DATA DA ASSINATURA: 27/10/2020
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Editora da Universidade de São Paulo
Extrato de Contrato
PROCESSO: 20.1.00256.91.0
CONTRATO Nº: 8/2020
CONTRATANTE: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
CONTRATADA: Marquinhos Artes Gráficas Ltda
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS
MODALIDADE: Pregão - Compras e Serviços
PARECER JURÍDICO:
VALOR DO CONTRATO: R$ 107.400,00
VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência a contar da data de sua assinatura até 17/11/2020.
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.122.1043.6351
CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.83
DATA DA ASSINATURA: 27/10/2020

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Escola de Comunicações e Artes
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO BEC Nº: 2/2021 - ECA
PROCESSO Nº: 21.1.00007.27.0
OFERTA DE COMPRA Nº: 102123100582021OC00001
A Escola de Comunicações e Artes torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO BEC, sob Nº: 2/2021 - ECA, do tipo menor preço, cujo objeto é SERVICO DE AQUISICAO/ATUALIZACAO DE USO DE SOFTWARE, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 26/02/2021 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 08/02/2021 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 26/02/2021, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.imesp.com.br e na Seção de Compras - Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, nº 443 - Edificio Prédio Principal - 1º andar - sala 121 - Butantã - São Paulo / SP - CEP: 05508-020 - Tel: (11)3091-4044 - (11)3091-4088.

ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO BEC Nº: 1/2021 - EERP
PROCESSO Nº: 21.1.00007.22.9
OFERTA DE COMPRA Nº: 102120100582021OC00001
A Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO BEC, sob Nº: 1/2021 - EERP, do tipo menor preço, cujo objeto é SERVICO ESPECIALIZADO EM PRODUCAO GRAFICA (DIAGRAMAÇÃO), conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 25/01/2021 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 05/02/2021 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 25/01/2021, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.imesp.com.br

ESCOLA POLITÉCNICA

DESPACHO DA DIRETORA, DE 22 DE JANEIRO DE 2021
Ratificando o Ato Declaratório de DISPENSA DE LICITAÇÃO, de acordo com os Artigos 24 inciso XXI e 26 da Lei n.º 8666/93, e suas alterações posteriores, ressaltando que a responsabilidade pela justificativa técnica é do servidor que assina a mesma.
PROCESSO: 2021.1.36.3.2
CONTRATADA: ETAS INC
DESPACHO DA DIRETORA, DE 22 DE JANEIRO DE 2021
Ratificando o Ato Declaratório de DISPENSA DE LICITAÇÃO, de acordo com os Artigos 24 inciso XXI e 26 da Lei n.º 8666/93, e suas alterações posteriores, ressaltando que a responsabilidade pela justificativa técnica é do servidor que assina a mesma.
PROCESSO: 2021.1.37.3.9
CONTRATADA: ETAS INC
DESPACHO DA DIRETORA, DE 22 DE JANEIRO DE 2021
Ratificando o Ato Declaratório de DISPENSA DE LICITAÇÃO, de acordo com os Artigos 24 inciso XXI e 26 da Lei n.º 8666/93, e suas alterações posteriores, ressaltando que a responsabilidade pela justificativa técnica é do servidor que assina a mesma.
PROCESSO: 2021.1.38.3.5
CONTRATADA: ETAS INC
DESPACHO DA DIRETORA, DE 22 DE JANEIRO DE 2021
Ratificando o Ato Declaratório de DISPENSA DE LICITAÇÃO, de acordo com os Artigos 24 inciso XXI e 26 da Lei n.º 8666/93, e suas alterações posteriores, ressaltando que a responsabilidade pela justificativa técnica é do servidor que assina a mesma.
PROCESSO: 2021.1.39.3.1
CONTRATADA: ADDISON ENGINEERING, INC.
DESPACHO DA DIRETORA, DE 22 DE JANEIRO DE 2021
Ratificando o Ato Declaratório de DISPENSA DE LICITAÇÃO, de acordo com os Artigos 24 inciso XXI e 26 da Lei n.º 8666/93, e suas alterações posteriores, ressaltando que a responsabilidade pela justificativa técnica é do servidor que assina a mesma.
PROCESSO: 2021.1.45.3.1
CONTRATADA: Obah Produtos e Serviços para Segurança e Ensino Eireli
DESPACHO DA DIRETORA, DE 22 DE JANEIRO DE 2021
Ratificando o Ato Declaratório de DISPENSA DE LICITAÇÃO, de acordo com os Artigos 24 inciso XXI e 26 da Lei n.º 8666/93, e suas alterações posteriores, ressaltando que a responsabilidade pela justificativa técnica é do servidor que assina a mesma.
PROCESSO: 2021.1.40.3.0
CONTRATADA: HORIBA Jobin Yvon

FACULDADE DE ODONTOLOGIA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Odontologia
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO BEC Nº: 3/2021 - FO
PROCESSO Nº: 21.1.00022.23.6
OFERTA DE COMPRA Nº: 102121100582021OC00002
A Faculdade de Odontologia torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO BEC, sob Nº: 3/2021 - FO, do tipo menor preço, cujo objeto é ALCOOL ETILICO, HIPOCLORITO DE SODIO e SOLUCAO LIMPADORA ENZIMATICA, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 26/01/2021 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 05/02/2021 às 10h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 26/01/2021, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.imesp.com.br e na Financeiro - Serviço de Licitações e Contratos - Avenida Professor Lineu Prestes, 2227 - Butantã - São Paulo / SP - CEP: 05508000 - Tel: 11 3091-7825 - Fax: 11 3091-7825.

FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU
Extrato do 3º Termo de Aditamento de Contrato
Contratante: Faculdade de Odontologia de Bauru
Contratada: Sistel Engenharia Eireli
Nº do Contrato: 06/2018
Licitação: Pregão Eletrônico nº 30/2017 - FOB
Proc. 17.1.4457.25.9
Cláusulas Aditadas:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do ajuste por mais um período de 12 (doze) meses, a contar de 01/02/2021.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DOS RECURSOS
2.1. O valor total atualizado do contrato para o novo período de vigência do ajuste (de 01/02/2021 a 31/01/2022) é de R$ 19.560,55 (dezenove mil, quinhentos e sessenta reais e cinquenta e cinco centavos). - Ref. dez/2020.
2.2. A despesa onerará a Classificação Funcional Programática: 12.364.1043.5304 - Classificação da Despesa Orçamentária: 3.3.90.39.80 - Fonte Recursos: Tesouro do Estado, do orçamento da CONTRATANTE, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 12 da Lei nº 10.320, de 16/12/1968, observada a seguinte distribuição:
2021 - R$ 17.930,55 (11 parcelas de R$ 1.630,05)
2022 - R$ 1.630,00
Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.
Data da assinatura do Aditamento: 22/01/2021

HOSPITAL DE REABILITAÇÃO DE ANOMALIAS CRANIOFACIAIS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO BEC Nº: 3/2021 - HRAC
PROCESSO Nº: 21.1.00017.61.5
OFERTA DE COMPRA Nº: 102149100582021OC00006
A Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO BEC, sob Nº: 3/2021 - HRAC, do tipo menor preço, cujo objeto é LUVA CIRURGICA e LUVA PARA PROCEDIMENTO, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 26/01/2021 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 05/02/2021 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 26/01/2021, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.imesp.com.br e na SEÇÃO DE COMPRAS - RUA SILVIO MARCHIONE, 3-20 - bloco P - sala 4 - VILA UNIVERSITÁRIA - BAURU / SP - CEP: 17012-900 - Tel: (14) 3235-8401 - Fax: (14) 3235-8401.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Hospital Universitário
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO BEC Nº: 5/2021 - HU
PROCESSO Nº: 21.1.00014.62.4
OFERTA DE COMPRA Nº: 102150100582021OC00008
A Hospital Universitário torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO BEC, sob Nº: 5/2021 - HU, do tipo menor preço, cujo objeto é CATETER, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 26/01/2021 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 05/02/2021 às 14h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 26/01/2021, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.imesp.com.br e na Compras - Unidade- AV. Prof. Lineu Prestes, 2565 - 3o. andar - Cidade Universitária - São Paulo / SP - CEP: 05508-000 - Tel: 3091-9244 ou 3091-9222.
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Hospital Universitário
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO BEC Nº: 6/2021 - HU
PROCESSO Nº: 21.1.00012.62.1
OFERTA DE COMPRA Nº: 102150100582021OC00009
A Hospital Universitário torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO BEC, sob Nº: 6/2021 - HU, do tipo menor preço, cujo objeto é BISTURI DESCARTAVEL, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 26/01/2021 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 05/02/2021 às 09h00, sendo o acesso à sessão por

intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 26/01/2021, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.imesp.com.br e na Compras - Unidade- AV. Prof. Lineu Prestes, 2565 - 3o. andar - Cidade Universitária - São Paulo / SP - CEP: 05508-000 - Tel: 3091-9244 ou 3091-9222.

Processo: 2020.1.1948.62.0

Contratante: Hospital Universitário da USP

Contratado: Politec Importação e Comércio Ltda

Pregão - Registro de Preços: 177/20

Contrato de comodato: 012/2020

Objeto: Contrato objetivando o fornecimento em comodato de bombas de infusão

Data da assinatura: 05/11/2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Hospital Universitário

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO BEC N°: 7/2021 - HU

PROCESSO Nº: 20.1.03260.62.5

OFERTA DE COMPRA Nº: 102150100582020OC00326

A Hospital Universitário torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO BEC, sob N°: 7/2021 - HU, do tipo menor preço, cujo objeto é LUVA PARA PROCEDIMENTO, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 26/01/2021 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 05/02/2021 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 26/01/2021, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.imesp.com.br e na Compras - Unidade- AV. Prof. Lineu Prestes, 2565 - 3o. andar - Cidade Universitária - São Paulo / SP - CEP: 05508-000 - Tel: 3091-9244 ou 3091-9222.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Edital de PREGÃO Para Registro de Preços Nº 275/2020 – HU

OC. 102150100582020oc00304

PROCESSO Nº 2020.1.3205.62.4

Aos 06 dias do mês de janeiro do ano de 2021, o Hospital Universitário, C.N.P.J nº: 63 025 530/0085-12, sediada (o) no (a) Av.Prof. Lineu Prestes, 2565 – 3° andar - sala A 30700 - Cidade Universitária – São Paulo - SP - CEP: 05508-000, na qualidade de ORGÃO GERENCIADOR, representada (o) neste ato pelo (a) seu (sua): Superintendente, Prof. Dr. Paulo Francisco Ramos Margarido designado através da publicação no D.O.E de 09/01/2019 e, de outro lado, a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), representada(s) na forma de seu(s) estatuto(s) social (is), acordam proceder, nos termos das Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, dos Decretos 47.297, de 06/11/2002 e 47.945, de 16/07/2003, e 51.809 de16/05/2007, e das Resoluções CEGP-10, de 19/11/2002 e CC-76 de 28/11/2003, bem como do edital de Pregão constante dos autos do processo em epígrafe, ao REGISTRO DE PREÇOS referente ao (s) item (ns) abaixo descrito (s), com seu respectivo preço unitário, observada a ordem de classificação.

LOTE / ITEM - DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO - QUANTIDADE - VALOR UNITÁRIO

LOTE 01

ITEM 01

DOSADOR ORAL EM POLIPROPILENO, ATÓXICO, NÃO ESTÉRIL, NO FORMATO DE SERINGA. ESCALA GRADUADA EM MILILITROS (ML), NÍTIDA E PRECISA, COM CAPACIDADE TOTAL DE 3 ML E DIVISÕES MENORES A CADA 0,1 ML, OU MENOS, PARA DOSAGEM DE MEDICAMENTOS POR VIA ORAL. A MARCAÇÕES DE VOLUME NA ESCALA DEVERÁ SER DE COMPRIMENTO MAIOR PARA CADA 1ML, INTERMEDIÁRIA PARA CADA 0,5 ML E MENOR PARA CADA 0,1 ML. O FORMATO DO BICO NÃO DEVE PERMITIR O ENCAIXE DE AGULHAS HIPODÉRMICAS E DEVE VIR ACOMPANHADO DE TAMPA COM ENCAIXE PERFEITO, SEM FOLGAS, A FIM DE EVITAR VAZAMENTO DOS MEDICAMENTOS DURANTE O TRANSPORTE. (BEC 4153731)

55.000

unidades

R$0,30

DADOS DOS FORNECEDORES REGISTRADOS PARA O ITEM - CLASSIFICAÇÃO

Razão Social: CIRURGICA FERNANDES – COM DE MAT CIRURGICOS E HOSPITALARES

CNPJ: 61.418.042/0001-31

Representante Legal: Luciane Yamamoto Oliveira

CPF: 215.431.998-01

E-mail empresa:lucianeyamamoto@gmail.com

1ª

Fica declarado que o(s) preço(s) constante(s) da presente Ata, portanto, registrado(s), terá (ão) validade por 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação no DOE.

Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

PROF. DR. Paulo Francisco Ramos Margarido

SUPERINTENDENTE

P/ CONTRATANTE

CIRURGICA FERNANDES – COM DE MAT CIRURGICOS E HOSPITALARES

PREFEITURA DO CAMPUS USP DE RIBEIRÃO PRETO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020 – PUSP-RP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARNE BOVINA NOVA, CARNE BOVINA SEMI PROCESSADA, FIGADO NOVO, FRANGO SEMI-PROCESSADO, LINGUICA NOVO e PESCADO SEMI PROCESSADO.

PROCESSO: 2020.1.50.53.0

ASSUNTO: Anulação da licitação

De acordo com as informações prestadas, decido pela ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO.

Pelas circunstâncias, declaro a anulação do processo de aquisição, em vista das divergências encontradas entre o Edital e a Proposta apresentada.

Os autos se encontram com vistas franqueadas para consulta dos interessados.

Ribeirão Preto, 19 de janeiro de 2021.

Prof. Dr. Sérgio de Albuquerque

Prefeito de Campus USP Ribeirão Preto

.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PREFEITURA DO CAMPUS USP DE RIBEIRÃO PRETO

EXTRATO DE CONTRATO

TOMADA DE PREÇOS 04/2020 – Contrato: 02/2021 - PUSP-RP

PROCESSO: 2020.1.252.53.2

OBJETO DA LICITAÇÃO: EXECUÇÃO DA REFORMA DOS BLOCOS D E E, DO PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRÉDIO DA GUARITA DO CREU – CONJUNTO RESIDENCIAL DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS, LOCALIZADO NO CAMPUS USP DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CONTRATADA: PAJOLLA ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 01.827.517/0001-11

Valor: R$ 622.178,93

Data da assinatura: 22/01/2021

Prazo de execução: 150 dias corridos

Funcional programática: 12.364.1043.5787

Classificação da despesa: 33903981

PREFEITURA DO CAMPUS USP DE SÃO CARLOS

ATA DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO – CONVITE DE PREÇOS N. 04/2020

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de 2.021, às doze horas, no prédio da Prefeitura do Campus USP de São Carlos, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, para o julgamento da habilitação das empresas classificadas no Convite de Preços n. 04/2020.

Como recapitulação, após a análise das propostas, realizadas na sessão pública do dia 13/01/2021, concluiu-se que as empresas ficaram classificadas para a fase de habilitação:

1) BEAUVALI CONST.PROJ.ENGENHARIA EIRELI = R$ 79.640,74

2) FRAGALLI ENGENHARIA EIRELI EPP = R$ 79.996,23

3) LINNEAR INCORP.E CONSTR.EIRELI EPP = R$ 79.999,96

Quanto às empresas BEAUVALI CONST.PROJ.ENGENHARIA EIRELI e FRAGALLI ENGENHARIA EIRELI EPP, a Comissão não encontrou problemas que pudessem levar à inabilitação delas. Portanto, ambas foram consideradas como habilitadas.

Em relação à empresa LINNEAR INCORP.E CONSTR.EIRELI EPP, a Comissão constatou a ausência do Atestado de Vistoria assinado pelo representante da PUSP-SC, conforme exigido no item 7.1.7 do Edital. No entanto, também constatamos a presença da impressão de e-mails da empresa, nos quais ela procurou demonstrar suas tentativas de agendar a mencionada vistoria. Diante disso, realizamos uma verificação eletrônica e notamos que a empresa realmente fez a solicitação para agendamento de vistoria em pelo menos três ocasiões, sendo que em todas elas suas mensagens foram classificadas como "spam" pelo nosso sistema de e-mails, não sendo possível sua pronta visualização. Além disso, a empresa mencionou ter realizado ligações telefônicas mas, considerando o atual regime de teletrabalho, não foi possível atender às solicitações da mesma. Portanto, a Comissão decidiu que a empresa não poderia ser penalizada com a inabilitação visto que a mesma fez esforços para a realização da vistoria, não sendo possível realizar esta vistoria pelo problema ocorrido no sistema de e-mails da Administração. Desta forma, a empresa também foi considerada como habilitada, visto que o restante da documentação está em harmonia com o exigido pelo Edital.

Portanto, visto que a empresa primeira classificada se propôs a realizar os serviços licitados por um valor compatível com o de mercado, e sua documentação atendeu às exigências do Edital, a Comissão decidiu julgar a empresa BEAUVALI CONSTRUTORA E PROJETOS DE ENGENHARIA EIRELI como vencedora do Convite de Preços n. 04/2020 pelo valor total de R$ 79.640,74 (setenta e nove mil, seiscentos e quarenta reais e setenta e quatro centavos).

A presente decisão será publicada no Diário Oficial, no Quadro de Avisos da Prefeitura do Campus e comunicado aos licitantes por e-mail, sendo concedido o prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentação de recursos.

Os autos estão franqueados para vistas durante o período para apresentação de recursos, mediante prévio agendamento através do e-mail do Serviço de Material, material.prefeitura@sc.usp.br.

EVANDRO MARTINS

CILENE GARCIA

IVES LUIZ GALLO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

REITORIA

DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Geral de Administração

RESULTADO FINAL

Pregão Eletrônico DGA nº. 844/2020, Processo 01-P-15929/2020, Oferta de Compra BEC/SP 102201100592019OC00379.

Objeto: Registro de Preços de Medicamentos

Sessão Pública realizada no dia 06 de janeiro de 2021, conduzida pelo Pregoeiro com auxílio da Equipe de Apoio designados nos autos do Processo em epígrafe. Abertas as propostas das empresas licitantes, procedeu-se a análise das mesmas de acordo com as exigências do ato convocatório e foram selecionadas as propostas. Ultrapassada a fase de lances e negociação, restaram vencedoras as empresas CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. para os itens 01, 03, 16, 17, 21 e 25, COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. para o item 02, PROVIP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA. para o item 04, FRESENIUS KABI BRASIL LTDA. para os itens 05 e 13, ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA. para os itens 08 e 11, VALINPHARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. para o item 10, INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. para o item 12 e SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. para o item 19. Os itens 07, 15, 18, 20, 23 e 24 restaram fracassados. Os itens 06, 09, 14 e 22 restaram desertos. Após exame da documentação de habilitação, as vencedoras foram declaradas habilitadas e adjudicatárias dos objetos. Não houve interposição de recursos. A homologação da licitação pela autoridade competente ocorreu em 21 de janeiro de 2021.

RESULTADO FINAL

Pregão Eletrônico DGA 837/2020, Processo 01-P-10516/2020, Oferta de Compra BEC/SP 102201100592020OC00373

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE AVEIA, AMIDO DE MILHO E FARINHA DE MANDIOCA

Sessão Pública realizada no dia 4 de janeiro de 2021, conduzida pelo Pregoeiro com auxílio da Equipe de Apoio designados nos autos do Processo em epígrafe. Foram credenciadas as licitantes por seus representantes e abertos os envelopes propostas, procedeu-se as análises de acordo com as exigências do ato convocatório e selecionadas as propostas nos termos dos incisos VIII e IX do art. 4º da LF 10.520/02. Ultrapassada a fase de lances e negociação, restaram vencedoras as empresas:

- Itens 01, 03, 04 e 05 - LMS DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI-EPP

- Item 02 - DNA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI - EPP

Após exame das documentações de habilitação, as vencedoras dos itens foram declaradas habilitadas. Não houve interposição de recurso. A homologação da licitação pela autoridade competente ocorreu em 21 de janeiro de 2021.

PREGÃO ELETRÔNICO DGA Nº. 797/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2021

Aos catorze dias do mês de janeiro do ano de 2021, pelo presente instrumento, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legalmente representada pela autoridade competente doravante denominada simplesmente Unicamp, RESOLVE registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) da licitação acima citada, nas quantidades mínimas e máximas estimadas, de acordo com o(s) preço(s) oferecido(s) pela licitante classificada em primeiro lugar, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

As partes se subordinam às disposições das Leis federais nºs 10.520/02 e 8.666/93, bem como às demais normas que regem a matéria.

FORNECEDOR:

PRIMEIRO COLOCADO: LARBAK SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº 09.510.784/0001-72, com sede na Rua Santa Edith, 292, Jardim Helena, São Paulo, SP, CEP 08420-400, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, neste ato representado por seu representante legal, o Sr. Cesar Cabral de Souza, inscrito no CPF sob o N.º 297.332.188-39 e portador da Carteira de Identidade n.º 33.375.777 – SP.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE ITENS DE PAPELARIA

Item - Descrição do Item - Quantidades Registradas - Preço Unitário

Mínima - Máxima

27 - 18 - 184 - R$ 6,97

Cola de papelaria; liquida; para uso escolar; a base de agua, lavável; atóxica, bico econômico; secagem normal; acondicionada em frasco; pesando 40 gr; na cor branca; com validade mínima de 1 ano a partir da data de entrega; com certificação compulsória INMETRO, e as suas atualizações posteriores; e suas condições deverão estar de acordo com a norma NBR-15236.

Unidade de Fornecimento: caixa com 12 unidades

Marca: Turma da Cola

Item - Descrição do Item - Quantidades Registradas - Preço Unitário

Mínima - Máxima

38 - 150 - 1.500 - R$ 1,59

Recado autoadesivo; em papel off-set, com adesivo acrílico reposicionável; medindo 38 x 50 mm, sem pauta, validade 24 meses; na cor rosa, amarelo, verde, laranja, em blocos individuais apresentado em embalagem única.

Unidade de Fornecimento: pacote com 4 blocos com 50 folhas

Marca: BRW

Item - Descrição do Item - Quantidades Registradas - Preço Unitário

Mínima - Máxima

45 - 620 - 6.200 - R$ 1,76

Caixa para arquivo; em papelão kraft ondulado, duplex (parede simples), desmontável; medindo mínimo 365 x 140 x 255 mm (c x a x l), gramatura 435 g/m2; na cor parda, com impressão padrão, contendo as travas nas laterais para montagem.

Unidade de Fornecimento: unidade

Marca: Dema

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

1. Executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no edital, na proposta apresentada na licitação e no instrumento contratual e;

2. Efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições fixadas no edital;

3. Manter, na vigência da Ata e do instrumento contratual, contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei federal n.º 8.666/93.

OBRIGAÇÕES DA UNICAMP:

1. A presente Ata não obriga a Unicamp a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente relativa às licitações, nos termos do edital e da lei.

2. Efetuar o pagamento no prazo e na forma fixados no ato convocatório.

3. Realizar pesquisa de mercado para comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assim como promover a publicação trimestral dos preços registrados, conforme determina o § 2º do art. 15 da Lei federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA DA ATA:

A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação na imprensa oficial.

FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

As partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito.

Campinas, 14 de janeiro de 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FORNECEDOR:

1º COLOCADO:

LARBAK SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI ME

Nome: Cesar Cabral de Souza

CPF: 297.332.188-39

RG: 33.375.777 – SP

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DA UNICAMP - HEMOCENTRO

SUSPENSÃO DE PRAZOS DE LICITAÇÃO.

O Centro de Hematologia e Hemoterapia da Unicamp - Hemocentro comunica aos interessados que o PREGÃO ELETRÔNICO HEMO nº. 0046/2021 - OFERTA DE COMPRA BEC/SP nº. 102204100592020OC00077 - PROCESSO nº. 32-P-15747/2020, que trata de Registro de Preços de Tubo capilar vidro sem heparina 75 x 1 x 1,5, Pipeta tipo Pasteur não est. Vol. 03 ml, Tubo polipropileno fundo cônico 1,5 ml, Tubo de ensaio em poliestireno cristal, Ponteira p/ micropipeta 500 a 1000 ul, Lanceta p/ coleta de sangue capilar, Tubo polipropileno fundo cônico 15 ml, Tubo em polipropileno 3 a 4 ml, Pont. Autoc. 0/100 ul com filtro, Ponteira autoc. 0/10 ul com filtro, Ponteira universal com filtro 100-1000 ul, Placa para técnica Terasaki 72 escav, Microtubo de 2,0 ml com tampa, Tubo p/ microcentrifuga cônico 500 ul, Ponteira 200 ul polipropileno sem filtro, Ponteira autoclavavel 0 a 10 não estéril e Ponteira autoclavavel pp 0 a 10 um, de acordo com o discriminado no Anexo I, está suspenso para adequação do Edital.

Novos prazos serão publicados oportunamente.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO HC – Nº 621/2020

OFERTA DE COMPRA BEC Nº 102202100592020OC00397

PROCESSO nº 15-P-4244/2020 e nº 15-P-21285/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1119/2020

Aos 20 dias do mês de janeiro do ano de 2021, pelo presente instrumento, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legal e estatutariamente representada pela autoridade competente, doravante denominada simplesmente Unicamp, RESOLVE registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) da licitação acima citada, nas quantidades mínimas e máximas estimadas, de acordo com o(s) preço(s) oferecido(s) pela licitante classificada em primeiro lugar, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

As partes se subordinam às disposições das Leis federais nºs 10.520/02 e 8.666/93, bem como às demais normas que regem a matéria.

FORNECEDOR(ES): PRIMEIRO COLOCADO: C.B.S. MEDICO CIENTIFICA S/A, inscrita no CNPJ nº 48.791.685/0001-68, com sede na Rua Palmorino Monaco, nº 630, CEP: 03.043-000, Bras, São Paulo-SP, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, neste ato representado por seu representante legal, o(a) Sr.(a) ODAIR DO SANTOS, inscrito(a) no CPF sob o N.º 026.330.198-20 e portador(a) da Carteira de Identidade n.º 5.721.354-9

OBJETO:

Item Descrição do Material Quantidades Registradas PREÇO UNITÁRIO

MÍNIMA MÁXIMA

05 Cateter intravenoso radiopaco estéril; em silicone; adulto; intravenoso central de inserção periférica (picc); centimetrado; duplo lumen; temporário; composto de: microintrodutor para punção, fio guia e introdutor; sendo a agulha de punção compatível ao cateter; cartão de identificação do paciente e estabilizador para fixação; tamanho do diâmetro de 6 fr e comprimento aproximado de 60 cm; atóxico; apirogênico; embalado em material que garanta a integridade do produto e permita transferência asséptica; o produto deverá obedecer a legislação atual vigente. Complemento: Para utilização com técnica de seldinger, guiado por US.

CHC: 109768 BEC: 4131371 Código SUS: 0702040118

MARCA: BARD

FABRICANTE: BARD ACCESS SYSTEMS

PROCEDÊNCIA: ESTADOS UNIDOS

EMBALAGEM: PEÇA

01 UNIDADE 40 UNIDADES R$ 785,0000

19 Cateter intravenoso radiopaco estéril; em silicone; pediátrico; intravenoso central de inserção periférica (picc); longa permanência, centimetrado; duplo lumen; micro introdutor p/ inserção guiada por ultra-som; sendo a agulha de punção compatível ao cateter; cartão de identificação do paciente e estabilizador para fixação; tamanho do diametro de 4 fr e comprimento aproximado de 60 cm; fio guia e introdutor; atóxico, apirogênico; embalado em material que garanta a integridade do produto e permita transferência asséptica; o produto deverá obedecer a legislação atual vigente.Complemento: Para utilização com técnica de seldinger, guiado por US.

CHC: 954108 BEC: 4420497 Código SUS: 0702040118

MARCA: BARD

FABRICANTE: BARD ACCESS SYSTEMS

PROCEDÊNCIA: ESTADOS UNIDOS

EMBALAGEM: PEÇA

01 UNIDADE 20 UNIDADE R$ 700,0000

20 Cateter intravenoso radiopaco estéril; em silicone; pediátrico; intravenoso central de inserção periférica (picc); longa permanência, centimetrado; mono lumen; micro introdutor p/ inserção guiada por ultra-som; sendo a agulha de punção compatível ao cateter; cartão de identificação do paciente e estabilizador para fixação; tamanho do diâmetro de 3 fr e comprimento aproximado de 60 cm; fio guia e introdutor; atóxico, apirogênico; embalado em material que garanta a integridade do produto e permita transferência asséptica; o produto deverá obedecer a legislação atual vigente. Complemento: Para utilização com técnica de seldinger, guiado por US.

CHC: 955826 BEC: 4498330 Código SUS: 0702040118

MARCA: BARD

FABRICANTE: BARD ACCESS SYSTEMS

PROCEDÊNCIA: ESTADOS UNIDOS

EMBALAGEM: PEÇA

01 UNIDADE 30 UNIDADES R$ 700,0000

23 Cateter intravenoso radiopaco estéril; em silicone/poliuretano; adulto; intravenoso central de inserção periférica (picc); centimetrado; mono lumen; temporário; composto de microintrodutor para punção, fio guia e introdutor; sendo a agulha de punção compatível ao cateter; cartão de identificação do paciente e estabilizador para fixação; tamanho do diametro de 5 fr e comprimento aproximado de 60 cm; atóxico; apirogênico; embalado em material que garanta a integridade do produto e permita transferência asséptica; o produto deverá obedecer a legislação atual vigente.

Complemento: Para utilização com técnica de seldinger, guiado por US.

CHC: 964425 BEC: 4885872 Código SUS: 0702040118

MARCA: BARD

FABRICANTE: BARD ACCESS SYSTEMS

PROCEDÊNCIA: ESTADOS UNIDOS

EMBALAGEM: PEÇA

01 UNIDADE 45 UNIDADES R$ 497,0000

25 Cateter intravenoso radiopaco estéril; em poliuretano; adulto; intravenoso central de inserção periférica (picc); centimetrado; duplo lumen; composto de microintrodutor para punção guiada, fio guia e introdutor; sendo a agulha de punção compatível ao cateter; cartão de identificação do paciente e estabilizador para fixação; tamanho do diametro de 5 fr e comprimento aproximado de 60 cm; atóxico; apirogênico; embalado em material que garanta a integridade do produto e permita transferência asséptica; o produto deverá obedecer a legislação atual vigente.

CHC: 967749 BEC: 5073316 Código SUS: 0702040118

MARCA: BARD

FABRICANTE: BARD ACCESS SYSTEMS

PROCEDÊNCIA: ESTADOS UNIDOS

EMBALAGEM: PEÇA

01 UNIDADE 60 UNIDADES R$ 500,3300

26 Cateter intravenoso radiopaco estéril; em poliuretano; adulto; intravenoso central de inserção periférica (picc); centimetrado; mono lumen; composto de microintrodutor para punção, fio guia e introdutor; sendo a agulha de punção compatível ao cateter; cartão de identificação do paciente e estabilizador para fixação; tamanho do diametro de 4 fr e comprimento aproximado de 60 cm; atóxico; apirogênico; embalado em material que garanta a integridade do produto e permita transferência asséptica; o produto deverá obedecer a legislação atual vigente. Complemento: Para utilização com técnica de seldinger, guiado por US.

CHC: 967750 BEC: 5073324 Código SUS: 0702040118

MARCA: BARD

FABRICANTE: BARD ACCESS SYSTEMS

PROCEDÊNCIA: ESTADOS UNIDOS

EMBALAGEM: PEÇA

01 UNIDADE 60 UNIDADES R$ 700,0000

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

1. Executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no edital, na proposta apresentada na licitação e no instrumento contratual.

2. Efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições fixadas no edital.

3. Manter, na vigência da Ata e do instrumento contratual, contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei federal n.º 8.666/93.

OBRIGAÇÕES DA UNICAMP:

1. A presente Ata não obriga a Unicamp a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente relativa às licitações, nos termos do edital e da lei.

2. Efetuar o pagamento no prazo e na forma fixados no ato convocatório.

3. Realizar pesquisa de mercado para comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assim como promover a publicação trimestral dos preços registrados, conforme determina o § 2º do art. 15 da Lei federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA DA ATA:

A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação na imprensa oficial.

FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

As partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito.

PREGÃO ELETRÔNICO HC – Nº 642/2020
OFERTA DE COMPRA 1022021005920200C00406
PROCESSO nº 15-P-13714/2019 e nº 15-P-21644/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1134/2020

Aos _____/_____/_____, pelo presente instrumento, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legal e estatutariamente pela autoridade competente, nos termos da Resolução GR 90 de 27/11/2003, denominada simplesmente Unicamp, RESOLVE registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) da licitação acima citada, nas quantidades mínimas e máximas estimadas, de acordo com o(s) preço(s) oferecido(s) pela licitante classificada em primeiro lugar, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

As partes se subordinam às disposições das Leis federais nºs 10.520/02 e 8.666/93, bem como às demais normas que regem a matéria.

FORNECEDOR(ES):

PRIMEIRO COLOCADO: VIDA FORTE NUTRIENTES INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.455.576/0001-92, com sede na Estrada Municipal Dr. Celso Charuri, nº 405, CEP: 18.190-000, Jundiaquara, Aracoiaba da Serra-SP, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, neste ato representado por seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ _____, inscrito(a) no CPF sob o N.º _____ e portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____

OBJETO:
Item
Descrição do Material
Quantidades Registradas
PREÇO UNITÁRIO
MÍNIMA
MÁXIMA
01
Modulo para Dieta Enteral Ou Oral; Proteína Isolada e Parcialmente Hidrolizadadosoro do Leite Não Desnaturado; Sabor Neutro; Em Pó; Acondicionado Em Recipiente Apropriado; Embalado Em Material Q. Garanta Integridade do Produto; a Apresentacao do Produto Devera Obedecer a Nta 83 Decreto 12.486 de 20/10/78;
Complemento; proteina isolada e hidrolisada
CHC; 964794
MARCA: Whey Protein Isolate.
FABRICANTE: Vida Forte Nutrientes Indústria e Comércio de Produtos Naturais Ltda.
PROCEDÊNCIA: nacional
EMBALAGEM: 250g
01 grama
28.800 gramas
R$ 0,1240

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

1. Executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no edital, na proposta apresentada na licitação e no instrumento contratual e;

2. Efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições fixadas no edital.

3. Manter, na vigência da Ata e do instrumento contratual, contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei federal n.º 8.666/93;

OBRIGAÇÕES DA UNICAMP:

1. A presente Ata não obriga a Unicamp a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente relativa às licitações, nos termos do edital e da lei.

2. Efetuar o pagamento no prazo e na forma fixados no ato convocatório.

3. Realizar pesquisa de mercado para comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assim como promover a publicação trimestral dos preços registrados, conforme determina o § 2º do art. 15 da Lei federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA DA ATA:

A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação na imprensa oficial.

FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

As partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito.

Campinas, de de

_____
Universidade Estadual de Campinas
FORNECEDOR(ES):
_____
_____
1º COLOCADO: VIDA FORTE NUTRIENTES INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA
NOME: _____
_____
RG: _____
CPF: _____

PREGÃO ELETRÔNICO HC – Nº 642/2020
OFERTA DE COMPRA 1022021005920200C00406
PROCESSO nº 15-P-13714/2019 e nº 15-P-21642/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1132/2020 22/01/2021_, pelo presente instrumento, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legal e estatutariamente pela autoridade competente, nos termos da Resolução GR 90 de 27/11/2003, denominada simplesmente Unicamp, RESOLVE registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) da licitação acima citada, nas quantidades mínimas e máximas estimadas, de acordo com o(s) preço(s) oferecido(s) pela licitante classificada em primeiro lugar, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

As partes se subordinam às disposições das Leis federais nºs 10.520/02 e 8.666/93, bem como às demais normas que regem a matéria.

FORNECEDOR(ES):

PRIMEIRO COLOCADO: SAMAPI PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.635.370/0001-61, com sede na Rua Padre Lopes, nº 840, CEP: 13.416-080, São Dimas, Piracicaba-SP, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, neste ato representado por seu representante legal, o(a) Sr.(a) MARIANE FARIA BUENO, inscrito(a) no CPF sob o N.º _____ e portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____OBJETO:

Item
Descrição do Material
Quantidades Registradas
PREÇO UNITÁRIO
MÍNIMA
MÁXIMA
13Modulo para Dieta Enteral Ou Oral; Composto de Triglicerides de Cadeia Media; Em Líquido; Acondicionado Em Recipiente Apropriado, Hermeticamente Fechado; a Apresentação do Produto Devera Obedecer a Nta 83;
CHC; 50162
MARCA: MCT com Age
FABRICANTE: Vitafor
PROCEDÊNCIA: Nacional
01 mililitro
24.000 mililitros
R$ 0,1350

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

1. Executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no edital, na proposta apresentada na licitação e no instrumento contratual e;

2. Efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições fixadas no edital.

3. Manter, na vigência da Ata e do instrumento contratual, contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei federal n.º 8.666/93;

OBRIGAÇÕES DA UNICAMP:

1. A presente Ata não obriga a Unicamp a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente relativa às licitações, nos termos do edital e da lei.

2. Efetuar o pagamento no prazo e na forma fixados no ato convocatório.

3. Realizar pesquisa de mercado para comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assim como promover a publicação trimestral dos preços registrados, conforme determina o § 2º do art. 15 da Lei federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA DA ATA:

A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação na imprensa oficial.

FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

As partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito.

PREGÃO ELETRÔNICO HC – Nº 00667/2020
OFERTA DE COMPRA Nº 1022021005920200C00430
PROCESSO nº 15-P-6351/2020 e nº 15-P-22038/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1158/2020

Aos 22 dias do mês de 01 do ano de 2021 , pelo presente instrumento, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legal e estatutariamente representada pela autoridade competente, conforme delegação recebida através da Resolução GR 90 de 27/11/2003, doravante denominada simplesmente Unicamp, RESOLVE registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) da licitação acima citada, nas quantidades mínimas e máximas estimadas, de acordo com o(s) preço(s) oferecido(s) pela licitante classificada em primeiro lugar, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

As partes se subordinam às disposições das Leis federais nºs 10.520/02 e 8.666/93, bem como às demais normas que regem a matéria.

FORNECEDOR(ES):BRUNO DOS SANTOS SOARES

PRIMEIRO COLOCADO: SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.588.595/0010-92, com sede na Rua Conde Domingos Papaiz, nº 413, CEP: 08.613-010, Jardim Natal, Suzano-SP, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, neste ato representado por seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ _____, inscrito(a) no CPF sob o N.º _____ e portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____

OBJETO:
Lote
Item
Descrição do Material
Quantidades Registradas
PREÇO UNITÁRIO
PREÇO DO LOTE
MÍNIMA
MÁXIMA
101Medicamentos Gerais de Uso Humano; Enoxaparina Sodica 40mg; Forma Farmaceutica Solucao Injetavel; Forma de Apresentacao Ampola/frasco-ampola/seringa Preenchida 0,4ml; Via de Administracao Subcutanea e Intravenosa;
Complemento: forma de apresentação: seringa preenchida de 0,4 ml, pronta para uso e com a complementação "com dispositivo de segurança (NR32)".
CHC: 435214 BEC: 379557
MARCA: Clexane
FABRICANTE: Sanofi Winthrop Industrie
PROCEDÊNCIA: França
EMBALAGEM: 10 seringas 0,4 ml c/ Sist Segurança
1 Unidade
52.500 Unidades
R$ 16,3800
R$ 1.425.569,0000
02Medicamentos Gerais de Uso Humano; Enoxaparina Sodica 60mg; Forma Farmaceutica Solucao Injetavel; Forma de Apresentacao Ampola/frasco-ampola/seringa Preenchida 0,6ml; Via de Administracao Subcutanea e Intravenosa;
Complemento: forma de apresentação: seringa graduada preenchida de 0,6 ml, pronta para uso e com a complementação "com dispositivo de segurança (NR32)".
CHC: 718551 BEC: 849278
MARCA: Clexane
FABRICANTE: Sanofi Winthrop Industrie
PROCEDÊNCIA: França
EMBALAGEM: 02 seringas 0,6 ml c/ Sist Segurança
1 Unidade
15.720 Unidades
R$ 22,7700
03Medicamentos Gerais de Uso Humano; Enoxaparina Sodica 80mg; Forma Farmaceutica Solucao Injetavel; Forma de Apresentacao Ampola/frasco-ampola/seringa Preenchida 0,8ml; Via de Administracao Subcutanea e Intravenosa;
Complemento: forma de apresentação: seringa graduada preenchida de 0,8 ml, pronta para uso e com a complementação "com dispositivo de segurança (NR32)".
CHC: 718544 BEC: 990167
MARCA: Clexane
FABRICANTE: Sanofi Winthrop Industrie
PROCEDÊNCIA: França
EMBALAGEM: 02 seringas 0,8 ml c/ Sist Segurança
1 Unidade
7.500 Unidades
R$ 27,6900

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

1. Executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no edital, na proposta apresentada na licitação e no instrumento contratual e;

2. Efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições fixadas no edital.

3. Manter, na vigência da Ata e do instrumento contratual, contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei federal n.º 8.666/93;

OBRIGAÇÕES DA UNICAMP:

1. A presente Ata não obriga a Unicamp a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente relativa às licitações, nos termos do edital e da lei.

2. Efetuar o pagamento no prazo e na forma fixados no ato convocatório.

3. Realizar pesquisa de mercado para comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assim como promover a publicação trimestral dos preços registrados, conforme determina o § 2º do art. 15 da Lei federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA DA ATA:

A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação na imprensa oficial.

FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

As partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito.

PREGÃO ELETRÔNICO HC – Nº 623/2020
OFERTA DE COMPRA BEC Nº 1022021005920200C00399
PROCESSO nº 15-P-9650/2020 e nº 15-P-21932/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1153/2020

Aos dias do mês de do ano de , pelo presente instrumento, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legal e estatutariamente representada pela autoridade competente, doravante denominada simplesmente Unicamp, RESOLVE registrar o(s) preço(s) do(s) objeto(s) da licitação acima citada, nas quantidades mínimas e máximas estimadas, de acordo com o(s) preço(s) oferecido(s) pela licitante classificada em primeiro lugar, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

As partes se subordinam às disposições das Leis federais nºs 10.520/02 e 8.666/93, bem como às demais normas que regem a matéria.

FORNECEDOR(ES):

PRIMEIRO COLOCADO: C.B.S. MEDICO CIENTIFICA S/A, inscrita no CNPJ nº 48.791.685/0001-68, com sede na Rua Palmorino Monaco, nº 630, CEP: 03.043-000, Brás, São Paulo-SP, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, neste ato representado por seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ _____, inscrito(a) no CPF sob o N.º _____ e portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____

OBJETO:
Item
Descrição do Material
Quantidades Registradas
PREÇO UNITÁRIO
MÍNIMA
MÁXIMA
1Cateter intravenoso radiopaco estéril; em silicone; pediátrico; intravenoso central de inserção periférica (picc); centimetrado; mono lumen; com introdutor compatível ao diâmetro e comprimento do cateter; sendo a agulha de punção compatível com cateter; asas de fixação; tamanho do diâmetro de 1,9 a 2,0 fr e comprimento variando de 28 a 50 cm; atóxico; apirogênico; embalado em material que garanta a integridade do produto e permita transferência asséptica; o produto deverá obedecer a legislação atual vigente.
CHC: 109762 BEC: 4131304
Código SUS: 0702040118
MARCA: BARD
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
FABRICANTE: BMR MEDICAL
EMBALAGEM: KIT
01 UNIDADE
30 UNIDADES
R$ 317,8300

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

1. Executar o objeto de acordo com as condições estabelecidas no edital, na proposta apresentada na licitação e no instrumento contratual.

2. Efetuar a entrega do objeto no prazo e nas condições fixadas no edital.

3. Manter, na vigência da Ata e do instrumento contratual, contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei federal n.º 8.666/93.

OBRIGAÇÕES DA UNICAMP:

1. A presente Ata não obriga a Unicamp a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente relativa às licitações, nos termos do edital e da lei.

2. Efetuar o pagamento no prazo e na forma fixados no ato convocatório.

3. Realizar pesquisa de mercado para comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, assim como promover a publicação trimestral dos preços registrados, conforme determina o § 2º do art. 15 da Lei federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA DA ATA:

A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação na imprensa oficial.

FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

As partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito.

HOSPITAL DA MULHER PROF. DR. JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI - CTO. DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER

AVISO DE ABERTURA – PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto no Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti – Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher – CAISM – UNICAMP, o Pregão Eletrônico PE – CAISM nº 00080/2021, Processo nº 27P-712/2021, Oferta de Compra BEC 1022031005920210C00015, do tipo menor preço, para Aquisição de luvas de procedimentos em látex tamanhos P e M. O prazo de entrega das propostas eletrônicas é de 26/01/2021 até o dia 05/02/2021 às 14:00 horas, sendo que a sessão será no mesmo dia e horário, pela página virtual da BEC/SP (http://www.bec.sp.gov.br). O edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual da BEC/SP e no www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspx.

COMUNICADO I
PREGÃO ELETRÔNICO PE/CAISM Nº 00077/2021
PROCESSO Nº 27P 14145/2020
OFERTA DE COMPRA Nº: 1022031005920210C00013
OBJETO: Registro de preços de Reator,soquete,lâmpada e luminária

A Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP comunica a todos os interessados a alteração na Data de Início de acolhimento das propostas para: 26/01/2021. Permanecem inalteradas as demais informações do Edital.

Pregoeiro: Sheila de Paula Yared

COMUNICADO
PREGÃO ELETRÔNICO PE/CAISM Nº 00634/2020
PROCESSO Nº 27P 8962/2020
OFERTA DE COMPRA Nº: 1022031005920200C00208
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS Metotrexato, Doxorrubicina e Megestrol

Convocamos os licitantes participantes do PE CAISM 00634/2020 para retomada da Sessão Pública do item 02 no dia: 02/02/2021 às 14:00 horas.

Faz-se necessário a retomada da sessão pública, tendo em vista que a licitante vencedora não atendeu ao disposto no subitem 4.3 alínea "C" do Edital.

Pregoeiro: Emanuela Vieira de Mira

RESULTADO FINAL
Pregão Eletrônico PE/CAISM Nº 00767/2020
Processo: 27P 4875/2020
Oferta de Compra:1022031005920200C00251
Objeto: Registro de Preços de Cateteres e Guia de Entubação

Sessão Pública realizada em 23 de Novembro de 2020 conduzida pelo Pregoeiro com auxílio da Equipe de apoio designados nos autos do processo em epígrafe. Abertas as propostas das empresas licitantes, procedeu-se à análise das mesmas de acordo com as exigências do ato convocatório e foram selecionadas as propostas. Ultrapassada a fase de lances e apresentação de amostras foi declarada vencedora para:

Item 01 à empresa BLP COMÉRCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA ME.

Itens 08 e 09 à empresa CIRÚRGICA FERNANDES COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES SOCIEDADE LIMITDA S.A.

Os itens 02 e 10 resultaram desertos.

Os itens 03,04,05,06 e 07 resultaram fracassados.

Após exame da documentação de habilitação, as vencedoras foram declaradas habilitadas.

Não houve manifestação de interposição de recurso. A homologação da licitação pela Autoridade Competente ocorreu em 20 de JANEIRO de 2021.

RESULTADO FINAL
Pregão Eletrônico PE/CAISM Nº 00799/2020
Processo: 27P 4403/2020
Oferta de Compra:1022031005920200C00264
Objeto: Registro de Preços de Seringa para Bomba de Seringa

Sessão Pública realizada em 02 de Dezembro de 2020 conduzida pelo Pregoeiro com auxílio da Equipe de apoio designados nos autos do processo em epígrafe. Abertas as propostas das empresas licitantes, procedeu-se à análise das mesmas de acordo com as exigências do ato convocatório e foram selecionadas as propostas. Ultrapassada a fase de lances e apresentação de amostras foi declarada vencedora para:

Itens 01,03 e 05 à empresa POLITEC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LIMITADA.

Item 04 à empresa ESSENCIAL SAÚDE COM. REPRESEN. E IMPORT. EIRELI.

Os itens 02 e 06 resultaram fracassados.

Após exame da documentação de habilitação, as vencedoras foram declaradas habilitadas.

Não houve manifestação de interposição de recurso. A homologação da licitação pela Autoridade Competente ocorreu em 20 de JANEIRO de 2021.

RESULTADO FINAL

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/UNICAMP comunica a todos os interessados que o Pregão Eletrônico PE CAISM 00012/2021, processo 27P 7501/2020 oferta de compra BEC nº: 1022031005920210C00005 ,objetivando o Registro de preços de Luvas Cirúrgicas resultou Deserto. Conforme Ata da Sessão Pública de 21 de Janeiro de 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

CAMPUS DE BOTUCATU

Faculdade de Ciências Agronômicas

FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRONÔMICAS

Atendendo ao Artigo 5°, Inciso XI, do Decreto 63.722 de 21/09/2018

PROCESSO Nº 303/2020-FCA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2020-FCA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020-FCA
OFERTA DE COMPRA Nº 1023141006120200C00008
OBJETO: FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE E RETROESCAVADEIRA.
ÓRGÃO GESTOR: FCA - Faculdade de Ciências Agronômicas de Botucatu – CNPJ: 48.031.918/0021-78
UNIDADES PARTICIPANTES:

IBB – Instituto de Biociências – UNESP - Campus de Botucatu - CNPJ: 48.031.918/0022-59

AG – Administração Geral – UNESP - Campus de Botucatu - CNPJ: 48.031.918/0002-05.

FMB – Faculdade de Medicina de Botucatu - CNPJ: 48.031.918/0019-53.

FMVZ – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia – UNESP - Campus de Botucatu: CNPJ: 48.031.918/0020-97.

FORNECEDOR: E A BARROZO & CIA LTDA ME - CNPJ 09.387.704/00001-33

Nos termos do artigo 11, inciso I do Decreto n.º 63.722, de 21/09/2018 e alterações, ficam registrados os preços conforme segue:

ITEM /DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS /UN /QUANTIDADE ESTIMADA /VALOR UNITÁRIO

1 /Código BEC 152200 - Serviço de Locação de Máquina de Terraplanagem/pavimentação e Implemento - Caminhão basculante, capacidade mínima 15 m3 / 16 toneladas líquida de carga. (1 Tarefa = 1 hora) /Tarefa /900 /R$ 140,00

2 /Código BEC 112569 - Serviço de Locação de Máquina de Terraplanagem/pavimentação e Implemento – Retroescavadeira, potencial mínima do motor 75 cv (1 Tarefa = 1 hora) /Tarefa /900 /R$ 140,00

Instituto de Biociências

RESUMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL
1º TERMO ADITIVO
Processo: 600/2020-IBB
Pregão Eletrônico: 07/2020-IBB
Termo de Contrato: 02/2020-IBB

Contratante: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP - Campus de Botucatu, Instituto de Biociências.

Contratada: INTERIOR RM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA - | - CNPJ: 30.728.913/0001-90

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de reforma em cadeiras universitárias.

Resumo da alteração: Prorrogação do prazo de execução contratual por mais 35 dias a partir de 04/12/2020, sendo estendido até 09/01/2021.

Data da Assinatura: 03/12/2020

Partes que assinaram o contrato: Cesar Martins (CONTRATANTE) e Rodrigo Nelson Monteiro (CONTRATADA).

CAMPUS DE ILHA SOLTEIRA

FACULDADE DE ENGENHARIA
CAMPUS DE ILHA SOLTEIRA

Encontra-se aberto na UNIDADE DA UNESP DE ILHA SOLTEIRA - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO MESQUITA FILHO" - UNESP, O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/21-CISA, destinado à AQUISIÇÃO DE REFIL PARA CARTUCHO DE IMPRESSORA conforme condições e especificações constantes do Edital, do tipo MENOR PREÇO DO LOTE. A abertura da sessão pública "on line" será no dia 08/02/2021 às 09:00 hs., junto aos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br. As propostas eletrônicas deverão ser enviadas para um dos citados endereços eletrônicos, durante o período compreendido do dia 26/01/2021 até o dia e horário previstos a abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto à Seção Técnica de Materiais. Prédio Central desta Unidade, sito a Av. Brasil Centro n. 56 – Ilha Solteira/SP,(materiais.feis@unesp.br). Edital na íntegra constante dos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br, www.bec.fazenda.sp.gov.br , www.unesp.br/licitacao , www.pregão.sp.gov.br ou www.imprensaoficial.com.br, opção "e-negociospublicos" .

FACULDADE DE ENGENHARIA
CAMPUS DE ILHA SOLTEIRA

Encontra-se aberto na UNIDADE DA UNESP DE ILHA SOLTEIRA - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO MESQUITA FILHO" - UNESP, O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/21-CISA, destinado à AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL conforme condições e especificações constantes do Edital, do tipo MENOR PREÇO DO ITEM. A abertura da sessão pública "on line" será no dia 05/02/2021 às 09:00 hs., junto aos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br. As propostas eletrônicas deverão ser enviadas para um dos citados endereços eletrônicos, durante o período compreendido do dia 26/01/2021 até o dia e horário previstos a abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto à Seção Técnica de Materiais. Prédio Central desta Unidade, sito a Av. Brasil Centro n. 56 – Ilha Solteira/SP,(materiais.feis@unesp.br). Edital na íntegra constante dos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br, www.bec.fazenda.sp.gov.br , www.unesp.br/licitacao , www.pregão.sp.gov.br ou www.imprensaoficial.com.br, opção "e-negociospublicos" .

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR - FAMESP

COMUNICADO Nº 003/2021/PR-071/2020-FAMESP/BAURU

A Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar – FAMESP, COMUNICA a quem possa interessar a desclassificação da licitante vencedora do LOTE III, ofertado na sessão do Pregão Eletrônico n° 071/2020-FAMESP/BAURU, realizado no dia 22/01/2021 às 09:15, a negociação do 3º colocado, no Portal Eletrônico da FAMESP.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CATETER INTRAVENOSO, CATETER PICC, ETC, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA FAMESP: HOSPITAL ESTADUAL BAURU; HOSPITAL DE BASE DE BAURU; MATERNIDADE SANTA ISABEL E AMES BAURU, TUPÃ, ITAPETININGA E SERVIÇO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO BOTUCATU

LOTE - VALOR
DO LOTE - EMPRESA VENCEDORA - SITUAÇÃO
LOTE III - R$ 271.830,00 - CISCRE IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA - DESCLASSIFICADA

Na continuidade, fica a empresa BECTON DICKINSON INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA, quarta classificada no LOTE III, convocada para que acesse ao portal eletrônico da FAMESP no dia 26 de janeiro de 2021 às 09:30 horas, para iniciarmos a fase de negociação.

Desde já, ficam fraqueadas vistas aos autos do processo. Sem mais, colocamo-nos a disposição e aproveitamos para renovar protestos de estima e consideração.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR

Despacho do Diretor Presidente da Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar, no uso de suas atribuições ADJUDICA os itens do Pregão Eletrônico n.º 073/2020-FAMESP/BAURU Processo n.º 18845/2020-FAMESP/BAURU para a empresa abaixo, bem como HOMOLOGA o procedimento licitatório que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE FIXADOR EXTERNO TIPO LINEAR, FIXADOR EXTERNO TIPO WAGNER, FIXADOR ESTERNO TIPO COLLES, ETC., PARA ATENDER AS NECESSIDADES OS SETORES DE OPME DAS UNIDADES DA FAMESP: HOSPITAL DE BASE DE BAURU E HOSPITAL ESTADUAL BAURU PELO PERÍODO DE 12 MESES.

LOTE I
ITEM - VALOR UNITÁRIO - EMPRESA VENCEDORA
1 - - - FRACASSADO
LOTE II
ITEM - VALOR UNITÁRIO - EMPRESA VENCEDORA
2 - R$ 257,29 - CRUZ ALTA PRÓ-HOSPITALAR EIRELLI
3 - R$ 116,02 - CRUZ ALTA PRÓ-HOSPITALAR EIRELLI
4 - R$ 116,02 - CRUZ ALTA PRÓ-HOSPITALAR EIRELLI
5 - R$ 8,05 - CRUZ ALTA PRÓ-HOSPITALAR EIRELLI
6 - R$ 102,92 - CRUZ ALTA PRÓ-HOSPITALAR EIRELLI
7 - R$ 90,29 - CRUZ ALTA PRÓ-HOSPITALAR EIRELLI
8 - R$ 154,38 - CRUZ ALTA PRÓ-HOSPITALAR EIRELLI
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 106.852,32
LOTE III
ITEM - VALOR UNITÁRIO - EMPRESA VENCEDORA
9 - - - DESERTO

Na continuidade, CONVOCO a empresa acima citada, para assinatura da Ata de Registro de Preços n° 062/2020-FAMESP/BAURU, referente ao Pregão Eletrônico supracitado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação em Diário Oficial.

Concursos

SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

COMANDO GERAL

Diretoria de Pessoal

Comunicado Nº DP–26/312/21

A Diretora de Pessoal, em cumprimento à decisão proferida pelo Juiz de Direito da 13ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, que deferiu a medida emergencial nos autos do Procedimento Comum Cível, processo nº 1064682-84.2020.8.26.0053, reinclui o candidato PEDRO HENRIQUE SALES TEZONI, RG 34.544.694-X, INSCRIÇÃO 58207864, no concurso público destinado ao cargo de Soldado PM 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-2/321/19, que foi considerado APTO na etapa subsequente, ficando reservada a vaga até o julgamento do mérito da ação.

Comunicado Nº DP–32/312/21

A Diretora de Pessoal, em cumprimento ao acórdão proferido pela 2ª Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, que deu provimento em parte à remessa necessária nos autos de Apelação Cível, processo nº 1019558-15.2019.8.26.0053, reinclui o candidato WILHAMIS OLIVEIRA LIMA, RG 47.345.507-9, INSCRIÇÃO 24398667, no concurso público destinado ao cargo de Soldado PM 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-1/321/18, que foi considerado APTO na etapa subsequente, devendo acompanhar as demais publicações no DOE.

Comunicado Nº DP–24/312/21

A Diretora de Pessoal, em cumprimento à decisão proferida pelo Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, que deferiu a tutela provisória nos autos do Procedimento Comum Cível, processo nº 1065522-94.2020.8.26.0053, reserva a vaga ao candidato WILLIAM DE SOUSA MARQUES, RG 49.312.179-1, INSCRIÇÃO 56719124, no concurso público destinado ao cargo de Soldado PM 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-2/321/19, até o julgamento do mérito da ação.

Comunicado nº DP–16/321/21

A Diretora de Pessoal, em cumprimento ao acórdão proferido pela 4ª Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, que deu provimento parcial ao recurso nos autos de Apelação Cível, processo nº 1018957-09.2019.8.26.0053, torna público que a candidata THAIS CARVALHO CARDOSO ABIB, RG 35.896.993-1, INSCRIÇÃO 24310590, foi reincluída no concurso público destinado ao cargo de Soldado PM 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-1/321/18, conforme publicação inserta no DOE nº 107, de 6-6-19, foi considerada apta nas etapas subsequentes e deverá acompanhar as demais publicações no DOE.

Comunicado nº DP-9/311/21

A Diretora de Pessoal torna pública a pontuação dos títulos apresentados pelos candidatos abaixo, após análise da Banca Examinadora, reinseridos nos certames em face de determinações judiciais, referentes aos Concursos Públicos regidos pelos editais relacionados:

Nome - RG - Edital - Títulos
Danilo Oliveira dos Santos - 40.188.321-7 - 1/321/15 - 2,0
Giovanni Luydi Porto Rocha - MG-14.923.202 - 1/321/15 - 2,0
Jefferson Luis Marcelino da Silva - MG-19.356.943 - 1/321/15 - 0,0
Kelly Conrado Fernandes - 49.253.945-5 - 3/321/14 - 0,0
Rodrigo Benevides Correia Biondon - 42.838.676-3 - 3/321/13 - 0,0

Comunicado nº DP-8/311/21

A Diretora de Pessoal CONVOCA o candidato Bruno Dias Sousa, RG 46.872.692-5, CPF 360.045.428-57, inscrito no concurso público destinado ao cargo de Oficial Administrativo Padrão "1-A", regido pelo Edital nº DP-2/321/14, nomeado conforme publicação inserta no DOE nº 13, de 21-1-21, para realizar a inspeção de saúde, em cumprimento à Decisão proferida pelo Juiz de Direito da Segunda Vara da Fazenda Pública do Foro de São José do Rio Preto/SP, que concedeu a segurança e determinou a obrigação de fazer, nos autos do Procedimento do Juizado Especial Cível, processo nº 1000121-05.2018.8.26.0576. O candidato deverá acessar a página na Internet do Departamento de Perícias Médicas do Estado, por meio do endereço eletrônico http://www.planejamento.sp.gov.br, acessar a aba "Perícia Médica – DPME", clicar no campo "Ingresso", lendo atentamente todas as instruções ali contidas, devendo após, acessar o campo "Requisição de Agendamento de Perícia Médica para fins de Ingresso", por meio do qual realizará seu cadastro, juntando laudos e/ou exames previstos no Anexo V do Edital, finalizando as providências necessárias para o agendamento da perícia médica, tudo no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da publicação do ato de provimento. Para informações ou tirar dúvidas, fica disponível o telefone: (11) 3327-7812, nos dias úteis, das 9h00 às 17h00.

Comunicado nº DP-70/323/21

A Diretora de Pessoal da Polícia Militar do Estado de São Paulo torna público os resultados dos candidatos da turma 70, APROVADOS na Etapa dos Exames de Aptidão Física, realizada em 21-1-21, de acordo com o Edital nº DP-3/321/19, para provimento de cargos de Soldado PM de 2ª classe.

NOME - R.G INSCRIÇÃO - PONTOS
RENAN INOCENCIO MAGALHAES - 41691087 - 70613460 - 284,20
RENAN IORIO FAVERO - 43458328 - 69962561 - 283,60
RENAN JOSE DOS SANTOS ALVES - 52.252.140 - 66490502 - 234,60
RENAN LIMA DA SILVA - 48280822 - 71637494 - 234,60
RENAN MARCOS DE SOUZA - 47472808 - 66560780 - 234,80
RENAN MELO BARBOSA - 38361900 - 70882681 - 244,60
RENAN MOREIRA TORRES GOMES - 52079855 - 70928665 - 308,60
RENAN ORTEGA RUIZ BAIONI - 43296125 - 70764905 - 278,40
RENAN PEREIRA CALIL - 37721571 - 66907330 - 238,80
RENAN PIMENTEL DE SOUZA - 48974885 - 69784370 - 217,60
RENAN ROSOLEN DA SILVA - 50538473 - 71435883 - 233,60
RENAN SANTANA RIBEIRO DA SILVA - 46322975 - 66525101 - 343,40
RENAN TRANQUILINO FERREIRA DA SILVA - 57178301 - 70241392 - 348,00
RENAN WILLIAN DE OLIVEIRA PINTO - 58024743 - 67927092 - 241,20
RENAN WINTER PINTO - 445494967 - 68749406 - 257,60
RENATA NATAL DE OLIVEIRA - 47750209X - 69468036 - 242,20
RENATA PERES DE LIMA - 50135940 - 66882320 - 271,60
RENATA RODRIGUES GARCIA - 40124637 - 67430996 - 252,60
RENATA SANTOS DE SOUZA - 48815684 - 66428637 - 318,20
RENATA SOUSA FERRAZ - 47341879 - 66399130 - 265,00
RENATO BRACAL VILA NOVA - 34533256 - 71776826 - 253,60
RENATO CARRILHO - 62416182 - 66691109 - 302,80
RENATO CORREIA VIDAL - 20999461 - 68879431 - 323,60
RENATO DA SILVA NUNES - 655671353 - 66742510 - 306,00
RENATO DE JESUS FEITERO - 34495634 - 70393966 - 270,40
RENATO HENRIQUE MILANI - 52399920 - 68854285 - 316,80
RENATO HENRIQUE VASCO - 50084449 - 71650008 - 329,60
RENATO LINARD RIBEIRO DA SILVA - 35854813 - 66406463 - 201,80
RENATO MOREIRA SOUBIHE - 50642863 - 71581685 - 246,00
RENATO MURARI FILHO - 46.342.178 - 71525475 - 309,60
RENATO PISANI BARBOSA - 57.808.621 - 69447144 - 400,00
RENATO RAMOS NETO - 63774853 - 66419379 - 340,40
RENATO REDIGOLO SILVA - 35504694 - 67832610 - 260,00
RENATO RODRIGUES RIBEIRO - 50869777 - 66395151 - 218,80
RENATO SOARES CARNEIRO - 500135356 - 68108206 - 278,80
RENEE DINIZ PEREIRA AOAS - 384154542 - 68947658 - 266,80
RENEE HENRIQUE DE OLIVEIRA - 48990755 - 68568711 - 320,20
RENEIDE CAMILA DE BRITO - 47158483 - 71587942 - 263,40
RENER LUCAS LEITE COELHO - 45519103 - 71248307 - 237,40
RENNAN COSTA BRANDAO - 372928882 - 68603045 - 234,80
RENNAN DAWSON SIQUEIRA GOMES DE SA - 54729786 - 66585325 - 376,00
REYNAN DE OLIVEIRA SANTOS - 64390931 - 67811663 - 327,00
RIAN FERREIRA - 53997860 - 70521042 - 291,80
RICARDO ALMEIDA DAS CHAGAS - 54374440 - 66973066 - 305,00
RICARDO ANTONIO DA SILVA MEIRA - 49021951 - 70449554 - 360,00
RICARDO BARRETO DOS SANTOS - 48599531 - 70794774 - 224,60
RICARDO BRUNO ALVES BARROS - 47900361 - 70417768 - 340,00
RICARDO CESAR DA SILVA - 46186296 - 69672245 - 362,20
RICARDO CESAR VANZO - 54646085 - 67338151 - 226,60
RICARDO COELHO DOS SANTOS - 346425335 - 71542043 - 245,00
RICARDO COLOMBO OLIVEIRA - 47178666 - 70712093 - 253,00
RICARDO CORREIA DE MORAES - 34073790 - 70588422 - 298,80
RICARDO DE MELO BUENO - 50547658 - 69587361 - 265,00
RICARDO DE OLIVEIRA FERREIRA - 43250242 - 67330436 - 228,40
RICARDO DE SOUZA VALLE FILHO - 50249826 - 71473416 - 294,00
RICARDO DOS SANTOS GARCIA - 40698863 - 69756007 - 279,40
RICARDO FEIJO BIAJANTE - 39043485 - 68823657 - 385,20
RICARDO FIALHO DIAS - 522482065 - 66421322 - 351,00
RICARDO GOMES RODRIGUES - 50274865 - 70833184 - 270,00
RICARDO HENRIQUE ALVES BARBOSA - 498606284 - 68042531 - 266,80
RICARDO HENRIQUE REIS DE TOLEDO - 586477251 - 70139520 - 322,20
RICARDO KISUKURI HERNANDES - 41344120 - 68064160 - 278,00
RICARDO MATOS NUNES - 45931016 - 71488405 - 269,20
RICARDO PRUDENTE FARIA - 48005675 - 70288895 - 284,60
RICARDO RIBEIRO DA SILVA - 357056449 - 71202900 - 211,40
RICARDO ROBERTO ROCHA - 46345105 - 66598796 - 215,40
RICARDO SANCHA PEREIRA JUNIOR - 50196170 - 66582873 - 282,40
RICARDO TERRA BARBOSA - 47773265 - 67031838 - 279,00
RICHARD AUGUSTO LAUTENSCHLAEGER - 44852695 - 66476160 - 207,60
RICHARD BARBOSA DOS SANTOS - 53086716 - 71565973 - 289,00
RICHARD BARROS DE LIMA - 49252721 - 67963307 - 260,00
RICHARD CAETANO FERNANDES SILVA - 37539059 - 66490804 - 267,20
RICHARD DANTAS DE ARAUJO - 49782578 - 71237003 - 315,20
RICHARD FELIPE RAMOS DA SILVA - 38.530.940 - 69898472 - 223,40
RICHARD GALLATTI - 54821279 - 66959365 - 227,00
RICHARD HENRIQUE DA SILVA GONCALVES - 46954487 - 66721750 - 270,20
RICHARD MATHEUS DE MELO - 556562689 - 66913861 - 305,20
RICHARD RANIERI SANTOS LEAL - 46011786 - 69421641 - 278,40
RICHARD ROBERTO SANTOS BARBOSA - 46847465 - 71018352 - 291,80
RICHARD VICTOR SAPUCAIA - 38315443 - 70575878 - 272,60
RICHER ADAN DE CASTRO - 48902685 - 67347088 - 312,40
RICIERI ROGERIO TIOSSO PINTO - 37760077 - 67098835 - 225,40
RILLER APARECIDO BORTOLUCI - 33893971 - 70916713 - 237,40
RINALDO CAIRES DOS SANTOS JUNIOR - 38971298 - 67293638 - 282,00
RITCHIE DOS SANTOS BATINGA - 13884049 - 71239235 - 286,60
RITCHIELLE APARECIDA CORREA SILVA - 40875767 - 70483280 - 221,00
RITHELI DE PAULA SANTOS - 50912158 - 71763945 - 297,00
ROBEILTON SILVA DOS SANTOS - 36807779 - 71337482 - 210,00
ROBERT AVELINO DA SILVA - 38309456 - 69887500 - 370,00
ROBERT DOS SANTOS LINDOR PIRES - 49629638 - 66404347 - 248,20
ROBERT JORGE SILVA DOS SANTOS - 53986931 - 66878322 - 334,00

==========

TOTAL DE CANDIDATOS 91

Comunicado nº DP-71/323/21

A Diretora de Pessoal da Polícia Militar do Estado de São Paulo torna público os resultados dos candidatos da turma 71, APROVADOS na Etapa dos Exames de Aptidão Física, realizada em 21-1-21, de acordo com o Edital nº DP-3/321/19, para provimento de cargos de Soldado PM de 2ª classe.

NOME - R.G INSCRIÇÃO - PONTOS
ROBERT MICHEL DE SOUZA FREITAS - 46252133 - 66741807 - 222,80
ROBERT WAGNER RODRIGUES BARBIERI - 49821056 - 71781684 - 219,80
ROBERT WILLIAM VIEIRA MOTA - 42160356 - 69807990 - 267,20
ROBERT WILLIAN DAMIAO DURAN - 56.552.696 - 67550347 - 292,20
ROBERTA CAROLINE DOS SANTOS FERNANDES - 440238778 - 66919576 - 244,40
ROBERTA VIANA DA SILVA FERNANDES - 38686479 - 66698472 - 241,80
ROBERTO ANTONUCCI JUNIOR - 56.934.572 - 70189935 - 303,00
ROBERTO CARLOS PEREIRA ROCHA - 37757452 - 68126611 - 273,40
ROBERTO CARLOS SANTOS ZAMPRONIO - 48903714 - 70172692 - 372,60
ROBERTO DE OLIVEIRA MARTINS - 49552553 - 66679907 - 299,40
ROBERTO DOS SANTOS SILVA - 492507910 - 66456037 - 257,20
ROBERTO EMANUEL DA SILVA NOGUEIRA - 53472921 - 66778271 - 336,00
ROBERTO FIUZA PICIRILLI - 490604390 - 69829500 - 201,00
ROBERTO LAZARO STAQUECINI GIL - 47770002 - 70935378 - 400,00
ROBERTO LIRA DOS SANTOS - 38064738 - 67074294 - 214,20
ROBERTO NANIAS DOS SANTOS - 35959549 - 68798385 - 341,20
ROBERTO OLIVEIRA CAMPOS FILHO - 37973432 - 68520166 - 278,40
ROBERTO RINQUE VILLALON - 48373222 - 67958974 - 282,00
ROBERTO SAIDENFUSS NORONHA - 46307012 - 71260684 - 235,60
ROBERTO VINICIUS VIANA RODRIGUES - 38783446 - 69233608 - 316,00
ROBERVAL SILVA FERNANDES FILHO - 45.705.862 - 69769087 - 302,20
ROBSON ALVES CORREIA - 45139246 - 69951110 - 214,40
ROBSON ALVES GUIMARAES - 34705234 - 67749658 - 284,20
ROBSON BARROS LIMA - 59318097 - 70610665 - 207,00
ROBSON DE SOUZA GONCALVES - 46268051 - 68293135 - 298,80
ROBSON DOUGLAS DA SILVA - 46130835 - 70800820 - 273,20
ROBSON FELISBERTO DOS SANTOS - 45106181 - 67965326 - 332,00
ROBSON GOMES DE ALMEIDA FREIRE - 44683427 - 67731287 - 242,00
ROBSON GUDAITIS FERRO JUNIOR - 42113187 - 71615342 - 269,40
ROBSON JEAN DA SILVA LEITE - 14672789 - 70217467 - 297,00
ROBSON JHONNY OLIVEIRA DE MACEDO MENDES DA SILVA - 48374415 - 66743257 - 274,40
ROBSON LUIS DOS SANTOS PAULA - 47602961 - 71395016 - 298,20
ROBSON NEVES DOS SANTOS - 49678714 - 68044437 - 218,40
ROBSON RICARDO MEDEIROS DA MATTA - 54.576.937 - 66489687 - 293,40
RODNEY NUNES BARBOSA - 500089401 - 70405387 - 343,00
RODOLFO DE GODOI SILVA - 364940773 - 67357474 - 214,40
RODOLFO DE SOUSA GOMES LUIZ - 46749799 - 70209634 - 224,80
RODOLFO GONCALVES DE OLIVEIRA - 50976959 - 70764557 - 304,20
RODOLFO HENRIQUE BATISTA - 41142671 - 69421889 - 315,60
RODOLFO HUDSON MASCARENHAS SANTOS - 53057123 - 68336861 - 285,40
RODOLFO MARCONDES DIAS - 42282183 - 71413243 - 308,80
RODOLFO SILVA PRANDO - 48826348 - 71020632 - 375,60
RODOLPHO DO CARMO BELLI - 367470263 - 70607796 - 292,00
RODRIGO ALONSO DOS SANTOS - 48.083.558 - 70876916 - 400,00
RODRIGO ALVES DA SILVA - 49336696 - 69982074 - 261,60
RODRIGO ANDRADE ARAUJO MELO - 45490555 - 71042091 - 295,40
RODRIGO ANTONIO MOITINHO - 48433669 - 67062385 - 365,20
RODRIGO APARECIDO SOUZA DA SILVA - 493977181 - 66705711 - 280,00
RODRIGO AUGUSTO DA SILVA - 49624076 - 71212051 - 252,20
RODRIGO AVELINO - 48450110 - 66429404 - 325,80
RODRIGO BARBOSA DE ARAUJO - 494929066 - 67655190 - 253,40
RODRIGO BARROSO LEITE - 534019523 - 71256954 - 288,60
RODRIGO BRITO SANTANA - 52537913 - 71440623 - 278,00
RODRIGO CASSIANO BATISTA - 36416690 - 67846483 - 342,00
RODRIGO CESAR ANTIGA JUNIOR - 45619697 - 67882528 - 258,00
RODRIGO CORREA TANKE - 50418699 - 68635672 - 316,20
RODRIGO DA ROCHA RIBEIRO - 43653391 - 66729262 - 284,60
RODRIGO DA SILVA BOMFIM - 40.412.073 - 66409080 - 287,60
RODRIGO DA SILVA VILAS BOAS - 36381824 - 66550912 - 290,60
RODRIGO DALLA PIAZZA PEREIRA - 47974570 - 67336124 - 374,00
RODRIGO DE ANDRADE SILVA - 52425101-0 - 71392688 - 246,60
RODRIGO DE JESUS COELHO - 58572243 - 71453539 - 275,80
RODRIGO DE OLIVEIRA NUNES - 49351702 - 67182364 - 307,40
RODRIGO DE OLIVEIRA PEREIRA - 480311699 - 70262802 - 202,40
RODRIGO DE SOUZA RAMOS - 50251729 - 70675414 - 258,60
RODRIGO DOS SANTOS GOUVEIA - 53582764 - 68384130 - 275,20
RODRIGO FENOLIO - 41707188 - 66421047 - 223,00
RODRIGO FERNANDES DE LIMA - 39247282X - 70407517 - 357,40
RODRIGO FERNANDO ROCHA RAIMUNDO - 44945976 - 69062048 - 237,20
RODRIGO FERREIRA DA SILVA - 44226035 - 70263493 - 285,40
RODRIGO FERREIRA GONCALVES - 45380725 - 69104514 - 287,00
RODRIGO FIUSA DO NASCIMENTO - 472860409 - 70911878 - 275,40
RODRIGO FRANKLIN NOBRE - 36352051 - 68992980 - 257,00
RODRIGO GONCALVES RAMOS - 55806315 - 67208118 - 304,00
RODRIGO GUIMARAES - MG16660493 - 70117160 - 342,60
RODRIGO HOLANDA DE NOBREGA - 48128210 - 70645477 - 385,40
RODRIGO IVO PINHEIRO DE AQUINO - 44432729 - 68876254 - 283,00
RODRIGO JOSE PEREIRA DA SILVA - 54829146 - 68922922 - 329,80
RODRIGO MACHADO DOS SANTOS - 50332074 - 66721407 - 211,00
RODRIGO MARCOS GOMES DE LIMA - 48261525 - 69669520 - 328,40
RODRIGO MARIANO OLIVEIRA - 34955226 - 67202063 - 362,40
RODRIGO MARTINES DO NASCIMENTO - 46245906 - 69100802 - 249,20
RODRIGO MELO DE JESUS - 045588372012-1 - 66599520 - 246,80
RODRIGO MENDES DOS SANTOS - 37394956 - 67570615 - 361,40
RODRIGO MENEZES SANTOS - 48557202 - 67337414 - 303,20
RODRIGO MESSIAS VIANA - 49157234 - 66684773 - 269,00
RODRIGO MIRANDA POCCI - 43652615 - 71531475 - 269,80
RODRIGO MIRANDA TELLES - 52852078 - 66710367 - 302,60
RODRIGO MOURA SANTOS - 47693508 - 68613806 - 223,20
RODRIGO PAULINO DOS SANTOS - 43558058 - 70205914 - 348,00
RODRIGO PESSOA DE SOUZA - 38888610 - 66539552 - 326,60
RODRIGO ROCHA DOS SANTOS - 48057191 - 69977160 - 289,60
RODRIGO RODRIGUES DE LIMA DUTRA - 390942030 - 71682449 - 349,00
RODRIGO ROGERIO DE OLIVEIRA JUNIOR - 550522360 - 66425530 - 300,20
RODRIGO SANTOS MACHADO - 55885096 - 71119272 - 277,60
RODRIGO SILVA CARVALHO - 46437714 - 70344078 - 252,00
RODRIGO SILVA DE OLIVEIRA - 43695346 - 69990387 - 328,00
RODRIGO SOARES DA SILVA - 47142500X - 70538662 - 248,20
RODRIGO STEFANI FRIAS - 45221730 - 68279973 - 327,40
RODRIGO VARGAS ROCHA - 45757486 - 71119868 - 319,00
RODRIGO YAGO GONCALVES FAIA - 54.739.843 - 66395607 - 250,00
ROGER BIUDES MAZIERO - 49754130 - 71082093 - 358,80
ROGER DE ARAUJO LIMA - 46163376 - 70631328 - 334,00
ROGER LUCAS ASSIS - 491747743 - 67928692 - 305,00
ROGER SILVA SANTOS - 49423718 - 67863981 - 254,40
ROGER VINICIUS BERTIN - 47475573 - 69858470 - 229,80
ROGER WALTERS DE FREITAS - 477886115 - 71512241 - 246,60
ROGERIO FERREIRA SANTANA - 38214348 - 66392179 - 298,80

ROGERIO VIANA DE ANDRADE - 38871261 - 66739993 - 231,80
ROMARIO GONCALVES DOS REIS - 47144302 - 66479932 - 326,60
ROMILTON CORREA DA SILVA - 39835756 - 70115591 - 305,00
ROMUALDO BUENO MACHADO - 47114999 - 69610169 - 227,00
ROMULO DE SOUZA BARCHETTA - 43769757 - 69078661 - 312,00
==========
TOTAL DE CANDIDATOS 113
Comunicado nº DP-72/323/21
A Diretora de Pessoal da Polícia Militar do Estado de São Paulo torna público os resultados dos candidatos da turma 72, APROVADOS na Etapa dos Exames de Aptidão Física, realizada em 22-1-21, de acordo com o Edital nº DP-3/321/19, para provimento de cargos de Soldado PM de 2ª classe.
NOME - R.G INSCRIÇÃO - PONTOS
ROMULO DOS SANTOS NOGUEIRA - 58220962 - 69502528 - 340,20
ROMULO MONTEIRO FERREIRA - 44931841 - 66418593 - 298,00
ROMULO OLIVEIRA DA COSTA - 53774580 - 67798896 - 303,20
ROMULO TAVARES PARANHOS FILHO - 550318355 - 71033335 - 217,40
RONALD DE MELO SILVA - 59868537 - 66748771 - 317,20
RONALDO ALBINO DA SILVA - 34714871 - 70972664 - 320,40
RONALDO ALCARDE - 48652245 - 71131710 - 367,20
RONALDO LIMA SANTOS - 39898923 - 68509766 - 319,00
RONALDO MENDES SZOKE - 32100971 - 67184243 - 296,20
RONALDO OLIVEIRA LARA FARIA - 53753802 - 68497920 - 228,00
RONALDO PALHAO QUEIROZ - 45324968 - 67235174 - 365,00
RONALDO PENITENTE RIBEIRO JUNIOR - 45678221 - 71172831 - 282,20
RONALDO RIOS DOS SANTOS - 53716959 - 66820901 - 226,40
RONALSO GOMES MONTEIRO - 60014850 - 66527490 - 220,20
RONDENYS GONCALVES CORREA - 54027407 - 70982228 - 272,00
RONEI ZANARDE BARBOSA - 49043093 - 71608907 - 318,80
RONI CEZAR PEREIRA DA SILVA - 47699876 - 71131108 - 287,40
RONIELSON RAMOS DE MEDEIROS - 56799370 - 71766006 - 373,00
RONNY CAITANO DE SOUZA PEREIRA - 53174597 - 67009450 - 292,80
ROSANGELA GUSMAO DE NOVAIS OLIVEIRA - 478145226 - 68274351 - 340,20
ROSIANE DE OLIVEIRA PRATES - 32856423 - 68578229 - 324,60
ROWER GABRIEL DE SOUZA - 37535736 - 67711707 - 362,40
RUAN BROGETH DE LIMA - 39420086 - 68508611 - 274,60
RUAN CESAR DE SOUZA MIQUELIN - 48125439 - 68064004 - 344,80
RUAN DE SOUZA BARBOSA - 57640050 - 66782333 - 294,00
RUAN HENRIQUE RATEIRO - 50077027 - 70023514 - 297,80
RUAN THALES DE SOUZA - 50754884 - 71331697 - 235,00
RUANDERSON LESSA LINO - 55891573 - 71388931 - 308,20
RUBEM FERREIRA DE LIMA FILHO - 38948925 - 69957150 - 269,60
RUBEM TEIXEIRA LINO DA SILVA - 57785517 - 66885639 - 274,80
RUBENS ALVES DA SILVA - 48051206 - 71448608 - 257,40
RUBENS ANJOS DOS SANTOS SILVA - 38.287.118 - 68378785 - 289,40
RUBENS DE JESUS SILVA NETO - 48365270 - 67204570 - 240,60
RUBENS MALISQUE DE OLIVEIRA - 57387663 - 70877033 - 284,60
RUBENS MREIS NETO - 53135422 - 67460712 - 328,60
RUDEM GADELHA LINS - 48575808 - 66945780 - 241,40
RUDNEI DA CUNHA PEREIRA - 44928841 - 71069313 - 324,60
RUTE MORIJO RODRIGUES - 47418612X - 71345981 - 234,20
RUTE TROMBINE RIBEIRO - 49266052 - 66809576 - 353,00
RYAN GUILHERME MEIRA FABIANO - 53418297 - 67085563 - 231,60
RYAN LUCAS BATISTA DE FREITAS - 38611602 - 70931704 - 267,80
RYAN PERES CASTRO - 54819607 - 70815763 - 326,60
RYAN WILLIAN GONCALVES DE OLIVEIRA - 58635759 - 67981640 - 221,60
SAARA KAIANE DIAS - 404459924 - 66766923 - 250,20
SABRINA ALVES LOPES DOS SANTOS - 411388150 - 71477896 - 300,00
SABRINA DANDARA TRAJANO RICARDO LOPES - 44925526 - 67230164 - 323,20
SABRINA GRAZIELI DOS SANTOS PEREIRA - 539506941 - 66504830 - 316,20
SABRINA MARQUES DE OLIVEIRA - 54099908 - 66670500 - 322,00
SABRINA RAMOS MIRANDA - 55423923 - 70935220 - 251,20
SABRINA ROBERTA DE SOUZA LUIZ - 48946036 - 68364890 - 250,40
SALATIEL ALEXANDRE CARDOSO - 58183203 - 70964637 - 255,80
SALATIEL DE OLIVEIRA NETO - 46139041 - 68360223 - 348,40
SALATIEL MARTINS BAIAO - 38997562X - 68292961 - 303,40
SAMANTA CRISTINA GUIDO BARNABE - 47716906 - 69124809 - 248,80
SAMANTA DOS SANTOS - 44600527 - 71522492 - 360,00
SAMANTA MORAES DE OLIVEIRA ATAIDES - 46249370 - 68845383 - 230,00
SAMANTHA NELLIDY XAVIER - 45676692 - 68075910 - 349,40
SAMARA DA SILVA - 18200208 - 67037054 - 279,60
SAMARA ELIAS SAID - 32384356 - 70678529 - 336,80
SAMARA FERREIRA DOS SANTOS - 59214114 - 67684548 - 336,20
SAMARONE SOARES DA SILVA - 47108764 - 68879784 - 305,80
SAMIRA HAMMOUD SILVA - 41731358 - 69490287 - 237,40
SAMOEL ALVES DE LIMA - 489125256 - 66503876 - 341,60
SAMUEL AUGUSTO DE JESUS ALVES - 49103288 - 71456066 - 239,80
SAMUEL AUGUSTO DE MORAES DOMINGOS - 44440027 - 67637833 - 324,20
SAMUEL DA CRUZ DE OLIVEIRA - 43624868 - 68495099 - 373,00
SAMUEL DE JESUS CORREA - 58680324 - 68477260 - 266,00
SAMUEL DE OLIVEIRA FERREIRA LIMA - 57963474 - 66687233 - 316,00
SAMUEL DE SALES PEREIRA - 60985514 - 67530800 - 277,40
SAMUEL DE SOLZA LESGOME - 405270082 - 66722144 - 327,60
SAMUEL DE SOUZA GOMES - 50373362 - 67835635 - 227,80
SAMUEL DE SOUZA SANTOS - 49187109 - 67260535 - 306,80
SAMUEL FELIPE CAMPOS DE SALLES - 43155024 - 71555404 - 243,40
SAMUEL GASQUE DE OLIVEIRA - 52777689 - 70626057 - 259,40
SAMUEL GOULARTE DO AMARAL MATTOS - 54446258 - 69780390 - 285,00
SAMUEL GUTERMAN AMEX MACAL - 54575067 - 68510233 - 247,80
SAMUEL JOSE DA SILVA - 10526670 - 68997825 - 318,20
SAMUEL JOSE SOBRAL - 451551400 - 70820783 - 270,00
SAMUEL MESSIAS DE OLIVEIRA - 34348093 - 71424059 - 269,00
SAMUEL MESSIAS PADOAN - 57506343 - 66886252 - 255,20
SAMUEL NEVES DA SILVA - 524714137 - 69403694 - 297,40
SAMUEL ROBERTO DOS SANTOS - 46282914 - 66416914 - 345,00
SAMUEL RODRIGUES GUERRA - 44614092 - 66552516 - 211,20
SAMUEL SANTANA CRUZ - 38117708 - 67185096 - 278,20
SAMUEL SANTANA LIMA DOS SANTOS - 45548136 - 69154961 - 339,00
SAMUEL SANTANA SANTOS - 48048479 - 68844581 - 286,40
SAMUEL TRAJAI FERMINO - 49560056 - 67625355 - 292,80
SAMUEL VITALINO GUILHERMINO SILVA - 38050523 - 70897069 - 255,40
SANDRO GOMES ANTUNES DE PROENCA - 40616838 - 68081847 - 274,60
SANDRO RENATO ELOI ALVES JUNIOR - 42282500 - 68030967 - 268,80
SANDY GUIMARAES CARDOSO - 47662419 - 66779405 - 266,60
SARA CRISTINA TAVARES - 52719021 - 71516719 - 263,00
SARA THEODORO BRASIL - 603891834 - 69123985 - 212,80
SARAH SOUSA MUNIZ - 40671715 - 66492793 - 345,00
SAULO HENRIQUE FERREIRA ABRAHAO - 49771805 - 70954429 - 348,80
SAULO LUNA DE FREITAS - 47785493 - 71629149 - 283,80
SAVIO DA SILVA COTRIM - 38147088 - 69565783 - 347,60
SEBASTIAO BATISTA DA SILVA NETO - 409387423 - 66510252 - 286,80
SEBASTIAO RODRIGO PIRES BARBOSA - 46216233 - 71497358 - 321,40
SERGIO BRASIL BARBOSA - 563415265 - 67811159 - 334,40
SERGIO GARCIA SANCHES NIGRO - 416208873 - 66671698 - 323,60
SERGIO HENRIQUE CARDOSO - 504144467 - 70591334 - 292,60
SERGIO HENRIQUE COSTA MOURA - 42104218 - 66884276 - 316,40
SERGIO HENRIQUE LOURENCIN DE SOUSA - 48791710 - 70781761 - 220,40
SERGIO LUIZ DE VITTA GAMA - 45284413 - 69471584 - 290,40
SERGIO VALDIR COSTA DE LIMA - 53058511 - 66768683 - 303,00
==========
TOTAL DE CANDIDATOS 106
Comunicado nº DP-73/323/21
A Diretora de Pessoal da Polícia Militar do Estado de São Paulo torna público os resultados dos candidatos da turma 73, APROVADOS na Etapa dos Exames de Aptidão Física, realizada em 22-1-21, de acordo com o Edital nº DP-3/321/19, para provimento de cargos de Soldado PM de 2ª classe.
NOME - R.G INSCRIÇÃO - PONTOS
SEVERINO ALEIXO DA SILVA - 53245810 - 67985548 - 392,40
SHEILA AVELAR DA CONCEICAO - 12826114 - 69521026 - 301,60
SHEILA CRISTINA FERREIRA FACCIOLI - 44206281 - 67835090 - 320,00
SHIRLEY FREIRE DOS SANTOS - 44613470 - 69760870 - 400,00
SIDEL MIKE SILVA SOUZA - 50175893 - 71664629 - 311,00
SIDMAR MARX - 21457606 - 71255400 - 237,60
SIDNEI BARRETO DA SILVA JUNIOR - 44678125 - 70679029 - 209,40
SIDNEI LOPES DA SILVA - 46263304 - 66848164 - 222,60
SIDNEY ALMEIDA NASCIMENTO - 488051721 - 70820350 - 280,20
SIDNEY ANGELO BALIEIRO - 47984545 - 71278982 - 209,80
SIDNEY BASTOS DE SANTANA - 46549868 - 70270546 - 286,00
SIDNEY OLIVEIRA ALVES - 43995302 - 67127835 - 212,00
SILAS DE SOUZA PRADO - 48980882 - 66553555 - 307,20
SILLAS VIANA MONTEIRO - 48644774 - 71372610 - 333,40
SILVANEI TEIXEIRA MARINHO - 47503795 - 68472595 - 282,00
SILVANO LIMA DE OLIVEIRA JUNIOR - 53686001 - 67694446 - 304,60
SILVERIO RODRIGUES LAURINDO - 445862774 - 71355430 - 208,40
SILVESTRE CALERO LEITE - 382729511 - 71274260 - 321,80
SILVIA CRISTINA DE LIMA RIBEIRO - 47289076 - 68662424 - 383,00
SILVIO AUGUSTO DA SILVA CABRAL - 47509923 - 70504296 - 240,60
SILVIO RAPOSO JUNIOR - 55992110 - 68175841 - 230,60
SILVIO RODRIGUES - 54824489 - 69298602 - 291,00
SILVIO YURI DA SILVA - 39902699 - 70426570 - 297,80
SINFRONIO BARBOSA GUIMARAES - 64941711 - 66415420 - 288,20
SKEFLYN JOFAR ROCHA DE VITA - 44859791 - 67462707 - 266,00
STEFAN EDUARDO COSTA - 501265 - 67652336 - 285,20
STEFANI FLORENTINO DE SOUZA - 41368366 - 71684417 - 211,00
STEFANY RODRIGUES ALBIERO - 54676582 - 69087946 - 250,20
STELLA SCAPIN GALEGO - 48 152 515 - 68802323 - 217,60
STENNIO WILLIAM QUEIROZ DE SOUSA - 415855846 - 66667810 - 239,00
STEPHANIA CRISTINA ADLER DA COSTA - 54137496 - 66591708 - 202,00
STEPHANIE PHYLLIP FRANCA - 328109113 - 66390761 - 383,00
STEPHANIE SILVA DA PAIXAO - 496448377 - 69930058 - 245,40
STEWART GABRIEL DE SOUZA FRANCO - 49792741 - 71505555 - 204,40
SUEDY GLENN MIYAMOTO DA CRUZ - 47264078 - 66422477 - 342,60
SUELEM GUIMARAES MACEDO - 44476712 - 68345330 - 284,20
SUELEN RODRIGUES DE SOUZA PAULA - 44691010 - 67873952 - 323,00
SUELLEN BITTENCOURT SOUZA - 47272319 - 66589053 - 296,60
SUELY NOVAIS SANTANA - 62307378 - 66545447 - 365,00
SUSANE MICAELA LOPES PAIÃO - 53195334 - 68374500 - 261,80
SUZANE EVELYN DE ARAUJO SANTOS - 34401121 - 70768668 - 327,60
TABATA MIRELA DA SILVA - 45427518 - 67600166 - 214,00
TAIALY CAROLINE DA SILVA PIRES - 53083793 - 67902596 - 245,60
TAINA ALMEIDA SENA DE JESUS - 50927270 - 69716889 - 248,40
TAINA EVANDRA PUGIM - 40661233 - 66572754 - 287,00
TAINARA APARECIDA SANTOS SILVA - 54666282 - 71383565 - 218,20
TAINARA GABRIELY GALVANI VIDOTI - 49833282 - 68194641 - 248,40
TAIS FERREIRA BARBOSA EUFRASIO - 34359912 - 66620520 - 306,80
TAIS JUVELINA SILVESTRE GARCIA - 48603606 - 67434061 - 256,00
TAISA FERNANDA DA SILVA - 47937261 - 70574820 - 298,60
TALEL FELIPE ARFELI - 45456614 - 69123616 - 372,40
TALES GABRIEL DA SILVA RODRIGUES - 38926507 - 69011451 - 282,80
TALES IZUMI ANDRADE - 44994202 - 66580170 - 317,40
TALITA PEREIRA BATISTA - 56.000.592 - 67282814 - 301,80
TALITA SILVA MARQUES - 47158613 - 67480667 - 217,00
TALLES ALAN DE PAULA - 44960543 - 68620063 - 215,20
TALY EDUARDA FERREIRA DE ALMEIDA - 37066949 - 70193142 - 211,40
TAMARA ALVES DOS SANTOS - 47191777 - 69458944 - 288,60
TAMARA APARECIDA VIEIRA PAULO - 46769418 - 68592060 - 392,60
TAMARA PEREIRA DE AGUIAR - 50870451 - 66616115 - 291,20
TAMARYS MAIARA PAULINO - 46293893 - 66652995 - 295,80
TAMIRES CANDIDO PEREIRA DE JESUS - 50793355 - 66437466 - 247,60
TAMIRES CRISTINE FARIAS GOMES - 48854673 - 66953855 - 337,00
TAMIRES TEIXEIRA BARBOZA - 44970244 - 66934109 - 279,00
TAMIRES VIEIRA DOS SANTOS - 48865920 - 68932960 - 360,00
TAMIRES VITORIA BRAZ DE CARVALHO - 16852844 - 70059365 - 305,60
TAMIRIS DOS SANTOS LIMA - 48931623 - 66556066 - 322,40
TAMYRES MENDES DOS SANTOS - 50032153 - 66392080 - 331,40
TARCIANA SANTOS SILVA - 57504427 - 66688680 - 260,20
TARCISIO MEDEIROS DA SILVA JUNIOR - 50306064 - 68976674 - 261,80
TARCISIO OLIVEIRA CRUZ - 53140495 - 69994463 - 256,00
TARCISIO PANHAN DE SOUZA - 42132113 - 71230793 - 231,40
TARCISIO SILVA DA COSTA - 56170013 - 71285180 - 280,20
TARCISO SANCHES PERES - 48979927 - 70291209 - 264,00
TARCISO SILVA OLIVEIRA - 63338254 - 70454345 - 319,00
TATIANA HELLEN ALVES - 52109072 - 71269819 - 362,00
TATIANA THAIS GALVAO DE CARVALHO - 43653948 - 67907253 - 245,00
TATIANE ANTONIO FERRAZ - 401095745 - 71296050 - 291,20
==========
TOTAL DE CANDIDATOS 78
Comunicado nº DP-10/311/21
A Diretora de Pessoal CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Complexo Administrativo PM, sito na Avenida Cruzeiro do Sul, nº 260, 1º andar, sala 146, Bairro Canindé - São Paulo/SP, em 2-2-21, às 9h00, para posse e início de exercício no cargo público de Soldado PM de 2ª Classe, os quais foram nomeados em cumprimento à determinação judicial no processo respectivo, referente ao edital relacionado, conforme publicação inserta no DOE nº 11, de 19-1-21 e nº 13, de 21-1-21.
NOME - RG - EDITAL - PROCESSO - JUÍZO
Luiz Otávio da Silva Oliveira - 48.529.131-9 - 1/321/18 - 1021793-52.2019.8.26.0053 - 11ª CDPTJ-SP
Romário Diogo Santos - 12.658.130-0 - 1/321/18 - 1062108-59.2018.8.26.0053 - 13ª CDPTJ-SP
Allan Stefany Fernandes dos Santos - 47.711.002-2 - 1/321/18 - 1026104-79.2018.8.26.0196 - VFP-Franca-SP
André Coutinho Horiy - 48.961.162-X - 1/321/18 - 1045699-71.2019.8.26.0053 - 1ª CDPTJ-SP
Bruna de Jesus Delatesta e Silva - 49.521.297-0 - 3/321/17 - 1054757-35.2018.8.26.0053 - 2ª CDPTJ-SP
Cailon Santos Ferreira - 62.835.549-X - 1/321/18 - 1059076-46.2018.8.26.0053 - 7ª CDPTJ-SP
Jean Carlos Pirota Suzuki - 49.647.854-0 - 3/321/17 - 1037032-79.2019.8.26.0576 - 13ª CDPTJ-SP
Rafael Carlos Diniz - 34.721.727-8 - 2/321/18 - 1068569-13.2019.8.26.0053 - 12ª CDPTJ-SP
Renan Teixeira da Silva - 45.862.977-7 - 1/321/18 - 1062736-48.2018.8.26.0053 - 8ª CDPTJ-SP
Comunicado nº DP-01/321/21
A Diretora de Pessoal da Polícia Militar do Estado de São Paulo torna público o resultado da análise dos requerimentos de candidatos do concurso público destinado ao provimento de cargos de Aluno-Oficial PM, regido pelo Edital nº DP-2/321/20, que solicitaram a redução de 50% do valor da taxa de inscrição, nos termos da Lei Estadual nº 12.782, de 20 de dezembro de 2007, conforme previsto no item 18 e seus subitens, do Capítulo III do Edital de concurso.
A fundamentação sobre o indeferimento do pedido de redução da taxa de inscrição está disponível para consulta individualizada pelos candidatos no endereço eletrônico https://conhecimento.fgv.br/concursos/pmesp2020.
O candidato cujo requerimento de redução de pagamento da taxa de inscrição foi indeferido poderá interpor recurso no prazo de 25 a 27 de janeiro de 2021, por meio de link disponibilizado no endereço eletrônico https://conhecimento.fgv.br/concursos/pmesp2020.
Pedidos de redução da taxa de inscrição DEFERIDOS:
Inscrição - Nome
106008529 - Adriel Reginaldo Clementino Júnior
106008349 - Adriel Rodrigo Rampazzo Palamim
106001391 - Alexandro Oliveira Dos Santos
106000560 - Aline Vitória Tavares
106008472 - Allan Freire Barreto
106002267 - Amanda Regina Silva
106004767 - Ana Caroline Silva Delu Lop
106003224 - Ana Paula Da Silva Moreira
106005819 - Antonio Carlos Ferreira Júnior
106000424 - Aran De França Lucena
106002010 - Ariane Pereira Costa Faria
106003746 - Beatriz Domingas Da Corôa
106005872 - Beatriz Furlan Nunes
106004755 - Beatriz Goncalves
106004872 - Beatriz Prodossimo Moreira
106004354 - Bruna Cavalcante De Sousa
106001876 - Bruna Hellen Sousa Barreto
106008424 - Brunno Enryc Ramos
106007064 - Bruno Pereira Gitti
106001797 - Carlos Eduardo Dos Santos Borchis
106006558 - Carlos Henrique Sant Anna De Souza
106001470 - Caroline Dos Santos Canario
106001352 - Clayton Cesar Oseías Da Silva
106002733 - Cleiton Bezerra Da Silva
106000702 - Cristhian Matheus Da Costa Neves
106001467 - Daisy Fernanda Pondian
106001869 - Daniel Antunes De Souza Avelar
106005906 - Diego Da Costa Pinheiro
106000928 - Diego Souza
106008788 - Diógenes Aquiles Oliveria Costa
106001778 - Eduardo Da Silva Neves Junior
106008620 - Elisangela Thais Gomes
106007818 - Eliseu De Souza Sodré
106008657 - Elisson Franson Barros
106006378 - Emanuel Elias Marinho De Souza
106006919 - Emilly Nericke De Brito
106007690 - Evelyn Ferreira Lopes
106004523 - Everson Chaves Prates
106007792 - Everton Leandro Alves Da Silva
106004761 - Fabiano Alves De Souza Filho
106005016 - Fabiano França Da Silva
106006760 - Felipe Bezerra Freitas
106007271 - Felipe Ferreira Dos Santos
106008353 - Felipe William Salatiel Santos
106002657 - Fellipe Alves Da Silva
106003042 - Fernanda Elita Quirino Cavalcante De Melo
106001168 - Fernanda Pimenta Pacheco
106003978 - Fernanda Ribeiro Lemos
106000486 - Fernando Pereira Da Silva
106008628 - Filipe Felix De Lemos
106004630 - Filipe Gomes Menossi
106002344 - Gabriel Augusto Borges
106006275 - Gabriel Botelho Junqueira Martins
106008197 - Gabriel Eduardo Gonçalves Simões
106006456 - Gabriel Henrique Silva De Oliveira
106001066 - Gabriel José De Souza Da Silva
106000246 - Gabriel Leon Thiers Rister Duran
106000428 - Gabriel Parra Felipe
106001849 - Gabriel Teixeira Quero
106002797 - Gabriela Fernandes Moraes
106006086 - Gabriella Rocha
106001281 - Giovanna Clara Pires Nogueira
106001780 - Giovanna De Paula Silva
106007400 - Giovanna Silva Magoga
106000092 - Graziele Cristina Ferreira
106008209 - Grazielle Nascimento Ganzarolli De Souza
106003622 - Guilherme Andrade Mesquita Dourado
106002035 - Guilherme Campoy
106002940 - Guilherme Denuncio
106007323 - Guilherme Oliveira Matarazzo
106008654 - Guilherme Rodrigues De Moraes
106007951 - Guilherme Silva Pereira
106002396 - Gustavo De Paula Melo
106006405 - Gustavo Henrique Ronchi Costa
106000499 - Gustavo Ruyz Rodrigues
106000828 - Heitor Queiroz Da Silva
106004037 - Hélio Valdeci Da Rocha
106008625 - Hêmerson Lopes Nunes
106000209 - Henrique De Oliveira Barbosa
106001000 - Henrique Moreira Lopes
106001037 - Henrique Pimenta Pacheco
106008073 - Hillary Fabiana Tereza Farah Zanella
106002331 - Igor Azevedo Soares
106000182 - Igor Gomes Brito
106008279 - Igor Lima Barros
106003288 - Igor Thadeu Dias De Andrade
106000740 - Isabella Costa Kienupp
106001123 - Isabella Herrera Bertochi
106004421 - Ismael Monteiro Dos Santos
106007410 - Janaina Capra
106000813 - Jaqueline Inácio Da Silva
106005013 - Jean Lucca De Almeida Ferreia Silva
106001647 - Jenifer Hellen Silva Ribeiro
106003301 - Jéssica Paloma De Assis Barros
106002393 - Jhonatan William Barbosa Fonseca
106001334 - João Antonio Pacheco Guilherme
106007433 - João Gabriel Oliveira Dos Santos
106000338 - João Victor Silva Batista
106006791 - José Victor Silva Cardoso
106006118 - José Vitor Ribeiro Jordão
106001421 - Josiane Da Costa Damasceno
106008032 - Julia Carvalho De Lima Garcia
106003695 - Júlia Ferreira Machado
106007487 - Juliana Maria Da Silva
106002457 - Juliany Aureliano Marques
106006533 - Kassio Da Silva
106007109 - Kathleen Nhemetz Batista
106007121 - Kauan Rodrigues Codo
106003274 - Kevin De Almeida Brandao
106000520 - Laila Belizote Costa
106004709 - Laíza Silva Telles
106007127 - Larissa Lima De Oliveira
106005734 - Lauriene Luiza De Souza Munhoz
106003080 - Leandro Cícero Venâncio
106003005 - Leonardo Gonçalves Cassiano Da Cunha
106007803 - Leonardo Loberto Dos Santos
106008664 - Leonardo Victorio Correa
106001135 - Levi Albuquerque Dos Santos
106008484 - Lívia Andreoni Ribeiro
106003049 - Luan Vieira Rodrigues
106007854 - Luanne Souza Do Nascimento Dantas
106003687 - Lucas Barboza Do Nascimento
106006543 - Lucas De Castro Gonçalves
106004080 - Lucas Dos Anjos Matos
106001325 - Lucas Fernandes De Assis Lopes
106001353 - Lucas Henrique Cassiano De Lima
106001757 - Lucas Matheus Cocolo
106001030 - Lucca Cesar Muniz Filgueira
106008355 - Manoela Verissimo De Moura
106006840 - Marciele Guerra Voss
106002483 - Marcio De Oliveira Filho
106004418 - Marco Aurélio Alves Dantas
106005579 - Marcos Isao Harada
106007836 - Maria Vitória Mariano
106008608 - Mariana De Oliveira De Souza Faria
106007977 - Mateus Henrique De Oliveira
106001469 - Matheus Araujo De Andrade
106000918 - Matheus Azevedo Neves
106001225 - Matheus Henrique Bento
106003174 - Matheus Kaique Da Silva Trajano Alves
106003120 - Matheus Luciano Batista De Mendonça
106008039 - Matheus Philippe Da Silva Rosa
106008766 - Matheus Roberto Soares De Souza
106001910 - Michel Cezar Do Nascimento
106008525 - Milena Souza Do Nascimento
106000622 - Milene Da Silva Matos
106000551 - Murilo De Arruda Pereira Russini
106003390 - Nathalia Nicole Chaves Silva Gomes
106001161 - Nayara Bezerra Dos Santos
106008273 - Onivaldo Simensato Junior
106008315 - Pedro Luiz Lopes Barreiros
106004336 - Pedro Octavio De Souza Barros
106004959 - Rafael De Castro Ribeiro
106008280 - Rafael Silva Dos Santos
106001383 - Raphael Gustavo Mariano Rodrigues Leite
106001882 - Rayane Gonçalves Carvalho
106008152 - Renan Pereira Rodrigues
106008440 - Rogério De Souza Júnior
106001906 - Roni Gomes De Lima
106000233 - Sabrina Da Silva Mendonça
106007875 - Shirley De Almeida Nascimento

106008536 - Silvio Augusto Adame Junior
106008253 - Stephanie Amanda Aranda
106007006 - Tainá Silva De Oliveira
106008684 - Taissa Tomaz De Almeida Wait
106000525 - Thais Hellen Almeida Silva
106004352 - Thais Vieira De Moura
106006902 - Valter Antonino Filho
106002963 - Victória De Melo Araújo
106002398 - Vinicius Assunção Rocha
106004085 - Vinicius Fernandes Maraes
106002878 - Vinicius Gabriel Da Silva
106001346 - Virgilio Limirio Lemos Oliveira
106005021 - Vitor Hugo Santos Silva
106006106 - Vitória Handyara Da Rocha Silva
106004626 - Waldomiro Almeida Reis Neto
106008804 - Wesley Ochelak Dardin
106008214 - William Dos Reis Lemos
106001592 - William Silveira Alves
106008401 - Yeda Da Cunha Picolo
106008550 - Yuri Castello Branco Brito
Pedidos de redução da taxa de inscrição INDEFERIDOS:
Inscrição - Nome
106007964 - Abel Casimiro Lima Monteiro Moraes
106001145 - Adailton Santos Da Cruz
106003775 - Adalberto Alves De Souza Neto
106005591 - Adilson Luiz Gouvêa Neves Júnior
106002260 - Adonias Da Silva Soares
106006952 - Adrian Eziquiel Barbosa Nascimento Machado
106005136 - Adriana Gomes Da Silva
106007328 - Adriane Felicio De Medeiros
106005991 - Adriane Pires Da Silva
106008308 - Adriano Alves Santos Junior
106008124 - Adriano Cesar De Souza
106004762 - Adriel Nunes De Morais
106008352 - Adryana Viktória Silva Cruz
106000203 - Agata Aparecida Pimentel
106002967 - Agata Laura De Souza
106008600 - Aghata Dos Santos Silva
106005198 - Aghata Priscila Dos Santos Costa
106000293 - Aillan Amorim Dias
106000189 - Ailson Rogerio Santos De Oliveira
106004348 - Ailton De Carvalho Junior
106002504 - Ailton Gabriel Da Silva Filho
106008163 - Airton James Da Silva Lima
106005543 - Airton Pereira De Souza Junior
106004988 - Alaise Lopes Zuqueto
106004893 - Alan Douglas Feliciano
106000298 - Alan Ferreira Dos Santos
106006682 - Alan Ribeiro Resende Da Silva
106008542 - Alana De Souza Oliveira
106002055 - Alana Maria Florindo
106008695 - Alberto Fiuza Lisboa
106003339 - Alberto Gabriel Dos Santos
106003488 - Alberty Junior Silva
106008555 - Alcides Leonard
106000374 - Aldevânia Dos Santos Almeida Das Neves
106008890 - Alef Borges Ramos
106005116 - Alef Santos Viana
106002997 - Alefe Santos Melo
106006454 - Alessandra Lindamil Antônio Dos Reis
106002660 - Alessandra Marostica De Oliveira
106005228 - Alessandra Monteiro Lima
106005072 - Alex Alves De Souza
106001326 - Alex Ferreira De Lima
106002950 - Alex Sander Freitas De Farias
106003085 - Alex Sandro Camilo Dos Santos
106004028 - Alex Sandro Marques De Andrade
106005183 - Alex Sandro Santos Da Silva
106005767 - Alexandre Bizzotto De Carvalho
106007524 - Alexandre Costa Cruz
106004041 - Alexandre Gabaci
106005210 - Alexandre Jesus Braga De Souza Junior
106001292 - Alexandre Martelli Filho
106008591 - Alexandre Richard Rodrigues De Paula Campos
106001631 - Alexandre Rodrigues Da Silva
106001819 - Alexandre Rodrigues Soares Bezerra
106000433 - Alexandre Rubim Maria Diez
106004741 - Alexsandra Da Silva Santos
106008191 - Alexsandra Oliveira Dos Santos
106007726 - Alexsandra Pereira Dantas
106005977 - Alexsandro Soares Santiago
106000280 - Alice Cortes Da Paixao
106007549 - Aline Aparecida Da Silva Emidio
106003371 - Aline Lúcia Da Silva Novaes De Luca Muniz
106003899 - Aline Pereira De Oliveira
106004471 - Aline Santineli Braga
106008019 - Aline Sohne
106004934 - Alisson Bispo Caobianco
106007628 - Alisson Bruno De Morais Chaves
106006146 - Allan Andrade Carvalho
106001712 - Allan Firmino De Assunção
106005060 - Allysson Felipe De Oliveira Martins
106000094 - Álvaro Alberto Pedro
106006520 - Amábile Pelissari Moreira
106002383 - Amanda Carolina Fernandes Nogueira
106004961 - Amanda Caroline Alves Cordeiro
106004265 - Amanda Fernandes Freitas
106001330 - Amanda Guimarães
106003736 - Amanda Jacomo Fernandes
106001416 - Amanda Lene Da Silva
106008129 - Amanda Lourenço Da Silva
106001229 - Amanda Pereira Martins
106001126 - Amanda Rossetto Pacheco
106002419 - Amanda Santos Silva Alves
106001629 - Amanda Silva Amaral
106008716 - Amanda Spineti De Araujo
106007927 - Amaro Celestino Da Silva Junior
106002954 - Amin Bassam Sobh
106008006 - Ana Beatriz Bernardo
106006127 - Ana Beatriz Costa
106006828 - Ana Beatriz De Campos Chichicover
106005619 - Ana Beatriz De Oliveira Alves
106002340 - Ana Carla Sodré De Alcântara
106003362 - Ana Carolina Cardoso
106008794 - Ana Carolina Da Costa Patricio
106001810 - Ana Carolina Lima De Castro
106003929 - Ana Caroline Batista Da Costa
106005458 - Ana Caroline De Souza
106007886 - Ana Caroline Fernandes Pereira
106004215 - Ana Caroline Saueressig Schnornberger
106002375 - Ana Claudia Vitorino Da Silva
106003787 - Ana Eloísa Brito Margonar
106000154 - Ana Francina Santos Sousa
106000657 - Ana Gabrielly Silva De Jesus
106008856 - Ana Gleicy Dias Lopes
106003759 - Ana Julia Luzia
106008030 - Ana Karoliny De Oliveira Souza
106004986 - Ana Keila Pereira
106000929 - Ana Kelly De Azevedo
106002644 - Ana Laura Estécio De Souza
106000756 - Ana Lígia Lelis Tamachunas
106005556 - Ana Lucia Gabriel Vieira
106004746 - Ana Luiza Batista
106006342 - Ana Luiza De Andrade Camacho
106005921 - Ana Luiza De Souza
106006362 - Ana Luiza Perez De Lima
106000431 - Ana Paula Alves De Araújo
106000790 - Ana Paula Cintra De Oliveira
106001305 - Ana Paula Do Carmo Giaponezi
106003551 - Ana Paula Fernandes Dias Saito
106004856 - Ana Paula Saraiva Barros
106008900 - Ana Paula Xavier Nascimento
106008740 - Ana Sálvia Dos Santos
106000950 - Anabell Cunha Silva
106008125 - Anderson Carvalho De Souza
106002876 - Anderson Junior Costa
106001803 - Anderson Luiz De Souza Junior
106004736 - Anderson Luiz Do Nascimento Ferracini
106003141 - Anderson Pereira Dos Santos Junior
106000221 - Anderson Rocha Silva
106008833 - Anderson Santos Faria
106007319 - Anderson Souza De Lima
106008496 - André Anderson Meira Tavares
106001241 - André Da Costa Lima
106005761 - André Eduardo De Alcino Machado
106007041 - Andre Francisco
106004529 - Andre Gomes Menossi
106001656 - Andre Henrique Pereira
106007440 - Andre Luiz Da Silva Ferraz
106004622 - André Silva Lourenço
106007527 - Andre Silva Soares Dos Santos
106005316 - Andréa Monteiro Silva
106001069 - Andressa De Souza Del Chiaro
106000315 - Andressa Fiuza Batista
106008814 - Andressa Godoi De Oliveira
106002901 - Andressa Martins Felisberto
106008714 - Andrew Rivera Cruz
106000922 - Andrey Oliveira De Almeida
106005361 - Andreza Marques De Oliveira Ferreira
106005558 - Andreza Mendes De Souza
106005325 - Andrezza Lage Neves
106000855 - Angela Barreto De Souza
106005642 - Angelica Carregosa Rodrigues
106001802 - Angelica Cunha Cardoso
106008158 - Anna Beatriz Do Nascimento Leal
106002387 - Anna Beatriz Francisca Andrade
106000104 - Anna Caroline Puosso
106000069 - Anna Julia Costa Carvalho Almeida
106001843 - Anna Julia Santana Da Silva
106002381 - Anna Luiza Da Silva E Silva
106000047 - Anna Miriã Feitosa Dos Santos
106005751 - Anna Vitória Onelli De Almeida
106007000 - Antoneolle Martins Gomes Lopes
106003328 - Antonio César Ferreira De Oliveira
106003251 - Antônio Damião De Carvalho
106001170 - Antônio Mourão Filho
106001367 - Antônio Rodrigues
106005829 - Antony Felipe Cavalcante
106005238 - Ariadynily Rafaela Torres Martins
106006564 - Ariana Cardoso Dos Santos
106006488 - Ariel Cuschenier Gomes
106002594 - Arleson Rainan De Oliveira Pinto
106008021 - Arlete Torres
106008922 - Arnaldo Carreiro Monteiro Junior
106004836 - Arnaldo Matias Ridao Izaias
106008912 - Arthur Alves De Oliveira
106002887 - Arthur Cardoso Pedro
106002139 - Arthur Lima De Meireles
106002363 - Arthur Moraes Da Silva
106005707 - Arthur Porfirio Marceneiro
106008431 - Arthur Robert Gonçalves Ribeiro
106002371 - Arthur Santana Nogueira
106008084 - Arthur Santos Da Silva
106000550 - Arthur Wendel Dos Reis Teixeira
106002531 - Artur Henrique Da Silva Olimpio
106004531 - Aryany Gomes Pereira Da Silva
106006322 - Athaíde Dos Santos Da Silva
106003831 - Atila Dos Santos Fraga
106003765 - Awdrey Franchini Penetta
106000725 - Bárbara Araújo Lobato
106004852 - Barbara De Moura Correa
106004774 - Bárbara Serafim Santana
106000946 - Beatriz Carvalho De Sousa
106000397 - Beatriz Cristina Congio
106005450 - Beatriz Da Silva Gois
106000534 - Beatriz De Oliveira Lopes
106006457 - Beatriz Duarte Moreira
106000240 - Beatriz Graciano Da Luz Santos
106002676 - Beatriz Magalhães Costa
106006726 - Beatriz Martins Izabel
106006138 - Beatriz Menezes De Aquino Santana
106004054 - Beatriz Merenda Marques
106001634 - Beatriz Miranda Amorim
106007520 - Beatriz Santos De Souza
106005367 - Beatriz Valencio Soares
106001283 - Bianca Barbosa Da Silva
106004931 - Bianca Barreto Teles
106003393 - Bianca Bezerra Oliveira
106007913 - Bianca Cruz Gandin
106005008 - Bianca Menezes Camargo
106007817 - Bianca Rodrigues De Almeida Machado
106005983 - Bianca Rodrigues Dos Santos
106007841 - Bianca Tolvai Amaral
106002221 - Bianka Da Silva
106007085 - Brayan Wesley Rodrigues Da Silva
106007287 - Brena Maria Bezerra Silva
106008678 - Brenda Calado De Moura
106008091 - Brenda Diniz Batista Da Silva
106007107 - Brendon Nerio De Lima
106006509 - Brenno Batista Brandão
106005629 - Breno Alves De Oliveira
106003849 - Breno Henrique Santos Do Sacramento
106000436 - Breno Rio Branco De Lima
106006319 - Brian Fernando Roque Franco
106004775 - Brígida Caroline De Aguiar Pereira
106004537 - Bruna Barbosa
106006235 - Bruna Coelho Zanandreia
106001706 - Bruna Daiane Da Cruz
106006585 - Bruna Fernanda Ferreira
106006208 - Bruna Fernanda Lima Silva
106006005 - Bruna Gabriely Da Silva Santos
106001218 - Bruna Karine França Abrantes
106001936 - Bruna Leane Da Silva Araujo
106001666 - Bruna Leticia De Moura
106000408 - Bruna Nascimento Daniel
106007651 - Bruna Pereira Tiago
106008668 - Bruna Pessanha De Andrade
106007192 - Bruna Rodrigues De Sousa
106002183 - Bruna Tauany Ribeiro
106008328 - Bruna Tentor Pesuto
106005578 - Bruna Yslavia Monteiro Rampazio
106008026 - Bruno Alves Da Silva
106007030 - Bruno Belmonte Batista
106008211 - Bruno Bettiol Da Rosa
106001922 - Bruno Cesar Leite Messias
106001448 - Bruno Cesar Lucena Nascimento
106006892 - Bruno César Vieira De Melo
106006588 - Bruno De Jesus Secatto
106005666 - Bruno De Lima Cardoso
106008614 - Bruno De Paula Pereira
106000554 - Bruno Dos Reis Fontanive
106006663 - Bruno Dos Santos
106001051 - Bruno Eduardo Gomes
106000213 - Bruno Ezequias Do Nascimento Pereira
106002218 - Bruno Ferreira Domingues
106003386 - Bruno Henrique Cazuza Dos Santos
106005441 - Bruno Henrique Santos Josué
106000771 - Bruno Henrique Santos Soares
106007069 - Bruno Henrique Sousa De Figueiredo
106001107 - Bruno Lailton Das Virgens Ferreira
106005534 - Bruno Marcio Fernandes De Castro Souza
106005990 - Bruno Miguel Barbosa
106005970 - Bruno Oliveira Moreira Da Silva
106006762 - Bruno Pires Da Silva
106000042 - Bruno Scalco Dos Santos
106002391 - Bruno Silva De Freitas
106003125 - Bruno Vinicius Dos Santos Marques
106008200 - Bruno Zigrini Pederra Da Silva
106004513 - Cainã Agouleto Farias
106006976 - Caio Cesar Fagundes Lima
106001687 - Caio Dos Santos Martins
106001676 - Caio Fernando Cezarino
106006694 - Caio Henrique De Oliveira
106004183 - Caio Lucas Agostinho Dos Santos E Santos
106002782 - Caio Sales Marques De Melo
106002652 - Caio Vinicio Gomes Da Silva
106004415 - Caio Vinícios Jesus Costa
106006549 - Caique Feitosa Da Rocha
106004239 - Caíque Henrique Rissoni
106008005 - Camila Anadão Sabiá
106002825 - Camila Aparecida Faria Queiroz
106006701 - Camila Cristian Ribeiro De Campos
106002653 - Camila Cristina De Mello Santos
106007019 - Camila Cristina Goulart Silva
106001475 - Camila Fernanda Santos De Lima
106006317 - Camila Gonçalves De Oliveira Carneiro
106000458 - Camila Indonencio Dos Santos Mendes
106000619 - Camila Rafaela Siqueira De Oliveira
106000782 - Camila Ribeiro Brito
106000751 - Camile Vitoria Souza Martins Coelho
106004051 - Camilly Luana Santos De Carvalho
106003387 - Camily Fernanda Ribeiro De Menezes
106002972 - Camily Lucia Santos Carvalho
106003486 - Carina María Da Silva
106000274 - Carla Angelica De Paiva
106008511 - Carla Cassia Da Silva
106007960 - Carla Helena Rocha Souza
106005264 - Carla Vieira Rodrigues
106007324 - Carlos Adriano Raftópolo
106006848 - Carlos Alexandre Ramos
106008634 - Carlos Antonio Freitas Siva
106001646 - Carlos Augusto Nery Mendes
106001748 - Carlos Augusto Tecolo
106001169 - Carlos Daniel Freitas Da Silva
106003789 - Carlos Eduardo Bufalo Costa
106008406 - Carlos Eduardo Galdiano Junior
106004889 - Carlos Eduardo Lopes Moreira
106006611 - Carlos Eduardo Moura Pinheiro
106004082 - Carlos Henrique Da Costa De Souza
106001787 - Carlos Henrique De Souza Campos
106007744 - Carlos Henrique Pereira
106001743 - Carlos Henrique Pires Neto
106001961 - Carlos Ramos De Souza
106006531 - Carlos Wesley Santos Souza
106004966 - Carolaine De Oliveira Santos
106001477 - Carolina Cavagna Vurtz
106000390 - Carolina Das Dores Simões Dos Santos
106001073 - Carolina Do Amparo Sebastiao Dantas
106006135 - Carolina Santos De Jesus
106005632 - Caroline De Carvalho Farrapo
106002618 - Caroline De Fátima Lopes Martins
106005460 - Caroline Lima Gonçalves Pastorello
106006025 - Caroline Manachini Amaro
106002122 - Caroline Ransato Dias Dos Santos
106002889 - Caroline Santos Barreiro
106005321 - Caroline Suelen Mantoani Nascimento
106005459 - Caroline Torres Da Silva
106000399 - Caroline Vitorino Castro Da Silva
106008955 - Carollyne Cassini Guedes De Aguiar Mota
106005903 - Cassia Freitas Da Cruz
106000807 - Cayo Henrique Da Silva Kalapachi
106007466 - Cecília Albuquerque Carlos
106000820 - Cesar Rafael De Oliveira Alves
106006708 - Charles Luiz De Paula
106000656 - Charlivan Santana Soares
106008872 - Christian Azevedo Alves
106001289 - Christian Silva Faiad
106003213 - Cícero Sá Telles Carvalho
106005037 - Cinthia Larissa Maria Silva
106002745 - Clara Inês Soares Da Silva
106002032 - Clarissa Nativa Tanuri De Oliveira
106003451 - Clayton Alves
106003710 - Clayton Gomes Medeiros
106004671 - Cleber Cruz Sant Anna Alves
106002462 - Cledson Ranielli
106006771 - Clenilton Bosco Da Silva
106005791 - Cleveland Ricardo Da Cunha
106008139 - Cleynisson Santos Franqueta
106008405 - Cleyton Leite De Santanna
106000896 - Crispim Dos Reis Rodrigues
106003405 - Cristiane Gomes De Andrade Reis
106006946 - Cristiane Patricia Duarte Costa Da Silva
106001480 - Cristiano Da Silva Leal
106003568 - Cristiano De Jesus Souza Santos
106002428 - Cristiliana Lidovina Da Cruz
106002285 - Cristin Fernandes De Souza
106001075 - Cristina Gomes Rodrigues
106003507 - Cristyelle Ravana Da Silva Santos Targino
106003809 - Crystal De Oliveira Phelippe
106006872 - Daiane Da Silva Queiroz
106006003 - Daiane Da Silva Sena
106000885 - Daiane Dutra Hernandez Cunha
106001614 - Daiane Isabela Jesus Do Nascimento De Lima
106004402 - Daiane Suelem Malaquias
106001150 - Damares Barbosa Da Silva
106003557 - Damiane Larissa Da Vanço
106005714 - Daniel Caetano De Melo
106008734 - Daniel Chagas
106003895 - Daniel Do Rosário Dos Santos
106002452 - Daniel Dos Santos Brito Garcia
106004536 - Daniel Maximiano Dos Santos Junior
106007298 - Daniel Oliveira Monteiro
106000164 - Daniel Ortiz De Azevedo
106006007 - Daniel Recaldez Dos Santos
106006388 - Daniel Rocha Santos
106008846 - Daniel Rosa Liberato Junior
106005456 - Daniel Santos Costa
106006557 - Daniel Souza Santos
106002931 - Daniel Tria Tarkieltaub
106000731 - Daniela Da Silva
106000522 - Daniela Pires De Lima
106001261 - Daniele Caires Da Silva Campos
106000314 - Daniele Dos Santos Daniel
106005028 - Daniele Ortega Feitosa
106005223 - Daniella Karla De Araujo Dias
106003444 - Daniella Valéria Martins Soares
106005779 - Danielle Cristina Mota
106007708 - Danielli Oliveira Da Silva
106004561 - Danielly Ferreira Dos Santos
106003892 - Daniely Rinaldi De Oliveira
106003971 - Danilo César Servilha
106002409 - Danilo De Oliveira Moura
106008655 - Danilo Marcelo Franco De Moraes Souza
106006507 - Danilo Moreno De Carvalho
106003611 - Danilo Ribeiro Mendes
106007269 - Danilo Santos Duques
106000064 - Danilo Souza Silva Cunha
106006894 - Danilo Vicente Barbosa
106000750 - Darleide Dos Anjos Silva
106005683 - Darthayan Oliveira
106003505 - Davi De Jesus Silva
106006297 - Davi Sebastiao Dos Santos
106005430 - David Costa Dos Santos
106004078 - David Coutinho De Santana
106002812 - David Matheus De Aguiar Martins
106007917 - David Moreira Carmo Junior
106002674 - Dayan Zaniquelli Pereira Pelakoski
106004645 - Dayen Costa Luz Lima
106003417 - Dayene Cristine Donatti Vilaça
106006171 - Debora Aline Lima Cruz
106002284 - Debora Aparecida Barroso Porfirio
106002414 - Debora Caroline Feitosa De Araujo Camargo
106001197 - Debora Cristina Eloy Pierangelli
106006906 - Debora Reis De Oliveira
106008564 - Debora Thaiza Do Nascimento
106003456 - Deborah Freitas Do Nascimento
106004567 - Dediney Vinicius Junqueira Raymundo
106004419 - Deise Santos Lima
106003745 - Deivide Carvalho Araujo
106002894 - Dener Silva De Lima
106000748 - Desirée Da Silva Pacheco
106000234 - Deyvid Lucas Conceição Santana
106003161 - Diego Augusto Mancilha De Oliveira
106005290 - Diego Da Silva Au
106003238 - Diego Da Silva Oliveira
106008196 - Diego Dias Azevedo
106007226 - Diego Ferreira Da Silva
106006327 - Diego Juan Oliveira
106005349 - Diego Michel Rodrigues Diogo
106002083 - Diego Vieira De Souza
106003479 - Diogenes Elves Da Silva
106004604 - Diogo Rodrigues De Melo
106003606 - Divaldo Juda Ben Hur Bezerra Da Silva
106002119 - Douglas Alves Teixeira
106004331 - Douglas Da Silva Soares Correia
106006699 - Douglas Eduardo Marcelino
106002304 - Douglas Ernandes Ribeiro Dos Santos
106006928 - Douglas Henrique Moraes Santos De Almeida
106007437 - Douglas Lima
106002995 - Douglas Lourenco Da Paixao
106001088 - Douglas Marques De Souza
106001846 - Douglas Martins Maximiano Mancini
106003655 - Douglas Nascimento Do Carmo
106002882 - Douglas Pietro Liberato Pontes
106002537 - Douglas Varjao De Oliveira
106003771 - Drielly Ferreira
106000450 - Eberty Marques Sousa Rocha
106005771 - Edemayra Silva Mendes
106006930 - Ederson Elias Oliveira Dos Reis
106006321 - Edilson Silva Da Cruz
106001793 - Edivaldo Silva Da Luz Junior
106002976 - Edmar Joanas De Oliveira Neto
106005320 - Ednilson Viana Da Silva
106007843 - Edson Allan De Souza Menezes
106003137 - Edson Ayrton Lacorte Toledo
106005061 - Eduarda Martins Silva
106008927 - Eduarda Pereira
106005897 - Eduardo Alves Da Silva Neto
106003311 - Eduardo Anicio De Magalhães
106007536 - Eduardo David Menezes Dos Santos
106001858 - Eduardo Ferreira De Brito
106008897 - Eduardo Henrique Victor Ormond
106004187 - Eduardo José Da Silva
106003015 - Eduardo José Dos Santos
106002686 - Eduardo Marques De Oliveira
106001510 - Eduardo Tomaz Da Rocha
106002140 - Eduardo Torres Prado
106006675 - Elaine Cristina Carvalho Ramos
106000843 - Elbio Esmael da Rosa Fernandes
106003594 - Elen Lopes De Almeida
106005260 - Eli Anderson Mendonça Dos Santos
106004203 - Elias Pereira Da Silva
106004449 - Elias Quevedo Gonçalves
106008860 - Elielma Dos Santos Nery Xavier
106002153 - Eliéwerton Mateus Silva De Oliveira
106002990 - Elis Aparecida Silva Da Costa Santos
106000882 - Elisa Campanário Furtado
106002933 - Elisandra Joviniana Dos Santos Barros
106003189 - Eliseu Daniel Dos Santos Ferreira
106003993 - Eliseu Gonçalves De Souza Silva
106000098 - Elizabete Fernando Portella
106007724 - Elizabeth Cristina De Oliveira Martins
106001059 - Ellen Cristina Afonso De Araújo
106006839 - Elton Patrick Gonçalves França
106003463 - Elyan Renato Rocha Da Mota
106001960 - Emanuel Souza Silva
106005315 - Emanuelle Caroline Leite
106007446 - Emanuelle Santos Da Silva
106001128 - Emanuelli Renata Andreoti
106000468 - Emerson Luiz
106005971 - Emerson Oliveira Ramos
106003246 - Emily Bernardo Barbosa
106003111 - Emily Eduarda Borges Da Silva
106007657 - Emmily Karine Da Hora De Oliveira
106003460 - Enia Vitória Macedo De Moraes
106000609 - Enzo Chrystopfer Ales Costa
106004104 - Enzo Luís Bocaleti
106004776 - Eric Sales Da Silva
106007891 - Eric Souza De Melo
106000612 - Erica De Sousa Oliveira
106003766 - Érica Martins Da Silva
106000932 - Érica Pires Viana Silva
106005413 - Érica Santos Oliveira
106003624 - Erick Alves De Carvalho
106002624 - Erick Belisário De Almeida
106000873 - Erick Da Silva Sousa
106000811 - Erick Gomes Da Silva
106006381 - Erick Henrique De Mello
106006400 - Erick Medina Gomes Da Silva
106000278 - Erick William De Oliveira
106002760 - Ericksnando Da Silva Santos
106004742 - Erika Andrade Ferreira
106001485 - Erika De Faria Costa
106002181 - Eriseu De Araujo Guimaraes
106000205 - Eriston Santos
106002374 - Eros Mann Teixeira Jacarandá E Silva
106000362 - Esdras Valentim Da Silva
106008035 - Eslley Gustavo Alfano Dias
106005230 - Estefani Almeida Santos
106003706 - Estela Leonardi Zeule
106005283 - Estela Vitória Carvalho De Santana
106000775 - Estella Martinez Jorge Franciscon
106001825 - Euler Dos Santos Sousa
106006775 - Evandro De Jesus Rocha Nogueira
106007214 - Evangivaldo Luiz Almeida
106001806 - Evelise Gomes Dos Santos
106003403 - Evelyn Da Silva Galieta
106003108 - Evelyn Mendes
106007188 - Everton Henrique Dos Santos
106005203 - Everton Michael Ferreira Costa Dos Santos
106003264 - Everton Reis Gomes
106002880 - Everton Victor Alves Dos Santos Pelison
106002486 - Ewerton Henrique Mazeti
106002008 - Ewerton Raposo Ferreira
106003022 - Ezequiel De Souza Santos
106000581 - Fabio Fillipe Santos Ribeiro

106007369 - Fabio Henrique Rosa De Oliveira
106005691 - Fabíola Maria Ribeiro Dos Reis
106000677 - Fabrício Santiago Fabbro
106004723 - Fabrício Santos Da Silva Junior
106004011 - Fabrizio Simões Tersario
106007255 - Felipe Alves Pereira Domiciano
106006918 - Felipe Augusto Teixeira De Figueiredo
106002930 - Felipe Camargo Rodrigues
106006809 - Felipe De Moura Jardim
106002076 - Felipe Do Nascimento Silva
106006387 - Felipe Dos Santos Dourado
106006776 - Felipe Duarte Da Silva
106001661 - Felipe Ferreira Da Silva
106008469 - Felipe Freitas Almeida
106002910 - Felipe Gabriel Teixer
106000248 - Felipe Gilmar Oliveira Leal
106004396 - Felipe Lima Damião
106002610 - Felipe Lima Fonseca
106008184 - Felipe Lopes De Campos Silva
106005181 - Felipe Luiz Da Silveira Delogo Lima
106002182 - Felipe Nonato Santana De Araújo
106004753 - Felipe Paiva Salvetti
106002051 - Felipe Pugliesi Teixeira
106005099 - Felipe Ribeiro Dos Santos
106000627 - Felipe Schimith De Siqueira Cordeiro
106004262 - Felipe Vilela Da Silva
106004905 - Felipe Vinicius Aguilar
106001304 - Felipe Yuri Pichinini Costa
106003764 - Feliphe Jose Dos Santos
106002948 - Fellype De Oliveira
106005601 - Fernanda Almeida Figueiredo
106008411 - Fernanda Da Silva Ferreira
106001932 - Fernanda De Medeiros Teixeira
106004322 - Fernanda Lima Damiao
106004190 - Fernanda Maria Da Silva
106001023 - Fernanda Ramos De Almeida
106004033 - Fernando Aparecido De Andrade Júnior
106007837 - Fernando Ferreira Dos Santos
106008392 - Fernando Freire De Matos
106002376 - Fernando Henrique Manhoso Garcia
106004344 - Fernando Matheus Oliveira
106003436 - Fernando Richieri Dos Santos
106004349 - Filipe Domingos Arcienega
106006470 - Filipe Lopes Pereira
106002187 - Filipe Rodrigues Da Silva
106000434 - Flávia Fernanda Mira Neves
106002611 - Flavia Teles Teixeira
106008633 - Flaviano Luiz Benfica
106006433 - Flávio Geraldo Araujo Júnior
106008943 - Flethyr Matheus
106008369 - Floras Costa Araújo
106005269 - Franciel Lima Dos Santos
106008708 - Franciele De Campos
106005096 - Franciele Maciel Cardoso
106002039 - Francielle Martins Santos
106001052 - Francisco Aleff De Sousa Barbosa
106003035 - Francisco Anatial Oliveira Costa
106005894 - Francisco Bruno Rodrigues Da Silva
106005142 - Francisco Elano Nascimento Vasconcelos
106004319 - Francisco Rony Sousa Silva
106000277 - Francislaine Azevedo Cruz
106007814 - Gabriel Alves De Souza Moraes
106004283 - Gabriel André Maia
106005644 - Gabriel Anjos Da Silva
106008685 - Gabriel Antunes Sudário Zanetti
106005815 - Gabriel Augusto Godoy Ribeiro
106002736 - Gabriel Augusto Lupetti
106000940 - Gabriel Avelar Ferreira
106000586 - Gabriel Barbosa Torres
106002574 - Gabriel Beserra Cavalcanti
106003868 - Gabriel Beserra Marins Ferraz
106005211 - Gabriel Bispo Da Silva
106005256 - Gabriel Cabral De Souza Silva
106005389 - Gabriel Cezar Oliveira Dos Santos
106000527 - Gabriel Da Cunha Vieira
106004005 - Gabriel Da Silva Araújo
106006110 - Gabriel Da Silva Guedes
106003546 - Gabriel Da Silva Guimarães
106003178 - Gabriel De Freitas Ferrari Rodrigues
106005255 - Gabriel De Lima Silva
106005176 - Gabriel De Souza Rodrigues De Lima
106007865 - Gabriel Do Prado Zulli Lima
106007510 - Gabriel Dos Santos Martins
106001526 - Gabriel Fernandes Pedroni
106002777 - Gabriel Garros Lopes
106004271 - Gabriel Henrique De Araujo
106006734 - Gabriel Japiassu Reis
106007345 - Gabriel Junqueira
106000923 - Gabriel Lipari Dias
106003448 - Gabriel Luís Alves Dos Santos Rodrigues
106004077 - Gabriel Matheus Oliveira Freitas
106004359 - Gabriel Moreira Muniz Santos
106008785 - Gabriel Oliveira De Souza
106005076 - Gabriel Oliveira Freire
106004111 - Gabriel Pedro Rodrigues Machado
106008578 - Gabriel Pereira Leme
106007826 - Gabriel Pereira Santos
106005209 - Gabriel Porto Benite
106003020 - Gabriel Romão Álvares
106001159 - Gabriel Rossi
106006540 - Gabriel Silva Da Costa
106001077 - Gabriel Soares Cardoso
106004320 - Gabriel Sousa Dos Santos
106005978 - Gabriel Teixeira Mira Da Luz
106007116 - Gabriel Valério Bueno
106008848 - Gabriel Victorio Brusati Da Silva
106001817 - Gabriel Vieira De Abreu
106000606 - Gabriel Vieira Dos Santos Pinheiro
106001760 - Gabriel Vitor Oliveira
106001954 - Gabriela Braggion Andrello
106005654 - Gabriela Da Silveira
106001720 - Gabriela Dertonio Rezende Rezende
106008171 - Gabriela Dos Santos Guimarães
106002743 - Gabriela Letícia Da Silva Santiago
106002569 - Gabriela Neves Silva Lockmann
106007155 - Gabriela Talita
106006548 - Gabriela Vaz De Toledo
106008937 - Gabriele Leal Conti
106004710 - Gabriele Martins Alves
106003582 - Gabrieli França Da Silva
106004456 - Gabriella Aparecida Cunha Evangelista
106001091 - Gabriella Fernanda De Oliveira Cavalcante
106004335 - Gabriella Gonçalves De Barros
106000570 - Gabriella Pereira Cesario
106004598 - Gabrielle Carolina
106004463 - Gabrielle Costa Borges
106003882 - Gabrielle Cristina Ribeiro Da Silva
106002705 - Gabrielle Lima
106004227 - Gabrielle Marcheto Ferreira
106005355 - Gabrielle Maria De Oliveira Teles
106002723 - Gabrielle Silva
106000366 - Gabrielli Ferreira Da Silva
106004978 - Gabrielly Brianezi
106007065 - Gabrielly Da Silva Lucena
106006581 - Gabriely Cristina De Miranda
106004143 - Gabriely De Souza Dias
106007946 - Gabriely Sales Barboza
106006640 - Gean Atílio De Abreu
106001036 - Geane Pimenta Da Silva
106006461 - Gefferty Kaique Pereira Lima
106008640 - Geisiane Da Silva
106005106 - Generson Silva Dos Reis
106003248 - George Fernandes Costa
106003482 - George Lucca Palermo Gagliardi
106004340 - Geovana Taise Coelho Da Fé
106001204 - Geovani Bezerra Da Silva
106006643 - Geovanna Da Silva Mercurio
106007589 - Geremias Dos Santos Apolinário
106008551 - Geriel Gustavo Sensini Almeida
106000601 - Gerson Gabriel Soares Silva
106000791 - Gerson Roberto De Souza Junior
106007289 - Geyselene Alves Da Silva
106006866 - Ghessica Liane Alves
106003236 - Gilberto Julio Neto
106002444 - Giliane Gomes Gonçalves De Souza
106000574 - Gilmar Alves Fernandes Júnior
106004115 - Gilmar Júnior Da Silva Costa
106007374 - Gilmar Santos Dias
106002911 - Gilson Gomes Klein
106007252 - Giovana Da Silva Meneghelli
106002359 - Giovana De Cássia Soares Meira Oliveira
106003190 - Giovana De Lima Froes
106007486 - Giovana De Paula Pereira
106004599 - Giovana Kinocita Rossi
106006266 - Giovana Milani Doricio
106005851 - Giovana Sanches
106004995 - Giovane Dos Santos Cavalcante
106005150 - Giovane Felipe Brito De Almeida
106005927 - Giovane Lopes De Oliveira
106003318 - Giovane Lucas Rocha De Almeida
106000509 - Giovani Verissimo Moreno Freitas
106006997 - Giovanna Almeida Leme
106000583 - Giovanna Apóstolo Galhardo
106006074 - Giovanna Candido
106004841 - Giovanna Chiavini Lopes
106006417 - Giovanna Gonçalves Peres Morales
106003535 - Giovanna Matias De Paula
106002725 - Giovanna Soler De Oliveira
106003884 - Giovanna Stephanie Rodrigues Ferola
106008064 - Giovanna Vasconcellos Andre
106008750 - Giovanna Zanella Silva
106005005 - Giovanne Dos Santos Andrade
106006096 - Giovanni Cavassini Batista
106004237 - Giselle Jessica Viana Pereira
106002317 - Gislane Costa Silva
106006464 - Gislene Diana Morais Velho
106006475 - Giulia Do Nascimento
106003138 - Giulia Elvira Vitorino Da Silva
106003255 - Givaldo Menezes De Lima
106002695 - Glayciele Roza Souto Hartmann
106004592 - Gleice Carvalho Paixão
106002446 - Gleicieli Cristina
106001538 - Gleiny Enny Rumão De Oliveira
106006910 - Guilherme Amorim De
106003522 - Guilherme Andrei Araujo Clemente
106008252 - Guilherme Augusto Machado Da Silva
106005371 - Guilherme Cardoso
106003863 - Guilherme Cassiano De Brito
106004778 - Guilherme Cezar Ferraz
106005873 - Guilherme Da Cruz Pedro
106002985 - Guilherme Da Silva Braz
106007094 - Guilherme De Carvalho
106005827 - Guilherme De Lima Musachi
106008619 - Guilherme De Mendonça Cerqueira Mattos
106008567 - Guilherme De Oliveira Rodrigues
106001547 - Guilherme Gil Barbosa
106002290 - Guilherme Henrique Correia
106003347 - Guilherme Henrique De Oliveira
106004664 - Guilherme Henrique Martins Oliveira Costa
106003583 - Guilherme Henrique Ribeiro Silva
106004182 - Guilherme Hilário Félix Carneiro
106005004 - Guilherme Pires Genari
106007351 - Guilherme Rastelli Schmidt
106005121 - Guilherme Rocha Dos Santos
106002478 - Guilherme Santos Suarez
106004030 - Guilherme Silva Santos
106008802 - Guilherme Urbano
106002185 - Guilhermy Henriquy Barbaresco Da Silva
106001003 - Guímel Peshinaien Desertoli
106004686 - Gustavo Araujo Do Carmo
106005291 - Gustavo Brito Da Silva
106008426 - Gustavo Candido Maia Garcia Madi
106002289 - Gustavo Correia Da Silva
106007423 - Gustavo Da Silva
106002159 - Gustavo Da Silva Garcia
106000991 - Gustavo Dias Rocha
106003078 - Gustavo Gitti Silva
106005338 - Gustavo Guimarães Silva
106002692 - Gustavo Henrique Alves Rodrigues
106006914 - Gustavo Henrique Silva Santos
106002321 - Gustavo Henrique Xavier
106006021 - Gustavo Kenji Viana
106003095 - Gustavo Medeiro De Oliveira
106005923 - Gustavo Nicacio Dos Santos
106007866 - Gustavo Pereira Dobler Buck
106000264 - Gustavo Ramos Da Silva
106005861 - Gustavo Rogério Melo Mapa
106008948 - Gustavo Sales Da Costa
106008759 - Gustavo Tosarelli Gonzalez
106000668 - Gustavo Vinci Dias
106004818 - Gustavo Wolynec Bayonet
106007794 - Gustavo Zago Simplicio
106005311 - Hadija Magalhães Pereira Da Silva
106008305 - Hamilton Florenzano De Oliveira Neto
106002877 - Helen Ambrosio Segala
106003818 - Hellen Amanda Rodrigues De Sales
106003720 - Helloysa Cardoso Marinho
106002571 - Heloísa Diniz Garcia
106005018 - Heloiza Oliveira De Carvalho
106000661 - Helton Fernando Comim
106002780 - Henrick Guerra Da Costa
106005932 - Henrico Queçada Pereira
106002983 - Henrique De Avila Da Silveira Bello
106003960 - Henrique De Jesus Fonseca
106004261 - Henrique De Oliveira Alexandre
106003389 - Henrique Godoi Pacheco
106004300 - Henrique Olive Ferreira
106004404 - Henrique Pereira
106005416 - Henrique Pontes Gouveia
106003127 - Henrique Santos Dos Anjos
106001686 - Herbert Rodrigues Pereira
106001915 - Herculis Souza De Jesus
106003320 - Herline De Jesus Santana Nunes
106003930 - Hiago Milke Costa
106000413 - Hicaro Domingues Cezar Gaudêncio
106005164 - Hiel Arion Gonçalves
106006798 - Higor De Paula Antunes Da Silva
106000982 - Hiolanda Mayara Silveira Tempesta
106003415 - Hiurguem Martins Sales Araujo
106001914 - Hortensia Avelino Da Silva
106006515 - Hudney Clisman Santos
106000729 - Hugo Felipe Silva De Albuquerque
106002902 - Hugo Mello Da Silva Correia Maia
106002893 - Hugo Teixeira Ribeiro De Oliveira
106004123 - Hugo Vinícius Dias Da Silva
106002875 - Iago Rodrigues De Freitas Girelli
106000938 - Iane Pereira Katz
106001167 - Iasmim Antunes Ferreira
106003843 - Iasmin Amaral Dos Santos
106003221 - Iasmin Dos Santos Brasil
106008676 - Ighor Matheus Novaes Toledo
106008384 - Igor Dos Santos Felix
106004473 - Igor Matheus Machado Santos
106008383 - Igor Nogueira De Sousa
106001638 - Inara Isa Da Silva Rezio
106008160 - Ingrid Lima Santos
106006119 - Ingrid Santos Carneiro Da Silva
106000191 - Ingridy De Oliveira Santana
106005647 - Ingryd Rodrigues Da Silva
106006004 - Iowa Camargo Souza Rocha
106005289 - Iris Suellen De Castro Oliveira
106008216 - Iris Vieira De Lima
106005784 - Irys Heloysa Gonçalves Alberti
106002115 - Isaac Samuel Nazareth Da Silva
106005832 - Isabela Alcantara Do Nascimento
106001366 - Isabela Lima Da Silva
106008079 - Isabela Luiza Reis Dos Santos
106005828 - Isabela Rodrigues Severo
106007412 - Isabela Vitória Marcos Laurentino
106001729 - Isabele Amanda Da Silva
106001576 - Isabella Azevedo Silva
106001147 - Isabella De Fatima Pereira Silva
106008296 - Isabella Ferreira Da Silva
106007391 - Isabella Maria Araujo
106005248 - Isabella Medeiros Vicente
106008399 - Isabelle Braga Oliveira
106000505 - Isabelle Ribeiro Da Silva Reis
106003651 - Isabelly Barros
106005500 - Isadora Da Silva Lacerda
106008626 - Isadora Pimenta Mariano
106006923 - Isaías Victor Santos De Melo
106007800 - Isamara Cristina Dos Santos Oliveira
106005194 - Isla Nascimento Da Silva
106000425 - Ismael Brito Dos Santos Araujo
106004029 - Ismar Miranda De Paula
106008455 - Israel Elias Cordeiro
106002385 - Itaciara Paola Scavroni De Lima
106001450 - Italo Cardoso De Lima
106000970 - Italo Das Neves Marinho
106005870 - Italo Mikihiro Shimabukuro
106007507 - Iury Oliveira Medeiros
106004159 - Ivaldo Lima
106003093 - Ivan Trindade Silva
106001545 - Ivanildo Silva Sousa
106005790 - Ivanilson Geroncio De Souza
106005748 - Izabela Cristina Da Silva Mota
106001696 - Izabela Nery Ferreira
106004040 - Izabella Francine Reis De Almeida
106007636 - Izabelle Hansen Adorno
106008489 - Izabelly Dos Santos Silva
106002099 - Jackeline Marcela Rodrigues Anastacio
106004286 - Jackson Aquino De Oliveira
106008007 - Jackson Diogo Da Silvca
106003497 - Jader Fernandes Da Silva
106002325 - Jadson Silvestre Dos Santos
106003518 - Jaiane Tavares Ferreira
106002090 - Jaine Kalione Fernandes De Araujo
106000789 - Jair Barboza Junior
106007762 - James Cortez Dos Santos
106006190 - James Henrique Santana Patricio
106008885 - Janaina Ferreira Bezerra
106005055 - Janderson Junior Marques Da Silva
106005189 - Jaqueline Alves Russo
106000878 - Jaqueline Oliveira Costa
106002663 - Jaqueline Ribeiro Galvez
106008831 - Jaqueline Soares De Camargo
106002174 - Jardesson Douglas Silva Almeida
106000392 - Jayne De Sousa Pereira
106007224 - Jean Carlos E Souza Fonseca
106001648 - Jean De Oliveira Almeida
106004728 - Jean Lucas Bernardo Oliveira
106004549 - Jean Victor Amancio
106002664 - Jeanderson Gonçalves Do Nascimento
106003619 - Jeane Bispo Santos
106008933 - Jeferson Costa Jorge
106001584 - Jefferson Henrique De Farias Moura
106005537 - Jefferson Vinicius Freitas
106000955 - Jeneffer Santos De Castro
106000276 - Jenifer Rodrigues De Oliveira
106006365 - Jeniffer Amaral De Oliveira
106003569 - Jeniffer Cristina Paulino Oliveira
106002994 - Jennifer Scarlett Nascimento
106003810 - Jesse Benedito Dos Santos
106007346 - Jéssica Amanda Da Silva Sousa
106001233 - Jéssica Beatriz De Souza Santos
106000174 - Jessica Carla Almeida Dos Passos
106006669 - Jéssica Cristina Costa Pereira
106007557 - Jessica Cristina Pontiles Moreira
106000448 - Jessica Do Nascimento Silva
106000960 - Jessica Dos Santos Nascimento
106000369 - Jessica Jurcik Ferreira
106000287 - Jéssica Leyne Oliveira Santos
106007111 - Jéssica Matos Dos Santos Carneiro
106001814 - Jéssica Miranda Da Silva
106004272 - Jessica Moreira Da Silva
106003217 - Jéssica Odete De Souza Mathias
106002061 - Jéssica Santos Salomão
106006740 - Jesuina Ferreira Bezerra
106005024 - Jhonatan Alves De Paula
106003286 - Jhonatan Souza De Santana
106003247 - Jhonatan Tenorio De Paula
106004288 - Jhonatas Rafael Sales
106003383 - Jhonny De Souza Teixeira
106004479 - Jhony Da Silva Passos
106004947 - Joabe Sadrack Cardoso Da Silva
106008503 - Joabi Nogueira Izidoro
106001466 - Joamerson Wesley Tavares Silva
106004207 - Joanice Lemes Da Silva
106006254 - João Augusto Fonseca Medeiros
106008590 - João Augusto Luvizotto
106001756 - João Davi Antonio Da Silva Santos
106002643 - João Gabriel Aguilera
106001509 - Joao Gabriel Da Costa Dos Santos
106004318 - João Gabriel Gonçalves
106007158 - João Gabriel Lima Vargas
106002334 - João Garofalo
106003909 - João Guilherme De Deus Sinatra
106008920 - João Guilherme De Luna Cerqueira Delfino Silva
106000378 - João Lucas Borges Isaac
106003880 - João Lucas Da Silva Carvalho
106003697 - João Marcos Casanova Ribeiro
106002502 - João Marcos Dos Santos Andrade
106000623 - João Miguel Cardoso Da Silva
106002641 - João Paulo França Peniche Junior
106004657 - João Pedro Da Silva
106007909 - João Pedro De Souza
106002473 - João Pedro Dos Santos Baldassin
106005602 - João Pedro Fernandes De Castro
106001697 - João Pedro Souza De Carvalho
106002981 - João Pereira De Lacerda Neto
106006227 - João Victor Brito Coelho
106000564 - Joao Victor Da Silva
106007539 - João Victor De Almeida Souza
106005589 - João Víctor Lopes De Carmago Do Nasimento
106001348 - Joao Victor Nascimento Aguiar
106007302 - João Victor Nunes Caldeira
106004861 - João Victor Sudário Silva
106000207 - João Viktor Maia Sant Ana
106005423 - João Vitor
106004744 - João Vitor Cororato Dos Santos
106005129 - Joao Vitor De Oliveira Rocha
106006181 - João Vitor Fernandes Oliveira
106001753 - João Vitor Ferreira Silva
106004726 - João Vitor Silva Conrado
106005586 - João Vitor Silva Dos Santos
106003813 - Jocivaldo Costa Dos Santos Junior
106002225 - Johab Alexandre Ferreira
106005390 - John Duarte Nogueira
106000744 - John Lenon Da Silva
106003616 - Johnson Da Gama Santos
106002156 - Jonan Souza Da Silva
106004611 - Jonas Camargo Nogueira
106005862 - Jonas Farias Garcia
106005877 - Jonas Silva Araujo
106002501 - Jonas Silva Dos Reis
106008020 - Jonatã De Oliveira Nascimento
106004162 - Jônatas Costa Meira
106006943 - Jonatas José Alves
106007883 - Jônatha Mendonça Dos Santos
106006671 - Jonathan Augusto De Souza Arantes
106000834 - Jonathan Campos Do Amaral
106002222 - Jonathan Frederick Richena
106002928 - Jonathan Henrique Dos Santos Carvalho
106001255 - Jonathan Humberto Pires Do Prado
106005972 - Jorge Higor Thomaz De Lima
106004714 - Jorge Maurício De Arruda Santos
106001130 - Jose Adailson Lopes Dantas
106008817 - Jose André Dias De Almeida
106006855 - Jose Augusto Souza
106003499 - José Augusto Vernini Junior
106002123 - José Barbosa Neto
106008286 - José Carlos Lemes Cespede Aien
106001021 - José Carlos Lopes Da Silva Junior
106002716 - José Carlos Quirino Junior
106000371 - Jose De Oliveira Dos Santos Junior
106008637 - Jose Elenildo Cabral Ramos
106001776 - José Francisco Lima Gonçalves
106007638 - José Freire Do Nascimento
106006925 - José Henrique Frazão De Santana
106002943 - José Janailson Cabral
106001295 - Jose Jandeilson Souto Sousa
106005717 - José Loiola Santana Mendonça De Souza
106006942 - Jose Lucas Jacome De Moura
106002693 - José Marcos Andrade E Silva
106004441 - José Mateus Matos
106001678 - José Matheus Rodrigues Martins
106003756 - José Maurício Furtado
106002102 - José Maurílio Rizzi Bento
106008667 - José Milson Oliveira Matos Filho
106008343 - Jose Rafael Barbosa Alves
106007106 - José Renato Silva Santos
106008574 - Jose Ricardo Tonchaca
106007985 - José Roberto De Oliveira Lopes Júnior
106000028 - José Silva Júnio
106000029 - José Silva Júnior
106003588 - José Vitor Fontes São Pedro
106002764 - Jose Wallas Felipe Da Silva
106008711 - José Weslley Amaral Bitencourt Da Silva
106006313 - Josinaldo Firmino Dos Santos
106003996 - Josué Luiz França Pinto
106008690 - Josué Peres Dos Anjos Batista Cassiano
106006263 - Joyce Barbosa De Sousa Luis
106005385 - Joyce Jesus Do Nascimento
106000343 - Joyce Kelly Carneiro
106005000 - Joyce Lima Rodrigues
106000342 - Juan Alonso Alaminos Santos
106006099 - Juan Felipe Curz Dos Santos
106008414 - Juan Leonel Taconi De Assis
106000844 - Juan Maldonado Novais
106005896 - Juan Ramos Dos Santos
106008012 - Juan Soares Dos Reis
106002765 - Jucilmara Cinthia Brito Da Silva Gomes
106006632 - Júlia Fagundes Alves
106003212 - Júlia Fonseca Martins
106004091 - Julia Gabriela De Oliveira Machado
106003693 - Julia Gabrieli Domingos Missima
106000202 - Julia Gomes Da Rocha
106008821 - Julia Maria Gomes Da Silva
106008307 - Julia Mourte Brazolotto De Melo
106004520 - Julia Rego De Melo
106002776 - Julia Silva Dias
106002756 - Julia Silva Dos Santos
106001991 - Juliana Anjos Da Costa
106000238 - Juliana Cruz Barros
106006220 - Juliana Da Silva Santos
106006859 - Juliana Da Silva Vicente Oliveira
106006547 - Juliana De Fátima Godoi De Oliveira
106005126 - Juliana De Souza Borges Dos Santos
106006437 - Juliana Dos Santos Barbosa
106008541 - Juliana Ferreira Barbosa
106001481 - Juliana Oliveira Dos Anjos
106001564 - Juliana Souza De Oliveira
106000736 - Juliane Correia Dos Santos
106005738 - Julio Aparecido Da Cruz Fonseca
106003663 - Julio Cesar Alves Lima
106006472 - Junia Ferreira Santos
106004557 - Junio Henrique Lourenço De Sousa
106000208 - Kádilon Almeida Neves
106006981 - Kailayne Maiara De Moura Ribeiro
106006112 - Kaio Luigi Almeida Peixoto
106000328 - Kaio Luiz André De Freitas
106006629 - Kaio Vinicio Camilo Da Conceição Costa
106003613 - Kaique De Castro Sange Viana
106003289 - Kaique Nunes De Oliveira
106008043 - Kaique Silva Dos Santos
106004616 - Kalebe De Oliveira Rodrigues
106001182 - Kaliel Rodrigues Alves
106002309 - Kamille Ortolani
106007663 - Karen Alessandra Rebouças Pereira
106006915 - Karen Cristina Santana
106005907 - Karen Fabiana
106007142 - Karen Porfírio
106001672 - Karina Vieira Dos Santos Batista
106004107 - Karine Castor Lemos Setuval
106006414 - Karine Daniel Inoue
106008203 - Karine Galdino Teixeira
106003516 - Karine Oliveira Da Silva
106002505 - Karolayne Dias Dos Santos
106002341 - Karoline Marcolino Cardoso
106007850 - Karoline Thaís Lopes Dos Santos
106006420 - Kathelen Andreza Ciriaco Canhete
106008479 - Kathleen Rodrigues Maurício
106002425 - Kauan Santos Hermilio
106005772 - Kauana Margarida Rodrigues Moreira
106005859 - Kayky Hyan Nunes
106003946 - Kaylaine Martins De Souza
106008394 - Kayna De Jesus Oliveira
106007420 - Kayo Eduardo Gonçalves De Melo
106008439 - Kelvin Guelfe Penteado
106004817 - Kemilyn Cristina Ribeiro Mendes
106007115 - Kenety Gabriel Silva De Jesus
106006727 - Kenny Nayara Gonzaga Marcelo
106001061 - Kerolin Rodrigues Ferreira
106004193 - Kerolin Vitoria Sampaio De Souza
106008374 - Kesia Alves Santos
106005539 - Kesley Shauan Sousa Almeida

106005517 - Ketelem Rafaela Do Prado
106002322 - Kethelen Gonzalez De Queiroz
106001172 - Kethelin De Souza Teixeira
106000765 - Kethilyn Cristina Gueiros Avelino
106008945 - Kevin Arthur Kamada
106000198 - Kevyn Bovo Trindade
106004842 - Kimberly De Oliveira Silva
106004310 - Kleber Vieira Roberto
106000451 - Kyara Queiroz Pereira
106003102 - Laís Angelo De Oliveira
106002480 - Laís Cristine Rodrigues De Souza
106006524 - Lais Cuchi Ribeiro
106005821 - Lais Emanuelle Espósito Nascimento
106008003 - Laís Fracaroli Cerone
106006434 - Lais Gonçalves De Oliveira
106007476 - Laisa Piantamar Miranda
106006145 - Laisa Veronica Sampaio
106001035 - Laise Carolina Lameiro Dos Santos
106008418 - Laive Costa Alves
106007595 - Laiza Francine Palma Cerqueira
106002193 - Lara Mariana Tobias Honório Dos Santos
106001990 - Lara Santos Siqueira
106006128 - Larissa Beatriz Da Silva
106007930 - Larissa Beatriz Da Silva Lopes
106008829 - Larissa Coen Simeoni
106005180 - Larissa Cristina Spricigo
106005885 - Larissa Da Silva
106001800 - Larissa Ellen Dos Santos Luz
106000631 - Larissa Fernanda Ramos Da Silva
106008643 - Larissa Ferreira De Souza
106002053 - Larissa Karakawa Alves Silva
106001987 - Larissa Leite De Souza
106008141 - Larissa Marinho Dos Santos
106000824 - Larissa Oliveira Da Silva
106003065 - Larissa Rodrigues Moreira
106002445 - Larissa Silva Rosa
106006953 - Larissa Tenório Silva
106003666 - Larissa Wanderico Rosseto
106004118 - Laryssa Roberta
106003357 - Laura Almeida Da Cunha
106007813 - Laura Leticia Lima Bulgarelli
106005571 - Laura Mayumi Ferreira Yosimura
106005598 - Laurye Victoria Vilas Boas Stoopman Batista
106007180 - Lavinia Cristina Lima De Freitas
106006105 - Layni Alves Polidoro
106008603 - Lays Ariane Santos Moreira Gomes
106005823 - Lazaro Santos Nascimento
106004518 - Leandra Novais Dos Santos
106006554 - Leandro Blum De Souza
106005854 - Leandro Borges Amaro De Souza
106007080 - Leandro Carlos Oliveira Amaro
106000786 - Leandro César Barbosa
106005530 - Leandro Deodaro Da Silva
106008059 - Leandro Gonçalves Lima
106008940 - Leandro Henrique De França Ferreira
106006308 - Leandro Merante Bis
106005065 - Leandro Moreira De Almeida
106004967 - Leiziane Isabel Pinheiro Da Silva Marques Ferreira
106004886 - Lenilson De Souza Cabral
106000772 - Lenilson Oliveira Da Silva
106002355 - Leonardo Cardoso
106000288 - Leonardo Carriel Pedroso Nunes
106005898 - Leonardo Cavalcanti Primo
106003469 - Leonardo Da Silva De Aquino
106006764 - Leonardo De Oliveira Massola
106007462 - Leonardo Encide Sampaio Dos Santos
106006361 - Leonardo Henrique Da Silva
106007337 - Leonardo Kiyoshi Fazan Shiroma
106004859 - Leonardo Maciel De Souza
106007414 - Leonardo Marquesini Gibertoni Attilio
106000805 - Leonardo Monteiro Da Silva Junior
106002871 - Leonardo Moura
106000650 - Leonardo Oliveira Cerqueira
106002403 - Leonardo Pedro Boscarato Silva
106004027 - Leonardo Rafael Cadena Moscoso
106005225 - Leonardo Ribeiro De Candia
106001674 - Leonardo Santos Carvalho Barros
106006194 - Leonardo Silva De Miranda
106007498 - Leonardo Silva Ferreira
106002291 - Leonardo Souza Dourado
106008396 - Leonardo Teixeira De Souza
106003591 - Leonardo Vinicius Ferraz De França
106003502 - Leony Henrique Branco Duarte
106002238 - Lesley Cristina Pense Sobrinho
106001809 - Leticia Apaz De Souza
106003587 - Letícia Batista De Lima
106004687 - Letícia Bernardo Oliveira
106002671 - Leticia Camargo De Souza Silva
106001779 - Letícia Da Silva Lisboa Fernandes
106004046 - Letícia De Lima Costa
106003543 - Letícia De Oliveira Koehler
106004205 - Letícia De Souza Dias
106002259 - Letícia Dias Sodré
106004337 - Letícia Eduarda Dos Santos
106006028 - Leticia Fernandes De Jesus
106004958 - Leticia Fernandes Queiroz
106002822 - Leticia Gabriela Turrina De Melo
106002165 - Letícia Mariana Correia De Souza
106000853 - Letícia Mayra Quintino Fernandes
106001410 - Leticia Nunes De Paiva
106004613 - Lícia Geovana De Azevedo Gonçalves
106000325 - Lídia Negreti
106006651 - Lidiany Ludgero Maia Gomes
106000738 - Lilian Barbosa De Sousa
106002224 - Lilian Nazaré Laureano Da Silva
106000066 - Lilian Rosário Da Silva Montanheri
106001269 - Liliane Bruna Dos Santos Vieira
106008648 - Lincoln Leonardo Costa Gomes
106001288 - Lincoln Liborio Barbosa
106005553 - Lincon Araujo Do Ouro
106005343 - Lisandro Da Silva Santos
106006893 - Lívia De Paula Sartoreli
106004345 - Livia Silva Vieira Braga
106000386 - Lizandra Dourado Dos Anjos
106002329 - Loredana Bonelli De Melo
106005837 - Lorena Francisco Gonçalez
106007101 - Lorena Tayna Da Mata Reis
106005414 - Lorraine Pereira De Sousa
106003377 - Luala Teixeira Cruz Dos Santos
106006666 - Luan Cassio Silverio Lopes
106002535 - Luan Daniel Nardini
106008946 - Luan Flavio Ribeiro Rosa
106002836 - Luan Melo Dos Santos
106005904 - Luana Gama Pastorello
106007976 - Luana Mayer Ribeiro
106004069 - Luana Miranda Da Silva
106002273 - Luana Santos
106008950 - Luandra Karine Lima De Oliveira
106005310 - Lucas Alexandre Da Cruz
106008284 - Lucas Alves Motoso Dos Santos
106004135 - Lucas Alves Ribeiro
106003419 - Lucas Antonio Da Silva
106000749 - Lucas Antony De Figueiredo
106008865 - Lucas Aparecido Gonçalves
106000453 - Lucas Araújo Batista De Oliveira
106000766 - Lucas Augusto Da Silva
106004602 - Lucas Barbosa Dos Santos
106003628 - Lucas Bernardes Da Silva
106001897 - Lucas Da Silva Matos
106007806 - Lucas Da Silva Santos
106004141 - Lucas Daniel Migliossi
106001562 - Lucas De Campos Mariano
106000679 - Lucas De Sousa Oliveira
106003222 - Lucas Diniz Venancio
106002578 - Lucas Dionizio Azevedo Da Fonseca
106000376 - Lucas Eduardo Da Silva Soares
106001534 - Lucas Eduardo Santos Domingos De Melo
106005499 - Lucas Fernando Donário Honorato
106003160 - Lucas Fortunato De Souza
106002543 - Lucas Gabriel
106001652 - Lucas Gabriel Garcia
106000178 - Lucas Gabriel Menezes De Andrade
106004068 - Lucas Gonçalves De Aguiar Fossaluza
106008888 - Lucas Gonçalves De Oliveira Alexandria
106002333 - Lucas Gonzaga Dos Santos
106000907 - Lucas Grobas De Morais
106003995 - Lucas Henrique Da Costa Silva
106004829 - Lucas Henrique De Souza
106001417 - Lucas Lopes Xavier
106003512 - Lucas Matheus Alves Guedes
106004008 - Lucas Modesto Vargas
106007822 - Lucas Nogueira Fernandes
106000655 - Lucas Paulo Bispo Dos Santos
106000067 - Lucas Perez Amorim
106007939 - Lucas Pires Viana Silva
106008483 - Lucas Sisdeli Da Silva
106004612 - Lucas Souza De Oliveira Rios
106002348 - Lucas Tavares De Souza
106004850 - Lucas Togneri Paes
106006622 - Lucas Torres Moraes Silva
106002262 - Lucas Vinicius Matias De Faria
106007914 - Lucas Vinícius Sá Da Silva
106001156 - Lucca Zovedi
106007265 - Luccas dos Santos Iespa
106002711 - Luciane Gomes Da Silva Santos
106007860 - Luciano Carvalho Betega
106004854 - Luciano Nascimento Júnior
106003200 - Luidge De Lucca Martins De Sousa
106001765 - Luis Américo
106004810 - Luis Carlos Paulino Barbosa Junior
106006371 - Luis Eduardo Jarduli David
106008558 - Luis Felipe Da Silva Barbosa
106003442 - Luis Felipe Pereira
106003009 - Luís Fernando Corghi Júnior
106002194 - Luis Fernando De Sousa Lemes Junior
106001264 - Luis Guilherme De Souza Ribeiro
106008561 - Luis Gustavo Pola
106003610 - Luis Henrique Da Silva Lima
106000120 - Luis Henrique Grandin Martins
106001144 - Luis Machado Junior
106008573 - Luis Miguel De Jesus Araújo
106001996 - Luis Moreira Dos Santos Machado
106006655 - Luiz Antonio Da Silva
106007621 - Luiz Aparecido Dias Damasceno
106000647 - Luiz Arthur Alves Barros Ribeiro
106005689 - Luiz Eduardo Mundin Pereira
106000242 - Luiz Felipe Alves Da Costa
106004733 - Luiz Felipe Castro Andreazzi
106002625 - Luiz Felipe Ferreira Da Silva
106008390 - Luiz Fernando De Paula Mendes
106008592 - Luiz Gabriel Dos Santos De Lima
106000815 - Luiz Gustavo Borges Dos Santos
106007513 - Luiz Henrique Braz Dos Santos
106003364 - Luiz Henrique Lopes Da Silva
106004260 - Luiz Henrique Missé Da Silva
106008251 - Luiz Henrique Serpa Dos Santos
106006832 - Luiz Matheus Araujo Marcondes
106004511 - Lukas Izidio Silva
106000607 - Lukas Pereira Franco
106006736 - Luriam Junio Araujo Ramos
106003533 - Magdiel Alex Da Silva Adriano
106006861 - Magno Gomes Dos Santos
106004870 - Maiana Moreira Macedo
106002368 - Maiara Vieira Pinto
106003366 - Maicon De Barros Corrêa
106007739 - Mairi Letícia Santos De Meneses
106002737 - Maiza Nascimento Silva Bueno
106005908 - Maluhãne Nunes Rosa Delú
106005108 - Maluhara Nunes Rosa Delu
106001650 - Manoel Rodrigues Neto
106007888 - Manuela Gomes De Paula
106007335 - Marcela Almeida Miranda
106001419 - Marcela Caroline Targino De Oliveira
106006370 - Marcela Cibele De Moraes Arruda
106000690 - Marcella Gomes Fernandes
106002755 - Marcella Stefany Neris De Souza
106005258 - Marcella Vaz De Oliveira
106006286 - Marcelo Da Silva De Oliveira
106003378 - Marcelo Ferreira Da Silva
106002935 - Marcelo Ferreira Maciel
106007054 - Marcelo Henrique Fernandes Gouvea
106006236 - Marcelo Henrique Pedrosa Magalhães
106007853 - Marcelo Marconato Milare Junior
106008087 - Marcelo Max Sérgio Azeredo Júnior
106005154 - Marcelo Moreira Nogueira
106007720 - Marcelo Ribas Moraes Da Silva
106003379 - Marcelo Ribeiro Mateus Vitor
106002881 - Marcelo Rodrigues De Camargo Junior
106000667 - Márcia Aparecida Herculano Simão
106001969 - Márcia Regina Felix Dos Santos
106002862 - Marcilio Ferreira Fernandes
106002804 - Marcio Luan Felix De Andrade
106006526 - Marco Antonio De Oliveira Barbosa
106001711 - Marco Antonio Dos Reis
106000218 - Marco Antonio Feitosa Da Silva
106004468 - Marco Aurélio
106003816 - Marco Aurélio Morlotti
106006234 - Marcos Antonio Araujo De Oliveira Silva
106005902 - Marcos Donizete Rodrigues Daderio
106003567 - Marcos Felipe Lima De Oliveira
106000157 - Marcos Junior Da Silva
106004388 - Marcos Odecio Da Silva Coelho
106003235 - Marcos Paulo De Oliveira Albuquerque
106000360 - Marcos Theyllor Silva Rocha
106008876 - Marcos Vinicius De Oliveira Dos Santos
106002891 - Marcos Vinicius Fernandes Dos Anjos
106002582 - Marcos Vinicius Moraes Possarli Dos Santos
106002556 - Marcos Vinícius Raymundo Do Nascimento
106004178 - Marcos Vinicius Silva Gonçalves
106008213 - Marcus Vinicius De Souza
106004366 - Marcus Vinicius Dos Santos Ribeiro
106004274 - Marcus Vinicius Lirio Da Cruz
106007591 - Marcus Vinicius Medeiro Pacheco
106003957 - Maria Carolina Diniz Montagnoli
106007838 - Maria Cecília Mariano
106005173 - Maria Cecília Vieira
106003092 - Maria Cinthia Carreno Molina
106002869 - Maria Clara Dos Santos
106005372 - Maria Eduarda Barbosa De Almeida Alves
106006219 - Maria Eduarda Fernandes Dos Santos
106001578 - Maria Eduarda Fernandes Pereira
106002581 - Maria Eduarda Gomes Silva
106001917 - Maria Eduarda Leandro Da Silva
106005939 - Maria Eduarda Moreira Amorim
106002694 - Maria Eduarda Oliveira Dos Anjos
106000793 - Maria Eduarda Prudencio
106003402 - Maria Eduarda Rodrigues Da Penha
106003589 - Maria Fernanda Silva Derminio
106007812 - Maria Fernanda Stevanato
106001265 - Maria Gabriela De Sousa Batista
106008914 - Maria Gabriela Sales Andrade
106000497 - Maria Heloiza Ramachotte
106000837 - Maria Ingrid Alves Da Silva
106002402 - Maria Isadora Nascimento Silva
106001518 - Maria Lucia Da Silva
106008298 - Maria Luiza De Freitas Oliveira
106008475 - Maria Orleide Silva Santos
106002352 - Maria Paula Caldas Oliveira
106000521 - Maria Paula Silva Amorim Pinto
106003562 - Maria Paula Silva Carvalho
106008106 - Maria Vitória De Sousa Possimoser
106004285 - Maria Vitoria Souza Correia
106002591 - Mariah França
106005755 - Mariana Andrade
106000332 - Mariana Barbieri Chasseraux
106001347 - Mariana Benevides Maraia
106000910 - Mariana De Pietro Ruggiero
106004246 - Mariana Gomes Oliveira
106004403 - Mariana Moraes Pereira
106008487 - Mariana Tainá Gonçalves De Freitas
106005504 - Mariane Alves Gomes
106000393 - Mariane Dheovana Ferreira Da Silva
106006139 - Mariane Lara Moreno Lopes
106004015 - Mariany Cerqueira
106005226 - Marielle Santos Da Silva
106007272 - Marília Silva Terra
106008835 - Marina Chagas Da Silva
106000825 - Marina Nathália Dos Santos
106000705 - Mário Guilherme Pedrão
106004460 - Mario Luis Umbelino Da Silva Junior
106008552 - Mário Sergio Vieira De Mello
106005508 - Marisol Renata Neri Sales
106006572 - Maritta Cristina De Lima
106008796 - Marjorrye Louise Bernardes Da Silva
106007204 - Marlon Cabral Da Silva
106008366 - Mary Isadora Ribeiro
106007144 - Maryana Dos Santos Fogolin
106004132 - Maryellen Jennyfer Fernandes Mendes Da Silva
106004926 - Mateus Alvares Torres
106000080 - Mateus Amorim Santiago
106003653 - Mateus Costa Dos Reis
106001662 - Mateus Daniel Dantas De Paula
106007250 - Mateus Dias De Oliveira
106001413 - Mateus Dias Marcondes Da Silva
106007692 - Mateus Do Nascimento Santos
106008122 - Mateus Felipe Pereira Da Silva
106006347 - Mateus Mendes Da Silva
106006172 - Matheus Almeida De Souza
106004088 - Matheus Cardoso De Souza
106004987 - Matheus Castillo De Souza
106008448 - Matheus Coradini Teixeira
106005406 - Matheus Correia Viana
106005997 - Matheus Da Silva Gonçalves
106007665 - Matheus De Moura Camargo
106005312 - Matheus De Oliveira Santos Da Silva
106003107 - Matheus De Santana Neves
106000548 - Matheus De Sousa Siqueira
106003559 - Matheus Duarte Dos Santos
106004275 - Matheus Felipe Barbosa
106004450 - Matheus Fernandes
106005246 - Matheus Ferreira De Souza
106007257 - Matheus Ferreira Neves
106004914 - Matheus Finotti
106008285 - Matheus Forasteiro Silva
106004416 - Matheus Freitas Arantes De Oliveira
106008065 - Matheus Galindo Jácome De Carvalho
106001263 - Matheus Henrique Batista Machado
106003806 - Matheus Henrique Bernardino Mendes
106002430 - Matheus Henrique Zaboti
106007769 - Matheus Leal Miyagui
106005011 - Matheus Levi Leite Da Silva
106006032 - Matheus Lima Dos Santos
106000261 - Matheus Lucas Silva Vieira
106006530 - Matheus Meireles Martins Dos Santos
106000757 - Matheus Mikael Carlos
106006384 - Matheus Oliveira Dos Santos
106006935 - Matheus Orzanqui
106004492 - Matheus Policeno Barbosa Dos Santos
106006287 - Matheus Prata Calarga
106005993 - Matheus Ramon Knupp
106006452 - Matheus Souza Petri
106000529 - Matheus Viana Santos
106004693 - Matheus Zavala De Araujo
106006067 - Mauricio Maranhão Barbosa
106001361 - Mauricio Medeiros De Lima Junior
106003919 - Mauricio Nicolas De Oliveira
106007062 - Mauter Borges De Santana Filho
106000324 - Max Kelvin Pena Felisberto Santos
106003140 - Maxsuel Carvalho Alves
106006474 - Mayara Duarte Domingos
106006399 - Mayara Santos Pereira
106005847 - Mayara Vieira Martelli
106008531 - Maycke Henrique Dos Santos
106005706 - Maycon Da Silva Higa
106006498 - Maycon Ferreira Da Silva
106001484 - Maycon Roberto Do Couto
106008934 - Maycon Tavares Ribeiro Da Silva
106005387 - Mayke Rodrigues Parreira
106008339 - Mayllon De Paulo Costa
106003118 - Mayra Helena Anacleto
106008054 - Melissa Rodrigues
106007706 - Menderson Morceli Rodrigues
106006216 - Menderson Odair De Oliveira
106000089 - Merelyn De Oliveira Luz
106006176 - Mesaque Rodrigues Da Silva
106007001 - Messias Wellington Dos Santos Silva
106008586 - Micael Vitor Da Silva Timoteo
106001405 - Micaeli Tauani Chaves Souza
106005478 - Micaelli Andriotti De Miguel
106008471 - Michael Gonçalves De Oliveira
106004740 - Michael Jonathan Da Silva Flor
106004824 - Michel Araújo Pereira
106005641 - Michel Calado Da Silva
106002223 - Michel Silva Bonifácio
106000792 - Michele Lorrany Nascimento Neri
106007545 - Michellyne Mayadines De Oliveira Alcantara
106006495 - Midiam Teles De Jesus
106002059 - Miguel Alexandro Silva De Jesus Prudêncio
106000148 - Miguel Eugênio Campos Barbosa Santos
106001685 - Miguel Goulart De Oliveira
106000692 - Miguell Oliveira Silva
106008760 - Milena Peixoto Eleutério
106002809 - Milena Rama Simões
106002105 - Milena Santiago Martins
106000640 - Milena Santos Mendes
106004999 - Miqueias Correia Dos Santos
106008641 - Miqueias Pavim Da Silva
106006854 - Miquimas Dutra Dos Santos
106007547 - Mirela Karoline Monteiro Cunha
106001958 - Miriam Aparecida Oliveira Da Silva
106007034 - Mirian Da Silva Reis
106007492 - Mizael Sousa Juriti
106002637 - Moisés Arruda Da Silva
106008157 - Moisés Morais De Oliveira
106007212 - Moisés Rodrigues Da Silva
106001736 - Mônica Holanda Santos
106003195 - Monique Soares Silva
106001201 - Moysez Isaackson De Oliveira Da Silva Pereira
106003483 - Muriel Matias Marques Dos Santos
106008451 - Murillo Nunes Vilas Boas Pedroso
106005351 - Murilo Alexandre Gomes De Campos Bombonatti
106002533 - Murilo Anselmo Acacio Dos Santos
106002524 - Murilo De Oliveira Gonçalves
106001540 - Murilo Eduardo
106001140 - Murilo Monsores Da Silva
106001266 - Murilo Peixoto Barbosa
106005652 - Mycael Rodrigues Da Silva
106000827 - Mykael Helly Gomes Da Silva
106003855 - Myrlany De Freitas Soares
106000439 - Nádia Barake
106006132 - Nádia Maria De Souza
106002697 - Naiara Jurema Do Nascimento
106001907 - Naielly Alves Da Silva Moura
106002269 - Nallanda Karoline De Oliveira
106006630 - Naomi Valentina Santos Perinotto
106006968 - Natali Wanderley Zaneli
106003865 - Natalia Araujo Nunes
106008894 - Natalia Barbosa Ramos
106004455 - Natalia Florencio Dos Santos
106001429 - Natalia Marcolino Cardoso
106002699 - Natalice Gomes Lima
106002907 - Nataly Dos Santos Aguiar
106001382 - Natanael Barbosa Da Costa
106001565 - Natasha Cristina Da Silva Vieira
106002496 - Natasha Souza Da Silva
106002886 - Nathália Amaro Bueno
106003581 - Nathalia Da Silva Arruda
106006973 - Nathália Dos Santos Nascimento
106002785 - Nathalia Gomes Da Silva
106008283 - Nathalie Fernanda Aranda
106001219 - Nathalli Braga Salustiano
106005933 - Nathan Nascimento Dias
106006838 - Nathan Nobre Americo
106001699 - Nathan Oliveira Da Silva
106007982 - Nathan Viana Aquino
106003322 - Natielle Oliveira Das Virgens
106005928 - Nauane Heloisa Freitas De Souza
106002599 - Nawane Karoline De Souza Ribeiro Dos Santos
106008207 - Nayane De Souza Gomes
106006506 - Nayara Da Silva Campina
106008819 - Nayara Jullie Dos Santos Novais
106006273 - Nayara Lopes Rabelo
106007448 - Nayara Luiz Toffolo Beltrame
106002615 - Nayra Aparecida Nascimento
106008670 - Nicholas Afonso Oliveira Assunção
106007047 - Nicolas Jean Siqueira
106007055 - Nicole De Godoi Bueno
106008951 - Nicole Fernanda Alves Nascimento
106000181 - Nicole Oliveira Portugal De Souza
106008604 - Nicolly Ingrid Criscolo Maia Melo Barbosa
106008787 - Nicoly Ribeiro Santos
106005833 - Nikolas Marques Abreu Dos Santos
106006998 - Nina Grazielle Moreira Pegado
106000231 - Nuryanne Fernanda Nascimento Araujo
106007425 - Nycoli De Andrade Souza
106003822 - Nycollas Rufino Peralta
106006481 - Nykesia Sara Seixas Da Silva
106002945 - Oscar Ramalho De Campos Neto
106007897 - Oseas Alves Appolinario
106006224 - Osvaldo Gomes Da Silva Neto
106002546 - Otavio Gumieri Scatolin
106006493 - Otavio Henrique
106000133 - Otavio Vasconcelos
106002649 - Pabio Paz Da Costa
106004707 - Pablo Franchesco Da Silva
106002939 - Pablo Henrique Pereira
106005346 - Pablo Jefferson Santana Nascimento
106004724 - Pablo José De Souza
106003571 - Pablo Oliveira
106006072 - Pablo Ryan
106006351 - Pablo Vinicius De Oliveira Da Silva
106005726 - Paloma Janaina Ramos
106002025 - Paloma Nicknig De Souza
106001831 - Pamela Bruna Oliveira De Souza
106003151 - Pamela Do Carmo Fernandes
106003114 - Pâmela Dos Santos Lopes Queiroz
106006544 - Pamela Elizabeth Terry De Oliveira
106003986 - Pamela Larissa Queiroz Lima
106002422 - Pamela Lorrana Gama Nuens
106005684 - Pamela Priscilla Ferreira Pires
106007711 - Pamela Tamires Amorim Da Silva
106001127 - Pamella Kamila Fontana Ferola
106008530 - Paola Thamiris Mendonça Pedro
106003033 - Patricia Da Silva
106008382 - Patrícia Garcia Dunkl
106008132 - Patricia Gomes
106001949 - Patrícia Souza Torres
106007133 - Patrick Maximiano Do Nascimento
106005672 - Paula Renata Llamazalez Dias
106002045 - Paula Serafina De Souza Ferreira Miguel
106002016 - Paulo Arnaldo Barth Junior
106007828 - Paulo Celso Da Silva Azevedo
106005718 - Paulo Cesar Sampaio Silva
106006296 - Paulo De Toledo Valentim Dos Reis
106005068 - Paulo Eduardo Miranda Dos Santos
106001651 - Paulo Henrique Dias Cardoso
106005670 - Paulo Henrique Lino Lemos
106000832 - Paulo Henrique Pereira Dos Santos
106008911 - Paulo Henrique Roriz Meireles
106008801 - Paulo Henrique Silva De Almeida
106006595 - Paulo Henrique Ventura De Barros
106007263 - Paulo Ramirez Garrido
106006774 - Paulo Renisson Miranda Dos Santos
106008490 - Paulo Ricardo Nunes Evangelista
106004326 - Paulo Ricardo Santos Silva
106002921 - Paulo Sergio Guimaraes
106002741 - Paulo Sérgio Marques Da Silva
106001312 - Paulo Victor Lopes Da Silva
106003391 - Paulo Vinicius Gomes Oliveira
106007139 - Paulo Vinicius Mendes Brito
106002884 - Paulo Yves Do Santos Pavanelli
106006404 - Pedro Afonso Mendes Rios
106001143 - Pedro Alexandre Bezerra De Barros
106008477 - Pedro Arthur Bowen Gomes
106002522 - Pedro Augusto
106005041 - Pedro Augusto Araujo De Lima
106001389 - Pedro Augusto Pereira Dos Anjos
106002149 - Pedro Do Carmo Barbosa
106001635 - Pedro Evangelista Neves
106003596 - Pedro Henrique Andrade Alves Lacerda
106004466 - Pedro Henrique Campos Menegati
106005798 - Pedro Henrique De Almeida Lopes
106001673 - Pedro Henrique De Jesus De Lima
106004806 - Pedro Henrique De Jesus Novais
106007108 - Pedro Henrique Ferreira Da Silva
106002922 - Pedro Henrique Oliveira Santos
106000983 - Pedro Henrique Rocha Nunes
106002772 - Pedro Henrique Santos Nascimento
106006016 - Pedro Henrique Siqueira Lopes
106002781 - Pedro Vinícius De Oliveira Penas
106007447 - Pedro Vinicius Palhares
106004587 - Phillipe Ferreira Sales
106008025 - Pierre Vinicius Fernandes Coutinho
106005950 - Pietra Barbosa Santana
106000942 - Priscila Aparecida De Oliveira Giraldi
106008824 - Priscila Da Silva Borges

106008022 - Priscila De Oliveira Cardoso
106002191 - Priscila Neves Lopes Silva
106005284 - Pyerre De Paula Ruis
106006108 - Quézia Kelly Da Silva Almeida
106001371 - Queziapereira De Souza
106000699 - Raena De Carvalho Silva
106005988 - Rafael Araujo Do Ouro
106007442 - Rafael Belarmino Dos Santos
106001133 - Rafael Caldeira De Oliveira
106005462 - Rafael Darlei Fernandes Pereira
106001034 - Rafael De Jesus Rocha Soares
106006598 - Rafael Dos Santos Silva
106008267 - Rafael Fernandes De Oliveira Rodrigues
106003982 - Rafael Grigorio
106006625 - Rafael Kleber De Melo Serafin
106006931 - Rafael Martins De Souza
106008250 - Rafael Orlandi Sardins
106000081 - Rafael Rodrigues Da Silva
106002161 - Rafael Silvestre Cabral
106003072 - Rafael Victor Euflauzino Ferreira
106003304 - Rafaela De David
106001532 - Rafaela Girodo Cararreto
106007143 - Rafaely Alves De Araujo
106000925 - Rai Firmino Santos
106006069 - Rai Oliveira Da Silva
106004072 - Raineli Francini De Almeida Fogaça
106003359 - Raissa Alves Nascimento De Souza
106003333 - Raissa Luana De Almeida Dos Santos
106002572 - Ralilian Nascimento De Alcantara
106007626 - Ramires Cabral Borges
106005655 - Ramon Costa Rodrigues
106008724 - Ramon Luiz Oliveira Grazina
106000700 - Rantisnes Gemisson Barros Dos Santos
106004675 - Raphael Cerqueira Carneiro Dos Santos
106008953 - Raphael Cordeiro Dos Santos
106004220 - Raphael Guilherme Dias
106002070 - Raphael Pereira Conde
106004360 - Raphaela De Almeida Ramos
106002545 - Raphaela Fernandes Simão De Andrade
106007824 - Raphaella Alves Moreira De Melo
106004378 - Raquel Araujo Martins
106002484 - Raquel De Asis Silva
106003679 - Raquel Serillo Cavalcante
106001862 - Raul Augusto Batista Gonçalves
106006501 - Raul Correia Dos Santos
106003257 - Raul Martins Paniaga
106000662 - Rayane De Jesus Barbosa
106008944 - Rayane Karoline Rodrigues De Souza
106001479 - Rayane Nayara Silva
106003227 - Rayra Natalia Calixto
106007086 - Rebeca Dos Santos
106006607 - Rebecca De Oliveira
106006658 - Redelen Guilherme Vais Da Silva Pereira
106007484 - Rêmulo Sousa
106007491 - Renan Aparecido Leandro
106007235 - Renan Costa Rodrigues
106003835 - Renan Das Chagas Machado
106000053 - Renan De Souza Nicolocci
106004649 - Renan Dias Da Silva
106003658 - Renan Jesus De Faria
106002971 - Renata Aparecida Ribeiro
106001639 - Renata Cristina Alves
106001585 - Renato De Menezes Jesus
106008332 - Renato Lucas
106008599 - Renynson Pinheiro Peixoto
106008245 - Rhenan Vinicio Rodrigues Martins
106008632 - Rhuan Santos Orácio
106007965 - Rhulio Enrico Silva Assis
106007386 - Rian Munhoz Martins
106003067 - Ricardo Braga Custodio
106003503 - Ricardo Da Conceição
106002969 - Ricardo Raí Alves Port
106001529 - Ricardo Renier Evaristo Munhoz
106006211 - Ricardo Sueo Yanaguihara Junior
106003010 - Ricardo Wlisses Goncalves
106004251 - Richard Alexandre Machado
106007489 - Rickalmy Alves Florenço
106007327 - Rikelme Da Silva Braz
106003077 - Rita De Cassia Ciuffa Passos
106002468 - Rita Érica Dos Santos Pereira
106006992 - Rithely Carvalho Araújo
106008047 - Roberta Leane Pedrasoli De Oliveira
106000341 - Roberta Santana De Souza
106005759 - Roberta Viana Da Silva Fernandes
106007614 - Roberth Wicleff Rodrigues De Figueredo
106002803 - Roberto Alves De Oliveira Filho
106005941 - Robson Augusto Batissoco
106001464 - Robson Felipe Melo
106003940 - Robson Ferrari De Souza
106006565 - Robson Ribeiro Silva
106000504 - Rodolfo Batista Pereira Titus
106002407 - Rodolfo De Almeida Santos
106000247 - Rodrigo Andrade Da Fonseca
106000727 - Rodrigo Cassiano Batista
106008149 - Rodrigo Da Silva Melo
106003239 - Rodrigo De Araujo Barbosa
106005887 - Rodrigo Fernandes De Souza
106002958 - Rodrigo Frederico Silva
106008836 - Rodrigo Layon Leite Lima
106004116 - Rodrigo Lima Teixeira
106000842 - Rodrigo Machado Dos Santos
106002810 - Rodrigo Melo De Jesus
106008697 - Rodrigo Moraes Liborio Rios
106000916 - Rodrigo Pinto Da Silva
106002243 - Rodrigo Silva Santos
106006262 - Roger Alves De Oliveira
106004171 - Roger Silva Dos Santos
106000561 - Rogerio Dos Santos Amante
106003438 - Rogerio Lucio Da Silva
106007566 - Rogério Tenório De Melo
106003256 - Romario Soares De Castro
106003048 - Romullo Pereira Maciel
106002807 - Ronald Rodrigues Silva
106003575 - Ronaldo Henrique Mendes Penteado
106001060 - Ronaldo Raí Del Chiaro
106001084 - Ronaldo Rosina Junior
106002380 - Ronny Caitano De Souza Pereira Claro
106004668 - Rosemeire Francisca Menezes Nascimento
106001474 - Rosemeire Martines Garcia Santos
106005026 - Rosenilde Alves Da Silva E Silva
106005612 - Rosenildo Brandão Lopes
106004581 - Royther Roosevelt Slepicka
106005418 - Ruan Henrique Pessoa Araújo
106006704 - Ruan Pyerre Prudente De Oliveira
106001679 - Ruan Torres Da Silva
106006158 - Rubens Basse Da Silva
106005191 - Rubens Felipe Da Silva Belo
106003435 - Rutiely Baliero Caparroz Camargo
106004528 - Ryan Lucas
106008726 - Ryan Ognibene Polerá
106008566 - Ryan Pierre Fernandes E Silva
106005541 - Sabrina Amorim De Araujo
106001328 - Sabrina Grazieli Dos Santos Pereira
106004756 - Sabrina Janessa Lourenço De Alcântara
106006978 - Sabrina Leal De Menezes
106001038 - Sabrina Silva De Souza Assis
106004423 - Sabrina Vanderlei Da Silva
106003098 - Samantha Fabri Ferreira
106007286 - Samantha Ferreira Tamura
106000367 - Samantha Filgueiras De Oliveira
106005617 - Samara Fernandes Santana
106007688 - Samara Jordana Do Nascimento Ribeiro
106002163 - Samir Santos Borges
106007303 - Samira Gabrielle Silva Santos
106005924 - Samuel Conceição Da Silva
106003790 - Samuel Martins Ramos
106004266 - Samuel Oliveira Santos
106008210 - Samuel Simari De Araujo
106001975 - Samuel Timóteo De Jesus
106006126 - Samyra Lopes Cunha Viana
106005786 - Sandrielly Cerqueira Santana
106006044 - Sandrine Aparecida Rodrigues Da Silva
106000605 - Sandro Omena Santos Filho
106005208 - Sandro Vinicius Pereira De Souza
106004989 - Saori Setsuko Kishi De Souza
106008862 - Sara Kerolyne Marques Giglio
106001768 - Sara Patrícia
106006503 - Sara Teixeira De Freitas
106002470 - Sarah Oliveira Nogueira
106004165 - Sarah Salviano De Deus
106002984 - Sarah Victória Mariano Da Silva
106007559 - Saulo Paz Da Silva
106000653 - Saulo Ribeiro De Carvalho
106007135 - Savio Willian Da Silva Quesada
106000854 - Scarlate Pereira Silva
106000602 - Sebastiao Monteiro Pereira
106003476 - Sendy Elienay Servilha Martins
106001898 - Sergio Henrique Martins De Oliveira
106005401 - Sergio Narciso De Rezende Junior
106000200 - Sheila Reis Da Silva
106007631 - Sidnei Gouveia Junior
106003360 - Sidnei Wilson
106008494 - Sidney Danilo Barbosa Carmona
106007260 - Silas Henrique Ferreira Da Silva
106003527 - Silas Rodrigues Pereira
106007925 - Silvana Cristina Sales Da Silva
106004316 - Silvio Ramos Da Silva
106002029 - Sindew Bruna De Brum Baldissera
106006440 - Sofia Dornelas De Souza
106001774 - Solange Jesus De Souza
106000335 - Solon Ribeiro Santos
106001491 - Sophia De Freitas Daré
106008345 - Sophia Mírian Garcia Statuti Claro
106004849 - Stefanny Lopes Da Silva
106007474 - Stéfany Da Silva Abreu
106000186 - Stefany Pontes Barbosa
106008176 - Stephanie Rose Moura Sá
106000077 - Stephany Ferreira Torres De Menezes
106005699 - Sthefanny Juliany Da Silva Barbosa
106001883 - Stony Ruan Candida De Jesus
106003471 - Suelen Teixeira Ribeiro
106007067 - Sunamita Correia Villa Nova
106006705 - Susimeire Teixeira Assis Pereira
106002474 - Suzana Barbosa Da Silva
106002964 - Tábita Silvério
106005884 - Taila Nara De Araujo Da Silva
106007430 - Taina Maria Martins Abreu
106003341 - Tainan De Almeida Santos
106002166 - Tainara De Fatima Rodrigues
106006934 - Taise Cristina Francellino Da Silva
106007596 - Tálissi Batista De Freitas
106008757 - Tamires Hashimoto Tonini
106003845 - Tamy Alexandra Nunes De Souza
106005979 - Tamyres Matins Zicardi
106007237 - Tânia De Oliveira Sant Ana Silva
106005724 - Tatiana Jacobina De Melo
106005893 - Taylon Alves Ferreira
106002412 - Thaila Nikolle Pereira Sampaio
106002328 - Thailaine Mayara Dos Santos Miguel
106002793 - Thaina Moreira De Freitas
106004908 - Thainá Riciele Silva
106008441 - Thaina Santos De Oliveira
106003156 - Thainara Nicole De Souza Emídio
106002106 - Thaís Aparecida Monteiro
106002992 - Thais Caires Lima
106000429 - Thais Celestino Santos Da Silva
106000708 - Thais Cristina Prado
106001443 - Thais Dos Santos Martinez
106005789 - Thais Helena Da Conceição De Souza
106002307 - Thaís Lustoza Bertipaglia
106005773 - Thais Pascoal
106004517 - Thais Santana De Souza
106004347 - Thaisa Lopes Maia
106006046 - Thaissa Pereira Barbosa
106000810 - Thaíssa Portel Barbosa
106002286 - Thales Bruno Moreira
106004386 - Thales Henrique Travagin
106003312 - Thales Moura Madureira
106007291 - Thalia Celestino Velloso
106002550 - Thalita Fernanda Gonçalves
106008649 - Thalita Menezes Vitor De Lima
106006947 - Thalles Gabriel
106002918 - Thalysson Lima Araújo
106006148 - Thamares Da Silva Ferraz
106006246 - Thamires Aparecida Santos Do Nascimento
106007543 - Thamires Soares Sobrinho
106004570 - Thamiris Santos Soares
106007599 - Thauani Caroline Da Silva
106003812 - Thauany De Paula Silva Gomes
106000584 - Thayane Da Silva Matos
106008918 - Thayná Hellen Viana Xavier
106001588 - Thayná Karoline Barros Silva
106001286 - Thayna Rocha Dos Santos
106004578 - Thayna Sanches Queiroz
106001157 - Thayna Santos Da Silva
106004042 - Thayná Sena De Paula Domingues
106000375 - Thiago Correa De França
106000273 - Thiago Da Silva
106000128 - Thiago Da Silva Alves
106008423 - Thiago Da Silva Magalhaães
106005177 - Thiago Dos Santos Oliveira Curia
106007962 - Thiago Dos Santos Peral
106004267 - Thiago Emanuel Costa De Rezende
106000162 - Thiago Lima Marques De Oliveira
106006674 - Thiago Marques Lima
106006450 - Thiago Marques Rodrigues
106008089 - Thiago Ribeiro Dos Santos
106002433 - Thiago Santana Da Silva
106003317 - Thiago Silva Olinda
106003604 - Thinfane Virginio Soares
106008749 - Thomas Victor Matos Carvalho
106001837 - Thor Gomes De Oliveira
106005581 - Thyago De Albuquerque Muniz De Souza
106001989 - Tiago De Lara Souza
106006873 - Tiago Freiire Meira
106001453 - Tiago Hideaki Koga Watanabe
106000809 - Tiago Matos Da Silva
106002612 - Tiago Soares De Sousa
106007725 - Tiago Vinicius Serra Fonseca
106000630 - Tina Tunner Daniela De Oliveira
106007944 - Usiel Guilhardes De Freitas
106003841 - Vagner Damasceno Nascimento
106005031 - Vagner Freitas
106008052 - Valentim Ferreira Vieira Do Prado
106000952 - Valeria Tereza Gomes
106005810 - Valter De Oliveira Andrade Junior
106000572 - Vanderlei Eufrasio Júnior
106000349 - Vanderson Mendes Leal
106000530 - Vanessa Cataldi De Oliveira
106005335 - Vanessa Cristiane Vieira
106004256 - Vanessa De Oliveira Lucena
106000537 - Vanessa Santos Pinheiro
106000836 - Vanilde De Sousa Domingos
106000466 - Venancio Luciano Dos Santos
106002298 - Vicente Peixoto Ferraz
106006887 - Victor Alexandre Da Silva
106004189 - Victor Brito Alves De Souza
106006592 - Victor Colaço Silveira Monteiro
106007734 - Victor Da Costa Xavier
106002190 - Victor Dos Santos Ananias
106002206 - Victor Elorza Siqueira
106002323 - Victor Fagundes De Souza
106006653 - Victor Henrique Patiz Silva
106000329 - Victor Hugo França Dos Santos
106001626 - Victor Hugo Sandoval De Souza
106006077 - Victor Hugo Trajano De Lamare
106001442 - Victor Hugo Zanetti
106006245 - Victor Lessa Polano
106004409 - Victor Manuel Silva De Araújo
106002763 - Victor Passos Eleuterio
106008517 - Victor Porto Limeira
106003908 - Victor Rafael Martins
106001253 - Victor Rocha Paulino
106002370 - Victoria Carvalho De Almeida
106004718 - Victoria De Leo Nunes Fernandes
106003143 - Victória Franco Beraldi
106003175 - Victoria Maria Souza Fernandes
106004092 - Victoria Mathias Santos
106000097 - Victória Samantha De Andrade
106003253 - Vilmar Virgílio De Sousa
106004692 - Vinício Santana
106005094 - Vinicius Acacio Alves De Oliveira
106001527 - Vinicius Almeida Severino
106005305 - Vinicius Alves Dias
106005420 - Vinicius Bordad Agua
106006604 - Vinicius Da Silva Celestino
106008225 - Vinicius Da Silva Pardin De Barros
106004985 - Vinicius Da Silva Serafim
106004392 - Vinicius De Araujo Silva
106007568 - Vinicius Deodoro Da Silva
106003570 - Vinícius Eduardo Dos Santos Martins
106005336 - Vinicius Feitosa Da Rocha
106008272 - Vinicius Fernandes De Souza
106005634 - Vinicius Freire De Jesus
106001746 - Vinicius Grespan Dos Santos
106006024 - Vinicius Henrique Souza Feliciano
106007256 - Vinicius Lisboa Cabral
106001179 - Vinícius Moreira De Souza
106002562 - Vinicius Oliveira Ataide
106001956 - Vinicius Pereira Da Silva
106000236 - Vinícius Pereira Orlando
106007784 - Vinícius Silva Dias
106001243 - Vinicius Tavares Dos Santos
106003307 - Vitor Affonso Bonfochi Ferreira
106005982 - Vitor Augusto Oliveira Nascimento
106003163 - Vitor Augusto Vasconcelos De Oliveira
106008509 - Vitor De Oliveira Garcia
106002883 - Vitor Fernando Luiz Dos Reis
106006882 - Vitor Francisco Santos De Almeida
106005032 - Vitor Hiroshi Ikeda Silva
106003474 - Vitor Hugo Alves Avelino
106006170 - Vitor Hugo Apparecido Bonilha
106000415 - Vitor Hugo De Andrade Santos
106005470 - Vitor Rodrigues De Oliveira
106000707 - Vitória Martins Da Rocha
106002212 - Vitória Tortelli Lemos
106007283 - Vivian Coutinho Cavalcante
106004297 - Viviane Abib Meier
106006137 - Viviane Teixeira Da Silva
106008683 - Wagner De Aguiar Muniz Junior
106005168 - Walter Marques
106006066 - Wanderson Costa De Sousa
106004500 - Wanderson Diego Correia Lima
106006659 - Warley Ferreira
106000467 - Washington Da Silva Borges
106002540 - Washington Dias Fernandes
106005120 - Webson Teobaldino Filho
106006826 - Weder Máximo De Souza
106005392 - Welber Alves De Oliveira
106002607 - Welligton Oliveira Silva Ferreira
106001840 - Wellington Antonio Da Silva
106005958 - Wellington Fernando De Almeida Lopes
106006268 - Wellinton Fernando
106008492 - Welly Fernando Galdiano
106007223 - Welton Pessoa De Macedo
106002896 - Wendell Felipe Santos De Araujo
106007113 - Weskey Correa Leme
106005957 - Wesley Augusto Buzzatto Soares
106002791 - Wesley Floriano Da Silva
106003508 - Wesley Gustavo Nunes Soares
106004291 - Wesley Lopes Jacinto Baptista
106001740 - Wesley Soares Da Silva
106004738 - Weverton De Oliveira Paes Torres
106004156 - Wigner Matos Costa
106002271 - Willder Rodrigues Lemes
106003314 - William Fachini Trentim
106006580 - William Ferreira De Jesus
106006114 - William Persy Pereira
106006152 - William Rinkevicius Barbosa
106002215 - William Rodrigues Vida
106000283 - William Santos Da Silva Junior
106001909 - William Tarso Sousa
106004802 - Willian Bortolotto
106006168 - Willian Fernando De Oliveira
106004644 - Willian Silva De Macedo
106001089 - Willian Souza
106005279 - Wilson Da Silva Lima
106003496 - Wilter Costa Gonçalves
106007163 - Wingridi Henrique Santos Oliveira
106003782 - Wyllguener Fernando De Oliveira
106005427 - Yago Assis Costa
106000454 - Yago Rangel Yarzon
106002734 - Yago Venicio Silva Pinheiro
106000256 - Ycaro Pontieri Osti
106004306 - Ygor Alexsandro De Moraes Ferreira
106003192 - Ygor Augusto Da Silva
106005235 - Yohana Ferreira Roces
106005481 - Ysrael Santana Dos Santos
106000423 - Yuri Francisco Santos
106008323 - Yuri Henrique Nassarala Silva
106001125 - Yuri Honorio Da Silva
106005082 - Yuri Vitor De Melo Rita

Comunicado Nº DP–55/312/21

A Diretora de Pessoal, convoca o candidato ROBERTO MARTIMIANO JUNIOR, RG 52.207.049-8, INSCRIÇÃO 24522996, reincluído no concurso público destinado ao cargo de Soldado PM 2ª Classe, regido pelo Edital nº DP-1/321/18, através de publicação inserta no DOE nº 254, de 23-12-20, processo nº 1015853-09.2019.8.26.0053, a comparecer: no Complexo Administrativo PM, sito na Av. Cruzeiro do Sul, nº 260, Bairro Canindé, São Paulo/SP, para realização da etapa dos EXAMES PSICOLÓGICOS, em 23-4-21 e 26-4-21, às 7h00; bem como nos dias 29-4-21 e 6-5-21, às 8h00, para a realização das etapas da AVALIAÇÃO DA CONDUTA SOCIAL, DA REPUTAÇÃO E DA IDONEIDADE e ANÁLISE DE DOCUMENTOS.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

FACULDADE DE TECNOLOGIA DOUTOR THOMAZ NOVELINO – FRANCA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, NOS TERMOS DA DELIBERAÇÃO CEETEPS 17, DE 16/07/2015

EDITAL Nº 109/10/2019 – PROCESSO Nº 3492237/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2

O Diretor da FACULDADE DE TECNOLOGIA DOUTOR THOMAZ NOVELINO, da cidade de FRANCA, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do artigo 10 da Deliberação CEETEPS 017/2015, de 16, publicada no DOE de 18/07/2015, e acolhendo a manifestação da Unidade do Ensino Superior de Graduação (CESU) referente a análise de equivalência, conforme Memorando Nº 0023/2021 – CESU, de 11/01/2021, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, para a SESSÃO DE ESCOLHA DE AULAS, no dia 26/01/2021(terça-feira), às 11 horas, no endereço abaixo indicado.

Os candidatos convocados deverão comparecer com documento de identidade ou far-se-ão representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final.

O candidato que atender a convocação, mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

Local de apresentação: Faculdade de Tecnologia Doutor Thomaz Novelino

Endereço: Rua Irenio Grecco, 4.580 – Cidade: Franca

Dados da abertura do PSS:

Curso Superior de Tecnologia em: Gestão de Recursos Humanos

Áreas da Disciplina: Administração e Negócios

Disciplina e carga horária: Captação e Seleção de Talentos, 4 horas-aula, noturno

Convoca por equivalência para:

Curso Superior de Tecnologia em: Gestão da Produção Industrial

Áreas da Disciplina: Administração e Negócios / Engenharia e Tecnologia de Produção

Disciplina e carga horária: Estratégia de Produção e Operações, 2 horas,-aula noturno

Número de vagas: 1

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF / CLASSIFICAÇÃO

8 / Marta Alves Pereira / 7.317.446–4 / 863.171.808–49 / 2º;

4 / Marcelo Valeriano da Silva / 24.236.966–2 / 138.703.038–83 / 4º;

2 / Juçara Pereira da Costa Neves / 27.093.334–7 / 269.022.488–77 / 5º

*

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE FERRAZ DE VASCONCELOS – FERRAZ DE VASCONCELOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, NOS TERMOS DA DELIBERAÇÃO CEETEPS 17, DE 16/07/2015

EDITAL Nº 292/03/2019 – PROCESSO Nº 2155655/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 3

O Diretor da FACULDADE DE TECNOLOGIA DE FERRAZ DE VASCONCELOS, da cidade de FERRAZ DE VASCONCELOS, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do artigo 10 da Deliberação CEETEPS 017/2015, de 16, publicada no DOE de 18/07/2015, e acolhendo a manifestação da Unidade do Ensino Superior de Graduação (CESU) referente a análise de equivalência, conforme Memorando Nº 0050/2021 – CESU, de 13/01/2021, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, para a SESSÃO DE ESCOLHA DE AULAS, no dia 26/01/2021(terça-feira), às 11 horas, no endereço abaixo indicado.

O candidato convocado deverá comparecer com documento de identidade ou far-se-á representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final.

O candidato que atender a convocação, mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

Local de apresentação: Faculdade de Tecnologia de Ferraz de Vasconcelos

Endereço: Rua Carlos de Carvalho, 200 – Cidade: Ferraz de Vasconcelos

Curso Superior de Tecnologia em: Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Área da Disciplina: Ciência da Computação

Dados da abertura do PSS:

Disciplina e carga horária: Engenharia de Software II, 4 horas-aula

Convoca por equivalência para:

Disciplina e carga horária: Laboratório de Engenharia de Software, 4 horas-aula - noturno

Número de vagas: 1

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF / CLASSIFICAÇÃO

4 / Wakim Boulos Saba / 32242172X / 29064803803 / 4º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CÔNEGO JOSÉ BENTO – JACAREÍ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 048/01/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CÔNEGO JOSÉ BENTO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Representação Gráfica em Topografia II(Agrimensura)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e048adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 048/01/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e048adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 048/01/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Representação Gráfica em Topografia II(Agrimensura): Agricultura ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Agricultura (LP); Agronomia; Arquitetura; Arquitetura e Urbanismo; Engenharia Agrícola e Ambiental; Engenharia Agronômica; Engenharia Ambiental; Engenharia Ambiental e Sanitária; Engenharia Cartográfica; Engenharia Civil; Engenharia de Agrimensura; Engenharia de Minas; Engenharia de Produção Civil; Engenharia de Produção de Minas; Engenharia Industrial Civil; Engenharia Industrial de Minas; Engenharia Sanitária ; Estradas ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Geologia; Mineração ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Tecnologia Ambiental; Tecnologia em Agronomia; Tecnologia em Construção em(de) Edifícios; Tecnologia em Controle Ambiental; Tecnologia em Gerenciamento Ambiental Industrial; Tecnologia em Gestão Ambiental; Tecnologia em Gestão Ambiental e Industrial; Tecnologia em Gestão Ambiental e Saneamento; Tecnologia em Hidráulica; Tecnologia em Planejamento e Gestão de Empreendimentos na Construção Civil; Tecnologia em Saneamento; Tecnologia em Saneamento Ambiental; Tecnologia em(da) Construção Civil; Tecnologia em(da) Construção Civil – Edifícios; Tecnologia em(da) Construção Civil – Modalidade Edifícios; Tecnologia em(da) Construção Civil – Modalidade Estruturas Metálicas; Tecnologia em(da) Construção Civil – Modalidade Movimento de Terra e Pavimentação; Tecnologia em(da) Construção Civil – Modalidade Obras Hidráulicas; Tecnologia em(da) Construção Civil – Movimentação de Terra e Pavimentação; Tecnologia Sanitária;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 048/01/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza,

concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CÔNEGO JOSÉ BENTO – JACAREÍ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 048/02/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CÔNEGO JOSÉ BENTO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Desenvolvimento das Ações de Marketing e dos Processos Comerciais(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado – Parceria SEE))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e048adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 048/02/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e048adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 048/02/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Desenvolvimento das Ações de Marketing e dos Processos Comerciais(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado – Parceria SEE)): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Administração Pública; Administração – Habilitação em Administração Rural; Administração – Habilitação em Agronegócios; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Marketing; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios Agroindustriais; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Hotelaria e Turismo; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercadologia; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração – Habilitação em Recursos Humanos; Administração – Habilitação em Transporte e Logística; Administração de Empresas; Administração de Empresas – Ênfase em Marketing; Administração de Empresas e Agronegócios; Administração de Empresas e Negócios; Administração em Agronegócios; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Administração Rural; Ciências Administrativas; Ciências Gerenciais; Comunicação Mercadológica; Comunicação Social com Habilitação em Produção Editorial; Comunicação Social com Habilitação em Propaganda e Marketing; Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda; Comunicação Social com Habilitação em Relações Públicas; Marketing; Propaganda e Marketing; Propaganda, Publicidade e Criação – Habilitação em Marketing em Propaganda e Publicidade; Publicidade; Publicidade e Propaganda; Publicidade, Propaganda e Criação; Publicidade, Propaganda, Criação e Produção; Tecnologia em Administração de Marketing no Varejo; Tecnologia em Administração de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Criação e Produção Publicitária; Tecnologia em Gestão Comercial; Tecnologia em Gestão de Marketing; Tecnologia em Gestão de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão de Processos Empreendedores; Tecnologia em Gestão de Serviços e Negócios; Tecnologia em Gestão e Marketing de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão e Planejamento de Marketing e Vendas; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão Empresarial – Marketing; Tecnologia em Gestão Mercadológica; Tecnologia em Marketing; Tecnologia em Marketing de Varejo; Tecnologia em Marketing Gerencial; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Produção Publicitária; Tecnologia em Propaganda e Marketing; Tecnologia em Publicidade e Propaganda; Tecnologia em Publicidade, Propaganda e Marketing;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO
Especialista em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO
Licenciado ou Graduado em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):
Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.
– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____
– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____
– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____
– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____
IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____
Nome da função/cargo/emprego: _____
Data: ____/____/_____
Assinatura do candidato: _____
_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:
– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso
– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)
– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)
Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)
Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 048/02/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.
Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:
_____
Nestes termos,
Pede deferimento.
Em ____/____/_____
_____
Assinatura do candidato
Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)
1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO
FORMAÇÃO ACADÊMICA
– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular
Tipo(s):
Doutorado: 12 pontos.
Mestrado: 8 pontos.
Especialização: 5 pontos.
Licenciatura ou graduação: 5 pontos.
– Em outra área
Tipo(s):
Doutorado: 4 pontos.
Mestrado: 3 pontos.
Especialização: 2 pontos.
Licenciatura ou graduação: 1 ponto.
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR
– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular
Tipo(s):
Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.
Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.
Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.
Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA
Tipo(s):
Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.
2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS
CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.
PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.
LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO
1. Currículo atualizado (simplificado).
2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).
3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).
4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).
5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).
6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.
7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.
8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.
9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.
10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.
11. Cópia do PIS/PASEP.
12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.
13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.
14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.
15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).
16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.
17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:
17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.
17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.
18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):
18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).
*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/01/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 71846/2021
EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES
O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.
O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:
COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):
Língua Estrangeira Moderna – Inglês (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD)
Instruções Especiais
I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).
2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).
3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.
4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).
4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.
5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.
6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.
II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA
1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.
2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.
2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.
2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.
III – DOS REQUISITOS
1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.
1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.
2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.
IV – DAS INSCRIÇÕES
1. São condições para inscrição:
a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;
b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.
c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.
d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.
f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.
g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.
h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).
i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.
2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.
3. Para inscrever–se, o candidato deverá:
a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.
b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.
c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.
d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.
e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.
f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.
4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.
5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.
6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.
6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.
6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.
6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.
6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.
7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.
7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:
a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.
b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.
c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.
d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.
e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.
8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.
8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.
8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.
9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA
1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.
2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.
3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:
3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:
a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou
b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.
3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.
3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.
4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.
4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:
a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.
b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.
4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.
5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.
6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.
7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.
8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.
9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.
9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.
9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.
9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.
9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.
10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.
VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS
1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).
2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:
a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.
b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.
c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.
3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.
VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA
1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.
2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).
3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:
a) Que é preto, pardo ou indígena;
b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e
c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.
4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.
5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.
6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.
7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:
PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI
Onde:
PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.
MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.
MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/01/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/01/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever. Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Língua Estrangeira Moderna – Inglês (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD): Letras – Língua Portuguesa e Inglesa (LP); Letras com Habilitação em Inglês (LP); Letras com Habilitação em Língua e Literatura Inglesa (LP); Letras com Habilitação em Língua Inglesa e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa (LP); Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP); Letras com Habilitação em Português, Inglês e Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português/ Inglês e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Secretário Executivo Bilíngue/ Inglês (LP); Letras com Habilitação em Tradução e Intérprete Português/ Língua Estrangeira do Currículo (LP); Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Inglês (LP); Letras: Língua Inglesa e Língua Portuguesa (LP); Licenciatura Específica na Língua Estrangeira; Secretariado Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês (LP); Secretariado Executivo Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês (LP); Secretariado Executivo com Habilitação em Inglês (LP); Secretariado Executivo Trilíngue/ Inglês (LP); Tecnologia em Automação de Escritórios e Secretariado/ Inglês (LP); Tecnologia em Formação de Secretário/ Inglês (LP); Tecnologia em Secretariado Executivo Bilíngue/ Inglês (LP); Tecnologia em Secretariado Executivo Trilíngue/ Inglês (LP); Tradutor e Intérprete com Habilitação em Inglês (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/01/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos. Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA

CLASSE DESCENTRALIZADA EXTENSÃO E. E. CORONEL FRANCISCO SCHMIDT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/02/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 76018/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Tecnologia da Informação Aplicada a Administração(Administração)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão

Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/02/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/02/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do

Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Tecnologia da Informação Aplicada a Administração(Administração): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Marketing; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Negócios; Administração de Sistemas de Informação; Administração Geral; Análise de Sistemas; Análise de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação; Ciência(s) da(de) Computação; Ciências Administrativas; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Gestão da(de) Tecnologia da Informação; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Informática – Ênfase em Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática – Modalidade Gestão da Produção Industrial; Tecnologia em Processos Gerenciais;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/02/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/03/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 74398/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Inglês Instrumental(Eletrotécnica)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/03/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/03/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Inglês Instrumental(Eletrotécnica): Inglês (LP); Letras – Língua Portuguesa e Inglesa (LP); Letras – Tradutor e Intérprete; Letras com Habilitação de Tradutor/ Inglês; Letras com Habilitação em Inglês (LP); Letras com Habilitação em Língua e Literatura Inglesa (LP); Letras com Habilitação em Língua Inglesa e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa (LP); Letras com Habilitação em Português e Inglês; Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP); Letras com Habilitação em Português/ Inglês e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Secretariado Bilíngue/ Inglês ; Letras com Habilitação em Secretariado Executivo Bilíngue/ Inglês; Letras com Habilitação em Secretário Executivo Bilíngue; Letras com Habilitação em Secretário Executivo Bilíngue/ Inglês; Letras com Habilitação em Secretário Executivo Bilíngue/ Inglês (LP); Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Inglês; Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Inglês (LP); Letras com Habilitação Tradutor/ Inglês; Letras: Língua Inglesa e Língua Portuguesa (LP); Secretariado – Habilitação em Inglês; Secretariado Bilíngue; Secretariado Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês; Secretariado Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês (LP); Secretariado Executivo; Secretariado Executivo Bilíngue; Secretariado Executivo Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês ; Secretariado Executivo Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês (LP); Secretariado Executivo com Habilitação em Inglês; Secretariado Executivo com Habilitação em Inglês (LP); Secretariado Executivo Trilíngue; Secretariado Executivo Trilíngue/ Inglês; Secretariado Executivo Trilíngue/ Inglês (LP); Tecnologia em Automação de Escritórios e Secretariado/ Inglês; Tecnologia em Automação de Escritórios e Secretariado/ Inglês (LP); Tecnologia em Automação em Secretariado Executivo Bilíngue/ Inglês; Tecnologia em Formação de Secretariado/ Inglês; Tecnologia em Formação de Secretário/ Inglês; Tecnologia em Formação de Secretário/ Inglês (LP); Tecnologia em Secretariado Executivo Bilíngue/ Inglês; Tecnologia em Secretariado Executivo Bilíngue/ Inglês (LP); Tecnologia em Secretariado Executivo Trilíngue/ Inglês (LP); Tradutor e Intérprete; Tradutor e Intérprete com Habilitação em Inglês; Tradutor e Intérprete com Habilitação em Inglês (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/03/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/04/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 74468/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Eletrônica I(Eletrotécnica)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/04/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para

a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/04/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS. 7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Eletrônica I(Eletrotécnica): Ciência e Tecnologia; Eletromecânica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Eletrônica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Eletrotécnica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Engenharia com Habilitação em Engenharia Elétrica; Engenharia da(de) Computação; Engenharia de Automação e Controle; Engenharia de Automação e Sistemas; Engenharia de Automação e Sistemas – Mecatrônica; Engenharia de Controle e Automação; Engenharia de Controle e Automação – Mecatrônica; Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica; Engenharia de Operação; Engenharia de Operação – Modalidade Eletrônica; Engenharia de Operação Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Engenharia de Operação Eletrotécnica; Engenharia de Operação em Telecomunicações; Engenharia de Produção Elétrica; Engenharia de Produção, Eletricista; Engenharia de Telecomunicações; Engenharia de Telemática; Engenharia Elétrica; Engenharia Elétrica – Habilitação Eletrotécnica; Engenharia Elétrica – Habilitação em Automação; Engenharia Elétrica – Habilitação em Elétrica – Sistemas de Energia e Automação; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrônica; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrotécnica/ Eletrônica; Engenharia Elétrica Ênfase Eletrônica ; Engenharia Elétrica Ênfase Eletrônica para Telecomunicações; Engenharia Elétrica Ênfase em Computação; Engenharia Elétrica Ênfase em Eletrônica e Telecomunicações; Engenharia Elétrica Ênfase em Sistemas de Energia e Automação; Engenharia Elétrica Ênfase em Telecomunicações; Engenharia Eletrônica; Engenharia Industrial – Modalidade Elétrica/ Eletrotécnica; Engenharia Industrial Elétrica; Engenharia Mecânica – Automação e Sistemas; Engenharia Mecânica – Controle e Automação; Engenharia Mecânica – Modalidade Controle e Automação; Engenharia Mecatrônica; Engenharia Mecatrônica – Controle e Automação; Engenharia Operacional Elétrica – Habilitação Eletrônica; Engenharia Operacional Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Tecnologia (em) Mecânica de Precisão; Tecnologia em Automação e Controle; Tecnologia em Automação Industrial; Tecnologia em Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Tecnologia em Elétrica – Modalidade Máquinas Elétricas; Tecnologia em Eletricidade; Tecnologia em Eletricidade – Modalidade Eletrônica; Tecnologia em Eletrônica; Tecnologia em Eletrônica – Modalidade Automação Industrial; Tecnologia em Eletrônica – Modalidade Autotrônica; Tecnologia em Eletrônica – Modalidade Técnicas Digitais; Tecnologia em Eletrônica Automotiva; Tecnologia em Eletrônica de Sistemas Digitais; Tecnologia em Eletrônica Digital; Tecnologia em Eletrotécnica; Tecnologia em Instalações Elétricas; Tecnologia em Instrumentação e Controle; Tecnologia em Materiais – Processos e Componentes Elétricos; Tecnologia em Materiais – Processos e Componentes Eletrônicos; Tecnologia em Mecatrônica; Tecnologia em Mecatrônica Industrial; Tecnologia em Microeletrônica; Tecnologia em Sistemas de Energia; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações; Tecnologia em Sistemas Elétricos; Tecnologia em Sistemas Elétricos – Distribuição de Energia; Tecnologia em Sistemas Elétricos – Modalidade Eletrônica; Tecnologia em Técnicas Digitais; Tecnologia em Telecomunicações; Tecnologia em(de) Sistemas Elétricos – Modalidade Distribuição de Energia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/04/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA
Tipo(s):
Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.
2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS
CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.
PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.
LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO
1. Currículo atualizado (simplificado).
2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).
3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).
4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).
5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).
6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.
7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.
8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.
9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.
10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.
11. Cópia do PIS/PASEP.
12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.
13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.
14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.
15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).
16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.
17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:
17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.
17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.
18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):
18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).
*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/05/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 74514/2021
EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES
O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.
O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:
COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):
Eletrônica III (Eletrotécnica)
Instruções Especiais
I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).
2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).
3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.
4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).
4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.
5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.
6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.
II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA
1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.
2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.
2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.
2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.
III – DOS REQUISITOS
1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.
1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.
2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.
IV – DAS INSCRIÇÕES
1. São condições para inscrição:
a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;
b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.
c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.
d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.
f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.
g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.
h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).
i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.
2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.
3. Para inscrever–se, o candidato deverá:
a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.
b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.
c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.
d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.
e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.
f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.
4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.
5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.
6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.
6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.
6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.
6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.
6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.
7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.
7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:
a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.
b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.
c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "¡" do item 1 do presente Capítulo.
d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.
e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.
8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.
8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.
8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.
9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA
1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.
2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.
3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:
3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:
a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou
b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.
3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.
3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.
4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.
4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:
a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.
b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.
4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.
5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.
6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.
7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.
8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.
9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.
9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.
9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.
9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.
9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.
10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.
VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS
1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).
2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:
a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.
b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.
c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.
3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.
VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA
1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.
2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).
3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:
a) Que é preto, pardo ou indígena;
b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e
c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.
4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.
5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.
6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.
7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:
PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI
Onde:
PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.
MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.
MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.
7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:
a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.
b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).
c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.
d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.
8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:
NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI
Onde:
NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.
NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).
9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.
10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.
11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:
a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;
b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e
c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.
11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.
12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.
13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.
13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.
13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.
14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.
14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.
15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.
15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/05/2021.
15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.
15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.
VIII – DAS PROVAS
1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:
a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e
b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).
2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).
2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.
2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.
3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.
4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.
4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.
4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.
5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.
5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.
6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.
6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova,

antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/05/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Eletrônica III (Eletrotécnica): Ciência e Tecnologia; Eletromecânica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Eletrônica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Eletrotécnica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Engenharia com Habilitação em Engenharia Elétrica; Engenharia da(de) Computação; Engenharia de Automação e Controle; Engenharia de Automação e Sistemas; Engenharia de Automação e Sistemas – Mecatrônica; Engenharia de Controle e Automação; Engenharia de Controle e Automação – Mecatrônica; Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica; Engenharia de Operação; Engenharia de Operação – Modalidade Eletrônica; Engenharia de Operação Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Engenharia de Operação Eletrotécnica; Engenharia de Operação em Telecomunicações; Engenharia de Produção Elétrica; Engenharia de Produção, Eletricista; Engenharia de Telecomunicações; Engenharia de Telemática; Engenharia Elétrica; Engenharia Elétrica – Habilitação Eletrotécnica; Engenharia Elétrica – Habilitação em Automação; Engenharia Elétrica – Habilitação em Elétrica – Sistemas de Energia e Automação; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrônica; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrotécnica/ Eletrônica; Engenharia Elétrica Ênfase Eletrônica ; Engenharia Elétrica Ênfase Eletrônica para Telecomunicações; Engenharia Elétrica Ênfase em Computação; Engenharia Elétrica Ênfase em Eletrônica e Telecomunicações; Engenharia Elétrica Ênfase em Sistemas de Energia e Automação; Engenharia Elétrica Ênfase em Telecomunicações; Engenharia Eletrônica; Engenharia Industrial – Modalidade Elétrica/ Eletrotécnica; Engenharia Industrial Elétrica; Engenharia Mecânica – Automação e Sistemas; Engenharia Mecânica – Controle e Automação; Engenharia Mecânica – Modalidade Controle e Automação; Engenharia Mecatrônica; Engenharia Mecatrônica – Controle e Automação; Engenharia Operacional Elétrica – Habilitação Eletrônica; Engenharia Operacional Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Tecnologia (em) Mecânica de Precisão; Tecnologia em Automação e Controle; Tecnologia em Automação Industrial; Tecnologia em Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Tecnologia em Elétrica – Modalidade Máquinas Elétricas; Tecnologia em Eletricidade; Tecnologia em Eletricidade – Modalidade Eletrônica; Tecnologia em Eletrônica; Tecnologia em Eletrônica – Modalidade Automação Industrial; Tecnologia em Eletrônica – Modalidade Autotrônica; Tecnologia em Eletrônica – Modalidade Técnicas Digitais; Tecnologia em Eletrônica Automotiva; Tecnologia em Eletrônica de Sistemas Digitais; Tecnologia em Eletrônica Digital; Tecnologia em Eletrotécnica; Tecnologia em Instalações Elétricas; Tecnologia em Instrumentação e Controle; Tecnologia em Materiais – Processos e Componentes Elétricos; Tecnologia em Materiais – Processos e Componentes Eletrônicos; Tecnologia em Mecatrônica; Tecnologia em Mecatrônica Industrial; Tecnologia em Microeletrônica; Tecnologia em Sistemas de Energia; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações; Tecnologia em Sistemas Elétricos; Tecnologia em Sistemas Elétricos – Distribuição de Energia; Tecnologia em Sistemas Elétricos – Modalidade Eletrônica; Tecnologia em Técnicas Digitais; Tecnologia em Telecomunicações; Tecnologia em(de) Sistemas Elétricos – Modalidade Distribuição de Energia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/05/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/06/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 74551/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Técnicas de Agenciamento em Turismo Receptivo(Turismo Receptivo)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e

que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/06/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/06/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na

titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Técnicas de Agenciamento em Turismo Receptivo(Turismo Receptivo): Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Gestão Turística e Hotelaria; Administração – Habilitação em Hotelaria e Turismo; Administração em Hotelaria; Administração em Turismo; Administração em Turismo e Hotelaria; Administração Hoteleira; Hotelaria; Hotelaria ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Tecnologia em Administração Hoteleira; Tecnologia em Gestão de Empreendimentos de Turismo e Hotelaria; Tecnologia em Gestão de Empresas Turísticas; Tecnologia em Gestão de Turismo; Tecnologia em Gestão de Turismo e Hospitalidade; Tecnologia em Gestão de Turismo e Hotelaria; Tecnologia em Gestão Hoteleira; Tecnologia em Hotelaria; Tecnologia em Turismo; Tecnologia em Turismo e Hospitalidade; Tecnologia em Turismo e Hotelaria; Turismo; Turismo ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Turismo com Ênfase em Hotelaria; Turismo e Hotelaria; Turismo e Meio Ambiente;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/06/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/07/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 74596/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Sistemas Embarcados(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de naciona-

lidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/07/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/07/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exte-

rior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Sistemas Embarcados(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Análise de Sistemas; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Desenvolvimento de Sistemas; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Gerenciamento de Sistemas e Tecnologias; Ciência(s) da(de) Computação; Computação; Computação (LP); Computação Científica; Engenharia da(de) Computação; Engenharia de Controle e Automação – Mecatrônica; Engenharia de Sistemas; Engenharia de Software; Engenharia Elétrica; Sistemas de Informação; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas ; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Informação; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Software; Tecnologia em Gestão da(de) Tecnologia da Informação; Tecnologia em Informática; Tecnologia em Informática – Ênfase em Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Modalidade (de) Gestão Financeira; Tecnologia em Informática – Modalidade Gestão da Produção Industrial; Tecnologia em Informática – Redes de Computadores; Tecnologia em Informática com Ênfase em Redes de Computadores; Tecnologia em Informática para (a) Gestão de Negócios; Tecnologia em Processamento de Dados; Tecnologia em Programação e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Redes de Computadores;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/07/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/08/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 74671/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Qualidade e Teste de Software(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/08/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/08/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Qualidade e Teste de Software(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Administração de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas; Análise de Sistemas Administrativos em Processamento de Dados; Análise de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Desenvolvimento de Sistemas; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Gerenciamento de Sistemas e Tecnologias; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Tecnologia em Segurança da Informação; Análise de Sistemas Informativos em Processamento de Dados; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Ciência(s) da(de) Computação; Computação; Computação (LP); Computação Científica; Engenharia da(de) Computação; Engenharia de Sistemas; Física – Opção Informática; Física Computacional; Informática; Informática (LP); Informática – Sistemas de Informação; Matemática Aplicada às Ciências da Computação; Matemática Aplicada e Computação Científica; Matemática Aplicada e Computacional; Matemática com Informática; Matemática Computacional; Processamento de Dados; Sistemas de Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação (LP); Tecnologia da Informação; Tecnologia da Informação (LP); Tecnologia da(de) Informação e Comunicação; Tecnologia de Computação; Tecnologia em Análise de Sistemas e Tecnologia(s) da Informação; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Banco de Dados; Tecnologia em Desenvolvimento de Jogos Digitais; Tecnologia em Desenvolvimento de Projetos de Rede de Computadores; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas ; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Informação; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Software para Internet; Tecnologia em Desenvolvimento de Website; Tecnologia em Desenvolvimento para Web; Tecnologia em Desenvolvimento Web; Tecnologia em Gestão da(de) Tecnologia da Informação; Tecnologia em Gestão de Sistemas de Informação; Tecnologia em Informática; Tecnologia em Informática – Banco de Dados; Tecnologia em Informática – Ênfase em Banco de Dados; Tecnologia em Informática – Ênfase em Banco de Dados e Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Ênfase em Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Sistemas de Informação; Tecnologia em Informática com Ênfase em Banco de Dados; Tecnologia em Informática com Ênfase em Banco de Dados e Redes de Computadores; Tecnologia em Informática com Ênfase em Redes de Computadores; Tecnologia em Informática para (a) Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática para Negócios; Tecnologia em Jogos Digitais; Tecnologia em Processamento de Dados; Tecnologia em Processamento de Dados e Desenvolvimento de Software; Tecnologia em Projeto(s) de Sistemas de Informações; Tecnologia em Redes de Computadores; Tecnologia em Segurança da Informação; Tecnologia em Segurança da Tecnologia da Informação; Tecnologia em Segurança de Computadores; Tecnologia em Segurança de Redes de Computadores; Tecnologia em Sistema de Software; Tecnologia em Sistema(s) de(da) Informação; Tecnologia em Sistema(s) para Internet; Tecnologia em Técnicas Digitais; Tecnologia em Web; Tecnologia em Web Design; Tecnologia em Web Design e E–Commerce; Tecnologia em Web Design e Internet; Tecnologia em Web Site;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/08/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/09/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 74762/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Enfermagem Gerontológica e Geriátrica(Enfermagem)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxilià–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, deven-

do constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/09/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/09/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Enfermagem Gerontológica e Geriátrica(Enfermagem): Enfermagem; Enfermagem (LP); Enfermagem e Obstetrícia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/09/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/10/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 74819/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Primeiros Socorros(Enfermagem)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e

que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/10/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/10/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Primeiros Socorros(Enfermagem): Biomedicina; Bioquímica; Ciências Biológicas (Biomédicas) – Modalidade Médica; Ciências Farmacêuticas; Enfermagem; Enfermagem (LP); Enfermagem e Obstetrícia; Farmácia; Farmácia Bioquímica Industrial; Farmácia e Bioquímica; Medicina;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/10/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/11/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75517/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Ações de Enfermagem em Saúde Coletiva (Enfermagem)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/11/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/11/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Ações de Enfermagem em Saúde Coletiva (Enfermagem): Enfermagem; Enfermagem (LP); Enfermagem e Obstetrícia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/11/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/12/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75680/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Ações de Enfermagem no Cuidado ao Idoso(Enfermagem)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados

para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/12/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/12/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Ações de Enfermagem no Cuidado ao Idoso(Enfermagem): Enfermagem; Enfermagem (LP); Enfermagem e Obstetrícia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/12/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/13/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75720/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Enfermagem em UTI e Unidades Especializadas(Enfermagem)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/13/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/13/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Enfermagem em UTI e Unidades Especializadas(Enfermagem): Enfermagem; Enfermagem (LP); Enfermagem e Obstetrícia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/13/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/14/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75738/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Ações de Enfermagem de Vigilância em Saúde(Enfermagem)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/14/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/14/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Ações de Enfermagem de Vigilância em Saúde(Enfermagem): Enfermagem; Enfermagem (LP); Enfermagem e Obstetrícia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/14/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/15/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75754/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Ações de Saúde e Segurança Ocupacional(Enfermagem)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do

Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/15/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/15/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Ações de Saúde e Segurança Ocupacional(Enfermagem): Enfermagem; Enfermagem (LP); Enfermagem e Obstetrícia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/15/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/16/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75888/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Assistência de Enfermagem em Urgência e Emergência(Enfermagem)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/16/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/16/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Assistência de Enfermagem em Urgência e Emergência(Enfermagem): Enfermagem; Enfermagem (LP); Enfermagem e Obstetrícia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em:

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/16/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/17/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75911/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Assistência de Enfermagem em UTI e Unidades Especializadas(Enfermagem)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxilià–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/17/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/17/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Assistência de Enfermagem em UTI e Unidades Especializadas(Enfermagem): Enfermagem; Enfermagem (LP); Enfermagem e Obstetrícia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/17/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos. Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/18/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75930/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Sistema de Tratamento de Águas e Resíduos(Meio Ambiente)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/18/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/18/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada

no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Sistema de Tratamento de Águas e Resíduos(Meio Ambiente): Arquitetura; Arquitetura e Urbanismo; Ciências Ambientais; Ciências com Habilitação em Química (LP); Ecologia (G/LP); Engenharia Agrícola e Ambiental; Engenharia Ambiental; Engenharia Ambiental e Sanitária; Engenharia Ambiental e Urbana; Engenharia Civil; Engenharia de Produção Civil; Engenharia Industrial Civil; Engenharia Industrial Química; Engenharia Química; Engenharia Sanitária ; Gestão Ambiental; Química; Química (LP); Química Tecnológica; Saneamento ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Tecnologia Ambiental; Tecnologia em Controle Ambiental; Tecnologia em Gerenciamento Ambiental Industrial; Tecnologia em Gestão Ambiental; Tecnologia em Gestão Ambiental e Industrial; Tecnologia em Gestão Ambiental e Saneamento; Tecnologia em Gestão e Saneamento Ambiental; Tecnologia em Hidráulica e Saneamento Ambiental; Tecnologia em Meio Ambiente com Especialização em Gerenciamento de Resíduos Industriais; Tecnologia em Saneamento Ambiental; Tecnologia em Saneamento Ambiental com Habilitação em Controle Ambiental ; Tecnologia em(da) Construção Civil – Modalidade Obras Hidráulicas; Tecnologia Sanitária;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/18/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA

CLASSE DESCENTRALIZADA EXTENSÃO E. E. CORONEL FRANCISCO SCHMIDT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/19/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75982/2021 EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Inglês Instrumental(Administração)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal

para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/19/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/19/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Inglês Instrumental(Administração): Inglês (LP); Letras – Língua Portuguesa e Inglesa (LP); Letras – Tradutor e Intérprete; Letras com Habilitação de Tradutor/ Inglês; Letras com Habilitação em Inglês (LP); Letras com Habilitação em Língua e Literatura Inglesa (LP); Letras com Habilitação em Língua Inglesa e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa (LP); Letras com Habilitação em Português e Inglês; Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP); Letras com Habilitação em Português/ Inglês e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Secretariado Bilíngue/ Inglês ; Letras com Habilitação em Secretariado Executivo Bilíngue/ Inglês; Letras com Habilitação em Secretário Executivo Bilíngue; Letras com Habilitação em Secretário Executivo Bilíngue/ Inglês; Letras com Habilitação em Secretário Executivo Bilíngue/ Inglês (LP); Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Inglês; Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Inglês (LP); Letras com Habilitação Tradutor/ Inglês; Letras: Língua Inglesa e Língua Portuguesa (LP); Secretariado – Habilitação em Inglês; Secretariado Bilíngue; Secretariado Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês; Secretariado Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês (LP); Secretariado Executivo; Secretariado Executivo Bilíngue; Secretariado Executivo Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês ; Secretariado Executivo Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês (LP); Secretariado Executivo com Habilitação em Inglês; Secretariado Executivo com Habilitação em Inglês (LP); Secretariado Executivo Trilíngue; Secretariado Executivo Trilíngue/ Inglês; Secretariado Executivo Trilíngue/ Inglês (LP); Tecnologia em Automação de Escritórios e Secretariado/ Inglês; Tecnologia em Automação de Escritórios e Secretariado/ Inglês (LP); Tecnologia em Automação em Secretariado Executivo Bilíngue/ Inglês; Tecnologia em Formação de Secretariado/ Inglês; Tecnologia em Formação de Secretário/ Inglês; Tecnologia em Formação de Secretário/ Inglês (LP); Tecnologia em Secretariado Executivo Bilíngue/ Inglês; Tecnologia em Secretariado Executivo Bilíngue/ Inglês (LP); Tecnologia em Secretariado Executivo Trilíngue/ Inglês (LP); Tradutor e Intérprete; Tradutor e Intérprete com Habilitação em Inglês; Tradutor e Intérprete com Habilitação em Inglês (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/19/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA – ILHA SOLTEIRA

CLASSE DESCENTRALIZADA EXTENSÃO E. E. CORONEL FRANCISCO SCHMIDT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 065/20/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 76004/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ILHA SOLTEIRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Linguagem, Trabalho e Tecnologia(Recursos Humanos)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 065/20/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo. c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e065op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 065/20/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Linguagem, Trabalho e Tecnologia(Recursos Humanos): Letras; Letras (LP); Letras – Língua Portuguesa e Inglesa (LP); Letras – Neolatinas (LP); Letras – Tradutor e Intérprete; Letras com Habilitação de Tradutor/ Inglês; Letras com Habilitação em Espanhol; Letras com Habilitação em Espanhol (LP); Letras com Habilitação em Inglês (LP); Letras com Habilitação em Inglês e Literaturas de Língua Inglesa; Letras com Habilitação em Língua Inglesa e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Língua Portuguesa (LP); Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Espanhola e suas Literaturas; Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa (LP); Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Linguística ; Letras com Habilitação em Linguística (LP); Letras com Habilitação em Português; Letras com Habilitação em Português (LP); Letras com Habilitação em Português e Alemão; Letras com Habilitação em Português e Alemão (LP); Letras com Habilitação em Português e Espanhol (LP); Letras com Habilitação em Português e Francês (LP); Letras com Habilitação em Português e Inglês; Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP); Letras com Habilitação em Português e Italiano (LP); Letras com Habilitação em Português e Língua Espanhola Moderna com as Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa (LP); Letras com Habilitação em Português, Inglês e Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português/ Espanhol e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português/ Inglês e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português/ Literaturas da Língua Portuguesa com suas respectivas Literaturas (LP) ; Letras com Habilitação em Secretariado; Letras com Habilitação em Secretariado Bilíngue/ Inglês ; Letras com Habilitação em Secretariado Executivo Bilíngue/ Espanhol; Letras com Habilitação em Secretariado Executivo Bilíngue/ Inglês; Letras com Habilitação em Secretariado Trilíngue/ Português (LP); Letras com Habilitação em Secretário Bilíngue; Letras com Habilitação em Secretário Bilíngue/ Espanhol; Letras com Habilitação em Secretário Bilíngue/ Espanhol (LP); Letras com Habilitação em Secretário Bilíngue/ Português; Letras com Habilitação em Secretário Bilíngue/ Português (LP); Letras com Habilitação em Secretário Executivo; Letras com Habilitação em Secretário Executivo Bilíngue; Letras com Habilitação em Secretário Executivo Bilíngue/ Inglês; Letras com Habilitação em Secretário Executivo Bilíngue/ Inglês (LP); Letras com Habilitação em Secretário Executivo Bilíngue/ Português; Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Espanhol; Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Espanhol (LP); Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Inglês; Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Inglês (LP); Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Português; Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Português (LP); Letras com Habilitação Tradutor/ Inglês; Letras: Língua Espanhola e Língua Portuguesa (LP); Letras: Língua Inglesa e Língua Portuguesa (LP); Língua Portuguesa (LP); Linguística (G/LP); Secretariado; Secretariado – Habilitação em Inglês; Secretariado Bilíngue; Secretariado Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês; Secretariado Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês (LP); Secretariado com Habilitação em Secretariado Executivo Bilíngue ; Secretariado Executivo; Secretariado Executivo Bilíngue; Secretariado Executivo Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês ; Secretariado Executivo Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês (LP); Secretariado Executivo com Habilitação em Espanhol; Secretariado Executivo com Habilitação em Espanhol (LP); Secretariado Executivo com Habilitação em Inglês; Secretariado Executivo com Habilitação em Inglês (LP); Secretariado Executivo com Habilitação em Português; Secretariado Executivo Trilíngue; Secretariado Executivo Trilíngue – Português / Inglês / Espanhol ; Secretariado Executivo Trilíngue/ Espanhol; Secretariado Executivo Trilíngue/ Espanhol (LP); Secretariado Executivo Trilíngue/ Inglês; Secretariado Executivo Trilíngue/ Inglês (LP); Tecnologia em Automação de Escritórios e Secretariado; Tecnologia em Automação de Escritórios e Secretariado com Ênfase em Marketing; Tecnologia em Formação de Secretário; Tecnologia em Secretariado Executivo Bilíngue ; Tecnologia em Secretariado Executivo Trilíngue ; Tradutor e Intérprete com Habilitação em Português;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 065/20/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ORLANDO QUAGLIATO – SANTA CRUZ DO RIO PARDO

CLASSE DESCENTRALIZADA EMEIEF PREFEITO AFFONSO GARCIA – OLEO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 084/01/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ORLANDO QUAGLIATO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Custos, Processos e Operações Contábeis(Administração)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas

Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e084adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 084/01/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e084adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 084/01/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Custos, Processos e Operações Contábeis(Administração): Administração; Administração ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Administração Pública; Administração – Habilitação em Administração Rural; Administração – Habilitação em Agronegócios; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Marketing; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios Agroindustriais; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Hotelaria e Turismo; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercadologia; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração – Habilitação em Recursos Humanos; Administração – Habilitação em Sistema(s) de Informação; Administração – Habilitação em Transporte e Logística; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Agronegócios; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Negócios; Administração em Agronegócios; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Administração Rural; Ciências Administrativas; Ciências Atuariais; Ciências Contábeis; Ciências Contábeis e Atuariais; Ciências Econômicas; Ciências Econômicas com Ênfase em Comércio Internacional; Ciências Econômicas e Administrativas; Ciências Gerenciais; Ciências Gerenciais e Orçamentárias; Ciências Gerenciais e Orçamentos Contábeis; Comércio Exterior e Negócios Internacionais; Contabilidade ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Economia; Tecnologia em Administração de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Comercio Exterior; Tecnologia em Comércio Internacional; Tecnologia em Gestão Comercial; Tecnologia em Gestão de Comercio Exterior; Tecnologia em Gestão de Finanças; Tecnologia em Gestão de Negócios e Finanças; Tecnologia em Gestão de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão e Marketing de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão Estratégica das Organizações – Foco em Gestão Financeira; Tecnologia em Gestão Financeira; Tecnologia em Gestão Financeira de Empresas; Tecnologia em Informática – Modalidade (de) Gestão Financeira; Tecnologia em Planejamento Administrativo; Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica; Tecnologia em Planejamento e Programação Econômica;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 084/01/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO – GARÇA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 088/01/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Artes (Base Nacional Comum/ ETIM)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 088/01/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 088/01/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Artes (Base Nacional Comum/ ETIM)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD): Arte (LP); Arte(s) com Habilitação em Artes Visuais (LP); Arte(s) com Habilitação em Artes Cênicas (LP); Arte(s) com Habilitação em Artes Plásticas (LP); Arte(s) com Habilitação em Dança(LP); Arte(s) com Habilitação em Design (LP); Arte(s) com Habilitação em Música(LP); Arte(s) com Habilitação em Teatro (LP); Artes (LP); Artes Cênicas (LP); Artes Plásticas (LP); Artes Visuais (LP); Dança (LP); Design (LP); Educação Artística (LP); Educação Artística com Habilitação em Artes Cênicas (LP); Educação Artística com Habilitação em Artes Plásticas (LP); Educação Artística com Habilitação em Artes Visuais (LP); Educação Artística com Habilitação em Dança (LP); Educação Artística com Habilitação em Desenho (LP); Educação Artística com Habilitação em Música (LP); Educação Artística com Habilitação em Plásticas (LP); Educação Artística com Habilitação em Teatro (LP); Educação Musical (LP); Música (LP); Teatro (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disci-

plina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 088/01/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO – GARÇA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 088/02/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 72664/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Língua Portuguesa e Literatura (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento

idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 088/02/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 088/02/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Língua Portuguesa e Literatura (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD): Educação do Campo com Habilitação em Língua Portuguesa (LP); Letras (LP); Letras – Língua Portuguesa e Inglesa (LP); Letras com Habilitação em Espanhol (LP); Letras com Habilitação em Inglês (LP); Letras com Habilitação em Língua Portuguesa (LP); Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa (LP); Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Linguística (LP); Letras com Habilitação em Português (LP); Letras com Habilitação em Português e Alemão (LP); Letras com Habilitação em Português e Espanhol (LP); Letras com Habilitação em Português e Francês (LP); Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP); Letras com Habilitação em Português e Língua Espanhola Moderna com as Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa (LP); Letras com Habilitação em Português, Inglês e Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português/ Espanhol e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português/ Inglês e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português/ Literaturas da Língua Portuguesa com suas respectivas Literaturas (LP) ; Letras com Habilitação em Secretariado Trilíngue/ Português (LP); Letras com Habilitação em Secretário Bilíngue/ Espanhol (LP); Letras com Habilitação em Secretário Bilíngue/ Português (LP); Letras com Habilitação em Secretário Executivo Bilíngue/ Inglês (LP); Letras com Habilitação em Tradução e Intérprete Português/ Língua Estrangeira do Currículo (LP); Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Espanhol (LP); Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Inglês (LP); Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Português (LP); Letras: Língua Espanhola e Língua Portuguesa (LP); Letras: Língua Inglesa e Língua Portuguesa (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 088/02/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO – GARÇA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 088/03/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 77919/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Matemática (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases) (Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será

submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 088/03/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 088/03/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Matemática (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD): Ciências com Habilitação em Matemática (LP); Ciências Exatas com Habilitação em Física (LP); Ciências Exatas com Habilitação em Matemática (LP); Ciências Exatas com Habilitação em Química (LP); Educação do Campo com Habilitação em Matemática (LP); Física (LP); Física com Habilitação em Matemática (LP); Matemática (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 088/03/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO – GARÇA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 088/04/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 77993/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

História (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 088/04/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 088/04/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulan-

do–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular História (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD): Ciências Sociais com Habilitação em História (LP); Estudos Sociais com Habilitação em História (LP); Filosofia (LP); Geografia com Habilitação em História (LP); História (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 088/04/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO – GARÇA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 088/05/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 78021/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Geografia (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases) (Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 088/05/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 088/05/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Geografia (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD): Ciências Sociais com Habilitação em Geografia (LP); Estudos Sociais com Habilitação em Geografia (LP); Geografia (LP); História com Habilitação em Geografia (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 088/05/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO – GARÇA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 088/06/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 78089/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Instalação e Manutenção de Computadores(Informática)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital)

e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 088/06/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 088/06/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Instalação e Manutenção de Computadores(Informática): Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas; Análise de Sistemas Administrativos em Processamento de Dados; Análise de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Análise de Sistemas e Tecnologias da Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Desenvolvimento de Sistemas; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Gerenciamento de Sistemas e Tecnologias; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Telemática; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Licenciatura com habilitação em Sistemas e Tecnologia da Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Licenciatura em Sistemas e Tecnologia da Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Tecnologia em Desenvolvimento de Jogos Digitais; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Tecnologia em Projeto de Sistemas de Informações; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Tecnologia em Segurança da Informação; Análise de Sistemas Informativos em Processamento de Dados; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Ciência(s) da(de) Computação; Computação; Computação (LP); Computação Científica; Design Digital; Engenharia da(de) Computação; Engenharia de Sistemas; Engenharia de Software; Física – Opção Informática; Física Computacional; Gestão de Sistemas de Informação; Informática; Informática (LP); Informática – Ênfase em Banco de Dados; Informática – Ênfase em Redes de Computadores; Matemática Aplicada às Ciências da Computação; Matemática Aplicada e Computação Científica; Matemática Aplicada e Computacional; Matemática com Informática; Matemática Computacional; Processamento de Dados; Processamento de Dados ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Programação de Computadores; Programação de Sistemas; Programação de Sistemas ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Sistemas de Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação (LP); Tecnologia da Informação; Tecnologia da Informação (LP); Tecnologia da(de) Informação e Comunicação; Tecnologia de Computação; Tecnologia em Administração de Redes de Computadores; Tecnologia em Análise de Sistemas; Tecnologia em Análise de Sistemas e Tecnologia(s) da Informação; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Análise e Projeto de Sistemas; Tecnologia em Banco de Dados; Tecnologia em Desenvolvimento de Banco de Dados; Tecnologia em Desenvolvimento de Jogos Digitais; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas ; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Software; Tecnologia em Desenvolvimento para Web; Tecnologia em Desenvolvimento Web; Tecnologia em Engenharia de Software; Tecnologia em Gerenciamento de Redes de Computadores; Tecnologia em Gestão da(de) Tecnologia da Informação; Tecnologia em Gestão de Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão de Telecomunicações; Tecnologia em Informática; Tecnologia em Informática – Banco de Dados; Tecnologia em Informática – Ênfase em Banco de Dados; Tecnologia em Informática – Ênfase em Banco de Dados e Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Ênfase em Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática – Ênfase em Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Gestão Financeira; Tecnologia em Informática – Modalidade (de) Gestão Financeira; Tecnologia em Informática – Modalidade Gestão da Produção Industrial; Tecnologia em Informática – Sistemas de Informação; Tecnologia em Informática com Ênfase em Banco de Dados; Tecnologia em Informática com Ênfase em Banco de Dados e Redes de Computadores; Tecnologia em Informática com Ênfase em Redes de Computadores; Tecnologia em Informática e Negócios; Tecnologia em Informática para (a) Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática para Negócios; Tecnologia em Jogos Digitais; Tecnologia em Processamento de Dados; Tecnologia em Projeto(s) de Sistemas de Informações; Tecnologia em Redes de Computadores; Tecnologia em Redes de Telecomunicações; Tecnologia em Segurança da Informação; Tecnologia em Sistema(s) de(da) Informação; Tecnologia em Sistema(s) para Internet; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações; Tecnologia em Técnicas Digitais; Tecnologia em Telecomunicações; Tecnologia em Telemática; Tecnologia em Web Design; Tecnologia em Web Design e E–Commerce;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 088/06/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO – GARÇA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 088/07/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 78120/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Material(Enfermagem)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 088/07/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 088/07/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Material(Enfermagem): Enfermagem; Enfermagem (LP); Enfermagem e Obstetrícia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 088/07/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano

de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO – GARÇA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 088/08/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 78147/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Enfermagem em UTI e Unidades Especializadas(Enfermagem)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 088/08/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 088/08/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Enfermagem em UTI e Unidades Especializadas(Enfermagem): Enfermagem; Enfermagem (LP); Enfermagem e Obstetrícia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova

de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 088/08/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,
Pede deferimento.
Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO – GARÇA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 088/09/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 78279/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Tecnologia Mecânica I(Mecânica)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, deven-

do constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 088/09/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 088/09/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Tecnologia Mecânica I(Mecânica): Desenho de Projetos de Mecânica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Eletromecânica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Engenharia com Habilitação em Engenharia de Produção Mecânica; Engenharia com Habilitação em Engenharia Industrial Mecânica; Engenharia da(de) Produção; Engenharia de Automação e Controle; Engenharia de Automação e Sistemas; Engenharia de Automação e Sistemas – Mecatrônica; Engenharia de Controle e Automação; Engenharia de Controle e Automação – Mecatrônica; Engenharia de Materiais; Engenharia de Produção de Minas; Engenharia de Produção Mecânica; Engenharia de Produção Metalúrgica; Engenharia em Processos de Produção; Engenharia Industrial de Materiais; Engenharia Industrial Mecânica; Engenharia Industrial Metalúrgica ; Engenharia Mecânica; Engenharia Mecânica – Automação e Sistemas; Engenharia Mecânica – Ênfase em Ciência dos Materiais; Engenharia Mecânica – Ênfase em Mecatrônica; Engenharia Mecânica – Ênfase Mecânica Automobilística; Engenharia Mecânica – Modalidade Controle e Automação; Engenharia Mecânica – Modalidade Produção; Engenharia Mecatrônica; Engenharia Mecatrônica – Controle e Automação; Engenharia Metalúrgica; Mecânica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Mecânica de Precisão ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Tecnologia (em) Mecânica; Tecnologia (em) Mecânica – Modalidade Desenhista Projetista; Tecnologia (em) Mecânica – Modalidade Manutenção de Máquinas e Equipamentos; Tecnologia (em) Mecânica – Modalidade Manutenção Industrial; Tecnologia (em) Mecânica – Modalidade Mecânica de Precisão; Tecnologia (em) Mecânica – Modalidade Oficinas; Tecnologia (em) Mecânica – Modalidade Processos de Produção; Tecnologia (em) Mecânica – Modalidade Projetos; Tecnologia (em) Mecânica – Modalidade Soldagem; Tecnologia (em) Mecânica – Oficinas e Manutenção; Tecnologia (em) Mecânica – Projetos; Tecnologia (em) Mecânica Automobilística; Tecnologia (em) Mecânica de Precisão; Tecnologia (em) Mecânica Processos de Soldagem; Tecnologia em Automação ; Tecnologia em Automação e Controle; Tecnologia em Automação e Manufatura Digital; Tecnologia em Automação Industrial; Tecnologia em Automobilística; Tecnologia em Fabricação Mecânica; Tecnologia em Manutenção de Aeronaves; Tecnologia em Manutenção Industrial; Tecnologia em Manutenção Mecânica Industrial; Tecnologia em Materiais; Tecnologia em Mecatrônica; Tecnologia em Mecatrônica Industrial; Tecnologia em Processos de Produção; Tecnologia em Processos Metalúrgicos; Tecnologia em Produção (da/de Produção); Tecnologia em Produção Industrial; Tecnologia em Projetos Mecânicos;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 088/09/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO – GARÇA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 088/10/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 78313/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Eficiência Energética e Manutenção Eletrônica(Eletrônica)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 088/10/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 088/10/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Eficiência Energética e Manutenção Eletrônica(Eletrônica): Eletroeletrônica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Eletromecânica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Eletrônica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Eletrotécnica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Engenharia com Habilitação em Engenharia Elétrica; Engenharia de Automação e Controle; Engenharia de Automação e Sistemas; Engenharia de Controle e Automação; Engenharia de Controle e Automação – Mecatrônica; Engenharia de Energia; Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica; Engenharia de Operação – Modalidade Eletrônica; Engenharia de Operação – Modalidade Eletrotécnica; Engenharia de Operação em Telecomunicações; Engenharia de Produção Elétrica; Engenharia de Produção Metalúrgica; Engenharia de Telecomunicações; Engenharia de Telemática; Engenharia Elétrica; Engenharia Elétrica – Habilitação Eletrotécnica; Engenharia Elétrica – Habilitação em Automação; Engenharia Elétrica – Habilitação em Controle e Automação; Engenharia Elétrica – Habilitação em Elétrica – Sistemas de Energia e Automação; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrônica; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Engenharia Elétrica Ênfase Eletrônica ; Engenharia Elétrica Ênfase Eletrônica para Telecomunicações; Engenharia Elétrica Ênfase Eletrotécnica; Engenharia Elétrica Ênfase em Computação; Engenharia Elétrica Ênfase em Eletrônica e Telecomunicações; Engenharia Elétrica Ênfase em Telecomunicações; Engenharia Eletrônica; Engenharia Eletrotécnica; Engenharia Industrial – Modalidade Elétrica/ Eletrotécnica; Engenharia Industrial Elétrica; Engenharia Industrial Metalúrgica ; Engenharia Mecânica – Automação e Sistemas; Engenharia Mecânica – Controle e Automação; Engenharia Mecatrônica; Engenharia Mecatrônica – Controle e Automação; Engenharia Metalúrgica; Engenharia Operacional Elétrica – Habilitação Eletrônica; Engenharia Operacional Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Informática Industrial ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Instrumentação e Equipamentos Industriais ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Tecnologia em Automação ; Tecnologia em Automação e Controle; Tecnologia em Automação Industrial; Tecnologia em Elétrica – Modalidade Eletrônica; Tecnologia em Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Tecnologia em Elétrica – Modalidade Máquinas Elétricas; Tecnologia em Eletricidade; Tecnologia em Eletrônica; Tecnologia em Eletrônica – Modalidade Técnicas Digitais; Tecnologia em Eletrônica Automotiva; Tecnologia em Eletrônica de Sistemas Digitais; Tecnologia em Eletrônica Industrial; Tecnologia em Eletrotécnica; Tecnologia em Instalações Elétricas; Tecnologia em Instrumentação e Controle; Tecnologia em Máquinas Elétricas; Tecnologia em Materiais – Processos e Componentes Eletrônicos; Tecnologia em Mecatrônica; Tecnologia em Mecatrônica Industrial; Tecnologia em Microeletrônica; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações; Tecnologia em Sistemas Elétricos; Tecnologia em Sistemas Elétricos – Distribuição de Energia; Tecnologia em Sistemas Elétricos – Modalidade Eletrônica; Tecnologia em Sistemas Eletrônicos; Tecnologia em Técnicas Digitais; Tecnologia em Telecomunicações; Tecnologia em(de) Sistemas Elétricos – Modalidade Distribuição de Energia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 088/10/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO – GARÇA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 088/11/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 78355/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MONSENHOR ANTÔNIO MAGLIANO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Processos de Operações Contábeis (Administração)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 088/11/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: etecmam.adm@gmail.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 088/11/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Processos de Operações Contábeis (Administração): Administração; Administração ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Negócios; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Ciências Administrativas; Ciências Atuariais; Ciências Contábeis; Ciências Contábeis e Atuariais; Ciências Econômicas; Ciências Econômicas com Ênfase em Comércio Internacional; Ciências Gerenciais e Orçamentárias; Ciências Gerenciais e Orçamentos Contábeis; Contabilidade ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Economia; Tecnologia em Comercio Exterior; Tecnologia em Comércio Internacional; Tecnologia em Gestão Comercial; Tecnologia em Gestão de Comercio Exterior; Tecnologia em Gestão de Negócios e Finanças; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Processos Gerenciais;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 088/11/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN – SÃO JOAQUIM DA BARRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 094/11/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75267/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Máquinas de Corrente Alternada(Eletroeletrônica)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 094/11/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 094/11/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Máquinas de Corrente Alternada(Eletroeletrônica): Eletroeletrônica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Eletromecânica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Eletrônica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Eletrotécnica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Engenharia com Habilitação em Engenharia Elétrica; Engenharia de Automação e Controle; Engenharia de Automação e Sistemas; Engenharia de Controle e Automação – Mecatrônica; Engenharia de Energia; Engenharia de Operação – Modalidade Eletrotécnica; Engenharia de Operação em Telecomunicações; Engenharia de Produção Elétrica; Engenharia de Produção, Eletricista; Engenharia de Telecomunicações; Engenharia de Telemática; Engenharia Elétrica; Engenharia Elétrica – Habilitação Eletrotécnica; Engenharia Elétrica – Habilitação em Automação; Engenharia Elétrica – Habilitação em Controle e Automação; Engenharia Elétrica – Habilitação em Elétrica – Sistemas de Energia e Automação; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrônica; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrotécnica/Eletrônica; Engenharia Elétrica Ênfase Eletrônica ; Engenharia Elétrica Ênfase Eletrônica para Telecomunicações; Engenharia Elétrica Ênfase Eletrotécnica; Engenharia Elétrica Ênfase em Computação; Engenharia Elétrica Ênfase em Eletrônica e Telecomunicações; Engenharia Elétrica Ênfase em Sistemas de Energia e Automação; Engenharia Elétrica Ênfase em Telecomunicações; Engenharia Eletrônica; Engenharia Eletrotécnica; Engenharia Industrial – Modalidade Elétrica/ Eletrotécnica; Engenharia Industrial Elétrica; Engenharia Mecânica – Automação e Sistemas; Engenharia Mecânica – Controle e Automação; Engenharia Mecatrônica; Engenharia Mecatrônica – Controle e Automação; Engenharia Operacional Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Tecnologia em Automação ; Tecnologia em Automação e Controle; Tecnologia em Automação Industrial; Tecnologia em Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Tecnologia em Elétrica – Modalidade Máquinas Elétricas; Tecnologia em Eletricidade; Tecnologia em Eletrotécnica; Tecnologia em Máquinas Elétricas; Tecnologia em Mecatrônica; Tecnologia em Mecatrônica Industrial; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações; Tecnologia em Sistemas Elétricos; Tecnologia em Sistemas Elétricos – Distribuição de Energia; Tecnologia em Telecomunicações; Tecnologia em(de) Sistemas Elétricos – Modalidade Distribuição de Energia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 094/11/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

*

FACULDADE DE TECNOLOGIA PROFESSOR ANTONIO SEABRA – LINS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, Nº 192/01/2021, PROCESSO Nº 73662/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da FACULDADE DE TECNOLOGIA PROFESSOR ANTONIO SEABRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 17, de 16/07/2015, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado, para a função de Professor de Ensino Superior, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para a disciplina e curso a seguir:

DISCIPLINA: INGLÊS V

ÁREA DA DISCIPLINA: LETRAS E LINGUÍSTICA

CURSO: LOGISTICA

CARGA HORÁRIA E PERÍODO: 2 HA – NOTURNO (DAS 18:40 ÀS 19:30 HRS E DAS 19:30 ÀS 20:20 HRS)

NÚMERO DE VAGAS: 1

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 17/2015 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 55 do Regimento das Faculdades de Tecnologia do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 31/2016 (ANEXO I deste Edital).

3.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

4. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Superior, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas nas disciplinas que possam surgir durante o período de validade do certame.

5. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 31,03 (trinta e um reais e três centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Superior, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. Os requisitos da função de Professor de Ensino Superior constarão do ANEXO II do presente Edital.

2. Será desclassificado o candidato que não atender os requisitos dispostos no ANEXO II do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal.

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO II deste Edital.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 27/01/2021 até às 23h59 de 10/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Fatec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Informar o número de cadastro na Plataforma Lattes do CNPq (link do currículo Lattes) atualizado.

g) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (currículo baseado na Plataforma Lattes, do CNPq) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. O candidato será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado quando:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 do presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

7. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

7.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

7.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

8. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Superior.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico.

4. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

5. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

6. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

6.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

6.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

6.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

6.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 6.1 e 6.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

7. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Superior, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto nº 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário na análise do Memorial Circunstanciado.

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, na análise do Memorial Circunstanciado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas na análise do Memorial Circunstanciado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota da análise do Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato no Processo Seletivo Simplificado. A nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

10.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

11. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

12. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou pardo consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

12.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

12.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

13. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

13.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

14.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: f192acad@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 192/01/2021.

14.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 14.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

14.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DA ANÁLISE DO MEMORIAL CIRCUSNTANCIADO

1. O Processo Seletivo Simplificado será constituído de análise do Memorial Circunstanciado, de caráter classificatório.

2. A análise do Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais), com critérios definidos no ANEXO III deste Edital.

2.1. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme currículo baseado na Plataforma Lattes, do CNPq.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Fatec designará Comissão Específica, que será responsável pela verificação dos requisitos estabelecidos no ANEXO II deste Edital e pela análise do Memorial Circunstanciado.

1.1. A designação dos membros da Comissão Específica levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 1.000 (mil) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO III.

3. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

3.1. A nota final do candidato, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

4. Só serão computadas as comprovações de atividades/experiência profissional corretamente demonstradas por meio de documentos oficiais emitidos por organizações públicas ou privadas e instituições devidamente constituídas na forma da lei.

4.1. Todo título/atividades/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

5. O candidato será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado quando não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da nota obtida na análise do Memorial Circunstanciado, acrescida, se for o caso, da pontuação diferenciada.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. Os candidatos classificados serão relacionados pela ordem decrescente da nota final.

2. Relacionar–se–á o candidato não classificado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e o motivo que ensejou a não classificação.

3. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes na Formação Acadêmica.

e) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes em Experiências Profissionais.

f) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes na Formação Complementar na área da disciplina.

g) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes nas Publicações.

h) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes nas Participações em Congressos, Workshops e similares.

i) De maior idade.

3.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

3.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

3.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

3.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

3.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 11 da Deliberação CEETEPS 17/2015, o Diretor da Unidade de Ensino deverá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para a disciplina objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em disciplina diferente daquela ofertada no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO IV deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Superior, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: f192acad@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 192/01/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 5 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 17/2015 encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

1. Elaborar o cronograma de suas atividades, submetendo–o à aprovação do Departamento ou Coordenadoria de Curso.

2. Ministrar o ensino da(s) disciplina(s) que lhe for(em) atribuída(s), assegurando o cumprimento integral do(s) programa(s) e carga(s) horária(s).

3. Aplicar os instrumentos de avaliação e analisar os resultados apresentados pelos alunos, bem como planejar estratégias de recuperação de aprendizagem nas situações pertinentes.

4. Entregar à Secretaria os resultados das avaliações do aproveitamento escolar nos prazos fixados, após devida inserção desses resultados no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – SIGA.

5. Votar nas situações previstas no Regimento das Fatecs.

6. Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e das comissões para as quais for designado.

7. Observar o regime disciplinar previsto em lei.

ANEXO II – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

Possuir, na data da inscrição:

PARA DISCIPLINAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS)

1. Graduação com habilitação específica e possuir titulação em programa de mestrado ou doutorado, obtido em programas reconhecidos ou recomendados na forma da lei, sendo a graduação ou a titulação na área da disciplina, e possuir experiência profissional relevante de pelo menos 03 anos na área da disciplina; ou

2. Graduação com habilitação específica e especialização, sendo a graduação e especialização na área da disciplina, e experiência profissional relevante de pelo menos 05 anos na área da disciplina.

3. Além de atender aos requisitos descritos nos itens 1 ou 2, apresentar um certificado de exames de proficiência internacional vitalício ou com data de realização não superior a 5 anos da data de admissão, com pontuação mínima conforme abaixo:

ECPE – Michigan: Examination for the Certificate of Proficiency in English – PASS.

ECCE – Examination for the Certificate of Competency in English – PASS.

MET – Michigan English Test – PASS.

BEC – Cambridge Business English Certificate – VANTAGE – PASS.

BEC– Cambridge Business English Certificate – HIGHER – PASS.

FCE – First Certificate of English – PASS.

CAE – Certificate in Advanced English – PASS.

CPE – Certificate of Proficiency in English – PASS.

CAL – English Proficiency Test for Teachers – MÍNIMO B2.

TELC – The European Language Certificates – MÍNIMO B2.

Trinity College London ESOL – B2 above.

CEELT – PASS.

CELS (ARELS+OXFORD) – PASS.

ICELT – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

CELT–P – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

CELT–S – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

CELTA / COTE – PASS.

DELTA – PASS.

EMI SKILLS – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

LCCIEB (EFB, EFC, PBE, SEFIC, WEFT) – PASS.

TKT – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

BULATS

– MÍNIMO 60 PONTOS.

Linguaskill – Cambridge (compreensão auditiva, leitura e escrita) – MÍNIMO B2.

PTE GENERAL – Pearson Test of English General – MÍNIMO LEVEL 3.

IELTS – MÍNIMO 5,0 PONTOS.

TOEIC – MÍNIMO 785 PONTOS.

TOEFL–ibt – MÍNIMO 87 PONTOS.

TOEFL–itp – MÍNIMO 543 PONTOS.

LanguageCert International ESOL B2 Communicator (written &spoken) – B2 above High Pass/Pass.

LanguageCert International ESOL C1 Expert (written &spoken) – C1 above High Pass/Pass.

LanguageCert International ESOL C2 Mastery (written &spoken) – C2 High Pass/Pass.

ITEP Academic CORE (3 habilidades) – MÍNIMO 3,5 PONTOS (B2/C1/C2).

ITEP Academic PLUS (5 habilidades) – MÍNIMO 3,5 PONTOS (B2/C1/C2).

ITEP Advanced (5 habilidades) – MÍNIMO 4,5 (C1).

ANEXO III – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

PARA DISCIPLINAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

1) CURRÍCULO LATES

– Informar o link do Currículo Lattes

– Subir a cópia do Currículo Lattes

2) MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – FORMAÇÃO ACADÊMICA (máximo 450 pontos) (este total é ponderado segundo a razão 450/910)

– Pós–doutorado (100 pontos)

– TITULAÇÃO

a) Doutorado na área do certame (200 pontos)

b) Doutorado em outra área (150 pontos)

c) Mestrado na área do certame (130 pontos)

d) Mestrado em outra área (100 pontos)

– ESPECIALIZAÇÃO

a) Especialização na área do certame (80 pontos)

b) Especialização em outra área (40 pontos)

– PROFICIÊNCIA E GRADUAÇÃO

a) Proficiência na Língua (50 pontos)

b) Graduação na área do certame (60 pontos)

II – FORMAÇÃO COMPLEMENTAR (na área do certame) (máximo 40 pontos)

– Cursos de extensão (1 ponto para cada 8 horas) (se o certificado não apresentar carga horária, considerar 4 horas)

III – PUBLICAÇÕES (máximo 100 pontos)

– Livro (20 pontos/livro)

– Organizador de livro (10 pontos/livro)

– Capítulo de livro (5 pontos/capítulo)

– Revistas/Jornais. Artigo publicado:

a) internacionalmente (14 pontos)

b) nacionalmente (10 pontos)

c) regionalmente (6 pontos)

d) local ou corporativamente (2 pontos)

– Congressos, Workshops, Simpósios etc. Artigo publicado:

a) internacionalmente (12 pontos)

b) nacionalmente (8 pontos)

c) regionalmente (4 pontos)

d) local ou corporativamente (2 pontos)

– Resumo Estendido (publicado):

a) internacionalmente (4 pontos)

b) nacionalmente (2 pontos)

– Resumo (publicado):

a) nacionalmente (1 ponto)

b) internacionalmente (1 ponto)

IV – PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, WORKSHOPS ETC. (por evento) (máximo 60 pontos)

– Como Organizador (15 pontos)

– Como Revisor ou Avaliador (12 pontos)

– Como Palestrante (10 pontos)

– Como Apresentador Oral (8 pontos)

– Membro de Mesa Redonda/Debates (5 pontos)

– Como Ouvinte (1 ponto)

V – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS (máximo 350 pontos)

– Atividade profissional como:

a) docente no terceiro grau (30 pontos/ano)

b) docente no Nível Médio/Técnico (15 pontos/ano)

c) docente em cursos de idiomas (15 pontos/ano)

– Participação em projetos de pesquisa (1 ponto/projeto)

– Orientações:

a) Doutorado (20 pontos/evento)

b) Mestrado (15 pontos/evento)

c) Iniciação Científica com bolsa (5 pontos/evento)

d) Iniciação Científica (2 pontos/evento)

e) Trabalho de Graduação (Conclusão de Curso) (1 pontos/evento)

– Atividade profissional fora da docência na área da disciplina (20 pontos/ano)

ANEXO IV – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

*

FACULDADE DE TECNOLOGIA PROFESSOR ANTONIO SEABRA – LINS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, Nº 192/02/2021, PROCESSO Nº 74202/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da FACULDADE DE TECNOLOGIA PROFESSOR ANTONIO SEABRA, nos termos da Deliberação CEETEPS 17, de 16/07/2015, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado, para a função de Professor de Ensino Superior, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para a disciplina e curso a seguir:

DISCIPLINA: INGLÊS VI

ÁREA DA DISCIPLINA: LETRAS E LINGUÍSTICA

CURSO: LOGISTICA

CARGA HORÁRIA E PERÍODO: 2 HA – NOTURNO

NÚMERO DE VAGAS: 1

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 17/2015 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 55 do Regimento das Faculdades de Tecnologia do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 31/2016 (ANEXO I deste Edital).

3.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

4. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Superior, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas nas disciplinas que possam surgir durante o período de validade do certame.

5. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 31,03 (trinta e um reais e três centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Superior, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. Os requisitos da função de Professor de Ensino Superior constarão do ANEXO II do presente Edital.

2. Será desclassificado o candidato que não atender os requisitos dispostos no ANEXO II do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal.

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO II deste Edital.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 27/01/2021 até às 23h59 de 10/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Fatec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Informar o número de cadastro na Plataforma Lattes do CNPq (link do currículo Lattes) atualizado.

g) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (currículo baseado na Plataforma Lattes, do CNPq) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. O candidato será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado quando:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 do presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

7. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

7.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

7.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

8. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Superior.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico.

4. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

5. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

6. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

6.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

6.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

6.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

6.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 6.1 e 6.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

7. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Superior, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto nº 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário na análise do Memorial Circunstanciado.

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, na análise do Memorial Circunstanciado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas na análise do Memorial Circunstanciado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota da análise do Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato no Processo Seletivo Simplificado. A nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

10.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

11. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

12. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou pardo consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

12.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

12.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

13. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

13.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

14.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: f192acad@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 192/02/2021.

14.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 14.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

14.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DA ANÁLISE DO MEMORIAL CIRCUSNTANCIADO

1. O Processo Seletivo Simplificado será constituído de análise do Memorial Circunstanciado, de caráter classificatório.

2. A análise do Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais), com critérios definidos no ANEXO III deste Edital.

2.1. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme currículo baseado na Plataforma Lattes, do CNPq.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Fatec designará Comissão Específica, que será responsável pela verificação dos requisitos estabelecidos no ANEXO II deste Edital e pela análise do Memorial Circunstanciado.

1.1. A designação dos membros da Comissão Específica levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 1.000 (mil) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO III.

3. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

3.1. A nota final do candidato, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

4. Só serão computadas as comprovações de atividades/experiência profissional corretamente demonstradas por meio de documentos oficiais emitidos por organizações públicas ou privadas e instituições devidamente constituídas na forma da lei.

4.1. Todo título/atividades/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

5. O candidato será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado quando não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da nota obtida na análise do Memorial Circunstanciado, acrescida, se for o caso, da pontuação diferenciada.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. Os candidatos classificados serão relacionados pela ordem decrescente da nota final.

2. Relacionar–se–á o candidato não classificado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e o motivo que ensejou a não classificação.

3. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes na Formação Acadêmica.

e) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes em Experiências Profissionais.

f) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes na Formação Complementar na área da disciplina.

g) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes nas Publicações.

h) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes nas Participações em Congressos, Workshops e similares.

i) De maior idade.

3.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

3.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

3.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

3.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

3.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 11 da Deliberação CEETEPS 17/2015, o Diretor da Unidade de Ensino deverá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para a disciplina objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em disciplina diferente daquela ofertada no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO IV deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Superior, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: f192acad@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 192/02/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 5 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 17/2015 encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

1. Elaborar o cronograma de suas atividades, submetendo–o à aprovação do Departamento ou Coordenadoria de Curso.

2. Ministrar o ensino da(s) disciplina(s) que lhe for(em) atribuída(s), assegurando o cumprimento integral do(s) programa(s) e carga(s) horária(s).

3. Aplicar os instrumentos de avaliação e analisar os resultados apresentados pelos alunos, bem como planejar estratégias de recuperação de aprendizagem nas situações pertinentes.

4. Entregar à Secretaria os resultados das avaliações do aproveitamento escolar nos prazos fixados, após devida inserção desses resultados no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – SIGA.

5. Votar nas situações previstas no Regimento das Fatecs.

6. Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e das comissões para as quais for designado.

7. Observar o regime disciplinar previsto em lei.

ANEXO II – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

Possuir, na data da inscrição:

PARA DISCIPLINAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS)

1. Graduação com habilitação específica e possuir titulação em programa de mestrado ou doutorado, obtido em programas reconhecidos ou recomendados na forma da lei, sendo a graduação ou a titulação na área da disciplina, e possuir experiência profissional relevante de pelo menos 03 anos na área da disciplina; ou

2. Graduação com habilitação específica e especialização, sendo a graduação e especialização na área da disciplina, e experiência profissional relevante de pelo menos 05 anos na área da disciplina.

3. Além de atender aos requisitos descritos nos itens 1 ou 2, apresentar um certificado de exames de proficiência internacional vitalício ou com data de realização não superior a 5 anos da data de admissão, com pontuação mínima conforme abaixo:

ECPE – Michigan: Examination for the Certificate of Proficiency in English – PASS.

ECCE – Examination for the Certificate of Competency in English – PASS.

MET – Michigan English Test – PASS.

BEC – Cambridge Business English Certificate – VANTAGE – PASS.

BEC– Cambridge Business English Certificate – HIGHER – PASS.

FCE – First Certificate of English – PASS.

CAE – Certificate in Advanced English – PASS.

CPE – Certificate of Proficiency in English – PASS.

CAL – English Proficiency Test for Teachers – MÍNIMO B2.

TELC – The European Language Certificates – MÍNIMO B2.

Trinity College London ESOL – B2 above.

CEELT – PASS.

CELS (ARELS+OXFORD) – PASS.

ICELT – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

CELT–P – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

CELT–S – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

CELTA / COTE – PASS.

DELTA – PASS.

EMI SKILLS – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

LCCIEB (EFB, EFC, PBE, SEFIC, WEFT) – PASS.

TKT – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

BULATS

– MÍNIMO 60 PONTOS.

Linguaskill – Cambridge (compreensão auditiva, leitura e escrita) – MÍNIMO B2.

PTE GENERAL – Pearson Test of English General – MÍNIMO LEVEL 3.

IELTS – MÍNIMO 5,0 PONTOS.

TOEIC – MÍNIMO 785 PONTOS.

TOEFL–ibt – MÍNIMO 87 PONTOS.

TOEFL–itp – MÍNIMO 543 PONTOS.

LanguageCert International ESOL B2 Communicator (written &spoken) – B2 above High Pass/Pass.

LanguageCert International ESOL C1 Expert (written &spoken) – C1 above High Pass/Pass.

LanguageCert International ESOL C2 Mastery (written &spoken) – C2 High Pass/Pass.

iTEP Academic CORE (3 habilidades) – MÍNIMO 3,5 PONTOS (B2/C1/C2).

iTEP Academic PLUS (5 habilidades) – MÍNIMO 3,5 PONTOS (B2/C1/C2).

ITEP Advanced (5 habilidades) – MÍNIMO 4,5 (C1).

ANEXO III – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

PARA DISCIPLINAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

1) CURRÍCULO LATES

– Informar o link do Currículo Lattes

– Subir a cópia do Currículo Lattes

2) MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – FORMAÇÃO ACADÊMICA (máximo 450 pontos) (este total é ponderado segundo a razão 450/910)

– Pós–doutorado (100 pontos)

– TITULAÇÃO

a) Doutorado na área do certame (200 pontos)

b) Doutorado em outra área (150 pontos)

c) Mestrado na área do certame (130 pontos)

d) Mestrado em outra área (100 pontos)

– ESPECIALIZAÇÃO

a) Especialização na área do certame (80 pontos)

b) Especialização em outra área (40 pontos)

– PROFICIÊNCIA E GRADUAÇÃO

a) Proficiência na Língua (50 pontos)

b) Graduação na área do certame (60 pontos)

II – FORMAÇÃO COMPLEMENTAR (na área do certame) (máximo 40 pontos)

– Cursos de extensão (1 ponto para cada 8 horas) (se o certificado não apresentar carga horária, considerar 4 horas)

III – PUBLICAÇÕES (máximo 100 pontos)

– Livro (20 pontos/livro)

– Organizador de livro (10 pontos/livro)

– Capítulo de livro (5 pontos/capítulo)

– Revistas/Jornais. Artigo publicado:

a) internacionalmente (14 pontos)

b) nacionalmente (10 pontos)

c) regionalmente (6 pontos)

d) local ou corporativamente (2 pontos)

– Congressos, Workshops, Simpósios etc. Artigo publicado:

a) internacionalmente (12 pontos)

b) nacionalmente (8 pontos)

c) regionalmente (4 pontos)

d) local ou corporativamente (2 pontos)

– Resumo Estendido (publicado):

a) internacionalmente (4 pontos)

b) nacionalmente (2 pontos)

– Resumo (publicado):

a) nacionalmente (1 ponto)

b) internacionalmente (1 ponto)

IV – PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, WORKSHOPS ETC. (por evento) (máximo 60 pontos)

– Como Organizador (15 pontos)

– Como Revisor ou Avaliador (12 pontos)

– Como Palestrante (10 pontos)

– Como Apresentador Oral (8 pontos)

– Membro de Mesa Redonda/Debates (5 pontos)

– Como Ouvinte (1 ponto)

V – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS (máximo 350 pontos)

– Atividade profissional como:

a) docente no terceiro grau (30 pontos/ano)

b) docente no Nível Médio/Técnico (15 pontos/ano)

c) docente em cursos de idiomas (15 pontos/ano)

– Participação em projetos de pesquisa (1 ponto/projeto)

– Orientações:

a) Doutorado (20 pontos/evento)

b) Mestrado (15 pontos/evento)

c) Iniciação Científica com bolsa (5 pontos/evento)

d) Iniciação Científica (2 pontos/evento)

e) Trabalho de Graduação (Conclusão de Curso) (1 pontos/evento)

– Atividade profissional fora da docência na área da disciplina (20 pontos/ano)

ANEXO IV – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

*

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE ADAMANTINA – ADAMANTINA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, Nº 291/01/2021.

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO ABERTURA DE INSCRIÇÕES, PUBLICADO NO D.O.E DE 22/01/2021, SEÇÃO I, PÁGINAS 162 E 163.

ONDE SE LÊ:

...

CARGA HORÁRIA E PERÍODO: – TOTAL DE 8 HORAS AULA – SENDO 2 H.A PARA CADA DISCIPLINA

LEIA-SE:

...

CARGA HORÁRIA E PERÍODO: – TOTAL DE 8 HORAS AULA - SENDO:

Inglês I – 2(duas) horas aula (quinta feira das 19:20 as 21:00);

Inglês II - 2(duas) horas aula (quinta feira das 21:10 as 22:50);

Inglês IV -2 (duas) horas aula (terça feira das 21:10 as 22:50) e

Inglês V -2 (duas) horas aula (quarta feira das 19:20 as 22:50)

*

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE ADAMANTINA – ADAMANTINA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, Nº 291/05/2021.

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da FACULDADE DE TECNOLOGIA DE ADAMANTINA, nos termos da Deliberação CEETEPS 17, de 16/07/2015, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado, para a função de Professor de Ensino Superior, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para a disciplina e curso a seguir:

DISCIPLINA: GESTÃO DE VAREJO

ÁREA DA DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS

CURSO: GESTÃO COMERCIAL

CARGA HORÁRIA E PERÍODO: TOTAL DE 4 HORAS AULAS – NOTURNO – SENDO (2 H.A -TERÇA FEIRA DAS 21:10 AS 22:50H) E (2 H.A- QUARTA-FEIRA 21:10 ÀS 2250H)

NÚMERO DE VAGAS: 1

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 17/2015 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 55 do Regimento das Faculdades de Tecnologia do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 31/2016 (ANEXO I deste Edital).

3.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

4. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Superior, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas nas disciplinas que possam surgir durante o período de validade do certame.

5. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 31,03 (trinta e um reais e três centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Superior, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. Os requisitos da função de Professor de Ensino Superior constarão do ANEXO II do presente Edital.

2. Será desclassificado o candidato que não atender os requisitos dispostos no ANEXO II do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal.

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO II deste Edital.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 26/01/2021 até às 23h59 de 09/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Fatec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Informar o número de cadastro na Plataforma Lattes do CNPq (link do currículo Lattes) atualizado.

g) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (currículo baseado na Plataforma Lattes, do CNPq) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. O candidato será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado quando:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 do presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

7. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

7.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

7.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

8. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Superior.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico.

4. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

5. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

6. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

6.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

6.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

6.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

6.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 6.1 e 6.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

7. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Superior, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto nº 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário na análise do Memorial Circunstanciado.

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, na análise do Memorial Circunstanciado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas na análise do Memorial Circunstanciado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota da análise do Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato no Processo Seletivo Simplificado. A nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

10.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

11. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

12. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou pardo consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

12.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

12.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

13. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

13.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

14.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: f291adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 291/05/2021.

14.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 14.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

14.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DA ANÁLISE DO MEMORIAL CIRCUSNTANCIADO

1. O Processo Seletivo Simplificado será constituído de análise do Memorial Circunstanciado, de caráter classificatório.

2. A análise do Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais), com critérios definidos no ANEXO III deste Edital.

2.1. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme currículo baseado na Plataforma Lattes, do CNPq.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Fatec designará Comissão Específica, que será responsável pela verificação dos requisitos estabelecidos no ANEXO II deste Edital e pela análise do Memorial Circunstanciado.

1.1. A designação dos membros da Comissão Específica levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 1.000 (mil) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO III.

3. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

3.1. A nota final do candidato, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

4. Só serão computadas as comprovações de atividades/experiência profissional corretamente demonstradas por meio de documentos oficiais emitidos por organizações públicas ou privadas e instituições devidamente constituídas na forma da lei.

4.1. Todo título/atividades/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

5. O candidato será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado quando não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da nota obtida na análise do Memorial Circunstanciado, acrescida, se for o caso, da pontuação diferenciada.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. Os candidatos classificados serão relacionados pela ordem decrescente da nota final.

2. Relacionar–se–á o candidato não classificado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e o motivo que ensejou a não classificação.

3. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes na Formação Acadêmica.

e) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes em Experiências Profissionais.

f) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes na Formação Complementar na área da disciplina.

g) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes nas Publicações.

h) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes nas Participações em Congressos, Workshops e similares.

i) De maior idade.

3.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

3.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

3.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

3.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

3.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 11 da Deliberação CEETEPS 17/2015, o Diretor da Unidade de Ensino deverá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para a disciplina objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em disciplina diferente daquela ofertada no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO IV deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Superior, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: f291adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 291/05/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 5 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 17/2015 encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

1. Elaborar o cronograma de suas atividades, submetendo–o à aprovação do Departamento ou Coordenadoria de Curso.

2. Ministrar o ensino da(s) disciplina(s) que lhe for(em) atribuída(s), assegurando o cumprimento integral do(s) programa(s) e carga(s) horária(s).

3. Aplicar os instrumentos de avaliação e analisar os resultados apresentados pelos alunos, bem como planejar estratégias de recuperação de aprendizagem nas situações pertinentes.

4. Entregar à Secretaria os resultados das avaliações do aproveitamento escolar nos prazos fixados, após devida inserção desses resultados no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – SIGA.

5. Votar nas situações previstas no Regimento das Fatecs.

6. Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e das comissões para as quais for designado.

7. Observar o regime disciplinar previsto em lei.

ANEXO II – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

Possuir, na data da inscrição:

PARA DISCIPLINAS PROFISSIONALIZANTES

1. Graduação e titulação em programas de mestrado ou doutorado reconhecidos ou recomendados na forma da lei, sendo a graduação ou a titulação na área da disciplina, e possuir experiência profissional relevante de pelo menos 03 anos na área da disciplina; ou

2. Graduação e especialização, cumulativamente, na área da disciplina e possuir experiência profissional relevante de pelo menos 05 anos na área da disciplina.

ANEXO III – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

PARA DISCIPLINAS PROFISSIONALIZANTES

1) CURRÍCULO LATES

– Informar o link do Currículo Lattes

– Subir a cópia do Currículo Lattes

2) MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – FORMAÇÃO ACADÊMICA (máximo 350 pontos) (este total é ponderado segundo a razão 350/860)

– Pós–doutorado (100 pontos)

– TITULAÇÃO

a) Doutorado na área do certame (200 pontos)

b) Doutorado em outra área (150 pontos)

c) Mestrado na área do certame (130 pontos)

d) Mestrado em outra área (100 pontos)

– ESPECIALIZAÇÃO

a) Especialização na área do certame (80 pontos)

b) Especialização em outra área (40 pontos)

– GRADUAÇÃO

a) Graduação na área do certame (60 pontos)

II – FORMAÇÃO COMPLEMENTAR (na área do certame) (máximo 40 pontos)

– Cursos de extensão (1 ponto para cada 8 horas) (se o certificado não apresentar carga horária, considerar 4 horas)

III – PUBLICAÇÕES (máximo 100 pontos)

– Livro (20 pontos/livro)

– Organizador de livro (10 pontos/livro)

– Capítulo de livro (5 pontos/capítulo)

– Revistas/Jornais. Artigo publicado:

a) internacionalmente (14 pontos)

b) nacionalmente (10 pontos)

c) regionalmente (6 pontos)

d) local ou corporativamente (2 pontos)

– Congressos, Workshops, Simpósios etc. Artigo publicado:

a) internacionalmente (12 pontos)

b) nacionalmente (8 pontos)

c) regionalmente (4 pontos)

d) local ou corporativamente (2 pontos)

– Resumo Estendido (publicado):

a) internacionalmente (4 pontos)

b) nacionalmente (2 pontos)

– Resumo (publicado):

a) nacionalmente (1 ponto)

b) internacionalmente (1 ponto)

IV – PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, WORKSHOPS ETC. (por evento) (máximo 60 pontos)

– Como Organizador (15 pontos)

– Como Revisor ou Avaliador (12 pontos)

– Como Palestrante (10 pontos)

– Como Apresentador Oral (8 pontos)

– Membro de Mesa Redonda/Debates (5 pontos)

– Como Ouvinte (1 ponto)

V – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS (máximo 400 pontos)

– Atividade profissional como:

a) docente no terceiro grau (20 pontos/ano)

b) docente no Nível Médio/Técnico (15 pontos/ano)

– Participação em projetos de pesquisa (1 ponto/projeto)

– Orientações:

a) Doutorado (20 pontos/evento)

b) Mestrado (15 pontos/evento)

c) Iniciação Científica com bolsa (5 pontos/evento)

d) Iniciação Científica (2 pontos/evento)

e) Trabalho de Graduação (Conclusão de Curso) (1 ponto/evento)

– Atividade profissional fora da docência na área da disciplina (30 pontos/ano)

VI – INOVAÇÕES E PREMIAÇÕES (por evento) (máximo 50 pontos)

– Patentes (10 pontos)

– Premiações por Inovação (8 pontos)

– Produtos (6 pontos)

– Processos ou Técnicas (6 pontos)

– Registros (6 pontos)

– Outras Premiações (4 pontos)

ANEXO IV – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN – SÃO JOAQUIM DA BARRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 094/12/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75563/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Eletrônica Industrial de Potência II(Eletroeletrônica)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 094/12/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 094/12/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Eletrônica Industrial de Potência II(Eletroeletrônica): Eletroeletrônica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Eletrônica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Eletrotécnica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Engenharia com Habilitação em Engenharia Elétrica; Engenharia de Automação e Controle; Engenharia de Automação e Sistemas; Engenharia de Automação e Sistemas – Mecatrônica; Engenharia de Controle e Automação; Engenharia de Controle e Automação – Mecatrônica; Engenharia de Energia; Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica; Engenharia de Operação – Modalidade Eletrônica; Engenharia de Operação – Modalidade Eletrotécnica; Engenharia de Operação em Telecomunicações; Engenharia de Produção Elétrica; Engenharia de Telecomunicações; Engenharia de Telemática; Engenharia Elétrica; Engenharia Elétrica – Habilitação Eletrotécnica; Engenharia Elétrica – Habilitação em Automação; Engenharia Elétrica – Habilitação em Controle e Automação; Engenharia Elétrica – Habilitação em Elétrica – Sistemas de Energia e Automação; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrônica; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrotécnica/ Eletrônica; Engenharia Elétrica Ênfase Eletrônica ; Engenharia Elétrica Ênfase Eletrônica para Telecomunicações; Engenharia Elétrica Ênfase em Compu-

tação; Engenharia Elétrica Ênfase em Eletrônica e Telecomunicações; Engenharia Elétrica Ênfase em Sistemas de Energia e Automação; Engenharia Elétrica Ênfase em Telecomunicações; Engenharia Eletrônica; Engenharia Eletrotécnica; Engenharia Industrial – Modalidade Elétrica/ Eletrotécnica; Engenharia Industrial Elétrica; Engenharia Mecânica – Automação e Sistemas; Engenharia Mecânica – Controle e Automação; Engenharia Mecatrônica; Engenharia Mecatrônica – Controle e Automação; Engenharia Operacional Elétrica – Habilitação Eletrônica; Engenharia Operacional Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Instrumentação e Equipamentos Industriais ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Tecnologia (em) Mecânica de Precisão; Tecnologia em Automação ; Tecnologia em Automação e Controle; Tecnologia em Automação Industrial; Tecnologia em Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Tecnologia em Elétrica – Modalidade Máquinas Elétricas; Tecnologia em Eletricidade; Tecnologia em Eletricidade – Modalidade Eletrônica; Tecnologia em Eletrônica; Tecnologia em Eletrônica – Modalidade Automação Industrial; Tecnologia em Eletrônica – Modalidade Técnicas Digitais; Tecnologia em Eletrônica de Sistemas Digitais; Tecnologia em Eletrônica Industrial; Tecnologia em Eletrotécnica; Tecnologia em Instrumentação e Controle; Tecnologia em Materiais – Processos e Componentes Eletrônicos; Tecnologia em Mecatrônica; Tecnologia em Mecatrônica Industrial; Tecnologia em Microeletrônica; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações; Tecnologia em Sistemas Elétricos; Tecnologia em Sistemas Elétricos – Distribuição de Energia; Tecnologia em Sistemas Elétricos – Modalidade Eletrônica; Tecnologia em Sistemas Eletrônicos; Tecnologia em Técnicas Digitais; Tecnologia em Telecomunicações; Tecnologia em(de) Sistemas Elétricos – Modalidade Distribuição de Energia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 094/12/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN – SÃO JOAQUIM DA BARRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 094/13/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75607/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Geração, Transmissão e Distribuição de Energia / Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica(Eletrotécnica)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 094/13/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 094/13/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Geração, Transmissão e Distribuição de Energia / Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica(Eletrotécnica): Eletroeletrônica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Eletrônica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Eletrotécnica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Engenharia com Habilitação em Engenharia Elétrica; Engenharia de Automação e Controle; Engenharia de Automação e Sistemas; Engenharia de Controle e Automação; Engenharia de Controle e Automação – Mecatrônica; Engenharia de Energia; Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica; Engenharia de Operação – Modalidade Eletrônica; Engenharia de Operação – Modalidade Eletrotécnica; Engenharia de Operação em Telecomunicações; Engenharia de Produção Elétrica; Engenharia de Telecomunicações; Engenharia de Telemática; Engenharia Elétrica; Engenharia Elétrica – Habilitação Eletrotécnica; Engenharia Elétrica – Habilitação em Automação; Engenharia Elétrica – Habilitação em Controle e Automação; Engenharia Elétrica – Habilitação em Elétrica – Sistemas de Energia e Automação; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrônica; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrotécnica/Eletrônica; Engenharia Elétrica Ênfase Eletrônica ; Engenharia Elétrica Ênfase Eletrônica para Telecomunicações; Engenharia Elétrica Ênfase Eletrotécnica; Engenharia Elétrica Ênfase em Computação; Engenharia Elétrica Ênfase em Eletrônica e Telecomunicações; Engenharia Elétrica Ênfase em Sistemas de Energia e Automação; Engenharia Elétrica Ênfase em Telecomunicações; Engenharia Eletrônica; Engenharia Eletrotécnica; Engenharia Industrial – Modalidade Elétrica/ Eletrotécnica; Engenharia Industrial Elétrica; Engenharia Mecânica – Automação e Sistemas; Engenharia Mecânica – Controle e Automação; Engenharia Mecatrônica; Engenharia Mecatrônica – Controle e Automação; Engenharia Operacional Elétrica – Habilitação Eletrônica; Engenharia Operacional Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Tecnologia em Automação ; Tecnologia em Automação e Controle; Tecnologia em Automação Industrial; Tecnologia em Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Tecnologia em Elétrica – Modalidade Máquinas Elétricas; Tecnologia em Eletricidade; Tecnologia em Eletricidade – Modalidade Eletrônica; Tecnologia em Eletrônica; Tecnologia em Eletrônica – Modalidade Automação Industrial; Tecnologia em Eletrônica – Modalidade Técnicas Digitais; Tecnologia em Eletrônica de Sistemas Digitais; Tecnologia em Eletrônica Industrial; Tecnologia em Eletrotécnica; Tecnologia em Instalações Elétricas; Tecnologia em Máquinas Elétricas; Tecnologia em Materiais – Processos e Componentes Eletrônicos; Tecnologia em Mecatrônica; Tecnologia em Mecatrônica Industrial; Tecnologia em Microeletrônica; Tecnologia em Sistemas de Energia; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações; Tecnologia em Sistemas Elétricos; Tecnologia em Sistemas Elétricos – Distribuição de Energia; Tecnologia em Sistemas Elétricos – Modalidade Eletrônica; Tecnologia em Técnicas Digitais; Tecnologia em Telecomunicações; Tecnologia em(de) Sistemas Elétricos – Modalidade Distribuição de Energia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 094/13/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE ADAMANTINA – ADAMANTINA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, Nº 291/07/2021.

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da FACULDADE DE TECNOLOGIA DE ADAMANTINA, nos termos da Deliberação CEETEPS 17, de 16/07/2015, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado, para a função de Professor de Ensino Superior, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para a disciplina e curso a seguir:

DISCIPLINA: INGLÊS I E INGLÊS II

ÁREA DA DISCIPLINA: LETRAS E LINGUÍSTICAS

CURSO: CIÊNCIAS DE DADOS

CARGA HORÁRIA E PERÍODO: TOTAL DE 4 H.A - SENDO (2HA QUARTA FEIRA AS 21:10 AS 22:50 E 2 HA TERÇA FEIRA DAS 19:20 AS 21:00)

NÚMERO DE VAGAS: 1

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 17/2015 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 55 do Regimento das Faculdades de Tecnologia do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 31/2016 (ANEXO I deste Edital).

3.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

4. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Superior, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas nas disciplinas que possam surgir durante o período de validade do certame.

5. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 31,03 (trinta e um reais e três centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Superior, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. Os requisitos da função de Professor de Ensino Superior constarão do ANEXO II do presente Edital.

2. Será desclassificado o candidato que não atender os requisitos dispostos no ANEXO II do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal.

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO II deste Edital.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 27/01/2021 até às 23h59 de 10/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Fatec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Informar o número de cadastro na Plataforma Lattes do CNPq (link do currículo Lattes) atualizado.

g) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (currículo baseado na Plataforma Lattes, do CNPq) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. O candidato será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado quando:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 do presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

7. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

7.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

7.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

8. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Superior.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico.

4. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

5. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

6. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

6.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

6.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

6.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

6.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 6.1 e 6.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

7. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Superior, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto nº 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário na análise do Memorial Circunstanciado.

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, na análise do Memorial Circunstanciado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas na análise do Memorial Circunstanciado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota da análise do Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato no Processo Seletivo Simplificado. A nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

10.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

11. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

12. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou pardo consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

12.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

12.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

13. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

13.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

14.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: f291adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 291/07/2021.

14.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 14.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

14.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DA ANÁLISE DO MEMORIAL CIRCUSNTANCIADO

1. O Processo Seletivo Simplificado será constituído de análise do Memorial Circunstanciado, de caráter classificatório.

2. A análise do Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais), com critérios definidos no ANEXO III deste Edital.

2.1. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme currículo baseado na Plataforma Lattes, do CNPq.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Fatec designará Comissão Específica, que será responsável pela verificação dos requisitos estabelecidos no ANEXO II deste Edital e pela análise do Memorial Circunstanciado.

1.1. A designação dos membros da Comissão Específica levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 1.000 (mil) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO III.

3. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

3.1. A nota final do candidato, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

4. Só serão computadas as comprovações de atividades/experiência profissional corretamente demonstradas por meio de documentos oficiais emitidos por organizações públicas ou privadas e instituições devidamente constituídas na forma da lei.

4.1. Todo título/atividades/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

5. O candidato será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado quando não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da nota obtida na análise do Memorial Circunstanciado, acrescida, se for o caso, da pontuação diferenciada.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. Os candidatos classificados serão relacionados pela ordem decrescente da nota final.

2. Relacionar–se–á o candidato não classificado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e o motivo que ensejou a não classificação.

3. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes na Formação Acadêmica.

e) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes em Experiências Profissionais.

f) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes na Formação Complementar na área da disciplina.

g) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes nas Publicações.

h) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes nas Participações em Congressos, Workshops e similares.

i) De maior idade.

3.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

3.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

3.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

3.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

3.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 11 da Deliberação CEETEPS 17/2015, o Diretor da Unidade de Ensino deverá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para a disciplina objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em disciplina diferente daquela ofertada no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO IV deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Superior, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: f291adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 291/07/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 5 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 17/2015 encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

1. Elaborar o cronograma de suas atividades, submetendo–o à aprovação do Departamento ou Coordenadoria de Curso.

2. Ministrar o ensino da(s) disciplina(s) que lhe for(em) atribuída(s), assegurando o cumprimento integral do(s) programa(s) e carga(s) horária(s).

3. Aplicar os instrumentos de avaliação e analisar os resultados apresentados pelos alunos, bem como planejar estratégias de recuperação de aprendizagem nas situações pertinentes.

4. Entregar à Secretaria os resultados das avaliações do aproveitamento escolar nos prazos fixados, após devida inserção desses resultados no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – SIGA.

5. Votar nas situações previstas no Regimento das Fatecs.

6. Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e das comissões para as quais for designado.

7. Observar o regime disciplinar previsto em lei.

ANEXO II – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

Possuir, na data da inscrição:

PARA DISCIPLINAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS)

1. Graduação com habilitação específica e possuir titulação em programa de mestrado ou doutorado, obtido em programas reconhecidos ou recomendados na forma da lei, sendo a graduação ou a titulação na área da disciplina, e possuir experiência profissional relevante de pelo menos 03 anos na área da disciplina; ou

2. Graduação com habilitação específica e especialização, sendo a graduação e especialização na área da disciplina, e experiência profissional relevante de pelo menos 05 anos na área da disciplina.

3. Além de atender aos requisitos descritos nos itens 1 ou 2, apresentar um certificado de exames de proficiência internacional vitalício ou com data de realização não superior a 5 anos da data de admissão, com pontuação mínima conforme abaixo:

ECPE – Michigan: Examination for the Certificate of Proficiency in English – PASS.

ECCE – Examination for the Certificate of Competency in English – PASS.

MET – Michigan English Test – PASS.

BEC – Cambridge Business English Certificate – VANTAGE – PASS.

BEC– Cambridge Business English Certificate – HIGHER – PASS.

FCE – First Certificate of English – PASS.

CAE – Certificate in Advanced English – PASS.

CPE – Certificate of Proficiency in English – PASS.

CAL – English Proficiency Test for Teachers – MÍNIMO B2.

TELC – The European Language Certificates – MÍNIMO B2.

Trinity College London ESOL – B2 above.

CEELT – PASS.

CELS (ARELS+OXFORD) – PASS.

ICELT – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

CELT–P – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

CELT–S – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

CELTA / COTE – PASS.

DELTA – PASS.

EMI SKILLS – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

LCCIEB (EFB, EFC, PBE, SEFIC, WEFT) – PASS.

TKT – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

BULATS

– MÍNIMO 60 PONTOS.

Linguaskill – Cambridge (compreensão auditiva, leitura e escrita) – MÍNIMO B2.

PTE GENERAL – Pearson Test of English General – MÍNIMO LEVEL 3.

IELTS – MÍNIMO 5,0 PONTOS.

TOEIC – MÍNIMO 785 PONTOS.

TOEFL–ibt – MÍNIMO 87 PONTOS.

TOEFL–itp – MÍNIMO 543 PONTOS.

LanguageCert International ESOL B2 Communicator (written &spoken) – B2 above High Pass/Pass.

LanguageCert International ESOL C1 Expert (written &spoken) – C1 above High Pass/Pass.

LanguageCert International ESOL C2 Mastery (written &spoken) – C2 High Pass/Pass.

iTEP Academic CORE (3 habilidades) – MÍNIMO 3,5 PONTOS (B2/C1/C2).

iTEP Academic PLUS (5 habilidades) – MÍNIMO 3,5 PONTOS (B2/C1/C2).

ITEP Advanced (5 habilidades) – MÍNIMO 4,5 (C1).

ANEXO III – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

PARA DISCIPLINAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

1) CURRÍCULO LATES

– Informar o link do Currículo Lattes

– Subir a cópia do Currículo Lattes

2) MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – FORMAÇÃO ACADÊMICA (máximo 450 pontos) (este total é ponderado segundo a razão 450/910)

– Pós–doutorado (100 pontos)

– TITULAÇÃO

a) Doutorado na área do certame (200 pontos)

b) Doutorado em outra área (150 pontos)

c) Mestrado na área do certame (130 pontos)

d) Mestrado em outra área (100 pontos)

– ESPECIALIZAÇÃO

a) Especialização na área do certame (80 pontos)

b) Especialização em outra área (40 pontos)

– PROFICIÊNCIA E GRADUAÇÃO

a) Proficiência na Língua (50 pontos)

b) Graduação na área do certame (60 pontos)

II – FORMAÇÃO COMPLEMENTAR (na área do certame) (máximo 40 pontos)

– Cursos de extensão (1 ponto para cada 8 horas) (se o certificado não apresentar carga horária, considerar 4 horas)

III – PUBLICAÇÕES (máximo 100 pontos)

– Livro (20 pontos/livro)

– Organizador de livro (10 pontos/livro)

– Capítulo de livro (5 pontos/capítulo)

– Revistas/Jornais. Artigo publicado:

a) internacionalmente (14 pontos)

b) nacionalmente (10 pontos)

c) regionalmente (6 pontos)

d) local ou corporativamente (2 pontos)

– Congressos, Workshops, Simpósios etc. Artigo publicado:
a) internacionalmente (12 pontos)
b) nacionalmente (8 pontos)
c) regionalmente (4 pontos)
d) local ou corporativamente (2 pontos)
– Resumo Estendido (publicado):
a) internacionalmente (4 pontos)
b) nacionalmente (2 pontos)
– Resumo (publicado):
a) nacionalmente (1 ponto)
b) internacionalmente (1 ponto)
IV – PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, WORKSHOPS ETC. (por evento) (máximo 60 pontos)
– Como Organizador (15 pontos)
– Como Revisor ou Avaliador (12 pontos)
– Como Palestrante (10 pontos)
– Como Apresentador Oral (8 pontos)
– Membro de Mesa Redonda/Debates (5 pontos)
– Como Ouvinte (1 ponto)
V – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS (máximo 350 pontos)
– Atividade profissional como:
a) docente no terceiro grau (30 pontos/ano)
b) docente no Nível Médio/Técnico (15 pontos/ano)
c) docente em cursos de idiomas (15 pontos/ano)
– Participação em projetos de pesquisa (1 ponto/projeto)
– Orientações:
a) Doutorado (20 pontos/evento)
b) Mestrado (15 pontos/evento)
c) Iniciação Científica com bolsa (5 pontos/evento)
d) Iniciação Científica (2 pontos/evento)
e) Trabalho de Graduação (Conclusão de Curso) (1 pontos/evento)
– Atividade profissional fora da docência na área da disciplina (20 pontos/ano)

ANEXO IV – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).
2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).
3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).
4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).
5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).
6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.
7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.
8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.
9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.
10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.
11. Cópia do PIS/PASEP.
12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.
13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.
14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.
15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).
16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN – SÃO JOAQUIM DA BARRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 094/14/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75672/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Máquinas Elétricas III (Eletrotécnica)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 094/14/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 094/14/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Máquinas Elétricas III (Eletrotécnica): Eletroeletrônica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Eletromecânica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Eletrônica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Eletrotécnica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Engenharia de Automação e Controle; Engenharia de Automação e Sistemas; Engenharia de Automação e Sistemas – Mecatrônica; Engenharia de Controle e Automação; Engenharia de Controle e Automação – Mecatrônica; Engenharia de Energia; Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica; Engenharia de Operação – Modalidade Eletrônica; Engenharia de Operação – Modalidade Eletrotécnica; Engenharia de Operação em Telecomunicações; Engenharia de Produção Elétrica; Engenharia de Telecomunicações; Engenharia de Telemática; Engenharia Elétrica; Engenharia Elétrica – Habilitação Eletrotécnica; Engenharia Elétrica – Habilitação em Automação; Engenharia Elétrica – Habilitação em Controle e Automação; Engenharia Elétrica – Habilitação em Elétrica – Sistemas de Energia e Automação; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrônica; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrotécnica/ Eletrônica; Engenharia Elétrica Ênfase Eletrônica ; Engenharia Elétrica Ênfase Eletrônica para Telecomunicações; Engenharia Elétrica Ênfase Eletrotécnica; Engenharia Elétrica Ênfase em Computação; Engenharia Elétrica Ênfase em Eletrônica e Telecomunicações; Engenharia Elétrica Ênfase em Sistemas de Energia e Automação; Engenharia Elétrica Ênfase em Telecomunicações; Engenharia Eletrônica; Engenharia Eletrotécnica; Engenharia Industrial – Modalidade Elétrica/ Eletrotécnica; Engenharia Industrial Elétrica; Engenharia Mecânica – Automação e Sistemas; Engenharia Mecânica – Controle e Automação; Engenharia Mecatrônica; Engenharia Mecatrônica – Controle e Automação; Engenharia Operacional Elétrica – Habilitação Eletrônica; Engenharia Operacional Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Informática Industrial ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Mecatrônica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Tecnologia (em) Mecânica de Precisão; Tecnologia em Automação ; Tecnologia em Automação e Controle; Tecnologia em Automação Industrial; Tecnologia em Elétrica – Modalidade Eletrotécnica; Tecnologia em Elétrica – Modalidade Máquinas Elétricas; Tecnologia em Eletricidade; Tecnologia em Eletricidade – Modalidade Eletrônica; Tecnologia em Eletrônica; Tecnologia em Eletrônica – Modalidade Automação Industrial; Tecnologia em Eletrônica – Modalidade Técnicas Digitais; Tecnologia em Eletrônica de Sistemas Digitais; Tecnologia em Eletrônica Industrial; Tecnologia em Eletrotécnica; Tecnologia em Instrumentação e Controle; Tecnologia em Máquinas Elétricas; Tecnologia em Materiais – Processos e Componentes Eletrônicos; Tecnologia em Mecatrônica; Tecnologia em Mecatrônica Industrial; Tecnologia em Microeletrônica; Tecnologia em Sistemas de Energia; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações; Tecnologia em Sistemas Elétricos; Tecnologia em Sistemas Elétricos – Distribuição de Energia; Tecnologia em Sistemas Elétricos – Modalidade Eletrônica; Tecnologia em Sistemas Eletrônicos; Tecnologia em Técnicas Digitais; Tecnologia em Telecomunicações; Tecnologia em(de) Sistemas Elétricos – Modalidade Distribuição de Energia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 094/14/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN – SÃO JOAQUIM DA BARRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 094/15/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75712/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Análise(s) de Processos Físico–Químicos I(Química Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013. 3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de

Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 094/15/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 094/15/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Análise(s) de Processos Físico–Químicos I(Química Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Bioquí-

mica; Bioquímica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Ciências com Habilitação em Química; Ciências com Habilitação em Química (LP); Ciências com Habilitação em Química e Atribuições Tecnológicas ; Ciências Exatas com Habilitação em Química ; Ciências Exatas com Habilitação em Química (LP); Ciências Farmacêuticas; Ciências Naturais com Habilitação em Química (LP); Engenharia Bioquímica; Engenharia Biotecnológica; Engenharia de Materiais; Engenharia de Produção Química ; Engenharia Industrial Química; Engenharia Química; Farmácia; Farmácia – Alimentos ; Farmácia Bioquímica Industrial; Farmácia e Bioquímica; Farmácia Industrial; Laboratorista Industrial ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Petroquímica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Química; Química ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Química (LP); Química Ambiental; Química com Atribuições Tecnológicas; Química de Alimentos; Química Industrial; Química Tecnológica; Tecnologia (em) Química; Tecnologia (em) Química – Produção Industrial de Calçados; Tecnologia em Açúcar e Álcool; Tecnologia em Biocombustível(eis); Tecnologia em Bioenergia; Tecnologia em Biotecnologia; Tecnologia em Processos Químicos; Tecnologia em Processos Químicos Industriais; Tecnologia em Produção de Açúcar e Álcool; Tecnologia em Produção Sucroalcooleira;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 094/15/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE FERRAZ DE VASCONCELOS – FERRAZ DE VASCONCELOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, Nº 292/04/2021, PROCESSO Nº 60800/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da FACULDADE DE TECNOLOGIA DE FERRAZ DE VASCONCELOS, nos termos da Deliberação CEETEPS 17, de 16/07/2015, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado, para a função de Professor de Ensino Superior, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para a disciplina e curso a seguir:

DISCIPLINA: SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

ÁREA DA DISCIPLINA: CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

CURSO: ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

CARGA HORÁRIA E PERÍODO: 02 HORAS–AULA – NOTURNO

NÚMERO DE VAGAS: 1

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 17/2015 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 55 do Regimento das Faculdades de Tecnologia do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 31/2016 (ANEXO I deste Edital).

3.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

4. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Superior, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas nas disciplinas que possam surgir durante o período de validade do certame.

5. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 31,03 (trinta e um reais e três centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Superior, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. Os requisitos da função de Professor de Ensino Superior constarão do ANEXO II do presente Edital.

2. Será desclassificado o candidato que não atender os requisitos dispostos no ANEXO II do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal.

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO II deste Edital.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 27/01/2021 até às 23h59 de 10/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Fatec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Informar o número de cadastro na Plataforma Lattes do CNPq (link do currículo Lattes) atualizado.

g) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (currículo baseado na Plataforma Lattes, do CNPq) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. O candidato será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado quando:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 do presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

7. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

7.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

7.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

8. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Superior.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico.

4. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

5. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

6. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

6.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

6.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

6.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

6.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 6.1 e 6.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

7. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Superior, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto nº 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário na análise do Memorial Circunstanciado.

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, na análise do Memorial Circunstanciado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas na análise do Memorial Circunstanciado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota da análise do Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato no Processo Seletivo Simplificado. A nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores

ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

10.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

11. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

12. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou pardo consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

12.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

12.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

13. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

13.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

14.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: f292adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 292/04/2021.

14.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 14.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

14.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DA ANÁLISE DO MEMORIAL CIRCUSNTANCIADO

1. O Processo Seletivo Simplificado será constituído de análise do Memorial Circunstanciado, de caráter classificatório.

2. A análise do Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais), com critérios definidos no ANEXO III deste Edital.

2.1. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme currículo baseado na Plataforma Lattes, do CNPq.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Fatec designará Comissão Específica, que será responsável pela verificação dos requisitos estabelecidos no ANEXO II deste Edital e pela análise do Memorial Circunstanciado.

1.1. A designação dos membros da Comissão Específica levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 1.000 (mil) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO III.

3. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

3.1. A nota final do candidato, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

4. Só serão computadas as comprovações de atividades/experiência profissional corretamente demonstradas por meio de documentos oficiais emitidos por organizações públicas ou privadas e instituições devidamente constituídas na forma da lei.

4.1. Todo título/atividades/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

5. O candidato será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado quando não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da nota obtida na análise do Memorial Circunstanciado, acrescida, se for o caso, da pontuação diferenciada.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. Os candidatos classificados serão relacionados pela ordem decrescente da nota final.

2. Relacionar–se–á o candidato não classificado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e o motivo que ensejou a não classificação.

3. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes na Formação Acadêmica.

e) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes em Experiências Profissionais.

f) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes na Formação Complementar na área da disciplina.

g) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes nas Publicações.

h) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes nas Participações em Congressos, Workshops e similares.

i) De maior idade.

3.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

3.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

3.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

3.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

3.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 11 da Deliberação CEETEPS 17/2015, o Diretor da Unidade de Ensino deverá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para a disciplina objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em disciplina diferente daquela ofertada no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO IV deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Superior, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: f292adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 292/04/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 5 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 17/2015 encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

1. Elaborar o cronograma de suas atividades, submetendo–o à aprovação do Departamento ou Coordenadoria de Curso.

2. Ministrar o ensino da(s) disciplina(s) que lhe for(em) atribuída(s), assegurando o cumprimento integral do(s) programa(s) e carga(s) horária(s).

3. Aplicar os instrumentos de avaliação e analisar os resultados apresentados pelos alunos, bem como planejar estratégias de recuperação de aprendizagem nas situações pertinentes.

4. Entregar à Secretaria os resultados das avaliações do aproveitamento escolar nos prazos fixados, após devida inserção desses resultados no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – SIGA.

5. Votar nas situações previstas no Regimento das Fatecs.

6. Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e das comissões para as quais for designado.

7. Observar o regime disciplinar previsto em lei.

ANEXO II – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

Possuir, na data da inscrição:

PARA DISCIPLINAS PROFISSIONALIZANTES

1. Graduação e titulação em programas de mestrado ou doutorado reconhecidos ou recomendados na forma da lei, sendo a graduação ou a titulação na área da disciplina, e possuir experiência profissional relevante de pelo menos 03 anos na área da disciplina; ou

2. Graduação e especialização, cumulativamente, na área da disciplina e possuir experiência profissional relevante de pelo menos 05 anos na área da disciplina.

ANEXO III – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

PARA DISCIPLINAS PROFISSIONALIZANTES

1) CURRÍCULO LATES

– Informar o link do Currículo Lattes

– Subir a cópia do Currículo Lattes

2) MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – FORMAÇÃO ACADÊMICA (máximo 350 pontos) (este total é ponderado segundo a razão 350/860)

– Pós–doutorado (100 pontos)

– TITULAÇÃO

a) Doutorado na área do certame (200 pontos)

b) Doutorado em outra área (150 pontos)

c) Mestrado na área do certame (130 pontos)

d) Mestrado em outra área (100 pontos)

– ESPECIALIZAÇÃO

a) Especialização na área do certame (80 pontos)

b) Especialização em outra área (40 pontos)

– GRADUAÇÃO

a) Graduação na área do certame (60 pontos)

II – FORMAÇÃO COMPLEMENTAR (na área do certame) (máximo 40 pontos)

– Cursos de extensão (1 ponto para cada 8 horas) (se o certificado não apresentar carga horária, considerar 4 horas)

III – PUBLICAÇÕES (máximo 100 pontos)

– Livro (20 pontos/livro)

– Organizador de livro (10 pontos/livro)

– Capítulo de livro (5 pontos/capítulo)

– Revistas/Jornais. Artigo publicado:

a) internacionalmente (14 pontos)

b) nacionalmente (10 pontos)

c) regionalmente (6 pontos)

d) local ou corporativamente (2 pontos)

– Congressos, Workshops, Simpósios etc. Artigo publicado:

a) internacionalmente (12 pontos)

b) nacionalmente (8 pontos)

c) regionalmente (4 pontos)

d) local ou corporativamente (2 pontos)

– Resumo Estendido (publicado):

a) internacionalmente (4 pontos)

b) nacionalmente (2 pontos)

– Resumo (publicado):

a) nacionalmente (1 ponto)

b) internacionalmente (1 ponto)

IV – PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, WORKSHOPS ETC. (por evento) (máximo 60 pontos)

– Como Organizador (15 pontos)

– Como Revisor ou Avaliador (12 pontos)

– Como Palestrante (10 pontos)

– Como Apresentador Oral (8 pontos)

– Membro de Mesa Redonda/Debates (5 pontos)

– Como Ouvinte (1 ponto)

V – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS (máximo 400 pontos)

– Atividade profissional como:

a) docente no terceiro grau (20 pontos/ano)

b) docente no Nível Médio/Técnico (15 pontos/ano)

– Participação em projetos de pesquisa (1 ponto/projeto)

– Orientações:

a) Doutorado (20 pontos/evento)

b) Mestrado (15 pontos/evento)

c) Iniciação Científica com bolsa (5 pontos/evento)

d) Iniciação Científica (2 pontos/evento)

e) Trabalho de Graduação (Conclusão de Curso) (1 ponto/evento)

– Atividade profissional fora da docência na área da disciplina (30 pontos/ano)

VI – INOVAÇÕES E PREMIAÇÕES (por evento) (máximo 50 pontos)

– Patentes (10 pontos)

– Premiações por Inovação (8 pontos)

– Produtos (6 pontos)

– Processos ou Técnicas (6 pontos)

– Registros (6 pontos)

– Outras Premiações (4 pontos)

ANEXO IV – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN – SÃO JOAQUIM DA BARRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 094/16/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75787/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Operações Unitárias nos Processos Industriais(Química Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 094/16/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem

exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 094/16/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Operações Unitárias nos Processos Industriais(Química Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Biotecnologia; Ciências com Habilitação em Química; Ciências com Habilitação em Química (LP); Ciências com Habilitação em Química e Atribuições Tecnológicas ; Ciências Exatas com Habilitação em Química ; Ciências Exatas com Habilitação em Química (LP); Engenharia de Alimentos; Engenharia de Materiais; Engenharia de Produção Química ; Engenharia Industrial Química; Engenharia Química; Laboratorista Industrial ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Petroquímica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Química; Química ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Química (LP); Química com Atribuições Tecnológicas; Química de Alimentos; Química Industrial; Química Tecnológica; Tecnologia (em) Química; Tecnologia (em) Química – Produção Industrial de Calçados; Tecnologia em Biocombustível(eis); Tecnologia em Bioenergia; Tecnologia em Biotecnologia; Tecnologia em Processos Químicos; Tecnologia em Processos Químicos Industriais; Tecnologia em Produção de Açúcar e Álcool; Tecnologia em Produção Sucroalcooleira;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 094/16/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN – SÃO JOAQUIM DA BARRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 094/17/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75905/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Proteção Contra a Corrosão(Química)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 094/17/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 094/17/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Proteção Contra a Corrosão(Química): Ciências com Habilitação em Química; Ciências com Habilitação em Química (LP); Ciências com Habilitação em Química e Atribuições Tecnológicas ; Ciências Exatas com Habilitação em Química ; Ciências Exatas com Habilitação em Química (LP); Ciências Exatas com Habilitação em Química e Atribuições Tecnológicas; Engenharia de Automação e Sistemas; Engenharia de Materiais; Engenharia de Produção de Materiais; Engenharia de Produção Mecânica; Engenharia de Produção Metalúrgica; Engenharia de Produção Química ; Engenharia em Processos de Produção; Engenharia Industrial de Materiais; Engenharia Industrial Mecânica; Engenharia Industrial Metalúrgica ; Engenharia Industrial Química; Engenharia Mecânica; Engenharia Mecânica – Automação e Sistemas; Engenharia Mecânica – Ênfase em Ciência dos Materiais; Engenharia Mecânica – Ênfase Mecânica Automobilística; Engenharia Mecânica – Modalidade Controle e Automação; Engenharia Mecânica – Modalidade Produção; Engenharia Mecatrônica; Engenharia Mecatrônica – Controle e Automação; Engenharia Metalúrgica; Engenharia Química; Química; Química ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Química (LP); Química com Atribuições Tecnológicas; Química Industrial; Química Tecnológica; Tecnologia (em) Mecânica; Tecnologia (em) Mecânica – Modalidade Desenhista Projetista; Tecnologia (em) Mecânica – Modalidade Manutenção Industrial; Tecnologia (em) Mecânica – Modalidade Mecânica de Precisão; Tecnologia (em) Mecânica – Modalidade Oficinas; Tecnologia (em) Mecânica – Modalidade Processos de Produção; Tecnologia (em) Mecânica – Modalidade Projetos; Tecnologia (em) Mecânica – Modalidade Soldagem; Tecnologia (em) Mecânica – Oficinas e Manutenção; Tecnologia (em) Mecânica – Projetos; Tecnologia (em) Mecânica Automobilística; Tecnologia (em) Química; Tecnologia (em) Química – Produção Industrial de Calçados; Tecnologia em Automobilística; Tecnologia em Materiais; Tecnologia em Processos de Produção; Tecnologia em Processos Químicos; Tecnologia em Processos Químicos Industriais; Tecnologia em Projetos Mecânicos;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 094/17/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE FRANCO DA ROCHA – FRANCO DA ROCHA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, Nº 294/01/2021.

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da FACULDADE DE TECNOLOGIA DE FRANCO DA ROCHA, nos termos da Deliberação CEETEPS 17, de 16/07/2015, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado, para a função de Professor de Ensino Superior, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para a disciplina e curso a seguir:

DISCIPLINA: INGLÊS III

ÁREA DA DISCIPLINA: LETRAS LINGUÍSTICA

CURSO: GESTÃO DE ENERGIA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

CARGA HORÁRIA E PERÍODO: 2 H.A – NOTURNO

NÚMERO DE VAGAS: 1

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 17/2015 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 55 do Regimento das Faculdades de Tecnologia do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 31/2016 (ANEXO I deste Edital).

3.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

4. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Superior, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas nas disciplinas que possam surgir durante o período de validade do certame.

5. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 31,03 (trinta e um reais e três centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Superior, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. Os requisitos da função de Professor de Ensino Superior constarão do ANEXO II do presente Edital.

2. Será desclassificado o candidato que não atender os requisitos dispostos no ANEXO II do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal.

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO II deste Edital.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 27/01/2021 até às 23h59 de 10/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Fatec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Informar o número de cadastro na Plataforma Lattes do CNPq (link do currículo Lattes) atualizado.

g) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (currículo baseado na Plataforma Lattes, do CNPq) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. O candidato será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado quando:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 do presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

7. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

7.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

7.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

8. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Superior.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico.

4. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

5. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

6. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

6.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

6.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

6.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

6.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 6.1 e 6.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

7. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Superior, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto nº 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário na análise do Memorial Circunstanciado.

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, na análise do Memorial Circunstanciado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas na análise do Memorial Circunstanciado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota da análise do Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato no Processo Seletivo Simplificado. A nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

10.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

11. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

12. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou pardo consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

12.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

12.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

13. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

13.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

14.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: f294adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 294/01/2021.

14.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 14.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

14.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DA ANÁLISE DO MEMORIAL CIRCUSNTANCIADO

1. O Processo Seletivo Simplificado será constituído de análise do Memorial Circunstanciado, de caráter classificatório.

2. A análise do Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais), com critérios definidos no ANEXO III deste Edital.

2.1. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme currículo baseado na Plataforma Lattes, do CNPq.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Fatec designará Comissão Específica, que será responsável pela verificação dos requisitos estabelecidos no ANEXO II deste Edital e pela análise do Memorial Circunstanciado.

1.1. A designação dos membros da Comissão Específica levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 1.000 (mil) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO III.

3. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

3.1. A nota final do candidato, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

4. Só serão computadas as comprovações de atividades/experiência profissional corretamente demonstradas por meio de documentos oficiais emitidos por organizações públicas ou privadas e instituições devidamente constituídas na forma da lei.

4.1. Todo título/atividades/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

5. O candidato será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado quando não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da nota obtida na análise do Memorial Circunstanciado, acrescida, se for o caso, da pontuação diferenciada.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. Os candidatos classificados serão relacionados pela ordem decrescente da nota final.

2. Relacionar–se–á o candidato não classificado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e o motivo que ensejou a não classificação.

3. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes na Formação Acadêmica.

e) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes em Experiências Profissionais.

f) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes na Formação Complementar na área da disciplina.

g) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes nas Publicações.

h) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes nas Participações em Congressos, Workshops e similares.

i) De maior idade.

3.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

3.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

3.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

3.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

3.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 11 da Deliberação CEETEPS 17/2015, o Diretor da Unidade de Ensino deverá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para a disciplina objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em disciplina diferente daquela ofertada no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO IV deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Superior, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: f294adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 294/01/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 5 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 17/2015 encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

1. Elaborar o cronograma de suas atividades, submetendo–o à aprovação do Departamento ou Coordenadoria de Curso.

2. Ministrar o ensino da(s) disciplina(s) que lhe for(em) atribuída(s), assegurando o cumprimento integral do(s) programa(s) e carga(s) horária(s).

3. Aplicar os instrumentos de avaliação e analisar os resultados apresentados pelos alunos, bem como planejar estratégias de recuperação de aprendizagem nas situações pertinentes.

4. Entregar à Secretaria os resultados das avaliações do aproveitamento escolar nos prazos fixados, após devida inserção desses resultados no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – SIGA.

5. Votar nas situações previstas no Regimento das Fatecs.

6. Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e das comissões para as quais for designado.

7. Observar o regime disciplinar previsto em lei.

ANEXO II – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

Possuir, na data da inscrição:

PARA DISCIPLINAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS)

1. Graduação com habilitação específica e possuir titulação em programa de mestrado ou doutorado, obtido em programas reconhecidos ou recomendados na forma da lei, sendo a graduação ou a titulação na área da disciplina, e possuir experiência profissional relevante de pelo menos 03 anos na área da disciplina; ou

2. Graduação com habilitação específica e especialização, sendo a graduação e especialização na área da disciplina, e experiência profissional relevante de pelo menos 05 anos na área da disciplina.

3. Além de atender aos requisitos descritos nos itens 1 ou 2, apresentar um certificado de exames de proficiência internacional vitalício ou com data de realização não superior a 5 anos da data de admissão, com pontuação mínima conforme abaixo:

ECPE – Michigan: Examination for the Certificate of Proficiency in English – PASS.

ECCE – Examination for the Certificate of Competency in English – PASS.

MET – Michigan English Test – PASS.

BEC – Cambridge Business English Certificate – VANTAGE – PASS.

BEC– Cambridge Business English Certificate – HIGHER – PASS.

FCE – First Certificate of English – PASS.

CAE – Certificate in Advanced English – PASS.

CPE – Certificate of Proficiency in English – PASS.

CAL – English Proficiency Test for Teachers – MÍNIMO B2.

TELC – The European Language Certificates – MÍNIMO B2.

Trinity College London ESOL – B2 above.

CEELT – PASS.

CELS (ARELS+OXFORD) – PASS.

ICELT – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

CELT–P – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

CELT–S – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

CELTA / COTE – PASS.

DELTA – PASS.

EMI SKILLS – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

LCCIEB (EFB, EFC, PBE, SEFIC, WEFT) – PASS.

TKT – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

BULATS

– MÍNIMO 60 PONTOS.

Linguaskill – Cambridge (compreensão auditiva, leitura e escrita) – MÍNIMO B2.

PTE GENERAL – Pearson Test of English General – MÍNIMO LEVEL 3.

IELTS – MÍNIMO 5,0 PONTOS.

TOEIC – MÍNIMO 785 PONTOS.

TOEFL–ibt – MÍNIMO 87 PONTOS.

TOEFL–itp – MÍNIMO 543 PONTOS.

LanguageCert International ESOL B2 Communicator (written &spoken) – B2 above High Pass/Pass.

LanguageCert International ESOL C1 Expert (written &spoken) – C1 above High Pass/Pass.

LanguageCert International ESOL C2 Mastery (written &spoken) – C2 High Pass/Pass.

ITEP Academic CORE (3 habilidades) – MÍNIMO 3,5 PONTOS (B2/C1/C2).

ITEP Academic PLUS (5 habilidades) – MÍNIMO 3,5 PONTOS (B2/C1/C2).

ITEP Advanced (5 habilidades) – MÍNIMO 4,5 (C1).

ANEXO III – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

PARA DISCIPLINAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

1) CURRÍCULO LATES

– Informar o link do Currículo Lattes

– Subir a cópia do Currículo Lattes

2) MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – FORMAÇÃO ACADÊMICA (máximo 450 pontos) (este total é ponderado segundo a razão 450/910)

– Pós–doutorado (100 pontos)

– TITULAÇÃO

a) Doutorado na área do certame (200 pontos)

b) Doutorado em outra área (150 pontos)

c) Mestrado na área do certame (130 pontos)

d) Mestrado em outra área (100 pontos)

– ESPECIALIZAÇÃO

a) Especialização na área do certame (80 pontos)

b) Especialização em outra área (40 pontos)

– PROFICIÊNCIA E GRADUAÇÃO

a) Proficiência na Língua (50 pontos)

b) Graduação na área do certame (60 pontos)

II – FORMAÇÃO COMPLEMENTAR (na área do certame) (máximo 40 pontos)

– Cursos de extensão (1 ponto para cada 8 horas) (se o certificado não apresentar carga horária, considerar 4 horas)

III – PUBLICAÇÕES (máximo 100 pontos)

– Livro (20 pontos/livro)

– Organizador de livro (10 pontos/livro)

– Capítulo de livro (5 pontos/capítulo)

– Revistas/Jornais. Artigo publicado:

a) internacionalmente (14 pontos)

b) nacionalmente (10 pontos)

c) regionalmente (6 pontos)

d) local ou corporativamente (2 pontos)

– Congressos, Workshops, Simpósios etc. Artigo publicado:

a) internacionalmente (12 pontos)

b) nacionalmente (8 pontos)

c) regionalmente (4 pontos)

d) local ou corporativamente (2 pontos)

– Resumo Estendido (publicado):

a) internacionalmente (4 pontos)

b) nacionalmente (2 pontos)

– Resumo (publicado):

a) nacionalmente (1 ponto)

b) internacionalmente (1 ponto)

IV – PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, WORKSHOPS ETC. (por evento) (máximo 60 pontos)

– Como Organizador (15 pontos)

– Como Revisor ou Avaliador (12 pontos)

– Como Palestrante (10 pontos)

– Como Apresentador Oral (8 pontos)

– Membro de Mesa Redonda/Debates (5 pontos)

– Como Ouvinte (1 ponto)

V – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS (máximo 350 pontos)

– Atividade profissional como:

a) docente no terceiro grau (30 pontos/ano)

b) docente no Nível Médio/Técnico (15 pontos/ano)

c) docente em cursos de idiomas (15 pontos/ano)

– Participação em projetos de pesquisa (1 ponto/projeto)

– Orientações:

a) Doutorado (20 pontos/evento)

b) Mestrado (15 pontos/evento)

c) Iniciação Científica com bolsa (5 pontos/evento)

d) Iniciação Científica (2 pontos/evento)

e) Trabalho de Graduação (Conclusão de Curso) (1 pontos/evento)

– Atividade profissional fora da docência na área da disciplina (20 pontos/ano)

ANEXO IV – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN – SÃO JOAQUIM DA BARRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 094/18/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75925/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Planejamento e Organização de Rotinas Administrativas(Administração)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 094/18/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 094/18/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Planejamento e Organização de Rotinas Administrativas(Administração): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Administração Pública; Administração – Habilitação em Administração Rural; Administração – Habilitação em Agronegócios; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Agronegócios; Administração – Habilitação em Gestão de Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Marketing; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios Agroindustriais; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Hotelaria e Turismo; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercadologia; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração – Habilitação em Recursos Humanos; Administração – Habilitação em Sistema(s) de Informação; Administração – Habilitação em Transporte e Logística; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Agronegócios; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Negócios; Administração de(em) Recursos Humanos ; Administração em Agronegócios; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Administração Pública; Arquivologia; Biblioteconomia; Ciências Administrativas; Ciências Gerenciais; Comércio Exterior e Negócios Internacionais; Marketing; Secretariado Executivo; Secretariado Executivo Bilíngue; Secretariado Executivo Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês ; Secretariado Executivo Trilíngue; Secretariado Executivo Trilíngue – Português / Inglês / Espanhol ; Tecnologia em Administração de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Automação de Escritórios e Secretariado; Tecnologia em Automação de Escritórios e Secretariado com Ênfase em Marketing; Tecnologia em Comercio Exterior; Tecnologia em Comércio Internacional; Tecnologia em Gestão Comercial; Tecnologia em Gestão de Comercio Exterior; Tecnologia em Gestão de Logística; Tecnologia em Gestão de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão de Processos Empreendedores; Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; Tecnologia em Gestão e Marketing de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão em Secretariado; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão Estratégica das Organizações – Foco em Gestão Financeira; Tecnologia em Gestão Financeira; Tecnologia em Gestão Logística; Tecnologia em Logística; Tecnologia em Logística e Transportes; Tecnologia em Logística Empresarial; Tecnologia em Marketing; Tecnologia em Planejamento Administrativo; Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica; Tecnologia em Planejamento e Programação Econômica; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Recursos Humanos; Tecnologia em Secretariado; Tecnologia em Secretariado Executivo; Tecnologia em Secretariado Executivo Bilíngue ; Tecnologia em Secretariado Executivo Trilíngue ;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público:

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 094/18/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE FRANCO DA ROCHA – FRANCO DA ROCHA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, Nº 294/02/2021.

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da FACULDADE DE TECNOLOGIA DE FRANCO DA ROCHA, nos termos da Deliberação CEETEPS 17, de 16/07/2015, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado, para a função de Professor de Ensino Superior, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para a disciplina e curso a seguir:

DISCIPLINA: INGLÊS V

ÁREA DA DISCIPLINA: LETRAS LINGUÍSTICA

CURSO: GESTÃO DE ENERGIA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

CARGA HORÁRIA E PERÍODO: 2 H.A – NOTURNO

NÚMERO DE VAGAS: 1

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 17/2015 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 55 do Regimento das Faculdades de Tecnologia do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 31/2016 (ANEXO I deste Edital).

3.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

4. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Superior, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas nas disciplinas que possam surgir durante o período de validade do certame.

5. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 31,03 (trinta e um reais e três centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Superior, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. Os requisitos da função de Professor de Ensino Superior constarão do ANEXO II do presente Edital.

2. Será desclassificado o candidato que não atender os requisitos dispostos no ANEXO II do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal.

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO II deste Edital.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 27/01/2021 até às 23h59 de 10/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Fatec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Informar o número de cadastro na Plataforma Lattes do CNPq (link do currículo Lattes) atualizado.

g) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (currículo baseado na Plataforma Lattes, do CNPq) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. O candidato será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado quando:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 do presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

7. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

7.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

7.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

8. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Superior.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico.

4. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

5. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

6. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

6.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

6.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

6.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

6.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 6.1 e 6.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

7. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Superior, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto nº 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário na análise do Memorial Circunstanciado.

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, na análise do Memorial Circunstanciado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas na análise do Memorial Circunstanciado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota da análise do Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato no Processo Seletivo Simplificado. A nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

10.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

11. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

12. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou pardo consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

12.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

12.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

13. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

13.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

14.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: f294adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 294/02/2021.

14.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 14.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

14.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DA ANÁLISE DO MEMORIAL CIRCUSNTANCIADO

1. O Processo Seletivo Simplificado será constituído de análise do Memorial Circunstanciado, de caráter classificatório.

2. A análise do Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais), com critérios definidos no ANEXO III deste Edital.

2.1. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme currículo baseado na Plataforma Lattes, do CNPq.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Fatec designará Comissão Específica, que será responsável pela verificação dos requisitos estabelecidos no ANEXO II deste Edital e pela análise do Memorial Circunstanciado.

1.1. A designação dos membros da Comissão Específica levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 1.000 (mil) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO III.

3. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

3.1. A nota final do candidato, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

4. Só serão computadas as comprovações de atividades/experiência profissional corretamente demonstradas por meio de documentos oficiais emitidos por organizações públicas ou privadas e instituições devidamente constituídas na forma da lei.

4.1. Todo título/atividades/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

5. O candidato será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado quando não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da nota obtida na análise do Memorial Circunstanciado, acrescida, se for o caso, da pontuação diferenciada.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. Os candidatos classificados serão relacionados pela ordem decrescente da nota final.

2. Relacionar–se–á o candidato não classificado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e o motivo que ensejou a não classificação.

3. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes na Formação Acadêmica.

e) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes em Experiências Profissionais.

f) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes na Formação Complementar na área da disciplina.

g) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes nas Publicações.

h) Que obtiver maior pontuação na somatória dos itens constantes nas Participações em Congressos, Workshops e similares.

i) De maior idade.

3.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

3.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

3.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

3.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

3.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 11 da Deliberação CEETEPS 17/2015, o Diretor da Unidade de Ensino deverá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para a disciplina objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em disciplina diferente daquela ofertada no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO IV deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Superior, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: f294adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 294/02/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 5 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos

meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 17/2015 encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR

1. Elaborar o cronograma de suas atividades, submetendo–o à aprovação do Departamento ou Coordenadoria de Curso.

2. Ministrar o ensino da(s) disciplina(s) que lhe for(em) atribuída(s), assegurando o cumprimento integral do(s) programa(s) e carga(s) horária(s).

3. Aplicar os instrumentos de avaliação e analisar os resultados apresentados pelos alunos, bem como planejar estratégias de recuperação de aprendizagem nas situações pertinentes.

4. Entregar à Secretaria os resultados das avaliações do aproveitamento escolar nos prazos fixados, após devida inserção desses resultados no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – SIGA.

5. Votar nas situações previstas no Regimento das Fatecs.

6. Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e das comissões para as quais for designado.

7. Observar o regime disciplinar previsto em lei.

ANEXO II – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

Possuir, na data da inscrição:

PARA DISCIPLINAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS)

1. Graduação com habilitação específica e possuir titulação em programa de mestrado ou doutorado, obtido em programas reconhecidos ou recomendados na forma da lei, sendo a graduação ou a titulação na área da disciplina, e possuir experiência profissional relevante de pelo menos 03 anos na área da disciplina; ou

2. Graduação com habilitação específica e especialização, sendo a graduação e especialização na área da disciplina, e experiência profissional relevante de pelo menos 05 anos na área da disciplina.

3. Além de atender aos requisitos descritos nos itens 1 ou 2, apresentar um certificado de exames de proficiência internacional vitalício ou com data de realização não superior a 5 anos da data de admissão, com pontuação mínima conforme abaixo:

ECPE – Michigan: Examination for the Certificate of Proficiency in English – PASS.

ECCE – Examination for the Certificate of Competency in English – PASS.

MET – Michigan English Test – PASS.

BEC – Cambridge Business English Certificate – VANTAGE – PASS.

BEC– Cambridge Business English Certificate – HIGHER – PASS.

FCE – First Certificate of English – PASS.

CAE – Certificate in Advanced English – PASS.

CPE – Certificate of Proficiency in English – PASS.

CAL – English Proficiency Test for Teachers – MÍNIMO B2.

TELC – The European Language Certificates – MÍNIMO B2.

Trinity College London ESOL – B2 above.

CEELT – PASS.

CELS (ARELS+OXFORD) – PASS.

ICELT – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

CELT–P – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

CELT–S – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

CELTA / COTE – PASS.

DELTA – PASS.

EMI SKILLS – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

LCCIEB (EFB, EFC, PBE, SEFIC, WEFT) – PASS.

TKT – DEVELOPING/PROFICIENT/EXPERT.

BULATS

– MÍNIMO 60 PONTOS.

Linguaskill – Cambridge (compreensão auditiva, leitura e escrita) – MÍNIMO B2.

PTE GENERAL – Pearson Test of English General – MÍNIMO LEVEL 3.

IELTS – MÍNIMO 5,0 PONTOS.

TOEIC – MÍNIMO 785 PONTOS.

TOEFL–ibt – MÍNIMO 87 PONTOS.

TOEFL–itp – MÍNIMO 543 PONTOS.

LanguageCert International ESOL B2 Communicator (written &spoken) – B2 above High Pass/Pass.

LanguageCert International ESOL C1 Expert (written &spoken) – C1 above High Pass/Pass.

LanguageCert International ESOL C2 Mastery (written &spoken) – C2 High Pass/Pass.

ITEP Academic CORE (3 habilidades) – MÍNIMO 3,5 PONTOS (B2/C1/C2).

ITEP Academic PLUS (5 habilidades) – MÍNIMO 3,5 PONTOS (B2/C1/C2).

ITEP Advanced (5 habilidades) – MÍNIMO 4,5 (C1).

ANEXO III – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

PARA DISCIPLINAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

1) CURRÍCULO LATES

– Informar o link do Currículo Lattes

– Subir a cópia do Currículo Lattes

2) MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – FORMAÇÃO ACADÊMICA (máximo 450 pontos) (este total é ponderado segundo a razão 450/910)

– Pós–doutorado (100 pontos)

– TITULAÇÃO

a) Doutorado na área do certame (200 pontos)

b) Doutorado em outra área (150 pontos)

c) Mestrado na área do certame (130 pontos)

d) Mestrado em outra área (100 pontos)

– ESPECIALIZAÇÃO

a) Especialização na área do certame (80 pontos)

b) Especialização em outra área (40 pontos)

– PROFICIÊNCIA E GRADUAÇÃO

a) Proficiência na Língua (50 pontos)

b) Graduação na área do certame (60 pontos)

II – FORMAÇÃO COMPLEMENTAR (na área do certame) (máximo 40 pontos)

– Cursos de extensão (1 ponto para cada 8 horas) (se o certificado não apresentar carga horária, considerar 4 horas)

III – PUBLICAÇÕES (máximo 100 pontos)

– Livro (20 pontos/livro)

– Organizador de livro (10 pontos/livro)

– Capítulo de livro (5 pontos/capítulo)

– Revistas/Jornais. Artigo publicado:

a) internacionalmente (14 pontos)

b) nacionalmente (10 pontos)

c) regionalmente (6 pontos)

d) local ou corporativamente (2 pontos)

– Congressos, Workshops, Simpósios etc. Artigo publicado:

a) internacionalmente (12 pontos)

b) nacionalmente (8 pontos)

c) regionalmente (4 pontos)

d) local ou corporativamente (2 pontos)

– Resumo Estendido (publicado):

a) internacionalmente (4 pontos)

b) nacionalmente (2 pontos)

– Resumo (publicado):

a) nacionalmente (1 ponto)

b) internacionalmente (1 ponto)

IV – PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, WORKSHOPS ETC. (por evento) (máximo 60 pontos)

– Como Organizador (15 pontos)

– Como Revisor ou Avaliador (12 pontos)

– Como Palestrante (10 pontos)

– Como Apresentador Oral (8 pontos)

– Membro de Mesa Redonda/Debates (5 pontos)

– Como Ouvinte (1 ponto)

V – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS (máximo 350 pontos)

– Atividade profissional como:

a) docente no terceiro grau (30 pontos/ano)

b) docente no Nível Médio/Técnico (15 pontos/ano)

c) docente em cursos de idiomas (15 pontos/ano)

– Participação em projetos de pesquisa (1 ponto/projeto)

– Orientações:

a) Doutorado (20 pontos/evento)

b) Mestrado (15 pontos/evento)

c) Iniciação Científica com bolsa (5 pontos/evento)

d) Iniciação Científica (2 pontos/evento)

e) Trabalho de Graduação (Conclusão de Curso) (1 pontos/evento)

– Atividade profissional fora da docência na área da disciplina (20 pontos/ano)

ANEXO IV – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN – SÃO JOAQUIM DA BARRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 094/19/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75948/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Planejamento dos Processos Comerciais(Administração)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 094/19/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 094/19/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Planejamento dos Processos Comerciais(Administração): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Gestão de Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Gestão de Marketing; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercadologia; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Negócios; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Ciências Administrativas; Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda; Tecnologia em Gestão Comercial; Tecnologia em Gestão de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão de Processos Empreendedores; Tecnologia em Gestão e Marketing de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão e Planejamento de Marketing e Vendas; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Mercadológica; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Produção Publicitária;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 094/19/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ETEC POLIVALENTE DE AMERICANA - AMERICANA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 006/05/2019 – PROCESSO Nº 2641940/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01

CONVOCAÇÃO PARA EQUIVALÊNCIA

O Diretor de Escola Técnica da POLIVALENTE DE AMERICANA, considerando a ocorrência de aulas, em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 25/09/2019, e considerando a manifestação da Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC) acerca do componente curricular, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 26/01/2021, às 09H00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.

O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ETEC POLIVALENTE DE AMERICANA

ENDEREÇO: AV. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 567

BAIRRO: VILA ISRAEL CIDADE: AMERICANA

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): 4 Gestão Empresarial (para a Habilitação Administração) (Administração)

COMPONENTE CURRICULAR OFERECIDO MEDIANTE EQUIVALÊNCIA CONFORME MANIFESTAÇÃO CONTIDA NO MEMORANDO Nº 53/2021 – CETEC/GFAC: ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (ADMINISTRAÇÃO)

Nº AULAS: 5,0 – AULAS SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: DESIGNAÇÃO PARA ASSUMIR COORDENAÇÃO.

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

- Graduado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

021/ FERNANDA ALE / 43.200.868-8 / 225.600.468-65 / 1º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN – SÃO JOAQUIM DA BARRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 094/20/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75971/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Processos Logísticos Empresariais(Administração)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 094/20/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 094/20/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias

que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Processos Logísticos Empresariais(Administração): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Agronegócios; Administração – Habilitação em Gestão de Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Gestão de Marketing; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Gestão Turística e Hotelaria; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercadologia; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração – Habilitação em Transporte e Logística; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Agronegócios; Administração de Empresas e Negócios; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Ciências Administrativas; Tecnologia em Gestão de Logística; Tecnologia em Gestão de Logística Empresarial; Tecnologia em Gestão de Serviços; Tecnologia em Gestão de Serviços e Negócios; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão Mercadológica; Tecnologia em Logística; Tecnologia em Logística – Ênfase em Transportes; Tecnologia em Logística de Armazenamento e Distribuição; Tecnologia em Logística de Armazenamento e Distribuição de Materiais; Tecnologia em Logística e Transportes; Tecnologia em Logística e Transportes Multimodal; Tecnologia em Logística Empresarial; Tecnologia em Logística para o Agronegócio; Tecnologia em Processos Gerenciais;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 094/20/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN – SÃO JOAQUIM DA BARRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 094/21/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 75994/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Legislação Empresarial(Administração)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 094/21/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 094/21/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Legislação Empresarial(Administração): Administração; Administração ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Pública; Administração – Habilitação em Administração Rural; Administração – Habilitação em Agronegócios; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios Agroindustriais; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Sistema(s) de Informação; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Agronegócios; Administração de Empresas e Negócios; Administração em Agronegócios; Administração Geral; Ciências Administrativas; Ciências Atuariais; Ciências Contábeis; Ciências Contábeis e Atuariais; Ciências Jurídicas; Ciências Jurídicas e Sociais; Direito; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Processos Gerenciais;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 094/21/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ETEC POLIVALENTE DE AMERICANA - AMERICANA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 006/05/2019 – PROCESSO Nº 2641940/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02

CONVOCAÇÃO PARA EQUIVALÊNCIA

O Diretor de Escola Técnica da POLIVALENTE DE AMERICANA, considerando a ocorrência de aulas, em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 25/09/2019, e considerando a manifestação da Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC) acerca do componente curricular, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 26/01/2021, às 10H00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.

O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ETEC POLIVALENTE DE AMERICANA

ENDEREÇO: AV. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 567

BAIRRO: VILA ISRAEL CIDADE: AMERICANA

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): 3 Gestão Empreendedora e Inovação (Administração)

COMPONENTE CURRICULAR OFERECIDO MEDIANTE EQUIVALÊNCIA CONFORME MANIFESTAÇÃO CONTIDA NO MEMORANDO Nº 54/2021 – CETEC/GFAC: ESTUDO DE LOGÍSTICA (PARA A HABILITAÇÃO LOGÍSTICA) (LOGISTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO)

Nº AULAS: 4,0 – AULAS SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: MANHÃ

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: DESIGNAÇÃO PARA ASSUMIR COORDENAÇÃO.

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

LICENCIADO 003/ GABRIELA VIANA / 48.245.981-5 / 349.242.208-09 / 1º

GRADUADO025 / IRAILDI APARECIDA PESSINA DEGASPERI / 20.032.156-0 / 109.995.638-23 / 2º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN – SÃO JOAQUIM DA BARRA

CLASSE DESCENTRALIZADA DE GUARÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 094/22/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 76078/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Psicologia e Processo de Motivação e Liderança(Recursos Humanos)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 094/22/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de

Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 094/22/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Psicologia e Processo de Motivação e Liderança(Recursos Humanos): Administração; Administração ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração Rural; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Recursos Humanos; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Negócios; Administração de(em) Recursos Humanos ; Administração Geral; Ciências Administrativas; Psicologia; Psicologia (LP); Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Recursos Humanos;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 094/22/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CONSELHEIRO ANTONIO PRADO – CAMPINAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 007/01/2019 – PROCESSO Nº 1444832/2019

RETIFICA O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 3, PUBLICADO NO DOE DE 21/01/2021 SEÇÃO I PÁG 369.

ONDE SE LÊ:

...

O Diretor de Escola Técnica Estadual Conselheiro Antonio Prado considerando a ocorrência de aulas, em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 11/09/2019, e considerando a manifestação da Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC) acerca do componente curricular, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 22/01/2021, às 14h00, no endereço abaixo indicado.

LEIA-SE:

...

O Diretor de Escola Técnica Estadual Conselheiro Antonio Prado considerando a ocorrência de aulas, em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 11/06/2019, e considerando a manifestação da Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC) acerca do componente curricular, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 22/01/2021, às 14h00, no endereço abaixo indicado.

ONDE SE LÊ:

Nº AULAS: 20 – AULAS SUBSTIUIÇÃO

LEIA-SE:

Nº AULAS: 12 – AULAS SUBSTIUIÇÃO

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN – SÃO JOAQUIM DA BARRA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 094/23/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 76126/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO BADRAN, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Desenvolvimento do TCC na Área Secretarial(Secretariado)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 094/23/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e094adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 094/23/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Desenvolvimento do TCC na Área Secretarial(Secretariado): Letras com Habilitação em Secretário Bilíngue; Letras com Habilitação em Secretário Executivo; Letras com Habilitação em Secretário Executivo Bilíngue; Secretariado; Secretariado ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Secretariado – Habilitação em Inglês; Secretariado Bilíngue; Secretariado com Habilitação em Secretariado Executivo Bilíngue ; Secretariado Executivo; Secretariado Executivo Bilíngue; Secretariado Executivo Bilíngue – Habilitação Português/ Inglês ; Secretariado Executivo Trilíngue; Secretariado Executivo Trilíngue – Português / Inglês / Espanhol ; Tecnologia em Automação de Escritórios e Secretariado; Tecnologia em Automação de Escritórios e Secretariado com Ênfase em Marketing; Tecnologia em Formação de Secretariado; Tecnologia em Formação de Secretário; Tecnologia em Formação de Secretário Executivo; Tecnologia em Gestão em Secretariado; Tecnologia em Secretariado; Tecnologia em Secretariado Bilíngue; Tecnologia em Secretariado Executivo; Tecnologia em Secretariado Executivo Bilíngue ;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO
1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO
I – DADOS GERAIS:
Nome: _____
Endereço completo: _____
Telefone: _____
Telefone celular: _____
E–mail: _____
II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:
II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR
– DOUTORADO
Doutor em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
– MESTRADO
Mestre em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
– ESPECIALIZAÇÃO
Especialista em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO
Licenciado ou Graduado em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
II.2 – EM OUTRA ÁREA
– DOUTORADO
Doutor em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
– MESTRADO
Mestre em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
– ESPECIALIZAÇÃO
Especialista em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO
Licenciado ou Graduado em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):
Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.
– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____
– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____
– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____
– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____
IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____
Nome da função/cargo/emprego: _____
Data: ____/____/_____
Assinatura do candidato: _____
_____
2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:
– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso
– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)
– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)
Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).
ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)
Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 094/23/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.
Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:
_____
Nestes termos,
Pede deferimento.
Em ____/____/_____
_____
Assinatura do candidato
Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.
ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)
1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO
FORMAÇÃO ACADÊMICA
– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular
Tipo(s):
Doutorado: 12 pontos.
Mestrado: 8 pontos.
Especialização: 5 pontos.
Licenciatura ou graduação: 5 pontos.
– Em outra área
Tipo(s):
Doutorado: 4 pontos.
Mestrado: 3 pontos.
Especialização: 2 pontos.
Licenciatura ou graduação: 1 ponto.
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR
– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular
Tipo(s):
Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.
Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.
Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.
Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA
Tipo(s):
Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.
2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS
CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.
PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.
LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.
ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO
1. Currículo atualizado (simplificado).
2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).
3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).
4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).
5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).
6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.
7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.
8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.
9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.
10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.
11. Cópia do PIS/PASEP.
12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.
13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.
14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.
15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).
16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.
17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:
17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.
17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.
18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):
18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES – SOROCABA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 016/01/2019 – PROCESSO Nº 1965151/2018
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 3
CONVOCAÇÃO PARA APROVEITAMENTO
O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES – SOROCABA, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 14/05/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 26/01/2021, às 11h00, no endereço abaixo indicado.
O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.
A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.
O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.
O candidato que não atender a convocação para a referida ETEC, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.
O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.
As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.
LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ETEC PROFESSOR ELIAS MIGUEL JUNIOR
ENDEREÇO: RUA IRMA FERRAREZI, S/N
BAIRRO: VOTOCEL
CIDADE: VOTORANTIM
COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): 5 - 238016-HISTÓRIA (BASE NACIONAL COMUM/ ETIM)(ENSINO MÉDIO - BNC/ BNCC/ ETIM/ MTEC/ EM COM ÊNFASES/ PD)
Nº AULAS: 6,0 – AULAS EM SUBSTITUICAO
LOCAL DAS AULAS: ETEC PROFESSOR ELIAS MIGUEL JUNIOR
PERÍODO DAS AULAS: DIURNO
MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: EM SUBSTITUIÇÃO AO PROFESSOR QUE SE ENCONTRA AFASTADO PARA EXERCER A DIREÇÃO DA ETEC.
CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):
- Licenciado
Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL
27/VALMIR ANSELMO DE AGUIAR RAINIERI /22.985.481-3 /122.894.418-05/1º;
19/ALISANGELO APARECIDO DOS SANTOS /33.862.980-4 /301.574.748-79/2º;
104/ISADORA FALLEIROS FRARE /32.623.978-9 /225.425.468-51/3º;
*
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO LEME BRIZOLLA SOBRINHO – IPAUSSÚ
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 097/08/2021, PROCESSO Nº
EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES
O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PEDRO LEME BRIZOLLA SOBRINHO, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.
O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:
COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):
Administração da Produção e Serviços (para a Habilitação Administração)(Administração)
Instruções Especiais
I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).
2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).
3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.
4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).
4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.
5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.
6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.
II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA
1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.
2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.
2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.
2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.
III – DOS REQUISITOS
1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.
1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.
2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.
IV – DAS INSCRIÇÕES
1. São condições para inscrição:
a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;
b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.
c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.
d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.
f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.
g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.
h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).
i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.
2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.
3. Para inscrever–se, o candidato deverá:
a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.
b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.
c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.
d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.
e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.
f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.
4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.
5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.
6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.
6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.
6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.
6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.
6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.
7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.
7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:
a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.
b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.
c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.
d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.
e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.
8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.
8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.
8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.
9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA
1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.
2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.
3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:
3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:
a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou
b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.
3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.
3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.
4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.
4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:
a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.
b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.
4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.
5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.
6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.
7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.
8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.
9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.
9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.
9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto nº 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e097op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 097/08/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e097op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 097/08/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do

Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Administração da Produção e Serviços (para a Habilitação Administração)(Administração): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Marketing; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios Agroindustriais; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercadologia; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração – Habilitação em Transporte e Logística; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Negócios; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Ciências Administrativas; Engenharia da(de) Produção; Engenharia de Produção Mecânica; Engenharia em Processos de Produção; Tecnologia em Gestão da Produção; Tecnologia em Gestão de Logística; Tecnologia em Gestão de Logística Empresarial; Tecnologia em Gestão de Serviços; Tecnologia em Gestão de Serviços e Negócios; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão Logística; Tecnologia em Logística; Tecnologia em Logística – Ênfase em Transportes; Tecnologia em Logística Aeroportuária; Tecnologia em Logística de Armazenamento e Distribuição; Tecnologia em Logística de Armazenamento e Distribuição de Materiais; Tecnologia em Logística e Transportes; Tecnologia em Logística e Transportes Multimodal; Tecnologia em Logística Empresarial; Tecnologia em Logística para o Agronegócio; Tecnologia em Planejamento Administrativo; Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica; Tecnologia em Planejamento e Programação Econômica; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Produção (da/de Produção); Tecnologia em Produção – Ênfase Industrial; Tecnologia em Produção de Materiais Plásticos ; Tecnologia em Produção Industrial;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 097/08/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES – SOROCABA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 016/01/2020 – PROCESSO Nº 572328/2020

EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES, DE DESIGNAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA E CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para a entrega do Memorial Circunstanciado, a ser realizada na RUA NATAL – 340 BAIRRO: JARDIM PAULISTANO – CEP: 18040810 – CIDADE: SOROCABA, no dia e horário abaixo informados.

No dia e horário marcados, o candidato ou seu procurador deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições) e, conforme disposto no subitem 2.1. do Capítulo IX do citado Edital, deverá entregar o Memorial Circunstanciado (conforme modelo que constitui o ANEXO VI do Edital), juntamente com documentação comprobatória.

A não entrega do Memorial implicará na não aprovação do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado.

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO)

Fundamentos da Composição no Projeto de Design de Interiores(Design de Interiores)

INSCRIÇÃO(ÕES) DEFERIDA(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

1/ LEANDRO BATISTA RODRIGUES / 44.124.588–2 / 326.146.008–30;

2/ HENRY MIOSHI WATARI / 40.797.475–1 / 339.413.748–85;

3/ LETICIA MEDEIROS DE ARAÚJO / 37.616.815–8 / 010.430.782–07;

4/ BRUNO HENRIQUE BARCIA / 41.077.665 / 372.004.648–64;

5/ MOZART DE ARAUJO JUNIOR / 17.259.330–X / 040.438.058–10;

6/ RICHARD ALEXIS SILVA / 43.347.535–3 / 369.288.358–77;

7/ CIBELE RODRIGUES DA COSTA DUARTE / 37.274.733–4 / 389.443.428–73;

8/ CLAUTHION GOMIDE PASSOS / 40.046.289–8 / 420.759.488–44;

9/ BRUNA DA SILVA DIOGO / 42.435.849–9 / 392.885.868–81;

10/ MARIA DE LOURDES BATISTA DA SILVA / 45.442.340–8 / 437.077.808–56;

11/ ALINE RAQUEL DA SILVA / 42.422.044–1 / 425.001.528–98;

12/ TANIA CRISTINA OLIMPIO / 40.616.619–5 / 292.106.298–41;

13/ LIRIS MARIA DOS SANTOS MARIZ / 48.886.844–0 / 401.863.758–67;

14/ EVERTON JUAREZ DO AMARANTO NASCIMENTO / 33.276.947–1 / 225.103.778–09;

DATA DA ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO: 02/02/2021.

HORÁRIO: DAS 09:00 ÀS 11:00 DAS 14:00 ÀS 16:00 DAS 19:00 ÀS 21:00

Conforme dispõe a Deliberação CEETEPS nº 41/2018, o Diretor de Escola Técnica designa, para compor a Banca Examinadora do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros:

TITULARES:

1. ADRIANA CRISTINA MACHADO DE ARAUJO GALAN, RG.: 27763575–5,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Presidente;

2. ANDRE DIAS GALAN, RG.: 23334413–5,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, especialista;

3. PAULA ANDREA PANNUNZIO MOREIRA, RG.: 19791252–7,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

SUPLENTES:

1. IVANI TORRES BRAGHETTI, RG.: 18723107–2, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO;

2. DENISE DE MELO FRANCO MORO DA COSTA, RG.: 14910217–3, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES – SOROCABA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 016/02/2020 – PROCESSO Nº 580528/2020

EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES, DE DESIGNAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA E CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para a entrega do Memorial Circunstanciado, a ser realizada na RUA NATAL – 340 BAIRRO: JARDIM PAULISTANO – CEP: 18040810 – CIDADE: SOROCABA, no dia e horário abaixo informados.

No dia e horário marcados, o candidato ou seu procurador deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições) e, conforme disposto no subitem 2.1. do Capítulo IX do citado Edital, deverá entregar o Memorial Circunstanciado (conforme modelo que constitui o ANEXO VI do Edital), juntamente com documentação comprobatória.

A não entrega do Memorial implicará na não aprovação do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado.

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO)

Formas e Expressões Visuais Aplicadas ao Design de Interiores I (Design de Interiores)

INSCRIÇÃO(ÕES) DEFERIDA(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

1/ LEANDRO BATISTA RODRIGUES / 44.124.588–2 / 326.146.008–30;

2/ LETICIA MEDEIROS DE ARAÚJO / 37.616.815–8 / 010.430.782–07;

3/ BRUNO HENRIQUE BARCIA / 41.077.665 / 372.004.648–64;

4/ MOZART DE ARAUJO JUNIOR / 17.259.330–X / 040.438.058–10;

5/ RICHARD ALEXIS SILVA / 43.347.535–3 / 369.288.358–77;

6/ CIBELE RODRIGUES DA COSTA DUARTE / 37.274.733–4 / 389.443.428–73;

7/ CLAUTHION GOMIDE PASSOS / 40.046.289–8 / 420.759.488–44;

8/ BRUNA DA SILVA DIOGO / 42.435.849–9 / 392.885.868–81;

9/ MARIA DE LOURDES BATISTA DA SILVA / 45.442.340–8 / 437.077.808–56;

10/ TANIA CRISTINA OLIMPIO / 40.616.619–5 / 292.106.298–41;

11/ LIRIS MARIA DOS SANTOS MARIZ / 48.886.844–0 / 401.863.758–67;

DATA DA ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO: 02/02/2021.

HORÁRIO: DAS 09:00 ÀS 11:00 DAS 14:00 ÀS 16:00 DAS 19:00 ÀS 21:00.

Conforme dispõe a Deliberação CEETEPS nº 41/2018, o Diretor de Escola Técnica designa, para compor a Banca Examinadora do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros:

TITULARES:

1. ADRIANA CRISTINA MACHADO DE ARAUJO GALAN, RG.: 27763575–5,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Presidente;

2. ANDRE DIAS GALAN, RG.: 23334413–5,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, especialista;

3. PAULA ANDREA PANNUNZIO MOREIRA, RG.: 19791252–7,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

SUPLENTES:

1. IVANI TORRES BRAGHETTI, RG.: 18723107–2, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO;

2. DENISE DE MELO FRANCO MORO DA COSTA, RG.: 14910217–3, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES – SOROCABA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 016/02/2019 – PROCESSO Nº 2724497/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 3

CONVOCAÇÃO PARA APROVEITAMENTO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES – SOROCABA, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 26/09/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 26/01/2021, às 11h30, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação para a referida ETEC, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.

O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ETEC PROFESSOR ELIAS MIGUEL JUNIOR

ENDEREÇO: RUA IRMA FERRAREZI, S/N

BAIRRO: VOTOCEL

CIDADE: VOTORANTIM

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): 1 – BIOLOGIA (BASE NACIONAL COMUM/ ETIM)(ENSINO MÉDIO – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTEC/ EM COM ÊNFASES/ PD)

Nº AULAS: 14,0 – AULAS EM SUBSTITUICAO

LOCAL DAS AULAS: ETEC PROFESSOR ELIAS MIGUEL JUNIOR

PERÍODO DAS AULAS: DIURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: EM SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA QUE SE ENCONTRA RESPONDENDO PELA COORDENAÇÃO DE PROJETOS RESPONSÁVEL PELA ORIENTAÇÃO E APOIO EDUCACIONAL.

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

- Licenciado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

007 / ALDENICE CARDOSO COSTA DA SILVA / 59.066.827-4 / 955.011.695-68 / 1º

020 / JOSÉ EDUARDO DE ARAUJO / 22.404.366-3 / 177.206.238-35 / 2º

012 / CLARISSA SUELEN OLIVEIRA / 48.690.462-3 / 394.390.318-40 / 3º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES – SOROCABA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 016/03/2020 – PROCESSO Nº 568877/2020

EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES, DE DESIGNAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA E CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para a entrega do Memorial Circunstanciado, a ser realizada na RUA NATAL – 340 BAIRRO: JARDIM PAULISTANO – CEP: 18040810 – CIDADE: SOROCABA, no dia e horário abaixo informados.

No dia e horário marcados, o candidato ou seu procurador deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições) e, conforme disposto no subitem 2.1. do Capítulo IX do citado Edital, deverá entregar o Memorial Circunstanciado (conforme modelo que constitui o ANEXO VI do Edital), juntamente com documentação comprobatória.

A não entrega do Memorial implicará na não aprovação do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado.

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO)

Representação Digital de Projetos de Interiores II (Design de Interiores)

INSCRIÇÃO(ÕES) DEFERIDA(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

1/ LEANDRO BATISTA RODRIGUES / 44.124.588–2 / 326.146.008–30;

2/ GIOVANA RABELO PORTELA / 45.310.600–6 / 469.632.478–89;

3/ HENRY MIOSHI WATARI / 40.797.475–1 / 339.413.748–85;

4/ LETICIA MEDEIROS DE ARAÚJO / 37.616.815–8 / 010.430.782–07;

5/ BRUNO HENRIQUE BARCIA / 41.077.665 / 372.004.648–64;

6/ KARINA DIAS DA SILVA / 48.928.552–1 / 422.327.228–48;

7/ MOZART DE ARAUJO JUNIOR / 17.259.330–X / 040.438.058–10;

8/ PAULA CRISTINA PAES ALVES / 29.237.436–7 / 205.060.058–52;

9/ ANDERSON DE MOURA CARRO / 41.102.734–7 / 313.404.278–93;

10/ RICHARD ALEXIS SILVA / 43.347.535–3 / 369.288.358–77;

11/ CIBELE RODRIGUES DA COSTA DUARTE / 37.274.733–4 / 389.443.428–73;

12/ CLAUTHION GOMIDE PASSOS / 40.046.289–8 / 420.759.488–44;

13/ ELAINE DA SILVA OUCHAR / 22.847.493–0 / 249.449.568–78;

14/ BRUNA DA SILVA DIOGO / 42.435.849–9 / 392.885.868–81;

15/ MARIA DE LOURDES BATISTA DA SILVA / 45.442.340–8 / 437.077.808–56;

16/ TARSO LELIO TODESCO / 35.888.291–6 / 377.999.848–30;

17/ ALINE RAQUEL DA SILVA / 42.422.044–1 / 425.001.528–98;

18/ TANIA CRISTINA OLIMPIO / 40.616.619–5 / 292.106.298–41;

19/ LIRIS MARIA DOS SANTOS MARIZ / 48.886.844–0 / 401.863.758–67;

20/ EVERTON JUAREZ DO AMARANTO NASCIMENTO / 33.276.947–1 / 225.103.778–09;

DATA DA ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO: 02/02/2021.

HORÁRIO: DAS 09:00 ÀS 11:00 DAS 14:00 ÀS 16:00 DAS 19:00 ÀS 21:00.

Conforme dispõe a Deliberação CEETEPS nº 41/2018, o Diretor de Escola Técnica designa, para compor a Banca Examinadora do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros:

TITULARES:

1. ADRIANA CRISTINA MACHADO DE ARAUJO GALAN, RG.: 27763575–5,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Presidente;

2. ANDRE DIAS GALAN, RG.: 23334413–5,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, especialista;

3. PAULA ANDREA PANNUNZIO MOREIRA, RG.: 19791252–7,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

SUPLENTES:

1. IVANI TORRES BRAGHETTI, RG.: 18723107–2, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO;

2. DENISE DE MELO FRANCO MORO DA COSTA, RG.: 14910217–3, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS – TAQUARITUBA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 140/01/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Geografia (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases) (Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores

ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: processoseletivo2006@outlook.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 140/01/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: processoseletivo2006@outlook.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 140/01/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Geografia (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Ciências Sociais com Habilitação em Geografia (LP); Estudos Sociais com Habilitação em Geografia (LP); Geografia (LP); História com Habilitação em Geografia (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 140/01/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES – SOROCABA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 016/04/2020 – PROCESSO Nº 580785/2020

EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES, DE DESIGNAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA E CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para a entrega do Memorial Circunstanciado, a ser realizada na RUA NATAL – 340 BAIRRO: JARDIM PAULISTANO – CEP: 18040810 – CIDADE: SOROCABA, no dia e horário abaixo informados.

No dia e horário marcados, o candidato ou seu procurador deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições) e, conforme disposto no subitem 2.1. do Capítulo IX do citado Edital, deverá entregar o Memorial Circunstanciado (conforme modelo que constitui o ANEXO VI do Edital), juntamente com documentação comprobatória.

A não entrega do Memorial implicará na não aprovação do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado.

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO)

Representação da Linguagem Arquitetônica II (Design de Interiores)

INSCRIÇÃO(ÕES) DEFERIDA(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

1/ LEANDRO BATISTA RODRIGUES / 44.124.588–2 / 326.146.008–30;

2/ GIOVANA RABELO PORTELA / 45.310.600–6 / 469.632.478–89;

3/ LETICIA MEDEIROS DE ARAÚJO / 37.616.815–8 / 010.430.782–07;

4/ BRUNO HENRIQUE BARCIA / 41.077.665 / 372.004.648–64;

5/ KARINA DIAS DA SILVA / 48.928.552–1 / 422.327.228–48;

6/ MOZART DE ARAUJO JUNIOR / 17.259.330–X / 040.438.058–10;

7/ PAULA CRISTINA PAES ALVES / 29.237.436–7 / 205.060.058–52;

8/ ANDERSON DE MOURA CARRO / 41.102.734–7 / 313.404.278–93;

9/ RICHARD ALEXIS SILVA / 43.347.535–3 / 369.288.358–77;

10/ CIBELE RODRIGUES DA COSTA DUARTE / 37.274.733–4 / 389.443.428–73;

11/ CLAUTHION GOMIDE PASSOS / 40.046.289–8 / 420.759.488–44;

12/ ELAINE DA SILVA OUCHAR / 22.847.493–0 / 249.449.568–78;

13/ BRUNA DA SILVA DIOGO / 42.435.849–9 / 392.885.868–81;

14/ MARIA DE LOURDES BATISTA DA SILVA / 45.442.340–8 / 437.077.808–56;

15/ TARSO LELIO TODESCO / 35.888.291–6 / 377.999.848–30;

16/ ALINE RAQUEL DA SILVA / 42.422.044–1 / 425.001.528–98;

17/ TANIA CRISTINA OLIMPIO / 40.616.619–5 / 292.106.298–41;

18/ LIRIS MARIA DOS SANTOS MARIZ / 48.886.844–0 / 401.863.758–67;

19/ EVERTON JUAREZ DO AMARANTO NASCIMENTO / 33.276.947–1 / 225.103.778–09;

DATA DA ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO: 02/02/2021.

HORÁRIO: DAS 09:00 ÀS 11:00 DAS 14:00 ÀS 16:00 DAS 19:00 ÀS 21:00.

Conforme dispõe a Deliberação CEETEPS nº 41/2018, o Diretor de Escola Técnica designa, para compor a Banca Examinadora do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros:

TITULARES:

1. ADRIANA CRISTINA MACHADO DE ARAUJO GALAN, RG.: 27763575–5,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Presidente;

2. ANDRE DIAS GALAN, RG.: 23334413–5,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, especialista;

3. PAULA ANDREA PANNUNZIO MOREIRA, RG.: 19791252–7,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

SUPLENTES:

1. IVANI TORRES BRAGHETTI, RG.: 18723107–2, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO;

2. DENISE DE MELO FRANCO MORO DA COSTA, RG.: 14910217–3, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS – RIBEIRÃO PIRES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 141/02/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 74221/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Análise de Processos Físico–Químicos I(Química)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 141/02/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 141/02/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Análise de Processos Físico–Químicos I(Química): Bioquímica; Bioquímica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Ciências com Habilitação em Química; Ciências com Habilitação em Química (LP); Ciências com Habilitação em Química e Atribuições Tecnológicas ; Ciências Exatas com Habilitação em Química ; Ciências Exatas com Habilitação em Química (LP); Ciências Farmacêuticas; Ciências Naturais com Habilitação em Química (LP); Engenharia Bioquímica; Engenharia Biotecnológica; Engenharia de Materiais; Engenharia de Produção Química ; Engenharia Industrial Química; Engenharia Química; Farmácia; Farmácia – Alimentos ; Farmácia Bioquímica Industrial; Farmácia e Bioquímica; Farmácia Industrial; Laboratorista Industrial ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Petroquímica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Química; Química ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Química (LP); Química Ambiental; Química com Atribuições Tecnológicas; Química de Alimentos; Química Industrial; Química Tecnológica; Tecnologia (em) Química; Tecnologia (em) Química – Produção Industrial de Calçados; Tecnologia em Açúcar e Álcool; Tecnologia em Biocombustível(eis); Tecnologia em Bioenergia; Tecnologia em Biotecnologia; Tecnologia em Processos Químicos; Tecnologia em Processos Químicos Industriais; Tecnologia em Produção de Açúcar e Álcool; Tecnologia em Produção Sucroalcooleira;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 141/02/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES – SOROCABA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 016/05/2020

EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES, DE DESIGNAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA E CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para a entrega do Memorial Circunstanciado, a ser realizada na RUA NATAL – 340 BAIRRO: JARDIM PAULISTANO – CEP: 18040810 – CIDADE: SOROCABA, no dia e horário abaixo informados.

No dia e horário marcados, o candidato ou seu procurador deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições) e, conforme disposto no subitem 2.1. do Capítulo IX do citado Edital, deverá entregar o Memorial Circunstanciado (conforme modelo que constitui o ANEXO VI do Edital), juntamente com documentação comprobatória.

A não entrega do Memorial implicará na não aprovação do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado.

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO)

Gestão da Produção e Materiais(Administração)

INSCRIÇÃO(ÕES) DEFERIDA(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

1/ WAGNER RODRIGUES FERREIRA / 44.157.078–1 / 353.607.008–66;

2/ ALESSANDRO CARDOSO / 29.453.836–7 / 250.234.238–40;

3/ EDVALDO RIBEIRO DOS SANTOS / 35.467.905–3 / 151.365.918–97;

4/ ALLAN HENRIQUE SANTOS / 50.626.196–7 / 473.960.658–52;

5/ ALEXANDRE TOMAZ DE LIMA / 36.192.156–1 / 693.972.109–63;

6/ VANESSA RODRIGUES AGOSTINHO / 29.371.429–0 / 225.747.338–86;

7/ ROSIMARCIA DE FÁTIMA ALBERTO GIL / 16.188.880–X / 056.044.228–94;

8/ EMERSON DUARTE BONFIM / 27.080.400–6 / 285.916.248–82;

9/ MARINA HELENA PEREIRA VIEIRA / 44.366.807–3 / 364.050.168–38;

10/ ANA CAROLINA RIBEIRO DUARTE HASHIMOTO / 21.983.046–0 / 124.066.637–36;

11/ VIVIANE PEREIRA DA SILVA / 29.650.044–6 / 221.561.558–36;

12/ VALÉRIA ROMERA BICUDO / 40.655.335–X / 348.103.128–95;

13/ MARCIA ELENA BERSI PEREIRA / 20.048.982–3 / 110.509.968–79;

14/ ESTIVERSON ENDO RIBEIRO / 43.192.953–1 / 338.360.848–48;

15/ LILIAN MACHADO DE OLIVEIRA FETH / 43.347.892–5 / 227.123.528–66;

16/ ROGÉRIO SCHNEIDER CARDOSO / 62.334.731–3 / 387.615.640–87;

17/ PATRICIA FERNANDA DA SILVA SILTORI / 40.673.519–0 / 400.837.578–30;

18/ GUILHERME SILTORI ACOSTA / 46.682.794–5 / 351.431.218–41;

19/ PAULO PEDRO MILARE / 11.391.036–8 / 046.798.478–67;

20/ GRAZIELE FERREIRA FREITAS / 41.875.902–9 / 415.723.708–07;

21/ BRUNO RODRIGUES MALAQUIAS / 48.824.152 / 389.063.648–90;

22/ ROBERTO APARECIDO FRANCISCO / 34.137.699–1 / 219.314.848–13;

23/ JAMIL ZAMUR FILHO / 17.494.275–8 / 101.123.378–99;

24/ RENIER NEANDER MEDEIROS / 20.334.178–8 / 105.951.458–33;

25/ EUSEBIO ANTONIO GOMES JUNIOR / 40.883.187–X / 416.384.568–28;

26/ ANDERSON GOMES / 26.771.908–5 / 258.472.718–83;

27/ ROBSON DOUGLAS PIOVESAN / 43.021.034–6 / 301.332.568–20;

28/ NIVALDO APARECIDO MIRANDA MARQUES / 17.533.503–5 / 107.151.788–06;

29/ RENATO AUGUSTO DE CAMPOS / 28.457.860–5 / 333.346.168–43;

30/ ANDRÉ LUIZ GONÇALVES RODRIGUES / 14.407.094 / 009.204.211–21;

31/ JOANITA GOMES SCHIMING / 30.925.358–5 / 309.658.748–50;

32/ RODRIGO CESAR SCHIMING / 40.719.738–2 / 306.985.998–45;

33/ JEFFERSON MARTINS DE SOUSA / 30.904.133–8 / 275.019.958–18;

34/ VANESSA MARIA DOS SANTOS / 45.175.361–6 / 313.728.018–47;

35/ OTAVIO AUGUSTO DE CAMARGO COSTA / 30.810.834–6 / 337.957.988–25;

36/ MARIO EDUARDO ELIAS / 17.703.470 / 039.040.998–76;

37/ NELSON LUIZ DE SOUZA / 17.081.126–8 / 027.161.658–07;

38/ JULIANE BARBOSA DOS SANTOS / 44.017.203–2 / 368.892.878–43;

DATA DA ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO: 02/02/2021.

HORÁRIO: DAS 09H ÀS 11H ? DAS 14H ÀS 16H ? DAS 19H ÀS 21H.

Conforme dispõe a Deliberação CEETEPS nº 41/2018, o Diretor de Escola Técnica designa, para compor a Banca Examinadora do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros:

TITULARES:

1. RENATA ALVES DE LIMA BROSCO, RG.: 22658999–7,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Presidente;

2. BRUNO VERGILIO, RG.: 4899865–5,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, especialista;

3. GILSON GARCIA, RG.: 6987626–5,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

SUPLENTES:

1. BENEDITA MARIA FARIA, RG.: 8589681, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO;

2. MATEUS CESAR DE OLIVEIRA, RG.: 19438318, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS – RIBEIRÃO PIRES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 141/03/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 74206/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec)(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/11/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 141/03/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 141/03/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/11/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec)(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Educação do Campo com Habilitação em Língua Portuguesa (LP); Letras (LP); Letras – Língua Portuguesa e Inglesa (LP); Letras com Habilitação em Espanhol (LP); Letras com Habilitação em Inglês (LP); Letras com Habilitação em Língua Portuguesa (LP); Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa (LP); Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Linguística (LP); Letras com Habilitação em Português (LP); Letras com Habilitação em Português e Alemão (LP); Letras com Habilitação em Português e Espanhol (LP); Letras com Habilitação em Português e Francês (LP); Letras com Habilitação em Português e Inglês (LP); Letras com Habilitação em Português e Língua Espanhola Moderna com as Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa (LP); Letras com Habilitação em Português, Inglês e Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português/ Espanhol e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português/ Inglês e Respectivas Literaturas (LP); Letras com Habilitação em Português/ Literaturas da Língua Portuguesa com suas respectivas Literaturas (LP) ; Letras com Habilitação em Secretariado Trilíngue/ Português (LP); Letras com Habilitação em Secretário Bilíngue/ Espanhol (LP); Letras com Habilitação em Secretário Bilíngue/ Português (LP); Letras com Habilitação em Secretário Executivo Bilíngue/ Inglês (LP); Letras com Habilitação em Tradução e Intérprete Português/ Língua Estrangeira do Currículo (LP); Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Espanhol (LP); Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Inglês (LP); Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete/ Português (LP); Letras: Língua Espanhola e Língua Portuguesa (LP); Letras: Língua Inglesa e Língua Portuguesa (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 141/03/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.
Mestrado: 8 pontos.
Especialização: 5 pontos.
Licenciatura ou graduação: 5 pontos.
– Em outra área
Tipo(s):
Doutorado: 4 pontos.
Mestrado: 3 pontos.
Especialização: 2 pontos.
Licenciatura ou graduação: 1 ponto.
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR
– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular
Tipo(s):
Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.
Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.
Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.
Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA
Tipo(s):
Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.
2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS
CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.
PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.
LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.
ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO
1. Currículo atualizado (simplificado).
2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).
3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).
4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).
5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).
6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.
7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.
8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.
9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.
10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.
11. Cópia do PIS/PASEP.
12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.
13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.
14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.
15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).
16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.
17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:
17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.
17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.
18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):
18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES – SOROCABA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 016/06/2020 – PROCESSO Nº 581309/2020
EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES, DE DESIGNAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA E CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO
O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para a entrega do Memorial Circunstanciado, a ser realizada na RUA NATAL – 340 BAIRRO: JARDIM PAULISTANO – CEP: 18040810 – CIDADE: SOROCABA, no dia e horário abaixo informados.
No dia e horário marcados, o candidato ou seu procurador deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições) e, conforme disposto no subitem 2.1. do Capítulo IX do citado Edital, deverá entregar o Memorial Circunstanciado (conforme modelo que constitui o ANEXO VI do Edital), juntamente com documentação comprobatória.
A não entrega do Memorial implicará na não aprovação do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado.

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO)
Gestão Empreendedora e Inovação(Administração)

INSCRIÇÃO(ÕES) DEFERIDA(S):
Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF
1/ WAGNER RODRIGUES FERREIRA / 44.157.078–1 / 353.607.008–66;
2/ DANILO ALVES ANDRADE / 45.927.889–7 / 229.989.918–90;
3/ ALESSANDRO CARDOSO / 29.453.836–7 / 250.234.238–40;
4/ EDVALDO RIBEIRO DOS SANTOS / 35.467.905–3 / 151.365.918–97;
5/ ALLAN HENRIQUE SANTOS / 50.626.196–7 / 473.960.658–52;
6/ VANESSA RODRIGUES AGOSTINHO / 29.371.429–0 / 225.747.338–86;
7/ ROSIMARCIA DE FÁTIMA ALBERTO GIL / 16.188.880–X / 056.044.228–94;
8/ ELIDA MARIA BRAGA / 48.176.338–7 / 389.010.038–48;
9/ VIVIANE DAS GRAÇAS VIEIRA BUFALARI / 40.879.912–2 / 370.219.128–38;
10/ MARINA HELENA PEREIRA VIEIRA / 44.366.807–3 / 364.050.168–38;
11/ ANA CAROLINA RIBEIRO DUARTE HASHIMOTO / 21.983.046–0 / 124.066.637–36;
12/ VIVIANE PEREIRA DA SILVA / 29.650.044–6 / 221.561.558–36;
13/ SABRINA SAJO / 30.350.781–0 / 287.933.018–12;
14/ CAROLINA GARCIA CARDOZO LAZZARINI / 60.996.896–8 / 030.022.181–97;
15/ VALÉRIA ROMERA BICUDO / 40.655.335–X / 348.103.128–95;
16/ IZILDA DO NASCIMENTO GABRIEL / 28.208.257–8 / 274.633.838–65;
17/ MARCIA ELENA BERSI PEREIRA / 20.048.982–3 / 110.509.968–79;
18/ LILIAN MACHADO DE OLIVEIRA FETH / 43.347.892–5 / 227.123.528–66;
19/ PATRICIA FERNANDA DA SILVA SILTORI / 40.673.519–0 / 400.837.578–30;
20/ GUILHERME SILTORI ACOSTA / 46.682.794–5 / 351.431.218–41;
21/ ALESSANDRO DE GENARO DARIO / 24.828.262–1 / 123.001.428–48;
22/ GRAZIELE FERREIRA FREITAS / 41.875.902–9 / 415.723.708–07;
23/ ELAINE DA SILVA OUCHAR / 22.847.493–0 / 249.449.568–78;
24/ ROBERTO APARECIDO FRANCISCO / 34.137.699–1 / 219.314.848–13;
25/ JAMIL ZAMUR FILHO / 17.494.275–8 / 101.123.378–99;
26/ ANDERSON GOMES / 26.771.908–5 / 258.472.718–83;
27/ NIVALDO APARECIDO MIRANDA MARQUES / 17.533.503–5 / 107.151.788–06;
28/ ANDRÉ LUIZ GONÇALVES RODRIGUES / 14.407.094 / 009.204.211–21; 29/ RODRIGO CESAR SCHIMING / 40.719.738–2 / 306.985.998–45;
30/ ALEKSANDER AURELIANO DOMINGUES DA COSTA / 24.720.310–5 / 177.498.568–38;
31/ JEFFERSON MARTINS DE SOUSA / 30.904.133–8 / 275.019.958–18;
32/ ANDERSON LEITE DE CAMPOS / 30.549.998–1 / 288.170.068–31;
33/ OTAVIO AUGUSTO DE CAMARGO COSTA / 30.810.834–6 / 337.957.988–25;
34/ JULIANE BARBOSA DOS SANTOS / 44.017.203–2 / 368.892.878–43;

DATA DA ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO: 02/02/2021.
HORÁRIO: DAS 09:00 ÀS 11:00 DAS 14:00 ÀS 16:00 DAS 19:00 ÀS 21:00.

Conforme dispõe a Deliberação CEETEPS nº 41/2018, o Diretor de Escola Técnica designa, para compor a Banca Examinadora do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros:
TITULARES:
1. MATEUS CESAR DE OLIVEIRA, RG.: 19438318,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Presidente;
2. VANESSA BARROSO CORTES, RG.: 12698319–6,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, especialista;
3. SUELI MARIA DE MENESEZ LIMA, RG.: 12807052–3,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.
SUPLENTES:
1. RUDINEI RODRIGUES, RG.: 10138804, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO;
2. CINTIA APARECIDA DE CAMARGO HANNICKEL, RG.: 40153956–8, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.
*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS – TAQUARITUBA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 140/02/2021, PROCESSO Nº
EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES
O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.
O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:
COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):
Física (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Recursos Humanos Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))
Instruções Especiais
I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).
2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).
3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.
4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).
4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.
5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.
6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.
II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA
1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.
2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.
2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.
2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.
III – DOS REQUISITOS
1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.
1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.
2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.
IV – DAS INSCRIÇÕES
1. São condições para inscrição:
a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;
b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.
c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.
d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.
f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.
g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.
h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).
i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.
2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.
3. Para inscrever–se, o candidato deverá:
a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.
b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.
c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.
d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.
e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.
f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.
4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.
5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.
6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.
6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.
6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.
6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.
6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.
7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.
7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:
a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.
b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.
c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.
d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.
e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.
8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.
8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.
8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.
9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA
1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.
2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.
3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:
3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:
a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou
b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.
3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.
3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.
4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.
4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:
a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.
b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.
4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.
5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.
6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.
7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.
8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.
9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.
9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.
9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.
9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.
9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.
10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.
VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS
1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).
2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:
a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.
b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.
c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.
3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.
VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA
1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.
2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).
3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:
a) Que é preto, pardo ou indígena;
b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e
c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.
4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.
5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.
6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: processoseletivo2006@outlook.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 140/02/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: processoseletivo2006@outlook.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 140/02/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Física (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Recursos Humanos Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Ciências com Habilitação em Física (LP); Ciências da Natureza (LP); Ciências da Natureza com Habilitação em Física (LP); Ciências Exatas com Habilitação em Física (LP); Ciências Exatas com Habilitação em Matemática (LP); Ciências Exatas com Habilitação em Química (LP); Ciências Naturais com Habilitação em Física (LP); Ciências Naturais e Matemática com Habilitação em Física (LP); Física (LP); Licenciatura Integrada Química/Física (LP); Matemática (LP); Química (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 140/02/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS – TAQUARITUBA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 140/03/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Cadeias Produtivas do Agronegócio(Agronegócio)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto nº 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: processoseletivo2006@outlook.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 140/03/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: processoseletivo2006@outlook.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 140/03/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Cadeias Produtivas do Agronegócio(Agronegócio): Administração; Administração ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Administração – Administração Rural; Administração de Empresas; Administração em Agronegócios; Administração Rural; Agronomia; Ciências Agrárias (LP); Ciências Agrícolas (LP); Ciências Econômicas; Ciências Econômicas com Ênfase em Comércio Internacional; Ciências Econômicas e Administrativas; Economia; Economia Agroindustrial; Engenharia Agronômica; Engenharia de Produção Agroindustrial; Tecnologia Agronômica em Administração Rural; Tecnologia em Administração Rural; Tecnologia em Agronegócio(s); Tecnologia em Agronegócio(s) / Administração Rural; Tecnologia em Agronomia; Tecnologia em Cooperativismo; Tecnologia em Gestão do Agronegócio; Zootecnia;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA) Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 140/03/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES – SOROCABA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 016/07/2020 – PROCESSO Nº 581375/2020

EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES, DE DESIGNAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA E CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para a entrega do Memorial Circunstanciado, a ser realizada na RUA NATAL – 340 BAIRRO: JARDIM PAULISTANO – CEP: 18040810 – CIDADE: SOROCABA, no dia e horário abaixo informados.

No dia e horário marcados, o candidato ou seu procurador deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições) e, conforme disposto no subitem 2.1. do Capítulo IX do citado Edital, deverá entregar o Memorial Circunstanciado (conforme modelo que constitui o ANEXO VI do Edital), juntamente com documentação comprobatória.

A não entrega do Memorial implicará na não aprovação do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado.

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO)

Planejamento e Organização de Rotinas Administrativas(Administração)

INSCRIÇÃO(ÕES) DEFERIDA(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

1/ DANILO ALVES ANDRADE / 45.927.889–7 / 229.989.918–90;

2/ ALLAN HENRIQUE SANTOS / 50.626.196–7 / 473.960.658–52;

3/ VANESSA RODRIGUES AGOSTINHO / 29.371.429–0 / 225.747.338–86;

4/ ELIDA MARIA BRAGA / 48.176.338–7 / 389.010.038–48;

5/ VIVIANE DAS GRAÇAS VIEIRA BUFALARI / 40.879.912–2 / 370.219.128–38;

6/ MARINA HELENA PEREIRA VIEIRA / 44.366.807–3 / 364.050.168–38;

7/ ANA CAROLINA RIBEIRO DUARTE HASHIMOTO / 21.983.046–0 / 124.066.637–36;

9/ SABRINA SAJO / 30.350.781–0 / 287.933.018–12;

10/ CAROLINA GARCIA CARDOZO LAZZARINI / 60.996.896–8 / 030.022.181–97;

11/ VALÉRIA ROMERA BICUDO / 40.655.335–X / 348.103.128–95;

12/ IZILDA DO NASCIMENTO GABRIEL / 28.208.257–8 / 274.633.838–65;

13/ MARCIA ELENA BERSI PEREIRA / 20.048.982–3 / 110.509.968–79;

14/ LILIAN MACHADO DE OLIVEIRA FETH / 43.347.892–5 / 227.123.528–66;

15/ GRAZIELE FERREIRA FREITAS / 41.875.902–9 / 415.723.708–07;

16/ HÉLLEN CRISTINE BALDO / 47.189.987–2 / 406.738.768–70;

17/ JAMIL ZAMUR FILHO / 17.494.275–8 / 101.123.378–99;

18/ GIOVANNA ZANOTO MARQUES / 40.618.726–5 / 341.636.368–03;

19/ ROBSON DOUGLAS PIOVESAN / 43.021.034–6 / 301.332.568–20;

20/ NIVALDO APARECIDO MIRANDA MARQUES / 17.533.503–5 / 107.151.788–06;

21/ ANDRÉ LUIZ GONÇALVES RODRIGUES / 14.407.094 / 009.204.211–21;

22/ JOANITA GOMES SCHIMING / 30.925.358–5 / 309.658.748–50;

23/ ALEKSANDER AURELIANO DOMINGUES DA COSTA / 24.720.310–5 / 177.498.568–38;

24/ DÉBORA BAPTISTA PEREIRA / 28.584.527–5 / 285.507.858–06;

25/ VANESSA MARIA DOS SANTOS / 45.175.361–6 / 313.728.018–47;

26/ ANDERSON LEITE DE CAMPOS / 30.549.998–1 / 288.170.068–31;

INSCRIÇÃO(ÇÕES) INDEFERIDA(S):

Nº de Inscrição / RG / CPF / Motivo

8 / 29.650.044–6 / 221.561.558–36 / MOTIVO: NÃO ATENDIMENTO AO SUBITEM 2.1.2., DO CAPÍTULO VI, DO EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES.

DATA DA ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO: 02/02/2021.

HORÁRIO: DAS 09H ÀS 11H ? DAS 14H ÀS 16H ? DAS 19H ÀS 21H.

Conforme dispõe a Deliberação CEETEPS nº 41/2018, o Diretor de Escola Técnica designa, para compor a Banca Examinadora do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros:

TITULARES:

1. MATEUS CESAR DE OLIVEIRA, RG.: 19438318,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Presidente;

2. CINTIA APARECIDA DE CAMARGO HANNICKEL, RG.: 40153956–8,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, especialista;

3. BENEDITA MARIA FARIA, RG.: 8589681,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

SUPLENTES:

1. BRUNO VERGILIO, RG.: 4899865–5, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO;

2. SUELI MARIA DE MENESEZ LIMA, RG.: 12807052–3, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS – TAQUARITUBA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 140/04/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Rotinas de Departamento Pessoal(Recursos Humanos Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: processoseletivo2006@outlook.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 140/04/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: processoseletivo2006@outlook.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 140/04/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Rotinas de Departamento Pessoal(Recursos Humanos Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Recursos Humanos; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Negócios; Administração de(em) Recursos Humanos ; Administração Geral; Ciências Administrativas; Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; Tecnologia em Recursos Humanos;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 140/04/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS – TAQUARITUBA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 140/05/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Projeto Integrador II (para a Habilitação Recursos Humanos) (Recursos Humanos Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "¡" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: processoseletivo2006@outlook.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 140/05/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: processoseletivo2006@outlook.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 140/05/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Projeto Integrador II (para a Habilitação Recursos Humanos)(Recursos Humanos Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Administração; Administração ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Recursos Humanos; Administração – Habilitação em Sistema(s) de Informação; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Negócios; Administração de(em) Recursos Humanos ; Administração Geral; Ciências Administrativas; Ciências Gerenciais; Psicologia; Psicologia (LP); Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; Tecnologia em Recursos Humanos;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 140/05/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES – SOROCABA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 016/08/2020 – PROCESSO Nº 581460/2020

EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES, DE DESIGNAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA E CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para a entrega do Memorial Circunstanciado, a ser realizada na RUA NATAL – 340 BAIRRO: JARDIM PAULISTANO – CEP: 18040810 – CIDADE: SOROCABA, no dia e horário abaixo informados.

No dia e horário marcados, o candidato ou seu procurador deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições) e, conforme disposto no subitem 2.1. do Capítulo IX do citado Edital, deverá entregar o Memorial Circunstanciado (conforme modelo que constitui o ANEXO VI do Edital), juntamente com documentação comprobatória.

A não entrega do Memorial implicará na não aprovação do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado.

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO)

Planejamento Empresarial (para a Habilitação Administração)(Administração)

INSCRIÇÃO(ÕES) DEFERIDA(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

1/ DANILO ALVES ANDRADE / 45.927.889–7 / 229.989.918–90;

2/ ALESSANDRO CARDOSO / 29.453.836–7 / 250.234.238–40;

3/ ALLAN HENRIQUE SANTOS / 50.626.196–7 / 473.960.658–52;

4/ VANESSA RODRIGUES AGOSTINHO / 29.371.429–0 / 225.747.338–86;

5/ ROSIMARCIA DE FÁTIMA ALBERTO GIL / 16.188.880–X / 056.044.228–94;

6/ ELIDA MARIA BRAGA / 48.176.338–7 / 389.010.038–48;

7/ VIVIANE DAS GRAÇAS VIEIRA BUFALARI / 40.879.912–2 / 370.219.128–38;

8/ MARINA HELENA PEREIRA VIEIRA / 44.366.807–3 / 364.050.168–38;

9/ ANA CAROLINA RIBEIRO DUARTE HASHIMOTO / 21.983.046–0 / 124.066.637–36;

10/ VIVIANE PEREIRA DA SILVA / 29.650.044–6 / 221.561.558–36;

11/ SABRINA SAJO / 30.350.781–0 / 287.933.018–12;

12/ CAROLINA GARCIA CARDOZO LAZZARINI / 60.996.896–8 / 030.022.181–97;

13/ VALÉRIA ROMERA BICUDO / 40.655.335–X / 348.103.128–95;

14/ IZILDA DO NASCIMENTO GABRIEL / 28.208.257–8 / 274.633.838–65;

15/ MARCIA ELENA BERSI PEREIRA / 20.048.982–3 / 110.509.968–79;

16/ LILIAN MACHADO DE OLIVEIRA FETH / 43.347.892–5 / 227.123.528–66;

17/ ALEXANDRE LUIZ LÚCIO / 30.578.701–9 / 261.315.698–86;

18/ ALESSANDRO DE GENARO DARIO / 24.828.262–1 / 123.001.428–48;

19/ GRAZIELE FERREIRA FREITAS / 41.875.902–9 / 415.723.708–07;

20/ JAMIL ZAMUR FILHO / 17.494.275–8 / 101.123.378–99;

21/ EUSEBIO ANTONIO GOMES JUNIOR / 40.883.187–X / 416.384.568–28;

22/ GIOVANNA ZANOTO MARQUES / 40.618.726–5 / 341.636.368–03;

23/ ROBSON DOUGLAS PIOVESAN / 43.021.034–6 / 301.332.568–20;

24/ ANDERSON GOMES / 26.771.908–5 / 258.472.718–83;

25/ ANDRÉ LUIZ GONÇALVES RODRIGUES / 14.407.094 / 009.204.211–21;

26/ ALEKSANDER AURELIANO DOMINGUES DA COSTA / 24.720.310–5 / 177.498.568–38;

27/ DÉBORA BAPTISTA PEREIRA / 28.584.527–5 / 285.507.858–06;

28/ / VANESSA MARIA DOS SANTOS / 45.175.361–6 / 313.728.018–47;

29/ ANDERSON LEITE DE CAMPOS / 30.549.998–1 / 288.170.068–31;

30/ OTAVIO AUGUSTO DE CAMARGO COSTA / 30.810.834–6 / 337.957.988–25;

DATA DA ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO: 02/02/2021.

HORÁRIO: DAS 09H ÀS 11H ? DAS 14H ÀS 16H ? DAS 19H ÀS 21H.

Conforme dispõe a Deliberação CEETEPS nº 41/2018, o Diretor de Escola Técnica designa, para compor a Banca Examinadora do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros:

TITULARES:

1. RENATA ALVES DE LIMA BROSCO, RG.: 22658999–7,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Presidente;

2. WALDEMAR BELLIA JUNIOR, RG.: 11391787–9,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, especialista;

3. CARLOS MARCELO CONTI CRUZ, RG.: 18241709–8,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

SUPLENTES:

1. MATEUS CESAR DE OLIVEIRA, RG.: 19438318, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO;

2. BENEDITA MARIA FARIA, RG.: 8589681, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS – TAQUARITUBA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 140/06/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Tecnologia da Informação Aplicada a Administração(Administração)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: processoseletivo2006@outlook.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 140/06/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: processoseletivo2006@outlook.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 140/06/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Tecnologia da Informação Aplicada a Administração(Administração): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Marketing; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Negócios; Administração de Sistemas de Informação; Administração Geral; Análise de Sistemas; Análise de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação; Ciência(s) da(de) Computação; Ciências Administrativas; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Gestão da(de) Tecnologia da Informação; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Informática – Ênfase em Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática – Modalidade Gestão da Produção Industrial; Tecnologia em Processos Gerenciais;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 140/06/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS – TAQUARITUBA

CLASSE DESCENTRALIZADA E.M PEDRO SOLDERA –TAGUAÍ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 140/07/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Administração da Produção e Serviços (para a Habilitação Administração)(Administração)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão

Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: processoseletivo2006@outlook.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 140/07/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: processoseletivo2006@outlook.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 140/07/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do

Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Administração da Produção e Serviços (para a Habilitação Administração)(Administração): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Marketing; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios Agroindustriais; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercadologia; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração – Habilitação em Transporte e Logística; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Negócios; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Ciências Administrativas; Engenharia da(de) Produção; Engenharia de Produção Mecânica; Engenharia em Processos de Produção; Tecnologia em Gestão da Produção; Tecnologia em Gestão de Logística; Tecnologia em Gestão de Logística Empresarial; Tecnologia em Gestão de Serviços; Tecnologia em Gestão de Serviços e Negócios; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão Logística; Tecnologia em Logística; Tecnologia em Logística – Ênfase em Transportes; Tecnologia em Logística Aeroportuária; Tecnologia em Logística de Armazenamento e Distribuição; Tecnologia em Logística de Armazenamento e Distribuição de Materiais; Tecnologia em Logística e Transportes; Tecnologia em Logística e Transportes Multimodal; Tecnologia em Logística Empresarial; Tecnologia em Logística para o Agronegócio; Tecnologia em Planejamento Administrativo; Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica; Tecnologia em Planejamento e Programação Econômica; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Produção (da/de Produção); Tecnologia em Produção – Ênfase Industrial; Tecnologia em Produção de Materiais Plásticos ; Tecnologia em Produção Industrial;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 140/07/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES – SOROCABA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 016/09/2020 – PROCESSO Nº 581544/2020

EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES, DE DESIGNAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA E CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para a entrega do Memorial Circunstanciado, a ser realizada na RUA NATAL – 340 BAIRRO: JARDIM PAULISTANO – CEP: 18040810 – CIDADE: SOROCABA, no dia e horário abaixo informados.

No dia e horário marcados, o candidato ou seu procurador deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições) e, conforme disposto no subitem 2.1. do Capítulo IX do citado Edital, deverá entregar o Memorial Circunstanciado (conforme modelo que constitui o ANEXO VI do Edital), juntamente com documentação comprobatória.

A não entrega do Memorial implicará na não aprovação do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado.

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO)

Inglês Instrumental(Contabilidade)

INSCRIÇÃO(ÕES) DEFERIDA(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

1/ FABIO LUCIO MACIEL / 32.404.477–X / 289.131.188–40;

2/ ISRAEL GAUDÊNCIO PEDROSO NETO / 40.217.194–9 / 343.065.438–62;

DATA DA ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO: 02/02/2021.

HORÁRIO: DAS 09:00 ÀS 11:00 DAS 14:00 ÀS 16:00 DAS 19:00 ÀS 21:00.

Conforme dispõe a Deliberação CEETEPS nº 41/2018, o Diretor de Escola Técnica designa, para compor a Banca Examinadora do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros:

TITULARES:

1. JULIANA BONADIA MORAES E SILVA, RG.: 29003106–0,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Presidente;

2. VANIA ALMEIDA MORAES, RG.: 16188401–5,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, especialista;

3. CAMILA PEIXOTO LEME SANTOS, RG.: 34336950–3,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

SUPLENTES:

1. THIAGO TADEU FERREIRA DE OLIVEIRA, RG.: 41256318–6, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO;

2. PRISCILA LEONEL DE MEDEIROS PEREIRA, RG.: 41393415–9, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS – TAQUARITUBA

CLASSE DESCENTRALIZADA E.M PEDRO SOLDERA –TAGUAÍ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 140/08/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Estudos de Comércio Internacional(Administração)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de

titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: processoseletivo2006@outlook.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 140/08/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: processoseletivo2006@outlook.com, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 140/08/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Estudos de Comércio Internacional(Administração): Administração; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Negócios; Ciências Administrativas; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Ciências Econômicas com Ênfase em Comércio Internacional; Ciências Econômicas e Administrativas; Comércio Exterior e Negócios Internacionais; Tecnologia em Comercio Exterior; Tecnologia em Comércio Internacional; Tecnologia em Gestão de Comercio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Logística e Transportes;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 140/08/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS – RIBEIRÃO PIRES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 141/04/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 73112/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Arte(s) (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases) (Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 141/04/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatu-

ra ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 141/04/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Arte(s) (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Arte (LP); Arte(s) com Habilitação em Artes Visuais (LP); Arte(s) com Habilitação em Artes Cênicas (LP); Arte(s) com Habilitação em Artes Plásticas (LP); Arte(s) com Habilitação em Dança(LP); Arte(s) com Habilitação em Design (LP); Arte(s) com Habilitação em Música(LP); Arte(s) com Habilitação em Teatro (LP); Artes (LP); Artes Cênicas (LP); Artes Plásticas (LP); Artes Visuais (LP); Dança (LP); Design (LP); Educação Artística (LP); Educação Artística com Habilitação em Artes Cênicas (LP); Educação Artística com Habilitação em Artes Plásticas (LP); Educação Artística com Habilitação em Artes Visuais (LP); Educação Artística com Habilitação em Dança (LP); Educação Artística com Habilitação em Desenho (LP); Educação Artística com Habilitação em Música (LP); Educação Artística com Habilitação em Plásticas (LP); Educação Artística com Habilitação em Teatro (LP); Educação Musical (LP); Música (LP); Teatro (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 141/04/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES – SOROCABA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 016/10/2020 – PROCESSO Nº 581656/2020

EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES, DE DESIGNAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA E CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para a entrega do Memorial Circunstanciado, a ser realizada na RUA NATAL – 340 BAIRRO: JARDIM PAULISTANO – CEP: 18040810 – CIDADE: SOROCABA, no dia e horário abaixo informados.

No dia e horário marcados, o candidato ou seu procurador deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições) e, conforme disposto no subitem 2.1. do Capítulo IX do citado Edital, deverá entregar o Memorial Circunstanciado (conforme modelo que constitui o ANEXO VI do Edital), juntamente com documentação comprobatória.

A não entrega do Memorial implicará na não aprovação do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado.

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO)

Língua Estrangeira Moderna – Inglês (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Ensino Médio – BNC/ BNCC/ ETIM/ MTec/ PD)

INSCRIÇÃO(ÕES) DEFERIDA(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

1/ FABIO LUCIO MACIEL / 32.404.477–X / 289.131.188–40;

2/ ISRAEL GAUDÊNCIO PEDROSO NETO / 40.217.194–9 / 343.065.438–62;

3/ KAREN FRANÇA CAETANO / 40.618.729–0 / 384.389.618–60;

4/ LUCCAS DE CAMARGO FUKUSHIMA / 33.718.061–1 / 380.401.578–62;

DATA DA ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO: 02/02/2021.

HORÁRIO: DAS 09:00 ÀS 11:00 DAS 14:00 ÀS 16:00 DAS 19:00 ÀS 21:00.

Conforme dispõe a Deliberação CEETEPS nº 41/2018, o Diretor de Escola Técnica designa, para compor a Banca Examinadora do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros:

TITULARES:

1. JULIANA BONADIA MORAES E SILVA, RG.: 29003106–0,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Presidente;

2. VANIA ALMEIDA MORAES, RG.: 16188401–5,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, especialista;

3. CAMILA PEIXOTO LEME SANTOS, RG.: 34336950–3,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

SUPLENTES:

1. THIAGO TADEU FERREIRA DE OLIVEIRA, RG.: 41256318–6, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO;

2. PRISCILA LEONEL DE MEDEIROS PEREIRA, RG.: 41393415–9, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS – RIBEIRÃO PIRES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 141/05/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 73103/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Biologia (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases) (Recursos Humanos Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que

seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 141/05/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 141/05/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Biologia (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Recursos Humanos Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Biologia (LP); Ciências – Biologia (LP); Ciências Biológicas (LP); Ciências com Habilitação em Biologia (LP); Ciências da Natureza (LP); Ciências da Natureza com Habilitação em Biologia (LP); Ciências Naturais com Habilitação em Biologia (LP); História Natural (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____
– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO
Licenciado ou Graduado em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
II.2 – EM OUTRA ÁREA
– DOUTORADO
Doutor em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
– MESTRADO
Mestre em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
– ESPECIALIZAÇÃO
Especialista em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO
Licenciado ou Graduado em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____
Nome da função/cargo/emprego: _____
Data: _____/_____/_____
Assinatura do candidato: _____
_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 141/05/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:
_____

Nestes termos,
Pede deferimento.
Em _____/_____/_____

_____
Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO
FORMAÇÃO ACADÊMICA
– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular
Tipo(s):
Doutorado: 12 pontos.
Mestrado: 8 pontos.
Especialização: 5 pontos.
Licenciatura ou graduação: 5 pontos.
– Em outra área
Tipo(s):
Doutorado: 4 pontos.
Mestrado: 3 pontos.
Especialização: 2 pontos.
Licenciatura ou graduação: 1 ponto.
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR
– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular
Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA
Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).
2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).
3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).
4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).
5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).
6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.
7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.
8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.
9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.
10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.
11. Cópia do PIS/PASEP.
12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.
13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.
14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.
15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).
16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.
17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES – SOROCABA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 016/11/2020 – PROCESSO Nº 581802/2020

EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES, DE DESIGNAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA E CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para a entrega do Memorial Circunstanciado, a ser realizada na RUA NATAL – 340 BAIRRO: JARDIM PAULISTANO – CEP: 18040810 – CIDADE: SOROCABA, no dia e horário abaixo informados.

No dia e horário marcados, o candidato ou seu procurador deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições) e, conforme disposto no subitem 2.1. do Capítulo IX do citado Edital, deverá entregar o Memorial Circunstanciado (conforme modelo que constitui o ANEXO VI do Edital), juntamente com documentação comprobatória.

A não entrega do Memorial implicará na não aprovação do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado.

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO)
Gestão da Cadeia de Abastecimento(Logística)

INSCRIÇÃO(ÕES) DEFERIDA(S):
Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF
1/ WAGNER RODRIGUES FERREIRA / 44.157.078–1 / 353.607.008–66;
2/ ALESSANDRO CARDOSO / 29.453.836–7 / 250.234.238–40;
3/ EDVALDO RIBEIRO DOS SANTOS / 35.467.905–3 / 151.365.918–97;
4/ VALMIR GOMES PINHEIRO / 21.499.378–4 / 128.549.188–27;
5/ ALLAN HENRIQUE SANTOS / 50.626.196–7 / 473.960.658–52;
6/ ALEXANDRE TOMAZ DE LIMA / 36.192.156–1 / 693.972.109–63;
7/ VANESSA RODRIGUES AGOSTINHO / 29.371.429–0 / 225.747.338–86;
8/ ROSIMARCIA DE FÁTIMA ALBERTO GIL / 16.188.880–X / 056.044.228–94;
9/ ELIDA MARIA BRAGA / 48.176.338–7 / 389.010.038–48;
10/ MARINA HELENA PEREIRA VIEIRA / 44.366.807–3 / 364.050.168–38;
11/ ANA CAROLINA RIBEIRO DUARTE HASHIMOTO / 21.983.046–0 / 124.066.637–36;
12/ LILIAN MACHADO DE OLIVEIRA FETH / 43.347.892–5 / 227.123.528–66;
13/ PATRICIA FERNANDA DA SILVA SILTORI / 40.673.519–0 / 400.837.578–30;
14/ GUILHERME SILTORI ACOSTA / 46.682.794–5 / 351.431.218–41;
15/ GRAZIELE FERREIRA FREITAS / 41.875.902–9 / 415.723.708–07;
16/ ELAINE DA SILVA OUCHAR / 22.847.493–0 / 249.449.568–78;
17/ BRUNO RODRIGUES MALAQUIAS / 48.824.152 / 389.063.648–90;
18/ ROBERTO APARECIDO FRANCISCO / 34.137.699–1 / 219.314.848–13;
19/ JAMIL ZAMUR FILHO / 17.494.275–8 / 101.123.378–99;
20/ EUSEBIO ANTONIO GOMES JUNIOR / 40.883.187–X / 416.384.568–28;
21/ ANDERSON GOMES / 26.771.908–5 / 258.472.718–83;
22/ GIOVANNA ZANOTO MARQUES / 40.618.726–5 / 341.636.368–03;
23/ ROBSON DOUGLAS PIOVESAN / 43.021.034–6 / 301.332.568–20;
24/ ESTIVERSON ENDO RIBEIRO / 43.192.953–1 / 338.360.848–48;
25/ NIVALDO APARECIDO MIRANDA MARQUES / 17.533.503–5 / 107.151.788–06;
26/ RODRIGO CESAR SCHIMING / 40.719.738–2 / 306.985.998–45;
27/ JOANITA GOMES SCHIMING / 30.925.358–5 / 309.658.748–50;
28/ JEFFERSON MARTINS DE SOUSA / 30.904.133–8 / 275.019.958–18;
29/ VANESSA MARIA DOS SANTOS / 45.175.361–6 / 313.728.018–47;
30/ ELDER RAMOS BONNANETI / 6.735.887 / 046.336.564–06;
31/ NELSON LUIZ DE SOUZA / 17.081.126–8 / 027.161.658–07;
32/ JULIANE BARBOSA DOS SANTOS / 44.017.203–2 / 368.892.878–43;

DATA DA ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO: 02/02/2021.
HORÁRIO: DAS 09:00 ÀS 11:00 DAS 14:00 ÀS 16:00 DAS 19:00 ÀS 21:00.

Conforme dispõe a Deliberação CEETEPS nº 41/2018, o Diretor de Escola Técnica designa, para compor a Banca Examinadora do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros:

TITULARES:
1. RENATA ALVES DE LIMA BROSCO, RG.: 22658999–7,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Presidente;
2. MATEUS CESAR DE OLIVEIRA, RG.: 19438318,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, especialista;
3. CARLOS ROBERTO DE ALMEIDA, RG.: 18241313–5,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

SUPLENTES:
1. BRUNO VERGILIO, RG.: 4899865–5, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO;
2. CINTIA APARECIDA DE CAMARGO HANNICKEL, RG.: 40153956–8, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS – RIBEIRÃO PIRES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 141/06/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 73094/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Educação Física (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Recursos Humanos Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 141/06/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 141/06/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Educação Física (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Recursos Humanos Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Educação Física (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 141/06/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES – SOROCABA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 016/12/2020 – PROCESSO Nº 581879/2020

EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES, DE DESIGNAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA E CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para a entrega do Memorial Circunstanciado, a ser realizada na RUA NATAL – 340 BAIRRO: JARDIM PAULISTANO – CEP: 18040810 – CIDADE: SOROCABA, no dia e horário abaixo informados.

No dia e horário marcados, o candidato ou seu procurador deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições) e, conforme disposto no subitem 2.1. do Capítulo IX do citado Edital, deverá entregar o Memorial Circunstanciado (conforme modelo que constitui o ANEXO VI do Edital), juntamente com documentação comprobatória.

A não entrega do Memorial implicará na não aprovação do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado.

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO)

Tecnologia da Informação / Tecnologia da Informação Aplicada à Logística(Logística)

INSCRIÇÃO(ÕES) DEFERIDA(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

1/ HÉLCIO CEZAR JOÃO / 12.408.192 / 050.819.058–44;

2/ VANESSA RODRIGUES AGOSTINHO / 29.371.429–0 / 225.747.338–86;

3/ TIAGO NUNES MORAES D'AVILA / 40.370.416–9 / 229.365.988–77;

4/ ADRIANO BENEDITO GIANOLA CORREA / 41.211.957–2 / 370.640.258–09;

5/ ARI TEIXEIRA ALMEIDA NETO / 42.980.378–3 / 421.152.558–10;

6/ LILIAN MACHADO DE OLIVEIRA FETH / 43.347.892–5 / 227.123.528–66;

7/ FABIANO VIEIRA DE SOUZA / 29.446.894–8 / 213.684.378–85;

8/ GABRIELA GALVES NUNES / 44.575.940–9 / 370.135.178–36;

9/ GRAZIELE FERREIRA FREITAS / 41.875.902–9 / 415.723.708–07;

10/ JAMIL ZAMUR FILHO / 17.494.275–8 / 101.123.378–99;

11/ MARILAINE DA SILVA SOUZA / 25.548.687–X / 156.717.378–00;

13/ RAFAEL DOMINGUES DA SILVA / 41.571.242–7 / 308.139.348–50;

14/ VANESSA MARIA DOS SANTOS / 45.175.361–6 / 313.728.018–47;

15/ OTAVIO AUGUSTO DE CAMARGO COSTA / 30.810.834–6 / 337.957.988–25;

16/ ADRIANO PEREIRA SILVA / 45.110.019–0 / 346.568.368–42;

17/ JULIANE BARBOSA DOS SANTOS / 44.017.203–2 / 368.892.878–43;

INSCRIÇÃO(ÇÕES) INDEFERIDA(S):

Nº de Inscrição / RG / CPF / Motivo

12 / 40.618.726–5 / 341.636.368–03 / MOTIVO: NÃO ATENDIMENTO AO SUBITEM 2.1.2., DO CAPÍTULO VI, DO EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES.

DATA DA ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO: 02/02/2021.

HORÁRIO: DAS 09H ÀS 11H ? DAS 14H ÀS 16H ? DAS 19H ÀS 21H.

Conforme dispõe a Deliberação CEETEPS nº 41/2018, o Diretor de Escola Técnica designa, para compor a Banca Examinadora do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros:

TITULARES:

1. MATEUS CESAR DE OLIVEIRA, RG.: 19438318,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Presidente;

2. BRUNO VERGILIO, RG.: 4899865–5,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, especialista;

3. RUDINEI RODRIGUES, RG.: 10138804,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

SUPLENTES:

1. CINTIA APARECIDA DE CAMARGO HANNICKEL, RG.: 40153956–8, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO;

2. PAULO SERGIO GERMANO, RG.: 14862423–6, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS – RIBEIRÃO PIRES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 141/07/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 73054/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Desenvolvimento das Ações de Marketing e dos Processos Comerciais(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado – Parceria SEE))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 141/07/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 141/07/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Desenvolvimento das Ações de Marketing e dos Processos Comerciais(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado – Parceria SEE)): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Administração Pública; Administração – Habilitação em Administração Rural; Administração – Habilitação em Agronegócios; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Marketing; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios Agroindustriais; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Hotelaria e Turismo; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercadologia; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração – Habilitação em Recursos Humanos; Administração – Habilitação em Transporte e Logística; Administração de Empresas; Administração de Empresas – Ênfase em Marketing; Administração de Empresas e Agronegócios; Administração de Empresas e Negócios; Administração em Agronegócios; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Administração Rural; Ciências Administrativas; Ciências Gerenciais; Comunicação Mercadológica; Comunicação Social com Habilitação em Produção Editorial; Comunicação Social com Habilitação em Propaganda e Marketing; Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda; Comunicação Social com Habilitação em Relações Públicas; Marketing; Propaganda e Marketing; Propaganda, Publicidade e Criação – Habilitação em Marketing em Propaganda e Publicidade; Publicidade; Publicidade e Propaganda; Publicidade, Propaganda e Criação; Publicidade, Propaganda, Criação e Produção; Tecnologia em Administração de Marketing no Varejo; Tecnologia em Administração de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Criação e Produção Publicitária; Tecnologia em Gestão Comercial; Tecnologia em Gestão de Marketing; Tecnologia em Gestão de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão de Processos Empreendedores; Tecnologia em Gestão de Serviços e Negócios; Tecnologia em Gestão e Marketing de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão e Planejamento de Marketing e Vendas; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão Empresarial – Marketing; Tecnologia em Gestão Mercadológica; Tecnologia em Marketing; Tecnologia em Marketing de Varejo; Tecnologia em Marketing Gerencial; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Produção Publicitária; Tecnologia em Propaganda e Marketing; Tecnologia em Publicidade e Propaganda; Tecnologia em Publicidade, Propaganda e Marketing;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 141/07/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES – SOROCABA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 016/13/2020 – PROCESSO Nº 581719/2020

EDITAL DE DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES, DE DESIGNAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA E CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERNANDO PRESTES comunica aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e indeferimento das inscrições e convoca para a entrega do Memorial Circunstanciado, a ser realizada na RUA NATAL – 340 BAIRRO: JARDIM PAULISTANO – CEP: 18040810 – CIDADE: SOROCABA, no dia e horário abaixo informados.

No dia e horário marcados, o candidato ou seu procurador deverá comparecer na unidade de ensino munido do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições) e, conforme disposto no subitem 2.1. do Capítulo IX do citado Edital, deverá entregar o Memorial Circunstanciado (conforme modelo que constitui o ANEXO VI do Edital), juntamente com documentação comprobatória.

A não entrega do Memorial implicará na não aprovação do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado.

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO)

Língua Estrangeira Moderna – Inglês e Comunicação Profissional (Base Nacional Comum/ ETIM / MTec)(Edificações Integrado ao Ensino Médio (ETIM / MTec))

INSCRIÇÃO(ÕES) DEFERIDA(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF

1/ FABIO LUCIO MACIEL / 32.404.477–X / 289.131.188–40;

3/ KAREN FRANÇA CAETANO / 40.618.729–0 / 384.389.618–60;

4/ LUCCAS DE CAMARGO FUKUSHIMA / 33.718.061–1 / 380.401.578–62;

INSCRIÇÃO(ÇÕES) INDEFERIDA(S):

Nº de Inscrição / RG / CPF / Motivo

2 / 40.217.194–9 / 343.065.438–62 / MOTIVO: NÃO ATENDIMENTO AO SUBITEM 2.1.2., DO CAPÍTULO VI, DO EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES.

DATA DA ENTREGA DO MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO: 02/02/2021.

HORÁRIO: DAS 09H ÀS 11H ? DAS 14H ÀS 16H ? DAS 19H ÀS 21H.

Conforme dispõe a Deliberação CEETEPS nº 41/2018, o Diretor de Escola Técnica designa, para compor a Banca Examinadora do referido Processo Seletivo Simplificado, os seguintes membros:

TITULARES:

1. JULIANA BONADIA MORAES E SILVA, RG.: 29003106–0,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Presidente;

2. VANIA ALMEIDA MORAES, RG.: 16188401–5,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, especialista;

3. CAMILA PEIXOTO LEME SANTOS, RG.: 34336950–3,PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

SUPLENTES:

1. THIAGO TADEU FERREIRA DE OLIVEIRA, RG.: 41256318–6, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO;

2. PRISCILA LEONEL DE MEDEIROS PEREIRA, RG.: 41393415–9, PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS – RIBEIRÃO PIRES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 141/08/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 72726/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Custos, Processos e Operações Contábeis(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como

não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 141/08/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 141/08/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Custos, Processos e Operações Contábeis(Administração Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Administração; Administração ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Administração Pública; Administração – Habilitação em Administração Rural; Administração – Habilitação em Agronegócios; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Marketing; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios Agroindustriais; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Hotelaria e Turismo; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercadologia; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação

em Negócios Internacionais; Administração – Habilitação em Recursos Humanos; Administração – Habilitação em Sistema(s) de Informação; Administração – Habilitação em Transporte e Logística; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Agronegócios; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Negócios; Administração em Agronegócios; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Administração Rural; Ciências Administrativas; Ciências Atuariais; Ciências Contábeis; Ciências Contábeis e Atuariais; Ciências Econômicas; Ciências Econômicas com Ênfase em Comércio Internacional; Ciências Econômicas e Administrativas; Ciências Gerenciais; Ciências Gerenciais e Orçamentárias; Ciências Gerenciais e Orçamentos Contábeis; Comércio Exterior e Negócios Internacionais; Contabilidade ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Economia; Tecnologia em Administração de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Comercio Exterior; Tecnologia em Comércio Internacional; Tecnologia em Gestão Comercial; Tecnologia em Gestão de Comercio Exterior; Tecnologia em Gestão de Finanças; Tecnologia em Gestão de Negócios e Finanças; Tecnologia em Gestão de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão e Marketing de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão Estratégica das Organizações – Foco em Gestão Financeira; Tecnologia em Gestão Financeira; Tecnologia em Gestão Financeira de Empresas; Tecnologia em Informática – Modalidade (de) Gestão Financeira; Tecnologia em Planejamento Administrativo; Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica; Tecnologia em Planejamento e Programação Econômica;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 141/08/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS – RIBEIRÃO PIRES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 141/09/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 72125/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Planejamento e Organização de Rotinas de Departamento Pessoal(Administração)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal

para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 141/09/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 141/09/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

Certificação Digital Imprensa Oficial

Segurança e agilidade na administração da sua empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
-
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

www.imprensaoficial.com.br

io certificação digital

SAC 0800 01234 01

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Planejamento e Organização de Rotinas de Departamento Pessoal(Administração): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Administração Pública; Administração – Habilitação em Administração Rural; Administração – Habilitação em Agronegócios; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão de Agronegócios; Administração – Habilitação em Gestão de Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Marketing; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Hotelaria e Turismo; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercadologia; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração – Habilitação em Recursos Humanos; Administração – Habilitação em Sistema(s) de Informação; Administração – Habilitação em Transporte e Logística; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Agronegócios; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Negócios; Administração de Pequenas e Médias Empresas; Administração de(em) Recursos Humanos ; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Ciências Administrativas; Ciências Contábeis; Ciências Contábeis e Atuariais; Ciências Jurídicas; Contabilidade ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Direito; Tecnologia em Gestão de Processos Empreendedores; Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; Tecnologia em Gestão e Marketing de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão Estratégica das Organizações – Foco em Gestão Financeira; Tecnologia em Planejamento Administrativo; Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Recursos Humanos; Tecnologia em Relações Humanas;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 141/09/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR ADAIL NUNES DA SILVA – TAQUARITINGA

UNIDADE 019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 019/05/2019 – PROCESSO Nº 3046994/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR ADAIL NUNES DA SILVA, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 14/11/2019,CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 26/01/2021, às 14h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR ADAIL NUNES DA SILVA

ENDEREÇO: R. FRANCISCO VALZACCHI - 51

BAIRRO: VILA ROSA – CIDADE: TAQUARITINGA SP

COMPONENTE CURRICULAR: APLICATIVOS INFORMATIZADOS NA ENFERMAGEM

Nº AULAS: 2 – AULAS AULAS LIVRES

PERÍODO DAS AULAS: DIURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: DIVISÃO DE TURMAS

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

LICENCIATURA-4/SANTO OLIANI JUNIOR/44.740.772--7/318.947.218-10/1º

LICENCIATURA-3/DOMÊNICO CARNEVALE/48.358.793--X/385.449.078-06/2º;

LICENCIATURA-2/JOSÉ PEDRO ROMANO SEGUNDO/43.518.049-6/368.918.678-19/3º;

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS – RIBEIRÃO PIRES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 141/10/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 74236/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Administração Financeira e Orçamentária(Administração)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 141/10/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de

Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 141/10/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Administração Financeira e Orçamentária(Administração): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração de Transportes; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Administração Pública; Administração – Habilitação em Administração Rural; Administração – Habilitação em Agronegócios; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças; Administração – Habilitação em Finanças e Controladoria; Administração – Habilitação em Gestão da Informação; Administração – Habilitação em Gestão de Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Marketing; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios Agroindustriais; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Gestão Empresarial e Estratégica; Administração – Habilitação em Hotelaria e Turismo; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercadologia; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração – Habilitação em Recursos Humanos; Administração – Habilitação em Transporte e Logística; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Agronegócios; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Negócios; Administração em Agronegócios; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Administração Pública; Administração Rural; Ciências Administrativas; Ciências Atuariais; Ciências Contábeis; Ciências Contábeis e Atuariais; Ciências Econômicas; Ciências Econômicas com Ênfase em Comércio Internacional; Ciências Econômicas e Administrativas; Ciências Gerenciais; Ciências Gerenciais e Orçamentárias; Ciências Gerenciais e Orçamentos Contábeis; Contabilidade ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Economia; Gestão de Políticas Públicas; Tecnologia Agronômica em Administração Rural; Tecnologia em Administração de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Comercio Exterior; Tecnologia em Comércio Internacional; Tecnologia em Gestão Comercial; Tecnologia em Gestão de Comercio Exterior; Tecnologia em Gestão de Finanças; Tecnologia em Gestão de Logística; Tecnologia em Gestão de Logística Empresarial; Tecnologia em Gestão de Negócios e Finanças; Tecnologia em Gestão de Pequenas e Médias Empresas; Tecnologia em Gestão de Processos Empreendedores; Tecnologia em Gestão de Serviços e Negócios; Tecnologia em Gestão e Planejamento de Marketing e Vendas; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão Estratégica das Organizações – Foco em Gestão Financeira; Tecnologia em Gestão Financeira; Tecnologia em Gestão Financeira de Empresas; Tecnologia em Gestão Logística; Tecnologia em Informática – Gestão Financeira; Tecnologia em Logística; Tecnologia em Logística – Ênfase em Transportes; Tecnologia em Logística de Armazenamento e Distribuição de Materiais; Tecnologia em Logística e Transportes; Tecnologia em Logística e Transportes Multimodal; Tecnologia em Logística Empresarial; Tecnologia em Logística para o Agronegócio; Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica; Tecnologia em Planejamento e Programação Econômica; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Programação Econômica;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

DO.online

acesso gratuito

As publicações dos atos oficiais desde 1891

Prêmio MARIO COVAS

Prêmio Mario Covas 2008
DO.online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão.

- Pesquise gratuitamente no **portal da IMESP**
- Baixe o app **do|sp** para tablets e smartphones

www.imprensaoficial.com.br
Google Play https://goo.gl/zaFqGs
App Store (Apple) https://goo.gl/iCPWvR

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 141/10/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR ADAIL NUNES DA SILVA – TAQUARITINGA

CLASSE DESCENTRALIZADA EE 9 DE JULHO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 019/06/2019 – PROCESSO Nº 3047100/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR ADAIL NUNES DA SILVA, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 14/11/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 26/01/2021, às 14h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR ADAIL NUNES DA SILVA

ENDEREÇO: R. FRANCISCO VALZACCHI - 51

BAIRRO: VILA ROSA – CIDADE: TAQUARITINGA SP

COMPONENTE CURRICULAR: GERENCIAMENTO DE ROTINAS E SERVIÇOS

Nº AULAS: 2,5 – AULAS AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AFASTAMENTO PARA EXERCER EMPREGO EM CONFIANÇA

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

LICENCIATURA-3/ALEX SANTO PORTILHO ALVES FERREIRA/33.532.263-3/352.229.938-84/1º

LICENCIATURA-1/DOMÊNICO CARNEVALE/48.358.793--X/385.449.078-06/2º

LICENCIATURA-7/MIRIAN DAMARIS BENAGLIA/21.372.538--1/155.022.908-75/3º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS – RIBEIRÃO PIRES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 141/11/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 74242/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Desenvolvimento para Dispositivos Móveis I(Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do siste-

ma de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 141/11/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 141/11/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Desenvolvimento para Dispositivos Móveis I(Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Análise de Sistemas; Análise de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Gerenciamento de Sistemas e Tecnologias; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Ciência(s) da(de) Computação; Computação; Computação (LP); Computação Científica; Engenharia da(de) Computação; Engenharia de Sistemas; Engenharia de Software; Processamento de Dados; Sistemas de Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação (LP); Tecnologia da(de) Informação e Comunicação; Tecnologia de Computação; Tecnologia em Análise de Sistemas e Tecnologia(s) da Informação; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Banco de Dados; Tecnologia em Desenvolvimento de Jogos Digitais; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas ; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Informação; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Internet; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Web; Tecnologia em Desenvolvimento de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Software para Internet; Tecnologia em Gestão da(de) Tecnologia da Informação; Tecnologia em Gestão de Sistemas de Informação; Tecnologia em Informática; Tecnologia em Informática – Ênfase em Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática – Modalidade (de) Gestão Financeira; Tecnologia em Informática – Modalidade Gestão da Produção Industrial; Tecnologia em Informática para (a) Gestão de Negócios; Tecnologia em Jogos Digitais; Tecnologia em Processamento de Dados; Tecnologia em Programação e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Projeto(s) de Sistemas de Informações; Tecnologia em Redes de Computadores; Tecnologia em Segurança da Informação; Tecnologia em Segurança da Tecnologia da Informação; Tecnologia em Segurança de Computadores; Tecnologia em Sistema(s) de(da) Informação; Tecnologia em Sistema(s) para Internet;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: _____/_____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 141/11/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em _____/_____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ETEC PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO - ORLÂNDIA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 025/06/2021 – PROCESSO Nº S/N

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 21/01/2021

O Diretor de Escola Técnica da ETEC PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, ANULA o Processo Seletivo Simplificado para Professor de Ensino Médio e Técnico referente ao Edital de Abertura de Inscrições nº 025/06/2021, publicado no DOE de 19/01/2021, Seção I, página(s) 269 a 271, por motivo: componente preterido por outro mais oportuno.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS – RIBEIRÃO PIRES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 141/12/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 73186/2021

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARIA CRISTINA MEDEIROS, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Usabilidade e Design de Interação(Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de

Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 141/12/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e141adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 141/12/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Usabilidade e Design de Interação(Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Administração – Habilitação em Marketing; Administração de Sistemas de Informação; Administração em Marketing; Análise de Sistemas; Análise de Sistemas Administrativos em Processamento de Dados; Análise de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Gerenciamento de Sistemas e Tecnologias; Análise de Sistemas Informativos em Processamento de Dados; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Artes e Design; Artes Gráficas ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Artes Visuais; Artes Visuais (LP); Ciência(s) da(de) Computação; Comercialização e Mercadologia ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Computação; Computação (LP); Computação Científica; Comunicação e Multimeios; Comunicação Mercadológica; Comunicação Mercadológica ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Comunicação Social com Habilitação em Comunicação Visual; Comunicação Social com Habilitação em Design Digital; Comunicação Social com Habilitação em Editoração; Comunicação Social com Habilitação em Marketing; Comunicação Social com Habilitação em Midialogia; Comunicação Social com Habilitação em Produção Editorial; Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda; Comunicação Visual; Comunicação Visual ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Desenho de Comunicação; Desenho de Comunicação ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Desenho Industrial – Habilitação em Design Gráfico; Design – Habilitação em Design Digital; Design – Habilitação em Design Gráfico; Design Digital; Design Gráfico; Design Gráfico ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Design Multimídia; Educomunicação; Engenharia da(de) Computação; Engenharia de Sistemas; Engenharia de Software; Física – Opção Informática; Física Computacional; Gestão da Informação; Informática; Informática (LP); Informática – Ênfase em Banco de Dados; Informática – Ênfase em Redes de Computadores; Informática – Sistemas de Informação; Jornalismo; Marketing; Matemática Aplicada à Informática; Matemática Aplicada às Ciências da Computação; Matemática Aplicada e Computação Científica; Matemática Aplicada e Computacional; Matemática com Informática; Matemática Computacional; Midialogia; Mídias Digitais; Multimeios; Multimídia; Processamento de Dados; Processamento de Dados ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Produção Editorial; Produção Editorial em Multimeios; Produção Multimídia; Programação de Sistemas; Programação de Sistemas ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Propaganda e Criação; Propaganda e Marketing; Propaganda, Publicidade e Criação – Habilitação em Marketing em Propaganda e Publicidade; Propaganda, Publicidade e Criação – Habilitação em Propaganda; Publicidade; Publicidade ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Publicidade e Propaganda; Publicidade, Propaganda e Criação; Publicidade, Propaganda, Criação e Produção; Sistemas de Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação (LP); Sistemas Informatizados – Internet e Rede; Tecnologia da(de) Informação e Comunicação; Tecnologia de Computação; Tecnologia em Análise de Sistemas e Tecnologia(s) da Informação; Tecnologia em Análise de Sistemas Web; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Análise e Projeto de Sistemas; Tecnologia em Artes Gráficas; Tecnologia em Artes Plásticas; Tecnologia em Banco de Dados; Tecnologia em Comunicação para Web; Tecnologia em Comunicação para Web Design; Tecnologia em Desenvolvimento de Jogos Digitais; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas ; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Informação; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Internet; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas para Web; Tecnologia em Desenvolvimento de Software; Tecnologia em Desenvolvimento de Software para Internet; Tecnologia em Desenvolvimento de Website; Tecnologia em Desenvolvimento para Web; Tecnologia em Desenvolvimento Web; Tecnologia em Design; Tecnologia em Design de Mídia Digital; Tecnologia em Design de Multimídia; Tecnologia em Design Digital; Tecnologia em Design Gráfico; Tecnologia em Design Gráfico Digital; Tecnologia em Design Multimídia; Tecnologia em Design: Programação Visual; Tecnologia em Gestão da(de) Tecnologia da Informação; Tecnologia em Gestão de Redes de Computadores; Tecnologia em Gestão de Redes de Computadores e Internet; Tecnologia em Gestão de Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão de Sistemas Informatizados; Tecnologia em Gestão de Tecnologia de Desenvolvimento de Web Sites; Tecnologia em Informação e Comunicação; Tecnologia em Informática; Tecnologia em Informática – Banco de Dados; Tecnologia em Informática – Ênfase em Banco de Dados; Tecnologia em Informática – Ênfase em Banco de Dados e Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Ênfase em Desenvolvimento de Sistemas Computacionais; Tecnologia em Informática – Ênfase em Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática – Ênfase em Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Modalidade (de) Gestão Financeira; Tecnologia em Informática – Modalidade Gestão da Produção Industrial; Tecnologia em Informática – Redes de Computadores; Tecnologia em Informática – Sistemas de Informação; Tecnologia em Informática com Ênfase em Banco de Dados; Tecnologia em Informática com Ênfase em Banco de Dados e Redes de Computadores; Tecnologia em Informática com Ênfase em Redes de Computadores; Tecnologia em Informática e Aplicações Web; Tecnologia em Informática para (a) Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática para Negócios; Tecnologia em Jogos Digitais; Tecnologia em Processamento de Dados; Tecnologia em Processamento de Dados – Modalidade Técnicas Digitais; Tecnologia em Processamento de Dados e Desenvolvimento de Software; Tecnologia em Produção Audiovisual; Tecnologia em Produção Editorial Multimidia; Tecnologia em Produção Gráfica; Tecnologia em Produção Gráfica Digital; Tecnologia em Produção Multimídia; Tecnologia em Projeto(s) de Sistemas de Informações; Tecnologia em Propaganda e Marketing; Tecnologia em Publicidade e Comunicação Empresarial; Tecnologia em Publicidade e Marketing; Tecnologia em Publicidade e Mídia; Tecnologia em Publicidade e Propaganda; Tecnologia em Publicidade, Propaganda e Marketing; Tecnologia em Redes de Computadores; Tecnologia em Redes Operacionais: Internet/ Intranet; Tecnologia em Segurança da Informação; Tecnologia em Segurança da Tecnologia da Informação; Tecnologia em Segurança de Computadores; Tecnologia em Segurança de Redes de Computadores; Tecnologia em Sistema de Software; Tecnologia em Sistema(s) de(da) Informação; Tecnologia em Sistema(s) para Internet; Tecnologia em Técnicas Digitais; Tecnologia em Tecnologia Gráfica; Tecnologia em Web; Tecnologia em Web Design; Tecnologia em Web Design e E–Commerce; Tecnologia em Web Design e Internet; Tecnologia em Web Site;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 141/12/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ETEC AMIM JUNDI – OSVALDO CRUZ

PROCESSO SELETIVO DE DOCENTES, NOS TERMOS DO COMUNICADO CEETEPS N° 1/2009 E SUAS ALTERAÇÕES.

AVISO N° 027/04/2018 DE 24/09/2018 – PROCESSO N° 1466955/2018.

AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 03

O Diretor da ETEC AMIM JUNDI, considerando a ocorrência de aulas e a manifestação da Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC) acerca do componente curricular, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionados, para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 26/01/2021, às 08h30 horas, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverão comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a preferência de titulação e a ordem de classificação final, respeitando o disposto no item 6 do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009. O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular que se inscreveu e obteve êxito, exceto na situação prevista no subitem 7.1 do mesmo inciso, com alterações introduzidas pelo Comunicado CEETEPS nº 5, de 29, publicado no DOE de

30.10.2009. Escolhidas e atribuídas as aulas, o(s) candidato(s) não aproveitado(s) aguardarão nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender à convocação para a referida ETEC, recusar as aulas ou não entregar a documentação para formalizar a contratação, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo na ETEC ou CLASSE DESCENTRALIZADA em que foi habilitado.

Observar-se-á, para o início do exercício, o disposto no item 9 do inciso VII do Comunicado CEETEPS nº 1/2009.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ETEC ANTONIO DEVISATE

ENDEREÇO: AV. CASTRO ALVES, Nº 62

BAIRRO: SOMENZANI – CIDADE: MARÍLIA-SP

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA (ENSINO MÉDIO – BNC / PD)

COMPONENTE CURRICULAR OFERECIDO MEDIANTE EQUIVALÊNCIA CONFORME MANIFESTAÇÃO CONTIDA NO MEMORANDO Nº 032/2021 – CETEC/GFAC: LINGUAGEM, TRABALHO E TECNOLOGIA (ENFERMAGEM)

Nº AULAS: 2,0 – AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: REABILITAÇÃO ADMINISTRATIVA

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

- Licenciado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

001/ Keli Cristina Schnoor/ 32.450.517-6/ 304.273.078-64/ 71,33/ 2º

030/ Marielli Galheira Uranga Peixoto/ 33.882.605-1/ 330.349.608-08/ 56,33/ 4º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARINES TEODORO DE FREITAS ALMEIDA – NOVO HORIZONTE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 212/06/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA MARINES TEODORO DE FREITAS ALMEIDA, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Arte(s) (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "¡" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e212adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 212/06/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e212adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 212/06/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Arte(s) (BNC/ BNCC/ ETIM / MTec / EM com Ênfases)(Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Administração; Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Geral; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de Marketing; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios; Administração – Habilitação em Gestão de Negócios Agroindustriais; Administração – Habilitação em Gestão de Pequena e Média Empresa; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Mercadologia; Administração – Habilitação em Mercados Internacionais; Administração – Habilitação em Negócios Internacionais; Administração – Habilitação em Transporte e Logística; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Negócios; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Ciências Administrativas; Engenharia da(de) Produção; Engenharia de Produção Mecânica; Engenharia em Processos de Produção; Tecnologia em Gestão da Produção; Tecnologia em Gestão de Logística; Tecnologia em Gestão de Logística Empresarial; Tecnologia em Gestão de Serviços; Tecnologia em Gestão de Serviços e Negócios; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Gestão Empresarial – Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Marketing e Comércio Exterior; Tecnologia em Gestão Empresarial – Ênfase em Sistemas de Informação; Tecnologia em Gestão Logística; Tecnologia em Logística; Tecnologia em Logística – Ênfase em Transportes; Tecnologia em Logística Aeroportuária; Tecnologia em Logística de Armazenamento e Distribuição; Tecnologia em Logística de Armazenamento e Distribuição de Materiais; Tecnologia em Logística e Transportes; Tecnologia em Logística e Transportes Multimodal; Tecnologia em Logística Empresarial; Tecnologia em Logística para o Agronegócio; Tecnologia em Planejamento Administrativo; Tecnologia em Planejamento Administrativo e Programação Econômica; Tecnologia em Planejamento e Programação Econômica; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Produção (da/de Produção); Tecnologia em Produção – Ênfase Industrial; Tecnologia em Produção de Materiais Plásticos ; Tecnologia em Produção Industrial;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação;

CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 212/06/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL BENEDITO STORANI – JUNDIAÍ

CLASSE DESCENTRALIZADA DE E.M.E. DOM MATHIAS – VINHEDO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 042/03/2021, PROCESSO Nº 41004/2021

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 042/03/2021, PROCESSO Nº 41004/2021, PUBLICADO NO DOE DE 19/01/2021, SEÇÃO I, PÁGINAS 286 a 288

INCLUA- SE:

CLASSE DESCENTRALIZADA DE E.M.E. DOM MATHIAS – VINHEDO

E ONDE SE LÊ:

PROCESSO Nº 042/03/2021

LEIA-SE:

PROCESSO Nº 41004/2021

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE BARUERI – BARUERI

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/01/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE BARUERI, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Biologia (Base Nacional Comum/ ETIM)(Administração Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato

da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e245op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 245/01/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e245op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 245/01/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Biologia (Base Nacional Comum/ ETIM)(Administração Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Biologia (LP); Ciências – Biologia (LP); Ciências Biológicas (LP); Ciências com Habilitação em Biologia (LP); Ciências da Natureza (LP); Ciências da Natureza com Habilitação em Biologia (LP); Ciências Naturais com Habilitação em Biologia (LP); História Natural (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO
Mestre em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
– ESPECIALIZAÇÃO
Especialista em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO
Licenciado ou Graduado em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
II.2 – EM OUTRA ÁREA
– DOUTORADO
Doutor em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
– MESTRADO
Mestre em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
– ESPECIALIZAÇÃO
Especialista em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____
– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO
Licenciado ou Graduado em: _____
Nome da instituição de ensino: _____
Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)
Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____
Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____
Nome da função/cargo/emprego: _____
Data: ____/____/_____
Assinatura do candidato: _____
_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 245/01/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:
_____

Nestes termos,
Pede deferimento.
Em ____/____/_____
_____
Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA
– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular
Tipo(s):
Doutorado: 12 pontos.
Mestrado: 8 pontos.
Especialização: 5 pontos.
Licenciatura ou graduação: 5 pontos.
– Em outra área
Tipo(s):
Doutorado: 4 pontos.
Mestrado: 3 pontos.
Especialização: 2 pontos.
Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR
– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular
Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA
Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).
2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).
3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).
4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).
5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).
6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.
7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.
8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.
9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.
10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.
11. Cópia do PIS/PASEP.
12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.
13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.
14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.
15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).
16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.
17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ETEC BENEDITO STORANI - JUNDIAÍ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 042/05/2021 – PROCESSO Nº 51919/2021

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 22/01/2021

O Diretor de Escola Técnica da ETEC BENEDITO STORANI no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, ANULA o Processo Seletivo Simplificado para Professor de Ensino Médio e Técnico referente ao Edital de Abertura de Inscrições nº 042/05/2021, publicado no DOE de 19/01/2021 Seção I, página(s) 291, por motivo: ocorreu um lapso devido à similaridade na nomenclatura dos componentes.

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE BARUERI – BARUERI

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/02/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE BARUERI, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Geografia (Base Nacional Comum/ ETIM)(Administração Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação

diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e245op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 245/02/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e245op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 245/02/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Geografia (Base Nacional Comum/ ETIM)(Administração Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Ciências Sociais com Habilitação em Geografia (LP); Estudos Sociais com Habilitação em Geografia (LP); Geografia (LP); História com Habilitação em Geografia (LP);

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 245/02/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE BARUERI – BARUERI

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/03/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE BARUERI, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Banco de Dados(Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto nº 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e245op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 245/03/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e245op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 245/03/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos

credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Banco de Dados(Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio (MTec – Programa Novotec Integrado)): Administração de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas; Análise de Sistemas Administrativos em Processamento de Dados; Análise de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Gerenciamento de Sistemas e Tecnologias; Ciência(s) da(de) Computação; Computação; Computação (LP); Computação Científica; Engenharia da(de) Computação; Física – Opção Informática; Física Computacional; Informática (LP); Matemática Aplicada às Ciências da Computação; Matemática Aplicada e Computação Científica; Matemática Aplicada e Computacional; Matemática com Informática; Matemática Computacional; Processamento de Dados; Processamento de Dados ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Programação de Sistemas ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Sistemas de Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação (LP); Tecnologia da(de) Informação e Comunicação; Tecnologia em Análise de Sistemas e Tecnologia(s) da Informação; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Análise e Projeto de Sistemas; Tecnologia em Banco de Dados; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas ; Tecnologia em Informática; Tecnologia em Informática – Banco de Dados; Tecnologia em Informática – Ênfase em Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática com Ênfase em Banco de Dados; Tecnologia em Informática para (a) Gestão de Negócios; Tecnologia em Processamento de Dados; Tecnologia em Projeto(s) de Sistemas de Informações; Tecnologia em Redes de Computadores; Tecnologia em Sistema(s) de(da) Informação; Tecnologia em Sistema(s) para Internet; Tecnologia em Técnicas Digitais; Tecnologia em Web; Tecnologia em Web Design; Tecnologia em Web Design e E–Commerce;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 245/03/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL – JAÚ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 070/13/2019 – PROCESSO Nº 2830721/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01

CONVOCAÇÃO PARA EQUIVALÊNCIA

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL, considerando a ocorrência de aulas, em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 11/10/2019, e considerando a manifestação da Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC) acerca do componente curricular, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 26/01/2021, às 9h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.

O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL

ENDEREÇO: RUA HUMAITA, 1090

BAIRRO: CENTRO

CIDADE: JAÚ

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): TÉCNICAS ORGANIZACIONAIS (ADMINISTRAÇÃO)

COMPONENTE CURRICULAR OFERECIDO MEDIANTE EQUIVALÊNCIA CONFORME MANIFESTAÇÃO CONTIDA NO MEMORANDO Nº 055/2021 – CETEC/GFAC: APLICATIVOS INFORMATIZADOS (ADMINISTRAÇÃO)

Nº AULAS: 2,5 – AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOITE

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: AFASTAMENTO PARA COORDENAÇÃO

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

- Graduado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

03/Larissa Mayara Magon/45.431.442-5/456.811.258-31/1º

07/Edson França Martinez/29.475.799-5/270.858.988-10/2º

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE BARUERI – BARUERI

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 245/04/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE BARUERI, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Aplicativos Informatizados (para a Habilitação Administração)(Administração Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e245op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 245/04/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição

de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e245op@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 245/04/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Aplicativos Informatizados (para a Habilitação Administração)(Administração Integrado ao Ensino Médio (ETIM)): Administração; Administração ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Administração – Ênfase em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Administração da Informação; Administração – Habilitação em Administração de Empresas; Administração – Habilitação em Administração de Negócios; Administração – Habilitação em Administração Financeira e Administração Mercadológica; Administração – Habilitação em Administração Hoteleira; Administração – Habilitação em Análise de Sistemas; Administração – Habilitação em Comércio Exterior; Administração – Habilitação em Comércio Internacional; Administração – Habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas; Administração – Habilitação em Finanças; Administração – Habilitação em Gestão de Informática; Administração – Habilitação em Gestão de(em) Sistemas de Informação; Administração – Habilitação em Marketing; Administração – Habilitação em Sistema(s) de Informação; Administração de Empresas; Administração de Empresas e Negócios; Administração de Sistemas de Informação; Administração Geral; Administração Geral – Ênfase em Marketing; Análise de Sistemas; Análise de Sistemas Administrativos em Processamento de Dados; Análise de Sistemas de Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação; Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação – Habilitação em Gerenciamento de Sistemas e Tecnologias; Ciência e Tecnologia; Ciência(s) da(de) Computação; Ciências Administrativas; Ciências Econômicas; Ciências Econômicas com Ênfase em Comércio Internacional; Computação; Computação (LP); Computação Científica; Economia; Engenharia da(de) Computação; Física – Opção Informática; Física Computacional; Informática; Informática ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Informática (LP); Informática – Sistemas de Informação; Matemática Aplicada às Ciências da Computação; Matemática Aplicada e Computação Científica; Matemática Aplicada e Computacional; Matemática com Informática; Matemática Computacional; Processamento de Dados; Processamento de Dados ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Programação de Sistemas ("EII" – Técnico com Formação Pedagógica); Sistemas de Informação; Sistemas de Informação – Habilitação Planejamento Estratégico; Sistemas e Tecnologia da Informação; Sistemas e Tecnologia da Informação (LP); Sistemas Informatizados – Internet e Rede; Tecnologia da(de) Informação e Comunicação; Tecnologia em Análise de Sistemas e Tecnologia(s) da Informação; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Análise e Projeto de Sistemas; Tecnologia em Banco de Dados; Tecnologia em Desenvolvimento de Sistemas ; Tecnologia em Desenvolvimento para Web; Tecnologia em Desenvolvimento Web; Tecnologia em Gerenciamento de Redes de Computadores; Tecnologia em Gestão da(de) Tecnologia da Informação; Tecnologia em Gestão Empresarial; Tecnologia em Informática; Tecnologia em Informática – Banco de Dados; Tecnologia em Informática – Ênfase em Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática – Modalidade (de) Gestão Financeira; Tecnologia em Informática – Modalidade Gestão da Produção Industrial; Tecnologia em Informática com Ênfase em Banco de Dados; Tecnologia em Informática para (a) Gestão de Negócios; Tecnologia em Informática para Negócios; Tecnologia em Jogos Digitais; Tecnologia em Processamento de Dados; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Projeto(s) de Sistemas de Informações; Tecnologia em Redes de Computadores; Tecnologia em Sistema(s) de(da) Informação; Tecnologia em Sistema(s) para Internet; Tecnologia em Técnicas Digitais; Tecnologia em Web Design; Tecnologia em Web Design e E–Commerce;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 245/04/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que

tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE MAIRIPORÃ – MAIRIPORÃ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 271/01/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE MAIRIPORÃ, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Normalização em Segurança do Trabalho(Segurança do Trabalho)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e271adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 271/01/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

Certificação Digital Imprensa Oficial

Segurança e agilidade na administração da sua empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

www.imprensaoficial.com.br

io | certificaçãodigital

SAC 0800 01234 01

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e271adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 271/01/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Normalização em Segurança do Trabalho(Segurança do Trabalho): Arquitetura com Especialização em Segurança do Trabalho; Arquitetura e Urbanismo com Especialização em Segurança do Trabalho; Engenharia com Especialização em Segurança do Trabalho; Tecnologia em Segurança do Trabalho;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 271/01/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP. 12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE MAIRIPORÃ – MAIRIPORÃ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 271/02/2021, PROCESSO Nº

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE MAIRIPORÃ, nos termos da Deliberação CEETEPS 41, de 09/08/2018, TORNA PÚBLICA A ABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para FORMAÇÃO DE CADASTRO DE DOCENTES, para a função de Professor de Ensino Médio e Técnico, objetivando a admissão temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais deste Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para o componente curricular e habilitação a seguir:

COMPONENTE CURRICULAR – (HABILITAÇÃO):

Normalização em Segurança do Trabalho(Segurança do Trabalho)

Instruções Especiais

I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 41/2018 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

2. As publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado deverão ser acompanhadas por meio do Diário Oficial do Estado – DOE (www.imprensaoficial.com.br), e serão divulgadas nos sites do Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS (www.cps.sp.gov.br).

3. As datas previstas para realização do Processo Seletivo Simplificado constarão de cronograma de atividades (ANEXO I deste Edital). Qualquer alteração no cronograma implicará em nova publicação no DOE.

4. As atribuições a serem exercidas pelo candidato admitido são as definidas no artigo 93 do Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS 3/2013 (ANEXO II deste Edital).

4.1. A admissão por este Processo Seletivo Simplificado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar.

5. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito de ingresso automático na função de Professor de Ensino Médio e Técnico, mas sim a mera expectativa de nela ser admitido, de acordo com as aulas no componente curricular que possam surgir durante o período de validade do certame.

6. Objetivando garantir os princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e impessoalidade, poderá a responsabilidade da realização do Processo Seletivo Simplificado ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino.

II – DOS VENCIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARGA–HORÁRIA

1. O valor da hora–aula prestada é de R$ 18,35 (dezoito reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao PADRÃO I–A, da Escala Salarial – Professor de Ensino Médio e Técnico, a que se refere a Lei Complementar nº 1.317, de 21/03/2018.

2. A carga horária mensal é constituída de horas–aula, acrescida de 30% (trinta por cento) de hora–atividade, referente ao número de aulas efetivamente ministradas.

2.1. Para efeito de cálculo da retribuição mensal correspondente às horas prestadas, o mês será considerado como tendo 4,5 (quatro e meio) semanas, acrescido de 1/6 (um sexto) a título de repouso semanal remunerado.

2.2. A carga horária mensal estará sujeita a variação de acordo com as normas internas do CEETEPS que disciplinam a atribuição de aulas, não podendo ultrapassar o limite de 200 (duzentas) horas.

III – DOS REQUISITOS

1. O requisito de qualificação dos profissionais para o componente curricular é estabelecido por meio do Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência.

1.1. O Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência foi instituído pela Deliberação CEETEPS nº 6, de 16/07/2008 (e suas alterações), e regulamentado pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, por meio da Instrução CETEC nº 1, de 19/02/2013.

2. Os requisitos da função de Professor de Ensino Médio e Técnico e de titulação para o componente curricular previstos no Catálogo de Requisitos de Titulação para a Docência (lista de titulações necessárias para ministração das aulas) constarão do ANEXO III do presente Edital.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. São condições para inscrição:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) Se estrangeiro, possuir o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE.

c) Possuir, no mínimo, 18 anos de idade.

d) Estar em dia com as obrigações eleitorais.

e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.

f) Ter aptidão física e mental para o exercício das obrigações da função.

g) Não ter sido demitido nos últimos 5 (cinco) anos, com base no artigo 482 da CLT.

h) Não ter sido demitido ou demitido a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 307 da Lei nº 10.261, de 28/10/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado).

i) Possuir o(s) requisito(s) descrito(s) no ANEXO III deste Edital, ou ser aluno regularmente matriculado em curso superior correspondente a uma das titulações previstas como requisito.

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 28/01/2021 até às 23h59 de 11/02/2021.

3. Para inscrever–se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.cps.sp.gov.br.

b) clicar em Etec e, em seguida, Concursos.

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher o formulário de inscrição.

d) Fazer upload de uma foto recente e nítida (obtida nos últimos 3 meses), na hipótese do candidato declarar–se preto ou pardo e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

e) Fazer upload do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, na hipótese do candidato declarar–se indígena e optar pela utilização do sistema de pontuação diferenciada nos termos do Capítulo VII do presente Edital.

f) Fazer upload legível do Memorial Circunstanciado (elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital) e documentação comprobatória, observando–se, para tanto, o Capítulo VIII deste Edital.

4. Não será aceita a inscrição realizada por qualquer outra forma ou via não especificada neste Edital.

5. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar o uso do "nome social" para tratamento, mediante indicação no formulário de inscrição.

6. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da Prova de Métodos Pedagógicos poderá fazê–lo, mediante preenchimento de requerimento próprio, endereçado a Direção da Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado.

6.1. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda.

6.2. Os dados do adulto responsável pela guarda da criança (nome, RG e CPF) deverão constar do requerimento.

6.3. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar–se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

6.5. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

7. As inscrições serão deferidas ou indeferidas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

7.1. O candidato terá a inscrição indeferida quanto:

a) Deixar de atender às condições para inscrição listadas no item 1 presente Capítulo.

b) Deixar de atender aos procedimentos para inscrição listados no item 3 do presente Capítulo.

c) Deixar de atender a uma das condições para inscrição previstas na alínea "i" do item 1 do presente Capítulo.

d) Não registrar no formulário de inscrição a titulação.

e) Quando constatado preenchimento incorreto e/ou incompleto do formulário de inscrição.

8. O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição, e será o responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição.

8.1. Caberá ao candidato revisar as informações prestadas no formulário antes de finalizar a inscrição.

8.2. Não será possível corrigir ou alterar informações após a finalização da inscrição.

9. O Centro Paula Souza e a Unidade de Ensino não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores/dispositivos móveis, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

V – DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Para fins deste Processo Seletivo Simplificado, consideram–se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1° do Decreto n° 59.591, de 14/10/2013.

3. O candidato declarará ser pessoa com deficiência, indicando–a na ficha de inscrição em campo específico e providenciará, até o término da inscrição, os documentos a seguir:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com:

a) Validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência for permanente ou de longa duração; ou

b) Validade de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, quando a deficiência não for permanente ou de longa duração.

3.2. O laudo médico deverá atestar o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença – CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.3. Anexar ao laudo médico as informações como: nome completo, número de Registro Geral – RG, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e a identificação do Processo Seletivo Simplificado a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato poderá indicar, mediante requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, as ajudas técnicas e condições específicas necessárias para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos.

4.1. O candidato com deficiência auditiva indicará:

a) A necessidade de fiscal para auxiliá–lo na realização da Prova de Métodos Pedagógicos como intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O candidato poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do fiscal.

b) A possibilidade de utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação de seu uso.

4.2. O candidato com deficiência física indicará a necessidade de utilização de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos, facilidade de acesso às salas de prova e demais instalações relacionadas ao Processo Seletivo Simplificado.

5. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da Prova de Métodos Pedagógicos ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

6. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de avaliação e desempenho.

7. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá invocar sua situação para quaisquer benefícios, bem como impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

8. O Diretor da Unidade de Ensino providenciará para que as provas do Processo Seletivo Simplificado sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

9. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação final, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

9.1. A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

9.2. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo Órgão Médico Oficial do Estado para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

9.3. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame, não cabendo qualquer recurso da decisão proferida.

9.4. Concluídos os exames a que se referem os itens 9.1 e 9.2 do presente Capítulo, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.

10. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

VI – DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade (Decreto n° 3.297, de 19/09/2001).

2. O estrangeiro obriga–se a comprovar, no momento do atendimento de sua convocação para admissão:

a) O enquadramento na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), mediante deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente.

b) O enquadramento na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), pelo preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

c) Na hipótese de nacionalidade portuguesa, pelo preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis, mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com os documentos que o instruíram.

3. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o estrangeiro que não cumprir as exigências listadas no item 2 do presente Capítulo.

VII – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA

1. O candidato preto, pardo ou indígena poderá fazer uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015 e do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

2. O sistema de pontuação diferenciada consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos na pontuação final do candidato beneficiário em cada fase do Processo Seletivo Simplificado (na análise do Memorial Circunstanciado e na Prova de Métodos Pedagógicos).

3. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar cumulativamente:

a) Que é preto, pardo ou indígena;

b) Sob as penas da lei, que não foi eliminado de concurso público ou processo seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Complementar nº 1.259/2015; e

c) Que tem interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos do Decreto nº 63.979/2018.

4. É permitido ao candidato declarar–se preto, pardo ou indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Nesse caso, o candidato será submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5. O candidato preto, pardo ou indígena que seja pessoa com deficiência poderá se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada cumulativamente com as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 683/1992.

6. O candidato preto, pardo ou indígena participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e desempenho.

7. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD = é a pontuação diferenciada a ser acrescida aos pontos alcançados pelos candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA = é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram. Entende–se por "concorrência ampla" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas, e ainda aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

MCPPI = é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo–se os inabilitados. Entende–se por candidato inabilitado aquele que não alcançar ou superar o desempenho mínimo do Processo Seletivo Simplificado em referência.

7.1. Não será aplicada a pontuação diferenciada:

a) Na inexistência, entre os habilitados, de candidatos beneficiários do sistema de pontuação diferenciada.

b) Quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

c) Ao candidato que não obtiver nota na análise do Memorial Circunstanciado.

d) Ao candidato que não obtiver nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

8. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do Processo Seletivo Simplificado é:

NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI = é a nota na fase do Processo Seletivo Simplificado, após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) e que gerará a classificação do candidato na fase do Processo Seletivo Simplificado. Ao término da fase do Processo Seletivo Simplificado, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI = é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada (PD).

9. Nos cálculos descritos nos itens 7 e 8 deste Capítulo devem ser considerados duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

10. A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá somente após a aplicação da pontuação diferenciada sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado.

11. A veracidade da declaração de que trata a alínea "a" do item 3 do presente Capítulo será efetuada pela Comissão de Verificação, que, em relação ao sistema de pontuação diferenciada, terá as seguintes atribuições:

a) Ratificar a autodeclaração firmada pelo candidato que manifestou interesse em ser beneficiário do sistema de pontuação diferenciada;

b) Decidir, nos casos duvidosos, sobre o direito do candidato a fazer jus à pontuação diferenciada; e

c) Decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interposto pelo candidato contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11.1. A Comissão de Verificação será composta por 3 (três) membros.

12. A verificação da veracidade da autodeclaração ocorrerá após a realização da análise do Memorial Circunstanciado, e será feita mesmo na hipótese de não ocorrência do cálculo da pontuação diferenciada.

13. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato preto ou parto consistirá na verificação da fenotipia (aparência), através da foto encaminhada pelo candidato no ato da inscrição. Caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério da ascendência.

13.1. Para comprovação da ascendência, a Comissão de Verificação exigirá do candidato a apresentação de documento idôneo com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada.

13.2. Na ausência do encaminhamento do documento com foto do genitor, impossibilitando manifestação conclusiva da Comissão de Verificação, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena, será verificado o Registro Administrativo de Nascimento do Índio – Rani próprio ou, na ausência deste, o Rani de um de seus genitores, encaminhado pelo candidato no ato da inscrição.

14.1. Na ausência do encaminhamento do Rani, será o candidato considerado como não enquadrado na condição declarada, e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

15. Ao candidato que vier a ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 7 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão de Verificação, que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

15.1. O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e271adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECONSIDERAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 271/02/2021.

15.2. Não será considerado o pedido de reconsideração interposto fora dos padrões estabelecidos no item 15.1., por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que estejam fora do prazo estipulado neste Capítulo.

15.3. Considerado improcedente pedido de reconsideração, com a manutenção da eliminação do candidato, retificar–se–á a classificação final divulgada no DOE.

VIII – DAS PROVAS

1. O Processo Seletivo Simplificado contará com 2 (duas) fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório:

a) Exame de Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos); e

b) Prova de Métodos Pedagógicos (Prova Objetiva de habilidades operacionais ou técnicas).

2. O Exame de Memorial Circunstanciado consistirá na análise dos documentos comprobatórios (pertinentes à graduação, pós–graduação e experiências profissionais, de acordo com o componente curricular).

2.1. Somente será analisado o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória do candidato com inscrição deferida.

2.2. Entende–se como documentação comprobatória a cópia dos documentos referentes às titulações/experiências informadas pelo candidato no Memorial Circunstanciado.

3. O Memorial Circunstanciado deverá ser elaborado conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

4. O candidato encaminhará o Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória, no ato da inscrição.

4.1. O encaminhamento do Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória são de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.2. O Memorial Circunstanciado e documentação comprobatória deverão ser encaminhados em arquivo único, em formato PDF e com tamanho de, no máximo, 25 MB.

5. O Exame de Memorial Circunstanciado tem por objetivo selecionar os 5 (cinco) primeiros candidatos, em ordem decrescente de nota, para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

5.1. Havendo empate de notas entre o 5º (quinto) candidato e os candidatos subsequentes, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição serão selecionados para participarem da Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A Prova de Métodos Pedagógicos consistirá na apresentação de uma aula, ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, versando sobre os conteúdos do componente curricular.

6.1. O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora no dia designado para a prova, antes do início da aula, sendo escolhido 1 (um) dentre 3 (três) temas constantes do edital de convocação para a referida prova.

6.2. O candidato deverá preparar o plano de aula de cada tema em 3 (três) vias e entregar aos membros da Banca Examinadora aquele referente ao tema sorteado.

6.3. A duração da Prova de Métodos Pedagógicos constará do edital de convocação para a referida prova.

6.4. A Prova de Métodos Pedagógicos tem por objetivo avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para área do componente curricular e sob o aspecto didático–pedagógico da prática docente, mediante critérios estabelecidos no Capítulo IX deste Edital.

7. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido do original de um documento de identidade.

7.1. São considerados documentos de identidade: carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores, Polícia Militar e pela Polícia Federal; Carteiras Profissionais expedidas por Órgãos ou Conselhos de Classes que, por Lei Federal, valham como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, bem como Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei nº 9.503/1997.

7.2. O documento de identidade apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

7.3. No dia designado para a Prova de Métodos Pedagógicos, o candidato assinará a lista de presença.

8. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecidos.

9. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

10. Será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado, ainda, o candidato que:

a) Apresentar–se após o horário estabelecido para a realização da prova.

b) Apresentar–se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação.

c) Não comparecer a prova, seja qual for o motivo alegado.

d) Não apresentar o documento de identidade para a realização da prova, nos termos deste Edital.

e) Quando o documento de identidade do candidato não permitir sua identificação.

10.1. O candidato que perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado, ou agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino ou autoridade presente, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROVAS

1. O Diretor da Etec designará Banca Examinadora, que será responsável pelas fases listadas no item 1 do Capítulo VIII (Exame de Memorial Circunstanciado e Prova de Métodos Pedagógicos).

1.1. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de impessoalidade em relação aos candidatos inscritos.

2. O Exame de Memorial Circunstanciado obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

2.1. A escala de pontuação da análise do Memorial Circunstanciado poderá ser ultrapassada aos candidatos pretos, pardos ou indígenas que fizerem jus à pontuação diferenciada.

2.2. A nota do candidato no Exame de Memorial Circunstanciado, após a aplicação da pontuação diferenciada, ficará limitada ao triplo de sua nota simples.

2.3. Serão pontuados na análise do Memorial Circunstanciado os cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura ou Graduação, quando incluídos como requisito de titulação para ministração de aulas no componente curricular.

2.4. Na análise do Memorial Circunstanciado é vedado:

a) Pontuar 2 (duas) ou mais formações acadêmicas de mesmo tipo. (Exemplo: 2 (dois) mestrados vinculados ao componente curricular).

b) A acumulação de pontos por tempo de experiência profissional concomitante de mesmo tipo.

c) A apresentação, pelo candidato, de título/experiência profissional após a data fixada para entrega.

d) Pontuar título/experiência profissional com documentação comprobatória ilegível ou rasurada.

2.5. Fica vedada a pontuação de qualquer título/experiência profissional que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo e no ANEXO VI.

2.6. Todo título/experiência profissional que esteja em língua estrangeira deverá conter a respectiva tradução para o português, sendo a tradução de responsabilidade do candidato.

2.7. Será considerado não aprovado e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não entregar o Memorial Circunstanciado ou não pontuar na análise do Memorial Circunstanciado.

3. A Prova de Métodos Pedagógicos obedecerá a uma escala de pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios e pontuações estabelecidos no ANEXO VI.

3.1. A nota da Prova de Métodos Pedagógicos é a média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.2. Atribuir–se–á nota 0 (zero) ao candidato que:

a) Recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.

b) Não entregar o plano de aula para Banca Examinadora.

4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

5. Será considerado não aprovado, e consequentemente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que obtiver nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na Prova de Métodos Pedagógicos.

6. A nota final do candidato será aquela que resultar da soma da nota obtida no Exame de Memorial Circunstanciado e da nota da Prova de Métodos Pedagógicos.

7. Se, em decorrência da aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos, resultar:

a) A não aprovação de todos os candidatos selecionados; ou

b) O não comparecimento de TODOS para a realização dessa prova.

7.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 7 e ainda restarem candidatos não selecionados anteriormente para

a Prova de Métodos Pedagógicos, tais candidatos serão convocados para aplicação de nova Prova de Métodos Pedagógicos.

7.2. A nova Prova de Métodos Pedagógicos será aplicada nas mesmas condições e procedimentos estabelecidos neste Edital.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

1. A classificação final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado será separada em duas listas de titulação: Licenciados e Graduados.

1.1. Para fins de convocação, o candidato "Licenciado" terá preferência sobre o "Graduado".

1.2. Relacionar–se–á o candidato aprovado e classificado pela ordem decrescente da nota final, respeitada a preferência do "licenciado" sobre o "graduado".

1.3. Relacionar–se–á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identificação, CPF, e a nota obtida na Prova de Métodos Pedagógicos.

2. Em caso de igualdade na pontuação final, será aplicado, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando–se a data do término das inscrições:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, em cumprimento à Lei nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais.

b) Que tenha comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto–Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/06/2008, direito este reconhecido para quem exerceu a função de jurado a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10/08/2008.

c) Que tiver inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

d) Que obtiver maior nota na Prova de Métodos Pedagógicos.

e) Que obtiver maior pontuação no Exame de Memorial Circunstanciado.

f) De maior idade.

2.1. Para que se beneficie do critério de desempate constante da alínea "b", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado.

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

2.2. Caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.3. Para que se beneficie do critério de desempate constante na alínea "c", o candidato deverá:

a) Informar no ato da inscrição sua condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

b) Estar ciente de que no exercício da função docente deverá apresentar prova documental que comprove a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal".

2.4. Caso o candidato declare no ato de inscrição a condição de inscrito no "Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal", se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

2.5. Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá das informações constantes do formulário de inscrição.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do Processo Seletivo Simplificado dar–se–á por ato do Diretor da Unidade de Ensino, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame.

2. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, a partir da data da publicação da homologação em DOE.

2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor da Unidade de Ensino.

XII – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

1. Após a publicação do despacho homologando o Processo Seletivo Simplificado, respeitadas as disposições do artigo 2º da Deliberação CEETEPS 41/2018, o Diretor da Unidade de Ensino poderá convocar o candidato aprovado, para manifestação quanto a escolha e atribuição de aulas.

1.1. A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

1.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado em caso de:

a) Não atender a convocação.

b) Recusar as aulas oferecidas.

c) Não comprovar possuir o requisito de titulação para o componente curricular objeto deste certame, informado no formulário de inscrição.

d) Não entregar no prazo previsto toda a documentação exigida para formalizar a admissão.

e) Deixar de entrar em exercício no prazo estipulado.

1.3. O candidato que declinar das aulas oferecidas assinará termo de desistência.

2. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Processo Seletivo Simplificado poderá ser aproveitado em outra Unidade de Ensino do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades de Ensino.

3. Em caráter excepcional, e a critério do Diretor da Unidade de Ensino, o candidato classificado poderá ser convocado para ministração de aulas em componente curricular diferente daquele ofertado no Processo Seletivo Simplificado.

4. O Edital de Convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo Processo Seletivo Simplificado e obedecerá a ordem de classificação final.

4.1. Nas convocações efetuadas nos termos dos itens 2 e 3 do presente Capítulo, o candidato que recusar assumir a função ou não comparecer na data prevista para a manifestação não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.

4.2. O candidato que vier a ser admitido nas condições a que aludem os itens 2 e 3 deste Capítulo, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, não poderá beneficiar–se de uma nova convocação neste certame.

5. O Contrato de Trabalho decorrente da admissão será celebrado pelo prazo máximo de até 1 (um) ano, prorrogável se necessário for por igual período, nos termos do parágrafo 5º do artigo 52 da Lei Complementar nº 1.044/2008, acrescentado pelo inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.240/2014.

5.1. O Contrato de Trabalho será firmado com a devida observância ao disposto no artigo 443, §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 445 da CLT.

5.2. O candidato admitido, na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição, poderá ampliar a carga horária, respeitadas as disposições das normas internas de atribuição de aulas, e desde que mantenha atribuídas as aulas que motivaram sua admissão.

5.3. Na hipótese de cessação da causa que determinou a admissão do candidato, haverá a rescisão do Contrato de Trabalho.

5.4. As atividades de docência poderão ser executadas na forma de teletrabalho/remota, conforme disposições previstas nos artigos 75–A a 75–E da CLT.

6. A Portaria de Admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir à época da inscrição e, ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos, e que constitui o ANEXO VII deste Edital.

7. O início do exercício é condicionado à entrega do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar–se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

7.1. O candidato, no ato da entrega da documentação para formalizar a admissão, receberá da Unidade de Ensino instruções para submeter–se ao exame médico admissional.

7.2. O exame médico admissional deverá ser realizado antes do início do exercício, em clínica ou médico conveniado, mediante agendamento efetuado pela Unidade de Ensino.

7.3. O candidato que não realizar o exame médico admissional terá exaurido todos os direitos da sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado.

7.4. Durante a realização do exame médico admissional, poderão ser solicitados exames complementares, se julgado necessário.

8. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo, a Unidade de Ensino deverá observar as normas internas de atribuição de aulas.

9. Ao candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que mantenha vínculo empregatício com o CEETEPS, mediante o exercício da função de Professor de Ensino Médio e Técnico, observado o disposto no item 5 do presente Capítulo, terá ampliação da carga horária.

XIII – DOS RECURSOS

1. O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis, contados do dia útil subsequente a data da publicação de cada uma das etapas do Processo Seletivo Simplificado em DOE.

2. O recurso deverá ser encaminhado para o endereço eletrônico: e271adm@cps.sp.gov.br, devendo constar expressamente no assunto do e–mail: RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ONLINE EDITAL Nº 271/02/2021.

2.1. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.

2.2. Na ocorrência da situação prevista no item 6 do Capítulo I deste Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela condução do Processo Seletivo Simplificado online.

3. Na elaboração do recurso, o candidato deverá utilizar termos adequados e respeitosos, que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como apresentar cada questão ou item com argumentação lógica e consistente.

4. Admitir–se–á um único recurso por candidato para cada etapa do Processo Seletivo Simplificado.

5. Não será considerado o recurso interposto fora dos padrões estabelecidos no item 2, por outros meios que não seja o especificado neste Edital, ou que esteja fora do prazo estipulado neste Capítulo.

6. Compete ao Diretor da Unidade de Ensino a análise do mérito do recurso impetrado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do dia útil subsequente a data de protocolo do recurso.

7. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.

8. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.

9. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do Processo Seletivo Simplificado, antes de sua homologação.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

2. A inexatidão de informações ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Processo Seletivo Simplificado, eliminará o candidato, anulando–se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

3. Caberá ao candidato comprovar que os diplomas, certificados e títulos sejam provenientes de cursos reconhecidos credenciados ou recomendados e, quando realizados no exterior, sejam revalidados por Universidade Pública ou Instituição Oficial.

4. O Diretor da Unidade de Ensino poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos neste Edital.

5. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado nos meios informados no item 2 do Capítulo I deste Edital. No entanto, a informação oficial é a publicação no DOE, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

5.1. A divulgação dos editais do Processo Seletivo Simplificado em outros meios não especificados neste Edital não terá caráter oficial, sendo meramente informativa.

6. A Deliberação CEETEPS 41/2018, encontra–se no site do CEETEPS.

ANEXO I – CRONOGRAMA

A. Período de recebimento de inscrições, entrega da foto nítida e entrega do Memorial Circunstanciado: 28/01/2021 à 11/02/2021

B. Período provável para publicação da Portaria do Diretor de Escola Técnica designando a(s) Comissão(ões) do Processo Seletivo Simplificado: 15/02/2021 à 24/02/2021

C. Período provável para publicação das inscrições deferidas/indeferidas e resultado do Exame de Memorial Circunstanciado (e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos, se houver): 17/02/2021 à 10/03/2021

D. Período provável para publicação dos atos relativos a aferição da veracidade da autodeclaração e convocação para a Prova de Métodos Pedagógicos (se houver): 19/02/2021 à 12/03/2021

E. Período provável para publicação dos atos relativos ao resultado da Prova de Métodos Pedagógicos e classificação final: 22/02/2021 à 15/03/2021

F. Período provável para publicação do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Processo Seletivo Simplificado: 24/02/2021 à 17/03/2021

G. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram–se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino.

2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade.

3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aproveitamento dos alunos.

4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte.

5. Cumprir os dias letivos e as horas–aula estabelecidas pela legislação e pela escola.

6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS.

7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec.

8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos.

9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente.

10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais.

11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação.

13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização.

14. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – REQUISITOS DA FUNÇÃO E DE TITULAÇÃO

1) REQUISITOS DA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

COMPONENTE CURRICULAR DA BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA DO ENSINO MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura ou equivalente (acompanhado do diploma de curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que permitiu a formação docente), desde que previsto no requisito.

COMPONENTE CURRICULAR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENSINO MÉDIO E/OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO:

– Para ser enquadrado na titulação "licenciado":

Portador de:

Licenciatura, de acordo com o relacionado no requisito;

Licenciatura em cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas no ensino de 2º grau, na forma prevista pela Portaria Ministerial BSB nº 432 de 19, publicada a 20/07/1971, Esquemas I e II.

Esquema I: acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Esquema II: acompanhado do diploma de técnico de nível médio no curso/área do componente curricular, relacionado na titulação licenciado, em componente curricular em que vier a se inscrever.

Licenciatura equivalente, obtida em cursos regulares de programas especiais, nos termos previstos pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB nº 2 de 26, publicada no DOU de 27/06/1997, ou na Deliberação CEE nº 10/99, publicada no DOE de 08/01/2000 ou, ainda, na Resolução CNE/CP nº 2, de 01, publicada no DOU de 02/07/2015 (acompanhado do diploma do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior, de acordo com o relacionado na titulação graduado, em componente curricular em que vier a se inscrever).

– Para ser enquadrado na titulação "graduado":

Portador de:

Graduação superior de bacharelado ou de tecnologia de nível superior desde que previsto no requisito, em componente curricular em que se inscrever.

2) REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para ministração de aulas no componente curricular Normalização em Segurança do Trabalho(Segurança do Trabalho): Arquitetura com Especialização em Segurança do Trabalho; Arquitetura e Urbanismo com Especialização em Segurança do Trabalho; Engenharia com Especialização em Segurança do Trabalho; Tecnologia em Segurança do Trabalho;

ANEXO IV – MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

1) MODELO DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

I – DADOS GERAIS:

Nome: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Telefone celular: _____

E–mail: _____

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

II.1 – RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

II.2 – EM OUTRA ÁREA

– DOUTORADO

Doutor em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– MESTRADO

Mestre em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– ESPECIALIZAÇÃO

Especialista em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

– LICENCIATURA OU GRADUAÇÃO

Licenciado ou Graduado em: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Data da obtenção do título: __/__/____

III – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR (RELACIONADA A ÁREA/VINCULADA AO COMPONENTE CURRICULAR):

Obs.: Listar as experiências, relacionando–as da atual ou mais recente para as mais antigas.

– PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E/OU ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para base nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR VOLUNTÁRIO, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

– PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, com ministração de aulas na área do componente curricular

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

IV – EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA (NA ÁREA DO COMPONENTE CURRICULAR)

Período trabalhado: de __/__/____ até __/__/____

Nome da Instituição de Ensino/Estabelecimento/Órgão Público: _____

Nome da função/cargo/emprego: _____

Data: ____/____/_____

Assinatura do candidato: _____

_____

2) DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As seguintes documentações comprobatórias deverão ser anexadas ao Memorial Circunstanciada por cópia:

– Para FORMAÇÃO ACADÊMICA: Diploma; Certificado de Conclusão; Declaração; Atestado de Conclusão de Curso

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e componente curricular/disciplina ministrada e/ou área de atuação)

– Para EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA: Declaração (em papel timbrado) assinada pelo responsável legal, contendo identificação da empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação; CTPS (cópia da página do contrato de trabalho, bem como de outras páginas. que permitam identificar a empresa ou instituição, função/cargo/emprego, tempo de serviço e área de atuação)

Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deverá apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios: recibos ou comprovantes de prestação de serviços, comprovantes de pagamento da Previdência Social, comprovantes de pagamento de ISS ou Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

ANEXO V – MODELO DE REQUERIMENTO (CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA)

Eu, _____, portador da Célula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença do Diretor da Unidade de Ensino, requerer a aplicação da Prova de Métodos Pedagógicos do Processo Seletivo Simplificado de Docentes nº 271/02/2021 na forma ou condição especial abaixo descrita.

Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

_____

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em ____/____/_____

_____

Assinatura do candidato

Obs.: O laudo médico, juntamente com este anexo preenchido, deve ser protocolado na unidade de ensino até o último dia das inscrições.

ANEXO VI – CRITÉRIOS E PONTUAÇÕES (EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO)

1) EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO

FORMAÇÃO ACADÊMICA

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Doutorado: 12 pontos.

Mestrado: 8 pontos.

Especialização: 5 pontos.

Licenciatura ou graduação: 5 pontos.

– Em outra área

Tipo(s):

Doutorado: 4 pontos.

Mestrado: 3 pontos.

Especialização: 2 pontos.

Licenciatura ou graduação: 1 ponto.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS COMO PROFESSOR

– Relacionada a área/vinculada ao componente curricular

Tipo(s):

Experiência profissional como professor de ensino médio e/ou ensino médio e técnico, com ministração de aulas (no mesmo componente curricular para Base Nacional Comum ou na área do componente curricular para a Parte Diversificada ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio): 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 24 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino fundamental, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 6 pontos.

Experiência profissional como professor voluntário, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,25 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 3 pontos.

Experiência profissional como professor de ensino superior, com ministração de aulas na área do componente curricular: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 15 pontos.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DA ÁREA DA DOCÊNCIA

Tipo(s):

Experiência profissional na área do componente curricular fora da docência: 0,125 ponto para cada mês completo de trabalho, limitado a 12 pontos.

2) PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (graduação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula), emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros indícios concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material impresso, quadro negro etc.), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno–professor (motivação, diálogos etc.), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo gesticulação), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (timbre de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO

1. Currículo atualizado (simplificado).

2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade).

3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade).

4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade).

5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade).

6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento.

7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos, quando for o caso.

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro.

9. Cópia da Cédula de Identidade – RG.

10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF.

11. Cópia do PIS/PASEP.

12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da última eleição, do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais.

13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino.

14. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento.

15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência).

16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.

17. Quando se tratar de componente curricular destinado a estágio supervisionado oferecido na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem:

17.1. Apresentar comprovante dentro da validade de vacinação obrigatória contra difteria, tétano, hepatite, nos termos do que dispõe a Norma Regulamentadora 32 da Portaria 3214, de 08/06/1978 do Mtb e suas atualizações.

17.2. Comprovar possuir registro ativo no conselho regional de enfermagem (COREN) compatível com a formação solicitada no requisito de titulação.

18. Quando se tratar do componente curricular Educação Física (Base Nacional Comum Curricular):

18.1. Apresentar comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR JOSÉ LUIZ VIANA COUTINHO – JALES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 073/25/2019, PROCESSO Nº 2913372/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 21/01/2021

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR JOSÉ LUIZ VIANA COUTINHO, no uso das atribuições conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, HOMOLOGA o Processo Seletivo Simplificado de Docentes, no componente curricular: Inglês Instrumental(Administração) .

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ARTES – SÃO PAULO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 180/02/2019, PROCESSO Nº 3265382/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 21/01/2021

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ARTES, no uso das atribuições conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, HOMOLOGA o Processo Seletivo Simplificado de Docentes, no componente curricular: Gestão Cultural (Teatro) .

ETEC Dr. José Luiz Viana Coutinho – Jales

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 073/26/2019 – PROCESSO Nº 2913387/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 15/01/2021

O Diretor de Escola Técnica da ETEC Dr. José Luiz Viana Coutinho – Jales, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do item 8 do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, e nos termos do item 7 do Capítulo XIV do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no DOE de 18.10.2019, PRORROGA, a partir de 21/02/2021, a validade do Processo Seletivo Simplificado de Docentes, no(s) componente(s) curricular(es):

Geografia (BNC/BNCC/ETIM/MTec/EM com Ênfases) (Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ARTES – SÃO PAULO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 180/03/2019, PROCESSO Nº 3403898/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 21/01/2021

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ARTES, no uso das atribuições conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, HOMOLOGA o Processo Seletivo Simplificado de Docentes, no componente curricular: Teatro de Rua(Teatro) .

ETEC Dr. José Luiz Viana Coutinho – Jales

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 073/27/2019 – PROCESSO Nº 2913411/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 15/01/2021

O Diretor de Escola Técnica da ETEC Dr. José Luiz Viana Coutinho – Jales, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do item 8 do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, e nos termos do item 7 do Capítulo XIV do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no DOE de 18.10.2019, PRORROGA, a partir de 21/02/2021, a validade do Processo Seletivo Simplificado de Docentes, no(s) componente(s) curricular(es):

Agricultura Orgânica (Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (ETIM))

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ARTES – SÃO PAULO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 180/04/2019, PROCESSO Nº 3403040/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 21/01/2021

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ARTES, no uso das atribuições conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, HOMOLOGA o Processo Seletivo Simplificado de Docentes, no componente curricular: Práticas Teatrais I: Bonecos e Contação de Histórias (Teatro) .

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA ERMELINDA GIANNINI TEIXEIRA – SANTANA DE PARNAÍBA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 187/01/2020 – PROCESSO Nº 531664/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA ERMELINDA GIANNINI TEIXEIRA convoca os candidatos abaixo relacionados para o sorteio de tema e realização da PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS, a ser realizada na ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA ERMELINDA GIANNINI TEIXEIRA, sita na ESTRADA MUNICIPAL SANTO ANDRÉ – 705

BAIRRO: SÍTIO DO ROSÁRIO – CEP: 06514–115 – CIDADE: SANTANA DE PARNAÍBA.

Conforme disposto no item 8 do Capítulo IX do Edital de Abertura de Inscrições, o candidato convocado deverá comparecer ao local designado para a avaliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de protocolo de inscrição e do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do mesmo Edital).

O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora, sendo escolhido 1 (um) dentre os 3 (três) temas que constarão do presente Edital.

A aula será ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, obedecendo a ordem de classificação decrescente da lista de classificação do Exame do Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos).

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO):
Legislação Previdenciária e Tributária(Recursos Humanos)

CANDIDATO(S) SELECIONADO(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

2/MARIA DE FÁTIMA ESTEVES SANTOS MONTEIRO/ V7335610/234.617.778–46/28,75;

3/BRUNO ABADE AMBRÓSIO DOS SANTOS/49.542.293–9/412.197.228–71/23,00;

4/BRUNNER BRITO TISO VINHAS/ MG–13.285.835/077.568.056–74/17;00

Relação dos 03 (três) temas para a PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS:

1. Noções de Indicadores Financeiros: Indicador salário; Indicador de custo; Indicador de retorno; Indicador de receita;

2. Noções de Indicadores Operacionais, de Processo ou de Desempenho;

3. Noções de abordagem HayGroup

Duração máxima da aula: 15minutos

Data: 03/02/2021 Horário: 20h30

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA ERMELINDA GIANNINI TEIXEIRA – SANTANA DE PARNAÍBA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 187/03/2020 – PROCESSO Nº 531970/2020

EDITAL DE RESULTADO DO EXAME DE MEMORIAL CIRCUNSTANCIADO E CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA ERMELINDA GIANNINI TEIXEIRA faz saber aos candidatos abaixo relacionados o resultado do Exame de Memorial Circunstanciado e convoca para o sorteio de tema e realização da PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS, a ser realizada na ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSORA ERMELINDA GIANNINI TEIXEIRA, sita na ESTRADA MUNICIPAL SANTO ANDRÉ – 705

BAIRRO: SÍTIO DO ROSÁRIO – CEP: 06514–115 – CIDADE: SANTANA DE PARNAÍBA.

Conforme disposto no item 8 do Capítulo IX do Edital de Abertura de Inscrições, o candidato convocado deverá comparecer ao local designado para a avaliação, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de protocolo de inscrição e do original de um documento de identidade (de acordo com o relacionado no Capítulo V do mesmo Edital).

O tema para a Prova de Métodos Pedagógicos será sorteado pela Banca Examinadora, sendo escolhido 1 (um) dentre os 3 (três) temas que constarão do presente Edital.

A aula será ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, obedecendo a ordem de classificação decrescente da lista de classificação do Exame do Memorial Circunstanciado (Prova de Títulos).

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): Planejamento, Recrutamento e Seleção(Recursos Humanos)

CANDIDATO(S) SELECIONADO(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

9/TARCÍSIO OLIVEIRA VASCONCELOS/64.269.249–X/749.578.306–06/35,00;

8/MARCOS CAETANO FERREIRA/26.148.257–9/174.167.778–52/28,00;

1/FRANCINALDO ANTONIO DOS SANTOS/35.477.162.0/347.218.428–05/24,5;

5/JOSÉ CARLOS MEDEIROS/12.507.090–1/033.156.198–08/18,75;

7/ADRIANO JOSÉ JARANDIA/33.393.222–5/306.785.208–79/10,25;

CANDIDATO(S) NÃO SELECIONADO(S):

Nº de Inscrição / Nome ou Nome Social / RG / CPF / Nota do Exame de Memorial Circunstanciado

6/LUIS HENRIQUE BEZERRA/29.211.759–0/213.289.808–12/3;00

CANDIDATO(S) AUSENTE(S):

Nº de Inscrição / RG / CPF

2/33.879.607–1/383.874.048–37;

3/35.592.083–9/384.415.388–83;

4/25.962.331–3/267.736.418–29;

Relação dos 03 (três) temas para a PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS:

1. Noções de testes de seleção de pessoal;

2. Estudo das políticas de Recursos Humanos das organizações;

3. Subsistemas de Recursos Humanos

Duração máxima da aula: 15minutos

Data: 03/02/2021 Horário: 18h00

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE CIDADE TIRADENTES – SÃO PAULO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 199/02/2020, PROCESSO 698937/2020

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS, PUBLICADO NO DOE DE 21/01/2021, SEÇÃO I, PÁGINA(S) 418.

ONDE SE LÊ:

002/Daniel Porfirio da Silva/27.017.813-7/283.779.478-30/58,00

LEIA-SE:

002/Daniel Porfirio da Silva/29.017.813-7/283.779.478-38/58,00

ETEC Dr. José Luiz Viana Coutinho – Jales

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 073/30/2019 – PROCESSO Nº 2932238/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 15/01/2021

O Diretor de Escola Técnica da ETEC Dr. José Luiz Viana Coutinho – Jales, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do item 8 do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, e nos termos do item 7 do Capítulo XIV do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no DOE de 19.10.2019, PRORROGA, a partir de 21/02/2021, a validade do Processo Seletivo Simplificado de Docentes, no(s) componente(s) curricular(es):

Psicologia Social (Finanças)

*

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA – CAMPO LIMPO PAULISTA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 201/08/2021, PROCESSO Nº – PROCESSO Nº 44520/2021

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES, PUBLICADO NO DOE 19/01/2021, SEÇÃO I, PÁGINAS 240 A 242.

ONDE SE LÊ:

IV – DAS INSCRIÇÕES

...

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 21/01/2021 até às 23h59 de 04/01/2021.

LEIA-SE:

IV – DAS INSCRIÇÕES

...

2. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 21/01/2021 até às 23h59 de 04/02/2021.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR JÚLIO CARDOSO / FRANCA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 078/02/2020 – PROCESSO Nº 546084/2020

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 18/01/2021

O Diretor de Escola Técnica da Etec Dr Júlio Cardoso, em Franca, considerando o disposto no Capítulo XII do Edital de Abertura de Inscrições, INDEFERE o recurso interposto por MARIA LUCIA BISCIONE DAGHER, R.G. 33.013.677-X, inscrito sob o nº 26, sob o motivo: permanece a irregularidade formal constante do requerimento de inscrição e demais irregularidade no pedido de recurso. A resposta na íntegra do recurso encontrar-se-á disponível na Unidade de Ensino, podendo o candidato comparecer para ciência.

*

ETEC ARNALDO PEREIRA CHEREGATTI - AGUAI

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 215/01/2019 – PROCESSO Nº 692335/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05

CONVOCAÇÃO PARA EQUIVALÊNCIA

O Diretor de Escola Técnica Arnaldo Pereira Cheregatti, considerando a ocorrência de aulas, em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 13/04/2019, e considerando a manifestação da Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC) acerca do componente curricular, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 26/01/2021, às 13h00, no endereço abaixo indicado:

Rua Joaquim José, 227, Centro na cidade de Aguaí.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.

O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO:

ETEC ARNALDO PEREIRA CHEREGATTI, sita na Rua Joaquim José, 227, Centro na cidade de Aguaí.

ENDEREÇO: Rua Joaquim José, 227

BAIRRO: Centro – CIDADE: Aguaí

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): 8 PREVENÇÃO ÀS DOENÇAS PROFISSIONAIS E DO TRABALHO (SEGURANÇA DO TRABALHO)

COMPONENTE CURRICULAR OFERECIDO MEDIANTE EQUIVALÊNCIA CONFORME MANIFESTAÇÃO CONTIDA NO MEMORANDO Nº 40/2021 – CETEC/GFAC: SUPORTE EMERGENCIAL A VIDA (SEGURANÇA DO TRABALHO)

Nº AULAS: 2,5 – AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: NOTURNO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: RECONDUÇÃO PARA COORDENAÇÃO

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

- Licenciado

Nº INSCRIÇÃO/ NOME / RG/ CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

09 / Natalia de Oliveira Matielo / 34.381.620-9 / 337.127.368-78 / 1º

- Graduado

Nº INSCRIÇÃO/ NOME / RG/ CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

13 / Luciana Cristino Diogo / 27.452.601-3 / 271.587.118-03 / 2º

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DOUTOR JÚLIO CARDOSO – FRANCA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 078/03/2019 – PROCESSO Nº 1128991/2019.

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 4, PUBLICADO NO DOE DE 21/01/2021 – SEÇÃO I – PÁGINA 380.

ONDE SE LÊ:

LICENCIADO 011 / GISLENE APARECIDA GOMES MURARI / 17.552.490-7 / 141.494.708-98 / 1º.

LEIA-SE:

LICENCIADO 011 / GISLENE APARECIDA GOMES MURARI / 17.552.490-7 / 141.494.708-98 / 2º.

*

ETEC MANDAQUI – SÃO PAULO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 247/22/2019 – PROCESSO Nº 3004116/2019

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 11/01/2021

O Diretor de Escola Técnica da ETEC MANDAQUI, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do § 1º do artigo 3º da Deliberação CEETEPS nº 41/2018, ANULA o Processo Seletivo Simplificado para Professor de Ensino Médio e Técnico referente ao Edital de Abertura de Inscrições nº 247/22/2019 publicado no DOE de 29/11/2019, Seção I, página(s) 196 a 198, por motivo: a disciplina constante no edital foi publicada em duplicidade ao Edital de Abertura de Inscrições 247/05/2019.

ETEC DE CERQUILHO – CERQUILHO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, EDITAL Nº 248/06/2020 – PROCESSO Nº 44210/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01

CONVOCAÇÃO PARA EQUIVALÊNCIA

O Diretor de Escola Técnica da ETEC de Cerquilho, considerando a ocorrência de aulas, em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 11/01/2020, e considerando a manifestação da Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC) acerca do componente curricular, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 26/01/2021, às 9h30, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.

O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ETEC DE CERQUILHO

ENDEREÇO: RUA VEREADOR MARIO PILON Nº 1001

BAIRRO: JARDIM SÃO FRANCISCO – CIDADE: CERQUILHO

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS (ADMINISTRAÇÃO).

COMPONENTE CURRICULAR OFERECIDO MEDIANTE EQUIVALÊNCIA CONFORME MANIFESTAÇÃO CONTIDA NO MEMORANDO Nº 039/2021 – CETEC/GFAC: GESTÃO EMPREENDEDORA E INOVAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO).

Nº AULAS: 2,00 – AULAS – EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: MATUTINO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: Professor titular se afasta por desenvolver Projeto na CETEC.

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

Licenciado 01/ Edimárcio Minussi Júnior/ 48.466.135–8/ 375.441.128–45/ 1º.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE MAIRIPORÃ – MAIRIPORÃ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 271/01/2019 – PROCESSO Nº 2317843/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1

O Diretor de Escola Técnica da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE MAIRIPORÃ, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 6 do Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 23/08/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 26/01/2021, às 11h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato só poderá escolher e ter aulas atribuídas no componente curricular em que se inscreveu e obteve êxito.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação, recusar as aulas oferecidas, não entregar a documentação para formalizar a admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE MAIRIPORÃ

ENDEREÇO: RUA LIZEU ODORICO BUENO - 693

BAIRRO: JARDIM INDUSTRIAL - TERRA PRETA – CIDADE: MAIRIPORÃ

COMPONENTE CURRICULAR: 4 - 160618- EDUCAÇÃO FÍSICA (BASE NACIONAL COMUM/ ETIM)(ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO (ETIM / MTEC))

Nº AULAS: 4 – AULAS AULAS EM SUBSTITUIÇÃO

PERÍODO DAS AULAS: MATUTINO

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

LICENCIADO-13/DANIELA VIEIRA DOS PASSOS QUIRINO/34.915.563-02/299.722.688-02/1º;

Etec Alberto Santos Dumont – Guarujá

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 152/02/2019 – PROCESSO Nº 776636/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02

CONVOCAÇÃO PARA APROVEITAMENTO

O Diretor de Escola Técnica da Etec Alberto Santos Dumont, considerando a ocorrência de aulas, e em face do previsto no item 1 do Capítulo XIII do Edital de Abertura de Inscrições publicado no DOE de 29/03/2019, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para a Sessão de Escolha de aulas, no dia 26/01/2021, às 15h00, no endereço abaixo indicado.

O(s) candidato(s) convocado(s) deverá(ão) comparecer com documento de identidade ou far-se-á(ão) representar por procurador constituído, munido de documento de identidade do procurador.

A manifestação e a escolha e atribuição de aulas obedecerão rigorosamente a ordem de classificação final, esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.

O candidato que atender a convocação mas não for aproveitado (após a escolha e atribuição de aulas) aguardará nova oportunidade de convocação.

O candidato que não atender a convocação para a referida ETEC, recusar as aulas oferecidas ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, NÃO terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado, ficando-lhe assegurado o direito de sua classificação no Processo Seletivo Simplificado em que foi habilitado.

O candidato que atender a convocação, e após a admissão, deixar de entrar em exercício, TERÁ exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no processo seletivo simplificado.

As atividades de docência decorrentes da admissão do candidato serão executadas em regime de teletrabalho e/ou presenciais.

LOCAL DE APRESENTAÇÃO: Etec "Dona Escolástica Rosa"

ENDEREÇO: Avenida Senador Feijó, nº 340/350 – 3º andar

BAIRRO: Centro

CIDADE: Santos/SP

COMPONENTE CURRICULAR (HABILITAÇÃO): 6 História (Ensino Médio – Base Comum Nacional)

Nº AULAS: 02 – AULAS em substituição

LOCAL DAS AULAS: Etec "Dona Escolástica Rosa" (sede)

PERÍODO DAS AULAS: Manhã

MOTIVO DO SURGIMENTO DAS AULAS: Afastamento por Licença Saúde (INSS)

CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

- Licenciado

Nº INSCRIÇÃO / NOME / RG / CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

001 / Altair Peique / 44.400.525-0 / 337.315.558-40 / 1º

*

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SANTANA DE PARNAÍBA – SANTANA DE PARNAÍBA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, Nº 283/01/2021, PROCESSO Nº 79454/2021

EDITAL DE REABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SANTANA DE PARNAÍBA, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do artigo 10 da Deliberação CEETEPS 017/2015, de 16, publicada no DOE de 18/07/2015, TORNA PÚBLICA A REABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para a função de Professor de Ensino Superior, objetivando a admissão temporária de excepcional interesse público, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação trabalhista complementar.

O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 17/2015 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

I – DA DISCIPLINA E CURSO

O Processo Seletivo Simplificado será reaberto para a disciplina e curso a seguir:

DISCIPLINA: INGLÊS I

ÁREA DA DISCIPLINA: LETRAS E LINGUÍSTICA

CURSO: CIÊNCIA DE DADOS

CARGA HORÁRIA E PERÍODO: 2HA – NOTURNO

NÚMERO DE VAGAS: 1

II – DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 23/01/2021 até às 23h59 de 27/01/2021.

2. Para inscrever-se, o candidato deverá seguir as orientações constantes do Capítulo IV do Edital de Abertura de Inscrições.

3. O Edital de Abertura de Inscrições na íntegra foi publicado no DOE de 07/01/2021, Seção I, página 177.

*

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO – RIBEIRÃO PRETO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR, Nº 284/01/2021, PROCESSO Nº 80675/2021

EDITAL DE REABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor da FACULDADE DE TECNOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do artigo 10 da Deliberação CEETEPS 017/2015, de 16, publicada no DOE de 18/07/2015, TORNA PÚBLICA A REABERTURA de inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para a função de Professor de Ensino Superior, objetivando a admissão temporária de excepcional interesse público, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação trabalhista complementar.

O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas disposições da Deliberação CEETEPS 17/2015 e, ainda, pela Lei Complementar nº 1.044, de 13/05/2008 (e suas alterações).

I – DA DISCIPLINA E CURSO

O Processo Seletivo Simplificado será aberto para a disciplina e curso a seguir:

DISCIPLINA: FÍSICA APLICADA A MEDICINA II – 5ª FEIRA – DA 19H ÀS 22H30M

ÁREA DA DISCIPLINA: ENGENHARIA E TECNOLOGIA BIOMÉDICA / FÍSICA

CURSO: SISTEMAS BIOMÉDICOS

CARGA HORÁRIA E PERÍODO: 04 HORAS-AULA - NOTURNO

NÚMERO DE VAGAS: 1

II – DAS INSCRIÇÕES:

1. As inscrições deverão ser realizadas somente pela internet, no site www.cps.sp.gov.br, no período de 23/01/2021 até às 23h59 de 27/01/2021.

2. Para inscrever-se, o candidato deverá seguir as orientações constantes do Capítulo IV do Edital de Abertura de Inscrições.

3. O Edital de Abertura de Inscrições na íntegra foi publicado no DOE de 07/01/2021, Seção I, página(s) 176.

*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

EDITAL ECA-USP Nº 02-2021

RESULTADO FINAL

A Vice-Diretora em exercício da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo "ad referendum" da Congregação, homologou em 21.01.2021 o Relatório Final da Comissão Julgadora do concurso para obtenção do Título de Livre-Docente, junto ao Departamento de Cinema, Rádio e Televisão, na especialidade de "Animação e Design em Movimento", de acordo com o edital nº 15-2020-ECA, publicado no D.O.E. de 28.02.2020 e retificado em 02.07.2020, que teve por candidato o Prof. Dr. João Paulo Amaral Schlittler Silva, realizado nos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 2020.

A referida Comissão Julgadora foi constituída pelos Profs. Drs.: Henri Pierre Arraes de Alencar Gervaiseau/Professor Titular/CTR/ECA (Presidente), Almir Antônio Rosa/Professor Associado/CTR/ECA, Carlos Roberto Zibel Costa/Professor Associado/aposentado/FAU, Romero Tori/Professor Associado/EP e Clice de Toledo Sanjar Mazzilli/Professora Associada/FAU, a vista das notas individuais, conferidas com os respectivos pesos obtida pelo candidato Prof. Dr. João Paulo Amaral Schlittler Silva, a Comissão Julgadora houve por bem considerá-lo habilitado, indicando-o à obtenção do Título de Livre-Docente, junto ao Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

EDITAL ECA-USP Nº 03-2021

RESULTADO FINAL

A Vice-Diretora em exercício da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo "ad referendum" da Congregação, homologou em 21.01.2021 o Relatório Final da Comissão Julgadora do concurso para obtenção do Título de Livre-Docente, junto ao Departamento de Cinema, Rádio e Televisão, na especialidade de "Montagem e Edição Audiovisual", de acordo com o edital nº 35-2020-ECA, publicado no D.O.E. de 03.07.2020, que teve por candidata a Profa. Dra. Cecília Antakly de Mello, realizado nos dias 07, 08 e 09 de dezembro de 2020.

A referida Comissão Julgadora foi constituída pelos Profs. Drs.: Maria Dora Genis Mourão/Professora Titular/CTR/ECA (Presidente), Ismail Norberto Xavier/Professor Associado/aposentado/CTR/ECA, Fernão Vitor Pessoa de Almeida Ramos/Professor Titular/UNICAMP, Francisco Foot Hardman/Professor Titular/UNICAMP e Ângela Freire Prysthon/Professora Titular/UFPE, a vista das notas individuais, conferidas com os respectivos pesos obtida pela candidata Profa. Dra. Cecília Antakly de Mello, a Comissão Julgadora houve por bem considerá-la habilitada, indicando-a à obtenção do Título de Livre-Docente, junto ao Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO

FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO

EDITAL FMRP-USP Nº 001/2021 RESULTADO FINAL

A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP torna público o Resultado Final do Concurso de Títulos e Provas visando à Obtenção de Título de Livre-Docente, ao qual se submeteu o Dr. João Marcello Fórtes Furtado. Em seu Relatório Final, a Comissão Examinadora considera o candidato habilitado a receber o Título de Livre-Docente pelo Departamento de Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP. Os trabalhos desenvolveram-se nos dias 11 e 12 de janeiro de 2021, tendo a Comissão Julgadora atribuído as seguintes notas ao candidato:

Dr. João Marcello Fórtes Furtado

Examinador – Prova Prática - Prova de Avaliação Didática - Prova de Defesa de Tese – Prova Pública de Arguição e Julgamento do Memorial - Prova Escrita - Média Ponderada.

Prof. Dr. Antonio Augusto Velasco Cruz: 9,5 – 10 – 10 – 9,8 – 8,5 – 9,7

Prof. Dr. Antonio Carlos dos Santos: 9,5 – 10 – 10 – 10 – 8,5 – 9,8

Prof. Dr. Haroldo Vieira de Moraes Junior: 9,5 – 10 – 9,5 – 9,8 – 8,0 – 9,6

Prof. Dr. Jacó Lavinsky: 9,5 – 10 – 9,5 – 9,8 – 8,5 – 9,6

Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Júnior: 9,5 – 10 – 10 – 10 – 9,0 – 9,9

O Diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto aprovou ad referendum do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, em 21 de janeiro de 2021, o Relatório Final elaborado pela Comissão Julgadora.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

EDITAL HU nº 29/2021

CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

O Hospital Universitário da USP, na ordem de classificação estabelecida pelo Edital 47/2020 de Resultado Final/Classificação e tendo em vista o não comparecimento da candidata MARIANA SOUZA PATROCINIO (12º) convoca: - RODRIGO ALBERTO ALVES DA SILVA (13º) a comparecer no Serviço de Pessoal do Hospital Universitário, situado na Av. Prof. Lineu Prestes, 2565 – Cidade Universitária – São Paulo – SP, no prazo de 5 dias úteis contados a partir do dia útil seguinte ao da publicação do presente Edital, para apresentação da documentação comprobatória completa discriminada no Edital HU 20/2020 de Abertura de Processo Seletivo para a Função de Técnico de Laboratório Contratado, visando a dar andamento à contratação pelo regime do ESU, sob pena de serem considerados desistentes do Processo Seletivo.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

REITORIA

DIRETORIA GERAL DE RECURSOS HUMANOS

Fica convocado(a) para contratação junto à UNICAMP, no prazo de 5(cinco) dias úteis a contar desta publicação, o(a) candidato(a) classificado(a) no Processo Seletivo Temporário, Edital de Abertura 001/2019, Processo Nº15P-25774/2018, para preenchimento da função/perfil: ENFERMEIRO / Enfermeiro da Carreira de Profissionais de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - junto à Unicamp. Classif. 59º - Nome ADRIELLY RAYMUNDO GASPAR. Para isso, é necessário:

Dentro do prazo mencionado acima, encaminhar via email dpdadm@unicamp.br as cópias dos documentos solicitados no site: http://www.dgrh.unicamp.br/produtos-e-servicos/ingresso/contratacao-temporaria

O não envio das cópias dos documentos no prazo estabelecido será considerado como desistência por parte do(a) interessado(a).

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

CAMPUS DE ASSIS

Faculdade de Ciências e Letras de Assis

CÂMPUS DE ASSIS

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS

EDITAL Nº 011/2021-FCL/CAs.

(Processo nº 616/2020)

O Diretor da Divisão Técnica Administrativa da Faculdade de Ciências e Letras do Câmpus de Assis, TORNA PÚBLICO o resultado e classificação do Concurso Público para contratação emergencial de Professor Substituto, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, junto ao Departamento de Psicologia Social da Faculdade de Ciências e Letras do Câmpus de Assis, na área de Psicologia, sub-área de conhecimento: Psicologia Social, no conjunto de disciplinas "Fundamentos da Ética", "Ênfase 3 - Novas Tecnologias e Produção de Subjetividade no Contemporâneo", "Ênfase 3: Estágio Específico Obrigatório I - Brincar, Símbolos e Contextos de Intervenção", "Ênfase 3: Optativa I - Brincar, Símbolos e Contextos de Intervenção", e "Processos Psicológicos Básicos", objeto do Edital nº 090/2020-FCL/CAs, realizado no período de 19 a 21/01/2021, na seguinte conformidade:

CANDIDATO(S) APROVADO(S)

NOME – RG - Média Final – Classificação

VINICIUS FURLAN – 458254198/SP – 9,61 - 1º

Examinador – Prova Didática (peso 2) / Títulos (peso 1)

Examinador 1: 10,00 / 9,50

Examinador 2: 9,50 / 9,50

Examinador 3: 9,50 / 9,50

ANDRé LUIZ DOS SANTOS PAIVA – 3459909/RN – 9,31 - 2º

Examinador – Prova Didática (peso 2) / Títulos (peso 1)

Examinador 1: 9,25 / 9,25

Examinador 2: 9,50 / 9,25

Examinador 3: 9,25 / 9,25

JOSé HENRIQUE PARRA PALUMBO - 40077818X/SP – 9,29 - 3º

Examinador – Prova Didática (peso 2) / Títulos (peso 1)

Examinador 1: 9,50 / 8,75

Examinador 2: 9,70 / 8,75

Examinador 3: 9,50 / 8,75

MARIA RITA NASCIMENTO PEREIRA – 21874830/MG – 8,33 - 4º

Examinador – Prova Didática (peso 2) / Títulos (peso 1)

Examinador 1: 7,50 / 9,50

Examinador 2: 7,75 / 9,50

Examinador 3: 8,00 / 9,50

CRISTIANE PEREIRA MARQUEZINI – 254968508/SP – 8,31 - 5º

Examinador – Prova Didática (peso 2) / Títulos (peso 1)

Examinador 1: 7,25 / 9,50

Examinador 2: 8,65 / 9,50

Examinador 3: 7,25 / 9,50

LIVIA MARIA CAMILO DOS SANTOS – 404307607/SP – 8,17 - 6º

Examinador – Prova Didática (peso 2) / Títulos (peso 1)

Examinador 1: 8,25 / 7,50

Examinador 2: 8,25 / 7,50

Examinador 3: 9,00 / 7,50

DOUGLAS FLORES DE OLIVEIRA – 646373742/SP – 8,08 - 7º

Examinador – Prova Didática (peso 2) / Títulos (peso 1)

Examinador 1: 7,25 / 8,50

Examinador 2: 7,85 / 8,50

Examinador 3: 8,50 / 8,50

ROCIO DEL PILAR BRAVO SHUNA - RNE V819332-R – 7,94 - 8º

Examinador – Prova Didática (peso 2) / Títulos (peso 1)

Examinador 1: 8,00 / 7,50

Examinador 2: 8,00 / 7,50

Examinador 3: 8,50 / 7,50

CANDIDATO(S) NÃO APROVADO(S)

Nº de Inscrição - RG - Média Final

P2020-1057-O8257O7EO – 143299086/SP – 3,08

Examinador – Prova Didática (peso 2) / Títulos (peso 1)

Examinador 1: 0,00 / 9,25

Examinador 2: 0,00 / 9,25

Examinador 3: 0,00 / 9,25

CANDIDATO(S) DESCLASSIFICADO(S) / AUSENTE(S)

Nº de Inscrição - RG

P2020-1057-34S4E5DAV – 626225814/SP

P2020-1057-1680PH0OE – 97197687/PR

P2020-1057-P5DEOMPSE – 333378179/SP

P2020-1057-REE7LS503 – 16028252000/MA

Caberá recurso à Congregação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação, devendo ser realizado através do endereço eletrônico rh.assis@unesp.br.

CAMPUS DE BOTUCATU

Faculdade de Ciências Agronômicas

EDITAL 11/2021-STDARH-FCA

CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS

O Diretor da Faculdade de Ciências Agronômicas – Unesp – Câmpus de Botucatu, por meio da Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, inscritos no concurso público de Provas e Títulos para contratação de 1 Professor Substituto, referente ao Edital 46/2020-STDARH-FCA-Abertura de Inscrições, no conjunto de disciplinas: Eletrotécnica e Energia; Energização Rural, junto ao Departamento de Engenharia Rural e Socioeconomia da Faculdade de Ciências Agronômicas do Câmpus de Botucatu, para as provas que serão realizadas de forma remota em reunião online, por meio da plataforma Google Meet, cujos links serão disponibilizados por e-mail no endereço eletrônico informado no formulário de inscrição, conforme segue:

Dia 1-2-2021 - às 8h 30min - Sorteio do ponto da Prova Didática: será sorteado 1 dentre uma lista de 10 pontos elaborada pela Comissão Examinadora a partir do Programa do concurso.

Dia 2-2-2021 - às 9h - Prova Didática: constará de aula teórica em nível de graduação, com duração de, no mínimo, 40 minutos e, no máximo, 60 minutos, sobre o tema sorteado no dia anterior, com 24 horas de antecedência. O candidato será desclassificado da prova didática se não atingir ou se ultrapassar o tempo acima mencionado. O controle do tempo de aula fica sob responsabilidade do candidato. A ordem de apresentação da aula seguirá a ordem de inscrição dos candidatos.

O candidato deverá acessar o link encaminhado para cada etapa no dia e horário estipulado, munido de documento de identidade com foto. Sua ausência importará na eliminação do concurso público. Não haverá segunda chamada para quaisquer das etapas, seja qual for o motivo alegado, sendo o candidato responsável pela conexão da internet no momento da prova. (Processo 678/2020-FCA-CB).

Candidatos convocados: Nº de inscrição – Nome – RG/RNE:

2 - Juliana de Souza Granja Barros – 13.758.055.09;

3 - Joel Villavicencio Gastelu – G058461-P.

Faculdade de Medicina

EDITAL Nº 15/2021 - STDARH/FM

Acham-se abertas, nos termos do Despacho nº 236-2020-Runesp, de 27, publicado no DOE de 28/11/2020 e com base na Resolução UNESP nº 58/2018 e alterações posteriores e Portaria UNESP nº 404/2018, as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de 02 (dois) PROFESSORES SUBSTITUTOS, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no ano letivo de 2021, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área Pediatria, sub-área de conhecimento Saúde Materno-Infantil / Pediatria, e na disciplina/conjunto de disciplinas:

Pediatria I, II e III e Semiologia em Pediatria: Pediatria Ambulatorial e cuidados primários, junto ao Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu.

O contratado deverá exercer as atividades de docência em cursos de graduação nos períodos diurno e/ou noturno, dependendo das necessidades do Departamento.

1. REMUNERAÇÃO

1.1. O salário de Professor Substituto é de R$ 1.331,82, correspondente à referência MS-2,

em 12 horas semanais, acrescido de benefícios regulamentados internamente.

OBS: Caso o candidato tenha título superior ao exigido, o salário será correspondente à titulação.

Por tratar-se de contratação em caráter emergencial e temporária, ainda que o candidato venha a obter titulação acadêmica superior após a assinatura do contrato, esta não será considerada para fins de aumento salarial.

2. INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão recebidas no seguinte endereço eletrônico https://inscricoes.unesp.br/.

O candidato deverá preencher o formulário eletrônico, realizar o pagamento, por transferência bancária ou depósito identificado (ver item 4.1.4.) da taxa prevista no edital no período de 25/01/2021 a 12/02/2021,

e enviar o comprovante para o e-mail rh.fmb@unesp.br.

2.2. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição, satisfeitas as exigências do item 5.

3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.1. Poderão inscrever-se graduados em curso superior em Medicina que tenham, no mínimo, título de Mestre e ter concluído Residência Médica em Pediatria em Programa Credenciado pela CNRM ou Possuir título de especialista em Pediatria pela Sociedade Brasileira de Pediatria. A qualificação necessária à inscrição para o concurso será demonstrada por estudos, em nível de graduação, na área, subárea do conhecimento à qual se integra a disciplina ou conjunto de disciplinas objeto do concurso.

3.1.1. Os diplomas de graduação com validade nacional ou os obtidos no exterior serão aceitos para fins de inscrição;

3.1.1.1. Os diplomas de graduação obtidos no exterior deverão estar revalidados por Universidades Públicas, atendendo os termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996;

3.1.2. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado serão aceitos, quando obtidos em cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

3.1.3. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado obtidos no exterior serão aceitos, desde que estejam reconhecidos e registrados por universidades que possuam cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

3.2. Outras exigências quanto à formação e a experiência: graduados em Medicina que tenham, no mínimo, título de Mestre e ter concluído Residência Médica em Pediatria em Programa Credenciado pela CNRM ou Possuir título de especialista em Pediatria pela Sociedade Brasileira de Pediatria.

3.3. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte, entretanto, por ocasião da contratação deverá comprovar, ser portador de visto permanente ou a cédula de identidade com visto temporário com prazo de validade compatível. Caso ainda não possua, deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, cópia simples do protocolo do pedido de visto temporário.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1 Para a confirmação da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos descritos nos itens 4.1.1 a 4.1.5, em formato PDF (Portable Document Format), via endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br, até o último dia do prazo para inscrição:

4.1.1 formulário de inscrição devidamente preenchido (obtido no item 2.1) e assinado, indicando nome completo, número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, instruindo-o com os seguintes documentos, cópias simples frente e verso:

4.1.2. cédula de identidade ou carteira nacional de habilitação e no caso de candidato estrangeiro: cédula de identidade de estrangeiro com visto temporário e na falta desta, o passaporte;

4.1.3. comprovante de graduação em curso superior, bem como de ser portador do título de Mestre ou portadores de certificado de especialização em nível de pós-graduação na área da disciplina que pretendem lecionar ou cópia da ata de defesa da tese, condicionada a apresentação do título homologado, na ocasião da contratação. (quando for o caso).

4.1.4. comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, no valor de R$ 108,00 (cento e oito reais), recolhida no Banco do Brasil, agência 5556-5 – C/C 130185-3 – UNESP/Faculdade de Medicina/Conta Concursos, CNPJ: 48.031.918/0019-53, por transferência bancária ou depósito identificado encaminhado via endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br juntamente com a ficha de inscrição.

4.1.5. Curriculum Lattes documentado das atividades realizadas, em 02 vias, sendo uma delas devidamente documentada (inclusive com o histórico escolar - graduação e pós-graduação do candidato) no qual sejam indicados os trabalhos publicados e todas as demais informações que permitam cabal avaliação do mérito do candidato.

4.2. O corpo do e-mail deverá ser identificado conforme modelo abaixo:

Concurso Público para contratação de Professor Substituto na disciplina/conjunto de disciplinas

Pediatria I, II e III e Semiologia em Pediatria: Pediatria Ambulatorial e cuidados primários, junto ao Departamento de Pediatria

Edital nº _____

Nome: _____

RG: _____

E-mail do candidato:_____

4.3. A não entrega dos documentos listados, dentro do prazo previsto no item 4.1, implicará no indeferimento da inscrição.

5. REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – LEI 12.782/2007

5.1. A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinqüenta por cento), será concedida aos candidatos interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:

I - sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.

II - percebam remuneração, mensal, inferior a 02 (dois) salários mínimos, ou estejam desempregados.

5.2. A concessão da redução ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, no ato da inscrição:

I - quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:

a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;

II - quanto às circunstâncias previstas no inciso II do item 5.1. deste Edital:

a) comprovante de renda, ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.

OBS: O candidato deverá apresentar os documentos originais, bem como as respectivas cópias para conferência e entrega das mesmas, para posterior análise. As cópias apresentadas não serão devolvidas.

5.3. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição.

5.4. Os documentos comprobatórios deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br da Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos - STDARH.

5.5. O deferimento ou indeferimento das solicitações de redução de taxa de inscrição será disponibilizado no local das inscrições no dia 01/02/2021, a partir das 14 horas e, no caso de indeferimento, o prazo para interposição de recurso será de 03 (três) dias contando a data de divulgação.

6. DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES

6.1. Findo o prazo previsto no item 2.1, a Comissão Examinadora, em 48 (quarenta e oito) horas depois de publicado no Diário Oficial do Estado-DOE e divulgado o site da Unidade o ato formal de sua constituição, decidirá acerca das inscrições efetuadas, divulgando o ato decisório no endereço eletrônico indicado no edital, com esclarecimentos acerca dos recursos regimentais cabíveis para a hipótese de indeferimento.

6.1.1. Será publicada, no Diário Oficial do Estado - DOE, Poder Executivo - Seção I, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas por não se enquadrarem nas exigências estabelecidas no presente edital.

6.1.2. O candidato poderá requerer no seguinte endereço eletrônico:

rh.fmb@unesp.br, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação a que se refere o item anterior, reconsideração quanto ao indeferimento de sua inscrição, que será apreciada pela Congregação da Unidade Universitária, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do prazo final de recurso.

7. COMISSÃO EXAMINADORA

7.1. As provas serão avaliadas por Comissão Examinadora especialmente criada para o certame.

7.2. A Comissão Examinadora será indicada pelo Conselho do Departamento de Ensino ou Coordenação de Curso, e constituída por ato formal da Congregação da Unidade Universitária, depois de encerradas as inscrições.

7.3. A Comissão será integrada por 6 (seis) docentes (3 membros titulares e 3 suplentes) da área ou disciplina objeto do concurso e com titulação igual ou superior àquela exigida dos candidatos.

7.4. A composição da Comissão Examinadora será divulgada no endereço eletrônico da universidade, paralelamente ao hiperlink de acesso ao edital do concurso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização da primeira prova.

7.5. No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

7.6. Terá legitimidade para apresentar a impugnação:

a) qualquer candidato com inscrição deferida;

b) membro da Congregação da Unidade Universitária;

c) membro da própria Comissão.

7.6.1. A impugnação será julgada pelo Diretor da Unidade no prazo de até 2 (dois) dias, em decisão fundamentada.

7.6.2. Se acolhida a impugnação, competirá ao Diretor da Unidade, de imediato, substituir o membro da Comissão Examinadora, respeitadas as mesmas exigências da formação original e renovada a possibilidade de impugnação a partir da publicação do ato.

7.6.3. Ainda que não haja impugnação formal, o Diretor da Unidade poderá determinar ex officio, de forma fundamentada, a substituição de membro da Comissão caso tenha conhecimento de causa de impedimento não declarada (verdade sabida). Com a nova publicação, observar-se-á o disposto nos itens anteriores desta cláusula.

7.7. Será considerada definitiva a Comissão Examinadora:

a) quando não tenha sido apresentada qualquer impugnação, com ou sem substituição ex officio;

b) se a impugnação apresentada não for acolhida;

c) se acolhida a impugnação, for definitivamente superada a falha.

7.8. A impugnação da Comissão Examinadora deverá ser realizada através do endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br, dentro do prazo previsto no item 7.5.

8. PROVAS, AVALIAÇÃO E JULGAMENTO

8.1. O concurso de provas e títulos constará duas fases:

I - Prova didática: de caráter classificatório, constará de aula teórica em nível de graduação, com duração de, no mínimo, 40 minutos e, no máximo, 60 minutos, sobre tema a ser sorteado de uma lista de pontos elaborada pela Comissão Examinadora a partir do programa do concurso, com 24 horas de antecedência. A prova será realizada no serviço de comunicação por vídeo Google Meet, cabendo ao candidato se conectar no horário agendado ao link de conexão enviado pela Comissão Avaliadora

II - Prova de Títulos (análise de Curriculum Lattes documentado): de caráter classificatório, consiste na análise do Curriculum Lattes em que serão analisadas as atividades de formação,

didáticas e científicas, com maior relevância para as atividades relacionadas com o conjunto de disciplinas do concurso.

8.2. As provas só terão início depois de publicadas a decisões de recursos eventualmente interpostos contra o indeferimento das inscrições.

8.3. Os critérios e respectivas pontuações de avaliação das provas, julgamento, classificação e desempate serão definidos pelo Conselho do Departamento de Ensino na Unidade Universitária, valendo-se de legislação específica, elaborada pela unidade e aprovada em Congregação, observadas as seguintes particularidades:

8.3.1. Na primeira fase do concurso, a avaliação de cada candidato constituirá ato privativo do integrante da Comissão, o qual deverá apresentar as suas notas de forma reservada à Presidência do órgão.

8.3.2. A abertura dos documentos de atribuição de notas será feita em reunião da Comissão (via videoconferência) e na presença de todos os seus membros titulares, depois de examinados todos os candidatos e esgotadas todas as fases.

8.3.3. A análise referida na segunda fase do concurso poderá ser feita de forma consensual pelos membros da Comissão, antes da abertura das demais notas atribuídas às provas e arguição da fase precedente, observados os critérios objetivos de pontuação previstos em legislação específica da Unidade e previamente divulgados no edital do concurso.

8.3.4. A arguição, análise e avaliação realizada pelos membros da Comissão Examinadora a distância, se dará nas mesmas condições oferecidas aos examinadores na forma presencial..

8.3.5. Apuradas todas as notas, serão divulgadas as médias finais, na ordem de classificação, permitindo a qualquer candidato, a pedido, o acesso às planilhas de composição das notas de todos os candidatos.

8.3.6. O resultado do concurso será homologado pela Congregação da Unidade Universitária publicado no Diário Oficial do Estado – DOE.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Na avaliação do candidato será adotado o critério de notas de 0 (zero) a 10 (dez) em todas as provas que terão os seguintes pesos:

I - Didática - peso 2

II - Títulos (Análise de Curriculum Lattes) - peso 1

I - Prova Didática: (Peso 2) - de caráter classificatório, que constará de aula teórica em nível de graduação, com duração de no mínimo 40 minutos e no máximo 60 minutos, sobre tema a ser sorteado com 24 horas de antecedência.

Nela, serão considerados os seguintes critérios:

1. Planejamento e organização da aula - 2,0 pontos
2. Clareza expositiva - 2,0 pontos
3. Domínio teórico e conceitual - 2,0 pontos
4. Adequação e profundidade na abordagem do tema - 2,0 pontos
5. Uso de recursos didáticos - 2,0 pontos

II - Análise de Curriculum (Peso 1) - de caráter classificatório, na qual serão considerados os seguintes critérios:

1. Atividades de Ensino: Graduação, Pós-Graduação "Lato Sensu" – peso 3
2. Atividade de pesquisa – peso 2
3. Titulação Acadêmica – peso 2
4. Atividades de Gestão Acadêmica e Administrativa relacionadas ao Ensino e Pesquisa – peso 3

10. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

10.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 07 (sete), atribuídas por, pelo menos, 02 (dois) membros da comissão examinadora.

10.2. A ordem de classificação dos candidatos aprovados será estabelecida em função da maior média final obtida.

10.3. Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

• com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;
• - melhor média na Prova Didática;
• - melhor pontuação na Prova de Títulos;
• - maior idade entre aqueles com idade inferior a 60 anos.

11. DOS RECURSOS

11.1. Caberá recurso, devidamente fundamentado, à Congregação, nas seguintes hipóteses:

I - contra a decisão de indeferimento da inscrição, no prazo de 3 (três) dias úteis após a divulgação da lista de inscritos, no endereço eletrônico da Universidade;

II - do resultado final do concurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua divulgação no Diário Oficial do Estado-DOE.

11.2. O pedido de acesso às notas, previsto no item 8.3.4, suspende o prazo do recurso contra o resultado final, o qual será retomado a partir do atendimento, estendendo-se por mais 1 (um) dia útil se o deferimento tiver ocorrido no último dia do prazo recursal.

11.3. A legitimidade para a interposição de recursos é exclusiva de candidato,

11.4. Os recursos terão a forma escrita, devendo ser realizada através do endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br, dentro do prazo previsto no Edital.

12. CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação somente se efetivará após a homologação, esgotado o prazo para recurso ou julgados definitivamente os recurso interpostos.

12.2. Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital têm direito líquido e certo à contratação, no prazo de validade do concurso e na forma especificada no edital.

12.3. O contrato de trabalho será estabelecido em prazo máximo equivalente ao ano letivo fixado no calendário escolar, correspondendo ao período de até 10 (dez) meses, quando não poderá ser prorrogado, sendo que o estabelecido pelo período de até 5 (cinco) meses, poderá ser prorrogado uma única vez, a critério da Administração.

12.4. Apresentação de comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

12.5. Apresentação de comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;

12.6. O candidato estrangeiro fica dispensado das exigências contidas nos subitens 12.4 e 12.5.

12.7. Comprovação de não registrar antecedentes criminais.

12.8. O candidato deverá observar, o prazo de interstício mínimo entre o término da vigência de um contrato em qualquer Unidade da Unesp e o início de outro, previsto na Lei Complementar nº 1093/2009 e suas alterações.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O resultado final do concurso público será publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.2. - A Congregação terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder o recurso impetrado, a contar do prazo final para recurso.

13.3. O resultado final do concurso público será homologado pela Congregação da Unidade Universitária.

13.4. Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na prova didática (videoconferência) no dia e horário estabelecido ou não apresentar documento original oficial com foto.

13.5. O candidato deve se responsabilizar pela conexão da internet no momento da prova.

13.6. Ocorrendo problemas técnicos que impeça a adequada participação dos membros da Comissão Examinadora e/ou do candidato, durante a realização da prova didática, havendo tentativas restabelecimento da conexão sem sucesso, no período de 30 (trinta) minutos, a prova será suspensa e reagendada.

13.7. A validade deste concurso será a partir da data de publicação no Diário Oficial do Estado-DOE da homologação até o final do ano letivo.

13.8. Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto nos casos em que o concurso público não se realizar.

13.9. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no Diário Oficial do Estado-DOE e no endereço eletrônico www.inscricoes.unesp.br, referente ao presente concurso.

13.10. O Curriculum Lattes documentado ficará à disposição dos candidatos durante o prazo de validade deste concurso. Após este prazo, se não retirado, será descartado.

13.11. Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela comissão examinadora.

13.12. A inscrição implicará no conhecimento deste Edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas.

13.13. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no ato da inscrição.

13.14. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em conseqüência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o seja constatado posteriormente.

13.15. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada à providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.16. Qualquer membro da Congregação da Unidade Universitária ou da Comissão tem legitimidade para denunciar à direção da Unidade, ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público, de forma fundamentada, as irregularidades que constar na execução do concurso, em qualquer das suas fases.

13.17. São de inteira responsabilidade do candidato os custos de deslocamento, hospedagem, alimentação, serviços de acesso/manutenção à internet e de equipamentos eletrônicos ou não de uso pessoal.

PROGRAMA

1. Alimentação da criança nos dois primeiros anos de vida.
2. A consulta de rotina da criança.
3. Pneumonias comunitárias na infância.
4. Anemia e deficiência de micronutrientes na criança.
5. Desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida.

BIBLIOGRAFIA

1. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos

2. Tratado de Pediatria. Sociedade Brasileira de Pediatria, 2017

3. Documentos científicos da Sociedade Brasileira de Pediatria

4. Pneumonia adquirida na comunidade na infância. SBP 2018.

5. RUGOLO, LMSS; MARTIN, JG; FIORETTO, JR; BENTLIN, MR. Pediatria: do recém-nascido ao adolescente. 1. edição. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2020. 609p.

.

.

EDITAL Nº 16/2021 - STDARH/FM

Acham-se abertas, nos termos do Despacho nº 236-2020-Runesp, de 27, publicado no DOE de 28/11/2020 e com base na Resolução UNESP nº 58/2018 e alterações posteriores e Portaria UNESP nº 404/2018, as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público,

no ano letivo de 2021, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área Pediatria, sub-área de conhecimento Saúde Materno-Infantil / Pediatria e na disciplina/conjunto de disciplinas:

Pediatria I, II e III e Semiologia em Pediatria: Nefrologia Pediátrica, junto ao Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu.

O contratado deverá exercer as atividades de docência em cursos de graduação nos períodos diurno e/ou noturno, dependendo das necessidades do Departamento.

1. REMUNERAÇÃO

1.1. O salário de Professor Substituto é de R$ 900,31, correspondente à referência MS-1, em 12 horas semanais, acrescido de benefícios regulamentados internamente.

OBS: Caso o candidato tenha título superior ao exigido, o salário será correspondente à titulação.

Por tratar-se de contratação em caráter emergencial e temporária, ainda que o candidato venha a obter titulação acadêmica superior após a assinatura do contrato, esta não será considerada para fins de aumento salarial.

2. INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão recebidas no seguinte endereço eletrônico https://inscricoes.unesp.br/.

O candidato deverá preencher o formulário eletrônico, realizar o pagamento, por transferência bancária ou depósito identificado (ver item 4.1.4.) da taxa prevista no edital no período de 25/01/2021 a 12/02/2021,

e enviar o comprovante para o e-mail rh.fmb@unesp.br.

2.2. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição, satisfeitas as exigências do item 5.

3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.1. Poderão inscrever-se graduados em curso superior em Medicina que tenham, no mínimo, concluído Residência Médica em Pediatria, ter concluído Residência Médica na área de atuação em Nefrologia Pediátrica e possuir Certificado de área de atuação em Nefrologia Pediátrica pela Sociedade Brasileira de Pediatria. A qualificação necessária à inscrição para o concurso será demonstrada por estudos, em nível de graduação, na área, subárea do conhecimento à qual se integra a disciplina ou conjunto de disciplinas objeto do concurso.

3.1.1. Os diplomas de graduação com validade nacional ou os obtidos no exterior serão aceitos para fins de inscrição;

3.1.1.1. Os diplomas de graduação obtidos no exterior deverão estar revalidados por Universidades Públicas, atendendo os termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996;

3.1.2. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado serão aceitos, quando obtidos em cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

3.1.3. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado obtidos no exterior serão aceitos, desde que estejam reconhecidos e registrados por universidades que possuam cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

3.2. Outras exigências quanto à formação e a experiência: ser graduados em curso superior em Medicina que tenham, no mínimo, concluído Residência Médica em Pediatria, ter concluído Residência Médica na área de atuação em Nefrologia Pediátrica e possuir Certificado de área de atuação em Nefrologia Pediátrica pela Sociedade Brasileira de Pediatria.

3.3. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte, entretanto, por ocasião da contratação deverá comprovar, ser portador de visto permanente ou a cédula de identidade com visto temporário com prazo de validade compatível. Caso ainda não possua, deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, cópia simples do protocolo do pedido de visto temporário.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1 Para a confirmação da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos descritos nos itens 4.1.1 a 4.1.5, em formato PDF (Portable Document Format), via endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br, até o último dia do prazo para inscrição:

4.1.1 formulário de inscrição devidamente preenchido (obtido no item 2.1) e assinado, indicando nome completo, número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, instruindo-o com os seguintes documentos, cópias simples frente e verso:

4.1.2. cédula de identidade ou carteira nacional de habilitação e no caso de candidato estrangeiro: cédula de identidade de estrangeiro com visto temporário e na falta desta, o passaporte;

4.1.3. comprovante de graduação em curso superior, bem como de ser portador do título de Mestre ou portadores de certificado de especialização em nível de pós-graduação na área da disciplina que pretendem lecionar ou cópia da ata de defesa da tese, condicionada a apresentação do título homologado, na ocasião da contratação. (quando for o caso).

4.1.4. comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, no valor de R$ 108,00 (cento e oito reais), recolhida no Banco do Brasil, agência 5556-5 – C/C 130185-3 – UNESP/Faculdade de Medicina/Conta Concursos, CNPJ: 48.031.918/0019-53, por transferência bancária ou depósito identificado encaminhado via endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br juntamente com a ficha de inscrição.

4.1.5. Curriculum Lattes documentado das atividades realizadas, em 02 vias, sendo uma delas devidamente documentada (inclusive com o histórico escolar - graduação e pós-graduação do candidato) no qual sejam indicados os trabalhos publicados e todas as demais informações que permitam cabal avaliação do mérito do candidato.

4.2. O corpo do e-mail deverá ser identificado conforme modelo abaixo:

Concurso Público para contratação de Professor Substituto na disciplina/conjunto de disciplinas

Pediatria I, II e III e Semiologia em Pediatria: Nefrologia Pediátrica, junto ao Departamento de Pediatria

Edital nº _____

Nome: _____

RG: _____

E-mail do candidato:_____

4.3. A não entrega dos documentos listados, dentro do prazo previsto no item 4.1, implicará no indeferimento da inscrição.

5. REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – LEI 12.782/2007

5.1. A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinqüenta por cento), será concedida aos candidatos interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:

I - sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.

II - percebam remuneração, mensal, inferior a 02 (dois) salários mínimos, ou estejam desempregados.

5.2. A concessão da redução ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, no ato da inscrição:

I - quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:

a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;

II - quanto às circunstâncias previstas no inciso II do item 5.1. deste Edital:

a) comprovante de renda, ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.

OBS: O candidato deverá apresentar os documentos originais, bem como as respectivas cópias para conferência e entrega das mesmas, para posterior análise. As cópias apresentadas não serão devolvidas.

5.3. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição.

5.4. Os documentos comprobatórios deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br da Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos - STDARH.

5.5. O deferimento ou indeferimento das solicitações de redução de taxa de inscrição será disponibilizado no local das inscrições no dia 01/02/2021, a partir das 14 horas e, no caso de indeferimento, o prazo para interposição de recurso será de 03 (três) dias contando a data de divulgação.

6. DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES

6.1. Findo o prazo previsto no item 2.1, a Comissão Examinadora, em 48 (quarenta e oito) horas depois de publicado no Diário Oficial do Estado-DOE e divulgado o site da Unidade o ato formal de sua constituição, decidirá acerca das inscrições efetuadas, divulgando o ato decisório no endereço eletrônico indicado no edital, com esclarecimentos acerca dos recursos regimentais cabíveis para a hipótese de indeferimento.

6.1.1. Será publicada, no Diário Oficial do Estado - DOE, Poder Executivo - Seção I, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas por não se enquadrarem nas exigências estabelecidas no presente edital.

6.1.2. O candidato poderá requerer no seguinte endereço eletrônico:

rh.fmb@unesp.br, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação a que se refere o item anterior, reconsideração quanto ao indeferimento de sua inscrição, que será apreciada pela Congregação da Unidade Universitária, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do prazo final de recurso.

7. COMISSÃO EXAMINADORA

7.1. As provas serão avaliadas por Comissão Examinadora especialmente criada para o certame.

7.2. A Comissão Examinadora será indicada pelo Conselho do Departamento de Ensino ou Coordenação de Curso, e constituída por ato formal da Congregação da Unidade Universitária, depois de encerradas as inscrições.

7.3. A Comissão será integrada por 6 (seis) docentes (3 membros titulares e 3 suplentes) da área ou disciplina objeto do concurso e com titulação igual ou superior àquela exigida dos candidatos.

7.4. A composição da Comissão Examinadora será divulgada no endereço eletrônico da universidade, paralelamente ao hiperlink de acesso ao edital do concurso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização da primeira prova.

7.5. No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

7.6. Terá legitimidade para apresentar a impugnação:

a) qualquer candidato com inscrição deferida;

b) membro da Congregação da Unidade Universitária;

c) membro da própria Comissão.

7.6.1. A impugnação será julgada pelo Diretor da Unidade no prazo de até 2 (dois) dias, em decisão fundamentada.

7.6.2. Se acolhida a impugnação, competirá ao Diretor da Unidade, de imediato, substituir o membro da Comissão Examinadora, respeitadas as mesmas exigências da formação original e renovada a possibilidade de impugnação a partir da publicação do ato.

7.6.3. Ainda que não haja impugnação formal, o Diretor da Unidade poderá determinar ex officio, de forma fundamentada, a substituição de membro da Comissão caso tenha conhecimento de causa de impedimento não declarada (verdade sabida). Com a nova publicação, observar-se-á o disposto nos itens anteriores desta cláusula.

7.7. Será considerada definitiva a Comissão Examinadora:

a) quando não tenha sido apresentada qualquer impugnação, com ou sem substituição ex officio;

b) se a impugnação apresentada não for acolhida;

c) se acolhida a impugnação, for definitivamente superada a falha.

7.8. A impugnação da Comissão Examinadora deverá ser realizada através do endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br, dentro do prazo previsto no item 7.5.

8. PROVAS, AVALIAÇÃO E JULGAMENTO

8.1. O concurso de provas e títulos constará duas fases:

I - Prova didática: de caráter classificatório, constará de aula teórica em nível de graduação, com duração de, no mínimo, 40 minutos e, no máximo, 60 minutos, sobre tema a ser sorteado de uma lista de pontos elaborada pela Comissão Examinadora a partir do programa do concurso, com 24 horas de antecedência. A prova será realizada no serviço de comunicação por vídeo Google Meet, cabendo ao candidato se conectar no horário agendado ao link de conexão enviado pela Comissão Avaliadora

II - Prova de Títulos (análise de Curriculum Lattes documentado): de caráter classificatório, consiste na análise do Curriculum Lattes em que serão analisadas as atividades de formação, didáticas e científicas, com maior relevância para as atividades relacionadas com o conjunto de disciplinas do concurso.

8.2. As provas só terão início depois de publicadas a decisões de recursos eventualmente interpostos contra o indeferimento das inscrições.

8.3. Os critérios e respectivas pontuações de avaliação das provas, julgamento, classificação e desempate serão definidos pelo Conselho do Departamento de Ensino na Unidade Universitária, valendo-se de legislação específica, elaborada pela unidade e aprovada em Congregação, observadas as seguintes particularidades:

8.3.1. Na primeira fase do concurso, a avaliação de cada candidato constituirá ato privativo do integrante da Comissão, o qual deverá apresentar as suas notas de forma reservada à Presidência do órgão.

8.3.2. A abertura dos documentos de atribuição de notas será feita em reunião da Comissão (via videoconferência) e na presença de todos os seus membros titulares, depois de examinados todos os candidatos e esgotadas todas as fases.

8.3.3. A análise referida na segunda fase do concurso poderá ser feita de forma consensual pelos membros da Comissão, antes da abertura das demais notas atribuídas às provas e arguição da fase precedente, observados os critérios objetivos de pontuação previstos em legislação específica da Unidade e previamente divulgados no edital do concurso.

8.3.4. A arguição, análise e avaliação realizada pelos membros da Comissão Examinadora a distância, se dará nas mesmas condições oferecidas aos examinadores na forma presencial..

8.3.5. Apuradas todas as notas, serão divulgadas as médias finais, na ordem de classificação, permitindo a qualquer candidato, a pedido, o acesso às planilhas de composição das notas de todos os candidatos.

8.3.6. O resultado do concurso será homologado pela Congregação da Unidade Universitária publicado no Diário Oficial do Estado – DOE.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Na avaliação do candidato será adotado o critério de notas de 0 (zero) a 10 (dez) em todas as provas que terão os seguintes pesos:

I - Didática - peso 2

II - Títulos (Análise de Curriculum Lattes) - peso 1

I - Prova Didática: (Peso 2) - de caráter classificatório, que constará de aula teórica em nível de graduação, com duração de no mínimo 40 minutos e no máximo 60 minutos, sobre tema a ser sorteado com 24 horas de antecedência.

Nela, serão considerados os seguintes critérios:

1. Planejamento e organização da aula - 2,0 pontos
2. Clareza expositiva - 2,0 pontos
3. Domínio teórico e conceitual - 2,0 pontos
4. Adequação e profundidade na abordagem do tema - 2,0 pontos
5. Uso de recursos didáticos - 2,0 pontos

II - Análise de Curriculum (Peso 1) - de caráter classificatório, na qual serão considerados os seguintes critérios:

1. Atividades de Ensino: Graduação, Pós-Graduação "Lato Sensu" – peso 3
2. Atividade de pesquisa – peso 2
3. Titulação Acadêmica – peso 2
4. Atividades de Gestão Acadêmica e Administrativa relacionadas ao Ensino e Pesquisa – peso 3

10. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

10.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 07 (sete), atribuídas por, pelo menos, 02 (dois) membros da comissão examinadora.

10.2. A ordem de classificação dos candidatos aprovados será estabelecida em função da maior média final obtida.

10.3. Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

• com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;
• - melhor média na Prova Didática;
• - melhor pontuação na Prova de Títulos;
• - maior idade entre aqueles com idade inferior a 60 anos.

11. DOS RECURSOS

11.1. Caberá recurso, devidamente fundamentado, à Congregação, nas seguintes hipóteses:

I - contra a decisão de indeferimento da inscrição, no prazo de 3 (três) dias úteis após a divulgação da lista de inscritos, no endereço eletrônico da Universidade;

II - do resultado final do concurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua divulgação no Diário Oficial do Estado-DOE.

11.2. O pedido de acesso às notas, previsto no item 8.3.4, suspende o prazo do recurso contra o resultado final, o qual será retomado a partir do atendimento, estendendo-se por mais 1 (um) dia útil se o deferimento tiver ocorrido no último dia do prazo recursal.

11.3. A legitimidade para a interposição de recursos é exclusiva de candidato,

11.4. Os recursos terão a forma escrita, devendo ser realizada através do endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br, dentro do prazo previsto no Edital.

12. CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação somente se efetivará após a homologação, esgotado o prazo para recurso ou julgados definitivamente os recurso interpostos.

12.2. Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital têm direito líquido e certo à contratação, no prazo de validade do concurso e na forma especificada no edital.

12.3. O contrato de trabalho será estabelecido em prazo máximo equivalente ao ano letivo fixado no calendário escolar, correspondendo ao período de até 10 (dez) meses, quando não poderá ser prorrogado, sendo que o estabelecido pelo período de até 5 (cinco) meses, poderá ser prorrogado uma única vez, a critério da Administração.

12.4. Apresentação de comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

12.5. Apresentação de comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral; 12.6. O candidato estrangeiro fica dispensado das exigências contidas nos subitens 12.4 e 12.5.

12.7. Comprovação de não registrar antecedentes criminais.

12.8. O candidato deverá observar, o prazo de interstício mínimo entre o término da vigência de um contrato em qualquer Unidade da Unesp e o início de outro, previsto na Lei Complementar nº 1093/2009 e suas alterações.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O resultado final do concurso público será publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.2. - A Congregação terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder o recurso impetrado, a contar do prazo final para recurso.

13.3. O resultado final do concurso público será homologado pela Congregação da Unidade Universitária.

13.4. Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na prova didática (videoconferência) no dia e horário estabelecido ou não apresentar documento original oficial com foto.

13.5. O candidato deve se responsabilizar pela conexão da internet no momento da prova.

13.6. Ocorrendo problemas técnicos que impeça a adequada participação dos membros da Comissão Examinadora e/ou do candidato, durante a realização da prova didática, havendo tentativas restabelecimento da conexão sem sucesso, no período de 30 (trinta) minutos, a prova será suspensa e reagendada.

13.7. A validade deste concurso será a partir da data de publicação no Diário Oficial do Estado-DOE da homologação até o final do ano letivo.

13.8. Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto nos casos em que o concurso público não se realizar.

13.9. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no Diário Oficial do Estado-DOE e no endereço eletrônico www.inscricoes.unesp.br, referente ao presente concurso.

13.10. O Curriculum Lattes documentado ficará à disposição dos candidatos durante o prazo de validade deste concurso. Após este prazo, se não retirado, será descartado.

13.11. Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela comissão examinadora.

13.12. A inscrição implicará no conhecimento deste Edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas.

13.13. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no ato da inscrição.

13.14. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em conseqüência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o seja constatado posteriormente.

13.15. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada à providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.16. Qualquer membro da Congregação da Unidade Universitária ou da Comissão tem legitimidade para denunciar à direção da Unidade, ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público, de forma fundamentada, as irregularidades que constar na execução do concurso, em qualquer das suas fases.

13.17. São de inteira responsabilidade do candidato os custos de deslocamento, hospedagem, alimentação, serviços de acesso/manutenção à internet e de equipamentos eletrônicos ou não de uso pessoal.

PROGRAMA

1. INFECÇÃO URINÁRIA NA INFÂNCIA

2. SINDROME NEFRÓTICA IDIOPÁTICA

3. DOENÇA RENAL CRÔNICA NA INFÂNCIA: ASPECTOS CLÍNICOS

4. HIPERTENSÃO ARTERIAL NA INFÂNCIA

BIBLIOGRAFIA

1.NEFROLOGIA PARA PEDIATRAS. ANDRADE, M.C. & CARVALHAES, J.T.A. 1ªedição, São Paulo, Atheneu, 2010.

2.NELSON TEXTBOOK OF PEDIATRICS. BEHRMAN, R.E. et al. 19.ed. Philadelphia:Saunders, 2011.

3.PEDITRIC NEPHROLOGY. AVNER, E.D. et al. 7.ed. Verlag Berlin: Springer, 2016.

4.Revisão dos últimos 05 anos do periódico: PEDIATRIC NEPHROLOGY: ISSN –0931-041X (edição impressa) e ISSN – 1432-198X (edição eletrônica)

.

.

EDITAL Nº 17/2021 - STDARH/FM

Acham-se abertas, nos termos do Despacho nº 236-2020-Runesp, de 27, publicado no DOE de 28/11/2020 e com base na Resolução UNESP nº 58/2018 e alterações posteriores e Portaria UNESP nº 404/2018, as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público,

no ano letivo de 2021, em 24 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área Pediatria, sub-área de conhecimento Saúde Materno-Infantil / Pediatria e na disciplina/conjunto de disciplinas:

Pediatria I, II e III e Semiologia em Pediatria: Medicina do Adolescente, junto ao Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu.

O contratado deverá exercer as atividades de docência em cursos de graduação nos períodos diurno e/ou noturno, dependendo das necessidades do Departamento.

1. REMUNERAÇÃO

1.1. O salário de Professor Substituto é de R$ 4.728,60, correspondente à referência MS-3.1, em 24 horas semanais, acrescido de benefícios regulamentados internamente.

OBS: Caso o candidato tenha título superior ao exigido, o salário será correspondente à titulação.

Por tratar-se de contratação em caráter emergencial e temporária, ainda que o candidato venha a obter titulação acadêmica superior após a assinatura do contrato, esta não será considerada para fins de aumento salarial.

2. INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão recebidas no seguinte endereço eletrônico https://inscricoes.unesp.br/.

O candidato deverá preencher o formulário eletrônico, realizar o pagamento, por transferência bancária ou depósito identificado (ver item 4.1.4.) da taxa prevista no edital no período de 25/01/2021 a 12/02/2021,

e enviar o comprovante para o e-mail rh.fmb@unesp.br.

2.2. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição, satisfeitas as exigências do item 5.

3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.1. Poderão inscrever-se graduados em curso superior em Medicina que tenham, no mínimo, título de Mestre e ter concluído Residência Médica em Pediatria em Programa Credenciado pela CNRM ou Possuir título de especialista em Pediatria pela Sociedade Brasileira de Pediatria. A qualificação necessária à inscrição para o concurso será demonstrada por estudos, em nível de graduação, na área, subárea do conhecimento à qual se integra a disciplina ou conjunto de disciplinas objeto do concurso.

3.1.1. Os diplomas de graduação com validade nacional ou os obtidos no exterior serão aceitos para fins de inscrição;

3.1.1.1. Os diplomas de graduação obtidos no exterior deverão estar revalidados por Universidades Públicas, atendendo os termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996;

3.1.2. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado serão aceitos, quando obtidos em cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

3.1.3. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado obtidos no exterior serão aceitos, desde que estejam reconhecidos e registrados por universidades que possuam cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

3.2. Outras exigências quanto à formação e a experiência: graduados em curso superior em Medicina que tenham, no mínimo, título de Mestre e ter concluído Residência Médica em Pediatria em Programa Credenciado pela CNRM ou Possuir título de especialista em Pediatria pela Sociedade Brasileira de Pediatria.

3.3. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte, entretanto, por ocasião da contratação deverá comprovar, ser portador de visto permanente ou a cédula de identidade com visto temporário com prazo de validade compatível. Caso ainda não possua, deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, cópia simples do protocolo do pedido de visto temporário.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1 Para a confirmação da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos descritos nos itens 4.1.1 a 4.1.5, em formato PDF (Portable Document Format), via endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br, até o último dia do prazo para inscrição:

4.1.1 formulário de inscrição devidamente preenchido (obtido no item 2.1) e assinado, indicando nome completo, número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, instruindo-o com os seguintes documentos, cópias simples frente e verso:

4.1.2. cédula de identidade ou carteira nacional de habilitação e no caso de candidato estrangeiro: cédula de identidade de estrangeiro com visto temporário e na falta desta, o passaporte;

4.1.3. comprovante de graduação em curso superior, bem como de ser portador do título de Mestre ou portadores de certificado de especialização em nível de pós-graduação na área da disciplina que pretendem lecionar ou cópia da ata de defesa da tese, condicionada a apresentação do título homologado, na ocasião da contratação. (quando for o caso).

4.1.4. comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, no valor de R$ 108,00 (cento e oito reais), recolhida no Banco do Brasil, agência 5556-5 – C/C 130185-3 – UNESP/Faculdade de Medicina/Conta Concursos, CNPJ: 48.031.918/0019-53, por transferência bancária ou depósito identificado encaminhado via endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br juntamente com a ficha de inscrição.

4.1.5. Curriculum Lattes documentado das atividades realizadas, em 02 vias, sendo uma delas devidamente documentada (inclusive com o histórico escolar - graduação e pós-graduação do candidato) no qual sejam indicados os trabalhos publicados e todas as demais informações que permitam cabal avaliação do mérito do candidato.

4.2. O corpo do e-mail deverá ser identificado conforme modelo abaixo:

Concurso Público para contratação de Professor Substituto na disciplina/conjunto de disciplinas

Pediatria I, II e III e Semiologia em Pediatria: Medicina do Adolescente, junto ao Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu

Edital nº _____

Nome: _____

RG: _____

E-mail do candidato:_____

4.3. A não entrega dos documentos listados, dentro do prazo previsto no item 4.1, implicará no indeferimento da inscrição.

5. REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – LEI 12.782/2007

5.1. A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinqüenta por cento), será concedida aos candidatos interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:

I - sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.

II - percebam remuneração, mensal, inferior a 02 (dois) salários mínimos, ou estejam desempregados.

5.2. A concessão da redução ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, no ato da inscrição:

I - quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:

a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;

II - quanto às circunstâncias previstas no inciso II do item 5.1. deste Edital:

a) comprovante de renda, ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.

OBS: O candidato deverá apresentar os documentos originais, bem como as respectivas cópias para conferência e entrega das mesmas, para posterior análise. As cópias apresentadas não serão devolvidas.

5.3. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição.

5.4. Os documentos comprobatórios deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br da Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos - STDARH.

5.5. O deferimento ou indeferimento das solicitações de redução de taxa de inscrição será disponibilizado no local das inscrições no dia 01/02/2021, a partir das 14 horas e, no caso de indeferimento, o prazo para interposição de recurso será de 03 (três) dias contando a data de divulgação.

6. DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES

6.1. Findo o prazo previsto no item 2.1, a Comissão Examinadora, em 48 (quarenta e oito) horas depois de publicado no Diário Oficial do Estado-DOE e divulgado o site da Unidade o ato formal de sua constituição, decidirá acerca das inscrições efetuadas, divulgando o ato decisório no endereço eletrônico indicado no edital, com esclarecimentos acerca dos recursos regimentais cabíveis para a hipótese de indeferimento.

6.1.1. Será publicada, no Diário Oficial do Estado - DOE, Poder Executivo - Seção I, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas por não se enquadrarem nas exigências estabelecidas no presente edital.

6.1.2. O candidato poderá requerer no seguinte endereço eletrônico:

rh.fmb@unesp.br, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação a que se refere o item anterior, reconsideração quanto ao indeferimento de sua inscrição, que será apreciada pela Congregação da Unidade Universitária, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do prazo final de recurso.

7. COMISSÃO EXAMINADORA

7.1. As provas serão avaliadas por Comissão Examinadora especialmente criada para o certame.

7.2. A Comissão Examinadora será indicada pelo Conselho do Departamento de Ensino ou Coordenação de Curso, e constituída por ato formal da Congregação da Unidade Universitária, depois de encerradas as inscrições.

7.3. A Comissão será integrada por 6 (seis) docentes (3 membros titulares e 3 suplentes) da área ou disciplina objeto do concurso e com titulação igual ou superior àquela exigida dos candidatos.

7.4. A composição da Comissão Examinadora será divulgada no endereço eletrônico da universidade, paralelamente ao hiperlink de acesso ao edital do concurso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização da primeira prova.

7.5. No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

7.6. Terá legitimidade para apresentar a impugnação:

a) qualquer candidato com inscrição deferida;

b) membro da Congregação da Unidade Universitária;

c) membro da própria Comissão.

7.6.1. A impugnação será julgada pelo Diretor da Unidade no prazo de até 2 (dois) dias, em decisão fundamentada.

7.6.2. Se acolhida a impugnação, competirá ao Diretor da Unidade, de imediato, substituir o membro da Comissão Examinadora, respeitadas as mesmas exigências da formação original e renovada a possibilidade de impugnação a partir da publicação do ato.

7.6.3. Ainda que não haja impugnação formal, o Diretor da Unidade poderá determinar ex officio, de forma fundamentada, a substituição de membro da Comissão caso tenha conhecimento de causa de impedimento não declarada (verdade sabida). Com a nova publicação, observar-se-á o disposto nos itens anteriores desta cláusula.

7.7. Será considerada definitiva a Comissão Examinadora:

a) quando não tenha sido apresentada qualquer impugnação, com ou sem substituição ex officio;

b) se a impugnação apresentada não for acolhida;

c) se acolhida a impugnação, for definitivamente superada a falha.

7.8. A impugnação da Comissão Examinadora deverá ser realizada através do endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br, dentro do prazo previsto no item 7.5.

8. PROVAS, AVALIAÇÃO E JULGAMENTO

8.1. O concurso de provas e títulos constará duas fases:

I - Prova didática: de caráter classificatório, constará de aula teórica em nível de graduação, com duração de, no mínimo, 40 minutos e, no máximo, 60 minutos, sobre tema a ser sorteado de uma lista de pontos elaborada pela Comissão Examinadora a partir do programa do concurso, com 24 horas de antecedência. A prova será realizada no serviço de comunicação por vídeo Google Meet, cabendo ao candidato se conectar no horário agendado ao link de conexão enviado pela Comissão Avaliadora

II - Prova de Títulos (análise de Curriculum Lattes documentado): de caráter classificatório, consiste na análise do Curriculum Lattes em que serão analisadas as atividades de formação, didáticas e científicas, com maior relevância para as atividades relacionadas com o conjunto de disciplinas do concurso.

8.2. As provas só terão início depois de publicadas a decisões de recursos eventualmente interpostos contra o indeferimento das inscrições.

8.3. Os critérios e respectivas pontuações de avaliação das provas, julgamento, classificação e desempate serão definidos pelo Conselho do Departamento de Ensino na Unidade Universitária, valendo-se de legislação específica, elaborada pela unidade e aprovada em Congregação, observadas as seguintes particularidades:

8.3.1. Na primeira fase do concurso, a avaliação de cada candidato constituirá ato privativo do integrante da Comissão, o qual deverá apresentar as suas notas de forma reservada à Presidência do órgão.

8.3.2. A abertura dos documentos de atribuição de notas será feita em reunião da Comissão (via videoconferência) e na presença de todos os seus membros titulares, depois de examinados todos os candidatos e esgotadas todas as fases.

8.3.3. A análise referida na segunda fase do concurso poderá ser feita de forma consensual pelos membros da Comissão, antes da abertura das demais notas atribuídas às provas e arguição da fase precedente, observados os critérios objetivos de pontuação previstos em legislação específica da Unidade e previamente divulgados no edital do concurso.

8.3.4. A arguição, análise e avaliação realizada pelos membros da Comissão Examinadora a distância, se dará nas mesmas condições oferecidas aos examinadores na forma presencial..

8.3.5. Apuradas todas as notas, serão divulgadas as médias finais, na ordem de classificação, permitindo a qualquer candidato, a pedido, o acesso às planilhas de composição das notas de todos os candidatos.

8.3.6. O resultado do concurso será homologado pela Congregação da Unidade Universitária publicado no Diário Oficial do Estado – DOE.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Na avaliação do candidato será adotado o critério de notas de 0 (zero) a 10 (dez) em todas as provas que terão os seguintes pesos:

I - Didática - peso 2

II - Títulos (Análise de Curriculum Lattes) - peso 1

I - Prova Didática: (Peso 2) - de caráter classificatório, que constará de aula teórica em nível de graduação, com duração de no mínimo 40 minutos e no máximo 60 minutos, sobre tema a ser sorteado com 24 horas de antecedência.

Nela, serão considerados os seguintes critérios:

1. Planejamento e organização da aula - 2,0 pontos

2. Clareza expositiva - 2,0 pontos

3. Domínio teórico e conceitual - 2,0 pontos

4. Adequação e profundidade na abordagem do tema - 2,0 pontos

5. Uso de recursos didáticos - 2,0 pontos

II - Análise de Curriculum (Peso 1) - de caráter classificatório, na qual serão considerados os seguintes critérios:

1. Atividades de Ensino: Graduação, Pós-Graduação "Lato Sensu" – peso 3

2. Atividade de pesquisa – peso 2

3. Titulação Acadêmica – peso 2

4. Atividades de Gestão Acadêmica e Administrativa relacionadas ao Ensino e Pesquisa – peso 3

10. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

10.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 07 (sete), atribuídas por, pelo menos, 02 (dois) membros da comissão examinadora.

10.2. A ordem de classificação dos candidatos aprovados será estabelecida em função da maior média final obtida.

10.3. Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

• com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;

• - melhor média na Prova Didática;

• - melhor pontuação na Prova de Títulos;

• - maior idade entre aqueles com idade inferior a 60 anos.

11. DOS RECURSOS

11.1. Caberá recurso, devidamente fundamentado, à Congregação, nas seguintes hipóteses:

I - contra a decisão de indeferimento da inscrição, no prazo de 3 (três) dias úteis após a divulgação da lista de inscritos, no endereço eletrônico da Universidade;

II - do resultado final do concurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua divulgação no Diário Oficial do Estado-DOE.

11.2. O pedido de acesso às notas, previsto no item 8.3.4, suspende o prazo do recurso contra o resultado final, o qual será retomado a partir do atendimento, estendendo-se por mais 1 (um) dia útil se o deferimento tiver ocorrido no último dia do prazo recursal.

11.3. A legitimidade para a interposição de recursos é exclusiva de candidato,

11.4. Os recursos terão a forma escrita, devendo ser realizada através do endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br, dentro do prazo previsto no Edital.

12. CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação somente se efetivará após a homologação, esgotado o prazo para recurso ou julgados definitivamente os recurso interpostos.

12.2. Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital têm direito líquido e certo à contratação, no prazo de validade do concurso e na forma especificada no edital.

12.3. O contrato de trabalho será estabelecido em prazo máximo equivalente ao ano letivo fixado no calendário escolar, correspondendo ao período de até 10 (dez) meses, quando não poderá ser prorrogado, sendo que o estabelecido pelo período de até 5 (cinco) meses, poderá ser prorrogado uma única vez, a critério da Administração.

12.4. Apresentação de comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

12.5. Apresentação de comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;

12.6. O candidato estrangeiro fica dispensado das exigências contidas nos subitens 12.4 e 12.5.

12.7. Comprovação de não registrar antecedentes criminais.

12.8. O candidato deverá observar, o prazo de interstício mínimo entre o término da vigência de um contrato em qualquer Unidade da Unesp e o início de outro, previsto na Lei Complementar nº 1093/2009 e suas alterações.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O resultado final do concurso público será publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.2. - A Congregação terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder o recurso impetrado, a contar do prazo final para recurso.

13.3. O resultado final do concurso público será homologado pela Congregação da Unidade Universitária.

13.4. Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na prova didática (videoconferência) no dia e horário estabelecido ou não apresentar documento original oficial com foto.

13.5. O candidato deve se responsabilizar pela conexão da internet no momento da prova.

13.6. Ocorrendo problemas técnicos que impeça a adequada participação dos membros da Comissão Examinadora e/ou do candidato, durante a realização da prova didática, havendo tentativas restabelecimento da conexão sem sucesso, no período de 30 (trinta) minutos, a prova será suspensa e reagendada.

13.7. A validade deste concurso será a partir da data de publicação no Diário Oficial do Estado-DOE da homologação até o final do ano letivo.

13.8. Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto nos casos em que o concurso público não se realizar.

13.9. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no Diário Oficial do Estado-DOE e no endereço eletrônico www.inscricoes.unesp.br, referente ao presente concurso.

13.10. O Curriculum Lattes documentado ficará à disposição dos candidatos durante o prazo de validade deste concurso. Após este prazo, se não retirado, será descartado.

13.11. Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela comissão examinadora.

13.12. A inscrição implicará no conhecimento deste Edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas.

13.13. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no ato da inscrição.

13.14. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em conseqüência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o seja constatado posteriormente.

13.15. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada à providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.16. Qualquer membro da Congregação da Unidade Universitária ou da Comissão tem legitimidade para denunciar à direção da Unidade, ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público, de forma fundamentada, as irregularidades que constar na execução do concurso, em qualquer das suas fases.

13.17. São de inteira responsabilidade do candidato os custos de deslocamento, hospedagem, alimentação, serviços de acesso/manutenção à internet e de equipamentos eletrônicos ou não de uso pessoal.

PROGRAMA

1. Anticoncepção na adolescência.

2. Imunização na adolescência.

3. A consulta do adolescente.

4. Semiologia do adolescente.

5. Crescimento Físico e Mudanças Pubertárias.

BIBLIOGRAFIA

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

2. ADOLESCENCIA E SAÚDE 3. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. São Paulo, Editora do Governo do Estado de São Paulo, 2008.

3. RUGOLO, LMSS; MARTIN, JG; FIORETTO, JR; BENTLIN, MR. Pediatria: do recém-nascido ao adolescente. 1. edição. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2020. 609p.

4. Política Estadual de Atenção Integral: SES/DAS/SSCA Política Estadual de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes: http://www1.saude.rs.gov.br/dados/1295447802765Relat%F3rio%202010.pdf

.

.

EDITAL Nº 18/2021 - STDARH/FM

Acham-se abertas, nos termos do Despacho nº 236-2020-Runesp, de 27, publicado no DOE de 28/11/2020 e com base na Resolução UNESP nº 58/2018 e alterações posteriores e Portaria UNESP nº 404/2018, as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no ano letivo de 2021 em 24 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área Pediatria, sub-área de conhecimento Saúde Materno-Infantil / Pediatria e e na disciplina/conjunto de disciplinas:

Pediatria I, II e III e Semiologia em Pediatria: Pediatria Geral,

junto ao Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu.

O contratado deverá exercer as atividades de docência em cursos de graduação nos períodos diurno e/ou noturno, dependendo das necessidades do Departamento.

1. REMUNERAÇÃO

1.1. O salário de Professor Substituto é de R$ 2.285,36, correspondente à referência MS-1, em 24 horas semanais, acrescido de benefícios regulamentados internamente.

OBS: Caso o candidato tenha título superior ao exigido, o salário será correspondente à titulação.

Por tratar-se de contratação em caráter emergencial e temporária, ainda que o candidato venha a obter titulação acadêmica superior após a assinatura do contrato, esta não será considerada para fins de aumento salarial.

2. INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão recebidas no seguinte endereço eletrônico https://inscricoes.unesp.br/.

O candidato deverá preencher o formulário eletrônico, realizar o pagamento, por transferência bancária ou depósito identificado (ver item 4.1.4.) da taxa prevista no edital no período de 25/01/2021 a 12/02/2021,

e enviar o comprovante para o e-mail rh.fmb@unesp.br.

2.2. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição, satisfeitas as exigências do item 5.

3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.1. Poderão inscrever-se graduados em curso superior de Medicina que tenham, no mínimo, concluído Residência Médica em Pediatria em Programa Credenciado pela CNRM ou Possuir título de especialista em Pediatria pela Sociedade Brasileira de Pediatria. A qualificação necessária à inscrição para o concurso será demonstrada por estudos, em nível de graduação, na área, subárea do conhecimento à qual se integra a disciplina ou conjunto de disciplinas objeto do concurso.

3.1.1. Os diplomas de graduação com validade nacional ou os obtidos no exterior serão aceitos para fins de inscrição;

3.1.1.1. Os diplomas de graduação obtidos no exterior deverão estar revalidados por Universidades Públicas, atendendo os termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996;

3.1.2. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado serão aceitos, quando obtidos em cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

3.1.3. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado obtidos no exterior serão aceitos, desde que estejam reconhecidos e registrados por universidades que possuam cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

3.2. Outras exigências quanto à formação e a experiência: graduados em curso superior de Medicina que tenham, no mínimo, concluído Residência Médica em Pediatria em Programa Credenciado pela CNRM ou Possuir título de especialista em Pediatria pela Sociedade Brasileira de Pediatria.

3.3. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte, entretanto, por ocasião da contratação deverá comprovar, ser portador de visto permanente ou a cédula de identidade com visto temporário com prazo de validade compatível. Caso ainda não possua, deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, cópia simples do protocolo do pedido de visto temporário.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1 Para a confirmação da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos descritos nos itens 4.1.1 a 4.1.5, em formato PDF (Portable Document Format), via endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br, até o último dia do prazo para inscrição:

4.1.1 formulário de inscrição devidamente preenchido (obtido no item 2.1) e assinado, indicando nome completo, número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, instruindo-o com os seguintes documentos, cópias simples frente e verso:

4.1.2. cédula de identidade ou carteira nacional de habilitação e no caso de candidato estrangeiro: cédula de identidade de estrangeiro com visto temporário e na falta desta, o passaporte;

4.1.3. comprovante de graduação em curso superior, bem como de ser portador do título de Mestre ou portadores de certificado de especialização em nível de pós-graduação na área da disciplina que pretendem lecionar ou cópia da ata de defesa da tese, condicionada a apresentação do título homologado, na ocasião da contratação. (quando for o caso).

4.1.4. comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, no valor de R$ 108,00 (cento e oito reais), recolhida no Banco do Brasil, agência 5556-5 – C/C 130185-3 – UNESP/Faculdade de Medicina/Conta Concursos, CNPJ: 48.031.918/0019-53, por transferência bancária ou depósito identificado encaminhado via endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br juntamente com a ficha de inscrição.

4.1.5. Curriculum Lattes documentado das atividades realizadas, em 02 vias, sendo uma delas devidamente documentada (inclusive com o histórico escolar - graduação e pós-graduação do candidato) no qual sejam indicados os trabalhos publicados e todas as demais informações que permitam cabal avaliação do mérito do candidato.

4.2. O corpo do e-mail deverá ser identificado conforme modelo abaixo:

Concurso Público para contratação de Professor Substituto na disciplina/conjunto de disciplinas

Pediatria I, II e III e Semiologia em Pediatria: Pediatria Geral, junto ao Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu.

Edital nº _____

Nome: _____

RG: _____

E-mail do candidato:_____

4.3. A não entrega dos documentos listados, dentro do prazo previsto no item 4.1, implicará no indeferimento da inscrição.

5. REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – LEI 12.782/2007

5.1. A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinqüenta por cento), será concedida aos candidatos interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:

I - sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.

II - percebam remuneração, mensal, inferior a 02 (dois) salários mínimos, ou estejam desempregados.

5.2. A concessão da redução ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, no ato da inscrição:

I - quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:

a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;

II - quanto às circunstâncias previstas no inciso II do item 5.1. deste Edital:

a) comprovante de renda, ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.

OBS: O candidato deverá apresentar os documentos originais, bem como as respectivas cópias para conferência e entrega das mesmas, para posterior análise. As cópias apresentadas não serão devolvidas.

5.3. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição.

5.4. Os documentos comprobatórios deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br da Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos - STDARH.

5.5. O deferimento ou indeferimento das solicitações de redução de taxa de inscrição será disponibilizado no local das inscrições no dia 01/02/2021, a partir das 14 horas e, no caso de indeferimento, o prazo para interposição de recurso será de 03 (três) dias contando a data de divulgação.

6. DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES

6.1. Findo o prazo previsto no item 2.1, a Comissão Examinadora, em 48 (quarenta e oito) horas depois de publicado no Diário Oficial do Estado-DOE e divulgado o site da Unidade o ato formal de sua constituição, decidirá acerca das inscrições efetuadas, divulgando o ato decisório no endereço eletrônico indicado no edital, com esclarecimentos acerca dos recursos regimentais cabíveis para a hipótese de indeferimento.

6.1.1. Será publicada, no Diário Oficial do Estado - DOE, Poder Executivo - Seção I, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas por não se enquadrarem nas exigências estabelecidas no presente edital.

6.1.2. O candidato poderá requerer no seguinte endereço eletrônico:

rh.fmb@unesp.br, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação a que se refere o item anterior, reconsideração quanto ao indeferimento de sua inscrição, que será apreciada pela Congregação da Unidade Universitária, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do prazo final de recurso.

7. COMISSÃO EXAMINADORA

7.1. As provas serão avaliadas por Comissão Examinadora especialmente criada para o certame.

7.2. A Comissão Examinadora será indicada pelo Conselho do Departamento de Ensino ou Coordenação de Curso, e constituída por ato formal da Congregação da Unidade Universitária, depois de encerradas as inscrições.

7.3. A Comissão será integrada por 6 (seis) docentes (3 membros titulares e 3 suplentes) da área ou disciplina objeto do concurso e com titulação igual ou superior àquela exigida dos candidatos.

7.4. A composição da Comissão Examinadora será divulgada no endereço eletrônico da universidade, paralelamente ao hiperlink de acesso ao edital do concurso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização da primeira prova.

7.5. No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

7.6. Terá legitimidade para apresentar a impugnação:

a) qualquer candidato com inscrição deferida;

b) membro da Congregação da Unidade Universitária;

c) membro da própria Comissão.

7.6.1. A impugnação será julgada pelo Diretor da Unidade no prazo de até 2 (dois) dias, em decisão fundamentada.

7.6.2. Se acolhida a impugnação, competirá ao Diretor da Unidade, de imediato, substituir o membro da Comissão Examinadora, respeitadas as mesmas exigências da formação original e renovada a possibilidade de impugnação a partir da publicação do ato.

7.6.3. Ainda que não haja impugnação formal, o Diretor da Unidade poderá determinar ex officio, de forma fundamentada, a substituição de membro da Comissão caso tenha conhecimento de causa de impedimento não declarada (verdade sabida). Com a nova publicação, observar-se-á o disposto nos itens anteriores desta cláusula.

7.7. Será considerada definitiva a Comissão Examinadora:

a) quando não tenha sido apresentada qualquer impugnação, com ou sem substituição ex officio;

b) se a impugnação apresentada não for acolhida;

c) se acolhida a impugnação, for definitivamente superada a falha.

7.8. A impugnação da Comissão Examinadora deverá ser realizada através do endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br, dentro do prazo previsto no item 7.5.

8. PROVAS, AVALIAÇÃO E JULGAMENTO

8.1. O concurso de provas e títulos constará duas fases:

I - Prova didática: de caráter classificatório, constará de aula teórica em nível de graduação, com duração de, no mínimo, 40 minutos e, no máximo, 60 minutos, sobre tema a ser sorteado de uma lista de pontos elaborada pela Comissão Examinadora a partir do programa do concurso, com 24 horas de antecedência. A prova será realizada no serviço de comunicação por vídeo Google Meet, cabendo ao candidato se conectar no horário agendado ao link de conexão enviado pela Comissão Avaliadora

II - Prova de Títulos (análise de Curriculum Lattes documentado): de caráter classificatório, consiste na análise do Curriculum Lattes em que serão analisadas as atividades de formação, didáticas e científicas, com maior relevância para as atividades relacionadas com o conjunto de disciplinas do concurso.

8.2. As provas só terão início depois de publicadas a decisões de recursos eventualmente interpostos contra o indeferimento das inscrições.

8.3. Os critérios e respectivas pontuações de avaliação das provas, julgamento, classificação e desempate serão definidos pelo Conselho do Departamento de Ensino na Unidade Universitária, valendo-se de legislação específica, elaborada pela unidade e aprovada em Congregação, observadas as seguintes particularidades:

8.3.1. Na primeira fase do concurso, a avaliação de cada candidato constituirá ato privativo do integrante da Comissão, o qual deverá apresentar as suas notas de forma reservada à Presidência do órgão.

8.3.2. A abertura dos documentos de atribuição de notas será feita em reunião da Comissão (via videoconferência) e na presença de todos os seus membros titulares, depois de examinados todos os candidatos e esgotadas todas as fases.

8.3.3. A análise referida na segunda fase do concurso poderá ser feita de forma consensual pelos membros da Comissão, antes da abertura das demais notas atribuídas às provas e arguição da fase precedente, observados os critérios objetivos de pontuação previstos em legislação específica da Unidade e previamente divulgados no edital do concurso.

8.3.4. A arguição, análise e avaliação realizada pelos membros da Comissão Examinadora a distância, se dará nas mesmas condições oferecidas aos examinadores na forma presencial..

8.3.5. Apuradas todas as notas, serão divulgadas as médias finais, na ordem de classificação, permitindo a qualquer candidato, a pedido, o acesso às planilhas de composição das notas de todos os candidatos.

8.3.6. O resultado do concurso será homologado pela Congregação da Unidade Universitária publicado no Diário Oficial do Estado – DOE.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Na avaliação do candidato será adotado o critério de notas de 0 (zero) a 10 (dez) em todas as provas que terão os seguintes pesos:

I - Didática - peso 2

II - Títulos (Análise de Curriculum Lattes) - peso 1

I - Prova Didática: (Peso 2) - de caráter classificatório, que constará de aula teórica em nível de graduação, com duração de no mínimo 40 minutos e no máximo 60 minutos, sobre tema a ser sorteado com 24 horas de antecedência.

Nela, serão considerados os seguintes critérios:

1. Planejamento e organização da aula - 2,0 pontos

2. Clareza expositiva - 2,0 pontos

3. Domínio teórico e conceitual - 2,0 pontos

4. Adequação e profundidade na abordagem do tema - 2,0 pontos

5. Uso de recursos didáticos - 2,0 pontos

II - Análise de Curriculum (Peso 1) - de caráter classificatório, na qual serão considerados os seguintes critérios:

0. Atividades de Ensino: Graduação, Pós-Graduação "Lato Sensu" – peso 3

2. Atividade de pesquisa – peso 2

3. Titulação Acadêmica – peso 2

4. Atividades de Gestão Acadêmica e Administrativa relacionadas ao Ensino e Pesquisa – peso 3

10. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

10.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 07 (sete), atribuídas por, pelo menos, 02 (dois) membros da comissão examinadora.

10.2. A ordem de classificação dos candidatos aprovados será estabelecida em função da maior média final obtida.

10.3. Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

• com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;

• - melhor média na Prova Didática;

• - melhor pontuação na Prova de Títulos;

• - maior idade entre aqueles com idade inferior a 60 anos.

11. DOS RECURSOS

11.1. Caberá recurso, devidamente fundamentado, à Congregação, nas seguintes hipóteses:

I - contra a decisão de indeferimento da inscrição, no prazo de 3 (três) dias úteis após a divulgação da lista de inscritos, no endereço eletrônico da Universidade;

II - do resultado final do concurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua divulgação no Diário Oficial do Estado-DOE.

11.2. O pedido de acesso às notas, previsto no item 8.3.4, suspende o prazo do recurso contra o resultado final, o qual será retomado a partir do atendimento, estendendo-se por mais 1 (um) dia útil se o deferimento tiver ocorrido no último dia do prazo recursal.

11.3. A legitimidade para a interposição de recursos é exclusiva de candidato,

11.4. Os recursos terão a forma escrita, devendo ser realizada através do endereço eletrônico: rh.fmb@unesp.br, dentro do prazo previsto no Edital.

12. CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação somente se efetivará após a homologação, esgotado o prazo para recurso ou julgados definitivamente os recurso interpostos.

12.2. Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital têm direito líquido e certo à contratação, no prazo de validade do concurso e na forma especificada no edital.

12.3. O contrato de trabalho será estabelecido em prazo máximo equivalente ao ano letivo fixado no calendário escolar, correspondendo ao período de até 10 (dez) meses, quando não poderá ser prorrogado, sendo que o estabelecido pelo período de até 5 (cinco) meses, poderá ser prorrogado uma única vez, a critério da Administração.

12.4. Apresentação de comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

12.5. Apresentação de comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;

12.6. O candidato estrangeiro fica dispensado das exigências contidas nos subitens 12.4 e 12.5.

12.7. Comprovação de não registrar antecedentes criminais.

12.8. O candidato deverá observar, o prazo de interstício mínimo entre o término da vigência de um contrato em qualquer Unidade da Unesp e o início de outro, previsto na Lei Complementar nº 1093/2009 e suas alterações.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O resultado final do concurso público será publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.2. - A Congregação terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder o recurso impetrado, a contar do prazo final para recurso.

13.3. O resultado final do concurso público será homologado pela Congregação da Unidade Universitária.

13.4. Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na prova didática (videoconferência) no dia e horário estabelecido ou não apresentar documento original oficial com foto.

13.5. O candidato deve se responsabilizar pela conexão da internet no momento da prova.

13.6. Ocorrendo problemas técnicos que impeça a adequada participação dos membros da Comissão Examinadora e/ou do candidato, durante a realização da prova didática, havendo tentativas restabelecimento da conexão sem sucesso, no período de 30 (trinta) minutos, a prova será suspensa e reagendada.

13.7. A validade deste concurso será a partir da data de publicação no Diário Oficial do Estado-DOE da homologação até o final do ano letivo.

13.8. Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto nos casos em que o concurso público não se realizar.

13.9. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no Diário Oficial do Estado-DOE e no endereço eletrônico www.inscricoes.unesp.br, referente ao presente concurso.

13.10. O Curriculum Lattes documentado ficará à disposição dos candidatos durante o prazo de validade deste concurso. Após este prazo, se não retirado, será descartado.

13.11. Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela comissão examinadora.

13.12. A inscrição implicará no conhecimento deste Edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas.

13.13. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no ato da inscrição.

13.14. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em conseqüência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o seja constatado posteriormente.

13.15. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada à providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.16. Qualquer membro da Congregação da Unidade Universitária ou da Comissão tem legitimidade para denunciar à direção da Unidade, ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público, de forma fundamentada, as irregularidades que constar na execução do concurso, em qualquer das suas fases.

13.17. São de inteira responsabilidade do candidato os custos de deslocamento, hospedagem, alimentação, serviços de acesso/manutenção à internet e de equipamentos eletrônicos ou não de uso pessoal.

PROGRAMA

1. Alimentação nos dois primeiros anos de vida.

2. Deficiência de micronutrientes na criança.

3. Desenvolvimento nos primeiros anos de vida.

4. O seguimento de rotina da criança com Síndrome de Down.

5. Semiologia e a consulta do adolescente.

BIBLIOGRAFIA

1. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos

2. Tratado de Pediatria. Sociedade Brasileira de Pediatria, 2017

3. Documentos científicos da Sociedade Brasileira de Pediatria

4. Pneumonia adquirida na comunidade na infância. SBP 2018.

5. RUGOLO, LMSS; MARTIN, JG; FIORETTO, JR; BENTLIN, MR. Pediatria: do recém-nascido ao adolescente. 1. edição. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2020. 609p.

.

CAMPUS DE GUARATINGUETÁ

Faculdade de Engenharia

RETIFICAÇÃO DO DOE DE 08/01/2021, SEÇÃO I, P. 355 E 356.

Nos editais 003 e 004/2021-FEG/STDARH, no subitem 4.1.5 leia-se o abaixo e não como constou:

"4.1.5. Curriculum Lattes documentado das atividades realizadas (inclusive com o histórico escolar - graduação e pós-graduação do candidato) no qual sejam indicados os trabalhos publicados e todas as demais informações que permitam cabal avaliação do mérito do candidato." (Processos 359/2020 e 358/2020-FEG)

CAMPUS DE JABOTICABAL

Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias

EDITAL 023/2021-FCAV – CONVOCAÇÃO

O Diretor da FCAV - Câmpus de Jaboticabal – UNESP, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, habilitado no Processo Seletivo para admissão, em caráter temporário, de Docente de Ensino Médio I ou II (DEM-I ou DEM-II), para o ano letivo de 2020, prorrogado para o ano letivo de 2021, a enviar os documentos comprobatórios das condições exigidas no item 3 do Edital de Abertura de Inscrições de forma digitalizada ao email rh.fcav@unesp.br, no prazo de 5 dias úteis contados da publicação deste edital:

1 – Fotocópia da Cédula de Identidade;

2 – Fotocópia da Certidão de Nascimento/Casamento;

3 - Fotocópia do Título de Eleitor e documento que comprove estar em dia com as obrigações eleitorais;

4 - Fotocópia do Certificado Militar ou documento que comprove estar em dia com as obrigações militares;

5 - Fotocópia dos cartões de inscrição no PIS/PASEP e CPF regularizado;

6 - Fotocópia dos documentos que comprovem a escolaridade correspondente;

7 - Declaração de Bens e Valores que compõem seu patrimônio privado;

8 - Declaração de bons antecedentes;

9 - Declaração se exerce ou não outro cargo/função pública (Federal, Estadual, Municipal);

10 - 2 fotos 3x4 iguais e recentes (com ou sem data).

11 - Carteira de Trabalho e Previdência Social.

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido, bem como a recusa à admissão, ou, consultado e admitido, deixar de entrar em exercício, terá exaurido os seus direitos decorrentes da habilitação no Concurso.

Educação Profissional de Nível Técnico (Técnico em Agropecuária e Técnico em Informática):

COMPONENTE CURRICULAR/GRUPO DE COMPONENTES CURRICULARES (ÁREAS) – CLASSIFICAÇÃO – NOME – RG

Informática (disciplina: Operação dos Serviços de Rede - 4º – Eudinei Antonio Ranieri – 21.807.054-8/SP

(Proc. 2707/19-FCAV).

CAMPUS DE RIO CLARO

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

COMUNICADO DE PRORROGAÇÃO DE INSCRIÇÕES

Ficam prorrogadas, até o dia 01/02/2021, as inscrições ao concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no período relativo ao ano letivo de 2021, e pelo prazo máximo de 10 meses, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área de Computação, sub-área de conhecimento Computação Básica; e no conjunto de disciplinas: Programação Orientada a Objetos; Linguagens de Programação não Convencionais junto ao Departamento de Estatística, Matemática Aplicada e Computação do Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, conforme Edital nº 133/2020-STDARH/IGCE/CRC. (Proc. 662/2020-IGCE/CRC)

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR

CONVOCAÇÃO

A Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar convoca o (a) candidato (a), CAROLINA FERNANDA ROSA, portador (a) do CPF: 417.655.858-08 classificado (a) em 72º lugar no processo seletivo de pessoal, realizado por essa fundação na função de TECNICO DE ENFERMAGEM (DETERMINADO) – 620/2020, para comparecer no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de publicação desta, no setor de Recursos Humanos da Fundação.

O não cumprimento no referido prazo implicará na perda de seus direitos, sendo convocado o candidato posterior para assumir referida vaga.

Atenciosamente,

Valquíria Aparecida Bazzo da Cunha

Gerente de Recursos Humanos

FAMESP

BEC - Bolsa Eletrônica de Compras

SECRETARIA DE GOVERNO

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

DIVISÃO DE FINANÇAS

Nº DA PD	VENCIMENTO	VALOR
2021PD00792	26-01-2021	R$ 2.719,60
2021PD00770	28-01-2021	R$ 3.984,00
2021PD00771	12-02-2021	R$ 4.444,50
2021PD00773	12-02-2021	R$ 3.513,48
2021PD00787	19-02-2021	R$ 478,80
2021PD00793	19-02-2021	R$ 41.055,00
TOTAL		R$ 56.195,38

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

UG LIQUIDANTE	Nº. DA PD	VALOR R$
400102	2021PD00051	45,00

TOTAL GERAL DE PDS VENCIMENTO 27-01-2021..... R$ 45,00

Diário dos Municípios

AGUAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO. Concorrência Pública Nº 004/2020. Processo Nº 326/2020. Objeto: Alienação de 5 (cinco lotes) de imóvel público, objetos das matrículas 1.731, 7.094, 7.095, 7.096 e 974 do Cartório de Registro de Imóveis local, com a venda no valor certo e fixado em R$10,00 (dez reais) o metro quadrado e R$5,00 (cinco reais) o metro quadrado para área verde, e R$ 65,33 (sessenta e cinco reais e trinta e três centavos). Recebimento dos envelopes de habilitação e proposta até 09:00 horas do dia 25 de fevereiro de 2021. Abertura dos envelopes de habilitação e proposta dia 25 de fevereiro de 2021 às 09:30 horas. Edital a disposição no endereço eletrônico https://aguai.sp.gov.br/home/portal-da-transparecia/. Luiz Carlos Martins - Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

ÁGUAS DA PRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DA PRATA

Ata de Posse de Prefeito

Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, no salão do Nosso Clube de Águas da Prata, situado na Rua José Cataneo, nº 657 – Centro, na presença das pessoas abaixo assinadas, compareceu a Senhora Regina Helena Janizelo Moraes, Prefeita eleita em quinze de novembro de dois mil e vinte (15/11/2021) e empossada no cargo hoje, em Sessão Solene da Câmara Municipal, realizada às dez horas. Compareceu também a senhora Walkyria Fernandes de Freitas, Secretária da Prefeitura de Águas da Prata, representando o Senhor Carlos Henrique Fortes Dezena, que ora deixa o cargo em decorrência do término do mandato. No ato de transmissão a Senhora Walkyria Fernandes de Freitas passou o cargo a Prefeita eleita, desejando-lhe uma feliz gestão junto a comunidade. Desta solenidade foi lavrada a presente ata, que vai assinada por ambas e pelos demais presentes. Eu Walkyria Fernandes de Freitas, Secretária da Prefeitura de Águas da Prata, lavrei a presente ata. Águas da Prata, ao primeiro dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um.

ÁGUAS DE LINDOIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDOIA

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 001/2021

Estando em conformidade com a legislação pertinente, considerando os documentos apresentados pela Secretaria de Educação e Cultura, e de acordo com o Parecer Jurídico desta Prefeitura, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para a contratação de empresa para o fornecimento parcelado de vales transporte para os alunos da Rede Municipal, através da Empresa EXPRESSO FÊNIX VIAÇÃO LTDA, nos termos do caput e inciso I do artigo 25, da Lei nº. 8.666/93, com alterações posteriores, pelo valor total de até R$ 220.255,00 (duzentos e vinte mil duzentos e cinquenta e cinco reais), para a quantidade estimada de 125.860 recargas, sendo o valor unitário do passe escolar R$ 1,75 (um real e setenta e cinco centavos),

Publique-se na Imprensa Oficial, nos termos do artigo 26 da Lei nº. 8.666/93, com alterações posteriores.

Águas de Lindóia, 22 de janeiro de 2021.

Gilberto Abdou Helou

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 002/2021

Estando em conformidade com a legislação pertinente, considerando os documentos apresentados pela Secretaria Municipal de Administração e de acordo com o Parecer Jurídico desta Prefeitura, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para a contratação de empresa para o fornecimento parcelado de vales transporte para os funcionários da Prefeitura Municipal, através da Empresa EXPRESSO FÊNIX VIAÇÃO LTDA, nos termos do caput e inciso I do artigo 25, da Lei nº. 8.666/93, com alterações posteriores, pelo valor total de até R$ 75.726,00 (setenta e cinco mil setecentos e vinte e seis reais), para a quantidade estimada de 21.636 recargas, sendo o valor unitário do vale transporte R$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos).

Publique-se na Imprensa Oficial, nos termos do artigo 26 da Lei nº. 8.666/93, com alterações posteriores.

Águas de Lindóia, 22 de janeiro de 2021.

Gilberto

Abdou Helou

Prefeito Municipal

ÁGUAS DE SÃO PEDRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO

Extrato de Contrato

Contratante: Prefeitura do Município da Estância Hidromineral de Águas de São Pedro. Contratada: Construtora e Pavimentadora Conciv Ltda CNPJ: 02.487.442/001-30, Contrato: 03/2021. Valor Global Estimado: R$224.383,88 (Duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos). Data da Contratação: 12/01/2021. Prazo: 30 (trinta) dias, com possibilidade de prorrogação. Licitação: Tomada de Preços º 08/2020. Processo: 335/2020. Águas de São Pedro/SP, 21/01/2021. Antônio Sérgio Antunes – Departamento de Compras e Licitações.

ALTINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTINÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO

A Municipalidade de Altinópolis, SP, torna público que se acha aberta licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2021, objetivando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro dos veículos que compõem a frota municipal. OBTENÇÃO DO EDITAL: altinopolis.sp.gov.br/licitacoes. Endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública: licitacoes-e.com.br. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:15 horas do dia 04 de fevereiro de 2021. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 04 de fevereiro de 2021 às 08:15 horas. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia 04 de fevereiro de 2021 a partir das 08:45 horas. Altinópolis, 22 de janeiro de 2021. JOSÉ ROBERTO FERRACIN MARQUES - Prefeito Municipal de Altinópolis.

AMERICANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA

LICITAÇÕES

EDITAL DE REDESIGNAÇÃO DE DATA E READEQUAÇÃO DE EDITAL

Considerando as readequações que se fizeram necessárias, a Prefeitura Municipal de Americana torna público que fica redesignada a data do presente Edital, conforme segue:

* CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2020.

Processo nº 32.488/2020

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, MONITORADO POR SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAL (GPS), COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS, MÃO DE OBRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DESTE EDITAL."

Entrega dos Envelopes: 02 DE MARÇO DE 2021, das 08h00 às 09h15 horas.

Sessão de abertura dos Envelopes: 02 DE MARÇO DE 2021, às 09h30 horas.

Prazo para retirada do Edital: A partir do dia 27 de Janeiro de 2021 até o dia 01 de Março de 2021, o Edital estará à disposição dos interessados na Unidade de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Americana, no horário das 09h00 às 16h00 horas, ou no site www.americana.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas, junto a Unidade de Suprimentos da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Brasil, n.º 85, 1.º andar - centro, no horário das 09h00 às 16h00 horas – telefone (19) 3475-9046.

Eu, Luciane Carloni, matrícula 11.215, conferi o presente. Eu, José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores, Secretário de Administração Interino, autorizei a publicação oficial. Americana, 21 de Janeiro de 2021.

RELAÇÃO DE EXTRATOS DE CONTRATOS, ADITAMENTOS CONTRATUAIS e ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS nos quais figuram como contratante a Prefeitura Municipal de Americana, que contém o número do processo administrativo, o nome ou a razão social do contratado, o objeto, a vigência, o valor, a dotação orçamentária (ou base legal da receita) e a data.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO: Cad. 003/21, PP 057/16, 54.886/16, Trivale Administração Ltda, Quarto aditamento ao contrato para a prestação de serviços de administração, gerenc. e emissão do cartão alimentação(concessão de cesta básica) aos funcionários da administração municipal direta,gama e Fusame do município de Americana. Renovação prazo de vigência, 12 meses, 21-01-2021; Cad. 010/21, 55.157/10, Francisco Fernando Brunharo, Sétimo aditamento ao contrato de locação do imóvel Rua Germano Justi,104, Jd. Paulista.Revisão do valor, 12 meses, R$ 2.826,04, 21-01-2021; SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO: Cad. 004/21, PE 191/20, 30.891/20, Turvomed Distribuidora e Serviços Eireli, Ata de registro de preços para aquisição de medicamentos para uso veterinário nos animais do parque ecológico municipal, 12 meses, 18-01-2021; Cad. 005/21, PE 191/20, 30.891/20, El Machado Medicamentos Ltda, Ata de registro de preços para aquisição de medicamentos para uso veterinário nos animais do parque ecológico municipal, 12 meses, 18-01-2021; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: Cad. 006/21, PE 174/20, 29.771/20, Carvalho Comercio de Produtos Alimenticios Eireli, Ata de registro de preços para aquisição de gêneros perecíveis (carnes de aves IQF e pescados) para as unidades escolares municipais de America e demais secretarias, 12 meses, 22-01-2021; Cad. 007/21, PE 174/20, 29.771/20, Distribuidora Nancy Ltda, Ata de registro de preços para aquisição de gêneros perecíveis (carnes de aves IQF e pescados) para as unidades escolares municipais de America e demais secretarias, 12 meses, 22-01-2021; Cad. 008/21, PE 174/20, 29.771/20, Gabee Foods Comercio de Alimentos Eireli-Epp, Ata de registro de preços para aquisição de gêneros perecíveis (carnes de aves IQF e pescados) para as unidades escolares municipais de America e demais secretarias, 12 meses, 22-01-2021; Cad. 009/21, PE 174/20, 29.771/20, Spoljaric Comercial do Brasil Eireli Epp, Ata de registro de preços para aquisição de gêneros perecíveis (carnes de aves IQF e pescados) para as unidades escolares municipais de America e demais secretarias, 12 meses, 22-01-2021; Cad. 014/21, PE 177/20, 30.509/20, Ecomax Comércio de Máquinas e Produtos Químicos Ltda-Epp, Ata de registro de preços para aquisição de produtos para máquina de lar louça industrial (detergente líquido e auxiliar de secagem) utilizados nas unidades escolares municipais de Americana, 12 meses, 22-01-2021; SECRETARIA DE FAZENDA: Cad. 004/21, PP 055/19, 54.340/19, Confiatta Sistemas e Tecnologia Ltad -me, Primeiro aditamento ao contrato para prestação de serviço de locação de licença de usos de software. Renovação do prazo, 12 meses, R$ 96.000,00, 02.06.01, 21-01-2021; SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS: Cad. 005/21, TP 002/16, 12.886/16, Consulterra Engenharia e Consultoria Ltda, Sexto aditamento ao contrato para elaboração de projetos básicos e executivos para construção de 02 (dois) viadutos sobre a SP 330 - Rodovia Anhanguera - em Americana -SP. Prorrogar o prazo, 90 dias, 21-01-2021; SECRETARIA DE SAÚDE: Cad. 002/21, Ch. Pública 006/17, 1.481/17, Cada Casa de Apoio Ao Drogado e Alcoólatra Casa Dia de Cosmópolis, Terceiro aditamento ao contrato para prestação de serviços internação e reabilitação de pacientes dependentes químicos (álcool e drogas). Renovação do prazo. Ajuste valor, 12 meses, R$ 1.050.000,00, 05-01-2021; Cad. 003/21, PE 003/21, 30.783/20, Evolução Pet Com de Prod Para Banho e Tosa e Vet Eireli, Ata de registro de preços para aquisição de insumos para o CCZ - Centro de Controle de Zoonozes, 12 meses, 18-01-2021; Cad. 006/21, PP 057/19, 67.965/19, Sime Prag do Brasil Ltda Me, Primeiro aditamento ao contrato para realização de ações de combate às arboviroses no município. Renovação do prazo e valor, 12 meses, R$ 588.000,00, 21-01-2021; Cad. 007/21, Disp. Lic. 088/20, 33.484/20, Drogaria Mini Ltda-me, Contrato para o fornecimento de produtos para atendimento de ordens judiciais, 6 meses, R$ 33.393,48, 02.14.01, 21-01-2021; Cad. 008/21, Disp. Lic. 088/20, 33.484/20, Drogal Farmacêutica Ltda, Contrato para o fornecimento de produtos para atendimento de ordens judiciais, 6 meses, R$ 3.850,45, 02.14.01, 21-01-2021; Cad. 009/21, Disp. Lic. 088/20, 33.484/20, P. Pires & Cia Ltda, Contrato para o fornecimento de produtos para atendimento de ordens judiciais, 6 meses, R$ 650,28, 02.14.01, 21-01-2021; Cad. 010/21, PE 120/20, 27.140/20, Polar Fix Ind e Com de Prod Hospitalares Ltda, Ata de registro de preços para aquisição de material de enfermagem da classe curativos, 12 meses, 22-01-2021; Cad. 011/21, PE 120/20, 27.140/20, Aramed Comercial Hospitalar Eireli - Me, Ata de registro de preços para aquisição de material de enfermagem da classe curativos, 12 meses, 22-01-2021; Cad. 012/21, PE 120/20, 27.140/20, Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, Ata de registro de preços para aquisição de material de enfermagem da classe curativos, 12 meses, 22-01-2021; Cad. 013/21, PE 120/20, 27.140/20, Hospec Hospitalar Ltda, Ata de registro de preços para aquisição de material de enfermagem da classe curativos, 12 meses, 22-01-2021.

Eu, Angelica Cristina Alves Camargo, matrícula 913669, elaborei e conferi o presente edital. Eu, Fabio Beretta Rossi, Secretário Municipal de Administração, autorizei a publicação oficial.

Americana, 22 de Janeiro de 2021

LICITAÇÕES

EDITAL DE RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

* CHAMADA PÚBLICA N.º 008/2020

Processo n.º 30.922/2020.

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR, DE FORMA COMPLEMENTAR, DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OFTALMOLÓGICOS AOS USUÁRIOS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AMERICANA.

Contratadas: "INSTITUTO DE OLHOS AMERICANA S/S LTDA" e "20/20 SERVIÇOS MÉDICOS S/S" – VALORES CONFORME TABELA SUS.

Fundamento legal: Art. 25, "Caput" da Lei Federal n.º 8.666/93.

Ratificação: Secretário de Administração, em 21 de Janeiro de 2021.

EDITAL DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

* CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2020

Processo nº 28.493/2020

OBJETO: "OUTORGA ONEROSA DA CONCESSÃO COMUM DO SERVIÇO REGULAR DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE AMERICANA"

A Prefeitura Municipal de Americana torna público que a Comissão Permanente de Licitações julgou, conforme motivos constantes nos autos, HABILITADA a empresa:

"SANCETUR – SANTA CECÍLIA TURISMO LTDA".

Na forma do Capítulo V da Lei Federal n.º 8.666/93, fica concedido o prazo legal para a interposição de recursos administrativos, a contar do dia útil imediatamente seguinte ao da presente publicação.

Eu, Luciane Carloni, matrícula 11.215, conferi o presente. Eu, José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores, Secretário de Administração Interino, autorizei a publicação oficial. Americana, 22 de Janeiro de 2021.

ANALÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANALÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO 03/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal da Estância Climática de Analândia/SP; CONTRATADO: Instituto Nacional de Desenvolvimento Educação e Capacitação - INDEC; OBJETO: Serviços especializados de assessoria técnica administrativa para realização de concursos públicos; PRAZO: 12 meses. Analândia/SP, 19/01/2021. André Luiz Bertole – Setor de Licitações e Contratos.

Aviso de Licitação

Edital 01 – Pregão 01/2021

O Município da Estância Climática de Analândia/SP, torna público para quem possa interessar, que no dia 01/02/2021, às 14h00min, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Avenida 04, 381 – Centro, será realizada Licitação, aberta através do Edital nº 01/2021 na modalidade Pregão do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto Registro de Preços para eventual aquisição de massa asfáltica CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), Faixa C, para aplicação a frio, destinada à manutenção das vias públicas do município, conforme especificações técnicas contidas nos anexos. O instrumento convocatório e seus anexos poderão ser retirados ou consultados no Paço Municipal, à Avenida 04, 381, Centro, de segunda à sexta-feira das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas ou no site oficial da Prefeitura – www.analandia.sp.gov.br. Informações através do telefone (19) 3566.9090 ou ainda através do e-mail: licitacoes@analandia.sp.gov.br. Analândia, 22/01/2021. Paulo Henrique Franceschini – Prefeito.

ARAÇARIGUAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

EXTRATO DE ADITAMENTO

CONTRATO N.º 30/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2020

PROCESSO nº 62/2020

OBJETO: primeiro termo de aditamento para alterar o termo de referência anexo I, referente aos endereços dos itens 33, 36, 38, 42, 45 e 48 destinados a instalação de links de internet para as câmeras de monitoramento.

Contratada: Proxer Telecomunicações Ltda.

Assinatura: 24/11/2020.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº 32/2020

PROCESSO nº 110/2020

OBJETO: Aquisição de material de escritório e material escolar em atendimento a diversas secretarias, através do sistema de registro de preços pelo período de 12 (doze) meses.

Sessão Pública do Pregão Presencial nº 32/2020: 08/02/2021 às 9h, na Rua Leopoldo da Silva, 1.000 - Jd. Bela Vista - Araçariguama - SP

O edital em seu inteiro teor estará à disposição a partir do dia 25/01/2021, das 9h às 16h30 no endereço acima mencionado e também no site da Prefeitura www.aracariguama.sp.gov.br

ARAÇATUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 084/2020 - REGISTRO DE PREÇOS N.º 062/2020 - PROCESSO N.º 1.484/2020

HOMOLOGAÇÃO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração – Divisão de Licitação e Contratos TORNA PÚBLICO a todos os interessados que o Pregão Presencial de menor preço por item, destinado ao REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE CARROSSEL ADAPTADO, BALANÇO ADAPTADO E PLAYGROUND INFANTIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei o Sr. Prefeito Municipal, DILADOR BORGES DAMASCENO, Adjudica e Homologa o presente certame, conforme Ata da Sessão Pública, para as empresas classificadas:

- NATALI BRINK BRINQUEDOS LTDA – EPP, para fornecer os itens: 3.1, 3.2.

- DELVA FABRICAÇÃO DE PEÇAS EM METAIS LTDA – EPP, para fornecer os itens: 01, 02;

GABINETE DO PREFEITO, 13 de janeiro de 2021.

DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 088/2020 - REGISTRO DE PREÇOS N.º 065/2020 - PROCESSO N.º 1.389/2020

HOMOLOGAÇÃO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração – Divisão de Licitação e Contratos TORNA PÚBLICO a todos os interessados que o Pregão Presencial de menor preço por item, destinado ao REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE LIMPEZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei o Sr. Prefeito Municipal, DILADOR BORGES DAMASCENO, Adjudica e Homologa o presente certame, conforme Ata da Sessão Pública, para as empresas classificadas:

- RILL QUÍMICA LTDA – EPP, para fornecer os itens: 04, 13, 18, 20, 22, 23, 24, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 50, 52, 58, 62, 64, 65, 68, 71, 75, 92, 97, 98, 100, 104, 106, 107, 115, 124, 125, 126, 127, 133, 134, 135, 136, 138, 140, 141, 142, 145, 147.1, 147.2, 150;

- SAGRADO & VIDOTTO ARAÇATUBA LTDA, para fornecer os itens: 39, 51, 59, 60, 86, 95, 96, 103, 112, 116, 120, 128, 129, 131, 149;

- SANCHES & DELBONI PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – ME, para fornecer os itens: 45, 55, 56, 57, 72, 73, 74, 76, 80, 113, 117, 132;

- GS JORGE JÚNIOR - ME, para fornecer os itens: 01, 02, 03, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 21, 25, 26, 28, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 47, 53, 54, 61, 63, 66, 67, 69, 70, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 99, 102, 105, 108, 109, 110, 111, 114, 118, 119, 122, 137, 139, 143, 144, 146, 148.

- ITENS FRACASSADOS: 05, 06, 16, 19, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 75, 93, 101, 123, 130, 151.

- ITEM DESERTO: 12.

GABINETE DO PREFEITO, 14 de janeiro de 2021.

DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

ARTUR NOGUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO – PP 039/2020

O Município de Artur Nogueira, estado de São Paulo, torna publica a adjudicação do Pregão Presencial n° 039/2020, cujo objeto é a aquisição de Produtos Cárneos para a composição da merenda escolar, tendo como detentora da Ata a empresa: DISTRIBUIDORA NANCY LTDA, CNPJ Nº 00.024.415/0001-03, pelo valor global de R$ 884.277,50 (oitocentos e oitenta e quatro mil duzentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos); M.A. BEZERRA PRODUTOS ALIMENTICIOS ME, CNPJ Nº 24.684.591/0001-21, pelo valor global de R$ 1.256.200,00 (um milhão duzentos e cinquenta e seis mil e duzentos reais) e SPOLJARIC COMERCIAL BRASIL LTDA ME, CNPJ Nº 20.902.434/0001-94, pelo valor global de R$ 139.771,20 (cento e trinta e nove mil setecentos e setenta e um reais e vinte centavos). Artur Nogueira, 20 de janeiro de 2021. JAQUELINE CHICHURRA SILVA – Pregoeira.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PP 039/2020

O Município de Artur Nogueira, Estado de São Paulo, torna publica a homologação do Pregão Presencial n° 039/2020, cujo objeto é a aquisição de Produtos Cárneos para a composição da merenda escolar, tendo como detentora da Ata a empresa: DISTRIBUIDORA NANCY LTDA, CNPJ Nº 00.024.415/0001-03, pelo valor global de R$ 884.277,50 (oitocentos e oitenta e quatro mil duzentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos); M.A. BEZERRA PRODUTOS ALIMENTICIOS ME, CNPJ Nº 24.684.591/0001-21, pelo valor global de R$ 1.256.200,00 (um milhão duzentos e cinquenta e seis mil e duzentos reais) e SPOLJARIC COMERCIAL BRASIL LTDA ME, CNPJ Nº 20.902.434/0001-94, pelo valor global de R$ 139.771,20 (cento e trinta e nove mil setecentos e setenta e um reais e vinte centavos). Artur Nogueira, 20 de janeiro de 2021. DÉBORA DEL BIANCO BARBOSA SACILOTTO, Secretária de Educação - DECRETO Nº 009/2021.

O Município de Artur Nogueira, Estado de São Paulo, torna público o Extrato(s) de Ata(s) e Contrato(s) decorrente desta Prefeitura, conforme segue:

Contrato nº 004/2021 – Dispensa de licitação – Processo Adm nº 0308-1/2021, tendo como partes Contratante: Prefeitura Municipal de Artur Nogueira/SP e Contratado(a):WELLDONE ASSISTÊNCIA LABORATORIAL EIRELI-ME. Objeto: Aquisição de 300 (trezentos) testes rápidos para detecção do COVID-19 (Coronavírus). Vigência: 60 (sessenta) dias. Valor unitário: R$ 54,00 (cinquenta e quatro reais). Valor total: R$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais). Dotação orçamentária: 352-06.01.10.301.0040.2.096.339030.05.3120008. Data de assinatura: 19/01/2021. Artur Nogueira, 22 de janeiro de 2021. Lucas Sia Rissato – Prefeito Municipal.

ASSIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS

COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA

Ref.: Processo 04/21 - Pregão Eletrônico 04/21 - Registro de Preços para Aquisição de Trator Cortador de Grama Giro Zero. Encerramento: 09:00 horas do dia 05/02/2021. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas paginas http://www.assis.sp.gov.br; http://www.comprasnet.gov.br. Informações: (18) 3322-2574.

Assis (SP), 22 de janeiro de 2021.

COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA

Ref.: Processo 05/21 - Pregão Eletrônico 05/21 - Registro de Preços para Aquisição de Carnes Diversas. Encerramento: 09:00 horas do dia 08/02/2021. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas paginas http://www.assis.sp.gov.br; http://www.comprasnet.gov.br. Informações: (18) 3322-2574.

Assis (SP), 22 de janeiro de 2021.

José Aparecido Fernandes - Prefeito

COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA

Ref.: Processo 007/21 - Chamada Pública 001/21 - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Encerramento: 09:00 horas do dia 18/02/2021. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas paginas http://www.assis.sp.gov.br.

Assis (SP), 21 de janeiro de 2021.

Nadir Blefari de Almeida - Presidente da Comissão

COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA

Ref.: Processo 008/21 - Chamada Pública 002/21 - Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Encerramento: 14:00 horas do dia 18/02/2021. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas paginas http://www.assis.sp.gov.br.

Assis (SP), 22 de janeiro de 2021.

José Aparecido Fernandes - Prefeito

ATIBAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA

AVISO DE LICITAÇÃO. A Prefeitura da Estância de Atibaia, torna público para conhecimento dos interessados a abertura das seguintes licitações: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021, PROCESSO Nº 52.391/2020, cujo o objeto é Registro de preços para eventual prestação de serviços de locação de veículos com equipamentos acoplados, máquinas, tratores com equipamentos acoplados, de forma parcelada, pelo período de 12 (doze) meses, destinado ao uso da secretaria de serviços e demais secretarias. ENTREGA DOS ENVELOPES "Proposta e Documentação" e INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: às 09 horas do dia 05 de fevereiro de 2.021, na sala de Licitações, sita a Rua Bruno Sargiani, 100, Vila Rica, Atibaia/SP. Para aquisição do edital os interessados deverão acessar o site http://www.atibaia.sp.gov.br ou, dirigir-se à sede da Prefeitura da Estância de Atibaia, nos dias úteis da 10 h às 16 h, mediante o recolhimento de emolumentos no valor de R$ 10,00 (dez reais).PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2021, PROCESSO ELETRÔNICO Nº 26.220/2020. OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de ração animal (equino, cães, farelo de trigo e milho seco em grão) destinado ao consumo dos animais do abrigo municipal, com entregas parceladas por um período de 12 meses. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 05/02/2021 AS 16h00 horas. ABERTURA DE PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS DIA: 08/02/2021 AS 08h30. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2021, PROCESSO ELETRÔNICO Nº 44.708/2020. OBJETO: Registro de preços, para aquisição de material e.p.i., para os servidores da secretaria de assistência e desenvolvimento social nas ações do covid, conforme portaria 369/2020-mds, com entregas parceladas, por um período de 12 (doze) meses. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 05/02/2021 AS 16h00 horas. ABERTURA DE PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS DIA: 08/02/2021 AS 08h30. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2021, PROCESSO ELETRÔNICO Nº 50.262/2020. OBJETO: Registro de

Certificação Digital Imprensa Oficial

Segurança e agilidade na administração da sua empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

www.imprensaoficial.com.br

io certificaçãodigital

SAC 0800 01234 01

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

preço para eventual aquisição de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica, com entrega parceladas, por um período de 12 (does) meses – lista 36/20. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 05/02/2021 AS 16h00 horas. ABERTURA DE PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS DIA: 08/02/2021 AS 08h30. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2021, PROCESSO ELETRÔNICO Nº 39.522/2020. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS ANALÓGICOS DE MESA, APARELHOS TELEFÔNICOS SEM FIO E HEADSETS, PARA USO DE DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, COM ENTREGAS PARCELADAS. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 09/02/2021 AS 16h00 horas. ABERTURA DE PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS DIA: 10/02/2021 AS 08h30. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2021, PROCESSO ELETRÔNICO Nº 42.000/2020. OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de bebedouros e ventiladores de torre, destinados aos diversos setores desta prefeitura, pelo período de 12 (doze) meses, com entregas parceladas. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 09/02/2021 AS 16h00 horas. ABERTURA DE PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS DIA: 10/02/2021 AS 08h30. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2021, PROCESSO ELETRÔNICO Nº 41.072/2020. OBJETO: Registro de preços, para aquisição de material E.P.I. para os servidores em cumprimento a lei 6514 PORT.3214/1978-NR6-M.T.E. com entregas parceladas, por um período de 12 (doze) meses. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 09/02/2021 AS 16h00 horas. ABERTURA DE PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS DIA: 10/02/2021 AS 08h30. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2021, PROCESSO ELETRÔNICO Nº 43.327/2020. OBJETO: Registro de preço para a eventual prestação de serviços de arbitragem, nas diversas modalidades esportivas, a serem realizadas pelo município de Atibaia/SP, de forma parcelada por um período de 12 (doze) meses. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 04/02/2021 AS 16h00 horas. ABERTURA DE PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS DIA: 05/02/2021 AS 08h30. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2021, PROCESSO ELETRÔNICO Nº 51.710/2020. OBJETO: Registro de preços para eventual locação de banheiros químicos para uso nos eventos desta prefeitura, com entregas parceladas, pelo período de 12 (doze) meses. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 04/02/2021 AS 16h00 horas. ABERTURA DE PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS DIA: 05/02/2021 AS 08h30. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2021, PROCESSO ELETRÔNICO Nº 52.326/2020. OBJETO: Registro de preços de para eventual aquisição de material farmacológico, destinado aos dispensários de medicamentos da secretaria municipal da saúde, lista 45/20, com entregas parceladas, por um período de 12 (doze) meses. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 11/02/2021 AS 16h00 horas. ABERTURA DE PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS DIA: 12/02/2021 AS 08h30. Para aquisição dos editais os interessados deverão acessar os sites http://www.atibaia.sp.gov.br ou www.bbmnetlicitacoes.com.br ou, dirigir-se à sede da Prefeitura da Estância de Atibaia, nos dias úteis da 10 h às 16 h, mediante o recolhimento de emolumentos no valor de R$ 10,00 (dez reais). DEMAIS INFORMAÇÕES: Departamento de Compras e Licitações, sito à R Bruno Sargiani, 100, Vila Rica, Fone: 11 4414-2510. Secretaria de Administração – Departamento de Compras e Licitações, 22 de janeiro de 2.021. -Everaldo da Silva- Divisão de Licitações. AVISO - NOVA DATA PROCESSO ELETRÔNICO Nº 21.658/2020 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 007/2021. OBJETO: Registro de preços para aquisição de exames de diagnóstico por imagem especializado de média e alta complexidade (tomografia/angiotomografia computadorizada e ressonância magnética), de forma parcelada, por um período de 12 (doze) meses. A Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que, em razão de esclarecimento, foi REDESIGNADO para até as 16h:00 do dia 08/02/2021 NOVA DATA para RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS e ABERTURA DE PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS, agendada para o dia 09/02/2021 as 08h30m. Ata de Esclarecimento bem como o edital do presente certame, estão disponíveis aos interessados nos sites http://www.atibaia.sp.gov.br e www.bbmnetlicitacoes.com.br. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021, PROCESSO ELETRÔNICO Nº 49.304/2020. OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de impressos padronizados destinados ao atendimento e orientação dos usuários das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde, com entregas parceladas, por um período de 12 (doze) meses. A Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que, em razão de esclarecimento, foi REDESIGNADO para até as 16h:00 do dia 11/02/2021 NOVA DATA para RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS e ABERTURA DE PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS, agendada para o dia 12/02/2021 as 08h30m. Ata de Esclarecimento bem como o edital do presente certame, estão disponíveis aos interessados nos sites http://www.atibaia.sp.gov.br e www.bbmnetlicitacoes.com.br. DEMAIS INFORMAÇÕES: Departamento de Compras e Licitações, sito à R Bruno Sargiani, 100, Vila Rica, Fone: 11 4414-2510. Secretaria de Administração – Departamento de Compras e Licitações, 22 de janeiro de 2.021. -Everaldo da Silva- Divisão de Licitações.

AVANHANDAVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AVANHANDAVA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Processo nº 77/2020
Tomada de Preços nº 09/2020

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras de pavimentação de vias e serviços complementares, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro, constantes do Anexo I. HOMOLOGO a decisão proferida pela Comissão de Licitações e ADJUDICO, com base na manifestação do Advogado da Prefeitura Municipal de Avanhandava, para que produza seus regulares efeitos, o objeto da presente licitação a empresa PÉROLA CONSTRUTORA EIRELI EPP, inscrita no CNPJ nº 37.354.382/0001-61, com sede a Rua Nicolai Marino Gonçalves, 359, sala 01, Residencial Colina Verde, na cidade de Birigui-SP, pelo valor total de R$ 233.866,41 (duzentos e trinta e três mil oitocentos e sessenta e seis reais e quarenta e um centavos).Avanhandava/SP, 22 de Janeiro de 2021.Ciro Augusto Moura Veneroni-Prefeito Municipal

AVARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE AVARÉ

SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO DE CONVÊNIO – 1º Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência ao CONVÊNIO Nº 01/2020 que entre si celebram o Município da Estância Turística de Avaré, por intermédio da Secretaria da Saúde e Santa Casa de Misericórdia de Avaré

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Convênio terá prazo de 12 (doze) meses, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2021, podendo ser prorrogado por até 48 (quarenta e oito) meses.

VALOR: R$ 18.296.110,32 - Assinado em: 18/12/2020

CONVÊNIO 01/2021

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ, COM A INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DE SAÚDE E A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE AVARÉ, VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº 1.985 DE 02 DE

FEVEREIRO DE 2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº 4.415 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

OBJETO: O presente convênio tem por objeto conceder dentro da disponibilidade financeira, subvenção e repasse de recurso municipal a Santa Casa de Misericórdia de Avaré, destinados a prestação de serviços hospitalares, ambulatoriais, bem como integrar a CONVENIADA no Sistema Único de Saúde – SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde dos indivíduos que deles necessitam, e conforme Plano de Trabalho previamente definido entre as partes.

VALOR: R$ 1.392.000,00 - Assinado em: 05/01/2021

CONVÊNIO 02/2021

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE AVARÉ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE AVARÉ, COM OBJETIVO DE PRESTAR ATENDIMENTO MÉDICO DE RETAGUARDA POR ESPECIALIDADES, AOS PACIENTES DO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL E MUNICÍPIOS REFERENCIADOS, DURANTE AS 24 HORAS.

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto a prestação de Assistência Médica e Hospitalar Especializada a ser prestada aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, que deles necessitem, em regime de plantão, durante as 24 horas, na Sede da CONVENIADA, para receber, avaliar e dar continuidade na Assistência médica ao paciente.

VALOR: R$ 6.960.000,00 - Assinado em: 05/01/2021

AVISO DE EDITAL

TERMO DE SUSPENSÃO Nº 056/20 DO CONCURSO DE PROJETOS 001/2020 – PROCESSO 397/2020

Fica SUSPENSO SINE DIE o procedimento licitatório na modalidade CONCURSO DE PROJETOS Nº. 001/2020 – Processo nº. 397/2020, objetivando a Seleção de Projetos para aplicação da Lei 14.017/2020 – Aldir Blanc. Suspenso em: 20/01/2.021 – Isabel Cardoso – Secretária Municipal de Cultura da Estância Turística de Avaré.

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

Fica ADITADO E PRORROGADO o contrato na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 074/2020 – PROCESSO N° 366/2020 (Contrato n° 176/2020), que faz entre si a Prefeitura da Estância Turística de Avaré e a empresa MERCADO ABAVIL LTDA ME, fica ADITADO o valor global de R$ 2.439,00 (Dois mil e quatrocentos e trinta e nove reais), que corresponde aproximadamente 13,34% (Treze vírgula trinta e quatro por cento) do total do contrato e fica PRORROGADO o prazo de vigência contratual até 23 de abril de 2.022, objetivando a aquisição emergencial de gêneros alimentícios para atender os equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Adriana Moreira Gomes – Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Estância Turística de Avaré.

TERMO DE PRORROGAÇÃO

Fica PRORROGADO o contrato na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2020 – PROCESSO N° 051/2020 (Contrato n° 043/2020), que faz entre si a Prefeitura da Estância Turística de Avaré e a empresa SEMAM TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, objetivando o fornecimento de materiais, máquinas, equipamentos e mão de obra para execução de recapeamento asfáltica na Rua Finlândia, Rua Letônia e Avenida João Vitor de Maria – Avaré/SP, com prorrogação do prazo de vigência contratual até 18 de fevereiro de 2.021. Alexandre Leal Nigro – Secretário Municipal de Planejamento e Transportes da Estância Turística de Avaré.

Fica PRORROGADO o contrato na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/16 – PROCESSO N° 020/16 (Contrato n° 009/16), que faz entre si a Prefeitura da Estância Turística de Avaré e o Senhor NOÉ RODRIGUES SILVEIRA, objetivando a locação de imóvel situado a Rua Piauí, nº 1.388-Centro, para instalação da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, com prorrogação do prazo de vigência contratual até 23 de janeiro de 2.022, no valor global de R$ 64.503,24 (Sessenta e quatro mil quinhentos e três reais e vinte e quatro centavos). Adriana Moreira Gomes – Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Estância Turística de Avaré.

TERMO DE REVOGAÇÃO

Fica REVOGADO a licitação na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 012/2020 – PROCESSO Nº. 077/2020, objetivando a contratação de mão obra prisional, através do Programa de alocação demão de obra da FUNAP, junto ao Centro Ressocialização (CR) de Avaré, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Gabinete, conforme preceitua o artigo 49, primeira parte da Lei 8.666/93 c/c a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal – Revogado em: 12/01/2021. Alexandre Leal Nigro – Secretário Municipal Serviços da Estância Turística de Avaré.

TERMO DE REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO

Fica REVOGADO a Suspensão do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 008/2020 – PROCESSO Nº. 390/2020, objetivando o credenciamento de pareceristas para análise de projetos Culturais da Estância Turística de Avaré, Lei Aldir Blanc. Revogado em: 12/01/2021. Isabel Cristina Cardoso – Secretária Municipal de Cultura da Estância Turística de Avaré.

TERMO DE SUPRESSÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2020 – PROCESSO Nº 051/2020 (Contrato nº 043/2020) fica SUPRIMIDO valor global de R$ 12.145,65 (Doze mil, cento e quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) com a empresa SEMAM TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, o que corresponde a aproximadamente 2,78% (Dois vírgula setenta e oito por cento) do total do contrato, objetivando o fornecimento de materiais, máquinas, equipamentos e mão de obra para execução de recapeamento asfáltico na rua Finlândia, Rua Letônia e Avenida João Vitor de Maria. Assinatura do Termo de Supressão: 18/01/2021.

TERMO DE SUSPENSÃO DE CONTRATO

Considerando a Comunicação Interna n° 603104 da Secretaria Municipal da Cultura, fica SUSPENSO os Contratos do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 008/2020 – PROCESSO Nº. 390/2020, objetivando o credenciamento de pareceristas para análise de projetos Culturais da Estância Turística de Avaré, Lei Aldir Blanc. Assinatura do Termo de Suspensão: 21/01/2021. Isabel Cristina Cardoso – Secretária Municipal de Cultura da Estância Turística de Avaré.

TERMO DE ALTERAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 103/18 – PROCESSO N° 323/18 (Contrato n°338/18)

Considerando o contrato da empresa WEB SIM TECNOLOGIA EIRELE, os atos praticados por este setor assinado pela Secretária Municipal de Educação da Estância Turística de Avaré – Estado de São Paulo, neste ato representado conforme delegação de competência fixado pelo Decreto Municipal n° 4.813/2.017 e pela empresa deverão ser rerratificados da seguinte maneira.

Onde se lia:

( ) WEB SIM TECNOLOGIA EIRELE, cadastrada no CNPJ sob o número 05.807.973/0001-50, com sede na Rua João Passos, n° 2263 – Centro – Pereiras/SP – CEP: 18.602-140 ( )

Agora se leia:

( ) WEB SIM TECNOLOGIA EIRELE, cadastrada no CNPJ sob o número 05.807.973/0001-50, com sede na Avenida Dr. Vital Brazil, n°1315 – Jardim Bom Pastor – Botucatu/SP – CEP: 18.607-660( )

Ficam ratificados os demais termos do referido Contrato.

PREGÃO PRESENCIAL N° 089/19 – PROCESSO N° 204/19 (Contrato n° 257/19)

Considerando o contrato da empresa WEB SIM TECNOLOGIA EIRELE, os atos praticados por este setor assinado pelo Secretário Municipal de Saúde da Estância Turística de Avaré – Estado de São Paulo, neste ato representado conforme delegação de competência fixado pelo Decreto Municipal n° 4.813/2.017 e pela empresa deverão ser rerratificados da seguinte maneira.

Onde se lia:

( ) WEB SIM TECNOLOGIA EIRELE, cadastrada no CNPJ sob o número 05.807.973/0001-50, com sede na Rua João Passos, n° 2263 – Centro – Pereiras/SP – CEP: 18.602-140 ( )

Agora se leia:

( ) WEB SIM TECNOLOGIA EIRELE, cadastrada no CNPJ sob o número 05.807.973/0001-50, com sede na Avenida Dr. Vital Brazil, n°1315 – Jardim Bom Pastor – Botucatu/SP – CEP: 18.607-660( )

Ficam ratificados os demais termos do referido Contrato.

TERMO DE RERRATIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 125/2020– PROCESSO Nº 259/2020

Considerando a solicitação da Secretaria de Saúde de adequação na Cláusula Primeira, item 02, do Contrato n° 145/2020 os atos praticados por este setor deverão ser rerratificados e assinados pelas partes, conforme segue:

Onde se lia:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. ( )

Item	Descrição	Valor da Franquia	Valor do Seguro
02	Ambulância Renault Master, placa PAQ 9936, 2015/2016	R$ 6.175,52	R$ 1.000,00

Agora se leia:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. ( )

Item	Descrição	Valor da Franquia	Valor do Seguro
02	Ambulância Renault Master, placa PAQ 9933, 2015/2016	R$ 6.175,52	R$ 1.000,00

Ficam ratificados os demais termos do referido Contrato.

BARUERI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI

TOMADA DE PREÇOS – SO Nº. 003/2021 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS JUNTO A RUA OTACILIO ALVES MARTINS – PARQUE IMPERIAL - DATA DE ENCERRAMENTO: Dia 10/02/2021 às 09:00 horas, para abertura em seguida na Secretaria de Obras, localizada na Av. 26 de Março, 1057 - Centro - Barueri/SP, Tel.: (11)4199-1900. EDITAL: disponível GRATUITO no site www.barueri.sp.gov.br ou poderá ser consultado e/ou retirado no endereço em epigrafe mediante fornecimento de uma mídia – CD ou CD-RW para que sejam gravados o Edital e seus anexos. RENÊ AP. DA SILVA – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA – SO Nº. 004/2021 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TRATAMENTO ACÚSTICO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS PARA A PRAÇA DAS ARTES - VILA BOA VISTA - DATA DE ENCERRAMENTO: Dia 25/02/2021 às 09:00 horas, para abertura em seguida na Secretaria de Obras, localizada na Av. 26 de Março, 1057 - Centro - Barueri/SP, Tel.: (11)4199-1900. EDITAL: disponível GRATUITO no site www.barueri.sp.gov.br ou poderá ser consultado e/ou retirado no endereço em epigrafe mediante fornecimento de uma mídia – CD ou CD-RW para que sejam gravados o Edital e seus anexos. RENÊ AP. DA SILVA – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA – SO Nº. 005/2021 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA ALÇA DE SAÍDA (RAMO "200") DA PONTE AKIRA HASHIMOTO – ALPHAVILLE - DATA DE ENCERRAMENTO: Dia 01/03/2021 às 09:00 horas, para abertura em seguida na Secretaria de Obras, localizada na Av. 26 de Março, 1057 - Centro - Barueri/SP, Tel.: (11)4199-1900. EDITAL: disponível GRATUITO no site www.barueri.sp.gov.br ou poderá ser consultado e/ou retirado no endereço em epigrafe mediante fornecimento de uma mídia – CD ou CD-RW para que sejam gravados o Edital e seus anexos. RENÊ AP. DA SILVA – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

Extrato do Contrato S.O. Nº 11/2021 – Edital: 006/2020 - Contratante: Prefeitura do Município de Barueri – Contratada: Orbita Multiwork Serviços Eireli - EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada em limpeza, asseio e higienização para atuar na desinfecção das ambulâncias de uso Público Municipal. Valor: R$ 575.999,20 (quinhentos e setenta e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos). - Dotação: 02.19.03.10.302.0061.2063 – 3390.39 – DR 01, valor 2021 R$ 527.999,23; valor 2022 R$ 47.999,97.- Vigência: 12 (doze) meses. Assinatura:21/01/2021. Pregão Presencial S.O. - SECRETÁRIO DE OBRAS – JOSÉ ROBERTO PITERI.

BATATAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BATATAIS

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – Pregão Eletrônico Nº 59/2020

Leva-se ao conhecimento de interessados que o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2020 foi adjudicado às empresas: "ACF DISTRIBUIDORA DE LIVROS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS EIRELI", os ITENS nº: 1, 4, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 28, no valor total de R$ 34.493,95 - (TRINTA E QUATRO MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E TRES REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS); "EUNICE MARIA GONÇALVES DE OLIVEIRA EPP", os ITENS nº: 2, 3, 5, 6, 9, 15, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, no valor total de R$ 13.254,55 (TREZE MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVIS). HOMOLOGO o presente processo de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO que recebeu o nº 59/2020, objetivando a AQUISIÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA AFRO BRASILEIRA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Bts, 22.01.2021 – VICTOR HUGO JUNQUEIRA – Secretário Municipal de Educação

JULGAMENTO DE PROPOSTA – TOMADA DE PREÇOS Nº 26/20

A Prefeitura de Batatais, leva ao conhecimento de interessados, que após a análise detalhada de todos os documentos carreados aos autos, os Membros da Comissão de Licitação, por unanimidade, deliberaram no seguinte sentido: Com fundamento no PARECER TÉCNICO, ficam classificadas as propostas das empresas:

1ª – MGI CONSTRUTORA E ENGENHARIA EIRELI – R$ 119.000,00

Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para impugnação e recurso quanto a presente decisão. Bts, 22.01.21 – VINÍCIUS BÉRGAMO SILVA - P.C.L.

JULGAMENTO DE PROPOSTA – TOMADA DE PREÇOS Nº 28/20

A Prefeitura de Batatais, leva ao conhecimento de interessados, que após a análise detalhada de todos os documentos carreados aos autos, os Membros da Comissão de Licitação, por unanimidade, deliberaram no seguinte sentido: Com fundamento no PARECER TÉCNICO, ficam classificadas as propostas das empresas:

1ª – MGI CONSTRUTORA E ENGENHARIA EIRELI – R$ 1.123.580,00

2ª – JKAAP LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E LIMPEZA URBANA EIRELI – R$ 1.123.590,96

3ª – WELLINGTON ANTONIO DA CUNHA EPP – R$ 1.239.253,19

Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para impugnação e recurso quanto a presente decisão. Bts, 22.01.21 – VINÍCIUS BÉRGAMO SILVA - P.C.L.

BAURU

CÂMARA MUNICIPAL DE BAURU

EDITAIS E AVISOS

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO DA nº 209/2020

PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2021

LICITAÇÃO ABERTA OU NÃO DIFERENCIADA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Assistência à Saúde com registro na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar aos servidores públicos municipais, ativos, inativos e pensionistas da Câmara Municipal de Bauru, bem como aos seus beneficiários dependentes e agregados, conforme Lei Municipal nº 4.706 de 31 de julho de 2001 e alterações, sob a modalidade preço preestabelecido "per capita",

Critério: Menor preço por item.

Data da Abertura: 04 de fevereiro de 2021 (quinta-feira) Horário: 09 horas.

Local: Câmara Municipal de Bauru, localizada na Praça D. Pedro II, 01-50, Centro, Bauru - SP, CEP 17.015-230.

Retirada do Edital: http://www.bauru.sp.leg.br

Informações: Diretoria Administrativa, das 08h às 12h e das 14h às 18h, nos dias úteis.

Telefones: (14) 3235-0690 e 3235-0615

BERTIOGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2021 - RETIFICADO

Processo n° 8967/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de preparo de alimentação escolar balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, que atendam aos padrões nutricionais e dispositivos legais vigentes, aos estudantes regularmente matriculados em unidades escolares das redes públicas de ensino estadual e municipal, nas creches e entidades conveniadas sob a responsabilidade do município de Bertioga/SP.

Data da entrega dos envelopes: dia 04 de fevereiro de 2021, até às 14h00min.

Data de abertura: dia 04 de fevereiro de 2021, às 14h30hrs.

Local: Prefeitura do Município de Bertioga – Diretoria de Licitação e Compras no Paço Municipal, sito à Rua Luiz Pereira de Campos, 901 – Centro – Bertioga.

A Prefeitura do Município de Bertioga torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, com critério de julgamento de menor preço global.

Valor para a retirada do Edital: 16,53 Ufibs.

Local e horário para pagamento da taxa consulta e retirada do edital: Rua Luiz Pereira de Campos, 901 Centro Bertioga, junto à Diretoria de Licitação e Compras – das 09h00m às 11h30m e das 13h30m às 16h00m. O Edital estará disponível no endereço acima e através do site www.bertioga.sp.gov.br.

Bertioga, 22 de janeiro de 2021.

Cristina Raffa Volpi

Diretoria de Licitação e Compras

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2021

Processo n° 3805/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de seguro total para os veículos e máquinas pertencentes à frota oficial da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BERTIOGA-SP, contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas.

Data da entrega dos envelopes: dia 04 de fevereiro de 2021, até às 09h30min.

Data de abertura: dia 04 de fevereiro de 2021, às 10h00hrs.

Local: Prefeitura do Município de Bertioga – Diretoria de Licitação e Compras no Paço Municipal, sito à Rua Luiz Pereira de Campos, 901 – Centro – Bertioga.

A Prefeitura do Município de Bertioga torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, com critério de julgamento de menor preço global.

Valor para a retirada do Edital: 16,53 Ufibs.

Local e horário para pagamento da taxa consulta e retirada do edital: Rua Luiz Pereira de Campos, 901 Centro Bertioga, junto à Diretoria de Licitação e Compras – das 09h00m às 11h30m e das 13h30m às 16h00m. O Edital estará disponível no endereço acima e através do site www.bertioga.sp.gov.br.

Bertioga, 22 de janeiro de 2021.

Cristina Raffa Volpi

Diretoria de Licitação e Compras

BIRIGUI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

EDITAL Nº 202/2.020 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 96/2.020

Leandro Maffeis, Prefeito Municipal de Birigui, Estado de São Paulo, usando das atribuições que me são conferidas por Lei, e obedecendo aos preceitos contidos na Lei Federal 10.520, de 17 de Julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.186 de 14 de Junho de 2007 e Lei Federal 8.666/93, e suas posteriores alterações, HOMOLOGA todo o procedimento realizado, para que produza os efeitos legais o Pregão Presencial n.º 96/2.020, que objetiva o Registro de Preços para aquisição de materiais de higiene pessoal e alimentação destinados aos alunos dos centros de educação infantil da rede municipal de educação – Secretaria de Educação, pelo período de 12 (doze) meses, tendo sido declarada vencedora a empresa: 01) C L P ABDOUCH – ME, itens de nº 01 ao 08 no valor total de R$ 416.850,00 (quatrocentos e dezesseis mil, oitocentos e cinquenta reais), com especificações unitárias e totais conforme Ata anexada ao processo, e por atender as exigências do Edital. Birigui-SP, 22 de janeiro de 2.021.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Birigui. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2.021. CONTRATADA: Bertequini & Sanches Ltda Me. OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção em veículo, com fornecimento de peças e acessórios automotivos originais ou genuínos e novos, destinados a toda a frota desta municipalidade - Secretaria Municipal de Serviços Públicos, pelo período de 12 (doze) meses. ASSINATURA: 21/01/2.021 – Data de Publicação: 23/01/2021. VALOR: R$ 1.487.490,00. PROPONENTES: 06. RECURSO: Municipal, Estadual e Federal. MODALIDADE: Pregão Presencial nº 103/2.020.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Birigui. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2.021. CONTRATADA: Noromak Caminhões e Ônibus Ltda. OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção em veículo, com fornecimento de peças e acessórios automotivos originais ou genuínos e novos, destinados a toda a frota desta municipalidade - Secretaria Municipal de Serviços Públicos, pelo período de 12 (doze) meses. ASSINATURA: 21/01/2.021 – Data de Publicação: 23/01/2021. VALOR: R$ 232.290,50. PROPONENTES: 06. RECURSO: Municipal, Estadual e Federal. MODALIDADE: Pregão Presencial nº 103/2.020.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Birigui. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2.021. CONTRATADA: Auto Mecânica Joatt Eireli Epp. OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção em veículo, com fornecimento de peças e acessórios automotivos originais ou genuínos e novos, destinados a toda a frota desta municipalidade - Secretaria Municipal de Serviços Públicos, pelo período de 12 (doze) meses. ASSINATURA: 21/01/2.021 – Data de Publicação: 23/01/2021. VALOR: R$ 981.189,75. PROPONENTES: 06. RECURSO: Municipal, Estadual e Federal. MODALIDADE: Pregão Presencial nº 103/2.020.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Birigui. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2.021. CONTRATADA: J C Galhego Comércio de Peças para Veículos Me. OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção em veículo, com fornecimento de peças e acessórios automotivos originais ou genuínos e novos, destinados a toda a frota desta municipalidade - Secretaria Municipal de Serviços Públicos, pelo período de 12 (doze) meses. ASSINATURA: 21/01/2.021 – Data de Publicação: 23/01/2021. VALOR: R$ 712.850,00. PROPONENTES: 06. RECURSO: Municipal, Estadual e Federal. MODALIDADE: Pregão Presencial nº 103/2.020.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Birigui. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2.021. CONTRATADA: Lincetractor Comércio, Importação e Exportação Eireli Epp. OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção em veículo, com fornecimento de peças e acessórios automotivos originais ou genuínos e novos, destinados a toda a frota desta municipalidade - Secretaria Municipal de Serviços Públicos, pelo período de 12 (doze) meses. ASSINATURA: 21/01/2.021 – Data de Publicação: 23/01/2021. VALOR: R$ 1.112.000,00. PROPONENTES: 06. RECURSO: Municipal, Estadual e Federal. MODALIDADE: Pregão Presencial nº 103/2.020.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Birigui. CONTRATO Nº 9.555/2.021 REFERENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2021. CONTRATADA: Bertequini & Sanches Ltda Me. OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção em veículo, com fornecimento de peças e acessórios automotivos originais ou genuínos e novos, destinados a toda a frota desta municipalidade - Secretaria Municipal de Serviços Públicos, pelo período de 12 (doze) meses. ASSINATURA: 22/01/2.021. VALOR: R$ 1.487.490,00. PROPONENTES: 06. RECURSO: Municipal, Estadual e Federal. MODALIDADE: Pregão Presencial nº 103/2.020.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Birigui. CONTRATO Nº 9.556/2.021 REFERENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2021. CONTRATADA: Auto Mecânica Joatt Eireli Epp. OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção em veículo, com fornecimento de peças e acessórios automotivos originais ou genuínos e novos, destinados a toda a frota desta municipalidade - Secretaria Municipal de Serviços Públicos, pelo período de 12 (doze) meses. ASSINATURA: 22/01/2.021. VALOR: R$ 981.189,75. PROPONENTES: 06. RECURSO: Municipal, Estadual e Federal. MODALIDADE: Pregão Presencial nº 103/2.020.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Birigui. CONTRATO Nº 9.557/2.021 REFERENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2021. CONTRATADA: J C Galhego Comércio de Peças para Veículos Me. OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção em veículo, com fornecimento de peças e acessórios automotivos originais ou genuínos e novos, destinados a toda a frota desta municipalidade - Secretaria Municipal de Serviços Públicos, pelo período de 12 (doze) meses. ASSINATURA: 22/01/2.021. VALOR: R$ 712.850,00. PROPONENTES: 06. RECURSO: Municipal, Estadual e Federal. MODALIDADE: Pregão Presencial nº 103/2.020.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Birigui. CONTRATO Nº 9.558/2.021 REFERENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2021. CONTRATADA: Lincetractor Comércio, Importação e Exportação Eireli Epp. OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção em veículo, com fornecimento de peças e acessórios automotivos originais ou genuínos e novos, destinados a toda a frota desta municipalidade - Secretaria Municipal de Serviços Públicos, pelo período de 12 (doze) meses. ASSINATURA: 22/01/2.021. VALOR: R$ 1.112.000,00. PROPONENTES: 06. RECURSO: Municipal, Estadual e Federal. MODALIDADE: Pregão Presencial nº 103/2.020.

BOFETE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOFETE

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº. 01/2021; OBJETO: Registro de preços para aquisições futuras e parceladas de teste rápido Covid-19 antígeno sistema PCR; TIPO: Menor valor unitário; ENTREGA: parcelada; PAGAMENTO: conforme edital; ESCLARECIMENTOS: (14) 3883-9300; Recebimento das propostas: das 00h00 do dia 26/01/2021 as 08h00 do dia 01/02/2021; Análise das propostas: das 08h00 às 09h00 do dia 01/02/2021; Início da disputa de preços: 09h00 do dia 01/02/2021. Local: www.bllcompras.com. Os demais atos estarão disponíveis no endereço eletrônico www.bofete.sp.gov.br. Bofete, 22 de janeiro de 2021. Claudécio José Eburneo – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº. 01/2021; OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento mensal de Vale Alimentação, por meio de Cartão magnético com chip de segurança, de acordo com o ISO 7816, podendo inclusive contar com a tecnologia contactless; TIPO: Menor taxa de administração; PAGAMENTO: mensal; Solicitação do edital e esclarecimentos: (14) 3883-9300 ou pelo e-mail licitacao@bofete.sp.gov.br; CREDENCIAMENTO: 08/02/2021 das 09h00 às 09h30; ABERTURA: 09h30; LOCAL: Sala de Licitações do Paço Municipal (Rua 9 de Julho, 290, Centro, Bofete-SP). Os demais atos estarão disponíveis no endereço eletrônico www.bofete.sp.gov.br. Bofete, 22 de janeiro de 2021. Claudécio José Ebúrneo – Prefeito Municipal.

BOTUCATU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ANDREA CRISTINA PANHIN AMARAL NOGUEIRA – DIRETORA DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNCO nº 052/2020 – PROCESSO n° 41.033/2020 - OC: 822400801002020OC00056

COMUNICADO DE REATIVAÇÃO: Considerando os procedimentos inerentes à reativação de pregão suspenso na "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP" por intermédio do site www.bec.sp.gov.br, comunicamos que a reativação do pregão eletrônico n° 052/2020 – OC n° 822400801002020OC00056, encontra-se agendada para o dia 28/01/2021 às 13h00, sendo que na oportunidade, a pregoeira solicitará a "Republicação do edital com devolução de prazo", devido a pedidos de esclarecimentos que demandaram em alteração no edital. Botucatu, 22 de janeiro de 2021.

BRAGANÇA PAULISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N. 005/2021 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução da reforma do Centro de Reabilitação Municipal - DATA DE ABERTURA: 11/FEVEREIRO/2021 – 09h30min. - TOMADA DE PREÇOS N. 006/2021 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção de Creche no Jardim do Cedro, Bairro Uberaba, Bragança Paulista - DATA DE ABERTURA: 12/FEVEREIRO/2021 – 09h30min.CADASTRO: Para participar, os interessados deverão ser cadastrados nesta Prefeitura ou

providenciarem o cadastro até o 3º dia anterior à data do recebimento das propostas (Art. 22 §2o da Lei 8.666/93). Edital completo deverá ser retirado gratuitamente no balcão do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Bragança Paulista, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 devendo o interessado trazer sua mídia específica para cópia (cd/dvd, pendrive, etc.) ou ainda no site www.braganca.sp.gov.br (Portal do Cidadão). Informações: (11) 4034.7115.Bragança Paulista, 22 de Janeiro de 2021 - MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitações, Compras e Almoxarifado

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N. 007/2021 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução da ampliação e reforma da Escola Municipal Rural Morro Grande da Boa Vista - DATA DE ABERTURA: 12/ FEVEREIRO/2021 – 14h30min.CADASTRO: Para participar, os interessados deverão ser cadastrados nesta Prefeitura ou providenciarem o cadastro até o 3º dia anterior à data do recebimento das propostas (Art. 22 §2o da Lei 8.666/93). Edital completo deverá ser retirado gratuitamente no balcão do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Bragança Paulista, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 devendo o interessado trazer sua mídia específica para cópia (cd/dvd, pendrive, etc.) ou ainda no site www.braganca.sp.gov.br (Portal do Cidadão). Informações: (11) 4034.7115.

Bragança Paulista, 22 de Janeiro de 2021 - MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitações, Compras e Almoxarifado

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acha se aberto na Prefeitura do Município de Bragança Paulista o seguinte certame licitatório:PREGÃO PRESENCIAL N°014/2021 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DAS LUMINÁRIAS DE LED - DATA DE ABERTURA: 10.02.2021 ÀS 09:30 HORAS. O edital está disponível no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 e no site http:\\ braganca.sp.gov.br (Portal do Cidadão) Cidadão). Bragança Paulista, 22 de janeiro de 2021 - MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado

NOTIFICAÇÃO - Ficam NOTIFICADOS os interessados no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 212/2020, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO informamos que conforme o parecer da Secretaria Municipal de Saúde, fls. anexa aos autos a documentação apresentada pela empresa "SIME PRAG DO BRASIL LTDA ME" foi aprovada. Assim, ficam convocadas as empresas ora credenciadas para a reabertura da sessão no dia 27.01.2021 às 09:30 horas, ocasião em que será dado o devido prosseguimento legal. Bragança Paulista, 22 de Janeiro de 2021. ELIEL SILVEIRA MENDES - Pregoeiro

BREJO ALEGRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO ALEGRE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

O Município de Brejo Alegre, torna público que fará realizar na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos diversos, destinados à Unidade Básica de Saúde. Encontra-se designado para o próximo dia 05 de fevereiro de 2021, no horário das 09:00 horas para credenciamento e abertura dos envelopes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Município de Brejo Alegre, através da Pregoeira e Equipe de Apoio pelo telefone (18) 3646-8877 (PABX), email: licitacao@brejoalegre.sp.gov.br

Brejo Alegre, 22 de janeiro de 2021. Rafael Alves dos Santos.Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BREJO ALEGRE
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 01 614 087/0001-50
e-mail: licitacao@brejoalegre.sp.gov.br
AVENIDA PEDRO DE PAULA CASTILHO Nº 295–FONE/FAX (18) 3646-8877–CEP 16.265-000–BREJO ALEGRE-SP

BRODOWSKI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRODOWSKI

EXTRATO
2º Aditivo
PREGÃO PRESENCIAL nº. 030/2019
Processo nº. 077/2019
CONTRATO nº. 144/2019
Contratante: Prefeitura Municipal De Brodowski/SP
Contratada: MILAN – COMÉRCIO DE GRAMAS, TRANSPORTES E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP
Objeto: CONTRATACÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MAQUINÁRIOS E VEÍCULOS COM OPERADOR, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE BRODOWSKI.
Vigência: 30 dias, contados a partir do dia 31/12/2020
Data da assinatura: 23/12/2020
2º Aditivo
PREGÃO PRESENCIAL nº. 030/2019
Processo nº. 077/2019
CONTRATO nº. 145/2019
Contratante: Prefeitura Municipal De Brodowski/SP
Contratada: JTR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM EIRELI
Objeto: CONTRATACÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MAQUINÁRIOS E VEÍCULOS COM OPERADOR, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE BRODOWSKI.
Vigência: 30 dias, contados a partir do dia 31/12/2020
Data da assinatura: 23/12/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRODOWSKI faz público que referente o PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021, tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO. Objeto: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOKS E IMPRESSORAS DESTINADOS A SECRETARIA DE SAÚDE DE BRODOWSKI, ficam convidados os interessados em participar do certame para comparecerem à sessão a ser realizada no dia 05/02/2021 às 09h00, na Secretaria de Licitações e Contratos, situado na Praça Martim Moreira, nº 142, centro do município de Brodowski, onde ocorrerá o processamento do pregão. Os interessados poderão acessar a íntegra do Edital através do site www.brodowski.sp.gov.br. Durante a sessão pública é obrigatório e geral o uso de máscaras de proteção facial no contexto da pandemia da COVID-19, conforme Decreto Estadual nº 64.959, de 04/05/2020. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@brodowski.sp.gov.br. Brodowski, SP, 21 de Janeiro de 2021. JOSÉ LUIZ PEREZ – Prefeito Municipal.

CONVOCAÇÃO PARA ASSUMIR CARGO PÚBLICO

A Prefeitura Municipal de Brodowski, inscrita no CNPJ sob nº 45.301.652/0001-02, estabelecida na Praça Martim Moreira, nº 142, Centro, CEP: 14340-000, na cidade de Brodowski / S.P., vem por meio deste CONVOCAR o(a) Sr(a) FLAVIA PEREIRA ELEUTERIO, portador(a) do RG nº 41.452.872-4 SSP/SP, CPF 420.979.258-63, classificado em 2º lugar, através do Concurso Público nº 01/2018, para o cargo de CONTROLADOR INTERNO, a comparecer nesta Prefeitura no endereço acima citado, no prazo de 03 (três) dias a contar da publicação deste. O não comparecimento no prazo estipulado, entenderá na desistência da vaga.

Brodowski/S.P., 22 de janeiro de 2021.
José Luiz Perez
Prefeito de Brodowski

BROTAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Ref: Processo Administrativo nº 4946/2020- Pregão Eletrônico nº 30/2020

Considerando todos os fundamentos de fato e direito expostos, JULGO IMPROVIDO O RECURSO, mantendo in totum a decisão de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participar em licitações e contratar com a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Brotas por período de 2 (dois) anos nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e multa pecuniária de R$ 28.300,00 (vinte e oito mil e trezentos reais) equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, nos termos da cláusula 9ª (nona) do contrato, a ser paga no prazo de até 05 (cinco) dias contados do recebimento da presente.

Publique-se. Intime-se.Brotas-SP, 21 de janeiro de 2021. Leandro Corrêa- Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

O Prefeito Municipal da Estância Turística de Brotas LEANDRO CORRÊA, faz saber que a licitação modalidade Pregão Presencial nº 01/2021, aberto para Registro de preços para aquisição de GLP, de acordo com a necessidade da Prefeitura, pelo período de 06 (seis) meses, foi homologado a empresa ALVES & MOREIRA ALVES LTDA nos ítens 1, 2 e 3, com o valor total de R$ 45.370,00(quarenta e cinco mil, trezentos e setenta reais).

Brotas, 22 de janeiro de 2021 - LEANDRO CORRÊA - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021

O Prefeito Municipal da Estância Turística de Brotas LEANDRO CORRÊA, faz saber que a licitação modalidade Pregão Presencial nº 02/2021, aberto para Registro de preços para aquisição de pão francês (sistema de entrega: ponto a ponto), de acordo com a necessidade da Prefeitura, pelo período de 06 (seis) meses, foi homologado a empresa DI TORO & CARÇA LTDA - ME nos ítens 1.1 e 1.2, com o valor total de R$ 162.110,00 (cento e sessenta e dois mil, cento e dez reais).

Brotas, 22 de janeiro de 2021 - LEANDRO CORRÊA - Prefeito Municipal.

BURITIZAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIZAL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA N° 002/2021

Nos termos do parecer jurídico anexado aos autos do Processo N° 002/2021 - Dispensa de Licitação N° 002/2021 e escudada ainda na decisão da Comissão Permanente de Licitação, ratifico a dispensa de licitação, com base no artigo 24, inciso VIII da Lei 8.666/93, sendo seu objeto a contratação de empresa para: SERVIÇOS DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, fica autorizada à referida contratação da empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, pessoa jurídica, com endereço a PC Dom Pedro II, nº 4-55, Centro, Bauru/SP, CNPJ 34.028.316/7101-51, telefone (14) 3108-4002, pelo valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) pelo período de 12 (doze) meses, mediante dispensa de licitação nos termos do inciso VIII da Lei 8.666/93. Buritizal/SP, 22 de janeiro de 2021. (a) Daniel Sarreta - Prefeito Municipal

Aviso de Licitação n° 001/2021 - Processo Licitatório n° 003/2021 - Pregão Presencial n° 001/2021 - Sitema de Registro de Preços n° 001/2021 - Registro de Preços para eventuais e futuras prestações de serviços de mão-de-obra mecânica e elétrica para manutenção dos veículos do município pelo período de 12 (doze) meses. Data da Sessão Pública: 05/02/2021 às 08h00min. LOCAL: Departamento de Licitações, localizado na Rua São Paulo, 131 – centro. O Município de Buritizal, através do Prefeito Municipal, torna público que na data, horário e local acima assinalado realiza na modalidade Pregão Presencial, com critério de julgamento de menor preço. LOCAL E HORÁRIO PARA RETIRADA DO EDITAL: Setor de Licitações, Rua São Paulo, 131 – centro, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, gratuitamente, e pelo site www.buritizal.sp.gov.br Publique-se, Buritizal/SP, 22 de janeiro de 2021. (a) Daniel Sarreta – Prefeito Municipal.

CABREÚVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABREÚVA

ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO – N.º 63/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 7643/2020

Após analisar todas as decisões da douta Comissão de Licitações, a qual optou no seu julgamento pela(s) empresa(s), FARMA 2 PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, DUPAC COMERCIAL EIRELI EPP, CIRURGICA UNIÃO LTDA, CIRUROMA COMERCIAL LTDA, CIRURGICA FERNANDES COM. DE MAT. CIRURGICOS E HOSPITALARES e PONTUAL COMERCIAL EIRELI, de acordo com o referido Edital, e que se entende como justo e legal, motivo pelo qual ADJUDICO e HOMOLOGO tal Julgamento do objeto da presente licitação em favor da mesma proponente vencedora.

Cabreúva, 19 de janeiro de 2021.
ANTÔNIO CARLOS MANGINI
Prefeito Municipal

CAÇAPAVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA

Atos Oficiais do Município

Decreto nº 4591, de 04 de janeiro de 2021 - Outorga atribuição para assinatura de Notas de Empenho e Ordens de Pagamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 21 de janeiro de 2021.

Pétala Gonçalves Lacerda - Prefeita Municipal

CAIEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIEIRAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2020
Processo Municipal nº 8738/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de serviços de implantação de cadastro técnico multifinalitário, fornecimento de sistema de informação geográfica e atualização da base digital cartográfica do município, com serviços correlatos de treinamento, operação assistida, suporte e manutenção.

COMUNICADO DE REVOGAÇÃO

A Diretoria de Compras e Licitações, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas e, ainda, em cumprimento às disposições contidas no Artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93, decide REVOGAR O PRESENTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2020 – PM 8738/2020, pela seguinte motivação:

CONSIDERANDO que o ato administrativo revogatório é resultante do poder discricionário, prerrogativa que a Administração detém para rever suas atividades em busca dos melhores meios para o alcance do fim maior, o interesse público;

CONSIDERANDO que a revogação de licitação antes de sua adjudicação e homologação não enseja o contraditório previsto pelo Artigo 49, §3º, da Lei nº 8.666/93, posto que inexistente qualquer direito adquirido a ser resguardado;

CONSIDERANDO ainda o parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, às fls. 254/256 do PM 8738/2020.

REVOGA-SE, pois, o PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2020 – PM 8738/2020, para se o caso e ao arbítrio da Secretaria solicitante, seja aberto novo procedimento licitatório com o mesmo objeto.

Dê-se ciência aos licitantes e após, publique-se.
Caieiras, 21 de Janeiro de 2021.
Samuel Barbieri Pimentel da Silva
Diretor de Compras e Licitações
PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2020
Processo Municipal nº 8621/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada no ramo com fornecimento de material, visando a instalação de esquadrias na unidade de pronto atendimento – UPAM.

COMUNICADO DE REVOGAÇÃO

A Diretoria de Compras e Licitações, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas e, ainda, em cumprimento às disposições contidas no Artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93, decide REVOGAR O PRESENTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2020 – PM 8621/2020, pela seguinte motivação:

CONSIDERANDO que o ato administrativo revogatório é resultante do poder discricionário, prerrogativa que a Administração detém para rever suas atividades em busca dos melhores meios para o alcance do fim maior, o interesse público;

CONSIDERANDO que a revogação de licitação antes de sua adjudicação e homologação não enseja o contraditório previsto pelo Artigo 49, §3º, da Lei nº 8.666/93, posto que inexistente qualquer direito adquirido a ser resguardado;

CONSIDERANDO ainda o parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, às fls. 224/227 do PM 8621/2020.

REVOGA-SE, pois, o PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2020 – PM 8621/2020, para se o caso e ao arbítrio da Secretaria solicitante, seja aberto novo procedimento licitatório com o mesmo objeto.

Dê-se ciência aos licitantes e após, publique-se.
Caieiras, 21 de Janeiro de 2021.
Samuel Barbieri Pimentel da Silva
Diretor de Compras e Licitações

CAJAMAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR

AVISO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRA
P.A. 8.445/2020- Pregão Presencial nº 60/2020

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de bens de consumo de água mineral natural, potável e não gasosa em galões de 20 litros dentro dos padrões estabelecidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto.

A Prefeitura Municipal de Cajamar, através de sua Pregoeira, torna-se público que a amostra apresentada pela empresa PORTAL ÁGUA DISTRIBUIDORA EIRELI EPP, foi declarada aprovada.

Ata na integra disponível no site www.cajamar.sp.gov.br.

Cajamar, 22 de Janeiro de 2021 - Rita de Cassia Rafaela Barbosa Guarino Bichoffe - Pregoeira

CAJATI

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI

PROCESSO N° 666498/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

OBJETO: Aquisição de medicamentos para uso do Departamento Municipal de Saúde de Cajati - SP, através de SRP (Sistema de Registro de Preços).

Conforme solicitação de esclarecimento feita pela licitante SYS EVOLUTION LICITAÇÕES, sobre o descritivo dos lotes 75, 97, 98 e 331 da presente licitação; após resposta da unidade requisitante, seguem descritivos corrigidos, bem como alteração dos prazos da presente licitação, sendo:

LOTE	DESCRIÇÃO	Apresentação
75	Benzoato de Benzila 0,10 g/g sabonete com 80g	Sabonetes
97	Carbocísteína 50 mg/ml	Xarope frasco com 100 ml
98	Carboisteína 20 mg/ml	Xarope frasco com 100 ml
331	Metronidazol (ou Benzoilmetronidazol) 40mg/ml suspensão oral	Frasco com 100 ml

A presente alteração nos lotes 75, 97, 98 e 331 se aplicam na substituição do descritivo dos Anexos 1, 3 e 12 do presente edital.

Face a alteração do objeto, ficam ainda alteradas as datas para realização do certame, para atendimento a legislação, sendo:

DATA DE ABERTURA: 08/02/2021

HORÁRIO DA DISPUTA: 10:00 HORAS

ENDEREÇO ELETRÔNICO DA DISPUTA: www.bllcompras.org.br.

Recebimento das propostas a partir das 08 horas de 19/01/2021 até as 08h59min do dia 08/02/2021.

Abertura das propostas: às 09 horas de 08/02/2021.

Início da sessão de disputa de preços: às 10 horas do dia 08/02/2021.

Serão realizados 180 lotes no dia 08/02/2021, sendo 30 lotes a cada intervalo.

A disputa prosseguirá no dia 09/02/2021 com a disputa do lote 181 até o término dos lotes constantes no Termo de Referência do edital.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

O presente esclarecimento encontra-se no site da Prefeitura em www.cajati.sp.gov.br e as demais condições do contrato permanecem inalteradas.

Cajati, 22 de janeiro de 2021.
SIDINEI APARECIDO RIBEIRO
Prefeito Municipal
PREFEITURA DO MUNÍCIPIO DE CAJATI
Estado de São Paulo
www.cajati.sp.gov.br – compras@cajati.com.br
Praça do Paço Municipal, nº 10 – Centro – CEP 11950-000 – Cajati – SP
Fone (13) 3854-8700

CAJURU

CÂMARA MUNICIPAL DE CAJURU

EXTRATO DE ADITAMENTO Nº 3/2020 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 6/2017

CONTRATADA: H. T. TRANQUILLI – ME.

OBJETO: Constitui objeto deste termo de aditamento a execução de serviços de publicação, em jornal com distribuição e circulação semanal no município de Cajuru, com no mínimo 2.500 (dois mil e quinhentos) exemplares, dos atos oficiais da Câmara Municipal de Cajuru, bem como serviços de publicação de avisos de licitação, extrato de contrato, audiências de interesse público, concursos públicos e outros editais de interesse da população.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 22, III, c.c. 23, II, 'a' todos da Lei 8.666/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.7005.2001.0000 3.3.90.39.00

PRAZO: 20/12/2020 a 19/12/2021

VALOR GLOBAL: R$ 4,78 (quatro reais e setenta e oito centavos por centímetros de coluna)

ASSINATURA: 21/12/2020
Cajuru, 21 de dezembro 2020.
JOÃO MARCOS DE ARAUJO
Presidente

EXTRATO DE ADITAMENTO N.º 1/2021 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 3/2020

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE CAJURU
Contratada: CONTÁBIL STAFF LTDA – ME

Fundamento Legal: Art. 24, II e Art. 25, II, ambos da Lei nº 8666/93 e Medida Provisória n.º 961, de 06 de maio de 2020.

Objeto: O presente termo de aditamento de contrato de prestação de serviços técnicos especializados de Contabilidade, por tempo determinado, tem por objeto a prestação de serviços contábeis, respondendo ainda a prestação de contas aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, da Câmara Municipal de Cajuru, (prestações mensais, quadrimestrais e anuais), em especial ao Sistema AUDESP, DCTF, SICONFI, Prefeitura Municipal, etc.) no período compreendido de 1º de janeiro de 2021 a 06 de fevereiro de 2021, pela vacância do cargo da contadora da Câmara Municipal, inclusive o encerramento financeiro, orçamentário, patrimonial do exercício de 2020 e abertura do exercício de 2021, em decorrência das Licença Maternidade e Férias regulamentares da Contadora.

Dotação Orçamentária: 01.031.7005.2001.0000 – 3.3.90.39.00

Vigência: 01/01/2021 a 06/02/2021
Valor Global: R$ 5.180,00 (cinco mil, cento e oitenta reais).
Cajuru, 1º de janeiro de 2021
WAGNER DONIZETI PEREIRA
Presidente

CAMPINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

AVISO DE LICITAÇÃO Concorrência nº 01/2021-Processo Administrativo n° PMC.2020.00033387-14 -Interessado:Secretaria Municipal de Administração -Objeto:Registro de Preços para a alienação de bens móveis e outros materiais inservíveis -Entrega dos envelopes:até 25/02/21 às 10h.Sessão Pública de abertura:25/02/21 às 10h.Disponibilidade do Edital: a partir de 25/01/21, no portal eletrônico licitacoes.campinas.sp.gov.br. Esclarecimentos adicionais pelos telefones (19) 2116-0678, 2116-8518 e 2116-8401. Campinas, 22 de janeiro de 2021 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

CAMPO LIMPO PAULISTA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 01/2021 – Nos termos do art. 26, § único, da Lei Federal n. 8.666/93, RATIFICO a inexigibilidade de licitação, com fundamento legal expresso no art. 25, caput e inciso I da referida Lei, de que trata o Processo Administrativo 16/2021, referente ao cumprimento do objeto da Resolução Municipal nº338/2019, que dispõe sobre o subsídio parcial de vale-transporte para o uso dos servidores municipais da Câmara Municipal de Campo Limpo Paulista pelo valor estimado de R$ 31.036,46 durante o exercício de 2021. Campo Limpo Paulista, 22 de janeiro de 2021.

DIEGO HENRIQUE ITO – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

CAMPOS DO JORDÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

Processo nº 7.060/2020
TOMADA DE PREÇOS nº 010/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM NA RUA MONTE PAMIR, NO BAIRRO MONTE CARLO, NO MUNICIPIO DE CAMPOS DO JORDÃO – SP.

ATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL

No dia 22 de janeiro de 2021 às 15h00, reuniram-se na sala de licitações da Secretaria de Administração membros da Comissão Permanente de Licitação, constituída através das Portarias nºs 244, 246 e 699/2019, para a sessão pública de abertura do envelope proposta da licitação na modalidade Tomada de Preços nº 010/2020, objetivando a contratação de empresa para execução de obras de pavimentação e drenagem na rua Monte Pamir, no bairro Monte Carlo, no município de Campos do Jordão – SP. I – A Presidente da Comissão passou à abertura do envelope nº 02 contendo a proposta comercial da empresa ELECTRA SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA URBANA LTDA, CNPJ. 00.884.554/0001-07, sem representação na sessão, o qual foi devidamente rubricado pelos membros da Comissão. II – Aberto o envelope n. 02 – Proposta Comercial, a mesma foi apresentada na seguinte conformidade: ELECTRA SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA URBANA LTDA, pelo valor global de R$ 491.841,11 (quatrocentos e noventa e um mil, oitocentos e quarenta e um reais e onze centavos), sendo classificada em primeiro lugar. Em atendimento ao estabelecido no Edital (item 1.6), os preços apresentados são compatíveis com os valores estimados no processo, devendo, do resultado, lavrar Ata que será publicada na imprensa Oficial – Diário Oficial do Estado de São Paulo. III – Fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias do resultado da classificação. IV – Nada mais havendo a tratar a Presidente da Comissão deu por encerrada a sessão pública da qual foi extraída a presente ata que segue assinada pelos presentes.

LUCINEIA GOMES DA SILVA
Presidente
VALNAVIA GEORGANA DA MOTA BORELY
Membro
CARLOS SOARES ZONZINI
Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

A Câmara Municipal de Campos do Jordão, em cumprimento ao que dispõe o Parágrafo Único do Artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1.993 (Lei de Licitações e Contratos), traz a público, para conhecimento geral, a especificação da seguinte avença realizada, como segue:

ADENDO, de 30 de dezembro de 2.020, ao CONTRATO nº 03/2018, firmado em 06 de agosto de 2.018, aditado em 05 de agosto de 2.019, e em 04 de agosto de 2020, com a empresa EMI CONTABILIDADE LTDA - EPP, prorrogando o prazo do Contrato de acordo com o inciso II do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93, com início em 01 de janeiro de 2021 e término em 05 de agosto de 2021, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do Contrato, inclusive os preços pactuados anteriormente, no valor mensal de R$ 4.950,00 (quatro mil, novecentos e cinquenta reais), firmado em 06 de agosto de 2.018, de que trata o Processo Licitatório Convite nº 04/CPL/2018, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria contábil, financeira, orçamentária e patrimonial; e o adendo ficará fazendo parte integrante do Contrato.

Câmara Municipal de Campos do Jordão, em 30 de dezembro de 2.020.

LUIZ FILIPE COSTA CINTRA
Presidente

MUNICÍPIO: CAMPOS DO JORDÃO
DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL - PODER LEGISLATIVO
PERÍODO DE REFERÊNCIA: 3º QUADRIMESTRE DE 2020

DESPESAS COM PESSOAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAIS
Venctos.e Vantagens Fixas - Pessoal ativo	147.178,60	161.414,61	138.582,19	136.684,58	135.374,82	140.920,39	136.336,78	140.003,91	134.874,82	135.596,29	182.505,17	203.639,93	1.793.112,09
Contratação Temporária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terceirização de Mão-de-Obra (art.18, pár.1º da L.R.F.)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Agentes Políticos	84.280,56	81.039,00	84.280,56	87.522,12	84.280,56	84.280,56	84.280,56	87.522,12	87.522,12	84.280,56	84.280,56	84.280,56	1.017.849,84
Encargos Sociais	61.477,30	57.805,59	59.306,23	57.839,64	56.957,25	57.817,84	57.704,40	57.812,80	57.602,66	56.869,97	51.233,52	80.015,42	712.442,62
Inativos e Pensionistas	11.429,00	11.495,00	11.495,00	11.495,00	11.495,00	11.495,00	11.495,00	11.495,00	11.495,00	11.495,00	11.495,00	11.495,00	137.874,00
Outras Despesas e Obrigações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exerc.Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.188,64	3.804,70	0,00	0,00	0,00	3.533,08	110.113,73	123.640,15
SUBTOTAL (I)	304.365,46	311.754,20	293.663,98	293.541,34	288.107,63	300.702,43	293.621,44	296.833,83	291.494,60	288.241,82	333.047,33	489.544,64	3.784.918,70
DEDUÇÕES													
Indenização por demissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.188,64	3.804,70	0,00	0,00	0,00	3.533,08	110.113,73	123.640,15
Incentivo à demissão voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Servidores RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.188,64	3.804,70	0,00	0,00	0,00	3.533,08	110.113,73	123.640,15
TOTAL LÍQUIDO (I - II)	304.365,46	311.754,20	293.663,98	293.541,34	288.107,63	294.513,79	289.816,74	296.833,83	291.494,60	288.241,82	329.514,25	379.430,91	3.661.278,55

Estado de São Paulo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
(Artigos 54 e 55 da LC 101/00)
MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO
PODER LEGISLATIVO
3º QUADRIMESTRE DE 2.020
I - COMPARATIVOS:

	Exercício Anterior		1º Quadrimestre		2º Quadrimestre		3º Quadrimestre	
Receita Corrente Líquida	**213.305.525,55**		**212.473.534,70**		**212.582.646,65**		**216.350.244,90**	
	R$	**%**	**R$**	**%**	**R$**	**%**	**R$**	**%**
Despesas Totais com Pessoal	3.561.608,10	1,67	3.585.701,01	1,69	3.665.728,85	1,72	3.661.278,55	1,69
Limite Legal (art. 20)	12.798.331,53	6,00	12.748.412,08	6,00	12.754.958,80	6,00	12.981.014,69	6,00
Limite Prudencial 95% (par.ún.art22)	12.158.414,96	5,70	12.110.991,48	5,70	12.117.210,86	5,70	12.331.963,96	5,70
Limite de Alerta (art. 59)	11.518.498,38	5,40	11.473.570,87	5,40	11.479.462,92	5,40	11.682.913,22	5,40
Excesso a Regularizar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

II - INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS OU A ADOTAR (caso ultrapasse os limites acima):

III – DEMONSTRATIVOS:

Disponibilidades financeiras 31/12	
Caixa	0,00
Bancos - C/Movimento	16.768,72
Bancos - C/Vinculadas	0,00
Aplicações Financeiras	0,00
Subtotal	0,00
(-) Deduções:	0,00
Valores compromissados	0,00
a pagar até 31/12	0,00
Total das Disponibilidades:	16.768,72

Inscrições de Restos a Pagar	
Processados	0,00
Não processados	16.768,72
Total da Inscrição:	16.768,72

Campos do Jordão, 19 de janeiro de 2.021.

CLAUDIO ADÃO DA SILVA
Presidente da Câmara

CARLOS EDUARDO DA SILVA
Chefe de Gabinete da Presidência

HAMILTON VICENTE FERREIRA
Controlador Interno

Estado de São Paulo
A Câmara Municipal de Campos do Jordão, em cumprimento ao que dispõe o parágrafo 6º do Artigo 39 da Constituição da República Federativa do Brasil, faz saber o valor dos subsídios e das remunerações dos cargos e empregos públicos desta Câmara Municipal, no exercício de 2.021:
Cargos / Remuneração Mensal – R$
Agente de Serviços Gerais – R$ 1.233,94
Assistente de Comunicação – R$ 2.467,85
Assessor Jurídico da Presidência – R$ 6.953,03
Assessor Legislativo – R$ 3.170,58
Assessor Parlamentar – R$ 6.953,03
Auxiliar Administrativo – R$ 1.696,65
Auxiliar de Plenário – R$ 1.388,17
Chefe da Seção de Contabilidade e Recursos Humanos – R$ 3.170,58
Chefe de Gabinete da Presidência – R$ 6.953,03
Contador – R$ 3.170,58
Controlador Interno (função de confiança) – salário base + adicional de 30%
Copeiro – R$ 1.233,94
Coordenador de Contratos e Patrimônio – R$ 6.953,03
Coordenador Legislativo – R$ 6.953,03
Diretor Administrativo – R$ 6.953,03
Diretor Financeiro – R$ 6.953,03
Motorista – R$ 1.233,94
Porteiro – R$ 1.233,94
Procurador Jurídico – R$ 6.953,03
Recepcionista Telefonista – R$ 1.388,17
Técnico de Informática – R$ 2.776,35
Vereador – R$ 6.483,12
Zelador – R$ 1.233,94
Câmara Municipal de Campos do Jordão, 08 de janeiro de 2.021.
CLAUDIO ADÃO DA SILVA
Presidente

CARAGUATATUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

EXTRATO DE ADITAMENTO
PE nº 41/2020 - Processo Interno n.º 16.514/2020 – Ata de registros de preços N.º 27/2020
Objeto: Registro de Preços de açúcar e margarina. Compromissária: DZ7 COMERCIAL EIRELI
Aditamento n.º 01: Realinhamento de preço do item açúcar, registrado a R$ 2,22 e realinhado para R$ 2,42.
Assinatura: 19/01/2021.
COMUNICADO
Pregão Presencial nº 46/2020 – Processo nº 29.300/2020
Comunicamos aos interessados em participar do PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2020, que tem como objeto o Registro de Preço de Locação de horas de Máquinas e Caminhões, que o referido Processo sofreu alteração em seu Termo de Referência, sendo incluído o Anexo I que contém o valor estimado da contratação. Permanece sua data de abertura para o dia 27/01/2021 às 10h00min, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Administração, situada à Avenida Siqueira Campos, n° 44, Centro, Caraguatatuba/SP, permanecendo ratificadas as demais especificações do Edital. A nova tabela do Anexo I encontra-se disponível no endereço: www.caraguatatuba.sp.gov.br/licitacoes
Caraguatatuba, 22 de janeiro de 2021. RICARDO BALBINO DE SOUZA – Pregoeiro Oficial.

CARAPICUÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPICUÍBA

Homologação/Adjudicação
Pregão Presencial n° 130/20
Processo n° 23806/2020
Fica homologado e adjudicado o pregão supra; a empresa Medimport Com. de Prod. Hosp. Eireli, para o lote 1, e o lote 2 foi considerado fracassado.
Carapicuíba, 22 de janeiro de 2021
Marco Aurélio dos Santos Neves - Prefeito

CASA BRANCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA BRANCA

Extrato de Termo de Aditamento ao Contrato nº 05/2019-Contratada: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A .Objeto:CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS, FINANCEIRAS E COOPERATIVAS DE CRÉDITO LEGALMENTE CONSTITUÍDAS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DESTINADO AOS RECEBIMENTOS DE DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO ADEQUADOS AO PADRÃO FEBRABAN .Alteração da DA CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO: 1.1 - Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 06/2019 por mais 12 (doze) meses de 22 de janeiro de 2021 a 21 de janeiro de 2022. Casa Branca, 21.01.2021. Marco César de Paiva Aga - Prefeito Municipal
Extrato de Termo de Aditamento ao Contrato nº 06/2019-Contratada: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL .Objeto:CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS, FINANCEIRAS E COOPERATIVAS DE CRÉDITO LEGALMENTE CONSTITUÍDAS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DESTINADO AOS RECEBIMENTOS DE DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO ADEQUADOS AO PADRÃO FEBRABAN .Alteração da DA CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO: 1.1 - Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 06/2019 por mais 12 (doze) meses de 22 de janeiro de 2021 a 21 de janeiro de 2022. Casa Branca, 21.01.2021-Marco César de Paiva Aga--Prefeito Municipal
Extrato de Termo de Aditamento ao Contrato nº 07/2019-Contratada: BANCO DO BRASIL S.A. Objeto:CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS, FINANCEIRAS E COOPERATIVAS DE CRÉDITO LEGALMENTE CONSTITUÍDAS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DESTINADO AOS RECEBIMENTOS DE DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO ADEQUADOS AO PADRÃO FEBRABAN. Alteração da DA CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO: 1.1 - Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 06/2019 por mais 12 (doze) meses de 22 de janeiro de 2021 a 21 de janeiro de 2022. Casa Branca, 21.01.2021. Marco César de Paiva Aga - Prefeito Municipal

CATANDUVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021 – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE MARMITEX; SUCO; E ÁGUA PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL. LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ATÉ O DIA 05/02/2021 ÀS 08:30 HORAS. DATA E HORA DO PREGÃO: DIA 05/02/2021 ÀS 09:00 HORAS. O edital completo encontra-se disponível: no site do Banco de Brasil: www.bb.com.br, opção Licitações; diretamente em www.licitacoes-e.com.br; e site do Município www.catanduva.sp.gov.br – link: http://www.catanduva.sp.gov.br:8082/pronimtb/index.asp. Informações: Prefeitura do Município de Catanduva – Seção de Licitação – 2º Andar, sito à Praça Conde Francisco Matarazzo, 01 – Centro – Catanduva-SP ou, através do e-mail: licitacao.edital@catanduva.sp.gov.br. Catanduva, 22/01/2021. Ozório A. Morais – Pregoeiro
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021 – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE LUVAS DE PROCEDIMENTOS DIVERSAS E OUTRAS, PARA USO DE TODAS AS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL. LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ATÉ O DIA 05/02/2021 ÀS 09:0 HORAS. DATA E HORA DO PREGÃO: DIA 05/02/2021 ÀS 09:30 HORAS. O edital completo encontra-se disponível: no site do Banco de Brasil: www.bb.com.br, opção Licitações; diretamente em www.licitacoes-e.com.br; e site do Município www.catanduva.sp.gov.br – link: http://www.catanduva.sp.gov.br:8082/pronimtb/index.asp. Informações: Prefeitura do Município de Catanduva – Seção de Licitação – 2º Andar, sito à Praça Conde Francisco Matarazzo, 01 – Centro – Catanduva-SP ou, através do e-mail: licitacao.edital@catanduva.sp.gov.br. Catanduva, 22/01/2021. Ozório A. Morais – Pregoeiro

CATIGUÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Termo Aditivo nº 02 de Prorrogação do Termo de Contrato nº 001/2019; Respaldo legal: Processo de Licitação nº 045/2018 - Pregão Presencial nº 017/2018; Contratante: Município de Catiguá - SP – CNPJ nº 45.124.344/0001-40; Contratada: Construeste Construtora e Participações Ltda. – CNPJ nº 06.291.846/0001-04; Objeto: Prorrogação do contrato de prestação de serviços especializados de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos dos serviços de saúde, enquadrados nos grupos "A", "B" e "E" da Resolução CONAMA nº 358/05, Resolução SMA 33/2006 e Resolução RDC ANVISA nº 306/2004, gerados no Município de Catiguá. Vigência: 12 (doze) meses, a serem contados de 01/02/2021 à 31/01/2022; Valor: R$ 8,80 por quilo, para uma quantidade estimada de 200 quilos por mês; As despesas com a execução do presente objeto correrão à conta dos recursos orçamentários constante na "Cláusula Terceira", integrante do presente termo. Prefeitura Municipal de Catiguá - SP, 22 de janeiro de 2021. CLAUDEMIR JOSÉ GRAVA – Prefeito Municipal. PUBLIQUE-SE.

CERQUILHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020- PROCESSO Nº 18/2020 – objetivando a aquisição parcelada de testes reagentes e materiais laboratoriais, com concessão de uso gratuito de equipamentos necessários para a realização de exames laboratoriais. Data final para recebimento das propostas: 03/02/2021 às 08h30min. Data para abertura e análise das propostas: 03/02/2021 às 08h31min. Informações: www.cerquilho.sp.gov.br, Telefone: (15)3384-9111 e www.comprasbr.com.br. Cerquilho, 22 de janeiro de 2021.Aldomir José Sanson - Prefeito Municipal.

CHARQUEADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADA

EXTRATO DE ADITAMENTO
De ordem do Prefeito Municipal, faço público, para conhecimento de interessados, que a Prefeitura do Município de Charqueada celebrou o termo de aditamento, nos moldes do que abaixo se resume:
OBJETO: Remuneração de empregados contratados pela entidade beneficiada, despesas de custeio e manutenção
TERMO DE COLABORAÇÃO 02/2020
PROCESSO: 1856/2020
ADITAMENTO: 01/2020
DATA: 23/12/2020
CONTRATADA: Hospital e Maternidade Beneficente de Charqueada
PRAZO: 31/12/2021
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 150.000,00Charqueada/SP, 22 janeiro de 2021.
Rodrigo de Arruda - Prefeito Municipal.
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL
De ordem do Prefeito Municipal, faço público, para conhecimento de interessados, que a Prefeitura do Município de Charqueada rescindiu amigavelmente o Contrato n° 01/2019, nos moldes do que abaixo se resumem: DO CONTRATO ORIGINAL: OBJETO: Realização de obras de construção civil na sede da entidade e aquisição de equipamento
TERMO DE FOMENTO: 13/2020
PROCESSO: 1856/2020
DATA: 02/09/2020
CONTRATADA: HOSPITAL E MATERNIDADE BENEFICENTE DE CHARQUEADA
PRAZO: 31 de dezembro de 2020
VALOR GLOBAL: R$ 150.000,00
DA RESCISÃO CONTRATUAL:
DATA: 23/10/2020
Charqueada/SP, 22 de janeiro de 2021.
Romeu Antonio Verdi-Prefeito Municipal.

CHAVANTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

EXTRATO DE QUARTO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO
Contratante:- Prefeitura Municipal de Chavantes.
Contratado:- PUBLICAÇÕES BRASIL CULTURAL LTDA.
Origem: Contrato Administrativo nº. 019/2018
Objeto:- Contrato de prestação de serviços para fornecimento de material de apoio pedagógico nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática para alunos dos anos iniciais (2º, 5º ano) e Ensino Fundamental II para os alunos dos anos finais (9º ano), bem como material de apoio pedagógico da Educação Infantil (02 a 06 anos) e inglês (1º ao 5º ano), com entrega de materiais didáticos composto por impressos com conteúdo programático em conformidade com a lei federal n.º 9.394/96- lei de diretrizes e bases da educação, bem como o acompanhamento pedagógico com orientação contínua para professores e gestores, portal educacional com conteúdo digitais destinados aos alunos do ensino infantil e fundamental, inclusive com o fornecimento de cursos e oficinas dirigidas em cada unidade escolar constante no município levando em consideração a garantia constitucional de ensino de qualidade, para a rede de ensino municipal de Chavantes, Estado de São Paulo.
Prazo de Vigência:- 07/01/2022
Base Legal:- Processo de Licitação Pública nº 1867/2018 – Tomada de Preços nº 02/2018.
Data de Assinatura:- 07/01/2021.
MARCIO BURGUINHA DE JESUS DO REGO - Prefeito Municipal
EXTRATO DE CONTRATO
Contratante:- Prefeitura Municipal de Chavantes.
Objeto:- Contratação de empresa especializada para a realização de Processo Seletivo Público para provimento de vagas, em caráter excepcional e temporário, de Professor de Educação Infantil – Creche, Professor de Educação Infantil – Pré-Escola, Professor de Educação Básica I (anos iniciais), Professor de Educação Especial (Sala de Recursos Multifuncionais e Braile), Professor de Educação de Jovens e Adultos EJA (anos iniciais), Professor de Educação Básica II, nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências História e Geografia do 6º ao 9º ano, Professor de Educação Básica II nas áreas de Educação Física, Arte, Inglês e Informática da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental.
Prazo de Vigência:- 90 (noventa) dias
Base Legal:- Dispensa de Licitação nº 002/2021 – Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e consolidações posteriores.
Contrato Administrativo nº. 002/2021
Contratado:- O.M. Consultoria Concursos Ltda.
Data de Assinatura:- 14/01/2021
MARCIO BURGUINHA DE JESUS DO REGO - Prefeito Municipal

COLINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINA

Extrato do Termo Aditivo nº 001 ao Contrato nº 057/2020; Contratante: Prefeitura Municipal de Colina/SP; Contratado: A. DAHER & CIA LTDA "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL" C.N.P.J. nº 45.291.341/0001-00; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios para distribuição aos alunos da Rede Municipal de Ensino. - Fica prorrogado por mais duas etapas - meses de outubro e novembro/2020, a entrega do objeto do Contrato nº 057/2020; Valor Global do T.A. R$ 383.646,48; vigência: 02 (dois) meses; data da assinatura: 13/10/2020; Base Legal: Pregão Presencial Nº 008/2020.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021; RESULTADO DE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL. OBJETO:- aquisição de equipamentos e mobiliários para a nova unidade escolar E.M.E.I. do Conjunto Habitacional "Napoleão Francisco Jorge", neste município, em atendimento ao Termo de Compromisso PAR nº 20190000036 – Processo nº 23400.000257/2019-72. JULGAMENTO:- Ref. ao Protocolo/Processo Administrativo nº 1012/2020, Data de Recebimento do pedido por E-mail: 14/01/2021, às 08:42 horas.
Requerente:- VENDOR – Informática, Importação, Indústria, Comércio, Recarga e Manutenção Eireli – CNPJ nº 27.193.666/0001-60.
Requerido:- Prefeitura Municipal de Colina – Pregoeiro/PMC - Diante do exposto, o Pregoeiro conhece do pedido de impugnação do Edital e no Mérito nega lhe provimento, JULGANDO-O IMPROCEDENTE, mantendo-se as demais decisões. O encerramento eletrônico acontecerá no dia 26 de janeiro de 2021, às 14:00 horas. Colina-SP, 21 de Janeiro de 2021. ISRAEL DA SILVA NUNES - PREGOEIRO

CORONEL MACEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MACEDO

AVISO DE LICITAÇÃO
Edital n° 01/2021 Pregão Presencial – SRP nº 01/2021 Processo Licitatório nº 04/2021
Objeto: "Aquisição de produtos de Higiene e Limpeza e Descartáveis – itens fracassados, para atender todos os Departamentos da Prefeitura Municipal de Coronel Macedo"
Data de Credenciamento e Entrega de Envelopes: 09/02/2021 até as 09:00 horas.
Abertura das Propostas: 09/02/2021 – Após Credenciamento
LOCAL: Prefeitura Municipal de Coronel Macedo localizada na Av. Presidente Castelo Branco, 180 – Centro, na cidade Coronel Macedo.
Os interessados poderão adquirir informações sobre a presente licitação, no setor de licitações da PM de Coronel Macedo, ou no e-mail: licitação@coronelmacedo.sp.gov.br
Coronel Macedo, 21 de Janeiro de 2021. José Roberto Santinoni Veiga Prefeito Municipal

COTIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIA

CNPJ: 01.817.838/0001-35 OBRAGEM ENGENHARIA R$ 1.441.796,96
CNPJ: 60.924.040/0001-02 TB SERV.TRANSP.LIMP.GER RH S.A R$ 11.285,00
CNPJ: 05.340.639/0001-30 PRIME CONSULTORIA R$ 800,73
CNPJ: 07.901.391/0001-64 G4 SOLUÇÕES R$ 499.769,83
SECRETARIA DE SAUDE DE COTIA
CNPJ: 07.901.391/0001-64 G4 SOLUÇÕES R$ 575.317,40
JUSTIFICATIVA: Os pagamentos autorizados não obedecem a ordem cronológica ditado pelo artigo 5º da lei 8.666/93 por se tratar de serviços, materiais e meios indispensáveis a obrigações da administração.
1) Proc. 35.149/20 - RATIFICO a inexigibilidade de licitação, com fulcro no caput, do art. 25, da Lei nº 8.666/1993, para fins de contratação direta da empresa VIAÇÃO RAPOSO TAVARES LTDA., para fornecimento de passe escolar para os alunos da rede municipal e estadual de ensino, Pelo período de 12 (doze) meses.
a) Luciano Correa dos Santos – Secretaria Municipal de Educação
2) Extrato de contrato nº 002/21 – Proc. 076/21 – Dispensa emergencial 001/21 - Contratação Emergencial de leitos de unidade de terapia intensiva e leitos clínicos adulto para tratamento de paciente com suspeita e diagnóstico de Covid-19. Contratada: SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO – prazo contratual: 03 meses. Valor contratual R$ 2.772.000,00 – Data ass. 14/01/2021.

3) Extrato de contrato nº 003/21 – Proc. 23.734/20 – PP 070/20 – Fornecimento de água mineral. Contratada: P.A. BEBIDAS E CIA LTDA EPP. Valor contratual R$ 409.497,54 / prazo contratual: 12 meses. Data ass. 18/01/2021.

4) Termo aditivo 002 ao contrato 009/20 – Proc. 49.146/19 – PP 099/19 – Fica acrescido o montante de R$ 269.990,73 e prorrogar o contrato por mais 03 meses. Contratada: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA. Data ass. 22/01/2021.

5) Extrato do contrato 004/18 – Proc. 23.105/17 – PP 045/17 – Renovar o contrato por mais 12 meses. Contratada: RC NUTRY ALIMENTAÇÃO LTDA., valor da renovação: 11.059.990,56 // data ass. 22/01/2021.

CRUZEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO

TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.197/2020
JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

A Comissão Permanente de Licitações torna público, para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das propostas do tipo menor valor global, da Tomada de Preços nº 011/2020 – Processo Administrativo nº 7.197/2020, que tem por objeto a contratação de empresa especializada com o fornecimento de material e mão de obra para execução de obras de Parque Linear e Revitalização de Área, conforme especificações e demais informações constantes dos anexos que integram o presente Edital.

Propostas classificadas – 1º Lugar a empresa GODOY & TABACO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA – EPP ofertou o valor global de R$ R$ 238.924,50 (duzentos e trinta e oito mil, novecentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), em 2º Lugar a empresa ORIGINAL ENGENHARIA E MONTAGEM INDUSTRIAIS EIRELI ofertou o valor global de R$ 262.951,85 (duzentos e sessenta e dois mil, novecentos e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos), em 3º Lugar a empresa AC MELKO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP ofertou o valor global de R$ 282.097,41 (duzentos e oitenta e dois mil e noventa e sete reais e quarenta e um centavos) e em 4º Lugar a empresa CBTS COMERCIAL BRASILEIRA DE TUBOS E SANEAMENTO EIRELI ofertou o valor global de R$ 325.318,80 (trezentos e vinte cinco mil, trezentos e dezoito reais e oitenta centavos).

Fica aberto o prazo de cinco (05) dias úteis, contados a partir desta publicação para apresentação de recurso, conforme estabelece a letra "b", inciso I, do art. 109, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Cruzeiro, 22 de janeiro de 2021.
Daniel Marcelo W. Cantelmo
Presidente da Comissão Licitações

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cruzeiro torna público às empresas do ramo que encontra-se aberta o Pregão Presencial nº 001/2021 - Processo nº 21/2021 - "FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MONITORAMENTO DE SEGURANÇA EM TODAS AS UNIDADES DO SAAE", conforme edital e seus anexos. Sessão de Abertura: 04/02/2021, às 10:00 horas.

O edital em sua íntegra poderá ser consultado pelo SITE www.saaecruzeiro.com.br, gratuitamente, ou no setor de licitações, à Av. Nesralla Rubez, 519 - centro, Cruzeiro/SP., após o recolhimento da taxa de R$ 10,00 da reprodução gráfica do edital. Cruzeiro, 22 de janeiro de 2019. José Kleber Lima Silveira Junior - Diretor Geral.

DIVINOLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial n.º 02/2021
Procedimento Licitatório n.º 02/2021

A Prefeitura Municipal de Divinolândia, Estado de São Paulo, através do Prefeito Municipal, torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando licitação, na modalidade Pregão Presencial, sob o regime de Menor Preço por Item, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem do tipo luvas de procedimento para Gerencia Municipal de Saúde.

Maiores informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal, onde poderá ser retirado o edital na íntegra, no horário de expediente (das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min) de segunda a sexta-feira, na página eletrônica www.divinolandia.sp.gov.br, bem como pelo telefone (19) 3663-8100 ramal 230.

A sessão pública de abertura, análise e julgamento da presente licitação ocorrerá dia 04 (quatro) de Fevereiro de 2021, onde as propostas serão recebidas, analisadas e julgadas no prazo legal.

Antônio de Pádua Aquisti
Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial n.º 03/2021
Procedimento Licitatório n.º 03/2021

A Prefeitura Municipal de Divinolândia, Estado de São Paulo, através do Prefeito Municipal, torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando licitação, na modalidade Pregão Presencial, sob o regime de Menor Preço por Item, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus e câmaras de ar para os veículos automotores oficiais da Prefeitura de Divinolândia.

Maiores informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal, onde poderá ser retirado o edital na íntegra, no horário de expediente (das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min) de segunda a sexta-feira, na página eletrônica www.divinolandia.sp.gov.br, bem como pelo telefone (19) 3663-8100 ramal 230.

A sessão pública de abertura, análise e julgamento da presente licitação ocorrerá dia 05 (cinco) de Fevereiro de 2021, onde as propostas serão recebidas, analisadas e julgadas no prazo legal.

Antônio de Pádua Aquisti
Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial n.º 04/2021
Procedimento Licitatório n.º 04/2021

A Prefeitura Municipal de Divinolândia, Estado de São Paulo, através do Prefeito Municipal, torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando licitação, na modalidade Pregão Presencial, sob o regime de Menor Preço por Item, cujo objeto é o Registro de Preços prestação de serviços de borracharia para os veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal de Divinolândia.

Maiores informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal, onde poderá ser retirado o edital na íntegra, no horário de expediente (das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min) de segunda a sexta-feira, na página eletrônica www.divinolandia.sp.gov.br, bem como pelo telefone (19) 3663-8100 ramal 230.

A sessão pública de abertura, análise e julgamento da presente licitação ocorrerá dia 04 (quatro) de fevereiro de 2021, onde as propostas serão recebidas, analisadas e julgadas no prazo legal.

Antônio de Pádua Aquisti
Prefeito Municipal.

DOIS CÓRREGOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

Departamento de Licitações, Contratos e Convênios
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
Processo: 19-2021
Pregão Eletrônico nº 08/2021

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para execução de passeio (calçada) ou piso de concreto, base em piso de concreto com concreto moldado in loco, e instalação de calhas, com fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à execução dos serviços.

INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 26/01/2021, às 09:00 horas.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 09/02/2021, às 09:00 horas.

LOCAL: www.bll.org.br

EDITAL NA ÍNTEGRA: À disposição dos interessados no site www.doiscorregos.sp.gov.br. Informações pelo e-mail licitacao@doiscorregos.sp.gov.br em dias de expediente.

Ruy Diomedes Favaro
Prefeito Municipal

EMBU

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU

A Pregoeira de Embu das Artes TORNA PÚBLICO: PREGÃO ELETRÔNICO 027/2020 - Licitação nº 849877. Verificada a documentação de habilitação e proposta apresentada, constatada a regularidade, fica declarada VENCEDORA a empresa Eletro Centro Comércio de Peças e Eletroeletrônicos Eireli, CNPJ: 16.779.255/0001-34 para o presente certame.

O Prefeito de Embu TORNA PÚBLICO:

6º Termo Aditivo ao Contrato 005/2018 – Data: 18/12/2020 - Contratante: Prefeitura de Embu das Artes - Contratada: Guimacon Engenharia e Construções Ltda – CNPJ: 61.073.334/0001-80 – Objeto: Resolvem prorrogar o prazo do referido contrato, sendo a vigência por mais 12 meses, a partir de 12/01/2021 – Modalidade: Concorrência 019/2015.

3º Termo Aditivo ao Contrato 126/2020 – Data: 14/12/2020 - Contratante: Prefeitura de Embu das Artes - Contratada: Teto Construtora S/A – CNPJ: 13.034.156/0001-35 – Objeto: Resolvem reprogramar a planilha orçamentária havendo um decréscimo de R$ 291.164,85, passando o valor do contrato para R$ 4.211.638,90 que equivale a -6% do valor inicial – Modalidade: Pregão Presencial 002/2020.

1º Termo Aditivo ao Contrato 003/2020 – Data: 10/12/2020 - Contratante: Prefeitura de Embu das Artes - Contratada: Penascal Engenharia e Construção Eireli – CNPJ: 67.718.874/0001-50 – Objeto: Resolvem prorrogar o prazo do referido contrato, sendo a vigência por mais 12 meses a partir de 06/01/2021 e a execução da Rua Francisca R. Adriano por mais 10 meses, a partir de 12/12/2020 – Modalidade: Concorrência 011/2019.

1º Termo Aditivo ao Contrato 057/2020 – Data: 04/01/2021 - Contratante: Prefeitura de Embu das Artes - Contratada: Teto Construtora S/A – CNPJ: 13.034.156/0001-35 – Objeto: Resolvem prorrogar o prazo do referido contrato, sendo a vigência por mais 12 meses, a partir de 25/03/2021 – Modalidade: Concorrência 020/2019.

3º Termo Aditivo ao Contrato 042/2019 – Data: 15/12/2020 - Contratante: Prefeitura de Embu das Artes - Contratada: Brisa Construtora e Participações Ltda – EPP – CNPJ: 04. 633.515/0001-80 – Objeto: Resolvem prorrogar o prazo do referido contrato, sendo a execução por mais 06 meses, a partir de 31/12/2020 – Modalidade: Tomada de Preços 002/2019.

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSSE DO PRESIDENTE, VICE PRESIDENTE E CONSELHO FISCAL DO - CONISUD

Aos dezessete (18) dias do mês de Janeiro de 2021, as 10:00 horas, na sala de reuniões da sede de CONISUD, situada na Rua Minas Gerais, nº 58, CEP 06852-310 – Itapecerica da Serra - SP, atendendo a convocação datada de 10 de Dezembro de 2020, realizou-se a Assembléia Geral Ordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD, autarquia interfederativa, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 05.031.043/0001-58, conforme TERMO DE CONVOCAÇÃO, contendo a seguinte pauta: – Eleição e Posse do Presidente e Vice-Presidente do CONISUD para o biênio 2021/2022 e Eleição e Posse do Conselho Fiscal para o biênio 2021/2022. Após a leitura do termo de convocação. Após o prazo de 30 minutos foram apresentadas as seguintes candidaturas: para o cargo de PRESIDENTE: CLAUDINEI ALVES DOS SANTOS - Prefeito do Município de Embu das Artes-SP; para o cargo de VICE-PRESIDENTE: JOSÉ APRIGIO DA SILVA - Prefeito do Município de Taboão da Serra - SP; para CONSELHEIROS FISCAIS EFETIVOS: ROGÉRIO CARDOSO FRANCO - Prefeito do Município de Cotia; JOSÉ ANTONIO PEREIRA- Prefeito do Município de Embu Guaçu; AYRES SCORSATTO - Prefeito do Município de Juquitiba; CONSELHEIROS FISCAIS SUPLENTES: JOSUÉ SILVEIRA RAMOS - Prefeito do Município de Vargem Grandes Paulista; FRANCISCO TADAO NAKANO - Prefeito do Município de Itapecerica da Serra; FELIPE SEME AMED - Prefeito do Município de São Lourenço da Serra, estando assim respeitado o número exigido pelo Estatuto, foram CONSIDERADOS ELEITOS PARA OS CARGOS de: PRESIDENTE DO CONISUD O Sr. CLAUDINEI ALVES DOS SANTOS,- Prefeito do Município de Embu das Artes - SP, e VICE-PRESIDENTE DO CONISUD o Sr. JOSÉ APRIGIO DA SILVA, - Prefeito do Município de Taboão da Serra – SP, para o biênio 2021/2022. Declarando em seguida ELEITOS, foram CONSIDERADOS ELEITOS PARA O CONSELHO FISCAL DO CONISUD OS MEMBROS EFETIVOS E SUPLENTES, supra qualificados: CONSELHEIROS FISCAIS EFETIVOS: ROGÉRIO CARDOSO FRANCO - Prefeito do Município de Cotia; JOSÉ ANTONIO PEREIRA- Prefeito do Município de Embu Guaçu; AYRES SCORSATTO - Prefeito do Município de Juquitiba ; CONSELHEIROS FISCAIS SUPLENTES: JOSUÉ SILVEIRA RAMOS - Prefeito do Município de Vargem Grande Paulista; FRANCISCO TADAO NAKANO - Prefeito do Município de Itapecerica da Serra; FELIPE SEME AMED – Prefeito Interino do Município de São Lourenço da Serra. Em seguida nos termos estatutário, foi indagado pelo presidente da Assembléia a cada um dos consorciados eleitos para a Diretoria Executiva. Após foi determinado à inscrição na presente ata do TERMO DE POSSE nos termos do Estatuto, com o mandato que se inicia nesta data e que se concluirá no dia 31 de Dezembro de 2022, nos termos deliberados em Assembleia Geral Ordinária. Não havendo nada mais a ser tratado deu-se por encerrada a presente assembleia. A Secretária Executiva determinou a lavratura da presente ATA, que foi devidamente lida, aprovada e subscrita por todos consorciados e presentes, pela Secretária Executiva e por mim nomeado como para atuar como secretário. Nada Mais. A cópia integral da presente ata, encontra-se pública na Sede do CONISUD, situada na Rua Rua Minas Gerais, nº 58, CEP 06852-310 – Itapecerica da Serra - SP, bem como na página do CONISUD na internet no seguinte endereço: www.conisud.sp.gov.br, podendo ser consultada pelos interessados.

Rogério Cardoso Franco Claudinei Alves dos Santos
Prefeito de Cotia Prefeito de Embu das Artes
José Antonio Pereira Francisco Tadao Nakano
Prefeito de Embu Guaçu Prefeito de Itapecerica da Serra
Ayres Scorsatto Felipe Seme Amed
Prefeito de Juquitiba - SP Prefeito Interino de São Lourenço da Serra
José Aprígio Bezerra da Silva Josué Silveira Ramos
Prefeito de Taboão da Serra Prefeito de Vargem Grande Paulista
Brigida Sacramento C. dos Santos Francisco Roberto de Souza
Secretária Executiva do Conisud Advogado– OAB/SP 137.780

FRANCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA

AVISOS DE LICITAÇÃO

Processo nº 53596/20 - Pregão Eletrônico nº 01/2021 - Interessado: Secretaria de Saúde - Objeto: Prestação de serviços para tratamento com sessões de oxigenoterapia em câmara hiperbárica. Recebimento das propostas dos lotes: até às 8h30 do dia 04 de fevereiro de 2021 - Abertura das propostas dos lotes: a partir das 9h00 do dia 04 de fevereiro de 2021 - Início da disputa de preços: a partir das 9h30 do dia 04/02/2021.

Processo nº 44646/20 - Pregão Eletrônico nº 02/2021 - Interessado: Secretaria de Saúde - Objeto: Aquisição de reagentes para exames de hematologia, com cessão de um equipamento em comodato com sistema automatizado randômico para exames hematológicos. Recebimento das propostas dos lotes: até às 13h30 do dia 04 de fevereiro de 2021 - Abertura das propostas dos lotes: a partir das 14h00 do dia 04 de fevereiro de 2021 - Início da disputa de preços: a partir das 14h30 do dia 04/02/2021.

Processo nº 41673/20 - Pregão Eletrônico nº 03/2021 - Interessado: Secretaria de Administração e Recursos Humanos - Objeto: Aquisição de sucos e refrigerantes. Recebimento das propostas dos lotes: até às 9h00 do dia 05 de fevereiro de 2021 - Abertura das propostas dos lotes: a partir das 9h30 do dia 05 de fevereiro de 2021 - Início da disputa de preços: a partir das 14h30 do dia 05/02/2021.

Processo nº 20517/20 - Pregão Eletrônico nº 04/2021 - Interessado: Secretaria de Saúde - Objeto: Aquisição de materiais hospitalares – equipos, cateteres e sondas. Recebimento das propostas dos lotes: até às 9h00 do dia 08 de fevereiro de 2021 - Abertura das propostas dos lotes: a partir das 9h30 do dia 08 de fevereiro de 2021 - Início da disputa de preços: a partir das 9h30 do dia 09/02/2021.

Processo nº 48166/20 - Pregão Eletrônico nº 05/2021 - Interessado: Secretaria de Saúde - Objeto: Aquisição de materiais hospitalares – álcool, saneantes e tinturas. Recebimento das propostas dos lotes: até às 9h00 do dia 10 de fevereiro de 2021 - Abertura das propostas dos lotes: a partir das 9h30 do dia 10 de fevereiro de 2021 - Início da disputa de preços: a partir das 14h30 do dia 10/02/2021.

Processo nº 57000/20 - Pregão Eletrônico nº 06/2021 - Interessado: Secretaria de Saúde - Objeto: Aquisição de medicamentos diversos para atender a demanda judicial. Recebimento das propostas dos lotes: até às 9h00 do dia 11 de fevereiro de 2021 - Abertura das propostas dos lotes: a partir das 9h30 do dia 11 de fevereiro de 2021 - Início da disputa de preços: a partir das 14h30 do dia 11/02/2021.

Processo nº 46425/20 - Pregão Eletrônico nº 07/2021 - Interessado: Secretaria de Saúde - Objeto: Aquisição de medicamentos diversos para atender a demanda do serviço social. Recebimento das propostas dos lotes: até às 9h00 do dia 12 de fevereiro de 2021 - Abertura das propostas dos lotes: a partir das 9h30 do dia 12 de fevereiro de 2021 - Início da disputa de preços: a partir das 14h30 do dia 12/02/2021.

Disponibilidade dos Editais: a partir de 26/01/2021, no portal eletrônico www.licitacoes-e.com.br

RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo nº 46587/2020 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, ART. 25, I, DA LEI DE LICITAÇÕES cujo objeto é a contratação da Clínica Nefrológica de Franca Ltda Epp para prestação de serviços na área de nefrologia para a Secretaria de Saúde pelos valores da tabela de procedimentos, medicamenos e OPM do Sistema Único de Saúde (SUS), pelo valor de R$ 4.680.000,00 (quatro milhões e seiscentos e oitenta mil reais).

Processo nº 59433/2020 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, ART. 25, I, DA LEI DE LICITAÇÕES cujo objeto é a contratação de empresa para locação de 10 (dez) standes de 6 (seis) m2 no SALÃO DE DESIGN E INOVAÇÃO DE MATERIAIS - INSPIRAMAIS, de 14 e 15 de janeiro de 2020, no Expo Center Norte, na cidade de São Paulo – SP. Contratada: Associação Brasileira de Empresas de componentes para Couro, Calçados e Artefatos – ASSINTECAL, pelo valor de R$ 29.999,97 (vinte e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos).

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

LEIA-SE: Proc. nº 20423/20 - Pregão Eletrônico nº 027/2020 - Aquisição de sondas de gastrostomia de baixo perfil tipo BUTTON para nutrição. O Sr. Pregoeiro torna público que, ficam HOMOLOGADAS e ADJUDICADAS as propostas das empresas Expand Medico Ltda, lotes 6, 30, 51, 55, 57, 59; Med Care Comercio de Materiais Medicos Ltda, 1 ao 5, 7 ao 29, 31 ao 50, 52 ao 54, 56, 58, 60 ao 64.

Franca, 22 de janeiro de 2021.
Sérgio Luiz Romero Gerbasi
Presidente da Comissão Permanente de Licitações / Pregoeiro

CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS
EDITAL DE CHAMAMENTO 001-20

Proc. nº 0537/2020 – Credenciamento público para contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos em caráter de plantão de 12 horas nas especialidades de emergencialistas nas áreas de clínica médica e pediatria para atuação no Pronto Socorro Dr. Álvaro Azzuz, Pronto Socorro Infantil, UPA Aeroporto I e UPA Anita. Credenciadas/aptas: CONTIN SILVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, FERNANDES SILVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA, I M SILVEIRA SERVIÇOS MEDICOS LTDA E RENATA A GUIMARAES EIRELI.

Franca, 22 de janeiro de 2021.
Lucas Eduardo de Souza
Secretário de Saúde

GARÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido a partir da data de 21/01/2021, o Contrato Administrativo nº 002/2020, firmado com a empresa "MAXTECNICA SERVIÇOS INTEGRALIZADOS EIRELI", inscrita no C.N.P.J sob o nº 09.289.112/0001-89, com sede à Av. Armando Sales de Oliveira, nº 85 – Conjunto 01 - Centro, na cidade de Juquitiba/SP, nos termos dos artigos 77, 78, I e 79, I, todos da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações – Data: 22/01/2021 – João Carlos dos Santos – Prefeito Municipal.

GAVIÃO PEIXOTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAVIÃO PEIXOTO

COMUNICADO
DISPENSA Nº 02/2021 – PROCESSO Nº 09/2021

ADRIANO MARÇAL DA SILVA, Prefeito Municipal de Gavião Peixoto, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.882/94, COMUNICA que nesta data, ratificou a dispensa de licitação, na seguinte contratação:

OBJETO: Contratação de Instituição sem fins lucrativos a qual viabilizará as condições necessárias para efetivação do Programa Municipal de Contratação de Aprendiz na administração direta e indireta, instituído pela Lei Municipal nº 402/2009, para cumprimento da cota de aprendizagem da Contratante.

AMPARO LEGAL: Art. 24, Inciso XIII da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94.DATA DO INÍCIO DO CONTRATO: 18/01/2021.VIGENCIA: 12 MESES.CONTRATADA: CEPROESC- CENTRO DE PROMOÇÃO EDUCACIONAL E SOCIAL NA COMUNIDADE. VALOR ESTIMADO: R$ 518.165,04.DOTAÇÃO: Própria do orçamento vigente e futuro.

Gavião Peixoto, aos 18 de Janeiro 2021.ADRIANO MARÇAL DA SILVA - Prefeito Municipal

GENERAL SALGADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO

Setor de Licitação
Pregão Presencial

A prefeitura Municipal de General Salgado/SP, comunica aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial nº 02/2021, cujo o objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades STFC(serviço Telefônico Fixo Comodato) PABX em comodato, serviço 0800, Internet ADSL(SCM), considerando o menor preço global. O encerramento dar-se-á no dia 05 de fevereiro de 2021, até às 9:15 hs e a abertura dos envelopes às 9:30 hs e a etapa de lances às 09:40 hs do mesmo dia. Para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital que poderá ser retirado aos interessados na participação do certame, no setor de licitações da Prefeitura Municipal, de segunda a sexta feira, no horário de expediente (das 9:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00 horas) ou pelo site www.generalsalgado.sp.gov.br, sendo que também uma via será afixada em local de costume desta repartição pública.

Local e Data: General Salgado, 22 de Janeiro de 2021.
Mauro Gilberto Fantini - Prefeito

GUARARAPES

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

EXTRATO DE CONTRATO

Processo de Licitação nº 233/2020 - Pregão Presencial nº 092/2020

Contratante - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES
Contratado - Bruno Henrique das Neves 39725744870

Objeto - Contrato para aquisição de módulos em aço inox com fornecimento de material e mão de obra para fabricação e instalação nas dependências do prédio da cozinha piloto.

Nº - 001/2021
Valor - R$ 214.556,72/Total
Assinatura - 18 de janeiro de 2021
Vigência – 18 de janeiro de 2021 a 17 de julho de 2021
PROCESSO Nº 010/2021
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA – RECAPEAMENTO EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE GUARARAPES/SP, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PLANILHA DE BDI E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXOS AO PRESENTE EDITAL.

ENCERRAMENTO: 09/02/2021 ÀS 09:30 HORAS
ABERTURA: 09/02/2021 ÀS 10:00 HORAS

LOCAL: Os documentos para habilitação e os envelopes propostas, deverão ser protocolados até as 09:30 horas do dia 09/02/2021, na Seção de Expediente da Prefeitura Municipal de Guararapes, sito à Avenida Marechal Floriano, 565, neste Município de Guararapes/SP, sendo abertos às 10:00 horas do mesmo dia, no prédio localizado a Rua Prudente de Moraes, 575-Fundos.

OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito à Rua Mario Rolim Telles nº 674, e no site www.guararapes.sp.gov.br

Guararapes, 22 de janeiro de 2021
Maria Marta Justi
Dirª Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

GUARAREMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAREMA

EXTRATO: Ata de Registro de Preço 05/2021. ORIGEM: Processo 633/2020, Pregao Presencial 103/2020. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guararema. CONTRATADA: SEGFORTE MONITORAMENTOS E SERVIÇOS EIRELI – ME. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO DE MONITOR DE TRÂNSITO. VALOR: R$ 435.600,00. VIGÊNCIA: 12 meses. ASSINATURA: 22/01/2021. JOSE LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

RATIFICO: o Exmo. Sr. Prefeito ratificou na data de 18/01/2021 todos os autos constantes do Processo nº 641/2020 Chamamento Público nº 01/2020 nos termo da Lei 8.666/93, OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL CONFORME §1º DO ART.14 DA LEI N.º 11.947/2009 E RESOLUÇÕES DO FNDE RELATIVAS AO PNAE. LICITANTES: MILTON YOSHIHIKO SAITO, VALOR: R$ 15.670,00; KELI CRISTINA VALÊNCIO DE ALMEIDA MORAES, VALOR: R$ 15.739,70; JOSENILDON DA SILVA, VALOR: R$ 19.999,60; SONIA MARIA BULIO PARDINHO, VALOR; R$ 15.435,94; EDVALDO MITSURU EZAKI, VALOR: R$ 20.000,00; TOSHIRO EZAKI, VALOR R$ 19.999,80; TEREZINHA ALVES HERNANDES, VALOR R$ 19.935,00; RAQUEL YOSHIDA SAWADA, VALOR R$ 19.993,90; MASAO OURA, VALOR R$ 19.888,40; ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE ANA DIAS – APRAD, VALOR R$ 67.630,40; COOPERATIVA DE PRODUTORES FAMILIARES DE SANTA ISABEL – COOAIPRO, VALOR R$ 169.865,00; GRUPO INFORMAL TOTALCOOPER, VALOR R$ 56.458,00. Pagamento conforme edital. JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

GUARULHOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS

A Pref.de Guarulhos,através do Depto de Licitações e Contratos,torna público:Licitações Adiadas"Sine Die":RDC03/20 PA36194/20 CP01/21 PA17448/20.

GUZOLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA

SETOR DE LICITAÇÃO/1º TERMO ADITIVO

Contrato nº 091/2020. Contratante: Prefeitura Municipal de Guzolândia. Processo nº 518/2020. Contratado: Proativa Hospitalar Eireli-ME. Fica Aditado o prazo do referido contrato até 05/03/2021 conforme cláusula quinta, prevista no referido contrato. Assinatura: 05/01/2021. Guzolândia, 19/01/2021. Márcio Luis Cardoso-Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA
SETOR DE LICITAÇÃO/AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 010/2021, Licitação nº 003/2021, Edital nº 002/2021, Leilão nº 001/2021

Tipo: Maior lance por item

A Prefeitura Municipal de Guzolândia-SP, TORNA PÚBLICO, que no próximo dia 22/02/2021, às 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Paschoal Guzzo, nº 1.065, Centro, será realizada a Licitação na modalidade Leilão nº 001/2021, tendo como objeto à escolha do lance mais vantajoso para a venda de materiais recicláveis inservíveis à Administração. As propostas serão realizadas em ato público, através de lance nunca inferior ao valor da avaliação, o pagamento deverá ser efetuado à vista. O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados de 2ª a 6ª, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no Setor de Licitação, bem como no Sítio Eletrônico do Município "www.guzolandia.sp.gov.br" ou

podendo ser solicitado pelo e-mail licitacao.prefeitura@guzolandia.sp.gov.br. Guzolândia, 22/01/2021. Márcio Luis Cardoso-Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA

SETOR DE LICITAÇÃO/AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 016/2021, Licitação nº 004/2021, Edital nº 003/2021, Pregão Presencial nº 002/2021

Tipo: Menor preço por item

A Prefeitura Municipal de Guzolândia-SP, no uso de suas atribuições legais, faz público para o conhecimento dos interessados, que se acha aberta nesta Prefeitura Municipal, o Pregão Presencial nº 002/2021, para o fornecimento de produtos de alimentação. Encerramento: 08h30min do dia 04/02/2021. O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados de 2ª a 6ª, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no Setor de Licitação, bem como no Sítio Eletrônico do Município "www.guzolandia.sp.gov.br" ou podendo ser solicitado pelo e-mail licitacao.prefeitura@guzolandia.sp.gov.br. Guzolândia, 22/01/2021. Márcio Luis Cardoso-Prefeito Municipal.

HORTOLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

EXTRATO DE TERMO PRORROGAÇÃO nº 528/20. Contrato originário 548/19. Inexigibilidade 78/19. PMH 13615/19. Contratada: ARAÚJO E SILVA ALBERGUES LTDA. CNPJ 33.725.348/0001-03. Objeto: Instituição de longa permanência para internação de pacientes. Prazo 12 meses, a partir de 10/12/20. Valor R$ 54.000,00. Assinatura 10/12/20. Hortolândia, 22 de janeiro de 2021. Secretaria de Inclusão/Régis Athanazio Bueno.

EXTRATO DE TERMO PRORROGAÇÃO, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO nº 658/20. Contrato originário 575/19. Concorrência 10/19. PMH 7891/19. Contratada: BASEPLAN CONSTRUTORA LTDA EPP. CNPJ 07.988.367/0001-04. Objeto: serviços de pavimentação, calçamento, execução de rampas de acessibilidade, sinalização viária vertical, horizontal e semafórica. Prazo 06 meses, a partir de 17/12/20. Valor R$ 302.875,73. Assinatura 17/12/20. Hortolândia, 22 de janeiro de 2021. Secretaria de Mobilidade Urbana/Atílio André Pereira.

IARAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IARAS

TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO

DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

MARCOS JOSÉ ROSA, PREFEITO MUNICIPAL DE IARAS, ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, considerando informações, pareceres, documentos e despachos contidos no Processo de Cotação n° 000041/2021, AUTORIZO a contratação com a EMPRESA QLX DIAGNÓSTICOS LTDA., CNPJ nº 38.030.634/0001-60, com sede na Avenida Coronel Albino Alves Garcia nº 585 – Bairro Centro – CEP 18.960-000 – Bernardino de Campos – SP, objetivando a Aquisição de 200 (duzentas) Unidades de Testes de COVID-19 IGM/IGG e 50 (cinquenta) Unidades de Testes de COVID-19 Antígeno, uma vez que serão disponibilizados aos pacientes que apresentarem sintomas sugestivos diante do COVID-19, para fins de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, causador da COVID-19.

Essa ratificação se fundamenta no artigo 4º, da Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, com as alterações posteriores.

O valor total de R$ 10.300,00 (DEZ MIL E TREZENTOS REAIS), onerará os recursos orçamentários reservados nos códigos: FICHA 150, FICHA 151 E FICHA 152, bem como AUTORIZO a realização da respectiva despesa.

IARAS, 20 DE JANEIRO DE 2021.

MARCOS JOSÉ ROSA

PREFEITO MUNICIPAL DE IARAS

IBATÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATÉ

DECISÃO EM PROCESSO LICITATÓRIO

1 – RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA VANNINI & DELATIM SERVIÇOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA, CNPJ nº 10.481.840/0001-77.

Trata-se de recurso administrativo tempestivo interposto pela empresa VANNINI & DELATIM SERVIÇOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA, CNPJ nº 10.481.840/0001-77, com fundamento no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666/1993.

Nesse contexto, considerando as disposições do artigo 109, §§ 1º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993, a Comissão de Licitação determinou a intimação das demais empresas licitantes para apresentarem as suas respectivas impugnações, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Frise-se que, em relação ao recurso administrativo interposto pela empresa VANNINI & DELATIM SERVIÇOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA, CNPJ nº 10.481.840/0001-77, apenas a empresa CENTRO DE SERVIÇOS DE SAÚDE APOLLO LTDA EPP, CNPJ nº 35.224.487/0001-70, apresentou contrarrazões ao recurso.

Anote-se que, a empresa VANNINI & DELATIM SERVIÇOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA, CNPJ nº 10.481.840/0001-77, ora recorrente, foi inabilitada na sessão de licitação realizada no dia 23/12/2020 (quarta-feira), sendo que em 29/12/2020 (terça-feira), protocolou o seu recurso administrativo tempestivo (05 dias úteis), sustentando, em apertada síntese, que preenche todos os requisitos contidos no edital de Concorrência Pública 003/2020, especialmente no tocante ao balanço patrimonial.

Após o prazo de impugnação, o presente processo licitatório seguiu os termos do artigo 109, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993, a saber:

"Art. 109. (...) § 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade. (...)". (grifos).

Com efeito, após o exame das razões recursais e das contrarrazões, fora realizada diligência formal, sendo emitido parecer técnico contábil, o qual restou conclusivo no sentido de que a empresa VANNINI & DELATIM SERVIÇOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA, CNPJ nº 10.481.840/0001-77, ora recorrente, preenche todos os requisitos contidos no edital de Concorrência Pública 003/2020, especialmente no tocante ao balanço patrimonial.

Por sua vez, em prestígio ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão de Licitação reconsiderou a decisão que inabilitou a empresa VANNINI & DELATIM SERVIÇOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA, CNPJ nº 10.481.840/0001-77, com fundamento no artigo 109, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Pelo exposto, ratifico a decisão da Comissão de Licitação, a qual reconsiderou a decisão que inabilitou a empresa VANNINI & DELATIM SERVIÇOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA, CNPJ nº 10.481.840/0001-77, com fundamento no artigo 109, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

2 – RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA SMEDMIX SERVIÇOS COMBINADOS EM SAÚDE EIRELI EPP, CNPJ nº 19.241.182/0001-10:

Trata-se de recurso administrativo tempestivo interposto pela empresa SMEDMIX SERVIÇOS COMBINADOS EM SAÚDE EIRELI EPP, CNPJ nº 19.241.182/0001-10, com fundamento no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666/1993.

Nesse contexto, considerando as disposições do artigo 109, §§ 1º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993, a Comissão de Licitação determinou a intimação das demais empresas licitantes para apresentarem as suas respectivas impugnações, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Anote-se que, a empresa SMEDMIX SERVIÇOS COMBINADOS EM SAÚDE EIRELI EPP, CNPJ nº 19.241.182/0001-10, ora recorrente, foi habilitada na sessão de licitação realizada no dia 23/12/2020 (quarta-feira), sendo que em 30/12/2020 (quarta-feira), protocolou o seu recurso administrativo tempestivo (05 dias úteis).

Em apertada síntese, a empresa recorrente sustentou que a empresa CENTRO DE SERVIÇOS DE SAÚDE APOLLO LTDA EPP, CNPJ nº 35.224.487/0001-70, não preenche todos os requisitos contidos no edital de Concorrência Pública 003/2020, especialmente no tocante ao descumprimento do item 5.5 do edital (qualificação técnica), incapacidade financeira e descumprimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Frise-se que, em relação ao recurso administrativo interposto pela empresa SMEDMIX SERVIÇOS COMBINADOS EM SAÚDE EIRELI EPP, CNPJ nº 19.241.182/0001-10, apenas a empresa CENTRO DE SERVIÇOS DE SAÚDE APOLLO LTDA EPP, CNPJ nº 35.224.487/0001-70, apresentou contrarrazões ao recurso.

Após o prazo de impugnação, o presente processo licitatório seguiu os termos do artigo 109, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993, a saber:

"Art. 109. (...) § 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade. (...)". (grifos).

Com efeito, analisando-se o teor das razões recursais apresentadas pela empresa SMEDMIX SERVIÇOS COMBINADOS EM SAÚDE EIRELI EPP, CNPJ nº 19.241.182/0001-10, bem como as contrarrazões apresentadas, a Comissão de Licitação não reconsiderou a sua decisão, oportunidade em que afirmou que a empresa CENTRO DE SERVIÇOS DE SAÚDE APOLLO LTDA EPP, CNPJ nº 35.224.487/0001-70, preenche todos os requisitos contidos no edital de Concorrência Pública 003/2020, especialmente no tocante à qualificação técnica (item 5.5 do edital), e capacidade financeira, sendo perfeitamente cumprido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Pelo exposto, analisando as razões fundamentadas pela Comissão de Licitação, decido pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pela empresa SMEDMIX SERVIÇOS COMBINADOS EM SAÚDE EIRELI EPP, CNPJ nº 19.241.182/0001-10, mantendo a decisão que habilitou a empresa CENTRO DE SERVIÇOS DE SAÚDE APOLLO LTDA EPP, CNPJ nº 35.224.487/0001-70, com fundamento no artigo 109, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

3 – PUBLICAÇÃO DA PRESENTE DECISÃO NA IMPRENSA OFICIAL E DESIGNAÇÃO DA SESSÃO DE LICITAÇÃO EM PROSSEGUIMENTO:

Por fim, determino a publicação da presente decisão conjunta na imprensa oficial, bem como seja dada ciência às demais empresas licitantes no tocante à designação da sessão pública de licitação em prosseguimento para abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados (artigo 43, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993), agendada para o dia 28/01/2021 (quinta-feira), às 09h, considerando a urgência na contratação objeto do presente processo licitatório.

Ibaté/SP, 19 de janeiro de 2021.

José Luiz Parella

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATÉ

Avenida São João, 1771- Centro – Ibaté – SP

Fone/Fax: (16) 3343-1252

CEP 14.815-000 - www.ibate.sp.gov.br

IBIRAREMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAREMA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO (PRESENCIAL) EM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 13/2021

O Senhor Prefeito do Município de Ibirarema - SP, comunica aos interessados que se encontra aberto no Setor de Licitações, o processo licitatório na modalidade PREGÃO (PRESENCIAL) EM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 13/2021 do tipo menor preço unitário, por item, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR. DATA DA ABERTURA: 03/02/2021, a partir das 09:00 horas. O Edital com as especificações e demais detalhes, encontram-se à disposição dos interessados no site: www.ibirarema.sp.gov.br e-mail: licitacao@ibirarema.sp.gov.br - Depto. de Licitações, Avenida Deputado Nelson Fernandes, nº 350, Ibirarema/SP - das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas. Fone/Fax – (14) 3307-1152. Ibirarema, 22 de janeiro de 2021. JOSÉ BENEDITO CAMACHO - Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO (PRESENCIAL) EM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 14/2021

O Senhor Prefeito do Município de Ibirarema - SP, comunica aos interessados que se encontra aberto no Setor de Licitações, o processo licitatório na modalidade PREGÃO (PRESENCIAL) EM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 14/2021 do tipo menor preço unitário, por item, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR P2. DATA DA ABERTURA: 04/02/2021, a partir das 09:00 horas. O Edital com as especificações e demais detalhes, encontram-se à disposição dos interessados no site: www.ibirarema.sp.gov.br e-mail: licitacao@ibirarema.sp.gov.br - Depto. de Licitações, Avenida Deputado Nelson Fernandes, nº 350, Ibirarema/SP - das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas. Fone/Fax – (14) 3307-1152. Ibirarema, 22 de janeiro de 2021. JOSÉ BENEDITO CAMACHO - Prefeito Municipal

IBITINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITINGA

CONTRATO Nº 116/2019 - art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. NOTIFICAÇÃO - Processo Administrativo nº 53555/2020. Interessada: OCHOA - PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME, CNPJ nº 04.540.929/0001-64. A Prefeitura do Município da Estância Turística de Ibitinga, através de sua Prefeita, notifica a empresa OCHOA - PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME da decisão de rescisão contratual e aplicação de multa, bem como suspensão de contratar com a administração pelo prazo de 01 (um) ano. Fica a empresa notificada também, caso queira, para apresentação de recurso final das penas aplicadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento desta, nos termos do artigo 109, inciso I "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93. Ibitinga, 22 de janeiro de 2020. Cristina Maria Kalil Arantes - Prefeita.

IGARAÇU DO TIETÊ

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAÇU DO TIETÊ

Processo de Licitação nº 77/2020, Concorrência Pública nº 03/2020, Termo de Prorrogação do Contrato nº 55/2020. Empresa Contratada: NEEC Construtora LTDA. Objeto: Contratação de empresa(s) de engenharia para conclusão das obras e serviços de acabamento das instalações da Unidade de Pronto Atendimento do Município da Estância Turística de Igaraçu do Tietê, situada na Avenida Antônio Navarro Sanches, entre as Ruas Ricieri Zerlin e Maria do Carmo Nicolette Ortega, conforme o lote especificado: A) LOTE I – fornecimento e instalação de vidros temperados e laminados; instalação de forro de gesso; pintura interna e externa; implantação das instalações de gases medicinais; implantação de sistema de combate e prevenção de incêndios; serviços complementares, de acordo com a documentação técnica anexa pertinente a este lote. Pelo presente instrumento, e com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual em mais 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do seu vencimento. Dia 08 de janeiro de 2021. Ricardo Verpa Costa da Silva – Prefeito Municipal.

Processo de Licitação nº 01/2020, Dispensa de Licitação nº 01/2020, Termo de Prorrogação do Contrato nº 01/2020. Empresa Contratada: Mauri Imóveis S/C LTDA. Objeto: locação o imóvel localizado na Rua Fernão Lomba, nº 45, Centro, nesta cidade, destinado ao atendimento da Secretaria Municipal de Saúde. Pelo presente instrumento, e com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual em mais 02 (dois) meses, contados a partir do prazo previsto no Instrumento original, pelo valor total de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), mantendo o preço originalmente contratado. Dia 15 de janeiro de 2021. Ricardo Verpa Costa da Silva – Prefeito Municipal.

Processo de Licitação nº 02/2020, Dispensa de Licitação nº 02/2020, Termo de Prorrogação do Contrato nº 02/2020. Empresa Contratada: Mauri Imóveis S/C LTDA. Objeto: locação o imóvel localizado na Rua Fernão Lomba, nº 15, Centro, nesta cidade, destinado ao atendimento da Secretaria Municipal de Saúde. Pelo presente instrumento, e com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual em mais 02 (dois) meses, contados a partir do prazo previsto no Instrumento original, pelo valor total de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), mantendo o preço originalmente contratado. Dia 15 de janeiro de 2021. Ricardo Verpa Costa da Silva – Prefeito Municipal.

Processo de Licitação nº 01/2021, Pregão Presencial nº 01/2021. Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de combustíveis, sendo óleo diesel comum, óleo diesel S10, gasolina comum e etanol, destinados ao abastecimento dos veículos pertencentes à frota Municipal, conforme descrições constantes do Edital. Data de Encerramento: 05 de fevereiro de 2021 às 09h00min. O edital completo e maiores informações poderão ser obtidos no horário normal de expediente, no setor de compras desta Prefeitura, pelo telefone (14)3644-1223, ou através do site: www.igaracudotiete.sp.gov.br. Igaraçu do Tietê, 21 de janeiro de 2021. Ricardo Verpa Costa da Silva – Prefeito Municipal.

Processo de Licitação nº 02/2021, Pregão Presencial nº 02/2021. Objeto: A presente licitação tem por objeto selecionar a melhor proposta para a prestação de serviços de intermediação de negócios, consistentes no fornecimento, administração, gerenciamento e recargas de créditos on line de cartões magnéticos destinados à aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais credenciados (auxílio-alimentação), a serem utilizados pelos servidores públicos do Município da Estância Turística de Igaraçu do Tietê que se enquadrem na previsão contida na Lei Municipal nº 2.997, de 27 de fevereiro de 2014, conforme descrições constantes do Edital. Data de Encerramento: 08 de fevereiro de 2021 às 09h00min. O edital completo e maiores informações poderão ser obtidos no horário normal de expediente, no setor de compras desta Prefeitura, pelo telefone (14)3644-1223, ou através do site: www.igaracudotiete.sp.gov.br. Igaraçu do Tietê, 21 de janeiro de 2021. Ricardo Verpa Costa da Silva – Prefeito Municipal.

ILHABELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHABELA

HOMOLOGAÇÃO

Proc. Adm. 11759-4/2020 Considerando o disposto no inciso VI do artigo 43 da Lei nº 8.666/93 RATIFICO a ADJUDICAÇÃO do certame licitatório levado a termo pelo Pregão Presencial 81/2020, que trata da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NAS MODALIDADES STFC (SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO) E SERVIÇO 0800, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I, nos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 a favor da empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A no valor total de R$ 384.245,76 (Trezentos e oitenta e quatro mil, duzentos e quarenta e cinco reais e setenta e seis centavos) e, HOMOLOGO a licitação de acordo com a proposta apresentada e autorizo a lavratura do respectivo contrato.Ilhabela, 19 de janeiro de 2021.Antonio Luiz Colucci – Prefeito Municipal.

ILHA SOLTEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

OBJETO: Seleção e contratação de empresa especializada para fornecimento de material didático do SEFE - Sistema Educacional Família e Escola Ltda., para alunos/as e professores/as de Educação Infantil e Ensino Fundamental, que deverá ocorrer durante o ano letivo de 2021, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. TIPO: Menor Preço Global. DATA DA REALIZAÇÃO: 04/02/2021, com início às 09:00 h (horário de Brasília). Informações e Edital na íntegra à disposição dos interessados no site: www.ilhasolteira.sp.gov.br e na Divisão de Compras, Sala 01 da Prefeitura, mediante identificação, endereço, telefone, e-mail e CNPJ ou CPF. Outras informações e/ou esclarecimentos pelo fone (18)3743-6020 ou e-mail: compras@ilhasolteira.sp.gov.br. Ilha Solteira-SP, 22/01/2021. Otávio Augusto Giantomassi Gomes – Prefeito.

INDAIATUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021

EDITAL N° 017/2021

Objeto: Aquisição de grama esmeralda, para serem utilizadas pelas Secretarias Municipais de Esportes e de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, através do Sistema de Registro de Preços, com entregas parceladas pelo prazo de 12 (doze) meses, com prazo de cada entrega em até 10 (dez) dias, de acordo com a descrição constante do Anexo I. O edital está disponível gratuitamente, através dos sites: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.indaiatuba.sp.gov.br. Este Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, na data de 08 de fevereiro de 2021, às 09:00 horas. Maiores informações, no Departamento de Licitações, através do telefone nº (19) 3834-9085.

Indaiatuba, 22 de janeiro de 2021

NILSON ALCIDES GASPAR

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021

EDITAL Nº 016/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas existentes nos prédios de responsabilidade das Secretarias Municipais de Educação e de Esportes, sendo contrato pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrição constante no anexo I do edital. O edital está disponível gratuitamente, através do "site" da Prefeitura na internet www.indaiatuba.sp.gov.br. Os envelopes deverão ser entregues, diretamente a Pregoeira Cátia de Freitas S. Leite, na sala de reunião do Departamento de Licitações, localizado à Av. Engº. Fábio Roberto Barnabé, nº 2.800 - Jardim Esplanada II - Indaiatuba/SP, às 09:00 horas do dia 09 de fevereiro de 2021. Informações através dos telefones nºs.: (19) 3834-9202 / (19) 3834-9085.

Indaiatuba, 22 de janeiro de 2021

NILSON ALCIDES GASPAR

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021

EDITAL Nº 007/2021

Objeto: Aquisição de baterias automotivas, para manutenção de veículos oficias, de diversas Secretarias, através do Sistema de Registro de Preços, com entregas parceladas pelo período de 12 (doze) meses, com prazo de cada entrega em até 10 (dez) dias, conforme descrição constante no anexo I do edital. O edital está disponível gratuitamente, através do "site" da Prefeitura na internet www.indaiatuba.sp.gov.br. Os envelopes deverão ser entregues, diretamente a Pregoeira Regiane Freitas de Abreu, na sala de reunião do Departamento de Licitações, localizado à Av. Engº. Fábio Roberto Barnabé, nº 2.800 - Jardim Esplanada II - Indaiatuba/SP, às 09:00 horas do dia 08 de fevereiro de 2021. Informações através dos telefones nºs.: (19) 3834-9202 / (19) 3834-9085.

Indaiatuba, 22 de janeiro de 2021

NILSON ALCIDES GASPAR

Prefeito Municipal

IRACEMÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – Pregão Presencial 01/2021

A Diretoria de Compras e Licitações Prefeitura do Município de Iracemápolis/SP, com sede no Paço Municipal, à Rua Antônio Joaquim Fagundes, 237, Centro, Iracemápolis/SP, CEP 13.495-000, Telefone (19) 3456-9200, torna público que a Senhora Nelita Cristina Michel Franceschini, Prefeita Municipal de Iracemápolis, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial 01/2021, que tem como objeto o Registro de Preços objetivando a eventual e futura aquisição, por fornecimento parcelado e a pedido, de medicamentos para o regular atendimento da demanda da atenção básica, avaliação social e Pronto Socorro e a ADJUDICAÇÃO feita pelo pregoeiro da seguinte forma: Cota Principal: Itens 22, 25, 31, 35, 37, 79, 86, 101, 134, 142, 162, 175, 188, 218, 220 à empresa Acácia Comércio de Medicamentos Eireli com o valor total de R$102.806,50. Itens 165, 166, 247, 248, 254, 256 à empresa Aglon Comércio e Representações Ltda com o valor total de R$227.136,00. Itens 144, 177 à empresa Biohosp Produtos Hospitalares S/A com o valor total de R$40.500,00. Itens 108, 119, 152, 185, 217 à empresa Ciamed – Distribuidora de Medicamentos Ltda com o valor total de R$84.270,00. Itens 46, 129 à empresa Cirúrgica KLG Eireli com o valor total de R$5.504,50. Itens 5, 6, 7, 13, 32, 38, 39, 91, 99, 100, 104, 113, 125, 126, 127, 153, 192 à empresa Cirúrgica Nossa Senhora Eireli com o valor total de R$35.122,52. Itens 102, 224, 229, 255 à empresa CM Hospitalar S.A. com o valor total de R$35.674,00. Itens 14, 17, 36, 42, 43, 48, 66, 68, 74, 92, 106, 107, 109, 114, 121, 150, 168, 172, 179, 180, 195, 196, 197, 223, 226 à empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda com o valor total de R$305.424,00. Itens 55, 103, 110, 143, 155, 171, 173, 190, 193, 194, 198, 200, 204, 208, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 227, 237, 238 à empresa Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda com o valor total de R$164.614,50. Item 230 à empresa Dakfilm Comercial Ltda com o valor total de R$2.660,00. Itens 18, 54, 65, 72, 97, 146, 147, 228, 231, 240, 245, 251 à empresa Fragnari Distribuidora de Medicamentos Ltda com o valor total de R$58.471,00. Itens 47, 78, 118, 137, 148, 201, 202, 209, 214, 234 à empresa Futura Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Eireli com o valor total de R$95.912,80. Itens 8, 63, 80, 112, 128, 156, 167, 183, 189, 243, 250 à empresa Indmed Hospitalar Eireli com o valor total de R$109.779,00. Itens 20, 21, 28, 232 à empresa Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda com o valor total de R$176.517,00. Itens 29, 51, 58, 70, 77, 83, 89, 149, 161, 170, 176, 187 à empresa Med Center Comercial Ltda com o valor total de R$36.401,40. Itens 1, 23, 26, 62, 90 à empresa MMH Med. Comércio de Produtos Hospitalares Ltda – ME com o valor total de R$79.950,00. Itens 4, 11, 34, 41, 50, 60, 67, 94, 96, 115, 139, 141, 199, 219, 221, 233, 235, 239, 241, 242, 246, 249, 252 à empresa R.A.P. Aparecida Comércio de Medicamentos Ltda com o valor total de R$177.356,50. Itens 3, 33, 59, 61, 64, 69, 71, 75, 85, 87, 105, 111, 117, 120, 124, 130, 131, 132, 135, 136, 151, 154, 163, 182, 184, 222, 9, 15, 19, 27, 30, 44, 52, 53, 57, 76, 81, 88, 93, 98, 116, 122, 123, 133, 140, 145, 164, 174, 186, 203, 205, 206, 207, 236, 244 à empresa Soma/SP Produtos Hospitalares Ltda com o valor total de R$165.531,00. Itens 2, 10, 16, 45, 73, 82, 84, 178, 181, 191 à empresa Valinpharma Comércio e Representações Ltda com o valor total de R$26.368,80. Cota Reserva: Itens 12, 56, 138 à empresa Cirúrgica Nossa Senhora Eireli com o valor total de R$85.700,00. Item 24 à empresa MMH Med. Comércio de Produtos Hospitalares Ltda – ME com o valor total de R$44.000,00. Item 169 à empresa Proativa Hospitalar Eireli – ME com o valor total de R$5.520,00. Ficando as mesmas aguardando a convocação para a assinatura da ata de registro. Iracemápolis/SP, 22 de janeiro de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 02/2021

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 01/2021

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS

CONTRATADA: ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VISANDO O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS, PARA UTILIZAÇÃO NO ÂMBITO DA SUA SEDE ADMINISTRATIVA.

DOTAÇÃO: 10.3.3.90.39.43.01.031.7001.2.001 (OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA).

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)

DATA: 07/01/2021

VIGÊNCIA: 01/01/2021 A 31/12/2021

JEAN CARLOS FERREIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS/SP.

ITABERÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERÁ

PREGÃO Nº 06/2021 - PROCESSO Nº 23/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERÁ torna pública a abertura de licitação cujo objeto será a eventual aquisição de brinquedos para as crianças do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Abrigo, Criança Feliz Primeira Infância e para os alunos matriculados na Educação Infantil do Município. Abertura as 09h00min do dia 09 de Fevereiro de 2021. Publicação na integra no site: https://imprensaoficialmunicipal.com.br/itabera. Alex Rogério Camargo de Lacerda – Prefeito Municipal.

PREGÃO Nº 07/2021 - PROCESSO Nº 24/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERÁ torna pública a abertura de licitação cujo objeto será a eventual contratação de empresa para realização de serviços de agrimensura para sanar as necessidades da Prefeitura Municipal de Itaberá. Abertura as 09h00min do dia 05 de Fevereiro de 2021. Publicação na integra no site: https://imprensaoficialmunicipal.com.br/itabera. Nilson D. de Oliveira – Sec. Mun. Administração

PREGÃO Nº 08/2021 - PROCESSO Nº 25/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERÁ torna pública a abertura de licitação cujo objeto será a eventual contratação de empresa especializada em confecção de uniformes para os diversos setores da municipalidade. Abertura as 14h00min do dia 04 de Fevereiro de 2021. Publicação na integra no site: https://imprensaoficialmunicipal.com.br/itabera. Nilson D. de Oliveira – Sec. Mun. Administração

PREGÃO Nº 09/2021 - PROCESSO Nº 26/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERÁ torna pública a abertura de licitação cujo objeto será a eventual aquisição de placas de sinalização de trânsito e acessórios relacionados ao trânsito para a Prefeitura Municipal de Itaberá. Abertura as 09h00min do dia 08 de Fevereiro de 2021. Publicação na integra no site: https://imprensaoficialmunicipal.com.br/itabera. Paulo H. Mendes de Carvalho – Sec. Mun. Infraestrutura

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2021

A Prefeitura Municipal de Itaberá torna público para conhecimento dos interessados que julgou ser dispensável a contratação da empresa AUTOMEC COM. DE VEICULOS LTDA para a revisão de 3.000 (três mil) horas com troca de óleos, filtros e peças na Escavadeira Hidráulica JCB JS235 PAT-10121; com mão de obra e deslocamento inclusos, no valor global de R$ 6.585,27 (seis mil quinhentos e oitenta e cinco reais e vinte e sete centavos). Consubstanciada no inciso XVII do Art. 24 da Lei n° 8.666/93. Paulo H. Mendes de Carvalho – Sec. Mun. Infraestrutura

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2021

A Prefeitura Municipal de Itaberá torna público para conhecimento dos interessados que julgou ser dispensável a contratação da empresa PANHOZZI, ARRUDA E CIA FUNERARIA E PLANOS FUNERARIOS LTDA para a realização emergencial de serviços funerários, no valor global de R$ 8.680,00 (oito mil seiscentos e oitenta reais). Consubstanciada no inciso II do Art. 24 da Lei n° 8.666/93. Tania Cristina de A. Rodrigues – Sec. Mun. Ass. Social

ITAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÍ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2021 - PROCESSO Nº 73/2021

Partes: Prefeitura de Itaí e a empresa Vinicius Mateus Leite – Eireli

Objeto: Contratação de empresa visando a aquisição de aparelho de telefonia fixa.

Valor: R$ 3.698,60 (três mil, seiscentos e noventa e oito reais e sessenta centavos)

Vigência: 1 (um) mês

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2021 - PROCESSO Nº 74/2021

Partes: Prefeitura de Itaí e a empresa Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP.

Objeto: Contratação de empresa para prestação dos serviços técnicos de informática relativos à cessão de informações do banco de dados do DETRAN para o processamento de multas de trânsito referentes ao município de Itaí.

Valor: R$ 6.184,80 (seis mil, cento e oitenta e quatro reais e oitenta centavos)

Vigência: 12 (doze) meses

EXTRATO 3º TERMO ADITAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2020 - PROCESSO Nº 16/2020

Partes: Prefeitura de Itaí e a empresa Petrocamp Derivados De Petróleo Ltda.

Objeto: Registro de preços para aquisição de combustível, com entregas parceladas de acordo com a necessidade, conforme descrição no anexo I. O presente instrumento tem por objeto a alteração do preço unitário do item 01 e 03 referente a Ata de Registro de Preços nº 8/2020 que versa sobre a eventual aquisição especificada em epígrafe, conforme especificado no Edital de Licitação e seus anexos – Pregão Presencial nº 5/2020.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2021 - PROCESSO Nº 73/2021

José Ramiro Antunes do Prado, Prefeito Municipal de Itaí, Estado de São Paulo, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 24, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98 RATIFICA a DISPENSA DE LICITAÇÃO para contratação de empresa visando a aquisição de aparelho de telefonia fixa, incluindo todos os procedimentos administrativos necessários e exigidos pelo Tribunal de Contas, com fundamento no parecer da Procuradoria do Município e no artigo 24, II, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98. E autorizo o empenho da despesa, no valor global de R$ 3.698,60 (três mil, seiscentos e noventa e oito reais e sessenta centavos), em favor a empresa Vinicius Mateus Leite - Eireli, inscrita no CNPJ: 06.369.344/0001-59 cujo pagamento far-se-á de forma única, de acordo com o Termo de Referência e proposta de preço considerada compatível com o interesse público. Gabinete do Prefeito, em 20 de Janeiro de 2021.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2021 - PROCESSO Nº 74/2021

José Ramiro Antunes do Prado, Prefeito Municipal de Itaí, Estado de São Paulo, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 24, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98 RATIFICA a DISPENSA DE LICITAÇÃO para contratação de empresa para prestação dos serviços técnicos de informática relativos à cessão de informações do banco de dados do DETRAN para o processamento de multas de trânsito referentes ao município de Itaí, incluindo todos os procedimentos administrativos necessários e exigidos pelo Tribunal de Contas, com fundamento no parecer da Procuradoria do Município e no artigo 24, VIII e XVI, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98. E autorizo o empenho da despesa, no valor global de R$ 6.184,80 (seis mil, cento e oitenta e quatro reais e oitenta centavos), em favor a empresa Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp, inscrita no CNPJ: 62.577.929/0001-35 cujo pagamento far-se-á de forma parcelada (mensal), de acordo com o Termo de Referência e proposta de preço considerada compatível com o interesse público. Gabinete do Prefeito, em 20 de Janeiro de 2021.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2021 - PROCESSO Nº 75/2021

O Prefeito de Itaí torna público a quem interessar que encontra-se aberto nesta Prefeitura a Chamada Pública sob o nº 1/2021, Processo nº 75/2021 a qual tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, cuja data prevista para realização será em 19 de Fevereiro de 2021 às 9 horas. O edital completo poderá ser adquirido através do site oficial.

ITAJOBI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJOBI

EXTRATO DE ADITAMENTO CONTRATO Nº 008/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2018 - PROCESSO Nº 103/2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJOBI

CONTRATADA: LIGA FUTSAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços esportivos com o fornecimento de árbitros e mesários especializados nas modalidades (Futebol de Campo, Fut-sal, Vôlei, Basquete, Vôlei Adaptado e Futebol Society) para práticas esportivas durante o ano de 2021, de acordo com o edital. Fica prorrogado o contrato original por mais 12 (doze) meses, de 10/01/2021 a 09/01/2022, no valor de R$82.600,00, ficando mantidas todas as demais cláusulas do contrato em vigor. Data do aditamento 08/01/2021.

EXTRATO DE ADITAMENTO CONTRATO Nº 025/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 - PROCESSO Nº 001/2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJOBI

CONTRATADA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

OBJETO: Contratação de instituição financeira e suas agências arrecadadoras para efetuar a arrecadação de tributos e outras rendas municipais, através de ficha de compensação pagável em qualquer agência bancária do sistema bancário nacional, e respectiva prestação de contas, por meio magnético ou mediante a entrega física dos documentos, dos valores arrecadados, conforme descrições constantes no Anexo I – Termo de Referência, do Pregão Presencial nº 001/2018, Processo nº 001/2018. Fica prorrogado o contrato original por mais 12 (doze) meses, de 23/01/2021 a 22/01/2022, no valor de R$135.145,00, ao preço unitário de R$ 1,79 ficando mantidas todas as demais cláusulas do contrato em vigor. Data do aditamento 21/01/2021.

Itajobi, 22/01/2021

Sidiomar Ujaque - Prefeito

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO – Pregão nº 077/2020 – Processo nº 173/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES. Comunicamos a V. Sas., que resultante do pregão em epigrafe, a comissão, ADJUDICOU em favor das empresas: AUTO POSTO CORA LTDA EPP,inscrita no CNPJ n°. 49.021.397/0001-97 com sede na Rua Santa Terezinha 220 no município de Pindorama - SP, no valor de R$ 16.038,00; a WEST PARTS PEÇAS E LUBRIFICANTES EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ n°. 27.614.905/0001-08 com sede na Rua Sergipe, 3993- VILA PAULISTA no município de Catanduva – SP, CEP. 15803-160, no valor de R$ 238.070,00, e o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal HOMOLOGOU para que produza seus efeitos jurídicos e legais, o resultado da licitação, determinando a sua convocação para a assinatura do contrato nos termos do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93. Data: 19/01/2021.

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO – Pregão nº 078/2020 – Processo nº 174/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE ÓLEO LUBRIFICANTE, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital. Comunicamos a V. Sas., que resultante do pregão em epigrafe, a comissão, ADJUDICOU em favor da empresa: AUTO POSTO CORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ n°. 49.021.397/0001-97 com sede na Rua Santa Terezinha 220 no município de Pindorama - SP, no valor de R$ 13.734,50, e o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal HOMOLOGOU para que produza seus efeitos jurídicos e legais, o resultado da licitação, determinando a sua convocação para a assinatura do contrato nos termos do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93. Data: 19/01/2021.

Itajobi, 22/01/2021

Sidiomar Ujauqe - Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itajobi

CONTRATADA: UARLEI CARLOS DA SILVA 22147293806, inscrita no CNPJ nº 28.392.040/0001-45

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA REFORMA DE RESERVATÓRIOS METÁLICOS QUE COMPÕE O SISTEMA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE ITAJOBI – SP., COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, conforme especificações constantes no anexo I deste edital, que é parte integrante e indissociável deste contrato. Valor do contrato R$ 208.978,23. Assinatura em 13/01/2021 – Vigência: 12 meses.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itajobi

CONTRATADA: AUTO POSTO CORA LTDA EPP,inscrita no CNPJ n°. 49.021.397/0001-97

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES. Valor do contrato R$ 16.038,00. Assinatura em 19/01/2021 – Vigência: 12 meses.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itajobi

CONTRATADA: WEST PARTS PEÇAS E LUBRIFICANTES EIRELI- EPP ,inscrita no CNPJ n°. 27.614.905/0001-08

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES. Valor do contrato R$ 238.070,00. Assinatura em 19/01/2021 – Vigência: 12 meses.

Itajobi, 22/01/2021

Sidiomar Ujaque - Prefeito

ITANHAÉM

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAÉM

CONTRATO: 167/2020 - CONTRATANTE: ITANHAEM - OBJETO: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE RAIO - X CONTRATADO: SERV IMAGEM PAULISTANA ASSISTENCIA TECNICA LTDA - DATA: 23/12/2020 - MODALIDADE: DISPENSA Nº 89/2020 - PROCESSO: 14472/2020 - VALOR: R$ 14400.00 - VIGÊNCIA: 12 MESES.

CONTRATO: 185/2020 - CONTRATANTE: ITANHAEM - OBJETO: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MEDICAMENTO (INVERMECTINA 6MG COMPRIMIDO) - CONTRATADO: BROILO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - DATA: 21/12/2020 - MODALIDADE: DISPENSA Nº 91/2020 - PROCESSO: 14802/2020 - VALOR: R$ 8140.00 - VIGÊNCIA: 1 MES.

CONTRATO: 187/2020 - CONTRATANTE: ITANHAEM - OBJETO: COMPRA EMERGENCIAL DO MEDICAMENTO TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG CÁPSULA - CONTRATADO: CRISMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA - DATA: 21/12/2020 - MODALIDADE: DISPENSA Nº 93/2020 - PROCESSO: 14452/2020 - VALOR: R$ 9633.60 - VIGÊNCIA: 1 MES.

CONTRATO: 197/2020 - CONTRATANTE: ITANHAEM - OBJETO: CONFECÇÃO DE PLACAS DE INOX PRATEADAS, EM USO DE INAUGURAÇÕES OFICIAIS - CONTRATADO: BARTOLOTTO COMERCIO REPRESENTACOES E GRAVACOES LTD - DATA: 23/12/2020 - MODALIDADE: DISPENSA Nº 101/2020 - PROCESSO: 12617/2020 - VALOR: R$ 8580.00 - VIGÊNCIA: 1 MES.

CONTRATO: 184/2020 - CONTRATANTE: ITANHAEM - OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO - CONTRATADO: AGILE MED IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP - DATA: 21/01/2021 - MODALIDADE: DISPENSA Nº 87/2020 - PROCESSO: 13667/2020 - VALOR: R$ 113896.00 - VIGÊNCIA: 10 DIAS.

CONTRATO: 204/2020 - CONTRATANTE: ITANHAEM - OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR - CONTRATADO: DUPATRI COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA(FILIAL) - DATA: 30/12/2020 - MODALIDADE: DISPENSA Nº 103/2020 - PROCESSO: 15661/2020 - VALOR: R$ 357500.00 - VIGÊNCIA: 1 MES.

ADITAMENTO DE CONTRATO: 8/2019 - CONTRATANTE: ITANHAEM - OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SAÚDE - CONTRATADO: STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA - DATA: 21/01/2019 - MODALIDADE: CONCORRÊNCIA OBRAS Nº 13/2018 - PROCESSO: 6932/2018 - VALOR: R$ 875.102,76 - VIGÊNCIA: MAIS 12 MESES.

TERMO DE RECISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO: 1/2015 - CONTRATANTE: ITANHAEM CONTRATADO: LARA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA - DATA: 15/11/2020 - MODALIDADE: CONCORRÊNCIA OBRAS Nº 19/2014 - PROCESSO: 5919/2014.

CONTRATO: 1/2017 - CONTRATANTE: ITANHAEM - OBJETO: DEDETIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, CRECHES, PROJETOS E DEMAIS DEPENDÊNCIAS E DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. - CONTRATADO: SANINSET CONTROLE DE PRAGAS LTDA - DATA: 21/01/2021 - MODALIDADE: CONVITE OBRAS Nº 73/2016 - PROCESSO: 9241/2016 - VALOR: R$ 148180.00 - VIGÊNCIA: 12 MESES.

SUSPENSÃO

Pregão Presencial Nº. 44/2020

Nos termos do processo nº 14.856/2020 – Objeto: Contratação de Serviços Funerários, recolha de cadáver, fornecimento de urnas, translado e sepultamento, atendendo a secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do município de Itanhaém pelo período de 12 meses., por intermédio do Senhor Secretário Municipal da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social,infra-assinado, torna público aos interessados que por determinação do TJSP - COmarca de Itanhaém - Mandando de Segurança nº 1000111-13.2021.8.26.0266, encontra-se SUSPENSA a referida licitação até decisão em contrário.

Itanhaém, 22de janeiro de 2021.

Hugo di Lallo – Secretário Municipal da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

ITAPECERICA DA SERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

RATIFICAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 40/2021

RATIFICO, a Dispensa de Licitação com base no Decreto Municipal nº 2.888/2020, e Inc. IV, do art. 24, da Lei Federal 8.666/93, para contratação em caráter emergencial de empresa para a Locação de equipamentos diversos para instalação de um Centro de Referência do Covid-19 nas dependências do CEM-Centro de Especialidades Municipal, a favor da empresa Iluminart & Sound Sonorização Eireli, CNPJ nº 35.693.071/0001-00, no valor total de R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), pelo período de 90 (noventa) dias.

Itapecerica da Serra, 22 de janeiro de 2021.

FRANCISCO TADAO NAKANO-Prefeito

ITAPEVI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI

Processo SUPRI 613/2019 – Pregão Presencial 77/2019 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA, POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GSTÃO DE SAÚDEPÚBLICA, SOB A FORMA DE LICENCIAMENTO DE USO TEMPORÁRIO, COMPREENDENDO MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO, MANUTENÇÃOCORRETIVA E PREVENTIVA, SUPORTE TÉCNICO E CUSTOMIZAÇÕES. – O pregoeiro e a equipe de apoio faz saber aos interessados que, a Secretária Municipal da Saúde, por delegação do Exmo. Sr. Prefeito, homologou a decisão da Comissão, adjudicando o objeto da licitação a favor da empresa: G4 SOLUÇÕES EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA. Itapevi, 22/01/2021 – Departamento de Compras e Licitações.

ITAPIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais contratação de laboratório para realização de exames RT-PCR, para detecção do vírus causador da Covid-19 (coronavírus) para o Hospital Municipal de Itapira. Data de encerramento: 01/02/2021, às 09 horas.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais hospitalares para serem utilizados no Hospital municipal, rede básica e combate ao Covid-19. Data de encerramento: 05/02/2021, às 09 horas. Vladen Vieira, Secretário Municipal de Saúde.

Os editais estarão disponíveis aos interessados através do site www.itapira.sp.gov.br. Demais esclarecimentos na Secretaria de Recursos Materiais, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 as 17h00, no endereço Rua João de Moraes, nº 508, Centro, Itapira/SP, ou pelo telefone (19) 3843-9180, ou pelo e-mail licitacoes@itapira.sp.gov.br. Itapira, 21 de janeiro de 2021. Vladen Vieira, Secretário Municipal de Saúde.

ITÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁPOLIS

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2020 – A Prefeitura do Município de Itápolis comunica aos interessados a adjudicação e a homologação do processo licitatório em epígrafe, que tem como objeto a aquisição de 01 (um) veículo automotor tipo hatchback e 01 (um) veículo tipo minivan (7 lugares), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, para a empresa CONTINENTAL REPRESENTACAO DE MAQUINAS LTDA EPP – CNPJ/MF nº. 37.766.210/0001-03, no item 01, perfazendo-se o valor total de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais); consoante discriminado no objeto do referido certame licitatório no dia 11 de Janeiro de 2021.

ITAPUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

Aviso de Abertura de Licitação: Pregão nº 007/2021 – Edital nº 008/2021 – Processo nº 008/2021. Objeto: Contratação de Serviços de Chaveiro e Carimbos. O encerramento será dia 12/02/2020 às 09:00 hs. O edital completo encontra-se disponível no site www.itapui.sp.gov.br, e no Setor de Licitação da Prefeitura. Maiores informações na Prefeitura, através do telefone (14) 3664.8040, no Setor de Licitação. Itapuí, 22 de janeiro de 2021. Antônio A. de Souza - Prefeito Municipal.

ITARIRI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARIRI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº.002/2021

PROCESSO Nº.20/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITARIRI

CONTRATADA: ZAINCO ZANELLA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA- ME

OBJETO: Aquisição de tubos de concreto com diâmetro de 0,60m, para canalização de águas pluviais nas Ruas Dezessete e Piracicaba do Loteamento Jardim Bom Retiro, Bairro Nova Itariri, neste Município.

VALOR: R$ 16.514,61 (dezesseis mil, quinhentos e quatorze reais e sessenta e hum centavos).

DATA DA ASSINATURA: 20/01/2021

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a partir da assinatura.

Modalidade: Dispensa de Licitação nº. 001/2021- ar. 24- Inciso II, da Lei 8.666/93

Dotação Orçamentária: função: 02.10- Infraestrutura, Ser. Urb. E Rurais e Agri- 15.452.0008.2001- Manutenção do Departamento- 3.3.90.30- material de consumo – ficha 177- reserva 5) FR 1- recursos próprios do tesouro). I.C.- 14.0739.0011544/2019

TERMO ADITIVO

Processo nº. 902/2017- Dispensa de Licitação

Contratante: Município de Itariri

Contratada: Zoraide Oliveira da Silva Monitoramento – ME.

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 34/2017

Objeto: Serviços de Monitoramento de sistema de alarme.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato 34/2017, de 18/07/2017, por mais 06 (seis) meses, a partir do vencimento , para a prestação de serviços de monitoramento em prédios públicos municipais, a saber: EMEF PROFª IVETE SANTANA PINTO; CRECHE MUNICIPAL NOVA ITARIRI, POLO UNIVEST, CRAS I e CRAS II.

DATA DA ASSINATURA: 15/01/2021

Dotação orçamentária: 02.04- Departamento de Educação:

Função: 12- Sub-função -364- Programa:0003- Projeto Atividade:2009- Categoria Econômica: 3.3.90.39- outros serviços de terceiro- Ficha 70- reserva nº. 15- fonte de recurso 01: próprios do tesouro;

02.04- Departamento de Educação:

Função: 12- Sub-função -361- Programa:0003- Projeto Atividade:2006- Fundeb 40%- Categoria Econômica: 3.3.90.39- outros serviços de terceiro- Ficha 96- reserva nº. 11- fonte de recurso 02- (transferência e convênios estaduais vinculados).

02.04- Departamento de Educação:

Função: 12- Sub-função -365- Programa:0003- Projeto Atividade:2006- Fundeb 40%- Categoria Econômica: 3.3.90.39- outros serviços de terceiro Ficha 105- reserva nº. 12- fonte de recurso 02- (transferência e convênios estaduais vinculados).

02.12- Fundo Municipal de Assistência Social (Função: 08- sub-função- 244- programa: 0009- Projeto Atividade: 2001- categoria econômica: 3.3.90.39- Ficha 217- reservas nºs. 13 e 14- Fonte de Recurso: recursos convênios federais.

Função: 12- Sub-função -365- Programa:0003- Projeto Atividade:2006- Fundeb 40%- Categoria Econômica: 3.3.90.39- outros serviços de terceiro Ficha 105- reserva nº. 12- fonte de recurso 02- (transferência e convênios estaduais vinculados).

Dinamerico Gonçalves Peroni- Prefeito Municipal

Zoraide Oliveira da Silva Monitoramento- Rep. empresa.

Prefeitura Municipal de Itariri

Estado de São Paulo

Rua Nossa Senhora do Monte Serrat, 133 – centro - Itariri / SP - CEP: 11.760-000

Telefax: (13) 3418-7300 ou 3418-1466

Site: www.itariri.sp.gov.br E mail: prefeitura@itariri.sp.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO –

PROCESSO nº. 32/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2021

Acha-se aberto na Prefeitura Municipal de Itariri, a Licitação Modalidade Pregão Presencial nº. 004/2021, em conformidade com o Processo nº. 32/2021, tipo menor preço, para o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de hora de máquinas pesada e caminhões, para execução de serviços de recuperação de leitos de estradas vicinais, e outros serviços públicos municipais de terraplenagem na zona rural e urbana no município de Itariri/SP, conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA, Anexo I, do Edital.

DATA DA REALIZAÇÃO: dia 08/02/2021, às 9:00 horas.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento dos interessados.

Local: Sede da Prefeitura Municipal de Itariri, sito à Rua Nossa Senhora do Monte Serrat, n. 133, centro, Itariri/SP.

O Edital poderá ser retirado no site da Prefeitura, www.itariri.sp.gov.br e também poderá ser obtido no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itariri, localizada na Rua Nossa Senhora do Monte Serrat, 133, Centro – Itariri (SP), telefax (13) 34187300.

ITATIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA

Pregão Presencial 04/21, Edital 04/21, Tipo Menor Preço por Lote. Obj: Aquisição de uniforme escolar, entrega imediata. O credenciamento e os envelopes de Preços e Habilitação serão recebidos dia 05/02/21, das 9hs às 9h30min., na S. de Licitações, Av. Luciano Consoline, 600, Jd. de Lucca. O edital fica disponível no endereço acima das 9h às 17h ou no site www.itatiba.sp.gov.br. Tel.(11) 3183-0655. Thais Andressa Constantino – Pregoeira.

ITU

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITU

COMPANHIA ITUANA DE SANEAMENTO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Companhia Ituana de Saneamento – CIS informa a abertura do Pregão Presencial nº 03/2021 para o Registro de Preços para o fornecimento parcelado de Material Hidráulico PVC e PBA. Os envelopes deverão ser entregues até às 08:50h do dia 09/02/2021.

A Companhia Ituana de Saneamento – CIS informa a abertura do Pregão Presencial nº 04/2021 para a Contratação de empresa especializada para a prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de Aparelhos de Ar Condicionado. Os envelopes deverão ser entregues até às 08:50h do dia 10/02/2021.

A Companhia Ituana de Saneamento – CIS informa a abertura do Pregão Presencial nº 05/2021 para a Aquisição de Válvulas Borboletas com Atuadores Elétricos Acoplados. Os envelopes deverão ser entregues até às 13:50h do dia 10/02/2021.

Os Editais completos estão à disposição para consulta e impressão no site da Companhia Ituana de Saneamento – CIS: www.cis-itu.com.br/licitacoes, ou diretamente na CIS no qual o interessado deverá trazer um CD para cópia junto ao Depto. de Compras e Licitações, sito na Rua Bartira, nº 300/A, Vila Leis, das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 16h30. Itu, 22/01/2021. Vincent Robert Roland Menu – Diretor Superintendente – CIS.

ITUPEVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPEVA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021, de 22 de janeiro de 2021. ÓRGÃO: Município de Itupeva. OBJETO: Aquisição de equipamentos de proteção individual, sob o Sistema de Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses. DISPONIBILIDADE DO EDITAL NA ÍNTEGRA: www.itupeva.sp.gov.br e www.bbmnetlicitacoes.com.br ou pelos e-mails licitacoes@itupeva.sp.gov.br e licitacoes1@itupeva.sp.gov.br. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até 08 de fevereiro de 2021, às 14:30 horas. REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: 08 de fevereiro de 2021, às 15:00 horas. LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: www.bbmnetlicitacoes.com.br. PREGOEIRA RESPONSÁVEL: NAVÍNIA SILVA OLIVEIRA.

(MARCO ANTONIO MARCHI)

Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO. AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2020, de 22 de janeiro de 2021. ÓRGÃO: Município de Itupeva. OBJETO: Aquisição de material e instrumento odontológico para Rede Básica de Saúde, sob Sistema de Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses. DISPONIBILIDADE DO EDITAL

NA ÍNTEGRA: www.itupeva.sp.gov.br e www.bbmnetlicitacoes.com.br ou pelos e-mails licitacoes@itupeva.sp.gov.br e licitacoes1@itupeva.sp.gov.br. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até 09 de fevereiro de 2021, às 14:30 horas. REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: 09 de fevereiro de 2021, às 15:00 horas. LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: www.bbmnetlicitacoes.com.br. PREGOEIRA RESPONSÁVEL: NAVÍNIA SILVA OLIVEIRA.

(MARCO ANTONIO MARCHI)

Prefeito Municipal

JACAREÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 05/2021-Registro de preços para fornecimento de material hospitalar – grupo 10. Encaminhar proposta: até às 09h00 do dia 05/02/2021.

Pregão Eletrônico nº.07/2021-Registro de preços para fornecimento de material hospitalar – grupo 13.

Encaminhar proposta: até às 09h00 do dia 08/02/2021.

Pregão Eletrônico nº.06/2021-Registro de preços para fornecimento de medicamentos de ordens judiciais – grupo 01. Encaminhar proposta: até às 09h00 do dia 09/02/2021.

Pregão Eletrônico nº.09/2021-Registro de preços para fornecimento de medicamentos – grupo 02. Encaminhar proposta: até às 09h00 do dia 10/02/2021.

Os editais estarão disponíveis, nos sites: www.comprasgovernamentais.gov.br (UASG 986.589), www.jacarei.sp.gov.br ou poderão ser retirados na Unidade de Suprimentos – Diretoria Administrativa da Secretaria de Saúde Av. Major Acácio Ferreira, 854 – Jardim Paraíba Jacareí/SP; CEP. 12.327-530, no horário das 08h00 às 17h00, mediante apresentação de um "CD-R" novo.

Dr.ª Rosana Gravena-Secretária de Saúde

Tomada de preços nº 001/2021-Contratação de empresa especializada para a execução de obra de recapeamento e ou pavimentação da região 3 no município de Jacareí – Rua Carlos Handolph – Rua Barão de Jacareí e Av. Santos Dumont com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos.

Recebimento dos envelopes: até às 09h00 do dia 11/02/2021.

Sessão de abertura: às 09h00 do dia 11/02/2021.

Concorrência nº 003/2020- Registro de preços para execução de recomposição de pavimento asfáltico, com fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas, equipamentos e veículos necessários para a perfeita execução dos serviços. Recebimento dos envelopes: até às 09h00 do dia 26/02/2021. Sessão de abertura: às 09h00 do dia 26/02/2021.

(a) Luís Fernando Massari-Secretário de Infraestrutura Municipal

Pregão Presencial nº.002/2020-Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de realização e manutenção de sinalização vertical e horizontal, com fornecimento de mão de obra e insumos para o município de Jacareí. Recebimento das propostas até as 09h00 do dia 08/02/2021.

(a) Edson Anibal de Aquino Guedes Filho-Secretário de Mobilidade Urbana

Os editais estarão disponíveis no site www.jacarei.sp.gov.br ou poderão ser retirados na Unidade de Licitações, 1º andar, sito à Praça dos Três Poderes, nº73, Centro, Jacareí/SP, no horário das 08h00 às 17h00, mediante apresentação de um "CD-R" novo.

Credenciamento nº.001/2021-Credenciamento de empresas para prestação de serviços de ressonância magnética aos usuários do SUS do município, conforme valores de tabela SUS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jacareí. O município de Jacareí, por solicitação da Secretaria de Saúde, faz saber que fica aberto o processo público de credenciamento de empresa para prestação de serviço de ressonância magnética. O edital na sua íntegra estará disponível na Unidade de Licitações, 1º andar, sito à Praça dos Três Poderes, nº73, Centro, Jacareí/SP, a partir de 26/01/2021, no horário das 08h00 às 17h00min, mediante apresentação de um "CD-R" novo.

(a) Dr.ª Rosana Gravena-Secretária de Saúde

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2021 – NOVA DATA.

COM COTA RESERVADA DE 25% PARA ATENDER A LEI 147/2014 (ME/EPP)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBETES, KIT CAVALETES, GUARNIÇÕES E PORCAS.

Recebimento dos Lances: às 09h00min do dia 12/02/2021.

Informações: Unidade de Licitações e Compras – R. Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí – SP – fone 12-3954-0200 – Ramais 0202/ 0203/ 0211/ 0215 e 0228.

Edital: www.comprasgovernamentais.gov.br (UASG 926641), www.saaejacarei.sp.gov.br (LINK "TRANSPARÊNCIA" SUBLINK "LICITAÇÕES") ou mediante comparecimento ao balcão da Unidade de Licitações e Compras – R. Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí - SP - das 08:30 às 16:30, sem custo com apresentação de CD-r ou pendrive.

Jacareí, 21 de janeiro de 2021

Nelson Gonçalves Prianti Junior - Presidente do SAAE Jacareí.

JAGUARIÚNA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 121/2020 – COM ITEM DE COTA PRINCIPAL E COM ITEM DE COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A Prefeitura do Município de Jaguariúna, torna público e para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto nesta Prefeitura, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2020, cujo objeto é o fornecimento de cestas básicas, conforme quantidades e demais especificações descritas no Edital. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia 05 de fevereiro de 2021, às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br). O Edital completo poderá ser consultado e adquirido nos sites www.licitacoes.jaguariuna.sp.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br a partir do dia 26 de janeiro de 2021. Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9707, com Esther, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9757, com Edson, (19) 3867-9825, com Renato, (19) 3867-9807, com Nayma, (19) 3867-9760, com Luciano, ou pelo endereço eletrônico: aline_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 22 de janeiro de 2021.

Antonia M. S. X. Brasilino

Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 001/2019.

No vigésimo segundo dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, às 09:00 horas, na sala de Comissões da Prefeitura do Município de Jaguariúna reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação para leitura do parecer técnico do engenheiro da Sec. de Planejamento Urbano quanto às Propostas de Preços apresentadas pelas participantes e consequente julgamento e classificação. Estando as propostas condizentes, esta Comissão resolve unanimemente classificar as empresas participantes, sendo em 1º lugar e vencedora a empresa Target Serviços Elétricos Especializados Ltda - EPP – CNPJ 11.491.331/0001-98, valor global de R$ 3.084.800,10 (três milhões, oitenta e quatro mil, oitocentos reais e dez centavos); 2º lugar a empresa Kassouf Engenharia Eireli – CNPJ 59.365.155/0001-74, valor global de R$ 3.553.554,86 (três milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e seis centavos) e em 3º lugar a empresa MCS – Montagem, Construções E Saneamento Ltda – CNPJ 03.232.266/0001-58, valor global de R$ 3.575.242,04 (três milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, duzentos e quarenta e dois reais e quatro centavos). Fica aberto o prazo recursal nos termos do art. 109, I alínea 'b' da lei 8666/93, de 05 (cinco) dias úteis, com relação a este julgamento, começando a correr este prazo a partir do primeiro dia útil subsequente à data da última publicação.

Comissão Permanente de Licitações, 22 de janeiro de 2021.

Ricardo Moreira Barbosa

Presidente

JALES

PREFEITURA MUNICIPAL DE JALES

Habilitação- Processo nº. 210/20- Tomada de Preços nº. 12/20.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de adequação e reforma na EMEI Profª Diva Maciel Jorge,com aplicação de materiais, equipamentos e mão de obra.

A Comissão Permanente Julgadora de Licitações INABILITA a empresa LUANA GOMES MAGRI PROJETOS E CONTRUÇÕES - ME inscrita no CNPJ (MF) nº 31.469.909/0001-17, por não ter atendido aos requisitos exigidos nos itens 8.1.3.3 alínea c, e 8.1.5.13 do edital. E também a empresa AIDAR – CONSTRUÇÕES, PROJETOS E COMERCIO EIRELI - EPP inscrita no CNPJ (MF) nº 56.192.834/0001-09, por não ter atendido aos requisitos exigidos nos itens 8.1.3.2, e o item 8.1.3.3 alínea c do edital. Tendo em vista que, só o representante da empresa LUANA GOMES MAGRI PROJETOS E CONTRUÇÕES – ME, esteve presente na referida sessão, a comissão deliberou abrir o prazo de 05 (cinco) dias úteis para ciência e interposição de eventuais recursos. Jales/SP, 22 de janeiro de 2021. Adriana Carla Infante - Comissão Permanente Julgadora de Licitações.

Extrato de Termo Aditivo nº 01/20 - Contrato nº. 122/20 - Contratante: Prefeitura do Município de Jales - Contratado: Liberty Pro Indústria e Comércio de Equipamentos de Informática Eireli. - Objeto: Prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, no contrato de aquisição de material permanente e equipamentos para atender aos setores da Secretaria Municipal de Saúde, atendendo as propostas nº. 13841.190000/1170-10, nº. 13841.190000/1140-01, nº. 13841.190000/1160-23 e 13841.190000/1160-09. - Assinatura: 30/12/20 - Vigência: 28/02/21 - Processo nº. 148/20 - Pregão Eletrônico nº. 87/20.

JAMBEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMBEIRO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO N° 048/2020 – NO DIA 22 DE JANEIRO DE 2022, DEPOIS DE CONSTATADA A REGULARIDADE DOS ATOS PROCEDIMENTAIS, A AUTORIDADE COMPETENTE, SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAMBEIRO/SP, RESOLVE HOMOLOGAR E ADJUDICAR O ITEM 1 DO PREGÃO EM EPÍGRAFE, QUAL SEJA: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÕES MÉDICOS - CLÍNICO REGAL, À EMPRESA: CARPER SERVIÇOS MÉDICOS E MEDICINA OCUPACIONAL S/S LTDA ME, NO VALOR DE R$ 949.000,00. FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NO PRAZO DE 05 DIAS ÚTEIS A PARTIR DESTA PUBLICAÇÃO.

Extrato de Contratos – Contratante: Prefeitura Municipal de Jambeiro

Contrato Nº 10/2021 – Contratado: CARPER - SERVIÇOS MÉDICOS E MEDICINA OCUPACIONAL S/S LTDA ME – Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM – Vigência: 07/01/2021 a 06/03/2021 – Valor: R$ 28.000,00 – Modalidade: DISPENSA 212/2020.

Contrato Nº 011/2021 – Contratado: ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO PARAÍBA - CODIVAP – Objeto: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A REALIZAÇÃO DAS DESPESAS DA ASSOCIAÇÃO – Vigência: 15/01/2021 A 15/01/2022 – Valor: R$ 13.200,00 – Modalidade: DISPENSA 005/2021.

Contrato Nº 012/2021 – Contratado: GEOPIXEL GEOTECNOLOGIAS CONSULTORIA E SERVIÇO LTDA – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE COMO SERVIÇO (SOFTWARE AS A SERVICE – SAAS) NA WEB, PARA AS NECESSIDADES DE GESTÃO MUNICIPAL, ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS CADASTRAL MULTIFINALITÁRIA E SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – Vigência: 15/01/2021 A 14/01/2022 – Valor: R$ 287.500,00 – Modalidade: PREGÃO 049/2020.

Contrato Nº 013/2021 – Contratado: B. A. DE ANDRADE JUNIOR ME – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO PROJETO DE PISTA DE CAMINHADA – Vigência: 22/01/2021 A 21/04/2021 – Valor: R$ 12.000,00 – Modalidade: DISPENSA 011/2021.

JANDIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE JANDIRA

Rogerio Batista da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Jandira, no uso de suas atribuições legais e atendendo o que determina o Parágrafo 6º. Do artigo 39 da C.F., TORNA PÚBLICO o valor dos subsídios dos Vereadores e vencimentos dos funcionários em 31/12/2020, como segue:

I – EXERCÍCIO - 2020

Cargo	Preenchidos	Vencimentos
Assessor da Presidência	01	R$ 8.151,44
Assessor de Vereador – Área de Suporte	13	R$ 8.151,44
Chefe de Gab. Da Presidência	01	R$ 9.404,46
Chefe de Gab. Do Vereador	13	R$ 9.404,46
Diretor Geral	01	R$ 11.146,83
Agente de Segurança do Leg.- Classe I	02	R$ 1.854,66
Agente de Segurança do Leg.- Classe II	03	R$ 1.947,40
Agente de Segurança do Leg.- Classe IV	03	R$ 2.167,45
Analista de Secret. Administ. – Classe IV	04	R$ 3.596,97
Assistente Administrativo – Classe I	03	R$ 2.588,50
Assistente Administrativo – Classe II	01	R$ 2.717,93
Assistente de Serv. Gerais – Classe I	01	R$ 1.854,66
Assistente de Serv. Gerais – Classe II	01	R$ 1.947,40
Assistente de Serv. Gerais – Classe III	01	R$ 2.044,77
Assistente de Serv. Gerais – Classe IV	04	R$ 2.167,45
Comprador – Classe IV	01	R$ 4.105,39
Controlador Interno – Classe II	01	R$ 6.358,49
Encarregado de Exp. e Atendimento – Classe II	01	R$ 3.231,78
Encarregado de Exp. e Atendimento – Classe IV	01	R$ 3.596,97
Encarregado de Ag. de Segurança – Classe IV	01	R$ 3.596,97
Gestor de Frota – Classe IV	01	R$ 4.105,39
Gestora de Recursos Humanos – Classe IV	01	R$ 4.105,39
Gestora de Suprimentos –Classe IV	01	R$ 4.105,39
Jornalista – Classe I	01	R$ 3.077,89
Procurador Jurídico – Classe I	01	R$ 6.055,71
Procurador Jurídico – Classe IV	01	R$ 7.077,00
Téc. Em Contabilidade – Classe IV	01	R$ 5.625,45
Telefonista – Classe II	02	R$ 2.201,80
Tesoureira – Classe IV	01	R$ 5.625,45

II – EXERCÍCIO - 2020

Cargo	Preenchidos	Subsídios
Vereador	13	R$9.800,00

JAHU

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAHU

Ratifico o parecer constante do processo de Dispensa de Licitação n° 001/2021 (Processo Administrativo n° 950-RP/2020). Objeto: Prestação de serviços técnicos de informática relativos à cessão de informações do banco de dados do DETRAN para o processamento de multas de trânsito referentes ao Município de Jahu. Contratante: Prefeitura do Município de Jahu – Contratada: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, com base legal no disposto do artigo 24, inciso XVI da Lei Federal n.° 8.666/93. Valor R$ 291.960,00.

Luis Eduardo de Freitas Arato

Secretário de Economia e Finanças

REVOGAÇÃO

CONSIDERANDO os autos do Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 024/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FRETAMENTO DE ÔNIBUS E MICRO ÔNIBUS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS ATLETAS EM VIAGENS REPRESENTATIVAS DO MUNICÍPIO DE JAHU, proveniente do Processo Administrativo nº 5437-PG/2019;

CONSIDERANDO o lapso temporal desde o protocolo do processo administrativo que deu origem ao presente certame;

CONSIDERANDO a manifestação da Procuradoria Geral do Município de Jahu, na qual se recomenda a revogação do processo em epígrafe, e

CONSIDERANDO a manifestação do Secretário de Esportes, na qual este solicita a revogação do processo em epígrafe.

RESOLVO:

I - REVOGAR o procedimento processo licitatório referenciado, com fundamento no artigo 49 da Lei 8.666/93;

II - PUBLIQUE-SE, como de praxe.

Jahu, 20 de janeiro de 2021.

LUÍS EDUARDO DE FREITAS ARATO,

Secretário de Economia e Finanças.

JUNQUEIRÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS

Convênio n.º 007/2021

Convenente: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS – CNPJ: 44.881.449/0001-81

Conveniada: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JUNQUEIRÓPOLIS

CNPJ: 51.274.850/0001-19

Objeto: tem por objeto aprimorar, por meio do Incentivo de Adesão à Contratualização – IAC, a integração ao Sistema Único de Saúde – SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde consistentes na prestação de serviços médico hospitalares e ambulatoriais, visando a garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual está inserida.

Valor do Convênio: R$ 495.889,56

Assinatura: 21/01/2021

OSMAR PINATTO

Prefeito Municipal

LARANJAL PAULISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA

EXTRATO DE CONTRATO DA ATA DO PREGAO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2020

Extrato de contrato da Ata do Pregão Presencial Registro de Preços nº 041/2020-Processo nº 070/2020-Contrato nº 001/2021-Contratante-PMLP-Contratada-Almeida & Bado Ltda-Objeto-Aquisição de álcool etílico e gasolina-Valor-R$ 659.150,00-Vigência-12 meses-Assinatura-06/01/2021.

Laranjal Paulista, 22 de Janeiro de 2.021-Alcides de Moura Campos Junior-Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2020

Extrato da Ata do Pregão Presencial Registro de Preços nº 035/2020-Processo nº 061/2020-Órgão Gerenciador: Prefeitura do Município de Laranjal Paulista-Objeto-Aquisição de tiras de reagentes e lancetas para Saúde- Detentoras: UNIDENTAL PROD.ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.EPP--Contrato nº 004/2021-item 01- TIRAS DE REAGENTES-R$ 0,41 (quarenta e um centavos) por unid, totalizando o valor estimado de R$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais)-Assinatura-08/01/2021-Vigência-12 meses e CIRÚRGICA UNIÃO LTDA-Contrato nº 005/2021-item 02-lancetas-R$ 0,05 (cinco centavos) por unid, totalizando o valor global estimado de R$ 5.000,00 (cinco mil reais)-Assinatura-08/01/2021-Vigência-12 meses, sendo consideradas vencedoras do certame pelo critério de menor preço unitário (por item)--Laranjal Paulista, 22 de Janeiro de 2.021-Alcides de Moura Campos Junior.

LAVRINHAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRINHAS

ERRATA

EXTRATO DE CONTRATO

ONDE SE LÊ:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAVRINHAS IDENTIFICAÇÃO: 002/2021 DATA DO AJUSTE: 11/01/2021 CONTRATADO: BIMED SERVIÇOES MÉDICOS LTDA. ME OBJETO: PREST SERV EXAMES COM EMISSÃO DE LAUDOS TRIBUTÁRIA VALOR: R$ 17.400,00 MODALIDADE DE LICITAÇÃO: DISPENSA

LEIA-SE:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAVRINHAS IDENTIFICAÇÃO: 002/2021 DATA DO AJUSTE: 11/01/2021 CONTRATADO: BIMED SERVIÇOES MÉDICOS LTDA. ME OBJETO: PREST SERV EXAMES COM EMISSÃO DE LAUDOS VALOR: R$ 17.400,00 MODALIDADE DE LICITAÇÃO: DISPENSA

LAVRINHAS, 21/01/2021

JOSÉ BENEDITO DA SILVA – PREFEITO MUNICIPAL

LEME

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 001/2021: OBJETO: Registro de preços para reparos em calçadas; DATA DO PREGÃO: 04 de Fevereiro de 2.021, às 09:00h; LOCAL: Departamento de Licitações da Prefeitura de Leme – Rua Joaquim Mourão, 289, centro, Leme/SP: DISPONIBILIDADE DO EDITAL: a partir de 21/01/2021, junto ao site www.leme.sp.gov.br – licitações 2021 - pregão presencial (gratuito);

Publique-se.

Leme, 20 de janeiro de 2.021

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES

PREFEITO MUNICIPAL (em exercício)

SECRETARIA DE OBRAS E PLANEJAMENTO URBANO

ÓRGÃO GERENCIADOR

PREFEITURA DE LEME

RESUMO DE EDITAL

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 002/2021: OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada para realização de exames de medicina nuclear - cintilografia: DATA DO PREGÃO: 05 de FEVEREIRO de 2.021, às 09:00h; LOCAL: Departamento de Licitações da Prefeitura de Leme – Rua Joaquim Mourão, 289 - centro- Leme/SP: DISPONIBILIDADE DO EDITAL: a partir de 23/01/2021, junto ao site www.leme.sp.gov.br – licitações 2021 - (gratuito);

Publique-se.

Leme, 21 de JANEIRO de 2.021

Dr. Gustavo Antonio Cassiolato Faggion

Secretario de Saúde

ÓRGÃO GERENCIADOR

PREFEITURA DE LEME

RESUMO DO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 003/2021; OBJETO: fornecimento de Licenciamento de Uso de Programa de Informática (Softwares) abrangendo Instalação, Conversão, Manutenção e Treinamento dos Softwares, que atendam às especificações constantes no edital e seus anexos.; DATA DE ENCERRAMENTO: 08 de FEVEREIRO de 2021, às 09:00 horas; LOCAL: Departamento de Licitações – Rua Joaquim Mourão, 289, Centro – Leme/SP; DISPONIBILIDADE DO EDITAL: a partir de 26 de JANEIRO de 2021; EDITAL: Site www.leme.sp.gov.br , Licitações-Pregões presenciais - 2021.

Leme, 21 de JANEIRO de 2.021

Claudemir Aparecido Borges

Prefeito Municipal

(em exercício)

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO

RESUMO DE EDITAL

Pregão Presencial nº. 01/2021.

Data limite para entrega dos envelopes: 09 de fevereiro de 2021, até às 13h00.

Início da Sessão Pública do Pregão: 09/02/2021, às 13h30.

A SAECIL - Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme torna público aos interessados que encontra-se aberto em sua Divisão Técnica Administrativa o Pregão Presencial nº. 01/2021, tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", objetivando o registro de preços para a contratação de empresa especializada na manutenção corretiva/preditiva de 08 motores elétricos WEG 250CV; procedimento conforme a Lei Federal nº. 10.520/02; Lei Complementar nº. 123/06 e alterações; Decretos Municipais nº. 5.312/06 e nº. 7.206/19; aplicando-se, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº. 8.666/1993 e alterações posteriores. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site: www.saecil.com.br - Link LICITAÇÕES; maiores informações na Divisão Técnica Administrativa, à Rua Padre Julião, nº. 971 - Centro - Leme/SP, ou pelo telefone (19) 3573-6200.

Leme, 21 de janeiro de 2021.

FERNANDO WAGNER KLEIN

DIRETOR-PRESIDENTE

LENÇÓIS PAULISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

NOTIFICAÇÃO DE DEFESA PRÉVIA

A Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, NOTIFICA a empresa NOVA FERRAMAX EIRELI - ME., CNPJ nº 23.576.896/0001-57, para apresentar DEFESA PRÉVIA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, da notificação de aplicação de penalidade de multa, no importe de 10% (dez por cento) do valor total da proposta, rescisão contratual e Suspensão Temporária de participação em licitação, referente a Ata de Registro de Preços nº 049/2020, decorrente do Pregão nº 022/2020, em face da não entrega dos materiais. Informações e vista do processo: Praça das Palmeiras n.º 55 – Lençóis Paulista – Fone: (14) 3269 7022 / 3269 7071 – Fax (14) 3263 0040. Lençóis Paulista, 22 de janeiro de 2021. JOSÉ DENILSON NOGUEIRA - Secretário de Suprimentos e Licitações.

Aviso de Licitação – Pregão nº 017/2021 – Processo nº 025/2021

Objeto: Registro de preços para aquisição de mudas de grama esmeralda. Tipo: Menor preço – Recebimento das propostas e sessão de lances: 04 de fevereiro de 2021 às 09h00 – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: 14-3269.7022/3269.7088, Fax 14-3263.0040. Lençóis Paulista, 21 de janeiro de 2021. JOSÉ DENILSON NOGUEIRA – Secretário de Suprimentos e Licitações.

Aviso de Licitação – Pregão nº 018/2021 – Processo nº 026/2021

Objeto: Registro de preços para aquisição de suco de caixinha 200 ml. Tipo: Menor preço – Recebimento das propostas e sessão de lances: 09 de fevereiro de 2021 às 08h30 – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: 14-3269.7022/3269.7088, Fax 14-3263.0040. Lençóis Paulista, 22 de janeiro de 2021. JOSÉ DENILSON NOGUEIRA – Secretário de Suprimentos e Licitações.

Alteração do Edital – Tomada de Preços nº 001/2021 – Processo nº 019/2021

A Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista torna público que o edital do processo mencionado acima, cujo o objeto é a execução das obras de recapeamento asfáltico nas ruas dos Bairros Vila Contente e Bacilli, foi ALTERADO. O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: 14-3269.7022/3269.7088, Fax 14-3263.0040. Lençóis Paulista, 22 de janeiro de 2021. JOSÉ DENILSON NOGUEIRA – Secretário de Suprimentos e Licitações.

Alteração do Edital – Tomada de Preços nº 002/2021 – Processo nº 020/2021

A Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista torna público que o edital do processo mencionado acima, cujo o objeto é a execução das obras de recapeamento asfáltico em ruas do Jardim Cruzeiro, foi ALTERADO. O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: 14-3269.7022/3269.7088, Fax 14-3263.0040. Lençóis Paulista, 22 de janeiro de 2021. JOSÉ DENILSON NOGUEIRA – Secretário de Suprimentos e Licitações.

Alteração do Edital – Tomada de Preços nº 003/2021 – Processo nº 021/2021

A Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista torna público que o edital do processo mencionado acima, cujo o objeto é a execução das obras de recapeamento asfáltico em trechos das ruas Piedade e avenida Ubirama, foi ALTERADO. O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: 14-3269.7022/3269.7088, Fax 14-3263.0040. Lençóis Paulista, 22 de janeiro de 2021. JOSÉ DENILSON NOGUEIRA – Secretário de Suprimentos e Licitações.

LIMEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

REABERTURA DE PRAZO

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA

EDITAL Nº 259/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 28.449/2020

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 234/2020

OBJETO: EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, INCLUINDO LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MANUTENÇÃO, ASSESSORAMENTO TÉCNICO, FORNECIMENTO DE INSUMOS E FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICINAL COM CILINDROS EM REGIME DE COMODATO.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 04/02/2021 às 09:30 horas

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 06/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 38.482/2020
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2021
OBJETO: EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE RESSONÂNCIA.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 08/02/2021 às 09:30 horas
O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R$ 0,30 (trinta centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 464 de 30 de dezembro de 2020.
Limeira, 21 de janeiro de 2021
Departamento de Gestão de Suprimentos

LORENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA

EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2020 PROC. Nº 599/2020
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena
OBJETO: Licenciamento (ou cessão de direito de uso) de assinaturas do software AutoCAD da Autodesk versão 2021 para plataforma Microsoft Windows 7 (ou superior), conforme especificações técnicas e quantitativas constantes no Termo de Referência que integra esse contrato – Anexo I.
CONTRATADA: MAPDATA TECNOLOGIA, INFORMATICA E COMERCIO LTDA
CNPJ Nº: 66.582.784/0001-11
VALOR TOTAL: R$ 33.600,00 (trinta e tres mil e seiscentos reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
DATA DA ASSINATURA: 06/01/2021
EXTRATO DE CONTRATO
TOMADA DE PREÇOS Nº 29/2020 PROC. Nº 462/2020
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de pavimentação com bloco de concreto sextavado em ruas do Loteamento Jardim Primavera, a saber: rua Therezinha Braga de Menezes e rua Jovino Benedito Pereira – trecho 6, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra.
CONTRATADA: LEFON CONSTRUTORA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI EPP
CNPJ Nº: 34.648.442/0001-60
VALOR TOTAL: R$ 389.332,11 (trezentos e oitenta e nove mil, trezentos e trinta e dois reais e onze centavos)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
DATA DA ASSINATURA: 06/01/2021
EXTRATO DE CONTRATO
TOMADA DE PREÇOS Nº 31/2020 PROC. Nº 500/2020
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de pavimentação asfáltica nas estradas rurais Morro do Tarumã e Serra do Bonito, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra.
CONTRATADA: J B DO NASCIMENTO GUARATINGUETA
CNPJ Nº: 03.750.447/0001-76
VALOR TOTAL: R$ 1.180.580,96 (um milhão, cento e oitenta mil, quinhentos e oitenta reais e noventa e seis centavos)
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses
DATA DA ASSINATURA: 06/01/2021
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
TERMO ADITIVO Nº 01 - Contrato 169/20 – TP 24/20 – Processo 378/20
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA
CONTRATADO: KARAJÁ CONSTRUÇÕES E LOCAÇOES LTDA
CNPJ Nº: 12.476.090/0001-70
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Contrato n° 169/20, decorrente do Processo Licit. n ° 378/20, TP n ° 24/20, firmado em 01/10/20.
CLÁUSULA SEGUNDA: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência contratual por mais 04 (quatro) meses, a partir de 01/02/2021.
CLÁUSULA TERCEIRA: O presente termo aditivo não importa em alteração do valor global do Contrato.
CLÁUSULA QUARTA: A despesa permanece vinculada a Dotação Orçamentaria referente ao contrato original
CLÁUSULA QUINTA: Não se aplica reajuste por falta de previsão contratual.
CLÁUSULA SEXTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
DATA DA ASSINATURA: 06/01/2021
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
TERMO ADITIVO Nº 02 - Contrato 203/19 – TP 15/19 – Processo 555/19
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA
CONTRATADO: CARLOS PEREIRA ARAUJO CONSTRUÇÃO ME
CNPJ Nº: 21.564.305/0001-04
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Contrato n° 203/19, decorrente do Processo Licit. n° 555/19, TP n° 15/19, firmado em 09/12/19.
CLÁUSULA SEGUNDA: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência contratual por mais 02 (DOIS) meses, a partir de 09/01/2021.
CLÁUSULA TERCEIRA: O presente termo aditivo não importa em alteração do valor global do Contrato.
CLÁUSULA QUARTA: A despesa permanece vinculada a Dotação Orçamentaria referente ao contrato original
CLÁUSULA QUINTA: Não se aplica reajuste por falta de previsão contratual.
CLÁUSULA SEXTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
DATA DA ASSINATURA: 06/01/2021

LOUVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

Processo Administrativo nº 010180/2020 – Requerente: LC COMERCIAL EIRELI EPP – Pregão Presencial n.º 186/2019.
Tenho a informar, nos termos da decisão proferida pelo Exmo. Prefeito desta municipalidade, o INDEFERIMENTO do pedido de concessão do reequilíbrio econômico-financeiro, tendo em vista o conteúdo do parecer jurídico que instrui os autos e cujos fundamentos integrantes da presente decisão, que destaca que não foi demonstrada de forma satisfatória a caracterização de situação imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis (art. 65, inciso II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93), capaz de afetar excessivamente o equilíbrio econômico-financeiro diante dos valores registrados. A decisão e a instrução dos autos, em inteiro teor, encontram-se disponíveis para vistas.
Município de Louveira, 19 de janeiro 2021. Marcelo Silva Souza, Secretário Municipal de Administração.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

Comunique-se, a quem interessar possa, a aplicação de sanção administrativa à sociedade empresária 3Corp Technology S/A Infraestrutura de Telecom, por mora na execução do contrato administrativo n.º 042/2019, sob as espécies da MULTA, sob o percentual de 2% (dois por cento), com incidência única e imediata, acrescido de 0,3% por dia, a contar da publicação desta decisão e até que se dê integral adimplemento, tendo ambas as proporções como base de cálculo o saldo pendente de execução atestado à fl. 1.210, com fulcro nos arts. 87, II, da Lei Federal n.º 8.666/93, e 3º do Ato da Presidência n.º 012/2019, e da SUSPENSÃO TEMPORÁRIA NO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, a se iniciar a partir da publicação desta decisão até que haja absoluto adimplemento pela Contratada, sob o prazo máximo de 02 (dois) anos, com fundamento no art. 87, III, da Lei Federal n.º 8.666/93. 22 de janeiro de 2021, Presidência da Câmara Municipal de Louveira, José Marcos Rodrigues de Oliveira.

LUCIANÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIANÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADM – 03/2021 – PROCESSO PML 01/2021. Contratante: MUNICÍPIO DE LUCIANÓPOLIS – Contratado: Consignet Sistemas Ltda, CNPJ sob o nº.23.112.748/0001-81 – Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE - Concessão da licença de uso e a atualização de novas funcionalidades do Software CONSIGNET pela Consignet Sistemas Ltda, registrada no CNPJ sob o nº.23.112.748/0001-81, ao Município de Lucianópolis, com o objetivo de permitir que entidades conveniadas e os próprios órgãos comerciais realizem consignações de descontos e outras operações em folha de pagamento por meio da internet. - Prazo: 5 anos – Valor: NInhi. Foro: Comarca de Duartina, Estado de São Paulo. Data de assinatura: 20 de janeiro de 2021.

LUIZ ANTÔNIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ANTÔNIO

PREGÃO PRESENCIAL nº. 001 / 2021
PROCESSO Nº. 001 / 2021
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE CORTES DE CARNES DIVERSAS (BOVINA, SUÍNA E FRANGO), EMBUTIDOS (LINGUIÇA, SALSICHA E PRESUNTO), MUSSARELA, FILÉ DE TILÁPIA E BACON, conforme disposições do Edital e dos anexos da respectiva licitação.
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO
Após o curso legal do respectivo processo e, finalmente após a desistência expressa do exercício do direito de interposição de recurso, pelos representantes legais dos proponentes (conforme registro em ata), HOMOLOGO o respectivo Processo de Licitação, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001 / 2021 e o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio segundo o qual o objeto licitado foi ADJUDICADO aos proponentes: A) Ao proponente: LUCAS SUPERMERCADO PRADÓPOLIS LTDA – CNPJ nº. 03.824.177/0001-09, os ITENS N°s. 1, 2, 3, 5, 8, 13, 15 e 16 do objeto licitado, TOTALIZANDO EM R$ 1.017.045,00 (um milhão e dezessete mil e quarenta e cinco reais) o valor total desta empresa; B) Ao proponente: SPOLJARIC COMERCIAL DO BRASIL EIRELI EPP - CNPJ nº. 20.902.434/0001-94, os ITENS N°. 7, 9, 12, 14, 18 e 19 do objeto licitado, TOTALIZANDO EM R$ 826.850,00 (oitocentos e vinte e seis mil e oitocentos e cinqüenta reais) o valor total desta empresa; C) Ao proponente: FRIGOBOI COMERCIO DE CARNES LTDA – CNPJ nº 58.302.506/0001-35, os ITENS N°. 10 e 17 do objeto licitado, TOTALIZANDO EM R$ 835.800,00 (oitocentos e trinta e cinco mil e oitocentos reais) o valor total desta empresa; e D) Ao proponente: ALIMENTAR DISTRIBUIDORA DE CARNES E FRIOS EIRELI – CNPJ nº. 07.612.306/0001-48, os ITENS N°s. 4, 6, 11 e 20 do objeto licitado, TOTALIZANDO EM R$ 789.100,00 (setecentos e oitenta e nove mil e cem reais) o valor total desta empresa.
VALOR TOTAL DO OBJETO LICITADO R$ 3.468.795,00 (três milhões e quatrocentos e sessenta e oito mil e setecentos e noventa e cinco reais).
Assim sendo, RATIFICO o respectivo julgamento proferido pelo Pregoeiro, HOMOLOGANDO o presente processo de Pregão Presencial.
Desde já, ficam os representantes legais das empresas supracitadas, INTIMADOS a comparecerem nesta Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da data da publicação deste Edital de Homologação na Imprensa Oficial do Estado – DOE / SP – Executivo I – Diário dos Municípios, para a celebração do respectivo instrumento contratual, cientes da necessidade de apresentação do Alvará da Vigilância Sanitária como condição para celebração do respectivo instrumento contratual. Publique-se na forma da Lei. Luiz Antônio / SP, 22 de Janeiro de 2021. (a) RODRIGO MELLO MARQUES - Prefeito Municipal.
PREGÃO PRESENCIAL nº. 002 / 2021
PROCESSO Nº. 002 / 2021
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA OS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE LUIZ ANTÔNIO-SP, conforme disposições do Edital e dos anexos da respectiva licitação.
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO
Após o curso legal do respectivo processo e, finalmente após a desistência expressa do exercício do direito de interposição de recurso, pelos representantes legais dos proponentes (conforme registro em ata), HOMOLOGO o respectivo Processo de Licitação, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002 / 2021 e o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio segundo o qual o objeto licitado foi ADJUDICADO, aos proponentes: A) Ao proponente: ROBISON HUMBERTO FERNANDES EIRELI ME - CNPJ nº. 38.276.414/0001-10, o ITEM 1, do objeto licitado, TOTALIZANDO R$ 22.103,80 (vinte e dois mil e cento e três reais e oitenta centavos) o valor desta empresa.
VALOR TOTAL GLOBAL: R$ 22.103,80 (vinte e dois mil e cento e três reais e oitenta centavos) o valor total desta licitação.
Assim sendo, RATIFICO o respectivo julgamento proferido pelo Pregoeiro, HOMOLOGANDO o presente processo de Pregão Presencial.
Desde já, fica o representante legal da empresa supracitada INTIMADO a comparecer nesta Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da data da publicação deste edital de homologação na Imprensa Oficial do Estado – DOE / SP – Executivo I – Diário dos Municípios, para a celebração do respectivo instrumento contratual. Publique-se na forma da Lei. Luiz Antônio / SP, 22 de Janeiro de 2021. (a) RODRIGO MELLO MARQUES - Prefeito Municipal.
PROCESSO SELETIVO 01/2021
EDITAL 03 – DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES
A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ANTÔNIO, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e em cumprimento aos demais dispositivos legais vigentes, através da empresa Planexcon Gestão Pública e Empresarial LTDA – EPP, com supervisão da Comissão do Processo Seletivo nomeada pelo Decreto nº 2.113/2021, TORNA PÚBLICO o presente edital de DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO das inscrições.
Divulga, assim, o deferimento das inscrições dos Candidatos Portadores de Necessidades Especiais, conforme Anexo I, o deferimento das inscrições de Ampla Concorrência, conforme Anexo II, e as inscrições indeferidas, conforme Anexo III.
Esclarece, aos que desejarem apresentar Recurso Administrativo em face do deferimento e indeferimento das inscrições, que tal ato deverá se realizar impreterivelmente no período compreendido entre os dias 26 e 27 de janeiro do corrente ano, exclusivamente por meio eletrônico, nos moldes disciplinados no pelo item 10 do Edital 01 – Edital Completo.
E por motivo de transparência, para chegar ao conhecimento de todos, este Edital encontra-se publicado em sua íntegra nos sites www.luizantonio.sp.gov.br e www.planexcon.com.br, na sede da Prefeitura Municipal de Luiz Antônio, e no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Luiz Antônio, 25 de janeiro de 2021. (a) RODRIGO MELLO MARQUES - PREFEITO MUNICIPAL.

MAIRINQUE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRINQUE

Concorrência publica 002-2020 - Anulação do Processo - Considerando as impropriedades do procedimento identificadas pela Secretaria Municipal de Administração no relatório retro; considerando que os quantitativos constantes da atual minuta do edital não atendem as necessidades de equipamentos dimensionadas por esta administração; considerando as falhas já apontadas pela Assessoria Técnico - Jurídica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo diante das representações nº 25734.989.20-5, 25929.989.20-0 e 26479.989.20-5 (documento que segue anexo); e, por fim, considerando, o parecer jurídico retro encartado, com fundamento no artigo 49, caput, da Lei 8.666/93 e na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, decido por anular a presente Concorrência Pública nº 002/2020 e Edital 094/2020. Ato contínuo, determino, desde logo que sejam providenciadas as correções necessárias para que um novo processo possa tramitar sem os vícios ora identificados e, sobretudo, com a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e com a celeridade que a urgência da contratação do serviço público essencial requer. Mairinque, 21 de janeiro de 2021.

MARÍLIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

TERMO DE ANULAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 214/2020. ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Marília. MODALIDADE: Pregão. FORMA: Eletrônica. OBJETO: Registro de Preços visando eventual Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços Gráficos, para impressão, dobra, picote e colagem de Carnês de: Taxa de Fiscalização de Funcionamento – Alvará, Vigilância Sanitária, IPTU, ISSQN, Taxa de Ocupação de Área de Feirantes e Serviço de envio de Carnês por email, pelo prazo de 12 meses. TERMO DE ANULAÇÃO: Por decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, processo TC nº 024333.989.20-0, fica ANULADO o certame em epígrafe. O TERMO DE ANULAÇÃO em sua íntegra está disponível nos sites: www.licitacoes-e.com.br. e www.marilia.sp.gov.br/licitacao. Informações e-mail: pregao6@marilia.sp.gov.br.
EDUARDO YOITI D. YAMAMOTO - Secretário Municipal da Tecnologia da Informação
TERMO DE SUSPENSÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 196/2020. ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Marília. MODALIDADE: Pregão. FORMA: Presencial. OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de fornecimento da licença de uso e manutenção de sistemas de informática, compreendendo a gestão tributária e administrativa municipal, mediante a execução das atividades e demais características e especificações técnicas contidas no presente Termo de Referência. TERMO DE SUSPENSÃO: Fica suspenso o presente certame, Processo 196/2020, haja vista, o Município de Marília ter sido reclassificado na Fase Vermelha do Plano São Paulo no combate ao Coronavírus. Nova data para continuidade do presente Certame será definida e publicada assim que o município de Marília saia da Fase Vermelha. O TERMO DE SUSPENSÃO em sua íntegra está disponível no site www.marilia.sp.gov.br/licitacao. Informações e-mail: pregao3@marilia.sp.gov.br
LEVI GOMES DE OLIVEIRA - Secretário Municipal da Fazenda; MARCOS TADEU BOLDRIN DE SIQUEIRA - Secretário Municipal da Administração e EDUARDO YOITI D.YAMAMOTO - Secretaria Municipal da Tecnologia da Informação.
ATA DE JULGAMENTO – PLANO DE TRABALHO
EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 001/2020-FUMARES. ÓRGÃO: FUMARES - FUNDAÇÃO MARILIENSE DE RECUPERAÇÃO SOCIAL - FUMARES. MODALIDADE: Chamamento Público. OBJETO: Seleção de organizações da sociedade civil para formalizar Termo de Colaboração para a gestão de Entidade Filantrópica, sem fins lucrativos e transferência de recursos financeiros, para promover a execução do Serviço Especializado de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua - Prazo 12 meses. ATA DE JULGAMENTO – PLANO DE TRABALHO. A Comissão de Seleção da Secretaria Municipal De Assistência e Desenvolvimento Social julgou o seguinte: Habilitar a entidade por ter apresentado as documentações e o plano de trabalho reajustado de acordo com o Edital: ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS "COMUNIDADE TERAPÊUTICA PROJETO VIDA NOVA". A referida Ata em sua íntegra está disponível no site www.marilia.sp.gov.br/licitacao. Demais informações e-mail: licitacao1@marilia.sp.gov.br
OTÁVIO FERNANDO COSTA, MARCIO YOSHIHARU NAGAISHI e NEIDE BRITO DE MOURA LEATTI - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO N°. 146/2020. ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Marília. MODALIDADE: Pregão. FORMA: Eletrônica. OBJETO. Registro de Preço visando eventual aquisição de aparelho condicionador de ar e cortina de ar, destinados a diversas Secretarias Municipais, pelo prazo de 12 meses. TERMO DE HOMOLOGAÇÃO: A Prefeitura Municipal de Marília, neste ato representado pelos Secretários Municipais abaixo subscritos, dando cumprimento aos dispositivos legais constantes nas Leis Federais 8666/93 e 10520/02 e Decreto Municipal 11.001/2013, com suas alterações, HOMOLOGOU o processo licitatório, conforme a classificação efetuada pelo Pregoeiro Maycon Valdeir de Souza, na sessão realizada em 03/12/2020, conforme segue: empresas vencedoras, ANDREI SANTOS SILVA, localizada na Rua Bela Vista do Cabral, nº 129, Nazaré, Salvador/BA - CEP 40055-000; CCK COMERCIAL EIRELI - EPP, localizada na Rua Bahia, nº 1447, Salto, Blumenau/SC - CEP 89031-001; EXITO ELETRO COMERCIAL EIRELI, localizada na Rodovia ES-010, nº 2594, Jardim Limoeiro, Serra/ES - CEP 29164-140; JOSE AUGUSTO PAVAO, localizada na Avenida Coronel Clementino Gonçalves, nº 1120, Chacara Peixe, Santa Cruz do Rio Pardo/SP - CEP 18900-488; MAB EQUIPAMENTOS EIRELI, localizada na Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 2796, Santa Luiza, Vitória/ES - CEP 29045-402; P C R DO AMARAL & AMARAL LTDA, localizada na Rua Waldemar Sacks, nº 436, Jardim Lago Paraiso, Bandeirantes/PR - CEP 86360-000; REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA, localizada na Rua Genova, nº 151, Pagani, Palhoça/SC - CEP 88132-153 e VENTISOL DA AMAZÔNIA IND. DE APARELHOS ELÉTRICOS LTDA, localizada na Rua Azaleia, nº 2421, Distrito Industrial II, Manaus/AM - CEP 69075-845.
CÁSSIO LUIZ PINTO JUNIOR - Secretário Municipal da Saúde; RONALDO SERGIO DUARTE - Procurador Jurídico; WILSON ALVES DAMASCENO - Secretario Municipal de Direitos Humanos; MARCOS TADEU BOLDRIN DE SIQUEIRA - Secretário Municipal da Administração & Responsável pelo Expediente do Tiro de Guerra; DANIEL SABINO DE BRITO - Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Juventude; PROF. HELTER ROGÉRIO BOCHI - Secretário Municipal da Educação; HÉLCIO FREIRE DO CARMO - Secretário Municipal de Obras Públicas; WANIA LOMBARDI - Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; VANDERLEI DOLCE - Secretário Municipal do Meio Ambiente e de Limpeza Pública e ARQ. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA - Secretário Municipal de Planejamento Urbano.
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 258/2020. ID – BANCO DO BRASIL N.º 850715. Órgão: Prefeitura Municipal de Marília. MODALIDADE: Pregão. FORMA: Eletrônica. OBJETO: Aquisição de Tapete sanitizante, Esfigmomanometro, Estetoscópio e Umidificador, para cumprir as orientações técnicas adequadas para a realização de atendimento durante a pandemia - COVID-19. TERMO DE HOMOLOGAÇÃO: A Prefeitura Municipal de Marília, neste ato representada pelo Secretário Municipal, abaixo subscrito, dando cumprimento aos dispositivos legais constantes nas Leis Federais 8666/93 e 10520/02 e Decreto Municipal 11001/13 e suas alterações, HOMOLOGOU o processo licitatório, conforme a classificação efetuada pelo Pregoeiro Leandro Aurélio Gaiato, na sessão realizada em 29/12/2020 conforme segue: empresas vencedoras – COMVIDA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, localizada na Rua Vita Brasil, nº 507 - Pitanguinha - Simões Filho/BA - CEP 43700-000; JORGE KHURY ATACADISTA EIRELI, localizada na Rua João Lordello, nº 256 - Vila Industrial - Piracicaba/SP - CEP 13412-246 e MUNDI EQUIPAMENTOS MÉDICOS ODONTOLÓGICOS E VETERINÁRIOS EIRELI, localizada na Rua França, nº 1950 - Vila Elisa - Ribeirão Preto/SP – CEP 14075-490.
CÁSSIO LUIZ PINTO JUNIOR - Secretário Municipal da Saúde

MARTINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS

EDITAL DO PREGÃO ELETRONICO Nº 014/2021
Torna-se público o processo supra p Aquisição parcelada de combustíveis (álcool hidratado, gasolina comum e óleo diesel S10), destinados a diversos setores da Prefeitura do Município, incluindo a instalação e manutenção de tanques de armazenamento de combustíveis em regime de comodato, para um período de 06 (seis) meses, a sessão pública dar-se-á por meio de Sistema Eletrônico no endereço http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/ com início do recebimento dos documentos (propostas e habilitação) no dia 25/01/2021 a partir das 08 h 15 mim, e fim do recebimento das propostas em 05/02/2021 às 13 h e 50 mim. A abertura das propostas e etapa de lances ocorrerá as 14h00 horas do dia 05/02/2021 no Sistema Eletrônico no endereço http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/. Os interessados em participar, poderão retirar o respectivo Edital, na Prefeitura Municipal, no horário normal de expediente, no site (www.martinopolis.sp.gov.br.), ou http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/. Martinópolis, 22/01/2021 – MARCO ANTONIO JACOMELI DE FREITA – Prefeito.
EDITAL DO PREGÃO ELETRONICO Nº 015/2021
Torna-se público o processo supra p aquisição eventual e futura, de forma parcelada, de diversos gêneros alimentícios, materiais de limpeza e consumo para manutenção da merenda escolar e das creches municipais, para um período de 06 (seis) meses, a sessão pública dar-se-á por meio de Sistema Eletrônico no endereço http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/ com início do recebimento dos documentos (propostas e habilitação) no dia 25/01/2021 a partir das 08 h 15 mim, e fim do recebimento das propostas em 19/02/2021 às 08 h e 20 mim. A abertura das propostas e etapa de lances ocorrerá as 08h30 horas do dia 19/02/2021 no Sistema Eletrônico no endereço http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/. Os interessados em participar, poderão retirar o respectivo Edital, na Prefeitura Municipal, no horário normal de expediente, no site (www.martinopolis.sp.gov.br.), ou http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/. Martinópolis, 22/01/2021 – MARCO ANTONIO JACOMELI DE FREITA – Prefeito.
EDITAL DO PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2021
Torna-se público o processo supra p aquisição eventual e futura, de forma parcelada, de diversos gêneros alimentícios, para diversos departamentos da municipalidade, a sessão pública dar-se-á por meio de Sistema Eletrônico no endereço http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/ com início do recebimento dos documentos (propostas e habilitação) no dia 25/01/2021 a partir das 08 h 15 mim, e fim do recebimento das propostas em 24/02/2021 às 08 h e 20 mim. A abertura das propostas e etapa de lances ocorrerá as 08 h e 30 mim do dia 24/02/2021 no Sistema de Pregão Eletrônico Compras BR. Os interessados em participar, poderão retirar o respectivo Edital, na Prefeitura Municipal, no horário normal de expediente, no site (www.martinopolis.sp.gov.br.), ou http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/. Martinópolis, 22/01/2021 – MARCO ANTONIO JACOMELI DE FREITA – Prefeito.
EDITAL DO PREGÃO ELETRONICO Nº 017/2021
Torna-se público o processo supra p aquisição eventual e futura, de forma parcelada, de materiais, teste rápido e medicamento para o enfrentamento do COVID-19, solicitados pelo Departamento de Saúde, Saneamento e Bem Estar Social, a sessão pública dar-se-á por meio de Sistema Eletrônico no endereço http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/ com início do recebimento dos documentos (propostas e habilitação) no dia 25/01/2021 a partir das 08 h 15 mim, e fim do recebimento das propostas em 01/03/2021 às 08 h e 20 mim. A abertura das propostas e etapa de lances ocorrerá as 08 h e 30 mim do dia 01/03/2021 no Sistema Eletrônico no endereço http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/. Os interessados em participar, poderão retirar o respectivo Edital, na Prefeitura Municipal, no horário normal de expediente, no site (www.martinopolis.sp.gov.br.), ou http://online.martinopolis.sp.gov.br:8079/comprasedital/. Martinópolis, 22/01/2021 – MARCO ANTONIO JACOMELI DE FREITA – Prefeito.

MAUÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ

Aviso de Licitação
PE RP 001/2021; P.A. 8065/2020; Objeto: Fornecimento de alimentos para fins especiais, dietas com restrição de nutrientes, para atender os alunos com necessidades alimentares especiais, no Programa de Alimentação Escolar. Abertura: 05/02/2021 às 09:00hs.
O edital encontra-se no site www.maua.sp.gov.br e www.comprasbr.com.br. Inf: (11)4512-7825. Carlos Gomes de Freitas – Secretário de Segurança Alimentar.
Comunicado
PE RP 018/2020; P.A. 7556/2020; Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios – fórmulas infantis e alimentos para fins específicos – para atender os alunos com necessidades alimentares especiais, no Programa de Alimentação Escolar.
Fica desclassificada a empresa Medicam Distribuidora de Medicamentos e Nutrição LTDA, vencedora dos lotes 1 e 2 do certame em epígrafe, tendo em vista que as amostras apresentadas, não atendem o edital de licitação e a não apresentação dos laudos exigidos. Fica aberto prazo recursal de 03 (três) dias úteis a partir desta data. Israel da Silva Junior – Pregoeiro.

MIRANDÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7068/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021
EDITAL Nº 03/2021
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.
OBJETO: Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, para promover o atendimento do Programa Municipal de Alimen-

tação Escolar, e as necessidades do Departamento de Gestão Administrativa para o ano de 2.021.

DATA PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇOS: 09 de fevereiro de 2.021, às 09h.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Setor Municipal de Alimentação Escolar, situada a Rua Bahia, nº 715, Centro, às 09h.

O Edital completo será fornecido aos interessados por meio eletrônico, através do site www.mirandopolis.sp.gov.br.

Mirandópolis, 22 de janeiro de 2.021.

Everton Luiz Fernandes Sodario Raimundo - Prefeito

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6920/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2021

EDITAL Nº 04/2021

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: Aquisição de leite pasteurizado e pães, destinados ao atendimento do Programa Municipal de Alimentação Escolar, e as necessidades do Departamento de Gestão Administrativa, para o ano de 2.021.

DATA PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇOS: 10 de fevereiro de 2.021, às 09h.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Setor Municipal de Alimentação Escolar, situada a Rua Bahia, nº 715, Centro, às 09h.

O Edital completo será fornecido aos interessados por meio eletrônico, através do site www.mirandopolis.sp.gov.br.

Mirandópolis, 22 de janeiro de 2.021.

Everton Luiz Fernandes Sodario Raimundo -Prefeito

MIRASSOL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - PROCESSO Nº 130/2020 - D.A. - D.C.L.

OBJETO: Registro de preço para eventual e futura aquisição de medicamentos para o Departamento de Saúde.

Empresas Credenciadas: AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, INTERLAB FARMACEUTICA LTDA, CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA, CIRÚRGICA KLG EIRELI, COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, INOVAMED HOSPITALAR LTDA, DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, FRAGNARI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, MAMED COMERCIAL LTDA, DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, MED CENTER COMERCIAL LTDA, DUPATRI HOSPITALAR COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI E WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Considerando o critério de julgamento fixado no Edital, qual seja, Menor Preço Unitário por Item, adjudico as empresas vencedoras: ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI os itens 03, 33 e 47 do Anexo I do Edital, com valor total de R$ 13.020,00 (treze mil e vinte reais), AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA os itens 09 e 26 do Anexo I do Edital, com valor total de R$ 38.850,00 (trinta e oito mil, oitocentos e cinquenta reais), CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA os itens 01, 02, 13, 36, 37, 38, 41 e 46 do Anexo I do Edital, com valor total de R$ 239.000,10 (duzentos e trinta e nove mil reais e dez centavos), CIRÚRGICA KLG EIRELI o item 43 do Anexo I do Edital, com valor total de R$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA os itens 05, 15, 16, 18, 31 e 44 do Anexo I do Edital, com valor total de R$ 44.694,00 (quarenta e quatro mil, seiscentos e noventa e quatro reais), CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA os itens 12, 24, 25 e 35 do Anexo I do Edital, com valor total de R$ 18.831,00 (dezoito mil, oitocentos e trinta e um reais), DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA os itens 17, 19, 20, 21, 22, 32 e 39 do Anexo I do Edital, com valor total de R$ 12.022,00 (doze mil, vinte e dois reais), DUPATRI HOSPITALAR COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA os itens 06, 10 e 14 do Anexo I do Edital, com valor total de R$ 51.750,00 (cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta reais), FRAGNARI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA o item 04 do Anexo I do Edital, com valor total de R$ 570,00 (quinhentos e setenta reais) e INOVAMED HOSPITALAR LTDA os itens 07, 08, 27, 34 e 42 do Anexo I do Edital, com valor total de R$ 33.335,00 (trinta e três mil, trezentos e trinta e cinco reais). Os itens: 11, 28, 29, 30, 40 e 45 foram fracassados. O item: 23 foi deserto.

Cópia da Ata à disposição dos interessados na Divisão de Compras e Licitação e no site www.mirassol.sp.gov.br.

Mirassol, 22 de janeiro de 2.021.

Eder Paulo Soares-Pregoeiro

MIRASSOLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOLÂNDIA

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE MIRASSOLANDIA/SP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇOES, TORNA PUBLICO QUE AS 13:00 DO DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2021 NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITUADA A RUA ANTONIO BATISTA RODRIGUES, Nº 364, CEP 15145 000, SERA REALIZADO O PROCESSO LICITATORIO 04/2021 NA MODALIDADE PREGAO PRESENCIAL 03/2021, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, PARA MANUTENÇAO DA MAQUINA NIVELADORA NEW HOLLAND 8699 NO STANDER TRASEIRO, CELA, BALANÇA, MESA, PINO DA MESA, BASE DA LAMINA E EMBUCHAMENTO COMPLETO. MUNICIPIO DE MIRASSOLANDIA, CONFORME DESCRITO EM EDITAL DE LICITAÇAO DISPONIBILIZADO NO ENDEREÇO ELETRONICO, www.mirassolandia.sp.gov.br - CELIA APARECIDA FIAMENGHI DOS SANTOS MATOS - PREFEITA MUNICIPAL. MIRASSOLANDIA 20 DE JANEIRO DE 2021.

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE MIRASSOLANDIA/SP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇOES, TORNA PUBLICO QUE AS 13:00 DO DIA 05 DE FEVEREIRO DE 2021 NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITUADA A RUA ANTONIO BATISTA RODRIGUES, Nº 364, CEP 15145 000, SERA REALIZADO O PROCESSO LICITATORIO 05/2021 NA MODALIDADE PREGAO PRESENCIAL 04/2021, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM PARA AQUISIÇAO DE PNEUS PARA USO DA FROTA MUNICIPAL. MUNICIPIO DE MIRASSOLANDIA, CONFORME DESCRITO EM EDITAL DE LICITAÇAO DISPONIBILIZADO NO ENDEREÇO ELETRONICO, www.mirassolandia.sp.gov.br - CELIA APARECIDA FIAMENGHI DOS SANTOS MATOS - PREFEITA MUNICIPAL. MIRASSOLANDIA 21 DE JANEIRO DE 2021.

MOCOCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031 /2020

A Prefeitura Municipal de Mococa torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico de nº 031/2020, Processo nº 475/2020, cujo objeto consiste na aquisição de generos hortifrutigranjeiros para o Setor de Merenda Escolar. A sessão do pregão acontecerá no dia 11 de fevereiro de 2021 às 09:30 hs na plataforma da Bolsa Brasileira de Mercadorias/SP - BBMNET. O Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no site da BBMNET Licitações no endereço eletrônico: www.bbmnetlicitacoes.com.br e no site portal.mococa.sp.gov.br, no link: Licitações \> Pregão Eletrônico. Informações e esclarecimentos: BBMNET: (11) 3113-1900 ou Prefeitura Municipal de Mococa (19) 3656-9801.

Mococa-SP, 22 de janeiro de 2021

Leandro José da Rocha Pichotano

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032 /2020

A Prefeitura Municipal de Mococa torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico de nº 032/2020, Processo nº 476/2020, cujo objeto consiste na aquisição de produtos de higiene e limpeza para o Departamento de Educação. A sessão do pregão acontecerá no dia 08 de fevereiro de 2021 às 10:00 hs na plataforma da Bolsa Brasileira de Mercadorias/SP - BBMNET. O Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no site da BBMNET Licitações no endereço eletrônico: www.bbmnetlicitacoes.com.br e no site portal.mococa.sp.gov.br, no link: Licitações \> Pregão Eletrônico. Informações e esclarecimentos: BBMNET: (11) 3113-1900 ou Prefeitura Municipal de Mococa (19) 3656-9801.

Mococa-SP, 22 de janeiro de 2021

Leandro José da Rocha Pichotano

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033 /2020

A Prefeitura Municipal de Mococa torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico de nº 033/2020, Processo nº 495/2020, cujo objeto consiste na aquisição de equipamentos de proteção individual e produtos de limpeza e higiene para o Departamento de Educação. A sessão do pregão acontecerá no dia 09 de fevereiro de 2021 às 10:00 hs na plataforma da Bolsa Brasileira de Mercadorias/SP - BBMNET. O Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no site da BBMNET Licitações no endereço eletrônico: www.bbmnetlicitacoes.com.br e no site portal.mococa.sp.gov.br, no link: Licitações \> Pregão Eletrônico. Informações e esclarecimentos: BBMNET: (11) 3113-1900 ou Prefeitura Municipal de Mococa (19) 3656-9801.

Mococa-SP, 22 de janeiro de 2021

Leandro José da Rocha Pichotano

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034 /2020

A Prefeitura Municipal de Mococa torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico de nº 034/2020, Processo nº 498/2020, cujo objeto consiste na aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis e semi perecíveis para o Setor de Merenda Escolar. A sessão do pregão acontecerá no dia 10 de fevereiro de 2021 às 10:00 hs na plataforma da Bolsa Brasileira de Mercadorias/SP - BBMNET. O Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no site da BBMNET Licitações no endereço eletrônico: www.bbmnetlicitacoes.com.br e no site portal.mococa.sp.gov.br, no link: Licitações \> Pregão Eletrônico. Informações e esclarecimentos: BBMNET: (11) 3113-1900 ou Prefeitura Municipal de Mococa (19) 3656-9801.

Mococa-SP, 22 de janeiro de 2021

Leandro José da Rocha Pichotano

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

Justificativa de Dispensa de Licitação nº 249/20 Processo nº 282/20. A Prefeitura Municipal de Mococa com amparo no Art. 24 da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações para prestação de serviço publico de energia elétrica e utilização entre a distribuidora e o consumidor, a empresa: CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz-Santa Cruz S/A, ao valor de R$ 958.628,64.

O Prefeito Municipal ratifica a Dispensa de Licitação nº 249/20 Processo nº 282/20, para prestação de serviço publico de energia elétrica e utilização entre a distribuidora e o consumidor, a empresa: CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz-Santa Cruz S/A, ao valor de R$ 958.628,64.

Mococa, 22 de janeiro de 2021

Felipe Niero Naufel

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

O Prefeito Municipal esta homologando no dia 01/12/20 a Dispensa de Licitação nº 249/20 Processo nº 282/20, para prestação de serviço publico de energia elétrica e utilização entre a distribuidora e o consumidor, a empresa: CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz-Santa Cruz S/A, ao valor de R$ 958.628,64.

Mococa, 22 de janeiro de 2021

Felipe Niero Naufel

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

3º Termo Aditivo do Contrato nº 055/17 Processo nº 191/17

Contratante: Prefeitura Municipal de Mococa

Contratada: Radio Clube de Mococa ME

Objeto: prestação de serviços para divulgação de eventos e comunicados da Prefeitura Municipal de Mococa

Aditado: prorrogação do prazo do contrato

Assinatura: 07/12/20

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

Contrato nº 007/20 Processo nº 001/20

Contratante: Prefeitura Municipal de Mococa

Contratada: Transporte Coletivo Mococa Ltda

Objeto: prestação de serviços de transporte de alunos da rede publica municipal e estadual

Valor: R$ 349.496,00

Vigencia: 12 meses

Assinatura: 14/02/20

Contrato nº 039/20 Processo nº 298/19

Contratante: Prefeitura Municipal de Mococa

Contratada: Alexandre Lemos Ajeje ME

Objeto: aquisição de equipamentos hospitalares, moveis, eletroeletrônico, eletrodomésticos para Departamento de Saude

Valor: R$ 6.475,00

Vigencia: 06 meses

Assinatura: 08/07/20

Contrato nº 093/20 Processo nº 420/20

Locataria: Prefeitura Municipal de Mococa

Locador: Antonio Pedro Ferreira Mariano

Objeto: locação de imóvel destinado para uso de feira realizada aos domingos

Valor: R$ 8.941,08

Vigencia: 12 meses

Assinatura: 09/12/20

Contrato nº 094/20 Processo nº 487/20

Locataria: Prefeitura Municipal de Mococa

Locador: Maria Serafina Pricoli Abrão

Objeto: locação de imóvel para instalação do Serviço de Verificação de Obito (SVO)

Valor: R$ 48.243,36

Vigencia: 12 meses

Assinatura: 07/12/20

Contrato nº 095/20 Processo nº 362/20

Locataria: Prefeitura Municipal de Mococa

Locador: Vicente Antonio Vecchio

Objeto: locação de imóvel para instalação do Centro de Referencia da Assistencia - CRAS

Valor: R$ 12.000,00

Vigencia: 12 meses

Assinatura: 03/12/20

2º Termo Aditivo do Contrato nº 058/19 Processo nº 225/19

Contratante: Prefeitura Municipal de Mococa

Contratada: Instituto Social Saude Resgate a Vida

Objeto: serviços de gerenciamento, operacionalização e execução dos serviços técnicos/operacionais de saúde no Unidade de Pronto Atendimento

Aditado: alteração no valor do contrato

Assinatura: 16/12/20

3º Termo Aditivo do Contrato nº 012/20 Processo nº 077/20

Contratante: Prefeitura Municipal de Mococa

Contratada: Montano Express Transportes, Turismo e Locadora de Veiculos Rodoviarios Ltda

Objeto: prestação de serviços de Transporte Coletivo de Passageiros

Aditado: prorrogação do prazo contrato

Assinatura: 01/12/20

3º Termo Aditivo do Contrato nº 050/17 Processo nº 194/17

Locataria: Prefeitura Municipal de Mococa

Locador: Glaucia Paladini Angoti Carrara

Objeto: locação de imóvel para instalação da Vigilancia Sanitaria

Aditado: prorrogação do prazo e valor do contrato

Assinatura: 30/11/20

MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

Portaria – Data de assinatura/início de vigência – Servidor – RGF – Cargo - Padrão – Data exoneração – Resumo do Objeto

8.436 – 21/01/2021 – GESSE CARDOSO DE OLIVEIRA – 1456 – Diretor de Departamento Operações de Esgoto Sanitário – "C-44" – 21/01/2021 – EXONERAÇÃO

EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

Portaria – Data de assinatura/início de vigência – Servidor – RGF – Cargo - Padrão – Data exoneração – Resumo do Objeto

8.437 – 21/01/2021 – ODOKAR DOUGLAS GUIMARÃES – 1457 – Chefe de Divisão – "C-40" – 21/01/2021 – EXONERAÇÃO

RATIFICAÇÃO

Ratifico o parecer jurídico, bem como as demais informações constantes do processo nº 200.047/2021, declarando inexigível de licitação, com fundamento no art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93, a favor da empresa IMAGEM GEOSISTEMAS E COMÉRCIO LTDA., para a contratação de serviços de manutenção, atualização e suporte para o software "ARCGIS" desktop standard, pelo período de 12 (doze) meses no valor de R$ 104.983,79, face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído. Mogi das Cruzes, em 22 de janeiro de 2021. MARCELO VENDRAMINI DA SILVA - Diretor Geral.

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS DE MOGI DAS CRUZES – SEMAE.

AVISO DE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020 - PROCESSO Nº 201.581/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXTENSÃO DE REDE PARA CONEXÃO DO RECALQUE DA EEEB INDONÉSIA COM ITI-10, NESTE MUNICÍPIO.

A Comissão Municipal Permanente de Licitação-CMPL torna público, para conhecimento dos interessados, que analisou detalhadamente os documentos apresentados para a Tomada de Preços nº 003/2020 e decidiu pela HABILITAÇÃO da empresa: ELECTRA SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA URBANA LTDA., para a fase seguinte do certame. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste Aviso, para a interposição de eventuais recursos, vistas e extração de cópias dos autos. Em não havendo, fica estabelecido o dia 01 de fevereiro de 2021, às 10h00, para a abertura do envelope nº 02 – PROPOSTA, na sala de licitações do edifício - sede da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, sito à Av. Ver. Narciso Yague Guimarães nº 277 – Centro Cívico. Mogi das Cruzes, em 22 de janeiro de 2021. ERIC WELSON DE ANDRADE - Presidente da CMPL.

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS DE MOGI DAS CRUZES - SEMAE.

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2021 - PROCESSO Nº 200.040/2021

OBJETO: SELEÇÃO DE ESCO - EMPRESA DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA PARA DIAGNÓSTICO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, COM O OBJETIVO DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE, REGULADO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, JUNTO ÀS INSTALAÇÕES EM GERAL DO SEMAE.

Os interessados deverão entregar presencialmente ou pelos Correios, envelope lacrado e endereçado ao Engº Williams Stally G. dos Santos, contendo toda a documentação exigida, até o dia 09 de fevereiro de 2021, na ETA - Centro do SEMAE, situada à Rua Otto Unger, 450 - Centro, Mogi das Cruzes – SP – CEP: 08780-908 . O texto integral do edital e todas as informações sobre o chamamento estarão disponíveis para download no endereço http://www.mogidascruzes.sp.gov.br/licitacao/, a partir do dia 25 de janeiro de 2021. Mogi das Cruzes, em 22 de janeiro de 2021. MARCELO VENDRAMINI DA SILVA - Diretor Geral

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Numero - Contratado - Data assinatura - Valor estimado - Modalidade - Processo - Resumo do Objeto

002/2021 – QUIMAFLEX PRODUTOS QUIMICOS LTDA - EPP – 18.01.2021 - R$ 17.141,20 - Pregão nº 62/2020 – 201.334/2020 – Registro de Preços para aquisição de diversos materiais de laboratório.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Numero - Contratado - Data Assinatura - Data de início - Processo - Resumo do Objeto

1º T.A. ao contrato 004/2020 – CECM PÃES LTDA - EPP– 22.01.2021 – 23.01.2021 – 202.984/2019 – Prorrogação de prazo de vigência por até 12 (doze) meses.

2º T.A. ao contrato 002/2020 – A. R. SANTOS ALIMENTAÇÃO EIRELI – EPP – 22.01.2021 – 23.01.2021 – 203.244/2019 – Prorrogação de prazo de vigência por até 12 (doze) meses, reajuste de preços e correção de erro formal no contrato.

EXTRATO DE CONTRATO

Numero - Contratado - Data Assinatura - Vigência - Valor - Modalidade - Processo - Resumo do Objeto

001/2021 - WATSON MARLOW BREDEL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE BOMBAS LTDA - 20.01.2021 - 60 dias - R$ 32.960,00 - Pregão nº 067/2020 – 201.029/2020 – Aquisição de bombas e peças de bombas.

002/2021 - HIDRO-SANE COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS EIRELI – ME - 20.01.2021 - 60 dias - R$ 85.800,00 - Pregão nº 067/2020 – 201.029/2020 – Aquisição de bombas e peças de bombas.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 02 de 29 de dezembro de 2017 – Contratante: Instituto de Previdência Municipal de Mogi das Cruzes – IPREM. Processo nº 700.200/2020. Contratada: CECAM CONSULTORIA ECONÔMICA, CONTÁBIL E ADMINSTRATIVA MUNICIPAL LTDA.. Assinatura: 15/01/2020. Valor estimado R$ 55.440,36 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta reais e trinta e seis centavos). Prazo: 12 meses (a partir de 16/01/2021). Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e reajuste de preço para prestação de serviços com fornecimento de sistemas informatizados para microcomputadores nas áreas de orçamento-programa, execução orçamentária, contabilidade pública, contabilidade previdenciária, tesouraria e patrimônio.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

EXTRATOS:

CONTRATO Nº 01/2021 CONTRATANTE: PMMC CONTRATADA: CEMEAP Centro Médico Exame Admissional e Periódico Ltda. PROCESSO: 1.616/2020 DATA: 19.01.2021 PRAZO: 12 meses VALOR: R$ 1.474.700,00 OBJETO: Prestação de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – composição do "SESMT". MODALIDADE: Pregão nº 075-3/2020.

CONTRATO Nº 02/2021 CONTRATANTE: PMMC CONTRATADA: LCA Assessoria e Informática Ltda. ME PROCESSO: 21.752/2020 DATA: 20.01.2021 PRAZO: 12 meses VALOR: R$ 36.000,00 OBJETO: prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS. MODALIDADE: Pregão nº 111/2020.

CONTRATO Nº 03/2021 CONTRATANTE: PMMC CONTRATADA: L. S. Nogueira Cozinha Industrial EPP PROCESSO: 24.309/2020 DATA: 21.01.2021 PRAZO: 12 meses, a partir de 01.02.2021 VALOR: R$ 1.038.549,96 OBJETO: prestação de serviços de nutrição e alimentação ao efetivo da Sede do 17º Grupamento de Bombeiros, Posto de Bombeiros Shangai, Posto de Bombeiros Brás Cubas e Tiro de Guerra. MODALIDADE: Pregão nº 129/2020.

CONTRATO Nº 04/2021 CONTRATANTE: PMMC CONTRATADA: JCP Andrade Transportes Eireli. PROCESSO: 21.733/2020 DATA: 21.01.2021 PRAZO: até a primeira quinzena do mês de março de 2021. VALOR: R$ 150.000,00 OBJETO: transporte e operação logística de kit escolar / material escolar (creches e escolas municipais) do almoxarifado central para as unidades escolares. MODALIDADE: Pregão nº 122/2020.

ADITIVO AO CONTRATO Nº 56/2020 CONTRATANTE: PMMC CONTRATADA: Teto Construtora S.A. PROCESSO: 31.821/2020 DATA: 18.01.2021 PRAZO: 120 dias OBJETO: suspensão temporária do prazo de vigência, para obras/serviços de pavimentação a paralelepípedos na Rua Líbano (trecho entre a Rua Manoel Fernandes e Rua Pedro Paulo dos Santos), Distrito de Jundiapeba, neste município. MODALIDADE: Convite nº 3/2020.

7º ADITIVO AO CONTRATO Nº 68/2015 CONTRATANTE: PMMC CONTRATADA: Trajeto Engenharia e Comércio Eireli PROCESSO: 31.776/2020 DATA: 18.01.2021 PRAZO: 180 dias VALOR: R$ 3.300.000,00 OBJETO: prorrogação emergencial do prazo de vigência, a contar de 24 de janeiro de 2021, para gestão global do Sistema de Iluminação Pública (IP). MODALIDADE: Concorrência nº 22/14.

3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 95/2018 CONTRATANTE: PMMC CONTRATADA: Fundação do ABC. PROCESSO: 33.145/2019 DATA: 18.01.2021 OBJETO: adequação do plano de trabalho, para atendimento da demanda do Município de Mogi das Cruzes, na Especialidade de Clínica Médica. MODALIDADE: Chamamento Público nº 2/18.

ADITIVO AO CONTRATO Nº 57/2020 CONTRATANTE: PMMC CONTRATADA: Topus Terra Construções Ltda. - EPP PROCESSO: 32.079/2020 DATA: 21.01.2021 PRAZO: 120 dias OBJETO: prorrogação do prazo de vigência, sem acréscimo de valor, a contar de 23 de janeiro de 2021, para execução das obras/serviços de ampliação de 04 salas de aula na E.M. Luiz Beraldo de Miranda (EDU 003), situada na Av. Pref. Maurílio de Souza Leite Filho, nº 1.851, Parque Olímpico, no município de Mogi das Cruzes. MODALIDADE: Tomada de Preços nº 3/2020.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2021 CONTRATANTE: PMMC PROCESSO: 22.783/2020 CONTRATADA: Lumiar Health Builders Equipamentos Hospitalares Ltda. DATA: 19.01.2021 VALOR ESTIMADO: R$ 63.000,00 OBJETO: locação de aparelho ventilador não invasivo (Bipap) com acompanhamento de pacientes que necessitam fazer uso do aparelho com fornecimento de todos os acessórios, equipamentos e insumos necessários ao seu uso para tratamento de acordo com a prescrição médica. MODALIDADE: Pregão para Registro de Preços nº 147/2020.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2021 CONTRATANTE: PMMC PROCESSO: 26.125/2020 CONTRATADA: Guarani Indústria, Comércio e Serviços Ltda. DATA: 21.01.2021 VALOR ESTIMADO: R$ 1.916.250,00 OBJETO: fornece tubos de concreto armado. MODALIDADE: Pregão para Registro de Preços nº 153/2020.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2021 CONTRATANTE: PMMC PROCESSO: 26.125/2020 CONTRATADA: Jesus de Mari Artefatos de Cimento Ltda. DATA: 21.01.2021 VALOR ESTIMADO: R$ 576.000,000 OBJETO: fornece tubos de concreto armado. MODALIDADE: Pregão para Registro de Preços nº 153/2020.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2021 CONTRATANTE: PMMC PROCESSO: 26.125/2020 CONTRATADA: M.I.G. Comércio de Materiais Para Construção Ltda. - EPP DATA: 21.01.2021 VALOR ESTIMADO: R$ 617.904,95 OBJETO: fornece tubos de concreto armado. MODALIDADE: Pregão para Registro de Preços nº 153/2020.

MOGI GUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO COM ALTERAÇÕES

Pregão Presencial nº 04/2021. PL nº 14.564/2020. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para o fornecimento parcelado e programado de rachão e brita 1. Informamos que, a data de abertura da licitação supramencionada, inicialmente agendada para ocorrer em 25/01/2021, foi alterada para 05/02/2021, às 09h30min, em virtude de alteração na forma de recebimento do objeto conforme consta nos itens 4.3 do Termo de Referência e Minuta da Ata de Registro de Preços, com a finalidade de permitir um maior número de empresas participantes. O edital completo encontra-se à disposição dos interessados na CML, situada na Rua Henrique Coppi, nº 200, Centro, Mogi Guaçu/SP, até o dia do certame, no horário das 08h00min às 16h00min, em dias úteis, mediante recolhimento de R$10,00 (dez reais) no andar térreo da Prefeitura e/ou sem ônus através do site www.mogiguacu.sp.gov.br. M.Guaçu, 22.01.2021. Helena Maria de Carvalho - Presidente da CML.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO:

Pregão Presencial nº 05/2021. PL 15.380/2020. OBJETO: Registro de preços para fornecimento de insumos/produtos de higiene/saúde/utensílios destinados ao uso nas unidades administrativas da Secretaria de Educação para prevenção/combate à pandemia ocasionada pelo Covid-19. Abertura: 09h30min do dia 04/02/2021. O edital completo encontra-se à disposição dos interessados na CML, situada na Rua Henrique Coppi, nº 200, Centro, Mogi Guaçu/SP, até o dia do certame, no horário das 08h às 16h, em dias úteis, mediante recolhimento de R$10,00 (dez reais) no andar térreo da Prefeitura e/ou sem ônus através do site www.mogiguacu.sp.gov.br. M.Guaçu, 22.01.2021. Helena Maria de Carvalho – Presidente da CML.

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 03/2021. PL nº 13.837/2020 – UASG 986715. Objeto: Registro de preços para aquisição de aparelhos de ar condicionado de 9.000 btu's e aparelhos de ar condicionado de 12.000 btu's. Comunicamos aos interessados a republicação do edital da licitação em epigrafe, destacando que, não foram realizadas alterações no Edital. A sessão pública fica remarcada para às 09h30min do dia 08/02/2021. O edital completo encontra-se à disposição dos interessados na CML, situada na Rua Henrique Coppi, nº 200, Centro, Mogi Guaçu/SP, até o dia do certame, no horário das 08h00min às 16h00min, em dias úteis, mediante recolhimento de R$10,00 (dez reais) no andar térreo da Prefeitura e/ou sem ônus através dos sites www.comprasgovernamentais.gov.br e www.mogiguacu.sp.gov.br. M.Guaçu, 22.01.2021. Helena Maria de Carvalho - Presidente da CML.

AVISO DE SUSPENSÃO. Pregão Presencial nº 02/2021 – P. L. nº 12.825/2020. Objeto: Registro de preços para aquisição de óleo lubrificante e graxa automotiva. A Comissão Municipal de Licitações, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 009/2021, comunica todas as empresas participantes no pregão supramencionado que, diante da solicitação recebida pelos responsáveis da Secretaria requisitante, fica SUSPENSA "SINE DIE" a retomada agendada para ocorrer na data de 26 de janeiro de 2021, às 09h30min. Diante do exposto, o processo será encaminhado à Secretaria Jurídica para parecer referente a solicitação. M. Guaçu, 22.01.2021. Milena Canavesi Camatari – Pregoeira.

MONGAGUÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONGAGUÁ

AVISO DE EDITAL - Processo nº 119/2020 - Edital do Pregão Presencial nº 002/2021, objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a Contratação de Empresa para confecção de Materiais Gráficos, que serão utilizados nos diversos setores da Prefeitura, para entrega parcelada pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrição e quantidades constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital. O Início da sessão de lances dar-se-á as 09h:30min do dia 05/02/2021. O edital na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados, no endereço eletrônico www.mongaguá.sp.gov.br, através do aplicativo "TRÂNSPARENCIA" Licitação, ou através do Portal da Transparência. Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone (13) 3445-3067, (13) 3445-3082, e-mail: licitacao@mongagua.sp.gov.br – Autoridade Competente.

MONTE MOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR

REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2020.

Thiago Giatti Assis, Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar, que se encontra REVOGADO O PROCESSO LICITATÓRIO do Pregão Presencial nº 60/2020, que visa a: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em coleta, tratamebto e disposição final em aterros sanitários e ou industrial, dos resíduos de saúde dos grupos A,B,E gerados por esta municipalidade". Conforme processo TC -027601.989.20-5, e parecer jurídico.

Monte Mor, SP, em 22 de janeiro de 2021

Edivaldo Antônio Brischi – Prefeito Municipal

NATIVIDADE DA SERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATIVIDADE DA SERRA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO (PRESENCIAL) n° 002/2021 - Edital nº 003/2021 – Proc. Adm. Mun. n° 005/2021

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor valor unitário por item.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

DATA DA REALIZAÇÃO: 05 de fevereiro de 2020.

HORÁRIO DE INÍCIO: 09:30 horas (horário de Brasília) - início do credenciamento.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Natividade da Serra - SP, localizada na Rua José Fernandes da Silva, nº 28, Centro, Natividade da Serra/SP, CEP 12.180-000.

EDITAL na íntegra poderá ser consultado na Sala de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Natividade da Serra – SP, localizada na Rua José Fernandes da Silva, nº 28, Centro, Natividade da Serra/SP, CEP 12.180-000, ou retirado GRATUITAMENTE no site www.natividadedaserra.sp.gov.br.

NIPOÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NIPOÃ

PROCESSO Nº 013/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de munícipes, fora do âmbito do Município de Nipoã/SP, compreendendo o transporte de trabalhadores para as cidades de José Bonifácio/SP, Nova Aliança/SP e Poloni/SP, com saída as 04h30min e retorno as 18h00min, conforme edital.

CREDENCIAMENTO E SESSÃO DO PREGÃO: Início a partir das 10:30 hm do dia 04/02/2021 (quinta-feira), na sede da Prefeitura Municipal de Nipoã, situada na Rua Pedro Rampim, nº 500, Centro, na cidade de Nipoã.

EDITAL COMPLETO: O Edital completo estará disponível para retirada a partir do dia 25 de janeiro de 2021. Cópias do edital e do respectivo aviso serão colocadas à disposição de qualquer pessoa para consulta e divulgadas no site oficial da prefeitura municipal de Nipoã no link de acesso à informação.

Nipoã-SP, 21 de janeiro de 2021.

JOSÉ PEDRO RAMPIM – Prefeito Municipal

NOVA CAMPINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CAMPINA

Extrato de Contrato

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CAMPINA por meio do Processo Administrativo nº. 3233/2019; Contrato n° 048/2019 Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Planejamento, Organização e Execução de Concurso Público de Provas Objetivas, Práticas e de Provas e Títulos a ser Promovido para a Prefeitura de Nova Campina, destinado ao Provimento de Vagas para Diversos Cargos Públicos que Compõe o seu Quadro Permanente e Formação de Cadastro Reserva; informa que aditou a vigência contratual até 12/09/2021; Contratado: DIRECTA DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DE CARREIRAS LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 14.457.123/0001-60, mantendo-se as disposições contratuais. Maiores informações fone (15) 3535-6100. (Jucemara Fortes do Nascimenta - Prefeita Municipal).

Extrato de Contrato

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CAMPINA por meio da Inexigibilidade nº. 007/2019; Processo Administrativo nº. 076/2016; Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DE ATOS OFICIAIS DO EXECUTIVO MUNICIPAL TAIS COMO EDITAIS, ATAS, EXTRATOS, NOTAS DE ESCLARECIMENTO, CONVOCAÇÕES, AVISOS, PREGÕES, LEILÕES, LICITAÇÕES, COMUNICADOS E OUTROS FORMATOS QUE VENHAM A SEREM CONTEMPLADOS POR LEI; informa que firmou o Aditivo n° II com a Contratada: CAMILA CRISTINA LINO 37727115886, inscrita no CNPJ/ME sob o nº. 26.365.186/0001-76;passando a finda-se em 17/03/2021. (Jucemara Fortes do Nascimento - Prefeita Municipal)

NOVO HORIZONTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL Nº. 003/2021

PROCESSO Nº. 004/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2021

TIPO: MENOR PREÇO DO LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de ÓCULOS DE GRAU COMPLETO (ARMAÇÕES E LENTES), para assistência aos pacientes carentes atendidos no Sistema Único de Saúde (SUS), através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações técnicas e quantidades descritas no Termo de Referência – Anexo I.

Data da realização da sessão pública do Pregão: dia 05 de fevereiro de 2021, as 09h00 – Obtenção do Edital: gratuito através do site www.novohorizonte.sp.gov.br, ou na PMNH – Divisão de Licitações, sito à Praça Dr. Euclydes Cardoso Castilho n° 185, centro, na cidade de Novo Horizonte-SP, fone 17-3543-9015 das 07h30m às 11h00 e das 12h30m às 17h00 horas - Novo Horizonte, 22 de janeiro de 2021 – Fabiano de Mello Belentani – Prefeito Municipal.

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL Nº. 004/2021

PROCESSO Nº. 005/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2021

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras e parceladas de ÓLEO LUBRIFICANTE para manutenção dos veículos da frota municipal, pelo período de 12 (doze) meses, conforme quantidades e descrições constantes do Termo de Referência – Anexo I.

Data da realização da sessão pública do Pregão: dia 08 de fevereiro de 2021, as 09h00 – Obtenção do Edital: gratuito através do site www.novohorizonte.sp.gov.br, ou na PMNH – Divisão de Licitações, sito à Praça Dr. Euclydes Cardoso Castilho n° 185, centro, na cidade de Novo Horizonte-SP, fone 17-3543-9015 das 07h30m às 11h00 e das 12h30m às 17h00 horas - Novo Horizonte, 22 de janeiro de 2021 – Fabiano de Mello Belentani – Prefeito Municipal.

OCAUÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE OCAUÇU

RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2021

OBJETO: "ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS PARA TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, PARA O PERIODO DE 12 MESES, conforme descrição detalhada no Anexo II"

O SENHOR JOÃO BENEDITO COSTA E SILVA, prefeito de Ocauçu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e obedecendo as determinações da Lei Federal nº. 8.666/93, e suas atualizações, torna público a Retificação do Edital da Tomada de Preços nº 01/2021. Considerando os inúmeros casos positivos da COVID-19 em nosso município e municípios vizinhos; Considerando que a realização de processo licitatório, neste momento, trará ao nosso município, inúmeras empresas interessadas a participar de referido processo, causando portanto, aglomeração de pessoas, não sendo permitido, no momento. Considerando que estamos passando por uma pandemia. DETERMINADOS a suspensão do Edital do Pregão Presencial nº 01/2021, por tempo indeterminado, até segunda ordem. Assim que for possível a realização deste procedimento licitatório, iremos realizar todas as publicações necessárias para darmos conhecimento aos licitantes. As demais clausulas permanecem inalteradas.

Ocauçu, 22 de janeiro de 2021.

João Benedito Costa e Silva

Prefeito

Município de Ocauçu

Av. Celeste Casagrande, n.º 204 - Fones: (14) 3475-1204 - Fax: 3475-1516

CEP 17.540-000 - OCAUÇU/S P - CNPJ: 44.482.248/0001-01

ONDA VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ONDA VERDE

Extrato de contrato

Dispensa 002/2021 – Contratante: Prefeitura Municipal de Onda Verde – Contratada: ANDRE DE MELO OLIVEIRA 78810809220 - Objeto: Serviços de artes gráficas, redes sociais e site – Vigência: 12 meses – Valor: R$ 16.200,00 – Recursos: Adm. e planejamento – Assinatura: 07/01/2021.

Pregão Presencial

Torna público o Pregão Presencial 010/2021, fornecimento de kit alimentação para alunos, proposta e habilitação até as 09:00 hrs do dia 04/02/2021. Edital completo a Av. Romano Calil, 261 – centro, das 13 às 17 hrs ou no site www.ondaverde.sp.gov.br

ORIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIENTE

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 003/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N° 004/2021

Diante dos elementos que instruem o processo, destacando-se o teor do parecer exarado pela douta Assessoria Jurídica, cujas conclusões acolho, por seus próprios e jurídicos fundamentos, RATIFICO, nos termos do art. 24, inciso II da Lei nº 8666/93, em favor da empresa DIAGNÓSTICO VIDA GESTÃO E SAÚDE LTDA, CNPJ nº 04.755.159/0001-77, visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de enfermeiro, técnico ou auxiliar de enfermagem, em unidade de Saúde para atendimento de dos munícipes no município de Oriente – SP, pelo prazo de 02 meses, no valor de R$ 17.538,00 (dezessete mil, quinhentos e trinta e oito reais), com observação a justificativa apresentada pelo Secretario Municipal de Saúde, referente ao preço contratado e à escolha do fornecedor, em atendimento à Lei de Licitações.

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93. DETERMINO a publicação da presente ratificação, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

ORIENTE/SP, 20 de janeiro de 2021.-

GERALDO MATHEUS MORIS

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ORIENTE

Extrato da Ata termo de posse de Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito Municipal.

As 10:00 horas do dia 01 de janeiro de 2.021, foram empossados os vereadores, Camila Moris Simões Mathias, Carlos Roberto Gino, Daniel Henrique Moris, Fábio de Andrade Toneloti, Flavio Amorosine, José Rodolpho Moris, Lucas dos Santos Martins Comino, Osvaldo Alonge, Sérgio Ricardo Marques Mattar, em seguida foram empossados no cargo de Prefeito o senhor Geraldo Matheus Moris e no cargo de Vice Prefeito o senhor Cristiano José dos Santos.

Oriente 01 de janeiro de 2021.

ORLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021 tipo MENOR PREÇO. Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA APLICAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CURATIVOS AOS MUNICIPES DE ORLANDIA NAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE (UBS) E EM DOMICILIO ATRAVES DO PROGRAMA MELHOR EM CASA. A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 09:00h do dia 04/02/2021, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 25/01/2021. Orlândia, SP, 22 de Janeiro de 2021. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR – Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2021 tipo MENOR PREÇO. Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO EM SAUDE MENTAL PARA PACIENTES RESIDENTES EM ORLANDIA COM DISTRIBUIÇÃO GRATUITA BEM COMO SUPORTE AS UNIDADES DE CENTRO DE ATENÇÃO PSICO-SOCIAL(CAPS) ADULTO E INFANTIL. A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 09:00h do dia 05/02/2021, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 25/01/2021. Orlândia, SP, 22 de Janeiro de 2021. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR – Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2021 tipo MENOR PREÇO. Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AÇÕES JUDICIAIS. A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 14:30h do dia 05/02/2021, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 25/01/2021. Orlândia, SP, 22 de Janeiro de 2021. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR – Prefeito Municipal.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que foi designada nova data para abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021 tipo MENOR PREÇO. Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PREVISTOS NO CONVÊNIO Nº 000016/2019- MMA, REGISTRADO NA PLATAFORMA + BRASIL SOB O Nº 891194/2019, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E O MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA/SP, VISANDO MELHORAR A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 424/2016 E SUAS ALTERAÇÕES. A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 09:00h do dia 09/02/2021, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 25/01/2021. Orlândia, SP, 22 de Janeiro de 2021. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR – Prefeito Municipal.

OSVALDO CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSVALDO CRUZ

EXTRATO DE ADITIVO

ADITIVO – 126/20 – T.P. – 16/20 - CONTRATO 313/20 – OBJETO: Aditamento de Contrato de elaboração de projeto e execução dos serviços de instalação de sistema de incêndio P/ prorrogar o prazo de execução. Ass: 16.12.20 – CONTRATADA: HELP SISTEMAS DE INCÊNDIO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, Vig.: 145 dias, mencionado na T.P., contados a partir da O.I.S.– Osv. Cruz, 16.12.20 – Edmar C. Mazucato – Pref. Munic.

ADITIVO – 120/20 - Chamada Púb.– 003/2018 – CONTRATO - 841/18 – OBJETO: Aditamento do credenciamento de instituições financeiras para que, em nome e por conta do Município procedam ao recebimento de tributos e demais receitas municipais. Ass: 28.12.20– CONTRATADA: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., – Vig.: 28.12.20 a 28.12.21 – Vr. por Autent. – R$ 2,13 – Osv. Cruz, 28.12.20 – Edmar C. Mazucato – Pref. Mun.

ADITIVO – 118/20 - Chamada Púb. – 003/2018 – CONTRATO - 839/18 – OBJETO: Aditamento do credenciamento de instituições financeiras para que, em nome e por conta do Município procedam ao recebimento de tributos e demais receitas municipais. Ass: 09.12.20 – CONTRATADA: BANCO DO BRASIL S.A.,– Vig.: 28.12.20 a 28.12.21 – Vr. por Autent. – R$ 2,13 – Osv. Cruz, 09.12.20 – Edmar C. Mazucato – Pref. Munic.

ADITIVO – 121/20 - Chamada Púb. – 004/2018 – CONTRATO - 842/18 – OBJETO: Credenciamento de instituições financeiras para que, em nome e por conta do Município procedam ao recebimento de multas de trânsito do município. Ass: 09.12.20 – CONTRATADA: BANCO DO BRASIL S.A., – Vig.: 28.12.20 a 28.12.21 – Vr. por Autentic. – R$ 4,02 – Osv. Cruz, 09.12.20 – Edmar C. Mazucato – Pref. Munic.

ADITIVO – 132/20 – P.P. – 007/20 – CONTRATO – 141/20 – OBJETO: Aditar contrato de serviços médicos na especialidade cardiologia para atendimento de até 300 consultas/mês e até 100 exames de ecocardiograma/mês a pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde. Ass: 31.12.20 – CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA RINCON & RINCON S/S LTDA.,– Vig.: 31.12.20 a 16.10.21 – Vr. – R$ 166.250,00 – Osv. Cruz, 31.12.20 – Edmar C. Mazucato – Pref Municipal.

PALMARES PAULISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMARES PAULISTA

EDITAL DE AVISO DE LICITAÇÃO.

Processo nº 03/2021- Convite de Preços nº 01/2021.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assessoria, consultoria e treinamento pessoal, no setor da saúde do Município, pelo prazo de 12 meses, conforme Memorial Descritivo – Anexo I.

DATA PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: até 02.02.2021 às 09:00 horas, na Prefeitura do Município de Palmares Paulista, na Rua Marechal Deodoro da Fonseca nº. 281.

RETIRADA DO EDITAL E ESCLARECIMENTOS: Prefeitura do Município de Palmares Paulista, no horário das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00, nos dias úteis; fone: (17) 3587-1500; endereço eletrônico: www.palmarespaulista.sp.gov.br.

Município de Palmares Paulista, em 23.01.2021.

LUCAS APARECIDO DA ASSUMÇÃO-Prefeito Municipal

PARAGUAÇU PAULISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU PAULISTA

INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DE PARAGUAÇU PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Instituto Municipal de Seguridade Social de Paraguaçu Paulista., faz saber a todos os interessados, que encontra-se aberto no Departamento de Licitações, o PREGÃO (PRESENCIAL), n.º 001/2021, que tem como objeto a Contração de empresa especializada, para prestação de serviços de consultoria, nas áreas Orçamentária, Contábil, Financeira e Administrativa, visando o gerenciamento das contas públicas, possibilitando o cumprimento das exigências legais e acompanhamento de rotinas inerentes ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Ministério da Previdência para o Instituto Municipal de Seguridade Social de Paraguaçu Paulista, o início da sessão de abertura será no dia 08/02/2021, às 09:30 horas. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Rua Pedro de Toledo n.º 380 – Centro, n sede do IMSS, ou pelo site: www.imssppta.sp.gov.br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3362-2838.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 21 de janeiro de 2021.

Armando Rodrigues de Lima – Diretor do IMSSPPTA

PARAIBUNA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA

CONVOCAÇÃO PARA CONTINUIDADE DA APRESENTAÇÃO DE PROVA DE CONCEITO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035/2020

A Comissão de Pregão do Município de Paraibuna, em respeito ao parágrafo terceiro do ITEM IX – JULGAMENTO DA LICITAÇÃO, alínea i), convoca a licitante classificada em primeiro lugar e declarada vencedora do Pregão supra, MUROLLO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP, a se apresentar à Divisão de Compras e Licitações para CONTINUIDADE da apresentação da Prova de Conceito, que deverá ser realizada nos dias 28 e 29 de janeiro e nos dias 01, 02, 03, 04, 05, 08, 09 e 10 de fevereiro de 2021, a partir das 9:00 horas com encerramento as 17:00, referente aos requisitos funcionais e técnicos especificados no Termo de Referência constante no Edital nº 0051/2020, do Pregão Presencial nº 0035/2020 que objetiva a Contratação de empresa especializada em fornecimento de Sistemas de Gestão Pública em Contabilidade, Administração de Pessoal, Tesouraria, Saúde e outros.

Cronograma:

Dia	Horário	Modulo
28/01/2021 - 5ª feira	9:00 às 12:00 h - 13:00 às 17:00 h	Compras e Licitações
29/01/2021 - 6ª feira	9:00 às 12:00 h - 13:00 às 17:00 h	Compras e Licitações / Almoxarifado / Patrimônio
01/02/2021 - 2ª feira	9:00 às 12:00 h - 13:00 às 17:00 h	Contabilidade Pública e Tesouraria
02/02/2021 - 3ª feira	9:00 às 12:00 h - 13:00 às 17:00 h	Contabilidade Pública e Tesouraria / Portal da Transparência
03/02/2021 - 4ª feira	9:00 às 12:00 h - 13:00 às 17:00 h	Processos de Execução Fiscal / Protocolo / Cemitério
04/02/2021 - 5ª feira	9:00 às 12:00 h - 13:00 às 17:00 h	Administração Tributária
05/02/2021 - 6ª feira	9:00 às 12:00 h - 13:00 às 17:00 h	Administração Tributária
08/02/2021 - 2ª feira	9:00 às 12:00 h - 13:00 às 17:00 h	Controle de Frota / Gerenciamento de Água e Esgoto
09/02/2021 - 3ª feira	9:00 às 12:00 h - 13:00 às 17:00 h	Saúde
10/02/2021 - 4ª feira	9:00 às 12:00 h - 13:00 às 17:00 h	Saúde

Quantitativo de itens que deverá ser demonstrado para cada Módulo:

- Compras e Licitações: 132 itens restantes.
- Almoxarifado: 32 itens.
- Patrimônio: 41 itens.
- Contabilidade Pública e Tesouraria: 129 itens restantes, incluindo os itens parcialmente demonstrados.
- Portal da Transparência: 38 itens.
- Processos de Execução Fiscal: 19 itens.
- Protocolo: 35 itens.
- Cemitério: 34 itens.
- Administração Tributária: 185 itens.
- Controle de Frota: 76 itens.
- Gerenciamento de Água e Esgoto: 59 itens.
- Saúde: 196 itens, que deverão ser demonstrados nos dias estabelecidos.

A licitante vencedora tem pleno conhecimento dos itens de cada Módulo, que deverão ser demonstrados na carga horária supra descrita.

Paraibuna, 23 de janeiro de 2021. Victor de Cássio Miranda. Prefeito Municipal.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa de Licitação N°. 0001/2021. Processo Administrativo N°.: 0003/2021. Objeto: Contratação emergencial de empresa para fornecimento de Sistemas Informatizados destinados a Gestão Pública, com base nas informações constantes do processo acima epigrafado, ratifica o Termo de Dispensa de Licitação, e decide pela contratação de 4R SISTEMAS & ASSESSORIA LTDA nos termos do Artigo 24 Inciso IV, da Lei Federal N°. 8.666/93, no valor de R$ 198.910,92.

Paraibuna, 23 de janeiro de 2021. Victor de Cassio Miranda – Prefeito Municipal

PARDINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARDINHO

RESULTADO DA ANÁLISE DO ENVELOPE 1 - DOCUMENTAÇÃO

PROCESSO ADM. N.º 1797/2020 – CONCORRÊNCIA N.º 001/2.020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA COM 12 SALAS - PROJETOS FNDE

EMPRESAS HABILITADAS: CONSTRUTORA REOBOTE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI, ARION CONSTRUÇÕES E GERENCIAMENTO DE OBRAS EIRELI E CONSTRUTORA AQUARIUS EIRELI - EPP.

EMPRESAS INABILITADAS: CONSTRUMART CONSTRUÇÕES CIVIL EIRELI, MOTIVO: CONFORME ANALISE FOI CONSTATADO QUE A EMPRESA NÃO ATENDEU O QUANTITATIVO DO ITEM 7.1 (11.2.2. LINHA D ITEM 3, 7.1), SOLICITADO EM EDITAL;

L & T EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, MOTIVO: CONFORME ANALISE FOI CONSTATADO QUE A EMPRESA NÃO ATENDEU O QUANTITATIVO DO ITEM 9.3 (11.2.2. LINHA D ITEM 3, 9.3), SOLICITADO EM EDITAL;

LONFER ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. – ME, MOTIVO: CONFORME ANALISE FOI CONSTATADO QUE A EMPRESA NÃO ATENDEU O QUANTITATIVO DOS ITENS 7.1, 9.3 E 26.6 (11.2.2. LINHA D ITEM 3, 7.1, 9.3 E 26.6), SOLICITADO EM EDITAL.

FICA ABERTO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, NÃO HAVENDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO A ABERTURA DO ENVELOPE PROPOSTA FICA MARCADO PARA O DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2.021, ÀS 09 HORAS

PARDINHO, 21 DE JANEIRO DE 2.020

PARIQUERA-AÇU

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIBEIRA E LITORAL SUL

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Comunicamos aos interessados a suspensão, "sine die", do Pregão Presencial nº 02/2021, destinado à contratação de empresa para prestação de serviços médicos especializados em neurologia e neurocirurgia no âmbito do Hospital Regional Dr. Leopoldo Bevilacqua, em decorrência de pedido de impugnação ao edital. Após análise da impugnação será agendada nova data para a sessão pública do pregão. Mais Informações pelo Telefone (013) 3856 9733 ou e-mail: licitacoes@consaude.org.br.

Pariquera-Açu, 22 de janeiro de 2021.

José Antonio Antosczezem

Diretor Superintendente

PATROCÍNIO PAULISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO PAULISTA

RATIFICAÇÃO

Em conformidade com o que determina os termos do art. 24 da Lei 8.666/93, Parecer Jurídico e devidamente justificado, conforme Processo Administrativo nº 266/2021, torno público a quem possa interessar que após completo atendimento à legislação vigente, RATIFICO a dispensa de licitação com fundamento no diploma legal supracitado, para o ATENDIMENTOS NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE PARA COMBATE À PANDEMIA DA COVID-19, em forma de repasse financeiro à Entidade SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PATROCÍNIO PAULISTA, inscrita no CNPJ. nº 53.723.870/0001-55, com sede na Rua Cônego Peregrino nº 1281, Centro, Patrocínio Paulista/SP, no valor total de R$ 87.380,30 (oitenta e sete mil e trezentos e oitenta reais e trinta centavos), pelo período de 02 (dois) meses, salvo haja contratação através de Programas Federais, Processo Licitatório ou Concurso Público, que acarretara a rescisão imediata do contrato. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para interposição de eventual recurso. A licitação é dispensável, com base no os termos do inciso V do art. 24 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Patrocínio Paulista/SP, 22 de janeiro de 2021.

José Mauro Barcellos

Prefeito Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2021

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 4979/2020, 5003/2020 e 0186/2021

EDITAL RESUMIDO

Ângela Cristina Faleiros, Autoridade Competente desta, faz saber aos interessados que se acha aberta a presente licitação para o REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PREPARADOS E EM GERAL, DESTINADOS AO DEPARTAMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL, DEPARTAMENTO DE ESPORTE E SECRETARIA DE SAÚDE, COM COTA ESPECIAL PARA MICRO EMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENOS PORTE – EPP. As propostas serão recebidas até as 08:15 horas do dia 05 de fevereiro de 2021 e a Sessão de Disputa de Preços será iniciada às 08:30 horas do dia 05 de fevereiro de 2021, transcorrendo de acordo com o edital. O Edital completo encontra-se, GRATUITO, à disposição dos interessados no seguinte site: www.patrociniopaulista.sp.gov.br e no site da https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp. Na Seção de Licitação da Prefeitura Municipal, também poderá ser retirado e, prestadas as informações que se fizerem necessárias, no horário de expediente.

Patrocínio Paulista/ SP, 22 de janeiro de 2021.

Ângela Cristina Faleiros

Autoridade Competente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2021

PROCESSOS ADMINISTRATIVO Nº 4987/2020

EDITAL RESUMIDO

Ângela Cristina Faleiros, Autoridade Competente desta, faz saber aos interessados que se acha aberta a presente licitação para a CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESA - ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP, APTOS A SE BENEFICIAREM DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ESTABELECIDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E LEI COMPLEMENTAR 147/2014, PARA AQUISIÇÃO TOTAL DE TUBO DE CONCRETO ARMADO. As propostas serão recebidas até as 08:15 horas do dia 09 de fevereiro de 2021 e a Sessão de Disputa de Preços será iniciada às 08:30 horas do dia 09 de fevereiro de 2021, transcorrendo de acordo com o edital. O Edital completo encontra-se, GRATUITO, à disposição dos interessados no seguinte site: www.patrociniopaulista.sp.gov.br e no site da https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp. Na Seção de Licitação da Prefeitura Municipal, também poderá ser retirado e, prestadas as informações que se fizerem necessárias, no horário de expediente.

Patrocínio Paulista/ SP, 22 de janeiro de 2021.

Ângela Cristina Faleiros

Autoridade Competente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2021

PROCESSOS ADMINISTRATIVO Nº 4255/2020

EDITAL RESUMIDO

Ângela Cristina Faleiros, Autoridade Competente desta, faz saber aos interessados que se acha aberta a presente licitação para a CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESA - ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP, APTOS A SE BENEFICIAREM DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ESTABELECIDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E LEI COMPLEMENTAR 147/2014, AQUISIÇÃO TOTAL DE MATERIAIS FILTRANTES, A SER UTILIZADO PARA O DRENO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA. As propostas serão recebidas até as 14:15 horas do dia 09 de fevereiro de 2021 e a Sessão de Disputa de Preços será iniciada às 14:30 horas do dia 09 de fevereiro de 2021, transcorrendo de acordo com o edital. O Edital completo encontra-se, GRATUITO, à disposição dos interessados no seguinte site: www.patrociniopaulista.sp.gov.br e no site da https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp. Na Seção de Licitação da Prefeitura Municipal, também poderá ser retirado e, prestadas as informações que se fizerem necessárias, no horário de expediente.

Patrocínio Paulista/ SP, 22 de janeiro de 2021.

Ângela Cristina Faleiros

Autoridade Competente

PAULÍNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

4º EDITAL DE RETIFICAÇÃO/NOVA DATA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 164/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE PAULÍNIA, CENTRO DE GERIATRIA E CAPS

DATA E HORA LIMITE PARA CREDENCIAMENTO NO SITIO DA CAIXA ATÉ: 10/02/2021 ÀS 08h30

DATA E HORA LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 10/02/2021 ÀS 09h

INÍCIO DA DISPUTA DA ETAPA DE LANCES: 10/02/2021 ÀS 10h30

Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou www.licitacoes.caixa.gov.br.

Paulínia, 22 de janeiro de 2021.

EDNILSON CAZELLATO

PREFEITO MUNICIPAL

ATO DE JUSTIFICATIVA

ART. 5º DA LEI FEDERAL Nº 8.987/1995

Ato do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Paulínia, Estado de São Paulo, efetuando a justificativa a que se refere o artigo 5º da Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências.

CONSIDERANDO que o Município de Paulínia possui a competência constitucional para organizar e prestar, direta ou sob regime de concessão, o "serviço de transporte público coletivo de passageiros", ex vi do art. 30, V da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o art. 175 da Constituição Federal, o art. 124 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o art. 1º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, determinam que as permissões ou concessões de serviços públicos devem ser feitas sempre através de licitação;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 3.532/2016 autoriza o poder executivo a outorgar à iniciativa privada, em regime de concessão, a prestação de serviços de transporte público coletivo de passageiros no Município de Paulínia;

CONSIDERANDO que o Poder Público Municipal não detém a expertise, know-how, técnica e mão-de-obra específica para operar, de forma autárquica, os "serviços de transporte público coletivo de passageiros no Município de Paulínia";

CONSIDERANDO ser razoável, plausível e viável ao Poder Público, dado a sua essencialidade, a "prestação de serviços de transporte público coletivo de passageiros no Município de Paulínia" sob a responsabilidade da iniciativa privada, no regime de concessão;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 5º da Lei Federal nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, justifica:

I – O Município de Paulínia, Estado de São Paulo, oportunamente, tornará público o procedimento licitatório na modalidade de Concorrência Pública, para a concessão dos "serviços de transporte público coletivo de passageiros no Município de Paulínia", para empresa ou consórcio de empresas, pelo prazo de até 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado a critério do Poder concedente;

II – A área de abrangência da concessão compreende o "serviço de transporte público coletivo de passageiros no Município de Paulínia";

III – A contratação de empresa ou consórcio de empresas decorre da natureza e da complexidade do serviço, do alto custo operacional envolvido na prestação dos serviços, afastando o risco de inviabilidade técnica e econômica da exploração dos "serviços de transporte público coletivo de passageiros no Município de Paulínia";

IV – O fundamento legal para a outorga da referida Concessão, dentre outros dispositivos citados, advém da Lei Municipal nº 3.532 de 22 de dezembro de 2016 e da Lei Federal nº 8.987/95.

V - Os serviços serão delegados em regime de exclusividade dado que a instituição de competição para os serviços implicaria em sua inviabilidade econômico-financeira, inclusive considerando os investimentos a serem realizados.

Publique-se o presente 03 (três) vezes no Diário Oficial do Estado – DOESP, no Semanário Oficial do Município, e em jornal de grande circulação, para conhecimento público.

Paulínia-SP, 21 de janeiro de 2021.

EDNILSON CAZELLATO

Prefeito do Município de Paulínia

PEDRO DE TOLEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO

TERMO DE RATIFICAÇÃO-DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2021-PROCESSO DE COMPRA Nº 34/2021

Eleazar Muniz Junior, Prefeito Municipal de Pedro de Toledo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, observando os trâmites legais, em especial a lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão Permanente de Licitações, decorrido o prazo recursal, verificando que foram observados os princípios legais, administrativos e constitucionais do procedimento licitatório:Resolve RATIFICAR o presente processo nos termos abaixo:Processo de Dispensa: 26/2021.Contrato nº 01/2021.Objeto: Locação de imóvel para instalação do CONSELHO TUTELAR.ROBERTO ZERBINATTI.Valor Total: R$ 12.000,00 (Doze mil reais).Valor Mensal: R$ 1.000,00 (Um mil reais).Pedro de Toledo, 22 de Janeiro de 2021.Eleazar Muniz Junior-Prefeito Municipal.

PERUÍBE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERUÍBE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2020

COMUNICADO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

A Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Peruíbe vem através deste, comunicar a todas as empresas participantes da licitação Pregão Eletrônico 70/2020, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), INSUMOS E PRODUTOS PARA PROCEDIMENTOS DE HIGIENIZAÇÃO DE OBJETOS, EQUIPAMENTOS E MÃOS DE FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, que a empresa INNOVARE INDUSTRIA E COMERCIO DE PEÇAS PLÁSTICAS - EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 33.656.835/0001-53, impetrou as CONTRA-RAZÕES ao recurso impetrado pela empresa MKURI COMÉRCIO DE MÓVEIS EM GERAL EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n° 36.158.536/0001-87.

O conteúdo das contra razões encontram-se disponíveis na integra no site da Prefeitura Municipal: www.peruibe.sp.gov.br e na página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias BBMNET: www.bbmnetlicitacoes.com.br

O processo nº 9.088/2020, encontra-se a disposição para vistas franqueadas dos interessados para eventual análise, mediante REQUERIMENTO e AGENDAMENTO, visto as medidas de precauções impostas pela pandemia do novo coronavírus.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE, EM 22 DE JANEIRO DE 2020.

Marcela Costa Lopes

Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO – 2.021

CONTRATO: 01/2021 – CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE PASSEIOS NA ORLA DA PRAIA - CONTRATADO: RM EMPREENDIMENTOS EIRELI - MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2020 - PROCESSO 8.416/2020 - ASSINATURA: 07 / 01 /2021 – VALOR R$ 283.261,22 - VIGENCIA: 02 ANOS.

CONTRATO: 04/2021 – CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUÍBE - OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO RADIOLÓGICO COMPLETO PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HORAS - CONTRATADO: KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL IND. DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2020 - PROCESSO 8.922/2020 - ASSINATURA: 19 / 01 /2021 – VALOR R$ 112.800,00 - VIGENCIA: 12 MESES.

ATA DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2020

Senhor Prefeito:

Trata-se de Pregão Eletrônico visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES DOS PROCESSOS JUDICIAIS, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, que teve como vencedoras as empresas:

SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.847.630/0001-10, estabelecida à Estrada Samuel Aizemberg nº 1.100, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, referente aos itens: 03 e 18.

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A, inscrita no CNPJ sob nº 17.159.229/0001-76, estabelecida à Vila VP 7D – Módulo 11 – s/nº - Quadra 13, na cidade de Anápolis/GO, referente ao item: 04.

DUPATRI HOSPITALAR COM. IMP. E EXP. LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.027.894/0007-50, estabelecida à Av. Pedro Paschoal dos Santos nº 410 – complemento Galpão 02 MD 4 e 5, na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, referente ao item 08.

PORTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.005.873/0001-00, estabelecida à Rua Domingos Simões nº 22 e 34, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, referente ao item: 16.

Os itens 01, 02, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28, foram considerados FRACASSADOS/DESERTOS.

Os documentos exigidos nos itens 14.10.4 e 14.10.5 do edital completo da respectiva licitação foram apresentados pelas empresas acima e após análise pela Farmacêutica do Município, constatou-se estarem todos em ordem quanto aos itens acima.

Os autos do processo nº 9087/2020, que originou o Pregão Eletrônico em questão, estão com vistas franqueadas aos interessados mediante agendamento prévio via requerimento, no Departamento de Administração da Prefeitura de Peruibe/SP, nos horários das 09:00 às 16:00 horas, mediante requerimento e agendamento.

Encaminhado o presente ao Assessor de Assuntos Jurídicos da Prefeitura Municipal de Peruibe, Dr. EDENILSON DE MELO CHAVES SILVA, nos termos do edital, opinou o mesmo pela adjudicação do certame ao vencedor.

Diante do exposto nada mais resta que adjudicar em favor das empresas mencionadas acima, o objeto acima mencionado respectivamente, encaminhando-se o presente à V. Excia, para a devida homologação do presente certame, com a publicação da mesma nos termos da Lei, convocando-se os adjudicados para a assinatura dos termos de compromisso.

Peruíbe, em 22 de janeiro de 2021.

WILSON TEIXEIRA FERREIRA

Pregoeiro

À

Administração

HOMOLOGO o presente procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 66/2020, em favor das empresas acima mencionadas com seus respectivos itens e valores arrematados.

Peruíbe, em 22 de janeiro de 2021.

LUIZ MAURÍCIO PASSOS DE CARVALHO PEREIRA

Prefeito Municipal

EDITAL DE REVOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021

PROCESSO Nº 12.334/2020

Resolvo REVOGAR o processo licitatório modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 02/2021, referente à FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) PARA ABASTECER O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE MUNICIPAL, a partir da data de publicação deste edital, e considerando que revoga-se o que é legítimo, mas inoportuno ou inconveniente ao interesse público, conforme Artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE EM 22 DE JANEIRO DE 2021.

LUIZ MAURICIO PASSOS DE CARVALHO PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PIEDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE

ERRATA

Processo n. 08836/2020 – Pregão Eletrônico n. 089/2020

O Setor de Licitações comunica que o Pregão Eletrônico acima epigrafado, sofreu alteração apenas com relação à homologação, onde se lê "CIRURGICA PLENA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, nos itens: 01 - R$11,77/Caixa c/ 100 unid., 04 - R$10,82/Emb. c/ 500 g e 06 - R$5,74/Unid; TECHNAV SOLUÇÕES EM EQUIPAMENTO E COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA EIRELI, no item: 03 - R$27,35/Caixa c/ 100 unid. e CAPROMED FARMACEUTICA LTDA, no item: 5 - R$7,62/Frasco c/ 1 litro", leia-se "CIRURGICA PLENA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, nos itens: 01 - R$9,04/Caixa c/ 100 unid., 04 - R$10,80/Emb. c/ 500 g e 06 - R$4,80/Unid; TECHNAV SOLUÇÕES EM EQUIPAMENTO E COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA EIRELI, no item: 03 - R$15,30/Caixa c/ 100 unid. e CAPROMED FARMACEUTICA LTDA, no item: 5 - R$4,27/Frasco c/ 1 litro".

Setor de Licitações

PINDAMONHANGABA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

COMUNICADO DE SUSPENSÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2020 (PMP 4424/2020) – Comunicamos a suspensão da licitação supra, que cuida de "contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva do Sistema de Iluminação Pública do Município de Pindamonhangaba gerenciados por sistema informatizado com fornecimento de mão de obra, veículos, materiais e cadastramento patrimonial em base cartográfica georreferenciada de unidades de iluminação pública", para análise do recurso interposto pela empresa RT Energia e Serviços Ltda (protocolo nº 1847/2021), ficando adiada a sessão pública para prova de conceito. Ficam desde já as empresas participantes intimadas a apresentarem suas contrarrazões.

PINDORAMA

CÂMARA MUNICIPAL DE PINDORAMA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2019

O SR. FRANCISCO ANTONIO VIDAL, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PINDORAMA, FRENTE À CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 – CARGO PROCURADOR JURÍDICO, HOMOLOGA COMO DEFINITIVO E PARA FINS DE DIREITO, O REFERIDO EDITAL.

PINDORAMA, 21 DE JANEIRO DE 2021.

FRANCISCO ANTONIO VIDAL

PRESIDENTE DA CÂMARA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2019

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

O SR. FRANCISCO ANTONIO VIDAL, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PINDORAMA, FAZ SABER, A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CARGO DE PROCURADOR JURÍDICO:

Inscrição	Nome	Documento	N Obj	N Prat. Prof	N Final	Clas Prévia
77455401	THAIZA COLOMBO TUMIETTO LEITE	486635053	86,667	100,00	93,334	1
77475364	THIAGO DA SILVA GIMENEZ	404230520	86,667	92,50	89,584	2
78721350	ADEMIR APARECIDO FIGUEIREDO JUNIOR	483232415	81,667	85,00	83,334	3
78158931	HELIDA MARIA PEREIRA STEINER	140086	80,000	77,50	78,750	4
78128331	LUIZA FONTES SILVEIRA	487164234	85,000	62,50	73,750	5
78717124	NATALY GAROZI	495412831	73,333	70,00	71,667	6
78377439	PAULO AFONSO NASCIMENTO POCH NETO	454171717	71,667	70,00	70,834	7
77531892	DANIELA NOGUEIRA CORBI	415782569	78,333	62,50	70,417	8
78650631	FREDERICO VENANCIO DA COSTA CHANG	505054668	76,667	62,50	69,584	9
78620317	BARBARA ARROYO PEREIRA	478324819	78,333	60,00	69,167	10
78524083	GUSTAVO PIPPA CARDOSO	117567164	75,000	62,50	68,750	11
78255368	MATEUS DE LUNA DIAS RABELO	509908044	81,667	55,00	68,334	12
78742188	GABRIEL HENRIQUE DE SOUZA	404564744	68,333	55,00	61,667	13
78215722	DANIEL SANTIAGO	284267521	55,000	67,50	61,250	14
78100453	JOAO GIMENEZ FILHO	440772436	63,333	55,00	59,167	15
78481600	RAFAEL ANTONIO IORI FERREIRA	363442698	56,667	52,50	54,584	16
77537475	EDUARDO RODRIGO DA SILVA	347189830	51,667	55,00	53,334	17

E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS, DANDO EFETIVIDADE À PUBLICIDADE DOS ATOS, É EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL.

PINDORAMA, 21 DE JANEIRO DE 2021.

FRANCISCO ANTONIO VIDAL

PRESIDENTE DA CÂMARA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2019

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DOS RECUSOS CONTRA

A CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA

O SR. FRANCISCO ANTONIO VIDAL, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PINDORAMA, FAZ SABER, O RESULTADO DOS RECUSOS CONTRA CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA:

RECURSO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	RESULTADO
93682	ADEMIR APARECIDO FIGUEIREDO JUNIOR	78721350	INDEFERIDO

E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS, DANDO EFETIVIDADE À PUBLICIDADE DOS ATOS, É EXPEDIDO O PRESENTE EDITAL.

PINDORAMA, 21 DE JANEIRO DE 2021.

FRANCISCO ANTONIO VIDAL

PRESIDENTE DA CÂMARA

PIRACICABA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA

COMUNICADO

Pregão Eletrônico nº 550/2020

Registro de preços para fornecimento parcelado de luvas de vinil

Decorrido o prazo recursal, não houve interposição de recurso, ficando o referido pregão FRACASSADO. Portanto, o mesmo será PRORROGADO, tendo como data de abertura e disputa o dia 11/02/2021 às 08h e 09h, respectivamente.

Comunicamos que houve alteração no edital de PRORROGAÇÃO, o mesmo já está disponível para download no site http://www.licitapira.piracicaba.sp.gov.br

Piracicaba, 22 de janeiro de 2021.

Karolina Figueiredo Ferreira

Chefe do Setor de Cadastro, Expediente e Suporte

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2021 - PROCESSO N.º 5270/2020

PROCESSO LICITATÓRIO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO NO LOTE 04 E EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE NOS DEMAIS LOTES. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CHAPAS, VERGALHÕES E PERFIS DE AÇO. Início da sessão pública para entrega e abertura dos envelopes: 08/02/2021 às 13h30min, na Sala de Licitações do SEMAE. Aquisição de edital: www.semaepiracicaba.sp.gov.br (sem custo) ou Setor de Protocolo (recolhimento de R$ 10,00 (dez reais)), de 2ª a 6ª feira, das 09 às 15 horas - SEMAE - Rua XV de Novembro, 2.200 - Fone (19) 3403-9614/9623. Piracicaba/SP, 21 de janeiro de 2021.Maurício André Marques de Oliveira- Presidente do Semae.

PIRASSUNUNGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Processo Administrativo: 5068/20. Modalidade: Dispensa de Licitação nº 01 e 02 de 2021. Artigo 24, Inciso IV, da Lei n° 8.666/93. Proponentes: 03 (três). Contratada: BARBATO & SILVA LTDA Autorizações de Fornecimento n° 11/2021 Valor: R$ 299,00 (duzentos e noventa e nove reais) e 13/2021 Valor: R$ 299,00 (duzentos e noventa e nove reais) Contratada: BUZELLI FARMA LTDA ME Autorizações de Fornecimento n° 12/2021 Valor: R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) e 14/2021 Valor: R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais). Prazo de entrega: o prazo para entrega é de 10 (dez) dias úteis, devendo a entrega ser em sua totalidade. Data: 22/01/2021. Objeto: aquisição de insumos para anteder à Ordem Judicial. - Dr. Milton Dimas Tadeu Urban- Prefeito Municipal.

SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO

Contrato nº 019/2021.

CONTRATANTE: SAEP – Serviço de Água e Esgoto de Pirassununga.

CONTRATADA: MICHELLI TAIANY GONÇALVES - ME

OBJETO: Serviços de Recarga de Toner para Impressoras.

Valor R$ 7.440,00. Prazo 12 meses. Modalidade Dispensa, assinatura 20 de janeiro de 2021. João Alex Baldovinotti, – Superintendente

PITANGUEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2021

Acha–se aberto no Município de Pitangueiras, estado de São Paulo, o pregão ELETRÔNICO nº 003/2021, tipo menor preço por LOTE, que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE SOFTWARE WEB DE GERENCIAMENTO DE PONTO ELETRÔNICO PARA CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS COM ARMAZENAMENTO EM NUVEM.

Tipo: Menor preço por LOTE.

Objeto: SOFTWARE WEB DE GERENCIAMENTO DE PONTO ELETRÔNICO PARA CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS COM ARMAZENAMENTO EM NUVEM.

Oferta de Compra – BEC n°. 854300801002020OC00003.

Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 22 de janeiro de 2021.

Data e hora da abertura da sessão pública: 05 de FEVEREIRO de 2021, às 14h00min.

Local e horário para retirada do Edital: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Pitangueiras, sito à Rua Dr. Euclides Zanini Caldas nº. 66, Centro, das 08h00min às 17h00min, através do site oficial do Município de Pitangueiras/SP www.pitangueiras.sp.gov.br, bem como através do site www.bec.sp.gov.br.

Pitangueiras, 22 de janeiro de 2021.

MARCOS AURÉLIO SORIANO

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº 006/2021

Acha–se aberto no Município de Pitangueiras, estado de São Paulo, o pregão ELETRÔNICO nº 006/2021, tipo menor preço por ITEM, que tem como objeto FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ESTOCÁVEIS (AÇUCAR CRISTAL).

Tipo: Menor preço por ITEM.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ESTOCÁVEIS (AÇUCAR CRISTAL).

Oferta de Compra – BEC n°. 854300801002021OC000008

Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 22 de janeiro de 2021.

Data e hora da abertura da sessão pública: 8 de fevereiro de 2021, às 09h00min.

Local e horário para retirada do Edital: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Pitangueiras, sito à Rua Dr. Euclides Zanini Caldas nº. 66, Centro, das 08h00min às 17h00min, através do site oficial do Município de Pitangueiras/SP www.pitangueiras.sp.gov.br, bem como através do site www.bec.sp.gov.br.

Pitangueiras, 21 de janeiro de 2021

MARCOS AURÉLIO SORIANO

PREFEITO MUNICIPAL

POÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÁ

CONTRATO Nº: 219/2020 - CONTRATANTE: Prefeitura da Estância Hidromineral de Poá - PROCESSO Nº: 13.737/2020 - CONTRATADA: A Comarca de Suzano Editora Gráfica Ltda. - EPP – VALOR R$: 392.112,00 (Trezentos e Noventa e Dois Mil, Cento e Doze Reais) - ASSINATURA: 30/12/2020 - OBJETO: Contratação de empresa do ramo jornalístico para a publicação de atos oficiais do executivo municipal, conforme o interesse da administração pública municipal, em jornal com circulação diária no município de Poá - VIGÊNCIA: 12 (doze) meses - MODALIDADE: Pregão Presencial nº 011/2020 - PROPONENTES: 02.

POMPEIA

CÂMARA MUNICIPAL DE POMPEIA

DISTRATO AO CONTRATO N.º 4/2016 Termo de Distrato que entre si formalizam a Câmara Municipal de Pompeia e a empresa Prado Elevadores Ltda Me, sendo o objeto a Rescisão Amigável do Contrato Administrativo nº 04/2016, firmado entre as partes em 02/05/2016 e prorrogado em 02/05/2017, 02/05/2018,02/05/2019 e 02/05/2020. DATA DE ASSINATURA: 30/12/2020.

Marcio Rogério Caffer – Presidente da Câmara Municipal

DISTRATO AO CONTRATO N.º 6/2019 Termo de Distrato que entre si formalizam a Câmara Municipal de Pompeia e a empresa Roberney Pereira de Carvalho EPP, sendo o objeto a Rescisão Amigável do Contrato Administrativo nº 06/2019, firmado entre as partes em 01/10/2019 e prorrogado em 01/10/2020. DATA DE ASSINATURA: 30/12/2020.

Marcio Rogério Caffer – Presidente da Câmara Municipal

PONTAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 013/2.021

PROCESSO Nº. 014/2.021

Tipo: menor preço global.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução de melhorias na iluminação pública da Avenida Maria Lídia Neves Spínola.

Oferta de Compra – BEC n°. 855000801002021OC00013.

Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 22 de janeiro de 2.021.

Data e hora da abertura da sessão pública: 04 de fevereiro de 2.021, às 14h00min.

Local e horário para retirada do Edital: Departamento de Licitações da Prefeitura de Pontal, sito à Rua Guilherme Silva nº. 337, Centro, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, através do site oficial do Município de Pontal www.pontal.sp.gov.br, bem como através do site www.bec.sp.gov.br.

Pontal, 22 de janeiro de 2.021.

José Carlos Neves Silva

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2.021

PROCESSO Nº. 013/2.021

Tipo: menor preço por item.

Objeto: registro de preços para aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores.

Oferta de Compra – BEC n°. 855000801002021OC00012.

Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 22 de janeiro de 2.021.

Data e hora da abertura da sessão pública: 08 de fevereiro de 2.021, às 09h00min.

Local e horário para retirada do Edital: Departamento de Licitações da Prefeitura de Pontal, sito à Rua Guilherme Silva nº. 337, Centro, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, através do site oficial do Município de Pontal www.pontal.sp.gov.br, bem como através do site www.bec.sp.gov.br.

Pontal, 22 de janeiro de 2.021.

José Carlos Neves Silva

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2.021

PROCESSO Nº. 016/2.021

Tipo: maior desconto por item.

Objeto: registro de preços para aquisição de peças automotivas originais, inclusive peças elétricas.

Oferta de Compra – BEC n°. 855000801002021OC00014.

Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 22 de janeiro de 2.021.

Data e hora da abertura da sessão pública: 05 de fevereiro de 2.021, às 14h00min.

Local e horário para retirada do Edital: Departamento de Licitações da Prefeitura de Pontal, sito à Rua Guilherme Silva nº. 337, Centro, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, através do site oficial do Município de Pontal www.pontal.sp.gov.br, bem como através do site www.bec.sp.gov.br.

Pontal, 22 de janeiro de 2.021.

José Carlos Neves Silva

Prefeito Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 100/2.020

PROCESSO N°. 118/2.020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO retificado

Objeto: registro de preços para aquisição de medicamentos

O MUNICÍPIO DE PONTAL, através da sua autoridade competente, torna público que HOMOLOGOU o presente certame, ADJUDICANDO os itens: 08, 58, 152, 153 e 154 à empresa AGLON MEDICAMENTOS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, pelo valor total de R$ 33.664,80 (trinta e três mil seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos); 06, 11, 24, 26, 112, 155 à empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pelo valor total de R$ 11.440,00 (onze mil quatrocentos e quarenta reais); 01, 04, 16, 30, 32, 33, 57, 63, 64, 71, 76, 113, 115, 119, 127 e 137 á empresa RAP. APARECIDA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA pelo valor total de R$ 1005, 004 (cento e cinco mil e quatro reais); 25, 43, 56, 78 e 121 à empresa: CIRURGICA OLIMPIO EIRELI, pelo valor total de R$ 36.742,80 (trinta e seis mil setecentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos); 19, 40, 70, 94, 97, 111, 134 e 142 á empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA pelo valor total de 43.844,00 (quarenta e três reais oitocentos e quarenta quatro reais); 22, 53, 59, 60, 69, 93, 106, 108, 116, 117, 118, 133, 147 e 151 á empresa: CRITÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA pelo valor total de R$ 93.347,00 (noventa e três mil trezentos e quarenta e sete reais); 68 à empresa DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA pelo valor total de R$ 9.592,00 (nove mil quinhentos e noventa e dois reais); 14 e 87 á empresa: DUPATRI HOSPITALAR COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA pelo valor total de R$ 24.763,20 (vinte quatro mil setecentos e sessenta e três reais e vinte centavos); 55, 83, 90 e 96 á empresa: FRAGNARI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA pelo valor total de R$ 5.968,00 (cinco mil novecentos e sessenta e oito reais); 50 e 117 á empresa FUTURA COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI pelo valor total de R$ 1.888,20 (um mil oitocentos e oitenta e oito reais e vinte centavos); 17, 27 e 28 á empresa INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA pelo valor total de R$ 7.875,00 (sete mil oitocentos e setenta e cinco reais); 09, 37, 81, 82 e 91 á empresa: MANZATO FARMA EIRELI pelo valor total de R$ 2.132,64 (dois mil cento e trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos); 02, 23, 49, 88, 89, 136 e 145 á empresa: PORTAL LTDA pelo valor total de R$ 9.268,28 (nove mil duzentos e sessenta e oito reais e vinte oito centavos); 03, 05, 10, 12, 15, 21, 31, 35, 36, 44, 54, 66, 74, 75, 79, 80, 95, 98, 121, 122, 129, 135, 139, 143, 144, 146, 157 e 161 á empresa: SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA pelo valor total de R$ 192.043,42 (cento e noventa e dois mil e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos); 07, 65 e 73 á empresa: STOCK MED PRODUTOS MÉDICO – HOSPITALARES LTDA pelo valor total de R$ 16.692,00 (dezesseis mil seiscentos e noventa e dois reais); 41, 85, 99, 103, 120, 132, e 164; á empresa: KENAN MEDICAMENTOS LTDA pelo valor total de R$ 14.004,60 (quatorze mil e quatro reais e sessenta centavos); 29, 51, 77, 84 e 102 á empresa: PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MDICAMENTOS LTDA pelo valor total de 26.172,00 (vinte seis mil cento e setenta e dois reais); 140, 141 e 150 á empresa: PRÓ REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS EIRELI –ME pelo valor total de R$ 15.549,60 (quinze mil quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos); 13, 18, 20, 42, 45, 48, 52, 67, 86, 100, 110, 114, 128, 130, 131, 156, 159 e 160 á empresa: INOVAMED HOSPITALAR LTDA pelo valor total de R$ 84.764,39 (oitenta e quatro mil setecentas e sessenta e quatro reais e trinta e nove centavos) FRACASSADOS: os itens 34, 38, 39, 61, 62, 92, 123 e 124 DESERTOS os itens 46, 47, 72, 104, 105, 109, 125, 126, 148, 149, 162, 163

Pontal, 22 de janeiro de 2.021.

José Carlos Neves Silva

Autoridade Competente

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2.021

PROCESSO Nº. 002/2.021

Em atendimento à impugnação perpetrada por SERGIO BRAULIO RIBEIRO, o Município de Pontal torna público que será admitido, no presente certame, a oferta de produtos registrados nos Sistemas de Inspeção Municipais e Estaduais, além daqueles registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF). Considerando que a presente modificação inquestionavelmente não altera a formulação das propostas, fica consignado que a data e hora da sessão pública inicialmente estabelecidas não sofrerão alterações.

Objeto: registro de preços para aquisição de carnes in natura.

Oferta de Compra – BEC n°. 855000801002021OC00002.

Pontal, 22 de janeiro de 2.021.

José Carlos Neves Silva

Prefeito Municipal

PORTO FELIZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FELIZ

SECRETARIA DE GOVERNO

SETOR DE LICITAÇÃO

Rua Adhemar de Barros, 340 – Centro – Porto Feliz - SP

Tel\Fax. (15) 3261- 9000 – Site: http://www.portofeliz.sp.gov.br

Extratos de contratos

Proc. 7234/2019 – Renovação

Modalidade: Pregão 76/2016

Contratante: Prefeitura do Município de Porto Feliz

Contratada: LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

Objeto: Locação de 720 (setecentos e vinte) kits de concentradores de oxigênio

Valor: R$ 189.900,00 (cento e oitenta e nove mil e novecentos reais) anual.

Período de Vigência: 12 (doze) meses a partir do dia 03 de janeiro de 2021.

Data da Assinatura: 29/12/2021.

SECRETARIA DE GOVERNO

SETOR DE LICITAÇÃO

Rua Adhemar de Barros, 340 – Centro – Porto Feliz - SP

Tel\Fax. (15) 3261- 9000 – Site: http://www.portofeliz.sp.gov.br

Extratos de contratos

Proc. 2839/2019 – Renovação

Modalidade: Tomada de Preço 04/2019

Objeto: "Contratação de empresa especializada na execução de recapeamento asfáltico, do tipo CBUQ, na Rua João Marinônio de Camargo, conforme convênio nº 257/2019 – Governo do Estado de São Paulo".

Contratante: Prefeitura do Município de Porto Feliz

Contratadas: D.N.P. TERRAPLENAGEM E PAVIMENTADORA FORESTO LTDA

Valor: R$ 188.011,84 (Cento e Oitenta e Oito Mil, Onze Reais e Oitenta e Quatro Centavos) anual.

Período de Vigência: 12 (doze) meses a partir do dia 08/01/2021.

Data da Assinatura: 06/01/2021.

SECRETARIA DE GOVERNO

SETOR DE LICITAÇÃO

Rua Adhemar de Barros, 340 – Centro – Porto Feliz - SP

Tel\Fax. (15) 3261- 9000 – Site: http://www.portofeliz.sp.gov.br

ERRATA- Publicado no sábado, em 12/12/2020, Caderno Porto Feliz Nº 5.594, pág. D9

Extratos de contratos

Proc.: 6713/2019– Renovação

Contratante: Prefeitura do Município de Porto Feliz

Contratada: VIVA CONSTRUÇOES E SERVIÇOS LTDA

Objeto: "Contratação de empresa para ampliação do centro de especialidades Dra. Simone Habice Prado Mattar, Contrato de repasse 853002/2017 – Ministério da Saúde/Caixa".

Onde se lê:

Valor: R$ 266.075,07 (Duzentos e Sessenta e Seis Mil, Setenta e Cinco Reais e Sete Centavos)

Leia-se:

Valor: R$ 281.489,66 (Duzentos e Oitenta e Um Mil, Quatrocentos e Oitenta e Nove Reais e Sessenta e Seis Centavos) anual.

SECRETARIA DE GOVERNO

SETOR DE LICITAÇÃO

Rua Adhemar de Barros, 340 – Centro – Porto Feliz - SP

Tel\Fax. (15) 3261- 9000 – Site: http://www.portofeliz.sp.gov.br

Extratos de contratos

Proc.: 7430/2019 - Renovação

Modalidade: Pregão 142/2018

Contratante: Prefeitura do Município de Porto Feliz

Objeto: "Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte intermunicipal de pacientes"

Contratada: SCATENA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI - EPP

Valor: R$ 229.000,00 (Duzentos e Vinte e Nove Mil Reais).

Contratada: ANTUNES TRANSPORTE LDTA – ME

Valor: R$ 576.000,00 (Quinhentos e Setenta e Seis Mil Reais) anual.

Vigência: 12 (doze) meses, a partir do dia 09 de janeiro de 2021.

Data da Assinatura: 06/01/2021.

SECRETARIA DE GOVERNO

SETOR DE LICITAÇÃO

Rua Adhemar de Barros, 340 – Centro – Porto Feliz - SP

Tel\Fax. (15) 3261- 9000 – Site: http://www.portofeliz.sp.gov.br

Dispensa de Licitação por limite nº. 2117/2020

Processo: 5348/2020

Fornecedores:

- SÃO CAMILO PRODUTOS MÉDICOS LTDA ME

- MAX MEDICAL COM. D EPROD. MED. E HOSPITALARES LTDA.

Objeto:Aquisição de material de enfermagem para cumprimento de ação judicial.

Base legal:

É dispensável de licitação nos termos do artigo 24, IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores para:

IV – "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras e serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento de situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias) consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;".

Valores:

- SÃO CAMILO – R$ 3.701,80 (Três Mil, setecentos e Um Real e Oitenta Centavos)

- MAX MEDICAL - R$ 29.075,00 (Vinte e Nove Mil e Setenta e Cinco Reais).

Entrega: Integral.

Vigência: 180 (cento e oitenta) dias, vedada prorrogação.

Valdirene Cardoso de Oliveira Prado

Secretária de Saúde

Ratifico o ato supra nos termos do artigo 26 da lei federal nº. 8.666 de 21/06/93, com suas alterações.

Porto Feliz, 30 de dezembro de 2020.

Antônio Cássio Habice Prado

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GOVERNO

SETOR DE LICITAÇÃO

Rua Adhemar de Barros, 340 – Centro – Porto Feliz - SP

Tel\Fax. (15) 3261- 9000 – Site: http://www.portofeliz.sp.gov.br

Dispensa de Licitação: Requisição 1/2020

Processo: 5710/2020

Locador: José Augusto Wilson

Objeto:Locação de imóvel para abrigar a CEIM Professora Júlia de Arruda Amaral.

Base legal:

É dispensável de licitação nos termos do artigo 24, X da Lei 8.666/93 e alterações posteriores para:

X – "para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia".

Valor Mensal: R$ 4.341,00 (Quatro Mil, Trezentos e Quarenta e Um Reais)

Valor Total para 12 (doze) meses: R$ 52.092,00 (Cinquenta e Dois Mil, e Noventa e Dois Reais)

Vigência: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

Celso Fernando Iversen

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Ratifico o ato supra nos termos do artigo 26 da lei federal nº. 8.666 de 21/06/93, com suas alterações.

Porto Feliz, 04 de janeiro de 2021.

_____

Antônio Cássio Habice Prado

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GOVERNO

SETOR DE LICITAÇÃO

Rua Adhemar de Barros, 340 – Centro – Porto Feliz - SP

Tel\Fax. (15) 3261- 9000 – Site: http://www.portofeliz.sp.gov.br

TOMADA DE PREÇOS 19/2020

Processo 960/2020

A presente Tomada de Preços tem por objetivo a contratação de empresa para prestação de serviço de vistoria técnica nos projetos e na estrutura física da EMEF Vereador Carlos Roberto de Oliveira, com emissão de parecer conclusivo referente a estrutura em concreto armado.

O edital e anexos estão disponíveis no site www.portofeliz.sp.gov.br em – Compras e Licitações.

A abertura será no dia 09 de fevereiro de 2021 às 09h00min, na Rua Adhemar de Barros, 340 – Centro. Outras informações poderão ser solicitadas através dos e-mails licitacao02@portofeliz.sp.gov.br, licitacao03@portofeliz.sp.gov.br ou licitacao07@portofeliz.sp.gov.br

Antônio Cássio Habice Prado

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GOVERNO

SETOR DE LICITAÇÃO

Rua Adhemar de Barros, 340 – Centro – Porto Feliz - SP

Tel\Fax. (15) 3261- 9000 – Site: http://www.portofeliz.sp.gov.br

TOMADA DE PREÇOS 01/2021

Processo 039/2021

A presente Tomada de Preços tem por objetivo a contratação de pessoa jurídica para prestar consultoria em matéria de Reforma Administrativa Municipal, com reestruturação dos cargos de provimento em comissão, confiança e funções gratificadas.

O edital e anexos estão disponíveis no site www.portofeliz.sp.gov.br em – Compras e Licitações.

A abertura será no dia 10 de fevereiro de 2021 às 09h00min, na Rua Adhemar de Barros, 340 – Centro. Outras informações poderão ser solicitadas através dos e-mails licitacao02@portofeliz.sp.gov.br, licitacao03@portofeliz.sp.gov.br ou licitacao07@portofeliz.sp.gov.br

Antônio Cássio Habice Prado

Prefeito Municipal

PRAIA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6326/2020

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE UTESÍLIOS DE ALIMENTAÇÃO ADAPTAVÉIS"

DESPACHO DE ANULAÇÃO DA REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 108/2020

Considerando a supremacia da Administração Pública na condução dos procedimentos licitatórios em andamento, com fundamento no artigo 49, caput, da Lei Federal 8.666/93;

Considerando a prerrogativa de autotutela da Administração Pública de rever seus próprios atos para alcançar aspectos de legalidade;

Considerando o parecer do Sr. Pregoeiro, constante nos autos do processo em epigrafe, sob as fls. 293, o qual esclarece o equívoco, pois a única licitante credenciada na oferta de compra nº. 0289, protocolou a documentação e proposta comercial no Guichê do Departamento de Licitações no dia 23/11/2020, porém o envelope estava em poder de outro pregoeiro, que só entregou para o pregoeiro que presidiu a sessão em 01/12/2020.

Considerando, que a revogação foi publicada no Diário Oficial do Estado em 28 de novembro de 2020 e no Diário Oficial da União em 30 de novembro de 2020 e teve como fundamento o fracasso da licitação;

Considerando que a Administração deve reconhecer e anular seus próprios atos quando acometidos de vícios de ilegalidade com fulcro no artigo 49 da lei 8.666/93 e no artigo 15 do Decreto Municipal n°. 3593/2003.

RESOLVO ANULAR A REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 108/2020, processo administrativo n°. 6326/2020, aproveitando-se os demais atos praticados regularmente.

Praia Grande, 18 de janeiro de 2021. MARIA APARECIDA CUBILIA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 124/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 10.599/2020

OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS - GERAL"

DESPACHO DE RETOMADA DE ETAPA - CONVOCAÇÃO PARA O PROSSEGUIMENTO DO CERTAME

NÚMEROS DAS OFERTAS DE COMPRAS: 855800801002020OC00307 e 855800801002020OC00308

Considerando a desclassificação das empresas MEGA DADOS COMERCIAL EIRELI, classificada em primeiro lugar para o fornecimento dos itens 12 e 24; RENOVA CAMPINAS COMERCIAL EIRELI, classificada em primeiro lugar para o fornecimento dos itens 05, 09, 16, 31, 32 e 35; RODRIGO TOLOSA RICO – EPP, classificada em primeiro lugar para o fornecimento dos itens 10 e 29; ECO SITE PRODUTOS PARA DEFESA AMBIENTAL EIRELI, classificada em primeiro lugar para o fornecimento do item 07; CENTURY COMERCIAL EIRELI - ME, classificada em primeiro lugar para o fornecimento do item 13, vez que não cumpriram as exigências do item 8 e seus subitens do Edital, referentes à apresentação das amostras, conforme Comunicado de Resultado de Análise das Amostras em fl. 501 do Processo Administrativo em epígrafe, DETERMINAMOS a realização de nova Sessão Pública, para prosseguimento do certame, com designação de início às 09h30min (Horário Oficial de Brasília – DF) do dia 02/02/2021, desta forma, convocamos as empresas participantes da licitação, para negociação e, se for o caso, prosseguimento da fase de habilitação, iniciando-se pela empresa licitante que ofertou o menor lance subsequente dos referidos itens e demais atos contínuos. A sessão pública em continuação de processamento do pregão será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br.

Somente poderão participar da sessão em continuação as empresas licitantes previamente classificadas no Pregão Eletrônico nº 124/2020 nos termos do Edital.

Praia Grande, 20 de janeiro de 2021. MARIA APARECIDA CUBILIA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; CLEBER SUCKOW NOGUEIRA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA; JOSÉ CARLOS DE SOUZA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; RODRIGO SANTANA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

REFERENTE AO DESPACHO DE ANULAÇÃO DA HABILITAÇÃO E DEMAIS ATOS POSTERIORES.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 15.640/2020

OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KIT DE UNIFORME ESCOLAR"

DESPACHO

Considerando parecer jurídico de lavra do Ilustríssimo Senhor Doutor Procurador Municipal às fls. 32/37, devidamente acolhido pela Senhora Procuradora Chefe da Procuradoria Consultiva, sob fl. 38, ambos do Processo Administrativo 18.211/2020, bem como a procedência do recurso administrativo interposto pela empresa TERRA BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO EIRELI, ANULO a Etapa de Habilitação e Resultado, referentes ao Pregão Presencial nº. 145/2020, cujo objeto trata: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KIT DE UNIFORME ESCOLAR", nos termos do artigo 49, "caput" da Lei nº 8.666/93 e demais alterações e artigo 15 do Decreto Municipal nº 3.593/2003.

O prazo para interposição de Recurso Administrativo é de 05 (cinco) dias úteis, a começar a contar a partir do 1º dia útil subseqüente a publicação deste e deverá ser protocolizado na Avenida Presidente Kennedy nº 9.000, 1º andar, Vila Mirim, Praia Grande, no Departamento de Licitações, no horário das 09h00 às 16h00.

Em, 20 de janeiro de 2021. MARIA APARECIDA CUBILIA - Secretária Municipal de educação

COMUNICADO

REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO SESAP Nº 008/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO No. 15910/2019

A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, por intermédio da Secretaria de Saúde Pública, órgão Gestor Municipal do Sistema Único de Saúde – SUS, torna público que foi considerada CREDENCIADA nos termos do Edital de Chamamento Público SESAP nº 008/2020 a seguinte empresa: O. D. LABORATÓRIO DE PROTESE DENTÁRIA LTDA. CNPJ: 05.290.666/0001-45.

O credenciamento encontra-se ABERTO e disponibilizado no endereço eletrônico da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: www.praiagrande.sp.gov.br.

Praia Grande, 20 de janeiro de 2021. ADM. CLEBER SUCKOW NOGUEIRA - Secretário Municipal da Saúde Pública

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.642/2020

OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFÉUS"

NÚMEROS DAS OFERTAS DE COMPRAS: 855800801002020OC00264 E 855800801002020OC00265

Considerando as decisões exaradas em Atas de Sessões Públicas às fls. 396/412 referente à Oferta de Compra n° 855800801002020OC00264, às fls. 413/425 referente à Oferta de Compra n° 855800801002020OC00265, Atas de Sessões Públicas Complementares às fls. 511/525 referente à Oferta de Compra n° 855800801002020OC00264, e às fls. 526/538 referente à Oferta de Compra n°855800801002020OC00265, Comunicado de Resultado da Análise das Amostras às fls. 493, publicado nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Diário Oficial da União", conforme comprovantes juntados sob folhas nº 495/496, Atos Decisórios às fls. 540/543 do Processo Administrativo em epígrafe, que CLASSIFICARAM as empresas abaixo relacionadas, em primeiro lugar, para o fornecimento dos respectivos itens, objeto da licitação, em razão do MENOR PREÇO UNITÁRIO, sendo condição mais vantajosa para a Administração, HOMOLOGAMOS a presente licitação, nos termos do Artigo 21 da Lei 762/17, Artigo 5°, inciso XI, Artigo 35, inciso XXXIII, Artigo 32, inciso XII, Artigo 38, inciso XIX, Artigo 56, inciso XXXI, Artigo 68, inciso XXVI da Lei Complementar nº. 714/15 e alterações posteriores, e nos termos do Artigo 5º inciso IV do Decreto Municipal 3.593/2003:

- METALÚRGICA SPORT BRINDES LTDA. - EPP – item 01, 05;

- VETOR CONSULTT GESTÃO EM NEGÓCIOS LTDA. - EPP – item 02.

Os itens 03, 04, 06, 07 e 08 restaram fracassados conforme Atos Decisórios às fls. 540/543.

Em 21 de janeiro de 2021. MARIA APARECIDA CUBILIA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; JOSÉ CARLOS DE SOUZA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; ESMERALDO VICENTE DOS SANTOS - SECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE; AUGUSTO ALEXANDRE V. C. SCHELL - SUBSECRETÁRIO DE ASSUNTOS DA JUVENTUDE; RODRIGO SANTANA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER; JOSÉ AMERICO FRANCO PEIXOTO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRÂNSITO; CLEBER SUCKOW NOGUEIRA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14.178/2020
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE FOGÕES DE BAIXA PRESSÃO COM FORNOS"
NÚMERO DA OFERTA DE COMPRA: 855800801002020OC00330
Considerando Despacho de Improcedência do Recurso Administrativo interposto pela empresa EISKALT MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA., publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Oficial da União em 17/12/2020, conforme comprovantes às fls. 12/13 do Processo Administrativo em epígrafe, e demais decisões exaradas em Ata de Sessão Pública às fls. 178/185 que ADJUDICARAM à empresa COMERCIAL TH COMERCIO & SERVIÇOS DE OBRAS LTDA., em primeiro lugar, para prestação dos serviços e fornecimento dos itens, objeto da licitação, em razão do MENOR VALOR GLOBAL, sendo condição mais vantajosa para a Administração, HOMOLOGO a presente licitação, nos termos do Artigo 35, inciso XXXIII, da Lei Complementar nº. 714/2015 e nos termos do Art. 5º, inciso IV do Decreto Municipal nº. 3.593/2003.
Em 21 de janeiro de 2021. MARIA APARECIDA CUBILIA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO TRIMESTRAL NOS TERMOS DO § 2º ART. 15 DA LEI 8666/93. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12429/2019 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III DOS ITENS CONSTANTES DO PRESENTE REGISTRO DE PREÇOS, ESTÃO DISPONÍVEIS NA HOME PAGE WWW.PRAIAGRANDE.SP.GOV.BR COMO TAMBÉM PUBLICADO NO D.O.E, DE 02/10/2019 PODER EXECUTIVO, SEÇÃO I E, CONFORME INFORMAÇÃO DA COMISSÃO DE PREÇOS, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 16/09/2019 E 16/09/2020: NÃO OCORREU REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DE NENHUM DOS ITENS.
PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO TRIMESTRAL NOS TERMOS DO § 2º ART. 15 DA LEI 8666/93. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15462/2019 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS V DOS ITENS CONSTANTES DO PRESENTE REGISTRO DE PREÇOS, ESTÃO DISPONÍVEIS NA HOME PAGE WWW.PRAIAGRANDE.SP.GOV.BR COMO TAMBÉM PUBLICADO NO D.O.E, DE 26/09/2019 PODER EXECUTIVO, SEÇÃO I E, CONFORME INFORMAÇÃO DA COMISSÃO DE PREÇOS, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 16/09/2019 E 16/09/2020: NÃO OCORREU REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DE NENHUM DOS ITENS.
PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO TRIMESTRAL NOS TERMOS DO § 2º ART. 15 DA LEI 8666/93. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15821/2019 OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PERIODONTIA DOS ITENS CONSTANTES DO PRESENTE REGISTRO DE PREÇOS, ESTÃO DISPONÍVEIS NA HOME PAGE WWW.PRAIAGRANDE.SP.GOV.BR COMO TAMBÉM PUBLICADO NO D.O.E, DE 27/03/2020 PODER EXECUTIVO, SEÇÃO I E, CONFORME INFORMAÇÃO DA COMISSÃO DE PREÇOS, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 26/03/2020 E 25/12/2020: NÃO OCORREU REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DE NENHUM DOS ITENS.
Praia Grande, 22 de janeiro de 2021. ROSELY TAMASIRO - Secretária Municipal de Administração.
EXTRATO CONTRATUAL
Contratante: PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE; Contratada: VALOR SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.; Objeto: CONTRATO N° 001/21 PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERESSADAS NA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS (ATIVOS); Prazo: 60 meses; Data de Assinatura: 22/01/2021; Processo: 33.611/18
Contratante: PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE; Contratada: BLINTEC - TECNOLOGIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BLINDAGEM EIRELI - ME; Objeto: TERMO DE ATA N° 044/21 DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA HIGIENIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE COLETES DE PROTEÇÃO BALÍSTICA – Pregão n° 102/20, sendo o item: 01; Prazo: 12 meses; Data de Assinatura: 22/01/2021; Processo: 2.692/20

ITEM	DESCRIÇÃO (*)	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO EM R$
01	COLETE DE PROTECAO BALISTICA	UN	1.900,0000

(*) A descrição completa dos itens encontra-se nos Anexos I, II, III e X do Edital.
Praia Grande, 22 de janeiro de 2021. ROSELY TAMASIRO - Secretária Municipal de Administração.

AVISO DE RECURSO E SUSPENSÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 027/20
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3731/19
O Presidente da Comissão Permanente de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia da Secretaria Municipal de Obras Públicas da Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Praia Grande, imbuído das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista os Recursos Administrativos Interpostos pelas Empresas MÁRCIO G. SILVA EIRELI - ME e TETO CONSTRUTORA S/A, protocolados em 22 de janeiro de 2021, contra a decisão da Comissão Permanente de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia, da Secretaria Municipal de Obras Públicas, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, datado de 19 de janeiro de 2021, que as inabilitou pelos motivos expostos no processo administrativo em referência, que encontra-se a disposição para vistas, declara suspenso o procedimento licitatório da CONCORRÊNCIA N° 027/20, ficando "SINE DIE", a data de abertura do envelope n° 2 (proposta comercial) da referida Concorrência. Fica aberto prazo para impugnações, nos termos do Parágrafo 3º do artigo 109, da Lei n° 8666/93, suas alterações e Normas Complementares.
Praia Grande, 22 de janeiro de 2021. ADILSON MARQUEZ - Presidente da Comissão Permanente de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia da Secretaria Municipal de Obras Públicas
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial n.° 004/2021
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA"
Processo: 9.065/2020
Data do Pregão: 10/02/2021 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Local: Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Sala de Reuniões da Secretaria de Administração, sito à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, 1º Andar, Vila Mirim - Praia Grande/SP.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL COM RESERVA DE COTA PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Administração, Secretaria de Assuntos de Segurança Pública, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde Pública, Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Trânsito, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Assuntos Institucionais e Secretaria de Esporte e Lazer torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão, com critério de julgamento de MENOR PREÇO UNITÁRIO.
Valor total para retirada do edital: R$ 106,22 (cento e seis reais e vinte e dois centavos).
Local e horário para pagamento da taxa: Banco Santander - das 10h00 às 15h00 e Banco Bradesco - das 10h00 às 15h00.
Local e horário para retirada do edital: Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, 1º Andar, Vila Mirim - Praia Grande/SP, junto ao Departamento de Licitações, das 09h00 às 16h00 horas, ou, gratuitamente na íntegra através do site www.praiagrande.sp.gov.br .
Praia Grande, 22 de janeiro de 2021. ROSELY TAMASIRO - Secretária Municipal de Administração

PRATÂNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÂNIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÂNIA, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em consonância com a Legislação vigente e pertinente, a vista do resultado apresentado pela CMM Assessoria e Consultoria em Gestão Pública Ltda., HOMOLOGA o Processo Seletivo Nº 001/2020 – PRATÂNIA/SP, para o preenchimento da função de PEB I EDUCAÇÃO INFANTIL, PEB I ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA ENS. FUNDAMENTAL CICLO I, PROFESSOR DE INGLÊS ENS. FUNDAMENTALCICLO I, realizado no dia 10 de janeiro de 2021.
A convocação para a contratação dos candidatos habilitados será realizada pela Prefeitura Municipal através de seus órgãos oficiais de publicação.
Sem mais.
REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Pratânia/SP, 21 de janeiro de 2021.
DAVI PIRES BATISTA
Prefeito Municipal

PRESIDENTE PRUDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

ADITIVO 01/2020 AO CONTRATO 234/2020 – DECISÃO UNILATERAL
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente CONTRATADA: BELPAR SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA – Tomada de Preço 03/2020 OBJETO: revitalização e reforma das praças do Jd. América e Novo Bongiovani FUNDAMENTO: Com base no Art. 58, inc. I, da Lei Federal 8.666/93, decido alterar o referido instrumento unilateralmente afim de acatar a alteração dos locais para execução do projeto no modelo DRIVE THRU
Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 28 de outubro de 2020
Wilson Portella Rodrigues – Secretário Municipal do Meio Ambiente
TERMO DE ADITAMENTO 01/2020 AO CONTRATO 236/2020
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente CONTRATADA: BALMAR CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE LTDA EPP – Tomada de Preços nº 06/2020 OBJETO: construção de um abrigo municipal de animais FUNDAMENTO: Fica prorrogado o prazo contratual por 60 dias. Desta forma, com o elastério, a vigência encerrar-se-á em 24 de fevereiro de 2021, com fundamento legal no art.57, inc. II, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, com matéria tratada no processo administrativo 4.831/2020 ASSINATURA: 30/11/2020
TERMO DE ADITAMENTO 01/2020 AO CONTRATO 62/2020 - DISTRATO
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente CONTRATADA: FRAMEWORK GESTÃO E PROJETOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA LTDA - ME – Dispensa de Licitação – processo nº 2.571/2020 OBJETO: fornecimento de plataforma web on line FUNDAMENTO: Fica rescindido o presente contrato sem que pesem quaisquer obrigações remanescentes para as partes contratantes. O valor do decréscimo decorrente da rescisão é de R$ 3.920,00, com fundamento legal no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, com matéria tratada no processo administrativo 2.571/2020 ASSINATURA: 01/12/2020
TERMO DE ADITAMENTO 02/2019 AO CONTRATO 34/2018
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente - CONTRATADA: MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – Pregão Presencial 312/2017 OBJETO: aquisição de tiras reagentes para rede municipal de saúde FUNDAMENTO: Fica prorrogado o prazo contratual por 365 dias. Desta forma, com o elastério, a vigência encerrar-se-á em 18 de janeiro de 2022. O valor do aditivo é de R$ 479.820,00, perfazendo um valor contratual total de R$ 1.611.640,00, com fundamento legal no art. 57, inc. II, §§ 2º e 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, com matéria tratada no processo administrativo 36.651/2017 ASSINATURA: 17/12/2020
TERMO DE ADITAMENTO 02/2020 AO CONTRATO 236/2020
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente CONTRATADA: BALMAR CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE LTDA EPP – Tomada de Preços nº 06/2020 OBJETO: construção de um abrigo municipal de animais FUNDAMENTO: Fica o objeto do contrato descrito no preâmbulo acrescido no importe de R$ 18.262,34, equivalente a 2,02963647522% do mesmo, o que enseja um valor contratual total de R$ 881.521,45, com fundamento legal no art.65, inciso I, alíneas "a" e "b", e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, com matéria tratada no processo administrativo 4.831/2020 ASSINATURA: 29/12/2020
ADITIVO 03/2020 AO CONTRATO 485/2019 – DECISÃO UNILATERAL
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente CONTRATADA: SPALLA ENGENHARIA EIRELI concorrência Pública 09/2019 OBJETO: construção da edificação do "Atende Prudente" FUNDAMENTO: Com base no Art. 58, inc. I, da Lei Federal 8.666/93, decido alterar o referido, instrumento unilateralmente de modo a fazer constar que: Onde se lê: e de outro lado Spalla Engenharia Eireli, adiante denominada simplesmente contratada; Leia-se: e de outro lado Spalla Engenharia Eireli, inscrita no CNPJ sob nº 05.633.207/0001-17, com endereço a Rua Dom Amaral Mousinho, nº 140, Bairro das Laranjeiras, São Paulo/SP, adiante denominada simplesmente contratada.
Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 20 novembro de 2020
Paulo Roberto Machado de Vasconcelos – Secretário Municipal de Obras
TERMO DE ADITAMENTO 03/2020 AO CONTRATO 517/2019
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO PRUDENTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - APEC – Pregão Presencial 235/2019 OBJETO: serviço de exames laboratoriais FUNDAMENTO: Fica prorrogado o prazo contratual por 365 dias. Desta forma, com o elastério, a vigência encerrar-se-á em 08 de dezembro de 2021. O valor do aditivo é de R$ 927.540,00, perfazendo um valor total contratual de R$ 1.855.080,00, com fundamento legal no art.57, inc. II, §§ 2º e 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, com matéria tratada no processo administrativo 24.714/2019 ASSINATURA: 04/12/2020
ADITIVO 03/2020 AO CONTRATO 519/2019 – DECISÃO UNILATERAL
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente CONTRATADA: AMIGA CONSULTORIA E TREINAMENTO S/S LTDA EPP – Pregão Presencial 196/2019 OBJETO: realização do projeto de recolhimento de óleo usado de cozinha FUNDAMENTO: Com base no Art. 58, inc. I, da Lei Federal 8.666/93, decido alterar o referido instrumento unilateralmente afim de acatar a alteração dos locais para execução do projeto no modelo DRIVE THRU
Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 06 de outubro de 2020
Wilson Portella Rodrigues – Secretário Municipal do Meio Ambiente
TERMO DE ADITAMENTO 03/2020 AO CONTRATO 638/2018
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente CONTRATADA: DATAVIP SOLUÇÕES EM IMPRESSÕES LTDA - ME – pregão presencial 287/2018 OBJETO: recarga em cartuchos e toner de impressoras FUNDAMENTO: Fica prorrogado o prazo contratual por 180 dias. Desta forma, com o elastério, a vigência encerrar-se-á em 11 de junho de 2021, com fundamento legal no art.57, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, com matéria tratada no processo administrativo 34.811/2018 ASSINATURA: 11/12/2020
TERMO DE ADITAMENTO 04/2020 AO CONTRATO 586/2016
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente CONTRATADA: VISTA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES DE EQUIPAMENTOS SEGURANÇA LTDA ME Dispensa de Licitação – processo 43.115/2016 OBJETO: monitoramento 24 horas FUNDAMENTO: Fica prorrogado o prazo contratual por 365 dias. Desta forma, com o elastério, a vigência encerrar-se-á em 08 de novembro de 2021. O valor do aditivo é de R$ 720,00, perfazendo um valor total contratual de R$ 3.540,00, com fundamento legal no art.57, inc. II, §§ 2º e 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, com matéria tratada no processo administrativo 43.115/2016 ASSINATURA: 20/10/2020
TERMO DE ADITAMENTO 04/2020 AO CONTRATO 634/2017
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente CONTRATADA: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. – Dispensa de Licitação – processo 29.112/2017 OBJETO: contratação de agência bancaria para execução dos serviços de arrecadação de multa de Trânsito FUNDAMENTO: Fica prorrogado o prazo contratual por 365 dias. Desta forma, com o elastério, a vigência encerrar-se-á em 27 de setembro de 2021, com fundamento legal no art. 57, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, com matéria tratada no processo administrativo, 29.112/2017 ASSINATURA: 25/09/2020
TERMO DE ADITAMENTO 08/2020 AO CONTRATO 01/2018
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente - CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - CIOP Dispensa de Licitação – processo 40.827/2017 OBJETO: serviços médicos em regime de plantão nas unidades de saúde do município FUNDAMENTO: Fica o objeto do contrato descrito no preâmbulo acrescido no importe de R$ 297.600,00, equivalente a 11.9806763285% do mesmo, o que enseja um valor contratual total de R$ 8.370.600,00, com fundamento legal no art. 65, inciso I, alínea "b", § 1º, da Lei Federal 8.666/93, com matéria tratada no processo administrativo 40.827/2017 ASSINATURA: 31/08/2020
ADITIVO 15/2020 AO CONTRATO 03/2016 – DECISÃO UNILATERAL
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – CIOP – Dispensa de Licitação – processo 24.955/2015 OBJETO: gestão da UPA do Ana Jacinta FUNDAMENTO: Com base no Art. 58, inc. I, da Lei Federal 8.666/93, decido alterar o referido instrumento unilateralmente de modo a fazer constar que: Onde se lê: Categoria 33900000 Aplicações Diretas; Leia-se: Categoria 33720000 Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos
Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 01 de setembro de 2020
Valmir da Silva Pinto – Secretário Municipal de Saúde
ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 192/2020
OBJETO: aquisição de insumos para controle de glicemia Pregão Eletrônico 192/2020, figurando como licitantes adjudicatárias: CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA (Av. Francisco de Angelis, nº 186, Bairro Jd. Okita, Campinas/SP), MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESNETAÇÕES E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (Rua Conde de Bonfim, nº 615, Bairro Tijuca, Rio de Janeiro/RJ) CIRURGICA OLIMPIO EIRELI EPP (Rua João Antônio Sicoli, nº 560, Jardim Maracanã, São José do Rio Preto/SP)
Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 18 de janeiro de 2021
Pregoeiro: Fábio Batista de Carvalho
TERMO DE CONTRATO 488/2020
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente - CONTRATADA: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PRESIDENTE PRUDENTE – Dispensa de Licitação – processo 15.402/2020 OBJETO: aquisição de medicamentos e vacinas para o CCZ VALOR R$ 3.000,00 VIGÊNCIA: 06 meses ASSINATURA: 10/12/2020
TERMO DE CONTRATO 488/2020
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente - CONTRATADA: ALGSUN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI ME – Pregão Eletrônico 141/2020 OBJETO: aquisição de repelente e protetor solar VALOR R$ 2.572,50 VIGÊNCIA: 06 meses ASSINATURA: 18/12/2020
TERMO DE CONTRATO 491/2020
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente - CONTRATADA: BANCO DO BRASIL S.A. – Chamada Pública 06/2020 – processo 10.209/2020 OBJETO: serviços de arrecadação de tributos municipais VALOR R$ 154.700,90 VIGÊNCIA: 21/12/2020 a 31/12/2021 ASSINATURA: 21/12/2020
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 220/2020
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente EDITAL: 220/2020 MODALIDADE: Pregão eletrônico OBJETO: aquisição de material hospitalar ENCERRAMENTO: às 08:30h do dia 08/02/2021 ABERTURA: às 09:00h do dia 08/02/2021 INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Av. Cel. José Soares Marcondes, 1200, centro TELEFONES: (18) 3902 4411, 3902 4444, 3902 4456, 3902 4452 SÍTIO ELETRÔNICO DO MUNICIPIO www.presidenteprudente.sp.gov.br
Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 22 de janeiro de 2021
Walner Silvestre – Licitador Depto. Compras
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 192/2020
HOMOLOGO, para que produza os efeitos legais, a decisão proferida pela Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, concernente ao certame licitatório, Pregão Eletrônico 192/2020 – aquisição de insumos para controle de glicemia figurando como licitantes adjudicatárias: CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA (Av. Francisco de Angelis, nº 186, Bairro Jd. Okita, Campinas/SP), MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESNETAÇÕES E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (Rua Conde de Bonfim, nº 615, Bairro Tijuca, Rio de Janeiro/RJ) CIRURGICA OLIMPIO EIRELI EPP (Rua João Antônio Sicoli, nº 560, Jardim Maracanã, São José do Rio Preto/SP)
Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 18 de janeiro de 2021
Delton Eustásio Ferraz – Secretário Municipal de Saúde

PRESIDENTE VENCESLAU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial 01/2021
Acha-se aberta na Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau – SP, a licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 01/2021, Processo nº 39/2021 do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFALTICA DESTINADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - COORDENADORIA DE OBRAS E SERVIÇOS E A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS – DEPARTAMENTO DE OBRAS E CONSERVAÇÃO DE VIAS - ENTREGA PARCELADA. A realização do Pregão será no dia 03 de fevereiro de 2021 com início às 09:00 horas, na Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau, Travessa Tenente Osvaldo Barbosa nº 180, centro, Sala de Licitações. O edital na íntegra estará disponível para consulta através do site: www.presidentevenceslau.sp.gov.br, ou por solicitação no e-mail: licitacaopv@hotmail.com Mais informações fone (0xx18) 3272-9150.
BARBARA MEDEIROS VILCHES
PREFEITA MUNICIPAL

RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Acha-se aberto no Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro=SP., o seguinte Processo Licitatório:
Órgão: Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro – Modalidade: Pregão Presencial n.º 008/2020 - Objeto: contratação de empresa especializada em planejamento, implantação, operação e gerenciamento contínuo e sazonal para modernização do relacionamento com o usuário - Tipo de Licitação – Menor Preço Global – Data da Abertura: 04/02/2021 as 09h00
Edital completo e demais informações encontram-se à disposição de todos os interessados no site da Autarquia: www.daaerioclaro.sp.gov.br, aba Licitação.
Rio Claro, 21 de janeiro de 2021
Osmar da Silva Junior
Superintendente

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

*DISPENSA DE LICITAÇÃO N.284/2020; CONTRATANTE: FMSRC; OBJETO: Destinado à Sessões de Terapia ABA, Para Luis Felipe Spatti, Paciente de Ordem Judicial Nº 0003324-25.2020.8.26.0510,CONTRATADA: SEM LIMITES PSICOLOGIA LTDA; 1º TERMO DE RENOVAÇÃO N. 45/2020; VIGENCIA 12 MESES; VALOR: R$ 101.520,00
Setor de Compras e Licitações
EXTRATO DE ATA
\>EDITAL N. 28/2020 – PREGÃO ELETRONICO COM REGISTRO DE PREÇO N. 20/2020; CONTRATANTE: FMSRC; OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAL LIMPEZA, ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇO; VIGÊNCIA: 12 meses. ASSINATURA: 10/12/2020;
CONTRATADA: PAPALIX PLASTICOS E DESCARTAVEIS LTDA; ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.153/2020; VALOR ESTIMADO: R$ 1.134.922,32
CONTRATADA: INDAFORT COMERCIO DE MATERIAL DE LIMPEZA PAP. E INF. EIRELI; ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.154/2020; VALOR ESTIMADO: R$ 92.379,36
CONTRATADA: IRINEU VALENTIM TONELOTTO - ME; ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.155/2020; VALOR ESTIMADO: R$ 451.947,21
CONTRATADA: LICIT RIB COM.ATACADISTA E VAREJISTA LTDA-EPP; ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.156/2020; VALOR ESTIMADO: R$ 319.946,78
CONTRATADA: JJ SOUTO ME; ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.157/2020;
VALOR ESTIMADO: R$ 16.136,64
CONTRATADA: MIX ATACADO EIRELI; ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.158/2020; VALOR ESTIMADO: R$ 39.675,14
CONTRATADA: JOSE HUMBERTO BOTERO ME; ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.159/2020; VALOR ESTIMADO: R$ 51.480,00
CONTRATADA: PARILIMP COM. DE PROD. E SERV. DE LIMPEZA; ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.160/2020; VALOR ESTIMADO:R$ 143.439,60
*2º Termo de Renovação N. 46/2020; CONTRATANTE: FMSRC; OBJETO: Destinado à Sessões de Terapia ABA, Para Samuel Citadini dos Santos-Paciente de Ordem Judicial; CONTRATADA: SEM LIMITES PSICOLOGIA LTDA; CONTRATO N. 43/2019; VIGÊNCIA: 12 meses; ASSINATURA: 30/12/2020; VALOR: R$ 30.576,00; MODALIDADE: Dispensa de Licitação n. 206/2017.
*2º Termo de Renovação N. 47/2020; CONTRATANTE: FMSRC; OBJETO: Destinado à Sessões de Terapia ABA,para Willian Henrique Magri Zanello, Paciente De Ordem Judicial; CONTRATADA: SEM LIMITES PSICOLOGIA LTDA; CONTRATO N. 44/2019; VIGÊNCIA: 12 meses; ASSINATURA: 30/12/2020; VALOR: R$ 105.840,00; MODALIDADE: Dispensa de Licitação n. 244/2018.
*EDITAL N. 60/2020 - PREGÃO ELETRONICO 44/2020; CONTRATANTE: FMSRC; OBJETO: DESTINADO À AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CLAROSP; ASSINATURA: 30/12/2020 a
CONTRATADA: GUILHERME AUGUSTO DE GODOY ME;CONTRATO N.71/2020; VALOR: R$ 54.313,96,00
CONTRATADA: PEZANI COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI EPP; CONTRATO N.73/2020; VALOR: R$ 12.600,00
CONTRATADA: MEDCOLI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS,COZINHA E LIMPEZA LTDA ME; CONTRATO 72/2020; VALOR R$ 7.234,00
CONTRATADA: TECNO WAVE LOJA DE DEPARTAMENTOS EIRELI; CONTRATO 74/2020; VALOR R$ 4.400,00

RIOLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021 e PROCESSO N°. 001/2021
A Prefeitura Municipal de Riolândia, Estado de São Paulo, torna publico para conhecimento dos interessados, que fará realizar, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sob nº 001/2021, tipo menor preço unitário do item, para o Registro de Preço para à aquisição de bobinas para sacos de lixo para suprir a demanda de diversos setores da Prefeitura Municipal de Riolândia, pelo período 12 (doze) meses, com entrega parcelada, de acordo com as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência, que integra este edital. O recebimento e abertura dos envelopes será às 08:30 horas do dia 04 de FEVEREIRO de 2021, na Praça Antônio Levino, 470, Riolândia/SP, onde poderá ser retirado o edital completo e serão fornecidas maiores informações, nos dias úteis, das 07:30 ás 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas, pelo telefone (17) 3801-9020, Ramal 219 ou no e-mail licitacoes@riolandia.sp.gov.br – Site Oficial: www.riolandia.sp.gov.br – Riolândia/SP, 21/01/2021. Antônio Carlos Santana da Silva – Prefeito Municipal.

ROSEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSEIRA

EXTRATO DE CONTRATO NÚMERO 001/2021
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSEIRA
CONTRATADA: AGIRH – ASSESSORIA E GESTÃO INTEGRADA EM RECURSOS HUMANOS S/C LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO
MODALIDADE: CARTA CONVITE 001/2021 – PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 037/2021
VALOR DAS INSCRIÇÕES:
- CARGOS NÍVEL SUPERIOR – R$ 48,00 (QUARENTA E OITO REAIS)
- CARGOS NÍVEL TÉCNICO – R$ 45,00 (QUARENTA E CINCO REAIS)
- CARGOS FUNDAMENTAL COMPLETO – R$ 40,00 (QUARENTA REAIS)
- CARGOS FUNDAMENTAL INCOMPLETO – R$ 35,00 (TRINTA E CINCO REAIS)
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 60 (SESSENTA) DIAS
ROSEIRA,22 DE JANEIRO DE 2021. FERNANDO AUGUSTO DE SIQUEIRA– PREFEITO MUNICIPAL DE ROSEIRA/SP

SABINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABINO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO 01/2021 - PREGÃO PRESENCIAL SRP 01/2021
OBJETO: Contratação de empresa especializada na implantação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis de veículos por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com a utilização de cartão magnético e disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis.

EDER RUIZ MAGALHÃES DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Sabino, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, HOMOLOGA o processo em epígrafe e ADJUDICA o objeto do Pregão Presencial nº 01/2021 ao licitante vencedor, como segue:

1 – LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI, CNPJ: 12.039.966/0001-11, sendo que o valor total da Ata de Registro de Preços será de R$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) e a taxa de administração correspondente a - 4,50% (menos quatro e meio por cento) a incidir sobre a somatória dos valores referentes aos combustíveis adquiridos via cartões magnéticos.

Determina a publicação no local de costume, conforme a modalidade da Licitação. Sabino, 22 de janeiro de 2021.

EDER RUIZ MAGALHÃES DE ANDRADE - Prefeito Municipal

SALESÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALESÓPOLIS

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 051/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM TRECHOS DAS RUAS XV DE NOVEMBRO, ALFERES JOSE LUIZ DE CARVALHO, EXP. JOSÉ FRANCISCO DE MELO E SANTO ANTONIO, firmado com a empresa RENOV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP. Fica suprimido do Contrato, de acordo com a planilha anexa, o valor de R$ 5.632,41 e Acréscimo no valor de R$ 17.822,30. A supressão e acréscimos representam aumento no valor global do contrato, de R$ 12.189,89, representando um percentual de 4,34%. Em decorrência do referido aditamento o valor global do contrato passa a ser de R$ 292.948,75.

4º Termo Aditivo ao Contrato nº 040/20

Objeto: Contratação Emergencial de Empresa para Prestação de Serviços de Coleta. Transporte e destinação Final dos Resíduos Sólidos Domiciliares do Município da Estância Turística de Salesópolis. firmado com a empresa CLEANMAX SERVIÇOS LTDA. Fica através desse Termo Aditivo Contratual, prorrogada a vigência do presente contrato a partir de 16/01/2021, findando-se em 15/02/2021.

§1º. Se houver a finalização do processo licitatório antes do prazo final da vigência deste termo aditivo, o mesmo será rescindido mediante aviso prévio da Contratante para a Contratada, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem que caiba à CONTRATADA direito de qualquer natureza.

A Prefeitura da Estância Turística de Salesópolis informa a abertura do PREGÃO ELETRÔNICO 05/2021 cujo objeto é AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTIGRANJEIROS E PÃES PARA OS SETORES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ as 13h:59min. do dia 03/02/2021 ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 03/02/2021 – Horas 14:00:00. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL www.bbmnetlicitacoes.com.br ou www.salesopolis.sp.gov.br. Maiores informações (11) 4696-1221.

SALTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO

ADITAMENTO:
Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Ação Social (3°TA)
Número do Processo Administrativo nº 1554/2018
Termo de Fomento n° 81/2018
Objeto: Serviço de Acolhimento Institucional para crianças (de 0 a 17 anos e 11 meses em regime de abrigo)
Valor Total Anual: R$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).
Razão Social: Associação Casa Naim Salto
CNPJ: 22.168.395/0001-79
Início da Vigência (aditada): 12 (doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2021.
Término da Vigência: 31 (trinta e um) de dezembro de 2021.
Estância Turística de Salto, 30 de dezembro de 2020.
José Carlos Grigoletto
ADITAMENTO:
Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Ação Social (3°TA)
Número do Processo Administrativo nº 1588/2018
Termo de Fomento n° 82/2018
Objeto: Serviço de Acolhimento Institucional para crianças (de 0 a 17 anos e 11 meses em regime de abrigo)
Valor Total Anual: R$60.000,00 (sessenta mil reais).
Razão Social: Associação Casa Naim Salto
CNPJ: 22.168.395/0001-79
Início da Vigência (aditada): 12 (doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2021.
Término da Vigência: 31 (trinta e um) de dezembro de 2021.
Estância Turística de Salto, 30 de dezembro de 2020.
José Carlos Grigoletto
Secretário Municipal de Ação Social
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8849/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 17/2020

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de interligação da Av. dos Peixes no Bairro Salto de São José com a rua Estados Unidos no Jd. América, Salto/SP, com o fornecimento de todo material, mão de obra e equipamentos necessários, a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, de acordo com o Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentaria e os Projetos anexos ao edital.

Na qualidade de SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO, devidamente autorizado, conforme disposto no art. 2º do Decreto nº 08/2001, nos termos do inciso VI, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, HOMOLOGO E ADJUDICO o objeto da presente licitação à concorrente BMM Construção Civil Eireli, no valor global da contratação de R$ 315.138,03 (trezentos e quinze mil, cento e trinta e oito reais e três centavos).

Salto (SP), 22 de janeiro de 2021.
Wanderley Rigolin
Secretário de Desenvolvimento Econômico,
Trabalho e Turismo
Edital – Pregão Eletrônico nº 04/2021
Processo Administrativo nº 9251/2020
Sistema de Registro de Preços
Cota Reservada ME/EPP

Encontra-se aberta licitação visando a convocação de pessoa jurídica, através de Sistema de Registro de Preços, com cota reservada para ME/EPP, para aquisição parcelada e futura de materiais odontológicos para consumo das unidades básicas e especializada da rede municipal de saúde, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I, a cargo da Secretaria de Saúde.

O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, na data de 05 de fevereiro de 2021.

Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 26/01/2021 até as 08hs do 05/02/2021.

Abertura de Propostas Iniciais: 05/02/2021 às 08hs05min.

Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 05/02/2021 às 09hs30min.

O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação.

Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min.

Estância Turística de Salto, 22 de janeiro de 2021.
Fabio Roberto Sartório
Secretário de Saúde

SANTA BÁRBARA D'OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 174/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para desenvolver oficinas de artesanato para famílias atendidas pelo NAS, PAIF e CRAS.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 05/02/2021 Às 09h00

O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos pelos interessados, pelo site da Prefeitura Municipal www.santabarbara.sp.gov.br. Endereço Eletrônico: www.bbmnet.com.br; Formalização de Consultas e Edital: www.bbmnetlicitacoes.com.br ou www.santabarbara.sp.gov.br

Santa Bárbara d'Oeste, 22 de janeiro de 2021.
RAFAEL PIOVEZAN - Prefeito Municipal
CESAR HENRIQUE BRUHN PIERRE - Secretário de Administração
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2020 – REGISTRO DE PREÇOS
Objeto: Registro de preços para fornecimento de materiais para curativos
Às empresas: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - R$ 11.250,00
CIRURGICA UNIÃO LTDA - R$ 7.408,22

Com valor total de R$ 18.658,22 (dezoito mil e seiscentos e cinquenta e oito reais e vinte e dois centavos), nas condições propostas como menor preço por lote, forma de entrega de acordo com o item 13.1 do Edital e pagamento conforme item 14.2 do Edital.

Santa Bárbara d'Oeste, 09 de julho de 2020.
DENIS EDUARDO ANDIA Prefeito Municipal
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2020 – REGISTRO DE PREÇOS
Objeto: Registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas e infantil descartáveis
Às empresas:
FORCE MEDICAL DISTRIBUIDORA EIRELI – EPP - R$ 17.378,40
LOCAMAIS SERVIÇOS EIRELI – EPP - R$ 6.597,00

Com valor total de R$ 23.975,40 (vinte e três mil e novecentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos), nas condições propostas como menor preço por item, forma de entrega de acordo com o item 13.1 do Edital e pagamento conforme item 14.2 do Edital.

Santa Bárbara d'Oeste, 08 de julho de 2020.
DENIS EDUARDO ANDIA - Prefeito Municipal
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2020 – REGISTRO DE PREÇOS
Objeto: Registro de preços para aquisição de suplementos, fórmulas e metabólicos para atendimento a mandados judiciais
Às empresas:
ARBA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME - R$ 61.512,57
EMPORIO HOSPITALAR COMÉRCIO DE PRODUTOS CIRÚRGICOS HOSPITALARES LTDA
R$ 78.969,60
ROSILENE VIEIRA LOPES – EPP - R$ 14.577,57
COMERCIAL 3 ALBE LTDA - R$ 39.231,00
GABEE FOODS COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI – EPP - R$ 1.556,10

Com valor total de R$ 195.846,84 (cento e noventa e cinco mil e oitocentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), nas condições propostas como menor preço por item, forma de entrega de acordo com o item 13.1 do Edital e pagamento conforme item 14.2 do Edital.

Santa Bárbara d'Oeste, 16 de setembro de 2020.
DENIS EDUARDO ANDIA Prefeito Municipal
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 136/2020 – REGISTRO DE PREÇOS
Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem
Às empresas: CIRURGICA UNIÃO LTDA - R$ 45.666,01
PONTUAL COMERCIAL LTDA - R$ 841.538,56
VITAL HOSPITALAR COMERCIAL LTDA - R$ 33.115,16
DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA - R$ 1.199,37
CBS MÉDICO CIENTÍFICA S.A. - R$ 31.306,25
LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - R$ 3.780,00

Com valor total de R$ 956.605,35 (novecentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e cinco reais e trinta e cinco centavos), nas condições propostas como menor preço por lote, forma de entrega de acordo com o item 13.1 do Edital e pagamento conforme item 14.2 do Edital.

Santa Bárbara d'Oeste, 29 de setembro de 2020.
DENIS EDUARDO ANDIA Prefeito Municipal
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 146/2020 – REGISTRO DE PREÇOS
Objeto: Registro de preços para fornecimento de materiais de consumo hospitalar,
Às empresas: FARMA 2 PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA – EPP - R$ 891,00
NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR S.A - R$ 10.385,98
MED CENTER COMERCIAL LTDA - R$ 682,20
QUALITY MEDICAL COM. E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - R$ 22.434,75
MEDEFE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA – ME - R$ 13.406,25
DUPAC COMERCIAL EIRELI – EPP - R$ 7.749,60

Com valor total de R$ 55.549,78 (cinquenta e cinco mil e quinhentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos), nas condições propostas como menor preço por item, forma de entrega de acordo com o item 13.1 do Edital e pagamento conforme item 14.2 do Edital.

Santa Bárbara d'Oeste, 16 de setembro de 2020.
DENIS EDUARDO ANDIA - Prefeito Municipal
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 169/2020 – REGISTRO DE PREÇOS
Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de consumo hospitalar para atendimento a mandados judiciais
Às empresas: CIRURGICA UNIÃO LTDA - R$ 507,41
CBS MÉDICO CIENTÍFICA S.A. - R$ 18.749,19
CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS LTDA - R$ 2.524,50
VALQUIRIA BASTOS & RODRIGUES HOSPITALARES LTDA - R$ 12.300,00
NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR S.A - R$ 1.200,96
LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - R$ 7.877,03
ROSILENE VIEIRA LOPES – EPP - R$ 72.551,70
ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA - R$ 19.243,35

Com valor total de R$ 134.954,14 (cento e trinta e quatro mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e quatorze centavos), nas condições propostas como menor preço por item, forma de entrega de acordo com o item 13.1 do Edital e pagamento conforme item 14.2 do Edital.

Santa Bárbara d'Oeste, 17 de setembro de 2020.
DENIS EDUARDO ANDIA Prefeito Municipal
ADITAMENTO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Santa Bárbara d'Oeste CONTRATADA: Lazer Transportes Ltda EPP OBJETO: Locação tipo fretamento de um veículo adaptado e um reserva também adaptado, com seus respectivos motoristas VALOR: R$ 165.240,00 (cento e sessenta e cinco mil, duzentos e quarenta reais) ASSINATURA: 10/01/2021 VIGÊNCIA: 12 (doze) meses MODALIDADE: Pregão Presencial 230/19.

CONTRATANTE: Município de Santa Bárbara d'Oeste CONTRATADA: EspaçoD Consultoria e Assessoria Educacional, Cultural e Empresarial Ltda ME OBJETO: Contratação de empresa especializada na área social para a execução das etapas I, II e III do Programa "Criança Feliz" VALOR: R$ 93.001,44 (noventa e três mil, um real e quarenta e quatro centavos) ASSINATURA: 12/12/2020 VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses MODALIDADE: Pregão Presencial 103/18.

CONTRATANTE: Município de Santa Bárbara d'Oeste CONTRATADA: Colorê Educação Infantil Ltda OBJETO: Contratação de serviços de pessoa jurídica de direito privado para fornecimento de vagas para atender 165 alunos da Educação Infantil VALOR: R$ 999.900,00 (noventa e nove mil e novecentos reais) ASSINATURA: 22/01/2021 VIGÊNCIA: 12 (doze) meses MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 01/19.

Santa Bárbara d'Oeste, 22 de janeiro de 2021.
RAFAEL PIOVEZAN - Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021

Objeto: Aquisição de cabo flexível de 95mm² 1 Kv preto, cabo flexível 95mm² 750V verde e terminal de compressão.

Entrega dos Envelopes 01 e 02: até 05/02/2021 às 08h30.
Sessão do Pregão: 05/02/2021 às 09h00.
Valor estimado: R$ 81.987.75

O edital poderá ser retirado no Departamento de Suprimentos, sito a Rua José Bonifácio, 400 – Centro – Santa Bárbara d'Oeste, a partir da presente ou pelo site: www.daesbo.sp.gov.br. Informações: mmosna@daesbo.sp.gov.br ou pelo fone (19) 3459-5925.

LAERSON ANDIA JÚNIOR
Diretor Superintendente
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021
Objeto: Aquisição de Conexões diversas.
Entrega dos Envelopes 01 e 02: até 08/02/2021 às 08h30.
Sessão do Pregão: 08/02/2021 às 09h00.
Valor estimado: R$ 905.394,20

O edital poderá ser retirado no Departamento de Suprimentos, sito a Rua José Bonifácio, 400 – Centro – Santa Bárbara d'Oeste, a partir da presente ou pelo site: www.daesbo.sp.gov.br. Informações: mmosna@daesbo.sp.gov.br ou pelo fone (19) 3459-5925.

LAERSON ANDIA JÚNIOR
Diretor Superintendente

SANTA BRANCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

Extrato – Processo Nº 2120/2020 – Pregão Eletrônico Registro De Preços Nº 32/2020 – Objeto: Registro De Preço Para Aquisição De Produtos De Higiene, Limpeza E Descartáveis Para Os Setores Da Administração. Contratante: Prefeitura Municipal De Santa Branca – Cnpj: 46.694.121/0001-81: Ata Registro De Preços Nº 20/2021 – Contratada: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda – Cnpj 67.729.178/0004-91. Item/Descrição/Un/Marca/Valor Unitário: 3 – Água P/ Injeção 10ml – Amp – Água Para Injecao Cx C/200 Amp X 10ml Equiplex – R$ 0,25; 14 – Dobutamina 12,5mg – Amp – Dobutamina 12,5mg/Ml C/10 Amp X 20ml Hypofarma – R$ 8,50. Data De Assinatura: 12/01/2021.

Ata Registro De Preços Nº 21/2021 – Contratada: Distribuidora De Medicamentos Backes Eireli – Me – Cnpj 25.279.552/0001-01. Item/Descrição/Un/Marca/Valor Unitário: 19 – Hidróxido Aluminio Suspensão 100 Ml – Frs – Ifal/Haloxin – R$ 2,84; 25 – Polivitaminico Susp – Frs – Arte Nativa/Pedianutri – R$ 14,94; 26 – Polivitaminico Susp – Frs – Arte Nativa/Pedianutri – R$ 14,94; 29 – Vildagliptina + Cloridrato De Metformina, Concentração 50mg/850 Mg – Cmp – Melora/Galvus Met – R$ 2,99; 30 – Colágeno Não Desnaturado Tipo Ii 40 Mg – Forma Farmacêutica Em Cápsula – Cp – Global /Flexable – R$ 1,49. Data De Assinatura: 12/01/2021.

Ata Registro De Preços Nº 22/2021 – Contratada: Interlab Farmacêutica Ltda – Cnpj 43.295.831/0001-40. Item/Descrição/Un/Marca/Valor Unitário: 11 – Dimenidrinato 30mg/10ml + Clor. Piridoxina 50mg/10ml + Glicose 1000mg/10ml + Frutose 1000mg/10ml – 10ml Iv – Amp – Takeda – R$ 2,46. Data De Assinatura: 12/01/2021.

Ata Registro De Preços Nº 23/2021 – Contratada: Lm Farma Indústria E Comércio Ltda – Cnpj 57.532.343/0001-14. Item/Descrição/Un/Marca/Valor Unitário: 4 – Bota De Unna 10,2 X 9,14 – Un – Curatec – R$ 14,95. Data De Assinatura: 12/01/2021.

Ata Registro De Preços Nº 67/2021 – Contratada: Fragnari Distribuidora De Medicamentos Ltda – Cnpj 14.271.474/0001-82. Item/Descrição/Un/Marca/Valor Unitário: 9 – Creme Hidratante P/ Pele – Un – Galderma – R$ 85,26. Data De Assinatura: 18/01/2021.

Ata Registro De Preços Nº 74/2021 – Contratada: Centrovale Soluções Para Saúde Eireli – Cnpj 53.611.125/0001-14. Item/Descrição/Un/Marca/Valor Unitário: 5 – Bota De Unna 10,2 X 9,14 – Un – Casex – R$ 28,16. Data De Assinatura: 21/01/2021. Adriano Marchesani Levorin – Prefeito Municipal.

Processo nº 153/2021 – Extrato de Despacho – Dispensa de Licitação. Objeto: Contratação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Paraíba – CONSAVAP. AUTORIZO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, com respaldo no Art. 24, Inciso XXVI, da Lei 8666/93, para a contratação acima. A contratação dos serviços deverá ocorrer através da empresa: Consórcio Intermunicipal da Saúde do Alto Vale do Paraíba – CONSAVAP, CNPJ 19.701.130/0001-80, no valor global de R$ 301.280,53 (trezentos e um mil duzentos e oitenta reais e cinquenta e três centavos) para a contratação do objeto acima, sendo Manutenção do CONSAVAP – R$ 12.490,80 – (Doze mil quatrocentos e noventa reais e oitenta centavos) e Programa SAMU – R$ 288.789,73 (duzentos e oitenta e oito mil setecentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos). Para o exercício de 2021. Adriano Marchesani Levorin - Prefeito Municipal.

PROCESSO Nº 90/2021 – EXTRATO DE DESPACHO – DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO: transferência de recursos financeiros para manutenção do Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto do Tietê - CONDEMAT. AUTORIZO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, com respaldo no Art. 24, Inciso XXVI, da Lei 8666/93, para a contratação dos serviços acima. A contratação dos serviços deverá ocorrer através da empresa: Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto do Tietê - CONDEMAT, CNPJ 13.569.532/0001-96 no valor global de R$ 23.150,00 (vinte e três mil cento e cinquenta reais) para o exercício de 2021. Adriano Marchesani Levorin - Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

Processo nº 97/2020 – Convite nº 01/2020. Contrato nº 78/2020

Objeto:- Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de copa, limpeza, conservação e asseio do prédio da Câmara, com fornecimento de 2 auxiliares de serviços gerais.

Rescisão de contrato unilateral com a empresa GLTA Serviços EIRELI ME – CNPJ nº 13.457.083/0001-94. Prazo de 48 (quarenta e oito) horas para manifestação.

Santa Branca, 21 de janeiro de 2021.
Francisco de Assis Nunes da Silva – Presidente da Câmara.

SANTA ERNESTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ERNESTINA

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 004/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2021

O Município de Santa Ernestina/SP torna público que, no dia e hora especificados, na sede do Município, sito à Rua 21 de Março, nº 384, Centro, realizar-se-á licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO ITEM, objetivando o Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios, conforme especificações contidas em Edital completo, que poderá ser obtido pelos sites www.santaernestina.sp.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br ou junto ao Setor de Licitações e Contratos do Município, localizado no mesmo endereço. Data da sessão 05 de fevereiro de 2021, às 09h00min (horário de Brasília).

Santa Ernestina/SP, 21 de janeiro de 2021.
MARCELO APARECIDO VERONEZI
PREFEITO MUNICIPAL

SANTA FÉ DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO SUL

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - FUNEC avisa que se acham abertas as inscrições à licitação na modalidade PREGÃO (PRESENCIAL) N . 01/2021, que objetiva empreitada global, do tipo menor preço por item, para a contratação de empresa especializada para o fornecimento mensal de combustíveis, até na quantidade e especificações relacionados no Folheto Descritivo fixado no Anexo I deste certame, para atenderem as necessidades da FUNEC durante o ano de 2021, cujo fornecimento deverá ser parcelado, conforme dispuser a Contratante.

A sessão de Pregão dar-se-á no dia 04 de fevereiro de 2021, tendo como início o credenciamento das empresas participantes, que ocorrerá a partir das 09horas. O prazo para credenciamento se transcorrerá, impreterivelmente, durante o período de 15 (quinze) minutos a partir do horário anteriormente estabelecido e, ao término deste, se dará a abertura de envelopes, interposição de lances e demais atos pertinentes ao certame. Caso seja necessário, a critério do Pregoeiro, o prazo de credenciamento poderá ser dilatado.

As empresas interessadas em participar de referida licitação, poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da FUNEC, sito à Avenida Mangará, nesta, ou pelo telefone (0xx17)3641-9024. O Edital de Convocação que determina as condições do certame, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado e no site www.funecsantafe.edu.br, podendo ser retirado gratuitamente.

Santa Fé do Sul – SP, 21 de janeiro de 2021.
FERNANDO CAMARGO BENITEZ
Presidente da FUNEC

SANTA RITA D'OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE

Aviso de Licitação
Modalidade: Pregão Presencial
Processo nº 04/21
Pregão nº 02/21

Encontra-se aberto nesta municipalidade o Pregão (Presencial) acima citado para registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, gás liquefeito de petróleo e água mineral para a alimentação e nutrição do município, conforme descritivo constante no edital. A sessão do pregão dar-se-á no dia 05 de fevereiro de 2021, tendo como início o credenciamento das empresas participantes, que ocorrerá a partir das 08:30 horas. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura, na Rua Antônio Tavares, 107, Centro, pelo telefone (17) 3643-1123, bem como no site www.santaritadoeste.sp.gov.br. Santa Rita D'Oeste, 20 de janeiro de 2021. Osmar Sampaio – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D'OESTE
Aviso de Licitação
Modalidade: Pregão Presencial
Processo nº 05/21
Pregão nº 03/21

Encontra-se aberto nesta municipalidade o Pregão (Presencial) acima citado para registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos para a saúde pública, conforme descritivo constante no edital. A sessão do pregão dar-se-á no dia 05 de fevereiro de 2021, tendo como início o credenciamento das empresas participantes, que ocorrerá a partir das 13:30 horas. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura, na Rua Antônio Tavares, 107, Centro, pelo telefone (17) 3643-1123, bem como no site www.santaritadoeste.sp.gov.br. Santa Rita D'Oeste, 20 de janeiro de 2021. Osmar Sampaio – Prefeito Municipal.

SANTANA DE PARNAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 01/2021

Comunicamos que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado 01/2021, no período de 22/01 à 01/02/2021. Para maiores informações consultar o Edital no site www.santanadeparnaiba.sp.gov.br e/ou www.institutomais.org.br.

Santana de Parnaíba, 22 de janeiro de 2021
COMUNICADO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 267/2020 – Proc. Adm. nº 1124/2020

Objeto: Registro de Preços para fornecimento parcelado de BANCOS DE CONCRETO SEM ENCOSTO, com pés curvos para atender à Secretaria Municipal de Serviços Municipais.

Considerando a ausência de manifestação de intenção de interpor recurso, na oportunidade, ADJUDICO e HOMOLOGO o presente certame a favor da seguinte empresa: GP MOBILIARIO SUSTENTÁVEL E URBANIZAÇÃO – CNPJ.: 73.034.761/0001-38, para o Item 01.

Santana de Parnaíba, 22 de janeiro de 2021.
ORDENADOR DE PREGÃO

EXTRATO DE CONTRATOS

1º TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO 030/2020 – (Proc. Adm. 887/19) – CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAIBA - CONTRATADA: FACONSTRU CONSTRUÇÃO, SINALIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES EIRELI – acrescenta 13,543837...% no valor inicial do contrato - DATA: 21/1/2021 – VALOR: R$ 394.106,98.

2º TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 006/2019 – (Proc. Adm. 1051/18) – CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAIBA - CONTRATADA: DESENTUPIDORA BIOSERV LTDA – DATA: 15/1/2021 - VALOR: R$ 170.334,40.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência Pública N.º 002/2021 – Proc. Adm. Nº 0021/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada em execução de serviços na operação de sistema de limpeza pública, incluindo: coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos, domiciliares e comerciais (RSU), entulho, limpeza de feiras e vias, e monitoramento do vazadouro municipal encerrado, coleta, transporte e destinação final de chorume no Município de Santana de Parnaíba/SP.

O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 25/01/2021, na Avenida Marechal Mascarenhas de Morais, 1283 – Sítio do Morro – Santana de Parnaíba - SP ou por meio do site www.santanadeparnaiba.sp.gov.br, na aba "empresas" e "licitações".

Data de Abertura: 26/02/2021, às 09h00min.

Santana de Parnaíba, 22 de janeiro de 2021.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 015/2021 – Proc. Adm. nº. 022/2021

Objeto: – Contratação de empresa especializada na implantação de sistema de GESTÃO DE QUALIDADE (SGQ), UTILIZANDO OS REQUISITOS DA NORMA ABNT NBR ISO 9001

Do Edital: O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 25/01/2021, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site www.santanadeparnaiba.sp.gov.br, na aba serviços para sua empresa, licitações.

Início da sessão de disputa de lances: Dia 05/02/2021, às 09h00min.

Santana de Parnaíba, 22 de janeiro de 2021.

ORDENADOR DE PREGÃO

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência Pública N.º 001/2021 – Proc. Adm. Nº 0006/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de coleta de resíduos sólidos provenientes de serviços de saúde dos setores público e comercial (RSS), inclusive transporte, tratamento e destinação final dos resíduos gerados no Município de Santana de Parnaíba/SP.

Após retificação do edital em face de pedido de esclarecimento, reabre-se o prazo para a entrega e abertura dos envelopes.

O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 25/01/2021, na Avenida Marechal Mascarenhas de Morais, 1283 – Sítio do Morro – Santana de Parnaíba - SP ou por meio do site www.santanadeparnaiba.sp.gov.br, na aba "empresas" e "licitações".

Data de Abertura: 25/02/2021, às 09h00min.

Santana de Parnaíba, 22 de janeiro de 2021.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS

ESTÂNCIA BALNEÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

ATOS DA COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13003/2021

Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Gestão, o Pregão Eletrônico nº 13003/2021 – Processo nº 34071/2020-23, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando à prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, reparações, adaptações, modificações em unidades municipal de ensino, com fornecimento de materiais e mão de obra especializada, para atender às necessidades das unidades de ensino, através da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, pelo período de 12 (doze) meses, sob regime de empreitada por preço unitário, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência e no Anexo VII - Memorial Descritivo, do Edital.

O encerramento do recebimento das propostas dar-se-á em 09/02/2021, às 09:00 horas e a disputa de lances ocorrerá em 09/02/2021 às 10:30 horas.

O edital, na íntegra, encontra-se disponível a partir de 27/01/2021, no endereço eletrônico www.santos.sp.gov.br, através do aplicativo "Licitações-e". Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone (13) 3201-5733/5165 ou e-mail: comlic1@santos.sp.gov.br

Santos, 22 de janeiro de 2021.

FLÁVIO INÁCIO DOS SANTOS

Coordenador de Licitações

(em substituição)

ESTÂNCIA BALNEÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

ATOS DA COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16.004/2021

(COM COTAS EXCLUSIVAS PARA ME/EPP/COOP)

Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Gestão, o Pregão Eletrônico nº 16.004/2021 – Processo Administrativo n.º 59070/2020-09, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de equipamentos de proteção individual descartável (EPI's), a serem utilizados nas diversas unidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Governo, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Finanças e Secretaria Municipal de Educação, conforme descrição constante no Anexo I - Termo de Referência, do Edital. O encerramento do recebimento das propostas dar-se-á em 08/02/2021, às 09h00 e a disputa de lances ocorrerá em 08/02/2021, às 10h30.

O Edital, na íntegra, encontra-se disponível a partir de 27/01/2021, no endereço eletrônico www.santos.sp.gov.br, através do aplicativo "Licitações-e".

Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefones: (13) 3201-5011/3201-5741 ou e-mail: comlic4@santos.sp.gov.br.

Santos, 22 de janeiro de 2021

FLÁVIO INÁCIO DOS SANTOS

COORDENADOR DE LICITAÇÕES

(em substituição)

ESTÂNCIA BALNEÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

ATOS DA COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 17.007/2021

Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Gestão, o Pregão Eletrônico nº 17.007/2021 – Processo Administrativo n.º 77.860/2019-51, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de peças, conjuntos e acessórios automotivos originais das montadoras Fiat, Renault, Citröen e Peugeot, para a Secretaria Municipal de Gestão – SEGES, destinados à realização de manutenções e reparos dos veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Santos - PMS, conforme descrição constante no Anexo I do Edital. O encerramento do recebimento das propostas dar-se-á em 11/02/2021, às 9h e a disputa de lances ocorrerá em 11/02/2021 às 10h.

O edital, na íntegra, encontrar-se-á disponível a partir de 28/01/2021, no endereço eletrônico www.santos.sp.gov.br, através do aplicativo "Licitações-e".

Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone (13) 3201-5009, e-mail: comlic3@santos.sp.gov.br.

Santos, 22 de janeiro de 2021.

FLÁVIO INÁCIO DOS SANTOS

COORDENADOR DE LICITAÇÕES

(em substituição)

ESTÂNCIA BALNEÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

AVISO DE EDITAL

A Comissão Permanente de Licitações – COMLIC I, situada na Rua D. Pedro II, nº 25 – 4º andar, CEP. 11010-080, comunica que, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei Municipal nº 3.327/16, está procedendo à seguinte licitação:

TOMADA DE PREÇOS Nº 13501/2021 – Tipo menor preço

PROCESSO Nº 42361/2020-69

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço unitário.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de adequação nas instalações de prevenção e combate a incêndio nas Unidades Municipais de Ensino – UMES para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), incluindo material, mão de obra e equipamentos.

UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Educação

Entrega dos envelopes: até às 09h00 do dia 11/02/2021, na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitações no local supramencionado.

Abertura dos envelopes: 11/02/2021 às 09h15 no mesmo local.

VISTORIA TÉCNICA OBRIGATÓRIA: A vistoria técnica dar-se-á de segunda a sexta feira, das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, tendo como ponto de partida o Paço Municipal, situado na Praça Mauá, s/nº - 3º andar – sala 316 – Centro – Santos/SP, estendendo-se as Unidades Municipais de Ensino - UMES, que será objeto da licitação, sob responsabilidade do Arqt° Roger Guerra, mediante agendamento através do tel. (13) 3201-5209.

Cópia do Edital da Tomada de Preços poderá ser consultada, a partir do dia 27/01/2021, no site da Prefeitura de Santos no link do licita santos:

http://www.santos.sp.gov.br/licitasantos/ (acessar 13501/2021-Download).

Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (13) 3201-5733/3201-5165 ou através do e-mail comlic1@santos.sp.gov.br no horário das 09h00 às 15h00.

Santos, 22 de janeiro de 2021.

Comissão Permanente de Licitações I

CLAUDIO FELIPE MARQUES FELIX

Presidente – em substituição

SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS

PC.2765/2019 - CP.10.002/2020 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA, ASSESSORIA E EXECUÇÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL (TTS) PARA AS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NAS ÁREAS QUE COMPÕEM O COMPLEXO DO AREIÃO, CONSTITUÍDO PELOS ASSENTAMENTOS IRREGULARES DO PRÓPRIO AREIÃO, VILA SABESP, VILA DOS ESTUDANTES E MONTE SIÃO, QUE INTEGRAM O PROJETO DE URBANIZAÇÃO INTEGRADA E REASSENTAMENTO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS LOCALIZADOS NA ÁREA DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE MANANCIAIS DA BACIA BILLINGS - APRM-B. - FASE DE PROPOSTA COMERCIAL E PONTUAÇÃO FINAL - A Comissão de Julgamento de Licitações – COJUL, conforme ato lavrado no Termo de Deliberação nº 07/2021, deliberou por: 1) ACOLHER a manifestação do d. Secretaria de Habitação onde se conclui pela seguinte pontuação final e classificação das empresas participantes: CONSÓRCIO HABSOCIAL (Composto pelas empresas JHE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, GERIBELLO ENGENHARIA LTDA e ENGENPLAN ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA) – 94,46 pontos; COBRAPE – CIA. BRASILEIRA DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS – 93,88 pontos; CONSÓRCIO BV-BONIN-EHP (Composto pelas empresas BUREAU VERITAS DO BRASIL SOCIEDADE CLASSIFICADORA E CERTIFICADORA LTDA, BONIN – CONSULTORIA SÓCIO AMBIENTAL LTDA e EHP ENGENHARIA EIRELI) – 89,50 pontos; DIAGONAL EMPREENDIMENTOS E GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA – 86,28 pontos; CONSÓRCIO CGG SOCIAL (Composto pelas empresas GRUPO TÉCNICO DE APOIO, CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A e GERENCIAL CONSULTORIA, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA) – 84,19 pontos; URBANIZA ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA – 80,05 pontos 2) DECLARAR VENCEDOR: CONSÓRCIO HABSOCIAL (Composto pelas empresas JHE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, GERIBELLO ENGENHARIA LTDA e ENGENPLAN ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA) – VALOR: R$ 7.926.322,39 – PRAZO: 48 (quarenta e oito) meses– S. B. Campo, em 22 de janeiro de 2021.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS

PC.2152/2020 – CP.10.003/2021 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO CONTÍNUOS, DO SISTEMA VIÁRIO, SISTEMA DE DRENAGEM E RECUPERAÇÃO DE OBRAS CORRENTES NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. – O edital estará disponível para realização de download no site www.saobernardo.sp.gov.br/licitacao, bem como para consulta e obtenção no Serviço de Licitações e Operações – SA.213.1, na Av. Kennedy nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Bairro Anchieta, nesta cidade, das 8h30 às 17h00, devendo o interessado estar munido de CD (Compact Disc) gravável. - ENTREGA DOS ENVELOPES: 02/03/2021 às 10h00. – S. B. Campo, em 22 de janeiro de 2021.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS

PC.357/2020 – CP.10.003/2020 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS REMANESCENTES PARA A IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR COUROS, CONTEMPLANDO AS OBRAS DE ARTE ESPECIAIS COMPONENTES DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO "MARGINAL DO CÓRREGO RIBEIRÃO DOS COUROS". – "LICITAÇÃO REVOGADA" - S. B. Campo, em 22 de janeiro de 2021.

PREGÕES ELETRÔNICOS

PE.037/2021 – PEC.00007/2021 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PAPEL PARA ELETROCARDIOGRAMA, TESTE DE CONTATO E GEL CONDUTOR - Abertura do Pregão: 08/02/2021 às 09:00 horas.

PE.038/2021 – PEC.00037/2021 – LAVADORA ULTRASSONICA, CANETA DE ALTA ROTAÇÃO E AUTOCLAVE HORIZONTAL - Abertura do Pregão: 09/02/2021 às 09:00 horas.

PE.039/2021 – PEC.00034/2021 – INSUMOS DE IMUNOTERAPIA - Abertura do Pregão: 04/02/2021 às 09:00 horas.

PE.040/2021 – PEC.02118/2020 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DESINFETANTE BACTERICIDA ANTI VIRAL - Abertura do Pregão: 04/02/2021 às 14:00 horas.

O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas. e no site www.compras.saobernardo.sp.gov.br. Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5481

SÃO CARLOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021 PROCESSO Nº 17715/2020 ID 853988 COMUNICADO DE ABERTURA OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ESTOCÁVEIS PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servicos.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 04/02/2021, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 04/02/2021 e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30 do dia 04/02/2021. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 22 de janeiro de 2021. Mário Luiz Duarte Antunes Secretário Municipal de Fazenda

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021 PROCESSO Nº 685/2021 ID 853941 COMUNICADO DE ABERTURA OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOMBONS SORTIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servicos.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 04/02/2021, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 04/02/2021 e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30 do dia 04/02/2021. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 22 de janeiro de 2021. Mário Luiz Duarte Antunes Secretário Municipal de Fazenda

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021 PROCESSO Nº 1393/2020 ID 853915COMUNICADO DE ABERTURA OBJETO: REGISTRAR PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TIRAS / REAGENTES PARA DETECÇÃO DE GLICEMIA CAPILAR PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servicos.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 05/02/2021, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 05/02/2021 e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30 do dia 05/02/2021. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 22 de janeiro de 2021. Mário Luiz Duarte Antunes Secretário Municipal de Fazenda

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021 PROCESSO Nº 1404/2020 ID 853949 COMUNICADO DE ABERTURA OBJETO: REGISTRAR DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMPRESSA DE GAZE E ATADURAS PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servicos.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 08/02/2021, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 08/02/2021 e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30 do dia 08/02/2021. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 22 de janeiro de 2021. Mário Luiz Duarte Antunes Secretário Municipal de Fazenda

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021 PROCESSO Nº 1360/2020 ID 853959 COMUNICADO DE ABERTURA OBJETO: REGISTRAR DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERINGAS DESCARTÁVEIS COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servicos.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 10/02/2021, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 10/02/2021 e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30 do dia 10/02/2021. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 22 de janeiro de 2021. Mário Luiz Duarte Antunes Secretário Municipal de Fazenda

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021 PROCESSO Nº 1360/2020 ID 853965 COMUNICADO DE ABERTURA OBJETO: REGISTRAR DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servicos.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 05/02/2021, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 05/02/2021 e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30 do dia 05/02/2021. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 22 de janeiro de 2021. Mário Luiz Duarte Antunes Secretário Municipal de Fazenda

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2020 PROCESSO Nº 493/2020 ID BB 853834 COMUNICADO DE REABERTURA OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS: INSULINA DEGLUDECA, LISPRO E ASPARTE, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA. COMUNICAMOS, pelo presente, a REABERTURA do certame em epígrafe. As propostas serão recebidas e cadastradas até às 08h00 do dia 05/02/2021, com o início da sessão pública sendo às 09h30 do mesmo dia. São Carlos, 21 de janeiro de 2021. Roberto C. Rossato Autoridade Competente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2020 PROCESSO Nº 9118/2020 ID 849718 COMUNICADO DE REABERTURA OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E IMPLEMENTOS PARA ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA PREFEITURA DE SÃO CARLOS. COMUNICAMOS, pelo presente, a REABERTURA do certame em epígrafe. As propostas serão recebidas e cadastradas até às 08h00 do dia 04/02/2021, com o início da sessão pública sendo às 09h30 do mesmo dia. São Carlos, 22 de janeiro de 2021. Roberto Carlos Rossato Autoridade Competente

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Extrato de Contrato nº 117/20 - Contratante: Prefeitura Municipal de São Carlos - Contratada: Centroeste Carnes e Derivados Ltda. - Objeto: aquisição de produtos cárneos para as unidades dos Restaurantes Populares do Município - Valor: R$ 654.316,62 - Data da assinatura: 29/12/20 - Vigência: 8 meses - Modalidade: Pregão Eletrônico nº 13/20 e Ata de Registro de Preços nº 113/20 - Processo nº 22.328/19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA

Extrato do Aditamento nº 5/21 - 2º termo aditivo ao Termo de Fomento nº 21/19 - Partes: Prefeitura Municipal de São Carlos e Associação Veracidade - Objeto: prorroga a vigência até 31/12/21 - Fundamento: Lei Municipal nº 19.351/19 - Data da assinatura: 18/01/21 - Processo nº 10.690/19

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

Extrato de Aditamento Contratual - 2º termo aditivo ao Contrato nº 89/20 - Contratante: Prefeitura Municipal de São Carlos - Contratada: Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda. - Objeto: acresce serviços ao contrato para execução de pavimentação nas Ruas Genésio D'Aquino e Guerino Fracasso, prorroga a vigência para 26/05/21, e acresce a quantia de R$ 12.501,45 - Data da assinatura: 18/01/21 - Processo nº 1.466/20

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato do Aditamento nº 4/21 - 7º termo aditivo ao Termo de Convênio nº 4/20 - Partes: Prefeitura Municipal de São Carlos e Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos - Objeto: altera a cláusula do repasse para R$ 17.218.675,94 - Fundamento: Lei Municipal nº 8.666/93 - Data da assinatura: 13/01/21 - Processo nº 30.349/18

Extrato do Termo nº 38/20 - Locatário: Prefeitura Municipal de São Carlos - Locador: João Antonio Montanari, representado por Emídio Machado - Objeto: Termo de Rescisão Amigável ao Contrato FMS nº 144/07, cujo objeto é a locação de imóvel localizado na Rua Antônio Pratavieira, nº 140, Cidade Aracy, a partir de 07/12/20 - Data da assinatura: 28/12/20 - Processo nº 1.861/07/SMS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Extrato de Contrato nº 119/20 - Contratante: Prefeitura Municipal de São Carlos - Contratada: Terra Plana - Locação e Serviços EIRELI - Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manejo e poda de árvores - Valor: R$ 412.923,84 - Data da assinatura: 29/12/20 - Vigência: 4 meses - Modalidade: Pregão Presencial nº 42/19 e Ata de Registro de Preços nº 61/20 - Processo nº 29.115/18

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Extrato de Aditamento Contratual - 7º termo aditivo ao Contrato nº 132/15 - Locatário: Prefeitura Municipal de São Carlos - Locadora: FCR Empreendimentos e Participações Ltda., Illuminati Empreendimentos e Participações Ltda., Leda Maria Freitas Moretti, Mario Kiyoshi Morikawi e Jorge Chogi Moriwaki, representados por Gigante Imóveis Ltda. - ME - Objeto: prorroga a vigência do contrato de locação do imóvel situado na Rua José Bonifácio, nº 889, para 29/12/21, com aluguel mensal de R$ 5.015,26 - Data da assinatura: 22/12/20 - Processo nº 12.984/15

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

HOMOLOGAÇÃO PP N.º 053/2020

Fica HOMOLOGADO o resultado do Pregão supra.

São João da Boa Vista, 22/01/2020.

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA

Prefeita Municipal.

RESULTADO DO PP 053/20

A Pref. M. de São João da Boa Vista torna público a adjudicação do certame supra.

L. DE S. ESPORTES EIRELI ME, vencedor do item 001 pelo valor unitário de R$ 88,18.

São João da Boa Vista, 22/01/2020.

RENATA SOARES ALEIXO DE CARVALHO - Pregoeira

SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES

AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta na Prefeitura Municipal de São João das Duas Pontes – SP, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2021, Processo nº 03/21, para Contratação de empresa para disponibilização de profissional especializado em Pediatria, para atendimento nas dependências da Unidade Básica de Saúde de São João das Duas Pontes, nos exercícios de 2021/2022. Data para apresentação das propostas será até às 9:00 horas do dia 04 de fevereiro de 2021. O edital completo encontra-se a disposição no Setor de Compras da Prefeitura Municipal, situada à Rua Irmãos Brandini, nº 503, ou no Site. www-saojoaoddpontes.sp.gov.br. Todos esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço supra ou pelo telefone (17) 3481-1277. São João das Duas Pontes – SP, 22 de janeiro de 2020.

JOSE CARLOS CEZARE- Prefeito Municipal

SÃO JOSÉ DO BARREIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO – SP torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório nº 035/2021 fora considerado vencedor do certame a empresa ANDERSON S. RIBEIRO COMBUSTÍVEIS, CNPJ Nº 03.702.174/0001-94, cujo objeto é A AQUISIÇÃO DE LITROS DE COMBUSTÍVEIS COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA, com o valor unitário de: Item 001 – R$ 3,53 (três reais e cinquenta e três centavos); Item 002 – R$ 4,55 (quatro reais e cinquenta e cinco centavos) e Item 003 – R$ 3,90 (três reais e noventa centavos).

São José do Barreiro, 22 de janeiro de 2021. Vinicius Marques Oliveira – Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO

ADITAMENTO N.º 03 - CONTRATO N.º 03/2018

CONTRATANTE: Câmara Municipal de São José do Barreiro

CONTRATADA: D'Avila Assessoria Contábil Ltda.

OBJETO: Prestação de Serviços Técnicos Contábeis

DATA DA ASSINATURA: 01/01/2021

DATA ENCERRAMENTO: 31/12/2021

VALOR TOTAL: R$ 49.757,16 (quarenta e nove mil e setecentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos)

MODALIDADE: Convite nº 01/2018

ADITAMENTO N.º 01 - CONTRATO N.º 03/2020

CONTRATANTE: Câmara Municipal de São José do Barreiro

CONTRATADA: Ângela Maria Rezende Rodrigues

OBJETO: Prestação de Serviços Técnicos Jurídicos

DATA DA ASSINATURA: 01/01/2021

DATA ENCERRAMENTO: 31/12/2021

VALOR TOTAL: R$ 60.075,84 (sessenta mil e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)

MODALIDADE: Convite nº 01/2020

CONTRATO N.º 01/2021

CONTRATANTE: Câmara Municipal de São José do Barreiro

CONTRATADA: Rafael de Souza Oliveira

OBJETO: Locação de uma vaga de garagem para o veículo oficial da Câmara Municipal

DATA DA ASSINATURA: 01/01/2021

DATA ENCERRAMENTO: 31/12/2021

VALOR TOTAL: R$ 1.881,36 (um mil e oitocentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos)

MODALIDADE: Dispensa de Licitação

Presidente: Ver. Djalma Santos Andrade

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

AVISO

EXTRATO DE SESSÃO E TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 534/2020 – Processo 14.075/2020

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de pintura para atender a demanda da equipe de manutenção da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. Sessão pública realizada on line com início dia 08/01/2021, sendo adjudicado os itens ás empresas declaradas vencedoras: L. F. GONÇALVES JÚNIOR TINTAS EIRELI ME (itens 2, 4, 6, 7) e MORAES E GUEDES TINTAS LTDA ME (itens 1, 3, 5). Não houve manifestação de intenção

de recurso. A íntegra da sessão está disponível no "Portal de Compras" – Lucia Helena Antonio - Pregoeira.

HOMOLOGO este procedimento licitatório por não vislumbrar nenhuma irregularidade. Fábio Ferreira Dias Marcondes - Secretário Municipal de Esportes e Lazer.

AVISO

EXTRATO DE SESSÃO E TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 540/2020 – Processo 14.094/2020

Objeto: Registro de preços para aquisição de material de alvenaria (areia grossa, cimento e outros) para atender as necessidades da equipe de manutenção da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. Sessão pública realizada on line com início dia 12/01/2021, sendo adjudicado os itens á empresa declarada vencedora: INDÚSTRIA DE MÓVEIS V.V. LTDA ME (itens 2, 5). Os itens 1, 3 e 4 foram fracassados. Não houve manifestação de intenção de recurso. A íntegra da sessão está disponível no "Portal de Compras" – Lucia Helena Antonio - Pregoeira.

HOMOLOGO este procedimento licitatório por não vislumbrar nenhuma irregularidade. Fábio Ferreira Dias Marcondes - Secretário Municipal de Esportes e Lazer.

COMUNICADO

NOTIFICAÇÃO

CONTRATADA: EUROMEDICA COMERCIO E MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSP. EIRELI

CONTRATO Nº 0152/17 E PRE/0137/17

Considerando os chamados que foram abertos durante a vigência dos contratos em epígrafe, para atendimento dos equipamentos relacionados nas OS 30993, 31773, 31737, 31294, 32249, 32294, 32115, 32393 E 32365. Considerando que os equipamentos foram retirados para manutenção corretiva em oficina e até o momento não foram devolvidos. Considerando o previsto no Anexo I, T.R, item 3, subitem 3.9, Item 5, subitem 5.8.1, item 9 e subitens 9.6.2 e 9.6.3. Fica a contratada supramencionada NOTIFICADA a REALIZAR A DEVOLUÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CONSERTADOS E REINSTALAR DEIXANDO OS EQUIPAMENTOS EM FUNCIONAMENTO, no prazo de 24 horas, contados do recebimento desta, de forma a dar real cumprimento ao processo licitatório. Concedemos o prazo de 05 dias úteis para a empresa em querendo, apresentar o contraditório, em atendimento aos ditames constitucionais. SMS – DADM

COMUNICADO

NOTIFICAÇÃO

CONTRATADA: LICIT RIB COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA LTDA EPP

EMPENHO 44/21

CONTRATADA: GIGANTE PRODUTOS MEDICOS EIRELI EPP

EMPENHO 53/21

Notifico os representantes legais das contratadas, para entregarem no prazo de 02 dias úteis, impreterivelmente, a contar do recebimento desta, a totalidade dos empenhos em epígrafe. O não cumprimento do prazo estabelecido implicará na aplicação das penalidades administrativas. Fica concedido o prazo de 05 dias úteis para a empresa em querendo apresentar contraditório, em atendimento aos ditames constitucionais. – SMS – DADM

COMUNICADO

NOTIFICAÇÃO

CONTRATADA: RAPHAEL GONÇALVES NICESIO EPP

EMPENHO 131/21

CONTRATADA: CECIL RAMALHO 15485230890

EMPENHO 133/21

Notifico os representantes legais das contratadas, para entregarem no prazo de 03 dias úteis, impreterivelmente, a contar do recebimento desta, a totalidade dos empenhos em epígrafe. O não cumprimento do prazo estabelecido implicará na aplicação das penalidades administrativas. Fica concedido o prazo de 05 dias úteis para a empresa em querendo apresentar contraditório, em atendimento aos ditames constitucionais. – SMS – DADM

COMUNICADO

NOTIFICAÇÃO

CONTRATADA: BEBEDOUROS CANOVAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP

EMPENHO 982/20

Considerando manifestação da Ger. de Manutenção, quanto a não resolutividade em tempo hábil para o atendimento da garantia do equipamento relacionado no chamado em aberto OS 31854. Considerando previsão contratual em sua Cláus. 2ª, item 2.3, subitens 2.3.1 e 2.3.2. Fica a contratada supramencionada NOTIFICADA a REALIZAR O ATENDIMENTO DA GARANTIA E FINALIZAR O CHAMADO, no prazo de 2 horas, contados do recebimento desta, de forma a dar real cumprimento ao processo licitatório. O não cumprimento do prazo estabelecido implicará na aplicação das penalidades administrativas. Fica concedido o prazo de 05 dias úteis para a empresa em querendo apresentar contraditório, em atendimento aos ditames constitucionais. – SMS – DADM

COMUNICADO

RETOMADA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 401/2020 – PROCESSO Nº 13.348/2020

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais hospitalares. Secretaria Municipal de Saúde. Fica designada a data da sessão de retomada do pregão em epígrafe para o dia 26/01/2021 às 10:30hs para continuidade dos trabalhos. Adriana Tápparo – Pregoeira

COMUNICADO

RETOMADA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 444/2020 – PROCESSO Nº 13.665/2020

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais hospitalares. Secretaria Municipal de Saúde. Fica designada a data da sessão de retomada do pregão em epígrafe para o dia 26/01/2021 às 14:00hs para continuidade dos trabalhos. Adriana Tápparo – Pregoeira

EXTRATO

PORTARIA N.º 921, de 21 de fevereiro de 2020

Extrato de Resultado de Processo Administrativo

Indiciado(a): MILTON EUGÊNIO MENEZES

Resultado: aplicação do inciso I, do artigo 233, da Lei Complementar nº 05/90 e o consequente arquivamento.

FÁBIO GANDOLFI LOPES

Advogado:– OAB/SP 250.746

EXTRATO 9° Termo Aditivo Contratual

Pregão eletronico nº 274/2018 – Contrato: PRE/0159/18

Contratada: GF DA SILVA COMERCIO E PREST. DE SERVIÇOS DE LIMPEZA

Nos termos do Interno 08/2021 SME, e tendo em vista o disposto no art. 78, XIV da LF 8666/93, e o Decreto Munici-pal 65.437/20, com a prorrogação da quarentena, fica suspenso pelo prazo de 30 dias retroagindo a 01/01/2021, o contrato supramencionado. SME. Fabiana Z. de Azevedo Costa.

EXTRATO

1° Termo Aditivo Contratual

Pregão eletronico nº 452/19 – Contrato: PRE/0350/19

Contratada: Ramadam & Figueiredo Const. Com. e Serviços Ltda

Nos termos do art. 65, §1º e § 2º, da Lei 8.666/93, fica acrescido em aproximadamente 25% do valor inicial do contra-to supramencionado. SME. Fabiana Z. de Azevedo Costa.

EXTRATO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 317/2020

CONTRATO nº PRE/0009/21

CONTRATADA: SEATTLE TECNOLOFIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS EIRELI EPP

OBJETO: Aquisição de eletrodomésticos – SMAS – Helena Cristina Rozales da Silva Marangoni– Prazo de vigência: 12 meses. Valor Total: R$26.725,00.

EXTRATO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 317/2020

CONTRATO nº PRE/0010/21

CONTRATADA: SEATTLE TECNOLOFIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS EIRELI EPP

OBJETO: Aquisição de eletrodomésticos – SMAS – Helena Cristina Rozales da Silva Marangoni– Prazo de vigência: 12 meses. Valor Total: R$27.965,00.

EXTRATO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 448/2020

CONTRATO nº PRE/0011/21

CONTRATADA: SEATTLE TECNOLOFIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS EIRELI EPP

OBJETO: Aquisição de eletrodomésticos – SMAS – Helena Cristina Rozales da Silva Marangoni– Prazo de vigência: 12 meses. Valor Total: R$935,88.

EXTRATO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 448/2020

CONTRATO nº PRE/0012/21

CONTRATADA: ISRAEL MOTTA DE SOUZA JUNIOR ME

OBJETO: Aquisição de eletrodomésticos – SMAS – Helena Cristina Rozales da Silva Marangoni– Prazo de vigência: 12 meses. Valor Total: R$11.256,00.

EXTRATO DE CONTRATO

EMPENHO N.º 1208/2021

CONTRATO Nº: DPL/0002/21

CONTRATADA: MATRIX LTDA

OBJETO: Prestação de serviços para fornecimento de API Oficial do whastapp enterprise, para atendimento receptivo – SMF – José Martinho Wolf Ravazzi Neto - Prazo de vigência: 12 meses. Valor Total: R$12.160,00

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS

Licitações homologadas pelo Secretário de Gestão Administrativa e Finanças, Sr. Odilson Gomes Braz Junior: Pregão Eletrônico 207/SGAF/2020 Objeto: Ata de registro de preços para fornecimento de material de limpeza. Homologada em: 20/01/2021, referente aos lotes 1, 4 e 5 do edital. // Pregão Eletrônico 214/SGAF/2020 Objeto: Aquisição de equipamentos e acessórios de informática. Homologada em: 20/01/2021, referente aos lotes 1 ao 4, 7, 9 e 10 do edital. // Pregão Eletrônico 232/SGAF/2020 Objeto: Ata de registro de preços para fornecimento de botinas de segurança e luva de vaqueta. Homologada em: 15/01/2021, referente aos lotes 2 ao 8 do edital. // Pregão Eletrônico 234/SGAF/2020 Objeto: Ata de registro de preços para fornecimento de frutas. Homologada em: 20/01/2021. // Pregão Eletrônico 238/SGAF/2020 Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC). Homologada em: 20/01/2021. // Pregão Eletrônico 254/SGAF/2020 Objeto: Ata de registro de preços para fornecimento de refrigerador duplex. Homologada em: 20/01/2021.

Informações: Rua José de Alencar, 123 - 1º andar - sala 03, das 08h15 às 17h00. José Cláudio Marcondes Paiva – Diretor do Departamento de Recursos Materiais. Os editais completos podem ser retirados através do site: www.sjc.sp.gov.br.

Prorrogação de licitação por prazo indeterminado: Pregão Eletrônico 264/SGAF/2020. Objeto: Contratação de empresa em soluções de tecnologia da informação (TI), para concessão de licença de uso de um sistema de gestão e controle das ocorrências da Guarda Civil Municipal (Software As A Service – SAAS). Informamos que a Licitação em referência, que aconteceria em 28/01/2021 às 14h00, foi Prorrogada por prazo indeterminado.

Informações: Rua José de Alencar, 123 - 1º andar - sala 03, das 08h15 às 17h00. José Cláudio Marcondes Paiva – Diretor do Departamento de Recursos Materiais. Os editais completos podem ser retirados através do site: www.sjc.sp.gov.br.

SECRETARIA DE SAÚDE

Prorrogação de licitação por prazo indeterminado: PE 029/SS/2021. Objeto: Ata de Registro de Preços para o Fornecimento de Material Hospitalar - Teste Rápido para Covid-19. Informamos que a Licitação em referência, que aconteceria em 25/01/2021 às 08h30, foi Prorrogada por prazo indeterminado..

Editais de licitação: PE 024/SS/2021. Objeto: Ata de Registro de Preços para o Fornecimento de Medicamentos Diversos - Grupo XIX. Abertura em 25/02/2021 às 08h30.// PE 025/SS/2021. Objeto: Ata de Registro de Preços para o Fornecimento de Medicamentos Diversos - Grupo XX. Abertura em 26/02/2021 às 08h30.// PE 026/SS/2021. Objeto: Ata de Registro de Preços para o Fornecimento de Medicamentos Diversos - Grupo XXI. Abertura em 26/02/2021 às 13h30.

Reabertura de Licitação com alteração de Edital: PE 372/SS/2020. Objeto: Aquisição de Material Elétrico – Fotocélula. Reabertura em 25/02/2021 às 13h30.

Licitações homologadas pelo Secretário de Saúde, Danilo Stanzani Júnior: PE 368/SS/2020. Objeto: Aquisição de Órteses e Materiais Auxiliares - Grupo V, nos lotes 1 a 13, 15 a 17, 19, 20 e 22. Homologada em 22/01/2021. // PE 351/SS/2021. Objeto: Ata de Registro de Preços para o Fornecimento de Medicamentos Diversos - Ação Judicial - Grupo XX, nos lotes 1 a 4, 6, 7, 11 a 13, 15 a 18 e 20. Homologada em 22/01/2021.

Informações: Rua Óbidos, 140 – Parque Industrial. Sérgio Salles – Diretor do Departamento Administrativo da Secretaria de Saúde. Editais na íntegra: https://servicos.sjc.sp.gov.br/sa/licitacoes/index.aspx

SÃO MANUEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

Aviso de reabertura de licitação - Pregão Eletrônico - O Município de São Manuel/SP torna público a reabertura do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico sob n.º 145/2020 – Processo Administrativo n.º 5220/1/2020 que tem como objeto a Aquisição de impressora para cartões PVC dupla face, conforme descrito ANEXO I – participação ampla. Início do recebimento das propostas: 26 de janeiro de 2021 às 08:00. Fim do recebimento das propostas: 05 de fevereiro de 2021 às 08:00. Abertura e exame das propostas: dia 05 de fevereiro de 2021 às 08:30. O edital completo encontra-se disponível em https://www.saomanuel.sp.gov.br/portal/editais/1. São Manuel, 22 de janeiro de 2021. Ricardo Salaro Neto – Prefeito Municipal.

Aviso de licitação - Pregão Eletrônico - O Município de São Manuel/SP torna público a abertura do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico sob n.º 016/2021 – Processo Administrativo n.º 3527/1/2020 que tem como objeto a Contratação de empresa para reforma de placas de sinalização viária do município de São Manuel, conforme descrito no ANEXO I – com exclusividade para participação de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), assim definidas pelo art. 3º da Lei Complementar 123/06, de acordo com o estabelecido pelo edital. Início do recebimento das propostas: 26 de janeiro de 2021 às 08:00. Fim do recebimento das propostas: 05 de fevereiro de 2021 às 08:00. Abertura e exame das propostas: dia 05 de fevereiro de 2021 às 08:30. O edital completo encontra-se disponível em https://www.saomanuel.sp.gov.br/portal/editais/1. São Manuel, 22 de janeiro de 2021. Ricardo Salaro Neto – Prefeito Municipal.

SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA

AVISO DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2021

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO n.º 02/2021

José Francisco Martha, Prefeito Municipal de São Sebastião da Grama, torna público que acha-se aberto, procedimento licitatório na modalidade Inexigibilidade de Licitação de Credenciamento nº 01/2021, Processo n° 02/2021, tendo como objetivo principal da presente licitação credenciamento contratação de serviços médicos, na forma de credenciamento, para atendimento na unidade básica de saúde municipal, nas especialidades de médico de ESF e GINECOLOGIA/OBSTETRA, conforme termo de referência anexo, mediante as condições estabelecidas neste edital. Maiores informações poderão ser obtidas pelos Telefones. (0**19) 3646-9951 ou pelo e-mail's: licitacao@ssgrama.sp.gov.br e licitacao2@ssgrama.sp.gov.br.

São Sebastião da Grama, 22 de janeiro de 2021.

José Francisco Martha

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2021

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 03/2021

José Francisco Martha, Prefeito Municipal de São Sebastião da Grama, torna público que acha-se aberto, procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial 01/2021, Processo n° 03/2021, com encerramento no dia 04/02/2021, às 09:00 horas, tendo como objetivo principal da presente licitação contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de combustíveis (álcool, gasolina e óleo diesel) com abastecimento diretamente das bombas aos veículos da frota, para os departamentos da Prefeitura Municipal, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital.

Maiores informações poderão ser obtidas pelos Telefones. (0**19) 3646-9951/9727 ou pelo e-mail's: licitacao@ssgrama.sp.gov.br e licitacao2@ssgrama.sp.gov.br.

São Sebastião da Grama, 22 de janeiro de 2021.

José Francisco Martha

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2021

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO n.º 04/2021

José Franscisco Martha, Prefeito Municipal de São Sebastião da Grama, torna público que acha-se aberto, procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços 01/2021, Processo n° 04/2021,com encerramento no dia 09/02/2021, às 14:00 horas, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada para a reforma do Ginásio de Esporte Flávio Abba (2ª Etapa), conforme Convênio Estadual nº 100104/2020, celebrado entre o município de São Sebastião da Grama e a Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, conforme Memorial Descritivo, Planilhas, Cronograma, Projetos e mediante as condições estabelecidas neste Edital.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo Tel. (0XX19) 3646 9951, ou pelo e-mail: licitacao@ssgrama.sp.gov.br.

São Sebastião da Grama, 22 de janeiro de 2021.

José Francisco Martha

Prefeito Municipal

SÃO SIMÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2021

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO SIMÃO/SP, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 45.369.220/0001-25, através da PREFEITURA MUNICIPAL, por intermédio do Prefeito Municipal Marcos Daniel Bonagamba, torna público para conhecimento de quem possa interessar que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tendo em vista a escolha da proposta de MENOR PREÇO para Contratação para fornecimento de gêneros alimentícios hortifrutigranjeiros, estocáveis, carnes e frios, por demanda, para uso do setor de merenda escolar, fornecidos de forma parcela, conforme condições, quantidades e exigências. O recebimento das propostas será a partir do dia 01 de fevereiro de 2021 às 08:00h e o encerramento do recebimento será dia 04 de fevereiro de 2021 às 13:30h. A abertura da disputa será às 8h30min do dia 04 de fevereiro de 2021. O instrumento convocatório e seus anexos poderão ser retirados ou consultados no site oficial do Município: www.saosimao.sp.gov.br, na Seção de Licitações da Prefeitura Municipal, de segunda às sextas feiras, das 09h00min às 12h00min e das 13h30min às 16h00min, à Rua Rodolfo Miranda, n.º 167, Centro, ou ainda solicitado pelo telefone (16) 39849070 ou pelo e-mail: licitacao@saosimao.sp.gov.br. Marcos Daniel Bonagamba – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 002/2021

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO SIMÃO/SP, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 45.369.220/0001-25, através da PREFEITURA MUNICIPAL, por intermédio do Prefeito Municipal Marcos Daniel Bonagamba, torna público para conhecimento de quem possa interessar que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tendo em vista a escolha da proposta de MENOR PREÇO para Contratação para fornecimento LIVROS DIDÁTICOS. O recebimento das propostas será a partir do dia 26 de JANEIRO de 2021 às 09:00h e o encerramento do recebimento será dia 05 de fevereiro de 2021 às 08:30h. A abertura da disputa será às 9H00min do dia 05 de fevereiro de 2021. O instrumento convocatório e seus anexos poderão ser retirados ou consultados no site oficial do Município: www.saosimao.sp.gov.br, na Seção de Licitações da Prefeitura Municipal, de segunda às sextas feiras, das 09h00min às 12h00min e das 13h30min às 16h00min, à Rua Rodolfo Miranda, n.º 167, Centro, ou ainda solicitado pelo telefone (16) 39849070 ou pelo e-mail: licitacao@saosimao.sp.gov.br. Marcos Daniel Bonagamba – Prefeito Municipal.

SERRA NEGRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2021 - REABERTURA - OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA COMPOR O KIT ESCOLAR 2021. NOVA DATA: 04/02/2021 - 10H00M. PREGÃO PRESENCIAL N. 006/2021. OBJETO: FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA SEREM UTILIZADOS NO PAÇO MUNICIPAL, PAT E BOMBEIROS. DATA: 04/02/2021 - 14H00M. PREGÃO PRESENCIAL N. 007/2021. OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E CORRELATOS PARA SEREM UTILIZADOS NO PAÇO MUNICIPAL E PAT. DATA: 05/02/2021 - 10H00M. PREGÃO PRESENCIAL N. 008/2021. OBJETO: AQUISIÇÃO DE COBERTORES DE CASAL DESTINADOS AO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE. DATA: 09/02/2021 - 10H00M. PREGÃO PRESENCIAL N. 009/2021. OBJETO: FORNECIMENTO DE PISO TIPO LADRILHO HIDRÁULICO PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS. DATA: 09/02/2021 - 14H00M. PREGÃO PRESENCIAL N. 010/2021. OBJETO: FORNECIMENTO DE TONERS E CARTUCHOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS. DATA: 10/02/2021 - 10H00M. PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2021. OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. DATA: 10/02/2021 - 14H00M. PREGÃO PRESENCIAL N. 012/2021. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE RECARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO PARA BOTIJOES P13 E P45. DATA: 11/02/2021 - 10H00M. PREGÃO PRESENCIAL N. 013/2021. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE OLEO ESSENCIAL DE EUCALIPTO. DATA: 11/02/2021 - 14H00M. PREGÃO PRESENCIAL N. 014/2021. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS PARA A MERENDA ESCOLAR. DATA: 12/02/2021 - 10H00M. O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados, a partir do dia 25/01/2021, no site do Município, através do portal www.serranegra.sp.gov.br, pelo e-mail licitacao@serranegra.sp.gov.br ou retirado gratuitamente no balcão do setor de licitações da Prefeitura da Estância Hidromineral de Serra Negra, sito à Praça John F. Kennedy, s/n, Centro, em dias úteis, das 08h00m às 17h00m, devendo o interessado trazer sua mídia específica para cópia (cd/dvd, pendrive, etc). Informações: (19) 3892-9600. Serra Negra, 22 de Janeiro de 2021. Dr. ELMIR KALIL ABI CHEDID. Prefeito Municipal.

EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2020. CONTRATO N° 178/2020. CONTRATANTE – PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE SERRA NEGRA. CONTRATADA – AC MELKO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM 30 RUAS DO LOTEAMENTO NOVA SERRA NEGRA. DATA – 21/01/2021. Dr. ELMIR KALIL ABI CHEDID. Prefeito Municipal.

SOCORRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOCORRO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2020 - PROCESSO 084/2020 – PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2020 – Objeto: Registro de preços para Aquisição de Medicamentos, conforme pedido da Secretaria de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações descritas no anexo II – Termo de Referência. Empresa: ACACIA COMERCIO DEMEDICAMENTOS EIRELLI: item - 21, quant. 200.000, unid. – comp., descrição - maleato de enalapril 20mg, fabricante/registro – sanval 1071401410212, valor unit. - R$ 0,0454; item – 24, quant. – 200, unid. – frasco, descrição - fenobarbital 4% gotas, fabricante/registro – cristalia 1029800160030 – valor unit. - R$ 3,2200; item – 50, quant. - 80.000, unid.- comprimido, descrição: cloridrato de amitriptilina 25mg, fabricante/registro: cristalia 1029802250053, valor unit. - R$ 0,1280.

Paulo Reinaldo de Faria - Chefe de Supervisão de Licitação.

SOROCABA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

A Prefeitura de Sorocaba, por meio da Comissão Permanente de Licitações, torna público às licitantes da Tomada de Preços nº 07/2020, CPL nº. 463/2020, destinada à contratação de empresa especializada para realização de serviços de recapeamento em diversas ruas do Município de Sorocaba – Convênio Estadual, que as licitantes CÉU AZUL TERRAPLANAGEM E PAVIMENTADORA LTDA e ELLENCO CONSTRUÇÕES LTDA apresentaram recurso em face ao julgamento da habilitação. Os documentos encontram-se disponíveis no site https://api.sorocaba.sp.gov.br/pub-consulta/#/publicacoes. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para contrarrazões. Sorocaba, 22 de janeiro de 2021. Comissão Permanente de Licitações.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Processo Administrativo: nº 532/2019-SAAE (licitação).

Processo Administrativo: nº 5248/2019-SAAE (apuração).

Licitante:ELAINE CRISTINA CANDIDA DA SILVA - EPP.

Aplicação de multa de 20% sobre o valor total da proposta, correspondente a R$ 809,90.

Data: 08/01/2021.

SUD MENUCCI

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENUCCI

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO Nº 025/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 053/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2018

PROCESSO N° 060/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENUCCI

CONTRATADA: TELEFONICA BRASIL S/A

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e execução, com início em 08 de outubro de 2020 e término em 15 de janeiro de 2021.

VALOR: R$ 11.939,32 (onze mil, novecentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos).

Data de assinatura: 08 de outubro de 2020.

JULIO CESAR GOMES

PREFEITO MUNICIPAL

SUMARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2020 - HOMOLOGAÇÃO

O Secretário Municipal de Educação no uso de suas atribuições, homologa o objeto da Licitação nº 108/2020, junto à empresa D.C.N. Uniformes e Serviços Eireli, destinado a Aquisição de máscaras de tecido para serem utilizados pelos alunos da rede municipal d ensino para o enfrentamento da pandemia Covid-19., para que produza os devidos efeitos legais.

SUMARÉ, 22 DE JANEIRO DE 2021

PAULO ROGÉRIO TOSTA

SECRETÁRIO - SMARH

CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

AVISO DE DE REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL 17/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 489/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO EXISTENTES NAS INSTALAÇÕES DA CÂMARA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 3 de fevereiro de 2021 às 09h00 no Plenário da Câmara Municipal de Sumaré LOCAL: Câmara Municipal de Sumaré - Travessa 1º Centenário nº 32 – Centro, Sumaré – SP, CEP 13.170.370.

CONSULTA E FORNECIMENTO DE EDITAL: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no endereço eletrônico www.camarasumare.sp.gov.br ou junto ao Departamento de Licitações, no endereço citado, de 2ª a 6ª feira, das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 16h30, mediante o recolhimento aos cofres públicos da importância de R$ 0,25 (vinte e cinco centavos de real) por folha ou gratuito fornecendo uma mídia para gravar.

Outras informações pelo telefone (19) 3883-8816 ou pelo e-mail compras@camarasumare.sp.gov.br.

Sumaré, 22 de janeiro de 2021.

William de Souza Rosa

Presidente da Câmara Municipal de Sumaré

SUZANÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANÁPOLIS

RETIFICAÇÃO DE EDITAL: Fica Alterado a data de abertura de sessão inicial do processo licitatório referente ao PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2021 PROCESSO 001/2021, objetivando a "Contratação de empresa para Aquisição de Gêneros Alimentícios para abastecimento da Rede Municipal de Ensino e dos Diversos Setores desta Municipalidade", conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital do dia 02/02/2021 as 08h30 para o dia 09/02/2021 as 08h30min, devido a correção dos itens 14, 15 e 16 do termo de referência do edital, com substituição do tipo de Carne Acém por tipo Patinho. O Edital retificado completo com os seus anexos encontra-se disponível para retirada, através do site: https://www.suzanapolis.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (18) 3706-9000 ou através do e-mail: licitacoes@suzanapolis.sp.gov.br.Suzanápolis/SP, 22 de janeiro de 2021. JOSE LUIZ GAVA – Prefeito Municipal.

SUZANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

RATIFICAÇÃO: TORNAMOS PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que o Senhor Secretário Municipal de Planejamento e Finanças RATIFICOU:

Dispensa de Licitação: com base no art. 24, inc. XVI, da Lei Federal nº 8.666/93, prestação de serviços de publicidade legal - SISTEMA PUBNET – CONTRATADA: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A - IMESP – VALOR: R$ 1.624.848,75 – DATA: 22 de janeiro de 2021.

ITAMAR CORRÊA VIANA – Secretário Municipal de Planejamento e Finanças.

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2020 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AR CONDICIONADO.

TORNAMOS PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que o Senhor Pregoeiro ADJUDICOU o objeto do presente PREGÃO à empresa BRISAMAX COMÉRCIO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO EIRELI EPP com o valor global de R$ 134.952,00 (Cento e trinta e quatro mil, novecentos e cinquenta e dois reais), cuja decisão foi HOMOLOGADA pelo Senhor Secretário Municipal de Saúde.

PEDRO CHARLES SHIRAKAWA ISHI – Secretário Municipal de Saúde.

TABATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABATINGA

O Município de Tabatinga comunica aos interessados que foi JULGADO, ADJUDICADO e HOMOLOGADO o seguinte Processo Licitatório:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2021 – EDITAL Nº 001/2021, que tem como objeto a Aquisição de Combustível (Gasolina Comum e Etanol) para veículos da Frota Municipal. Em favor da Empresa: D'ABRUZZO E FILHO LTDA - CNPJ: 57.643.710/0001-57, quantos aos itens 01 e 02. Tabatinga/SP, 22 de janeiro de 2021.

EDUARDO PONQUIO MARTINEZ
PREFEITO MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2021
EDITAL Nº 005/2021
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Tabatinga/SP torna público que, no dia e hora especificados, na sede do Município, sito à Rua Dario Rodrigues Louzada, nº 338, Centro, realizar-se-á licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço GLOBAL, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Concreto Usinado, para manutenção de prédios e logradouros públicos do Município de Tabatinga e do Distrito Curupá, conforme especificações contidas em Edital completo que poderá ser obtido pelo site www.tabatinga.sp.gov.br e no setor de licitações no Município de Tabatinga/SP, localizado na Rua Dario Rodrigues Louzada, 338, Centro. Sessão de recebimento dos Envelopes para o dia 08 de fevereiro de 2021, até as 09h00min. Tabatinga/SP, 20 de janeiro de 2021.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2021
EDITAL Nº 006/2021
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Tabatinga/SP torna público que, no dia e hora especificados, na sede do Município, sito à Rua Dario Rodrigues Louzada, nº 338, Centro, realizar-se-á licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço GLOBAL, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual Realização de Exames Laboratoriais para o Município de Tabatinga/SP, conforme especificações contidas em Edital completo que poderá ser obtido pelo site www.tabatinga.sp.gov.br e no setor de licitações no Município de Tabatinga/SP, localizado na Rua Dario Rodrigues Louzada, 338, Centro. Sessão de recebimento dos Envelopes para o dia 04 de fevereiro de 2021, até as 09h00min. Tabatinga/SP, 21 de janeiro de 2021.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2021
EDITAL Nº 007/2021
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Tabatinga/SP torna público que, no dia e hora especificados, na sede do Município, sito à Rua Dario Rodrigues Louzada, nº 338, Centro, realizar-se-á licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço ITEM, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de kit's de testes rápidos de detecção do coronavírus (Covid-19), destinados ao atendimento das necessidades das Diretorias de Saúde e Educação do Município de Tabatinga/SP, conforme especificações contidas em Edital completo que poderá ser obtido pelo site www.tabatinga.sp.gov.br e no setor de licitações no Município de Tabatinga/SP, localizado na Rua Dario Rodrigues Louzada, 338, Centro. Sessão de recebimento dos Envelopes para o dia 09 de fevereiro de 2021, até as 09h00min. Tabatinga/SP, 22 de janeiro de 2021.

EDUARDO PONQUIO MARTINEZ
PREFEITO MUNICIPAL

TABOÃO DA SERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA

AVISO DE QUALIFICAÇÃO DE OSS

Avisamos que as entidades ASSOCIAÇÃO METROPOLITANA DE GESTÃO–AMG(administrativo:744/21-Validade:18/01/22) e ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO INSTITUTO PRIUS(administrativo:1109/21--Validade:18/01/22),estão QUALIFICADAS,como OSS–Organização Social na área de saúde,no âmbito deste Município. Declarações completas poderão ser consultadas na integra no site:www.ts.sp.gov.br(Licitações).Taboão da Serra,22/01/21.

JOSÉ ALBERTO TARIFA NOGUEIRA-Secretário de Saúde

EXTRATO DO 2º ADITIVO CONTRATUAL

Contratante:P.M.T.S. Contratada:SERRACON CONSTRUÇOES EIRELI–ME.Objeto Resumido:CONSTRUÇÃO DE COLUMBÁRIOS NO CEMITÉRIO DA SAUDADE.Finalidade:1–Prorroga-se vigência de 12/03/21 e término 28/05/21;2–Prorroga-se execução de 21/01/21 e término 18/02/21;3–Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais não integrantes do presente instrumento.Licitação:CONVITE NºC-09/20.Assinatura:20/01/21.

WAGNER LUIZ ECKSTEIN JUNIOR–SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

TAMBAÚ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBAÚ

Manifestação – Ref. Processo nº 573/2020

Vistos.

Tendo assumido a Chefia do Poder Executivo Municipal no dia 1º de janeiro de 2021, deparei-me com 03 reservas de dotação expedidas no bojo do processo acima indicado, que receberam os números 2389, 2390 e 2391, todas expedidas pelo então Coordenador de Finanças do Município aos 07/12/2020, e que têm por objeto a prestação de serviços técnicos especializados em planejamento, organização e execução de concurso público.

De sobreditas reservas de dotação foi deflagrado o Concurso Público nº 02/2020, cujas inscrições estão abertas desde o dia 28 de dezembro de 2020, com previsão de encerramento no próximo dia 08 de janeiro de 2021.

Ocorre que a despeito da relevância do objeto que se pretende contratar, especificamente no que toca à pretensão de se recrutar diretor de unidade educacional, diretor pedagógico, enfermeiro e médico do trabalho, verifico que o processo de compra que levou à contratação da empresa responsável pela organização e realização do Concurso Público nº 02/2020 se deu por dispensa de licitação, tendo a somatória das reservas de dotação montado a importância de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Ademais, conquanto tenham sido anexadas justificativas para a abertura do Concurso Público para alguns dos cargos que se pretende recrutar, estando, aparentemente, em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, em outras situações, como é o caso do médico do trabalho e do enfermeiro, não restou devidamente evidenciado nos autos do procedimento de dispensa de licitação (processo nº 573/2020) a hipótese de "reposições de vacâncias", previstas no art. 8º, inciso V, do aludido diploma legal como situação permissiva (e excepcional) da realização de concurso público durante o período da pandemia.

Outro ponto digno de nota e que converge para esta decisão diz respeito ao fato de que aportaram no Gabinete pedidos de retificação do Edital do Concurso Público nº 02/2020, tendo sido questionados os requisitos mínimos exigidos paga alguns dos cargos públicos que se pretende recrutar, o que está a exigir uma análise mais profunda acerca da adequação dos requisitos de escolaridade exigidos dos concorrentes à luz da legislação de regência, além de outras exigências editalícias, de modo a assim garantir ampla competitividade aos concorrentes.

Por estas razões, ancorado em razões de interesse público e com fundamento na Súmula 473 do E. Supremo Tribunal Federal, e no art. 53 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolvo:

1) Anular as ordens de empenho decorrentes do processo nº 573/2020, que culminaram com a expedição das reservas de dotação nº 2389, 2390 e 2391;

2) Rescindir a contratação da empresa RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais levada a efeito nos autos do processo nº 573/2020, comunicando-a, de imediato;

2.1) Solicito aqui o levantamento do setor de contabilidade acerca de eventual pagamento à empresa já realizado em razão das ordens de empenho aqui indicadas;

3) Cancelar o Concurso Público nº 02/2020, comunicando-se a empresa responsável pela realização do certame para que a mesma suspenda de imediato as inscrições, sem prejuízo de providenciar prontamente a restituição dos valores dos candidatos já inscritos.

Comunique-se aos setores competentes e faça-se cumprir com urgência as determinações aqui constantes.

Tambaú, 06 de janeiro de 2021
Leonardo Teixeira Spiga Real
Prefeito Municipal
COMUNICADO Nº 1
CANCELAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO

Comunicamos que, por decisão do Sr. Leonardo Teixeira Spiga Real, Prefeito do Município de Tambaú/SP, fica CANCELADO, a partir desta data, o Concurso Público Edital nº 02/2020.

As informações referentes à devolução da taxa de inscrição serão divulgadas em breve, nos sites www.concursosrbo.com.br e www.tambau.sp.gov.br

São Paulo, 7 de janeiro de 2021
RBO Concursos
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2020

ADJUDICO o objeto da Concorrência Pública nº 11/2020 à empresa FLEX – COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI – EPP, no valor total de R$ 212.038,82 (duzentos e doze mil, trinta e oito reais, oitenta e dois centavos), e HOMOLOGO, para todos os fins e efeitos de direito, nos termos do Artigo 43, Inciso VI, da Lei Federal n.º 8.666/93, o julgamento efetuado pela Comissão Permanente de Licitações, referente à proposta apresentada pela referida empresa no certame citado, que cuida da Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica, bem como guias e sarjetas na Rua Vicente Morandim, no município de Tambaú/SP, conforme contrato de repasse nº 1065.778-38/2019 - Convênio nº 891403/2019, firmado entre o município de Tambaú e o Ministério do Desenvolvimento Regional. Fica desde já notificada a empresa adjudicatária, nos termos do Edital, para comparecer junto ao Departamento de Licitações para assinatura do Contrato, devendo apresentar no ato da assinatura o comprovante de recolhimento da garantia das obrigações assumidas. Rosana Lígia Pontes Trautvein. Coordenadora de Finanças.

TAQUARAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Órgão Licitante: Município de Taquaral. Modalidade: Pregão Presencial 02/2021 (Processo 03/2021 – Edital 02/2021), do tipo "menor preço global". Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO MUNICIPAL. Data limite para apresentação e abertura dos envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTA: Credenciamento das 08h00min às 08h30min,com início do Pregão às 09h00min do dia 08/02/2021, na sede da Prefeitura Municipal de Taquaral, na Rua Cafezal, n° 530. Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.taquaral.sp.gov.br ou pelo e-mail licita@taquaral.sp.gov.br. Taquaral-SP, 22 de janeiro de 2.021. Paulo Sérgio Cardoso de Oliveira - Prefeito Municipal

TAQUARITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITUBA

EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N. 004/2021. A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITUBA/SP torna pública e para conhecimento dos interessados. Abertura de Pregão do Tipo: Menor preço por item, Não Diferenciada, OBJETO: "Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de tubos de concreto para manutenção de vias públicas, conforme solicitação da Coordenadoria Municipal de Obras Públicas e especificações descritas no Anexo I do Edital", regido pela L. F. 10.520 de 17/07/2002, Dec. Mun. 040/2006 de 06/04/2006, Dec. Mun. 312/2013 de 22/11/2013, L. F. 8666/03, de 21/06/1993, a LC 123 de 14/12/2006, LC 147/2014. Recebimento dos envelopes pelo Pregoeiro no dia 05/02/2021 a partir das 13h30, duração mínima de 30 minutos, sendo o Envelope n. 1 (Proposta de Preços) e n. 2 (Habilitação), recebendo o credenciamento dos interessados. LOCAL: Paço Municipal, na Av. Gov. Mario Covas, 1915 - Novo Centro. O Edital estará à disposição dos interessados de 2ª à 6ª feira, das 08h00 às 17h00, a partir do dia 25/01/2021, Setor de Licitação, ou no site www.taquarituba.sp.gov.br ou pelo telefone 014 - 3762-9666 ou e-mail: licitacao@taquarituba.sp.gov.br. Taquarituba/SP, 20 de janeiro de 2021. Rosildo Donizeti dos Santos - Secretário Municipal de Transportes e Compras.

EXTRATO AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N. 006/2021 - A PREFEITURA DO MUNICIPIO DE TAQUARITUBA/SP, torna público e para conhecimento dos interessados. Abertura de Pregão do Tipo: Menor preço por item, EXCLUSIVA PARA ME/EPP, OBJETO: "Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de óculos receituário completo com lentes visão simples, em atendimento a solicitação da Coordenadoria Municipal da Saúde, conforme especificação descrita no Anexo I do Edital", regido pela L. F. 10.520/2002, Dec. Mun. 040/2006, Dec. Mun. 312/2013, L. F. 8666/93, a LC 123/2006 com alterações da L.C. nº 147/2014. Recebimento dos envelopes pelo Pregoeiro no dia 08/02/2021 a partir das 13:30 horas, duração mínima de 30 minutos, sendo o Envelope n. 1 (Proposta de Preços) e n. 2 (Habilitação), recebendo o credenciamento dos interessados. LOCAL: Sala de Reunião do Paço Municipal, localizada na Av. Gov. Mario Covas, n° 1915 - Novo Centro. O Edital estará à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, das 08:00 as 17:00 horas, a partir do dia 25/01/2021, Setor de Licitação, ou no site www.taquarituba.sp.gov.br ou pelo fone 014 - 3762-9666 ou e-mail: llicitacao@taquarituba.sp.gov.br. Taquarituba, 22 de janeiro de 2021. Rosildo Donizeti dos Santos - Secretário Municipal de Transportes e Compras.

AVISO DE RETIFICAÇÃO - A Prefeitura Municipal de Taquarituba/SP torna público aos interessados a RETIFICAÇÃO do Pregão Presencial n° 002/2021, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, NÃO DIFERENCIADA, objetivando: "Contratação de empresa especializada em segurança do trabalho para elaboração da documentação dos Programas de Medicina do Trabalho, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, realização de projetos de cunho prevencionista e treinamentos específicos para funções, conforme especificações descritas no Anexo I do edital", que será regido pela L.F. 10.520/02, D.M. 040/2006, subsidiariamente, as disposições da L.F. 8.666/93, L.C. 123/2006, L.C. 147/2014 e demais normas aplicáveis. Recebimento dos envelopes pelo Pregoeiro dia 09/02/2021 a partir das 08:30 hs, duração mínima de 30 minutos, Envelope nº 1 (Proposta de Preços) e nº 2 (Habilitação), no mesmo ato o credenciamento dos interessados em participar. LOCAL: Setor de Licitação à Av. Gov. Mario Covas, nº 1915 - Novo Centro. Novo Edital à disposição dos interessados a partir de 25/01/2021, de 2ª a 6ª feira, das 08h00 às 17h00, na Prefeitura Municipal de Taquarituba (endereço citado acima) ou no site www.taquarituba.sp.gov.br ou e-mail: licitacao@taquarituba.sp.gov.br. Taquarituba, 22 de janeiro de 2021. Rosildo Donizeti dos Santos - Secretário Municipal de Transporte e Compras

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N. 007/2021. A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITUBA/SP torna pública a licitação supramencionada, do Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM, NÃO DIFERENCIADA, tendo por OBJETO: "Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Pó de Pedra, Pedrisco e Pedra Brita, que serão utilizados na manutenção das vias públicas do município e operação tapa buracos, conforme especificação descrita no Anexo I do Edital e solicitação Coordenadoria Municipal de Obras Públicas", que será regida pela L.F. nº. 10.520/2002, D.M. nº 040/2006, D.M. n° 312/2013, aplicando-se no que couberem, as disposições da L. F. nº 8.666/93 com alterações posteriores, a L.C. nº 123/2006 com alterações pela L. C. nº 147/2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. O recebimento dos envelopes pelo Pregoeiro dar-se-á no dia 10/02/2021 a partir das 13h30, pelo tempo com duração mínima de 30 (trinta) minutos, sendo o Envelope n. 1 (Proposta de Preços) e n. 2 (Habilitação), bem como recebendo no mesmo ato o credenciamento dos interessados em participar do certame. LOCAL: Paço Municipal, na Av. Governador Mario Covas, 1915, Novo Centro. O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados de 2ª à 6ª feira, das 08h00 às 17h00, a partir de 25/01/2021, no Paço Municipal, ou no site www.taquarituba.sp.gov.br, tel.: (14) 3762-9666 ou e-mail: licitacao@taquarituba.sp.gov.br. Taquarituba (SP), 22 de Janeiro de 2021. Rosildo Donizeti dos Santos - Secretário Municipal de Transportes e Compras.

TATUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUÍ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Maria José Pinto Vieira de Camargo, Prefeita Municipal de Tatuí, Estado de São Paulo, nos termos do Inciso VI do artigo 43, da Lei Federal nº 8.666/93, pelo presente termo HOMOLOGO os atos relativos ao presente Processo Administrativo n° 222/2020 – Pregão Presencial nº 063/2020, bem como ADJUDICO, o objeto licitado para o cumprimento das obrigações pela(s) Empresa(s): JACYR CORREA ALVES ME- CNPJ: 00.241.006/0001-50.

Tatuí, 22 de janeiro de 2021.

Comunicado de abertura de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2021
Proc. Adm. Nº 005/2021

Objeto PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO (SERVIÇO CHAMADO DE RECAPE e TAPA BURACO) EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE TATUÍ, comunica que se encontra aberta licitação para a finalidade acima mencionada, e a abertura será às 10:30 horas do dia 05/02/2021. O edital poderá ser adquirido sem custo via download no site www.tatui.sp.gov.br/pregoes-presenciais. Paulo César de Proença Weiss- Pregoeiro.

Comunicado de abertura de Licitação
Pregão Presencial nº 002/2021
Proc. Adm. Nº 006/2021

Objeto PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO, VISANDO AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE), EMBALADO EM SACOS DE 25 KG, PARA USO NA OPERAÇÃO TAPA BURACOS DO MUNICIPIO DE TATUI SP., comunica que se encontra aberta licitação para a finalidade acima mencionada, e a abertura será às 13:00 horas do dia 05/02/2021. O edital poderá ser adquirido sem custo via download no site www.tatui.sp.gov.br/pregoes-presenciais. Paulo César de Proença Weiss- Pregoeiro.

TAUBATÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

PREGÃO ELETRÔNICO

A Prefeitura Municipal de Taubaté informa que se acha aberto o pregão eletrônico abaixo, junto ao respectivo Departamento de Compras. Maiores informações pelo telefone (0xx12) 3621.6022, ou à Praça Felix Guisard, 11 – 1º andar - Centro, mesma localidade, das 08hs às 12hs e das 14hs às 18hs, sendo R$ 38,20 (Trinta e oito reais e vinte centavos) o custo de cada edital, para retirada na Prefeitura. O edital também estará disponível sem custos, pelo site desta Municipalidade, www.taubate.sp.gov.br, e pela plataforma eletrônica da BBMNET, www.bbmnetlicitacoes.com.br.

Pregão eletrônico Nº 243/20 – Edital II, que cuida da aquisição de oxigênio medicinal em cilindros portáteis de 01 m³ (um metro cúbico), em comodato, para atendimento das UPA s Central, San Marino, Santa Helena e CECAP, por um período de 12 (doze) meses, com encerramento dia 05.02.21 às 08h30. A sessão pública ocorrerá no seguinte endereço eletrônico: www.bbmnetlicitacoes.com.br.

PMT, aos 22.01.2021.

JOSÉ ANTÔNIO SAUD JÚNIOR – Prefeito Municipal.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Pregão Nº20/2018- Locação de Firewal - DESPACHO: Com base no parecer jurídico à fl.480-verso, e justificativas apresentadas, como razão de decidir, autorizo a rescisão Unilateral do Contrato nº 36/2018, firmado com a empresa Binário Distribuidora de Equipamentos Eletrônicos Ltda., a partir de 12/01/2021, com fundamento no artigo 78, XVII, e artigo 79, I, Lei Federal nº 8.666/93, conforme minuta apresentada nos autos do Processo Pregão nº 20/2018. 1) Publique-se; 2) Redija-se o respectivo termo e demais providências. Taubaté, 21 de janeiro de 2021. Profa. Dra. Nara Lucia Perondi Fortes - Reitora

Aviso de Edital- Chamamento Público nº 001/2021 - Chamamento Público de parceria na região do Cariri-CE- para Gestão de Cursos de Pós-graduação Stricto Sensu nas Áreas de Conhecimentos de Educação, Ciências Ambientais, Engenharia Mecânica, Gestão e Desenvolvimento Regional, na modalidade Profissional, Desenvolvimento Humano, Planejamento e Desenvolvimento Regional, Ciências Ambientais e Odontologia, na Modalidade Acadêmica.Acha-se publicado na Universidade de Taubaté (Autarquia Municipal), o Chamamento Público n° 001/2021, nos termos acima descritos. O Edital completo poderá ser retirado junto ao site www.unitau.br (gratuitamente) até a data de 22 de fevereiro de 2021. Os envelopes deverão ser protocolados até às 14h30 do dia 24 de fevereiro de 2021. A abertura dos mesmos dar-se-á às 14h45 do dia 24 de fevereiro de 2021. Outras informações pelos telefones (0xx12) 3632-2947 ou 3625-4217.

Profa. Dra Nara Lucia Perondi Fortes -Reitora - UNITAU

TEJUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEJUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO N. 01/2021. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEJUPÁ. CONTRATADA: EMPRESA AUTO POSTO TEJUPA LTDA. MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE N. 01/2021. OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS DE FORMA PARCELADA E DIRETO DA BOMBA PARA O TANQUE, PARA VÁRIOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TEJUPÁ, VISANDO A MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2021. VALOR DO CONTRATO: R$ 912.290,00 (NOVECENTOS E DOZE MIL E DUZENTOS E NOVENTA REAIS). 1 - R$ 3,09 (TRÊS REAIS E NOVE CENTAVOS) POR LITRO DE ETANOL, TOTALIZANDO O VALOR DE R$ 3.090,00 (TRÊS MIL E NOVENTA REAIS) PELA AQUISIÇÃO ESTIMADA DE 1.000 LITROS DE ETANOL; 2 - R$ 4,44 (QUATRO REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS) POR LITRO DE GASOLINA COMUM, TOTALIZANDO O VALOR DE R$ 310.800,00 (TREZENTOS E DEZ MIL E OITOCENTOS REAIS) PELA AQUISIÇÃO ESTIMADA DE 70.000 LITROS DE GASOLINA COMUM; 3 - R$ 3,74 (TRÊS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS) POR LITRO DE DIESEL S10, TOTALIZANDO O VALOR DE R$ 598.400,00 (QUINHENTOS E NOVENTA E OITO MIL E QUATROCENTOS REAIS) PELA AQUISIÇÃO ESTIMADA DE 160.000 LITROS DE DIESEL S10; DURAÇÃO DO CONTRATO: 20/01/2021 a 31/12/2021. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 20 DE JANEIRO DE 2021. VALTER BORANELLI - PREFEITO MUNICIPAL DE TEJUPA

RETIFICAÇÃO EXTRATOS DE CONTRATOS. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 21/2020. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA DESENVOLVER AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS DE COMBATE AO CORONAVÍRUS (COVID-19), COM RECURSOS DO SUAS, POR INTERMÉDIO DA INTERMÉDIO DA PORTARIA 369 E A RESOLUÇÃO N.º 148 DE 27 DE ABRIL DE 2006 – BOLSA FAMÍLIA. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEJUPÁ. CONTRATADA: EMPRESA LUCAS ANTONIO FRANKLIN REIS CPF 053.754.776-29 ME. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEJUPÁ. CONTRATADA: EMPRESA FERNANDO PEREIRA EIRELI – EPP. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEJUPÁ. CONTRATADA: EMPRESA BETHEL INDUSTRIA E COMERCIO INFORMATICA EIRELLI EPP. ONDE SE LÊ: DURAÇÃO DOS CONTRATOS: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ DE 11/12/2020 A 31/12/2020. LEIA SE: DURAÇÃO DOS CONTRATOS: O PRESENTE CONTRATO VIGORARÁ DE 11/12/2020 A 11/01/2021. PEDRO BERGAMO NETO - PREFEITO MUNICIPAL

TIETÊ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIETÊ

ATO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO/PREGÃO Nº 89/2020

A Prefeitura Municipal de Tietê torna público aos interessados, a abertura do Pregão nº 89/2020, Processo Administrativo n° 0804/2020, cujo objeto consiste na "REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE DE PRAGAS E VETORES, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO NAS INSTALAÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TIETÊ", conforme edital e seus anexos. Abertura: 25 de janeiro de 2021. Encerramento: 08 de fevereiro de 2021. Horário: 14h00min. O Edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no site www.tiete.sp.gov.br. Informações poderão ser obtidas através do telefone (15) 3285-8755.

VLAMIR DE JESUS SANDEI
Prefeito

ATO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO/PREGÃO Nº 02/2021

A Prefeitura Municipal de Tietê torna público aos interessados, a abertura do Pregão nº 98/2020, Processo Administrativo n° 02/2021, cujo objeto consiste no "Contratação de Instituição Financeira, com agência no município, para o gerenciamento da folha de pagamento dos servidores municipais", conforme edital e seus anexos. Abertura: 25 de janeiro de 2021. Encerramento: 05 de fevereiro de 2021. Horário: 14h00min. O Edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no site www.tiete.sp.gov.br. Informações poderão ser obtidas através do telefone (15) 3285-8755.

VLAMIR DE JESUS SANDEI

TORRINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRINHA

Departamento Municipal de Administração
Setor de Licitações
RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n° 01/2021
Processo n° 014/2021

Objeto: Locação de imóvel para sediar o DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Preenchidas que estão as condições do artigo 24, inciso X c.c. artigo 26 da Lei nº 8.666/93, justificada a dispensa e instruído o procedimento de conformidade com o artigo 26 da Lei n° 8.666/93, ratifico a dispensa de licitação para a renovação da locação do imóvel situado na Rua Irene Lacerda, n° 276 - centro, o qual será utilizado exclusivamente para continuar a abrigar a

Diário Oficial
Estado de São Paulo

Poder Executivo • SEÇÃO I • Volume 131 • Número 15 • São Paulo, sábado, 23 de janeiro de 2021

Unidade Descentralizada do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN do Município, conforme os fundamentos apresentados pela Diretoria do Departamento Municipal de Administração e parecer favorável elaborado pela Assessoria Jurídica do Município, determinando a celebração do contrato de locação pelo valor proposto pelo(a) locatário(a) e constante neste procedimento e de conformidade com os demais elementos dos presentes autos. Publique-se na imprensa oficial, na forma do disposto no art. 26 c.c. o parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Torrinha, 04 de janeiro de 2021.

RENÉ JOSÉ BLUMER

Prefeito Municipal

Departamento Municipal de Administração

Setor de Licitações

RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE DISPENSA

Dispensa de Licitação n° 04/2021

Processo n° 026/2021

Objeto: Locação de imóvel para sediar o Departamento Municipal de Ação Social

Preenchidas que estão as condições do artigo 24, inciso X c.c. artigo 26 da Lei nº 8.666/93, justificada a dispensa e instruído o procedimento de conformidade com o artigo 26 da Lei n° 8.666/93, ratifico a dispensa de licitação para a renovação da locação do imóvel situado na Rua Nove de Julho, s/n - centro, o qual será utilizado exclusivamente para continuar a abrigar a sede administrativa do Departamento Municipal de Ação Social, conforme os fundamentos apresentados pela Diretoria do Departamento Municipal de Administração e parecer favorável elaborado pela Assessoria Jurídica do Município, determinando a celebração do contrato de locação pelo valor proposto pelo(a) locatário(a) e constante neste procedimento e de conformidade com os demais elementos dos presentes autos. Publique-se na imprensa oficial, na forma do disposto no art. 26 c.c. o parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Torrinha, 04 de janeiro de 2021.

RENÉ JOSÉ BLUMER

Prefeito Municipal

TRÊS FRONTEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FRONTEIRAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FRONTEIRAS

CONTRATADO: SM JOAQUIM DOS SANTOS CONSTRUÇÕES

OBJETO: ADITIVO DE VALOR NO CONTRATO N° 054/2020

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA DA RODOVIÁRIA, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE MÃO DE OBRA E MATERIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS ELEMENTOS TÉCNICOS CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

VALOR INICIAL: R$ 167.682,03 (Cento e sessenta e sete mil e seiscentos e oitenta e dois reais e três centavos).

VALOR DO ADITIVO: R$ 19.437,69 (Dezenove mil e quatrocentos e trinta e sete mil e sessenta e nove centavos).

VALOR TOTAL: R$ 187.119,72 (Cento e oitenta e sete mil e cento e dezenove reais e setenta e dois centavos).

Prefeitura Municipal de Três Fronteiras (SP), 11 de Janeiro de 2021.

RUBENS JOSÉ BELÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FRONTEIRAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FRONTEIRAS

CONTRATADO: ARQ VIAS – COM. E SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA

OBJETO: Prorrogação do contrato nº. 034/2020, de 05 de março de 2020.

Processo n° 009/2020 – Tomada de Preços n° 002/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM VÁRIOS ACESSOS E CRUZAMENTOS DO MUNICÍPIO, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE MÃO DE OBRA E MATERIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS ELEMENTOS TÉCNICOS CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

VIGÊNCIA: 01 de Janeiro de 2021 a 01 de Novembro de 2021.

Prefeitura Municipal de Três Fronteiras (SP), 30 de Dezembro de 2020.

RUBENS JOSÉ BELÃO

Prefeito Municipal

TUIUTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUIUTI

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2021

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

Tendo em vista o surgimento de dúvidas e a solicitação de esclarecimentos por parte das Empresas com relação ao Pregão Presencial acima citado, cujo objeto é Contratação de Empresa Destinada a Prestação de Serviços de Internet Link Dedicado com IP Fixo, temos a informar:

No termo de referência – Anexo I, onde se lê:

- Garantia de desempenho através de SLA disponibilidade de 99,9%, não excedendo período superior a 3 horas de ausência de serviço

Leia-se:

Garantia de desempenho através de SLA disponibilidade de 99,7%, não excedendo período superior a 3 horas de ausência de serviço

Tuiuti, 21 de janeiro de 2021.

RAFAELA CRISTINA STORANI

Pregoeira

TUPÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPÃ

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 – PROCESSO Nº 06/2021 (RESUMIDO). Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, PARA SEREM UTILIZADAS EM ATENDIMENTO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO "PROJETO CESTA BÁSICA", DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES. Retifica a data de abertura para o dia: 05/02/2021, às 08h30min. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço por item. O edital, seus anexos e Retificação encontram-se disponíveis no Depto de Licitação, no Paço Municipal, Praça da Bandeira, nº 800 (centro), nesta cidade de Tupã (SP), ou através do telefone (0XX14) 3404-1000, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e dás 13h00min às 17h00min, no site www.tupa.sp.gov.br Estância Turística de Tupã, em 18/01/2021. Caio Kanji Pardo Aoqui, Pref. Mun.

UBATUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA

COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Ubatuba faz saber que em atendimento ao Artigo 15 §2º da Lei 8666/93, está disponível no portal da transparência a relação de registros de preços e atas com valores unitários praticados.

FLAVIA COMITTE DO NASCIMENTO

PREFEITA MUNICIPAL

COMUNICADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2020

Comunicamos a todos os interessados em participar do Pregão Presencial de nº 61/2020, que, por força de determinação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a sessão pública de abertura prevista para o dia 29/01/2021 está SUSPENSA por tempo indeterminado.

FLAVIA COMITTE DO NASCIMENTO

PREFEITA MUNICIPAL

UCHOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA

8º Termo Aditivo ao Contrato nº 038/2.020 de 30 de março de 2.020, para aquisição de combustíveis (óleo diesel B S-500 e gasolina comum), com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, por um período de 12 (doze) meses, para abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos dos diversos setores da Prefeitura Municipal de Uchoa, firmado entre a Prefeitura Municipal de Uchoa, e a empresa RODRIGUES & CORTEZ COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ nº. 07.827.042/0001-40, decorrente do Processo Licitatório nº 033/2020, Pregão Presencial nº 005/2020. Fica o contrato supracitado nos termos da Cláusula 3.2 do mesmo e Lei Federal nº 8.666/93 alterado o item item "gasolina comum", passa a vigorar com o acréscimo de 3,17%, e passa de R$ 4,38, para R$ 4,51 o litro, a partir do dia 01/02/2.021. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições contratuais - Data de assinatura: 22 de janeiro de 2.021.

Uchoa (SP), 23 de janeiro de 2.021

MARCOS ROGÉRIO DA CONCEIÇÃO - Prefeito Municipal Interino

VALENTIM GENTIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENTIM GENTIL

Aviso de Licitação

Modalidade: Pregão Presencial - SRP

Processo nº 007/2021

Pregão nº 005/2021

Encontra-se aberto nesta municipalidade o Pregão (Presencial) acima citado para registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais médico-hospitalares para a saúde pública do Município de Valentim Gentil, conforme descritivo constante no edital. A sessão do pregão dar-se-á no dia 08 de fevereiro de 2021, tendo como início do credenciamento das empresas participantes, às 09:10 horas e início da etapa de lances às 10:00hs As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura, na Praça Jacilândia, 4-33, Centro, pelo telefone (17) 3485 9400, bem como no site www.valentimgentil.sp.gov.br. Valentim Gentil, 19 de janeiro de 2021. Adilson Jesus Perez Segura – Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação

Modalidade: Pregão Presencial - SRP

Processo nº 008/2021

Pregão nº 006/2021

Encontra-se aberto nesta municipalidade o Pregão (Presencial) acima citado para registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos para a saúde pública do Município de Valentim Gentil, conforme descritivo constante no edital. A sessão do pregão dar-se-á no dia 09 de fevereiro de 2021, tendo como início do credenciamento das empresas participantes, às 09:10 horas e início da etapa de lances às 10:00hs. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura, na Praça Jacilândia, 4-33, Centro, pelo telefone (17) 3485 9400, bem como no site www.valentimgentil.sp.gov.br. Valentim Gentil, 19 de janeiro de 2021. Adilson Jesus Perez Segura – Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação

Modalidade: Pregão Presencial - SRP

Processo nº 009/2021

Pregão nº 007/2021

Encontra-se aberto nesta municipalidade o Pregão (Presencial) acima citado para registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos e medicamentos (éticos, genéricos e similares), para a saúde pública do Município de Valentim Gentil, em atendimento à determinações judiciais e demais demandas urgentes, conforme descritivo constante no edital. A sessão do pregão dar-se-á no dia 10 de fevereiro de 2021, tendo como início do credenciamento das empresas participantes, às 09:10 horas e início da etapa de lances às 09:30hs. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura, na Praça Jacilândia, 4-33, Centro, pelo telefone (17) 3485 9400, bem como no site www.valentimgentil.sp.gov.br. Valentim Gentil, 19 de janeiro de 2021. Adilson Jesus Perez Segura – Prefeito Municipal.

VALINHOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALINHOS

RESUMO DE EDITAL

PROCESSO DE COMPRAS Nº 504/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2020

OBJETO: Seleção de Instituição Financeira para atendimento bancário no Paço da Prefeitura Municipal de Valinhos/SP.

DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 04/02/2021 às 09h00.

PROCESSO DE COMPRAS Nº 391/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de serviços de análises clínicas para realização de exames laboratoriais para uso da Secretaria da Saúde da Prefeitura de Valinhos/SP (Reabertura).

DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 05/02/2021 às 09h00

PROCESSO DE COMPRAS Nº 477/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2020

OBJETO: SRP para o eventual e futuro fornecimento de medicamentos.

DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 11/02/2021 às 09h00

Os editais poderão ser consultados gratuitamente no site www.valinhos.sp.gov.br e www.bbmnetlicitacoes.com.br. Informações: 19 3871-1213.

FERNANDO SÉRGIO ANDRADE - Secretário de Licitações

COMUNICADOS

PROCESSO DE COMPRAS Nº 467/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2020

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de dietas.

A Exma. Sra. Prefeita Municipal, a Secretária da Saúde e o Secretário de Licitações, no uso de suas atribuições legais, vêm COMUNICAR a todos os interessados, que decidiram REVOGAR o processo em epígrafe, com fundamento no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, devido a abertura do certame ter fracassado.

Valinhos, 14 de janeiro de 2021.

LUCIMARA GODOY VILAS BOAS - Prefeita Municipal

CARINA MISSAGLIA - Secretária da Saúde

FERNANDO SÉRGIO ANDRADE - Secretário de Licitações

PROCESSO DE COMPRAS Nº 462/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2020 – A Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA que decidiu CLASSIFICAR as empresas conforme segue:

- ESSENCIALOX COMERCIO DE GASES E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 37.834.012/0001-21, primeira classificada para o Item 2 - 15 unidades Carro para transporte de cilindros de 7/10 litros com trava regulável, valor unitário R$ 183,00 e valor total R$ 2.745,00;

- SILVIO VIGIDO - ME, CNPJ nº 21.276.825/0001-03, primeira classificada para o Item 1 - 14 unidades Cilindro de aço para 7 litros de O2, valor unitário R$ 632,00 e valor total R$ 8.848,00; Item 3 - 16 unidades Válvulas com fluxômetro, valor unitário R$ 200,00 e valor total R$ 3.200,00.

Em face da classificação ocorrida, abre-se o prazo para a interposição de recurso, conforme determina o art. 4º, inciso XVIII da Lei nº 10.520/02.

Valinhos, 21 de janeiro de 2021.

LIGIA SPADACCIA PANHOTA - Pregoeira

VARGEM GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE DO SUL

SAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VARGEM GRANDE DO SUL – UASG 928145

Aviso de ABERTURA de Licitação – Pregão Eletrônico nº. 001/2021; Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de equipamentos e cessão de uso mensal de software para automação da coleta de leituras com impressão simultânea de faturas, pelo período de 12 meses - Entrega das Propostas: a partir de 25/01/2021 às 08h00 no site https://www.comprasgovernamentais.gov.br/ - Data de Abertura das Propostas: 04/02/2021 às 09h00 no site https://www.comprasgovernamentais.gov.br/ - Edital disponível no site supra e na página eletrônica do município: https://www.licitacao.vgsul.sp.gov.br - Informações pelo e-mail: licitacao@vgsul.sp.gov.br;

Carlos Eduardo Martins - Diretor de Licitações e Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE DO SUL

Aviso de ABERTURA de Licitação – Concorrência nº. 001/2021; Objeto: Contratação de sistema pedagógico de ensino com fornecimento de material didático, para alunos e professores - Abertura: 15/03/2021 às 09:00 horas. Local: Departamento de Licitações e Compras, Praça Washington Luiz, 643 - Centro - Vargem Grande do Sul – SP. O edital estará disponível na página eletrônica http://licitacao.vgsul.sp.gov.br, podendo ainda ser solicitado através do e-mail licitacao@vgsul.sp.gov.br.

Carlos Eduardo Martins - Diretor de Licitações e Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE DO SUL - UASG 987231

Aviso de ABERTURA de Licitação – Pregão Eletrônico nº. 004/2021; Objeto: Registro de Preços para aquisição de insumos para os animais do Canil Municipal e também para os animais resgatados e/ou apreendidos, pelo período de 12 meses- Entrega das Propostas: a partir de 26/01/2021 às 08h00 no site https://www.comprasgovernamentais.gov.br/ - Data de Abertura das Propostas: 05/02/2021 às 09h00 no site https://www.comprasgovernamentais.gov.br/ - Edital disponível no site supra e na página eletrônica do município: https://www.licitacao.vgsul.sp.gov.br - Informações pelo e-mail: licitacao@vgsul.sp.gov.br;

Carlos Eduardo Martins - Diretor de Licitações e Compras

VIRADOURO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRADOURO

AVISO DE LICITAÇÃO–EDITAL RESUMIDO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2021–PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021

REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2021

Início: 22/01/2021 – Encerramento: 04/02/2021 – Horário 08h00min

Abertura dos Envelopes: 04/02/2021 – Horário: 08h00min

Tipo: Menor Valor Unitário

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE BATERIAS AUTOMOTIVAS.

PROCESSO LICITATÓRIO DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR 123/2006.

A Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal de Viradouro torna público aos licitantes interessados, abertura de certame, com objeto acima especificado, cujo encerramento e abertura dar-se-ão nas datas e horários acima aprazados. A Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal de Viradouro fornecerá cópia digital do Edital e seu(s) Anexo(s), devendo os mesmos, serem retirados na Divisão de Licitações, sito à Praça Major Manoel Joaquim, nº 349, Centro, Viradouro/SP, mediante apresentação de mídia para gravação, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min de segunda-feira à sexta-feira ou através do site http://www.viradouro.sp.gov.br/. Demais publicações referentes ao certame estarão disponíveis através do site: www.viradouro.dioe.com.br.

Viradouro/SP, 22 de janeiro de 2021.

DANIELA DE SOUZA LIMA-PRESIDENTE DA CPL

VOTORANTIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

EXTRATO DO 9º (NONO) TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº. 037/2017.

Modalidade: Pregão Presencial nº. 060/2016. Objeto: "Contratação de empresa para locação de licença de uso de software de controle de execuções fiscais, voltada ao aprimoramento dos procedimentos de cobrança judicial da dívida ativa, incluindo serviços de instalação e treinamento que atenda a demanda da Secretaria de Negócios Jurídicos". Contratante: Prefeitura Municipal de Votorantim. Contratada: Sisvetor Informática Ltda. Vigência: Fica aditada a Cláusula Terceira, item 3.9, do contrato supracitado, prorrogando-se seu prazo de vigência por 04 (quatro) meses, tendo início em 13/01/2021 e término em 12/05/2021. Valor: O valor deste referido Termo Aditivo é de R$ 41.250,00 (quarenta e um mil, duzentos e cinquenta reais). Dotação orçamentária: Secretaria de Negócios Jurídicos Título: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Verba: 02.07.0 1.04.122.0022.2.007.3.3.90.40.0149. Fundamento Legal: dos artigos 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores. Votorantim, 12 de janeiro de 2021. Fabíola Alves da Silva Pedrico - Prefeita Municipal.

EXTRATO DO 4º (QUARTO) TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº. 041/2020

Modalidade: Tomada de Preços nº. 003/2020. Objeto: "Contratação de Empresa Especializada para Construção de ciclovia e uma unidade de lombofaixa na Rua Victório Zanchetta e Ernesto Imparato, no bairro Vila Nova". Contratante: Prefeitura Municipal de Votorantim. Contratada: Increte Pisos e Construções Ltda – ME. Finalidade: O presente Termo Aditivo possui como objeto a prorrogação do prazo de execução e de vigência do Contrato nº 041/2020. Prazo: A prorrogação do prazo de execução será de 02 (dois) meses, com início em 13/01/2021 e término em 12/03/2021. Ao prazo de vigência do contrato, será acrescido prazo de 04 (quatro) meses, com início em 13/01/2021 e término em 12/05/2021. Fundamento Legal: art. 57, §1º, inciso I e II da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores. Votorantim, 12 de janeiro de 2021. Fabíola Alves da Silva Pedrico - Prefeito Municipal.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Ratifico por este termo, a Dispensa de Licitação para Contratação de clínica especializada em tratamento de paciente dependente químico em atendimento a mandado judicial, em favor da empresa Clínica Brasileira de Psiquiatria Eireli, no valor total de R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), com base no artigo 24, Inciso IV, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, de acordo com Parecer Jurídico, e tendo em vista os elementos que instruem o Processo nº. 6310/2020. Votorantim, 22 de Janeiro de 2021. Fabíola Alves da Silva Pedrico. Prefeita Municipal

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

www. imprensaoficial.com.br

io | ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 São Paulo
www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx
(11) 2799 9687

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO